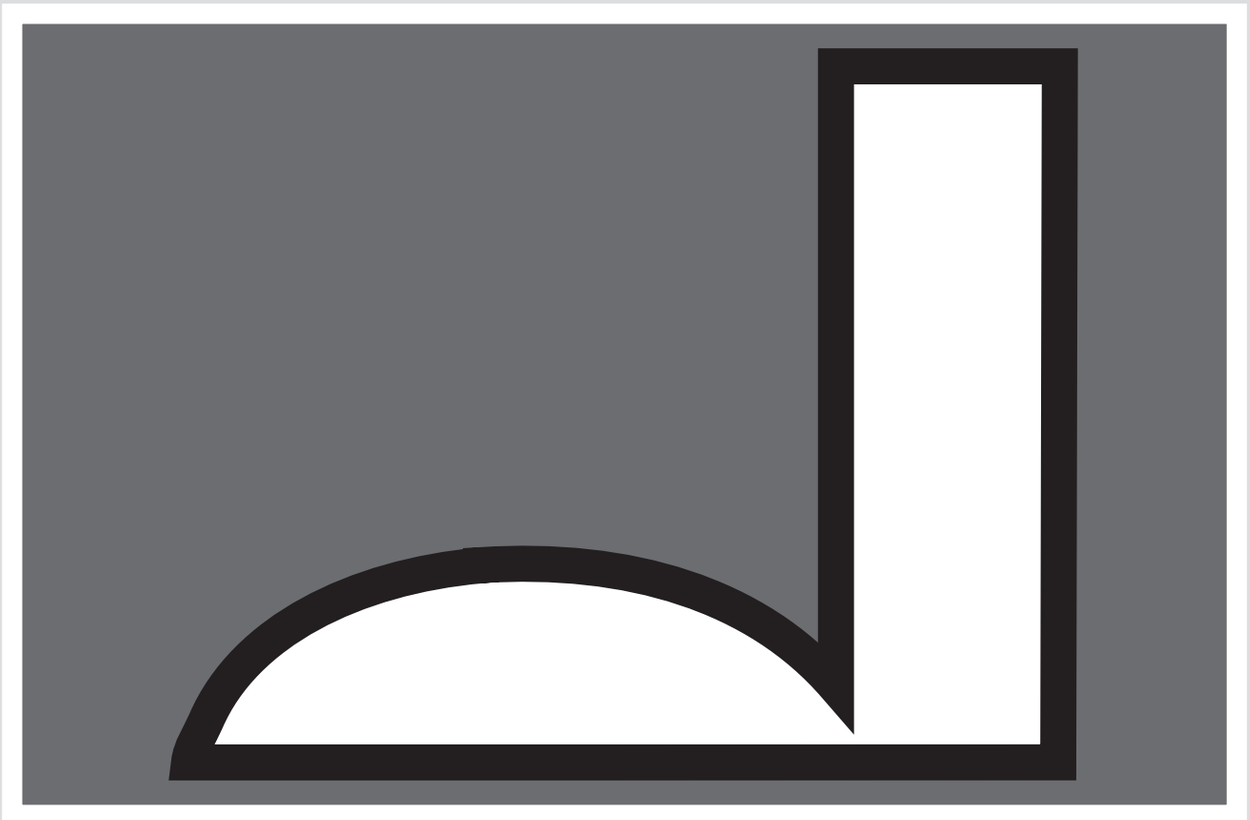
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de setembro de 2011)

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

Atas da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

VOLUME I/II

ANO LXVI – SUP. AO Nº 165 – TERÇA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24	**Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15**
Líder **Humberto Costa - PT** Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 3** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 19** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** **Líder do PMN - 1** **Sérgio Petecão** **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** (8) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ..... **Líder do PSDB - 9** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) **Líder do DEM - 6** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) **PTB - 6** **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 **Líder** **Marinor Brito - PSOL**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	**PR - 7** **Líder** **Magno Malta - PR** (11) Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de setembro de 2011) .....

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2011.....

Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2011.....

Ata da 41ª Reunião, Conjunta, realizada em 31 de setembro de 2011.....

Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 1º de setembro de 2011 .....

Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de setembro de 2011.....

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2011 .....

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2011.....

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2011.....

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2011.....

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2011.....

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2011.....

Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de agosto de 2011.....

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de agosto de 2011.....

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2011.....

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2011.....

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2011.....

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social

Ata da 1ª Reunião, realizada em 29 de março de 2011.....

Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de abril de 2011.....

Ata da 3ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2011.....

Ata da 4ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2011.....

Ata da 5ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2011.....

Ata da 6ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2011.....

Ata da 7ª Reunião, realizada em 21 de junho de 2011.....

Ata da 8ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2011.....

Ata da 9ª Reunião, realizada em 1º de agosto de 2011.....

Ata da 10ª Reunião, realizada em 2 de agosto de 2011 .....

1.2.2.2 – Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outros

Ata da 1ª Reunião, realizada em 29 de março de 2011.....

Ata da 2ª Reunião, realizada em 31 de março de 2011.....

Ata da 3ª Reunião, realizada em 7 de abril de 2011.....

Ata da 4ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2011.....

Ata da 5ª Reunião, realizada em 20 de abril de 2011.....

Ata da 6ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2011 .....

Ata da 7ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2011 .....

Ata da 8ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2011 .....

Ata da 9ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2011 .....

Ata da 10ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2011 .....

Ata da 10ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2011 958
Ata da 11ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2011 973
Ata da 12ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2011 985
Ata da 13ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2011 1003
Ata da 14ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 2011 1009
Ata da 15ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2011 1009
Ata da 16ª Reunião, realizada em 23 de agosto de 2011 1020

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de agosto de 2011..... 1037
Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de agosto de 2011..... 1059
Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de agosto de 2011..... 1092
Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de agosto de 2011..... 1133

VOLUME II

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de setembro de 2011..... 1163
Ata da 45ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de setembro de 2011 1166
Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2011..... 1212
Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de setembro de 2011..... 1230

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2011 1343
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de setembro de 2011..... 1367
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2011..... 1381

1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 34ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de setembro de 2011..... 1409
Ata da 35ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de setembro de 2011..... 1456

1.2.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 35ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de agosto de 2011..... 1499
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2011..... 1518
Ata da 37ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de agosto de 2011..... 1542
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de agosto de 2011..... 1568
Ata da 39ª Reunião, Conjunta, realizada em 31 de agosto de 2011..... 1588
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2011 1614
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2011..... 1639

1.2.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 23ª Reunião, Conjunta, realizada em 31 de agosto de 2011..... 1652
Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 1º de setembro de 2011 1678
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2011..... 1704

1.2.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 30ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de agosto de 2011..... 1708
Ata da 31ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de agosto de 2011..... 1759
Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de agosto de 2011 1802
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2011 1834

1.2.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 35ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de setembro de 2011..... 1846
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2011..... 1893
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2011..... 1897
Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de setembro de 2011..... 1912
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2011..... 1955

2 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Ata da 1ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de agosto de 2011..... 1975
Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de agosto de 2011..... 1980
Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de Setembro de 2011..... 1983

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - 2011

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Setembro/2011

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/09/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	3
Deliberativa Ordinária	11
Especial	2
Não Deliberativa	9
Total de sessões realizadas	**25**
Reunião	1
Total de Reuniões	**1**

Quadro Geral de Matérias
01 a 30/09/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Retirada pelo autor	Total
PEC	0	-	-	0	2	**2**
PLC	0	6	0	0	0	**6**
PLS	0	15	1	1	2	**19**
PDS	14	0	0	0	0	**14**
MSF	6	-	-	-	0	**6**
Total	20	21	1	1	4	**47**

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 30/09/2011

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PLV	3	**3**

Quadro de Requerimentos*
01 a 30/09/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão	8
Congratulações, pesar e assemelhados	26
Desapensamento de matérias	3
Informações	24
Missão (em representação do Senado Federal)	15
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	10
Retirada de matéria	4
Tramitação conjunta	7
Urgência para matéria	2
Voto de aplauso ou semelhante	5
Total Geral	**105**

*** No período de 01 a 30/09/2011 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 30/09/2011

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	1	-	5	6
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	15	-	15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	0	14	14
Total	1	15	19	**35**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 30/09/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	51	-	51
Art. 40 (2)	1	-	1
Art. 43, I (3)	3	-	3
Art. 43, II (4)	9	-	9
Soma	**64**	**-**	**64**
Requerimento para retirada	-	-	-
Total Geral	**64**	**-**	**64**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

01 a 30/09/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	**15**

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 30/09/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	5
Deliberativa Ordinária	87
Especial	17
Extraordinária	1
Não Deliberativa	64
Para Premiações E Condecorações	1
Total de sessões realizadas	**175**
Reunião	3
Reunião Preparatória	3
Total de Reuniões	**6**
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 30/09/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	1	-	-	3	1	3	**8**
PLC	34	55	5	3	1	0	**98**
PLS	6	91	17	4	3	18	**139***
SCD	3	0	0	0	0	0	**3**
PDS	54	207	0	0	1	0	**262**
PRS	11	0	0	1	0	1	**13**
MSF	82	-	-	0	0	0	**82**
OFS	21	-	-	0	1	0	**22**
Total	212	353	22	11	7	22	**627**

* Compatibilizado o quantitativo em função do PLS 82/2010, rejeitado por comissão em decisão terminativa em agosto/2011.

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 30/09/2011

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	5	0	-	-	1	**6**
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	2	20	3	0	**25**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 30/09/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão	74
Auditoria	7
Congratulações, pesar e assemelhados	313
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	13
Desapensamento de matérias	11
Desarquivamento de matéria	61
Dispensa de parecer	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	14
Inclusão em Coleções do Senado Federal	2
Informações	232
Levantamento de Sessão	1
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	4
Missão (em representação do Senado Federal)	63
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Prorrogação de comissão temporária	1
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	74
Reexame de matéria por Comissão	3
Retirada de matéria	38
Tramitação conjunta	49
Urgência para matéria	23
Voto de aplauso ou semelhante	16
Voto de censura	3
Total Geral	**1.013**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 30/09/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	CN	MPU	STF	TJDFT	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	10	-	61	15	-	1	1	1	89
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	97	-	-	-	-	-	-	97
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	3	-	-	-	-	-	3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	5	249	-	7	-	-	-	261
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	11	-	-	-	-	-	-	11
Total	10	113	313	15	7	1	1	1	**461**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 30/09/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	340	7	333
Art. 40 (2)	17	1	16
Art. 43, I (3)	42	-	42
Art. 43, II (4)	53	1	52
Soma	**452**	**9**(5)	**443**
Requerimento para retirada	8(5)	-	-
Total Geral	**460**	**9**	**443**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

(5) O Requerimento nº 208/2011-M retirou os Requerimentos nº 179/2011-M e 205/2011-M.

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *
02/02 a 30/09/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	63

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 30/09/2011

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 2

1. Ao arquivo. Total: 2

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 35/2010	Acrescenta inciso ao art. 109 da Constituição Federal, estabelecendo competência à Justiça Federal para o processo e julgamento dos crimes praticados por organizações paramilitares, grupos armados e milícias armadas, quando integradas por agentes dos órgãos de segurança pública, com o objetivo de exercer ou manter qualquer espécie de poder ou influência sobre determinado grupo social.	Marcelo Crivella	14/09/2011
PEC 19/2011	Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral misto com voto único nas eleições para deputado federal, determinar os princípios pertinentes à definição dos distritos e estender o sistema às eleições de deputado estadual e distrital.	Aloysio Nunes Ferreira	20/09/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

1. À sanção. Total: 3

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 22/2011	Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	14/09/2011
PLV 23/2011	Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.482, de 31 de maio de 2007, 11.508, de 20 de julho de 2007, 8.212, de 24 de julho de 1991; revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.	Câmara dos Deputados	21/09/2011
PLV 24/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de jhlho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	28/09/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 6

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 2

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 74/2009	Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos.	Deley	01/09/2011
PLC 150/2009	Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos.	Felipe Bornier	26/09/2011

2. À sanção. Total: 4

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 7/2011	Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009.	Laerte Bessa	15/09/2011
PLC 77/2010	Denomina Rodovia Joaquim Pinto Lapa a BR-408, no trecho que liga o Município de Carpina, Estado de Pernambuco, ao entroncamento com a BR-232.	Inocêncio Oliveira	19/09/2011
PLC 186/2010	Confere ao Município de São Carlos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Tecnologia.	Lobbe Neto	19/09/2011
PLC 41/2011	Inscreve o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria.	Presidente da República	19/09/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 19

1. À Câmara dos Deputados. Total: 15

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 15

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 42/2010	Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem, respectivamente, sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências e sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre a qualidade de segurado após quinze anos de contribuições para fins de concessão de pensão por morte.	Paulo Paim	01/09/2011
PLS 171/2010	Dispõe sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração.	Sérgio Zambiasi	01/09/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 19

1. À Câmara dos Deputados. Total: 15

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 15

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 241/2010	Acrescenta art. 71-B à nº Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o salário-maternidade das seguradas mães de prematuros extremos.	Marisa Serrano	01/09/2011
PLS 134/2011	Acrescenta o § 5º ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a vedação de alta programada durante o período de concessão do auxílio-doença.	Ana Amélia	01/09/2011
PLS 191/2011	Altera o art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família.	Lídice da Mata	01/09/2011
PLS 201/2011	Denomina "Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto" o trecho ferroviário compreendido entre os municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia (BA), e Figueirópolis, no Estado do Tocantins (TO).	Walter Pinheiro	01/09/2011
PLS 535/2009	Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Paulo Paim	15/09/2011
PLS 268/2010	Altera o art. 732 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a pena aplicada ao reclamante pelo não comparecimento à audiência.	José Bezerra	15/09/2011
PLS 267/2011	Acrescenta os arts 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.	José Sarney	15/09/2011
PLS 517/2009	Determina que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais.	Cristovam Buarque	20/09/2011
PLS 225/2010	Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional.	Sérgio Zambiasi	20/09/2011
PLS 23/2011	Altera a Lei nº 10.257 de 2001 - Estatuto das Cidades, para dispor sobre a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor dos Municípios com áreas de risco situadas em seu território e dá outras providências.	Lindbergh Farias	26/09/2011
PLS 116/2011	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para determinar que a elaboração do plano diretor seja orientada por carta geotécnica.	Rodrigo Rollemberg	26/09/2011
PLS 411/2007	Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.	Marcelo Crivella	30/09/2011
PLS 93/2011	Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra pessoa ou considerado hediondo.	Ciro Nogueira	30/09/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 19

2. Ao arquivo. Total: 4

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 94/2010	Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o pagamento do auxílio-acidente aos beneficiários que sofram redução da capacidade para o trabalho, independentemente da reversibilidade das lesões incapacitantes.	Marcelo Crivella	15/09/2011

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 154/2010 Complementar	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que "Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências".	Pedro Simon	08/09/2011

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 531/2007	Altera a Lei nº. 9.294, de 15 de julho de 1996, a fim de modificar a definição de bebida alcoólica e limitar sua propaganda comercial nas emissoras de rádio e televisão.	Marcelo Crivella	19/09/2011
PLS 345/2011	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre os royalties e a receita da comercialização relativos ao regime de partilha de produção.	Francisco Dornelles	19/09/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 14

1. À promulgação. Total: 14

Aprovada pelo Plenário. Total: 14

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 634/2010	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	13/09/2011
PDS 648/2010	Aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	13/09/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 14

1. À promulgação. Total: 14

Aprovada pelo Plenário. Total: 14

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 137/2011	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	13/09/2011
PDS 139/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	13/09/2011
PDS 136/2011	Aprova o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/09/2011
PDS 141/2011	Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/09/2011
PDS 179/2011	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/09/2011
PDS 181/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/09/2011
PDS 140/2011	Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	27/09/2011
PDS 182/2011	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Japão, assinado em Tóquio, em 29 de julho de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	27/09/2011
PDS 183/2011	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	27/09/2011
PDS 187/2011	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Parceira e Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa com vistas na criação de um Centro de Cooperação Policial, celebrado em Brasília, em 7 de setembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	27/09/2011
PDS 197/2011	Escolhe a Senhora ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR para o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal.	Câmara dos Deputados	27/09/2011
PDS 234/2011	Autoriza o envio de um Navio da Marinha do Brasil para compor a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano - UNIFIL.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	28/09/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 6

Aprovada pelo Plenário. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 126/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Presidente da República	14/09/2011
MSF 107/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAERCIO ANTONIO VINHAS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena.	Presidente da República	20/09/2011
MSF 121/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor IGOR KIPMAN, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.	Presidente da República	20/09/2011
MSF 116/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Rômulo Plácido Salaes.	Presidente da República	27/09/2011
MSF 124/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junta à República da Eslovênia.	Presidente da República	27/09/2011
MSF 125/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.	Presidente da República	27/09/2011

Matéria: Requerimento. Total: 105

Aprovada pela Mesa. Total: 25

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1040/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado da Saúde sobre a ameaça aos cargos dos profissionais da saúde que atuam em programas sociais no estado do Amazonas, em razão da suspensão de recursos.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 1078/2011	Tramitação conjunta - Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 59, 62 e 64, de 2011.	Ana Rita	19/09/2011
RQS 1118/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, informações sobre a salvaguarda de assuntos sigilosos e os impactos da desclassificação de documentos públicos para os interesses nacionais.	Fernando Collor	19/09/2011
RQS 617/2011	Requer, com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, informações acerca de denúncias veiculadas na imprensa dando conta de fraudes e desvios de recursos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Maria do Carmo Alves	19/09/2011
RQS 722/2011	Requer, nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social acerca do impacto financeiro e atuarial do possível aumento do teto de aposentadorias para os diretores do Banco do Brasil.	Ana Amélia	19/09/2011

Matéria: Requerimento. Total: 105

Aprovada pela Mesa. Total: 25

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 743/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação acerca do convênio/parceria celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e o Conselho Federal de Educação Física - CONFEF.	Marcelo Crivella	19/09/2011
RQS 833/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro das Comunicações acerca da ampliação do Plano Nacional de Banda Larga no Brasil.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 839/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações a Excelentíssima Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, sobre o histórico funcional do Senhor José Francisco Graziano da Silva.	Alvaro Dias	19/09/2011
RQS 873/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º , da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado da Ciência e Tecnologia acerca da permanência do Brasil no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e sua participação no Protocolo Suplementar sobre Responsabilidade e Compensação.	Kátia Abreu	19/09/2011
RQS 888/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento interno do Senado Federal, informações ao ministro da Justiça acerca da fiscalização para coibir condutas delituosas como o tráfico internacional de pessoas.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 889/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro do Desenvolvimento Agrário acerca da atividade extrativista de látex, principalmente no interior do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 898/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a desativação de quatro unidades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama no interior do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 899/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado da Saúde sobre as atividades da Hemobrás - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia e a obra de construção da fábrica de hemoderivados.	Alvaro Dias	19/09/2011
RQS 903/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, sobre o combate à violência contra a mulher no país, e os números da violência contra as mulheres no estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 924/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes relativas aos contratos para aquisições de serviços e materiais celebrados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT nos últimos cinco anos.	Ricardo Ferraço	19/09/2011
RQS 928/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional acerca de eventuais atrasos no cronograma das obras de transposição do rio São Francisco.	Vital do Rêgo	19/09/2011
RQS 934/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca do Plano de Negócios da Petrobras para o período 2011-2015.	Ricardo Ferraço	19/09/2011
RQS 935/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, dos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes acerca do estágio atual das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, previstas e em execução, sob a responsabilidade daquele Ministério.	Lúcia Vânia	19/09/2011
RQS 939/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, dos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Secretário de Portos da Presidência da República acerca do estágio atual das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, previstas e em execução, sob a responsabilidade daquela Secretaria.	Lúcia Vânia	19/09/2011

Matéria: Requerimento. Total: 105

Aprovada pela Mesa. Total: 25

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 945/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Senhora Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acerca do levantamento da movimentação de recursos federais transferidos aos municípios, em especial, no Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 968/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça, no âmbito da Funai, acerca da situação da população indígena no que concerne à infecção de doenças sexualmente transmissíveis.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 969/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça relativas à imigração de haitianos para o Brasil.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 970/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes acerca das obras da Transnordestina e da BR 230.	Vital do Rêgo	19/09/2011
RQS 981/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre as obras de duplicação e melhoramentos da BR 316 em trechos urbanos de Teresina, estado do Piauí.	João Vicente Claudino	19/09/2011
RQS 990/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca das entidades de assistência social que prestam serviços na área de educação superior.	Marcelo Crivella	19/09/2011

Aprovada pelo Plenário. Total: 47

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1101/2011	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente, no dia 12 de setembro de 2011, seja dedicado a comemoração especial dos 109 anos de nascimento do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira.	Rodrigo Rollemberg	01/09/2011
RQS 1110/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 26 a 30 de setembro de 2011, para representar o Senado Federal na 107ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café - OIC, a realizar-se em Londres, Reino Unido, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 23 de setembro a 1º de outubro de 2011.	Ricardo Ferraço	01/09/2011
RQS 388/2011	Requerem, nos termos dos arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 05 de outubro de 2011 seja destinado a celebrar os 23 anos de aniversário da promulgação da Constituição Federal.	Randolfe Rodrigues	01/09/2011
RQS 740/2011	Homenagem à criação dos estados do Amapá, Roraima e Tocantins no período do expediente da sessão de 05 de outubro de 2011.	Randolfe Rodrigues	01/09/2011
RQS 1098/2011	Alteração do nome da instituição a ser homenageada na sessão do dia 22 de setembro do corrente.	Marta Suplicy	06/09/2011
RQS 297/2011	Requerem, nos termos dos artigos 154, § 5º e 199, § 1º, c/c art. 160, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial para comemoração do Dia do Administrador, a realizar-se no dia 15 de setembro de 2011, no período do Expediente.	Cyro Miranda	06/09/2011
RQS 589/2011	Solicita a realização de sessão especial para comemorar o Dia do Administrador, a realizar-se no dia 26 de setembro próximo.	Cyro Miranda	06/09/2011
RQS 1018/2011	Requer, nos termos regimentais, Voto de Aplauso à ministra, jurista, docente, ex-procuradora de carreira e ex-desembargadora federal ELLEN GRACIE NORTHFLEET pelos seus relevantes serviços prestados à Justiça do País.	Eunício Oliveira	14/09/2011
RQS 1031/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011.	Cyro Miranda	14/09/2011
RQS 1032/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011.	Cyro Miranda	14/09/2011
RQS 1033/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007.	Cyro Miranda	14/09/2011

Matéria: Requerimento. Total: 105

Aprovada pelo Plenário. Total: 47

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1038/2011	Desapensamento de matérias - Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2008; e 340, de 2011.	João Vicente Claudino	14/09/2011
RQS 1045/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 20 e 21, de 2011; 90, de 2007; e 150, de 2005.	Valdir Raupp	14/09/2011
RQS 1065/2011	Requer, nos termos do art. 160, combinado com os artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de comemoração especial, no período do expediente da sessão do dia 28 de setembro de 2011, com a finalidade de homenagear o 218º Círio de Nazaré.	Marinor Brito	14/09/2011
RQS 1069/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2011.	Armando Monteiro	14/09/2011
RQS 1136/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 06 a 16 de outubro de 2011, para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 66ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, que estará ausente do País no mesmo período.	Demóstenes Torres	14/09/2011
RQS 1674/2009	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Aplauso a Cássio Roberto de Almeida Romano, diretor da Casa do Brasil em Madri, Espanha, pela conquista do Prêmio Brasil 2009, na categoria Cultura, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Espanha.	Alvaro Dias	14/09/2011
RQS 62/2010	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Nelson Mandela em celebração aos 20 anos de sua libertação.	Paulo Paim	14/09/2011
RQS 759/2011	Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao DIA INTERNACIONAL DO REFUGIADO, comemorado no dia 20 de junho.	João Pedro	14/09/2011
RQS 924/2010	Alteração de despacho para que o Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2009, tramite também pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Serys Slhessarenko	14/09/2011
RQS 1140/2011	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 06 e 16 de outubro de 2011, para representar o Senado Federal, na qualidade de observador parlamentar, na 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York, Estados Unidos.	Sérgio Petecão	15/09/2011
RQS 1150/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federaç, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 21 e 22 de setembro de 2011, com ônus para a Casa, quando estará participando do VIII Fórum Nacional de Defesa Civil, a realizar-se no Centro Cultural e de Exposição Ruth Cardoso, no município de Maceió/AL.	Casildo Maldaner	15/09/2011
RQS 1055/2011	Desapensamento de matérias - Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2011, seja desapensada da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2011.	Eduardo Suplicy	20/09/2011
RQS 1100/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2009.	Marta Suplicy	20/09/2011
RQS 1123/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2011.	Armando Monteiro	20/09/2011
RQS 1158/2011	Solicita, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, autorização para ausentar-se do País nos dias 22 e 23 de setembro, para participar da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional do Parlamento Latino-Americano - Parlatino, que será realizada na cidade de Oranjestad, em Aruba.	Eduardo Suplicy	20/09/2011
RQS 1160/2011	Requer, nos termos do art. 13 combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de missão de representação, com ônus para Casa, no dia 23 de setembro de 2011, quando estará presidindo audiência pública da CPI do ECAD, criada pelo Requerimento nº 547, de 2011, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.	Randolfe Rodrigues	20/09/2011
RQS 1167/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 6 a 14 de outubro de 2011, para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 66ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.	Pedro Taques	20/09/2011
RQS 387/2011	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Período do Expediente da Sessão do dia 17 de outubro de 2011, ou data a ser posteriormente designada, dedicado a homenagear os 94 anos de nascimento do Professor Afonso Pereira.	Wilson Santiago	20/09/2011

Matéria: Requerimento. Total: 105

Aprovada pelo Plenário. Total: 47

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 959/2011	Solicita que também seja celebrado durante o Período do Expediente da Sessão Plenária do dia 17 de outubro, o Dia do Professor.	Wilson Santiago	20/09/2011
RQS 1173/2011	Requer, nos termos do art. 13 combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no dia 23 de setembro de 2011, a fim de participar de audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do ECAD, a realizar-se na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.	Ciro Nogueira	21/09/2011
RQS 1157/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal na 107ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café - OIC, na cidade de Londres, Reino Unido, conforme programação em anexo. Comunica ainda que estará ausente do País no período de 26 a 30 de setembro de 2011.	Cícero Lucena	22/09/2011
RQS 1174/2011	Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 6 a 13 de outubro de 2011, para representar o Senado Federal na qualidade de observadora parlamentar dos trabalhos da 66ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA, comunica nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 6 a 13 de outubro de 2011.	Marta Suplicy	22/09/2011
RQS 1179/2011	Requer, nos termos do artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada licença autorizada, sua ausência dos trabalhos da Casa para participar em várias cidades do país, dos Seminários Regionais aprovados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para "discussão das Propostas de Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período 2012-2015",conforme dispõe o § 2º do art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. Os referidos seminários serão realizados nas seguintes datas: 27/09, 29/09, 30/09, 06/10, 17/10 e 18/10.	Acir Gurgacz	22/09/2011
RQS 1180/2011	Requer, nos termos do artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa nos dias 27 de setembro, bem como nos dias 03, 06 e 18 de outubro de 2011, em face dos Seminários Regionais aprovados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para "discussão das Propostas de Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período de 2012-2015", conforme dispõe o § 2º do art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.	Walter Pinheiro	22/09/2011
RQS 1181/2011	Requer, nos termos do artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, para participar dos Seminários Regionais aprovados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para "discussão das Propostas de Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período de 2012-2015", conforme dispõe o § 2º do art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.Os referidos seminários serão realizados nas seguintes datas: 27/09, 30/09, 06/10, 17/10 e 18/10.	Vital do Rêgo	22/09/2011
RQS 1068/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 489, de 2008; 150 e 408, de 2009; 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; e 106, de 2011.	Ana Amélia	27/09/2011
RQS 1133/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.	Eduardo Braga	27/09/2011
RQS 1135/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2007	Armando Monteiro	27/09/2011
RQS 1188/2011	Desapensamento de matérias.	Jayme Campos	27/09/2011
RQS 1189/2011	Urgência para matéria - Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011.	Humberto Costa	27/09/2011
RQS 1187/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença no período de 11 a 15 de outubro de 2011, para representar o Senado Federal na Sessão Cerimonial da Assembleia Geral da Associação Médica Mundial, em Montevidéu, Uruguai. Comunica, por oportuno, que estará ausente do País no mesmo período.	Eduardo Amorim	28/09/2011
RQS 1190/2011	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 574, de 2011, e do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, por disporem sobre matéria correlata.	Francisco Dornelles	28/09/2011
RQS 1191/2011	Tramitação conjunta - Projeto de Lei do Senado nº 574, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.	Francisco Dornelles	28/09/2011

Matéria: Requerimento. Total: 105

Aprovada pelo Plenário. Total: 47

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1192/2011	Requer, nos termos do art. 13 combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 30 de setembro de 2011, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação no Rio de Janeiro, oportunidade em que estará presidindo audiência pública da CPI do ECAD, criada pelo Requerimento nº 547, de 2011.	Randolfe Rodrigues	28/09/2011
RQS 1193/2011	Adiamento da Sessão Especial destinada a comemorar o Dia do Engenheiro Agrônomo, a fim de ser realizada em data oportuna.	Blairo Maggi	28/09/2011
RQS 1197/2011	Urgência para matéria - PDS 234, de 2011.	Jayme Campos	28/09/2011

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1138/2011	Retirada de matéria - Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2010.	Marcelo Crivella	14/09/2011
RQS 1151/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2011.	Francisco Dornelles	19/09/2011
RQS 1155/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2007.	Marcelo Crivella	19/09/2011
RQS 1159/2011	Retirada de matéria - Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2011.	Aloysio Nunes Ferreira	20/09/2011
RQS 1207/2011	Requer, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção nos anais do Senado do editorial "Um Filho Exemplar", do Jornal O Estado de São Paulo, publicado no dia 29 de setembro de 2011, abordando a eleição da deputada Ana Arraes para compor o Tribunal de Contas da União (TCU).	Jarbas Vasconcelos	29/09/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 24

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1116/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Governo do Estado do Amazonas, bem como ao povo amazonense, pelos 161 anos da Elevação do Amazonas à Categoria de Província, comemorados no dia 5 de setembro de 2011.	Vanessa Grazziotin	05/09/2011
RQS 1117/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso às atletas olímpicas Fabiana Murer e Fabiana Beltrame, que conquistaram a 1ª medalha de ouro em suas modalidades - salto com vara e remo, respectivamente - para o Brasil no Mundial de Atletismo, na Coreia do Sul.	Vanessa Grazziotin	05/09/2011
RQS 1120/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso à Agência de Fomento do Estado do Amazonas - Afeam, que comemora 12 anos no dia 2 de setembro de 2011.	Vanessa Grazziotin	05/09/2011
RQS 1124/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado VOTO DE LOUVOR AO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE ITABAPOANA pelo aniversário de 72 anos, completados no dia 15 de agosto de 2011.	Lindbergh Farias	06/09/2011
RQS 1125/2011	Requer, de acordo com as tradições da casa, homenagens pelo falecimento do Sr. Manoel Celestino Chagas, pai do Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Déda, e do Desembargador Cláudio Dinart Déda Chagas, assim como inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família.	Antonio Carlos Valadares	06/09/2011
RQS 1127/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao atleta Rogério Ceni, goleiro do São Paulo Futebol Clube, que, no dia 7 de setembro de 2011, completou a milésima partida defendendo seu time.	Eduardo Suplicy	08/09/2011
RQS 1128/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao jornal AMAZONAS EM TEMPO pelos seus 24 anos de fundação.	Vanessa Grazziotin	12/09/2011

Matéria: Requerimento. Total: 105

Encaminhada pela Presidência. Total: 24

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1129/2011	Requer, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Ministro da Defesa da República de Cuba, general Julio Casas Regueiro.	Vanessa Grazziotin	12/09/2011
RQS 1130/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao 27º Festival da Canção de Itacoatiara do Amazonas e à vencedora da versão 2011, a amazonense Karine Aguiar, bem como seja encaminhado o referido voto à senhora Ana Cláudia Nogueira, representante da Airma - Associação dos Itacoatiarenses Residentes em Manaus, promotora do Festival.	Vanessa Grazziotin	12/09/2011
RQS 1131/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao senhor Antônio Peixoto de Oliveira, prefeito do município de Itacoatiara, pela realização e grande sucesso do 27º Festival da Canção de Itacoatiara do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	12/09/2011
RQS 1134/2011	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do engenheiro químico Expedito Parente, ocorrido em 13 de setembro de 2011, em Fortaleza.	Inácio Arruda	13/09/2011
RQS 1141/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 13 de setembro de 2011, do Sr. OLINTO PONSSIANO LIMA, empresário de sucesso por mais de 30 anos no Estado do Amapá, duas vezes condecorado como empresário do ano. Solicita também apresentação de condolências à sua esposa, Srª Estelita Pereira Duarte Ponssiano Lima e aos seus cinco filhos.	Geovani Borges	15/09/2011
RQS 1144/2011	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações pelo aniversário de 90 anos do cardeal Dom PAULO EVARISTO ARNS, arcebispo emérito de São Paulo.	Eduardo Suplicy	15/09/2011
RQS 1145/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, pelos 30 anos do programa VIVA MARIA, da Rádio Nacional, comemorado no dia 14 de setembro.	Vanessa Grazziotin	15/09/2011
RQS 1152/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da senhora MARIA DOS SANTOS LITAIF, Coordenadora de Cultura e primeira-dama do município de Alvarães, estado do Amazonas, ocorrido no dia 17 de setembro de 2011.	Vanessa Grazziotin	19/09/2011
RQS 1163/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, aos 100 anos de existência de Carauari/AM, comemorados no dia 27 de setembro, bem como seja encaminhado o referido voto ao Senhor Prefeito Francisco Costa dos Santos.	Vanessa Grazziotin	20/09/2011
RQS 1164/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Louvor ao Jornal do Brasil, pelo aniversário de 1 ano de sua versão digital, completado no dia 1º de setembro.	Lindbergh Farias	20/09/2011
RQS 1168/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos ao artista parintinense cartunista ROGÉRIO MASCARENHAS, que recebeu o "Oscar" das histórias em quadrinhos (HQs), no dia 16 de agosto de 2011.	Vanessa Grazziotin	21/09/2011
RQS 1169/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos aos 30 anos da Coluna Social do ALEX DENERIAZ do Jornal "A Crítica".	Vanessa Grazziotin	21/09/2011
RQS 1194/2011	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-jogador de futebol Luiz Carlos Machado, o Escurinho, ocorrido no dia 27 de setembro de 2011, em Porto Alegre.	Paulo Paim	28/09/2011
RQS 1198/2011	Requerem, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Pesar à viúva do jornalista ANTÔNIO CARLOS PORTO, falecido no dia 27 de setembro de 2011.	Ana Amélia	28/09/2011
RQS 1200/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao escritor amazonense FRANCISCO MARQUES DE VASCONCELOS FILHO pela sua eleição para a Academia Amazonense de Letras.	Vanessa Grazziotin	29/09/2011
RQS 1205/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL - AMP-RS pela passagem dos 70 anos de sua fundação.	Ana Amélia	29/09/2011

Matéria: Requerimento. Total: 105

Encaminhada pela Presidência. Total: 24

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1206/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à MASSEY FERGUSON DO BRASIL S/A pela passagem dos 50 anos de instalação no Brasil.	Ana Amélia	29/09/2011

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 917/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 495, de 2007, e 106, de 2011.	João Durval	27/09/2011

Publicada. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1108/2011	Requer, nos termos do art. 222 Regimento Interno do Senado Federal, que seja apresentado VOTO DE REGOZIJO pelo nascimento da pintora Tarsila do Amaral, ocorrido no dia 1º de setembro de 1886. A homenageada faleceu em 17 de janeiro de 1973.	Lindbergh Farias	01/09/2011
RQS 1148/2011	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar pela morte do Professor Doutor EXPEDITO PARENTE, aos 70 anos, na madrugada da última terça-feira, dia 13 de setembro de 2011.	Eunício Oliveira	15/09/2011
RQS 1149/2011	Requer, nos termos regimentais, que seja aprovado voto de aplauso à FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ, presidida pelo Sr. Airton Queiroz, na oportunidade do nono aniversário da Campanha "Doe de Coração", que ajudou a fazer de Fortaleza (CE) o terceiro maior centro de transplantes de órgãos do país.	Eunício Oliveira	15/09/2011

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 64

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
397-M	Cícero Lucena	13	01.09	Atividade Parlamentar
398-M	José Agripino	13	06.09	Atividade Parlamentar
399-M	Reditario Cassol	13	06.09	Atividade Parlamentar
400-M	Kátia Abreu	43, II	01.09	Licença Particular
401-M	Renan Calheiros	43, II	01.09	Licença Particular
402-M	Valdir Raupp	13	01.09	Atividade Parlamentar
403-M	Paulo Bauer	13	05 a 08.09	Atividade Parlamentar
404-M	Eduardo Amorim	13	06 e 08.09	Atividade Parlamentar
405-M	Garibaldi Alves	13	06 a 08.09	Atividade Parlamentar
406-M	Alfredo Nascimento	13	06.09	Atividade Parlamentar
407-M	Sérgio Petecão	13	30 e 31.08; 01, 06 e 08.09	Atividade Parlamentar
408-M	Cristovam Buarque	13	06.09	Atividade Parlamentar
409-M	Pedro Simon	13	06.09	Atividade Parlamentar
410-M	Wilson Santiago	13	06 e 08.09	Atividade Parlamentar
411-M	Lobão Filho	43, II	06.09	Licença Particular
412-M	Mário Couto	13	06.09	Atividade Parlamentar
413-M	Kátia Abreu	43, II	06.09	Licença Particular
414-M	Renan Calheiros	43, II	06.09	Licença Particular
415-M	Vicentinho Alves	43, I	01.09	Licença Saúde
416-M	Marta Suplicy	13	13.09	Atividade Parlamentar
417-M	Vital do Rêgo	13	13.09	Atividade Parlamentar
418-M	Eduardo Amorim	13	15.09	Atividade Parlamentar
419-M	Magno Malta	13	14.09	Atividade Parlamentar
420-M	Marinor Brito	43, I	05 a 16.09	Licença Saúde
421-M	Sérgio Souza	13	15.09	Atividade Parlamentar
422-M	Magno Malta	13	15.09	Atividade Parlamentar
423-M	Renan Calheiros	13	15.09	Atividade Parlamentar
424-M	Mozarildo Cavalcanti	13	19 a 23.09	Atividade Parlamentar
425-M	Jorge Viana	13	22.09	Atividade Parlamentar
426-M	Fernando Collor	13	20.09	Atividade Parlamentar
427-M	Lobão Filho	43, II	20.09	Licença Particular
428-M	João Ribeiro	13	22.09	Atividade Parlamentar
429-M	Alfredo Nascimento	13	22.09	Atividade Parlamentar
430-M	Benedito de Lira	13	22.09	Atividade Parlamentar
431-M	Valdir Raupp	13	22.09	Atividade Parlamentar
432-M	Clésio Andrade	43, II	11 e 13.10	Licença Particular
433-M	Aloysio Nunes Ferreira	13	21 e 22.06	Atividade Parlamentar (aditamento ao RQS nº 244, de 2011-M)
434-M	Sérgio Souza	13	27 a 29.09	Atividade Parlamentar
435-M	Delcídio do Amaral	13	22.09	Atividade Parlamentar
436-M	Renan Calheiros	13	22.09	Atividade Parlamentar
437-M	Garibaldi Alves	13	27 a 30.09	Atividade Parlamentar
438-M	Roberto Requião	13	04 a 08.10	Atividade Parlamentar
439-M	João Durval	13	28 e 29.09	Atividade Parlamentar
440-M	Flexa Ribeiro	13	28.09	Atividade Parlamentar
441-M	Jorge Viana	13	28.09	Atividade Parlamentar
442-M	Jorge Viana	13	29.09	Atividade Parlamentar
443-M	Eduardo Braga	13	28 e 29.09	Atividade Parlamentar
444-M	Cristovam Buarque	43, II	11 e 13.10	Licença Particular
445-M	Cristovam Buarque	13	30.09 a 10.10	Atividade Parlamentar
446-M	Marinor Brito	13	21 e 22.09	Atividade Parlamentar
447-M	Fernando Collor	13	27.09	Atividade Parlamentar
448-M	Casildo Maldaner	43, I	21.09 a 11.10	Licença Saúde
449-M	Randolfe Rodrigues	13	29.09	Atividade Parlamentar
450-M	Eduardo Amorim	13	29.09	Atividade Parlamentar
451-M	Acir Gurgacz	43, II	04.10	Licença Particular
452-M	Benedito de Lira	13	29.09	Atividade Parlamentar
453-M	Inácio Arruda	13	29.09	Atividade Parlamentar
454-M	Valdir Raupp	13	29.10	Atividade Parlamentar
455-M	Armando Monteiro	13	06 a 16.10	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
456-M	Kátia Abreu	13	03 a 07.10	Atividade Parlamentar
457-M	Armando Monteiro	13	29.09	Atividade Parlamentar
458-M	Ângela Portela	40, sem ônus	02 a 05.10	Atividade Parlamentar
459-M	Renan Calheiros	13	29.09	Atividade Parlamentar
460-M	Paulo Davim	13	29.09	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 30/09/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	03
Conjunta Solene	-
Total	**03**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovado)	04
Lidas	**Quantidade**
Vetos (dispositivos)	49
PLN	02
PRN	01

Resenha Consolidada
02/02 a 30/09/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	08
Conjunta Solene	06
Total	**14**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
PLN (aprovado)	09
Retificações (aprovadas)	02
Total	**12**

Sessões Realizadas
01 a 30/09/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta	1º/09/2011, às 12 horas Suspensa em 1º/09/2011, às 13h39min. Encerrada por Ofício em 06/09/2011 (Ofício nº 469/2011-CN, lido na sessão do Senado Federal de 06/09/2011) (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 3, 6 e 10, de 2011.
Conjunta	13/09/2011, às 19 horas Suspensa em 13/09/2011, às 21h07min – reaberta em 15/09/2011, às 12 horas. (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 3, 6 e 10, de 2011.
Conjunta	27/09/2011, às 19 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 3, 6, 10 e 13, de 2011.

Matérias Apreciadas
01 a 30/09/2011

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
86/2011-CN (n° 344/2011, na origem)	PL n° 28/2011-CN	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.	1º/09/2011 às 12 horas	Lido
87/2011-CN (n° 345/2011, na origem)	PL n° 29/2011-CN	Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015.	1º/09/2011 às 12 horas	Lido
82/2011-CN (nº 340/2011, na origem)	PLC nº 17/2011 (nº 4.495/2008, na Casa de origem) Veto Parcial nº 21/2011	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de **Sommelier.**	1º/09/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 02
83/2011-CN (nº 341/2011, na origem)	PLC nº 27/2011 (nº 3.232/2004, na Casa de origem) Veto Parcial nº 22/2011	Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.	1º/09/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 26
84/2011-CN (nº 342/2011, na origem)	PLV nº 18/2011 (oriundo da MP nº 528/2011) Veto Parcial nº 23/2011	Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002.	1º/09/2011 às 12 horas	Lidos Dispositivos: 09
88/2011-CN (nº 368/2011, na origem)	PLC nº 116/2010 (nº 29/2007, na Casa de origem) Veto Parcial nº 24/2011	Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.	15/09/2011 às 19 horas (sessão iniciada em 13/09/2011)	Lidos Dispositivos: 02
-	PRN nº 3/2011	Altera a Resolução nº 1, de 2006-CN, para dispor sobre o Orçamento Cidadão.	15/09/2011 às 19 horas (sessão iniciada em 13/09/2011)	Lido

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
41/2011-CN (nº 171/2011, na origem)	PL n° 3/2011-CN Leitura: 06/06/2011	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 999.119.180,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	27/09/2011 às 19 horas	Aprovado. À sanção.
45/2011-CN (nº 195/2011, na origem)	PL n° 6/2011-CN Leitura: 13/06/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 88.331.000,00, para o fim que especifica e dá outras providências.	27/09/2011 às 19 horas	Aprovado. À sanção.
50/2011-CN (nº 210/2011, na origem)	PL n° 10/2011-CN Leitura: 20/06/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 38.062.926,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	27/09/2011 às 19 horas	Aprovado. À sanção.
56/2011-CN (nº 225/2011, na origem)	PL n° 13/2011-CN Leitura: 28/06/2011	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	27/09/2011 às 19 horas	Aprovado. À sanção.
91/2011-CN (nº 382/2011, na origem)	PLC nº 188/2010 (nº 4.751/2009, na Casa de origem) Veto Total nº 25/2011	Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas.	27/09/2011 às 19 horas	Lidos Dispositivos: 01
92/2011-CN (nº 383/2011, na origem)	PLV nº 21/2011 (oriundo da MP nº 532/2011) Veto Parcial nº 26/2011	Altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010; o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências.	27/09/2011 às 19 horas	Lidos Dispositivos: 09

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 30/09/2011

Nº	Assunto
37/2011 (public. no DOU de 05/09/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 538, de 1º de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2011, Edição Extra, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea “g” do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências".
38/2011 (public. no DOU de 22/09/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 539, de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2011, que "Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências".
39/2011 (public. no DOU de 23/09/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2011, que "Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona, e dá outras providências".
40/2011 (public. no DOU de 23/09/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 541, de 2 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2011, que "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação, altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 30/09/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
508/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão n° 24, de 2011 (Medida Provisória n° 535, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 28 de setembro do corrente ano, que "Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n°s 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006".
507/2011 CN	Sra. Gleisi Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil	Encaminha a Mensagem n° 44, de 2011-CN, submetendo à sanção presidencial os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão n° 24, de 2011, que "Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n°s 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006".
506/2011 CN	Sra. Gleisi Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil	Encaminha a Mensagem n° 43, de 2011-CN, submetendo à sanção presidencial os autógrafos do Projeto de Lei n° 13, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 44.891.709,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
505/2011 CN	Sra. Gleisi Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil	Encaminha a Mensagem n° 42, de 2011-CN, submetendo à sanção presidencial os autógrafos do Projeto de Lei n° 10, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 38.062.926,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
504/2011 CN	Sra. Gleisi Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil	Encaminha a Mensagem n° 41, de 2011-CN, submetendo à sanção presidencial os autógrafos do Projeto de Lei n° 6, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 88.331.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências".
503/2011 CN	Sra. Gleisi Hoffmann – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil	Encaminha a Mensagem n° 40, de 2011-CN, submetendo à sanção presidencial os autógrafos do Projeto de Lei n° 3, de 2011-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 999.119.180,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
498/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 92, de 2011-CN (nº 383/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2011 (Oriundo da Medida provisória nº 532, de 2011), que "Altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010; o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
497/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 91, de 2011-CN (nº 382/2011, na origem), na qual comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2010 (PL nº 4.751, de 2009, nessa Casa), que "Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
496/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que em relação ao Parecer nº 17, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, publicado no DSF do dia 13/07/2011, concluindo por solicitações de informações a diversos órgãos e pelo arquivamento dos Avisos do Congresso Nacional nºs 23 e 36, de 2010, e nºs 5 e 6, de 2011 – Relatórios de Atividades do TCU do exercício de 2010 – os processados das matérias serão encaminhados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
495/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.592-GP/TCU, de 2011, na origem, do Senhor Presidente do TCU, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave nas obras que menciona. A matéria publicada no DSF de 23/09/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
494/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado o processado do Projeto de Resolução nº 3, de 2011-CN (1ª autuação), que "Altera a Resolução nº 1, de 2006, para dispor sobre o Orçamento Cidadão", nos termos do disposto no art. 128, § 3º, do Regimento Comum do Congresso Nacional.
493/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão n° 23, de 2011 (Medida Provisória n° 534, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, com emenda de redação, em sessão realizada no dia 21 de setembro do corrente ano, que "Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital **tablet PC** produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011".
491/2011 CN	Dom Sérgio da Rocha – Arcebispo da Arquidiocese de Brasília	Comunica o convite em nome do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a Vossa Reverendíssima para oficiar a tradicional Missa de Ação de Graças pelo encerramento dos trabalhos deste ano legislativo, a realizar-se no dia 08 de dezembro próximo, quinta-feira, às 11 horas, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
490/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 27 (vinte e sete) de setembro do corrente, terça-feira, às 19 (dezenove) horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 3, 6, 10 e 13, de 2011.
489/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, a Mensagem nº 93, de 2011-CN (nº 388/2011, na origem), encaminhando nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 21/09/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
488/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Procuradoria-Geral da República o Ofício nº 1.127, de 2011, encaminhando o Ofício nº 967, de 2011, da Subprocuradoria-Geral da Repíblica, sobre recomendações do Ministério Público Federal referente a orçamento de obras públicas. O expediente, acompanhado de mídia em meio eletrônico, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
487/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está publicado, no DSF do dia 15/09/2011, o Parecer nº 42, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a prestação de contas do TCU relativa ao exercício de 2010 (AVN nº 8/2011), concluindo pela apresentação de projeto de decreto legislativo. Nos termos do disposto no art. 142 do Regimento Comum, a matéria terá sua tramitação iniciada nessa Casa.
486/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 88, de 2011-CN (nº 368/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (PL nº 29, de 2007, nessa Casa), que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
485/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, nos termos do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, a Mensagem nº 90, de 2011-CN (nº 378/2011, na origem), encaminhando o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período de 2008/2011, ano base 2010. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 16/09/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
484/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 377, de 2011, na origem, encaminhando Informações Complementares ao Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012", nos termos do art. 10 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 16/09/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
482/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão n° 22, de 2011 (Medida Provisória n° 533, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 14 de setembro do corrente ano, que "Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal,com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências".
480/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que tendo em vista manifestações do Senador Eduardo Amorim, do Deputado Hugo Leal e outros Senhores Parlamentares, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 26 de outubro do corrente, quarta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a homenagear os 70 anos do Ministério da Aeronáutica e Força Aérea Brasileira - FAB. Solicita a indicação do orador dessa Casa na solenidade.
479/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 89, de 2011-CN (nº 369, de 2011, na origem), indicando, nos termos do § 1º do art. 4º do Regimento Comum, o Senhor Senador José Pimentel para exercer a função de Líder do Governo no Congresso Nacional. A matéria será publicada no DSF de 14/09/2011.
478/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que estão publicados, no DSF do dia 09/09/2011, os seguintes pareceres da CMO: - Parecer nº 37, de 2011-CN, concluindo pelo arquivamento da MCN nº 14, de 2011-CN, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011; - Parecer nº 38, de 2011-CN, concluindo pelo arquivamento das seguintes matérias, referentes ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, exercício de 2011: MCN nº 20/2011-CN - Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 1º bimestre de 2011; e MCN nº 35/2011-CN - Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2º bimestre de 2011; - Parecer nº 39, de 2011-CN, concluindo pelo arquivamento da MCN nº 67, de 2011-CN, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 3º bimestre de 2011; e - Parecer nº 40, de 2011-CN, concluindo pelo arquivamento do AVN nº 14, de 2011-CN, que encaminha o Relatório de Atividades do TCU referente ao 1º trimestre de 2011. As matérias vão ao Arquivo.
477/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.294-Seses-TCU-Plenário, de 2011 na origem, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.280/2011-TCU-Plenário, informando que não foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona. A matéria publicada no DSF de 09/09/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
476/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está publicado, no DSF de 07/09/2011, o Parecer nº 36, de 2011-CN, da CMO, concluindo pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) para 2004-2007: - MCN 107/2006 – Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 (Ano-base 2005); - MCN 122/2007 – Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 (Ano-base 2006); e - MCN 112/2008 – Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 (Ano-base 2007).
475/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica a publicação dos seguintes pareceres: - Pareceres nºs 14, 15, 16 e 17, de 2011-CN, da CMO (DSF de 13/07/2011); - Pareceres nºs 24, 25, 26, 27 e 28, de 2011-CN, da CMO (DCN de 08 e 14/07/2011); - Pareceres nºs 29 e 30, de 2011-CN, da CMO (DSF de 19/07/2011); e - Parecer nº 36, de 2011-CN, da CMO (DSF de 07/09/2011). As matérias vão ao Arquivo.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
474/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 543, de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado".
473/2011-CN	Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos – Procurador-Geral da República	Comunica que em atenção ao Ofício PGR/GAB nº 1.023, de 24 de agosto de 2011, encaminha cópia do Ofício ADM nº 96, de 2011, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que encaminhou informações sobre emendas parlamentares, solicitadas pelo Ofício OF/PR/MT nº 3.298, de 2011, da Procuradoria da República em Mato Grosso, referente à Ação Civil Pública em epígrafe.
472/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 84, de 2011-CN (nº 342/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 528, de 2011), que "Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
471/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 83, de 2011-CN (nº 341/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011 (PL nº 3.232, de 2004, nessa Casa), que "Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
470/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 82, de 2011-CN (nº 340/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2011 (PL nº 4.495, de 2008, nessa Casa), que "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de **Sommelier**". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
469/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, tendo em vista o prolongamento da Sessão da Câmara dos Deputados nesta data, não sendo possível, assim, a reabertura da Sessão Conjunta iniciada em 1º de setembro do corrente, e considerando acordo de lideranças no sentido do encerramento da referida Sessão Conjunta, a Presidência a declara encerrada e convoca Sessão Conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 13 de setembro do corrente, terça-feira, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 3, 6 e 10, de 2011.
468/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Banco Central do Brasil o Aviso nº 21, de 2011-CN (nº 94-BCB, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1º semestre de 2011. A matéria publicada no DSF de 1º/09/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
465/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 355, de 2011, na origem, submetendo à apreciação do Congresso Nacional as proposições encaminhadas ao Poder Executivo pelo Poder Judiciário e Ministério Público Federal. A matéria será juntada ao Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN e publicada em suplemento ao DSF de 03/09/2011.
462/2011-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU o Aviso nº 20, de 2011-CN (1.478-GP/TCU, de 2011 na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 171 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do TCU, referente ao 2º trimestre do exercício de 2011. A matéria publicada no DSF de 1º/09/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
1º a 30/09/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	02
Extraordinárias (REX)	01
Audiências Públicas (RAP)	01
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	04
Total	**08**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	01	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	02	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	**03**	**-**

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**2**	**1**				
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		**1**				
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário						
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	**6**	**1**				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas		1				
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	6					
Mensagens CN (MCN)	**1**					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA	1					
- Outras Matérias						
Ofícios CN (OFN)						
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias						
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	**6**	**1**	**1**			
Emendas	**38**	**17**	**1**			
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	**53**	**20**	**2**			

Resenha Consolidada
29/03 a 30/09/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	01
Ordinárias (ROR)	19
Extraordinárias (REX)	08
Audiências Públicas (RAP)	03
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	02
Seminários Regionais (SREG)	04
Total	**37**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	01	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	10	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	02	01
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	18	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	**31**	**01**

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**29**	**7**			**2**	
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		6				
• Substitutivo						
- LDO/Alteração		1				
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**5**					**1**
• Texto Original						3
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						1
Avisos CN (AVN)	**64**	**32**				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	3					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011		1				
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	3	2				
- Parecer Prévio do Governo Federal	3	1				
- Outras Matérias	55	28				
Mensagens CN (MCN e MSG)	**49**	**12**				
- Prestação de Contas	7	1				
- Relatório de Avaliação do PPA	6	3				
- Outras Matérias	36	8				
Ofícios CN (OFN)	**113**	**42**				
- Prestação de Contas	29	10				
- Outras Matérias	84	32				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	**2**					
Proposições SF	**4**					
Requerimentos CMO (RCMO)	**32**	**16**	**6**			
Emendas	**3.768**	**3.139**	**12**			
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	**2**	**2**				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)	**1**	**1**				
TOTAL	**4.069**	**3.251**	**18**		**2**	**5**

Resultados das Reuniões
01 a 30/09/2011

Reunião realizada em 13 de setembro de 2011 (Ordinária)

18ª Reunião Ordinária
convocada para 13/9/2011, às 14h30min
(Iniciada e suspensa às 15h01min)
(Reiniciada às 15h11min e encerrada às 15h26min)

Pauta nº 20/2011

ABERTURA

Às 15 horas e 1 minuto, os trabalhos foram abertos pelo 3º Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto (PP/BA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* e suspensos em seguida, para continuação de reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO.

Às 15 horas e 11 minutos, o Presidente em exercício, Deputado Roberto Britto, reabriu os trabalhos.

AVISO

O Presidente em exercício informou que no **dia 14 de setembro, quarta-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir a **Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**, Sra. **MIRIAM APARECIDA BELCHIOR,** que irá discorrer sobre a Proposta Orçamentária para 2012 (Projeto de Lei nº 28/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei que Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012"), e sobre o Plano Plurianual 2012 – 2015, (Projeto de Lei nº 29/2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015").

Apreciação da Ata corrigida da 14ª Reunião Ordinária

O Presidente em exercício comunicou que na 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/8/2011, foi aprovada a Ata da 14ª Reunião Ordinária, realizada 9/8/2011. Entretanto, após a aprovação, foi constatado pela Secretaria da CMO, um erro no texto, exatamente no "ENCERRAMENTO", a saber: ... "observado o disposto no *art. 29, § 1º do Regimento Comum"...* que deverá ser retirado, ficando a redação desta frase nos seguintes termos: "**Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente em exercício encerrou a reunião**."

Na referida reunião, presidida pelo Deputado Gilmar Machado, Sua Excelência não aguardou o prazo de 30 minutos para atingimento do *quorum,* logo, não se pode fazer menção ao *art. 29, § 1º do Regimento Comum.*

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente em exercício colocou em votação a Ata corrigida da **14ª Reunião Ordinária, realizada no dia 9/8/2011.**

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura da Ata corrigida que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade.

Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:

. 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30/08/2011; e
. 7ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 31/8/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF. Nº 266/11-Gab-BSB, de 01 de setembro, do Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), solicitando a relatoria dos Projetos de Lei nºs 022 e 025/2011-CN.
2) Ofício nº 0111/2011-Gab-923, de 13 de setembro, do Deputado André Vargas (PT/PR), solicitando a relatoria do Projeto de Lei Nº 26/2011-CN.

- Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão DEFERIDO pelo Presidente:
1) OF/2011-GABDFHC, de 12 de setembro, do Gabinete do Deputado Heuler Cruvinel (DEM/GO), justificando ausência no dia 14 de setembro.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) OFÍCIO PGR/GAB/Nº 982, de 17 de agosto de 2011, do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, encaminhando o Ofício PRM/NIT/WD nº 166/11, de 5 de abril de 2011, expedido pelo Procurador da República Wanderley Sanan Dantas, através do qual solicita informações detalhadas da Emenda nº 9022.0015, apresentada ao Projeto de Lei nº 38/2008 (PLOA 2009), de autoria do Deputado Jorge Bittar (PT/RJ).
2) Ofício nº 90/SPOA/SECEX/MMA, de 24 de agosto, do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente, Fauze Martins Chequer, encaminhando informações adicionais, conforme determina o art. 93 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.
3) Ofício nº 377/GP, de 9 de setembro, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, em resposta ao Ofício nº 249/2011-CMO, agradecendo o oferecimento de espaço em reuniões de audiência pública a serem realizadas por esta Comissão, durante o mês de setembro, referentes ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012 e ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 24 de agosto:
1) Aviso n° 1.279/2011 (Acórdão nº 2.277/2011): Obras de duplicação e restauração com melhoramento na Rodovia BR-101/BA.
2) Aviso n° 1.280/2011 (Acórdão nº 2.278/2011): Obras de construção do edifício-sede do Banco Central do Brasil em Salvador/BA.
3) Aviso n° 1.281/2011 (Acórdão nº 2.279/2011): Obras de implantação do Sistema de Irrigação de Lotes de Reassentamento na Usina de Itaparica/BA.
4) Aviso n° 1.282/2011 (Acórdão nº 2.280/2011): Obra de Construção da Barragem Gasparino no município de Coronel João Sá/BA.
5) Aviso n° 1.283/2011 (Acórdão nº 2.281/2011): Obra de construção dos Blocos 1 e 2 da Faculdade de Ciências Agrárias, no Campus da Universidade Federal do Amazonas - UFAM em Manaus/AM.
6) Aviso n° 1.284/2011 (Acórdão nº 2.282/2011): Obras e serviços de construção da Barragem Fronteiras, localizada no rio Poti, no Estado do Ceará.
7) Aviso n° 1.286/2011 (Acórdão nº 2.257/2011): Obras de Construção do Rodoanel de São Paulo – Trecho Norte.
8) Aviso n° 1.288/2011 (Acórdão nº 2.262/2011): Implantação do Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2, no Estado de Minas Gerais.
9) Aviso n° 1.292/2011 (Acórdão nº 2.266/2011): Obras de construção do Hospital Universitário Júlio Müller, da Universidade Federal de Mato Grosso.
10) Aviso n° 1.299/2011 (Acórdão nº 2.260/2011): Implantação da unidade de refino de petróleo no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).
11) Aviso n° 1.304/2011 (Acórdão nº 2.267/2011): Obras de construção da BR-317, no Estado do Acre.

12) Aviso n° 1.305/2011 (Acórdão nº 2.271/2011): Obras de Construção do Contorno Rodoviário de Boa Vista - BR-174/RR.
13) Aviso n° 1.315/2011 (Acórdão nº 2.239/2011): Obra de dragagem de aprofundamento dos canais de acesso do Porto de Cabedelo, na Paraíba.
14) Aviso n° 1.318/2011 (Acórdão nº 2.270/2011): Obras de construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), localizada no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco.
15) Aviso n° 1.321/2011 (Acórdão nº 2.258/2011): Obras públicas de reforma da Colônia Agroindustrial Semiaberta, em Aparecida de Goiânia/GO.
16) Aviso n° 1.323/2011 (Acórdão nº 2.275/2011): Obras de construção e recuperação da infraestrutura da Adutora de Italuís, no Estado do Maranhão (sistema produtor de Itapecuru).
17) Aviso n° 1.324/2011 (Acórdão nº 2.233/2011): Construção da Unidade de Tratamento de Águas Contaminadas da Refinaria Duque de Caxias/RJ.

Avisos Seses de 31 de agosto:
1) Aviso n° 1.338/2011 (Acórdão nº 2.348/2011): Obras de construção da residência para idosos e reforma da Casa de Transição, em Niterói/RJ.
2) Aviso n° 1.340/2011 (Acórdão nº 2.349/2011): Obras de construção do Centro de Observação Criminológica no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.
3) Aviso n° 1.342/2011 (Acórdão nº 2.350/2011): Obra de reforma geral do Instituto Penal Cândido Mendes, na cidade do Rio de Janeiro – RJ.
4) Aviso n° 1.343/2011 (Acórdão nº 2.351/2011): Obras de urbanização da favela do Sapé B em São Paulo/SP.
5) Aviso n° 1.344/2011 (Acórdão nº 2.364/2011): Informações sobre representações formuladas pelo Ministério Público junto ao TCU – MPTCU.
6) Aviso n° 1.346/2011 (Acórdão nº 2.365/2011): Obras de construção de unidades habitacionais em Fortaleza – CE.
7) Aviso n° 1.370/2011 (Acórdão nº 2.360/2011): Obras de ampliação e readequação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em Teófilo Otoni/MG.
8) Aviso n° 1.371/2011 (Acórdão nº 2.371/2011): Obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), subtrecho compreendido entre Caetité e Barreiras no estado da Bahia.
9) Aviso n° 1.374/2011 (Acórdão nº 2.382/2011): Atualizar o rito processual das fiscalizações de obras públicas, em face das inovações trazidas pela Lei nº 12.465/2011, de 12/8/2011 (LDO/2012).

- Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Aviso Seses de 24 de agosto:
1) Aviso n° 1.294/2011 (Acórdão nº 2.280/2011): Obra de Construção da Barragem Gasparino no município de Coronel João Sá/BA.

ORDEM DO DIA

O Presidente em exercício ao abrir a Ordem do Dia, avisou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada, apenas, a apreciação dos itens 4 e 7, da Pauta nº 20/2011.

Pauta nº 20/2011

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Carlos Brandão.

Foram apresentadas 18 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto. Foi retirada pelo autor, Deputado Carlos Brandão, a emenda de nº 17, e com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 02, 04, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 18 e pela rejeição das demais.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

7 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 8/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do art. 56, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 101 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO para 2010), a Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2010".

Relator: Senador Francisco Dornelles.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável a aprovação das Contas do Tribunal de Contas da União, relativas ao exercício de 2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Giroto como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foi apresentada 1 emenda.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinqüenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

8 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

9 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

10 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

11 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

12 – Requerimento n° 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

13 – Apreciação do **Requerimento n° 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO*".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da INFRAERO, Senhor GUSTAVO DO VALE)*.

Autor: Deputado Marçal Filho.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia **20 de setembro, terça-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 13 de setembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 20 de setembro de 2011 (Ordinária)

19ª Reunião Ordinária
convocada para 20/9/2011, às 14h30min
(Iniciada às 15h04min e encerrada às 15h15min)

Pauta nº 21/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo 2º Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*.

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

Requerimento para inclusão na pauta do **Requerimento nº 32/2011-CMO**.
Autores: Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) – Relator do PLOA 2012, e

Senador Walter Pinheiro (PT/BA) – Relator do PPPA 2012-2015.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

Apreciação do **Requerimento n° 32/2011-CMO**, que "Requer a realização de Seminários Regionais para debater o Projeto de Lei Orçamentária para 2012 e o Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2012-2015, nos termos do *§ 2º do art. 29 e do art. 96, da Resolução nº 1, de 2006-CN*".
Autores: Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) – Relator do PLOA 2012, e

Senador Walter Pinheiro (PT/BA) – Relator do PPPA 2012-2015.

Resultado: o Deputado Ademir Camilo (PDT/MG) solicitou a inclusão de Uberlândia-MG, entre as cidades onde serão realizados os seminários regionais. O Senador Walter Pinheiro, um dos autores, acatou a sugestão e o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade com a seguinte alteração de redação: "Os seminários serão realizados nas seguintes cidades: João Pessoa – PB, Salvador – BA, São Paulo – SP, Curitiba – PR, Porto Alegre – RS, Campo Grande – MS, Goiânia – GO, Porto Velho – RO, Rio Branco – AC, Vitória – ES e **Uberlândia – MG".**

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação da matérias constantes da Pauta nº 21/2011, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011; e
. Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011.

Pauta nº 21/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".
Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.
Foi apresentada 1 emenda.
Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinqüenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 27 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 3, 7, 10, 17 a 22 e 24 e pela rejeição das demais.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinqüenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

8 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

9 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

10 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

11 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

12 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

13 – Requerimento n° 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

14 – Requerimento n° 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO*".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da INFRAERO, Senhor GUSTAVO DO VALE)*.

Autor: Deputado Marçal Filho.

15 – Requerimento n° 27/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário".

Autora: Deputada Luciana Santos.

16 – Requerimento n° 28/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e das demais entidades e órgãos envolvidos ou beneficiados pelo Plano".

Autor: Deputado Marçal Filho.

17 – Requerimento n° 29/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste- FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da SUDECO e do Presidente do Banco do Brasil S.A."

Autor: Deputado Marçal Filho.

18 – Requerimento n° 30/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho.

19 – Requerimento n° 31/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho.

20 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

21 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação da matérias constantes da Pauta nº 21/2011, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião extraordinária, para o dia **28 de setembro, quarta-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 20 de setembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 28 de setembro de 2011 (Extraordinária)

8ª Reunião Extraordinária
convocada para 28/9/2011, às 14h30min
(Iniciada e encerrada às 15h07min)

Pautas nºs 21 – Alterada e 22/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes das Pautas nºs 21 – Alterada e 22/2011, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011;
. Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011; e
. Ata da 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/9/2011.

Pauta nº 21/2011 - Alterada

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foi apresentada 1 emenda.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 27 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 3, 7, 10, 17 a 22, e 24 e pela rejeição das demais.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinqüenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

8 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

9 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

10 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

11 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

12 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

13 – Requerimento n° 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

14 – Requerimento n° 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO*".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da INFRAERO, Senhor GUSTAVO DO VALE)*.

Autor: Deputado Marçal Filho.

15 – Requerimento n° 27/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário".

Autora: Deputada Luciana Santos.

16 – Requerimento n° 28/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e das demais entidades e órgãos envolvidos ou beneficiados pelo Plano".

Autor: Deputado Marçal Filho.

17 – Requerimento n° 29/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste- FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da SUDECO e do Presidente do Banco do Brasil S.A."

Autor: Deputado Marçal Filho.

18 – Requerimento n° 30/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho.

19 – Requerimento n° 31/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho.

20 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

21 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 22/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Eduardo Braga.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011".

Relator: Deputado Geraldo Simões.

Foram apresentadas 136 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais.

3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado João Dado.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes das Pautas nºs 21 – Alterada e 22/2011, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião extraordinária, para o dia **4 de outubro, terça-feira**, **às 16 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 28 de setembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha Mensal
01 a 30/09/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Reuniões	03
Total	**03**

Matérias	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	04
Total	**04**

Resenha Consolidada
30/08 a 30/09/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	04
Total	**05**

Matérias	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	05
Total	**05**

Resultados das Reuniões
30/08 a 30/09/2011

Reunião realizada em 30 de agosto de 2011

1ª Reunião, de instalação, às 14 horas

ABERTURA

Eleição do Presidente da Comissão, Senador Sérgio Souza (PMDB/PR) e do Vice-Presidente, Deputado Alfredo Sirkis (PV/RJ);

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Reunião realizada em 30 de agosto de 2011

2ª Reunião, após o término da 1ª Reunião

ABERTURA

Deliberação de Requerimento:

Requerimento n° 1, 2011 – CMMC

"Nos termos regimentais, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de discutir a posição brasileira em relação às negociações globais sobre o clima e a política de mudanças climáticas adotada pelo Brasil. Para tanto, sugiro seja convidado o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores".

Autoria: Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Reunião realizada em 14 de setembro de 2011

3ª Reunião, às 14 h30min

ABERTURA

Primeira Parte: Audiência pública com a finalidade de discutir a posição brasileira em relação às negociações globais sobre o clima e a política de mudanças climáticas adotada pelo Brasil, conforme Requerimento nº 1, de 2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, com a presença do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores.

Segunda Parte: Deliberação de Requerimentos

Requerimento n° 2, 2011 – CMMC

"Nos termos regimentais, requeremos audiência pública desta comissão com o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Sr. Aloízio Mercadante, e com a Ministra de Meio Ambiente, a Srª Izabella Teixeira, para exporem sobre: as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças do Clima; tratar dos resultados do segundo inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa, conforme disposto na Lei 12.187, de 2009, que instituiu a Política Nacional de Mudanças do Clima; e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido como IPCC".

Autoria: Deputado Alfredo Sirkis e Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado

Requerimento n° 3, 2011 – CMMC

"Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, com o Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, destinada a apresentar as ações atuais e futuras sobre a gestão das águas no Brasil e as iniciativas perante outros países".

Autoria: Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado

Requerimento n° 4, 2011 – CMMC

"Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Regional, no Estado do Paraná, em Foz do Iguaçu, destinada a avaliar e debater a sustentabilidade ambiental e os impactos nas condições climáticas daquela região e do país, a partir da experiência decorrente da instalação da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, ficando esta Comissão responsável pela definição de uma data e pela identificação e convite dos palestrantes para audiência".

Autoria: Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Reunião realizada em 21 de setembro de 2011

4ª Reunião, às 14 h

ABERTURA

Eleição do Relator da Comissão, Deputado Márcio Macêdo (PT/SE).

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Reunião realizada em 21 de setembro de 2011

5ª Reunião, às 14 h30min

ABERTURA

Audiência pública com a finalidade de discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças do Clima; tratar dos resultados do segundo inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa, conforme disposto na Lei n° 12.187, de 2009, que "institui a Política Nacional de Mudanças do Clima"; e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido com IPCC, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, e do Deputado Alfredo Sirkis, com a presença de José Antonio Marengo Orsini, Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Deliberação de Requerimento Extrapauta:

Requerimento n° 5, 2011 – CMMC

"Nos termos regimentais, requeiro audiência pública desta comissão para tratar dos dados atualizados do IPCC sobre emissões de gases de efeito estufa, com os seguintes convidados: Paulo Artacho, Professor da USP; Emilio La Rovere, da COPPE, da UFRJ; Suzana Khan, da COPPE e da SEMA-RJ e Luiz Carlos Molion, Professor da Universidade Federal de Alagoas".

Autoria: Deputado Alfredo Sirkis

Resultado: Aprovado

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

C - SECRETARIA DE COMISSÕES
C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 30/09/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	1	3	3	7
CAS	-	5	1	6
CCJ	3	2	1	6
CE	3	5	1	9
CMA	1	1	4	6
CDH	-	10	1	11
CRE	4	2	-	6
CI	-	3	2	5
CDR	-	2	1	3
CRA	-	2	4	6
CCT	-	5	3	8
CMMC	-	3	-	3
TOTAL GERAL	12	43	21	76

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL.
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	-	-	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	-	-	-
Permanente das Micro e Peq. Empresas e do Empreendedor Individual –	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	-	-	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE	1	-	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	3	2	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, “Crack” e outras	1	-	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	-	-	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	-	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 –	-	-	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	-	-	-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável – CMARIO	-	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	1	2	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	-	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	-	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças	1	-	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	5	1	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	-	-	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	3	10	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	1	5	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	16	20	-

Proposições Apreciadas
01 a 30/09/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	-	2	4	2	-	-	-	-	-	-
CAS	-	-	-	1	2	3	-	-	1	-	-	1	-
CCJ	-	-	-	-	4	1	2	-	-	3	-	1	-
CE	-	-	-	4	-	2	2	-	-	-	-	-	-
CMA	-	-	-	2	1	1	2	-	1	-	-	-	-
CDH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	-	1	-	-	-	10	-	-	5	7
CI	-	-	-	1	1	-	3	-	-	-	-	1	-
CDR	-	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	-	-	2	49	-	-	-	-	1
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	8	13	12	18	49	12	3	-	8	8

Proposições Apreciadas
01 a 30/09/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR COM	REQ COM	PAR E REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	10
CAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	15
CCJ	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	18	-	-	33
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	17
CMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	17
CDH	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	4
CRE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	1	29
CI	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	18
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	6
CRA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	13
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	61
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
SUBTOTAL	3	1	-	1	4	-	-	-	-	-	86	-	1	227

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS (T) – Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)
PDS (NT)– Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem "SF"
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício "SF"
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição "SF"
PAR – Parecer Comissão
REQ e ADIT (COMISSÃO) - Requerimento e Aditamento de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUESTÃO ORDEM e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 30/09/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	25	10	13	48
CAS	-	32	3	35
CCJ	27	18	4	49
CE	22	28	2	52
CMA	12	6	21	39
CDH	-	64	6	70
CRE	24	19	2	45
CI	2	31	11	44
CDR	4	19	3	26
CRA	-	25	13	38
CCT	-	30	12	42
CMMC	-	5	-	5
TOTAL GERAL	116	287	90	493

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	6	16	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	4	-	-
Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual –	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF	8	6	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde –	6	7	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	16	15	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, “Crack” e	17	14	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	10	1	1
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	3	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016	12	6	-
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo	3	-	-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável –	6	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	6	9	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI	1	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre	14	2	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	1	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	15	2	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	8	9	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	5	18	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	2	5	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	144	110	1

Proposições Apreciadas
02/02 a 30/09/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	9	25	35	-	-	2	-	20	-
CAS	-	2	-	8	8	42	23	-	1	-	-	3	-
CCJ	14	2	-	7	25	21	7	-	1	5	-	9	2
CE	-	-	-	34	8	18	17	-	-	2	-	1	-
CMA	-	-	-	9	3	5	5	-	1	-	1	-	-
CDH	-	-	-	1	8	3	20	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	1	5	1	16	-	39	-	-	42	23
CI	-	-	-	3	2	-	9	-	-	-	-	13	-
CDR	-	-	-	-	3	4	12	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	2	5	10	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	2	1	3	173	-	-	-	-	1
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	14	4	-	64	75	125	157	173	42	9	1	88	26

Proposições Apreciadas
02/02 a 30/09/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR	REQ COM	PAR REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-	-	158
CAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	49	-	-	137
CCJ	24	-	-	-	12	-	-	-	-	2	91	-	-	222
CE	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	61	-	-	143
CMA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	86	-	-	112
CDH	1	1	-	5	-	-	-	2	-	-	126	-	-	167
CRE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41	-	2	171
CI	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	-	-	92
CDR	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-	49
CRA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	61	-	-	79
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	-	-	232
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	5
SUBTOTAL	37	10	1	5	12	-	-	2	-	2	718	-	2	1567

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes
01 a 30/09/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

42ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 58, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores; nº 62, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores; nº 63, de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata; nº 46, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro; nº 46-A, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores; nº 51, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares; e nº 21, de 2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação brasileira".

PARTICIPANTES

- Marconi Perillo - Governador do Estado de Goiás;
- Helenilson Cunha Pontes - Vice-Governador do Estado do Pará, representando o Governador do Estado, Simão Jatene; e
- Wellington Dias – Senador; e
- Francisco Dornelles – Senador.

43ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy, a fim de discorrer sobre o conjunto de medidas adotadas pelo Governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do País, reunidas no "Plano Brasil Maior".

PARTICIPANTE

- Aloizio Mercadante - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio estatal do petróleo, gás natural, e derivados, sobre o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a empresa pública Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), a destinação das receitas geradas pela atividade econômica para o combate às desigualdades sociais, e dá outras providências.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria "Ad Hoc": Senador Casildo Maldaner
Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE, apresentando as Emendas nºs 4 a 15 e rejeitando as Emendas nºs 2 e 3-CE.
Resultado: Aprovado o parecer, favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CE-CAE e nºs 4 a 15-CAE, rejeitando as Emendas nºs 2 e 3-CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal.
Autoria: Senador Armando Monteiro
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15 DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.496, de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o financiamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto por dez votos contrários, nenhum favorável e quatro abstenções.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 65 DE 2011-CAE

Requer a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 23 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011, que "altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes".
Iniciativa: Senador Benedito de Lira
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 66 DE 2011-CAE

Requer a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio dos Requerimentos nº 17 e 22 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior".
Iniciativa: Senador José Pimentel
Resultado: Aprovado.

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 3, de 2011-CAE e nº 1, de 2011-CAS, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros senadores, com o objetivo de discutir "a diretriz principal de Governo da Presidenta Dilma Rousseff de "erradicar a pobreza absoluta", "promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade", e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos".

PARTICIPANTES

- Tereza Campello – Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e
- Ana Fonseca - Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza.

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77 DE 2011 - Complementar
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 3, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nº 2, de autoria do Senador Alvaro Dias, nºs 4, 5, 7, 8, 9 e 10, de autoria do Senador Armando Monteiro, e nº 6, de autoria do Senador Gim Argello.
Resultado: Aprovado o parecer com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE, nos termos da Emenda nº 4-CAE. Aprova, ainda, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526 DE 2009
TERMINATIVO

Dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários.
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Relatoria do Vencido: Senador Cyro Miranda
Relatório Vencedor: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CE-CAE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325 DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356 DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.

Autoria: Senador Osmar Dias
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela rejeição dos PLSs nº 325 de 2008 e nº 356 de 2008.
Resultado: A Comissão rejeita o PLS nº 325 de 2008 e o PLS nº 356 de 2008 por 13 votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção.

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 32 de 2007, para discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da Política Monetária; e em atendimento ao Requerimento nº 56, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles, com a finalidade de debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira.

PARTICIPANTE

- Alexandre Tombini - Presidente do Banco Central do Brasil.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 61, de 2011-CAE e nº 50, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, com a finalidade de debater o “Plano Decenal de Energia 2011-2020”.

PARTICIPANTES

- Edmundo Alfredo P. da Silva - Consultor da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas – Abraget, representando Xisto Vieira Filho, Presidente da Abraget;
- Mário Luiz Menel da Cunha – Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia – Abiape;
- Maurício Tolmasquim – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
- Altino Ventura Filho – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME;
- Luiz Fernando Vianna – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine; e
- Helder Queiroz Pinto, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, representando Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis – ANP.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta - Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 10
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Requerimento – CAE: 02

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos
Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos.
Autoria: Deputado Felipe Bornier
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Resultado: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima.
Autoria: Senador Augusto Botelho
Relatoria "Ad hoc": Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 126, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Autoria: Presidente da República
Relatoria "Ad hoc": Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: A Comissão aprova a recondução do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com 17 (dezessete) votos sim, nenhum voto Não e nenhuma Abstenção.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2011–CAS

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater e encontrar possíveis soluções para "O Problema do Paciente Crítico no Brasil". Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Saúde, Ministério Público,Conselho Federal de Medicina – CFM, Federação Nacional dos Médicos – FENAM, Associação Médica Brasileira – AMB e a Associação de Medicina Intensivista Brasileira – AMIB.
Autoria: Senador Paulo Davim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011–CAS

Requeiro o aditamento ao Requerimento nº 35 da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou a realização de audiência pública com o objetivo de averiguar denúncias veiculadas pela mídia nacional sobre terceirizações da Cruz Vermelha. Requeiro a inclusão do Sr. Eduardo Varandas Araruna, Procurador Chefe do Trabalho da Paraíba, como convidado na audiência pública.
Autoria: Senador Cícero Lucena

Resultado: Aprovado.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011–CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 111, DE 2010, que "altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências".
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Relatoria: Senadora Ana Amélia

PARTICIPANTES

- Salomão Rodrigues Filho - Psiquiatra, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás – CREMEGO, e representante do 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM, Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti.
- Marcelo Ferreira Caixeta - Psiquiatra, especialista em dependência química;
- Vladimir de Andrade Stempliuk - Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD), representante da Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça (SENAD/MJ), Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte; e
- Maria Cristina Hoffmann - Assistente Técnica da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde – DAPES/SAS/MS.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011–CASDEP/CAS

"Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas - Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim - a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, "crack" e outras drogas.
Deverão ser realizadas visitas, in loco, a instituições que alcançaram êxito no enfretamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada."
Autoria: Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim
Resultado: Aprovado.

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 1, de 2011-CAS e nº 3, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros senadores, com o objetivo de discutir a diretriz principal de Governo da Presidenta Dilma Rousseff de "erradicar a pobreza absoluta", "promover a igualdade com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade, e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos".

PARTICIPANTES

- Tereza Campello – Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e
- Ana Fonseca - Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza.

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.
Autoria: Deputado Celso Russomanno
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatoria "Ad Hoc": Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 - CCJ.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008 e à Emenda nº 1-CCJ-CAS.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2010
TERMINATIVO

Torna obrigatório o uso de equipamentos de proteção auditiva nos ambientes de trabalho em que haja a produção de ruídos contínuos superiores a cinquenta decibéis.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2010
TERMINATIVO

Assegura aos brasileiros residentes no exterior, a filiação como contribuinte facultativo do INSS.
Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela Rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2010
TERMINATIVO

Dispõe sobre a identificação, rotulagem e padrões de qualidade da água adicionada de sais e da água adicionada de vitaminas e minerais destinadas ao consumo humano.
Autoria: Deputado Ricardo Izar
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CMA-CAS e nº 2-CMA-CAS.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CAS

De acordo com o que preceitua os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema "A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011-CAS

Requer nos termos do art. 93, incisos I e II do Regimento Interno do Senado a realização de Audiência Pública, para discutir o PLC nº 184/2010 que "Regulamenta o exercício profissional de grafologista". Nestes termos, solicito a participação das seguintes instituições/segmentos, cuja indicação dos respectivos nomes

será feita posteriormente: dois representantes do Conselho Federal de Psicologia e dois representantes do segmento da grafologia.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011-CAS

Requeremos nos termos dos art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, para debater o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011, que dispõe da imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 40 anos de idade com a vacina antipapilomavírus humano – HPV na rede pública do Sistema Único de Saúde – SUS de todos os estado e município brasileiros, com as presenças dos representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina – CFM, da Associação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO, da Associação Brasileira de Imunizações – SBIm, da Associação dos Laboratórios Nacionais – ALANAC e Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR.
Autoria: Senadoras Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 35 e 44, de 2011–CAS, de autoria do Senador Cícero Lucena, com a finalidade de averiguar denúncias veiculadas pela mídia nacional sobre terceirizações da Cruz Vermelha.

PARTICIPANTES

- Paulo Cesar Lourenzatto - Gerente de Projeto da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Representante do Ministério da Saúde;
- Rafael de Aguiar Barbosa - Secretário de Saúde do Distrito Federal;
- Vitor Tadeu Ferreira - Assessor de Planejamento da Cruz Vermelha Brasileira, representante de Walmir Moreira Serra Junior, Presidente Nacional da Cruz Vermelha Brasileira; e
- Eduardo Varandas Araruna - Procurador Chefe do Trabalho do Estado da Paraíba.

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 304, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências.
Autoria: Deputado Gilmar Machado
Relatoria: Senador João Durval
Relatoria "Ad hoc": Paulo Paim
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2011
TERMINATIVO

Autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.
Relator do Vencido: Senador Wellington Dias
Relatório Vencedor: Pela rejeição do Projeto
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto por seis (6) votos NÃO e cinco (5) votos SIM, e nenhuma

abstenção.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 617, de 2007, previamente à sua apreciação, em caráter terminativo, por esta Comissão de Assuntos Sociais.
Autoria: Senador Waldemir Moka e Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 03
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 15
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 03
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 01
Mensagem (não terminativo): 01
Requerimento - CAS: 07

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLC Nº 150, de 2009.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE (CAS)

Presidente: Senador Humberto Costa
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011 – CASSAUDE, de autoria dos Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa, para discutir sobre a responsabilidade sanitária.

PARTICIPANTES

- Fernando Aith - Professor Doutor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo;
- Jairo Bisol - Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde – AMPASA;
- Maria Célia Delduque e Sílvia Badim Marques - Coordenadoras do Programa de Direito Sanitário – PRODISA, da Fundação Oswaldo Cruz/Brasília; e
- Sueli Gandolfi Dallari - Professora Doutora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO

E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP (CAS)

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, com a finalidade de debater a inclusão do carvão nas matrizes energéticas e situação dos trabalhadores em decorrência do Leilão A-5 (A menos cinco).

PARTICIPANTES

- Oniro da Silva Camilo - Presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul;
- Altino Ventura Filho - Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME;
- Sereno Chaise - Diretor-Presidente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, Representante do Presidente da Eletrobrás, Senhor José da Costa Carvalho Neto;
- Cesar W. de Faria - Diretor-Presidente da COPELMI Mineração LTDA;
- Fernando Luiz Zancan - Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral – ABCM e representante do Presidente do Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina – SIECESC, Senhor Ruy Hulse;
- Ricardo Lessa - Gerente de Desenvolvimento de Projetos, Representante do Diretor-Presidente da MPX Energia S.A, Senhor Eduardo Karrer;
- Luiz Henrique de Freitas Schnor - Diretor Técnico e de Meio Ambiente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE;
- Luiz Carlos Folador - Prefeito Municipal de Candiota/RS;
- Miguel Almeida - Prefeito Municipal de Minas do Leão/RS;
- Dedé Tintas - Vereador da Câmara Municipal de Butiá/RS;
- Genoir dos Santos - Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão;
- Irani Medeiros - Assessora do Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul; e
- Elifas Simas - Presidente da Companhia Riograndense de Mineração – CRM.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011–CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a "Advocacia Pública como função essencial à justiça: análise da estrutura atual e projeção para o futuro nos três níveis da Federação." Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011–CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a questão da hora extra no Brasil - a regulamentação do uso do ponto eletrônico. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, com a finalidade de realizar ciclo de debates em defesa do emprego e da previdência social.
Tema: Cotas para negros e pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

PARTICIPANTES

- Frei David Santos - O.F.M. (Ordem dos Frades Menores) - Diretor Executivo da Educafro – Educação e Cidadania para Afrodescendentes;
- Nilson Bruno Filho - Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro;
- Luís Antônio Camargo De Melo - Procurador-Geral do Trabalho;
- Andrea Nice Silveira Lina Lopes - Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho – COORDIGUALDADE;
- Isau Chacon - Diretor pela União Geral dos Trabalhadores do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – INSPIR, Representante da Presidente do INSPIR, Senhora Cleonice Caetano Souza;
- Margareth de Castro Tomazett - Assessora Técnica do SENAI/Goiás, Representante do Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Senhor Robson Braga de Andrade;
- Janilton Fernandes Lima - Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Representante do Presidente da CNC, Senhor Antonio José Domingues de Oliveira Santos;
- Arilton Rocha de Sousa - Gerente de Relações Institucionais do Walmart;
- Renato Ferreira - Assessor Parlamentar da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;
- Lucilia Laura Pinheiro Lopes - Mestre em Ciências Sociais e Professora Voluntária da Educafro – Educação e Cidadania para Afrodescendentes; e
- Leandro Santos - Engenheiro e Coordenador da Educafro – Educação e Cidadania para Afrodescendentes.

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2011 – CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, para realizar ciclo de debates sobre a integração da América do Sul.
Tema: Perspectiva empresarial no contexto da crise mundial.

PARTICIPANTES

- João Carlos Nogueira - Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Construtora Norberto Odebrecht S.A;
- Klaus Curt Müller - Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ; e
- José Carlos de Assis - Economista e Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Audiência Pública: 02
Audiência Pública e Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 02
Requerimento – CASEMP: 02

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011

Discussão Preliminar do Relatório da Subcomissão. Não houve deliberação.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Não Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício de Oliveira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matérias.

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 72, de 2011-CCJ, de iniciativa dos Senadores Pedro Taques, Jorge Viana e Randolfe Rodrigues; nº 73, de 2011-CCJ, de iniciativa dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques, Valdir Raupp e Alvaro Dias; nº 53, de 2011-CRA, de iniciativa do Senador Acir Gurgacz; nº 44, de 2011-CCT, de iniciativa do Senador Eduardo Braga e nº 82, de 2011-CMA, de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg, destinada a debater o Projeto de Lei da Câmara Nº 30, de 2011, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências", de autoria do Deputado Sérgio Carvalho e outros.

PARTICIPANTES

- Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin - Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Nelson Jobim - Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);
- Paulo Affonso Leme Machado - Professor e Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França);
- Mário José Gisi - Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); e
- Cristina Godoy De Araújo Freitas - Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP/SP).

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 74, DE 2011-CCJ

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate, entre outros juristas: José Antonio Dias Toffoli, Ministro do STF; Paulo Affonso Leme Machado, Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França); Herman Benjamin, Ministro do STJ; Cristina Godoy de Araújo Freitas, Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Nelson Jobim, ex-Ministro do STF; Célio Borja, ex-Ministro da Justiça; Paulo Roberto Pereira de Souza, Professor Estadual da Universidade de Maringá; Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República; Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental na OAB; e Ana Maria de Oliveira Nusdeo, Professora de Direito

Ambiental do Departamento de Direito Econômico da USP.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 75, DE 2011-CCJ

Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Dr. Mário José Gisi, Subprocurador Geral da República e coordenador da 4ª Câmara do Ministério Público Federal (área de meio ambiente), seja CONVIDADO para debater o Novo Código Florestal (PLC nº 30, de 2011), no dia 13 de setembro de 2011, em audiência pública conjunta com as seguintes comissões: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Resultado: Aprovado.

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2011
TERMINATIVO

Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra pessoa ou considerado hediondo.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 93, de 2011, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2011
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para agravar o regime de cumprimento de pena do condenado pela prática de crime hediondo.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do PLS nº 90, de 2011.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 04
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões.
Autoria: Senador Roberto Requião
Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta e favorável à Emenda de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, apresentada durante a discussão.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e n° 2-CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 58, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 76, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 6, de 2011 – CCJ, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, aprovado em 23/03/2011, para inclusão do Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB, Senhor José Luiz Gomes do Amaral, e do Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM, Senhor Cid Célio Jayme Carvalhaes, como convidados para participar da audiência pública destinada à instrução do SCD nº 268/2002 – Ato Médico."
Autoria: Senador Inácio Arruda
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 77, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara n° 58, de 2011"
Autoria: Senador Humberto Costa.
Resultado: Aprovado.

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 96.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 1 a 96.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 116, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Rômulo Plácido Sales.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Votação secreta.

Resultado: Aprovado a indicação do nome do Senhor HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral Federal.

ITEM Nº 03
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 3, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para vedar a realização de comemoração especial no Período do Expediente e de sessão especial nos meses de julho e dezembro.
Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 22, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do art. 154 e revoga o art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, para determinar que as sessões especiais e comemorativas se realizarão somente em dias de sessão não deliberativa.
Autoria: Senador Antonio Carlos Júnior
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao PRS nº 22, de 2008, nos termos de Emenda Substitutiva que apresenta e pelo arquivamento do PRS nº 3, de 2009.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PRS nº 22, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e pelo arquivamento do PRS nº 3, de 2009.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 78, DE 2011-CCJ

"Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 18, de autoria do Senador Lindbergh Farias."
Autoria: Senadores Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy e Ana Rita.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 79, DE 2011-CCJ

"Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 20, de autoria do Senador Lindbergh Farias."
Autoria: Senadores Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy e Ana Rita.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 80, DE 2011-CCJ

"Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 53, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares."
Autoria: Senadores Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy e Ana Rita.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 81, DE 2011-CCJ

"Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 58, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 82 DE 2011-CCJ

"Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 64, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares."
Autoria: Senadores Antonio Carlos Valadares, Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy e Ana Rita.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 83, DE 2011-CCJ

"Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 65, de autoria da Senadora Ana Rita."
Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Ana Rita.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 84, DE 2011-CCJ

"Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 66, de autoria do Senador Ricardo Ferraço."
Autoria: Senadores Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy e Ana Rita.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 85, DE 2011-CCJ

"Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 67, de autoria do Senador Ricardo Ferraço."
Autoria: Senadores Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy e Ana Rita.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 86, DE 2011-CCJ

"Nos termos do disposto no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 68, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira."
Autoria: Senadores Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy e Ana Rita.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 87, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício para imediata inclusão da Mensagem (SF) nº 116, de 2011 na Ordem do Dia."
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências
Autoria: Senadora Kátia Abreu

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia.
Autoria: Deputado Euler Morais
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Contrário aos Projetos.
Resultado: Aprovado o Parecer, contrário ao PLS nº 232, de 2007 e ao PLC nº 62, de 2003.

ITEM Nº 02

EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 1 A 4 AO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 593 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.
Autoria da Emenda nº 1: Senador Paulo Paim
Autoria da Emenda nº 2: Senador Acir Gurgacz
Autoria das Emendas nºs 3 e 4: Senador Inácio Arruda
Autoria do Projeto: Senadora Níura Demarchi
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Contrário às Emendas de Plenário nºs 1 a 4.
Resultado: Aprovado o Parecer, contrário às Emendas de Plenário nºs 1 a 4.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.
Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável ao Projeto.
Relator do Vencido: Senador Pedro Taques
Resultado: Rejeitado o Relatório do Senador Gim Argello. Aprovado o Parecer contrário ao Projeto, por inconstitucionalidade.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 88, DE 2011-CCJ

"Em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2011-CCJ, de audiência pública destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que "Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias", requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos seguintes convidados: Ministro Ayres Britto, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal; Ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal; Ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal; Ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal; Ministro Joaquim Barbosa do Supremo Tribunal Federal; Ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal; Ministra Cármen Lúcia do Supremo Tribunal Federal; Ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal; Ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal; Ministro Ari Pargendler, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Ministra Fátima Nancy Andrighi do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Felix Fischer, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Gilson Langaro Dipp do Superior Tribunal de Justiça; Ministra Eliana Calmon Alves do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin do Superior Tribunal de Justiça; Ministro João Otávio de Noronha do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Sidnei Agostinho Beneti do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Mauro Luiz Campbell Marques do Superior Tribunal de Justiça; Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Procurador regional da República Alexandre Camanho de Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Dr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros."
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 89, DE 2011-CCJ

Em aditamento ao Requerimento nº 19, de 2011-CCJ requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados, além da Ministra Eliana Calmon, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, senhor Ophir Cavalcante, para debater as competências e os avanços do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
Autoria: Senadores Pedro Taques e Demóstenes Torres.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06

REQUERIMENTO Nº 90, DE 2011-CCJ

"Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para a discussão das ações governamentais em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados: Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Guilherme Ramalho, Responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa do Mundo, coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Raquel Rolnik, relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada; Athayde Ribeiro Costa, Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF); Orlando Silva, Ministro do Esporte."
Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Aécio Neves.
Resultado: Aprovado.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 6, 12 e 16 de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, e nº 76, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, com a finalidade de debater o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 268, de 2002 (Ato Médico), que "Dispõe sobre o Exercício da Medicina".

PARTICIPANTES

Roberto Luiz D'Avila - Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM;
José Roberto Borges dos Santos - Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO;
Cleide Mazuela Canavezi - Representante do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN;
Valter da Silva Jorge João - Representante do Conselho Federal de Farmácia – CFF;
Ivan Rogério Freitas Sciessere - Presidente do Sindicato Nacional dos Optometristas;
Humberto Verona - Presidente do Conselho Federal de Psicologia;
Florentino de Araújo Cardoso Filho - Representante da Associação Médica Brasileira – AMB;
Cid Célio Jayme Carvalhaes - Presidente da Federação Nacional dos Médicos; e
Ricardo T. Bretas - Presidente em exercício do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria – CBOO.

ITEM Nº 01, DE 2011
REQUERIMENTO Nº 91, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Presidente em Exercício do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria – CBOO, doutor RICARDO T. BRETAS, como convidado para participar no dia 29 de setembro de 2011, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal da audiência pública destinada a instrução do PLS 268/2002 – Ato Médico."
Autoria: Senador Aécio Neves
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 33
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 04
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Projeto de Resolução do Senado (não terminativo): 03
Mensagem (SF): 01
Emendas de Plenário: 04
Requerimento – CCJ: 18

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 93, de 2011.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Permite que o desconto da contribuição patronal do imposto de renda das pessoas físicas, previsto na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, seja feito em dobro quando o empregado doméstico freqüente instituição de ensino.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer com a Emenda nº 01-CE.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011–CE

Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 40, de 2011 – CE, que trata da realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH sobre "educação especial", requeiro seja incluída entre os convidados a Srª Cláudia Pereira Dutra, Secretária Geral da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011–CE

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão, com a finalidade de realizar o "1º Painel de Audiências Públicas sobre Direito Autoral". A relação dos convidados e a programação do evento serão posteriormente apresentados."
Autoria: Senador Paulo Bauer
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011–CE

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para discutir os resultados por escola do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2010, divulgados pelo Ministério da Educação, em 12 de setembro de 2011, com a presença das seguintes autoridades: Dr. Fernando Haddad, Ministro da Educação (MEC) e Dra. Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)."
Autoria: Senador Paulo Bauer
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011–CE

Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião com a finalidade de homenagear os vencedores do Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011, a saber: Profª. Vera Beatriz Hoff Pagnussatti, do município de Marechal Cândido Rondon – PR, vencedora do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, Profª. Ana Paula Krumel Huzalo, do município de General Câmara – RS, vencedora da categoria Inovação em Conteúdo, Prof. Jorge Cesar Barboza Coelho, do município de Campo Bom – RS, vencedor da categoria Inovação em Colaboração, Profª. Lúcia Regina Silva dos Santos, do município de Manaus – AM, vencedora da categoria Inovação em Comunidades, Profª. Sandra Maria Saragoça, do município do Rio de Janeiro – RJ, vencedora da categoria Contextos Desafiadores, Prof. Alex Vieira dos Santos, do município de Salvador – BA, vencedor da categoria Uso Avançado de Tecnologia, Prof. Marcus Vinícius Leite, do município de Belo Horizonte – MG, vencedor da categoria Educador Inovador – Escolas Particulares, e Prof. Eraldo Martins Guerra Filho, do município de Paulista – PE, vencedor da categoria Educador Inovador – Escolas Técnicas.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 38, de 2001-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e ao Requerimento nº 39, de 2011-CE, de autoria da Senadora Ana Rita, com o objetivo de debater "a criação e a implementação de um programa de colaboração e intercâmbio de conteúdos culturais entre Estados que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP".

PARTICIPANTES

- Túlio Gontijo Rocha - Presidente do Instituto Cultural Brasil Plus;
- José Raymundo Martins Romeo - Secretário de Ciência e Tecnologia - Prefeitura de Niterói / RJ;
- Paulo Speller - Reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB;
- Phidias Barbosa - Gerente Institucional e de Negócios da TV Brasil Internacional - EBC – Empresa Brasil de Comunicação;
- Marcelo Dantas - Diretor de Relações Internacionais - Ministério da Cultura; e
- Deonísio da Silva - Vice-Reitor de Cultura e Extensão & Coordenador Geral de Letras - Universidade Estácio de Sá.

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta Art. 5º-A à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outra instituição de ensino superior privada, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar transferência.
Autoria: Senador Expedito Júnior
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Favorável, com as emendas 01-CCJ e 02-CCJ oferecendo, ainda, subemendas de sua autoria às emendas 01-CCJ e 02-CCJ
Resultado: Aprovado, com as Emendas nºs 01-CCJ/CE e 02-CCJ/CE e as Subemendas nºs 01-CE à Emenda nº 01-CCJ/CE e 02-CE à Emenda nº 02-CCJ/CE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do Projovem e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela rejeição
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer periodicidade anual na aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e prazo máximo de um ano para adoção de providências pactuadas em termo de compromisso.
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Rejeitado o projeto.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011–CE

Requeiro, nos termos do Art. 93, Inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviado convite, às autoridades abaixo relacionadas, para que no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, seja realizada Audiência Pública com o objetivo de discutir o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar: Ministro da Educação - Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad; Presidente da CNM - Confederação Nacional de Municípios, Sr. Paulo Ziulkoski; Presidente da UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Srª. Cleuza Rodrigues Repulho; Presidente do CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação, Srª Maria Nilene Badeca da Costa.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011–CE

Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9ª e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional, com a presença dos titulares das seguintes Instituições: Ministério da Educação; Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa; Conselho Federal de Medicina – CFM; Associação Médica Brasileira – AMB; Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP; Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; e Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES.
Autoria: Senadores Demóstenes Torres e Paulo Bauer
Resultado: Aprovado.

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 40 ,de 2011-CE, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, e Aditamento dos Requerimentos nºs 53, de 2011-CE e 102, de 2011-CDH, de autoria do Senador Cyro Miranda, para tratar de “Educação Especial”.

PARTICIPANTES

- Sérgio Domingos **-** Defensor Público da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal;
- Erivaldo Fernandes Neto **-** Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE;
- Dep. Eduardo Luiz Barros Barbosa **-** Presidente da Federação Nacional das APAES;
- Joiran Medeiros da Silva - Coordenador Geral da Política Pedagógica da Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC;

- Candy Gifford - Psicóloga Especialista em Diagnóstico Infantil; e
- Maria do Socorro Nery da Silva - Representante de Famílias de Alunos Especiais.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2010
TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.
Autoria: Deputado Ayrton Xerez
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido, acatando parcialmente a emenda oferecida pela Senadora Ana Rita, e pela rejeição da emenda de autoria do Senador Valter Pereira.
Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no Km 43/44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo.
Autoria: Deputado Roberto Santiago
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Francisco Domingos Ribeiro o trecho da BR-265 entre as cidades de Bom Jesus da Penha e Jacuí, no Estado de Minas Gerais.
Autoria: Deputado Aelton Freitas
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 292, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, no Estado de Minas Gerais.
Autoria: Deputado Aelton Freitas
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011–CE

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, no dia 27 de setembro deste ano, para instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 78 de 2011, que institui o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Requeiro ainda que sejam convidados para discutir o conteúdo do referido Projeto as seguintes entidades e seus representantes: Senhor Franklin Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Senhor Silvio de Jesus Rotter, Coordenador Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE; Senhor Eliezer Moreira Pacheco, Secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC;

Represente do Sistema S; Senhor Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES
Autoria: Senadora Marinor Brito
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011–CE

"Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX e X, e o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro da Educação, as seguintes informações: a) Qual a finalidade e a quem se destina o Edital SERES nº 01/2011? b) Quais Instituições de Educação Superior – IES, mantidas e/ou geridas pela iniciativa privada, atualmente sob o poder regulatório dos sistemas estaduais de ensino, já ingressaram no MEC com solicitação objetivando a migração para o sistema federal, conforme Edital SERES nº 01/2011, publicado em 12 de agosto de 2011? c) O Edital nº 01/2011 condiciona a suspensão das atividades das IES enquanto tramita o processo de migração do sistema estadual de ensino para o sistema federal? d) Qual a razão de o MEC ter ingressado da justiça com pedido de liminar para a suspensão do vestibular do ITPAC – Instituto Presidente Antônio Carlos – Faculdade de Medicina de Garanhuns/PE, uma vez que o item 2.2.1 do Edital nº 01/2011 assegura a continuidade e a regularidade das atividades desenvolvidas pelas Instituições de Educação Superior, até a deliberação do órgão federal quanto à migração do sistema estadual para o sistema federal? e) Existe alguma outra IES que tenha sido credenciada pelo sistema estadual de ensino, tenha requerido o recredenciamento pelo sistema federal e esteja com as atividades suspensa por iniciativa da SERES/MEC? f) Uma vez que o Parecer nº 407, de 2011, da AGU/CGEPD/MEC, confere ao ITPAC igualdade de condições com as demais Instituições de Educação Superior pertencentes aos sistemas estaduais de ensino que tenham requerido a migração para o sistema federal, por que apenas o ITPAC - pelo que se tem notícia - teve as suas atividades suspensas, quando o próprio MEC realizou 5 vistorias na referida IES e avaliou com nota 4 (numa escala que vai de 1 a 5) as condições de funcionamento da instituição? g) Como o MEC pretende sanar o prejuízo causado aos mais de 1.000 alunos que se inscreveram no Vestibular do ITPAC de Garanhuns/PE, realizaram as provas e agora estão impedidos de conhecer o resultado das mesmas em razão de decisão judicial provocada pelo MEC?"
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011–CE

"Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, para instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 296 de 2009, que "Dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências", e do Projeto de Lei da Câmara, que "Dispõe sobre adiamento dos feriados". Para tanto indico: - Representante do Ministério da Educação; - Representante do Ministério da Fazenda; - Representante do Ministério do Planejamento; - Representante da Central Única dos Trabalhadores; - Representante da Undime; - Representante do Consed."
Autoria: Senadora Ana Rita
Resultado: Aprovado.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2011-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de realizar a "1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014". Assunto: "Legado".

PARTICIPANTES

- Lamartine Pereira Da Costa **-** Diretor do Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos da Universidade Gama Filho – RJ (UGF); e
- Holger Preuss **-** Professor Doutor de Economia do Esporte e Sociologia do Esporte da Universidade Johannes Gutenberg em Mainz – Alemanha e Especialista Internacional em mega-eventos esportivos – impacto econômico.

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2011-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de realizar a "1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014". Assunto: "Logística".

PARTICIPANTES

- Jaime Parreira - Diretor de Engenharia da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero);
- Marcos de Souza Oliveira - Gerente-Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da Superintendência de Radiofreqüência e Ficalização (SRF/Anatel);
- Maurício de Lana - Presidente da Regional Minas Gerais do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco); e
- Alexandre Sampaio - Presidente do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2011-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de realizar a "1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014". Assunto: "Estratégia e Planejamento".

PARTICIPANTES

- Kalil Sehbe **-** Coordenador Geral do Comitê Gestor da Copa 2014 do Rio Grande do Sul (CGCopa/RS);
- Regis Velasco Fichtner Pereira **-** Secretário de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro;
- Demétrio Torres **-** Secretário Extraordinário para Assuntos Relativos à Copa do Mundo de 2014 de Natal – RN (Secopa/Natal);
- Yênes Jesus de Magalhães **-** Diretor de Planejamento e Articulação Interinstitucional da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal – FIFA 2014 (Agecopa/MT);
- Edgar Andrade **-** Representante da Federação Nacional de Economia Criativa (FNEC); e
- Ricardo Gomyde - Diretor do Departamento de Futebol Profissional do Ministério do Esporte (ME).

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2011-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de realizar a "1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014". Assunto: "Fiscalização".

PARTICIPANTES

- Valdir Agapito Teixeira - Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU);
- Marcelo Luiz Souza da Eira - Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União (TCU); e
- Athayde Ribeiro Costa - Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF).

TOTAL DE REUNIÕES: 09
Ordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 05
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 17
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 04

Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Requerimento – CE: 09

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg
Vice-Presidente: Senadora Kátia Abreu

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 82, de 2011-CMA; 44, de 2011-CCT; 30 e 53, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz; e Requerimento nº 73, de 2011-CCJ, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques, Valdir Raupp e Álvaro Dias, com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin - Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Nelson Jobim - Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);
- Paulo Affonso Leme Machado - Professor e Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França);
- Mário José Gisi - Subprocurador-geral da República do Ministério Público Federal (MPF); e
- Cristina Godoy de Araújo Freitas - Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP/SP).

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 83, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública, em conjunto, pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o tema: "Instrumentos Econômicos para o Código Florestal", atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, com a participação dos seguintes convidados: José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente; Virgílio Viana, Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável; José Luciano Penedo, Presidente da Bracelpa - Associação Brasileira de Celulose e Papel, e Carlos Young, Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Autores: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 85, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011.
Estão convidados ao debate, entre outros juristas:
- José Antonio Dias Toffoli – Ministro do STF;
- Paulo Affonso Leme Machado – Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França);
- Herman Benjamin – Ministro do STJ;
- Cristina Godoy de Araújo Freitas – Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo;
- Nelson Jobim – ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal;

- Célio Borja – Ex-Ministro da Justiça;
- Paulo Roberto Pereira de Souza – Professor da Universidade Estadual de Maringá;
- Mário José Gisi – Subprocurador Geral da República;
- Gilberto Piselo do Nascimento – Presidente Nacional da Comissão de Direito Ambiental na OAB; e
- Ana Maria de Oliveira Nusdeo – Professora de Direito Ambiental da Universidade de São Paulo.

Autores: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Eunício de Oliveira
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 86, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a presença de Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para apresentação dos resultados obtidos no Levantamento de informações de uso e cobertura de terra na Amazônia, objeto do Projeto TerraClass, concluído por aquelas entidades em setembro do corrente ano.
Autores: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 83, de 2011-CMA; 45, de 2011-CCT; 30 e 54, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz; para debater o tema "Instrumentos Econômicos para o Código Florestal", visando o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- José Carlos Carvalho, Ex-Ministro do Meio Ambiente;
- Virgílio Viana, Superintendente Geral da Fundação Amazonas Sustentável;
- Carlos Eduardo Young, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e
- Eduardo Condorelli – Zootecnista

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 88, de 2011-CMA

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento aos Requerimentos nºs 83, de 2011-CMA; 45, de 2011-CCT; 30 e 54, de 2011-CRA, aprovados em 13 de agosto do corrente, a inclusão do Dr. Eduardo Condorelli - Zootecnista, como convidado da audiência pública conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), sobre o tema "Instrumentos econômicos para o Código Florestal".
Autores: Senadores Waldemar Moka e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011-CMA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores MILTON ORTOLAN, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, OSCAR JUCÁ NETO, ex-diretor financeiro da Conab, e JÚLIO FRÓES, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matérias publicadas pela revista Veja, em suas edições de 3 e 10 de agosto do corrente, que tratam de corrupção, fraudes e pagamento de propinas no âmbito daquela Pasta.
Autoria: Senadores Alvaro Dias e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 84, DE 2011-CMA

Requer, nos termos do art. 58, §2, incisos II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater os aspectos da conservação e preservação do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões, Patrimônio Cultural do Brasil, objeto do Ato de Tombamento consumado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 04 de novembro de 2010, com a presença dos seguintes convidados: - Presidente do IPHAN, Senhor Luiz Fernando Almeida; - Representante do Governo do Estado do Amazonas; - Representantes do Movimento S.O.S Encontro das Águas do Amazonas, Senhores Thiago de Mello e Tenório Telles; e, - Representante da empresa Laje Logística S.A.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 87, DE 2011-CMA

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, para discutir as causas da elevação dos preços das vacinas de uso veterinário no País.Como sugestão, podem ser convidados a expor seus entendimentos sobre a questão as seguintes autoridades e representantes da sociedade civil: – Sr. Fernando de Magalhães Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE; – Sr. Mendes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; – Sr. Francisco José Ferreira Jacintho, Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente; – Sr. Gustavo Andrade e Lopes, Presidente da Sociedade Rural do Paraná; – Representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN; – Representante da COOPERS do Brasil Ltda; – Representante da Merial Brasil Ltda; – Representante da Bayer S.A.; – Representante da Valée S.A.; – e Representante da Pfizer Ltda.
Autoria: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.
Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria "ad hoc": Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição do projeto
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados a projetos de saneamento básico.
Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF)

Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.
Autoria: Deputado Ricardo Izar
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda nº 1-CAS.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular, para tipificar a exigência indevida de cheque-caução ou similar por prestador de serviço de saúde contratado.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 670, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora.
Autoria: Senador Expedito Júnior
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória.
Autoria: Deputado Luiz Bittencourt
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2-CCT e com as duas subemendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o projeto com as emendas nº 1 e 2-CCT/CMA, com a subemenda nº 1-CMA à emenda nº 1-CCT/CMA, e subemenda nº 2-CMA à emenda nº 2-CCT/CMA.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal - SMP a fornecer atendimento a usuários que estejam na condição de visitantes.
Autoria: Deputado Mário Heringer
Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela rejeição do projeto
Resultado: Rejeitado o projeto.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 89, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, tendo como convidados representantes do Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores, além de representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI) e da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Fernando Collor
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 90, DE 2011-CMA

Nos termos regimentais requeiro que esta Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU as conclusões do relatório relativo as 6,5 milhões de doses da vacina contra a influenza (H1N1), a gripe suína, que perderam a validade. O prejuízo foi na ordem de R$ 78 milhões de reais. Segundo o relatório do TCU o governo brasileiro encomendou as doses em 2010, para combater a pandemia da doença, mas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA reduziu a validade dos lotes de um ano para seis meses, a partir da data da fabricação, seguindo determinação da Agência Canadense de Saúde, sede da GlaxoSmithKline – GSK.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 93, DE 2011-CMA

Requeiro nos termos do art. 93, I, a realização de audiência pública para instrução do PLS 258, de 2009, que altera a categoria da Unidade de Conservação da Reserva Biológica Nascente da Serra do Cachimbo.
Autoria: Senador Pedro Taques
Resultado: Aprovado.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 97, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM, e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, para debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965). Para tanto requeremos sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico.
Autoria: Senadores Mozarildo Cavalcanti e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate: Elíbio Leopoldo Rech Filho, Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga.
Resultado: Aprovado

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nºs 98, de 2011-CMA; 52, de 2011-CCT e 62, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Elíbio Leopoldo Rech Filho, Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e
- Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA (CRE) E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA (CDR)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 97, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Rodrigo Rollemberg; Requerimento nº 60, de 2011-CRA; Requerimento nº 4, de 2011-CREPAFF; e Requerimento nº 17, de 2011-CDRAM , com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Mecias de Jesus – Deputado Presidente do Parlamento Amazônico
- José Luís Schafer – Deputado Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE;
- Freire Júnior – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO;
- Ribamar Araújo – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO;
- Manoel Pioneiro – Deputado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – PA; e
- Hélio Soares – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão - MA.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01
Conjunta – Audiência Pública: 02
Conjunta – Audiência Pública e Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 17
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 02
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 01
Requerimento - CMA: 10

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

60ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 111, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater com os aposentados e pensionistas, a redução de encargos na folha de pagamento, o veto ao reajustes dos aposentados e pensionistas na LDO e o fim do fator previdenciário".

PARTICIPANTES

- André Luiz Marques - Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários – IAPE - Conselho Federal;
- Lourenço Ferreira do Prado - Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;
- Warley Martins Gonçalles - Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP;
- Leonardo José Rolim Guimarães – Secretário de Políticas de Previdência Social, em representação ao Sr. Carlos Eduardo Gabas - Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social.
- Celso Amaral de Miranda Pimenta – Diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da NCST, em representação ao senhor José Calixto Ramos - Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NSCT;
- Paulo José Zaneti – Diretor Institucional do Sindicato dos Aposentados do Estado de São Paulo;
- Maria Antônia M. Rodrigues – Presidente da Subsecretaria do Sindicato dos Aposentados de Brasília, em representação ao Deputado Paulo Pereira da Silva - Presidente Força Sindical;
- Pedro Armengol – Diretor Executivo da CUT, em representação ao Senhor Artur Henrique da Silva - Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Zélia Luiza Pierdoná - Membro do Ministério Público Federal e Notória Especialista em Previdência Social;
- Mauri Vianna – Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas da CGTB, em representação ao Senhor Antonio Neto - Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;
- Hélio Gustavo Alves - Presidente de Honra do Instituto dos Advogados Previdenciários – IAPE - Conselho Federal;
- Oraldo Paiva – CSP – conlutas; e
- Floriano Martins de Sá Neto – Presidente da Fundação ANFIP.

61ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 114, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater os 50 anos da campanha da legalidade."

PARTICIPANTES

- Ronaldo Teixeira da Silva – Secretário de Estado da Representação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
- João Vicente Goulart – Filho do Ex-Presidente João Goulart;
- Deputado Federal Amauri Teixeira – PT/BA;
- Deraldo Goulart – Jornalista; e
- Loiva Lopes Calderan – Tradição Gaúcha.

.

62ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 98, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater os 10 anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários- ABCCOM e a relação com os Direitos Humanos."

PARTICIPANTES

- Edivaldo Farias - Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários - ABCCOM;
- Luiza Erundina – Deputada Federal Presidente da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação – FRENTECOM;
- Paulo Miranda - Primeiro Vice-Presidente da ABCCOM;
- Lina Távora – Assessora, em representação à Senhora Ana Paula Santana - Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura;
- Gabriel Priolli – Presidente de honra da Associação Brasileira de Televisão Universitária;
- Francisco Pereira da Silva - Diretor Adjunto da ABCCOM;
- Fabrício Gonçalves Costa – Diretor de Mídia, em representação ao Senhor Roberto Bocorny Messias – Secretário de Comunicação Integrada da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM;
- Octávio Pieranti - Coordenador-Geral de Radiodifusão comunitária do Ministério das Comunicações;
- Beto Almeida - Membro da Junta Diretiva TELESUR;
- Fernando Mauro Trezza - Ex-Presidente da ABCCOM; e
- José Roberto Barbosa Garcez – Diretor de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

63ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 130, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o Fundo de participação dos Estados –FPE em face a dignidade da pessoa humana. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
SUGESTÃO Nº 3, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista.
Autoria: Universidade FEEVALE
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatoria "ad hoc": Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do projeto de lei que apresenta.
Resultado: Aprovada a Sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

64ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 108, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para avaliar os 10 anos do sistema de cotas nas universidades públicas do Brasil."

PARTICIPANTES

- Anhamona Silva de Brito – Secretária de Políticas de Ações Afirmativas – SPAA -, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- José Geraldo de Sousa Júnior - Reitor da Universidade de Brasília – UNB;
- Luiz Cláudio Costa - Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação;
- Frei David Santos - Diretor Executivo da Educafro; e

- Elizangela Patrícia Moreira da Costa – Assessora Didático-pedagógica da Pró-reitoria de Ensino de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso.

65ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 124, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater a Revolução Farroupilha."

PARTICIPANTES

- Ronaldo Teixeira da Silva - Secretário de Estado da Representação do Governo do Rio Grande do Sul;
- Ivo Benfato - Diretor Cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha;
- Raul Carrion – Deputado Estadual;
- Moacyr Flores - Membro da Academia Rio-Grandense de Letras;
- Wilson Porto - Diretor Geral da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha;
- Maria Cleusa - Patroa da Estância Gaúcha do Planalto; e
- Henrique Pires – Assessor Institucional da Unidade Brasília Grupo RBS.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 131, DE 2011-CDH

"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de diligência nas cidades de Belém e Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, no sentido de investigar a ocorrência de abuso sexual contra adolescentes nas dependências da Colônia Heleno Fragoso, as condições de funcionamento do sistema prisional paraense e a atuação de redes de prostituição nos espaços prisionais daquele estado."
Autoria: Senadora Marinor Brito
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO Nº 132, DE 2011-CDH

"Requeiro a realização de audiência pública debater a criminalização dos movimentos sociais."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

66ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 102, de 2011–CDH, autoria do Senador Cyro Miranda, e nº 40, de 2011-CE, autoria dos Senadores Cyro Miranda e Álvaro Dias, aditado pelo requerimento nº 53, de 2011-CE, de autoria do Senador Cyro Miranda, para tratar do tema "Educação Especial*."*

PARTICIPANTES

- Sérgio Domingos - Defensor Público da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal;
- Erivaldo Fernandes Neto – Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE;
- Eduardo Luiz Barros Barbosa – Deputado Presidente da Federação Nacional das APAES;
- Joiran Medeiros da Silva – Coordenador Geral da Política Pedagógica da Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC;
- Candy Gifford - Psicóloga Especialista em Diagnóstico Infantil; e
- Maria do Socorro Nery da Silva – Representante de Famílias de Alunos Especiais.

67ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 116, de 2011–CDH, autoria do Senador Paulo Paim, para "debater o dia nacional de luta das pessoas com deficiência."

PARTICIPANTES

- Vera Lucia Ribeiro Albuquerque – Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, em representação ao Ministro Carlos Lupi Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ricardo Emílio Pereira Salviano – Defensor Público Federal do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, em representação ao Senhor Afonso Carlos Roberto do Prado - Defensor Público-Geral Federal;
- Marcos Cordeiro de Souza Bandeira – Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em representação ao Senhor Moisés Bauer - Presidente do CONADE;
- Antonio José do Nascimento Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Rosinha da Adefal – Deputada Federal Presidente da Frente Parlamentar do CN em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
- Antonio José do Nascimento Ferreira - Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Lara Pozzobon - Audiodescritora e Formadora de Audiodescritores, referente ao trecho: Rio de Janeiro/Brasília/Rio de Janeiro;
- Luiz Moreira Gomes Júnior - Representante do Ministério Público;
- Isaías Leão N. Felix – Representante da Comunidade Surda do Distrito Federal;
- Waldimar Carvalho da Silva – Representante do Movimento dos Surdos do Distrito Federal; e
- Maria de Fátima Felix Nascimento da Costa – Participante da Caminhada dos Surdos no DF.

68ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 119, de 2011–CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque e Marinor Brito, "para debater o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças."

PARTICIPANTES

- Deysiane Farias Pontes - Coordenadora Geral Substituta do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Daniele Correa Santa Catarina - Procuradora do Trabalho -, em representação ao Procurador Geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo;
- Luiza Lopes – Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, em representação ao Ministro Antonio de Aguiar Patriota do Ministério das Relações Exteriores;
- Fernanda dos Anjos – Diretora do Departamento de Justiça - Secretaria Nacional de Justiça;
- Jair Meneguelli – Presidente do Conselho Nacional do SESI;
- Karina Figueiredo - Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; e
- Mãe de Vítima da Exploração Sexual.

69ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 130, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater o Fundo de participação dos Estados – FPE - face à dignidade da pessoa humana."

PARTICIPANTES

- Luiz Márcio de Souza – Representante da Secretaria da Fazenda para o FPE no CONFAZ, em representação ao Senhor Andrea Sandro Calabi - Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo;
- Charles Chelala – Assessor Técnico do Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues, autor do PLS 289, de 2011.
- Fausto Santana – Coordenador do Escritório da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais em Brasília, em representação ao Senhor Leonardo Maurício Colombini Lima - Secretário da Fazenda de Minas Gerais; e
- Giovanni Padilha da Silva – Subsecretário adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul – que representa o Senhor Odir Tonolier - Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

70ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 123, de 2011–CDH, de autoria da Senadora Marinor Brito, "para discutir assuntos inerentes à defesa dos direitos da população brasileira LGBTTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Trangêneros."

PARTICIPANTES

- Jean Wyllys – Deputado Federal PSOL/RJ
- Nadine Borges – Diretora do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos – em representação a Ministra Maria do Rosário – Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Rosângela Maria Rigo - Secretaria de Políticas para as Mulheres - em representação a Ministra Iriny Lopes – Secretaria de Políticas para as Mulheres;
- Angelica Ivo - Representante da Campanha "Famílias pela Igualdade";
- Bruno Bimbi - Conselheiro da Federação LGBT Argentina e Autor do Livro: Matrimônio Igualitário;
- Gabriela Seijas – Juíza - Argentina;
- Sílvia Augsburger – Ex-Deputada Federal - Argentina;
- Marcelo Laffite – Diretor de Cinema – Diretor do Filme "Elvis & Madona"; e
- Igor Cotrim – Ator – interpreta a personagem Madona, travesti, em "Elvis & Madona".

TOTAL DE REUNIÕES: 11
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 09
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 04
Sugestão: 01
Requerimento - CDH: 03

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER – CDHSPDM (CDH)

Presidente: Senadora Ângela Portela
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011 – CDHSPDM, de autoria da Senadora Ana Rita, "para debater a participação da Mulher na Política."

PARTICIPANTES

- Elcione Barbalho – Deputada Federal - Procuradora Especial da Mulher na Câmara dos Deputados;

- Natália Mori Cruz – Socióloga - Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; e
- Iriny Lopes – Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 8-CDHSPDM, DE 2011

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir as graves injustiças relativas à mortalidade materna, em particular "O Caso Alyne", que foi o primeiro caso individual levado a um órgão de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) – O Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Comitê CEDAW) – que apresenta a mortalidade materna como uma violação de direitos humanos. Indico os convidados expositores abaixo: A Coordenadora da ONG Criola, Jurema Werneck; A Secretária Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Télia Negrão; Representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)."
Autoria: Senadora Ângela Portela
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 9-CDHSPDM, DE 2011

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o Senhor Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Dr. Antônio Alves de Souza, para expor as atividades dessa nova pasta, com especial ênfase na saúde da mulher indígena, devido à transferência da Saúde Indígena da Funasa para o Ministério da Saúde."
Autoria: Senadora Ângela Portela
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 02
Requerimento – CDHSPDM: 02

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 37, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que "requer a realização de Audiências Públicas, divididas em três Painéis, para discutir, dentro do processo de seleção de aviões de combate – do Programa de Aquisição de Caças de Superioridade Aérea – conhecido como FX-2, sobre as qualidades do produto, sua adequação às especificações do Comando da Aeronáutica, as condições de transferência de tecnologia e as contrapartidas eventualmente oferecidas" (3º Painel).

PARTICIPANTES

- Jean-Louis Montel – Vice-Presidente de Tecnologia da Dassault Aviation;
- Jean-Pierre Chabriol – Vice-Presidente das Vendas Militares da Dassault Aivation; e
- Jean-Marc Merialdo – Diretor da Dassault International do Brasil e Representante da Rafale International no Brasil.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 179, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 181, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Nelson Mandela em celebração aos 20 anos de sua libertação.
Autoria: Senador Paulo Paim e outros
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 759, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao DIA INTERNACIONAL DO REFUGIADO, comemorado no dia 20 de junho.
Autoria: Senador João Pedro e outros
Relatoria *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011–CRE

Requeremos, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 40, de 2011 – CRE, aprovado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que à oitiva do senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles a redução das tropas brasileiras no Haiti, seja realizada em reunião conjunta com a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, para debater os diagnósticos às estratégias de modernização e o orçamento das Forças Armadas.
Autoria: Senador Luiz Henrique
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CRE

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação dos Srs. Emanoel Pinheiro, Deputado Estadual/MT, Heitor Reyes, Presidente da Ong Associação das Famílias Vítimas da Violência – A.F.V.V. e Dr. Paulo Prado, Representante do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, [juntamente com representantes da Polícia Federal / Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores], com o objetivo de debater questões sobre a legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente o Brasil.
Autoria: Senador Blairo Maggi e Senador Jarbas Vasconcelos
Resultado: Aprovado.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
Painel 5: "A União Europeia e o Euro – Crise na Grécia, situações na Irlanda, Portugal, Espanha e Itália, e suas implicações em África"".

PARTICIPANTES

- José Manuel Gonçalves – Universidade Cândido Mendes, especialista em Relações Econômicas Mercosul e África Austral;
- Frederico Gonzaga Jayme Junior – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Isaías Coelho – Doutor em Comércio Internacional e Finanças Públicas e pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas/SP; e
- Winston Fritsch – Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-RJ.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 107, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAERCIO ANTONIO VINHAS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil na Missão junto à

Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 121, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor IGOR KIPMAN, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça, e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 182, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Japão, assinado em Tóquio, em 29 de julho de 2010.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 183, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 187, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Parceira e Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa com vistas na criação de um Centro de Cooperação Policial, celebrado em Brasília, em 7 de setembro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos aos 93 anos do ex Presidente da África do Sul e Nobel da Paz - Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011–CRE

Venho solicitar seja posta em votação a proposta que faço de convite ao Sr. Governador da Província de Santa Cruz, Bolívia, Rubén Darío Costas Aguilera, para comparecer a esta Comissão no dia 6 de outubro do corrente ano.
Estou seguro de que o comparecimento à Comissão do Senhor Governador, que estará em visita ao Brasil naquela semana, será muito útil para debater e desenvolver as já excelentes relações que o nosso País mantém com a Bolívia e, em especial, com a Província de Santa Cruz, onde muitos cidadãos brasileiros trabalham para a prosperidade do país vizinho.
Autoria: Senador José Agripino.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
OFÍCIO "S" Nº 50, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Informa a realização, pelo Parlamento Latino-Americano, na Cidade de Oranjestad, Aruba, de reuniões das seguintes comissões: Comissão de Equidade de Gênero, Infância e Juventude; Comissão de Assuntos Trabalhistas, Previsão Social e Assuntos Jurídicos; Comissão de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; e Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional, nos dias 22 e 23 de setembro de 2011.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relator *ad hoc*: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação do pedido contido no Ofício "S".
Resultado: Aprovado o parecer.

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
Painel 6 – "Panorama Energético Internacional".

PARTICIPANTES

- Maurício Tolmasquim – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
- Rex Nazaré Alves – Diretor de Tecnologia da Faperj; Ex-Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; Ex-Governador brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA; e Professor Emérito do Instituto Militar de Engenharia – IME; e
- Eduardo Leão de Sousa - Diretor Executivo da União da Indústria de Cana de Açúcar – ÚNICA.

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 124, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Aníbal Diniz
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 125, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOAQUIM AUGUSTO WHITAKER SALLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Aníbal Diniz
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a doar 4 (quatro) aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 638, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 184, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes, celebrado em Brasília, em 15 de junho de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 921, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à República Francesa pelo transcurso de sua data nacional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relator ad hoc: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 1157, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal na 107ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café - OIC, na cidade de Londres, Reino Unido, conforme programação em anexo. Comunica ainda que estará ausente do País no período de 26 a 30 de setembro de 2011.
Autoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 08
OFÍCIO DO GABINETE DO SENADOR EDUARDO AMORIM Nº 400, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Solicita indicação para representar esta casa legislativa na sessão cerimonial da Assembleia Geral da Associação Médica Mundial, a ser realizado no período de 12 a 15 de outubro de 2011, em Montevideo – Uruguai.
Autoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011–CRE

Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, tendo como convidados representantes do Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores, além de representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI) e da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
Autoria: Senadores Fernando Collor e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2011-CRE, de autoria da Senadora Ana Amélia, com objetivo de o Ministro de Estado da Defesa prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles a redução das tropas brasileiras no Haiti, aditado pelo Requerimento nº 41, de 2011-CRE, de autoria do Senador Luiz Henrique, que requer que a oitiva do Senhor Ministro de Estado da Defesa seja realizada com a participação da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, debatendo os diagnósticos, as estratégias de modernização e o orçamento das Forças Armadas.

PARTICIPANTE

- Celso Amorim – Ministro de Estado da Defesa.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 122, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 1182, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer autorização para participar do seminário intitulado "O avanço do consumo de drogas na Argentina", a ser realizado em 6 de outubro de 2011, na Câmara dos Deputados da República Argentina, na cidade de Buenos Aires, para o qual foi convidado na condição de palestrante; e seja autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 7 de outubro de 2011.
Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 1185, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos dos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para o Senador Walter Pinheiro participar de visita a parques eólicos na Espanha e em Portugal, no período de 08 a 16 de outubro de 2011. Requer, ainda, que seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado federal.
Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF)
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 02
Ordinária – Audiência Pública e Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 29
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 10
Mensagem (SF): 05
Requerimento SF: 07
Ofício "S": 01
Requerimento – CRE: 04
Outros (Ofício Gab.): 01

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Tema: "Decrescimento: por que e como construir?"

PARTICIPANTES

- Philippe Léna. – Diretor de Pesquisa – Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento - IRD;
- Carlos Alberto Pereira Silva – Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; e
- João Luiz Homem de Carvalho – Professor do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Brasília - UnB.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com a finalidade de realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido pela Subcomissão.

PARTICIPANTE

- Tarcísio Gomes de Freitas – Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011–CREPAFF

"Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Subcomissão, com a Subcomissão da Amazônia da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, com as presenças de representantes dos trabalhadores rurais dos estados do Pará, Amazonas e Rondônia, além de representação do MPF, da Policia Federal, da CPT, dos governos dos três estados, da OAB – Conselho Federal e representação do Governo Federal, a serem definidos posteriormente, para discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal, criada para visitar "in loco" os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado.

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com a finalidade de realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido pela Subcomissão.

PARTICIPANTES

- Inês da Silva Magalhães – Secretária da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades;
- Sérgio Duarte de Castro – Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) do Ministério da Integração Nacional;
- Johnny Ferreira dos Santos – Diretor do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades;
- Daniel Todtmann Montandon – Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades;
- Mirna Quinderé Belmino Chaves – Diretora do Departamento Nacional de Habitação e do Departamento Nacional de Urbanização de Assentamentos Precários; e
- João Luiz de Barros Pereira Pinto – Diretor do Departamento de América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores.

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011 EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA (CDR)

Em atendimento aos Requerimentos nºs 9/2011-CDRAM e 3/2011-CREPAFF, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin e Mozarildo Cavalcanti, respectivamente, com o objetivo de "discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal criada para visitar "in loco" os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia".

PARTICIPANTES

- Claudionor Muniz **–** Diretor Geral da Polícia Civil, representando o Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura**;**
- Jayme Jemil Asfora Filho – Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Joaquim Belo – Representante do Conselho Nacional de Seringueiros; e
- Rafael Oliveira Claros – Representante da Associação dos Camponeses do Amazonas (ASSCEDAM).

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011

Reunião realizada.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA (CDR) E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2011-CREPAFF; Requerimento nº 60, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; Requerimento nº 17, de 2011-CDRAM e Requerimento nº 97, de 2011-CMA, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) com a presença de representantes do Parlamento Amazônico.

PARTICIPANTES

- Mecias de Jesus – Deputado e Presidente do Parlamento Amazônico;
- José Luís Schafer – Deputado e Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE;
- Freire Júnior – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO;
- Deputado Ribamar Araújo – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO;

- Manoel Pioneiro – Deputado e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – PA; e
- Hélio Soares – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão - MA.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Audiência Pública: 04
Não deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CREPAFF: 01

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

40ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 58, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, nº 62, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores, nº 63, de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, nº 46, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, nº 46-A, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, nº 51, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, e nº 21, de 2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação brasileira".

PARTICIPANTES

- Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás;
- Helenilson Cunha Pontes, Vice-Governador do Estado do Pará, representando o Governador do Estado, Simão Jatene; e
- Wellington Dias e Francisco Dornelles – Senadores.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária.
Autoria: Deputado Betinho Rosado
Relatoria "ad hoc": Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010
TERMINATIVO

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de

1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Alberto Goldman
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 6 – CI.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda.
Resultado: Aprovado o Parecer com a Emenda nº 1-CI.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos, prévios, para a construção de qualquer espécie de edificação em encostas de morros, montanhas, maciços, terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e em outras áreas do gênero, comprovadamente de risco.
Autoria: Senador Romeu Tuma
Relatoria "ad hoc": Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, na forma da Emenda nº 1 – CI (Substitutiva).

ITEM Nº 05
OFICIO "S" Nº 17, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Município de São Carlos, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, referente ao processo de contratação de parceria público-privada para a execução de serviços de limpeza urbana e atividades correlatas, na modalidade de concessão administrativa.
Autoria: Prefeitura Municipal de São Carlos - SP
Relatoria "ad hoc": Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Para que a Comissão tome conhecimento da matéria e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício "S' nº 17, de 2010 e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011–CI

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, requeremos ao Ministério de Minas e Energia informações sobre resultados de trabalhos desenvolvidos pela Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, nos Estados de Mato Grosso e Goiás, relacionados à pesquisa de petróleo e gás natural.
Autoria: Senadores Blairo Maggi, Jayme Campos e Lúcia Vânia.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011–CI

"Nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno deste Senado, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 362, de 2011, com a participação do seguintes representantes: - Ministério dos Transportes – Dr. Marcelo Perrupato – Secretário Nacional de Políticas de Transporte; - DNIT – Dr. Adão Magno

Marcondes Proença – Diretor de Infraestrutura Aquaviária; - Representante da ANTAQ; - Representante da Secretaria de Portos – SEP/PR; e, - Representantes dos Portos Delegados – AM/PA/SC.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro e Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para introduzir mudanças no licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais.
Autoria: Senador João Pedro
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 321, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e no inciso XLI do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2009.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pelo conhecimento do Relatório e, não havendo providências a serem tomadas, pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011–CI

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre os Perímetros Públicos Irrigados: gestão e impactos para a economia da região Nordeste. Propomos que sejam convidados para debater o tema: O Secretário Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional, Sr Ramon Flávio Gomes Rodrigues; o presidente do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Sr Elias Fernandes Neto; O presidente da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba – CODEVASF, Sr. Clementino de Souza Coelho; representante da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação – FAPID, Sr Roberto Cadengue e; o presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação da CODEVASF - FAPIC, Sr. José Aparecido Soares Nascimento.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011–CI

"Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar de uma visita a parques eólicos na Espanha e Portugal, para conhecer a utilização de aerogeradores, de pás, de torres eólicas, assim como a um porto adaptado especificamente para atender ao segmento eólico, no período de 08 a 16 de outubro de 2011. Requeiro, ainda, seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar-me na preparação de relatórios e estudos e outras tarefas afins."
Autoria: Senadores Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado.

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM

A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 50, de 2011-CI, nº 61, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, com a finalidade de debater o "Plano Decenal de Energia 2011-2020".

PARTICIPANTES

- Edmundo Alfredo P. da Silva - Consultor da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas – Abraget, representando Xisto Vieira Filho, Presidente da Abraget;
- Mário Luiz Menel da Cunha – Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia – Abiape;
- Maurício Tolmasquim – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
- Altino Ventura Filho – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME;
- Luiz Fernando Vianna – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine; e
- Helder Queiroz Pinto, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, representando Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis – ANP.

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que "Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências".
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria "ad hoc": Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 48, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria público-privada), informações relativas ao cumprimento, pela Prefeitura Municipal de Caucaia - (CE), dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei.
Autoria: Prefeitura Municipal de Caucaia - (CE)
Relatoria "ad hoc": Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pelo conhecimento da matéria e seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de discutir o VENCIMENTO DAS CONCESSÕES NO SETOR ELÉTRICO. Participantes convidados: Edison Lobão, Ministro das Minas e Energia; Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; e Rodrigo Costa da Rocha Loure, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.
Autoria: Senadores Álvaro Dias e Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011–CI

Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para tratar da situação das rodovias e ferrovias brasileiras e de suas concessões. Para discutir o tema, requeiro sejam convidados: Bernardo Figueiredo – Presidente da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Moacir Servilha Duarte – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; e Rodrigo Vilaça – Presidente-executivo da Associação Brasileira de Transportadores Ferroviários – ANTF e Presidente da Associação Brasileira de Logística.
Autoria: Senadores Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011–CI

Nos termos dos artigos 215 e 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para ouvir o Ministro de Minas de Energia, Senador Edison Lobão, sobre a renovação das concessões de energia elétrica com vencimento nos próximos anos.
Autoria: Senadores Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CI

Nos termos do disposto no artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011 tramite em conjunto com o Projeto de Lei do Senado º 283, de 2011, por versarem sobre o mesmo tema.
Autoria: Senador Aécio Neves
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviado convite, às autoridades abaixo relacionadas, para que no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, seja realizada Audiência Pública com o objetivo de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo.
Ministro de Minas e Energia – Sr. Edson Lobão;
Governador do Estado do Pará – Sr. Simão Jatene;
Governador do Estado de Minas Gerais – Sr. Antonio Anastasia;
Diretor de Planejamento e Arrecadação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – Sr. Marco Antonio Valadares Moreira;
Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) – Sr. Paulo Camillo Vargas Penna;
Diretor Presidente da empresa Vale S.A. – Sr. Murilo Ferreira;
Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB) - Sr. Anderson Costa Cabido.
Marconi Perillo – Governador do Estado de Goiás
André Puccinelli – Governador do Estado do Mato Grosso do Sul
Autoria: Senadores Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CI

Nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com art. 93, I, do RISF, requeiro que sejam CONVIDADOS para debater o PLS nº 405, de 2011, perante a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, em audiência pública, as autoridades abaixo relacionadas:

- Ruy Alberto Corrêa Altafim, Professor Titular da Escola de Engenharia de São Carlos (USP) com Pós-Doutorado pelo National Institute of Standards and Technology, US;
- Antônio Muller, Presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento das Atividades Nucleares (Abdan);
- Samuel Fayad Filho, Diretor de Produção de Combustível Nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil (INB);

- Othon Luiz Pinheiro da Silva Presidente da Eletronuclear;
- Edson Kuramoto, Presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben);
- Carlos Frederico Figueiredo, Diretor Comercial da Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A);
- Jaime Wallwitz Cardoso, Presidente da Nuclep;
- Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia;
- Maurício Tiommo Tolmasquim., Presidente da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia
- Angelo Fernando Padilha , Presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear – vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia);
- Representante do Ministério do Meio Ambiente.

Autoria: Senador Demóstenes Torres
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária - Deliberativa: 03
Conjunta – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 18
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Mensagem (SF): 01
Ofício "S": 02
Requerimento - CI: 10

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

24ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 58, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, nº 62, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores, nº 63, de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, nº 46, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, nº 46-A, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, nº 51, de 2011-CI, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, e nº 21, de 2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação brasileira".

PARTICIPANTES

- Marconi Perillo - Governador do Estado de Goiás;
- Helenilson Cunha Pontes - Vice-Governador do Estado do Pará, representando o Governador do Estado, Simão Jatene; e
- Wellington Dias – Senador; e
- Francisco Dornelles – Senador.

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 310, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros - REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes.
Autoria: Deputado Fernando De Fabinho
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, DE 2007
TERMINATIVO

Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Não foram oferecidas emendas. O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, para suspender a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, bem como para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial.
Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.
Autoria: Senador Expedito Júnior
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2009, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2008, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo), e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2009.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.
Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com 5 (cinco) Emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5-CDR.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta à Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas" e à Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, que "institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências", dispositivos para determinar que nos empréstimos para aquisição da casa própria, integre a composição da renda familiar o somatório de todas as rendas das pessoas que convivam em uma mesma unidade familiar, e flexibilizar o processo de comprovação de renda.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, o Presidente da Petrobras Biocombustível, Sr. Miguel Rossetto, para debater a ampliação da produção e do consumo de biocombustível no Brasil, especialmente no Nordeste.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Extraordinária – Deliberativa: 02
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 06
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04
Requerimento – CDR: 01

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 411, de 2007

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA – CDRAM (CDR)

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin
Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011-CDRAM

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Subcomissão, com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, com a presença de representantes dos trabalhadores rurais dos estados do Pará, Amazonas e Rondônia, além de representação do MPF, da Policia Federal, da CPT, dos governos dos três estados, da OAB – Conselho Federal e representação do Governo Federal, a serem definidos posteriormente, para discutir os trabalhos

desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal, criada para visitar "in loco" os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CDRAM

Nos termos regimentais, solicito a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para discutir a PEC 556/2002, que trata dos soldados borracha, com a presença da deputada Perpétua Almeida – relatora da PEC 556/2002 na Câmara dos Deputados; dos representantes dos Sindicatos dos Soldados da Borracha dos estados do Amazonas, Rondônia e Acre; do Poder Executivo e do cineasta Wolney Oliveira, bem como apresentação do filme documentário "borracha! para a Vitória", com data a ser definido posteriormente.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CDRAM

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à organização e realização do V Simpósio da Amazônia, versão estadual a realizar-se no dia próximo 21 de outubro, com o tema: "Uma visão jovem para o futuro sustentável da região", na cidade de Manaus.
Requeiro, ainda, que o referido Simpósio seja assessorado por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e do gabinete da Senadora para assessorar esta Presidência.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CDRAM

Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, no formato de visitas técnicas dos membros desta Subcomissão Permanente aos Estados de abrangência da Região Norte, com o objetivo de colher sugestões e elaborar um documento que possa contribuir para o desenvolvimento da Região.
Requeiro, ainda, que as visitas sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para prestar assistência a esta Presidência.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CDRAM

Requeiro, nos termos do disposto no art. 89, Inciso IX do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de expediente à Consultoria Legislativa do Senado Federal com o objetivo de solicitar os serviços de um funcionário técnico daquele órgão para acompanhar, elaborar relatórios técnicos e assessorar a Presidência da Subcomissão Permanente da Amazônia - CDRAM durante as reuniões desta e durante as visitas técnicas que serão organizadas com o intuito de debater e propor sugestões que possam contribuir para o desenvolvimento da região Norte.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CDRAM

Nos termos regimentais, solicito a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para discutir o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia, com as presenças do representante da Advogacia Geral da União, da Secretária do Patrimônio da União e do Ministério da Defesa, com data a ser definido

posteriormente.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CDRAM

Nos termos regimentais, solicito a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, com a presença do Presidente do Banco da Amazônia S.A. – BASA, para discutir e apresentar os planos de investimento e de liberação de recursos para a região Norte.
Autoria: Senador Vicentinho Alves e Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CDRAM

Nos termos regimentais, solicitamos a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, com a presença do Superintendente da SUDAM, para debater os objetivos e metas econômicas e sociais dessa Autarquia para desenvolvimento sustentável da região Norte, com data ser definida posteriormente.
Requeremos, ainda, que sejam convidados a participar da referida audiência pública, os membros da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Vicentinho Alves
Resultado: Aprovado.

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA (CRE)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 9, de 2011-CDRAM e 3, de 2011-CREPAFF, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin e Mozarildo Cavalcanti, respectivamente, com o objetivo de "discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal criada para visitar "in loco" os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia".

PARTICIPANTES

- Claudionor Muniz – Diretor Geral da Polícia Civil, representando o Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura;
- Jayme Jemil Asfora Filho – Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Joaquim Belo – Representante do Conselho Nacional de Seringueiros; e
- Rafael Oliveira Claros – Representante da Associação dos Camponeses do Amazonas (ASSCEDAM).

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CDRAM

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, para debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965). Para tanto requeiro sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CDRAM

Em aditamento ao Requerimento 14-CDRAM, aprovado em 13 de setembro do corrente, que solicita, "nos termos regimentais, a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para discutir o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia (...)", requeiro que se faça presente, também, um representante do

Ministério das Relações Exteriores (MRE).
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA (CRE)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2011-CDRAM, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Vanessa Grazziotin; Requerimento nº 60, de 2011-CRA; Requerimento nº 4, de 2011-CREPAFF; e Requerimento nº 97, de 2011-CMA, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Mecias de Jesus – Deputado Presidente do Parlamento Amazônico;
- José Luís Schafer – Deputado Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE;
- Freire Júnior – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO;
- Ribamar Araújo – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO;
- Manoel Pioneiro – Deputado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – PA; e
- Hélio Soares – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão - MA.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Deliberativa: 01
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 10
Requerimento – CDRAM: 10

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 – CDRCOOL (CDR)

Presidente: Senadora Lídice da Mata
Vice-Presidente: Senador Ataídes Oliveira

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011

1ª PARTE

Eleição do Vice-Presidente para o Biênio 2011/2012.
Resultado: Eleito o Senador Zeze Perrella para o Biênio 2011/2012.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater as ações de sustentabilidade para a Copa de 2014, Olimpíada e Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: a Sra. Laura Silvia Valente de Macêdo – Diretora atual do Departamento de Economia e Meio Ambiente do MMA; a Sra. Paula Gabriela de Freitas – Representante da Associação Ambiental de

Governos Locais pela Sustentabilidade; o Sr. Cláudio Langoni – Ministério do Esporte; e o Sr. José Pedro Soares Martins – Jornalista – Palestrante do Fórum Legislativo em Cuiabá.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater a Rede de Proteção Social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Deputado Federal Romário; a Sra. Thaís Dumet – OIT – Oficial de Projetos; a Dra. Stella Scandola – Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul; a Professora Mestre Karina Figueiredo – Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil; um representante da UNICEF; e o Sr. Camilo Sales Dornelas – Diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais – Polícia Civil do Rio de Janeiro.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater as Políticas de Qualificação Empresarial e Profissional para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: um representante do Ministério do Trabalho e Emprego; um representante do Ministério do Turismo; e um representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater os impactos da Copa de 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 sobre a tecnologia de informação brasileira, com a presença do seguinte convidado: o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Sr. Ronaldo Mota.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater a transparência dos gastos públicos na Copa de 2014, na Olimpíada e na Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Valmir Campelo; e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage Sobrinho.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 05

Requerimento – CDRCOOL: 05

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2011-CRA, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, com a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, que "estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano".

PARTICIPANTES

- Maria Auxiliadora dos Santos - Secretária Nacional da Mulher da Força Sindical - FORÇA SINDICAL;
- Ailma Maria de Oliveira – Diretora Executiva da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB - CTB;
- Sônia Maria Zerino Silva - Diretora para Assuntos da Mulher e da Juventude-- NCST; e
- Jussara Silva Lopes – Primeira Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB.

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 30 de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz; Requerimento nº 53, de 2011-CRA; Requerimento nº 82, de 2011-CMA; Requerimento nº 44, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga; Requerimento nº 72, de 2011-CCJ, de autoria dos Senadores Pedro Taques, Jorge Viana e Randolfe Rodrigues; e Requerimento nº 73 de 2011-CCJ, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques, Valdir Raupp e Alvaro Dias, para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), em tramitação no Senado Federal, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011.

PARTICIPANTES

- Paulo Affonso Leme Machado – Professor e Doutor "Honoris Causa" em Direito Ambiental - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; e Pós Doutor pela Universidade de Limoges (França);
- Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin – Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
- Cristina Godoy de Araújo Freitas - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP;
- Nelson Jobim – Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF; e
- Mário José Gisi – Subprocurador- Geral da República - MPF.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública, em conjunto, pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o tema: "Instrumentos Econômicos para o Código

Florestal", atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, com a participação dos seguintes convidados: José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente; Virgílio Viana, Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável; José Luciano Penedo, Presidente da Bracelpa - Associação Brasileira de Celulose e Papel, e Carlos Young, Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate, entre outros juristas: José Antonio Dias Toffoli – Ministro do STF; Paulo Affonso Leme Machado – Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França); Herman Benjamin – Ministro do STJ; Cristina Godoy de Araújo Freitas – Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Nelson Jobim – ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal; Célio Borja – Ex-Ministro da Justiça; Paulo Roberto Pereira de Souza – Professor da Universidade Estadual de Maringá; Mário José Gisi – Subprocurador Geral da República; Gilberto Piselo do Nascimento – Presidente Nacional da Comissão de Direito Ambiental na OAB; e Ana Maria de Oliveira Nusdeo – Professora de Direito Ambiental da Universidade de São Paulo.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Acir Gurgacz e Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a presença de Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para apresentação dos resultados obtidos no Levantamento de informações de uso e cobertura de terra na Amazônia, objeto do Projeto TerraClass, concluído por aquelas entidades em setembro do corrente ano.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 54, de 2011-CRA; Requerimento nº 83, de 2011-CMA; e Requerimento nº 45, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, para debater o tema: "Instrumentos Econômicos para o Código Florestal", com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, atualmente em tramitação no Senado Federal.

PARTICIPANTES

- José Carlos Carvalho - Ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente - MMA;
- Virgílio Viana – Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável - FAS;
- Carlos Eduardo Young – Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; e
- Eduardo Condorelli – Representante da CNA – Zootecnista - CNA.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento aos

Requerimentos nºs 83, de 2011-CMA, 45, de 2011-CCT, 30 e 54, de 2011-CRA, aprovados em 13 de agosto do corrente, a inclusão do Dr. Eduardo Condorelli – Zootecnista, como convidado da audiência pública conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), sobre o tema "Instrumentos econômicos para o Código Florestal".
Autoria: Senadores Waldemir Moka e Rodrigo Rollemberg.
Resultado: Aprovado.

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva).
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CRA (Substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.
Autoria: Deputada Elcione Barbalho
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar.
Autoria: Senador Luiz Henrique
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 04
AVISO Nº 63, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha cópia do Acórdão nº 1681/2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, bem como nas entidades da administração indireta a ele vinculadas, com o objetivo de aprimorar o grau de conhecimento sistêmico do Tribunal sobre as três grandes áreas de atuação dessa pasta ministerial, incluindo os respectivos macroprocessos, para, alfim, identificar as principais áreas de risco para efeito de controle externo.
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pelo conhecimento do presente Aviso pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA e, após a oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, o seu arquivamento, nos termos do art. 133, III, do RISF.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011–CRA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor ISRAEL LEONARDO BATISTA, ex-chefe da Comissão de Licitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para, em audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar dos devidos esclarecimentos sobre suas declarações publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo de 16 de agosto do corrente, afirmando ter recebido propina depois da assinatura de um contrato milionário entre o Ministério da Agricultura e uma empresa representada pelo lobista Júlio Fróes.
Autoria: Senador Alvaro Dias.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011–CRA

Requer, nos termos regimentais, e em atenção ao Requerimento nº 10, de 2011, a realização de um debate a ser realizado na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 14/20/2011, sobre política de regularização fundiária de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas no Brasil, bem como possíveis impactos para a agricultura brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Celso Lisboa de Lacerda – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira – Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Sr. Mariovane Gottfried Weis – Presidente da Federação da Associação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); Sr. Fábio de Salles Meirelles Filho – Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).
Autoria: Senadora Ana Amélia.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011–CRA

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965). Para tanto, requer sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011–CRA

Requer, nos termos regimentais, audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771/1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com os seguintes convidados: Carlos Alberto Paulino da Costa – Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Cooxupé; Gilson Ximenes – Presidente do Conselho Nacional de Café – (CNC); Breno Pereira de Mesquita – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Manoel Bertone – Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(MAPA); e Francisco Miranda de Figueiredo Filho – Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (COCATREL).
Autoria: Senador Clésio Andrade.
Resultado: Aprovado.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

1ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate: Elíbio Leopoldo Rech Filho, Pesquisador da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia e Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).
Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nºs 62, de 2011-CRA; 98, de 2011- CMA; e 52, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Elíbio Leopoldo Rech Filho, Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e
- Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ-USP.

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA (CRE), A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA (CDR) E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 60, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; Requerimento nº 4, de 2011-CREPAFF; Requerimento nº 17, de 2011-CDRAM e Requerimento nº 97, de 2011-CMA, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Mecias de Jesus – Deputado Presidente do Parlamento Amazônico
- José Luís Schafer – Deputado Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE;
- Freire Júnior – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO;
- Ribamar Araújo – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO;
- Manoel Pioneiro – Deputado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – PA; e
- Hélio Soares – Deputado, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão - MA.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01
Conjunta – Audiência Pública: 03
Conjunta – Deliberativa e Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 13
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Aviso: 01
Requerimento – CRA: 09

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Gim Argello

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 44, de 2011-CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga; nº 82, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; nº 53, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz; nº 72, de 2011-CCJ, de autoria dos Senadores Pedro Taques, Jorge Viana e Randolfe Rodrigues; e nº 73, de 2011-CCJ, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Pedro Taques, com o objetivo de "Debater o aperfeiçoamento da Reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965)".

PARTICIPANTES

- Paulo Affonso Leme Machado - Professor e Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França);
- Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin - Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Nelson Jobim - Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);
- Mário José Gisi - Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); e
- Cristina Godoy de Araújo Freitas - Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP/SP).

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 48, de 2011-CCT

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate, entre outros juristas:- José Antonio Dias Toffoli – Ministro do STF;- Paulo Affonso Leme Machado – Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (França);- Herman Benjamin – Ministro do STJ;- Cristina Godoy de Araújo Freitas – Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo; - Nelson Jobim – ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal;- Célio Borja – Ex-Ministro da Justiça;- Paulo Roberto Pereira de Souza – Professor da Universidade Estadual de Maringá;- Mário José Gisi – Subprocurador Geral da República;- Gilberto Piselo do Nascimento – Presidente Nacional da Comissão de Direito Ambiental na OAB; e- Ana Maria de Oliveira Nusdeo – Professora de Direito Ambiental da Universidade de São Paulo.
Autores: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Eunício de Oliveira
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 49, de 2011-CCT

Requerem, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a presença de Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para apresentação dos resultados obtidos no Levantamento de informações de uso e cobertura de terra na Amazônia, objeto do Projeto TerraClass, concluído por aquelas entidades em setembro do corrente ano.
Autores: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Reunião realizada.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 782, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requerem, ante o disposto nos incisos VIII e XXXIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista a prevalência, no Plenário, do expediente de votação simbólica nos procedimentos deliberativos de decretos legislativos que versem sobre a aprovação de outorga e renovação de concessão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, solicita a título de definição normativa, conforme dispõe o art. 412, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, para o fim de exata instrução de matérias atinentes, a teleologia do disposto no art. 54, inciso II, letra "a", da Constituição Federal, nos casos das concessões a parlamentares.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Recomenda que as conclusões do parecer da CCJ passem a ser observadas pela CCT
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011–CCT

Requeiro, nos termos dos arts. 90, inciso V e 93, inciso II, ambos do Regulamento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a Resolução nº. 02/2011 do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que determinou a suspensão de programas religiosos nos veículos públicos que a integram.
Oito emissoras compõem a Rede Pública de Rádio da EBC, a saber: Rádio Nacional AM Brasília; Rádio Nacional FM Brasília; Rádio Nacional AM Rio de Janeiro; Rádio MEC AM Rio de Janeiro; Radio MEC AM Brasília; Rádio MEC FM Rio de Janeiro; Rádio Nacional do Alto Solimões; Rádio Nacional da Amazônia; e a Radioagência Nacional
As emissoras de TV ligadas à EBC são: a TV Brasil; a NBR, do Poder Executivo; e a TV Brasil - Canal Integración, canal de integração entre os países sul-americanos (em espanhol), que mantém parceria com as principais emissoras de TV do continente.
Esse expressivo elenco de veículos de radiodifusão sonora e de sons e imagens permite avaliar a extensão da vedação imposta pela Resolução EBC 02/2011, bem como denota a conveniência desta Casa exercitar a sua competência constitucional fixada no art. 58, § 2º, incisos II e V, para realizar a requerida audiência pública e ouvir pessoas e instituições por ela alcançadas, como disciplina o art. 94, § 1º, do Regulamento Interno do Senado Federal.
Por essas razões, impõe-se ouvir os vários segmentos alcançados pela citada decisão, propósito para o qual solicito a expedição de convite às seguintes personalidades:
Tereza Cruvinel, diretora-presidente da EBC; Setor Comercial SUL, SCS, Quadra 08, Bloco B-60, 1º Piso Inferior, Edifício Venâncio 2000, Asa Sul, Brasília/DF;
Ima Célia Guimarães Vieira, presidente do Conselho curador da EBC, (91) 3229-9266/9989-6061, ima@museu-goeldi.br, imavieira@oi.com.br.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Resultado: Aprovado.

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento dos Requerimentos nº 45, de 2011-CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga; nº 83, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; e nºs 30 e 54, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater os "Instrumentos Econômicos para o Código Florestal".

PARTICIPANTES

- José Carlos Carvalho - Ex-Ministro do Meio-Ambiente;
- Virgílio Viana - Superintendente Geral da Fundação Amazonas Sustentável;
- Carlos Eduardo Young - Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e
- Eduardo Condorelli - Zootecnista - Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária - CNA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 50, DE 2011-CCT

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento aos Requerimentos nºs 83, de 2011-CMA, 45, de 2011-CCT, 30 e 54, de 2011-CRA, aprovados em 13 de agosto do corrente, a inclusão do Dr. Eduardo Condorelli – Zootecnista, como convidado da audiência pública conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), sobre o tema "Instrumentos econômicos para o Código Florestal.
Autoria: Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado.

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria *ad hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2011 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera o parágrafo único do art. 64 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a obrigatoriedade de documento com código de barras em todos os pagamentos realizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável, com a emenda que apresenta
Resultado: Aprovado o parecer, com a emenda nº 01-CCT.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 130, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA BENEFICENTE GRANDE COBILÂNDIA VILA VELHA - ES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 170, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à BRASÍLIA SUPER RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CACHOEIRA DOURADENSE DE COMUNICAÇÃO, PROMOÇÃO SOCIAL, ARTÍSTICA, CULTURAL, EDUCATIVA E ESPORTIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO RIO POTY LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Crateús, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 691, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ANAJATUBENSE - ANAJÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anajatuba, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 699, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à GOIÁS CENTRO COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 4, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO LIMPO DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Limpo de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 13, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-CIDADANIA - ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS NO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DIFUSÃO CULTURAL DE CIDADE OCIDENTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Ocidental, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a conces-são outorgada à GAZETA DO ESPÍRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito do Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rego
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO CANTÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantá, Estado de Roraima.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 547, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO TACAIMBÓ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tacaimbó, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INTEGRAÇÃO DE CARMO DO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 608, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE MARCONI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 651, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO COLUMBIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 664, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CULTURAL RÁDIO REAL - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratininga, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 5, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 165, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO XANXERÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com a presença de representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti); do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, para debater a proposta de criação do Novo Código da Ciência encaminhada por essas entidades ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 24
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, no sentido de que sejam ouvidos os representantes do Ministério das Comunicações (MC), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e dos Representantes das Associações dos Canais e Rádios Comunitárias do País, com o propósito de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado n.º 483/2008, que Altera a Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária e do Projeto de Lei do Senado n.º 53/2009, que Altera a Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar o alcance do serviço de radiodifusão comunitária, respectivamente, frente a publicação da Lei n.º 12.485, de 12/09/2011 - Lei da Convergência das Mídias.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

1ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CCT

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011. Estão convidados ao debate: Elíbio Leopoldo Rech Filho, Pesquisador da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia e Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).
Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nºs 62, de 2011-CRA; 98, de 2011- CMA; e 52, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Elíbio Leopoldo Rech Filho, Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e
- Ricardo Ribeiro Rodrigues, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ-USP.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIBEIRÃO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 15, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO XAVANTE DE IPANEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria *ad hoc*: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Regeneração, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ para excutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Piauí, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 164, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIO MAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO POPULAR DE PALHANO - ACCPP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhano, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO ECOLÓGICA DE CAJUEIRO DA PRAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE PENEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penedo, Estado de Alagoas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 475, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SAMPAIO & MARTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cavalcante, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 701, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão a 102,3 FM COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE CORUMBAÍBA - GOIÁS (ADACCG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 153, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCATIVA PIO XII DE RADIODIFUSÃO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de

Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 372, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MANTIQUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria *ad hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 143, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PLANALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria *ad hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO RAÍZES DE MILHÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *ad hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 155, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE POPULAR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *ad hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA STAR SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PENÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 37, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 39, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 40, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paulista de Avaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Avaré, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 41, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVO RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 163, DE 2011

TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria *ad hoc*: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 171, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA UBERABA - FUREU para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria *ad hoc*: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 468, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à ASTRAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *ad hoc*: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 237, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA par executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011–CCT

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, e de acordo com o art. 93, inciso II do RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

para instrução do PLC 30/2011 (Código Florestal) e debates em torno do tema "INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS – MODELOS, TECNOLOGIAS E SOLUÇÕES", e em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: - WERNER GRAU NETO – Advogado e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados.Área de Atuação: Direito Ambiental, consultivo e contencioso; Mudança do Clima e Sustentabilidade.Finalidade: Opinião sobre os modelos jurídicos de mecanismos de serviços ambientais em voga no Brasil e no exterior, e as propostas em debate no Congresso Nacional; - GERD SPAROVEK – Professor da USP, atuando na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Área de Atuação: Conservação do Solo e Planejamento do uso da Terra. Finalidade: apresentação de sugestões de modelos de ferramentas e instrumentos econômicos para aplicabilidade em serviços ambientais – fontes de receita e custeio; - IVAN ANDRÉ ALVAREZ – Pesquisador EMBRAPA. Área de Atuação: Recuperação de áreas degradadas, restauração ecológica, geoprocessamento, manejo florestal, arborização urbana, floricultura com espécies nativas, conservação da natureza e paisagismo. Finalidade: apresentar modelos e tecnologias de prestação de serviços ambientais, com sustentabilidade econômica, para preservação de áreas protegidas ou recuperação de áreas degradadas.
Autoria: Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 31
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011–CCT

Em aditamento ao Requerimento nº 11/2011-CCT, requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a inclusão do tema "CRIAÇÃO DO BANCO FINEP" junto aos assuntos que serão debatidos na Audiência Pública aprovada por aquele Requerimento, ora aditado, passando então o tema da mencionada Audiência Pública a ser "AVALIAÇÃO DA GESTÃO E EFETIVIDADE DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL, E CRIAÇÃO DO BANCO FINEP". Também serve o presente para vincular esta Audiência Pública ao conjunto de Audiências realizadas pela 1ª. JORNADA PELA INOVAÇÃO. Em havendo deliberação favorável, mantêm-se os convidados elencados no Requerimento nº 11/2011-CCT, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate.
Autoria: Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento Requerimento nº 46, de 2011–CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, para "debater a Resolução nº. 02/2011 do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que determinou a suspensão de programas religiosos nos veículos públicos que a integram".

PARTICIPANTES

- Tereza Cruvinel - Diretora-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; e
- Daniel Aarão Reis Filho - Conselheiro do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

TOTAL DE REUNIÕES: 08
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Não deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 02
Conjunta – Deliberativa e Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 61
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Projeto de Decreto Legislativo (terminativo): 49
Requerimento "SF": 01
Requerimento - CCT: 09

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: Senador Sérgio Souza
Vice-Presidente: Deputado Alfredo Sirkis
Relator: Márcio Macêdo

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2011

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, com a finalidade de discutir a posição brasileira em relação às negociações globais sobre o clima e a política de mudanças climáticas adotada pelo Brasil.

PARTICIPANTE

- Luiz Alberto Figueiredo Machado - Embaixador Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 02, DE 2011–CMMC

Nos termos regimentais, requeremos audiência pública desta comissão com o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Sr. Aloízio Mercadante, e com a Ministra de Meio Ambiente, a Srª Izabella Teixeira, para exporem sobre: as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças do Clima; tratar dos resultados do segundo inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa, conforme disposto na Lei 12.187, de 2009, que instituiu a Política Nacional de Mudanças do Clima; e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido como IPCC.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO N° 03, DE 2011–CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, com o Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, destinada a apresentar as ações atuais e futuras sobre a gestão das águas no Brasil e as iniciativas perante outros países.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO N° 04, DE 2011–CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Regional, no Estado do Paraná, em Foz do Iguaçu, destinada a avaliar e debater a sustentabilidade ambiental e os impactos nas condições climáticas daquela região e do país, a partir da experiência decorrente da instalação da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, ficando esta Comissão responsável pela definição de uma data e pela identificação e convite dos palestrantes para audiência
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011

Eleição do Relator da Comissão (Art. 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
Resultado: Eleito Relator o Deputado Márcio Macêdo (PT/SE).

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, e do Deputado Alfredo Sirkis, com a finalidade de discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças Clima; tratar dos resultados do segundo inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa, conforme disposto na Lei 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional de Mudanças do Clima; e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido com IPCC.

PARTICIPANTES

- José Antonio Marengo Orsini - Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, representado o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e
- Eduardo Delgado Assad - Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 5, 2011–CMMC

Nos termos regimentais, requeiro audiência pública desta comissão para tratar dos dados atualizados do IPCC sobre emissões de gases de efeito estufa, com os seguintes convidados: Paulo Artacho, Professor da USP; Emilio La Rovere, da COPPE, da UFRJ; Suzana Khan, da COPPE e da SEMA-RJ e Luiz Carlos Molion, Professor da Universidade Federal de Alagoas.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Audiência Pública e Deliberativa: 01
Audiência Pública: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 04
Requerimento-CMMC: 04

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 76

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 16

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 227

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI - 02/02 a 30/09/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	11									CONCLUSÕES ENCAMINHADAS EM 17.05.11
DEFESA CIVIL RQS 171/2011	6	14	14							
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011										AGUARDANDO INSTALAÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS EXTERNAS										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
SEGURANÇA PÚBLICA RQS 455/2011	3	1	1							

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições						
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.	
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	13	105	105	48							
ECAD RQS 547/2011	11	102	102	33							

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011										AGUARDANDO INSTALAÇÃO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinco minutos do dia trinta de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 35ª, 36ª, 37ª e 38ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 1069-Seses-TCU-Plenário, de 25 de julho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-015.999/2010-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao indíce de atualização monetária utilizado pelo TCU em seus acórdãos; Aviso nº 1080-Seses-TCU-Plenário, de 27 de julho de 2011, e Aviso nº 1247-GP/TCU, de 17 de agosto de 2011, ambos do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.153/2011-2, do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como da Decisão Normativa-TCU nº 114, de 27 de julho de 2011, referentes ao cálculo dos coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal no rateio da parcela de dez por cento incidente sobre a arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, para o exercício de 2012, de que trata o inciso II do artigo 159 da Constituição Federal; e Aviso nº 71 de 2011, de 10 de agosto de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.646/2010-9, do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 52 de 2010. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei do Senado nº 9 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que "suprime o artigo 11 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Em 16/8/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Casildo Maldaner Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira. Em 16/8/2011, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Lobão Filho, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após ter sido designado Relator *Ad Hoc*, o Senador Francisco Dornelles apresenta relatório contrário ao Projeto. Usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias e Cyro Miranda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 373 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "revoga o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. Em 23/8/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador José Pimentel Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Humberto Costa. Em 23/8/2011, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente em exercício da Comissão designa o Senador Cyro Miranda Relator *Ad Hoc* da Matéria. Usa da palavra o Senador Cyro Miranda, Relator *Ad Hoc* da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 154 de 2010 – Complementar,

não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que 'Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências'", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto. O Presidente em exercício da Comissão designa a Senadora Vanessa Grazziotin Relatora *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pela Relatora *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 117 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para estimular a livre concorrência no serviço de praticagem", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. O Presidente em exercício da Comissão designa o Senador Lindbergh Farias Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 5– Projeto de Lei da Câmara nº 134 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE, apresentando as Emendas nºs 4 a 14 e rejeitando as Emendas nºs 2 e 3-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Roberto Cavalcanti. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CE e pela rejeição da Emenda apresentada pelo Senador Roberto Cavalcanti na CAS. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 244 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Armando Monteiro, que "acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal", tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Lei nº 9.496, de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o financiamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 526 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários", tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Após a leitura do relatório, o Senador Cyro Miranda solicita vista da Matéria. O Presidente em exercício da Comissão concede Vista ao Senador Cyro Miranda, nos termos regimentais. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves", tendo como Relator o Senador Humberto Costa,

que oferece relatório pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 325 de 2008 e nº 356 de 2008. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2008 e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2008. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2006, terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que "altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º – A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro e 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam", tendo como Relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. A apreciação da Matéria é adiada. Item 13– Requerimento nº 61 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que "requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater o Plano Decenal de Energia 2011-2020, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Hermes Chipp, Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; Sr. Xisto Vieira Filho, Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas – Abraget; Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia – Abiape; Sr. Mauricio Tomalsquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine; e Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP". Em 23/08/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. A Comissão aprova o Requerimento nº 61 de 2011-CAE. Item 14– Requerimento nº 62 de 2011, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores, que "requer, nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para participar do Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira, os seguintes senhores: Exmo. Sr. Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Marcelo Déda, Governador do Estado de Sergipe; Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Exmo. Sr. Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; Exmo. Sr. Wellington Dias, Senador da República pelo Estado do Piauí; Exmo. Sr. Vital do Rêgo, Senador da República pelo Estado da Paraíba; Exmo. Sr. Alceu Moreira, Deputado Federal; representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; Exmo. Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Exmo. Sr. Omar Aziz, Governador do Estado do Amazonas; e Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás". Em 23/08/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Vanessa Grazziotin, Lindbergh Farias e Wellington Dias. A Comissão aprova o Requerimento nº 62 de 2011-CAE. São lidos e apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: Item 1– Requerimento nº 63 de 2011, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, que "requer a participação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR no Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira, em aditamento ao Requerimento nº 58 de 2011-CAE". A Comissão aprova o Requerimento nº 63 de 2011-CAE. Item 2– Requerimento nº 64 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Wilien Montelli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), dentre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 20 de 2010-CAE, e a atualização dos nomes das autoridades citadas no referido Requerimento para que constem: Exmo. Sr. José Leônidas de Menezas, Ministro da Secretaria de Portos (SEP); Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Eduardo Lirio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, representando os trabalhadores portuários; Sr. Sérgio Paulo Perrucci de Aquino, Presidente do Conselho de Autoridade Portuário de Santos, representando os Conselhos de Autoridade Portuária; e Sr. Wilien Montelli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)". A Comissão aprova o Requerimento nº 64 de 2011-CAE. É lido pela Presidência e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 65 de 2011, de iniciativa do Senador Benedito de Lira, que "requer a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 23 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011, que 'altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes'". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Srs. Senadores, senhores presentes, senhoras e senhores, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Que Deus ilumine os trabalhos desta Comissão no dia de hoje!

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 35ª, 36ª, 37ª e da 38ª reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso do Tribunal de Contas da União, Aviso nº 1069, TCU, plenário, de 25 de julho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº 015999/2010–6, bem como do relatório do voto que o fundamenta, referentes ao índice de atualização monetária utilizada pelo TCU e seus acórdãos.

Segundo e terceiros avisos. Aviso nº 1.080, TCU, plenário, de 27 de julho de 2011; e Aviso nº 1.247, do TCU, de 17 de agosto de 2011. Ambos do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº 019153/2011–2 do relatório do voto que o fundamenta, bem como da decisão normativa do TCU nº 114, de 27 de julho de 2011, referentes ao cálculo dos coeficientes de participação dos Estados no Distrito Federal, no rateio da parcela de 10%, incidentes sobre a arrecadação do imposto sobre produtos industrializados para o exercício de 2012, de que trata o inciso II do art. 159 da Constituição Federal.

Quarto e último. Aviso nº 71, de 2011, de 10 de agosto de 2011 do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão, proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº 025646/2010, 2009–9 do relatório do voto que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 52, de 2010.

Srs. Senadores, passo a iniciar a pauta com o Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9 DE 2011
– Não Terminativo -

Suprime o artigo 11 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: – *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa;*

– Em 16/8/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Casildo Maldaner Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira;

– Em 16/8/2011, foi concedida Vista Coletiva;

– Em 30/8/2011, o Presidente em exercício da Comissão, Senador Lobão Filho, designou o Senador Francisco Dornelles Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Casildo Maldaner.

Eu pediria ao Senador Lindbergh para que, se pudesse, relatasse *ad hoc* o Item 1.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pode pedir a outro? Porque sou contra. Eu estava querendo votar contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, eu pediria ao Senador Dornelles que pudesse relatar, *ad hoc*, o Item 1 da pauta.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. O relatório já foi lido pelo Relator *ad hoc*, na 34ª reunião, realizada em 16 de agosto, ocasião em que foi concedida vista coletiva, e pergunto ao Senador *ad hoc*, Senador Dornelles, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A minha posição é ratificar a posição do voto contrário à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, coloco a matéria em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, na reunião passada desta Comissão, falei aqui por economia legislativa. Hoje, a média de investimentos do Fundeb em educação de jovens e adultos tem sido de 5,55%, ou seja, não há necessidade de acabar com esse limite de 15%. Por economia legislativa, eu já tinha discutido com profundidade, na reunião passada, votar contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Da mesma forma, acompanho o Relator *ad hoc*. Também voto contra esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o Item 1 da pauta.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

Senador Dornelles – o Senador se manifestou como Relator.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, o projeto foi rejeitado.

Passo à Secretaria da Mesa para que possa tomar as medidas legais.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373 DE 2007 – Complementar
– Não Terminativo -

Revoga o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria *Ad Hoc*: Senador José Pimentel

Pediria ao Senador Cyro Miranda que pudesse, *ad hoc*, também relatar este Projeto.

O relatório já foi lido pelo relator *ad hoc* na 35ª Reunião, realizada em 23 de agosto, e pergunto ao Senador Cyro Miranda se gostaria de se manifestar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Nogueira não veio e pediu que o representasse.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Cyro Miranda, perdão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Também sou contra esse relatório, minha posição é contra, em função de que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, durante a sua vigência em contrário, na prática não apresenta esse resultado, de maneira que continuo também votando com o Relator Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, o relator é contrário ao Projeto, os Senadores que concordam com o relatório e o relator permaneçam como estão. (*Pausa.)*

O relatório foi não-aprovado e passo à Secretaria da Mesa para tomar as medidas legais.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Qual foi a decisão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA)) – Contrário ao Projeto, segundo o Relator Cyro Miranda.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154 DE 2010 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que "Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências".

Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Humberto Costa
Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto.*

Pediria à Senadora Vanessa Grazziotin que pudesse relatar esse Projeto, *ad hoc*, e perguntaria se a Senadora gostaria de se manifestar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já foi lido o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não, a senhora tem que ler o relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2010, do Senador Pedro Simon, que altera os dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime da Previdência Complementar.

Sr. Presidente, vou passar logo para a análise do projeto, onde reitera-se a afirmação do relatório aprovado na Comissão de Assuntos Sociais de que os objetivos da presente proposição são respeitáveis e compreensíveis. Mas também temos de observar e concordar com a decisão daquela Comissão de que existem equívocos de juridicidade e de efetiva compreensão do funcionamento adequado do mercado de previdência complementar representado pelas entidades fechadas, popularmente conhecidas como fundos de pensão.

Também partilhamos da decisão da CAS em qualificar como grave impropriedade em relação ao ordenamento jurídico vigente o dispositivo que estabelece que as operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, de retiradas de patrocinadores, das transferências de patrocínio devam ter autorização prévia da Previc e voto favorável da maioria absoluta dos assistidos e beneficiários do respectivo fundo de pensão.

Não há dúvidas acerca do caráter contratual tipicamente privado da relação travada no âmbito do subsistema de previdência complementar fechada. Ao menos duas incompatibilidades podem ser observadas, utilizando-se, a título de exemplo, as operações de retirada de patrocinador e de transferência de patrocínio (respectivamente incisos II e IV, do art. 33 da LC nº 109, de 2001). Essas operações consubstanciam-se em típica espécie de extinção de relação contratual no âmbito da relação previdenciária privada operada pelo patrocinador. Trata-se de rescisão contratual entre patrocinador e fundo de previdência. Não existe a figura do rompimento contratual referente à relação jurídica do fundo de pensão com os participantes do plano de benefícios em decorrência da retirada do patrocinador. Como se trata de uma operação de natureza unilateral, os atos em questão não se encontram nem mesmo na esfera de decisão do fundo de pensão e, nessa condição, não podem nem mesmo restar submetidos à autorização da maioria absoluta dos participantes e assistidos, nos termos do dispositivo sugerido pelo autor da proposta.

Entendemos que as propostas do PLS nº 154, de 2010 –Complementar, caracterizam possível retrocesso em termos de governança, podendo ensejar a inviabilidade de boa parte da gestão dos fundos de pensão.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 154, de 2010 – Complementar.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Vanessa.

A matéria está em discussão. Como não há quem queira discuti-la, coloco em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer desta Comissão, contrário ao Projeto.

Só para registro, no Item 2, relatado pelo Senador Cyro Miranda, foi aprovado o relatório do Senador, que é contrário ao Parecer do Projeto.

Dando prosseguimento.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117 DE 2010
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para estimular a livre concorrência no serviço de praticagem.

Autoria: Senador Demóstenes Torres
Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Passo a relatoria ao Senador Lindbergh, para que possa promover, *ad hoc*, o seu relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, o Senador Vital do Rêgo fez um extenso relatório, e acaba a sua análise dizendo:

"Assim, entendemos que as alterações propostas pelo projeto são impertinentes, contrárias ao interesse público e geradoras de custos para o poder público e para os usuários dos serviços. A praticagem é uma atividade essencial, assim definida em lei. Como tal, ainda que não exercida diretamente pela União, não pode prescindir do controle do poder público.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2010."

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Tendo sido proferido o relatório, coloco em votação.

Há alguém que queira discutir?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, essas mudanças propostas, além de não possuírem paralelos em lugar nenhum do mundo, colocam realmente em risco a atividade que deixa de ser essencial. Também sou pela rejeição, conversei muito com o Senador Demóstenes Torres e, inclusive, no final ele ficou em dúvida porque, se tirar esse processo da Marinha, podemos realmente correr risco. Então, também sou pela rejeição desse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Lindbergh.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao Projeto, e a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Item 5, o relator pediu a retirada de pauta, e o item 6, o Senador Luiz Henrique pede que aguarde sua chegada, já que está participando, neste momento, de uma outra comissão e gostaria de relatar este Projeto.

Portanto, passamos ao Item 7. É terminativo.

Itens 8, 9, 10, 11, e 12 são terminativos, então vou passar a ler os requerimentos, na esperança de que nossos colegas possam chegar a esta Comissão e possamos votar também os terminativos.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 61 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater o Plano Decenal de Energia 2011-2020, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Hermes Chipp, Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; Sr. Xisto Vieira Filho, Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas – Abraget; Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia – Abiape; Sr. Mauricio Tomalsquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia; Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral.

Observações: *Em dia 23/08/2011, o Requerimento pelo Presidente da Comissão;*

Em 25 de agosto, a Secretaria da Comissão recebeu novo Requerimento nº 61, para que a referida audiência pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Coloco, neste momento, em votação o Requerimento. *(Pausa.)*

Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão para que, se fosse possível, incluir o Diretor-Presidente da Agência Nacional do Petróleo, porque não podemos tratar de política energética sem tratar dessa questão do petróleo também, principalmente agora que a ANP não é mais Agência do Petróleo; a Agência do Petróleo e do Biodiesel também. Então, eu gostaria de sugerir a inclusão do Diretor-Presidente da ANP.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passo à votação do requerimento com o aditivo da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer seja também convidado o Diretor-Presidente da ANP – Agência Nacional do Petróleo.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o Requerimento nº 61, de 2011, nesta Comissão.

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 62 DE 2011

Requer, nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para participar do Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os Entes da Federação Brasileira, os seguintes senhores: Exmº. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia; Exmº Sr. Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco; Exmº. Sr. Marcelo Déda, Governador do Estado de Sergipe; Exmº Sr.

Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Exmº Sr. Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Paulo Roberto Ziulkosky, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; Exmº Sr. Wellington Dias, Senador da República pelo Estado do Piauí; Exmº Sr. Vital do Rêgo, Senador da República pelo Estado da Paraíba; Exmº Sr. Alceu Moreira, Deputado Federal e representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Iniciativa: Senador José Pimentel

Observações: Em 23/8/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Em votação. *(Pausa.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Senador Edison Lobão já esteve aqui e ficou por duas horas e meia à nossa disposição. Ele vai vir para repetir tudo de novo? Eu concordo que os outros venham, os governadores, mas não vejo necessidade de o Ministro voltar e ficar por mais duas horas e meia, três horas...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito bem colocado, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quando foi colocado esse requerimento, nós não tínhamos ainda requerido a vinda do Ministro Lobão.

Então, proponho que isso seja discutido, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, quero dizer ao Senador Cyro que é sempre um prazer receber aqui o nosso Ministro Edison Lobão. Ele esteve aqui conosco, mas, eu, lamentavelmente, não estava em Brasília no momento, portanto, não participei da discussão. Mas concordo com o Cyro. Acho que, realmente, se ele já deu explicações...

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª pudesse também aprovar um aditamento que fiz a esse requerimento, incluindo o nome do Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, para essa audiência. Está sobre a mesa o requerimento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Quero apenas fazer o registro que esse Requerimento do Senador José Pimentel é anterior à presença do Ministro Edison Lobão aqui, por isso consta o Ministro nesse requerimento.

Senador Dornellles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria justamente dizer este fato: que o Ministro Edison Lobão já esteve aqui, e que os Governadores Eduardo Campos, Marcelo Déda, Renato Casagrande e Sérgio já estão marcados para amanhã e depois. Já foi aprovada a convocação. Portanto, que os nomes deles sejam excluídos desse requerimento, porque em outro requerimento, já aprovado, eles virão aqui amanhã e depois.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento para uma audiência pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Mais algum Senador...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB -–AM) – Bom, se amanhã virão os Governadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo...

O SR LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E de São Paulo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E de São Paulo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – São Paulo, às 11 horas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós debateremos o tema sob a ótica daqueles que têm um posicionamento diverso da grande maioria dos Estados brasileiros.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na quinta também, no mesmo horário, vai ser Marcelo Déda, Eduardo Campos e Jaques Wagner. Então, nós vamos ter debate na quarta e na quinta. Por isso eu também concordo com todos que esse requerimento está prejudicado, não foi aprovado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acho que o que poderíamos fazer então... Eu não fui tão organizada quanto o Senador Flexa, mas senti falta da região Norte aqui, e talvez do Centro-Oeste também. Que nós pudéssemos fazer um terceiro, inclusive incluindo nesse rol de debates acerca dos *royalties* do pré-sal, convidando alguns governadores, pode ser o do Pará, o do Amazonas e o do próprio Distrito Federal, numa outra rodada de debates.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senadora, na verdade, o que está acontecendo? A

Presidenta da Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia, e o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio, têm uma programação de atividades. E eu acho que poderíamos, em vez de aprovar alguma coisa aqui, era fazer essas audiências públicas na quarta e na quinta, conversar com o Presidente da CAE, juntar um grupo de Senadores, para ver quais os próximos passos. Melhor do que aprovar alguma coisa aqui – viu, Senadora? – sem a presença dos dois Presidentes, que estavam combinando esse ciclo de audiências públicas. Tudo bem?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tudo bem. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para dar uma sugestão. Parece-me, não sei se a equipe da Comissão tem alguma posição diferente, que o Governador Eduardo Campos, pelo que sei, confirma a presença. O Wagner...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Também? Bom, então, o Marcelo Déda é que estava com um problema de agenda.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – É, ele não confirmou.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, por essa razão é que eu acho que poderia sugerir... Eu acho que está correta aqui a posição da Senadora Vanessa, a do Senador Flexa Ribeiro, poderia haver...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Alternativas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Uma alternativa da região Norte, no lugar do Governador Marcelo Déda. Eu acho que seria prudente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Mas para que nós possamos discutir, votar e aprovar ou não este requerimento é necessário já definir agora as autoridades a serem convidadas, em substituição àqueles que já estarão presentes em outras manifestações aqui.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Está correto. Eu creio que aí é o pessoal do Norte sugerir um nome.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Poderíamos, preliminarmente,...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas o Nordeste está com dois, vamos fazer dois nomes do Norte. Pode ser o Pará e o Amazonas. São duas realidades bem diferentes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu concordo, já que estão programadas essas duas audiências. Não sei se haverá tempo de chamá-los ainda para essa próxima.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – PA) – Poderíamos aprovar o requerimento e, havendo brecha de tempo, temporal, faremos a audiência.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – PA) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu sugeriria que fosse aprovado o requerimento e, posteriormente, o Presidente e a Lúcia Vânia marcariam as datas.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não, nós estaríamos aqui discutindo os convidados.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não, Presidente, aprovaria o requerimento excluindo esses governadores que já vêm aqui amanhã e depois e o Ministro Lobão, que já veio. E incluiria os governadores do Norte e do Centro-Oeste, como está sendo proposto pela Senadora Vanessa e pelo Senador Flexa Ribeiro, e depois o Presidente Delcídio marcaria a data com esses governadores.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito bem. Então, eu vou colocar em votação o requerimento com o seguinte teor: convite de todas essas autoridades, com exceção daqueles que já estarão presentes em outros momentos aqui nas comissões do Senado, comissões temáticas do Senado, e incluindo os governadores do Norte e do Centro-Oeste neste requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas todos?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Segundo sugestão do Senador Dornelles.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu acho que tem que ter um representante...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ...indicado pelo Senador...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Poderia ser então o Governador do Amazonas e o do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Do Pará e de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – De Goiás. Marconi PerilLo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Peço à Mesa que registre a subscrição do requerimento pelo Senador Lindbergh.

Aprovado o requerimento nº 62, da CAE.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A intenção de V. Exª é inserir esses governadores nas audiências que serão realizadas nesta semana ou marcar uma outra?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não, essa é uma audiência específica, será marcada junto com o Presidente Delcídio, em data oportuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É, não há tempo hábil para que eles possam ser convidados a estar nas de quarta e de quinta, amanhã e depois, mas o ideal é que houvesse uma mesclagem. Porque nós estamos fazendo grupos de...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Mas perceba que, nesta aqui, tem o governador do Espírito Santo, o governador do Rio de Janeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Todos são produtores. É o que digo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Por isso a mesclagem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não há mesclagem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Nós convidamos os governadores do Norte...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nós estamos fazendo uma audiência pública só com os governadores de Estados produtores.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, deixe-me esclarecer o Senador Flexa Ribeiro, que não estava aqui presente nas reuniões.

Virão aqui os governadores do Rio e do Espírito Santo na quarta-feira. Na quinta, virão os governadores de Pernambuco, Bahia e Sergipe, que foram escalados pelo governador do Nordeste para representarem a Região. Se V. Exª está colocando agora os governadores do Norte e do Centro-Oeste, é necessário marcar outra audiência, porque essa já está programada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Até porque não dá tempo, segundo a própria avaliação do Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está correto. Vamos marcar, então, junto com os presidentes das duas comissões para a próxima semana ou depois da semana da Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, em outra direção, mas sobre esse mesmo assunto, há um requerimento sobre a mesa, de minha autoria, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Eu vou lê-lo agora.

Pergunto se algum Senador tem alguma ressalva à leitura e à colocação em votação deste requerimento, visto que ele visa a praticamente aditar um evento que acontece amanhã na Comissão de Infraestrutura.

Vou ler o requerimento.

Requeiro que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo seja instada a participar do ciclo de audiências públicas conjuntas com a Comissão de Assuntos Econômico – CAE e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a repartição dos *royalties* de petróleo entre os entes da Federação brasileira, em aditamento ao Requerimento nº 51, de 2011, aprovado em 16 de agosto de 2011.

Como é um requerimento de aditamento, pergunto se algum Senador tem algo contrário a fazermos a votação ainda hoje. (Pausa.)

Não havendo, coloco em votação o requerimento da Senadora Lídice da Mata. (Pausa.)

Não havendo quem negue o requerimento, está aprovado.

Requerimento a ser lido.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja aditado ao Requerimento nº 20, de 2010, de minha autoria, o nome do presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, Sr. William Mantelli. Solicito, também, a atualização dos nomes das autoridades contidas no requerimento supracitado, ficando, assim, da seguinte forma: Dr. José Leônidas de Menezes, Ministro da Secretaria Especial de Portos; Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional de Indústrias – CNI; representante dos trabalhadores portuários, Sr. Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários; representante dos conselhos de autoridade portuária, Sr. Sérgio Paulo Perrucci de Aquino; Presidente do Capes-Santos; Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, Sr. William Mantelli.

Autor: Senador Flexa Ribeiro.

O autor do requerimento gostaria de se manifestar?

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, esse requerimento com outras pessoas convidadas já foi aprovado na legislatura passada. Ele é importante. Sou relator do PLS nº 406, de 2008, que trata da retomada da cobrança do adicional de indenização do trabalhador portuário avulso e dá outras providências. Para concluir o meu relatório, eu preciso dessa audiência pública. Assim, peço a V. Exª que, ouvido o Plenário, possamos aprovar a alteração dos nomes, porque o Ministro já mudou, o Presidente da CNI mudou também. Então, eu fiz uma adaptação para os dias de hoje. Com a concordância de meus Pares, peço que V. Exª, depois de aprovado, marque a audiência para que tenhamos as informações necessárias para concluir o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa, para ser justo com V. Exª, já que abri uma exceção para a Senadora Lídice da Mata e esse requerimento é análogo ao dela, ou seja, é apenas um aditamento a um requerimento já existente, pergunto aos Senadores presentes se há alguém contrário a votarmos o requerimento na data de hoje, apesar de ter sido lido hoje. (Pausa.)

Não havendo quem se oponha a que o requerimento seja votado, coloco em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira opor-se, está aprovado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu posso fazer uma questão, uma dúvida? Em relação ao Item 2, foi aprovado o projeto ou foi aprovado o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foi aprovado o relatório, contrário ao projeto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quer dizer, foi aprovado o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, foi aprovado o relatório, contrário ao projeto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O projeto caiu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Caiu.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, temos quórum para votar o terminativo? (*Pausa.*)

O Ministro Fernando Pimentel está se dirigindo a esta Comissão. Eu não vou encerrar esta reunião, esperando ainda pela presença de mais dois Senadores, para que a gente possa ainda votar os projetos terminativos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, o Item 2, que é o PLS nº 373...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Flexa Ribeiro está com a palavra pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Ah, está com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Assim que ele terminar, passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Para ganhar tempo, Flexa, só para pedir que chamem o Ciro Nogueira, que vi descendo do elevador junto comigo e é membro da Comissão aqui. Que deem uma ligadinha para o Ciro Nogueira e, quem sabe, ele chegue rapidinho aqui!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, já que o Senador Flexa foi interrompido, eu também vou interrompê-lo só para dizer que a lista de inscrições para o Ministro está aberta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, é sobre o Item 2...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu me inscrevo, eu me inscrevo!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... o Item 2 da pauta de hoje, que trata do PLS nº 373, de 2007, um projeto do Senador Raimundo Colombo: foi esse o projeto que caiu, Presidente, que foi rejeitado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Rejeitado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ele irá para qual próxima comissão? Ele é terminativo em qual comissão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – De Constituição e Justiça.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vai para o plenário. É complementar, vai para o plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente, pela ordem!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Já estamos com a lista de perguntas ao Sr. Ministro aberta?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estamos abertos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço minha inscrição, por gentileza.

Obrigado, Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero fazer um apelo à Mesa, a V. Exª, porque em março próximo passado foi apresentado um projeto de lei, de minha autoria, que tem uma certa preocupação no que diz respeito aos Municípios com população de até 50 mil habitantes, e, quando esse projeto entrou aqui, foi apresentado um requerimento do Senador Demóstenes Torres pedindo audiência pública. E essa audiência pública, Presidente, já decorrem 90 dias e não há prazo, não há nada, porque, parece-me, não há interesse, por parte daqueles que requereram a audiência pública, em fazê-la.

Do que nós precisamos é dar continuidade à tramitação do projeto para que os Municípios menores deste País possam ter um alento se esta Casa aprovar, Municípios que, em última análise, têm prejuízo.

Pois bem. Aqui há três autoridades, da Procuradoria Geral da República, da Receita Federal e de um outro órgão, pedindo uma audiência pública há 90 dias. E não há prazo, não apareceu, não há definição.

Então, nós não podemos ficar aqui à mercê de quem requer audiência pública e não tem interesse de fazê-la. Então, requeiro a V. Exª que o Ministro, aliás, se o Senador Demóstenes Torres estiver presente, que ele retire esse requerimento ou, do contrário, a Comissão tome uma decisão, para que a gente possa dar tramitação regular ao projeto.

Há determinadas ações que, especialmente com esses pedidos de audiência pública, são pura e simplesmente protelatórias, porque o projeto não traz nenhuma dificuldade para ninguém nem para nada; muito pelo contrário, atende aos Municípios menores do País, na hipótese de a Casa aprovar. Então, faço esse requerimento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira, eu pessoalmente vou conversar com o Senador Demóstenes e perguntar-lhe se pode retirar o requerimento.

Quero apenas justificar a V. Exª...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – É o Projeto nº 86, de 2011. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Eu quero apenas justificar a V. Exª que estamos dando prioridade às audiências públicas que são em conjunto com as outras Comissões e que estão hoje em discussão no cenário nacional.

Portanto, o tempo é exíguo. Nós não tivemos oportunidade ainda de pautar todas as audiências públicas que foram requeridas nesta Comissão. Mas, ainda assim, e vou conversar com o Senador Demóstenes Torres.

O Ministro já se encontra no corredor da Comissão, quero apenas comunicar aos Srs. Senadores.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu já estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – V. Exª havia pedido a palavra para uma questão de ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Não, é só para perguntar se já estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Vou inscrevê-lo agora.

V. Exª está muito bem inscrito, por sinal.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, aquilo que eu requeri a V. Exª, regimentalmente, posso fazê-lo. Eu vou fazer o requerimento e encaminhá-lo à Mesa, pedindo a dispensa desta audiência pública, considerando que ela não é importante para a apreciação do projeto nesta Casa. A importância é a análise que será feita pelo relator e pela Comissão no que diz respeito ao que está previsto no projeto de lei, que é para, na hipótese – repito – de ser aprovado, atender a mais de 80% dos Municípios brasileiros, principalmente os Municípios dos Estados mais pobres, como o meu e o de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Então, Senador Benedito de Lira, considere lido

o requerimento de V. Exª, que será votado na próxima reunião desta Comissão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – E a Secretaria desta Comissão vai trazer a redação oficiando o posicionamento de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Dando prosseguimento a esta reunião, eu passo a palavra ao relator do Projeto de Lei do Senado nº 526, Senador Benedito de Lira, para que promova apenas a leitura do seu relatório do Item 8.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2009, da Senadora Marisa Serrano, que dá nova redação ao art. 2º, *caput*, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários. Esta é a ementa do projeto, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer medida que lhe seja submetida.

O Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, tem o objetivo de incluir no Programa Nacional de Transporte Escolar a assistência financeira ao transporte intermunicipal para estudantes universitários.

Trata-se, em suma, de mais uma proposta voltada para a democratização do acesso à universidade. O projeto foi analisado, quanto ao mérito educacional, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que aprovou parecer favorável com duas emendas: a Emenda nº 1, Comissão de Educação, se limita a alterar a ementa do projeto que passaria a ser alterado no art 2º da Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004, para incluir, no Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, a assistência financeira ao transporte intermunicipal a alunos de educação superior.

A Emenda nº 2, também oriunda da Comissão de Educação, apresenta várias modificações:

– o auxílio fica delimitado a Municípios que não possuam instituição de ensino superior;

– a distância a ser percorrida é limitada em 200km; além disso o projeto passa a estabelecer que o cálculo dos recursos financeiros a serem repassados seria detalhado em regulamento. Outras modificações dizem respeito à nomenclatura empregada no projeto e que passa a ser adaptada nos termos de utilidade pela Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional.

Entendemos que as duas alterações propostas pela Emenda 2 aperfeiçoam o projeto. Mas ao analisar o projeto de lei em sua totalidade não podemos deixar de apontar algumas impropriedades graves.

Assim, Sr. Presidente, ambas as falhas são graves e não poderiam ser desconsideradas. Embora tenhamos simpatia pela proposta de facilitar o acesso às universidades por parte de estudantes que moram em Municípios desprovidos de instituição de ensino superior, não podemos ignorar o fato de que o projeto está em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Constituição Federal. Em assim sendo, não podemos acolhê-lo.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 526/2009. Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista a este projeto por achar que ainda cabe uma emenda que pode modificar em alguma coisa e proteger um pouquinho essa intenção da Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Concedido vista ao Senador Cyro Miranda.

Coloco...

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

A matéria está em discussão... Não, Não... Está pedido vista.

Declaro encerrada esta reunião desta Comissão.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinqüenta e um minutos do dia trinta de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Zezé

Perrella, Marta Suplicy, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e Paulo Bauer, e, ainda, do Senador Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença, como expositor, do Excelentíssimo Senhor Fernando Pimentel, Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a fim de "obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para a revisão da política de desenvolvimento produtivo (PDP), proposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)", de "debater as diretrizes da nova política industrial e o Sistema de Defesa Comercial do Brasil", de "discutir os conjuntos de medidas adotadas pelo Governo, sobre o conjunto de uma nova política industrial, tecnológica de serviços e de comércio exterior do País, reunidas no 'Plano Brasil Maior'", bem como de "debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira", em atendimento aos Requerimentos nº 8 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Armando Monteiro; nº 53 de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Luiz Henrique; nº 54 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy; e nº 56 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles, respectivamente. Após a exposição do convidado, usam da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Lindbergh Farias, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Marta Suplicy, Ana Amélia e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

PAUTA

Audiência pública com a presença, como expositor, do Exmº Sr. Fernando Pimentel, Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a fim de obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para a revisão da política de desenvolvimento produtivo, proposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de debater as diretrizes da nova política industrial e o sistema de defesa comercial do Brasil, de discutir os conjuntos de medidas adotadas pelo Governo, sobre o conjunto de uma nova política industrial, tecnológica de serviços e de comércio exterior do País, reunidas no Plano Brasil Maior, bem como de debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira, em atendimento aos Requerimentos nºs 08/2011, de iniciativa do Senador Armando Monteiro; iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Luiz Henrique; de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy; de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles, respectivamente.

Sua Excelência, o Ministro Fernando Pimentel, já se encontra na Secretaria. Eu peço ao Senador Romero Jucá que possa conduzir S. Exª ao Plenário desta Comissão. *(Pausa.)*

Temos hoje a honrosa presença do Ministro Fernando Pimentel nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

De acordo com os arts. 397 e 398, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª, o Sr. Fernando Pimentel, Ministro, terá 30 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos assegurados, e igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o Exmº Sr. Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para fazer sua exposição.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Bom dia a todos, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, senhores assessores presentes, assessores da Casa, assessores do Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Indústria,

profissionais da imprensa. É uma alegria e uma honra para nós estarmos presentes aqui.

Queria saudar, com muito carinho, o Senador Lobão Filho, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa e, na pessoa desses dois, saudar todos os Senadores; quero saudar a Senadora Vanessa Grazziotin, na pessoa de quem saúdo as Srªs Senadoras aqui presentes. Registro também a presença do secretário executivo do Ministério, nosso companheiro Alessandro Teixeira, aqui a meu lado.

Senador Lobão Filho, vou fazer uma explanação breve e não pretendo utilizar os 30 minutos que V. Exª graciosamente me cede, porque o tema que vamos discutir talvez seja mais apropriadamente tratado nos debates: nas perguntas, nas respostas, como é da tradição desta Casa, Casa aliás com a qual temos mantido, ao longo desses primeiros meses do Governo da Presidenta Dilma e da minha gestão nesse Ministério, um diálogo extremamente profícuo, rico e produtivo para o País.

Quero crer que a principal questão que nos preocupa a todos neste momento é a crise econômica internacional, que já foi tratada aqui na Casa pelo Ministro da Fazenda, Ministro Guido Mantega – se não me engano, na semana passada – de maneira muito extensa e apropriada. Mas é necessário que a gente comece a tratar do assunto por esse ponto, ainda que já tenha sido discutido aqui.

Eu queria abordá-lo com uma reflexão talvez um pouco diferente da que foi feita até agora, chamando a atenção para o fato de que as crises internacionais normalmente são a materialização de mudanças muito profundas do tecido econômico, do tecido social e também do tecido político das nações, e essa me parece que não foge a essa regra. Vale dizer que estamos assistindo a um profundo processo de transformação. E eu destacaria três processos simultâneos que estão acontecendo nesses últimos anos e que, como todo processo de transformação, se manifesta na forma de crise.

O primeiro processo de transformação muito evidente é que está havendo uma mudança do paradigma industrial. O paradigma da produção industrial no mundo inteiro hoje é profundamente diferente do que foi no séc. XX. Essa transformação fica evidente quando observamos que, pela primeira vez na história econômica dos povos, temos um país, um único país – poderíamos dizer que é um conjunto de países também, mas vamos chamar a atenção para o fato de que ele é liderado por um único país, que é a China – que, neste momento, é capaz de produzir qualquer mercadoria manufaturada, qualquer produto industrializado, a custos inferiores à média de produção internacional. Isso nunca aconteceu na História da Humanidade. Todos os países que competiram, que surgiram, no cenário internacional, conquistaram sua hegemonia econômica dominando às vezes um terço, um quarto da pauta de comércio internacional, mas nunca a totalidade do comércio internacional.

Os Estados Unidos da América, hegemônicos no séc.XX e ainda no início deste século, nunca conseguiu dominar mais do que um terço – talvez menos do que isso – da pauta. A Inglaterra, nos séc.XVIII e XIX, quando foi também nação hegemônica entre os países industrializados e no mundo em geral, também nunca dominou mais do que um terço ou um quarto da pauta econômica.

Todavia, hoje, o bloco de países liderados pela China, o bloco asiático, domina toda a pauta de produtos industrializados. Não existe um único produto industrializado que possa ser a custos inferiores aos custos chineses, coreanos, tailandeses ou vietnamitas; mas chamo atenção para os chineses, porque a nação líder desse processo é a China.

Bem, isso coloca um novo paradigma. Nós todos países industrializados – e o Brasil está entre eles – ainda não sabemos como responder a essa novidade histórica: como enfrentar a competição no comércio internacional, *vis-à-vis* um adversário, um competidor que é capaz de produzir mercadorias, todas as mercadorias, até as que ele não tem. Um caso típico é o aço. Quando o minério de ferro sai do Brasil, atravessa o oceano em 25 dias de navio, chega à China, é processado, transforma-se em aço, volta para cá com mais 25 dias de navio e é colocado no mercado a preços inferiores ao aço produzido no Brasil. Então, nós não temos ainda uma fórmula para enfrentar essa profunda mudança no paradigma industrial.

Outra mudança, outro processo de mudança também muito evidente, para o qual chamo atenção, porque é o pano de fundo de tudo o que vamos discutir daqui pra frente, é a mudança do padrão monetário internacional. O dólar ainda é a moeda de troca mundial, mas cada vez mais perde a confiabilidade, a credibilidade, haja vista as sucessivas crises financeiras – saúdo a chegada do nosso querido Senador – e o evidente enfraquecimento orçamentário e fiscal dos Estados Unidos da América.

Vale dizer que nós estamos vivendo talvez os últimos anos do dólar como moeda de troca internacional. Todos os países do mundo estão afetados pela política monetária expansionista norte-americana e se começa a discutir com seriedade a substituição do dólar como padrão monetário.

Ainda agora, na semana passada, os chanceleres dos países da América do Sul, reunidos na cúpula da Unasul, discutiram e aprovaram a criação de um grupo de trabalho que tem prazo de 60 dias para apresentar pela primeira vez, a esse conjunto de países da Unasul, a proposta de um mecanismo de trocas entre esses países que seja lastreado por moedas locais e não mais pelo dólar. É o início, portanto, de um processo de transformação que, quero crer, vai acontecer também em outros países e em outros continentes.

Então, a mudança do padrão monetário que nesse momento está se processando ainda nos seus capítulos iniciais, mas é irreversível, é outro processo de transformação que está no bojo, na raiz disso que chamamos de crise econômico-financeira internacional.

E finalmente – porque falei que são três processos simultâneos – um terceiro processo, não menos importante, é a mudança do padrão dos mercados de consumo no mundo inteiro, também muito visível. Hoje, é evidente para todos que o mercado norte-americano de consumo e o mercado da comunidade europeia, portanto Europa e Estados Unidos, que foram os campeões do consumo, da demanda e da dinâmica econômica no séc.XX, perderam totalmente a sua capacidade de expansão.

Felizmente, caiu só um retrato. Não foi propriamente o Senador que caiu, foi só o retrato.

Enfim, então essa mudança dos mercados de consumo fica mais clara ainda quando percebemos que hoje a dinâmica econômica do mundo é dada pelo crescimento e pela expansão dos mercados dos países emergentes. E aí China se destaca, mas também o Brasil, a África do Sul, a Índia. Enfim, o conjunto dos países ditos emergentes, hoje, é mais importante para a dinâmica da economia mundial do que os mercados das economias consolidadas.

Portanto, em relação ao séc.XX, esse início do séc.XXI mostra um profundo processo de transformação. Aí, eu destaquei três fatores: o paradigma industrial, a mudança do padrão monetário e a mudança dos mercados de consumo. Se somarmos tudo isso, fica claro também um deslocamento já visível do eixo geoeconômico do mundo para o hemisfério sul. O hemisfério norte que foi, durante os séculos XX e XIX, aquele que ditou a dinâmica econômica do mundo inteiro, perde a sua importância, e, se observarmos, hoje, a economia do mundo gira abaixo da linha do Equador. E, aí, no hemisfério sul, está o Brasil, na outra ponta, a África do Sul, atravessando do outro lado do oceano estão a China, a Índia, o Japão, os países asiáticos, e é esse deslocamento do eixo geoeconômico para o hemisfério sul que chama a atenção, por enquanto, é um deslocamento geoeconômico, ainda não é geopolítico, mas tudo indica que, em pouco tempo, também, do ponto de vista da política internacional, esse deslocamento vai ficar visível. Por que chamo atenção para esse processo, para esse conjunto de transformações que estão em curso e deixo de lado os comentários conjunturais sobre a crise, sobre a expansão do dólar, sobre a inflação nos países desenvolvidos, isso aí já foi exaustivamente tratado, tanto nesta Casa quanto fora dela pela imprensa, pelos comentaristas econômicos? Quero chamar a atenção para os processos de mudanças estruturais que são mais importantes para nós porque eles estão definindo qual vai ser o novo modelo de nação hegemônica. Acho que já é bastante visível que há um novo modelo de nação hegemônica. As nações que vão ser líderes do mundo no século XXI terão características diferentes das nações que foram líderes nos séculos XX e XIX. Essas transformações, portanto, apontam para um novo modelo de nação líder, de nação hegemônica. Que novo modelo é esse? Primeiro, fica evidente que as nações hegemônicas para o século XXI terão que ter volume de população e, portanto, mercado suficiente, para criar dinâmica sem depender do mercado externo. É o caso China, é o caso da Índia, é o caso do Brasil. População, mas população entendida aí como um ativo econômico importante, porque a população é mercado, o Brasil, felizmente, descobriu isso e está trazendo quantidades crescentes de brasileiros e brasileiras para o mercado de consumo e transformando, com isso, aquilo que era apenas um ônus para o País ter uma população grande, num ativo econômico relevante, que é o que a China está fazendo, que é o Índia está fazendo e que vai definir, portanto, a primeira característica daquilo que chamo de novo modelo de nação líder: população com acesso ao mercado, com os direitos de cidadania assegurados, população em volumes consideráveis para gerar uma dinâmica que não dependa exclusivamente do mercado externo. Segundo, recursos naturais. Aquilo que, no século XX, chegou a ser desprezado por algumas escolas da teoria econômica, hoje voltou, claramente, a ser extremamente importante. A nação tem que ter, portanto, população e território: território extenso, com recursos naturais abundantes que possam ser utilizados com respeito ao meio ambiente, com critérios de sustentabilidade, mas sem *(Inaudível.)* território. Com recursos naturais extensos, a nação, qualquer nação do mundo, não poderá aspirar ser líder no século XXI.

Finalmente, possibilidades tecnológicas, que vale dizer que a população não é só mercado, tem que ser entendida, também, como recursos humanos para desenvolver ciência, tecnologia, para pesquisar, para buscar a inovação, enfim, população conjugada na forma de mercado e de recursos humanos utilizados de

forma eficiente vão nos dar possibilidades tecnológicas que constitui a terceira característica disso que estou chamando de um novo modelo de padrão hegemônico.

Isso tudo com uma quarta característica, Senador Dornelles, se me permite chamar atenção para ela, porque ela nos é muito cara, isso tudo emoldurado por um cenário de absoluta segurança institucional, que, durante muito tempo, ao longo do século passado, pensaram alguns que seria dada pelos regimes fortes, e o século XXI nos mostra que não. Segurança institucional é dada pela democracia, pela vigência plena das instituições, pela democracia com liberdade de expressão, de palavra, de imprensa, com liberdade de organização política que o Brasil está mostrando ao mundo. Isso é que dá segurança institucional.

Os regimes fortes – e a primavera árabe, agora, está mostrando isso – não oferecem qualquer segurança, nem para o cidadão, nem para o investimento estrangeiro e muito menos para o desenvolvimento sereno e seguro das economias nacionais. Portanto, população extensa, recursos naturais – e território para isso –, possibilidades tecnológicas e segurança institucional, esses quatro fatores, darão a característica, o modelo das novas nações líderes no mundo. E esses quatro fatores o Brasil os tem, de forma muito clara, muito evidente.

Isso posto, podemos dizer que existe uma crise internacional, mas dificilmente haverá outro país em melhores condições de enfrentá-la e atravessá-la e sair dela mais forte do que entrou do que o nosso País. Não faço essa afirmação com nenhum otimismo exagerado e tampouco com ufanismo simplório. Faço essa afirmação baseado apenas e exclusivamente na observação serena dos dados que estão postos. Não bastassem as reservas internacionais de que dispomos abundantes hoje, US$350 bilhões; não bastasse a firmeza do nosso sistema financeiro, que foi devidamente saneado na última década do século passado e hoje apresenta uma saúde invejável no mundo inteiro; não bastasse a nossa responsabilidade fiscal expressa nos números, nós somos um dos poucos países do G-20 que tem déficit nominal abaixo de 2%.

O Ministro Guido Mantega tem dito isso com muita ênfase e ele tem toda a razão. Há cinco ou seis países do mundo hoje que tem esse emblema para mostrar. Nosso superávit primário, que já alcançou 3% do PIB, está sendo mantido nesse patamar há muito tempo e agora vai ser mais reforçado ainda com as providências fiscais que o Ministro Guido tomou; mostra que temos responsabilidade fiscal acima da média das nações desenvolvidas.

Isso tudo posto, nos leva ao patamar que estamos hoje. Estamos diante de uma crise, mas o Brasil está preparado para enfrentá-la. O Brasil tem os requisitos necessários para se tornar uma nação líder e, para fazê-lo, tem que vencer os desafios de curto prazo que estão colocados. Os desafios de curto prazo que estão colocados, além daqueles já explanados aqui pelo Ministro Guido, quando aqui esteve semana passada – e aí, sim, vamos nos estender sobre isso um pouquinho mais –, agregam um componente que diz respeito à pasta que neste momento eu dirijo: o componente da recuperação da competitividade industrial.

Nenhum país do mundo pode se arvorar em ser líder, em ser hegemônico se não tiver uma indústria desenvolvida, forte, consolidada. E nós vamos ter que fazer isto, esse *aggiornamento* da nossa indústria. A nossa indústria é muito sólida, mas é uma indústria do paradigma do século XX, e nós temos que trazê-la para o paradigma do século XXI, numa circunstância internacional para a qual estamos preparados, mas que é adversa para fazer essa passagem. Então, não tenhamos também a ilusão de que sofreremos, de que ficaremos imunes à crise internacional.

Como é que nós vamos fazer a passagem do nosso ambiente industrial, do nosso parque fabril, desse paradigma do século passado para o século atual? Basicamente com três alavancas.

Primeira, inovação. Ciência e tecnologia aplicadas à produção industrial para que, com capacidade de inovação, nós consigamos competir com o bloco asiático, que é o mais forte competidor hoje no mercado internacional, e não só sobreviver como ganhar espaço na nossa indústria, no nosso mercado interno.

Segunda, com tratamento adequado da produção local, ou seja, dar ênfase aos produtos produzidos no Brasil. Praticar a boa política de compra que o governo norte-americano utilizou à exaustão no século XX e que alavancou a indústria americana para ser uma das melhores do mundo, que é o *The Buy American Act*, de 1993, nos Estados Unidos, e que agora nós não tardiamente, mas oportunamente, estamos trazendo para o Brasil com a nova lei da margem de preferência de compras do Governo, além de outras iniciativas que o Governo está tomando para garantir à produção local um espaço adequado no nosso mercado.

Terceira alavanca, uma política de defesa comercial ativa, e não reativa, buscando reduzir o espaço da competição desleal e predatória que sabemos que existe hoje no mercado internacional.

Essas três características, esses três eixos são os que estão postos no Plano que foi anunciado, no início deste mês, pela Presidenta Dilma Rousseff com o nome de Plano Brasil Maior.

As medidas do Plano, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores as conhecem bem. Algumas delas fo-

ram discutidas nesta Casa. Essas medidas têm a ver com a desoneração da folha de pagamentos para alguns setores, iniciando com alguns setores; têm a ver com o que já mencionei, que é a política de compras governamentais; têm a ver com a criação de regimes tributários especiais para os setores que estão mais ameaçados pela competição internacional; têm a ver com a instituição de um instrumento novo no Brasil, que é o programa Reitengra, que vai devolver monetariamente 3% da fatura de exportação – quero saudar a Senadora Marta Suplicy, que acaba de chegar aqui – para todos os exportadores de produtos manufaturados, como forma de incentivá-los; têm a ver com a criação de novos e fortes mecanismos de financiamento para pesquisa e desenvolvimento na área industrial. Enfim, é um conjunto de medidas que os senhores conhecem. Seria exaustivo e desnecessário repassá-las aqui.

Quero, portanto, encerrar, Sr. Presidente Lobão Filho – talvez, eu já tenha até ultrapassado o que imaginei falar –, dizendo o seguinte: a crise internacional, que tanto assusta todos nós e mais ainda os países do resto do mundo, é a manifestação, a materialização – diriam os filósofos que é o epifenômeno – de uma coisa mais profunda, que é a transformação do cenário econômico no mundo inteiro para outro modelo, para outro paradigma.

Destaquei aqui os três processos que me parecem os mais importantes: a mudança do padrão industrial, a mudança do padrão monetário, a mudança do padrão dos mercados de consumo. Para todas essas mudanças, nós, Brasil, estamos preparados, mas estar preparado não significa que a solução está dada. Vamos ter de buscar – e quero crer que a Casa cumpre um papel extremamente importante, especialmente esta Comissão – soluções para os desafios que estão postos. Forma de enfrentá-los existe, recursos para isso existem, mas as soluções, nem sempre, são fáceis. E toda solução econômica – as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, talvez, saibam melhor do que eu – passa por uma instância política, por uma negociação política. Na verdade, a solução, primeiro, é política, para, depois, ser econômica. O exemplo maior, talvez, seja a questão do ICMS, a emenda do Senador Romero Jucá que está em discussão na Casa, que tem de ser rapidamente resolvida, votada, para resolver, Senador Clésio Andrade – é uma alegria tê-lo aqui –, definitivamente, a questão da guerra fiscal, que, hoje, de fato, interfere no cenário econômico de todos os Estados e de todo o Brasil. Essa é uma questão em que, penso, a Casa tem cumprido seu papel, e o que o Governo espera é que a Casa o faça e continue fazendo com a responsabilidade e com a agilidade que têm caracterizado o seu trabalho.

Eu queria agradecer, então, ao Senador Lobão Filho o espaço que me concedeu. Agradeço a todos a atenção. Estou à disposição para o debate que se vai seguir.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Foi um prazer grande ouvir o Ministro Fernando Pimentel, que disse que não passaria dos 30 minutos, mas que excedeu esse tempo.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Passei desse tempo? Perdoe-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Isso demonstra grande entusiasmo e motivação. Proferiu a palestra com muita segurança e com muita firmeza. O tempo passou muito rapidamente.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passo a palavra ao primeiro orador, autor do requerimento, Senador Armando Monteiro, para que possa fazer suas indagações. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, também subscritora do requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente Lobão Filho, quero cumprimentar o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, bem como o Dr. Alessandro, que, na semana passada, participou de importante reunião do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, em que números e projetos foram aprovados, com investimentos, salvo engano, superiores a US$400 milhões.

Este debate tem uma importância muito grande para todos nós, porque, afinal de contas, não estamos debatemos somente um conjunto de medidas que foram adotadas pelo Governo Federal e anunciadas recentemente através do Plano Brasil Maior. Mas eu penso que nós podemos e devemos ir além disso, porque essa foi uma etapa. Na realidade o Plano Brasil Maior não engloba todos os segmentos produtivos do País. Não tenho dúvida nenhuma que V. Exª, Ministro, deve estar, assim como toda a equipe do Ministério da Indústria e Comércio e da Fazenda, trabalhando na elaboração de novas medidas que elevem o Brasil a um patamar superior no processo produtivo. Como V. Exª mesmo disse, as condições objetivas nós temos. Nós somos um país que não chega a ser uma China, nós não temos 1,3 bilhão da China, nem uma fração da China. Mas, comparativamente às demais nações do mundo, nós somos um país não apenas de uma grande população, mas de uma extensa área territorial. E uma área territorial que, se analisada do ponto de vista da possibilidade de produtividade de uso da terra, Senadores, o Brasil talvez seja uma das melhores ou a melhor, porque a nossa área é toda ela produtiva.

Diferentemente de nações que têm grandes áreas de extensão, mas que não são todas produtivas, como é o Brasil. Até mesmo na floresta amazônica, que ocupa 60% do território brasileiro, ali se encerra a maior riqueza natural do planeta e nós precisamos de fato investir. Falar de inovação, de investimento sem falar da vocação brasileira, dos nossos recursos naturais, no meu entendimento não seria uma política correta de desenvolvimento.

Aí eu quero fazer, desde já, um primeiro questionamento ao senhor, Ministro. Antes de ser uma Senadora, eu sou uma profissional da área de medicamentos, sou farmacêutica, e sou uma entusiasta desse segmento. Nunca acho demais repetir que 25% – essa é uma projeção que se faz e aceita internacionalmente, reconhecida internacionalmente inclusive – dos medicamentos sintetizados, comercializados no mundo têm a sua matéria prima, seu princípio ativo vindo da região amazônica, da floresta amazônica. Não digo só do território brasileiro, mas da Amazônia mundial. E nós temos pouco investimento nessa área.

Então, quero deixar esse primeiro questionamento – sei que no governo Lula nós avançamos, o setor de medicamentos foi considerado um setor estratégico nacionalmente –: quais as medidas que V. Exª pensa adotar para fortalecer a indústria nacional. E não só fortalecer, para fortalecer o processo de desenvolvimento à entrada desse segmento em inovação efetivamente.

Eu tenho acompanhado ao longo dos tempos e a indústria, logo que teve a aprovação das patentes, o reconhecimento, a aprovação da lei das patentes, sofreu uma queda importante, recuperada com a lei dos genéricos. Entretanto, nós não podemos continuar produzindo medicamentos cuja patente caiu. Nós precisamos desenvolver medicamentos novos, produtos novos. E sem falar aqui do critério estratégico desse segmento.

O outro questionamento que faço, e V. Exª sabe da nossa preocupação, da preocupação da bancada do Amazonas, em relação à interface dessa nova política industrial para determinados segmentos – não é para todos os setores – com a Zona Franca de Manaus. Mas há uma interface muito próxima porque fala em inovação, fala em setores mecânicos, sem setores de eletroeletrônicos e nós somos, por exemplo, nesse setor de eletroeletrônico, o maior produtor do Brasil. Com um faturamento em torno de US$36 bilhões, com geração de mais de 100 mil empregos diretos!

E aqui eu quero dizer que nós precisamos mudar esse nome porque de franca ela não tem mais quase nada. Eu tenho um projeto que tramita há muitos anos aqui que muda o nome para Área de Produção e Desenvolvimento Incentivado, porque é o que de fato existe, Senador Dornelles. Só o Estado do Amazonas, sozinho, é responsável pela arrecadação em torno de 60% de todos os tributos da região Norte do País, o Amazonas sozinho, contando Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima. O Amazonas sozinho responde por isso, porque lá se paga Imposto de Renda, PIS, Cofins; ou seja, é uma grande arrecadação, sem dizer o papel que tem aquele polo na preservação ambiental.

O Estado do Amazonas – o Senador Eduardo Braga não está aqui –, mas o Estado do Amazonas é o Estado mais preservado da região e, que bom, porque é o maior da região, com 1, 5 milhão de quilômetros quadrados. E isso ocorre não é porque os governadores que se sucederam tiveram mais preocupação com o meio ambiente do que os dos demais Estados, do que teve o Senador Jorge Viana, ex-governador do Acre. Não. É porque nós temos uma alternativa de desenvolvimento e, portanto, a pressão sobre a floresta é bem menor.

V. Exª conhece aquele trabalho desenvolvido por pesquisadores do IPEA que mostra o papel, a valoração e a importância desse polo industrial instalado no Amazonas para a preservação florestal. Isso não tem preço, Ministro, isso não tem preço, porque, além do preço efetivo, o valor que se pode dar tem um preço que é um serviço que nós prestamos à humanidade, não só ao Brasil, mas que prestamos à humanidade.

Então gostaria que V. Exª falasse a respeito um pouco das medidas. Fico feliz de a audiência estar sendo realizada neste momento, porque, além das Medidas Provisórias 517, 534, nós temos a Medida Provisória 540 que trata do Brasil Maior e que, nos seus arts. 11 e 12, resgatou algumas questões que por nós vinham sendo criticadas. E não só por nós, porque deu uma vantagem comparativa um pouquinho maior às Regiões Norte e Nordeste.

Isso garante uma isenção maior de Imposto de Renda para as regiões sob a jurisdição da Sudam e da Sudene. E eu acho isso importante, porque nós não podemos conceber um projeto de desenvolvimento nacional sem levar em consideração a necessidade do desenvolvimento regional.

E aí, Sr. Ministro, no Grupo Executivo do Plano Brasil Maior têm acesso as seguintes instituições: o Ministério de que V. Exª é o titular, a Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Ciência e Tecnologia, além da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES e a Finep, a Financiadora de Estudos e Projetos. Por que não incluir, por que não incluir ainda? Eu não questiono por que não foi incluído. Eu pergunto: por que não incluir ainda instituições fundamentais

– Sudam, Sudene e Suframa? Sudam, Sudene e Suframa, fundamentais.

Eu acho que foi V. Exª que citou um projeto de resolução de autoria do Senador Romero Jucá; aquele que zera o ICMS interestadual. A resistência maior sabe qual é, Ministro? São os Estados que utilizam o ICMS como um fator de atração da indústria. E se São Paulo hoje não é mais 40 e pouco % do PIB, como era há pouco tempo, não é responsável por 40 e pouco % do PIB, isso é graças à maior política de desenvolvimento regional que, infelizmente, é o ICMS, tem sido. É assim que o governador da Bahia, é assim que o governador de Pernambuco têm atraído investimentos para lá. Eu acho que é um absurdo o ICMS usar esse instrumento. Mas vamos construir outro, porque não adianta eu dizer para os srs. governadores: vamos deixar de lado isso. Nem os governadores, nem as bancadas acatarão se não tiver outra perspectiva.

Então fica aqui a sugestão a V. Exª, Ministro, em relação à inclusão dessas agências de desenvolvimento regional nesse grupo de trabalho, assim como os agentes e os instrumentos de articulação. Aqui se fala na política nacional de desenvolvimento regional, mas nós temos o PAS, o PAS, Ministro, que é o Plano Amazônia Sustentável. Então seria importante... É diferente do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Ele tem aspectos e foi discutido...

Estou concluindo, Presidente. O Presidente me olha com uma cara de ...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Faltam doze que estão inscritos como oradores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B. AM) – Já estou concluindo.

Esse plano foi discutido com todos os governadores, com o Governo Federal e tem que ser valorizado, assim como a política nacional de desenvolvimento regional.

Por fim, Ministro, que V. Exª nos diga qual a sua opinião acerca da eficiência dessas medidas adotadas pelo plano maior e que, na realidade, são de desoneração, desoneração para não permitir o processo de desaceleração do processo de industrialização brasileira.

V. Exª acha sinceramente que elas serão suficientes ou teríamos que fazer uma mudança mais profunda na política macroeconômica? Porque, pelo que li, por tudo o que li, Ministro, o Governo está abrindo mão de recursos, mas o que o governo despende de recursos para manutenção desse tripé da política econômica... Agora mesmo foi ampliado em R$10 bilhões o superávit para pagar juros, juros que aumentam, porque nossas taxas são as maiores do mundo, e V. Exª ocupa um papel estratégico dentro do Governo. Não podemos deixar que a Fazenda, que o Banco Central faça a política macroeconômica sozinha. Nós temos que fazê-la. Então, ouvir V. Exª sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigada Senadora Vanessa Grazziotin.

Indagaria aos Senadores e Senadoras presentes se teriam alguma posição ou rejeição à ideia de fazermos as perguntas em bloco de três Senadores. Todo mundo concorda? *(Pausa.)*

Então, aprovado.

Faremos as perguntas em bloco de três.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Luiz Henrique, que inclusive pensei que fosse o primeiro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vou ser bem breve e objetivo.

O nosso Ministro Reis Velloso, quando trabalhou na estruturação do Epea, que depois virou IPEA, convidou um grupo de professores estrangeiros para dar início àquilo que hoje é um denso pensamento econômico no nosso País e que, na época se limitava a poucas instituições como Fundação Getúlio Vargas, dentre elas, que tinham um núcleo chefiado pelo Professor Mário Henrique Simonsen.

Nesse grupo de professores estrangeiros veio o norte-americano Albert Fishlow, que acaba de publicar mais um livro que retrata a sua paixão pelo Brasil, de analista do Brasil, daquilo que se estabeleceu chamar brasilianista. Nesse novo livro ele manifesta de um lado otimismo em relação ao futuro do Brasil mas, de outro lado, uma preocupação. A principal preocupação do professor Fishlow é com o baixo nível de investimento.

O Brasil, entre investimentos públicos e privados, se situa por volta de 19%, segundo ele, sendo que apenas 2% de investimento público e 17% de investimento privado quando, segundo o Professor Fishlow, deveríamos estar investindo no mínimo 25% contra 40% da China, 25% do Chile, 30% da Coreia. Pergunto a V. Exª se a realização das Olimpíadas, da Copa do Mundo e as demais ações em curso nos garantem chegar ao patamar de 25% e em que prazo poderemos chegar a esse mínimo exigível para que o Brasil possa sustentar uma taxa de crescimento anual de sua economia de pelo menos, 5%.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy, também autor do requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, prezado Ministro Fernando Pimentel, uma das medidas para enfrentar a questão da competitividade anunciada pelo plano Brasil Maior é a desoneração relativa a quatro setores: calçados, moveleiros, têxteis e de informática, *software*, em que se desonera a folha de pagamentos, passan-

do para 1,5% no caso das três indústrias moveleira, calçados e têxtil, e na de *software* passou para 2,5% a incidência do imposto sobre o faturamento. Observamos, nos últimos dias, que indústrias desses setores chegaram a propor que talvez esta proporção de 1,5% fosse inadequada e propõe que haja outra. Em que medida os estudos realizados pelo Ministério de Desenvolvimento Industrial, da Fazenda, levaram em consideração todas as consequências do ponto de vista da desoneração como um todo para as indústrias e como está o diálogo com o setor industrial a respeito.

Nesta mesma área da questão da competitividade, estudos da Fiesp mostraram, recentemente, que no Brasil os encargos sociais sobre a folha chegam a cerca de 32,4%, que é uma proporção mais alta do que a de 34 países avaliados no estudo. Exatamente o governo então resolve iniciar essa experiência de desoneração da folha, transferindo para o faturamento para ver experimentalmente como vai ocorrer isso. Acho que isso é importante e positivo.

Mas gostaria de chamar à atenção para outro aspecto relativo às formas de transferência de renda que existem nos países desenvolvidos e no nosso. Eu até perguntei ao responsável pelo estudo dos encargos sociais da Fiesp, o Sr. José Ricardo Roriz Coelho, se eles têm levado em conta, no âmbito da Fiesp, da CNI, os efeitos destas transferências de renda que são muito significativas nos países desenvolvidos. Por exemplo: nos Estados Unidos da América, desde 1975, se instituiu o crédito fiscal por remuneração recebida que ali se denomina o *anti income tax credit*. Um trabalhador nos Estados Unidos que ganha o salário mínimo, que tem uma criança, mas não mora com a esposa, se ele estiver empregado o ano inteiro, ele vai obter uma remuneração de 7,25 dólares por hora, o equivalente no ano a 15.080 dólares. Ele terá direito a um crédito fiscal de 3.121 dólares a mais e sua renda vai para 18.201 dólares, menos alguns encargos sociais. No caso de um casal com duas crianças, se a sua renda anual for positiva, porém inferior ao patamar de 12.970 dólares, ele passa a ter um crédito fiscal equivalente a 40% no intervalo de 0 a 12.970 para cada dólar que receber. Por exemplo: se recebe 10 mil dólares, ele vai ter um crédito fiscal de 4 mil dólares a mais. Se conseguir, por exemplo, 18 mil dólares ao ano, o casal receberá 5 mil, 160 dólares a mais e o seu rendimento passa a 23 mil, 160. Ora, a linha oficial de pobreza para um casal com duas crianças nos Estados Unidos é de 23 mil dólares. Graças ao crédito fiscal, ultrapassa isso. Qual é o efeito disso? A sociedade norte-americana recolhe impostos e provê aos trabalhadores o que não é pago pela empresa, mas pelo conjunto da sociedade, um acréscimo de remuneração. Que efeito tem isso sobre as nossas empresas? Torna as empresas norte-americanas mais competitivas em relação às nossas se não fizermos semelhante, ou melhor. Deveríamos protestar junto à OMC. Avalio que deveríamos fazer melhor. Nós temos programas de transferência de renda. Às vezes se diz no Brasil que o Programa Bolsa Família é o maior do mundo, mas note, o Programa Bolsa Família atende hoje a 13 milhões de famílias, correspondendo a 15 bilhões de reais. O crédito fiscal por remuneração recebida, conhecido como EITC, nos Estados Unidos, no ano passado beneficiou 26 milhões de famílias. Certamente mais que 75 milhões de pessoas. Pagou a cada uma dessas famílias uma média de mais de 2,200 dólares. Mas, o que deveremos fazer? O que gostaria de propor é que o Ministério da Indústria, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Trabalho estudem qual é a melhor alternativa sobre isso. A melhor alternativa, no Brasil, já foi aprovada pelo Congresso Nacional. Trata-se de se prover aos 191 milhões de brasileiros uma renda básica incondicional para todos. Eu acabo de fazer uma palestra na Universidade Federal de Buenos Aires, Nacional de Buenos Aires, na Faculdade de Direito, onde expus isso num diálogo com Senadores e Deputados dos mais diversos países da América Latina, que avaliaram que esse argumento é muito significativo. V. Exª sabe que existe uma prova de que esse instrumento do qual falo é melhor. E onde está a prova? Está no Estado dos Estados Unidos, que aplicam dividendos iguais, pagos a todos os seus habitantes há 28 anos. Por que digo que é melhor? Porque esse instrumento aplicado há 28 anos fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos. Eu encaminho a V. Exª a palestra que fiz em Buenos Aires, onde, com maior detalhamento, eu falo a respeito. Quero aqui lhe trazer essa contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado ao Senador Eduardo Suplicy. Tendo encerrado este bloco, passo a palavra ao Ministro Fernando Pimentel para que possa responder aos três Senadores.

O SR. MINISTRO FERNANDO PIMENTEL – Obrigado, Senador Lobão. Então, pela ordem, vamos tentar responder aos questionamentos. Primeiro, à Senadora Vanessa Grazziotin, companheira, querida amiga. A Senadora, hoje, lidera, com muito empenho, o grupo de empresas, por assim dizer, da indústria farmacêutica brasileira, que tem nos procurado constantemente para discutir o apoio, o fomento, o incentivo e as alterações necessárias na legislação para tornar o nosso setor de fármacos cada vez mais eficiente. Eu concordo que precisamos, e queria dizer isso de público ... Um dos 25 Conselhos de competitividade que serão criados agora nas medidas de operacionalização

do Plano Brasil Maior, um deles vai ser o da indústria farmacêutica, com aquelas lideranças empresariais que a senhora conhece e que têm dialogado conosco constantemente. Não quero aprofundar no tema aqui, porque não seria ainda oportuno, mas nós vamos ter que discutir possivelmente uma revisão, uma modernização da nossa lei de patentes. Há uma queixa muito grande das empresas que estão nessa área de que é muito difícil o processo de obtenção de patentes no Brasil. Certamente, não é só para a indústria farmacêutica, mas especialmente para eles, até o licenciamento inicial, a autorização de pesquisa é muito difícil. Isso tem atrasado muito o processo de pesquisa e nós temos perdido patentes em função disso. Isso é um tema que vai ser discutido no conselho de produtividade. Nós devemos estar publicando um decreto com a criação dos conselhos e um deles vai ser o da indústria farmacêutica.

A Zona Franca, a Senadora tem também compartilhado comigo, assim como o Senador Eduardo Braga, enfim, todos os Senadores da Bancada do Amazonas e do Norte em geral, as suas preocupações em relação à Zona Franca, para que não haja quebra da isonomia, dos benefícios que foram concedidos que, na verdade, não são benefícios, são incentivos necessários para que o Polo Industrial de Manaus cumpra o seu papel, que é esse que a Senadora mencionou aqui. É um papel que às vezes não é percebido, mas ele é preservacionista da floresta. Foi graças à Zona Franca que nós conseguimos manter de certa forma intacto todo bioma da floresta amazônica, porque nós criamos uma alternativa rentável, uma alternativa viável para o Estado do Amazonas e para toda a região. Então, já está expressa nas medidas provisórias que foram encaminhadas essa nossa preocupação fruto do diálogo que tivemos com a bancada, mas acho que algumas alterações nós vamos ter que fazer na tramitação do processo. Foi negociado com a Senadora e com o próprio Senador Eduardo Braga também para que a gente consiga garantir à Zona Franca que não haja qualquer prejuízo para sua atividade nesses incentivos que estão sendo criados adicionais.

A Senadora mencionou a entrada da Sudam, da Sudene e da Suframa no conjunto de entidades que vão constituir ao final a Secretaria Executiva do Planos Brasil Maior. Lembra-me aqui o Secretário Alessandro Teixeira que, na verdade, como ele é que vai coordenar a Secretaria Executiva e ele é o Presidente do Conselho da Suframa, de certa forma isso já está atendido. Mas não se trata disso. Nós vamos incluir Suframa, Sudam e Sudene na coordenação sistêmica da política industrial dentro do desenvolvimento regional. Então, isso aí vai estar assegurado.

Finalmente, Senadora, quanto à eficiência das medidas, a senhora aborda um tema que vai ser recorrente aqui no debate. As medidas que nós estamos tomando e apresentando no Plano Brasil Maior são setoriais, elas dizem respeito à questão da competitividade da indústria, da defesa comercial, obviamente, e dos incentivos necessários para buscar inovação como eixo dessa mudança de padrão industrial que nós precisamos perseguir no Brasil. Agora, evidentemente, está posta uma discussão mais ampla sobre a política macroeconômica em geral. Aí, o Ministro Gruido, o Presidente Tombini do Banco Central têm tratado dessa questão, eu acho, que com muita eficiência, com muita competência. Creio que vai haver sim uma mudança, mas ela tem que ser muito cautelosa, tem que ser muito pensada, muito ponderada, sob pena de colocar em risco o que nós conseguimos conquistar até aqui.

Então, todos nós estamos ansiosos para ver esse momento em que a nossa taxa de juros comece a declinar. Estamos aí torcendo para que nesta semana o Copom balize a taxa de juros de maneira adequada. Não vamos fazer nenhum prognóstico disso, mas eu quero crer que vai haver um balizamento adequado da taxa de juros. O esforço fiscal que o Governo está fazendo neste momento é justamente para criar condições para que a taxa de juros, se não agora, mas num futuro muito próximo comece a se reduzir, o que é uma condição indispensável para que a gente tenha crescimento econômico sustentável. Então, concordo com a preocupação da Senadora Vanessa nesse sentido.

O Senador Luiz Henrique – a quem eu queria homenagear também – ele que foi o governador de Santa Catarina, com quem nós sempre tivemos um diálogo muito positivo, muito franco – não é isso, Senador? – levanta um ponto importantíssimo, que é a taxa de investimento. De fato, nós temos que perseguir um aumento da taxa de investimento no Brasil. Ela é muito baixa, 19% é um índice muito baixo e tem a ver com a trajetória que tivemos até aqui. É bom lembrar que o Brasil teve que enfrentar, ao longo da última década do século passado, dificuldades imensas para estabilizar a sua moeda, para recuperar a credibilidade internacional. Isso foi feito e, agora, conseguimos retomar o crescimento, mas ainda com a taxa baixa.

A meta do Plano Brasil Maior, Senador Luiz Henrique, é chegar – e essa meta está quantificada no plano, vai se acompanhada pelo CNDI, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que vai nos cobrar e nos monitorar as metas – a 22,4% de investimentos em 2014 – ainda não são os 25% que nós queremos, mas, no prazo de três anos, se nós saltarmos de 19% para 22,4%, já teremos feito um avanço

extraordinário. E quero crer que, num cenário como este da crise internacional, conseguir este avanço já terá sido uma vitória importante da economia brasileira – e chegar aos 25% num prazo um pouco mais longo. Nós vamos rever essas metas periodicamente no CNDI e, obviamente, vamos tentar chegar o mais rápido possível aos 25%.

Mas a preocupação do Senador é muito justa, o senhor também foi Ministro de Ciência e Tecnologia e acompanhou isso de perto. Sem investimentos, não há desenvolvimento tecnológico, não há inovação. A inovação surge do investimento e não, da produção corriqueira das fábricas. Então, investimento é fundamental para que a gente possa fazer esse salto que mencionei.

Finalmente, o Senador Eduardo Suplicy, querido amigo e companheiro, levanta duas questões. Começando pela última, Senador, o senhor, como sempre, traz boas ideias à pauta da discussão não só da Casa, mas da discussão nacional. Temos compartilhado, já desde muitos anos, tanto na nossa atividade de economistas como de professores de economia, a tese dos programas de renda mínima como alavanca indispensável não só para criar uma sociedade mais igualitária, mas para proporcionar condições de crescimento econômico sustentado. E é o caso.

O senhor mencionou o Estado do Alasca, mas mencionou um mecanismo muito importante que é o de crédito fiscal sobre o salário que existe nos Estados Unidos e que, acho, é urgente que comecemos a discutir no Brasil, porque, talvez, a gente já tenha completado a nossa primeira etapa, que é essa dos mecanismos, como o Bolsa Família, de apoio direto, para tirar as populações da linha de pobreza. O mecanismo americano é um pouco mais sofisticado do que isso, como o senhor expôs aqui. É um mecanismo que acaba, ao final, gerando condições de competitividade para as empresas, porque é como se houvesse dado um aumento de salário com o orçamento público, sem onerar o custo da empresa.

Isso que o Senador observou é extremamente importante no momento em que a competitividade internacional é objeto de disputa, de discussão no mundo inteiro. Acusa-se a China de praticar subsídios à sua exportação, acusam-se os países da comunidade europeia de praticarem o protecionismo, e esse mecanismo aqui impacta diretamente sobre os custos de produção dos produtos americanos. Nós nunca discutimos com essa ótica, mas é necessário fazê-lo. Muito oportuno que o Senador Suplicy tenha trazido esse tema para a Mesa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, prezado Ministro.

Eu assinalo aí que diversos países passaram a adotar sistemas de natureza semelhante, como o Reino Unido, através do Family Tax Credit e diversos outros, inclusive o México, que tem subsídio ao emprego mais modesto, mas de natureza semelhante. Quase todos os países da Europa hoje estão adotando....

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Mecanismos como esse.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Daí porque sugiro que nós...

O SR FERNADO PIMENTEL – Comecemos a discutir esse assunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...venhamos a estudar isso significativamente.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Muito bem, Senador.

Acho que foi muito oportuna a intervenção e a lembrança do senhor.

Quanto à desoneração da folha, que é um mecanismo fundamental do Plano Brasil Maior, vou trazer informações mais recentes e até oportunas, porque a imprensa divulgou matérias dizendo que haveria reações dos setores contra a alíquota que foi estabelecida. Não é bem isso. É que os empresários, as lideranças empresariais com as quais nós temos dialogado estão exercendo o seu sacrossanto direito de querer mais. Eles querem mais benefícios. Enfim, isso faz parte do jogo; não há nisso nenhum desacordo com a medida que o Governo adotou. Na verdade, os setores de confecção e calçados já estão acordados com o Governo. A alíquota vai ser de 1,5% mesmo. Nessa alíquota eles estão bem, estão suficientemente subsidiados.

O setor de móveis, nós estamos negociando neste momento. Aliás, tem reunião hoje com a indústria moveleira. Nós estamos avançando. Provavelmente vamos ter que separar dois segmentos, porque há móveis de madeira e móveis de aço e o grau de utilização de mão de obra é diferente nesses dois segmentos. Então, nós vamos ter que fazer uma negociação um pouco mais sofisticada.

O setor de tecnologia de informação também já está acordado. Não há qualquer reação aos 2,5% sobre o faturamento. De maneira que está avançando bem. Nós queremos que o decreto que vai regulamentar essa mudança possa ser editado já no início do mês de setembro.

O setor têxtil ficou de fora, mas foi escolha do próprio setor, que nos procurou quando da edição da medida provisória, dizendo que, dado grau de automatização que o setor já tem hoje, essa medida de desoneração com esse patamar de 1,5 não os beneficiaria. Então, ficou de fora. Para uma próxima rodada,

quem sabe, já no ano que vem, quando discutirmos a expansão disso, ele possa entrar.

Era isso. Essa é a informação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Ministro Fernando.

Passamos ao segundo e último bloco de indagações, iniciando pelo último autor do requerimento, Senador Francisco Dornelles. Logo após, o Senador Lindbergh e, finalizando, a Senadora Marta.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Lobão, Ministro Pimentel, a Medida Provisória Brasil Maior foi da maior importância e, de forma muito objetiva, tratou problemas de defesa comercial: reduziu prazos de análise para medidas, agilizou aplicação de direitos provisórios, combateu a falsa declaração de origem, estabeleceu uma licença não automática para importações ocorridas após o início de um processo, aplicou ao produto importado exigências que não havia em relação ao brasileiro. Ministro, havia uma situação em que o Inmetro fazia exigências a uma empresa de luvas do Rio de Janeiro que não fazia às luvas importadas da China. De modo que a China não tinha exigências do Inmetro; a brasileira tinha. E também estabeleceu o *American Act*, a preferência de compra ao produto brasileiro.

Entretanto, Ministro, acho que o sistema, o Conselho de Defesa Comercial do Brasil está muito atrasado. Na realidade, a palavra final cabe a um conselho constituído de seis secretários executivos de vários Ministérios e de seis Ministros de Estado. Então, é um sistema que lembra hoje o que havia na tributação há 50 anos.

O Senado aprovou um projeto, que está na Câmara, reformulando esse conselho. O conselho seria constituído de quatro representantes indicados pelo Ministro da Indústria e Comércio, inclusive com o Presidente, e três da iniciativa privada. De modo que seria um corpo técnico como existe em todos os países do mundo que tratam de problema de defesa comercial.

O que ocorre hoje? Muitas vezes, hoje, quando os técnicos entendem que houve o *dumping*, o representante do Ministro da Fazenda é contra a aplicação do *dumping*, porque a entrada do produto barato ajuda no combate à inflação. Muitas vezes, o corpo técnico apresenta proposta de colocação de um direito, mas o representante do Itamaraty se posiciona contra, porque o Presidente vai visitar o outro país. Muitas vezes, fica positivado o *dumping*, e o representante da agricultura é contra porque o subsídio... Então, nós temos que reformular isso. Estamos 50 anos atrasados.

Eu vou enviar à sua assessoria esse projeto que o Senado aprovou e que cria um sistema de defesa como existe em todos os países do mundo.

Segundo, Ministro, o único incentivo hoje que beneficia a empresa nacional sem beneficiar também a estrangeira é a redução da contribuição patronal. Veja o seguinte: o Governo deu acertadamente uma redução do IPI para sairmos da crise, favoreceu muito a indústria nacional, mas arrebentou a importação, porque o estrangeiro tem também. De modo que eu acho que esse benefício à indústria nacional tem que ser dado através da contribuição patronal, ainda que ela reduza de alguns setores e aumente de outros que estão muito bem de vida. Aí é uma compensação. Tem muita gente que não precisa de redução, que deve ter até aumento. Mas outros precisam de redução.

O Senado aprovou também um projeto, estabelecendo que os créditos de exportação e de investimento pudessem ser compensados contra a contribuição patronal. Então, a contribuição patronal ficava limitada à redução para aqueles que exportam, para aqueles que investem e também para os setores que sofrem essa concorrência externa, como é o caso de produtos têxteis, de calçados – poderiam ter incluído brinquedos também. O Senado aprovou projeto dessa natureza, e colocamos algumas emendas na Medida Provisória nº 470. Eu gostaria que o seu Ministério examinasse isso.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que foi extremamente importante a correção dos níveis do Supersimples, mas as pequenas empresas estão sofrendo muito com autos da Receita Federal por problemas relacionados a medidas acessórias. Não é que elas atrasam o pagamento de imposto, mas se cria uma série de medidas. Às vezes, há medidas da Receita com quatrocentas obrigações. Como é que uma pequena empresa pode cumprir isso? Penso que essas obrigações só poderiam entrar em vigor pelo menos seis meses depois de se dizer quais são elas. As pequenas e as microempresas não estão tendo condições de cumprir as obrigações acessórias e estão levando multas enormes, incompatíveis com o volume das microempresas. Vamos apresentar também um projeto dessa natureza, reduzindo as multas por obrigações acessórias de pequenas empresas. Eu pediria o exame do seu Ministério.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Dornelles.

Passo a palavra, agora, ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Ministro, acho que o diagnóstico da crise econômica internacional feito pela Presidenta Dilma é per-

feito. Na sua entrevista na revista *CartaCapital* de 15 dias atrás, ela dizia de dois pontos que considerava centrais na repercussão da crise no Brasil. Segundo palavras dela, primeiro, há o perigo de uma inundação de dólares; segundo, há o perigo de inundação de produtos importados.

Quero ir para a pauta da política econômica, da taxa de juros, porque, de fato, o que estamos verificando pode ser uma nova divisão internacional do trabalho, e não aceitamos esse papel de virarmos exportadores de *commodities* apenas. E esse é um processo em curso. Disponho de vários números referentes à indústria farmacêutica, em que há déficit comercial e setorial. Na indústria farmacêutica, houve um aumento de US$4 bilhões, em 2008, para US$6,3 bilhões; no setor de equipamentos de rádio e de TV, o aumento foi de US$9 bilhões para US$11 bilhões. Destaco o setor de instrumentos médicos. No setor de produtos químicos, houve redução. No de máquinas e equipamentos, houve um aumento de US$8 bilhões para US$12 bilhões. Pois bem, o que fazer?

O Governo lançou o Plano Brasil Maior, com desonerações, com política de defesa comercial. Está introduzindo o controle de capitais – há gente que não gosta dessa palavra, mas é isso –, com IOF de 6%, com captação externa, com IOF em cima dos derivativos. Mas entro na discussão dos juros. Se o diagnóstico é o de inundação de dólares, o de pressão cambial, o de um período de guerra comercial predatória no mundo todo, como enfrentar o problema dos juros?

Sei que V. Exª tem uma posição em relação a isso, mas quero dizer que, para mim, interessa a discussão de tempo. Hoje, a nossa taxa de juros real é de 6,8%; na Hungria, essa taxa é de 2,5%; no Chile, é de 1,8%. Ou seja, todas essas medidas de controle cambial e de estímulo à indústria são importantes, mas, se não mexermos nessa ferramenta, não haverá jeito. Um País como o Brasil, com as reservas internacionais que aqui existem, com a estabilidade que aqui existe, continuará a ser o porto seguro de atração desses recursos.

Aqui, entro na discussão – não quero comprometer V. Exª, que tem uma posição clara em relação isto – relativa à crise de 2008. Falo sobre isso, porque, para mim, isso é muito importante.

Na crise de 2008, erramos na política monetária e tivemos de ir mais para o fiscal. A *CartaCapital* traz matérias interessantes. Essa revista postou uma entrevista do Ministro Delfim Netto com Gonzaga Belluzzo. Os dois conversam sobre uma reunião que tiveram com o Presidente Lula e com o Presidente do Banco do Brasil. Reuniram-se Belluzzo, Ministro Delfim e Henrique Meirelles, logo depois da queda do Lehman Brothers, no final de setembro, antes de outubro. E ali ficou acertado que ia haver a redução da taxa de juros. Mas, na reunião do Copom de outubro, não houve a redução da taxa de juros, que não reduziu também em novembro. Essa redução só veio a acontecer em janeiro. Para onde o Governo teve de ir? Teve de forçar no fiscal! Nós tivemos que ir mais para o fiscal sim, e foi correto. A política do Governo Federal de aumento de investimentos, a recuperação do salário mínimo, o aumento do crédito. Qual é a discussão que quero fazer para o senhor agora? Para mim, nós estamos no mesmo dilema. Sabemos que baixar taxa de juros não é injeção na veia como investimento público. Eu acho essa reunião do Copom estratégica para que um novo arranjo macroeconômico, com o qual concordo, que é a contenção no fiscal, baixarmos taxa de juros... Nós sabemos do impacto fiscal...

Ministro, nesses primeiros seis meses do ano, nós pagamos 119 bi só pelas taxas de juros de dívidas. Em seis meses, baixar 2%, 3% – o Ministro Dornelles me corrige, fala de 136, 138 – pode dar um fôlego para investimentos. E está certo o Governador Luiz Henrique. Nós temos que aumentar nosso investimento, 2% no investimento público. Agora, temos um superávit do tamanho do mundo com taxas de juros como essa, sobra muito pouco para os investimentos. Eu acho que é tentar baixar a taxa de juros para ir para o investimento.

Mas queria que falassem para mim do que acho central na questão do tempo, essa reunião do Banco Central aqui agora. E queria dizer uma coisa aqui agora. Uma coisa de que não abrimos mão, de que nunca vamos abrir mão nos debates políticas é o que a gente viu que o Presidente Lula fez neste País, colocar 40 milhões de pessoas nessa classe média.

Se desacelerar a economia mundial, com força, sabe o que vai acontecer, Ministro Dornelles? Nós vamos ter perdido outra chance de baixar taxas de juros e vamos ter que ir para o fiscal, porque não vamos deixar a economia deste País desacelerar.

Então, para esse arranjo macroeconômico dar certo é fundamental o Banco Central... E não estou querendo aqui... E sei, Ministro, de suas posições. Mas quero, como Senador da República, levantar neste momento, porque acho decisivo.

Eu sei que V. Exª, neste final de semana, inclusive lá no Rio Grande do Sul, tem clareza disso, porque eu peguei um depoimento seu durante a Expointer, que diz...

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Eu pensei que ninguém ia ficar sabendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Hoje é só ir... O senhor fala sobre isso, que é preciso ir desmontando essa equação disfuncional. "Ao cons-

truir seu argumento, Pimentel afimrou que o juro é alto para domar a inflação, a carga tributária é pesada para sustentar o juro alto, que por sua vez ajuda a pressionar a taxa de câmbio."

Desculpe-me. Eu estou fazendo uma pergunta, mas já é também um pronunciamento. Eu sou daqueles brasileiros que estão ansiosos com essa reunião do Copom, porque acho que é uma chance histórica. E volto a dizer: não podemos perder esse tempo. Isso vai melhorar nossa situação fiscal e vai permitir que este País possa fazer os investimentos necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Tenho o prazer, agora, em passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, Presidente do meu partido.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, Sr. Secretário Executivo Alessandro Teixeira, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil vive um bom momento, graças a Deus. Se não fosse isso, os problemas, certamente, seriam maiores, com a possibilidade de uma crise, de uma recessão global, principalmente do velho mundo.

Ontem, eu assisti à reunião do Conselho, no Palácio do Planalto, e ouvi atentamente a fala da Presidente Dilma, do Ministro Guido Mantega, falando sobre a economia, aumentar o superávit, diminuir despesa. Tudo isso é muito bom.

Mas a Presidente demonstrou preocupação quando disse que o mundo ia consumir menos, o mundo vai gastar menos, o mundo vai importar menos, e nós precisamos estar atentos a isso.

Mas queria entrar mais precisamente, Sr. Ministro, na questão das Zonas de Processamento de Exportação. A China alavancou o seu crescimento instalando centenas – acho que mais de duas centenas – de ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação). Os Estados Unidos, não diferentemente da China, também implantaram lá mais de uma centena de Zonas de Processamento de Exportação, com incentivos fiscais.

Eu vejo que a única maneira de industrializar os Estados mais pobres, os Estados mais distantes dos grandes centros, e falo aqui da Amazônia, dos Estados da Amazônia... Só temos lá um polo industrial; um, grande, gigantesco polo industrial, que é a Zona Franca da Manaus. E que deu certo. A Zona Franca de Manaus foi tão boa para o Estado do Amazonas – mais para o Estado do Amazonas – que, hoje, ela emprega mais de 500 mil trabalhadores nas indústrias de Manaus. Há mais de 400 indústrias no Polo Industrial de Manaus. E foi bom para o meio ambiente também. Vejam que modelo espetacular: 98% do Estado do Amazonas estão preservados. O maior Estado do mundo, o maior Estado do Brasil e do mundo, que é o Estado do Amazonas, só tem 2% de desmatamento. Noventa e oito por cento são florestas. Por quê? Porque o Polo Industrial de Manaus tirou a pressão sobre as derrubadas da floresta.

Então, eu queria estender para os outros Estados da Amazônia esse mesmo modelo, através das ZPEs, e temos aí já aprovado no Congresso. Mas não sei por que não se instalou ainda, Sr. Ministro – V. Exª está entrando agora, há pouco tempo, e já estivemos lá com V. Exª também, em reunião com a Bancada da Amazônia –, não foi instalada ainda nenhuma ZPE, Zonas de Processamento de Exportação. V. Exª disse que está revendo o modelo. Acho que, realmente, ele tem que ser revisto, porque, no modelo aprovado aqui, apenas 20% para o mercado interno e 80% para exportação. E poucas indústrias, poucas empresas brasileiras exportam 80%. Talvez umas duas ou três. Não mais do que meia dúzia exporta 80% da sua produção. Então, ficaria muito difícil para essas indústrias, instaladas nas ZPEs, exportar 80% da sua produção, principalmente agora, quando o mundo vai comprar menos, o mundo vai importar menos. Então, as ZPEs já vão nascer enfraquecidas se o modelo for de 80%.

E temos que pensar também, Sr. Ministro, já que o mundo velho vai comprar menos, vai consumir menos e vai importar menos, no mercado latino-americano, América do Sul. São em torno de 400 milhões de pessoas que consomem. E o Brasil ainda não abriu; só abriu mais com Argentina e Uruguai, mas não abriu muito o mercado com os outros países, com o Peru, com a Colômbia, com o próprio Chile, que estava de costas para o Brasil e agora está tentando se aproximar, através do Mercosul; e tantos outros países da América do Sul.

Então, esse mercado já está sendo aberto através da rodovia do Pacífico, futuramente de uma ferrovia bioceânica. Então, as ZPEs, principalmente defendo aqui Rondônia, Acre, Amapá, Roraima, os menores Estados da Amazônia precisam também da sua industrialização, até para tirar a pressão.

Pergunto: qual vai ser o modelo, quando vamos implantar a primeira? Já há indústrias agora se instalando nas zonas... E quero uma em Rondônia. Pelo menos em Porto Velho, inicialmente, até se estender para outras cidades de Rondônia. Pelo menos em Porto Velho, onde temos o porto, temos uma logística de transportes hoje muito boa.

Precisamos definir o mais rapidamente possível esse modelo para a gente poder trabalhar em cima disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Valdir Raupp. Eu havia dito que esse era o último bloco, mas com o retorno de V. Exª e do Senador Cyro Miranda, a gente vai ter mais um bloco de perguntas.

Portanto, passo a palavra ao Ministro Fernando Pimentel, para que possa dirimir as dúvidas dos nobres Srs. Senadores.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Obrigado, Presidente Lobão Filho.

Então, pela ordem, aqui, primeiro, nosso queridíssimo Senador, Ministro Francisco Dornelles, com quem sempre aprendo. Cada intervenção que faz e cada conversa que tenho com ele... Ele aqui mostrou longa experiência de conhecedor dos meandros dos governos. Realmente, um conselho em que há somente ministros ou secretários de ministério fica um pouco limitado. Esse exemplo que o senhor deu é real. Muitas vezes, na discussão de um *antidumping*, a gente esbarra ora na opinião do Ministério da Fazenda, que, justamente, defendendo sua tarefa, procura baixar os custos internos. Aí, se é importação ou se não é, não importa muito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O senhor permite que eu dê um exemplo prático?

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Pois não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Há cerca de alguns anos, houve um processo de *dumping* e ficou positivado o *dumping* de tudo quanto era maneira. Mas o Itamaraty não queria colocar o *dumping* porque o Menem ia fazer uma visita ao Brasil. Então, a indústria que quebrasse!

O SR. FERNANDO PIMENTEL – É verdade. Ainda tem essa questão da lógica diplomática que às vezes se choca com a nossa tarefa do Ministério de fazer a defesa comercial, eficiente, de proteger a nossa indústria da concorrência predatória. Mas tem melhorado, viu, Ministro Dornelles? Tem melhorado muito. O nosso diálogo hoje, tanto com a Fazenda, como com o Itamaraty, é extremamente produtivo; há uma convicção geral no Governo de que é preciso priorizar a defesa comercial. Agora, é uma questão mesmo vital para nós, para o Brasil que nenhuma outra lógica se interponha nesse momento. De toda maneira, o projeto que o senhor mencionou e cuja cópia já está aqui nós vamos examinar com muito carinho porque eu acho que, mesmo que não mude substancialmente, a inclusão de lideranças da iniciativa privada, representantes da iniciativa privada nessa discussão é fundamental. Então, quem sabe agregar representantes nesses conselhos seja uma medida que nos ajude a fazer a lógica da defesa comercial correta.

Com relação à redução da contribuição patronal me parece também que não há outro caminho para melhorar a nossa competitividade sem se chocar com as regras da OMC a não ser esse. Esse é o caminho que nós estamos tentando quando fazemos a primeira desoneração da folha de pagamento através da contribuição sobre o faturamento e não mais sobre a folha. Mas vamos examinar esse projeto.

E, finalmente, eu queria dizer que quando fui Secretário de Fazenda da Prefeitura de Belo Horizonte, minha cidade, antes de ser prefeito – durante muitos anos – eu era contra essas obrigações acessórias, que, a meu juízo, é um resquício do século XVIII, para não dizer antes. Nós temos que cobrar o tributo. Tudo que vem junto e para além do tributo é desnecessário. O mundo hoje é informatizado; a maioria das empresas já faz a declaração eletrônica, já tem nota fiscal eletrônica. Então, a criação de obrigações acessórias é um mecanismo não só desnecessário como improdutivo, gera improdutividade fiscal, inclusive. Não é só para empresa, é fiscal, porque aumenta o trabalho da fiscalização de maneira desnecessária e com um rendimento muito pequeno do ponto de vista do resultado. Sou francamente favorável a reduzir as obrigações, não reduzir as multas. Acabar com essa história de obrigação acessória. Não vejo motivo para isso.

Evidentemente, essa discussão tem que ser feita com a Receita; sei que o Secretário Barreto também é favorável a simplificação tributária – o senhor, que é um grande tributarista, sabe disso. Vamos levar ao Secretário da Receita Federal, Barreto, essa posição e quem sabe até chamá-lo para uma reunião para avançarmos nessa direção.

Então, são sempre muito oportunas as intervenções do Ministro Dornelles, que sempre enriquecem e com ele eu aprendo sempre.

Caro amigo, companheiro e, acabei de saber, também maratonista, triatleta, Senador Lindbergh, eu vou falar só uma frase, porque eu sou Ministro de Estado e o senhor é Senador da República, brilhante Senador, da base aliada, nosso companheiro: eu faço minhas as suas palavras. Pronto. Não quero dizer mais nada, porque a função de Ministro não me permite ir além daquilo, eu tenho que me resguardar e resguardar o Governo de qualquer interpretação perversa que possa ser feita.

Mas, evidentemente, V. Exª sabe e a amizade que temos nos permite dizer isso, que as suas palavras espelham muito bem o que todos nós esperamos.

Senador Raupp, a preocupações com as ZPEs – eu vou aproveitar essa pergunta oportuna que o senhor fez para pedir a compreensão da Comissão para o seguinte –, a Deputada Manuela é relatora da

Medida Provisória que está na Casa e que vai tratar da questão das ZPEs.

Nós vamos pedir a ela uma prorrogação do prazo para as Zonas de Processamento de Exportação que estão demandadas lá no Ministério e que não conseguiram cumprir as exigências até agora e o prazo venceria agora. Então, nós pediríamos uma prorrogação geral para que todos – prefeitos, governadores, aqueles que demandaram zonas de processamento de exportação – fiquem confortáveis para fazerem os seus procedimentos.

Mas quero chamar a atenção para o seguinte: nós temos que mudar a lei. Vai ser necessário alterar a lei das ZPEs. Ela é de 30 anos atrás e do jeito que está posta, ela é literalmente impraticável. A lei diz que a empresa, para se instalar dentro de uma ZPE, tem que exportar, no mínimo, 80% da sua produção. Ora, exceto a Vale do Rio Doce e mais três ou quatro grandes empresas brasileiras, ninguém exporta 80% da produção, especialmente em um cenário tão adverso como temos hoje no comércio internacional. Então a manutenção desse artigo inviabiliza praticamente que as empresas... Além disso, o Senador Raupp sabe pois nós já dialogamos pessoalmente sobre o tema, a lei ainda tem outra exigência: que a empresa seja nova. Você tem que criar uma empresa nova para ir para dentro da ZPE. Então a empresa que já existe, que já tem um mercado externo mais ou menos consolidado não pode usufruir do benefício de ir para a ZPE; o empresário tem que criar outra empresa.

Então, em tudo e por tudo, a nossa lei é obsoleta, nós vamos ter que alterá-la. Não sei se vai ser o caso, nós temos hoje uma reunião com a Deputada Manuela, que é a relatora da Medida Provisória na Câmara, e nós vamos discutir com ela se a gente, no relatório final, agrega essas mudanças. Talvez seja o caso, para ganharmos tempo. A nossa ideia inicial era apenas pedir a prorrogação. Mas eu acho que a gente pode ir além, além da prorrogação. Sugerir, pelo menos, essas duas mudanças: baixar esse percentual de 80% e tirar a exigência de ser empresa nova. Caso contrário, vamos inviabilizar. É por isso que temos 38 ou quase 40 requerimentos de ZPE e até hoje nenhum foi aprovado, porque não tem como, as empresas não conseguem, a despeito do esforço que os prefeitos e governadores fazem, não conseguimos atrair empresa para dentro das ZPEs.

Quero só terminar, Senador Raupp, dizendo o seguinte: o senhor remeteu à questão das ZPEs, sinalizou dentro do contexto das relações com os demais países da América do Sul. Acabo de chegar, semana passada, de uma viagem ao Peru e ao Chile. Fiquei extremamente surpreso com a ansiedade que esses países têm em relação ao Brasil, de intensificar o comércio com o Brasil. A rodovia Transoceânica, que acaba de ser recém-completada, vai ser uma revolução na região que o senhor conhece bem. Vai ser uma revolução. Pela primeira vez, temos a ligação do oceano Atlântico com o oceano Pacífico toda asfaltada, é uma obra de engenharia fantástica, são 2.600km de estrada asfaltada, do porto de Santos até o porto de Callao ou de Ilo, no Peru. Isso vai revolucionar a logística não só daquela região, mas do Centro-Oeste, enfim. Então precisamos estar atentos a essa questão.

Pegando carona no que o Senador Lindbergh falou, V. Exª falou bem, Senador, se deixarmos o mercado funcionando, apenas o mercado, dentro de dez anos, a América do Sul vai virar a fazenda do mundo; a fazenda do mundo. O Brasil talvez seja a fazenda e a mina. Vamos ter minério e produto agrícola. A Ásia vai virar a fábrica do mundo. Isso é o que o mercado vai fazer, aliás, já está fazendo. Por isso que a ação do Estado, dos governos, é tão importante, seja na política macroeconômica, para criar as condições para as empresas competirem, sejam nas iniciativas diplomáticas de integração dos países.

A América do Sul é um mercado gigantesco. São 500 milhões de pessoas que, nesse momento, apresentam um dinamismo muito superior aos Estados Unidos e à Europa. Essa iniciativa de integração – e aí passa pelas ZPEs, passa pelas iniciativas logísticas, como a rodovia Transoceânica – é fundamental, para que a gente reaja ao que o mercado quer fazer do mundo: transformar a América do Sul em uma mina e em uma fazenda e a Ásia, em uma indústria. A Europa, possivelmente, vai ser um museu. Aliás, um belo museu para a gente visitar. Que não vire manchete amanhã que eu falei isso, porque, senão, eles não vão me deixar chegar na Europa. É só uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Ministro.

Tenho a honra de passar agora a palavra ao meu amigo, Senador Cyro Miranda. Agora realmente é o último bloco.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Lobão Filho.

Exmº Sr. Ministro de Estado, Fernando Pimentel, Sr. Alessandro, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero fazer das palavras do ilustre Senador Lindbergh as minhas: nós não podemos, em hipótese alguma, perder a segunda chance que nós temos de baixar esses juros. Nós podemos fazer da crise uma oportunidade, uma oportunidade muito grande para o Brasil.

Já temos algumas deficiências na parte de infraestrutura, o que dificulta a atração de investimentos no País, na área de energia e de estradas, na área

portuária, tudo que conhecemos. Mas, se tivermos um atrativo para capital baixo... Senão vamos cair naquilo que o Senador Lindbergh falou, ou seja, vamos para a área fiscal, o que não é a saída. Para tanto, precisamos também, no dever de casa, diminuir a nossa dívida interna.

Quero também parabenizar o Ministro, que, Prefeito de 2005 a 2008, recebeu do *site* inglês Worldmayor, se não me engano, o título de oitavo melhor prefeito do mundo, entre os dez maiores. Ninguém da América do Sul estava concorrendo. Então, o senhor está de parabéns! O senhor precisava nos dar uma aula e voltar a várias prefeituras deste País, pelo menos como consultor.

Ministro, vou me ater àquilo a que a Senadora Vanessa se referiu, que é um caminho: os incentivos fiscais. Por falta de uma política de desenvolvimento regional – e não me refiro a esse Governo ou ao anterior, pois, há quarenta anos, não temos uma política de desenvolvimento regional –, os governos estaduais, com fome, foram atrás da caça. É o extinto animal. Qual era o instrumento que eles tinham? Era o ICM. Era a única coisa que havia. Não acho que isso foi predatório, até porque, na análise que fizemos dos últimos dez anos, verificamos que não houve um Estado que tenha perdido receita; todos a ganharam, ou seja, houve desenvolvimento para todos. Este foi o maior exemplo: o parque automobilístico começou em São Paulo com incentivo fiscal. Isso tira também, Sr. Ministro, a pressão de emprego dos governos estaduais. Em Estados em desenvolvimento, em Estados pobres, como o nosso, existe uma pressão política de emprego muito grande. Isso aconteceu no Estado de Goiás nos últimos dez anos; houve uma descontração.

Então, será um erro se partirmos para a linha de acabarmos com os incentivos fiscais. Isso existe no mundo inteiro. Vamos mudar: em vez de guerra, será competitividade. Mas temos de disciplinar. É preciso haver ordem na casa. O Norte precisa muito mais do que o Nordeste; o Nordeste precisa muito mais do que o Centro-Oeste; o Sudeste precisa de quase nada; e o Sul precisa de um pouco mais.

Tenho uma preocupação, sobre a qual eu queria ouvir a opinião do senhor. Na Câmara, há o Projeto de Lei nº 176, de 2008, do Deputado Antonio Carlos Mendes, do PSDB de São Paulo, que está em análise no Senado e que tenta colocar um freio na avalanche de produtos importados pelo mercado brasileiro e preservar a indústria que aqui produz concorrência predatória e selvagem, por meio de vedação de importação de produtos que não obedecem às normas técnicas, com a atuação dos órgãos competentes da Alfândega, não apenas da Receita Federal. Que medidas infralegais poderiam ser tomadas para evitar a concorrência predatória?

Faço a última reflexão. A indústria automobilística brasileira está sendo sacudida nos últimos anos pelo aumento da concorrência e está sendo ameaçada, principalmente, pelas indústrias coreana e chinesa. Isso pode ser visto como uma ameaça à indústria nacional ou como um estímulo à atualização da indústria brasileira e um benefício para o consumidor?

Além da concorrência externa, a produção automotiva passa por um processo de regionalização, baseado em incentivos fiscais, reduzindo a concentração histórica da produção no Sudeste do País. Como o senhor vê atualmente a indústria automotiva do Brasil?

Faço um parêntese: o Presidente Lula concedeu um incentivo à Fiat, para levá-la a Pernambuco, muito bem feito, porque o Estado de Pernambuco precisava de um desenvolvimento mais rápido. E, ao mesmo tempo, às vezes, há uma briga para que se distensione essa parte dos incentivos.

Eram essas as duas perguntas que eu gostaria de fazer. Essa é a minha ponderação.

Agradeço ao senhor a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Agora, passo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para que possa também fazer suas indagações.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, eu gostaria de parabenizá-lo pelo Plano Brasil Maior, porque é o primeiro passo. A gente sabe que está na direção correta... *(Inaudível.)* Eu tenho algumas preocupações... qualificação de mão de obra e com a entrada de mão de obra bastante qualificada de outros países que não estão tendo essa oportunidade de emprego lá fora. Eu queria saber que providências o MDIC está tomando em relação à qualificação e como também utilizar essa mão de obra em benefício do Brasil de uma forma melhor possível.

A outra questão é referente ao comércio internacional, que está repleto de barreiras comerciais, prática de *dumping* econômico, ambiental e social, em que o ambiente é tudo menos livre comércio. O Brasil também tem obtido vitórias importantes no âmbito da Organização Mundial do Comércio e também mostra uma maturidade na nossa defesa comercial.

Eu tenho uma preocupação mais referente ao Mercosul, e o que nós temos lido na imprensa sobre essa resistência que o Mercosul oferece aos nossos produtos e o que MDIC pensa para nos proteger, ou fazer o enfrentamento dessa situação.

A outra questão, Sr. Ministro, é o Brasil Maior... nisso eu gostei muito do plano porque ele não é um plano estático, ele é um plano dinâmico, que vai se

ajustar e que vai evoluir. Eu gostaria que você falasse um pouco sobre o papel a ser desempenhado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial nesse plano. E por isso último, muitos desafios se apresentam para o futuro da economia mundial, como foi muito bem colocado aqui, e alguns analistas falam da desaceleração da economia chinesa. Hoje tem dados fortes de novo. Gostaria que o senhor pudesse fazer uma reflexão porque está se especulando que vai ter taxa de 4% a partir de 2013 e, com isso, poderia haver uma redução do comércio internacional e podemos estar reféns. Afinal, como foi a sua brincadeira, que aliás não está tão longe da verdade, se tudo continuar como está, a gente vai ficar muito atrapalhado. Que providências, como fazer para minimizar esses aspectos se isso fosse nessa direção.

São essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Marta Suplicy, muito obrigado, foi até muito rápida.

Passo com prazer a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente Lobão Filho.

Sr. Ministro Fernando Pimentel, lamento apenas meu caro amigo Alessandro Teixeira não ter tido condições, porque nós estamos aqui, como o senhor sabe, tendo que cumprir uma agenda complicada, todos os Senadores.

Mas o senhor, na sua exposição, falou das boas condições do País para enfrentamento da crise. Na primeira, Ministro, as políticas adotadas, que foram bem sucedidas, não há dúvidas, se direcionaram a estimular os bens de consumo. Então, todos os setores da indústria de eletroeletrônicos (geladeiras, fogão , a linha branca) e matéria de construção, depois a linha marrom, o setor moveleiro. Pergunto-lhe se entre as medidas para enfrentamento dessa segunda fase da crise, ela irá na mesma direção ou há alguma novidade em relação a isso?

Deixo de mencionar a questão do juro alto porque todos os Senadores que me antecederam aqui falaram disso e tenho certeza de que V. Exª tem a preocupação com isso como fator de barreira para setor – não só isso, mas especialmente o câmbio.

O Senador Valdir Raupp – e eu peguei a sua resposta a ele – mencionou a questão das ZPEs. Eu vou um pouco mais adiante em função do Rio Grande do Sul, meu Estado, estar na sua borda de fronteira com o Uruguai especificamente uma convivência que tem sido para o comércio do lado gaúcho extremamente complicado. Algumas empresas estão fechando por conta de uma concorrência que realmente não dá para suportar.

Pergunto, Ministro, se o Governo brasileiro não pode examinar a possibilidade de termos também do lado brasileiro, exclusivamente no limite da fronteira das cidades face a face com a cidade uruguaia, porque aqui tem um Projeto de Lei do Deputado Marco Maia, que eu estou apoiando, que prevê isso. Mas se o Governo, de alguma maneira, pensa, pelo menos, em minimizar ou em medidas compensatórias para evitar um problema maior.

Também reforço a preocupação da Senadora Marta Suplicy a respeito da Argentina. O Rio Grande do Sul é um grande exportador; 70% de toda a carga rodoviária passa por ali. Temos deficiência de logística, que eu pediria ao senhor uma atenção especial na zona de Uruguaiana, que é onde passa toda a carga que vem da Argentina, mas tive a informação de que, assim como a Presidenta Dilma ficou muito chateada, até indignada, com o derretimento de uma carga de chocolate na Páscoa, eu tive informação agora que uma carga com melancia, produto perecível, indo do Brasil para a Argentina também teve problemas e prejuízo. Eu acho que é a hora de o Brasil, com toda a sua capacidade diplomática e negociável, resolver esses problemas.

Cito especialmente uma questão: a indústria de máquinas agrícolas do meu Estado, que está enfrentando um problema grave e ameaça sair do Rio Grande para ir à Argentina.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo agora ao Ministro Fernando Pimentel, para que possa fazer as suas colocações.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quando for oportuno, poderia... Talvez eu seja o último a fazer pergunta. Mas algum outro Senador está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não. V. Exª não está inscrito, mas seria o último.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se V. Exª assim me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não só permito, como terei grande prazer em dar a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Queria fazer ao Ministro Pimentel uma pergunta que eu acredito já tenha sido feita de outro

modo, mas que eu vou repetir com a preocupação diferente. É sobre a decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal a respeito dos incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais e pelos Municípios, visando à implantação de indústria nas suas áreas. Que acha o Ministro Pimentel se a atitude de um governo, seja estadual ou municipal, visando ao desenvolvimento de suas comunidades, não implicar em guerra fiscal, mas na implantação de uma política de atração de investimentos com vistas à geração de emprego e renda, notadamente nas regiões mais pobres, que não podem competir de forma nenhuma com as regiões mais ricas, com os Estados mais potentados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, enfim, a região Sul e Sudeste, que tem um aparato de atrações que não podem se comparar com o aparato oferecido pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Então como equilibrar essa situação para que o pacto federativo seja consolidado também nesse setor? O pacto federativo não é apenas a redistribuição das receitas, de acordo com o que está previsto na Constituição. O pacto federativo também implica numa igualdade de condições, no que diz respeito aos incentivos fiscais. Queria a opinião de V. Exª a respeito. Como é que o Governo pensa em solucionar questão tão delicada quanto esta dos incentivos fiscais para atração de indústrias e de investimentos nos seus Estados?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passo a palavra ao Ministro Fernando Pimentel para suas explanações.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Pela ordem também, mas nessa resposta que tentarei entabular aqui várias questões já estarão atendidas as intervenções do Senador Cyro Miranda, do Senador Antonio Carlos Valadares, e, de alguma forma, da Senadora Ana Amélia, que também aborda o tema, embora não com uma especificidade da qual vou tratar depois.

A questão dos incentivos tornou-se agora a questão mais crucial para o debate do desenvolvimento econômico, da estabilidade econômica, por assim dizer, do desenvolvimento regional e até, como disse o Senador Valadares, do pacto federativo no Brasil. E esta Casa, talvez, seja o foro mais apropriado para fazer essa discussão e para tentar achar uma proposta, uma solução contemporânea para essa questão, que se tornou um problema. Nesta Casa, a República está representada com isonomia, com igualdade. Ao contrário da Câmara, onde os Estados têm representação proporcional, no Senado, os Estados têm representação republicana isonômica. Aqui, há a presença de inúmeros ex-governadores de Estado, de ex-ministros, de pessoas que ocuparam cargos no Executivo, seja nos seus Estados, nos seus Municípios, seja no Governo Federal. Portanto, aqui, há uma bagagem, uma experiência acumulada, que permite ao Parlamento fazer a discussão com responsabilidade, com visão do País, não só do seu Estado de origem, mas sem abrir mão, evidentemente, dos interesses que cada um dos Senadores e das Senadoras representa aqui.

Então, confesso aos senhores e às senhoras que não tenho uma resposta. Tenho só uma angústia em relação a esse tema muito grande.

A origem do que está sendo discutido aqui é a emenda do Senador Jucá. O Ministro Guido Mantega tem conduzido essa discussão com os Senadores na direção de estabelecer uma alíquota única interestadual, o que, na prática, acabaria com a chamada guerra fiscal, mas, ao mesmo tempo, tiraria o principal instrumento que os governadores têm ainda hoje para promover incentivos. Isso não tiraria todos os instrumentos, porque outros instrumentos existiriam, mas tiraria o instrumento principal.

Essa é uma solução emergencial de curto prazo, mas quero crer que o Senador Cyro Miranda e o Senador Valadares não levantam essa questão, mas, sim, uma questão mais de fundo: como é que vamos substituir, se é que vamos substituir, aquele que foi o principal instrumento de atração de empresas, de indústrias, de dinamismo econômico para os Estados do País inteiro? De repente, não vamos tê-lo mais, mas o Brasil continua sendo uma República federativa. Então, o que vamos colocar no lugar desse instrumento? Como vamos equacionar esse problema?

Confesso para os senhores que não tenho acúmulo suficiente para responder a essa questão, com sete meses de Ministério. Tenho, sim, a convicção de que o que foi feito até hoje, o que vige até hoje, tornou-se disfuncional. Não só o instrumento dos incentivos, mas o próprio ICMS, na forma como existe hoje, é disfuncional para a economia do País e até para os Estados. Há 27 legislações diferentes. É um cipoal infernal de regulamentos e de obrigações acessórias, como o Senador Dornelles levantou aqui. Desse ponto de vista, o ambiente econômico para as empresas é muito ruim em qualquer Estado em que elas estejam. Isso abre muitas brechas para certo tipo de expediente que a gente encontra muito hoje na economia brasileira. Não vou dizer que são burlas, mas, enfim, há brechas na legislação que permitem que as empresas, ao fim e ao cabo, acabem pagando impostos muito menores do que deveriam pagar, em função dessa engenharia tributária que é montada, porque existem 27 legislações diferentes.

Então, é fundamental resolver esse problema. Mas concordo com o Senador Cyro e com o Senador

Valadares que resolver esse problema – e é o que todos nós queremos – não pode significar que os Estados se quedem ao desabrigo de uma solução para a questão do incentivo fiscal. O incentivo fiscal existe, e, de alguma forma, temos de preservá-lo. Como faremos isso é outra discussão.

Penso que, agora, é fundamental, numa solução de curtíssimo prazo, que a gente resolva a questão do ICMS, até para evitar que o Judiciário continue legislando, porque, na prática, é o que está acontecendo. O Supremo Tribunal está exercendo a função de legislador. À falta de uma solução que venha do Parlamento, o Supremo Tribunal vai avançando. E certamente isso não é bom. Do ponto de vista do funcionamento do regime democrático, não é bom que o Judiciário comece a fazer o papel de legislador.

A Senadora Ana Amélia – depois vou entrar nas questões que a Senadora Marta Suplicy colocou – levanta uma questão importante, que é a questão da fronteira. Nossa preocupação é muito grande com essa questão, Senadora. V. Exª tem dialogado permanentemente com o nosso Ministério, até alertando para situações colocadas. O Senador Cyro Miranda também lembrou que há um projeto do Deputado Antonio Carlos Mendes que vai nos ajuda rum pouco nessa questão, porque é o projeto que torna obrigatória a certificação dos produtos importados, que hoje não é obrigatória. Tornaria obrigatória, o que colocaria, digamos assim, não uma dificuldade, mas uma exigência nova para que o importado não entre com...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma reciprocidade.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – É, uma reciprocidade. Vamos usar um termo mais adequado, não é, Senadora Ana Amélia? Uma reciprocidade, que hoje não existe, porque nós exigimos muito mais do produto nacional do que do produto importado. Isso, de certa forma, vai nos ajudar nesse embate.

Nós temos, de fato, às vezes, situações delicadas no Mercosul, especialmente com a Argentina, que é o nosso principal parceiro comercial. Nós temos fronteira seca e uma relação econômica muito intensa com a Argentina, mas a nossa balança comercial é amplamente superavitária com a Argentina. Estabelecemos com a Argentina um pacto de convivência. Então, permanentemente, nós negociamos com a ministra do comércio argentino, com os outros ministros, com o gabinete da Presidente Cristina Kirchner para resolver esses problemas que surgem. Toda semana tem um problema: ora é uma carga de produto alimentício, ora é uma carga de autopeças. Enfim, tem que ter, como dizia o Presidente Lula, muita paciência com os nossos vizinhos, sem esquecer que a economia brasileira hoje é seis vezes maior que a economia argentina. Então, é evidente que quem é maior tem que ser mais paciente do que quem é menor, sem abrir mão, sem abdicar da nossa soberania de defender os interesses da indústria brasileira, mas estamos com paciência, avançando nessas questões.

Existe um projeto, Senadora Ana Amélia, que V. Exª conhece, de criação de uma ZPE no Rio Grande. Já está criada, né? Já foi aprovada. Já está criada. Então, nós temos expectativa de que isso ajude um pouco a dirimir essas questões.

E existe um projeto do Presidente da Câmara, Marco Maia, ao qual nós somos favoráveis, nosso Ministério já manifestou opinião favorável, que é a criação dos *free shops*, do *duty free* do lado brasileiro da fronteira seca, o que, aliás, já devíamos ter feito há mais tempo, porque o que acontece no Rio Grande e em outros Estados também, no Centro-Oeste, é que a população atravessa a fronteira e compra o produto mais barato do outro lado. E a oferta poderia ser feita do lado brasileiro se houvesse o mecanismo de *free shop*. É claro que isso não vai ser estendido de maneira irresponsável, mas eu acho que seria um importante avanço. Quero crer que o Governo, se depender de nós, vai apoiar essa iniciativa.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para acrescentar e ilustrar, neste caso, só em Santana do Livramento, que faz fronteira com a cidade de Rivera, no Uruguai, os *free shops* comercializaram, em 2010, o equivalente a US$600 milhões.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Você imagina: numa cidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Numa cidade. Só ali.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – E o comércio do lado de cá da fronteira vai morrendo à míngua porque ninguém compra mais caro se pode comprar mais barato do outro lado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente.

O SR. FERNANDO PIMENTEL – Então, acho que esse projeto é oportuno. Vamos acelerar a tramitação e tentar aprová-lo.

A Senadora Marta, querida companheira e amiga, levantou questões também relacionadas com o Mercosul, com a nossa relação com a Argentina. Depois tem uma questão da China aqui que quero comentar com mais vagar, mas só voltando à questão do Mercosul, Senadora, eu acho que o Mercosul chegou um pouco ao seu limite. Nós, dificilmente, vamos avançar muito além do que já avançamos se mantivermos o tamanho que ele tem hoje. São quatro países.

Acho que está na hora de dar um passo adiante; e aí eu vejo a Unasul como um grande avanço. Pode ser uma grande saída para a América do Sul, um *upgrade* fantástico para nós, porque aderir ao Mercosul, para outros países, cria problema, porque a maioria dos países que não entrou até hoje já tem acordos bilaterais, já tem acordos de livre comércio. Então, rever esse procedimento vai dificultar. A Unasul, não. É um fórum novo, e nós podemos entrar, o Mercosul pode entrar, os outros países podem entrar sem abrir mão daquilo que já fizeram. E nós criaríamos uma dinâmica nova no mercado da América Latina. Além do esforço que está sendo feito, logístico, de integração, essa integração comercial me parece fundamental para que a gente enfrente o cenário de – em tom de brincadeira falamos antes – risco de virar uma grande fazenda do lado de cá do Hemisfério Sul e, do lado de lá do oceano, ainda no Hemisfério Sul, virar uma grande fábrica. Então, evitar isso, acho que passa por uma iniciativa muito forte dos governos da América do Sul em direção à Unasul.

Finalmente, a Senadora Marta lembra uma questão preocupante, e a resposta está nisso que falei. A China pode, de fato, desacelerar seu crescimento nos próximos anos. Nós não temos nenhuma garantia de que ela vai continuar crescendo 9%, 10%, como cresceu nesses últimos 10 anos. Pode desacelerar, voltar-se mais para o mercado interno, crescer um pouco menos. Agora, em qualquer hipótese, o Brasil tem duas garantias muito grandes: primeiro, o mercado da América Latina. Eu acho que nós temos, cada vez mais, que ocupar nosso espaço na América do Sul.

Volto a dizer que essa viagem da qual cheguei me deixou extremamente impressionado com a presença do Brasil, com a ansiedade que os países têm de comercializar conosco. E essa comercialização sempre vai ser favorável ao Brasil, porque somos a maior economia do Continente. De um lado. E, de outro, nós devemos ter também uma certa tranquilidade.

Vou encerrar contando um pequeno episódio da visita que nos fez o Ministro Chen Deming, do Comércio – minha contraparte chinesa.

Eu estive com o Ministro Chen Deming três vezes este ano. Então, acabamos tendo um diálogo bastante intenso e afetuoso, por assim dizer. Eu estive duas vezes na China; e, nas duas vezes, eu me reuni longamente com ele. Depois, ele veio, liderando uma missão, agora, no mês de maio, quando também tivemos longo tempo de discussão. No final das nossas reuniões, num dado momento, o Ministro Chen Deming disse para mim o seguinte: "Ministro, vocês são um grande país, o Brasil, e nós também somos um grande país, a China. Mas nós temos um problema, e vocês não têm." Aí eu me assustei e disse: "O que é isso, Ministro, nós temos inúmeros problemas! Eu dou uma lista gigantesca de problemas que o Brasil tem." Ele disse: "Não. Eu vou dizer para vocês que vocês não têm o problema. Todos os problemas que o senhor vai listar para mim, que eu até posso antecipar, todos eles podem ser resolvidos dentro das fronteiras do seu país. E nós, China – quero saudar a presença do Senador Zeze Perrella; vitorioso, agora, domingo; então, está feliz da vida porque nosso time ganhou –, temos um problema que a gente não consegue resolver na nossa fronteira. Nós não temos condições de prover de alimentos e de energia a população da China. E não vamos ter nunca usando só os recursos que temos. Então, nós sempre teremos que ter um parceiro estratégico, ou mais de um, fora da fronteira. Esse é um problema gravíssimo que o Brasil não tem."

Então, essa declaração, essa afirmação do Ministro Cheng Deming, que é singela, porque todos sabemos disso, mas mostra como o Brasil pode ser, de fato, a Nação líder – uma das nações líderes do séc. XXI. Ainda que a China cresça pouco, ela vai ter que continuar comprando da gente, senão o que compra hoje, numa pauta, quem sabe, mais diversificada.

Queria agradecer muito a presença dos Srs. Senadores e Senadoras e dizer que foi, para mim, uma alegria grande, uma honra, e é muito enriquecedor, sempre, participar desse debate aqui, na CAE.

Muito obrigado, Senador Lobão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Ministro Fernando Pimentel.

Declaro encerrada a lista de inscrição e perguntaria ao Exmº Ministro se gostaria de fazer alguma consideração final. (*Pausa*.)

Não o desejando, eu quero agradecer imensamente a presença do Ministro, a presença do seu Secretário-Executivo, Sr. Alessandro Teixeira, e dizer que saio daqui um pouco mais confiante nos destinos do nosso País dada a notada experiência e competência de V. Exª. Perceba que hoje aqui V. Exª foi indagado por mais de dez Senadores, Senadores atuantes da oposição também fizeram considerações positivos a respeito de V. Exª, o que me leva a tranquilidade de ver que o nosso País está em boas mãos para passar por esse período por que passa a economia mundial.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVI-

ÇOS DE INFRAESTRUTURA E VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia trinta e um de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Benedito de Lira, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ana Amélia, Ana Rita, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Clésio Andrade, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Inácio Arruda, José Pimentel, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Magno Malta, Marcelo Crivella, Marta Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Bauer, Reditario Cassol, Ricardo Ferraço, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wellington Dias e Wilson Santiago, e, ainda, do Senador Aníbal Diniz. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, José Agripino, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Jorge Viana, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Fernando Collor, João Durval, Eduardo Amorim, Ataídes Oliveira, tendo falta justificada por meio do Ofício nº 029/2011 – GSAOLI, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositores, do Excelentíssimo Senhor Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro, do Excelentíssimo Senhor Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, e do Excelentíssimo Senhor Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira", em atendimento aos Requerimentos nº 58 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores; nº 62 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores; nº 63 de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata; nº 46 de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro; nº 46A de 2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores; nº 51/2011-CI, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares; e nº 21 de 2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata. A Audiência Pública conta com a presença, ainda, como expositor, do Excelentíssimo Senhor Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco. Após as exposições dos convidados, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço, Wellington Dias, Ana Rita, Ana Amélia, Blairo Maggi, Eduardo Suplicy, Wilson Santiago, Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e trinta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; – Senadora **Lúcia Vânia**, Comissão de Serviços de Infraestrutura; – Senador **Benedito de Lira**, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Havendo número regimental declaro aberta a 41ª Reunião da CAE, a 39ª Reunião da Comissão de Infraestrutura e a 23ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, CDR.

Audiência Pública com a presença, como expositores, do Exmo. Sr. Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro, do Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, e do Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da federação brasileira", em atendimento aos Requerimentos Nº 58/2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, Nº 62/2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores, Nº 63/2011- CAE, de iniciativa da senadora Lídice da mata, Nº 46/2011- CI, de CI, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, Nº 46A/2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, Nº 51/2011-CI, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, e Nº 21/2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Gostaria de registrar, Senador Wellington Dias, nós temos hoje Audiência Pública com os Estados produtores e teremos amanhã audiência pública com os Estados não produtores, conforme aqui já votado nas Comissões, tanto de Infraestrutura como na Comissão de Assuntos Econômicos. E fomos surpreendidos, agora, que parece que descobriram petróleo

em Pernambuco. E o Governador Eduardo Campos está aqui presente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso porque o Jaques Wagner não veio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso porque o Senador Jaques Wagner e o Senador Deda não puderam vir, porque tiveram problemas de agenda.

Mas eu queria primeiro consultar os Senadores e Senadoras se não poderíamos, já aproveitando o Senador Eduardo Campos, até porque ele é oposição aos Governadores dos Estados produtores, então ele vai trazer a sua palavra de harmonia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – vamos fazer o acordo aí na Mesa, já.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós podemos avançar bastante nesse diálogo com os Governadores no sentido de buscar uma solução definitiva até o dia 15.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Segundo o Senador Cyro Miranda, descobriu o petróleo na Praia de Boa Viagem.

Quero pedir aos Senadores Wellington Dias, Francisco Dornelles e Lindbergh Farias, que tragam à Mesa os Governadores para que iniciemos a Audiência Pública.

Passo a palavra à Comissão Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Vamos esperar os Governadores, não adianta correr, porque hoje nós vamos longe.

Estamos com os Senadores que são da Comissão de Assuntos Econômicos sem lugar para sentar. Pediria, por favor, que fossem priorizados os Senadores e Senadoras... É muito importante a presença dos Srs. Deputados, assessores dos governadores, mas é fundamental priorizar que os Senadores fiquem acomodados, porque estamos tendo algum tipo de dificuldade nesse sentido. Por isso, eu peço a compreensão dos senhores.

Então, com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

Nós começaremos a audiência pública com o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; depois com o Governador Casagrande, do Espírito Santo; depois, o Governador Alckmin, de São Paulo; e aí com o novo produtor de petróleo, o Estado de Pernambuco, o Governador Eduardo Campos.

Quero só registrar que temos uma lista grande de inscritos. Nós vamos dar quinze minutos para cada Governador. Quinze minutos. Vamos seguir o Regimento: os interpelantes três minutos, igual prazo para os interpelados. Peço só aos Senadores e às Senadoras que a gente cumpra o Regimento; senão, fica inadministrável uma audiência pública com esse tamanho e representatividade.

Passo a palavra para a Senadora Lúcia Vânia, para, depois, iniciar os trabalhos aqui com o Governador Sérgio Cabral.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral; cumprimento o Governador do Rio de Janeiro, amigo Sérgio Cabral; cumprimento o amigo Casagrande, Governador do Espírito Santo; Eduardo Campos, Governador de Pernambuco; Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo. Quero cumprimentar e agradecer a presença dos Deputados aqui presentes, dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, da imprensa, das senhoras e dos senhores.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos têm promovido essa discussão trazendo várias pessoas para este debate. Quero dizer que esse debate, muitas vezes, tem sido levado para o lado pessoal, como se a discussão girasse em torno da dicotomia Estados *versus* Estados, quando, na verdade, o que se quer discutir é como tornar este País um país mais justo.

Vivemos em um país de dimensões continentais, onde as diferenças regionais existem e decorrem basicamente da grande concentração de riqueza por alguns Estados da Federação, o que inclusive inspirou o Constituinte de 86 a estabelecer, no texto constitucional promulgado em 1988, a redução das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos fundamentais do Brasil. Portanto, nessa discussão, temos procurado mostrar as diferenças regionais e a importância dessa oportunidade que temos hoje para procurar minorar um pouco essas desigualdades.

O objetivo hoje é buscar esse acordo. Sabemos que há o veto para ser votado. O Senador Delcídio e eu temos a responsabilidade de entregar esse projeto até o dia 15, caso contrário, o Presidente da Casa colocará em votação o veto, o que seria o pior dos mundos, como todos nós sabemos, e geraria a judicialização desse processo, o que seria ruim para esta Casa e péssimo para o nosso País. Portanto, o que buscamos hoje aqui é esse consenso. Vamos fazer um debate de forma a mostrar a realidade de cada região, mas sempre com os olhos voltados para a necessidade de fazermos um projeto que esteja à altura do nosso País.

Muito obrigada a todos. Vamos ao debate!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Vamos iniciar com o Governador Sérgio Cabral. O Governador vai fazer uma exposição em PowerPoint?

O SR. SÉRGIO CABRAL – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só peço que, se a gente pudesse liberar o telão e abrir um pouco mais...

O SR. SÉRGIO CABRAL – E abrir mais à esquerda, para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos abrir um pouco mais, para que todos tenham acesso às informações.

Concedo a palavra ao Governador Sérgio Cabral.

Concederemos 15 minutos a cada Governador.

O SR. SÉRGIO CABRAL – Querido Senador Delcídio do Amaral, querida Senadora Lúcia Vânia, em seus nomes, cumprimento os queridos Senadores do Brasil, particularmente meus queridos Senadores Francisco Dornelles e Lindbergh Farias. O Senador Marcelo Crivella, creio, não está presente aqui. O Senador Aécio Neves está aqui, pelo Rio de Janeiro. (*Risos.*)

Afetuosamente, cumprimento todos os Senadores desta Casa. É a primeira vez que retorno a esta Casa desde que, em 2006, a população do Estado me levou ao Governo do Rio. Então, retorno, com muita emoção, a esta Casa, onde pude aprender muito e trocar experiências com homens públicos de grande dimensão. E quero homenagear todos, na pessoa do querido Presidente desta Casa, José Sarney.

Eu pediria que, por favor, abrissem, para que as pessoas, principalmente os Senadores, junto com a imprensa, pudessem assistir à minha exposição.

Desde 1997, Srs. Senadores, com a instituição do regime de concessão e com a abertura do setor – também quero saudar os meus Governadores amigos: Casagrande, do Espírito Santo; Geraldo Alckmin, de São Paulo; e Eduardo Campos, que é o novo produtor de petróleo do Brasil e que descobriu muito petróleo recentemente em Pernambuco –, com a Lei nº 9.468, a produção de petróleo no Brasil vem crescendo aceleradamente, saltando de um milhão de barris de óleo equivalente – petróleo e gás –, em 1997, para 2,450 milhões de barris em 2010. Notem esse crescimento!

Por conta disso, apoiadas na elevação do preço das *commodities*, as participações governamentais, *royalties* e participações especiais, apresentaram um crescimento vertiginoso, saltando de – vejam os senhores! – R$283 milhões, em 1998, para R$21,6 bilhões em 2010. São participações governamentais *lato sensu*. Voltando ao *slide* anterior, vemos, em azul, as participações especiais e, em verde, os *royalties*. Notem o crescimento das participações especiais, que incidem sobre os grandes campos.

Com as descobertas anunciadas da camada do pré-sal em 2007, a produção brasileira de petróleo atingirá novo patamar. O País elevará sua produção de 2,450 milhões de barris de óleo equivalente/dia, em 2010, para algo em torno de 6 milhões de barris em 2020. Portanto, a geração de receitas públicas, com as atividades da exploração, dará um salto gigantesco.

Diante desse novo paradigma, a União tomou a iniciativa de redesenhar o marco regulatório do setor, alterando a forma de apropriação dessa riqueza e a orientando, mais destacadamente, para fins sociais. Da mesma forma, Estados não produtores se sentiram no direito de questionar uma participação maior desses recursos.

Desde então, diversos projetos de lei e emendas foram encaminhados à Câmara e ao Senado – aqui, quero saudar diversos Deputados Federais do Brasil e, especialmente, do meu Estado, o Rio de Janeiro –, alguns chegando ao limite de destinar a Estados produtores uma parcela menor das participações governamentais do que a de não produtores. Apesar de exageros, existe um relativo consenso entre a União, Estados produtores e Estados não produtores de que as participações governamentais, dado esse novo patamar de arrecadação, devem ser destinadas a fins mais amplos do que àqueles ao qual foram originalmente instituídos, incluindo a redução das chamadas desigualdades regionais, tão bem destacadas pela Senadora Lúcia Vânia. Assim, é preciso avançar num acordo entre a União, os Estados e os Municípios.

E quero aqui saudar, Senador Delcídio, Senadora Lúcia, essa iniciativa do Senado Federal, de forma a aproveitar as oportunidades abertas com o pré-sal para promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil e assegurar o equilíbrio federativo.

(Próximo, por favor.)

Atualmente, a distribuição das participações governamentais tende a toda a Federação, privilegiando União, Estados e Municípios produtores, conforme prevê a Constituição. Notem, à direita, no quadro superior, a produção de milhões de barris de óleo/dia por cada Estado e, ao mesmo tempo, a participação dessa produção. E, aqui, embaixo, a participação, juntando *royalties* e participações especiais, as chamadas participações especiais.

Nota-se que o Rio de Janeiro, que ao mesmo tempo tem 73,6%... Se fosse só petróleo seria mais, mas como o gás está incluído, cai para 73,6%. No entanto, ele tem apenas, de participações governamentais, 29,7%. A União, 40%.

Esse é o quadro atual da distribuição das participações governamentais. E nota-se o Fundo Especial de Participação, como ele é baixo nos Estados não produtores: 3,7%.

A União detém, como eu disse, a maior fatia, 40%, seguida dos Estados produtores e Municípios produto-

res. Seguindo essa orientação, os Estados com maior produção recebem uma fatia maior das participações governamentais. O Rio de Janeiro, como eu já disse, 74% da produção nacional, recebe 45% do montante, juntando os Estados e os Municípios.

Apesar de os debates se concentrarem na divisão das – isto é muito importante frisar, Srªs e Srs. Senadores – participações governamentais, essa – atenção! – não é a única fonte de receitas oriundas da produção de petróleo. A arrecadação total do setor público com atividade, denominada nesse trabalho de receita pública total, inclui outras contas bastante significativas – isso é importante deixar claro ao Congresso Nacional, à imprensa brasileira –, como tributos federais e estaduais.

A chamada receita pública total dá uma dimensão mais fiel dos recursos que são extraídos do setor, bem como da divisão desse montante entre as esferas de governo. Reparem – são dados de 2010: as participações governamentais lá em cima, 21 bilhões, são aquelas a que me referi. Agora, entretanto, PIS/Cofins, 4 bi; imposto de renda pessoa jurídica, contribuição, 15 bi, União e Fundo de Participação dos Estados. Parte disso vai para a União e para o Fundo de Participação dos Estados. O ICMS, cobrado no destino, 11 bilhões.

Então, em torno de 77% da receita pública, conta petróleo, são destinados à União e a Estados não produtores. Repito: 77% da receita pública petróleo são destinados à União e a Estados não produtores.

Segundo estimativas, a parcela da União e dos Estados não produtores representa uns 37%. O imposto de renda da pessoa jurídica, por exemplo, 21,5% são destinados ao Fundo de Participação dos Estados, e o restante vai para a União.

Portanto, quando se fala do incremento das participações governamentais, com crescimento da produção do petróleo, igualmente deve-se lembrar do aumento dos tributos destinados ao setor público em geral. Isso significa que é preciso ter uma perspectiva mais abrangente das contas públicas. Cada Estado apresenta participação maior em algumas contas e menor em outras. Até o momento, a iniciativa dos Estados e suas bancadas tem se limitado – esse é um apelo que faço aos Srs. Senadores e Deputados – a exigir alterações nas regras sobre fontes de receitas nas quais se sentem desfavorecidos. No entanto, para se chegar a um equilíbrio federativo, é preciso considerar um ordenamento mais amplo das contas públicas.

As discussões recentes em torno do ICMS, do FPE e das participações governamentais abrem espaço, sim, para uma discussão sobre um novo pacto federativo. Juntas, essas três contas representam 65% da receita corrente de todos os Estados brasileiros da média.

A questão do ICMS. O ICMS, pela sua natureza, deveria ser proporcional ao nível da atividade econômica dos Estados, medido pelo Produto Interno Bruto. Entretanto, não é isso que se observa. Reparem a receita com o ICMS dos 12 maiores Estados em ordem de PIB – dados de 2009. Estados com uma participação relevante de petróleo e energia elétrica tendem a apresentar, proporcional à sua economia, uma arrecadação de ICMS inferior à média nacional. O Paraná, por exemplo, cuja geração de energia elétrica é importante na composição do PIB, tem situação semelhante. Reparem, senhoras e senhores, como a participação do ICMS é aquém da participação do PIB do Estado. Quer dizer, a riqueza do petróleo não está traduzida na arrecadação de tributos em função de contingências constitucionais que sabemos quais são.

A próxima, por favor.

A questão do FPE. O Fundo de Participação dos Estados, ao contrário do ICMS, deveria refletir uma correlação inversa com o grau de riqueza dos Estados, o PIB *per capita*. O FPE é reconhecidamente o grande instrumento de redistribuição regional de renda. Reparem a tabela. Entretanto, o FPE, na forma como foi instituído pela Lei Complementar nº 62, de 1989, destina parcelas fixas às Unidades da Federação.

A melhora no quadro econômico e social de alguns Estados, em detrimento de outros, caduca, Srs. Senadores, as alíquotas estabelecidas ainda em 1989, não refletindo mais as reais necessidades de cada Estado. É preciso encontrar uma fórmula de cálculo que melhor represente as necessidades sociais dos Estados e atenda à orientação do fundo de distribuir renda regionalmente. Por sua vez, as alíquotas devem ser periodicamente recalculadas.

Quero aqui dar essa contribuição em função da decisão do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu 2012 como o último ano para esse critério atual, queiramos ou não. É uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Estados que enriquecem mais ao longo do tempo podem contribuir mais para o equilíbrio federativo.

Reparem essa lâmina, como ela é expressiva da renda *per capita*. Reparem o Rio de Janeiro, com R$43,00 *per capita;* São Paulo, com R$11,00. Ela está díspar. Quer dizer, ela não está visando a questão da distribuição *per capita*, que deve ser, de fato, uma visão do Fundo de Participação dos Estados, combinado – é claro – com o desequilíbrio regional, que temos que reconhecer, que deve estar dentro do espírito.

E reparem, senhores, algo absolutamente impressionante, que – acho – está na planilha anterior, que gostaria de destacar. É isso. Reparem o seguinte:

quando falamos em contas governamentais, petróleo, não naquele sentido amplo, em que 75% são de Estados não produtores, mas, exclusivamente, receitas da participação especial e dos royalties, nós falamos de 21 bilhões. Quando nós falamos de FPE – esses dados são de 2009 –, de 2010, é algo perto de R$50 bilhões

(Próximo, por favor.)

A questão das participações governamentais originalmente servem como uma compensação financeira a regiões produtoras como forma de arcar com os custos econômicos e sociais – isso é muito importante – causados pela atividade, como investimentos em infraestrutura, saneamento e habitação.

Executar compensações intergeracionais. Como o recurso é finito, só pode ser extraído por algumas poucas gerações. É preciso garantir a formação de renda para as gerações futuras, investindo em novas atividades econômicas.

Promover gastos com controle e manejo de riscos inerentes à exploração e despesas com eventuais danos ambientais. Essa atribuição, a chamada compensação financeira, é reconhecida na Constituição de 88, no seu art. 20, §1º. Além disso, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, o pacto federativo assentado na Constituição de 88, em seu art. 155, também institui que o ICMS do petróleo deveria ser pago no Estado de consumo. Dessa forma, as participações governamentais também servem para compensar a perda de arrecadação com o tributo. Qualquer novo pacto federativo – e falo aqui na Casa da Federação, que é o nosso querido Senado Federal – não pode deixar de reconhecer essas atribuições.

Concluindo: um consenso em torno de um novo pacto federativo passa, necessariamente, por uma análise ampla das contas públicas e por um reconhecimento da atribuição de cada fonte de receita.

Reparem nessa tabela. Essa tabela é muito expressiva, Senador Delcídio, Senadora Lúcia Vânia. Vejam o ICMS de cada Estado na primeira coluna; vejam o FPE de cada Estado na segunda coluna; vejam os *royalties*, participações especiais e o fundo estadual na atual conjuntura. As demais outras receitas – leia-se aí Fundeb, saúde, as receitas correntes etc. – e, em seguida, chegamos à penúltima coluna que é a receita corrente sobre o PIB e a receita corrente *per capita*. Verifiquem, Srªs e Srs. Senadores, esse dado... Estou diante de pessoas formadoras de opinião no nosso Brasil. Esse dado mostra tudo: o quanto que a conta petróleo no Rio de Janeiro não tira o Rio de Janeiro da média nacional. A média nacional está, aqui embaixo, em 2.236 de receitas correntes públicas *per capita*. O Rio de Janeiro tem 2.328.

Eu vou deixar, Srª Senadora Lúcia Vânia, Sr. Senador Delcídio do Amaral, todos esses dados com V. Exªs e faço questão de distribuir a cada Senador da República, a cada Senadora da República. Mas vejam que aí está a prova concreta de que não há disparidade no caso do Rio de Janeiro.

(Próximo, por favor.)

E aí começo, querido Senador, a aprofundar a minha proposta e concluir, Srs. Presidentes. Com o início da exploração e a produção da camada do pré-sal, paulatinamente, esse óleo vai aumentar a sua participação no volume total. Isso significa que a introdução de um novo modelo de divisão das participações governamentais sobre o óleo do pré-sal vai alterar sistematicamente a repartição entre as diferentes esferas de poder e os Estados. Estamos de acordo.

Vejam a projeção. Em 2012, prevê-se para a camada do pré-sal uma produção, ainda modesta, de 215 mil barris de óleo equivalente dia, frente a uma produção total de 2,75 milhões de barris de óleo equivalentes dia, quase 40%, considerando uma produção total de 6 milhões de barris de óleo/dia. E estima-se que a produção do pré-sal, não licitada, seja de 100 milhões de barris de óleo equivalente dia em 2016, e de 500 mil em 2020.

Estou colocando aqui os números de maneira extremamente honesta. O não licitado, chegará, em 2020, se tudo correr bem – e estou aqui diante do Senador Delcídio, que é um especialista na matéria – a 500 mil barris desses 2,3 milhões. Portanto, a grande parte será do pré-sal faixa azul, já licitado.

Para entender o efeito do novo marco regulatório sobre as participações governamentais, vale comparar a distribuição dos recursos pelo atual modelo (Lei nº 9.478) com algum modelo em debate para o sistema de partilha, como o Projeto de Lei nº 8.051, aquele que expressa o entendimento, o acordo entre o ex-Presidente Lula, a então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o Ministro Edison Lobão e as Lideranças do Congresso.

Supondo-se uma produção de 2,3 milhões barris de óleo equivalente dia, tem-se a seguinte estimativa: o que se observa é que, no agregado, as participações governamentais, pelo modelo novo, serão maiores que pelo modelo vigente. Isso acontece basicamente porque as alíquotas dos *royalties* subirá de 10% para 15% – a alíquota dos *royalties*, repito – na proposta do Presidente Lula. Ao mesmo tempo, isso reduzirá a receita líquida da empresa operadora, base de cálculo das participações especiais. Mas como no modelo de partilha a alíquota do lucro óleo irá a leilão, diferentemente das participações especiais, que conta com a

regra fixa do cálculo, não se prevê uma redução na parcela dessa conta.

Entre as diferentes esferas de Poder – isso é muito importante –, a União vai ficar com a maior parte, recebendo cerca de 55% das participações especiais – sai de 40% para 55%! Isso acontece porque, no modelo de partilha, extinguem-se as participações especiais e a União passa a compartilhar a produção recebendo exclusivamente o lucro óleo. O fundo de distribuição regional, o FEP, aquele que era mínimo e irrisório, será ampliado significativamente, saltando de 4% para 26%, enquanto Estados e Municípios produtores terão a sua participação relativa reduzida, fundamentalmente pela extinção das participações especiais, conforme a lâmina exposta anteriormente, no peso da PE.

(Próximo, por favor.)

As conclusões, Srs. Presidentes, Srs. Senadores, e as nossas propostas.

Por tudo isso que foi demonstrado, o Governo do Estado do Rio de Janeiro considera os seguintes princípios norteadores para a elaboração do novo marco regulatório:

1) Não se alteram as regras em campos já licitados em regime de concessão, incluindo o pós-sal e o pré-sal. Além do princípio da preservação dos contratos, há que se considerar que uma alteração nos campos já licitados traria graves consequências imediatas para as finanças públicas dos Estados produtores;

2) Dado o novo patamar de arrecadação advinda do pré-sal, os recursos oriundos da exploração do petróleo devem servir também para a redução das desigualdades regionais. Portanto, uma parcela maior desses recursos deve ser destinada à repartição para Estados e Municípios não produtores. A referência propõe que seja o PL nº 8.051, enviado pelo Presidente Lula, para o pré-sal a ser licitado. Como a produção do pré-sal não licitado só se tornará significativa a partir de 2016/2017, o Rio de Janeiro propõe que se deva instituir uma regra de transição com a criação de um fundo a ser distribuído, desde já, para Municípios e Estados não produtores.

Dado que a União concentra as receitas da atividade, o que será ampliado pelo novo modelo, cabe à União destinar os recursos para esse fundo.

Alternativas para o período de transição.

As alternativas, Srs. Senadores, abaixo sugeridas, podem ser consideraras em conjunto ou separadamente. Sugere-se, para o período de transição, o estabelecimento de um valor para ser distribuído entre os demais Estados e Municípios, negociado, é claro, com a União, e a identificação das fontes de recursos para viabilizá-lo, até que o pré-sal não licitado comece a produção.

Proposta nº 1: Distribuição de parte dos *royalties* da União dos campos em produção do pós-sal.

A lei que estabelece a distribuição dos *royalties* prevê que, do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados, no mínimo, 40% em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e Nordeste, incluindo as respectivas áreas da Agência de Desenvolvimento Regional. Em sendo liberados, prevê-se que os recursos seriam da ordem de R$600 milhões em 2012.

Proposta nº 2: Distribuição de parte das participações especiais da União dos campos em produção dos pós-sal.

Entendendo-se que a União, como a principal esfera redistribuidora e considerando que a mesma se beneficiará pela concentração de recursos do modelo de partilha e pelo aumento da produção, sugere-se que parte das participações especiais destinadas à União seja compartilhada pelos demais Estados e Municípios, através dos critérios do FPE vigente e do FPM vigente. Cerca de R$3,2 bilhões seriam redistribuídos em 2012, no quadro abaixo, se 50% das participações especiais da União fossem utilizadas com essa finalidade. – 50%!

Nos campos do pós-sal, a legislação prevê destinação específica para parcela das participações especais que cabem à União, que, na verdade, não vem sendo cumprida, pois está sendo contingenciada.

Proposta nº 3: Nos campos do pré-sal já licitados, a legislação já prevê – isso já está na lei aprovada pelo Congresso Nacional recentemente – que a parcela de *royalties* das participações especiais que cabe à União seja destinada integralmente à constituição de um fundo social que pode ser redistribuído através de regulamentação aos Estados e Municípios. Ocorre que a lei, Srªs e Srs. Senadores, não discrimina, dizendo apenas "aos Estados e Municípios". Mas eu quero aqui propor: ser distribuída aos Estados e Municípios não produtores – repito: aos Estados e Municípios não produtores –, excluindo os Estados e Municípios produtores.

Estimativas mostram que, para 2012, os *royalties* seriam de R$300 milhões e as participações especiais seriam de R$540 milhões.

Vale observar que a produção dos campos do pré-sal já licitados irá acelerar substancialmente, a partir de 2013, como eu havia apresentado em lâmina anterior.

Proposta nº 4: Atualização das participações especiais. Isso é muito importante, Srs. Senadores!

As participações especiais foram introduzidas no modelo de concessão (lei anterior) com o objetivo de taxar os campos de alta lucratividade, de modo a

obter um equilíbrio entre os ganhos empresariais e o ganho do Brasil.

As participações especiais guardam similaridade com o imposto de renda. Elas são aplicadas em função do volume de produção do campo, porém sem vínculo com o preço do petróleo. As tabelas hoje em utilização foram geradas por ocasião da edição da lei do petróleo, em 1997, quando as condições eram totalmente diversas das de hoje.

Eu vou dar um exemplo, Governador Alckmin, Senador Delcídio, especialista na matéria: o preço do petróleo, à época, era de US$16,00 o barril. Vou repetir: quando da edição da lei da participação especial, o preço do petróleo era de US$16, 00 o barril! Hoje, está em torno de US$100,00.

Vale observar que se estima um aumento de três vezes no preço do petróleo, o que implica um aumento de cinco vezes no preço líquido. Vou repetir o cálculo do mercado, Senador Lindbergh e Senador Dornelles, que não é um cálculo meu, mas do mercado, dos produtores de petróleo: vale observar que se estima um aumento de três vezes no preço do barril de petróleo, o que implica um aumento de cinco vezes no lucro líquido. Vale lembrar que o Brasil hoje tem 80 campos e somente 14 pagam participação especial. Vou repetir. O Brasil tem 80 campos *offshore,* 14 apenas pagam, num total de 200 campos.

Vale lembrar uma outra coisa importante, várias plataformas de petróleo já pagaram todos os custos, todos os investimentos há anos, há anos!

E vale lembrar outra coisa, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, cujas assessorias do Congresso Nacional – e eu reputo, porque já fui Senador – são uma das melhores do mundo. Pesquisem o que foi feito recentemente nos governos dos Estados Unidos da América, da Inglaterra, Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha acaba de dobrar a participação especial; acaba que eu digo é no último ano. Por conta desse contexto apenas uma minoria de campos recolhe essa participação especial.

Estima-se que corrigindo monetariamente, Srs. Senadores, os intervalos de tabelas, pode-se gerar um adicional de receita – atenção, apenas monetariamente; não estou falando em aumento de alíquota; apenas correção – de dois bilhões de reais em 2012, chegando a 4,5 bilhões em 2020. Se 50% das participações especiais da União forem destinadas aos Estados e Municípios não produtores, vejam que isso acontece. Se 50% esse valor – não é isso, Julio – vou repetir: 2 bilhões em 2012 e 4,5 bilhões em 2020 são 50% das receitas totais. Não estou falando de 100% não, Senador Wellington Dias, 50% do que a União recolhe apenas com essa correção for repassado para Estados e Municípios – os Estados produtores não querem receber isso – dá esse valor.

Por último, a quinta proposta. A monetização dos campos já descobertos. À semelhança da cessão do campo de Franco, utilizado na capitalização da Petrobras, aprovada pelo Congresso Nacional recentemente, há possibilidade da monetização do campo de Libra, já descoberto e pertencente à União.

Vale observar que a cessão onerosa do campo de Franco foi feito à Petrobrás por US$8.50 o barril. Estima-se, conservadoramente, que o campo de Libra tenha uma reserva de cinco bilhões de barris de petróleo. Portanto, imediatamente, se concedido, esse campo poderia gerar cerca de 73 bilhões de reais. A sugestão é que parte dos recursos a serem auferidos pela União seja repassada aos Estados e Municípios não produtores. O repasse – atenção Srªs e Srs. Senadores e Deputados – não precisa ser feito de uma vez. Se feito em nove anos, dão esses recursos que estão ali em baixo!

Então, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, o Estado do Rio elenca essas cinco propostas como alternativas absolutamente viáveis, que podem ser assumidas na sua totalidade, que podem ser assumidas parcialmente, claro que com o Governo Federal, da minha querida Presidenta Dilma e seus Ministros participando dessa negociação, com os seus líderes de Governo. Mas o que eu quero mostrar às senhoras e aos senhores é que parte significativa dessa riqueza se encontra no Estado do Rio de Janeiro. É uma riqueza que hoje faz parte da inerência dos nossos gastos públicos. O Rio de Janeiro coloca 95% dos recursos dos *royalties* da participação especial na previdência pública e 5% dos recursos em investimentos ambientais. E nós mostramos, em uma das tabelas, que a renda *per capita* pública do nosso Estado não se difere da média nacional, nem mesmo incluindo *royalties* e participação especial. Isso porque, grande parte do nosso Produto Interno Bruto se faz pelo óleo e gás que não é tributado na origem.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a paciência das Senadoras e Senadores, das Deputadas e Deputados, e me colocar aberto ao diálogo, aberto a todos os Estados e Municípios não produtores, para que nós cheguemos a um acordo, a um entendimento, que possa ser bom para o Brasil e que possa não comprometer o pacto federativo.

Aqui, nesta Casa, eu tive a oportunidade, basta ver os meus discursos como Senador, de defender com unhas e dentes os interesses do Norte e do Nordeste, quando aqui foram discutidos, na Reforma Tributária, o fim dos incentivos fiscais, quando aqui se cogitou o fim da Zona Franca... E eu gostaria que o Congresso

Nacional, Casa Maior da democracia brasileira, tivesse também essa solidariedade com o nosso Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Sérgio Cabral, pela exposição clara, competente – e isso aí tem a mão do nosso Julinho também, secretário. E o Governador Casagrande também é um grande conhecedor, um especialista na área.

Mas agradecer, Governador Sérgio Cabral, pela exposição e pela competência com que V. Exª comanda o Estado do Rio de Janeiro.

Vou passar a palavra, agora, para o Governador do Espírito Santo Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Obrigado, Presidente Delcídio e Senadora Lúcia Vânia, é uma alegria estar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Infraestrutura; Governador Sérgio Cabral, parabéns pela apresentação; Governador Eduardo Campos, nosso novo produtor de petróleo; Governador Alckmin; quero cumprimentar os Senadores na pessoa do Senador Ricardo Ferraço, da Senadora Ana Rita, Senador Magno Malta; aos Deputados da Bancada Capixaba, que está aqui presente; lideranças empresariais, o Marcos Guerra que é o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, é uma alegria poder estar aqui nas duas Comissões, de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, nas quais tive a oportunidade de fazer parte, de participar, e agora estar hoje aqui como Governador de Estado. Portanto, é uma alegria, uma honra para mim, e dizer a vocês que o que traz o Espírito Santo a esta Casa, sendo convidado pelos Senadores – e quero agradecer pelo convite, mais uma vez –, é o espírito de entendimento que nós temos com relação ao tema.

Nós, já há algum tempo, há alguns meses, estivemos sentados, nós Governadores de Estados produtores e Governadores de Estados não produtores, pela primeira vez, para buscar o entendimento com relação a essa matéria.

Só que essa matéria, Senador Wellington Dias, Senador Ricardo Ferraço, Senador Dornelles, que militam nessa área com projetos de lei, só que a essa matéria nós, governadores, temos uma limitação para que a gente possa chegar a uma proposta concreta e definitiva. E para fecharmos uma proposta é muito importante, é necessário que o Congresso esteja conduzindo esse processo, e que o Governo Federal faça a mediação. A proposta que sair dessa mediação do Governo Federal e da participação direta do Congresso Nacional pode e deve, sim, ser discutida conosco, com os Governadores de Estados produtores e com os Governadores de Estados não produtores, para que a gente feche um entendimento nacional, até porque um assunto como esse, um tema como esse não pode, como bem disse aqui o Governador Sérgio Cabral, que fez uma apresentação brilhante, não pode ser discutido destacando-se, e pontualmente, um assunto, um tema de todo um processo histórico.

Nós temos, na verdade, um processo histórico, diversas medidas que foram tomadas, nesses últimos anos, medidas essas que tentaram compensar e fazer uma certa distribuição de recurso pelo Brasil afora.

O governador citou aqui que, quando se discutiu a Constituição de 88, discutiu-se a cobrança do ICMS do petróleo no destino, não na origem. Já se discutiu no destino porque foi uma forma de compensar já também o pagamento da indenização através dos *royalties* que já existiam. Então, é um exemplo claro de que uma medida foi tomada, destacada aqui, de que a riqueza do petróleo já tem uma certa distribuição para o Brasil todo.

Na hora em que se discute FPE e FPM, também se verifica que há uma distribuição buscando fazer justiça tributária às diversas regiões do País, com que o Espírito Santo concorda; o Espírito Santo concorda plenamente com essa questão. Estamos fazendo uma análise de um processo histórico, de um período, e não uma análise de um momento, de uma votação, de um ano, de uma realidade momentânea e pontual. Essa análise do período é fundamental para que a gente não cometa nenhuma injustiça.

Baseado e apoiado nessa avaliação histórica, também é fundamental que destaquemos, sempre destaquemos, aquilo que nos leva a fazer a defesa da legalidade, da constitucionalidade e do equilíbrio federativo, da legalidade, porque não é possível rompimento de contratos. Então, se não é possível rompimento de contratos, é defesa da legalidade.

O art. 20 da Constituição Federal estabelece um tratamento diferenciado, por indenização e por compensação. Então também é constitucional. E o equilíbrio federativo é essa visão mais ampla de um tema como este e de outros temas e das medidas já adotadas.

Eu tenho plena convicção e plena certeza de que o ambiente nesta Casa de votação do veto, que está marcada para o dia 14 ou dia 15 de setembro, que leva à derrubada desse veto é um ambiente que vai colocar aqui derrotados e vitoriosos. Na política, o pior ambiente é o ambiente de derrotados e vitoriosos. Até porque os derrotados não são derrotados para sempre, e nem os vitoriosos são vitoriosos para sempre. E nós temos necessidade clara de termos esse equilíbrio federativo porque esse equilíbrio federativo também é condição para que haja um ambiente para

votação de uma matéria como esta e para que haja ambiente no Congresso Nacional para a votação de outras matérias importantes.

Buscar o entendimento, trabalhar o entendimento, fazer o entendimento é no que de fato estamos apostando. Eu acho que isso é importante não só para os Estados produtores, mas é importante também para os Estados não produtores e para o Governo federal. Por isso, estamos apelando e tratando, articulando com o Governo federal. E vejo com alegria que o Governo federal começa a se movimentar nessa mediação. Viu, Presidente Delcídio do Amaral? Vejo com alegria que o Governo federal começa a se movimentar nessa direção. Porque o Governo federal e a Presidente Dilma têm liderança, têm legitimidade, têm capacidade, não têm acordo, não têm entendimento.

Vocês viram que há diversas formas de entendimento e outras que nem foram apresentadas pelo Governador Sérgio Cabral. Mas há caminhos para que possamos fechar entendimento e para que o Brasil saia ganhando. Para que não haja uma desorganização de um Estado como o Espírito Santo, para que não haja uma desorganização de um Estado como o Rio de Janeiro e para que nós possamos atender já a conceito de fundamentos que tratamos em reuniões nossas, de que é necessário preservarmos contratos feitos, é necessário termos um tratamento diferenciado para quem é produtor, é necessário apontarmos para uma distribuição mais equânime para o futuro na área do pré-sal. Mas é necessário também, numa faixa de transição, de 2012–2018, quando começa haver uma produção mais significativa do petróleo do pré-sal, nós podermos atender à expectativa gerada em torno de uma receita para os Estados e Municípios não produtores. Então, temos conhecimento dessa necessidade e damos o nosso apoio para essa necessidade. E o Espírito Santo se coloca à disposição para, num entendimento, aceitar e fazer as propostas necessárias que atinjam esse objetivo, até porque eu sei que, numa Federação, você fazer o debate buscando a desorganização ou qualquer proposta que desorganize um Estado ou outro não é o objetivo de ninguém. Esta Casa aqui é a casa do equilíbrio federativo; esta Casa aqui preza pelo equilíbrio federativo. Então, a nossa pressa e a nossa necessidade é de que a gente tenha agilidade nesse entendimento.

E o Senado dá um passo importante – é fundamental destacarmos isso. O Senado dá um passo importante para que nós fechemos esse entendimento. O Senado dá um passo importante na hora que dialoga com o Governo Federal nessa direção, porque, se dia 14 nós não tivermos uma decisão tomada, esta matéria vai para apreciação. E a judicialização...

O que pode acontecer se um processo desses for para a justiça? Quais são as decisões do Supremo? Primeiro, pode suspender qualquer critério novo enquanto não se discuta a compensação prevista na emenda do Deputado Ibsen e na do Senador Pedro Simon. Tanto a emenda do Ibsen quanto a emenda do Pedro Simon, que é a que foi aprovada, tratam de uma compensação, que nós não sabemos qual é ou como ela vai acontecer.

Então, derrubado o veto, o Espírito Santo, o Rio de Janeiro e também já anunciado pelo Governo Federal, vão ao Supremo Tribunal Federal. O Supremo pode decidir não aplicar novos critérios enquanto não se discuta e não se defina essa compensação. Então, é ruim para os Estados não produtores. O Supremo também pode decidir – e pode demorar para decidir – a começar a aplicação de uma regra nova. Isso quebra o Espírito Santo e quebra o Rio de Janeiro. Quebra no sentido de nos desorganizar em termos de planejamento; quebra, como diz aqui o Senador Dornelles. Então, também pode ser muito ruim para nós, Estados produtores. E o Supremo pode fazer o que fez com o FPE: travar qualquer critério novo e impedir que o Governo Federal faça a implementação dos contratos no modelo de partilha.

Então, a judicialização, na minha avaliação, é o pior caminho para todo mundo. Nós não queremos e não podemos apostar nisso. Nós, da política, sempre apostamos no entendimento. Por isso que o Espírito Santo busca e prega e trabalha por esse entendimento.

Mas, mais do que isso: se não fizermos um trabalho do entendimento – quero reforçar essa questão –, o que pode acontecer é esse ambiente de derrotados e vitoriosos no Congresso Nacional. Esse ambiente é ruim. Há muitas matérias para serem votadas; essas matérias dependem de um ambiente de harmonia aqui na Casa. Não apenas do Governo com a Casa, mas dentro da Casa. Tantas matérias importantes que estão aí para serem apreciadas e, nesses meses que faltam para chegarmos ao final do ano, é muito importante esse ambiente de harmonia que estamos buscando. E se uma votação começar bem... Se nos entendermos bem na questão dos *royalties*, com certeza isso contaminará para o bem também, para o lado positivo qualquer outra votação.

Concluo falando do Espírito Santo. O Sérgio Cabral falou por um tempo maior até porque ele produz 80% do petróleo do Brasil. O Espírito Santo só produz 15% do petróleo do Brasil... (*Risos*.) Então, você já imagina o seu tempo, Eduardo. (*Risos*.)

Mas eu falo um pouquinho do Espírito Santo, porque o Espírito Santo vivenciou um momento de muita dificuldade recentemente e nós nos reorganizamos,

o Estado se reorganizou. O Estado está equilibrado: equilibrado administrativamente, com capacidade de implementar um planejamento em nossos programas de investimento, parte daquilo que a gente deseja; o Estado conseguiu de novo ir conquistando o respeito do povo brasileiro.

Vocês sabem que a gente vive em uma região difícil, porque o Rio de Janeiro é um país, pelo tamanho; Minas é um país; São Paulo é mais que um país. Então, são três Estados grandes em uma região em que o Espírito Santo é um Estado menor em termos demográficos e em termos geográficos, mas é o Estado, o mais bonito dos quatro, que tem dificuldades nessa articulação regional.

E estarmos bem organizados, tratando da execução dos nossos programas, dos nossos projetos; projetar esse Estado e sermos reconhecidos nacionalmente é uma tarefa importante para os capixabas, que saíram de um período difícil, com o crime organizado dominando as instituições. Passamos agora oito anos em que Paulo Hartung, Ricardo Ferraço, Lelo Coimbra – Ricardo foi vice de Paulo; Lelo foi vice de Paulo... Agora, com o Governo que estamos fazendo no Estado, cria-se uma expectativa de esperança e realizações para o povo capixaba.

Duas matérias discutidas nesta Casa amedrontam e fazem pairar uma incerteza no ambiente capixaba. Uma é esta matéria. O Estado começou a produzir petróleo em maior quantidade agora, em 2007, 2008; estamos produzindo 350 mil barris de petróleo agora; até o final do ano, o Estado produz 450 mil barris de petróleo; então, a receita de *royalties* e participação especial é uma receita importante para nós, para o Estado do Espírito Santo. Para o governo do Estado, a receita chegará, em 2011, em torno de R$800 milhões. Para os municípios, chegará a R$600 milhões. Então, é uma receita, Senador Delcídio, importante para nós do Estado do Espírito Santo, porque é quase a totalidade dos investimentos que o Governo do Estado faz no Espírito Santo. E nós aplicamos esses *royalties* de forma muito equilibrada: pegamos 30% dos *royalties* do Estado, fizemos um Fundo de Combate às Desigualdades Regionais do Espírito Santo e o repassamos aos municípios que não produzem petróleo e que apresentam menor IDH. Então, nós pegamos 30% dos nossos *royalties* e transferimos aos municípios que não têm *royalties* de petróleo. Pegamos um outro pedaço e fazemos pagamento por serviços ambientais para proteger floresta; e um outro pedaço para projetos na área de recursos hídricos. Então, nós aplicamos adequadamente esses recursos, e o Estado é um Estado que agora está em condição de se inserir, de se colocar num ambiente nacional, para poder continuar dando sua contribuição ao desenvolvimento deste País. E o Estado compreende que, para isso, é muito importante que esta Casa faça o que está fazendo hoje.

Parabéns ao Senado, parabéns ao Congresso Nacional por aquilo que está fazendo, e nós compreendemos que o Governo Federal tem um papel essencial. Se o Governo não entrar efetivamente, teremos dificuldade de fechar uma proposta. Então, sobre a mediação do Governo Federal, repito, estou feliz, porque, de ontem para hoje, vemos o Governo dando sinais de entrar nessa mediação, de construir a mediação. A Presidente Dilma já disse da sensibilidade dela em construir essa medição, em construir uma proposta que seja boa para nós, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, mas que seja boa para o Brasil. Então, se o Governo entrar, tenho certeza de que quem aposta na política, quem aposta no entendimento vai construir o sucesso da política que é o entendimento e o acordo para que cheguemos a um bom termo e não criemos expectativas negativas em torno de um tema tão importante, de uma riqueza tão importante como essa do pré-sal. Há tantos bilhões mencionado aqui pelo Cabral que ficamos meio tontos.

A riqueza do petróleo é uma riqueza que, de fato, tem de atender a todo o País e não prejudicar Estado algum da Federação.

Muito obrigado e parabéns ao Senado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Casagrande, governador de um Estado importante do País, um Estado bonito, um Estado que tem um grande futuro, não tenho dúvida nenhuma, por tudo o que tem sido feito.

Eu passo a palavra agora para o Governador Geraldo Alckmin, governador, como disse o Governador Casagrande, não de um país, mas de uma unidade que é mais do que um país, é um continente.

Com a palavra, o Governador Alckmin.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Quero saudar o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Delcídio Amaral; a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Benedito de Lira; os nossos governadores, o Sérgio Cabral, o Renato Casagrande, o Eduardo Campos. Quero abraçar todas as Senadoras e os Senadores, cumprimentando o Aloysio Nunes, o Eduardo e a Marta Suplicy, e os deputados.

Se a palavra for proporcional à arrecadação, o meu discurso vai durar segundos, porque, dos R$21 bilhões no ano passado, São Paulo recebeu R$48 milhões. Mas eu queria trazer uma palavra aqui. Primeiro, Delcídio e Lúcia Vânia, da importância desse encontro para se buscar uma solução política. O Brasil é República Federativa do Brasil e a marca da federação é a cooperação entre os seus entes, entre os Estados

e Municípios. Então, é muito importante uma solução política para essa questão.

A outra é que a indefinição posterga novas licitações, adia novos investimentos, prejudica a todos. A pior coisa é a indefinição. É importante a gente avançar. Nós defendemos o projeto de lei do Presidente Lula, do ano passado, o Projeto de Lei 8.051, porque ele estabelece para as novas licitações um critério que beneficia, o que é muito justo, Estados e Municípios não produtores. Acho que isso é um avanço importante e estamos plenamente de acordo com isso. Só que isso não tem efeito monetário a curto prazo, isso vai ser ano a ano. Então, nesse período de transição vem o debate político. Como se pode buscar uma transição, nesses próximos anos, que contemple Estados e Municípios não produtores.

E quero aqui, finalmente, ressaltar aqui a importância da solução política e acho que o Senado tem a defesa da Federação, a defesa dos Estados. E tem muito cuidado com a questão da responsabilidade fiscal. O Estado do Rio de Janeiro não tem como perder uma receita de 15% da receita corrente líquida. Não é factível. Ou o Estado do Espírito Santo perder 12% da receita corrente líquida. Também não é factível.

Então, nós temos que buscar uma solução política que equacione da melhor maneira esse caminho. E também não seria adequado uma decisão judicial, o caminho é o do debate político e o caminho do entendimento. Além do que, nessa questão do petróleo... veja que o petróleo está avançando. Eu vi aqui, hoje, que o terceiro produtor é o Amazonas; o quarto é a Bahia; o quinto o Rio Grande do Norte; o sexto é Sergipe; São Paulo é o sétimo. Então, eu vejo que essas questões são dinâmicas, elas têm um dinamismo muito próprio. Mas quero destacar aqui a importância desse encontro, gostei da proposta do Sérgio Cabral. Acho que ele trouxe uma proposta consistente. Claro que é preciso verificar sempre, também... a questão de petróleo e gás é tipicamente da Nação, da União. Agora, a União deve utilizar uma parte dela exatamente para ajudar o equilíbrio federativo.

Então, acho que estamos dando um passo aqui político da maior importância, no sentido de se buscar uma solução na questão tributária que entendo irá ajudar a todos. E quero, saudando aqui o Senador, dizer que contem conosco, nós teremos outras questões a serem definidas, o FPE que o Supremo determinou, tem o projeto de resolução do Senado na questão do ICMS de importação, Projeto Romero Jucá. Então, são muitas questões relevantes e de alto interesse nacional.

Parabéns ao Senado Federal. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Governador Geraldo Alckmin, é importante registrar não somente esse trabalho do Senado Federal, mas o da Câmara também. O Senado foi citado até porque representa, efetivamente, a Federação. Então, acho que este debate é fundamental, e aqui é a Casa muito propícia para esta discussão, a fim de se buscar a solução. Então é o Senado Federal.

O Governador Alckmin citou aqui outro ponto muito importante: nós estamos aqui vamos discutir, na Comissão de Assuntos Econômicos, a questão do Fundo de Participação dos Estados – há um projeto que está tramitando aqui – e o Fundo de Participação dos Municípios também, que é outro projeto importante; e o Projeto de Resolução nº 72, que é o ICMS da importação. Também é um projeto que, sem dúvida nenhuma, vai nos levar ao diálogo, sempre, Governador Sérgio Cabral, com os governadores.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E ainda vem dívida, vem comércio eletrônico e um bocado mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, realmente, a agenda econômica, especialmente essa agenda tributária, ela vai ser fundamental nesta Casa, e acho que vai tomar conta das grandes discussões neste Senado.

Agradeço ao Governador Alckmin e passo a palavra, agora, ao novo produtor de petróleo, o Estado de Pernambuco, representado pelo grande amigo, companheiro, Governador Eduardo Campos.

O SR. EDUARDO CAMPOS – Bem, meus cumprimentos ao Senador Delcídio do Amaral; à Senadora Lúcia Vânia; ao Senador Armando Monteiro, do nosso Estado, em nome dos Senadores de Pernambuco. Meus cumprimentos ao Governador Renato Casagrande; ao Governador Sérgio Cabral; ao Governador Geraldo Alckmin; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; Deputadas e Deputados:

Acredito que o espaço do pequeno Expediente, que votei aqui, poderá ser usado muito mais para dar uma palavra política do que aprofundar um debate sobre uma proposta de mediação, que acredito seja o grande papel do Senado, pelas experiências que ele recolhe aqui de muitas biografias que vejo, de políticos e políticas que já tiveram uma grande trajetória na caminhada política e sabem do momento que vivemos.

E quero, primeiramente, saudar o debate feito pelos políticos, ao longo desses dois anos, no qual estamos travando o debate sobre as novas regras da exploração do petróleo, a questão da partilha dos *royalties* e participação especial, etc.

E aqui fazer uma análise rápida dessa trajetória, vendo que se a gente tivesse começado o debate nesse diapasão que esta reunião teve hoje, talvez a gente já tivesse mais adiante. Nós travamos um de-

bate que teve o calor, a paixão, os embates regionais, e acho que tudo isso foi importante, porque no início deste ano, a Câmara, o Senado renovado pelas urnas, os governadores reeleitos e os recentemente eleitos, todos percebemos que era a hora de outro padrão de diálogo; que aquele padrão tinha cumprido um papel e feito com que muitos abrissem os olhos para a necessidade efetiva do diálogo, e ninguém ia conseguir impor a ninguém uma posição: nem os chamados Estados não produtores estavam dispostos a receber imposição, nem os Estados produtores estavam dispostos a receber qualquer imposição. É aí onde entra a arte da política, e quem sabe fazer a política não é o Poder Judiciário; é o Senado, é a Câmara, são os governadores. São estes que compreendem desse metiê, que é um metiê tão bonito e que, muitas vezes, tantos querem manchar.

Nós entendemos que esta é uma hora muito importante para compreendermos – e aí é a contribuição que quero dar a este debate, agradecendo ao Delcídio ter-me inscrito aqui na condição da bancada rica, da bancada dos produtores (*Risos*.), porque amanhã eu não poderia estar aqui e, por isso, eu gostaria de trazer a minha palavra, no dia de hoje, às Senadoras e aos Senadores presentes –, que nós não estamos vivendo um momento simples, para quem está gerindo um Município, um Estado ou um país. Nós estamos vivendo uma crise internacional de grande proporção, cuja saída não será no próximo ano, e torcemos para que essa saída venha ao longo desta década. Esse é o ponto.

O Brasil tem feito um esforço enorme, com a contribuição do Congresso, dos governos estaduais e do Governo da União, para ver o quanto a gente fica blindado desse momento.

Mas o fato é que, além desse ambiente geral da crise, nós temos um outro ambiente, que vai passar aqui pelo Senado, que não é só o *royalty.* Nós temos as receitas dos Municípios e dos Estados, que terão que, ainda este ano, definir seus planos plurianuais e fazer o seu planejamento, quem está chegando para o primeiro mandato ou que já está no segundo mandato.

Nós temos sobre as receitas algumas interrogações. O Estado Rio de Janeiro e o Estado do Espírito Santo aqui mostram a proporção do *royalty* para as finanças, o investimento e o seu equilíbrio, e ninguém de bom senso pode imaginar que é possível que a gente possa aprovar, do dia para a noite, uma medida que saque do Rio de Janeiro essas receitas que já estão consolidadas, ou do Espírito Santo, ou mesmo os recursos muito ínfimos que chegam a São Paulo. Não estamos aqui para propor isso. Não é uma saída para o entendimento.

Além dessa questão, nós temos que definir, até o próximo ano, o FPE e o FPM, que é 100% da receita da maioria dos Municípios do nosso País e que é 80% da receita da maioria dos Estados da Federação. Se não bastasse isso, nós temos debates em questão na ordem do dia, impostos pelas circunstâncias econômicas, como disse o Senador Wellington aqui, do comércio eletrônico, do princípio do destino do ICMS, que bate de forma muita dura na arrecadação de São Paulo, que proporcionalmente, no Nordeste, bate na Bahia e no Estado de Pernambuco. São questões que estão na ordem do dia. Não obstante isso, nós tivemos, há mais ou menos 60 dias, o fato de o Supremo, em uma só sessão, colocar abaixo 14 leis de incentivos fiscais, que levaram dezenas e dezenas de empresas para vários Estados que os senhores e as senhoras representam.

Estou tratando, portanto, hoje, de um empreendedor que não sabe ao certo como vai contabilizar, nos seus balanços, ou vai fazer provisão de pagamento de tributos que podem ser reclamados a qualquer momento, Ministro Dornelles. O que acontece? Isso, do lado da receita. Do lado da despesa – vamos falar do lado da despesa –, nós temos o maior interesse de pagar melhor os servidores públicos, mas, entre pagar e poder, há algo que é... temos que ter receita. Então, nós temos uma série de PECs que estão quicando aqui, na pequena área, que podem ser efetivamente destrutivas ao equilíbrio fiscal do País.

Nós temos um grande desafio no Brasil, que é consolidar o SUS – um grande desafio. Estamos fazendo o nosso esforço. Pernambuco investe 18% da receita corrente líquida do Estado em saúde. Portanto, falo muito à vontade de Emenda 29; muito à vontade. Mas essa é uma questão que precisa estar nessa discussão de um contexto de caráter geral.

Se a gente não tiver a capacidade política de aqui, no Senado, com a maturidade que o Senado tem, com o calor que veio do debate intenso e legítimo, Deputado Marcelo Castro, lá da Câmara; se a gente não conseguir ler essas PECs todas, nós podemos enveredar por um caminho que vai agravar a possibilidade de o Brasil, de os nossos Estados e Municípios atravessarem esse momento duro da crise. Mas para fazer isso, é preciso voltar à política e tirar desse debate político a paixão que ficou do último debate. E perdoe-me o Governador Sérgio Cabral, porque tivemos oportunidade de, em determinados momentos, fazer um debate que eu não gostaria de fazer nem ele, nos termos que muitas vezes resvalaram, mas nós podemos voltar, sentar, com mediação desse capixaba competente que é o nosso Renato Casagrande, com a participação do Governador Geraldo Alckmin e do Governador Marcelo Déda,

para dizer: "Olhe, nós não vamos nos assentar à mesa nem para retirar direitos que já estão hoje consolidados nas contas dos Estados, mas também não vamos nos assentar à mesa se vocês não reconhecerem que é preciso fazer do pré-sal uma coisa boa, e não uma coisa ruim para a Federação". Nós temos direito de participar, de encontrar um caminho. E, na hora em que as armas foram colocadas de lado, que o bom senso prevaleceu e se viu que era possível, na política, construir uma transição, ou seja, nós não vamos retirar o que se tem; sabemos que o que está previsto para o futuro, esse futuro está longe, porque o debate político criou, na cabeça dos senhores prefeitos e das senhoras prefeitas, a impressão de que amanhã haveria uma receita nova em contas extremamente apertadas, e é preciso a gente resolver esse problema. Essa transição, se não houver, não há saída.

Agora, precisamos também de algo, e aqui quero dar um testemunho, porque fui parlamentar por quatro mandatos e aprendi muito no Congresso Nacional: é que a votação chegou de um jeito no plenário da Câmara que o deputado do meu Estado que votasse contra a matéria do nosso grande Deputado Marcelo Castro não podia nem desembarcar lá em Recife. Ele teria que ficar aqui mesmo ou arrumar uma morada no Rio ou no Espírito Santo. A situação chegou a tal ponto, nas circunstâncias políticas, que era um jogo em que não valiam os argumentos. E é claro que qualquer pessoa de bom senso vê que os argumentos que foram colocados aqui podem ser acrescidos de outros que tenho para falar, Sérgio, mas são argumentos que têm começo, meio e fim. É claro que toda a cadeia produtiva do petróleo não gera só *royalties*, e toda cadeia produtiva do petróleo gera outros tributos que nós estamos partilhando de forma diferente. Isso é um argumento importante que nunca foi colocado com esta clareza aqui. Nunca foi colocado.

Mas quero colocar outros argumentos. Se a gente não preparar o País para internalizar os efeitos dos investimentos que a Petrobras está fazendo para o pré-sal, nós vamos acentuar as desigualdades. Mesmo que a gente distribuísse os *royalties* da maneira que o Senador Wellington propõe, nós iríamos acentuar as desigualdades, porque esses investimentos, essa internalização no Brasil iriam se concentrar numa parte do território. Como é que ficariam o Centro-Oeste, o Norte do País, o Nordeste, o Sul?

Então, é preciso essa transição. E, para que essa transição tenha uma regra pela qual entrem recursos, nós defendemos – no caso, Pernambuco, no debate que acumulamos com a nossa bancada – que esses recursos devem estar blindados, completamente blindados, de uso da despesa corrente, porque esses recursos são finitos. Então, eles devem estar claramente colocados num fundo e vinculados a despesas na área de ciência e tecnologia, na questão ambiental, na qualificação da mão de obra, na educação, para que a gente possa espalhar também os efeitos da cadeia do petróleo e gás e *offshore* pelo Brasil afora.

Acredito que aqui há em debate o PL 16, que é uma oportunidade para os Srs. Senadores, com o Governo Federal, fazer um acordo. Nós somos só parte que estamos sendo ouvidos. A nossa disposição é do entendimento. Se qualquer parlamentar de Pernambuco, seja deputado federal ou senador, chegar lá, votando num entendimento, ele será bem recebido, como ele não seria bem recebido se não tivesse votado na confrontação que as circunstâncias políticas nos obrigaram. Eu acho só que seria uma temeridade a gente jogar essa decisão para além das fronteiras do Senado e do Congresso Nacional. Uma temeridade, porque a gente ia jogar no Supremo, que não tem o instrumento para decidir que o Congresso tem, que é o diálogoA rigidez da legislação do voto, do ambiente, a dificuldade do acesso, muitas vezes, que se tem ao Poder Judiciário para se fazer isto que estamos fazendo aqui nos impõe dizer aos senhores: não percam essa oportunidade de legar ao Brasil não só um acordo em relação aos *royalties*, mas um acordo que dê as condições de o Brasil passar esta década podendo planejar, que é o que não estamos podendo, com tantas interrogações que temos adiante.

Eu queria só citar um poeta da minha terra, de que me lembrei quando Renato Casagrande disse assim: "se for para o Supremo, pode acontecer isto ou aquilo". E eu me lembrei de um sertanejo, de um grande poeta da minha terra: se for para o Supremo – citando o poeta –, "pode acontecer tudo, inclusive nada".

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero agradecer ao Governador Eduardo Campos pelo jeito muito bem recebido neste clube dos grandes produtores de petróleo, dos ricos. (*Risos*.)

Quero registrar, governador, que a importância deste debate é a busca de uma saída. A judicialização da política é um grande problema que o Brasil enfrenta, e nós não podemos fazer com que esse veto, lamentavelmente, caia, porque as consequências disso são muito ruins para o País. E nós precisamos é ter uma saída para que os Estados se planejem, tenham condições de honrar seus compromissos, de pagar suas contas e, especialmente, de fazer seus investimentos, como foi citado aqui.

Eu vou iniciar agora pelos autores dos requerimentos que listei aqui logo no início.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só queria um esclarecimento: o Governador Sérgio Cabral e os outros governadores falaram, relativamente à distribuição, em estados e municípios não produtores. Só uma questão para tirar dúvida, governador: se municípios não produtores... Por exemplo, no Estado do Rio, há municípios não produtores, como também no Espírito Santo, em São Paulo, em todos os estados; eu entendo que o correto seria: "estados não produtores e municípios de estados não produtores", ou seja, os municípios não produtores de Estado produtor – a minha dúvida é esta – receberão ou não a participação desses recursos que serão distribuídos aos outros?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Governador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL – No nosso caso, dos 92 municípios, apenas 5 não recebem. Não só os municípios produtores recebem, mas as demais cidades também recebem, com exceção de 5 cidades.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – ... bens e serviços....

O SR. SÉRGIO CABRAL – Isso é um caso para se discutir. Obviamente, deveriam receber. A meu ver, deveriam receber.

O SR. SÉRGIO CABRAL – Quem não recebe benefício deveria receber.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de seguir aqui a lista, porque são vários Senadores e Senadoras inscritos. Então, pediria aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras não pedirem pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – É porque é uma dúvida de base.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É que esse pela ordem acaba virando fora da ordem. (*Risos*.)

Então, com a palavra, o Senador Dornelles. E eu vou ser implacável no tempo. Vamos fazer, então, blocos de cinco. Só vou listar aqui: Senador Dornelles, Senador Walter Pinheiro, Senadora Lídice da Mata, Senador José Pimentel e Senador Lindbergh Farias.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma saudação aos governadores aqui presentes, pela demonstração que deram em procurar um acordo sobre a matéria. E o Governador Eduardo Campos foi muito feliz, ele que, com sua história, com sua tradição, assistiu momentos difíceis da vida nacional e sempre soube que era por meio do entendimento, por meio de uma discussão política que se resolviam os grandes problemas do País.

Eu assisti aos governadores nesta Mesa presidida por V. Exª, Senador, e pela Lúcia Vânia. Quero apenas congratular-me com os governadores e ratificar plenamente as palavras do Governador Eduardo Campos, de que nós vamos encontrar um entendimento, e a participação da União Federal nesse entendimento é fundamental. Porque, na realidade, nós não estamos discutindo uma maior participação justa, como disse o Governador Sérgio Cabral e o Governador Casagrande, dos Estados e Municípios não produtores. Nós estamos dispostos inclusive a abrir mão da receita futura que nós teríamos, mas é importante que a União seja responsabilizada pela transição, porque, como disse aqui, de 300 postos de petróleo, só 22 estão pagando uma participação especial. Por quê? Porque, quando foi feita essa lei, o petróleo estava R$11,00 e estabeleceu-se o seguinte: vamos dizer que fossem 10 barris a produção, então, 10 vezes 10, a isenção era 100. Passou – 10 vezes 100 – a 1 mil, e a isenção continua nos 100; então, ninguém está pagando. Eu acho que a União deveria se responsabilizar pela fase de transição, estabelecendo o ajuste; não é nem aumento da participação, é a atualização monetária da participação especial, que seria destinada aos Estados e Municípios não produtores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os governadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, pelas palavras.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Delcídio, Senadora Lúcia Vânia, que representam aqui as nossas duas comissões, eu queria saudar os governadores, o Governador Geraldo Alckmin, o Governador Sérgio Cabral, o Governador Casagrande e o mais novo integrante que nos abandonou para patrocinar isto hoje aqui. Na realidade, eu acho que ele – viu, Governador Sérgio Cabral? – veio hoje aqui para dar uma fiscalizada em vocês; não é, Eduardo?

Eu queria começar, Governador Sérgio Cabral, com uma preocupação que foi levantada pelo Governador Eduardo Campos. É óbvio que o debate neste momento é um debate que pressupõe literalmente a entrada do Governo nesse entendimento. Senão, nós não vamos a lugar nenhum. Ou seja, há essa pressão, muito bem levantada pelo Eduardo Campos, à votação do veto; a derrubada do veto é um apelo e uma pressão a todas as bancadas de todos os Estados, excluídos os quatro Estados. Por outro lado, ao Governo federal não interessa a derrubada do veto. Quer dizer, a capa-

cidade de administrar o resultado com a derrubada do veto, para a nossa Fazenda, é uma situação catastrófica. Portanto, a União teria que assumir uma parcela expressiva desse – vamos chamar assim – risco, sem condições efetivamente de assumir. Então, acho que esse é o primeiro embate que nós temos que travar. E é por isso que, quando nós organizamos este ciclo de debates, nós estamos colocando, na ponta da linha, dois atores preponderantes, além do governo de Estados e Municípios, para esse entendimento: o Governo federal e a Petrobras. Nós discutimos aqui, na semana passada, com o Presidente José Sérgio Gabrielli. Esse é o pressuposto básico.

Se o Governo não se movesse, meu caro Governador Sérgio Cabral, nós teríamos que empurrá-lo para uma situação extremamente delicada, por isso demarcamos o território com data prevista para um posicionamento.

Segundo aspecto dessa questão: é importante também inserir nesse contexto o que é esse investimento, por exemplo, da Petrobras, Senador Eduardo Campos. A Petrobras fala hoje, por exemplo, de fazer o seu plano de investimento até 2015 na ordem de US$280 bilhões, o que nós poderíamos traduzir para mais de R$300 bilhões. Então, na realidade, esse embate também é fundamental para que, não só pilotado pela Petrobras, mas na própria relação com o Governo, nós discutamos também de que forma esses investimentos vão se encaixar. Porque, senão, nós teremos sempre, Eduardo Campos, um investimento feito nas bases de produção, sem você expandir, por exemplo, para outros Estados, sejam eles no aspecto de refinaria, de campos maduros e, principalmente, no investimento em atendimento das questões sociais.

E isso migra também, Casagrande, para a área de estaleiros. Portanto, o que a gente pode fazer nessa composição é esse contexto de investimento, porque aí vai um pouco na linha do que os senhores têm pleiteado, que é "o debate dar-se-á somente a partir da linha da frente", para que a gente não trabalhe com a perspectiva de judicialização nem tampouco da partilha daquilo que já havia sido até executado ou, de forma muito efetiva, pactuado em contrato. Sem isso, não dá para deixar de fora um montante de R$300 bilhões, com que a gente pode exatamente promover compensações para Municípios não produtores, para Estados não produtores, e criar um ambiente de se facilitar ir ao encontro daquela partilha muito bem apresentada aqui pelo Governador Sérgio Cabral, que é a questão do FPM e FPE. Portanto, esse é um componente decisivo na elaboração desse novo projeto. E o comprometimento do Governo federal, Senadora Lúcia Vânia, para o Estado de V. Exª, por exemplo, é crucial. Se não houver essa participação, o que receberá Goiás? Como participará o Centro-Oeste?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Walter, concluindo, por favor.

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Vou concluir.

Por último, eu quero levantar, Senador Delcídio, que acho que o encaminhamento está correto, mas nós não podemos perder de vista os outros três fatores que nos movem como os passos seguintes para deliberação nesta Casa: PFM, FPE e a questão do ICMS. Não dá para a gente achar que isso é um processo condicionante para fechar esta matéria, mas não é um processo à deriva depois desta matéria. Então, esses três aspectos compõem um leque de condição *sine qua non.* Isso é amarrado. Porque, senão, nós vamos nos submeter de novo a uma guerra na questão do ICMS e vamos nos enfrentar aqui num debate com o governo sobre a questão, principalmente, do FPE. E para responder o que o meu amigo Flexa levantou, se não mudarmos, Flexinha, a tabela em relação ao FPM, continuaremos tratando de forma draconiana os Municípios, para onde os nossos interesses devem se voltar muito mais. Caso contrário, nós vamos ficar dependendo da boa vontade, com todo respeito, como muito bem disse o Casagrande, de os governadores acharem que têm que pegar parte do bolo para jogar em políticas compensatórias para os Municípios com IDH muito inferior. Portanto, na minha opinião, Senador Delcídio, vem como condição, vem amarrado; não condiciona para a elaboração inicial, mas é resultante do processo de negociação com o governo para que a gente feche esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro, sempre competente nas suas considerações.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, rapidamente. Quando propus um requerimento para que a Comissão de Desenvolvimento Regional participasse desta reunião, é justamente porque, na nossa Comissão, na subcomissão do Nordeste, vem se desenvolvendo um debate e há uma proposta apresentada e defendida pelo Senador Wellington Dias, que espero possa ter a oportunidade de apresentá-la.

Essa proposta parte de um princípio que está presente na Mesa – todos falaram –, de, primeiro, não cometer injustiças, resguardar os interesses dos Estados produtores, mas efetivamente buscar criar uma justiça com os Estados não produtores, dividindo, partilhando os benefícios do pré-sal, já que estamos num momento em que a economia brasileira se apre-

senta com um grande potencial. E justamente neste momento é que precisamos de políticas que sejam capazes de dividir o bolo de produção. Nesse sentido, nós não estamos desenvolvendo nenhum raciocínio que permita e dificulte o planejamento ou as receitas existentes dos Estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e dos outros Estados produtores, mas mantendo essas receitas e fazendo uma redivisão desse bolo, permitindo com que os Estados não produtores do pré-sal e principalmente os Municípios, onde a vida se realiza objetivamente, onde as pessoas moram e estudam, demandam os serviços de saúde e educação e outros, possam estar contemplados. O Senador Valter Pinheiro disse muito bem, essa negociação passa por esse tripé de acordo e principalmente aqui foi levantada a hipótese pelo Governador Sérgio Cabral de nós rediscutirmos a parcela do Fundo de Participação Especial. Tudo isso tem sido colocado num bolo de discussão, mas eu sinto falta, Senador Delcídio, nesta Mesa de uma representação da União. Esse acordo não poderá existir sem uma representação da União e sem o entendimento de que, se alguém tiver que abrir mão de alguma coisa, a União tem que estar presente nisso também. Porque não é possível discutir-se reforma tributária neste País em levar em conta que os Municípios hoje vivem de pires na mão, voltando-se para calçar uma rua e ter que pedir a um Ministro, ter que pedir a um Deputado, ter que pedir a um Senador.

Essa situação é injusta, é nefasta ao crescimento do País e isso precisa ser colocado na Mesa nessa discussão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Quero só registrar que esta audiência prossegue amanhã com os Governadores do Pará e de Goiás. O Governador que ia falar ontem também pelos governadores, o Governador Eduardo Campos, agora é do clube dos ricos. Amanhã vamos dar continuidade e aí, sim, conversar com o Secretário Executivo Nelson Barbosa, que é quem tem conversado sobre essas questões com os governadores, com os Secretários de Fazenda. A intenção é trazer...já existem iniciativas dos Senadores que estão à frente desse processo, Senador Dornelles, Senador Wellington, Senador Lindbergh, no sentido de já encaminhar com o Governo, como disse muito bem a Senadora Lídice, uma solução. É fundamental a União participar.

E nas audiências públicas está prevista a vinda do Secretário Executivo Nelson Barbosa, para efetivamente nós busquemos essa solução negociada até o dia 15 de setembro.

Vou passar agora a palavra ao Senador Lindbergh Farias. Depois, o Senador Flexa Ribeiro.

Eu queria perguntar aos Senadores e Senadoras, porque sei que os governadores têm uma agenda muito longa, se aqui nós poderíamos fazer com que todos os Senadores falassem e, depois, os governadores concluiriam em cima das falas apresentadas.

São observações e alguns governadores querem fazer alguns comentários...até para a gente objetivar porque o tempo dos governadores, Deputados, Senadores...nós estamos num dia agitado aqui hoje.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, acho, sinceramente, que esta audiência pública hoje nos coloca em uma outra fase do debate sobre *royalties*. Ela, por si só, é um novo momento. Queria cumprimentar todos os governadores, o Governador Eduardo Campos, o Governador Renato Casagrande, em especial o meu Governador Sérgio Cabral, o Governador Geraldo Alckmin.

Mas eu digo que as palavras finais do Governador Eduardo Campos foram muito fortes. Acabou o momento do tensionamento. Agora, é a hora da boa política, de não levar para a judicialização, é a hora de sentarmos. Não conseguimos chegar num grande acordo nesse tema é uma derrota da política. É uma derrota da política. Eu estou convencido que os Estados não produtores conseguiram uma grande vitória. Na verdade, Governador Sérgio Cabral, Governador Casagrande, os Estados não produtores tensionaram e colocaram esse tema no debate, abriram o debate. E a palavra do Governador Sérgio Cabral, no começo, foi discutir uma saída para os Estados não produtores, uma regra de transição.

Quero dizer que o clima, Governador Eduardo Campos, neste Senado Federal, é outro. Há um mês, o discurso era o discurso do Senador Wellington contra Senador Dornelles. Era um debate. Aqui de um mês para cá, a situação é outra. É todo mundo sentando, tentando construir uma saída coletivamente.

Eu não quero me deter em números, mas para falar em relação ao futuro, porque aqui entre os Senadores nós temos que colocar essas informações, o Governador Sérgio Cabral já foi muito claro quando falou na nossa receita corrente *per capita*, mostrando que a receita corrente *per capita* do Rio de Janeiro está extremamente alinhada aos outros Estados da federação. Mas quando houve a mudança de concessão para partilha em relação ao pré-sal, é preciso dizer porque muita gente teve a leitura daquele acordo como um acordo em que só o Rio de Janeiro e o Espírito Santo ganharam.

Em relação ao pré-sal não foi isso que aconteceu. Não. Em concessão eram 26,5% para os Estados produtores, 26,5% para Municípios produtores e 8,75% para Municípios afetados. Essa soma dava 61,75%. Essa soma cai para 34%, ficando 25% para Estados produtores na partilha, 6% para Municípios produtores, 3% para Municípios afetados, ou seja, nós abrimos mão de 27,5%. Os Estados e Municípios não produtores saíram de 8,75% para 44%. Desses 44%, 27,5% saíram dos Estados e Municípios produtores. Isso é o futuro.

Estou querendo mostrar, primeiro, que, na hora em que foi feito esse acordo, parecia que só o Rio... não houve isso. A União só deu 8%, de 30% para 22%.

Eu não quero me deter em números, eu quero falar da política aqui. Há uma outra consideração. Hoje, participação especial são R$11 milhões; *royalties*, R$ 9 milhões. Na verdade, hoje, a maior parte é de participação especial. Quando vai para a partilha, acaba a participação especial e a União aumenta os *royalties* só de 10% para 15%. Na verdade, se fosse para manter a proporção da União, Estados e Municípios, tinha que ser um pouco mais de 20%.

Eu quero dizer que a parte da União aumentou nesse processo todo. Então, sinceramente, eu acho que aqui nós temos que construir um acordo que passe por um debate pela União, que a União vai ter que abrir mão de alguma coisa para essa regra de transição para os Estados e Municípios não produtores. Ou a União abrir uma parte da sua participação especial agora ou, então, esse caminho que o Senador falou aqui, o Governador Sérgio Cabral falou também, em relação a ajustar esse decreto de 1998. Tenho, Senador Eduardo Campos, um estudo aqui do Fundo Monetário Internacional sobre a Rússia, mostrando que a participação – ele faz um estudo de vários países do mundo – especial no Brasil é muito pequena. E como muito bem falou o Senador Ministro Dornelles, eram US$15 e hoje é mais de US$100, tem um caminho que pode passar inclusive por não onerar a União.

Eu só quero acabar esta minha frase, citando novamente o Ministro Dornelles, que é o meu líder aqui nesse debate – e quero parabenizar a forma como os Senadores Ricardo Ferraço e Wellington Dias estão tratando do tema, estão fazendo um grande papel –, que lembra uma frase de Santiago Dantas: "Quando se quer fazer acordo, vai-se para a discussão de números; quando não se quer fazer acordo, ficamos na discussão de aspectos formais da lei."

Eu só faço um apelo, para que a gente consiga ampliar essa data de 14 de setembro do veto para o final de setembro ou final de outubro, para que gente consiga, nesse debate aqui, o Senado Federal, o Congresso Nacional, com governadores e a União, apresentar essa proposta de consenso.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para complementar essa fala do Lindbergh. É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Na última reunião que a bancada fez na semana passada, eu tive, então, o encargo, a missão muito nobre de levar esse assunto todo à Presidenta Dilma, expor a ela as questões todas que estamos tratando e pedir uma agenda, porque nós não podemos tirar a União desse debate. E ela hoje nos respondeu que nos atenderá, ficou pré-agendado para o dia 13 de setembro. Então, dentro dessa agenda que o Lindbergh pediu de nós não votarmos o veto no dia 14, já que vamos estar com a Presidenta no dia 13, se pudéssemos ter um pouquinho mais de prazo para debater, para sentir com ela, para construir, seria... E tem um detalhe: na semana que vem, com o feriado, nós não vamos ter condições. Então, somente reiterando o pedido do companheiro Lindbergh, quem sabe a gente pudesse adiar um pouquinho a votação do veto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu passo...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu passo a palavra agora ao Senador... Eu gostaria... Qualquer pedido pela ordem eu vou cortar, porque se não vai ficar muito complicado e os governadores já estão aqui ansiosos porque têm várias agendas também. O próprio Governador Alckmin tem uma agenda em São Paulo hoje ainda.

Portanto, eu gostaria que as intervenções fossem rápidas.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Governador Alckmin.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Só para me desculpar, porque não consegui mudar um compromisso, mas estarei muito bem representado aqui pelos colegas dos governos estaduais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Alckmin, pela contribuição, pela presença.

Eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeira. Depois, os Senadores Ricardo Ferraço, Wellington Dias, Blairo Maggi, Eduardo Suplicy e Wilson Santiago.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Presidente da CAE, Senadora Lúcia Vânia, Presidente da CI, Srs. Governadores Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, Geraldo Alckmin, de São Paulo, Renato Casagrande, do Espírito Santo, Eduardo Campos, de Pernambuco, Srªs e Srs. Senadores, eu quero, primeiro, festejar os governadores da "Opep" e dizer que faço votos para que Pernambuco entre para o grupo. O Governador Alckmin falou de alguns Estados que já são produtores, o Pará será o próximo. Infelizmente, a Petrobras não fez investimentos em prospecção no tempo hábil, mas já não tenho dúvida de que existe petróleo no Pará, já foi descoberto e será explorado.

Mas eu queria, Senador Delcídio, primeiro agradecer ao Senador Dornelles. O Senador Dornelles tem sido paciente em nos explicar e nos orientar no debate desta questão que é da maior importância para todos Estados.

Eu diria aos governadores dos Estados produtores que há um ditado popular que diz que "pimenta nos olhos dos outros é refresco, colírio". Eu quero iniciar pedindo o apoio de todos, de todos os governadores que hoje estão com essa dificuldade, dos Senadores dos demais Estados para que se faça justiça também, porque há muito anos, lá atrás, foi tirado dos Estados mineradores o ICMS sobre os minérios na exportação. Isso trouxe ao Estado do Pará uma perda de um bilhão e meio de reais por ano. Para quê? Para aumentar o lucro da Companhia Vale do Rio Doce. Se tira recursos da sociedade para se colocar recursos aos acionistas, lucro para a Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce está tendo 20 bilhões de reais por semestre e o Estado do Pará recebe tão somente de CEFEM, porque não é mais *royalties*, oitenta e poucos milhões pela sua riqueza, que é finita, como é o petróleo.

Então, já quero pedir o apoio porque nós iremos discutir, Senador Delcídio, projeto que apresentei, que revê o CEFEM sobre os minerais. O Senador Aécio Neves é o Relator e queremos colocar na pauta após o dia 15 de setembro. Então, quero pedir o apoio, porque é importante que se possa rever essa questão.

Mas eu diria que somos solidários aos Estados produtores. Tenho conversado bastante com o Senador Dornelles; acho que nós temos que encontrar uma situação de equilíbrio para que os Estados possam manter aquilo que já vêm obtendo, mas que os Estados não produtores passem a participar, imediatamente, das riquezas da exploração do petróleo. E aí, não tenho dúvida, que a participação da União é fundamental para este acordo.

Eu diria mais. Aqui foi dito que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, concluindo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Concluindo, Sr. Presidente.

O Senador Walter fez uma referência a ampliar essa discussão. Acho que é necessária. Nós devemos aproveitar essa questão e discutir a revisão do pacto federativo. Não é mais possível deixar todos os recursos na mão da União. A União é um ser insaciável por recursos; quanto mais tem, mais quer. E não vai querer abrir mão de nada, ao invés de rever os seus gastos, diminuir o tamanho do Estado, que é um tamanho paquidérmico, para que possa melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Então, quero pedir o apoio de V. Exªs para que possamos em seguida, ou concomitantemente, discutir também a questão "*royalties*", porque agora é CEFEM, dos minérios. E vamos encontrar, Senador Eduardo Campos, uma equação em que não haja vencido nem vencedor; que haja a condição de melhorar a vida de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra, agora, o operoso Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Senador Delcídio, fique até constrangido pelo "operoso".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Operoso no bom sentido. Trabalhador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Obrigado.

Presidente Delcídio, Presidente Lúcia Vânia, Presidente Benedito, nossos governadores que nos visitam aqui, com muita alegria, o meu Governador Renato Casagrande, Governador Sérgio Cabral, Governador Eduardo Campos, a minha manifestação ela é, antes de tudo, em defesa da política. A política com "p" maiúsculo. A não possibilidade da edificação desse entendimento é a negação de uma arte que não foi inventada por nós. Ela foi inventada há muitos e muitos anos; ela está, de fato, no princípio da formação da civilização humana, quando homens brigavam sem regras, quando homens lutavam e brigavam sem limites; quando era uma luta de todos contra todos. A política foi inventada, ela foi construída, ela foi aprimorada, ao longo da civilização, para que nós pudéssemos fazer isso o que estamos assistindo aqui. O Senado da República cumprindo com aquela que é, talvez, a sua mais importante tarefa, cuidando do equilíbrio e da solidariedade federativa.

Muito mais que os interesses pontuais dos nossos Estados, nós estamos aqui cuidando e reiterando a importância da democracia, da política, do debate e do diálogo. Esse é o diálogo que levará o Senado ao

entendimento; é esse mesmo diálogo que fará, seguramente, sensibilizar a nossa Presidente Dilma para que ela possa, ainda com mais intensidade, nos ajudar nessa reta de chegada em que seguramente o nosso País não estará dividido entre Estados produtores e não produtores, porque somos todos irmãos, somos todos brasileiros. E nós que somos os Estados produtores entendemos a necessidade de fazermos uma distribuição equilibrada dessa riqueza, porque também, Governador Eduardo Campos, não pode interessar a nós Estados produtores, que sejamos ilhas de riqueza de prosperidade rodeados por oceano de dificuldade. Essa é a compreensão que tem o Governador Casagrande, é a compreensão que tem o Governador Sérgio Cabral, tenho certeza disso, e é a compreensão que tem as nossas comunidades. Tudo que clamamos é por um entendimento equilibrado que possa representar o fortalecimento da política, o fortalecimento do País.

Saúdo, entusiasticamente, a forma como os nossos Governadores Cabral, Casagrande, Eduardo Campos e Alckmin, trouxeram aqui suas manifestações e contribuições.

Acredito muito na política, política com P (maiúsculo). Essa é a política que estamos aqui fazendo a luz do dia em benefício do País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Ferraço.

Quero aproveitar, Governador Casagrande, e dizer que o Senador Ferraço tem sido muito determinado nessa discussão do Pré-sal e de outros temas importantes para o seu Estado o Espírito Santo e o País.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Inicialmente, saudar V. Exª, Senador Delcídio do Amaral, Senadora Lúcia Vânia, em nome de quem saúdo todos os Senadores e Parlamentares e todos presentes. Com um carinho especial, saúdo o Senador Benedito Vieira, meu querido Sérgio Cabral, dizer que é um prazer muito grande estarmos aqui nesse debate, Governador Casagrande com quem quero ter o prazer de estar na próxima sexta-feira comendo uma moqueca capixaba , no Espírito Santo, e meu querido Senador Eduardo Campos.

Quero dizer da minha alegria com esse momento que estamos vivendo aqui. Parabenizar as Comissões por este debate.

Lembro-me que no início do ano eu sempre tentava despertar, tanto aos Estados aqui presentes, como a própria Presidente Dilma, o risco de caminharmos para um debate que se estava travando: derrubar o veto ou aprovar o veto. Hoje, fico feliz porque há uma unanimidade, ou seja, é possível, se não tiver uma alternativa, votarmos o veto. E aí quero chamar a atenção – se não tivermos capacidade de produzir um entendimento, indo a voto, o veto será derrubado.

Mais outro ponto: encaminhar para vinte e quatro bancadas, deste País, para dizer o quanto está bom para o entendimento. Encaminhar para o Presidente Sarney para poder ter a convocação para votar o veto e nós conseguimos por impedimento não pautar e adiar por duas vezes, era para ser dia 15 para surtir os efeitos necessários dos entendimentos, mas foi adiado novamente para o dia 22. O ambiente para o entendimento, hoje, é algo muito importante.

Em segundo lugar, a participação da União. Eu também sou da base do Governo. Havia da parte da União uma posição de ficar de fora. Eu era um que dos que chamava a atenção da Presidente Dilma para o fato de que era importante a União ser parte desse entendimento, porque se trata, a priori, de um recurso da União partilhado com Estados e municípios e que ela é parte interessada.

Dito isso, acho que já temos alguns consensos. O primeiro deles seria deixar de fora a parte de petróleo em terra. A regra que está vai vigorar. Nisso há consenso.

Segundo ponto: fundo social. Há uma discussão puxada hoje pela área da educação no sentido de se carimbar 50% do resultado das aplicações para a educação – acho que é importante debatermos esse tema, mas não há nenhum problema em relação ao que já foi regulamentado.

Terceiro ponto: a lei da partilha. Aqui o Governador Geraldo Alckmin lembrou algo que chamo a atenção. É importante a urgência, porque depende desse PL 16, dessa Lei da Partilha, para fazer a licitação dos novos blocos. Temos aqui licitados 28% e estamos falando em 72%. Sobre isso, gostaria que construíssemos um consenso, Senador Lindbergh, Senador Dornelles e outros Senadores, que têm se debruçado sobre o tema e tem compreendido. Uma lâmina que o Governador Sergio Cabral apresentou aqui ela mostra que, num dado momento, os royalties representavam mais ou menos 80% do bolo. Com o passar do tempo, hoje os royalties representam 55% do bolo , aproximadamente. Em 2020, 2022, nessa área que temos a regra, ele vai chegar a 65%, 70% do bolo.

Quando foi feita a regulamentação da nova área, não tem mais participação especial. A União elevou de 10% para 15%. Chamo a atenção para o seguinte: se o bolo fosse metade royalties e metade participação especial, ele tinha que dobrar. A proposta é de 20% para se negociar com a União, para que tenhamos a proporcionalidade do que era, ou seja, com a participação especial, agora, vai para a União, aumenta-se a alíquota dos royalties na partilha não de 10 para 15,

como está, mas de 10 para 20. Acho que é possível, porque há uma lógica sobre isso para manter a proporção do que era antes. No fundo a ser partilhado com Estados e municípios, no futuro. Acho que há consenso.

Creio que há consenso, aqui, de se evitar derrubar o veto, pelo risco da judicialização.

Apanhei muito no meu Estado, na região Nordeste, enfim, e aqui na Casa quando cheguei, quando defendia a necessidade de se olhar o papel do Senado. Por isso é importante essa decisão do Senado. O Senado, como a Casa da Federação, que tem a responsabilidade pelo equilíbrio da Federação tem a tarefa de fazer esse entendimento.

Acho que o equilíbrio hoje, a compreensão de não desequilibrar os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, etc. acho que há um consenso também nesta Casa sobre isso.

Quero chamar a atenção para o seguinte: ter um tratamento diferenciado para os Estados – aqui quero usar um conceito diferente porque, Governador Sérgio Cabral e Governador Casagrande, trata-se apenas de colocar, que tenhamos essa compreensão e entendimento, as coisas no seu devido lugar. Pode o Rio ou o Espírito Santo autorizar a perfuração de um poço ou fazer uma licitação no mar? Não. Por quê? Porque o art. 20 da Constituição diz que o mar territorial e a plataforma continental pertencem à União. É um conceito que não é meu, mas da Constituição Federal. Isso é importante para os fatos que vou colocar adiante. Mas reconheço que existe na mesma Constituição a ideia do Estado confrontante e dos afetados. Aí compreendo que também a Constituição coloca a necessidade de um tratamento diferenciado e de uma compensação.

Dito isso, também acho que podemos construir um consenso nesse ponto. Pois bem. Onde é que precisamos trabalhar? A proposta apresentada aqui pelo Governador Sérgio Cabral eu já ouvi a posição do Governo colocando os seus argumentos contrários em relação à venda da área de Libras. Em relação aos outros pontos, qual é o problema? Depende da União. Por isso que a União tem que estar na mesa. Depende da União. Estamos falando do reajuste.

Acho que é legalmente defensável a análise se há quebra de contrato ou não, mas legalmente aceito, a atualização do barril equivalente para efeito do cálculo da participação especial agora do petróleo já extraído. Isso gera uma receita maior do que a que vi nos levantamentos, pelos cálculos que temos feito. É maior do que os R$2 bilhões colocados ali; a receita é bem maior.

Segundo, quero chamar a atenção para uma questão nova, não trazida ainda aqui: com a nova regra já aprovada, não só acaba a participação especial; a partir do momento em que se aprovar aqui a Lei da Partilha, a União receberá o que já recebia – levando em conta o ano de 2011, por exemplo, a União recebe os R$9 bilhões que já recebeu este ano –, e, a partir daí, o recurso vai para o Fundo Social. Então, não é um dinheiro do caixa da União, é um dinheiro, na verdade, de todos os Estados e Municípios. Então, essa proposta feita aqui, de trazer a fatia da participação especial que, hoje, está com a União e que é de 40% para ajudar no entendimento, é algo que tem toda a lógica. Temos toda a condição de fazer isso.

Dito isso, quero finalizar, dizendo que estou animado com a possibilidade de um entendimento. Podemos chegar a um entendimento. Qual é o ponto que não pode deixar de ser esclarecido aqui ao Governador Sérgio Cabral e ao Senador Renato Casagrande? Não há entendimento se não levarmos em conta a área licitada. No entendimento, é preciso levar em conta essa área já licitada. Por quê? Hoje, todo mundo compreende claramente que somente dessa área é que se vai ter receita até 2020, até 2022. Da área nova vamos começar a ter receita daí para frente. Creio que, com essa compreensão, vamos chegar a um acordo.

Quero, aqui, parabenizar o Senador Dornelles que tem contribuído muito para chegarmos a esse entendimento. Acredito que, chegando a esse entendimento, poderemos votar, já na semana dos dias 12, 13, 14 e 15, a matéria no Senado. Chegando a matéria à Câmara, já aprovada pelo Senado, todos nós, os representantes de todos os Estados, como disse o Governador Eduardo Campos, poderemos voltar aos nossos Estados com a consciência tranquila, por termos feito algo muito importante para o Brasil, para hoje e para o futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington, que tem feito um grande trabalho, no sentido de buscar uma solução para esse assunto muito importante. Quero parabenizar o Senador Wellington, porque tem feito um trabalho exemplar com todos os Governadores e com as bancadas no Congresso.

Quero registrar, até porque os Governadores têm várias agendas – inclusive, deixei que o Senador Wellington falasse um pouco mais, porque o Senador Wellington é um especialista na área, está trabalhando nisso há muito tempo, juntamente com o Senador Dornelles e com o Senador Lindbergh; portanto, relaxei quanto ao tempo –, o seguinte: estão inscritos para falar a Senadora Ana Amélia, o Senador Blairo, a Senadora Ana Rita, o Senador Suplicy, o Senador Wilson Santiago e o Senador Moka. Vamos procurar abreviar: considero encerradas as inscrições, porque

senão vamos segurar os Governadores aqui até as 16 horas, se conheço bem esta Casa. Daqui a pouco, chegarão aqui outros Senadores, que vão se inscrever.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Retiro minha inscrição, considerando que a maior parte das falas aqui, principalmente as do Senador Wellington e do Senador Ferraço, contemplam bastante o que eu ia dizer. Então, retiro minha inscrição, para podermos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente Delcídio do Amaral.

Eu queria cumprimentar o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; o Governador Renato Casagrande; o Governador Eduardo Campos e o Governador Alckmin, que saiu daqui.

Tudo isso que está acontecendo começou no Rio Grande, no meu Estado, com a chamada Emenda Ibsen Pinheiro. Penso que o Rio Grande do Sul acabou dando uma contribuição ao País, neste debate. Não é gauchismo, não, mas é apenas o reconhecimento da contribuição valiosa, do ponto de vista federativo, que este debate trouxe ao Congresso Nacional.

Eu queria cumprimentar os Governadores pelas exposições. Ressalto, especialmente, a veemência e a paixão com que o Governador do Rio de Janeiro está tratando da matéria.

Quero dizer também que o meu Líder e o Governador podem ter a alegria de contar com Senadores da melhor qualidade defendendo o Rio de Janeiro. O meu Líder, Senador Francisco Dornelles, ontem, chamou-me, para fazer aconselhamentos. Eu disse que a minha situação era complicada. Adoro o meu Líder, mas estou com o Rio Grande.

Nesse aspecto, como Senadora de primeiro mandato, fico muito tranquila, até porque a emenda foi também do Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. E fico tranquila também por que vejo que não há a perspectiva de se judicializar essa questão. Esse já é um caminho. A negociação está posta de maneira madura, de maneira extremamente competente, com grande razoabilidade.

O que disse o Senador Wellington Dias também nos tranquiliza, pois acomoda as questões. A derrubada do veto vai acontecer, sim, antes de se fechar uma negociação absolutamente competente que contempla os Estados.

Para terminar, eu queria fazer uma pergunta ao Senador Sérgio Cabral. Governador, é aquela história do Garrincha: "Já combinou isso com os russos?". Todo o formato e a engenharia desse processo dependem da União. O senhor é amigo do Presidente Lula e da Presidente Dilma. Esse tema tem tudo a ver com o Rio de Janeiro. Eu queria saber se o senhor pode nos dizer se o Presidente Lula, que continua dando conselhos ao Governo, e a Presidente Dilma estão do lado do que o senhor está propondo agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Os Governadores vão responder depois que todos os Senadores falarem. Foi muito enfatizada a questão da União. Dentro do elenco das audiências públicas, o Dr. Nelson Barbosa também está na nossa agenda. Mas os Governadores vão responder.

Mais uma vez, agradeço à Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente e também a nossa Presidenta da Comissão, os Srs. Governadores, o Governador Eduardo Campos, o Governador Casagrande e o Governador Sérgio Cabral, e o Senador Benedito de Lira. O Governador Alckmin já foi embora.

Esse é um tema muito importante, como podemos ver até pela presença aqui não só dos Governadores, mas também dos Senadores e dos Deputados. Isso traz uma reflexão, Sr. Presidente, para a nossa Comissão e para o Senado.

Ao assistir à apresentação do Governador Sérgio Cabral, ficou claro que a participação governamental, que, em 1998, quando começou a funcionar esse sistema, era de R$283 milhões, passou para R$21,6 bilhões em 2010. Isso demonstra claramente que, nesse período, o Senado não se mexeu, ficou quieto; nossos representantes não tomaram uma atitude lá atrás. A atitude foi tomada agora, como disse aqui a Senadora Ana Amélia, por um gaúcho. Mais uma vez, um gaúcho puxa as discussões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E um piauiense também.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Também um piauiense, o querido Senador Wellington Dias.

Temos de observar isso e corrigir o que foi feito no passado. Concordo com o Senador Wellington, quando ele diz que, se não se mexer em parte do que já está pago, não haverá acordo. Não havendo acordo, vamos a voto, e, no voto, nós vamos ganhar. Digo "nós", porque estou no Centro-Oeste e não tenho petróleo, mas quero parte do dinheiro do petróleo; isso está bem claro. Então, vamos ganhar isso. E aí todos nos assustam, dizendo o seguinte: "Se vocês ganharem,

vamos ao Supremo". Não há problema! O Supremo pode demorar, mas decide. Em 2003, quando eu era Governador, numa das reuniões, falei que tínhamos de mudar a lei do FPE, mas não conseguimos, naquele período – o Wellington era Governador –, fazer modificação, politicamente isso não foi possível, e não restou alternativa: o Estado de Mato Grosso, junto com o Rio Grande do Sul e com Santa Catarina, se não me engano, foi ao Supremo Tribunal Federal. E o Supremo, agora, disse: "Vocês têm de mudar a lei, ou nós vamos fazer a mudança até o final de 2012".

Então, estamos discutindo isso e vamos discutir aqui a questão do FPE. E, se tivermos de discutir isso no Supremo com o petróleo, nós também vamos discutir. Não há problema nenhum.

Então eu queria deixar aqui a minha posição clara de que também não quero, como disse aqui o Governador Renato Casagrande, estragar a economia de nenhum Estado, nenhum, mas entendo que esse petróleo que está a 300km da praia, a 3.000m de profundidade, não é do Espírito Santo, não é do Rio de Janeiro, não é de ninguém, é da nação brasileira. Portanto, precisa ser dividido igual. Compensação por futuros ou possíveis problemas ambientais nós discutimos.

Eu disse aqui outro dia, quando veio o Ministro Lobão, que eu tenho um apartamento na praia em Balneário Camboriú e o imposto que eu pago, pago para a Marinha. Se eu pago para a Marinha é porque o terreno é de marinha. Então o mar não é de ninguém. O mar é da Marinha, é da Nação. Por analogia, bem simples, o que acontece é isto: vocês, Estados produtores, já ganharam muito dinheiro, porque os nossos representantes que aqui estavam dormiram um bom tempo. Mas agora acordamos e queremos a nossa parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Suplicy, depois o Senador Wilson Santiago e, por último, o Senador Moka. E estão encerradas as inscrições. Eu não vou mais abrir para ninguém, porque os Governadores têm uma agenda complicada e nós também.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Meus parabéns, Senadores Delcídio do Amaral e Lúcia Vânia, presidentes de ambas as Comissões que trouxeram os quatro Governadores a quem quero cumprimentar: Geraldo Alckmin, Sérgio Cabral, Renato Casagrande e Eduardo Campos.

Objetivamente, gostaria de lhes perguntar: a lei relativa aos recursos do fundo do pré-sal definiu como objetivos principais a serem alcançados a erradicação da pobreza, a melhoria das oportunidades de educação, do atendimento à saúde, o desenvolvimento da ciência e tecnologia, a melhoria do meio ambiente. Como será compatibilizada a distribuição dos recursos pelas unidades da Federação tal como aqui foram, por exemplo, expostos pelo Senador Sérgio Cabral, com o atendimento daqueles objetivos e como iremos assegurar que, ressalvadas as contribuições constitucionais para os Estados e Municípios produtores, isso é claro, os 191 milhões de brasileiros irão, de fato, se beneficiar da nova riqueza gerada pelo petróleo, advinda das reservas do pré-sal?

Muito obrigado pela contribuição que os senhores aqui nos trouxeram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Eduardo. Claro e objetivo.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago, lídimo representante da Paraíba.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Meu caro Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Senadora Lúcia Vânia, nosso Senador Lira, que também está na Mesa, Governador Eduardo Campos, Governador Casagrande, Governador Sérgio Cabral, além do outro Governador que já se retirou, o Governador Alckmin, demais Senadores e Deputados presentes, de fato, o objetivo desta reunião já avançou naquilo que entendemos como o caminho do acordo, quando todos se posicionaram em favor do entendimento. O entendimento, todos nós reconhecemos, é melhor não só para os Estados que se dizem produtores como também para o Brasil, para o povo brasileiro, já que essa decisão da distribuição dos recursos do pré-sal, digo até do petróleo, tem que alcançar o seu objetivo maior: atender a população brasileira de forma ampla, total.

É isso que todos nós, do Nordeste, defendemos especificamente. Nós que somos da região, Sr. Presidente, do semiárido brasileiro, onde temos 22 milhões de habitantes, cujos índices estão entre aqueles 59% de miséria do Brasil, precisamos de muita contribuição e compreensão neste momento do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, para que tenhamos condições de contribuir com o desenvolvimento dessas regiões mais carentes do Brasil.

Então, o posicionamento de V. Exª , Senador Delcídio, juntamente com o da Senadora e o dos demais Senadores, inclusive das Comissões que V. Exªs representam, é importante. É importante quanto todos se juntam para buscar o entendimento e, com isso, aprovarmos um projeto que, de fato, faça justiça a toda a população brasileira. Repito aquilo que já foi dito: os recursos do pré-sal estão em alto mar e, estando em alto mar, pertencem a todos os brasileiros, já que o mar é da Nação.

Portanto agradeço V. Exª por essa iniciativa. Todos nós ficamos satisfeitos com os Presidentes destas Comissões, porque, a partir daí, teremos condições de avançar no entendimento e de aprovarmos uma proposta que seja positiva para todo o Brasil, e não exclusivamente para uns poucos Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wilson Santiago, pelas palavras e pela forma como colocou esse problema, que é fundamental para todos nós.

Passo a palavra, agora, para o Senador Moka, do Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de, permita-me, cumprimentar o Senador Sérgio Cabral, amigo, companheiro e correligionário; Renato Casagrande fomos Deputados juntos e Eduardo Campos também. Quero dizer da minha alegria de tê-los aqui. É o Wellington Dias, do Piauí, quem tem que consertar isso mesmo, porque foi o Marcelo Castro que começou isso lá na Câmara, Sr. Presidente. Então nada mais legítimo, já que o Marcelo Castro começou isso lá Câmara, que seja o Wellington Dias.

Mas é importante dizer o seguinte: é claro que as outras bancadas vão ser, se tivermos que votar o veto, evidentemente... Por outro lado, e sou um dos que entendo, dizia isto quando da emenda, que é muito difícil para um Estado que já conta com aquela receita ter que abrir mão dela. Mas, daqui para a frente, o que vai se discutir é que é fundamental que se reparta isso com outros Estados. Penso que tem que ter esse bom senso aqui. Então, vemos da seguinte forma, usando um linguajar mais da fronteira, Senador Delcídio: o gato subiu no telhado. Ou nós vamos fazer um acordo ou vamos ter que votar o veto. Agora, nós temos muito claro isto: Senador Wellington Dias e Professor Dornelles, isso tem tudo para dar certo. Tenho certeza absoluta. Sou um daqueles que vou sempre apostar no entendimento para que a gente possa votar em alguma coisa em que haja consenso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem colocado, Senador Moka, que honra o nosso Estado, Mato Grosso do Sul.

Vou passar a palavra agora aqui para a Mesa, para o Senador Benedito de Lira, porque esta é uma reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida com muita competência pelo Senador Benedito de Lira, da Comissão de Infraestrutura, da Senadora Lúcia Vânia, e da Comissão de Assuntos Econômicos. Então, era ele quem tinha que estar comandando aqui, porque é o nosso decano. Mas sei que a agenda do Senador Benedito de Lira, sua assessoria me informou, estava muito complicada hoje pela manhã.

Passo a palavra para o Senador Benedito de Lira, depois para a Senadora Lúcia Vânia e concluímos com a fala dos Governadores.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente Delcídio; Senadora Lúcia Vânia; meu querido Governador do Estado mais rico do Nordeste, infelizmente eu não tenho esse privilégio, e agora V. Exª está sentado aí ao lado dos ricos realmente, Eduardo Campos, é uma alegria muito grande rever o amigo; Governador Casagrande, é uma alegria revê-lo e ter tido a oportunidade de conviver com V. Exª quando Deputado Federal e agora V. Exª é Governador do Espírito Santo; meu querido amigo Governador Sérgio Cabral, é uma alegria muito grande tê-lo aqui.

Senadores e Senadoras, estivemos muito distantes dos entendimentos nos primeiros momentos das conversações e na nossa Comissão, peregrinando pelos Estados brasileiros, acompanhado do Wellington e do Castro, fazendo apresentação, como já fizemos, em quatro Estados da Federação. Faremos, logo mais, em mais outros dois Estados, mostrando aos governadores exatamente esse assunto, que diz respeito ao pré-sal e que diz respeito às *royalties*.

Eu me lembro de quando era jovem, muito garoto, e a Petrobras, através de empresas americanas, perfurava poços por aí afora. No meu Estado, por exemplo, que é um Estado pequeno, Alagoas, eles tinham o hábito de abrir alguns poços, e depois, então, não havia interesse da equipe técnica americana. Começavam, depois, a tapar os poços com cimento, com concreto. E diziam: "Aqui não tem petróleo; ali não tem petróleo", e assim sucessivamente. Aconteceu isso em Alagoas. Quando a Petrobras assumiu a responsabilidade de perfurar poços de petróleo no Brasil, e ajudei, inclusive, como Deputado – acredito que outros companheiros ajudaram –, a quebrar o monopólio do petróleo, com uma belíssima votação na Câmara dos Deputados, aí foram reabrir os poços de Alagoas, e deu petróleo.

Então, acho que tem petróleo no território nacional. E o petróleo, por exemplo, do mar, acho que tem em todos os Estados. Basta que tenhamos possibilidade de explorar.

Eu queria cumprimentar todos, particularmente o Senador Dornelles, o Senador Wellington, enfim, todos nós que estamos trabalhando na direção de encontrar um caminho e o bom-senso, porque o confronto não é bom para ninguém. Não é bom para ninguém, e nós precisamos acabar com essa conversa de que tudo que acontecer aqui terá de ser decidido no Supremo

Tribunal Federal. A capacidade de apurações e de conversações entre nós desaparece.

A atividade política é isto: é o convívio permanente do diálogo, do entendimento. Tem que alguém ceder em alguma coisa. Agora, como já ficou definido aqui, como disse o Presidente Delcídio, a partir de amanhã nós teremos a presença do Governo Federal aqui dentro, porque, sem ele, é muito bom: "vocês fiquem pra lá, tomem conta porque é problema de vocês; não é meu." Não. É problema do País; é problema do Governo, que também é um dos agentes que tem o maior quinhão e que não quer perder absolutamente nada.

Então, quero cumprimentar o Governador Cabral, o Governador Casagrande, o Governador Eduardo, os Governadores que estão envolvidos diretamente nos entendimentos e, ao mesmo tempo, cumprimentar os companheiros, porque é daqui, exatamente, que vão sair as ações benéficas para atender os que já têm e aqueles que não têm, mas que tem a esperança de ter, porque precisam, para melhorar a vida daqueles que vivem nos Estados mais pobres do Brasil, particularmente aqueles que se dizem não produtores.

No momento em que a Petrobras abrir o leque para que todos os Estados possam fazer leilões para explorar petróleo em todos os Estados brasileiros, acredito que todos terão petróleo. Então, que maravilha que amanhã sejamos autossuficientes em petróleo, não só para o consumo interno, mas também para fazer exportação.

Eu queria, Presidente Delcídio, agradecer a V. Exª por essa oportunidade, lógico, das três Comissões juntas, e vamos continuar trabalhando para encontrar o melhor caminho e a melhor posição para atender a todos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Srs. Presidentes, Srs. Governadores, eu gostaria, em meu nome e em nome de Blairo Maggi, que é o Vice-Presidente desta Comissão, e no do Senador Walter Pinheiro, autor do requerimento para que fizéssemos esta reunião conjunta, de agradecer aos Srs. Governadores pela contribuição que vieram nos dar no dia de hoje.

Quero aqui reafirmar que nossa preocupação é com o desequilíbrio regional. Estamos fazendo este debate de forma bem racional. Temos aqui alguns professores que nos têm orientado de forma intensa: Professor Dornelles, que é meu vizinho de gabinete e que se dá ao luxo de ir ao meu gabinete me ensinar e detalhar sua proposta; Senador Wellington Dias, que tem feito um trabalho maravilhoso, de formiguinha, de competência e, principalmente, de articulação.

Estamos debruçados, Srs. Governadores, nos três projetos: no projeto do Governo, no projeto Wellington Dias e no projeto Francisco Dornelles. E, hoje, já temos o projeto oferecido pelo Governador Sérgio Cabral.

Quero cumprimentar o Governador Sérgio Cabral, que foi endossado aqui por todos os outros Governadores, pela sua exposição, e dizer que realmente fiquei muito impressionada com os detalhes que V. Exª colocou, mas eu não poderia deixar de chamar a atenção para alguma coisa que foi aqui levantada pelo Governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Ao fazer essa análise, V. Exª colocou muito bem a distribuição dos tributos para todos os Estados, mas não colocou também, que acho que precisam ser colocados, os investimentos que serão feitos nessas regiões. E podemos ter ali, no mapa, o investimento da Petrobras por região. Veja V. Exª que a descentralização dos investimentos são muito cruéis, principalmente para as nossas regiões. E, se nós formos partir desse princípio, vamos ter esse desequilíbrio. Anos e anos de trabalho para chegar a um ponto. Então, acho que isso é fundamental.

E é fundamental acrescentar nos seus estudos também a questão de que os blocos licitados têm pré-sal e pós-sal. E esses recursos da participação especial continuam vigindo ao lado do regime de partilha, e a participação especial vai oferecer para os Estados produtores mais recursos na ordem crescente, como foi colocado aqui pelo Dr. Gabrielli. Portanto, eu acho que temos que levar em conta essa situação.

Eu queria a segunda planilha para ver os fornecedores da própria Petrobras, como estão concentrados.

Então, é preciso que, ao fazer a análise, a gente leve em conta esse desequilíbrio que existe hoje no nosso País. O que todos nós queremos aqui é que essa riqueza seja distribuída de forma equânime e que, principalmente, que venha em favor de todos os brasileiros.

Portanto, estamos abertos; estamos debruçados neste trabalho.

Quero cumprimentar o Senador Delcídio, que é o coordenador desse processo. A Comissão de Assuntos Econômicos, de onde saiu, a Comissão de Infraestrutura e a de Desenvolvimento Regional estão juntas com ele neste momento, para que a gente possa oferecer ao País um projeto que seja objeto de consenso e que venha a corrigir os desequilíbrios regionais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Agora passo a palavra aos Governadores.

Governador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL – Queridos Senadores Benedito de Lira; Lúcia Vânia; Delcídio do Amaral, Presidente das comissões anfitriãs; queridos Senadores que aqui vieram e que participaram, especialmente os Senadores que expuseram suas opiniões, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Wellington Dias, Suplicy, Wilson Santiago, Blairo Maggi, Ana Amélia.

Acredito que foi uma manhã/tarde de muito proveito para este debate, para esclarecimentos, para dúvidas que permanecem. Quero agradecer a vinda da Bnacada Federal da Câmara, principalmente a do Rio de Janeiro e a do Espírito Santo, que aqui vieram; ao Senador Marcelo Crivella, querido amigo.

Acredito que tudo o que foi colocado aqui pelos Senadores se resume em entendimento. O entendimento é o grande caminho. Nós, do Rio de Janeiro, estamos abertos ao entendimento.

Eu tenho certeza absoluta, Senadora Ana Amélia, de que o Governo Federal estará participando desse entendimento. A Presidenta Dilma participou, como Ministra-Chefe da Casa Civil, do entendimento da lei enviada ao Congresso Nacional, para o futuro do pré-sal a ser licitado. Ela foi, sem dúvida, uma das grandes elaboradoras desse novo marco regulatório, porque, afinal de contas, a grande origem profissional, técnica, dela é o setor de minas e energia. Ela, como Ministra-Chefe da Casa Civil, presidiu o Conselho da Petrobras, foi Secretária do seu Estado querido, Rio Grande do Sul. Então, não tenho dúvida de que ela não vai abrir mão de ter um papel protagonista nessa discussão e na solução.

Acredito que o Senador Lindbergh foi muito feliz ao citar o Senador Dornelles e, no fundo, a Santiago Dantas. Quando se lembra de Santiago Dantas, de um lado, nós, que somos políticos, o proselitismo sempre é importante, não tenha dúvida. Mas o proselitismo sem dados, sem fatos, fica no vazio. Então, como dizia Santiago Dantas, quando se deseja um entendimento, vamos olhar os números. Aí o Senador Armando Monteiro, grande empresário, e que sabe tão bem o quanto os números são importantes, e o que procurei fazer aqui foi exatamente expor números, não só a respeito dessa conta direta do petróleo, mas dessa conta indireta; expor números sobre o que significa o Fundo de Participação dos Estados, o que hoje o Estado do Rio recebe do FPE e os demais Estados, e essa conta vai ter que ser redefinida. O que procurei aqui foi exatamente fazer cinco alternativas de propostas, onde, Senadora Ana, o Rio de Janeiro não seja prejudicado, mas que participe junto com os demais Estados.

Não quero entrar aqui na discussão jurídica do conceito de plataforma continental, Senadores Wellington e Blairo, mas posso garantir a V. Exªs que já é ponto pacífico no Supremo Tribunal Federal que a plataforma continental é uma extensão. Não há nada que pertença à União que não tenha correspondência nos Estados. Essa é uma decisão unânime, pacificada no Supremo Tribunal Federal. Não há território da União que não tenha a presença dos Estados. Não tem cabimento jurídico. Portanto, Senadora Lúcia Vânia, é um pressuposto absolutamente inconstitucional – e quem diz isso não sou eu, mas sim o Supremo Tribunal Federal, reiteradas vezes. De maneira que foi um prazer muito grande vir aqui participar desse debate, me colocar à disposição para uma solução. Acredito que iremos encontrar, Senador Delcídio.

Penso que o Governador Eduardo Campos foi de uma enorme felicidade, dessas coincidências da vida, em não poder vir amanhã e vir hoje participar conosco desse debate. O Governador Eduardo Campos tem sido protagonista desse esforço pelo entendimento, também seremos – e quero já deixar claro isso para os senhores –, pretensiosamente falando em nome da bancada do meu Estado, dos 43 federais e dos três Senadores, seremos também absolutamente abertos ao entendimento quando da redefinição dos critérios do FPE. Seremos solidários com o Brasil, sim. O que pedimos é solidariedade com o Estado do Rio de Janeiro, com receitas hoje reais do Estado, com direitos adquiridos e com riquezas que podemos e devemos compartilhar com o Brasil, mas que não possam prejudicar 16 milhões de habitantes, oito milhões de visitantes que lá frequentam e que, enfim, qualquer tipo de avanço sobre direitos adquiridos será um precedente perigoso.

Lembro o grande dramaturgo alemão Bertold Brecht, Senador Suplicy, quando dizia a propósito dos nazifascistas agindo nos vizinhos, nos desconhecidos, depois nos parentes, até o dia em que o levaram também. De maneira que esse precedente amanhã pode se virar contra qualquer Estado brasileiro. É essa solidariedade federativa que apelo a V. Exªs, vamos encontrar uma regra de transição que beneficie os Estados, que permita aos Estados e Municípios alavancarem suas receitas, porque o que temos no Brasil é uma grande concentração de arrecadação na União e muitas atribuições aos nossos Municípios e Estados, que não conseguem dar conta do tamanho dessas atribuições. Vamos buscar uma solução, mas sem prejudicar a ninguém.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Sérgio Cabral. Com a palavra o Governador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Muito obrigado, Presidente. Quero agradecer a oportunidade e dizer que nunca antes na história deste País – Já ouviram isso de alguém, não? – o Senado teve um papel tão importante como agora, com temas como *royalties* de petróleo, ICMS, comércio eletrônico, leis de mineração, FPE, FPM. Nunca antes o Senado teve um papel como agora, porque o Senado tem a função do equilíbrio federativo.

Dois desses temas, dependendo de como forem conduzidos, atingem o coração do Estado do Espírito Santo – e o coração do Espírito Santo é grande, então será fácil atingir. É a questão dos *royalties* de petróleo e a questão do ICMS de importação. O Espírito Santo é o Estado com maior percentual de vínculo do Produto Interno Bruto com o comércio internacional. 50% do nosso PIB estão relacionados ao comércio internacional. São assuntos que os senhores olhem de uma forma bastante equilibrada, porque são muito importantes para nós, Estados, Governadores, e, no caso do Espírito Santo, muito importante para o Estado.

Uma negociação acontece por algumas razões. A primeira, para fazer justiça. Os Estados não produtores, de forma justa, precisam – e entendemos – de uma distribuição mais equânime da riqueza do petróleo. A segunda razão é para evitar a injustiça. Nenhuma injustiça pode ser cometida contra o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Só se faz negociação quando os dois lados têm poder. No caso aqui, os Estados não produtores têm poder e a possibilidade de derrubar o veto, e os Estados produtores têm o poder e a possibilidade de ir ao Supremo e travar esse processo. Negociação se faz para buscar, e o entendimento se faz, primeiro, para evitar injustiça e para fazer justiça; segundo, se faz porque todos sabemos que um processo não negociado pode ser ruim para todo mundo, é nós, que estamos aqui na atividade política, queremos uma ação que seja benéfica para todos, até porque – repito o que disse na minha exposição – a riqueza do petróleo é uma riqueza que deve ser instrumento de desenvolvimento do Brasil.

Termino agradecendo a oportunidade a todos vocês, aos Senadores Delcídio e Benedito de Lira, à Senadora Lúcia e a todos os Senadores e Deputados que estiveram aqui presentes conosco, apostando que o Senado vai continuar da forma que está. Recebi, na segunda-feira, o Governador Sérgio Cabral, que fez uma excelente explanação lá, desse nível que fez aqui para os Senadores, e vou receber, na sexta-feira, o Senador Wellington Dias. Comprometi-me a pagar-lhe uma moqueca e pagarei – a melhor moqueca do Brasil –, mas apostando na negociação, apostando que o Senado continuará nesse caminho, e apostando que a Presidente Dilma e o Governo Federal entrarão nesse processo de mediação desse assunto tão importante.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E, voltando de lá, vamos anunciar o acordo no Rio.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Vamos anunciar o acordo no Rio. Está bom. Muito obrigado. Um abraço a vocês.

O SR. – Ele vai usar o petróleo para fazer a moqueca lá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casagrande, só falta apelidá-lo de acordo da moqueca.

Com a palavra agora o nosso querido Senador Eduardo Campos, aliás, Governador, Senador é depois.

O SR. EDUARDO CAMPOS – Eu queria agradecer ao Senador Delcídio do Amaral pela distinção, à Lúcia Vânia, ao Benedito de Lira e aos Srs. Senadores – se eu não cumprimento todos é por economia processual –, e dizer que a nossa expectativa nesse horizonte de dias é muito positiva em relação a esse entendimento, porque outros, como já foi dito aqui, vamos ter que fazer sobre temas tão relevantes, que são fundamentais para a governabilidade no Brasil.

Mas eu queria também dizer que esse será um entendimento muito importante para a imagem da política na cabeça da sociedade brasileira. Esse é um momento em que a política se apresenta ao Brasil muito mais e muitas vezes pela sua face perversa e ela tem a grande oportunidade de se apresentar ao Brasil pelo lado belo que nos atraiu a todos à política, que é essa capacidade de fazer o bem, de gerar solução onde parece não haver solução. Eu acho que essa arte está entregue ao Senado Federal. Ninguém será dono dessa solução. Essa solução é do coletivo. Eu acho que isso é o que fica da lição. Os embates foram importantes, os sonhos serem defendidos por cada um foi importante, mas, agora, a população brasileira espera de nós essa capacidade. Eu acho que os senhores a terão.

Fiquei muito feliz por poder compartilhar a Mesa com o Governador Sérgio Cabral, um grande governador do Rio de Janeiro, competente, capaz, tem uma larga capacidade de fazer política. Tem capacidade e humildade para pedir desculpa quando errou, e teve momentos em que errei e que ele errou, e nós agora estamos em outras circunstâncias e queremos ajudar o Senado a fazer isso pelo Brasil. E temos confiança de que, ainda neste mês de setembro, em homenagem ao povo brasileiro e ao que é o pré-sal, a gente

possa construir aqui com vocês, com os senhores e as senhoras esse passo importante para sequenciar, até o final do ano, outras vitórias para o Brasil.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero agradecer aos Governadores, à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Benedito de Lira, e dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 30 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, QUADRAGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 1º DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia primeiro de setembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença da Senadora Ana Amélia, e dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Clésio Andrade, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, José Agripino, José Pimentel, Lindbergh Farias, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Bauer, Reditario Cassol, Ricardo Ferraço, Walter Pinheiro e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Jorge Viana, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Fernando Collor, Ana Rita, Vicentinho Alves, João Durval, Lídice da Mata, Wilson Santiago, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositores, do Excelentíssimo Senhor Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, do Excelentíssimo Senhor Simão Jatene, Governador do Estado do Pará, e dos Senadores Wellington Dias e Francisco Dornelles, com a finalidade de debater a "repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira", em atendimento aos Requerimentos nº 58 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores; nº 62 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores; nº 63 de 2011-CAE, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata; nº 46 de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro; nº 46A de 2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores; nº 51/2011-CI, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares; e nº 21 de 2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Excelentíssimo Senhor Marconi Perillo, do Senhor Helenilson Cunha Pontes, Vice-Governador do Estado do Pará, representando o Excelentíssimo Senhor Simão Jatene, e dos Senadores Francisco Dornelles e Wellington Dias. Após as exposições, usam da palavra os Senadores Walter Pinheiro, Antonio Carlos Valadares, José Pimentel, Lindbergh Farias, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Casildo Maldaner e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; – Senadora **Lúcia Vânia**, Comissão de Serviços de Infraestrutura; – Senador **Benedito de Lira**, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 40ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 24ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Quero aqui registrar que esta reunião faz parte de uma série de audiências públicas, fruto de requerimentos apresentados por Senadores e Senadoras no sentido de se buscar uma solução negociada e política, com o Senado cumprindo seu papel como representante da Federação, de forma que até o dia 15 de setembro nós tenhamos uma proposta que evite a derrubada do veto do Presidente Lula, que seria um desastre para todos nós, e a judicialização desse assunto.

Esta audiência pública é conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida, como muita competência, pelo Senador Benedito de

Lira; com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, que tem nos acompanhado. A CAE tem feito muitas audiências públicas, até pelos assuntos comuns, com a Comissão de Infraestrutura, com a nossa querida Senadora Lúcia Vânia.

Esta audiência pública conta com a presença, como expositores, fechando esse ciclo de audiências públicas, do Exmº Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás. O Governador Perillo está chegando. S. Exª teve um pequeno atraso na rota Goiânia/Brasília, mas daqui a pouco estará conosco. Ele pediu para que nós já abríssemos esta audiência pública. Também com a do Exmº Sr. Simão Jatene, aqui representado pelo seu Vice-Governador, Sr. Helenilson Cunha Pontes, Vice-Governador do Estado do Pará, a terra do Senador Flexa Ribeiro – Senador Flexa, paraense ilustre! E com a dos Senadores Wellington Dias e Francisco Dornelles, que são efetivamente os dois Senadores que estão se articulando com o Governo Federal, com o Ministro Guido Mantega, com o Secretário-Executivo Nelson Barbosa, com os demais Senadores, com as comissões que tratam desse assunto; portanto, são os focos principais, e aqueles que coordenam este grande debate, olhando os Estados produtores e os não produtores no sentido de a gente buscar uma solução definitiva para a questão dos *royalties.*

Como eu disse inicialmente, a finalidade desta reunião é debater a repartição dos *royalties* do petróleo entre os entes da Federação brasileira, em atendimento aos Requerimentos, como citei aqui, nºs 58-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e de outros Senadores; nº 62-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e de outros Senadores; nº 63-CAE, de autoria da Senadora Lídice da Mata; nº 46-CI, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro; nº 46-A, também da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e de outros Senadores; nº 51-CI, também da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares; e nº 21-CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional), de iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Os expositores terão vinte minutos para fazer suas exposições. Vou procurar seguir, até por causa do tempo, o que o Regimento determina. Aquela velha regra: os interpelantes três minutos, Senador Casildo, e depois o interpelado, mais três minutos. E eu acho que seria, até para ter objetividade neste debate, fazer as perguntas em bloco, e depois os expositores responderiam.

Antes de começar esta audiência, eu queria passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia, depois ao Senador Benedito de Lira. E aí nós começaríamos esta audiência com o Vice-Governador do Pará, Helenilson Cunha Pontes, depois, o Senador Wellington Dias e, depois, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª havia convidado o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Prefeito Paulo Ziulkoski, do Rio Grande do Sul. E ele, como está em Porto Alegre agora de manhã, não conseguiu embarcar. Recebeu ontem à noite, esforçou-se, mas não conseguiu embarcar para chegar até aqui para representar os municípios brasileiros neste debate que vai acontecer. Então, pede para justificar a V. Exª e aos demais convidados que estão aqui e aos colegas sua ausência neste momento, embora contra a vontade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo. E não só o representante, o Presidente da Associação, Dr. Paulo Ziulkoski, mas também o próprio Deputado Alceu Moreira, que é o Presidente da Frente Parlamentar, também do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, e que não pôde estar aqui presente, mas, evidentemente, há requerimentos nesse sentido nas Comissões e, sem dúvida nenhuma, vamos ouvi-los.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Delcídio Amaral, Presidente Senadora Lúcia Vânia, Presidente Senador Benedito de Lira, Sr. Vice-Governador Helenilson Pontes, Senador Dornelles, Senador Wellington. Eu queria pedir a V. Exª – V. Exª há pouco fez referência a mim como filho ilustre; eu sou um filho, com muita honra, do Estado do Pará, V. Exª sim que é um paraense de coração, com raízes profundas no nosso Estado, em Tucuruí, onde comandou a implantação da hidrelétrica de Tucuruí, e nos ajuda agora como Relator da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte – que não se pratique contra o Estado do Pará aquilo que foi feito sem, evidentemente, a concordância de V. Exª na instalação de Tucuruí.

Eu quero aqui agradecer de público, Governador Helenilson Pontes, porque o Senador Delcídio do Amaral é um parceiro do Estado do Pará na defesa dos interesses do nosso Estado com relação à implantação de Belo Monte.

Mas eu queria sugerir, se possível fosse, que nós fizéssemos uma inversão. O Governador Marconi Perillo

ainda está em uma audiência externa, está vindo. Que pudéssemos ouvir os Presidentes das Comissões, que, junto com a CAE, lideram esta audiência, depois os Senadores Dornelles e Wellington, e os representantes dos Estados, Vice-Governadores e o Governador Marconi, pudessem falar, após os dois Senadores, que têm propostas objetivas para solucionar esse impasse com relação à distribuição dos *royalties* do pré-sal. Que pudéssemos já ouvir, com o conhecimento e o aprendizado que a inteligência dos dois Senadores transferirão para nós, aquilo que vamos discutir ao final.

Era uma sugestão que eu queria colocar à apreciação de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, ontem, tivemos uma importante reunião, creio que fruto do esforço que esta Comissão, aqui convergindo em torno de três Comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional. O esforço do Senado tem sido grande na busca de um entendimento. O ambiente não apenas entre os Senadores, mas também entre os governadores de Estados confrontantes, produtores e não produtores, nunca esteve tão bom. Ontem, pudemos ter aqui uma demonstração clara disso, com a visão de estadista que teve o Governador Eduardo Campos, de Pernambuco, sinalizando para a necessidade desse entendimento.

Pois bem, na audiência com o Ministro Guido Mantega, o Ministro sinalizou que até o dia 14 de setembro estaria propondo uma nova versão ou uma nova proposta em nome do Governo Federal, uma versão aperfeiçoada do PL 8.051, que se encontra tramitando na Câmara dos Deputados.

Penso que esta Comissão também poderia se debruçar, a partir desta reunião ou talvez, quem sabe, a partir da próxima, em que nós ouviríamos o secretário-executivo Nelson Barbosa, excelente técnico que está avaliando o impacto dessas propostas todas, e, ao final, nós poderíamos, em razão da boa política, nos debruçar também em torno de uma proposta que pudesse representar o entendimento daquilo que estamos pensando.

Nós temos pelo menos duas propostas. O senhor também é autor de uma proposta, mas eu acho que a proposta desenhada e tão bem coordenada pelo Senador Wellington Dias, assim como pelo Senador Francisco Dornelles, resume muito esse entendimento e a possibilidade de chegarmos a um acordo, para evitarmos aquilo que seria o pior dos mundos, não para os nossos Estados, mas para o País, que seria a judicialização da distribuição dos *royalties*, através da guerra campal e aberta e conflituosa que nós viveríamos, na sessão do Congresso Nacional, em que o veto do Presidente Lula seria apreciado.

Então, a sugestão que faço, o encaminhamento que faço a V. Exª e aos demais presidentes, assim como aos nossos colegas Senadores, é que após essa rodada nós pudéssemos nos debruçar em torno de uma proposta técnica que pudesse expressar o sentimento do Senado e dessas Comissões.

É a proposta que faço.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite um aparte, Senador Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ouço o aparte de V. Exª com muita honra e com muito prazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O implacável Senador Flexa!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio, só para fazer um registro.

Se nós olharmos aqui a audiência de hoje e fizermos uma comparação com a de ontem, nós vamos ver que realmente os governadores filiados à Opep lotaram o recinto da Comissão, ao ponto de não ter lugar nem para ficar em pé. Os Senadores tiveram que sentar aqui à frente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Isso porque foi na quarta-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não é só por isso. É porque lá teria algo a distribuir e aqui nós estamos solicitando, nós estamos pedindo algo com o pires na mão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nós somos consumidores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É, nós somos consumidores. Mas, Senador Dornelles, ontem eu fiz uma referência ao presidente da Opep, o Senador Sérgio Cabral, o Governador Sérgio Cabral, dizendo que o Pará vai entrar para a Opep. Então nós vamos estar ao seu lado daqui a algum tempo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É apenas para compartilhar com o Senador Ricardo Ferraço a respeito da questão do encaminhamento de uma negociação, de um entendimento nessa matéria. Para o País e para o Congresso Nacional, o pior dos mundos

seria a judicialização dessa matéria. Eu queria dizer que agora, do ponto de vista do Senado, a condução, nas mãos do Senador Francisco Dornelles, meu querido líder e mestre, que é do Rio de Janeiro, Estado produtor, digamos, maior interessado junto com o Espírito Santo nessa questão e o Senador Wellington Dias que representa a parte pobre no compartilhamento dessa riqueza que é dos brasileiros, dos consumidores, acho que está exatamente, digamos, a substância do que nós precisamos aqui dessa convivência.

Queria cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e o senhor pela condução ontem, pois foi uma das mais produtivas audiências sobre uma matéria tão complexa quanto é essa do pré-sal. Até então as questões estavam muito,digamos, confrontadas e agora se começou a ver desanuviado o clima...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (...) como bem disse o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O ambiente político é tão favorável que nós, capixabas, estaremos recebendo amanhã, com tapete vermelho e banda de música, o Senador Wellington Dias para continuarmos e aprofundarmos esse debate. Tudo isso fruto, Presidente, desse esforço que estamos fazendo aqui no Senado para que a política com "P" possa continuar sendo exercida em beneficio do País.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para terminar, porque queremos trabalhar e ouvir o vice-governador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E com moqueca...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Ferraço.

Eu queria aproveitar, porque como o Senador Flexa Ribeiro invocou a sua condição, Presidente Delcídio do Amaral, de um parlamentar e político envolvido com as questões energética, ele citou Belo Monte. E eu faço, como Gaúcha e, também, imagino em nome do Senador Casildo e dos catarinenses, um pedido de um envolvimento de V. Exª, da frente parlamentar do carvão, para que não seja mantida a decisão de não incluir essa matéria-prima de produção de energia na mudança da nossa matriz energética da forma como foi definida pelo Governo, pelo Ministério de Minas e Energia. Isso é um "arrasa quarteirão" sobre Santa Catarina e sobre o Rio Grande do Sul.

Como V. Exª conhece a matéria, é especialista na área de energia, tenho certeza que o senhor papel é muito importante para todos nós. É um pedido como gaúcha em relação a esse esquema.

Muito obrigada.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para endossar a tese da Senadora Ana Amélia, Senador. Os catarinenses comungam com essa tese.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pelos *royalties*, gostaria de me juntar a todos e começar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Se todos os Senadores estiverem de acordo com a proposta, até porque o Senador Dornelles e o Senador Wellington conhecem esse assunto profundamente e já estão estudando isso e fazendo todas as articulações para chegarmos a uma solução definitiva. Então, se todos os Senadores estiverem de acordo de inverter a pauta e começar pelo Senador Wellington, depois Senador Dornelles...

Concorda, Senador Dornelles? (*Pausa.*)

Concorda, Senador Wellington? (*Pausa.*)

Sem problemas. Ai vêm o Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes e o Governador Perillo.

Meu caro Senador Flexa, a Subcomissão presidida por V. Exª, a de Belo Monte, terá um papel preponderante; não avançou ainda o necessário, porque ficou numa fase de definições e licenciamentos, de construção, elaboração do projeto, do consórcio que irá desenvolver a usina de Belo Monte. E seremos parceiros, até por toda a experiência vivenciada na Amazônia, especialmente em Tucuruí, que é uma usina importantíssima para o Pará e o Brasil, onde aprendemos muita coisas boas e difíceis para o Estado do Pará.

Apenas reiterar, Senadora Ana Amélia e Senador Casildo, que essa é uma bandeira que temos que empunhar, que é a questão do carvão mineral. É uma indústria que emprega muita gente e é fundamental para o Sul do Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

É muito bonito fazer discurso de energia renovável, mas com as limitações ambientais que existem hoje, usinas a fio de água – Belo Monte é uma delas e as outras de Rondônia, também, Jirau e Santo Antônio –, temos que ter a complementação térmica. É muito bonito falar de energia solar, é maravilhoso, mas o problema é o custo. Essas energias vão crescer inegavelmente na matriz, semelhantemente ao que acontece pelo mundo, mas o Brasil tem que ter geração termoelétrica para firmar a energia do sistema interligado e garantir segurança energética. Por isso não podemos impedir que as termoelétricas a carvão e mineral não participem do leilão A-5. Do meu ponto de vista é um equívoco tirar o carvão mineral da matriz brasileira

por toda a riqueza que ele gera. E carvão mineral tem em tudo quanto é lugar no mundo, quer dizer, para quem não sabe, a China, a Europa, Estados Unidos, a América do Sul rodam assim. Existe tecnologia limpa; existem capitais na Europa que visitamos, com usina a carvão dentro da capital, e não tem uma poluição. É leito fluidizado e outros processos que a tecnologia desenvolver. Temos que avançar nesse sentido. (*Palmas*.)

Estou defendendo o Sul.

Vou passar a palavra para a Senadora Lúcia Vânia, depois para o Senador Benedito de Lira e, então, começamos com o Senador Wellington, Senador Dornelles, Vice-Governador Helenilson e, depois, o Governador Perillo, que está chegando.

Com a palavra Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente da comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Benedito de Lira, quero cumprimentar o Vice-Governador do Pará e, cumprimentando-o, quero homenagear meu colega de bancada atuante, determinado e persistente, Senador Flexa Ribeiro. Quero cumprimentar o Vice-Governador Helenilson Pontes e dizer da nossa satisfação em recebe-lo aqui. Pode ter certeza de que V. Exª tem um Senador combativo e que defende o Pará com todas as suas forças. Cumprimentar o Senador Francisco Dornelles, que tem sido nosso professor nesse assunto; é determinado, aplicado e é muito bonito ver um Senador tão aplicado como o Senador Dornelles. S. Exª não só estuda como faz com que todos estudemos com ele. Parabéns!

Cumprimento o Senador Wellington, que tem sido outro batalhador determinado, que representa a todos que não temos a mesma condição do Sul e do Sudeste ou pelo menos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Quero dizer que vemos com muito entusiasmo o seu trabalho de articulação política e sua determinação em apresentar um projeto em nome dessa Casa.

Quero cumprimentar os colegas Senadores, a imprensa e aos convidados.

Realizamos mais uma etapa do ciclo de debates para discutir a distribuição de *royalties* do Petróleo com a presença do Governadores aqui citados; Governador Marconi Perillo, que não se encontra ainda, do meu Estado, Goiás, e o Vice-Governador Helenilson Pontes do Estado do Pará, ambos representantes de Estados não produtores cujas presenças muito nós honram nesta Comissão.

Ao longo dessas últimas duas semanas, tivemos a oportunidade de ouvir a posição do Governo Federal, aqui representado pelo Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão; da Petrobras. através do Presidente José Sérgio Gabrielli; e dos Governadores do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Pernambuco. O ponto comum de todas as explanações realizadas até o momento é a certeza de que a derrubada do Veto invariavelmente levará o Governo e Estados produtores ao Supremo Tribunal Federal, judicializando essa discussão, o que também não será bom para ninguém, menos ainda para o País.

Nesse sentido, ouvimos ontem o Governador Sérgio Cabral. Sua proposta para solução do impasse, resumidamente, pretende manter as regras para os campos já licitados, também do pré, como pós-sal. O Governador reconheceu a necessidade de destinar parte dessa nova riqueza para diminuição das desigualdades regionais, tomando como parâmetro as propostas do PL nº 8.051, do Poder Executivo, hoje em tramitação na Câmara dos Deputados. Por fim, destacou a necessidade de criação de uma regra de transição, com a criação de um fundo para Estados e Municípios não produtores a partir dos recursos da União.

Não existe dúvida alguma que o PL nº 8.051 do Governo Federal é benéfico aos Estados produtores. No entanto, existem outros projetos que devem ser discutidos – e é o que vamos fazer hoje –, do Senador Wellington Dias e Francisco Dornelles. Estes, seguramente, atendem aos Estados não produtores ao proporem uma distribuição mais justa dessa riqueza.

Vimos os gráficos de aplicação de recursos da Petrobras, apresentado pelo Presidente José Sérgio Gabrielli. Esses dados revelam a grande concentração de recursos em determinadas regiões. As regiões produtoras atraem demandas, mas também atraem investimentos, o que gera a concentração de emenda. Assim se torna indispensável uma ação do Governo no sentido de descentralizar riquezas. É o eixo central dessa discussão, e estamos diante da oportunidade ideal para equalizar esse problema de forma a promover a diminuição das desigualdade sociais e regionais.

Portanto, esse é o nosso objetivo. Estamos todos desarmados para uma discussão de alto nível, sabendo e entendendo que a região Sudeste, representada pelo Rio de Janeiro e Espírito Santo são, é uma região importante, que não pode ser prejudicada, mas não podemos deixar de ressaltar a importância e a oportunidade que temos, nessa discussão, de fazer com que o País seja menos desigual, dotando as regiões não produtoras também de uma parte dessa riqueza que é de todos os brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Por favor, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente, Senador Delcídio, cumprimento V. Exª por mais uma vez presidir está audiência pública. Cumprimento a companheira Presidenta da Comissão de Serviços de Infraestrutura Senadora Lúcia Vânia. Quero cumprimentar o companheiro e prezado colega Senador Wellington Dias, o Vice-Governador do Pará, Helenilson Cunha Pontes, e meu líder, Presidente do meu partido e um dos mais estudiosos no que diz respeito a essa demanda que estamos tendo no Congresso, nesta Casa da Federação, Senador Francisco Dornelles.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, amigos, imprensa, ao chegar a esta Casa, vínhamos da outra Casa – e aqui há diversos Senadores que são oriundos da Câmara dos Deputados, como o Senador Pimentel, Walter e outros companheiros que não se encontram nesta Comissão – e, Senador Delcídio, o que estamos observando neste momento importante para o País, é exatamente uma postura diferente daquilo que tivemos a oportunidade de assistir na Câmara dos Deputados quando se discutia, exatamente esse projeto de distribuição dos *royalties*, as emendas apresentadas e, após isso, o veto aposto pelo Presidente Lula.

Ontem foram uma grata surpresa as manifestações feitas aqui pelo Governador do Rio de Janeiro e pelo Governador do Espírito Santos com intermediação do Governador de Pernambuco e a participação efetiva do Governador de São Paulo. E, hoje, estamos recebendo a representação do Pará e de Goiás, representando, sem dúvida nenhuma, as regiões Norte e Centro-Oeste, isso nós dá um alento muito grande, porque, em nenhum momento, podíamos admitir ou perceber que os ânimos se acirrassem de tal modo que não chegássemos a um entendimento.

É preciso que cada um de nós tenha a consciência de que as decisões políticas serão tomadas nesta Casa ou na outra Casa do Congresso Nacional. O que é política tem que ser tratado aqui, no diálogo, no entendimento, nos encontros e desencontros. No primeiro momento, no desencontro; e, depois, na convergência dos encontros. Tenho certeza absoluta que não é dá vontade do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, dos Estados que se dizem produtores, porque, na minha visão, Presidente Delcídio, produtores são todos aqueles Estados que até que se prove o contrário. Existe uma demanda muito grande no que diz respeito ao Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em detrimento de outros Estados onde ainda não está sendo explorada a riqueza que têm no subsolo, lá na plataforma submarina.

Parece-me que o lençol petrolífero não se resume apenas a uma determinada região, na minha visão, leigo como sou no assunto, mas me parece que o lençol petrolífero do Brasil, se está sendo encontrado agora na plataforma submarina, logicamente que está no mar como um todo. Esse entendimento está surgindo e agora, graças a Deus está vindo para a mesa de negociação, o Governo, que até então na tinha se manifestado e agora está achando que tem que participar, porque é um dos grandes, que tem o maior quinhão. Isso é importante.

Quero cumprimentar as Comissões de V. Exªs, Senadora Lúcia Vânia, Senador Delcídio; cumprimentar a todos que, de uma forma muito competente e responsável, numa demonstração inequívoca de que realmente existe o desejo de pacificar o País. E é essa a nossa obrigação. O Senado é a Casa da Federação, e não podemos criar uma guerra entre Estados. Precisamos ter a compreensão e, ao mesmo tempo, encontrar o caminho para que todos saiam ganhando: quem já tem que não seja prejudicado e quem não tem que possa ter oportunidade de ter.

Quero cumprimentar V. Exª mais uma vez e dizer que precisamos tocar a audiência pública porque temos muitos assuntos para tratar daqui por diante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) **–** Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Passo a palavra ao Exmº Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bom dia, Sr. Presidente. Primeiramente, minha gratidão por este privilégio de poder expor algumas ideias, que não são minhas, mas que ao longo desse período venho viajando pelos Estados – são cerca de 14 Estados já visitados – e tenho aprendido muito. Fui ao Espírito Santo e combinei ontem com o Governador Sérgio Cabral de ir ao Rio de Janeiro.

Penso que se trata de um tema em que não podemos olhar pela ótica de quem é o Prefeito daquele Município, quem é o Governador daquele Estado, quem é o Presidente da República. Estamos tratando aqui de uma riqueza que irá ultrapassar este século. Assim, numa dada hora, aquele que é Governo vira oposição e a oposição vira Governo. É preciso pensar na geração atual e nas gerações futuras.

Digo ainda que estou muito animado com os frutos desse entendimento. E quero começar dizendo que sou grato aos Parlamentares, se eu pudesse simbolizar todos da Câmara e do Senado, do Fórum dos Governadores, das entidades, dos Municípios e dos movimentos sociais diversos... Inclusive, fiquei feliz em ver os estudantes numa manifestação pedindo que, do dinheiro do pré-sal, da parte do fundo social, pudesse ter uma fatia de 50% para a educação. Isso é importante para as novas gerações.

Destaco aqui, simbolicamente o Senador Dornelles, o Senador Lindbergh, o Senador Crivela, Ferraço, Ana Rita, enfim, para citar alguns aqui dos Estados confrontantes ou produtores, e que têm tido uma participação decisiva nesse trabalho. E os nossos pares dessas três Comissões têm tido um papel muito importante.

Permitam-me dizer que minha animação não é por acaso: ontem aqui – e venho acompanhando desde algum tempo esse diálogo ainda na Câmara e no Senado – ouvir o Governador Sérgio Cabral e o Governador Casagrande nas apresentações feitas, colocando um ponto que é crucial nesse debate. Os Estados, outros do Brasil, um ponto importante é não querer deixar para 2019 e 2020 para começar a receber alguma coisa. Ouvimos aqui na apresentação do Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, que o dinheiro novo que vai entrar até por volta de 2020 é o dinheiro dos 28% licitados. E esse é o ponto que precisamos compreender para o entendimento. Ouvi também que esses outros Estados precisam participar, já a partir de 2011 e 2012, do momento da aprovação da regra. Em seguida, ver aqui o Governador Eduardo Campos, e tenho certeza que nosso querido Helenilson Pontes e outros Governadores com quem temos dialogado, do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, mas também parte do Sudeste, parte do Sul, Paraná, Santa Catarina, que também têm partilhado desse entendimento de uma distribuição justa que leve em conta não desequilibrar em primeiro lugar esses Estados, reconhecer as regras que foram feitas em algum momento por esse Congresso e, ao mesmo tempo, reconhecer que os Estados confrontantes ou afetados precisam de uma compensação especial, como prevê a lei. Acho que é esse ponto que dá o equilíbrio para os entendimentos.

Minha satisfação é maior ainda, como diziam o Senador Lindbergh e o Senador Ferraço, porque ontem, pela primeira vez, desde que assumiu a Presidência da República, a Presidente Dilma sentou à mesa para dizer que também querem ser parte do entendimento. Isso é uma novidade, porque antes era mais ou menos uma regra: desde que não mexam o com os recursos da União, façam o entendimento que eu apoio. E abro dizendo uma máxima: não acredito, de modo muito sincero, num entendimento que não seja pela força de quem tem maioria no voto, que eu acho que nesse caso pode não ser a melhor solução, pelas razões já colocadas. Acho que, sem a participação da União, a gente tem dificuldade de entendimento como eu quero apresentar aqui.

Dito isto, já que estamos na Casa do Legislativo e no Senado Federal, eu queria só lembrar, nós temos a proposta a ser votada, do veto, nesse caso não tem alternativa, ou é a favor do veto ou é contra o veto. Eu acho que há um consenso, aí é de 100%, do Brasil hoje, que, em votação, como única alternativa o veto, cai o veto, cai o veto, ninguém tem dúvida disso, sabendo das consequências que tem.

Temos o PL 8.051, que está na Câmara, que foi mandado quando foi feito o veto, ele pode ser uma alternativa para um substitutivo – está certo? – a partir dele, melhorando-o, ou tem o PLC que está aqui no Senado, que é até mais rápido, porque já passou pela Câmara, está aqui no Senado, o Senador Vital do Rêgo é o Relator, e com o substitutivo, ele vai apenas para a Câmara para a finalização. Ele é muito mais ágil, mais rápido.

Eu defendo que a Casa da Federação, que é o Senado, tenha a capacidade de construir uma proposta, pelo entendimento, aprová-la e facilitar a vida do Brasil inclusive em agilidade com a votação.

Pelo que foi colocado ontem, até para conhecimento de todos, eu participei da reunião ontem lá com o Ministro Guido e com a Ministra Ideli, esteve lá rapidamente o Ministro Lobão, com suas equipes, e a representação da Câmara e do Senado, dos Líderes, me convidaram e o Senador Dornelles, foi feito um apelo pelo Ministro para que dia 14 ele possa apresentar o que ele chama de proposta preliminar, fruto dos estudos, dia 29, ele vai ter uma viagem internacional na semana seguinte, dia 29 ele acha que é a semana em que se poderia construir esse entendimento final, redação de proposta.

Por isso fez um apelo ontem, pelo que sei, aqui também ao Presidente do Congresso Nacional, para que avaliasse essa posição. Ontem tive uma conversa com alguns governadores, prefeitos, enfim, foi colocado que se dia 14 sai uma proposta preliminar mesmo que aponte um rumo, será fácil para todos nós entender o tempo necessário.

Então dito isso, Presidente, vamos aqui à apresentação. Primeiro lembrar uma coisa simples, óbvia, mas é importante. *Royalties*, numa linguagem de povo, é a parte do rei, como o Brasil não tem rei, o rei do Brasil é uma rainha que é a União, representada, no caso, pela Presidente Dilma.

Vamos lá. (*Pausa*.)

Começo colocando esse lembrete, da área estudada, da área estudada, e apenas da área estudada, é uma área, tem 28%, que é onde estão esses pontinhos, basicamente aqui, confrontante com o Rio de Janeiro, que já foi licitada, essas são as áreas que ou estão em fase em produção ou que estarão em fase de produção muito em breve. Apenas uma parte pequena lá, fazendo um confronto lá com o Espírito Santo.

Então, é bom lembrar, não é bom esquecer isso, que depende desse PLC 16 para que sejam licitados

esses outros 72%. O que eu vou falar aqui, em alguns números, são números já projetados, com base na pesquisa, dos 28%. Só para a gente entender que são números grandes, sem falar dos 72, estou falando aí em aproximadamente três vezes e meia o restante.

Pode passar. (*Pausa.*)

Significa dizer que o Brasil pode estudar ainda toda essa outra área, o Brasil pode estudar toda essa outra área. Um conceito simples que qualquer geólogo, mas mesmo quem não é geólogo pode conhecer. Como o gás e o petróleo são derivados de acumulação de matéria orgânica em alguma parte, nós temos rios despejando matéria orgânica em toda a área litorânea. Tente imaginar a foz do Amazonas, tente imaginar a foz do Parnaíba, lá entre o Piauí e o Maranhão, onde já estão sendo prospectados, no mar, gás e petróleo, o que deve ser anunciado ainda este ano. Há petróleo, o que não se sabe ainda é o volume, e é isso que está sendo pesquisado. Toda a bacia sedimentar...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sem esquecer do Jaguaribe.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso; sem nos esquecermos do Jaguaribe, sem se esquecer do São Francisco, sem se esquecer de tantos outros rios.

Quero apenas que a gente compreenda que o Brasil agora é que está começando a descobrir o seu subsolo, tanto no território quanto no mar. Então, é uma riqueza que ninguém pode prever de verdade o tamanho. Aliás, essa regra foi estabelecida, ela é injusta, principalmente com o Paraná, olha o biquinho de como seria a área, o direito do Paraná, e o Piauí, por coincidência lá em cima. É de compreender que precisa ter algumas revisões dos cálculos. São Estados que são largos embaixo e vão afinando, pela regra que fizeram.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com prazer, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E como é que fica Goiás, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É por isso que estou tratando isso aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Esse não tem nem o biquinho que o Piauí ainda tem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso aí é para mostrar, para a gente compreender. A gente está tratando de modo muito forte Rio e Espírito Santo, porque foram as áreas descobertas. Aí comecei dizendo que o petróleo, pagam-se os *royalties*, que é a parte do rei, que pertence a uma rainha, que, na minha visão, é a União. Por isso que Goiás, por isso que outros Estados, na minha visão, têm todo direito na partilha. Somos uma Federação, é bom não esquecer, República Federativa do Brasil, autônoma, e o que sustenta essa Federação são algumas regras, uma delas é essa: que toda a riqueza de subsolo, que toda riqueza no mar ou na terra pertence à União, e a União pertence a todos. É isso o centro do debate.

Pois bem, apenas pegando a parte dos 28%, estamos, hoje, produzindo dois milhões de barris. Por isso que o Brasil se torna autossuficiente praticamente em produção de petróleo; o Gabrielli disse há pouco que é mais de dois milhões, 2,1 milhões. Isso gerou, em 2010, R$ 21,6 bilhões. Em 2012, devemos chegar a 3,2 milhões de barris, R$ 29 bilhões. Em 2017, devemos chegar a quatro milhões de barris. Isso são projeções da EPE e do PDE, vai gerar em torno de R$ 60 bilhões. E, em 2020, 2022, aqui a Petrobras diz que é 2020, eu continuo um pouquinho mais pessimista, colocando 2022, em torno de seis milhões de barris/dia. Multiplica isso por 365 dias a US$ 100, que é o preço de hoje. Isso são cálculos, colocando US$ 70, colocando muito abaixo do que está sendo pago hoje, para a gente ter uma noção.

Portanto, nesta área dos 28%, vamos ter aí algo em torno de 100, 110 bilhões a serem distribuídos de *royalties*, participação especial. Continuará com royalties, participação especial até 2022, nesse cálculo de US$ 70.

Esse é o dinheiro que vai entrar nesta década. Os 72%, agora, a gente aprovando a regulamentação este ano, serão abertas as licitações, contratos, inicia o trabalho. A previsão é que, em 2019, 2020, é que a gente começa a ter extração de gás e petróleo.

Pode passar. (*Pausa.*)

Para a gente ter um ideia, esse é o cálculo da própria Petrobras, ou seja, a Petrobras estima, em 2020, 6.418 milhões barris.

Pode passar. (*Pausa.*)

Bom, pelas regras colocadas, aí são todas, não é uma só, uma regra que está na Constituição, 40%, União, 60%, Município. Houve uma modificação, quando aprovada aqui no Congresso, que nesses 28% já, no momento em que sair a regulamentação do PL 16, da partilha, a União recebe, via Tesouro Nacional, o que já recebia até a aprovação da lei, provavelmente R$ 10 bilhões. E, a partir daí, vai o restante para o Fundo Social, ou seja, tem um limite: uma parte fica com a União e, a partir daí, o que entrar vai para o Fundo Social. Aí é onde está um espaço, na minha visão, para o entendimento com a União. Por quê?

Só para lembrar aqui, porque se a gente imagina cem bilhões, estamos falando de quarenta bilhões, teoricamente, teoricamente não, na prática, se for

aprovada este ano, esses dez bilhões permanecerão com a União, o que entrar para frente, que serão mais 30, que é 40% de 100, vão para o Fundo Social. Isso é um grão de areia dentro do Fundo Social. O Fundo Social, só para entendermos aqui, 70% de óleo extraído vão ficar com a União porque 30% é o custo de extração das empresas, etc., em média. Pode ser um pouco mais, pode ser um pouco menos. Então temos que imaginar que cada 1 milhão de barris, a 70, 80 ou 100 dólares, estou falando em 70 milhões, 80 milhões por dia para cada 1 milhão. Nesta área, estima-se que podemos chegar a entre 4 e 7 milhões de barris. Nesta área dos 28%. Então com isso, quero dizer que estão falando em 4 milhões de barris por dia. Então, fazendo os cálculos, a 80 dólares, como foi calculado pela Petrobras, nós falamos em 320 milhões de dólares/dia, entrando no Fundo Social. Isso vai alcançar, muito rapidamente, nas contas do próprio Governo, 1.5 trilhão de dólares no Fundo Social. Por isso que o Presidente Lula criou o Fundo Soberano porque é tanto dinheiro que, se aplicado dentro do Brasil, ele coloca o nosso real a uma posição incontrolável. Então será pulverizadamente aplicado no mundo e apenas uma parte no Brasil.

O rendimento desse Fundo Social é que nós vamos poder usar. É uma ideia fantástica porque a nossa geração e qualquer geração do futuro poderá usufruir dessa poupança.

Dito isso, adiante. (*Pausa.*)

Como é que foi 2010. Dos 21 bilhões, a União ficou com 8,6 bilhões, Rio de Janeiro e seus municípios 9,8 bilhões, Espírito Santo e Municípios 900 milhões. Todos os outros Estados 700 milhões, todos os outros municípios, 1,6 bilhões.

Então, claramente pela regra o Rio ficou com 80,2% dos *royalties* e participação especial distribuído.

Vimos aqui, na apresentação do Governador Sérgio Cabral, uma informação precioso. Num dado momento, no final, dos anos 90 houve uma mudança no ICMS da origem para o destino. Isso causou um desequilíbrio ao Rio de Janeiro. No final do Governo de Fernando Henrique, para socorrer o Rio, se fez uma regra onde ali se tinha os primeiros poços com alta vazão e, por esse motivo, isso aconteceu. Naquele momento foi feito uma regra, aprovada pelo Congresso Nacional, para poder não desequilibrar o Rio de Janeiro. Não se imaginava que teríamos Pré-sal e todas essas coisas.

Pode passar. (*Pausa.*)

Na prática, para compreendermos, o que significa positivamente para um e negativamente para outros, para todos, a derrubada do veto. Ou seja, se derrubar o veto o que acontecerá? A União, pela regra, ficaria com base em dados deste ano, de 2011, deve chegar a algo em torno de 25, 26 bilhões de royalties. Aqueles 21, 22 vão subir para mais ou menos esse valor. Então a União ficaria com 10,9 bilhões que compensaria o Rio. Tinha que tirar uma parte do Tesouro ainda para poder completar, para compensar o Rio e o Espírito Santo.

Os Estados e municípios outros distribuiriam 16,8 bilhões. Esse era o valor que seria partilhado. Ou seja, aquilo que era 60% de Estados e municípios seriam partilhados pela regra do Fundo de Participação para todos os Estados e municípios. E a União compensaria o Rio. Essa era a regra, por isso que foi vetado, porque a União alegou que não suportaria sozinha.

Na proposta que apresentei, na verdade, aí não foi fácil quero dizer aqui, convencer governadores, prefeitos, que não poderia desequilibrar o Rio e o Espírito Santo. Então, na proposta a primeira medida é: tira dos Estados e municípios produtores para compensar Rio e Espírito Santos. E, a partir daí é que aplica a regra dos 40% e 60%.

Então, na prática, é como se os outros Estados estivessem colocando mais ou menos 7,5 bilhões para essa complementação. O outro vem da União que pela lei é autorizado a ser compensado o Fundo Social até que chegue no ponto de equilíbrio ao que ela vinha recebendo também para não desequilibrar a União. Na proposta que montamos Rio, parte do patamar que já recebia; Espírito Santo, parte do patamar que já recebia e, a partir daí, é a regra geral de todos os Estados. Continua crescendo a partir dessa regra e a União também não teria desequilíbrio.

Pode passar. (*Pausa.*)

Esse acordo precisa envolver a União. O que é que está sendo cobrado, na verdade? Uma participação especial dos Estados confrontantes ou afetados. Acho que isso é justo. Então veja: Quando que a União pode abrir mão do que ela tem, com base no cálculo que eu fiz dos 40 bilhões, quanto que pode tirar daí para fazer a compensação? Pela proposta apresentada aqui é de 50%. Quando a proposta foi discutida na Câmara, e lembrava ontem o Deputado Henrique Alves, os Estados ditos produtores confrontantes recebiam 19%. A União ficava com 25%. O Presidente Lula teria negociado com o Governador Sérgio Cabral e surgiu um outro relatório em que os Estados produtores ou confrontantes passaram para 25% que é a parte líquida da União. Porque tem uma outra parte do Ministério de Ciência e Tecnologia, Marinha que é até alterado na nova lei. Então houve uma alteração os Estados subiram 6% saíram 19 para 25 e a União desceu de 25 para 19.

Por isso que falo de 6%, porque é algo que já foi feito pela União. Por que a União não faz? Pode chegar à metade? Digo sempre que esse valor, pelo menos

pensando no imediato, pode ser um valor significativo porque é um dinheiro que entra agora. Mas pensando no futuro ele é um valor... O que é 30 bilhões no meio de 1 trilhão de dólares? Para entendermos o que eu quero dizer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador, essa relação, esse crescimento da receita é proporcional aos barris produzidos ou não?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nesta fase dos 28% sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Porque está previsto um crescimento de dois para seis.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – São 2 milhões de barris que, em 2010, serão 6 milhões. Então, cresce 4 milhões. Só a partir desses 4 milhões é que começa a ter...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, para darmos fluência, vamos deixar a discussão para depois.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só queria entender porque de 8.6 para 40 não está na proporção. Só se é diferente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, os 6 milhões de barris vão gerar 100 bilhões de *royalties* em participação especial. Quarenta por cento disso, são 40 bilhões.

Na prática, a proposta que estou sugerindo e acho que ela tem como lógica um substitutivo ... O projeto que eu apresentei foi anexado ao PLC 16. A ideia é que ele seja transformado com um melhoramento possível nesta área.

Então a União 7,1,6bi de petróleo no mar, mais petróleo em terra, 8,6milhões. A União receberia o que já tinha recebido, isso com base em 2010.

Rio de Janeiro, em 2010, pela nossa proposta, ficaria com 9,8 bilhões, foi o que recebeu, era o tinha direito a receber, mais a regra do Fundo de Participação que é 1 bilhão, teria recebido 10,8 bilhões, mais a compensação se isso for acordado pela União. Isso só a União pode dizer sobre essa outra etapa.

O Espírito Santo recebeu 900 milhões, receberia mais cerca de 400 milhões, pela regra do Fundo de Participação teria recebido 1,3 bilhões, mais a parte da compensação como Estado confrontante. Todos os Estados juntos iniciariam partilhando 4,15 bi, todos os municípios 4,15 bi. Mais ou menos 9,30 bi. Isso numa previsão de 27 bi para os próximos 12 meses após a aprovação da lei.

Para compreender, não desequilibrar a União porque ela continua recebendo o que já recebe, não desequilibra Rio e Espírito Santo, porque eles partem do que já recebiam. Os Estados e municípios recebem menos do que já receberia com a derrubada do veto, mas teria, a partir daí, uma regra justa que é do proporcional à população e o inverso da pobreza para frente.

Pode passar. (*Pausa.*)

Aí, nós temos como alternativas: a alternativa do PLC 16 e do PL nº 8.051.

Pode passar. (*Pausa.*)

Aqui é para clarear um ponto. Fiquei feliz porque vou usar de argumento é o que o Presidente da Petrobras disse aqui. Na verdade, as empresas, Petrobras e outras, da sua produção com base no preço pagam *royalties* e pagam participação especial. Pagam para quem? Para o Tesouro Nacional. Do Tesouro Nacional vem para o Banco do Brasil e aí é feita a distribuição.

Então estamos tratando da distribuição para frente. Logo não tem quebra de contrato, não tem qualquer alteração na relação nem com a Petrobras nem com as outras empresas. Então o Brasil não estará quebrando nenhum contrato por esta regra.

Pode passar. (*Pausa.*)

Esse só para poder ajudar naquele entendimento.

Em 98, o que entrava de *royalties* era 283 milhões. Chegamos em 2010 com 21,6bi. Então aqui, quando foi feita essa regra, para poder ter uma alternativa para o Rio, a produção era muito baixa.

Outro detalhe importante que quero destacar é o seguinte. O verde é royalties. Até 99, 100% do que entrava eram *royalties*. A partir de 2000, começou a entrar a participação especial. Veja que na participação especial... Porque agora só são poços de alta vazão, de grande vazão, a tendência é ela ficar cada vez maior. Ela já hoje mais da metade. Por isso o meu raciocínio na ideia de ampliar de 10 para 20 e não de 10 para 15% na nova partilha. Como acaba a participação especial, se o royalties com 10% representa metade do bolo, é preciso ter outros 10% para outra metade do bolo. Então não é uma ficção científica. Ao invés de transferir tudo para a União que já estava dividido, recompõe. Acho prudente que tenhamos uma regra que, pelo menos, seja 50% do bolo que são *royalties* que passa para 10%, e a outra metade mais 10% Por isso é que são 20% e não 15% como o Governo encaminhou para cá.

Pode passar. (*Pausa.*)

Em resumo, pela proposta que estou levantando, com base na proposta do Senador Sérgio Cabral, nós teríamos o Fundo social que é 40%, se o governo resolver colocar os 6 pontos percentuais que falei para ajudar nos entendimentos, a União cairia para 34. Se resolver colocar a metade de 40 que é 20, iria para o Fundo Social 20%. O restante seria regulado no artigo próprio como compensação aos Estados confrontantes ou afetados, ou para os outros Estados que não recebem que é o que o Senador Dornelles tem apre-

sentado. Estou mostrando o que é um dinheiro novo, um dinheiro que não vai para o cofre da União, não desequilibra a União. Na verdade ele vai para o Fundo Social, que seria a base para os entendimentos.

Pode passar. (*Pausa.*)

Cito aqui para termos uma ideia de que não é um valor pequeno.

Belo Monte, tudo que é feito de compensação socioambiental, 3,2 bi. De uma vez só. Estamos falando de um negócio de 6, 7 bilhões por ano. Ou de 20, 24 bi por ano, de compensação socioambiental. Estou colocando assim para compreendermos a lógica da proposta.

Pode passar. (*Pausa.*)

Há um ponto em que eu gostaria que o Senado estivesse aqui rasgando de debate, porque, para mim, é o mais importante. Infelizmente, o debate da partilha nos impediu de fazer o verdadeiro debate. O que fazer dessa riqueza? O que fazer desse dinheiro?

Do Fundo Social, estou defendendo a tese do Senador Valadares, da Senadora Vanessa, do Senador Inácio Arruda e de tantos outros que têm proposta nessa direção para a gente destinar 50% do resultado das aplicações do Fundo Social em educação. Pelo menos acho que vale a pena carimbar. É a maior riqueza que uma geração, ou várias gerações podem deixar para outras, é o conhecimento, pesquisa, educação. Educação de qualidade não se faz sem dinheiro. Fui governador e tinha toda a vontade do mundo em fazer. Não tinha dinheiro. Acho que todos os governadores, independente de partido, de prefeito, querem fazer, mas não têm dinheiro suficiente. Precisam de mais dinheiro e acho que não podemos perder essa chance.

Naquilo que vai para os Estados e municípios estamos colocando sob a forma de fundo, num entendimento como os prefeitos e governadores, destinando no mínimo 40% para a educação, que pode ser mais mas não pode ser menos; 30% para essa área social: saúde, segurança, etc.; e deixando até 30% para infraestrutura, que também é um pleito de muitas regiões. Então esse dinheiro chega para investimentos, ele não pode ser torrado de qualquer jeito. Acho que é uma regra importante.

Pode passar. (*Pausa.*)

Pela regra, a União continua recebendo o que recebia. O que aumentar de *royalties* a partir da regulamentação será destinado ao Fundo Social. O Fundo Social já disse o valor e aqui a proposta é de 50%

Pode passar. (*Pausa.*)

Quero aqui dizer a cada um dos Srs. e Srªs Senadoras uma coisa muito simples. A regra do Fundo de Participação é uma regra justa. Ela divide no proporcional a população e no inverso da pobreza, no inverso da renda. Quem já foi prefeito, secretária, ou quem acompanha, sabe do quanto deve ser doloroso, vivi isso, você querer fazer as coisas e não ter condições, não ter recursos . Acho que essa forma de descentralizar, automaticamente, direcionando para o que o País precisa, é muito importante. E o Brasil inteiro, meus queridos Senadores, vai viver uma lógica que é o mais importante. Quanto mais igual ficar o Brasil, mais os Estados mais populosos crescerão suas receitas nesse bolo.

Quanto mais Alagoas melhorar a sua renda, quanto mais o Maranhão ou o meu Piauí, o Pará ou qualquer Estado, mais ganham os Estados mais desenvolvidos porque a regra é a renda *per capita*. Melhorou a renda nos Estados mais pobres, a divisão é ampliar dos Estados mais ricos. Isso é o que defendo, aqui.

Quero agradecer muito obrigado e espero que seja esse o caminho: o entendimento como a alternativa. Quero, aqui, me somar a todas as falas.

Acho que a derrubada do veto é a solução mais perigosa. Ela vai mostrar apenas a nossa incapacidade de um entendimento. Quero ser vitorioso pela capacidade da Casa do entendimento, a Casa da Federação com uma solução justa adequada ao nosso País.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Passo agora a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Delcídio do Amaral, Senadora Lúcia Vânia, Senador Benedito de Lira, meu caro Wellington, Governador Helenilson, queria cumprimentar os Presidentes das Comissões por esse esforço que está sendo feito. E da minha exposição, aos números eu me ajoelho. De modo que não tenho intenção de discutir aspectos constitucionais e jurídicos de definição de royalties porque acho que isso é ultrapassado Apenas, quero deixar bem claro que nós no Rio nunca dissemos que o petróleo pertence ao Rio. O petróleo é da União. O que existe no mar e mesmo no solo do Rio...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador, por favor, inclua o Espírito Santo e os capixabas, na sua manifestação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado. Nunca dissemos que o petróleo é do Rio. Quando vejo às vezes dizerem: o petróleo é do Rio... Nunca dissemos isso. O petróleo do mar e da terra é da União e os *royalties* são apenas uma compensação devida paga por aquele que explora o petróleo, àqueles que sofrem as consequências da exploração.

Mas apenas levanto esse ponto porque às vezes, alguns apartes têm mostrado que o Rio acha que o

petróleo é dele. Agora, aos números eu me ajoelho. Acho que essa nossa discussão tem que ser em torno de números. Primeiro, quanto da exploração do petróleo vai para a União, vai para os Estados produtores, vai para os Estados não produtores. Segundo, o corte entre o que já foi licitado e o que não foi licitado. Então esse quadro que mostrei aos senhores, hoje no momento em que se transforma a concessão em partilha, a participação especial, como bem disse o Senador Wellington, some, desaparece. O que é participação especial e o regime de concessão é lucro excedente no regime da partilha.

Passei aos senhores duas folhinhas para detalhar a minha proposta. Como os senhores estão vendo, coloquei a arrecadação do ano de 2010. Os Estados produtores arrecadaram de participação especial 5,835bi. Correto? Essa participação especial ela some, no regime de partilha. Some mas vira lucro excedente da União. Aquilo que os Estados e municípios produtores recebiam como participação especial vai ser lucro da União no sistema de partilha. Vamos chamar de petróleo excedente. Defendo que essa parcela não seja o ganho da União, mas aquilo que os Estados e municípios produtores deixam de receber de participação especial seja um ganho dos não produtores. Nesse momento, a União não perde nada. A União apenas não vai ganhar a parcela que cabia aos Estados e municípios produtores. Vai para os Estados e municípios produtores. Na proposta da União, nesse primeiro momento, os Estados e municípios produtores perdem 5800 e os Estados não produtores ganham esse valor.

O segundo momento, é uma proposta consolidada e o Senador Wellington aperfeiçoa, é que o royalty passe de 10% para 15%. Aquilo que veio a ser licitado. De modo que isso provocaria um ganho. Como Estados e municípios produtores tiveram 6300, isso daria um ganho para os Estados produtores de 3100, o que compensaria a perda de 5835. Os Estados não produtores passariam de 8 para 1600 e a União que teria 2800, o ganho dela iria também para os Estados não produtores.

Então, os senhores veem que nessa folha ao lado, na minha proposta, a União perderia, nesse primeiro momento, 1,400 bi. Os Estados e municípios não produtores perderiam 1,300 bi e os Estados e municípios produtores ficariam com 8.400, com ganho de 7;600. Sobre essa proposta quero dize o seguinte. Até aí não houve nenhum aumento praticamente em relação à participação especial. Isso seria para o futuro. Seria para os poços que vierem a ser licitados. O Senador Wellington, com muita propriedade, lembrou que um dos países que tem a tributação do petróleo mais baixa do mundo é o Brasil. Ele sugere, com muita propriedade, que o royalty passe para 20%, em relação aos campos já licitados, o que concordo plenamente.

Nesse caso, a União poderia repassar essa diferença para os Estados não produtores e o ganho dos Estados produtores poderia chegar a 10 milhões. O problema como eu disse, a nossa discussão não pode ser em torno de vitorioso ou vencido. Acho importante que todos sejam vitoriosos e que venhamos a discutir em lugar de números. Quando se quer resolver um problema se começa pelo conteúdo: números. Depois, escreve-se o texto. Quando não se quer discutir, começa-se discutindo texto e não se chega a lugar algum. Acho importante vermos quanto os Estados produtores querem ganhar, quanto nos cabe e quanto cabe à União.

Nós temos o problema da tradição. O Senador Wellington muito bem disse que se criou uma realidade em que os Estados não produtores querem ganhar a partir de 2012. Essa participação especial, quando foi criada, o barril do petróleo estava a 10, 12... Então o que aconteceu? Quando se estabeleceu a tabela, se estabeleceu o mínimo de isenção não baseado em valor, mas em metros cúbicos que é o barril.

Então, vamos admitir. Se a produção fosse 10, o mínimo de isenção era 100. Como foi em barril, 10 vezes 100, a isenção passou a 1000. Qual a conseqüência? Dos 300 campos de petróleo existentes no Brasil, só 18 estão pagando participação especial. O que é um absurdo, um desrespeito aqui no momento ao que todos estão querendo. Estou defendendo que essa participação especial não seja aumentada, que ela seja ajustada como é a tabela do Imposto de Renda do assalariado. E faça com que as empresas de petróleo nacional e estrangeira paguem maior participação especial e que essa participação que pode ser cobrada por decreto... Quero dizer que não quero aumentar, eu quero que elas paguem, em 2010, o mesmo valor em termos reais, que elas pagavam em 98. Esse montante seria destinado aos Estados e municípios não produtores já a partir de 2012. Esse montante seria discutido e ajustado na tabela da participação especial. É um escândalo o que essas empresas de petróleo estão pagando de imposto no Brasil. Então nós estabelecemos uma regra para o futuro, que é um ajuste nas tabelas de r*oyalties*...

O *royalty*, ao contrário da participação especial, não pode ser aumentado para os campos já existentes, porque existe contrato. Mas a participação especial não é aumento. Quero deixar claro que não estou propondo aumento de participação especial. Estou propondo uma correção da tabela de participação especial, como se corrige. Do contrário, acabou a participação especial, em relação ao futuro e no passado não pa-

gam nada! Estou defendendo a participação especial em relação ao que já existe nos campos licitados pela concessão. Isso estabelece uma situação. Quanto é preciso? Vamos discutir os números. Por isso que acho, Sr. Presidente, que nós temos que fazer uma discussão de números. Não queremos ser vitoriosos, nem derrotados, nem massacrados. Queremos que todos possam sair vitoriosos. Agora, com o sacrifício de quem? De quem está pagando pouco. Queremos que paguem, em termos reais, o que já pagavam em 98. E não estão pagando porque, naquela época, em decorrência do cálculo, praticamente 300 campos de petróleo apenas 12 estão pagando. Temos que fazer essa correção.

A minha proposta em relação aos campos futuros é essa que apresentei aqui aos senhores. O que nós ganhamos de participação especial seria destinado aos Estados e municípios não produtores em problema de preços de óleo, os royalties seriam ampliados e o grande ganho seria para Estados não produtores, e a transição seja feita com os recursos da participação especial que precisa ser atualizada porque não tem sentido, hoje no Brasil, essas empresas de petróleo pagarem uma tributação tão reduzida. E não tem sentido que houvesse campo de concessão para partilha... É importante que União fique com os mesmos recursos, que esse lucro ela destine todo ao Fundo Social. Mas não tem sentido que o que os Estados produtores vão perder a União ao invés de destinar aos Estados não produtores fique com ela.

Sr. Presidente, essa é a minha proposta que coloco em discussão. Estou pronto, tenho conversado com representantes dos governadores que foram escolhidos pelo Senador Wellington, procurando uma solução. No entanto, acho importante o seguinte. O Rio de Janeiro, pela sua tradição, pela sua história, quer negociação. Nós não queremos ganhar nada. Queremos achar uma solução em que todos sejam vitoriosos. Porque se nós formos para o veto vamos assinar um atestado da nossa incapacidade política de achar uma solução.

De modo que a nossa posição como representante... Senador Ferraço está botando nós Estados produtores, Rio de Janeiro, Espírito Santo, queremos um entendimento, queremos uma grande concórdia de modo a que todos possam sair ganhando.

Muito obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, também pela objetividade.

Passo a palavra, agora, ao vice-governador do Pará, Exmº Sr. Helenilson Cunha Pontes.

O SR. HELENILSON CUNHA PONTES – Bom dia a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, queria cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta reunião, Senadora Lúcia Vânia, Senador Benedito de Lira, Senador Wellington Dias, Senador Francisco Dornelles, Governador Marconi Perillo que acaba de chegar.

Como aqui representante de um Estado como disse o Senador Flexa Ribeiro, muito brevemente entraremos para o grupo dos chamados Estados produtores, vou fazer uma breve manifestação, tentando trazer a visão de um Estado da Amazônia que vai ser produtor, mas que sofre hoje com uma regulamentação inadequada, para ser genérico, da compensação que os Governos recebem, que o País recebe pela exploração das riquezas naturais. O que acontece com o Petróleo não é diferente do que acontece com o minério, nem com a energia, nem com os recursos hídricos. Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar esta Casa e os Srs. Senadores que tão ardentemente têm buscado um consenso à construção de uma proposta que atenda aos interesses do País. Acho que aqui nenhum de nós tem a premissa de que o petróleo é do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo. Aqui, o amadurecimento do debate já chegou a um ponto de entendermos que esse petróleo é do País, sobretudo das futuras gerações que poderão gozar dos rendimentos dessa riqueza natural que Deus abençoou o País.

O aprofundamento deste debate, a seriedade com que o Senado Federal especialmente tem tratado desse tema merece elogios de nós que estamos no comando dos governos. Não se está falando aqui de uma coisa de pouca importância. O Senador Wellington Dias, apresentou números que mostram como este tema pode alterar o futuro do desenvolvimento do País. Acho que o Senado Federal, os Senadores Francisco Dornelles e todos os demais Senadores que têm apresentado proposta, aprofundado no estudo desta questão merecem os aplausos da sociedade brasileira e de todos os governadores, vice-governadores e todos os parlamentares do Brasil. No momento em que a classe política sofre críticas da sociedade, num momento como esse merece ser registrado com tinta negra para mostrar que realmente o Sendo está cumprindo a sua tarefa de tratar com seriedade um tema tão importante.

No momento em que temos propostas de diferentes naturezas, acho importante que estabeleçamos certas premissas de consenso. Nossa visão de um Estado da Amazônia, cuja extensão territorial é maior do que toda a região Sudeste, o Pará sozinho é maior do que o Espírito Santo, Rio, Minas e São Paulo, somados. Então a visão que nós do Estado do Pará temos

de temas como este, mesmo sendo ainda um Estado não produtor, é de que este debate é uma janela de oportunidade para que a República possa iniciar uma construção de uma política de desenvolvimento regional que compense os estados menos desenvolvidos deste País. Os estados que sofreram com o processo civilizatório, com o processo de ocupação e de desenvolvimento do Brasil, como o Pará especialmente, e alguns estados especialmente do Nordeste, que pagaram o preço do desenvolvimento do Brasil.

Eu acho que este é o momento de a República do País olhar esta perspectiva: como transformar este debate numa janela de oportunidade para levarmos justiça social a esse irmão brasileiros que estão em áreas do Nordeste e do Norte e que sofreram os impactos do desenvolvimento do centro-sul, e que o Brasil louva, e o Brasil é grande por causa do centro-sul, e ninguém nega isso.

Então, a primeira nota que queremos fazer aqui é esta: este assunto não pode estar descolado da premissa de ser utilizado como instrumento de desenvolvimento regional. Aqui estamos discutindo apenas quem é produtor, quem não é produtor. Aqui temos de discutir é o que essa riqueza vai representar como instrumento de transformação da realidade do Brasil, e não apenas da realidade de estados produtores ou não produtores, de estados que têm frente para o mar ou que não têm frente para o mar. O importante é verificar, nesta discussão, uma janela de oportunidade para rediscutirmos, sim, o processo de distribuição da receita pública, no sentido mais lato do termo, entre os estados da Federação, especialmente os estados mais pobres e menos desenvolvidos.

Uma segunda nota para reflexão: também não é possível descolar este debate da discussão geral da repartição do bolo dos recursos que são da sociedade brasileira entre União, estados e municípios. A União é um ente mítico que não existe sem estados e municípios. A União nada mais é do que a junção de estados e municípios. Não existe União sem estados e municípios. Portanto, não pode haver uma relação de conflito entre a União, estados e municípios. A União nada mais é do que o resultado de um consenso entre estados e municípios. Então, não é possível que esse ente mítico, distante do município, distante lá da educação ou do posto de saúde lá do município, possa continuar com a fatia do Leão.

Então, esta é uma nota que precisa ser registrada neste debate. Se alguém aqui tem que ceder para que o consenso aconteça – e o Senador Wellington Dias colocou isso com muita propriedade, com muita felicidade –, na visão do Estado do Pará, é a União Federal, porque quem está prestando segurança pública lá no município ou no estado é o estado; quem está lá no município fazendo educação básica é o município; quem está lá fazendo educação básica e saúde básica é o município; quem está com os desafios da infraestrutura dentro dos estados são os governadores. Então, a União, esse ente mítico que hoje abocanha 60% da riqueza nacional, em termos de repartição da carga tributária, é quem tem que dar a sua contribuição para o consenso.

Essa é a visão do Estado do Pará, um estado que sofre prejuízos da ordem de R$20 bilhões já, pela não compensação das perdas decorrentes da desoneração das exportações do minério, Senador Maldaner. Vinte bilhões de reais! Só um número. No ano passado, o Estado do Pará contribuiu com mais de 50% do saldo da balança comercial da exportação só com o minério exportado das minas do sul do Pará.

Então, o Pará tem dado sua contribuição ao equilíbrio macroeconômico, a chegarmos aos US$360 bilhões de reservas, e o estado não recebe, desde 1998, as compensações adequadas pela desoneração das exportações da Lei Kandir, pelo minério que sai ainda bruto das minas do Estado do Pará. O Pará tem dado a sua contribuição ao País, e este registro deve ser feito.

E queria, nesta oportunidade, diante de tão eminentes Senadores, estudiosos do tema como o Senador Dornelles, o Senador Wellington, pedir, em nome do povo do Pará, que esta Casa aprecie com carinho o PL do Senador Flexa Ribeiro, que está sendo relatado pelo Senador Aécio Neves, que deve rever a regra da tributação da exploração mineral, especialmente da exploração mineral bruta que sai do Brasil para criar empregos na China; do minério que sai daqui para gerar empregos na China, e o Brasil impulsionando, com a sua riqueza natural, o desenvolvimento chinês. Então, é a hora de o Brasil também fazer este debate em relação aos *royalties* da mineração.

Uma terceira nota para reflexão: como disse o Senador Francisco Dornelles – já tivemos oportunidade de conversar no seu gabinete –, esta Casa, o Congresso Nacional, nós, os agentes políticos, todos nós envolvidos neste debate não podemos criar um regime jurídico que não seja pautado pelo princípio da segurança jurídica. Seria lamentável, desastroso para o País que esta questão fosse ao Supremo Tribunal Federal e os investimentos decorrentes da exploração dessas riquezas naturais, tudo aquilo que pode ser gerado de riqueza, de emprego, de renda, de tributos fosse perdido por uma insegurança jurídica causada pela ganância de um ou de outro lado que quer abocanhar mais recursos.

Então, eu acho que a maturidade política desta Casa, dos Srs. Senadores, das Srªs Senadoras,

vai levar – e o Estado do Pará acredita nisso – a um momento de consenso, que deve ter como premissa básica a segurança jurídica. O País não pode deixar na mão de 11 ministros do Supremo a decisão sobre seus destinos em termos de aplicação de toda essa riqueza a que o Senador Wellington Dias se referiu. Se nós não construirmos nesta Casa, se os senhores e as senhoras não construírem nesta Casa uma regra à prova de bala do ponto de vista da segurança jurídica, serão 11 ministros que decidirão o futuro do Brasil em termos de aplicação desses recursos e de distribuição desses recursos. Isso é lamentável para a democracia, isso é lamentável para o País.

Então, como vice-governador, como representante do Estado do Pará, nós acreditamos firmemente que esta proposta sairá daqui à prova de bala jurídica; que a segurança jurídica deve ser uma premissa inafastável, inelutável de qualquer proposta que seja aprovada pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional, sob pena de transferirmos ao Supremo Tribunal Federal a discussão de tema tão complexo que, diante de tantos estudos, de tantas propostas, não se chega a um consenso nesta Casa. Eu imagino essa discussão no plenário do Supremo Tribunal Federal, com 11 ministros tendo de se debruçar sobre tudo isso que já se disse aqui, sobre todas as propostas tão ricas e tão bem elaboradas que os Senadores Wellington Dias e Francisco Dornelles citaram aqui.

Então, eu acho que essas premissas de que temos que utilizar este debate como uma janela de oportunidade para distribuir a riqueza deste País entre os estados que hoje não recebem recompensas pela exploração de seus recursos naturais deve estar na pauta. Assim como deve estar na pauta a necessidade de se construir uma proposta que preserve, do ponto de vista da segurança jurídica, a discussão desse tema no Supremo Tribunal Federal.

Uma quarta observação: nós não podemos transformar isso numa guerrilha entre estados produtores e não produtores. O Estado do Pará não pensa assim. O Estado do Pará tem o maior carinho com os estados produtores, até porque vai ser produtor em breve. A cisão maniqueísta deste debate entre produtores e não produtores não contribui. A dicotomia inafastável entre produtores e não produtores já não se coloca, porque temos produtores maiores e menores até por isso. Então, afastar o debate entre produtores e não produtores não me parece que seja uma alternativa saudável do ponto de vista do aprimoramento do debate e do consenso, que todos nós estamos procurando.

Então, eu acho mais importante, em vez de afastar entre produtores e não produtores, nós procurarmos reconhecer que os estados que hoje têm uma projeção de arrecadação construída em cima de campos já licitados não podem, de uma hora para outra, simplesmente ser derrotados, como diz o Senador Dornelles, fragorosamente, como inimigos dos demais estados que hoje são colocados como não produtores. O Estado do Pará não se alinha em qualquer debate que coloque vitoriosos e derrotados. Nós não temos aqui nenhum interesse de abocanhar recursos de estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo ou São Paulo, transformando esses estados em estados derrotados neste debate. O debate não é de vitoriosos e de derrotados. Este debate sequer nos pertence, porque diz respeito ao futuro dos nossos filhos, de nossos netos, de nossos bisnetos.

Temos de ter a responsabilidade de reconhecer que o Rio de Janeiro, o Espírito Santo, São Paulo, os chamados estados produtores têm, sim, uma linha de argumentação que é forte no que tange à separação entre os já licitados e os não licitados. Se nós não construirmos uma situação de consenso, este debate irá ao Supremo Tribunal Federal inafastavelmente! Até por prerrogativa de função dos governadores, que serão obrigados, pelos seus eleitores, pelos seus cidadãos, a levar isso à apreciação do Supremo. Imaginem essa questão no foro do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu acho que a segurança jurídica deve ser o norte do debate.

E uma última consideração ainda, para efeito de reflexão: há, como disse o Senador Dornelles, espaço para aumento das incidências, das recompensas tributárias sobre a lucratividade da exploração do petróleo. A participação especial, como bem citou o Senador Dornelles, está defasada do ponto de vista histórico, e o quadro mostrado aqui pelo Senador Wellington Dias mostra bem isso. Há, portanto, espaço para regras que tragam essa recompensa para uma realidade de 2010, de 2011. Aí se gerariam recursos adicionais para a compensação de estados que hoje, com muita justiça, querem já um pedaço da exploração das nossas riquezas, que são os estados chamados não produtores; portanto, gerar-se-ia aí um espaço para compensação desses estados; um espaço para a preservação dos interesses do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e do Estado de São Paulo; portanto, um espaço para o consenso.

Do outro lado, não é possível que a União possa tirar as vantagens dessa exploração mineral na mesma medida que estados e municípios. A nossa visão, do Estado do Pará, é que o bolo do Leão deve sair da União e ser distribuído entre estados e municípios, especialmente estados e municípios que sofrem com a ausência de uma política de desenvolvimento regional,

que concentra riqueza e concentrou, historicamente, nos estados do centro-sul.

Para concluir a contribuição do Estado do Pará neste debate: primeiro, é, mais uma vez, louvar o empenho dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras na discussão deste tema. Pedir, encarecidamente, que esse mesmo empenho, esse mesmo espírito público, essa mesma devoção à causa do Brasil se aplique no debate sobre as regras de mineração que devem ser encaminhadas pelo Governo e que já estão aqui no Senado por meio do PL do Senador Flexa Ribeiro, que hoje são absolutamente desconectadas do que acontece no mundo. As incidências de *royalties* de minerais no Brasil estão completamente desconectadas com o que acontece no mundo. No Brasil, não se pagam *royalties* de mineração sobre o lucro! Na Austrália, pagam-se 40%. O Chile acabou de constituir uma tributação sobre o lucro das mineradoras. E os lucros das mineradoras, não é preciso dizer, estão nos jornais.

Essa riqueza não é das mineradoras. Essa riqueza é do povo do Brasil.

Então, este mesmo debate nós queremos que seja feito, encarecidamente, por este Senado Federal, por esta Casa da República com a seriedade com que está sendo feito este debate do petróleo. E que nós possamos levar ao Brasil e construir para o Brasil um regime jurídico justo, um regime jurídico adequado, um regime jurídico que não privatize a riqueza natural, que não é dos acionistas das empresas, mas que é do povo do Brasil.

Hoje, a não tributação do lucro das mineradoras e a tributação deficiente do lucro das empresas petrolíferas está levando para o bolso dos acionistas, por meio da distribuição de lucros e de juros sobre capital próprio, o rendimento que deveria estar em governos, fazendo política social, educacional, de saúde, segurança e tudo aquilo que o País demanda dos governos.

Então, esta reflexão o povo do Pará queria trazer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

Muito obrigado pela atenção, Senador Delcídio, e eu fico à disposição.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes, do Pará.

Passo agora a palavra ao ex-Senador, hoje governador do Estado de Goiás, estado vizinho do meu Mato Grosso do Sul, Governador Marconi Perillo.

Aqui, Governador Marconi, estamos destinando vinte minutos para cada expositor, mas V. Exª tem toda a liberdade para expor o posicionamento de Goiás e do Centro-Oeste também.

Com a palavra, o Governador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, caro ex-colega e amigo Senador Delcídio do Amaral; caríssima amiga Senadora Lúcia Vânia, do meu Estado de Goiás, presidente da Comissão de Infraestrutura; caríssimo amigo Senador Benedito de Lira, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional; caríssimo ex-colega Senador Dornelles; caríssimo Senador Wellington, meu ex-colega governador; amigo Helenilson Pontes, vice-governador do Pará; Exmºs Srs. Senadores; senhoras e senhores, o Senado é a Casa da Federação – isso já definia, há mais de cem anos, Rui Barbosa. E este momento é um momento importante, não só para debatermos essa questão do pré-sal, mas também para refletirmos um pouco sobre a Federação.

Como governador, depois de ter passado pelo Senado, enfrentando hoje muitas dificuldades, não apenas o Estado de Goiás, mas os outros estados também, percebemos que o debate sobre a refundação do pacto federativo é cada vez mais necessário. A cada dia que passa, as receitas para os estados e para os municípios diminuem, e as demandas crescem. O povo cobra suas necessidades e leva suas demandas aos prefeitos, aos municípios e aos governadores, que são responsáveis, os estados praticamente sozinhos, por todos os investimentos e gastos na área de segurança pública; são responsáveis por boa parte dos investimentos e gastos e custeio na área de educação, de saúde, de saneamento básico, de boa parte do que se despende também na área de infraestrutura; em alguns casos, como é o caso de Goiás, ainda investem no ensino superior. Enfim, as demandas são crescentes a cada dia, e as receitas caem também a cada dia.

Somente em relação à Lei Kandir, Srs. Presidentes, os estados têm uma perda anual equivalente a R$24 bilhões. Os estados praticamente seguram nas costas todo o volume de exportações e todo o superávit exportador brasileiro, e recebem, a título de ressarcimento, anualmente, menos do que R$2 bilhões. Deixam de receber R$22 bilhões de ressarcimento, por conta das perdas da Lei Kandir.

O Estado do Pará, Senador Flexa Ribeiro, é certamente o estado que mais perde, porque exporta *commodities*. Mas o meu estado, o Estado do Mato Grosso e vários outros estados perdem, todos os anos, receitas de ICMS vultosas, por conta da Lei Kandir.

Eu votei a favor da Lei Kandir quando era deputado, mas, no texto da Lei Kandir, estava expresso que a União se encarregaria do ressarcimento anual. Hoje sequer o ressarcimento é inscrito no Orçamento-Geral da União, e, todos os anos, os governadores precisam ficar de pires na mão, implorando que seja aprovada alguma suplementação orçamentária, garantindo que

pelo menos R$2 bilhões, de um total de R$24 bilhões, sejam ressarcidos.

Agora mesmo, a Câmara está debatendo o projeto do Super Simples. A ampliação do Super Simples será importante para as microempresas, mas os estados vão ter de novo perdas significativas. Somente o meu estado terá mais de R$100 milhões de perdas anuais, por conta do Super Simples.

Todas as vezes em que se cria uma contribuição e se reduz alguma alíquota de impostos, os estados perdem, porque as contribuições são exclusivas para a União, enquanto os impostos são compartilhados. Muitas vezes, os impostos são reduzidos, e aumentadas as contribuições. Com isso, os estados e os municípios perdem.

Por outro lado, os Estados pagam hoje juros que oneram demasiadamente as nossas receitas. O Estado de Goiás pagará, somente neste ano, a título de juros, serviços e amortização da dívida externa, quase R$1,5 bilhão, incluindo precatórios. E o pior é que as taxas de juros são elevadíssimas. Nós temos hoje as maiores taxas pagas no Brasil. Nós pagamos quase que 20% de taxas de juros, enquanto o BNDES pratica taxas ínfimas, de menos de 5%.

A reforma tributária que está sendo debatida na Câmara, que deverá chegar ao Senado, vai implicar, por outro lado, Senador Delcídio, perdas incríveis para os estados, especialmente para os estados produtores. Se tivermos a redução para cinco faixas de alíquotas, já teremos uma redução de receitas muito grande. E, se houver a mudança da cobrança da origem para o destino, outro desastre para quem produz.

O projeto sinaliza com a possibilidade de ressarcimento. Ora, como acreditar que haverá ressarcimento, se nunca houve o ressarcimento devido aos estados pela União em relação ao que nós perdemos com a Lei Kandir?

V. Exª, Senador Delcídio, que está na pós-graduação como pré-candidato a governador do Mato Grosso do Sul, deve começar a se preocupar, colocar as orelhas em pé em relação ao que vai enfrentar daqui para a frente. Os senhores não sabem da dificuldade que temos para cumprir a lei que estabelece o piso mínimo para professores. Senador Lindbergh, meu ex-colega, nós queremos atender aos 1.200 professores que ainda não estão no piso; só que, se nós dermos o piso, temos o efeito cascata, e vamos ter um ônus no Estado de Goiás de quase R$500 milhões, e estamos amarrados: não podemos dar o piso porque temos de atender a todas as categorias.

Enfim, a situação dos estados é cada vez mais difícil. Vai chegar a um ponto em que a Federação vai se desintegrar, os estados e os municípios vão falir literalmente. E o Sr. Senador Delcídio que, tenho certeza, tem todas as chances de vir a se tornar governador do seu estado, verificará isso pessoalmente, caso seja eleito. A situação é muito delicada.

Nesse contexto, debate-se aqui a questão de uma nova redistribuição de *royalties*, incluindo agora os *royalties* do pré-sal. A primeira colocação que faço é no sentido de elogiar o esforço do Senador Dornelles, esse grande brasileiro, que defende, com muito vigor aqui, os interesse do seu estado, o Rio de Janeiro, dos estados produtores. E o faz com muita competência, inclusive trazendo dados técnicos da mais alta qualidade.

Por outro lado, o Senador Wellington Dias, ex-governador do Estado do Piauí, traz aqui também uma proposta que procura beneficiar os estados não produtores. Não é uma proposta que tenha como objetivo prejudicar o Estado do Rio de Janeiro ou o Estado do Espírito Santo, mas uma proposta que tende a ser conciliatória em relação aos interesses dos estados e dos municípios não produtores com os estados e municípios produtores e a União. É uma proposta muito bem articulada, muito bem arquitetada, que poderá resultar numa solução.

Fui informado aqui pelo vice-governador do Pará, Dr. Helenilson Pontes, de um projeto do meu querido amigo Senador Flexa Ribeiro. Pode ser também que, nessa proposta, nós encontremos um consenso em relação a essa distribuição de uma riqueza que é nacional. É preciso deixar claro que essa é uma riqueza do Brasil, e nós só vamos conseguir combater desequilíbrios regionais, discrepâncias regionais e promover efetivamente o equilíbrio e o desenvolvimento regional no Brasil se formos capazes de buscar consensos que não prejudiquem uns em detrimento de outros, mas que efetivamente garantam a promoção do País como um todo, garantam aos estados condições de suprirem as necessidades básicas das populações, que dependem dos governos estaduais e das prefeituras, que dependem de recurso.

Ora, quem é que não quer, em sã consciência, quem é a pessoa sensata, equilibrada, avançada que não queira resolver problemas na área de segurança pública? Mas, para isso, é necessário dinheiro.

Os Estados são hoje, única e exclusivamente, os responsáveis pela promoção da segurança pública. Município não tem de colocar dinheiro constitucionalmente falando, nem a União. Então, nós somos responsáveis por gastos vultosos na área de saúde, na área de educação.

Enfim, se nós queremos efetivamente contribuir para um debate nacional, de refundação do pacto federativo, de fortalecimento da Federação, de fortalecimento dos estados e dos municípios, é preciso aproveitar

esse debate oportuno do pré-sal, para garantirmos a efetividade da Federação.

Pela proposta do Senador Wellington, por esse substitutivo dele, a União continuaria ainda com receita de quase R$9 bilhões; o Rio de Janeiro, com receita superior a R$10 bilhões; o Espírito Santo, com receita superior a R$1 bilhão; e os estados não produtores teriam uma participação de R$4,150 bilhões, enquanto os municípios também R$4,150 bilhões.

Eu creio, Senador Delcídio, Senadora Lúcia Vânia, Senador Benedito de Lira, senadoras e senadores aqui presentes, que essa partilha, ou esse consenso que buscamos aqui poderia ser o início do reequilíbrio federativo, do reequilíbrio financeiro para os estados e para os municípios.

Na mesma linha do vice-governador do Pará, ninguém quer aqui retirar nada dos estados que produzem. Agora, no tocante ao debate acerca do pacto federativo, não há lugar mais propício para se iniciar esse debate do que a CAE, do que a CI, do que a CDR, do que o Senado. E eu sugiro, Senador Delcídio, Senadora Lúcia Vânia, Senador Benedito de Lira, que realizemos outros debates aqui para discutirmos a questão da Federação, a questão do pacto federativo.

Eu agradeço muito aos senhores, à Srª Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Cyro, meu querido colega, meu sucessor aqui no Senado, por terem me convidado para participar deste debate aqui. Eu não vou ser enfadonho, não vou ser repetitivo, não vou repetir aqui o que já foi colocado, com tanta propriedade, pelos senadores e expositores que me antecederam, mas eu deixo esta reflexão acerca da questão federativa. Os estados e os municípios vão falir se não tomarmos providências imediatas.

Eu não vou usar todo o tempo, Senador Delcídio. Vou emprestar parte dele para que possamos debater este assunto de tão grande relevância.

Muito obrigado a todos.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Marconi Perillo, pelas palavras. Sem dúvida alguma, o Senado vai discutir esses temas tão importantes, não só os *royalties*, mas estamos discutindo a questão do FPE, do FPM, da dívida dos Estados, o PRS 72, ou seja, uma pauta bastante extensa. Não tenho dúvida nenhuma que essa vai ser a grande agenda do Senado Federal neste segundo semestre.

Vou aqui listar os oradores inscritos. Depois que eu terminar de falar os nomes, está encerrada a inscrição. Temos aqui, na ordem: Senador Walter Pinheiro, Senador Valadares, Senador Pimentel, Senador Lindbergh Farias, Senador Flexa, Senador Cyro, Senador Casildo, Senadora Ana Amélia e Senador Ricardo Ferraço. E nós vamos seguir o Regimento, três minutos, fazendo tudo num bloco só.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio, eu acho que chegamos a um estágio – e quero corroborar o que disse o meu grande companheiro de Senado, Senador Dornelles – em que os números nos levam a um nível cada vez mais de aproximação, Senador Wellington. Mas há horas em que temos que fazer uma outra mediação. Os números apontam, orientam, mas vou aqui completar o que disse o nosso índio, o Senador que brilhantemente nos trouxe um conjunto de reflexões e caminhos para este debate, que é necessário colocar o guiso no rabo do gato. Nós vamos ter que materializar esses números num texto.

Agora chegou a hora de fazermos a nossa parte, materializando isso que, de forma muito correta, V. Exª traz para gente. E aí num modelo apresentado para nós pelo presidente da Petrobras – acho que ele não esperava que trouxesse, nas explicações dele, o caminho, Senador Wellington, dessa simplificação, para que a gente fosse ao encontro desses números. E o Senador Dornelles coloca muito bem, que é o seguinte: nós não estamos impondo nem criando nem inovando, Senador Wellington e Governador Perillo, nenhuma forma no sentido de escolher um terceiro setor, digamos assim, para a gente atacar, que são as empresas nessa área de operação. Mas muito mais na linha do que é o próprio dado que nós trabalhamos aqui, Senador Dornelles, no que é a participação especial de hoje e o que será essa participação de amanhã, nessa divisão do bolo para atender essa demanda de Estados e Municípios.

Então, eu diria que nós encontramos o ponto de aglutinação para elaborar uma legislação, tratando agora como nação a necessidade efetiva de distribuirmos esses *royalties* de maneira que enxerguemos essa pregação dos governadores, que não assusta – o Delcídio está doido para tocar esse problema, está preparando o terreno aqui hoje –, mas que nos leva, primeiro, a definir essa etapa. Se colocarmos, antes disso, a exigência de solucionarmos os problemas do pacto federativo, creio que vamos nos deparar com problemas insolúveis, e aí os números vão falar mais alto, Senador Dornelles. Esses números moverão diversos setores. E nessa confusão, nós não fecharemos esse projeto.

Quero encerrar dizendo o seguinte: efetivamente, nós temos que fazer uma escolha aqui de ir por partes. E a primeira parte é repartir essa questão dos *royalties.* Feito isso, consolidaremos o caminho de forma muito

enfática e agora irmanada, porque a decisão do Governo é importante quando diz que quer, até o dia 14, apresentar um rabisco. É o governo dizendo: "eu estava até este momento como uma parte dessa discussão". Caberá, efetivamente, ao Senado essa concertação que envolve governadores, Estados produtores, não produtores, Municípios, etc. e tal. Mas nós precisaríamos ter essa relação com o Governo para dizer que uma parte disso tem que ser absorvida pela União; e mesmo a parte, como muito bem coloca o Senador Dornelles, nós temos que cobrar das empresas. É necessário que a União encaixe essa decisão, e até por decreto, eu diria, numa canetada de extensão. Portanto, nenhuma nova legislação para que essa outra parte possa complementar esse bolo que nós estamos discutindo aqui e, de uma vez por todas, fecharmos um projeto que sinaliza para a primeira grande pactuação feita na União, que selará o caminho para a gente ir para a segunda etapa, que é o pacto federativo.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Senador Valadares, Senador pelo Estado de Sergipe, por três minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Srª Presidenta, componentes ilustres desta Mesa, Srs. Senadores, eu faço parte, sou Senador de um pequeno Estado da Federação brasileira que está entre os maiores produtores de petróleo, o Estado de Sergipe, que é mais ou menos do tamanho do Estado de Israel. Mas, além de ter um coração grande, porque é um Estado nordestino, encravado entre dois Estados – Bahia, grande produtor de petróleo, do Senador Walter Pinheiro, e também do Estado de Alagoas, do Senador Benedito de Lira –, este Estado, apesar de ser produtor de petróleo, caminha nessa mesma direção de quantos aqui participam desta audiência pública.

Os Estados não estão participando de uma guerra fratricida; não há uma guerrilha instalada nos Estados produtores tampouco nos Estados não produtores. Somos irmãos de um mesmo País, de uma mesma Federação. E essa Federação só se consolida e os nossos sonhos só podem se concretizar na medida em que estamos realmente unidos e marcando essa união com objetivos bem claros.

Os números, como disse o nosso Senador Dornelles, falam por si mesmo. Se nós concordarmos com a realidade dos números, estaremos concordando com a realidade do texto da lei a ser elaborado futuramente.

Já temos o arcabouço dessa lei; o Senador Wellington Dias dá um demonstrativo de que o Nordeste do Brasil está muito bem representado pelo Estado do Piauí.

A minha palavra é apenas de alegria, primeiro, por constatar essa união com objetivos concretos visando consenso; em segundo lugar, ratificar a opinião já dada em projeto anterior, quando do marco do regulatório do pré-sal, de que 50% dos recursos advindos da exploração do pré-sal fossem destinados à educação. E agora o Senador Inácio Arruda repete essa mesma proposta, e eu sou o relator designado na Comissão de Educação.

Quero reafirma que o País só pode conquistar um futuro mais brilhante e dar saltos para o futuro se puder contar com educação de qualidade, com inovação tecnológica, com ciência e tecnologia, com professores bem remunerados, com escolas bem instaladas, enfim, com qualidade de ensino, desde o primeiro grau até o nível superior, dando exemplo pelo mundo afora. Portanto, vamos nos equiparar às nações mais desenvolvidas, trabalhando pela educação. E o pré-sal, que é essa riqueza incomensurável que nós temos, vai nos dar a grande riqueza incomensurável, fortalecendo os sonhos da nossa juventude.

Parabéns, Sr. Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Com a palavra o Senador José Pimentel, por três minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu quero saudar os nossos Presidentes, a nossa Presidenta, os expositores e começar registrando que este debate do pré-sal é um excelente debate porque nós estamos discutindo receitas novas, receitas crescentes num momento em que temos o que compartilhar. O ruim de discutir partilha é quando você está tendo redução de receitas, porque você vai partilhar as dificuldades; aqui não. O que nós estamos discutindo é exatamente a possibilidade de respeitar e assegurar os montantes dos Estados confrontantes. Eu não gosto muito de chamar de produtores porque a produção não é em um território, é em alto-mar. E nós, há muito tempo, definimos que o limite são os terrenos de Marinha; dos terrenos de Marinha para frente, os terrenos pertencem à União, e o nosso Senador e Ministro Dornelles coloca com muita precisão: o petróleo é da União.

O que nós precisamos é remunerar diferentemente aqueles que, eventualmente, possam ter uma agressão maior ao seu território, à sua realidade. Então, esse entendimento é muito importante para que nós possamos fazer esse desenho da partilha. E eu acredito que o que o Senador Wellington Dias traz como contribuição um bom ponto de partida. Acho que, a partir desses números, nós podemos construir

um texto e, ainda no mês de setembro, conforme temos o compromisso com a sociedade brasileira, levar a voto no Senado e, em seguida, na Câmara Federal.

Queria também adiantar que essa questão do pacto federativo que o nosso Governador Marconi Perillo traz é muito importante. Estamos aqui com duas subcomissões debruçadas sobre esses temas, e o colegiado de governadores também tem pautado, já esteve com o Presidente do Congresso Nacional, tem uma agenda sobre isso. O diferencial de alíquota é um item que nós precisamos trazer para a Ordem do Dia; esse é um dos fatores que está contribuindo para a desindustrialização do Brasil. Porque, se nós compramos uma máquina, um equipamento dos Estados industrializados, pagamos 18% a mais: 7%, no nosso caso, direto para o Estado industrializado, na transferência de alíquota, e mais 11% para o empresário que instalou a máquina no nosso Estado. E nós somos obrigados a restituir essa diferença dos 11% exatamente por isso. Já temos hoje uma dívida, entre os Estados com o setor industrial brasileiro, de mais ou menos R$95 bilhões. Essa dívida é gerada de 2000 para cá. Portanto, aí há um debate muito forte sobre isso.

Temos a questão do ICMS da importação. Para os Estados semi-industrializados é preferível comprar máquina importada porque ele coloca o ICMS baixíssimo, credita-se no imposto de importação e a União faz o ressarcimento esse empresário em até 12 meses. E agora, com o programa Brasil Maior, a partir de maio de 2012, faz o ressarcimento em dia. Ou seja, rigorosamente em dia, apresentou o crédito, o Tesouro paga. A partir de outubro, esse prazo é reduzido até chegar em dia, enquanto os Estados membros levam 48 meses para ressarcir esse que investe em máquinas e equipamentos e tem que se capitalizar no mercado. Esse é um tema decisivo que nós precisamos definir.

O outro é o comércio eletrônico, em que as grandes lojas se preparam e os Estados semi-industrializados, onde a planta dessa grande loja não está instalada.

Temos a questão do fator de atualização das dívidas dos nossos Estados membros que tem um desenho muito adiantado, e uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que é a nova partilha do FPE e do FPM, que precisamos construir. Temos acordo nisso; só temos divergência, nosso governador, com relação ao Simples nacional.

O senhor sabe que eu sou um dos autores desse processo, e montamos um desenho lá, na Lei 123, que vigora a partir de julho de 97, em que a partilha para o Estado do ICMS é 3,95%, para a faixa a partir de 1,2 milhão hoje e, a partir da atualização, de 1,8 milhão. E como nós aprendemos no ICMS, ele é 18% da margem de lucro. E trabalhamos com a margem de lucro de 20%. Então, o ICMS máximo que o Estado cobra é 3,6; no Simples, é 3,95. Portanto, nós montamos um desenho em que o Estado sai ganhando. E é exatamente por isso que eu acompanho rigorosamente essas contas. Se você pegar julho de 2007 a julho de 2011, o Estado que menos cresceu, a sua receita do ICMS no Simples cresceu 57% em valores reais. E tenho item por item, empresa por empresa por conta do Cnae, do CNPJ dessas empresas.

Por último, nós temos nesse setor um setor em que o faturamento bruto da União em 2010 – todas as receitas brutas em 2010 – somou R$7,4 trilhões. Todas as empresas inscritas no Simples do Brasil faturaram R$410 bilhões. Portanto, de todas as empresas do Simples, que hoje são 5,4 milhões, o faturamento é menos de 10% do faturamento nacional. Portanto, o problema do Estado não está aqui; o problema está em outra ponta, nos 90% em que normalmente há isenção de ICMS. E aí nós queremos concentrar em cima dos pequenos o fato dos contratos que foram feitos em épocas passadas e os seus desdobramentos. E esse setor, até ontem, era basicamente informal. Nós tínhamos 1,337 milhão de empresas em julho de 2007. Hoje estamos com 5,4 milhões, e o senhor nos ensinou – e eu aprendi – que o pior do mundo tributário é a informalidade, e aqui nós estamos formalizando para ajudar os nossos Estados membros. Portanto, o senhor fique tranquilo de que o desenho que nós estamos fazendo, desde 97, protege os Estados, principalmente do ICMS. E de onde é que nós tiramos? Tiramos da União. Ou seja, o teto normal da alíquota do Estado é 3,6, e nós estamos pagando 3,95 nesse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

O Senador Pimentel fez um tratado tributário. Não foi só de *royalty* que ele falou; ele aproveitou e varreu a agenda.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu não vou falar sobre os vários aspectos aqui; quero me concentrar – e estou muito esperançoso –, Governador Marconi Perillo, nessa negociação. É preciso dizer que os Estados não produtores conseguiram pautar sua visão desse problema.

Ontem, nós tivemos aqui os governadores dos Estados produtores concretamente construindo uma aliança com os Estados não produtores a partir dos argumentos dos Estados não produtores. Não dá para ficar desse jeito; tem que mexer, mexer no pré-sal e criar uma regra de transição agora. Então, nós estamos irmanados nisso.

O que houve ontem foi muito simbólico. Depois nós fomos a uma reunião com o Governo para dizermos: "Olha, nós estamos juntos na construção de uma saída".

Há alguns caminhos. A gente sabe que, na concessão, Estados e Municípios não produtores era 8,75%; do jeito que está aqui agora, aumentou para 44%. Mas todos nós estamos chegando à conclusão aqui, dos Estados não produtores e dos Estados produtores, que houve uma alteração na relação do que é da União com o que é de Estados e Municípios, porque hoje, de participação especial, temos algo em torno de 11 bilhões; *royalties*, quase 10. Ou seja, mais de 50% é participação especial. Isso acaba, Senador Perillo, na partilha. Acaba a participação especial. E o Governo aumento *royalties* de 10 para 15. Era para ter aumentado para manter a proporção, no mínimo, para 20. Esse é um consenso que nós estamos estabelecendo aqui. Ou seja, aumenta, mantém a proporção entre União, Estados e Municípios e aumenta a fatia para ser distribuída do pré-sal para todo mundo.

Mas nós concordamos com a segunda tese, e a gente entende a angústia dos governadores de dizerem que não dá para esperar só pré-sal. Esse é o caminho que estamos tentando construir, e os Senadores Wellington e Dornelles estão tendo um papel nisso. Eu acho, sinceramente, que nós tínhamos que avançar para chegar com um projeto desta Casa, para entrar no debate com mais força. E dá para fazer isso; são várias as alternativas.

Eu só queria chamar a atenção aqui para um fato novo, pesquisado aqui, que quero passar para todos, quero passar para o Presidente da CAE, da Comissão de Infraestrutura, quero passar para o Benedito de Lira, que é Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, para os Senadores Wellington e Dornelles; vou mandar distribuir a todos os Senadores.

Senador Pimentel, houve um aumento muito grande no preço do petróleo a partir de 2002. Estou aqui com um estudo do Ministério de Minas e Energia feito pela Empresa de Pesquisa Energética, que era presidida pelo Dr. Maurício Tolmasquin. Neste estudo aqui, eles mostram que, de 2002 a 2006, todos os países produtores de petróleo aumentaram suas participações governamentais – está aqui o estudo –, menos o Brasil. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a Venezuela colocaram o seguinte: depois de US$70, muda. Criaram um sistema, e nós ficamos parados.

Eu achei, a minha assessoria achou um estudo do FMI sobre a Rússia. Um estudo do FMI sobre a Rússia que falava que a Rússia tinha que aumentar a sua participação governamental e citava como exemplo diferenciado o Brasil, que está nesta linha aqui debaixo. Quer dizer, o Brasil é o país que, depois de um determinado volume, não modifica nada. Isso é muito interessante.

Eu queria passar esses estudos para os senhores porque eu estou convencido de que aquele caminho de mexer... O decreto nosso é de 98, o que estabeleceu os critérios de que de 313 campos, só 22 campos pagam. E o valor do dólar naquela época era dezesseis; hoje está cento e tanto. Esse aqui pode ser um caminho para nós. Por isso é que quero passar este documento para vocês.

E digo que este debate é velho, Ministro Dornelles. Olha só: peguei um trecho do Mercadante aqui na Comissão de Assuntos Econômicos em 2008. Olha só o que ele diz: "Que a gente leve para frente a revisão do critério de participação especial. Porque não é possível, com esse aumento do preço do petróleo, esses dados que apresentei aqui. No primeiro trimestre, só 16 campos de petróleo estão pagando participação especial". E continua: "E produziam petróleo com 18, 20, e agora é 130". É o mesmo debate.

Então, esse é um grande caminho. Eu sei que a gente está participando coletivamente dessas negociações com o Governo, então eu vou separar esta matéria e passar para cada um dos senhores, porque acho que essa pode ser uma grande saída, uma grande fonte que não impacta tão forte a União, que está fazendo o seu esforço fiscal, mas que corrige uma distorção na legislação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh, primeiro, pela assessoria competente; segundo, porque obteve o vazamento de um documento importante para nós, do próprio governo; e, terceiro, é também, Senador Walter Pinheiro, entender que o Senador Lindbergh tem o Ministro Mercadante como uma leitura permanente no que se refere a essas discussões. *(Risos.)*

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Delcídio do Amaral, da CAE; Presidente Lúcia Vânia, da CI; Presidente Benedito de Lira, da CDR; Governador Marconi Perillo, é uma satisfação, uma alegria revê-lo, a saudade do convívio com V. Exª é enorme; meu amigo Vice-Governador Helenilson Pontes; meu professor Francisco Dornelles, professor de todos nós, nosso competente Senador Wellington dias, Srs. Senadores, eu aqui estou em êxtase.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – (*Intervenção fora do microfone.*) Pensei que estivesse com açaí, mas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, o açaí me deixa sempre ativo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – (*Intervenção fora do microfone.*) Não é "a sair" da reunião...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu estou aqui ouvindo uma música celestial. Nós chegamos aqui, Governador Marconi, Vice-Governador Helenilson, a algo por que nós lutamos há muito tempo. Acho que chegamos ao entendimento, e a União, o Governo federal não tem mais como fugir da discussão, Senador Pimentel, da reforma fiscal e tributária e do pacto federativo, da refundação do pacto federativo.

O que nós temos em andamento no Congresso – hoje, é por partes – deve ser juntado para se fazer a revisão. Não há como tratar separadamente esses pontos, porque, ao final, eles terão que ser aglutinados.

Vejo o entusiasmo do Senador Lindbergh, fico entusiasmado com a sua vitalidade à época, e hoje mantida, e quero usar isso a fim de avançarmos em todos os pontos, porque eu acho que chegamos a um entendimento aqui.

Primeiro entendimento: os Estados produtores não podem ser penalizados com relação à receita que têm no momento. Esse é um ponto sobre o qual há consenso. Segundo ponto que é consenso: os Estados não produtores – e quando falo Estados, também falo também dos Municípios – necessitam – e terão que ter – da participação no resultado da exploração do petróleo a partir de agora. Nós não vamos esperar 2020, 2022, não. Nós precisamos a partir de agora. É consenso. Eu acho que já chegamos aos dois pontos. Isso nos une. Isso nos une. Do que precisamos?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, aí, o terceiro é que quem tem que... Não se trata de perder, mas de deixar de ganhar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – (*Intervenção fora do microfone.*) É compartilhar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É; é deixar de ganhar. Porque o que nós vemos aqui – ainda ontem, fiz uma observação sobre isso – é que a União é um animal insaciável, com relação a receita. Quanto mais ela tem, mais ela quer, e aí atropela Estados e Municípios. Ou seja, atropela quem? Atropela a nós, cidadãos; a nós, brasileiros. Porque ela tira daqueles que precisam ser atendidos. E aí é que quero usar o entusiasmo de V. Exª, Senador Lindbergh, para convencer a União, o seu Governo, para que ele entenda que não está perdendo; ele não pode ganhar mais. E entender como achar a solução.

Então, Senador Delcídio, quero parabenizar os Presidentes das comissões pelas audiências conjuntas.

Nós ouvimos o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; ouvimos o Presidente da Petrobras; ouvimos os governadores dos Estados produtores; ouvimos os governadores dos Estados não produtores; ouvimos os Senadores que estão à frente do estudo do consenso – pelos Estados produtores, o Senador Francisco Dornelles, e pelos Estados não produtores, o Senador Wellington Dias –; vamos ouvir o Dr. Nelson Barbosa, na próxima semana, que trata da questão da Fazenda. Acho que já podemos começar a construir esse entendimento, Governador Perillo, partindo de um número. Qual é o número? Como disse o Senador Dornelles, qual é o número que atende à necessidade dos Estados não produtores? É esse o número? Como vamos chegar a esse número?

Senador Delcídio, acho que já estamos maduros para nos sentar e escrever. E fico muito feliz mesmo, porque esta questão do pré-sal trouxe a discussão – e não há como fugir dela o Governo federal –, e nós vamos continuar, já vamos para a questão do Cfem dos minerais, para outros pontos que foram aqui destacados e que entendo que deveriam ser um conjunto. Mas vamos trabalhar isoladamente.

Senador Delcídio, a questão que estamos vivendo aqui – acho que foi o Senador Pimentel que fez uma referência, ou o Senador Walter Pinheiro – é, graças a Deus, de discutir sobre aumento de arrecadação e não sobre perda de arrecadação. Ele fez uma referência inicial a isso, e é verdadeira. Então, é hora de atender todos os brasileiros, não só na questão do pré-sal, mas nas outras necessidades também.

Governador Marconi, Vice-Governador Helenilson, propus um debate, uma audiência na Comissão de Educação para discutirmos dois aspectos fundamentais também. Falamos em educação, na questão da transferência de recursos, Estados e Municípios, do transporte e da merenda escolar, que afetam todos os Estados e Municípios...

Vamos chegar lá.

Então, quero parabenizar os três Presidentes, os Governadores, os Senadores que estão envolvidos no processo, todos nós.

Só quero, Senador Lindbergh, que V. Exª nunca mais proponha o que propôs ontem, nesse seu entusiasmo permanente, de adiar a votação do veto no Congresso. Não faça mais isso. V. Exª, ontem, fez um balão de ensaio de querer jogar para final de setembro, outubro, e o Presidente Sarney foi firme. Nós vamos votar, no Congresso, o veto, no dia 22 de setembro. Então, V. Exª tem 20 dias. Como V. Exª não vai sair de férias agora esta semana – nós não temos férias –, vamos trabalhar para chegar a esse consenso e vamos votar até o dia 22, para a alegria de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Eu só gostaria de fazer um registro. Entendo, dentro do que o Senador Flexa disse, e o Senador Lindbergh também, que as Comissões do Senado Federal têm que apresentar uma proposta, sim, independentemente da proposta que vier a ser apresentada pelo Governo. Eu não sei se todos os Senadores concordam, mas o Senado precisa apresentar uma proposta, e acho que estamos muito próximos disso por tudo o que falaram o Senador Wellington Dias e o Senador Dornelles.

Com a palavra o competente Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Excelência, meu mestre. Srs. Presidentes desta reunião, Srª Presidente, senhores convidados. Quero saudar todos na pessoa do meu Governador Marconi Perillo, sem desfazer dos demais, mas um dos melhores governadores do nosso Estado e do Brasil. É uma demonstração de carinho e de afeto porque nós vivemos, durante oito anos, os melhores anos que Goiás já teve, e ele se comprometeu a fazer, nestes próximos quatro anos, os melhores anos que os goianos terão.

Eu quero dizer aos senhores que aprendi, quando vim para esta Casa, com o Senador Delcídio, que, em todas as audiências, teria que ter o contraditório. E fico feliz porque não houve contraditório desta vez. A participação e a vontade são as mesmas. E, como disse o Senador Pimentel, aqui é uma situação diferente. Casa onde falta pão, todo mundo briga, todo mundo tem razão. Mas é que estamos num momento diferente, de fartura. E o momento de divisão da fartura é um momento propício porque todos estão imbuídos e desarmados dos espíritos. A União tem que estar envolvida e, como o Senador Delcídio falou, tem que sair uma proposta desta Casa, porque a legitimidade da representação de cada Estado, igualitária, passa pelo Senado. Então, a razão maior é essa.

E acho que também a grande vantagem nessa partilha é que ela vai ser direcionada, Senador Wellington. Hoje assistimos a algumas coisas, que são Municípios extremamente ricos e que fazem bobagem com esse dinheiro. Fazem bobagem alguns Estados também, às vezes, porque têm excesso. Então, com todos os recursos que... Obrigado, Senador Dornelles, o senhor tem toda razão. Então, com isso, vamos ter a oportunidade de dizer o queremos da União, dos Municípios e dos Estados.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Um aparte do Senador aqui, mas ele não quis completar.

Então, de maneira que nunca vivemos um momento tão bom, tão salutar e de uma convivência tão estreita. O Senador "pop" Lindbergh, assim apelidado aqui Senador Delcídio, tem toda razão e nos traz, e hipotecar esse seu apoio é o apoio do Governo.

Muito obrigado e só desejo que, daqui para frente, a gente realmente chegue, no dia 22 de setembro, no Congresso Nacional, com uma proposta sem discussão, sem maiores problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro, pela objetividade, pela competência habitual.

Temos mais dois Senadores inscritos, que, contudo, não estão presentes. Assim, encerro com o Senador Casildo Maldaner e, depois, passo aos expositores, dentro da sequência que adotamos no início desta audiência.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Delcídio do Amaral, quero aqui, nesta saudação que faço a V. Exª, à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Benedito, das três Comissões, com extensão ao Governador Perillo e também ao nosso Vice-Governador Helenilson, aos nossos dois mestres que coordenam esse papel, Senadores Dornelles e Wellington Dias, ser bem sincero. Eu estava imaginando, há alguns dias, que nós não íamos avançar tanto, mas acho que foi feliz o Senador Delcídio do Amaral com os colegas das Comissões ao promover esses debates aqui no Senado. Provocou o Senado, resolveu abraçar a tese, já que está conosco, já veio da Câmara esse negócio do veto, para nós decidirmos e resolvermos.

A Confederação Nacional dos Municípios, os movimentos todos, os Governadores, a pressão sobre nós cresceu e o Senado resolveu assumir, resolveu incorporar essas dores. Eu tive a honra de ser executivo no meu Estado, Santa Catarina, e estou vendo as dores dos senhores do Pará e de Goiás, como é que as coisas andam. E aquilo que disse aqui o Senador Flexa Ribeiro eu quero assinar embaixo. Estamos numa espécie de êxtase. Estou sentindo hoje também alguma coisa no sentido extraterreno até, porque a coisa avançou.

A tese de V. Exª, Senador Dornelles, de apresentar e buscar fazer com que esses postos todos que não colaboram participem, ouvindo o *status quo* de 98 para cá, de vir para essa tese. Aquele trabalho do Senador Wellington Dias... Eu não conhecia esse trabalho silencioso de V. Exª. Havia tantas outras teses, mas esse trabalho que V. Exª expôs aqui eu não conhecia. É um tratado bonito, lindo, que o Brasil que assistiu hoje deve ter se empolgado até.

Então, V. Exªs, com essas tendências de fazer com que produtores e consumidores, eu diria isso – e

nós todos somos produtores de certo modo, e todos nós somos consumidores –, porque estou vendo que o Brasil tem um potencial adormecido, é um gigante adormecido. Eu não conhecia o potencial de V. Exª, que tem o Pará, com os minérios. E aí eu buscaria até os Estados que produzem carnes e grãos. São potenciais que o Governo... Essa riqueza nacional que pode equilibrar inclusive entre os Estados da Federação, descentralizar as riquezas. É o potencial de um gigante adormecido que começa a despertar.

Acho que estamos acordando para o princípio federativo de descentralização, de avançarmos. Isso equilibra. Essa repactuação nacional ajuda muito.

Então, quero me congratular, não só nós, os catarinenses, mas acho que todos nós aqui fomos felizes hoje ao assistir a essas aulas, de participarmos com V. Exªs, e cumprimentá-lo, mais uma vez, Delcídio. Nós estamos aqui para ajudar a buscar esse entendimento, aqui, e não transferirmos, como disse muito bem V. Exª, Governador, para o outro Poder, porque aí vai ficar muito ruim para nós. Que este debate político aqui de entendimento e do consenso é o melhor caminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Vou inverter um pouco a ordem, até porque o Governador Marconi Perillo também já tem uma agenda. Então, começo pelo Governador Marconi Perillo; depois, pelo Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes, pelo Senador Dornelles e, concluindo, pelo Senador Wellington, que vai apresentar mais uma lâmina que faltou na apresentação dele.

Com a palavra o Governador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Presidentes, eu não tenho muito a acrescentar, além do que já foi dito aqui. Quero apenas saudar os Senadores Walter Pinheiro, Valadares, Pimentel, Lindbergh, Flexa, Cyro Miranda, Casildo Maldaner, pela lucidez com que estão encarando essa discussão, buscando o consenso num assunto que é de interesse nacional.

Peço permissão ao amigo, Senador Pimentel, apenas para corroborar com ele em relação a todas as vantagens do Simples. Eu colaborei muito para a aprovação do Simples, do Super Simples, quando Senador. Sempre acreditei que esse fosse o melhor caminho. Mas estou fazendo, no bojo de uma série de perdas que os Estados têm ou poderão vir a ter, apenas citei esse caso como um caso que poderá ocorrer se o projeto que está tramitando na Câmara hoje venha a ser aprovado...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – *(Intervenção fora do microfone.)* Da substituição tributária. É outra coisa.

O SR. MARCONI PERILLO – Sim; da substituição tributária. É outra coisa. Então, não tem nada a ver com... Eu apoio irrestritamente o Simples, agora o problema é substituição tributária.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. MARCONI PERILLO – Claro. Então, eu apoio, sempre apoiei, mas, pelos cálculos dos nossos técnicos da Sefaz, teremos prejuízos. E é para isso que estou chamando a atenção dos nossos Senadores, estou encaminhando, inclusive, uma carta à nossa Senadora Lúcia Vânia, aos nossos Senadores Cyro e Demóstenes, aos nossos Deputados, em relação a essa possibilidade de perdas por conta da substituição tributária.

Então, eu queria só esclarecer para não ficar nenhuma dúvida em relação a minha posição, que é claríssima em favor da simplificação para a microempresa.

Por fim, quero saudar efusivamente a iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Delcídio do Amaral e do Senador Benedito de Lira, presidentes de três importantíssimas Comissões do Senado, de realizarem este debate, trazendo aqui, como expositores, as pessoas que defendem os Estados produtores e os não produtores e, por fim, saudar o debate que está sendo protagonizado por dois especialistas nesse tema, o Senador Wellington Dias e o nosso querido Presidente do PP, Senador Francisco Dornelles.

Muito obrigado aos senhores por terem me convidado para este debate tão oportuno e tão importante para o futuro do País.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Marconi Perillo, sempre bem-vindo à Casa aqui, que sempre será de V. Exª.

Com a palavra o Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes.

O SR. HELENILSON CUNHA PONTES – Senador Delcídio do Amaral, demais Senadores, Senadoras, apenas queria me irmanar com as palavras do Governador Marconi Perillo, agradecer pelo convite para participar de uma reunião tão produtiva. Acho que o País hoje assistiu, como disse o Senador Maldaner, a uma lição de civismo e de espírito público. Acho que todos nós aqui estamos preocupados com o País, não é, especificamente, com os nossos Estados.

Então, apenas em nome do povo do Pará, do Governo do Pará, agradecendo pelo convite, colocar o povo e o Estado do Pará também nessa luta em busca do consenso, da melhor regra e, sobretudo – e aqui quero registrar novamente –, de uma regra que

promova a segurança jurídica e que não transfira o debate sobre o tema para o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes, do querido Estado do Pará.

Vou abrir uma exceção só, para a Senadora Ana Amélia. Três minutos, Senadora. E, aí, encerramos com o Senador Dornelles e o Senador Wellington.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o Governador Marconi Perillo e o Vice-Governador do Pará pelos depoimentos, especialmente o trabalho feito pelo Senador Wellington e pelo meu querido Líder, Francisco Dornelles.

Mas quero colocar para os dois uma questãozinha bem rápida, Presidente Delcídio, especialmente para o Senador Wellington. Estamos vivendo aqui, neste debate dos *royalties*, a questão do pacto federativo, e é uma situação muito complicada pela fragilidade e pelo conflito de interesses entre União, Estados e Municípios.

A minha pergunta é esta: neste momento, está havendo maior compreensão e maior aceitação desse acordo pelos Municípios ou pelos Estados?

É essa a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu disse, Sr. Presidente, aos números eu me ajoelho. E estamos calculando os números para ver qual vai ser o ganho dos Estados e dos Municípios. Essa é uma disputa numérica. Acredito que vamos chegar a um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluiu, Senador Dornelles? (*Pausa.*)

O homem é objetivo mesmo. (*Risos.*)

Finalmente, com a palavra o Senador Wellington Dias, o peregrino dos *royalties* pelo Brasil afora.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Complicou a minha vida. Mas eu, Sr. Presidente, também quero dizer do meu entusiasmo, da minha animação com mais uma audiência avançando, mais uma vez, numa boa direção.

Acho que a reflexão do Senador Pimentel, na direção aqui abraçada também por outros Senadores, de que esta Casa não pode abrir mão de sua prerrogativa de construir uma proposta. Gostei muito do termo usado aqui pelo Senador Dornelles quando ele lembra que deixarmos de votar o veto, que todos nós estamos cantando em verso e prosa, que é um caminho legal, legítimo, mas que é perigoso. Ou seja, nós estamos muito próximos de um entendimento. Se a gente não deixar acontecer esse entendimento, é algo que pode ter, com certeza, consequências pelas quais não podemos nos responsabilizar.

Senador Lindbergh, quero só dizer que, e quero aproveitar isso, esse caminho, e eu tinha tratado ontem, quando a gente discutia com o Ministro da Fazenda sobre a ideia do reajuste do chamado valor referência do barril, tão bem levantada pelo Senador Dornelles, houve um conjunto de interpretações pela área técnica. Mas acho que esse caminho... Veja só, qual é o valor ideal para o empresário, para o investidor – essa é a pergunta que eu fazia – do preço do barril do petróleo? São US$70. Com US$70, a Petrobras ganha muito, as empresas ganham muito, etc. Então, o valor dos *royalties*, 10%, até onde o barril for US$70, é uma coisa. Subiu de US$70, como fazem os outros países, você tem uma nova alíquota. Então, você gera uma receita diferenciada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na Venezuela, é exatamente 70.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas eu queria só apresentar aqui, meu querido Presidente, considerando aquela projeção que apresentei da proposta, alguém tem alguma noção do que significa isso? Casildo, Flexa, meu querido Vice-Governador, para vocês compreenderem um pouco do efeito. Como falei já da parte do Espírito Santo e do Rio, que seria o valor recebido mais a sua participação no Fundo de Participação, mais o que a gente negociar dessas novas fontes. Na proposta, por exemplo, 2010, o Estado do Mato Grosso do Sul, que recebeu até 2010, R$11,914 milhões, passaria para R$169 milhões. Chegaria em 2017 a R$452 milhões. O Estado do Ceará, para citar um outro Estado aqui, que recebeu R$94 e é um Estado produtor, por isso recebe um pouco mais, começaria com R$754 milhões e chegaria, em 2017, em torno R$1,905 bilhão. O Estado de Santa Catarina, para citar outro Estado, que recebeu, no ano passado, R$57 milhões, começaria com R$324 milhões; em 2017, R$873 milhões. Estou colocando aqui, Alagoas, para ter outro exemplo, com R$81 milhões, começaria com R$431 milhões. Tente imaginar Alagoas, meu querido Benedito de Lira, com R$431 milhões, para investimento em educação, em saúde, em infraestrutura, o que o companheiro Téo Vilela, que tanto está precisando desses recursos, não colocaria. O Paraná, que no ano de 2010 recebeu R$48 milhões, Senadora Ana Amélia, começaria com R$578 milhões e chegaria, em 2017 já, a R$1,625 bilhão.

Coloco isso só para a gente entender um pouco.

São só os Estados.

Os Municípios. Um Município com coeficiente 0.6: R$1,2 milhão por ano. Um Município 4.0: R$15 milhões por ano.

A última planilha, das capitais. Uma capital como Florianópolis, para pegar um exemplo, 22 milhões, deve ter recebido muito pouco, está certo? Maceió, para pegar um outro exemplo, 85... Cinquenta e quatro milhões, está certo? Porque ele é proporcional à população e o inverso da renda. Estou pegando Maceió aqui, que é o mais baixo inverso da renda das capitais, 85. Então, eu estou colocando assim para compreendermos.

Eu acho que se fazemos esse desenho – e quero encerrar – para esse esforço, isso não é imposto, e é um dinheiro que já começa a entrar nos primeiros doze meses seguintes à publicação da lei. Os que forem aprovados em setembro, a partir de outubro, publicada a lei, já começa a pagar. Então, é algo concreto, real. Eu acho que, aprovada a regulamentação que devemos, do pré-sal, nós abrimos um distensionamento – e falo isso com a minha experiência de governador – para todas as outras reformas. Porque hoje está todo mundo com a faca na garganta. Na hora em que houver esse oxigênio, abrimos um outro ambiente para a negociação.

Então, quero, com essas palavras, dizer da minha animação e da minha alegria. E parabéns à Comissão por este momento que estamos vivendo aqui.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero parabenizar o ex-Governador e Senador Wellington Dias pelo trabalho exemplar que tem feito e pela competência. Esse, não tenho dúvida, é o primeiro grande passo para um grande pacto da Federação...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – (...) especialmente em relação aos temas que foram aqui discutidos.

Encerrando, o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Só para registrar: na minha adolescência, eu lia muito Malba Tahan, *O Homem que Calculava*. Ele agora retorna, aqui, com Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Malba Tahan.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só para uma informação, não é sobre... Não quero pedir, como diz o outro, para uma questão de ordem não. Eu quero só informar que tínhamos hoje pela manhã, no horário de meio-dia, sessão do Congresso, mas nas tratativas, principalmente com o PSDB, a sessão foi suspensa, portanto, não houve sessão deliberativa no Congresso, não chegamos a acordo, mas não encerramos a sessão. Suspendemos a sessão para a próxima terça, sessão do Congresso, para apreciar créditos – o veto ainda não está pautado nela –, mas estamos solicitando ao Presidente Sarney e ao Presidente Marco Maia que mantenham pelo menos os painéis.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os painéis. Sábia decisão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu conversei há pouco com o Presidente Sarney, e o Presidente Sarney está tentando discutir, agora à tarde, a possibilidade de derrubar o painel hoje e exigir que os Srs. Senadores venham dar presença na terça. Nós ficamos de conversar à tarde. Em princípio, a sessão do Congresso está suspensa, e não encerrada. Ela abrirá na próxima terça-feira, mas para tentar garantir que efetivamente nós tenhamos quórum na sessão do Congresso, caso uma verificação de presença seja solicitada. Conversarei ainda com o Presidente Sarney para que nosso painel seja mantido.

Portanto, eu, por exemplo, estarei aqui na próxima terça-feira, na boa linguagem da comunicação, QRV e QAP, para tocar a sessão do Congresso.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sábia decisão, Senador Walter Pinheiro.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 07 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia treze de setembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Clésio Andrade, João Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Roberto Requião, Reditario Cassol,Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro,

José Agripino, Paulo Bauer, Armando Monteiro e Gim Argello, e, ainda, do Senador Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito, tendo falta justificada em virtude de estar licenciada. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença, como expositor, do Excelentíssimo Senhor Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a fim de "discorrer sobre o conjunto de medidas adotadas pelo Governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do País, reunidas no 'Plano Brasil Maior'", em atendimento ao Requerimento nº 54 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, José Pimentel, João Ribeiro, Armando Monteiro, Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Dias e Aloysio Nunes Ferreira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Bom dia.

Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Que Deus possa nos inspirar hoje!

Pauta.

Audiência pública com a presença, como expositor, do Exmo Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a fim de discorrer sobre o conjunto de medidas adotadas pelo Governo sobre uma nova política de medidas adotadas pelo Governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do País, reunidas no "Plano Brasil Maior", em atendimento ao requerimento nº 54/2011, desta Comissão, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy.

S. Exª, o Ministro Aloizio Mercadante, já se encontra na Secretaria da Comissão e eu peço ao Senador José Pimentel que possa conduzir nosso convidado ao plenário desta Comissão. (*Pausa*.)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno desta Comissão, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª, o Sr. Aloizio Mercadante, terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido. O interpelante dispõe de 5 minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de 2 minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Com a palavra o Exmo Sr. Ministro Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação para fazer sua exposição.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Bom dia a todos.

Eu queria dizer, Presidente Lobão Filho, que é um prazer muito grande retornar a esta Comissão da qual eu durante 8 anos participei ativamente, presidi e vê-lo com saúde, próximo para a próxima disputa. Espero que não tenhamos qualquer notícia relacionada a acidente, mas é muito bom vê-lo com saúde aqui à frente da nossa Comissão. Saúdo os demais Senadores.

Vou, então, iniciar nossa apresentação saudando o Senador Gim.

Queria iniciar então a nossa apresentação.

(Primeiro slide, por favor.)

Eu colocaria como desafios do nosso Ministério primeiro colocar a ciência, a tecnologia e a inovação como eixo estruturante do desenvolvimento do Brasil.

Pela primeira vez, nós conseguimos colocar essa definição como a terceira prioridade do Plano Plurianual. Quer dizer, acho que o Governo da Presidente Dilma assume que ciência, tecnologia e inovação são um eixo fundamental para o projeto de desenvolvimento do País e passa a ser a terceira meta e o terceiro grande macro desafio do País no Plano Plurianual.

Segundo, eu diria que nós precisamos consolidar a liderança que o Brasil já exerce em tudo que diz respeito à economia do conhecimento natural. O Brasil é o segundo maior produtor exportador de alimento no mundo, o País que mais aumentou o excedente agrícola exportável na última década e com as mudanças climáticas e o aumento da renda na Ásia há uma grande demanda por produtos agrícolas, as reservas estratégicas estão bastante comprometidas e o Brasil tem fronteira agrícola para expandir, tem a Embrapa, tem produtividade e tem um papel extraordinário.

Segundo, nós somos um grande produtor de minério com muita logística, com muita eficiência e seremos o oitavo, sétimo maior produtor e exportador de derivados de petróleo com a descoberta do pré-sal.

Então, o País consolidou a liderança na economia natural e tem sabido aproveitar toda a potencialidade que o Brasil possui. Agora, qual é o papel do nosso Ministério na nossa visão? O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem o papel de impulsionar a nova economia brasileira. O que é a nova economia brasileira? Impulsionar os setores do conhecimento e da informação, a economia do conhecimento da informação, que são setores portadores de futuro, e a economia verde sustentável, que é um desafio crescente. O Brasil também tem muito a contribuir. Nós somos o G1 da biodiversidade do Planeta e o segundo maior produtor exportador de alimentos. Essas duas coisas precisam conviver em equilíbrio.

(Próximo, por favor.)

No entanto, quando olhamos a produção científica, o Brasil, num *ranking* que acho bastante precário, porque é basicamente publicações em revistas especializadas, está em 13º lugar. A produção cientifica brasileira indexada está crescendo cinco vezes mais que a média internacional. Nós estamos subindo fortemente. Na inovação, nós subimos 20 posições – também é um *ranking* bastante precário –, estamos em 47º lugar. Ou seja, o Brasil ainda tem muito a fazer em termos de produção científica e inovação. Quando olhamos produção científica em artigos citados, o Brasil cai para a 35ª posição.

Portanto, de fato, nós precisamos combinar essa liderança que, na realidade, é a produção e exportação de *commodities* com os setores de maior valor agregado, que exigem produção científica, ciências básicas, inovação e desenvolvimento tecnológico.

(Próximo, por favor.)

Quando olhamos o esforço de P&D do Brasil, estamos aqui nessa posição de pesquisa e desenvolvimento. Estamos passando Portugal, Espanha e, talvez, Inglaterra este ano. Estamos subindo fortemente. No entanto, em azul é o que as empresas investem em P&D. Vejam que a Coreia investe 2,5% do PIB em pesquisa e desenvolvimento; o Japão, 2,7 do PIB e assim por diante; o Brasil apenas 0,57%, e aqui se incluirmos a Petrobras. Se tirarmos a Petrobras, cai para 0,3. Então, o Estado brasileiro está dentro de um padrão bastante razoável de esforço e investimento em P&D. Nós precisamos criar uma cultura da inovação no setor privado, que está longe disso, por muitas razões que mencionarei ao longo da exposição.

(Próximo, por favor.)

O esforço do Governo para poder melhorar pesquisa, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação, primeiro, é melhorar a formação de recursos humanos. Nós tínhamos cinco mil mestres e doutores em 1987. Estamos formando 50 mil mestres e doutores em 2010. Então, houve um esforço muito grande e, mais importante, uma desconcentração da rede de pós-graduação. Por exemplo, o Nordeste tinha 1,4% da formação de doutores e mestres do Brasil em 2002; hoje, tem 10%. Então, o Governo tem tido um esforço, criando universidades federais e programas de pós-graduação em todas as regiões do País. Há uma desconcentração em relação à Região Sudeste, em especial, eu diria, em relação a São Paulo, que tinha uma concentração muito grande dos programas de pós-graduação.

(Próximo, por favor.)

Este aqui é a nossa formação de jovens na graduação. Nós tínhamos 320 mil jovens formandos em 2000; hoje estamos indo para um milhão de jovens formandos. Nós triplicamos, numa década, o volume de formação na graduação. Vocês viram o *ranking*. O Brasil só tem 26% dos jovens no ensino universitário. É um nível ainda muito baixo para os países em desenvolvimento. E o mais grave é na Engenharia. Nós só formamos 47 mil engenheiros em 800 mil formandos. A Coreia forma um engenheiro para quatro formandos. O Brasil forma um engenheiro para 50 formandos. E caiu a participação relativa das engenharias.

O Governo vai lançar um programa especial para as engenharias, que é um grande desafio que temos pela frente.

(Próximo, por favor.)

Este é um programa novo da Presidenta Dilma, que acho que fará muita diferença na história da ciência, da tecnologia e da inovação do Brasil. A meta é atingirmos 75 mil bolsas de estudo, só o Governo, um investimento de R$3 bilhões e 200 milhões, nos próximos três anos, 27 mil e 100 alunos de graduação.

Aqui, quem são os alunos que podem ter acesso ao programa Ciência sem Fronteiras, que é basicamente para áreas de ciências básicas, engenharias e áreas tecnológicas.

A Capes e o CNPq continuarão dando bolsas de estudo para as humanidades e outras áreas, mas o foco é onde há deficiência. Então, são os alunos que tiraram mais de 600 pontos no Enem, que ganharam medalhas nas olimpíadas ou que estão nos programas de iniciação científica. São os melhores alunos do Brasil. A ideia é: os melhores alunos do Brasil nas 50 melhores universidades do mundo, em cada uma das áreas escolhidas, que são as áreas estratégicas de ciências básicas, engenharia e tecnológicas.

Nós já lançamos o edital agora, em 1º de setembro, para quatro mil alunos de graduação. Já encaminhamos 200 de pós-graduação. Vamos fazer agora novo edital com um volume bem elevado de alunos para pós-graduação. E a CAPS também já está lançando o seu edital. Nós já estamos em busca dessas metas

que são bastante ambiciosas e é um resultado que trará uma mudança de qualidade fundamental ao País.

Na graduação, estamos fazendo bolsa de um ano. Queremos que o aluno tenha experiência internacional, mas volte para o Brasil. Se você o manda ficar quatro, cinco anos, ele dificilmente volta para o Brasil. Então, a ideia é um compromisso com o País.

No doutorado, de um ano, 24.600 bolsas. Vou dar um exemplo aqui. Doutorado integral: 9.790 bolsas; pós-doutorado: 8.900. Vejam que a graduação é um grande esforço na pós-graduação, especialmente doutorado e pós-doutorado. Pesquisadores seniores: 2.660; 700 especialistas em áreas estratégicas para empresas estratégicas, como, por exemplo, semicondutores.

Queremos trazer de volta 860 jovens talentos, cientistas que estão fora do Brasil. Esse programa vai ter um grande impacto, há uma grande demanda. E pesquisadores de alto nível, por exemplo, Prêmio Nobel; queremos trazer 390. São programas de pesquisa em três anos.

Esse programa, apesar de não ter tido grande divulgação na imprensa – alguns veículos deram importância – já tivemos de acesso ao portal, só do CNPq, quatro milhões e meio de acessos. Portanto, mostra que os alunos estão muito interessados, há um grande interesse. As principais revistas científicas internacionais divulgaram com grande destaque o programa. E os resultados estão aparecendo. Por exemplo, no Emaiti, melhor escola de engenharia, tida nos dois *rankings* internacionais disponíveis. Tínhamos 14 doutorandos no Emaiti. Fechamos um acordo para 200 vagas no Emaiti, 100 vagas em Oxford, 100 vagas em Cambridge. E assim por diante. NYU, 500 vagas. Na Fundação Fraunhofer da Alemanha, vamos assinar 400 vagas em setembro. Fechamos 200 vagas na Academia Chinesa de Ciências. Nas quatro melhores universidades da Coreia, e assim por diante. Nas melhores universidades da Alemanha.

Então, estamos fechando acordos, ampliando significativamente o nosso programa de bolsa de estudos e isso fará uma grande diferença, eu diria, na história do Brasil, pelo impacto, pelo volume. E estamos buscando parceria com o setor privado para chegar a cem mil bolsas. Várias empresas estão aderindo ao programa. Por exemplo, a British Gas já vai dar 400 bolsas de engenharia nos próximos três anos. A Portugal Telecom vai pagar todas as taxas e vai dar uma bolsa para os alunos fazerem estágio em Portugal, porque o programa, nas áreas tecnológicas, engenharia, são nove meses fazendo o curso e três anos trabalhando na empresa. Eles vão pagar para todos os alunos em Ciência da Computação e Telecomunicações com emprego garantido na volta no Brasil. Estou citando dois exemplos entre muitas empresas, ANFAVEA, Fenabrave, a FEBRABAN, a CBIC, que estão aderindo ao programa e lançando metas ambiciosas. Queremos chegar a 100 mil bolsas.

(Próximo, por favor.)

Esse aqui é outro programa que nós fizemos em parceria com a CNI, no Congresso Brasileiro da Indústria e Inovação. Estamos chamando de Embrapi, Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial. É uma Embrapa para a indústria.

Começamos com três laboratórios. O IPT de São Paulo, da USP, o Instituto Nacional de Tecnologia no Rio de Janeiro e o Cimatec do Senai, que é o melhor centro do Senai na Bahia. Esses institutos vão atender á demanda de inovação das empresas. Nós só vamos pagar por demanda de inovação concreta, ou seja, não é uma pesquisa acadêmica, é uma pesquisa voltada para aumentar a eficiência e o desenvolvimento tecnológico da indústria brasileira, a exemplo do que a Fundação Fraunhofer faz na Alemanha. E é um modelo semelhante à Fraunhofer. Um terço é a empresa que paga, um terço é o instituto que paga, um terço a Embrapi vai contribuir. Então, é uma gestão tripartite. É o mesmo modelo da Fraunhofer. Queremos chegar a trinta institutos. Estamos começando com três institutos, fazendo nosso projeto piloto. Já está em andamento também essa experiência.

(Próximo, por favor.)

Como a gente avança o processo de inovação? Escalonamento, prova de conceito e planta demonstração. Ou seja, vamos atuar na fase pré-competitiva da inovação. Não vamos interferir na competição das empresas do mercado. Na fase pré-competitiva. E esse é um modelo exitoso que a Alemanha, a Coreia, o Japão e a China têm desenvolvido e que nós queremos impulsionar no Brasil, estimulando a demanda por inovação.

(Próximo, por favor.)

Este é outro esforço que estamos fazendo: a atração de centros de pesquisa e desenvolvimento para o Brasil. A GE está vindo com investimentos de US$150 milhões em três anos no Fundão; a IBM também US$250 milhões; essas duas empresas são os dois primeiros centros de P&D no Hemisfério Sul. Em cem anos, nunca tinham investido em nenhum país do Hemisfério Sul e estão vindo para o Brasil. A MC2 também, agora, entrou com US$100 milhões. A ZTE com US$200 milhões na região de Hortolândia. A Highway é um programa que ainda não foi detalhado, só anunciado. A Foxconn é uma negociação que está bastante avançada, é um projeto estruturante de grande porte, é uma empresa que já tinha sete mil empregos no Brasil, já produz para a Nokia, para a Sony e para várias

outras empresas, e estão criando a primeira planta da Apple fora da China. Já está em produção, como dissemos, o IPod, no Brasil, agora em setembro; já está sendo produzido em Jundiaí, e até dezembro estará entregando os IPads da Apple no mercado brasileiro.

Além disso, estamos negociando um investimento estruturante para produzir tela de display. Só quatro países do mundo fazem isso e todos na Ásia. É um investimento de grande porte. Temos aí um contrato de sigilo nas negociações, mas eu poderia adiantar que está bastante adiantado, estamos bastante otimistas com a possibilidade de trazermos um investimento estruturante.

Um investimento como esse é três vezes maior do que uma indústria automobilística. Portanto, estará para a história do Brasil como esteve a indústria automotiva nos anos 50. Muda a estrutura da indústria de tecnologia de informação e comunicação.

A Siemens também está criando o seu centro de P&D no Brasil. É outra empresa centenária de grande importância. A Franz Wolf, estamos fazendo parceria com eles junto com a Embrapi; e a Alemanha também está criando a Casa da Ciência e da Inovação, a sexta no mundo.

Então, estamos fazendo um grande esforço para trazer centros de P&D e exigir mais pesquisa e desenvolvimento no Brasil.

Quero falar de algumas cadeias estratégicas e qual o esforço que estamos fazendo.

Na área de tecnologia de informação e comunicação, o Brasil, hoje, é o sétimo mercado do mundo. Faturamos, aqui, US$165 bilhões por ano. Somos o terceiro mercado em computadores, hoje; passamos o Japão. Este ano, o Brasil vai ser o terceiro país onde mais se vende computadores. Somos o quinto mercado de celulares. Estamos com 200 milhões de celulares no mercado. Somos o nono país em expansão de conexão de banda larga. No entanto, temos um déficit de US$19 bilhões. O investimento em P&D é muito baixo. São dados de 2005. Cresceu, mas é muito baixo.

Então, qual é o foco? Fortalecer a indústria nacional, aumentar os gastos em P&D aqui no País, fortalecer a cadeia produtiva, especialmente de componentes, *softwares*, *games* e componentes.

Para isso, fizemos o quê? Fizemos uma nova política do *tablet*. Para produzir *tablet* no Brasil, tem que começar com 20% de conteúdo nacional; 80% em três anos. Diziam que não ia haver produção de *tablets*. Vinte e cinco empresas se credenciaram; seis já entregaram os *tablets*. Como dissemos, em setembro haveria *tablet* no Brasil. Seis já estão produzindo e até o final do ano teremos uma enxurrada de produtos, de opções, com uma queda em torno de 30 a 40% nos preços para o consumidor. E quanto maior a concorrência, mais competitivos serão os preços.

E nós precisamos estender essa concepção para celular, *laptop*, *notebook*, televisores. Vejo que esse é um tema que o Congresso precisa discutir. Se aumentarmos o conteúdo local em celular, *laptop*, *notebook*, televisor, como somos o sétimo mercado do mundo, o mundo vem desacelerando nesse setor e estamos em forte expansão, podemos atrair a indústria de componentes, que é o grande desafio na próxima etapa. A FINEP e o BNDES estão participando fortemente desse esforço.

No Plano Brasil Maior, todos os programas que fizemos – Capital de Giro, Investimento, PSI – focaram nesse setor como setor estratégico. A desoneração da folha de pagamento ajuda a trazer a indústria de *games* e *software*. Já temos 506 mil trabalhadores na indústria de *software* no Brasil. E vamos agora anunciar, ainda este mês, um grande investimento na área de *games*, uma grande empresa que está vindo para o Brasil. Portanto, é um esforço grande para desenvolver essa área.

E vamos lançar um novo Padis para impulsionar a indústria de componentes, semicondutores e displays e também banda larga. O Programa Nacional de Banda Larga vai ter uma forte desoneração porque nós temos que aumentar, acelerar a velocidade de investimentos nessa área e de conexão em banda larga.

Esse aqui é o Seitec. Essa é a foto real. É a fábrica de semicondutores que foi construída pelo Governo brasileiro, pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Queremos colocar para rodar essa fábrica em outubro. Ali queremos formar recursos humanos. Só vinte países produzem semicondutores. E ninguém vai entregar essa tecnologia de graça. Não há essa possibilidade. O Brasil tem de possuir uma estratégia a exemplo do que fez a Embraer. O Brigadeiro Montenegro trouxe o reitor do ITA, montou o ITA e depois começamos a produzir o Xingu, depois o Brasília e, hoje, temos aviões modernos, somos a terceira empresa de aviação no mundo.

Não há outro caminho. A Ceitec vai produzir chip do boi, chip para Casa da Moeda, chip para rastreabilidade de automóvel, mas vai desenvolver recursos humanos, vai estimular a vinda de *design house*, e vamos ter um saldo importante na nossa indústria.

Paralelamente, estamos negociando com o setor privado a possibilidade de investimento em semicondutores. Temos algumas conversas avançadas.

Algumas indústrias estão trazendo *design house* para o Brasil. Por exemplo, a Semp Toshiba anunciou uma parceria com Toshiba na área de *design house*. Estamos, também, com empresa encapsuladora de

chips. Vou dar um dado bem interessante. Para se importar uma tonelada de chips, paga-se US$350 mil. Precisa-se de 21 mil toneladas de minério de ferro ou 1.700 toneladas de soja para pagar uma tonelada de chips. O que são chips? Inteligência aplicada, basicamente conhecimento e recursos humanos.

Essa fábrica trabalha com 17 gases altamente tóxicos, inclusive cianureto. Se tiver um vazamento, tem-se vinte segundos para tirar os trabalhadores da sala. Então, é uma difusão gasosa altamente complexa.

A fábrica fica em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Quem a está dirigindo é o Cylon, quem dirigiu a construção do Sincroton em Campinas, com o professor Rogério Cerqueira Leite, é um físico de grande renome. Estamos na expectativa de começar a rodar. Vamos demorar de um ano a um ano e meio para aprendermos a fazer chips. Mas com essa fábrica, que estará para a história do chip como esteve o Brasília e o Xingu, vamos começar o processo de aprendizado, vamos formar recursos humanos.

Não é uma fábrica que vai começar tendo lucro. É uma fábrica cujo papel é um laboratório-fábrica de formar recursos humanos estratégicos. E na outra ponta com Ciências sem Fronteiras, estamos fazendo parcerias para colocar engenheiros nas linhas de frente. Uma fábrica de chips moderna precisa de mil engenheiros eletrônicos na linha de produção. Então, não é um desafio qualquer, mas é uma grande possibilidade histórica.

Esta aqui é a RNP, uma instituição do nosso Ministério que cuida do programa nacional de banda larga para pesquisa, banda larga pública. Estamos colocando banda larga até 10 gigabytes, 25 gigabytes, enfim, estamos colocando isso em todas as universidades, institutos de pesquisa federal, rede de hospitais universitários. Investimos, neste ano, R$150 milhões para expandir especialmente a região Norte, que tem um grande déficit na área de banda larga.

Estamos trabalhando com o Ministério das Comunicações para lançarmos um satélite público para cobrir a região Norte do País. Não vamos chegar com fibra ótica nas pequenas cidades da Amazônia tão cedo. Não há como. O custo e a parte operacional são absolutamente inviáveis. Então, temos de iluminar a Amazônia por satélite, juntamente com o esforço de chegar aos pólos mais dinâmicos. Por exemplo, trouxemos fibra ótica da Venezuela para Manaus. Chegou a Manaus a fibra ótica, já está plenamente ocupada a capacidade. Portanto, há uma grande demanda por banda no Brasil todo. Na região Norte, o Padis vai dar incentivo. Esperamos R$70 bilhões de investimento das empresas até 2014, e a RNP dá o suporte na área pública.

Complexo industrial da saúde. Queria, aqui, saudar o Dirceu Barbano, Presidente da Anvisa, que vem fazendo um trabalho muito importante para o Brasil. Queria destacar esse setor, porque aqui aumenta a demanda por saúde, aumenta o acesso da população ao SUS, o déficit comercial nessa área é de US$12 bilhões. Fármacos, medicamentos e equipamentos de saúde. Fico muito feliz em ver que a Anvisa neste primeiro semestre – Direceu Barbano, quero aqui publicamente elogiar seu trabalho – aumentou em 88% a liberação de genéricos em relação ao primeiro semestre do ano passado. Essa é uma forma de desenvolvermos a indústria nacional, de desenvolvermos tecnologia e baratearmos o custo para o SUS. Agora, nós precisamos olhar vacinas, hemoderivados, reagentes para diagnóstico e a indústria de equipamentos – aparelhos não eletrônicos, aparelhos eletrônicos, tomografia, aparelhos de prótese e órtese e material de consumo. Nós estamos importando até luvas, seringas. Quero dizer, temos um grande desafio, um grande mercado, e o poder de compra do SUS é muito importante.

(Próximo, por favor.)

Olhemos dados do complexo saúde: mercado mundial, US$1 trilhão; indústria farmacêutica, US$670 bilhões; reagente, US$25 bilhões; vacinas, US$ 9 bilhões. O Brasil tem 1,2% do mercado mundial. Houve déficit. No ano passado, na realidade, se a gente incluir tudo, vai para US$12 bilhões. Metade do mercado de saúde é SUS; 25% dos medicamentos são comprados pelo setor público. Então, a nossa capacidade de compra é de R$ bilhões.

O Governo, no Brasil Maior, estabeleceu que a política de compras pode priorizar aqueles que produzem e geram inovação e renda no Brasil. Com isso, nós poderemos impulsionar esse setor e gerar tecnologia, principalmente porque, quanto aos genéricos, nós estamos dominando todas as sínteses químicas, mas não estamos, ainda, desenvolvendo a área dos biológicos.

Então, a Anvisa tem um grande desafio – eu sei que o Dirceu está trabalhando fortemente nisso – de um marco regulatório que seja associado à inovação no Brasil. Ou seja, nós precisamos repensar a regulação. Nós entramos erradamente na OMC nessa área, abrimos mão dos nossos laboratórios nacionais. A Índia, não; ficou quinze anos sem adesão e, quando entrou, tinha um setor muito forte e robusto de medicamentos. Então, o Brasil precisa ter muita inteligência estratégica. O genérico cresceu 300%, mas o capital multinacional tinha 12% do mercado e, hoje, tem 40%. Então, os laboratórios nacionais precisam ter uma estratégia de fusão, de fortalecimento de P&D, e nós temos que ter uma política estratégica de pesquisa.

Eu fico muito feliz que o Ministro da Saúde tenha anunciado R$1,5 bilhão de recursos para investimento em P&D na área da saúde, em equipamentos, fármacos e medicamentos.

Então, essa é uma área absolutamente estratégica para o nosso Ministério.

(Próximo, por favor.)

Energia limpa. Vejam a matriz energética, que está aqui. No mundo, 81% são emissões de carbono não renovável; na OCDE foram 84%, no Brasil, 10%. Nós temos uma matriz extremamente limpa, a mais limpa entre os países importantes da economia mundial, mas nós temos um grande espaço.

(Próximo, por favor.)

No mundo estão crescendo 30% ao ano os investimentos em energia limpa. São US$243 bilhões. No Brasil – e nós somos o sexto país do G-20, com US$7,6 bilhões – são 40% de biocombustível, 31% de energia eólica e 28% em fontes renováveis.

No caso da eólica, nós vamos aumentar em sete vezes o parque eólico até 2014, energia já contratada. Então, ainda é pequeno o parque, mas vem uma forte expansão. E ela já tem preços competitivos. Em capacidade instalada de energia limpa – e, para o Nordeste, isso é muito importante – o Brasil é o nono. A nossa capacidade instalada em energia limpa é de 14 gigawatts.

(*Próximo, por favor.)*

Eu diria que a eólica está crescendo fortemente e vai crescer sete vezes até 2014; etanol: colocamos R$1 bilhão do BNDES/Finep para etanol de segunda, terceira e quarta gerações, que é hidrólise enzimática, hidrólise ácida e gasificação. Isso vai dar um ganho espetacular de eficiência ao etanol, especialmente para produção de energia.

O grande desafio, agora, é o *smart grid*, quero dizer uma rede elétrica inteligente em distribuição de energia. Haverá um dispositivo digital, um computador na entrada da sua casa – não um computador, mas um equipamento inteligente – que vai organizar a distribuição de energia. Se se vai lavar a louça, ele vai ligar a máquina uma hora da manhã; a de roupa, às duas horas da manhã; e a geladeira vai desligar no pico. Quer dizer, vai haver uma "Internet" das coisas inteligentes. Com isso, nós vamos estimular a energia solar doméstica e industrial, porque o excedente de energia voltará para a rede, porque não se consegue armazená-la, e isso será abatido da conta de energia. Então, o *smart grid* vai dar um grande salto na energia fotovoltaica e na energia elétrica.

Agora nós estamos sendo procurado por grandes empresas, principalmente da Espanha, da Ásia, da China e do Japão, as maiores do mundo, com grande interesse em investir no Brasil. A Aneel está bem avançada já no edital do *smart grid*. Isso aqui vai mudar a estrutura, a eficiência energética, vai aumentar a eficiência, vai economizar energia, vai racionalizar o sistema e vai impulsionar a eólica e a solar, principalmente a solar em que o Brasil tem um potencial fantástico. É uma energia limpa. Agora, nós precisamos desenvolver tecnologia própria.

Outro esforço que nós estamos fazendo aqui é para que o Brasil volte a produzir terras raras. Nós éramos produtores no início do século; depois o Japão entrou, a Índia, e, hoje, a China tem 97% da produção de terras raras. São 17 minerais estratégicos. Então, por exemplo, os rotores de eólica são terra rara; carro elétrico, terra rara; silício, terra rara. O Brasil tem grandes jazidas de terras raras. Se nós entrarmos nesse mercado – a Vale tem demonstrado interesse em entrar, e nós estamos negociando fortemente com a Vale a sua entrada nesse segmento –, nós vamos aumentar muito a nossa competitividade nessa área eólica, fotovoltaica e em toda essa indústria portadora de futuro, porque, hoje, a China tem praticamente monopólio da oferta de terras raras. Então, esse é um grande esforço do Ministério.

(*Próximo, por favor.)*

Na área de economia verde sustentável, nós divulgamos uma pesquisa que eu queria aqui, de forma muito breve, apresentar e que eu acho que muda o padrão de discussão sobre a Amazônia. É um trabalho da Embrapa com o Inpe. Chama Terra Class a pesquisa. O que é que essa pesquisa viu? Usando as imagens de satélite, nós fomos analisar como está a ocupação do solo que foi desmatado na Amazônia. Senador Flexa, o que aparece? São 709 mil quilômetros desmatados: 18% da Amazônia foi desmatada; 46,7% é pasto limpo – ou seja, teve investimento, tem braquiária, baixa produtividade, tem muito potencial para aumentar a produtividade, mas é pecuária; 21% – 150 mil quilômetros quadrados – é a mata voltando, regenerando-se; é mata secundária. Isso não está no nosso inventário de emissão de carbono; é um grande sumidouro de carbono. Quer dizer, a Amazônia sequestra carbono, sim, numa escala impressionante: são 150 mil quilômetros quadrados que estão sequestrando carbono. Terceiro: 15% é pasto sujo ou regeneração com pasto. Ou seja, esta área aqui é de baixíssima produtividade na pecuária. Só 5% é produção de grãos. Agora, qual é o dado mais impressionante? Só 0,1% em mineração. Portanto, mineração não tem nenhuma importância em termos de área. Tem importância nos recursos hídricos, tem que ser fiscalizada, mas não tem importância na área. E 0,1% é área degradada. Ou seja, o solo da Amazônia é muito fértil, é muito forte, é muito resistente, não se

degrada, e a floresta volta quando se para de atuar. Com a área desmatada que nós temos, nós podemos não só aumentar a eficiência da pecuária, mas também aumentar a produção de grãos sem desmatar e podemos recuperar a floresta, sequestrando carbono numa área de 150 mil quilômetros quadrados.

Portanto, o Brasil tem como equilibrar, na Amazônia, uma pecuária e uma agricultura competitiva, moderna e eficiente com a preservação ambiental e sem o desmatamento. Quer dizer, o Brasil tem como ter um modelo equilibrado, e nós precisamos recolocar o debate sobre a questão ambiental no âmbito da Amazônia.

Eu acho que essa pesquisa... Como é Embrapa e Inpe... Quer dizer, o Inpe é a instituição melhor classificada no *ranking* internacional de pesquisa: está em 35º lugar; e a Embrapa é a segunda: está em torno de 46º, 47º lugar. São as duas melhores instituições brasileiras trabalhando juntas e mostrando a perspectiva da Amazônia, uma perspectiva nova. Dizia-se que o solo na Amazônia se degradava facilmente com o desmatamento. Não é verdade! O solo é forte, resistente, fértil, e a mata se regenera com muita facilidade. Então, nós temos aí um belo caminho para discutir a Amazônia, a perspectiva da Amazônia.

(*Próximo, por favor.)*

Isso aqui, Senador Flexa, é o esforço que nós estamos fazendo também, paralelamente, para gerar valor agregado à biodiversidade. Quer dizer, nós precisamos gerar valor agregado à floresta em pé. E isso é pesquisa, é fármacos, é alimentos, é frutas, é pescado, o que é uma grande fonte de riqueza da Amazônia.

Esta aqui é a fábrica de bacalhau que nós inauguramos lá – o Ministério com Mamirauá – para fazer o bacalhau do pirarucu. Quer dizer, nós precisamos fazer parques tecnológicos e incubadoras de base tecnológica que usem a biodiversidade da Amazônia como matéria-prima. Isso é absolutamente estratégico, Senador João Pedro, que se empenhou muito para que isso acontecesse. Está aí o resultado, que eu acho que é um avanço espetacular para o futuro da Amazônia.

(*Próximo, por favor.)*

Esse é outro parque tecnológico que fizemos com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Fizemos um convênio entre o Ministério, a CBIC, a Universidade de Brasília (UnB) – vai ser aqui, em Brasília – e o BRE, que é uma instituição de pesquisa de construção sustentável, que é a empresa do governo inglês que construiu o Parque Olímpico. Estamos construindo, em Brasília, um parque tecnológico, para mostrar o que há de mais avançado em tecnologia da construção civil e em sustentabilidade ambiental. Há muita coisa importante acontecendo nessa área. A nossa ideia é construir outros parques, para desenvolver tecnologias, para mostrar as formas mais avançadas de construção. Construção civil não é mais tijolo, pá e cimento. Há novos materiais, novos métodos de construção, com iluminação natural, com economia de energia, com sequestro de carbono. Essa é uma perspectiva fantástica que estamos abrindo junto com a CBIC, para mostrar o que há de mais avançado em termos de inovação e de sustentabilidade.

(*Próximo, por favor.)*

Agora, vou entrar em outra área. A primeira coisa que eu queria mostrar é que o Ministério está se dedicando a impulsionar a nova economia brasileira, olhando a economia portadora de futuro, que é a economia do conhecimento e a economia verde, e buscando impulsionar parcerias com a CNI, como fizemos com a Embrapi, com a CBIC, com os grandes complexos estratégicos de TI, na área de fármacos e de defesa. Assim, procuramos desenvolver tecnologia e impulsionar a inovação.

Este é o segundo tema: estamos criando um sistema de monitoramento dos desastres naturais. Cinquenta e oito por cento dos desastres naturais no Brasil são decorrentes de inundação; 14%, da seca, principalmente no Nordeste; 11%, de deslizamento, e é aqui que morre mais gente. A chuva é responsável por 69% das ocorrências.

O que estamos construindo? O Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Hoje mesmo – isto está no Diário Oficial –, abrimos 75 vagas para especialistas de alto nível, para especialistas em Meteorologia, em desastres naturais, em Hidrologia, em Geologia. O Centro vai ficar no Inpe de Cachoeira Paulista, onde já está toda a previsão de tempo do Inpe, onde está o supercomputador Tupã, que é o segundo maior no mundo nessa área. E vamos usar tudo o que temos em termos de tecnologia para melhorar a capacidade de previsão.

Houve grande eficiência agora, em Santa Catarina. Em 2008, morreram 197 pessoas. Desta vez, morreram três pessoas. Uma delas morreu porque subiu no telhado molhado; portanto, foi mais imprudência, a chuva foi uma atividade correlata. As outras duas pessoas morreram eletrocutadas, porque o rio subiu de 12 a 13 metros, no Vale do Itajaí, e o remo bateu em um fio de alta tensão, ou seja, não morreram exatamente em decorrência da inundação. Quase 900 mil pessoas foram atingidas, e mais de 170 mil foram removidas.

É verdade que é mais fácil prevenir as consequências de uma inundação, porque há mais tempo para isso. Três barragens seguravam a água do rio Itajaí, mas elas verteram, não conseguiram suportar o volume de água, porque a chuva foi muito intensa. Mas,

como houve previsão com uma semana de antecedência e como, depois, por três dias, houve uma atuação com muita eficiência, tanto no final da chuva, quanto durante a chuva, a Defesa Civil conseguiu agir, e, do ponto de vista de perdas humanas, houve um resultado muito promissor, o que mostra que o sistema é indispensável ao Brasil.

Desmoronamento é muito mais difícil, porque, em caso de desmoronamento, temos de duas a seis horas para mobilizar. E o que falta no Brasil? Falta um levantamento geotécnico das áreas de risco. A Comissão de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que trata da parte de geologia do Brasil, está trabalhando intensamente para mapear as cidades. Estamos usando, inclusive, helicópteros a laser para acelerar o processo, mas muito poucas cidades estão preparadas para cruzar a previsão meteorológica do Inpe, que é muito eficiente hoje – e o Cemaden vai estar muito bem preparado, com o que há de mais avançado na área, com satélites, radares, pluviômetros e hidrômetros –, com o levantamento geotécnico das áreas de risco. Então, a nossa dificuldade é fazer avançar o levantamento das áreas de risco e cruzar essas duas informações, para ver quanto de chuva pode levar ao deslizamento. E é essa informação que vai orientar a Defesa Civil.

Há um outro desafio que é organizar a Defesa Civil. É criar uma cultura de prevenção no Brasil que nós não temos. A Índia também não tinha sistema de alerta. Está criando neste ano. Por quê? Porque os extremos climáticos estão se acentuando. O que aconteceu na serra do Rio de Janeiro, ano passado, mostra o tamanho do desafio que nós temos. O verão vai chegar e nós vamos ter algumas cidades que serão objeto desse projeto inicial – entre 25 e 30 cidades – de onde poderemos ter uma boa resposta e depois nós vamos procurar expandir isso. Nós temos, mais ou menos, em torno de 250 a 300 cidades que já foram atingidas por graves precipitações de chuvas. Então, esse é um sistema bastante complexo, mas nós estamos trabalhando intensamente para melhorar a capacidade de alerta e monitoramente.

(Próximo, por favor.)

Este aqui é também um outro projeto, que nós estamos assinando nesta semana: MCTI, Marinha, Petrobras e Vale. Nós estamos comprando um navio tecnologicamente muito avançado e encomendando aos estaleiros brasileiros o segundo. Na medida em que os equipamentos forem colocados nesse navio que nós estamos comprando, nós vamos aprender a fazer no Brasil para pesquisar a Amazônia Azul, ali na plataforma continental.

Então, nós recuperamos neste ano, por intermédio do Ministério, um navio de pesquisa da Marinha e um da Antártida (dois navios) e estamos comprando mais dois. Vamos entregar esse primeiro navio na G-20, em junho.

O Brasil precisa entender que nós temos quatro milhões e meio de quilômetros quadrados na plataforma continental. É uma área do tamanho da Amazônia muito pouco pesquisada. E não são só gás e petróleo que nós temos ali. Nós temos responsabilidade com a biodiversidade, nós podemos fazer piscicultura em alto mar, existem outros recursos – minerais e estratégicos – e o Brasil precisa ocupar essa área com pesquisa para ter presença e soberania, porque vai ter disputa estratégica nas fronteiras das áreas oceânicas. Nós vamos ter disputas, porque a legislação internacional não é muito precisa nem muito clara. Então, o Brasil tem de ter uma presença forte e a pesquisa é a melhor resposta. Então, esses navios vão ser laboratórios multiusuários para trabalhar com todas as escolas de sonografia e fazer pesquisas em alto-mar.

(Próximo, por favor.)

Na área de satélite, nossa prioridade hoje é a comunicação banda larga e a banca "X" da área militar, porque nós precisamos (nós não o temos) e pagamos para ter esse serviço. Foi privatizado o satélite da área militar no Programa de Privatização e o custo é muito alto. Nós precisamos de um satélite dedicado e estamos trabalhando isso na área de comunicações. Agora, o que nós queremos mudar? E, até 2025, se nós não tivermos um satélite, nós perdemos o controle sobre o espaço aéreo. Nós vamos ter problemas na gestão do espaço aéreo. Então, nós estamos aumentando a participação da indústria nacional em todo o processo. Sem indústria nacional não há programa de satélite eficiente. Nós estamos avançando o lançamento do *Ciclone IV*. Estamos aguardando a Ucrânia aportar recursos em setembro para completar a parte deles, porque eles estão atrasados no aporte de recursos. A Ucrânia tem grande tecnologia nessa área. Ela era o pólo aeroespacial da ex-União Soviética. Eles têm 11 empresas, instituições de pesquisas, para produzir foguetes. Nós fomos lá com uma equipe técnica e está bastante avançada a construção do *Ciclone IV* e nós precisamos agora consolidar. E os veículos lançadores, VLM e VLS, que é nossa parte de pesquisa, feitos pelo DCTA da Aeronáutica em São José dos Campos.

(*Próximo, por favor.)*

Para concluir, nós estamos desenvolvendo aqui um Programa de Tecnologia Assistida. Esperamos lançá-lo ainda em setembro. Nós pesquisamos com 10 países todos os equipamentos que existem para as pessoas com deficiência – todos! Desde da muleta de carbono até a coisa mais simples, como uma régua que vai ler em Braille, que vai passando pelo livro,

tecnologia para pessoas tetrapégicas, quadriplégicas; enfim, muita... O que tem de mais moderno? São mais ou menos 1.200 produtos. Nós vamos lançar uma linha da Finep para a indústria desenvolver essa tecnologia no Brasil, linha de crédito do Banco do Brasil para a compra dos equipamentos pela população de baixa renda, o SUS vai anunciar o que é que vai comprar das áreas-chave, e nós queremos atingir uma população de 20 milhões de pessoas que precisam desse tipo de resposta.

Bom, na área de tecnologia sustentável, nós estamos organizando em uma feira de tecnologia verde, tudo o que o Brasil produz (as empresas brasileiras) para a Rio+20 – a Finep está organizando essa exposição.

Sugiro que os Senadores que tiverem empresas em seus Estados entrem em contato com a Finep para a gente fazer uma grande exposição para o mundo saber o que o Brasil já tem nessa área. Estamos avançando na área de comunicação para tentar difundir mais ciência e tecnologia, criar uma cultura da inovação, da tecnologia e da ciência na juventude do Brasil. A Olimpíada de Matemática e de Ciência já é um êxito. Queremos organizar, no ano que vem, a Olimpíada de Tecnologia da Informação.

Nós temos aqui 20 milhões de jovens que participam da Olimpíada de Matemática. Nós damos cinco mil medalhas e bolsas de iniciação científica. Nós tínhamos que dar 10 mil, 30 mil, mas não temos recursos. Queremos abrir agora também na área de TI.

Na área de CVT para inclusão digital, fizemos uma cartilha – pedimos para distribuir para os Senadores – explicando todas as emendas, as nossas recomendações.

Por exemplo, há o programa Cidade Digital, em que você põe banda larga gratuita na cidade. Estamos fazendo tudo por meio de certificação da Telebras, ata de preço público, portanto, total segurança na parceria com o setor privado. Estamos fazendo a mesma coisa em relação aos CVTs.

(*Próximo, por favor.)*

Nós tipificamos em quatro CVTs: de 10 mil a 20 mil habitantes, de 20 mil a 50 mil habitantes, menos de 10 mil e mais de 50 mil. Estamos fazendo parceria com os institutos tecnológicos federais ou universidades federais.

Então, a cartilha explica qual é o projeto, quanto custa, como encaminha, como coloca emenda, dando uma orientação para melhorarmos a parceria com o Legislativo, tendo total segurança para ir para os projetos estratégicos, projetos que o Ministério vai dar prioridade absoluta para liberar.

Então, para cidades com menos de 10 mil habitantes, pode ser um ônibus, um caminhão ou um barco na Amazônia para levar formação tecnológica, para levar profissionalização da juventude, para apoiar o Pronatec, que a Presidenta Dilma está fazendo. Podemos fazer esse CVT para a área da informática, para a área da agricultura, enfim, para aquilo que é a vocação regional de cada região do País. Então, é um laboratório, com equipamentos modernos, professores qualificados para formar e impulsionar a economia regional. Isso está no guia que apresentamos.

(*Próximo, por favor.)*

Bom, quero terminar dizendo que, a Finep, nós tínhamos R$1 bilhão e 800 milhões para crédito e subvenção o ano passado. Este ano estamos indo para R$5 bilhões. Então, houve um grande apoio da Presidenta. São taxas de 4 a 5% ao ano para inovação e capital inovador. Aumentamos agora, no segundo semestre, mais R$2 bilhões.

E, para as compras governamentais, vamos usar até 25% do preço do produto se o equipamento for produzido no Brasil e, gerar tecnologia e inovação. Tem que pagar mais. O Brasil não pode continuar importando produtos de média e alta tecnologia. Nós precisamos desenvolver a capacidade nacional. Então, queremos que a Finep vire um banco da inovação. Já é uma agência da inovação. E a política de compras é outro instrumento fundamental que está no Programa Brasil Maior.

(*Próximo, por favor.)*

Bom, o Ministério, apesar de tudo o que conseguimos fazer, teve um corte orçamentário forte este ano. A Presidenta se comprometeu, encaminhou para o Congresso uma reposição do Orçamento. Então, vamos manter a nossa trajetória de crescimento dos recursos em P&D, em inovação.

Nós temos aqui toda a área nuclear, o programa espacial, a área de energia limpa, tecnologia da informação, enfim. O Brasil precisa investir mais em ciência, tecnologia e inovação se não quisermos ser um país exportador de *commodities*. Não podemos ser apenas um país exportador de *commodities*, por mais convidativos que estejam os preços das *commodities*. Nós precisamos ser um país industrial, moderno, com valor agregado, olhar para os setores exportadores de futuro, impulsionar nova economia brasileira. E esse é o papel central do nosso Ministério.

(*Próximo, por favor.)*

Agora, prometo: é a última.

Royalties do petróleo. Sei que é um debate delicado, complexo, tem que ser feito com muito equilíbrio, mas, se derrubarem o veto, o Ministério perderia 900 milhões, este ano, e 12 bilhões e 200 milhões, em nove anos, sem contar o pré-sal – sem contar o pré-sal! Qual é a ponderação que faço? Tem que dividir melhor

os *royalties*, o Brasil tem que pensar os *royalties*, tem que partilhar melhor com Estados e Municípios, preservando os Estados produtores, porque eles não têm o ICMS na origem, tem que ter bom senso, equilíbrio. Acho que o Senado é a Casa do Pacto Federativo e saberá resolver essa questão.

Mas o que nós pedimos é que tenha uma ênfase em educação, ciência e tecnologia. Por quê? Porque os *royalties* são uma fonte de receita não renovável. Nós não podemos pegar os *royalties* e pulverizar na máquina pública governadores, prefeitos, sem nenhuma condicionalidade, porque ele vai acabar. O mundo vai precisar de energias limpas. Qual é o lugar do Brasil no futuro? O que vamos deixar para a futura geração, que não vai ter os *royalties* do petróleo, não vai ter o pré-sal? Estamos antecipando uma riqueza das futuras gerações. Nós temos que desejar um País capaz de se desenvolver nas áreas tecnológicas, capaz de desenvolver as áreas de futuro, que gerem emprego, que deem sustentabilidade.

Então, precisa ter, inclusive para os Municípios e para os Estados, condicionantes no repasse de recursos para investir naquilo que é o futuro. E eu destacaria especialmente nessas áreas de educação, ciência e tecnologia. Então, eu pediria muita atenção a esta discussão e que realmente o Senado busque o equilíbrio, não divida o Brasil em torno disso, mas não aceite a doença holandesa, não pulverize os recursos, porque se a gente olhar o que aconteceu com a Venezuela quando descobriu os grandes campos de petróleo, em 1974, Celso Furtado escreveu um livro dizendo: "Pode virar o primeiro país desenvolvido da América Latina" e eu diria "ou não". Não precisamos repetir pelo menos os erros que os outros já repetiram. Precisamos focar e usar os recursos dos royalties para dar um salto estratégico no País. Eu diria que educação, ciência e tecnologia têm que ser a prioridade das prioridades, porque é isso que vai gerar uma economia sustentável, competitiva e portadora de futuro.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Ministro Mercadante, pela brilhante exposição, pela esperança e pela certeza no potencial e no futuro do nosso País.

Passo agora a palavra a um dos dois autores do requerimento desta audiência pública, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, caro Senador Aloizio Mercadante, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, quero cumprimentá-lo pela exposição, que nos mostra que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação deu um salto de qualidade na sua gestão, com marcas muito fortes em inúmeras iniciativas. Uma questão que eu gostaria que V. Exª pudesse aqui esclarecer refere-se ao projeto de sua iniciativa com respeito à extensão da banda larga por todo território brasileiro, sobretudo por todas as escolas. Em que medida hoje aquele seu projeto que, salvo engano, tramita na Câmara dos Deputados, se relaciona com os passos que vêm sendo dado pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff e em que medida se encaixa aquele projeto, se parte das proposições ali contidas estão sendo colocadas em prática. Acho que seria bastante esclarecedor para nós.

V. Exª mencionou que aqueles que estão obtendo bolsas de estudo no exterior, que às vezes combinam a pós-graduação com estágios, ou graduações com estágios. V. Exª mencionou que há uma responsabilidade dos beneficiários de contribuírem depois por um período no Brasil. Eu próprio fui beneficiário, por exemplo, quando fiz o mestrado e doutoramento nos Estados Unidos, com o relacionamento que tinha a Fundação Getúlio Vargas com as entidades que ofereceram as bolsas. Havia um compromisso de assinatura, meu próprio e de todos que assim obtiveram tais oportunidades, de lecionar naquela instituição por pelo menos três anos.

Agradeço se V. Exª puder nos informar qual o tipo de compromisso, se ele varia com o tipo de bolsa, para outros tipos de bolsa, de instituição, ou se no conjunto dessas bolsas há um tipo de compromisso na linha do que V. Exª mencionou e qual é o tipo de compromisso.

Na semana passada, tive a oportunidade de testemunhar um encontro de V. Exª com pessoas que estão lidando com os denominados *hackers*. E o que percebi junto àqueles jovens é que eles têm uma linguagem com a qual eu próprio não estou tão familiarizado. Mas gostaria que V. Exª pudesse nos dar uma melhor informação sobre aquele encontro, quais são os passos que avalia que são positivos e que podem estimular a criatividade daqueles jovens, a forma de comunicação deles de uma maneira tão inovadora. E como canalizar essa energia para passos tão positivos, pois acredito essa tenha sido a intenção do encontro que V. Exª teve com aquelas pessoas, na maioria das quais jovens que hoje sabem lidar tão bem com tudo aquilo que tem a ver com a computação, com *software*, e tantos outros aparelhos com os quais muitos de nós, da minha geração, não têm a familiaridade que eles têm e a própria linguagem. Por isso, como V. Exª esteve lá e dialogou com eles, acho interessante que possa nos relatar.

Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Perguntaria

aos nobres Senadores se poderíamos fazer blocos de dois Senadores para facilitar a exposição do Ministro.

Não havendo nenhuma objeção, passaria a palavra ao segundo autor do requerimento, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro quero cumprimentar o aniversariante, Senador Flexa Ribeiro. O aniversário foi ontem, dia 12, mas estamos nos encontrando agora. Meus parabéns! E também dar os parabéns ao Ministério. Penso que conseguimos compatibilizar a ideia de ter um Ministro que é da área, porque é uma pessoa que conhece a academia, está dentro da academia, lida com a academia, lida com a economia e tem uma ideia muito ajustada do Brasil, das suas necessidades. E uma das questões centrais que eu examino e gostaria que V. Exª pudesse enfatizar é, primeiro, a nossa ligação na região da América do Sul, porque, se estamos propondo 75 mil bolsas de estudantes brasileiros no exterior, gostaria de saber se vamos interagir bem também na América do Sul, mesmo porque nem sempre as maiores universidades do mundo estão na nossa região, mas é muito importante essa ligação entre nós e também a nossa recepção, como vamos oferecer aos estudantes da América do Sul uma participação mais ativa nas academias brasileiras, nas nossas universidades. É muito importante para nós essa relação na nossa região, porque ela é um espaço vigoroso de atividade do Brasil e desses países no seu crescimento.

O entendimento de que ciência e tecnologia significam também avanço econômico, porque, às vezes, as pessoas consideram que estamos dando recursos, esforços e energia na direção errada, quando é ao contrário. Quer dizer, veja a nossa situação na área de produção agroindustrial hoje. Nós conseguimos saltos gigantescos com investimentos grandes na Embrapa, uma excelência na Embrapa que pode avançar ainda mais. Então, o retorno desses investimentos, mesmo que sua maturação seja mais longa, porque, às vezes, faz-se um investimento que é uma bolsa de quatro anos, uma bolsa de dois anos ou três anos, que não é instantânea, mas vai dar uma resposta a longo prazo. A meta de estabelecer o Brasil sem Miséria não significa apenas um investimento em baixo, que é justo, necessário, não vamos nem discutir, mas significa, sobretudo, investimento em cima.

Como garantir melhores e mais recursos destinados aos projetos de pesquisa. Primeiro, vejo a integração, o Brasil e a América do Sul, o Brasil e o mundo, como centrar fogo nessa questão. O segundo aspecto, as empresas brasileiras, porque, muito corretamente, V. Exª levanta a ideia de que, às vezes, fazem a seguinte consideração: "Vocês façam essa pesquisa na universidade e, no dia em que estiver pronta, tragam-na aqui para mim". É como se não tivesse um compromisso. Uma das grandes missões hoje do Ministério é como colocar essas empresas dentro do projeto. Dizerem: "Vocês vêm para cá. O Governo vai colocar recursos, vamos botar 75 mil bolsas, mas vocês precisam entrar aqui, precisam participar, não pode ser uma coisa episódica".

Outro aspecto refere-se às empresas brasileiras, empresas que são genuinamente brasileiras. Estive, agora, Senador Mercadante, naquele encontro de energias renováveis que aconteceu no Ceará, que inclui a energia eólica, a solar etc. Um pesquisador que está integrado, trabalhando na Finep, disse-me: "Olha, Senador Inácio, na área de placas para produção de energia solar, praticamente importamos tudo, mas temos no Brasil. Nós desenvolvemos essa tecnologia e precisamos que empresas brasileiras assumam responsabilidade de produzir com tecnologia nossa". Então, nós desenvolvemos a tecnologia, nós investimos para desenvolver a tecnologia e, na hora de produzir, na hora de entregar essa produção, de ter uma empresa que diga que aceita produzir com a tecnologia brasileira, normalmente a pressão de fora, da tecnologia que vem pronta de fora é tão grande, que inibe a capacidade de nossas empresas desenvolverem produtos industriais com a tecnologia brasileira.

Aqui, também, precisamos ver como se encaixa a ação da produção tecnológica brasileira com a indústria brasileira, porque não vai poder ficar o tempo inteiro investindo na produção de tecnologia, gastando os recursos do Governo Federal na produção de tecnologia e, na hora em que é desenvolvida e que quero entregar a produção, as empresas brasileiras e mesmo as empresas estrangeiras não querem produzir com esse material que foi trabalhado, que foi discutido, que teve um grande investimento humano e material, porque foram recursos do orçamento federal, do Ministério da Ciência e Tecnologia, das universidades brasileiras. Essa passagem precisaríamos ver quem seguraria, porque isso daria também uma alavancagem às empresas brasileiras, ao produto brasileiro e à nossa tecnologia. Passaríamos a vender também esse produto lá fora.

Vejo muito, na área da ponta tecnológica, a necessidade de integração muito forte com as empresas. Gostaria de ver com V. Exª como as empresas têm respondido a esse...Ouvi no pronunciamento de V. Exª no lançamento do Programa, com a Presidenta Dilma, o apelo às empresas. Mas elas têm respondido? Há uma resposta? E mesmo as empresas estrangeiras que estão aqui têm respondido a essa convocação

do Governo Federal? Precisamos ter essa ideia para saber se o nosso passo vai dar resultados efetivos.

Eram essas as indagações e quero cumprimentá-lo pelo trabalho inicial, porque oito meses de Governo podemos dizer que é inicial, mas já com uma grande visibilidade de programas que podem, sim, responder às nossas necessidades. V. Exª conta aqui não só com o apoio do PCdoB, mas há certa unanimidade no Congresso Nacional em relação ao desempenho de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Inácio Arruda. Eu perguntaria se poderíamos agregar no número de três Senadores, porque o número de inscritos está muito grande. Então, eu passaria a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Lobão Filho, nosso Ministro Aloizio Mercadante, quero começar registrando a forma como V. Exª está conduzindo o Ministério da Ciência e Tecnologia, as inovações que estão sendo feitas, ajustando a agenda do Ministério às necessidades, aos interesses do Brasil, tendo o Programa Brasil Maior como parte dessa grande ação que V. Exª ali desenvolve.

Sei da necessidade de aporte de recursos no Ministério, que tem esse desafio, a apresentação de V. Exª aqui é uma demonstração clara dessa necessidade. Parabenizo V. Exª e a sua assessoria pela elaboração desse manual de emendas, porque aqui facilitará muito a ação de cada parlamentar, da assessoria e, particularmente, das Comissões Permanentes.

Acredito que, pela demanda que V. Exª tem, nós vamos precisar trabalhar nas questões locais, voltadas aos interesses de cada Estado, com as emendas individuais. Acredito que dá para fazer um bom trabalho nesse sentido. Mas tem grandes programas, que são de interesse nacional, que ultrapassam os limites de uma unidade da Federação, que eu deixaria como sugestão.

Quero também me colocar à sua disposição para ajudar, para que as Comissões Permanentes de Ciência e Tecnologia, da Câmara e do Senado, possam reservar uma emenda de comissão a um desses programas para que possamos ter um volume maior de recursos. As emendas individuais são muito importantes, como V. Exª já levantou, mas, dado o montante de recursos que V. Exª vai necessitar no Ministério, deixaria como sugestão que pudéssemos trabalhar junto à presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado e junto à presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara para que pudéssemos ter duas emendas desse porte para dar suporte a essa demanda.

Queria também deixar como sugestão essa demanda crescente da micro e da pequena empresa. V. Exª conhece muito bem esse mundo, até porque nos ajudou muito na construção do Simples Nacional. Esse setor é prioritariamente para o mercado nacional. Como que poderíamos também ter um olhar diferenciado para esse segmento, tendo clareza de que o Pronatec, de certa forma, já tem uma ação dirigida também para esse segmento.

Acredito que poderíamos pensar em trabalhar com os Institutos Federais de Tecnologia, que estão se ramificando, se interiorizando, como um suporte de qualificação e de formação da tecnologia, voltado para esse segmento que está iniciando. Já são 5 milhões e 400 mil estabelecimentos formalizados no Brasil. Evidentemente que uma boa parte está no setor de serviços e, no setor de serviços, voltado à área de higiene, que requer um tratamento mais simplificado, mais dirigido. Temos também um grande segmento voltado para a indústria, a indústria voltada para o mercado nacional.

Portanto, quero aqui me colocar à disposição de V. Exª e deixar como sugestão que tivéssemos um diálogo com as duas Comissões Permanentes da Casa para que possamos apoiar ainda mais as suas iniciativas. Parabéns pelo trabalho.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quero pedir para a Presidenta não vetar. A minha pobre emenda, que foi feita aqui, terminou sendo vetada. Aproveito para cumprimentar o nosso Colega José Pimentel, nosso novo líder do Governo no Congresso Nacional. Uma das missões mais importantes dele é não deixar que aconteça esse veto. Eu peço, em nome de todos os cearenses, que homenageio nesta hora, Senador Pimentel, para que a gente possa ter êxito na Comissão de Orçamento no sentindo que V. Exª levantou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado.

Passo a palavra neste momento ao nosso convidado, Ministro Mercadante, para que possa esclarecer as indagações dos nobres Senadores. Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Senador Lobão, eu queria fazer uma indagação, pedindo permissão ao Ministro, se eu não poderia fazer uso da palavra, porque, na verdade, não tenho perguntas a fazer, praticamente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, com a palavra, o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Na verdade, eu queria fazer uma saudação ao meu amigo Senador, Ministro Aloizio Mercadante, uma das pessoas que eu mais admiro e respeito neste País, o

irmaozão que eu consegui aqui no Congresso Nacional, uma das figuras públicas mais preparadas que o Brasil tem. Ele sabe que eu falo isso abertamente, de coração. Foi nosso líder aqui, eu sempre fui liderado dele, atendi sempre, era um soldado da luta do líder Aloizio Mercadante.

Ele esteve lá no meu querido Estado do Tocantins, meus queridos Senadores e Senadoras, e o Senador Aloizio Mercadante mostrou mais uma vez que é um homem que conhece profundamente praticamente todos os assuntos que envolvem a população brasileira, mas, principalmente, tudo aquilo que está relacionado com a ciência e a tecnologia. Na ida dele ao Tocantins deixou realmente impressionado o empresariado, o pessoal da cultura, o pessoal da ciência e tecnologia, nós temos lá um homem que foi Ministro Borges da Silveira, e que é o Secretário da Ciência e Tecnologia. O Ministro Aloizio Mercadante vai estar recebendo novamente um convite – se já não recebeu – para retornar ao Tocantins para num encontro muito importante nacional ir ao Tocantins para fazer uma palestra e levar as informações dessa área de ciência e tecnologia.

Praticamente todas as perguntas foram feitas. Não pude acompanhar desde o início, porque meu gabinete estava cheio de prefeitos e eu, como sou um Senador de um Estado que ainda está em formação, Senador Aloizio, Ministro, eu dou muito valor a prefeito e a liderança política. Acho que por isso que tive a votação que tive na última eleição, porque sou daquele Senador que vai aos Ministérios. Eu ainda não fui – por incrível que pareça, Senador Edinho – visitar o meu amigo Aloizio Mercadante, mas vou lá esse dia para ver se ele tem um dinheirinho para liberar para algum município do meu Estado, com qualquer tanto fico grato.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com certeza está ansioso para encher de dinheiro o Estado de Tocantins.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Eu vou estar lá com ele realmente.

Mas, o que eu queria na verdade, para não tomar muito tempo, era fazer essa saudação.

Também aproveito e cumprimento o Senador Pimentel, que agora é o nosso Líder do Governo no Congresso Nacional. Que conte com este liderado aqui, sobretudo nessa questão de Orçamento, para nós fazermos um bom Orçamento para o próximo ano, não só para o Governo Federal, mas também para os municípios e para os estados brasileiros.

O Pimentel, eu dizia agora ao nosso Senador Inácio Arruda que estive esses dias lá no Ceará. "Não, mas você chegou assim meio alheiro, não falou com ninguém?" Não, fui lá fazer uma visita a um amigo meu lá em Maracanaú, o Roberto Pessoa e realmente fiquei impressionado, o Estado do Ceará é um Estado que cresce muito, está muito bem, mas sobretudo do prestígio da bancada de Senador do Ceará aqui no Congresso, todos são muito bem avaliados, respeitados, a bancada é muito boa. Estive lá com a Deputada Gorete, que é do meu Partido e com o Roberto Pessoa, lá de Maracanaú.

Cumprimento V. Exª e a Presidenta Dilma por essa feliz iniciativa da escolha de V. Exª para ser o nosso Líder aqui no Congresso.

Por último também, Senador Edinho, é a primeira oportunidade que tenho de dizer da minha alegria de ver também um querido amigo, Senador Edinho Lobão Filho, que passou por um momento difícil da sua vida, teve um trágico acidente, deixou todos nós preocupadíssimos. No dia em que aconteceu o acidente insisti muito para falar com o seu pai e consegui falar, a gente ficou orando e rezando para que V. Exª se recuperasse rapidamente, porque tanto o pai quanto o filho são dois irmãos queridos que eu tenho. O Ministro Lobão, que é um homem preparadíssimo, com experiência longa de vida, mas o Maranhão não poderia abrir mão da sua presença aqui. Graças a Deus a gente vê que o Senador Edinho Lobão está bem recuperou, para alegria desta Casa, porque ele fez muitas amizades importantes. É como o pai, preparado e habilidoso e aqui tem um trânsito muito bom na Casa.

Por último, Senador Mercadante, Ministro, quero dizer que estou à disposição. O meu Partido passou por um momento de turbulências com referência às questões que houve no Ministério dos Transportes. Tenho conversado muito com a Bancada. Acho que a gente precisa pacificar as coisas para que o País possa andar. A Presidenta Dilma está certa: temos de fazer o que é necessário para a transparência. Tudo aquilo que não está certo tem de ser cortado, mas o Partido precisa estar firme na base do Governo. Hoje ainda vou conversar com o nosso Presidente, enfim, com o Líder e com a Bancada toda sobre aquilo em que possamos ajudar para que a gente fique cada vez mais unido. A Presidenta Dilma está no caminho certo. O Presidente Lula fez dois grandes mandatos e a Presidenta Dilma está no caminho certo. Um dos melhores Ministros está aqui na nossa frente.

Meus cumprimentos, Ministro Mercadante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) **–** Obrigado, Senador João Ribeiro.

Passo a palavra ao Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Como o Senador João Ribeiro tem de retirar-se, vou começar por ele.

Primeiro quero dizer que esse respeito é mútuo. Nos 8 anos em que passamos juntos aqui, V. Exª

sempre marcou o seu mandato pelo espírito público. Foi fundamental no apoio ao Governo, nas políticas públicas. Defende com muita competência o Estado de Tocantins. Fiquei muito bem impressionado com a evolução do Estado. Houve coisas novas, projetos. A gente sente lá aquela vontade de crescer, de se desenvolver. Estarei presente ao evento que haverá lá sobre ciência, tecnologia e inovação. Vamos apoiar a iniciativa. Aguardo sua visita para vermos todas as formas de parceria para o Estado com as quais possamos contribuir.

Tivemos este ano no Ministério um corte de 23% do orçamento. Tudo isso que apresentei foi construído apesar dessa restrição. Então, no Ciência Sem Fronteira, conseguimos R$3,2 milhões de investimentos em bolsas de estudo, pela qualidade da iniciativa. A Presidenta Dilma teve um papel fundamental nisso.

O Sistema de Alerta e Combate aos Desastres Naturais foi um projeto novo e com um aporte de recursos que não estava previsto. Na compra do navio de pesquisa que mencionei, na realidade, o Ministério entrou com o projeto; o recurso quem pôs foi a Vale; a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo e Haroldo Lima, ajudou a viabilizar a iniciativa. Então, tivemos de ter criatividade. Na parceria com a CNI, com a Embrapa, a CNI entra conosco para viabilizar os institutos que já existem. Não vamos criar uma estatal, uma coisa nova, porque não há recursos e nem é o caminho. Temos sempre buscado aumentar a eficiência, melhorar os custos e desenvolver, mas imagino que, para o ano que vem, a gente tenha mais recursos orçamentários, mais emendas. As emendas foram vetadas porque não poderiam ser contingenciadas em nosso Ministério. Então, foi o Ministério que mais perdeu em termos de emendas, mas acho que isso não se repetirá, está resolvido. A Presidenta tem demonstrado grande compromisso com ciência, tecnologia e inovação. Colocou-a como terceira prioridade estratégica no PPA. Isso nunca aconteceu. Tem demonstrado, nos recursos que tem aportado, inclusive na Finep, onde praticamente triplicamos esses recursos, de todos esses programas que mencionei. Agora são R$1,760 bilhão de recursos a mais no orçamento para o Ministério. É o compromisso que ela tem com esse projeto.

Senador Suplicy, sob a inclusão digital. Realmente espero aprovar o projeto que tenho na Câmara que coloca todos os recursos do Fust para o Programa de Inclusão Digital. Acho que seria uma grande contribuição para a gente acelerar o programa. Estamos trabalhando com o Mac para, em um futuro próximo, começarmos a compra de *tablets* para a inclusão digital. Queremos exigir conteúdo nacional tanto no equipamento quanto no conteúdo pedagógico que estará associado. Quero lembrar este Plenário de que, se forem hoje a Taiwan, não há mais livro didático, só em biblioteca. É tudo na inclusão digital. Os *tablets* são os livros e os cadernos de formação da nova geração. A Coreia, em dois anos, estará na mesma direção. As principais economias do mundo estão com um forte programa de inclusão digital. O Brasil dará um salto educacional com a inclusão digital na hora em que colocarmos esses 70 milhões de alunos na Internet, com um endereço eletrônico, podendo pesquisar e avançar. Por exemplo, construímos no Ministério, no Ibict, um banco de teses acadêmicas de mestrado e doutorado, com 180 mil teses digitalizadas em todas as áreas do conhecimento. Você não precisa mais ir em cada biblioteca para fazer um estudo. Você entra na Internet, entra no banco de teses, e imediatamente tem acesso a essas informações. Esse é o futuro.

Como disse, o nosso Ministério é o portador do futuro. É um ministério que quer olhar a nova economia brasileira, a sociedade do conhecimento da informação, a economia verde sustentável; e isso significa inclusão digital. Então, nós estamos...

Inclusive, o Padis vai ajudar a dar incentivo tanto aos componentes, tablets, notebooks, laptops, semicondutores, displays, quanto à ampliação do programa de banda larga.

A segunda questão é em relação aos alunos que vão para o exterior, no Ciência sem Fronteiras. Nós estamos executando trinta milhões de reais de alunos que foram e não concluíram o curso, ou não voltaram ao Brasil; terão que pagar o recurso que foi investido. Então, o objetivo é que eles têm que ir e voltar; eles têm compromisso com o Brasil, pois é dinheiro do povo que está sendo investido na formação. Eles assinam um contrato, um compromisso e a nossa expectativa é de que usem bem esse recurso, tenham um grande desempenho, formem-se, possam ir para o mercado de trabalho mais preparados para ciência e pesquisa; mas têm o compromisso de voltar e concluir o curso.

Em relação ao Projeto Aquarius, eu não falei na minha apresentação, mas vou abordar porque acho que é um projeto que vai dar muito que falar e criará uma grande polêmica no Brasil. O projeto que estamos fazendo é um novo conceito de gestão pública e uma plataforma para gestão de informação estratégica em ciência e tecnologia e informação. É a Plataforma Aquarius.

Esse projeto eu estou construindo juntamente com o Centro de Inteligência do CGU, com o Centro de Inteligência do TCU e com os hackers. Eu fiz um encontro com o WikiLeaks, com o Transparência Brasil, com todas as entidades que trabalham nesse movimento hacker. Acho que tem que separar o que

é cracker, aquele que entra para destruir, do que é um hacker ético, que é um desenvolvedor de software.

Por exemplo, temos 320 mil softwares livres na Internet. Não foi empresa que fez, não foi universidade e é todo um conjunto de pesquisadores e talentos que estão hoje ligados na rede, que trabalham de forma colaborativa e com espírito público. Agora, o que essa geração quer? Mais acesso às informações e mais transparência do Estado. Então, muitas vezes eles entram num portal para dizer que tem que abrir, tem que ter informação e ser transparente. Eu acho isso diferente de um cracker que comete um crime.

Por exemplo, um terço das operações financeiras e comerciais do Brasil, hoje, estão na Internet. Você imagina o que pode ocorrer se isso for atingido. Distribuição de energia, tráfego aéreo, toda a mobilidade urbana, o sistema de semáforo, tudo isso está na Internet. Então, ao mesmo tempo em que estamos criando, com o Exército, um centro de defesa cibernética, para defender o Brasil, prevenir, defender de um ataque e restabelecer os serviços que caírem, estamos dialogando com os hackers.

O que a Plataforma Aquarius vai fazer? Iremos abrir totalmente as informações do ministério. Estamos digitalizando todo o ministério; todas as informações serão públicas, abertas e disponíveis. E estou trabalhando com o CGU e com o TCU para que eles tenham acesso direto, em tempo real, na sala de estação do ministério, a tudo o que acontece no ministério. E qualquer cidadão vai poder entrar no ministério.

O pressuposto que nós temos é de que as críticas vão aparecer e nós entenderemos que as críticas ajudarão a aumentar a eficiência. Elas serão bem-vindas no nosso ministério.

Eu falei para os hackers que no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação vocês não vão precisar quebrar a vitrine para dizer que tem que entrar; vai estar aberta. Agora, o desafio que colocamos a eles – o Senador Suplicy participou da reunião – foi que ajudem a desenvolver softwares livres para esse programa, porque uma parte é software livre e outra parte é software proprietário, uma vez que não existem softwares livres para fazer o que nós precisamos.

Então, o convite a eles é o seguinte: ajudem a desenvolver softwares livres para que o programa seja todo de software aberto e software livre. Por quê? Para que essa experiência possa ser replicada em outros ministérios e entes públicos.

Nós vamos ter uma reunião agora nos Estados Unidos, porque o Presidente Obama convidou o Brasil para fazer parte de um grupo – acho que são seis países – para discutir governo aberto. Esse projeto será o que iremos apresentar nessa reunião. Nós vamos ter uma reunião agora nos Estados Unidos, porque o Presidente Obama convidou o Brasil para fazer parte de um grupo – acho que são seis países – para discutir governo aberto. Esse projeto será o que iremos apresentar nessa reunião. É o projeto que iremos apresentar como a contribuição do Brasil; um dos projetos que mostra a possibilidade de usar o governo aberto de uma nova forma.

Então, muito rapidamente, passem para mostrar alguns detalhes. Pode passar. Pode passar. Então, aí é toda a parte de como será a forma de gestão, etc. Será a oferta pública. Eu não entrarei em detalhes, porque não temos tempo pra isso.

(Próximo, por favor.)

Só mostrar. Essa experiência aí é real. Isso são gastos de transporte, diária, passagem, manutenção da frota, combustível, aluguel de carro. Isso é gasto real do Ministério. Então, o que mostra? Está lá um quadro: o índice de manutenção no último triênio, manutenção de veículo, a frota é muito pequena, teve aumento de 41% em um carro. Aí eu abro e digo: qual é o carro? Por que teve? Onde comprou? O que comprou? Quer dizer, toda a informação vai estar disponível para mim, Ministro, e para a rede: para a CGU e para o TCU em tempo real. Logo, a transparência vai aumentar muito a eficiência do gasto público. Vamos governar por indicadores e por disponibilidade. E vamos trazer os dados do Transparência Brasil, organizar esses dados e disponibilizá-los de forma aberta no portal. Assim, vamos ter uma interação entre o Transparência Brasil e o Ministério com uma nova qualidade.

Esse é o carro, por exemplo, que teve gastos. Aí eu abro. A segunda parte... Em toda a parte de gestão administrativa vamos usar um *software* aberto, Bonita; é a partir daí que estamos abrindo todo o sistema e uma Sala de Situação onde vamos centralizar todas as informações administrativo-financeiras.

Todos os dados do Siafi, Siconv, Seagi, todos esses dados do Portal de Transparência vão passar para a Sala de Situação e vão dar governança pública, interoperabilidade, quer dizer, vamos dialogar com todas as outras bases de dados disponíveis. E a ideia é de uma governança compartilhada, ou seja, vamos governar o Ministério e o público pode participar, acompanhar, criticar, sugerir. Quer dizer, é uma nova visão de governança compartilhada com a sociedade civil e com os órgãos de controle em tempo real.

Esses são dados de passagens do Ministério dos Transportes. Está lá. Reduzimos aquele alerta. Aparece ali. Reduzimos em 43% as despesas de transporte. Quem mais contribuiu? Aqui o MCT, o Ministério. Quem menos contribuiu? Agência Espacial Brasileira e a FINEP. Aí eu abro: Por que a Agência Espacial Brasileira

não contribuiu? Até sei por quê? Porque estamos lançando um satélite com a China, o Cbers, que precisa ficar pronto até novembro do ano que vem, precisamos mandar 20 técnicos permanentemente para a China, três turnos de trabalho, para concluir o satélite e lançarmos em novembro do ano que vem.

Essa gestão que vamos gerir por indicadores e de forma aberta e transparente.

Estou fazendo demonstrações.

Este é o Transparência Brasil; é a interlocução o tempo inteiro desses dados com os dados do CGU. E eles estão participando.

Esse é conjunto de dados que temos porque não quero ter indicadores só de gastos administrativo-financeiros. Queremos ter indicadores de desempenho do Ministério. O que produzimos? O que fizemos? Quais são os projetos importantes? Não podemos discutir só o que se gastou, se gastou em bolsa de estudo, mas quantos alunos, onde estão, o que estão fazendo. Então, essa é toda a base de dados que vamos interagir no nosso sistema, que são dados do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, e que vão estar interagindo e vão estar articulados na nossa plataforma.

Todos esses dados vão para a Sala de Situação e de forma organizada e por indicadores.

Por exemplo, aí é o programa de bolsas de estudo da Capes e do CNPq. Tem os dados da Capes, do CNPq, das fundações Fapes e fundações de amparo, mas não existe um lugar onde tudo isso esteja integrado, onde eu saiba quais são os pesquisadores do Brasil que estão no exterior, onde estão, o que estão fazendo, quem são. Isso tudo vai estar disponível nesse portal. Se você quer entrar em contato com quem está pesquisando nanotecnologia, nanotubo de carbono, vamos ter todos os pesquisadores que estão em bolsa de estudo, onde estão, quais as instituições e o que estão fazendo.

Vamos ter um mapa – já estamos organizando – em nível mundial.

E mais, vamos ter os dados da rede. Por exemplo, o que estão falando no Facebook os alunos do Ciência sem Fronteira. Aquilo ali foi uma ação real. A menina Cândida Nobre, abaixo-assinado para reajustar os valores das bolsas de pesquisa. Vamos pensar nisto? E vamos ter também qual o debate que há na rede sobre os temas do Ministério a respeito dos programas que estamos fazendo. Isso vai ajudar uma governança compartilhada.

Isso é a repercussão mundial da ideia do governo aberto. Muitos países estão avançando nessa direção e queremos que o nosso Ministério seja ponta de lança no Brasil de uma nova atitude de governo, com total transparência e governança compartilhada.

Aí está a sala de situação, com os painéis de controle que vamos ter, e como vamos fazer essa gestão.

Esses são os INCT. Temos 123 institutos nacionais de ciência e tecnologia. Em todos esses institutos, é uma rede de pesquisadores, sabemos quem está publicando, quem trabalhou com quem, se o INCT está publicando mais ou menos do que antes, se registrou patentes ou não. Tudo isso estará disponibilizado, qualquer cidadão poderá ir lá ver se o dinheiro público está sendo bem aplicado nos institutos nacionais de ciência e tecnologia.

Aí é todo o sistema, como vai funcionar a plataforma de gestão. Não vou entrar mais em detalhes, mas, para os senhores terem uma ideia, vamos fazer uma coisa absolutamente inovadora e mais desafiadora ainda, convidamos e estamos trabalhando com *hackers* para ajudar a construir esse caminho. Em vez de ficar dizendo "eu quero transparência no Estado", estamos chamando-os para construirmos uma plataforma que seja livre e que ajude a dar transparência de grande qualidade, que permita um grande debate de políticas públicas. Não é só ficar fiscalizando a frota de automóveis, ainda que tenha de ser fiscalizada também, é saber o que estou produzindo na ponta, que conhecimento se está produzindo, o que está avançando, como é que está avançando.

E cada administrador do Ministério, ao saber que toda decisão dele está exposta na rede, terá muita responsabilidade, terá muito mais cuidado e muito mais eficiência. Então, é uma mudança de atitude que as novas tecnologias permitirão ao Brasil. E nós sabemos que tem risco esse passo, mas acho que é um risco que vale a pena porque o mundo vai caminhar nessa direção, as tecnologias de informação vieram para ficar e a cultura da nova geração é digital. A Internet é esse espaço de liberdade, porque foi essa cultura *hacker* que a preservou, pois originalmente ela nasce do Departamento de Estado para ser um instrumento militar centralizado de controle. A Internet tem demonstrado, inclusive, a capacidade de questionar regimes autoritários, de buscar novas relações na sociedade, novas parcerias na sociedade civil. Então, queremos que o nosso Ministério dialogue permanentemente com esse universo e esteja totalmente aberto à transparência para ter mais eficiência no gasto público.

Em relação ao nosso Líder Pimentel, também fico muito feliz com a indicação dele e só queria destacar algumas questões que também quero conversar com o nosso relator no Senado no Ministério. Temos alguns projetos que o Brasil terá que decidir se quer fazer ou não. Por exemplo, precisamos fazer um novo sincrotron. O Sincrotron é um equipamento que trabalha com elétrons. A Alemanha está fazendo um sincrotron de

quinta geração. Então, o que é um sincrotron do DESI? É um raio laser de raio-x. Você imagina, o raio-x tira uma fotografia de dentro do seu corpo e você enxerga. Agora, imagina um laser de raio-x. Para analisar material, o que isso vai revolucionar a pesquisa de material! Fui visitar. É 1,7 km, um túnel do tamanho do túnel do metrô, o feixe de elétrons é projetado, eles entram em um processo e, lá na frente, tem um raio-x de raio laser. Então, é a última geração de sincrotron. Nós somos o primeiro país do hemisfério sul que teve um sincrotron, com o grande professor Rogério Cerqueira Leite, em Campinas, e o Cylon, que hoje está no Ceitec. Nós precisamos fazer um sincrotron de terceira geração – não de quinta, mas de terceira. Nosso sincrotron tem um diâmetro de 90 metros; vamos fazer um agora com um diâmetro de 400 metros. Para que é fundamental? Para a nanotecnologia, para análise de materiais, para todas as pesquisas nessa área. E o Brasil precisa dar um passo. Quanto custa a construção de um equipamento básico? R$200 milhões. Agora, ou fazemos e estaremos na frente em várias áreas de ciência básica e de ciência aplicada, porque a Petrobras trabalha com o sincrotron de Campinas, a América do Sul inteirinha trabalha com o sincrotron de Campinas, ou fazemos, ou vamos perder a possibilidade de desenvolver a tecnologia e entrar na sociedade do conhecimento, porque precisa do sincrotron. Não temos nenhum outro na América Latina.

Dois. Reator multipropósito. O Brasil importa radiofármacos. Nós importamos para tomografia, para fazer radioterapia, milhões de pessoas precisam desses exames e precisam do material radiológico. Ou construímos um reator, ou importamos essa matéria. Qual a importância de fazer o reator? Você domina a tecnologia, você tem autossuficiência. No ano passado, quebraram dois reatores no mundo, faltou material de radiofármaco. Se a Argentina não emprestasse...Muitos hospitais ficaram sem poder fazer exame ou mesmo tratamento de radioterapia. A Argentina abasteceu o Brasil, porque não havia disponibilidade no mundo. Nós precisamos construir um reator multipropósito. O Congresso quer que faça ou não quer que faça?

Satélite de comunicações: estamos fazendo todas as pesquisas para termos um satélite de comunicações aberto na Amazônia. Ou nós vamos iluminar a Amazônia ou uma parte importante da Amazônia, 25 milhões de pessoas, vai ficar fora da Internet, fora do século XXI, porque o Programa Nacional de Banda Larga, com fibra ótica, não chega. Só se chega através de satélite à população ribeirinha em algumas situações, com a velocidade que nós precisamos chegar. Tem que continuar com fibra ótica, com rádio, mas o satélite dá uma resposta imediata e fundamental.

Então, há esses projetos. Estou citando alguns. Por exemplo, para a pesquisa na plataforma continental, vocês viram os dois navios. O primeiro a Petrobrás e a Vale estão ajudando a financiar, elas estão pagando toda a conta. O próximo nós teremos de construir. O recurso estará no Orçamento ou não? O Brasil vai pesquisar? Vou repetir; o pré-sal é uma riqueza da plataforma continental e é a área menos pesquisa. É a última fronteira do conhecimento no Brasil e é do tamanho da Amazônia. Tem recursos minerais, tem muito mais gás e petróleo, tem piscicultura, que nós não fazemos. Enfim, há uma série de pesquisas, farmacologia, etc.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Então, nós temos que olhar o orçamento do Ministério com o olhar do que nós queremos ser como nação, olhar os projetos estruturantes e estratégicos. Então, espero poder voltar a debater Orçamento, prioridades, porque, no ano passado, cortaram R$611 milhões do Ministério de Ciência e Tecnologia e aumentaram em R$2,9 bilhões para o Ministério do Turismo.

Não vou discutir. Não que outros Ministérios não sejam importantes. Não é o meu papel discutir isso, mas eu quero discutir que Nação nós queremos ser, o que é portador de futuro, quais são os investimentos estratégicos.

Por último, eu queria dizer que acho que essa cartilha nos ajuda muito a dar um salto de qualidade entre o Congresso e o Ministério. Por exemplo, o projeto de banda larga gratuita, da cidade digital é um projeto fantástico. Por exemplo, o Ministério ajudou o Ceará a criar um cinturão digital em todo Estado do Ceará e, agora, nós estamos botando estrutura de rádio para chegar o sinal de rádio em todas as cidades do Estado e preparar o Ceará para estar na ponta da inclusão digital. Outro exemplo é São Vicente, que foi inteiramente iluminada; todas as salas de aula hoje têm lousa digital, e estamos fazendo um grande programa de inclusão digital na cidade. Esses todos são projetos do Ministério.

O que estamos fazendo de diferente? Agora, qualquer projeto na área de inclusão digital é certificado pela Telebrás, há ata de preço de todos os equipamentos a serem comprados, há o custo predeterminado, o número de pessoas que atinge e quanto custa.

E nós gostaríamos que os Senadores apresentassem emendas a esses projetos de inclusão digital ou nos CVTs para formação profissional.

Então, os projetos prioritários estão descritos, quanto custam, como se faz, como se encaminham, como se entra no Siconv, o que a Prefeitura tem que fazer. Então, nós estamos o caminho de uma parceria que dá segurança para o Ministério e dá segurança

para o Senado, para a Câmara, para a gente investir com qualidade naquilo que é estratégico, com controle, com transparência e naqueles que realmente são os projetos mais importantes e estruturantes do Ministério.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ministro, sobre o compromisso dos bolsistas no exterior de colaborarem depois, qual é a sistemática?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Isso faz parte do contrato. Como disse, nós estamos executando na Justiça R$30 milhões de bolsistas que foram e não voltaram ou não concluíram o curso. Eles têm que devolver o dinheiro. Eles são obrigados a devolver todo o dinheiro que foi aplicado. Então, tem que haver esse controle, porque o objetivo é formar uma inteligência para o Brasil.

Hoje, nós estamos vivendo certo declínio do velho mundo e certa emergência do novo mundo, e o Brasil faz parte dessa emergência. A Europa e os Estados Unidos estão cortando fortemente os recursos de ciência, tecnologia e inovação. As principais agências de pesquisa estão sofrendo duramente. Portanto, há talentos de grande qualidade disponíveis no mundo para a gente atrair e muitos brasileiros de talento que foram embora na época da crise, da hiperinflação, sem perspectivas querem voltar. Por isso, o Ciência sem Fronteiras não só manda os melhores alunos para as melhores universidades, como quer trazer de volta os jovens talentos e pesquisadores seniores que estão lá fora para o Brasil. Em alguns casos, como no de prêmios Nobel, vir por um período do ano, em que se trabalha aqui e se trabalha lá. Nós já temos três prêmios Nobel em processo de contratação para entrar nesse processo de pesquisa de alto nível.

Então, o Brasil precisa, realmente, de mudar de atitude diante da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação. Eu acho que essa é a grande contribuição do Ministério: colocar isso como eixo estruturante de desenvolvimento do Brasil. É isto que vai mudar a qualidade de desenvolvimento no Brasil: é a parceria com as empresas, mais P&D, mais inovação, mais ciências básicas, olhando a sociedade do conhecimento e olhando a sociedade verde, a economia verde sustentável, criativa.

Acho que esse é o papel e a contribuição. E recursos humanos é a base para isso. Então, se os alunos vão com contrato, vão com compromisso, e o Brasil precisa motivá-los.

Por último, saudando...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Qual é o termo de compromisso quando volta?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, o compromisso dele é voltar e o compromisso dele é concluir o curso. E, por exemplo, os alunos de graduação vão querer, depois, fazer mestrado, doutorado, pós-doutorado. Se não cumpre aquela etapa, ele perde depois para as outras etapas.

Agora, o que eu digo é o seguinte: o Brasil, hoje, é um polo de grande atração. Nós somos o segundo país em desenvolvimento que mais atrai investimento externo – US$58 bilhões nos últimos 12 meses –, o segundo país que mais atrai investimento. Nós estamos atraindo grandes centros de P&D. E a indústria brasileira, o Movimento Empresarial pela Inovação – o nosso Senador foi fundamental para criar o MEI lá atrás –, hoje, é impressionante como a indústria está consciente de que precisa inovar. Por exemplo, a demanda por inovação na Finep é dez vezes maior do que era no passado. Então, há uma mudança de atitude do empresariado.

Por último, Senador Inácio, dois comentários: primeiro, o ITA, se não trouxéssemos o reitor do MIT – porque hoje, vou repetir, nós temos 14 bolsistas do MIT. Pelo acordo que nós fizemos, nós estamos mandando 200 doutores para o MIT. Passamos de 14 para 200, na melhor escola de engenharia reconhecida internacionalmente. O reitor do MIT, quando veio para o ITA, há 60 anos, criou os recursos humanos que deram na Embraer, que deram no Inpi e no programa espacial. Os Cenpes – se não existissem os Cenpes da Petrobras e se nós não insistíssemos que 2% do faturamento da Petrobras fosse para pesquisa e desenvolvimento, não existiram os Cenpes e não existiria o pré-sal.

A Embrapa, na agricultura – e é por isso que nós queremos criar a Embrapa da Indústria, a Embrapi, quer dizer, a Embrapa para fazer a inovação para a indústria. E qual é a diferença? Não é uma pesquisa universitária que um dia uma empresa vai achar. Não é essa visão ofertante, do produzo a oferta e depois vejo se há demanda. Não, a Embrapa é para atender a demanda da indústria. O empresário vai lá e diz: "Eu preciso melhorar esse produto, esse processo e criar isso." Então, o laboratório está preparado para fazer? Está. Ele vai pagar um terço, o laboratório paga um terço e nós pagamos um terço, que é o modelo da Fraunhofer na Alemanha.

A demanda por inovação no IPT, no Cimatec e no INT, os três com que começamos a Embrapa, aumentou em mais de dez vezes, só de anunciar essa possibilidade. Então, o que a indústria precisa saber é qual é a porta para bater, porque isso vai trazer uma parceria nova entre Estado e setor privado.

Por último, sobre América Latina e Mercosul.

Nós fizemos, no Uruguai, o seminário Diálogo em Ciência e Tecnologia. Levamos daqui 30 cientistas, dirigentes – o Presidente da Embrapa, o Presidente do CNPq, Finep, de todas as principais instituições

do Ministério –, e fomos lá discutir com os melhores cientistas, os ministros e as áreas chaves do Uruguai, para criar um programa de pesquisa Brasil/Uruguai.

Por exemplo, no Focem, nós temos hoje US$340 milhões depositados nos bancos e faltam projetos. E acho que projeto para integrar a América do Sul não precisa ser só projeto de infraestrutura; tem de ter estrutura, mas pode ser de ciência, tecnologia e inovação. Então, nós estamos fazendo com o Paraguai e o Focem tem de investir, prioritariamente, no Paraguai e no Uruguai. Se tivermos uma proposta de parceria, nós vamos fazer bons projetos de trabalho com eles. Então, estamos trabalhando com eles.

Nós vamos fazer agora – o Senador Inácio sempre militou muito pela integração do Mercosul, pelo Parlasul – com a Argentina e o Paraguai. E eu gostaria de convidar os Parlamentares do Mercosul que quiserem ir para participar do seminário, juntamente com os Parlamentares desses países, para a gente discutir qual é a agenda de pesquisa do Paraguai. O que é que o Paraguai pode fazer de parceria com o Brasil? Como é que nós podemos ajudar o Paraguai a desenvolver ciência, tecnologia e inovação?

Com a Argentina, por exemplo: o reator multipropósito nós vamos fazer com a Argentina. Nós temos um centro de biotecnologia com a Argentina que é um centro de grande prestígio internacional. O Uruguai pediu para entrar e nós vamos, agora... O Uruguai vai participar.

Então, nós podemos fazer, em várias áreas – estou citando algumas áreas, como a nanotecnologia –, parceira com a Argentina, parceria com o Paraguai, parceria com o Uruguai, e, depois, queremos estendê-la para outros países da Unasul.

Então, eu acho que ciência, tecnologia e inovação é uma grande agenda de liderança do Brasil na região, é uma grande agenda de integração entre os povos, é uma grande agenda de política e diplomacia internacional.

E a Presidenta Dilma tem dado esse destaque. A visita à China teve muita visibilidade, mas, em todas as visitas que ela está fazendo, ela está colocando essa agenda como agenda estratégica. Vamos agora para Nova Iorque. Ela vai falar na Assembleia da ONU e vai coordenar um programa sobre o futuro da energia nuclear pós Fukushima, a Presidenta Dilma. São quatro países que vão falar, o Brasil é um deles. E eu vou coordenar um painel da ONU também nessa área. Depois, ela vai para a África, e sempre colocando ciência, tecnologia e inovação como estratégica de uma nova diplomacia. Então, acho que o Parlamento do Mercosul poderia ajudar muito na construção desse programa de articulação das redes de pesquisa de tecnologia, de fazermos projetos em trabalho.

A Embrapa, por exemplo, eu termino, tem dois projetos espetaculares. Um é o Labex. Ela manda um pesquisador sênior para outro país. Ele faz a pesquisa dele, mas constrói redes de parcerias com os pesquisadores da Embrapa no Brasil. E o outro é um edital que nós estamos apoiando. Fizemos com a África e agora vamos fazer para a América Latina. A Embrapa abriu o edital. Acho que 180 pesquisadores se inscreveram para trabalhar com a Embrapa na África. Selecionaram 60. Fizemos três dias de seminário. Escolheram 15 projetos. Então, a Embrapa financia aqueles pesquisadores que nos interessam e interessam a esses países. Então, nós vamos fazer agora o edital também para a América Latina e Caribe. E acho que é um modelo também do Brasil buscar parcerias, atrair talentos.

Antes mandávamos os nossos melhores cérebros para fora, mas agora estamos trazendo de volta. E nós precisamos trazer bons cérebros do mundo que estão dispersos e disponíveis para virem produzir no Brasil. Eu acho que essa é a mudança de atitude. E o Ciência sem Fronteira é o grande instrumento para mudar essa política.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Ministro.

Eu passo a palavra agora ao próximo, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Ministro Mercadante, eu quero, inicialmente, dizer do meu reconhecimento à sua presença no Ministério de Ciência e Tecnologia. Acho que, em pouco tempo, o Ministro Mercadante conseguiu dar um realce a um conjunto de ações importantes. Isso não me surpreende não só pela sua formação, sua experiência parlamentar, sua capacidade de entender os desafios que estão aí colocados para o País, mas também pela capacidade de articulação que o ministro tem revelado no sentido de interagir com instituições e entidades do setor privado, que estão também engajadas nesse processo.

Então, eu tenho uma visão otimista hoje de que o Brasil, apesar do nosso atraso, começa a dar centralidade a essa questão da inovação como questão central na nossa estratégia, sobretudo na estratégia de sustentação da indústria no País.

Eu queria, ministro, louvar uma série de medidas que estão contidas no Plano Brasil Maior. Acho que estão todas na direção correta. Mas eu queria ouvir de V. Exª algumas questões que nos inquietam.

Primeiro, o grande desafio dessas políticas industriais tem sido o desafio da coordenação intragovernamental, ou seja, política industrial é muito demandante de coordenação, porque os instrumentos estão

dispersos em vários ministérios. Portanto, o grande desafio é a governança e a coordenação das ações. O que se constata é que os planos, as fases anteriores da política industrial, da PDP, etc, não puderam ter muita efetividade. Seguramente, uma das razões tem sido esse déficit de coordenação intragovernamental.

A outra questão que eu queria colocar, até porque o Ministro Mercadante é um economista respeitável, é como o arranjo macroeconômico é também crucial e decisivo para a questão da competitividade sistêmica. E hoje o Brasil tem desafios imensos nessa área. Quer dizer, nós temos os dois preços macroeconômicos fora do lugar há muito tempo: os juros, o câmbio. Então, como imaginar que as empresas, em meio a um ambiente que ainda é um ambiente difícil, possam, efetivamente, fazer esse esforço?

A outra questão que eu também colocaria a V. Exª é que eu sinto uma ausência nas políticas industriais que foram lançadas até aqui da compreensão da dimensão espacial e regional dessa política. Constato, até de forma surpreendente, que o Ministério da Integração, por exemplo, não esteve efetivamente inserido no núcleo que formulou a política industrial. Então, essa dimensão espacial e regional da política industrial, parece-me, ainda não está devidamente incorporada, e é fundamental.

A outra questão é que tem sido impressionante, Ministro, o desempenho da China nessa área de pesquisa e desenvolvimento também. A China já investe quase 2% do PIB e mais do que decuplicou o número de solicitação de patentes, inclusive no exterior. É algo espetacular o que vem acontecendo. Na China, o que se constata é que há uma articulação desse esforço da política de ciência e tecnologia com uma série de outras questões, por exemplo: formação de recursos humanos, estratégias setoriais, propriedade intelectual, uso seletivo do investimento direto estrangeiro como um instrumento também de alavancagem da política de ciência e tecnologia. Então, eu perguntaria também ao Ministro: como a gente pode também aprender com essa experiência da China?

Finalmente, quero me congratular com a criação da Embrapi. Acho que é uma excelente ideia. Acho que ela nasce com um conceito interessante, que não é o de replicar mais uma estrutura governamental, mas, sim, de fazer um uso inteligente, aproveitando plataformas já existentes. Nesse sentido, eu quero me congratular com o fato de que uma dessas instituições que serão conveniadas é Senai-Cimatec, que é uma extraordinária referência no Brasil na área de automação industrial.

Então, eram essas as questões e, mais uma vez, Ministro, eu me congratulo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Tenho a honra agora de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ministro Aloizio, quero, primeiro, até justificar aqui o motivo da minha chegada com certo atraso. Estou vindo de um evento que se instalou ontem, em São Paulo, que reúne o PIB do setor de telecomunicações. É um lema muito interessante: as cem maiores empresas presentes dentre as cem maiores do Brasil. É um evento que abriu ontem, o Futurecom. É uma experiência, e eu acho que ainda falta muito dessa coisa que foi levantada pelo Ministro e agora muito bem abordada pelo Senador Armando Monteiro, que é essa interação de governo. Ontem, nós tínhamos lá a presença do Ministro Paulo Bernardo, mas o foco do debate no Futurecom era exatamente como é que vamos expandir, atender.

O Ministro Aloizio tocava, nesse instante, na questão da utilização de mecanismos por radiofrequência e da utilização de fibras óticas. É muito caro, Ministro, chegar com fibra ótica como última milha. O Estado de V. Exª tem, talvez, a maior experiência no Brasil. Sabe quantos? Trinta mil usuários num dos serviços prestados por uma das operadoras no Brasil. Isso é muito pouco. Por que isso se dá nessa dimensão? Porque, Senador Armando, é extremamente caro. Você tem a fibra ótica como transporte, não como última milha. Então, imagine o que é a gente ter fibra ótica como última milha no Maranhão, na Bahia? Não dá. Não só pelo custo, mas, ainda por cima, pela densidade populacional que nós temos nessas regiões.

Portanto, para levar esse tipo de serviço, levar inovação, utilizar essa rede para a gente chegar nessa ponta, pontencializando a Embrapi, com indústrias espalhadas em todos os cantos deste País, nós vamos precisar desta que é eleita pelo nosso Governo, agora, no PPA, efetivamente uma questão estruturante no Brasil: ciência e tecnologia, que é outra coisa.

Eu vi aqui o manual, interessante, importante, mas está faltando o manual do PPA, Senador Aloizio. Ele é, na minha opinião, mais importante do que o Orçamento. A viabilidade que vamos ter no Orçamento é em decorrência desse PPA. Então, é importante que a gente, inclusive, trabalhe nessa linha. Não vai ser fácil, este ano, a gente tentar trabalhar aqui a cultura de um PPA, que não pode ser picotado, não pode ser transformado numa prévia de Orçamento para que a gente vá fazendo emendas ali, para garantir ou abrir guarda-chuva, mas utilizar verdadeiramente o PPA como eixo estruturante para esses projetos. É importante a gente ir ao encontro do que este Governo apresentou. O Ministro já falou por diversas vezes que é o terceiro

programa do PPA, que é a Ciência e Tecnologia. Ontem à noite eu disse isso na abertura do Futuricom, estávamos fazendo um evento no momento em que, pela primeira vez na história do Brasil, Senador Aloizio, esse segmento entra como estruturante. Estruturante para nós – e aqui está um homem da indústria – era levar energia porque viabilizava todos os aspectos de instalação industrial, estruturante era só abrir a estrada quando, na realidade, se a gente não adotar isso como estruturante, que energia eu vou levar? Estamos fazendo um debate sobre a eólica, esse desafio. Na Bahia, por exemplo, nós vamos para 52 parques eólicos e num processo de atração crescente da indústria nessa área. São quatro indústrias se instalando e um universo... Por exemplo, essa parceria com o Cimatec, levantada pelo Senador Armando Monteiro, é o que tem nos garantido, por exemplo, o sucesso do parque tecnológico. Então, eu queria, Senador Aloizio Mercadante, tocar nessas questões e pautar uma questão que às vezes me parece ser cobrança demais, mas eu queria insistir numa coisa fundamental. Louvo e fico alegre quando, por diversas vezes, o Ministro vem a esta Casa, mas ainda falta uma interação maior conosco. Não basta só tentar legitimar a participação das Casas Legislativas na apresentação de emendas. Isso, a Comissão de Ciência e Tecnologia fez a vida inteira na Câmara, provavelmente deve ter feito aqui no Senado também. De cada três a gente botava três para a Ciência e Tecnologia na Comissão de Ciência e Tecnologia. Agora, esse processo fica muito mais legitimado se a gente interage junto. Por exemplo, na semana retrasada, Ministro, a bancada de Deputados da Suécia esteve aqui neste Parlamento para discutir exatamente uma venda e, ao mesmo tempo, uma transferência de tecnologia através da questão dos caças, numa relação Governo... E olha que o Governo sueco, Senador Armando Monteiro, faz outra coisa interessante, não estava aqui só a *Gripen*, mas a *Saab,* que tem interesse direto, a *Ericsson*, que é a que cuida da eletrônica embarcada ou da aviônica, e diversas outras empresas suecas. Não são empresas estatais, é o Estado sueco se mobilizando, saindo em bloco com todos os seus parceiros, desde o desenvolvimento até a aplicação prática e concreta no sentido de ampliar os seus espaços. Então, esse processo precisamos fazer mais, Senador Aloizio, e não vemos isso. Sei que é mais difícil trabalhar essas coisas no Governo, mas fizemos isso. O satélite, por exemplo, que estamos discutindo no Ministério das Comunicações, começou com a Comissão de Ciência e Tecnologia. Nós fomos lá na OIT, procuramos a Colômbia, quando não era, inclusive, o Diego o Ministro das Comunicações. Hoje, é um sujeito oriundo do setor de telecomunicações, era funcionário da *Telefónica de Espana*, que opera no Brasil através da Vivo e da Telefônica, em São Paulo. Fomos nós que abrimos isso quando, inclusive, tinha uma guerra entre o Governo da Colômbia e o Governo do Brasil pela disputa desse espaço. Então, para nós é importante essa associação a que o Senhor se referiu aqui, do MERCOSUL. Precisamos fazer isso principalmente para atender à Região Norte do Brasil. Como é que vamos expandir banda larga nas Regiões Norte e Nordeste se a gente não botar a mão nessa questão do satélite?

E, para finalizar, Senador Lobão, quero ir para a questão prática aqui levantada. O Ministro Aloizio tocou numa questão pela qual venho brigando há muito tempo, biblioteca virtual. Biblioteca virtual, nós vamos adotar. Nós precisamos colar os programas, não precisamos inventar nada, Senador Aloizio. A Bahia tem instalados hoje mil CDCs – Centros Digitais de Cidadania. Eu estive em um com o Governador agora, no final de semana passado, aqui no oeste e eu perguntei: "Ô Governador, por que o Ministério de Ciência e Tecnologia no próprio CDC não tem biblioteca virtual?" Para que vou construir um outro espaço, Senador Lobão, se em cada CDC desse eu posso acessar a biblioteca virtual?

Esse debate sobre os *tablets*, Senador Aloizio, que é muito importante. Já falei isso e quero repetir. Hoje, de imediato, não há necessidade da entrega de um *tablet* a cada aluno. Se eu conseguir colocar um *tablet* por sala de aula com HDMI e plugar isso numa TV plasma qualquer ou LCD da vida ou até pode ser ainda numa das antigas, eu tenho condição de operar em sala de aula e fazer, inclusive, um processo de utilização de maneira mais ampliada. Eu não vou ter condições de entregar 40 *tablets* por sala de aula no Brasil, mas um por sala de aula é muito mais fácil.

Então, vamos começar por um do que achar que a meta de 40 por sala de aula é a solução. São coisas desse nível que eu acho que a gente tem como encaixar. Aí a gente vai permitindo trabalhar o desenvolvimento associando cada ação concreta dessas.

O que a gente faz no campo brasileiro hoje? Por que a gente não pode pegar toda essa experiência de inovação da Embrapa e ajustar isso a outra experiência de desenvolvimento? Isso em que o Ministro tanto insiste de repatriar os nossos cérebros. É fundamental para a gente isso. Na área da saúde, Ministro Aloizio, é onde a gente tem mais. Hoje o Parque Tecnológico de San Diego na parte de fármacos, está recheado de brasileiros. Os grandes laboratórios: Novartis, Genzyme, os brasileiros comandam. Essa turma poderia voltar para cá e ir para a nossa indústria de fármacos. É inaceitável que Bahia e Rio de Janeiro tenham dois polos petroquímicos – aliás, o Rio Grande do Sul tam-

bém – vibrantes e não associemos a isso um processo de desenvolvimento da linha de fármacos. Mas aí alguém pode dizer: "Nós temos um desenvolvimento razoável no Rio de Janeiro", mas não temos na mesma proporção na Bahia e no Rio Grande do Sul. Portanto, é fundamental que essa interação de Governo... E aí esse Ministério cumpre aí, é legal quando a gente ouve isso aqui, Aloizio, de sua parte esse envolvimento com 8 meses ainda só de Ministério, mas é legal isso, porque é fundamental para dar essa liga, para ser esse eixo central que nos permita avançar na pesquisa aeroespacial, utilizar o satélite e fazer o negocinho mais simples possível, que é ligar o sujeito que está lá no campo, o cara que está na zona rural usando tecnologia de ponta e fazendo um serviço essencial. Está aqui meu companheiro João Pedro, que está indo para o Ministério de Desenvolvimento Agrário, tem que ajudar nesse mapeamento, pegar o sujeito que está lá na ponta, fazer essa junção entre o MCT e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, trabalhar essa questão do atendimento, não só para o cara ter voz, voz é pouco hoje. Nós temos que chegar com isso para levar inovação para essa turma onde está vivendo.

E, por último, Senador, a gente não poderia perder a oportunidade do dia 20, na presença do Presidenta Dilma, isso aqui muito bem apresentado pelo governo aberto, a gente não aprovar o PL 41, que está nesta Casa. O projeto de lei não é só um acesso à história do passado. O projeto de lei é exatamente isso que o senhor está definindo aqui, é permitir que de forma instantânea – ou, na linguagem mais adequada, *on line* – todos os governantes ponham na rede mundial de computadores tudo que fazem. Se errar, tem como corrigir. Isso é muito mais prático do que colocar a CGU para ir para lá arrebatar computador de tudo quanto é lugar para ver o que tem dentro. Esse acompanhamento é feito dessa forma.

Então, portanto, isso é governo aberto, isso é utilizar o que a gente tem de mais moderno em ferramenta para a gente ter gestão e ter principalmente transparência.

É legal quando a gente ouve isso aqui, Ministro Aloizio. Ficamos satisfeitos e, obviamente, mais do que hipotecarmos o apoio e essa cobrança que fiz aqui ao Ministro e ao Governo, é que a gente se acostumou a ter esse nível de participação. Não basta só vir numa comissão e votarmos numa quarta –feira ou coisa do gênero, a gente quer ser parte desse processo, que é contribuir para que essas políticas possam verdadeiramente chegar na ponta. Por isso, a gente quer contribuir para o orçamento.

Eu sei que aqui vira um grau de recurso o que os ministérios não conseguem, na montagem do orçamento e do PPA. É natural isso. Vem para cá. E é nossa obrigação, inclusive, contribuir. Aí, tenham certeza de que não só da CAE como também da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática esse ministério terá amplo e total apoio, pra gente ampliar a nossa capacidade de investimento em ciência e tecnologia, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Agora, se o Senador Flexa Ribeiro puder falar e fazer suas indagações, tenho a honra de passar a palavra a ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Lobão Filho; Ministro Senador Aloizio Mercadante; Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu quero primeiro agradecer ao Senador Inácio Arruda por revelar que fiquei velho mais um ano. Há quanto tempo eu não festejo aniversário!

Quero festejar aqui, também, a presença do Senador João Pedro. E estava já festejando, Senador Aloizio Mercadante, por termos um amazônida no Ministério da Ciência e Tecnologia, mas o Senador Walter disse que vai para o MDA? Ou é para o...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ele vai fazer a ponte. É diferente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ah, está certo. Então, é no Ciência e Tecnologia mesmo.

Mas Ministro, primeiro, eu saúdo mais uma vez a sua vinda aqui à sua Casa, porque o Senado é a sua Casa permanente. Eu não tive oportunidade de assistir a toda a sua palestra. Tive, inclusive, que me ausentar, para ir à abertura de uma exposição dos mantos da Virgem de Nazaré, lá na Câmara Federal, com a presença do Presidente Marcos Maia e do Presidente José Sarney. E estamos aqui novamente, no Congresso, agora na Câmara, fazendo uma exposição do Círio de Nazaré, que é a maior festividade católica do mundo, que ocorre no segundo domingo de outubro, dia 9 próximo. E quero aproveitar para convidar o Ministro, todos os Senadores e os brasileiros para que compartilhem com os paraenses esse que é o nosso segundo natal. No Pará nós temos dois natais: o nascimento de Cristo e o Círio de Nazaré.

Ministro, eu quero fazer aqui alguns questionamentos pontuais. V. Exª fez referência, primeiro, à questão da banda larga. Eu, outro dia, quando aqui esteve o Ministro Paulo Bernardo, das Comunicações, pedi a ele que junto ao Governo pudesse acelerar a aprovação do projeto de sua autoria que fica esquecido na Câmara Federal, mas é da maior importância.

Ao mesmo tempo em que V. Exª fez um projeto mais amplo que o meu, eu apresentei um em que queria universalizar a telefonia móvel para aqueles locais

onde não há retorno econômico, mas há a necessidade da comunicação. E V. Exª fez um para banda larga, que possibilitaria também a questão da comunicação por voz. Lamentavelmente, os recursos do Fust continuam contingenciados, cada vez com volume maior; e os brasileiros todos ficam sem condições de acesso. Lá na nossa região amazônica a dificuldade é muito maior em função das distâncias, da demanda rarefeita. E é preciso que haja realmente vontade política para que isso aconteça.

Agora, se V. Exª puder ajudar, nós estamos querendo levar, imagine só, banda larga – o governo do estado – para Parauapebas e Canaã, dois municípios pujantes onde a Companhia Vale tem uma ação importante na exploração mineral. E a Vale tem fibra ótica, inclusive algumas delas apagadas. Então, é necessário que haja uma ação do governo para esse compartilhamento. É uma forma egoísta de você ter o acesso, pois é para sua necessidade empresarial, o que é evidente, mas por que não compartilhar naquilo que não é utilizado, com a sociedade de modo geral? Então, se V. Exª puder ajudar, nós, com certeza, agradeceríamos.

V. Exª falou sobre outro assunto com relação a nossa região, Senador João Pedro, Senadora Vanessa. V. Exª demonstrou aqui e deu conhecimento, através do INPE, do desmatamento na Amazônia como global. Chega a 18%, ou seja, nós estamos abaixo do limite de 20%, que é exagerado, mas hoje exigido. Agora, não é possível mais, e nós estamos discutindo o Código Florestal, a revisão do Código Florestal, que, com a tecnologia que o Ministério de V. Exª pode oferecer a todos os cidadãos e, principalmente, a nós, amazônidas, tenhamos que fazer reserva legal por propriedade. Com isso, vamos induzir, cada vez mais, a penetração na floresta, quando poderíamos, de forma global, fazer em áreas de preservação a compensação das áreas, inclusive usando de forma intensiva aquilo que já está aberto.

V. Exª tem toda a razão. Nós temos uma área de pasto – pelo menos o Pará ainda mantém essa relação dentro da legalidade, no global – que pode ser oferecida à agricultura para produção de grãos e de alimentos, mantendo a mesma produtividade na pecuária, desde que se agregue tecnologia à pecuária. Não dá mais para ter a criação de uma cabeça por hectare. Se elevarmos para duas cabeças, e é possível até três cabeças por hectare, vamos ter metade da área de pasto, sem atingir a floresta, liberada para a produção de grãos. Isso é tecnologia. É nisso que precisamos atender a nossa região.

V. Exª colocou aqui um exemplo perfeito, e quero parabenizar novamente os amazonenses pelo bacalhau da Amazônia, que é nosso pirarucu. No Pará, nós temos. E eu quero convidá-lo mais uma vez, Ministro. V. Exª está devendo aos paraenses uma visita ao nosso Estado. Pediria que V. Exª pudesse abrir espaço na sua agenda para que mostrássemos a V. Exª o que o Pará tem a oferecer ao Brasil. Temos o maior criatório de pirarucu. Está no Pará, na ilha de Mechiana. Estamos inclusive exportando. Então, são coisas que precisam ter o apoio do Governo.

Semana passada, e eu pediria a generosidade do nosso Presidente para me estender, porque é importante, fui procurado no meu gabinete em Belém por um empresário do Estado, pequeno empresário do Estado, que fez o registro e tem a patente de uma invenção que ele fez. Eu não sei como ele não consegue financiamento para colocar aquela invenção em produção industrial. Ele idealizou um triciclo para cadeirantes. Então, o cadeirante vem, e V. Exª fez aqui referência exatamente a isso, sobe, acessa, através de uma rampa movida por motor, o triciclo e ajusta a cadeira – a própria cadeira é assento do triciclo – para se deslocar. Achei algo fabuloso e lamentei quando ele me disse que está esperando uma linha de financiamento para partir para a produção, inicialmente, me parece, de 20 equipamentos por mês, algo que é ainda inicial. Então, eu pediria a V. Exª que pudesse esclarecer para eu levar a ele pelo menos uma notícia de qual a linha de financiamento que ele pode ter.

Para finalizar, eu queria saber, na realidade, qual o incremento de investimento em P&D na Amazônia. A Amazônia é totalmente esquecida nesses programas governamentais em função da sua necessidade. Estamos avançando? Estamos, mas nós avançamos numa velocidade que cada vez mais nos distancia dos centros já desenvolvidos. Ou seja, temos de inverter essa lógica.

Temos na Amazônia a maior biodiversidade do mundo. Falamos aqui em fármacos, e os nossos princípios ativos são levados ao exterior por brasileiros – lamentavelmente, nós exportamos cérebros e importamos conhecimento. V. Exª tem falado – e espero que tenha sucesso – da necessidade de inverter essa lógica. Nós temos de manter os nossos cérebros aqui no Brasil e exportar o conhecimento que seja produzido por eles.

Eram esses os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro, muito agradecido. Parabéns, mais uma vez, pela memorável data do seu aniversário, amigo querido, meu companheiro na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu tenho a honra agora de passar a palavra à Senadora Vanessa Grazzotin, pedindo à querida Senadora que atente para o adiantado da hora e tente ser o mais breve possível.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Em homenagem também ao aniversariante do dia, vou ser bem sucinta, viu, Ministro Mercadante? Se V. Exª me permite, quero fazer uma homenagem ao nosso aniversariante, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Vanessa, o meu aniversário foi ontem. O de hoje é do Senador Jayme Campos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É, e ele está convidando todos nós para, depois desta reunião, comermos um bolo aqui embaixo, no gabinete dele.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Iremos lá!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero dizer que, infelizmente, não participei de toda a audiência pública, da exposição do Ministro, porque estamos em outra sala debatendo o Código Florestal com um conjunto de ministros, juristas, enfim, um debate que interessa muito a V. Exª também. De lá, eu pedi que me passassem toda a sua exposição, e estou com sua exposição, mas, por conta do tempo, não vou poder tratar de assuntos mais diversos, mas separei dois, além do comentário de um.

É a nossa vigilância, Ministro Mercadante. Acho que todo esforço tem de ser aplaudido, não só o que faz o Ministério de Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, mas que o Governo Federal faz como um todo para fazer com que o Brasil avance na produção de elementos da tecnologia, de insumos ligados à tecnologia da informação – não é simples, é algo extremamente complexo, estamos vendo o que está acontecendo com a Foxcom, as exigências que estão colocando.

Agora, Ministro, faço questão de repetir para o senhor aqui. Eu ouvi todas as observações do Senador Flexa, que falou muito da Amazônia. E nós temos de falar da Amazônia porque somos de lá – somos poucos, mas somos de lá – e representamos 60% do território. Este Governo é importante não só pelo esforço que faz em prol do desenvolvimento, mas pelo esforço que faz em prol de um desenvolvimento igualitário entre todas as regiões. O nosso desafio é diminuir as desigualdades sociais, o que só conseguiremos com a diminuição das desigualdades regionais.

Sei da sua preocupação, apenas digo isso porque nós temos – e o senhor é conhecedor – um pólo instalado de produção de eletroeletrônicos muito importante. E se não prestarmos a atenção necessária, podemos criar um atrito muito grande em todo o País, sobretudo entre a região Sudeste e o Pólo Industrial de Manaus, o que não é seu objetivo, não é o nosso objetivo e não é, muito menos, o objetivo da Presidenta Dilma.

Em relação às medidas provisórias editadas. A 534: foi aprovado um dispositivo que trata especialmente da Zona Franca de Manaus, para nos mantermos no cenário de competitividade, Ministro. Essa é uma questão.

Segunda: quero me somar a V. Exª quando fala da necessidade de a trabalharmos, do ponto de vista da inovação também, o complexo de saúde, sobretudo na produção e inovação de fármacos. O senhor coloca aqui um dado que mostra o avanço das multinacionais no mercado de genéricos. Entretanto, foi exatamente esse mercado de genéricos que fez com que a indústria nacional tivesse a evolução que teve nos últimos tempos. Só que nós não podemos ficar no mercado de genéricos, é preciso avançar na produção. Então, ter uma política importante para esse segmento é fundamental, Ministro, e eu não tenho dúvida nenhuma de que V. Exª está muito envolvido na implantação de um centro de biotecnologia para essa área. E aí vamos pensar também que essa seria uma forma de iniciar a descentralização não só da produção, mas da geração de pesquisa e de conhecimento.

E por fim, para concluir, Ministro, quero cumprimentar V. Exª e dividir o cumprimento com nosso querido Senador João Pedro, que aqui está. Na sua exposição, o senhor mencionou que foi inaugurada lá uma unidade de processamento do pirarucu, que agora batizamos de bacalhau da Amazônia. E isso é muito importante, Ministro. O senhor não tem ideia da importância disso. E esse tem de ser um projeto de sucesso. Não podemos achar que aqueles recursos iniciais – e boa parte veio da Finep, do Ministério que V. Exª dirige hoje – já são suficientes e que acabou aí. Não. Nós precisamos melhorar a qualidade, precisamos fazer desse produto um produto para exportação, porque é o único que vai ter a marca amazônica, sem dizer que grande parte da matéria-prima do pirarucu utilizado vem de área de manejo florestal. Temos várias reservas. Porque, Senador Flexa, não é de domínio ainda a reprodução do pirarucu. É do tambaqui e de várias outras espécies, do pirarucu não. Do pirarucu não. É um peixe nobre, dos mais nobres que nós temos. E agregar valor é isto: é gerar emprego, gerar trabalho e renda não só para aquelas 150 a 200 pessoas que estão na fábrica, mas para milhares de ribeirinhos que estão nos beiradões, no interior, em áreas de preservação e que, com isso, vão poder melhorar a qualidade de vida.

Então, eu cumprimento o senhor, Ministro. Tenho certeza de que esse projeto vai continuar, mas com muito apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia. Hoje, existe um único técnico, que se formou na Noruega, o que é insuficiente para levar esse projeto. Precisamos

de mais técnicos, precisamos de mais gente capacitada para, lá mesmo, na produção, melhorar a tecnologia e o produto para que possamos exportar. E é isso. Não é o bacalhau em si, mas, primeiro, é muito gostoso e, segundo, é a marca amazônica, que só nós detemos no mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra ao último Senador inscrito, com seu extraordinário poder de síntese, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

O senhor quer o poder de síntese em quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O mínimo possível. Mas V. Exª tem toda liberdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Rapidamente. Está bom.

Em primeiro lugar, Senador, quero reafirmar aqui a importância da sua pasta no cenário brasileiro daqui para frente. Essa é uma pasta da qual depende o futuro do Brasil. Porque o futuro de qualquer país hoje está na inovação. Segundo, eu imagino sua tristeza ao ver os resultados do Enem, porque sem ensino médio da mais alta qualidade não há como ter universidades boas. E sem essas é muito difícil ter um bom sistema de inovação.

Nós fomos infernizados durante 21 anos por um tal de SNI. Nós seremos infernizados daqui para frente se não criarmos um SNC, um Sistema Nacional do Conhecimento. E sua pasta é a fundamental. E quero dizer que eu pessoalmente não tenho a menor dúvida de que não poderia estar em melhores mãos a pasta da qual depende tanto o futuro, mas cujo futuro depende da educação de base.

Eu tenho duas perguntas. Uma que eu gostaria de sua resposta... Eu gostaria das duas. Mas uma, se o senhor não quiser responder, eu entenderei perfeitamente, embora gostaria muito de ouvi-lo.

A primeira diz respeito aos *royalties*. Eu quero saber sua opinião sobre uma proposta que apresentei na época em que se discutia os *royalties*, no ano passado, junto com o então Senador Tasso Jereissati, de que, em vez de o dinheiro ser distribuído pelo Fundo Social, o que leva a uma pulverização e se esgota no dia em que acabar o petróleo, nós canalizarmos todos os recursos dos *royalties* para um fundo e usarmos a rentabilidade do fundo, dentro da linha inclusive que o senhor sempre defendeu do Fundo Soberano. E esse dinheiro todo ser canalizado para educação e inovação.

Quais são as vantagens disso? Rapidamente, conforme pediu o Sr. Presidente, no que se refere à destinação, esse fundo iria todo para educação e inovação. O Fundo Social vai pulverizar. Até a Previdência vai receber. A Previdência. Os velhinhos, como eu, têm todo o direito de receber o dinheiro, mas ele não leva à construção do futuro, é uma remuneração pelo nosso passado. A fonte de receita seriam os *royalties* nos dois casos, embora, no caso do fundo, seja o excedente dos *royalties*. Os critérios de resgate são mais restritos na minha proposta, que espero apresentar, desta vez, juntamente com o Senador Aloysio, que, aqui, de certa maneira, herdou os quadros técnicos que trabalhavam com o Tasso Jereissati, e esses quadros técnicos são fundamentais para que elaboremos a proposta. A ideia era a de que nada seria usado no primeiro ano, para se gerar um fundo, e a de que, aos poucos, aplicaríamos. Não vou entrar em mais detalhes.

A pergunta é se o senhor tem simpatia por estas duas concepções diferentes: o fundo, usando apenas a rentabilidade, para que ele seja permanente; e a concentração de todos os recursos, sem essa pulverização. Aliás, devo dizer que uma vantagem também é que, ao não se pulverizar, elimina-se a possibilidade de influência política no destino do dinheiro. Se a gente pulveriza, governadores e prefeitos vão ter o poder de escolher em que projetinho o dinheiro vai ser aplicado.

Então, pergunto: qual é a sua posição sobre o fundo e sobre concentrar educação e inovação?

Faço uma segunda pergunta. Eu disse que gostaria de ouvir sua resposta, mas fique à vontade, pois o senhor pode se sentir constrangido, por ser parte envolvida.

A meu ver, Senador João Pedro, não vamos ter resposta, se não fizermos com que o Ministério da Educação cuide do ensino de base e com que o Ministério de Ciência e Tecnologia cuide do ensino superior. Isso ocorre em quase todos os países. O senhor, aliás, uma vez, pediu-me um estudo sobre isso, e tenho o resultado, mostrando em quais países isso ocorre. Lamento não ter passado isso ainda ao senhor. Peço desculpas.

Qual a posição do MST? Não me refiro à posição do Ministro, porque vai parecer que ele quer abarcar mais coisas, embora seja um elogio dizer que a pessoa quer abarcar outras coisas, porque quer trabalhar mais.

Qual a sua posição sobre transformarmos o Ministério do Ensino em Ministério da Educação de Base? Outro Ministério poderia ser o MCTES. A minha ideia inicial era a de que houvesse um Ministério do Ensino Superior, mas já existem Ministérios demais.

Então, essas são as duas perguntas que faço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Cristovam, inclusive por ter feito rapidamente suas indagações.

Agora, tenho o prazer de passar a palavra ao Exmº Sr. Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu queria agradecer-lhes a qualidade das intervenções. Também serei o mais objetivo possível, apesar de haver algumas questões bem complexas.

Em relação ao Brasil Maior, concordo integralmente com o Senador Armando Monteiro. Aqui, mais uma vez, quero dizer que deu uma grande contribuição a essa agenda da inovação da indústria.

A construção da proposta da Embrapi nós a fizemos com o Lucchesi, que era o diretor do Cimatec e que tem grande foco na experiência de inovação. Rafael Lucchesi é um técnico de grande qualidade.

Dito isso, concordo que, no Governo, deve haver coordenação interministerial para a gestão da política industrial. Temos de convergir os esforços, de trabalhar em sintonia. Segundo, acho mais fácil hoje essa coordenação, essa sintonia. A Presidenta fez seu curso de pós-graduação na mesma universidade em que estudei. Fiz mestrado e doutorado na Unicamp, onde ela também fez os créditos de mestrado e de doutorado. O Ministro Guido, o Ministro Fernando Pimentel, ou seja, a área econômica do Governo tem uma formação muito próxima, e isso tem facilitado a elaboração.

Penso que houve uma inflexão na política macroeconômica importante. Há a ideia do superávit primário anticíclico. O momento econômico é mais favorável. Houve o aumento do superávit primário em R$10 bilhões. E se abre espaço para uma queda da taxa de juros, que surpreendeu muita gente. Eu recomendaria a leitura de um artigo publicado hoje no *Valor* de autoria do Nakano, que é um analista insuspeito, que vem de uma trajetória do PSDB e que faz uma defesa contundente da decisão do Banco Central relativa à redução da taxa Selic.

No Brasil, do ponto de vista macroeconômico, com US$360 bilhões de reservas cambiais, do ponto de vista dos depósitos compulsórios de R$420 bilhões, da saúde do sistema financeiro, dos bancos públicos, do mercado interno de consumo de massa, do crescimento, não há por que haver a maior taxa de juros do mundo. É um ponto fora da curva! Essas são as condições macroeconômicas do País. E a desaceleração da economia na Europa, nos Estados Unidos e no Japão é muito forte. Quando se decide pelo regime de metas, olha-se o que vai ocorrer de seis a doze meses à frente. Alguns olham a média da inflação dos últimos doze meses, mas estão pegando um semestre lá atrás em que a inflação estava num patamar em que ela já não está mais, porque, em agosto, ela já está num patamar apontando para o centro da meta. E, olhando para a frente, para a desaceleração da economia mundial, eu acho que o Banco Central enxergou um espaço, e a política monetária global passou a ter um papel anticíclico – na Europa, nos Estados Unidos, no mundo inteiro, a taxa de juros veio para o chão – o que abriu um espaço para a queda mais rápida da taxa de juros no Brasil. E eu acho que o Banco Central soube, com total independência, como sempre teve, alterar o mix da política econômica. E isso já contribuiu para uma alteração na política de câmbio. Quer dizer, o câmbio já passou para um patamar de 1,7, o que ajuda o equilíbrio das contas externas e melhora a competitividade da indústria.

O Brasil Maior desonerou exportações fortemente; acelerou a devolução do crédito de exportação para a indústria, com aquele crédito que foi concedido a todos os exportadores; fez uma política inovadora de desonerar a folha de pagamentos, que vai ser observada durante o ano para se verificarem os ajustes que são necessários, numa gestão tripartite; aumentou os recursos para o financiamento ao investimento e à inovação BNDES-Finep, e introduziu a política de compras públicas – pagar até 25% a mais, desde que seja produzido no Brasil.

Então, acho que tivemos uma inflexão importante na política industrial e econômica.

Eu sugeriria – e V. Exª é um Senador muito atento a essa agenda – nós estudarmos a experiência suíça. O que a Suíça fez? Num regime de câmbio flutuante, estabeleceu um piso na taxa de câmbio. O Banco Central suíço, que não é propriamente... A Suíça é um país com grande habilidade em termos de política financeira e monetária, uma grande praça financeira global, com muita *expertise*, e o Banco Central suíço introduziu um mecanismo inovador: um piso na taxa de câmbio. Ou seja, eles não permitirão a apreciação da moeda até certo patamar, e isso é uma novidade do ponto de vista da regulação do câmbio, que mereceria um estudo, no caso da apreciação, como é o problema que tivemos. O dólar está se desvalorizando, e algumas moedas estão se apreciando, como foi o caso do real. Então, eles estabelecem um piso na apreciação da moeda, e isso coloca uma discussão nova na política econômica global.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não é um controle do câmbio propriamente. O câmbio é flutuante, mas o câmbio é flutuante de forma suja no mundo inteiro. Na realidade, o câmbio tem flutuado de forma... Quer dizer, quando o Banco Central compra reservas cambiais que estão entrando no País, ele está inter-

ferindo na taxa de câmbio, ele está tentando evitar a apreciação.

Mas é uma novidade cujos desdobramentos devemos estudar e avaliar, porque um dos problemas macroeconômicos de hoje é que o país que é responsável pela moeda padrão internacional não tem preservado essa moeda na condição de moeda padrão, e tem gerado um desequilíbrio macroeconômico sistêmico. É muito difícil os países enfrentarem essa situação, pela política fiscal e monetária americana, que tem gerado uma desvalorização que o Ministro Guido chamou de guerra cambial, mas esse é um tema que precisará ser acompanhado.

Acho que houve uma inflexão na política fiscal e cambial positiva, quer dizer, uma queda de 0,5% na taxa Selic significa uma redução de despesas com juros da dívida da ordem de R$5,5 bilhões ano. Cada um ponto é mais ou menos R$11 bilhões.

Então, ao fazer um superávit e a taxa de juros poder cair de forma sustentável, estamos aliviando a necessidade fiscal e fazendo um *mix* mais inteligente. E o câmbio, se deslizar de uma forma mais segura, aumenta a competitividade, sem trazer pressão inflacionária. É um problema de equilíbrio de gestão, mas eu acho que o Governo está bastante atento a essa questão.

O segundo ponto que eu queria ainda mencionar em relação à intervenção do Senador são as parcerias que temos feito... Acho que a discussão de regionalização da política industrial é fundamental. E não só a política industrial. A política regional tem de ser transversal. Todas as políticas públicas precisam ter um componente regionalizado, porque é preciso diminuir as assimetrias regionais.

Os indicadores de crescimento do PIB, no caso o nosso Ministério, o esforço do Programa de Bolsa de Estudo, o esforço do Sistema Nacional de Pós-gradução foram numa direção espetacular da desconcentração. O Estado de V. Exª é um exemplo disso; um estaleiro do porte que foi constituído, a duplicação da rodovia, a ferrovia Transnordestina, o pólo industrial que está sendo construído com uma empresa de petróleo, uma refinaria e um parque automotivo, é um exemplo exitoso de uma política pública que deu um impulso. E o Nordeste, em particular, que tinha 1,4% da pós-graduação no Brasil, hoje tem 10% em nove anos. Então, há um esforço, há uma consciência e isso precisar ser preservado e discutido com muita cautela, com muita consistência.

Senador Walter Pinheiro, eu queria tratar de algumas questões. Primeiro, em relação ao Programa de Banda Larga, do Fust, tanto V. Exª quanto o Senador Flexa Ribeiro, eu acho fundamental que ele seja assegurado. Acho que a Câmara precisaria concluir a votação e usar os Fust para aquilo que é a universalização dos serviços de telecomunicações para o Programa de Inclusão Digital, como nós aprovamos em três Comissões no Senado, aprovamos na Comissão Especial da Câmara. Acho que é um projeto que precisaria ir a voto, e faz todo o sentido para darmos um salto de qualidade na educação do Brasil. Acho esse um projeto estratégico e precisaria ser feito.

Em relação à Amazônia nós precisaríamos de um programa muito especial, acho que tem toda a razão a intervenção do Senador Walter, quando fala que nós não faremos com fibra óptica a última milha. Nós precisamos de radiofrequência, nós precisamos de satélite em alguns casos, como é o caso da população ribeirinha da Amazônia. Você só vai iluminar com satélite, não há outro caminho no curto prazo.

(*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE – Frequência baixa e um geo estacionário capaz de cumprir esse papel. Um satélite como esse tem um custo elevado, mas com outras finalidades, como, por exemplo, o Programa de Comunicação da Área Militar, ele se viabiliza economicamente. Eu diria que é uma prioridade. Nós estamos concluindo os Cyberes com a China, para lançar em novembro do ano que vem. Hoje a gente enxerga o espaço territorial 250 metros por 250 metros na Amazônia; nós vamos enxergar 50 por 50 metros, Cerrado etc., para observação da Terra. Esse projeto com a China vai dar um salto espetacular. E o satélite de comunicações, que eu diria que é a grande prioridade estratégica, os satélites geoestacionários. É um satélite mais pesado, mais caro, mas igualmente estratégico e muito importante tanto para a comunicação militar quanto para a iluminação da Amazônia...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas, Ministro, está em curso, inclusive, a licitação de 450MHz, que deve acontecer para o ano, provavelmente em abril. E há um debate – até porque nós fizemos esse debate ontem, com a presença da UIT, União Internacional de Telecomunicações, que é um debate espinhoso para a gente, porque o Ministério da Ciência e Tecnologia te que se meter nesse debate, no qual o determinante vai ser qual a tecnologia que nós vamos utilizar. E aí a frequência de 700, 800, porque nós temos problemas na área militar a respeito dessa área; precisamos limpar esse espectro, porque na minha opinião, Ministro Aloizio, é a única condição que a gente tem para fazer o atendimento nessas áreas remotas. Porque achar que nós vamos pegar 2,5 gyga... Não há a menor hipótese de fazer isso; não somente não teremos condição, como também enfrentamos problemas do ponto de vista da capacidade de

atendimento. E outra é a utilização desse potencial, exatamente para a gente desenvolver. E aí vai ao encontro desse desejo do povo da Amazônia. Então, é importante o Ministério botar a mão nesse negócio, ter uma participação decisiva da Anatel, do Ministério das Comunicações, mas vocês não podem ficar fora desse debate, não pode ser um negócio meramente de arrumação de um espectro de frequência a partir da disponibilidade ou não. O orientador tem que ser exatamente o Ministério da Ciência e Tecnologia. O que nós vamos ganhar com isso?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE – Mas está sendo feito assim. Ontem mesmo nós tivemos uma reunião, a tarde toda, tratando somente deste tema com o Ministério da Defesa, porque nós não podemos mais ter uma atitude passiva – e aqui volto à questão do Senador Armando Monteiro – em relação à transferência de tecnologia e inovação. Nós temos que usar o poder de compra do Estado para avançar no setor estratégico e para desenvolver capacidade tecnológica própria. Então, a expertise do Inpe para modelar qual o tipo de satélite, qual o compromisso com transferência de tecnologia, o quanto a indústria nacional vai participar disso e o prazo, que é uma coisa importante, é que deve modelar as nossas escolhas. E fazer uma avaliação ampla em relação a que parcerias nós podemos ter. Temos um leque muito grande de parcerias internacionais, para quem mais transfere tecnologia, onde mais se desenvolve a indústria nacional, onde mais se formam recursos humanos. Eu acho que essa tem que ser a orientação para a escolha do satélite. É esse o debate que nós estamos fazendo hoje no âmbito do Ministério.

Também queria dizer, em relação às parcerias: a energia eólica vai aumentar sete vezes até 2014, falei na minha apresentação. E nós temos um grande potencial para aumentar a energia solar. Aí vem a tecnologia de informação de novo. Se nós fizermos o *smart grid*, nós vamos ter uma rede inteligente de distribuição de energia e você vai estimular o estabelecimento comercial e doméstico a produzir energia própria, porque ele joga o excedente na rede e abate da conta de luz.

Então, hoje, o equipamento da energia solar, o que ele gera de energia, como você não consegue armazenar, não é uma energia firme ou uma energia eólica, os estabelecimentos comerciais ou domésticos têm uma certa resistência por causa do custo/benefício. A hora que tenho um dispositivo inteligente que vai organizar a Internet das coisas e vai aumentar a eficiência energética, o meu excedente de energia volta para a rede, e a distribuidora abate da minha conta de luz. Então, nós vamos dar um salto na solar fotovoltaica, eu diria, nesse próximo período, como estamos dando na energia solar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O *smart grid* deve entrar em licitação daqui para o começo do ano que vem. Nós estamos escolhendo qual o modelo de licitação para ter mais transferência de tecnologia. Nós estamos falando de 60 milhões de domicílios em que vamos ter que trocar o relógio de luz por um dispositivo digital. Agora, não só aumenta a eficiência energética, por que o que vai acontecer? Você vai lavar a louça, o dispositivo fala: "Lavar a louça 11 horas da noite", "Lavar roupa 2 horas da manhã". Quer dizer, você alivia o pico, portanto aumenta a eficiência. Se tiver um problema na rede, você sabe exatamente o que aconteceu, porque a rede toda se fala e é interligada. Alguns países já fizeram e estão implantando esse sistema. Nós estamos estudando as várias experiências internacionais com a Anatel para fazer a escolha brasileira para desenvolver uma tecnologia no Brasil também.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Aneel.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Com a Aneel. A Aneel vem fazendo esse estudo junto com o Ministério de Minas e Energia, e nós temos acompanhado para fazer uma boa escolha tecnológica.

Outro dispositivo nessa área também muito importante vai ser a rastreabilidade do gado e a rastreabilidade dos automóveis, porque com a rastreabilidade você vai ter muito mais segurança no sistema e você pode montar um sistema de pedágio inteligente, quer dizer, você vai pagar pelo quilômetro efetivamente rodado, porque você tem toda a gestão do trânsito dos veículos e muito mais segurança, ou seja, passou um automóvel na estrada, a Polícia Rodoviária tem ali na tela do computador se o Renavam está dentro, se está fora, se foi roubado, se não foi. Isso dá um salto de qualidade espetacular no sistema. E um *transponder* desse tem um custo muito barato.

E mais à frente, toda a carga pode transitar com esse *transponder*, o que também aumenta o controle fiscal, diminui a evasão de divisas fiscais, contrabando, descaminho, quer dizer, aumenta muito a eficiência e o controle do sistema.

Nós estamos trabalhando esses sistemas, junto com o Ceitec, que é a nossa fábrica de semicondutores, que eu apresentei, para ver se a gente começa a produzir daqui para o ano que vem na fábrica.

Outro elemento aqui, Senador Walter, é a parceria com o Senado. Nós recebemos a Saab, que, por sinal, está montando um centro de P&D lá em São Bernardo do Campo, com 10 linhas de pesquisas bem interessantes. Também a bancada de deputados sue-

cos estiveram presentes no Ministério, dialogamos e estamos acompanhando juntos essas iniciativas, com grande interesse de continuar trabalhando.

Na área de inclusão digital, concordo integralmente com V. Exª. Temos que começar com a lousa digital. O MEC hoje tem um projeto de tecnologia aberta em lousa digital que custa em torno de R$ 1.700,00, baratíssimo, para você colocar em sala de aula. Então, a lousa digital dá mais segurança ao professor para entrar no mundo da inclusão digital porque ele domina o processo. Aquela lousa está na Internet, ele pode usar o Google Maps para falar de geografia, ele pode colocar banco de dados etc. Ele controla o processo. É muito mais difícil para um professor que não teve formação na área, por exemplo, controlar uma rede que está na sala de aula. Então, eu diria que a experiência pedagógica mostra começar pela lousa digital. E, segundo, tem toda uma reflexão de qual é a pedagogia que nós vamos usar, que tipo de informação, porque o equipamento... O fundamental é qual é o conteúdo e qual é a orientação pedagógica.

Agora, num país, por exemplo, como o Uruguai, muito mais pobre, todos os alunos já estão com *notebook* em todas as séries até o ensino médio. Um dos programas mais exitosos no Uruguai é Ensine seus Pais, um projeto em que os alunos vão, no final de semana, à escola, que fica aberta, com o *notebook*, o *laptop* deles, e ficam ensinando os pais a navegar na Internet. É o programa mais bem avaliado que eles têm do Ceibal.

Então, nós temos de acelerar nosso processo de inclusão digital. O Brasil tem de olhar para este País... Como já disse, vários já acabaram com o livro didático. Está tudo digitalizado. Livro didático só na biblioteca. O aluno vai receber a biblioteca toda disponibilizada no *tablet*, e isso significa uma economia de recursos do investimento, que vale a pena, porque é um veículo que dá muito mais opção, muito mais liberdade, muito mais possibilidade de produção do conhecimento.

Senador Flexa Ribeiro, queria depois... Convidarei, formalmente, oficialmente, V. Exª e outros parlamentares, mas V. Exª em especial, para irem à inauguração oficial da fábrica da Apple. Como vi, V. Exª esteve lá, pela primeira vez, com essa agenda, e tenho visto muita informação desencontrada na imprensa. Para os céticos, infelizmente, a fábrica já está montada no quilômetro 66 da Anhanguera. São dois galpões de 20 mil metros quadrados. Ela já está produzindo o *smart phone*, o iPod, e estará produzindo o iPad, pela primeira vez, fora da China. A Apple terá uma fábrica no ocidente, em Jundiaí, no Estado de São Paulo, aqui no Brasil.

E as negociações da FoxCom estão em um estágio bastante avançado. É uma negociação muito mais complexa, porque a parceria privada que ela exige do Brasil é um investimento de grande porte. Estamos falando de três vezes o da indústria automotiva. Um módulo da fábrica é um 1,5 quilômetros por 1,5 de área construída. É mais cimento e aço do que o Ninho das Águias, aquele estádio que a China apresentou nas Olimpíadas. Um módulo da fábrica!

Então, é outra escala de produção, só existe na Ásia; é uma negociação bastante difícil, vários governos de Estado estão participando desse processo. Temos um contrato de sigilo, mas estou bastante otimista na evolução dos processos.

A fábrica da Apple já está pronta para ser inaugurada, e V. Exª estará, seguramente, na primeira fila, ali, do corte da fita, junto com William Woo, pela contribuição que deram a essa iniciativa.

Em relação ao projeto Terraclass, acho que, quanto a esse projeto, quanto a esse estudo, que foi Embrapa e INPE, era muito importante vocês levarem esse debate para a Amazônia, porque mostra... Quer dizer, são 18% da área desmatada, porém 21%, 150 mil quilômetros, são áreas da floresta que estão regenerando-se. É um sequestro de carbono fantástico, que não estava na nossa contabilidade e que vai mudar o inventário e a possibilidade de atingirmos a meta de redução de carbono. E só 0,1% do solo se degrada. Ou seja, o solo da Amazônia é fértil, resistente, e a floresta se regenera. Isso abre uma possibilidade fantástica para aumentar a produção de grãos, para melhorar a eficiência da pecuária e para compatibilizar isso com o meio ambiente.

Acho que temos um caminho muito... Sou totalmente favorável a essa discussão macro que V. Exª está propondo. Ou seja, não vamos discutir a propriedade, mas o conjunto da Amazônia e uma política muito mais equilibrada de um país que é G1 na biodiversidade, dos 17 países megadiversos, que é o segundo maior exportador de alimentos e que é o que mais aumenta o excedente exportado de alimentos para o mundo, que precisa de comida.

Então, acho que essa responsabilidade tem de estar equilibrada. E esse estudo da Embrapa e do INPE abre um grande caminho para mudarmos o patamar de discussão sobre essa questão.

Sobre o triciclo para paraplégicos, vamos lançar o nosso portal ainda em setembro, com um grande programa de apoio à tecnologia assistiva. E a FINEP vai abrir uma linha de financiamento para empresas que queiram desenvolver essas tecnologias.

Então, pediria que V. Exª encaminhasse esse empresário para conversar conosco, com a FINEP. Vamos colocar o equipamento dele no portal, com uma opção.

E ele deve entrar nessa linha da FINEP, com um projeto bem-feito, para desenvolver tecnologia nacional.

Vi um automóvel lá. Mil e duzentos equipamentos. Vi um automóvel em que o sujeito entra com a cadeira de rodas, a porta de trás do carro entra, ele trava a cadeira de rodas e sai dirigindo. Não precisa... Então, é bem mais barato esse triciclo, seguramente. E a pessoa é totalmente independente para fazer... Não é preciso alguém carregá-la no colo, botá-la dentro, etc.

Então, acho que esse tipo de... Estamos falando de 20 milhões de brasileiros com algum problema de deficiência; de 200 mil crianças de sete a quatorze anos, que estão fora da escola por problema de mobilidade e porque são pobres. Ainda vão enfrentar essas questões com esse programa e vamos desenvolver todas as opções; os 10 países mais avançados do mundo tudo que tem em tecnologia nessa área estamos disponibilizando. Então acho que é um tema bem importante.

Sobre a zona franca, Senadora Vanessa, nós fizemos dois ajustes importantes na medida provisória com a bancada e com o Governador. Primeiro o tamanho do *tablet*, fixar o limite superior, segundo 100% de isenção do imposto de renda para quem produz na região e o PIS/COFINS. Então é um avanço importante. Ainda agora em setembro vamos anunciar uma grande fábrica de *games* que vai se instalar na zona franca. Particularmente, acho que *games* e *soft* é uma grande perspectiva para a região. E vou insistir nisso porque não tem o problema logístico. Hoje, *games* fatura o que fatura *hardware* no Brasil. E *games* emprega 5 vezes mais gente do que a indústria de *hardware*. Então precisa combinar as duas coisas. Temos 506 mil trabalhadores na área de *soft* e *games* no País. Há uma perspectiva muito grande de expansão, acho que a zona franca pode ser um grande polo de tecnologia de ponta investindo nessas áreas e esse anúncio se mostra muito promissor.

Em relação à ANVISA ela tem um papel muito importante no marco regulatório para fomentar a indústria de fármacos de medicamentos. Hoje mesmo vamos ter um encontro no Ministério com os laboratórios nacionais para dirigir uma estratégia comum para fortalecer essa cadeia de inovação. Como expliquei é muito importante o peso que ela tem. Em relação à questão da Noruega na formação de técnicos, vamos marcar uma conversa de V. Exª com o CNPq para mandarmos jovens para lá para estudar e gerarmos mais valor agregado. Senador Flexa Ribeiro, o Pará também poderia participar disso: enviar jovens para estudar a indústria de bacalhau para, além dessa fábrica que já fizemos no Amazonas, levarmos para o... Eles têm uma grande produção de pirarucu, além de mamirauá. Criarmos uma marca forte, bacalhau do Amazonas, e formarmos técnicos nessa área. Poderíamos junto com o CNPq fazer um programa. O Ciência sem Fronteira está aí para isso.

Para concluir, Senador Cristovam Buarque. Primeiro, em relação àquela proposta de termos um fundo soberano e que apliquemos os resultados dos recursos dos royalties, sou totalmente favorável. Transformar os royalties numa grande poupança estratégica no País e a grande rentabilidade. Quero lembrar a V. Exª que, naquela noite, já era de madrugada, quando subi à tribuna para defender essa proposta e fomos duramente derrotados... Eu, você, Tasso Jereissati, acho que tinha um ou dois que votaram com a gente. Não houve tempo de discutir, explicar, de justificar. E a visão imediatista foi que predominou nas economias de petróleo. Era a Venezuela. Vou repetir: em 74 quando a Venezuela descobriu grandes campos de petróleo, Celso Furtado escreveu um livro. Ele escreveu: é o primeiro país que pode romper o subdesenvolvimento na América Latina, ou não. E a história mostra a força que a doença holandesa e a lógica que a doença holandesa tem nos países produtores de petróleo. O exemplo exitoso é a Noruega que aumentou o IDH, que tem uma poupança, tem o fundo soberano, investe em áreas estratégicas, condiciona a aplicação dos *royalties* em petróleo e tem um projeto estratégico de nação. A maioria dos países produtores de petróleo tem a melhor renda *per capita* e os piores IDHs. Então, o risco é muito grande. E o debate está totalmente enviesado. Estamos pegando 78% dos r*oyalties*, se derrubar esse veto, para jogar... Lembro-me que fiz uma intervenção veemente, naquela madrugada, o pessoal parou para ouvir mas não dava mais para reverter. Tem uma segunda chance para não errar. Senador Wellington, eu pediria muita atenção nessa discussão. Se pegarmos os *royalties* para pulverizarmos os *royalties* para Governadores e Prefeitos, primeiro estamos antecipando uma riqueza das gerações futuras, elas não vão ter. O *royalty* do petróleo é uma riqueza não renovável. Vamos ter uma visão imediatista que é um erro estratégico para o Brasil. Acho que temos que repartir os *royalties* com mais justiça. Defendo isso. Na primeira audiência para debater *royalty*, aqui nesta sala, mostrei as perpendiculares, as paralelas, mostrei que os critérios eram absolutamente casuísticos. O Piauí não tem a menor chance, nem que descubra petróleo no mar. O Rio de Janeiro é um braço aberto para o mar, porque é côncavo. Quem é convexo está fora de qualquer possibilidade de participação, como é o caso de Santa Catarina, do Piauí, etc. Fora os estados que não têm fronteira com o litoral e que estão totalmente alijados de uma riqueza que é nacional. Então, não se pode

desequilibrar os estados produtores, tem de haver um equilíbrio nessa repartição.

Agora, o mais importante é: onde vamos colocar essa riqueza? Tem que focar em educação, ciência e tecnologia. Por quê? Porque é isso que vai ser portador de futuro, é isso que vai construir o Brasil pós-petróleo, é isso que vai criar o Brasil da sociedade do conhecimento, de uma economia verde sustentável.

Então, eu não sei se tem que colocar todo o recurso só a rentabilidade. Uma parte poderia ser aplicando, depois vai aumentando a rentabilidade. Mas tem de se ter uma visão de poupança estratégica, tem que ser Fundo Soberano, e tem de se priorizar educação, ciência e tecnologia. Mesmo os estados e municípios teriam de ter essa condicionalidade, ou seja, não pode acontecer... Eu sugiro que os Senadores visitem, por exemplo, algumas cidades do litoral do Rio de Janeiro. O sujeito faz calçada, faz não sei o quê, desperdiça o recurso, não tem nenhum projeto... Você vai de um município onde há um desperdício completo de recursos públicos a outro município do lado que não tem nada. Quer dizer, é um critério completamente... Sete cidades têm 49% dos *royalties* do petróleo, e há um abuso completo, desperdício, falta de visão, falta de estratégia.

O Brasil precisa olhar para o futuro, usar os *royalties*, que são um passaporte para o futuro, se forem bem aplicados. Ou então será a condenação de sermos o que já somos: um país líder na economia do conhecimento natural. Somos o segundo maior produtor de alimentos, somos um grande produtor de minérios, seremos a sexta ou a sétima economia produtora de gás e petróleo, de derivados. Isso vai dar renda, vai dar riqueza, vai dar bem-estar, mas vamos perder aquilo que é o futuro, que é a economia do conhecimento, da informação, é a sociedade da inteligência, que é a sociedade verde e sustentável. E esse é o grande debate desta Casa, porque, se não olharmos o que já aconteceu com os países que produzem petróleo, se não olharmos os erros que foram cometidos... Pelo menos esses erros não podemos cometer. E vamos olhar para os países que tiveram uma boa resposta, como a Noruega, para ver qual é o caminho promissor.

E eu diria: formar uma poupança a longo prazo, priorizar sobretudo a educação, ciência e tecnologia. E não é para a União, não. É para o município, para o estado e para a União. Nós faríamos uma revolução educacional no problema estrutural mais grave do Brasil, que é a educação. E, se resolvermos a educação de qualidade, ciência e tecnologia, construímos outro País, porque desenvolvemos todas as outras áreas que precisamos de desenvolver.

E termino, dizendo: o Piauí é um bom exemplo, porque é um estado pobre e está aí no Enem, mostrando...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ex-pobre.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É. Um estado que está olhando para o futuro. É um estado que está olhando para o futuro e que tem dado grandes exemplos de qualidade na educação. E V. Exª fez isso como governador, faça também na discussão de mérito que vai haver.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se me permite, Sr. Presidente, só um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Wellington Dias. Logo a seguir, passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bem rapidinho, só para dizer, primeiro, que estou acompanhando esse processo. Foi aprovado o relatório que trata dessa regulamentação do Fundo Social e do Fundo Soberano. Não há nenhuma proposta tramitando que altere, ou seja, o excedente óleo formará o Fundo Social, e o que é permitido, através da decisão de um Conselho, é o uso do resultado da aplicação desses recursos no Brasil e no mundo para exatamente formar essa poupança. E o outro é – permita-me colocar aqui, para entender – a parte de *royalties* e participação especial, que varia de 10% a 15%, na área licitada e não licitada, e também estamos passando para estados e municípios sob a forma de fundo, direcionado também para educação, para saúde, para erradicação da pobreza, vinculando inclusive.

Então, eu acho que o desenho que está trabalhado aqui bate com... Inclusive pesquisa, ciência e tecnologia é uma das áreas também aqui colocadas. Assim, estamos muito próximos de condição de entendimento.

Agora há pouco – é isto que eu queria comunicar à comissão –, num encontro com o Presidente Sarney, ele acatou um pedido do Ministro Guido Mantega de dar um prazo até 5 de outubro. Há uma reunião amanhã, marcada com o Governo, que estava faltando para poder fechar esse entendimento, e estou confiante de que é possível, ou na semana do dia 22, ou na semana do dia 29, termos condição de votação desse entendimento aqui no Senado e, em seguida, na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ministro Mercadante, eu fico muito feliz em constatar essa convergência com o senhor a respeito dessa necessidade de termos uma visão de

longo prazo para que o pré-sal não seja uma galinha de ovos de ouro.

Aqui de onde nós nos encontramos, no Senado, o meu ponto de observação revela que há uma discussão muito no curto prazo e muito envolvida e muito dominada por esse puxa prá cá, puxa prá lá dos Estados produtores, não-produtores, Municípios etc., e sempre sob a ameaça da derrubada do veto. Parece-me que seria uma catástrofe se isso ocorresse.

Diz o Senador Wellington Dias que há discussões no sentido de estabelecermos uma fórmula de distribuição mais equânime dos recursos oriundos do pré-sal. Mas a preocupação nossa, do Senador Cristovam Buarque, minha e sua é de o que fazer com o fundo. Quer dizer, a nossa preocupação é não permitir que haja um dreno nesse fundo de tal maneira que, primeiro, ele não tenha tempo para acumular um capital suficiente e, segundo, que as finalidades de aplicação sejam de tal maneira abertas que o resultado venha a ser a pulverização.

De modo que, ouvindo a intervenção de V. Exª, eu me aventuraria dizer que seria importante se no Governo também, um Ministro com a influência e prestígio de V. Exª, e a experiência parlamentar, que V. Exª pudesse nos ajudar a discutir essa questão mais específica que está ficando para um segundo plano, que é a forma de utilização, de dispêndio e de estruturação do Fundo Social. O que nós estamos propondo aqui, o Cristovam Buarque e eu, na reedição de um projeto que V. Exª defendeu da tribuna do Senado na legislatura passada, e que tem a marca, evidentemente, do Tasso Jereissati, eu apenas sou um continuador disso, que V. Exª pudesse nos ajudar dentro do Governo para que esse ponto não fique obscurecido pelas questões políticas mais candentes neste momento, que são essas que envolvem prefeitos e governadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Ministro Aloizio Mercadante, tendo sido encerrada a listagem dos Senadores inscritos, eu passo a V. Exª a palavra para que possa fazer os seus comentários a respeito do que foi aqui registrado e também para que possa fazer as supostas considerações finais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu agradeço e gostaria de deixar uma carta que foi encaminhada à Presidenta Dilma, recebi uma cópia e quero compartilhar com o Senado, que é uma carta da Presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Professora Helena Nader, e do Professor Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira das Ciências, que vai nessa direção do que estamos discutindo; e mais de 60 entidades científicas apóiam essa visão, praticamente todas as entidades relevantes na produção da ciência no Brasil. Eu gostaria que depois, se pudesse ser tirada cópia, fosse encaminhada aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Solicito à secretaria que faça a cópia e encaminhe aos Srs. Senadores.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Segundo, me disponho a contribuir nessa reflexão e, evidentemente, dentro do Governo, dentro dos meus limites como Ministro de Estado, buscar construir essa solução.

O Fundo Soberano que construímos e que tem recursos ainda relativamente pequenos, teve uma valorização no ano passado, acho, que de 16%, o que mostra ser possível ter um Fundo Soberano com uma boa rentabilidade. Não sei se a gente deveria, no início, colocar todo o recurso na poupança. Talvez a gente possa pegar uma parte, dada as demandas, e ir aumentando o aporte de recursos à medida que vai aumentando a rentabilidade. Mas, é uma poupança estratégica para o País, essa é a diferença. Pegar esse dinheiro e pulverizar sem critérios... Se derrubar o veto como está, o Ministério, sem o pré-sal, perderia 900 milhões este ano, 12,2 bilhões nos próximos oito anos. Só Ciência e Tecnologia! E nós vamos dar 78% para a máquina dos Estados e Municípios sem nenhum controle; isso vai inchar a máquina; acabou o pré-sal, o Brasil entra no buraco. Porque é só olhar as indústrias mineradoras, por exemplo. Quando termina a mina, o que acontece com a cidade? É o que pode acontecer com o País; nós vamos viver um período com muitos recursos disponíveis, sem nenhum projeto de futuro; a hora em que acabar o pré-sal nós vamos entrar numa situação grave, porque o petróleo tem um ciclo e é um ciclo que vai ser relativamente curto em função das exigências de uma economia sem carbono e todos os riscos que isso envolve.

Então, sou totalmente favorável à ideia de uma poupança estratégica, de um fundo soberano e de priorizar. Não digo que seja exclusivo, mas tem que ter uma grande prioridade educação, ciência e tecnologia. Por quê? Quais são os países que deram certo no mundo, que saíram rapidamente da pobreza e são hoje líderes? Um país como a Coreia, qual é a grande questão da Coreia? É um país que focou educação, ciência e tecnologia e que hoje é uma potência econômica, a Coreia do Sul, inquestionável em várias áreas, eletroeletrônica, semicondutores, biotecnologia, mecânica. É um país que tem marcas automotivas competitivas. Nós somos o quinto mercado do mundo e não construímos uma marca. A diferença está em educação, ciência e tecnologia. O êxito da China é que não teve uma atitude passiva diante da transferência de tecnologia, teve uma atitude ativa. Por isso que a China é a segunda economia do mundo. Aprenderam

a copiar e a fazer barato e hoje aprenderam a fazer e liderar, e querem liderar e estão se preparando para isso com patentes etc.

Então, eu vejo que esse é o grande debate do Senado. Nós devíamos, realmente, fazer uma discussão muito aprofundada, ouvir vários especialistas, analisar as experiências internacionais.

Termino, Sr. Presidente. Estou totalmente disponível e interessado em ajudar a construir.

Por último, a proposta do Senador Cristovam Buarque, que é um grande especialista em educação. Ele propõe criar um Ministério do Conhecimento, que teria um sistema de ciência, tecnologia e ensino superior, e um Ministério do Ensino Básico, que pegaria o ensino fundamental e básico, o ensino profissionalizante. Esse modelo existe em vários países. Nós precisaríamos ver quais países têm, qual é a avaliação dessa experiência e realmente abrir uma discussão no País, porque é evidente que os alunos estão melhorando, aumentamos a universalização do ensino e tem uma melhora na qualidade do ensino do País, mas o ritmo é muito aquém do desafio contemporâneo da sociedade. O desequilíbrio entre ensino público e particular é muito grande, e em relação ao ritmo que o Brasil precisa para poder caminhar em direção à sociedade do conhecimento, é muito lento. Um dos problemas hoje de carreiras importantes é exatamente a precariedade do ensino anterior. Então, o que acontece com as engenharias? Começa cálculo 3, estatística 4, os alunos desistem da engenharia e vão para o mercado de trabalho, que está aquecido, porque não têm aquele lastro, aquela raiz, aquela formação, principalmente em línguas e matemática, que é a base do processo de aprendizagem.

Então, acho que é muito importante essa discussão e acho, Senador Cristovam – V. Exª tem uma grande liderança nesta Casa – que poderíamos realmente abrir esse debate no País. Acho que é um debate que vale à pena. Eu não posso, evidentemente, dizer... Eu vou aguardar a posição de Governo, mas eu sou totalmente favorável a essa reflexão. O Brasil tem que estar aberto a buscar novos caminhos para a educação, ciência e tecnologia, tanto na área de *royalties*, quanto na área do modelo institucional que nós temos, porque o ensino superior pesa muito no MEC. Ele é muito denso, ele é muito pesado, ele é muito forte, e como a responsabilidade do ensino básico e fundamental é dos Estados e Municípios, a gente acaba não tendo posições tão criativas como foi o Prouni, como foi o Reuni, como foi a expansão das universidades federais, no que é o ensino básico e fundamental. E é ali que está o maior desafio. Essa é a base do futuro. Nós temos que olhar a sala de aula como prioridade estratégica do País e temos que pensar soluções bem mais criativas.

Conheço a proposta de V. Exª da escola federal, de criar uma escola federal em tempo integral e, a partir daí, ir mudando toda essa visão. Acho que nós precisamos realmente nos debruçar sobre soluções mais criativas, mais ousadas.

É uma pena, porque esse é um tema que nós deveríamos realmente eleger como uma grande discussão, tanto os *royalties* para vincular a educação, ciência e tecnologia, quanto educação, ciência, tecnologia e inovação como o centro estruturante de um novo ciclo de desenvolvimento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas quero dizer da satisfação que eu tenho de ver que o Ministro, que hoje tem sobre ele a tarefa de cuidar da inovação no Brasil, que vai ser a base de tudo... Por isso que eu digo: todos os Ministérios são importantes, mas aquele que vai construir o futuro hoje, o principal é o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação. Eu insisto – e fico feliz de ouvir o Senador Mercadante aceitar, apoiar e defender isso – em que nós devemos ter um Ministério da Educação de Base e ter um sistema, que ele chamou de Ministério do Conhecimento, onde juntem-se as universidades, o ensino superior em geral e a ciência e a tecnologia. E graças a esse Ministério da Educação de Base, através dele, iniciar o processo de federalização da educação de base no Brasil.

Eu aproveito, Sr. Presidente, e concluo dizendo que as pessoas não estão percebendo que, no Enem, que foi divulgado agora, todo mundo diz que a escola particular é boa, a pública é ruim. Não estão vendo que as escolas públicas federais tiveram um excelente desempenho, obviamente, dentro dos limites do conjunto da educação brasileira.

O que precisamos é simplesmente espalhar essas federais que temos, para que elas cheguem a todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador.

Antes de fazer os agradecimentos ao Ministro, gostaria de fazer o anúncio da pauta do dia 20 de setembro.

A Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Srª Tereza Campello, em atendimento ao requerimento de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e de outros Senadores, confirmou sua presença nesta Comissão e a da Srª Ana Fonseca, Secretária Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza, a fim de discutir a diretriz principal

de governo da Presidente Dilma Rousseff, de erradicar a pobreza absoluta, de promover a igualdade com garantia de futuro para os setores discriminados da sociedade e de promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos.

Senador Aloizio Mercadante, o agradecimento profundo desta Comissão pela oportunidade de tê-lo aqui, expondo suas ideias, seu plano de trabalho e, mais do que isso, ouvindo também a experiência dos Senadores aqui presentes, que puderam interagir com V. Exª.

Eu queria fazer o registro de que ficamos todos, tenho certeza – eu fiquei muito impressionado –, com a sapiência profunda de V. Exª numa área em que só está só há oito meses e, principalmente, com a proatividade de V. Exª em responder às necessidades do nosso País na área de ciência, tecnologia e inovação e aos anseios do nosso povo.

Parabéns a V. Exª. Muito obrigado.

Esperamos tê-lo aqui, sempre, nesta Casa, para que possa conviver e trocar ideias com os nossos Senadores. Obrigado.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE JULHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e três minutos, do dia treze de julho de dois mil e onze, na Sala número nove da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Wellington Dias, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Registra presença o Deputado Federal José Stédile. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, João Vicente Claudino e as Senadoras Ângela Portela e Lúcia Vânia. A Presidência declara aberta a presente Reunião que destinada à realização da **Audiência Pública** para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2010, que "Dispõe Sobre a Regulamentação da Profissão de Optometrista e dá outras Providências", em atendimento ao Requerimento Nº 15, de 2011 – CAS, de iniciativa dos Senadores Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim. Oradores participantes: Drª. Patricia Mara Werner, Coordenadora do Curso de Optometria da Universidade do Contestado - UNC, Campus de Canoinhas/SC; Dr. José Luis Muñoz Escobar, Professor do Curso de Optometria e Coordenador da Clínica de Saúde Visual da Universidade do Contestado - UNC, Campus de Canoinhas/SC; Dr. Pedro Silveira Gonçalves Filho, Médico Oftalmologista; Dr. Ricardo Bretas, Vice-Presidente do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria – CBOO; Dr. Paulo Augusto de Arruda Mello, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO; Dr. Elisabeto Gonçalves, Diretor do Conselho Brasileiro de Oftalmologia da Associação Médica Brasileira – AMB, Representante do Presidente da AMB, Dr.José Luiz Gomes do Amaral; Dr. Marcos Ávila, Membro da Câmara Técnica de Oftalmologia do Conselho Federal de Medicina – CFM, Representante do Presidente do CFM, Senhor Roberto Luiz D´Ávila; Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda, Paulo Bauer e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **JAYME CAMPOS,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PLS nº 234, de 2010, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de optometrista e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2011-CAS, de iniciativa dos Senadores Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim.

Daqui a pouco as autoridades serão convidadas a participar da mesa, mas, antes, quero fazer um balanço. Tendo em vista que o Senado Federal e o Congresso entrarão em recesso na próxima semana, gostaria de fazer um pequeno relato das atividades da

Comissão de Assuntos Sociais neste primeiro semestre de 2011, diante das reuniões que esta Comissão promoveu neste semestre.

Reuniões realizadas pela CAS: 21.

Matérias deliberadas: 53; mais 32, totalizando 85.

Emendas à LDO aprovadas pela CAS: 25.

Reuniões das Subcomissões: 33.

Reuniões da CASDEF: 8.

Reuniões da CASSAUDE: 4.

Reuniões da CASEMP: 8.

Reuniões da CASDEP: 13.

Matérias da Comissão: 269.

Entendo que todas foram importantes, Senador Waldemir Moka, na medida em que tivemos a oportunidade ímpar de aprovar vários projetos de interesse da sociedade civil brasileira. E tivemos a oportunidade de ter aqui também dois Ministros de Estado: o Ministro Alexandre Padilha, da Saúde; e o Ministro Garibaldi Alves, da Previdência Social.

Neste caso, particularmente, entendo que a presença desses ilustres Ministros foi para discutirmos matérias pertinentes à sua Pasta e, sobretudo, para ajudarmos aqui a buscar soluções, certamente não só para a Saúde, porque, lamentavelmente, hoje há uma precariedade, me parece, em todas essas áreas. E esta Comissão também tem um papel preponderante no sentido de buscar novas fontes de recursos, principalmente, na medida em que uma das grandes alegações é a escassez de verbas e recursos para essa área.

Entendo que a CAS aprovou também vários projetos, todos importantes, dentre eles a regulamentação da profissão de taxista, que já há muitos anos se fazia necessária. É uma classe de homens e mulheres que, indiscutivelmente, tem prestado relevantes serviços ao Brasil. Neste caso, a matéria foi aprovada em caráter terminativo aqui na Comissão de Assuntos Sociais, permitindo sua regulamentação, mas, acima de tudo, mostrando também sua preocupação no sentido de treinar, capacitar e preparar, naturalmente, aqueles que fazem o serviço de taxista em nosso Brasil.

Também aprovamos projetos essenciais, como a instituição do Suas, que é o Sistema Único de Assistência Social. Graças ao pedido de urgência desta Presidência, a proposta foi aprovada pelo Plenário do Senado, permitindo a implementação da Política de Assistência Social para garantir a proteção à infância e à adolescência, à família, à maternidade e à velhice. São projetos consistentes e importantes.

Quero destacar outras matérias deliberadas na CAS, que votou e aprovou prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas para os trabalhadores desempregados com mais de 50 anos. Aprovou o projeto de lei que determina que a Previdência Social pague o salário maternidade diretamente a empregados de micro e pequenas empresas com até dez funcionários.

Votou a proposta que proíbe o Governo de terceirizar as atividades de natureza permanente.

Aprovou a regulação, em lei, da qualidade dos alimentos oferecidos em refeitórios e cantinas das escolas, até então tratada por meio de portaria interministerial e Projeto liberado da CAS. Os alunos da educação básica poderão receber alimentação nos dias não letivos, ampliando a distribuição da merenda escolar.

O Parlamentar que tiver seu mandato cassado, chamamos a atenção em relação a essa matéria, que renunciar, ficará proibido de receber benefício previdenciário, previsto na Legislação do antigo Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, por projeto aprovado aqui nesta Casa, ou seja, na Comissão, CAS.

Votou a legitimidade de conselho de secretário de saúde para negociar pelo SUS. Decidiu que o setor de transporte público urbano e metropolitano de passageiros também poderá recolher contribuição social e previdenciária sobre o faturamento, a exemplo da agroindústria, desonerando a folha de pagamento do setor.

As nossas subcomissões também funcionaram muito a contento, dentre elas a Subcomissão de Defesa e Emprego da Previdência (CASEMP), Presidente Senador Paulo Paim.

A Subcomissão da Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, cujo Presidente é o Senador Humberto Costa.

A Subcomissão de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiências (CASEF), cujo Presidente é o Senador Lindbergh Farias.

A Subcomissão de Políticas Sociais sobre dependentes químicos, Álcool, *Crack* e outras drogas (CADEP), que tem como Presidente o Senador Wellington Dias.

Há alguns relatórios aqui, em minhas mãos, que entendemos muito importante também, que são os temas que foram discutidos nessas Subcomissões, sobretudo nas Subcomissões de Defesa do Emprego e da Previdência Social (CASEMP), de Acompanhamento da Saúde (CASSAUDE) e da CASDEP.

Discutimos os direitos de portadores de cânceres e criamos um grupo de trabalho para estudar incentivos fiscais a entidades de apoio a pacientes com câncer.

Só para que V. Exªs e demais convidados aqui presentes tenha uma ideia, esse incentivo que queremos criar ou buscar mecanismos, instrumentos para eles, é na medida em que os hospitais de oncologia no Brasil são muito escassos de recursos. A nossa visão aqui nesta Comissão é buscar uma nova vertente, permitindo que, naturalmente, por meio daquilo que for possível, aos hospitais de oncologia possam aportar

recursos, seja do setor privado ou do profissional liberal que queria, naturalmente.

Inclusive o Senador Waldemir Moka tem conhecimento e a Senadora Vanessa. A Subcomissão já foi instituída por esta Comissão. Quero crer que por meio de setembro teremos pelo menos algo que possamos oferecer em termos de contribuição para que o Governo Federal possa destinar, naturalmente, pelos incentivos fiscais, recursos para os hospitais de oncologia. É uma fonte que vai irrigar apenas os hospitais de câncer do nosso Brasil, não será para o conjunto, ou seja, para toda atividade de saúde pública, é apenas para os hospitais de câncer. Diante daquela audiência pública que tivemos aqui nesta Comissão.

Realizamos audiência conjunta, com a Comissão de Direitos Humanos, para debater a proposta da ANVISA de retirada de circulação medicamentos inibidores de apetite, pela Subcomissão temporária de políticas sociais sobre dependentes químicos de *crack*, álcool e outras drogas (CASDEP), que concluirá seus trabalhos em setembro próximo. Foram realizados ciclos sobre o *crack*, para discutir as ações sociais, prevenção, segurança pública, legislação, saúde pública, tratamento, experiência internacional.

No ciclo de debates em defesa do emprego e da previdência social foram debatidos os fundos de pensão, o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), políticas de emprego para trabalhadores experientes a partir de 45 anos de idade, autogestão pública de fábricas administradas por trabalhadores.

Para as pessoas portadoras de deficiência, foram debatidos, entre outros temas, a inclusão no mercado de trabalho e a aposentadoria especial ou Benefício da Prestação Continuada (BPC), a pensão por morte dos pais, além dos transtornos autistas e os direitos dos surdos.

Fizemos, aqui, emendas na LDO de 2012 ao projeto de diretrizes orçamentárias. A Casa aprovou 25 emendas com destinação do Orçamento da União para aquisição de alimentos e desenvolvimento de programas que contribuam para o combate à fome. As emendas apresentadas à Comissão Mista de Orçamento incluem temas como erradicação do trabalho infantil, assistência social, alfabetização, superação da pobreza e reajuste dos aposentados, combate à violência contra a mulher e ações voltadas aos deficientes.

Aqui, eu não poderia, antes de iniciar nossa audiência pública, dentro do horário preestabelecido por esta Comissão, quando estamos concluindo nosso trabalho neste semestre, deixar de agradecer o empenho dos Srs. Senadores, das Srªs Senadoras, integrantes desta Comissão de Assuntos Sociais, pelo semestre produtivo que tivemos. Não tenho dúvida alguma de que o semestre foi produtivo diante não só das audiências públicas, mas, sobretudo, e estou convencido disso, pelos projetos que esta Comissão aprovou.

Portanto, diante desse breve relato que fiz das atividades desta Comissão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exª pela condução dos trabalhos nesta importante Comissão de Assuntos Sociais e dizer que tenho muita alegria, muito mais do que satisfação, de participar de uma comissão presidida por V. Exª. Temos posições político-partidárias diferentes, mas V. Exª tem sido o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Acho que isso é muito importante. É isso que valoriza a democracia, é isso que valoriza o Senado da República. Então, falo aqui da minha satisfação de poder estar sendo liderada por V. Exª na Comissão de Assuntos Sociais.

Sem dúvida nenhuma, os trabalhos do primeiro semestre foram trabalhos importantes, sobre os quais V. Exª já fez uma análise sucinta do que fizemos. No segundo, faremos ainda muito mais. No ano que vem, da mesma forma.

Então, Senador Jayme Campos, cumprimento V. Exª e continue contando com o total apoio não apenas meu, mas, tenho certeza, de todos os colegas, companheiros, Srªs e Srs Senadores que desta Comissão participam.

Parabéns, Senador Jayme!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço as palavras generosas e bondosas de V. Exª que se referem à minha pessoa. Tenho me esforçado o máximo possível para, certamente, não só dar bom andamento a esta Comissão, mas, acima de tudo, entendo que, na qualidade de Presidente, temos que ser verdadeiros magistrados, estadistas. E, nesse caso, particularmente, acima das nossas questões político-partidárias, temos que ver o interesse de toda a coletividade brasileira.

De tal maneira, agradeço suas palavras. Pode ter a certeza de que procuraremos, durante nossa permanência como Presidente desta Comissão, fazer um trabalho operoso, competente, ético, mas, acima de tudo, respeitoso com nossos colegas, pares, desta Casa. Srªs e Srs. Senadores, com certeza, o trabalho que realizamos e com o qual tivemos sucesso foi graças ao apoio e à participação efetiva de cada colega Senador que faz parte desta importante Comissão do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, quero cumprimentá-lo também pelo balanço que faz da Comissão e também concordo com a Senadora Vanessa Grazziotin sobre a liderança de V. Exª; mais do que isso: equilíbrio, serenidade, que fazem com que a Comissão tenha um trabalho muito extenso.

Eu queria destacar o trabalho da Subcomissão de dependência química e etílica, além de destacar o trabalho sobre portadores de necessidade. São dois trabalhos, são duas Subcomissões das quais fiz questão de participar.

Mas, ao encerrar, quero cumprimentá-lo e dizer que esta Comissão, na minha avaliação, ainda está devendo, não por culpa dos membros da Comissão, mas pelas circunstâncias políticas.

Eu pediria a V. Exª que a gente pudesse reiniciar, depois do recesso, com uma grande audiência pública, em que a gente discutisse essa questão da regulamentação da Emenda nº 29. A matéria foi para Câmara, a Câmara não vota, não regulamenta, e estamos aqui assistindo a isso. Acho que a posição da Comissão de Assuntos Sociais vai ter que ser no sentido de ter um papel mais de vanguarda mesmo, de desencadear essa discussão. E, se há dificuldade de se regulamentar a Emenda nº 29, que nós, aqui, no Senado, possamos ter outra iniciativa, para que a gente possa discutir essa questão de recurso, porque os Municípios, Sr. Presidente, os prefeitos do País não aguentam mais conviver com essa falta de condição. Acontece o seguinte: a União não tem obrigação de repassar percentual. Os Estados têm de repassar 12%, mas a grande maioria não repassa, e fica a saúde por conta do Município e dos prefeitos. Então, temos que tomar uma iniciativa. V. Exª participou comigo de um jantar com o Ministro Alexandre Padilha e até elogiou a iniciativa.

Então, eu queria aqui, hoje – talvez esta seja a derradeira reunião ordinária da semana, uma vez que a semana que vem, parece-me, o Senado já entra em recesso –, terminar dizendo que nós poderíamos, no início, tomar a iniciativa de trazer o Presidente da Associação Nacional de Prefeitos, da confederação nacional dos prefeitos, juntamente com outras entidades, representantes e membros da sociedade, para que a gente possa discutir, além dessa questão da gestão... Porque todo mundo diz o seguinte – sou um daqueles que dizem o seguinte: tem que melhorar a gestão, tem que melhorar a fiscalização, mas a saúde tem que ter mais recursos. Dinheiro novo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Não tenho dúvida alguma de que a proposta de V. Exª é meritória. Posso assegurar que, nos primeiros dias de trabalho do segundo semestre, vamos procurar ampliar esse debate.

V. Exª tem toda razão. Temos quase certeza – não podemos afirmar – de que, talvez, não haja uma boa gestão na saúde. Pelos números apontados, há uma escassez.

Então, temos que não só fiscalizar a boa aplicação do dinheiro, mas, sobretudo, buscar uma nova vertente, que vai permitir irrigar, naturalmente, fontes de recursos para a saúde pública no Brasil. V. Exª tenha a certeza de que, no segundo semestre, vamos procurar quais as autoridades, o Presidente da Associação Nacional de Prefeitos, a confederação, mas todos têm que participar.

V. Exª foi feliz na sua fala quando disse: os Estados têm estabelecido seus percentuais; os Municípios os têm estabelecidos, ou seja, os Estados, 12%; os Municípios, 15%, e a Federação, pelo que me consta, gastou menos de 7% no ano passado. Então, fatalmente, a Federação não só deve acionar sua Bancada, o Poder Executivo, lá na Câmara, para aprovar a Emenda nº 29, como temos que buscar que o próprio Poder Executivo defina um percentual, pelo menos em 10%, abaixo mesmo dos Estados e dos Municípios.

V. Exª pode ter a certeza de que vamos agilizar, ou seja, buscar, aqui, um debate bem amplo, para que possamos ter uma nova perspectiva para a saúde pública em nosso País.

Tem a palavra o Senador inscrito, companheiro, Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero me irmanar aos meus colegas, Senadora Vanessa e Senador Moka, e dizer que é um prazer compartilhar com sua serenidade, com seu equilíbrio e seu alto espírito democrático, fazendo desta Comissão, sempre, uma causa suprapartidária. Sua vivência como ex-Governador, com tantos cargos públicos que ocupou, outorga-lhe essa serenidade, esse equilíbrio.

Quero dizer que foi para mim também uma das coisas gratificantes, além de conhecê-lo mais de perto, conviver com o senhor como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quero me colocar à disposição no segundo semestre e em tantas quantas vezes estivermos juntos, nesta e em qualquer outra oportunidade. E agradeço a paciência que teve com este colega.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço as palavras bondosas do ilustre Senador Cyro Miranda. Quero crer que não é só de sua

parte, é de termos a primazia de conhecê-lo. Para mim, foi uma alegria, foi uma felicidade conhecer a pessoa do Senador Cyro Miranda. Evidentemente, também os demais Senadores, mas o senhor é uma coisa toda especial, até porque é uma pessoa com que me dou bem pela forma do trato, pela simplicidade que tem. Isso parece fazer essa integração de homem público com pai de família, enfim, eu acho que V. Exª é o símbolo do verdadeiro goiano, do bom trato.

Mato Grosso tem o privilégio de ter, naquela região do médio e do baixo Araguaia, alguns milhares de goianos. Foram eles que implantaram e desbravaram aquela vasta região do nosso Estado, então nosso relacionamento com o povo goiano é muito grande.

V. Exª, para mim, pode ter certeza, é um dos bons amigos que encontrei nesta Casa. Fico grato pelas suas palavras.

Vamos iniciar a fase de convites, para início da nossa audiência pública.

Esta audiência pública atende ao Requerimento nº 15, de 2011-CAS, de iniciativa dos Senadores Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim.

Por incrível que pareça, os autores ainda não chegaram. Espero que, daqui a pouco, eles cheguem, mas podem ter certeza de que serão muito bem atendidos com os Senadores já presentes nesta Comissão.

Eu convido para compor a mesa os nossos ilustres expositores: Drª Patrícia Mara Werner, Coordenadora do Curso de Optometria da Universidade do Contestado (UNC), *campus* de Canoinhas/SC.

Convido o Dr. José Luis Muñoz Escobar, Professor do Curso de Optometria e Coordenador da Clínica de Saúde Visual da Universidade do Contestado (UNC), *campus* de Canoinhas/SC.

Convido o Dr. Pedro Silveira Gonçalves Filho, médico oftalmologista.

Convido o Dr. Ricardo Bretas, Vice-Presidente do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria (CBOO).

Convido o Dr. Paulo Augusto de Arruda Mello, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO).

Convido o Dr. Elisabeto Gonçalves, Diretor do Conselho Brasileiro de Oftalmologia da Associação Médica Brasileira (AMB), representante do Sr. José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da AMB.

Convido o Dr. Marcos Ávila, membro da Câmara Técnica de Oftalmologia do Conselho Federal de Medicina, representante do Sr. Roberto Luiz D'Ávila, Presidente do CFM.

Convido o Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional dos Médicos.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas para esta audiência pública e é bom que V. Sªs, que vão participar desta audiência, fiquem atentos: abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra será concedida aos Senadores e Senadoras na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes disso, cada um dos senhores terá direito, num bloco...

Consulto os senhores membros desta Comissão se, após ouvirmos um representante de cada entidade, nós fazemos a indagação de três, de quatro ou de dois.

Consulto o Plenário, os Srs. e as Srª Senadoras: qual é o melhor encaminhamento? V. Exªs estão...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Vamos fazer em bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De quatro em quatro?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Porque são oito pessoas: quatro representantes dos médicos e quatro representantes dos optometristas.

Vamos ouvir um de cada lado. Após isso, vamos à fase de indagações.

Se V. Exªs concordam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o encaminhamento.

Então, são quatro convidados; dois de cada lado, e depois a fase de indagações. Perfeito?

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Augusto de Arruda Mello, por dez minutos. Espero que os dez minutos sejam suficientes, já que temos oito convidados e pelo menos dez Senadores que, daqui a pouco, estarão aqui também para fazerem suas indagações. Espero que sejam pragmáticos, sobretudo oportunos, cada um dos senhores convidados desta Comissão.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao expositor Dr. Paulo Augusto de Arruda de Mello.

O SR. PAULO AUGUSTO DE ARRUDA MELLO – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Jayme Campos, aliás, tivemos a oportunidade de ouvir o relatório de V. Exª a respeito das atividades deste primeiro semestre desta Comissão, a quem a Oftalmologia brasileira agradece muito a atuação.

Quero também agradecer aos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim, pela oportunidade que nos dá em repetir nesta Casa aquilo que já aconteceu na Câmara dos Deputados, em agosto de 2005, em que a Oftalmologia brasileira pôde demonstrar,

também em uma audiência pública, o desserviço que será para a saúde pública a criação da profissão de Optometristas.

Naquele momento, tivemos a oportunidade de mostrar, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a situação real da saúde ocular brasileira, o que representa hoje cada um para o sucesso daquilo que a gente mais deseja, que é atender ao sofrimento do povo brasileiro.

Sabemos, evidentemente, que a refração é um grande problema social brasileiro. O Conselho Brasileiro de Oftalmologia tem dado provas incontestáveis em prol da saúde ocular. Desenvolvemos uma série de projetos como, por exemplo, Olho no Olho, Olhar Brasil – reformulamos, há 15 dias, juntamente com o Ministro Padilha, alguns pontos importantes desses projetos. Existe toda uma logística de atendimento à população, que o Conselho Brasileiro de Oftalmologia traz aos órgãos públicos.

Outro aspecto muito importante são os nossos cursos credenciados. Para que os senhores tenham ideia, temos 63 cursos credenciados no Brasil, em que os alunos têm a grande oportunidade de exercer cidadania, que é extremamente estimulado.

Os senhores receberão, em breve, o novo censo do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Hoje, somos 17 mil médicos atendendo à população. Evidentemente que os senhores notarão, nesse censo, que existe atualmente uma grande interiorização da Oftalmologia. Quando comparamos com o censo anterior, dez anos atrás, é possível constatar que houve uma interiorização da Oftalmologia em que, exatamente, existe o problema da refração.

Outro ponto muito importante que eu queria ressaltar aqui é o compromisso da Oftalmologia, aliás, esse pedido foi feito ao Ministro Padilha, com o credenciamento universal do SUS. Evidentemente que são logísticas que ajudarão, e muito, ao atendimento da população. E a consulta da refração não é meramente uma consulta. Os senhores sabem que existem aproximadamente 21 causas de doenças sistêmicas que podem causar a miopia como, por exemplo, a toxemia gravídica, a miastenia grave e a intoxicação por sulfas. Existem aproximadamente 16 causas de hipermetropia, dadas por doenças sistêmicas: o botulismo, a porfiria aguda, intoxicação por cloroquina, amplamente usado hoje no País, além de outras doenças que podem ter sintomas muito parecidos com aqueles proporcionados pela necessidade de óculos como, por exemplo, o glaucoma. No Brasil, existe um milhão de portadores do glaucoma. Oitenta por cento das formas de glaucoma são completamente assintomáticos. Foi-se o tempo em que se fazia diagnóstico de glaucoma pela escavação glaucomatosa.

Os senhores sabem que a necessidade do diagnóstico precoce de glaucoma é fundamental. Hoje se analisa glaucoma pela espessura da camada de fibras nervosas da retina, mudando completamente o contexto.

Outros aspectos importantes são o aumento de idade da população, o surgimento da retinopatia diabética, que tem de ser tratado precocemente, o que é muito importante. Então, com a população de idosos aumentando, teremos mais retinopatias diabéticas no País. Além disso, uma simples dor de cabeça, uma simples alteração da visão, que pode sugerir a necessidade de óculos, pode ser causada por um tumor intraocular. O retinoblastoma, por exemplo, causa a morte, além do diagnóstico retardado de um tumor intracraniano, que também, apesar de resolvido, pode apresentar sérias sequelas.

Tivemos, recentemente, a oportunidade de levar ao Ministro Padilha uma logística apropriada para o atendimento do olhinho vermelho, trazendo resultados à saúde pública de Primeiro Mundo.

A Organização Mundial de Saúde coloca as doenças oculares, como a refração, as doenças de miopia, a astenopia, o cansaço visual, como doenças oculares também.

Então, essa é uma situação no mundo. E, como é essa a situação no mundo, nesses 49 países colocados pelo Conselho Internacional de Optometria dos 135 existentes na Organização Mundial? Como é a situação existente lá?

Evidentemente existe um grande aglomerado, Sr. Presidente, nos grandes centros. Ali é que existem Optometristas, e não nas regiões pobres do País em que há a necessidade do uso de óculos. O senhor encontrará Optometristas em Brasília, o senhor encontrará Optometristas em Porto Alegre, Santa Catarina, lugares de concentração, onde a densidade de Oftalmologistas é altíssima também. Existe pouca preocupação em relação às regiões menos privilegiadas do País. E a história existente no passado é completamente diferente. E nós lutamos para oferecer a todos uma medicina de primeira qualidade. Esse é o foco do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª pela brevidade de sua exposição, porque quando o cidadão cumpre o horário, nós o cumprimentamos de forma redobrada.

Concedo a palavra à ilustre Drª Patrícia Mara Werner, para a sua exposição, por 10 minutos.

A SRª PATRÍCIA MARA WERNER – Obrigada. Bom dia a todos.

Cumprimento o Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos, as Exmªs Srªs Senadoras e os Exmºs Srs. Senadores e as autoridades aqui presentes.

Sou graduada e pós-graduada em Optometria, professora, e estou como Coordenadora do Curso de Optometria da Universidade do Contestado, em Santa Catarina, há mais de sete anos.

Tive a oportunidade de me especializar, durante um ano, em Bogotá, na Colômbia, em Optometria Clínica, antes mesmo de ingressar na carreira docente.

Excelências, nós estávamos esperando há anos por esta audiência pública, para que pudéssemos esclarecer o que é a Optometria, quem são os optometristas de nível superior que estamos formando, do qual fazemos parte, e por que é importante a regulamentação da nossa profissão.

A Optometria existe em mais de 130 países no mundo, portanto, estávamos esperando essa oportunidade para melhor esclarecer a situação da Optometria, porque muitos de nós, já formados, estamos trabalhando no Brasil, e muitos à luz do Poder Judiciário, que está cumprindo com a Constituição e reconhecendo o nosso direito profissional.

A Optometria é uma ciência da área da saúde. É responsável pela atenção primária da saúde visual. Estudamos de quatro a cinco anos, uma carga horária máxima de 2.800 a mais de 3.000 mil horas. Nós já temos, no Brasil, quatro especializações já realizadas pelo Curso de Optometria.

O Curso de Optometria da Universidade de Contestado está há mais de 10 anos no mercado, é autorizado e reconhecido, assim como os demais cursos.

No ano de 1997 surgiu o primeiro curso de Optometria na Universidade Luterana do Brasil, no Rio Grande do Sul. Em 2000, mais dois cursos foram abertos: o nosso, da Universidade do Contestado, e o curso da Universidade Estácio de Sá. Em 2003, abriu o de Mogi das Cruzes, e, em 2011, já houve a aprovação por parte do MEC para o primeiro curso de Optometria ser realizado na Universidade Estadual do Estado do Maranhão – esse curso já está aprovado.

A Optometria superior, portanto, já é realidade há quatorze anos no Brasil. É uma ciência da área da Saúde. Os profissionais estão capacitados para atuar na prevenção, na atenção primária, e, dessa forma, colaborar para o benefício da população.

Realizamos mais de vinte exames, os quais analisam o sistema sensorial, o sistema motor, o sistema funcional, o sistema patológico e o sistema refrativo. Na correção dos erros refrativos, a prescrição dos óculos somente é dada aos pacientes que são livres de evidências ou suspeitas de patologia. Mas temos responsabilidade e estudamos para atuar na prevenção, na promoção da saúde visual.

Na Universidade do Contestado, por ser um curso pioneiro, buscaram-se alicerces da educação superior em outros países, elaborou-se a matriz curricular de acordo com outras universidades que possuem o curso de Optometria. Dentro da Universidade, criamos a Clínica Universitária de Saúde Visual. No interior de Santa Catarina, há 52 mil habitantes fazendo História e Ciência.

De 2003 a 2009, atendemos – no material que trouxemos para os Srs. Senadores, mostramos os dados estatísticos – mais de quatorze mil pacientes carentes. Encaminhamos mais de 50% dos casos aos médicos oftalmologistas e corrigimos a visão de mais de 40% da população.

A profissão é séria, o curso é sério. Precisamos da regulamentação da nossa profissão. Estamos travando guerras judiciais, e isso não é certo. Estamos conseguindo a liberação do nosso exercício profissional.

Seria essa a minha exposição.

Agradeço imensamente a oportunidade a V. Exªs.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Drª Patrícia por sua exposição.

Continuando a ordem dos inscritos, para falar pelas representações dos médicos, concedo a palavra ao Dr. Elisabeto Gonçalves, para fazer sua exposição, por dez minutos.

O SR. ELISABETO RIBEIRO GONÇALVES – Bom dia, Senador Jayme Campos, Senadores aqui presentes, colegas, senhoras e senhores!

Para nós, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), é um prazer e uma honra muito grande voltar a esta Casa para apresentar nossos argumentos em favor da defesa da saúde pública. Não estamos aqui, nunca estivemos aqui com espírito corporativista, como falaciosamente prega a Optometria. O que defendemos – o CBO e a Oftalmologia brasileira têm uma longa história nesse sentimento de defesa e de preservação da saúde pública ocular – é o trabalho que o CBO, ao longo de quase 70 anos, vem desenvolvendo junto às comunidades, principalmente junto aos segmentos mais carentes e desinformados do País.

Permitam-me repetir uma história. Essa história não é segredo; foi contada aqui, pela vítima, na audiência de 2001, a que o Dr. Paulo fez referência. Em 2005, fizemos uma audiência pública destas na CTASP da Câmara, e convidamos o presidente do CBO, como também o Dr. Eleuses Paiva, que era então presidente da AMB. Eleuses é um médico reputado, conhecido, e nós o convidamos como presidente que era da AMB. Ele não participou da banca. Ele veio como assisten-

te, trazendo o prestígio de sua posição, do seu nome. E eu pedi ao então presidente da reunião que desse a palavra ao Eleuses, que o deixasse falar. E ele nos contou, não defendeu A nem B, mas contou uma historia pessoal.

O Dr. Eleuses estava viajando para Paris, a esposa dele notou que ele estava com algum incômodo visual e recomendou que ele, logo que descesse em Paris, fosse procurar um oftalmologista. Ele passou em uma porta, viu algo parecido com oftalmologia, entrou, foram-lhe prescritos uns óculos. Ele voltou, a coisa ficou mais ou menos o que estava. Quando chegou em São Paulo, a mulher dele o levou à força a um oftalmologista. O Eleuses estava com glaucoma avançado, com lesão de nervo óptico, e foi operado. Isso ele contou. Eu posso contar, porque ele contou de público. Ele foi operado e usa colírio até hoje, e já tem perda de campo visual. Ele, em Paris, entrou no consultório de um optometrista, que apenas lhe receitou uns óculos.

Então, senhores, se uma pessoa tão bem informada como o Eleuses, médico, presidente da AMB, cai numa dessas, imaginem a nossa população, desinformada, carente. É preciso que se desfaça a falácia muito grande de que a optometria existe em não sei quantos países. Isso não quer dizer que sejamos obrigados a importar erros de outros países.

Os Estados Unidos são uma história clássica disso, o Paulo já disse, eu já repeti: no final do séc. XIX, existiam artesãos que faziam lentes toscas para facilitar a leitura daquela massa de gente que vinha do interior. Pela expansão da economia americana, muitos deixavam o interior, vinham para as capitais e tinham necessidade de leitura. E esses artesãos ofereciam lentes, claro, rudimentares, mas que serviam para a leitura. E daí começou, no final do séc. XIX, o embrião do que é hoje a optometria nos Estados Unidos.

Ora, nós não podemos esquecer o seguinte: claro que, naquela época, imaginem os senhores o conhecimento que se tinha da medicina de maneira geral. Conhecimentos rudimentares. A própria oftalmologia era extremamente rudimentar. Isto aqui eu trouxe para exemplificar. É um livro de 1909, começo do século passado, do Terson, alemão, que foi um grande oftalmologista. Todo conhecimento da oftalmologia está aqui neste livro. Para os senhores terem uma ideia, a parte de retina, vítreo e nervo óptico está aqui resumida, explanada – era o que se tinha na época – em dez páginas. Tudo isto aqui é retina, vítreo e nervo óptico.

As coisas mudam, as coisas evoluem, o conhecimento é dinâmico. Isto aqui foi de quando, Paulo?

O SR. PAULO AUGUSTO DE ARRUDA MELLO – 2006/2007.

O SR. ELISABETO RIBEIRO GONÇALVES – Este é o relatório do nosso CBO (Conselho Brasileiro de Oftalmologia), só de retina. Enquanto o livro de 1909 tinha dez páginas sobre retina, vítreo e nervo óptico, hoje, só retina tem 1.000 páginas. E o CBO já está programando, nós já estamos em fase final, para editar quatro volumes, separar isso em quatro volumes. Não é isso Paulo?

Então, os senhores vejam que o conhecimento é extremamente dinâmico. Por isso justifica-se, eu até justifico, que na época, onde tudo era rudimentar, quem sabia fazer lentes, ou quebrar o galho de uma população recém-alfabetizada do interior para a capital, eu justifico que esse pessoal fosse acatado pela sociedade e o Governo americano. Mas a situação lá também é conflituosa, tanto é que o fundador, o pai da Sociedade Americana de Oftalmolgia, que é a maior sociedade do mundo em termos de filiados, em termos de pesquisa, o Edward Jackson, que morreu em 1960, tentou, com todas as forças, acabar com a optometria.

Isso aqui eu colhi recentemente, é um documento de uma alta autoridade de saúde francesa, que corresponde ao nosso Ministério da Saúde, tentando regulamentar a optometria lá na França, com uma série de limitações, de restrições ao trabalho da optometria. Porque eles reconhecem essa autoridade, o Ministério da Saúde reconhece as dificuldades, os males que podem advir do exercício profissional da optometria.

Eu tenho aqui os decretos, é uma coisa recente, de 2006/2007, e os arquivos todos que regulamentam o exercício da optometria lá na França, onde, num país desenvolvido, de Primeiro Mundo, o nosso colega e amigo Eleuses teve o desgosto de ser atendido, e quase que perde a vista, com um optometrista. Eu não estou aqui acusando a optometria; é que a profissão não os prepara, o erro é da profissão que não os prepara, convenientemente, para atender a essa massa. Eles não têm a formação médica.

Para os senhores terem uma ideia, o olho, que é esta coisinha pequena, nós fizemos um levantamento, ele pode sediar 2.873 doenças. É claro que eu não sei diagnosticar todas essas doenças; o Dr. Paulo, também, por mais inteligente que seja; o Dr. Marcos também não sabe. Mas nós temos as ferramentas, a metodologia, adquirida no curso médico, para chegar a essa doença, às vezes, tão exótica.

Então, eu queria deixar esta mensagem.

E aqui, neste documento, está explícito que o que os optometristas querem mesmo – e temos que enfatizar isso, é a pura verdade – é a venda casada: prescrever e vender, o que é proibido por lei, é proibido aqui no Brasil. Nós médicos, eu só faço a minha

prescrição; nunca, nenhum centavo com a venda casada, o apelo ótico.

Então isso coloca, é mais um fator, é mais um motivo para colocar em risco a situação do cidadão. E a doutora afirma que manda para os oftalmologistas, só atende pessoas sem queixas. Ora, quantas pessoas sem queixas nós já atendemos e verificamos que havia ali uma patologia grave, uma patologia com alto grau de morbidade e mortalidade. E como saber isso se nós não somos médicos?

Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concluindo a exposição, a explanação do Dr. Elisabeto, e concluindo, agora, o primeiro bloco de quatro convidados, quatro não, mas três convidados, nós passamos a palavra ao Dr. José Luis Muñoz Escobar.

V. Sª tem dez minutos para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ LUIS MUÑOZ ESCOBAR – Muito obrigado.

Antes de tudo, agradecer ao Senador Jayme Campos, aos Srs. Senadores, pelo convite a esta Casa. Espero que a minha participação aqui ajude a tirar muitas dúvidas e que sirva para o benefício da população brasileira.

Bom; sou professor do curso de Optometria da Universidade do Contestado. Talvez, pelo meu sotaque, já perceberam que eu sou colombiano. A Universidade do Contestado, no intuito de fortalecer o curso desde o início, fez um convênio que tem bastante reconhecimento e história na formação de optometristas na Colômbia e em outros países. Esse curso nasce desse trabalho multidisciplinar com as duas universidades. Isso faz com que a maioria dos professores que nesse momento estão a cargo das cátedras educacionais sejam colombianos.

Uma das coisas que comecei a perceber, quando cheguei aqui no Brasil, foi essa diferenciação tão grande que há no campo da saúde pública visual no Brasil e no resto dos países emergentes. Parte desse trabalho está em determinar o que organizações, como a Organização Mundial da Saúde, a IAPB, estão falando sobre o que devemos fazer em saúde pública visual e ocular. Para isso, temos vários artigos e vários elementos, entre eles, o primeiro *slide* no qual mostramos a capa de um dos documentos escritos para o programa Desenvolvimento de Recursos Humanos e Sistemas de Serviços de Saúde da Organização Pan-Americana e Organização Mundial da Saúde.

O próximo, por favor.

Esse documento fala que um dos principais problemas que estamos tendo nos países da América Latina e nos países em desenvolvimento é a resistência de sindicatos e associações trabalhistas no exercício profissional de outras profissões emergentes que estão evoluindo. Se olharem o parágrafo final, verão que mesmo os sistemas administrativos tendem a produzir uma seleção adversa em relação a esses profissionais, basicamente pela carência no conhecimento das funções e de sua preparação.

Próximo. Vou tentar ser um pouco rápido, porque quero chegar ao final da apresentação.

Um dos elementos que a Organização Mundial da Saúde fala tem a ver com o que disse lá no segundo parágrafo, que é o desafio dos governos e das instituições em desenvolver processos de participação, de discussão com as agremiações, com os trabalhadores da saúde e com a comunidade para conseguir estabelecer consensos e articular lógicas que, primariamente, manifestem como incompatíveis.

Srs. Senadores, nosso interesse hoje aqui não é brigar; talvez seja ao contrário do que escutei agora, de conflito. Para nós, a palavra "conflito" não é o que estamos tentando encontrar. Estamos dizendo hoje para a sociedade brasileira que existe aqui mais um profissional que quer participar, que quer ajudar. Damos graças a Deus hoje de estarmos nesta Casa, porque é a primeira vez que podemos nos sentar realmente, juntamente com os médicos oftalmologistas, para dizer que estamos dispostos a fazer um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar. É muito fácil falar as coisas sem conhecimento. Mas, quando damos oportunidade para que se conheça, talvez possamos entender que o processo não é de conflito.

Outro documento que temos lá da Organização Pan-Americana da Saúde, que está em espanhol, fala de fechar as brechas da saúde na população menos protegida ou mais desfavorecida.

Próximo, por favor.

Outro exemplo desse trabalho corporativo é a observação do recurso humano em saúde, diz o documento. É um claro exemplo da cooperação entre os países da região, já que por meio de sua rede de grupos nacionais tem esse poder de introduzir temas de recursos humanos nas políticas sanitárias e nos processos de planificação nacional. Exemplo grande e do qual vocês, como brasileiros e eu como residente no Brasil, sinto orgulho: o programa Saúde da Família. Aí é que se começa a mostrar elementos dessa participação coletiva de trabalho, que seria muito interessante podermos chegar lá.

Se vamos para a página da Organização Mundial da Saúde, encontramos o *link* Programas e Projetos. Se clicamos nele, vamos para uma página que trata do programa Visão 20/20. Do lado direito, encontramos um arquivo de PDF que diz: Visão 20/20 – Plano de Ação. Nesse Plano de Ação aparece o 2006/2011.

Nesta última semana, já saiu o novo. E quando pegamos esse arquivo, encontramos um documento que diz o seguinte: "Algumas estratégias da Organização Mundial de Saúde fazem face grande sobre a problemática da saúde visual em nível mundial.

No último ano, a Organização Mundial da Saúde promoveu a criação de cursos de optometria em muitos países carentes neste atendimento, inclusive carente sob o ponto de vista médico oftalmológico e optométrico. Alguns desses países – não sei se vocês têm esse conhecimento – são os países da África, dos quais, no último relatório da Organização Mundial da Saúde, eles celebram uma universidade aberta em Moçambique para a formação de optometristas.

Quero comentar para vocês que os futuros professores dessa universidade moçambicana são alunos em Moçambique e estão fazendo curso conosco em Santa Catarina.

Entre as estratégias que tem a Organização Mundial de Saúde, uma é aumentar a sensibilização em torno do conceito de saúde pública no âmbito da tensão oftálmica. É importante entender que, quando eles usam o termo "oftálmico", estão falando de dois termos diferentes, um é saúde ocular e outro é saúde visual. Qual é a diferença entre os dois? A saúde ocular é uma saúde direcionada ao órgão da visão, que é o olho. A saúde visual é direcionada ao trabalho sensorial de enxergar, que não, necessariamente, é somente o olho, mas que tem muito a ver com o processo de percepção, de treinamento visual, coisa que hoje em dia os protocolos oftalmológicos não atingem 100%. Não estou falando para desmerecer o processo, porque o oftalmologista é preparado e os cursos preparam esse profissional para o tratamento da saúde ocular, não visual, como o caso da optometria.

Para isso, a Organização Mundial da Saúde mostra os pontos em que falta compromisso político para prevenção, compromisso profissional, para incrementar prestação de serviços, programas sustentáveis de qualidade, apoio e organização governamentais, nesses diferentes setores. Não sou eu que falo; quem está falando é a Organização Mundial de Saúde.

Quanto a defeitos refrativos, nós temos que falar o seguinte: há uma falta crença de que os optometristas – não sei por que algumas pessoas acreditam nisto – estamos brigando pela refração; a refração é apenas um teste que fazemos. Não estamos aqui para vender óculos; não é nossa missão vender óculos. Confundem muito o trabalho de ópticos com o trabalho de optometrista, que são duas coisas totalmente diferentes. Nós não estamos para vender óculos nem nossa formação nos ensina a fabricar lentes, em nenhum momento. Nosso trabalho é a certificar pessoas que precisam de correção visual, exame de olho, e detectar doenças oculares que requeiram atenção, adaptação adequada, prescrição, e garantir o cumprimento do seguimento dos casos.

Alguém falou aqui que tínhamos problemas na formação. Convido V. Exªs para dar uma olhada na grade curricular e nos conteúdos das nossas disciplinas, para verem que nossos alunos estão capacitados para detectar doenças, sim.

Os tempos em que as pessoas exerciam cargos por inspiração divina são tempos passados. Hoje isso é conseguido nas universidades, por meio de estudos científicos, e estudos que podemos encontrar nos livros. Livros que, como falamos, nós contamos com eles na universidade, na nossa biblioteca.

(Próximo, por favor.)

Defeito refrativo, que limitações encontra a Organização Mundial de Saúde? Encontra que não há dados suficientes sobre prevalência. Se vocês entram no sistema DATASUS e de SIASUS, vão encontrar que há muitos dados sobre cirurgias de catarata, sobre cirurgia de pterígeo, mas não há dados sobre alterações como, por exemplo, problemas de visão em crianças, carência de terapia na questão de problemas acumulativos, emergenciais, que não estão sendo atendidos pelos protocolos oftalmológicos.

Senador, eu queria, com todo o respeito, solicitar mais dois minutos para passar somente para a parte final da apresentação, em que eu gostaria de mostrar para vocês as estatísticas de nossa clínica de saúde visual. Não sei se é possível. Dois minutinhos, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Dois minutinhos para compensar o tempo da Profª Patrícia.

O SR. JOSÉ LUIS MUÑOZ ESCOBAR – Obrigado.

Então, vamos para frente com a nossa apresentação.

Mais para frente, por favor.

Começamos com essas estatísticas.

Esses são os atendimentos que temos feito na clínica universitária de saúde visual em Canoinhas. Estamos falando de um Município com 55 mil habitantes, onde nós temos feito, desde o ano de 2003 até 2009, uma quantidade de atendimentos que apresentamos nos *slides*.

Primeiro, temos feito 26,7% da população do município procurar nossos serviços. Faltam, ainda, uns 75,7% da população para ser atendida e está dividida entre homens e mulheres.

Passamos para o próximo.

Dessas pessoas que foram atendidas, há uma porcentagem que não precisaram de correção, entre

34,8% que tinham optometrias baixas, ou que já estavam sendo corrigidas, ou que não necessariamente precisavam de óculos para enxergar. E pacientes optometropes como tais, que são realmente aqueles que têm uma visão ótima. Mas 58% da população precisou de alguma ajuda visual.

Dessas, foram dadas prescrições óticas que nós não fornecemos, foram fornecidas pelas óticas da região, o paciente recebe somente a sua prescrição e eles fornecem em outro lugar.

Esses equipamentos que os senhores veem aqui têm a ver com uma especialização que temos que é baixa visão. Equipamentos desenvolvidos por nosso alunos que não se consegue no comércio aqui no Brasil, têm que ser importados. Chega a um custo de R$15.000,00 essa caixa que os senhores estão vendo aí e conseguimos fabricar a um custo mais ou menos de R$600,00. Institutos como o Instituto Laramara, em São Paulo e outros institutos, em Florianópolis, estiveram atrás de que construíssemos para eles esse equipamento, porque não se consegue no País e estamos conseguindo fazer lá em Canoinhas.

Vamos ver os casos patológicos.

De todos os pacientes que temos atendido, temos 38,1% de pacientes que não tiveram patologia, que não se encontrou patologia na hora de fazer o exame. Mas, em 59,4% encontramos alguma patologia. E o que aconteceu com esses pacientes? Foram encaminhados para o oftalmologista. Veja, 45,3% foram encaminhados. Por que uma diferença entre os que foram encaminhados e os que achamos patologias. Os que não foram encaminhados foram porque já tinham diagnóstico e já estavam sendo tratados. Então, de 59, 45% da população ainda não estava tendo um serviço de atendimento oftalmológico. Temos um município com 55 mil habitantes, três oftalmologistas, na clínica temos 13 consultórios optométricos atendendo, nossa agenda está lotada três meses para a frente, e ainda damos vasto atendimento às pessoas que precisam.

Senador, muito obrigado. Desculpe pela demora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª.

O Senador Mozarildo Cavalcanti pede a palavra pela ordem. Vou consultar as Srªs e os Srs. Senadores, tendo em vista que S. Exª é o relator da matéria, V. Exªs serão consultados sobre a proposta que o Relator vai fazer.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Na verdade, Sr. Presidente, cheguei um pouquinho atrasado e vi que já tinha havido uma deliberação de fazer dois blocos com os mesmos expositores.

Quero propor que se faça um bloco só. Todos falam, é a mesma matéria e depois faremos as indagações.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Gostaria, então, de fazer um complemento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acho que o importante é o debate, porque nós vamos debater a matéria, o assunto. Então, não sei se seria o caso de diminuir o tempo para os próximos falarem cinco minutos, porque o importante é que possamos ter as dúvidas sanadas. Então, os próximos dois de cada lado, em vez de dez, falariam cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos fazer o seguinte: nem dez, nem cinco; oito. *(Risos.)* Acho que é bastante salomônico, acho que é democrático.

Então, concedo a palavra ao Dr. Marcos Ávila para fazer a sua exposição. V.Sª dispõe de oito minutos.

O SR. MARCOS ÁVILA – Disponho de oito minutos? Perfeito.

Senador Jayme Campos, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, prazer, colega médico, Senador Paulo Davim, também colega médico do Rio Grande do Norte, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Cyro Miranda Gifford, nosso colega e amigo de Goiás, também sou de Goiás, professor da Universidade Federal, Senador Casildo Maldaner e Senador Mozarildo Cavalcanti.

Escutei tudo o que foi dito aqui, Srs. Senadores, e estou aqui, na verdade, representando o Conselho Federal de Medicina e trago a todos vocês, em nome do nosso Presidente Roberto Luiz d'Ávila, os nossos efusivos cumprimentos pela oportunidade de o Conselho Federal de Medicina, representando os 360 mil médicos brasileiros, nessa ocasião, de poder se manifestar.

De fato, o Presidente pediu-me que eu transmitisse aos Srs. Senadores, a importância que tem a Oftalmologia brasileira no contexto médico atual.

Hoje somos responsáveis pelo atendimento, nos últimos anos, de 159 milhões de brasileiros nos quatro cantos deste País. Somos a segunda especialidade em número de atendimento médico. Nós atendemos pelo SUS, exclusivamente, cerca de 9 milhões, para sermos mais exatos, pelo número do DATASUS, 8 milhões, 750 mil pessoas.

Hoje somos um elo que se formou desde o início do século XIX, que culminou com a criação do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, agora completando 70 anos; temos 63 cursos de especialistas em todos os

Estados brasileiros, trazendo uma capilaridade muito grande. E, por isso, o nosso Conselho Federal de Medicina e o nosso Presidente ficam extremamente felizes com esses números.

O Presidente do Conselho, pediu-me que eu trouxesse, Senador, um dado importantíssimo, que mostra a necessidade ou não de mais médicos oftalmologistas no Brasil. Na verdade, nós já temos o número suficiente. Vejam senhores, que nos países em desenvolvimento, ou países desenvolvidos, como na China, temos um oftalmologista para 57 mil habitantes.; na Índia, um oftalmologista para 109 mil habitantes. No Brasil, temos um oftalmologista para 10 mil e 600 habitantes. Nós não precisamos de mais oftalmologistas, muito menos de outras profissões. Nós precisamos, sim, de manter a qualidade dos 63 curso credenciados dos 8,5 milhões de brasileiros atendidos em todos os rincões. E nós do Conselho Federal de Medicina e a oftalmologia brasileira trabalhamos para a universalização do atendimento. Acho que essa audiência deveria caminhar para um rumo adequado. O Conselho Federal de Medicina e o Conselho Brasileiro de Oftalmologia buscam universalização do atendimento. Precisamos que todos os oftalmologistas sejam credenciados para atender ao SUS e isso, cada vez mais, está difícil em nosso meio.

Precisamos de atendimento, precisamos que o oftalmologista seja um para cada 17 mil habitantes. Já somos um para 10 mil, precisamos mais do que isso. Vejam os senhores que em países desenvolvidos, qual seria o número no Japão? Quantos oftalmologistas, por habitante, existem no Japão? Respondo para vocês. No Japão temos um para 10.200. No Brasil temos um para 10.622, Senadora. É a mesma relação do Brasil e do Japão. E nós não precisamos mais disso, precisamos que esse elo que começou no início do século XIX seja perpetuado. O médico prescreve, o ótico avia, e nenhum dos dois invade a área do outro.

Nós não queremos, e o Presidente o Conselho Federal de Medicina está preocupado, que dentro em pouco, como estamos observando na mídia, nos últimos dias, o farmacêutico comece também a prescrever a orientação de drogas. Nós não precisamos disso. Quantas e quantas farmácias existem na nossa cidade, na nossa capital federal, na cidade de todos vocês. Quantas óticas existem? Vocês já imaginaram se isso, que no Brasil chama-se venda casada, se perpetuar. O palestrante que nos antecedeu disse que estão preocupados com exame de patologia ocular. Claro que isso é importantíssimo, mas, no Brasil, nós temos o médico que trabalha 6 anos no curso de medicina, três anos como residente, dois anos se especializando, o que dá um total de onze anos. Precisa de melhor? Ele olha o olho e vê se tem AIDS, ele olha o olho e vê se tem diabetes, ele vê se tem isso e passa os óculos.

O nosso curso de Refratometria é considerado um dos melhores do mundo. A Oftalmologia brasileira sediou três grandes congressos internacionais, congresso pan-americano, congresso mundial de oftalmologia. E qual o país escolhido: o Brasil.

Então, Srªs. e Srs. Senadores, eu acho que é isso que estamos precisando. O Conselho Federal de Medicina defende que nós não tenhamos venda casada no nosso meio. Nós defendemos que esse sistema que já se desde o início do século, em que o óptico faz aquilo que o médico prescreveu seja mantido. Isso é tradição, isso é Brasil, isso é Brasil que deu certo, é Brasil que funciona. Para que precisamos mudar algo que já vem de anos? São 70 anos de CBO, 63 cursos em todos os Estados do Brasil, número de oftalmologistas compatível com os oftalmologistas do Japão, cinco vezes maior que o número de oftalmologistas por habitante na China; é dez vezes maior que o número de oftalmologistas por habitante da Índia. Por que precisamos de onze anos de formação médica? Nós não precisamos que os farmacêuticos comecem a prescrever; nós não precisamos que os ópticos cliniquem a prescrição e a venda casada. Venda casada é um sistema que não pode ser no Brasil. Para essa profissão existir... Eu acho que os Senhores, Senadores, é quem irão dizer, os Senhores que definem as leis do nosso País. Nós precisamos mudar, desde lá do começo, terminar a venda casada, terminar com isso. Nós precisamos criar os programas conselhais. O presidente do conselho federal está preocupado, e o paciente que foi mal diagnosticado por uma simples receita de óculos está correndo risco de morte ou de cegueira. Quem irá se responsabilizar por isso?

De forma que, de uma maneira bastante tranqüila, eu acho que o debate veio em boa hora, já estivemos nesta Casa e na Câmara dos Deputados, em outras ocasiões para debater o mesmo problema, mas acho que o problema está na raiz, no começo: venda casada, conselhos, formação, adequação, onze anos de formação; um sistema, Senhores, que é orgulho do Brasil. A oftalmologia brasileira é um orgulho para o povo brasileiro e deve ser preservada assim como está.

O SR. PRESIDENTE (Casildo MAldaner. Bloco/PMDB – SC) – Após ouvirmos o Dr. Marcos Ávila, nós vamos passar a palavra ao próximo depoente, que é o Dr. Pedro Silveira Gonçalves Filho, para fazer a sua exposição.

Do mesmo modo, conforme combinado, por oito minutos. Peço que o controle faça o registro.

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – Bom dia a todos.

Reitero os agradecimentos aos Senadores pelo convite feito para participar desta audiência, que acho fundamental para fazer um divisor de águas dessa história toda, dessa grande confusão que está armada aqui, com duas profissões importantíssimas em estado, aparentemente, beligerante. Não sou entrar em dados técnicos, vou entrar em fatos.

É uma palestra que fiz em 2008, para mostrar aos Senadores dados mais realistas sobre o que está acontecendo na saúde ocular no Brasil.

Só para lembrar aos senhores que na Convenção de 78, a saúde ocular é considerada prioridade na saúde pública. Eu estou lembrando a vocês que a Organização Mundial de Saúde, que é o órgão máximo da saúde mundial, ela sempre afirma que a saúde tem que ser feita no sistema multiprofissional, respeitando a competência de cada profissional integrante da equipe de saúde para a promoção da cegueira e cura, interagindo com a comunidade. Uma coisa muito importante que a Organização alerta na questão do RH, o Recursos Humanos da Organização, é que devido o tempo e o custo da formação médica, é que o médico seja priorizado na assistência à saúde de média e alta competitividade nos programas. Quem fala isso não sou eu, quem fala isso é a cartilha da Organização Mundial de Saúde.

A situação mundial, rapidamente.

Vocês sabem que é uma situação de alto número de deficientes visuais, lembrando uma coisa importante, que infelizmente a taxa de cegueira nos países pobres é 20 vezes maior do que nos países desenvolvidos e nós temos um índice que avalia o desenvolvimento humano, que mostra a expectativa de vida do país, o Produto Interno Bruto, a educação. O Brasil está localizado atualmente – isso é antigo, é de 2008 – em 79º lugar no IDH. O investimento em saúde pública, 2% a 3% do PIB o Brasil investe, investia na ocasião.

O índice da Organização Mundial de Saúde: profissionais de saúde visual (PSV), para cada grupo de 10 mil habitantes são necessários 3 profissionais, sendo que a proporção é de um oftalmologista para cada dois optometristas. E o nosso número de cirurgia de catarata no País é de 3 milhões por habitante. Desculpe, o índice necessário para alcançar a meta de atendimento da OMS são 3 milhões de cirurgias. Desculpe, 3 mil cirurgias por 1 milhão de habitantes.

O Brasil, no ano de 2000, nós tínhamos avaliado 2,5 milhões cegos. O importante é que, desse número, 80% dos casos podem ser submetidos a tratamento de recuperação da visão. É uma taxa muito alta, boa.

A OMS, no ano 2000, disse que, se o Brasil não adotasse medidas rígidas, os casos de cegueira poderiam atingir 17 milhões em 20 anos.

Vamos mostrar a nossa situação de especialidades aqui. Em 1995, a oftalmologia estava em 8º lugar, no quadro de especialidades, com 3,6% de médicos existentes no Brasil; em 2003, infelizmente, essa porcentagem caiu para 3%. Houve uma redução do número de especialistas em oftalmologia. Em 2005, caiu para 2,5% em relação aos médicos, para atender à saúde visual. Mostra-se, portanto, que está havendo uma redução em relação aos médicos existentes no País.

Lembro que o médico, para ter a especialidade em oftalmologia, a titulação obtida em curso de pós-graduação, residência médica, ou curso de especialização reconhecidos pelo MEC e Conselho Federal de Medicina, com duração mínima de três anos. Após o curso, é realizado um exame de avaliação. E médicos que têm cinco anos de atuação no exercício da oftalmologia podem realizar essa prova para, assim, obter esse título de especialista. O título é fundamental,é condição legal e necessária para anunciar o exercício da especialidade, participar dos concursos públicos de saúde, pedir credenciamento e participar de cooperativas médicas. Sem o título, ele não pode fazer isso tudo.

Os titulares – ou seja, aqueles que têm o título de especialistas registrados no Conselho Federal de Medicina –, em 2005, eram de 4.024 especialistas. Em 2004, eram 3.498. De 2004 para 2005, houve um aumento de 77 novos especialistas. Isso é uma estatística antiga. O importante é a distribuição.

Dos especialistas registrados, a região Norte é a que menos tem: 5% apenas. Está concentrado na região Sudeste e Sul o maior número de especialistas. A região Norte é a mais carente de especialistas e as regiões Sul e Sudeste têm o maior número de especialistas.

A população brasileira na ocasião de 2005 era de 187 milhões de habitantes, havia uma relação de especialistas em relação à população de 1 para cada 46 mil habitantes, ou seja,o PSV nacional, em 2005 era de 0,21. Lembrando que aquele número inicial era de 3,0. Não chega nem a um, nem a meio o número de especialistas proporcionalmente, baseado na estatística da ONU.

Outro problema sério nosso: 98% estão em cidades com mais de 50 mil habitantes. Esses 98% representam 733 Municípios do total de 5.500 na época que têm oftalmologistas. Ou seja nós temos 4.832 Municípios sem oftalmologistas. Ou seja, na época dava a população da Alemanha sem oftalmologistas, o especialista.

O problema principal é esse; por isso quero que vocês entendam o problema. O problema não é tanto na área privada, mas na área de saúde pública. Na época nós tínhamos apenas 2.503 oftalmologistas

em saúde pública atendendo toda a população, uma relação de um para cada 75 mil na saúde pública. É o grande problema nosso aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – Pois não, por favor, fique à vontade. Vou um pouquinho mais rápido, senão não vai dar tempo, vou ter que andar um pouquinho. Desculpe, preciso de mais uns dois minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Sª tem dois minutos após o prazo.

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – *Ok*.

Esta é a realidade da saúde pública brasileira. Esta é a dura realidade.

Vamos soltar, rapidamente, os índices dos Estados aqui. Na Bahia, este é o índice. E vai: 0,2; 0,19; 0,4; Piauí, 0,40, vai longe. O grande problema é que a cirurgia de catarata também está em níveis abaixo do necessário para fazer... Por falta de quê? O que está acontecendo? Qual é o problema? O modelo está desatualizado. O oftalmologista despende da maior parte do tempo no exame de avaliação primária da visão, que é tarefa da optometria, faltando tempo para o tratamento das patologias e cirurgias. Portanto, o tempo é insuficiente para atender à demanda. Então, a situação da saúde pública é crítica, faltam profissionais especializados para atuar na área primária da visão, no caso, optometristas.

Eu vou falar na parte de competência deles. Vamos mostrar rapidamente aqui.

A grande discussão nossa é o problema do exame de refração. A avaliação primária da visão, o exame de refração, o exame de vista é um procedimento compartilhado entre a oftalmologia e a optometria, como ocorre nas demais áreas da saúde; além da medicina, cito odontologia, psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, enfermagem e biomédicas. Quer dizer, há procedimentos que são compartilhados entre as áreas da saúde. O importante é que ela vai mudar o atendimento para o determinado pela Organização Mundial de Saúde, inserindo-se nos programas internacionais de prevenção e correção da cegueira. E que se libere o escasso número de oftalmologistas para que concentre os esforços assistenciais em atender patologias oftalmológicas demandadas para que fiquem no mínimo satisfeitas, otimizando os recursos técnicos para isso, reduzindo gastos para o Estado.

Não vai dar tempo. Quero só mostrar o finalzinho, relacionado à Espanha, vamos voltar. A Espanha tem uma proporção de 34,96 de PSV, um oftalmologista para dois optometristas. E o resultado é que 92% da população da Espanha é atendida na saúde pública.

Detalhe: eu sou oftalmologista. Eu sou de São Paulo, tenho especialização no Instituto Barraquer, em Barcelona, adoro a minha especialidade, sou cirurgião. O meu grande problema é exatamente essa parte da saúde pública, que está totalmente desassistida.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas o senhor não tem nenhuma instituição oficial. O senhor não representa o Ministério da Saúde?

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – Não, eu tenho...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O senhor é um médico, um profissional oftalmologista. É isso?

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – Eu sou um médico especialista em oftalmologia preventiva e tenho um projeto chamado Visão para Todos, de minha autoria, e faço meu atendimento pelo Brasil afora, pelo País inteiro. Eu sou oftalmologista, com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu solicito a V. Exª que conclua. (*Pausa.*) Concluído? (*Pausa.*)

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – Sim, está concluído, excelência. Desculpe a pressa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª, Dr. Pedro.

Pela ordem de inscrição das exposições que serão feitas, eu convido o Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes para a exposição, por oito minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, aqui nós precisamos dos elementos para poder debater. Nós estamos confrontados com dois dados diferentes, e são dados fundamentais para o debate. Nós ouvimos do Dr. Marcos que há uma proporção de, eu até pedi que repetisse, salvo engano, arredondando, 10.600 habitantes...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E vinte e dois.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Está vendo, os vinte e dois... Eu já peguei demais: 10.600 habitantes por oftalmologista.

O Dr. Pedro fala em 74 mil. Agora, ele fala mais de 74 mil habitantes para cada um oftalmologista, só que a diferença é que ele diz “na rede pública de saúde”, ou seja, atuando no Sistema Único de Saúde.

Eu gostaria, Presidente, tendo em vista que temos uma equipe técnica muito boa aqui, que fossem verificados os dados, para que na hora do debate pudéssemos dizer: são esses os dados verdadeiros. São informações, mas ele fala do ponto de vista geral, e o Dr. Pedro fala daqueles que atuam no Sistema Único de Saúde – assim eu entendi.

Então, se alguém contesta o número que ele coloca de setenta e poucos mil, que tenha oportunidade de checar a fonte.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A autenticidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exato.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu queria pedir, que nós deixássemos o debate para depois.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos ter oportunidade, aqui no debate, de buscar, evidentemente, os números verdadeiros.

Pela ordem, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu ia propor que deixássemos as interpelações, os debates para depois.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos concluir primeiro e depois entrar na fase de indagação e contestação dos números que eventualmente V. Exªs tenham dúvida.

Com a palavra o Dr. Cid, por oito minutos.

O SR. CID CÉLIO JAYME CARVALHAES – Senador Jayme Campos, faço coro com o corpo de Senadores que o cumprimentou pelo brilhantismo na condução da presidência desta Comissão, cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores e os demais integrantes desta audiência pública.

Senadora Vanessa, disseram – e me faltou o nome agora – que existem três grandes mentiras no mundo: a primeira são as mentiras benevolentes; a segunda são as mentiras deslavadas; e a terceira são as estatísticas. Isso dá para termos a orientação devida.

Sou médico há 43 anos, graduei-me pela Universidade Federal de Minas Gerais, vivo em São Paulo e tenho como atividade profissional a neurocirurgia. Fui formado e tive a oportunidade de aprender com um brilhante professor de oftalmologia, professor Hilton Rocha, que dizia que o olho é o espírito do cérebro e a alma da vida. Então, não podemos, em nenhum momento, vilipendiar a alma da vida. Se entendermos, na formação neuroanatômica, na formação neurofisiológica, na formação neuropatológica que a visão começa quando são emitidos os sinais luminosos, as radiações luminosas, até chegarmos à fissura calcarino no cérebro e entendermos que esse caminho, embora metricamente seja curto, mas fisiologicamente é muito longo, vamos ter aí quase que três mil patologias que efetivamente colocam em risco a integridade do cidadão.

Discutirmos estatísticas meramente nas conveniências nos levam a falhas clamorosas. Temos médicos suficientes, sim, mas, lamentável e desgraçadamente distribuídos de forma injusta, de forma canhestra, de forma extremamente cáustica no País.

A região da Senadora amazonense muito [sei que é a Senadora Vanessa Grazziotin, não esqueci o nome; obrigado, Senador Campos, eu apenas fazia referência às mulheres] claramente mostra que a distribuição ali é perversa, porque a facilidade de deslocamento é praticamente inexistente. Enquanto que em São Paulo, na minha cidade, nós temos um oftalmologista para cada 100 habitantes. Isso traz à reflexão desta Casa que precisamos, efetivamente, encarar a distribuição de profissionais no País.

O segundo aspecto de relevância é que se falou que a formação de um optometrista é de três mil horas, enquanto o primeiro ano de residência medida em qualquer especialidade impõe, exige, pela Comissão Nacional de Residência Médica, 2.880 horas. Só na pós-graduação *lato sensu* na residência médica, temos aí 8.400 horas para formar um especialista em oftalmologia que está iniciando a sua vida. É exatamente três vezes mais do que se forma o optometrista. Então, estamos oferecendo profissionais desqualificados tecnicamente para atender o espírito do cérebro e a alma da vida. Será que é isso que o Senado da República pretende e quer impor à população brasileira? É isso que esta Casa legislativa de alta ressonância vai infligir à população brasileira, um sofrimento marginalizado por má qualificação de atendimento, por técnicos devidamente inadequados por preparação insuficiente? É isso? Acredito que não.

A consciência das Srªs e dos Srs. Senadores, a consciência desta Casa, a consciência do Congresso Nacional vai além dos limites meramente mercantis de uma atividade.

Não podemos, em hipótese nenhuma, admitir que a comercialização da saúde, uma vez mais, tenha o beneplácito da lei. Não é possível entender que a grandiosidade do Congresso Nacional, que a grandiosidade do Senado da República se transforme em garoto propaganda de atividades mercantis funestas, nefastas e agressivas à saúde da população brasileira.

A Federação Nacional dos Médicos, antes de ter postura corporativa, tem o compromisso com a saúde pública brasileira, defende a universalização do SUS, combate de qualquer forma qualquer preceito que se tenha em termos de facilitar a vida de quem quer que seja e propugna por uma orçamentação própria da saúde, adequada, consistente, que tenha efetivamente poder de solução.

O que se espera desta Casa é que, uma vez mais, ela ofereça à população brasileira segurança na saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes pela brevidade na sua exposição.

Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Bretas para sua exposição, por oito minutos.

O SR. RICARDO BRETAS – Muito bom dia, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, e demais Senadores presentes nesta Comissão e neste debate.

É com muito prazer que cumprimento os colegas do lado de lá, os amigos do lado de lá, os oftalmologistas, e os meus colegas do lado de cá.

É evidente que não estamos aqui para criar uma guerra sem precedentes, até porque ela já foi criada um século atrás.

Embora os senhores não conheçam a história da optometria, porque ela está sendo contada aqui de forma distorcida, a optometria demanda pelo menos mais de mil anos, se a gente iniciar a sua história. Vamos voltar em Alhazen, vamos voltar em grandes pesquisadores e cientistas que a história trouxe – Galileu Galilei; vamos falar de Faiblan e de vários outros. Não nos interessa historicamente esse contexto porque o problema atual é muito sério e grave, primeiro que a saúde não é prerrogativa de nenhuma profissão. A saúde é prerrogativa de todos que trabalham em prol da melhoria da qualidade e dignidade da vida do ser humano no Planeta Terra.

É meio estranho discutir competências quando minha formação não tem nada a ver com medicina. Eu sou um agente preventor. Como agente preventor, trabalho para evitar que se ocorra o processo patológico. E quando ele está em curso, eu o remeto, e aí está de prova o Dr. Paulo Augusto.

Nenhum optometrista quer ter ou quer ser médico, até porque a sua profissão não é essa. Os países que adotaram a optometria como avaliadores primários do processo inicial evoluíram qualitativamente na produção academicamente de crianças que não tinham possibilidade de estudo. Engana-se quem acha que a optometria é refração ocular. Esse é um ledo engano, uma grande mentira que se vem tentando colocar na cabeça dos dirigentes deste País. A optometria é reconhecida em 183 países, não só em 130, não. E quando ela atua, atua com prevenção, para evitar o processo patológico. Então, o optometrista é importante dentro do quadro.

Disseram aqui que, no Japão, existe um para cada dez mil e para cada oftalmologista 2.4 optometristas. A Espanha tem 2.3; os Estados Unidos têm 32 mil optometristas para 12 mil oftalmologistas, se não me falha a memória aqui.

Os países que produziram benefício da avaliação primária da visão tiraram do peso das costas do governo um ônus enorme. Como pode uma criança, segundo li na semana passada – desculpe, faço curso de especialização em neurooptometria –, que a ambliopia, se não for tratada até os três anos de idade, esse indivíduo vai ficar cego, essa criança vai ficar cega. Esqueceram-se de falar da plasticidade cerebral, que é possível a correção em qualquer nível, desde que não haja interferência dessa luz. Quem estuda isso é o optometrista. Gostem ou não. Infelizmente, é assim.

Os cursos de formação nos dão... Falou-se em venda casada. Quando se vende uma lente de contato dentro de um consultório oftalmológico, o que é? É prestação de serviço de correção visual de um doente de catarata? Como é isso? Então, do nosso lado, existe a venda casada; do outro lado, não? É uma coisa que se tem que pensar.

Gostaria que o senhor passasse o próximo *slide,* por favor.

Optometria, na acepção da palavra, provem do grego – todo mundo sabe – significa medida da visão. E oftalmologia significa o olho. Então, é o trabalho no processo de percepção visual, nos caminhos que eu tenho que procurar, sem utilizar métodos invasivos, para corrigir, reabilitar e possibilitar que esse indivíduo, portador desse tipo de anomalia, consiga produzir novamente?

Próximo, por favor.

Está lá o estudo da saúde ocular.

Então, temos interdisciplinaridade em fonoaudiólogo com otorrino; fisioterapeuta com ortopedista; nutricionista com cardiologista; psicólogo com psiquiatra; optometria com quem, se não for a oftalmologia?

Por favor, o próximo.

Temos hoje um Brasil de contrastes. As crianças têm, na escola, já Internet, algumas escolas têm computadores; e as crianças que não conseguem enxergar, como elas vão participar desse programa todo, como vão evoluir se apresentarem um problema, por exemplo, de ambliopia não avaliado? Porque uma criança amblíope, se os senhores não sabem, significa que com um olho ela enxerga bem e com o outro ela não enxerga praticamente nada. É muito difícil. Se não se tiver educação visual, permanentemente dentro das escolas, que se avalie isso, e aí quando se descobre que o problema existe, a plasticidade já se foi, o processo de reabilitação é muito mais caro.

Vou precisar de mais dois minutos, se o senhor me permite.

Obrigado.

Pode passar, por favor.

Essa frase: "olho por olho, dente por dente" significa que nós somos um país de desdentados. Temos 16.573.937 deficientes visuais; 2.558.471 cegos, e a

metade podia ser evitável se nós entrássemos no programa de saúde organizado pela Organização Mundial da Saúde mais a Agência Internacional de Prevenção á Cegueira, mas não conseguimos entrar no programa exatamente porque a outra parte não nos deixou, preconiza a cadeira que a optometria ocupa dentro da Organização Mundial da Saúde, que o *slogan* é: "A optometria é a primeira barreira contra a cegueira evitável no mundo", não desconsiderando o trabalho da oftalmologia. O avaliador primário é o que vai a campo verificar e vai remeter para o processo de complexidade que os doutores em Oftalmologia atuem.

Então, nós não somos necessários? Num país que tem no extremo norte – e deve ser o Estado de algum de vocês – um oftalmologista para cada 362 mil habitantes, censo deles. No Centro-Oeste, tem um para cada 64 mil habitantes. Eles estão concentrados dentro dos grandes centros. É bem verdade o que falou o Dr. Paulo. Os optometristas também. Vários deles estão indo ao interior, e muitos não podem exercer sua profissão, embora tenham diploma de dentro da universidade reconhecido pelo Estado que não lhes dá o direito do exercício profissional! Isso é um absurdo!

Aí estão as universidades que ensinam: a Universidade Luterana que iniciou no Brasil; depois, veio a Estácio; a Universidade do Contestado, aqui representada; a Universidade de Braz Cubas e uma autorizada no Maranhão.

Pode passar, por favor.

A Optometria não é só a refração, como foi preconizado aqui; é a atenção primária e acessível.

Passe, por favor.

Aqui, são alguns dados. Não vou estender-me.

Passe, por favor.

Os critérios de encaminhamento: o que se vê, na verdade, pelo espelho não é, na verdade, o que se pode remeter.

Por favor.

Maior do que a convicção do direito que temos é a certeza da falta que fazemos. Isso está aqui no art. 5º da Constituição, inciso XIII, que diz que é livre para mim o exercício da profissão, o seu reconhecimento. E a minha formação? Vamos jogá-la no lixo?

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT. *Fazendo soar a campainha*.) – Essas manifestações não são permitidas aqui regimentalmente. Mas este é um espaço democrático.

Como está encerrada a fase de exposição dos senhores convidados, pela ordem, vou conceder a palavra ao Sr. Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente Jayme, sei que, nas audiências públicas, existe a praxe de que o primeiro a fazer uso da palavra é o proponente, enfim, por ordem de inscrição.

Eu gostaria de solicitar a V. Exª e aos demais companheiros, ilustres Senadores, a possibilidade de fazer essa minha manifestação primeiro, uma vez que tenho uma audiência no Ministério da Saúde e não gostaria de sair daqui sem externar meu posicionamento a respeito do assunto, que acho muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Antes de mais nada, quero agradecer aos ilustres convidados.

Na ordem de inscrição, temos aqui o Senador Casildo Maldaner.

Consulto V. Exª, diante da observação feita pelo Senador Paulo Davim, se permite que ele seja o primeiro orador na lista. Após ele, viria V. Exª. Se V. Exª abrir mão, com certeza, a Mesa acatará.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida. Estamos aqui para que todos possam expor suas ideias. O Senador Paulo Davim tem toda razão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª permite que eu faça só um complemento?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Que façamos um bloco de quatro Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito, por quatro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos fazer o debate bem amplo, até para dirimir algumas dúvidas, sobretudo sobre os números. Os números são muito importantes aqui – não é Moka? – para sabermos aqui a verdade.

Pela ordem de inscrição, Senador Paulo Davim.

V. Exª, regimentalmente, tem três minutos para fazer as suas indagações.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Cumprirei rigorosamente o tempo.

Quero, primeiro, saudar todos que estão na Mesa, colegas oftalmologistas, os optometristas, parabenizar o Presidente e todos os que estão presentes para acompanhar esse debate que acho extremamente importante, pertinente, para o momento.

Quero dizer que não vou entrar na cercania da discussão. Acho que é uma discussão epistemológica: vamos discutir o âmago, porque, se formos discutir, o contexto e a carência vou justificar a criação de várias profissões. Por exemplo, já que a hipertensão é muito frequente, vou defender o hipertensiologista.

Vou me reportar ao século passado quando existia carência de advogados e havia a figura do rábula, que fazia tribunal de júri. Não é bem por aí. Acho que a formação profissional, cada vez mais, pelo primor, pela qualificação do profissional formado... Como foi colocado aqui, apenas no primeiro ano de residência médica, o profissional tem mais de duas mil horas. Não consigo entender, compreender, nem defender, que o profissional com um pouco mais de três mil horas vá trabalhar com um órgão tão importante como a visão. Aqui foi dito que os olhos são a janela da alma.

Outra coisa: a Medicina moderna tem de ser vista de uma maneira holística. Então, como eu vou diagnosticar distúrbio metabólico sem conhecer os distúrbios metabólicos? Como eu vou diagnosticar as lesões neurológicas, hipertensão intracraniana, processo expansivo cerebral, que dá repercussão na retina, que você pode diagnosticar pelo simples exame, se você não conhece? A diabetes, a hipertensão, enfim, é um conglomerado de patologias que têm repercussão direta na visão.

Então, acho que esse profissional que trabalha com esse órgão, com esse sentido, que é a visão, tem que ser bem qualificado. Eu não acho que haja necessidade de criarmos outra profissão. Acho que o oftalmologista é bem preparado, sim. A gente tem que ter coragem moral para dizer isso. Eu não levaria o meu filho, com problema de doença, que não fosse a um oftalmologista. Quero saber quem tem coragem de ter um filho, uma criança, com problema de visão e que não procure um oftalmologista! Eu levo ao oftalmologista e, de preferência, o melhor. Se eu não quero para mim, não quero para os outros.

Então, acho que essa discussão não se pode perder numa discussão estéril. Vamos discutir grade curricular, vamos discutir qualificação, vamos discutir competência. Não vamos nos perder nos números, porque essa é a realidade do SUS, é a realidade da saúde pública no Brasil. Vai melhorar, sim. O Brasil não precisa mais de médico; o Brasil é vice-campeão mundial de escolas médicas. E não precisamos mais de outros profissionais para ocuparem espaço em função desse contexto difícil que a saúde pública do Brasil atravessa. Eu acho, sim, que temos... Aliás, a Oftalmologia do Brasil é uma das melhores do mundo! É um profissional bem qualificado, temos suficientes, e acho que é necessária uma política pública de interiorização dos profissionais, e não vir com arremedos; criar profissionais, fatiar as especialidades. A Cardiologia não precisa do hipertensiologista, que não existe e nem vai existir. A gente tem de ter um profissional completo, até porque as doenças estão imbricadas, estão juntas. Não existe uma doença que não dê repercussão em órgãos a distância. Dá, sim. Até a síndrome de imunodeficiência pode ser diagnosticada com um simples exame de vista.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a minha posição, e acho que a gente não pode empanar a verdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao valoroso e competente Senador Paulo Davim e, na ordem de inscrição, chamo o ilustre Senador Casildo Maldaner. V. Exª, regimentalmente, tem três minutos. Evidentemente, com a Mesa permitindo, até por ser também um dos autores do requerimento, pelo menos mais dois minutos; ou seja, cinco minutos, se for o caso. Imagino que não vai ter necessidade. De qualquer forma, V. Exª tem essa garantia assegurada pela Mesa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Jayme Campos, nobres colegas, senhores convidados, fui procurado pelo Senador Lindbergh há um certo tempo perguntando se poderia subscrever com ele uma audiência pública sobre este tema, de optometristas, e também convidando oftalmologistas, porque é um quadro que está aí por ser debatido no Brasil. E eu, não só porque no meu Estado, Santa Catarina, existe a Universidade do Contestado, que trata de optometria – não só por isso –, mas é uma questão que ouço desde o outro mandato. Desde a época em que era governador do meu Estado, esse tema se debatia; quando eu estava na Câmara. "Por que não, Senador Lindbergh, vamos subscrever isso". Acho que o debate democrático é importante para todos nós.

Acho que ele faz bem entre os oftalmologistas – tenho vários amigos no meu Estado, Santa Catarina, até com quem trato dos meus olhos, da minha vista – e para ouvirmos também os optometristas, um debate bem franco. Eu acho que isso faz bem para todos nós. Aliás, esta Casa é para isto: temos de ouvir, sentir, nos questionar, sem paixões.

Claro que o Senador Paulo Davim, como médico... Mas não por isso. Acho que ele deve estar atuando não só como médico, mas é convencido de que a tese é essa; é um direito.

Não podemos aqui formatar o corporativismo. Temos de pensar no todo. Essa é a responsabilidade pela qual estamos investidos, de sentirmos, ouvirmos

e debatermos essa questão, para que tenha as suas reflexões em todos os sentidos.

Eu me pergunto, e aí fico debatendo "Não pode, não é preciso...", começo a ouvir, alguns defendem a tese. Eu ouvi aqui alguns da área da optometria, que atua no campo da prevenção, no campo da percepção visual. A optometria não entra na questão ocular, do olho e, sim, da percepção.

Ouvi alguém dizer da carga de 11 anos – alguém falou – para formar o médico oftalmologista, e a optometria leva cinco anos. Aí, alguém me trouxe aqui uma estatística de que o oftalmologista tem 30 horas de refração – não sou da área, minha área não é essa –, e o optometrista, embora cinco anos apenas, tem três mil horas de refração. Por isso, é interessante o debate. Estou vendo que alguns balançam a cabeça, discordando, e outros profissionais fazem o consentimento. Acho que esse debate é interessante para nós.

Eu questiono também que, no Japão, são dez mil pessoas para um oftalmologista; no Brasil, mais ou menos a mesma coisa. A Senadora Vanessa também já levantou a questão e outro oftalmologista, o Dr. Pedro, se não me engana, levanta que é um oftalmologista para 74 mil – quem sabe isso seja na saúde pública. E aí estamos sentindo que há distorções. Como é que nós vamos...

Eu me questiono, até para ficar dentro do prazo, porque os colegas aqui vão debater: na clandestinidade, acho que não pode estar, porque o Estado brasileiro autorizou a funcionar a universidade de optometria não só do Contestado, em Santa Catarina, como outras três ou quatro no Brasil. Como o Estado brasileiro, através do Ministério da Educação ou coisa que o valha, chegou a autorizar a criação da universidade, a permitir? Isso na sua gênese, lá no começo, por que isso? O Estado brasileiro reconheceu isso. Alguma coisa está havendo que não vai bem. Nós precisamos questionar isso. Pode ou não pode atuar na prevenção em sintonia com os profissionais da Oftalmologia? Quer dizer, na percepção das crianças, das pessoas em lugares mais distantes do Brasil, quer dizer na prevenção é possível isso? É possível chegarmos a um consenso? E, no momento em que descobrir que o negócio é mais patologia, precisa encaminhar para um profissional? "Vamos, olha, tem um profissional aqui; aqui só temos um para 70 mil pessoas, mas é possível...".

Eu sei que no oeste catarinense, quando era menino, quando vinha o oftalmologista à cidade menor, era uma novidade. Marcava-se dois três meses antes. Anunciava-se, como quando vinha o bispo antigamente fazer a crisma. Levava às vezes um ano para chegar o bispo. E as pessoas quando viam o bispo, nossos caboclos na fronteira com a Argentina, no oeste, chegavam e perguntavam ao bispo, tirando o chapéu etc., isso depois de quase meio ano esperando – vinham a cavalo, a pé, ou de carroça: "Como vai o bispo? A dona bispa e seus bispinhos como vão?" O maior respeito! O oftalmologista, numa época, era considerado também dessa forma... Claro que hoje não...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como tratavam também o Governador Casildo na época.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas isso são questões.... Na época do Império até era diferente, isso era novidade. Hoje, nós precisamos ver se é possível, entre os oftalmologistas e os optometristas, fazer um trabalho em sintonia, uns no campo da prevenção e, aí, chegar e passar para a frente, na hora em que a coisa tem de ser mais clínica, do olho.

Trago isso com muita transparência. Quero, assim, com o maior respeito, colocar para a clarividência, para o debate. Acho que são questões... Por que não debater isso? Há tantos temas no Brasil que precisamos debater. É um tema que vem à baila e estamos aqui para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Casildo Maldaner.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Exª tem três minutos, mas poderemos protelá-los por mais um minuto.

Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, obrigada, Presidente, Senador Jayme Campos.

Quero cumprimentar todos os nossos convidados, tanto os oftalmologistas quanto os optometristas, assim como aqueles e aquelas que participam conosco desta audiência.

Quero dizer, Dr. Paulo, que eu estava na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados quando realizamos também debates muito importantes a respeito da matéria. Até conversei com a Drª Patricia, que me procurou para debater o assunto, e disse a ela que eu já tinha uma opinião, mas que estava aberta ao diálogo, porque acho que a vida é um eterno e permanente aprendizado. Não quero ser jamais a dona da verdade, mas tenho algumas opiniões formuladas a partir de debates exatamente como este que nós estamos tendo aqui.

Então, em primeiro lugar, quero dizer que me sinto isenta. Acho que um debate como este não deve ser um debate eivado de paixões e, sim, eivado de conhecimentos e questões técnicas. É óbvio que compreendo alguns médicos que falam com muita paixão, mas falam com paixão calçados também em dados

que têm, em opiniões técnico-científicas, em relatos técnicos e científicos.

Mas eu me sinto com muita isenção neste debate porque não sou médica; não sou oftalmologista, sou farmacêutica. E temos algumas pendências, até hoje, com os profissionais médicos – o Dr. Cid riu –, temos algumas pendências. Não que queiramos prescrever – jamais, jamais, jamais, jamais! Temos algumas pendências em relação, por exemplo, à atuação dos farmacêuticos bioquímicos no ato de praticar exames de patologia. Mas isso nós vamos resolver mais ali adiante, inclusive com a participação do Dr. Eleuses, que disse que a negociação está indo muito bem. Mas jamais eu viria aqui dizer que o farmacêutico deva prescrever, porque não é essa a formação, não é esse o objetivo da nossa profissão. Jamais!

Então, Sr. Presidente, quero dizer, em primeiro lugar, que precisamos debater dois aspectos: um é o atendimento à população e o outro é, tecnicamente, sim, em que poderia vir a contribuir, na regulamentação da profissão, a ampliação das atividades do optometrista até chegar ao ponto, como diz o projeto de lei no parágrafo único do art. 2º, de, além de pesquisar e tal, de promover, prevenir, avaliar e atuar na reabilitação na área da saúde visual. Para mim, esse é o oftalmologista e não o optometrista. Para mim, isso que está aqui na lei é atividade do oftalmologista.

Mas há mais porque se diz aqui: "O exercício de profissão do optometrista é privativo dos portadores de diploma ou de curso congênere estrangeiro" – que é desnecessário, porque a validação de cursos estrangeiros não é para oftalmologistas mas para médicos, depois que se discute a especialidade. É para médicos, depois se discute a especialidade. E aqui se fala das atribuições de profissionais: "Privativamente, responsabilizar-se por consultórios, clínicas e departamentos que ofereçam exclusivamente serviços de optometria."

Mas, se o serviço de optometria é este de promover, de prevenir, Senador Casildo Maldaner, avaliar, reabilitar na área da saúde visual, o que vai caber aos oftalmologistas? O que vai caber aos oftalmologistas?

Então, além de eu perceber que há muito problema técnico no projeto de lei, nós temos uma outra questão. Não concordo com aquele *slide* colocado: o otorrino está para o oftalmologista. São atribuições completamente diferenciadas. Eu me consulto, eu me trato com o otorrino e me trato com fonoaudiólogo. Aliás. Fiz uma operação de corda vocal. São questões completamente diferentes. Um não invade a atribuição do outro. Mas não é o que diz aqui nem o que quer o optometrista. O optometrista quer ter o poder de avaliar a saúde visual no básico. Para mim, está muito claro que, para você avaliar doenças mais graves – e os médicos colocaram aqui –, é preciso passar por essa avaliação primária, ou então você não tem como detectar aquela mais profunda.

Ontem eu conversava com o Presidente do Inca, que foi ao meu gabinete porque eu tenho um projeto muito polêmico, aprovado já numa comissão, que obriga o Estado a garantir às mulheres a vacina do HPV. Foram todos ao meu gabinete, com a metade do Ministério da Saúde. E ele me dizia do problema técnico do tratamento com a mamografia. Por que até aos 30 anos não se faz monografia? Por densidade, por uma série de questões técnicas.

Eu acho que, do ponto de vista técnico, seria uma grande irresponsabilidade nossa aprovar o projeto como ele está. Não em relação aos médicos oftalmologistas, com os quais eu tenho muitas pendências e vou já colocá-las rapidamente, Senador Jayme, mas para aqueles que olham a saúde da população. Acho que não dá. Eu acho que o optometrista pode cuidar, tecnicamente, de uma ótica, tratar de ver a lente. Essa é minha opinião. E digo: não é a primeira que debato e não sou médica, sou farmacêutica. E iria mais longe. Nós não vamos resolver. Não adianta querer vir aqui falar do problema de que são poucos os oftalmologistas. Não é com os optometristas que nós vamos resolver, porque aí temos que entrar em outro ponto que é crucial.

Eu já vi alguém levantar aqui: questionam a possibilidade de o optometrista ser o próprio proprietário da ótica. E por que não questionam a do oftalmologista? Vamos questionar. Mas aqui, na lei, não há nada que impeça isso. Não há nada que impeça. Então, é onde a maioria dos técnicos em optometria atua hoje. Está dito na lei que eles terão quatro anos para se formar. Então, eles vão abrir mão das suas propriedades ou do seu trabalho para virar o quê? O que eles seriam? Médicos optometristas? Não está claro para mim. Seriam médicos optometristas? Para mim não está claro.

Por fim, sobre o número de profissionais, os senhores mesmos reconheceram. Eu acho que esse não é um problema restrito aos oftalmologistas nem aos optometristas. Esse é um problema que também não é restrito aos médicos brasileiros, nem aos farmacêuticos bioquímicos. Esse é um problema social que nós precisamos trabalhar, a saúde pública tem que trabalhar. É assim com os advogados, é assim com os cardiologistas, com os oftalmologistas, com os farmacêuticos. Eles se concentram onde se concentra o capital. Nós temos que ter a coragem de enfrentar.

E aí nós precisamos enfrentar, Dr. Max, dizendo o seguinte: não há oftalmologistas suficientes no Brasil na rede pública. Não há. Se são 74 mil por um, não sei, mas que não há, não há. No meu Estado, a

estatística dá 38 mil habitantes por oftamologista. E quantos desses estão na rede pública? Muito poucos. É um absurdo andar por este Brasil e ver gente que convive quatro, cincos anos, cego, por catarata. Por catarata! Mas esse é outro problema que nós não vamos resolver aqui.

Por fim, eu quero, com muita tranquilidade, dizer que acho que nós precisamos regulamentar a profissão de optometrista, mas não com ela tendo a possibilidade de atuar no exame, na análise que, em minha opinião, tem de ser restrita ao profissional médico. Tem de ser restrita, em defesa da saúde da população. Obrigada e desculpa, Presidente Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa.

Até por ser o Relator da matéria, ele quer ser o último a fazer a sua indagação e solicitou à Presidência que fosse o último dos inscritos, ou seja, do primeiro passou a ser o último. V. Exª, se quiser trocar, imagino que...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, era só uma questão de respeitar o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem cinco minutos para fazer as suas indagações, caro amigo Senador Waldemir Moka. Cinco minutos. Por favor, o relógio.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente Jayme Campos, senhores que aqui debateram o tema, os quais não vou citar até por economia do tempo. Engraçado, a Vanessa até falou: "Eu sou isenta, porque não sou médica". É verdade. Eu sou médico. Na verdade, eu costumo dizer que médico é quem está atendendo, que está no consultório, que está no hospital. Eu sou formado em Medicina e tenho tanto respeito pela profissão que se me perguntarem: "V. Exª é médico?". Não, eu sou formado em Medicina, mas não estou atuando. Não vou deixar de ser médico nunca porque você sempre acaba atendendo aonde você vai, infelizmente.

Mas eu quero deixar claro que isto tem um erro de origem: como é que vamos liberar cursos por este País sem regulamentar a profissão? Isso me preocupa, Casildo. Aí depois fica um monte de jovens, de profissionais, com essa...

Paulo Bauer, desculpe-me, V. Exª que foi Secretário de Educação, eu acho que essas coisas têm um erro de origem. O País, antes de formar profissionais, tem que ter... Os optometristas vão atuar onde? E a Senadora Vanessa tem razão, a proposta aqui, o plano aqui, o projeto é muito amplo. Vocês podem dizer que não vão atuar em conflito com oftalmologista, mas é muito amplo.

A verdade, Senador Jayme, é como se a gente quisesse dizer o seguinte: "Nós vamos resolver o problema de saúde pública no País e vamos ter que colocar mais gente atendendo". Mas nós não podemos fazer isso em prejuízo da condição, por mais que digam: "Os técnicos são formados, são...", mas evidentemente que isso não vai substituir um profissional oftalmologista, não tem como. E a preocupação de vocês é assim: "Olha a estatística. Atendemos, tantos não apresentavam patologia..." E quem afiança isso? É o optometrista que vai dizer: "Não, ele não tem patologia..." Como? Você não tem formação para fazer diagnóstico. E se tiver? Quem vai ser o responsável por isso? É diferente. É claro que qualquer um pode se enganar e, evidentemente, não dar o diagnóstico correto, mas a chance de isso acontecer com alguém que tem uma formação que é hipossuficiente, na minha avaliação, para fazer diagnóstico é muito maior, é muito maior.

Não quero, absolutamente, aqui ser aquele que vai... Não tenho esta posição de querer, absolutamente, subestimar a formação técnica de ninguém, mas não tem como fazer isso.

Então, não acho que colocar optometrista no País, no interior... Vamos substituir... Não vamos substituir. E não é por aí. Nós vamos ter que fazer com que essa questão de oftalmologista... Primeiro, nós temos que melhorar a distribuição dos médicos no País, e isso é um problema. Já discutimos isso. O governo pode ajudar nisto: com a concessão de bolsas. Vamos fazer com que essas bolsas sejam concedidas em regiões onde a densidade médica por habitante é menor.

Então, com muita tranqüilidade, Senador Jayme, não por ser médico, mas conscientemente eu não posso votar a favor de um projeto que pretende dar um alcance tão amplo, na minha avaliação, a um técnico, com curso superior, mas técnico, numa área em que eu tenho certeza de que o prejuízo da população – é o que o Senador Paulo falou: "Será que um de nós que apresentarmos qualquer disfunção visual, qualquer alteração, vai a um optometrista ou a um oftalmologista?" O que vai acontecer, Sr. Presidente? A população mais carente é que vai ficar restrita a esse tipo de atendimento.

Eu acho que é muito cômodo dizer que nós vamos resolver, vamos prevenir a questão de toda essa área de saúde se nós tivermos... Não acho que seja por aí. Acho que temos que investir realmente, melhorar a distribuição de médico e, se for o caso. Não acho que a quantidade de oftalmologista seja demasiada. O que nós precisamos fazer é melhorar a distribuição desses profissionais nas várias regiões brasileiras.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka e, na ordem de inscrição, eu concedo a palavra ao ilustre Senador Ciro Miranda. V. Exª tem três minutos, prorrogáveis por mais dois, se for o caso. Mas, desde já, procure cumprir os três.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Jayme, serei rigoroso com o tempo.

Srs. Convidados, Srªs e Srs. Senadores, também me sinto numa situação privilegiada, como a Senadora Vanessa, porque não sou médico nem técnico e sou apenas administrador de empresa. Então, vou falar o que sinto e o que estou vendo e o que estou lendo.

A preocupação é a mesma, é a origem. O Brasil peca nessa origem. Vejam os senhores, eu estou sendo procurado hoje, por exemplo, pelas psicólogas, que querem regulamentar o curso de Psicopedagogia. Então, faz-se o curso de Pedagogia, faz-se mais um acerto ali e vira psicóloga. A Enfermagem quer, hoje, prescrever.

Nós estamos entrando numa seara muito perigosa. Tem aí o Ato 10, que eu acho que a gente tem que dar uma atenção muito grande dentro da Medicina, porque está distorcida essa realidade. Os senhores da optometria me perdoem, mas esse projeto avança. Vocês querem ter o diploma de médico. Então, faz o seguinte: façam uma reciclagem, voltam e vão complementar os seis, sete anos que lhes faltam, pelo que estou sentindo, como está o projeto.

Eu acho que nós temos necessidades... Temos necessidade, sim, principalmente nos interiores nossos, nos rincões, mas isto a Oftalmologia que tem que resolver e sabe como resolver e tem instrumento para isso. Se não me engano, Dr. Marcos, os senhores têm hoje 17 mil oftalmologistas...

O SR. MARCOS ÁVILA – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom; temos 33 mil ópticas. Então, a gente tem que ter um pouquinho... Não sou contra, mas não da maneira que está. Eu acho que tem que regulamentar, sim, a profissão mas resguardar os limites. Eu acho que é uma coisa muita séria que nós estamos ouvindo aqui e das conseqüências. Não é pura e simplesmente... a oftalmologia, nas camadas mais simples, tem aquele exame de vista: põe as letrinhas ali, ta, ta, ta... pra frente, melhorou, pronto. Está aqui... não. Tem conseqüências que os senhores já expuseram.

Então, eu acho que isso tem que... esse projeto eu não aceito e não voto nele, Sr. Presidente, desta maneira como ele está e recrimino a origem, como disse o Senador Moka... e o Senador Maldaner. A origem... e como isso acontece? Vocês conseguem curso, vem a frustração do jovem depois, porque não vai conseguir regulamentar uma profissão desta maneira e como ela foi... os senhores nos deram faculdades aí que ainda estão muito longe de uma realidade.

Eu estou... o senhor me perdoe, o senhor está me falando da Colômbia, mas eu não vi ninguém na França fazendo isso ainda, certo? Não tem... regulamentada desse jeito, com esses poderes, não, não. Não tem esses poderes, não é? Vamos falar dos grandes centros.

Então, eu só queria colocar esta preocupação, sem deixar vocês de regulamentar, mas dentro daquilo que realmente vocês estão capacitados.

Era isso que eu tinha...

E agradeço, Senador Jayme, pelo minuto a mais de tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro Miranda.

Pela ordem de inscrição, a ilustre querida amiga Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Jayme Campos, pelo trabalho.

Estamos encerrando com essa audiência pública um semestre extremamente produtivo nesta Casa. Eu estou começando agora, tendo um aprendizado muito grande com meus colegas médicos, não médicos, advogados, empresários, professores, enfim, é um aprendizado diário.

Com algumas dúvidas fiquei a partir desta exposição, como já foi salientado por todos os colegas, pela Vanessa, pelo Casildo, que é uma das minhas preocupações: por que, não existindo a regulamentação, o MEC autoriza o curso? Então, isso é um erro de autoridade responsável para fazer isso. Então, é uma cobrança que devemos fazer, inclusive, ao ministério. Primeiro ponto.

Segundo ponto. Também estou na área de ensino e gostaria de indagar à Drª Patrícia o seguinte: os quatros cursos que foram mencionados aqui são de instituições particulares, nenhuma pública. Isso me levanta uma dúvida: por que só instituições particulares, que cobram mensalidades, fazem este curso? Então, essa é a minha preocupação.

Acredito na percepção...em todas as declarações da área médica, dos depoimentos dos médicos em relação a essa questão e me chamou a atenção a observação feita pelo Dr. Paulo Augusto a respeito do glaucoma, que é uma doença muito séria. E, além do glaucoma, como disse o Dr. Elisabeto, são 2.723 doenças oculares. Essa categoria que quer ser reconhecida pode com esse aparelho fazer a detecção de uma doença dessa gravidade?

Então, não é possível ao paciente que vai ser atendido correr o risco, como foi a cirurgia que ele lembrou, em que quase perdeu a visão por conta de um erro de avaliação sobre essa questão.

A questão básica, também, aqui diz respeito, me pareceu, a estabelecer dois níveis de qualidade de serviço à população: um baixo e um alto. Um preliminar e um essencial e necessário. Isso não faz uma justiça social se agravar,em termos de atendimento médico? Porque o coitado do brasileiro, que tem o serviço de saúde, o SUS – que a idéia é muito boa, mas o efeito e o resultado é ruim para a população. Para marcar uma consulta, em qualquer especialidade, em qualquer uma – não precisa ser de oftalmologista – é uma novela. Então, se a gente partir para deteriorar ainda mais a qualidade do serviço, nós estamos criando duas classes de atendimento: uma classe de má qualidade ou ineficiente e uma classe de boa qualidade para os outros.

O que é que o SUS está fazendo para a oftalmologia? Eu queria saber: o que o SUS faz é suficiente? Quais providências necessárias deveriam ser tomadas no SUS para que a oftalmologia fosse mais universalizada para os brasileiros nos dias de hoje?

Também outra questão: sobre a especialidade mesma... E outra, final: o Dr. Pedro se apresentou – acredito que seja médico – numa posição divergente das entidades médicas. Então, eu queria saber por que ele assume essa posição, qual é a razão disto, porque aqui estão as entidades oficialmente reconhecidas no País para representar a categoria da área médica, como conselho federal, como associação médica, como todas as entidades que estão representadas. Seria uma espécie de OAB aqui, então não teria nenhum advogado sem curso ou sem ter prestado curso à OAB poderia exercer a advogacia. Então, essa questão me chamou a atenção.

São essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia e, na ordem de inscrição, o ilustre Senador Paulo Bauer. V. Exª tem três minutos e mais um minuto para conclusão das suas indagações.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado.

Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, me permitam fazer a leitura de um trecho muito curto de uma mensagem que recebi ontem de um empresário da cidade de Jaraguá do Sul que é vizinho de meus pais e é uma pessoa de bem, um homem sério, trabalhador e que tem um negócio nesse ramo de atividades que é relacionado à oftalmologia.

Senador, quando houve audiência pública na Câmara dos Deputados, Paulo Bauer era Deputado Federal. Visitei-o pessoalmente e fui muito bem acolhido pelo senhor em seu gabinete, mas sua ausência na Audiência Pública da Optometria e sua presença na Audiência Pública da Oftalmologia não repercutiu bem na nossa classe profissional.

Ele é optometrista e tem um ótica e eu ganho voto de oftalmologista e de dono de ótica também. Eu ganho voto de quem tem problema nos olhos e usa óculos, como eu, e de quem não tem.

Os senhores nos colocaram numa situação muito difícil: temos que decidir algo, às vezes sem entender completamente, detalhadamente do assunto. Disse bem o Senador Moka, o problema talvez esteja na origem, por se ter criado a faculdade. Disse bem o Senador Casildo: nós catarinenses temos muito orgulho da nossa Universidade do Contestado, que tem o curso optometria, porque não só o de optometria é bom como todos os outros são de excelente qualidade.

Eu me pergunto, às vezes, se não deveríamos ampliar a discussão e chamar aqui todos os ortopedistas do Brasil e perguntar a eles o que eles nos dizem a respeito das lojas de sapatos, que vendem sapatos a vida inteira, sem que nenhum dono de loja de sapato entenda da questão relacionada à ortopedia. Certamente muitas colunas no Brasil estão danificadas, já numa fase mais adiantada da vida, porque lá na hora de vender o tênis ou o sapato não se prestou atenção a nenhum conceito básico e elementar de saúde ou de necessidades.

É uma questão complexa. Eu conheço muitos optometristas que por zelo, por seriedade, por responsabilidade, obviamente vão atender o seu cliente oferecendo a ele um produto para que ele enxergue, se é esse o conceito que eu possa aqui externar, de forma simplista. Eu também conheço oftalmologistas renomados, e no eu Estado até devo a uma das mais conceituadas do Brasil, que é a Drª Cleusa Coral-Ghanem, a oportunidade de ter feito, no meu Estado, talvez a maior ação em favor da visão que alguém já pode fazer. Foi dela a sugestão para que eu, como Secretário da Educação em 1991, fizesse o maior programa que já se pode realizar em Santa Catarina em favor da visão. Fizemos teste de acuidade visual em todos os alunos da rede pública estadual e encaminhamos todos os alunos que precisassem de consulta aos oftalmologistas. E demos, pelo Estado, óculos de graça a todas as crianças. Eu pude repetir essa façanha, eu diria que infelizmente ela assim pode ser chamada pela sua grandiosidade, embora não seja façanha do ponto de vista de política pública, mas repetimos isso agora quando fui secretário novamente e posso atestar

a todos que efetivamente sem visão não tem aprovação na escola. É fundamental que tenhamos crianças com visão total para o aproveitamento integral de todos os conhecimentos que lhes são passados na escola.

Agora, eu não sou contra os oftalmologistas, de forma alguma, mas também não posso ser contra o optometrista. Talvez a gente precisasse ajustar alguma coisa, como bem disse aqui a Senadora Vanessa, como disse o nosso querido amigo Senador de Goiás, Cyro Miranda, para deixar um pouco mais definido, mas precisaríamos ter, se me permitem uma sugestão de leigo no assunto, um entendimento entre os dois setores, para que um soubesse o que cabe a ele fazer e o outro aceitasse essa participação, assim como o meu irmão, que é cirurgião cardíaco precisa do cardiologista e dele não pode prescindir; assim como o médico clínico geral eventualmente precisa de um nutricionista ou até de um professor de educação física para reabilitação de alguém.

Enfim, eu queria muito que a gente pudesse chegar a um entendimento entre o setor para que nós Senadores não tivéssemos que receber mensagens queridas, honestas, iguais àquela que li aqui no início das minhas palavras.

Tenho certeza de que os doutores e os profissionais poderão fazer muito pelo Brasil, nas suas óticas, no atendimento aos clientes e no encaminhamento dos casos que efetivamente precisam de tratamento, não que eles possam julgar quem precisa ou não, porque nunca terão competência apara isso, mas eles poderão identificar, melhor que um leigo, se efetivamente aquele cidadão, aquela criança, aquela pessoa tem alguma deficiência que não possa ser corrigida com uma simples entrega de uns óculos de grau para ela.

Como disse aqui o Senador que me antecedeu, eu não levaria o meu filho a um optometrista, se eu tivesse a capacidade de identificar que ele tem algo que lhe prejudique a visão, eu o levaria a um oftalmologista. Mas muitos pais não são como eu. Muitos pais acham que entrar na ótica resolve o problema. E eu posso lhe dizer, no Brasil afora conhecemos muitos casos em que óticas entregam óculos a pessoas que lá comparecem sem dar nenhuma recomendação e, às vezes, sem conhecer absolutamente nada do assunto. E simplesmente quando a senhorinha diz que passou a enxergar, consideram o problema resolvido. Esse também é um problema que temos que encarar.

Então, se não faço nenhuma pergunta, estou muito satisfeito com tudo que ouvi. Não pude ouvir a explanação dos professores lá da Universidade de Santa Catarina, mas quero poder receber daqui uns dias um *e-mail* diferente que diga assim: viva a oftalmologia, viva os nossos olhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Bauer.

A Mesa, em resposta à consulta da Senadora Vanessa Grazziotin, informa que, segundo o Conselho Federal de Medicina, existem no Brasil 7.021 oftalmologistas ativos em 2011. Temos 7 mil profissionais da área de oftalmologia.

Para concluir a fase de indagação, concedo a palavra ao ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, como Relator da matéria, para fazer a sua indagação.

Antes da conclusão das palavras do Senador Mozarildo, vou fazer aqui uma proposta aos nossos Senadores e Senadoras.

A Senadora está dizendo que a cada 27 mil habitantes nós temos um profissional.

Faço uma proposta aqui, diante das várias indagações e questionamentos, acho que seria de bom alvitre, para não prolongarmos muito, um representante dos optometristas falaria e um representante dos oftalmologistas falaria para responder às indagações e aos questionamentos feitos pelos ilustres Senadores aqui presentes.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, neste caso, como sou Relator, peço para falar depois dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho que não vai precisar. Temos que concluir a fase. V. Exª, com a sua maestria...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Só quero dizer que independentemente do que eles vão falar eu, como Relator, vou-me aprofundar mais ainda nesta questão, com as informações que tenho, vou resgatar aquelas que eu não pude ouvir e vou me aprofundar para dar um relatório que seja condizente.

Quero dizer que sou médico, mas não exerço a medicina já há algumas décadas, exerci durante 15 anos, mas estou preocupado mesmo é com a saúde do cidadão e da cidadã.

O meu relatório não vai ter eiva de ser para a classe médica, vou me preocupar com o fato de que o pobre tem que ter um serviço de baixa qualidade. É com isso que vou me preocupar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Acho que a tese do Senador Mozarildo Cavalcanti de se isentar neste momento para ouvir a Mesa, ouvir o questionamento que fizemos é interessante. Ele está-se colocando numa isenção, e acho que é fundamental, até porque ele vem de um Estado inclusive que, pela

estatística, tem poucos oftalmologistas por habitantes. Acho que essa isenção dele é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem toda razão, até porque, como Relator da matéria, não poderia antecipar o voto.

Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti pela feliz iniciativa de só relatar após as indagações que estão sendo feitas.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se fosse possível, chegou aqui uma sugestão, em função dos questionamentos, de ambos os lados, nem que se diminua o tempo, dois oftalmologistas e dois optometristas, ou vice-versa, optometristas e oftalmologistas, só para poder englobar o questionamento, porque às vezes o optometrista é de uma área, o oftalmologista é de outra. Em função dos questionamentos, nem que reduza o tempo, acho que as respostas seriam mais gerais para nós, que questionamos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Está encerrada a fase da exposição.

Diante do pleito feito pelo Senador Casildo, acho que nenhum Senador há de se opor. Essa é uma decisão da Mesa; todavia, levo ao conhecimento do plenário.

Se as Srªs e os Srs. Senadores concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a sugestão de V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigada a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concluída a fase de indagações, consulto... Do lado dos optometristas duas pessoas vão falar, assim como duas pessoas vão falar do lado dos oftalmologistas. Só que temos de cumprir o tempo literalmente. Fala um para cá e outro para lá, um pela direita e outro pela esquerda. Vamos iniciar pelo lado da direita. Os optometristas vão falar por cinco minutos.

Quem seria? (*Pausa.*) O Sr. José Luís vai falar primeiro.

O SR. JOSÉ LUIS MUÑOZ ESCOBAR – Senadores, muito obrigado pela oportunidade.

Quero que fique bem claro que nossa intenção não é fazer oftalmologia. Temos aqui, inclusive, a Drª Isabel, que é oftalmologista, é aluna nossa, faz curso de optometria, conhece o curso de optometria lá em Santa Catarina; ela nos acompanha no dia de hoje aqui, que pode dar fé de que não ensinamos oftalmologia, ensinamos optometria.

Agora, é impossível ensinar optometria por tudo que vocês mesmos têm falado, que não podemos deixar passar um diagnóstico, uma patologia, porque é imprescindível para o paciente que tenhamos essa carga horária, esse conhecimento. Escuto às vezes aqui uma situação de juízo no sentido de que não temos a preparação. A minha preocupação é saber: por que não olhamos primeiro essa preparação?

Veja, nós temos uma clínica de optometria hoje em Canoinhas e levamos dez anos. Nesses dez anos suplicamos, e hoje, que estou aqui junto com o pessoal da oftalmologia, volto a fazer essa súplica para vocês, senhores, de um oftalmologista que queira trabalhar conosco lá, dois. Nós queremos professores oftalmologistas lá, só que eles não vão e não sei o porquê, mas temos pessoas que conhecem a fundamentação do nosso curso.

Veja, falaram do erro médico do glaucoma. A Senadora fazia o questionamento do glaucoma.

Senadora, o glaucoma é uma doença tão complexa, é uma doença neurológica tão complexa que o único jeito de poder ter um diagnóstico certo é através de dois testes, um deles de alto padrão, que é a tomografia de coerência ótica, e um campo visual. Isso não se faz em um protocolo normal de nenhum atendimento optométrico e em nenhum atendimento oftalmológico. É através da anamnese, de questionamento e análise dos sinais e sintomas, que podemos chegar a suspeitar do que esse paciente precisa e se encaminhar para o resultado. Nesse material que vocês receberam tem questionamentos de pacientes que foram atendidos.

Ontem, ligou-me uma aluna minha que me disse: professor, uma vizinha minha veio falar que estava sentindo uma dor de cabeça e perda da visão por um olho. Na semana passada, na aula de ortóptica, você falou que com esse sintoma tem-se que encaminhar urgentemente. Mandei para um neurologista porque ela tinha consultado com o clínico geral, que pensou que era sinusite. Mandamos para o neurologista, que a internou e, às 20 horas, estavam fazendo uma cirurgia para um tumor intracraniano. Diagnosticado por quem? Por uma aluna. E não porque ela estava trabalhando, simplesmente porque a vizinha perguntou a ela o que estava acontecendo.

Eu pergunto à população brasileira: será que quatro olhos não enxergam melhor que dois? Se temos mais profissionais mais preparados para atender à população, será que não é necessário isso? Se o conhecimento está sendo dado de uma maneira integral na universidade, não é um conhecimento em que peguei um livro para ler. É onde temos profissionais, e nós suplicamos por trabalhar em equipes multidisciplinares e em nenhum momento falamos para um paciente que a nossa consulta evita a consulta do oftalmologista. Falamos para os nossos pacientes que

no mínimo a cada dois anos eles têm de passar por optometrista e por oftalmologista. Por quê? Porque são diferentes as coisas que fazemos. Em que são iguais? Em que áreas estão muito próximas? Na área patológica porque temos de saber diagnosticar para encaminhar para eles.

Nós não tratamos. Nossa prescrição, quando queremos, e eu falava à Senadora Vanessa que nós só podíamos prescrever óculos, porque com a graduação fazemos o tratamento de alterações, como a baixa visão, como a alteração no sistema acomodativo, do sistema vergencial. Isso não está no protocolo de atendimento de um oftalmologista.

Quem vai se encarregar desses pacientes, dessa população brasileira que precisa de atendimento e que não está entre os protocolos deles? Estamos vendo somente o protocolo que interessa à oftalmologia? Olha, não estamos indo contra eles.

Volto a falar para vocês que a súplica que fazemos a vocês é que queremos um trabalho interdisciplinar e multidisciplinar. Nós não estamos vendendo óculos. Não nos confunda com os ópticos, nossa formação curricular, por favor, antes de tomar uma decisão. Não estamos ensinando a fabricar óculos para optometristas nem a fabricar lentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. José Luiz.

Pela ordem, terá vez para falar em nome dos oftalmologistas o Dr. Paulo Augusto de Melo. Com a palavra V. Exª por cinco minutos.

O SR. PAULO AUGUSTO DE ARRUDA MELO – Bom, problemas isolados, histórias isoladas têm muito pouco valor. Nós temos, por exemplo, o presidente do Sindicato dos Óticos do Rio Grande do Sul, que desenvolveu uma crise de glaucoma agudo estimulada por um optometrista, que, ao fazer a dilatação de pupila, acabou promovendo uma crise de glaucoma agudo. É uma história isolada.

Importante, por exemplo, é o testemunho de Bruce Pive, um epidemiologista preocupado com a saúde pública, que se inteira no cargo mundial, analisando os vários níveis do que acontece. Ele coloca que 90% dos problemas de cegueira acontecem nas regiões menos privilegiadas. Lá também não estão optometristas dos países onde já existe há muitos anos. Lá os optometristas também estão nos centros, onde existe um poder aquisitivo grande da população, onde existe o interesse da venda casada. Essa é a história que acontece nos outros países.

É muito importante lembrar que o número de oftalmologistas registrados no Conselho Federal de Medicina é daqueles que têm títulos, mas todos sabem, inclusive o Dr. Pedro, que pode exercer a oftalmologia médicos sem título de especialistas, registrados no Conselho Federal de Medicina. Nós temos mais 10 mil médicos sem titulação reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina, exercendo a Medicina, que fizeram seis anos de Medicina, mais três anos de curso de especialização, mas não fizeram residência médica, não se credenciaram lá ou até têm condições de se registrar, mas não se registraram. Então, os números estão sendo distorcidos, pegando uma pequena amostra.

O grande problema que existe é o do credenciamento universal. O grande problema que existe, o problema social da refração, o problema da reabilitação visual é um problema que existe dentro do Ministério da Saúde, onde existem poucas verbas para distribuir para a saúde ocular do povo brasileiro. Temos discutido isso insistentemente dentro do Ministério, procurando esse credenciamento universal, onde, aí sim, tendo um plano de carreira, é muito mais fácil a interiorização do médico.

O consenso atual, de 2011, dos oftalmologistas do Brasil, como já afirmei anteriormente na primeira exposição, demonstra que existe uma interiorização do médico, além do Conselho Brasileiro de Oftalmologia ter uma série de atividades e programas sociais, como foi bem colocado pelo Senado, que vai ao encontro ao problema da saúde ocular do povo brasileiro. Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Espero ter transmitido que não é com um novo erro que vamos corrigir uma distorção existente no país.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Dr. Paulo Augusto.

Imagino que vão fazer algumas indagações aqui, já vejo a Ana Amélia preparada. Confesso, particularmente, embora tenha irmãos médicos, sobrinhos médicos, que não sabia que o cidadão poderia registrar, ou seja, fazer a prática da oftalmologia sem ter a residência. Imagino que o próprio CRM deve dar a ele a carteira de profissional, não sei como funciona na prática.

O SR. PAULO AUGUSTO DE ARRUDA MELO – Isso em qualquer área da Medicina. Tendo o diploma de médico, ele pode ser neurocirurgião, cardiologista, dermatologista, oftalmologista.

O SR. CID CÉLIO JAYME CARVALHAES – Sr. Presidente, posso esclarecer, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pode, sim, Senhor.

O SR. CID CÉLIO JAYME CARVALHAES – Sou neurocirurgião, tive a honra de presidir a Sociedade Brasileira de Neurocirurgia de Neurocirurgia. É imprescindível que se tenha o título de especialista e, por um

lapso meu, não tenho registro no Conselho Federal de Medicina como especialista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço essa informação.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Art. 14 aqui.

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – Olha, volto a repetir. Não vim aqui para discutir a oftalmologia. Só lembrando a vocês que o título de especialista é obrigação necessária para poder fazer o concurso e para poder trabalhar no serviço público de saúde.

O SR. PAULO AUGUSTO DE ARRUDA MELO – Não, não.

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – Sim senhor. Mudou agora?

O SR. CID CÉLIO JAYME CARVALHAES – Há um equívoco por parte do doutor. Eu sou médico neurocirurgião aposentado no Ministério da Saúde como neurocirurgião, prestei concurso público e nunca me foi exigido o título de especialista.

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – Agora é exigido, viu?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não está na pauta. Vamos assegurar a palavra para ele aqui, pelo art. 14, para concluirmos e entrarmos na outra fase, Senador.

O SR. PEDRO SILVEIRA GONÇALVES FILHO – Só para terminar, preciso terminar.

Nós temos 7 mil agora que podem prestar concurso para o serviço público de saúde. Por favor, habilitem-se.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª.

Para concluir, mais uma pessoa indicada que vai falar pelos optometristas . Por favor.

O SR. RICARDO BRETAS – Para mim é muito difícil tentar mudar a cabeça de quem já vem com a ideia feita.

Aqui se falaram absurdos, provavelmente porque vocês não têm conhecimento profundo da matéria. Como podem confundir um óptico com um optometrista? Como podem achar que o optometrista quer tirar o lugar do oftalmologista? Vocês estão fazendo confusão com as informações que receberam totalmente distorcidas.

O optometrista é o avaliador primário do processo. Quando ele atua e encontra o projeto de uma patologia, ele remete para o médico, que de direito cabe... Não é só o oftalmologista, não. Na avaliação do fundo de olho que, por incrível que pareça, nós também fazemos, porque é um procedimento não invasivo e de observação e não utilizamos nenhum tipo de agente para dilatar a pupila – até por que ele tem que ser usado com muito cuidado –, o que aconteceu com o Sr. Francisco Maia, que foi relatado aqui, quem provocou foi o oftalmologista; não foi um óptico, não. A crise de glaucoma aguda provocada lá foi pelo médico que, provavelmente, desconhecia a ação desse agente, porque para pingar e provocar uma crise de 70 de pressão intraocular, convenhamos... Mas não vamos entrar no assunto porque, como ele mesmo disse, são casos isolados.

Vocês precisam entender que ninguém vai dividir absolutamente nada. O optometrista trabalha no mundo inteiro há mais de um século. É assim que funciona, e a oftalmologia cuida de complexidades. É para isso que o médico está formado. Ninguém quer se meter na área médica, ninguém quer ter procedimento invasivo. O que a gente quer é participar do processo para reverter o quadro horrível da saúde visual do povo brasileiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só uma curiosidade, Dr. Ricardo. Esse profissional hoje no Brasil tem um consultório? Trabalha junto a uma ótica? Ele cobra consulta? Como funciona? Eu nunca...

O SR. RICARDO BRETAS – Ele trabalha... A optometria é independente. como é o médico oftalmologista dentro do seu consultório, que cobra consulta, que faz adaptação... Ninguém quer tirar o direito de ninguém e dá a prescrição.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dá uma receita?

O SR. RICARDO BRETAS – Dá. Quando necessita... Pergunto à senhora: Uma criança de 8 anos que ingressa no ensino básico e não consegue ir bem na escola. Aí, provavelmente, vão fazer uma campanha na escola e preparam um profissional em 16 horas para fazer tomada de acuidade visual. O problema não é erro refrativo; o problema é visual, do sistema cognitivo e do processo perceptivo.

Eu pergunto, dentro da formação do oftalmologista, como ele vai cuidar disso se ele não tem formação para isso? A formação dele é outra e a gente respeita. Tudo que a gente quer é poder trabalhar. Ninguém quer tirar o trabalho de ninguém, ninguém quer competir com ninguém. O que a gente quer é fazer parte de um sistema que está ruim, que está mal. O Sistema Único de Saúde está falido. Aqui em Brasília nós viemos fazer um trabalho em 225 mil crianças da rede...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO BRETAS – Desculpe, tenho que concluir.

Um trabalho com 225 mil crianças da rede de ensino público. Para 225 mil crianças havia dois mé-

dicos especialistas dentro do sistema. A pergunta é: Quantas dessas 225 mil crianças foram atendidas, quando a própria clínica da universidade, em quase 10 anos de funcionamento, conseguiu atender 14 mil? Isso é um absurdo.

O médico precisa estar lá dentro, porque ele é necessário. A equipe multidisciplinar garante a qualidade de evolução acadêmica, de qualidade de vida de todas as pessoas. Quantos que acima dos 40 anos não têm visão de perto, falta-lhes uma correção de perto, e sofrem acidentes de trabalho porque falta o avaliador primário para dizer: "Você está présbita?" Ainda que ele tenha 2.722 patologias oculares. No processo de avaliação a gente descarta patologia. Se ela existe, é remetida. Ele que tem que trabalhar, dar o remédio, produzir o efeito ou a cirurgia que vai evitar o drama patológico. Ou a senhora acha que 95% da população têm patologia ocular? Os casos aqui são isolados. Falou-se em casos isolados e os próprios oftalmologistas estão isolando os casos, 95% em média da população.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Meu objetivo, doutor, é apenas esclarecimento. Eu não tenho nenhuma verdade para falar. Estou apenas perguntando para eu saber. Tenho a humildade de dizer que não sabia como operava um optometrista.

O SR. RICARDO BRETAS – Claro, é assim que ele opera. E quando ele atua, ele ajuda no processo de evolução de todas as classes, não é só da menos favorecida, mas de todas as classes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ricardo, quero fazer uma indagação para você.

O SR. RICARDO BRETAS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Qual a relação de preço que existe entre uma consulta médica a um oftalmologista ou a um optometrista. Há uma tabela? A prática...

O SR. RICARDO BRETAS – Note, o optometrista, como profissional independente, tem o direito de cobrar pelo trabalho que ele faz porque, afinal, ele gastou para sua formação.

E, respondendo a uma outra pergunta da Senadora, existe uma escola sim, estadual, que tem o curso reconhecido, que é a Uema, é a Universidade Estadual do Maranhão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O que estava escrito ali é que ela foi autorizada. É diferente. Autorizada não é funcionando.

O SR. RICARDO BRETAS – Não, ela não está funcionando ainda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A informação é a sua... Eu estou me valendo pela sua informação, que foi transcrita aqui. Então, estou fazendo uma pergunta com base nas suas informações. Quatro universidades particulares em funcionamento e uma autorizada, a estadual do Maranhão.

O SR. RICARDO BRETAS – Isso, exatamente, uma só.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ricardo, responda minha indagação, só para...

O SR. RICARDO BRETAS – Um optometrista, no exercício da sua profissão, gasta em média 2 horas no processo de avaliação. Por que? O processo de avaliação compreende 21 passos, é um protocolo de 21 passos e, cada vez que a gente vai encontrando uma alteração, vai tendo que, dentro do segmento desses 21 passos, até encontrar uma maneira de resolver o problema.

Uma consulta oftalmológica, em média, conheço alguns médicos, respeito muito alguns médicos, inclusive, sei que gastam em média 40 minutos e há os que gastam 3 minutos, são chamados os "*the flash*", que fazem um processo de refração com uma máquina computadorizada, em que se aperta o botão e sai uma prescrição. Existem muitos desse no Brasil. Não estou falando, obviamente, de quem pratica oftalmologia.

Gostaria de me desculpar com essas pessoas, porque, se existem problemas, eles existem dos dois lados. E nós não estamos aqui nos isentando disso, não. O que a gente está querendo é produzir... E, aliás, eu deveria, então, responder sua pergunta. O trabalho de um optometrista, a média de cobrança, eu diria, é de setenta, oitenta reais, quando ele cobra consulta, e um oftalmologista pode chegar a seiscentos reais em alguns casos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito a V. Sª que conclua, certo? O prazo já exauriu.

O SR. RICARDO BRETAS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para os profissionais de oftalmologia, o Dr. Elisabeto Gonçalves.

V. Sª tem cinco minutos para concluirmos a nossa audiência pública.

O SR. ELISABETO RIBEIRO GONÇALVES – Inicialmente, eu gostaria de contar uma história ao Dr. José Luis, optometrista colombiano.

Há uns três anos o então Reitor da UFMG, Dr. Afonso Pena, recebeu uma carta assinada por dois optometristas colombianos – não sei se foi o senhor quem assinou – oferecendo ao Reitor da Universidade Federal, o Reitor Pena, a criação... Eles estariam dispostos a criar um curso, a fundar um curso de optometria lá na UFMG.

Primeira coisa – só um adendo –, achei uma descortesia, fizeram uma carta em espanhol. Ora, essa carta devia ser feita em português. Se o interesse era

de vocês, a carta devia ser feita em português. Mas tudo bem. Ele, na argumentação, qual a vantagem de a UFMG ter esse curso de optometria? Ganhar dinheiro vendendo óculos. Quer dizer, a UFMG iria aumentar sua receita com a venda de óculos. Então, isso, Dr. José Luis, parece que não bate muito com a filosofia pregada aqui pelo senhores.

Outra coisa: é preciso, é necessário que os ilustres legisladores, Senadores, entendam, e a população também entenda essa separação que eles fazem em função visual e olho, e globo ocular, e doença ocular. Ora, eu não consigo entender visão e olho. É uma coisa só. A natureza levou 3,8 bilhões de anos para produzir essa maravilha que é o olho. Foram 3,8 bilhões de anos! Quer dizer, criou as estruturas para dar a visão. Inicialmente, era um ponto luminoso; depois, o animal aprendeu a diferenciar claro e escuro, a ver o vulto, até chegar a essa maravilha que é o olho. Como é que se pode separar visão... Visão é uma coisa, olho é outra? Não! É a mesma coisa. Quando eu opero uma retina, o que estou fazendo é tentar dar visão a esse paciente. Eu atuo no globo, na estrutura, na anatomia, mas estou tentando recuperar a visão desse paciente. O colega que trata uma uveíte, um estrabismo, faz uma catarata, ele quer restaurar a visão. Nós todos lutamos, nós oftalmologistas lutamos por isso. Então, essa separação em função visual, que é deles, e globo, estrutura, anatomia, que é nossa, é absolutamente falaciosa. E nós oftalmologistas, por sermos médicos, temos uma visão holística. Não é holística nesse sentido místico, não; é a visão do todo. O olho não é um órgão estanque. O olho influencia e é influenciado por todo o organismo. Praticamente todas as doenças sistêmicas – doenças do fígado, do coração, do pulmão, do sangue – se manifestam no olho. Como é que nós vamos deixar o cuidado de um paciente a um profissional que não tem essa visão holística, essa visão do geral, que só o médico tem?

Para vocês terem uma ideia, eu quase que posso dizer que toda doença sistêmica se manifesta no olho. E nós oftalmologistas muitas vezes somos os primeiros a identificar a doença e mandar para o especialista. Para vocês terem uma ideia – já falei que toda doença sistêmica se manifesta no olho –, vocês vão me perdoar a liberdade, mas até o chato, o *pthirus pubis*, se manifesta no olho. Vocês imaginem: o *pthirus pubis* pode atacar o olho!

Então, quando o paciente nos procura e diz "doutor, eu quero uns óculos para enxergar", quantas e quantas vezes a necessidade dele não é de óculos? O que ocorre é que, por trás da queixa dele, podem estar se escondendo doenças sérias, graves, de alta morbidade para o olho e para o organismo, e até de mortalidade.

A sociedade, o Poder Público, o legislador precisam entender isso. É uma coisa muito séria você atender um paciente e dizer, como disse o Eleuses, que ele não tinha nada, só precisava de óculos. É claro que esse é um caso isolado, mas pelo nosso conhecimento, pela realidade da coisa, deve ou pode se manifestar em muitos outros pacientes.

Então, o que nós queremos é levar a saúde de qualidade tanto ao rico quanto ao pobre e evitar a venda casada. Essa venda casada avilta o relacionamento entre o profissional e o cliente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. Elisabeto.

Vamos concluir. *(Pausa.)*

Aqui, entretanto, uma reivindicação do Dr. José Luis, também citado aqui pelo Dr. Elisabeto, e ele gostaria de esclarecer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, eu acho que o assunto está terminado aqui, foi esclarecedor, em que pese que o Dr. Elisabeto disse que o Dr. José Luis – se eu estiver errado, me corrija – foi autor de uma carta que encaminhou para a UFMG. Acho que ele deve fazer o esclarecimento: "olha, infelizmente, estão carimbando a minha imagem aqui, estão maculando a minha imagem". Então, eu acho que ele tem que prestar um esclarecimento aqui...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Mas eu acho, Presidente, que isso não acrescenta nada à discussão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para a discussão da matéria não, claro. Entretanto, eu acho que ele, como convidado, diante da observação que foi feita, só para efeito de esclarecer, falar: olha, eu vou sair daqui carimbado como uma pessoa que não seja séria.

Eu acho que é legal até ele prestar esse esclarecimento. Então, o senhor tem um minuto para esclarecer, para concluirmos, até porque o senhor foi citado em relação à possível carta que foi encaminhada à Universidade Federal de Minas Gerais.

O SR. JOSÉ LUIS MUÑOZ ESCOBAR – Muito obrigado, Excelência.

Eu quero dizer o seguinte: é possível que tenham chegado essas cartas, mas não fomos nós que passamos carta nenhuma, muito menos em espanhol. Eu já moro há dez anos no Brasil. Sinto-me mais brasileiro que qualquer um. Essa situação pode estar acontecendo realmente porque nas fronteiras, em Tabatinga, que é fronteira com a Colômbia, nós conseguimos muitos especialistas e há profissionais optometristas colom-

bianos fazendo atendimentos em cidades brasileiras, por causa da necessidade. É claro que para essas pessoas é uma boa oportunidade o mercado brasileiro, e por isso farão esse tipo de proposta, mas não é a proposta que nós fazemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado ao senhor.

Agradeço aos senhores convidados que representam os dois segmentos, aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras. Acho que foi bom e esclarecedor. Todos tivemos a oportunidade de ouvir ambas as partes. A Comissão é democrática.

Com esses agradecimentos, concluo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

Muito obrigado aos senhores.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 49 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e sete minutos, do dia três de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 20ª e 21ª Reuniões que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 9 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, DE 2007.** Acrescenta dispositivo ao art. 9º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para permitir a inclusão de custos com móveis e projeto de decoração nas operações de financiamento realizadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela rejeição do Projeto. **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2009.** Acrescenta art. 7º-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o Contrato de Natureza Especial (CNE) que poderá ser firmado entre empregadores e empregados com formação educacional de nível superior ou ocupantes de cargos de diretoria e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo encaminhamento do Projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que opine sobre a sua constitucionalidade, nos termos dos arts. 133, V, "d" e 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 33, de 2011-CAS (Item 11), de encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2009, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para que opine sobre a sua constitucionalidade, nos termos do artigo 101, I, do Regimento Internodo Senado Federal. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado o PLS nº 275, de 2009, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação sobre a constitucionalidade da matéria. O referido Projeto retornará à Comissão de Assuntos Sociais para dar prosseguimento à sua tramitação. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2011.** Acrescenta § 3º ao art. 6º-A e altera o inciso III do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências e modifica o art. 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para assegurar o pagamento do seguro-desemprego aos empregados domésticos nos termos em que especifica. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 1 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006.** Altera o caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2010**. Atualiza o valor da contribuição sindical

anual dos agentes ou trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, bem como sobre a forma de correção. **Autoria:** Senador Gerson Camata. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 324, de 2010, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 2 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2010** Regulamenta o tratamento cirúrgico da obesidade. **Autoria:** Senador Geovani Borges. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 3 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2010.** Regula o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico e dá outras providências. **Autoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria "Ad hoc":** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Cyro Miranda, nos termos regimentais. **ITEM 8 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, 2008.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Nacional de Habitação (ANH). **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela rejeição do Projeto. **ITEM 10 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2010.** Institui o Fundo de Apoio às Unidades Estaduais e Municipais Hospitalares no atendimento de Urgência e Emergência. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria "Ad hoc":** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela rejeição do Projeto. **ITEM 7 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011.** Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Silvio Torres. R**elatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CRA (Substitutivo). **Resultado:** Retirado de Pauta. **EXTRAPAUTA – ITEM 12 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o arts. 93, II, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais - CAS, com o objetivo de debater ações que viabilizem o combate a Doença Falciforme no Brasil, sendo os convidados indicados posteriormente pelos Senhores Senadores perante a Secretaria dessa Comissão. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Eduardo Suplicy, João Durval, Ricardo Ferraço, Wellington Dias, João Vicente Claudino e as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **JAYME CAMPOS,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 20ª e da 21ª Reuniões da CAS.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Vamos passar à apreciação dos Itens nºs 1 a 10, conforme pauta previamente divulgada.

Antes de mais nada, eu gostaria de comunicar a esta Comissão que, no próximo dia 10, quarta-feira, estará presente conosco, nesta Comissão, o ilustre Ministro Carlos Lupi, que vem fazer uma prestação de contas do que pretende o Ministério que S. Exª dirige para o próximo biênio.

Esse requerimento que foi aprovado é de autoria da ilustre Senadora Vanessa Grazziotin.

Conforme entendimento mantido com o Sr. Ministro, Senadora Vanessa, foi confirmada para o dia 10 a sua presença aqui, nesta Comissão.

Para tanto, reitero o convite para que as Srªs e os Srs. Senadores compareçam para prestigiarmos e fazermos as indagações necessárias ao Ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

Quero, também, fazer um breve comunicado aqui, meus caros Senadores e Senadoras. A Agência Nacional de Saúde, a ANS, anunciou, neste mês, a inclusão da cirurgia bariátrica e metabólica por videolaparoscópio, um novo rol de procedimentos e eventos em saúde.

A incorporação do novo rol da ANS significa o reconhecimento dos benefícios da cirurgia bariátrica menos invasiva para tratamento da obesidade mórbida e da evolução tecnológica da medicina.

A população, por meio de consulta pública, participou ativamente do processo de revisão do rol, defendendo o acesso irrestrito a melhores terapêuticas, previstas para entrar em vigor a partir de 01 de janeiro de 2012.

A resolução normativa do novo rol determina a cobertura desse procedimento, o que até então vinha sendo questionado por planos e operadoras de saúde, obrigando muitos pacientes a recorrer à via judicial.

Como a mudança na legislação da saúde suplementar vai instaurar uma nova realidade no tratamento da obesidade, isso comemorou a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, depois chamada de obesidade sem marcas, com cirurgias menos invasivas, que são um direito.

De maneira que acho que avançou, é muito importante e a própria sociedade brasileira comemorou, como nos comunicou.

Estou muito feliz porque é um avanço no tratamento da obesidade no Brasil e no mundo. Por incrível que pareça, todos os anos, os índices estão aumentando sobremaneira e isso tem causado muita preocupação não só para as pessoas portadoras, mas, sobretudo, para o próprio Governo.

Algumas providências têm de ser tomadas, em detrimento desse avanço, que é preocupante, hoje, em todo o território nacional.

Prosseguindo com a nossa reunião, eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores que nós temos o Item 4 da pauta, que não é terminativo.

ITEM 4

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2010

Atualiza o valor da contribuição sindical anual dos agentes ou trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, bem como sobre a forma de correção.

Autoria: Senador Gerson Camata

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Observações: - *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar e a votação será nominal.*

Eu gostaria de conceder a palavra ao ilustre Senador Casildo Maldaner, para proferir o seu relatório.

V. Exª está com a palavra para proferir o seu relatório, ilustre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Sr. Presidente Jayme Campos, caros colegas, o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2010, lido em Plenário em 16 de dezembro de 2010 e distribuído a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para apreciação em caráter terminativo, tem por objetivo acrescentar o inciso IV ao art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O dispositivo fixa em R$150,00 a contribuição sindical dos profissionais liberais, valor que será atualizado anualmente no percentual de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por índice que o suceder.

Não foram apresentadas emendas à matéria no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Não observamos inconstitucionalidade na proposição. O Direito do Trabalho, que compreende a regulamentação da representação sindical, é um dos ramos do Direito sobre os quais a União possui competência privativa para legislar, conforme o art. 22, I da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição compete legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive a de Direito do Trabalho, que não se encontra nas matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, arroladas no § 1º do art. 61 da Carta Maior. Não existe, além disso, contrariedade à autonomia sindical inscrita no art. 8º, I da Constituição Federal.

A matéria é, igualmente, de competência desta Comissão, conforme o disposto no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao mérito, o Projeto merece ser aprovado.

A atual redação da CLT, neste particular, foi dada pela Lei nº 6.386, de 9 de dezembro de 1976, e estabelece que, em relação a agentes e trabalhadores autônomos e aos profissionais liberais, a contribuição sindical seria de 30% do Maior Valor de Referência (MVR) fixado pelo Poder Executivo à época de seu pagamento.

Ocorre que essa unidade de conta, o Maior Valor de Referência, foi extinta pelo art. 3º, III da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, o que tornou, na prática, sem efeito a disposição do inciso II do art. 580 da CLT.

O objetivo da proposição é, destarte, o de possibilitar a fixação adequada desses valores, dada a impossibilidade de vinculação da contribuição ao MVR, porque foi extinta. Sua aprovação seria útil, portanto, para a estabilização das expectativas dos profissionais

e das entidades sindicais quanto aos valores a serem pagos e recolhidos, respectivamente.

Se, no mérito, o Projeto é adequado, quanto a seu aspecto formal, apresenta algumas dificuldades: sua ementa faz referência a profissionais liberais e agentes e trabalhadores autônomos, mas o dispositivo se refere unicamente a profissionais liberais, além disso, veicula a inserção de um inciso IV no art. 580 e não a alteração do inciso II, que trata das contribuições desses profissionais. Não está claro se a intenção é a de alterar o cálculo das contribuições unicamente dos profissionais liberais e não dos agentes e trabalhadores autônomos ou se ambas as classes devem ser modificadas.

Da leitura da justificação, parece-nos que a intenção do autor seria, unicamente, a de alterar a situação dos profissionais liberais, mantendo-se a aplicação da regra quanto aos autônomos não caracterizáveis como tal. No entanto, o valor proposto, R$150,00, é muito superior àquele que o Ministério do Trabalho e Emprego considera como o montante que corresponderia à atualização de 30% do MVR e que corresponderia, nos termos da Nota Técnica nº 5, de 2004, do Ministério, a R$5,70, valor que não foi expressamente atualizado desde então.

Ora, se esse valor é claramente insuficiente para o custeio das entidades sindicais, parece-nos que o montante proposto é excessivo, dado o padrão remuneratório de algumas categorias de autônomos.

Assim, para sanar as dificuldades apontadas e manter equitativamente um equilíbrio entre as necessidades das entidades e a dos trabalhadores, oferecemos emenda substitutiva para corrigir a ementa e alterar o inciso II do art. 580, estabelecendo que o valor da contribuição será estabelecido pela assembleia geral dos respectivos sindicatos, obedecendo-se ao limite de R$150,00 e determinando sua atualização a partir de então.

III – VOTO

Do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2010, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2010

Modifica o art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para fixar o valor da contribuição sindical anual dos agentes e trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, e dispor sobre a sua atualização.

Art. 1º Dê-se ao inciso II do art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a seguinte redação:

Art. 580.....
.....
.....
.....

II – para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, numa importância a ser fixada pela assembléia geral do sindicato que os represente, respeitado o valor máximo de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) anuais, que será atualizada, anualmente, de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na hipótese de sua extinção, pelo índice que o suceder.

.....
....."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório do projeto do eminente ex-Senador Camata, apresentado nesta Casa e que tivemos a honra de apresentar nesta Comissão aos ilustres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao ilustre Senador Casildo Maldaner.

Vamos colocar em discussão a matéria. Em que pese ser matéria de caráter terminativo, todavia, não há impedimento regimental para que possamos iniciar o processo de discussão e, eventualmente, ao final da discussão, se não houver quórum suficiente, vamos retirar, ou seja, suspender temporariamente a votação, por falta de quórum. Mas eu aguardo. Eventualmente, na discussão que vamos ter aqui, se houver quórum, colocaremos em votação.

Em discussão a matéria relatada pelo Senador Casildo Maldaner. *(Pausa.)*

Como ninguém quer discutir a matéria, vou retirar, ou seja, suspender o encaminhamento da votação, diante da falta de quórum. Depois,...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, sei que, não havendo quórum, fica suspensa. Havendo quórum, daqui a pouco, em votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A discussão já está aberta. Todavia, se ninguém quer discutir, vamos aguardar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria, então, Sr. Presidente, apenas de fazer um registro. Estão aqui nesta sala, acabei de receber

o comunicado, o Presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais – e é sobre esta matéria –, Sr. Francisco Antônio Feijó; e o Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários, que, por sinal, é do meu Estado, Dr. José Alberto Rossi. Encontram-se nesta Comissão e querem trazer apoio à proposta do Senador Camata, que tive a honra de relatar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Estão registradas as presenças de S. Exªs, o que certamente contribui muito para a consecução deste projeto.

Vamos para o Item 5 da pauta, pág. 53.

ITEM 5

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2011

Acrescenta § 3º ao art. 6º-A e altera o inciso III do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências e modifica o art. 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências, para assegurar o pagamento do segurodesemprego aos empregados domésticos nos termos em que especifica.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: - Votação Nominal.

Quero fazer apenas a observação de que esta votação também será nominal, por ser uma decisão terminativa, mas nada impede V. Exª de ler a matéria.

Por sinal, encontra-se, aqui, o autor.

Quero cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg pelo projeto meritório, que tem o apoio de todos nós, e pela sensibilidade de S. Exª na defesa desse segmento tão importante da classe trabalhadora brasileira.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, a Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, como alertou V. Exª aos demais Senadores sobre a necessidade de quórum para apreciação da matéria, trata do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, que acrescenta o §3º ao art. 6º-A e altera o inciso III do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, e modifica o art. 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para assegurar o pagamento do seguro-desemprego aos empregados domésticos nos termos em que especifica.

Deixo de ler o relatório, pela validade já conhecida da matéria, que são aspectos técnicos, e vou partir para a análise e o voto, Sr. Presidente.

A proposição em análise, relativa ao seguro-desemprego e contribuições para a seguridade social, não contém impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional.

Também no que se refere à técnica legislativa, não há reparos a registrar.

A matéria insere-se na competência desta Comissão de Assuntos Sociais, com base no inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, pois pertence ao campo da seguridade social.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta, porque, recentemente, também a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em decisão histórica de 16 de junho de 2011 (Convenção nº 189 e Recomendação nº 201), manifestou-se pela concessão, aos trabalhadores domésticos, dos mesmos direitos básicos concedidos aos demais trabalhadores.

Embora essa decisão no campo do Direito internacional tenha inegável valor pedagógico, balizador dos objetivos e rumos a serem seguidos pelo legislador nacional, dependemos, na prática, Sr. Presidente, de inúmeras iniciativas econômicas, sociais, legais e administrativas para tornar eficaz a igualdade proposta.

É dentro dessa linha que, entendemos, encontra-se o projeto em análise.

Trata-se de estimular a formalização das relações de trabalho doméstico para, na sequência, paulatinamente, promover a concessão de outros direitos, sem impactos ou ônus excessivos que inibam novas contratações ou sirvam de justificativa para demissões desses trabalhadores. Em última instância, a eficácia da lei depende da adequação da norma à realidade.

A proposta também possui, entre suas qualidades, o fato de não burocratizar e tornar complexas demais as relações trabalhistas domésticas.

Sabemos que muito da resistência dos empregadores domésticos à formalização dos contratos decorre da dificuldade de cumprirem algumas formalidades, preenchendo formulários e realizando cálculos que podem exigir, inclusive, a presença de um contador.

Alguns controles rígidos, por exemplo, são inviáveis nesse tipo de relação. Nenhum domicílio é uma linha industrial ou uma empresa comercial. Assim, o

ideal é que o empregado doméstico receba todos os seus direitos, mas, por outro lado, não se exija do empregador a montagem de uma estrutura empresarial para gerir essa modalidade de relação de trabalho.

No caso, o simples aumento de um ponto percentual na contribuição previdenciária, a cargo do empregador doméstico, vai ensejar a concessão do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, ao empregado, sem a exigência do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que, no nosso entendimento, muitos empregadores não efetuam simplesmente porque não sabem fazê-lo.

Até porque essa contribuição, hoje, pela lei, é facultativa, Sr. Presidente.

VOTO

Em face das considerações expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, de autoria do nosso colega Rodrigo Rollemberg, que leva o número 115, deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A matéria está em discussão.

Em que pese não termos quórum para votação, não há nenhum impedimento regimental para a discussão. Nós podemos discutir e, após a discussão, naturalmente, se tivermos quórum, faremos a votação, por ser decisão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Paim. V. Exª está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É claro que sou favorável ao projeto, mas fiquei inseguro aqui quanto a essa contribuição de empregador doméstico de 13%. Já há uma proposta circulando na Casa, avalizada pelo Governo, para que o empregador doméstico contribua com 5%.

Preocupa-me também um pouco o projeto, quero só discutir um pouco mais, porque há um problema enorme nessa questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Como é optativo – e não deveria ser optativo, e sim obrigatório –, calcule, o cidadão que na maior boa vontade resolve pagar espontaneamente o FGTS, na hora do afastamento, é punido com uma multa de mais 40%. Na hora de demitir, ele paga mais 40%. E o outro que nunca pagou Fundo de Garantia não paga nada.

Então, há algumas contradições nesse tema, no seu conjunto.

Eu não estou aqui criticando o projeto e muito menos a autoria nem a relatoria. Mas é um projeto que, é claro, vai ser votado agora, e teríamos que olhá-lo um pouco mais, estou achando, porque há essa vontade do Governo de passar a contribuição do empregador doméstico para 5%, vinculando-o ao chamado empreendedor individual.

Então, talvez... Não estou nem entrando no debate. Sou simpático ao projeto, ao trabalho da relatoria, mas esse tema está mal resolvido, porque você não obrigada o camarada a pagar o Fundo de Garantia, e quem espontaneamente paga, na hora da demissão, tem que pagar mais 40% em cima daquilo que já pagou espontaneamente.

Por isso, o Ministério do Trabalho está fazendo um projeto global sobre esse tema, inspirado inclusive nessa decisão da OIT, que vai remeter para esta Casa.

Eu não sou contrário ao projeto, pelo contrário, sou favorável, mas esse é um tema que vamos ter que aprofundar, com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª apenas acha os percentuais... Quer dizer, vai penalizar o bom pagador no lugar do mau pagador. V. Exª tem toda a razão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, o Senador Paim levanta uma questão relevante nesse processo, em função das dúvidas, porque, sendo facultativa, como pode a obrigatoriedade, no caso da dispensa de quem não contribuiu, ou de quem contribui, de efetuar a multa rescisória no contrato de trabalho. Quer dizer, é uma contradição legal, que mostra exatamente a insegurança jurídica que nós temos nas relações de capital e trabalho no Brasil hoje. É uma prova, neste caso, do empregado doméstico, que sequer foi ainda regulamentado, seguindo a orientação da Organização Intenacional do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores. Bom dia!

Eu parabenizo, em primeiro lugar, a preocupação do Senador Rodrigo Rollemberg e a relatoria da Senadora Ana Amélia. Mas me deixa uma dúvida aqui em relação ao único valor do salário mínimo, não diz de quanto em quanto tempo. Eu não entendi se isso pode ser anual, qual é a periodicidade que isso vai ter.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aqui, o entendimento é de que, demitido, ele vai ter direito a um salário desemprego.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Uma única vez na vida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma única vez. Uma única vez. Não, naquela rescisão. Ele foi contratado, se for demitido...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quer dizer que, a cada três meses, se ele contratar e for demitido, ele recebe...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A cada rescisão de contrato.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A cada rescisão?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – À rescisão do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – *(Fora do microfone)* ...for demitido, ele tem o Seguro Desemprego. Ele tem um prazo, no mínimo, de sete meses, se não me falha a memória.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria que o autor da matéria também desse uma colaboração.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, para prestar melhores informações, porque S. Exª é autor do projeto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Eu quero cumprimentar V. Exª, bem como as nossas colegas e os nossos colegas Senadores neste retorno dos nossos trabalhos; quero agradecer as considerações do Senador Paulo Paim, que é uma referência para todos nós no que se refere a direitos trabalhistas e previdenciários.

Primeiro, respondendo ao questionamento do Senador Cyro, o trabalhador doméstico, para passar a ter direito ao seguro desemprego, terá que ter trabalhado pelo menos quinze meses num período de dois anos. Quando da demissão, ele teria direito a um único salário desemprego.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – *(Fora do microfone.)* ...contínuo, não é? Ou seja, se ele trabalhar por seis meses em um local, sai...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sim. Seis meses contínuos. Nos últimos dois anos, ele passaria a ter direito a uma única parcela do seguro desemprego.

Em relação ao Fundo de Garantia, a explicação é a seguinte: a Constituição não obriga o empregador doméstico a recolher o Fundo de Garantia. Então, o que estamos... No caso do empregador que não recolhe o Fundo de Garantia, estamos aumentando em 1% a contribuição previdenciária. Para quê? Para garantir exatamente o financiamento do pagamento do seguro desemprego. O projeto, sem dúvida alguma, no meu entendimento, contribui para ampliar os direitos sociais. É claro que se posteriormente houver propostas do governo, até em função da nova decisão da OIT, ampliando os direitos trabalhistas dos empregados domésticos, seremos os primeiros a apoiar. Mas considero que o projeto, como está redigido, já representa um avanço. E para isso peço o apoio dos nobres colegas Senadores e Senadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Como não há mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, vamos retirar, diante da falta de quórum para votação.

Já temos a presença de dois, quatro, seis, sete, oito, nove, dez. Já temos condições de votação. Onze. Eu acho que com a presença do Presidente aqui, temos... Falta um, o primeiro. Ainda falta um. Dois, quatro, seis, sete, oito, nove. Não tem dez. Vamos suspender temporariamente, e aguardamos. Enquanto chegam mais alguns relatores de matérias, vamos colocar os itens da pauta.

De forma que suspendemos temporariamente. Daqui a pouco, Senador Rodrigo, colocaremos em votação o projeto de V. Exª.

Mas vamos para o Item 9, página 116.

ITEM 9

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, DE 2007

Acrescenta dispositivo ao art. 9º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para permitir a inclusão de custos com móveis e projeto de decoração nas operações de financiamento realizadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.

***Autoria**: Senador Marcelo Crivella*

***Relatoria**: Senador Ricardo Ferraço*

***Relatório**: Contrário ao Projeto.*

***Observações**: - A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao ilustre Senador Ricardo Ferraço para proferir seu relatório, que se encontra na página 116, Item 9 da pauta de hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 663, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, cuja ementa foi acima transcrita.

A proposição dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Em seu art. 1º, faculta a inclusão de móveis e projetos de decoração nos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), além de determinar que o Poder Executivo regulamentará a forma e os critérios para a inclusão desses custos nas operações.

O art. 2º estabelece que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a Justificação, enquanto tal prática já é adotada em outros países, no Brasil o adquirente de imóvel tem que arcar com uma série de itens que muitas vezes até inviabilizam a ocupação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, que foi despachado ao exame desta Comissão e, em caráter terminativo, à de Assuntos Econômicos.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre os aspectos de mérito de sua competência.

De pronto, cabe salientar que a proposição parte de uma preocupação válida, qual seja a de garantir que os adquirentes de imóveis financiados pelo SFH sejam capazes de receber seus imóveis em plenas condições de habitação, com o mobiliário e mesmo eletrodomésticos essenciais ao bem estar de seus ocupantes.

No entanto, é preciso ponderar que a medida tende a ser inócua, quando não prejudicial. Senão vejamos.

Os custos com decoração em geral variam, segundo análises e pesquisas, entre 20% e 40% do valor do imóvel, o que significa que o valor total da operação corresponderia, em média, a algo em torno de 130% do valor do imóvel, encarecendo substancialmente o custo total da operação.

O valor dos móveis e do projeto de decoração não são computados para efeito de avaliação do imóvel e, por conseguinte, para composição da garantia vinculada, o que reduz o valor a ser financiado e aumentaria a necessidade de recursos por parte do mutuário, ou de outras fontes como contrapartida.

Ao fim e ao cabo, a inclusão desses itens no financiamento pode simplesmente inviabilizar a operação.

Em suma, ainda que a proposta seja aprovada, ela só se viabilizaria para o mutuário que, na prática, dela não precise, pois o valor correspondente aos itens que se pretende inserir na operação seria acrescido à parte não financiada pelo SFH.

Em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 663, de 2007.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, ilustre Senador Ricardo Ferraço, e a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Ricardo Ferraço. O parecer é contrário ao projeto.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não terminativa.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer, que é do Senador Relator.

Aprovado o parecer contrário ao PLS nº 663, de 2007, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa.

Essa matéria vai para a CAE, onde é terminativa.

ITEM 6

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2009

Acrescenta art. 7º-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o Contrato de Natureza Especial (CNE) que poderá ser firmado entre empregadores e empregados com formação educacional de nível superior ou ocupantes de cargos de diretoria e dá outras providências.

Comunico ao Senador Waldemir Moka que esta matéria terá que ir para a CCJ e depois devolvida a esta Comissão, nos termos do art. 101. É suficiente que V. Exª faça um requerimento oral para que esta matéria, como ainda vai ser encaminhada à CCJ e após sua votação lá retornará aqui... V. Exª tem que fazer um requerimento para encaminharmos, de acordo com o art. 101, diretamente à Comissão. Isso nos fará poupar tempo. Se V. Exª permite, a própria assessoria da secretaria desta Comissão faria o requerimento para V. Exª, baseado no art. 101 do Regimento Interno.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu faço uma indagação a V. Exª. O meu relatório evidentemente trata do conteúdo, do mérito do projeto do eminente Senador Gilvam Borges, e o relatório final é pelo encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça, porque a nossa própria consultoria, na verdade, põe em dúvida a constitucionalidade. Por isso, no

parecer, o voto é pelo encaminhamento. Faço, então, um requerimento verbal à Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O ideal seria nós prepararmos aqui. A própria secretaria aqui...o Dr. Gonzaga vai preparar o requerimento a V. Exª para que seja encaminhado à CCJ, diante da insegurança sobre a constitucionalidade ou não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Apenas, então, para que os pares tenham conhecimento. O projeto na verdade trata de um contrato de natureza especial para funcionários com curso superior. Aí, ele estabelece um valor mínimo, em que incidiria a questão previdenciária. Mas a nossa consultoria no Senado diz que as pessoas não podem ter contratos diferenciados numa mesma empresa porque isso criaria problemas. Então, como há essa dúvida de natureza jurídica, achei por bem encaminhar, antes de analisar o mérito, para a Comissão de Constituição e Justiça dar o seu parecer.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Exª, porque assim teremos a oportunidade de votar um projeto dentro da Constituição, ou seja, que tenha amparo legal. Baseado no art. 101, como disse a V. Exª, estamos preparando um requerimento, através da assessoria desta Secretaria. V. Exª irá encaminhar à Mesa, faremos a leitura e encaminharemos à CCJ para que possa lá, com certeza, emitir o parecer. Aí, colocaremos em pauta de votação nesta Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a chegada do eminente Senador João Claudino, estamos configurando o quórum aqui para votar.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu ia fazer a mesma observação do Senador Casildo Maldaner. A Senadora Ana Rita está apenas atendendo a uma ligação aqui, mas está presente. Então, temos 11 Senadores e, se não houver objeção dos demais Senadores, eu pediria a V. Exª para colocar em votação o Item nº 5, de relatoria da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está assegurado aqui a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, já que tem quórum, eu preferiria que seguisse a ordem natural, até porque o meu é o Item nº 1. Mas eu não vou ficar nunca contra o Rollemberg. Por isso, concordo com ele.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E menos contra a relatora, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E ainda fiz considerações ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª, com certeza, vai apoiar o pleito do Senador Rodrigo Rollemberg. E ainda tem o Senador Casildo Maldaner. Mas está assegurado o quórum para ambos os projetos. Vamos colocá-los em votação. Imagino que, no prazo de no máximo 10 minutos, estarão concluídas as votações dos projetos terminativos.

Vamos votar o Item nº 5 da pauta, do Senador Rodrigo Rollemberg, de relatoria da Senadora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Item nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Votaremos o de V. Exª também.

Diante da solicitação feita pelo Senador Rodrigo, que vai ser nosso futuro Governador do Distrito Federal, imagino que V. Exª não vai questionar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bom.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas com o apelo de que permaneça o quórum para o nosso projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza. É o mínimo que se tem de fazer. Caso contrário, V. Exª fará comício contra eles aqui em Brasília.

Como vota o ilustre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou acompanhar o autor e o relator, deixando claro esse comentário que fiz, até porque ontem o Governo decidiu desonerar a folha do empregador de 20% para 0%, pegando calçado, moveleiro, *software* e o setor de têxteis. Nunca fui contra desonerar a folha. Apenas acho – acho não, tenho certeza – que esse 1,5% não vai responder ao desencaixe, ou seja, à perda de receita da Previdência.

Então, todo esse tema da Previdência merece uma série de considerações, como também outro que comentei, que vai diminuir para 5% a contribuição do empreendedor individual, que vai na mesma linha para o empregado doméstico. Mas, entendendo que essas outras matérias não foram votadas ainda – vai ser medida provisória, outra um projeto vindo do Ministério do Trabalho –, eu acompanharei o argumento da Senadora Ana Amélia e do Senador Rodrigo Rollemberg, de que a matéria votada..."Bom, se tiver outro que seja melhor do que esse, naturalmente, acompanharemos o outro que for melhor". É isso, Senador Rollemberg?

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso meu voto é assim, acompanhando a Relatora e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na verdade, a matéria está em discussão e foi reaberta diante da falta de quórum. Se ninguém mais quiser discutir, encerramos a discussão, vamos à fase de votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto, voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exªs concordam?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu já votei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Senador Paim já votou a favor do projeto e do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Entramos no processo de votação.

Senador Paulo Paim, como vota?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com a relatora e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rolllemberg? (Pausa.)

Voto já conhecido por ser autor do projeto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG(Bloco/PSB – DF) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Como vota o senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB –MS) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota o ilustre Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora e parabenizando-a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, voto com o Relator e cumprimento o autor, Senador Rodrigo Rollemberg.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, voto com a Relatora, também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – O Projeto nº 115, de 2011, está aprovado.

Procedida à votação, a Comissão fará a comunicação ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

ITEM 1

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006

Altera o caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.

O relatório deste projeto já foi lido.

Consulto à Secretaria. *(Pausa.)*

Foi feito um pedido de vista. Consulto à Senadora Ana Rita se há manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

Consulto também o Senador Paulo Paim se há manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Cyro Miranda se há manifestação decorrente do pedido de vista? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para as suas considerações, se necessário for, já que este projeto já foi lido na Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É o item 1, que é de autoria do eminente Senador Paulo Paim, já lido o relatório na reunião anterior. Como não havia quórum, portanto, não foi votado. Ficou aguardando e, agora, vamos votá-lo.

O que prevê o projeto do Senador Paulo Paim? Que idosos ou pessoas com alguma deficiência recebam uma salário periódico, que também tenham o direito nos moldes dos aposentados, com desconto

em folha, enfim, possam ter acesso a esses recursos com juros mais baratos.

Sei que, às vezes, não é a melhor saída descontar em folha para que os aposentados tenham esses benefícios por que comprometem os seus quinhões, as suas aposentadorias. Mas, para não criarmos uma disparidade, essa proposta do Senador Paulo Paim prevê o direito a essas pessoas também, mesmo de dois em dois anos, verificando se continua recebendo, e a 30% do que dá ao direito de essa pessoa receber esporadicamente.

Concluímos, então, com parecer favorável à proposta do Senador Paulo Paim.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como a matéria já foi lida, há quem queira discutir? *(Pausa.)*

Pela ordem de inscrição, em primeiro lugar, falará a Senadora Ana Rita, seguida pela Senadora Vanessa, para discutirem a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, desculpe-me, porque na hora que o senhor me indagou eu estava resolvendo uma outra questão. Mas eu gostaria de me posicionar, sim, com relação a esse projeto.

A intenção é boa, mas, na verdade, na prática, ela não é favorável ao beneficiário do Programa de Benefício de Prestação Continuada BPC), porque as pessoas que são beneficiários do BPC necessitam deste recurso. Então, se abrirmos a possibilidade de essas pessoas obterem financiamentos, elas poderão se endividar e não conseguirão cumprir com as suas obrigações.

Portanto, somos contrários a esse projeto.

Nosso pedido de vista foi com relação a isso, para que, realmente, não coloquemos em risco famílias de menor poder aquisitivo.

O BPC já é uma forma de contribuir para que essas famílias possam ter uma renda que dê condições de, pelo menos, suprir as suas principais necessidade e não colocá-las em risco ao assumirem compromissos que possivelmente não poderão cumprir.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Naturalmente, a senhora tem o direito de expressar, aqui, o seu voto, mas deverá fazê-lo de duas maneiras: ou o voto normal, quando iniciarmos o processo de votação, ou pelo voto em separado.

No entanto, imagino que, para facilitar as coisas, V. Exª está, praticamente, consignando o seu voto, mesmo não havendo iniciado o processo de votação, contra o projeto de autoria do ilustre e valoroso Senador Paulo Paim.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para um pequeno esclarecimento, apesar de saber que a Senadora Vanessa também quer comentar. Em princípio, o meu pensamento e a minha tese seriam no sentido de esposar a tese da eminente Senadora Ana Rita, já que os aposentados normais têm o direito de acessar esses créditos consignados, ou seja, como os normais têm, por que não os que, por acaso, têm alguma deficiência não podem ter? Isso me deixou martirizando... Fiquei pensando todo o fim de semana, inclusive discuti com vários colegas, mas entendo que não podemos discriminar.

Além disso, para assegurar o não comprometimento com a renda, mecanismos específicos, tais como a limitação do desconto mensal a 30% do benefício. E, periodicamente, examinando, para que não haja comprometimento. Então, apenas para não criarmos discriminação entre alguns com deficiências ou por outras razões, e os aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

Temos pressa na votação desse projeto.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vou ser bem rápida, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar o autor do projeto, o Senador Paulo Paim, e dizer que a preocupação da Senadora Ana Rita procede. Mas, se fosse assim, não teria nenhum trabalhador direito a acessar empréstimos com crédito consignado. Então, o que o Senador propõe é dar o direito à pessoa para acessar o empréstimo, aquela pessoa que receba esse auxílio, esse beneficio de até um salário mínimo, a partir de um salário mínimo, acessar com juros mais baratos, Sr. Presidente Isso é importante: com juros mais baratos. Então, se nós não permitirmos, não daremos a essas pessoas acesso aos mesmos direitos que têm os trabalhadores brasileiros.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e o Senador Casildo, pelo relatório.

Voto favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Parece-me que a Senadora Ana Rita quer fazer um adendo.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, na verdade, a intenção é valiosa – inclusive quero ressaltar a autoria do projeto do Senador Paulo Paim, e a relatoria do Senador Casildo –, a intenção é boa, mas é preciso compreender que o Benefício

de Prestação Continuada não é renda. Quando se faz o Cadastro Único de uma família que é beneficiária, por exemplo, do Bolsa Família, quando você pergunta qual é a renda da família, se ela for beneficiária do BPC, este valor não é computado como renda. É um benefício, porque ele é temporário; ele não é uma renda permanente; ele é temporário. É um benefício, é uma ajuda. Portanto, tratar essa pessoa como se ela estivesse recebendo um salário, uma renda fixa, é um tratamento equivocado, porque não é a mesma coisa de um trabalhador comum, que tem o seu emprego, que tem a sua renda, mesmo que não seja um salário eficiente, mas é diferente: é um benefício, não é uma renda. Por isso, essa diferença é que a gente precisa observar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Asseguro a palavra ao nobre Senador Waldemir Moka; depois a assegurarei ao autor do projeto, o Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de fazer um apelo aqui, porque nós temos quórum. Nesse caso, vamos, se possível, discutir menos do que antes, naturalmente se quiserem votar o projeto.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Eu vou ser objetivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Como sempre é.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Por ser benefício o BPC é que o Senador Paulo Paim está colocando como projeto de lei. Alguns critérios: primeiro o salário mínimo. Não pode comprometer mais do que 30%. Quem vai decidir se isso vai valer ou não é quem vai conceder o crédito, Sr. Presidente.

Na verdade, imagine alguém que ganhe o salário mínimo em uma situação extremamente difícil que precise recorrer a um empréstimo? Ele vai recorrer a um empréstimo cujo juro é menor.

Eu penso que o Senador Paulo Paim, ao colocar esse projeto de lei, está tentando exatamente dar esse tipo de igualdade. Pode ser que a Senadora Ana Rita tenha razão em dizer que isso não pode ser considerado renda, mas acho que é exatamente isso que pretende o autor ao propor que o BPC seja considerado como renda, para que esse tipo de pessoa possa acessar o crédito, o que na verdade acho importante. E voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir.

Tem a palavra assegurada o Senador Paulo Paim, que é autor da matéria. E nós queremos votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, bem rápido.

Toda consideração à Senadora Ana Rita, que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, mas acho que ela não foi feliz – minha querida Senadora sabe o respeito que tenho por ela – quanto ao argumento, porque não tem como eu não dizer aquilo que estou pensando.

No tempo da escravidão, o que era dito? Não vamos dar trabalho pago aos negros porque eles vão beber e não saberão administrar o seu dinheiro. Os beneficiados do Benefício de Prestação Continuada têm direito a um salário mínimo. Se os 18 milhões de aposentados que ganham um salário mínimo têm direito ao empréstimo consignado, por que eu, que sou deficiente ou idoso não tenho?

O Estatuto do Idoso colocou quase quatro milhões de pessoas nas prestações continuadas, como benefício, porque estes não podem ter o empréstimo consignado. Vão pagar, quem sabe, 8%, 10%, 12%; e o outro, que ganha o salário mínimo, vai poder pagar 2% ou 3%.

Então, eu quero apenas uma isonomia. Brigo muito pelo princípio da igualdade de direitos para todos. Se eu, que ganho o salário mínimo, posso fazer um empréstimo consignado, por que o meu colega ao lado, que ganha até meio salário mínimo, não pode fazer?

Quanto à administração desse um salário mínimo, porque vamos considerar que é muito pouco para qualquer um, ele que irá decidir se vai usar todo o dinheiro dessa forma ou daquela, ou, numa emergência, usar 30% para o empréstimo.

Por isso, Senadora Ana Rita, eu entendi e vi aqui a orientação que foi dada, mas acho que se ampliar o direito para todos que ganham o salário mínimo, de forma isonômica, não é de forma alguma trazer prejuízo. E o cidadão que decida se quer ou não fazer o empréstimo, desde que não ultrapasse o limite de 30%.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Cumprimento V. Exª, Senador Paulo Paim, por seu projeto, que é meritório. Eu sou da mesma tese que o senhor está defendendo aqui de que quem quiser naturalmente acessar esse tipo de crédito, que vá. Caso contrário, eu acho que o cidadão não vai tomar empréstimo. Agora, o banco que emprestar mais do que a capacidade dele de pagar – imagino – não vai receber. Aí que está o pulo do gato. Se emprestar mais do que a capacidade de pagamento do cidadão, imagino que não vá receber.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº27, de 2006, ressalvadas as Emendas 1 e 2 do relator.

Como vota o Senador Paulo Paim? Voto já conhecido, Senador Paulo.

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT - BA) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Eu voto também como relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB - DF) – Sim, com o relator, com o autor. E peço licença para votar um requerimento aqui, mas voltarei para votar os outros projetos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Agradeço a presença de V. Exª.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Como vota o ilustre Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Só para ratificar e afirmar aqui, eu voto com V. Exª, de viva voz.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a ilustre Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou me abster.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

Imagino, diante da explicação plausível do Senador Paulo Paim. Não sei se V. Exª vai mudar seu voto ou continua com a mesma disposição.

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu continuo com a mesma disposição e respeito muito a posição de nossos colegas Senadores que já se posicionaram. É assim mesmo: cada um se posiciona com aquilo que acredita e é dessa forma que eu entendo o projeto. Continuo mantendo minha posição contrária.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não.

Como vota o ilustre Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o autor e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Procedida a votação, em caráter nominal...

O projeto foi aprovado e será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial do Senado.

Mas eu consulto às senhoras e aos senhores Senadores se podemos repetir a mesma votação para as Emendas 1, 2 e 3 feitas pelo Relator?

Se V. Exªs concordam permaneçam como estão. (*Pausa.)*

Aprovado.

Também, repetindo a mesma votação para as Emendas 1 e 2 propostas aqui pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

É o Projeto de Lei nº 324/2010. Fica na página 43. Esta matéria já foi lida aqui e nós já abrimos à discussão.

Consulto se há alguns Senadores que desejam discutir a matéria. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 324/2010.

Vamos proceder à votação.

Eu solicito à Senadora Marta Suplicy que aguarde...

Senadora Marta, por gentileza. Entramos em um processo de votação. Mais um projeto que é terminativo. Um minuto só...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que este projeto, nós lemos há pouco o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Correto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E ele trata apenas de um dispositivo que fixa em R$150,00 a contribuição sindical dos profissionais liberais. Quer dizer, até R$150,00. Essa é a proposta do projeto que há pouco nós lemos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está encerrada a discussão. Vamos entrar no processo de votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu fiquei com uma dúvida aqui. Então, antes de

encerrar a votação... A decisão passa pela Assembleia, Senador Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Passa. Passa pela Assembleia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Passa pela Assembleia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, mediante a informação de que passa pela Assembleia...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O máximo seria até R$150,00, mas as Assembleias terão o direito de decidir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ela é que decide.

Eu acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs.

Em votação. Senador Paulo Paim...

Sim.

Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim.

Senador Casildo já é voto conhecido. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia.

Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador João Vicente Claudino.

Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senadora Marta Suplicy. V. Exª vai se abster de votar no item 4, página 43? Eu consulto V. Exª.

A SRª. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu me sentei agora e não sei do que trata o item. Posso votar depois?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Senadora Marta Suplicy se abstém da votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Rita.

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O ilustre Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Eduardo Suplicy. Como vota?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

Sr. Presidente, eu gostaria também de registrar e consignar meu voto sim na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

A SRª. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acabei de me inteirar do projeto e sou a favor. Gostaria de mudar esse voto de abstenção, porque não estava a par; agora estou a par e...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª estava presente e, eventualmente, se absteve de dar seu voto. Todavia, seria registrado como quórum aqui nesta Comissão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy.

O resultado da votação.

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto. A matéria vai a turno suplementar segundo o art. 232, combinado com art. 92 do RISF.

Rejeitado.

Designo o Relator para relatar o voto vencido.

(Pausa.)

REQUERIMENTO

Requeiro nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado o PLS nº 275/2009 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a manifestação sobre a constitucionalidade da matéria.

O referido projeto retornará à Comissão de Assuntos Sociais para dar prosseguimento a sua tramitação.

Autoria: Senador Waldemir Moka.

Senadores, este projeto – é bom que saibam e tenham conhecimento – refere-se ao item 6 da pauta, que é o projeto 275.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 2.

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2010

Regulamenta o tratamento cirúrgico da obesidade.

Autoria: Senador Geovani Borges

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Nós vamos colocar em votação.

Ela havia sido suspensa diante da falta de quórum. Como há quórum agora, nós vamos à fase de votação., a não ser que alguém queira discutir a matéria novamente aqui por não ter conhecimento.

Encerrada a discussão.

Entraremos no processo de votação.

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a ilustre Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador João Vicente?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a ilustre Senadora Marta Suplicy? Que não se encontra mais no ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Com o Relator, Sr. Presidente, pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Pela inconstitucionalidade. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a ilustre Senadora Lídice da Mata?

A SRª. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O voto do Senador Rodrigo Rollemberg já é conhecido aqui nesta Comissão, que é o Relator da matéria.

Resultado:

Rejeitado...

João Claudino já votou: sim.

Rejeitado o projeto, será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Senadora Lídice da Mata, ontem, fez uma consulta à Presidência.

Eu gostaria de comunicar a V. Exª que, depois de fazermos uma análise aqui, diante dos projetos e das audiências públicas solicitados, de forma carinhosa e respeitosa, nós abrimos aqui, diante de seu pleito, um espaço que nós pudéssemos reunir, através de seu requerimento, para realizar audiência pública no dia 24, conforme mais ou menos data estipulada por V. Exª no contato que fizemos.

Aqui é um requerimento que está sendo proposto pela Senadora Lídice da Mata.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 58 § 2º inciso III, da Constituição Federal, c/c os arts. 93, II, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos – CAS...[Aqui está errado! Comissão de Assuntos Econômicos, não. É Sociais]...com o objetivo de debater ações que viabilizem o combate à doença falciforme no Brasil, com convidados a serem definidos pelos membros desta Comissão. Sala de Comissões, 3 de agosto de 2011. Senadora Lídice da Mata.

Eu gostaria de consultar V. Exª, Senadora. Acerca das autoridades que serão convidadas, quem vai, na verdade, apontar os nomes será V. Exª e, certamente, alguns Senadores ou Senadoras que desejarem também indicar.

(Pergunta feita fora do microfone.).

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não entendi... O tema? É para debater a doença falciforme no Brasil. Falciforme...

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, a anemia falciforme é uma doença grave que existe em nosso País e tem origem na população de descendência africana, atingindo muito, portanto, o meu Estado, mas não apenas o meu Estado. Lá nós temos algumas ações de saúde voltadas para o combate da anemia falciforme.

Exatamente neste ano, quando a ONU determinou o ano da afrodescendência no mundo, achamos importante destacar essa questão de, no Brasil, podermos adotar medidas para a prevenção, o combate e, principalmente, o atendimento à anemia falciforme na rede pública dos Estados, principalmente com a preparação dos agentes de saúde da família para que possam identificar os casos.

Na Bahia temos uma experiência interessante na Prefeitura de Salvador, junto com a Secretaria de Educação, no sentido de destacar a importância de uma cartilha em todas as escolas públicas para identificação e atendimento rápido dos que têm anemia falciforme. Esse programa começou a ser implantado em Salvador. É uma doença no sangue, que pretendemos que seja foco da política nacional de saúde integral da população negra, considerando a diversidade racial da população e contribuindo para a promoção da igualdade na atenção da saúde.

Nós propomos que sejam convidados para essa discussão o Ministro da Saúde, a Ministra da Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Presidente da Fundação Palmares, o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Tradicionais, o representante da ONU na campanha pelo ano da afrodescendência, o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Nigéria no Brasil, o Secretário de Saúde do Estado da Bahia, o Centro Pediátrico Professor Hosannah de Oliveira, o hospital das clínicas da Bahia, onde também temos a tradição de debate, de acompanhamento dessas ações de saúde, e o representante da Secretaria de Educação do Município de Salvador. Eu queria propor esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. A Mesa aguarda, com certeza, de forma escrita, os nomes que V. Exª citou aqui para fazermos o convite.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim. Eu não os coloquei no requerimento porque estávamos na dúvida, como o requerimento é extrapauta, se haveria tempo. De forma que – creio – fica aberta a possibilidade de outros Srs. Senadores e Senadoras que tenham conhecimento do tema, como é o caso do Senador Paulo Paim, um estudioso da questão e acompanha a luta pela igualdade racial no nosso País, e de tantos outros Senadores que aqui estão e têm relação ou com a questão de saúde ou com a questão racial, incorporarem suas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka e ao Senador Paulo Paim, mas antes quero fazer uma pequena observação à Senadora Lídice. V. Exª vai encaminhar os nomes e, naturalmente, abriu a oportunidade de outros Senadores sugerirem outros nomes. Todavia, entendo que, na próxima reunião, na quarta-feira que vem, esses nomes já se encontram aqui para até discutirmos. Muitas vezes, o próprio nome que V. Exª está indicando poderá ser também o nome sugerido pelo Senador Moka ou outro Senador. Então, solicito a V. Exª que encaminhe.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro. Eu me comprometo, inclusive, meu caro Presidente, a consultar os Srs. Senadores da Comissão para já trazer uma proposta que seja ao máximo o resultado dessa consulta e que também seja em torno de, no máximo, seis debatedores para não perder o foco da nossa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acho importante que não tenhamos muitos debatedores. Apenas como sugestão à Senadora Lídice da Mata, seria interessante que pudéssemos ter um especialista exatamente neste tipo de doença: anemia falciforme. Era fundamental que talvez pudéssemos pedir à sociedade brasileira de hematologia – na verdade, é o hematologista que trata disso – para vir, porque são vários tipos de anemia e o principal é estabelecer o diagnóstico. No caso dos afrodescendentes, é bem verdade que a incidência é bem maior, mas não são os únicos. Então, é um debate que vai se estabelecer. Talvez a presença de um especialista pudesse contribuir até para propor encaminhamentos quando do diagnóstico e do tratamento dessa doença que, sem dúvida alguma, é importante e precisa ser combatida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata pela iniciativa e também o Senador Moka. Tanto a Senadora quanto o Senador foram muito felizes nas suas colocações. A anemia falciforme é um tema que também tenho cuidado, porque atinge muito, muito o povo negro. Inclusive tratamos dessa questão no Estatuto da Igualdade Racial.

Eu, claro, somo-me às indicações, mas seria fundamental que a Ministra Luiza Bairros, da Seppir, estivesse nesse debate, porque é a Ministra que cuida desse tema dentro do Governo. Meus cumprimentos à iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Senadora Lídice da Mata.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, no primeiro semestre, foi aprovado requerimento no sentido de realizarmos audiências públicas juntamente com a CAS sobre o Plano Brasil sem Miséria. Presidente Jayme Campos, a Ministra Tereza Campello e a Secretária Extraordinária do programa Ana Fonseca são as primeiras nessa sequência de audiências públicas. Ontem, a Ministra marcou para o dia 23 de agosto, terça-feira, a audiência pública conjunta da CAE e da CAS.

Então, gostaria de informar a V. Exª e à Comissão que ontem a Ministra acertou com a Comissão de Assuntos Econômicos no dia 23 de agosto, terça-feira, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª pela sua generosidade, bondade de comunicar aqui e, sobretudo, convidar, porque é uma reunião conjunta da CAS e CAE. E V. Exª está comunicando, de forma oficial, até por ser um dos autores naturalmente desse convite, para que, no dia 23, às 10 horas, estejamos juntos reunidos – CAE e CAS – para recebermos a visita honrosa da ilustre Ministra Tereza Campello, que certamente poderá prestar bons esclarecimentos em relação à política de combate à miséria em nosso País.

Agradeço a V. Exª pelo seu comunicado aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

ITEM 3

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2010

Regula o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico e dá outras providências.

Autoria: Senador Papaléo Paes

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Vou nomear relator *ad hoc* aqui o Senador João Claudino.

Antes de mais nada, quero fazer umas observações: nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar; e a votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador João Claudino, nomeado relator *ad hoc*, para proferir o relatório deste projeto de lei.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido à apreciação desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010, de autoria do Senador Papaléo Paes. A medida traz disposições sobre o exercício da profissão do instrumentador cirúrgico com exigências para o exercício profissional, fixação de deveres e determinação no sentido de que seja considerado ilegal o exercício da atividade por pessoas não habilitadas, nos termos da legislação que se propõe.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma que o instrumentador cirúrgico exerce função de extrema importância para o bom desempenho dos atos cirúrgicos, com grande responsabilidade. Também registra algumas atividades desses profissionais consideradas essenciais para o bom andamento dos procedimentos médicos invasivos.

ANÁLISE.

A temática em análise, reconhecimento em lei de uma atividade profissional e exigências para o seu exercício, inclui-se no campo das regulamentações profissionais. Pertence ao campo do Direito do Trabalho e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o assunto é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Carta Magna. Está, também, relacionada entre os tópicos de interesse desta CAS, na forma do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação à iniciativa e à competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais. Também não identificamos aspectos jurídicos

ou regimentais que obstem a aprovação da matéria. Ela está, em conseqüência, apta a fazer parte de nosso ordenamento jurídico.

Quanto ao valor e importância do projeto também temos opinião formada em sentido positivo. O campo profissional em apreço encontra-se em pleno desenvolvimento. As novas técnicas e a evolução científica e tecnológica tornam a mecânica avançada e a informática cada vez mais presentes nas salas de cirurgia. O instrumentador, em conseqüência, pode ser peça fundamental para o sucesso das cirurgias mais complexas.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010, na forma do substitutivo que apresenta que acompanha o voto e o relatório.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador João Claudino.

Em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Sr. Presidente, na realidade, o parecer que acaba de ser lido pelo Senador Claudino é pela aprovação, na forma da emenda substitutiva. Penso, Sr. Presidente, que este não é um projeto assim tão tranquilo, porque a forma que o substitutivo foi aprovado pode trazer alguns conflitos com a profissão dos enfermeiros. Assim, seria importante que tivéssemos um tempo maior, até para que conversemos com a categoria dos enfermeiros, profissionais da saúde, que, no geral, é a grande maioria que desenvolve esse tipo de função.

Eu gostaria de pedir vista do processo para que a gente tenha tempo de debater mais com esses profissionais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto, baseado no art. 132, se pode ser feito de forma coletiva o pedido de vista da Senadora Vanessa. Se V. Exªs não têm objeção, será feito de forma coletiva o pedido de vista, baseado no art. 132.

Agradeço a V. Exªs e reitero a concessão do pedido de vista à Senadora Vanessa, para que sobre a matéria seja feito um estudo, uma análise mais profunda antes de colocarmos em votação.

ITEM 8

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Nacional de Habitação (ANH).

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Lobão Filho

Entretanto, como não se encontra aqui o ilustre Senador Lobão filho, quero fazer uma observação: iremos nomear aqui um relator *ad hoc.* A matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, em decisão terminativa.

Quero pedir, se possível, a gentileza para nomear o ilustre Senador Cyro Miranda para relatar de forma *ad hoc* esta matéria.

V. Exª está com a palavra para proferir o relatório, como relator *ad hoc*, do Projeto de Lei do Senado nº 93, página 87.

Senador Cyro Miranda com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente. Obrigado.

De autoria do Senador Marcelo Crivella, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 93, de 2008, autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Nacional de Habitação (ANH). Como se trata da criação de órgão da administração pública, matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, o autor optou por formular projeto de lei autorizativa, espécie de proposição admitida nesta Casa nos termos do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto desdobra-se em seis artigos, acrescido de um sétimo, que expressa a cláusula de vigência.

O art. 1º, a par de autorizar a instituição da ANH, vinculada ao Ministério das Cidades, submete-a ao regime autárquico especial, com sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar unidades administrativas regionais.

O art. 2º estabelece o objetivo da ANH, qual seja o de promover a efetividade do direito social à moradia, estabelecido no art. 6º da Constituição Federal, por meio da implementação, em sua esfera de atuação, dos princípios e diretrizes estabelecidos no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

As competências da ANH, estabelecidas no art. 3º, compreendem: (a) a formulação de políticas e programas habitacionais e de regularização fundiária, submetendo-os ao Conselho das Cidades, com vistas ao atendimento da demanda por moradias no território nacional; (b) a proposição ao Banco Central do Brasil de normas e critérios com vistas à operacionalização de contratos de crédito imobiliário destinados à habitação; (c) a proposição ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de limites e regras para a aplicação de recursos em programas e projetos habitacionais e de regularização fundiária; (d) o apoio à constituição de parcerias público-privadas com vistas a descentralizar a gestão dos recursos envolvidos e elevar os padrões de efetividade dos programas habitacionais e de regularização fundiária; (e) a implemen-

tação de mecanismos de acompanhamento e controle de desempenho dos programas habitacionais federais; (f) o fomento a iniciativas que tenham por finalidade o aporte tecnológico, a qualificação técnica e a redução de custos da habitação popular; (g) o apoio à instituição de serviços públicos municipais de assistência técnica nas áreas de arquitetura e de engenharia com vistas ao aprimoramento dos processos construtivos bem como à qualificação de aglomerados urbanos habitados por famílias de baixa renda; (h) a coordenação de programas habitacionais e de regularização fundiária destinados à população de baixa renda por meio do aporte de recursos subsidiados, oriundos de fundos governamentais; (i) a sistematização, a atualização e a publicação de dados e informações sobre a produção habitacional e temas correlatos; e (j) a celebração de convênios e contratos com institutos de pesquisa, instituições de ensino superior, empresas de construção civil e outras organizações, com vistas à promoção de estudos e pesquisas relativos à habitação e aos procedimentos de regularização fundiária.

No art. 4º são fixadas as fontes de recursos para o funcionamento da ANH.

O art. 5º, a seu turno, estabelece que a ANH será administrada por uma Diretoria Executiva, órgão de deliberação colegiada, nomeada pelo Presidente da República.

Constituem objeto do art. 6º, as disposições do decreto presidencial a ser editado com o propósito de efetivar e regulamentar a autorização de que trata o projeto. São elas: (a) a fixação e a denominação da estrutura operacional da ANH; (b) a determinação de suas competências e atribuições funcionais; (c) a definição, a quantificação e a hierarquização dos respectivos cargos e funções; e (d) a composição da Diretoria Executiva, o mandato e a remuneração dos dirigentes.

Segundo o autor da iniciativa, desde a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), ocorrida em 1986, em meio à crise econômica daquela década, "a área de habitação passou por um longo período de desarticulação e desestruturação", a despeito de as atribuições da autarquia extinta terem sido repartidas entre o Banco Central do Brasil, que assumiu os encargos relativos à regulação do crédito imobiliário, e a Caixa Econômica Federal (CEF), herdeira das prerrogativas operacionais.

Para ele, na década de 1990, apesar de algumas iniciativas terem sido adotadas no sentido de retomar a participação direta do governo federal,"a exemplo da instituição do Comitê Nacional da Habitação e da implementação do Programa Nacional de Tecnologia da Habitação", os programas habitacionais de iniciativa pública passaram, na prática, à responsabilidade dos estados e, principalmente, dos municípios, em muitos casos "despreparados para o enfrentamento dos processos de regularização fundiária e de atendimento da demanda social por moradias".

Ainda no entendimento do autor, a criação do Ministério das Cidades, em 2003, embora tenha marcado "o início da alteração desse quadro de distanciamento da União", ainda se mostra insuficiente para a "representação adequada, no organograma federal, de um tema social tão relevante". Nesse sentido, considera que a ANH "preencherá a lacuna que ainda se observa na estrutura governamental" relativamente à efetivação do direito social à moradia.

Apresentado em março de 2008, o projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais e à de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

Dado o exposto vamos ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o Relator vota pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 93, de 2008, com as seguintes emendas.

Emenda nº 1.

> Dá-se a seguinte redação ao inciso VIII, do art. 3º, da PLS, 93, de 2008.
>
> Articular em programas de habitação e regularização fundiária destinados à população de baixa renda, inclusive por meio de aporte de recursos subsidiados oriundos do orçamento da União e de fundos federais, como dos governos estaduais e municipais participantes.

À Emenda nº 2, dá-se a seguinte redação:

> Parágrafo Único – Serão exercidas pela ANH as atribuições cometidas ao Ministério das cidades, na Lei de 11.124, de 16 de junho de 2005, e na Lei nº 11.977, de sete de julho de 2009.

Como Relator *ad hoc* era o que tínhamos a apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Está em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a material.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Dias, para discutir a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro creio que o Senador Crivella quando teve essa

iniciativa, ele certamente cobrava uma ação mais ágil na política habitacional do Brasil.

O fato é que o Brasil hoje tem uma estrutura, tivemos uma fase que nós tivemos o antigo BNH, Banco Nacional de Habitação que foi absorvida em uma fusão com a Caixa Econômica Federal, que se tornou inicialmente um agente financeiro, hoje um modelo para o Planeta em financiamento de longo prazo. E em seguida foi criado os ministérios das cidades.

Eu creio que, do ponto de vista da política habitacional em si, eu acho que vivemos no Brasil hoje a melhor estrutura, a estrutura que tem uma relação direta com os municípios de forma descentralizada, uma relação com os estados, através de agência de habitação, através de companhias de habitação ou de secretarias das cidades, ou até, às vezes, em alguns casos, alguns mantiveram a sua companhia de habitação e criaram as suas secretarias das cidades, é o caso do Piauí, para citar um exemplo. Agora nós tivemos um avanço que ele é mais recente do que esse processo que foi uma modalidade que permitiu à Caixa Econômica sair de um simples agente financeiro que era muito mais voltado para quem tinha renda mais elevada, para poder me parceria com outras áreas do Governo Federal, de forma subsidiada, em Programas como Minha Casa Minha Vida, em Programa de Habitação Social, se passou a fazer o financiamento direto com a construção civil.

Então, eu creio que uma estrutura a mais neste caso provavelmente vai burocratizar mais, ela vai criar mais impacto.

Por essa razão eu queria pedir vistas ao projeto para que pudéssemos analisar. Eu acho que elogio aqui a iniciativa, porém fico receoso de que isso possa levar a uma estrutura que coloque mais morosidade, mais dificuldade, e, por essa razão, eu queria pedir vista, para melhor analisar aqui essa proposta, inclusive consultando outras áreas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Wellington Dias. Mas, como nós estamos em fase de processo de discussão, já está consignado registrar aqui que V. Exª irá pedir vista.

Todavia, nós vamos, já em fase de discussão, conceder a palavra ao Senador Cyro Miranda e à Senadora Ana Amélia, para externarem também suas opiniões e observações em relação à matéria que nós estamos discutindo.

É bom que se esclareça, Senador Wellington Dias, que a matéria não é terminativa. Ela será encaminhada, após a discussão e a votação nesta comissão, à Comissão de Constituição e Justiça.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, eu acho que como sou relator *ad hoc* eu posso ser contrário a esse relatório. Eu concordo com o Senador Wellington Dias, que a minha preocupação foi sempre que nós estamos inchando, cada vez mais, com agências desnecessárias. Certo? E ele bem disse que esse projeto é de 2008. A evolução foi muito grande dentro dos ministérios de cidadania.

Criar um órgão desse, para mim, hoje seria mais um entrave. Eu acho que é mais um complicador e inchar o nosso País. Então, eu também aproveito e peço vista coletiva a esse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu, igualmente, endosso integralmente as posições do Senador Wellington e do Senador Cyro Miranda. E partilho a ideia da necessidade de um pedido de vista.

E para facilitar um pedido de vista coletivo, Sr. Presidente, para que a matéria seja examinada, até por que penso que nem seria o caso de um pedido de vista, dada a polêmica da matéria, para evitar trabalho. Eu acho que não há condição até de um texto desse, com esse grau de interferência sobre as relações hoje bastante diretas e muito mais práticas, de ter-se agora mais um entrave ao bom relacionamento. Especialmente nos programas citados pelo Senador Wellington Dias, eu sou favorável até à rejeição dessa matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu, como relator *ad hoc*, eu posso mudar o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro que pode. Como relator *ad hoc* pode.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, eu sou pela rejeição. E aqui, de acordo com o meu colega, nós retiraríamos o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a devida vênia, já foi pedido vista pelo Senador Wellington, endossado também pela Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, eu pedi para...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Baseado no art. 132 do Regimento Interno desta comissão, o pedido de vista já tinha sido concedido. Agora, nada impede a V. Exª também fazer um novo voto e encaminhar aqui.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, permita só...

Dado aqui as ponderações da Senadora Ana Amélia, do Senador Cyro, do Senador João Vicente também, que embora não pedido a palavra, mas me colocava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas é conterrâneo, do seu Estado do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas é conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu imagino que vai estar solidário.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu creio assim. Eu acho que há praticamente o entendimento na comissão pela rejeição do projeto. Então, com essa posição do relator, eu retiro o pedido de vista e encaminho a posição pela rejeição da proposta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) - Igualmente é a posição que eu defendo, Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Cyro também poderia retirar de pauta, como relator *ad hoc*, e emitir um novo parecer. Isso também é regimental.

Em que pese já ter relatado o voto, mas, mesmo assim, eu imagino que a plenária concordaria, retiraria de pauta, e V. Exª, como relator *ad hoc*, emitiria um novo parecer em relação a esta matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas ele não poderia fazê-lo agora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas, antes de mais nada, aqui me parece que o Senador João Claudino quer emitir também as suas observações

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Regimentalmente, ele não pode fazê-lo agora fazer esta alteração, verbal, substituindo o que havia feito do relatório como *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pode sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, melhor. Vamos resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas, antes de mais nada, eu gostaria de conceder a palavra, primeiro, para fazer suas observações, ao Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, a demonstração dos Senadores e Senadoras aqui é uma decisão já consolidada: que fosse retirado o pedido de vista, para que fosse votada a não criação de mais uma agência. Eu acho que é desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador João Claudino.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Cyro Miranda.

Então, vamos formalizar aqui, ou seja...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mudando o voto, eu queria formalizar pela rejeição desse projeto. E que V. Exª o colocasse em votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto à secretaria se é possível.

Em votação a proposta do Senador Cyro Miranda, que pede a retirada do projeto, dessa matéria.

É isso?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Não, é pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Pela rejeição da matéria. Ele foi contrário totalmente.

Em votação.

Parecer contrário do ilustre Senador Relator *ad hoc.* O voto é pela rejeição.

Consulto a V. Exªs que concordam permaneçam como estão, pelo voto do Relator *ad hoc.*

Aprovado.

Parecer contrário do ilustre Senador Cyro Miranda.

A matéria vai ser encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 10

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2010

Institui o Fundo de Apoio às Unidades Estaduais e Municipais Hospitalares no atendimento de Urgência e Emergência.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Humberto Costa

Observação*: A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa.*

Para esse projeto não se encontra aqui o ilustre Senador Humberto Costa e nós iremos nomear um Senador *ad hoc.*

Como não está presente o ilustre Senador Humberto Costa para proferir o relatório, consulto a Senadora Vanessa Grazziotin se V. Exª pode relatar, de forma *ad hoc,* o Projeto 36, da página 122.

Nomeio e concedo a palavra à Senadora Vanessa para proferir, como Relatora *ad hoc* o relatório deste Projeto nº 36, da página 122.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – O projeto de autoria do Senador Marconi Perillo cria, como V. Exª já citou, o Fundo de Apoio às unidades

estaduais e municipais hospitalares, destinada a prover recursos suplementares para os fundos de saúde responsáveis por essas unidades com objetivo de melhor aparelhá-las para atenção às vítimas do trânsito.

Aí tem um longo relatório, Sr. Presidente, que acredito que todos os Senadores e Senadoras presentes já leram. Portanto, vamos passar imediatamente para análise.

A proposição é justificada como forma de melhorar o custeio do atendimento às vítimas de acidente de trânsito, feito por unidades de saúde mantidas por Estados e Municípios, mas contando com fundos cronicamente insuficientes.

O novo fundo, criado no âmbito do Poder Executivo, teria o objetivo de contribuir para que aqueles serviços possam melhor realizar as suas importantes atribuições.

Ainda que concordemos com o propositor, que os recursos à disposição do SUS para manutenção do serviço de emergência têm sido cronicamente insuficientes e com o Senador Papaléo que a demanda por atendimento em nossa emergência é crescente, frente à reconhecida insuficiência de políticas públicas voltadas à prevenção de acidentes de trânsito, ao aumento exponencial da frota de veículos e a deterioração de nossas vias, não concordamos com a solução aventada.

Ao criar o fundo paralelo ao Fundo Nacional de Saúde, com gestão própria de seus recursos, o projeto contraria as disposições da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que é transcrita aqui no relatório.

Entendemos, dessa forma, que o PLS nº 36, de 2010, tem problemas de juridiscidade.

No mérito, a medida proposta não amplia os recursos à disposição do SUS e, como antecipamos, não vemos como a criação de um fundo paralelo ao Fundo Nacional de Saúde possa vir a constituir um mecanismo adequado para gestão financeira do sistema ou para melhoria do atendimento aos acidentados de trânsito.

VOTO.

Em vista do exposto, somos pela rejeição do mérito do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2010.

É o relatório, Sr. Presidente, com o qual concordo integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Para discutir .

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Com a palavra Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Embora seja do ex-Senador Marconi Perillo, Governador do meu Estado, sou coerente e sou pela rejeição também do projeto. A criação de um fundo não justifica.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Agradeço a V. Exª. Consulto os demais Senadores se ainda querem discutir a matéria.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Sr. Presidente, principalmente porque o Sistema Único de Saúde já tem um tratamento especial para essas áreas de urgência e emergência. Aliás, o nome urgência e emergência foi exatamente colocado de modo muito popular, muito simples, por conta da aplicação da legislação a partir da criação do Sistema Único de Saúde.

Por isso sou favorável ao voto do relator, pela rejeição da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Agradeço a V. Exª.

Seguro a palavra também à Senadora Ana Amélia.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Voto com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Consulto se tem alguém que queira discutir.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2010.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o parecer contrário ao PLS nº 36, de 20101.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa.

ITEM 7

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.

Endereço na

Trata-se de um projeto de autoria do Deputado Silvio Torres, encaminhado da Câmara para o Senado, e o relator é o Senador Cícero Lucena. Entretanto, ele nos solicitou, a esta Comissão, à Presidência, que o projeto fosse retirado de pauta. E atendendo ao pleito do relator de forma gentil, mesmo ele não estando presente, vamos atender ao seu pedido. Antes de mais nada, temos dois Senadores.

Primeira a Senadora Lídice e, depois, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Sou eu, Sr. Presidente?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Presidente, queria consultá-lo para saber se trata do projeto, e eu estou consultando, da criação do turismo rural?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Exatamente.

A SRª. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Quero dizer que tenho acompanhado esse projeto desde a Câmara e que estarei aqui quando da apresentação do relatório do Senador Cícero Lucena, porque se trata de um projeto muito importante para todo o setor de turismo do Brasil.

É uma luta de muitos anos a organização e a regulamentação do turismo rural em nosso País. E este projeto passou por um debate na Câmara dos Deputados quando fui presidente da Comissão de Turismo na Câmara dos Deputados, é do Deputado do PSDB, Silvio Torres.

E fizemos uma audiência pública muito importante, mais de uma audiência, para debater esse projeto com todo o setor rural do País.

E, na oportunidade, voltarei a discuti-lo. Mas quero chamar a atenção desta Comissão para a importância desse projeto que haveremos de debater e votar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Presidente Jayme Campos, o Ministério do Turismo, pela orientação que recebi, não é contra o projeto.

Quero cumprimentar o Senador Cícero Lucena por retirá-lo de pauta.

Recebi aqui um pedi das Centrais, da Contag – que não são contra o projeto – que queriam, como muito bem disse a Senadora Lídice da Mata, dar uma olhada maior no projeto.

Então, já que ele pediu para retirar de pauta, entendo que, com isso, está atendido o pedido da Contag. Isso me obrigaria a pedir vista, que bom que não vou pedir, não gosto de pedir vista. É difícil pedir vista de algum projeto. Já que ele saiu de pauta, a Contag, as Centrais terão a oportunidade, esta semana, de olhar o projeto, Senadora Lídice da Mata, V. Exª que acompanhou e sabe muito bem o que está defendendo e pedindo a aprovação. Na semana que vem, podemos votá-lo. Atendeu às duas partes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Agradeço a V. Exª. E o pedido do Senador Cícero Lucena foi atendido de forma democrática e, sobretudo, apoiado pelos demais Senadores e Senadoras.

De forma que retiro de pauta o pleito feito pelo relator Cícero Lucena.

Acho que é uma matéria muito interessante que terá a oportunidade ímpar de ser discutida aqui.

Quero agradecer a presença das Srªs e dos Srs. Senadores. Por incrível que pareça, esta Comissão tem tido a primazia de, todas as vezes em que se reúne, aprovar todos os projetos.

Hoje foi liquidado, ou seja, limpada a pauta.

Agradeço a participação dos senhores. E declaro, tendo em vista que não há mais nada a tratar, encerrada a presente sessão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – A nossa participação e a competência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – É bondade de V. Exª por ter comparecido aqui todas as vezes em que o quórum era insuficiente para aprovar matérias terminativas.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 08 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e seis minutos, do dia dez de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 22ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 8 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011.** Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Silvio Torres.

Relatoria: Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CRA (Substitutivo). **Resultado:** Retirado de Pauta para atender ao Ofício SF nº 1401/2011, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de iniciativa do Senador Sérgio Souza solicitando audiência de outra Comissão. **ITEM 1 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2010.** Atualiza o valor da contribuição sindical anual dos agentes ou trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, bem como sobre a forma de correção. **Autoria:** Senador Gerson Camata. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 324, de 2010, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2009.** Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório; adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 9 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2010.** Inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo Projovem Trabalhador. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria "Ad Hoc":** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 11 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2011.** Modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que `institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que 'dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal', para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências", no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria "Ad Hoc":** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 10 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2011.** Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva à Senadora Ana Rita e ao Senador Paulo Paim, nos termos regimentais. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2010.** Dispõe sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório; adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2009.** Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o pagamento do salário mínimo fixado em lei ao trabalhador que cumpra jornada inferior a oito horas diárias ou quarenta e quatro horas semanais. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria "Ad Hoc":** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva aos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, nos termos regimentais. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2010.** Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem, respectivamente, sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências e sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre a qualidade de segurado após quinze anos de contribuições para fins de concessão de pensão por morte. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 a 3 que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório; adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 2 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2010.** Regula o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico e dá outras providências. **Autoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria "Ad hoc":** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator**.** Ficam adiados os demais

itens da Pauta. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, João Vicente Claudino e as Senadoras Ângela Portela e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas, aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, aos demais presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 22ª Reunião da CAS.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Quero fazer apenas um alerta aqui, um pequeno comentário. Hoje, teremos a satisfação de receber aqui – já está confirmada sua presença – o Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, para detalhar aos Srs. Senadores desta Comissão os planos da sua Pasta para o biênio. O requerimento foi de autoria da valorosa Senadora Vanessa Grazziotin, que, com certeza, estará na nossa reunião, que será muito importante, já que será um momento ímpar de todo o Plenário da Casa. Discutiremos assuntos inerentes à sua Pasta, sobretudo a regulamentação de diversas profissões, a redução da jornada de trabalho e de encargos trabalhistas, negociação coletiva e liberdade sindical, acidentes de trabalho, fundos de pensão, qualificação profissional, ensino técnico, políticas de incentivo ao primeiro emprego, políticas de emprego para os trabalhadores experientes. Quero crer que a presença do Ministro aqui vai enriquecer, sobremaneira, a nossa Comissão.

Amanhã, quinta-feira, haverá uma audiência pública aqui, proposta pela Senadora Marta Suplicy, que pretende discutir, nessa audiência pública, os Projetos de Lei da Câmara dos Deputados nºs 150, de 2009, e 119, de 2010. O primeiro regulamenta a profissão de psicólogo e fixa, em 24 horas semanais, a jornada de trabalho da categoria. A segunda proposta regulamenta a profissão de Fonoaudiologia, fixando a jornada máxima de 30 horas semanais para os fonoaudiólogos. Ambos os projetos estão sendo relatados pela Senadora Marta Suplicy, que é autora do requerimento. Portanto, é muito importante também essa audiência pública, diante da relevância que representa em relação à jornada de trabalho que vai ser definida por meio desses Projetos de Lei.

Da mesma forma, às 14h30 dessa terça-feira, a CASSAÚDE, que é a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da CAS, realiza audiência pública para debater os dez anos da reforma da Psiquiatria, que trata da proteção e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial do movimento.

Quero iniciar aqui...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pelo que vejo, a partir de agora, será realizada a reunião normal. Em seguida, depois de esgotarmos as matérias da Ordem do Dia, contaremos com a presença do Ministro do Trabalho nesta Comissão, ainda hoje, na parte da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sim, senhor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pelo que ouvi por parte de V. Exª, amanhã, serão realizadas duas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Uma audiência pública será realizada na parte da manhã, às 11 horas, provocada pela Senadora Marta Suplicy, e, à tarde, vai funcionar a CASSAÚDE, que é uma Subcomissão da CAS.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Na parte da tarde?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na parte da tarde.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É que, amanhã, pela manhã, às 8 horas, será realizada a reunião da Comissão de Agricultura. Então, teremos de conciliar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas, aqui, a audiência será realizada às 11 horas.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, às 8 horas, será realizada a reunião da Comissão de Agricultura, e, às 11 horas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A reunião será extraordinária. A Senadora foi autora do requerimento, que acatamos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos fazer essa audiência pública, para diminuirmos a carga horária de trabalho dessas duas profissões.

Prosseguindo, há uma matéria cuja decisão é não terminativa. Nós a estamos retirando de pauta, conforme solicitação do autor da matéria, diante de solicitação do Presidente do Senado Federal. Comunico a V. Exªs o recebimento do Ofício nº 1.401, de 2011, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento de iniciativa do Senador Sérgio Souza pedindo a audiência de outras Comissões. Por esse motivo, a matéria é retirada de pauta e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O Item 1 da pauta trata de matéria a ser discutida em turno suplementar. A matéria já foi lida aqui. O Senador Casildo Maldaner é o Relator da matéria. Trata-se de turno suplementar de discussão. Não há emenda. O Item 1 está à pág. 14.

ITEM 1
- Terminativo –
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2010

Atualiza o valor da contribuição sindical anual dos agentes ou trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, bem como sobre a forma de correção.

Autoria: Senador Gerson Camata.
Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Aqui, estamos apreciando a matéria em turno suplementar.

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 03/08/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao PLS nº 324, de 2010. Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão em turno suplementar, o Substitutivo ao PLS nº 324, de 2010, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Essa decisão será comunicada ao Presidente da Comissão do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas quero dizer que não havia uma definição em relação à contribuição dos trabalhadores nos seus sindicatos, nas suas associações. O teto era infinito, mas se estipulou, pela proposta do ex-Senador Gerson Camata, que houvesse um limite, e o limite que ficou acordado, então, foi de R$150,00 por ano, por trabalhador, nos seus sindicatos. Naturalmente, eles decidem, por categoria, em suas assembleias, os valores, se são R$20,00, R$30,00, R$50,00, R$100,00, R$120,00, mas o teto máximo é de R$150,00. Pelo menos, foi isso que ficou definido. Naturalmente, a correção será feita anualmente por um índice que é reconhecido pelo próprio Governo. Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer, para recordar essa matéria, da qual tivemos a honra de ser o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

Vamos passar ao Item 6 da pauta. Trata-se de decisão terminativa. Poderemos já ler o relatório.

ITEM 6
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2009

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Casildo Maldaner.
Relatório: pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações: - *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar.*
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para proferir seu relatório.

O Item 6 está à pág. 59.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Colegas, em análise, para decisão terminativa, está o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 535, de 2009 – como bem declarado por V. Exª aqui –, que pretende alterar a lei que regula o trabalho de empregado doméstico, determinando que a Caixa Econômica Federal adote procedimentos

simplificados na inscrição, emissão de formulários e outras iniciativas relativas à formalização dos empregos domésticos, mormente com utilização dos meios eletrônicos (Internet).

O autor da proposta, que é o eminente Senador Paulo Paim, atenta para a burocracia exagerada que envolve a inscrição dos trabalhadores domésticos no Fundo de Garantia (FGTS) e que reduziu o alcance e a eficácia da norma que inseriu esse direito, como facultativo, na lei que dispõe sobre o trabalho doméstico.

Também no texto que argumenta a favor das mudanças, são relatadas as dificuldades de um empregador doméstico que, para recolher voluntariamente o Fundo, "foi à Superintendência Regional do Ministério do Trabalho, que o mandou procurar a Caixa Econômica Federal – CEF, onde recebeu orientação para se dirigir ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que, finalmente, o encaminhou à Receita Federal, onde fez inscrição no Cadastro Específico do INSS – CEI ...". Trata-se, enfim, de um percurso longo e desnecessário.

A nobre Senadora Marisa Serrano, que hoje encontra-se no Mato Grosso do Sul, pois acabou assumindo o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas, vindo para cá o seu suplente, o Senador Russo, já analisou a matéria nesta Comissão, tendo oferecido parecer favorável à sua aprovação, que não chegou a ser votado. Concordamos inteiramente com os termos de sua análise.

Em sua análise, a Senadora se manifestou favoravelmente. Como se trata de uma análise longa, com a permissão, vou adiantar a leitura, para encurtar um pouco as distâncias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Até porque, Senador, permita-me, dessa matéria tem conhecimento já as Srªs e os Srs. Senadores. Vamos abreviar e colocar em votação outros processos. Todos já tomaram conhecimento da pauta.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, para reduzirmos, apenas declino as considerações e, para evitar todo o encaminhamento, a proposta do Senador Paulo Paim é que se faça via Internet, já que é facultativo, para poder fazer a inscrição quem quiser regularizar essa situação não obrigatória.

Quanto ao mérito, somos favoráveis às mudanças simplificadoras das propostas. Como bem relatou a relatora que nos antecedeu, há, entretanto, um problema de constitucionalidade na forma redacional utilizada. Ao atribuir competências à CEF, ao INSS e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, o texto invade matérias que são de competência privativa do Presidente da República, pois dizem respeito à "organização e funcionamento da administração federal" (alínea *a* do inciso VI do *caput* do art. 84 da Constituição Federal).

Essa impropriedade pode ser contornada, em nosso entendimento, através de emenda que conceda os direitos previstos na iniciativa aos empregados e empregadores domésticos, remetendo à regulamentação do Poder Executivo a definição dos procedimentos a serem adotados.

Sendo assim, a lei prevê:

"§ 1º É assegurada ao empregador a inscrição de seu empregado doméstico no FGTS, junto à Caixa Econômica Federal – CEF, exigindo-se, exclusivamente, o número do empregado no Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda – CPF e a consequente emissão das guias de recolhimento, mediante utilização da rede mundial de computadores (Internet).

§ 2º A inscrição do empregado doméstico junto à CEF será comunicada, na forma do regulamento, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (...).

§ 3º A inscrição do empregador doméstico no Cadastro Especial do INSS – CE (...) [também se fará pela Internet]

§ 4º É assegurada ao empregador doméstico a realização, em formulário único, disponibilizado pela internet, de todos os procedimentos legais necessários ao registro de seu empregado doméstico no FGTS e no INSS, na forma do regulamento. "

Esta é a lei que passa a entrar em vigor na data da sua publicação, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Casildo Maldaner. Entretanto, como esta matéria é de caráter terminativo, nós suspendemos aguardando quórum. Daqui a pouco, o quórum suficiente, nós colocaremos em votação a sua matéria, ilustre Relator, Senador Casildo Maldaner.

ITEM 9
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2010

Inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo ProJovem Trabalhador.

Esse projeto é muito interessante, porque vai dar prioridade aos jovens egressos de abrigos privados e públicos, que terão prioridade no aproveitamento desse projeto meritório e muito interessante para a juventude brasileira.

Ele é de autoria da Senadora Marisa Serrano e de relatoria da Senadora Ana Rita. Como S. Exª não se encontra presente, solicito a ilustre Senadora Angela Portela para relatar *ad hoc* a matéria.

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois, não, Presidente. Vamos ao relatório.

O Projeto de Lei nº 152, de 2010, acrescenta um parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 11.962, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem.

Com a alteração, passa a Lei a determinar o atendimento prioritário, na

modalidade ProJovem Trabalhador, dos jovens que sejam egressos de abrigos públicos e privados e que, até a data em que tenham completado dezoito anos, não tenham sido acolhidos por família substituta.

A autora, ao justificar sua iniciativa, aponta que, nos termos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), os abrigos que acolhem os jovens em situação de desamparo devem fazê-lo em caráter temporário, até que eles possam ser recolocados no seio familiar, originário ou substituto. Ocorre que, em realidade, muitos desses jovens permanecem longos anos sob o amparo dessas instituições, chegando a completar, nelas, a maioridade.

São esses jovens, ainda segundo a autora, os mais atingidos pela dificuldade de conseguir o primeiro emprego, situação que se agrava pela saída dos abrigos que os acolhem, pois torna iminente o aflitivo problema do sustento próprio.

A iniciativa foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), tendo caráter terminativo perante esta última.

Ao projeto, não foram apresentadas emendas até o momento.

II – Análise

Compete a esta Comissão, a teor do que dispõe o art. 97, combinado com o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, discutir e emitir parecer sobre a presente matéria.

A iniciativa está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e *caput* do art. 48 da Carta Magna, respectivamente).

No mérito, concordamos integralmente com a autora da proposição ora analisada. É notória a dificuldade que os jovens encontram na busca pelo primeiro emprego, sendo mesmo essa a razão da existência de programas como o ProJovem, que buscam construir uma ponte que seja capaz de ligar a juventude com a integralidade da vida social, com a vivência plena da cidadania.

Temos que voltar o olhar para essa realidade levando em consideração um dado ainda mais preocupante, que é a situação extrema em que estão os jovens egressos de abrigos e que alcançam a maioridade sem que tenham encontrado um lar. Eles terão que buscar emprego em um mercado de trabalho restrito e exigente, premidos pela imperiosa necessidade básica de sobreviver.

Sem nenhuma dúvida, esses jovens não podem esperar. Devem ser atendidos com prioridade pelo ProJovem Trabalhador, para que se possa garantir a eles não só a esperança, mas também o aporte necessário para que possam conseguir a tão necessária vaga no mercado de trabalho, tornando-se adultos plenos e capazes.

III – Voto

São essas as razões que orientam o voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2010.

É este o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a ilustre Relatora Angela Portela.

Está em discussão a referida matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer para concluir a aprovação do Projeto de Lei do Senado 152, de 2010. (*Pausa*.)

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 11

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2011

Modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que 'dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal', para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências", no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Eu consulto o ilustre Senador e amigo pessoal João Durval se V. Exª aceita ser o relator *ad hoc* dessa matéria, que é o Item 11, pág. 119. (*Pausa*.)

Como o Senador Benedito de Lira não está presente, o ilustre Senador João Durval vai relatar a matéria como relator *ad hoc*.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Chega à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 169, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor", no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica".

O projeto contém dois artigos: o primeiro altera a redação do *caput* e do § 3º do art. 2º da Lei nº 11.705, de 2008, de forma a ampliar a proibição da venda de bebidas prontas para o consumo em postos de combustíveis às margens das rodovias federais, mesmo que esses postos – ou parte deles – estejam fora da área de domínio das rodovias; o segundo é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Nas palavras do autor, o projeto "visa a eliminar impropriedade da legislação em vigor, que consiste na tolerância à venda ou à oferta de bebidas alcoólicas, em condições de consumo imediato, nos postos de venda de combustíveis automotivos". Buscaria, ainda, dar maior precisão ao texto legal, substituindo a expressão "para consumo local" por "em condições de pronto consumo", de modo a evitar a interpretação equivocada de que bebidas alcoólicas prontas para o consumo pudessem ser vendidas nos locais proibidos desde que o consumo se desse fora das dependências do estabelecimento que as vendeu.

A proposição foi distribuída à CAS e à Comissão de Constituição,Justiça e Cidadania (CCJ), à qual caberá a decisão terminativa sobre a matéria.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Nesta Comissão, analisaremos apenas o mérito da proposta, no que se refere à proteção à saúde e à vida, deixando à CCJ o exame dos aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O assunto tratado no PLS nº 169, de 2011, é de extrema importância do ponto de vista social. De fato, a proposição busca atuar na resolução de dois graves problemas de nossa sociedade moderna. O primeiro deles é a violência no trânsito; e o segundo – presente de forma acessória no projeto – é a questão do consumo abusivo de bebidas alcoólicas.

De um lado, é fato sobejamente conhecido que uma das mais importantes causas dos acidentes em nosso País é associada à terrível combinação de álcool e direção, visto que o álcool não só reduz a atenção e o tempo de reação ao volante, mas também, muitas vezes, estimula a agressividade do condutor. Grande parte dos acidentes de trânsito, especialmente os mais graves, deve-se ao uso excessivo de bebida alcoólica por pelo menos um dos condutores envolvidos.

De outro, verifica-se que as alterações propostas atuam também no sentido geral de ampliar as restrições à venda de bebidas alcoólicas, o que é salutar no combate ao alcoolismo. De fato, ao se restringirem as oportunidades para a compra de bebidas, pode-se esperar alguma redução no consumo, tanto pela maior dificuldade de compra em si, como pelo efeito econômico associado à restrição da oferta, que tende a elevar o preço dos produtos.

Em resumo, no que concerne aos aspectos sujeitos ao exame desta Comissão, acreditamos que a medida é merecedora de nossa aprovação.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador João Durval por ter aceito ser relator *ad hoc* da matéria.

Quero comunicar que esta matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo, mas ela está em discussão.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, apenas gostaria de frisar ou até reprisar a importância da matéria, embora alguns vão dizer, embora talvez alguns setores do próprio Governo vão dizer que vai cair a arrecadação se houver restrição à venda de bebidas alcoólicas nas estradas e estabelecimentos comerciais. Por outro lado, vamos economizar em hospitais, em assistência médica e, principalmente, em seguros e em problemas que, a toda hora, a todo instante, vêm acontecendo.

Então, acho que nós temos que ser mais duros. Eu acho que tem uma validade extraordinária essa proposta, Senador João Durval e caros colegas, para tentarmos, com ela, mudar a cultura, principalmente dos nossos jovens. É de suma importância perseguir-

mos o objetivo dessa matéria, insistirmos nessa questão de mudarmos a cultura, para tentarmos frear isso.

Está provado que a maior parte de acidentes é em função do exagero da ingestão de álcool. E aí, como diz o autor na própria conclusão do projeto, as pessoas ficam mais agressivas no volante, muitas vezes nem sabem o que estão fazendo, e acontecem acidentes não só com eles, mas com inocentes que estão circulando.

Sem dúvida alguma, o mérito dessa matéria é extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Para discutir, tem a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, na verdade, percebe-se que, nas nossas cidades, sobretudo entre os jovens, virou quase um modismo o posto de gasolina, com uma loja de conveniência funcionando por 24 horas. Você passa às 5 horas, às 6 horas da manhã e vê aquele monte de jovens ali, bebendo até o amanhecer.

O projeto tenta coibir isso, Presidente, porque ele amplia, há uma tentativa da proibição de consumo alcoólico em postos de rodovias. Ele amplia isso aí.

Na verdade, o mérito da matéria é absolutamente viável. O que talvez, Presidente, por isso que eu...

Não sei, Sr. Presidente, se nós não poderíamos criar – sei que evidentemente não depende da Comissão de Assuntos Sociais – um critério para que as matérias, do ponto de vista terminativo, passassem na Comissão de Constituição e Justiça antes, para que se examinasse exatamente a sua constitucionalidade e juridicidade. Porque, aqui, nós vamos examinar o mérito e, no mérito, eu não tenho a menor dúvida de que a proposta é absolutamente importante. Agora, se nós vamos deliberar sobre o mérito e, ao chegar à Comissão de Justiça, o projeto será considerado inconstitucional, a mim, isso não parece prático; isso não tem sentido para mim.

Eu acho que as matérias deveriam seguir uma rotina aqui, entre as comissões. Todas as matérias deveriam passar, antes de tudo, na Comissão de Constituição e Justiça. Eu sei que deve haver uma demanda muito grande, mas eu entendo que uma matéria da importância desta, a qual sou favorável e acho que tem mérito o projeto, pode cair na Comissão de Constituição e Justiça porque, como se vai defender a isonomia de se vender num posto de gasolina ou num armazém. Temo pela constitucionalidade da matéria, mas, no mérito, concordo e acho que é preciso haver rigor mesmo na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Tem toda razão, Senador Waldemir Moka, em todos os aspectos. Primeiro, porque a tramitação, na Câmara, funciona de forma inversa: vai para a CCJ e depois é que vai para as outras comissões. Segundo, na verdade, os postos de gasolina nas áreas urbanas, nas cidades, viraram verdadeiros pontos de encontro. Ali a coisa roda até as 6 horas da manhã, até as 7 horas da manhã, muitas vezes até perto de residências, em bairros muito populosos. Ali ficam com o som altíssimo, muitos decibéis, e a população não consegue dormir. Às vezes, é preciso chamar a polícia para tirá-los de lá, baixar o som; isso, em determinados postos neste País.

Lamentavelmente, isso ocorre, e V. Exª tem toda razão em dizer que devemos votar uma lei mais séria, como bem disse aqui o Senador Casildo também. Acho que o maior índice de tragédias que acontecem nas rodovias do Brasil é fruto de bebida alcoólica e, naturalmente, dos excessos de velocidade. São dois aspectos realmente muito prejudiciais ao bom trabalho daqueles que fazem a boa prática no volante nas nossas rodovias, não só estaduais, mais federais, no nosso Brasil.

Continua em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero aqui também corroborar com as reflexões e as opiniões dos colegas Senadores. Eu tive oportunidade de me manifestar sobre este tema em outros momentos, em outras comissões. Sempre me incomodou muito a venda de bebida alcoólica em postos de gasolina. Para mim, isso é um contrassenso, no momento em que se discute o alto índice de violência no trânsito e vemos que grande parte se dá em função de os motoristas estarem alcoolizados. Nós temos casos desses no Estado do Espírito Santo. Há um caso emblemático, em que uma família praticamente toda morreu em função de um acidente provocado por um motorista que estava completamente alcoolizado. Apenas o marido ficou vivo. Morreu a esposa, morreu filho, morreu todo mundo. Então, é muito complicado isso.

Eu quero aqui parabenizar o autor da matéria, que é o Senador Marcelo Crivella, e também parabenizar o relator, o Senador Benedito de Lira, pelo parecer favorável. Mas este projeto de lei parece que é apenas para postos de gasolina que estão localizados em rodovias. Ele ainda não atinge todos os postos de gasolina. O ideal seria que abrangesse todos os postos de gasolina. Isso eu sei que é polêmico, muitos postos de gasolina...

(Manifestação fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ele amplia? Porque a informação que eu tenho é de que é somente para postos de rodovias. Se for somente nas rodovias, ele é importante, mas é tímido. Ele poderia ser mais ousado. Ou seja, não quer dizer com isso que nós tenhamos que acabar com as lojas de conveniência; muito pelo contrário. Acho que é importante, num posto de gasolina, haver um lugar onde as pessoas possam comprar algo que será útil para a sua viagem. Mas bebida alcoólica em postos de gasolina é um contrassenso! Em qualquer cidade brasileira, em qualquer lugar, rodovias, enfim, vender bebida alcoólica, para mim, é um absurdo. Eu acho que nós tínhamos que ser bem radicais nessa questão.

Mas, de qualquer modo, Sr. Presidente, nós somos favoráveis à matéria, embora, na minha opinião, ela não seja tão abrangente assim. Sabemos que é um tema polêmico. A Lei seca, em algumas cidades brasileiras onde foi adotada, deu certo, contribuiu para a redução da violência no trânsito, mas ainda há muita resistência por parte de alguns. Enfim, eu acho que o que está posto aqui é importante, embora não seja, na minha opinião, tão abrangente assim. Mas eu quero parabenizar o autor e o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e, só para efeito de informação, na verdade, o projeto amplia, não fica só nas rodovias. Porque, nas rodovias, nós já temos uma lei aprovada pelo Congresso. Entretanto, este projeto de lei do Senador Marcelo Crivella está ampliando as ações que, certamente, a lei vai praticar.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, minha assessoria está dizendo que é isso mesmo.

O projeto de lei, no seu § 3º, diz o seguinte – página 122:

> *§ 3º. Ressalvados os postos de venda de combustíveis e as lojas de conveniências a eles contíguas, não se aplica o disposto neste artigo a estabelecimentos localizados em área urbana, conforme delimitada em lei municipal ou do Distrito Federal.*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O que ele pondera, na verdade, é que, mesmo os postos não estando nas margens das rodovias, alguns estando afastados, serão também fiscalizados por esta lei aqui. Não na área urbana especificamente, como V. Exª bem disse.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas o que eu quero dizer é que, nas áreas urbanas, também deveria ser proibido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concordo com V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí é diferente. É exatamente isto: quando se votou, tirou-se, por exemplo, posto à margem de rodovias que cortam uma cidade. Ou seja, dentro da área urbana, essa proibição não existia, e ele pretende exatamente tirar isso daí.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Por exemplo, numa capital, numa cidade...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É porque existem cidades que são cortadas por rodovia, e ali se cria um comércio, exatamente naquela área. Na legislação anterior, esse perímetro chamado urbano estava fora. E o que o Senador Marcelo Crivella pretende, salvo melhor juízo, é que, nas rodovias, independente de serem em perímetro urbano ou não, seja proibido, no que concordo com ele. Mas concordo com V. Exª também. Eu não vejo relação entre posto de gasolina e bebida alcoólica. Mas, do lado, num posto de gasolina, junto, há uma loja de conveniência, e ali é que, hoje em dia, se consome até as 6 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2011.

As Srªs e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

ITEM 10
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2011

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observação: - *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos-CAE, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao ilustre Senador João Vicente Claudino, para proferir o seu relatório.

V. Exª está com a palavra, nobre Senador.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras:

I – Relatório

Chega à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2011, da Senadora Ana Amélia. A iniciativa dispõe, alterando o texto do inciso XXII do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, sobre isenção do imposto de renda sobre os rendimentos decorrentes de aposentadoria ou pensão, pagos pelo Regime Geral da Previdência Social.

O texto da proposta registra que a recuperação do salário mínimo não surtiu os efeitos positivos desejados, para muitos aposentados e pensionistas. Houve, segundo a autora, um achatamento dos benefícios o que levou 69% (sessenta e nove por cento) deles para patamares próximos ao piso.

II – Análise

Em análise do texto, que envolve benefícios a aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social – RGPS e matéria tributária, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais referentes à iniciativa e competência para legislar.

A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

No mérito, atentos ao enfoque analítico que deve ser dado à proposta nesta CAS, nós estamos convictos da validade e relevância das mudanças pretendidas. Aposentados e pensionistas, com mais de sessenta e cinco anos, já estão contemplados com tratamento tributário diferenciado, que lhes concede, em última instância, um aumento da renda. Cremos que, aos sessenta anos de idade, já estão presentes as condições que justificam a isenção propugnada.

O achatamento no valor dos benefícios, combinado com o aumento indireto do imposto de renda, decorrente do reajuste a menor das tabelas, em relação à inflação, é particularmente cruel com aqueles que vivem de proventos de aposentadoria e pensão. Perder renda, nessa fase da vida, significa cortar gastos com itens essenciais.

Finalmente, é preciso registrar que a recuperação da renda dos trabalhadores não deve estar centrada unicamente em valores mínimos. Setores de renda média também precisam, pelo menos, manter as condições de vida. Em última instância, o aposentado com renda reduzida retorna ao mercado de trabalho para complementar o necessário para a subsistência, com isso serão menos as vagas disponíveis, no mercado de trabalho, para outros que também precisam trabalhar.

III – Voto

Em face do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao ilustre Senador João Claudino pelo belo relatório desta matéria, que acho muito importante.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto porque acho que a gente precisa analisar um pouco melhor, pois a proposta apresentada pela nossa Senadora Ana Amélia, ela define que o contribuinte poderá se aposentar – e o que está previsto hoje na Previdência é que o trabalhador pode se aposentar com 60 anos, tendo um teto de R$1.499,00 até... O que está prevalecendo é este teto aqui.

O que a Senadora Ana Amélia está propondo é que se aposente com 60... Na verdade, hoje são 65 anos e um teto de R$ 1.499,00. E o que a Senadora está propondo é 60 anos e sem o limite do teto. Acho que isso é muito complicado. A gente precisaria analisar isso melhor.

Por isso, Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não vamos entrar no mérito, diante do que V. Exª está pedindo vista do projeto.

Então eu consulto aos demais Senadores e Senadoras se, eventualmente, esse pedido pode ser feito de forma coletiva? (*Pausa*.)

Aprovado.

Registro a presença do nosso grande Senador Paulo Paim à nossa Comissão.

Está atendido o pleito de V. Exª, Senadora Ana Rita, para se discutir a matéria de forma mais apurada.

Item 4 da pauta.

ITEM 4
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2010

Dispõe sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: A valorosa Senadora Ana Rita.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observação: Votação Nominal.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Ana Rita, para proferir o seu relatório, que é o Item 4 da pauta, página 38.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vou fazer a leitura do relatório.

I – Relatório

Esta Comissão analisa o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. Pretende-se permitir o registro profissional dos Tecnólogos em Administração como membros dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração.

O autor registra que, apesar da existência de resoluções administrativas nesse sentido, os Conselhos Regionais de Técnicos em Administração vêm negando a possibilidade de registro profissional aos tecnólogos. Fundamentam essa negativa no respeito ao princípio da legalidade, ao qual os referidos órgãos estão sujeitos na qualidade de autarquias administrativas.

O proponente pretende, assim, fornecer a base legal para que a inscrição dos tecnólogos nos Conselhos possa ocorrer. Dessa forma, o registro, a orientação e a fiscalização da atividade dos Tecnólogos em Administração, diplomados em cursos superiores de tecnologia em alguma área da ciência administrativa, caberá ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Técnicos em Administração.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Analisadas as diversas alterações legais promovidas pelo texto proposto, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas.

A matéria, regulamentação de profissões, está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que explicitamente relacionada entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual se inserem as relações de trabalho, a organização do sistema nacional de emprego e as condições para o exercício de profissões.

Consideramos plenamente válidos e dotados de mérito os argumentos do autor. Trata-se da adequação da Lei nº 4.769, de 1965, à introdução de novos conceitos e conhecimentos na atividade de administração, com a criação de cursos superiores voltados para funções específicas a serem exercidas por profissionais dessa área, adequadas à complexidade que as questões administrativas, nos âmbitos público e privado, vêm adquirindo.

O relevante papel econômico e social do trabalho dos Tecnólogos em Administração justifica o reconhecimento legal da necessidade de sua participação nos Conselhos e da garantia do direito à atuação plena na vida profissional, inerente à condição e à capacitação por eles adquiridas.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2010.

Sala da Comissão,

Relatora: Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Rita.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

É visível a falta de quórum no momento. Então vamos aguardar um pouco, a fim de que haja quórum, para podermos votar esta matéria, tendo em vista que ela é de caráter terminativo.

Item 3 da pauta. Decisão terminativa.

De qualquer forma, eu quero consultar o Senador Waldemir Moka para saber se V. Exª aceita ser o Relator *ad hoc* desta matéria. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2009. Está na página 31. (*Pausa*.)

ITEM 3
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2009

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o pagamento do salário mínimo fixado em lei ao trabalhador que cumpra jornada inferior a oito horas diárias ou quarenta e quatro horas semanais.

Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Paulo Bauer.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observação: Votação Nominal.

Eu nomeio o nobre Senador Waldemir Moka como Relator *ad hoc* desta matéria e a votação será em caráter nominal.

V. Exª está com a palavra, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para leitura do relatório, Sr. Presidente.

Vem a exame desta Comissão, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp.

O Projeto foi lido em Plenário em 3 de setembro de 2009 e foi enviado à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

A proposição é composta de apenas dois artigos, o primeiro acrescenta art. 76-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que mesmo o trabalhador que cumpra jornada de trabalho inferior a oito horas diárias e 44 semanais tenha direito à percepção do salário mínimo mensal definido legalmente, por força de disposição constitucional.

O art. 2º dispõe que, se convertida em lei, a proposição entrará em vigor noventa dias após sua publicação.

Até o presente momento, o projeto não foi objeto de deliberação da Comissão nem recebeu emendas.

II – Análise

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado possui competência para apreciação da presente matéria nos termos do art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal.

Não se vislumbra inconstitucionalidade da matéria, mormente quanto à iniciativa do projeto, dado que o Direito do Trabalho é um dos ramos do direito sobre os quais a União possui competência privativa para legislar, conforme o art. 22, I da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição, compete legislar sobre todas as matérias de competência da União. De resto, o tema do projeto não se encontra no rol de matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, arroladas no § 1º do art. 61 da Carta Maior.

A definição de salário mínimo obedece ao princípio básico de que a definição de seu valor é feita, prioritariamente, a partir do valor a ser pago ao empregado mensalista. No entanto, o pagamento mensal do salário é unicamente a extensão mais comum de intervalo de pagamento, sendo admissíveis o pagamento semanal e diário dos salários.

Em decorrência, o valor do salário, tal como apontado na Lei fixadora do salário mínimo é determinado em montantes por mês, por dia e por hora de trabalho, como se verifica, por exemplo da redação da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011:

Art. 1º O salário mínimo passa a corresponder ao valor de R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 18,17 (dezoito reais e dezessete centavos) e o valor horário, a R$ 2,48 (dois reais e quarenta e oito centavos).

Ora, o pagamento inferior a R$ 545, será admissível, portanto, nos casos em que o trabalhador tenha carga horária inferior às quarenta e quatro horas semanais e oito diárias (salvo disposição legal em contrário).

Dessa forma torna-se possível a existência de trabalhadores que recebem montantes menores, aparentemente, que o salário mínimo mensal, dado que sua remuneração é calculada com base no valor do salário mínimo por dia ou, mais frequentemente, por hora.

Essa percepção parece surgir do fato de que, no Brasil, a maioria dos contratos de trabalho é remunerada em base mensal, por essa razão, a remuneração diária ou semanal, ainda que legalmente admitida, não é familiar, o que pode gerar a percepção de recebimento abaixo do mínimo para os trabalhadores em tal situação. Em outros países, como nos Estados Unidos da América, onde o costume se orienta no sentido do pagamento semanal do salário, a fixação do salário mínimo ocorre diretamente por hora, inexistindo essa discrepância cognitiva.

A proposição busca elidir essa situação, declarando que, qualquer que seja o número de horas trabalhadas será devido ao trabalhador, ao menos o pagamento do salário mínimo em seu valor mensal.

Ora, nos termos da Constituição Federal, salário mínimo deve ser aquele capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família. Nesse sentido, a aprovação do projeto representaria um reconhecimento de que o mínimo mensal é, de fato, a remuneração mínima devida a qualquer trabalhador independentemente do tempo de trabalho dele demandado.

Assim, entendemos que o projeto é oportuno, no sentido de dotar a parcela dos trabalhadores que recebem esse valor nominalmente menor que o mínimo mensal de uma remuneração mais adequada à sua subsistência.

III – Voto

Do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Em discussão a matéria.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu entendi aqui a boa intenção do Senador Vadir Raupp, que é o autor, e também a visão do Relator, mas eu quero expressar aqui algumas preocupações.

Todo mundo sabe do meu carinho por esse debate do salário mínimo. A não ser que tenha uma redação que não enxerguei ainda, nessa rapidez de olhar o projeto, eu fiquei com algumas preocupações.

Eu tenho, digamos, um empregado que vai uma hora por mês na minha casa, para fazer, por exemplo, a limpeza do jardim. Como é que fica? Eu pago para ele um salário mínimo? Como é que faz?

Eu fiquei um pouco preocupado, porque pela redação, entendi que qualquer número de horário. Fico pensando alto aqui, mas seria diferente, talvez, se construíssemos uma emenda dizendo que mesmo aquele que trabalha uma carga menor que 44 receberá por hora trabalhada o correspondente ao valor da hora salário mínimo. Daí sim, mas da forma como está me preocupei, porque nós temos o compromisso com a valorização do salário mínimo. E se nós, cada vez que indexarmos o salário mínimo a uma situação semelhante a esta aqui, se foi isso que entendi – e se for diferente eu me rendo. E aqui há até uma justificativa que recebi. O cara fez duas horas, aquele que fez quatro horas não merecia ganhar mais? Só um exemplo. E o que faz cinco horas, não merecia ganhar mais? Daí o outro vai dizer: mas eu não vou trabalhar cinco horas; por cinco horas eu ganho o salário mínimo e o meu amigo ali trabalha meia hora e ganha também o salário mínimo.

Então, há algo que não está fechando. Mas nós poderíamos não recusar o projeto, penso eu, e construirmos uma redação de entendimento com os relatores, apontando que o valor... Ora, este sim: trabalhou meia hora, ganhará o correspondente a meia hora do valor do salário mínimo. Trabalhou uma hora, ganha uma hora. É uma questão de justiça!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só fazendo um adendo ao que V. Exª está dizendo, há uma inversão aí, está indo na contramão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero dizer ao Senador Paulo Paim que eu fui, na verdade, relator *ad hoc,* e ao ler eu percebia nitidamente que a redação, infelizmente, Sr. Presidente, ela dá exatamente isso que o Senador está colocando. A chamada diarista, pessoas que vão lá...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem toda a razão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esses valores não costumam ser... Na verdade, as pessoas cobram até mais; diarista, hoje, é 70, 80 reais. Mas a verdade é que pode algum tipo de problema. Eu recomendo um pedido de vista coletiva e, quem sabe, o Senador Paulo Paim, em contato com o Senador Valdir Raupp, possa oferecer uma emenda que acabe construindo, porque tem mérito o projeto no que pretende fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Humberto Costa. V. Exª está assegurado para participar da decisão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Minha fala era exatamente no sentido de pedir vista, na possibilidade de tentar encontrarmos um consenso para este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho que está bem claro. Vista coletiva concedia.

Agradeço a V. Exª para nós aprimorarmos, se possível, o projeto. Evidentemente que é meritório, as intenções são as melhores, entretanto pode ter vício de inconstitucionalidade.

Quero retirar de pauta, a pedido do relator, Senador João Vicente Claudino, o projeto de lei do item 2. Está retirado de pauta, naturalmente para uma melhor reflexão do projeto.

ITEM 7
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2010

Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem, respectivamente, sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências e sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre a qualidade de segurado após quinze anos de contribuições para fins de concessão de pensão por morte.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Quero fazer a observação de que a votação será nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Casildo Maldaner para proferir o seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, e nobre colegas. Mais uma proposta do eminente Senador Paulo Paim na questão social. E esta eu entendi de uma envergadura extraordinária.

Não vou ler todo o projeto porque ele é fácil de entender ...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Faço uma solicitação a V. Exª diante da

presença do nosso convidado Ministro Carlos Lupi, nesta Comissão, se poderia entrar na fase da análise.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vou simplificar no § 2º para que os colegas entendam o mérito da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A matéria pertence ao âmbito de competência desta Comissão, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A constitucionalidade da proposição é evidente . (...)

No mérito, propriamente, o projeto veicula preocupações legítimas e merece ser aprovado. A pensão por morte é modalidade de benefício de caráter ainda mais especificamente social que, por exemplo, a própria aposentadoria. Efetivamente, trata-se de possibilitar a subsistência de pessoas – os dependentes - que têm direito à percepção de benefício não em virtude de haverem efetuado contribuições à previdência, mas em razão de sua ligação pessoal com um contribuinte e de sua incapacidade - real ou presumida – de obterem os meios para sua própria subsistência.

Por isso, a proposição ora em exame constitui uma medida justa. A perda da qualidade de segurado pelo trabalhador que contribuiu com cento e oitenta contribuições mensais pode, com frequência, levar à perda do direito de pensão aos seus segurados. Todos conhecemos a dificuldade de recolocação profissional do trabalhador mais velho; todos conhecemos, igualmente, o fato de que, muitas vezes, para obter qualquer colocação, o trabalhador nessas condições acaba tendo de aceitar sua sujeição a um regime de total informalidade, situação na qual não conseguirá obter, novamente, sua condição de segurado.

Também é de ciência geral que, pela dinâmica demográfica do mercado de trabalho, o percentual de esposas de trabalhadores que não exercem atividade remunerada e, por conseguinte, não são seguradas obrigatórias da Previdência é notavelmente mais alto nas faixas etárias mais elevadas, que correspondem, justamente, a esses trabalhadores de maior idade.

(.....)

Em razão disso, e respeitando o critério utilizado pelo autor de criação de uma contribuição especial para o custeio da pensão, estabelecemos a imposição de uma alíquota específica sobre as rubricasbase sobre as quais incidem as contribuições previdenciárias principais que ora incidem sobre os diversos contribuintes.

(.....)

Por fim, vale ressaltar que, a fim de evitar um impacto financeiro excessivo sobre o caixa da Previdência, consideramos prudente inserir dispositivo que explicite que as pensões concedidas em razão da aprovação deste projeto de lei não serão pagas retroativamente, mas unicamente a partir de sua concessão.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2010, tendo em vista o seu mérito.

Para simplificar a intenção do nosso proponente, ressalto que, hoje, os nossos aposentados contribuem e, se não tiver o tempo de serviço e se falecer antes, acaba perdendo o direito. A ideia, aqui, é que se ele contribuiu com no mínimo 15 anos e se depois houver qualquer coisa seus dependentes terão direito proporcionalmente a esse tempo de contribuição. Hoje não tem. Os seus dependentes ficam abandonados. Se contribuiu no mínimo 15 anos – acho até que com o tempo vai se reduzir. Quem contribuiu por 10 anos e aconteceu de, depois, ter algum problema, ele não vai perder, os seus dependentes terão alguma coisa.

O Senador Paulo Paim é até bem módico ao que ele propõe nesse particular. Hoje não se tem segurança. Se o segurado falecer os dependentes não têm nada. Ou, se por uma ou outra razão não pode mais contribuir fica sem nada. E assim se contribuiu por 15 anos, pelo menos proporcionalmente, quinze, trinta e cinco avos, ou quinze trinta avos, ele terá uma segurança para seus dependentes.

É uma coisa extraordinária quanto ao seu mérito. Quero parabenizar e, no debate o próprio autor que haverá de explicitar melhor a todos nós a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

Nós vamos discutir a matéria diante do autor, Senador Paulo Paim. Entretanto, vou suspender a reunião por falta de quórum e também devido ao convite que fizemos ao Ministro Carlos Lupi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Continuaremos o debate em outro momento, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente. Mas V. Exª como autor, se quiser discutir... Ou V Exª concorda e aguardamos uma outra reunião desta Comissão para discutir a matéria?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma frase.

O cidadão pagou durante 19 ou 20 anos. Ficou desempregado por 3 anos, morreu e a família fica sem nada.

O que nós estamos propondo é que a família, a esposa, os filhos, tenham um percentual mínimo para continuar vivendo.

Mas vamos debater o assunto em outro momento, concordo com V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs pela tolerância, pois

naturalmente trata-se de uma matéria meritória, ninguém pode desconhecer o projeto, ele é oportuno. Mas, diante do convite que fizemos ao Ministro vamos deixar para a próxima reunião a discussão da referida matéria.

Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim e demais Senadores, em especial ao relator da matéria, Senador Casildo Maldaner.

Quero encerrar esta reunião e reabrir a segunda.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 5 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinco minutos, do dia dez de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Registram presença os Senadores Zezé Perrella, Pedro Taques e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra presença dos Senhores Deputados Federais Oziel Oliveira e Wilson Picler; e dos Senhores Paulo Roberto dos Santos Pinto, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Carlo Simi, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do MTE; Marcelo Aguiar, Chefe da Assessoria Parlamentar do MTE; Geraldo Rocha, Assessor Parlamentar do MTE; Darilene Romero, Assessora Parlamentar do MTE. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião informando que esta se destina ao Comparecimento do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor CARLOS ROBERTO LUPI, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos 2 (dois) anos, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Ataídes Oliveira e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se ao comparecimento do Ministro do Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos dois anos.

Nesse caso aqui, esse convite foi proposto pela valorosa Senadora pelo Estado do Amazonas, Vanessa Grazziotin, que solicitou que a presidência e o plenário desta Comissão convidasse o Ministro a vir aqui para que pudéssemos com ele discutir ações inerentes a sua Pasta, sobretudo para que ele pudesse apresentar o que o Ministério pretende realizar nesse próximo biênio.

Desta feita, quero comunicar que a lista de inscrição para fazer as indagações ao Ministro já se encontra aberta na secretaria desta Comissão, mas quero designar com muito honra o ilustre Senador João Durval e a autora deste convite, a Senadora Vanessa Grazziotin, para que ambos introduzam neste recinto o ilustre Ministro Carlos Lupi. V. Exªs estão designados pelo Presidente desta Comissão: Senador João Durval e Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero registrar também a presença nesta Comissão do grande Líder do PDT no Mato Grosso, o ilustre Senador Paulo Taques...Paulo não, o Paulo é primo... Pedro Taques, melhor dizendo. Por sinal, Paulo Taques é um grande profissional do direito em Mato Grosso, meu amigo pessoal. Seu velho e querido pai era amigo da família Campos em Mato Grosso, grande servidor público que foi no nosso Estado.

Quero dizer da nossa alegria em receber aqui o Ministro, que, por sinal, na semana passada, na sexta-feira, esteve em Mato Grosso levando convênios para qualificarmos grande número de trabalhadores naquele Estado. É importante a sua presença aqui, para discutirmos, certamente, Senador Paulo Paim, a questão da redução da jornada de trabalho, dos encargos trabalhistas, da negociação coletiva, da liberdade sindical.

Eu acho que será um momento ímpar nesta Comissão a presença do Ministro, para discutirmos vários assuntos inerentes à política trabalhista para nosso País.

Solicito aos dois Senadores que introduzam o Ministro Carlos Lupi à Comissão, que muito bem representado o PDT no Governo Dilma Rousseff, ocupando tão importante Pasta.

Parece que o Ministro está dando algumas entrevistas à valorosa imprensa brasileira em relação não só ao desempenho do seu Ministério, mas imagino que em relação a outros assuntos que a imprensa brasileira está ávida para esclarecer e passar a limpo para o Brasil.

Mas, de qualquer forma, acho que o mais importante é que o Ministro poderá prestar bons esclarecimentos em relação à matéria, não é Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar a iniciativa da Senadora Vanessa e de V. Exª de convidar o Ministro. Enquanto ele adentra a sala e ao lado de V. Exª, Senador Jayme Campos, fará sua palestra e responder a perguntas, nós vamos aproveitar para discutir a questão das empregadas domésticas. Nós temos um projeto na pauta e pode coincidir que a intenção apresentada por nós nesta Comissão e aquilo que eu sei que o Ministro está estudando sobre a orientação da última decisão da OIT. Eu soube que esteve lá e inclusive foi muito aplaudido pela forma como expôs a sua visão do mundo do trabalho aqui no Brasil. Nós estávamos aqui lembrando que o Ministro tem anunciado sucessivamente o bom desempenho da nossa indústria no que tange ao emprego, o que é muito positivo. Aumentou, no seu período, mais de 12 a 13 milhões de novos trabalhadores no mercado de trabalho. Por isso é uma alegria enorme – estou aqui ajudando V. Exª enquanto o Ministro está chegando – recebê-lo aqui na nossa Comissão. É uma Comissão muito operante e quero cumprimentar V. Exª. Acho que, em matéria de votação de projetos, bateu todos os recordes da história desta Comissão, em que todos os projetos, terminativos ou não, com V. Exª não ficam na gaveta. São colocados em votação, peçam vista, façam acordo, mas votem. Quero cumprimentar V. Exª pela forma como conduz os trabalhos nesta Comissão e por uma audiência como esta, de suma importância.

Eu dizia aqui que V. Exª deve bater todos os recordes de projetos de votados na história desta Comissão. Meus cumprimentos pela sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelas suas palavras generosas. Era o que nós estávamos esperando aqui, fazer um trabalho operoso, competente e, acima de tudo, ético na defesa do interesse de toda a sociedade brasileira.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para confirmar. Nós debatemos aqui ontem a noite vários colegas e eu dizia a V. Exª – não por estar aqui na presença do Paulo Paim – que V. Exªs se confundem nessa luta dos trabalhos sociais, ainda mais presidida por V. Exª nesta Comissão. As coisas andam e o testemunho do Senador Paulo Paim ficou muito claro agora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e já registro a presença do Ministro Carlos Lupi, que vem aqui naturalmente nos honrar sobremaneira com a sua presença diante do que representa esse tão importante Ministério para o País.

Convido para participar conosco aqui o ilustre Senador João Durval, que tão representa o PDT nesta Casa e convido também o ilustre Senador Pedro Taques, do PDT de Mato Grosso, que venha se sentar à Mesa, ao lado do ilustre Ministro Carlos Lupi nesta audiência pública, requerida pela ilustre Senadora Vanessa Grazziotin.

De acordo com os art. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Ministro Carlos Lupi terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs e Srs. Senadores inscritos.

Já está aberta a lista de inscrição para que V. Exªs possam se inscrever para fazer suas indagações ao Ministro Carlos Lupi.

Quero dizer que o critério que será adotado no andamento desta reunião em relação se vamos intercalar as ordens de inscrição e as indagações, ou se fazemos em bloco se for o caso. Isso vai depender do decorrer desta audiência pública.

Mas quero, antes de mais nada, Ministro Carlos Lupi, agradecer a V. Exª por atender ao convite desta Comissão, requerida pela ilustre e valorosa Senadora, mulher brasileira, brilhante Senadora Vanessa Grazziotin. V. Exª de forma educada, como sempre foi, comparece a esta Comissão e não tenho dúvida de que poderemos, neste momento rico na Comissão de Assuntos Sociais, dirimir algumas dúvidas e sobretudo V. Exª terá um momento ímpar de apresentar as propostas para biênio 2011/2012. Nesses quatro anos que V. Exª estará a frente dessa Pasta que, posso confessar aqui de público, com um trabalho exuberante e extraordinário que tem feito no Ministério do Trabalho, diante não só dos avanços e conquistas que tem alcançado durante a sua passagem como gestor.

De qualquer forma, V. Exª tem 30 minutos para fazer sua exposição sobre o Ministério que V. Exª tão bem comanda nessa gestão.

V. Exª está com a palavra, ilustre Ministro Carlos Lupi.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Em primeiro lugar, bom-dia ao Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos, aos meus companheiros e amigos pessoais, Senadores Pedro Taques e João Durval, à Senadora Vanessa, que me honra com este convite para fazer uma explanação e diluir qualquer dúvida, estou aqui à disposição para qualquer questionamento, qualquer pergunta de todo nível. Também aos Senadores Paulo Paim, Casildo e todos os Senadores que nos honram com sua presença.

Costumo sempre falar, não uso *power point* nem nada escrito, gostaria de falar um pouco da experiência e dos objetivos que temos dentro do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Ministério do Trabalho e Emprego tem algumas características que são muito peculiares na realidade dos 37 Ministérios existentes no Brasil. A composição desse Ministério é feita por quatro secretarias fins. Temos a 5ª, que é a Secretaria Executiva, que, como em todos os Ministérios, é a Secretaria que cuida do dia a dia do Ministério, que executa as finanças, o orçamento do Ministério e as políticas que são determinadas pelas outras secretarias.

A Secretaria de Relações de Trabalho, que trata de toda a movimentação sindical, é uma Secretaria na qual estamos tendo muito empenho em, até o final do ano, estar com todos os procedimentos informatizados. Ali é que tratamos da mediação, ou seja, onde há conflito. Agora mesmo estamos trabalhando em uma mediação de algo muito notório, a questão da Orquestra Sinfônica Brasileira do Rio de Janeiro, a fundação da OSB – Orquestra Sinfônica do Brasil. Em uma crise grave, onde mais de 33 trabalhadores foram demitidos, foi pedida a mediação do Ministério do Trabalho para possibilitar uma conciliação entre a instituição, a fundação da Orquestra Sinfônica Brasileira, e esses trabalhadores. Estou dando esse exemplo como um exemplo em que trabalhamos na mediação quando as partes entram em conflito. Além dessa parte de mediação, agora estamos com a mediação informatizada. Abrindo a página do Ministério na Internet, temos o sistema mediador, onde todas as partes podem acessar todas as informações, todas as partes podem ter a publicação de mediações feitas em todo o Brasil e verificar que podem ter casos similares. Pode-se ter uma crise, por exemplo, entre uma empresa e o sindicato dos trabalhadores e a sua representação no Amazonas, em um setor siderúrgico que pode ter similar, por exemplo, em São Paulo ou Santa Catarina. Então, serve como balizador, como uma espécie de referência de como se deve fazer a mediação.

A Secretaria de Relações de Trabalho também trata de toda a movimentação dos registros sindicais. Desde 2008, apresentamos uma nova Portaria, a nº 86, em que procuramos simplesmente regulamentar o que a CLT dizia sobre a existência de confederações e federações. A CLT já diz que, a cada cinco sindicatos existentes, comprovadamente, pode-se criar uma federação ou de trabalhadores ou de empregadores; e, a cada três federações existentes, pode-se criar uma confederação. A Portaria nº 86 passou, com essa regulamentação, a ter uma importância muito grande nos mecanismos necessários para a criação de confederações e federações. E, é claro, quando se regulamenta uma lei – isso sempre acontece no Ministério do Trabalho –, agrada-se uma parte e desagrada-se outra, porque há muita briga sindical, muita luta por espaço. É natural e legítimo.

Com relação à parte sindical, tivemos, a partir da regulamentação das centrais do imposto sindical, muita busca de desmembramento, ou seja, muitas categorias, e o Brasil cresceu muito. Nos últimos oito anos do Governo Lula, foram mais de 15 milhões e 500 mil empregos formais criados e, nesses primeiros seis meses da Presidente Dilma, já são mais de 1 milhão e 600 mil, ou seja, o contingente de mão de obra no mercado cresceu muito. É claro, antigamente havia, por exemplo, sindicatos que eram de metalurgia, em alguns Estados, que incluíam até pedreira dentro. Metalurgia, aço, e chegava à pedreira. Com o crescimento da empregabilidade, de empregados trabalhando naqueles setores, começaram a não se sentir representados por aquele sindicato, chamado sindicato "mãe maior". Então, houve muito desmembramento de sindicato, o que não quer dizer novos registros sindicais. E também houve muitas novas eleições. Eu vi uma contabilidade feita para uma revista semanal em que se coloca o número de sindicatos existentes como se fossem novos sindicatos. Na verdade, são novas eleições. A cada eleição que tem um sindicato, a cada dois anos, quatro, seis, conforme o seu regimento, você tem que dar a certificação daquele resultado eleitoral e da mudança da diretoria. Então você tem um novo número, um novo ato a ser promulgado pelo ministério, e se contabilizou como se fosse um novo sindicato. Na verdade, é nova eleição dentro do sindicato.

Em resumo, a Secretaria de Relações de Trabalho tem um trabalho muito árduo na área do movimento sindical. Tem crescido muito. A questão do imposto sindical movimentou, obviamente; a questão da regulamentação das centrais movimentou muito o setor. Há muita

disputa na base; é uma realidade, mas o Ministério do Trabalho, como é o papel do Estado, não intervém no processo do registro sindical. Ele simplesmente recebe a documentação... Agora nós estamos descentralizando, porque, até há pouco, era tudo dentro do ministério. Agora estamos descentralizando para que as superintendências regionais, as gerências, as agências o façam, porque estão próximas da população e fica mais fácil saber se aquela documentação apresentada está o.k. ou não. Então, nós não intervimos na organização sindical; nós não participamos das eleições, nem podemos; nós não participamos de eleição de diretoria, nem podemos, e nós não participamos das atas das fundações. Isso é da liberdade garantida pela constituinte da organização sindical. Nós recebemos a documentação e, conferidas, damos provimento ou não. Em muitos casos, há impugnações. Ou seja, a parte que se sente prejudicada impugna ou o ministério dá um prazo e julga ou eles entram na Justiça e, muitas vezes, ganham o direito da representação. Então, é uma área que tem muita complexidade, mas que temos procurado trabalhar com muito zelo, no sentido de respeitar o que a Constituição diz: o Estado não pode intervir na organização sindical. É essa Secretaria de Relações de Trabalho que trata especificamente dessa organização sindical.

Agora criamos também o Conselho das Relações de Trabalho. Isso é uma reivindicação antiga das centrais sindicais – o Senador Paim sabe disso –, desde a época em que ele era sindicalista – faz pouco tempo, porque ele é jovem. Mas ele sabe dessa luta. Esse conselho vai tratar que, paritariamente, empregadores, empresários, representantes, CNC, CNI, CNTur, CNS, trabalhadores e as suas seis centrais sindicais, e Governo medeiem, conversem, debatam, criem subcomissões sobre todos os temas relacionados a relações do trabalho. É um avanço; já estão acontecendo várias discussões, por exemplo, na questão da terceirização, que é um tema que nós vamos ter que aqui, no Senado, no Congresso, discutir com profundidade; é um tema polêmico que precisa ser discutido.

A questão também do ponto eletrônico, nós já temos uma comissão trabalhando e discutindo sobre isso. Há muitos temas. Por exemplo, a questão do imposto sindical tem divergência dentro das próprias centrais, porque não só tem o imposto sindical dos empregados, tem também o imposto sindical patronal, que é sobre a folha de pagamento, que é alta. Se é para discutir, temos que discutir todos os impostos sindicais. Já há uma comissão trabalhando nisso. Então, a Secretaria de Relações de Trabalho trabalha muito focada, direcionada à questão sindical dos dois ângulos: patronal e de empregados.

Temos a Secretaria de Inspeção de Trabalho, que cuida da fiscalização. Essa secretaria tem hoje em torno de três mil fiscais, que é muito aquém da nossa necessidade. Nessa minha gestão – comecei com o Presidente Lula, em 26 de março de 2007, e fui renovado por gentileza e generosidade da Presidente Dilma como ministro –, nós já fizemos dois concursos para a área de auditor fiscal, mas, mesmo assim, o número ideal para gente era em torno de 4,6 mil a 5 mil auditores fiscais. Quer dizer, nós estamos muito aquém do número necessário. Nós temos três mil, em torno de três mil; é sempre número aproximado, não número absoluto, porque, às vezes, um aposenta, outro infelizmente falece, essas coisas que acontecem. Então nós estamos aquém ainda da responsabilidade de ter uma fiscalização mais eficaz. Mas nós trabalhamos todo o corpo técnico de toda a Secretaria de Inspeção de Trabalho, sem exceção; não há nenhuma indicação política. Entendeu, Senador? Nenhuma. Todas elas são de auditores fiscais de trabalho, todas, sem exceção, desde o dia da minha posse, por orientação do Presidente Lula e, agora também, por orientação da Presidente Dilma. Porque é um órgão técnico, é o órgão que trata da fiscalização das relações de trabalho e é um órgão que não pode ter influência político-partidária de ninguém. Então, a Secretária das Relações de Trabalho agora é a Drª Vera Albuquerque – anteriormente era a Drª Ruth Vilela, que ficou oito anos lá, eficientíssima Secretária de Inspeção do Trabalho –, que eu conheci uma semana antes de pedir a sua nomeação. A própria Drª Ruth e os auditores é que me indicaram o nome dela pela experiência, ela tem 28 ou 30 anos já como servidora de carreira de auditor fiscal.

E os auditores fiscais, do que tratam? De toda fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista. Nós temos, dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, um trabalho muito profícuo, muito reconhecido no mundo inteiro, que é o trabalho do chamado Grupo Móvel, que faz o combate ao trabalho análogo ao de escravo. E daí surgiu a chamada "lista suja". O que é essa "lista suja"? Todas as empresas, depois de um ano, depois de apresentada defesa internamente – as vezes, em alguns casos, a própria justiça dá liminar para que não se inclua –, que tenham configuração de algum tipo de exploração do trabalhador, análoga ao de escravo, vão para essa lista. Quais são essas configurações? É uma configuração internacional, da qual participam também a Anamatra e o Ministério Público. Agora, participa também a Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Ministra Maria do Rosário.

Então, toda a área trabalhista é verificada, mas principalmente casos como quando se submete o trabalhador às vezes a 40, 45, 50 minutos, uma hora, duas

horas, a andar sob o sol até local de colheita; as péssimas condições de higiene do seu local de trabalho; a falta de água potável; a falta de dormitórios adequados; a falta da carteira assinada; a falta de pagamento de hora-extra; uma série de configurações – tudo bem, Senadora Ana Amélia, prazer em revê-la! – que leva a esse raciocínio.

Mas leva um ano para entrar nessa "lista suja". Porque é dado o direito de defesa à instituição, ela apresenta seus recursos, muitas das vezes entra com recursos do Poder Judiciário – algumas vezes ganham, outras vezes não. E para vocês terem uma ideia, pela minha função, tenho que fazer alguns encontros internacionais, principalmente na OIT, e essa "lista suja" está sendo adaptada e copiada nos Estados Unidos, em vários países da Europa, no Japão, que nos pediram que dessem o *know how* de como o Brasil está fazendo o combate ao trabalho análogo ao de escravo.

Há uma diferença: o Brasil não esconde que ele existe. O Brasil faz a lista, divulga, coloca nos jornais, porque temos que dizer com clareza que não aceitamos esse tipo de violação ao direito da cidadania. E alguns países, ao contrário, escondem esse processo.

Então, a SIT é a Secretaria de Inspeção do Trabalho, muito técnica e que tem como foco principal o cumprimento da legislação trabalhista, feita de auditores fiscais de carreira de Estado e não tem influência política nenhuma – absolutamente nenhuma. Essa não é uma conjectura, é uma afirmação que estou fazendo.

Temos a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, que trata de toda relação de emprego dos trabalhadores com os empregadores no Brasil. Ela tem dentro dela o Codefat, que é o Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que hoje tem cerca de R$170 bilhões de patrimônio, cerca de R$110 bilhões desse patrimônio têm como agente operador o BNDES. Eu sempre falo em números aproximados, eu posso errar um pouquinho para mais ou para menos – estou sempre falando em números aproximados. E ela é um agente operador fundamental, para o microcrédito, para o pequeno comerciante e para os investimentos que o BNDES faz no sentido de fomentar o emprego e a empregabilidade, a geração de emprego no Brasil. Está dentro da SPPE. Lá também tem a definição de toda a política pública dos Sistema Nacional de Emprego (Sine). São convênios que fazemos com os Estados e Municípios, para fazer a intermediação de mão de obra; qualificação profissional; emissão de carteiras de trabalho; pagamento do seguro-desemprego – só este ano vamos chegar a 6,5 de trabalhadores que estão recebendo seguro-desemprego –; pagamento do abono salarial – que este ano chegará a mais de 27 milhões.

O seguro-desemprego se paga a todo trabalhador, que pode durar no mínimo três meses – por força da lei – e, no máximo, cinco meses. O abono salarial é o pagamento de um salário mínimo ao ano que se paga a todo trabalhador que ganha até dois salários mínimos, como se fosse o 14º salário. Está dentro também da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.

E uma novidade que aconteceu, principalmente depois de o Brasil gerar emprego, foi a questão da qualificação profissional. Esse talvez seja o maior desafio do Ministério do Trabalho. Primeiro, porque nós não tínhamos uma grande experiência, *expertise*, na área de formação profissional. Nós só tínhamos, no Brasil, na fotografia, Senador Jayme, o Sistema S, porque o Sistema S já tem uma experiência de 30 anos, de 40 anos. Ninguém mais investia nessa área, porque não existia emprego. Então qualificar para quê? Não existia emprego. Quem queria qualificar se não existia emprego?

Então a qualificação profissional começou a ter maior procura, maior busca, maior foco depois do segundo período do Presidente Lula, em torno de 2005, de 2006 para cá, quando começou a se gerar muito emprego. Como já falei, foram mais de 15,5 milhões nos oito anos do governo do Presidente Lula e mais 1,6 milhão nesse período de seis meses.

Quais são as dificuldades que temos? Primeiro, que não temos *expertise* nisso. Nós fazemos três tipos de convênios para qualificação profissional e ampliamos muito. O mais importante deles é o ProJovem, que é direcionado praticamente, aliás, praticamente, não, fiz em todos os Estados brasileiros. Agora mesmo eu estava com meu amigo pessoal, Senador Aécio. Um dos maiores que fiz foi com Minas Gerais, que é muito bem executado, por sinal. E não é do partido aliado, é meu amigo pessoal, mas é de um partido de oposição. Já é a terceira vez que fazemos esse mesmo o convênio com ele.

Os convênios do ProJovem enfocam os jovens de 18 a 29 anos de idade. Todos eles têm uma bolsa de estudos de R$100,00 por mês durante seis meses – todo jovem é obrigado a abrir uma conta ou do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica, é depositado na conta dele esse dinheiro, não passa pela mão de ninguém, é direto na conta do estudante. O curso tem duração de 350 horas. Nesse curso, é dada a noção básica de reforço em português, matemática, em conhecimentos gerais, história e conhecimentos gerais. É dado a ele, conforme a fotografia, porque quem executa ele nos convênios é o Estado ou o Município, porque eles estão lá. Não adianta eu aqui querer achar o que é melhor para o Mato Grosso, o que é melhor para Tocantins, o que é melhor para Goiás. Quem tem que

me dizer é o prefeito, é o governador, porque ele faz a "concertação", o encontro com os empresários, com a sociedade civil e define para qual foco se quer a qualificação, se para a construção civil, se para ciência e tecnologia, se para a informática. Ele é quem define.

Tem sido um sucesso. Agora, tem falhas? Tem. Quem imaginar que em um sistema de 27 Estados da unidade federativa – temos hoje cerca de 484 convênios – não exista falha, é infalível, já morreu e não sabe. Porque a falha é inerente ao ser humano. O erro é inerente ao ser humano. A corrupção, o desvio, não. Mas a falha, o erro, é inerente ao ser humano.

Então esse é, para mim, o principal foro. Nós já formamos, nessa área da qualificação do ProJovem, mais de um milhão de jovens nesses últimos três anos. Esse tipo de qualificação é executado hoje somente para o Estado e o Município. Eu faço o convênio e o Estado ou o Município recebem, fazem uma contrapartida de 10% do valor, executam e é obrigação do Ministério acompanhar a sua execução. Esse é o chamado ProJovem.

Além desse, temos mais dois sistemas. O segundo, é o PlanSeQ, o Plano Setorial de Qualificação. O que é o Plano Setorial de Qualificação? Quando verificamos, por meio de uma solicitação de algum Estado ou Município, que está entrando uma indústria lá, que está entrando um grande empreendimento financeiro – como aconteceu e vai acontecer agora em Belo Monte, um grande investimento que vai gerar, nos próximos dez anos, mais de 60 mil empregos; em Recife, o Porto de Suape, em vários Estados da Federação há setores que necessitam da capacitação de mão de obra específica –, então o Estado, o Município ou as instituições não governamentais pedem ao Ministério, que, sempre através de licitação pública, tem uma chamada pública que é um tipo de licitação, apresenta o projeto, e as instituições se habilitam ou não a entrar. Tudo tem que estar escrito no Sigov, que aquele sistema governamental para saber se a instituição está habilitada, todas tem uma comissão de licitação do Ministério e são acompanhadas pela execução, pelas superintendências regionais, pelo gerente ou pelo Governo do Estado ou do Município, conforme o solicitante. Esse é o segundo projeto, chamado Plano Setorial de Qualificação.

Temos também o Plano Territorial de Qualificação, o chamado PlanTeQ, que, muitas vezes, a gente faz em parceria com a CNI, com o Sistema S, com a CNC, Senai, Senac; enfim, com as instituições que ganham a licitação. Não há como escolher as instituições; elas participam do processo de licitação e ganham. O PlanTeQ é um plano territorial muito específico para cada região. Então, ele só pode ser feito no âmbito do Estado, daquela localidade. O setorial pode abranger mais de um Estado, porque é por setor.

Então, esses projetos... Inclusive, eu me adianto aqui, porque soube que ontem... Está aqui toda a cópia da documentação. Então, durante o segundo período... Porque o jornal *Correio Braziliense* fez denúncias sobre uma instituição em Sergipe... Quem é que está aqui da minha equipe técnica, porque se eu falhar, possa me corrigir? Então, em Sergipe – estou com a documentação, eu queria que vocês, depois, distribuíssem a cada Senador presente – nós fizemos um plano... Aqui foi o PlanTeQ ou o PlanSeQ? PlanSeQ, Plano Setorial. Nós fizemos um Plano Setorial de Qualificação em que tese essa instituição... Qual o nome da instituição? Capacitá. Essa? Essa instituição, Capacitá, ganhou a licitação e começou a executar. E, quando começou a executar, da primeira para a segunda prestação de constas, como você não tem e nem devemos ter qualquer tipo de avaliação do dolo antes de você experimentar, porque a Justiça fala o contrário, todo mundo é inocente até prova em contrário. Como você pode ter o dolo se a instituição não começou a executar? Você faz o convênio, ela ganha a licitação; você libera a primeira parcela, para ela começar a executar, senão não tem como começar a executar e depois faz as conferências. Da primeira para a segunda conferência, a CGU, que é a Controladoria Geral da União, fez alguns questionamentos e pediu ao Ministério do Trabalho para acompanhar *in loco* esses questionamentos.

Aí, foram designados dois funcionários do Ministério do Trabalho, checamos que havia algumas irregularidades e pedimos – está aqui a documentação – à Polícia Federal, em 11 de junho de 2010. A denúncia foi apresentada agora como se a Polícia Federal tivesse... Não é nenhuma denúncia contra o Ministério, mas contra a instituição. Mas eu tenho que esclarecer, é a minha obrigação, não faço favor algum. Quando você está numa função pública você tem a obrigação de esclarecer. Nós recebemos um comunicado da Polícia Federal dizendo que estava sendo aberto esse procedimento. Quando a Polícia Federal abre um procedimento, você tem o sigilo da investigação, porque senão ela não tem eficiência; ela estava pedindo a quebra do sigilo bancário de alguns membros dessa instituição; ela estava pedindo investigações sobre patrimônios... Como é que a gente pode... Há uma solicitação da Polícia Federal? Havia à época, em 2010, está aqui a documentação. Eu gostaria que vocês depois pegassem e distribuíssem para cada Senador que desejar.

Então, nós fizemos o seguinte: suspendemos todos os repasses; paramos o pagamento de tudo; e abrimos inquérito, junto com a Polícia Federal, para a

apuração dos desvios existentes na instituição. E essa instituição ganhou uma licitação, não foi escolhida, não tem escolha de uma instituição.

Então, aqui, eu tenho toda a documentação necessária e estou à disposição para qualquer dúvida.

Pode ter erro, repito, pois só não erra quem já morreu. Mas dolo e má fé, não há ninguém, absolutamente nenhum membro, desde o mais baixo escalão do Ministério do Trabalho, denunciado pela Polícia. Ao contrário, a CGU e a Polícia Federal elogiam porque nós que pedimos a investigação, tanto é que quando a matéria do *Correio Braziliense*, rotineiramente fez, eu pedi o direito de dar uma entrevista. Eu até falei assim: Olha, se tiver, eu quero preso, porque quadrilha tem que estar na cadeia. Dei uma palavra muito forte, para mostrar, para dar transparência, porque a gente não tem nenhum tipo de conivência com ninguém que aja com irregularidades. E a iniciativa foi do Ministério do Trabalho. Toda a documentação está aqui, a cópia do ofício que a Polícia Federal fez, agiu, a suspensão dos repasses.

Agora, é claro, eles já haviam recebido uma parte. Por isso que eles estão sendo acusados, por isso a indisponibilidade de bens; as pessoas físicas responsáveis estão até hoje – tem um ano ou mais – respondendo a processo civil e criminal; vão ter que restituir valores já ganhos daquilo que não aplicaram. Os cursos pararam, deu até algum prejuízo, pois não podíamos continuar os cursos sob suspeição.

Então, está toda a documentação aqui, e essa é uma política dentro da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Todas as licitações são realizadas por um órgão dentro da Secretaria e todo o acompanhamento e execução são feitas pela Secretaria. Então, não tenho o que esconder, não tenho o que temer, até porque o homem público, quando está numa função pública, ele tem a obrigação, não é favor, de dar transparência, de ser questionado e a obrigação de responder a todos os questionamentos. Convencer ou não, é outra discussão, mas a obrigação a gente tem.

Então, a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego é quem faz essa política junto à qualificação profissional, junto ao Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador, junto com as parcerias entre Estados e Municípios.

Temos, além da SPPE, da Cite, da SRT, Secretaria de Trabalho, temos a Senaes, que é a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que é comandada pelo Professor Paul Singer, que é um dos mais experientes – na minha modesta opinião –, um dos homens que mais conhece a economia solidária, não no país, mas, no mundo. Ele viaja toda hora para falar sobre economia solidária. É um grande programa que desenvolve, principalmente, a rica experiência no Brasil e que envolve milhões de pessoas da economia solidária. Fomenta e ajuda a treinar o trabalhador que produz o seu produto, seja no campo, seja na agricultura, seja artesanal, ajuda na questão do armazenamento, ajuda na distribuição, na venda na ponta e cria linhas de financiamentos por meio do Banco do Nordeste com alguns bancos locais. É muito conhecido no Ceará o chamado Banco Palma. V. Exªs já devem ter ouvido falar do Banco Palma. Eu estou vendo a fotografia da Senadora Patrícia, eu estive no Banco Palma com ela.

Então, a Senaes é uma secretaria que trata, especificamente, da economia solidária, ela foi criada para isso, ela fomenta a ação, a qualificação e o preparo da economia solidária.

Então, esse é o corpo do Ministério do Trabalho. Além disso, tem a secretaria executiva, como já falei, o Ministro – que até este momento sou eu, porque o cargo é demissível *ad nutum*; como fala o ditado popular, a gente só é Ministro, a gente está Ministro, até o momento em que não mereça mais a confiança do Estado –, e tem o Conselho. Isso é muito importante – quero chamar à atenção –, porque pouca gente sabe da importância do Conselho Curador do FGTS. O Conselho Curador do FGTS é o maior fundo público de financiamento existe nas Américas, tem 230 bilhões de reais. O principal agente operador do Fundo é a Caixa Econômica Federal. Ali nos pagamos, e é um dispêndio alto, toda a questão do trabalhador, do seu Fundo de Garantia. Quando ele é demitido tem direito ao saque, quando é sem justa causa, quando ele se aposenta, e toda a política pública de financiamento. Por exemplo, só no Minha Casa, Minha Vida – porque um dos preceitos principais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é um financiamento da casa própria, principalmente os de baixa renda. Nós temos 24 bilhões de reais investidos para baixa renda. Para que os Senhores tenham uma ideia, desde que eu assumi o Ministério do Trabalho há cinco anos, automaticamente eu sou o Presidente do Conselho do FGTS por força da lei. Todas as taxas, na ponta, abaixaram pelo menos 50%. Taxas cobradas na ponta, porque o agente operador é a Caixa Econômica Federal, em alguns casos o Banco do Brasil, outros o Banco do Nordeste, e o BNDES tem um pedacinho muito pequeno.

É um conselho tripartite, tem lá representação o Governo, os trabalhadores e empregados; é paritário. Todas as decisões, até hoje, em cinco anos como Ministro, todas as decisões são tomadas pelo conselho, não tem votação. Quando a gente sente que tem alguma divergência, a gente suspende, vai para o relator, vai para o grupo técnico, discute. Só volta quando todo mundo... Ou não volta, às vezes acontece de você ter

a proposta de não voltar. Nós, ali, criamos uma coisa inédita, que foi o Fundo de Investimento do FGTS. Porque, por exemplo – e o Senador Armando sabe disso, porque quando era Deputado já conversávamos sobre isso – ele é um dos principais financiadores de projetos das grandes hidrelétricas – Girau, Santo Antônio. Ajudamos também no financiamento do Porto de Suape, lá em Pernambuco. Ajudamos colocando esse Fundo no mercado, esse Fundo no mercado é colocado para quem quiser pedir empréstimo a ele; tem uma taxa de mercado, mas é bem abaixo da taxa normal de banco, porque o Fundo tem que ter uma rentabilidade, que pela lei é TR mais 3%, mas ele não pode ter uma ação como o banco comum, porque cobra taxas exorbitantes, na minha modesta opinião. Então, esse Fundo tem uma grande importância para a economia e é um dos maiores fomentadores da geração de emprego, porque ele está no Minha Casa, Minha Vida, são 24 bilhões investidos lá. Então, você tem a cada casa construída a média de três a cinco meses, de cinco trabalhadores por casa construída. Depois tem a variação, porque vai para outra casa, um está virando a massa aqui, outro já está colocando o telhado lá. Então, estamos passando no Brasil um pool muito forte nessa área imobiliária. Trabalha com o Minha Casa, Minha Vida no financiamento que tem subsídio, que vai até três salários mínimos, e no financiamento direto. Por exemplo, qualquer um pode chegar na Caixa Econômica Federal e pedir uma linha de financiamento, desde que tenha Fundo de Garantia, e parcelar em quinze, vinte... Todos vocês sabem como funcionam os parcelamentos do Fundo de Garantia. É uma política muito importante e também está dentro do Ministério do Trabalho.

Então, quis dar uma fotografia geral e quero só, em dois minutos, porque já passei os meus regulamentares vinte minutos – peço desculpas –, quero apenas dizer que o nosso principal foco neste novo período agora, além de continuar a questão da geração de emprego, além de continuar o fortalecimento das políticas de convênio com os Estados e Municípios, é trabalharmos – e preciso muito da ajuda do Senado Federal, inclusive na questão orçamentária – com a questão da modernização do Ministério do Trabalho. E a nossa modernização começa pela informatização. É fundamental que tenhamos uma transparência, a tal ponto que todo cidadão, em qualquer lugar do País, possa acessar o *site* do Ministério do Trabalho e ter todas as informações, desde licitação à concessão de registro sindical, ao emprego existente.

Por exemplo, lançamos agora o chamado Mais Emprego. Já é um processo da informatização. O que é o Mais Emprego? O trabalhador que vai pedir o seguro desemprego, Senador João Durval, quando se dirige ao Sine municipal, estadual, ou a alguma agência do Ministério do Trabalho, nós vamos verificar primeiro... Por exemplo, sou professor, tenho Licenciatura Plena: "Olha, Carlos Roberto Lupi, tem uma vaga aqui de professor de Administração". Então, antes de receber o seguro desemprego, sou encaminhado para essa vaga. O Ministério manda uma carta, com papel timbrado, e tal: "Encaminhamos Carlos Roberto Lupi...". Se eu não conseguir aquele emprego é que tenho de voltar para obter o seguro desemprego.

Então, a política, nós já estamos tendo em alguns Estados a experiência piloto – estamos fazendo também na Bahia, na sua querida Bahia; estamos fazendo também na sua querida Feira de Santana –, e já tivemos uma diminuição de 10% do dispêndio com o seguro desemprego. Porque quem está trabalhando de boa-fé quer um emprego, não quer ficar só recebendo o seguro desemprego. Mas tem muita deformação nessa área do seguro desemprego, com maus trabalhadores e alguns maus empregadores – vamos falar a verdade –, que combinam entre os dois: a pessoa, para receber o seguro e retirar o Fundo, é mandada embora e continua trabalhando na empresa. Fica o dispêndio para o Estado. E real, porque ela continua trabalhando.

Então, nós estamos agora, está dentro do Pronatec, com o projeto em que a gente obriga – o que não é uma novidade, é feito na Itália – todo trabalhador que estiver recebendo seguro desemprego a estar cursando, enquanto estiver recebendo seguro desemprego, um curso de formação profissional. Para isso vamos fazer... Já temos um convênio com o Sistema S, que é quem melhor funciona no sentido da qualificação, pela experiência que, e vamos fazer com quem precisar. Vamos começar, a partir de 2012, com 500 mil, porque não temos como atender os 6 milhões, como falei aqui, que recebem o seguro desemprego. Paulatinamente... Isso está sendo discutido, inclusive, com as confederações patronais, que têm o Sistema S.

O Governo está trabalhando com os recursos do BNDES para ampliar a capacidade de vocês de preparar e qualificar o trabalhador, porque aí eu acho que fecho o cerco do processo. Só vai receber, Senador Paulo Paim, o seguro desemprego quem realmente não estiver trabalhando. Se estiver recebendo o seguro desemprego, qual o problema de ele fazer a qualificação profissional? Nenhum. Agora, se não estiver com o tempo vago é porque está trabalhando; se está trabalhando, não precisa receber o seguro desemprego.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – |Na Alemanha se faz isso.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Claro! Na Alemanha, na Itália. Então, não é novidade. Mas temos que fazer também de uma maneira racional, de uma maneira que nos dê condição de atender a população. Nós vamos começar com os 500 mil que mais buscam seguro desemprego, porque tudo nós temos cadastrado, por isso que falo da informatização. Então, por exemplo, nós temos os últimos dez anos. Há alguns trabalhadores que já receberam o benefício do seguro desemprego quatro vezes. Então, a reincidência é muito grande. Ou ele é trabalhador do serviço temporário, como há muitos no setor agrícola, no setor do comércio, no setor de serviços, o que é compreensível, porque ele pode ter aquelas faixas de crescimento. No Natal, ano-novo, por exemplo, no setor comercial, você cresce muito, Dia das Mães; colheita, na área agrícola. Mas não tem justificativa se ele não for muito dessa área. Se ele estiver abusando na reincidência da busca pelo seguro desemprego, tem alguma coisa estranha nesse processo. Então, nós vamos começar com os 500 mil que frequentam, vamos dizer assim...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – São fregueses.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – São fregueses.

...o seguro desemprego. E, depois, vamos baixar até atender à totalidade.

É um processo que vai demorar pelo menos de quatro a oito anos. Não vamos enganar ninguém, porque isso não é simples assim de se fazer.

Bom, e o principal foco da gente continua sendo a questão da qualificação profissional. Penso, para fechar mesmo, que essa questão da qualificação profissional precisa ter uma discussão mais aprofundada com a sociedade. Por quê? Está acontecendo um fenômeno, um belo fenômeno, no Brasil. O Nordeste brasileiro está crescendo. Sua riqueza bruta, o PIB do Nordeste, está crescendo mais do que o PIB nacional. É verdade! No ano passado, cresceu 4,5% o PIB nacional. Pernambuco, do Senador Armando, cresceu mais de 7%, 7,5%; Bahia também. Por quê? Porque está havendo, primeiro, a industrialização, estão entrando muitas indústrias. Mato Grosso cresceu 8%; 8,5% para ser mais exato.

Então o que está acontecendo? Industrializando-se as regiões que não tinham indústrias, como melhorou muito o poder aquisitivo da população, só o salário mínimo, nos últimos oito anos e meio, teve aumento acima da inflação de 52%, 53%. Isso empurrou para cima uma base, que aumentou mais em 1,6 milhão, são quase 17 milhões de emprego formal. Então a base aumentou. Onde está essa base? Naquelas regiões que eram as mais carentes da nação brasileira. Então elas estão podendo comprar.

Ora, o mercado, vendo que o Nordeste e o Norte estão tendo crescimento maior, estão tendo renda maior, começa a industrializar para que haja um custo menor do seu próprio produto para vender para o público local, para o consumo interno. Está havendo o inverso da migração. Hoje São Paulo não tem mais, não tem, trabalhador para a construção civil. Estou afirmando, há estudos sobre isso. Não tem. E o que está acontecendo? Isso o IBGE vai mostrar daqui a pouquinho, só na área do trabalho, nós calculamos mais de meio milhão de nordestinos que voltaram de São Paulo para o seu Estado natal. Nordestinos e nortistas. Mais de meio milhão.

Nós temos que ajudar e avaliar essa questão da qualificação com a fotografia de cada localidade. O nosso principal foco, tem uma diferença fundamental da lei proposta por mim e assinada pelo Presidente Lula e aprovada pelo Congresso Nacional, é que em todos os cursos de capacitação do Ministério do Trabalho haja um diferencial: 30% tem que estar empregado ao final do curso. Carteira assinada pelo Caged. Se não estiverem empregados, o curso não tem validade e é colocado o conveniente e o conveniado no sistema governamental de inadimplência. Não sei se vocês estão entendendo. Quando a gente coloca que 30% dos que fizeram o curso...

Por exemplo, fechamos agora um curso com 10 mil no Estado de Mato Grosso, do Senador Pedro Taques, que estava aqui até há pouco, mas me avisou que teve que participar de outra comissão. Ao final do curso, 3.000 têm que estar empregados pelo sistema Caged, não adianta dizer de boca que está empregado, não. Nós temos que acompanhar, e acompanhamos pela matrícula. Se não estiverem, não podemos mais fazer convênio com o Estado de Mato Grosso. E, por incrível que pareça, a média tem sido acima do exigido da lei. Em alguns Estados, estão 60%. Os convênios mais bem executados, bem focados, chegam a ter 70% de empregabilidade formal, repito.

Eu penso que essa questão da qualificação precisa de um grande mutirão da sociedade organizada. Não é só o Governo estadual, federal, municipal, não é só o Sistema S, que é patronal, não só as partes que estão querendo atender o objetivo de ver o emprego formal crescer e o trabalhador disponível para o seu empreendimento, é a sociedade como um todo. Temos uma cultura, no Brasil, do diploma universitário, que é importante, que é fundamental e nós estamos democratizando ele, chegando aonde nunca se tinha chegado. Mas é importantíssimo que comecemos a convencer a sociedade da necessidade da qualificação de médio e curto período. É fundamental, porque esse é o emprego mais rápido.

Hoje, por exemplo, na área de sistema de telefonia, Call Center, 85% está no primeiro emprego. Vão em uma grande empresa de Call Center que vocês irão ver: é tudo jovem, com 18 anos, e todos estudando. Fui em uma em Minas Gerais, em Uberlândia, e fiquei impressionado com a quantidade: 4.000 jovens ali. Comecei a falar com alguns. Dos dez, doze que falei, 90% estavam começando um curso universitário e aquilo ali ajudava a eles se manterem.

Então eu penso que essa questão da qualificação tem que ser o nosso foco maior. Eu quis aqui dar uma fotografia, com as minhas deficiências, com as minhas limitações. Peço desculpas, viu, meu Presidente, eu já tomei demais o seu tempo, e estou à disposição para qualquer pergunta de qualquer nível que cada Sr. Senador, Sr. Deputado, queira fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Ministro Carlos Lupi. Por sinal, eu mesmo tinha algumas dúvidas e me chamou muito a atenção quando V. Exª falou aqui em relação ao seguro-desemprego. Fatalmente é preciso tomar algumas providências. Aqui, eu disse para o Senador Paulo Paim e para os demais Senadores que se dava a entender que uma verdadeira indústria estava sendo criada. Isso é muito ruim. Algumas informações nos veículos de comunicação de circulação nacional, há poucos dias, diziam que o seguro-desemprego estava crescendo de tal forma, que o que se arrecadava, o que se recolhia era menor do que o que se estava pagando. Isso é muito ruim para o setor, sobretudo para essa tão importante fonte de irrigação, que dá segurança ao nosso trabalhador, que é o FGTS.

Algo que me chamou bastante atenção na explanação de V. Exª foi o valor de R$230 bilhões existentes no FGTS. Esse é um número bastante significativo, que ninguém pode desconhecer. Sobretudo, está se alimentando, está se fomentando, por meio dessa fonte, o desenvolvimento do Brasil. V. Exª diz aqui que as próprias usinas hidrelétricas no Brasil – algumas delas geram vinte mil empregos; outras, quinze mil empregos; e outras, dez mil empregos – têm sido financiadas pelo Fundo a que V. Exª se referiu aqui.

De qualquer forma, vamos iniciar nossas indagações.

Pela ordem de inscrição, como autora do requerimento, falará a ilustre Senadora Vanessa Grazziotin. Mas, antes de lhe conceder a palavra, quero registrar, de forma prazerosa, a presença do Deputado Oziel Oliveira, ilustre Deputado do Estado da Bahia que nos honra com sua presença, como também a do ex-Deputado Wilson Picler, do Estado do Paraná, que também nos honra com sua presença na nossa Comissão.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, como autora do requerimento, para que possa fazer suas indagações ao ilustre Ministro Carlos Lupi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador João Durval e o Senador Pedro Taques, que esteve conosco há alguns minutos e que, certamente, voltará aqui.

Quero fazer um agradecimento especial ao Ministro Lupi. Tive uma conversa com o Ministro em seu gabinete, antes de irmos à OIT, à 100ª Conferência Internacional do Trabalho, cujo principal tema foi o trabalho doméstico. Foram tratados outros assuntos, obviamente, mas o que tomou a atenção de todos os participantes foi a questão do trabalho doméstico. Então, cumprimento o Ministro e lhe agradeço a presença aqui.

Destaco, Senador Jayme Campos, que o Brasil teve uma participação fantástica nessa nova Convenção aprovada sobre o emprego doméstico. E o Ministro teve uma atuação extremamente pró-ativa. A atuação do Brasil perante a OIT foi muito importante. Todos sabemos que, para que fosse aprovada, essa Convenção foi discutida por décadas, e, em décadas, a posição do Governo brasileiro tem sido muito importante. Tivemos a oportunidade, eu e o Ministro Lupi, de estarmos juntos lá. O Ministro se dedicou muito a essa questão. Não tenho dúvida de que há uma parte importante no Brasil nessa Convenção que foi aprovada e que serve e servirá, certamente, para trabalhadoras e trabalhadores domésticos do mundo inteiro. E fico feliz em saber que o Brasil é um dos primeiros – pelo menos, esta é a intenção – a ter o desejo de ratificá-la. Começo por aí, Ministro Lupi. Pergunto a V. Exª: como andam as tratativas para que seja encaminhada a mensagem presidencial para a ratificação pelo Brasil, pelo Governo brasileiro, da Convenção da OIT relativa ao trabalho doméstico?

Ainda em relação ao trabalho doméstico, Ministro, quero lhe dizer o seguinte: sei e tenho acompanhado pela imprensa que V. Exª, já por conta da Convenção e independentemente dela até, tem trabalhado no sentido de buscar uma maior legalidade. Hoje, o trabalhador doméstico ou a trabalhadora doméstica – que é a grande maioria e que é pobre, mulher e negra – vivem na informalidade. Então, buscar o caminho da formalidade tem sido um grande desafio por parte do Ministério do Trabalho. V. Exª tem falado de algumas iniciativas que deverão ser tomadas. No Senado e também na Câmara, tramitam vários projetos que diminuem a contribuição previdenciária, ou seja, que diminuem a carga e que não apenas expandem os direitos.

Sou daquelas que concordam que, na relação de trabalho, há uma diferença; no que diz respeito ao tra-

balho doméstico, há uma diferença. No geral, há uma relação entre dois trabalhadores, um numa condição um pouco melhor do que o outro. Mas não podemos caracterizar como uma relação de um operário com a empresa Volkswagen, por exemplo, ou com a Nokia ou a Samsung. Não podemos comparar a esse nível. Então, eu gostaria que o senhor falasse um pouco disso, ou seja, como estão os estudos, por parte do Ministério, para o encaminhamento de uma proposta que V. Exª... (*Pausa.*)

Não; pode ficar à vontade, porque a Senadora tem compromisso.

V. Exª tem dito que o Ministério estuda e devera mandar a propositura. Chegando a propositura aqui, ela se juntará àquelas que já estão, e faremos um belo debate. E, Ministro, já adianto: vamos fazer logo isso! Vamos... Perfeito. Eu fico feliz com isso. Vamos eleger essa como uma questão de urgência e com todo o cuidado, para que não aumente mais a informalidade e para que as trabalhadoras não sumam, pois há o risco das pessoas abrirem mão de uma trabalhadora doméstica por uma diarista. Essa é uma questão que tem de ser discutida também.

No mais, quero dizer que tenho várias perguntas aqui, uma delas em relação à qualificação, como V. Exª fez questão de referir. A qualificação é, hoje, um grande desafio, aliás, é o grande desafio do Brasil. E é um desafio que se amplia, Ministro – concordo com V. Exª –, diante, principalmente, desses planos que o Governo Federal vem lançando. O Brasil Maior, por exemplo, para que ele aconteça, nós precisamos ter gente qualificada no Brasil.

E, Ministro, quero cumprimentá-lo, porque V. Exª dá a oportunidade ao Senado, a todos os Senadores – e não apenas aqueles que estão aqui, mas a todos, porque todos os Senadores sabem da presença de V. Exª hoje no Senado – de ouvir de V. Exª o relato sobre alguns fatos que estão sendo divulgados. A meu ver, a imprensa tem cumprido a sua obrigação. E todos nós, o partido de V. Exª, o meu partido, defendemos a transparência, porque a coisa pública é pública. O Ministério não é do Ministro Lupi, como o mandato não é nosso, é da população. Nós apenas estamos na titularidade desses cargos. Então, nós devemos respostas à população. E a imprensa, por sua vez, tem cobrado, com muita insistência, e nós temos que responder. Então, eu fiquei muito feliz.

Nós o conduzimos até aqui, eu e o Senador João Durval, e pudemos ver que V. Exª respondia à imprensa com muita tranquilidade a respeito das matérias que vêm sendo publicadas. Isso é muito importante, Ministro, porque acho que, de uma vez por todas, nós temos que dizer o seguinte: estamos abertos ao diálogo, estamos abertos às explicações todas, às investigações todas. Porém, não podemos jamais cair na rede daqueles que não têm o objetivo de investigar, mas um único objetivo, qual seja, o de paralisar o Governo. Nós temos que separar o joio do trigo.

Infelizmente, o que a gente percebe é que, em alguns casos, são questões como essa que V. Exª explicou – e fiz questão de, antes de falar, pegar de novo ali para ler. Ou seja: é um processo antigo, que já está sendo investigado, a pedido do Ministério do Trabalho e Emprego. Então, acho que a sua vinda aqui, com a disposição de debater todo e qualquer assunto, é muito importante – é muito importante mesmo! E sou testemunha do esforço que não apenas a Pasta de V. Exª, mas que várias outras têm feito para que as coisas sejam bem encaminhadas.

E eu lhe faço uma pergunta. V. Exª falou de um assunto relativo ao PlanSeQ e ao PlanTeQ, mas o ProJovem... O ProJovem é feito em convênio, pelo que entendi, somente entre Estados e Municípios. Então, pergunto: houve algum problema, que seja do conhecimento do Ministério, em relação à execução do ProJovem?

Essa também foi uma conquista, Senador Jayme Campos, da juventude brasileira. Parece pequena aquela ajuda, aquela bolsa, mas é fundamental para a manutenção deles em cursos e tudo mais. São duas vias: a da ajuda financeira e o curso, que é oferecido gratuitamente para a formação desses jovens.

E gostaria, já concluindo, Sr. Presidente, de fazer algumas indagações relativas à política nacional para os trabalhadores migrantes. Esse é um problema sério. O Amazonas, Ministro, recebe – e acho que é o Estado do Brasil que mais recebe haitianos – cerca de dois mil haitianos. Há, inclusive, uma investigação sobre se esses haitianos estão sendo levados, dirigidos ou se é algo espontâneo, porque isso é algo que tem de ser também explicado. Mas o Estado, que não é um Estado rico, é um Estado pobre, de uma gente que tem muitas necessidades, está abraçando de forma fraternal.

O Governo do Estado agora, por intermédio da Secretaria de Trabalho, está promovendo cursos de qualificação para esses trabalhadores. Então, gostaria que o senhor nos falasse a respeito dessa política nacional de trabalhadores migrantes, que pode contribuir muito também para o enfrentamento do tráfico de pessoas. Há muita gente que diz que tráfico de pessoas – e a legislação brasileira diz isso – é para exploração sexual. Não, não; é para exploração do trabalho forçado também. Então, pediria que o senhor falasse a respeito disso conosco. E da mesma forma abordasse a questão relativa ao trabalho escravo. Houve uma CPI aqui

que chegou a várias conclusões. Como o Ministério do Trabalho e Emprego vem adotando essas medidas?

Por fim, para eu concluir mesmo, em relação à Medida Provisória nº 540, medida provisória da qual quero pinçar um aspecto, que é o Brasil Maior. Ela e outras – 540, 541 e vários decretos –, em que está inserido um projeto piloto que diz respeito à desoneração da folha de pessoal para segmentos de calçados, têxtil, móveis e inovação, salvo engano – inovação, Ministro.

(O Presidente faz soar a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E inovação. Eles deixariam de recolher os 20% em relação aos seus trabalhadores, a folha de pessoal, e passariam a recolher 1,5% à previdência. Eu queria que o senhor falasse sobre isso. Qual é a percepção de V. Exª, que já está há tanto tempo no Ministério do Trabalho, em relação a esse aspecto? Se por um lado é muito positivo, porque desonera a folha – aí penaliza aqueles que mais empregam –, por outro lado, há o problema da previdência, que também é um problema do trabalhador.

Acho que o Ministro já falou tudo, mas eu tinha uma pergunta, e ele sabe da minha preocupação em relação também, como V. Exª, com o seguro-desemprego: gente trabalhando, pega o seguro-desemprego e tal. Acho que o ministério já vem adotando medidas. Porque nós também não podemos acabar com o seguro-desemprego por causa disso. Não podemos, de jeito nenhum. Essa foi uma conquista que tem que ser continuada. Mas eu acho que as medidas que o ministério vem tomando são muito importantes.

No mais, Ministro, mais uma vez, cumprimento V. Exª.

V. Exª sabe que nem tudo são flores, nós sofremos muitas críticas e são muitas as reivindicações. Mas assim é que tem que ser, é assim que as coisas avançam.

Parabéns pela exposição de V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa. Acho que foram muito oportunas e pertinentes as suas indagações ao Ministro.

Antes de mais nada, Ministro, V. Exª falou aqui em ProJovem. E hoje foi aprovado nesta Comissão um projeto que visa prioridade para as pessoas egressas de abrigos públicos, de abrigos privados, no atendimento a essa modalidade desse programa. Acho que é muito importante, e foi aprovado hoje nesta Comissão.

Pela ordem de inscrição...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não. Eu gostaria que ele pudesse – eu não fiz muitas perguntas – fazer alguns comentários, porque terei que me retirar por alguns minutos, para ir à posse da UNE, mas volto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas eu ia convidar V. Exª para que viesse até presidir. Para homenageá-la, já que é autora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou me retirar por alguns minutos e volto. Eu vou só à posse da UNE cumprimentar a juventude, de que nós estamos falando tanto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo. Então, a senhora vai lá, volta, e ele responde para V. Exª. Porque há muitas inscrições aqui e, pela ordem, o próximo será o Senador Casildo Maldaner, a quem pediria que reduzisse. Pelo Regimento, V. Exª sabe que temos cinco minutos e, para a réplica, três minutos. Há uns quatro. Então, Senadora, V. Exª tem tempo suficiente, sem muitas delongas.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vamos tentar sintetizar, Sr. Presidente, nobres colegas, Sr. Ministro Carlos Lupi.

Acompanhei atentamente a exposição de V. Exª. Apenas para configurar, rapidamente. Achei inteligente, como é V. Exª, o que disse: "No Ministério do Trabalho, as pessoas, aqui ou acolá, não têm indicação política". Eu acho que é correto, nesse setor ou naquele. Eu acho correto nesses setores, para não haver envolvimento. Agora, na televisão, no programa eleitoral, que é facultado pela legislação, V. Exª dá um *show*. Eu acompanhei os últimos dias...parabéns!

Esta semana, nós temos uma Comissão de Defesa Civil, criada temporariamente aqui no Senado por indicação do Senador Jorge Viana, que está fazendo umas diligências pelo Brasil. E fizemos algumas pelo Nordeste, em Pernambuco, nessa segunda-feira, na Assembleia Legislativa. E antes de começar a audiência pública na Assembleia Legislativa com os Estados do Nordeste, conversando no gabinete da presidência, o Deputado Uchoa, que deve ter uns 70 e pouco anos, dizia: "Fui desembargador, já presidi o Tribunal de Justiça de Pernambuco, agora estou aqui no quinto mandato de Deputado Estadual, já assumi o Governo por diversas vezes, estou na presidência da Assembleia Legislativa..."

Aí eu fiquei pensando como exerce os três poderes em Pernambuco. Parece que incorpora o Espírito Santo, o Pai e o Filho – a Santíssima Trindade. Aí acabei perguntando: "E o seu Partido?" O PDT. Está aí o efeito. Não que seja o efeito da televisão, mas como ajuda...Lá em Pernambuco exerceu as três funções, para se ver como são as coisas.

É apenas um intróito e sigo rapidamente. A outra questão que me chamou a atenção é que V. Exª exerce

uma preocupação um pouco demasiada, me parece, com relação ao caso de Sergipe. E V. Exª trouxe aqui, se antecipando... eu não sei se um pouco em função de uma certa epidemia que campeia por aí...mas eu nem sabia disso. No seu Ministério eu não sabia, mas essa antecipação é porque ronda nos ares...

Apenas uma introdução. Mas eu gostaria agora, para finalizar, ficar estritamente na questão. Eu tenho sentido principalmente nas indústrias alguns apagões, que a imprensa inclusive tem revelado, mais nos setores da empregabilidade da mão de obra. E V. Exª discorreu muito bem sobre isso. Senti a preocupação em tentar melhorar alguns setores e acho que isso é fundamental para que o nosso jovem se prepare.

Então, a nossa Comissão de Assuntos Sociais, da qual tenho a honra de ser o vice-Presidente, com o Senador Jayme Campos, e que tem uma subcomissão das pessoas com deficiência, e no Brasil cerca de 14% da população tem algum tipo de deficiência. São milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência. Nesse setor, da pessoa com deficiência, que também quer o seu emprego, como é que V. Exª, no seu Ministério, vem tratando disso, como é que pode melhorar, para inserir no mercado de trabalho pessoas com alguma deficiência. Acho que é um setor que a gente sente muito aqui.

Vejo os Senadores Wellington Dias, Lindbergh Farias, Paulo Paim e tantos outros, que gostaríamos de saber como esses 14% da população que têm algum tipo de deficiência, cerca de 20 milhões de pessoas, podem melhorar ser inseridos no mercado de trabalho.

No mais, os nossos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador. Ele é sempre assim, é o nosso mestre aqui em usar alguns termos novos. Outro dia ele usou aqui o termo "*rebolation*", muito espirituoso. Ele enriquece a nossa Comissão e é o nosso vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim. V. Exª tem quatro minutos para suas indagações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Três está bom.

Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão; Senador João Durval, nosso parceiro aqui de todas as horas; meu querido amigo, Ministro Carlos Lupi; me permita que eu lhe diga duas frases. Primeiro, dizer que V. Exª é um daqueles Ministros para quem não tem tempo ruim, a gente liga para o Ministério e, além de garantir audiência, ainda reclama que não posso ir: "Esse Paim disse que vinha e não veio". É bom eu poder dizer isso. Tomara que todos os Ministros fossem assim, como seria bom.

Gostaria de dizer, Minsitro que nós entramos com um requerimento aqui na Casa, assinado por mim, Senador Pedro Simon, Senadora Ana Amélia, inúmeros Senadores assinaram o requerimento dos 50 Anos da Legalidade. V. Exª é uma grande referência do nosso querido falecido ex-Governador e eu diria grande líder que foi Leonel Brizola. Para nós é fundamental que V. Exª esteja nessa segunda homenagem que faremos aqui no Congresso em parceria. Para mim, Leonel Brizola não era só PDT, era tudo que ele representa. Suas ideias continuam vivas entre nós, os companheiros do PDT vão liderar este movimento, mas nós queremos estar juntos.

Ministro, vou ser muito rápido. Segundo, quero cumprimentar V. Exª pela postura junto a OIT, que tenho acompanhado, e a sua visão sobre a questão da empregada doméstica, como já falou aqui. Temos projeto sobre o assunto na Casa e vamos fazer com que nosso projeto seja apensado à iniciativa que V. Exª vai encaminhar a esta Casa. Somos parceiros nesse sentido, para conseguir esse entendimento.

Duas perguntas rápidas. Seria importante que V Exª pudesse falar alguma coisa sobre o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, se puder, sobre o PRONATEC, sei que é mais o Elizer Pacheco no MEC, mas sei que há uma sintonia com o Ministério do Trabalho.

Quanto ao seguro desemprego, V. Exª está corretíssimo, não tenho dúvida nenhuma, de combater uma certa malandragem, tanto do empregado como do empregador. O empregador, também, fica pagando aquele período sem nenhuma contribuição para a sociedade. O trabalhador também não é correto que ele receba de duas fontes quando outros tantos estão sem receber. Então não há nem pergunta, V. Exª já deu o caminho, eu apenas queria que o senhor pudesse nos ajudar. Acho magnífico os números do emprego. Eu trabalhava com números de 15 milhões, V. Exª disse que é mais. Mas queríamos saber se a rotatividade é muito grande. Isso é muito importante para nos esclarecer.

Quanto à questão da Previdência, confesso que tenho as mesmas preocupações da Senadora Vanessa Graziottin. Sei que não é a sua pasta, estou expressando as minhas preocupações, como já o fiz na tribuna do Senado. Acho que está correto. Temos que desonerar, mas temos que ter um cuidado, pois no futuro podemos ficar sem saber como fica o fim do fator, o reajuste real dos aposentados. Vamos diminuindo e pode chegar a 10, 15 milhões o resultado da diferença. Não sou contra a questão de transferir para o faturamento. Pelo que percebi vai ser um grupo de estudos que vai acompanhar nesse primeiro ano, porque a questão do

faturamento é fundamental para sabermos qual vai ser o percentual. E eu dizia que era bom se fosse sobre o faturamento dos bancos e não sobre a folha. É um percentual que vai ser discutido, que não será 1,5. Lá em cima resolveríamos a questão da Previdência. Por fim, se V. Exª pudesse dar a sua opinião, e termino aqui já, sobre a contribuição assistencial.

O Senado já aprovou, está na Câmara, é que o limite máximo fosse 1%. Foi naquele momento em que nós regulamentamos, sob a orientação de V. Exª, a questão das centrais sindicais, eu fui relator, se não me engano, junto com Lúcia Vânia e o Senador Dornelles. Fizemos, aqui, a relatoria e V. Exª participou do acordo. Agora fica só essa contribuição assistencial.

No mais, parabéns a V. Exª. Sabe o respeito que tenho pela sua história e pela forma de atuar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao ilustre Senador Paulo Paim e quero registrar, de forma prazerosa, a presença do ilustre Deputado Federal pelo PDT, do companheiro e amigo Deputado Ângelo que prestigia a presença do Ministro nesta Comissão.

Na ordem de inscrição, concedo a palavra à ilustre Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bom dia, Senador Jayme Campo, Senador João Durval, especialmente o Ministro Carlos Lupi que tanta vezes o entrevistei como jornalista e agora estamos aqui em uma outra frente, meu caro Ministro Carlos Lupi.

Claro que endosso o que disse o Senador Paulo Paim a respeito da legalidade porque eu como bolsista de Brizola tenho uma dívida de gratidão com esse grande gaúcho. Apenas para reafirmar, gratidão é um sentimento que a gente deve sempre referir.

Ministro, lamentei por não estar aqui com o senhor, porque foram várias audiências que tivemos de acompanhar.

O senhor nós disse que existem 3 mil auditores fiscais do trabalho e que o ideal seria de 4.600 a 5000. O Governo anunciou a contratação de mais de 220 auditores fiscais do trabalho, embora a necessidade seja muito maior. Outras categorias foram concursadas e, no dia 31 de outubro deste ano de 2011, vai expirar o prazo dos concursados de Auditores do Trabalho. É muito mais barato – e imagino que o raciocínio de V. Exª é pela lógica – contratar, porque o concurso público é sempre oneroso, para esses fiscais que foram aprovados e que estão aguardando a contratação.

Então eu queria saber do senhor uma palavra, até porque recebi, no meu gabinete, os representantes dos concursados que estão pleiteando o aproveitamento e a contratação.

Todos os Senadores aqui já fizeram referência, especialmente a Senadora Vanessa, que é a requerente da sua presença aqui, sobre a questão do trabalho doméstico. É muito importante essa questão, Ministro, até porque fui Relatora, na semana passada, de um projeto do Senador Rodrigo Rollemberg, que concede uma parcela de seguro-desemprego ao empregado doméstico. Como a questão do fundo de garantia é facultativa, ela fica no limbo. Por que eu fui favorável? Exatamente para provocar o Governo a tomar iniciativa, porque na medida em que há regularização e há regulamentação do trabalho doméstico, fica tudo mais fácil, e essas regras podem ser não apenas uma parcela, mas, como os demais, estendidas para quatro, seis meses, conforme o caso.

Outra questão, Ministro, é a seguinte: o senhor fez referência à falta de qualificação da mão de obra. Nós temos o Sistema S. Está aí o Senador Ataídes Oliveira que está com um projeto que reduz para metade as contribuições, porque é um dinheiro público extremamente expressivo que o Sistema recebe.

Então eu quero saber do senhor qual é o significado, qual é a interlocução que o Sistema S tem com o Ministério do Trabalho na qualificação dessa mão de obra nos diversos setores, e como isso funciona? Se V. Exª acha que essa proposta de reduzir pela metade pode tornar mais eficiente ou criar algum tipo de tratamento.

Por fim, eu queria que o senhor nos desse alguns números sobre a situação financeira do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e também do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador), que são recursos que são de direito dos trabalhadores. Muito obrigada, Sr. Ministro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Hoje é um dia mais complicado que os outros, Ministro. Nós temos a homenagem ao Itamar Franco; aqui ao lado, tem a Comissão de Educação onde estamos discutindo educação e inovação, e sou um dos responsáveis por isso. Se a Senadora Ana Amélia, que já fez as perguntas pudesse ir lá, eu ficaria aqui; senão eu vou pedir licença para sair um pouco, porque não tem nenhum Senador lá. (*Pausa*.) Parece-me que a Senadora Ana Amélia está indo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Entendi a indagação de V. Exª ao fazer a questão de ordem. Na medida em que nós temos

aqui ainda alguns Senadores inscritos, incluindo V. Exª, que é o próximo...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sei, claro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, se possível, o Ministro poderia responder agora às perguntas que foram feitas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quatro Senadores já fizeram suas indagações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente. Então ele responderia agora, a começar pelas duas que estamos aqui presentes, e a Senadora Vanessa quer ouvir, e eu vou lá para atender à Comissão, atendendo ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu complemento a ótima sugestão: eu vou agora e, quando ela chegar lá, eu volto para cá, porque eu quero, perfeitamente, fazer comentários, fazer perguntas e dar um abraço ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não. V. Exª faz questão de fazer suas indagações.

Então, acho de bom alvitre que V. Exª pudesse responder. Não a resposta à Senadora Vanessa, mas V. Exª responderia aos presentes que já se encontram aqui na Casa: os Senadores Casildo Maldaner, Paulo Paim e a Senadora Ana Amélia. Feito isso, diante da chegada de outros – inclusive está escrita a Senadora Lídice, que vai fazer também suas indagações.

Com a palavra o Ministro Lupi.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Com prazer.

Em primeiro lugar, eu queria falar para o Senador Casildo que o senhor tem muita razão nessa questão do deficiente, do portador de necessidade especial. Nós temos hoje uma legislação que obriga as empresas a terem um percentual, se não me falha a memória, que varia de 2% a 5%. Do total de funcionários, eles terem esse percentual conforme o tamanho da empresa, no mínimo de 2% e, no máximo, de 5%.

Em alguns setores são mais graves, por exemplo, como o setor de transporte rodoviário, porque normalmente é muito difícil o deficiente ser adaptado à direção. Então, praticamente ficam todos eles como trocadores, ou na função administrativa. É difícil também de se cumprir a legislação. Não estou contra a legislação; estou dizendo a fotografia do mundo real. É difícil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Também. Aí já é o acréscimo. Estou apenas dando o exemplo específico.

Por exemplo, no setor de eletricitários, que é um setor que exige equipamentos de segurança, é um setor que tem muitos riscos. Há dificuldades também, independentemente dessa segunda parte, em que a senhora tem razão, na questão da qualificação do próprio profissional, e da falta e da qualificação, os dois, porque, na sua pergunta, a senhora falou da qualificação.

Eu penso que... Inclusive está sendo discutido agora, e o relator é o André Figueiredo, se não me falha a memória, para se encontrar uma saída. Isso porque hoje o principal problema para o deficiente, na minha modesta opinião, é o benefício da bolsa continuada, o benefício que ele tem continuado, porque o Governo Federal, por força da lei, corretamente, tem que bancar. A maioria que a gente quer, ou que as empresas – não somos nós – querem empregar não vão com medo da perda dessa bolsa. Ele pensa assim: "Vou conseguir um emprego, mas tenho o risco de amanhã estar demitido, e eu perco a minha bolsa" – a do benefício continuado.

Nesse projeto – até conversei com o Deputado André, meu amigo pessoal e companheiro de partido –, está sendo feita uma emenda para que não se perca essa bolsa, porque é um benefício, e a pessoa já é diferente; ela já tem as dificuldades que a natureza lhe deu. Então, não é correto a gente punir quando ele pode produzir, quando pode se inserir na sociedade, inserir-se no contexto. Acho fundamental essa aprovação, e queria pedir aqui, humildemente, que, se os Srs. Senadores, se as Srªs Senadoras pudessem nos ajudar nessa aprovação, é fundamental. Depois vou até pedir à minha Assessoria que envie aos Senadores, por gentileza, o projeto, para os senhores observarem como é que está, porque seria fundamental.

Essa não é a única solução, mas vai ajudar muito a solução. Por isso, quando a Senadora Ana falou, minha brizolista antiga, lembrei-me da primeira vez, e tomo a liberdade de falar para a senhora, no rádio. Ela falou logo depois da morte do nosso líder Brizola, dizendo o seguinte: "Lupi, quero dizer, para começo de conversa, que sou brizolista". Eu tenho uma dívida de gratidão, e a senhora repetiu agora, e eu fiquei muito sensibilizado, porque gratidão e lealdade não prescrevem com o tempo. Não depende de a pessoa estar aqui para sermos gratos, e eu faço isso repetidamente, porque o Brizola foi um segundo pai na minha vida, foi quem me tirou do nada, e eu sou muito grato a ele, e ele, onde estiver, é sempre uma referência na minha vida, uma luz no meu caminho.

E eu me lembro, quando a senhora falou isso, da sua sensibilidade. É bonito ouvir isso. A senhora não é do nosso partido, tem outra opção político-partidária, não por falta de a gente querer, não; é por opção dela,

Srs. Senadores. Quero deixar claro que é por sua opção, Senadora. É opção dela, e a gente tem que respeitar. Agora, eu fiquei muito sensibilizado naquele dia, foi logo depois que eu voltava do enterro, e aquilo me marcou muito. Certas palavras, em certos momentos, marcam a vida da gente. Aquilo mostrou a grandiosidade do seu caráter, porque a gratidão pós-morte não tem ninguém para ouvir. Em tese, acho eu que ele não está nos ouvindo, mas foi muito bonito. E, quando a senhora fala da questão do portador de necessidade especial, do deficiente – com o qual a gente tem que tomar muito cuidado, porque cada hora a organização deles coloca um nome, e eu fico apavorado de errar o nome, porque, a toda hora, estou errando –, eles têm que ter um tratamento diferenciado.

E a perda da bolsa é um dos fatores primordiais para eles não quererem, a falta de qualificação também, porque muitos não conseguem se adaptar a algumas profissões, e a discriminação, que existe muito também. Não se iluda que há. Esse Ser Supremo – cada um dá o nome na sua religação com Deus –, quando nos dá a dificuldade da audição, beneficia-nos na visão. E assim Ele dá mais sensibilidade. É impressionante como desenvolve outras sensibilidades acima da média normal naquilo que não lhe é tolhido de ter. É a minha percepção.

Então, há muita discriminação ainda, Senador, da sociedade, muita discriminação do empresário. E eu quero pedir humildemente, e inclusive estamos fazendo um plano de qualificação muito específico para eles, porque é muito difícil, porque cada deficiente físico é uma realidade. Se é deficiência motora, é outra realidade; se é mental, é outra realidade. Cada um envolve uma adaptação muito difícil, muito delicada. E eles não aceitam discutir, com razão, perda de direito. Então, não adianta querer discutir que se vai tirar a bolsa deles, porque isso – esta é minha opinião – é um absurdo, porque eles já são privados de algumas questões. Então, manter a bolsa, fazendo com que eles possam trabalhar, já é, modestamente, um grande caminho para solucionar essa questão. Eu queria, humildemente, pedir a ajuda dos senhores, que aí vão mostrar sensibilidade.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quem sabe, Ministro, não atrapalhando... Se não me engano, Senador Paulo Paim, alguma coisa já tramita aqui. Já discutimos sobre isso.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Há, sim.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se ele ganhar mais no mercado de trabalho, se com a qualificação ele puder ganhar mais do que a bolsa...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – É claro!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nesse caso, pode-se, eventualmente, até suspender a bolsa. Mas, na hora em que ele sair do mercado de trabalho, ele terá aquele direito.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – É exatamente isso. É isso que a gente está discutindo aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero colaborar, Ministro, dizendo que essa iniciativa já existe na Casa.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Eu sei, eu sei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já aprovamos, contempla também essa visão e está na Câmara. Mas, vinda por parte do Executivo essa força, V. Exª sabe que é outra história.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Amigo, estou junto. Se não me falha a memória, isso está adaptado numa medida provisória.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso! É isso mesmo!

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Então, quanto a essa medida provisória, já há acordo, já conseguimos acordo governamental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem! É assim que se resolve.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Mas é importantíssima a participação dos Srs. Senadores, porque os senhores são a representação da população no Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Estou respondendo à questão tratada pelo senhor relativa à deficiência.

O Senador Paim apresentou três argumentos importantíssimos. O primeiro é o da rotatividade, que é muito alta. É das mais altas do mundo a rotatividade brasileira. Mas, no Brasil, há uma fotografia que temos de entender. Há três setores da nossa economia que têm rotatividade altíssima, mas natural, legítima. Por exemplo, no setor agrícola, há safra e entressafra, e não se pode mudar isso por decreto. No setor de comércio varejista, há sazonalidade: contam-se milhares no Dia das Mães e até nas semanas anteriores, porque as indústrias têm de fazer uma preparação. O mesmo ocorre no Dia das Crianças, no Natal, no ano-novo, em datas específicas. No setor de serviços, ocorre a mesma coisa.

Então, há características de rotatividade fáceis de serem detectadas. Mas há outras em que não há entendimento. Em alguns casos, há duas avaliações, e estamos aprofundando essa discussão. Uma delas – não posso negar isso, com dor – diz respeito à esperteza de algum trabalhador. Ora, ele sai daqui, pega

o seguro-desemprego, fica tranquilo da vida por três meses, por cinco meses, e, depois, volta, para fazer a mesma coisa. E o número dos que fazem isso não é pequeno, infelizmente. Não estou acusando, gente. Tenho a obrigação de mostrar a realidade. Outra avaliação, que é mais grave, diz respeito à economia, ao mercado ruim, mau, perverso. Por exemplo, hoje, Senadora Ana Amélia e Senadora Lídice, há uma esmagadora maioria de mulheres trabalhando com nível superior completo e incompleto. Há 65% de mulheres a mais do que homens com nível superior completo e incompleto. Em média, ganham de 25% a 30% a menos do que os homens, ocupando a mesma função. O que acontece? As empresas demitem um homem, para contratar duas mulheres. Vou mandar esse estudo para os senhores. Essa não é a minha opinião, não! São dados, são números! Respondendo ao Senador Paim, quero dizer que isso é perversidade do mercado. Por que essas mulheres ganham menos, exercendo a mesma função e tendo a mesma formação? Não estou falando de setores diferentes. Há absurdos no mercado, o que chega a ser insano. O senhor tem razão: a rotatividade acaba extrapolando o bom-senso.

O senhor fala também sobre a previdência. Brinco sempre com meu primo rico. Chamo o Garibaldi de primo rico, porque ele fica em cima, e a previdência tem arrecadação. Só dou notícia boa para ele, porque, cada vez que aumenta o emprego, aumenta a arrecadação na previdência. Temos de tomar muito cuidado, porque a sociedade... Esta é uma opinião pessoal, não é uma opinião governamental, mas é a minha opinião de cidadão. Penso que há uma deformação nas contas da previdência, o que, para mim, é irracional. Por exemplo, a Constituinte de 1988 – ajudei a revisá-la – outorgou aos trabalhadores rurais o direito à aposentadoria sem eles nunca terem contribuído para a previdência. Sou a favor disso. Pelo amor de Deus, não sou contra isso! Mas isso não é despesa da previdência! A previdência não pode ter despesa em relação a algo pelo qual ela não é responsável! Isso é despesa do Tesouro. Não sei se estou me fazendo entender.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está claríssimo, Ministro.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Se separamos essa despesa, tiramos o grosso do déficit previdenciário. Não resolve, Senador Suplicy, mas empata o jogo.

Eu penso que temos que rediscutir algumas coisas com profundidade com a sociedade, para quem começa agora. É diferente para mim. Eu tenho 54 anos, como trabalho desde os 13 anos, tenho 40 anos de contribuição à Previdência. Eu tenho vergonha de me aposentar. Mas isso é uma questão da minha cabeça. Cada um tem a sua, e respeito a cabeça de todos. Eu não me sinto digno com o meu País, eu, com 54 anos de idade, em plena atividade, em dar minha despesa para a Previdência. Mas é a minha cabeça. Não estou querendo que ninguém tenha a minha cabeça. É meu direito como cidadão, só isso.

Agora, eu vivi uma época diferente de quem está começando no mercado de trabalho agora. Os medicamentos, a alimentação, tudo isso progrediu muito. Então, temos que discutir uma nova Previdência para quem está entrando no mercado de trabalho agora, porque ele tem que compreender... E mais: acho que a Previdência deveria fazer – é uma avaliação, uma opinião pessoal, repito, pois não tenho nem o direito de invadir a seara que não é minha; é apenas uma opinião como cidadão –, eu acho que a Previdência tem que diferenciar como você tinha salários mínimos diferenciados pelos Estados brasileiros, porque são realidades diferentes. A realidade de quem vive num Brasil chamado Brasil mais profundo, no Nordeste mais profundo, que tem mais dificuldade de alimentação, que tem mais dificuldade de saúde, é diferente da minha, que vivo no Sudeste, que, em tese, tem melhores condições do que as do Nordeste.

Eu acho que tínhamos que examinar isso com a profundidade de quem quer ver a questão social e a questão do Estado andando lado a lado, porque a Previdência nada mais é do que o ressarcimento de quem ajudou a contribuir com o Estado brasileiro. Nós não estamos aqui fazendo favor a ninguém. Todo cidadão, meus pais, meus avós, minha mãe, todos contribuíram com a Nação, e não só com o trabalho, não só com o desconto deles, mas com o trabalho efetivo da construção. Isso tem que ser repensado para quem começa agora.

Desculpe-me, fechando, você falou também da questão do Pronatec. Estamos dentro do Pronatec, principalmente nessa área do seguro-desemprego. Vai ser feito muito com o Sistema S. A Senadora perguntou sobre o Sistema S. O Sistema S trabalha muito autônomo, Senadora. Todos os convênios do Sistema S com o Ministério do Trabalho são pagos. O Ministério paga. Todos os convênios são pagos pelo Ministério. Por exemplo, ele ganha uma licitação, nós pagamos o processo dele.

Há um ano, existe um acordo feito de que, ao longo dos próximos cinco anos, ele vai dar um aumento até chegar a 66% de gratuidade. Hoje ainda não chega. Hoje deve estar chegando quase à metade, cerca de 47%, 48%. Então, todos os convênios... Estou falando a verdade. Posso inclusive pedir à equipe para colocar os números e mandar para os gabinetes. Não estou falando nem contra, nem a favor de ninguém. Estou falando da fotografia real. Eu penso... Por exemplo, há

alguns setores – é pena que meu Senador Armando não está aqui – em que é impossível o trabalhador pagar. Como é que você vai formar um eletricista num curso em que o cara está desempregado e que tem que pagar R$1.200,00 por mês?

Todos que nós executamos são conveniados – só para deixar claro –, licitações. A maioria o Sistema S ganha porque tem um equipamento mais competente. Não estou tirando o valor dele. Sou fruto do Sistema S. Meu primeiro emprego foi por causa que fiz no Senac o curso de datiloscopista. Era uma Remington deste tamanho que parecia uma arma pesada: "asdfg; çlkjh"; a gente ficava ali, e eu comecei a bater máquina mais rápido, comecei a ganhar um dinheirinho, foi meu primeiro emprego. Com 13 anos de idade, comecei a bater máquina, fazendo serviço para fora. Não tenho nenhuma discriminação. Estou dizendo a fotografia real.

Todos os convênios feitos com o Ministério do Trabalho são pagos. Então, nós temos que discutir isso com muita transparência, porque é um custo que chega a 2,5% da folha dos empresários. É um custo. Eu não estou condenando ninguém, acho que ele presta um grande serviço, mas tem que ser discutido o objetivo dele.

Quanto a essa questão dos auditores, acho que a senhora está coberta de razão. Estou no Governo, mas não vou mentir, nem vou omitir minha opinião. Estou lutando para que a gente tenha o maior número possível... Por exemplo, já chamamos... Foram quantos no total? Vocês se lembram dos auditores que chamamos antes dessa última remessa? Você se lembra, Paulo? *(Pausa.)*

É muita coisa. Faz muito tempo. São dois anos, não é? *(Pausa.)*

Agora, no máximo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Seiscentos. Estamos chamando mais 200. Agora, o que é a lei? Eu não posso mais prorrogar, porque eu já prorroguei porque estava querendo mais. E não posso mais chamar ninguém além desse percentual que é da lei. E aí o pessoal está coberto de razão: sou obrigado, e já estou preparando, já estou mandando para o Planejamento, para o ano que vem, a fazer um novo concurso. E a senhora tem razão, porque é mais custo, é demorado, tem que passar para o Tribunal de Contas... Correto. Eu estou dizendo que o tempo disso poderia ser muito mais eficiente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para contratar o mesmo número de pessoas.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Claro. Muito mais eficiente.

Para a senhora ter uma ideia, hoje, na Esplanada, por força de um convênio de um TAC que fizemos com o Ministério Público, nós somos o único Ministério que não tem mais terceirizado nas funções-fim, só nas funções-meio, como a área de portaria, de limpeza e segurança. Então são três mil substituindo... A senhora não tem ideia do trabalho que foi fazer esse concurso. Primeiro eu tinha três mil funcionários que eram a memória do Ministério, alguns estavam há vinte anos lá, que eu perdi; eu não posso fazer nada porque é concurso, eu tenho que fazer para todo mundo, republicanamente.

Segundo, depois que eu fiz, o que aconteceu? Sessenta por cento dos concursados, nobre Senadora, fizeram concurso para outro setor e foram embora, para ganhar mais, quase 80%. Quer dizer, aí eu fico numa defasagem. Por exemplo, estou agora com mais de 650... E agora o Planejamento já se comprometeu a chamar mais esses 650 da área administrativa.

Agora, o Estado brasileiro – e eu lembro disso porque, em 1970, foi quando aquele cantor Miguel Gustavo fez aquela música, que eu gosto tanto, que diz "90 milhões em ação"; hoje são 200! –, não podemos imaginar que o Estado brasileiro, que atendia 90 milhões, agora seja o mesmo para atender a 200 milhões!

É claro que tem que ter bom senso, não pode ter emprego... Mas o concurso público é o único instrumento republicano e democrático; não tem outro. E sou raivoso defensor do concurso público. Mas eu quero confessar à senhora que V. Exª está coberta de razão, pois é um custo para o Estado a gente não ter maneiras de chamar o concursado e ter que fazer concurso. Mas é da lei.

Sobre o trabalho doméstico, só para encerrar, além da pergunta sobre o Fundo de Garantia e o FAT. Do trabalho doméstico, a gente tem que... Estou trabalhando agora, é pena que a Senadora não está aqui, mas tem dois nós para a gente resolver: eu quero apresentar um projeto para vocês aqui discutirem, que são – e já foi falado aqui – as diaristas; ou seja, como regular as diaristas, porque elas também têm que ter os mesmos direitos; como é que se vai fazer a Previdência delas; como é que se vai fazer o seguro-desemprego delas se elas não são de um patrão só? E a outra é a hora-extra. Como é que fica a questão da hora-extra? Como é que fica por causa da questão da hora do almoço para quem mora na casa do patrão?

Não é simples não. E estou chamando de simples da doméstica. O que é o simples da doméstica? Nós criamos uma série de benefícios, corretos, no meu entender – agora mesmo o meu Governo aumentou 50%, corretamente, os limites para o pequeno e o médio empresário terem uma empresa –, porque o patrão

individual não é empresa, ele é um cidadão que precisa de uma auxiliar; ele tem que ter benefícios. Eu defendo, e vai sair assim, a minha proposta é esta: que tenha benefícios para quem garantir o emprego, para quem assinar a carteira do trabalhador doméstico; senão nós estamos fazendo uma legislação que não vai funcionar.

Nós temos, hoje, em torno de cinco milhões de trabalhadores domésticos, aí incluídos os que trabalham também em sítios, fazenda, todo tipo de trabalho que seja feito na casa, que não têm carteira de trabalho assinada. Se eu não criar uma motivação para o empregador, ele não vai empregar. Exemplo: desconto do Imposto de Renda. Está lá, tem que ser até o máximo de um salário mínimo; quer dizer, o Governo vai tabelar quanto a iniciativa privada pode pagar pelo mínimo? Está errado! Eu não sei se estou conseguindo me fazer entender. Pode descontar até o máximo, aquele percentual, de um salário mínimo. Está errado! Pode descontar até quanto a pessoa efetivamente pagar.

Outro exemplo: a Previdência. E sobre isso eu já conversei. Tem que ser uma alíquota menor. Por que tem que ser uma alíquota menor? Porque não é uma empresa estabelecida comum que visa o lucro; é um cidadão... Claro, isso já está avançado, a Previdência já topou. E nós temos que criar isso.

Acho que, nesta semana – e depois eu vou voltar a falar, quando a Senadora Vanessa estiver aqui –, nós vamos terminar o nosso projeto para trazer... Porque a nossa ideia é a seguinte: apresenta o projeto de lei com urgência urgentíssima... Não adianta a gente ratificar, o que a OIT falou é só apresentar o projeto de lei; senão a gente estará enganando a população. Então tem que ratificar e, depois aqui, eu quero me dispor, virei à hora que os Srs. Senadores quiserem, para debatermos nesta Casa, que é a Casa que faz a lei. Eu respeito muito o Legislativo, porque já fui do Legislativo. Só quem nunca foi do Legislativo concorda em desprezar a instituição democrática do Poder Legislativo, porque ela é a garantia da democracia. Onde não há Poder Legislativo não há democracia. Não tem, no mundo outro setor que não seja essa correspondência. Há alguns setores que mantém o Poder Legislativo para dar aparência de democracia. Mas sem liberdade de todas as minorias, da oposição, do funcionamento do Poder Legislativo não há democracia. Quero trazer isso aqui para conversar com os Senadores e com a Câmara para debatermos. Nós não somos infalível. Podemos estar pensando algo que é errado e no debate procuramos evoluir.

E fechando está faltando o FGTS e o FAT.

Paulo, queria pedir para, depois, você mandar para os Senadores todo o balanço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Do Fundo de Garantia o senhor já falou. Ficou faltando o FAT. Falou que tem 250 bilhões do FGTS.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – E 170 bilhões do FAT. Não estou fazendo milagre algum. Aumentou o emprego, aumenta a arrecadação é natural, é legítimo. E como a gente está segurando também... Esse projeto que falei para vocês que diminuiu 10% , já em alguns, o cara antes de conseguir o seguro-desemprego pode conseguir o emprego. Uma série de medidas que coíbem a fraude como o seguro-defeso que é para o pescador. Também estamos conseguindo. Por exemplo, a receita do FAT aumentou em média 34, 35% e a despesa 15%. Isso está dando uma margem de lucratividade (entre aspas), um saldo positivo maior.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O FAT estaria hoje com R$70 bilhões?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Está em torno R$170bilhões. Ele está mas o agente operador, aqui no Brasil...O FAT não tem poder de aplicar esse dinheiro. Quem aplica é o agente operado, no caso, BNDS, 110, 120 e o resto divide um pouco com cada um. Um pouco com a Caixa, com o Banco do Brasil, uma parte com o Banco do Nordeste, por causa do microcrédito. Tirando o percentual constitucional, todo o dinheiro que não é constitucional para o microcrédito vem do FAT com as aplicações. Mas eu me comprometo, hoje, ainda, a senhora vai receber o balanço, tanto de um como de outro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero enfatizar a importância do FAT porque nós fomos um dos criadores do FAT. Foi uma fusão de três projetos: meu, do Serra e do Jorge Uequed do Rio Grande do Sul, sou obrigado a dizer. Criamos o Fundo de Amparo ao Trabalhador e, por isso, a minha preocupação em saber como ele estava.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos à ordem de inscrição. Satisfeitos os Senadores Paulo Paim e Ana Amélia, temos que observar a ordem. Temos o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Ataíde.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Casido Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Dou-me por satisfeito com as respostas do Ministro e com a permissão preciso me ausentar, porque tenho que comparecer a outras Comissões e também à homenagem ao Senador Itamar Franco. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na ordem de inscrição, está na frente o

Senador Ataides. V. Exª dispõe de 3 a 4 minutos. Seja bem pragmático nas suas indagações.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Acho muito pouco, mas vou tentar ficar nesse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Cumprimento a todos, em especial ao nosso Ministro Calos Lupi.

A priori, perdoa-me, quando o senhor disse que os contratos feitos com o Sistema S são pagos e eu sorri, no momento. Sorri, porque não tinha esse conhecimento e fiquei estarrecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me que eu diga que ele é um grande empresário e bem sucedido.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, meu amigo e Presidente Paim.

Vou tentar ser bem breve. Estou há mais de 4 meses estudando o Sistema S. Sabemos que não há muita transparência nesse sistema, mas através da minha formação acadêmica consegui obter resultados e informações que, talvez, milhões de pessoas no Brasil não sabem, mas estou com um projeto sobre o assunto e tentando esclarecer a todo povo brasileiro.

A função principal do Sistema S, como o senhor sabe, é a qualificação e a capacitação da mão de obra. Isto a custo zero, porque dinheiro tem e muito. E vou falar aqui muito rapidamente.

Nós sabemos que o grande problema ou um dos grandes problemas do desemprego hoje no Brasil, um dos grandes gargalos, nós sabemos, é exatamente a qualificação e a capacitação dos nossos funcionários. Por exemplo: na construção civil, onde eu atuo hoje, nós temos apagões e apagões, porque nós não temos qualificação nenhuma, nós não temos mão de obra hoje nesse segmento, como em tantos outros, por causa da falta de capacitação e da desqualificação da mão de obra. Enquanto há desemprego, há empresários procurando, em todos os jornal do País, por funcionários.

Pois bem, Ministro. Eu gostaria de dizer que a arrecadação do Sistema S, que tem de ser um grande parceiro do Ministério do Trabalho, uma vez que tem finalidades parecidas, idênticas, coadunam as mesmas atribuições praticamente, posso dizer dessa forma – e penso que V. Exª tem essa informação –, só em 2008 arrecadou R$8,1 bilhões; em 2009, R$9,9 bilhões; em 2010, R$14,4 bilhões; e agora, para 2012, deve arrecadar aproximadamente R$15 bilhões. Então, tenho que rir quando o senhor diz que paga quando faz um contrato. Eu tenho que ficar indignado ao saber que qualquer trabalhador que entra no Sistema S tem que pagar pelo curso. Eu tenho que ficar indignado!

Pois bem; essa é a arrecadação do Sistema S. A disponibilidade, hoje, somente do SESI, Ministro, no final do exercício de 2010, foi de quase R$3 bilhões – isso nos número do balança: quase R$3 bilhões! Isso me leva a imaginar que o Sistema, no todo, hoje, deve ter algo em torno de R$8 bilhões aplicados no sistema financeiro. Mas isso eu ainda estou apurando para chegar a esse número final.

Pois bem; as pequenas e médias cidades do nosso País, hoje – e acho que é do conhecimento de V. Exª –, nem conhecem o Sistema S. Com esse rio de dinheiro que eles têm em caixa, o Sistema S pode e deve fazer muito mais pela nossa Nação do que ele tem feito. Sabemos que ele tem feito, mas, com um rio de dinheiro desses, tem que fazer mesmo. Tem que tirar umas fotos bonitas, tem que botar na Internet, tem que fazer alguma coisa. Agora, com esse rio de dinheiro, o senhor, como Ministro, pode exigir muito mais desse sistema.

Interessante que os nossos jovens precisam de oportunidades, Ministro. Os nossos jovens precisam de oportunidades, mas essa oportunidade só chega com a capacitação com a qualificação desse jovem, sem o que ele não consegue entrar no mercado de trabalho.

Outra coisa que o Sistema S está deixando de fazer: enquanto as nossas crianças estão morrendo nas ruas vítimas do *crack*, o Sistema S poderia pegar essas crianças, trazê-las para dentro do sistema e capacitá-las, dando a elas oportunidades de trabalho.

Outra coisa muito interessante que eu gostaria de colocar, Ministro, é que, se cobrasse tão somente do Ministério do Trabalho, eu ainda ficaria tranquilo, mas o duro é que cobra daquela coitada daquela senhora dona de casa que está querendo ter um pequeno aumento na sua receitazinha de casa, familiar. Ela vai lá e, para fazer um curso de *megahair*, tem que pagar, por um curso de 40 horas, duas parcelas de R$287,00. Isso é um furto! Isso é um abuso cometido contra a nossa população!

O senhor disse aqui que o problemas da Previdência... A Previdência realmente é o primo rico, e eu conheço muito bem – e aqui ao lado está o nosso grande Senador, ao lado de quem sempre estou. A Previdência arrecadou, ano passado, R$243 bilhões. O problema da Previdência não é o problema do rural; não são aqueles coitados, como eu que vim de lá, que se matam no cabo da enxada. Esse não; esse é um salariozinho mínimo. O problema é o famoso RPS, é o regime diferenciado da Previdência Social. Aí o Tesouro banca, banca e banca mais de R$70 bilhões por ano – acho que o senhor tem essa informação.

Na verdade, o coitado do nosso pessoal rural, que bota comida na nossa mesa, esses coitadinhos

são insignificantes. Eu sei – o senhor disse com todas as palavras, e eu fiquei muito contente em ouvir que o senhor é a favor – que o errado está nas aposentadorias especiais; essas estão erradas. As aposentadorias especiais, as prematuras e as fraudes. Esse é o grande problema.

Pois bem, Ministro, por final, eu só quero dizer que estou feliz de estar aqui, de ter tido a oportunidade de falar com o senhor e de mostrar esses números do Sistema S. E o senhor pode nos ajudar exigindo mais do Sistema S, para que ele ajude mais a nossa população, principalmente os nossos jovens.

Eu quero passar ao senhor, se o senhor me permitir, cópia do meu PLS e também das minhas justificativas.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só um esclarecimento, que acho importante e para que não fique dúvida. Quando o Senador Ataídes fala especial, não são as insalubres, as perigosas, que são da "peãozada"; ele está se referindo naturalmente àquelas que estão acima do teto. Para mim, é um absurdo alguém ganhar acima do teto neste País. É a essa que ele está se referindo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, meu Senador Paim. É verdade. São as aposentadorias especiais. São os funcionários civis que participam do regime diferencial da Previdência Social e os militares. Essas insalubres, de periculosidade, não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Prosseguindo na lista de inscrição, concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

Antes de mais nada, convido a Senadora Vanessa, como autora do convite ao Ministro e homenageando-a, para presidir a nossa reunião.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Jayme Campos, Senador João Durval, prezado Ministro Carlos Lupi, primeiro, quero cumprimentá-lo pela atitude de vontade de transparência, de esclarecimento sobre toda e qualquer dúvida que porventura possa ter ocorrido em seu ministério, por essa disposição de tornar as coisas muito claras e, de logo, poder resolvê-las, isso tudo é muito positivo.

Segundo, gostaria de também enaltecer o trabalho de V. Exª por ter conseguido, junto com o Presidente Lula e com a Presidenta Dilma Roussef, um sucesso tão significativo na criação de empregos formais da ordem de 15 milhões, de 2003 até hoje, aproximadamente. E mostrando como foi possível também, no diálogo aberto e direto com os trabalhadores, com as centrais sindicais, com os empresários, realizar os ajustes nas políticas salariais, inclusive do salário mínimo, que compatibilizaram esse crescimento do nível de emprego, inclusive junto com as demais políticas sociais também; contribuir na erradicação da pobreza absoluta, bem como na diminuição das desigualdades no Brasil. Também considero muito importante o esforço realizado na área da economia solidária, V. Exª que enalteceu, com que concordo plenamente, o Prof. Paul Singer, que é um dos maiores conhecedores no mundo e estimulador das formas cooperativas de produção da economia solidária.

Eu também estive presente ali no Banco Palmas e, ainda ontem, prezado Ministro, eu li uma carta enviada pelo João Joaquim de Melo, coordenador da instituição do Banco Palmas e criador da mesma, sobre um aspecto relativo ao projeto de resolução que o Deputado Ricardo Berzoini apresentou com respeito à questão dos correspondentes bancários. O João Joaquim de Melo pondera que será muito importante, na hora de considerar esse projeto que está tramitando e vai ser objeto de audiência pública na Comissão de Finanças e Tributações, que haja a consideração daquelas instituições, tais como a do Banco Palmas e outras. Isso para que não se prejudique a existência daquilo que pode ser um correspondente bancário em lugares como onde está o Banco Palmas ou talvez até na Ilha de Marajó ou algum lugar mais afastado. Então, eu sugeri ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributações, Deputado Cláudio Puty, que também recebeu a carta, que possa convidar o João Joaquim de Melo para expor sobre esse assunto. Certamente será objeto de interação e diálogo tanto com o Ministério da Fazenda, Banco Central, Conselho Monetário Nacional e Ministério do Trabalho, uma vez que isso envolve a questão dos direitos de trabalhadores no setor das instituições financeiras.

Mas eu gostaria também de lhe perguntar: em que medida o Governo brasileiro, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Indústria e Comércio tem considerado os efeitos dos programas de transferência de renda que existem nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, o Reino Unido, o Canadá, o próprio México e praticamente todos os países europeus. Desde meados dos anos 70, em especial 1975, foi instituído nos Estados Unidos o crédito fiscal por remuneração recebida, ali denominado Earned Income Tax Credit.

Está a sua equipe e o próprio Ministro Carlos Lupi ciente de qual o efeito disso sobre o grau de competitividade dessas economias em relação a nossa?

Ainda há duas semanas, quando a Fiesp divulgou o estudo mostrando que aqui no Brasil os encargos

sociais estão hoje em torno de 32,4% da folha, correspondendo a um dos maiores índices, se não o maior, entre 34 países – isso foi divulgado na imprensa há duas semanas –, naquela oportunidade, eu telefonei ao vice-Presidente da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, responsável por isso tudo e perguntei a ele se a Fiesp ou a CNI teriam feito estudos sobre efeitos desses programas de transferência de renda existentes nos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. Ele me disse que não, que isso ainda não foi feito.

Portanto, eu gostaria de chamar a atenção para isso. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, o salário mínimo está em US$7,25 por hora. Se um trabalhador trabalhar o ano inteiro e obtiver no ano algo como US$15,080.00, no caso de ele ter apenas uma criança em casa, não tenha companheira, ou se for a mulher que não tenha companheiro, ele tem como direito ao crédito fiscal por remuneração recebida US$3,121.00 a mais e a sua renda vai para US$18,201.00 anualmente. No caso, por exemplo, de um casal com duas crianças, se ele trabalha e recebe uma remuneração até US$12,970.00, para cada dólar que ele recebe, ele tem direito a 40% a mais de crédito fiscal por remuneração recebida, até o intervalo de US$12,970.00. Se, por exemplo, ele recebe US$10 mil, ele tem direito a US$4 mil a mais, e sua renda vai para US$14 mil.

No caso desse casal somar uma renda, Ministro Carlos Lupi, da ordem de US$18 mil por remuneração de trabalho, esse casal tem direito a um crédito fiscal da ordem de US$5.160, e a sua renda conjunta, o casal com duas crianças, vai para US$23.160, e, assim, ultrapassa o patamar de US$23 mil, que, para os Estados Unidos hoje, é considerado o patamar a partir do qual a família supera a linha de pobreza absoluta.

Ora, qual é o efeito para a economia brasileira dessa sistemática, uma vez que é o conjunto da sociedade que recolhe impostos para que o trabalhador empregado pela empresa receba esse crédito adicional, aumentado a sua remuneração, a sua, digamos, satisfação, a sua condição de produtividade, e não é a empresa que complementa? Quem complementa é o conjunto da sociedade, e isso acabou sendo aprovado por democratas e por republicanos nos Estados Unidos, e existe desde 1975.

O Presidente Bill Clinton, no início da sua campanha, tinha como *slogan* "as pessoas em primeiro lugar". E ele disse que iria expandir, que iria dobrar e expandir, mesmo para casais sem filhos, como também mais do que dobrou o valor. Quando ele ingressou no governo, em 1993, a taxa de desemprego era 7,5%. Em 2000, passou para 3,9%, o que significa que esse instrumento contribuiu para aumentar a competitividade da economia norte-americana.

O que fizeram os países que interagem muito com a economia norte-americana, a começar com o Reino Unido? O Primeiro Ministro Tony Blair instituiu o Family Tax Credit, o crédito fiscal familiar, de tal maneira que aquele trabalhador em Londres que recebesse 800 por mês passou a receber 50% de crédito familiar adicional, e seu rendimento passou a ser 1.200 por mês.

No México, ainda na semana passada, conversei com representantes do Ministério do Trabalho que aqui inclusive visitaram V. Exª e vieram conversar comigo. Perguntei a eles se, no México hoje, existe tal instrumento – que eu sabia que existia –, e eles responderam: "Sim, nós instituímos um subsídio ao emprego". Um trabalhador que, no México, está com um salário mínimo menor do que o nosso, de US$180, tem direito a um subsídio ao trabalho da ordem de 101,8% a mais, e aqueles que, no México, recebem até 2,70 vezes o valor do salário mínimo, têm direito a esse crédito fiscal ou subsídio ao emprego maior.

A pergunta que eu formulo é: deveríamos nós, os empresários, os trabalhadores, o Governo brasileiro, reclamar e acionar, na Organização Mundial do Comércio, os países que utilizam esse subsídio ao trabalho?

Minha recomendação: não. Não deveríamos recomendar. Deveríamos...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador, a gente só pede que V. Exª vá se encaminhando para as conclusões, porque nosso Ministro tem um compromisso que já havia nos comunicado, e ainda há outros questionamentos que precisam ser respondidos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agradecemos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Minha recomendação é que devemos não reclamar. Deveremos fazer semelhante ou melhor. E qual é a melhor solução, comprovada por evidência nos Estados Unidos da América, em instituir a renda básica de cidadania; uma renda igual para todos os habitantes da sociedade, como direito de todos participarem da riqueza da nação, como um direito inalienável e incondicional. Qual foi o efeito de se ter um dividendo igual para todos os seus habitantes, no estado dos Estados Unidos, que além do EITC tem um dividendo igual pago hoje a todos os seus 700 mil habitantes, desde 1982, fez com que Alasca se tornasse o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos. Cada pessoa residente no Alasca recebe, desde 1982... Primeiro foram 300, depois 400, 500. Em 2008, US$3,269 para os seus 700 mil habitantes, desde que ali residindo há um ano ou mais.

Qual foi a consequência? O estado do Alasca, hoje, tem um coeficiente de desigualdade, o chamado coeficiente GINI, da ordem de 0,402 o mais baixo. A média dos Estados Unidos está perto de 0,489. O estado com maior desigualdade é o distrito de Columbia, com 0,53, que é semelhante a do Brasil. Portanto, os efeitos foram altamente positivos.

Eu gostaria de lhe entregar um texto que acabei de escrever, exatamente onde coloco essas informações e me disponho a dialogar com V. Exª a respeito disso.

V. Exª sabe que o Brasil é o primeiro país do mundo que aprovou lei para instituir a renda básica de cidadania. Só falta implementá-lo. V. Exª sabe quando vai acontecer? Quando o Ministro do Trabalho estiver consciente dos seus efeitos benéficos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agradecemos o Senador Suplicy.

Ministro Lupi, a gente pede um pouco mais da compreensão de V. Exª, porque o Senador Cristovam já estava inscrito e teve que ir para um outro...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigatória. Não é por causa do partido não, Senador Cristovam, mas toda a sua história.

Então, com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ministro Lupi, claro que é um prazer tê-lo aqui, não somente pela sua presença, mas pela sua fala, pela sua colocação de como o Ministério do Trabalho, nesses últimos anos, tem sido um Ministério tão importante, tão presente.

É lamentável que os Ministérios tenham os do primeiro time e os do segundo. E o senhor colocou o Ministério do Trabalho no primeiro time.

Eu quero aprofundar, na medida do possível, a sua pergunta o futuro. E vou aproveitar para fazer um comentário – desculpe-me pela indignação manifestada, mas é porque acabo de receber uma informação da Câmara dos Deputados sobre um projeto meu, que acho um crime o Ministério da Educação pedir para retirar de pauta o que propus. Tem a ver com isso.

Eu tenho visto o esforço do Ministério da Educação para criar emprego e tem conseguido. Ninguém imaginava esses 12 milhões. Agora, o que me preocupa é um apagão que nós temos de obra qualificada. Senador Durval, todos os dados mostram que estamos importando mão-de-obra neste momento. E a situação vai piorar, porque daqui para a frente a economia boa é a economia que inova na criação de produtos.

O Brasil, hoje, tem uma economia forte, mas não tem uma boa economia. É falso dizer que nós temos uma boa economia. Não existe boa economia baseada na exportação de bens primários, de *commodities.* Não existe.

Boa economia é a que exporta aviões, que são produto da escola de engenharia criada em São Bernardo dos Campos. Aqueles aviões são produto do ITA. E, há 60 anos atrás, alguns tiveram a clarividência de dizer: vamos montar aqui uma escola que vai fabricar aviões.

A gente não está tendo, neste século 21, essa clarividência para colocar certos centros de alta tecnologia; não está tendo porque a gente não tem uma universidade capaz de fornecer essa mão de obra. E não tem essa universidade porque não tem uma educação de base para fornecer isso.

Então a minha pergunta é: no momento em que tanta gente pensa só no presente, em que Parlamentares se dedicam tão fortemente, e corretamente, a lutar contra a corrupção de dinheiro público, é preciso que alguns continuem pensando lá na frente, já tem gente demais pensando no presente. Lá na frente, é a minha pergunta, quais são os planos do Governo, especialmente do Ministério, para que a gente supere esse apagão de mão de obra, o apagão de inovação que nós vivemos?

E aí o que eu falei da minha indignação: o Ministério de Educação acaba de pedir a retirada – e, sinceramente, acho que o Ministério da Educação não podia se meter no Congresso; é o Executivo –, a retirada de pauta de um projeto meu, Senador, que pede apenas que para receber o Bolsa Escola, o pai ou a mãe vá uma vez por ano! Como é que a gente diz que esse programa é para melhorar a educação, Senador Paim, e não quer que o pai ou a mãe vá a escola? Toda a classe média e alta vai à escola o tempo todo. Eu só vejo duas razões para isso, e que são absurdas: uma é não querer exigir nada da família, para que ela continue achando que o dinheiro é um presente para o assistencialismo; a outra é que alguns professores devem ter pressionado, porque os pais indo lá, eles vão cobrar dos professores.

Um deputado disse, e uma assessora minha ouviu, na outra semana, quando pediram vista, que, se esse projeto passar, dos professores, além de exigirem, eles não têm competência para falar com o professor. O que mostra um desprezo profundo por aqueles que recebem o Bolsa-Família. São duas formas de desprezo: desprezo por achar que eles não são capazes de conversar; e desprezo porque acham que eles não precisam fazer isso.

Manifesto-me aqui porque digo que isso vai contra a corrente da ideia de que este país tem que superar o apagão da mão de obra. Esse é um gesto que o Minis-

tério da Educação fez para piorar o apagão. E como o senhor é do Governo, eu sou da base, e como eu não tenho explicação para isso, ou pelo menos justificativa, eu quero ver o que o Ministério do Trabalho pensa disso, como podemos superar isso, eu duvido inclusive, que a Presidenta saiba – isso é uma coisa menor –, embora eu tenha falado com a Ministra Gleisi, quando o projeto foi retirado de pauta, faz 15 dias que eu falei com ela. Mas, de qualquer maneira, não deve saber.

Mas, sobretudo, qual é a estratégia do Governo e do Ministério para enfrentarmos o apagão de mão de obra, que já estamos vivendo e que vai se agravar?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Cristovam. A Mesa cumprimenta-o não só por seus posicionamentos, suas colocações, mas pelo tempo resumido que utilizou.

Antes de passar a palavra ao Ministro Carlos Lupi, eu gostaria de declarar que a lista de inscrição está encerrada e V. Exª, ao responder aos questionamentos, pode também fazer suas considerações finais.

V. Exª tem a palavra, Sr. Ministro.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Primeiro eu quero responder à Senadora Vanessa, nossa atual Presidenta em exercício, que a questão da empregada doméstica, só para resumir aqui, pois já havia falado sobre isso, Senadora Vanessa, tem dois desafios – e espero terminar essa proposta para trazer e discutir no Congresso: é a questão da hora extra e das diaristas. São dois grandes desafios que a gente tem que encontrar uma fórmula, porque o empregador de um não é igual ao empregador de uma empresa. Para o patrão doméstico – estou acostumado a repetir várias vezes nas empresas – eu quero criar o Simples Doméstico. O que é o Simples Doméstico? Que o patrão doméstico tenha alguns benefícios para ser incentivado, a ser motivado a contratar. Nós temos cerca de cinco milhões de empregados domésticos, gente que trabalha em residências, sítios, fazendas que não têm contrato e que precisam que os patrões se sintam motivados. Uma delas, repito para a senhora, é a questão do benefício do Imposto de Renda que está limitado ao percentual do salário mínimo. Tem que ser o percentual do salário, não do salário mínimo. Nós temos que puxar o salário para mais, mínimo é mínimo. Temos que ter o limite daquilo que a pessoa paga e não limitar ao salário mínimo. Estamos terminando esse processo, inclusive com a Previdência culminando taxas diferenciadas, bem em cima do que a senhora já havia conversado comigo, no projeto acho que a própria Senadora Vanessa, quando Deputada já tinha apresentado, e vamos trazer para discutir aqui no Congresso Nacional e ter a certeza de que não adianta a gente homologar, ratificar a convenção se não tiver um projeto de lei para que essa convenção seja executada. Tem que ter a ratificação da convenção e o projeto de lei para que a empregada doméstica tenha os mesmo direitos. É nisso que estamos trabalhando e espero que até a semana que vem estar com ele pronto para apresentar.

Sobre a questão do ProJovem. Problemas sempre têm. Se eu disser que não, estou mentindo. Eu não trabalho com mentiras. Esses ProJovens passaram por uma fase inicial muito difícil ainda, no meu primeiro ano de gestão, em 2007. Depois nós condensamos e fizemos uma nova legislação onde se criou a licitação chamada pública para fazer a licitação. Nós separamos os repasses. Em vez de três passou para quatro parcelas. Antes você tinha, praticamente, dois terços liberados na hora do contrato e, depois, dividia um terço em duas parcelas. Era muito mais difícil de você acompanhar a execução. Agora estamos fazendo como se procede com medição de obra. Fez, recebe; fez, recebe. Dessa forma tem-se um acompanhamento melhor.

Já tivemos muitos problemas e eles nos ensinaram a evitar. Porque quando se tem problema, quando se tem dificuldades você tem que aprender com eles para evitar que se repitam. Eles estão sendo aprimorados e aperfeiçoados.

A questão dos trabalhadores migrantes, o senhor citou a questão do Haiti, é pura realidade. Mas nós temos que ter, estamos dentro do Ministério do Trabalho, um Conselho de Migração. Esse conselho é tripartite. É formado por representantes empresariais, representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores, sindicatos empresariais e Governo. E todas as decisões do Conselho de Migração são tomas em consenso com as três partes.

O que aconteceu especificamente com essa questão do Haiti? Primeiro, a visão brasileira não é a visão de alguns países que se julgam onipotentes, se julgam donos de toda a verdade. Nós não descriminamos nenhum cidadão do mundo. A natureza, a história do Brasil é a história de um país sempre receptivo a quem nos ajudou a construir essa grande Nação.

Os nosso irmãos haitianos, mesmo considerando que alguns possam – que é minoria, no meu modo de ver – sendo manipulados para deixar o seu país, a grande maioria que pelo Amazonas, pelo Amapá, Roraima, a maioria deles entrou por essa fronteira. Inclusive conseguiram emprego porque são mão de obras já qualificadas. Fizemos a medição disso. Devemos ter em torno de 1200 autorizações formais, legais, ou seja, imigrantes legais e ter um contingente que não temos controle porque são aqueles que estão ilegais. Agora a compreensão que temos, Senador, é a de que temos que ter a capacidade de sermos um País

grandioso com nossos irmãos que estão em mais dificuldades. Se não, nos transformamos no que alguns países já foram para nós em determinado momento da história: dependentes de países que acabam sufocando os países menores. O Brasil não procede assim, o Brasil sempre recebeu todos com o coração aberto. O Brasil é o único País do mundo onde encontramos, no comércio, convivendo árabes, judeus, um ao lodo do outro, no mesmo comércio, às vezes, vendendo o mesmo produto. É característica do Brasil.

Então a nossa compreensão é que não devemos criar obstáculos, principalmente para esses cidadãos do mundo que passam dificuldades várias, até dificuldades políticas, e dificuldades naturais. Acidentes naturais que dizimaram enorme contingente da população e cidades. Então a nossa preocupação é de sempre tratá-los com respeito e a consideração de país irmão.

A questão do trabalho escravo, eu já havia falado rapidamente, mas para repetir e reforçar. Esse é um trabalho, da Cite, que julgo da maior importância e maior relevo no Brasil e no mundo. Repito aquilo que falei. Esse exemplo que o Brasil dá de combate ao trabalho escravo, não escondendo, não fingindo que não tem, serve como referência para outros países do mundo. O Brasil, alguns anos atrás, quando ia à OIT (Organização Internacional do Trabalho), explicava o que acontecia. Hoje eles estão perguntando como é que estamos fazemos para vencer esses desafios. O maior deles é o trabalho escravo, e tenho certeza de que vamos evoluir nesse processo.

A senhora também me perguntou sobre a questão da desoneração da folha. Eu tenho uma opinião muito pessoal nesse processo. Acho que a gente tem que medir o que significa essa desoneração no Estado brasileiro. A gente não pode fazer como a história do cobertor de pobre: cobrir a cabeça e descobrir o pé, cobrir o pé e descobrir a cabeça e não encontrar solução. Nós sabemos as dificuldades que a Previdência tem.

E quando eu falei, Senador Ataídes, da questão dos trabalhadores rurais, eu quis dizer o montante do valor que é gasto, que não é pouco; o salário é pequeno, é o salário mínimo, mas o montante total gasto não é uma dívida da Previdência. A conotação que eu quis dar foi a da responsabilidade financeira, só isso, que é do Estado. Por quê? Como ele nunca contribuiu para a Previdência, não pode ser despesa da Previdência quem nunca contribuiu para a Previdência, quem não fazia "parte" da sociedade previdenciária. O que eu quis dizer foi nesse sentido. Claro que o senhor já entendeu, mas só para reforçar, eu acho mais do que justo. O senhor também tem razão, nós temos que pegar, além das fraudes e dos desvios, a Previdência já tem evoluído, hoje a Previdência está muito mais informatizada do que alguns anos atrás, mas ainda a muita coisa para evoluir.

Repetindo ao senhor, essa questão do Sistema S – e o senhor me dá relatos –, só para o senhor entender, o Ministério do Trabalho não tem nenhuma ingerência no Sistema S. Nenhuma. O que nós temos é o acompanhamento desse processo da qualificação profissional, que é um grande desafio. Nós conseguimos, depois de muito trabalho de convencimento, avançar para que tenhamos gratuidade e, nos próximos cinco anos, chegarmos a 66%. Garanto que o senhor não tem ideia das incompreensões que até hoje eu sou vítima. Fomos nós junto com o Ministro da Educação. O Ministro Haddad teve muita coragem ao apresentar esse projeto.

Agora, eu concordo com o senhor em uma tese também. Acho que, se o dinheiro vem de uma associação de empresários que têm compulsoriamente esse imposto assegurado, isso teria que ser gratuito para todo mundo. Eu sou defensor de 100% de gratuidade. Agora, infelizmente, eu não tenho poder para isso. Mas conte com o meu apoio pessoal e no que puder ajudá-lo, porque acho correta, coerente e corajosa a sua posição, sobremaneira corajosa, porque o senhor é empresário, é do ramo. Eu sou uma parte menor. Eu sou um trabalhador no exercício, na função de ministro. Não sou empresário, nunca tive essa competência. O senhor, que é empresário, dar esse depoimento é muito importante. Tomara Deus que muitos ouçam sua voz, porque muda muito a concepção do Brasil de hoje. Parabéns!

Queria também falar ao senhor e à Senadora Vanessa, a quem esqueci de responder, sobre a questão do Brasil Maior. Ela falou sobre a desoneração da folha. O cuidado que a gente tem que ter é não transformar essa desoneração da folha na falência total da Previdência. Isso é um perigo que a gente corre. Depois vai-se para a mídia dizer: "A Previdência é deficitária", o que, para mim, não é real. (*Palmas.*) Repito, não é real. A gente tem que ter um cuidado danado para que essa desoneração não signifique tantas perdas para a Previdência, que não cumpre a sua principal função social e legal. Repito aquilo que falei: o aposentado e pensionista não é peso para o Brasil. Eles construíram a Nação que somos hoje. Eles contribuíram com isso, eles pagaram para ter esse direito. Então, imaginar inverter esse processo... Quando se fala de aposentado e pensionista parece que se está falando de um estorvo, de um peso, o que não é real. É um direito constitucional, promulgado pela Constituição brasileira.

Portanto temos que tomar muito cuidado para que a desoneração da folha não sirva como instrumento para colocar na amargura milhões de brasileiros

que têm esperança de viver com dignidade nos seus momentos mais difíceis de vida, porque começam a comprar remédio, a vida fica mais cara, cuidam dos filhos, cuidam dos netos. Ou não é assim? Normalmente é assim. Nas famílias mais humildes então, é o avô, é a avó que segura a casa no dia a dia. Tenho muita preocupação que a desoneração da folha, principalmente porque, quando se fala dela, se fala na questão da Previdência... Desculpem, tenho uma opinião e sou radical: tirar direitos, comigo? É mais fácil eu me mudar de Ministro do que tirar direitos. Eu sou radical, porque direitos são conquistas da sociedade. A sociedade levou decênios para conquistar os seus direitos. A minha opinião é muito clara, e ganho muitos inimigos por causa disso.

Agora, desoneração da folha previdenciária, como é uma pasta que não tenho a responsabilidade de fazê-la, eu apenas dou a minha opinião pessoal: cuidados têm que ser tomados para que isso não signifique a efetiva falência financeira da Previdência Social.

Respondendo ao meu amigo pessoal, Senador Suplicy. O senhor defende essa tese da renda mínima há muitos anos; inclusive já li o seu livro; é muito engenhoso e inteligente. O senhor é um homem de muita ousadia, coragem e capacidade de convencimento.

Eu penso que a realidade americana é muito diferenciada. Essa renda mínima, eu tenho acompanhado um pouco, mas não com a sua competência e inteligência, mas tenho acompanhado um pouco, mas não impediu que hoje o grande problema do mercado americano é o mercado interno. Caiu muito a renda da população americana, por vários fatores, não por causa da renda mínima, óbvio que não. Ela acabou hoje. O desemprego americano, por exemplo, está chegando a dois dígitos. Chegou a isso que o senhor falou, 3.8, 3.5, mas hoje está chegando a dois dígitos. Então, essa realidade é...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está em 9,8%.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Errei por 0.2. Então, quase dois dígitos.

Eu quero dizer que esse processo da renda mínima é a evolução natural de uma sociedade que quer buscar a justiça social, quer buscar a dignidade, quer buscar todo mundo vivendo com as mínimas condições dignas de viver, mas é um processo que o Brasil ainda não alcançou. Esses programas sociais do Governo significam retirar da miséria mais de 24 milhões de brasileiros nos últimos oito anos.

Agora, do meu ponto de vista, pessoal, nada é mais eficiente do que emprego formal e salário mínimo com ganho real. Aí é que está a característica principal do sucesso do mercado brasileiro frente às crises internacionais. É o ganho real do salário mínimo que chegou a 54% acima da inflação, é o ganho real do salário de todos os trabalhadores, em todas as categorias, em média 26% acima da inflação, que garantiu com que essa massa de consumo enfrentasse a crise internacional e o mercado interno segurasse a geração de emprego, a distribuição de renda no Brasil.

Agora, temos que encontrar uma fórmula que some. Por exemplo: acho que o Bolsa Família já é uma grande evolução do que fazíamos anteriormente, que eram vários programas sociais divididos. O Bolsa Família unificou, isso já é um avanço, e acho que temos que chegar sim na sua renda mínima; e é um processo de convencimento da sociedade. Não é fácil, mas acredito que, com a sua resistência, o senhor terá aí um campo de muitos mandatos para conseguir sair vitorioso. Eu parabenizo a sua capacidade de acreditar no seu projeto, no seu sonho, que é mais do que justo: é merecedor de toda a sociedade brasileira. Parabéns.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita apenas fazer uma ponderação.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – À vontade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nos Estados Unidos da América existe o crédito fiscal por remuneração recebida, é uma forma de imposto de renda negativa para os que trabalham, mas não alcançam determinado patamar. Mas não tem garantia de uma renda, até para aqueles que não estejam trabalhando. Salvo num estado dos Estados Unidos...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Deu resultado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...onde teve um resultado que levou o Alasca a ser o mais igualitário dos 50 estados. Então, é uma experiência positiva...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Também acho. Não estou dizendo que não é, pelo amor de Deus. Eu só estou dizendo que a questão americana foi egoísmo mesmo do sistema financeiro que mostrou a sua incompetência, querendo cada vez mais ganhar dinheiro em cima do sistema imobiliário. Mas dou como exemplo que nem isso dei solução lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Aqui faltou o Senador Cristovam, meu amigo e meu irmão.

Eu quero responder as duas questões. Quando o senhor fala no apagão da qualificação, o senhor está coberto de razão. Nós já falamos isso um pouquinho antes, numa outra Comissão, quando nos explicou e nos deu a satisfação, que nem seria necessária, pela sua história, pela sua biografia. Eu acho que essa questão do apagão da área da mão de obra ela tem que ter um raciocínio e uma discussão com a sociedade como um

todo, não somente do Governo. O Governo tem parte na responsabilidade, mas o grande ganhador nesse processo é o próprio empresariado, porque o trabalhador qualificado melhora a produtividade, faz dar mais lucro. Nós temos que fazer a sociedade entender que a qualificação profissional é a educação do trabalhador nos tempos modernos. O trabalhador precisa ter mais do que um aperfeiçoamento profissional numa única profissão; ele tem que ter a capacidade no mundo informatizado, no mundo, no mundo em que a sociedade está globalizada; ele precisa, cada vez mais, ter a capacidade de se adaptar ao novo momento em que a sociedade vive. Por exemplo, a área do campo. A área do campo está se mecanizando muito; uma máquina dessas maiores, as colheitadeiras, substitui mil trabalhadores! Mil trabalhadores! Isso ocupa apenas dois trabalhadores. É claro que o salário médio desses trabalhadores é maior. Mas o que vamos fazer com esses mil que perderam o emprego?

Esse é o grande desafio, a se pensar na sociedade, do trabalho que nós queremos para o futuro do Brasil.

Eu penso, Senador, que como temos hoje uma média de 55% a 60% dos trabalhadores ganhando até três salários mínimos, nós temos nessa base da pirâmide um grande contingente de pessoas ou mal qualificadas, ou qualificadas setorialmente numa área muito específica que não tem abrangência de mudar de emprego amanhã, de conseguir outra tarefa amanhã.

Nós estamos trabalhando muito, por exemplo, nos beneficiários do Bolsa Família. Nós estamos terminando um curso para cerca de 137 mil beneficiários do Bolsa Família, para qualificá-los para a mão de obra, para o mercado de trabalho.

Nós temos que começar a ter políticas sociais que entendo que temos de tirar da miséria, e que só com a barriga cheia a pessoa consegue raciocinar, por isso é fundamental o Bolsa Família; só é contra o Bolsa Família quem nunca passou fome, quem nunca passou necessidade, porque ele mantém o corpo físico e a mente de pé, com as proteínas. Agora, ele não pode se limitar apenas com essa assistência social momentânea; ela tem que para lá discutir – e isso que acho que pode ser o grande benefício que o Pronatec, que é o Programa de Erradicação da Miséria, pode ter conjugado: é começar a preparar essa massa de 16 milhões de brasileiros, que estão medidos pelos dados do Desenvolvimento Social, para terem oportunidade de trabalho. Porque se ele tiver uma qualificação ele não precisa de nenhuma Bolsa do Estado mais; ele vai precisar das suas mãos para construir seu futuro.

Então o nosso desafio agora é pensar que sociedade nós queremos construir para daqui a 10, 20, 30, 40 ou 50 anos. Porque a economia, como o senhor falou, tem características muito específicas, muito especiais. E o senhor fala com razão que o Brasil é um grande exportador de *commodities* e não pode ficar dependente só das *commodities*. Só que, com isso, talvez seja uma benção, porque o mundo sempre vai precisar de alimentos. Não vamos nos iludir. Hoje, nessa área de alimentos... Por exemplo, nada de derivados de soja. Na área do etanol, da cana-de-açúcar; na área de carnes (bovinos, suínos, frangos), o Brasil tem hoje tecnologia de ponta que nenhum país do mundo. Se você for nessas grandes indústrias de frigoríficos, eles chegam a ter separação, inclusive, com fiscais internacionais dentro, porque para o mercado árabe é um tipo de corte; quando vai para o chinês é outro tipo de corte. Eles têm uma capacidade que eu fiquei impressionado de, em trinta dias, até menos agora, já ter o pintinho pronto para o abate – foi uma coisa até que me chocou quando eu assisti. Então está se desenvolvendo uma tecnologia de alimentação, do aproveitamento da soja, da ração. E o alimento é algo que a população vai sempre precisar. Não vamos nos iludir. Enquanto existir o ser humano, ele vai precisar de alimento para sobreviver.

Agora, nos limita muito achar que isso vai ser a solução para o Brasil. E não é. A solução é a tecnologia; a solução é a gente, cada vez mais, acreditar na capacidade brasileira de desenvolver tecnologia de ponta em setores estratégicos. Por exemplo, na indústria farmacêutica ainda somos muito dependentes; na indústria química... É um absurdo o Brasil produzir avião e não produzir automóvel! É um absurdo! Por que a gente não consegue desenvolver essa tecnologia? Por que nós temos que depender sempre de contratar, de comprar *chips* estrangeiros, comprar tecnologia de ponta do estrangeiro?

Então vejo que este é o maior desafio que vejo no Brasil para os próximos anos: é nós investirmos em tecnologia de ponta para que sejamos um país de competitividade internacional. Porque, senão, nós vamos vender toneladas de grãos que, comparados com o preço internacional, vão significar a exportação de uma caixa pequena de *chip.*

Então este é o desafio: como a gente constrói esses aviões, acho que a gente já começa a avançar... Por exemplo, ao dobrar o número de escolas técnicas, já cito um avanço; ao conseguir fazer uma universidade, mesmo que ela não tenha ainda evoluído muito na qualidade do ensino, que é outro desafio, porque não adianta você aumentar o número de vagas se você não aumenta a capacidade, a qualidade e a remuneração do professor, pois uma tem que estar amarrada à outra. A escola de tempo integral. Ontem almoçamos

com o Presidente Lula, no Palácio da Guanabara, estava falando de 600 mil jovens que estão estudando em escola de tempo integral mantida pela União. Isso os convênios do Ministério de Educação. E ele disse: eu nunca imaginei, eu não tinha compreensão do que eram os Cieps, que o Brizola falava. Hoje, tenho uma avaliação completamente diferente, porque eu não tinha essa compreensão. Porque todo mundo achava que era caro. Os primeiros Cieps da zona Oeste, os coordenadores diziam que a educação era muito cara. Só ignorante pode achar a educação cara. Cara é prisão, cara é você gastar com superfaturamento, cara é corrupção para o País, cara é manter as pessoas sem liberdade, cara é a ditadura. Educação não é cara, educação é investimento. Nada mais resultado para a sociedade do que a educação. O cara investe no cidadão de amanhã. Temos que pensar no Brasil de amanhã sem paixão, olhando o que nós temos nessa Nação e cumprir dentro do que somos hoje. Não tem como, é inexorável, pelo tamanho do nosso território, 8 milhões 513 mil quilômetros quadrados, termos 20% de água potável do mundo. O combustível fóssil do mundo acabando e o Brasil descobrindo. O Brasil podendo ter energia eólica no Rio Grande do Sul e no Ceará. O Brasil descobriu uma tecnologia para o etanol que é infinitamente ao etanol americano que vem do milho. É a mais rentável, ocupa menos espaço e agride menos a natureza. A cana de açúcar é muito menos do que a produção de etanol extraída do milho.

O potencial que este País tem é que nos garante uns 50 anos de crescimento. Agora não adianta fazer o que se faz quando se tem produção de petróleo. No meu Rio de Janeiro eu vejo isso. Apropria-se a riqueza, tem cidades que recebem milhões por mês e, do lado, os bolsões de miséria sem resolver. Fazendo pontes e praças que custam milhões esquecendo-se do ser humano que passa fome e fica na praça pedindo uma moeda.

Como a gente vai pensar essa sociedade?Que sociedade que nós queremos? É para a nossa vaidade, é por títulos que temos em algum momento – e eu já o tenho. Digo sempre, aqui, Senadora Vanessa vou encerrar porque já falei demais. Na minha vida, quem vem de onde vim, trabalho desde guri, não tendo na família político, pai, avô, ninguém, eu já tenho mais do que mereço. Deus, ou seja o nome que vocês queiram dar, a mim deu mais do que mereço. O máximo que pode acontecer comigo, um dia, e vai acontecer é ser ex-Ministro. Mas já fui Ministro mesmo. Já disse ao que veio, tem gente que vai gostar, tem gente que vai odiar, porque quando você tem posição na vida você sempre vai desagradar alguém. Mas eu busco cumprir o meu papel, eu busco não me omitir. Por isso, quando comecei aqui, vou fechar agora dando a palavra ao Senador Ataides que me pediu, eu não me omito de nada. Se tem uma acusação, se tem alguma coisa irregular, se tem alguma denúncia, que apresente porque o papel de um ente público é dar transparência e punir. Guardado o sagrado e legítimo direito de defesa. Não podemos transformar a sociedade brasileira num denuncismo permanente. Temos que ter a denúncia, a apuração da denúncia, a investigação da denúncia e, conforme o caso, a prisão de quem quer que seja.

Quero dizer para vocês que sou fruto da democracia. Lutamos pela diretas, lutamos pela democracia. Estou aqui porque essa democracia brasileira foi quem permitiu que um ex-jornaleiro sentar numa cadeira de Ministro de Estado. Só o Brasil permitiu um torneiro mecânico virar Presidente da República e permitiu um jornaleiro virar Ministro do Trabalho.

Penso neste País como quem pensa na sua própria vida, porque eu sou um patriota, eu amo a Nação Brasileira. Amo mais do que a minha própria família, porque não existiria a minha família se não fosse a terra brasileira. Acho que pensar assim, temos que aprofundar as nossas ideias. Já falei demais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela ordem...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Só um minuto, temos dois Senadores pedindo. Vamos tentar um minuto para cada um.

Quem pediu primeiro foi o Senador Ataídes e, na sequência o Senador Cristovam.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Ministro, é um privilégio ter ouvido o senhor, parabéns pelas belíssimas colocações. Gostei muito. Fiquei muito contente com a sua visão sobre o Sistema S.

O Sistema S, bem rapidamente, é um conjunto de entidades, porém, paraestatais. Onde que o Governo arrecada todo esse dinheiro? Eu percebo que V. Exª, como Ministro do Trabalho, é autoridade. E, por se tratar de paraestatais, não tem que pagar, não; tem que chamar esse povo e cobrar dele. Essa é a minha colocação. Eu acho que o Sistema S é um apêndice, salvo melhor juízo, do Ministério do Trabalho.

Gostaria de fazer uma pergunta para o senhor. Se o senhor puder me responder, eu fico satisfeito. Se não, vou ficar satisfeito da mesma forma. O senhor vê transparência no Sistema S ao longo desses anos?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senador. Vamos, na sequência, ouvir o Senador Cristovam e, depois, o senhor, se quiser...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O meu não é pergunta, é um comentário.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Seria mais natural neste momento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ministro, o senhor demonstrou uma modéstia imensa ao dizer que só no Brasil os jornaleiros, os operários chegam a Ministro, a Presidente. É modéstia, porque é tão raro no Brasil que vocês, o Lula e o senhor, têm uma grandeza especial.

Agora, ao mesmo tempo, aproveito para fazer uma crítica, uma reflexão a todos nós brasileiros. Só no Brasil isso é um mérito pessoal. Sabe por quê? Nos outros países isso acontece muito. É normal. Agora o que realmente é só no Brasil é o grau de escolaridade. Mas sabe por quê? Porque lá eles tiveram escola, eles tiveram escola boa. Mas teve primeiro-ministro na Inglaterra operário. Teve presidente da França operário, sem falar nos países socialistas. Os Estados Unidos já tiveram presidente de origem humilde, sem falar do Obama, que estudou muito, até sem ter estudado. Acho que esse é um mérito seu, de Lula, de outros...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Eu me formei com 21 anos de idade. Eu estudei sempre em escola pública e com 21 anos de idade eu tinha Licenciatura Plena em Administração, Economia e Contabilidade. É que eu gosto de me chamar de jornaleiro, porque é a maneira que eu tenho de dizer para a sociedade a motivação da base dela. Mas o senhor tem razão: a escola faz a diferença.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Era isso. Mas, ao mesmo tempo fiz com todo o respeito, tomando como modéstia sua. Mas, em relação ao Lula também, se ele disser só no Brasil, é um mérito dele, como o Pelé. Mas é uma pena que seja ainda tão raro.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Wellington acaba de chegar, já esteve conosco e teve que ir a outro compromisso, nós vamos abrir mais... Olha que a lista de inscrição já se encerrou há muito tempo, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu sei disso. Só para ...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª dispõe de dois minutos para fazer uma...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço à Senadora Vanessa, ao Senador Durval.

Eu quero aqui apenas colocar, primeiro, o meu abraço e a minha admiração ao Ministro Lupi. Sei do seu empenho desde o governo do Presidente Lula, agora com a Presidente Dilma, nesse trabalho. Tive a oportunidade de estar com V. Exª apresentando, com todo esse entusiasmo que empolga o Brasil inteiro...

Neste momento delicado que a gente vive no Brasil, certamente que o projeto traçado pelo Ministério do Trabalho é o mais desafiador que temos. Lembro-me agora de V. Exª dizendo que havia uma previsão, para julho, de a gente gerar em torno de 70 mil empregos. Abriram agora os dados finalizando 117 mil; ou seja, está além daquilo que se tem de perspectiva.

Então quero parabenizá-lo e fazer aqui também, pelo povo do meu Piauí, os agradecimentos por todo o apoio que V. Exª tem dado tanto ao Governador Wilson quanto aos Municípios, como também na fase em que fui governador.

Era só isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador, V. Exª foi mais compreensivo do que imaginávamos. É uma honra tê-lo conosco. Tenho certeza de que V. Exª ficou muito satisfeito em ouvir as observações feitas pelo Senador Wellington.

Gostaríamos, Ministros, de dizer que nós aqui da Comissão de Assuntos Sociais, o nosso Presidente teve que se ausentar, o Presidente Jayme falou com V. Exª, pediu que eu ficasse aqui em seu lugar, nós temos um grande compromisso com este País. Um grande compromisso. Nós tratamos de assuntos da área de saúde, da área de trabalho, ou seja, é a Comissão que talvez tenha a maior interface com a população brasileira e com os segmentos organizados.

Então, queremos fazer com V. Exª uma parceria, assim como fazemos com os trabalhadores, porque as audiências têm sido constantes nesta Casa. Mas seria uma parceria para colaborar com o País, buscando os avanços necessários para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Agradecemos profundamente a V. Exª a compreensão. Todos nós queremos nos solidarizar com V. Exª, que pôde ver que esta foi uma audiência muito tranquila, com a participação de muitos Senadores não só da situação, mas também de Senadores que participam de partidos que não pertencem à base aliada do Governo, mas que veem esse esforço que V. Exª vem fazendo à frente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Muito obrigada.

Antes de encerrar a reunião, gostaria de saber se V. Exª vai dizer suas últimas palavras.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Agradeço a todos os Srs. Senadores e a todas as Srªs Senadoras. Peço desculpas pelas minhas limitações.

Eu queria convidar, se pudesse assim fazer, o Senador Ataídes para uma conversa. Quero conversar um pouco mais sobre o Sistema S. Como já tenho inimigos muito poderosos, prefiro responder-lhe em particular à pergunta que o senhor me fez em público.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Está certo, está certo.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – A gente ganha muitos inimigos. Às vezes, a nossa vida é difícil, e tentamos superar essas inimizades poderosas, fazendo o bem, mas, às vezes, há gente que não entende isso. Então, eu queria uma oportunidade de a gente conversar. Se o senhor me der essa oportunidade, eu o farei com muito prazer, na hora em que o senhor quiser.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Entendo assim, Excelência.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Agradeço a todos. Desculpem-me qualquer dificuldade.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Ministro Carlos Roberto Lupi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e doze minutos, do dia onze de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Gim Argello e das Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra presença dos Senhores Deputados Federais Alessandro Molon e Francisco Escórcio e do Senhor Fúlvio Roberto, Diretor de Política Sindical e Políticas de Saúde do Estado do Ceará. A Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009 que "Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos" e do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010, que "Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981", em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy, com a presença dos seguintes oradores: Fernanda Magno, Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos – Fenapsi; Bianca Arruda Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFa; Monalisa Barros, Diretora Tesoureira do Conselho Federal de Psicologia – CFP, Representante do Presidente do CFP, Senhor Humberto Cota Verona; Rogério Giannini, Presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo – SinPsi; Carla Monteiro Girodo, Vice-Presidente do CFFa. Justificaram ausência os seguintes convidados: Lúcia Masini, Professora-Doutora docente do Curso de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Às onze horas e trinta e sete minutos assume a Presidência a Senadora Marta Suplicy. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda e a Senadora Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir o PLC nº 150, de 2009, que altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos, e o PLS nº 119, de 2010, que dispõe sobre a jornada de trabalho do fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2011 – CAS, de iniciativa da valorosa Senadora da República Marta Suplicy.

Para tanto, convido para participarem da Mesa nossos ilustres oradores Fernanda Magno, Presidente da Federação Nacional de Psicólogos – Fenapsi. *(Palmas.)*

Convido a Srª Monalisa Barros, Diretora Tesoureira do Conselho Federal de Psicologia, representante do Sr. Humberto Costa Verona, Presidente do CFP. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Rogério Giannini, Presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. *(Palmas.)*

Convido Bianca Arruda Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, para participar da Mesa. *(Palmas.)*

E convido também a Srª Carla Monteiro Girodo, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, para participar da Mesa. *(Palmas.)*

Justificou sua ausência a Srª Lúcia Mazzini, Professora Doutora Docente do curso de Fonoaudiologia da PUC do Estado de São Paulo.

Composta a Mesa, vou conceder a palavra por dez minutos, para que os demais oradores, a autora do requerimento e os demais Senadores que vão participar desta audiência tenham também o direito de fazer suas indagações para instrução desse PLC.

Com a palavra, na ordem de convidados oradores, a Drª Fernanda Magano, Presidente da Federação Nacional de Psicólogos.

V. Sª tem dez minutos para prestar, naturalmente, suas informações e seus esclarecimentos a esta Comissão.

Eu gostaria de consultar o relógio para fazer o registro do início da palavra da Drª Fernanda.

A SRª FERNANDA MAGANO – Primeiro, quero agradecer a oportunidade à Senadora Marta Suplicy, que, quando a procuramos, de pronto, quando ainda estava em campanha eleitoral, assumiu o compromisso de debater e, assim que eleita, rever essa condição que muito aflige os profissionais psicólogos e psicólogas do nosso País.

No momento em que a procuramos, ela, de pronto, assumiu esse compromisso e, como é uma mulher de palavra, e sempre o foi, na medida em que começou sua gestão, procurou-nos para que o relatório pudesse ser conversado e encaminhado através de sua assessoria. A condição é que não teremos lei federal que nos coloque com a condição de uma jornada máxima de trabalho de 30 horas.

Em momentos anteriores, tivemos a construção de outros projetos de lei que, inclusive, no trâmite, acabaram, por erros legislativos, postura de juntar a questão de jornada e piso salarial, o que dificultava o trâmite do projeto de lei, acabaram arquivados. Num momento anterior, também tivemos um projeto de lei, que é este a ser trabalhado com a relatoria, que apontava uma jornada de 24 horas de trabalho, que acabou, pela relatoria, sendo encaminhado à negociação coletiva.

Ora, na perspectiva da negociação coletiva, já temos a CLT, que rege o limite máximo de jornada de 44 horas, mas, no trâmite das convenções de que o mundo sindical trata, a gente tem, em alguns espaços, em algumas condições, conseguido negociar, para aqueles que são contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho, uma jornada de 30. Mas isso ainda é muito incipiente na realidade nacional. Poucos Estados avançaram nessas negociações coletivas.

Muito nos preocupa a condição da inserção dos profissionais psicólogos e psicólogas na lógica das políticas públicas e do vínculo de contratação em Estados, em Municípios e na Federação, porque a gente tem jornadas muito diversas e poucos os Municípios que garantiram a jornada de 30 horas já na forma de leis municipais. Em Estados a gente tem discrepâncias em que, muitas vezes, porventura, por algumas ações de greve, algumas Secretarias específicas concederam a jornada de 30 horas, mas, no mesmo Estado, servidores públicos de Secretarias diversas, por a maior parte dos Estados ainda não ter implementado a questão de Regime Jurídico Único, a gente tem essa divergência e profissionais da mesma categoria fazendo, muitas vezes, atividades próximas, mas em Secretarias diversas, com jornadas diferentes.

Então, a nossa preocupação é que um projeto de lei nacional venha ajudar a consolidar alguns avanços que nas políticas públicas foram construídas pouco a pouco. Um exemplo clássico disso é, por exemplo, a questão da saúde, a relação da saúde construindo uma mesa nacional de negociação do SUS. Foi construído um plano de cargos, carreiras e salários no decorrer dos anos da mesa, desde 2004, com a chancela desse plano nacional de cargos, carreiras e salários do SUS sendo aprovado em 2007. Desde então o Ministério da Saúde não implementa, porque tem toda uma ação do Conase e do Conasems apontando as dificuldades de folha de pagamento do número de profissionais.

O que a gente tem demarcado é que o profissional psicólogo com uma jornada reduzida de 30 horas produz muito melhor, produz com qualidade, atende muito melhor a população e tem condições, inclusive, de se preparar, de fazer um cabedal maior de informações, de cursos, até para seu cotidiano. E de maneira alguma isso altera, nas realidades que a gente tem acompanhado, a condição dos locais de trabalho, prejudicando a população, porque uma marca que a gente tem é de trabalhar nas ações, inclusive parceiras, com o Conselho Federal de Psicologia, com os sindicatos de base, com os conselhos estaduais de psicologia, é da questão de garantir também os princípios de cidadania, o acesso da população aos psicólogos e uma condição de fato que ele tenha um bom atendimento com qualidade com um profissional que seja capacitado e com as condições de sua própria saúde física e mental aptas e adequadas para realizar uma boa condição de trabalho.

A gente tem avançado bastante em algumas condições estaduais. A gente avalia também que o cenário hoje está propício para esse debate. A gente teve, no ano passado, a aprovação da jornada de 30 horas para as assistentes sociais, a gente tem visto

avanço em muitos Estados e em muitos Municípios incorporando essa jornada de 30 horas, o que a gente considera que é muito positivo. Apesar de parte da categoria ter ficado um pouco desestimulada, "por que o das assistentes sociais saiu antes?", "como assim?", a gente considera que foi um avanço, porque isso fez um marco de algo que há 16 anos não tinha nenhuma ação nesse sentido. As últimas ações que tinham acontecido foram há 16 anos, na época da gestão do Itamar, por uma questão muito específica. E agora a gente teve, na gestão do Governo Lula, o reconhecimento dessa jornada das assistentes sociais. Isso retomou o fôlego inclusive para que a gente procurasse a assessoria da Marta Suplicy, procurasse os caminhos necessários para avançar com esse PL que estala lá, como a gente diz aqui, engavetado e retomar essa ação com a parceria com essas categorias.

Hoje, nos locais de trabalho, estamos enfrentando algumas condições que nos dificultam o cotidiano até da parceria, porque sabemos nós que assistentes sociais e psicólogos, principalmente na saúde, na assistência social, na configuração dos centros de referência de assistência social, têm ações muito casadas. A gente hoje enfrenta a questão de que os Municípios e os Estados incorporaram a ação da nova lei das assistentes sociais em que acaba a jornada antecipada, o que acaba criando dificuldades de interlocução, de realização do trabalho conjunto, e uma diferenciação e um desrespeito ao princípio da isonomia de tratamento aos trabalhadores em um mesmo local de trabalho, que é algo que a gente preza muito.

A gente tem feito gestões e conversado com nossos representantes que acompanham toda discussão da OIT, da Organização Internacional do Trabalho, da defesa do trabalho decente – condições dignas de jornada, de salário de insumos para que o trabalho se realize. Temos acompanhado também as conferências que estão ocorrendo no decorrer deste ano, inclusive para pautar no cenário das conferências nacionais, tanto de saúde, como de assistência social e de trabalho decente. Neste ano acontecem as etapas estaduais. Para o próximo ano, é a conferência nacional, que é a primeira. É um marco. Essas conferências apontam a importância do trabalho do profissional psicólogo e psicóloga na realidade nacional, porque a gente acredita que tem muito a contribuir com o nosso conhecimento no cenário nacional, no avanço deste País, na construção de uma melhor condição para cidadãs e cidadãos.

Esse pleito, de maneira nenhuma, perpassa só pelo tema corporativo. Sabemos que muitas vezes esta questão acaba sendo menos tratada no cenário nacional, porque parece que é uma pauta só de interesse da categoria. Para a gente, consideramos que é um interesse da categoria, não podemos negar, mas isso tem muito a contribuir com a realidade social, com o cenário social, trabalhando mudanças no sentido de que a gente possa realizar a meta que hoje está em voga no Governo Federal: um país rico é um país sem miséria. A gente considera que o trabalho do psicólogo, seu cabedal de conhecimento pode contribuir, e muito. O profissional psicólogo, com melhores condições de trabalho, mais preparado, com uma jornada digna, decente, pode contribuir ainda mais.

Verifico que o meu tempo está se encerrando. Agradeço a oportunidade de estar aqui, podendo falar aos presentes. Que a gente possa construir os próximos caminhos relativos a esse momento que hoje é tão importante para nós, um momento de consolidação dessa etapa de alcançar uma jornada nacional máxima de 30h para os psicólogos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Drª Fernanda Magano, que é presidente da Federação Nacional dos Psicólogos. Foi muito oportuna os seus esclarecimentos para que a Senadora Marta possa instruir naturalmente o seu projeto.

Consulto a autora do requerimento se V. Exª quer, pela ordem, ouvir primeiro os psicólogos ou podemos colocar também, de forma intercalada... *(Pausa.)*

Intercalada.

Então, concedo a palavra à Drª Bianca, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, por 10 min. Espero que possa cumprir literalmente o horário, até porque a Fernanda cumpriu literalmente.

Com a palavra a Drª Bianca Arruda, por 10 min.

A SRª BIANCA ARRUGA QUEIROGA – Bom dia.

Exmº Sr. Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão, Exmª Senadora Marta Suplicy, relatora desses projetos em pauta, senhoras e senhores, demais integrantes da Comissão de Assuntos Sociais:

Irei apresentar brevemente uma síntese dos principais argumentos que nos levam, enquanto entidade representativa da fonoaudiologia, a defender a aprovação do PLC nº 119, de 2010.

A Fonoaudiologia completa, em 9 de dezembro de 2011, trinta anos de regulamentação da nossa Lei nº 6.965, de 1981. Somos hoje uma profissão consolidada, com objeto de estudo bem definido – a comunicação humana –, com atuação ampla em todos os níveis de atenção à saúde, bem reconhecida pela sociedade e com a prática baseada em evidências científicas. A Fonoaudiologia brasileira é reconhecida inclusive internacionalmente, ocupando lugar de destaque entre os países que integram o Mercosul.

A título de exemplificação da nossa atuação, integramos as equipes dos núcleos de atenção à saúde da família, à saúde do trabalhador e atuamos na promoção, prevenção, avaliação, diagnóstico e recuperação da saúde nos aspectos relacionados a comunicação humana, audição, linguagem, fala, voz e motricidade oral e facial em todos os ciclos de vida, do bebê ao idoso.

No que se refere aos locais de atuação, os fonoaudiólogos brasileiros têm atuado prioritariamente como profissionais autônomos e no Sistema Único de Saúde. Uma parcela menor trabalha na iniciativa privada. Em números, somos mais de 35 mil profissionais no Brasil inteiro, distribuídos muito mais nos grandes centros urbanos do que no interior do Estado. Esse aspecto inclusive poderá ser minimizado com a fixação da jornada de 30 horas. Em participação recente no Congresso das Secretarias Municipais de Saúde, tive oportunidade de conversar com diversos gestores municipais que destacaram a dificuldade em atrair profissionais de saúde para os Municípios distantes dos grandes centros urbanos.

Temos cursos de graduação em fonoaudiologia no Brasil inteiro, em praticamente todos os Estados da Federação, e pós-graduação em todas as regiões. Os cursos de Fonoaudiologia, a partir da homologação das diretrizes curriculares nacionais, em 2001, têm investido fortemente na formação profissional compatível com as demandas do SUS. Sabemos que cada vez mais precisamos nos ajustar a essas demandas. Para isso, é necessário tempo, investimento e informação.

O fonoaudiólogo, assim como os demais profissionais de saúde que trabalham no SUS, sofre desgaste físico e emocional e se expõe a condições insalubres, que exigem dele adaptação e grande esforço para atender as demandas de sua clientela. Estudos comprovam a queda no rendimento da capacidade física e mental do trabalhador após extensa jornada de trabalho.

Sabemos também que várias profissões de saúde já adquiriram direito de uma jornada um pouco mais reduzida: médicos e odontólogos, 20 horas semanais; fisioterapeutas, enfermeiros e assistentes sociais, 30 horas semanais. Então, entendemos que esta é uma luta de todos trabalhadores da saúde.

A Organização Internacional do Trabalho considera adequada a jornada de 30 horas para os profissionais da saúde, pois, além de possibilitar melhor qualidade de vida permite a esses profissionais o investimento no aprimoramento e qualificação profissional, o que constitui uma premissa importantíssima para assegurar qualidade dos serviços prestados à saúde da população.

Temos acompanhado, através dos sistemas de Conselhos Federal e Regional de Fonoaudiologia, várias distorções em concurso público para o cargo de fonoaudiólogo, tanto envolvendo a jornada de trabalho, como também discrepâncias salariais.

Vale ressaltar que alguns Estados, como o Ceará e o Rio de Janeiro, e alguns Municípios brasileiros já possuem leis que fixam carga horária menor para os profissionais de saúde. Assim, acreditamos que somente uma lei federal poderá contribuir para minimizar as distorções envolvendo a jornada de trabalho, possibilitando o exercício profissional de forma mais justa e isonômica em tosos os Municípios brasileiros.

É importante salientar que, para defender essa posição, o sistema de Conselhos de Fonoaudiologia ouviu fonoaudiólogos e entidades sindicais no Brasil inteiro. Fizemos fórum de discussão em todas as regiões do Brasil. Esse é o desejo da maioria da classe.

Não podemos deixar de mencionar os argumentos contrários à aprovação da lei. Esses partem, em sua maioria, de empregadores da iniciativa privada que se preocupam, fundamentalmente, com a lucratividade de suas empresas ou dos profissionais que nelas trabalham que temem a possibilidade de perder seu emprego ou de reduzir salário.

Em resposta aos empresários, não podemos deixar que continue existindo a primazia do lucro em detrimento da saúde ou das condições de trabalho dos profissionais de saúde. E, em resposta aos profissionais temerosos, sabemos que o caminho para a implementação da lei não será fácil. Haverá distorções e não podemos apresentar garantias, mas estaremos atentos e lutaremos para que sejam assegurados ao profissional fonoaudiólogo todos os direitos previstos na legislação trabalhista brasileira.

Estamos unidos na luta pelo direito ao trabalho com qualidade e dignidade para todos os fonoaudiólogos do Brasil.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Drª Bianca Arruda.

Na ordem, vamos convidar a Drª Monalisa Barros, Diretora Tesoureira do Conselho Federal de Psicologia, que neste ato representa o Sr. Humberto Cota Verona, Presidente do Conselho.

Antes de mais nada, quero registrar a presença aqui dos ilustres Senadores Cyro Miranda e Waldemir Moka, que também prestigiam esta audiência pública. Há a presença também honrosa do Deputado Alessandro Mourão, que prestigia esta audiência pública.

Com a palavra a Drª Monalisa Barros.

V. Sª tem dez minutos para fazer aqui a sua fala.

A SRª MONALISA BARROS – Bom-dia a todos. Eu queria agradecer à colega psicóloga Senadora Marta Suplicy pela convocação desta audiência pública.

Estamos aqui representando um coletivo de 240 mil psicólogos brasileiros e 120 mil futuros psicólogos estudantes de graduação; portanto, um coletivo considerável, que produziu uma mudança na representação social da profissão muito importante nos últimos 20 anos. Nascemos como uma profissão elitista que vivia do atendimento exclusivamente ou principalmente, naquele primeiro momento do atendimento clínico, às elites que podiam ter acesso e mudamos o nosso percurso, ao longo dos 20 anos, na construção de uma aliança importante da psicologia com o compromisso social do desenvolvimento brasileiro.

Essa modificação se deu de forma tão intensa que hoje esse coletivo, que em um primeiro momento era um coletivo que trabalhava basicamente no setor privado, transforma-se de tal maneira que está retratado, em uma pesquisa de quem é o psicólogo brasileiro lançada este ano, em 2011, no Congresso Norte Nordeste de Psicologia, que 40% do nosso coletivo trabalha nas políticas públicas e 32% trabalha no terceiro setor, restando apenas 28% com exclusiva atuação no setor privado. *(Palmas.)*

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desculpe-me, só para repetir, porque nós tivemos...

A SRª MONALISA BARROS – Houve uma...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há mais pessoas querendo entrar; então, vieram perguntar-me sobre esses números.

A SRª MONALISA BARROS – Em maio de 2011, foi lançado um livro de pesquisa sobre quem é o psicólogo brasileiro, conduzida pelo Prof. Antonio Virgílio e Jairo Borges, que dá conta de que 40% dos psicólogos brasileiros hoje trabalham na política pública, 32% estão vinculados a organizações do terceiro setor e só 28% está vinculado exclusivamente aos setores privados.

A Constituição Federal de 1988 diz que o piso salarial e a jornada de trabalho devem ser proporcionais à extensão e à complexidade do trabalho realizado. Nós psicólogos temos tido uma atuação protagonista na construção de muitas das políticas públicas que vimos nascer nos últimos anos, inclusive as políticas públicas de saúde na reforma sanitária, na reforma psiquiátrica, na construção de parâmetros para a saúde do trabalhador. E somos profissionais de saúde reconhecidos, que trabalham a dimensão subjetiva no binômio saúde e doença. Como aplicar tudo isso para o outro sem aplicar em nós mesmos? *(Palmas.)*

Nós estamos reivindicando condições de trabalho equânimes com os nossos parceiros de trabalho.

Apesar de a Lei nº 4.119 estabelecer as condições mínimas para viabilidade do exercício profissional que responda às necessidades sociais, ela não estabelece esses parâmetros de carga horária e de salário. Sabemos que há uma interiorização enorme de todas as profissões, inclusive da psicologia. Nós fazemos parte da equipe mínima da atenção básica da assistência social, por exemplo. Os Cras, a estrutura mínima de Cras, depende da presença do psicólogo e do assistente social, e há uma discrepância com o colega de trabalho, que já teve sua lei aprovada com 30 horas, sendo que nós ainda estamos submetidos às 40 horas.

Essa discrepância tem trazido dificuldades não só na relação e no cumprimento do exercício profissional, como também nas elaborações de concurso, até na distribuição salarial, provocando um impedimento da sua plena execução na eficácia total, na potência total do que pode ser essa política.

Além disso, a gente tem, e é de conhecimento de todos, a precarização do vínculo, em todo o País, nas contratações de outras vias, que não uniformização a forma de contratação dos profissionais da área de saúde. Há Municípios, inclusive, em que, quando fazem concursos, o psicólogo não aparece mais entre os profissionais de saúde. Vai lá para a administração, como técnico, para que possam justificar a discrepância de salário, a discrepância de carga salarial.

Portanto, temos tido problemas, vivido problemas da base, que são problemas importantes, com reflexo importante na qualidade do serviço prestado, principalmente na construção do vínculo desses profissionais, com isso que ajudamos a construir, que foi essa sociedade mais democrática e essas políticas sociais que são tão caras ao nosso Governo atual e que têm sido objeto de grandes transformações, pois estamos saindo da condição de um país com alta desigualdade social para aprendermos a conviver com a equidade social. E temos um papel importante nessa transição, e precisamos executá-la com toda a potencialidade que nós temos.

Portanto, pedimos aqui aos Senadores, aos Deputados, à Mesa, um especial carinho na atenção, não só para o PL da Psicologia, mas para o da Fonoaudiologia também, porque entendo que, como profissionais de saúde, precisamos lutar para que nossas condições de trabalho sejam equivalentes a nossa responsabilidade frente a comunidade.

Então, era isso. Esperamos que a gente possa ter o sucesso que essa audiência venha a produzir.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na ordem de inscrição, vamos conceder a palavra ao Dr. Rogério Giannini, Presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

V. Sª tem 10 minutos para discorrer sobre a matéria.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI – Primeiramente, quero agradecer à Mesa, ao Senador Jayme Campos, quero fazer um agradecimento todo especial à Senadora Marta pelo empenho, pela compreensão, pela sensibilidade com o tema, não só porque é psicóloga também, mas porque é uma pessoa que sempre batalhou pela saúde, pela saúde de qualidade, que tem contribuições na sua vida pública para essa área, abarcando também um outro projeto de um outro profissional de saúde. E estamos muito à vontade aqui, muito felizes de estar aqui.

Até porque as falas que me precederam já dão conta de uma série de informações, de dados, eu queria só apontar para algumas questões. Nós ficamos muito à vontade, no Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Estado que hoje tem uma concentração muito grande de psicólogos, são cerca de 80 mil psicólogos no Estado de São Paulo, e quase 50% disso só na capital, com essa dificuldade da interiorização desses profissionais, que é uma coisa muito importante, para a qual precisam ter muita atenção os gestores públicos, de modo geral, mas nós temos essa tranquilidade de estar num Estado que tem feito muita negociação coletiva em Prefeituras, alterando a jornada para 30 horas. Então, são um sem-número de cidades, e eu citaria Osasco, Embu das Artes, Assis e outras, muitas outras cidades, em que conseguimos fazer, no âmbito local, a discussão e aprovar projetos – evidentemente projetos que tenham a ver com os trabalhadores públicos dessas cidades – reduzindo a jornada para 30 horas semanais. O debate é sempre o mesmo, o debate é sempre aquele de dizer: "Mas isso vai prejudicar o serviço público, porque vão faltar horas de atendimento". Ainda é uma visão muito taylorista, uma visão muito linear do trabalho. A ideia é a seguinte: o trabalhador trabalha oito horas; se ele trabalhar seis horas, ele vai trabalhar menos e vai atender menos gente. Então, é uma conta ruim de ser feita, porque não é nisso que estamos entrando; nós estamos entrando na qualidade do trabalho, nós estamos entrando na discussão da preservação, por uma jornada menor, das condições de esse trabalhador render do mesmo jeito, desde quando ele entra no trabalho até o horário em que ele sai.

E, na verdade, não reduzimos de oito para seis horas diárias; nós reduzimos de nove para seis horas, porque a hora de almoço é quando o trabalhador continua de prontidão; ele não pode fazer outra coisa na vida, então, está lá trabalhando por nove horas e não pelas oito horas para as quais ele é contratado. E tem um agravante: os trabalhadores celetistas trabalham 44 horas semanais, não só as 40 horas que, normalmente, nos serviços públicos, se trabalham.

Qual foi o resultado? Temos acompanhado junto às prefeituras e continuamos conversando com essas prefeituras. Primeiro, nenhuma prefeitura voltou atrás. Em algumas delas, não era nem legislação aprovada na Câmara; eram portarias que o gestor teria facilidade em retornar, se houvesse um grande prejuízo. Alguns fizeram uma espécie de laboratório: observaram o que estava acontecendo. A informação que tivemos, em conversas com vários gestores de prefeituras, é que o trabalho melhorou. As condições de trabalho permitiram uma qualidade maior do atendimento, uma organização maior do atendimento, até com a organização de plantões, com serviço aberto por doze horas, com dois plantões de seis horas. Enfim, não houve nenhum prejuízo ao atendimento.

Por outro lado, conversando com os profissionais, é impressionante a mudança da qualidade de vida; é impressionante, com essas três horas a menos, o que esses profissionais têm feito. Temos pesquisa disso. O que os profissionais têm feito? Basicamente qualificação e requalificação da sua profissão. *(Palmas.)*

É uma exigência da nossa formação a formação continuada. É uma exigência desses profissionais não se estagnarem no tempo, não ficarem apenas na sua formação original, na sua graduação. Então, uma grande parte está fazendo especializações, pós-graduação; lógico, também aproveitam para o tempo do lazer, porque é tudo merecido também, preservando a sua saúde mental. É aquilo que a Monalisa que me antecedeu também falou: nós somos cuidadores e precisamos cuidar também da nossa própria qualidade de vida. Mas é impressionante o investimento do tempo em melhorar o próprio exercício da sua profissão.

Então, era esse o primeiro ponto que eu queria atacar aqui: não existe a situação de uma desorganização do serviço, não existe a situação de uma piora. Muito pelo contrário. Os resultados para a própria prestação de serviços têm sido muito positivos.

Eu queria entrar numa polêmica aqui também, que é o que está acontecendo com as assistentes sociais. Tem uma série de interpretações da lei, inclusive uma interpretação muito falaciosa, que, infelizmente, está ainda em alguns setores do próprio Governo Federal, dizendo o seguinte: "não, mas o Legislativo não pode legislar, porque vai mudar a carga horária de um funcionário público. Então, isso teria de ser uma lei de iniciativa do Executivo". Não é disso que se trata, até porque o Executivo cumpre uma série de medidas e de legislações que o Legislativo propõe. Por exemplo, a lei de cotas. Ela atinge também o serviço público e não foi uma iniciativa do Executivo, é um projeto de iniciativa do Legislativo. Outras profissões, como jornalista, como fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais – que

foi uma lei de 1994 –, e outro grande número de profissões, inclusive técnico de laboratório, têm legislações de âmbito federal que todo mundo cumpre, inclusive o Governo Federal, os órgãos federais, as autarquias públicas etc. Então, são discussões que, às vezes, são colocadas e viram verdadeiras cortinas de fumaça, para obscurecer o verdadeiro debate. O verdadeiro debate neste sentido é o debate da qualificação de profissionais que têm longa trajetória de estudos, que têm uma grande especialização, que têm uma grande responsabilidade pessoal por conta do seu estatuto ético e da sua função técnica e cientifica estabelecida. Uma redução da jornada visa exatamente dar esse equilíbrio para o exercício da profissão.

Eu acho isso bastante interessante, porque vemos, no caso específico dos psicólogos, que a redução da jornada não resolve evidentemente os problemas. Todo mundo acabou citando aqui a forma de contratação, a necessidade de concursos públicos, a questão de, nessas novas estratégias de atenção, com contratos, com sublocação, com terceirização, também haver uma grande desorganização dos vínculos, da forma contratual, inclusive de nomenclatura. Têm muitos lugares que já não contratam mais psicólogos. Isso é uma coisa importante para ficarmos atentos. O que estamos dizendo é que essas profissões têm um estatuto social, ético, técnico e científico e precisam ser preservadas. Isso é bom para a população, isso é bom para o serviço público, é bom para orientar a população, inclusive por quem e no que ela está sendo atendida.

Essas iniciativas de redução da jornada e esse debate... É uma pena que tenhamos de fazer esse debate lei por lei. Tentamos outros mecanismos, tentamos fazer essa discussão através de um plano de cargos, salários e carreira dentro do SUS, mas encontramos enorme resistência. O Ministério do Desenvolvimento Social, dentro da política do Suas, tem esse debate já bem adiantado, inclusive, na sua conferência, um dos temas da conferência é exatamente a questão da jornada e dos salários, com uma ideia também de uma cobertura nacional de jornadas e de salários. Uma política única também tem dificuldade de se instalar, quando, muitas vezes, um psicólogo, numa cidade, faz 30 horas e ganha um salário X; atravessando a rua, numa outra saúde, num posto de saúde, também da política pública, ganha metade do salário e trabalha uma jornada de 40 horas. Então, nesses cuidados, as políticas públicas vão ter de se debruçar.

Como argumento final, eu queria indicar as resoluções de todas as conferências de saúde. Inclusive as resoluções das últimas conferências nacionais de saúde e de saúde mental têm apontado para a necessidade de uma adequação da jornada de trabalho e da sua redução para 30 horas como forma de garantir a qualidade da prestação do atendimento. Então, não é uma ideia só dos profissionais. Nas conferências de saúde, estamos lidando com 50% de usuários, com 25% de gestores e com 25% de trabalhadores. Se passa uma resolução dessas, é porque a maioria ficou convencida, inclusive a maioria dos usuários. Então, não tememos esse debate, porque os usuários, com certeza, estão do nosso lado e entendem que qualidade de prestação de serviço tem a ver com a proteção da qualidade do trabalho daqueles que são os prestadores.

É só isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. Rogério.

Convido para fazer também a sua explanação e as suas observações a Drª Carla Monteiro Girodo, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Antes de V. Sª iniciar a sua fala, convido para assumir a presidência desta comissão a autora do requerimento, a valorosa Senadora Marta Suplicy. Senadora, naturalmente, V. Exª está aguardando esta audiência pública para instruir esse PLC, mas, antes de mais nada, quero afirmar a vocês aqui que acompanharei o relatório que vai ser feito, naturalmente com muita competência, pela Senadora. O voto meu será naturalmente conforme o relatório da Senadora. *(Palmas.)*

Podem contar comigo, até porque, diante das explanações que já foram feitas aqui, já tomei mais ou menos conhecimento das suas reivindicações, que são mais que justas. Feito isso, quem vai capitanear e liderar o voto do Senador Jayme Campos será a Senadora Marta Suplicy. Para tanto, convido-a a assumir a Presidência desta Comissão.

Com a palavra a Srª Carla Monteiro Girodo, Vice-Presidente do Conselho Federal.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, usando a palavra agora a fonoaudióloga Carla Girodo, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Por favor, colocar o tempo, dez minutos.

A SRª CARLA MONTEIRO GIRODO – Exmª Senadora, Relatora e Presidente da Mesa, Marta Suplicy, gostaria de agradecer pela oportunidade de a gente estar aqui e pelo convite; Exmºs Senadores, Deputado, demais presentes.

Acho que quase todos os argumentos já foram falados, então não vou repetir, mas eu gostaria de reforçar algumas coisas que são importantes, que é essa fixação da jornada de 30 horas para os trabalhadores da área de saúde. Realmente, é importante e, aparentemente, isso parece que é um discurso co-

operativista, mas, se a gente parar para pensar, uma profissão existe não para a gente, ela existe para o desenvolvimento sustentável do País e para o bem comum dos cidadãos.

Então, quando a gente pára para pensar nisso daí, a gente pensa na questão da qualidade de vida das pessoas que vão receber os nossos serviços e da gente mesmo. Então, uma vez que a gente presta um serviço e a gente tem uma jornada de trabalho de 30 horas, a gente, então, consegue garantir uma melhor preparação da nossa prestação de serviço, uma melhor preparação profissional. Então, a gente está garantindo tanto uma saúde nossa, quanto também uma melhor saúde da nossa população. Isso daí é uma coisa importante que eu gostaria de ressaltar.

A fixação também de 30 horas vai gerar aumento da produtividade do profissional, vai gerar economia para o País e, consequentemente, melhoria da saúde e educação.

Outra coisa que eu gostaria de salientar é o seguinte: a fonoaudiologia tem uma lei federal, que é a Lei nº 7.623, de novembro de 1987, que fixa em 30 horas a jornada de trabalho do fonoaudiólogo de autarquia e de administração pública direta e indireta. Então, o que a gente está pleiteando é estender isso daí para os fonoaudiólogos em geral. Isso já é realidade em alguns outros Estados, como é o caso do Rio de Janeiro, em que são 24 horas, inclusive uma carga horária inferior, menor. No Ceará também. Já existe uma consciência de que uma carga horária inferior a 40 horas – de 30 horas ou menos – garante uma prestação de serviço de qualidade para a população brasileira.

Reforço tudo que já foi falado até agora por todos os nossos colegas, defendo tanto o pleito da fonoaudiologia quanto o da psicologia, porque a causa é a mesma, é a causa da saúde, é a causa dos cidadãos brasileiros e agradeço a oportunidade de estar aqui e de nos ouvir.

É isso. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Acho que foi muito interessante a explanação. Vou reservar a minha fala para o final e vou dar agora a palavra ao nobre Senador Cyro Miranda, que quer também fazer suas considerações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente desta audiência. Primeiro, quero parabenizá-la pela audiência, pelo brilhantismo de todos os senhores convidados e muito mais ainda pela sua relatoria.

Falo aqui com muito conhecimento de causa. Sou casado há 42 anos com uma psicóloga, em exercício ainda. *(Palmas.)* Vejam como a psicologia faz bem a um casamento. Eu não era assim, melhorei muito. E tenho uma filha que é psicanalista, e as duas têm muita admiração e conhecem o trabalho de perto pela psicóloga e psicanalista, formada pela IPA, a Senadora Marta Suplicy, que é tão boa parlamentar como também muito boa profissional nessa área.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sou colega na IPA, então.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Colega na IPA.

Eu sou testemunha de quantos e quantos anos vocês trabalham para investir na própria profissão, às vezes sem o direito de fazer uma viagem familiar, sem comprar um bem que tem uma imensa importância na vida de vocês, porque vocês estão investindo em cursos, supervisões, qualidade, ou melhor, congressos. Então, isso realmente eu conheço muito de perto. Vocês têm toda razão. Não é um trabalho comum. É um trabalho de muito desgaste. Sei que muitas vezes vocês chegam em casa tensos, pois a parte física também é toda mexida.

De fato que eu não só voto a favor desse projeto como também vou angariar votos para esse projeto. *(Palmas.)*

Tenho certeza de que esse é um projeto suprapartidário e eu, junto com a Senadora Marta, vou procurar trabalhar bastante por vocês.

Parabéns, Senadora, tenho orgulho de estar aqui nesta Comissão com a senhora. Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Cyro.

Senador Moka, V. Exª gostaria de se pronunciar? Não? Porque aí acho que vou encerrar... Encerrar, não. Desculpem-me, não vou encerrar, não. Calma. Eu vou, então, fazer a minha fala e vou fazer um pouquinho o papel do advogado do diabo, porque, numa relatoria, você tem que ter respostas para todas as críticas e indagações, que eu até tenho na minha cabeça, mas eu gostaria de saber das pessoas representativas aqui das fonos e dos psicólogos o que teriam de argumento para incorporar. Porque, na mesma situação em que vocês estão de serem acusadas de serem corporativas, provavelmente também estarei eu como psicóloga. Acredito que não é uma causa difícil de defender, mas eu gostaria de ter todos os argumentos para fazer essa defesa.

Um dos argumentos que me foram colocados é que o pleito de 30 horas – que veio da Câmara – foi transformado em acordo coletivo e que o acordo coletivo seria mais interessante porque possibilitaria à categoria diferentes tipos de acordos em diferentes situações, em diferentes Estados, como foi colocado aqui que tem Municípios, por exemplo, São Paulo, tem 80 mil psicólogos no Estado. O restante do Brasil

tem menos, talvez, em outras condições de trabalho. Mas o acordo coletivo, então, seria mais próprio para determinados Municípios, prefeituras pequenininhas, que teriam mais condições de atender melhor a população. Então, eu gostaria que alguma de vocês se propusesse a responder.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI – Posso falar de acordo coletivo?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Acordo coletivo, então.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI – Esse é um argumento antigo que nos têm feito os opositores a esse e a outros projetos no mesmo sentido. Primeiro, é que são duas coisas que não são excludentes. Nós já fazemos acordos, sempre que possível. Agora, os nossos acordos são feitos empregador por empregador. Então, você imagina quantas categorias profissionais existem: psicólogos em banco, psicólogos em uma série de locais e em cada um dos 5,6 mil Municípios e em cada um dos vinte e poucos Estados, Distrito Federal, enfim, qual é essa dificuldade.

O principal argumento é que o acordo coletivo é uma atribuição constitucional dos sindicatos. Os sindicatos podem, devem e negociam. O que nós estamos querendo fazer é uma outra coisa. Nós estamos querendo que o Congresso estabeleça uma jornada nos moldes em que a gente está estabelecendo, com todos esses argumentos que a gente fez – não vou repetir todos os argumentos –, e que seja uma lei que valha para cada uma das profissões que, evidente, se autorregulamentarem, porque as profissões podem se regulamentar, porque há essa prerrogativa de uma profissão que foi criada por lei federal poder se regulamentar no âmbito federal.

A ideia do acordo era, normalmente as pessoas falam, para proteger as pequenas Prefeituras, mas é um dado curioso quando a gente vai olhar os dados. Em muitas pequenas Prefeituras, os trabalhadores fazem jornadas menores, até porque é o contrário. Existe aquele acordo mais informal, existe a possibilidade, como não tem tanta pressão de população, se a cidade é menor também, de o próprio legislador ter um contato mais próximo com os psicólogos. É muito comum, em cidades menores, a gente conseguir que o Prefeito fale: "Eu entendo". O Prefeito, às vezes, tem esposa, filhos, irmão, irmã psicólogos, então tem esse contato e essa facilidade de fazer essa negociação, local por local, mas acordo é uma prerrogativa dos sindicatos, e está na CLT, está na Constituição brasileira. Então, nós já fazemos acordo.

O que nós estamos dizendo é o seguinte: não dá para substituir acordo, até porque também nós temos uma realidade muito díspare. Nós temos Prefeituras que tem a possibilidade de negociar, tem empresas e setores que têm facilidade de negociar e têm outras que simplesmente se recusam a negociar, mas, com os argumentos que nós já desfilamos um número alto de argumentos, o que a gente diz é o seguinte: a profissão pode e deve ser regulamentada por uma legislação federal, e é nisso que a gente está apostando. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Fernanda.

A SRª FERNANDA MAGANO – Na verdade, para complementar o raciocínio apresentado pelo Rogério, Presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, quero argumentar que a gente tem as resoluções da OIT aqui citadas e uma que é fundamental na lógica do serviço público é a 151, que negocia o direito de negociação coletiva no serviço público e o direito de greve. Ela tramitou, foi aprovada e não está regulamentada. A gente teve, no âmbito da Mesa Nacional de Negociação do Ministério do Planejamento, todo um trabalho. Na época, Duvaneir Pereira era o responsável de construir um projeto de lei que pudesse fazer isso com a possibilidade de isso ter uma expectativa de atendimento às esferas federal, estadual e municipal.

Todavia, pelo trâmite, pelo processo negocial e pelos problemas a dirimir, isso não avançou. Então, isso já foi construído, longamente debatido, porém não estabelecido em sua prática.

Então, a resolução da OIT tem sua validade no nosso País, mas ainda não está regulamentada para sua aplicabilidade. O argumento da negociação coletiva fica frágil nesse sentido, porque a gente tem a negociação coletiva no âmbito do serviço privado. No âmbito do serviço público, ela não está estabelecida. *(Palmas.)*

Poder trabalhar essa questão no caminho casado de melhores condições aos profissionais para o nosso País é fundamental – isso para os profissionais psicólogos, fonoaudiólogos e demais categorias que ora não estão aqui, mas que têm também tramitando esses PLs aqui, farmacêuticos, enfermeiros que estão numa longa luta. Então, marcar isso e fazer a consideração de que este avanço é necessário para a construção de um melhor País e trabalhar casado esses dois temas.

Esse argumento da negociação coletiva fica frágil, porque a gente outros empecilhos e pedras, de fato, no caminho para avançar a negociação coletiva no âmbito do serviço público. Pega uma parcela muito pequena da categoria a negociação coletiva pelos próprios números que a Monalisa já nos trouxe, cerca de 40% ou mais da categoria, vinculados ao serviço público.

Marcar a importância deste momento e da presença aqui maciça de psicólogos do Brasil todo. *(Palmas.)*

Eu acho que é importante destacar. E existe muita gente lá fora que não conseguiu entrar, mais de trinta pessoas que não conseguiram entrar por conta das normas regimentais da Casa, mas quero dizer que é uma demonstração de carinho ao Senado, da importância deste momento e dizer que a gente está aqui para apoiar e se mobilizar no que for necessário para avançar nessa luta e no coletivo das profissões envolvidas com o tema na saúde, na assistência social e nas outras frentes de trabalho. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Fernanda. Ficou uma indagação minha, que posso talvez não ter razão, mas que eu fiquei pensando: se não há uma lei, e você é muito frágil, porque você vai ter que negociar com cada empregador... Uma coisa é você negociar com empregador numa cidade pequena que tem a tia, ou a avó, ou a irmã psicóloga, outra coisa é você negociar numa grande empresa, em que é pequeninho o número e a empresa diz que não negocia. *(Palmas.)*

O SR. ROGÉRIO GIANNINI – No serviço público, Senadora, nem todo Município fez como a senhora, que é fazer uma mesa de negociação permanente com servidor público. Então, nós temos essa dificuldade.

(Manifestação da audiência: Outra coisa é você negociar com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Também. Autarquia...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora, eu estou tentando me inteirar, a gente fica numa Comissão, na outra, e V. Exª sabe disso. Eu peço desculpa inicialmente, mas acompanhei o suficiente para entender, claro, até pela minha profissão, eu sou médico, então entendo. Não tenho nenhuma dificuldade nessa questão. Acho que essa carga horária, porque os psicólogos, na maioria das vezes, integram a chamada equipe multidisciplinar, é necessária. Para o médico, parece-me, salvo melhor juízo, são trinta horas. E eu vejo aqui, no projeto dos fonoaudiólogos, falando em trinta horas; e dos psicólogos falando em vinte e quatro horas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não, então deixe-me esclarecer. Ele foi feito com vinte e quatro na Câmara, caiu e foi posto contrato coletivo. Por isso, a minha pergunta do que eles acham de fazer um contrato coletivo e da posição contrária dos dois que se pronunciaram.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E agora se pretende…

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora eu tenho que fazer um relatório, mantendo contrato coletivo ou colocando trinta horas. Por isso que a gente está discutindo aqui, para eu poder ter base.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas a reivindicação tanto dos psicólogos quanto dos médicos é de trinta horas. Esse é o esclarecimento... Porque é um esclarecimento, Senador, de quem chega e olha aqui a pauta distribuída. É importante a gente colocar isso, porque aqui, para quem chega e começa a entender, dá a impressão de que há uma disparidade na pretensão dos psicólogos.

Então, a primeira coisa: as trinta horas, o que daria de segunda a sexta, seis horas diárias. Mas de segunda a sexta? Esse é o fundamental.

O que mais me chama atenção aqui é exatamente o seguinte: nós temos uma preocupação – e aí é fundamental, eu acho que, talvez, este seja o argumento – nas chamadas equipes multidisciplinares, porque antigamente um médico ou psicólogo eram chamadas profissões liberais, continuam muito sendo, mas hoje não é mais a realidade. Hoje médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, na maioria das vezes tem a maioria dos empregos no serviço público ou no setor privado, e é fundamental a regulamentação da carga horária semanal, porque senão, é claro, que o dono de uma empresa vai exigir de um profissional um maior número em prejuízo do paciente – e isso é que eu acho que é uma argumentação importante. Quer dizer, quando você regulamenta uma carga horária de trinta horas semanais, mais do que pensar no psicólogo, no fonoaudiólogo, nós estamos pensando exatamente nas pessoas que serão atendidas por esses profissionais e que terão, sem dúvida nenhuma, uma qualidade de atendimento – não por culpa do profissional, mas uma qualidade no seu atendimento. *(Palmas.)*

Eu acho que V. Exª é psicóloga, eu sou médico, mas eu acho que, Senadora, nem V. Exª nem eu estamos aqui praticando o corporativismo. Nós queremos, sem dúvida nenhuma, melhor qualidade de atendimento, sobretudo em se tratando de saúde pública, onde a maioria das pessoas são atendidas. Não teria dificuldade de acompanhar, até relutei em questionar, achei que V. Exª ia entrar nessa questão, mas percebi que essa é matéria vencida, quando da sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador. V. Exª traduziu muito bem, porque não estava nesse momento. Para os senhores entenderem, cada um aqui tem duas ou três comissões ao mesmo tempo, e esta é extraordinária. Então, tem que ficar saindo de uma e entrando em outra e, às vezes, pega-se a discussão pela metade. Mas foi muito interessante, porque, não estando presente todo

o tempo, quando o senhor voltou, o que observamos é que o senhor traduziu o que a Mesa tinha dito. Então, mostrou uma empatia e uma sensibilidade do Senador em relação ao pleito. Isso vai ter um peso muito grande na minha relatoria, como vai ter um peso muito grande o apoio do Senador Jayme Campos. Então, quero agradecê-lo pela percepção e sensibilidade em seu depoimento. *(Palmas.)*

Agora, voltando a ser advogada do diabo, uma das questões que se discute é que essa jornada de trabalho vai acabar reduzindo o emprego. Eu gostaria que fizessem comentários especificamente sobre isso. Diz-se que vai ter uma jornada reduzida e vai reduzir o emprego. Pode parecer meio estranho, mas estou colocando as críticas que me chegaram.

A SRª MONALISA BARROS – Se resgatarmos um pouco o passado recente, quando os terapeutas ocupacionais e os fisioterapeutas diminuíram a carga horária nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF, o que aconteceu imediatamente com eles foi dobrar a quantidade de vagas nos NASFs. Então, enquanto o psicólogo, a assistente social, o ginecologista, o pediatra, o acunpunturista tinham uma vaga no NASF, o fisioterapeuta que fosse contemplado já entraria com duas vagas. O que vimos na prática foi o inverso dessa argumentação, pois abriu-se um leque enorme de postos para esses dois profissionais apenas com a regulamentação, no caso deles, de vinte horas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está respondido.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI – Gostaria de fazer uma colocação sobre isso, o argumento que a Bianca usou aqui. Parte desse argumento pensa no empresário: Ah, ele vai ver que são trinta horas e não vai contratar. Bom, ele precisava do psicólogo ou ele precisava do psicólogo por quarenta, cinqüenta...Se seguirmos esse argumento, vamos fazer uma jornada de sessenta horas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Era para fazer figuração ou era para trabalhar?

O SR. ROGÉRIO GIANNINI – É para trabalhar com qualidade ou é para estar no plantão? Acho que é sempre um argumento. E se esse profissional não está incluído na ideia de que é para dar lucro, mas é para prestar um serviço de qualidade seja no serviço público, seja no serviço privado, a lógica é: qual é a jornada que o protege e que o faz render corretamente? É lógico, o empresário pode falar: eu quero cinqüenta horas, eu quero hora extra. Mas não é a lógica com a qual trabalhamos. Também para as outras profissões é isto: não pode reduzir a jornada. Eram 48 horas e depois passou para 44 horas. Não é isso que aumentou ou diminuiu o emprego. O que aumenta e diminui emprego é desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, política pública, verba para política pública. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Aqui tem uma pergunta, que eu faço e já vou responder. Ela pergunta se não levaria à informalidade. Deixa eu receber o Senador Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Fiquei pensando e lembrei que todas as conquistas sociais passam por uma reação muito grande quando são aventadas. Agora me lembrei de quando foi feita a lei da licença paternidade, que é de uma semana. O empresário Antonio Ermírio de Moraes disse que as empresas dele iam fechar. Vocês estão rindo agora, mas, à época, criou-se uma grande celeuma: as empresas não suportarão tal ausência. Lembro que a Fundação Carlos Chagas... À época, a Carmem Barroso, que hoje capitaneia uma grande ONG nos Estados Unidos, fez uma pesquisa mostrando que implicação salarial essa medida traria. Era 0,02% ou qualquer coisa assim. Então, sabemos que qualquer avanço tem uma resistência gigantesca, mas aqui vamos ter que brigar pela qualidade.

Vou fazer a última pergunta. Pensa-se que a informalidade vai aumentar, porque os empregadores não vão querer contratar os profissionais com essa carga horária. Se algum de vocês quiser rebater esta questão de que a informalidade aumentaria em virtude de obrigatoriedade de contrato de trinta horas, como vocês avaliam isso...

O SR. ROGÉRIO GIANNINI – Acho que a Senadora já matou a jogada. Esse é o chamado terrorismo de ideias que partem deste pensamento: você tem um avanço, cria-se aquele cenário de terror, de que algo terrível vai acontecer, mas, na prática, nada tem acontecido. E temos passado por isso em alguns Municípios que citei, onde se organizam o trabalho em trinta horas semanais. Lá, pelo contrário, a qualidade aumentou, não existe esse tipo de retrocesso. Até porque os empresários – pensando no empresariado, porque no serviço público não pode ter informalidade, são concursados – que utilizam serviços de qualidade vão se adaptar com tranqüilidade, nada de terrível vai acontecer. Esse tipo de profissional presta serviço especializado, portanto ele faz o serviço corretamente ou ele não o faz. Então, não é estendendo a jornada que se vai resolver o problema desse empresário.

Mas a Senadora tem razão, quando tem algum avanço, a resistência que vem sempre cria um cenário horrível, nebuloso, um temor que haverá uma quebradeira, desempregos. E vemos que o País está crescendo, que está crescendo o número de empregos

não só na área de saúde, ao mesmo tempo em que se aumentam os direitos e a formalidade.

O Senador Paim está absolutamente familiarizado com esse debate e sabe disso. Os tais custos Brasil na verdade não são do mundo do trabalho, eles vêm bem mais de outras condições do que do mundo do trabalho. Com crescimento, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, o Brasil cresce e avança. Então, não são os avanços sociais que têm diminuído a pujança do crescimento econômico do País. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A outra questão... *(Pausa.)*

Pois não.

A SRª CARLA MONTEIRO GIRODO – Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso. Nós fizemos uma ampla pesquisa com sindicatos, fonoaudiólogos, empresários fonoaudiólogos e empresas que contratam fonoaudiólogos. E uma das nossas preocupações era essa. Uma coisa que me surpreendeu foi que eles são favoráveis a essa jornada de trinta horas. Eles precisariam de um tempo para rever contratos. Por exemplo, sou dona de uma empresa, que tem um fonoaudiólogo contratado. Então, tem que se adaptar a isso. Não existe a possibilidade da informalidade, porque nós nos adaptamos às realidades existentes. Revemos contratos, refazemos as coisas, de modo a garantir a qualidade do serviço prestado, porque, conforme foi falado, o nosso cliente é importante também, a pessoa que está recebendo o serviço prestado, esse é o foco final.

A SRª BIANCA ARRUDA QUEIROGA – Especialmente, falando em saúde, qualidade gera economia, não é?

A SRª CARLA MONTEIRO GIRODO – Exatamente.

A SRª BIANCA ARRUDA QUEIROGA – A gente não pode esquecer disto: qualidade de atendimento em saúde é economia para o País e qualidade de vida para a população. *(Palmas.)*

A SRª CARLA MONTEIRO GIRODO – Em relação a nossa pesquisa, vimos que os empregadores também são favoráveis a isso, pensando exatamente em quem vai receber.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O último questionamento de advogada do Diabo.

Foi colocado que o psicólogo e o fono vão conquistar as 30 horas, mas para trabalhar depois no consultório. Então, acho que o Giannini colocou, como muita propriedade, que a maioria faz doutorado, mestrado, se aprimora, vai à congresso, mas gostaria que vocês respondessem, porque algumas categorias já trabalham 30 horas. Como foi uma das críticas que me chegaram, sem adjetivar a crítica, gostaria que vocês respondessem.

A SRª FERNANDA MAGANO – Podemos começar.

Acho que uma questão importante é quanto ao cenário, quanto a avançar, inclusive, no reconhecimento social das profissões aqui mencionado e o avanço que essas categorias estão tendo na sociedade, do reconhecimento do fono, do psicólogo, a multiplicidade dos locais de trabalho.

Para dar um exemplo, hoje, dentre as minhas atribuições na Federação Nacional dos Psicólogos, estou à frente do FENPB – Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, que congrega 21 entidades nacionais, das quais, inclusive, o CFP faz parte, em que vemos a multiplicidade de espaços do psicólogo.

Não que a questão do consultório seja uma questão menos importante, mas, hoje, reconhecendo que a maior parte da população não tem acesso a esse modelo clássico de atendimento e como há o avanço das políticas públicas casado a isso, a questão do consultório tem, sim, sua importância, seu lugar reservado. Em nenhum momento, queremos diminuir, mas os profissionais têm avançado no sentido de consolidar a profissão e de fazer um caminho da profissão que cuide mais da sociedade, de uma forma geral.

Então, esse processo, esse caminhar faz com que, sim, aqueles que têm afinidade com o consultório.. Temos nos dedicado a isso com outras frentes, dentro das entidades sindicais, para pensar na relação com a saúde suplementar, com espaço de ação desses profissionais. Essa afinidade hoje tem a sua importância garantida, mas ela não se sobrepõe. Boa parte dos profissionais que hoje estão no vínculo público, eles querem se aprimorar para conhecer mais da política pública e alçar mais espaços.

Então, paralelo a isso, a gente também tem uma ação, ou seja, pensa a inserção do psicólogo numa carreira dentro do serviço público. *(Palmas.)*

Esse é um outro debate que temos feito muito fortemente, porque nos vários espaços e nas várias secretarias, os profissionais da saúde acabam relegados às suas funções fixas, estanques, sem uma possibilidade de progressão. Principalmente nas nossas carreiras, que são proeminentemente femininas, o recorte de dinheiro ainda pesa muito mais nessa possibilidade de alçar um caminho maior. *(Palmas.)*

Então, em nenhum momento a questão do consultório vai ser um senão para o avanço desse projeto, mas, sim, uma ação a mais para contribuir para que aqueles que têm necessidade de ter atendimento individual – na fono da mesma forma -, mas o avanço é na direção da construção de um País melhor, com mais políticas públicas e com esses profissionais inseridos em outras frentes, como saúde do trabalhador, na

psicologia do esporte, nos muitos campos que ainda temos a avançar, na psicologia jurídica, da qual faço parte, e construir mais e melhores caminhos.

Marcando uma questão específica, sobre a qual o Senador falava, quanto ao PL de 24 horas, ele veio para atender a uma necessidade muito específica do Rio de Janeiro. Ele foi apresentado por um Deputado do Estado, onde alguns Municípios têm essa jornada. Mas somos pela defesa da jornada máxima de 30 horas, para não prejudicar aqueles Municípios que já têm uma jornada inferior. Então, é, no máximo, de 30 horas, mas reconhecendo que as diretrizes da própria Organização Mundial de Saúde e OIT, com já foi dito aqui, preconizam que a jornada de 30 horas é suficiente para cuidar e preservar a saúde emocional, mental dos profissionais. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Acredito que a intervenção de todos os profissionais – eu também sou profissional – aqui presentes – realmente, é uma categoria feminina –, oitenta e sete profissionais. Não sabia que chegávamos a esse número. Vou até colocar aqui, porque é muito importante esse dado.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu agradeço a presença do Deputado Federal Francisco Escórcio, do PMDB do Maranhão.

Antes de encerrar, dou a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Marta, serei breve. Peço desculpas por não estar aqui antes, pois estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A qual não fui, porque estava aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faz parte.

Primeiro, gostaria de cumprimentá-la pela iniciativa da audiência pública. Sou um defensor tenaz da audiência pública, porque é quando falamos não só para o Senado e para a Câmara, mas também, pela TV Senado, para o Brasil. Muitas pessoas não têm informações acerca de um tema como esse, qual seja, da redução da jornada.

Sou suspeito para falar, porque sou autor, junto com o Senador Inácio Arruda, de um projeto que determina que todos os trabalhadores do Brasil não poderiam ter uma jornada superior a 40 horas. As centrais estão fazendo uma campanha nesse sentido. Acreditamos que, através de mobilização, poderemos conseguir que essa Proposta de Emenda à Constituição seja aprovada.

Nessa questão específica, não há dúvida, vocês estão pedindo apenas uma isonomia com outros setores que contam com a recomendação da OIT de um regime de 30 horas.

Poderíamos aqui falar rapidamente da importância da redução da jornada. Há uma série de componentes: a redução da jornada gera, sim, mais emprego – e queremos que gere, para que mais formandos cheguem como psicólogos, como fonoaudiólogos, para que tenham seu mercado de trabalho assegurado - e mais tempo para o profissional se preparar para atender bem seus clientes. Queremos psicólogos sempre atualizados.

Tenho um irmão psiquiatra e ele vai à psicóloga. Recomendo a todos que estejam lá dialogando, porque é o conhecer a nossa mente, é o saber como agir. Eu, como político, deveria estar mais seguidamente com uma psicóloga, o que só iria me fazer bem. *(Palmas.)*

A SRª CARLA MONTEIRO GIRODO – Numa fonoaudióloga também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está indo bem esta audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E aprimorar o meu conhecimento e a forma de interagir, até para convencer mais, aqui dentro, os Deputados e Senadores, da justeza das políticas sociais que nós todos defendemos.

Além do conhecimento, que é bem maior, porque não dizer para ter direito ao lazer. Ou é proibido o trabalhador ter lazer? É proibido ficar mais tempo com a família? Qual o problema estar no consultório? É proibido? *(Palmas.)*

Concluo dizendo que estou aqui com a Senadora Marta e vou acompanhá-la, com certeza, em seu parecer. Não tenho nenhuma dúvida de que o Brasil ganha e de que os empresários também ganham. Está comprovado que os profissionais, com a redução da jornada, vocês que trabalham com a mente – permitam-me dizer isso, embora não seja profissional da área -, a produtividade aumenta, a qualidade aumenta se se tem uma jornada menor, porque o *stress* é menor, a estafa é menor. Está comprovado que aumenta a qualidade e quantidade da produção, como, por exemplo, na operação de uma correia de transmissão de uma fábrica, todos ganham. Conheço um empresário de Curitiba que adota o regime de 36 horas e prova, por A mais B – já o trouxe para debater –, que lucrou muito mais depois que ele reduziu de 44 para 36. Vivam os psicólogos! Vivam os fonoaudiólogos! Que a vitória seja de vocês! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos tomar a liberdade de dar a palavra ao Deputado Federal Francisco Escórcio e ao Deputado

Molon, Caso queira também, se pronunciar, por um curto período de tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Obrigada pela presença.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB – MA) – Muito obrigado por a senhora nos ter concedido a palavra, mas não deixaríamos exatamente de falar alguma coisa a respeito. Nós somos favoráveis. É justíssimo. Inclusive a condição desses profissionais e de outros profissionais da área da saúde. É minha fala aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada pelo apoio.

Deputado Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Srª Presidente, obrigado pela gentileza. Cumprimento V. Exª pela audiência pública e pela relatoria dos projetos. Quero apenas reforçar esse caso específico do Rio de janeiro, Estado de onde eu venho, em que os psicólogos contratados pelo Estado têm jornada de 24 horas, os do Município e da capital, 32 horas e meia e os da União, 40 horas. Daí a importância de algo que unifique. E reforçar esse pleito de que essa forma dada pelo projeto do Deputado Carlos Sampaio eventualmente seja acolhida por V. Exª, se assim considerar conveniente, em que a jornada é fixada em, no máximo 30 horas, porque aí V. Exª garante a todos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por favor. Eu achei isso muito interessante como boa argumentação. Vinte e quatro é no Município ou no Estado?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – No Estado. Trinta e dois e meio é no Município e na capital; e 40, na União. Sem redução dos salários.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É uma maluquice isso, heim? Esse é o argumento principal e nós já estamos tendo confusão... Muito claro é no Estado. Se você não regulamenta, vai criar esse caos, depois, noutro Estado, depois noutro Estado, depois noutro Estado...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – E nada mais apropriado do que chamar as psicólogas para a gente enfrentar essa maluquice. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Boa, Molon!

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Quero, então, fazer esse apelo a V. Exª. Acho que a forma do projeto de lei dada pelo Deputado Carlos Sampaio, no que diz respeito aos fonoaudiólogos, é uma forma feliz, quando ele propõe a fixação da jornada de trabalho do fonoaudiólogo em no máximo 30 horas. E assim V. Exª protege aqueles que já conquistaram condições melhores, como os do Rio de janeiro, e garante esse teto de 30 horas. Cumprimento V. Exª e deixo essa sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esses números que V. Exª colocou são de fono ou de psicólogo?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT– RJ) – São de psicólogo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas os fonos também têm essa confusão?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – No Rio de Janeiro, não tenho essa informação, Srª Presidente. Posso checar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É até bom debater isso. Se no Estado tem 24 e a gente põe 30 horas, numa relatoria eu vou pôr 30 horas, sem falar do Estado. Aí, podem ter uma perda. No máximo de.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Jornada máxima. É o teto da jornada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu entendi. Foi muito bom isso. Sem prejuízo das negociações específicas. Acabou?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Acabei, Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi muito boa a contribuição. Foi muito importante porque aqui nós estamos falando para uma plateia de psicólogos, de fonoaudiólogos, mas não podemos esquecer que estamos falando para o Brasil. Nós estamos falando na Rádio Senado, na TV Senado, e muitas pessoas não têm a clareza desse problema, dessa questão que hoje enfrenta quem trabalha na área de saúde mental, numa área tão delicada. Os números são muito impactantes: 240 mil psicólogos – é muito forte; 35 mil fonoaudiólogos – é uma profissão mais recente e também ainda muito desconhecida, mas a gente sabe os problemas que as pessoas sofrem quando elas não conseguem falar, quando elas têm problemas de expressão e como o fonoaudiólogo pode prevenir problemas seriíssimos, que depois vão tornar essa criança um adulto marginalizado, quando não precisaria ser, em todas as áreas onde vocês podem atuar.

Em relação aos psicólogos – eu exerci essa profissão por muitos anos –, eu digo a vocês que ela provoca muito estresse porque, quanto melhor você for na profissão de psicólogo, mais você utiliza como instrumento de trabalho as suas emoções. Você tem que conectar com o que o outro está sentindo. E quem vai procurar o psicólogo não está sentindo uma festa. Ele está sentindo uma dor, tem um sofrimento mental, tem alguma confusão. E você, através

dessa projeção que ele faz em você, vai trabalhar exatamente essa questão com outra vivência, que é a vivência que ele está tendo a partir de todas as informações que você tem do desenvolvimento emocional dele.

Nós sabemos que a profissão de psicólogo é extremamente dura para o exercício e demora muito tempo para você até, mesmo com trinta horas, se fosse vinte ou dez, ter a capacidade de vivenciar, atender com qualidade e sair dali por uma porta e viver a sua vida. Muitas vezes as pessoas perguntam: como é que vocês aguentam isso? Só tem problema, ficam lá tanto tempo só ouvindo problema. É que faz parte da profissão adquirir essa capacidade de, quando está ali, foca no problema e está ali completamente à disposição daquele paciente, mas quando sai dali você fecha a porta e vai cuidar da sua família, da sua vida, do seu lazer, do seu aprimoramento, das outras coisas. Às vezes, tem que fazer uma supervisão, às vezes não, muitas boas para uma boa formação, quando você retorna ao problema. Mas essa é uma das capacidades mais difíceis de desenvolver, eu diria, na nossa profissão, para o bom profissional.

Por tudo isso, acredito que é realmente importante que nós tenhamos essa regulamentação de proteção. A palavra que foi mais usada aqui e com o que compartilho é a qualidade do serviço, a qualidade do trabalho que vai ser oferecido. E, nessa profissão tão estressante, tão delicada, você trabalha com essas emoções.

E o fono também. O fono não faz só exercícios. Ela trabalha com todo o psiquismo daquelas pessoas. Muitas vezes, uma gagueira não tem a ver com nada, a pessoa nasceu com, ou situações outras.

Então, eu compartilho muito de tudo o que vocês falaram aqui. Acredito que o apoio de Senadores tão expressivos como o Moka, Cyro Miranda, Paim e o próprio Presidente da Comissão vai nos dar um bom resultado.

Queria agradecer aos psicólogos que vieram do Tocantins, Roraima, Amazonas, Amapá, Paraíba, Pará, Acre, Ceará, Paraná, Sergipe, Bahia, São Paulo, Alagoas, Espírito Santo, que realmente se movimentaram. Do Rio de Janeiro só veio o Molon? Olha, eu me sinto muito feliz com isso, porque mostrou a organização da categoria, o empenho que temos e vamos ter que ter e a força que esta audiência propiciou ao projeto.

Muito obrigada pela presença de todos. *(Palmas.)*

(Interrupção da gravação.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – ...encerrada a audiência pública sobre a jornada de trabalho de psicólogos, e o PLC nº 119, que dispõe sobre a jornada de trabalho do fonoaudiólogo e altera a Lei 6.965.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia dezessete de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, João Vicente Claudino, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 23ª, 24ª e 25ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 13 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2007.** Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no parágrafo 1º do artigo 9º da Constituição Federal, e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 83, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição do PLS nº 84, de 2007. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2007**. Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no inciso VII do artigo 37º da Constituição Federal, e dá outras providências.Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Ana Amélia Resultado: Aprovado Parecer favorável ao PLS nº 83, de 2007, na forma da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo); e pela rejeição do PLS nº 84, de 2007. **ITEM 4 - TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2010.** Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que as bulas de medicamentos sejam

de fácil leitura e compreensão. Autoria: Senador Paulo Duque. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 1 - TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2010.** Dispõe sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração.Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **ITEM 3 - TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2010.** Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que dispõem, respectivamente, sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências e sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre a qualidade de segurado após quinze anos de contribuições para fins de concessão de pensão por morte. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 a 3 que apresenta.Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS. **ITEM 10 - TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2011**. Altera o art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família. Autoria: Senadora Lídice Da Mata. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS. **ITEM 6 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2010.** Acrescenta art. 71-B à nº Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o salário-maternidade das seguradas mães de prematuros extremos. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **ITEM 7 - TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2010.** Altera o art. 732 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a pena aplicada ao reclamante pelo não comparecimento à audiência. Autoria: Senador José Bezerra. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: - Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva ao Senador Paulo Paim e à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais. **ITEM 8 - TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2011.** Acrescenta o § 5º ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a vedação de alta programada durante o período de concessão do auxílio-doença. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação do Projeto.Resultado: Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2011.** Acrescenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante e dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes e dá outras providências. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 11 - TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2011.** Altera o inciso IX, do art. 10, da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e dá outras providências. Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva aos Senadores Paulo Davim e Waldemir Moka, nos termos regimentais. **ITEM 12 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2011.** Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 15 - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de averiguar denúncias veiculadas pela mídia nacional sobre terceirizações da Cruz Vermelha. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sr Alexandre Padilha, Ministro da Saúde; Sr. Rafael de Aguiar Barbosa, Secretário de Saúde do Distrito Federal; Sr. Ricardo Jorge Murad, Secretário de Saúde do Maranhão; Sr. Waldison Dias de Souza, Secretário de Saúde da Paraíba; Sr. Walmir Moreira Serra, Presidente da Cruz Vermelha Nacional. Autoria: Senador Cícero Lucena. Resultado: Aprovado. **ITEM 5 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2006.** Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 2 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2009**. Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 535, de 2009, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 16 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011-CAS**. Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano, destinada a apresentar às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores o Relatório de Atividades daquela Agência referente ao ano de 2010, e também a estrutura física e de servidores do órgão. Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Aprovado. **ITEM 14 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, DE 2008.** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável, na forma da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo). **EXTRAPAUTA ITEM 17 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CAS.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de abordar questões relacionadas à Saúde Suplementar no Brasil. Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Maurício Ceschin – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, José Luiz Gomes do Amaral - Presidente da Associação Médica Brasileira - AMB, Eudes de Freitas Aquino - Diretor Executivo da Unimed do Brasil - UNIMED, Cid Célio Jayme Carvalhaes - Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM, Denise Rodrigues Eloi de Brito - Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS, Vinícius Marques de Carvalho - Secretário de Direito Econômico, Roberto Luiz D'Avila – Presidente do Conselho Federal de Medicina - CFM. Autoria: Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado. **ITEM 18 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011-CAS.** Em aditamento ao requerimento 34/2011 CAS solicito que a audiência pública para debater ações que viabilizem o combate à doença falciforme no Brasil seja realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Autoria: Senadora Lídice da Mata e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **ITEM 19 - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CAS.** Em aditamento ao requerimento 21/2011 CAS solicito que a audiência pública para debater sobre a situação dos portadores de xeroderma pigmentoso e a necessidade de atendimento integral por meio do Sistema Único de Saúde seja realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, João Vicente Claudino, Humberto Costa, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cyro Miranda e as Senadoras Ana Amélia, Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 23ª, 24ª e 25ª reuniões da CAS. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Gostaria de fazer um breve comentário, aproveitando a presença da Senadora Ana Amélia, que participou e está participando efetivamente dessas discussões e debates sobre drogas nas audiências realizadas por esta Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e outras Drogas (Casdep), a respeito do ciclo de debates sobre o *crack*, realizado nos últimos me-

ses, que será tema da próxima publicação do *Jornal do Senado* (em discussão), tendo lançamento previsto para até o fim deste mês, ilustre Senadora.

Esta é a segunda edição da revista sobre temas discutidos na CAS. A primeira foi resultado dos debates sobre mortalidade materna, uma das metas do milênio, definida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), e que o Brasil está tendo dificuldade em cumprir.

O lançamento da revista sobre o *crack* e outras drogas será anunciado brevemente pela Presidência desta Comissão.

Aproveito a oportunidade para parabenizar os Senadores integrantes desta Subcomissão, que tem como seu Presidente o Senador Wellington Dias e Vice-Presidente a Senadora Ana Amélia. Meus cumprimentos a V. Exªs e aos demais membros desta Subcomissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Jayme Campos, é uma alegria muito grande, e eu queria agradecer V. Exª pela comunicação.

Penso que será sempre relevante, para difundir, para mostrar aos próprios colegas que não estão envolvidos nos debates desse tema – temos tantas questões em discussão no Congresso –, a respeito da importância dessa matéria para a sociedade brasileira cada dia mais. Qualquer esforço, qualquer iniciativa nossa ela terá uma validade importante. É aquela história, cada um fazendo a sua parte a gente consegue um resultado final apreciável.

Esse drama envolve famílias, envolve o jovem, especialmente o jovem, e o que a gente está descobrimento, por meio dessas audiências públicas, é que muitas iniciativa, principalmente com a participação das igrejas que comandam comunidades terapêuticas – eu mesma visitei, recentemente, no Município de Cachoeirinha, a primeira comunidade terapêutica pública, iniciativa do Prefeito de Cachoeirinha, exatamente ele, que foi dependente químico, então, tem maior validade no sentido de hoje ser uma autoridade municipal que passou pelo problema.

A nossa próxima audiência pública será com ex-dependentes que estão envolvidos agora com um trabalho no controle da dependência.

Agradeço a V. Exª pela iniciativa da Subcomissão por essa publicação que vai publicizar o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Como V. Exª disse, é um assunto muito oportuno, tendo em vista o aumento do consumo de droga no Brasil e, lamentavelmente, o Poder Público tem sido impotente para resolver essa demanda, que é cruciante. O Governo teria de fazer um enfrentamento de tal forma que tenhamos recursos e, acima de tudo, políticas públicas bem definidas.

Parece-me que hoje, no Brasil, para tratamento dessa praga – vou chamar assim, se V. Exªs permitirem –, são poucas as entidades que trabalham nesse sentido. Se não fossem as entidades privadas, sobretudo as igrejas evangélicas e às católicas... No meu Estado particularmente, têm grandes movimentos sociais que defendem e fazem o tratamento, porque, por incrível que pareça, Mato Grosso é um Estado com três milhões de habitantes, e eu não conheço, até hoje, uma única instituição pública mantida pelo governo estadual ou pelas prefeituras, de fato, fazendo o tratamento nas pessoas que fazem uso de droga.

Todavia, acho que a Subcomissão está fazendo um bom trabalho. V. Exª vem participando de forma ativa, sabendo da importância do tema em âmbito nacional. Acho que temos que dar ênfase maior e sobretudo apontar também soluções.

V. Exª, poucos dias atrás, inclusive, propôs aqui um requerimento, que foi aprovado, para que convidássemos a vir a esta Comissão o ilustre ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e hoje particularmente convido V. Exª para, se possível, mantermos contato com ele para vermos uma data possível para comparecer a esta Comissão. Acho que seria fundamental, até porque ele tem teses que temos que respeitar, mas, sobretudo, para que a sociedade possa, de forma mais efetiva, saber qual é a opinião de um Presidente da República por dois mandatos, um sociólogo.

Em síntese, acho que é importante nós termos nesta Comissão, por meio do requerimento proposto por V. Exª, a presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu também agradeço a iniciativa de V. Exª, Presidente Jayme Campos, porque esse pronunciamento do ex-Presidente não se dará apenas no âmbito da Subcomissão Casemp, mas sim no âmbito da própria Comissão de Assuntos Sociais. Eu agradeço-lhe também a decisão de ampliar esse debate para toda a Comissão, numa reunião especial.

É um tema muito polêmico. Ao longo desse tempo, temos ouvido aqui psiquiatras, especialistas da área médica, da própria comunidade terapêutica, pessoas que estão estudando essa matéria relacionada, no caso de Fernando Henrique Cardoso, à descriminalização da maconha. E, nesse particular, por isso eu penso que seja importante a presença dele, não apenas pela condição de sociólogo e ex-Presidente, mas porque hoje ele preside a comissão global que trata da questão da dependência química.

Então, eu penso que seria extremamente valioso um apelo nosso ao ex-Presidente. Ele não se ne-

gará a dar essa contribuição para trazer o debate ao Congresso Nacional, que é a Casa que vai, ao cabo, decidir as leis que regulam isso.

Eu também sou relatora aqui, Presidente, de um projeto do Senador Demóstenes Torres que trata da internação compulsória do dependente desde que o consumo da droga represente risco para a integridade física do dependente ou de pessoas que o circundem. Então, é um tema ao qual o próprio Ministro da Saúde já fez referência favorável – em casos específicos, a internação compulsória. E a presença aqui da Embaixadora da Suécia mostrou que naquele país a internação de qualquer dependente de drogas é sempre compulsória, e o tratamento é do Estado. E há uma regra para esse tratamento. Foi muito valioso também o que aprendemos aqui com a experiência que a Suécia tem em relação a esse tema.

Então, agradeço a V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu gostaria de ler uma matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* desta semana, com o título "Verba do FAT paga burocracia da pasta", lamentavelmente:

A fatia do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinada à qualificação profissional e à colocação de mão de obra no mercado passou a ser usada para custear a burocracia do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Brasília, com o pagamento de empresas fornecedoras de recepcionistas, copeiras, motoristas executivos e passagens aéreas. Uma análise dos repasses do FAT a partir de 2009, por meio dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Governo federal, revela que boa parte do dinheiro que deveria custear a qualificação do trabalhador brasileiro é desviada para outra função.

O gabinete do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, por exemplo, gastou R$ 185 mil do FAT em passagens aéreas internacionais nos meses de junho e julho do ano passado. Já os funcionários de uma única secretaria do ministério, a Nacional de Economia Solidária (Senaes), usaram R$ 722,4 mil do FAT para viajar dentro do país num só mês. O Correio consultou técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) responsáveis pela análise dos repasses do FAT para saber quais são os critérios legais para os pagamentos feitos com o dinheiro do fundo.

O TCU leva em conta o artigo 21 da Lei nº 7.998, de 1990, que instituiu o FAT: "As despesas com a implantação, administração e operação do programa seguro-desemprego e do abono salarial, exceto as de pessoal, correrão por conta do FAT". Boa parte dos repasses do fundo a empresas de terceirização é para custear agentes terceirizados do seguro-desemprego. Conforme os técnicos ouvidos pelo Correio, o TCU faz poucas auditorias para avaliar se os gastos do FAT estão dentro da lei.

A CGU, por sua vez, aponta a Lei nº 9.322, de 1996, que admite a possibilidade de uso do dinheiro do fundo para despesas administrativas. Mas o artigo 4º, citado pela CGU, faz uma ressalva: o dinheiro pode ser usado para o "reaparelhamento das Delegacias Regionais do Trabalho e com programas inseridos no âmbito de sua competência". O Orçamento da União também permite gastos com as delegacias, hoje superintendências regionais. Os gastos do MTE, com dinheiro do FAT, vão bem além dos repasses para as superintendências.

É o caso do custeio das passagens aéreas internacionais [com dinheiro do FAT]...

(...)

...como mostram os dados do Siafi. Além do serviço de compra e venda de passagens aéreas, o MTE contratou com recursos do FAT uma empresa especializada em eventos, que recebeu quase R$ 500 mil em 2009.

Acho que é um absurdo tirar dinheiro do FAT para promover eventos e comprar passagens aéreas. Eu acho que o Ministério do Trabalho jamais poderia fazer uso do dinheiro do FAT para qualquer coisa que não fosse direcionada para qualificação e treinamento de mão de obra.

E vamos passar ao Item 13, que tem como Relatora a Senadora Ana Amélia, na página 147. Item 13, página 147.

ITEM 13
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2007

Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no parágrafo 1º do artigo 9º da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 83, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição do PLS nº 84, de 2007.

Observações: - *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.*

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2007

Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no inciso VII do artigo 37º da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senadora Ana Amélia

Eu quero fazer uma observação. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir seu relatório em relação a este projeto.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Jayme Campos, Senadoras e Senadores, as proposições que estamos discutindo foram iniciativas do Senador Paulo Paim e pretendem definir os serviços ou atividades essenciais para os fins do exercício do direito de greve previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal e pretendem também impossibilitar a utilização do interdito proibitório na hipótese que menciona.

Na sessão do Plenário do Senado Federal de 22 de outubro de 2008, foi aprovado o Requerimento nº 1.210, de 2008, do Senador Marco Maciel, então Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 83, 84 e 513, todos de 2007.

Segundo comunicação da Presidência desta Casa, as matérias tramitarão em conjunto nesta Comissão e, nos termos do art. 48, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, irão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à de Assuntos Sociais – CAS. Todavia, por intermédio do Requerimento nº 606, de 2009, o autor solicitou a tramitação autônoma do Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2007, o que foi aprovado na sessão de 10 de junho de 2009, remanescendo, portanto, os PLS nº 83 e 84, ambos de 2007.

No que concerne ao mérito os Projetos de Lei do Senado nº 83 e 84 são proposições idênticas, razão pela qual nos manifestaremos unificadamente sobre elas.

O art. 1º define como serviço ou atividades essenciais, para os fins do exercício do direito de greve em questão, aqueles caracterizados como urgência médica, necessários à manutenção da vida.

O art. 2º estatui que, em caso de deflagração de greve em uma das categorias profissionais, vinculada à prestação dos serviços definidos no art. 1º, os trabalhadores ficam responsáveis pela manutenção dos serviços considerados essenciais, podendo, para tanto, organizar escalas especiais de plantão.

Já o art. 3º preceitua que o sindicato profissional ou a assembleia da categoria deverá indicar os trabalhadores que se revezarão na manutenção dos serviços essenciais, como determinado no art. 2º.

Por seu turno, o *caput* do art. 4º consigna que os trabalhadores em greve poderão eleger uma comissão para organizar o movimento, sendo vedada a dispensa de seus integrantes em razão da paralisação. Já o seu parágrafo único dispõe no sentido de que os empregadores não podem, durante a greve e em razão dela, demitir ou substituir os trabalhadores grevistas.

O art. 5º estipula que é lícita a ação de trabalhadores em atividades tendentes a obter a adesão à greve dos demais trabalhadores da categoria, desde que de forma pacífica.

De outra parte, o art. 6º prevê que a greve cessará por decisão da categoria profissional que a decretar, sendo vedada a interferência quanto ao exercício da mesma pelas autoridades públicas, inclusive judiciárias.

O art. 7º preceitua que as reivindicações dos trabalhadores grevistas poderão ser encaminhadas por negociação coletiva, admitida a mediação e o art. 8º estatui que os abusos que forem cometidos submetem os seus responsáveis às disposições da legislação penal.

O art. 9º veda a interferência das Forças Armadas em conflitos trabalhistas, em especial no caso de greve.

O art. 10 declara que os trabalhadores da iniciativa privada exercerão o direito de greve de acordo com as normas contidas na presente proposição, e o art. 11 proíbe o *lockout*.

O art. 12 expressa que será nulo todo ato que signifique repressão, coação, prejuízo ou discriminação quanto ao trabalhador por motivo de adesão ou não à greve.

De outra parte, o art. 13 diz que os serviços e atividades não mencionadas no texto legal do projeto não serão, em nenhuma hipótese, considerados como essenciais ou inadiáveis para o atendimento das necessidades da comunidade.

Por fim, o art. 14 traz a cláusula de vigência a partir da publicação da lei que se pretende aprovar.

Ao justificar suas iniciativas o autor afirma que o que se pretende é contribuir para a discussão sobre o direito de greve, sendo essa espécie de movimento um instrumento de luta legítimo dos trabalhadores, que é utilizado como recurso no processo de negociação.

Vamos à análise.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia, V. Exª tem conhecimento de que esta matéria já se encontra na Comissão e que foi distribuída a todos os Senadores?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Exª quiser, óbvio e evidente, respeitando sua opinião, pode...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ir direto ao voto?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, Sr. Presidente, ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2007, nos termos do substitutivo ora apresentado, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2007:

EMENDA Nº 1 – CAS - (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2007

"*O CONGRESSO NACIONAL decreta:*

Art. 1º São reconhecidos como serviços ou atividades essenciais, para os fins de exercício do direito de greve do servidor público, conforme previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal:

I – os serviços caracterizados como de urgência médica, necessários à manutenção da vida;

II – os serviços de distribuição de medicamentos de uso continuado pelo serviço único de saúde;

III – as atividades de necropsia, liberação de cadáver e exame de corpo de delito;

IV – as atividades policiais relacionadas à segurança pública e penitenciária e pericias;

V – os serviços de controle de tráfego aéreo.

Art. 2º Em caso de deflagração de greve os servidores que exerçam serviço ou atividade arrolada no artigo anterior ficam responsáveis pela sua manutenção, podendo, para tanto, organizar escalas especiais de plantão.

Parágrafo único. O sindicato ou a assembleia geral deverá indicar os servidores que deverão se revezar nas escalas especiais de plantão previstas no caput deste artigo.

Art. 3º Os servidores em greve poderão eleger comissão para organizar o seu movimento, sendo vedada a dispensa dos seus integrantes em razão da paralisação.

Art. 4º A Administração Pública não pode, durante a greve e em razão dela, demitir, substituir, transferir ou adotar qualquer outra medida contra o servidor em greve.

Art. 5º É lícita a ação dos servidores grevistas em atividades tendentes a obter a adesão à greve dos demais servidores, desde que a ação seja efetuada de forma pacífica.

Art. 6º A greve cessará por decisão de assembleia geral que a decretará, sendo vedada a interferência da Administração Pública.

Art. 7º As reivindicações dos servidores em greve deverão ser encaminhadas e recebidas pela Administração, sendo obrigatório o estabelecimento de negociação coletiva, admitida a mediação.

Art. 8º Os abusos cometidos submetem os responsáveis às disposições da legislação pertinente, inclusive penal.

Art. 9º Será nulo todo ato que signifique repressão, coação, prejuízo ou discriminação a servidor por motivo de adesão ou não adesão a greve.

Art. 10 Os serviços ou atividades não mencionados nesta Lei não são considerados como essenciais ou inadiáveis para os fins de atendimento das necessidades da comunidade.

Art. 11 O art. 6º da Lei nº 7.783, de 1989, passa a vigorar com acréscimo do seguinte parágrafo:

Art. 6º, § 4º Não se reconhecerá de ação de interdito proibitório, de que trata o art. 932 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, no âmbito da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal relacionadas ao exercício do direito de greve."

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Presidente, esse é o relatório, embora, como disse bem V. Exª, essa matéria não é terminativa na CAS. Ela ainda vai para a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Comissão de Justiça.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Comissão de Constituição e Justiça, mas penso que devermos votá-la, embora eu própria reconheça que há uma ou outra questão necessária de revisão, eventualmente, mas o fato é que, desde 2007, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a omissão do Congresso em não regulamentar um dispositivo constitucional de 1988.

Então, penso que está na hora de a gente fazer uma faxina também na questão legislativa, no que temos que responder à sociedade e à iniciativa do Senador Paulo Paim em relação a essa matéria, que é da maior relevância.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A matéria está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida também, quero dizer que é uma alegria ver essa votação acontecendo no dia de hoje. Aqui não é terminativo. Nós poderemos, se assim a sociedade entender, lá, na CCJ, fazer até audiência pública para debater o tema. Mas é um grande avanço.

A primeira vez que apresentei esse projeto foi há vinte anos, lá na Câmara dos Deputados. E não andou; não andou de jeito nenhum. E, para alegria nossa, hoje, com o relatório da Senadora Ana Amélia, que faz ajustes no projeto via substitutivo, pelo que percebi aqui,

rapidamente, são adaptações, já que concordo que 83 e 84, ambos de minha autoria, são muito parecidos. Ela uniu os dois projetos e fez pequenos ajustes. Só posso dizer da minha satisfação em ver essa matéria votada

Tenho, muitas vezes, incentivado, inclusive, o Supremo a decidir, porque a Casa não decide. Mas, quando peço para que o Supremo decida, é uma forma, na verdade, de pressionar nós mesmos, para que a gente decida. E essa eu sei que foi a intenção de V. Exª, que deu parecer, com rapidez, para que a gente não fique, como foi dito numa audiência pública, nesta semana ainda, esperando que o Supremo decida, quando isso é de nossa responsabilidade.

Por isso, mesmo que eu tivesse algum ajuste para fazer, eu não o faria; vamos votar e, lá, na CCJ, poderíamos fazer algum ajuste, se for necessário, mediante, se necessário, até mesmo audiência pública.

Parabéns à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs.

Em relação a essa matéria, vou suspender só a votação, diante de falta de assinaturas suficientes para o processo de votação. Entretanto, vamos prosseguir a leitura dos relatórios.

Ela não é terminativa. Todavia precisa ter número suficiente de assinaturas aqui. Daqui a pouco, entramos em processo de votação. Só aguardamos para cumprir literalmente o que o Regimento Interno da Comissão...

Vamos ao Item 4 da página 51.

ITEM 4
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2010

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que as bulas de medicamentos sejam de fácil leitura e compreensão.

Autoria: Senador Paulo Duque
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Observações: *- A matéria constou da Pauta da Reunião de 10/08/2011, sendo adiada a sua apreciação.*
- Votação Nominal.

O Senador Paulo Duque foi um grande Senador que passou por esta Casa. Eu imagino que seja fundamental, também, esse projeto dele. O Paulo Duque, realmente, deixou bastante saudade aqui, pelo espírito democrático com que ele participava das nossas comissões.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para proferir o seu relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Presidente.

Vem a exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 172, de 2010, de autoria do Senador Paulo Duque, que visa a tornar as bulas de medicamentos de mais fácil leitura e compreensão para os consumidores.

Para tanto, o projeto altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para acrescentar parágrafo ao seu art. 57, determinando que as bulas sejam redigidas em linguagem simples e impressas em letras e caracteres cujos tamanhos permitam leitura fácil.

Argumenta o autor da proposição que as bulas de medicamentos, pelo excesso de informações que contêm e pelo grau de complexidade de seu conteúdo, são de difícil compreensão por parte dos consumidores. Aponta, também, que o reduzido tamanho das letras utilizadas torna ainda mais difícil a leitura das informações nelas constantes, principalmente por parte dos pacientes idosos.

O PLS nº 172, de 2010, foi distribuído para apreciação exclusiva e em caráter terminativo da Comissão de Assuntos Sociais.

Não lhe foram oferecidas emendas.

A seguir, Sr. Presidente, eu vou fazer a leitura da análise.

A matéria em análise, por tratar de medicamentos, enquadra-se entre aquelas passíveis de apreciação pela Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A legibilidade e compreensão do conteúdo das bulas de medicamentos são condições fundamentais para o uso adequado desses produtos. No entanto, em que pese a nobre intenção do autor da proposição, devemos observar que já existe norma que regula a forma e o conteúdo das bulas de medicamentos. Trata-se da Resolução nº 47, de 08 de setembro de 2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde.

Ademais, a teor do que dispõe o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, cabe ao Poder Executivo, mediante regulamento, dispor sobre as bulas de medicamentos. Além disso, a Lei nº 9.782, de

26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, atribui à Anvisa a competência de normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde, entre os quais se incluem os medicamentos.

Da análise combinada desses dispositivos legais, resta configurada como atribuição da Anvisa a normatização sobre bulas de medicamentos.

Assim, a Resolução nº 47, de 08 de setembro de 2009, daquela agência, é de cumprimento obrigatório pelas empresas farmacêuticas.

Essa resolução prevê dois tipos de bulas:

1) voltada para o paciente, com conteúdo sumarizado, em linguagem apropriada e de fácil compreensão;

2) destinada ao profissional de saúde, com conteúdo detalhado tecnicamente.

Em qualquer dos dois casos, as bulas devem ser aprovadas pela Anvisa.

A resolução estipula, ainda, os padrões de forma a serem seguidos, com a definição do tipo e tamanho de letra, o espaçamento entre as linhas, a utilização de caixa alta e negrito para destacar as perguntas e os itens de bula, entre outros detalhamentos. Estabelece, inclusive, normas para a impressão das bulas em braile, para permitir o acesso de pessoas com deficiência visual.

Além dos aspectos de forma, o conteúdo também está regulado, para garantir o direito à informação adequada e clara sobre os medicamentos.

Assim, é obrigatória a especificação correta sobre quantidade, características e composição dos medicamentos, bem como a explicitação dos riscos que apresentam.

Essa resolução foi elaborada com base em pesquisa realizada pela Anvisa que evidenciou diversos problemas relacionados com as bulas de medicamentos que dificultavam a sua leitura e compreensão por parte dos pacientes, como: tamanho da letra (muito pequeno); excesso de informação e de termos técnicos; frases longas, complexas e confusas; entre outros.

A partir desse levantamento, a Anvisa buscou estabelecer novas regras que pudessem solucionar as dificuldades de leitura e compreensão da bula pelo paciente e que o incentivassem a ler a bula do medicamento que lhe foi prescrito. Antes de aprovada, a resolução foi submetida a consulta pública, o que possibilitou o seu aprimoramento mediante a incorporação de contribuições advindas da sociedade.

Portanto, essa matéria já está plenamente regulada, de forma mais abrangente e detalhada do que a proposta contida no presente projeto de lei, o que o torna desnecessário.

De outro lado, há que se considerar a existência de óbices regimentais à aprovação da proposição, uma vez que esta Casa Legislativa já deliberou sobre esta matéria, ao aprovar o PLS nº 24, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil*, que foi remetido para a revisão da Câmara dos Deputados, onde tramita como Projeto de Lei nº 5.504, de 2005. No momento, aguarda decisão por parte do Plenário daquela Casa.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, matéria dependente de deliberação do Senado será declarada prejudicada em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação (art. 334, inciso II) – o que é o caso da proposição sob análise.

Do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2010.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Rita.

Em discussão a matéria.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... se querem discutir a matéria enquanto aguardamos mais um Senador para votarmos em caráter terminativo os projetos que já foram lidos aqui nesta Comissão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, quero mais é fazer uma homenagem ao Senador Romeu Tuma, que já faleceu. Nós fizemos um amplo debate nesta Comissão, entre 2004 e 2005, sobre esse tema e aprovamos, por unanimidade, um texto que contempla exatamente o que aconteceu na norma de 2009 da Anvisa. Não estou criticando a Anvisa, mas é normal, no âmbito do Congresso Nacional, nas duas Casas, que projeto que esteja andando acabe, por um motivo ou outro, não sendo votado e aí alguém toma a decisão exatamente como está escrito no projeto a ser apreciado.

Quero render minhas homenagens ao Senador Romeu Tuma, que levantou esse debate e que, a partir disso, a Anvisa tomou as decisões necessárias, já consagradas em uma norma em 2009. Embora o projeto Romeu Tuma não seja votado, em 2009 essa questão já foi resolvida e, por isso, voto exatamente com a Relatora, pela declaração da prejudicialidade, uma vez que a matéria já está regulamentada pela Anvisa, mediante a Resolução nº 47, de 8 de setembro

de 2009, ou seja, cinco anos depois que o Senador Romeu Tuma aprovou tema desse teor nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação, votação da prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2010. A votação será nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora e com o Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota – voto já conhecido, mas de qualquer forma declarar uma vez mais – a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto já conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Voto com o Senador Paim, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada a matéria, a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2010, será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

Esta matéria, o Item nº 1 da pauta, página 15 – é bom que se esclareça –, já foi lida. Nós vamos ao processo de votação, tendo em vista que já foi lida. Ela também foi da relatoria da Senadora Ana Rita, e o projeto do ilustre Senador Sérgio Zambiasi.

Vamos ao processo de votação, porque temos quórum suficiente.

Em discussão a matéria. Consulto se alguém quer discuti-la. (*Pausa.*)

Se ninguém quer discutir, declaro encerrada a discussão.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como já fizemos na discussão da matéria, elogios aqui ao nobre Senador Sérgio Zambiasi. Tanto eu, como a Senadora Ana Amélia, o Senador Simon, temos o maior carinho pelo Senador Zambiasi, que resolveu não concorrer mais ao Senado, mas deixou esse belo projeto em que a Senadora Ana Rita dá o parecer favorável. Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Paulo Paim votou "Sim".

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota "Sim" também.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora e com o autor, Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o autor e com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita, voto já conhecido?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto já conhecido, Sr. Presidente, mas gostaria aqui de fazer um registro e parabenizar o Senador Sérgio Zambiasi pela iniciativa do projeto, pois é uma reivindicação antiga dos tecnólogos a regulamentação da profissão. Parabenizá-lo pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Encerrada a votação, a matéria vai ser aprovada e será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para dar ciência ao Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

Temos para votar, em caráter não terminativo, o primeiro item que foi lido pela Senadora Ana Amélia, por favor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – O 2 é terminativo e o 3 também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – São terminativos, mas nós temos quórum. Acho que o Senador Cyro Miranda ainda se encontra no recinto.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria, assim que fosse possível, de pedir inversão de pauta para o Item nº 10, uma vez que nós teremos logo mais, a Marcha das Margaridas, e nós gostaríamos de participar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não prejudicando a Marcha das Margaridas. Eu, inclusive, até cheguei um pouco atrasado aqui, porque floriu Brasília, Angela. Mas, sem prejudicar a Marcha, os itens nºs 1 e 2, Sr. Presidente, já foram lidos e são matérias terminativas. Se for lá para o 10, eu pediria que a Senadora Angela ficasse um pouquinho, porque os itens nºs 1 e 2 já foram lidos e são terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É justo o pleito da Senadora, mas, aproveitando o quórum, vamos votar mais os terminativos. Já há vários lidos aqui. Já estão lidos, é fácil para entrarmos em processo de votação aqui, até porque imagino que o quórum está assegurado diante da chegada da valorosa Senadora Vanessa. Vamos lá.

Item nº 2, que já foi lido, do Senador Paulo Paim, relatado pelo Senador Casildo Maldaner.

Alguém mais quer discutir? *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Processo de votação do item nº 2 da pauta.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero destacar que o voto é conhecido, Sr. Presidente. Quero também enaltecer o Senador Paulo Paim, o autor, que privilegia as domésticas e os domésticos junto à Caixa Econômica no registro até para o sistema de Internet. É para facilitar, simplificar essa legalização.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Voto "Sim", voto conhecido.

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o autor e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação do relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria foi aprovada e, ao mesmo tempo, o substitutivo fica prejudicado, e o projeto.

A matéria vai a turno suplementar, no art. 282, combinado com o art. 92.

Item nº 3, decisão terminativa. É o Item nº 3, página 40. Já foi lida essa matéria. É bom que os Senadores saibam que o relatório já foi feito aqui, nesta Comissão.

Vamos entrar em processo de votação.

Este projeto é de autoria do Senador Paulo Paim e, da mesma forma, a relatoria é do Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para recordar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, para refrescar a memória.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Já foi lido aqui, nesta Comissão. Nesta proposta, o eminente Paulo Paim prevê que as pessoas, após recolherem a contribuição durante 15 anos e se ocorrer uma fatalidade por uma razão ou outra... Hoje, por exemplo, não tem condições de a família receber, se vier a faltar ou coisa que o valha. Isso dá uma seguridade, quer dizer, oferece uma garantia. Depois de 15 anos de contribuição em diante, a família, já não fica o desamparo. É uma grande conquista que o Senador Paulo Paim traz também na questão social.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o Projeto de Lei nº 42, de 2010, ressalvadas as Emendas nºs 1 a 3, que são do relator.

Estamos em processo de votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como dizia o nosso inesquecível Floriceno Paixão, projeto bom é votado e não discursado. Só favorável e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – "Sim".

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o autor e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É bom que se esclareça que o voto do Senador Paulo Paim conta para quórum – a verdade é essa – como autor do projeto.

Mas o mais importante é que foi aprovado, Senador Paulo Paim.

O resultado: aprovado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

Temos outro projeto, aproveitando o quórum, se me permitem, do qual não foi lido o relatório. Imagino que, diante do pedido da Senadora Angela Portela – o Senador Paulo Paim concorda –, daremos preferência, para que ela possa naturalmente fazer o relatório e participar do grande movimento das mulheres, das margaridas.

Por favor, V. Exª tem prioridade aqui, diante da manifestação cívica e democrática que está acontecendo hoje aqui no Distrito Federal, nossa capital.

ITEM 10
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2011

Altera o art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família.

Autoria: Senadora Lídice Da Mata
Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações: - *Em 29/06/2011, a matéria foi retirada de Pauta para reexame do Relatório;*

- Em 10/08/2011, foi recebido novo Relatório da Senadora Ângela Portela;

- Votação Nominal.

V. Exª está com a palavra para proferir o seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos à leitura do relatório.

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 191, de 2011, da Senadora LÍDICE DA MATA, que *altera o art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de1991, para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família.*

O que se pretende com a presente proposição é dar nova redação ao art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

Art. 65. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, ao segurado empregado doméstico e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66.

.....

§ 2º O salário-família devido ao empregado doméstico será pago diretamente pela Previdência Social. (NR)

Na sua justificação, a eminente autora esclarece que o benefício do salário-família assegurado constitucionalmente aos trabalhadores de baixa renda, inexplicavelmente, não é devido aos empregados domésticos. Um paradoxo, pois esse instituto, voltado justamente para satisfazer às necessidades vitais dos trabalhadores, quando ampliadas em razão dos encargos familiares, não se aplica a uma categoria que, essencialmente, situa-se numa camada social que percebe os mais baixos salários.

Até o presente momento não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer em caráter terminativo sobre o presente projeto de lei.

Sob o ângulo constitucional é necessário que se façam algumas considerações importantes.

Preliminarmente, cabe registrar que o salário-família é um direito do trabalhador previsto no inciso XII do art. 7º da Constituição Federal. Este mesmo dispositivo estabelece que o salário-família seja pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.

Entretanto, o parágrafo único do art. 7º da CF não listou entre o rol de direitos atribuídos aos empregados domésticos o salário-família, mas isso não significa a exclusão automática desse direito, até porque o próprio parágrafo único assegura ao empregado doméstico a sua integração à previdência social.

A extensão de direitos aos empregados domésticos significa a busca de um tratamento o mais isonômico possível sem que sejam desconsideradas as peculiaridades desta atividade.

Portanto, assim como a Lei nº 10.208, de 2001 já assegurou, ainda que de forma opcional, o pagamento do FGTS ao trabalhador doméstico, também o salário-família pode ser enquadrado dentro desta extensão de direitos assegurados pelo legislador ordinário, superados assim eventuais óbices de natureza constitucional.

Mais recentemente, a Medida Provisória nº 529, de 7 de abril de 2011, alterou a Lei nº 8.212, de 1991, para reduzir para 5% a contribuição social devida pelo microempreendedor individual, sem qualquer contrapartida, exceto o acesso a aposentadoria por tempo de contribuição.

Além disso, a Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, substituiu a contribuição previdenciária de determinado grupo de empresas por uma alíquota de 1,5% sobre o valor da receita bruta.

Tais medidas fiscais indicam que se pode contemplar determinado grupo de segurados ou de contribuintes sem que haja a necessidade de se elevar alíquotas. No caso dos trabalhadores domésticos, o que se pretende é dar tratamento isonômico a esta categoria profissional até hoje discriminada com a supressão de direitos já assegurados aos demais trabalhadores.

No mérito, registre-se, por oportuno, conforme justificativa da própria autora, que os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) 2009 do IBGE, informam que são 1.995.000 (27,62%) empregos domésticos com Carteira de Trabalho assinada, para um total de 7.223.000, ou seja, uma informalidade de 4.969.000, correspondente a 68,79% da categoria, pois a diferença de 259.000 é composta por Diaristas, que são contribuintes individuais da Previdência Social sem vínculo empregatício.

Destaque-se, ainda, que 93% (noventa e três por cento) desses postos são ocupados por mulheres. Se-

gundo estimativas do Instituto Doméstica Legal, numa primeira etapa, 2.095.000 empregados domésticos deverão permanecer ainda na informalidade, por perceberem até meio salário mínimo por mês. Porém, os outros 3.005.000 empregados poderiam se posicionar formalmente no mercado de trabalho e não fazem porque, em detrimento ao regular registro laboral, os empregados domésticos preferem a informalidade, visando auferir uma melhor renda por meio dos recursos do Bolsa Família.

Assim, imagina-se que pagamento do salário-família para os empregados domésticos terá impacto na formalidade desta mão-de-obra, pois passarão a receber aquele benefício, compensando a perda do Bolsa Família.

Por outro lado, importante registrar que, a Portaria MF/MPS nº 568, de 31 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e revoga a Portaria Interministerial nº 333, de 29 de junho de 2010 estabelece, para o pagamento do salário-família, os seguintes critérios:

Art. 4º O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade, ou inválido de qualquer idade, a partir de 1º de janeiro de 2011, é de:

I - R$ 29,41 (vinte e nove reais e quarenta e um centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R$ 573,58 (quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos);

II - R$ 20,73 (vinte reais e setenta e três centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 573,58 (quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos) e igual ou inferior a R$ 862,11 (oitocentos e sessenta e dois reais e onze centavos).

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total do respectivo salário-de-contribuição, ainda que resultante da soma dos salários de contribuição correspondentes a atividades simultâneas.

§ 2º O direito à cota do salário-família é definido em razão da remuneração que seria devida ao empregado no mês, independentemente do número de dias efetivamente trabalhados.

§ 3º Todas as importâncias que integram o salário de contribuição serão consideradas como parte integrante previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição, para efeito de definição do direito à cota do salário-família.

§ 4º A cota do salário-família é devida proporcionalmente aos dias trabalhados nos meses de admissão e demissão do empregado.

A referida portaria leva em consideração, para fixação dos valores do benefício do salário-família, o disposto no art. 201, inciso IV, que assim dispõe:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

(...)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda."

A redação vigente do inciso IV do art. 201 da Constituição é a aprovada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que restringiu o pagamento do salário aos trabalhadores de baixa renda.

Ora, as mulheres que compõem a maioria da categoria profissional dos empregados domésticos podem ser consideradas integrantes desta faixa de renda, pois poucos são os salários que ultrapassam o valor de R$862,11 (oitocentos e sessenta e dois reais e onze centavos).

No que se refere ao custeio do benefício, ele se financia pelas próprias contribuições ordinárias de empregado e empregador doméstico, uma vez que o empregado doméstico é segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, não se justificando, por nenhum argumento factível, qualquer impedimento para acesso ao benefício do salário-família.

Os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 1991, assim dispõe sobre as contribuições devidas por empregado e empregador doméstico:

"**Art. 20.** A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário de contribuição mensal, de forma não cumulativa, observado o disposto no art. 28, de acordo com a seguinte tabela":

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Angela Portela, por favor, eu consulto V. Exª se é possível ir à fase do voto pois temos quórum para votarmos também esta matéria, até porque todos os Senadores já tomaram conhecimento.

Eu solicitaria à V. Exª.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Está certo. Eu vou agilizar. Eu achei importante ler todo dada a importância do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Importante é, mas imagino que todos já tomaram conhecimento, pois o relatório foi distribuído há mais de três dias. Se pudesse, para facilitar, e nós prestigiaríamos a senhora com esse trabalho e votaríamos a matéria em caráter terminativo aqui, já, nesta Comissão, aproveitando o quórum.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vamos ao voto, então, Sr. Presidente, atendendo o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA nº 01 – CAS

Dá-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º. O art. 65 da Lei nº 8.213, de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, ao segurado empregado doméstico e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66, na forma do regulamento".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço, Senadora Angela Portela.

Em discussão o projeto lido pela Senadora Angela Portela, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2011, ressalvada a Emenda nº 1 da Relatora.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Senadora Lídice de Mata e a Relatora, Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota a Senadora Angela Portela? Voto já conhecido.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota...

Estou registrando que, em termos de voto, naturalmente a presença da Senadora Lídice da Mata conta para efeito de quórum. É bom que seja ressalvado.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acompanho a Relatora, Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Parabenizando a autora, Lídice da Mata, e acompanhando a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a autora e a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação e parabenizando a autora e a Relatora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora autora, mas é bom que se registre, Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Agradecendo o apoio recebido, Sr. Presidente, favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns a V. Exª pelo belo projeto, que tive a oportunidade de ler aqui hoje, de manhã. Fiquei muito feliz porque acho que são projetos como este que certamente engrandecem a procuração que o povo baiano deu a V. Exª para bem representá-lo aqui, no Senado Federal.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Agradeço a toda a Comissão, porque, após a centésima Conferência da Organização Internacional do Trabalho, que teve como uma das representantes desta Casa a Senadora Vanessa Grazziotin, impõe-se, no Brasil, a modificação da lei trabalhista para acolher os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos.

Portanto, eu fico muito feliz que a gente comece a dar esse passo aqui hoje, com o apoio de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto as Srªs e Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1, oferecida pela Relatora.

V. Exªs concordam? (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, será comunicada a decisão da Comissão à Presidência do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário Oficial do Senado Federal*.

ITEM 6
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2010

Acrescenta art. 71-B à nº Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o salário-maternidade das seguradas mães de prematuros extremos.

Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observação: - *Votação Nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou comentar o relatório, que está publicado.

A nobre Senadora Marisa Serrano, do PSDB, é uma especialista nessa área e apresentou um belo projeto, que vai na mesma linha de outros que nós aprovamos hoje, porque na verdade assegura o direito também às empregadas domésticas.

Só por esse motivo, o parecer teria de ser favorável. E V. Exª já leu aí o que ele determina: "para dispor sobre o salário-maternidade das seguradas mães de prematuros extremos", inclusive, ela enfatiza, as empregadas domésticas, que não têm hoje esse direito.

Só por isso o meu voto já seria favorável, como é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro.

Vamos entrar no processo de votação.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2010.

Procedemos a votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a autora, Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, parabenizando minha amiga, grande Senadora do Mato Grosso do Sul e hoje Conselheira do Tribunal de Contas do nosso Estado, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Associo-me a V. Exª, diante da sua fala em relação à pessoa dessa magnífica e extraordinária mulher brasileira que é a Senadora Marisa Serrano, que deixou saudade aqui, no Senado Federal.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Endossando todas as referências da Senadora Marisa Serrano e também apoiando o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Da mesma forma, Sr. Presidente, com o mesmo sentimento de saudade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

Como vota o Senador João Vicente?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Como o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 7
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2010

Altera o art. 732 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a pena

aplicada ao reclamante pelo não comparecimento à audiência.

Autoria: Senador José Bezerra

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: - Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observação: - *Votação Nominal.*

Concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena para proferir o seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como já foi distribuído o relatório, inclusive em outra reunião, vou diretamente ao voto, que é pela aprovação, Sr. Presidente, também com a emenda que consta do relatório.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, confesso que fiquei inseguro com o projeto, porque, parece-me, uma vez que o reclamante não apresentar nova reclamação...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Para esclarecimento, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Me ajuda aí...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Ele perde após duas audiências em que ele não comparecer. Então, ele tem a chance de ter duas audiências devidamente marcadas, devidamente citadas. Se após isso ele não comparecer, acho que é uma contribuição que o autor está dando no sentido de agilizar a Justiça, algo que todos nós sentimos o quanto é necessário.

Por isso o meu voto é favorável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me, para desencargo de consciência.

Orientação de voto por parte do Ministério da Justiça.

O objetivo da matéria é dispor que, no caso de arquivamento da reclamação trabalhista por responsabilidade do reclamante, será aplicável ao disposto no art. 268 do Código de Processo Civil. A matéria busca, nomeadamente, impedir que o autor da reclamação trabalhista proponha indefinidamente novas reclamações – o que em lógica –, se deu ensejo a seu arquivamento por três vezes.

Que se arquive, para ele não ficar eternamente reclamando.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Voto perfeito do Senador Cícero Lucena.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exato.

Posição do Ministério da Justiça: contrário, tendo em vista o princípio da proteção social do trabalhador como o de sua hiposuficiência. Ademais, as verbas reclamadas são de origem salarial, não podendo o trabalhador abrir mão delas assim, como também não disporá de meios de antecipar pagamentos de custas e honorários, como prevê projeto.

Sr. Presidente, como estou totalmente inseguro, se o Senador Cícero Lucena concordar, peço vista coletiva, para que a matéria volte na próxima quarta-feira, porque, talvez, a gente faça algum ajuste no projeto, mas com a convicção de que na quarta-feira votaremos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É regimental. V. Exª pede vista coletiva.

Consulto o Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por uma questão de insegurança. Estou entendendo o mérito do projeto e a vontade do relator.

Senador Cícero Lucena, se V. Exª concordar? Concordo com o pedido de vista coletiva, para que a matéria volte na próxima quarta-feira, e que possamos fazer, talvez, algum ajuste, se for necessário.

Obrigado, Senador, pela compreensão de V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, ratifico as palavras do Senador Paim. Também me encontro nessa mesma situação. Acho que poderíamos, aqui, aprovar a vista coletiva sem prejuízo de que possamos retomar a discussão na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nos termos do art. 132, concedo vista a pedido do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Rita. Vista coletiva.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, para um esclarecimento, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Paulo Paim, ele tem apresentação da ação; após faltar à essa audiência, ele teria direito a mais duas. Ou seja, na verdade, seriam três oportunidades que ele está tendo. Só para que, na reflexão de vocês, fique...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza votaremos a favor na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Aproveitando o quórum, vamos ao item 8, pág 84:

ITEM 8

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2011

Acrescenta o § 5º ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe

sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a vedação de alta programada durante o período de concessão do auxílio-doença.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observação: - *Votação Nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, para proferir o seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Da mesma forma como foi distribuído, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação do projeto da Senadora Ana Amélia, sem emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para eu não votar no escuro. Eu não sei nem qual é o projeto, porque eu estava aqui ainda analisando...

Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª pode ter certeza de que o projeto é ótimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, eu não tenho nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sobretudo vindo da Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E ela sabe disso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu tenho certeza de que é ótimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Qual é a página, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Página 84, item 8 da pauta.

O projeto é ótimo, não é, Casildo?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Senador Paulo Paim estava no escuro com a Ana Amélia e se perdeu.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – São conterrâneos. Eu tenho certeza de que ele confia plenamente no projeto da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até porque, Presidente, eu quero dizer que o Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não posso ser contra de jeito nenhum!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...tem um projeto semelhante. Eu acho que houve até uma falta de atenção da Consultoria Jurídica, que deveria ter alertado sobre a identidade de projetos da mesma natureza. De qualquer maneira, eu acho que é melhor fazer pelo excesso do que pela escassez, não é, Senador Paim?

É sobre a alta programada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu resumo, eu já me situei. E como é que vou ser contra se eu tenho um projeto exatamente igual, que nós aprovamos aqui, e a Senadora votou a favor. De minha parte, não há problema nenhum. Que se vote. É mais um reforço para que a Câmara vote com rapidez. Sou totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 134.

Vamos ao processo de votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora e com o autor. Ou melhor, com a autora e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu posso votar depois, Sr. Presidente? Tenho dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em dúvida. Então vamos aguardar V. Exª dirimir essas dúvidas.

Vai abster-se de votar ou vai aguardar? Vamos deixar V. Exª por último.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? S. Exª está tomando conhecimento da matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto a favor do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, voto parabenizando a autora, Senadora Ana Amélia, grande representante do Rio Grande do Sul, e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ainda mais agora que está tudo às claras, não

é? Cumprimentando a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Paim, os dois gaúchos, voto favoravelmente, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia, autora do projeto? Só falta votar contra agora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto favoravelmente ao meu e ao do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só conta para quórum, é bom que se esclareça.

Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a autora e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator e a autora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Volto a indagar ao valoroso e grande Senador Humberto Costa como vota S. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto com o relator – "Sim".

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para ilustrar, inclusive eu acho que é bom fazer essa votação, porque o próprio Ministério já está tentando construir uma alternativa negociada lá na Câmara. Esses dois projetos, chegando lá, serão fundidos. E deve voltar para cá um projeto mediante entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Aprovada a matéria.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do ***Senado Federal.***

ITEM 9
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2011

Acrescenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante e dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes e dá outras providências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: - *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;*

- Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino para proferir seu relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 137, de 2011, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, trata da permissão do uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para o pagamento de matrículas e mensalidades em instituições de nível superior e técnico profissionalizante, bem como de dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes.

O autor argumenta da carência de educação da população brasileira, especialmente a de renda limitada, cuja maioria não tem condições de acesso às universidades públicas, recorrendo, assim, a instituições privadas, com altas mensalidades. Tendo em vista esse panorama, a proposição insere dispositivo para que trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos possam recorrer ao FGTS para o pagamento de matrículas e mensalidades escolares em instituições de ensino superior e ensino técnico profissionalizante, credenciadas pelo MEC.

A outra medida é justificada no sentido de livrar o trabalhador de restrições ao crédito em função de dívidas de natureza civil, comercial, fiscal ou previdenciária. O FGTS, segundo objetiva a proposta, poderia ser utilizado para tirar da inadimplência os trabalhadores mais carentes, livrando-os do ciclo interminável do endividamento. O autor do projeto também argumenta que tal medida poderia mitigar a prática comum de "acordos" firmados entre empregador e empregado, que simulam uma demissão sem justa causa, para que o trabalhador possa sacar o seu saldo no FGTS. Essa forma de saque aconteceria em forma de transferência direta ao credor do trabalhador, impedindo qualquer desvirtuamento da retirada dos recursos.

II – Análise

As propostas que permitem que o titular da conta vinculada do FGTS possa movimentá-la para fins

diversos daqueles já autorizados em lei são compreensíveis, uma vez que o saldo da conta vinculada é, de qualquer forma, salário diferido.

Nesse sentido, a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para pagamento de encargos educacionais constitui medida salutar, pois permite ampliar as oportunidades de acesso ao ensino do trabalhador e de seus dependentes, com os consequentes efeitos favoráveis, tão evidenciados por diversos indicadores, sobre a promoção social dos indivíduos e a produtividade do trabalho.

Não obstante, deliberações sobre essa matéria já foram realizadas pelo Senado Federal. Em primeiro lugar, a opção do uso do FGTS para pagamento de encargos educacionais do trabalhador e respectivos dependentes foi objeto do PLS nº 287, de 2003, do ex-Senador Eduardo Azeredo. Tal projeto foi aprovado por esta Casa e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados (PL nº 3.961, de 2004).

O Senado aprovou este projeto que visa a utilização do FGTS para pagamento de parcelas de anuidade escolar de curso superior do trabalhador ou de seus filhos dependentes de até 24 anos de idade, estipulando limites para saque de 70% do valor de cada parcela da anuidade e 30% do saldo da conta vinculada.

Percebe-se, pois, que a referida proposição consegue conciliar a necessidade de financiar pelo menos parte do custeio da universidade do trabalhador ou de seus dependentes com a necessária preservação do patrimônio acumulado em sua conta vinculada.

Além disso, também foi aprovado o PLC 18, de 2002, na forma de um substitutivo que permitiu a movimentação da conta vinculada para pagamento das prestações e do saldo devedor do Crédito Educativo e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Desse modo, tendo em vista o Senado Federal já ter deliberado a forma de utilização do FGTS para pagamentos de encargos educacionais (inclusive Fies e Crédito Educativo), resta claro que o PLS nº 137, de 2011, neste particular, apresenta-se prejudicado.

Não obstante, os referidos projetos de lei não tratam de matrículas e mensalidades em instituições de ensino técnico. Dessa forma, entendo que se pode adaptar o projeto para que atenda a essa faixa de ensino, nos moldes semelhantes aos já aprovados no Senado.

No que concerne ao pagamento de dívidas, julgamos que a proposição é meritória, mas necessita, do nosso ponto de vista, de alguns ajustes para que não sirva, ao contrário do que propõe, de estímulo ao uso exagerado de crédito para o consumo pelo trabalhador, sabendo que terá uma compensação pela sua conta do FGTS de ano em ano.

Ademais, a proposta contém dispositivo que apresenta uma "trava" muitas vezes inexequível, pois veda o uso do FGTS para outro motivo enquanto as dívidas não forem quitadas. Ora, sabemos que muitas dessas dívidas superam o saldo da conta vinculada, obrigando a que o trabalhador continue usando seus recursos para continuar pagando essas dívidas. Em nossa opinião, isso desvirtuaria completamente o instituto do FGTS.

Faz parte da tradição com relação às decisões tomadas no Senado Federal que a formulação e, principalmente, a análise de qualquer projeto de lei deve levar em consideração o panorama geral explicitado, o que implica assumir uma atitude cautelosa que evite ampliação não fundamental das hipóteses de saques das contas vinculadas junto ao FGTS. Ou seja, há que se priorizarem as hipóteses inseridas no âmbito dos objetivos primordiais do Fundo de Garantia e aquelas efetivamente fundamentais para o trabalhador e sua família, não perdendo de vista, ao mesmo tempo, a necessária preservação dos patrimônios individuais e do patrimônio do fundo como um todo.

Desse modo, propomos que o prazo para cada utilização do FGTS para pagamento dessas dívidas seja de pelo menos 60 meses, preservando, ainda, a possibilidade de saque, durante este interregno, para outros motivos urgentes estabelecidos na lei.

Sr. Presidente, apresentamos um substitutivo, que acompanha o relatório.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 137, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e está em discussão a matéria.

Antes de mais nada, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, sem nenhum demérito ao autor e muito menos ao relator, gostaria de pedir a V. Exª que me concedesse vista a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nos termos do art. 132, concedemos pedido de vista ao ilustre Senador Humberto Costa. V. Exª poderia fazer de forma coletiva. V. Exª concorda? *(Pausa.)* Concedido pedido de vista ao Senador Humberto Costa.

Senador Cícero Lucena, V. Exª tem mais um.

Eu vou votar, primeiro, o requerimento de V. Exª aqui.

Item não terminativo.

Mas acho que se faz necessário para fazer encaminhamento da matéria.

Vamos votar outro aqui.

ITEM 11
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2011

Altera o inciso IX, do art. 10, da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e dá outras providências.

Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: - *Votação Nominal.*

A votação será nominal, dependendo do quórum que tivermos no momento.

Concedo a palavra ao ilustre Senador João Vicente Claudino para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão de caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda.

O projeto modifica o inciso IX do art. 10 da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, que, por seu turno, dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo, para estabelecer os valores máximos e critérios de reajustamento das anuidades a serem pagas pelos jurisdicionados – pessoas físicas e jurídicas que estejam vinculados ao Conselho Federal e Regionais de Fonoaudiologia.

A proposição fixa o valor máximo em R$ 350,00 e determina que o Conselho Federal de Fonoaudiologia poderá, se julgar conveniente, efetuar seu reajustamento, no limite dos percentuais inflacionários oficiais apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Determina, ainda, que o Conselho Federal deverá oferecer desconto para o pagamento antecipado da anuidade e que os Conselhos Federal e Regionais deverão apresentar prestação de contas anual a seus inscritos.

Na análise, os conselhos profissionais, como se sabe, atuam na fiscalização do exercício profissional de profissões regulamentadas e na manutenção das prerrogativas profissionais. Nesse sentido, constituem-se em órgãos delegados do Poder Público.

Uma das atribuições derivadas dos órgãos de classe é a de efetuar o recolhimento das contribuições monetárias dos profissionais e empresas membros da categoria, a fim de obter fundos para seu próprio custeio.

No entanto, referidas contribuições, muitas vezes, foram fixadas em valores referidos na moeda em vigor na época de sua edição, sem previsão de atualização de seu valor real em face da inflação. Em vários casos, o valor atual – após os diversos ciclos de inflação aguda e de troca de moeda que tivemos – possui caráter irrisório, insuficiente para a manutenção dos órgãos de classe.

A Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, tentou dar uma solução a esse problema atribuindo simultaneamente a todos os órgãos de classe a capacidade para determinar o valor de suas anuidades. Ocorre que a jurisprudência brasileira tem rejeitado a aplicabilidade desta Lei, por entender que, dado o caráter delegado da atuação desses órgãos, as contribuições a eles devidas possuem caráter parafiscal e, portanto, somente poderiam ser fixadas por lei, sendo indelegável a competência para estabelecê-las ou modificá-las.

O presente Projeto tem por escopo definir o valor da anuidade para as entidades componentes do sistema do Conselho Federal de Fonoaudiologia, fixando seu valor atual e definindo os critérios para sua atualização.

Destarte, adequada sua aprovação, dado que confere aos órgãos desse sistema não apenas os recursos condizentes para sua operação como estabelece critério justo de atualização.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador João Vicente Claudino.

A matéria está em discussão.

Em seguida, entraremos no processo de votação, aguardando se tivermos ainda quórum para votar esta matéria, por ser a mesma de decisão terminativa.

Não há impedimento regimental para discutirmos esta matéria, aguardando o quórum para votação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, confesso que tenho dúvidas sobre o projeto. Mas, é muito simples. Acho que a gente precisava conhecer mais detalhadamente a ação especificamente desse conselho. Tenho medo de a gente engessar o conselho e aí, eu que já fui membro do Conselho de Medicina, do Sindicato, de associação médica, sei do árduo trabalho que essas instituições desenvolvem. É duro implantar diretrizes, fiscalizar ações ou atividades profissionais. Portanto, tenho receio de que se estabeleça um valor que não seja o suficiente para dar a dimensão nacional das ações do conselho.

O Brasil é muito grande e tem as particularidades regionais, a implementação de diretrizes, a fisca-

lização profissional por este Brasil afora, e quando a gente pensa no Brasil nas ações dos conselhos é levado a pensar que as ações se restringem às capitais dos Estados. E, não, os conselhos atuam no interior do Brasil. No mais longínquo rincão do Brasil existe um profissional da área e, portanto, passível de fiscalização, de orientação, da ação efetiva do conselho.

Portanto, Sr. Presidente, eu pediria vênia ao nobre, ilustre e amigo, Senador João Vicente, relator da matéria, e também a V. Exª para pedir vista desta matéria, para que possa estudar e até fazer uma consulta aos profissionais da área de fonoaudiologia, no sentido de saber se o conselho é contemplado, se não haverá prejuízo das ações. Porque – prestem bem atenção – há um processo de multiplicação dos profissionais da área de saúde. Em toda faculdade, hoje em dia, já existem vários cursos da área de saúde. Acho que, na hora em que você multiplica essas escolas de formação, aumenta a responsabilidade dos conselhos por fiscalizá-los, fiscalizar esses profissionais, porque essa multiplicidade de escolas que formam profissionais da área da saúde vai exigir uma ação muito mais laboriosa dos Conselhos para promover a fiscalização devida, para estabelecer diretrizes, para regulamentar essas atividades Brasil afora.

Portanto, Sr. Presidente, não se trata de matéria tão simples assim. Precisamos enxergar isso com um olhar bem ao longe, bem mais distante do que o horizonte visível. Temos de ver que, com o que for aprovado nessa matéria, a gente poderá comprometer ações do Conselho lá na frente.

Por isso, com base nesses argumentos, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Já havia pedido a palavra o ilustre Senador...

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de falar antes do Senador Moka, para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – O projeto de autoria do Senador Inácio Arruda foi de iniciativa do próprio Conselho Federal de Fonoaudiologia. Para fazer o relatório, conversamos também com o Conselho. Era uma situação específica que tinha de ser regulamentada, para que se desse resolutividade a um impasse dentro do Conselho. Então, o Conselho mesmo foi um dos consultores tanto da autoria do projeto, como da relatoria. E esse foi o relatório que aqui apresentamos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Seguindo a ordem, concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka, para fazer suas observações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O que é estranho – acho que o Relator deve concordar comigo – é que não vejo aqui uma lei para fixar anuidade de conselho. É uma coisa que chama a atenção. Na verdade, isso é da economia interna desses órgãos, a não ser, Senador Claudino – e aí, no pedido de vista, vamos ter de analisar isso –, como V. Exª já disse, que haja alguma dificuldade, já que os profissionais estão pedindo isso. Isso não é comum. Imagine passar por aqui uma lei que fixa a anuidade da Ordem dos Advogados, do Conselho Federal de Medicina ou do Crea! Não é diferente! São conselhos regionais, ou um conselho federal, no caso. Então, com o pedido de vista do Senador Paulo Davim, vamos, juntos, ter a oportunidade de analisar isso. Evidentemente, a minha tendência é tão somente a de votar com o Relator. Não há quórum. Vamos aproveitar o espaço. Chamou-me a atenção essa questão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tem a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu queria só parabenizar o Senador Moka pelo enfoque dado. É exatamente isso, Senador João Vicente. É estranho, é um fato inédito um conselho pedir para se estabelecer anuidade por meio do instrumento de lei aprovada pelo Senado.

Quanto à questão da discussão, quando eu disse que fiz a ressalva antes, eu queria dizer que já participei de conselho, de sindicato, e não existe essa unanimidade que a gente, que está fora, imagina, Senador João Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Existem várias correntes, e, de repente, a gente pode cometer alguns equívocos. Por isso, pedi vista da matéria. Agradeço ao nobre Senador Moka a adição de argumentos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs, Senador Paulo Davim e Waldemir Moka.

Nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado, está concedida vista da matéria. Penso que, na próxima semana, a matéria poderá ser votada.

Vamos passar à apreciação do Item 12 da pauta, que trata de decisão não terminativa. Comunico a V. Exªs que já foi lido o relatório referente a essa matéria.

O Relator da matéria é o Senador João Vicente Claudino. Quero colocar em votação a matéria.

Senador Paim, V. Exª tinha pedido vista da matéria. Consulto V. Exª se está satisfeito. (*Pausa.*)

Então, coloco em votação a matéria.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Tem uma outra matéria aqui, não terminativa, de autoria do Senador Paulo Paim e a relatoria da Senadora Ana Amélia.

Essa matéria já teve o relatório lido e vamos colocar em votação.

ITEM 13
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2007

Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no parágrafo 1º do artigo 9º da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 83, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição do PLS nº 84, de 2007.

Observações: - *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.*

As Srªs e o Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 15
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº ,DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de averiguar denúncias veiculadas pela mídia nacional sobre terceirizações da Cruz Vermelha. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sr Alexandre Padilha,Ministro da Saúde; Sr. Rafael de Aguiar Barbosa, Secretário de Saúde do Distrito Federal; Sr.Ricardo Jorge Murad, Secretário de Saúde do Maranhão; Sr. Waldison Dias de Souza, Secretário de Saúde da Paraíba; Sr. Walmir Moreira Serra, Presidente da Cruz Vermelha Nacional.

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para encaminhar o seu requerimento.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, na verdade, nós estamos tendo em todo o País uma tendência de terceirização da gestão dos serviços de saúde. Mas, no caso específico da Paraíba, o Governo do Estado, em quatro ou cinco meses, não conseguiu gerir o Hospital do Trauma, o mais importante da cidade e, de repente, contratou médicos que, inclusive, tinham problemas no Rio de Janeiro para dar plantão nos fins de semana em João Pessoa – isso por ter sido reduzido o valor do plantão no Hospital do Trauma na cidade de João Pessoa.

Por fim, contratou, então, a Cruz Vermelha. E a opinião pública do Estado achou que era a Cruz Vermelha Internacional. Nós sabemos que o Rio Grande do Sul é uma terra fértil em pessoas capazes de gerir, pessoas sérias, responsáveis, mas, de repente, é a Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul. Tivemos notícia de que aqui em Brasília, pela justiça, o Governo também tentou contratar uma cruz vermelha e a justiça não permitiu. No Maranhão a cruz vermelha acabou com os hospitais de lá e aí eu não acho justo que uma entidade internacional, como a Cruz Vermelha, ver, de repente, não sei quantas entidades usando seu nome.

E qual é a orientação do Ministério da Saúde nisso?

Então, o nosso requerimento de audiência pública é para que fique esclarecimento à opinião pública de um modo geral e para nós, Senadores, o que está ocorrendo nessas contratações. Quero deixar bem claro que não sou contra a possibilidade de uma gestão através de OCIP, ou através de outras entidades, mas nós queremos esclarecer por que usam esse nome, manipulando o nome da Cruz Vermelha. Eu sei que lá é caso de guerra, está em estado de guerra a saúde, mas não esse o papel da Cruz Vermelha.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento do Senador Cícero Lucena.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é claro que vou votar favorável ao requerimento, mas como S. Exª citou o caso da Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul, eu fiquei com uma dúvida. Houve algum tipo de conduta inadequada, Senador? É isso?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não. Nós entramos em contato – e até V. Exª pode

esclarecer – e parece que só no Rio Grande do Sul tem cinco Cruz Vermelha, de Município. Então, nós queremos conhecer essas entidades e saber verdadeiramente qual é o papel. Se não, imaginem se passarmos a ter 5.561 Cruz Vermelha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento do Senador Cícero Lucena.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Temos o item 5, página 59, cujo Relator é o Senador João Vicente Claudino. V. Exª, me parece, gostaria de fazer alguma observação, até porque a Mesa havia sido comunicada que V. Exª ia pedir para retirar o item para reexame.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Eu queria pedir para ser retirado de pauta, justamente para reexame. É um projeto do Senador Valdir Raupp, que trata da imprescritibilidade do abono salarial. Como estamos recebendo mais dados do Ministério do Trabalho, eu queria avaliar esses dados para, se for preciso, alterar o relatório, ampliar ou modificar alguma coisa. Depois o devolveremos à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Nos termos do art. 132, retiramos de pauta, para exame do Relator.

ITEM 16
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº ,DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano, destinada a apresentar às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores o Relatório de Atividades daquela Agência referente ao ano de 2010.

Autoria: Senador Humberto Costa

Concedo a palavra a V. Exª para encaminhar o requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, na verdade, o nosso objetivo é não somente dar oportunidade a que a Anvisa, na pessoa do seu presidente, possa aqui fazer um relato das atividades da Agência, mas também termos a oportunidade de fazermos cobranças importantes, até porque há um conjunto de críticas que são feitas aos processos na Anvisa, à lentidão etc.. Muitas dessas coisas melhoraram bastante nessa gestão do Dirceu Barbano, mas certamente os Senadores gostariam de poder interpelá-lo aqui quanto às medidas que estão sendo tomadas no sentido de melhorar esses procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e cumprimento pelo mérito do seu requerimento, na medida em que vamos trazer uma autoridade para prestar alguns esclarecimentos com relação à sua pasta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de participar de outra audiência pública em que se discutia essa questão de agrotóxico, para a qual veio um representante da Anvisa, um dos diretores. O que me chamou atenção, Sr. Presidente, e aí se o Senador Humberto concordar, é que a estrutura da Anvisa, em termos de servidores, parece-me que não chegava a 50. Imagine a situação desses servidores e a quantidade de processos!

Eu só acrescentaria que, ao vir, não sei se é possível, se incluísse na discussão a estrutura funcional, o quadro de servidores. Como é que eles fazem? A Anvisa delega muito, faz muito convênio. Então não sei se ainda há tempo de fazer esse adendo, Senador Humberto, mas essa é uma situação que a gente poderia aproveitar a vinda e discutir, porque é uma situação... Isso foi colocado aqui como uma das dificuldades da Anvisa. É aquela questão de, por exemplo, você protocola um agrotóxico, um agroquímico, um defensivo e leva três anos para que aquilo seja analisado. Eles alegam que isso é por falta de estrutura humana, de gente, de pessoal mesmo.

Não sei se V. Exª concorda, mas poderíamos colocar isso como um dos itens a serem debatidos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Concordo, acato a sugestão e peço que seja incorporada ao meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento do Senador Humberto Costa.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos um requerimento do Senador Paulo Davim.

ITEM EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Com fundamento no dispositivo do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com

o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de abordar questão relacionada à saúde suplementar no Brasil. Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Maurício Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); Eudes de Freitas Aquino, Diretor-Executivo da Unimed do Brasil (Unimed); Márcio Serôa de Araújo Coriolano, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde); Otávio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho (PGT); Cid Célio Jayme Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional de Médicos (Fenam); Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas); Vinícius Marques de Carvalho, Secretário de Direito Econômico; Roberto Luiz d'Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Autoria: Senador Paulo Davim.

Faço apenas uma indagação, antes de colocar a matéria em votação, Senador Davim. Pelo número de autoridades que V. Exª colocou no seu requerimento – não contei ainda, não sei o número exato, mas é importante a audiência que V. Exª propõe –, poderemos, se for o caso, realizar duas audiências. Parece-me que são mais de dez autoridades. Quando o conjunto de autoridades convidadas ultrapassa o número de oito, a audiência deixa de ser produtiva, pois, muitas vezes, o tempo é insuficiente, exíguo, para se dar uma resposta às nossas indagações.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Mas, Sr. Presidente, no caso das entidades médicas, são três autoridades, mas, não necessariamente, as três teriam o direito à explanação. Evidentemente, em uma ou outra ocasião, elas podem emitir uma opinião, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto V. Exª se podemos sentar e, depois, fazer uma triagem, de forma democrática.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV - RN) – É claro, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Assim, a nossa audiência poderá ser mais proveitosa.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sem problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o Requerimento de autoria do Senador Paulo Davim.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao Item 14, que está à pág. 162.

ITEM 14
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, DE 2008

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: - *A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para proferir seu relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008, de autoria do ilustre Senador Alvaro Dias, que altera dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente relativos ao trabalho e à aprendizagem de adolescentes.

De acordo com a justificação que acompanha a proposição, essas alterações têm a finalidade de tornar mais viável o trabalho de adolescentes que precisem contribuir para o seu sustento e o de suas famílias. Nesse sentido, o projeto atribui competências a órgãos do Ministério Público e do Poder Judiciário para supervisionar e regulamentar o trabalho e a aprendizagem de adolescentes, com o intuito de possibilitar que se realizem sob condições protegidas.

O projeto ainda será apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em caráter terminativo.

Como os Srs. Senadores têm o projeto em mão, vou ler apenas o voto.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008, na forma do seguinte substitutivo, que está disponível para os senhores – portanto, vou ler somente as alterações:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, DE 2008 (SUBSTITUTIVO)

Altera os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a aprendizagem.

Art. 1º Os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de

1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

> **"Art. 62.** Considera-se aprendizagem a formação técnicoprofissional prevista na Seção IV do Capítulo IV do Título III do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
>
> **Art. 63.** .....
>
> .....
>
> *Parágrafo único*. Terão prioridade de vaga nos programas de formação técnico-profissional:
>
> I – os adolescentes em situação de risco social e pessoal;
>
> II – os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;
>
> III – os adolescentes cujas famílias sejam atendidas pela
>
> Assistência Social, devido à sua condição econômica, conforme requisitos previstos na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (NR)

Art. 64. É assegurada bolsa de aprendizagem ao adolescente aprendiz matriculado em curso de formação exclusivamente teórica no âmbito dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou das entidades formadoras de que tratam os incisos I e II do art. 430 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

> § 1º A bolsa de aprendizagem poderá ser custeada direta ou indiretamente pelo Poder Público ou pela iniciativa privada.
>
> § 2º É vedada a aprendizagem para menores de quatorze anos. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Portanto, o relatório é pela aprovação, com essas modificações já mencionadas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiramente, quero cumprimentar o Senador Alvaro Dias pela iniciativa, mas também a nobre Senadora Lúcia Vânia pelo substitutivo, que, com certeza, aprimorou a redação inicial. Aqui nesta Comissão não é terminativo, ainda vai para a Comissão de Direitos Humanos, onde sou Presidente e posso adiantar, Senadora Lúcia Vânia, porque conheço a sua especialidade na matéria, que lá eu vou trabalhar para que ele seja aprovado exatamente na forma do seu substitutivo.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Paulo Paim a gentileza e, sabendo também do seu interesse por essa área, nós tivemos o cuidado aqui de evitar o trabalho, principalmente o trabalho infantil, que é a nossa luta, a luta de V. Exª e também minha, no sentido de fazer com que as nossas crianças esteja precocemente no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008, na forma do substitutivo que apresenta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

Aprovada a matéria, vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa.

Para concluirmos aqui, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas eu quero uma palinha no final.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sobre esse requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Decisão não terminativa extrapauta.

ITEM EXTRAPAUTA
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Em aditamento ao Requerimento nº 34, de 2011 – CAE, solicito que a audiência pública para debater as ações que inviabilizam o combate à doença falciforme no Brasil seja realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhamento do referido requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, a leitura que V. Exª fez já apontou o caminho dessa importante audiência pública. A iniciativa é da Senadora Lídice da Mata e eu assinei em conjunto com ela.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª, se pudesse, de acordo com a agenda, marcasse a audiência pública de um requerimento que eu apresentei para discutir o xeroderma, que é uma doença rara que acomete pacientes na cidade de Faina, no Estado de Goiás. Se pudesse ser feita com Direitos Humanos, acho muito bom também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho espetacular. Acho natural consultarmos os autores do requerimento, Senador Paulo Paim e Lídice da Mata, que acho que são assuntos correlatos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Total acordo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito à Secretaria da Mesa que insira, nessa audiência pública, também a solicitação feita, de forma oral, pela Senadora Lúcia Vânia. Entretanto, V. Exª prepare o requerimento e o encaminhe...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O requerimento já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já foi aprovado?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos apenas fazer em conjunto. Acho que não tem nenhum desacordo por parte de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado. O requerimento de V. Exª vai ser feito em conjunto nessa audiência pública.

Não tendo mais nada para tratar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, acho que a Comissão de Assuntos Sociais poderia terminar esta reunião de hoje fazendo uma pequena homenagem à Marcha das Margaridas. A gente fala tanto na tribuna sobre inúmeros temas!

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que, de fato, hoje, é um dia especial para o Brasil. Estamos em plena Marcha das Margaridas. São mulheres de todo o Brasil, trabalhadoras do campo e da floresta; mulheres trabalhadoras das cidades que estão em marcha. As mulheres do campo e da floresta, repito, querem conquistar visibilidade, reconhecimento social, político e cidadania plena. Elas querem um Brasil sem pobreza, sem fome, sem preconceitos e sem violência, principalmente contra as mulheres.

Essas bravas mulheres também lutam pelo desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Tem tudo a ver, Senador Jayme Campos, com a Comissão que V. Exª preside.

Na história da Marcha das Margaridas, iniciada em 2000, havia um forte caráter de denúncia contra tudo aquilo que elas entendiam que traziam prejuízo para as mulheres, mas elas também apresentaram uma pauta de reivindicações para negociação com os governantes. Elas afirmam que grande parte dessas demandas voltou a fazer parte das marchas seguintes, de 2003 e de 2007.

Durante o Governo Lula, período em que, segundo elas, foram obtidas algumas conquistas, isso não faz com que a marcha diminua, porque elas continuarão sempre para avançar mais. Como dizem, "avançamos muito, mas temos que avançar muito mais."

Sr. Presidente, eu queria dizer às queridas mulheres, lutadoras, de todo o Brasil – e são milhares que, hoje, invadem Brasília – que nós reconhecemos esse movimento belíssimo. Recebemos todas aqui de braços e corações abertos.

Sejam bem-vindas!

Permita-me, Sr. Presidente – e é rápido. Vou apenas tentar declamar o que é o Hino da Marcha das Margaridas, que é muito pequeno.

Diz só o seguinte... Bem, sejam bem-vindas! Quero cantar com vocês o seu canto, que é o canto delas que vou falar agora.

Olha, Brasília está florida
Estamos chegando, as decididas
Olha, Brasília está florida, e é o querer das Margaridas
Somos de todos os novelos, de todo tipo de cabelo,
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos somente nós as margaridas
Nós, que viemos sempre suando
Este país alimentando
Estamos aqui para relembrar
Que este país tem que mudar.
Essa poesia é dela. Eu apenas a li aqui.
Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas imagino que V. Exª seja poeta também. De vez em quando, já vi V. Exª na tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Me meto a escrever alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª também, de vez em quando, escreve lá, realmente, uma belas poesias.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero me associar, Sr. Presidente, às palavras do nosso Senador Paulo Paim.

Essa marcha, inclusive, de manhã, até chegamos um pouco atrasados, mas acabamos nos engalfinhando nessa marcha, nessa invasão a Brasília. Invasão no bom sentido, num colorido extraordinário, as margaridas, numa coisa viva, numa dinamicidade.

Eu me lembro que, quando vim para cá, em 1983, como Deputado Federal, havia os movimentos de catarinenses, de mulheres camponesas, que vinham, chamavam a atenção e ficavam acampadas aqui, mas isso nem se compara com os movimentos de hoje.

Hoje, falava-se de manhã, e a gente via pelo movimento, em 70 mil margaridas, do Brasil inteiro. É uma caminhada extraordinária, um florido...

Eu quero-me associar às palavras de V. Exª, inclusive como poeta, declamando O Canto das Margaridas.

Quero deixar registrada a minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Da mesma forma, eu quero me solidarizar com V. Exª e, naturalmente, com as mulheres brasileiras, sobretudo essas verdadeiras lutadoras, que buscam, efetivamente, políticas sociais justas no Brasil.

Indiscutivelmente, hoje, a mulher brasileira e a do mundo contemporâneo ganharam o seu espaço. Prova inequívoca está aí: nós temos Presidente da República, Primeiras Ministras, Ministra do Supremo Tribunal Federal deste País, e assim por diante, em espaços em que poucas delas existiam.

Entretanto, houve uma conquista, e acho que a conquista que houve foi para melhor. Indiscutivelmente, hoje, há presença da mulher até nas empresas privadas. Ninguém pode discutir que a competência da mulher está dominando. Há grandes gestoras e, acima de tudo, grandes executivas também.

Dessa forma, também me associo a V. Exª, Senador Paulo Paim, conjuntamente com o nosso valoroso Senador Casildo Maldaner.

A mulher brasileira, indiscutivelmente, é exemplo para o mundo.

Nada mais havendo para tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Todos os itens foram aprovados, aqui. Foram 16 itens aprovados.

Agradeço a presença das Srªs e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS COM A 56ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos, do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência do Senador **Jayme Campos,** com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Registra presença o Senador Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 26ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar do tema "Combate à Doença Falciforme no Brasil", em atendimento aos Requerimentos nº 34, de 2011-CAS; nº 38, de 2011-CAS e nº 109, de 2011-CDH, de autoria dos Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, com a presença dos seguintes oradores: Joice Aragão de Jesus, Responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, Representante do Ministro de Estado da Saúde, Senhor Alexandre Padilha; Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas para Ações Afirmativas, Representante da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Senhora Luiza Bairros; Zezé Motta, Presidente de Honra do Centro de Informação e Documentação do Artista Negro – CIDAN; Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente Nacional do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – CETRAB; Altair Lira, Coordenador-Geral da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes – FENAFAL; Roberto Schlindwein, Diretor-Geral da Fundação HEMOBA – Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia, Representante do Secretário de Saúde da Bahia, Senhor Jorge José Santos Pereira Solla. Justifica ausência o Senhor Eloi Ferreira de Araujo, Presidente da Fundação Cultural Palmares – FCP. Às nove horas e vinte e três minutos

assume a Presidência o Senador Paulo Paim. Às dez horas e quarenta e três minutos o Senador Paulo Paulo Paim passa a Presidência à Senadora Lídice da Mata. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Eduardo Amorim, Walter Pinheiro e a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro e Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes Senador Jayme Campos e Senador Paulo Paim e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a 56ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destinar-se à realização de audiência púbica para tratar do tema "combate à doença falciforme no Brasil", em atendimento aos Requerimentos nº 34, de 2011, e nº 38, de 2011, da CAS, de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim, respectivamente, e ao Requerimento nº 109, de 2011, da CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues.

Antes de mais nada, quero fazer apenas um preâmbulo em relação à audiência pública de hoje e, antes, convidar o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, para participar conosco aqui, na mesa. Faço questão absoluta de que V. Exª fique conosco aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Acato a sugestão da V. Exª.

A anemia falciforme é uma doença hereditária que atinge milhões de pessoas em todo o mundo. Tem uma grande incidência no Brasil devido à forte presença da população africana, pois principalmente a população negra é atingida pela doença. Esperamos debater aqui, nesta reunião conjunta da CAS e da CDH, ações estratégicas de tratamento e diagnóstico da doença.

O requerimento para realização desta audiência pública, como disse, foi feito pela Senadora Lídice, pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Essa doença é herdada dos pais. É uma doença incurável, que altera os glóbulos vermelhos, que são as células do sangue que circulam pelo organismo.

Pelos dados a que esta comissão teve acesso, a prevalência média é de 1 entre 380 nascidos vivos entre os negros das Américas. É considerado pelo Ministério da Saúde um problema de saúde pública no Brasil devido ao País ter grande população negra e mestiça. Na Bahia, por exemplo, Estado com maior influência e descendência de africanos, a cada 650 crianças nascidas vivas, 1 é portadora do gene da doença. De acordo com o ex-Ministro da Saúde José Gomes Temporão, a anemia falciforme é uma das principais preocupações do Governo e está inserida na Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra. Pelo Manual de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde, o programa de atenção integral é uma reivindicação antiga do Movimento de Homens e Mulheres Negras.

A anemia falciforme não tem cura, é bom que se esclareça, mas existem tratamentos que dão ao doente o direito a uma vida com qualidade, além de proporcionar à família maior segurança. A ciência avançou muito no conhecimento da doença e do seu tratamento adequado.

Por isso, reputo da maior importância esta audiência pública, para que possamos extrair daqui informações, dados e, sobretudo, aquilo que podemos fazer para amenizar e, como bem disse aqui, para dar um maior conforto e uma maior segurança aos familiares dessas pessoas portadoras.

Para tanto, quero convidar para participar da mesa as autoridades convidadas. Sei que nem todas ainda chegaram a esta comissão, mas, de qualquer forma, para que possamos cumprir o nosso horário, quero convidar, pois já está presente, Joice Aragão de Jesus, que é responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, representando aqui o ilustre Ministro da Saúde, Dr. Alexandre Padilha. V. Sª está convidada a participar conosco. Por favor, Drª Joice, a senhora pode se sentar.

Convido a Drª Ramona Silva de Brito – perguntei a ela como vamos pronunciar seu nome, porque não sei qual a pronúncia – Secretária de Políticas para Ações Afirmativas, representante da Srª Luiza Bairros, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, por favor; convido Zezé Motta, Presidente de Honra do Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, que, imagino, não está presente ainda; convido Marcelo Dos Santos Monteiro, Presidente Nacional do Centro de Tradições Afro-Brasileiras, daqui a pouco estará presente; convido Altair Lira, Coordenador Geral da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes, está presente;

e convido também o Dr. Roberto Schlindwein, Diretor Geral da Fundação Hemoba – Centro de Hematologia e Hemoterapia da Bahia, que já se encontra presente. Dr. Roberto, por favor.

Daqui a pouco, Senador Paulo Paim, eu gostaria que estivesse aqui, nestes próximos vinte minutos, aí eu gostaria que V. Exª presidisse.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª e todos os nossos convidados. Estou, neste momento, no plenário, como um dos autores do requerimento, junto com a Senadora Lídice da Mata, e eu pensei, mas V. Exª que orienta e manda aqui, e eu sigo, como bom discípulo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele é a nossa referência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – No momento em que chegar outro Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pode falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E, neste período, V. Exª preside, representando-me e muito bem, sinto-me muito representado por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª que preside esta importante Comissão, uma das Comissões que mais produzem, e com qualidade, que é a Comissão de Assuntos Sociais. Eu presido a Comissão de Direitos Humanos. É uma audiência conjunta, V. Exª está aí, eu me sinto representado e estarei aqui representando os Senadores, se V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, até porque, na forma regimental, quando se faz uma reunião em conjunto, duas Comissões, três, o mais velho é o que preside. E o Paulo Paim é bem mais velho do que o Senador Jayme Campos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu me considerei agora elogiado por dizer que é o mais velho que preside.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É a forma regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É bom lembrar que eu tenho 61. V. Exª não deve ter 61.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não tenho. Estou chegando aos 60 no dia 13 de setembro.

Prosseguindo a nossa reunião, vamos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está vendo, Senador. Devem ter dito que o Paim está louco para presidir, por isso que ele falou que tem 61; e o senhor tem 60...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas eu já antecipei aqui que V. Exª vai presidir daqui a pouco, não só, naturalmente, como autor do requerimento. Como é quase uma prática, uma praxe desta Comissão, todas as vezes em que o Senador ou Senadora requer uma audiência pública temos quase que um hábito, durante nossa passagem como Presidente da Comissão, de colocar o Senador ou Senadora para presidir. Acho que esse é um bom princípio da política brasileira.

Entretanto, quero, antes de mais nada, agradecer a presença de V. Sªs aqui na Comissão e espero que tenhamos o maior proveito possível, diante da importância do que representa certamente essa política de saúde em nosso País.

Todavia, quero esclarecer que um período de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos, doze minutos será suficiente diante do que imagino que as Srªs e os Srs. Senadores terão que fazer algumas indagações. Então, vamos estabelecer um prazo de dez minutos, inicialmente, para que cada um faça a sua explanação e observações em relação a esta audiência pública.

(intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho o seguinte: cada um que for falar, se eventualmente tiver alguma coisa para apresentar, *data show*, eu acho que seria de bom alvitre já de imediato ir falando e apresentando também, se for possível fazer essa apresentação. Vamos colocar 15, porque são quatro, chegando mais dois são seis. Vamos imaginar que sejam 15, dará uma hora e meia. E nós temos aqui os Senadores que querem fazer indagação, aí tem réplica, tréplica. Vamos estabelecer 15, desde que seja bastante objetivo, bem pragmático. Eu imagino que todos gostariam de fazer alguma indagação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se possível darmos andamentos, porque os demais também gostariam, às vezes, de prolongar mais um pouquinho. Vamos coordenando aqui.

Agradeço a V. Exª, e como representante do Ministério da Saúde, do ilustre Ministro Alexandre Padilha, vamos passar a palavra para a nossa querida representante, Drª Joice Aragão, que é responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme.

V. Exª tem 15 minutos para fazer a sua exposição e, naturalmente, os demais esclarecimentos. Pode começar.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Eu vou apresentar

aqui um compacto do nosso trabalho para que, em cima do que está sendo feito, a gente possa ter questionamentos e dar andamento ao trabalho.

A Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme começa a existir em 2004, quando a Coordenação de Sangue volta da Anvisa para a Secretaria de Atenção à Saúde, no Ministério. Então, ela está na Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados, dentro do Departamento de Atenção Especializada na Secretaria de Atenção à Saúde. Tem como Coordenador o Guilherme Genovez e uma equipe, composta de quatro pessoas, da qual a Coordenadora sou eu.

(Próximo, por favor.)

Como é de conhecimento, a atenção integral às pessoas com doença falciforme é uma atenção que comporta, dentro dos princípios do SUS, um compromisso com o direito da saúde de todos e todas.

(Próximo, por favor.)

Bem, um resumo feito por uma professora que trabalhou nos documentos referentes à saúde da população negra; e a gente tem aqui um texto que se reporta à questão da importância de ter uma política de saúde integral para a população negra. Uma política de saúde voltada para a população negra se assenta no perfil epidemiológico que é marcado por singularidades quer do ponto de vista genético, como das condições de vida que geram diferenças no processo de adoecimento, cura e morte.

A consolidação do SUS só será efetivamente realidade quando essa política for acessível a todos os brasileiros e as brasileiras, considerando a singularidade do povo.

Rapidamente, a doença falciforme é genética e hereditária, decorrente da alteração, ou mutação como queira, sofrida pelo código genético, o gene, responsável pela hemácia, fazendo com que as hemácias percam sua sustentabilidade, vivam menos e, com facilidade, percam a forma redonda e assumam a forma de foice, daí doença falciforme.

A pessoa que receber pelos espermatozóides do pai e pelo óvulo da mãe o gene alterado terá o par do seu código genético para hemácia alterado e terá a doença. Se só receber um gene, do pai ou da mãe alterado, terá apenas o traço falciforme e, portanto, não terá a doença.

Então, é importante frisar que o traço é uma condição genética que também tem de ser cuidada, mas de outra forma, porque o traço falciforme não é doença. Se duas pessoas com traço falciforme, portanto sem doença, procriarem, elas terão a chance de ter filhos com traço, com a doença ou sem nenhum gene alterado. Então, nós temos duas condições: a condição de doença e a condição de traço.

A incidência da doença falciforme no Brasil...

Tem como chegar para cá um pouquinho a... *(Pausa.)*

Tem? Para eu poder mostrar... *(Pausa.)*

Se ele der os dez segundos. *(Pausa.)*

Então, a gente sabe, hoje, estima que, por ano, no Brasil, há cerca de três mil crianças nascidas vivas com doença falciforme. Portanto, uma incidência de um para um mil entre os nascidos vivos.

Ali, nós podemos ver a incidência por Estado. Lá no cantinho está o Estado com a maior incidência da doença, que é a Bahia. Em seguida, vem o Rio de Janeiro; depois um bloco composto por Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão; e os Estados do Sul com as menores incidências. O Rio Grande do Sul... Embora a gente considere menor, ela foi surpreendente, porque não esperávamos que, no sul, a incidência, tanto da doença como do traço, estivesse tão presente.

Conseguiu? *(Pausa.)*

Só para mostrar a incidência da doença. *(Pausa.)*

É melhor.

Então, o resultado dessa... Antes, pesquisadores, cientistas, o Movimento Negro organizado do Brasil sempre falou da doença falciforme como uma doença que estaria muito presente no Brasil, como está presente em várias partes do mundo. Por conta dessa imigração forçada de povos africanos para o Brasil, ela veio junto com todas as características daquela população e, naturalmente, com a herança genética das condições ambientais.

(Próximo, por favor.)

Então, nós temos ali aquela sequência, começando na Bahia, indo para o Rio, depois Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais, como a gente falou, e uma menor incidência no sul – Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Santa Catarina –, mas bastante presente.

(Próximo, por favor.)

Aí a incidência do traço, que é diferente. Não é doença, mas há a possibilidade de a pessoa que tenha traço gerar crianças com a doença.

Então, temos hoje uma estimativa de 180 mil crianças nascendo vivas com traço falciforme no Brasil, e a sequência é a mesma: Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco. Quem é especialista nessa questão não esperava que, no sul, o traço fosse nessa incidência, certo? Mas é a realidade que temos através do Programa de Triagem Neonatal.

(Próximo, por favor.)

Aqui o mapa da África.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS) – Desculpe, Joice, nossa convidada.

Quero registrar a presença conosco de dois ilustres Senadores da nossa querida Bahia: João Durval e Lídice de Mata. A Senadora Lídice da Mata, inclusive, é uma das autoras desse requerimento, que eu também tive a alegria de assinar, e o Senador João Durval fez questão de vir a esta audiência por se tratar de um tema tão importante. Vou, naturalmente, descontar do seu tempo agora. Fique tranquila.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Que bom! Estou aqui correndo.

Temos aqui a África, como eu falei. Uma mutação que aconteceu no continente africano e que, naturalmente, se espalhou por todo o mundo, intensivamente naqueles países que passaram pelo processo de escravatura. Então, a diáspora africana atinge muitos países da Europa, da Índia, da África, dos Estados Unidos, da América Latina, mas a origem foi uma mutação acontecida no continente africano para a adaptação às questões ambientais.

(Próximo, por favor.)

Aqui, só para a gente poder ter a dimensão da presença na África e no nosso País, porque eu falei em três mil nascidos vivos por ano, só para a gente ter a noção do que é um país como a Nigéria, muito menor que o nosso, com uma população menor, nascem, por ano, 86 mil e por aqui vai: Congo, Serra Leoa.

(Próximo, por favor.)

Aqui, aproxima-se da nossa incidência só o Congo-Brazzaville, pequenininho, a República Centro-Africana, a Costa do Marfim. Os outros países têm uma incidência bastante alta.

É bom saber que o total de nascidos... Eu falei dos nossos nascidos no Brasil. Está em torno de três mil e a gente tem tal na África hoje, um total estimado, de 500 mil nascidos vivos.

É importante mostrar que a letalidade, a taxa de morte entre os que têm a doença, até cinco anos de idade é de 80% se não for cuidado. Então, a vida média das crianças é de oito anos nos locais onde não tem tratamento. Com cuidado e saúde, a vida média é de 1.8. A incidência hoje está caminhando para 50 anos, em face dos avanços alcançados com o conhecimento da doença. E essa média de oito, a gente ainda tem muito na África, essa vida média da criança.

Na questão da gestante, lembrando que agora o diagnóstico de ácido falciforme na Rede Cegonha foi implantado por conta justamente disso. Cinquenta por cento, se não for cuidada, é a taxa de mortalidade materna na doença falciforme. Com cuidado, essa taxa cai para 2%.

Aqui um dado importante.

Diante dessa realidade dos nossos números e da realidade da doença, o que o Ministério da Saúde propôs como trabalho?

É muito interessante isso, porque se trata de uma doença genética e pode haver, e há, uma tendência a se tratar doença genética não permitindo o nascimento das pessoas. Essa política tem sido aplicada em alguns países, mas o Brasil, por intermédio dos seus pesquisadores, dos seus profissionais da saúde, da sociedade civil organizada, define que o nosso objetivo com uma doença genética, com uma doença falciforme, é promover uma doença na história natural da doença falciforme no Brasil, reduzindo as taxas de letalidade e mortalidade, promovendo longevidade com qualidade de vida às pessoas com a doença, orientando aquelas com traço e informando à população em geral.

Nós trabalhamos no Ministério com aquela equipe inicial de que falei para vocês e com um grupo de assessoramento técnico, para realizar estudos e protocolos para embasamento das decisões dos trabalhos da Câmara de Assessoramento Técnico à Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados, composta aqui com a presença do usuário, com dois representantes da Federação Nacional de Pessoas com Doença Falciforme, e os demais técnicos e nós da Coordenação.

Vou apresentar em resumo as ações desenvolvidas pelo programa.

Ele presta assessoria técnica para a organização da rede de assistência, capacita profissionais em todos os níveis, celebra convênios para a melhoria das ações previstas locais, produz manual, protocolos, rotinas e atualização de procedimentos para tratamento, promove eventos, oficinas, seminários e todo tipo de atividade para a divulgação do conhecimento.

Qual é a situação hoje da doença falciforme no Ministério?

Em 2004 foi quando pela primeira vez se fez um trabalho que seria para pensar a doença falciforme. Foi feito um projeto-piloto mal sucedido pela base em que ele foi pensado, não oficialmente pactuado e foi abandonado.

Em 2005 saiu um programa de doença falciforme que também, não tendo sido pactuado, carecendo de várias questões, foi abandonado. E em 2005 saiu essa portaria que cria no âmbito do SUS a política de doença falciforme. Ela contém nos seus artigos algumas questões, uma ou outra questão, que precisam ser resolvidas, porque ela estipula procedimentos que são incompatíveis com o SUS. E é uma portaria que se refere à doença falciforme e a hemoglobinopatias. Não se pode ter uma única política para todas as he-

moglobinopatias baseada na doença falciforme, porque são doenças diferentes com epidemiologia diferente.

Essa portaria, mesmo assim, não foi modificada e foi incluída nessa portaria que regula o SUS, também não pactuada.

Então, na verdade, temos uma situação de não pactuação com o Conass, o que dificulta muito o trabalho, já que os gestores não pactuaram isso. E o trabalho fica na base do voluntarismo, da decisão de cada gestor, diante das suas dificuldades, de aderir ou não a essa ação.

(Próximo, por favor.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco agora.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Vamos lá.

Vou tentar, rapidamente, falar da situação dos programas.

Temos ações em todos os Estados, com exceção de Santa Catarina e Roraima. Desculpem, ali não é Paraná, é Roraima. Nunca fomos convidados a desenvolver qualquer ação nesses Estados, mas, nos demais, em todos, temos trabalhado com maior ou menor intensidade.

Ressaltarei, porque a apresentação é muito rápida, a intensidade do trabalho na Bahia e em Alagoas. *(Pausa.)*

Tranquila e rápida é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estava dizendo para você para que fique tranquila, porque o tema, para mim, é de suma importância. Estamos falando para todo o Brasil.

Se eu tiver que lhe dar um tempo maior, como para os outros inscritos, darei – fique tranquila –, pela importância do tema.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Eu costumo ouvir a Rádio Senado, assistir à TV.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive, quando presido a reunião principal, alguns reclamam, porque eu sou muito tolerante.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Por isso estou um pouco mais tranquila.

A Bahia tem um trabalho intenso da Secretaria do Estado e dos Municípios. Alagoas tem desenvolvido um trabalho intenso; Pernambuco; em Sergipe, não tem, fomos chamados agora para trabalhar; a Paraíba começou o trabalho; o Rio Grande do Norte começou, mas não foi muito adiante; o Ceará está desenvolvendo um trabalho; o Maranhão é um problema; o Piauí é um problema. Então, existem trabalhos, mas são problemáticos - aí é especificidade de cada Estado. O Amazonas não tem nada ainda iniciado, mas também estamos conversando. O Amapá, com muitas conversas, atualmente; o Tocantins está trabalhando também. O Pará e o Acre estão em uma situação bem difícil, mas já foram encaminhadas. Roraima, nada, como falei; Rondônia também com problemas de trabalho. O Distrito Federal iniciou um trabalho agora; Mato Grosso do Sul e Mato Grosso também trabalhando e Goiás.

Eu assinalaria os bons trabalhos em termos de pacto, em que há possibilidade, com os do Rio Grande do Sul, que tem um programa estadual e um em Porto Alegre, mas ainda faltam algumas articulações para que ele seja melhor. Sinalizaria o trabalho de Minas Gerais como o de melhor triagem do Brasil – até ouso dizer -, do mundo, pelo grau de estruturação que tem em inserção no sistema. São Paulo tem uma política, mas ela não tem avançado muito e precisa, pela magnitude do Estado, de muita organização. O Rio de Janeiro tem a melhor coordenação de programa; tem uma política coordenada pelo hemocentro local; tem uma inserção na Secretaria Estadual e diria, em termos de modelo, o Rio de Janeiro é o que está mais aperfeiçoado.

O Espírito Santo tem dificuldade na Secretaria do Estado; a Bahia tem dificuldade na estrutura do Estado, com um SUS totalmente esfacelado a ser reconstruído. A Bahia tem que ser a maior atenção. Temos investido muito no Estado, porque se faz necessário, por ser Nordeste e onde há a maior incidência.

Como temos que ser rápidos, há especificidades que poderemos detalhar depois.

(Próximo, por favor.)

Quanto aos recursos aplicados, estamos no PPA, portanto, estamos na coordenação de sangue. Este montante aqui, por ano, foi aplicado exclusivamente com a finalidade de capacitar e expansão do conhecimento, porque equipamento, reforma são outras rubricas, dentro do orçamento da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados. Esse dinheiro tem sido destinado a isso e tem sido totalmente executado. Com exceção do primeiro ano, quando não houve trabalho e, portanto, esse dinheiro não foi gasto totalmente. No ano seguinte, foi aumentando e, atualmente, estamos aqui por conta da necessidade de parar para repensar o sucesso ou não dos investimentos feitos em locais que carecem de outro tipo de trabalho.

Desenvolvemos muitas ações, mas as mais importantes: promovemos o I Encontro das Associações de Pessoas com Doença Falciforme, hoje temos em torno de quarenta associações, que participam ativamente de todo o nosso trabalho, têm assento em todas as nossas câmaras, oficinas e espaços. Não fazemos nenhum trabalho no qual o usuário do Estado, do Município não esteja presente.

Esse fórum, por conta das posturas que encontramos sobre o aconselhamento genético, detalhes que são muito sutis e requerem um processo democrático de respeito pelo ser humano, senão ela acaba sendo um extermínio de população... Começamos este trabalho em agosto de 2006. O consenso do traço falciforme, o desconhecimento dos nossos profissionais do que é o traço falciforme e nas Forças Armadas, principalmente no esporte. Nós temos esse documento e isso já foi elaborado.

(Próximo, por favor.)

Esse foi muito importante porque aqui se e discutiu com os ministérios. Foi um evento que o Ministério da Saúde promoveu para que os usuários elencassem as questões sociais para a inclusão e aí com outros ministérios – Educação, Trabalho, Previdência Social. São trabalhos que estão em curso.

(Próximo, por favor.)

Aqui é um simpósio que existia, feito por profissionais. Começou na Bahia, fizeram dois, e nós assumimos a responsabilidade de fazer bianualmente, porque esse é o grande espaço de conhecimento. Ele perdeu o caráter de ser só de médicos, passou a ser para trabalhadores do SUS, multidisciplinar e participação intensa dos usuários. Então, ele aconteceu sob a nossa gerência nesse ano.

(Próximo, por favor.)

Aqui, um concurso interno das associações, para a gente também divulgar o concurso de desenho pelas associações.

(Próximo, por favor.)

Aqui um dos quadros premiados.

(Próximo, por favor.)

Aqui, o simpósio de maior projeção. Já estávamos fazendo as cooperações com os países da África, com a presença de representantes do Continente africano muito intensa, mas também com especialistas de todo o mundo: Grécia, Índia, África e dos Estados Unidos. Diferentes conhecimentos vieram se agregar com esse perfil. É um fórum de que participam trabalhadores do SUS, médicos de todas as especialistas e os usuários. Foi em Minas Gerais.

(Próximo, por favor.)

Esse próximo vai ser em outubro, em Fortaleza. Estamos caminhando para incentivar os eventos no Nordeste, pela necessidade que nós temos no Nordeste. Será de 18 a 20.

(Próximo, por favor.)

Aqui, a cara do nosso material que temos que produzir para ter protocolos, rotinas, coisas que agregam ao conhecimento, manuais de orientação para tudo e os protocolos, que são de competência do Ministério da Saúde. Ele tem a carinha também pelos usuários que também decidiram que seria com a diáspora africana.

(Próximo, por favor.)

Aqui a gente tem trabalhos desenvolvidos com várias universidades. As universidades têm papeis importantes, porque elas têm outra forma de estrutura e estão agregadas ao SUS. Então, a gente tem convênios celebrados – estou falando de dinheiro – com a UFMG, com o Rio Grande do Sul, com a Unifesp, em São Paulo, com a UFRJ, com o Espírito Santo, Piauí, Goiás, onde é o nosso centro de referência, porque não tem unidade do SUS para atender.

A UFBA tem hoje um trabalho muito importante, que é o Centro de Referência para Terapia Celular e Óssea em Doença falciforme e que atende o Nordeste, capacita, atende pessoas que são levadas para lá para fazerem a recuperação das lesões ósseas com bastante sucesso.

E temos um trabalho com a Fiocruz da Bahia.

(Próximo, por favor.)

Esse centro que eu mostrei é uma experiência nossa com Minas Gerais. Ele faz um apoio, um suporte ao programa. Ele tem um *call center*, porque Minas Gerais é muito grande. É só para dar um exemplo de que cada Estado vai ter que organizar sua assistência de acordo com as especificidades locais.

(Próximo, por favor.)

Aqui a nossa cooperação. Temos cooperação com esses países, projetos que estão a caminho. Em Gana, estamos construindo um hemocentro nos moldes dos nossos hemocentros que fazem assistência completa – porque nem todos os hemocentros têm o mesmo perfil. É um projeto grande, de recursos grandes, do Ministério das Relações Exteriores, através da Agência Brasileira de Cooperação. Isso aqui não é do Ministério. A construção desse hemocentro fica em torno de US$12 milhões e é um investimento pactuado e parcelado, à medida que cada etapa acaba. Dinheiro do Ministério das relações Exteriores.

Então, temos cooperação acontecendo no Benin, no Senegal e em Angola. Todos esses aqui estão acontecendo.

Na Europa, temos esse da Bahia, que eu falei que foi muito importante, com a Universidade Federal da Bahia, e também as nossas relações com o centro de controle de doenças dos Estados Unidos, por

ser um centro de referência capacitação e informação para a gente.

Obstáculos, que eu acho que é mais importante. Eu considero – e essa é uma avaliação da Coordenação de Sangue e da equipe – que inexistem instrumentos oficiais pactuados no SUS para doenças falciformes. Esses documentos que foram produzidos não tiveram o perfil SUS para que eles possam ser efetivamente trabalhados, e isso necessita ser visto. Eu adiantaria que, na atual gestão, o programa de triagem neonatal já está sendo reformulado, porque a triagem neonatal, o diagnóstico precoce, houve uma audiência na Câmara, em que o Secretário da Saúde foi, e isso já está encaminhado, já está existindo. Porque lá, no teste do pezinho, na triagem neonatal, fica a doença falciforme. E já está um grupo constituído – o que é uma reivindicação nossa, de rever esses instrumentos que não foram pactuados. Isso aqui é um grande obstáculo, e o Ministério tem que repensar uma forma de adesão e pactuação para trabalhar com os Estados. E isso implica, então, em uma decisão política dos gestores estaduais, o que eles vão fazer. No momento, quem definiu trabalhar, definiu e recebe um suporte. Mas o instrumento não está na forma adequada para esse trabalho.

Os Estados com situações difíceis no SUS, isso dificulta muito o trabalho da implantação da política. E os diferentes níveis de desenvolvimento social dos Estados.

Então, esses obstáculos aqui necessitam muito ser reformulados pelo Ministério da Saúde para essa relação com os gestores nos Estados, e tentar superar as dificuldades que temos nos Estados. A rede, a linha de atendimento à doença falciforme ela está escrita, ela não implica... Por favor, prestem bem atenção. Não precisamos criar hospitais, não precisamos criar nada. No primeiro momento, o que o SUS dispõe: melhorar os centros de referência; adaptá-los para a manutenção de qualidade; criar redes, não necessariamente nesse momento; e colocar recursos. Colocar os recursos sem pactuações definidas é voltar dinheiro, como tem acontecido – a gente teve isso em alguns Estados do Nordeste. Não tem recursos humanos para dar conta dos projetos, e cabe então outra forma de atuação.

Então, rever, talvez, Estado por Estado e tomar definições. Mas o Ministério da Saúde precisa também reformular. Isso é uma conversa que já está acontecendo.

Acho que é o último agora. Pode passar.

Esses são os nossos contatos, e aí a gente fica à vontade para os principais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos – e uma salva de palmas pela exposição, gostei da exposição. *(Palmas.)*

São informações que eu não tinha. Olho esse tema com muito carinho.

Então, meus cumprimentos à Joice Aragão de Jesus, responsável pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Falciformes, que representa aqui o Ministro, o nosso amigo Alexandre Padilha, Ministro da Saúde.

Nesse momento, eu queria convidar a nobre Senadora Lídice da Mata, que é a primeira signatária do requerimento e também Vice-Presidente da Comissão do Trabalho e Previdência desta Comissão, que tenho a alegria de dividir com ela, para que ela passe a presidir os trabalhos. Vou deixar que você inclusive chame o representante da Bahia – você, como baiana, por favor, assuma aqui. Só tem baiano aqui. (Risos.)

Então, venha Lídice da Mata, minha querida Senadora. A senhora vai chamar, então, o Secretário de Saúde da Bahia.

Alguém está dizendo baixinho aqui: "O Paim é esperto. Ele está dizendo isso porque esse sobrenome aqui ele não quer dizer". (Risos.) É a pronúncia que é o problema, mas eu vou tentar dizer: Roberto Schlindwein – é mais ou menos isso? Então, tá, eu me saí bem. *(Risos.) (Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Dando prosseguimento, eu quero agradecer a todos que estão aqui presentes. Tive um pequeno contratempo, não pude chegar para o início da reunião.

Quero agradecer de pronto ao nosso Senador Paulo Paim, sempre interessado em todos os assuntos da Casa, mas especialmente naqueles que dizem respeito aos direitos humanos e, dentre eles, a luta de combate à discriminação racial.

Passo a palavra ao Roberto Schlindwein.

O SR. ROBERTO SCHLINDWEIN – Srª Presidente, Srs. Senadores, senhores presentes, bom dia. Estamos aqui falando em nome da Fundação Hemoba, Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia e também em nome da Secretaria de Saúde da Bahia.

Inicialmente – serei breve –, temos que considerar o que a Drª Joice já mencionou aqui, sobre as diferenças entre os Estados.

Com relação à Bahia, nós temos o Estado com maior incidência e prevalência. Portanto, o Estado mais necessitado em atenção a essa questão. É um Estado com grandes dimensões territoriais – temos 1.500 quilômetros de fronteira a fronteira. Temos problemas gravíssimos com mão de obra especializada. Só para os senhores terem uma ideia, recentemente tivemos um diretor da Fundação Hemoba pedindo exoneração

do cargo para participar do programa Saúde da Família. E necessidade de atenção descentralizada nessa questão, pois a rede de hemoterapia e hematologia da Fundação Hemoba não tem estrutura para dar conta da dimensão do problema. Portanto, essa é uma ação que exige a participação de toda a rede assistencial de forma organizada.

Eu gostaria de apresentar aqui um texto: A Hemoba e a doença falciforme.

A Fundação Hemoba de Hematologia e Hemoterapia da Bahia é um órgão vinculado à Secretaria de Saúde do Estado, mas é uma fundação de direito público e tem permissão assegurada para a oferta de sangue e hemocomponentes com garantia de qualidade e de prestar atendimento hematológico ambulatorial aos pacientes portadores de doenças do sangue.

A Fundação Hemoba foi criada por lei em 1989 e previa atenção em todo o Estado da Bahia. Isso não ocorreu durante muitos anos, mas, recentemente, de 2007 para cá, está havendo expansão e abertura de novas unidades hemoterápicas no interior da Bahia. Incrementamos mais seis unidades, desde Barreiras até Paulo Afonso, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, que não estavam incorporadas à Fundação Hemoba, na questão da hemoterapia com qualidade. Esse processo foi realizado e também a qualidade do plasma, permitindo a exportação do plasma para a indústria de hemoderivados, fortalecendo o programa da Hemobrás a partir de 2009. a Fundação Hemoba está em constante expansão, tanto territorial, quanto em qualidade e atenção a usuários na parte de hemoterapia. Na hematologia ainda está muito centralizada em Salvador. Portanto, temos um ambulatório em Salvador que presta atendimento multidisciplinar aos pacientes com patologias benignas do sangue.

A questão é que, num Estado com essas dimensões, se exige que o paciente se desloque grandes distâncias na busca de atendimento especializado. Então nós temos essa situação de fundo, esse panorama. Apesar disso, o ambulatório da Fundação Hemoba tem sido referência no atendimento hematológico a pacientes portadores de hemoglobinopatias. Temos na Fundação Hemoba o quantitativo de 3.774 pacientes com hemoglobinopatias, sendo a doença falciforme a patologia mais frequente no cadastro. Conta com um apoio multidisciplinar, como foi dito.

(Próximo, por favor.)

Aí está a distribuição dos tipos de doença. Então, é fácil de perceber que praticamente 30%, 33% são casos de homoglobinopatias.

(Próximo, por favor.)

As ações da Fundação Hemoba com relação a doença falciforme foram definidas pela Secretaria da Saúde, onde está localizada a política de atenção à doença falciforme na Bahia – e a participação da Fundação Hemoba é assistencial –, têm proporcionado consultorias e uma participação dos técnicos da área na proposição da política estadual, mas a política tem sido conduzida para uma direção dentro da Secretaria de Atenção à Saúde, envolvendo atenção básica também.

(Próximo, por favor.)

A Fundação Hemoba adquiriu equipamentos com convênios com o Ministério da Saúde e também proporcionou treinamentos no interior do Estado e em Salvador para os médicos da rede assistencial.

Então, a maioria dos recursos provenientes do Ministério da Saúde, como já foi dito pela Doutora Joyce, são relacionados à capacitação de profissionais da rede. Além disso, a Hemoba tem executado convênios com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos como foi um eco-doppler transcraniano, que foi adquirido e está em operação na Fundação.

(Próximo, por favor.) (Pausa.)

(Anterior, por favor.)

As principais dificuldades enfrentadas pela Fundação Hemoba estão relacionadas a um atendimento ainda centralizado em Salvador; deficiência quantitativa de funcionários para um funcionamento adequado ao nosso serviço, área de recursos humanos com qualificações.

Para os senhores terem um ideia, a Fundação Hemoba, que data de 1989, ainda não realizou concurso público para seu quadro de funcionários por uma série de dificuldades. E a criação do quadro próprio ainda não se deu. Esse processo está em andamento. Esperamos que, para o próximo ano, consiga-se realizar um concurso público na Fundação, ampliando, então, o quantitativo de pessoal especializado.

Então, isso já foi abordado.

A área física do ambulatório também é insuficiente. Esse prédio onde funciona a sede da Fundação Hemoba data de 1993 e foi pensado em um atendimento localizado, não para o Estado inteiro. Então, necessita readequação, que isso já está sendo encaminhado também. Número insuficiente de leitos hospitalares da rede pública para atender pacientes com doenças hematológicas. Temos uma dificuldade muito grande com relação aos leitos. Apesar do aumento expressivo de leitos promovido nesta gestão e na anterior, pelo Dr. (), na Bahia, inteira, ainda são insuficientes. E nós temos muitas dificuldades, eventualmente, de trans-

ferir um paciente mais grave, atendido pela Fundação Hemoba, para rede assistencial.

Então, ausência de unidade de referência para pronto-atendimento a pacientes hematológicos também está sendo estudada pela Secretaria e de forma descentralizada. E desconhecimento, por parte dos profissionais da saúde da rede pública, da capital e do interior, sobre manejo clínico desses pacientes. No que acarreta recusa ou atendimento inadequado.

E aí o papel da capacitação desses profissionais nunca é suficiente.

E também a falta de um cadastro informatizado, um banco de dados. Esse contingente de pacientes, urge-se, que se organize, provavelmente por iniciativa do Ministério da Saúde para que esse cadastro possa ser uniforme em todo o País.

Então, atendimento odontológico, serviço social.

(Próximo, por favor.)

Psicológico, fisioterápico, farmácia e uma coordenação de homoglobinopatias.

Então, na realidade, o papel da Fundação Hemoba tem sido de execução, execução de uma atividade com muita dificuldade de recursos humanos e de localização, descentralizada, em Salvador, e com uma enorme dificuldade para os pacientes para deslocamento.

Agora, eu queria, se houver tempo ainda, apresentar a parte da Secretaria da Saúde, o que tem sido feito.

(Próximo, por favor.)

Então, o objetivo é reduzir a mortalidade de pessoas portadoras da doença por meio de assistência de qualidade, organizar linha de produção de cuidados, para que a população... A organização de rede de serviço vem promovendo ações de capacitação dos trabalhadores de saúde, oferecendo orientação, informação genética às pessoas e famílias com doenças de traço falciforme em todo o Estado da Bahia. Isso está completamente alinhado com o programa federal.

Então, implantar um cadastro estadual de pessoas com doenças falciforme na Bahia, promover a Fundação Hemoba à condição de centro de referência de média e alta complexidade – já é, mas não tem capacidade para absorver todo o contingente; por isso, a necessidade de descentralização para a rede – estabelecer um fluxo de assistência, que achamos importantíssimo, organizando a rede para prestação de serviço de qualidade a pessoas com doenças falciforme em todo o Estado, e traçar o perfil epidemiológico da doença na Bahia, a partir dos dados do Programa Estadual de Triagem Neonatal e do serviço de atendimento, promover a capacitação e qualificação dos trabalhadores do SUS, para conhecer e cuidar de pessoas com doenças falciforme, e garantir o acesso aos medicamentos estabelecidos e pactuados no protocolo do Ministério da Saúde, completamente alinhado com a política federal.

E aí tem as estratégias de implementação. As diretrizes são as mesmas. Então, criou-se um grupo de trabalho destinado a coordenar as ações de implantação do programa estadual de atenção integral às pessoas com doença falciforme, fortalecer e ampliar a câmara técnica de estudos e alocar recursos próprios, estabelecer convênios e buscar apoio técnico no Ministério da Saúde para estruturação, organização da hemorrede ou hospitais de referência para atenção hematológica de média complexidade às pessoas com doença falciforme.

Então este é o grande problema que tem que ser enfrentado.

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. ROBERTO SCHLINDWEIN – Mais um minuto? *(Pausa.)*

Promover a formação de equipes para orientação e informação genética em doenças falciforme, seminários, encontros e conferências para intercâmbio técnico e científico, produzir material didático informativo para divulgação e rotina dos protocolos e apoiar projetos da sociedade civil para fortalecer o controle social.

E definiram-se as responsabilidades das esferas de gestão. As ações do gestor estadual são as seguintes: coordenar a elaboração dessa linha de cuidados, para as pessoas com doenças falciforme, articulando todo o serviço do SUS, traçar o perfil epidemiológico da doença no Estado, garantir o atendimento, o apoio e o diagnóstico e o tratamento das pessoas com doenças falciforme, garantir a oferta de imunobiológicos especiais, garantir aos pais e irmãos dos recém-nascidos com doenças falciformes o acesso aos exames laboratoriais para investigação e diagnóstico da doença.

E a responsabilidade, não vou me alongar, abaixo, da esfera de gestão municipal.

(Próximo, por favor.)

Conhecer o perfil epidemiológico da doença falciforme em nível do município, estabelecer sua rede de atenção, tendo como base a atenção básica e definindo o sistema de referência para média e alta complexidade, garantir a disponibilização de medicamentos, promover processos de educação permanente aos trabalhadores do SUS, promover campanhas de informação e divulgação, garantir o acesso ao exame de eletroforese com quantitativo de hemoglobina no pré-natal a todas as gestantes, realizar busca ativa e garantir aos pais e irmãos diagnosticados com doenças falciforme o acesso aos exames e promover campanhas para estimular a população a fazer o teste do pezinho em todos os nascidos vivos.

Então, está definido o papel do gestor estadual e dos gestores municipais e apresentada aqui uma série de problemas que têm que ser enfrentados na Bahia, como já foi dito, as dimensões enormes de território, a atenção ainda centralizada em Salvador e a necessidade de descentralização, problemas gravíssimos com a disponibilização de recursos humanos, sendo o Estado com maior incidência e prevalência dessa doença.

Então, nós temos um problema enorme para resolver.

Obrigado.

Era isso que tinha a apresentar.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigado, Dr. Roberto.

Quero passar a palavra agora à Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, representante da Srª Luiza Bairros, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Bom-dia a todas. Bom-dia a todos.

Saúdo, de forma especial, a Senadora Lídice da Mata, que preside os trabalhos desta Comissão, primeira Senadora eleita pelo meu Estado de origem, a Bahia. Pelo que percebi, temos um número significativo de representações do Estado da Bahia compondo esta Mesa. Gostaria de saudar também o Senador João Durval Carneiro, Senador pelo Estado da Bahia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Anhamona, vou ainda dizer que tenho o título de cidadão de Salvador.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Pronto. Temos maioria plena neste plenário. Também compõe a Mesa o Senador Paim, a quem externo também considerações. Trago minha estima à Mesa.

Saúdo a Senadora, pelo PT do Espírito Santo, Ana Rita, e o Senador Wellington Dias aqui presente...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Benedito de Lira.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – ...Benedito de Lira aqui presente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tem mais um baiano aqui.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Já fiz os devidos cumprimentos ao Senador João Durval Carneiro.

Gostaria de falar, de forma inicial – até porque falo muito, vou tentar ser breve e cumprir os dois minutos –, que tratar de anemia falciforme é lidar com a doença genética mais comum do País, que atinge uma parcela significativa de cidadãos e cidadãs. É uma doença antiga, conhecida pelo Estado brasileiro desde 1910. Não é uma doença de hoje, é uma doença cujos efeitos o Estado brasileiro conhece e sabe da incidência contundente e fortalecida no País inteiro desde 1910.

Em que pese a anemia falciforme seja conhecida desde esse período, as ações adotadas pelo Estado brasileiro, sobretudo pelas esferas que pensam e estruturam políticas de saúde no nosso País para, no caso, garantir o conhecimento, garantir o diagnóstico, garantir a adoção de medidas que atendam aos interesses, anseios e necessidades das pessoas que vivem com anemia falciforme é muito recente. Como vocês viram na apresentação da Joice Aragão, responsável pela Política Nacional de Atenção à Saúde das Pessoas com Anemia Falciforme, apenas em 2005 foram estruturadas medidas mais coesas por parte do Ministério da Saúde, compondo um programa nacional de atenção a essas pessoas.

A gente não pode deixar de considerar, neste debate, que essas ações, no caso, foram desencadeadas a partir de pressões, de reivindicações, de questionamentos, da insistência permanente do movimento negro brasileiro, notadamente de ativistas e especialistas que sabiam e conviviam com os efeitos da anemia falciforme sobre as pessoas negras, sobre a nossa população e, como a gente viu, nós temos uma incidência bastante alarmante. A cada ano nascem, em média, 3 mil crianças com essa doença genética e, se não for diagnosticada e, para além disso, cuidada da forma devida, nós teremos um número significativo de crianças que morrerão com, no máximo, cinco anos de idade.

Vivemos um problema de saúde pública que foi alertado pelas representações do movimento social negro no curso dos anos. E no ano de 2005, essa política, esse programa foi consolidado.

Acho muito oportuno o chamamento do Senado Federal, e aí parabenizo mais uma vez a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paulo Paim, ambos propositores desta audiência pública. Discutir a anemia falciforme é discutir as vias de proteger, de amparar os direitos à vida de uma fatia generosa da população.

Eu gostaria de externar isso, de colocar que a oportunidade desta audiência pública aqui no Senado e pontuar que a Câmara dos Deputados no mês de maio deste ano também fez uma audiência pública para tratar da questão e essas duas ocorrências no Congresso Nacional são mais do que oportunas porque, primeiro, este ano é o primeiro ano de gestão dessa nova administração federal, a qual componho e, sendo o primeiro ano de gestão, é ano de elaboração das peças políticas que nortearão os nossos fazeres no curso dos próximos quatro anos.

É importante que Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas fiquem atentos a essa necessi-

dade de população negra brasileira que há de ver consolidado, no Plano Plurianual do Governo Federal, no caso do programa temático relativo ao SUS, as ações iniciativas que pontuem as necessidades das pessoas que vivem com anemia falciforme.

Para, além disso, este ano é ano de conferências, muitas conferências. Nós teremos, no final deste ano, a 14ª Conferência Nacional de Saúde em que as matrizes políticas compartilhadas com vários atores e atrizes, principalmente a sociedade civil, serão novamente discutidas. Nesse sentido, eu renovo a oportunidade do debate que aconteceu na Câmara ser, no caso, reiniciado aqui no Senado.

Gostaria de dizer ainda que na minha interpretação não é à toa, não é, por nada mais, nada menos, o racismo institucional, que existe no Estado brasileiro e também nas estruturas de saúde em todo o País, e quem diz isso não é Anhamona Brito, representante da Seppir, é o Ministério da Saúde quando aprovou e publicou a Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra e referendou textualmente que o racismo, o racismo institucional e as desigualdades raciais, consequência do racismo e do racismo institucional, são determinantes sociais de saúde.

O Ministério da Saúde reconhece isso, reconhece isso e, para mim, não é nada mais, nada menos do que o racismo institucional que simplesmente fez com que, durante quase 95 anos, uma doença genética que incide sobre uma parcela significativa da população, não é uma doença infecto-contagiosa, mas é uma doença causada por uma mutação vivenciada pela população africana que não veio para cá na condição de imigrante e, sim, na condição de escravos e, é importante frisar isso, que essa doença genética que, na África, possibilitava, foi uma estratégia na natureza para diminuir os impactos da malaria.

Vejam só: uma estratégia da natureza provocou uma mutação genética a fim de diminuir o impacto da malária sobre a população negra em África. Quando os negros africanos chegam aqui no Brasil, na condição de escravos, eles carregavam o traço falciforme e, sendo o Brasil um País de maioria negra, sendo o Brasil um País que tem uma parcela generosa da população, 96,7 milhões de pessoas que são negros e negras em nosso País, é mais do que justificável que essas pessoas possuam o traço e, como foi muito bem explicado pela Joice, no caso de incidência do traço, de termos o pai e a mãe de uma criança com anemia falciforme, a possibilidade da criança ter a doença. Essa é a questão que a gente precisa referenciar bem porque não é uma coisa de negro pura e simples. Não é uma coisa de negro pura e simples.

Gostaria de colocar ainda o seguinte: que os indicadores sociais que já foram externados pelo Ministério da Saúde, no caso, eles trazem, impõem para nós do Governo Federal, impõem aos Estados, impõem aos Municípios responsabilidades muito contundentes no que diz respeito à garantia do direito à vida dessa população. A responsabilidade está dada para a gente, e não dá para a gente também deixar ao lado - e eu quero resgatar a fala do então Ministro Temporão, que na abertura foi também trazida pelo Senador que presidia a princípio esta reunião –, que a anemia falciforme era concebida, e aí eu vou colocar é concebida, como uma doença importante e que deve ensejar ações emergenciais por parte do Governo Federal. E o que nos cabe aqui no Governo Federal? O que a SEPI tem feito, tem pensado, a fim de possibilitar que as políticas de saúde, em atenção aos interesses das pessoas que convivem com a anemia falciforme, sejam efetivamente realizadas e, para além de elaboradas, elas precisam ser cumpridas, precisam ser cumpridas?

No ano de 2011, quando dos trabalhos na esfera mais interna, mais administrativa, nos trabalhos pela elaboração da proposta, pelos Ministérios, de programas temáticos a comporem o PPA 2012 a 2015, nós, da SEPI instamos o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, que foi criado também tendo como base a reivindicação do Movimento Social Negro e funciona no âmbito do Ministério da Saúde e conta com a participação da SEPI.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Vou concluir.

Nós conversamos com o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, para efetivar uma avaliação mais profunda do programa, das suas iniciativas e dos seus objetivos. Nesse trabalho, o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, que é composto por especialistas e ativistas que trabalham na área de saúde e tem uma função importantíssima no que diz respeito a orientação do Ministério da Saúde para tessitura de políticas e também para elaboração de estratégias para o cumprimento delas, nós apontamos propostas a fim de fazer com que a atenção à saúde da pessoa com anemia falciforme fosse, no caso, priorizada pelo Governo brasileiro.

Gostaria de colocar ainda que no curso desses anos, de 2005 até 2009, porque a política nacional de atenção à saúde da população negra teve seus marcos legais publicados no ano de 2009, nós, no caso, compusemos, elaboramos o plano operativo na política nacional de atenção à saúde da população negra, porque sendo a anemia falciforme uma doença prevalente na

população negra, obrigatoriamente o conteúdo de um plano operativo, para viabilizar essa política, precisaria constar elementos que tocassem nessa questão, na questão da anemia falciforme e da doença falciforme.

Nesse processo, no plano operativo, houve, no caso, estabelecimento de ações, de estratégias de operacionalização dessas ações, de recursos financeiros e de indicadores e metas para quatro anos a atender a necessidades da população negra em nosso País. E há obrigações para os Estados, obrigações para o Municípios e obrigações também para o Governo Federal.

Bom, no que diz respeito à anemia falciforme, uma das ações pontuadas como necessárias foi a implantação desse programa, do programa que foi apresentado aqui pelo Ministério da Saúde. Mas uma implantação que, no caso, atendesse às necessidades de um diagnóstico prévio - e a gente não pode, no caso, pensar que é difícil, dificultar -, fazer com que pelo teste do pezinho, fazer com que por um atendimento neonatal satisfatório a gente consiga perceber quantos são, quantas pessoas efetivamente possuem o traço da doença falciforme, para, além disso, a própria doença. Um diagnóstico satisfatório protege vidas e isso é importante alertar para as Srªs e os Srs. Senadores, demais presentes nesta audiência pública.

Houve também referências a estratégicas de viabilização dessa implantação. Foi pensado como necessária estruturação, a implementação de redes de atenção integral a pessoas com anemia falciforme. E não é qualquer rede. É importante que tenhamos uma rede capilarizada, descentralizada.

Eu estava aqui conversando com Altair Lira. Não adianta nada a gente pegar pinçando, no meu estado, ir pra Xorroxó, pra Iuiú e simplesmente fazer um teste do pezinho na criança, identificar que a mesma possui a doença falciforme, já que a incidência é grande, elevadíssima, e a rede municipal de saúde não conseguir, não ter elementos, não ter profissionais, não ter equipamentos públicos que possibilitem o atendimento dessa criança.

Não adianta nada também não possuir, na rede, em caráter regionalizado, num espaço regional para atender pólos, uma estrutura médico-hospitalar que cuide das demandas das consequências da anemia falciforme em média ou elevada complexidade. Não é disso que a população negra, que a população brasileira necessita. Essa questão precisa ser avaliada de forma mais apurada.

Eu vou concluir, Senadora, colocando o seguinte: a esse plano operativo, particularmente, vejo a importância da atenção das senhoras e dos senhores. Essa é uma grande contribuição que o Senado Federal pode dar. Ele precisa, no caso.

Estamos finalizando a etapa 2011 do plano operativo. Nós, da Seppir, dialogaremos com o Ministério da Saúde por meio – mas não somente – do comitê técnico de atenção à saúde da população negra, para, no caso, acompanhar e aferir a evolução, o cumprimento dessas metas e etapas.

Para a anemia falciforme foram previstos 18 milhões para 2008/2009, 18 milhões para no caso atender às necessidades em 2010/2011. Acompanhar o cumprimento dessas metas é algo importantíssimo. Discutir com as representações de saúde nos estados, nos municípios, é fundamental, porque as pessoas estão de fato morrendo.

E no País, nós temos, como já foi referenciado por Joyce, experiências positivas que demonstram que é possível fazer. Temos, no caso, marcos legais satisfatórios. E no que diz respeito à política nacional de atenção à saúde da população negra, nós estamos falando de uma simples portaria. Estamos falando de um conteúdo normativo que o Estatuto da Igualdade Racial incorporou e concedeu força de lei a um artigo especificamente – com incisos e alíneas – voltado para o cumprimento da política nacional de atenção à saúde da população negra, no Estatuto da Igualdade Racial, na Lei 12.288, de 2010. E temos, no caso, possibilidades de fazer cumprir e atender aos interesses e necessidades das pessoas com anemia falciforme.

Tanto é assim que o Estado do Rio de Janeiro é modelo no que diz respeito à descentralização, atendimento em variadas complexidades e também diagnóstico da doença. Há manuais pra tudo, inclusive pra tratar dos impactos oculares, odontológicos, enfim, das pessoas que vivem com anemia falciforme.

Esse alerta, esse chamado a Seppir, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial gostaria de deixar aqui para os senhores e as senhoras. E também, particularmente, eu gostaria de mais uma vez externar o meu contentamento de poder contribuir com esse relevante debate, neste plenário.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada à representante da Seppir, aqui no nosso trabalho, na nossa comissão. E quero registrar a presença dos Senadores que aqui chegaram.

Além dos Senadores Paulo Paim e João Durval, que já estavam presentes desde o início da reunião, temos aqui, agora, os Senador Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Ana Rita, Casildo Maldaner e Cristovam Buarque. Portanto, quero saudar a todos que aqui estão para debater essa importante situação da doença falciforme no Brasil e convidá-los a aqui permanecer, para participar e ouvir os outros representantes de entidades.

Vamos passar a palavra ao companheiro Altair Lira, Coordenador-Geral da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme.

O SR. ALTAIR LIRA – Bom-dia a todos e todas. Queria muito poder agradecer o convite à Federação Nacional das Associações para estar presente; e na pessoa da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim eu queria poder agradecer aos outros Senadores e Senadoras presentes.

É importante reafirmar dois tópicos prá gente. Atualmente, na televisão, são passadas muitas reportagens sobre as crianças que vivem nas ruas e não tem como lembrar o trabalho da Senadora Lídice na implantação do programa Cidade Mãe, lá em Salvador, programa referência com crianças que estavam nas ruas e crianças que estavam nos bairros. E ao Senador Paulo Paim, a lembrança da institucionalização do dia 27 de outubro, que também é o Dia Nacional da Saúde da População Negra, mas também o dia de fundação da nossa federação, como o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes. Então, em nome desses dois Senadores eu queria parabenizar a presença de todos.

Meu nome é Altair Lira, estou como coordenador geral da Fenafal, também sou conselheiro da CNPIR, Conselho Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial, que é um conselho na instância da Seppir, também do Comitê Técnico de Saúde da População Negra e sou membro do Grupo de Assessoramento de Hemoglobinopatia do Ministério da Saúde. Essa referência desse lugar onde estou ocupando pela federação é para referendar um pouco aquela fala que a Joice trouxe de um elemento marcante de 2003 para cá. De 2003 para cá não só a entrada do governo Lula, mas um reforço, uma posição que é a participação da sociedade civil no controle social das instâncias de políticas públicas. Esse é o elemento que precisamos sempre reforçar. Então, não estou aqui simplesmente como um pai, eu tenho uma filha de 12 anos, Marília, que tem anemia falciforme; não estou aqui somente como um pai, mas como alguém fazendo parte de um processo de construção coletiva. Então, todos os programas, esse programa que a Joice demonstrou, nós participamos, opinamos; o programa da Bahia nós participamos, opinamos, estamos construindo todos os programas e participando com essa posição de transformar essa realidade.

Eu gostaria de iniciar essa nossa fala com esse texto que está na introdução do livro *A Doença das Células Falciformes*, do Dr. Paulo Cesar Naoum. É um bioquímico de São Paulo.

Ele diz:

Foi justamente o negro africano, que ao padecer de uma enfermidade crônica e dolorosa como a doença falciforme, que contribuiu com a sua dor, com o seu sangue e com a sua morte precoce para o conhecimento científico mais importante sobre a bioquímica, fisico-química, genética e biologia molecular das proteínas.

Apesar de todo o progresso conseguido até o presente, os negros de todo o mundo, e em especial os brasileiros, não puderam se beneficiar das conquistas científicas e tecnológicas obtidas com o seu próprio sangue. Nossas políticas sociais, públicas e privadas, não conseguiram resgatá-los das condições sub-humanas para conduzi-los à cidadania plena.

Essa fala do Paulo Naoum é muito importante. Eu costumo falar que o Paulo Naoum não é do movimento negro, não é de nenhuma entidade. Ele é um médico, só que nesse livro ele conseguiu exatamente conceber essa ideia que é norteadora dessa discussão aqui no Senado, e que foi muito norteadora na discussão que fizemos na Câmara.

A Anhamona trouxe uma informação importante. O primeiro relato científico da doença falciforme foi em 1910. A doença falciforme é aquilo que nós falamos, é a base da genética clássica. Todos os estudos da genética, da hematologia têm a doença falciforme como base. Esse é o elemento fundamental que o Paulo Naoum coloca aí. Então, nós somos o quê? Objeto de pesquisa.

Durante um século se desenvolveram todos os estudos, mas, por outro lado, não se desenvolveram as políticas públicas de saúde. É impressionante. Vocês podem chegar e jogar na Internet a palavra "anemia falciforme", em qualquer buscador, vão aparecer mais de duzentas mil páginas; vocês saberão sobre aloimunização, saberão sobre úlcera de perna, vocês saberão tudo, mas a pergunta é: onde essas pessoas são atendidas? Então, isso é importante a gente poder analisar. Se nós não analisarmos isso, nesse tempo/espaço, nós vamos ficar achando que é mais uma doença. Não, ela é uma doença que estruturou a base científica, mas ela não estruturou a assistência.

A criação da Seppir, em 2003 e a transparência do sangue da ANVISA para o Ministério da Saúde foram bases fundamentais para em 2005 termos esse programa. Então, se nós imaginarmos 1910/2005, um século praticamente.

Então, o que estamos falando – e naquele meu primeiro *slide* eu falei da questão da reparação – é conceber esse tempo/espaço.

E aí o importante do tempo da nossa federação, que foi criada em 2001, em 27 de outubro, é pensar que, quando nós surgimos, o foco, o debate se dava na doença, doença falciforme, a anemia falciforme. Só

que nós aprendemos o seguinte. Todas as vezes em que se fala na doença, o interessante é combater a doença. Por isso é que sempre era: combate à anemia falciforme. Só que você não combate a doença genética. Esse é o elemento fundamental. Aí a Joice trouxe aquela informação sobre aquele evento que fizemos do Aconselhamento Genético. Toda vez em que você pensar em trabalhar a doença genética pelo âmbito do combate, você vai esquecer a dimensão da hereditariedade. Estamos falando de pessoas. Quando nós falamos em combate à dengue nós temos o mosquito fazendo a transmissão, na anemia falciforme como é que você combate, já que essa transmissão se daria por outros dois seres humanos. E aí nós temos exemplos, infelizmente, na nossa Bahia, de projetos que foram feitos que eram altamente de cunho eugênico. Em 2004, a eugenia, é altamente recente, ali presente. Então, qual foi o foco do nosso trabalho? Nesses 10 anos de federação vimos trabalhando na perspectiva de colocar a pessoa com doença falciforme no centro do cuidado. Porque também na nossa dimensão de saúde, toda vez em que se fala em pessoa pensamos na ideia de promoção de saúde. Pensar na ideia de cuidar do outro. Então gostaria muito que ao final dessa reunião não levássemos a ideia de que falamos em anemia falciforme, mas sim que falamos de pessoas com anemia falciforme. Somos quantos? Não sabemos. O Estado brasileiro nem sabe quanto nós somos. Somos 10 mil, 20 mil, 50 mil, mas nós somos pessoas que necessitamos desde a triagem neonatal, desde o teste do pezinho, até a fase adulta, em todas as fases precisamos de cuidado.

(Próxima, por favor.)

Nessa ideia da promoção da saúde, eu queria falar a última definição do Kruegel ele diz: "a promoção da saúde é a redução de danos que já cometeram grupos específicos da população. Por isso a nossa dimensão de reparação. Temos que pensar que temos uma dívida histórica com esse grupo populacional e que precisamos promover ações para reduzir esses danos.

Então, a intervenção era urgente. Por isso não falamos na ideia de como é que faz – infelizmente, ouvimos pessoas perguntando . Como é que faz para não nascer? Eu sempre digo. A minha primeira pergunta é como que eu faço para cuidar de quem está aí. Esse é o nosso primeiro debate:cuidar de quem já está aí. Cuidar de quem está necessitando do Sistema Único de Saúde, cuidar de quem está necessitando de atendimento e que muitas vezes não o tem.

(Próxima, por favor.)

Esse muro, essa imagem é muito interessante porque vem marcar uma posição muito forte para a gente.

(Próxima, por favor.)

Nesse lado, nós temos anemia falciforme, do outro lado também tem anemia falciforme.

Como foi colocado, aqui, nós temos uma situação que está em toda a sociedade. Mas nós temos que pensar que saúde não é uma situação de você não ter doença. Saúde está relacionada as condições socioeconômicas, está relacionada ao acesso ao nosso saneamento, à educação, à nutrição, ao trabalho.

(Próxima, por favor.)

Esse mapa... alguns mapas vão aparecer, eu pedi a colaboração da Joice, peguei, vocês vão ver que são iguais. Mas aqui é muito importante. E a Joice trouxe uma informação, não sei se todos perceberam, mas a Fundação de Anemia Falciforme de Gana lançou um dado extremamente sério: 600 mil pessoas, por ano, nascem com a doença no mundo; 500 mil no Continente Africano.

Falo isso, porque uma vez dialogando com o gestor, eu disse que a anemia falciforme deveria ter prioridade como a AIDS. Ele disse: Altair, a AIDS é mundial. Eu mostrei esse mapa a ele. Anemia falciforme está em todo o mundo. Este debate nós conseguimos fazer através do nosso trabalho junto ao Ministério da Saúde e com a Organização Mundial da Saúde, através da OPAS.

Conseguimos provocar para mostrar que nós não estamos nem mesmo na Organização Mundial de Saúde.

(Próxima, por favor.)

Esse é o dado que a Joice expôs, mostrando que o nosso diálogo, a nossa intervenção necessita, e aí a presença de todos os Senadores e Senadoras aqui é importante porque fica um questionamento: como é que está a atenção às pessoas com anemia falciforme no Estado de vocês? Como está acontecendo esse atendimento lá? Porque é uma doença que existe em todo o País. Então essa questão ela não fica encerrada aqui no Senado Federal.

Próximo, por favor.

Esse é um dado da Bahia que eu trouxe muito relevante. Já foi exposto aqui, mas de um outro modo. Pensar que nós temos casos da doença falciforme em toda a Bahia, é algo extremamente marcante. Temos casos dessa doença em 417 municípios. Então, quando penso uma política de saúde, tenho que pensar em uma política para todo o Estado. E aí vem um outra dimensão muito comum de se fazer à nossa população. As políticas de saúde são feitas dentro de uma dimensão do possível. "Eu faço o possível." E fazer o possível é oferecer migalhas.

Nós temos uma dicotomia fundamental no sistema público, que é trabalhar entre o possível e o necessário. Essa é uma dicotomia que a gente precisa romper. Fazer o possível é pensar: eu faço um atendimento para dez pessoas e estou muito bem, vou para casa e durmo muito bem. Só que, quando nós temos cinco mil, dez mil pessoas, o que temos que fazer? Fazer o necessário para atender todas. Não podemos sair tranquilamente para casa achando que atender dez nos deixa confortáveis. Este número, por exemplo, da triagem neonatal, 1.721 crianças, foi o que eu estava conversando aqui, essas crianças são triadas, o Estado identifica se ela tem anemia falciforme, mas a segunda pergunta: elas são cuidadas onde? Elas vão receber medicamento onde?

Então temos uma discussão: o Estado brasileiro não pode se dar ao luxo de fazer o possível. Ele tem que fazer o que está na Constituição: é dever do Estado oferecer saúde à população. Esse é um debate fundamental. Se não estabelecermos isso, vamos estabelecer aquela primeira discussão que o Paulo Naoum colocou, vamos ser objetos agora de saúde. Fomos objeto de pesquisa, agora queremos ser objetos de saúde. Não. Queremos ser sujeitos, cidadãos e cidadãs deste País.

(Próxima, por favor.)

Só mais cinco minutos ou menos.

É sempre bom mostrar a anemia falciforme. Falciforme porque a hemácia fica em forma de foice, ela toma o formato de meia-lua.

Este aqui é um gráfico que gostamos sempre de apresentar e que já foi dito aqui pela Mesa. E não vamos ficar muito repetitivos. A doença falciforme está inserida nestes quatro campos: doença genética, então temos uma preocupação muito forte com a forma que estabelecemos isso; hereditária, no sentido de que não trabalhamos só com a pessoa, temos que trabalhar também com a família; racismo institucional, esse é um fato, o Paulo Naoum colocou isso na fala dele; e a invisibilidade.

Não podemos considerar que hoje, em 2011, se este Senado, este plenário aqui não sabe o que é anemia falciforme, vamos falar uma coisa muito mais grave: profissionais de saúde estão saindo da universidade sem saber o que é anemia falciforme; profissionais de saúde estão à beira de macas, de leitos sem saber o que é anemia falciforme. Então essa invisibilidade histórica não pode ser considerada como uma coisa natural. Ela não é. Como eu disse, várias pessoas fizeram doutorado, mestrado em cima da anemia falciforme, viajaram para Cuba, Jamaica, Estados Unidos, fizeram suas pós, diversas pós, e por que hoje nós não sabemos? Então esta combinação entre racismo institucional e visibilidade histórica é um processo fundamental para a gente compreender: temos um desafio.

Lembro que, em 2001, quando fundamos a Fenafal, estava lá a Abigail Páscoa, militante do movimento negro do Rio de Janeiro, e ela trouxe uma faixa com a seguinte frase: "Temos que banalizar a anemia falciforme". Mas banalizar não é no sentido tradicional, não, mas no sentido de transformar como uma coisa comum do nosso dia a dia, falar dela o tempo todo, como falamos de dengue o tempo todo. Como é que podemos falar da doença genética de maior prevalência no Brasil e não tocar no assunto, não ter material? Então nós temos que falar na escola, temos que falar nos cursos, o tempo todo nós temos que trazer.

Fizemos, Senador Cristovam Buarque, em Salvador uma cartilha para professores: "Doença Falciforme: a importância da escola", mostrando como o professor pode auxiliar o aluno portador dessa doença genética crônica. Conseguimos transformar muito essa realidade nas escolas de Salvador, onde havia aluno que internava muito, que ficava muitas vezes dependente do sistema de saúde e não ia para a escola. Então nós conseguimos reverter isto, quer dizer, inserir em todos os espaços sociais.

(Próxima, por favor.)

Este aqui é para a gente mostrar, pelo fato de estarmos nesta Comissão, o impacto da doença falciforme na vida social dessas pessoas. Qual é a média de profissões, de ocupação dessas pessoas? Tanto as mães quanto as pessoas com a doença, ao não frequentarem a escola, ao terem uma baixa escolaridade, acabam sendo trabalhadores domésticos ou dona de casa ou aquele último gráfico, a última coluna, que é "não informou". Esse "não informou" é extremamente grave pelo seguinte: o "não informou" é aquela mãe que hoje está vendendo, amanhã está lavando, aquela que não consegue ter a mesma profissão o tempo todo.

A escolaridade: segundo grau incompleto – a maioria do nosso grupo.

(Próximo, por favor..)

Este aqui é o processo de falcização no qual não quero entrar em detalhes. Mas o próximo *slide* é muito importante.

(Próximo, por favor..)

Eu apresentei este *slide* na Faculdade de Medicina da Bahia. Quando eu perguntei aos estudantes de medicina qual parte do corpo era afetada, um falou que era a cabeça, o outro falou que era o fígado, e nós percebemos que eles não sabiam. Eu mostrei esse gráfico.

Aquela imagem é do aparelho circulatório, e eu mostrei todo o corpo, da cabeça aos pés. Dez por cento dos portadores podem ter AVC, principalmente entre 12 e 16 anos, úlcera de perna, mas a maior taxa de mortalidade se dá pelo sequestro de sangue pelo baço. A segunda, pela síndrome toráxica aguda. A minha filha já ficou no hospital durante sete dias, tomando morfina, que é um medicamento comum para quem tem a doença, pois as dores são extremamente fortes. Problemas renais, fígado, problemas oculares, nas articulações. E aí vem um outro desafio: quando vamos conversar com especialistas, ortopedistas, nefrologistas, eles também não conhecem. Nós estamos numa situação extremamente grave. Quando a Anhamona traz que é um problema de saúde pública é porque é um problema de saúde pública muito sério.

(Próximo, por favor.)

Essa é a nossa federação. Estamos em 20 Estados, com 40 associações. A nossa federação é um dos maiores movimentos do País. Essa capilaridade se coloca aqui à disposição dos senhores e senhoras. Nos Estados de vocês, querendo dialogar com uma associação nossa, nós estaremos lá.

Para encerrar, eu gostaria de trazer algumas palavras que são muito polêmicas. Uma é combate. Nós vimos aqui, nos requerimentos em que foi pedida esta reunião, que se usa, no tema, combate. A gente pede muito para não usar essa palavra. Nós não trabalhamos a ideia de combate; nós não trabalhamos a ideia de prevenção nem de controle de forma solta. Quando nós falamos prevenção, nós falamos prevenção de agravo; quando nós falamos controle, falamos controle das intercorrências. É importante a gente colocar essas palavras, porque elas são muito poderosas. Foram essas palavras que nos excluíram.

(Próximo, por favor.)

E, por último, eu queria deixar este texto. Comecei com o texto de um médico e vou terminar com o texto de uma médica. Dessa vez eu não quis recorrer a Abdias Nascimento, eu não quis recorrer a Kabengele Munanga, eu não quis recorrer a nenhum militante, a nenhum estudioso da área da questão racial. Eu quis trabalhar no campo médico para vocês perceberem como os próprios médicos estão observando a doença falciforme.

A Drª Lauren Smith, dos Estados Unidos:

Apesar de a anemia falciforme ser quase três vezes mais prevalente do que a fibrose cística nos Estados Unidos, os gastos com os pacientes com fibrose cística, incluindo-se aqui verbas públicas e privadas para pesquisa e tratamento, são quase nove vezes maiores do que para os pacientes com anemia falciforme. Não há dúvida de que a raça faz diferença nos Estados Unidos. A questão da raça tem sido intrinsecamente ligada com a anemia falciforme desde a sua descrição, em 1910. Apesar de ser pouco confortável contemplar isso, precisamos considerar a possibilidade de que, consciente ou inconscientemente, a prevalência da doença falciforme na população negra afete os recursos disponíveis não apenas para pesquisa, mas também para o cuidado médico desses pacientes.

Essa é uma médica que percebeu isso. O Dr. Paulo Naoum e agora a Drª Lauren Smith.

Essa é uma questão fundamental. Se nós não compreendermos que essa prevalência da doença na população negra – e o Senador Paim, desde o Estatuto da Igualdade Racial, contemplou essa discussão –, nós só faremos maquiagem em cima de uma doença. E nós precisamos de novo falar da pessoa, enfrentar o problema olhando para o rosto dessa pessoa, dizendo: "nós nunca fizemos nada por vocês; precisamos fazer agora".

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, quero registrar a presença de Nayt Junior, presidente do Movimento Negro Republicano do Partido da República.

Passo a palavra agora a Marcelo Monteiro, presidente nacional do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – Cetrab.

Quero registrar também a presença entre nós da outra palestrante, a Srª Zezé Motta, presidente de honra do Cidan, Centro de Informação e Documentação do Artista Negro.

Com a palavra, o Marcelo Monteiro.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Bom-dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar inicialmente a Mesa e esta Plenária. Como eu tenho alguns agradecimentos a fazer, vou cumprimentar esta Mesa e esta Plenária na pessoa da Drª Joice Aragão, que aceitou este nosso convite, esta nossa proposta de estar aqui, apresentando este trabalho.

Quero agradecer também à Senador Lídice da Mata, ao Senador Jayme Campos, ao Senador Paulo Paim, que aprovaram o nosso pedido, o pedido do Cetrab, Centro de Tradições Afro-Brasileiras, para a realização desta audiência pública, porque entendemos que é fundamental neste momento, no Ano Internacional dos Afrodescendentes, no séc. XXI, no terceiro milênio, reconhecermos que a doença falciforme, como disse Altair Lira, precisa ser falada em todos os cantos deste país e, quiçá, em todos os cantos do mundo para onde a diáspora africana levou a doença falciforme. Por

isso, quero agradecer, de pronto, a aprovação desta audiência pública.

O Cetrab vem falando sobre a doença, falando sobre todos esses trabalhos desde o Forafro, que foi o Fórum Permanente e Itinerante de Religiosidade de **Matriz Africana** no Brasil, que nós iniciamos em 2001, lá em Minas Gerais, e depois, em 2002, no Rio de Janeiro, e através das Comunidades Tradicionais de Terreiro.

O nosso trabalho sempre foi o de discutir políticas públicas para as Comunidades Tradicionais de Terreiro, e a doença falciforme também foi trabalhada durante esses encontros do Fórum Itinerante, como membros do movimento negro, como membros do movimento afrorreligioso e também do movimento de mulheres, por intermédio do Comdedine (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro), por meio do Cedine (Conselho Estadual dos Direitos do Negro), por meio do Cedim (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher). Por várias vezes, discutimos e participamos lá, no Rio de Janeiro, com a Drª Joice, com o Dr. Paulo Ivo, médico. Por várias vezes, trabalhamos e levamos a conscientização do tratamento da doença por meio das Comunidades Tradicionais de Terreiro.

Então, quero dizer que fico muito feliz, muito feliz mesmo, pelo fato de que os Senadores não só aceitaram o nosso pedido, como também acataram as nossas indicações: a indicação da Seppir, muito bem representada pela Anhamona de Brito; a indicação do Altair; a indicação da Drª Joice; a indicação do secretário da Bahia, que, na realidade, segundo a Drª Joice, é da Bahia, Minas e Rio de Janeiro, que faz hoje um excelente trabalho nessa área. Então, nós podemos aqui apresentar essa importância.

Eu quero dizer também que o nosso objetivo, o objetivo do Cetrab, que não entende dessas questões técnicas, nós não entendemos disso. O Altair, a Drª Joice, o Secretário de Saúde... Inclusive, nós temos aqui em Brasília um transplantado de medula, o Elvis, que é importantíssimo citar. Sinto por ele não estar presente.

Mas, o que dizer é que o nosso objetivo para a realização desta audiência pública, como instituição da sociedade civil, militante do movimento negro, afrorreligioso, movimento de mulheres que temos no departamento de saúde, atuante, o Cetrab está em 22 Estados, hoje, com associados, correspondentes que irão tomar conhecimento disso em seis países. Mas, o nosso objetivo sempre foi de envolver os Senadores, os parlamentares dos seus Estados na importância de parceria, de cobranças no processo de conscientização e as ações do tratamento dessas pessoas.

Hoje, como a Drª Joice mostrou, o maior problema que a gente vem conversando é a questão de gestão, de comprometimento políticos dos gestores. E nós entendemos que, neste momento, o Senado, as Assembleias Legislativas é que devem estar interferindo junto aos gestores para que haja um comprometimento político no tratamento dessas pessoas que estão espalhadas por todo o Brasil.

Portanto, eu digo que me sinto, em nome do Cetrab, em nome de toda a nossa assessoria que cavou isso, agradecer também à assessoria da Senadora Lídice da Mata, que foi bastante atuante, do Senador Paulo Paim também, para que nós conseguíssemos chegar até aqui e dizer que estamos ainda no começo. Nós temos um propósito de transformar o ano de 2012 no Ano da Conscientização da Doença Falciforme, com lançamento do material gráfico no dia 27 de outubro na Bahia, o Dia Nacional da Doença Falciforme. E que haja nesse dia a congregação dos 27 Estados, mais as secretarias de saúde, para falarmos sobre a doença, buscando não somente a conscientização como a realização das nossas ações.

A nossa vice-Presidente mandou uma intervenção. Não é possível que no Ano Internacional dos Afrodescendentes, instituído pela ONU, em 10 de dezembro de 2010, 101 anos do primeiro diagnóstico da anemia falciforme, que a falta de vontade política impeça, ainda, o avanço no tratamento das pessoas portadoras da doença falciforme.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Passamos a palavra agora a nossa última palestrante, a Srª Zezé Motta, Presidente de Honra do Centro de Informação e Documentação do Artista Negro – CIDAN.

Depois abriremos o debate. Já estamos passando a lista de inscrição para os Senadores que quiserem se pronunciar.

A SRª ZEZÉ MOTTA – Quero agradecer o convite e dizer que é uma honra participar dessa Mesa e que participo com bastante emoção, porque tomei conhecimento da doença anemia falciforme, com mais intimidade, por incrível que pareça, apenas em 2008. Eu ouvia cantar o galo, mas não tinha intimidade. Sabia que era alguma coisa séria mas eu não sabia que era tão séria.

Em 2008, fui convidada pela então Secretária de Direitos Humanos, Benedita da Silva, a assumir o cargo de Superintendente da Igualdade Racial, no Estado do Rio de Janeiro.

A primeira preocupação foi verificar quais as demandas, enfim, qual era a função de uma superintendente da Igualdade Racial. Fiquei um pouco assustada porque era tanta coisa... Tinha que cuidar da questão da discriminação racial, com relação aos negros, a

discriminação dos indígenas, dos ciganos; cuidar da carência dos quilombolas que são muitas, reuniões com a sociedade civil, cuidar dos assentados, dos pescadores, intolerância religiosa e, lá pelas tantas, me veio o tema saúde da população negra. Tomei um susto e na minha ignorância pensei: esse povo gosta de inventar história. Saúde é para todo mundo, pensei eu. Mas já que é para cuidar da saúde da população negra, vamos em frente.

Passei a buscar informações. Uma das primeiras pessoas que procurei foi a Drª Joice, procurei também o Dr. Paulo Ivo, e fiquei um pouco aliviada em saber que tinha gente capacitada já trabalhando nessa questão. Procurei também o Ministro da Saúde, na época, José Gomes Temporão, depois que me aprofundei sobre a gravidade dessa doença, pedindo a ele uma campanha nacional forte sobre o assunto. Uma campanha de conscientização para toda a população, porque realmente é necessário. O Ministro me tranquilizou dizendo que há havia dois seminários programados que iniciaria no Rio de Janeiro. Voltei de Brasília para o Rio de Janeiro bem animada.

O que percebi nos seminários foi que as pessoas que frequentam os seminários, são médicos, pesquisadores, portadores de anemia falciforme, e familiares indignados com a lentidão que esse caso é tratado. Eu saía pior dos seminários, Drª Joice, porque percebia que o negócio era muito mais sério. Você ficava vendo aquelas mães sofrendo porque perderam seus filhos por falta de informação. Houve um momento em que fiquei chorando por uma semana, porque vi na internet uma senhora que perdeu um bebê de 9 meses e ela dizia que "se eu soubesse, meu filhinho estaria nos meus braços, nesse momento".

Vi que o caso realmente era grave, e uma das providências foi aproveitar o espaço que eu tinha na mídia e pedir ajuda à mídia. Procurei o Fantástico, sem sucesso; Globo Repórter, indicou-me outro programa, dizendo que não era o caso. Procurei a produção da Ana Maria Braga, a resposta foi que esse assunto não tinha o perfil do seu programa. Agora eu pergunto: qual é o perfil do programa da Ana Maria Braga? Nada contra ela, mas é de ficar indignada esse tipo de resposta quando realmente não existe vontade, quando há falta de interesse pelo assunto.

O único programa que deu espaço, que conseguimos, no mês de novembro de 2010, foi o Sem Censura. Fizemos um pedido lembrando que estávamos, em 2010, a cem anos da descoberta do diagnóstico da anemia falciforme. A única porta que se abriu foi o Sem Censura. Foi impressionante a repercussão – é um programa que tem muita audiência – que tivemos lá na Suppir (Superintendência de Promoção da Igualdade Racial) por parte dos familiares e dos falcifórmicos; o quanto eles estavam gratos por se estar tocando nesse assunto.

Conseguimos também tocar no assunto em dois capítulos de uma novela que estava no ar, do Falabela. Encontrei-o em uma festa de São João, a gente tem que aproveitar todas as oportunidades, não é Drª Joice? A Alcione, a Marrom, é muito festeira e adora festejar São João. Eu nunca tinha ido e parece que eu fui levada, recebi uma iluminação. Pensei: Puxa, a Marrom me convida todos os anos para o aniversário, para o São João, para não sei o que e eu nunca vou. Este ano eu vou. Quem estava lá era o Falabela, que ia estrear uma novela. Por acaso, nessa novela, tinha uma clínica, um hospital, alguma coisa do gênero. Eu chamei ele em um canto, e eu não sabia dessa clínica na novela, e disse: Falabela, você vai fazer uma novela. A gente precisa falar sobre anemia falciforme. Arranja uma desculpa lá, um pretexto, inventa uma história. Ele falou: "Não, não precisa inventar. Na minha novela tem uma clínica, eu posso pôr essas palavras na boca da médica da clínica e tal". E, durante dois capítulos – e ficamos com pena de ser só em dois capítulos –, nós conseguimos que aparecesse um paciente que ninguém descobria qual era a doença que ele tinha e essa médica descobria e explicava. Se não me engano, ele fez questão que fosse uma médica negra. Essa médica, então, explicava para outro médico que a doença do paciente tratava-se de anemia falciforme e ficou-se discutindo o assunto em dois capítulos. A repercussão foi maravilhosa. Só que não está resolvido. Então a luta continua.

Quando eu penso que só tomei intimidade e só passei a me preocupar e sofrer por isso a partir de 2008, eu, que sou uma pessoa interessada, não é, Paim?, em todas essas questões, em todos os chamados...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me que eu diga: o primeiro debate do Estatuto da Igualdade Racial, ainda lá na Câmara, Zezé Motta estava presente.

A SRª ZEZÉ MOTTA – Nosso querido Paim sabe que eu atendo a todos. Ficamos tão íntimos na militância que, desculpe, eu esqueço do protocolo. (*Risos*.)

Eu fiquei muito preocupada, porque eu sou uma pessoa realmente preocupada com... As pessoas pensam que eu só penso na questão do negro, mas, na verdade, sou uma pessoa como todos nós aqui, preocupada com o ser humano, com a felicidade do ser humano, enfim, com a pobreza, com a doença, com a fome.

Então, fico pensando: se eu, que leio dois jornais, no mínimo, por dia, só tomei intimidade com essa doença em 2008, fico imaginando o resto da população.

Então, acho que essa coisa só dos seminários é muito pouco. Nos seminários, havia essas pessoas chorando, os pesquisadores e os médicos. E a grande população, vítima dessa doença, precisa ser conscientizada.

Foi isto que eu vim fazer, da primeira vez, em 2009: pedir ao Ministro Temporão uma campanha nacional, para conscientizar sobre os sintomas dessa doença. (*Palmas*.) As pessoas precisam saber que tem cura, que tem tratamento, que dá para conviver, que dá para sobreviver com anemia falciforme.

Para encerrar, eu queria lembrar que fico pensando que, se a população, de um modo geral, não sabe dessa doença... Já existe um percentual. A última pesquisa que fiz na Internet apontava 8% da população. Procede, Drª Joice?

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Sim. Da população toda com a doença?

A SRª ZEZÉ MOTTA – É.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – É uma resposta complicada porque ela dependeria de os Estados terem os cadastros nos seus centros de referência, e isso não se faz só para doença falciforme. Então, a gente estima, por conta dos pagamentos nos hemocentros, nas unidades, em torno de 40 a 50 mil pessoas com a doença.

Um dos problemas que a gente tem é que o Estado não se compromete a fazer um cadastro, porque isso seria comprometer-se a atender regularmente as pessoas.

Agora, a única coisa que me deixou não feliz, obviamente, foi saber que nenhum país tem, principalmente os Estados Unidos. Tem um número grande, mas eles não sabem também responder. Nesse processo de conhecimento da doença, a gente foi a vários países. A incidência a gente tem por conta do programa de triagem que pôde dar isso. A incidência dos nascidos. Agora, quantos vivos, a gente não sabe. Só sabemos que, depois que o trabalho do Rio de Janeiro começou a capacitar a rede, um quantitativo de pessoas diagnosticadas, adultas, acima de 40 anos, cresceu 300% no Hemorio.

A SRª SRª ZEZÉ MOTTA – Nossa Senhora!

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Então, o que era um grupo de 40 anos, pequeno, hoje é um grupo que está só crescendo.

Então, Zezé, números ainda não temos.

A SRª SRª ZEZÉ MOTTA – Não temos.

Durante todo esse processo de angústia com relação a essa questão, fiz um comercial sobre doença de pele. E comentei com o diretor do programa sobre anemia falciforme. Era até um projeto interessante, porque era um programa sobre todo o tipo de doença de pele, e esse vídeo ia passar nas barcas de Niterói, nos metrôs, enfim. Achei superinteressante e falei: "Vamos fazer um sobre anemia falciforme?" E ele disse assim: "O que é isso?" Tudo bem! Assim como eu não sabia até há pouco tempo... Falei: "Vou te passar cartilha sobre isso." "Vou perguntar para a minha esposa, porque ela é médica. Mas ela nunca me falou sobre isso." Depois eu estive com esse diretor, e ele disse: "A minha esposa não tem intimidade; ela não soube me responder, com intimidade, sendo médica, especialista em doença de pele, sobre anemia falciforme."

Então, para encerrar, fico me perguntando: se estamos nesse nível, imaginem quantos quilombolas, o que acontece nos quilombos com relação à anemia falciforme! (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Bom, quero registrar a presença, efêmera, porque passou, mas para ser justificada, da Senadora Vanessa Grazziotin, que participa, neste momento, de uma outra comissão, a Comissão de Meio Ambiente, onde se discute o Código Florestal, porque também é um debate muito intenso aqui nas duas Casas. Eu quero com isso justificar a ausência de alguns Srs. Senadores, e até possivelmente de alguns que aqui estão, porque nós temos diversas atividades que acontecem ao mesmo tempo.

Imediatamente, vou passar a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Eduardo Amorim, de Sergipe.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Bom-dia a todos! Bom-dia, Presidente Lídice da Mata, meus cumprimentos aos da Mesa, aos que estão ali na plateia, na audiência, Senadoras e Senadores.

Eu sou médico, fui Secretário de Saúde e dá para entender um pouco sobre a problemática do sofrimento e da indignação.

É impressionante como doenças, como a anemia falciforme e outras, conseguem atravessar os séculos, e a gente ainda vem nessa condição de audiência em audiência, de seminário em seminário, muitas vezes, na condição de pedinte ou de imploradores, para que coloquem no eixo, realmente, de prioridades ou que façam a lembrança dessa doença.

Falar que não se sabe quantos somos é realmente até perverso, eu diria, neste momento.

O objetivo dessas audiências, desses seminários é ouvir, compreender, levar a conscientização para aqueles que não têm; mostrar que o número é expressivo e, na minha opinião, o nosso país deve passar dos 100 mil casos. Porque o registro – como a Drª Joyce diz que tem – é de forma indireta: aqueles que não têm acesso, aqueles que não buscam o tratamento, ou aqueles que não têm como buscar o tratamento, padecem, falecem nas suas comunidades, nos seus

Municípios, nos seus povoados. Então, com certeza, na minha opinião, esse número ultrapassa de longe a casa dos 100 mil. E não é um número qualquer; é um número expressivo, grande e que precisa da atenção.

Conhecemos tudo sobre a doença, fomos capazes de dominar o conhecimento, todo o envolvimento genético da doença, mas parece que o mais fácil somos incapazes, que é elaborar políticas mais eficazes, mais decisivas sobre isso. O mais fácil, quando estamos com o diagnóstico na mão, somos incapazes realmente de tratar e de cuidar como deveríamos.

Então, por isso, como a senhora disse, Zezé, fica a indignação em cada momento desse que se vai. Mas perder a esperança, nunca devemos. Aprendi isso tratando e cuidando de paciente com câncer – eu sou médico especialista em dor, algologista, e sou anestesista –, e aprendi com eles que nunca se deve perder a esperança.

Momentos com este deverão acontecer em outras coisas.

Mas eu acho que a proposta também destas audiências não é só conscientizar, não é só alarmar, chamar a atenção para o caso; é também mostrar toda indignação para uma doença que conseguiu atravessar os séculos, como eu já disse, de compreender tudo, mas não dá mais para ficar nessa condição.

Eu acho que existe um Exército que nós temos neste país e que é subutilizado, e que poderia trazer todo esse quantitativo, não só da questão da doença falciforme, mas de qualquer outra questão que envolva a saúde, que são os agentes de saúde. Os agentes de saúde têm que ir de lar em lar – é a missão deles –, de casa em casa, bater à porta de família em família, no mínimo uma vez por semana.

Por que não – e aí a Drª Joyce pode até nos explicar – incluir nos agentes de saúde mais essa tarefa, mais essa missão, quantificando, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, em todos os cantos, quantos são e, com certeza, ficará muito mais fácil abordar e não ficar naquela condição de pedinte, de que não sabemos... A Bahia, pelo que eu vejo, tem um diagnóstico aproximado, mas nós poderemos ter um diagnóstico aproximado em todo o País se utilizarmos esse exército que temos: os agentes de saúde. E eu dizia isso à Presidente da República esta semana. Se ela quiser, ela terá um censo, real e concreto, no mínimo a cada dois meses: quantos somos, qual a nossa condição econômica, social, de saúde, educacional, enfim, a cada dois meses. É só dar um *palm top* – que hoje nada mais é do que um celular – na mão de cada um, treinar para isso – e aí incluir também a doença falciforme – e a gente vai saber onde estão, se estão ou não usando medicamento, se precisam ou não... E, depois, referenciar. Nada é impossível num mundo tão moderno e tão informatizado, com toda essa tecnologia de informação que temos hoje.

Acho que, se ainda não temos, é porque talvez não seja uma prioridade. Mas, olhe, não dá mais para ficar nessa condição.

Faço aqui uma sugestão, Presidente Lídice: para que se coloque realmente a questão da anemia falciforme nesse contexto, que o Ministério da Saúde leve esse problema, que capacite, que treine os nossos agentes de saúde para que eles... Conhecendo família a família, saberemos quantos são, onde estão e como poderão ser abordados e poderemos dar a eles toda a condição necessária.

Acho que, se isso não acontecer, infelizmente é porque não queremos tratar e cuidar, porque os meios e os recursos existem. É verdade que os recursos não são como deveriam ser, porque investimos em saúde muito menos do que investem o Paraguai, o Uruguai, a Argentina, falando do *per capita* e habitante. Não dá nem para comparar. Mas temos uma coisa que eu acho que poucos países do mundo têm, que é um exército que pode ser, com certeza, melhor utilizado se o treinarmos para isso, se o capacitarmos para isso. E nada disso é impossível no mundo de hoje, principalmente no mundo tecnológico, com toda essa rede que temos em todos os cantos.

Então, Drª Joice, fica aí esse chamamento e que os dados que a gente possa ter deixem de ser de forma indireta, através dos hemocentros, e sejam de forma direta, porque nós fomos buscar, queremos conhecer onde estão, quantos são e referenciá-los nos casos de necessidade. E conscientizar todas as famílias.

Fica aqui essa sugestão e me predisponho a me colocar e ser parte desse exército, sim.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Bom dia!

Primeiramente, quero agradecer e parabenizar a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paim por estarem realizando esta audiência pública, nos dando a oportunidade de conhecer melhor a doença.

Também quero aqui dizer que é muito bom ter uma Mesa tão qualificada como esta, que vem nos trazer informações importantes. E dizer, inclusive, para a Zezé Motta, como é bom ter uma pessoa como a Zezé, uma artista, que é muito conhecida, que tem a respeitabilidade do nosso povo, assumindo também essa luta. Isso é muito bom, porque ajuda na divulgação e ajuda também na mobilização do nosso povo e dos profissionais. Enfim, contribui muito. Então, parabéns para vocês e obrigada pela oportunidade!

Mas, na verdade, eu me inscrevi não só para parabenizar e agradecer a vocês, mas porque eu também tenho contato com pessoas que têm o problema da doença falciforme. Primeiro que sou do Estado do Espírito Santo, sou do Município de Vila Velha, e tenho companheiras de luta, professoras da área de educação, que têm se dedicado a divulgar a questão da doença falciforme.

Eu confesso que conheço pouco. Estou me apropriando de algumas informações a mais a partir dos materiais que tivemos para poder nos preparar para esta audiência. Mas como é importante ter pessoas que tenham interesse em divulgar! Infelizmente, nem todos conseguem assumir essa bandeira, fortalecendo essa luta de quem tem o problema da doença falciforme.

Então, eu me lembro de algumas companheiras de Vila Velha que, na verdade, têm se dedicado a isso.

Aqui, agora, uma colega de trabalho me passa algumas informações: "Minha família tem traços da doença. Tenho um sobrinho e uma prima com padrão genético SS". Pelo que sei, esse é um tipo de doença falciforme. Não é isso? Nesse caso, é preciso acompanhamento médico. "O problema foi detectado depois de alguns anos que as pessoas tinham nascido, porque elas tiveram outros problemas de saúde. Atualmente, sofrem dificuldade de atendimento por falta de especialistas na rede. O portador leva meses para conseguir uma consulta médica para fazer o controle da doença. Portanto, faz-se necessário um olhar especial das autoridades da área para o atendimento e acompanhamento desses casos."

Diante disso, eu gostaria de fazer duas perguntas particularmente para a Drª Joice. Infelizmente, não pude ouvir sua fala, Drª Joice, porque eu estava numa atividade da Via Campesina. Quando cheguei aqui, a senhora já tinha falado. Pode ser até que a senhora tenha de repetir o que a senhora já disse. Mas eu gostaria de saber como, hoje, o Ministério está se preparando ou se organizando para isso. O que o Ministério está oferecendo para a sociedade em termos de ações e de programas que possam favorecer as pessoas que têm a doença falciforme?

Faço outra pergunta referente ao Estado do Espírito Santo. Pelo que me disseram, na sua apresentação aqui, a senhora fez referência ao Estado do Espírito Santo. Então, eu gostaria que a senhora me encaminhasse essas informações, dizendo se o grau da doença naquele Estado é alto e de que forma podemos colaborar para que o Estado do Espírito Santo possa também desenvolver políticas que venham a atender às necessidades dessa população que tem a doença falciforme.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Paulo Paim, antes de...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Peço-lhe somente um minuto, Senadora Lídice. Desculpe-me por interrompê-la. Eu gostaria de dizer outra coisa que considero fundamental. Desculpe-me por passar à sua frente.

Vejo também que é importante investir na formação dos profissionais de saúde. No tratamento de várias doenças, muitas vezes, há dificuldade, como é o caso, por exemplo, da doença celíaca, sobre a qual tivemos oportunidade de fazer um debate no Senado, e da doença falciforme. Muitos profissionais ainda não estão preparados suficientemente para diagnosticar a tempo esse tipo de doença.

Também quero dizer que, no Espírito Santo, as comunidades quilombolas estão muito presentes. Há uma população negra forte no Estado do Espírito Santo, particularmente na região metropolitana. E, nos Municípios próximos, há comunidades quilombolas que também, possivelmente, devem sofrer desse tipo de doença.

Então, eu queria contextualizar um pouco a realidade que vivemos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Paulo Paim, vou sugerir, como um encaminhamento nosso, que, depois da fala dos Srs. Senadores, retornemos a discussão para a Mesa, que responde às questões e, ao mesmo tempo, encerra a discussão, a não ser que haja outro Senador que queira falar. Poderíamos proceder assim, em função do horário, para darmos uma dinâmica razoável aos trabalhos. Depois, podemos sistematizar algumas iniciativas que esta Comissão poderá tomar.

Com a palavra o Senador, autor do Estatuto da Igualdade Racial, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, meus cumprimentos à Senadora Lídice da Mata, que foi quem me procurou para que eu fosse o segundo signatário, o que fiz com muito orgulho. Parabéns pela iniciativa, Senadora Lídice da Mata! Segundo, pela forma como a Zezé se dirigiu a mim: Paim. Eu a chamo de Zezé também, e vou chamar vocês todos pelos nomes: Marcelo, Remona, Altair... Acho que essa informalidade é que nos dá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mona ficou melhor ainda. Acho que essa informalidade é que nos dá a oportunidade de falar para o Brasil sobre tema tão importante para o nosso povo e para toda a nossa gente.

Então, na mesma linha da Senadora Ana Rita, quero cumprimentar a qualidade dos expositores. Como é bom a gente ver os nossos líderes, aqui na mesa, falando com conhecimento profundo de um tema que a maioria do Brasil, de fato, não conhece, inclusive dando uma aula para nós, Senadores. Por isso, parabéns para o Roberto, parabéns para a Zezé, parabéns para a Joyce, parabéns para a Mona, parabéns Marcelo e parabéns Altair!

Tenho a alegria de dizer que fui o autor do projeto de lei que criou o Dia Nacional das Pessoas com Doenças Falciformes. Tenho aqui a época em que apresentei o projeto. Mas quando digo isso, como eu tenho muitos projetos, mais de mil na Casa, então, cada dia, no mínimo, é aprovado um projeto de minha utoria lá na Câmara ou aqui no Senado. Eu não sou o autor das ideias. Quero dizer que quem é o autor dessa proposta, como o de todas as outras, é o povo brasileiro. Foiu o Movimento Negro que me procurou, à época, e me apresentou o projeto pronto. Eu so o registrei, o carimbei, e aí o Paim ficou como autor do dia 27 de outubro. Parabéns pelo evento reunindo 27 Estados para debater o tema.

Mas, permita-me, Zezé, porque lembrei-me do nosso de um outro companheiro nosso – atriz global que nem você, global para mim é globo, é do planeta mesmo –, que foi o Norton Nascimento. Como foi bom estar com você e com ele no primeiro nos debates que fizemos na Câmara no primeiro momento em que estávamos debatendo o Estatuto da Igualdade Racial, política de quotas, enfim, ambos conseguiram espaço, conseguiram licença de suas emissoras e foram lá e fizeram um debate da mais alta qualidade.

Então, nesse momento, eu pediria uma salva de palmas para o Norton Nascimento, que perdemos, infelizmente faleceu. *(Palmas.)* Ele foi um lutador, porque sei que nem todos os negros, quando chegam num patamar, assumem a sua identidade e a sua negritude. Você e Norton são exemplos para que a nossa juventude siga com orgulho e, em todo lugar, dizer que é negro, como o outro diz que é branco, ou índio, enfim, quando fala de suas origens.

Lembro-me do Norton com muito carinho. Inclusive depois, saímos de lá e viemos almoçar no restaurante do Senado.

Quero dizer, Zezé, que quando fui candidato, em 2002, ao Senado, nós queríamos chamar a mídia de qualquer jeito para saber que o negro, operário e metalúrgico Paim era candidato ao Senado. Daí, nos disseram que a Zezé estava vindo para Porto Alegre. Fale com ela para que no *show* dela ela fale. Aí não sei como, nos fizemos, lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...uma atividade, sei que era do filho do Lupicínio Rodrigues, o bar tem o nome "Se acaso você chegasse", a Zezé foi, porque era convidada – eu é que entrei de carona no seu *show*. Daí, falaram para ela que ela tinha de citar o meu nome. Daí foi o Paulo Santana, que é teu fã, um grande colunista, e ela citou o meu nome. "Queria dizer a vocês que o Deputado Federal, vinculado ao movimento negro é candidato ao Senado". Foram palmas para todos dos lados. Estava tudo orquestrado.

Agradeço o apoio que você tem dado àqueles que você entende que merecem o apoio pela caminhada.

Sobre o tema – Estatuto da Igualdade Racial – , nos o construímos com um esforço enorme. Claro que não foi o ideal. Claro que, para muitos, ficou aquém daquilo que nós gostaríamos. Lembro-me de que, no Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado no Senado antes de ir para a Câmara, havia um capítulo quase que especial da doença falciforme, e foi retirado porque entenderam que não deveria. Mas, assim mesmo, no estatuto, tem um capítulo que trata da política que a Seppir e a Fundação Palmares estão olhando com muito carinho.

Recebi uma aula de vocês. Não quero nem fazer perguntas. Só o que acho que eu poderia aqui reforçar é que esta Comissão é uma Comissão muito importante. Aqui, na hora da discussão do Orçamento, passam as verbas para a saúde do povo negro. Então, que assumíssemos aqui um compromisso, tanto nesta Comissão quanto na de Direitos Humanos, da qual sou o Presidente, para alocarmos recursos. E aí faríamos uma parceria com a Seppir, de forma tal que uma parte desses recursos que nós podemos alocar no debate da peça orçamentária vá exatamente para – não é combate – darmos mais qualidade de vida a todas as pessoas que têm a doença falciforme.

Então, seria esta a minha contribuição, de falarmos com Jayme Campos – a outra Comissão eu presido – para que possamos contemplar, nas duas Comissões, em parceria com a Seppir e também com o Ministério da Saúde, verbas para investimentos, para que as pessoas com falciforme tenham mais qualidade de vida.

É esta a minha fala.

Muito, muito obrigado. Que bom ouvi-los! Foi mais uma aula para nós, Senadores, e para o Brasil. Vocês falaram para o Brasil.

Quero apenas dizer que nós todos temos esse compromisso; esse compromisso está no nosso sangue, na nossa alma, nos nossos corações. É a razão da nossa vida.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Como não estava previsto pela lista de inscrição, o Senador Paulo Paim era o último inscrito dos Senadores. Vou, então, passar a palavra de volta à Mesa e, depois, sistematizaremos as contribuições de todos.

Então, com a palavra a Drª Joice Aragão de Jesus, que foi diretamente solicitada.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Bem, vou por Estado. Senador de Sergipe.

Sobre essa questão que você propõe e traz, nós temos já formalizada a linha de cuidado em doença falciforme, documento oficial nosso. E ela começa justamente na atenção básica. Ela é a base para o diagnóstico e para a entrada. Ela tem um trabalho desenvolvido com o agente comunitário de saúde. Acontece que, se o Estado não tiver estrutura para dar tratamento às pessoas diagnosticadas...

Sergipe não faz ainda a triagem do pezinho. Você pode diagnosticar uma pessoa, mas a responsabilidade social é que, ao fazer o diagnóstico, você faça o cuidado. Então, onde já existe o programa de triagem, em que todas as crianças nascidas, na primeira semana de vida, tenham que fazer o teste do pezinho, a triagem neonatal, já temos esse programa. E dar continuidade ao tratamento.

Então, o que acontece? Essa estrutura de sair diagnósticos, centro de referência e participar na atenção básica envolve o agente comunitário de saúde. É definido o papel dele. Qual é o obstáculo? É uma decisão política de abraçar esse trabalho.

Os agentes comunitários são a base do nosso cuidado. O agente comunitário vai à casa das pessoas; isso que você citou, de acompanhar, de saber se está indo às consultas regularmente. Agora, se não houver uma rede preparada para absorver isso, o trabalho não vai existir.

Vou dar um exemplo para vocês, porque, coordenei a implantação do programa no Rio de Janeiro, que é um Estado pequenininho, como o seu Estado, apenas a população é maior. Quando se começou, daí foram surgindo os diagnósticos, mas ele tem para onde mandar e para onde prosseguir. E criaram-se ambulatórios regionais. Se você busca uma demanda, faz diagnóstico e não tem como acolher, fica um problema maior ainda.

Então, no Estado de Sergipe, nós não temos nem triagem neonatal.

Fui chamada a um encontro que houve, na semana passada, na Bahia, da Hemorrede, pelo diretor do centro, para ir lá conversar, porque há problemas na implantação. O meu papel seria a não implantação da triagem para a fase de doença falciforme. Ele tem o teste do pezinho, mas não faz. Seria trabalhar com eles a estruturação da rede.

Esse é o meu papel como Ministério, entendeu?

Isso que você fala é perfeitamente trabalhado por nós. Nós temos a linha de cuidado que começa na atenção básica e termina nos centros de referência e nas necessidades da alta complexidade, senão é jogar dinheiro fora com o diagnóstico e deixar a pessoa desamparada.

Então, a contribuição e a participação do Senador em Sergipe poderia, e muito, nos ajudar nas pactuações para que o Estado pudesse prosseguir. Se não é um estado total de abandono.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Essa é uma coisa inadmissível, incompreensível, Drª Joice, não ter e não colocar isso como prioridade. Deveria ser uma imposição.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Ainda mais em Sergipe...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É tudo fácil.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – ...do lado da Bahia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – E tudo fácil. Tudo relativamente muito fácil.

Se em Sergipe é assim, imagine em outros Estados com complexidades enormes, demográfica, territorial, enfim.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Exatamente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Quero chamar a atenção de que essa opção, eu acho que os entes federados não deviam nem ter. Deveria ser uma obrigatoriedade. Eles são obrigados, sim, a ter a rede, a ter assistência, porque não é nada tão complexo. E o que eu chamei a atenção é que a ferramenta dos agentes de saúde, com certeza, pode ser um diagnóstico para esse filtro, para essa coleta, para essa busca, porque é fácil, como a Senadora Ana Rita citou aqui, uma família que já sabe, e você começa a diagnosticar até pela proximidade. Até os parentes já sabem que têm.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Quando a gente faz a triagem, Senador, e é diagnosticada uma criança, faz parte do procedimento a família ser pesquisada. Se tem irmãozinho, faz do irmãozinho, do pai e da mãe, desde que eles consintam, porque há questões de paternidade, etc. É um processo. Tudo isso está escrito e equacionado. Tudo isso é proposto. Agora, a questão que eu trago aqui para vocês, Parlamentares, é esta: impor não adianta. Isso tem que ser pactuado. Se você chegar e disser: vai fazer, o gestor não está aí.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu acho que quando o gestor não tem o compromisso

tem que impor. E a lei é uma imposição. Quando não se tem compromisso, não se busca... É por isso que nós estamos sofrendo, é por isso que vocês estão vindo aqui, porque muitos não têm o compromisso ou não dão a importância que deveria ter. E, na minha opinião, não são apenas 50 mil. Esse número é infinitamente maior do que isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Eduardo, eu acho que nós poderíamos propor como encaminhamento desta Comissão, depois a gente sistematizaria... Uma ideia seria que nós fizéssemos uma indicação ao Ministério da Saúde para que no Conass fossem pactuadas com os Municípios e os Estados ações e recursos para ter essa realidade, porque os dados estabelecidos aqui...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – A estratégia elaborada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Exatamente. Os dados que foram mostrados aqui são chocantes para todos. Eu, por exemplo, vim aqui esperando que a Bahia fosse uma referência nisso e saio decepcionada em ver que a Bahia está muito atrás nessa questão que há muito tempo vem sendo discutida pelo movimento negro no meu Estado. Há muito tempo. Eu realmente não tenho um contato pela primeira vez com esse assunto, porque esse é um assunto cotidiano nas agendas populares da Bahia. Para mim, com o governo que temos e todos os compromissos que assumimos na área de saúde, foi um choque perceber que nós não temos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSB – SE) – Se na Bahia é assim, com todo esse trabalho, imagine onde não se tem...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Nos outros Estados.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSB – SE) - ...não se tem essa consciência, não se dá a importância merecida.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Espírito Santo.

Eu falei aqui, nós, do Ministério... A Senadora não estava aqui presente... Foi mostrar quais são as ações, como nós estamos organizados, o que estamos fazendo, quem avançou mais.

Eu só queria dizer que a maioria dos Estados... Eu conheço bastante a situação de cada Estado, com exceção de Santa Catarina, que eu falei, e Roraima. Quanto aos demais, além de conhecer o gestor, tenho uma intimidade. Com o Espírito Santo eu tenho muita, pelo seguinte: o Espírito Santo tem uma universidade, com a Drª Cecília Figueira, que comanda os processos para capacitar profissionais. Nós temos convênio com a universidade que é comandado pela Cecília Figueira. Então ela capacita. Nós já criamos; a universidade é o núcleo, para a discussão desse tamaninho: 72 Municípios. Agora, Vitória tem um programa. Onde está o problema do Espírito Santo? O gestor estadual, que espero agora mude. Porque a Secretaria... vou citar um fato que acho importante: algum tempo atrás – porque eu estou indo ao Espírito Santo trabalhar há muito tempo – a Fenafal provocou a ida do Ministério lá e eu não fui recebida. Só para se dar uma ideia.

Então, se eu não tenho um diálogo com a Secretaria, que é quem deve gerenciar todo o fato que você trouxe.. . O Espírito Santo tem uma coisa muito boa: na capital eu conheço oito hematologistas sensibilizados e trabalhando. No hospital Infantil, Drª Luciana, Drª Cecília Figueira, Dr. Marcos Daniel, Dr. Amin, e por aí vai.

São profissionais que estão ligados e vivendo. Tem uma associação de pessoas com doenças falciformes que me relata a todo momento. Então, nunca consegui um diálogo.

O Hemocentro do Espírito Santo – a gente avalia os hemocentros – está passando agora por um investimento em melhorias, para a gente não dizer que não tem o trabalho. Tem uma direção lá, um diretor técnico e tem que ter um rede em que as pessoas não fiquem sem ser tratadas. Eu recebo muito documento de usuário e eu encaminho. E acabo tendo resposta satisfatória. E encaminho para quem? Para os profissionais. Mas com a ausência da gestão estadual, fica difícil.

Nos dias 28 e 29 de setembro será promovido um seminário de doença falciforme no Espírito Santo, com recursos nossos do Ministério da Saúde, e profissionais capacitados. Em Vitória nós acabamos de fazer, pelo Ministério da Saúde, há dois meses, a capacitação da rede da capital. Ou seja, preconizado em assessorar, todo ele é feito. A presença da equipe e nós lá no Espírito Santo é muito frequente. Este ano é a segunda vez que nós vamos.

O que eu sinalizaria? Se o gestor estadual não assumir nenhum compromisso, aí fica inviável o trabalho. Como essa rede vai se falar?

O Rio de Janeiro, ali do lado, tem 92 Municípios e uma população muito maior. A incidência no Espírito Santo é de um para cada 1800 nascidos vivos. E o que me encanta lá é conhecer os profissionais hematologistas, na Santa Casa, no Hospital Infantil – o trabalho no hospital infantil, com a Luciana, é uma coisa organizada, cuidada. Agora, a população com doença falciforme é uma população mais vulnerável, mais pobre, com menor acesso, com menos educação. Não sou eu que estou falando, é o IBGE e a Secretaria de Vigilância da Saúde. Se eu tenho essa população no

Espírito Santo, ela não tem facilidade de locomoção... eu trabalhei um pouco em Cariacica, já estive lá, fazendo seminário. Os acessos ali são bem mais tranquilos. No meu entendimento, o Espírito Santo era para estar pelo menos no passo do Rio de Janeiro, que tem muitos complicadores. Eu não estou falando que no Rio de Janeiro é perfeito, mas, em termos de estrutura e de estar cobrindo e atendendo, isso está acontecendo, porque já responsabilidade do gestor com relação a criar essa rede.

Se a Secretaria sequer recebe o Ministério, eu não posso... o meu papel é dizer: o Ministério está aqui, demandem e nós respondemos.

Aproveito esta oportunidade para dizer que devemos articular. Eu acho que agora talvez esteja até se pensando, mas está muito distante de ter uma preocupação necessária.

Em relação às comunidades quilombolas, que eu acho foi citado pelo Senador Paim ou por você, elas precisam ser respeitadas nas suas especificidades. A gente não pode entrar lá e tratar do mesmo jeito que em outros locais. A gente precisa que a comunidade aceite. Na comunidade quilombola que pactuar com o Estado para fazer o teste do pezinho, o Programa Saúde da Família, que o outro Senador falou, entrará lá levando o teste do pezinho. Mas é preciso que haja a garantia do tratamento.

Muita gente estudou a doença falciforme nas comunidades quilombolas, e se deixou isso para lá. Hoje, não tenho dados sobre as comunidades quilombolas que estão sendo atendidas pelo teste do pezinho. A gente tem mapeado isso. Mas a dificuldade é a distância, a locomoção, o acesso para diagnosticar a doença e tratá-la. Existe doença falciforme nas comunidades quilombolas? Alguns trabalhos mostram que há a doença em algumas comunidades.

Esse trabalho requer um cuidado especial e um respeito à comunidade. Então, no momento em que o Estado do Espírito Santo assumir essa relação de respeito, vai ser preciso fazer o diagnóstico e entrar na comunidade. É diferente do que a gente faz para a população. A gente tem muita vontade de caminhar, mas precisa respeitar a diversidade das populações.

Acho que, basicamente, foram essas duas perguntas, não é? Está bom?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Obrigada por sua participação, Drª Joice.

Agora, passo a palavra, de lá para cá...

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Pode passar aqui, que tenho um compromisso...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Vou anotar como compromisso.

Eu lhe concedo a palavra, para que faça suas considerações finais.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Serei breve, Senadora.

Primeiro, gostaria de dizer que esta audiência foi bastante rica, produtiva, muito robusta e, inclusive, poética. Tivemos a oportunidade de ouvir o Senador Paulo Paim declamar alguns versinhos.

Eu gostaria de, neste pouco tempo, nestas considerações finais, fazer algumas referências à Drª Joice. Eu gostaria, inclusive, que a senhora aqui ficasse mais um pouco.

Para mim, esta audiência pública demonstra que o problema não está na decisão política dos gestores. A decisão foi tomada. Há um programa nacional. Existem políticas. Não estou falando de uma política, mas de políticas. Há legislação. A decisão foi tomada. O problema está na escolha que os gestores fazem em face das múltiplas decisões políticas que tomam. E aí a gente não pode, em qualquer hipótese, olvidar que os órgãos federais são efetivamente importantes, na medida em que servem como sinalizadores do que, na esfera dos Estados e dos Municípios, deve ser feito. Se o órgão federal, ao assumir a responsabilidade pela implementação de uma política, atender aos interesses de determinados públicos – aqui, estamos falando de interesses de maioria, de uma maioria negra – e não demonstrar, de forma perfeita e direta, que aquela ação é para valer, é prioridade, e que a questão é de saúde pública, as coisas não vão funcionar de forma devida. Esse chamado também é feito para mim, porque sou governo. Componho a Seppir, que precisa, além de induzir, acompanhar o espraiamento das medidas que foram, no caso, pensadas para atender aos interesses da população negra.

Então, se o órgão federal não apontar – eu estava dizendo isto para a Senadora Lídice da Mata – para a constituição de um cadastro nacional, a ser alimentado pelos Estados e pelos Municípios com os dados das pessoas que vivem com anemia falciforme, e esperar que os hemocentros nos Estados façam sua parte, dentro da esfera do que lhe é facultado, da esfera do que é possível, nunca essas informações chegarão de forma perfeita e necessária para que o órgão federal remodele as ações.

Então, nós, da Seppir, o Ministério da Saúde e esta Casa temos responsabilidades. O Senado Federal é um importante indutor, é um agente também de fiscalização das ações da Administração Pública Federal.

A Senadora Lídice da Mata apontou para a importância de se confeccionar uma indicação, para se tratar de questões mais positivas, para fazer com que o Ministério da Saúde e a Seppir reflitam acerca de

estratégias, a fim de que os direitos das pessoas com anemia falciforme sejam efetivados. Essa iniciativa é muito bem-vinda.

A constituição de um cadastro nacional é uma questão a ser apontada. O Senador Eduardo Amorim disse aqui que vivemos uma situação de saúde pública, mas que a busca ativa deve acontecer de forma muito mais constante. E isso é possível. Não há de se imaginar que o Estado do Rio de Janeiro tenha conseguido efetivar isso e que isso fique no espaço da facultatividade dos Estados. Não pode ser assim. E Sergipe, não. E que é responsabilidade de gestor. O problema está nas pessoas que ocupam determinados espaços. A Assessoria Técnica de Anemia Falciforme no Ministério da Saúde? Não. Não tem a ver com isso. Não está em vocês e também não está na população. O problema está justamente na escolha política que fazemos das várias decisões que tomamos.

Para concluir, eu gostaria de dizer o seguinte: vamos fazer uma reflexão: Por que os profissionais de saúde – pegando um pouquinho da fala da Zezé Motta, a quem saúdo, de maneira carinhosa, afetuosa – por que os profissionais de saúde, muitos, pouco sabem sobre isso? Sim. Por que esse conteúdo não é tratado na faculdade de medicina? Não é tratado na faculdade de medicina. E por que não é tratado? Porque o Sistema Único de Saúde não trabalha...Não demonstrou, nós, da esfera federal, não demonstramos, de forma estratégica e direta, como essa questão é prioridade. Então, não está nos currículos. Os currículos não serão remodelados, assim, de entendimento de uma pessoa iluminada não. A nossa escolha define caminhos.

Para concluir, dizer que o dia 27 de outubro, que é alusivo aos interesses das pessoas com anemia falciforme, é também o dia nacional pró-mobilização da Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra. Penso que a Seppir já coloca a Secretaria de Políticas para Ações Afirmativas da Seppir, aqui, à disposição.

Penso que precisamos conversar em caminhos e estratégias para melhor visibilizar essa questão.

Nós temos, na Seppir, uma responsabilidade, que é a de provocar o Ministério da Saúde para fazer uma avaliação das políticas que forma implementadas em 2008, 2009, 2010, 2011, em atendimento aos interesses da população com anemia falciforme, nos compomos o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, compomos esse agrupamento e estamos aqui à disposição do Senado. Pediremos também contribuição do Senado, nos momentos necessário, para fomentar reflexões salutares como esta.

Mais uma vez, agradeço o convite da Senadora Lídice da Mata, do Senador Paulo Paim, e externo os meus agradecimentos a todas e todos.

Obrigada.

A SRª JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Eu falei, aqui, sobre o cadastro do Rio de Janeiro, mas como a gente tinha um tempo... Eu queria dizer que Minas tem o cadastro de seis mil pessoas tratadas, muito bem organizado. Falei do Rio, por causa da minha ligação com o Rio. Mas tem outros Estados. Se eu tivesse de citar dois cadastros, hoje, benfeitos, com controle, inclusive onde estão as pessoas com o teste do pezinho, eu citaria...

O SR. **EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE) – Esse cadastro é estadual? Não existe interligação entre um e outro?

A SRª JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Qual?

O SR. **EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE) – O Rio de Janeiro cadastra, e as informações ficam para ele? Não há uma junção?

A SRª JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Há, porque nós fazemos essa junção.

O SR. **EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE) – Então, está na hora de criar um cadastro nacional.

A SRª JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Isso já está sendo feito. O que a gente não tem – é outra coisa que ela está sinalizando. O nosso trabalho para a criação do portal está todo encaminhado. Onde está o obstáculo? Eu tenho o cadastro de Minas, do Rio de Janeiro, mas cadê o de Sergipe?

O SR. **EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE) – Pois é.

A SRª JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Estou dando o exemplo porque você está aqui. Cadê Espírito Santo?

O Rio Grande do Sul – já que o Governador está aqui – tem dois focos de atendimento de anemia falciforme: HU, Hospital de Clínicas e Conceição. Esses dois não se falam. Entendeu? Não há aquela rede.

O SR. **EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE) – Isso não pode existir.

A SRª JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Então, o que acontece. Eu tenho a informação do HU. E do outro? Quando a gente vai sentar para tentar equacionar essa questão... Para nós, hoje, um dos trabalhos mais importantes é o nosso banco de dados e o nosso cadastro, que são alimentados.

O SR. **EDUARDO AMORIM** (Bloco/PSC – SE) – O SUS é um só. Existem partes de um todo. Não deve existir partes que não se comunicam...

A SRª JOYCE ARAGÃO DE JESUS – Não, não pode.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Nós não podemos entrar nessa burocracia, nesse formalismo prejudicial. Isso é um vírus que aumenta o sofrimento, por isso eu estou aqui, Drª Joyce. Conte comigo no que for possível. Agora, o que não dá é a gente, na era da informação... Se a Europa não faz isso, não é parâmetro pra gente. Que sejamos um bom exemplo. Eu não acredito que nenhum país europeu tenha o exército que nós temos, que são os agentes de saúde, que pode ser, realmente, um buscador ativo. Esse aqui tem todos os traços, como disse aqui a Senadora Ana Rita. E a gente sabe, é muito fácil. E o quantitativo, dentro do nosso universo, não é nada impossível, conhecermos família a família. Cinquenta, cem mil? É possível, sim, conhecer cada uma e buscar informação. É isso o que a gente deseja.

As coisas não podem estar interligadas, porque, vejam: se o gestor não quer, tem que ter obrigatoriedade. Ele tem que ter o compromisso de querer, sim; caso contrário, não serve para o sistema.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Continuando as despedidas – obrigada pela contribuição, Senador Eduardo –, vou pedir a gentileza aos senhores para dar, primeiro, a palavra às mulheres. A Zezé tinha pedido e vou passar para ela.

A SRª ZEZÉ MOTTA – Obrigada, Senadora.

Eu queria mesmo falar antes que a nossa representante Mona, da Seppir, se retirasse.

Mona, bem lembrada essa coisa do dia 27 de outubro. Bom, minha sugestão é que a gente saia daqui, realmente, com metas objetivas, que incluam a campanha nacional da anemia falciforme. E, já que temos aí o dia 27 de outubro, por que não o dia 27 de outubro, logo, já, para a gente começar essa campanha?

O ano vai acabar muito rápido. Acho que, em 2012, a gente podia pensar no dia da doença falciforme; 2012 como o ano internacional da conscientização da doença. (*Palmas*.)

Eu não queria deixar de passar esse recado para a Seppir.

Dr. Roberto, com a palavra para as considerações finais.

O SR. ROBERTO SCHLINDWEIN – Queremos, em nome da Fundação Hemoba e da Secretaria Estadual da Bahia, agradecer o convite. A participação foi riquíssima, foi riquíssimo o debate.

Tivemos, na semana passada, no dia 18, um encontro da Hemorrede Pública do Brasil, que ocorreu em Salvador, quando esse assunto foi levado à pauta. E causou, então, um impacto. Percebemos o interesse do Ministério da Saúde, através da Coordenação de Sangue, para que houvesse uma participação mais forte das unidades da Hemorrede dos diversos Estados na questão do atendimento a esse problema. Levamos esse assunto ao Secretário de Saúde, Dr. Solla, que se mostrou preocupado e solicitou que houvesse um agendamento de algumas reuniões para a condução da política da doença falciforme na Bahia, para torná-la mais eficiente, e rever o papel da Fundação Hemoba nesse processo, que atualmente é só de executor de atendimentos, de forma centralizada, completamente inadequada para a dimensão do problema no Estado da Bahia.

Então, esse atendimento e essa atenção devem ser descentralizados. Sem essa ação de descentralização não vai ser possível atender esse contingente e se fazer essa revisão da política.

Concordo plenamente com Ramona, que esteve aqui e que expressou sua opinião. Achamos importantíssima essa questão da informação para a gestão, que é o diagnóstico do problema. Que isso seja feito de uma forma centralizada; de preferência, um programa do Ministério da Saúde que permita uma conversa entre os Estados. É inconcebível que cada Estado tenha seu programa de informação. Há décadas temos os bancos que oferecem extratos nos locais mais remotos do País, e, no entanto, não se conseguiu estabelecer ainda o cartão SUS; ou um prontuário eletrônico, principalmente para essas doenças, que devem ser mais vigiadas através de todo o território nacional.

Além da informação para a gestão, uma rede assistencial que abrigue esse atendimento, que permita o estabelecimento de linhas de cuidado nas diversas complexidades. E, finalmente, informação à população. Uma população desinformada é uma população muito vulnerável.

Obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Eu passo a palavra, agora, para as considerações finais, aos companheiros Marcelo e Altair. E, logo após, volto à Mesa para propor os encaminhamentos para aprová-los, ainda hoje aqui.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Eu só queria, mais uma vez, agradecer a esta Casa, ao Senador Paulo Paim e à Senadora Lídice, e agradecer, também, ao nosso Grande Criador e aos nossos ancestrais que nos guiaram até aqui. Quando eu ouvi o Senador Eduardo Amorim aí é que eu fui me preocupar de que Estado nós estávamos falando: era Sergipe. E aí eu fiquei mais ainda feliz, porque entendi que nós estávamos certos em propor isso. Na verdade, nós temos uma filial do Cetrab em Aracaju; estive lá há um mês num seminário e tive a preocupação de perguntar como é que estava a situação da doença falciforme em Sergipe. E aí o presidente colocou para nós assim: "Olha, aqui não se fala em doença falciforme".

Eu falei com a Drª Joyce, e ela disse para mim que lá, em Aracaju, é um problema.

Então eu entendo... Veja, por favor, Senador, que o senhor entenda que quando eu digo que nós estávamos certos em propor... Quando eu disse na minha fala que a nossa intenção é fazer com que o Legislativo, que o Parlamentar possa intervir junto ao Executivo, para que existam, realmente, ações que sejam pontuais, que sejam fortalecedoras desse trabalho de conscientização, de capacitação, enfim, de todo esse projeto.

É nesse sentido que eu digo que estávamos certos quando pensamos em propor esta audiência.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Eu passo a palavra, agora, para o Altair.

O SR. ALTAIR LIRA – Bom, eu quero novamente parabenizar a ocorrência da audiência.

Lá na Bahia, no trabalho que fazemos em nossa associação, nós cunhamos uma frase que repercute muito: Que a anemia falciforme tem nome e sobrenome. O caso que a Zezé trouxe tem um nome, que é Sofia. A Sofia foi uma garotinha, que nasceu no Rio de Janeiro, e foi feito o teste do pezinho. E o local em que foi feito o teste do pezinho mostrou, identificou que ela tinha a doença e mandou um fax para o posto de saúde. O fax estava quebrado, o posto de saúde não recebeu. A mãe não recebeu o diagnóstico e, logo depois, a criança morreu.

Essa é a situação que a gente vai percebendo sobre a doença falciforme, que se trata de um grande descaso de compreender a seriedade do problema.

É por isso que nós queremos dar algumas sugestões aqui, Senadora Lídice. Uma delas é aproveitar a presença dos Senadores – o Senador Eduardo trouxe essa questão, a Senadora Ana – de fazer audiências nos próprios Estados. E nos colocamos à disposição, pela Fenafal, para colaborar – e acredito que a Joyce com o Ministério da Saúde também – para um debate interno. Porque há uma discussão da estrutura do Estado e da responsabilidade de cada Estado dentro dessa demanda.

Todos sabem que isso não é algo desconhecido. Essa é uma questão. E não tem nenhum gestor hoje, que esteja assumindo uma cadeira na Secretaria da Saúde, que não saiba que a anemia falciforme é um problema. E sabem os números dos seus Estados, porque a Joyce já esteve com essa apresentação aqui, dizendo de cada Estado o seu número.

Então um gestor que na Bahia, por exemplo, Senadora Lídice, sabe que lá tem a maior incidência do Brasil (1 caso para 650) e não diz: "Esse é um problema que eu vou sentar, agora, e vou resolver". E não "vou ver, talvez", e etc, etc. Vocês entendem? É uma situação muito séria.

Nós precisamos começar a pensar que as coisas têm que ter uma resolutividade maior, porque problemas acontecem. Nós vamos falar de falta de recurso, falta de pessoal, falta de capacitação, sim. Mas problema existe para ser resolvido. Problema não existe para ficar preenchendo relatório, para no final da gestão dizer: tive essas dificuldades. Se eu encontro a dificuldade, qual é a solução? A questão maior é que nós temos exemplos. Minas Gerais e Rio de Janeiro tinham dificuldade e resolveram. Então, há exemplos.

Uma das maiores coisas que acontecem nessa gestão do Ministério, no caso da coordenação de sangue, é possibilitar a troca de experiências, é possibilitar a ida de profissionais em vários Estados, trocando e mostrando como faz. Não é aquela situação. Não, ninguém sabe como faz. Sabemos sim, Podemos estruturar qualquer sistema dentro do sistema do SUS, como atender as pessoas com doença falciforme.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Só um minuto, Lídice. Está tão palpitante o tema e a gente não pode sair daqui de braços cruzados, de forma nenhuma. É com isso que não concordo. Não dá para ser da vontade do gestor. Tem de ser da obrigatoriedade dele. O Ministério da Saúde é a ponta, a reflexão. Nós temos que encontrar um mecanismo de impor. Se ele: "ah! no meu Estado não tem." Pode ter certeza que, depois dessas mensagens todas, tem que ter. Não pode ser da vontade do gestor. Na minha opinião, não é tão sofisticado e tão complexo abordar, cuidar, tratar e diagnosticar como outras doenças. E muito menos uma doença milenar, sua história é muito anterior à história da civilização. Então, não dá para ficar esperando a boa vontade dele, termos que convencê-lo, ele ter de estar sensível. Não. Ao sentar na cadeira, ele já tem de estar sensível, sim, porque é obrigação. E não dá para estar nessa condição de pedinte. Por isso eu acho que o Ministério, Drª Joyce, com todo o respeito, tem que ter. Para aqueles que não aceitam, temos que encontrar mecanismos de posição Isso é uma política nacional. O SUS é um só.

O SR. ALTAIR LIRA – Isso. Nós reforçamos a proposta da Senadora Lídice de construir essa indicação com o Ministério, dessa relação com o Conas, mas, principalmente, para pactuar indicadores. A gente precisa também saber trabalhar com os Estados sobre os indicadores. A informação sobre o teste do pezinho, tudo bem, a gente pode implantar a fase 2 do teste do pezinho. Mas qual é a cobertura? A cobertura da Bahia é de 80%. Então, 20% das crianças não fazem nem o teste do pezinho para saber se tem a doença.

No Amapá, a cobertura é de 60% da fase 1. Não faz nem a fase 2 nem a fase 1.

Qual é a cobrança? Qual é a responsabilização do gestor? Não tem. Então, nós temos um debate muito sério a fazer.

Por último, a Zezé tinha colocado a ideia, Senador Paim, eu queria ver um projeto de lei, o dia 19 de junho já foi instituído pela Organização Mundial de Saúde o dia nacional de conscientização sobre a doença falciforme. Ano a ano, vem crescendo o número de países que vem aderindo a esta data, 19 de junho, como o dia mundial de conscientização. Então, a gente devia implantar esse dia aqui, como a Zezé propôs.

Agradeço a todos. Espero que a gente possa sair daqui com essa mensagem dessa responsabilidade sobre a questão das pessoas com doença falciforme, de forma coletiva. Perceber que cada um aqui, no seu lugar, tem um papel, uma possibilidade de fazer. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice Da Mata**.** Bloco/PSB – BA) – Então, uma última frase que a Drª Joyce pediu e vou sistematizar aqui como uma proposta para análise dos companheiros.

A SRª JOICE ARAGÃO DE JESUS – Primeiro, quero agradecer pela oportunidade estar com vocês aqui falando de um trabalho que estou realizando há sete anos, enfrentando muitas tempestades, muitos obstáculos. Sou funcionária aposentada do Ministério da Saúde, sou da universidade e sempre estive no SUS trabalhando. Nasci na Bahia e me formei pela UFRJ. Vivo lá, tenho minha família lá e no Rio de janeiro. Estou neste trabalho aqui a partir da experiência de implantar o programa no Rio de Janeiro. Vim com o apoio de técnicos, de especialistas e, sobretudo e acima de tudo, da sociedade civil organizada, com quem eu sento e dialogo. Se vocês vêm aqui compor essa rede, nós temos hoje uma rede, no Brasil todo, de pessoas trabalhando pela doença falciforme, e trabalhadores do SUS. Nós agregamos tudo isso. Se vocês agregarem, acho que poderão nos ajudar em 50% dos nossos problemas, porque a falta de ação política nos locais faz com que a gente fique frágil. Vocês conhecem melhor os mecanismos de força política que acontecem e aí, tecnicamente, sobretudo honrando os princípios democráticos, que é ter igualdade e equidade no SUS, a gente precisa discutir todas essas questões pertinentes aqui.

Então, eu quero agradecer muito terem propiciado isso, o Senador Paim e a Senadora Lídice. Estou muito de estar aqui na Bahia, que é meu estado de nascença com Lídice e com o Roberto, que trabalha Hemoba, onde temos questões. Eu entendo que se deve dar, Lídice, um olhar especial, um processo de trabalho para a Bahia, mas para todos os outros estados também.

Quero agradecer e dizer assim: Olhem, simplesmente eu não posso prescindir do apoio dos parlamentares do Senado e da Câmara para a gente fazer o enfrentamento da doença falciforme e reforçar que saúde da população negra não é só doença falciforme, pelo amor de Deus. O Ministério da Saúde, a gente conseguiu, a equipe e o movimento social, trabalhar a doença falciforme. E não esqueça que os indicadores mostram que as demais doenças estão abandonadas neste processo de trabalho.

Muito obrigada, de coração. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata.Bloco/PSB – BA) – Eu quero agradecer a todos, especialmente agradecimento meu e do Senador Paim ao Setrab, que nos propôs a organização desta audiência hoje, que creio muito rica. Acho que esse tipo de audiência permite com que aqui nós já possamos discutir a situação com pelo menos 4 estados que permaneceram na nossa Comissão, na nossa audiência. Propor que nós constituíssemos, a partir desse grupo de 4 Senadores, um grupo de trabalho, que poderia ser uma frente parlamentar ou não, que nós conversássemos depois, mas que constituíssemos ações coletivas em relação à necessidade de sensibilização do conjunto do Parlamento e dos governos em relação à questão da anemia falciforme, que fizéssemos essa indicação ao Ministério da Saúde para que no Conas fosse feito um termo de pactuação entre estados e municípios com determinação das ações e dos recursos próprios para que nós tivéssemos este programa estabelecido em todos os estados brasileiros e pudéssemos constituir o cadastro nacional.

Perguntei aqui há pouco à Drª Joice se a única possibilidade de identificar a doença seria o teste do pezinho. Em, para aquelas populações que já estão na idade adulta, o que nós faríamos. Ela me informou, Senador Paim, que é um exame eletroforese de hemoglobina que na tabela SUS custa R$5,10. Portanto, absolutamente possível.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Factível de ser feito, ser executado e nós realmente podermos ter a constituição desse cadastro nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Estamos sendo vencidos pela burocracia. Portanto, vamos trabalhar contra a burocracia.

Foi também sugerido aqui que os parlamentares possam acompanhar essas pactuações nos seus estados. Aí, cabe a nós também definir como fazê-lo.

E uma outra, que é esta campanha nacional que foi discutida aqui, proposta, que em 2012 nós tivéssemos, transformássemos – isso pode ser feito, inclusive, com uma decisão nossa, um projeto nosso, um projeto de lei assinado por todos esses Senadores – o Ano Internacional da Conscientização da Doença Falciforme, nós pudéssemos propor, chamar a atenção, um ano nacional e depois propondo às instituições, à ONU, à Organização Mundial de Saúde que pudéssemos adotá-lo como um ano internacional da conscientização da doença falciforme.

Depois, nós temos neste ano, 2011 é o ano mundial das populações afrodescendentes. Deve acontecer no final do ano um ato aqui no Brasil, talvez na Bahia, é possível que seja na Bahia. Seria interessante que pudéssemos participar e levar até aquele momento àquele fórum essa necessidade de no ano 2012 já termos essa campanha internacional de conscientização da doença falciforme.

E, finalmente, eu queria propor que nós aqui, na nossa Comissão, pudéssemos fazer um requerimento à Presidência desta Comissão para que pudéssemos garantir uma publicação desse painel que nós tivemos aqui hoje para que nós pudéssemos transformar isso também numa forma de divulgar e de conscientizar todos os Senadores e todo o Brasil quanto a esta questão da doença falciforme.

Vou passar a palavra aos nossos Senadores para dizerem da sua concordância ou não e acrescentarem outras sugestões a essa finalização de reunião. Acho que nós não devemos fazer a reunião só para tomar conhecimento, mas também para propor ações. Reafirmo que tenho muita confiança no compromisso político, tanto do Governador Jaques Wagner como, especialmente, sobretudo, do Dr. Sola, que é um homem comprometido com a defesa da saúde pública em nosso País e, especialmente, da anemia falciforme. Vou acompanhar. V. Sª já destacou aqui que em última reunião o Dr. Sola já tomou a decisão de dar seguimento a este trabalho.

Deputado Paim, quero registrar a presença do Senador Walter Pinheiro, que esteve acompanhando outras Comissões. 1,54

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele disse que também anunciou ontem em plenário o debate de hoje promovido por V. Exª.

Senadora, eu queria dar, se possível, duas contribuições. Que saísse desta audiência pública – eu acho, até, para criar uma ciumeira nos outros estados. Por que não dizer que esta audiência pública deixou muito claro que se o Rio de Janeiro – e vejam bem, não é o meu estado – que se o Reio de Janeiro e Minas podem, porque os outros não podem? Que seja uma provocação positiva aos nossos governadores. Digo nossos governadores, naturalmente, independente de partido. Que esse exemplo seja seguido, um, e dois foi que na minha fala muito rápida de que é preciso que a peça orçamentária destine recursos para a saúde da população negra com ênfase – que a Drª Joyce falou muito bem – na questão da anemia falciforme. Chega na época de decidir as emendas do Orçamento nas Comissões, todos os setores nos preocupam e percebi que na última vez tive uma dificuldade enorme quando foi para destinar recursos exatamente para a saúde da população negra mas, assim mesmo, alguma coisa avançamos. Que ficassem essas duas recomendações, essa última como um compromisso da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos. Era só essas duas contribuições ao debate.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Passo a palavra ao Senador Pinheiro para saudar essa reunião.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Lídice, eu quero dizer da nossa satisfação de participar deste debate aqui. Eu, inclusive, até havia já anunciado na outra Comissão que eu estava sobejamente bem representado...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ... aqui por V. Exª e pelo nosso companheiro Paulo Paim que, em virtude, meu caro Altair, até tínhamos falado ontem pelo famoso torpedo, como nós estamos vivendo tudo aqui ao mesmo tempo agora, então, enquanto eu representava a Lídice ali na Infraestrutura, nas sabatinas e nas florestas...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – É verdade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ela aqui cobria a nossa parte nessa área. Nós estávamos com Marina aqui debatendo o Código Florestal. Depois, eu fui relator ali de um processo de sabatina. Mas eu quero dizer, Senadora Lídice, da importância dessa audiência e essa vinculação que o Senador Paim faz aqui em relação à questão orçamentária, deixando claro para todos os palestrantes que do ponto de vista da intervenção, Zezé, para que a peça orçamentária já venha – e deveria ser o mais correto, eu disse isso à Ministra do Planejamento, na reunião que fizemos ontem – que há uma distorção enorme nessas coisas. O Ministério manda a peça orçamentária, aí os Ministros vêm para o Congresso para tentar arrancar no Congresso aquilo que não conseguiram arrancar na equipe econômica ou na equipe de planejamento na esfera ministerial. É uma espécie de grau de recurso, que é basicamente a nossa tarefa. Eu, coincidente-

mente, sou o relator do PPA 2012/2015 e por isso é que estava nessa reunião ontem.

E a gente termina fazendo, e é fundamental, Drª Joyce, a gente termina fazendo uma espécie de tentativa de correção de orçamento de orçamento dos Ministérios. Eu ainda acho que isso é um equívoco, mas é uma coisa que nós temos que fazer, senão é complicado. Até porque nós temos direito a emendas e seria um absurdo se nós não adotássemos isso. Então nós não teremos mais tempo nenhum para discutir com o Governo mudanças no orçamento que deve chegar, a peça orçamentária chegará a esta Casa na semana que vem. Há inclusive uma entrevista marcada já da Srª Ministra Miriam Belchior anunciando o dia 1º, na quarta-feira, e as duas peças devem ser entregues.

Então seria importante que a gente pudesse de certa maneira, a partir desta audiência, pontuar o que nos interessa, para que, enquanto Comissões, aqui na Casa, nós possamos trabalhar no sentido de ir ao encontro dessa peça orçamentária para mudá-la e do próprio PPA.

E aí eu quero chamar a atenção, Paulo Paim, não sei o motivo da sua referência ao Rio de Janeiro, mas eu quero salientar uma coisa que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu sei, eu estou brincando.

Mas eu quero salientar uma coisa positiva nisso. É óbvio que para nós, da Bahia, e aí, sim, a Bahia foi pioneira nisso, na medida do trabalho inclusive da sociedade civil. E aí é importante quando a associação vem aqui...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Mas nós estamos atrás aqui nos depoimentos, viu, Pinheiro? Nas ações de saúde nós estamos atrás.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas do ponto de vista da mobilização foi muito importante o papel. E aí eu estou vinculando o Rio de Janeiro, porque quem efetivamente abraçou isso com a gente foi a Fiocruz. A Fiocruz teve uma participação; o nosso companheiro Miter Maia (?) por diversas vezes até caminhou com a gente ali no dique, diversas vezes. Aproveitava para queimar umas gordurinhas localizadas e, ao mesmo tempo, dava apoio ao movimento. Mas deu sem nenhuma... Ele, o próprio Barralzinho (?), a estrutura da UFBA. Nós conseguimos... Agora é necessário ir além desse apoio da Fiocruz, porque eu acho que esse é que é o ponto. O Ministério modificou a sua forma de atuar nisso, mas isso tem que entrar na ordem do dia. Nós ainda temos experiências pontuais. Ali é o Dr. Gildásio quando identifica um processo na UFBA, vai alguém...

Eu vou colocar um negócio aqui, Senadora Lídice, que me chamou a atenção na época. O Gildásio uma vez, na própria identificação dessa doença -, ainda que na Bahia a gente tenha em muito mais intensidade por conta exatamente da nossa população -, ele me chamava a atenção para uma identificação a partir de um tipo de doença que todo mundo classificava como sendo só um problema, uma erisipela, um problema na perna, e que as pessoas sequer tratavam aquilo como anemia falciforme. E eu estou falando isso até por conta de uma pessoa da nossa convivência, do nosso círculo familiar, que procurei para dizer: mas isso aqui é anemia falciforme? Ele disse: é. Então o grau de desconhecimento, a forma como isso é tratado na rede pública... Não é irresponsabilidade, é falta de política pública, de você adotar isso enquanto uma política central.

Por isso é que eu acho que a gente pode fazer essa pressão aqui de completar... Eu várias vezes fiz emenda minha individual, várias vezes pressionado lá pelo Gilmar, o Gilmar Santiago, Vereador em Salvador, e que trabalha muito com a turma da associação. Sempre fiz minhas emendas, mas não dá para tratar isso, ainda que a emenda do Senador, do Deputado seja importante, ajude, mas é no varejo, é no varejo. A gente pode pegar essas emendas para complementar, mas a gente tem que fazer a estruturação da nossa ação nessa área.

Foi isso que eu discuti ontem com a Ministra Miriam Belchior. E essa, Lídice, é a minha alegria com relação ao novo PPA. Não vamos pegar o PPA aqui e esquartejá-lo como varejo. É como se ele viesse enquanto espinha, estrutura central e fôssemos encaixando as devidas costelas nessa espinha dorsal para gente ter oportunidade de estruturar.

Essa é uma área que a gente pode fazer isso. Cheguei a conversar isso ontem com o Mozart, do Ministério da Saúde, que estava aqui ontem na Casa. Eu falei: Mozart, você precisa nos ajudar nisso. Isso não pode ser tratado como um apêndice no Ministério da Saúde. Ainda disse a ele que isso lembrava a luta com o negócio da LER, mas isso é bobagem e, nesse particular, muito pior, porque a estrutura vai se estabelecendo sem uma base de formação, de atendimento, de acompanhamento que nos assusta.

Por isso, ontem à noite fiz questão de saudar essa audiência, lamentavelmente por diversas frentes aqui na Casa, estava na Comissão de Ciência e Tecnologia e depois na Comissão de Infraestrutura e a gente vai trabalhando nisso. Um dos motivos que me liguei muito a esse projeto foi exatamente a minha relação na área de ciência e tecnologia com a Fiocruz que nós a vida inteira batalhamos para um processo cada

vez maior de desenvolvimento, pesquisa e soluções para esse caso.

Quero dizer aqui para as senhoras e senhores que, de nossa parte, tem total apoio e V. Exª que é da Comissão de Orçamento e que vai participar com a gente do núcleo de definições já no mês de setembro agora, vamos fazer, Paulo Paim, dez audiências públicas pelo Brasil discutindo o PPA, uma delas deve ser no Rio de Janeiro e vamos espalhar duas audiências por regiões, nas cinco regiões do País e um dos pontos centrais será exatamente essa conversa prévia com cada comissão na Casa para que possamos entender e absorver como o resultado dessas audiências públicas pode ser transportado, tanto para a peça orçamentária quanto para o PPA para darmos consequência. A partir desse debate, a contribuição de vocês, a experiência de vocês, o que tem vivenciado, como materializamos isso nas duas principais peças que são para esse ano a LOA e nosso PPA até 2015.

Essa é a contribuição que gostaria de deixar aqui Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Contribuição muito bem vinda, Senador Walter Pinheiro e que nós ficamos felizes – e já ia me referir quando Pinheiro chegou - que justamente essa questão orçamentária poderia ser tratada com ele, que além de ser Relator da PPA é também o coordenador pelo Governo da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, permita-me apenas explicar para o nosso querido Senador Walter Pinheiro que o caso do Rio de Janeiro e de Minas foram os mais elogiados e onde está efetivamente – essa é a impressão que nós Senadores tivemos – que está avançando e que nos outros Estados não está, foi o que ouvi dessa mesa todo.

Então, até para criar uma ciumeira lá no meu Rio Grande - e lá somos governo – ela diz que tem dois hospitais que tratam do tema, mas não falam entre si no meu Estado. Então, que a gente saísse dessa audiência também falando a verdade e o que foi dito aqui que no Rio de Janeiro e em Minas as coisas estão funcionando...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Esse caso da Bahia que citei é isso. O Hospital das Clínicas trata isso mas não temos sintonia com a Cesab

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi só isso. Ciumeira meio exagerada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Exagerada não mas necessária para que possamos cobrar em cada Estado as medidas.

Agora me cabe na Presidência desta Mesa, encerrar a reunião...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Srª. Presidente, faltou fazer minhas considerações.

Queria apenas fazer uma sugestão e um pedido: vamos levar para o Ministro o que foi decidido aqui, até para ajudar a Drª Joyce, levar, Senador Paim, que vai se colocar sim, vai se priorizar nas duas comissões isso para que ele saiba que estamos sensibilizados. Acho que, fazendo isso, mostraríamos ao Ministro que estamos procurando fazer a nossa parte. Também queremos que o Ministério continue fazendo a parte dele, que continue realmente acabando com essa ciumeira que existe no âmbito regional. Fui informado de que, no meu Estado, também existe uma briga entre entes federados por quem vai ficar com algum tipo de exame. Isso é lamentável, lastimável. E o doente paga por isso, o paciente paga por isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídicie da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Eduardo, nós poderíamos, com base naquele documento proposto, marcar uma audiência com o Ministro para entregar...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Marcar com o Ministro e convidar as pessoas da Mesa para nos acompanhar, a fim de levar tudo isso e mostrar que estamos fazendo a nossa parte.

O pedido vai para o Senador Walter Pinheiro, já que ele está encarregado dessa missão. Esta semana eu disse à Presidente da República que, quando nós apresentamos uma emenda, se eu destino para o Ministério da Agricultura, vai dinheiro novo para o Ministério da Agricultura, mas, se eu coloco para o Ministério da Saúde, não vai dinheiro novo, tira dinheiro do Ministério da Saúde, do próprio orçamento. Por que não engordar o orçamento da Saúde quando a gente colocar essas emendas? Por que o Ministério que mais precisa de recursos não poderá ter essa injeção nova? Então você, Walter, que está muito próximo da equipe econômica agora nessa sua nova missão, nos ajude. Se vai dinheiro novo para a Agricultura, para o MDA e para tantos outros Ministérios ao colocar uma emenda... Muitas vezes deixo de colocar uma emenda para o Ministério da Saúde porque sei que, ao fazê-lo, estarei retirando recursos de um lugar que talvez precise mais dele, já que os recursos estão bem aquém do que necessitamos.

Fica aí, Walter, a sugestão. Ajude-nos nessa missão.

A SRª PRESIDENTE (Lídicie da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Eduardo Amorim.

Ao encerrar esta reunião, convoco V. Exªs para a 28ª Reunião Extraordinária da CAS, a realizar-se amanhã, quinta-feira, dia 25 de agosto de 2011, às 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos, do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Morazildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Cristovam Buarque, Eunício Oliveira, Benedito de Lira e da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, que "dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas", em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2011-CAS, de iniciativa do Senador Eduardo Amorim, com a presença dos seguintes oradores: Marcio Milan, Vice-Presidente de Relações Políticas e Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS, Representante do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Senhor Antonio José Domingues de Oliveira Santos; Wanderley Coelho Batista, Analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Representante do Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade; Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; Zilda Maria Faria Veloso, Gerente de Resíduos Perigosos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; Carlos Zaim, Direitor da Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais - ABBAI; Delile Guerra de Macedo Junior, Assessor de Relações Institucionais do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores – SINDPEÇAS, Representante do Presidente do SINDIPEÇAS, Senhor Paulo Butori. Justificaram ausência os seguintes convidados: Marilena Lazzarini, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC; Erasmo Mario Jesus Martinez, Presidente da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania – ABRADEC. Às dez horas e vinte e sete minutos assume a Presidência o Senador Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PLS nº 714, de 2007 que dispõe sobre o recolhimento e o destino final das pilhas e baterias usadas, em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2011, da CAS, de iniciativa do Senador Eduardo Amorim.

Quero convidar para fazer parte da Mesa os oradores participantes desta audiência pública: o Sr. Márcio Milan, Vice-Presidente de Relações Políticas Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados – Abras, representante do Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, que é o Presidente da Confederação Nacional de Comércio, de Bens e Serviços de Turismo que se encontra presente e convido para fazer parte da Mesa.

Convido o Sr. Wanderlei Coelho Baptista, Analista de Políticas de Indústria da CNI, representante do Sr. Robson Braga de Andrade, que é o Presidente da Confederação Nacional da Indústria. *(Pausa).*

Convido o Sr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica.

Convido a Srª Zilda Maria Faria Veloso, Gerente de Resíduos Perigosos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e Representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. *(Pausa).*

Pergunto se se encontra aqui presente o Sr. Carlos Zaim. V. Exª está convidado a participar da Mesa porque é Diretor da Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Indústrias.

Convido Delile Guerra de Macedo Junior, Assessor de Relações Institucionais do Sindipeças, representante, neste ato, do Sr. Paulo Butori, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores – Sindipeças.

Consulto a Secretaria da Comissão se as demais pessoas que foram convidadas, conforme relato aqui, justificaram as suas ausências e não vieram. *(Pausa).* Agradeço.

De acordo o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

1) Os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Senadoras inscritos.

2) A palavra será concedida aos Senadores e Senadoras na ordem de inscrição.

3) Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Quero, nesta oportunidade, iniciar dizendo que o PLS nº 714, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, define como deve ser feito o recolhimento e o destino final das pilhas e baterias usadas, uma questão complexa para o meio ambiente, considerando-se que esses produtos devem ter o seu destino adequado e, de acordo com o projeto a ser votado pela Casa em decisão terminativa, os estabelecimentos que comercializam pilhas, baterias deverão receber dos consumidores as unidades usadas que, depois, deverão ser recolhidas pelos fabricantes ou importadores.

Pelo texto, esses estabelecimentos ficarão obrigados a instalar coletores em loca visível e de fácil acesso aos consumidores. O projeto estabelece ainda que o rótulo das pilhas e baterias deverá informar ao consumidor sobre a correta devolução das unidades usadas.

O requerimento para a realizaçao desta audiência pública, como bem disse, é do Relator da matéria, Senador Eduardo Amorim, que se encontra presente e, certamente, vai conduzir esta audiência até porque nós temos um compromisso e, neste caso, particularmente, gostaria de pedir a V. Exª para que presida esta audiência pública. *(Pausa).*

Na ordem de inscrição, ou seja, como a Secretaria definiu, concedo a palavra ao Sr. Wanderlei Coelho Baptista para sua exposição.

Vamos, inicialmente, conceder um prazo de dez minutos. Eventualmente, poderá até ser por cinco minutos se V. Sª conseguir traduzir suas observações. A Mesa ficaria grata eternamente.

O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – Bom dia a todos.

Em nome do Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI, agradecemos o convite do Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos fazer uma breve apresentação sobre a posição da CNI em relação à questão da logística reversa. Por favor, pode passar.

Sinteticamente, o que a gente pode falar em termos de logística reversa? O art. 33 da Lei 12.305, de 2010, inciso VI, traz os materiais que são objetos da logística reversa, quais sejam: agrotóxicos e seus resíduos, embalagens, pneumáticos, pilhas e baterias, óleos e lubrificantes usados, seus resíduos e embalagens, lâmpadas contendo mercúrio, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, produtos cujas embalagens constituam resíduos perigosos. Próximo, por favor.

Além disso, no art. 33, § 1º, há extensão da logística reversa. Para quê? Para embalagens plásticas, metal e vidro e demais embalagens e produtos com a condição de que haja viabilidade técnica e econômica para se fazer a logística reversa. Próximo, por favor.

Agora, pontualmente, vou pegar cada um daqueles materiais para a gente mostrar como é que está o estado da arte disso no Brasil e a revisão da CNI.

Inicialmente, agrotóxicos, seus resíduos e embalagens. Ela já foi resolvida pelos setores, é regulada pela Lei 7.802, de 89 e o Decreto 4.074 de 2002, tem uma gerenciadora única, o Ipeve que é conhecido no País como um todo. Há 412 unidades de recebimento espalhados pelo País e tem um índice de reciclagem maior do que 94%. É considerado o *best case* de logística reversa no mundo. O melhor de logística reversa do mundo é esse sistema, é brasileiro. Próximo, por favor.

Pneumáticos. Regulamentada pela Resolução Conama nº 416, de 2009, possui uma gerenciadora única a Reciclanip. São 1.894 pontos de coleta pelo País, há um salto quântico muito grande que eles deram no último ano, reciclou mais de 1 milhão, 710 mil toneladas de pneus velhos, o que equivalente a 342 milhões de pneus inservíveis de carros de passeio. Próximo, por favor.

A questão de pilhas e baterias. Regulada pela Resolução Conama nº 401, de 2009. O início da implantação da logística reversa da Resolução se deu em novembro do ano passado, uma coisa bem recente e também temos aqui os locais de recolhimento, assistência técnica, revendedores autorizados e comércio.

Como é um assunto que muito afeta a ABIN, o Dr. Humberto Barbato deve dar mais detalhes a respeito do tema. A gente só está passando, dando a condição do que está acontecendo hoje em termos de logística reversa no Brasil. Próximo, por favor.

Óleos e lubrificantes usados e contaminados. Regulada pela Resolução nº 362, de 2005, é bom chamar a atenção de que a logística reversa para esse material existe desde a década de 60. Há mais de cinquenta anos que o Brasil faz a logística reversa de óleos e lubrificantes. É interessante para o País porque somos importadores desses materiais que são materiais nobres. Possui várias coletoras e refinadoras, uma coordenadora nacional que é o Sindirefino e tem um índice de reciclagem de 25%, mas isso é devido a outras questões e, a gente sabe que vai melhorar ao longo do tempo, mas é um índice de reciclagem respeitável.

Próximo, por favor.

Bom, o que a CNI pensa em termos de Logística Reversa no País? Quaisquer que sejam eles – e nós temos que deixar bem clara essa questão -, a Lei nº 12.305 criou várias obrigações novas ao setor produtivo. Isso é uma verdade. Nós sabemos que estamos em um mundo globalizado, temos concorrentes de peso, nos BRICs, que não têm essa exigência da Logística Reversa e temos que tomar cuidado para que a Logística Reversa a ser implementada no País tenha algumas premissas. A primeira delas é não afetar a competitividade das empresas no País. Isso para nós é fundamental. Então, temos que ter muita racionalidade, o processo tem que ser feito em etapas. Além disso, que todo processo tenha transparência em sua governança, que a sociedade possa fiscalizar e cobrar resultados. Isso é importante para o trabalho que estamos fazendo.

Próximo.

Aqui está o sistema participativo, de que todos devem participar, setor civil, setor produtivo, trabalhadores e Governo nas suas três esferas.

Ter prazo adequado à sua implementação. Não vamos resolver um problema de 500 anos em dois ou três. Vamos demorar algumas décadas para resolver. Isso aconteceu na Europa, e eu acho que o Brasil vai seguir o mesmo caminho. É bom também dizer que o Brasil é um País de dimensões continentais, muito diferente de outros países. Não dá para comparar o Brasil com nenhum país europeu nem mesmo com a União Européia. Então, aqui vamos ter uma solução nossa, própria, e é importante não tentar fazer paralelismos, mas a questão de tempo para nós é fundamental, senão afetamos a questão da competitividade.

Custo: a implementação deve se dar em etapas, evidentemente um País com o tamanho do Brasil, com as disparidades, as diferenças regionais, diferenças de desenvolvimento e geração de resíduos, nós temos que ter um critério para implementar a Logística Reversa por etapas.

Próximo.

Os locais onde há maior produção de resíduos e, evidentemente, onde há maior impacto, impacto ambiental, especificamente. Acreditamos que a Logística Reversa deve gerar benefícios sociais e econômicos, isso principalmente ligado à inserção de catadores, algo que a política nacional de resíduos traz e traz fortemente.

Próximo.

Materiais no qual isso cabe, acho que é bem pertinente e há outras situações onde os materiais não cabem, materiais perigosos, que exige um controle mais rigoroso, portanto a inserção, no caso dos catadores, poderia ser questionada.

De qualquer forma, benefícios sociais e econômicos. Acreditamos que a Logística Reversa vai trazer, criar novas cadeias de valores para reciclagem e aproveitamento de materiais.

Ter o menor impacto ambiental possível: é evidente que ninguém quer que a Logística Reversa traga mais impactos ambientais do que a ausência dela. Isso significa, por exemplo, eu não ter de transportar materiais produzidos na região Norte para serem reciclados na região Sul do País. Vamos ter que ter soluções locais. Então, é um aspecto importante. E oferecer segurança jurídica aos participantes, o que eu acho fundamental.

Como está hoje? Já mostrei aos senhores que temos soluções ou que temos algumas que estão em andamento. Nós temos hoje em discussão no País, para a implementação na política da Logística Reversa, o Comitê Orientador da Logística – CORE -, que é composto por cinco Ministros de Estado: Ministério do Meio Ambiente, que está conosco aqui na Mesa, Mdic, Mapa, Ministério da Saúde e Ministério da Fazenda. Esse Comitê Orientador é apoiado por um grupo técnico-assessor – GTA –, técnicos dos Ministérios, e criou cinco grupos temáticos, técnicos para tratar da Logística Reversa, com foco em produtos e embalagens ainda não regulamentados. É um aspecto importante. A prerrogativa do Governo, que achamos correta, é: vamos dar foco naquilo em que não temos nenhuma legislação, já que a lei trouxe a necessidade de trazer a Logística Reversa.

O Comitê Orientador da Logística Reversa hoje está discutindo a Logística Reversa para eletro eletrônicos, lâmpadas, embalagens de óleos lubrificantes – óleo já tem, mas embalagens não. E as embalagens, é importante dizer, contém uma parte de óleos, e esses óleos são considerados perigosos, materiais perigosos, tóxicos, portanto não devem ser dispostos no lixo comum no lixo doméstico, embalagens em geral, devido ao tamanho impacto ambiental que isso gera no País e medicamentos descartados.

O que se pensa? O que se pensa é que, em uma segunda fase, seguindo as regulamentações já existentes – mais um minuto eu termino – pneumáticos, pilhas e baterias, óleos e lubrificantes usados e outros produtos ou embalagens de interesse deverão ser regulamentados pelo Comitê Orientador. E nós achamos que essa lógica seja correta, um foco que tem a participação de todo mundo.

Penúltimo *slide*.

Como é que o Governo está fazendo isso? Por meio de acordos setoriais. O acordo setorial é um contrato feito entre o setor produtivo, o Governo, no qual

nos comprometemos fazer Logística Reversa dentro do País. Isso é fundamental para nós. Ninguém conhece melhor a nossa realidade do que nós mesmos, que trabalhamos no mercado. A indústria e o comércio estão todos juntos nessa discussão.

Há também o instrumento do decreto que o Governo pode utilizar. Em muitos casos deverá ser utilizado mesmo para que a participação seja geral, de todos, ou termo de compromisso.

Próximo e último.

A posição da CNI: A CNI acredita que o processo de implantação da Logística Reversa está caminhando rapidamente no País, até rapidamente demais. Estamos com dificuldade de acompanhar tudo, pois está acontecendo muito rápido. O Comitê Orientar é um fórum adequado de implementação da Logística Reversa, já previsto no Decreto nº 7.404, que regulamentou a Lei.

Os GTTs têm ampla participação nos setores representativos em âmbito nacional, não só a indústria, o comércio, como também Municípios, Estados, Governo Federal, sociedade civil, catadores, recicladores, todo mundo lá dentro. Avaliamos como fundamental a adoção de instrumentos econômicos para a implementação de Logística Reversa. É fundamental, e nós vamos precisar muito do Congresso Nacional, do Senado, para isso. Evidentemente que isso vai ser discutido ponto a ponto, em cada um daqueles GTTs. Nós temos um grupo técnico dentro de um outro Comitê, que é o Comitê Interministerial, que vai discutir especificamente instrumentos econômicos, mas a gente vai precisar de instrumentos legais, em forma de lei, que não vai ser decreto nem acordo setorial nem nada. Por isso vamos precisar do apoio dos Srs. Senadores.

Era essa a minha apresentação.

Agradeço a oportunidade e fico à disposição para eventuais dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim Bloco/PSC - SE)) – Muito obrigado, Dr. Wandelei.

Concedo a palavra, agora, ao Sr. Humberto Barbato, para a sua exposição por um tempo de dez minutos.

O SR. HUMBERTO BARBATO – Bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores.

A ABINEE, entidade representativa da indústria elétrica e eletrônica no País tem se dedicado de forma intensa às questões da responsabilidade socioambiental, debatendo com o Governo e os diversos agentes ambientais do País a implantação da política nacional de resíduos sólidos e também a discussão da Logística Reversa dos produtos eletroeletrônicos. Nesse contexto, temos um grupo de pessoas do nosso setor atuando nas discussões da adoção da regulamentação da política nacional, inclusive tendo um diretor da ABINEE trabalhando como relator do grupo de trabalho temático de produtos eletroeletrônicos e seus componentes, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Especialmente na questão das pilhas e baterias, de uso doméstico, tema dessa audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, requerida pelo Senador Eduardo Amorim, eu posso afirmar, sem qualquer medo de errar, que a nossa atuação é pioneira e exemplar. Para confirmar isso, permitam-me contar um pouco da história que mostra um pouco do nosso trabalho nos últimos anos. Em 97 as associadas da ABINEE foram convidadas a participar da primeira reunião para discutir aspectos ambientais relativos a pilhas e baterias, na Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. Com a evolução dos trabalhos, as reuniões foram transferidas para o âmbito do Conama, Conselho Nacional do Meio Ambiente, aqui em Brasília, chegando-se ao primeiro documento oficial, que tratava do recolhimento e destinação final de pilhas, que foi a Resolução nº 257, de 30 de junho de 99.

Destaco que, mesmo antes da publicação da Resolução, as empresas fabricantes e importadores oficiais de pilhas ligadas ao setorial da Abinee fizeram importantes investimentos, reduziram a presença de mercúrio, cádmio e chumbo em seus produtos. A partir de novembro de 2003, ao lado dos órgãos ambientais do Governo, os representantes da Abinee passaram a debater a revisão da Resolução que redundou, após cinco anos, em novembro de 2008, na publicação da Resolução Conama nº 401, que foi uma evolução da Resolução nº 257, com a redução ainda maior do índice de metais presentes nas pilhas e baterias de uso doméstico.

Naquela oportunidade, os fabricantes apresentaram estudos que demonstravam que o cádmio, o chumbo e o mercúrio da amostra de pilha comuns e alcalinas das empresas associadas à Abinee estavam ausentes e os seus limites eram muitos inferiores aos novos parâmetros definidos pela Resolução do Conama. Ou seja, as pilhas e baterias fabricadas no Brasil atendem perfeitamente à legislação ambiental.

Durante as reuniões, uma situação sempre chamava a atenção dos representantes dos órgãos governamentais: a competição desleal exercida pela pirataria na venda de pilha e bateria de uso doméstico. Por não se conhecer a sua origem nem a sua constituição, esses produtos representavam, e ainda representam, um grave risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esses produtos sempre se constituíram em um argumento muito forte que fizeram retardar a criação de mecanismos de recebimento, reciclagem, tratamento e disposição final. Em função disso, a Abinee sempre pediu um combate efetivo a esses produtos piratas.

Quem circula pelos grandes centros populares do País, como a Rua 25 de Março, em São Paulo, ou pelo Saara, no Rio de Janeiro, ouve os gritos dos camelôs que anunciam: "Oito pilhas por um real". Talvez aqui em Brasília, no mercado do Paraguai, aconteça o mesmo. Eu nunca estive lá e não sei se ocorre, mas, possivelmente, na tal feirinha do Paraguai aconteça a mesma coisa. Geralmente fabricadas em países asiáticos, muitas dessas pilhas e baterias clandestinas que ocupam cerca de 40% do mercado total, que é hoje da ordem de 1,2 bilhão de unidade/ano, tenham o mesmo nome das empresas fabricantes consagradas ou estão em embalagens que lembram as cores e o *design* das marcas conhecidas com o objetivo único de enganar os consumidores. Além de não recolherem impostos, as pilhas piratas ainda representam bombas ambientais, pois agregam, em sua composição, quantidades de mercúrio muito superiores ao estabelecido pela Resolução do Conama. Além disso, elas duram cerca de dez vezes menos do que as pilhas legais, ou seja, o que aparentemente é uma vantagem torna-se um prejuízo para o bolso do consumidor.

Atendendo à Resolução nº 401, de 2009, a ABINEE apresentou ao Ibama o seu plano de gerenciamento de pilhas e baterias de uso doméstico, tendo iniciado a implantação do programa de logística reversa em 5 de novembro de 2010. Esse programa, que está em fase de consolidação e expansão, inclui dois estágios importantes: o recebimento, em todo o território nacional, das pilhas usadas desenvolvidas pelo consumidor ao comércio e o seu encaminhamento, por meio de transportadora certificada, a uma empresa que faz a reciclagem desse material.

É importante destacar que houve um cuidado especial dos fabricantes no sentido de buscar uma auditoria externa para prévia avaliação do processo utilizado nessa reciclagem. Dessa forma, a GMC, empresa de logística contratada pelos fabricantes e importadores legais, especializada em transporte de pilhas e baterias, cumpre estritamente todas as exigência legais para o transporte desses produtos. O custo do transporte das pilhas recebidas nos postos de coleta é de responsabilidade das empresas fabricantes e importadoras.

As pilhas e baterias de uso doméstico coletadas nos postos de recebimento estão sendo encaminhadas à empresa Suzaquim Indústria Química, localizada na região metropolitana da Grande São Paulo e os custos dessa destinação final também são arcados pelos fabricantes e importadores. Hoje, através de parcerias com empresas do setor varejista, o programa já conta com mais de mil postos de coleta espalhados por todas as capitais e grandes cidades do País. Apesar dessa conquista em tão pouco tempo, continuamos trabalhando de forma intensa com o objetivo de aumentar a capilaridade, buscando atender cada vez melhor as demandas da sociedade.

Senhoras e senhores, é importante esclarecer que essa operação contempla todas as pilhas e baterias de uso doméstico comercializadas no País, porém, de forma diferente. As pilhas das empresas que participam do programa e que fazem parte do grupo de pilhas e baterias da Abinee seguirão todos os trâmites normais. As demais que forem devolvidas no mesmo lote, ou seja, aquelas pilhas de origem pirata que forem devolvidas no mesmo lote, terão um tratamento diferenciado. Se forem regulares essas pilhas e baterias, a Abinee notificará a marca responsável para que assuma o seu passivo. Porém, se forem ilegais, as autoridades de órgãos como o Ibama, a Polícia Federal, a Receita Federal e o próprio Ministério do Meio Ambiente serão informados para que adotem as medidas cabíveis. Portanto, quero lembrar que o sucesso dessa operação é diretamente proporcional à adesão do consumidor, que deve devolver suas pilhas usadas ao comércio, que, por sua vez, tem que encaminhá-las aos postos de recolhimento para que se providencia a logística da destinação final.

Senhoras e senhores, gostaria de destacar que a Abinee sempre atuou nas questões de responsabilidade socioambiental de forma muito estreita com a Confederação Nacional da Indústria e, nesse sentido, participou ativamente da formulação...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HUMBERTO BARBATO – Estou terminando, Sr. Presidente. Participou ativamente da formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, retratada na Lei nº 12.305, do ano passado, discutida neste Congresso por cerca de 20 anos. Essa política confere responsabilidade compartilhada entre fabricantes, importadores, distribuidores, consumidores e o Poder Público. Nela, consta expressamente a obrigação para a implantação da logística reversa para pilhas e baterias e, obviamente, considera todos os aspectos do recolhimento e destinação final desses produtos.

Por essa razão, entendemos que o Projeto de Lei nº 714, de 2007, objeto desta audiência, não deve ser aprovado, por tratar de matéria já devidamente disciplinada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, essa sim de completa abrangência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Obrigado, Sr. Humberto Barbato, pela sua exposição muito lúcida, muito clara.

Agora passo a palavra à Srª Zilda Maria Faria Veloso, para sua exposição, por um tempo também de dez minutos.

A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Bom dia, Senador Eduardo Amorim, demais colegas de Mesa, senhores e senhoras presentes, eu estava com um problema técnico em relação à minha apresentação, mas acho que já foi resolvido.

Eu venho aqui em nome do Ministério do Meio Ambiente, representando também o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, para expor... Esta oportunidade é muito boa, é extremamente importante para que nós também mostremos – e o Wanderley já adiantou um pouquinho a minha tarefa – o que está acontecendo em relação à implementação da Lei nº 12.305, que tem uma implicação direta na convocação desta audiência, por se tratar de uma das logísticas que estão relacionadas na lei.

Os senhores desculpem por esse problema técnico, mas foi o melhor que conseguimos fazer.

A lei reunião princípios, objetivos, instrumentos e metas que definem como os resíduos vão ser tratados, a sua gestão e o seu gerenciamento vão ocorrer daqui por diante, prevê a gestão integrada e o gerenciamento para garantir o quê? Uma destinação. O gerenciamento inclui o tratamento, a reciclagem, o reaproveitamento dos resíduos e a sua disposição ambientalmente adequada.

O próximo, por favor.

As responsabilidades estão descritas no decreto, art.5º, 6º e 7º. Responsabilidade compartilhada para fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores, que vão estar descritas no que nós chamamos de logística reversa. E também os consumidores, que são obrigados, pela lei regulamentada pelo decreto, a entregar os produtos, quando descartados, que necessitam atender à logística reversa.

Próximo, por gentileza.

Eu reputo o art.9º da lei como o mais importante de toda lei. Eu acho que vem comungar com a proposta deste Projeto de Lei do Senado 714, que é a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final. Essa é a essência da lei, que faz com que nós não só trabalhemos para reciclar. Popularmente, quando a gente fala de resíduos, pensa em reciclagem; mas antes, a gente tem que pensar em não gerar. Reciclagem é um processo importante, mas também implica gasto de água, de energia, que tem que procurar ser evitado.

O próximo, por gentileza.

A lei cria, na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, um conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas para fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores; e também para os titulares dos serviços de limpeza pública, visando à diminuição dos impactos que podem ser causados tanto à saúde humana quanto ao meio ambiente, decorrente do ciclo de vida de produto.

O ciclo de vida de produto é o caminho que aquele produto percorre, desde a sua matéria prima até a sua destinação final, a sua transformação em resíduos. É o caminho que ele percorre pelos diversos usuários pelos quais passa.

Próximo, por gentileza.

A logística reversa está definida no art.3º, que trata dos conceitos da política, inciso XII, como um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento dos seus ciclos, ou em outros ciclos produtivos; ou que seja dada uma destinação ambientalmente adequada para os resíduos gerados.

O próximo, por gentileza. Isso o Wanderlei já explicou muito bem e eu só vou passar rapidamente. Essas são as seis cadeias. A lei fala em cinco cadeias e mais as embalagens propriamente ditas. As embalagens... Isso estava na revisão e acabou vindo outra versão que não contempla as embalagens. Então, são essas seis cadeias e mais as embalagens propriamente ditas. Eu não vou detalhar, porque a CNI tem trabalhado conosco.

Quanto às cadeias, o Comitê Orientador de Logística Reversa aprovou cinco cadeias prioritárias e deixou para um segundo momento, de uma possível revisão, aquelas cadeias que já são objeto de logística hoje, quer seja por decreto, como a embalagem de agrotóxico e seus resíduos, quer seja por resoluções do Conama, que é o caso de óleo lubrificante, pilhas, baterias e pneus.

O próximo.

Dentro dessa votação das prioridades que seriam para atender à logística reversa num primeiro momento, foram levadas em consideração aquelas cadeias que já estavam sendo discutidas no Conama, que são as embalagens de óleo lubrificante usado, resíduos de lâmpadas e resíduos eletroeletrônicos.

Já havia grupos de trabalho dentro do Conselho Nacional do Meio Ambiente discutindo esse assunto, mas foram suspensos. Pode ser que, num segundo momento, haja necessidade de regulamentar algum ponto. Esses grupos foram suspensos e levados à confecção do acordo setorial. Esses grupos técnicos temáticos existem e estão reunidos dentro do comitê orientador de implementação da logística reversa,

que é coordenado pela Srª Ministra do Meio Ambiente. Existem cinco grupos temáticos que o Vanderlei já descreveu: lâmpadas fluorescentes, embalagens de eletroeletrônicos, embalagens de óleo lubrificante e medicamentos.

Próximo, por gentileza.

Isso aí eu vou passar. São as três possibilidades de fazer acordo setorial; de fazer cumprir a responsabilidade compartilhada, acordo setorial, termo de compromisso ou decreto.

Próximo, por gentileza.

Nesse caso, nessas cinco cadeias... eu não estou falando aqui em pilhas e baterias, porque, nesse caso, há o entendimento de que o Conama já está regulamentando o recolhimento. Pode ser revisto e virá um acordo setorial no futuro, dependendo de interesse de ambas as partes, tanto do Governo quando do setor empresarial.

A opção do Governo – Isso foi aprovado dentro do Cori, do Comitê Orientador para Implantação de Sistemas de Logística Reversa – era de que seriam editais publicados pelo Ministério do Meio Ambiente. Esses editais e esse início do modelo de governança estão sendo construídos dentro dos grupos de trabalho, dos quais participam representantes do Governo, do setor empresarial, do comércio em suas mais diversas associações e representantes dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Próximo. Existe também outra parte, que é o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. O que a gente espera é que a logística vá gerar uma desoneração dos municípios em relação a resíduos que hoje eles têm que recolher, tratar e destinar. Esses resíduos fazem parte dessas cadeias de logística reversa, mas até haver a logística reversa, eles são descartados no lixo comum. Aí, é obrigação do município recolher, tratar e destinar.

O que se pretende, imputando a responsabilidade a fabricantes importadores no retorno desses produtos, é desonerar também as prefeituras com a logística reversa. Então, tem uma cadeia. O plano nacional está sendo construído. No final da primeira quinzena de setembro vai haver a primeira de seis audiências estaduais para discutir o plano; e a audiência nacional será realizada em Brasília, no final de novembro. A partir dele, vão ser elaborados os demais planos.

O próximo, por gentileza.

Resíduos perigosos. É um ponto importante, porque muitos desses produtos dessas cadeias descritas contêm resíduos perigosos e deve haver regras específicas para isso.

Próximo, por gentileza.

O plano de gerenciamento de resíduos perigosos é uma obrigação, pela lei, regulamentado pelo decreto.

O próximo, por gentileza. Aí as proibições. Pode passar. Essa apresentação vai ficar disponível.

Aí está a composição do comitê interministerial, que é aquele encarregado de elaborar o plano e dar diretrizes para os estaduais, municipais e microrregionais.

O próximo, por gentileza.

Ele foi instalado em 17 de março e existe a previsão de criação de cinco grupos. Até o momento foram criados dois grupos.

Próximo.

Esse é o que a nós diz respeito. Então, esse é o comitê orientador.

O senhor me permite, Senador, passar um pouquinho? Eu gostaria de explicar o que é o comitê orientador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Perfeito. Pode ir.

A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOSO – O comitê orientador é presidido pelo Ministério do Meio Ambiente. Fazem parte dele o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministério da Saúde, o da Agricultura e Ministério da Fazenda.

Ele decide sobre a implantação dos sistemas de logística reversa: critérios para discussão de novos sistemas e aprovação das minutas de editais e dos estudos de viabilidade técnica e econômica. Esses estudos são aquela base técnica e fundamental para que o acordo ocorra.

Próximo, por gentileza.

Ele foi instalado em 17 de fevereiro. Ontem, nós tivemos uma reunião extraordinária e aprovamos a primeira minuta de edital de acordo setorial e o primeiro estudo, que é o de embalagens plásticas de óleo lubrificante.

Próximo.. Volta só um minutinho, por gentileza.

Ele conta com o apoio de um grupo técnico de assessoramento e aqueles grupos técnicos temáticos que eu falei, que discutem hoje aquelas cinco logísticas estão vinculados ao GTA, Grupo Técnico de Assessoramento; a obrigação é de que o coordenador faça parte do Grupo Técnico de Assessoramento.

O próximo, por gentileza.

Aí as principais deliberações. Eu vou deixar isso para os senhores. Esses são os critérios de prioridades que nos fizeram colocar aqueles assuntos que já eram objeto de uma legislação, de decreto, de resolução, para um segundo momento de revisão; e foram eleitas aquelas cinco cadeias.

O próximo, por gentileza.

Aí são as principais deliberações. Então, estão aí os cinco grupos. Ontem, nós tivemos a conclusão. A minuta de edital agora vai para a coordenadoria jurídica do Ministério, com vistas à assinatura da Srª Ministra;

e ficará em consulta esperando a proposta de acordo setorial a ser apresentada pelo setor.

O próximo, por gentileza.

Sobre o PLS 714, a gente vê que ele, em comparação com o que propõe e com o que a política hoje define; e, no caso de pilhas e baterias, com o que a Resolução 401, de 2008, também define, nós entendemos que são extremamente similares.

O próximo, por gentileza.

Aí está a comparação do art.33 daquilo que hoje eles propõem. Naturalmente, ele é um projeto de lei anterior à aprovação da política. Naquele momento, nós não sabíamos como ela iria andar. Ela teve um trabalho de aceleração, principalmente nos últimos dois anos antes da sua entrada em vigor, e hoje a gente vê que são muito similares.

O próximo, por gentileza.

A política também prevê que um conjunto de normas pode e deve ser construído pelos órgãos que fazem parte...; e normas também podem ser dadas pelos outros órgãos do sistema de saúde e – falhou-me o nome agora – do sistema da agricultura, que também tem um sistema que cria normas para coprocessamento de resíduos oriundos da agricultura.

Então, pelo critério aprovado pelo Cori, hoje já existe uma logística reversa, já existe uma responsabilidade, pela Resolução 401. O Dr. Humberto Barbato explicou muito bem o que a Abinee vem fazendo, para fazer cumprir essa resolução. Eu tenho aqui alguns números também.

Pode passar o próximo, por gentileza.

A resolução. Eu não vou dar o histórico de novo. O Dr. Humberto já retratou muito bem. A resolução anterior era muito mais preocupada com teores de metais pesados: evitar que o resíduo perigoso fosse para o lixo, ou evitar que o resíduo perigoso fosse entregue e manipulado. Isso foi um avanço muito grande.

A partir da sua revisão, que foi revisão de teores e revisão de procedimentos, a Resolução 401, de 2008, já obriga que a partir de 2010 os fabricantes recolham e destinem. Então, tem aqui alguns números. Desculpe se vou ser repetitiva, Dr. Humberto, mas hoje a Abinee já tem declarado ao IBAMA 1.804 pontos de recolhimentos de pilhas e baterias no País inteiro.

No ano passado, das baterias listadas na Resolução 401, que são baterias chumbo ácido, alcalina, zinco-carbono e níquel-cádmio, foram recolhidas, em quantidade, 8 milhões 339 mil e 290. Isso porque segundo a resolução, a obrigatoriedade de recolhimento veio só em meados do ano passado, mas eles já vinham trabalhando no recolhimento. E foram recicladas 799 mil e 25 em quantidade; o equivalente em quantidade.

Vocês podem até comparar e dizer assim: "Mas é uma diferença grande!"

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Dez por cento.

A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Não quer dizer que as outras não sejam recicladas, quer dizer que as outras estão aguardando para serem recicladas. Nós temos poucas empresas recicladoras no País, hoje. A gente tem que levar em consideração isso.

A Abinee bem informou que a destinação que ela dá hoje é à Suzaquim, uma indústria de reciclagem, em São Paulo, que processa e gera sais e óxidos utilizados na indústria de pigmento, na indústria cerâmica. Mas ela tem uma capacidade limitada de absorção. Então, quando a gente faz essa comparação e vê que a quantidade coletada é muito maior do que a reciclada, isso se deve ao fato de termos poucas empresas recicladoras.

Para a parte de baterias chumbo-ácidas, temos um número maior de empresas; mas para baterias alcalinas é praticamente a Suzaquim que faz esse trabalho.

O próximo. Então, esses são os artigos principais. Ela já impõe responsabilidade ao fabricante importador. Então, até por isso o Cori, Comitê Orientador, julgou que a logística já estava sendo implementada pela resolução.

O próximo.

Nós já estamos no fim. Isso aí é um aparato geral do que a resolução prevê: exposição, apresentação de

É um aparato geral do que a Resolução prevê: disposição, apresentação de laudo, no caso da importação, apresentação pelo importador também do seu plano de gerenciamento.

O próximo.

O início da coleta foi feita à obrigatoriedade. A Abinee já começou a se estruturar antes disso. A obrigatoriedade do cumprimento da coleta foi em novembro. Já tem um número bastante substancial e a gente espera que, para 2011, esse número de recolhimento e destinação seja maior. A reciclagem é um mercado que está crescendo. A tendência é nós termos mais empresas que façam esse tipo de atividade. Eu acho que, com isso, a gente vai ter um destino adequado, mais condizente com esse tipo de resíduo.

O próximo.

Então, a conclusão a que o Ministério chegou, que é expressa em parecer e foi encaminhada à assessoria parlamentar, é que a política já estabelece os critérios para a logística reversa, as obrigatoriedades de fabricantes e importadores, distribuidores e comerciantes, para pilhas e baterias, que não seria necessária a edição de um projeto de lei adicional.

Desculpe ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC - SE) - Muito obrigado, Drª Zilda, pela sua exposição, também muito esclarecedora.

Concedo a palavra agora ao Sr. Carlos Zaim, para a sua exposição, pelo tempo também de dez minutos.

O SR. CARLOS ZAIM – Bom dia, Senador Jayme Campos, bom dia a todos os presentes. Eu venho aqui representando a ABBAI, que é a Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais. Nós possuímos, dentro do quadro de associados, empresas que respondem por aproximadamente 70% do mercado de baterias automotivas e industriais, assim também reconhecidas as baterias que possuem, em sua composição, chumbo e ácido, materiais altamente poluentes.

A ABBAI foi criada para representar exclusivamente o setor de baterias automotivas e industriais, que sejam compostas por chumbo e ácido sulfúrico, tendo em vista a especificidade de sua cadeia de pós-consumo, baseado não só no alto poder de lesividade ambiental, que o chumbo possui, mas também no seu potencial de reciclagem bastante alto.

Talvez aqui caiba esclarecer que, diferente de pilhas e baterias, em baterias automotivas, nós possuímos, no Brasil, recicladores suficientes para reciclar toda a bateria que é produzida, fabricada e vendida aqui. Então, não existe um gargalo de recicladores, no Brasil, hoje.

É preciso salientar que baterias automotivas e industriais de chumbo ácido não têm a mesma composição que as demais baterias do setor eletroeletrônico. Nesse meio, nós costumamos dizer que, dentro do setor dessa proposta de logística reversa, a nossa maldição é que bateria de automóvel chama bateria também, porque no final está se misturando a bateria chumbo ácido, altamente lesiva ao meio ambiente, com aquela pilha e bateria em que a lesividade vem só hoje de importadores que trazem essa bateria de um modo ilegal.

No nosso caso, isso não existe. Toda bateria de chumbo ácido traz perigo para o meio ambiente, é lesiva e deve ser tratada com muito cuidado. E, independente de ser importada ou de ser feita no Brasil, todas elas têm de ter o mesmo tratamento.

Infelizmente, dentro de toda a legislação que existe, inclusive o Decreto nº 12.305, existe essa mistura entre pilhas e baterias, vamos chamar assim, e baterias chumbo ácido. Isso causa uma dificuldade muito grande para a indústria que quer apresentar um processo de logística reversa, vamos dizer assim, mais célere e muito mais estrito do que acontece hoje com pilhas e baterias, essas pilhas domésticas que se usam em aparelhos eletrônicos ou mesmo celulares.

Nós temos total interesse em existir um processo altamente estrito. Temos um interesse em que, desde o usuário até o fabricante, seja obrigatória a devolução da bateria, dentro da cadeia. E que essa seja cem por cento reciclada, num espaço de tempo, digamos, o mais rápido possível.

Dentro da ABBAI, nós falamos em ter um espaço de tempo de cinco anos, para todas as empresas nacionais, ser cem por cento obrigatória a reciclagem de todas as baterias, ou seja, na base de um quilo para cada bateria fabricada, colocar um quilo de bateria reciclada. Esse é o nosso objetivo na nossa associação.

A nossa grande dificuldade de criar esse processo é justamente, em que todos esses processos dentro dos órgãos, existe essa mistura de dois produtos que são completamente diferentes, tanto em composição, quanto em processo de fabricação, quanto em utilização final. Na verdade, nós estamos, como dizem na gíria, misturando abacate com banana. Na verdade, são todas frutas, todas têm o mesmo nome – baterias -, mas, na verdade, são produtos totalmente diferentes. E essa é nossa preocupação.

O Sr. Humberto Barbato colocou muito claramente que o grande esforço que a Abinee tem feito e tudo o que tem sido feito pelo setor de pilhas, muito aqui se comentou de pilhas. A pilha, essa pilha utilizada em rádios, etc, não é o nosso caso. E hoje o que pode realmente levar a problemas de meio ambiente são baterias de chumbo ácido, muito mais que pilhas. Então, essa é a nossa preocupação.

Obviamente, o nosso setor quer colaborar através da Lei nº 12.305, que nós achamos já tornou obsoleto o Decreto nº 401, de 2008, porque, o Decreto diz que os fabricantes são obrigados a receber e dar o destino ambientalmente correto para esse produto. Então, na verdade, nós somos obrigados a reciclar 100% do que a gente põe no mercado; nós somos obrigados a reciclar o que nós recebemos. E nós achamos que o Decreto nº 12.305 já nos passa uma responsabilidade diferente, inclusive ao consumidor, porque o consumidor passa a ser obrigado a devolver o produto.

Por que isso difere do resto da cadeia logística reversa? Porque uma bateria automotiva, diferente de um fogão e de qualquer outro produto, numa logística reversa, não tem mais utilidade após o esgotamento. Então, o consumidor não tem motivo nenhum para continuar com o produto. Então, nós defendemos que o consumidor seja obrigado a devolver, nós defendemos que se acabe com os intermediários e com os escambos de bateria, com a venda desse produto no mercado, porque é com a venda desse produto no mercado que se gera toda a sonegação de impostos,

porque quando se vende esse produto no mercado, cria-se um mercado informal e paralelo.

Essa sonegação de impostos é dada através de *smelters* clandestinos, que não são licenciados e que geram mais problemas para o meio ambiente. Então, um rígido controle do ciclo de logística reversa desse produto acaba não só com o problema de o consumidor final deixar esse produto num local ambientalmente inadequado, mas com os recicladores não ambientalmente adequados. Então, é importante que, desde o consumidor final até o fabricante, seja obrigado realmente a dar o destino ambientalmente correto para esses produtos.

Nós estamos completamente de acordo com o que a Zilma coloca. Nós realmente temos e vamos ter de ser responsáveis por isso, e gostaríamos que isso fosse o mais claro possível; e, realmente, separar pilhas e baterias de baterias automotivas: produtos diferentes, cadeias diferentes, necessidades diferentes.

Inclusive, a nossa proposta é que todos os importadores, para poderem importar esse produto, têm de ter um certificado, emitido por um fabricante nacional, que gratuitamente vai levá-lo a um reciclador ambientalmente adequado, de modo a impedir também que, no futuro, nós tenhamos problemas similares aos das pilhas, como o de que alguém traga esse produto para cá e não dê o destino ambiental correto.

Então, nós gostaríamos que, dentro de uma nova legislação ou por meio de acordo setorial, isso seja implementado. Essa é a nossa visão. Sumarizando, baterias automotivas, chumbo ácido ou industriais, são completamente diferentes de pilhas, que têm de ter outro tratamento; tem de haver outro acordo ou uma lei específica para tratar desse produto. Hoje, esse é o produto de maior potencial dentro dessa linha pilhas e baterias, onde está tudo misturado. Esse é o produto que realmente tem de ter um tratamento diferenciado. E nós, como fabricantes, estamos dispostos a assumir toda e qualquer responsabilidade por essa cadeia de recolhimento e de reciclagem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC - SE) - Muito obrigado, Sr. Márcio, pela sua exposição. Desculpe-me, o Márcio será o próximo a falar.

Muito obrigado, Dr. Carlos Zaim, pela sua exposição, também muito esclarecedora e convincente.

Passo agora a palavra ao Dr. Márcio Milan, para a sua exposição, pelo tempo de dez minutos.

O SR. MÁRCIO MILAN – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Senador Eduardo Amorim. Em nome do Dr. Antonio de Oliveira Santos, quero agradecer a oportunidade de participar dessa audiência pública.

Eu podia fazer uma pequena consideração no início, de que toda a exposição feita até agora seguiu basicamente uma lógica da cadeia, ou seja, a CNI, a Confederação Nacional da Indústria; depois, o próprio fabricante, o Dr. Humberto, que fez a explanação; depois, a visão do meio ambiente pela Dr. Zilda. E eu trago agora, vamos dizer assim, a informação e o *status* também de como está a questão do recolhimento de pilhas e baterias, até este momento, no comércio, no varejo, e principalmente nos supermercados. Eu acho que foi o primeiro ramo do comércio que iniciou esse trabalho de recolhimento de pilhas e baterias.

Acho importante colocar aqui também que hoje está sendo, vamos dizer assim, cumprida, de forma escalonada, a Resolução do Conama nº 401, que então determinou os procedimentos com relação ao recolhimento de pilhas e baterias, de acordo com cada era da cadeia da logística.

Pode-se também hoje, embora recentemente a Resolução entrou em vigor no final do ano passado, em novembro de 2010, falar que estamos com oito, nove meses de operação, e já temos um modelo de uma logística reversa que abrange todos os elos da cadeia.

Mas o que era importante talvez contextualizarmos um pouco nesse cenário? Estamos falando, se pegarmos só um ramo da economia hoje, que é o ramo dos supermercados, em aproximadamente 88 mil lojas de supermercados, de diversos tamanhos, em 25 milhões de consumidores que freqüentam diariamente as lojas. Então, é uma quantidade grande de consumidor. Hoje, esse segmento da economia leva ao consumidor todas as novidades, todos os novos conceitos, e tem esse contato direto e permanente, que é o supermercado e o comércio.

Para se ter uma idéia, o processo hoje que determina a Resolução da Conama nº 401, é que o comércio disponibilize, em seus estabelecimentos, um coletor, para que o consumidor então devolva a sua pilha nesse coletor. É um coletor adequado, com as aberturas, para que o consumidor deposite ali somente as pilhas e baterias.

Mesmo assim, hoje – por questão até de educação, pois acho que isso faz parte da educação também do consumidor – tudo que é possível colocar naquele local é colocado. Então, não são só pilhas e baterias; vão pilhas, baterias, lâmpadas, aparelhos de barba e outras coisas que normalmente cabem naquele ambiente, porque o consumidor acaba, muitas vezes, tendo a oportunidade, em contato com aquele receptor, de achar que ali ele pode colocar tudo que ele imagina, embora no próprio coletor exista uma comunicação para o consumidor.

Mas nós entendemos que essa comunicação com o consumidor talvez seja uma das primeiras comunicações que foram feitas no comércio. Agora, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, essa comunicação vai se ampliar. Mas nós já temos a preocupação de que vamos ter uma comunicação única com o consumidor e não por tipo de material. Embora já tenhamos aqui uma logística implantada de pilhas e baterias – até se falou agora de fogão, de geladeira e de outros tipos de embalagens, como lâmpadas, assim por diante –, essa comunicação, entendemos que, nesse elo, o varejo tem a sua parte e, com certeza, ele vai fazer a sua parte, que é a campanha de sensibilização do consumidor.

Para se ter uma idéia, hoje, foram colocados alguns números de lojas que já possuem o coletor. Mas se considerar uma única empresa que tem várias atividades no ramo, só ela hoje tem 1.338 coletores disponíveis em suas lojas para receber pilhas e baterias. Se a gente elevar para as outras empresas que também já têm, como o próprio Pão de Açúcar, Carrefour, Walmart e outras, ultrapassam as duas mil lojas e elas hoje representam aproximadamente 40% das vendas.

Então, poderíamos dizer que 40% das vendas hoje, das lojas que representam 40% das vendas, já estão os seus coletores recebendo as pilhas e baterias. E como funciona? Na prática, o recolhimento, por parte do consumidor, é depois da destinação. Então, esses coletores têm um *bag*, que comporta aproximadamente trinta quilos de pilhas. Então, quando atinge a quantidade, a loja entra em contato com a GMC, que é a empresa que faz a logística, e num raio de cinquenta quilômetros, são recolhidas, na loja, as pilhas, e aí segue o fluxo normal para a triagem e, depois, a destinação final para a Suzakin.

Qual o estágio em que estamos hoje nos supermercados? Estamos falando aproximadamente de 88 mil lojas. Se fôssemos fazer uma conta, estamos falando que hoje, aproximadamente, duas mil lojas já têm um coletor. Faltaria uma quantidade grande.

Mas também temos a realidade de que nem todas as lojas que comercializam provavelmente vão ter o coletor. Mas o que trabalhamos é com que essas lojas, embora possam não ter o coletor, elas vão ter a informação de onde o consumidor poderá fazer o seu descarte, que pode ser do lado, na esquina, e assim por diante.

Além disso, já sabemos que há outros comércios, como, por exemplo, farmácias e até bancos, que hoje fazem essa campanha das pilhas e baterias, já fazem o recolhimento normal. Então, vamos dizer assim, que é o início do processo que, eu diria, naturalmente vai precisar de alguns aperfeiçoamentos. É isso que estamos discutindo junto à Abinee, em reuniões de trabalho, em grupos de trabalho, procurando o aperfeiçoamento e também como atingir os locais mais distantes, disponibilizando esses postos de recolhimento por parte do comércio, para que tenham o equilíbrio na cadeia, ou seja, que não haja oneração grande apenas para um elo, mas que todos participem dessa logística, desse equilíbrio para que realmente nós possamos, no final, atingir toda a reciclagem que está sendo proposta pela resolução.

Agora o que eu acho que é importante também é que nós dependemos do consumidor. Eu acho que uma das preocupações que temos aqui é com relação a algumas metas que eventualmente possam ser estabelecidas neste momento porque dependemos do consumidor. Enquanto o consumidor não estiver consciente da necessidade do retorno, não da pilha, mas de todos os materiais para uma reciclagem independente do tempo e do volume, não funcionará. Acho que nesse período de educação, todas as empresas, a indústria, o próprio ministério do meio ambiente, poderíamos fazer juntos uma campanha de conscientização para que o consumidor levasse a sério e fizesse uma destinação correta.

Quando a resolução – estou terminando – entrou em vigor, a expectativa de algumas pessoas do grupo é que no dia seguinte já teria pilha nas lojas. No entanto, foi o contrário, porque, se nós não tínhamos comunicado ao consumidor antes, quando ele entrou na loja e começou a ter o contato com essa comunicação, foi a partir daí que começou a despertar.

Então, no primeiro mês e no segundo mês houve uma expectativa grande, mas uma quantidade pequena. E agora já sentimos que já estamos vendo a frequência maior pela divulgação e também pelo uso da pilha.

Eu acho que era isso para iniciarmos a conversa, e estou à disposição para mais informações, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC - SE) – Muito obrigado pela suas explicações. Foi o Márcio falando do ponto de vista da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo. E passo a palavra para o último palestrante, o Sr. Delile Guerra Macedo Júnior, que foi convidado, é o assessor das relações institucionais do SindIpeças e representante do Paulo Butori, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de componentes para veículos automotores.

Tem V. Sª dez minutos.

O SR. DELILE GUERRA DE MACEDO – Bom dia a todos, bom dia Senador, antes de tudo gostaria de agradecer, em nome do Sindipeças e da Abipeças e do nosso Presidente Paulo Butori, o convite para participar desta audiência.

Gostaria de deixar um balanço do setor para o Senador e começar a minha explanação informando alguns números do Sindipeças.

O Sindipeças hoje congrega mais ou menos 500 empresas associadas, é responsável por 98% da fabricação de autopeças no País. Temos hoje uma base de 220 mil trabalhadores, um faturamento da ordem de 40 bilhões de dólares e um comércio exterior da ordem de 24 bilhões. Muita coisa aqui já foi dita do que eu ia dizer, mas então eu vou começar pelo fim.

O Sindipeças entende, Senador Eduardo Amorim, que, embora louvável à época a apresentação do PLS, hoje não seria mais cabível devido à política nacional de resíduos sólidos e à lei de resíduos sólidos que existe e o decreto que a regulamentou. Contudo, o Sindipeças tem uma grande preocupação com relação aos importados, como foi dito aqui pelo nosso amigo Humberto da ABINEE. Nós temos sofrido uma grande invasão de baterias – falo aqui por baterias automotivas – porque a maioria das empresas hoje associadas à ABBAI são associadas também ao Sindipeças e são também fabricantes de baterias automotivas. Nós temos sofrido um grande ataque de baterias asiáticas, e hoje não há fiscalização para que se coloque em prática a Resolução Conama que existe sobre baterias.

Em um primeiro momento, o Sindipeças entende não ser possível o estabelecimento de metas, porque, como foi dito aqui, passa por uma educação do consumidor, embora hoje a grande maioria de baterias automotivas são fruto de troca, ou seja, o consumidor faz a troca da bateria quando compra uma nova bateria nos postos de distribuição ou postos de vendas de bateria.

Contudo, alguns ainda compram bateria em outros pontos e decidem trocar em casa e em outros lugares, abandonando inclusive ao meio ambiente as baterias automotivas.

Não nos furtamos à discussão da política reversa porque somos a favor da política reversa, somos a favor da reciclagem das baterias e, a princípio, o que nós gostaríamos é que, caso o Senador se proponha a continuar com esse PLS, que haja, nesse PLS, maior fiscalização. Esse é o nosso pedido com relação às baterias importadas.

Por enquanto e tudo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC - SE) - Eu agradeço a todos que participaram desta Mesa, saio convencido de que este momento foi engrandecedor para esta Casa e, com certeza, para o nosso povo e a nossa gente. Passo a ter algumas convicções de que a política reversa precisa, sim, continuar com mais velocidade, Dr. Wanderley, por conta até do atraso de muitos e muitos anos, de muitas e muitas décadas. Mas essa velocidade não tem que ser de forma inchada. Falando até de forma médica, biológica, já que eu sou médico, ela tem que crescer com musculatura, com fiscalização, com controle, com os pés no chão, mas não podemos perder nenhum tempo porque tempo já perdemos demais.

Acho que o Estado brasileiro já perdeu muito tempo nesse controle, nessa fiscalização, porque os danos ambientais, os danos até à própria saúde pública muitos deles, com certeza, são irreversíveis. E não só a geração atual, mas também as futuras gerações pagarão e pagarão muito por isso.

Então, essa discussão é muito salutar. Passo a também ter consciência, Drª Zilda, de que o projeto de lei é quase que uma repetição do que já existe. E, quando ele foi proposto, talvez tenha sido até um avanço para a época, mas hoje já existem outras normas até muito mais avançadas com relação a isso. Tenho também a convicção, Dr. Márcio – o senhor como representante no comércio – de que precisamos conscientizar. Acho que todos nós temos essa tarefa aqui, sobretudo o consumidor, porque a bateria, o produto, não retorna para o supermercado ao ponto de se fazer a política reversa, o caminho reverso, se alguém não levar. E quem tem que levar, com certeza, é aquele que se utilizou daquele benefício. Portanto, essa consciência não se faz de uma hora para outra, com certeza, leva anos e anos para haver a conscientização, mas temos a juventude hoje como temos toda a tecnologia da informação, e isso facilita o acesso e a capilaridade dessas informações. Acho que disso não podemos abrir mão e temos que ser muito mais agressivos e firmes em levar essa consciência, em educar, sobretudo o consumidor.

Agora é preciso disponibilizar os espaços e pontos de coletas porque a minha preocupação é com as grandes redes. Os grandes comerciantes têm ali o seu *bag* para recolher, mas e os pequenos? "Ah, o vizinho tem, e eu não sei se isso funciona tão bem". E, pelo número que é jogado no mercado anualmente, segundo o Dr. Humberto, um bilhão e duzentos milhões de pilhas de bateria, pelo que a gente vê, o que retorna ainda é muito pouco. E o que é reciclado é muito menos ainda. Então, o número desse retorno tem que ser próximo ao número da disponibilidade como falou aqui o Dr. Carlos com relação às baterias automotivas.

Então, eu acho que essa capilaridade, a construção desses capilares deve ser feita mesmo, tem que se pensar no pequeno comerciante, se possível obriga-lo, mas também não podemos de forma nenhuma diminuir a competitividade. Diminuir a competitividade, não. Mas não podemos, de forma nenhuma, levar e trazer nenhum prejuízo ao meio ambiente e nem à saúde de quem quer que seja, porque o bem o maior é a vida, e

esse é um bem que tem que ser mais protegido sobre qualquer outro pretexto, comercial, econômico.

Enfim, então, podemos abrir mão disso e realmente ter uma política mais fiscalizadora, mais firme, sobretudo em relação ao contrabando, àqueles que entram de forma enganosa, de forma prejudicial sem o pagamento de nenhum tributo. Como o Senhor disse aqui, quase 40% de tudo que é comercializado não tem nenhuma obrigatoriedade do recolhimento dessa política reversa.

Então, eu particularmente saio convencido daqui em relação a muitos pontos. Por isso, acho engrandecedor e agradeço, mais uma vez, o deslocamento, a participação de todos vocês. Acho que todos nós temos essa obrigação de criar essa capilaridade, de conscientizar cada vez mais conscientizando, diminuindo a pirataria, que é prejudicial. O cidadão pensa que está comprando um produto de qualidade, mas não está. Pensa que está contribuindo, mas não está porque nenhum tributo é recolhido, é deixado, portanto causando um outro prejuízo ao nosso meio ambiente e à saúde.

Deixo aqui de forma muito livre, o tempo e à disposição caso algum dos senhores queiram fazer algum comentário ou algum acréscimo antes do encerramento desta audiência.

O SR. CARLOS ZAIM – No caso especifico de baterias automotivas, como estamos comentando aqui, eu acho que a gente parte um pouquinho além do ponto de haver disponibilidade de pontos de coleta.

Muito se discutiu sobre a possibilidade de tornar obrigatória para o consumidor final a devolução de produto. Muito se discutiu aqui sobre você não pode exigir que se devolva o produto, porque o produto é um produto de propriedade – mesmo exaurida – do usuário final, mas a verdade é que precisamos um pouco pensar no coletivo, um pouco acima do individual. Quando você fala que uma bateria usada é de propriedade daquela pessoa que usou, que está exaurida, nós esquecemos também que esse produto, como tem o potencial de prejudicar toda a sociedade, o interesse coletivo, passa acima do interesse individual, até porque aquele produto exaurido não tem mais nenhuma utilidade para quem o comprou.

Então, uma das coisas que tornaria o processo de logística de política reversa altamente eficaz no caso de um produto muito perigoso como é a bateria automotiva é realmente termos a obrigatoriedade da devolução por parte do consumidor final, do varejista, do distribuidor e do fabricante. Todos eles devem ser obrigados a estar registrados dentro de uma cadeia de distribuição reversa, onde vá até um reciclador ambientalmente certificado.

Então, se existe um ponto onde a legislação pode ajudar – eu não sei exatamente se a 12.305 faculta obrigatoriedade do consumidor final a devolver o produto ou não. No caso específico de baterias automotivas, pelo seu alto poder de impacto ambiental, creio que cabe, sim, termos a obrigatoriedade de toda a cadeia desde o usuário final.

Ninguém faz estoque de bateria na sua casa, põe no seu carro e troca. Mesmo no caso de supermercados hoje, nós temos processos de logística reversa. Em supermercados onde a pessoa compra a bateria já leva a bateria usada para trocar, e nós coletamos nos supermercados e levamos de volta para a nossa empresa.

Então, a obrigatoriedade para o consumidor final eu acho que deve ser bastante bem analisada. Eu acho que é uma oportunidade para o Senado trabalhar nesse sentido, junto obviamente com o Ministério do Meio Ambiente. Temos que entender as ferramentas legais que possam tornar isso possível, porque realmente, se nós conseguirmos criar isso, vamos ter o processo de logística reversa se não a mais avançada, uma das mais avançadas do mundo.

Essa obrigatoriedade já existe em outros países, porque realmente em outros países já foi visto que a propriedade, neste caso, se torna secundária em relação ao bem comum.

Então, eu gostaria de deixar isso como uma sugestão para ser feita ou através dos acordos setoriais – não sei se a 12.305 dá suporte para isso – ou através de uma legislação específica que dê o suporte para que essa logística reversa seja feita baseada em uma obrigatoriedade desde o início, para não dependermos tanto dessa conscientização, que, como disse, pode levar muitos anos, e o impacto já vai estar sendo feito durante este período. OK!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC - SE) - Muito salutar e muito contribuiu a sua sugestão.

Passo a palavra agora a Drª Zilda.

A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Eu gostaria de agradecer, Senador a oportunidade de vir aqui conversar com os senhores sobre a política. Gostaria também de dizer, só respondendo brevemente ao colega da ABBAI, ao Carlos, que a política já fala que o consumidor tem que faze o descarte adequado, ela fala isso. Agora, colocar em uma lei que o consumidor tem que fazer isso no ato da troca , a meu ver, seria inviabilizar a logística como ela foi concebida hoje na política, que é um acordo. Cada situação é particularizada, você tem que pensar em diversas possibilidades para você atingir o mesmo objetivo.

Então, por isso ela não foi colocada muito incisivamente no ato da troca, porque em alguns lugares talvez não seja possível no ato da troca. Não estou falando somente da bateria. Estou falando, no ato da compra, de, por exemplo, embalagens de agrotóxicos, que é um resíduo potencialmente perigoso. Ele pode ser perigoso, mas se ela for tríplice lavada, ela vai passar a ser um resíduo não inerte. Certamente, todos os pontos de comercialização não têm essa capacidade de receber de volta essa embalagem de agrotóxico, ela tem uma central específica de recolhimento.

Nós temos uma outra resolução que trata de pneus. Eu trabalhei no IBAMA durante muitos anos na implementação dos mecanismos de controle para o recolhimento de pneus, e se viu que seria melhor criar um ponto em separado do comércio, que recolhesse, porque são atividades distintas.

O pneu automaticamente passa por uma triagem e ele pode ser reaproveitado em processos de reforma e prolongar a sua vida útil, pela reforma. O brasileiro tem esse hábito, nós estamos falando nessa política de mudança de padrão de consumo, em orientar o consumidor. E o brasileiro tem uma história de reaproveitamento.

Aí, eu já saio das baterias automotivas, porque hoje a maioria delas não podem serem preenchidas com o seu líquido e prolongar a sua vida. São seladas, lacradas, é assim é muito mais complicado esse processo de reciclagem.

Mas eu pedi a fala, Senador, basicamente para dizer algo. O senhor tocou em um ponto importante. Eu fui fazer os meus cálculos aqui e cheguei a um número – a Abinee me corrija se eu estiver errada –, mas, pelos números do ano passado – e eu só dei os números de coleta e reciclagem – isso correspondeu a mais de 20% do que foi importado e fabricado no País. Se pegarmos os números comercializados, eu acho que esse número pode ser até maior, o percentual em relação à reciclagem.

Ontem, estávamos discutindo lá dentro do Ministério, em um grupo de trabalho informal. É muito difícil fixar metas para recolhimento, porque a gente está lidando com consumidor, está lidando com comerciante, está lidando com uma diversidade de comerciantes, está lidando com um mercado, que tem um impacto muito forte do contrabando, está lidando com um mercado em que as pessoas estão acostumadas a usar e descartar.

Então, o ideal seria se conseguíssemos recolher tudo aquilo que colocamos no mercado. Mas isso é praticamente impossível, inclusive em países industrializados. Não existe esse 100%, existe uma perda ao longo dessa cadeia. Eu estou falando de pequenos bens, de um celular, de uma bateria, de um pequeno eletroeletrônico. Uma geladeira ninguém vai ficar com ela em casa, mas para o mecânico, para a pessoa da oficina que faz o conserto ela pode ficar para recuperar algumas peças.

Existe essa cadeia informal no Brasil. Nós estamos com uma política e com um programa de consumo sustentável que o Ministério também coordena em outra área, tentando mudar do ponto de vista ambiental, esses valores, educando o consumidor para que ele tenha mais responsabilidade no seu descarte e, principalmente, quando o descarte envolve um resíduo efetivo ou potencialmente perigoso, o que é muito importante na hora de você acondicionar. Pilhas pequenas, não. Eu já tive oportunidade de falar sobre isso. Você pode armazenar em qualquer saquinho, buscar um coletor predestinado. Agora, no momento em que ela é misturada ao lixo comum, ela vai inviabilizar aquele lixo para a compostagem orgânica, porque ela pode sorar, pode liberar um pouco de ácido, e ela vai contaminar outros materiais que poderiam ser reciclados.

Então, é um trabalho longo, o senhor bem falou. Nós estamos começando com essas cinco logísticas, com esses primeiros acordos setoriais, mas é um trabalho para muitos anos.

O SR. CARLOS ZAIM – É justamente essa a nossa dificuldade.

Percebe que, quando a gente começou a falar sobre a bateria automotiva, acabamos, entretanto, em uma legislação que engloba um pacote maior, onde ações que poderiam ser tomadas especificamente para esse produto ambientalmente perigoso – é obvio, eu entendo que não se pode fazer uma legislação que seja perfeita para todos os produtos.

Essa é a nossa dificuldade. Você vê que nos começamos nas baterias automotivas e acabamos nas pilhas. Então, é isso que gostaríamos de estar procurando aqui dentro do Legislativo e dentro dos ministérios uma forma de tornar o procedimento para baterias automotivas muito mais específico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSB - SE) – Dada a sua complexidade e o seu potencial lesivo de dano tanto ao meio ambiente como à saúde de todos nós.

Está franqueada a palavra, se alguém quiser fazer um comentário final. Tem a palavra o Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO MILAN – Eu gostaria de enfatizar a importância da comunicação. Vou dar rapidamente um exemplo. Trata-se de um piloto que foi desenvolvido na cidade de Jundiaí e que demorou. Não é que demorou, o prazo de planejamento de todo processo de comunicação (como seria comunicado ao consumidor) levou

um ano junto a todos os elos que estariam envolvidos na eliminação da sacola plástica na cidade de Jundiaí.

Jundiaí tem 440 mil habitantes e, em agosto de 2009, nós começamos uma conversa com o governo municipal, em função de uma lei com a qual não concordávamos. E ele, então, devolveu o assunto para nós darmos uma solução. Começamos primeiro com os supermercados, com o comércio em geral, mas envolvemos a educação, a Secretaria Municipal de Educação, aonde levamos todo um processo e um projeto, em que capacitamos os diretores das escolas, capacitamos os principais professores para fazer a multiplicação.

Qual é o resultado disso? Eu acho que é importante até dizer que se bem comunicado, se bem planejado – e o tempo é uma questão em relação à qual devemos sempre nos policiar –, mas tem o tempo certo.

Isso entrou em vigor em agosto de 2010, no dia 30 de agosto de 2010, e, agora, nos dia 30 fará um ano que na cidade de Jundiaí se deixou de receber sacolas plásticas gratuitamente.

Nesse período, 99% do comércio de supermercados aderiram à campanha, deixaram de distribuir gratuitamente. Noventa e cinco por cento da população concorda com essa medida.

Então, o que mostrou? Junto com os órgãos de defesa do consumidor, mostrou-se a assertividade da comunicação para o consumidor e a conscientização.

Qual foi a alternativa que o consumidor passou a utilizar? Sacolas reutilizáveis. Nesse período de um ano foi disponibilizado – e tudo isso teve um custo – para o consumidor 400 mil sacolas reutilizáveis. Ou seja, quase uma sacola por habitante.

O que a gente tirou de todo esse aprendizado? Eu acho que envolver todos os elos na comunicação, principalmente a educação, que foi fundamental levar isso já para as escolas. O envolvimento, a comunicação foi agressiva. Usamos todos os meios para sensibilizar o consumidor. Foram outdoors nas ruas, informando que a partir de determinado dia as sacolas não seriam mais distribuídas. Utilizamos cartazes em pontos de ônibus para mostrar essa mudança de comportamento que estaria para chegar e também busdoor, que circulava pela cidade – era em preto e as letras, em amarelo e branco – exatamente para mostrar para o consumidor.

Então, a gente acredita que talvez demore um tempo, mas é exatamente o tempo que leva para fazer essa comunicação.

Atrás disso, as feiras livres já nos procuraram para saber como fazer esse mesmo movimento para adotar o mesmo processo.

Então, é questão de conscientização e educação. Eu acho que o consumidor hoje está muito mais sensível com tudo isso que está vendo, que está ouvindo.

Eu gostaria de registrar a importância, nesse processo de comunicação. Entendemos que o supermercado é responsável, mas com a ajuda de todos penso que teríamos um resultado mais rápido e melhor.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC - SE) – Eu não sei, não tenho a convicção, mas talvez o custo da distribuição das 400 mil sacolas tenha sido muito menor do que a distribuição permanente das bolsas plásticas ao longo do tempo. Com certeza, ao longo do tempo, isso irá se pagar, mas se criou uma nova consciência.

Parabéns.

O SR. MÁRCIO MILAN – Deixe-me apenas esclarecer, porque eu estou dizendo que o consumidor pagou por essa sacola. Então, uma parte foi subsidiada pelo comerciante, outra parte ele pagou.

Em números gerais, se distribuía mensalmente, gratuitamente, 22 milhões de sacolas por mês. E, hoje, quando o consumidor esquece a sacola e ele quer levar uma sacola plástica, ele paga 19 centavos por ela. Hoje caiu de 22 milhões, que era a distribuição gratuita, para um milhão por mês.

Então, eu acho realmente que a comunicação é importante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC - SE) – A palavra continua franqueada (*Pausa.)*

Não havendo mais quem queira se manifestar, agradeço a presença de todos. Com certeza, como disse, foi muito salutar, muito engrandecedor. Há muito que fazer, afinal de contas nosso meio ambiente tem que continuar protegido e a saúde de todos nós também.

Então, saio daqui com alguns convencimentos. Agradeço a todos vocês por essa construção e por esse momento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia trinta e um de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador

Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 27ª e 28ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 14 – Não Terminativo – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, DE 2003.** *Institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela apresentação de Requerimento para que seja ouvida a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 279, I, combinado com o art. 133, V, b, do Regimento Interno do Senado Interno do Senado Federal. **Resultado:** Aprovado Parecer preliminar ao Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, que requer, nos termos do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **ITEM 18 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2009.** *Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume).* **Autoria:** Deputado Arolde De Oliveira. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009. **ITEM 11 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2010.** *Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o pagamento do auxílio-acidente aos beneficiários que sofram redução da capacidade para o trabalho, independentemente da reversibilidade das lesões incapacitantes.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2010. **ITEM 15 – Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2011.** *Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.* **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria "Ad hoc":** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2011. ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2011.** *Acrescenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante e dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Relator do Vencido:** Senador Humberto Costa. **Relatório Vencedor:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** A Comissão rejeita o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2010. Vencido o relator, o Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, designa o Senador Humberto Costa relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2010.** *Dispõe sobre a identificação, rotulagem e padrões de qualidade da água adicionada de sais e da água adicionada de vitaminas e minerais destinadas ao consumo humano.* **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2009.** *Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos.* **Autoria:** Deputado Felipe Bornier. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2010.** *Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fo-*

noaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981. **Autoria:** Deputado Carlos Sampaio. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010. **ITEM 1 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2009.** *Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2009, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2011.** Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009. **Autoria:** Deputado Laerte Bessa. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011. **ITEM 16 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2011.** Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para permitir o abatimento de prestações devidas ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), por meio da atuação profissional em instituições públicas de educação e saúde. **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2010.** *Altera o art. 732 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a pena aplicada ao reclamante pelo não comparecimento à audiência.* **Autoria:** Senador José Bezerra. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2010, e a Emenda nº 1 – CAS. **ITEM 19 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CAS.** *Requeiro, nos termos do disposto no art. 73, combinado com o art. 76, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, pelo prazo de 70 (setenta) dias.* **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CAS.** *Requeiro, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso", tendo como convidados: Sra. Tânia Garib, Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso do Sul; Sr. Ramais de Castro Silveira, Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Karla Giacomini, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI); Sra. Ana Paula da Silva, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Sra. Luíza Fernandes Machado Maia, do Ministério da Saúde (MS); Sra. Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).* **Autoria:** Senadora Marta Suplicy e Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CAS.** *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a Resolução do Conselho Federal de Medicina de nº 1974 de 2011, que dispõe sobre critérios norteadores da propaganda em Medicina. Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Sr. Roberto Luiz D'Avila – Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM); Sr. Paulo de Argollo Mendes – Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers); Sr. Gilberto C. Leifert – Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR); Sr. Diaulas Costa Ribeiro - Promotor de Justiça do MPDFT, especialista na área da saúde".* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: Item 2 – Turno Suplementar de Discussão ao Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007; Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2011; Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2011; Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2010; Item 13 – Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 67, de 2007 e 132, de 2010; Item 17 – Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Benedito de Lira, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Cyro Miranda e as Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 27ª e 28ª reuniões da CAS.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1466 - GP/TCU, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha a esta Presidência cópia do Acórdão nº 2029/2011, que está acompanhado de relatório e da proposta de deliberação proferida dos autos do processo TC nº 012208/2010, prolatado em sessão ordinária de 03/08/2011, pelo Plenário do TCU, que trata de monitoramento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Este é o relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, para esta Comissão, diante, naturalmente, das informações que obtiveram. Foi encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler.

Também temos a satisfação de comunicar a esta Comissão que, nesses próximos dias, vamos fazer de forma oficial o lançamento da revista, que naturalmente não só envolve esta Comissão de Assuntos Sociais, mas, ao que me parece, dá a entender que é uma revista em que podemos ter a oportunidade de ver o trabalho que a Comissão está promovendo, sobretudo as Subcomissões, principalmente a Subcomissão presidida pelo Senador Wellington Salgado. Esta Comissão funciona aqui, naturalmente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, que é a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Considero fundamental termos aqui, nesta Comissão, esse debate amplo – inclusive, hoje pretendemos votar um requerimento pedindo a prorrogação por 70 dias, diante de ainda ter que coletar, ou seja, promover algumas audiências públicas e, com isso, enriquecer o relatório dessa Comissão – e a certeza de que as propostas, em princípio, que estamos oferecendo são importantes, na medida em que a pretensão inicial é realizarmos uma grande conferência nacional, com todos os setores envolvidos, para elaborar uma política completa, que seria, nesse caso, Senador Paulo Davim: financiar as comunidades terapêuticas com recursos da União; apoiar a elaboração de padrões mínimos de organizações às comunidades terapêuticas; dar ao Senado *status* de Ministério para trabalhar com as demais Pastas, Estados e Municípios; controlas as drogas ilícitas, com maior restrição à venda, inclusive com maior taxação sobre a propaganda de bebidas alcoólicas e tabaco, assim dificultando o acesso dos jovens – essa matéria encontra-se na página 76 e considero muito importante, V. Exª que é médico, ter oportunidade de fazer a leitura; aumentarmos o orçamento da própria Polícia Federal, para reforçar a sua atuação nas regiões de fronteira; e, sobretudo, também envolver fundamentalmente as centrais sindicais e o Sistema S na reinserção desses dependentes. Penso que é um trabalho hercúleo, em que temos que ter a participação de toda a sociedade, clubes de serviço, igrejas, associações de bairro. Caso contrário, dificilmente teremos... Só o Estado, creio que seria impotente para conseguirmos, se possível, extirpar do seio da comunidade brasileira esse mal tão grande que é o "crack", que tem prejudicado a nossa juventude.

De tal forma que, nesses próximos dias, meu caro Paim – estão anunciando aqui –, vamos mostrar o trabalho das Subcomissões, que tem sido promovido inclusive por V. Exª, que faz parte da Comissão e que preside também uma delas. Estamos aqui apresentando, nos próximos dias, uma revista editada pelo Senado. Gostaria imensamente que a revista fosse só destinada aqui a esta Comissão, mas não sou tão egoísta, na medida em que tem também a participação de outras Comissões e Subcomissões.

Tendo em vista que temos aqui 18 itens na pauta, mais quatro requerimentos, se não me falha a memória, para aprovar aqui, mas esses encaminhamentos, por força regimental, teriam que ser encaminhados pelos autores, aguardaremos a presença deles para fazer os encaminhamentos.

Entretanto, temos aqui alguns itens que já foram lidos e vamos votar daqui a pouco, quanto tivermos quórum suficiente. São matérias de caráter terminativo. Quatro itens da pauta já foram lidos, entretanto temos alguns itens que são terminativos, não foram ainda lidos e também poderemos ler, evidentemente aguardando a presença dos relatores da matéria. E temos também vários itens não terminativos. Como não há a presença dos autores aqui, designaria relatores *ad hoc*, para dar bom andamento ao trabalho desta Comissão.

Na ordem aqui, vamos iniciar pelo Item 14, decisão não terminativa.

ITEM 14
- Não Terminativo -
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, DE 2003

Institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Observações: *Em 02/04/2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ aprovou parecer favorável ao projeto.*

Quero, nesta oportunidade, diante da não presença do Senador Ricardo Ferraço, convidar o Senador Paulo Davim para relatar, *ad hoc*, o Item 14, na página 201.

V. Exª está com a palavra para relatar a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Resolução (PRS) n° 4, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem a finalidade de criar a Ouvidoria Permanente do Senado Federal, destinada a *investigar, coletar informações, estudar e avaliar as denúncias de discriminação ou preconceito, em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual* (art. 6º, inciso *a*).

De acordo com a proposta, tal órgão realizará reuniões semanais e contará em sua composição com um Senador de cada partido com representação nesta Casa, com mandato de um ano, permitida recondução por igual período.

As denúncias serão feitas pelos interessados pessoalmente aos membros da Ouvidoria, obedecendo a ordem de inscrição. As informações coletadas poderão ser investigadas pela própria Ouvidoria ou encaminhadas para as entidades competentes, conforme entendimento do colegiado.

Por fim, o PRS assegura, para funcionamento da Ouvidoria, estrutura física e logística capaz de dar o suporte necessário para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

O Senador Paulo Paim afirma, na justificação da matéria, que a medida irá contribuir para que esta Casa estabeleça uma melhor sintonia com a sociedade e, a partir daí, possa obter maior qualidade do próprio trabalho legislativo.

O projeto em exame recebeu parecer favorável, sem emendas, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aprovado no dia 21 de maio de 2009. Após análise da CAS, o projeto segue para exame da Comissão Diretora.

Nesta comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

VOTO

Diante das considerações apresentadas, nosso voto é pelo encaminhamento do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que esta se manifeste sobre a matéria. Assim, concluímos esse relatório com a apresentação do seguinte:

REQUERIMENTO Nº – CAS

Requeremos, nos termos do art. 279, inciso I, combinado com o art. 133, inciso V, alínea *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela informação que recebi, o nobre Senador Ricardo Ferraço – com a melhor das intenções, creio eu – disse que, nesse tema, teria que ser ouvida a Comissão de Direitos Humanos.

Quero dizer que concordo com ele, porque, de fato, aquela Comissão trata de todos os temas que estou propondo nessa Ouvidoria. Só não entendi, Sr. Presidente, por que não podemos votar aqui de forma não terminativa e, se assim entenderem, seja pedido para ouvir a Comissão de Direitos Humanos. Por que não podemos votar e, se for este o entendimento, e entrar com um pedido para que seja ouvida a Comissão de Direitos Humanos? Não vejo problema nenhum. Meio que não entendi, sendo bem sincero, por que não podemos votar e pedir para que seja ouvida a Comissão de Direitos Humanos. O que estou propondo? Votamos e, legitimamente, alguém pode entrar com requerimento na Mesa para que seja ouvida a Comissão de Direitos Humanos. Não criarei nenhum obstáculo, vai para a Comissão e lá votamos. Só não sei por que não podemos votar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não é que não se possa votar, pode-se sim. V. Exª está fazendo um comentário em relação ao parecer do Relator?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele pondera que não vai poder votar na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ele sugere que seja apreciado pela CDH.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nada impede que essa matéria vá para a CDH, não tem nenhum impedimento regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, é isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A CDH aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Representada pelo Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se fosse para outra Comissão, poderia ficar meio preocupado, mas para a minha...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito a V. Exª, Senador Paulo Davim, que faça um requerimento pedindo – como Relator *ad hoc*, V. Exª também tem autoridade - que seja ouvida lá na CDH.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que seja ouvida na Comissão de Direitos Humanos. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou retirar de pauta a matéria, aguardando um requerimento dele aqui, aí encaminharemos para a CDH. Esse é o Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há condições de votarmos hoje ainda, não?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, não é isso. Retiramos de pauta neste momento, o Senador Paulo Davim faz o encaminhamento de um pedido...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Podemos conversar com o Ferraço, também, que é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Também podemos aguardar a presença dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não vou retirar da pauta, vamos aguardar para fazer o encaminhamento dessa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quando possível, sei que há outros Senadores que têm prioridades aqui, mas tem o Item...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª também tem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, sei disso. O Item 18, se pudermos depois inverter, porque esse é mais um dos dias atribulados aqui nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Item 15 é de V. Exª também, pelo que vi aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Isso.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, gostaria também de pedir, se for possível, inversão de pauta para o Item 11.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Item 11 também é da Senadora Angela Portela. Faço uma indagação e uma consulta a V. Exªs, diante da solicitação. Temos aqui, na ordem de prioridade, a Senadora Angela na frente. Essa matéria é terminativa, poderíamos fazer a leitura, se V. Exª concordasse, todavia, como a do Senador Lindbergh Farias não é terminativa, não depende de quórum, poderíamos ler a do Senador Lindbergh e de V. Exª, se V. Exª concorda. (*Pausa*.)

ITEM 18
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2009

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume).

Autoria: Deputado Arolde De Oliveira
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Observações: - *Em 08/12/2010, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT aprovou parecer favorável ao projeto;*

- A matéria irá à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em decisão terminativa.

Por sinal, o seu Presidente encontra-se aqui em nossa reunião da Comissão, que é o Senador Paulo Paim.

Quero conceder a palavra ao ilustre Senador Lindbergh Farias, para proferir o seu relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, um breve relatório.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 78, de 2009 (PL nº 7.033, de 2006, na origem), propõe acrescentar dispositivo à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que cuida de promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A iniciativa determina que fabricantes de aparelhos receptores de rádio e televisão disponibilizem, em pelo menos 30%

desses produtos, saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste independente de volume.

O autor argumenta na justificação do projeto que a legislação em vigor favorece corretamente a acessibilidade de pessoas com perda de audição total ou quase total, mas deixa sem amparo o segmento da população que convive com a perda auditiva parcial. Em sua opinião, a mudança apresentada preencheria esse lapso legislativo.

Na Câmara, a proposição recebeu acolhida das comissões de Seguridade Social e Família; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, foi aprovada sem alterações pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática (CCT).

Depois de examinada por esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a matéria seguirá para decisão em caráter terminativo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

O art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe sobre as atribuições da CAS e elenca, entre outras competências, a de opinar sobre assuntos correlatos à seguridade social e à proteção e defesa da saúde. O tema da matéria ora em exame refere-se à inclusão de pessoas que sofrem com perda auditiva parcial, incluindo-se, portanto, como matéria passível de exame por este colegiado.

Quanto ao mérito, avaliamos que o projeto contribui para dar mais qualidade de vida às pessoas com deficiência, possibilitando-lhes usufruir plenamente da programação de rádio e televisão oferecidos pelas emissoras brasileiras. Para isso, determina a oferta de equipamentos que, com modificação simples, serão capazes de equiparar as pessoas com deficiência auditiva leve aos demais ouvintes e telespectadores, mediante um simples ajuste de volume.

O relatório da CCT, ao analisar a mudança técnica que se exige dos fabricantes, afirma que "a introdução de uma saída de áudio para fone de ouvido com ajuste independente de volume não representa nenhum desafio tecnológico ou construtivo aos fabricantes de terminais de rádio e televisão, por se tratar de componentes já utilizados nos circuitos internos desse tipo de equipamento há muitos anos".

Acrescenta que o custo para a indústria na introdução desse tipo de dispositivo é bastante reduzido e não deverá acarretar alterações relevantes de preços para o consumidor, frente aos imensos benefícios trazidos à luta das pessoas com deficiência pela igualdade e contra a descriminação.

Não restam dúvidas, portanto, acerca do benefício da proposição, que, mencione-se, deverá ter entre seus principais beneficiários o crescente contingente de idosos da nossa população.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado a V. Exª, Senador Lindbergh Farias, após proferir o seu relatório.

Essa matéria entraria em discussão e em votação. Não há nenhum impeditivo de fazermos a discussão da matéria. Entretanto, aguardamos ainda algumas assinaturas para completar o quórum de 11 Senadores, aí entraremos em processo de votação.

Quero, nesta oportunidade, abrir a discussão em relação a essa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Queria cumprimentar o Senador Lindbergh Farias e o autor do projeto.

Eu acompanho, com a maior tranqüilidade, o Relator. Aliás, o Relator preside a Subcomissão da Pessoa com Deficiência e está fazendo um belíssimo trabalho. Não é "rasgação" de seda. Isso, todos nós temos acompanhado, e não há o que discutir.

Parabéns!

O nosso voto acompanha o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Quero, também, da mesma forma, me associar às palavras do ilustre Senador Paulo Paim em relação à relatoria do ilustre Senador Lindbergh.

Sem dúvida alguma, são com políticas públicas como essa que nós poderemos, verdadeiramente, dar cidadania às pessoas portadoras de deficiência, sobretudo à sociedade brasileira dos menos afortunados.

Eu não tenho dúvida alguma, Senador Lindbergh, V. Exª que é um homem sensível, e eu tenho acompanhado a sua luta e persistência no sentido de termos, no Brasil, um País mais justo, digo que só iremos construir um País de Primeiro Mundo com justiça social. E V. Exª, aqui, em seus pronunciamentos, eu o tenho acompanhado, faz um trabalho esplendoroso. Inclusive, nós, que o vivenciamos muitas vezes até na nossa própria família, sabemos, naturalmente, o sofrimento e a dor. Só o espírito e a alma que sabem, realmente, esses problemas que Deus nos deu para carregar.

Todavia, V. Exª, que é um homem de bem, é um homem – e tenho acompanhado a sua trajetória po-

lítica – por quem tenho grande admiração, não só lá atrás, como jovem estudante, mas, sobretudo, desta feita, como exemplo de homem público. Prefeito de sua cidade, o Rio de Janeiro, e agora Senador da República, antevejo e vejo um futuro extraordinário para V. Exª na política não só do Rio de Janeiro, mas, sobretudo, do Brasil.

De forma que tem, também, a minha solidariedade e, acima de tudo, o meu respeito diante do seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu também gostaria de parabenizar o Relator, Senador Lindbergh. Realmente ele tem realizado um grande trabalho em prol das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Somo-me a você nessa luta, inclusive já apresentamos projetos também voltados para facilitar a vida das pessoas com necessidades especiais. Aliás, ontem, na Comissão de Turismo e Desenvolvimento Social estava em pauta um projeto nosso que tinha como Relator o Senador Cyro Miranda, que deu parecer favorável, facilitando, assim, a vida dos portadores de necessidades especiais no sistema bancário.

Então, quero lhe parabenizar e dizer que também atuamos nessa área em defesa das pessoas com deficiência.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Estamos aguardando – só falta uma assinatura – o quórum para entrarmos no processo de votação, até porque não é de caráter terminativo.

Pois não, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desculpe-me, sem querer abusar, Sr Presidente, mas é que, na verdade, a inversão do Item 18 e, quando possível, do Item 15, do qual sou o autor. Mas poderia alguém ser Relator *ad hoc*, porque é um projeto muito importante e tem a ver com o Minha Casa, Minha Vida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª é autor da matéria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Estamos aguardando a Senadora Vanessa. Entretanto, se ela não chegar a tempo, vamos designar um relator *ad hoc.*

Atendendo à ilustre Senadora Angela Portela, Item 11, pág. 139.

ITEM 11
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2010

Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o pagamento do auxílio-acidente aos beneficiários que sofram redução da capacidade para o trabalho, independentemente da reversibilidade das lesões incapacitantes.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Angela Portela

A votação – é bom que os senhores tenham conhecimento – será nominal.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Angela Portela para proferir o seu relatório.

V. Exª está com a palavra.

A SRª. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório.

Em análise, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2010, de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella. Trata-se de alteração do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o Plano de Beneficio da Previdência Social para esclarecer que a concessão do auxílio-acidente é devida também para os trabalhadores acometidos de sequelas reversíveis, após a consolidação das lesões decorrentes de acidentes de qualquer natureza.

Ao justificar a sua iniciativa, informa o autor que o Instituto Nacional de Seguro Social vem sistematicamente negando a concessão desse benefício nos casos considerados reversíveis mediante tratamento cirúrgico ou ambulatorial. Ele só é concedido quando a incapacidade parcial for definitiva. Tal entendimento não possui fundamento legal, segundo o autor da proposta; além disso, o argumento de que o Poder Judiciário já possui decisão cristalizada no sentido de que a reversibilidade ou não das sequelas não é fundamento válido para a negativa da concessão do benefício. No prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

II – Análise

A concessão do auxílio-acidente insere-se no campo do Direito Previdenciário. Normas nesse sentido estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema nos termos do art. 48 da mesma Carta. Em relação à constitucionalidade, portanto, não há reparos a fazer.

Constatamos também a observância dos requisitos de judicialidade e regimentalidade. Quanto

ao mérito, todavia, entendemos que não se deve alterar o tratamento que a lei vem dispensando a essa situação, muito embora se aponte certa dissonância jurisprudencial. O posicionamento do Instituto Nacional de Seguro Social se ampara na necessidade de se manter o equilíbrio financeiro das contas públicas.

A presente iniciativa, se aprovada, causaria grande impacto nas contas do INSS. As indenizações somente devem ser concedidas em caráter de exceção, pois são determinadas pela ocorrência de eventos extraordinários no cotidiano do segurado. Vê-se, assim, que o princípio a nortear a sistemática de concessão dos benefícios previstos na lei é o da exceção.

Esses os fundamentos de se manter a legislação atual inalterada.

O auxílio-acidente deve ser concedido somente aos beneficiários que sofram redução da capacidade para o trabalho irreversível. Para as demais hipóteses – lesões suscetíveis de reversão por intermédio de procedimentos médicos normais – existe o auxílio-doença.

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2010.

Esse é o relatório. Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Angela Portela.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos entrar em fase de votação do Projeto de Lei do Senado nº 94/2010.

Eu consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu acompanho a Relatora. O Senador Crivella não está aqui, não houve outra versão... Eu acompanho a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota o ilustre Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Eu acompanho a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lindbergh Farias

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quem vota com a Relatora votou "não" ao projeto.

Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 94/2010.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu queria aproveitar e já colocar em votação também o do ilustre Senador Lindbergh Farias, que é o Item...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Item 15.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...18, melhor dizendo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ah, sim. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª... Foi o Item 18. V. Exª já leu essa matéria.

Eu consulto se tem mais algum Senador que queira discutir a matéria. (*Pausa*.)

Em votação, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 78/2009. A matéria não é terminativa.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós temos também a do Senador Paulo Paim, que está bem entendido.

V. Exª me disse que já foi feito o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero até dizer que foi um mal-entendido meu. O Senador Ricardo Ferraço fez correto. Ele encaminha e já faz o requerimento para que o projeto vá para a Comissão de Direitos Humanos. Então, não há por que eu não votar com o parecer do Relator, tanto o Ricardo Ferraço como o *ad hoc* aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Não temos nenhuma dúvida a sanar.

Vamos à fase de votação.

Em votação o parecer, que conclui pela apresentação de requerimento para que seja ouvida a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 279, I, combinado com o art. 133, V, b, do Regimento Interno do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esse foi o Item 14 da pauta, um projeto de lei do Senador Paulo Paim, que tinha como Relator o Senador Ricardo Ferraço; entretanto, foi o Senador Paulo Davim *ad hoc* nomeado pela Presidência desta Comissão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente... Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu gostaria de requerer a V. Exª, se não houver nenhum óbice por parte dos demais Senadores e Senadoras, se for possível, uma pequena inversão da pauta, porque eu tenho que acompanhar uma audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia. São os Itens 5 e 9, se não for... De um, sou Relator; no outro, tenho um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto o Plenário se há algum óbice ao pleito de S. Exª.

Os Srs. Senadores e Senadoras concordam com o pedido do Senador Humberto Costa? (*Pausa*.)

Se V. Exªs concordam, a Mesa acata-o em primeiro plano.

Mas nós temos aqui o Item 15, que é também de V. Exª. E também temos o da Angela e o do Humberto Costa aqui.

Item 15, pág. 211.

ITEM 15
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2011

*Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos Municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas***.**

Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Como S. Exª não se encontra e o projeto não tem caráter terminativo, consulto a Senadora Lídice da Mata se é possível S. Exª relatar a matéria, porque era a Senadora Vanessa.

É a pág. 211, Item 15, Senadora Lídice. V. Exª está com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A proposição em análise acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa ao atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.

Indo direto para a análise, Sr. Presidente:

Consideramos altamente meritória a iniciativa do Senador Lindbergh Farias.

Os critérios de elegibilidade e seleção de beneficiários do PMCMV foram fixados pela Portaria nº 140, de 5 de março de 2010, do Ministério das Cidades. Essa portaria prevê que "será admitida a indicação de um grupo de famílias provenientes de um mesmo assentamento irregular, em razão de estarem em área de risco, terem sido desabrigadas por motivo de risco ou outros motivos justificados em projetos de regularização fundiária e que tiverem que ser realocadas, ficando dispensadas da aplicabilidade dos critérios de hierarquização e seleção previstos neste normativo".

A Portaria considera áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como outras assim definidas pela Defesa Civil.

Logo em seguida, entretanto, estabelece que "a indicação fica limitada a 50% da quantidade de unidades habitacionais produzidas no município". As demais unidades devem ser sorteadas entre os demais candidatos.

A retirada de pessoas moradoras de áreas de risco, assim como o atendimento de pessoas desabrigadas, vítimas de tragédias urbanas, deve ser prioridade absoluta na seleção de beneficiários da política habitacional. Nada justifica que essas pessoas sejam preteridas em favor de outras cuja carência não seja tão acentuada.

O projeto em análise corrige essa impropriedade, ao assegurar aos municípios a possibilidade de direcionar integralmente o PMCMV para o atendimento a famílias desabrigadas ou ocupantes de áreas de risco.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 27, de 2011.

Da mesma forma que ontem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou projeto, também do Senador Lindbergh, no mesmo direcionamento de proteção das áreas de risco, exigindo o Plano Diretor para as cidades que vivem essa situação.

Portanto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do Projeto, homenageando o autor desta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lídice da Mata.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero elogiar a iniciativa deste projeto, Sr. Presidente. O Senador Lindbergh Farias foi feliz em apresentar esta proposta, e a Relatora Vanessa Grazziotin o faz também nessa direção. Nós, que somos da Comissão Temporária de Defesa Civil, de que inclusive o Senador Lindbergh Farias participa e de que é co-Relator, temos sentido muito, pelo País afora, o clamor nessa direção, de muitas famílias, de centenas e milhares de famílias que moram em lugares de risco. Isso não é possível. A iminência sempre é muito grande. E a competência para que os Municípios, no Programa Minha Casa, Minha Vida, tenham essa independência e possam redirecioná-lo para atender preferencialmente essas famílias vem ao encontro de uma questão social muito forte.

Quero cumprimentar o autor da proposta, Senador Lindbergh, e igualmente a Relatora, que é a Senadora Vanessa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Bem rapidamente, Senador Casildo, este projeto surgiu de uma realidade concreta. Depois do desastre na região serrana, o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, deu uma declaração nos jornais – e eu telefonei –, dizendo o seguinte: que ele tinha um plano para a retirada de pessoas de áreas de risco e o plano estava colidindo com o Programa Minha Casa, Minha Vida. Ele não poderia utilizar 100% das casas para a retirada dessas pessoas das áreas de risco porque, segundo determina a lei que criou o Minha Casa, Minha Vida, ele só poderia usar 50%. As outras 50% teriam que ser sorteadas, o que eu acho um equívoco.

O Rio tem um plano de retirada de pessoas que estão correndo riscos. O que esse projeto de minha autoria faz é dar o direito, assegurar ao Município a possibilidade de usar 100% para a remoção de pessoas de áreas de risco. Então, é um projeto muito importante, que faz com que possamos evitar, nas próximas chuvas, desastres e mortes de muitas pessoas.

Eu queria agradecer à Senadora Lídice da Mata, que leu o relatório, agradecer ao Senador Casildo Maldaner e agradecer a V. Exª, que, como Presidente, está sendo tão compreensivo, porque hoje temos um dia atribulado. O Ministro Paulo Bernardo está chegando agora na Comissão de Ciência e Tecnologia e ainda vamos ter o debate sobre os *royalties*, com o Governador do Rio de Janeiro, o Governador de São Paulo e o Governador do Espírito Santo. De forma que eu queria agradecer a compreensão de V. Exª por ter colocado esses projetos para discutirmos e votarmos antes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir nem se manifestar, em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2011.

A matéria será encaminhada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em decisão terminativa.

O projeto é extremamente meritório e, sobretudo, como bem colocou o Senador Lindbergh, o prefeito vai ter a autoridade, eventualmente, para fazer uso das cem habitações, ou duzentas, quantas forem construídas, para ceder às pessoas que de fato precisam, sobretudo em casos de tragédia como as que aconteceram em algumas cidades do Brasil, principalmente no seu Estado, o Rio de Janeiro.

O projeto é meritório. V. Exª, como sempre, campeão, um craque na construção de bons projetos para o povo brasileiro.

Item 5
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2011

Acrescenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante e dívidas inscritas em cadastro de inadimplentes e dá outras providências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observação: - Em 17/08/2011, lido o relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 23/08/2011, o Senador Humberto Costa apresentou voto em separado pela rejeição do projeto;

- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Humberto Costa para proferir o seu voto em separado.

V. Exª está com a palavra, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, farei a leitura do voto em separado e peço a V. Exª que os demais projetos que estou relatando possam ser retirados de pauta, porque realmente não vou poder ficar.

Sr. Presidente, o PLS nº 137, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, atende aos preceitos constitucionais de competência material e formal, inclusive quanto à iniciativa parlamentar. A proposição também atende ao requisito de juridicidade e às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre relações de trabalho e seguridade social, que são temas pertinentes à matéria.

O debate sobre o uso dos recursos das contas vinculadas do FGTS é legítimo e deve ser realizado com bastante cuidado, especialmente porque não deve ferir a lógica de funcionamento do Fundo. A formulação de qualquer projeto de lei deve ser analisada a partir do panorama geral explicitado, o que implica assumir uma atitude cautelosa que considere os objetivos sociais do Fundo e a possibilidade de atingi-los com a preservação do patrimônio e a melhor rentabilidade possível.

O FGTS é um fundo financeiro formado pela contribuição mensal de empregadores aos seus empregados mediante depósito em conta vinculada individual de cada trabalhador. É um fundo de natureza privada, sob gestão pública. Esses recursos, por um lado, cumprem a função de seguro social e, por outro, a de fomento do investimento de cunho econômico e social.

As possibilidades de movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS são hoje bem menores do que as que vigoraram entre 1966 (quando o fundo foi instituído) e 1989. Isso se deve ao fato de que até então, dezenas de hipóteses faziam com que os recursos fossem maciçamente utilizados, inviabilizando a formação de patrimônios individuais nas contas vinculadas. Comprometia-se, assim, tanto o suporte financeiro em casos de cessação ou diminuição do fluxo de renda do trabalhador (em decorrência de situações de desemprego, aposentadoria ou morte) quanto a acumulação de recursos para aplicações nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Essa é a principal razão pela qual devemos avaliar cada uma das possibilidades de movimentação da conta do FGTS de forma cuidadosa, procurando vislumbrar o contexto geral em que o Fundo se insere.

O retorno àquela situação de múltiplas possibilidades para saques poderia comprometer o objetivo central do FGTS (criado em substituição ao antigo instituto da estabilidade no emprego após dez anos de serviço), qual seja: indenização em casos de desemprego involuntário, aposentadoria ou morte e instrumento essencial no âmbito da política habitacional do País (aquisição da casa própria). Entendo que os prejuízos sociais seriam enormes, especialmente para a camada mais carente da população.

Não podemos ignorar a série de políticas públicas já estabelecidas para a melhoria da qualificação profissional e para o acesso ao ensino superior, como o Prouni e o Fies. Sobrecarregar o FGTS com esses novos encargos pode levar a uma repercussão danosa e talvez irremediável no equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, comprometendo sua racionalidade e inviabilizando importantes projetos econômico-sociais.

Isso também se aplica ao pagamento de dívidas. Entendemos serem ainda piores os efeitos deste tipo de permissão para o uso do FGTS, pois pode estimular o uso exagerado de crédito para o consumo pelo trabalhador, desde que saiba que poderá ter o suporte da sua conta vinculada para pagar suas dívidas a cada fim de ano. Esse propósito, na nossa opinião,

deturpa completamente a função individual e social que exerce o FGTS.

Vale ressaltar que aproximadamente 63% das contas vinculadas do FGTS possuem saldo de até um salário mínimo, comprovando que a maioria dos trabalhadores com recursos do FGTS não teriam condições sequer de começar a pagar os compromissos permitidos com a proposta em análise.

Em nome dos grandes benefícios sociais auferidos pelo FGTS é que devemos analisar com parcimônia alternativas que realmente justifiquem o uso dos recursos, sem inviabilizá-lo. Entendo que a proposição em discussão não contribui efetivamente para o bem estar coletivo hoje atendido pelo Fundo.

Em vista do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Também quero conceder a palavra ao Relator da matéria, Senador João Vicente Claudino, para as considerações, se necessário.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, não tenho muita coisa a acrescentar. Não é uma matéria nova. Mesmo aqui, no Senado, já tramitou um projeto de igual teor e foi aprovado pelo Senado, o Projeto nº 287, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo, que já está na Câmara. Só que trata do saque do FGTS para o ensino superior, inclusive recompondo o Fundo do Fies para aqueles que têm o financiamento através do Fies. E, nesse projeto do Senador Aloysio Nunes, eu tornei prejudicialidade o ensino superior, atendendo ao ensino de base, o ensino tecnológico, criando condições, limites para a utilização desse Fundo.

É o complemento que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu confesso que, como diz aqui o Senador João Vicente Claudino, há mais uma proposta tramitando no Senado. Na Legislatura que frequentei, eu tinha também apresentado uma proposta nessa direção.

Em que pese o meu maior respeito ao Líder Humberto Costa, que foi nosso Ministro, inclusive, da Saúde – o maior respeito –, mas essa proposta, de um certo modo, vem ao encontro de pais de família que tiverem o Fundo de Garantia à disposição, o trabalhador que tiver o Fundo de Garantia, para usar um limite do seu teto e pagar a matrícula ou uma mensalidade do seu filho. Eu diria até para um afilhado.

A proposta que eu tinha, na Legislatura em que eu frequentei o Senado por oito anos, era nessa direção. Poder apadrinhar um afilhado que quer estudar, mas não pode pagar a Faculdade de Medicina dele. "Mas eu vou ajudar com uma parte. Eu tenho o Fundo de Garantia. Eu já tenho a minha casa. Eu já comprei ações da Petrobras com Fundo de Garantia, que a legislação permitiu. O Governo incentivou, inclusive, comprar ações da Petrobras, ações da Vale ou coisa que o valha. Por que eu não vou ajudar um afilhado meu a custear, a se reformar na vida, sem comprometer o Fundo, em absoluto. Não tendo não dá!

Sei que a maioria esmagadora – como diz aqui o Substitutivo do Senador Humberto Costa, 63% – só tem um saldo de um salário mínimo, mais ou menos. Eu sei, eu reconheço isso, mas nós temos trinta e poucos por cento da comunidade brasileira que recolhe, que tem Fundo de Garantia, que tem condições de ajudar, e eu diria até não só um filho e um afilhado. Eu acho que há mérito nisso, sem comprometer, sem dúvida alguma, é um percentual disso para ajudar uma pessoa.

Então, eu acho que a proposta do Senador Aloysio Nunes e o relatório aqui do Senador João Vicente Claudino têm todo o mérito, embora eu tenha o maior respeito pelo Senador Humberto Costa.

É a minha posição, nobre Presidente, em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir.

Eu queria corroborar as palavras do Senador Maldaner. Eu tenho evidenciado tantos pais que não podem pagar uma matrícula, que têm uma dificuldade tremenda e os filhos terminam não estudando enquanto esse dinheiro do Fundo de Garantia fica parado, rendendo menos do que qualquer coisa que exista hoje em termos de rendimento.

Então, estamos auxiliando esses jovens, propiciando a esses jovens o ingresso nas universidades.

Concordo plenamente com o Senador Maldaner.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço tem como eixo principal, todos nós sabemos, garantir, no caso de demissão, um aporte de recursos para o trabalhador e, ao mesmo tempo,

ser usado para investimento na casa própria dos trabalhadores. Esse é o eixo principal.

Desde que eu estava na Câmara e também no Senado, vejo que dezenas de projetos buscam outras alternativas para o Fundo, a não ser essas duas principais. Lembro-me de que, em duas oportunidades, uma foi até o Deputado Paulo Rocha, que reuniu todos os projetos que buscavam outras alternativas e fez um substitutivo no campo da razoabilidade, eu diria, que não trazia impacto para o Fundo e, ao mesmo tempo, apontava alguns caminhos.

Eu confesso que fiquei meio inseguro aqui, Sr. Presidente, na votação desse projeto, devido a este debate, que é muito antigo na Câmara e no Senado: se o Fundo deve efetivamente ficar para pagar o trabalhador no ato da indenização ou para se investir na casa própria de cada trabalhador e de cada trabalhadora.

Por isso, Sr. Presidente, com todo o respeito tanto ao autor quanto ao Relator, eu vou acompanhar o meu Líder Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o Substitutivo, que tem preferência regimental, oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011.

Em votação, em caráter terminativo.

Eu consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Líder Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para ficar bem mais entendido aqui, quero dizer o seguinte: quem vota com o Relator vota "sim", que seria, neste caso, com o Senador João Claudino; quem vota "não" estará votando com o parecer, ou seja, com a emenda do Senador Humberto Costa.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – "Não".

Como vota o Senador Humberto Costa? Voto já conhecido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

Como vota V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto com o voto em separado do Senador Humberto Costa; portanto, eu voto "não". Não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – "Não".

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o voto em separado do Senador Humberto Costa: "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – "Não".

Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

Como vota V. Exª: com o Relator ou com o voto em separado?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto "sim". Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino? Voto conhecido: é "sim".

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT - SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Neste caso, aqui, como estourou a bancada, o Bloco de Apoio ao Governo, que é o PT, PDT e PSDB, quero agradecer a presença da Senadora Lídice, que se encontra presente, e Clésio de Andrade. Todavia V. Exª não vota, porque, dentro da votação do Bloco de Apoio ao Governo desses partidos, está completa a votação.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto "sim", com o Senador João Vicente Claudino.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª citou que o PT, mais o PDT, que são da base do Governo, votam "não"; e os outros estão votando

"sim". Dá a entender que quem vota "sim" é contra... Em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – "Sim" vota com o voto em separado do Senador Humberto Costa; e quem vota "sim" votaria com o relatório apresentado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Isso aqui é um voto de quem vota pelo mérito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª votou com o Humberto? Então é voto "não".

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não, o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota "sim"?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sim, voto consciente. Entendo que essa linha é boa. É interessante, eu voto com a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O senhor não está confundindo, não? O senhor está votando com Humberto Costa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O senhor está votando com o João. Votando "não" o senhor votaria com o relatório do Senador João Vicente Claudino.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT - SP) – "Não" é Humberto Costa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E "sim" é com o autor, João Claudino. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Votou com João Claudino, está explicado.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Acompanho o voto em separado do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos passar à fase de contagem. Diante de que eu voto "sim", com o Senador João Claudino... O Cyro Miranda já votou também.

Então ficou: Cyro Miranda, "sim"; Casildo, "sim"; Ana Amélia, "sim"; e João Claudino, voto conhecido, "sim".

Então, neste caso, o "não" ganhou, ou seja, teve maioria absoluta. Neste caso, aí, o "não" é com o relatório do Senador Humberto Costa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, queria informar que, caso V. Exª deseje colocar o Item 17, o projeto do Senador Cyro, estou pronto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concluindo a votação, nós vamos colocar. Daqui a pouquinho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

Senador Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já foi concluída votação desse item?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Estamos concluindo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quando concluir, faço a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vencido o Relator, designo o Senador Humberto Costa como Relator do vencido, nos termos do art. 128, combinado com o art. 132 do Regimento Interno.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Podemos, Sr. Presidente, fazer a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A palavra de V. Exª está assegurada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, não seria uma reclamação, mas apenas fazer um registro. Do item 15 da pauta, o Projeto de Lei do Senado nº 27, eu era a Relatora. Foi invertida a pauta e a relatoria foi passada a outra Senadora que, aliás, fez o relatório com muita competência.

Agora, Presidente, acho que primeiro deveriam consultar os relatores. Eu já estava chegando aqui quando a Claudia Lyra foi tratar de um problema urgente e sério comigo, que diz respeito à organização do Senado. Meu gabinete é aqui embaixo. Então, que, da próxima vez, eu seja, não apenas eu, mas os relatores sejam consultados, no mínino, Sr. Presidente, se virão ou não virão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria de informar a V. Exª que, para o bom andamento da Comissão, nós estamos dando agilidade aqui nas votações, sobretudo quanto a decreto legislativo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Eu sei, Sr. Presidente, eu sei. Mas que, no mínimo, seja feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Neste caso, particularmente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Havia o interesse do Senador Lindbergh, que já não está mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A sua observação vai ser levada em consideração.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Peço esse favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria, imensamente que, quando houvesse uma matéria como essa, que V. Exª queria relatar, gostaria que a sua assessoria comunicasse à secretaria da Mesa, nos informando do interesse que tem em relatar de corpo presente. Entretanto, ocorre que, se não agilizarmos, diante de inúmeros processos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Entendo, Sr. Presidente. Não estou questionando o mérito, estou solicitando que os relatores, não eu apenas, sejam consultados: "Nós vamos passar, tem algum problema?". Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A sua consideração está registrada aqui. Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigado, agradeço a V. Exª

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de pedir inversão de pauta para os Projetos de Lei nº 150 e 151 e ler um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª quer fazer inversão de pauta do item... Qual item, Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou olhando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Os itens 7 e 8 são de V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Humberto Costa se encontra? (*Pausa.*)

S. Exª havia pedido que o item 9 fosse retirado de pauta, mas não se encontra aqui para confirmar. Então, vamos passar ao item 7, como solicitado pela Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Decisão terminativa, página 92.

ITEM 7

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2009

Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos.

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: - *Em 11/08/2001, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria, conforme Requerimento nº 29, de 2011 – CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy;*

- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir o seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A proposição foi recebida do Senado em 16 de julho de 2009, na forma do substitutivo. O projeto original previa a fixação de jornada semanal de trabalho de 24 horas, ao passo que o substitutivo, que ora apreciamos, delega a fixação da jornada aos instrumentos coletivos de trabalho da categoria, bem como a fixação dos percentuais de horas de jornada extraordinária.

A proposição foi remetida a esta Comissão de Assuntos Sociais para decisão terminativa, onde realizamos uma audiência pública dia 11 de agosto passado.

No Senado Federal, não se apresentaram emendas ao Projeto.

Não existe nenhum óbice de ordem constitucional, mas, no mérito, gostaria de fazer algumas observações.

A profissão de psicólogo possui características especiais e demanda tratamento legislativo distinto daquele que foi apresentado e aprovado na Câmara dos Deputados. Trata-se de uma profissão de nível superior que exige formação muito intensa de carga de estudo, de pesquisa, de trabalho, além de expor o profissional a condições bastante desgastantes e que também produzem fortes tensões, até de ordem pessoal, conflitos de relacionamento, ansiedade. Quando você trata com o ser humano, não é tão simples. No setor de psicologia, você trabalha não só com a emoção e o sentimento de um paciente, mas também com o seu próprio, que é atingido, muitas vezes, pela emoção, pela carga, pela tensão que traz a pessoa que você está atendendo. Então não é uma profissão fácil, apesar de ser extremamente gratificante; é uma profissão estressante fisicamente e principalmente mentalmente.

Hoje nós sabemos que 40% dos profissionais de psicologia atuam diretamente com políticas públicas. Entendendo a importância da jornada de trabalho reduzida, alguns Estados e Prefeituras no País já adotam essas jornadas semanais, como ocorre no Rio de Janeiro. Na audiência pública, pudemos ver que, em certos locais, já tem 30 horas, às vezes, no mesmo lugar de atendimento público, quem trabalha para o

Estado trabalha 40 horas e outro, 30 horas. Fica uma situação muito difícil para o profissional ou para quem dirige o próprio Departamento de Psicologia justificar porque um trabalha 40 horas e outro 30 horas.

Por esses motivos, pareceu-me justificável a fixação de jornada diferenciada de trabalho para o profissional de psicologia. Todavia, não concordamos com a forma adotada na Câmara, eis que a remissão aos instrumentos coletivos de trabalho não é adequada, porque cada lugar vai fixar de um jeito e a jornada vai acabar sendo, em última instância, da capacidade de negociação dos agentes sindicais, o que vai resultar que, muitas vezes, Municípios vizinhos tenham jornada completamente diferentes, o que pode, eventualmente, até esvaziar cidades pequenas, porque o psicólogo vai trabalhar em outra cidade onde a jornada é menor. Isso deveria ser nacional.

Por esse motivo, entendemos que a lei é que deve regulamentar a jornada de trabalho do psicólogo em todo o Brasil, a fim de contemplar, com a mesma proteção legal, profissionais sujeitos à mesma rotina e às mesmas pressões laborais.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 150, de 2009, na forma de emenda substitutiva que dispõe que a jornada de trabalho do psicólogo seja de, no máximo, 30 horas semanais, sendo vedada a redução de salários para a categoria.

Aqui, a audiência pública, quero complementar – V. Exª também esteve presente, bem como vários Senadores desta Comissão –, foi muito rica na fala, na expressão dessa necessidade e também no levantamento de questões que nós, como advogados do diabo, levantamos para fazer o relatório, como a de que os psicólogos – em seguida, vou relatar matéria relativa à questão dos fonoaudiólogos, que não é muito diferente – poderiam, nessas 30 horas, trabalhar em seu consultório privado ou poderiam fazer isso ou aquilo. Sempre podem fazer tudo, não é? Sabemos que, eventualmente, alguém pode fazer isso. Mas essa não é a realidade da maioria. É um trabalho estressante. A maioria faz cursos contínuos de formação, faz *workshops*. É feita a supervisão do trabalho do psicólogo. Para que o trabalho do psicólogo seja bem feito, é necessário que o próprio psicólogo também faça terapia, é necessário que seja feita a supervisão do trabalho do psicólogo. Tudo isso, numa jornada maior, não é possível.

Peço aos caros Senadores e Senadoras que acompanhem este voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

De acordo com a ordem de inscrição, para discutir a matéria, está assegurada a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, acompanhei a audiência pública feita nesta Comissão. Primeiro, quero dizer que o meu voto é favorável. E, depois, eu acrescentaria, Senadora Marta Suplicy, duas questões que me parecem fundamentais. A primeira é que isso é importante para o psicólogo, sim, mas também é muito importante para o paciente, que vai ser atendido por um profissional de melhor qualidade, em função de ele ter uma carga de trabalho menor. A outra questão é a seguinte: hoje, as equipes são multidisciplinares – num centro de saúde, por exemplo, há um médico, um enfermeiro e um psicólogo –, e temos de padronizar isso, até porque é muito difícil montar uma jornada de trabalho com profissionais da mesma área de saúde com cargas horárias diferentes.

Por tudo isso, principalmente pelo que ouvi aqui – foi muito boa a audiência pública –, também acompanhamos o voto da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Asseguro a palavra também à Senadora Ana Rita, para fazer suas observações.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, obrigada.

Senadora Marta, eu gostaria de parabenizar V. Exª por ter tido a sensibilidade, como psicóloga que é, de atender à demanda dessa categoria.

Isso também vem reforçar uma luta de alguns anos dos assistentes sociais deste País, por meio do Conselho Federal. A lei foi aprovada, mas, infelizmente, existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a jornada de 30 horas. Durante este mês de agosto, vários profissionais de vários Estados, coordenados e liderados pelo CFESS, estão em Brasília, para sensibilizar o Supremo, a fim de derrubar essa Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Isso é extremamente necessário para algumas categorias que lidam com seres humanos, como é o caso dos psicólogos, dos assistentes sociais e de outros. Há uma exigência para que seu trabalho tenha uma carga horária mais reduzida. Isso não quer dizer que ele vá trabalhar menos, mas, sim, que ele terá mais tempo para se preparar, para estudar e para, assim, prestar um melhor serviço para a população. Uma pessoa estressada, cansada, jamais vai conseguir ouvir um cidadão ou uma cidadã de forma eficiente. Então, é preciso que esse profissional tenha tempo para descansar e também para estudar e se preparar.

Parabéns, Senadora, pela iniciativa! Podemos nos somar a essa luta para derrubar essa Ação Direta de Inconstitucionalidade que está no Supremo para que

as nossas categorias profissionais possam trabalhar de forma a atender melhor nosso povo brasileiro.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem de inscrição, Senadora Vanessa.

Está assegurada a palavra a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a Senadora Marta – serei muito breve – pela dedicação que teve a esse projeto, de realizar audiência pública, de ouvir mesmo quais as consequências, quais os reflexos dessa diminuição da jornada de trabalho.

Quero dizer que nós debatemos esse assunto há muito tempo. Sou uma profissional da área de saúde, e o nosso grande desafio é buscar uma uniformidade nas ações de todos os profissionais que atuam na área da saúde. Os profissionais médicos têm, hoje, uma jornada de trinta horas.

Então, há, efetivamente, uma luta em curso para que os profissionais odontólogos, farmacêuticos, psicólogos, nutrólogos, nutricionistas também tenham essa mesma jornada, visto que é um trabalho multidisciplinar.

Então, cumprimento a Senadora Marta. Nós só nos consideraremos vitoriosos, Senadora, quando também os enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, todos chegarem à mesma jornada dos profissionais médicos. A diferença se faz no salário, não se faz na jornada de trabalho. Acho que aí já pode ser feita a diferença, mas não nos dois, porque a discriminação é dupla: salário e jornada de trabalho maior.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa.

Senador Paulo Davim. Para entrarmos no processo de votação. Também temos a Senadora Lúcia Vânia.

O projeto, realmente, é meritório e tem que ter participação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quero, da mesma forma, parabenizar a iniciativa da Senadora Marta Suplicy.

Essa preocupação que ela nos trouxe com essa matéria é uma preocupação da qual várias categorias também são merecedoras. Acho que o Estado precisa enxergar alguns profissionais de determinadas áreas com a responsabilidade de cuidar do bem-estar desses profissionais. Da mesma forma que o psicólogo, a enfermagem também luta pelas trinta horas, o que acho absolutamente legítimo. Os profissionais que trabalham em atividades de urgência da mesma forma lutam pela regulamentação da atividade de urgência e por uma carga horária mais humana.

Os profissionais médicos não dispõem de trinta horas. A carga horária dos profissionais médicos é de vinte e quarenta. Senadora Vanessa, apenas para informar a V. Exª, não existe trinta horas para o médico. São vinte horas e quarenta horas.

Independentemente disso, acho que o projeto é uma boa iniciativa. Existem profissionais que precisam, realmente, de uma carga horária diferenciada, porque esses profissionais se envolvem com o drama diário dos pacientes, e esse envolvimento, seguramente, traz prejuízo para a sua saúde, além de que todos os profissionais, mas, sobretudo, os psicólogos, precisam realmente de atenção especial, de preparo especial.

Portanto, acho meritória essa iniciativa e o belo relato feito pela Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Solicito às Srªs e aos Srs. Senadores – estamos discutindo a matéria – que sejam bem pragmáticos e bem objetivos diante do que vai ser colocado em votação, porque é terminativa, e temos quórum para a votação não só dessa matéria quanto das outras.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – É bem rapidinho, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os Senadores, cumprimentar de forma especial a Senadora Marta Suplicy pela relatoria e dizer que o projeto é, realmente, meritório, porque trata da especificidade de uma profissão que tem um desgaste emocional diário, e nada mais justo do que tratar esse profissional com respeito e com humanidade.

Portanto, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para dizer que meu voto é favorável. Participei da audiência pública, magnífica audiência pública.

Parabéns, Senadora Marta Suplicy!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias, pela ordem de inscrição.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero, rapidamente, apenas registrar aqui também minha homenagem à nossa Senadora Marta Suplicy.

Lembro que são profissionais que tratam de temas dos mais delicados. Primeiro, a pessoa com deficiência, especialmente a mental, pessoas com transtornos. Agora, com esse trabalho, com esse desafio que o Brasil tem nessa área da política sobre drogas em relação aos dependentes químicos, os psicólogos têm um grande papel. Por essa razão... Nós estamos

falando aqui de uma jornada de seis horas semanais. Então, acredito que é importante a aprovação e defendo a aprovação, conforme a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Wellington Dias.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu vou apoiar essa medida. São cinco dias por semana, seis horas diárias. Eu, cumprimentando a Senadora Marta, conheço pais de família que têm filhos, filhas estudando Psicologia e gostariam – aí eu só faço a referência muito breve àquela matéria que não passou antes – de utilizar o Fundo de Garantia para pagar a universidade para que o filho ou a filha possam se formar em Psicologia. Infelizmente, essa matéria não passou antes. Eu apenas quero lamentar isso.

Mas, conversando com o Senador Paim, vamos ver se encontraremos uma fórmula, um dia, nesta Casa, num debate democrático, em conjunto, para que, Sr. Presidente, nobres colegas, os pais que têm recursos no seu Fundo de Garantia possam utilizá-lo para tais circunstâncias. Não há coisa compulsória. Não. Que possam usar um percentual do seu Fundo de Garantia para ajudar um filho, uma filha, um afilhado, uma afilhada, alguém da família; que possam utilizar uma parte pequena do seu Fundo de Garantia. É uma coisa tão meritória.

Fiquei preocupado com o Governo orientar vários colegas no sentido de que não se utilizem, por enquanto, recursos nessa linha. Eu apenas lamento. Não me conformei, Sr. Presidente. Eu quero deixar aqui. Pode-se até usar o Fundo de Garantia para comprar ações da Petrobras. Agora, não se pode investir num filho, numa formação. É uma ação que não oscila investir na formação profissional, meu Deus do céu! Quero apenas deixar este registro aqui. Nós votamos com a consciência. Apenas lamento.

Quero cumprimentar a Senadora Marta em relação a esta proposta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – "Sim".

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a Relatora, Sr. Presidente, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O voto é conhecido pela minha declaração, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – "Sim", cumprimentando a Relatora pela excelência do trabalho feito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy? Voto conhecidíssimo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora, parabenizando-a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E como vota o Senador Benedito de Lira, que acaba de chegar a esta Comissão, e que nos dá a honra?

Consulto como vota V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o Substitutivo do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92.

Rejeitada, designo a Senadora Marta Suplicy...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa matéria, não. Essa matéria está aprovada. E o projeto vai encaminhado à Mesa, em turno suplementar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Consulto V. Exª se é possível nós retomarmos a ordem da sequência dos projetos.

Tem aqui o nº 1 da pauta, que tem um turno suplementar, que é a discussão de um substitutivo que apresentei. Já foi até lido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem toda razão. Eu vou fazer um apelo a V. Exª, um pleito: primeiro, convidar V. Exª para presidir, porque quero colocar aqui o item nº 3 da pauta para ser votado, que é um projeto que já teve inclusive audiência pública e nós gostaríamos de aproveitar o quórum. Eu tive a primazia de relatar essa matéria e o meu voto já foi lido aqui. Vou colocar em discussão e votação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Farei com muita honra, Sr. Presidente.

Esse Item 1 da pauta – não contrariando a presidência, em absoluto – já foi lido, apenas aguarda o segundo turno, ou turno suplementar; não há discussão, em princípio.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Após fazermos a votação em turno suplementar dessa matéria que V. Exª está nos solicitando, o Item 1, eu gostaria que V. Exª assumisse.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E eu consulto os nossos Colegas Senadores e o Plenário se nós podemos colocar em votação o Item 3 em relação aos bombeiros brigadistas.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o projeto dos fonoaudiólogos é praticamente o mesmo dos psicólogos. É igual. Eu acho que nós poderíamos votá-lo, se o Senador Casildo permitir, sem discussão. É o mesmo pleito dos psicólogos, foi a mesma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele é terminativo, Senadora Marta.

Se V. Exª der um aparte não tem problema...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho que, em quinze minutos ou dez, a gente já termina.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Menos. Acho que a matéria já foi...Vai ter que ler o relatório?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, eu faço isso em dois minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não tenho nada contra e, inclusive, o Item 1 da pauta também já foi lido. Se V. Exª permitir, em seguida, eu assumo a presidência...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Então, vamos ler o do Senador Casildo e passaremos à fase de votação do projeto de V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não, pode fazer o projeto da Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São apenas cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como V. Exª é mulher, tem prioridade aqui.

O item da Senadora Marta Suplicy é o Item 8.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu pediria a Senadora Marta que permanecesse na Comissão para dar número depois.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu também gostaria que V. Exª também ficasse, solidariamente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu ficarei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço a V. Exª. Todos os pleitos de V. Exª foram atendidos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 8:

ITEM 8
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2010

Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981.

Autoria: Deputado Carlos Sampaio
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: - *Em 11/08/2001, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria, conforme*

Requerimento nº 29, de 2011 - CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir seu relatório. Que seja rápida, porque estamos em processo de votação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, os argumentos são exatamente os mesmos dos psicólogos: situação de estresse, trabalham muitas vezes com pessoas com deficiências muito sérias de fala e em situações às vezes de pessoas extremamente comprometidas até fisicamente; é um desgaste enorme.

Por isso, eu gostaria da compreensão dos caros Senadores e Senadoras para que os fonoaudiólogos, assim como os psicólogos, também pudessem exercer a sua profissão de forma mais condizente com o trabalho que executam.

O relatório é pela aprovação do projeto de lei na redação atual, que dispõe que a jornada de trabalho seja de, no máximo, 30 horas semanais.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos passar à votação, em caráter terminativo.

Não se encontra presente o Senador Paulo Paim.

Eu consulto como vota o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy? Voto conhecido.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado, por unanimidade.

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara, nº 119/10, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senador Federal.*

Parabéns, Senadora Marta Suplicy!

Item 1, conforme a solicitação, mais do que justa, do nosso ilustre Senador Casildo Maldaner. Turno suplementar, pág. 19, decisão terminativa.

ITEM 1
- Terminativo –
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, DE 2009

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras pro-

vidências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Observações: - *Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, em 17/08/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS). Ao PLS nº 535, de 2009, não foram apresentadas emendas em turno suplementar*.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para colocar a idéia do autor, porque a ementa já diz, Senador Paulo Paim, é para simplificar. Porque hoje é compulsório o recolhimento do INSS para o empregado doméstico; o Fundo de Garantia não é.

Agora, para facilitar, para quem quiser recolher o Fundo de Garantia, hoje, junto à Caixa Econômica Federal existe uma burocracia extraordinária. Então, para que haja condições às pessoas que quiserem recolher, além do INSS, também o Fundo de Garantia, para simplificar isso, por meio da Internet, o Senador, autor da proposta, determinava à Caixa Econômica que assim o fizesse. Mas aí fere um princípio, que é do Poder Executivo. E nós apenas estamos, com esse substitutivo, assegurando ao empregador para que tenha, junto à Caixa Econômica e ao INSS, a disponibilidade de, via Internet, facilitar... E tenha essas condições de assegurar não só o recolhimento do INSS, mas também do Fundo de Garantia.

Esse é o substitutivo, que não recebeu emendas.

Em síntese, essa é a proposta, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo do PLS nº 535, de 2009, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Convido o Senador Casildo Maldaner para presidir, para entrarmos na fase de discussão e votação do item 3 da pauta.

Por favor, Senador Casildo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner.Bloco/PMDB – SC) – **Item nº 3:**

ITEM 3
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2011

Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, paa substitutir a expressão de "bombeiro civil" por "brigadista particular".

Autoria: Deputado Laerte Bessa

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: - *Em 13/04/2011, lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais. Não houve manifestação decorrente do pedido de vista;*

- Em 15 de junho deste ano foi realizada audiência pública para instruir a matéria, conforme Requerimento nº 07/2011-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim;

- Votação Nominal.

Portanto, neste caso, com muita honra, eu concedo a palavra ao nosso Presidente da Comissão, Jayme Campos, para suas considerações, se necessárias, em relação a essa matéria.

Ele é pela aprovação do projeto e desiste de discutir. Ele já expôs. O Relatório é conhecido: é pela aprovação da proposta. E, em sendo pela aprovação da proposta, significa que a expressão "bombeiro civil" passa para "brigadista particular".

Então, continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Continua em discussão. Quem quiser discutir, os nobres colegas que quiserem... (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação.

Encerrada a discussão, vamos então para a votação dessa matéria.

Vamos, então, para a consulta dos nobres colegas.

Vou chamando aqui, pela ordem de presença, os colegas.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou aqui me inteirando. Passe à frente que eu vou me inteirar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Vou ver os Srs. Senadores que têm condições de votar.

Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

Senadora Vanessa Grazziotin já tem condições de votar?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu tenho condições, sim, Sr. Presidente. Agora, o senhor me diga: o relatório é a favor da mudança de nome de "bombeiro civil" para "brigadista particular"? O objetivo... Eu acho que isso é acessório, não é uma questão fundamental. Não estão sendo mexidos nos direitos, ninguém está tirando absolutamente nada, nem reduzindo a atuação profissional. A preocupação, até onde entendi – eu fui procurada ontem pelos bombeiros militares –, é a de que haja uma confusão de atribuição. É a mudança de uma terminologia. Então, quero dizer que voto com o nobre Relator, tendo a clareza de que nós não estamos prejudicando ninguém, apenas determinando outra denominação a uma categoria muito importante e que muito contribuiu também com o trabalho dos bombeiros.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito bem. Continuando, então, vota "sim", com o Relator, a Senadora Vanessa.

Continuando, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu entendo que a mudança não traz prejuízo. Na verdade, se trata... Eu consultei, evidentemente, os bombeiros do Mato Grosso do Sul, através do Coronel Ociel. Ele é francamente favorável, achando que isso vai fazer com que haja o bombeiro (o chamado bombeiro) e o outro vai ser "brigadista particular". Simplesmente é uma denominação. Eu tenho aqui a afirmação até de nosso Relator de que isso não traz nenhum tipo de prejuízo, de forma que eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Waldemir Moka também vota com o Relator: vota "sim".

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu entendo que essa mudança é uma mudança, como a Senadora Vanessa disse há pouco, que não vai mudar consubstancialmente a função de cada um. Entendo que o Corpo de Bombeiros Militar vem, ao longo de séculos, construindo uma identidade, uma credibilidade. E os "brigadistas particulares" têm seu espaço, têm sua atuação. Não haverá prejuízo algum nessa matéria. Portanto, eu estou convencido e voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito bem, Paulo Davim vota "sim".

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senador Wellington Luz tem condições... Aliás...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tenho, sim, Sr. Presidente. Eu acompanho o voto do Relator e destaco aqui também o pleito do nosso Coronel Manoel Bezerra dos Santos, do meu Estado, que recomenda o voto acompanhando o nosso Relator. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Eu chamei o nosso Senador de Wellington Luz. Além de Luz, é Dias. Então, melhor ainda.

O Senador Wellington Dias também vota "sim".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esta é uma matéria bastante polêmica, mas a audiência pública que foi realizada no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos, em conjunto, tratou desse tema com muita profundidade. Os dois lados apresentaram as suas razões. Penso que as duas instituições têm uma contribuição muito grande para prestar.

Chamo atenção para o fato – especialmente no trabalho feito pelo Relator, Senador Jayme Campos – de que a instituição dos Bombeiros Militares ganha junto à opinião pública um prestígio muito grande, está entre as instituições de maior credibilidade do nosso País.

Eu queria dizer que os dois trabalhos, os dois serviços prestados à sociedade, sejam eles os bombeiros agora chamados brigadistas, sejam os bombeiros militares, os bombeiros civis, vão ter uma responsabilidade compartilhada nesse processo de defender e de atuar com segurança em todos os procedimentos de resgate, de combate a incêndios e tantas outras.

Acredito que a pacificação vem com esse projeto e eu sou favorável ao trabalho que fez o Relator, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito bem! A Senadora Ana Amélia então vota "sim".

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, reconhecendo a importância desses profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senador Cícero Lucena vota "sim".

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero cumprimentar V. Exª, principalmente pela eficiência com que conduziu esse projeto. Esse projeto é polêmico, mas acredito que teve um resultado altamente positivo.

Eu também estive com os bombeiros do meu Estado de Goiás, que se fizeram representar aqui nas audiências públicas e que estão presentes hoje. E o argumento é o mesmo que tem sido colocado: os bombeiros têm toda uma trajetória de luta, de eficiência, de competência, e uma marca na sociedade que precisa ser respeitada.

Portanto, o meu voto é favorável ao relatório de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O voto da Senadora Lúcia Vânia também é "sim", com o Relator.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Voto conhecido: voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, "sim".

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator também o Senador João Vicente Claudino.

Eu consulto se deixei de chamar algum dos Srs. Senadores.

Senadora Marta. Perdão!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto com o Relator também.

Compreendo perfeitamente qual é o desejo manifestado pelos brigadistas. Mas não vai haver perda de direito e preserva-se também o conquistado pelos bombeiros, essa categoria que, se não estou enganada, é a mais bem avaliada no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado. A Senadora Marta Suplicy também vota com o Relator, vota "sim".

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Também vota "sim" o Senador Benedito de Lira.

Consulto se deixamos de chamar algum Senador presente. *(Pausa.)*

Pelo que vimos, todos os Senadores presentes votaram por unanimidade, considerando essa grande luta, esse grande tema.

Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos pelo relatório distinguindo que nós temos os bombeiros militares – inclusive, no meu Estado de Santa Catarina, temos muito claro isso –, os voluntários, que são civis, e agora vamos ter também os que trabalham intramuros nas empresas, a categoria dos brigadistas. Vamos ter muito claro tudo isso. Então eu acho que todos saíram vencedores.

Nós queremos cumprimentar todos os presentes por esta proposta e o nosso eminente Presidente pela Relatoria.

Finalmente, conseguimos chegar a um consenso, a um fator determinado. Muito obrigado.

Como resultado, fica aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

(Manifestação do público.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Aqui, no plenário, pelo Regimento Interno, a manifestação pública não é permitida. Só quero deixar claro que o Regimento prevê que não haja manifestações públicas em plenário.

Esta matéria está encerrada.

Devolvo a Presidência ao nosso Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Regimento não permite nenhuma manifestação.

Item 16, página 222.

ITEM 16

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2011

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para permitir o abatimento de prestações devidas ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), por meio da atuação profissional em instituições públicas de educação e saúde.

Autoria: Senador Paulo Davim.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria irá à Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Vamos deixar esfriar os ânimos, não é, Presidente?

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em exame nesta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 109, de 2011.

De autoria do Senador Paulo Davim, o PLS, composto de dois artigos, promove alterações na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que rege o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.

Pelo art. 1º, o projeto insere o art. 6º-C na citada lei...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Mesa solicita, por favor, silêncio para ouvirmos a relatoria do Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

Para permitir o abatimento de prestações devidas ao Fies tanto por profissionais licenciados (professores) atuantes em instituições de educação básica pública, quanto por médicos, odontólogos e enfermeiros em exercício em instituições vinculadas ao Sistema Único de Saúde – SUS, por período de até doze meses, incluídos os juros sobre o financiamento.

Na análise, Sr. Presidente, a iniciativa, inspirada em medida já em vigor, no âmbito do próprio Fies, beneficia professores, médicos, odontólogos e enfermeiros recém-formados. O seu diferencial reside no potencial de alcançar profissionais que, embora atuem em instituições públicas, ainda não têm vínculo funcional com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Além disso, o projeto estende o benefício de abatimento de parte da dívida do Fies a outros segmentos profissionais importantes da saúde, que ficaram excluídos do modelo ora em funcionamento no Fundo: enfermeiros e dentistas.

A proposição envolve importante senso de oportunidade, notadamente ao articular demandas que, aparentemente antagônicas, acabam por fundir-se ou revestir-se de interesse público e social.

Por um lado, a medida beneficia profissionais recém-formados, mas que tiveram de pagar por um serviço (a educação superior) a outros oferecido gratuitamente pelo Estado brasileiro, com o financiamento custeado pelo conjunto da sociedade. Assim, essa seria uma forma de retribuição a esses profissionais que não lograram lugar nas instituições públicas de educação superior.

Por outro lado, o projeto oferece à população, seja ela escolar ou usuária de serviços da área de saúde, oportunidades de atendimento que, de outro modo, seriam negligenciadas. Alia-se, aqui, a oportunidade de desenvolvimento profissional, ancorada na realidade do setor público, à expansão da rede de serviços das áreas de saúde e educação, que respondem pelo atendimento dos segmentos sociais menos favorecidos.

Com efeito, no que tange particularmente ao mérito, a proposição envolve relevância social e oportunidade de implantação. De modo que não nos resta manifestação que não seja para que se torne realidade.

Um voto de louvor pela aprovação, por esse belo projeto do Senador Paulo Davim.

É este o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira...

V. Exª é autor do projeto e tem assegurada a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só para complementar, quero parabenizar o Senador João Vicente pelo belíssimo trabalho de relatoria, pela acessibilidade que alcançou com essa proposta nossa. Mas o que é fato é que todos nós sabemos das dificuldades que atravessa a saúde no País, as dificuldades em interiorizar o profissional, as dificuldades em trazer para o serviço público profissionais da saúde, da mesma forma que para levar para as escolas públicas professores. Nunca entendi por que o Governo, por que o Estado, em senso lato, prepara profissionais, médicos, dentistas, professores e, de seis em seis meses, chegam ao mercado de trabalho profissionais formados, especializados nessas áreas; entretanto, faltam médicos nos serviços públicos, faltam professores nas escolas públicas, faltam enfermeiros nos PSF, no interior do Brasil.

Portanto, uma das formas de estimular a interiorização, uma das formas de o Governo não ser só um mero formador de mão de obra especializada para ser absorvida pela iniciativa privada, é criando essa possibilidade de o jovem retribuir, pagar a sua dívida com o FIES por meio de serviços prestados em serviços públicos de saúde e educação.

Portanto, era esse o complemento que eu queria fazer, parabenizando mais uma vez o Senador João Vicente pela bela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Davim apresentou aqui vários questionamentos. Eu, realmente, gostaria apenas de ter um pouco mais de tempo para me ater sobre esse projeto.

Gostaria de saber se é possível pedir vista, para que eu pudesse analisar. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista concedida ao Senador...

O SR. CÍCERO LUCENA ((Bloco/PSDB – PB) – Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pelo art. 132, pode ser vista coletiva.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Concedido o pedido de vista ao Senador Wellington Dias.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Na penúltima reunião desta Comissão, pedi vista coletiva num projeto de lei que regulamenta a anuidade do Conselho de Fonoaudiologia. Eu gostaria de solicitar a V. Exª a apreciação dessa matéria, já que as dúvidas foram dirimidas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa matéria, se tivesse aqui na Comissão, nós poderíamos votar. Não sei se foram feitas as considerações.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Então, na próxima reunião, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na próxima reunião, vamos colocar em pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 4, decisão terminativa.

ITEM 4
- Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2010

Altera o art. 732 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a pena aplicada ao reclamante pelo não comparecimento à audiência.

Autoria: Senador José Bezerra

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: - *Em 17/08/2011, lido o Relatório, foi concedida vista coletiva ao Senador Paulo Paim e à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais;*

- Votação Nominal.

Consulto o Senador Paulo Paim se há alguma manifestação.

O SR. CÍCERO LUCENA ((Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA ((Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, ele não está presente, mas, quando cheguei a esta sala – obviamente que, primeiro, o prazo, que teria que votar hoje para ser colocado em votação –, ele me disse que aprofundou os estudos e que concordava com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acredito que o quórum caiu. Temos quórum?

O SR. CÍCERO LUCENA ((Bloco/PSDB – PB) – Temos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se o Senador Cícero Lucena está satisfeito, a discussão está encerrada.

Fase de votação.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu entendo, Sr. Presidente, que o projeto não traz prejuízo ao trabalhador. Por isso, voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena? Voto conhecido.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – (*Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a presença de V. Exª.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu quis dizer que o projeto não traz prejuízo. Por isso, votei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Entendi muito bem.

Aprovado por unanimidade, procedida a votação nominal, ressalvada a Emenda nº 1, do Relator.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podem repetir a votação para a Emenda nº 1. (*Pausa.*)

Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2010, e a Emenda nº1-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

Requerimentos.

Item extrapauta
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do disposto no art. 73, combinado com o art. 76, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, pelo prazo de 70 (setenta) dias.

Autoria: Senador Wellington Dias

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.(*Pausa.*)

Aprovado.

Item extrapauta
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso", tendo como convidados:

a) Sra. Tânia Garib, Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso do Sul:

b) Sr. Ramais de Castro Silveira, Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

c) Sra. Karla Giacomini, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI);

d) Sra. Ana Paula da Silva, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

e) Sra. Luíza Fernandes Machado Maia, do Ministério da Saúde (MS);

f) Sra. Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Tem como signatário também o ilustre Senador Waldemir Moka, a quem concedo a palavra para encaminhar o seu requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, na verdade, o projeto é de minha autoria, e a Senadora Marta Suplicy, que é Relatora, entendeu que seria importante uma audiência pública que envolva vários segmentos. Eu acho que é importante e estou subscrevendo esse requerimento para que a gente possa fazer essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para uma questão de ordem, está assegurada a palavra a V. Exª, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, serei bastante rápido. Apenas conhecedor que sou da eficiência e diligência desta Comissão, nós tivemos aprovado aqui, na semana passada, requerimento de minha autoria para uma audiência pública, convidando o Ministro da Saúde, os Secretários de Saúde de três Estados e o representante da Cruz Vermelha Internacional, por conta do caos. Eu sei que é um Estado de guerra na Paraíba a saúde, mas, a cada dia, essa Cruz Vermelha – que não sei se é vermelha e que está instalada na Paraíba – está provocando caos, a ponto de ontem os médicos de plantão do Hospital do Trauma, que é o maior hospital do Estado da Paraíba, ligarem-me dizendo que chegaram para dar plantão e viram que, da sala de repouso dos médicos, foram retiradas as camas que utilizam para repousar no momento em que não estão atendendo pacientes. Ou seja, além de visita do Procurador Federal do Trabalho que está contra essa questão da Cruz que não sei se é vermelha.

Eu pediria sua diligência e sua preocupação de sempre com aqueles que precisam da qualidade do serviço público. Eu queria pedir que conseguíssemos marcar o mais rapidamente possível em razão do caos – não é nem guerra, é estado de calamidade realmente – que está ocorrendo na Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e o consulto se o dia 22 de setembro é a data ideal adequada. Como o mês de agosto já acabou...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Seria ótimo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ficamos confirmados para o dia 22/09.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Ótimo. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ok, dia 22.

Item extrapauta
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a Resolução do Conselho Federal de Medicina de nº 1974 de 2011, que dispõe sobre critérios norteadores da propaganda em Medicina.

Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência:

- Sr. Roberto Luiz D'Avila – Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM);

- Sr. Paulo de Argollo Mendes – Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers);

- Sr. Gilberto C. Leifert – Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR);

- Sr. Diaulas Costa Ribeiro - Promotor de Justiça do MPDFT, especialista na área da saúde".

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Jayme Campos, essa matéria tem grande repercussão dadas as questões relacionadas, muitas vezes, à propaganda enganosa que muitas vezes ocorre em relação a isso, e o Conselho Federal de Medicina adotou uma resolução que trata dessa matéria.

Penso, pela relevância do tema, pelo envolvimento com saúde pública e pelo significado e a repercussão disso, não só do ponto de vista econômico, mas sobretudo da qualidade da saúde dos brasileiros, que seja, então, necessária e oportuna essa audiência pública com os especialistas não só da área médica, mas também da área da regulamentação de publicidade em nosso País.

Esse é o motivo da apresentação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa).*

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Antes do encerramento, eu queria fazer dois registros importantes.

Fui informada pela assessoria que está marcada para o dia 15 a audiência pública com especialistas médicos na área da dependência química, particularmente do *crack.* Tudo isso decorrente de que, como Relatora do projeto do Senador Demóstenes Torres que prevê a internação compulsória do dependente sempre que haja risco para ele ou para as pessoas próximas, fiz o requerimento dessa audiência pública para os esclarecimentos de pontos mais relevantes nesse assunto, uma vez que, no debate que fizemos aqui, vimos experiências como a da Suécia, onde a internação compulsória é lei, é regra. No Brasil, nós não temos isso em respeito até a um princípio constitucional.

De qualquer modo, a audiência pública servirá para balizar o meu relatório em relação ao projeto do Senador Demóstenes Torres, que, para minha alegria, já vem recebendo manifestações do próprio Ministro Alexandre Padilha, que recentemente se posicionou favoravelmente à internação compulsória dos dependentes químicos em casos mais graves.

Queria também, no mesmo tema da dependência química, agradecer as suas providências dos contatos com a assessoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que alegou, por razões de agenda interna e internacional, não ter condições de atender o nosso convite para estar presente nesta Comissão de Assuntos Sociais para discutir o tema relacionado à descriminalização do uso de maconha e de outras drogas.

Então, queria fazer estes dois registros: que o ex-Presidente não estará, não atenderá o nosso convite, pela questões já explicadas, e também que, no próximo dia 15, esta Comissão fará essa audiência pública que tem relação com a internação compulsória dos dependentes químicos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia. Está confirmado para o dia 15. Imagino que V. Exª esteja promovendo essa audiência até para, de forma zelosa

e competente, como sempre, ajudar a construir uma relatoria que certamente representará o sentimento da sociedade brasileira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero só registrar meu agradecimento a todos os membros da Comissão, de modo especial à Senadora Ana Amélia, pelo trabalho e esforço. Lembro que aprovamos hoje um requerimento prorrogando por mais 70 dias os trabalhos da Comissão, exatamente por conta de algumas audiências – até em virtude do feriado de 7 de setembro –, pois os trabalhos terminariam, parece-me, em 2 de outubro. Então, com isso, ganhamos um pouco mais de tempo para concluir os relatórios e, ao mesmo tempo, apresentar-los a esta Casa.

Sr. Presidente, V. Exª tem em mãos uma revista, que está pronta, e precisamos combinar, inclusive convidando o Presidente José Sarney, as diversas comissões desta Casa e da Câmara, para que dia 14 – passando a semana do feriado, na outra –, uma quarta-feira, possamos fazer o lançamento dessa revista. Ficou muito bem elaborada, é um documento científico, técnico, que retrata bem todo esse tema da dependência química, dos drogados, do tratamento, da prevenção, com as diversas experiências. Creio que é algo que será de grande importância para o Brasil.

Apenas para fazer um apelo a V. Exª, como Presidente da CAS: pela Subcomissão, conseguimos uma publicação de 2,5 mil exemplares. São 5,7 mil Municípios no Brasil, são 27 Unidades da Federação, ou seja, temos um conjunto de parceiros importantes que, certamente, gostariam de receber. Portanto, peço o apoio de V. Exª para vermos com o Presidente Sarney se, pela CAS, podemos ter uma tiragem maior. Acho que precisaríamos, pelo menos, de 10 mil exemplares para que pudéssemos atender a toda a demanda nacional.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Antes de V. Exª chegar aqui, a Senadora Ana Amélia tinha feito um comentário em relação à edição dessa revista que, indiscutivelmente – tive a oportunidade de lê-la rapidamente, porque tive conhecimento e recebi uma edição no dia de hoje –, é um trabalho operoso, competente, como o que V. Exª vem fazendo à frente dessa Comissão.

Quero dizer que estou muito feliz, porque sei que irá contribuir sobremaneira na construção de boas políticas públicas para o nosso País. Quero crer que o Presidente Sarney, sensível como é, irá atendê-lo em seu pleito, Senador. O Brasil tem 27 Estados, com apenas 2,5 mil revistas, imagino que não conseguiremos mandar, pelo menos, 100 para cada Estado da Federação. De tal forma que está confirmado para o dia 14, após a reunião delibertiva, o lançamento da nossa revista. Cumprimento V. Exª.

Concluindo, a Presidência comunica que, na próxima semana, não teremos reunião, diante do feriado que ocorrerá na quarta-feira.

Declaro encerrada esta reunião e agradeço a presença de todos.

(Iniciada às 9 horas e 09 minutos, encerra-se a reunião às 11 horas e 02 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e quatro minutos, do dia quatorze de setembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 29ª Reunião que é dada por aprovada. A Presidência esclarece que a Reunião está dividida em duas partes e passa à apreciação da Pauta. **1ª PARTE**: Deliberação de Proposições. **ITEM 3 – Não Terminativo –PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2011**. *Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.* **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2011**. *Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para permitir o abatimento de prestações devidas ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), por meio da atuação profissional em instituições públicas de educação e saúde.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do

Projeto. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, DE 2007**. *Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima.* **Autoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatoria: "Ad hoc"** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 201, de 2007. **ITEM 1 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2011.** *Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos.* **Autoria:** Deputado Felipe Bornier. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado**: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **EXTRAPAUTA – ITEM 6 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 40, DE 2011 – CAS.** *Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater e encontrar possíveis soluções para "O Problema do Paciente Crítico no Brasil". Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Saúde, Ministério Público, Conselho Federal de Medicina – CFM, Federação Nacional dos Médicos – FENAM, Associação Médica Brasileira – AMB e a Associação de Medicina Intensivista Brasileira – AMIB.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 7 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011 – CAS.** *Requeiro o aditamento ao Requerimento nº 35 da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou a realização de audiência pública com o objetivo de averiguar denúncias veiculadas pela mídia nacional sobre terceirizações da Cruz Vermelha. Requeiro a inclusão do Sr. Eduardo Varandas Araruna, Procurador Chefe do Trabalho da Paraíba, como convidado na audiência pública.* **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado. **2ª PARTE: Escolha de Autoridades. ITEM 5 – Não Terminativo – MENSAGEM (SF) Nº 126, DE 2011**. *Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.* **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria: "Ad hoc"** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado**: A Comissão aprova a recondução do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano, ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, com 17 (dezessete) votos sim, nenhum voto não e nenhuma Abstenção. ÀS onze horas e cinqüenta e quatro minutos assume a Presidência a Senadora Ana Amélia. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Cyro Miranda e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom-dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 29ª Reunião desta Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira destinada à apreciação dos itens 1 a 4, e a segunda reservada à deliberação, em votação secreta, do item 5 da pauta, previamente divulgada.

Queremos começar pelos itens 1 a 4 e vamos depois para a segunda parte. Todavia, quero fazer aqui uma pequena leitura em relação a alguns comunicados a esta Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 1601, da Câmara Municipal de Diadema, que encaminha o Requerimento nº 557, de 2011, referente a voto de congratulações à Comissão de Assuntos Sociais pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2011, que assegura o pagamento do seguro-desemprego a empregados domésticos.

O projeto é de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e a relatoria foi da ilustre Senadora Ana Amélia que, por sinal, encontra-se presente, e foi aprovado na 22ª Reunião desta Comissão de Assuntos Sociais, realizada no último dia 3 de agosto.

Projeto da Câmara Municipal de Diadema, assinado pelo Presidente daquela Casa, Vereador Laércio Soares. Estão nos cumprimentando, sobretudo a V. Exª, principalmente, que foi relatora dessa matéria, diante da aprovação desse Projeto nº 11, de 2011, nesta Comissão.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Jayme Campos, quando trabalhamos aqui – V. Exª, imagino, compartilha com esse pensamento –, cumprimos o nosso trabalho e nosso compromisso de atender o melhor possível os anseios da população e os interesses da comunidade, mas sempre um reconhecimento como esse da Câmara Municipal de Diadema, encaminhado ao autor do projeto, Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB/DF, e a mim, que fui relatora, com muito prazer, de uma matéria de interesse social muito amplo e que interessa ao Brasil inteiro. Não é uma coisa, digamos assim, fundamental, é apenas o direito a um seguro-desemprego depois de cumpridos 15 meses de trabalho contínuo, no mesmo local de trabalho. É um avanço, não há dúvida.

Essa matéria certamente será submetida a novas avaliações porque o Ministro Carlos Lupi, quando esteve aqui, sob a vossa Presidência, antecipou que o Governo deverá apresentar um projeto de regulamentação ampliando esses direitos do empregado doméstico, porque a Organização Internacional do Trabalho, na sua última assembleia em Bruxelas, decidiu exatamente conceder o mesmo tratamento, do ponto de vista dos direitos trabalhistas, aos empregados domésticos, aos demais trabalhadores da indústria, do comércio, na área de serviços. É um avanço significativo, e a mensagem que V. Exª acaba de ler da Câmara de Vereadores de Diadema, no Estado de São Paulo, nos é bastante grata, compensadora e até gratificante.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço e também me solidarizo com V. Exª e com o Senador Rodrigo Rollemberg, diante da manifestação de apreço, carinho e respeito por parte do Presidente da Câmara da cidade de Diadema, no Estado de São Paulo.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1349-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha a esta Presidência a cópia do Acórdão nº 2361, de 2011, que trata de auditoria operacional realizada na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Assinado pelo Sr. Presidente, Benjamin Zymler.

É o relatório em relação à Anvisa.

Os Srs. e Srªs Senadoras que queiram ter acesso a esse relatório, o mesmo encontra-se na Secretaria desta Comissão, para que possam dirimir alguma dúvida em relação ao relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Hoje está prevista a sabatina do Presidente da Anvisa, pela Comissão, não?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente. Hoje temos aqui a sabatina do Dr. Dirceu, que será reconduzido à Presidência da Anvisa, com indicação do Poder Executivo, e após, estaremos lançando aqui a revista em que V. Exª, junto com o Senador Wellington Dias, fez um trabalho maravilhoso e vai permitir que no dia de hoje possamos fazer o lançamento, de forma oficial, sobre o *crack*, que assusta e revela o Brasil despreparado.

Certamente isso aqui é um começo de tudo aquilo que temos a oferecer em termos de contribuição para melhorias de políticas públicas em relação ao aumento desastroso que se pode chamar do consumo do *crack* e outros, como maconha, cocaína, etc. Isso tem sido pernicioso, principalmente à juventude brasileira, e são trabalhos como esse, por intermédio dessas audiências públicas que, de forma criteriosa e responsável, foram realizadas pela nossa subcomissão, que nos permitiu compilar dados e informações suficientes para darmos a nossa contribuição aos órgãos responsáveis do Governo federal no tratamento dessas pessoas que, lamentavelmente, vêm sendo acometidas desse mal que não é só privilégio do Brasil, mas do mundo contemporâneo, dos países do planeta – e hoje o aumento é assustador.

Isso nos causa muita preocupação, e certamente V. Exª e o Senador Wellington Dias fizeram um trabalho espetacular, assim posso chamar. Desta feita, estamos lançando esta revista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria, Presidente, aproveitar a sua iniciativa de comentar sobre essa importante contribuição na divulgação de um tema gravíssimo. É uma tragédia verdadeira e um problema que afeta todas as famílias, porque não é só o dependente que fica refém da droga e do traficante, mas é a família que adoece junto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É o mais grave dessa droga.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o mais grave, exatamente. Queria aproveitar, Presidente Jayme Campos, Senador Paulo Davim, e agradecer a Secretaria de Comunicação do Senado Federal por essa preocupação em aproveitar um debate de gran-

de relevância social, de interesse nacional, para fazer essa publicação na revista *Em Discussão*, que trata exatamente de pelo menos parte essencial daquilo que fizemos aqui na subcomissão que trata da dependência química do *crack* e outras drogas.

Agradeço muito a referência de V. Exª, e penso que o Senador Wellington e eu estamos dando a nossa contribuição pessoal do mandato em relação a um tema que é de interesse nacional, sobretudo do ponto de vista de saúde e também do ponto de vista social.

Muito obrigada a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Quero comunicar aqui à nossa Comissão, em que pese ainda não termos quórum suficiente. Entretanto, aqueles que já estão aqui poderão tomar conhecimento.

S. Exª, Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Convite: viagem oficial a Cuba.

Sr. Presidente, tenho o prazer de convidar V. Exª para integrar a comitiva oficial que chefiarei à República de Cuba, com a finalidade de cumprir agenda de trabalho na cidade de Havana, no período de 22 a 24 de setembro de 2011.

O objetivo da missão é participar de reuniões bilaterais e visitar instituições cubanas na área de saúde pública, com ênfase em atividades de transferência e tecnologia para a produção e desenvolvimento conjunto de medicamentos, vacinas, pesquisas e biotecnologia, entre os outros temas de interesse para fortalecimento da cooperação bilateral Brasil/Cuba em saúde.

Informo que o afastamento do país de V. Exª deverá – é bom que se esclareça – ocorrer sem ônus para o Ministério da Saúde. Recomendo tomar as providências necessárias com antecipação possível.

Para informações adicionais sobre os arranjos da viagem, coloco à disposição de V. Exª a Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde deste Ministério, chefiada pelo Embaixador Eduardo Botelho Barbosa, com os telefones tal, tal e tal, bem como Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial do Gabinete do Ministro, chefiada pelo Sr. Milton Martins Vasconcelos Filho, que poderá ser alcançado nos seguintes telefones e por e-mail, também.

Atenciosamente, Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro da Saúde.

Na verdade, primeiro, quero dizer que me sinto lisonjeado por ter sido convidado pelo Ministro para participar dessa sua comitiva, de forma oficial, para Cuba. Entretanto, por compromissos anteriormente assumidos, não será possível.

Nesse caso, eu gostaria, naturalmente, de ver se há interesse por parte de algum Senador ou Senadora, diante desse convite, para representar esta Comissão nessa viagem oficial proposta pelo Ministro Alexandre Padilha.

Eu imagino que, diante de todos os Senadores e Senadoras, alguém poderia manifestar vontade de acompanhar o Ministro na representação da Comissão de Assuntos Sociais.

Consulto e indago à Senadora Ana Amélia e ao Senador Paulo Davim se têm interesse, por designação desta Comissão, de representá-la.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

Eu penso que deveria ser consultado o Vice-Presidente da Comissão, em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em princípio, sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Vice seria, pela ordem hierárquica...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu vou consultá-lo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Se ele for, estaremos bem representados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu vou consultá-lo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caso contrário, alguém... Eu já declino do convite porque, nesse mesmo período, como V. Exª, também estou com compromisso agendado.

Aliás, hoje, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, faz aniversário, então, vamos lá cumprimentá-lo, ele que fez esse convite a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que bom.

Eu vou consultar o nosso Vice-Presidente, se ele tem a disposição de participar dessa viagem oficial. Feito isso, após indagarmos a ele, colocaremos em discussão. De qualquer forma, já estou comunicando V. Exªs em relação ao ofício do Ministro Alexandre Padilha.

Enquanto aguardamos o quórum para a sabatina proposta para hoje, para ouvirmos o indicado para a Presidência da Anvisa, Dr. Dirceu, eu gostaria de colocar, como não é de caráter terminativo:

ITEM 3
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2011

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações: - *A matéria constou da Pauta da Reunião do dia 31/08/2011, sendo adiada a sua apreciação.*

- A matéria irá à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, em decisão terminativa.

Eu queria conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, mas, infelizmente, ele não se encontra. Naturalmente, a Comissão dá prioridade ao bom andamento dos projetos e eu gostaria de designar a Senadora Ana Amélia para relatar *ad hoc* o Projeto nº 148, da página 25.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, eu recebo agora, da assessoria do Senador Eduardo Suplicy, o desejo de aguardar um instante porque ele está vindo. Ele quer, pessoalmente, apresentar esse relatório.

Se tivermos outra matéria que possamos... Eu me disponho a aceitar.

Eu gostaria, já que houve a solicitação expressa do Senador Suplicy, através de sua assessoria, para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nesse caso, diante da informação que recebemos sobre o interesse do Senador Eduardo Suplicy, vamos aguardá-lo e retirar, momentaneamente, até a sua presença.

Nós temos aqui, também, o Item 2, na página 18, que é um Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2011.

O Senador Paulo Davim é autor da matéria, mas o ilustre Senador João Vicente Claudino pediu que o retirássemos de pauta.

Então, a pedido do Relator, a matéria é retirada de pauta para reexame na próxima reunião desta Comissão.

Então, vamos aguardar, naturalmente, porque imagino que ele queira fazer uma reflexão.

ITEM 4
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, DE 2007

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima.

Autoria: Senador Augusto Botelho
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: - *Em 17/11/2010 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer contrário ao Projeto;*

- A matéria irá a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA.

O Senador Armando Monteiro não se encontra presente para proferir o relatório, por isso, designo V. Exª, Senadora Ana Amélia, se possível, para ser Relatora *ad hoc* desse projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois não. Aceito

Passo à leitura do relatório.

Em síntese, a Comissão de Assuntos Sociais está examinando esse Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Senador Augusto Botelho, que tem por finalidade autorizar a implantação da usina hidrelétrica e da eclusa Bem-Querer, em Rio Branco, no Estado de Roraima, bem como da hidrovia do mesmo rio.

A justificativa apresentada pelo autor menciona a importância de promover o aproveitamento do potencial hidrelétrico para garantir o abastecimento de energia naquele Estado e possibilitar a navegabilidade do rio Branco.

Sugere-se ainda na justificação, que o Poder Executivo realize audiências públicas com as comunidades indígenas afetadas, acompanhadas pela Assembleia legislativa, e adote medidas de proteção à integridade física, socioeconômica e cultural dos povos indígenas atingidos pelas obras previstas.

Passo a análise do Relatório do Senador Armando Monteiro, Sr. Presidente Jayme Campos.

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado, compete a Casa opinar sobre matéria pertinente à população indígena, como é o caso do PDS nº 201, de 2007, pois as obras de que se trata afetam terras indígenas. Dado que as referidas obras não foram iniciadas, não vemos lesão aos direitos dos indígenas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com zelo e rigor, julgou que seria prudente que a proposição dispusesse expressamente sobre a oitiva prévia das comunidades afetadas.

Contudo, sem discordar inteiramente da decisão daquele colegiado, salientamos que a oitiva dessas comunidades é prevista expressamente no art. 231, § 3º, da Constituição Federal. De modo que, não falta comando legal para garantir a sua realização. Duvidar disso é questionar a vigência e a aplicabilidade da própria Constituição.

Por essa razão, não vemos ofensa aos direitos dos indígenas e, consequentemente, não há causa para obstar, na CAS, o prosseguimento da tramitação dessa matéria.

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2007.

É o que propõe o voto do Senador Armando Monteiro, que apresentei nesse momento, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela relatoria.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto do Decreto Legislativo nº 201, de 2007.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Vamos iniciar a segunda parte da nossa reunião, destinada a apreciar a indicação do Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Lembro a todos que os mandatos dos diretores da Anvisa têm duração de três anos, podendo haver recondução.

O Dr. Dirceu assumiu a vaga de Diretor da Agência em 10 de outubro de 2008. Seu primeiro mandato, portanto, termina no próximo mês. Lembro também que o indicado vem exercendo, desde janeiro deste ano, o papel de Diretor-Presidente daquela instituição.

Importo salientar que a Anvisa, assim como as demais Agências Reguladoras, foi concebida na legislação que a criou como Autarquia Especial, cuja principal característica é a independência em relação à Chefia do Poder Executivo.

Em face de tal autonomia, a análise da indicação que ora se processa reveste-se de peculiar responsabilidade. Por isso, destaco a importância das sabatinas que aqui realizamos, como uma das mais caras atribuições e prerrogativas que do Estado de Direito coloca em nossas mãos, na qualidade de legisladores e, no caso específico, de avalistas políticos da autoridade, cujo nome estamos a aprovar.

Finalmente, ressalto que a Anvisa tem colaborado sobremaneira com esta e outras comissões de nosso Parlamento, prestando-nos importantes informações, não só por meio dos seus relatórios anualmente apresentados, mas também por meio dos debates de temas sensíveis, como critérios de notificações e registros, pirataria, preço de medicamentos, controle de agrotóxicos e mais de uma centena de audiências públicas realizadas em ambas as Casas do Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Enquanto aguardamos o relator da matéria, o Senador Wellington Dias, peço aqui para adentrar o projeto do Senador Eduardo Suplicy, tendo em vista que o Senador Wellington Dias é o relator do Dr. Dirceu. Neste caso, vamos aguardar um pouquinho.

O ilustre Senador Eduardo Suplicy é relator do item nº 3, página 25.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, com respeito ao projeto de autoria do Senador Cyro Miranda que disciplina o descarte de medicamentos de uso humano e de uso veterinário, é fato que eu havia formulado um parecer favorável ao projeto, mas gostaria de sugerir um diálogo, ainda por uma semana, uma vez que, depois de eu ter elaborado o parecer, recebi do Ministério do Meio Ambiente algumas observações, que vou aqui sintetizar, Sr. Presidente, mas quero me colocar à disposição do Senador Cyro Miranda para, em diálogo com ele e com o Ministério do Meio Ambiente, levar em consideração essas observações.

A Lei nº 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevê a criação de um comitê orientador para a implantação dos sistemas de lógica reversa, Cori, instalada em 17 de fevereiro de 2011.

No âmbito do Cori, funcionam cinco grupos técnicos de trabalho para tratar a temática de logística reversa dos seguintes produtos: descarte de medicamentos, resíduos de produtos eletroeletrônicos, embalagens em geral, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e de mercúrio e de luz mista, resíduos e embalagens de óleos lubrificantes.

Em maio de 2011, foi instalado o GTT Medicamentos, de caráter temporário, com cronograma estabelecido e prazo para encerramento em outubro de 2011.

O Cori é assessorado por grupo técnico, o GTA, composto por representantes dos MMA, MS, Mdic, MF e Mapa.

Considerando-se as discussões relacionadas à implementação dos sistemas de logística reversa de medicamentos, já se encontra em andamento, no âmbito do Decreto nº 7.404, de 2010, que regulamentou a referida Lei nº 12.305, de 2010, eu gostaria de propor que tenhamos uma nova rodada de diálogo com o Ministério do Meio Ambiente, que fez essas ponderações, e com o próprio Senador Cyro Miranda, porque acredito que o propósito dele – e, por isso, dei o parecer favorável – é no sentido de somar ao próprio propósito do Governo. Quero dialogar com o Ministério do Meio Ambiente. Então, se me permite,

Senador Cyro Miranda, teríamos mais uma semana de reflexão para que eu possa confirmar ou modificar o projeto à luz dessas informações que foram encaminhadas a mim pelo Governo da Presidenta Dilma.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Suplicy. Eu, com muito prazer, vou dialogar com V. Exª, mas quero adiantar a V. Exª que essa normativa desse grupo que está reunido é uma questão muito ampla, e eu me detenho aos medicamentos. E pouca coisa andou desde o ano passado até agora. Daí minha preocupação, porque nós estamos tendo as redes, principalmente de esgotos, contaminadas. Então, eu tenho pressa em discutir com o senhor e que a gente traga a Comissão ao que o senhor decidir.

Mas, com todo o prazer, estou à disposição para o senhor marcar hora e momento que o senhor achar adequados. Obrigado, Excelência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço muito e considero muito positivo o propósito de V. Exª, mas acho que será muito importante ouvir os órgãos de Governo, a assessoria do Ministério da Saúde, que encaminhou essa nota técnica, e proponho que tenhamos o diálogo conjunto com ele.

Obrigado, Presidente Jayme Martins...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Jayme Campos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Jayme Campos... Senador Jayme Campos, Presidente, permita-me confirmar que, para a próxima terça-feira, está marcada audiência pública, em reunião conjunta da CAE e da CAS, para ouvirmos a Ministra Tereza Campello e a Secretária Extraordinária do Plano para Erradicação da Pobreza Extrema, do Plano Brasil Sem Miséria. Então, só para lembrar aos Senadores de que será importante que todos estejamos ali presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Respondendo a sua indagação, está confirmada, meu caro Senador Eduardo Suplicy.

Mas eu indago a V. Exª... V. Exª pediu para retirar a matéria de pauta para reexame, não é isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, sobre o projeto do Senador Cyro Miranda...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª vai ser atendido dentro da norma regimental.

Está atendido e confirmada a audiência com a Ministra no dia 20/9, destinada a debater a erradicação da pobreza absoluta com a presença da Ministra Tereza Campello.

ITEM 5
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 126, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observação: - *A arguição do indicado será pública e a votação em escrutínio secreto (Art. 52 da CF e Art. 383 do RISF)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, o Senador Wellington Dias está fora, me ligou – se eu podia ir lá ao evento onde ele se encontra – e eu disse que nós estávamos, inclusive, esperando ele. Quer dizer... Em uma emergência...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quem ligou?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Wellington Dias…

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ah, tá...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em uma emergência, que eu fizesse o relatório *ad hoc*, se necessário for.

O importante é a votação hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, nós temos de fazer a votação desse...

Todavia, temos mais um item aqui que é em caráter... É o turno suplementar, matéria de relatoria da Senadora Marta Suplicy e que nós poderemos votar para dar mais cinco minutos para aguardar Wellington. Se o Wellington não vir, já se propõe a atender, como Relator *ad hoc*, o Senador Paim, e a própria Senadora Vanessa que me parece... Senador Wellington Dias também ligou e dizendo-me que, se ela estivesse presente, poderia ser designada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, pode ser a Senadora Vanessa, eu me somo e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

Então, só concluindo o relatório e, depois, vamos convidar.

Autoria da Presidência da República.

Relatoria seria do Senador Wellington Dias, se ele chegar a tempo. E a Comissão possui elementos necessários para deliberar sobre sua recondução.

Entretanto, vamos aguardar mais um pouquinho para votar esta matéria, tendo em vista que temos quorum.

ITEM 1
- Terminativo –
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2009

Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho dos psicólogos.

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Observação: - *Em 31/08/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecida emenda à discussão suplementar, o substitutivo ao PLC 150/2009 é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Está aprovado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Prosseguindo a nossa ordem, como eu bem disse aqui, a Comissão possui elementos necessários para deliberar sobre a recondução, mas, com a devida vênia e respeito, convido os Senadores Paulo Paim e Paulo Davim para, se possível, conduzirem os Sr. Dirceu Brás Aparecido ao recinto da reunião, para que ele faça naturalmente presença na Mesa desta Presidência.

Quero convidar, diante naturalmente da chegada aqui do nosso ilustre presidente, ou seja, diretor indicado – depois, vai ser Presidente, imagino, pois me parece que a escolha vai ser feita pelo colegiado de diretores da Anvisa –, eu gostaria de solicitar à valorosa Senadora amazonense que ela relate *ad hoc* tendo em vista que o Senador Wellington Dias, relator da matéria, não se encontra presente. Quero solicitar a V. Exª que relate a indicação do Sr. Dirceu Brás de Aparecido Barbano.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Presidente, quero...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com a palavra, Senadora Vanessa Grazziotin, para fazer *ad hoc* o relatório em relação à pessoa do Dirceu Barbano, indicado para o cargo de Diretor da Anvisa. V. Exª está com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente. Primeiro, eu quero agradecer a V. Exª a indicação. Tenho certeza de que o Senador Wellington Dias aqui não está porque, frente a outros compromissos que...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito ao pessoal do som que aumente o volume. A Vanessa, não sei se está ligado ou desligado, mas o som está muito baixo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Está ligado, mas acredito que o barulho seja maior que o meu.

Agradeço a V. Exª a indicação para relatar *ad hoc* a indicação do Dr. Dirceu Barbano e o faço lendo na íntegra o relatório produzido pelo Senador Wellington Dias, com o qual – já li o relatório – concordo perfeitamente, Sr. Presidente.

Cumprimento, desde já, o Dr. Dirceu Barbano. Creio que sou a única Senadora, Senador Jayme Campos, farmacêutica, igual a ele. É claro que não tenho a formação acadêmica dele, especialidade em farmácia industrial, farmacognosia. Enfim, não tenho a formação acadêmica, mas procuro, aqui do Parlamento, contribuir para essa área tão importante, tão estratégica para o País, para a nossa gente e para o nosso povo.

Relatório da Comissão de Assuntos Sociais sobre a Mensagem nº 126, de 2011 (Mensagem nº 338, de 2011, na origem), da Presidente da Republica, submetendo ao Senado Federal o nome do Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano para ser reconduzido ao cargo do Diretor da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária.

Com base no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 126, de 2011 (Mensagem nº 338, de 26 de agosto de 2011, na origem), juntamente com o *curriculum vitae* do indicado.

O Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano é brasileiro, natural de Ibaté, Estado de São Paulo. É farmacêutico, graduado pela Universidade Católica de Campinas, em 1989, e Especialista em Biofarmacognosia, pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP), em 1991. Foi aprovado em exame de qualificação para mestrado no Curso de Pós-Graduação em Fármacos e Medicamentos da USP (não

concluído) e possui curso de aperfeiçoamento – Curso Latinoamericano de Enseñanza de Farmacoterapeutica Racional – pela Universidade de La Plata, realizado na Argentina, em junho de 2001.

Do referido *curriculum vitae*, constata-se que o Senhor Dirceu Barbano, em vinte anos de experiência profissional, apesar de tão novo, Sr. Presidente, já ocupou cargos que envolveram a atividade de docência, a gestão de hospitais filantrópicos e de ensino, a gestão de autarquia profissional (Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo), a gestão pública do Sistema Único de Saúde (SUS), no nível municipal, no Ministério da Saúde, e na própria Anvisa, onde ocupou sucessivamente os cargos de Diretor, Diretor-Presidente Substituto e Diretor-Presidente – cargo que ocupa atualmente e para o qual está sendo indicada a sua recondução.

Nos primeiros dez anos de sua carreira profissional, atuou como docente, ministrando disciplinas de farmacologia. A partir de 1996, reorientou suas atividades para o campo da gestão de serviços ligados ao SUS. Teve duas experiências como gestor municipal de saúde: a primeira, de 2001 a 2004, em Ibaté – SP, e a segunda, de 2006 a 2007, em São Carlos – SP.

No âmbito nacional do SUS, ocupou os seguintes cargos: Coordenador-Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos e Secretário Interino e Substituto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, além do cargo de Diretor da Anvisa.

Sua experiência na área de medicamentos inclui a participação, como membro titular, na Câmara Setorial de Medicamentos da Anvisa, no Comitê Gestor do Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, e no Comitê Técnico Permanente para a Área de Insumos Estratégicos, da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde.

Participou em diversas missões internacionais, representando o Brasil em encontros sobre tecnologias em saúde e medicamentos, além de ter participado de seminários, congressos, simpósios e oficinas, dentro e fora do País. Tem diversos artigos publicados em livros e periódicos nacionais e internacionais, que tratam do tema da atenção farmacêutica.

Em face do histórico profissional apresentado e aqui resumido, e dada a sua trajetória dentro da Direção da Anvisa, que atesta a sua competência gerencial, resta demonstrada a vasta experiência do Senhor Dirceu Barbano nas áreas de gestão de serviços de saúde – em diferentes níveis de complexidade – e de política nacional de medicamentos, o que o credencia ao exercício de funções diretivas no campo da vigilância sanitária e, mais especificamente, da função de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A partir dos elementos apresentados, que atestam a capacidade técnica e gerencial do indicado, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Senhor DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Anvisa.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

Regimentalmente, agora, concedo a palavra ao ilustre Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, para que faça a sua exposição. V. Exª tem 15 minutos, mas diante da importância e relevância do cargo a que está sendo reconduzido, consulto o Plenário desta Comissão no sentido de que, se necessário, possamos prorrogar o tempo em mais cinco minutos. Depois disso, entraremos no período de indagações. E como já temos nove Senadores inscritos, imagino que V. Exª terá entre 15 e 17 indagações. Sendo assim, penso que teremos que resumir as indagações para que possa respondê-las dentro do possível.

V. Exª tem 15 minutos inicialmente para a sua exposição.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Bom dia as Srªs e aos Srs. Senadores. Gostaria de cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, que sempre tem nos recebido nesta Comissão com todo o cuidado e com todo respeito. Gostaria de dizer que me sinto bastante honrado por já ter passado por uma sabatina nesta Comissão de Assuntos Sociais quando da indicação, em 2008, pelo Presidente Lula, para o exercício de mandato como diretor da Anvisa. Sinto-me honrado em estar hoje aqui sendo novamente submetido à sabatina, por indicação da Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff.

Eu gostaria de agradecer imensamente à Senadora Vanessa Grazziotin, pelas palavras que foram externadas no relatório. Também ao Senador Wellington Dias, que foi originalmente o responsável por elaborar o relatório.

Eu queria lembrar também e agradecer ao Senador Paulo Paim, que, em 2008, foi relator da indicação e que, na ocasião, proporcionou-me a possibilidade de conhecê-lo melhor. Eu, então, sinto-me absolutamente feliz com o conteúdo dos relatórios e com as palavras que ouvi aqui agora.

Eu gostaria também de cumprimentar a Drª Maria Cecília, diretora da Anvisa, ao Dr. Jaime, que deve

chegar, aos meus colegas de trabalho da agência, às pessoas que vieram acompanhar a audiência.

Não é novidade para ninguém que a Anvisa é uma instituição que tem adquirido...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A Drª Cláudia...

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – A Drª Cláudia... O Senador Moka, que é do estado da minha esposa, está aqui me chamando a atenção para o fato de que eu não falei dela. Muito obrigado pela permissão, Senador.

Mas eu gostaria apensa de salientar que estamos falando de uma instituição do Estado brasileiro que adquiriu, ao longo dos seus doze anos, além de um espaço importante diante da sociedade, uma capacidade muito grande também de se colocar no campo da saúde pública como uma das instituições do Estado brasileiro de maior credibilidade, e, por conta disso, de maior responsabilidade também diante de todos nós.

A Anvisa é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde. Trata com o Ministério por meio de um contrato de gestão que estabelece metas de desempenho. Essas metas, ao longo desses anos, vêm sendo cada vez mais aprimoradas, como também o seu cumprimento. Agora em 2011, existem duas metas já em setembro que foram atingidas ou superadas do que estava previsto, principalmente em relação à questão da participação da sociedade nas definições e rumos da Anvisa, como na regulamentação sanitária.

É importante salientar, pouca gente sabe disto: a Anvisa tem 86 postos de Vigilância Sanitária espalhados pelo Brasil. Esses postos atendem a questões relacionadas à entrada de produtos, à circulação de pessoas em fronteiras, portos e aeroportos.

Tenho a tranquilidade não como diretor da Anvisa, mas como cidadão brasileiro de afirmar que o Brasil hoje é um país muito mais seguro do que era antes da criação da Anvisa, para que as pessoas possam consumir, de maneira segura, produtos e serviços relacionados à saúde.

Eu gostaria apenas de salientar, em relação à abrangência da Anvisa hoje, com esses 86 postos espalhados pelo Brasil: temos dois postos em Mato Grosso, por exemplo, Senador Jayme Campos, um em Cuiabá e outro em Cáceres; no Piauí, do Senador Wellington, que é o relator, em Teresina e em Parnaíba; no Rio Grande do Sul, Senador Paim, são dez postos da Anvisa: na capital, em regiões de fronteiras do estado e também nos portos de Rio Grande – este é o principal posto da Anvisa em portos no seu estado.

Todos nós sabemos que a Anvisa, ao longo desse tempo, assumiu responsabilidades diante de um conjunto importante de produtos que são colocados à disposição do consumo no Brasil. Basta citar alguns segmentos econômicos com os quais a Anvisa se relaciona diretamente: segmento de medicamentos, de produtos e equipamentos médicos, cosméticos, produtos de limpeza doméstica e limpeza hospitalar, serviços de saúde, a área de sangue, tecidos e órgãos. Então, a Anvisa cuida de questões muito importantes. Tem uma área importantíssima de toxicologia, que acompanha a evolução dos eventos toxicológicos, tanto agudos quanto crônicos, no Brasil, uma área que busca sempre delimitar, com precisão, o papel do Estado em relação a evitar que as pessoas sejam expostas aos danos causados pelo consumo do tabaco e pelo consumo de outras substâncias.

Isso tem feito com que a Anvisa, como disse, assuma uma visibilidade cada vez maior diante de todos nós, mas é claro que, talvez, o papel principal da Anvisa seja o de coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que, como órgão federal, é responsável por coordenar a vigilância sanitária, que, na verdade, é aquela que se relaciona com o dia a dia da produção de produtos e de serviços que ocorre em cada uma das 27 unidades da Federação e em cada um dos 5.565 Municípios brasileiros. Então, ter capacidade de diálogo e de coordenação de um sistema dessa amplitude, como órgão da estrutura do Estado brasileiro, talvez seja a responsabilidade maior.

Mas nós não podemos esquecer também que esses segmentos econômicos que são realizados pela Anvisa são segmentos que cresceram mais de 20% ao ano nos últimos anos, e isso tem um significado muito grande, tanto no que se refere à questão da saúde como a do mercado também. Esses segmentos econômicos – medicamentos, cosméticos, equipamentos médicos – são segmentos cujos mercados aqui no Brasil estão entre o oitavo maior e até o maior mercado do mundo. Isso tem demandado cada vez mais capacidade técnica, capacidade de diálogo da Anvisa com essa realidade, principalmente por conta do crescimento econômico sustentado pelo qual o Brasil passa nos últimos anos.

Algo fundamental: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária recebeu, no dia 6 de julho de 2011, o certificado de reconhecimento com autoridade reguladora de referência regional para medicamentos da Organização Panamericana de Saúde. São quatro agências que têm esse reconhecimento nas Américas: a Anvisa, no Brasil, a Anmat, na Argentina; a Invima, na Colômbia, e o Cecmed, em Cuba. São quatro agências que, em sendo reconhecidas como autoridades de referência regional, permitem que as autoridades da Organização Mundial de Saúde e da Organização

Panamericana adquiram produtos, medicamentos produzidos sob a regulação dessas agências.

Agora, no dia 09 de novembro, nós teremos a primeira reunião entre as quatro agências reguladoras de referência nas Américas. Nós vamos discutir com a Organização Panamericana de Saúde justamente quais serão os canais pelos quais aquela organização adquirirá produtos das empresas localizadas no Brasil, na Colômbia, na Argentina e em Cuba.

A Anvisa tem buscado um trabalho grande, no sentido de fazer um planejamento que permita a gestão da Anvisa tornar a agência mais eficiente. Temos um dado de uma pesquisa do Ibope, feita pela Câmara de Comércio Americana, que demonstra que as empresas brasileiras estão otimistas com a melhoria do processo de trabalho da Anvisa. Das empresas da área de saneantes, 91% delas declaram que estão esperançosas e têm percebido a melhoria da atividade da Anvisa; no caso de cosméticos, 83% das empresas; de alimentos, 89% das empresas; de equipamentos médicos, 64%, e, no caso de medicamentos, mais da metade já acredita que a Anvisa tenha melhorado ao longo do tempo.

Outro aspecto importante, que é fundamental que os Srs. Senadores desta Comissão conheçam, é a realidade em relação a recursos humanos da Anvisa. Quando foi criada, em 2003, nem 40% dos seus servidores eram do quadro da Anvisa. Nós tínhamos, naquela ocasião, 40% que possuíam vínculos precários. Eram contratos direitos, contratos por organismos internacionais. Hoje, a Anvisa tem 2.356 profissionais trabalhando para a Anvisa e, desses, 85% são servidores do quadro estável da Anvisa. Outra questão importante: 74% dos cargos comissionados na Anvisa, hoje, são ocupados por servidores da própria casa; 86%, 87%, praticamente, dos cargos comissionados da Anvisa são ocupados por servidores públicos. Então, temos um pequeno grupo de cargos comissionados que hoje não são ocupados por servidores públicos ou um terço, aliás, três quartos dos cargos já são ocupados por servidores da Anvisa. Fizeram concurso público, têm sido capacitados e, cada vez mais, conseguem ocupar funções gerenciais, de direção, na Anvisa. Basta citar que o Dr. Agenor, um dos diretores da Anvisa, é do quadro efetivo da Agência.

Agora, nós temos desafios enormes pela frente. Hoje, já temos 250 vagas abertas, esperando autorização para concurso público. Quanto aos cargos dos portos, aeroportos e fronteiras, que foram aqueles oriundos da estrutura do Ministério da Saúde, até 2014 haverá 617 aposentadorias, justamente das pessoas que trabalham em portos, aeroportos e fronteiras. E, com o crescimento do País e com os eventos esportivos de grande repercussão, teremos um desafio grande de reposição, de criação de cargos.

O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, já trabalha bastante, tanto para repor, por meio de concurso, essas vagas abertas, como também para a autorização e criação de novos cargos, ou seja, para que essas aposentadorias sejam feitas o mais rapidamente possível e para que tenhamos condições de realizar os concursos.

É importante salientar: de 2009 para 2010, houve um crescimento de R$50 milhões no investimento da Anvisa, na folha de pagamento. Fundamentalmente, por aumento de salário, hoje as agências reguladoras do Brasil, por decisão do Governo, do Presidente Lula, têm salários bem diferenciados na estrutura da Administração Federal. Houve também aumento de efetivo, mas há o sistema de progressão na Anvisa, que permite aos especialistas em vigilância sanitária, profissionais de nível superior que têm um salário de R$9,5 mil na entrada, chegar a R$18 mil, quando atingem o topo da sua carreira.

Nesses últimos cinco anos, a Anvisa investiu R$1,5 milhão por ano em capacitação de pessoas. O programa tem dois focos: formar pessoas que sejam capazes de executar a gestão da Agência, mas também, tecnicamente, os profissionais para a operação das análises de tecnologias, que ficam cada vez mais complexas – no caso tanto dos dispositivos quanto dos medicamentos.

Mas há um dado de que a Anvisa e todos nós que convivemos, os servidores da Anvisa e nós, do Governo Federal, do Ministério da Saúde, temos orgulho: 95% dos servidores da Anvisa, do seu quadro de nível superior efetivo, já possuem pós-graduação. Existem 758 profissionais já pós-graduados, dos quais 555, com nível de especialização, 173, com nível de mestrado, e 31 doutores já trabalhando na Anvisa. E essa realidade, nos anos futuros, muito próximos, devem melhorar ainda mais, aumentando-se muito o número de doutores e de mestres que atuam na instituição.

Nós temos um trabalho muito importante com a contratação de portadores de necessidades especiais, que são terceirizados e que foram responsáveis por executar, nos últimos dois anos, um trabalho de digitalização de documentos. A Anvisa já digitalizou, praticamente, a metade dos seus documentos. Já foram mais de 52 milhões de páginas digitalizadas por um grupo de trabalhadores contratados para essa finalidade.

Uma outra questão que eu salientaria, Senador Jayme Campos, é a busca da melhoria das práticas regulatórias da Anvisa, com um programa que foi criado pelo Governo Federal, que se chama PRO-REG, no

sentido de modernizar e qualificar a gestão da produção normativa da Anvisa.

O Guia de Boas Práticas Regulatórias, a Agenda Regulatória e a Análise de Impacto Regulatório são as principais ações nesse sentido. Em 2011, a Anvisa já superou a meta referente ao indicador de qualidade regulatória estabelecido pela Casa Civil. O principal fator foi a participação social e a transparência gerada com a realização das reuniões de diretorias colegiadas públicas transmitidas ao vivo pela Internet. Nós já fizemos nove reuniões desse tipo, de um total de 45 reuniões ao longo do ano.

Um dado importante: a Anvisa tem reunido anualmente o número de regras e normas geradas pela instituição. Do ano de 2001 a 2006, em seis anos, a Anvisa fez 1800 normas; foram, em média, 300 por ano. Neste ano, até o dia de hoje, nós emitimos 38 normas. Isso tem gerado uma instabilidade muito maior, e nós, a diretoria colegiada, estamos sempre buscando um rigor muito grande em só aprovar normas que aprimorem normas já existentes, ou quando elas sejam fundamentais em áreas onde ainda não existam normas.

Eu gostaria apenas de chamar a atenção para algumas normas que nós aprovamos neste ano e que são importantes do ponto de vista da saúde pública. Nós republicamos a norma que trata do controle de receituário para antibióticos; nós aprovamos uma norma para as empresas que produzem gases medicinais; nós aprovamos uma norma importantíssima que permite às comunidades terapêuticas atender às vítimas do vício em drogas, como *crack;* nós aprovamos uma nova regra para bancos de embrião, e nós temos já em funcionamento, desde o ano passado, nos aeroportos o sistema Sagarana, que permite um mapeamento completo das situações de risco em cada um dos aeroportos brasileiros.

Além disso, houve um aprimoramento da nossa ação no controle da qualidade da produção de agrotóxicos no Brasil, e isso tem permitido – claro – um avanço e uma produção maior nas atividades da Anvisa. Em termos de inspeção internacional, por exemplo, em 2007, nós realizamos 164 inspeções; em 2009, 231; em 2010, já chegou a 423 inspeções realizadas em fábricas de medicamentos e dispositivos médicos fora do País. Para se ter uma ideia do volume de trabalho da Anvisa, a Anvisa inspecionou 58.279 aeronaves no ano de 2010.

Nós tivemos um esforço muito grande, com um impacto enorme no ano passado, na redução dos prazos de registros de produtos saneantes, os de limpeza doméstica e limpeza hospitalar, fazendo o que a gente vem fazendo em outras áreas também, que é reduzir as zonas cinzentas do marco regulatório, focar na questão do risco sanitário, separando e tornando mais simples o registro daqueles produtos que oferecem menor risco e também utilizando tecnologia da informação. Isso nós fizemos na área de saneantes e fizemos na área de produtos para a saúde, que são duas áreas que foram supervisionadas pela diretoria desde que eu assumi o cargo de diretor em 2008.

Saneantes estão numa situação em que aqueles que são feitos de maneira online pela Internet, de hoje para amanhã, conseguem o número para comercialização. Os produtos de menor risco têm registro em média em 60 dias. E os produtos de maior risco não passam de 120 dias. Isso vem acontecendo também na área de equipamento e dispositivos médicos. Em março de 2009 – não é isso, Nilton? – nós tínhamos 13 mil processos aguardando análise na gerência geral de produtos para saúde. Hoje, nós temos 4 mil processos em estoque, ou seja, conseguimos reduzir nesse período um passivo de 9 mil processos que estavam em análise, a área de equipamentos médicos, kits para diagnóstico já alcançaram prazos muito próximos daqueles que a legislação determina e estamos agora num esforço grande com a questão dos materiais médicos. E isso foi possível porque, naquela mesma lógica, reduz zona cinzenta do marco regulatório, estabelece regra de prioridade para análise, publica manual técnico. E, nesse caso, nós fizemos um conjunto de parcerias com universidades públicas brasileiras que têm nos ajudado muito a avançar no ganho de eficiência da Anvisa.

Eu citaria a área de medicamentos cuja supervisão também assumi no início do ano. É uma área em que estamos fazendo um esforço grande no mesmo sentido para ganhar em eficiência na análise dos processos.

Nós temos já resultados importantes. Nós aumentamos em 88% o número de registros de medicamentos genéricos no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010. E nós temos já um conjunto de 48 genéricos registrados este ano, que são considerados estratégicos para a saúde pública e, até o final do ano, vamos chegar ao número de 69 genéricos que vão permitir às empresas de medicamentos genéricos ocupar um espaço ainda maior, mas fundamentalmente permitir à população acesso a medicamento mais barato com a mesma qualidade de produtos de marca e de referência.

Eu gostaria apenas de chamar a atenção, Senador Jayme, para o que vem acontecendo numa outra área supervisionada pela diretoria desde que eu assumi. Em 2007 a Anvisa recebeu menos de 1.000 notificações de eventos adversos por mês. Chegou ao final do ano com 9.700 notificações. Nós chegamos em 2008 e

elevamos esse número para 2.000 notificações/mês. Chegou ao final de 2008 com 24 mil. Já em 2010, com 27 mil notificações, mais de 2.250 por mês. E vamos chegar a 2011 a 34.500 notificações.

O que são essas notificações? São aquelas informações que médicos, pacientes, farmacêuticos, hospitais e a própria indústria fornecem à Anvisa sobre eventos adversos relacionados ao consumo de medicamentos, materiais e outros produtos para saúde.

Então, quanto mais a Anvisa consegue receber essas informações, mais eficiente ela fica na tomada de decisões e no controle do uso dessas substâncias.

Para finalizar, gostaria apenas de chamar atenção para a questão do financiamento da vigilância sanitária. Nos últimos cinco anos, a Anvisa aumentou em 34% os recursos repassados a estados e municípios para a gestão da vigilância sanitária. Eram R$164 milhões em 2006, chegou a R$220 milhões em 2010. E ainda no ano passado, com grande esforço da diretoria colegiada, nós tivemos duas ações importantes: R$10,5 milhões repassados aos estados e municípios da Amazônia Legal para reforçar a vigilância sanitária nesses estados e municípios; e, ainda, R$1,6 milhão para estruturação de laboratórios centrais localizados nesses estados e municípios.

Chamo atenção ainda para o importante papel que a Anvisa vem desempenhando no cenário internacional. É importante que nós tenhamos a dimensão de que, hoje, vigilância sanitária no Brasil ou em qualquer outro país importante do mundo, não é só uma questão de cuidado com a saúde. Vigilância sanitária também implica melhorar a situação do país nas disputas econômicas, na busca de ocupação de mercado, na elevação do patamar da competitividade em nível global de suas indústrias.

Então, a Anvisa hoje atua no cenário internacional com foco nestas duas questões: a questão da saúde, buscando parceria com agências, como a americana e a europeia, mas também focando em ações que possam permitir, cada vez mais, que as indústrias brasileiras dos segmentos regulados pela Anvisa consigam alcançar os mercados internacionais com competência, com capacidade de competir em pé de igualdade com as melhores indústrias do mundo.

Apenas em relação ao orçamento da Anvisa: nós tivemos um crescimento, de 2010 para 2011, de 3,9% no orçamento, e a proposta é que venha ao Congresso Nacional, na lei orçamentária de 2012, um crescimento de 6,1%, salientando que grande parte dos investimentos da Anvisa hoje são voltados para a tecnologia da informação. Investimos nessa área quase R$30 milhões em 2009, R$35 milhões em 2010 e, em 2011, houve um investimento de R$16 milhões.

Então, gostaria apenas de passar este relatório, salientando, Senador Jayme Campos, que nós havíamos, inclusive, sugerido à Comissão uma audiência para fazer a apresentação do relatório do ano de 2010. Pedi, e deve estar circulando para os senhores, um resumo desse relatório e depois vamos encaminhá-lo a cada um dos gabinetes para que os senhores possam tomar conhecimento do vasto, extenso, importante e complexo trabalho que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária vem desenvolvendo ao longo do tempo, com a preocupação grande de seus quatro diretores atuais e dos diretores que passaram – e certamente dos que passarão por lá – de não permitir que a Anvisa seja ineficiente na proteção da saúde ou que ela deixe de contribuir com o avanço econômico e social importante que o nosso País registra nos últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento e agradeço a V. Exª pelos esclarecimentos e observações que fez em relação às atividades da Anvisa. Nós não podemos desconhecer de forma alguma os avanços que houve, sobretudo em função dos números, que temos acompanhado. Vamos dar a César o que é de César: houve avanços significativos.

Entem, conversando com o diretor Dirceu, que me visitou em meu gabinete, solicitei dele uma informação, quis saber qual era o salário médio na Anvisa. Ele me disse que, para nível superior, é de R$9,5 mil. Eu defendo a tese de que, quanto melhor você paga, melhor a prestação do serviço e, sobretudo, melhor a resposta ética do cidadão que trabalha lá.

Eu disse a ele que, quando era prefeito de Várzea Grande – exerci três mandatos em minha cidade –, recebia uns conveniozinhos que a Anvisa repassava para o município para que fizesse o trabalho de vigilância sanitária. Acontece que esse valor era tão insignificante, Dirceu, que praticamente não valia à pena o tesoureiro ir ao banco para ver se tinha chegado. Às vezes, quando chegava, o Secretário dizia: "Ah, Prefeito, recebi um repasse da Anvisa, mas só isso aqui não vai pagar a gasolina do automóvel para fazer a vigilância sanitária onde nos cabia fazer." Nesse caso, quando cita os números que nos repassou – 220 milhões para os Municípios brasileiros –, penso que subiu mais do que 3.000 ou 4.000%. E digo percentualmente, naquela oportunidade, quando era repassado para o Município de Várzea Grande, que não é um Município pequeno, com uma população de quase 300 mil habitantes, imagino que hoje o repasse já é bastante suficiente para, pelo menos, comprar um carro para fazer a fiscalização.

De qualquer forma, cumprimento V. Exª. As informações que tenho, sobretudo o *curriculum* de V. Exª, mostram que é uma pessoa preparada e compromissada com o nosso País. Nós precisamos de homens que tenham compromisso e cumpram com a sua obrigação de fazer boa gestão. Isso porque, lamentavelmente, só há escândalos, denúncias, enfim, falcatruas sendo praticadas em determinados órgãos do Governo Federal e, por conseguinte, nos Estados e Municípios. Pelo que tenho acompanhado do trabalho de V. Exª e diante de todas as referências dadas a sua pessoa e ao quadro de diretores, que são as melhores possíveis, tenho certeza que a sua recondução é a melhor opção. Caso contrário, teríamos recebido denúncias em nosso gabinete e aproveitaríamos o dia de hoje para fazer a interpelação a respeito delas.

Vamos abrir agora a fase de indagações.

Consulto, de forma democrática, se três minutos são suficientes, pois já temos inscritos aqui 10 Senadores. Vamos dividir em bloco ou todos fazem as perguntas? Em bloco? E qual seria a sugestão? Três, quatro, cinco? Cinco Senadores. Fica definido de cinco em cinco Senadores, em bloco, para não ficar muito extenso, até para que ele possa memorizar as perguntas a fim de respondê-las.

Na ordem de inscrição, temos a Senadora Ana Amélia. Consulto V. Exª se três ou cinco minutos são suficientes para fazer as suas indagações.

V. Exª tem cinco minutos para as suas indagações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Jayme Campos.

Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, agradeço pela sua exposição que facilita esta sabatina. Queria fazer algumas indagações a V. Exª. Um dos problemas mais graves na área da saúde pública diz respeito à pirataria dos remédios. Só no ano passado foram 400 toneladas entre falsificados e contrabandeados. Foi noticiado que a Anvisa propôs adotar um selo de segurança que seria fabricado pela Casa da Moeda. A implantação ocorreria no primeiro semestre deste ano. A proposta, no entanto, sofreu resistência da indústria farmacêutica alegando que isso aumentaria o preço para o consumidor. O que fará a Anvisa diante dessa questão?

No caso do contrabando, lembro que a Receita Federal apreendeu o equivalente a 618 milhões em mercadorias e a área de medicamentos teve um aumento nos quatro primeiros meses deste ano de 180,52% comparativamente ao ano passado. Outra questão: quanto à polêmica dos medicamentos para emagrecer – sibutramina – a Anvisa recuou ou adiou a decisão para proibição de medicamentos usados para emagrecimento no Brasil? Como está esta situação?

Aliás, eu acompanhei uma audiência em que V. Exª estava presente com os médicos, cardiologistas e todos eles defenderam a manutenção e o uso da sibutramina. Perguntei o porquê e eles disseram que isso também ajuda no controle das doenças cardiorrespiratórias ou cardiovasculares. O nosso colega, Senador Paulo Davim, entende mais disso do que eu.

A questão da fiscalização. V. Exª falou muito sobre a fiscalização. Fiquei curiosa sobre o motivo da fiscalização nos aviões, nas aeronaves. Qual é o motivo? É para prevenir doenças ou algum contrabando? Qual é o motivo? Essa fiscalização é exclusiva da Anvisa ou conta com a parceria concorrente, cooperativa das autoridades sanitárias estaduais?

Queria também saber sobre uma questão que é muito reclamada da Anvisa no que diz respeito à demora para análise de registros e autorizações de medicamentos. Muitos desses medicamentos já estão em uso no mundo inteiro, são comprovadamente aceitos na comunidade científica internacional e a Anvisa demora mais de um ano para liberá-lo. É muito importante que haja esse crivo, essa fiscalização. No entanto, não se pode admitir que esse processo seja tão burocrático, pois essa lentidão funciona como um desestímulo para as empresas e, claro, aumenta o risco do contrabando. O que pode ser feito?

Também gostaria de ouvir um comentário de V. Exª a respeito do Sistema Sagarana. Se ele está aplicado no meu Estado do Rio Grande do Sul. Aliás, meu só não, mas do Senador Paulo Paim e do Senador Pedro Simon. É uma questão que diz respeito ao interesse do Rio Grande.

A Anvisa – V. Exª mencionou aí a questão dos defensivos agrícolas – proíbe a importação desses produtos do Mercosul, por exemplo. O Brasil paga 54% mais pelo preço desses produtos. O problema é que a Anvisa proíbe, mas o produto que importamos sob a forma de alimento usado com esse defensivo lá na Argentina, por exemplo, no caso do trigo, no caso do arroz, nós importamos o produto final e, no entanto, ao chegar aqui o produto que é proibido, a Anvisa não fiscaliza em relação a essa questão, que é o produto que vamos consumir, que está mais diretamente ligado à nossa saúde.

Por fim, interessam muito ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná duas audiências públicas da Anvisa: 112, e 117, que tratam da questão dos sabores e da propaganda em relação aos cigarros. Entendo, realmente, as preocupações com a saúde, mas me preocupo sobremaneira, em nome dos pequenos agricultores, em relação a essas questões. São mais de 200 mil famílias que vivem de pequenas propriedades. São cerca de 60 Municípios que vivem exclusivamente

dessa produção. Então, queria um comentário do senhor se a Anvisa não levou em conta as questões sociais ao definir os termos dessas duas audiências públicas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Prosseguindo a ordem de inscrição, com a palavra o Senador Paulo Paim, ou melhor dizendo, Paulo Davim, desculpem-me. V. Exªs estão tão juntos aí: um representa o PT com muita competência e outro, o PV, e Paulo Davim com Paulo Paim é muito parecido.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O que é uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra V. Exª por, se possível, três minutos. V. Exª tem três minutos assegurados.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu vou ser breve. Sr. Presidente, eu quero saudar o Dr. Dirceu. Tenho tido oportunidade, recentemente, de conversarmos longamente sobre várias questões. Quero reconhecer o seu trabalho, o trabalho desta Agência, que é fundamental e estratégico do ponto de vista de saúde pública. Acho que o trabalho, o crescimento, o avanço desta instituição é incontestável. Acho extremamente necessário para que possamos oferecer à sociedade uma saúde pública de qualidade, com segurança.

Sei dos desafios, sei das dificuldades. Já tivemos oportunidade até de conversarmos sobre isso. Agora, vai mais um incentivo. Acho que todas as tarefas tornam-se nobres pela coragem de enfrentar os obstáculos. Tenho absoluta certeza de que o Dr. Dirceu tem tido essa coragem. Não é fácil. Eu quero elogiar, quero externar a minha compreensão da importância desta Agência e da qualificação de V. Sª para o cargo que tem ocupado. V. Sª tem sido um abnegado, uma desenvoltura inconteste para tal.

Quero apenas levantar duas questões a título de informação: primeiro, qual o posicionamento da Agência a respeito dos fitoterápicos, que é uma questão recorrente; segundo, o Brasil vive – acredito que em todos os Estados – um processo de judicialização da saúde e, muitas vezes, a justiça determina que as instituições adquiram medicamentos recém-lançados em outros países, inclusive com questionamento a respeito da sua eficácia. Infelizmente, os gestores se veem na obrigação de importar esses equipamentos para cumprir a determinação judicial. Faço aqui uma indagação sobre o funcionamento da Anvisa a respeito dessas duas questões.

Quero parabenizar, inclusive, a Senadora Ana Amélia, porque os questionamentos que ela fez são absolutamente pertinentes. Parabéns, Dr. Dirceu!

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de sugerir, se V. Exª achar conveniente, abrir já o processo de votação, porque estamos com várias outras reuniões acontecendo, inclusive a votação do Código Florestal agora, às 10 horas. Corremos o risco, se demorarmos a abrir com o processo de votação, de termos o quórum rebaixado. Então, se for possível, eu gostaria de solicitar que se abrisse o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está.

Nós vamos só ouvir, pela ordem de inscrição, primeiro o Senador Cyro Miranda. Após o ouvirmos, entraremos no processo de votação.

Será atendida, não na forma regimental, porque na forma regimental seria após as indagações que, naturalmente, as Srªs e os Srs. Senadores vão querer fazer. Entretanto, diante do apelo que V. Exª faz, nós vamos atendê-la.

V. Exª tem prioridade, como... A senhora vai ser atendida. Está à disposição a cédula de V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Dirceu Barbano, que eu tive o prazer de conhecer há algumas semanas, aqui não vai nenhum questionamento. Apenas quero dizer que a Anvisa está de parabéns.

Eu tenho também, na Anvisa, uma goiana, a Drª Maria Cecília, que nos honra muito com a sua capacidade.

Nós temos o prazer de reconduzi-lo, Dr. Dirceu, porque nós gostaríamos que o exemplo de pessoas de carreira, pessoas do ramo fosse em todos os âmbitos de governo, nos governos estaduais, no governo federal.

O senhor é um exemplo de dedicação e de conhecimento.

Então, fica, aqui, só a nossa admiração pelo profissional, pelo empenho e pela sua capacidade.

Que esse exemplo seja seguido, através do Governo Federal, em todos os âmbitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem de inscrição, Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, quero cumprimentar o Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, pelo dinamismo e ampliação de responsabilidades e atividades da Anvisa.

Agradeço, também, a atenção que tem tido para conosco, Senadores, em cada momento em que nos chegam solicitações das mais diversas pessoas, relacionadas à área da saúde.

V. Sª tem atendido a mim, como a todos os Senadores, com toda atenção.

Com respeito àquilo que a Senadora Ana Amélia aqui observou, relativamente à matéria da *Veja*, que, certamente, causou grande impacto, acredito que... Eu gostaria de perguntar a V. Sª se, em decorrência da matéria da *Veja,* "Parece Milagre"... Esse novo remédio que, segundo a própria *Veja*, é destinado para um tipo de tratamento, que é referente a diabetes, vem sendo utilizado por algumas pessoas para o emagrecimento, possibilitando, digamos, menos sete, menos 10, 12 quilos em curto espaço de tempo.

Parece-me que a Anvisa, e por sua iniciativa, de forma responsável, encaminhou um esclarecimento à *Veja* e à opinião pública, recomendando às pessoas que não utilizem esse medicamento para a finalidade do emagrecimento, porque ele pode causar prejuízos à saúde.

Parece-me que esse é um assunto de grande importância, sob o ponto de vista da saúde pública, e eu agradeceria se V. Sª, e reforço a questão levantada pela Senadora Ana Amélia, pudesse nos dar um esclarecimento, aproveitando a oportunidade, porque esta reunião está sendo transmitida para o Brasil todo, sobre os riscos desse medicamento se for para outra finalidade que não o tratamento de diabetes.

Mesmo para os diabéticos, os cuidados devem ser tomados. Acredito que foi muito importante a nota que V. Sª divulgou e que foi objeto de reportagens, como a da própria *Folha de S.Paulo*, em manchete, no final da semana passada.

Em segundo lugar, eu gostaria que, brevemente, pudesse nos informar a respeito dos estudos da Anvisa sobre as fórmulas magistrais chinesas que hoje atendem a um bilhão e meio de pessoas no mundo, e a Anvisa vem estudando esse assunto por solicitação de laboratórios que produzem esse medicamento. Essa fórmula inclusive, não tanto de medicamento, mas de um instrumento da medicina tradicional chinesa muito importante merece classificação especial, e isso está sendo objeto de atenção da Anvisa.

V. Sª também teve a gentileza de receber a Srª Christine Battistini, da Myeloma Foundation, que solicitou a oportunidade de esta fundação encaminhar esclarecimentos de maior profundidade para que Anvisa tenha os elementos necessários para o exame da Lenalidomida.

Então, se puder também dizer alguma palavra sobre isso, eu muito agradeço.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy pela brevidade de suas indagações.

Antes, porém, quero registrar a presença de dois Diretores da Anvisa, o meu xará, Jaime César de Moura Oliveira e a Drª Maria Cecília Martins Brito, que nos honram com as suas presenças.

Prossigamos com o bloco de cinco.

Estamos aguardando a Senadora Vanessa Grazziotin, para que possamos sabatinar o Dr. Dirceu.

Asseguro a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, três minutos, prorrogáveis até quatro minutos.

Tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente. Vou me esforçar para ser bem disciplinada quanto ao tempo.

Cumprimento, mais uma vez, a Drª Cecília, Dr. Jaime, aqui presentes, todos ligados ao setor de medicamentos.

Dr. Dirceu inicio falando sobre a busca da qualidade.

A Senadora Ana Amélia – repito as palavras do Senador Davim – não apenas fez perguntas oportunas, mas abordou todos os assuntos que nós deveremos abordar. Enfim, ela falou a respeito da rastreabilidade e do selo.

Na realidade, esse foi um projeto de lei que eu apresentei há muitos anos. Conseguimos, depois de longo debate entre Governo Federal, Ministério da Saúde e Anvisa, aprovar a lei. Mas a lei ainda não está aplicada na sua totalidade por uma série de razões. Ela fala do selo, e, de fato, houve resistência do selo por parte da indústria, para não permitir o encarecimento do produto. Esclarecer à Senadora Ana Amélia que a lei não prevê selo. A lei prevê que a Anvisa estabeleça a melhor forma de rastreamento, a tecnologia que ela entender. Foi feita consulta pública, enfim... . Então, que o senhor falasse a respeito disso, porque parece que está havendo uma reorientação em relação ao rastreamento. Porque não é possível, Senador Jayme, no Brasil, o gado é rastreado, porque se ele não for rastreado ele não é vendido, ele não é exportado. Não é Senadora Ana Amélia? Os carros, segundo o Ministro Mercadante, também serão rastreados. E, quanto aos medicamentos, algo que interfere, que garante ou que acaba com a saúde das pessoas, esse não é rastreado. Mas, enfim, é uma luta travada pela Anvisa.

Em relação à produção, o papel da Anvisa no processo de inovação, de fomento e de desenvolvimento da produção de novos produtos, medicamentos fármacos no Brasil, é fundamental.

Eu gostaria, Dr. Dirceu, que o senhor nos falasse das ações que a Anvisa vem desenvolvendo no sentido de melhor algumas de suas funções. Por exemplo, a indústria que solicita o registro de um novo medicamento, as informações que a gente tem é que o período médio para sair o registro são três anos. Há uma fila especial para medicamentos genéricos, para que ele ande mais rápido, que é muito importante. Em que os senhores, da Agência de Vigilância Sanitária, estão estudando e trabalhando nas para que as mudanças possam melhorar a eficiência?

Diminuir o tempo não significa exatamente diminuir a qualidade da análise. De jeito nenhum! Agora, entendemos que é possível manter a qualidade da análise diminuindo o tempo para que isso ocorra.

Em relação à assistência farmacêutica, Dr. Dirceu, ainda na parte de inovação e de produção, como é que está a questão da anuência prévia para patentes? Na área de medicamentos, para que todos tenham conhecimento, há necessidade de uma anuência prévia da Vigilância Sanitária para novos medicamentos, novos produtos. E isso vem sendo questionado. E eu pergunto ao Dr. Dirceu em que pé está essa questão, porque considero essa anuência prévia algo fundamental, necessário, muito importante e que não pode acabar, com esses procedimentos.

Em relação à assistência farmacêutica, não sei se ainda está vigorando a Consulta Pública nº 69, Dr. Dirceu: ainda está ou já concluiu? (*Pausa.*)

Já concluiu.

Então, há novas regras para a atenção farmacêutica nas farmácias e nas drogarias, porque o senhor é farmacêutico e sabe que uma das maiores bandeiras que nós temos, Presidente Jayme, é uma mudança radical em relação aos estabelecimentos comerciais de medicamentos. Eles são estabelecimentos comerciais e nós queremos que eles sejam estabelecimentos de saúde, como são em muitos países do mundo. Farmácia não é um comércio como outro qualquer; drogaria não é um comércio como outro qualquer.

Então, essa é uma luta em que, não tenho dúvida, mais tempo, menos tempo, nós farmacêuticos sairemos vitoriosos, ao fazer com que a farmácia seja do farmacêutico. O cartório, por exemplo, há uma concessão para que os cartórios de registro funcionem. E nós queremos que seja assim também nessa área de medicamentos, porque o Brasil é um dos países que mais sofrem pela automedicação, que mais sofrem pelas doenças oriundas da automedicação. Ou seja, é preciso a gente mudar a forma como o Brasil encara o comércio de medicamentos, encarando isso como uma unidade de saúde efetivamente. Seria muito importante que o senhor falasse um pouco a respeito disso, Dr. Dirceu.

E, por fim, sobre propaganda de medicamentos. Eu acho que o uso correto é uma atribuição da Anvisa. Chegou o nosso Wellington – li seu relatório e o elogiei bastante, Senador Wellington!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito bem feito.

E, concluindo, sobre a propaganda de medicamentos, nós precisamos incentivar o uso correto de medicamentos no Brasil. Então, a gente tem avançado muito, nos últimos tempos, não só quanto à propaganda, mas também quanto à forma como os medicamentos são expostos para a população. Aquelas gôndolas estão não menores porque são outros produtos que substituem. Antigamente, a gente pegava analgésico e antitérmico em gôndolas; cada um pegava o quanto quisesse. E não pode ser assim porque isso é um estímulo à automedicação, que é exatamente tudo o que o Brasil, o que a Agência de Vigilância Sanitária e o Ministério da Saúde devem evitar e não podem permitir.

Então, pergunto ao senhor como está também a política para acabar com qualquer tipo de propaganda de medicamentos no País. E, ainda, Presidente Jayme, quando eu falo em propaganda, não é aquela propaganda paga. O Senador Suplicy falou a respeito do medicamento para combater a diabetes que está sendo utilizado para emagrecer. Sabem por quê? Porque a revista *Veja* fez uma matéria de capa com isso. Nós sabemos que, na área de medicação, o comum hoje não é fazer propaganda na área de medicamentos, propaganda paga do tipo "esse medicamento é bom". Não, é fazer matérias científicas. Então, se há, dentro da Anvisa, Dr. Dirceu, uma discussão para controlar, inclusive, essas matérias "científicas" – entre aspas – que são publicadas nesses grandes meios de comunicação. Aliás, acho que a gente poderia até investigar se há pagamento por essas matérias. Acho que esse seria um bom caminho para a gente seguir, viu, Presidente?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Eu acho que me redimi com ela, pois estava devendo a ela, que, há poucos dias, fez um protesto comigo aqui, dizendo que gostaria de relatar as matérias dela. Ela não estava presente e designei um relator *ad hoc*.

Nesse caso, particularmente, abri uma exceção e ela falou por 9 minutos aqui. Está tudo certo, foi compensada! *(Risos.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já redimi a dívida que eu tinha com a Senadora Vanessa aqui! Ela chegou batendo duro...

Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A exceção da Senadora Ana Amélia, que fez realmente vários questionamentos... Na verdade, seria repetir... Eu percebo que há muita argumentação. Eu não sei se... Faltam três Senadores... E nós vamos ter essa discussão sobre o Código Florestal, Sr. Presidente. Eu já, inclusive, votei não tenho dúvida – vou antecipar – na recondução do Dr. Dirceu. Mas eu gostaria realmente... Se aqui os colegas, sei que já questionaram... Se, rapidamente, pudessem ouvir a mim, ao Paim e ao Casildo. Essa é minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sua observação é muito válida e também da concordância do próprio indicado. Acho que nós iríamos economizar aqui, naturalmente. V. Exª...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria... Faltou uma questão que eu tinha pedido ao Dr. Dirceu sobre o que pretende a Anvisa, no acordo firmado, o termo entre a Fiocruz, para testes pré-clínicos para fim de lançamento de produtos, seja médico ou de higiene pessoal. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Na ordem de inscrição, não sei se gostaria... Vai falar Paulo Paim. Agora vou soltar na ordem aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como sempre objetivo, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza... Porque, se o Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano fosse responder a todas as perguntas, nós passaríamos os dias aqui.

Eu poderia, para ajudá-lo, dizer: me fale sobre alimentos, cosméticos, saneamento, a questão do tabaco, do serviço de saúde: me fale sobre medicamentos, produtos para saúde, laboratório, vigilância sanitária, sangue e tecido para órgãos... Estou pegando seu programa de governo... Vigilância após uso, propaganda, portos, aeroportos e fronteiras, a questão internacional e ainda a coordenação... Está pronto? Estão feitas todas as perguntas? *(Risos.)*

É só para descontrair.

É só para dizer, Dr. Dirceu, que eu tenho o maior orgulho de ter sido Relator de sua primeira indicação. E eu tive acesso ao relatório que está aqui em minha mão e que mostra o quanto a Anvisa avançou. É um orgulho, para todos nós, o seu trabalho. Quero também, além de cumprimentar V. Exª, cumprimentar toda sua equipe, todos os diretores.

Eu tenho certeza de que V. Exª será reconduzido por, unanimidade, pelo trabalho que fez. É uma satisfação para esta Comissão dialogar com V. Exª. E mais: todas as vezes que o Congresso, não só o Senado, solicitou a presença da Anvisa nos debates e nas audiências públicas, V. Exª procurou sempre estar presente, mas quando, por um motivo ou outro, não estava presente, indicou sempre um quadro da maior qualidade. Por isso, quero cumprimentá-lo. É uma alegria enorme participar aqui. Tínhamos outros eventos hoje e que, com certeza, foram suspensos, porque eu queria ouvir V. Exª. Já o ouvi e não vou agora espichar ainda mais. Parabéns a V. Exª. Vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Na ordem de inscrição... Senador Moka. V. Exª tem assegurado três minutos para suas indagações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, dizer que, entre várias virtudes que tem o Dr. Dirceu, ele tem um bom gosto: escolheu uma sul-matogrossense para se casar. Isso aí já dá uma nota muito grande para ele.

Na verdade, Sr. Presidente, eu quero elogiar o seguinte... É claro, assim como Ana Amélia... Aliás, Ana Amélia não fez pergunta, ela fez uma inquisição aí – e que é próprio da Senadora... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia, o Senador Waldemir ontem passou e me disse: "Olha, Jayme, mas Ana Amélia não foi arguir, foi fazer uma inquisição." Até brinquei: "Ana Amélia, você quer fazer inquisição ou arguição."

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sem comentários. Sem comentários...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) (Bloco/PMDB – MS) – A Senadora tem uma característica: ela pergunta de forma objetiva.

Mas isso daí quem tem de falar depois fica inibido, porque ela já questionou – e com muita competência...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bom... Está bom... Saiu-se bem... Saiu bem... Um a zero para ti...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de dizer o seguinte... Eu tenho algumas dificuldades, é verdade, como todos nós temos. Mas todas as vezes procurei a Anvisa – e já me reuni com os técnicos da Anvisa – sempre eles nos levam a um entendimento. Isso é muito bom! Foi assim no chamado agrotóxico genérico... Sempre é assim! Eu, inclusive, sou autor de um pedido para que venham

aqui diretores da Anvisa, porque, na última audiência pública, em que aqui compareceram um dos diretores dessa área de agrotóxico, creio que o Sr. Agenor, ele colocou a dificuldade que tem em relação ao quadro de funcionários, e isso é uma coisa importante. Acho que o Senado tem que ajudar nessa questão e eu fico feliz em saber que quase 80% dos cargos comissionados são ocupados por funcionários de carreira. Eu sou um daqueles que defende o seguinte: chegarmos a 90, 95% dos cargos comissionados serem ocupados por funcionários de carreira. Isso que irá fazer com que tenhamos mais profissionalismo na máquina do Governo. Então, os chamados cargos em comissão devem ser em número cada vez menor para possibilitar uma carreira pública. Acho que a Anvisa se encaixa nisso.

Não vou me estender, as divergências continuarão, ouvirei os questionamentos da minha colega Ana Amélia, mas eu quero externar o meu voto aqui. Eu voto, sem nenhuma dúvida, na sua recondução porque acho que você faz um grande trabalho à frente da Anvisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Além de um grande trabalho, Senador Waldemir Moka, ele é casado com uma sul-mato-grossense. V. Exª, aqui, é voto carimbado, declarado. E o Dirceu me disse aqui: "Senador Jayme Campos, o Waldemir Moka me salvou de uma, hoje, aqui...". Vai ficando essa prá você...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós somos bem mandados. O cara não citar a esposa aqui é um negócio complicado. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, querido Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, Dr. Dirceu, nosso Diretor-Presidente da Anvisa, pelo que senti, captei entre os colegas há uma harmonia, um consenso generalizados na sua recondução para essa função por mais três anos.

Eu acho, pelo que tenho ouvido no meu Estado de Santa Catarina, não sei se isso é norma ou não, é uma certa demora na análise, nas decisões. Eu não tenho elementos para responder a isso, mas não sei se há interferência de multinacionais ou não; é difícil, levam meses, anos. Não sei se isso é fruto de cuidados que a ANVISA deve ter; ou se falta pessoal. Como é que a gente poderia responder a essas demandas? As coisas têm que fluir um pouco melhor e um pouco mais. Como é que a gente daria mais praticidade, eficiência em relação a isso?

No mais, quero cumprimentá-lo, pois estou vendo que há um consenso em torno da sua recondução.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo.

Agora, pela ordem de inscrição, o ilustre Senador Humberto Costa. V. Exª dispõe de três minutos para as suas indagações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Vou tentar cumprir, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero saudar o Dr. Dirceu Barbano a quem conheço de longa data. Foi um dos nossos principais assessores no Ministério da Saúde. As pessoas talvez não saibam, mas ele é um dos pais da Farmácia Popular, que lançamos em 2004 e que no domingo passado foi elogiado pela Presidenta Dilma, em sua entrevista; e que no Governo Dilma Rousseff se ampliou no sentido de que vários medicamentos que eram vendidos a 90% mais baratos que o seu preço nas farmácias privadas, agora são distribuídos gratuitamente, como é o caso dos medicamentos para hipertensão e diabetes.

Eu faço esse registro porque ele foi responsável por várias ações importantes na nossa gestão e em gestões anteriores...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Exª me permite, eu quero registrar a presença do ilustre Ministro da Previdência, nosso colega Senador Garibaldi Alves, que nos dá a honra de sua visita aqui nesta Comissão. Para nós é motivo de orgulho termos esse valoroso e ilustre Senador pelo Rio Grande do Norte, hoje Ministro da Previdência, que, sem sombra de dúvida, fez um belo trabalho aqui nesta Casa, como Presidente do Senador. No momento mais difícil, ele, no exercício da presidência, conseguiu abrandar um pouco o que existia naquele momento, não é, Paulo Paim?

Por isso é com muita honra e satisfação que registro a presença do nosso colega e Ministro da Previdência, Garibaldi Alves.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Me associo com alegria a esse registro da presença do Ministro Garibaldi Alves e me associo também nessa saudação.

Eu falava da experiência do trabalho sério que o Dr. Dirceu Barbano executou. Queria apenas tratar de duas questões. Uma já foi falada aqui e diz respeito ao tempo para concessão do registro de produtos. Nós temos informações bastante confiáveis de que esses prazos têm sido reduzidos, mas, sem dúvida, ainda há

muito o que fazer. E a minha pergunta era para saber o que a Anvisa está promovendo no sentido de reduzir esses prazos.

A outra pergunta que eu faria é sobre biopirataria. Nós temos um conjunto de ações que precisam ser tomadas, entre elas o rastreamento dos medicamentos é muito importante, mas a criação de sistema nacional de combate à falsificação, contrabando de produtos que estão submetidos à vigilância sanitária. É fundamental para que tenhamos um trabalho articulado entre governo federal, governos estaduais, governos municipais e que nós possamos, inclusive, definir claramente o que nós podemos caracterizar como biopirataria. E eu queria, na verdade, pedir o apoio da Anvisa, e dos nossos Pares aqui, a dois projetos que eu apresentei. Um cria exatamente esse sistema nacional de combate à falsificação, contrabando de produtos que estão sujeitos à vigilância sanitária. Esse talvez seja um dos maiores crimes que se pode cometer contra a saúde pública.

O outro para o qual peço o apoio também é o que define a cassação do registro de funcionamento das empresas que são flagradas desenvolvendo essas atividades. É um absurdo que muitas vezes vai a Anvisa e a Polícia Federal e interditam uma distribuidora de medicamentos que está distribuindo medicamento roubado, falso ou contrabandeado, ou numa farmácia que se lacra por um período curto e, depois, tudo volta ao que era antes.

Então, eu gostaria de registrar isso e pedir o apoio da Anvisa e dos parlamentares para que a gente possa ter mais esse instrumento de trabalho da Anvisa.

No mais, não preciso nem dizer que voto em V. Sª e desejo amplo sucesso no seu trabalho à frente da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Humberto Costa.

Pela ordem de inscrição, encerrando a lista, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiramente quero agradecer a V. Exª, à Senadora Vanessa e a toda a Casa, eu fui para uma atividade que seria às 8h e começou às 8h40 e eu inventei de abrir lá depois de uma fala e terminei não podendo sair a tempo.

Eu acho que o relatório já diz tudo. Eu tive o privilégio de conhecer o Dr. Dirceu, já antes de relatar esse processo, exatamente nesse trabalho que lembra aqui o Senador Humberto Costa, nessa área de farmácia popular. E acompanho o trabalho da Anvisa há algum tempo e creio que são visíveis os avanços que o Brasil tem colhido nessa área.

Quero aqui, nessa fase, apenas agradecer toda acolhida da Comissão ao nosso relatório. Queria também aproveitar para que fizéssemos, Sr. Presidente, um apelo à presidência do Senado para que agilizássemos o processo de votação no plenário. Podemos juntos dialogar com o Presidente Sarney no sentido de garantir a apreciação dessa votação.

Era isso basicamente e ainda desejar todo sucesso ao Dr. Dirceu nessa importante missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Wellington. O pleito de V. Exª tem preferência regimental, e nós o encaminharemos hoje para o plenário da Casa para, se possível, ser votado.

Tendo chegado ao fim das inscrições, vamos conceder a palavra ao Sr. Dirceu...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de acrescentar apenas uma breve pergunta de interesse daqueles que tomam remédios homeopáticos no Brasil, eu inclusive, que os tomo há muitos anos, eles me fazem bem. Ao conversar com o Dr. Edson Veiga, ele me solicitou que fizesse a seguinte pergunta: "Por que a Anvisa tem proibido os remédios prescritos com *Cannabis sativa* para fins de tratamento de saúde?".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vulgo maconha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Avalia este médico, como outros, que é importante que a Anvisa tenha melhor conhecimento relativamente aos efeitos da *Cannabis sativa* para fins medicinais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou fazer apenas uma indagação ao ilustre indicado: como a Anvisa trabalha a harmonização de normas com outras entidades regulatórias do mundo, como a Emea e a FDA? É muito importante termos essa resposta.

O senhor acha que essa harmonização poderia facilitar a disponibilidade de produtos brasileiros no exterior e de produtos de fora não-disponíveis atualmente no Brasil? Queria saber a opinião de V. Exª em relação a essa minha indagação.

Gostaria de saber, sobretudo, o que V. Sª reputa importante e prioritário que nós, aqui no Congresso Nacional, façamos para facilitar o trabalho desenvolvido pela Agência. Imagino que o Congresso poderia dar sua contribuição de forma mais efetiva para que a eficiência da Anvisa pudesse ser maior, levando em consideração as dificuldades decorrentes das dimen-

sões continentais do Brasil e a escassez de pessoal. Imagino que V. Sª saiba que o Congresso Nacional está aqui para somar e, neste caso, propomos também dar a nossa contribuição, sobretudo esta Comissão, que tem um papel preponderante no zelo pela condução de boas políticas públicas, sobretudo no campo social.

V. Sª está com a palavra para responder as indagações propostas pelos ilustres Senadores e Senadoras.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – O Senador Jayme Campos citou que ontem nós reunimos, e eu tive uma sorte enorme, porque, além de podermos conversar, soube que foi o aniversário do Senador Jayme Campos, e eu quase consegui participar da festa lá, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pena que, quando ele chegou, os dez bolos de queijo e as duas garrafas de refrigerante que o pessoal tinha trazido tinham acabado! Valeu a intenção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E hoje é o do Ministro da Saúde Alexandre Padilha.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – É verdade, e eu perdi o café da manhã lá por conta da sabatina...

Gostaria também de dizer à Senadora Ana Amélia que em nenhum momento me senti inquirido por V. Exª. Eu acho que as suas questões são importantes. Talvez, se nós fôssemos aprofundar, de fato levaríamos um tempo, mas vou tentar posicioná-la a respeito de cada uma das questões.

Bom, primeiro esse fato da pirataria que nós entendemos – o Senador Humberto Costa coloca também – como uma das práticas talvez mais condenáveis na área da saúde. É impossível imaginarmos que as pessoas consigam se sentir bem em ter ganhos econômicos com a pirataria de produtos na área da saúde. Nós, quando porventura um cidadão adquire um produto, um CD, algum outro tipo de produto de consumo falsificado, pirateado ou contrabandeado, ele tem conhecimento disso. O duro é que no caso de medicamentos, quando isso acontece, na grande maioria das vezes o consumidor não sabe e nós temos 3 problemas sérios relacionados a essa questão. Tem contrabando, tem falsificação e tem a questão das cargas roubadas que são distribuídas também. Seria irresponsabilidade nossa imaginar que a Anvisa conseguiria dar conta de um problema tão grande. Claro que aí há um esforço na parceria com outros órgãos do Governo, a Polícia Federal, a Receita Federal, sempre no sentido de ampliar nossa capacidade de intervir, de fiscalizar, de controlar a circulação dessas mercadorias.

Há uma questão, Senadora, que eu acho importante nisso também, que tem que ser refletida com mais profundidade, porque um consumidor adquire esse produto em algum lugar, acho que tem a ver com isso que o Senador Humberto coloca também, de essas empresas que acabam se envolvendo nessa cadeia continuarem funcionando. Esses medicamentos, via de regra, são encontrados em farmácias. Então, é importantíssima uma discussão – e a Senadora Vanessa tocou nisso – da qualificação do varejo farmacêutico no sentido de que voluntariamente – muitas vezes até involuntariamente – os proprietários das farmácias são envolvidos na comercialização desse tipo de produto.

Então, aplicar a fiscalização e o controle, aprimorar a qualidade do varejo farmacêutico e controlar a cadeia são os caminhos inevitáveis para ir diminuindo.

Nós não temos um dado preciso se o aumento nas apreensões implica o aumento na circulação dessas mercadorias. A gente fica esperançoso de que , na verdade, nós estejamos melhores na capacidade do Estado em intervir, por isso aparecem mais apreensões. Mas o fato é de que esse problema não acabou e, no nosso entendimento, ele está longe de acabar.

E a rastreabilidade – a Senadora Vanessa foi responsável quando Deputada pelo projeto de lei – é um caminho importante para isso, porque nós teremos e vamos implantar no sistema de rastreabilidade condições de acompanhar a circulação da mercadoria lícita e identificar de maneira mais rápida aquela mercadoria de origem não lícita.

E os sistemas que foram estudados até o momento são sistemas que são eficientes, foi oferecida uma primeira possibilidade com essa questão da utilização de um selo, de um código que possa funcionar como sistema de rastreabilidade e também de autenticidade. Ocorre que nós tivemos uma solicitação do Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado, um Conselho formado por 5 Ministros que cuidam desse assunto, que estavam justamente preocupados com as informações que circularam, que eu não classificaria como uma resistência da indústria. Acho que houve uma preocupação de alguns segmentos da sociedade de que a colocação desse selo pudesse impactar no aumento do custo da produção de medicamentos ou mesmo no custo final.

O Conselho de Ministros pediu uma reavaliação, nós formamos um grupo de trabalho, esse grupo fez uma análise profunda daquela proposição, ofereceu aos diretores, agora, no dia 31 de agosto, um relatório final, foi entregue a cada um dos diretores – veja aqui o Dr. Neilton representando o Dr. Agenor – Dr. Agenor, Drª Maria Cecília e Dr. Jaime receberam esse relatório e devemos agora aprovar, analisar ou apreciar esse relatório e depois encaminhá-lo aos Ministros. Todas as decisões que forem decorrentes desse relatório serão

adotadas. Nós sabemos que temos prazos apertados, Senadora Vanessa, mas nós teremos um sistema de rastreabilidade – da forma que estava desenhado anteriormente ou de outra forma – implantado, conforme prevê a lei aprovada aqui no Congresso, pela Câmara e pelo Senado, dentro dos prazos ali fixados.

A outra questão importante é essa discussão sobre os anorexígenos. Senadora Ana Amélia, a Anvisa não voltou atrás na sua posição. Nós fizemos um processo sereno, muito responsável e profundo de discussão a respeito desse assunto a partir do ano passado, já no início do ano de 2010, quando surgiram os primeiros resultados de um estudo que verificou a segurança do uso da sibutramina para o emagrecimento. E de lá para cá tivemos um primeiro parecer da área técnica da Anvisa, que falava da segurança da sibutramina e de outros produtos usados para emagrecimento e recomendava à diretoria colegiada da Anvisa, como uma medida sanitária naquele momento, retirar esses produtos do mercado.

Esse parecer foi submetido à câmara técnica que assessora a Anvisa, a uma audiência pública, a um painel técnico; e hoje temos uma posição da área técnica da Anvisa, que ainda não foi definida pela diretoria colegiada, no sentido de que os derivados anfetamínicos não oferecem perfil de eficácia e segurança para que permaneçam no mercado e que a sibutramina oferece um perfil de segurança muito pequeno, mas que seria possível, com medidas sanitárias de restrição do uso de aprimoramento da informação aos pacientes, manter o produto no mercado.

A câmara técnica de medicamentos entende que diante do perfil – até aí não há nenhuma divergência e nenhum passo atrás – que está desenhado de segurança desse produto, a melhor medida sanitária seria retirá-lo do mercado também juntamente com os outros.

Esse tema está em discussão. Os diretores receberam um processo de quase 800 páginas e vão tomar, com certeza, a decisão que gere a melhor saúde para as pessoas que precisam desse tipo de produto.

A senhora perguntou também a questão da fiscalização a aeronaves. As aeronaves são tratadas como um ambiente que oferece risco. Circulam pessoas; há sistemas de ar condicionado com as pessoas dentro das aeronaves por períodos longos, aglomeradas; consomem alimentos; utilizam instalações sanitárias. E a responsabilidade por fazer a fiscalização sobre a observação das regras desse quesito é da Anvisa.

Ao longo do tempo vem crescendo a participação e nós queremos que cada vez mais cresça – não é Neilton? – a participação dos estados na atividade de controle e fiscalização de aeronaves.

A senhora toca num ponto que o Senador Humberto também tocou e vários outros Senadores, que é a questão do prazo de registro na Anvisa. Nós temos mantido, nesse tema, uma postura muito tranquila e transparente. Não haverá mágicas que façam com que esses prazos possam ser reduzidos ao tempo que muitas vezes as empresas e as indústrias esperam. Claro que cada empresa que cria, lança e desenvolve um novo produto tem a intenção de que ele chegue o mais rapidamente possível ao mercado.

É bem verdade que os produtos genéricos e similares, que já são conhecidos do ponto de vista clínico e estiveram no mercado com as suas versões de referência representam um tipo de tecnologia sobre a qual a Anvisa já detém conhecimentos e muitas vezes pode tomar decisões mais rápidas.

Os produtos novos é que têm fila específica, não os genéricos. Os novos têm uma fila e os prazos variam muito de acordo com a complexidade da análise do produto. Muitas vezes é um produto novo de síntese química, uma molécula mais simples, que teve estudos muito robustos do ponto de vista clínico para ser lançado; isso permite que as equipes tenham uma avaliação mais rápida. Mas se são produtos biológicos, com doenças muito raras e grupos pequenos de pacientes ao redor do mundo, moléculas complexas, isso implica em maior tempo. Mas, no geral, ainda o tempo não é bom. Há espaço para reduzir, sim. A tarefa que nós temos é encontrar os tempos que demoram e onde estão sendo maiores, verificar que medidas podem ser tomadas em relação a esses tempos e tomar essas decisões.

Cito um exemplo. Demandávamos um tempo grande para analisar estudos de bioequivalência para produtos genéricos. Esses estudos são realizados por laboratórios. Hoje e equipe já tem um perfil de quais os laboratórios que realizam esses estudos e com os quais não tivemos problemas ao longo do tempo. Esses laboratórios poderiam não ter seus estudos reanalisados pela a Anvisa. Quando a Anvisa deixa de reanalisar esses estudos, nós ganhamos meses na análise de um registro de produtos genéricos. Os estudos clínicos muitas vezes também representam um gargalo. Então, analisar mais rapidamente um estudo clínico significa liberar mais rapidamente um produto.

Agora, é importante que os senhores tenham clareza: não há nenhuma dificuldade na Anvisa, quando há situações de interesse da sociedade, de tomar decisões mais rápidas para que esses registros sejam feitos muito rapidamente. Tivemos situações de vacinas importantes, durante a crise com a epidemia da gripe H1N1, que nós liberamos o registro em semanas. Tivemos situações com medicamentos, onde houve

fragilidade de atendimento de pacientes, que foram liberados em 40, 50 dias. Em todos esses momentos, a equipe para de olhar o restante e vai cuidar desse processo como prioritário.

Senador, há sempre uma discussão: o que é prioritário no campo da saúde pública, da responsabilidade do Estado e o que muitas vezes são os interesses que as empresas terão.

No geral, precisamos melhorar isso e há consenso entre os diretores da Anvisa e os técnicos da Anvisa para a melhoria desses prazos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ainda vai concluir?

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Uma outra questão que a senhora colocou sobre o Sistema Sagarana. A informação que a gente tem é que há quatro postos no Rio Grande do Sul que já tem o Sistema funcionando, mas ele será implantado em todos os postos da Anvisa que lidam com aeroportos, portos e fronteiras. Lá já tem quatro funcionando.

Era isso, não é? *(Pausa.)*

Foi o que me informaram.

Sobre a questão da importação de defensivos do Mercosul, Senadora, as normas que tratam dessa relação Mercosul/Brasil com agrotóxicos tem quase 20 anos ou até, às vezes, 15, 16 anos. Elas precisam e estão numa fase de revisão. Nós não temos nenhuma intenção de que a Anvisa seja o ponto de entrave em relação a isso. A postura da Anvisa em relação à questão do agrotóxico é muito clara e muito transparente. Sabemos que são produtos que oferecem riscos ao trabalhador e ao consumidor final e precisamos exercer um controle eficiente sobre esse tipo de produto, venham de onde vierem. Nós não temos nenhuma intenção, a Anvisa, de separar o que vem do Mercosul ou de outros lugares. A verdade é que...

O que nos buscamos sempre? É manter no mercado produtos que tenham um perfil de toxicidade muito bem definido, que possam orientar dessa maneira em quais culturas podem ser utilizados. É preciso ter controle sobre a produção e sobre o resíduo desses produtos no alimento final.

Essa questão da circulação no Mercosul, a maneira como os produtos são registrados aqui no Brasil, que não envolve apenas a Anvisa, envolve o Ministério da Agricultura e Meio Ambiente, de fato, hoje, gera muita controvérsia. E já aproveitando aqui o Senador Jayme Campos, porque ele disse aqui que o Legislativo pode ajudar, acho necessária uma reobservação, um olhar mais profundo sobre as regras de registro. Por exemplo, eu não sei se a senhora sabe, mas os medicamentos, a cada cinco anos, precisam passar por uma revisão de registro no Brasil; os produtos agrotóxicos, não. Estes são registrados e ficam *ad eternum*. São retirados do mercado quando há uma revisão da toxicologia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós votamos aqui, só para a sua informação, votamos aqui uma lei de iniciativa do Senador Acir Gurgacz, se não me engano, que dispõe que a licença para produzir um agrotóxico, um agroquímico é de dois anos – é a lei nova que criamos aqui e foi aprovada –, e, se em dois anos não estiver no mercado, caduca e perde eficácia.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Essas são situações importantes que vão clareando melhor o marco legal e que vão permitir depois que os órgãos do Executivo envolvidos no controle tenham menos dificuldade e menores conflitos entre eles mesmos. Assim, em um ambiente menos cinzento, mais claro, podem ser mais eficientes.

A questão do tabaco. Nós temos duas consultas públicas em fase de consolidação. Temos a clareza de que são polêmicas e que mexem em questões importantes. Uma delas trata da propaganda no local de venda. Nós não podemos conviver com propagandas que gerem uma imagem do cigarro como algo interessante para o consumo. É o que a gente vê hoje em todos os pontos de venda: padarias, bares, restaurantes, lojas de conveniência em postos de gasolina. É importante que a propaganda de cigarro fique no campo onde ela precisa ficar. As pessoas conhecem a marca, escolhem uma marca, vão a um lugar e compram. Então, uma norma trata disso.

A outra norma trata dos aditivos colocados em cigarros. Nós sabemos que a indústria do tabaco, ao longo do tempo, vem incluindo no tabaco sabores de menta, de chocolate, de canela, que fazem com que o cigarro fique muito mais atraente, principalmente para os jovens. Isso é muito ruim do ponto de vista da saúde pública, porque pega aquele público que é o público mais vulnerável e que é o mais interessante do ponto de vista do vício, porque é o que vai ficar mais viciado por mais tempo. Então evitar que o cigarro tenha gosto que não são verdadeiros é algo fundamental.

É claro que nós sabemos que, quando a norma incluiu a questão do tratamento do tabaco no processamento, na sua produção, e aí o uso do açúcar, o método Burley, cria uma dificuldade muito grande para os produtores. Nós sabemos disso e os diretores têm muita consciência de que nós não vamos poder tomar uma decisão inadvertida em relação a isso e que traga uma inviabilidade da atividade produtiva.

É fundamental que essa discussão seja colocada a público, para que nós possamos, enquanto sociedade – e temos conseguido resultados muito significativos na redução do uso do tabaco, colocando cada vez menos jovens e pessoas adultas em situação de risco

–, o que é que nós vamos fazer com essa questão da produção, que usa o açúcar, que de alguma maneira também mascara o sabor do tabaco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só uma informação, Dr. Dirceu. Por conta dessas audiências, aumentou nos últimos meses o contrabando do cigarro do Paraguai, que é de qualidade absolutamente discutível, a R$1 o maço.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – O Ministro Alexandre Padilha tem defendido uma tese que é a questão do preço mínimo do cigarro como uma forma de poder evitar essa questão do contrabando. Porque é sempre assim: quando aperta o controle de um lado, em tudo que é legal, a gente passa a ter o risco maior do ilegal. Mas essa é uma equação difícil para a sociedade, Senadora. Qual é o preço que nós queremos pagar? É o contrabando, é o jovem com vício no tabaco?

Por isso é que nós temos hoje na Diretoria Colegiada muita serenidade na tomada dessas decisões. O que nós podemos assegurar, e falo aqui em nome da Diretoria Colegiada, na presença dos meus colegas diretores, é que a Anvisa não surpreenderá a sociedade com decisões que não tenham consecução prática ou que não tenham conexão com a realidade. Mas nós não deixaremos, por outro lado, de tomar decisões que sejam importantes no sentido da defesa da saúde, no tempo necessário para isso.

A questão com teste de animais. Ontem foi assinado um acordo com a Fiocruz justamente visando estabelecer um lugar que consiga validar metodologias que permitam que as empresas que vão lançar produtos possam realizar testes de eficácia e de segurança sem a utilização de animais. Isso é possível. Em vários lugares do mundo isso já vem sendo feito. E a Fiocruz vai nos apoiar como órgão que pode validar essas metodologias e permitir que as empresas, na área de cosméticos, equipamentos, dispositivos médicos e medicamentos possam utilizar essas metodologias deixando de utilizar os animais nessa etapa da pesquisa.

Senador Paulo Davim, muito obrigado pelas suas palavras.

O senhor coloca aqui a questão dos fitoterápicos. A Anvisa está muito preocupada com a questão dos fitoterápicos por dois motivos. Primeiro, porque nós não podemos tratar essa questão da fitoterapia no Brasil de uma maneira irresponsável, nem de um lado, nem de outro; nem sermos irresponsáveis no sentido de não reconhecer que há uma indústria, que há arranjos produtivos locais, principalmente no Rio Grande do Sul, em algumas regiões no Nordeste, que produzem essas plantas. Agricultores, a agricultura familiar também envolvidos nessa produção e que alimenta uma cadeia de produção e indústrias que têm conseguido desenvolver produtos a partir da fitoterapia. Isso precisa ser reconhecido. Nós precisamos ter um marco regulatório que consiga acolher esses produtos.

Mas também, de outro lado, não podemos avançar para imaginar qe por que é fitoterápico o produto não traz risco, não tem problema. E hoje nós já temos normas aprovadas pela Anvisa e tem permitido as empresas registrarem os seus produtos, em muitos casos a partir do conhecimento tradicional sobre esses produtos. Então, hoje há um normativo já bastante harmonizado entre a regulação sanitária, a produção da planta medicinal e a indústria que quer fazer fitoterápico. Mas há ainda espaço para avançar, principalmente porque nós acabamos há três, quatro anos de ter aprovada a política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos, que é uma ação do governo que levou para dentro do sistema público de saúde, de maneira legal e formal, a utilização desses produtos.

A questão da judicialização que o V. Exª coloca é um tema para uma audiência pública aqui no Senado. Mas, de qualquer maneira, eu sempre separei a questão da judicialização em três grupos de situações. Existem situações, sim, onde o cidadão não tem outro caminho a não ser recorrer à justiça, porque aquilo tudo que está muito bem fixado, estabelecido nas estruturas do sistema, por uma debilidade do gestor não é oferecido a ele. Então, ele não tem outro caminho. Ele tem que ir à justiça, para a justiça dizer: olha, gestor, o cidadão tem direito a isso.

Há situações, Senador, onde o sistema oferece determinadas tecnologias e há outras tecnologias. E, muitas vezes, estabelece um debate de quem é a competência para definir quais as tecnologias que devem ser ofertadas.

O Congresso Nacional aprovou uma lei. O Senador Paulo Paim, o ex-Senador Flávio Arns e o ex-Senador Tião Viana participaram ativamente na elaboração dessa lei, que busca definir o Ministério da Saúde como órgão responsável para atuar onde há essas situações. Há uma tecnologia já mais estudada, mais consolidada, com um perfil mais claro de custo, de efetividade; e uma outra que ainda não foi aprovada. E aí se estabelece um conflito na justiça dizendo: olha, se o médico prescreveu essa, é essa que tem que ser disponibilizada. Isso tende a diminuir com a aprovação da lei.

E há uma terceira situação, onde não há tecnologia autorizada para uso no sistema, mas alguém ou inventou ou acha que inventou uma tecnologia. E aí se cria uma outra zona de conflito, que eu acho que também a lei vai ser muito eficiente em reduzir a judicialização nesse sentido, na medida em que ela coloca

um prazo para o Ministério da Saúde se manifestar a respeito da incorporação ou não.

Eu queria citar o Senador Cyro Miranda. De fato, nós nos conhecemos há pouco tempo e nós hoje temos uma boa amizade. O Senador Suplicy tocou num ponto importante. A questão dessa matéria da revista *Veja*, eu vou conectar essa pergunta do Senador Suplicy com o questionamento que a Senadora Vanessa fez em relação à questão da propaganda.

Senador, de fato, a informação técnica, apropriada, que a revista deixou de dar ao seu leitor é que esse produto é aprovado apenas para uso no tratamento do diabetes tipo 2, como uma alternativa de tratamento, que é um produto fabricado com uma substância que é uma molécula muito complexa, que é um produto derivado de biotecnologia, que foi estudado, única e exclusivamente, para tratar diabetes. E que, já nos estudos que foram feitos até agora, acabou revelando alguns efeitos colaterais que não são, como afirmou a revista, leves ou inexistentes. Chegam a alguns efeitos diversos graves, como uma inflação do pâncreas, como problemas de tireóide. E isso a revista deixou de informar.

A discussão toda, Senadora Vanessa, Senador Suplicy, que a diretoria colegiada fez. Nós temos muitos questionamentos sobre a Anvisa na sua atitude de controle da propaganda. Vivemos sendo acusados de que nós queremos fazer lei, que nós não respeitamos a liberdade de expressão. Em uma confusão muito grande sobre o que é expressão e o que é propaganda, o que é publicidade. No meio desse contexto todo optamos por uma medida, com a revista *Veja*, que talvez tenha sido a primeira e mais exitosa experiência. Recordo-me da fala do Dr. Jaime – e não o estou enxergando aqui - na reunião da Diretoria Colegiada. Ele disse: "Olha, talvez a melhor maneira de reagir seja com uma boa informação." E o que acabou acontecendo, talvez, nas palavras da Márcia Turcato, Chefe da Comunicação, é que teríamos inaugurado uma nova fórmula de fazer regulação da comunicação. É, justamente, contar com a credibilidade que a sociedade deposita na informação da Anvisa para fornecer uma boa informação e cobrar que esta seja veiculada. Foi veiculada, inclusive, por um grande jornal de São Paulo, em todas as redes sociais. O portal da Anvisa foi citado como fonte, no mundo inteiro, em relação a essa reportagem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) **–** E foi veiculado pela *Veja,* Dr. Dirceu?

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Uma resposta curta, um resumo da matéria que nós mandamos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pequenininha. Paciência!

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Anteontem a *TV Cultura* de São Paulo veiculou uma matéria em que entrevistou o diretor médico da indústria. Foi muito interessante porque o diretor médico da indústria disse: "Nós também reagimos à entrevista chamando a atenção de que a empresa não reconhece o uso do produto para qualquer outra finalidade que não a aprovada pela Anvisa." Agora, esse é um debate que esta sendo colocado para a sociedade. Qual é o limite do controle da propaganda? Qual é o limite da liberdade de expressão e como fica essa tremenda simetria de informação entre quem produz, quem veicula a informação e a sociedade quando se coloca na capa de uma revista que via de regra é ouvida, que tem credibilidade na sociedade, que parece um milagre!? Colocaram várias fotografias de belas mulheres. Com toda a preocupação com a estética que há hoje em torno desse produto é natural que a sociedade se interesse. Não há que se condenar a sociedade por se interessar. Agora, devemos nos preocupar com a postura que nós, como estruturas do Estado brasileiro, iremos adotar. A Anvisa, como órgão de regulação, o Poder Legislativo, como órgão que faz e emite leis com as quais trabalhamos. Acho que esse é um tema que precisa ser mais bem debatido. A Anvisa tem ficado, sempre, na posição de que está avançando sobre o Poder Legislativo, criando normas que não poderia criar.

Tomamos o cuidado, Senador, de discutir juridicamente, inclusive, se caberia um pedido formal de direito de resposta à Veja. Por um ato involuntário, pago pela empresa ou não – parece-me que foi pago, pelo que a empresa disse – a Revista adota essa postura? Como fica? Quem paga o preço do risco à saúde das pessoas que porventura venham a usar o produto e, depois, tenham danos na saúde? Quem paga esse preço? Quando há o dano imediatamente o Estado é cobrado. Como permitiu, como não reagiu e como vai tratar depois o dano à saúde. Então, esse é um debate bom que caberia à Comissão, talvez, aprofundar não apenas com a Anvisa, mas com outros órgãos que cuidam desse assunto também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite, Presidente Maldaner? Esse assunto é de enorme relevância.

Acho que há uma responsabilidade da revista Veja no sentido de esclarecer exatamente aos leitores à ênfase que deu na matéria de capa com a fotografia da moça que conseguiu emagrecer tanto em tão pouco tempo e que toma um remédio tão atrativo. A reportagem fez com que muitas pessoas o procurassem, conforme registra a própria revista Veja na seção destinada à carta dos leitores. Estes chegaram à farmácia e viram que se tratava de um remédio bastante caro, o

que surpreendeu todos. Há, inclusive, a carta de uma leitora que gostaria de ler. Diz aqui a senhora Mariana Singer: "Meu pai usa o Victoza há três meses, ele realmente perdeu peso, mas os efeitos colaterais não são leves, principalmente hipoglicemia durante o período de ajuste à medicação, o que pode ser extremamente maléfico para que o usa." A *Veja* até publicou essa carta, mas, levando em conta o peso da matéria, que na verdade faz um elogio tão forte do remédio, acho que não dá a devida ênfase – carta do Dr. Dirceu Barbano.

Acho que é um assunto muito importante que, agora, graças à arguição do Dr. Barbano, estamos aqui com a possibilidade de bem esclarecer esse ponto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PDMB – SC) – Sem dúvida, eu acredito que o questionamento é válido, Dr. Dirceu. Ele merece. Eu fiquei até meditando o que fazer, como, de que maneira, se encaminho a representação ao Ministério da Saúde ou à Procuradoria Geral da República para saber como a revista vai explicar isso e qual é a base científica dessa informação. Será uma preocupação que o Ministério da Saúde e a Anvisa podem ter nos reflexos futuros, segundo as declarações do Dr. Dirceu. Nós ficarmos quietos ou ficar de braços cruzados diante do que possa ocorrer amanhã ou depois, já que não há informação científica, pode ser muito danoso à comunidade brasileira, a todas as pessoas que vão usar esse medicamento.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – A diretoria tomou quatro decisões em relação a esse tema. Uma era, de fato, escrever e encaminhar à *Veja* pedindo a complementação da informação. Nós encaminhamos ofícios ao Conselho Federal de Farmácia, ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Nacional de Saúde, alertando sobre essa questão da matéria. E também buscamos, diante da parceria que temos como Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor do Ministério da Justiça discutir com aquele órgão o que é possível fazer no campo da defesa do consumidor.

Mas, surpreendentemente, eu tenho ouvido vários jornalistas e algumas autoridades dizendo que a Revista deveria ser processada, mas a quem caberá processar a revista *Veja* eu imagino que essa orientação o Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor talvez tenha que nos fazer.

Senador, a questão das fórmulas chinesas, é uma discussão importante, acho que vou brevemente colocar uma questão. A questão toda é que o marco regulatório brasileiro foi estruturado ao longo do tempo sob uma lógica e um tipo de medicina que, tanto do ponto de vista da produção dos serviços como dos produtos, se aproxima muito pouco de qualquer prática mais tradicional como a medicina chinesa e outras, e a própria homeopatia.

Toda a lógica do marco regulatório legal e todas as normas depois tem dificuldade em acolher produtos e práticas que fiquem fora do que a gente chama de medicina moderna, que é a medicina alopática. Tem a doença, dá o antídoto; tem febre, dá o antitérmico; tem a dor, dá o analgésico. E todas as outras práticas de medicina e saúde que não se enquadram nisso, tem dificuldades de serem enquadrados.

Nós estamos com uma experiência concreta agora, com esse novo marco regulatório de produtos fitoterápicos, tentando enquadrar o registro de medicamentos da medicina tradicional chinesa nessa nova norma. Há uma empresa que se dispôs a propor um registro e, objetivamente, nós vamos sair da tese para o fato concreto. Imagino que essa experiência pode permitir que nós conheçamos melhor se há e quais são as distâncias entre as exigências da regulação sanitária brasileira e as características desses produtos que são muito peculiares, que são misturas de minerais, plantas. Aparentemente há um caminho, sim, e isso deve ser trilhado por essa empresa e a Anvisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Eduardo Suplicy está satisfeito com a resposta, não é?

V. Exª está liberado.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Ficamos apenas com a questão do tratamento do mieloma, levantada pelo Senador Suplicy perguntou. Há o registro de um análogo da talidomida, o pedido de registro de um análogo da talidomida para tratar mieloma no Brasil. Na verdade, estamos estudando muito profundamente para trazer para o mercado brasileiro um produto que não tenha nenhum problema já conhecido em relação à talidomida e que possa, de fato, apresentar vantagens em relação a esse produto que já está no mercado, é produzido de maneira pública, distribuído gratuitamente e que já tem o seu perfil de segurança, apesar de muito estreito, e muito bem conhecido também. Mas isso está em discussão, a diretoria colegiada da Anvisa deve se posicionar.

O Senador fez uma pergunta que é quase uma armadilha: sobre o uso da *Cannabis sativa* na homeopatia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É a famosa pegadinha!

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Não é fácil explicar isso de maneira simples para todo

mundo, porque a homeopatia é um tipo de medicina que tem uma prática muito peculiar, cujos produtos também são muito peculiares, são produzidos a partir de dinamizações, com diluições muito grandes. Na homeopatia, vários produtos que são caracterizados como venenosos e que não são utilizados na medicina moderna, são usados na produção de medicamentos. Basta citar um medicamento homeopático muito conhecido, chamado Lachesis, que é um veneno de cobra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Dirceu, quero fazer uma observação. Embora não vá ser preciso votar, tendo em vista que está completo o quadro, quero registrar aqui o meu "sim".

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Muito obrigado, Senador.

A homeopatia talvez até permita o uso de plantas que possam ser compreendidas como drogas ilícitas, como a *Cannabis sativa*, que é a maconha. Nós temos outras plantas tóxicas que são usadas em homeopatia. O que eu acho é que há um cuidado da parte tanto sanitária quanto dos profissionais em não trazer para a sociedade um tema que pode ser pouco compreendido; pode ficar parecendo que o médico anda prescrevendo uma droga, no caso a maconha, e que as autoridades sanitárias permitam. Eu acho que não há uma proibição, Senador, acho que há um cuidado de todo mundo, porque este é um tema que, sempre quando aparece, gera uma preocupação e, muitas vezes, uma desinformação maior do que a própria informação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Inclusive, Dr. Dirceu, o Senador Suplicy, com a *Cannabis sativa* tem... Até pela ligação forte com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a amizade, tudo isso ajuda... *(Risos.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não compreendi bem...

Sr. Presidente Senador Jayme Campos, o que o Dr. Edson Veiga ponderou é que ele avalia que a Anvisa não tem ainda o conhecimento completo dos efeitos benéficos da *Cannabis* sativa quando utilizada para fins medicinais,e na medicação da homeopatia, o que é muito diferente de se fumar maconha, é completamente diferente. Vou, inclusive, sugerir ao Dr. Edson Veiga que encaminhe à Anvisa o conhecimento que ele tem relativamente aos efeitos benéficos da medicação quando utilizada a planta *Cannabis sativa* – eu não sei os detalhes, não sou médico nem especialista em *Cannabis sativa*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dê o nome certo, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E não recomendo...

Digo aqui abertamente, Presidente: já experimentei, mas não recomendo aos jovens nem a mim; não recomendo a quem quer que seja. Eu prefiro... O que eu recomendo sim é realizar exercícios físicos diariamente, como eu fiz ainda hoje de manhã, no Parque da Cidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu queria pedir aqui, por favor,... Nós estamos entrando na fase de apuração também. Eu gostaria de pedir que, com a maior brevidade possível, Dr. Dirceu, respondesse só àqueles Senadores que fizeram indagação e que estão presentes; àqueles que não estão, que se retiraram do ambiente, o senhor não precisa responder. Temos ainda algumas matérias, inclusive o lançamento da revista da Casa agora, presidida pelo Senador Wellington e a Relatora foi a Senadora Ana Amélia. Então, eu gostaria de concluir, até objetivando a nossa audiência, a nossa reunião, para apurarmos ainda. Porque, daqui a pouco, não haverá mais nenhum Senador, não seremos capazes de fazer a apuração dos votos. Já foi uma luta aqui para conseguir... Eu acho que V. Exª vai ter a oportunidade de ter uma votação expressiva.

V. Exª tem a palavra.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Eu tenho certeza, Senador Suplicy, que os efeitos dessas plantas em medicamentos homeopáticos são completamente diferentes dos efeitos no uso de outra forma. Mas é um assunto em que talvez seja importante um médico manter contato direto conosco.

Eu gostaria apenas, Senador Paulo Paim, de agradecer mais uma vez suas palavras. É uma grande honra nós todos brasileiros termos o senhor aqui no Senado, desenvolvendo o trabalho que desenvolve também com todos os segmentos importantes da sociedade.

O Senador Maldaner também questionou em relação à análise. Mais uma vez, eu afirmo: precisamos sempre pensar que temos de ser mais eficientes na questão dos prazos, Senador. A questão toda é que há um ponto em que a Anvisa é mundialmente reconhecida como eficiente, que é em seu rigor naquilo que autoriza ou não autoriza, nas informações que passa à sociedade, a exemplo do que vimos na reação de apoio à Anvisa nesse episódio da matéria da revista *Veja*. E nós precisamos ampliar a eficiência em prazos e análises sem comprometer em absolutamente nada essa que conquistamos ao longo do tempo. Isso implica melhorar o marco regulatório, capacitar mais as pessoas, contar com mais pessoas e também avançar na separação daquele tipo de produto que oferece maior risco daquele que oferece menor risco.

Também agradeço muito as palavras do Senador Wellington.

E ao Senador Jayme, entendo que há dois temas em que a Comissão pode contribuir. Se os diretores se lembrarem de outros, digam-me. A questão do marco regulatório de controle de propagandas é um tema que o Legislativo precisa esclarecer. Porque a Anvisa tem ficado em uma posição ruim, muitas vezes, de adotar posturas que são mais voltadas à proteção da saúde e menos compreendidas pelos segmentos que lidam com propaganda, as associações de jornais, de revistas, as associações de controle da atividade da publicidade.

Outro tema importante, entrando em um assunto que também é fundamental, é a questão da anuência prévia de patentes. Hoje, há a primeira reunião de um grupo de trabalho que vai buscar ajustar, entre Anvisa e INPI, suas ações na liberação de patentes de fármacos e medicamentos. A primeira reunião é hoje à tarde. Mas eu imagino que se o Congresso Nacional puder manter uma postura sempre muito clara em relação ao significado do art. 229-C da Lei de Patentes no Brasil, reforçando que o INPI tem um papel fundamental, mas que a Anvisa também tem um papel fundamental, principalmente, porque são produtos que se relacionam à saúde pública, ao interesse do País no campo científico, no campo do desenvolvimento, e isso pode ajudar a que tenhamos um sistema de concessão de patentes no Brasil que seja rigoroso e que seja claro, transparente e justo naquilo que deve e pode ser concedido como privilégio para quem é o detentor da patente e naquilo que não deve e não pode ser concedido em sinergia de atuação entre a Anvisa e o INPI. Esse é um tema que eu sugeriria como algo a que o Senado, a Comissão de Assuntos Sociais, pudesse se desdobrar.

Eu acho que respondi quase tudo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E bem respondido.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Então, agradeço a paciência e o apoio aos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu lhe agradeço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Considero tão importante a nota de esclarecimento dada pelo Diretor Dirceu Barbano, Presidente da Anvisa, que farei a leitura dessa nota hoje, ao vivo, pela TV Senado, na sessão do Senado, à tarde.

Como o senhor destacou bem, foi muito adequada e bem-sucedida a iniciativa de divulgar isso a toda a imprensa, a diversos órgãos da imprensa. Inclusive, alguns destacaram, em primeira página, o alerta. Isso é tão importante, que lerei da tribuna do Senado os seus esclarecimentos. Parabéns!

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado mesmo. Aliás, toda a Anvisa e toda a Vigilância Sanitária agradecem a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Vou declarar encerrada a votação.

Consulto se os Srs. Senadores já votaram. Peço, por favor, a quem ainda não votou que o faça. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Antes de iniciar o processo de apuração, quero ler dois requerimentos, tendo em vista que os dois autores se encontram aqui.

Trata-se de decisão não terminativa.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais com o objetivo de debater e encontrar possíveis soluções para o problema do paciente crítico do Brasil. Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Saúde, Ministério Público, Conselho Federal de Medicina, Federação Nacional dos Médicos, Associação Médica Brasileira, Associação de Medicina Intensivista Brasileira.

Autoria: Senador Paulo Davim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para encaminhar a matéria, se V. Exª assim deseja.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Serei breve, Sr. Presidente.

Sabemos que o problema do doente crítico no Brasil está se agravando dia após dia. As crônicas deficiências do sistema público, o déficit de leitos de UTI, a regulamentação do funcionamento das UTIs, a RDC da própria Anvisa, as unidades semi-intensivas, precisamos discutir tudo isso, porque a população usuária do sistema público está sofrendo. Há um déficit não só de leitos de UTI, como também de leitos de unidades semi-intensivas e de profissionais. Enfim, precisamos discutir essas questões com os atores pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o Requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que com o Requerimento concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro o aditamento do Requerimento nº 35, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou a realização de audiência pública com o objetivo de averiguar denúncias vinculadas pela mídia nacional sobre terceirização da Cruz Vermelha. Requeiro a inclusão do Sr. Eduardo Varandas Araruna, Procurador Chefe do Trabalho da Paraíba, como convidado da audiência pública.

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Concedo a palavra ao autor do Requerimento, o Senador Cícero Lucena, para encaminhar a matéria.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, tendo em vista o agravamento da situação da saúde pública do Estado da Paraíba, em particular, e a forma como isso está contaminado outras administrações no Estado, na tentativa da privatização da saúde, com todos os vícios que condenamos, como os de dispensa de licitações e de verificações de qualificação, o Exmº Dr. Eduardo Varandas tem tido uma atuação muito presente no acompanhamento e na proteção do trabalhador da saúde no nosso Estado. Daí a razão de considerarmos importante que ele traga o retrato do que ele está vendo, dessa tentativa de quem se dizia socialista, mas que é muito privatista no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o Requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que com o Requerimento concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Essa audiência, por sinal, Senador Cícero Lucena, diante da manifestação de V. Exª, está marcada para o dia 22/09.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero convidar para escrutinadores da votação, os ilustres Senadores, presentes aqui, Paulo Paim e Casildo Maldaner. V. Exªs são os convidados para fazer a apuração dos votos. Imagino que será 100% de sim. Mas, de qualquer forma, o voto é secreto, Dirceu, V. Exª tem de aguardar e ficar com a barba de molho aí... Cuidado, heim!

Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Esse negócio de votos a gente só conta os que têm na urna, mas só valem os que saem, viu? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. Só depois que se conta e se apura o que está dentro da caixa aí...

Mas, de qualquer maneira, daqui a pouco, nós teremos de suspender aqui, por dois minutos, diante da apuração, para Dr. Dirceu receber seus cumprimentos. Após isso, estaremos lançando a revista da Comissão de Assuntos Sociais, sobretudo da Comissão da CAS-DEP, Presidida pelo ilustre Senador Wellington Dias, e também a Relatora da Comissão, Senadora Ana Amélia. V. Exªs terão a oportunidade ímpar de fazermos aqui o lançamento desta revista tão importante diante de que o "Crack Assusta e Revela um Brasil Despreparado". Esse é o título da capa da matéria.

Nós vamos aguardar a apuração.

Resultado da apuração: dezessete votantes.

Dezessete sim. Por unanimidade, está aprovado o nome do Dr. Dirceu. *(Palmas.)*

Está suspensa a reunião por dois minutos para os cumprimentos ao Sr. Dirceu Aparecido Barbano, com voto em separado – e de sim, também – do Senador Eduardo Suplicy.

(Suspensa às 11 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 43 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro abertos os trabalhos desta Comissão, que têm como finalidade o lançamento do número 8 da revista *Em discussão*, que tem como reportagem de capa *Dependência Química – O crack assusta e revela um Brasil despreparado*.

Eu quero ressaltar a importância do ciclo de debates sobre drogas, com foco especialmente no crack, realizado ao longo dos últimos meses pela Subcomissão Temporária de Políticas sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outras Drogas (Cadesp), da Comissão de Assuntos Sociais.

Atualmente, o consumo de crack e seus novos derivados é um dos principais problemas de saúde pública no País. E o papel do Parlamento é fundamental nesta discussão. O crack chegou ao Brasil na década de 80 e, como comprovam os dados, o consumo cresceu rapidamente e já tem 1,2% da população, alimentando o tráfico e a violência. As cracolândias estão nas ruas das grandes e pequenas cidades, expostas a céu aberto, vizinhas ao Congresso Nacional, em plena Capital do País. Apesar disso, as campanhas de prevenção e esclarecimento ainda são tímidas.

Como resultado dos trabalhos da Subcomissão da CAS, presidida pelo ilustre e valoroso Senador Welling-

ton Dias, a Senadora Ana Amélia está preparando um relatório a partir dos depoimentos e informações colhidas nas audiências públicas.

Entre as necessidades encontradas, incluem-se o financiamento de comunidades terapêuticas com recursos da União, o reforço da Polícia Federal nas fronteiras e o controle de venda e publicidade das drogas ilícitas, dificultando, principalmente, o acesso aos jovens.

Precisamos encontrar soluções para garantir a reinserção social e alternativas para o tratamento, levando em conta as experiências internacionais, mas sem desconsiderar a realidade brasileira.

Esta edição da revista, em discussão, sobre dependência química, crack e outras drogas vai contribuir para divulgar o trabalho realizado nesta Casa. A publicação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal é editada pelo Jornal do Senado e é uma importante contribuição para um tema social tão relevante para o Brasil.

Antes de conceder a palavra tanto ao Presidente quanto à Senadora Ana Amélia, relatora, quero cumprimentar V. Exªs, porque acompanhei de perto o trabalho realizado por essa subcomissão. Foi um trabalho hercúleo, um trabalho invejável diante da disposição de V. Exªs, porque, quero crer, são poucas as subcomissões desta Casa, não desmerecendo as demais, que fizeram um trabalho que, certamente, vai ser profícuo, de que poderemos colher bons resultados.

De modo que quero cumprimentar V. Exªs, na expectativa e na confiança de que o Governo Federal e, por conseguinte, a própria sociedade civil brasileira, possa se engajar de tal maneira que nós possamos, num futuro bem breve, ter resultados altamente positivos, porque realmente os índices são alarmantes, particularmente os que eu tenho acompanhado pelos veículos de comunicação, tanto televisivos, como rádios e jornais. Os números são alarmantes e preocupantes, sobretudo quanto às futuras gerações deste País.

Tenho certeza absoluta de que a preocupação de V. Exª, o trabalho que foi realizado não vai ficar em vão. Muito pelo contrário. Nós poderemos, num futuro bem breve, ver os resultados acontecerem e, com isso, quem vai ganhar é toda a sociedade brasileira.

Quero cumprimentar e, sobretudo, agradecer a participação de V. Exª nesse trabalho, um trabalho magnífico, extraordinário. Quero crer que V. Exª também se sinta gratificado diante da participação efetiva que houve nas audiências públicas realizadas até então nas semanas que antecederam a edição desta revista.

Portanto, quero aqui, em nome desta Comissão, como Presidente, dizer que me sinto honrado sobremaneira por termos a participação no lançamento da revista e dizer que todos nós, Senadores e Senadoras desta Comissão, sentem-se honrados diante do trabalho preponderante que V. Exªs realizaram nesses 90 dias em que esta Comissão se reuniu, em que esta Subcomissão se realizou no Brasil.

Quero, nesta oportunidade, primeiro passar a palavra à Senadora Ana Amélia para, em breve relato, fazer aqui suas considerações e, após isso, a V. Exª, Senador Wellington, como Presidente dessa Subcomissão.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, caro colega e Presidente dessa Subcomissão Wellington Dias, queria agradecer suas palavras de estímulo ao trabalho que nós realizamos e continuamos a realizar, porque o Senador Wellington Dias tomou a iniciativa de pedir uma prorrogação para que a gente complete esse trabalho.

A medida da repercussão desse tema não está muito relacionada à nossa dedicação à questão do debate, mas à avassaladora crise que nós estamos atravessando nesse crescimento vertiginoso do consumo do *crack* no Brasil, especialmente do *crack*.

Para se ter uma ideia da gravidade, hoje, pela manhã, quando o senhor abriu a reunião, estava havendo transmissão direto aqui da CAS, e o meu gabinete recebeu mensagem da Mirian Terezinha de Melo Moreira, da cidade de Sorocaba, São Paulo, exatamente às 9 horas e 44 minutos. Ela estava assistindo à participação quando nós falávamos sobre o *crack,* Senador Wellington, caro Presidente Jayme Campos, e ela pediu que transmitíssemos a mensagem dela para que se mantenha firme o combate às drogas, principalmente na questão do *crack*. Ela é contrária à descriminalização das drogas, como foi a proposta de ex-Ministros, como – vou citar aqui, porque a mensagem veio dela – Carlos Minc, Fernando Gabeira, Fernando Henrique Cardoso e outros que defendem a liberalização, especialmente da – como dizia aqui o Senador Suplicy – *cannabis sativa*, vulgarmente chamada maconha, e que o jovem de hoje tem maus exemplos de pais e também na área política, que estão abandonando a área pública e que nós consigamos, com esse trabalho, tirá-los das drogas. Mirian é artista plástica e violinista aposentada em Sorocaba, São Paulo.

Dou esse relato dessa mensagem para mostrar, primeiro, o impacto do veículo de comunicação do Senado e do tema, droga, o impacto dela, que faz adoecer as famílias. Nós, aqui, estamos com essa grande responsabilidade.

Foi o Senador Wellington Dias que fez o requerimento do começo das atividades, e eu propus especi-

ficamente um capítulo sobre o *crack* porque sempre vi essa questão como uma doença gravíssima.

E o pior, Senador Jayme Campos: há pouco nós ouvimos aqui o Presidente da Anvisa sabatinado, e ele falou sobre a propaganda de cigarro, o mais grave de tudo isso é que não há nenhuma propaganda de *crack*, nenhuma; em compensação, há o aumento avassalador do consumo do *crack* em todas as categorias, e não há nem distinção de zona, rural ou urbana, pequenas cidades, médias cidades, grandes cidades. Em todas as áreas, o *crack* se alastrou, provocando uma tragédia social e de saúde pública. Se nós fizermos uma união da sociedade brasileira, não teremos condições de superar essa tragédia que está no Brasil. Essa é a grave situação em que estamos, diante desse problema chamado consumo de *crack* e de outras drogas.

Muito obrigada, Presidente.

Obrigada, Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Acompanhando na mesma linha, por incrível que pareça, num passado bem recente, o uso de maconha, de *crack*, ou de cocaína era só nos grandes centros. Hoje, por incrível que pareça, há na zona rural brasileira. Eu tive oportunidade de ver no interior do meu Estado. É realmente de se ficar triste. Hoje, chegou às fazendas, aos sítios.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Às plantações de cana.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – As comunidades rurais também estão afetadas por esse mal, que não só penaliza o cidadão, mas, sobretudo, a família, que sofre.

A SRª NA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Adoece.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De maneira que algo tem que ser feito.

A senhora está correta. Estou na mesma direção, na mesma linha do enfoque que a senhora fez aqui, de que, hoje, atingiu até as áreas rurais do nosso País. Isso é triste e é degradante, diante da degradação do tecido social da sociedade brasileira.

Com a palavra o ilustre companheiro Senador Wellington Dias, Presidente da Cadesp, que a presidiu e, sobretudo, fez um trabalho pelo qual todos nós temos que cumprimentá-lo, diante da sua eficiência e, sobretudo, da competência com que presidiu até então essa Subcomissão.

V. Exª está com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero saudar V. Exª, Senador Jayme Campos, a Senadora Ana Amélia, os Senadores presentes, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Cícero Lucena. Registro também, em nome das demais autoridades, a presença do Prefeito Francisco Antônio, lá de Esperantina, no meu Piauí, e das demais lideranças.

Primeiro, faço um agradecimento à própria Comissão de Assuntos Sociais, que, liderada por V. Exª, permitiu-nos esse grupo de trabalho, com a participação mais direta dos seis Senadores que são membros da Comissão. Mas, de forma indireta, nós registramos vezes em que, pelo menos, de quinze a vinte Senadores estiveram de forma direta, fora as vezes em que viajamos para os Estados do Brasil e quando foi possível também ter a presença das bancadas em cada um desses Estados.

Feito esse agradecimento – e o resultado é fruto desse trabalho –, quero agradecer as equipe da Comissão e da Subcomissão, que têm dado todo o apoio, a cobertura dada pelo TV Senado, pela Rádio Senado, pelo *sites*, jornais. Enfim, toda a Agência, os meios de comunicação que, nesse período, têm contribuído para acompanhá-la, e a imprensa brasileira.

Queríamos fazer um agradecimento especial ao Diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, o Dr. Fernando Mesquita, ao Davi Emerich, que é Diretor de Jornalismo, e também aos diretores Eduardo Leão, o Flávio Roberto, o Florian Madruga, o João Carlos, além da equipe que esteve nesse período diretamente envolvida nesse trabalho. Eu poderia destacar o trabalho feito por uma equipe de profissionais: o João Carlos Teixeira, a Juliana Steck, a Tâmara Brasil, o Bruno Basílio e a Priscila, que trataram da diagramação, o Cássio Costa, Diego Jimenes e Priscilla, também na arte; a revisão do André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Sílvio Burle. Perdoem-me as pronúncias dos nomes. E, ainda, Braz Félix, Leonardo de Sá, Natasha Machado, o Mauro, o Edmilson Figueiredo, Roberto Suguíno e a Shirley Velloso. Vejam como são muitas pessoas para fazer um trabalho desse!

Primeiro, o que nós colocamos como desafio da Comissão – e, nisso, quero destacar o importante trabalho da Senadora Ana Amélia, do Senador Amorim, do Senador Waldemir Moka, para citar alguns dos que têm estado bem presentes no dia a dia desse trabalho e que não estão presentes aqui agora – foi pautar o Brasil para um discussão numa área. Muitas vezes, a política sobre droga foi tratada no Brasil muito sobre a vertente do traficante, do combate, da polícia, do armamento, da prisão, do presídio. Enfim, mais voltada para a área da segurança. E, muitas vezes, houve uma atenção menor, eu diria, todo o sistema tem sua importância, mas aquela área realmente é que mais precisa.

Por essa mensagem enviada à Senadora Ana Amélia, a gente pode ver que é preciso a gente olhar para as grandes vítimas: de um lado, usuários de todas as drogas, desde a bebida, o cigarro, a cocaína, o

crack, a maconha, os remédios, enfim, todas as formas de drogas... Em algum momento na sua vida, o seu organismo reage causando dependência, e, a partir daí, a gente vê as consequências da dependência. Normalmente começa na família, quando tem família, porque muitas vezes é o vazio, inclusive da família, que leva à droga e a partir daí nós temos as consequências que a sociedade reclama. E a Revista foi capaz – eu já tive o privilégio de folheá-la, ler os seus textos – e teve a felicidade de dar o panorama daquilo que nós trabalhamos.

Aqui, nós planejamos um conjunto de eventos que trabalhou os vários aspectos. O primeiro deles, a área da prevenção, a parte social, ou seja, o que o Brasil – e aí eu estou falando de poder público e o setor privado –, o que podemos fazer nesta área da prevenção, como trabalhar para que a gente não tenha tantas pessoas vitimadas, enfim, nesta área. A segunda área seria a segurança. Tratamos um pouco da área da segurança, como é que se trabalha hoje todo esse sistema, mas centramos na área do tratamento pelo setor público, pelo setor privado.

Uma coisa que eu mesmo que já vinha debruçado sobre esse tema aprendi muito é que há a fase da desintoxicação, mas é preciso, logo em seguida à desintoxicação, cuidar do tratamento da mente, do espírito, da alma, algo que muitas vezes se nega, ou seja... Aprendemos nesse período, visitando experiências de Alagoas, do Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Distrito Federal, do Piauí, da Paraíba, do Espírito Santo, ou seja, visitando vários lugares do Brasil, que dá certo quando se tem a parte do acolhimento, ou seja, um período em que a pessoa é praticamente reconstruída, em que há uma verdadeira reconstrução da vida dessas pessoas, pela fé, pela arte, pelo trabalho, por um conjunto de formas de terapia para poder avançar.

A gente encontra, então, grandes desafios, como a reinserção social, ou seja, como preparar a própria família, como preparar a sua comunidade, a sua escola, o seu local de trabalho para receber essa pessoa após o tratamento. Aprendi, e aprendemos todos, que não tem cura. A pessoa que se torna dependente tem que ter cuidados de forma muito competente para não haver reincidência. É muito comum a reincidência nesse trabalho.

Ainda viajamos, ouvindo as experiências de outros países, o que é que os países do mundo estão adotando, quais as experiências que muitas vezes começaram mais atrás e que deram certo. Temos, inclusive, uma viagem que devemos fazer em outubro a quatro distintas experiências: uma da Suécia, uma da Inglaterra, uma da Holanda e uma de Portugal. São quatro distintas experiências pelo que aprendemos aqui nesse período.

Então a Revista, na verdade, faz uma viagem com depoimentos, com avaliações de cientistas.

Quero aqui ressaltar, Senadora Ana Amélia, e é importante frisar aqui que esta semana recebemos um convite para um congresso na área da psiquiatria. Este tema está pautado. Há poucos dias fomos a um congresso de médicos, ou seja, o Conselho Federal de Medicina, inclusive aprovando a conduta médica para lidar com esse tema, para nortear pelo Brasil.

Estamos num esforço muito grande, e é nisso que queremos coroar o trabalho da comissão, para que o Governo Federal possa liderar, puxando uma conferência nacional, como já fizemos em áreas como saúde, educação, social, pessoa com deficiência e um conjunto de outras áreas, de tal maneira que possamos ter um pacto nacional que venha ser assumido por todos os Poderes, pela sociedade, porque não é um tema que está sendo tratado adequadamente. Acho que não tem história de quem é governo, de quem é oposição, é um tema que mexe com todos e é grave.

Os dados apontam que no Brasil nós temos, de forma mais intensiva, algo em torno de 18 milhões de consumidores de alguma droga. E muitos deles, não são todos, desesperadamente precisando de uma chance, de uma oportunidade para o tratamento, e não há vagas. Você tem um pai, uma mãe, alguém da família, um professor, um médico que recebe lá no hospital ou alguém que está na delegacia ou num presídio, está vendo ali que o problema daquela pessoa, na verdade, não é porque ele é um criminoso por conduta, aquilo que ele tem de desvio naquele instante, ou problema grave de saúde, tem a ver com a droga e não há alternativa.

Não se faz isso também sem um forte investimento. É preciso reconhecer. Outro dia eu ouvi a Presidente da República dizer que o problema da saúde precisa de mais recursos. O problema relacionado à dependência química não pode no Brasil continuar sendo tratado de forma pingada, como se diz, esporádica. Não pode ser uma campanha, não pode ser uma coisa isolada, tem que ser um sistema.

Desejamos que o Brasil tenha primeiro um sistema. Quem vai coordenar isso no País? Na minha visão, tem que ser alguém que seja capaz de integrar todas as forças, alguém que esteja vinculado direto ao Presidente da República, tem que ter essa força, tem que ter um fundo para poder lidar com isso, tem que montar uma rede com os Estados, com os Municípios, e com a sociedade que tem que cuidar disso, da prevenção, do tratamento, do acolhimento, da reinserção social, inclusive para o mundo do trabalho. Aliás, destaco aqui

que para mim também foi uma novidade a experiência da Petrobras, uma empresa que abraçou este trabalho, que hoje cuida dos seus servidores, seja terceirizado ou do quadro próprio, no momento em que tem uma dependência química. E criou uma política de sobriedade, ou seja, um ambiente sem drogas. Cito esse exemplo e certamente devemos ter outros. Vimos aqui experiências da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul, também com um trabalho espetacular nessa área, junto a suas filiadas. Enfim, acho que com esse exemplo não é só o setor público. Tem que ter o setor público e tem que ter o setor privado.

Quero aqui, com essas palavras, dizer que esta revista é capaz de dar uma dimensão daquilo por que trabalhamos aqui. Queremos, nos próximos sessenta dias, concluir os trabalhos. Espero, pactuando essa conferência. Sem isso o Brasil vai demorar muito. Somos um país que ainda continua acumulando crescimento ano a ano. Alguns países estabilizaram; outros tiveram redução, e nós ainda continuamos crescendo. E há consequências também: no trânsito, em homicídios, em assaltos. E tudo isso tem um custo. Aqui a gente ouviu de um artista do Rio Grande do Sul...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mano Changes, que também é Deputado Estadual e faz um trabalho belíssimo com crianças nas escolas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ele disse uma coisa aqui que achei fantástica. Muita gente diz assim: "Ah! O *crack* está proliferando porque é barato." Não é barato. Não tem droga barata. O *crack* faz um efeito ali de 15, 20 segundos e, logo em seguida...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tem que tomar outra dose.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já tem que tomar outra dose. Então, alimentar o consumo de uma droga é caro. De onde vem o dinheiro para sustentar quem não tem dinheiro? Vem do furto, do roubo da televisão, do celular, do assalto, vem muitas vezes do assassinato...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Começa dentro de casa, depois, vai para a rua.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ...que começa com a família, depois, vai para a rua, e é onde mexe com você, mexe comigo, mexe com cada um. Então, é uma luta que interessa a todos, usuário ou não. Alguém que tenha ou não alguém hoje na família, todos juntos precisamos cuidar disso.

Então, quero parabenizar todos que fizeram essa Revista. Pedimos ao Presidente do Senado, meu querido Cícero, e queria, aqui, contar com o seu apoio como membro da Mesa, para que tivéssemos uma edição maior, pedimos que tivesse pelo menos 10 mil exemplares, porque precisamos chegar a todos os Municípios do Brasil, só aí são 5700 Municípios, precisamos chegar às Câmaras, aos Parlamentos, às áreas sociais de saúde. Acho que vale a pena porque é um trabalho que norteia uma discussão positiva, uma discussão que acho que pode ter começo, meio e fim.

Com essas palavras, quero agradecer e abrir para os Senadores.

Muito obrigado. *(Palmas)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Presidente Jayme Campos teve um compromisso e pediu-me que o substituísse aqui, embora o Presidente da CASDEP seja o meu querido Wellington Dias...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É um prazer, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...mas como ele estava fazendo a exposição, passo a palavra ao Senador Cícero Lucena e, depois, ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Senadora Ana Amélia, Senador Wellington Dias, demais Srs. e Srªs Senadores e todos que estão nos vendo e ouvindo:

Há poucos instantes, eu procurava exatamente saber da Secretaria de Comunicação qual teria sido a tiragem desta Revista pela importância do conteúdo. E me permita um parêntese de parabenizar toda a equipe da Secretaria de Comunicação, que, entre tantos trabalhos que presta ao Senado e ao Brasil, como um todo, destaco esta Revista, hoje, em especial, podemos assim dizer, pelo tema, mas, todas as suas edições tem, efetivamente, tratado de assuntos com uma seriedade e com uma responsabilidade que é compatível com esta Casa e coroada, sem dúvida nenhuma, por essa tiragem que eu me informava há pouco numa intenção de que pudéssemos disponibilizar um número bem maior e, no primeiro instante, por iniciativa nossa, encaminhar a setores que possam vir a se interessar por esse tema, como Câmaras, Prefeituras, universidades ou aqueles que, eventualmente, se interessem em pedir um exemplar que pudéssemos disponibilizar. Então, irei tratar com a Secretaria no sentido de atender essa justa reivindicação da Comissão, através de V. Exª, como Presidente.

Mas também gostaria de dizer que, hoje, a comunicação nos permite, Senadora Ana Amélia, receber uma mensagem do Deputado Trocolli Júnior, na Paraíba, que tem se dedicado muito a essa questão do combate, no caso específico, mais do *crack*, que é uma preocupação que está em todos nós, solicitando inclusive a possibilidade e sugerindo a participação desta Comissão nas Assembleias Legislativas onde não foi feita ainda essa participação. Pede para, se for o caso, a Comissão ir até a Assembleia Legislativa

da Paraíba. Ele organizaria um evento para que fosse debatido esse tema de tão alta relevância.

Eu gostaria, também, de fazer o comentário, mais um, mas são mais dois, que, nesta Revista, todos os itens são importantes, mas me permita destacar aquilo que V. Exª falou sobre o apoio à sociedade civil organizada, em particular, as religiosas, e, aí, com toda justiça às demais. Gostaria de homenagear e agradecer a todas elas na instituição da Fazenda Esperança, pois é o que temos instalado na Paraíba. É um belíssimo exemplo. Já estive, inclusive, também, no anúncio da instalação em Juazeiro do Norte, no Ceará e, sempre que for possível, estarei apoiando a instalação de novas Fazendas Esperança, porque sabemos do belíssimo trabalho que é realizado por aquela comunidade, inclusive com o reconhecimento do próprio Papa, que, quando da sua visita ao Brasil, fez questão de ir à Fazenda Esperança, lá em São Paulo.

Por fim, para dar uma dimensão do quanto nós devemos nos preocupar com isso, na Paraíba nós temos uma cidade, que é uma das mais importantes do interior da Paraíba, chamada Patos. O Presidente Jayme Campos disse que, infelizmente, esse avanço da droga, em particular do *crack*, já tinha chegado nas fazendas do Mato Grosso. A cidade de Patos hoje deve ter os seus 100 mil habitantes. É uma cidade pólo no interior da Paraíba. E sempre que eu vou ao sertão, às vezes, eu transformo Patos como a base do meu deslocamento.

E eu tinha o costume, Senadora Ana Amélia, de, às vezes, voltar de cidade de jantar, fazer um lanche na cidade de Patos antes de me recolher, e me encontrava muito com crianças, com jovens de 10, 11, 12 anos. Paraíba é um pouco pequeno, não sou tão conhecido, mas aqui, acolá um garotinho daquele chegava para mim e dizia: Ciço, me dá um dinheiro para eu comprar um pão? Cansei de ouvir esse pedido. Mas na última vez em que eu estive em Patos eu presenciei uma cena que me deixou muito triste e preocupado. Foi que crianças com essa idade, que antes me pediam dinheiro para comprar um pão me pediam uma pedra. Eu fui querer saber o que era essa pedra. Era exatamente a pedra de *crack*.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Do *crack*.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não pediam nem o dinheiro. Já pedia a pedra. Isso me deixou muito triste, muito preocupado. E nos chama a todos à responsabilidade de ampliarmos essa discussão desse belo trabalho aqui, ao reconhecer essa iniciativa. E também não só a iniciativa, mas o desdobramento desse trabalho, a consciência que já foi feito, mas ainda não o suficiente. Que nós temos que sair desta Casa para a prática, com a convocação do governo, com a responsabilidade de ser o coordenador, porque é através do governo, não só por recursos, por estrutura, pode, sim, mobilizar os governos estaduais, pode cobrar dos governos municipais. Obviamente, cada um fazendo o seu papel.

Então, eu quero parabenizar e dizer que fico muito feliz pela iniciativa, com a dimensão da responsabilidade que todos nós devemos ter e nos unir na busca, não só de diagnosticar, mas, principalmente, de dar a solução.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cícero Lucena. O seu depoimento reforça a gravidade da situação. Substituiu o pão pela pedra. Isso é dramático. Por isso, eu disse que não é só um problema das grandes cidades. É em todo o território brasileiro. Há um observatório municipal da Confederação Nacional dos Municípios fazendo o rastreamento e o acompanhamento disso, que é grave.

Quanto à comunidade terapêutica Fazenda Esperança, o nosso Presidente aqui, ouvimos um dos mais impressionantes relatos do Frei Hans, que é um alemão naturalizado brasileiro e que é o líder dessa comunidade terapêutica. E hoje no Brasil a importância dessas instituições é tão grande que pode ser medida em números. Oitenta por cento dos internamentos de dependentes de drogas e de álcool são feitos nessas comunidades terapêuticas.

Por isso, um dos nossos itens do relatório é propor que essas comunidades, evidentemente aquelas absolutamente qualificadas, com certificação, com acompanhamento, com seriedade, com comprometimento da reassocialização das pessoas dependentes, elas devem receber recurso público, porque elas fazem um trabalho extremamente importante. Independente de serem católicas, evangélicas ou espíritas, nós temos que apoiar, porque é pela fé, como disse o Senador Wellington, e pelos atos do ser humano, como ser humano, é que nós vamos resolver esse problema.

Então, eu agradeço, imensamente, essa sua referência sobre a Fazenda Esperança, porque o depoimento aqui do Frei Hans foi extremamente relevante na composição do nosso relatório.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Permita-me só dizer o seguinte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Aproveito para fazer uma convocação. Obviamente que um dos problemas da Fazenda Esperança é recursos. Então, eu quero dar o meu testemunho, estou no quinto ano do meu mandato, e que em todos os anos eu

boto um pouquinho, porque a minha emenda é pequena, como parlamentar. Mas todo ano eu faço questão de colocar. Então, eu convocaria todos nós para que a gente demonstrasse esse gesto, já com parte das nossas emendas individuais, no sentido de fortalecer esse tipo de instituição responsável, que todos nós temos de reconhecer e valorizar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É uma boa sugestão. A propósito, estive em Taquari, no Rio Grande do Sul, uma região de produção de cítricos. Lá vi outra comunidade, de Campo Bom, que, como essas, como a Fazenda Esperança e outras, faz um trabalho belíssimo. Usa a teatralização para levar para as escolas. O relato é feito de forma impressionante.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, Senadora Ana Amélia e Senador Wellington Dias, V. Exªs demonstram, assim como esta Comissão, uma eficiência, um trabalho neste curto espaço de tempo para chegar à compilação de uma revista que compreende oitenta e poucas páginas.

Vi, logo no início, na página 7, os milhões de pessoas que convivem com isso, que usam o *crack*, vindo depois os problemas nefastos. Vi logo adiante, folheando a página 57, as recomendações para que as ações de prevenção à droga sejam direcionadas a escolas, quer dizer, V. Exªs levantaram o tema nesta Comissão e procuraram, dentro de tudo, buscar uma prevenção. Acho que essa atuação forte da prevenção é substantiva, sem dúvida alguma. Corroboro com o que diz o Senador Cícero Lucena, da Paraíba, quando ele estranhou que, no interior, em lugares pequenos, já tenha isso. No meu também, em Santa Catarina, eu nem imaginava. Ouço depoimentos de que municípios pequeninos de lá não sei onde já têm, as famílias se preocupam, já começam a ter tormentos. Eu sempre achava que nas cidades médias e maiores é que isso fluía, como nas cidades de portos, à beira da praia ou coisa que o valha, mas não é, está em todos os lugares.

Acho que o encaminhamento é para a ação preventiva nas escolas, principalmente para que haja até uma espécie de currículo escolar para prevenir. A prevenção tem de haver em tudo, não só no *crack*, essas coisas nefastas, mas a bebida como aula, como está no currículo, a prevenção da Defesa Civil, como no meu Estado, Santa Catarina, em que ela é muito forte. Quer dizer, prevenção não só na hora de remediar. Se nós trabalharmos mais fortemente a prevenção, ela vai ajudar a minimizar esse drama que estamos a conviver no conjunto.

Quero aqui trazer os meus cumprimentos pela eficiência, pelo trabalho de V. Exª, Senador Wellington Dias, na Presidência, assim como o da Senadora Ana Amélia como Vice-Presidente, assim como os colegas que participaram desta Comissão, pelo que puderam realizar neste curto espaço de tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Casildo Maldaner. Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero também cumprimentar ambos, Senador Wellington Dias e Senadora Ana Amélia pela condução desta Comissão tão importante para estudarmos, prevenirmos e alertarmos a todos que têm, infelizmente, se envolvido com o crack. Gostaria também de cumprimentá-los pela iniciativa de realizar a viagem que anunciaram a alguns países para examinar a sua legislação, as inovações que tiveram, a experiência, quais os resultados. Isso será no mês que vem, não é?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – No mês de outubro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os países que o Senador mencionou...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Portugal, Suécia, Inglaterra e Holanda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Países que promoveram algumas iniciativas de legislação muito interessantes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A ideia, Senador Suplicy, é porque na Suécia a tolerância é zero com qualquer tipo de droga, é um regime rigoroso e há internação compulsória de qualquer dependente. No Brasil não pode, estamos com um projeto na Casa examinando essa questão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E Portugal tem outro tipo de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na Holanda é o oposto, é liberal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Portugal é no meio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Exatamente. Portugal e Inglaterra são intermediados dessa política de liberalismo ou de radicalismo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E ambos vão para lá com a mente aberta para ver qual é o melhor resultado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O que se adapta ao Brasil, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E V. Exª, Senadora Ana Amélia, eu me lembro, propôs aqui que numa das audiências possa vir inclusive o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Lamentavelmente, ele já respondeu negativamente, por conta de agenda internacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, sei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós perdemos, aqui, a oportunidade dessa participação, porque ele está hoje na comissão global que trata de drogas e isso daria uma boa visibilidade ao tema; mas, porém, ele não pode aceitar o nosso convite.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas isso para o primeiro semestre.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É. Vamos insistir, no ano que vem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Neste semestre?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Neste semestre.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ele já respondeu para este semestre que não pode?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já. Já respondeu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E a comissão vai até quando?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para a comissão o Senador pediu mais um prazo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Até o mês de novembro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Até o mês de novembro?

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É. Exatamente. Mais setenta dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Onze de novembro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Onze de novembro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Até onze de novembro. Está bem. Quem sabe ainda se consiga.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Temos chance.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vamos tentar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Qual a sugestão, Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Será que não foi por causa de... Há um Senador aqui que ficou muito bravo só com a ideia de ele vir debater o assunto. Quem sabe a gente possa conversar com ele e criar o clima.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois é. O senhor que é amigo dele faça isso em nosso nome.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Criar o clima para que ele possa vir aqui com tranquilidade.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nós vamos tentar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Senador Wellington e eu delegamos, juntamente com o Senador Jayme Campos. O senhor será o nosso embaixador junto ao ex-Senador e ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Obrigada, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria renovar apenas, porque é muito importante. Obrigada pelas palavras de todos, mas eu queria renovar as palavras do Senador Wellington sobre a contribuição da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal. E a palavra do Davi Emerich, que em nome do Fernando César Mesquita e toda equipe trabalhou para mostrar que isso aqui realmente é uma instigante reportagem que vai provocar, em todos os que lerem, aqui, uma reação de que precisam assumir também compromisso.

Eu queria cumprimentar a gráfica do Senado, toda a parte de jornalismo, os editores, todos os que trabalharam. Todos recebem o nosso cumprimento: do Senador Wellington, o meu e o do Senador Jayme Campos, Presidente. Isso aqui é um documento valioso.

Lamentavelmente, não foi possível incluir as últimas audiências públicas, que foram aquelas comoventes, de pessoas que eram dependentes, foram dependentes durante muito tempo: um prefeito da cidade de Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, e um secretário do Estado do Espírito Santo. Ora, esses dois depoimentos são o testemunho de pessoas que viveram o drama, que chegaram no fundo do poço. Os dois entraram para a criminalidade, foram assaltantes e declararam isso publicamente aqui.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Aliás, só para registrar, o secretário é secretário de segurança.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – De segurança pública. O secretário do Espírito Santo. Então, foi realmente um dos momentos grandes que teve esta subcomissão.

Eu queria, então, em nome do Senador Wellington e do Presidente Jayme Campos, agradecer a presença de todos e, sobretudo, dizer da relevância de estamos juntos, Senadores e departamento de comunicação, realizando essa grande contribuição.

Muito obrigada a todos e dou por encerrada esta reunião.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu quero agradecer aqui a todos e amanhã, às 14 horas e 30 minutos, temos uma reunião da Subcomissão.

Encerrado esse trabalho. Obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 8 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos, do dia quinze de setembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Clésio Andrade, Cyro Miranda e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença da Senhora Ione Andrade Goulart Luis Carlos. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destinada à realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010 que "altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências", em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: Salomão Rodrigues Filho, Psiquiatra, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás – CREMEGO, e representante do 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM, Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti; Marcelo Ferreira Caixeta, Psiquiatra, especialista em dependência química; Vladimir de Andrade Stempliuk, Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD), representante da Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça (SENAD/MJ), Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte; Maria Cristina Hoffmann, Assistente Técnica da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde – DAPES/SAS/MS. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CASDEP/CAS.** *Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas - Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim - a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, "crack" e outras drogas. Deverão ser realizadas visitas, in loco, a instituições que alcançaram êxito no enfretamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.* Autoria: Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim. Resultado: Aprovado. Às nove horas e dez minutos assume a Presidência a Senadora Ana Amélia. Usam da palavra os Senadores Demóstenes Torres e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PLS nº 111, de 2010, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de drogas e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011, de iniciativa da valorosa Senadora Ana Amélia.

Convido os nossos ilustres convidados, que são o Sr. Salomão Rodrigues Filho, psiquiatra, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás; o Sr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

V. Sªs estão convidados a fazer parte da Mesa.

Convido o Sr. Marcelo Ferreira Caixeta, psiquiatra especialista em dependência química; convido o Sr. Vladimir de Andrade, Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad); convido a Srª Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte a fazerem parte da Mesa; e convido também a Srª Maria Cristina Hoffmann, Assistente Técnica da Área de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do RISF, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes de tudo, eu gostaria de registrar a visita ilustre do meu prezado amigo – se me permite assim chamá-lo –, Prefeito da cidade de Rondonópolis, Dr. José Carlos do Pátio, que nos honra com sua presença aqui, acompanhado de Vereadores, especialmente do Vereador Fulô, que é amigo – se me permite falar assim, na intimidade –, grande companheiro nosso da cidade de Rondonópolis, e dos demais participantes da sua comitiva.

Quero também, com a devida vênia, respeito, amizade e consideração, convidar a Senadora Ana Amélia para presidir esta audiência pública, tendo em vista que eu tenho outros compromissos assumidos, principalmente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e S. Exª, como autora do requerimento, tem todo o direito de presidir esta tão importante audiência para instruir o projeto de lei que, certamente, representa o sentimento popular, principalmente podendo melhorar a política sobre drogas em nosso País.

V. Exª assume o comando? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Presidente Senador Jayme Campos.

Como foi explicado, estamos fazendo esta audiência pública com o objetivo de examinar o Projeto de Lei nº 111, de 2010, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei já referida aqui pelo Senador.

Como já foi salientado, vamos tentar, para facilitar um debate maior, dar doze a quinze minutos a cada um dos expositores, para permitir uma maior interlocução com os participantes desta Comissão.

Para iniciar, passo a palavra ao Dr. Salomão Rodrigues, para fazer sua exposição.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Meu bom-dia a todos, especialmente à Senadora, com quem tive oportunidade de estar há alguns meses, podendo perceber seu grande interesse por esse tema, que é uma maldição que assola o País no atual momento.

Eu estarei falando, como está nesse primeiro *slide*, em nome do Conselho Federal de Medicina, em nome da Associação Brasileira de Psiquiatria e do Conselho Regional de Medicina de Goiás.

Eu gostaria de colocar, inicialmente, alguns *slides* para tentar dimensionar o problema. A grande maioria dos brasileiros não tem a menor dimensão do problema que estamos enfrentando e do agravamento que ora se faz.

Dimensionando o problema.

A política do Ministério da Saúde para a assistência a dependentes químicos é tímida e equivocada. Os CAPS para álcool e droga são pouco e ineficientes. Os serviços comunitários, geralmente religiosos, são em maior número, têm dificuldade para se manter, poderiam beneficiar mais a pacientes e à sociedade, mas carecem de base científica. Os serviços de assistência aos dependentes químicos com qualidade em nosso País são poucos e, geralmente, privados ou universitários. E as ações na área de saúde nas três esferas de Governo e entre os diversos órgãos em uma mesma esfera não são integrados e não são harmônicos.

Para se ter uma ideia, eu descobri, este ano, que temos uma instituição chamada Justiça Terapêutica, do Poder Judiciário brasileiro, que atua inteiramente independente, que presta um grande trabalho, um grande serviço, mas que não tem nenhuma conexão com as ações oficiais do Ministério da Saúde.

O uso de substâncias psicoativas lícitas prediz o uso de substâncias psicoativas ilícitas, e no Brasil não temos nenhum controle sobre publicidade, sobre preço e sobre disponibilidade das substâncias psicoativas líticas. As propagandas na rede de televisão sobre álcool, por exemplo, induzem as crianças ao uso do álcool.

Os usuários recreativos – este é o grande foco da minha fala –, que sustentam o tráfico no Brasil, são vistos pela Lei nº 11.343 como dependentes e têm um tratamento diferenciado.

Terceiro item, que não é a minha praia, mas a repressão ao tráfico no Brasil é insuficiente.

Só para se ter uma ideia, um cérebro normal e a função cerebral com o uso de cocaína. Há um grande prejuízo funcional do cérebro da pessoa que usa cocaína.

Eu fiz recortes sequenciais de um grande jornal goiano, que é *O Popular*, para se ver a dimensão que a imprensa tem dado no País a essa questão. Isto em poucos meses. "Filho mata pai por causa de *crack*". Aqui faço um destaque sobre histórias noticiadas já. Um segundo número, em novembro passado, sobre *crack* diz que a droga é responsável por 60% dos júris populares em Goiânia, o que é um dado assustador. Nós pegamos aqui que seis em cada dez casos que vão a julgamento na vara especializada dos crimes contra a vida têm relação com a droga. Uma estatística de população carcerária em Goiás: lá nós temos em torno de dez mil pessoas presas, sendo 9.500 homens e 500 mulheres. Dos 9.500 homens, quase 2.100 estão presos por tráfico de entorpecentes, em torno de 20%. Das mulheres, 543 presidiárias, 335 são presidiárias pelo tráfico de entorpecentes. Entretanto, se nós conseguíssemos adicionar aqui crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, da Lei Maria da Penha e crimes de trânsito que são consequência do uso de droga, nós modificaríamos significativamente essa estatística.

Os mesmos dados no plano nacional. A população carcerária no Brasil é de, mais ou menos, quinhentas mil pessoas, sendo que mais de cem mil pessoas – 20% – estão presas pelo tráfico de entorpecentes.

"Homem mata irmão a facadas em Itapuranga", para mostrar que a interiorização do problema está acontecendo. Aqui, mostra um assassinato em Goiânia. Antes disso, nós vemos aqui: "Casais presos. Drogas estão por trás de mais dois homicídios". Quer dizer, notícias na mesma página de jornal – e não é um jornal sensacionalista. "Viciado em *crack* é acusado de matar a professora a faca." "Homem é acusado de matar o pai em Goiânia." Aqui, na investigação policial, a questão básica é o uso de drogas. "Drogas invadem as salas de aulas." Professores relatam experiências de quem convive de perto com alunos viciados e com traficantes. E há um desabafo de uma professora que diz que não tem orientação sobre como agir em caso de aluno alterado e o que consegue fazer é trocar experiências com outros professores.

Esse número do jornal chama muito a atenção. Uma mãe foi presa acusada de tentar vender o bebê para comprar *crack*. Vejam a degradação. Ela ofereceu, numa feira, o filho, um bebê de dois meses, por trinta reais, que era a conta que ela tinha que pagar ao traficante. Então, observem a degradação da nossa população que é vítima da droga.

"Pais viciados, filhos abandonados". Essa é outra matéria de jornal que dá um destaque para um grande condomínio de crianças abandonadas em Goiânia, que é o condomínio Solidariedade. Metade das crianças que lá estão são vítimas da dependência de drogas de seus pais.

"Mulher já perdeu guarda de quatro filhos." Mãe obrigava a filha a se prostituir e a trazer o dinheiro para que ela pudesse usar drogas. Vejam a idade da adolescente, 13 anos, que era obrigada pela mãe a se prostituir.

Trazendo mais um número do jornal mais recente: "A droga piorou a vida em Goiás: assassinatos de mulheres cresceram 80% nos últimos dez anos; assassinatos de jovens cresceram quase 300% em dez anos; abandono de crianças e adolescentes aumentou 42%; e, em Goiás, já são 50 mil pessoas dependentes". E a nota do jornal: "E o Poder Público não reagiu". Isso que acontece em Goiás acontece igualmente em todos os Estados brasileiros: em uns, mais; em outros, menos.

O aumento do índice de criminalidade também é denunciado; a disseminação da droga pelo interior. Trezentas pessoas na fila à espera de internação na Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, que oferece quase nada de assistência nessa área.

E ainda, na mesma matéria, no mesmo número, a submanchete "Droga é mais rápida que o Estado" e a palavra do Dr. Edmundo Dias, Delegado-Geral do Estado de Goiás, que diz que "a sociedade está perdendo esse jogo".

"Rede pública de atendimento é inteiramente insuficiente." Essa fotografia, que mais parece um lixão, é da cracolândia, em São Paulo. Infelizmente, apesar de ter tentado, não consegui uma fotografia nem fotografar a cracolândia em Goiânia, porque seria um ato de autorrisco.

Esse relatório da ONU, publicado nos jornais brasileiros no dia 2 de março deste ano, faz um alerta ao Brasil sobre a disseminação do *crack*.

Vamos ao foco da questão. Depois de ter mostrado para vocês, de ter procurado dimensionar este problema dos transtornos e do mal que o uso de drogas e a disseminação do uso de drogas no País têm trazido, nós vamos focar na questão da Lei nº 11.343, que é objeto de uma proposta de modificações feita pelo Senador Demóstenes Torres.

Resumindo a lei, ela está dividida em três partes: a prevenção do uso, a atenção para a reinserção social de usuários e dependentes químicos... Aqui, começa o primeiro grande equívoco da lei, atualmente, que trata usuários, principalmente usuários recreativos que sustentam o tráfico, como eu já afirmei, como dependentes de drogas. E essas pessoas pagam caro porque precisam do anonimato. São empresários, artistas, profissionais liberais, pessoas importantes na nossa sociedade que usam a droga nas baladas e que não são dependentes. Para essas pessoas, não estariam

indicados nem tratamento, nem internação, que seria um tratamento de maior complexidade. E o terceiro nível é a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

Eu vou focar mais a minha temática nesse segundo ponto e vou procurar ser rápido.

No primeiro ponto, o da prevenção, todo mundo sabe que a educação é extremamente importante em tudo, mas podemos afirmar, com segurança, que uma criança na escola é menos vulnerável a cair nas drogas do que uma criança que está na escola. Da mesma forma, um cidadão empregado é menos vulnerável do que um cidadão empregado. Vejam a complexidade dessa questão.

Os professores ainda não estão orientados para lidar com isso. O sistema de saúde brasileiro não está estruturado para isso. A segurança pública não sabe diferenciar e lidar com quem é doente e com quem é traficante. Então, as questões são bastante complexas.

Eu vou colocar, rapidamente, algumas premissas que são essenciais para essa questão. Dependência química é uma doença crônica grave, assim como é o diabetes, como é a hipertensão, e não somente um problema social ou psicológico. Estudos genéticos recentes mostram a existência de um componente biológico na suscetibilidade a desenvolver dependência química. O uso continuado de substância psicoativa altera a transcrição do RNA, que leva à síntese de endofenótipos que explicam o *craving* e a síndrome de abstinência. Isso quer dizer que o problema é essencialmente médico quando chega a essa gravidade.

A ação aguda de qualquer droga produtora de dependência é diferente das adaptações neurofisiológicas que ocorrem ao longo do processo de uso continuado.

O DSM, que é o sistema de diagnóstico norte-americano, e a CID, que é a Classificação Internacional de Doenças da OMS, deixam claros os elementos para afirmar diagnóstico de dependência química e ressalta que esse diagnóstico é um diagnóstico médico.

Políticas públicas de combate às drogas pressupõem integração de esforços, devem ser fundamentadas em evidências e devem ter seus resultados avaliados.

Não existe tratamento único e ideal para dependência química. O melhor seria um sistema de serviços que levasse em conta a diversidade de problemas: saúde mental, física, social, familiar, profissional, conjugal, criminal e etc., buscando uma diversidade de soluções. E, considerando a natureza da dependência química, alguns pacientes podem beneficiar-se de internações breves, e outra parte, necessitar de tratamentos mais sistematizados e com diferentes níveis de complexidade e variedade de recursos. Isso quer dizer que nós não podemos oferecer só um tipo de assistência, mas um leque de modelos de assistência, dependendo da gravidade de cada caso.

O sistema de tratamento deve ser efetivo, hierarquizado, integrado e deveria ter vários tipos e locais em que as ações terapêuticas transcorrem.

Nós temos aqui o último item. Os tratamentos intensivos e especializados para os pacientes mais graves, com internações em clínicas especializadas em dependências químicas, em unidades para dependentes químicos em hospital psiquiátrico, em unidades para dependentes químicos em hospitais gerais e em moradias assistidas para dependentes químicos, são essenciais.

O objetivo do tratamento é emparelhar a natureza e a intensidade dos problemas com a melhor estratégia de tratamento, bem como o seu melhor local, a duração e a intensidade. Deve-se buscar também um ecletismo esclarecido, em que diferentes doutrinas e escolas de tratamento possam conviver harmonicamente, desde que baseadas nas melhores evidências científicas.

Eu destaco este último item. Como a tendência é de o tratamento ser feito por tempo prolongado, a sociedade não pode pagar intervenções que não tenham suficientes evidências de resultados satisfatórios.

Ainda como premissa, a Lei nº 10.216, aprovada nesta Casa, e a Lei nº 11.343 devem ser observadas rigorosamente.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Estou quase encerrando.

As diretrizes para o modelo de assistência integral em saúde mental no Brasil adotado pela Associação Brasileira de Psiquiatria, pelo Conselho Federal de Medicina, pela Associação Médica Brasileira e pela Fenam, que estão em acordo com essas leis, devem ser seguidas. E as portarias do Ministério da Saúde que se chocam com as leis devem ser revogadas.

Esse é um *slide* do Professor Ronaldo Laranjeira, dos ambientes de tratamento posicionados de acordo com o nível de atenção à saúde ao qual estão destinados. Na ponta da pirâmide, devem estar os centros de excelência, que são centros de tratamento, de pesquisa e de ensino e matriciadores da política de assistência às drogas.

Na base nós temos uma gama de instituições, desde empresas, escolas, ambulatórios, albergues, cadeias e prisões e unidades para menores.

No centro dessa pirâmide, todas as instituições de assistência à saúde que temos disponíveis.

No projeto mesmo, quanto à modificação do art. 5º, nada a obstar, nada a comentar. Totalmente de acordo com a inserção desse inciso V.

Quanto ao art. 28, nós temos uma ponderação a fazer, porque ele troca uma pena de tratamento pela pena de detenção de seis meses a um ano para pessoas que sejam presas, encontradas adquirindo, guardando, tendo em depósito, transportando ou trazendo consigo para consumo pessoal drogas sem autorização.

Eu enxergo aqui o usuário recreativo a que fiz referência, que é aquele cidadão que sustenta o tráfico. Mas eu acho que a pena de detenção deveria ser convertida em multa pecuniária e que os recursos dessa multa fossem destinados ao trabalho com drogas, já que o juiz poderá substituir, como consta dos parágrafos seguintes.

O art. 47 diz que o juiz vai decidir com base em uma avaliação realizada por uma comissão técnica.

Nós discordamos dessa comissão técnica, porque a lei já prevê que isso deve ser feito por uma perícia médica. Isso está nessa Lei nº 10.216, que caracteriza a internação psiquiátrica, a qual deve ser realizada somente mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos e separa a internação voluntária da involuntária e da compulsória.

O último artigo de modificação, também concordamos integralmente com ele.

Para se ter uma ideia da falta de equipamentos que ocorre no nosso País, eu trouxe esse que já é o último *slide*.

Nós temos 0,18 leitos por mil habitantes no Brasil, enquanto nos Estados Unidos são 0,95 leitos por mil habitantes e no Canadá há 1,90 leitos por mil habitantes.

Nós temos 500 mil prisioneiros no Brasil. Desses, 60 mil são doentes mentais graves, e apenas 36 mil leitos psiquiátricos.

Então podemos dizer que hoje, com a política de saúde mental vigente no País, o grande manicômio é o presídio. Nós não podemos deixar que confundam a nossa cabeça.

Era isso que eu queria trazer para a reflexão dos Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Salomão Rodrigues, pela exposição que apenas agrava e aumenta a preocupação em torno desse tema.

Convido agora o Dr. Marcelo Caixeta, psiquiatra especialista em dependência química, para usar o tempo de 15 minutos para a sua exposição.

O SR. MARCELO FERREIRA CAIXETA – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Serei o mais rápido possível, inclusive porque o Dr. Salomão já foi extremamente eficiente na sua apresentação.

Um dos problemas que acontecem, Senadora, é que nessa área muitas pessoas trabalham sem ter conhecimento de causa. Há muito amadorismo nessa área.

Eu trouxe umas fotos da instituição onde trabalho desde 81. É uma instituição 100% SUS. Ela é não governamental, é de uma OS, uma organização social. Desde 81 nós temos experiência em psiquiatria de dependência. No caso, é uma instituição para adolescentes –, dizendo que é possível fazer uma política pública, investir dinheiro público em um tratamento de qualidade.

Essa é a unidade de internação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Funciona aonde isso, doutor?

O SR. MARCELO FERREIRA CAIXETA – Em Goiânia; na cidade de Goiânia. É 100% SUS, voltada a adolescentes, ou seja, dependentes químicos com menos de 18 anos de idade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Qual é a capacidade dela?

O SR. MARCELO FERREIRA CAIXETA – São 30 leitos. Geralmente a gente ocupa 20 no máximo.

Essa é outra visão. Aqui a gente cria galinhas. Esses têm uma granja para recolher ovos, uma série de trabalhos para a ocupação deles. Tem um lago para pescaria também. A parte de jardinagem também são eles que fazem.

Essa é uma visão panorâmica. Nós temos piscina com água aquecida, devidamente cercada para ninguém se afogar.

O que eu quis mostrar nesses *slides* é que nós temos recursos para atendimento a essa população, recursos financeiros.

Isso aqui é 100% SUS, modéstia à parte, é uma instituição que seria para ricos, e são atendidas pessoas pobres, pessoas muito carentes de todo o Estado e de outras regiões do Estado. Brasília, inclusive, não dispõe deste tipo de atendimento: internação para adolescentes com dependência química. Então eles vêm de Brasília, do Mato Grosso, do sul da Bahia, etc.

Então, os recursos existem, o problema é o direcionamento, porque nesse direcionamento é que há uma série de entraves que vou abordar agora.

Em primeiro lugar, em relação ao projeto de lei especificamente, o Dr. Salomão já falou e eu reitero as palavras dele: o usuário de drogas tem de ter um diagnóstico médico-psiquiátrico. Por quê?

Nós temos que saber se ele é dependente mesmo ou se é traficante, porque muitos traficantes serão

presos e podem dizer: não, eu sou dependente da droga e tal. E muitas vezes não é.

Segundo, como o Dr. Salomão também já disse, muitas vezes ele é um usuário recreativo. Ele não precisa ser internado para desintoxicação, ele não é dependente, não tem comorbidades psiquiátricas, então ele não precisa de internação, ao contrário do que a lei diz.

Terceiro, ele é um dependente puro? Ou seja, aquele que não tinha doença psiquiátrica nenhuma, e começou a usar drogas e se viciou na droga, o que perfaz 25% dos casos. Ou ele tem outras doenças psiquiátricas, que são 75% das dependências químicas, que causam dependência química. Então ele vai usar a droga para aliviar sua própria doença. Eles são bipolares, hiperativos, depressivos, psicóticos, lesionados cerebrais, etc.

Como fazer esse diagnóstico se você não é médico, se você não tem elementos para julgar se ele é um dependente de fato, um usuário recreativo, um dependente simples ou um dependente doente mental?

A redação dessa matéria, nesse particular referente ao diagnóstico, eu acho...

Você poderia subir um pouquinho o *slide*? O Dr. Demóstenes chegou agora e essa é a parte principal. Nós até já conversamos com a assessoria dele com relação a isso. É a parte do diagnóstico, Dr. Demóstenes.

Por que eu defendo que esse diagnóstico tenha que passar necessariamente por um médico psiquiatra?

Pelos seguintes fatores: você prende um indivíduo com drogas, ele pode ser um traficante e dizer que é dependente – "sou dependente, eu preciso da droga todos os dias, eu tenho depressão, abstinência etc." Quem irá julgá-lo se ele é dependente mesmo ou se ele é traficante? Quem tem recurso para isso é o médico psiquiatra. Queiram ou não, é o médico psiquiatra. Quem tem formação, é legalmente capacitado, tecnicamente capacitado é o médico psiquiatra.

Então:

Ele é dependente ou traficante?

Ele é usuário recreativo, como diz o Salomão, ou é dependente mesmo?

Porque há usuário recreativo que não precisa ser internado, como, por exemplo, um empresário que usa maconha, um artista que dá uma cheiradinha de vez em quando, uma vez por mês, para calibrar. Esse indivíduo não precisa de internação. Ele é um usuário recreativo, como o Salomão falou. Que ele seja multado e o que ele pagar seja revertido em benefício para a população.

3. Ele é dependente, ou seja, não tem outros problemas psiquiátricos, é só a dependência mesmo - que é pouco nessa população, apenas 25%. Vejam bem, apenas 25% são dependentes puros e não têm outra doença psiquiátrica. A maioria dos dependentes tem outras doenças psiquiátricas. São bipolares, hiperativos, depressivos, psicóticos, cérebros lesionados e representam 75% dos dependentes. Como diagnosticar, internar um indivíduo desses sem uma avaliação psiquiátrica?

No meu entender – sem querer puxar a sardinha para o meu lado -, não vejo outra solução, a não ser a de, pelo menos, um médico capacitado, formado, treinado para isso.

O público que será atendido pela lei, o indivíduo que é preso com droga, o usuário que é dependente não é um dependente comum. Não é aquele dependente, como em Goiânia – o Dr. Salomão mostrou -, onde há 300 dependentes na fila de internação. São pessoas que querem se internar para tratar, mas não há essa internação. Isso em Goiânia, hoje.

Esse usuário que foi preso é diferente do usuário que quer se tratar. O usuário que foi preso, primeiro, não quer tratamento. Então, não se pode interná-lo em um hospital comum. A internação terá de acontecer em um hospital de segurança, em um hospital especializado no problema. Segundo, são pacientes que, pelo uso muito grave e contínuo, já estão com lesão cerebral. Terceiro, são pacientes envolvidos com o crime. São populações de alta periculosidade. Não se pode colocar um indivíduo desses em uma enfermaria comum. Ele tem de ter enfermeiro especializado, segurança especializada. Tem de ser praticamente um hospital de segurança.

Por exemplo, Senador, se o juiz prende um adolescente ou usuário com essas características e me manda, o meu hospital não está capacitado para internar esse tipo de paciente.

Há que se levar em conta que não é qualquer hospital que estará capacitado para atender esse tipo de população. Como eu falei, eles não querem o tratamento, e o tratamento é compulsório. Como seus cérebros estão lesionados e estão envolvidos com o crime, eles são agressivos, não têm família, geralmente. São doentes que perderam tudo e já têm doença física. Muitos têm hepatite tipo B ou C, já têm Aids, epilepsia, em conseqüência da lesão cerebral. Então, são doentes de altíssima dificuldade de manejo.

Em decorrência do segundo problema, eles necessitam de hospitais especiais, onde haja alas psiquiátricas securizadas, porque eles vão tentar fugir, vão provocar agressões, terão crises de abstinência grave. Então, deverão ser alas psiquiátricas com um nível de segurança maior do que as de um hospital psiquiátrico comum, maior do que o hospital-geral.

Na rede atual, qual o outro problema? Na nossa rede atual de assistência não há vaga nem para os que querem. Esse é um grande problema que tem de ser levado em conta. Como eu falei, em Goiânia há 300 pacientes esperando tratamento e querem o tratamento, mas não há vaga. Se não há vaga nem para os que querem, como arrumar para os que não querem? Então, é um grave problema.

Há uma portaria ministerial que impede a contratação de novos leitos psiquiátricos. A meu ver, esse é um grave entrave porque, se a portaria fosse revogada ou mudada, muitos hospitais iguais aos nossos se capacitariam para atender a essa população. Há muitas organizações sociais, instituições filantrópicas, as casas de recuperação, que podem ser medicalizadas. Elas podem adquirir caráter médico. Várias dessas entidades podem se capacitar para o atendimento dessa população. No entanto, há uma portaria ministerial – a meu ver equivocada – que impede a contratação de novos leitos psiquiátricos no Brasil. Como também há a defesa de direitos humanos, que impede hospitais seguros de custódia.

Goiânia é um exemplo disso. Goiânia gastou quase R$2 milhões com a construção de um hospital de custódia que não pôde ser efetivado porque o Conselho de Psicologia achou que era desumano haver cela e, com isso, sensibilizou o Ministério Público. Então, essa unidade está lá, é um elefante branco, não foi ativada, não funciona como hospital de custódia porque a nossa sociedade – essa é uma bandeira que o Dr. Demóstenes tem defendido -, em palavras simples, está acostumada a passar a mão na cabeça de determinadas situações e não há outra forma de agir. Tem-se que prender, tratar, não há como deixar grassar a plena liberdade e a esculhambação.

O Ministério da Saúde tem a política de internar essa população em hospitais-gerais. Primeiro, o hospital-geral não comporta esse tipo de doente, nem hospital psiquiátrico, como já mostrei, comporta esse tipo de doente, muito menos hospital-geral. Segundo, geralmente, os hospitais gerais estão nas mãos do serviço público. Dou o exemplo da Universidade Federal, onde trabalho e há um hospital das clínicas no qual já foram feitos inúmeros gerenciamentos para que abra, pelo menos, uma enfermaria psiquiátrica no âmbito do hospital da universidade, mas o serviço público e a burocracia, com seus problemas inerentes, impedem que isso ocorra.

Então, hospital-geral atender esse tipo de clientela, no meu ponto de vista, é totalmente utópico.

O hospital mais preparado para esse tipo de paciente é o psiquiátrico, queiramos ou não, com proselitismo ou não, com corporativo ou não, é o hospital psiquiátrico, se houvesse estímulo e apoio. Quando me refiro ao estímulo, refiro-me à revogação da lei e se os hospitais psiquiátricos remanescentes. Nos últimos dez anos, 80% dos hospitais psiquiátricos do Brasil acabaram devido à uma política equivocada, no meu entender, do Ministério da Saúde, no meu entender. Se fosse revogada, os remanescentes ou outras instituições poderiam se candidatar - como a minha instituição, que é filantrópica - a atender essa população. Leitos de segurança para dependentes poderiam ser criados até em entidades sociais não estatais, que é o caso da instituição onde trabalho. Casas de recuperação que são religiosas, que existem aos milhares, hoje estão dando conta do recado no Brasil, queiramos ou não. Quem não deixa o problema do *crack* estourar, explodir completamente no Brasil são as casas de recuperação. Se elas tivessem uma equipe médica, poderiam ser transformadas em hospitais psiquiátricos especiais para atender essa população.

Os programas de pós-hospitalização são extremamente precários, ou seja, além de não haver hospital, o Governo também não oferece programa de pós-hospitalização. Ou seja, temos uma dificuldade enorme. O paciente que vem lá do interior de Goiás, é tratado, desintoxicado. Quando o mandamos de volta à cidade, dizem: "Eu não tenho nem uma hortinha para ele trabalhar. Ora, um prefeito de uma cidade do interior que não dispõe nem de uma horta para um dependente trabalhar? Pelo amor de Deus! Mas essa, infelizmente, é a situação de 90% dos Municípios brasileiros: eles têm usado a verba do *crack* - como eles chamam -, que eles recebem todo mês ou todo ano, para pagar ambulância para levar o dependente para Goiânia. É esse o resumo da estratégia do tratamento.

Para terminar, porque acho que o Dr. Demóstenes não viu as fotos da nossa instituição, que atende ao SUS, 100% SUS, a dependentes menores, adolescentes. Como disse no início, é possível fazer muita coisa com os recursos que temos, desde que eles sejam bem direcionados e bem ideologizados.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/ PP – RS) – Obrigada, Dr. Marcelo Caixeta, pela exposição.

Teremos muitos questionamentos, porque, de fato, pela gravidade da situação, em sua instituição são 30 crianças, 30 adolescentes. Considerando os números que o Dr. Salomão apresentou sobre o universo de dependentes no Brasil, pelas estatísticas, nós precisamos inclusive do ponto de vista de psiquiatras, porque, se a insistência é a necessidade de uma avaliação médica de psiquiatras, não teremos também psiquiatras suficientes para atender uma clientela que aumenta a cada dia mais.

Eu convido agora o Dr. Vladimir Stempliuk, que é diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça.

V. Sª tem a palavra pelo mesmo tempo.

Obrigada.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Obrigado. Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite, cumprimentar a Senadora Ana Amélia, Presidente em exercício, em nome da qual cumprimento os demais Senadores presentes e demais participantes desta audiência pública.

É uma oportunidade importante para nós do Governo nos pronunciar sobre o PLS de iniciativa do Senador Demóstenes Torres. Eu gostaria também de justificar a ausência da Drª Paulina Duarte, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, originalmente convidada para esta audiência pública, que, infelizmente, por outros compromissos, está agora, neste momento, na Casa Civil, exatamente com a equipe da Ministra Gleisi, preparando uma série de medidas que brevemente serão anunciadas pelo Governo Federal, em continuidade das ações de enfrentamento ao *crack* e outras drogas no Brasil.

Eu gostaria de eu mesmo passar os *slides*. É possível, talvez, esse controle. Ah, então eu peço... *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SR. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não só de psiquiatria o Dr. Salomão entende, mas também de tecnologia. *(Risos.)*

Obrigada, Dr. Salomão.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Bom, continuando.

Por parte do Governo Federal, somos contrários às propostas do PLS do Senador Demóstenes Torres, a não ser a do art. 5º, que é a inclusão das Forças Armadas nas ações de repressão ao tráfico de drogas, como efetivamente já vem ocorrendo desde 2010, com a instituição do Plano de Enfrentamento ao Crack, pelo Governo Federal. Quer dizer, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas já vêm efetivamente atuando na repressão ao tráfico, principalmente nas fronteiras do Brasil.

Então, somos favoráveis também que a lei incorpore isso no seu regimento. No entanto, às outras propostas somos contrários, e vou mostrar, um pouco, os argumentos do Governo Federal para essa nossa posição.

Acho que um primeiro aspecto importante que precisamos analisar é o contexto do consumo de drogas, hoje, no mundo. Nós não estamos falando simplesmente de milhares de pessoas. Hoje as cifras chegam a milhões, mostrando como esse fenômeno é um fenômeno não só do Brasil, mas um fenômeno global. E, se formos pensar exatamente na proposta da lei, podemos vislumbrar aqui, por esses dados, um pouco, qual seria então a nossa necessidade de logística em termos de presídios e leitos psiquiátricos para o atendimento dessas pessoas.

Relatório Mundial sobre Drogas – UNODC – 2011:

- Entre 149 milhões e 272 milhões de pessoas relataram ter usado drogas no último ano pelo menos uma vez – ou seja, qualquer uma dessas pessoas é considerada um usuário recente de drogas, como a gente chama –, que corresponde a 3,3% a 6,1% da população com idade entre 15 e 64 anos;

- Em termos de dependentes químicos, de 15 a 39 milhões de pessoas sofrem desse transtorno mental e comportamental no mundo, 0,3% a 0,9% da população entre 15 e 64 anos.

- Nas Américas, considerando todas, 72 a 78 milhões de pessoas usaram algum tipo de droga ilícita no último ano; e, na América Latina, 12 a 13 milhões de pessoas.

Esse último ano inclui desde usuário recreativo até o dependente químico. É um dado que não se restringe a usuário recreativo, porque a pergunta no questionário, no tipo de informação, era simplesmente: "Você usou algum tipo de droga no último ano? Sim ou não." E, se a pessoa tem um uso ainda mais frequente que isso, ela vai cumprir outros critérios de outras perguntas do questionário.

Outro dado importante em termos de Brasil: temos, sim, realizado uma série de levantamentos sistemáticos no Brasil para exatamente fazer um diagnóstico da nossa situação, uma parceria da Senad com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, da Unifesp.

Nossa última pesquisa domiciliar, que é a mais abrangente que nós possuímos, aponta 10,3% da população entre 12 e 65 anos já tendo utilizado algum tipo de droga ilícita no último ano, mais ou menos 5,4 milhões de cidadãos brasileiros.

Em termos de dependência de droga, o álcool, disparadamente, é a nossa principal droga em termos de consumo, no Brasil, e também em termos do impacto sobre sistemas de segurança e saúde pública: 12,3% dos brasileiros apresentam, cumprem critérios de diagnóstico para dependência do álcool. Notem que mesmo a cocaína, em termos nacionais, apesar de termos dados em centros de tratamento de que essa droga é um importante motivo para busca de tratamento, ela não aparece nas estatísticas; ou seja, é tão próxima zero, em termos nacionais, que não aparece. Então, o *crack* é menos ainda, ou seja, não podemos

considerar que hoje, no Brasil, tenhamos dependentes de *crack* em um nível semelhante ao de dependentes de álcool. Na verdade, o álcool continua a sendo, sim, a nossa principal droga de abuso no Brasil.

Continuando, alguns outros dados.

Dados com estudantes: 550.851 estudantes relataram ter usado alguma droga ilícita no último ano, 10,6% dos estudantes brasileiros. O importante é que esse levantamento é de 2010, extremamente recente. Outro dado importante desse levantamento, e comparamos os estudantes de escolas públicas e particulares: os estudantes de escolas particulares usam droga com mais frequência e em maior quantidade do que os estudantes de escolas públicas. Estamos falando também da classe média, de nossos filhos que são também usuários de drogas e que frequentam as escolas públicas brasileiras. Em geral, são provenientes em sua maioria da classe B brasileira, da classe média.

Em termos de uso, não temos ainda um diagnóstico de dependência para estudantes, mas temos ali o que consideramos o que é o uso pesado de drogas: 1,1% dos estudantes brasileiros, que corresponde a 57.164 estudantes.

No levantamento sobre universitários, o quadro ainda se mostra mais grave: 35,8% dos estudantes já usaram alguma droga ilícita no último ano, 2,1 milhões de estudantes universitários. Em termos de dependência, 0,6% desses estudantes apresentariam alto risco de dependência para maconha e 0,4% para tranquilizantes e ansiolíticos. Novamente, aqui, cocaína e *crack* não aparecem como drogas importantes em termos estatísticos nessa população de estudantes e universitários.

Ou seja, estamos falando de um universo de milhões de pessoas no Brasil que hoje são usuários de drogas e, pela proposta do Senador Demóstenes Torres, boa parte dessas pessoas teria que estar hoje presa nas nossas cadeias, porque exatamente estão realizando um ato ilícito, que seria o consumo de drogas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem.

Acho que V. Sª não leu o projeto. Não existe a possibilidade de alguém, até um ano de pena, ser preso. V. Sª está realmente no Ministério da Justiça?

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Exatamente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Sª está falando que, no meu projeto, eu estou pregando que essas pessoas sejam presas.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – O senhor não propõe a prisão para as pessoas que sejam pegas com uso e com posse...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, e é substituída... E V. Sª não leu o projeto. Então, é grave o que V. Sª está afirmando. Porque em nenhum caso pessoa com prisão até um ano vai para a cadeia no Brasil. Não existe essa possibilidade. Isso...

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Mas a proposta é que essas pessoas sejam presas e, aí, seja transacionada a pena.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, não. Não sejam presas, não. Inclusive, pela nova lei agora aplicada, de que fui o relator, é que pessoas até quatro anos de prisão não podem ser presas preventivamente. Então, até por furto não pode ser preso preventivamente.

Então, V. Sª está completamente equivocado. V. Sª está mentindo. V. Sª não leu o projeto.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Está bom. Modifico, então, as minhas palavras e digo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, modifique, porque V. Sª está falseando a verdade.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Exatamente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – A proposta não é para prender ninguém, não. É para acabar com a despenalização... Aliás, nem na lei antiga se prendia. O usuário nunca foi preso no Brasil, não.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Há controvérsias sobre esse aspecto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Não há controvérsias, não. V. Sª está falseando, ou porque não conhece o Direito – e deve conhecer porque está no Ministério da Justiça –, ou porque quer usar o argumento falso.

Como é que, com uma pena de até um ano, milhares de pessoas vão para a cadeia? V. Sª não está falando isso na frente de leigos.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Sª deve estar espalhando isso no Brasil.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Deve estar.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Eu estou aqui, neste momento, falando nesta audiência pública.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se V. Sª está falando aqui, imagina no Brasil o que V. Sª está falando. Ou V. Sª não entende de Direito, o que acho que é impossível... V. Sª deve ser pelo

menos bacharel em Direito. Não é verdade? V. Sª deve ser bacharel em direito. Agora, vir aqui e dizer que, pela minha proposta, milhares de pessoas iriam para a cadeia. Ora, tenha paciência! Tenha paciência. Não é verdade? V. Sª não leu o projeto.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Eu gostaria de continuar a minha exposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu vou conceder a questão de ordem ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu compreendo a indignação do Senador Demóstenes, mas gostaria que pudéssemos, feito o registro dele, fazer o debate em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço, Senador Wellington.

Senador Demóstenes, como V. Exª repôs a verdade a respeito do texto do seu projeto, de que sou relatora, eu concedo a palavra ao Dr. Vladimir, para continuar a sua exposição.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Está certo.

Então, reformulando a minha colocação, não são milhões de pessoas que serão presas, mas a mensagem exatamente é essa. A impressão que se tem, ao ler o projeto, é que, no primeiro momento, essas pessoas serão presas; e, num segundo momento, será oferecido um transacionamento dessa pena para o tratamento.

Outro aspecto importante que devemos levar em conta com relação à legislação atual é que se trata de uma legislação que foi exaustivamente debatida com a sociedade e com esta Casa, o Congresso Nacional, e que está baseada na nossa política nacional sobre drogas, que possui algumas características extremamente importantes:

Primeiro, ela é humanista, porque reconhece a diferença entre o usuário de drogas e o dependente de drogas e o traficante. Essa diferenciação é importante. Não podemos tratar da mesma forma o usuário, o dependente e o traficante de drogas. A lei prevê a prisão para o traficante de drogas. No entanto, para o usuário e o dependente de drogas, existem outras penas previstas, inclusive a previsão do tratamento a ser fornecido pelo Estado para essas pessoas.

Evita a discriminação do indivíduo pelo fato de ser usuário ou dependente de drogas. Essa questão é importante em relação à discriminação que essas pessoas acabam sofrendo em diversos contextos, inclusive na Justiça, nos serviços de saúde e na sociedade em geral. Então, é importante que tenhamos uma postura de não discriminação em relação a essas pessoas, que muitas vezes estão aí respondendo a um transtorno mental, a uma patologia e que não podem ser segregadas por apresentarem esse tipo de problema.

Considera dependência de droga como uma doença. Ou seja, cabem ações de saúde publica e de tratamento e não ações de segurança pública para alguém que sofre de uma doença.

Garante ao dependente de drogas acesso aos meios de tratamento e reinserção social, apesar das criticas de hoje – nós sabemos, e por isso o Governo estar lançando uma série de novas medidas –, a lei prevê, sim, que o Estado brasileiro tenha o dever de oferecer esse tratamento gratuitamente para essas pessoas.

A política também prioriza exatamente a prevenção como o melhor meio de atuação com essas pessoas e não a prisão ou a repressão no sentido do encarceramento ou do tratamento obrigatório. Ao buscar conscientizar o usuário e a sociedade que uso de drogas ilícitas alimenta as atividades das organizações criminosas, sendo sua principal fonte de recursos financeiros.

A lei também não simplesmente considera banal o uso de drogas. O Governo reconhece que muitas vezes o uso alimenta o trafico de drogas e considera o uso um dos elementos importantes sobre esse fator. E há a questão de exatamente focar a questão da corrupção e da lavagem de dinheiro e das ações do crime organizado como principais focos da ação e não o pequeno traficante ou a pessoa ali que está dependente daquelas substancias.

A lei também é pragmática. Na verdade, o Brasil hoje convive com diversos modelos de tratamento. Isso é importante. Não existe um modelo único disponível para essas pessoas. Sabemos da importância de termos modelos diversificados. E a questão da participação de toda a sociedade no enfrentamento desse problema, por meio do princípio da responsabilidade compartilhada.

Além disso, a lei observa alinhamento com a Constituição Federal em termos de direitos humanos e das liberdades fundamentais do Estado de Direito e está em consonância com os compromissos internacionais firmados pelo País. Isso é importante. A nossa lei e a nossa política se alinham com o que há de mais moderno hoje em termos mundiais, em termos das políticas mundiais.

Alguns países têm adotado políticas mais repressoras. Os Estados Unidos são um bom exemplo onde as pessoas são presas pelo consumo de drogas. Até hoje em dia nós temos uma população carcerária de 1,5 milhão de pessoas. As estatísticas mostram que a população branca norte-americana é a que mais utiliza drogas. No entanto, quando analisamos os dados das

pessoas que hoje estão nas cadeias, a maioria é de latinos e negros, mostrando também as dificuldades da aplicação desse tipo de legislação.

Outro aspecto importante: a nossa lei atual, de 2006, é uma lei extremamente recente, ainda necessitando de regulamentação em alguns pontos e mesmo de uma capacitação dos nossos operadores e dos juízes de Direito para uma melhor aplicação. Mas exatamente ela expressa um perfeito alinhamento com a nossa política nacional, não descriminaliza qualquer tipo de droga; simplesmente extingue a pena de privação de liberdade para quem for pego com drogas para uso pessoal e estabelece os Juizados Especiais Criminais como fórum para esse tipo de análise. Prevê que o Estado disponibilize tratamento gratuito para dependentes químicos. E há previsão também do crime de desobediência, no caso, quando a pessoa não cumpre as penas previstas. Também prevê o endurecimento de penas para traficantes, de cinco para 15 anos; tipificação do crime de financiador de tráfico, de oito a 20 anos de prisão. Ou seja, a lei foca o crime organizado exatamente como financiador de tráfico nas grandes organizações criminosas.

Finalmente, algumas palavras do Relator Paulo Pimenta, Deputado Federal na época da aprovação dessa lei:

O Brasil não está descriminalizando o uso de qualquer droga, mas extinguindo a prática danosa do encarceramento do usuário. A política de não prisão auxiliará a própria conduta dos pais, que, muitas vezes, para evitar a prisão dos filhos, acobertam o uso, impedem o tratamento e acabam por estimular a indústria da droga.

O PLS do Senador Demóstenes Torres infelizmente utiliza o conceito de uso de drogas como sinônimo de dependência de drogas ao propor a transação para todas as pessoas que são presas com uma quantidade para uso pessoal. Não considera que o diagnóstico de dependência, em si só, não justifica a internação. Ou seja, que a internação não seja a única forma de lidar com a dependência de drogas. Não considera que o tratamento funcione somente para quem quer se tratar. Estamos falando aqui da saúde mental; não é uma vacina, não é um medicamento que as pessoas tomam, mas é necessário que a pessoa queira e esteja motivada, envolvida no seu tratamento.

E, sendo um direito à saúde um direito fundamental, ele não pode ser imposto como uma obrigação para o cidadão, mas, sim, como um dever do Estado. E exatamente o juiz é o garantidor disso. Então, ninguém é obrigado a perder peso, a parar de comer açúcar, a baixar sua pressão pelo Estado brasileiro, como também não deve ser obrigado a deixar de usar drogas caso ele não consiga naquele momento ser obrigado a esse tipo de atuação. Utiliza a internação compulsória como sinônimo de tratamento compulsório.

Desafios para o Governo Federal que nós consideramos que poderiam, então, resolver esse problema ou pelo menos avançar na solução desse problema: a questão da capacitação dos operadores do Direito para a boa aplicação da nossa lei – sabemos que existem, ainda, muitas distorções e desigualdades em termos da aplicação; ampliar a rede de tratamento e reinserção social para dependentes de drogas; ampliar as ações de prevenção em todos os seus níveis – universal, indicada e seletiva; e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de drogas nas fronteiras e nos centros urbanos.

Obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Vladimir Stempliuk, representando o Ministério da Justiça neste debate para instruir o projeto de lei, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que trata da internação compulsória para os dependentes químicos.

Eu passo agora a palavra à Drª Maria Cristina Hoffmann, como última expositora desta audiência pública.

A SRª MARIA CRISTINA CORREA HOFFMANN – Bom dia.

Eu gostaria de agradecer o convite à Senadora Ana Amélia, cumprimentar todos os integrantes da Mesa, bem como os Senadores presentes e os assessores.

Falo representando a área técnica de saúde mental do Ministério da Saúde.

Gostaria de justificar a ausência de nosso Ministro, em função de compromisso, e também do coordenador da área, que, neste momento, está reunido cm integrantes do Ministério Público para discutir o tema em agenda marcada anteriormente.

Minha fala vai focar algumas considerações que fizemos especificamente em relação ao PLS nº 111. Eu vi que alguns colegas já apresentaram detalhadamente a questão da caracterização, da dependência química, enfim, característica de serviço, mas a gente vai se ater a comentários e considerações a respeito do PLS.

O próximo, por favor.

Só para a gente historiar, embora acredite que muitos de vocês, se não todos, já tenham esse conhecimento. A Lei de Drogas, então em vigência, modernizou a legislação brasileira sobre drogas, que antes estava vinculada a duas leis federais. Essas leis eram divididas – digamos assim.

A Lei 6.368 era mais relacionada com as penas e a Lei 10.409 mais relacionada com a questão dos princípios e diretrizes. Com a Lei 11.343 houve uma

junção atualizada e unificada. A gente considera que muitos avanços foram contemplados na atual legislação.

O texto da Lei 11.343 está de acordo com a Constituição federal, com a política brasileira relativa a drogas e também com o entendimento da OMS e da Comissão Global de Políticas sobre Drogas de que o uso prejudicial e a dependência são problemas de saúde.

Essa é uma questão muito importante. Até bem pouco antes da própria legislação, o entendimento da questão do uso e da dependência estava muito mais ligada à questão da Justiça, da visão da questão moral do que a um problema de saúde pública.

Próximo.

Em função disso, o que é que norteia, na verdade, as nossas considerações, as nossas ideias em relação ao tema? O Estado tem de ser coerente com o que é sua obrigação de garantir o direito à vida e à saúde, especificamente falando do que nos compete.

As ações dele devem ser educativas no sentido de serem facilitadoras, propiciadoras, de mudança de conduta e não simplesmente punitivas.

Essa é a principal questão que gostaríamos de trazer como destaque.

Próximo.

Uma questão muito importante em relação à função e à atribuição do Estado é que a gente não pode passar uma mensagem que muitas vezes pode confundir. Por exemplo, barganhar a questão do tratamento por uma possível penalização. Essa é uma questão ponto focal, que a gente gostaria de trazer para a discussão.

No PLS nº 111, a detenção do usuário com a detenção de seis meses a um ano , que aparece como penalização, em nosso entendimento é um retrocesso, que não encontra justificativa histórica nem empírica. Vários estudos publicados demonstram que a questão da penalização ou da punição não tem surtido efeito na diminuição nem do consumo, nem do sofrimento de usuários e familiares.

Já tive oportunidade de ouvir vários depoimentos comentando o sofrimento de familiares que têm um usuário na família, mas também é um sofrimento para os familiares de quem está sujeito a uma penalização. Podendo, a gente vai justificar depois porque a gente está colocando essa questão, porque, muitas vezes, o usuário, em função de algumas necessidades, que a gente vai apontar posteriormente, em função da falta de uma definição mais explícita diferenciando o traficante do usuário, é levado à prisão. Isso também gera um sofrimento muito grande aos familiares e também aos usuários.

Estudos disponíveis apontam que a criminalização do consumo de drogas não diminui o consumo e, além disso, tem demonstrado que a falta de uma distinção clara na lei entre traficante e usuário tem condenado muitos usuários como traficantes, contribuindo para o aumento da população carcerária.

Eu destaquei algumas considerações, entrevistas, inclusive que foram publicadas pela própria revista do Senado.

Eu gostaria até de aproveitar a oportunidade e parabenizar pela qualidade da revista a que eu tive acesso, do Senado, que fez o registro de todas as sessões, até o momento, realizadas sobre o tema.

Na própria revista, a gente destaca uma apresentação que foi feita pelo representante do escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Bo Mathiasen. Ele fala, ele destaca, na verdade, que sabemos que a abordagem mais efetiva para os problemas de saúde e sociais associados ao uso problemático de drogas é a da atenção, tratamento e cuidado, e não a da punição. O uso problemático de drogas pode estar associado a diversos determinantes sociais, como iniquidades, contextos de violência, abuso, exclusão, fome, exploração do trabalho, sensação de fracasso emocional e profissional.

Essa é uma questão importante para a gente estar atento, reforçando o porquê da nossa posição.

O próximo, por favor. (*Pausa*.)

Bom, recorto, também, uma notícia que saiu na *Folha de S.Paulo*, a respeito de um estudo que foi publicado, feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, também, que demonstra... Foi um estudo feito sobre os principais motivos de detenção relacionados ao tráfico, a drogas, enfim.

Esse estudo demonstrou que, de 2006 a 2010, a população carcerária cresceu em torno de 37%, segundo o Depen, Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça.

O número de presos por tráfico, no País, saltou de 39.700, para 86.591, entre 2006 e 2010, aumentando a população carcerária em 118%.

Esse estudo que foi feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro traz que uma das principais questões detectadas foi ... Um fator importante é a questão do perfil das pessoas que foram presas, muitas vezes demonstrando e apresentando caracterização que fecharia no perfil de usuário, que acaba sendo levado à prisão por ser enquadrado como traficante, em muitos casos.

Também, entre as suas conclusões, o estudo coloca que uma nova política de drogas deve ser mais humana e realista, e menos penal.

Essas foram as considerações do estudo feito, que foi veiculado, também, na *Folha de S.Paulo*, em julho de 2011, a respeito desse importante aumento da população carcerária.

Próximo, por favor. (*Pausa*.)

Bom, esses dados, então, reforçam a necessidade urgente de se definirem os critérios que distinguirão o usuário do traficante e a criação de mecanismos para garantia da aplicação adequada das penas previstas no art. 28 da Lei nº 11.343: advertência sobre os efeitos, prestação de serviços à comunidade, medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

O próximo. (*Pausa*.)

Bom, o nosso entendimento, então, é de que se há uma infração, mesmo que não enquadrável como crime, as pessoas que forem detidas na infração devem ser submetidas às penas cabíveis apontadas anteriormente.

Nós não somos contrários à penalização do usuário. É necessário, sim, que cumpra. Cometeu... Uma coisa é: cometeu uma infração, tem a penalização prevista, que nós entendemos que a 11.300, a lei atual, que atende. Outra coisa é a necessidade do tratamento.

A gente não pode, o Estado não pode, diante da sua posição, do seu dever, fazer uma barganha nesse sentido e passar essa mensagem de barganha. Essa é uma questão que, para nós, é norteadora da discussão.

Nesse sentido, então, nós não concordamos com a mensagem de que o tratamento é sinônimo de pena, porque, embora não esteja dito isso, a mensagem que é passada é essa, porque eu posso negociar o não cumprimento da pena por dizer que vou fazer um tratamento. Isso é o que está sendo passado pelo PLS nº 111 quando propõe a substituição da penalização da infração pelo tratamento especializado, pois essa confusão de tratamento como pena, porque acaba sendo isso o que vai vigorar no imaginário, de fato, levaria à perda da eficácia do próprio tratamento, pois se trata de uma ordem judicial e não de uma escolha voluntária, dificultando a aderência ao mesmo, alimentando um círculo vicioso de internação, saída, retorno ao consumo e internação.

Este é um ponto muito importante, porque vários estudos realizados na Dinamarca, Irlanda, Itália, Holanda e Espanha demonstram que é importante considerar que a abordagem do usuário de *crack*, em especial, falando do usuário de *crack*, para realizar tratamento deve ser diferente da abordagem do usuário de cocaína inalada, por exemplo, pois, entre os usuários de *crack*, é mais forte o rompimento dos vínculos e das relações sociais.

Ele ainda comenta nesse apanhado de estudos: "Atualmente, as abordagens mais promissoras no tratamento de usuários são o aconselhamento e a terapia psicossocial. Tratamentos farmacológicos também mostram resultado, mas ainda deixam a desejar". Isto foi um apanhado de estudos relatados pelo representante da UNODC, inclusive aqui nesta Casa, em apresentação. Então, essa é uma questão importante.

O próximo, por favor.

Nós também observamos, no disposto no § 7º do art. 28 da lei em vigor, que a lei atual já prevê a disponibilização gratuita ao infrator de estabelecimento de saúde preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado, mantendo, desta forma, o contrato social que permite ao sujeito se posicionar e ter a decisão de mudar sua conduta.

O Estado tem o dever de garantir o direito à vida. O sujeito tem o seu dever, a sua liberdade de escolher pela sua qualidade de vida. A voluntariedade é o único elemento – já temos várias comprovações disso – comum a todas as abordagens que tem forte contribuição para adesão ao tratamento e que seria um fator fundamental na quebra desse círculo vicioso. Então, essa é uma questão importante a se considerar: o porquê de não associação do tratamento a uma pena.

O próximo, por favor.

Para que o Estado mantenha a coerência, é necessário garantir o direito ao tratamento e ao acesso à rede de saúde. Isso é fundamental, já foi amplamente exposto aqui inclusive pelos colegas anteriores. Nesse sentido e tendo essa responsabilidade para si, está em fase final de elaboração, no âmbito do Governo Federal, um conjunto de estratégias integradas para enfrentar a questão das drogas em todos os seus componentes – prevenção, tratamento e repressão.

Tem havido, nos últimos dois meses, discussões quase que semanais, diretamente no gabinete da Casa Civil, inclusive com participação da própria Presidenta, nesse esforço conjunto, reunindo diferentes Ministérios, para que realmente coloquemos esse plano em funcionamento nessa resposta de uma ampliação da rede, de uma qualificação da rede, da garantia de um atendimento que realmente surta efeito.

O próximo, por favor.

Eu selecionei algumas lâminas que fazem referência a esse plano que comentei. Não trouxemos dados maiores porque ainda não está finalizado e não temos como divulgá-lo. Mas o objetivo geral é fortalecer e expandir a rede de cuidados de saúde mental – álcool, *crack* e outras drogas –; ampliar o acesso e qualificar, diversificar o cuidado a usuários dependentes de álcool, *crack* e outras drogas, considerando que cada situação necessariamente exigirá possibilidades de tratamento também diferenciadas – não é uma apresentação única, uma proposta única –, com vários objetivos específicos; prevenir o consumo, a dependência; reduzir os danos provocados pelo consumo do álcool; promover cuidados de saúde de grupos mais vulneráveis, com um foco especial em crianças e adolescentes, especial-

mente em situação de rua; promover a reabilitação e a reinserção do usuário por meio de geração de renda e moradia solidária. Isso é uma questão fundamental que colocamos, o que chamamos, no nosso campo, de reabilitação sustentável. Não basta prover atenção, tratamentos, se nós não garantirmos que, ao sair, seja clínica, seja hospital, seja ambulatório, haja uma sustentabilidade no sentido de integrar diferentes políticas, como garantindo moradia, geração de renda, atividades de cultura, educação, enfim, capacitar profissionais de saúde e desenvolver ações intersetoriais.

O próximo.

Este projeto tem quatro eixos fundamentais, que são a ampliação do acesso à rede, qualificação da rede de atenção, ações intersetoriais e ações de prevenção.

O próximo.

Inclusive, numa das sequências dessas várias discussões, o Roberto Tykanori, que é o coordenador atual de saúde mental, teve oportunidade de apresentar, em linhas gerais, essa proposta também aqui.

Então, a lei está sujeita a ajustes. A gente entende, em especial, essa clareza da distinção do que é o traficante e do que é o não traficante. E esses devem seguir o espírito da lei vigente, que não criminaliza o uso, e, sim, apresenta alternativas de educação. Ele deve primar pela garantia dos direitos humanos, seguindo a tendência internacional.

Próximo.

Bom, de modo geral, era isso que eu estava querendo trazer para a discussão e apresentar a nossa posição.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr.ª Maria Cristina Hoffmann, que representou aqui o Ministério da Saúde na discussão deste tema tão importante para subsidiar a relatoria do projeto de lei do Senado de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Como o Senador é o autor do projeto, passo a palavra ao Senador, embora tenha, como requerente desta audiência pública, a preferência. Penso que V. Exª dará melhor contribuição pela autoria do projeto, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia, a quem saúdo pela iniciativa. Cumprimento os ilustres convidados e palestrantes: Dr. Salomão Rodrigues, Dr. Marcelo Caixeta, Dr. Vladimir Stempliuk, Drª Maria Cristina Hoffmann.

Eu tive oportunidade, Senadora Ana Amélia, Senador Wellington Dias, meu querido representante do Piauí, de participar ativamente desta discussão da nova lei antidroga no Senado e de discutir com uma figura extremamente competente do Ministério da Justiça naquela ocasião, Dr. Pedro Abramovay. Devo dizer que o projeto saiu, em parte, como eu queria e saiu, em parte, como eu não queria.

Minhas posições sempre foram extremamente claras. Primeiro, não houve a descriminação ou a descriminalização, que é o termo que prefiro e é até mais compreensivo, do uso de droga. Houve a despenalização. Continua crime, só que sem pena privativa de liberdade. Fui totalmente contra isso. Por quê? Ao contrário do que disseram aqui, a tendência do mundo e tal, há um debate sobre descriminalização geral, mas os países aplicam, de forma muito severa, a lei contra traficantes e, inclusive, contra usuários.

No Brasil, a pena para o uso de droga sempre foi muito baixa, a pena privativa de liberdade. Nunca ensejou prisão em massa de usuário, porque esse nunca foi o espírito da própria lei. Eu fui promotor de justiça muitos anos – confesso –, secretário de segurança pública, secretário de justiça, sempre atuei na área e não atuei em nenhum processo em que um usuário fosse parar na cadeia, porque as alternativas de liberdade no Brasil são muito grandes, não só para os usuários. Então, não há, nem na lei antiga, a possibilidade de prisão em massa de usuário. Isso é um equívoco.

E, permitam-me, essa indignação foi ver se espalhar isto: olha, o projeto quer colocar os usuários na cadeia. Isso é uma falsidade. V. Exª é psicólogo, não deveria, de forma alguma, sair desmuniciado do Ministério da Justiça, porque o Ministério da Justiça não pode estar falando essa bobagem no Brasil, que o objetivo da lei é prender em massa o usuário. Não há isso. Não havia antes. A lei hoje em vigor é absurda. Por quê? É o único crime no Brasil que não tem pena privativa de liberdade. E desmoraliza o juiz. É inconstitucional. Ninguém até hoje questionou isso. Por quê? Primeiro, vem aqui o art. 28 – Dos crimes e das penas.

"Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, será submetido às seguintes penas: advertência [o juiz mete o dedão na cara do menino: "Seu comportamento é muito feio; você tem de parar com isso"]; prestação de serviço à comunidade [o juiz determina que aquele que tem alguma especialidade vá dar um curso numa escola, etc.]; medida educativa de comparecimento a programa ou a curso educativo."

Muito bem, se ele não quiser fazer isso? Agora, veja a gravidade: nesse caso ele comete o crime de desobediência. Ou seja, a decisão do juiz passou a ser uma recomendação. Isso é totalmente inconstitucional. Decisão de juiz é para cumprir. Então, quando não há

pena privativa de liberdade, não há nem a possibilidade remota de a pessoa, descumprindo a determinação judicial, ir parar na cadeia.

Quem descumpre ordem do juiz... Acontece até com quem não paga pensão de alimentos, que é um ilícito civil. Então, todo mundo tem direito de concordar ou de discordar do projeto. Não se pode é falsear, mentir a respeito do projeto. O projeto não tem essa finalidade.

Ao fazer voltar a criminalização, ou melhor dizendo, a penalização, porque nunca foi descriminalizado; ao fazer voltar a penalização, a pena privativa de liberdade, ele insere mais uma possibilidade para o magistrado, porque é outra coisa que deixou V. Exª na chapada.

Uma pena privativa inferior a quatro anos a pessoa não cumpre mais, no Brasil. Então, o máximo que pode acontecer... Nem em regime de semiliberdade. A pessoa mata a outra... Em caso de homicídio, está-se colocando em regime de semiliberdade, para dormir na cadeia. Então, não existe a possibilidade de alguém ir parar na cadeia, ainda que a pena seja essa.

O que se está fazendo aí? Está-se colocando mais uma alternativa, portanto, para o juiz, ouvindo-se o profissional competente. O Dr. Marcelo diz: quem tem capacidade para fazer isso é um psiquiatra ou é um médico que tenha a capacitação mínima para tanto. Nós podemos rever isso. *O.K*. Isso se aperfeiçoa.

Agora, qual é o objetivo? O objetivo é dar uma alternativa para o magistrado, em casos graves, de tratamento contra a vontade do usuário. Aí discordo completamente de V. Exª de novo.

V. Exª dizer que isso é uma opção como se alguém quisesse emagrecer ou engordar, consumir açúcar ou não? Então, V. Exª na pode... Isso entra em confronto direto com a sua frase primeira, que era a de que o grande problema do Brasil é combater o álcool. Então, como V. Exª vai combater o álcool, se defende que a pessoa tenha opção em casos graves?

O que se prega nessa lei é uma alternativa a mais. Que me desculpe a representante do Ministério da Saúde, mas isso está em confronto com o Sr. Ministro, com o Ministro Padilha. Declarações públicas. O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, defende a internação de dependentes de *crack* como forma de proteção à vida. Portanto, é contra a vontade dele.

Internação. "O Ministério pretende transferir [...]." E vem: "Defendo a internação como ação de proteção à vida, desde que haja profissionais de saúde e de assistência social e após a avaliação individual dos dependentes, como recomenda a própria Organização Mundial de Saúde."

Então, o Ministro está mentindo. Alguém está mentindo aqui. Ou é V. Sª, ou é o Ministro. V. Sª diz claramente – não estou falando em relação... Aí já volto para o Dr. Vladimir – que a tendência mundial é essa. O Ministro está dizendo que a Organização Mundial de Saúde está falando outra coisa.

Então, o que queremos com o projeto? Que o juiz tenha, sim, uma alternativa de tratamento contra a vontade do usuário. Contra a vontade do usuário, em casos graves, por recomendação médica, porque ele cometeu um ilícito penal. Então, ao invés de ir para a cadeia, porque não existe essa possibilidade, continuará... O juiz poderá soltá-lo, o juiz poderá determinar que ele frequente um curso, e o juiz poderá determinar a internação compulsória dele para tratamento. O juiz poderá fazer isso. Não sei se como pena... Está dizendo que substitui a pena. Mas se for para o bem dele, que mal há? Há grandes especialistas mundiais, psiquiatras do Brasil inteiro, até o Dr. Drauzio Varella dizendo que não é a melhor alternativa, mas é a única. Não tem outra então? É continuar existindo as cracolândias e continuar...

E vejam que há outro problema, que é a questão da opção até determinado momento. Porque as drogas, segundo estudo do próprio Ministério da Justiça, têm ação direta em cima do crime. As drogas têm vinculação direta com o crime. Então, deixa de prevalecer a opção individual para prevalecer a saúde coletiva, a salubridade da população que precisa ser protegida.

Repito, direito de ser contra ou a favor... Estamos em uma democracia. Fui contra. E, inclusive, consegui convencer o Senado e colocamos a pena privativa de liberdade. Só que colocamos como emenda de redação porque não tinha mais possibilidade de voltar para a Câmara, e a Mesa do Senado cortou... Acho que cortou até corretamente, pois era uma opção da Casa naquele instante.

Então, o que estamos querendo – repita-se – não é colocar milhões de usuários na cadeia. Isso é mentira! Precisamos parar com isso; precisa haver honestidade intelectual. Não convencemos os outros pela mentira, mas pela verdade. Somos contra por isso, por isso, mas dizer que milhares ou um usuário vai para a cadeia, isso não vai acontecer. Para que isto? Desculpe a indignação, Senadora, mas isso não é, de forma alguma, verdadeiro.

Então, consigno a intenção do projeto que é exatamente esta: dar uma oportunidade para aqueles que estão em extrema gravidade e para que o juiz determine a internação compulsória em casos graves, por recomendação médica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador, esse esclarecimento foi extremamen-

te importante. E como se refere especificamente à contestação que faz às declarações do representante do Ministério da Justiça, especificamente da Senad, e do Ministério da Saúde, passo à palavra, primeiro, ao Dr. Vladimir de Andrade Stempliuk e, depois, à Drª Cristina, a fim de apresentarem as respostas ao seu questionamento.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Na verdade, gostaria de responder ao Senador dizendo que achamos que a atual Lei nº 11.343, bem como a Lei nº 10.216, de 2001, já prevêem a possibilidade da internação involuntária, da internação compulsória. Então, consideramos adequadas as redações dessas leis e não consideramos necessário que seja modificado o texto da Lei nº 11.343. Porque para esses casos extremamente graves, a lei atual já prevê esse tipo de intervenção.

O que estamos colocando é que, para a maioria das pessoas que usa droga, a nossa Lei nº 11.343 é mais adequada. E por quê? Porque a maioria dessas pessoas não necessita de tratamento para o uso que fazem dessas substâncias. Como já vimos, de 35% dos estudantes universitários que usam drogas, 0,6% cumprem critérios de dependência. Portanto, existem 35% deles que são usuários de drogas, mas que não precisam de uma internação, não precisam de um tratamento compulsório.

Sendo assim, pela legislação, essas pessoas, caso sejam flagradas portando drogas para uso pessoal, como o Senador falou, serão presas em um primeiro momento, imagino, o processo será rolado e a decisão, provavelmente, será por uma multa para aquele que se recusar a fazer o tratamento. Ou seja, o juiz aplicará uma multa para que essa pessoa responda em liberdade. A punição será a multa.

Na lei atual, qual foi a intenção? Exatamente aproximar essa pessoa da sua questão e responsabilizá-la no seu tratamento. Então, a decisão de obrigá-lo, a advertência e também a questão do curso de prevenção é uma forma de, aos poucos, ir aproximando essa pessoa que muitas vezes não é um dependente químico das suas questões, sendo sensibilizada para que realmente se envolva no seu próprio tratamento, por iniciativa pessoal e por motivação. Então, consideramos que o texto atual é mais interessante para o Brasil do que as propostas do Senador Demóstenes Torres, considerando que a lei já prevê essas possibilidades para os casos extremamente graves. Então, não precisamos de um novo texto para esses casos. Essa é a nossa opinião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Vladmir.

Passo a palavra a Drª Maria Cristina.

A SRª MARIA CRISTINA CORREA HOFFMANN – Obrigada.

Primeiro, quero agradecer. Acho que são muito pertinentes, acho que é superimportante. Quero parabenizar de novo. Acho que este espaço de debate é fundamental para a construção. Aqui, nós não temos dúvidas de que estamos todos juntos, com algumas posições, enfim, posicionamentos ou formas de colocar a questão, mas acho que isto tem que pautar o nosso debate: como reunir os diferentes esforços, os diferentes campos, as diferentes visões, os campos de atuação, o olhar da Justiça, o olhar da saúde, o olhar da educação nesse enfrentamento.

Há uma questão que acho importante retomar. O que a gente fala em termos de campo de atenção e que vai estar muito bem caracterizado no plano integrado – esse que comentei recentemente, de esforço do Governo, reunindo diferentes setores do Governo – é a diversificação dessa atenção que será oferecida, com instrumentos, equipamentos, serviços nos diferentes níveis de atenção e a integração de serviços e equipamentos da saúde, juntamente com os da assistência social e juntamente com ações de prevenção junto às escolas. Então, é uma rede que precisa estar muito bem orquestrada, em que cada um traz e contribui com a sua responsabilidade.

Exemplificando o que eu tinha comentado anteriormente, são diferentes serviços para diferentes necessidades, ou seja, diferentes redes de atenção serão compostas, a partir da identificação das diferentes necessidades daquele que apresenta o problema relacionado, em função do uso algum tipo de droga, seja ela lícita ou ilícita, incluindo desde ações de atenção básica, centros de atenção, parcerias. Já se tem discutido, sim, a ampliação de parcerias com instituições não governamentais. Essa é uma questão que está em discussão desde que elas atendam as regras, as exigências do Sistema Único de Saúde.

Só focando na questão, há uma questão muito importante que, inclusive, o próprio Senador trouxe: recentemente saiu uma publicação, inclusive na *Folha de S.Paulo*, que o nosso Ministro assinou com Roberto Tykanori. Eles trazem uma questão de que o senhor falou e que é muito importante realmente: a Lei nº 10,216 já prevê a internação involuntária, mas ela prevê a internação involuntária quando o caso implicar em risco para este usuário ou para outrem. Já está prevista a internação involuntária. Então, a Lei nº 10.216 atende nesse sentido. Então, de forma alguma, há esse confronto da percepção do que foi apresentado aqui ou do próprio Ministro.

Outra questão que eu gostaria de falar, só para complementar, na lei vigente, o § 7º do art. 28 fala de

que formas garantir o cumprimento das medidas educativas, e fala de admoestação verbal e de multa. O que a gente tem que pensar é, uma vez descumprida a penalização dada, como foi trazido aqui. A gente tem que pensar em como garantir. É prever uma penalização por desobediência, talvez, mas é outro campo da discussão. Mas acho que é uma questão que também poderia ser melhor discutida, para se aprimorar a própria legislação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Maria Cristina.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me a réplica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, em três minutos, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para deixar a clara a relação. Disse o Dr. Vladmir de Andrade Stempliuk que é a atual lei já prevê a internação compulsória. Não é verdade.

O SR. VLADMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Lei nº 10.216.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Também é outra situação. Vou mostrar para V. Sª que é outra atuação.

A atual lei, mencionada por V. Exª, diz o seguinte – §7º do art. 28: "O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado". E aí diz que, no caso de descumprimento, será aplicada uma multa. Quer dizer, não há nada de compulsoriedade aqui.

No caso da Lei nº 10.216 também há um equívoco, porque se diz o seguinte:

A internação psiquiátrica [veja só, internação psiquiátrica] somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiros;

internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

Em caso de internação psiquiátrica: não tem nada a ver com usuário de droga, com lei penal. Isso aqui é uma garantia, inclusive, para os médicos. O médico pode determinar a internação sem o consentimento da pessoa. É claro, nos casos cíveis, que não têm nada a ver, porque a lei cuja alteração nós estamos tratando é a lei penal, a pessoa pode internar-se voluntariamente. O médico pode determinar a internação, contra a vontade; e o juiz pode mandar internar um doente psiquiátrico grave.

Então, são essas as...

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Dependentes químicos não podem ser internados?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Podem ser internados também, não em razão – friso: não em razão – da lei penal. A lei penal, que é o que estamos, que é a grande maioria...

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK *(Intervenção fora do microfone.)*– (...) da Lei nº 10.216, que já prevê a internação...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito. Que não tem nada a ver com o uso indiscriminado de droga, que não tem nada a ver com o viciado, tendo a ver com o caso pessoal, cível.

Vamos repetir para V. Exª: aquilo é a lei penal, não uma a lei cível. Aqui estão os médicos que são especializados nisso. Como é que se pode dar a internação? O juiz também pode mandar internar um esquizofrênico, pode mandar internar um usuário de droga que esteja em situação...

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Situação de risco.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – (...) de esquizofrenia por estar perturbando, por exemplo, a família, a vizinhança.

São situações distintas. Nós estamos falando aqui de saúde pública e não de situação individual. Aqui é de situação penal; aqui é de situação civil. Então, são coisas distintas.

A lei, é bom que se diga, não prevê, nesses casos de uso de droga, no caso da lei antidroga, qualquer espécie de internação. Diz, repito, que colocará à disposição o Poder Público tratamento preferencialmente ambulatorial. Quer dizer, em tese, até admite a internação, mas se o doente quiser. E o que nós queremos é justamente o contrário: em caso de o doente não ter condição de se autodeterminar, por estar psiquiatricamente comprometido, o juiz, ouvindo o médico, pode mandar interná-lo contra a vontade.

Este é o espírito da lei: para tratamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Wellington, se o senhor me permitir, como o Dr. Salomão e o Dr. Marcelo manifestaram antes o desejo também de emitir um juízo a respeito do que foi tratado agora... E eu até acrescentaria a indagação, diante da explicação do Senador Demóstenes, autor

do projeto, se mudam ou se mantêm a mesma posição que os senhores expuseram aqui, na exposição.

Então, com a palavra o Dr. Salomão e o Dr. Marcelo.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Bem, eu gostaria de iniciar dizendo a vocês – o Senador me conhece – que eu tenho 40 anos, em dezembro próximo, de exercício da Medicina, de trabalho no *front*: no pronto-socorro psiquiátrico, no hospital psiquiátrico, no consultório psiquiátrico. E é essa vivência que me autoriza a dizer as coisas que vou dizer.

Começo dizendo, Senador Demóstenes, Senadora Ana Amélia, que o Conselho Federal de Medicina e a Associação Brasileira de Psiquiatria, entidades em nome das quais estou aqui, apoiam o projeto, apoiam essa mudança porque ela precisa ser feita. E precisa por quê? Porque a Lei nº 11.343, como hoje está, protege quem sustenta o tráfico, que é o usuário recreativo, o cidadão que não desenvolveu a dependência por questões genéticas ou por questões quaisquer que não vale a pena discutir aqui. Mas precisamos separar usuários de dependentes. São categorias inteiramente diferentes. Como disse na minha exposição, o senhor ainda não estava, é o empresário, é o profissional liberal, é o artista, é o ator que usa droga na balada. Ele paga caro porque precisa do anonimato e ele é o grande sustentáculo do tráfico, ele precisa ser penalizado.

O dependente precisa de tratamento, o usuário recreativo não precisa de tratamento, ele precisa ser penalizado.

Não é desumana, como colocou o Doutor Vladimir, a mudança. Pelo contrário, ela é humana. Humana por quê? Eu mostrei a estatística: em 2010, em Goiânia, 61% dos júris populares, isto é, crimes dolosos contra a vida, que foram julgados estavam relacionados ao uso de droga. Então, precisamos proteger a sociedade. Pessoas estão sendo vítimas, como ocorreu agora, no Dia dos Pais, em Goiânia. Um usuário de drogas matou uma moça residente em Jaraguá, que foi a Goiânia passar o Dia dos Pais e visitar o pai, em uma situação de um quadro psicótico secundário a uso de drogas. Então, alguma coisa precisa ser feita.

Os índices do álcool são extremamente importantes, 82% dos brasileiros fazem uso de álcool, mas apenas 10% desses, isto é, 8,2% são dependentes. O *crack* já alcança 1,2% da população brasileira, mas é uma droga extremamente mais danosa do que o álcool.

O Estado tem o dever de dar o tratamento, mas não faz, não oferece.

Usar a droga e matar é algo que estamos presenciando a cada dia de uma forma mais significativa.

Quando se falou em redução de danos, geralmente me causa mal ouvir falar em redução de danos como profissional médico que trabalha nesta área. E me faz lembrar um político brasileiro, Paulo Maluf, que, certa vez, disse e todo mundo conhece: "estupra, mas não mata". Estupra, mas não mata. Isso, para mim, é redução de dano. Falar em redução de dano significa a mesma coisa.

Entretanto, eu não sou ingênuo de achar que a lei vai resolver o problema, que nós vamos resolver o problema, mas tenho certeza de que precisamos fazer muito mais do que estamos fazendo, como cidadãos, como políticos, como governo. Só os países de governo fundamentalista, os islâmicos, conseguiram dar uma solução para isso porque punem com a morte o tráfico. E não é isso que nós queremos, não é isso, a nossa cultura encaminha não se encaminha para isso. Mas nós precisamos dar uma solução para essas questões.

Eu vejo a lei não como um retrocesso, como afirmou a Drª Maria Cristina, mas como um avanço.

E gostaria de discutir com o Senador a questão da comissão por ele proposta, que, dentro da lei, seria muito mais uma perícia médica do que uma comissão de decisão. Essa é a proposta. Então, nós apoiamos o projeto. Entendemos que não vai levar ninguém à prisão, mas que vai penalizar o usuário, que ele precisa desta penalidade. E no meu pensamento, que tenho discutido, essa penalidade deveria ser muito mais financeira do que qualquer outra forma. Sugeria-se x% do patrimônio desta pessoa, vai ser cobrado como multa nessas condições, e esse dinheiro ser revestido para o tratamento daquelas pessoas que precisam e para o combate ao tráfico.

Outra coisa que gostaria de falar, permita-me, Senadora, o Brasil não produz uma folha de coca, mas produz todas as substâncias químicas que são usadas no refino e na preparação tanto da cocaína como do crack.

E não temos uma política de normatização e de controle da produção dessas substâncias, como acetona, querosene, permanganato de potássio que saem do Brasil para a Bolívia, Colômbia, para serem utilizadas no refino e na produção dessas drogas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Agradeço ao Dr. Salomão.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo e, em seguida, ao Senador Wellington Dias.

O SR. MARCELO FERREIRA CAIXETA – Inicialmente, gostaria de dizer que eu, aqui, não estou representando nenhum interesse coorporativo, financeiro, nenhum tipo de *lobby*. Sou um médico humilde, do SUS, que atende paciente do SUS em hospital pobre de SUS. Estou dizendo a minha prática de trinta anos nessa área.

Baseado nisso, sem nenhum subterfúgio ou parâmetro extratécnico, digo que esta lei do Senador Demóstenes é uma esperança que temos para políticas de saúde e segurança que já se demonstraram ineficazes e catastróficas, catastróficas.

Espanta-me muito essa repetição, essa cantilena do Ministério da Saúde, da Justiça, que está tudo bem, que já estamos trabalhando, que as leis estão corretas. Não é o que eu vejo na minha prática. Eu mostrei, Goiânia tem 300 doentes querendo se internar e não têm leitos. Que política é essa que está dando certo? O que está dando certo? Eu pergunto: o que está dando certo? Goiânia, os hospitais que atendem ou são filantrópicos ou conveniados com o SUS. Não tem um hospital público. Não há uma iniciativa que não parta de gabinetes refrigerados de técnicos, não médicos, com interesses muitas vezes corporativos, de cabide de emprego e que redundam em falácia e em fracasso. Falácias como as que ouvimos hoje de que o doente tem que ter liberdade. Gente, a doença mental, exatamente na definição do Henri Ey, que é um psiquiatra famoso, é a perda de liberdade. O indivíduo está com uma lesão cerebral na qual ela perdeu a liberdade, 70% dos meus doentes de crack não querem se tratar. E aí? Vou deixá-los na rua? Matando-se? Matando os outros? Isso é doença e é segurança também. É segurança pública e é doença. Por isso que é um tema, contrário do que diz o Dr. Vladmir, que integra sim as duas áreas, saúde e segurança, porque o indivíduo perde a liberdade, liberdade, inclusive, não é de tomar açúcar, de emagrecer ou de engordar, é liberdade de matar o outro. Ora, vamos deixar esse indivíduo então com a liberdade de matar o outro? Que tipo de liberdade é essa?

Então, Senador Demóstenes, parabenizo-o pela sua coragem, pela lucidez dessa sua proposta. Espero que redunde em alívio para milhares de pessoas no Brasil afora e que lutemos. O senhor tem em mim um valoroso condutor, um valoroso soldado para lutar contra esse tipo de falácia que ouvimos aqui hoje, falácias técnicas. Ora, evidência empírica. Evidência empírica sou eu. Ora, depoimento da família. Ah, vi um depoimento da família. Eu estou convivendo 24 horas com família, estou convivendo 24 horas com dependente. Não estou ouvindo depoimento. Não estou baseando em evidência empírica da Organização Mundial da Saúde sei lá das quantas, da "rebinbela da parafuseta". Eu estou dizendo da minha prática, do meu dia a dia, de lidar com 100% SUS. Não são pacientes ricos, não. Lido com o SUS, com a pobreza, com a população brasileira.

Então, parodiando Luís XVI, evidência empírica sou eu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Marcelo Caixeta.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero começar aqui dizendo que ainda bem que a decisão não é só minha. Ela é de um...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – (..) de um colegiado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – No caso aqui, vai ser de uma comissão com muitas cabeças, com muitas formações...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Imagina a minha posição como relatora dessa matéria. Estou cada vez mais preocupada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E é por isso que quero dizer, meu querido Marcelo Caixeta, que temos que aprender a respeitar a posição dos outros, assim como queremos respeitar a sua posição aqui, a do Dr. Salomão, a do autor do projeto.

Mas, veja, quero começar aqui pela informação que o senhor mesmo apresenta. Primeiro, gostaria, por exemplo, que fosse requisitado ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Federal de Psiquiatria, que estiveram aqui, se houve uma mudança de posição no sentido de defender a aplicação de pena como alternativa da entidade, porque, nos depoimentos feitos aqui, inclusive tivemos o privilégio de estarmos no Conselho Federal de Medicina no momento em que foram aprovados – não sei os termos técnicos – os parâmetros para a condução do tratamento, em que o Brasil naquele dia estava fazendo a orientação técnica do Conselho Federal de Medicina para todos os profissionais nessa área.

Se é verdade que 50% da população em algum momento consumiu álcool, se é verdade que temos 10% destes que são usuários mais frequentes – e estamos falando de quantos milhões de pessoas – não acredito que alguém – estamos falando de drogas e, portanto, têm que entrar tudo – de bom senso defenda...

O problema, meu querido Demóstenes, é que a primeira pena é uma detenção de seis meses. Alguém em sã consciência acredita que, em seis meses, um dependente químico vai estar curado, vai estar tratado do álcool, da cocaína, da maconha? Não. Uma nova pena. O que vai acontecer? Ele vai detido novamente. E agora, vai ou não preso? O que diz a legislação? A minha compreensão é que ele vai ser preso em algum momento; pode não ser encarcerado e não ir imediatamente... Porque já é aplicada uma pena de detenção de seis meses. E como é um réu primário, a lei assegura que cumpra em liberdade.

Mas, repito, principalmente para os profissionais, alguém acredita que o dependente químico de álco-

ol, do *crack*, da cocaína, da maconha ou de qualquer outra droga vai deixar a dependência em seis meses? Não acredito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador, a lei atual e todas as leis falam em drogas sem autorização, portanto o álcool está completamente fora disso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, é uma brincadeira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É. Não dá para tratar de drogas sem tratar do álcool. Estamos ouvindo, aqui, todos os depoimentos colocando em primeira mão o álcool.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – As leis no mundo inteiro são assim. A não ser que se proíba o álcool no Brasil. Aí, sim, se proibir o álcool, alguém entra com um projeto... Porque o álcool é autorizado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Estou querendo proibir pelo menos a propaganda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Drogas lícitas e ilícitas é o conceito...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou pegando o argumento dele. Quando o senhor coloca esses números, ou seja, que recebe milhares de pessoas, qual é a porcentagem por álcool?

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Existe uma pesquisa do Cebrid que coloca que 82% da população brasileira já são usuários de álcool...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mais do que normal, 50%.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – E que 10% destes, ou seja, 8,2% da população são dependentes do álcool. E, destes, em torno de 1%, que representa zero qualquer coisa por cento, precisa de tratamento ostensivo.

Mas a dependência, Senador, pode ser tratada em tempo mais curto, sim. Existem pessoas que vão levar um tempo muito maior...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Desintoxicadas ou tratadas?

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Desintoxicado, tratado e passa para um ambulatório...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não existe isso. Não há caso.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – A internação é por um tempo por um tempo mais curto possível.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O senhor me desculpe, mas ouvimos cientistas e não há essa possibilidade de tratamento.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Uma vez Flamengo, sempre Flamengo. Mas existe o dependente que não está em...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Aliás, não há cura para o dependente. Precisamos ser francos aqui – e uso as palavras dele –, pois em nome de uma coisa falsa, vamos induzir a uma decisão errada. Por isso que quero ouvir aqui, em primeiro lugar, o Conselho Federal de Medicina; depois, Conselho Federal de Psiquiatria, para saber se mudaram de posição, pois não tinham essa posição quando estiveram aqui.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – V. Exª me permite?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com todo o prazer.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – A Associação Brasileira de Psiquiatria sempre teve essa mesma posição, esta que coloquei, e faço parte da Diretoria.

O Conselho Federal de Medicina, até muito recentemente, tinha uma posição um pouco diferente, que era baseada nas Resoluções nºs 1.407 e 1.408, de 1995, que foram revogadas.

Hoje, o Conselho Federal tem uma posição diferente. O senhor esteve no III Seminário, no Conselho...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E não foi dito isto.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – E o senhor se lembra que eu estava na Mesa e outros oradores, junto com o Salgado, do Rio Grande do Sul, e o Ronaldo Laranjeira, e as nossas posições foram categóricas e...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas estou falando do Conselho...

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – O Conselho... A posição do Conselho é esta que estou...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Uma coisa é o Conselho... Eu poderia trazer aqui outros profissionais com outras posições...

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Eu vou solicitar ao Conselho Federal que encaminhe ao senhor um documento colocando essa posição.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Claro, claro. Favorável à penalização, enfim, do jeito que está dito aqui no projeto.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Sim, à penalização...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Do jeito que está no projeto, como o senhor disse aqui.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – (...) não à prisão, mas à penalização.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, mas o senhor disse aqui que é a favor do projeto.

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Da penalização.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou lhe dizendo aqui: como no projeto, onde a primeira pena é de detenção de seis meses. Está certo? Aliás, o argumento é este aqui: como é normal a reincidência, mesmo quando, com um ano ou oito, nove meses, enfim, se faz o tratamento, é muito comum a reincidência.

Claro, aqui não tem...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador Wellington, V. Exª sabe que, em Direito, a gente conjuga da mesma lei. Então, V. Exª pegue o art. 28...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Demóstenes, eu ouvi V. Exª aqui bem caladinho, bem tranquilo aqui por um tempo longo. Se o V. Exª me permitir...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É só para ajudá-lo. Leia o art. 47, por favor.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tudo bem. Já li aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A interpretação de V. Exª está errada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não está, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Está, sim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não está.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Aqui: pena de seis meses a um ano. "Art. 47 – Na sentença condenatória, o juiz, com base em avaliação realizada por comissão técnica, substituirá..."

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não adianta enfeitar. Está no seu texto. "Pena: detenção de seis meses..."

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "...a um ano."

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sim, "...a um ano."

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O juiz pode substituir?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não; substituirá.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já pode hoje. O juiz já pode hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não pode.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pode!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não pode!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ora, mas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas onde está isso?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Hoje – não sei. Os juízes estão fazendo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. Qual juiz? Dê o nome de um juiz que esteja fazendo isso. Qual? Diga um.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estão fazendo hoje. Repito: hoje. Não sei se com base aqui na Lei nº 10.216, não sei em qual, mas estão fazendo hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, não. Negativo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho assim: se a gente quer e aí é que vou colocar a posição que tenho defendido... Tenho a compreensão de que um dependente químico – estou falando não do usuário de droga, simplesmente, mas daquele que atinge um patamar de dependência, e hoje a ciência já tem vários mecanismos de exame, de poder constatar, seja com a presença da psiquiatria ou da medicina, no momento em que se tem a constatação de que há uma dependência, essa doença é um transtorno mental, uma doença mental. Por isso que se enquadra na Lei 10.216. Claramente, sem nenhum problema.

Então, nobre Presidente, veja só, quero colocar que eu tenho me debruçado sobre esse tema, mas tenho muito que aprender ainda. E eu quero registrar aqui qual é o grave problema – e aqui já falei para o Ministro Alexandre Padilha, para o Ministro Eduardo Cardoso e já falei isso para a Presidente Dilma – que nos leva a esse debate aqui. É que tem uma lei que só funciona se tiver uma rede para atender ao usuário. Não tem. É isso aí que você coloca mesmo, dos milhares de pessoas que chegam lá e não têm.

Vamos imaginar aqui, de modo muito racional, todas as drogas, incluindo o álcool, se a gente calcular na dependência o máximo de 1% - está certo? – dessa faixa da população que nós estamos colocando. Nós estamos falando de 1,5 milhão de pessoas que, nesse instante, desesperadamente, precisam de um atendimento. Onde que ele faz o diagnóstico? Qualquer Município do Rio Grande do Sul faz? Não. Do Piauí? Não. De Goiás? Não. Não há essa rede sequer para o diagnóstico.

O que a gente tem dos Centros de Atendimento Psicossocial ao Álcool e Droga é um negócio de duzentas e poucas unidades num País com 5.600 Municípios – compreende?

Aí faz o diagnóstico, onde é que está a condição do atendimento? Não tem. Eu estou falando aqui de mais ou menos 1,6 milhão pessoas *versus* 25 mil vagas para a desintoxicação e o tratamento. Aprendi um termo que eu acho que é corretíssimo, do acolhimento. Porque após a desintoxicação, se não fizer a parte da reconstrução dessa pessoa, como se faz sempre com a saúde mental, você devolve para ele se intoxicar de novo, como é o mais comum. É o que está acontecendo hoje.

Então, o que eu quero aqui colocar, o que eu avalio é que, além do juiz, é preciso dar o poder a equipes profissionais para fazer compulsoriamente a internação. Se se comprova que há uma dependência, acho que, além do juiz, que compreendo já tem hoje, que precisamos avançar para que, como foi dito aqui – como é o termo, Dr. Salomão, que o senhor usou aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Uma perícia médica.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Uma equipe de peritos que tenha um médico, que tenha um psiquiatra, enfim, que possa analisar, como ocorre em outras doenças graves. É uma equipe que decide se faz ou não faz a cirurgia cardíaca, é uma equipe que decide se faz ou não faz uma cirurgia de aneurisma. Todos têm riscos no momento do tratamento, no momento cirúrgico.

Então, com essas palavras, quero dizer, querido Senador Demóstenes...Sei que é muito fácil compreender a ausência, na minha avaliação, de respostas. Temos uma lei moderna, concordo, porém com uma estrutura da idade da pedra. Essa é a verdade, essa é a verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – As leis modernas, aliás, costumam ser péssimas. As leis mais antigas são melhores.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É. Compreendo sua colocação. Por exemplo, se a gente tivesse apenas o art. 47, exceto no que fala da sentença, acho que seria perfeito, até para facilitar o entendimento...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Está aí uma posição.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Até para facilitar, exceto a parte da sentença.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Correto. Porque, veja, nós não temos divergência de fundo. Concordo com V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Claro, agora eu acho...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quero dizer-lhe o seguinte: não sou favorável à penalização, mas sou favorável a criar a internação compulsória.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Claro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, pronto; é uma posição tranqüila.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Compreendo que, no caso... Então, precisa ficar claro assim. Aí de novo divergência: não se trata de usuário habitual. Se não... A gente tem de para de ser hipócrita. Quem aqui nesta sala não toma cerveja, não toma vinho? Isso aqui sim. Isso aqui é fora. É uma hipocrisia que se tem no Planeta, em nosso País.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E vou dizer a V. Exª que não é não, porque a droga tem uma ligação com o crime.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É uma hipocrisia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ligação direta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A maior parte porque é ilícita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exato.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se ficasse proibido o álcool do mesmo jeito, iríamos ter os traficantes do álcool, com a guerra do álcool, do mesmo jeito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Claro, perfeito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Essa é que é a verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, para que criar mais um mercado negro?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Essa é que a verdade.

Então, o que estou aqui colocando, de modo muito tranqüilo, é que compreendo a posição. Estou vendo no Brasil inteiro as pessoas cobrando, no desespero: "livrem-me desses indivíduos". Tem uma palavra bonita que usei: higienização. Mas, no popular mesmo, no desespero, é isso: "livrem-me, tranquem, botem lá num lugar longe de mim".

Acho que é possível. Acredito no ser humano. Tenho viajado e verificado, para minha satisfação, que inclusive do crack é possível se ter a desintoxicação, abstinência. E a pessoa voltar à sua vida normal. Aqui mesmo nesta Comissão – e quero encerrar com isso – ouvimos pessoas que chegaram a envolver-se em crimes bárbaros, em assaltos, por conta da dependência e hoje são: prefeito de cidade do Rio Grande do Sul, secretário de segurança no Estado do Espírito Santo; profissionais de várias áreas. Quero acreditar

no ser humano, por essa razão acho que esse caminho pode ser melhorado, mas não tanto. Não se pode ir a um ponto em que se chegue a gerar um problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Wellington.

Quero, como requerente desta audiência pública, fazer algumas colocações rápidas, agradecendo antecipadamente a contribuição valiosa que deram os médicos representantes da área psiquiátrica e também as representações do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça.

Discute-se aqui exatamente essa questão grave, levantada também pelo Senador Wellington Dias e mencionada pelos nossos especialistas, pelo Dr. Salomão e pelo Dr. Marcelo, ambos da área psiquiátrica, que diz respeito à falta de condição do setor público de dar atendimento.

Em Porto Alegre o Hospital Conceição, que é um hospital público, conta com uma unidade CAPS do terceiro tipo AD, só que até agora o Ministério da Saúde ainda não certificou esse CAPS-AD no Hospital Conceição de Porto Alegre.

Aliás, a propósito disso, em relação à participação judicial na questão da internação, Senador Demóstenes, números publicados pelo Governo Federal, em junho deste ano, mostraram que 47% dos CAPS do País são dos tipos mais simples. É um atendimento não especializado, como é o AD, que é álcool e drogas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Exatamente.

Assim, e caso de necessidade de um auxílio mais especializado ou fora do horário comercial, as unidades não têm utilidade porque estão fechadas.

Como resultado desse contexto muitos familiares de pacientes recorrem à Justiça para pedir socorro, só em Porto Alegre a Defensoria Pública recebe 60 pedidos mensais de internação. A situação foi agravada pela recente epidemia de crack no País e no Rio Grande do Sul. Nós últimos três anos a procura das pessoas por internação aumentou 1%, e o *crack* está por trás de 90% desses pedidos. O problema é que quando a reforma psiquiátrica foi formulada não havia esse problema, acredita uma Defensora Pública do Rio Grande do Sul.

Então, estamos diante de um cenário muito preocupante, exatamente pelo que disse aqui o Dr. Salomão: não temos políticas públicas.

Agora, a Drª Maria Cristina fez uma observação no sentido de que "não há justificativa histórica nem empírica como medida de redução do consumo".

Drª Maria Cristina, ouvimos aqui o depoimento da Embaixadora da Suécia. A Suécia, entre todos os países desenvolvidos, é o que tem uma política mais dura, diria que de tolerância zero ao *crack*. Lá a internação é compulsória, inclusive há uma penalização ao dependente que não, digamos, aproveitar aquele período da internação para sua recomposição. Assim, queria um comentário seu a respeito disso, sobre esse processo, em relação ao que há. Já existe uma experiência com índices, segundo a própria Suécia reconhece, de redução do consumo de drogas em função dessa política mais dura e intransigente em relação ao problema das drogas.

A SRª MARIA CRISTINA CORREA HOFFMANN – Acho que são várias questões, Senadora, importantes. Acho que é muito importante uma questão que, inclusive, tem a ver com os dados que V. Exª trouxe da Suécia. Inclusive outros países também têm experiências. Quando eu falo de a gente não ter uma comprovação... A gente escuta, às vezes, muitos estudos dizendo, por exemplo, que a efetividade do tratamento foi de 80%, 50%. Mas é importante saber como é feita essa avaliação. Por exemplo, quando você está dentro da clínica, aplica uma avaliação e diz que o nosso sucesso é de 80%. Mas e depois que passa a porta e depois que sai? Acho que uma coisa muito importante que o Senador Wellington trouxe – e isso também nos preocupa – é a questão de... Quando se fala – e os colegas da mesa vão concordar em função da vasta experiência que têm – do campo da atenção a alguém com problema haverá casos de recaída. Está previsto no tratamento, inclusive. Essa é uma preocupação muito grande. No momento do tratamento... E aqui está se usando muito o entendimento do tratamento como a questão da abstinência simplesmente. Essa não é a única diretriz do Governo brasileiro, do Ministério da Saúde, realmente não é.

Não vou entrar nesse tema, nessa discussão, mas é uma questão muito importante. Ao recair... É aquilo o que a gente falou daquele alimento, daquele ciclo, de como fica difícil romper. Muitas vezes você tem a informação de que realmente diminuiu o consumo. De estudos científicos a gente realmente não tem conhecimento. Não temos conhecimentos de estudos científicos publicados que falem que a criminalização ou a penalização diminua o consumo. Isso não se tem mostrado. Inclusive, se a gente verificar, há um aumento crescente do consumo, pelos estudos, em idades cada vez menores, como o próprio Cebrid publica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Maria Cristina.

Quero levantar uma questão para o Dr. Salomão. Ele falou e sugeriu a penalização pecuniária ou finan-

ceira. Grande parte dos consumidores de drogas é da faixa mais pobre. Poderia, nesse caso – e aí gostaria de consultar o autor da lei -, haver uma graduação, tendo socialmente a condição de pagar a pena, essa penalização financeira, porque em grande parte ele é usado... Ele é um, digamos, menino abandonado pela família, socialmente desajustado, alguma coisa, sai e acaba refém do traficante. Então, ele vive naquela relação: consome e pratica o tráfico para se sustentar.

Isso está acontecendo inclusive nas escolas rurais, como vimos aqui – o Senador Wellington lembra disso – a Contag, que mostrou que o ônibus escolar é um veículo para drogas, simplesmente porque o menino sai da sua área rural e vai pra escola, na cidade, no centro urbano, pequeno. Ele chega e não há nenhum controle da presença do aluno pela escola. Ele fica perambulando e evidentemente é uma porta aberta para o traficante, que o pega como primeira vítima e leva droga lá para o plantio de cana, de feijão; enfim, leva pra lavoura.

Nessa camada social pobre teria, nesse caso, como aplicar uma pena dessa natureza, se ele não tem condições e a família não tem condições, Dr. Salomão, de como, digamos, substituir, ou criar um nivelamento do que é usuário mesmo, que tem capacidade financeira pra fazer isso?

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Eu penso que sim, mas acredito que o Senador Demóstenes poderia dar essa resposta melhor.

A ideia é de penalizar o grande financiador do tráfico, aquele que paga caro pela droga porque precisa mesmo do anonimato; que não é dependente. Ele é o grande sustentáculo do tráfico. Essa é a ideia.

Até eu falei em um percentual de patrimônio. Não sei se isso é possível. Mas a penalização financeira, em minha opinião como psiquiatra, talvez seja a melhor penalização para esses indivíduos.

A Srª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Srª Presidente, a ideia de V. Exª tem guarida no direito. Existem várias situações até no direito provisório, por exemplo, a fiança. Eu insisti para que essa fiança fosse às alturas, mas vejo que o pessoal já está chiando. Fiança não tinha importância nenhuma, mas agora, como a pessoa pode pagar até R$100 milhões de fiança e o juiz está ali arbitrando em 10 milhões e tal, então começou a assustar. Há gente que já está gritando, porque fica a critério do juiz. O juiz pode aplicar uma pena de acordo com a gravidade...

A Srª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – De acordo com a condição social.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – (...) a condição social, que vai de um terço do salário mínimo até essa fortuna. E em determinados casos o juiz pode inclusive isentar desse pagamento. Ele não tem condição de pagar. O negócio dele não é multa, o negócio é fazer o tratamento ou frequentar curso, alguma outra alternativa. Então, o juiz poderá fazê-lo. Acho que é uma grande ideia e V. Exª como relatora poderá aproveitar, com certeza.

A Srª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito ao senhor.

Queria saber se o Dr. Marcelo tem alguma observação a fazer, pra gente encaminhar o encerramento dessa audiência pública tão esclarecedora.

O SR. MARCELO FERREIRA CAIXETA – Eu gostaria de comentar o que o Senador Wellington Dias falou com relação à rede de assistência. Eu fiz questão de trazer fotos para mostrar o seguinte: esse descalabro na assistência ao usuário do crack no Brasil tem solução e tem recursos já disponíveis.

Esse hospital que eu mostrei para vocês, que atende 100% SUS toda população de adolescentes de Goiás, Mato Grosso, região do Mato Grosso, Distrito Federal e sul da Bahia, funciona com R$25 mil por mês. É um hospital filantrópico que tem dois médicos psiquiatras e funcional com R$25 mil por mês.

Da mesma forma, outras unidades poderiam funcionar se tivessem gerenciamento voltado para resolutividade e não para o corporativismo que a gente vê hoje grassar nas hostes governamentais. Então, o problema não é nem de dinheiro, não é nem de recurso.

Como eu estou falando, esse hospital não é novo, pois funciona desde 1986 e está atendendo a essa população, como poderia estar atendendo à população de adulto se não houvesse uma resolução do Ministério da Saúde que impede a contratação de novos leitos; que impede convênio de novos leitos, mesmo para instituições sociais. Então, o problema não é recurso, é uma questão de gerenciamento e de fim.

Não sei como – ou se compete a esta Casa resolver – nós vamos sair de uma postura que hoje a meu ver é corporativista, ideologicamente carregada, para uma postura de resolutividade do problema.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Eu só peço um esclarecimento, se puder, Srª Presidente, ao Dr. Marcelo Caixeta.

O que ele diz então é o seguinte. Esse dinheiro, grande parte, fica represado no meio e não no fim. Quer dizer, acabam inchando a burocracia ou coisa semelhante e o dinheiro não chega. V. Sª está dizendo R$25 mil por mês, atende trinta pessoas, contrata dois médicos psiquiatras mais outro corpo clínico, quer dizer, é um excelente gerenciamento, é um excelente

resultado inclusive para o governo. Se outros não funcionam assim, o que V. Sª está dizendo é que o dinheiro, de alguma forma, para no intermediário e não no fim.

Seria isso, Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO FERREIRA CAIXETA – Bom, essa é uma resposta que, como falei, como humilde médico, não me compete dizer. Acho que depende dos técnicos a avaliação; a mim, não.

O que eu acho, a minha opinião pessoal é a seguinte: vamos pegar uma situação de um CAPS hoje. Você tem um CAPS-AD. Você chega, por exemplo, em Goiânia. Eu conheço a situação de dois CAPS-AD, tanto de um infantil, quanto do adulto. Você chega lá e procura um psiquiatra, por exemplo, você não tem. Você tem trinta outros técnicos, mas o psiquiatra você não tem. Quando tem, vai lá uma vez por semana. Qual é a resolutividade disso? Não existe. Por quê? Porque um sistema é para favorecer, por exemplo – o senhor me desculpe a palavra – um certo cabide de emprego, para favorecer um certo corporativismo, e não a resolutividade.

Não há evidências –e aí sim uso essa palavra –empíricas para sustentar que a política de disseminação de CAPS-AD é a política que vai resolver. No meu entender não é, porque não está resolvendo. O problema só aumenta. Então, o meu entender, esses recursos deveriam ser direcionados para um outro modelo de gerenciamento, não mais o gerenciamento puramente estatizante, mas público, através de outras organizações, um gerenciamento. Por exemplo, essa instituição de que falei, por que ela funciona com R$25 mil? Porque ela é filantrópica. Ninguém lá tem lucro. Eu lá não tenho lucro, ninguém tem lucro. Ela só funciona. É um modelo gerencial que poderia ser aplicado. Por que não esse mesmo modelo gerencial? Agora, com o triplo disso aí, a unidade de saúde mental do Município de Goiânia que é o pronto-socorro psiquiátrico, o Senhor me desculpe a palavra, mas é um "baixeiro". Com o triplo de recursos, com o quíntuplo de médicos, ela não funciona. Por quê? Aí entra a questão gerencial. Então, não é questão de recurso, é gerencial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Marcelo.

Senador Wellington, só para a conclusão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para complementar. Primeiro, preciso examinar essa situação de Goiânia. Eu conheço também – preciso dizer isso aqui. Visitamos vários CAPS-AD que funcionam. Cito o exemplo de Teresina, independentemente da posição que eu tenha com o gestor local, ele funcional. Só que o CAPS-AD é esse centro de diagnóstico. Ele é para ter um conjunto de profissionais que faz o diagnóstico e, a partir daí, dá os encaminhamentos: "Precisa de desintoxicação?", encaminha. Precisa, às vezes, de internação numa unidade de urgência, enfim.

Nesse outro atendimento – quero louvar e aproveitar isso para ressaltar só isso – é possível sim trinta pessoas serem atendidas por 25 mil. Aliás, a média nacional é esta de R$800 *per capita*/mês, claro, fora a parte de urgência, necessário. Já nessa outra etapa que precisa do tratamento, que, com certeza, é o que faz essa clínica em que o Senhor apresentou. É por isso que sou favorável a esse caminho. Veja, um preso, em média, no Brasil, custa R$3 mil. Como um país não abre espaço para isso?

Quero aproveitar aqui para colocar, tanto no Ministério da Justiça, que me dói ver...Eu participei aqui com a Senadora Ana Amélia, Deputado Carimbão e outros parlamentares para ter outra negociação como governo para ter vinte mil vagas. Estamos falando de um bilhão e tanto, para ampliar vinte mil vagas em clinicas, comunidades terapêuticas, melhor dizendo, enfim, que foram selecionadas. Portanto, preenchem as condições. E aí não se libera o dinheiro. É algo... Qual é o valor? R$150 milhões era o valor previsto para este ano. E como vamos fazer? Repito: enquanto não se fizer o certo, o que se tem que fazer, aliás, o que está previsto na legislação, vai crescer a busca de outro caminho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Wellington.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me, só porque houve uma consideração lateral e não entendi.

V. Exª é contra ou favor de se prender quando necessário?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A minha posição é clara. Eu sou contra a condenação, o ato da pena eu acho que não resolve para o usuário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sei.

V. Exª estava falando porque esse não vai para a cadeia mesmo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agora, o que quero é isso e, vou além, não é porque alguém está fazendo tratamento e roubou, assaltou ou matou alguém vai ter que pagar *ipsis litteris* no que diz a lei pelo que fez.

Eu sou contra o uso do tratamento como um prêmio, como a cereja do bolo. Eu acho que a lei da penalização tem que ser cumprida como é estabelecida. O tratamento é outro sistema, o problema é de *déficit*, de vaga, de falta de profissionais.

Concordo com todas as outras fases.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para terminar, dou a última palavra à Drª Maria

Cristina que quis fazer uma observação sobre a questão dos CAPS-AD.

Por favor, Drª Maria Cristina.

A SRª MARIA CRISTINA CORREA HOFFMANN – Acho muito importante esclarecer porque talvez não tenha ficado claro na fala dos Colegas, os seguinte: fala-se muito em CAPS-AD e não sei se para todos é familiar. O que é isso? São os Centros de Atenção Psicossocial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É para álcool e droga porque há outros primários.

A SRª MARIA CRISTINA CORREA HOFFMANN – Há vários tipos. Tipo 1, Tipo 2 e vai considerando, enfim, transtornos de modo em geral. Também atendem álcool e droga, mas para a população, tamanho de população do Município etc.

Todavia, o CAPS-AD é estratégico. Ele tem uma função estratégica, que pauta na questão da atenção multiprofissional, integrada à rede, no território onde a pessoa vive, circulando, integrando, atenção a familiares. Enfim, e a inserção, mas ele não faz sozinho o "serviço", digamos assim.

Nós falamos, o Ministério da Saúde trabalha com a composição de rede e é muito importante pedir o apoio dos Parlamentares que incentivem e fortaleçam e levem essa discussão para seus Municípios, para seus Estados porque a gestão precisa ter esse fortalecimento de ampliar sua rede é uma responsabilidade partilhada nas três instâncias do Governo.

Essa é uma questão muito importante, mas essa rede é composta de diferentes equipamentos. O que se fala é que, hoje, pela política atual, a internação em hospital psiquiátrico não é o grande centro da questão da atenção. Ela não centraliza o tratamento em hospital psiquiátrico.

Hoje temos diferentes abordagens e a política nacional é reconhecida internacionalmente e serve como modelo para outros países. Reconhecida pela UPS publicamente. Que equipamentos? Só para esclarecer.

Temos leitos em hospitais gerais, temos leitos para tratamento específico de álcool e droga com remuneração maior do que a de leitos normalmente. Há estudos de parceria para compor com outras instituições realmente. Há a proposta de uma unidade que chama UAT, que é uma unidade de atenção que também prevê leitos de acompanhamento e há os leitos de acompanhamento.

Parece uma coisa muito simplista falar simplesmente dos CAPS. Os CAPS sozinhos não farão e não darão conta. Eles integram uma rede muito mais ampla. E, para passar a informação, o CAPS-AD do GHC foi cadastrado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – GHC é o Hospital Conceição de que está falando.

A SRª MARIA CRISTINA CORREA HOFFMANN – Em 2004 ele foi habilitado e o CAPS 2 que também tem foi habilitado em 2009 e há também o CAPS-I que é específico para a população infantil que ainda não foi habilitado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Drª Maria Cristina.

Queria agradecer à presença do Deputado Luiz Carlos Heinze e também do Prefeito da cidade de Glorinha, no Rio Grande do Sul, Renato Raupp Ribeiro, do Vereador Delmir Maciel que participam também desta audiência pública que foi requerida por mim que sou Relatora dessa importante matéria, o que se viu pelo debate acalorado em torno do tema.

A realização da audiência pública para instruir o PLS nº 111, de 2010, de autoria do Senador Demóstenes Torres que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2003 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de drogas e a sua substituição por tratamento especializado e dá outras providências.

Esse foi meu requerimento e, antes, de encerrar a sessão, queria, extrapauta, fazer a leitura de um requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

"Requeremos, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a realização da Missão Oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e outras drogas – Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim –, à Inglaterra, Holanda,, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e colher subsídios para a formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, *crack* e outras drogas.

Deverão ser realizadas visitas localmente a instituições que alcançaram êxito no enfrentamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.

Gostaria que o Senador Wellington Dias faça a...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, quero dizer da importância dessa agenda pelo que vimos aqui.

Trabalharemos, pelo que a Subcomissão apresentou, quatro distintas experiências. Uma experiência que, em relação ao usuário, vamos dizer assim num termo de povo, mais dura, mais exigente, que é a da Suécia; outra que é outro extremo, que é mais aberta

que é a da Holanda e duas diferentes, mas são mais intermediárias que são a da Inglaterra e de Portugal.

Quero agradecer o trabalho da Comissão e ressaltar o trabalho do Ministério das Relações Exteriores que está tratando com as embaixadas, com os governos desses países uma agenda que nos permita fazer essas visitas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Poderiam ir também aos Estados Unidos. Acho que à Holanda é bom porque está refluindo nessa posição liberal que tinha e é bom ver a experiência da Holanda.

Nos Estados Unidos há uma experiência também de redução de criminalidade com uma política mais rigorosa. A lei é local, mas talvez visitar Nova Iorque, Chicago onde há leis distintas, modelos distintos, mas rigorosamente mais rígidos. A Inglaterra também é um bom modelo porque está retroagindo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É semelhante hoje aos Estados Unidos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A sugestão que faço á Comissão, se pudesse, porque se veriam mesmo os modelos existentes, diferentemente no mundo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Coloco em votação a proposta do Senador Demóstenes de incluir também os Estados Unidos nessa missão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na verdade, como são quatro países, para não ficar uma coisa muito alongada, sugiro que se faça em separado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Os quatro países são próximos e se pode fazer a Inglaterra por último. Há um voo que chega a Nova Iorque rapidamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Da minha parte, não há problema.

Queria ouvir também a nossa Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Acho que é interessante e vou colocar em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovada a proposta e a inclusão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu, como não irei, torço pela missão ser comandada pela nossa grande Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu sou apenas a Relatora do seu projeto de lei. Sou a Vice-Presidente, o Presidente é o Senador Wellington Dias, desta Subcomissão, a CASDEP.

Está lido e aprovado, incluindo a sugestão do Senador Demóstenes Torres.

Queria renovar, em nome da Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo Senador Jayme Campos, que me delegou a missão de conduzir os trabalhos nesta manhã em função de ser a Relatora e requerente da matéria relacionada ao projeto do Senador Demóstenes Torres, a presença do Dr. Salomão Rodrigues Filho, Psiquiatra, Presidente do Conselho Regional de Goiás (CRM/GO), representante e 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM); do Dr. Marcelo Ferreira Caixeta, Psiquiatra especialista em dependência química; Dr. Vladimir Stempliuk, Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça, representante da Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça (Senad), Drª Paulina do Carmo Duarte; e da Drª Maria Cristina Correa Hoffmann, Assistente Técnica da Área de Saúde Mental do Ministério da Saúde (SAS/MS).

Queria também agradecer a presença da Prefeita de Itacurubi. É Goiás?

O SR. SALOMÃO RODRIGUES FILHO – Não, Rio Grande do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ah, desculpa, é que foi um médico psiquiatra de Goiás que disse. Existem muitas cidades com o mesmo nome, como Porto Alegre no Rio Grande do Sul e Porto Alegre em outros Estados. Quero agradecer então a presença também da Prefeita de Itacurubi, Ione Goulart, e do Secretário João Carlos Rigon, que participaram desta audiência pública.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso é prova da admiração de Goiás pelo Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A recíproca é verdadeira, Senador Demóstenes Torres, também aqui o Piauí presente.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente sessão.

(iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS.

Às nove horas e quarenta e sete minutos, do dia vinte e nove de março de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **Casildo**

Maldaner, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves e Sérgio Petecão. Justifica ausência a Senadora Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Bauer. A Presidência registra a presença do Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, informando que esta se destina à eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Subcomissão para o biênio 2011/2012. Após a votação secreta, o Senhor Presidente Eventual, Senador Casildo Maldaner, convida o Senador Vicentinho Alves para atuar como escrutinador, sendo verificado o seguinte Resultado: eleito Presidente o Senador **Paulo Paim** e Vice-Presidente a Senadora **Lídice da Mata**, por unanimidade, com três votos favoráveis. Às dez horas assume a Presidência o Senador Paulo Paim, Presidente eleito da CASEMP. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Casildo Maldaner, Jayme Campos e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Casildo Maldaner, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Casildo Maldaner,** Presidente Eventual da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Subcomissão e à eleição do seu Presidente e seu Vice-Presidente para o biênio 2011-2012.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, o Senador Paulo Paim; para Vice-Presidente, a Senadora Lídice da Mata. Eu consulto os Colegas se, não havendo nenhuma outra inscrição, ficam esses dois nomes então registrados. (Pausa.)

Sobre a mesa encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Tendo em vista o quórum, daremos início à votação. (Pausa.)

Convido os nobres Colegas... Pela ordem, o Senador Vicentinho Alves para votar. (Pausa.)

Convido também o Senador Paulo Paim para proceder da mesma forma. E, então, pediria ao Senador Vicentinho Alves para, depois de votar, assumisse o meu lugar para que eu também pudesse exercer o direito do voto. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Assumo a Presidência dessa reunião e já a transfiro ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Havendo os Senadores presentes exercido o direito de voto, eu convido o Senador Vicentinho Alves para, sob os olhares da Presidência, proceder à apuração dos votos.

(Procede-se à apuração.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, o primeiro voto é: para Presidente, Paulo Paim; para Vice-Presidente, Lídice da Mata. O segundo voto: Paulo Paim para Presidente; Lídice da Mara para Vice-Presidente. O terceiro voto: Paulo Paim para Presidente, Lídice da Mata para Vice-Presidente.

Portanto, três votos, ou seja, a unanimidade de votos para Paulo Paim e para Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Conferido. Agradeço a apuração efetuada pelo nosso Senador Vicentinho Alves, sob os olhares da Presidência. E, diante disso, proclamo o resultado: após o sufrágio da unanimidade dos Senadores presentes, foram eleitos o Senador Paulo Paim, Presidente, e a Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente.

Diante disso, convido o Senador Paulo Paim para assumir a Presidência desta Subcomissão, não sem antes desejar todo sucesso a S. Exª, tendo em vista a importância que tem esta Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Ela é importante, e ninguém melhor que o Senador Paulo Paim para presidi-la, ele que vive diuturnamente essa missão, reconhecida não só no Rio Grande do Sul como no meu Estado, Santa Catarina, por viver essa área, por se dedicar à questão social que envolve o emprego e a Previdência.

Já gostaria até de frisar que, em relação à Previdência, nós temos algumas propostas a apresentar ao nosso Presidente. Primeiro, temos uma proposta em estágio de maturação bastante adiantado, inclusive com um projeto de lei praticamente elaborado sobre um tema que eu tenho recebido o clamor de vários lugares do Brasil, não apenas do meu Estado. Aposentados que estão hoje, após conseguir o tempo de serviço... E dou um exemplo: com 35 anos de contribuição o homem e 30 anos a mulher, aposentaram-se com R$700,00. Este é um exemplo que eu pego. E essa pessoa ainda teria condições físicas de exercer mais uns cinco anos ou mais alguns anos a profissão. Quer dizer: as condições físicas não são a do Ronaldo,

mas ainda o corpo tem condições de ajudar, até que não possa mais. E o que eles querem? É um serviço, por pequeno que seja, mesmo em fundo de quintal ou coisa que o valha, para ganhar mais R$500,00, e ele vai contribuir para com o INSS, para com a Previdência mais cinco anos, por exemplo, sobre os R$500,00 para agregar aos seus R$700,00. E ele, ao cabo de cinco ou dez anos, quando não tiver mais condições, o seu corpo não ajudar mais, quando não tiver mais jeito por conta da idade, ele gostaria de que esse tempo de serviço que ele recolheu, que ele contribuiu, por meio de um cálculo... Enfim, que houvesse uma norma que determinasse um cálculo atuarial que juntasse ao que ele hoje vem recebendo, melhorando R$200,00 ou R$300,00, na proporção, naturalmente respeitando a proporcionalidade do tempo e sempre se respeitando o teto do INSS, que hoje está em torno de R$3.700,00. Sempre se respeitando esse teto.

Então, para essa pessoa do exemplo que dei, que estava recebendo R$700,00, com mais os R$200,00 ou R$300,00 que ele recolheu ao fim de cinco ou dez anos, ele venha a receber, por conta desse cálculo atuarial, com a média, para agregar, ela passaria a ganhar R$900,00, e aí ele pararia de trabalhar porque as condições físicas dele já não lhe permitem mais. Aí ele pode ajudar o seu netinho, pode comprar um medicamento, tendo uma vida mais condigna. Ele não quer tirar o emprego dos jovens, em absoluto; ele quer apenas ter essa oportunidade, em casa ou em outro lugar, mas pelo menos exercer um trabalho formal. Mas eu vou sedimentar isso, Sr. Presidente, com justificativa, para agregar, porque penso que se trata de uma tese que vai repercutir bem para a nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Antes de passar a Presidência, quero fazer o registro da presença do nosso Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Jayme Campos, que vem prestigiar a instalação desta Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Não sei se S. Exª é membro desta Subcomissão também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Intervenção fora do microfone.) – S. Exª é membro titular de todas as comissões.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois é. Agora nós encerramos a votação... Nessa não, casualmente. Mas está acima de todos nós. Quero, assim, registrar a presença do nosso Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente , pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de manifestar a minha alegria de participar da instalação desta Subcomissão tão importante. Pelas informações que eu já recebi aqui do Secretário desta Subcomissão, já foi feita a votação e o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente.

Quero aqui manifestar o meu apreço e, sobretudo, o meu apoio para que esta Subcomissão, sem sobra de dúvida, cumpra com a sua finalidade, principalmente, definindo permanentemente a questão do emprego e da própria Previdência Social. Não tenho dúvida alguma, capitaneado e liderado pelo Senador Paulo Paim e os demais membros desta Subcomissão, V. Exªs vão fazer um papel importante, pelo conhecimento que o Senador Paulo Paim tem e os demais Pares que estão nesta Subcomissão interessados. Acho que poderemos abrir grandes debates e, principalmente, buscar efetivamente políticas públicas decentes e condizentes com o nosso País. Entendo que a questão da defesa do emprego e da Previdência Social é fundamental. Lamentavelmente, temos acompanhado, ao longo da história republicana brasileira, a forma como é tratada a Previdência Social neste País. O brasileiro em geral, sobretudo aquele que depende da miséria da aposentadoria é responsável, muitas vezes, pelo caos que, em determinado momento, se instala em algum setor do governo deste País.

Portanto, quero aqui parabenizar o Senador Paulo Paim e os demais Pares, e dizer que, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu me coloco à disposição, na certeza de que essa Subcomissão permitirá que façamos um bom trabalho e, acima de tudo, possamos demonstrar ao Brasil que o Senado estará vigilante na defesa do interesse de toda coletividade.

Sucesso, parabéns, e que Deus abençoe V. Exª, Senador Paulo Paim, e os demais Pares, nessa missão nobre que V. Exª tem como Presidente da . Subcomissão de Emprego e Previdência Social.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Casildo Maldaner.Bloco/PMDB – SC) – Com as palavras do nosso Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, passo a presidência ao Presidente da Subcomissão de Emprego e Previdência Social o Senador Paulo Paim.

O PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Jayme Campos, Senador Casildo Maldaner, que presidiu os trabalhos de instalação dessa Subcomissão, eu queria, primeiro, agradecer principalmente ao Senador Jayme Campos. De pronto, quando mostrei meu interesse em presidir esta Subcomissão, ele disse que tinha o seu inteiro apoio: te entenda com os teus pares, mas o meu apoio você já tem. E, a partir

daí comecei a dialogar com todos os Senadores que estão aqui na Comissão; tive o cuidado de ligar para praticamente todos, e a Senadora Lídice da Mata não se encontra aqui porque foi chamada com urgência a seu Estado, mas fez questão de estar nessa composição, numa linha que V. Exª tem adotado, inclusive aqui nas Subcomissões de dar espaço também para as mulheres. E foi essa a orientação, ou melhor, a consulta que fiz a ela que, de pronto, aceitou. Então, conheço a Lídice da mata há muitos e muitos anos, como sindicalista ainda e, na época, ela era do PCdoB, hoje ela é do PSB e ela tem compromisso, naturalmente, com essa causa.

O Senador Casildo Maldaner, que presidiu aqui, falei há poucos minutos com a sua assessoria, e eles já levantaram algumas ideias que nós vamos implementar aqui na Subcomissão. Mas Senador Jayme Campos, quero fazer um trabalho integrado com V. Exª. Muitas vezes tenho o cuidado de que a Subcomissão tem que ser um fórum, na minha avaliação, mais de reunião e canalizando sempre para a Comissão principal. Então, vou precisar muito de V. Exª, por ser titular, titular honorário desta nossa Subcomissão, porque a intenção é fazer reuniões, discutir, mas trazer os grandes momentos para a Comissão principal sob a presidência de V.Exª. E eu, como seu auxiliar, certamente estarei. Vamos escolher, Senador Casildo, um à esquerda e outro à direita. Não tem problema, porque ele é o Vice-Presidente e eu serei aquele que estará sob a sua orientação nos grandes temas.

Um dos objetivos, não nego, que está cravado na história da minha vida, e como diz sempre um Senador no plenário, está no meu sangue, é a briga contra o Fator Previdenciário. Essa briga nós vamos travar aqui. Tenho certeza de que durante o seu mandato vamos construir uma alternativa. Tenho conversado muito com o Senador Garibaldi Alves. S. Exª reconhece que é preciso construir uma alternativa. Nós apresentamos uma PEC, chamada PEC nº 10, que faz uma regra de transição, termina com o fator, e vai na mesma linha do servidor público. Quem entrar daqui para frente como dependente, enfim, filiado à nossa Previdência, terá, aí sim, 55 e 60. Mas, nesse período, terá uma regra de transição. Mas, muitos não sabem que a regra de transição para o servidor foi 53 porque saiu de 18 anos, que é a idade que se tem para entrar no serviço público, somados aos 35, que deram 53. Então, a idade mínima para quem já está no serviço público, claro, tem lá os seus pedágios, mas pode se aposentar com 53. E, pela regra atual, o nosso companheiro da Previdência, para ter direito à integralidade, tanto a mulher como o homem, só depois de 60. Enquanto que na área pública é 55 e 60. E 55 e 60 ainda para quem entrar, para quem entrar no sistema, se optar por uma regra daquelas de transição é 53 anos e o trabalhador do Regime Geral só com 60 anos a mulher, para ter direito à integralidade. Então, temos que construir aquilo que chamo uma previdência universal, com a devida regra de transição. Não dá para continuar assim. Estive naquele seminário, o Senador Jayme Campos, inclusive, insistiu também para que eu fosse a convite do Ministro Garibaldi, e lá eu falei exatamente o que estou falando aqui. .Estavam técnicos do Brasil e do exterior e todos ficaram até um pouco perplexos. Mas se formos olhar fundo é isso aí, é uma enorme discriminação contra o trabalhador do Regime Geral da Previdência, principalmente a mulher. Se a mulher quiser se aposentar ela tem que ter, no mínimo, com a integralidade do teto que é de R$ 3650,00, R$ 3.700,00, 60 anos de idade. Só ela, ninguém mais tem esse castigo, digamos, esse castigo. Por isso é que não dá mais. Falei com a Presidenta Dilma, também sobre essa questão. Sua Excelência reconhece que tem que construir uma alternativa e eu disse que faríamos uma subcomissão aqui. O que está acontecendo, hoje, é fruto de algo anunciado, que nós criaríamos uma subcomissão para discutir a previdência, trabalho e previdência, naturalmente. E aí entra toda a questão da formação profissional do nosso povo que vai entrar na área do trabalho. Mas, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A sociedade, em geral, não sabe. Eu não sabia que havia essa grande discriminação, em que o Regime Geral é de 60 anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acima de 60 anos para efeito de aposentadoria integral devido ao famigerado Fator. No serviço público é 55, 60 e a regra de transição lhe permite aposentar com 53 e a mulher com 48.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas está em vigor isso? O povo não sabe disso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em pleno vigor. E a "peãozada" lá fora com 60. Não estou aqui fazendo nenhuma argumentação contra os servidores. Pelo contrário, tenho o maior carinho. Fui embalado, ao longo da minha vida, pelos servidores e pelos trabalhadores, mas desde que inventaram o Fator há 10 anos, venho brigando e falando no assunto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pensei que esse Fator era para todo mundo. Minha Nossa Senhora!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, nada! E vou dar um exemplo, de um juiz – e não quero comprar briga com juiz – pega um juiz do Supremo Tribunal Federal que se aposenta com 55 e 60 integral, enquanto o trabalhador ...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sério?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, com 55 a mulher e 60 o homem; enquanto o trabalhador do Regime Geral da Previdência, vou pegar o exemplo da trabalhadora, devido ao Fator, se ela quiser pagar sobre o teto, vai ter que completar 60 anos para se aposentar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas a compulsória aos 70...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na compulsória ele é obrigado a sair, agora pelo regime...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas não havia um movimento para ser ao 75 ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na compulsória é obrigação. Mas se ele cumprir o tempo dele.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim, no caso de Ministros de Estado, de Conselheiro do Tribunal de Contas, do STJ e assim por diante, quando o Ministro completa os 70 anos ele entra na compulsória, então ele é obrigado a sair. Existe uma proposta, um projeto aqui no Congresso Nacional propondo o aumento da idade de 70 para 75 anos. Só que não prosperou porque na própria magistratura, de uma maneira geral, Senador Paulo Paim, há segmentos que defendem, em tese que o cidadão, muitas vezes, acha que vai ser praticamente um rei, ou seja, alguns chegam a ficar 25, 30 anos, não dando oportunidade para que os novos também cheguem ao pódio, que é o último cargo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Um aparte. E a opinião pública cria uma confusão, porque há pouco o Senador Paulo Paim disse que se pegarmos, por exemplo, um juiz ou ministro do Judiciário, com 55, 60 anos ele pode se aposentar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Desde que ele tenha tempo de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem o tempo: 35 e 30.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É bom que se esclareça, não é?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas agora ele vai até aos 70 anos trabalhando e já quer mais cinco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Isso não. Isso é ministro do Supremo Tribunal. Para o juiz também não há nenhum impeditivo; se ele tiver capacidade, ou seja, condições físicas, de trabalhar até aos 70, ele poderá trabalhar. Entretanto, completando os 35 anos, por força de lei, ele poderá requerer a sua aposentadoria. Ele pode optar: continua ou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode requerer, como muitos já optaram. Não tinham 70...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas é diferente em alguns cargos que são vitalícios. O ministro....

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É bom ficar claro: isso não quer dizer que o ministro deva trabalhar até aos 70.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Completou o tempo de serviço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí é compulsório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pode sair. Pode sair antes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pode, completando o tempo de serviço que a lei exige, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agora, o cargo de ministro do Supremo Tribunal, do STJ, dos Tribunais de Conta dos Estados, do Tribunal de Contas da União é vitalício, porque ele é nomeado. É feita naturalmente a indicação. Neste caso particularmente, do Tribunal de Contas, quem indica é o próprio governo do Estado. O Tribunal de Contas encaminha para cá, inclusive o próprio Congresso tem direito à indicação, tanto a Câmara quanto o Senado têm direito a uma vaga, cada uma das duas Casas, mas acho que o ideal é aos 70 anos.

Agora, há uma dicotomia, uma disparidade muito grande, Senador Paulo Paim. O que me chama muito a atenção é essa questão do estatuto, do regimento de algumas polícias no Brasil. Por exemplo, muitas vezes quando o cidadão está começando a se preparar de fato, é o caso da Polícia Militar de Mato Grosso, por exemplo, ele aposenta muito cedo, vai para a reforma muito cedo. Alguns chegam a aposentarem, a irem para a reforma com 46, 47 anos. Estão na flor da mocidade, até porque a longevidade no Brasil aumentou, a qualidade de vida melhorou, por conseguinte, o cidadão... Já existe um estudo prevendo que o cidadão vive até os 72, 74, 80 anos, pois a cada dia que passa isso melhora.

Aí vem o contraditório: na medida em que se reforma muito cedo, isso vai onerando sobremaneira o caixa dos governos estaduais, que não suportam essa demanda. Pode até a receita dos Estados crescerem, todavia, lamentavelmente, algumas pessoas vão muito cedo para casa, alguns entram até em depressão, vão

em óbito antes da hora por falta até de ocupação, de trabalhar costumeiramente todos os dias, de cotidianamente levantar cedo para o serviço, cumprir com sua missão. Nesse caso, acho que o cidadão está preparado, qualificado, está à altura do exercício e vai para a reforma muito cedo.

Então acho que temos que rever alguns conceitos de aposentadoria no Brasil, na medida em que, como V. Exª acabou de falar, é uma situação esdrúxula o regime da Previdência Social ser diferenciado do serviço público. Precisamos ter um ponto de equilíbrio para que todos sejam tratados com igualdade de condições. Até constitucional isso é no País, por força de lei. Todavia, na prática não funciona.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Permita-me só um aparte nessa mesma linha do Senador Jayme Campos, Presidente.

Veja bem como é importante esta subcomissão para pensar essas questões. Quando o Senador Jayme levantou essa questão da segurança, lembrei-me de que, quando eu era Governador, eu assinava aposentadoria de coronéis com quarenta e poucos anos, 45, 47. E eu dizia: "Mas coronel, o senhor vai se aposentar com 47, 48 anos..." "Mas, Governador, eu tenho direito, eu já adquiri o tempo de serviço." "Sim, mas como é que vai ficar? O senhor vai atravessar a rua andando e vão dizer: olha, aquele lá é um aposentado". Fica assim até uma situação... um aposentado, está entregue, dá a entender, mas está na flor da idade, está na ativa, está completo ainda.

No lugar dele, o Estado tem que chamar um jovem, prepará-lo e até que ele fique preparado para exercer a função da segurança, que é o caso, sempre tem uma demora. E o Estado tem que pagar aquele que tem 47, 50 anos que está inteiro ainda e o jovem que está entrando. Aí é que nós podíamos, quem sabe, Presidente, criar uma... para que haja a opção de um plus, de um tempo a mais para ele ficar prestando serviço ao Estado, à Nação. Ele recebe um plus como opção da oportunidade. Acho que é importantíssima essa tese que V. Exª levantou, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Deixe-me dizer que eu trabalhei na discussão da PEC paralela. Ao servidor público é assegurado inclusive a fórmula 85/95. Para o trabalhador do regime geral, não é assegurado. E é uma briga até quando se fala nisso. Veja como é uma coisa grave: aquele que ganha menos é o sacrificado. Alguém que ganha R$1.000,00, pagou a vida toda sobre esse valor, Senador Sérgio Petecão, sempre presente em todas, vai se aposentar, vamos pegar o caso de uma mulher, com 500 pilas. Daí tem que arredondar para ele ir para o salário mínimo que é de R$545,00. Vejam o absurdo. Mesmo a fórmula 85/95, que já é um direito assegurado há pouco tempo para os outros, pra ela não. Porque a fórmula 85/95, com todos os seus defeitos, não vai permitir que a mulher se aposente. Ela soma 30 anos de contribuição, 55 de idade se aposenta com 85 daí. Se ela tiver começado a trabalhar mais cedo, quando ela tiver 32 anos de contribuição, ela se aposentará com 53 anos, porque completou o tempo maior ainda.

Pois bem, a fórmula 85/95 é assegurada para Deus e o mundo, para não dizer a Deus e ao diabo, o que eu não queria dizer, mas não para o trabalhador. Nem se ele quiser optar por essa fórmula, mesmo que ele diga: eu vou por essa fórmula que todo mundo critica.

Pior que o fator não existe nada no mundo. Eu digo isso e às vezes me chamam até de demagogo. Mostrem-me um país no mundo em que haja fator. Mostrem-me a previdência privada que aplica o fator. Não aplica, porque ninguém é louco. Se uma previdência privada aplicar o fator, ninguém vai aderi-la, vai para outra que não aplica esse tal de fator previdenciário.

Por isso que tenho uma indignação de fato muito grande com esse tal de fator. E um dos objetivos principais para mim, nesta subcomissão, é construir essa tal de previdência universal. Direitos iguais. Por que o companheiro que é pedreiro, que é ajustador, que é marceneiro não pode ter o mesmo direito da previdência dos outros. Ele é que paga. E o pior de tudo, permitam-me que eu diga, é quase um desabafo, e sei que estou falando para o País, porque a TV Senado transmite ao vivo a nossa reunião, a previdência urbana deu um superávit de R$14,9 bilhões, que é dessa piãozada. As outras deram prejuízo de R$40 bilhões, mas não do trabalhador. O que significa? É o trabalhador que está pagando os altos salários, as altas aposentadorias é o trabalhador que ganha R$1.000,00, R$2.000,00, R$3.000,00 que está pagando, porque o teto dele é R$3.700,00 para pagar, aplica o fator, corta pela metade, ainda dizem que é dez salários mínimos, que não é, outra grande mentira, é dez salários de referência, porque nunca foi dez. E aquilo que V. Exª falou antes, o cidadão que se aposentou ganhando três, quatro salários mínimos, hoje está ganhando um, porque não tem nem um princípio de paridade e os outros têm a paridade.

Por exemplo, quando a cúpula do Executivo, do Legislativo e do Judiciário se aposentar e nós tivermos em casa, vou dar apenas como exemplo, toda vez que tiver aumento, nós, da cúpula dos Três Poderes, vamos receber em casa o mesmo reajuste. Agora o trabalhador do regime geral, não. Ele não recebe o reajuste. O servidor também tem paridade e integralidade. Eu garanto, eu quero que tenha para o servidor, mas porque não estender para o trabalhador do regime geral algum

tipo de paridade que lhe garanta manter o salário que ganhava na ativa e que ele pagou durante 35 anos?

Então, Srªs e Srs. Senadores, faremos muitos debates nesta Subcomissão e na Comissão de Assuntos Sociais, porque o foro para debater esse tema é a Comissão de Assuntos Sociais.

É uma enorme injustiça! Nesse fórum internacional que a Previdência fez, falei o que estou falando aqui, e ninguém se contrapôs ao que eu disse, inclusive em matéria de arrecadação. A nossa Previdência é uma das que mais arrecada no mundo. Os Estados Unidos não arrecadam a metade do que arrecadamos. No Chile, então, é uma brincadeira: é um terço do que pagamos. Estou falando aqui do que o empregador e o empregado pagam. O empregador paga 20%; o empregado, 11%. Veja quanto é esse percentual no Chile, nos Estados Unidos e na França, onde estavam brigando por que iam aumentar em um ano a idade para aposentadoria.

Não cumprimos o dever de casa, não contribuímos? Nós contribuímos. Há uma pilha de decretos em que se diz o seguinte: "Transfiram-se da Seguridade Social para tal órgão R$1 bilhão, R$2 bilhões, R$800 milhões, R$600 milhões". Isso ocorre nas sessões do Congresso. E isso é transferido. Com a Desvinculação das Receitas da União (DRU), retiram-se 20% do orçamento da Seguridade, e esses recursos são mandados para qualquer área. Como é que se retiram 20% do orçamento de uma área que, segundo dizem, é deficitária?

Faremos esse debate aqui. Quero concluir minha fala. Não sei se os senhores querem apresentar alguma questão. Com certeza, faremos um grande trabalho aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. Esta Subcomissão vai fazer questão de, nos trabalhos de grupo, debater na grande Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Apenas quero, com a devida vênia, externar aqui, Senador Paulo Paim, minha posição em relação ao FAT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O FAT?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O FAT. Não sei se eu já disse a V. Exª que temos de buscar algum instrumento, alguma ferramenta que evite que se vire uma indústria a questão do seguro-desemprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª tem toda a razão, já quero adiantar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Na semana passada, saiu uma reportagem em que se dizia que criamos 282 mil novos postos de trabalho no mês de janeiro. Feito isso, tem havido um crescimento da economia. Com certeza, com novos de postos de trabalho, aumenta também a arrecadação da Previdência Social. Entretanto, no ano passado – não sei se V. Exª teve oportunidade de ler essa matéria, mas sei que V. Exª conhece essa questão e a acompanha de perto –, subtraíram-se dos valores arrecadados R$500 milhões.

Com toda essa geração de emprego, imagino que qualquer cidadão, em sã consciência, sabe que, se aumentou o bolo da receita, aumentou, por conseguinte, o Fundo. O FAT nada mais é do que a participação dessa receita que vai entrar e que financia, com certeza, não somente o seguro-desemprego, mas também obras. A própria Caixa Econômica, se não me falha a memória, muitas vezes, recolhe esse Fundo para a construção de habitação, para gerar até algum dividendo.

Penso que temos de discutir, Senador Paulo Paim, esta questão: a sensação que tenho – há casos de forma isolada – é a de que se está querendo transformar isso numa indústria, na medida em que, no ano passado, já foram R$500 milhões a menos do que se arrecadou. V. Exª terá acesso a isso lá. Está havendo muito acordo entre patrão e empregado. O cidadão, muitas vezes, quer aumentar sua renda e pede para o patrão mandá-lo embora. Entretanto, a multa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica seis meses fora e recebe por fora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Exatamente. E recebe por fora ou, se não recebe por fora, vai fazer um bico por fora, e, muitas vezes, isso não se dá na própria empresa em que trabalhava. Sei lá! Ele faz um bico por fora. Pelo que tenho visto – e tenho tentado medir as devidas proporções –, isso é grande. Temos de nos preocupar com isso e ver qual é o critério a ser adotado. Caso contrário, mesmo aumentando o número de postos de trabalho, com certeza, haverá a diminuição do que já estava lá depositado e já estava gerando receita para o próprio Fundo. É uma preocupação que externo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Subcomissão pode estudar essa matéria, que trata de emprego e de Previdência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Penso que é um bom debate, que, com certeza, vai chamar a atenção do próprio Governo, para se buscar alguma ferramenta, algum instrumento para tratar dessa questão, e da sociedade. É fundamental que a sociedade saiba que, amanhã ou depois, poderá faltar a Previdência lá na frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É uma preocupação que externo a V. Exª.

Inclusive, pode até acessar os números. Imagino que esses números estejam na Internet. V. Exª pode

acessá-los, para ver como, no ano passado, houve R$500 milhões a menos de arrecadação. Efetivamente, ao invés de somar, diminuiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, V. Exª tem toda a razão. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que surgiu na montagem do projeto de seguro-desemprego, na época – por uma questão de justiça, quero dizer isto –, foi uma fusão de um projeto do Serra, de um projeto do Deputado Jorge Uequed e de um projeto nosso. Foram fundidos os três projetos, criamos o seguro-desemprego e criamos o FAT.

O FAT, há pouco tempo, antes dessa indústria – concordo com V. Exª, que isso está acontecendo, e é um equívoco cometido por quem faz isso –, tinha um superávit de mais de R$50 bilhões, e, agora, podemos entrar numa situação em que o FAT não poderá pagar o seguro-desemprego. O FAT, na verdade, era destinado muito mais para investimento na formação técnica e para o fortalecimento do emprego do que somente para o seguro-desemprego. É um fundo de amparo, mas, se dou emprego, amparo o trabalhador, muito mais do que se dou a ele dois ou três salários mínimos por seis meses.

Concordo plenamente com V. Exª. É um equívoco cometido por quem está fazendo isso. Já recebi delegações de empresários, que me mostraram esse quadro, e eles tinham toda a razão. E já recebi reclamação também de sindicatos que concordam que está havendo uso indevido, em muitos e muitos casos, para não dizer em milhares de casos, do seguro-desemprego. Isso pode levar o FAT a uma situação, de fato, até de falência absoluta, sem poder sustentar efetivamente aquele que precisa do seguro-desemprego, quando fica desempregado. O FAT não pode atender aquele que faz uma manobra, muitas vezes em acordo com o empregador. Muitos empregadores – quero fazer justiça – dizem-me o seguinte: "O camarada força a demissão, e, se eu não demiti-lo, perco o funcionário. E, no momento, há falta de profissionais capacitados".

Tenho sempre a preocupação de olhar a situação do empregado e do empregador. Nessa questão, para mim, tanto há empregados sérios, como há empregadores sérios, que querem uma solução.

Temos de fazer uma regulamentação definitiva, para não permitir o uso indevido do seguro-desemprego, o que não é bom para ninguém. Mesmo aquele que quis dar uma de malandro, na verdade, perdeu seu emprego. Ele poderá ficar sem o emprego. Isso não conta para a Previdência, não conta para efeito de FGTS. Ele terá prejuízos no futuro, por essa malandragem momentânea.

Falo até do fator previdenciário. O que acontece? O fator permite que a pessoa se aposente com um salário bem menor. Então, muita gente que não quer ficar mais sem receber sua aposentadoria – é a ideia dos 50% – aposenta-se e volta a trabalhar. Mas a pessoa não sabe que está enganando a si mesma. Daqui a quatro, cinco, seis, sete, oito, nove ou dez anos, essa pessoa não terá mais condições físicas de trabalhar. Aí ficará no olho da rua e vai voltar a receber somente a metade daquilo que ganhava. Hoje, está recebendo a integralidade e mais 50% da aposentadoria, mas, ali na frente, terá prejuízo.

Sabemos que o mercado de trabalho, pelos seus mecanismos, é cruel. Hoje, há um problema, que vamos discutir nesta Subcomissão: um cidadão com 45 anos ou com 50 anos é discriminado no mercado de trabalho, porque é considerado já muito velho. Então, quando estiver com 55 anos ou com 60 anos, ele será demitido, mas vai receber um salariozinho deste tamanho, que é correspondente à aposentadoria que ele pegou há cinco ou dez anos.

Então, o fator é uma enganação, pois traz um prejuízo enorme aos trabalhadores. Haveremos de construir alternativas.

Aqui, vamos discutir também a chamada discriminação dos trabalhadores experientes, que têm mais de 45 anos ou 50 anos de idade. Há dois problemas: quem tem mais de 45 anos ou de 50 anos não é empregado, porque é considerado de idade avançada; quem tem 17 anos ou 18 anos é considerado inexperiente. Há uma juventude desempregada, embora exista o chamado pleno emprego. Fiz um debate nesse sentido. Quando usei a expressão "pleno emprego", um jovem levantou o braço e disse: "Pleno emprego, não! Estou desempregado". Perguntei: "Você tem formação técnica?". Ele disse: "Não, nenhuma". Eu dizia do pleno emprego – eu ia complementar, mas ele não deixou que eu respondesse – para quem tinha formação técnica. Quem não tem qualquer tipo de formação continua desempregado neste País. Essa é uma realidade.

Enfim, são dois temas que vamos aprofundar aqui. Se os senhores não tiverem mais nenhum aparte a fazer, darei por encerrada esta primeira reunião da Subcomissão de Trabalho e Emprego, dizendo que faremos uma agenda de trabalho na próxima reunião.

Senador Sérgio Petecão, para encerrar, V. Exª está com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Senador Paim, é que há um requerimento, de nossa autoria... Hoje não vamos votar nenhum requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podemos votar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podemos votar extra-pauta, se V. Exª assim entender. (Pausa.)

Só na próxima reunião. Já queria que votássemos o requerimento extra-pauta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Agradeço a sua gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu diria que V. Exª poderia até ler o requerimento e comentá-lo, embora ele só vá entrar na próxima reunião que vamos marcar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Para que nós possamos respeitar a pauta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A orientação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Mas é um requerimento que, eu acho, é da maior importância, que trata sobre o crack no País. V. Exª sabe que moro no Acre, onde temos problemas muito sérios. Estamos ali ao lado de dois países produtores de droga, que são o Peru e a Bolívia, na fronteira.

Nós entramos com o requerimento, e entendemos que esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Vice-Presidente, Senador Casildo, gostaria de um aparte a V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quem sabe eu posso lhe ajudar, Senador! É que nesta Comissão de Assuntos Sociais foi instalada uma subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que vai se reunir em seguida... Vai ser instalada em seguida, às 11 horas.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ah, hoje?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Hoje.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Que vai tratar disso. Do crack... Não foi o Senador Wellington Dias que propôs?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Wellington e Ana Amelia.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Os Senadores Wellington Dias e Ana Amélia propuseram a criação de uma subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Às 11 horas será instalada. Às 11h30.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Mas uma situação não impede a outra. Acho que devemos todos nos unir contra essa droga que hoje maltrata, machuca os nossos jovens e a população como um todo. Estou falando aqui do meu Estado porque lá a situação é muito complicada.

Então, era isso, Senador. Quero me colocar à disposição para que possamos também dar a nossa contribuição nesta... Vai ser instalada uma...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Agora, às 11 horas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Às 11h30.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – O.k.! Está bom, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerro a presente reunião, agradecendo ao Senador Jayme Campos, ao Senador Casildo Maldaner a ao Senador Sérgio Petecão.

Também quero agradecer a todos os Senadores que se dispuseram a trabalhar nesta Comissão. Fica o meu agradecimento aqui a Lídice da Mata, que vai ser a nossa Vice-Presidente; ao Senador Casildo, a quem já me referi; ao Senador Ricardo Ferraço, que se botou à disposição para também trabalhar nesta Comissão; ao Senador Paulo Bauer; e também aos Senadores Vicentinho Alves, que esteve aqui, votando, e João Pedro, que está em Portugal, por isso não está aqui hoje; ao Senador Eduardo Amorim; do Senador Sérgio Petecão, eu já falei; ao Senador Aécio Neves, que também disse que dará todo apoio a esta Comissão.

São cinco titulares, cinco suplentes, e, na minha avaliação, não há diferença alguma entre titulares e suplentes, todos aqui terão direito à palavra e, naturalmente, cinco votarão sempre as matérias.

Quero reafirmar que um dos objetivos principais desta Comissão é combater o Fator Previdenciário e construir uma política para os aposentados e pensionistas. Um outro tema que veio a mim e que vamos aprofundar nesta Comissão é o da regulamentação das profissões. Existem duas visões quanto a essa questão: uns entendem que, quando o poder econômico suscita, solicita ou pede, ela deve ser regulamentada; outros entendem que é só quando a categoria profissional reivindica. Entendo que nem uma, nem outra. Tem-se de dar o direito a ambas, tanto à categoria econômica quanto à categoria profissional, a fazer esse debate. Ou seja, aí o debate deve ser feito com as centrais, sindicatos e confederações, tanto de empregados quanto de empregadores.

Quero dizer também que, quanto à sugestão do Senador Jayme Campos de debater a questão do FAT, nós faremos aqui esse debate. Não teremos problema nenhum de enfrentar o desvio que está acontecendo na questão do seguro-desemprego. Até porque, se não fizermos isso, nós estaremos levando o seguro-desemprego ao fracasso, e tenho orgulho de dizer que

fui um dos que participaram da montagem do FAT e do seguro-desemprego. Houve a fusão de três projetos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 32 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos, do dia cinco de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP, e dos Senadores Casildo Maldaner e Paulo Bauer. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença a Senadora Marinor Brito e os Senadores Clésio Andrade, Vital do Rêgo e Wellington Dias. A Presidência registra a presença dos Senhores Jorge Cezar Costa, Auditor Fiscal da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Silberto Silva, Vice-Presidente de Cultura e Planejamento da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Nelson de Miranda Osório, Diretor da COBAP; Lourenço Ferreira do Prado, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC; Gilberto Antonio Vieira, Secretário-Geral da CONTEC; Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social; e Luis Antonio Festino, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião que é dada por aprovada, informando que esta se destina à apresentação e discussão do Plano de Trabalho desta Subcomissão para o biênio 2011/2012. **Resultado: EXTRAPAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011-CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, e Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais, para ciclo de debates com os seguintes temas: Regulamentação das profissões; Redução de Jornada X Redução de Encargos; Negociação coletiva/Liberdade Sindical; Acidentes no Trabalho; Fundos de Pensões "AERUS" e outros; Qualificação profissional / Ensino Técnico; Políticas de primeiro emprego; Políticas de emprego para os trabalhadores experientes (a partir de 45 anos de idade); Recursos para a ampliação e qualidade do ensino técnico profissionalizante; Previdência Social (Fontes de Recursos); Alternativa ao Fator Previdenciário; Política salarial para os aposentados e pensionistas; Acompanhamento/fiscalização dos recursos do FAT; Mercado Informal de Trabalho; Seguro Desemprego; Demanda por mão de obra qualificada; Trabalho e migrações; Criação de um imposto mais simples; Trabalho no campo; Trabalho escravo; Trabalho da mulher; Valorização das diferenças no mercado de trabalho; Cotas no mercado de trabalho; Trabalho decente (saúde do trabalhador). Os convidados serão indicados, posteriormente, pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado**.** Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner e Paulo Bauer, e as Senadoras Marinor Brito e Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

A presente reunião destina-se à apresentação de um plano de trabalho desta Subcomissão, por isso nós iniciaremos...

Proponho fazer uma pequena exposição do que estou pensando para o momento.

Agradeço a presença do Presidente da Anfip, Jorge Cezar Costa, Presidente do Conselho Executivo da Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Também se encontra conosco o Sr. Lourenço Ferreira de Prado, Presidente da Contec – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, que também representa a UGT – União Geral dos Trabalhadores e o Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne algo em torno de 16 confederações e, se não me engano, quatro centrais sindicais.

Informo que os convidei porque a minha intenção, ao discutir o plano de trabalho, além de conversar com os Senadores, é também conversar com os setores do movimento social e sindical sobre cada um dos temas sobre os quais pretendemos aqui dialogar.

Vou fazer uma leitura rápida sobre alguns dos temas que esta Comissão vai tratar e espero ter o aval dos movimentos da sociedade civil e também dos Srs. Senadores.

Vou listar independente da ordem: regulamentação das profissões.

Por que entendo que nós temos que fazer esse debate sobre a regulamentação das profissões?

Porque existem entendimentos os mais variados no Congresso Nacional e também no próprio Executivo. Pelo menos aqui no Congresso, há setores que entendem que tem que haver a regulamentação das profissões e outros que entendem que não, o mercado é quem deve regulamentar.

Mas, assim mesmo, sobre esse tema, vou levantar aqui alguns pontos.

Regulamentação de profissões: hoje, na pauta desta Comissão, da CAS, que é a Comissão principal, temos 20 PL e 8 PLC que pretendem regulamentar as profissões. No entanto, a posição do Governo há décadas – dos governos – tem sido contrária às regulamentações. Um dos problemas se refere à criação de conselhos, mas mesmo quando esses não estão previstos as regulamentações aprovadas pelo Congresso quase sempre são vetadas pelos Presidentes da República. Hoje nós temos uma Presidenta, que é a nossa querida Dilma.

Com o argumento da liberdade de profissão, previsto no inciso XII do art. 5º da nossa Constituição, que diz "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelece", a proposta do núcleo social é chamar para si essa discussão, convidando representantes do Governo e especialistas acadêmicos para levantarmos o histórico de processos da regulamentação de profissões e de conselhos em todo o Brasil e identificarmos quais profissões merecem de fato ser regulamentadas.

Não vou citar todos eles, mas vou lembrar de pelo menos um, que é o da questão dos comerciários. Inclusive convidei o José Augusto para estar hoje conosco. É o PL nº 115, casualmente de minha autoria, pelo qual estou regulamentando a profissão de comerciário.

Comerciário, para mim, é a profissão mais antiga do mundo e até hoje não está regulamentada a profissão.

O Senador Ferraço é o Relator desse projeto e disse que dará parecer favorável. A tendência é aprovar.

Há três PL de minha autoria, um do Senador Pedro Simon, um da Senadora Maria do Carmo, um do Senador Expedito Júnior, um do Senador Alvaro Dias, outro de minha autoria, um do Senador Sérgio Zambiasi, outro de minha autoria, outro de Gim Argello, outro de minha autoria, outro de minha autoria, um do Senador Sérgio Zambiasi, um do Senador Gilberto Goellner, outro do Senador Zambiasi, outro do Senador Eunício de Oliveira, Senador Vital do Rego, Senador Paulo Paim, mais um, e um que veio da Câmara dos Deputados, do Deputado Felipe Bornier, que quer regulamentar, por exemplo, a jornada de trabalho dos psicólogos, Deputado Gilmar Machado, Deputado Carlos Sampaio, Deputado Luiz Sérgio, Deputado Wander Roque Gonçalves e Deputado Celso Russomano. Esses são alguns dos projetos que se encontram aqui.

Não vou ler todos os argumentos, mas farei apenas uma introdução.

Como vemos, tanto na Câmara quanto no Senado, nós estamos aprovando. E a maioria dos projetos estão com parecer... A metade é favorável; outra metade é contrária.

A Comissão tem que ter uma posição clara sobre o tema para garantir efetivamente aquelas profissões que nós entendemos que têm que ser regulamentadas.

Além desse tema, quero discutir também nesta Comissão – espero contar com o apoio dos senhores – a questão da redução da jornada de trabalho, que muitos vinculam com a redução dos encargos sobre a folha. E nada melhor do que a Anfip, aqui presente, para nós aprofundarmos esse debate sobre a redução da jornada e a questão dos encargos sobre a folha de pagamento.

Qual é a tese que prevalece, pelo menos no movimento sindical? Que a redução da jornada geraria alguns milhões de novos empregos. Outros também levantam a tese de que nós poderíamos, para dar a contrapartida para o empregador, reduzir encargos sobre a folha, desde que, efetivamente, houvesse a geração de novos empregos com a proposta da redução da jornada, tendo como princípio reduzir de 44 para 40.

Lembro a todos que, na Assembléia Nacional Constituinte, também tivemos esse debate. A jornada era de 48. Eu também fui Deputado Federal Constituinte. Nós reduzimos para 44. E o argumento que eu mais ouvia na época era de que se houvesse aquela

redução de jornada ia gerar desemprego. Não gerou desemprego coisíssima nenhuma; geraram-se com certeza milhares ou milhões de empregos. Esse é um fato real. Tanto que hoje, desde que o cidadão tenha algum curso profissional, ele terá assegurado um emprego. É claro que vamos depois analisar algumas discriminações que existem no mercado de trabalho. Vamos aprofundar isso aqui.

Quero também discutir – e é bom contar com a presença de dois líderes sindicais aqui – a questão da negociação coletiva e da liberdade sindical, porque temos assistido a questão do desrespeito à liberdade sindical. Tanto o Lourenço como o Jorge sabem que infelizmente inúmeros dirigentes sindicais estão sendo demitidos, embora tenham estabilidade no emprego, sejam eles do conselho fiscal, sejam suplentes. Cheguei a dar uma entrevista hoje, dizendo que, na questão da liberdade sindical, houve um retrocesso no Brasil. No período em que eu era sindicalista, 25 anos atrás, dirigente sindical não era demitido nem do conselho fiscal nem da suplência. Agora, nos últimos anos, começaram a demitir. Muitas vezes o empregador diz: vou demiti-lo. Procure os seus direitos na Justiça se você achar que tem direitos.

Na verdade, eu já aprovei dois projetos aqui na Casa: um garantindo a estabilidade do dirigente do conselho fiscal e outro, do suplente. Mas é preciso que haja um movimento junto à sociedade para que a Câmara também aprove essas duas iniciativas.

No debate da liberdade sindical entra outro tema, que é a contribuição assistencial. Digo isso porque nós também aprovamos aqui no Senado, está na Câmara, e até hoje não foi votado. No meu tempo se chamava contribuição. É aquela contribuição que a gente aprovava no dissídio coletivo. Era assistencial. Fortalecimento da negociação coletiva – exatamente, Lourenço. E era paga com a maior tranqüilidade para manter a força das entidades no processo de negociação e de mobilização. E agora estão passando dentro das empresas um abaixo-assinado pelo qual se pretende revogar a decisão soberana da assembléia.

Outro tema que queremos discutir nesta Comissão é o de acidentes do trabalho. É inadmissível que o Brasil ainda esteja entre os países do mundo em que mais existem acidentes no trabalho. E ontem eu discutia, por exemplo, na Comissão de Direitos Humanos, os acidentes no trânsito e os números que me chegaram foram assustadores. Vou falar primeiro dos acidentes no trânsito: chega a praticamente 40 milhões de pessoas que morrem por ano, no Brasil, em acidentes de trânsito. Se você somar os que não morrem, mas ficam com seqüelas, vai ultrapassar, com certeza, a cifra de milhões que no Brasil sofrem com os acidentes de trânsito. E, infelizmente, o Brasil é quase campeão mundial em acidentes de trânsito. E vamos ver que muitos desses acidentes acontecem quando o cidadão está indo para o trabalho, seja de bicicleta, seja de moto, seja com o seu carro. Então, têm a ver também com esta Comissão os acidentes dentro do local de trabalho e no percurso até o local onde a pessoa ganha a vida, no seu trabalho. Então, queremos discutir os acidentes do trabalho dentro da empresa e no percurso até a empresa.

Outro tema – e é bom que estejam ambos presentes que conhecem bem esse tema, tanto o Lourenço como a Anfip – é o fundo de pensões. Vocês serão convocados a discutir esse tema conosco, sobre a realidade desses fundos de pensões. Estou, por exemplo, com o pessoal do Banco do Brasil. Estão marcando uma audiência comigo, alegando que estão com problemas.

Ontem ainda, lembro que uma Deputada do Rio Grande do Sul estava com uma delegação de aposentados do Banco do Brasil que querem porque querem uma audiência conosco. E nós vamos fazer um debate aqui – é a Deputada Marroni, lá do Rio Grande do Sul – sobre esse tema dos fundos de pensões. Temos a questão do Aerus também. Vamos lembrar a questão do Aerus: são, infelizmente, ex-funcionários da Varig que tinham o fundo, aposentaram-se e hoje estão recebendo praticamente um décimo daquilo que eles teriam de direito. E estão dizendo que mesmo esse um décimo, no fim de 2011, eles passarão a não receber. Então, quem é o responsável por isso? Quem teria que fiscalizar? Quem liberou? Para onde foi o dinheiro do Aerus? Esperamos que o Supremo Tribunal Federal – há uma ação no Supremo – decida favoravelmente aos aposentados e pensionistas do Fundo Aerus.

Outro tema que nós queremos discutir nesta Comissão é a questão da qualificação profissional. Ninguém tem dúvida de que hoje, como alguém já me disse, se tivéssemos um milhão de engenheiros, todos estariam colocados, se tivéssemos cinco milhões de técnicos, praticamente todos estariam colocados.

Nós pensamos em aprofundar o debate que pode passar pelo Fundep. É uma PEC que nós apresentamos, já está no plenário, que geraria 9 bilhões de reais para o investimento no ensino técnico e para que o trabalhador fique na sua respectiva região e não se desloque para os grandes centros à procura de um curso para se tornar profissional. Isso significa desemprego, porque ele não é um profissional. Sendo que na sua própria região, se tivesse uma escola técnica, ele poderia avançar.

Queremos discutir as políticas do primeiro emprego. E vou vincular os dois pontos. Nós temos dois problemas no País. O cidadão com 16 anos é consi-

derado muito jovem, inexperiente. Daí, para ele, não tem emprego.

Quando vou fazer alguma palestra e digo que nós estamos numa situação de quase pleno emprego, um jovem levanta o braço e diz: se é pleno emprego, então arrume um para mim. E com razão, porque há uma discriminação do jovem no mercado de trabalho, porque ele não tem ainda o chamado curso técnico, não é um profissional. E, por outro lado, levanta o braço outro cidadão que tem 50 anos, dizendo: se há pleno emprego, arrume um para mim, porque, na verdade, há uma discriminação no mercado de trabalho.

Quanto ao primeiro emprego, a moçada tem dificuldade para conseguir, e o cidadão com 45, 50 anos é considerado, na visão de alguns, infelizmente, uma visão equivocada, muito velho para o mercado de trabalho. Tenho dados concretos sobre isso, no sentido de que se formou uma entidade nacional dos chamados trabalhadores experientes. E me mostram os seus currículos, enfim, na conversa com eles, todo o saber, o conhecimento que eles têm acumulado. Dizem: olhe, estamos precisando de um técnico nessa área. Ele diz: está aqui o meu diploma, sou técnico. Qual é a sua idade? Tenho 55 anos. Ah, não, aí não dá. E já procuram outro que tenha uma idade menor, o que eu considero um equívoco. Se temos tanta falta de técnico e de engenheiro, como se discrimina um cidadão com 50, 55 anos, que tem um saber acumulado que seria fundamental para ser utilizado. Por isso nós queremos discutir. Eles vão trazer os dados. Nós vamos discutir tanto com os jovens, para mostrar a discriminação aos jovens de 16, 18 até 19 anos, e vamos trazer também os chamados trabalhadores experientes, que têm mais de 45, 50 anos. Queremos avançar nessa área.

Outro tema que vamos discutir, sem dúvida, é a Previdência Social. Todos sabem da minha preocupação com a Previdência. Esta Comissão vai tratar da questão emprego e Previdência. Os dados que nós temos e vamos mostrar provam que a Previdência no Brasil é viável, que ela é superavitária. Alguns dizem que sou o inimigo número um do fator previdenciário. E sou mesmo. Tenho orgulho de dizer isso. Alguns confundiram com outro termo, mas esse termo, eu mesmo tenho usado. Eu sou o inimigo número um do fator previdenciário, porque ele atinge principalmente o trabalhador do Regime Geral da Previdência e confisca pela metade, conforme o caso, os seus vencimentos. É uma lei que surgiu em 1999, hoje está praticamente com doze anos em atividade e me dizem que gera uma economia de dez a doze bilhões, quer dizer, um bilhão por ano numa Previdência que tem a receber só de ações que não foram cobradas mais de R$400 bilhões. Esses dados, eu os tenho aqui comigo. São R$400 bilhões de maus pagadores, e nós ainda não fizemos uma cobrança suficiente. E recebi esse dado, inclusive, na palestra de um ex-Ministro da Previdência. Então, não é dado nem da Anfip. Quando eu falo muitas vezes na Anfip, "ah, mas é da Anfip?!" Sim, a Anfip tem toda a legitimidade, porque é a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Eles, mais do que ninguém, têm esses dados e comprovam.

Vou citar um dado recentemente divulgado pelo próprio Ministério da Previdência há questão de um mês, que diz que o Regime Geral da Previdência daquele setor que efetivamente paga, com empregado e empregador – leia-se setor urbano – o superávit chega a mais ou menos R$15 bilhões, precisamente R$14,9 bilhões. Então é preciso aprofundar o debate e ver quem não está pagando. Não é correto que aquele que está pagando deixe de receber devido ao fator. Eu não quero que o fator se aplique a ninguém. Quero deixar muito tranqüilos todos os que hoje não são atingidos pelo fator, porque quem tem aposentadoria especial não é, servidor público não é, o Executivo não é, o Legislativo não é, o Judiciário não é. E eu quero mais que não sejam atingidos mesmo pelo fator. Por que somente o Regime Geral da Previdência é atingido pelo fator?

Nós temos discutido sobre isso. Quero dizer que conversei com a Presidenta Dilma sobre o tema. Ela disse: Paim, simplesmente terminar como fator não dá. E também conversei com o Ministro Garibaldi, que disse a mesma coisa: simplesmente acabar com o fator não é possível, mas vamos construir uma alternativa ao fator previdenciário.

Quem entrar na minha página vai ver que eu tenho lá a PEC nº 10. Tenho dito o seguinte para o conjunto do movimento sindical: eu não tenho medo algum de debater a idade mínima, só temos que debater que idade mínima é essa. Tem gente que diz: eu não aceito debater idade mínima. Como foi feita a regra de transição para os servidores? Pegou-se a idade mínima de 18 anos mais 35, somando 53. Daí fizeram o pedágio e tal, mas entrou uma regra de transição. Essa é uma idade mínima. Para quem entrar no sistema depois da regulamentação, mas só depois da regulamentação, vai ser 55 e 60.

Como é para o trabalhador? Como eu fiz? Eu peguei a idade mínima, porque para entrar no Regime Geral é de 16, e somei com 35. Deu 51. Então vamos fazer a transição também. Portanto, essa estória de ter medo de debater a idade mínima, sinceramente eu considero uma bobagem. Temos que saber que idade mínima é essa. O que não pode, como é hoje no Regime Geral da Previdência... Vou dar um exemplo:

uma mulher, para se aposentar com o salário integral do Regime Geral da chamada Previdência urbana, que assim é conhecida a Previdência daqueles que pagam –, tem que chegar a 61 anos. Por que em outros setores a idade é de 55 anos?

Na verdade, já existe uma idade mínima embutida no fator que é muito maior do que a dos outros setores, mas para quem? Para a peãozada, para o trabalhador do Regime Geral. E isso, quando você fala, alguém diz: ah, mas não é bem assim. Então me diga como é. Vou trazer aqui para o debate.

Fui, recentemente, a um fórum chamado "Fórum Nacional da Previdência que nós queremos" e tudo o que estou dizendo aqui eu disse lá. Não vi ninguém contestar. Pelo menos lá ninguém contestou. Estavam presentes técnicos... Foi um fórum promovido pelo Ministério da Previdência e fui convidado, até pelas minhas posições, porque eles sabem. Quero cumprimentar o Ministro Garibaldi, que fez questão de que eu estivesse lá e colocasse o meu ponto de vista sobre esse tema.

Então, reafirmo: sou sim o inimigo número um do fator. Espero que antes de morrer, porque todos vamos morrer, ninguém escapa dessa, esse tal de fator morra antes. Eu queria que fosse este ano, que a data do enterro dele fosse 2011. E vou fazer de tudo para que aconteça isso. Então, vamos aprofundar o debate sobre esse famigerado fator, que é uma enorme injustiça. Digo sempre isso e repito aqui: me digam o nome de uma previdência privada que adote o fator. Não adota, porque ninguém vai fazer aquele plano. O cara não é louco! Como é que eu vou pagar "x" mais "y" para receber "x" menos "y" depois? Vai procurar um plano que não tenha. Citem um país do mundo que adote o tal de fator, arrumem um só. Nada! Eu faço esse desafio há mais de dez anos e ninguém consegue me apontar um país.

Fiquem sabendo recentemente, isso é interessante... Eles falam tanto que a Previdência no Brasil é deficitária, que não vai dar, que é muito boazinha, só que os outros países – e eu tenho aqui o documento, porque fiz a palestra e vou falar, se necessário, depois – como Alemanha, Itália, Estados Unidos, Chile, Argentina, peguem onde quiserem, pagam em média metade do que nós pagamos para a Previdência. Se analisarmos somente sobre a folha, nós pagamos 31%, que é a contribuição do empregado e do empregador, mas tem contribuição sobre lucro e faturamento, PIS/PASEP, jogos lotéricos, enfim, aquela série de contribuições. Se você considerar tudo isso, a média internacional chega mais ou menos à metade. A que chega mais perto fica dez ponto a menos do que nós pagamos aqui no Brasil, mas lá a aposentadoria é integral. Para nós aqui, não. Praticamente ninguém recebe o limite, que seria de R$3.650,00, que é o teto do Regime Geral. O cidadão se aposenta com R$2 mil.

Não vou esgotar todo o meu ponto de vista e os meus argumentos, porque vamos debater no momento adequado. Eu tenho os dados aqui.

Outra questão que eu quero debater é a política para os aposentados. Não entendo por que não há uma política se a questão do salário mínimo... E foi numa subcomissão como esta. Nós montamos, aqui no Senado, uma subcomissão, viajamos pelo Brasil e montamos uma política de salário mínimo vinculando inflação mais PIB, inclusive mais ousada do que está aí. Depois, nas negociações, chegamos a um entendimento e essa política é boa, porque vai garantir o crescimento do salário mínimo. Por mim seria até 2023, como havia colocado o Presidente Lula. Conversei com a Presidenta Dilma sobre isso. Ela disse que enquanto estiver na Presidência vai garantir essa política salarial que é boa e surgiu numa subcomissão como esta.

Então, nós temos que construir também, e vamos convocar a Cobap para vir debater, vamos convidar, naturalmente, o Ministério da Previdência, uma política de valorização dos benefícios dos aposentados.

Quem pegar o "Correio Braziliense" de hoje, essa crueldade com os idosos é real, só que a gente, parece que não quer ver. Está na primeira página! Como a gente não quer enxergar os acidentes do trabalho?! Isso é gravíssimo, quero repetir aqui.

Vou repetir os acidentes de trânsito, que falei antes. Olhe, eu fiquei assustado quando recebi os dados do Ministério da Saúde, de que morrem no País mais ou menos 40 mil pessoas por ano. Quarenta mil pessoas, 39 mil e não sei quanto de acidentes no trabalho! Os dados que eu tinha antes, que peguei no Detran, eram de 25 mil, mas o Ministério da Saúde me explicou: não, tu pegaste o do DETRAN está correto. São os que morrem diretamente no acidente. Mas quase o dobro morre no hospital depois. O DETRAN lhe deu aqueles... Está correto, não estou discordando. A fonte foi o IPEA. Eles lhe deram os dados corretos daqueles que morrem no acidente, só que outros 20 mil morrem nos hospitais, fruto do acidente do trânsito. E a gente parece que não quer ver isso. Ora, 40 mil pessoas morrerem! Num ano! Acidente de trabalho é um número alarmante. Essa questão dos aposentados... Mas parece que a gente não quer ver.

O destino do trabalhador do Regime Geral da Previdência: com o tempo, embora ele pague, em tese, sobre dez, embora não sejam dez, por causa do salário de referência, mas digamos dez vezes dez salários mínimos é ganhar um salário mínimo. Esse é o destino. E parece que ninguém aceita que se faça essa discussão. Por quê? Se ele ganha somente a inflação

e o salário mínimo sobe conforme a inflação mais o PIB, é claro que vai havendo um distanciamento que não acontece com os outros setores onde é garantida a paridade. E não me digam que é só no Brasil. Alguns têm a ousadia de dizer que é só no Brasil que dão a inflação para o salário mínimo e para aposentado. Ora, ninguém é bobo. Há uma série de países, eu levanto e vou dar o dado, em que o aposentado tem paridade com a categoria ou com o salário mínimo. Então, não me venham com essa. Querem até tirar o direito de o aposentado, que ganha um salário mínimo, ganhar o mesmo percentual que se dá ao mínimo.

Então, tudo isso a gente vai aprofundar. Vou passar a palavra ao nosso convidado, em seguida.

Outra coisa que queremos discutir um pouco são os recursos do FAT. Houve uma série de discussões aí. Estou preocupado. Eu fui um dos Deputados na época em que houve uma fusão de três projetos: do Serra, do Jorge Uequed e meu, que criamos o FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador. E a situação do FAT hoje, e o seguro desemprego é algo delicado também. Criamos ou não um a indústria na área de seguro desemprego. Há acordo, muitas vezes, entre empregado e empregador. O trabalhador sai, passa a receber o seguro desemprego e recebe por fora uma quantia menor. Não estou fazendo julgamento nem de empregado nem de empregador, porque tem malandros – e nós sabemos disso – em todas as áreas. Mas há também aquele que força a demissão, porque quer receber o seguro desemprego e vai para uma outra atividade.

Então, nós temos que fazer um debate claro e transparente com empregados, com empregadores, com centrais, com sindicalistas.

O seguro desemprego, e eu tenho orgulho de dizer que fui um dos que trabalharam nele, nós criamos para garantir o seguro desemprego mesmo, para quem está desempregado. O fundo, o FAT, seria muito mais um investimento para gerar emprego. E, digamos, o restante seria para o seguro desemprego, porque o Fundo de Amparo ao Trabalhador tem esse objetivo também. Ele tem que ser uma fonte geradora de emprego que garanta o pagamento do seguro daquele que efetivamente precisa e não daquele que é malandro. Isso eu tenho muita clareza. Vamos fazer esse debate.

Outra questão que vamos também discutir aqui é o Mercosul.

Festino, faça o favor, sente-se aqui na frente. O Festino, ontem, participou de um belíssimo debate que fizemos sobre os acidentes.

Mercosul, emprego e Previdência.

Quando a gente fala em Mercosul, vamos discutir toda a situação do Mercosul, a questão do emprego, a legislação que envolve os países do Mercosul e também a própria Previdência. Não é que eu ache que tenha que ser igual, mas se não for meio similar vamos ter uma situação de *dumping*, em que uns países têm uma série de direitos para os trabalhadores e outros não têm nada. Com isso acaba havendo uma concorrência desleal. Também vamos discutir Mercosul, emprego, Previdência e a questão dos direitos humanos.

O Festino participou e eu falei muito hoje daquela nossa audiência, dos dados dos acidentes no trânsito e da importância da valorização da profissão. Aí vem a tal regulamentação que você define muito bem, a questão da regulamentação da profissão e a outra questão toda que envolve o mundo do trânsito, enfim, e o papel do motorista.

Recebo com alegria também os representantes da Cobap que estão aqui, o Sr. Silberto Silva e o Nelson Osório. Estive com eles centenas de vezes, mas para guardar todos os nomes... São milhares de líderes – que bom, não é – dos trabalhadores sindicais.

Mas estou recebendo aqui, é muito bom ter a presença de vocês aqui, trabalhadores aposentados, a Anfip, trabalhadores da área privada, porque a nossa intenção, já conversei com alguns Senadores, a reunião de hoje é para discutir uma pauta de trabalho. Eu quis fazer uma reunião diferente, uma reunião em que o movimento social possa também sugerir.

Eu sei que o Lourenço tem outro compromisso em seguida, mas eu queria que o Lourenço... Já fiz toda uma explanação. Se entender que esse universo contempla o mundo do trabalho, ele poderia deixar a sua saudação aí.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, quero agradecer o convite para participar, nesta amanhã, deste importante debate. Eu acho que é uma pauta, um programa ambicioso e fico até preocupado com o tempo, porque realmente vai ter um tempo longo para debater isso, uma vez que é uma pauta muito grande.

Praticamente todos os assuntos que interessam ao mundo do trabalho, do emprego e da Previdência Social estão elencados para ser debatidos nesta Comissão. Desejo, portanto, muito sucesso a V. Exª à frente dessa comissão de grande importância. Com a sua competência, sensibilidade e comprometimento com os trabalhadores e, em caráter especial, com a Previdência Social, temos certeza de que será uma comissão muito exitosa.

Eu tenho, infelizmente, de participar de uma reunião que estava convocada há algum tempo para agora, as dez horas, do Fórum Sindical dos Trabalhadores. E como acumulo também a representação do FST, porque o companheiro José Augusto encontra-se licenciado, vou pedir imensas desculpas e sua autorização para

me retirar e desejar mais uma vez, reiterando, muito êxito para os trabalhos dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lourenço, queria, primeiro, agradecer sua presença aqui, representando o Fórum dos Trabalhadores, como também quatro centrais sindicais, e fico feliz de você ter concordado com o eixo. Esse é o eixo, sem razão alguma, eu diria, de nós criarmos obstáculo a outras sugestões que possam vir.

Pode ter certeza de que nós não faremos isso. E diga a eles que serão convocados para debater todos os temas. Para nós, nesta Subcomissão, é fundamental ouvir a sociedade civil e, principalmente, o movimento sindical sobre todos esses temas, dizendo que esse elenco de temas que foi aqui colocado, com certeza nós vamos ampliar a partir dos debates que faremos aqui na Casa.

Eu quero passar a palavra para o Jorge, que está aqui conosco e representa a Anfip.

O SR. JORGE CEZAR COSTA – Muito bom dia, Senador, bom dia a todos os representantes das entidades e dos trabalhadores. A Anfip realmente não poderia se furtar de participar desses debates.

A nossa grande preocupação, Senador Paulo Paim, nós também estivemos naquele fórum promovido pelo Ministério da Previdência Social, e naquela oportunidade também estávamos numa mesa que discutia e fazia avaliações dos modelos de previdência no mundo. Era um panorama internacional.

Então, nós tínhamos três representantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Bauer, eu sei que V. Exª também está correndo. Queria agradecer a sua presença, dizer que estiveram aqui os Senadores Vital do Rêgo, Wellington Dias, Clésio, e todos deixaram a sua assinatura, porque o importante, no dia de hoje, é a assinatura. Depois botamos, simbolicamente, um plano de trabalho.

Mas, antes de V. Exª sair, se quiser fazer uma saudação... Está bem. Permita-me, Jorge...

O SR. JORGE CEZAR COSTA – Pois não, à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...que o Senador Paulo Bauer, que fez questão de estar conosco aqui, possa fazer uma saudação aos senhores.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu quero saudar e cumprimentar o nosso Presidente, Senador Paulo Paim, e também registrar que venho aqui com muita alegria. Não pude estar no dia da eleição do Presidente desta Subcomissão, mas venho hoje para aqui demonstrar a minha intenção de contribuir e colaborar com esse trabalho que eu sei que é muito importante, ao qual V. Exª já vem dispensando atenções e trabalho por muito tempo. Acho que a criação de emprego, a geração de emprego, a defesa do emprego é importante e a Previdência Social, também, por isso, em nome do meu Partido, o PSDB, estarei aqui para contribuir naquilo que for necessário e possível.

Cumprimento também os participantes e os convidados e desejo que todos tenham muito sucesso e muitas contribuições a oferecer aos trabalhos desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS) – Muito obrigado Senador Paulo Bauer pela sua colaboração. Naquele dia eu liguei para ele, que não estava naquele momento no Congresso, mas declarou para mim o seu voto. Daí eu disse: consta o voto do Senador que votaria tanto em mim como na Senadora Lídice da Mata, que foi eleita a nossa vice.

Volto a palavra ao Jorge, Presidente da ANFIP

O SR. JORGE CEZAR COSTA – Pois bem Senador, falávamos daquele seminário promovido pelo Ministério da Previdência, do qual o senhor também participou – já fez referência a isso –, e nós estávamos num painel internacional que fazia a avaliação da Previdência no cenário internacional, um representante da OIT – um chileno – e a ANFIP naquela Mesa. Na oportunidade, nós falávamos dos mitos que foram criados em cima da Previdência e das recomendações do Fundo Monetário Internacional a respeito das mudanças na Previdência Social do Chile, da Argentina e do Brasil, todas as recomendações que foram feitas por essas instituições internacionais, que o Brasil, felizmente, não seguiu por força de pressões políticas da sociedade organizada – devemos reconhecer isso. Então as pressões da sociedade organizada impediram que o Brasil seguisse aquela receita do FMI e adotasse aquele modelo que foi implementado no Chile e na Argentina. E hoje sabemos qual foi o resultado daqueles sistemas.

Eu disse para o Ministro da Previdência, naquela oportunidade, que realmente nós precisamos de reformas não da Previdência, mas de ajustes pontuais em determinados temas, em determinados assuntos. Não esse discurso de que temos que reformar a Previdência porque ela está falida. E essa não é a verdade, como o senhor acabou de falar. Quatorze bilhões de saldo positivo no Regime Geral urbano demonstram que a Previdência tem um equilíbrio. E nós estamos num momento auspicioso, a economia em pleno emprego. E o senhor falou que os trabalhadores dizem que não estão em pleno emprego porque estão desempregados. Mas a economia vai bem. E os resultados da Previdência, os números da Previdência estão relacionados ao desempenho da economia.

A nossa grande preocupação, a preocupação dos que fazem a ANFIP, os auditores de um modo geral, é a desoneração da folha.

A desoneração da folha do jeito que está proposta não indica uma saída ou uma contribuição para suprir essas necessidades de recursos para o financiamento da seguridade social. Então, se você coloca esta possibilidade: desoneração da folha, tem que indicar outra fonte de receita para cobrir essa ineficiência ou aquela falta de recurso que certamente se seguirá.

Então a grande preocupação que o Governo não mostrou até agora é de onde vamos retirar os recursos necessários para garantir a seguridade social nos padrões que vêm sendo praticados até hoje. Fizemos vários artigos, participamos de vários eventos falando sobre a desoneração da folha, e essa preocupação da garantia dos recursos para a seguridade social, para a Previdência Social. Então, quero deixar, neste momento, a nossa grande preocupação.

Vi, naquela oportunidade do seminário, que a preocupação do Ministério da Previdência aponta para o caso das pensões. E não foi um ou dois palestrantes que falaram que o problema da Previdência são as pensões, porque elas se arrastam por muitos anos: a pessoa com mais idade casa com uma jovem com menos idade. Mas essa não é a realidade do Brasil. São casos isolados. Não vejo isso como um fator de desequilíbrio na Previdência. Mas acreditamos que ajustes pontuais podem ser feitos. Quanto ao fator previdenciário, o limite de idade está embutido no fator, minha gente. Não tem outra. O fator previdenciário já é um limitador da idade. Ali dentro do fator, nós temos embutido já o limite de idade.para você receber o benéfico da previdência com 61 anos de idade no caso da mulher. Então é uma limitação de idade. Isso já está embutido dentro do fator previdenciário. E o Senador Paulo Paim tem no seu discurso, no conhecimento da matéria, pela ampla experiência e as discussões que fez sobre esse assunto, um conhecimento profundo que pode, sim, influenciar a Casa, influenciar os Senadores, os Parlamentares de um modo geral, no sentido de mostrar o que é melhor para o Brasil. E certamente o senhor não quer o pior para o Brasil. É isso que nós entendemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o companheiro Jorge, que é Presidente da Anfip, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Então não é o presidente do sindicato, digamos, da minha cidade do interior, do interior do Rio Grande, onde nasci, onde fui passar as minhas férias. É o Presidente da Anfip, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Quero passar a palavra para o representante da Cobap. Eu fiz algumas ponderações, porque esta Comissão vai discutir uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Por isso eu fiz questão de convidá-los, e vocês estão aqui hoje. Pode fazer a saudação. É claro que não faremos o debate hoje, mas teremos uma audiência específica para discutir a questão fator previdenciário e a valorização dos benefícios dos aposentados.

Depois, vamos passar a palavra também, além dos dois representantes da Cobap, para o Festino, que representa a Nova Central Sindical dos Trabalhadores e tem sido uma liderança destacada no debate da questão do Estatuto do Motorista, Senador. Nós estamos discutindo, Senador Bauer, a regulamentação de todo o mundo onde atuam os profissionais do volante. E temos chamado os empresários, que estão vindo, porque os empresários e também os trabalhadores – o Festino pode depois, se quiser, dar uma pincelada nesse assunto – entendem que tem que haver uma regulamentação dessa situação, desse mundo do trabalho, se não cria-se uma indústria das ações onde todos perdem. Perde o trabalhador, que tem que esperar às vezes dez anos para receber, e perde o empregador, porque se está bem clara a legislação ele sabe tem que pagar isso, isso e aquilo.

Então está interessante o debate. Ontem mesmo estavam lá os representantes dos empresários desse setor. Eu tive uma audiência em São Paulo, como eu diria, com todo o PIB do setor e outra também em Porto Alegre. E tive também com os trabalhadores, duas com eles em conjunto. É interessante, porque pela primeira vez eu noto que há um interesse de ambos os lados em resolver essa questão, para não criar aquilo que vira uma guerra jurídica permanente, e no futuro alguém vai perder: ou perde o empresário, que muitas vezes é um empresário pequeno e tem que entregar até a empresa dele de tanto que acumulou, e o trabalhador deixou de receber aquilo que ele poderia ter recebido em partes, o que não seria tão pesado.

Então é consenso que tem que se resolver essa questão, e o Estatuto do Profissional do Volante resolverá, espero eu. Sei que não é fácil. Quando nós nos propomos a discutir o Estatuto do Idoso, eu dizia ontem e repito hoje, disseram que era sonho de verão isso. Como você vai botar num único instrumento todo o arcabouço legal que trata da questão do idoso? O Estatuto é lei hoje. É claro que não resolveu todos os problemas do idoso, mas é lei. O da Igualdade Racial foi uma polêmica mais dura ainda, mas é lei hoje. O da Pessoa com Deficiência, também muito dura. Só falta a última votação agora, lá na Câmara dos Deputados. O Senado já votou.

Eu ia passar a palavra para a Cobap primeiro. Então fala o Nelson Miranda. Eu queria só o primeiro nome. O Nelson eu o conheço de reuniões, debates e de vez em quando comemos um churrasquinho juntos. Ele assa bem o churrasco. Melhor do que muito gaúcho aí. Os gaúchos não vão gostar, mas é bom.

Nelson de Miranda Osório, Diretor da Cobap.

O SR. NELSON DE MIRANDA OSÓRIO - Exmº Senador Paim, nossa grande liderança dos aposentados e dos trabalhadores de modo geral, a COBAP se faz presente trazendo o pensamento médio do aposentado brasileiro. Gostaríamos de passar para a sua mão um ofício encaminhado à Comissão pelo nosso Presidente elencando o pensamento da COBAP e as reivindicações da Confederação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – No final da sua fala, queria que V. Sª entregasse aqui na Mesa.

O SR. NELSON DE MIRANDA OSORIO – Então, trago aqui a esperança, Senador, de milhões de aposentados brasileiros. E não só aposentados, Senador, também famílias, porque hoje é público e notório que a imensa maioria dos aposentados brasileiros são a principal fonte de custeio das famílias brasileiras. A questão do desemprego, a questão do descaminho dos filhos e dos netos faz com que os aposentados sejam o esteio de custeio dessa família. Então, a importância da aposentadoria, do valor da aposentadoria e das pensões é muito grande na distribuição de renda do brasileiro. É público e notório que temos Municípios brasileiros onde o valor das aposentadorias e pensões encaminhadas pela Seguridade Social é maior do que o Município recebe do Fundo de Participação do Município. Então, o que movimenta o comércio, a vida econômica de grande maioria dos Municípios brasileiros são as aposentadorias e pensões. Então, a importância desse assunto na questão econômica brasileira é... tem que estar na cabeça de todos nós, e muitas vezes nos parece que as nossas autoridades não se conscientizam disso.

Trazemos aqui, Senador, então, essa nossa preocupação e quero passar a suas mãos o que a COBAP pensa...

Com licença. *(Pausa)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Recebo, nesse momento, do dirigente da COBAP o documento mandado por seu Presidente, o companheiro Warley, que mostra toda a posição da entidade. *(Pausa)*

Antes de encerrar esta reunião, como não é segredo, é um documento pequeno, praticamente uma lauda, eu faria a leitura do documento. Quero dizer que já fica nos Anais da Comissão como o primeiro documento apresentado. Fica como segundo documento o que o Jorge encaminhou, porque, quando o do Jorge chegou aqui, ele já tinha falado lá. O Jorge também encaminhou um documento que vai ficar nos Anais desta Comissão para o debate: *Tributação e Cidadania: os falsos mitos da desoneração da folha de pagamento*. Vamos fazer esse debate aqui. Com certeza vamos convidar a Anfip, vamos convidar a CNI, enfim, os empresários, todos os setores que têm envolvimento com esse tema. De pronto, Nelson, posso assegurar que vamos dedicar grande parte dos trabalhos desta Comissão para esse debate. Vamos convidar aqui os representantes do Governo, dos trabalhadores, atualmente a Cobap para discutir a nossa previdência. E a Cobap tem que estar no centro do debate.

Aproveito para informar, Nelson, e você já leva para o Warley, que pedi uma audiência para a Cobap ao Ministro da Previdência. Na verdade, pedi duas audiências: uma para o Aerus, que você acompanhou – o Aerus, a nossa antiga Varig –, e também para a Cobap. O que recebi agora de manhã, quero dizer que concordei. Vamos marcar uma reunião primeiro entre os técnicos da Previdência com a Cobap e os seus técnicos, para discutir uma pauta e outra com o Aerus. Depois vamos ter uma reunião com o Ministro Garibaldi, e os membros desta Comissão estarão também presentes. A Cobap também estará junto. Convidaremos os membros da Comissão. O Ministro disse que eu poderia anunciar hoje e concordei. Convidaria os Senadores que pudessem. Naturalmente, nem todos podem, mas os que puderem. Vamos ter uma conversa com o Ministro Garibaldi, a Cobap e os membros da Comissão. Seria o Legislativo, a Cobap e o Ministério. Vocês terão uma reunião primeiro com os técnicos para ver se na reunião nós já caminhamos para alguma proposta possível de entendimento, ok?

Passo a palavra, neste momento, se quiser também fazer a sua saudação, já que são dois representantes da Cobap, para o Gilberto Silva. E dizer que o Senador aqui usa da palavra no momento que entender adequado, viu Senador.

O SR. SILBERTO SILVA – Excelentíssimo Senador Paulo Paim, a gente, da Cobap, só tem a agradecer o convite para participar hoje desta sessão. Eu queria dizer para o senhor, Senador, que esses 28 milhões de aposentados que existem neste País estão bem agradecidos porque existe uma pessoa, um Senador como Paulo Paim.

Esse documento que o companheiro Nelson lhe entregou reflete a luta, ao longo desses anos, que vimos travando na Câmara e no Senado. Desse documento, uma parte foi aprovada aqui no Senado, quando fizemos três vigílias, e o senhor estava à frente dessas vigílias. Agora, está na Câmara, onde alguns pontos,

como a 4434, estão lá para ser votados. Infelizmente, alguns Deputados estão empurrando com a barriga. Mas eu tenho certeza de que, agora, nesta nova Legislatura, de que isso irá para o Plenário e lá essa 4434 será aprovada.

Senador, a gente ficou muito contente, nós, aposentados, quando o senhor foi eleito Presidente desta Comissão. Isso significa para a gente, Senador, que esta luta, nós vamos vencer. A gente observou que em plena Quarta-Feira de Cinzas, o senhor estava no Senado, onde, mais uma vez, defendeu a luta dos aposentados. Olhe, Senador, fica certa uma coisa: a Cobap, com toda a sua diretoria, vai fazer o possível para esses projetos serem aprovados. Mas para esses projetos serem aprovados, tenho certeza de que o senhor jamais se refutará dessa luta.

Eu queria dizer ao senhor o seguinte: a gente teve um carinho enorme... O primeiro posto do INSS foi inaugurado sábado agora, no Rio Grande do Norte, onde estava o Ministro Garibaldi e também estava presente o Presidente do INSS e várias lideranças. Nós não estávamos lá, porque, infelizmente, estávamos em Brasília. Mas houve uma boa repercussão na inauguração desse posto.

Eu queria dizer aos companheiros e aos Srs Senadores o seguinte: que essa luta dos aposentados, essas perdas salariais, o fim desse famigerado fator previdenciário... Vamos colocar abaixo isso aí!

Quero só quero agradecer ao Senador e a todos vocês. E que a Cobap, tenho certeza, com toda a sua diretoria e com todas as federações – são 22 federações no País inteiro, mais de 800 entidades de aposentados –, irá fazer o possível para esses projetos que estão aí serem aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Cumprimento o meu amigo Silberto Silva. Já estive lá em seu Estado. Eu comentava aqui com o Senador Bauer que eu estaria no Estado dele no domingo agora. Haverá uma grande atividade na cidade de... Em Santa Catarina?

O SR. SILBERTO SILVA – Estaremos lá presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - E qual é a cidade?

O SR. GILBERTO SILVA – Nova Trento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Eles dizem que vão reunir umas 5.000 pessoas. Vai ter inclusive uma missa, e nós vamos falar um pouco sobre a questão dos aposentados.

Então, eu passaria o domingo em Santa Catarina, a sua boa terra! Os dois aqui... Viu só que alegria! Quem sabe, se os dois pudessem passar lá, eu teria uma alegria enorme. Se puderem dar uma passada. E se não puderem, sei de suas agendas... Se puderem enviar um representante, serão os dois muito bem-vindos. Eu digo que serão muito bem-vindos, porque eu fui convidado e disseram: se alguns membros da comissão pudessem vir, nós gostaríamos muito. Então, estou fazendo o convite. Se ambos puderem dar uma passada, vou almoçar lá, vai ter uma missa e depois vai ter um pequeno ato no mesmo local.

O SR. SILBERTO SILVA – A gente está calculando em torno de dez mil a quinze mil aposentados do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu falei cinco mil, estou errando os números. Se de acidente de trânsito eu falei em vinte mil, então podem colocar 40.

O SR. SILBERTO SILVA – Não, pode ficar certo, porque o Brasil inteiro, a gente está calculando por enquanto isso aqui. Então, os dois Senadores já estão convidados. Começa às 8 horas da manhã, lá em Nova Trento.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Sob as bênçãos de Madre Paulina, que é a única santa brasileira até agora reconhecida pela Igreja Católica. E, por isso, Nova Trento é uma cidade que recebe a todos e opera alguns milagres ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos precisando de um milagre.

Passo a palavra, nesse momento, com alegria, ao Senador Casildo Maldaner, que é membro ativo desta Comissão também e foi quem me empossou como Presidente. É catarinense também.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com muita alegria e satisfação, quero cumprimentá-lo, Senador Paulo Paim, e aos demais colegas, como o Senador Paulo Bauer, catarinense.

Eu vinha novamente escutando a Rádio Senado e o Senador Paulo Paim martelando aquele negócio do fator. E tinha uma época em que eu não entendia direito disso, como muita gente no Brasil, acho que não entende.

E comecei a entender. Começou a trabalhar com 18 e com mais 35 dá os 53. E por que o negócio do fator, no Regime Geral, tem que ser 60 a mulher e, no mínimo, 61 o homem? Por que isso? E os que não são do Regime Geral podem ficar com 53 para aposentar? Que discriminação é essa? Por que essa diferenciação? Por que essa segregação que existe, uma vez que há segregações de outros tipos no mundo e no Brasil, etc.? Por que isso agora?

Agora entram as pessoas. E nós, em Santa Catarina, nosso Governador Colombo se elegeu falando que, em primeiro lugar, as pessoas. E o Regime Geral não são pessoas, não têm os mesmos direitos? Por

que essa segregação, então, no Brasil, entre diversas classes?

E escutava o Senador Paim dizer: podem ver no Judiciário não tem isso, no Executivo não é, no Legislativo não é, não sei onde não é, e por que, no Regime Geral, os peões são?

Então começou a despertar isso. E chego para cumprimentá-lo, mais uma vez, e aos demais colegas por esta Subcomissão do Emprego e da Previdência.

Até disse, numa oportunidade, que estou apresentando um projeto que, naturalmente, vai ser discutido também aqui na Subcomissão e depois, na Comissão de Assuntos Sociais, da qual tenho a honra de ser o Vice-Presidente, para melhorarmos. Trouxe um exemplo. Recebo de muita gente, pessoas que, por exemplo, chegaram aos 30 anos ou 35 anos, têm se aposentado com, hipoteticamente, 700 reais. Aposentou-se. Está lá com seus 35 anos de contribuição. Acontece que, com esse dinheiro, com 700 reais, ele se sente ainda em condições de trabalhar um pouco mais na vida, mais dois anos ou três anos ou cinco, até que, embora não seja o Ronaldão, as condições do corpo não ajudem mais. Daí ele vai ter que parar. Parar, com mais 5 anos? O que ele quer? Se ele está ganhando mais 500 reais num trabalho fora ou no fundo de quintal ou onde for, ele não quer tirar emprego de jovens, de ninguém do mercado de trabalho. Ele quer um trabalho qualquer. Ele quer contribuir com esses 500 reais que está ganhando a mais, contribuir com a Previdência. Ele quer contribuir. Mais cinco anos, contribuiu.

Ao cabo de cinco anos, ele está quebrado, não tem mais jeito, as condições físicas não permitem mais, ou ao cabo de 10 anos ou 8 anos. Aí o que ele quer? Ele quer que se faça um cálculo ponderado desses cinco anos, que acrescente alguma coisa aos 700 reais que ele vinha ganhando. Que dê mais 100 reais no cálculo que se faça ou 200 reais. Se der isso, como não tem mais condições físicas, ele vai sair ganhando. Se não pode mais, vai ficar com 900 reais, vamos supor. É isso que ele quer. Aí não pode mais e vai ficar com R$ 900,00, vamos supor. É isso que ele quer. Ele quer ter o direito de não trabalhar na questão informal. Ele vai contribuir formalmente para uma Previdência, contribuindo direitinho. Daí, quando não puder mais, ele quer ter para ajudar seus netinhos, para alguma coisa, para um remedinho que precisa comprar. Ele vai ganhar alguma coisa a mais. Se ele se aposentar com R$1.500,00, tudo bem; se ele vai trabalhar mais cinco anos, mais dez anos, pode acrescentar mais R$700,00 e vai para R$2.200,00, sempre respeitando o teto do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Dentro da proporcionalidade.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Dentro da proporcionalidade sempre, sempre.

Milhares de pessoas estão nessa tese e têm de trabalhar um pouco para melhorar sua vida. Não é para ele, é para sua família, seus filhos, netos ou coisa que o valha. Ele quer contribuir nesse sentido. Então, eu acho que é uma tese, Senador Paim e demais colegas, que vale a pena.

Quero também me congratular com os colegas que vão a Santa Catarina, no próximo domingo. Eu também não estava sabendo. O Senador Paim vai estar lá, assim como outros colegas de outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Surpresa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Ainda mais em Nova Trento, porque, como disse o Dr. Paulo Bauer, tivemos a honra de, no outro mandato em que eu estava aqui, ir a Roma, ao Vaticano, para testemunharmos o sacramento de santificação da Madre Paulina, que era madre e hoje é Santa Paulina. Ela era de Nova Trento. É a única santa brasileira. Então, os senhores vão lá, onde há o convento e a catedral construída por ela, ligados à Paulina. É grande; a cidade não é grande, mas há concentração, há muita romaria.

Os aposentados vão a Nova Trento e ficarão no Vale do Itajaí, no Vale do Tijucas. De Florianópolis, Dr. Paulo Bauer, deve dar uns cem quilômetros mais ou menos, não mais que isso. Perto de Itajaí, perto de Jaraguá do Sul, de Joinville, de Blumenau, que é a terra do Senador Paulo Bauer também.

Então, acho que, para nós todos, vai ser uma alegria estarmos lá juntos. Se Deus quiser, vamos olhar a renda, vamos prestigiar esse encontro, sem dúvida alguma. Vamos participar desse encontro extraordinário em Nova Trento.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Senador Casildo Maldaner. Se depender dele, ele confirma a presença.

Vejam bem: esta Comissão tem cinco titulares e, então, temos quorum aqui, pois, com essa parceria de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vamos aprovar os projetos nossos aqui.

Quer fazer alguma consideração, Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB - SC) – Senador Paulo Paim, fico feliz também com a chegada do Senador Casildo Maldaner.

Desde já, agradeço o convite para o evento do próximo domingo, mas, infelizmente, em função da data de hoje ser muito próxima a este domingo, penso que terei muitas dificuldades em modificar a agenda que já havia programado para este final de semana. En-

tão, se eu não estiver lá, se eu não conseguir, quero que o meu Presidente, Senador Paim, e todos os organizadores do evento compreendam que não é uma desconsideração, não é falta de vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Se não puder estar, eu registrarei o seu compromisso com a causa.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB - SC) – Por favor.

Eu queria apenas acrescentar àquilo que falei no início que considero esta Comissão de uma importância fundamental para a relação do emprego e da vida do trabalhador pós-fase de trabalho, pós-período laboral, ou seja, já na sua aposentadoria. Por isso pedi à liderança do meu Partido que me designasse para participar, até porque conheço o trabalho do Senador Paulo Paim desde os tempos em que fui seu colega na Câmara dos Deputados e sei que ele abraçou essa causa como uma grande bandeira.

Entretanto, naturalmente, temos de encontrar os pontos convergentes dentro do ponto de vista de cada um, de cada segmento da sociedade e de cada linha política que está presente na vida política do País.

Pessoalmente, eu sempre menciono que tenho um grande problema, porque o meu melhor e mais querido eleitor é um ex-empresário que pagou a vida inteira sobre 20 salários mínimos para ter direito à sua aposentadoria. E, hoje, ele recebe o equivalente a três salários mínimos, ou coisa parecida, ou quatro. Mensalmente, olha para mim e diz assim: "Meu filho, agora você é Senador da República. Agora eu quero ver o que você vai fazer para corrigir esse erro que está acontecendo em relação a mim próprio, que sempre paguei em dia, nunca deixei de pagar, gerei emprego no meu País". Ele que, inclusive, foi vereador e prefeito de sua cidade, sempre menciona que se para ele a situação se revela dessa maneira, imaginemos para um trabalhador que, por conta de várias políticas praticadas ao longo da história do País, não importa em que momento nem por qual governante, mas as políticas implantadas fizeram com que todos, enfim, estivessem hoje em uma condição de inferioridade em relação àquilo que era sua expectativa enquanto trabalhador.

Também é preciso mencionar que, quando se fez a Reforma da Previdência, no Governo Fernando Henrique, e Reinhold Stephanes era Ministro da Previdência, eu me lembro muito bem de que, como Deputado Federal, participei de um debate, se não me engano, nessas dependências do Banco do Brasil onde o Presidente Lula fez seu gabinete agora, durante o período da reforma do Palácio do Planalto. Lá, inclusive, estive em um debate muito forte com o então Ministro Stephanes e outros presentes, porque eu dizia que não havia maneira de se corrigir a situação do Brasil a curto prazo se não soubéssemos colocar um ponto no que é daqui para trás e uma regra que fosse daqui para a frente. Essa coisa que se faz sempre de querer consertar o passado e, ao mesmo tempo, arrumar o futuro, não dá certo. Essa é a minha maneira de pensar.

Nós temos de estabelecer um parâmetro novo. De hoje em diante, todo trabalhador brasileiro que começar a sua vida de trabalho vai se orientar por esta regra, e aqueles que estão aqui, no passado, vamos tentar fazer com que eles recuperem o prejuízo, porque nós nunca vamos conseguir fazer o novo pagar a conta do velho. Aliás, a própria situação da Previdência no Brasil era uma até a data em que Juscelino Kubitschek construiu Brasília. Necessária, sem dúvida nenhuma. Uma obra que foi e é considerada indispensável para o País e que nos hospeda hoje. Mas, na verdade, todos nós sabemos que foi o dinheiro da Previdência que custeou as obras da construção de Brasília. E, de lá para cá, ninguém mais acertou o passo.

Agora se, por um lado, o meu ponto de vista é este, de separarmos as coisas para lá e para cá e, naturalmente, eu sempre me curvarei a outras propostas mais adequadas, eu também entendo, Senador Paim e Senador Maldaner, que a gente precisa observar a questão do trabalho no País com outro olhar. Nós sabemos – e eu fui um dos grandes Deputados que discutiram, ou melhor, um dos Deputados que discutiram, com muita profundidade, a questão do seguro desemprego, por exemplo. Nós temos no Brasil quem receba seguro desemprego e trabalhe, não trabalhe formalmente, mas informalmente. Esse é um fato que nós temos de combater. Esta Casa, o Congresso, o Governo tem de combater, porque, a cada pagamento que se faz de seguro desemprego e se permite o emprego informal do mesmo cidadão que o recebe, nós estamos lesando os cofres da Previdência e prejudicando os trabalhadores que já estão aposentados, bem como os futuros aposentados. Não há como fugir dessa realidade. É claro que alguém pode dizer que o número é pequeno. Mas, se não corrigirmos as pequenas deficiências, nós não vamos produzir grandes resultados. É de grão em grão que a galinha enche o papo. Esse é um provérbio que se usa muito lá no Sul, principalmente em Santa Catarina, onde se criam muitas galinhas.

Agora, também é preciso dizer... Eu fui relator da Lei do Simples, que instituiu o Simples, o último imposto instituído neste País que reduziu carga tributária e incluiu o contribuinte dentro da formalidade e da legalidade. Na época, a discussão que tive com o Ministro Pedro Malan e com o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, não permitiu que o Simples

fosse estendido às empresas que têm alta incidência de mão de obra, como, por exemplo, a construção civil. E se justificou plenamente: não era possível porque, se assim fizéssemos, iria recair um déficit muito grande sobre a Previdência Social. Por quê? Porque as taxas que se pagam no Simples são para empresas que têm alta incidência de produto e não de mão de obra.

Na minha campanha, Senador Paim, defendi – está no meu plano de trabalho – a criação do Mais Simples. Temos que ter a coragem, o Governo tem que ter a coragem de criar o novo Simples, mais um Simples para essas empresas de intensa utilização de mão de obra, de forma que empregados da construção civil, Senador Maldaner, sejam efetivamente registrados com carteira assinada e, melhor, com o salário integral registrado em carteira, e não como acontece Brasil afora, em que se emprega por um salário mínimo e se pagam dois ou até mais. Isso acontece. Então, é preciso que a gente crie mecanismos para que o empresário pague o imposto com prazer, porque sabe ser justo, porque sabe que tem bom destino, e o empregado queira, efetivamente, estar registrado e contribuindo, porque ele será beneficiário disso.

Pessoalmente, entendo que Previdência Social é nada mais nada menos do que um grande fundo: é público e tem que existir. E tenho, Senador Casildo, um grande exemplo que conheci alguns anos atrás, quatro ou cinco anos atrás, de um embaixador de um país muito desenvolvido que atuava no Brasil. Chegando próximo da sua transferência para outro país, ele decidiu não seguir e pediu sua demissão do quadro diplomático do seu país. Como eu me relacionava muito bem com ele, fui falar com ele e disse: o senhor enlouqueceu! O seu país, que é tido como um dos países mais ricos do mundo, um país onde a Previdência não é deficitária, um país onde o governo tem superávits permanentes há mais de vinte anos, e o senhor tem, portanto, segurança absoluta da sua aposentadoria, que vai acontecer daqui há três anos, e o senhor não quer se submeter e voltar ao seu país, quer ficar no Brasil e vai pedir a demissão do quadro diplomático? Como é que fica a sua aposentadoria? Sabe qual foi a resposta? A minha aposentadoria é minha. Eu, simplesmente, vou ao Instituto da Previdência Pública do meu país e resgato todo o capital que me pertence. Ele está lá e é meu. E assim o fez. Eu não preciso guardar segredo. Esse embaixador era da Suíça e mora ainda hoje em Brasília. Ele está aqui. Ele resolveu viver no Brasil e recebeu do seu país todo o dinheiro que ao longo de tantos anos depositou lá. Quiçá um dia a gente possa viver aqui no Brasil uma coisa semelhante, porque o dinheiro do trabalhador não é do governo. Esse é o grande erro, Senador Paim. O brasileiro pensa que o que ele paga de INSS todo mês, o que ele desconta na folha, é do governo. Não é, é dele e, por ser dele, tem de ser administrado efetivamente em seu benefício. E olhe que, se conseguirmos fazer seja lá o que for, reforma, adequação, legislação, mudar o fator previdenciário, como eu disse, observando os dois grupos: o que vem e o que foi, vamos avançar muito. Qualquer avanço, Senador Paim, que esta Comissão construir vai ser, sem dúvida nenhuma, muito positivo para todas as instituições, para todas as entidades, para a Previdência, para o Governo e principalmente para todos aqueles cidadãos, como o meu pai, que ainda esperam um dia merecer um tratamento justo da Previdência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Bauer, pela sua exposição. Deixe-me fazer um rápido comentário, vou passar em seguida para o Faustino. Eu tenho amigos que moram nos Estados Unidos. Eu acho engraçado. Um dia vamos discutir como é a Previdência nos outros países. Sabe o que ele me perguntou? Como é aqui mesmo, Senador? E eu falei a história do fator, mas uma história semelhante a sua, por isso estou concordando. E ele disse: engraçado, lá, se eu trabalhar oito anos, dez anos, vinte anos, tenho direito à aposentadoria proporcional, e aqui no Brasil o cidadão paga durante vinte anos. Tenho um caso específico que recebi: o cidadão pagou por vinte anos a Previdência. Sabe o que aconteceu? Ficou cinco anos desempregado e morreu. Sabe a que a viúva tem direito? A nada, nada, nada. Eu contei para ele este caso, e ele respondeu que lá ela teria direito à aposentadoria proporcional aos vinte anos. Eu não sabia disso. É um pouco daquilo que o senhor fala também, é a questão proporcional. O que acontece na sua fala também? O cidadão pagou, aposentou-se com o fator, pegou R$1.000,00. Na empresa, com certeza, ele estaria ganhando R$1.500,00, R$2.000. É justa a sua colocação. Com a dificuldade física, em um período ele não pode mais trabalhar. Ele vai voltar a ganhar o quê? Os R$1.000,00. Deixa de ter um *plus* na sua vida de R$1.500,00 ou de R$2.000,00, que ele ganhava, e baixa para R$1.000. Então aquele que acha que vai se aposentar com o fator e, porque é proporcional, vai ganhar menos, mas vai continuar trabalhando comete um grande engano, porque ali na frente ele não vai poder trabalhar mais, e o salário vai ser reduzido a um terço, porque vai ficar só com a aposentadoria antiga.

Então, o seu projeto aponta neste sentido: se, pelo menos ele voltou a trabalhar, que tenha um *plus* proporcional ao número de anos trabalhados, o que vai, mais ou menos, na linha dos seus argumentos. Acho que estamos avançando. Esta Comissão vai longe.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Senador Paim, peço licença, porque tenho reunião na Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço a atenção e vamos trabalhar bastante aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a ambos pela presença.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Se Deus quiser, até Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos almoçar juntos lá.

Por favor, Festino, falando em nome da Nova Central e uma das principais lideranças dos trabalhadores nos transportes.

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Bom dia, Senador Paim, bom dia aos presentes. Eu gostaria de agradecer o convite em nome do Presidente Calixto, que está em outro compromisso, que é o Congresso dos Urbanitários, e pediu que eu representasse a Central.

Quero destacar a importância, o que o Senador Paim colocou, da audiência de ontem, que tem tudo a ver com a Previdência, em virtude dos acidentes de trânsito e acidentes de trabalho. Não podemos separar, no transporte, o que é um acidente de trânsito e um acidente de trabalho. Quando acontece um acidente de trânsito em que morrem cinco, seis, dez pessoas em um ônibus, não está atingindo somente o motorista, mas também outros trabalhadores que estavam no transporte, o que é um custo altíssimo para a Previdência. Esse custo foi demonstrado ontem. Não me lembro dos números, mas o custo mundial é enorme e acarreta uma Previdência precoce. Não existe, no momento, a não ser a discussão que o Senador Paim vem fazendo, uma discussão sobre essa questão do trabalho e a Previdência.

Hoje, estamos discutindo o fator previdenciário, o fator acidentário de prevenção e o seguro acidente de trabalho, que têm um custo enorme. E a Nova Central vem participando desse debate. Inclusive, houve uma melhoria enorme com a introdução do seguro acidente, no ano retrasado, o fator acidentário, com diversas ações do setor empresarial, mas está-se caminhando para um bom consenso sobre o que é acidente de trabalho ou o que é acidente ou uma morte natural e uma doença do trabalho.

Destaco ainda o que foi colocado ontem no documentário do Ipea, Senador Paim, que é a importância da participação da sociedade. Não vamos resolver o problema dos acidentes somente com a participação dos trabalhadores. Temos de estar com os empresários, com o Parlamento e com o Governo. E a Nova Central preparou um relatório que vou passar às mãos do Senador Paim. É a pauta que estamos discutindo no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado.

Na questão da garantia do pleno emprego, estamos defendendo algumas profissões. Não vou relatar todas. Umas estão aqui no Senado, a grande maioria é do próprio Senador Paim. A gente passaria para o Senador Paim a pauta da Nova Central, com os pontos na defesa do pleno emprego e da Previdência.

Queria destacar ainda, na questão da defesa do pleno emprego, a agenda da classe trabalhadora, que foi aprovada no ano passado por cinco centrais sindicais e entregue aos candidatos à época, inclusive, para a Presidente Dilma. Entre esses pontos da agenda da classe trabalhadora, que é para um projeto nacional de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho, eu queria destacar, Senador, seis eixos que também vou passar às suas mãos.

O primeiro eixo é o crescimento com distribuição de renda e o fortalecimento do mercado interno; o segundo eixo é a valorização do trabalho decente com igualdade e inclusão social; o terceiro eixo é o Estado como promotor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental; o quarto eixo é democracia com efetiva participação popular. É o que está acontecendo agora. E o Senador Paim tem defendido muito a participação popular e a participação social. O quinto eixo é a soberania da integração internacional. Ontem foi colocada a questão do Mercosul, a importância dessa soberania. E o sexto eixo é o direito sindical e a negociação coletiva, que também têm relevância, que é o fortalecimento das entidades sindicais. Apesar de estar havendo um grande ataque às entidades, é um dos eixos que a Nova Central vem defendendo, inclusive na questão do custeio. Há o projeto de lei do Senador Paim que trata da questão das taxas em substituição ao Imposto Sindical, que tem sido alvo de várias críticas.

Então, Senador, acredito que é a contribuição que a Nova Central pode dar, está dando e pode continuar dando, no sentido de manter esse diálogo entre os trabalhadores, a sociedade e o Parlamento, o que é de uma importância enorme para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Receberei, com muita satisfação, o seu documento. Inclusive, esse documento, como os outros dois que recebi, irá constar como instrumento do ciclo de debates que faremos. É nossa intenção, no fim desta nossa reunião de trabalho, aprovar um ciclo de debate dos temas que eu li aqui no início. E, naturalmente, todos serão convidados a participar das audiências.

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Peço desculpas porque o trânsito de Brasília está igual ao de São Paulo. Cheguei atrasado e não peguei o início, os pontos que foram passados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou fazer a leitura e vamos, inclusive, aproveitar as propostas que você está colocando neste momento e que, no meu entendimento, vão estar contempladas no requerimento que vou ler em seguida.

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Inclusive, na questão da regulamentação das profissões e da importância do pleno emprego, a grande maioria é de autoria do Senador Paim. Ontem, destacamos a regulamentação da profissão de motorista e também temos aqui o 115, que é a regulamentação do trabalho no comércio mais a regulamentação dos agentes penitenciários, policiais civis e metroviários. São várias profissões que estão em discussão e dão a garantia do pleno emprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Chegaram aqui mais duas sugestões para esse ciclo de debates que vou apresentar para vocês: trabalho e migrações. Acho importante a gente incluir a questão das migrações.

Vou receber do Festino esse documento da Nova Central, que é uma contribuição ao debate desta Comissão.

Muito obrigado.

Recebi duas contribuições que, inclusive, vou expor rapidamente aqui: trabalho e migrações.

No quadro atual de globalização da economia, as migrações para trabalho têm sido um desafio para o Governo brasileiro em três aspectos: preocupação em assegurar direitos dos chamados expatriados, trabalhadores de grandes empresas brasileiras que atuam no exterior. Esse, de fato, é um tema que vamos ter de debater. A situação dos trabalhadores que atuam aqui no Brasil também; garantir o direito dos brasileiros que emigram em busca de trabalho, protegendo-os de empresas de contratação fraudulenta e da fragilidade a que estão expostos aqueles em situação migratória irregular; dar conta da grande demanda de trabalhadores estrangeiros qualificados, pedindo autorização de trabalho no Brasil, assim como da demanda de imigrantes irregulares, como é o caso dos bolivianos que trabalham em confecções em São Paulo.

Lembro-me do caso dos que vieram do Haiti e que estão naquela região da Amazônia. Há uma enorme preocupação também.

Para discutir esses temas e os projetos de lei referidos, poderíamos chamar o Conselho Nacional de Imigrações, que tem a representação de todos os Ministérios, mais trabalhadores e empregadores.

A outra sugestão, demanda por mão de obra qualificada no Brasil. Este é um debate da atualidade diante do desenvolvimento econômico do Brasil e do desafio das grandes obras do PAC, das Olimpíadas, da Copa e do pré-sal: o que fazer para superarmos o momento atual de demanda de trabalhadores qualificados e preparar os nossos jovens para o desafio que já chegou.

Para debater esse tema, poderíamos chamar três áreas do Governo e da academia: educação, trabalho e infraestrutura. Também poderíamos chamar, num segundo momento, as centrais sindicais, as confederações e as entidades de caráter nacional, para colocarem seu ponto de vista. Também convidaríamos o Ministério de Ciência e Tecnologia.

No debate que aqui surgiu, coloquei também – e agradeço a contribuição que veio da Assessoria do Partido dos Trabalhadores, que acho adequada ao momento – a regulamentação das profissões.

Também colocaria nesse círculo de debates a informalidade, o número de trabalhadores que estão hoje no chamado mercado informal. Se não me engano, ele ultrapassa quase o número de trabalhadores com carteira assinada. É só pegar a PEA – população economicamente ativa, o número de trabalhadores com carteira assinada e dos que não estão com carteira assinada. Se avançássemos na tal da formalidade, de forma a garantir que os informais viessem para a formalidade, estaríamos, inclusive, ajudando a nossa Previdência e, principalmente, o que é o eixo desta Comissão: a pessoa, seja homem, seja mulher, jovem ou de mais idade, que está sem nenhum direito assegurado, porque está na informalidade.

Então, também queria que se colocassem esses temas nesse ciclo de debates. Vamos aprovar no encerramento um ciclo de debates sobre esses temas.

Jorge, da Anfip, com a palavra.

O SR. JORGE CEZAR COSTA – Senador, esse número geral, em relação à PEA, população economicamente ativa *(inaudível).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode repetir, por favor? Desculpe-me, eu estava...

O SR. JORGE CEZAR COSTA – O número dos trabalhadores que estão no regime geral relativamente à população economicamente ativa corresponde a 62%. Ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, 38% estão fora?

O SR. JORGE CEZAR COSTA – Estão fora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aproxima-se quase à metade. Veja como é importante esse debate.

O SR. JORGE CEZAR COSTA – Esse número saiu lá naquele seminário agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O seminário de que participamos.

Como me havia comprometido, vou fazer aqui... Essa Senadora sempre está conosco.

Vou fazer, Senadora Marinor, antes de passar a palavra a V. Exª, como havia combinado – V. Exª pode assinar o livro para nós –, a leitura do documento que recebi da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

Excelentíssimos Senadores da Subcomissão de Emprego e Previdência, somos uma brava gente que ajudou a construir esta Nação, chamada Brasil.

Formamos os homens e mulheres de hoje e participantes efetivamente da formação do amanhã. Queremos um país mais justo, com paz e prosperidade para todos, onde haja equilíbrio social, econômico e ambiental.

Quanto aos direitos previdenciários, queremos tão somente o cumprimento da retidão dos princípios, garantias e vantagens asseguradas originalmente pela nossa Constituição da República.

Por direito e por justiça, reivindicamos reajuste anual único para todos e benefícios iguais ao do salário mínimo; recuperação do valor dos benefícios ao mesmo número de salários da data da concessão; fim do fator previdenciário [aí se fala da derrubada do veto; vou simplificar]; defesa de que a gestão da Previdência Social seja controlada pelos trabalhadores, pelos aposentados, pensionistas [eu diria aquela gestão quadripartite, já que o Governo faz parte, que é uma antiga reivindicação nossa]; a Emenda Constitucional nº 29 [meus cumprimentos aqui, porque avançou, além somente da questão da Previdência] porque vai garantir mais recursos para a saúde; e também o fim da desvinculação das receitas da União da seguridade social – abrangeria saúde, assistência e previdência.

Também concordo. Temos – vocês sabem – uma PEC nesse sentido, para que a DRU não incida, não retire 20% da seguridade, que seria 20% de investimento a mais sobre a saúde, assistência e previdência.

Por fim [diz aqui] reafirmamos nossas forças e nossa luz que, em busca de um diálogo franco, exigindo que a União assuma de fato a opção em favor dos pobres. Manteremos erguida nossa bandeira de luta para que o Congresso Nacional, hoje renovado, cumpra seu papel como legítimo representante da população e aprove nossas reivindicações.

Depois, recebi um outro documento, que deve estar aqui com a assessoria, que foi o documento da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), que leva o título – vou ler o título, não vou ler todo o documento: Os Falsos Mitos da Desoneração da Folha de Pagamento. Fica também nos anais da nossa Comissão.

Recebi aqui também esse documento, relatório parlamentar, apresentado pela Nova Central Sindical, colocando os principais projetos e vetos que entendem devam ser apreciados. Muito interessantes todos os projetos. Não vou ler todos porque não daria, naturalmente, tempo. Mas é uma série de 40 projetos, mais ou menos. Considero, e a Senadora Marinor me ajuda, que eu tivesse lido na íntegra todo o documento para ficar nos anais da Comissão, e a própria Senadora também pede uma cópia, já que recebi duas cópias.

A agenda da classe trabalhadora. Eles também querem que a Comissão participe ativamente. Isso nós faremos. Tem aqui a apresentação. Eu diria que considero todo o documento, na íntegra também, com a agenda. Devo ter uma cópia inclusive no meu gabinete. Fica agora uma cópia na Comissão. O manifesto tem como título: Pelo Desenvolvimento, Soberania, Democracia, Valorização do Trabalho. Assinam: Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Central dos Trabalhadores do Brasil, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores.

Agenda da classe trabalhadora para um projeto nacional de desenvolvimento, com soberania, democracia e valorização do trabalho.

Número um: crescimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno.

A Comissão vai considerar todas as contribuições que estou lendo agora.

Número dois :Valorização do trabalho decente, com igualdade e inclusão social. Acho que isso aqui tem tudo a ver, até no momento em que – vou destacar a palavra igualdade – infelizmente alguns deputados (que bom que não são todos! Não vou aqui citar) andaram entrando na linha da linha da discriminação, esquecendo o princípio da igualdade e dos direitos iguais para todos.

Número três: o Estado como promotor do desenvolvimento social, econômico e ambiental. Parabéns! Sabemos que a questão ambiental é fundamental, no Brasil e no mundo.

Número quatro: democracia com efetiva participação popular. É o que estamos tentando fazer nesta Comissão, onde a sociedade civil é convidada a usar a palavra para contribuir com os nossos trabalhos.

Cinco: soberania e integração internacional.

Seis: direitos sindicais e negociação coletiva, que estão nos itens que já citei aqui, com o objetivo de que a nossa agenda seja a mais ampla possível.

Peço à Assessoria que receba todo o material e que considere lido na íntegra.

A Senadora Marinor Brito está com a palavra para fazer suas ponderações sobre o tema.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas!

É uma alegria poder recebê-los aqui. O nosso companheiro Paim tem a representatividade nacional suficiente para tratar do tema e coordenar na sociedade civil, coordenar aqui no Senado Federal a discussão desse tema muito relevante para a classe trabalhadora, que é a defesa do emprego e da Previdência. Essa é uma subcomissão que, felizmente, tem o Senador Paulo Paim à frente dela. Esses temas são muito delicados, sobretudo no modelo econômico que estamos vivenciando de forma forte no País, um modelo excludente – na minha opinião – , um modelo que não representa a essência da luta, da necessidade da classe trabalhadora. Os privilégios do capital, o privilégio do desenvolvimento pensado para o País na perspectiva dos grandes negócios, não têm dado respostas suficientes para reestruturar a vida brasileira, sobretudo a vida da classe trabalhadora.

Eu queria, em nome do Partido Socialismo e Liberdade, afirmar o nosso posicionamento crítico a esse modelo, afirmar nossa decisão política tanto na Câmara, como no Senado, de defender de forma radical, como gostamos de dizer, indo na essência do debate, os mais importantes direitos da classe trabalhadora. Tenho certeza de que esse último período, sobretudo depois da votação do salário-mínimo, que ficou muito aquém do que a classe trabalhadora necessita, se falarmos tendo em vista o dispositivo constitucional – art. 7º da Constituição –, se falarmos tendo em vista a necessidade concreta da realidade, do cotidiano da classe trabalhadora, podemos afirmar que a decisão do Governo deixou uma lacuna muito grande na perspectiva de pensar um projeto de recuperação do salário do povo trabalhador, a curto e médio prazo, que pudesse enfrentar essas desigualdades sociais, que pudesse ajudar concreta e efetivamente no que tanto queremos, que é distribuir renda em nosso País.

Acho que ainda há algumas etapas a serem vencidas nessa luta. Estamos esperando que todos os movimentos políticos que existiram, sobretudo a partir da liderança que o Senador Paim tem acerca dessa questão, possam recuperar, mediante esses debates subseqüentes, o que se perdeu nessa etapa de discussão do salário-mínimo. Teremos pela frente a discussão do fator previdenciário, vamos ter pela frente a redução da jornada, vamos ter pela frente uma sequência de temas que podem, se forem tratados pelo Governo com a devida responsabilidade, na ótica da classe trabalhadora – não estou dizendo que não existe responsabilidade, o compromisso é assumido politicamente pelo Governo, como aconteceu na época da discussão do salário mínimo, na minha opinião, na opinião do PSOL, contrariando os interesses da classe trabalhadora. Mas esperamos que essas próximas etapas nos ajudem a recuperar essa possibilidade da distribuição de renda, da ampliação do emprego e não só da ampliação do emprego, mas da sua qualidade. Temos um percentual absolutamente grande no nosso País e quanto mais se vai para a Amazônia brasileira, para as periferias brasileiras, menos possibilidades de formalização de emprego se têm.

A cada dia que passa a informalidade vai assumindo um papel relevante na vida das pessoas e isso, nós sabemos, que resulta em vulnerabilidade social, em mazelas que têm trazido conseqüências danosas ao povo brasileiro, que envolve desde a questão da soberania – estamos ameaçados com o tráfico humano. Cerca de 15 mil pessoas estão entrando no trabalho escravo por ano no nosso País. E não estamos falando de emprego informal, do ambulante; estamos falando de trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me lembrar o nome do Senador José Nery, porque fiquei muito feliz já que ele vai ficar na sua equipe.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ele está na minha equipe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está na sua equipe. Fiquei muito feliz.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Então, não podemos tratar esta questão sem considerar esse que é um câncer. E se permanecer com este tipo de tratamento, com este Sistema Único de Saúde que não atende às necessidades da saúde pública, vai se transformar em morte da classe trabalhadora.

Portanto, estamos atuando firmemente na reflexão com os setores sindicais mais amplos, os setores mais vinculados historicamente à nossa militância. Sou sindicalista também, venho da fundação da CUT, passando pela Intersindical, na perspectiva da construção de uma central unificada com perfil classista, que é o que eu defendo. Esperamos que o período de debates aqui no Senado Federal possa alavancar novos instrumentos de avanços. E que consigamos dar os passos necessários.

Não faço parte desta Comissão, passei aqui especialmente para fazer uma saudação a vocês em nome do Partido Socialismo e Liberdade. Mas quero cumprimentar também o Senador Paulo Paim, porque nas atividades onde nos encontramos, estamos de braços dados, tentando ter forças para contribuir com as mudanças que precisam ser feitas para melhorar a vida do nosso povo.

Queria deixar o meu abraço mais fraterno a todos os sindicalistas, a todas as entidades e dizer que o

nosso mandato aqui, Ficha Limpa com muito orgulho, enquanto permanecer no Senado Federal vai estar ao lado da classe trabalhadora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar a Senadora Marinor Brito e dizer que estou ansioso para que instalemos, na Comissão de Direitos Humanos, a Subcomissão que V. Exª vai presidir, que vai tratar da criança, adolescente até o idoso.

Nós vamos trabalhar com esse objetivo. V. Exª é uma Senadora muito atuante no plenário, na Comissão de Direitos Humanos e em todas as subcomissões, e ainda está aqui na Subcomissão de Trabalho e Previdência.

Também quero dizer que vamos convidar todas as centrais para o debate desse tema. E, com certeza, a Conlutas, a nova central, a CGT, a UGT, enfim, nenhuma central vai ficar fora desse debate que vai tratar do mundo do trabalho e da previdência em toda a sua amplitude.

Permita-me ainda dizer que o ex-Senador José Nery.. Porque vi uma notinha que não gostei, por isso estou comentando...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ah, é? Mais uma?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –...dizendo que o Senador... Posso repetir aqui?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pode ficar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que era uma boquinha. Quem diz isso não conhece o ex-Senador José Nery. É uma cabeça privilegiada, comprometido com as causas sociais do nosso povo e da nossa gente. Fiquei muito orgulhoso de saber que ele já está na sua assessoria e quero dizer que...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ainda não foi liberado pelo Governo. Estamos tratando disso, mas para mim, Senador, é uma honra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para mim também.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...poder ter o Senador Nery...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele presidiu a comissão de trabalho escravo e foi a melhor a comissão de combate ao trabalho escravo que conheci, ao longo da minha vida, sob a presidência dele.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Inclusive, foi premiado, nacionalmente, pelo próprio governo pela desenvoltura.

Eu jamais abriria mão de um quadro político como o ex-Senador Nery, de poder estar contribuindo com nosso mandato, que está na Amazônia, que está numa reunião absolutamente vulnerável ao trabalho escravo, de tê-lo como colaborador, militante da causa.

Inclusive, ontem, estive na cidade de Abaetetuba, onde o Senador José Nery reside. Teve três mandatos consecutivos de vereador, naquela cidade. Estive visitando as comunidades de pescadores, comunidades tradicionais. Reunimo-nos na associação comercial para debater um tema que é muito caro para nós, na Amazônia, que é a questão da ética na política.

Então, o Senador está nos ajudando, protagonizando este debate na região; uma região em que vimos uma menina de 16 anos ser colocada numa cela com 20 homens e, durante 20 dias, ser estuprada.

Então, abrir mão de uma liderança como o ex-Senador José Nery é não ter a quem recorrer. Então, para mim é uma honra tê-lo na minha assessoria e poder partilhar essas lutas de enfrentamento à corrupção, o coronelismo, a falta de Estado de direito, porque, no Pará, não tem Estado de direito. Há regiões no meu Estado em que não há a presença do Estado, e, quando tem, está a serviço dos madeireiros, dos latifundiários; quando tem, está a serviço das redes de traficantes de drogas, de armas, de pessoas.

Então, lamentavelmente, os interesses espúrios que se fazem representar através da imprensa burguesa acabam plantando notas que são atrasos para a democracia; são atrasos para o avanço de consciência do povo brasileiro.

Obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marinor.

O SR. JORGE CEZAR COSTA – Vou aproveitar a oportunidade para fazer um agradecimento em nome da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, da participação da Senadora Marinor Brito, quando da votação, no Senado, da PEC nº 507, aquela que tratava da quebra do sigilo fiscal.

Esse trabalho foi fundamental, e agradecemos o trabalho da Senadora, junto com outros Senadores, o próprio Paulo Paim, que esteve à frente desse trabalho de derrubar a PEC nº 507, que morreu ali, no Senado, e se propõe, agora, a um projeto de lei.

Então, parabéns pelo trabalho executado. A associação, Anfip, sente-se muito à vontade para fazer este agradecimento público neste momento.

Muito obrigado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado.

Passamos de imediato, então, à Senadora Lídice da Mata.

A Senadora Lídice, permitam-me, eu a conheço há muito, muito tempo, quando éramos Deputados ainda; Deputado Federal Constituinte, e ela Deputada Federal Constituinte. Exatamente. Foram muitas batalhas naquele período. Um dia, vamos escrever. Todos nós temos que escrever o que foi a batalha na Constituinte, principalmente no capítulo dos direitos sociais e da reforma agrária. Eu me lembro daquela redação histórica.

Por que eu digo isso? Falei com ela; ela estava fora de Brasília. "Senadora, eu precisaria muito que você assumisse a vice-presidência dessa comissão. Depois a gente vai trocando: um é presidente, o outro é vice." "Não se preocupe em hipótese nenhuma, Senador. Pode colocar meu nome aí. Faço questão de estar com você em mais essa trincheira de luta do nosso povo, de nossa gente."

Então, com alegria, passo a palavra à nossa Senadora Lídice da Mata, PSB/BA.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Paim, Senadora Marinor, caros companheiros, quero iniciar pedindo desculpas, porque está acontecendo uma situação que não chega a ser grande fenômeno, na Câmara e no Congresso, mas há uma coincidência de horário entre esta Subcomissão e a Subcomissão do Nordeste, que é uma Subcomissão que tenho prioridade em participar. E hoje, com o atraso do avião – me atrasei lá e me atrasei aqui –, não vou poder continuar, Senador Paim, porque sou membro titular da Comissão de Assuntos Econômico – CAE –, que já começou há algum tempo, e preciso estar presente.

Mas eu gostaria, pela pauta que V. Exª me apresentou, de destacar dois temas que, creio, são importantes de serem abordados nessa nossa pauta. Há um terceiro ponto, eu ainda estou pensando, mas como não encontrei, vou lhe colocar, que é o trabalho e a mulher. O mundo do trabalho e a mulher dentro desse universo, pela discriminação salarial, pela falta de oportunidades, pela qualificação, voltada para essa questão da inclusão da mulher, pela nossa luta de mulher de estabelecer, inclusive, quotas. Estamos lutando para que na Copa do Mundo, nessas frentes de trabalho na preparação da Copa, nós tenhamos quotas de participação das mulheres e também o trabalho no campo. Além disso, Senador, eu estava olhando aqui para ver como eu conseguiria incorporar uma causa que é de muito valor pra mim e para V. Exª, que somos afrodescendentes, como colocarmos – sou autora inclusive de um projeto que determina que os cursos de qualificação que tenham recursos oriundos do FAT, eles tenham, claramente, usem para a sua organização, a referência da composição da população definida no último IBGE para cada um desses cursos. Ou seja, se na minha região a população é de 80% de negros, que nos cursos de qualificação financiados pelo FAT, seja garantida a presença de 80% de negros. Se tem 53% de mulheres, que sejam garantidos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um debate sobre quotas no trabalho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Um debate sobre quotas, no trabalho, que, acho, deveríamos incorporar de alguma maneira para que pudéssemos ver a questão do negro, da mulher, das pessoas com deficiência... Então, um debate de quotas no trabalho para que pudéssemos incorporar nossa agenda de discussão.

Quero dizer da minha satisfação em poder contribuir com o trabalho, já reconhecido nacionalmente, desenvolvido pelo Senador Paulo Paim nas questões relacionadas com o mundo do trabalho do Senado e tentar fazê-lo da melhor forma possível, porém já colocando essa minha limitação, porque estamos com um horário absolutamente igual ao da Subcomissão do Nordeste, que é uma Comissão muito cara para o meu mandato, que se realiza aqui na Comissão de Integração Regional e Turismo. Temos uma Subcomissão, dirigida pelo Senador Wellington, e todas duas funcionam às 9 horas. Se não tiver como mudar o horário, eu vou ter de me dividir nessa participação. Contando com a compreensão de todos os senhores, peço licença para me retirar em função de dar presença nas outras Comissões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata, que deu três grandes contribuições, inclusive já pedimos que elas sejam incluídas. Aliás, um dos nossos assessores já está formulando o requerimento do círculo de debate, que é a questão do emprego e a mulher, em toda sua amplitude, pois, o trabalho no campo, sabemos, há uma discriminação muito grande. Todo mundo fala que o Brasil é o celeiro do mundo em termos de alimentação, mas o que é feito, efetivamente, para garantir qualidade de vida do trabalhador, que fica lá na área rural, garantindo alimentação para todos nós? Então, cumprimento V. Exª. Tem também a questão das quotas no trabalho. Este é um debate que temos de enfrentar mesmo. Noto, por exemplo, vamos ter agora, na segunda-feira, Senadora Lídice, uma audiência pública que vai tratar especificamente da situação dos cegos. Uma das questões é a discriminação entre os deficientes, não entre eles, mas entre, digamos, todos que são deficientes na hora de buscar o emprego como cego. Eles procuram excluir o cego, principalmente. Eu falo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho

dois que trabalham comigo e os dois me dão *show* de bola. Eles enxergam muito mais do que eu; calculo se eles enxergassem. Isso é um deles que diz. O Santos fala muito isto: "Senador, o cego é aquele que não quer ver. É claro, eu não enxergo, mas isso não quer dizer que eu não esteja ouvindo, não esteja percebendo, não esteja sentindo e que eu não pense. Parece que alguns não entendem." Ele é *show* de bola, é o coordenador político do meu gabinete no Rio Grande do Sul. Então, eu aprendo muito com ele.

Segunda-feira, inclusive, ele vai estar aqui nesta audiência pública, estão todos convidados. Vai estar também o Luciano, que é quem faz grande parte dos meus discursos no meu gabinete, esse que anda com cão-guia, a Mitz, dentro da Casa. Então, essa questão das cotas tem que ser aprofundada. Parabéns a V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Senador, só para acrescentar algo, a preparação mesmo da pessoa com deficiência, que nós temos também que debater em outras comissões, chamou-me muito a atenção. Recentemente, fiz uma viagem a Berlim para participar de uma feira de turismo, representando o Senado, e me chamou a atenção uma mulher cega, andando na rua, com um carrinho de bebê, sozinha. Portanto, a preparação daquela cidade para conviver com uma população de cegos e a preparação dela própria, naquele ambiente, sozinha, levando o seu bebê num carrinho, sem precisar do auxílio de ninguém. Então, o Brasil precisa aprender com esses exemplos e essas experiências.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns a V. Exª. Meus cumprimentos, estamos juntos aí.

Por favor, Festino.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Essa pauta trabalhista é muito extensa. Cada vez que alguém apresenta uma proposta, a gente se lembra de outra. Na Comissão Tripartite, nós começamos a discutir agora também a questão do trabalho decente do servidor público, porque o servido não é só este que está aqui em Brasília, dentro aqui do Senado. É o servidor público de modo geral, que está trabalhando em prefeituras, no Estado. Então, é um que também tem que ser lembrado na questão de um trabalho decente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT – RS) – Tiago, veio mais uma contribuição do plenário que podia colocar como último item. Você vai mudar ali...

Quando a gente recebeu essa ONG, uma ONG nacional, como eles falam, que discute a situação do trabalhador experiente. Eu tinha colocado aqui uma idade, mas eu acho que se nós trabalharmos com essa ideia do trabalhador experiente significa a discriminação contra aqueles que têm mais de 40 ou 45. Então, eu não colocaria aqui uma idade fixa. E essa ideia do trabalho decente pega todo mundo, se tivéssemos um item aqui, podia ser o último da pauta, para discussão do trabalho decente. Por que isso? O trabalho decente poderia englobar inclusive a saúde do trabalhador. Nós sabemos que o movimento sindical e as centrais têm feito uma série de plenárias, eu participei de duas, sobre o trabalho decente, com a óptica inclusive da saúde do trabalhador, porque sabemos da gravidade. Trabalho decente. Inclusive, eu colocaria entre aspas "saúde do trabalhador".

Ele só lembra aqui que o art. 40 do Estatuto da Igualdade Racial fala o seguinte: "Art. 40 – O Conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) formulará políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e orientará a destinação de recursos para o seu financiamento."

Esta é uma contribuição somente ao debate, que a assessoria lembra, porque o Estatuto da Igualdade Racial, da forma como foi aprovado... Muitos questionaram, queriam muito mais. Eu também queria muito mais, mas foi aquilo que foi possível para o momento.

Mas, enfim, acho que eu poderia agora fazer a leitura do nosso requerimento, para que todos tenham uma noção. Isso não quer dizer que não tenha que ser modificado.

O último item foi o do trabalho decente. Vou colocar entre aspas: "saúde do trabalhador", porque amplia tudo.

Não, pode. Deve estar sim. Aperta aí que acende uma luzinha verde e deve funcionar. Está funcionando? Então, passa para a cadeira da frente para ficar gravado.

O SR. SILBERTO VIEIRA – Alô? Senador, permita-me uma participação mais efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. SILBERTO VIEIRA – O senhor sabe, eu sou Secretário da Contec. Até porque, em razão do horário que já estava adiantado para o nosso Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diga o seu nome, para que fique registrado nos Anais. É Gilberto...

O SR. SILBERTO VIEIRA – Gilberto Vieira. Nosso Presidente teve que se ausentar em razão da reunião e, por isso, não abordou algumas questões que entendemos importantes.

O fator previdenciário, que o senhor muito bem defende, e o limite de idade ainda encontram resistência na questão do limite de idade. Mas, provavelmente, essa resistência decorre também da falta de informações, porque eu acho que talvez haja necessidade de se pensar em um slogan, em alguma coisa, uma men-

sagem curta que aborde a necessidade de estender ou de adequar essa questão do limite de idade. Não se trata de reduzir, mas de aperfeiçoar a questão do limite de idade para a aposentadoria integral. Por quê? Porque também é necessário que se mantenha a aposentadoria proporcional, especialmente em razão da discriminação – não há como fugir, ela ocorre – para as pessoas com mais de 45, 50 anos. Às vezes, essa pessoa não quer se aposentar, mas fica desempregada. Se não receber nenhuma aposentadoria proporcional, seja com 30 ou 32 anos, ela fica sem renda, o que, em nosso regime, é altamente prejudicial.

E ocorre mais uma questão. O senhor estava falando de acidente, e nós conhecemos a legislação. O que acontece? Se a pessoa fica dois, três, quatro, cinco anos sem contribuir por estar desempregada e começa a contribuir porque consegue um emprego, trabalha um mês, dois meses, e dá o azar de se acidentar, ela vai receber por um salário mínimo. A legislação estabelece um salário mínimo. Então, se ela estava recebendo R$1.500,00 e contribuiu durante vinte anos com dez salários mínimos, ficou desempregada por um período de três, quatro anos, inicia novamente e recebe um salário de dois, três salários mínimos, pela legislação, se acontecer um acidente antes de um ano, ela vai receber o benefício por um salário mínimo. Então, é uma questão que também precisa ajustar.

Uma outra questão também a respeito da legislação que me chamou a atenção é o trabalhador aposentado que volta ao emprego. Se ocorrer um acidente, ele não tem licença médica porque já recebe um benefício. Ele simplesmente continua recebendo o benefício que já vinha recebendo, desconsiderando a contribuição da atividade atual. É uma questão em que precisamos pensar e encontrar uma solução.

Uma outra e última questão, Presidente Paim, e eu acho que precisamos tentar, é a respeito das cotas de deficientes. Existe lei. O problema é que sequer... Não existe uma compulsoriedade de cumprimento. As empresas simplesmente não cumprem e não acontece absolutamente nada. Claro, você pode dizer: "Bom, é difícil". É difícil contornar o problema, porque, às vezes, por exemplo, você vai pegar uma empresa pública e, no concurso, não passa a quantidade de deficientes necessária. É compreensível. Mas e em uma empresa privada? Será que não encontram no mercado de trabalho? Então, eu acho que precisa haver alternativas para forçar um pouco esse cumprimento das cotas, o que já é regulado por lei.

É isso, Senador. Meus agradecimentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Silberto Vieira pela sua contribuição. Concordo com a tese, e sabe que nesse aspecto há acordo com o Governo. O que o Governo tem dito? Nós vamos construir, pelo menos ouvi isso, uma alternativa ao fator, mas nós não vamos terminar com o fator. Então o fator ficaria lá para esses casos. Por exemplo, o camarada ficou desempregado, quer se aposentar e ele diz: bom, não tenho tempo adequado para a aposentadoria, mas quero optar pelo fator. Bem, ele vai poder optar. Isso o Governo tem colocado que é a sua colocação, muito bem levantada aqui, de ter essa aposentadoria, porque o cidadão ficou desempregado, não é o que ele queria.

Então, para o servidor público, só como exemplo, ele tem uma série de alternativas: tem a 8595, que um dia nós vamos aprofundar o debate aqui, não temos que ter medo desse debate, que passou para a opinião pública que a 8595 significa que a mulher tem que ter 85 anos de idade, e o homem tem que ter 95 anos de idade. Não é isso, não é correta essa interpretação, é até desonesto quem deixa passar isso. A 8595, todos aqui sabem, mas grande parte, infelizmente, não sabe, é a soma: mulher 30 anos de serviço, de contribuição, e 55 anos de idade, se aposenta com salário integral, o que dá 85. Se ela tiver 31 anos, ela se aposenta com 54 anos. E muitas pessoas ficam pensando que a mulher tinha que ter 85. Para o homem é a mesma coisa: é 60 anos e 35 de contribuição. Digamos que o homem tenha 36 anos de contribuição, ele vai se aposentar com 59 anos. Se tiver 37 anos de contribuição, ele vai-se aposentar com 58 anos; e vai-se aposentar com 55 anos se tiver 40 anos de contribuição.

Então eu não estou defendendo fórmula nenhuma, porque acho que isso não é o meu papel. O meu papel é abrir o debate, mas esclarecer, até porque o Deputado Pepe Vargas, que é o Relator da matéria – e confesso que, no Rio Grande do Sul, a votação dele poderia ser muito mais expressiva, mas diminuiu porque alguns diziam lá que ele queria que o cidadão trabalhasse até 85 anos a mulher e 95 anos o homem. E ele haja a explicar, eu também. Enfim, não é verdade.

Outros dizem: não, trocar o fator pelo 8595 é seis por meia dúzia. Não é verdade. Eu sou favorável, explico a todos, da PEC nº 10. Gostaria que fosse essa a mudança que nós teríamos, onde eu fiz aquela soma de 16 anos, quando você entra no mercado, mais 35 anos de contribuição, o que dá 51, que é o mesmo aspecto usado para o servidor. Mas, assim mesmo, sou obrigado a reconhecer que quem está para se aposentar, a mesma fórmula 8595 é menos perversa que o fator, sem dúvida nenhuma, não é Floriano?

O Floriano é um estudioso do tema. Se você quiser contribuir com alguma colocação que o faça, pois você conhece o tema como ninguém.

Então, se vocês permitirem, vou ler aqui o requerimento do ciclo do debate.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

"Com fundamento no disposto no art. 58, inciso II, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, art. 93, inciso I, do Regimento Interno, do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente Defesa do Emprego e da Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais, para um ciclo de debates com os seguintes temas":

[Só para dizer que esse ciclo de debate, os Senadores que estiveram aqui, assinaram o livro, e todos concordaram, colocaram sugestões que estão neste requerimento aqui, que veio da sociedade civil, no caso vocês que estão no plenário, como também dos Senadores que estiveram conosco, e deixaram aqui a sua concordância].

"1. Independente da ordem, faremos um debate, avançaremos na regulamentação das profissões;

2. Redução de jornada. E vamos discutir também a questão da redução de encargos, que aqui já tem a posição clara da Anfip;

3. Negociação coletiva, liberdade sindical;

4. Acidente no trabalho;

5. Fundo de pensões. E aqui eu dei destaque no momento, simbolicamente, para a Aerus, mas é fundo de pensões. E temos o caso do Banco do Brasil, que também, nesse mesmo dia, a gente convide o Aerus e os companheiros do Banco do Brasil. (Fora do microfone. Inaudível.)

6. Aumento de benefício e utilização pela empresa.

Está retornando e é esta a questão em discussão.

Muito bem.

Qualificação profissional, ensino técnico, políticas de primeiro emprego, políticas de emprego para os trabalhadores experientes, recursos para ampliação e qualidade de ensino técnico profissional, que se somam com o que eu já li aqui. Previdência social, alternativa ao fator previdenciário, política salarial para os aposentados e pensionistas; acompanhamento e fiscalização sobre o FAT; mercado informal de trabalho; seguro-desemprego; demanda por mão de obra qualificada; trabalho e migrações; criação e discussão do imposto mais simples; trabalho no campo; trabalho escravo – trabalho escravo a gente por fazer em conjunto com a Subcomissão do Trabalho Escravo. O trabalho da mulher podemos fazer em conjunto com a subcomissão que existe da mulher. Valorização da diferença do mercado de trabalho; cotas no mercado de trabalho; trabalho decente; saúde do trabalhador.

Esses são temas abrangentes que podemos desdobrar para as audiências e debates que faremos e a intenção é pegar também os projetos que tratam do tema, reuni-los e encaminhar para discussão aqui na Comissão quais são as prioridades. Eu vi aqui que as centrais encaminharam dezenas de projetos, como também a Cobap tem uma série de projetos sobre o que está aqui nesse Ciclo de debates, que poderão servir de eixo para o grande debate sobre, por exemplo, a questão dos aposentados e pensionistas. Os convidados serão indicados posteriormente por este Senador perante a Secretaria desta Subcomissão e também pelos outros Senadores e como também pela própria sociedade civil.

Então faremos adaptação na redação final.

Aqueles que concordam com o ciclo de debates que acabei de ler aqui permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Mediante aprovação do requerimento, eu só quero agradecer a todos que se fizeram presentes aqui. Agradeço à Senadora Lídice da Mata, Senador Casildo Maldaner, Senador Paulo Bauer, Senadora Marinor Brito, Senador Clésio Andrade, Senador Vital do Rêgo e Senador Wellington Dias.

Agradeço a presença de todos. Nós precisávamos de três assinaturas, temos nove assinaturas. E agradeço também a todas as entidades que se fizeram presentes, inclusive as centrais, mediante documento que recebi aqui assinado pela CUT, CGT, Força Sindical e Nova Central. Recebi um outro documento do Fórum dos Trabalhadores. A Conlutas, sobre a qual a Senadora Marinor fez considerações. A Cobap e a Anfip aqui presentes. A Contec aqui presente, que falou também pelo Fórum dos Trabalhadores. E a FST, o Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Agradeço a todos que acompanharam essa nossa primeira audiência que entendo foi muito produtiva e que demonstra que nós temos muito trabalho a fazer.

Muito obrigado a todos.

Encerro, assim, a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h31min)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia doze de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença

dos Senadores Casildo Maldaner, Vicentinho Alves e Sérgio Petecão e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral e Wellington Dias. A Presidência registra a presença dos Senhores Ivan Bechara Filho, Procurador-Chefe da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC; Maria Terezinha Almeida, Assessora Parlamentar da PREVIC; Ivonete Carvalho, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Manoel Leite Magalhães, Analista do Banco do Brasil; Devanir Fernandes Rodrigues, Chefe de Equipe de Voos da Transbrasil Linhas Aéreas; Francisco Jose Tomaz, Presidente da Associação de Aposentados da Transbrasil; Antônio Marcelo de Oliveira Bona, Diretor Jurídico do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Gerson Dias de Oliveira, Direito Sindical do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre; Ary Luiz Guidolin, Representante da Comunidade dos Aposentados AERUS de Porto de Alegre; Lourival Honorato Vieira, Coordenador dos Aposentados AERUS de São Paulo; Zoroastro Ferreira Lima, Aposentado VARIG; Alzira Tamara, Aposentada VARIG; Carlos Vicente Henke, Aposentado AERUS. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização da 1ª Audiência Pública do Ciclo de Debates em Defesa do Emprego e da Previdência Social para tratar do tema "Fundo de Pensões ´AERUS´ e outros", em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011 – CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Fernando Luiz Albuquerque Faria, Vice-Advogado Geral da União, Representante do Advogado-Geral da União, Senhor Luís Inácio Lucena Adams; Graziella Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; Luís Antônio Castagna Maia, Advogado do Processo AERUS; Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR; Itamar Prestes Russo, Diretor de Previdência Pública e Privada do Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul – SINTTEL/RS; Dagomar Alécio Anhê, Coordenador-Geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, Representante do Diretor-Superintendente da PREVIC, Senhor José Maria Rabelo; Ruy Brito de Oliveira Pedroza, Presidente do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil – UNAMIBB, Representante do Diretor da Associação dos Acionistas Minoritários das Empresas Estatais – AMEST, Senhor Fernando Arthur Tollendal Pacheco; Gilberto Antonio Vieira, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Amelia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião de 2011.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização da 1ª audiência pública do ciclo do debate em defesa do emprego e da Previdência Social. Para debater o tema Fundo de Pensões, que é o objetivo desta Reunião, convidamos além do Aerus, outros interessados neste tema Fundo de Pensão, em atendimento ao Requerimento nº 1 de 2011, de iniciativa desta Presidência.

Faço a leitura dos convidados, e depois montamos as duas mesas: Sr. Fernando Luís Albuquerque Faria, Vice-Advogado-Geral da União, represente do advogado-geral da União Sr. Luís Inácio Lucena Adamis, convidamos também a Srª Graziela Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Luís Antônio Castagna Maia, advogado do processo do Aerus; Cláudio Moinho Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes do Fundo de Pensão (Anapar); Itamar Prestes Russo, Diretor de Previdência Pública e Privada do Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul (Sintel); Sr. Dagomar Alécio Anhê, Coordenador-Geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional da Previdência Complementar (Previc), representante do Diretor da Previc Sr. José Maria Rabelo; convidamos também o Sr. Rui Brito de Oliveira Pedrosa, presidente do Conselho Deliberativo da União Nacional de Acionistas Minoritários do Banco do Brasil (Unamibb); representante do Diretor da Associação dos Acionistas Minoritários das Empresas Estatais (Amest), Sr. Fernando Arthur

Pacheco; convidamos também Sr. Gilberto Antônio Vieira, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito (Contec).

Esta Presidência comunica também que recebeu do Sr. Rui Brito Pedrosa um artigo de sua autoria sobre a Previ e do Sr. Fernando Arthur Tollendal Pacheco, referente ao histórico da Previ.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação por aqueles que estão nesta audiência pública.

Feita a abertura, vou fazer uma pequena introdução antes de formarmos a nossa Mesa. Um dos nossos objetivos no dia de hoje é aprofundar o debate sobre os fundos de pensão, um dos temas que tenho tratado, aprofundado e feito até vigília neste Senado, fui ao Governo por duas ou três vezes, mediante a AGU, tanto no ex-representante legal, o Adamis, que é o atual, e até o momento não construímos uma alternativa por isso chegamos a este momento. Vamos ter uma audiência pública que tratará dos fundos de pensão e também do Aerus, mas informar que amanhã também teremos uma audiência no Supremo Tribunal Federal come este objetivo. Já está confirmado pelo encaminhamento feito pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Alvaro Dias, e eu também estarei lá.

Convido o Brito e o companheiro, nossos painelistas, para que passem para a primeira fila e se sentem, pois, em seguida, vamos montar a Mesa. E vai ter também amanhã uma reunião no Ministério da Previdência com o mesmo objetivo.

Mas registro a presença conosco aqui da Srª Ivonete Carvalho, Secretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais. Ivonete tem um trabalho belíssimo e está lá na Cepir, veio aqui visitar hoje a nossa Comissão e tratar da agenda para aquele setor.

Eu vou fazer rápida introdução sobre a questão do Aerus que me foi passada. O Fundo de Pensão Aerus foi criado em 1982, de forma absolutamente legal, além das contribuições de empregado e empregador, havia uma terceira fonte de financiamento definida a partir do estudo de um grupo interministerial, tratava-se de 3% sobre a venda de bilhetes aéreos e domésticos vendidos no país. Esse percentual era obrigação decorrente do contrato de concessão firmado entre a União e as companhias aéreas. A suplementação dos benefícios da Previdência oficial era um desejo antigo da classe dos aeroviários e aeronautas.

Quando o Aerus nasceu, na Varig, seus idealizadores pensaram em toda a categoria profissional. Na época tiveram o apoio e a compreensão dos poderes públicos, daí que surgiu o grupo inclusive interministerial. O Aerus vinha como forma de capitalizar o tempo e o trabalho desses profissionais por meio de uma poupança considerada segura na época. Por sua vez, a Vasp, patrocinadora do outro instituto de nome assemelhado, ao Aerus, assim que foi privatizada solicitou não mais repassar a terceira fonte de financiamento. Alegou o Departamento de Aviação Civil, DAC, em 1990, que se trata de condição de concessão, ou seja, cláusula de cumprimento obrigatório, afastando a pretensão da Vasp. Alegou que não era a Vasp quem pagava, tão-somente repassava ao consumidor o valor relativo à terceira fonte. Sete meses depois, a Vasp novamente foi ao DAC e obteve um ofício que dispensava todas as companhias aéreas de repassarem a terceira fonte, a mesma autoridade negou, e sete meses depois autorizou aquilo que eles falam aqui como "uma barbaridade".

Enfim, aqui tem todo um histórico da situação, tanto da questão da Transbrasil como da Varig e da Vasp.

Eu naturalmente não vou ler todo o documento que recebi, mas vou pedir que ele seja colocado aqui nos *Anais*, seja inserido nos *Anais* desta reunião e no final, se tivermos tempo, faremos a leitura de todo o documento.

De pronto, eu vou convidar os nossos convidados que já estão presentes para a primeira Mesa,

Então convido a Srª Cláudia Munhoz Ricaldoni, que é Presidente da Associação Nacional dos Participantes do Fundo de Pensão Anapar; convido também o Sr. Itamar Prestes Russo, Diretor de Previdência Pública e Privada do Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul; convido também Dagomar Alécio Anhê, Coordenador-Geral de Regimes Especiais de Pendência Nacional da Previdência Complementar, Previc, representante do Diretor Superintendente da Previc, Sr. José Maria Rabelo, e convido – foi meu companheiro de longas jornadas, também, e continua jovem, só eu que envelheço, você não, por isso eu fui falando Brito – o meu amigo o Sr. Rui Brito Pedrosa, Presidente do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil, Unamibb, representante do Diretor da Associação dos Acionistas Minoritário das Empresas Estatais, Amest , Sr. Fernando Artur Tollendal Pacheco.

Esta é a nossa primeira mesa, depois temos mais outros convidados que entrariam numa segunda Mesa.

Nós vamos seguir a ordem aqui que recebi, independe da escolha desse ou daquele, e a nossa intenção para esta exposição, de nós darmos os primeiros 15 minutos para cada um, com um tolerância de mais cinco, se necessários, para que todos os convidados possam fazer uso da palavra, depois vamos abrir para o Plenário, paras as interpelações.

Então pela ordem que tenho aqui, começamos com a Srª Cláudia Munhos Ricaldoni, da Anapar, V. Exª tem, Drª Cláudia, 15 minutos, com mais cinco, se necessário.

A SRª CLÁUDIA MUNHOZ RICALDONI – Obrigada. Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente gostaríamos de agradecer o convite para esta audiência muito oportuna, tendo em vista o momento que a gente está vivendo. Esse convite vem num momento muito interessante, quando a Anapar e o conjunto dos participantes de previdência complementar têm discutido e rediscutido a questão da reinserção dos participantes nessas entidades.

Para entender um pouquinho do nosso problema, acho que precisamos voltar um pouco no tempo e entender o seguinte: a nossa legislação de previdência complementar data da década de 70, precisamente de 1977. Podemos dizer que a previdência nasceu com a legislação, embora anteriormente já tivéssemos outras fundações no Brasil, como a nossa querida Previ, mais antiga delas, que já está com 106 ou 107 anos.

Essa legislação trouxe um avanço para o sistema, na medida em que buscou regulamentar aquelas práticas de previdência complementar que já existiam no Brasil. Como toda lei, nasceu num momento complicado do nosso País. Estávamos vivendo ainda sob a égide da ditadura e essa lei se esqueceu de colocar no seu texto a possibilidade de os participantes de previdência complementar fazerem parte da gestão dessas entidades. Chamo a atenção para isso, porque grande parte dos problemas que existem no sistema hoje decorrem desse desequilíbrio que sofre desde seu início.

Normalmente a notícia que ouvimos sobre previdência complementar traz sempre o lado da pujança dos ativos que existem nessas entidades. Costumamos ouvir que os planos, as grandes fundações têm recursos da ordem de R$500 bilhões. Talvez seja a única poupança interna de longo prazo que o Brasil tenha. A má notícia é que essas fundações não têm esse dinheiro. A boa notícia é que essas fundações administram esse dinheiro que vem da poupança previdenciária dos participantes e das empresas patrocinadoras. Esse dinheiro, portanto, tem dono, existe para pagar o benefício dos participantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cláudia, se me permite.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos podem entrar e sentar tanto nas cadeiras do plenário principal quanto do lateral, de forma que vamos procurar que ninguém fique de pé. Faço um apelo à assessoria que, se necessário for, peça algumas cadeiras para colocar aqui à minha esquerda ou à minha direita para que todos possam sentar pela importância – Drª Cláudia, naturalmente vou descontar seu tempo – do evento e pelo interesse de todos os fundos de pensão.

Volto a palavra à Drª Cláudia.

Nós teremos duas mesas. Esta é a primeira. Depois teremos uma segunda. Só para situar os que estão chegando, todos estão vendo aqui os nossos convidados: Dr. Ruy, Dr. Itamar, Drª Cláudia, Dr. Dagomar. Na segunda mesa, estarão: Fernando Luiz Alberto de Faria, Vice-Advogado-Geral da União; Graziella Baggio, do Sindicato dos Aeronautas; Luís Antonio Castagna Maia, Advogado do Aerus; e também Gilberto Antonio Vieira, Secretário-Geral da Contec. Essa será a segunda mesa.

A palavra volta à Drª Cláudia.

A SRª CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI – Bom, quero falar da minha satisfação em ver os companheiros presentes aqui: o Castagna, a Graziella e os companheiros aeronautas e aeroviários presentes. Na verdade, o exemplo do que não deveria ter acontecido com o Aerus talvez seja a síntese de tudo aquilo que estou falando aqui sobre os problemas da previdência complementar. Acho que isso vem, já disse antes, de um desequilíbrio da própria concepção da lei, mesmo a Lei nº 6.435 que, embora sabendo que esse sistema é de conceito previdenciário e com o objetivo único de pagar benefício para os seus participantes. Nesse sentido nós não estamos falando de finanças, mas de segurança, de tranquilidade de vida, nós estamos falando de pessoas.

O problema é que o nosso sistema trabalha com regime de capitalização e, no final das contas, a pujança desses valores acaba se sobrepondo ao objetivo fim, que é dar tranqüilidade às pessoas quando elas estão velhas, que estão inválidas, ou mesmo venham a morrer.

Acho que nenhum de nós que está fora do sistema tem contato com essa realidade. A gente vê publicado nos jornais que o fundo X aplicou tantos bilhões em tal empresa, que o fundo Y trabalhou em tal processo de privatização. A imprensa não divulga que somou 2 milhões e 600 mil participantes, que nós temos 800 mil já recebendo benefícios

Estou querendo chamar a atenção para o fato de que o objetivo do nosso sistema é pagar benefício, é dar segurança às pessoas. Nós aplicamos como meio; não é fim. Nesse sentido, nós temos a poupança previdenciária, que é a do participante, fruto da capitalização dele e da patrocinadora. Esse dinheiro, esses recursos acabam ofuscando o que o sistema tem de

melhor, que é a segurança e a tranqüilidade dos seus participantes.

Como eu disse no início, a Lei 6.435 nunca identificou a necessidade de o participante fazer a gestão desses recursos. Embora na grande maioria das entidades nós tivéssemos a paridade nas contribuições... Isso é rigorosamente verdade. Nós tínhamos algumas entidades em que o participante contribuía menos, mas isso é exceção do sistema. A regra é a paridade. Somente a partir da nova legislação, em 2001 – Leis 109 e 108 – que algumas entidades de previdência complementar tiveram em seus conselhos participação de membros eleitos pelos seus pares. Nós temos hoje cerca de 358 entidades. Dessas somente temos paridade nos conselhos deliberativos em torno de 74, que são as da égide da 108. Na grande maioria das entidades a patrocinadora tem o controle absoluto da gestão dos ativos e da gestão do passivo, que são os benefícios.

Com essa realidade de desequilíbrio, o que a gente vem vendo no sistema é que as patrocinadoras de maneira geral começam – esse processo começou na década de noventa, na verdade, – a refazerem, a rediscutirem os planos de benefícios oferecidos. Essa rediscussão dos planos dos benefícios oferecidos implica necessariamente no rebaixamento do direito e no rebaixamento da cobertura. A maior parte dos planos criados no Brasil a partir da década de noventa têm um cunho financeiro e não previdenciário. Por que afirmo isso? Porque a maioria desses planos são constituídos com uma modalidade de contribuição definida, não pagam benefício de renda vitalícia, não pagam benefício de risco – invalidez ou morte – proporcional ao salário das pessoas. Para mim, o absurdo é o seguinte: as pessoas têm que saber exatamente a data em que vão morrer para que a poupança previdenciária dê conta da vida. No caso desses planos de contribuição definida, quanto mais velha a pessoa mais probabilidade há de ela ficar sem benefício. É isto que temos visto no Brasil desde a década de noventa: o conceito financeiro em vez do conceito de previdência, uma confusão entre o meio e o fim.

Nós trabalhamos com capitalização de recursos, mas para prover aposentadoria e renda vitalícia. A Anapar neste ano tem feito uma discussão muito dura com a própria Secretaria de Previdência Complementar, atualmente Superintendência, porque durante esse tempo temos visto desmonte de caráter previdenciário com o aval da própria Secretaria.

Acho que o que estou falando aqui não é nenhuma novidade para o Dr. Dagomar e para o Dr. Ivan, pois já tivemos oportunidade de debater isso, já que a lei coloca muito claramente que o papel do Estado é proteger o interesse dos participantes dessas entidades. Mas, infelizmente, na nossa visão, não é isso o que ocorre. Não há desenho, não há o que não possa ser feito para atender aos interesses das patrocinadoras. E o interesse dos participantes, muitas vezes, é simplesmente um conceito financeiro.

Vou explicar o que estou dizendo. Uma retirada de patrocínio, ou seja, a patrocinadora resolve que não quer ficar mais naquele plano; ela tem direito a isso, pois o nosso sistema é facultativo. Mas o que ocorre é o seguinte: nesse processo de retirada de patrocínio, aqueles trabalhadores e trabalhadoras que já são assistidos, que já têm direito a uma renda vitalícia, têm esse direito transformado em um direito pecuniário. Ou seja, você tem o direito de receber R$100 mil, por exemplo, que é o valor presente do compromisso de renda vitalícia que essa pessoa teria, mas se pega esse dinheiro e entrega para um participante de 80, 75, 60 anos e se diz: vá a um mercado e procure um outro benefício.

Não estou dizendo isso como uma suposição. Nos últimos oito anos, mais de 300 planos foram extintos dessa maneira, com a transformação do benefício vitalício em um valor pecuniário.

É bom que se diga que o cálculo desses benefícios é feito com base em uma expectativa de vida. Tem-se uma média de longevidade. O que ocorre é que a grande maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras aposentadas que já passou dessa expectativa de vida, quando o direito é transformado em dinheiro, fica devendo para o fundo, nada tem a receber.

Isso aconteceu com vários participantes. O nosso sistema não pode ser transformado em uma poupança financeira. Trabalhamos com a vida, com a segurança de velhos e velhas, de pessoas inválidas. Nesse sentido, temos que aperfeiçoar muito o conceito que perpassa o sistema e a própria legislação.

Acho que é absolutamente fundamental revisitarmos as Leis nºs 108 e 109 para garantir o direito dos participantes, que embora estejam na lei de alguma formam, deveriam estar mais claros ali.

Por exemplo, precisamos garantir que toda fundação tenha participante eleito participando da sua gestão: diretoria executiva, conselho deliberativo, conselho fiscal. Isso é fundamental. Ou seja, se em um sistema temos dois contribuintes, necessariamente deve haver a gestão desses dois atores dentro das entidades. É uma questão de democracia, é uma questão de equilíbrio do sistema. Do jeito que as coisas estão hoje, algumas patrocinadoras – e não vamos generalizar, pois existem aquelas que entendem com muita clareza o porquê de estarem financiando aquela poupança previdenciária – usam e abusam do expediente de

mudar plano, de alterar regulamento, de imputar ao participante prejuízos que elas deram causa.

É bom que se diga que os fundos de pensão também costumam frequentar as páginas dos jornais quando têm um déficit, o famoso rombo. A impressão que se tem é que alguém pegou o dinheiro e levou para casa. Não existe isso em fundo de pensão, embora ninguém possa botar a mão no fogo com 100% dos atores do sistema.

Mas os nossos problemas não são esses e, sim – e no Aerus, talvez, isso seja mais agudo –, que invariavelmente um plano de previdência tem problema e este se origina na patrocinadora em quase 100% dos casos.

O Aerus é um exemplo, mas temos outros dentro do sistema em que as patrocinadoras, embora com contratos assinados de dívida, de contribuições, não fazem esse repasse. Posso citar aqui que o próximo problema que nós vamos enfrentar no sistema é o Portus, ainda, Senador, apesar de toda aquela movimentação.

As empresas patrocinadoras continuam não fazendo o pagamento da dívida do tempo anterior. Algumas delas sequer fazem as contribuições mensais. Vocês da Aerus já ouviram esse filme antes não é? Vocês sabem como é que ele termina. E o mais grave: nesse caso, são todas empresas estatais – ou estatais federais, ou estaduais.

Da parte da Anapar, o que a gente pode dizer é o seguinte: a história da Aerus é uma história a ser resolvida e não repetida. Então, o que nós pudermos fazer, em todos os níveis, para impedir que os companheiros do Portus sejam os próximos da fila... Há outros, eu só vou citar o Portus porque, senão, alarmo algumas pessoas; o Portus é a bola da vez. Motivo do problema do Portus: de novo, a patrocinadora não cumpre as obrigações.

Vou citar um outro exemplo de uma estatal, de uma empresa, de uma entidade patrocinadora estadual. No Rio Grande do Sul, temos uma diretora eleita, batalhadora, ela foi eleita pelos participantes, diretora de benefício de uma determinada entidade, que percebeu que a patrocinadora não estava pagando o que devia. Veio à Secretaria, fez o que tinha de fazer, o contrato de dívida, e foi cobrado à patrocinadora, certo? O que a patrocinadora fez? Além de não pagar, demitiu a diretora. Ela não pode ser demitida da entidade, porque ela tem o mandato garantido, mas da empregadora ela foi demitida. O que nos mostra, de novo, que a gente precisa proteger, além da paridade na gestão, esses trabalhadores e trabalhadoras que se dispõem a fazer a gestão compartilhada dessas entidades. Essa companheira, Luísa, continua demitida há dois anos, e a patrocinadora, até onde eu sei, continua não pagando a dívida.

E, aí, nós ficamos numa situação complicada porque, invariavelmente, na hora em que há um problema num fundo de pensão, você pode ter certeza de que o problema é dos participantes do fundo de pensão, de mais ninguém. Estoura aqui. Ou a gente tem de pagar um déficit, que muitas vezes nós não ajudamos a criar, ou muitas vezes nós não temos benefícios, que é o caso mais extremo do Aerus.

Então, acho muito importante essa audiência pública. A Anapar tem se batido tanto com o Ministro quanto com a própria Previ e a SPPC, para que a gente crie uma legislação que de fato proteja o interesse dos participantes. Lamentavelmente, temos ficado um pouco decepcionados com algumas posturas das entidades, que deveriam, a nosso ver, proteger o interesse dos participantes.

No mais, o que a gente pode fazer é judicializar a questão. E ainda há atores no sistema que reclamam que a previdência complementar anda frequentando demais o Judiciário.

A pergunta é: que recurso nos cabe? Que recurso nos cabe? Nós temos o caso do Aerus, que vai fazer aniversário – não é isso, Grazi? Hoje. Não é um aniversário bom para se comemorar, concordamos todos. Já poderia e deveria ter sido resolvido. Não foi. Nós temos outros problemas de estoque que precisamos e devemos resolver.

Eu acho que a iniciativa de trazer essa discussão aqui no Senado é absolutamente fundamental, porque, aliado a uma discussão com os órgãos de regulação e fiscalização – SPPC e CRNPC, desculpe-me, a Previc –, nós precisamos também mudar alguma coisa da legislação. A Anapar tem um projeto de lei prontinho que queremos discutir com o Executivo e com o Legislativo, muito focado na questão da governança dessas entidades. Não é que a governança resolva tudo, mas pelo menos a gente imagina que, com uma paridade, uma participação de todos nós nessa gestão, na gestão dessas entidades, alguns dos absurdos que a gente viu acontecer e continua vendo seriam dirimidos no início. Eu fui gestora eleita de um fundo de pensão durante nove anos. Nós éramos cinco na diretoria executiva, quatro indicados e um eleito. Mas só o fato de estarmos ali na diretoria acompanhando os investimentos, acompanhando a gestão dos ativos e do passivo da entidade, não tenho dúvida nenhuma de que trouxe muito mais segurança para nossos participantes.

Não achamos que a nossa poupança previdenciária não possa ser utilizada para ajudar a sustentabilidade do desenvolvimento do Brasil. É uma lateralidade do sistema - não há dúvida -, desde que preservada

a segurança, a solvência e a liquidez do investimento e não dá para colocar em risco, a nosso benefício, em nome de determinados investimentos. Não somos contra fazê-lo. Somos contra a interferência política dentro dos fundos de pensão, para direcionar a nossa poupança para determinadas questões.

Não temos nenhum problema em investir e temos investido em várias entidades, em várias empresas. Talvez o exemplo mais pungente disso seja o investimento feito nas telecomunicações, na época da privatização. Se não fossem as fundações, esse setor estaria na mão de multinacionais estrangeiras, inclusive.

Então, preservamos isso. Não acho problema. O problema é quando começamos a flexibilizar a questão da solvência, a questão da garantia e da liquidez desses investimentos, em nome de investimentos que não têm nada a ver como a nossa previdência complementar e a nossa segurança futura.

A palavra da Anapar em relação ao nosso sistema é sempre de equilíbrio e bom senso. Equilíbrio na gestão paridade, na gestão desses ativos, e equilíbrio entre a sustentabilidade do plano e a sustentabilidade do País, o pagamento de benefícios e a segurança e a vida de todos nós.

Nesse sentido, gostaríamos de pedir o apoio do Senado para que possamos consertar o que está errado nesse sistema.

Em Minas, costumamos dizer que toda roda nasce quadrada e, à medida que ela roda, vai se arredondando. Como tudo, a nossa legislação de previdência nasce em 1977 bem quadradinha. Hoje, ela está um pouco sextavada já, e precisamos consertá-la para que ela, de fato, represente a proteção dos interesses dos participantes e que também possa ser uma poupança segura, de longo prazo, para o nosso País, sempre dentro do preceito de equilíbrio entre os interesses da patrocinadora, do participante e do Estado.

Deixo por último a observação de que, nesse aspecto, quem deve ser protegido somos nós participantes, a parte mais vulnerável desse sistema. Infelizmente, não é isso que temos visto, e o caso dos companheiros do Aerus é o exemplo mais triste dessa história. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece à Drª Cláudia, nossa primeira convidada, pela exposição, que já deu um norte ao nosso debate. Pela importância da audiência pública de hoje, se possível , peço a V. Sª, se assim entender, que passe o nome da funcionária, para que possamos fazer um documento em nome da Comissão e remeter a todos os envolvidos no sentido de exigir a sua readmissão. Entendemos que isso é mais do que legítimo.

Devo dizer também que o projeto que a Anapar pretende apresentar e que, naturalmente, irá discutir com todos, se possível for - poderemos discutir depois -, dê entrada via Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque, assim, fica sendo um projeto das entidades. Eu indico um relator e o projeto começa a tramitar. Dando o relator parecer favorável, ele flui com mais rapidez na Casa. Claro que vamos ver toda a questão da iniciativa, mas aí vamos discutir também com o Executivo.

Passo a palavra de imediata à Senadora Ana Amélia, até porque ela tem um encontro com as mulheres, na minha comissão, inclusive. Vou ficar aqui e a senhora vai para lá. Concedo a palavra a V. Exª, Senadora, que tem participado de forma ativa aqui nesta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Paulo Paim. Queria cumprimentar, primeiramente, pela iniciativa tomada por esta Subcomissão que trata de emprego, abordando uma questão que chama a atenção, mobiliza e até emociona, em certa medida, milhares de brasileiros, especialmente a nós do Rio Grande do Sul, porque a Varig nasceu ali. Quem não se lembra de toda a relação quase afetuosa que tínhamos com a companhia e os seus funcionários? Sempre muito atenciosos. Era uma referência em matéria de qualidade, de atendimento e de serviço.

Temos uma obrigação com isso, até porque os erros e equívocos nasceram dentro do próprio Governo, do órgão responsável por fiscalizar e cuidar dos interesses e dos direitos de quem participava de um fundo de pensão ou de aposentadoria complementar, no caso a Aerus.

Queria cumprimentar todos os participantes convidados aqui pelo Senador Paulo Paim e também pela direção aqui da Graziela. Hoje, faz cinco anos que foi liquidado o fundo Aerus. Cinco anos é tempo demais para quem está com 75 anos, aguardando, sofrendo, recebendo 8% daquele valor que recebia. Alguns nem isso recebem.

Então, é dramática a situação dessas pessoas que, hoje, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, fazem mais uma mobilização e também no aeroporto de Congonhas em São Paulo. Pelo menos, essa é a forma de manter na pauta política, na pauta legislativa, um assunto tão candente.

Eu queria informar aos senhores – por isso a minha presença aqui – que, além de apoiar o Projeto do Senador Paulo Paim – o PLS nº 147 -, trata de garantir os direitos do fundo Aerus, queria dizer que, na 2ª feira passada, solicitei, em meu nome, com o apoio do Senador Paulo Paim e do Senador Álvaro Dias, uma

audiência com a Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal.

Depois de eu ter comunicado também da tribuna do Senado que eu havia solicitado isso, pela demora que estava havendo, confirmou que, na 6ª feira, amanhã, dia 13, ela vai conceder, às 18h, ela vai conceder essa audiência no Gabinete dela no Supremo Tribunal Federal.

Então, Senador Paulo Paim e as Lideranças, se quiserem acompanhar-nos, estaremos à disposição para estar lá com a Ministra Carmem Lúcia. Para quem não sabe, está na mão da Ministra Carmem Lúcia o processo que trata da questão relacionada às tarifas da Varig – inclusive já houve uma decisão favorável à Transbrasil. Isso poderia ser o caminho mais curto e mais rápido para a solução desse problema, embora isso seja, como se diz, um esqueleto no armário financeiro do Governo.

É um problema grave. Eu fiquei mais impressionada, Drª Cláudia, com as suas previsões e projeções.

O sistema de previdência complementar, no mundo inteiro, é um sistema extremamente sólido. Ele é o formador da poupança que promove o desenvolvimento, a questão social, a questão do emprego, a geração do desenvolvimento. No entanto, no Brasil, ele está sendo um fator de dúvidas a respeito do funcionamento. O mais crítico de tudo isso é que são empresas estatais envolvidas.

Concordo plenamente com a sua dissertação, sobretudo com o risco que representa a partidarização, a *politização*, do sistema que deveria ser técnico com uma paridade absolutamente responsável para cuidar, porque esse é um patrimônio das pessoas que participam do sistema, da patrocinadora, da sociedade brasileira, porque, quando se trata de estatais, é a sociedade, enfim, que tem também este patrimônio.

Queria, então, dar esta informação: a audiência será amanhã, às 18h, no Gabinete da Ministra Carmem Lúcia.

Parabéns, Senador Paulo Paim, mais uma vez, e eu sou solidária, em todas as ações políticas, no Legislativo, no Senado Federal, em relação não só ao caso Aerus, mas em relação aos outros, que lamentavelmente estão a caminho.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, sei que V. Exª vai estar agora no Café com o Presidente Sarney e com as mulheres. Depois, vão instalar a Subcomissão. Se eu não estiver lá , represente-me por favor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, nosso querido Senador Casildo Maldaner, que me recebeu em Santa Catarina, neste fim de semana, numa atividade dos aposentados – mais de 7.000 aposentados. Foi V. Exª quem me recebeu lá.

Meus cumprimentos por estar aqui conosco e pela atividade.

Permita-me somente registrar também que o Ciro Miranda esteve conosco aqui também e teve que sair.

Então, para os convidados, só para entender como funciona, os Senadores podem usar da palavra a qualquer momento, faz parte do debate, até porque temos hoje dezenas de comissões em pleno funcionamento.

Senador Casildo Maldaner, por favor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero, então, aproveitar a carona, já que V. Exª nos deu o gancho, Senador Paulo Paim, para, além de cumprimentá-lo, recordar a ida do nosso Senador Paulo Paim a Santa Catarina no último domingo, mais precisamente a Nova Trento, que é a sede da Santa Madre Paulina.

Houve uma romaria nacional dos aposentados – é o segundo encontro nacional – e eis que aparece lá, parecia uma visagem, lá pelas dez da manhã, no Santuário de Madre Paulina, o Senador Paulo Paim, domingo, pela manhã. Foi uma aclamação. Nunca vi um negócio desse. Ele parece um franciscano que chega com o cajado, o Paulo Paim. E aquele povo catarinense, brasileiro, que lá estava...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não, não, não. É verdade. Eu não sei como... Aquilo era um aplauso de pé, todo mundo. Até a Basílica de Madre Paulina ficou toda emocionada, todo mundo aplaudindo. Eu não sei como é que é, como se diz, um jeito canônico. O jeito canônico é, por exemplo: adorar, só se adora o santíssimo sacramento. Então, isso eu não posso dizer que foi, que foi adorado. Mas, venerado foi, venerado pode. Foi venerado, domingo passado, o Senador Paulo Paim. Foi uma loucura, uma alegria.

Muito obrigado por ter ido a Santa Catarina. Estavam os aposentados do Brasil inteiro, desde os gaúchos até os do Ceará, os do Rio Grande do Norte. Os aposentados do Brasil todo lá compareceram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Tinha gente do Aerus com a camiseta laranja lá.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, ao lado desse depoimento, quero dizer aqui com muita sinceridade – eu como gaúcho catarinense, sou nascido em Carazinho e criado no oeste catarinense, entrei pela minha vida pública e tenho meu passado –, e faço esse registro com muita alegria, que, neste

caso, convivi muito, inclusive quando fui Governador do meu Estado, com o problema da Varig. As pessoas catarinenses ligadas ao fundo Aerus. Acho que esta audiência pública vem para despertar, não tentar ver as pessoas que contribuíram por tantos anos – aliás, quando se fala em fundo Aerus, nós podemos pensar em fundos similares, em outros fundos no Brasil, onde muita gente contribui, mas fica com o pé atrás: como é que vai ser comigo, quando eu deixar de trabalhar? Estou contribuindo, e daqui a 15 anos, ou daqui a dez anos, daqui a 20 anos? Então, acho que isso é alguma coisa... A segurança necessária, a fiscalização, o acompanhamento desses fundos.

Então, o Aerus desperta aqui no Senado uma coisa que interessa ao Brasil, porque são milhões de pessoas participando do fundo, se preparando para, quando não puder mais, fisicamente, contribuir, trabalhar para conseguir o seu quinhão, poder ter uma vida digna. Ele vai contribuindo com esse fundo, para que ele dê condições de amparo.

Então, acho que isso é uma coisa que fica muito presente, por isso quis cumprimentá-lo, Senador Paulo Paim, e cumprimentar as pessoas, os diversos convidados que estão aqui e que entendem disso. Acho que o Brasil está acompanhando esta audiência pública, todo mundo fica de atalaia. Acho que é fundamental oferecer credibilidade, confiança, segurança. Precisamos ver de que maneira se pode conseguir uma coisa para essas milhares de pessoas que têm famílias e que participam ou participavam do fundo Aerus. E, por extensão, são todos eles no Brasil. Outros que estão em andamento, tantos outros que talvez pensem em constituir e ficam fazendo reuniões, esses questionamentos: Vai dar certo, não vai dar certo? É bom fazer isso, ou não é bom? Qual é a segurança? Então, acho que isso é fundamental para que se ofereça esse debate.

Eu fui aplaudido, quando cheguei aqui –, quando cheguei aqui, a senhora estava sendo aplaudida, já tinha falado, Drª Cláudia. Mas vejo que a senhora está entendendo isso, e é fundamental para que a gente reflita isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sua fala está em sintonia com ela. Acho que o senhor assistiu, ficou ouvindo ali ao lado o que ela falou, para depois ficar em sintonia.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A Rádio Senado está transmitindo ao vivo, e essas coisas são prioritárias. Só trago para reflexão isso. Como eu fico refletindo,colocando minhas ideias, meus neurônios, pensando nisso, milhares, milhões de pessoas ficam fazendo isso.

Eram minhas considerações, Sr. Presidente e nobres Participantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador.

Só para descontrair, "atalaia" é na tocaia, na expectativa?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É vigilante. O índio costuma ficar de atalaia, de plantão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vigilante. Vamos ficar todos vigilantes.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Itamar Prestes Russo, diretor de previdência pública e privada do Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul – Sinttel.

O SR. ITAMAR PRESTES RUSSO – Primeiro, agradeço ao Paim por essa audiência importante para todos nós. Reforçando o que o Senador colocou ainda há pouco, o Paim não é mais um Senador do Rio Grande do Sul, ele transcende, hoje ele é um Senador do Brasil. Isso devido aos trabalhos profícuos que ele tem feito sempre ao lado dos trabalhadores.

Há uns dois anos, participei de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, da Aerus. Realmente foi uma coisa que chocou muito, marcou muito. Lá no Rio Grande do Sul, é difícil não ter um gaúcho que não tenha um parente na Varig, um amigo na Varig, um afilhado na Varig. Então, foi uma comoção muito grande para nós, no Rio Grande do Sul, e para todos os brasileiros, pelo atendimento, pelo que representava a Varig nacional e internacionalmente.

Vejo que a questão da Varig é política, é a vontade política de resolver. Podem contar conosco, com nossa pequena ajuda de nosso Sindicato, o Sinttel, com a Anapar – estou vendo o Gerson, e temos participado juntos –, com a nossa própria Federação – aqui está o Coan, representando a nossa Federação, a Fittel. Vocês podem contar conosco e ter sempre o nosso carinho.

Estou aqui para falar um pouco sobre o nosso fundo de pensão, que é o BrTPrev. A CRT, quando foi privatizada, uma das poucas coisas que a gente colocou...Você sabe que, quando houve a privatização, foi de roldão, a serra elétrica pegou, saíram demitindo todo mundo e começou lá pelo Rio Grande do Sul. Se passasse na CRT, pensaríamos: o resto vem fácil. E foi o que aconteceu.

Lá demorou ainda dois anos para privatizar. Então, uma das poucas coisas que nós conseguimos colocar na modelagem do edital de venda foi o seguinte, vou me permitir a ler para vocês rapidamente.

Ao proponente vencedor fica obrigado a manter, em regime de múltiplos patrocínios, nos termos da legislação federal, a Fundação CRT – Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicação.

Depois, a cláusula quinta diz: os compradores e seus eventuais sucessores, a qualquer título, inclusive em decorrência de posterior seção e transferenciação, estarão obrigados solidariamente de forma irrevogável e irretratável a cumprir as disposições a eles inerentes contidas no edital, e as seguintes obrigações especiais, exercendo, para tal, se necessário, seu direito de voto na assembleia...e assim por diante.

Os compradores ficam obrigados a manter em regime de múltiplos patrocínios, nos termos da legislação federal, a fundação dos empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicação.

Mesmo com isso, o que aconteceu? No momento em que a CRT foi vendida para os espanhóis começou a nossa luta, houve uma mudança em nosso Fundo. Conseguimos, por intermédio de uma ação no Rio Grande do Sul, manter a Fundação. Logo em seguida, vem a Brasil Telecom. Começou todo um trabalho de todo o pessoal, tirando os aposentados, trabalhando e lutando para que se mantivesse a Fundação.

Resolvido o problema com a BRT, resolvido o problema com os espanhóis, veio a Oi. Começou tudo de novo, de uma forma mais eficaz e mais ostensiva e arrogante. Tivemos, por parte da Oi, da Fundação Atlântico, que pertence à Oi, um pedido do presidente atual da Oi, que mandou para a Previc, de solicitação da passagem dos planos da Fundação BrTPrev para a Fundação Atlântico na Oi. Então, pasmem, senhores, o mesmo presidente da Fundação 14, é o que assina, o Sr. Pimentel, Fundação BRT Prev, assina o Sr. Pimentel, e Fundação Seguridade, assina o Sr. Pimentel. Três assinaturas, três pedidos. Em uma ele diz assim: eu quero os planos. Aí ele corria pro outro fundo e dizia assim: eu passo os planos. Sem passar pelo conselho deliberativo, que é o órgão máximo da fundação, do qual sou conselheiro eleito. E lá temos a condição de paridade. Nós levamos um ano, um ano, mesmo nós tendo vendido, mesmo sendo uma empresa privada, nós negociamos como se fosse a 108, uma fundação estatal. Temos paridade no conselho deliberativo, temos paridade no conselho fiscal, com voto de qualidade nosso no conselho fiscal, e mandato. Isso dói muito na questão da Oi porque na Atlante não existe paridade, nem a questão da 109, que diz que tem que ter representante, mas não diz que é eleito.

Essas coisas que a Claudia colocou há pouco nós temos que mudar.

Quando eles passam um plano para a outra entidade, eles simplesmente estão mandando a governança para o inferno. Rasgando tudo que negociamos durante um ano. Não negociamos de graça; a negociação teve 70% de déficit técnico resolvido pelos participantes. Os aposentados, que não pagavam mais, começaram a pagar, enfim, várias coisas.

Como o edital de venda dizia não especificamente aos planos, nós temos um termo de transação judicial que conseguimos lá no Rio Grande do Sul que depois de ser recorrido ao tribunal nós ganhamos por três a zero. No termo de transação judicial consta toda esta questão da paridade e do mandato; mesmo assim, passaram uns planos em que tinha um fundo que tinha governança para outro fundo.

Tudo isso aí, pessoal, e esse pedido com essas três assinaturas sem passar pelo conselho deliberativo foi para a Secretaria de Previdência Complementar, SPC, da época, e por lá passou, mesmo que nós na época tenhamos feito recurso. Nosso recurso leva meses, anos, nosso pedido leva meses, anos, e esse pedido de passagem do plano aconteceu de forma assim rápida, questão de uma semana, 10 dias.

Não satisfeito com isso, pessoal, a própria fundação pediu, no momento em que passou os planos para a Fundação Atlante em que a nossa liminar foi cassada, imediatamente pediram a extinção da fundação. Então, agora em fevereiro, pela Portaria 211, a Previc, na época, Secretaria de Previdência Complementar, aceitou, mesmo depois de termos colocado que eles estavam, na verdade, rasgando um edital que passou pela assembléia legislativa, atacando o legislativo gaúcho, rasgando o edital de venda, na época, da CRT. Mesmo colocando dentro da Previc o recurso, colocando todos os editais, esses que li para vocês, tudo, mostrado, discutido, assim mesmo, aceitaram, pela Resolução 211, a uma semana do carnaval, nunca aconteceu isso, foi liberada essa portaria. Com isso, com a cassação, aconteceu que simplesmente não nos convocaram mais para o conselho e estão considerando como se a fundação estivesse extinta.

Então, numa forma arrogante e radical foi feito o fechamento da Fundação BRT Prev. Mais: quando descumpriram o termo da transação judicial que dizia, muito bem, estão descumprindo o edital, então no cumprimento do termo de transação judicial o que teria acontecido? A governança. Então há desrespeito flagrante também do judiciário porque o termo de transação judicial foi assinado no tribunal por todas as partes, pelos representantes dos trabalhadores, ativos e aposentados, pela patrocinadora, e pela fundação na época. Então rasgaram também o termo de transação judicial. Porque se passassem os planos para a fundação e dentro dessa fundação colocassem a governança e mantivessem os conselheiros eleitos pelos trabalhadores poderia até haver uma discussão com relação a isso, mas não aconteceu.

Então, vemos que, na questão da Varig, pelo número de participantes, em todo o Brasil, há movimento nos aeroportos, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul também deve estar acontecendo a mesma coisa. Mas, como a Cláudia colocou, está acontecendo com a fundação da Braskem, com os fundos da Gerdau, tudo isso pela benevolência da nossa ex-Secretaria de Previdência Complementar – a Previc.

A Secretaria, que é o órgão fiscalizador, hoje a Previc, a Superintendência, tem que estar em defesa do trabalhador. Sabemos que há a outra parte, o patrocinador, mas isso é uma mão de duas vias, porque nós contribuímos com 50% e temos que ter esse acesso, temos que ter esse acompanhamento, como foi colocado aqui; um plano tem que ser solvente, tem que ter rentabilidade, enfim, tem que ter esse acompanhamento. E, para haver esse acompanhamento, só há uma forma: nós termos cadeiras no Conselho Administrativo, cadeiras no Conselho Fiscal e uma cadeira na Diretoria Executiva. E agora nós estamos sendo atacados por uma famosa certificação. Está aí a certificação, que bonito! Vamos educar o nosso pessoal todo. Só que essa certificação é uma falácia.

A Anapar não é contra essa certificação; nós somos a favor da qualificação. O que é essa certificação? É uma reserva de mercado. Alguns fundos já estão colocando nos seus estatutos que aqueles que não tiverem certificados não poderão concorrer. O que isso quer dizer? Que estão tirando os representantes dos trabalhadores da concorrência. A questão não é de certificação; é questão política, é questão de confiança, é questão de autonomia. É isso que está acontecendo hoje já com a certificação. Estão querendo excluir os trabalhadores. Quem é que tem condições de educar o seu participante? É lógico que é a patrocinadora e é lógico que é a Fundação, pelos interesses dela.

Sabemos as condições de nossas entidades no que diz respeito a pós-graduação ou curso superior, de pagar e conseguir concluir. Agora, o que seria qualificação? Eleger, sim, um participante, aquele que vai lá defender realmente, aquele que já tem uma certa estabilidade na sua entidade e, depois, a própria fundação o qualifica, com um tempo para qualificá-lo, três ou quatro anos.

Claro que queremos que o pessoal da nossa entidade seja qualificado, que tenha condições de acompanhar as questões contábeis, atuariais dos seus planos. Mas essa é mais uma ferramenta contra os trabalhadores.

Com relação ao nosso fundo – voltando ao BrTPREV –, nós achamos que vamos reverter isso aí. Nós estamos com uma ação relativa à continuação da nossa fundação, uma vez que foi atropelado, como eu disse,o edital de venda, foi atropelado um termo de transação judicial. E acredito também nessa questão política, que não é só judiciária. Nesse aspecto, nós estamos tendo um apoio muito marcante do Senador Paim, tivemos também da Deputada Maria do Rosário e do Deputado Adão Villaverde, da Assembleia Legislativa do nosso Estado, Deputado Estadual, que criou lá uma subcomissão, que hoje é comissão – passou já pela Assembleia –, em que há vários itens que tratarão da questão da fundação BrTPREV. E com relação ao Senador Paulo Paim, esta oportunidade desta audiência pública. Temos conversado muito. Ainda há pouco, conversávamos com o Ministro Garibaldi, do Ministério da Previdência Social, conversamos também com o Secretário atual. Conversamos também com o novo Superintendente da Previc e estamos colocando as condições atuais do plano BrTPREV.

Para encerrar, queria dizer que fiquei satisfeito com a colocação do Senador Paim em relação à colega e companheira Luísa, da Fapergs, da Emater, que foi eleita com 80% dos votos e, por uma declaração que fez na secretaria na época, hoje Previc, ela foi demitida.

Então, Senador, vemos que ela foi demitida por um governo, em que poderia até haver uma perseguição política, e, numa mudança de governo, vemos os próprios companheiros dela, que a elegeram e hoje são diretores na Emater, virarem as costas para ela. Isso é triste.

Fico muito satisfeito, Senador; hoje tenho um pequeno dossiê que já entregamos para o Secretário Ivar Pavan, ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, mas até agora não tivemos resposta dele. Vamos encaminhar ao senhor também.

Era isso, pessoal. Quero me colocar à disposição da Aerus. Por menor que seja a nossa contribuição, temos o sindicato no Rio Grande do Sul, que é o Sinttel, Sindicato dos Telefônicos, é um sindicato cidadão, nós não olhamos só para dentro, nós estamos sempre com companheiros de outros sindicatos. O que precisar de nós, no Rio Grande do Sul, pode contar conosco. O Gérson tem participado muito conosco, tem colocado os anseios de vocês nas nossas reuniões, e a Anapar também estará à disposição de todos vocês.

Muito obrigado e boa sorte para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Itamar Prestes Russo pela sua exposição, brilhante como sempre. Nós temos conversado muito, de fato, com o Presidente da Assembleia, que é o Villaverde, e com a Secretária de Direitos Humanos, que é a ex-Deputada Federal Maria do Rosário. Acho que já fizemos uma meia dúzia de

reuniões lá, e vamos continuar tomando as providências para que se encontre uma solução.

Vamos passar a palavra para o nosso outro convidado, Dr. Dagomar Alécio Anhê, Coordenador-Geral da Superintendência Nacional da Previdência Complementar, Previc, representante do Diretor-Superintendente da Previc, Sr. José Maria Rabelo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador fala a qualquer momento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Antes de o Dagomar fazer a exposição dele, quero dizer que, sendo Relator de uma matéria que será apreciada agora na Comissão de Assuntos Econômicos, tenho que me dirigir para lá, mas queria deixar registrado que eu desejo ser chamado para tudo o que estiver sendo discutido aqui.

Eu estava trocando ideias aqui com o Presidente e com o Tomás e acho que deveria vir aqui, não sei se hoje ou em outro momento, alguém da Previdência Complementar no Brasil, do Ministério da Previdência. Seria interessante participarem disso e sentirem de perto ou nós levarmos tudo isso para eles – e querem que me chamem.

Meus cumprimentos. A Casa está cheia, e esta matéria faz com que a reunião esteja concorrida. E, ao me retirar para relatar essa matéria, gostaria de convidar o Dr. Maia para tomar assento aqui. Um abraço e sucesso nessa missão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Casildo, todos foram convidados, mas se algum não estiver aqui, não há problema, nós iremos lá. E V. Exª estará junto, com certeza, levando o resultado desta audiência pública.

Por favor, Dr. Dagomar com a palavra.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Bom dia a todos.

Senador, o Dr. José Maria Rabelo pediu para esclarecer ao senhor que a ausência dele se deve às reuniões da Diretoria Colegiada da Previc, que são realizadas todas as terças-feiras de manhã. Então, ele me pediu para representá-lo.

Em nome da Previc, eu vou fazer uma pequena explanação sobre a nossa entidade e focar um pouco mais na questão da Aerus.

A Previc foi criada em dezembro de 2009 e, entre as suas competências, está a fiscalização das entidades. Temos, desde a época da Lei nº 6435, a prerrogativa estabelecida de fiscalizar os fundos de pensão, e nós temos desenvolvido essa nossa atividade.

Além disso, dentre outras também, existe a possibilidade de decretar intervenção, decretar liquidação ou então nomear administrador especial para resolver questões de planos e benefícios específicos. Em complementação a isso, nós temos o comando da Lei Complementar nº 109, que nos estabelece, em seus artigos, as definições de como se intervir, como liquidar uma entidade, como nomear uma administração especial.

Nas hipóteses todas previstas, nós temos a irregularidade e insuficiência nas reservas técnicas, a situação econômica e financeira insuficiente, a situação atuarial desequilibrada e também quando reconhecida a inviabilidade de recuperação da entidade.

No caso específico do Aerus, nós decretamos a intervenção por quê? Os planos de benefícios que estavam sob administração especial de liquidação, que eram os planos Transbrasil e Varig, representavam aproximadamente 82% dos ativos do Aerus. Era uma representatividade significativa e foi basicamente o motivo principal da intervenção no Aerus.

A liquidação nos planos Varig. Nós já tínhamos tido problema com a Transbrasil, por conta da falência ocorrida em 2003. Em junho de 2005, a Varig entra com pedido de recuperação judicial, então, foi nomeado um administrador especial para cuidar dos dois planos Varig e também para acompanhar o processo de recuperação judicial da patrocinadora.

Houve, durante a condução do plano de recuperação judicial, a suspensão de contribuições pela Varig e isso tinha ficado de retornar após a homologação do plano de recuperação judicial. Por problemas financeiros, a Varig não cumpriu com as suas obrigações com relação aos pagamentos que deveriam ser retomados, e nós não tivemos outra saída a não ser decretar a liquidação dos planos. Por quê?

Os recursos que existiam no plano 1 eram suficientes para manter benefícios somente até setembro de 2006. Isso, nós estávamos falando em abril. Então, nós tínhamos recursos suficientes para seis meses. No plano 2, a situação era um pouco mais confortável, mas não ultrapassaria abril de 2010.

Por conta do plano de recuperação judicial, a Varig deveria fazer uma grande demissão em massa, e a demissão em massa provocaria uma corrida de participantes até o fundo para resgatar suas reservas de poupança. Não haveria recursos, em nenhum dos dois planos, suficientes para atender essas necessidades. Então, foi uma forma de estancarmos uma eventual saída de recursos.

Olhando-se os números da entidade, um grande problema foi detectado. Até 2002, a nossa legislação não estabelecia provisão para inadimplência. Com a edição da Resolução nº 5, em 2002, passou a ser obrigado, no atraso das patrocinadoras, a ser efetuado a provisão de inadimplência proporcional ao tempo

decorrido. Foi quando começou a aparecer, efetivamente, a situação da Varig. Ela não pagava, só que os contratos eram representados pelo seu valor integral. Começaram aí a surgir os déficits, e nós passamos a fazer um acompanhamento mais preciso com relação à entidade.

Em dezembro de 2005, a situação dos planos, do que existia de recurso líquido, excluída a dívida que não era paga, no plano 1, cobria-se apenas 10% dos compromissos do plano; no plano 2, 42%. Era uma situação que, tanto para nós, se tornou insustentável. A partir desse momento, a recuperação judicial não deu certo, os planos não tinham recursos, e a sobrevivência maior de um plano de benefício depende especificamente de sua patrocinadora. A patrocinadora não tendo condições de arcar com seus compromissos, nós não tivemos outra saída a não se decretar a liquidação dos planos.

Isso é o momento até a decretação da intervenção e liquidação desses planos. Houve liquidação de outros planos, por conta da avaliação que foi sendo feita pelo interventor. Hoje, os ex-participantes dos planos Varig 1 e 2 realmente não estão recebendo o benefício que teria sido prometido, pois o plano não tem recursos para fazer esse pagamento; estão sendo feitos pequenos pagamentos, dentro da capacidade financeira que o plano proporciona.

Ainda não foi confeccionado o quadro geral de credores, que é o que vai definir efetivamente o montante total a ser disponibilizado pelo plano.

Em resumo, Senador, são essas as primeiras informações que eu posso passar para o grupo. Estou à disposição e, se for necessário, farei os esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Independente das posições que vão aflorar no debate, o importante é que o Dr. Dagomar veio aqui. O problema é quando as pessoas não vêm, não querem dar explicações e não querem falar sobre o tema. A sua presença aqui, com certeza, vai contribuir para que a audiência avance naquilo que todos nós queremos, que é resolver os problemas relacionados aos fundos de pensão, que aqui estão centrados em alguns que os convidados vão expor.

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Ruy Brito de Oliveira Pedrosa, que é Presidente do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil (Unamibb), representante do Diretor da Associação dos Acionistas das Empresas Estatais, Sr. Fernando Arthur Tollendal Pacheco.

Por favor, Dr. Ruy Brito.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROSA – Senador Paulo Paim, quero, inicialmente, cumprimentá-lo por sua iniciativa, na expectativa de que a realização de uma audiência pública como esta possa lançar alguma luz sobre o sistema e nos apontar caminhos que evitem um desfecho negativo que já se prenuncia para o sistema de previdência complementar.

A situação do sistema é de notória crise. Ele já nasceu sendo portador da crise porque, quando foi criada a previdência complementar, levando para a área de atuação do Estado um setor que até então era privado, não havia leis que o regulamentassem; as empresas criavam seus fundos de previdência complementar, e as leis estavam nos regulamentos e nas normas ditadas pelas empresas. Quando o sistema foi criado, ele não veio com a preocupação de melhorar, aprimorar e proteger efetivamente o segurado do sistema. A preocupação básica, única e exclusiva, foi a de tornar os fundos de pensão então existentes em investidores institucionais nas bolsas de valores, que, até então, naquela ocasião, na década de 70, estavam em crise desde 1971. Como ninguém queria investir e alguns fundos tinham sólidas reservas, o governo enviou ao Congresso Nacional projeto da Lei nº 6435 com o objetivo de disciplinar a aplicação das reservas desse fundo nas bolsas de valores, isto é, em investimentos de risco. Essa marca de fábrica, essa origem defeituosa permeia a atuação do sistema até os dias de hoje, progressivamente, agravando-o.

Eu queria focalizar aqui essas contradições que estão levando o sistema da previdência complementar a uma situação de impasse se medidas drásticas e radicas não forem efetivamente adotadas, onde o Aerus e outros fundos de pensão são apenas o passo inaugural da quebra do sistema naquilo que pode ser ele representado como instrumento de proteção social dos trabalhadores.

O sistema não é técnico, ele é político, e no sentido mais negativo e pejorativo da palavra. Hoje se pode dizer que essa orientação política negativa em desfavor do segurado se transformou numa política de estado, e a continuidade desse estado de coisas representará num futuro não muito distante um entrave à permanência do regime democrático em nosso país, porque o regime democrático não será capaz de conviver com tantas contradições e distorções, quando elas vierem efetivamente à tona.

Todas as medidas que foram criadas a partir da instituição do sistema, foram no sentido contrário ao interesse dos trabalhadores e contrárias às melhores e mais recomendáveis normas técnicas, de tal sorte que ele, hoje, está eivado de contradições que são absolutamente insanáveis. Por exemplo: o sistema de

previdência complementar foi instituído como complemento de previdência estatal. O regime geral de previdência social e da previdência estatal opera sob regime de repartição, repartição simples, depois que o regime de capitalização quebrou por má gestão por parte do estado. No momento em que o sistema de previdência social oficial quebrou, adotou-se o regime de repartição, que leva ao sistema de previdência social, de degrau em degrau, ladeira abaixo. Pois bem, o sistema de previdência complementar opera no regime de capitalização para conceder os mesmos benefícios que o sistema oficial oferece no regime de repartição simples. mas já se pode até dizer que, a partir da Lei nº109, o sistema passou a operar também no regime de repartição, porque, de lá para cá, não se admite mais a constituição de planos de benefícios definidos. Todos os planos são de contribuição definida, o que vale dizer, são planos de repartição. Já não são mais planos de previdência, são fundos de poupança, porque a chamada verba que recebe a pessoa ao se jubilar tem um limite. Se a pessoa, por acaso, morrer antes de se esgotar esse limite, os seus herdeiros podem receber a diferença. Porém, se ele sobreviver e tiver uma vida mais longa do que aquela que estiver prevista atuarialmente, quando acabar a reserva que está constituída, ele simplesmente deixa de receber qualquer coisa e ele fica marginalizado. Poderá acontecer com ele, mais ou menos, o que está acontecendo com os companheiros do Aerus.

A constituição da Previ, que não obedeceu a critérios técnicos, ela seguiu os critérios políticos que existiam no sistema das antigas secretarias de previdência complementar, que efetivamente não chegava a fiscalizar, porque foi tomada de assalto por grupos de interesses políticos que ali prevaleciam. Vejam bem como conspira contra princípios técnicos a questão do financiamento da Previ. Quem financia a Previ, que não são os fundos de pensão, são os planos de benefícios administrados pelos fundos de pensão. É o dinheiro dos segurados, participantes ativos e assistidos, que paga para a Previ. E quando a Previ, que foi criada, já encontrou muitos planos em regime de extinção, planos fechados. E todos nós sabemos que, pela legislação, um plano, para ser fechado, tem que estar em equilíbrio atuarial. Qualquer ônus não previsto no momento do fechamento vai afetar o equilíbrio atuarial desse plano. Eu cito o exemplo da Previ, por exemplo, que paga alguns milhões por trimestre para a Previc. Sabe quem sustenta esse pagamento de milhões que a Previ paga por trimestre para a Previc? É o Plano de Benefícios nº 1, que está fechado desde 1997 e, ao ser fechado, estava em situação de desequilíbrio. Esse ônus, evidentemente, vai afetar o equilíbrio financeiro desse plano.

Uma decisão política e não uma decisão técnica. Tínhamos agora uma outra decisão política. Vamos examinar a posição de cada um dos atores que estão presentes na área da previdência complementar. A legislação, por influência política, conferiu à ficção jurídica da empresa o papel "protagônico" na gestão do fundo de pensão, mas a própria lei estabelece que se o plano de benéficos e o fundo estiverem em situação deficitária, os assistidos e participantes ativos são convocados a participar da cobertura do déficit

Ora, quem controla a gestão nos fundos de pensão e, isso foi dito aqui, se não me falha a memória, pela companheira da Anapar, quem controla a administração é a empresa patrocinadora. A empresa patrocinadora controla a gestão, mas quando chega na hora do "vamos ver", se um plano está deficitário, os participantes e assistidos são convocados a honrar a cobertura desse déficit. Então, com isso se criou a figura do administrador juridicamente irresponsável porque ele tem a prerrogativa de ser o ator "protagônico", controla a gestão do fundo, mas quando chega na hora de responder pelos prejuízos, são os segurados que têm que pagar essa conta e não a empresa administradora.

Ora, eu vi o parecer político da Secretaria da Previdência Complementar feito por um técnico. Esse parecer não é técnico, é político e sempre digo que no exato sentido da palavra é um parecer político tremendamente reacionário porque ele parte de um princípio paternalista e negativo e a empresa patrocinadora mantém, por generosidade, os fundos de pensão. E, se ela mantém por generosidade o fundo de pensão, paga e o sustenta, ela tem o direito inclusive de participar dos resultados desses fundos.

Então, vejamos efetivamente, do ponto de vista técnico, quem é que paga contribuições para o fundo de pensão. O único que paga contribuição para sustentar o fundo de pensão é o segurado, a pessoa física, o segurado ativo e o aposentado. (Palmas)

A empresa não paga a contribuição, a empresa é um agente repassador de preços e de custos e é normal, e é assim porque se uma empresa não repassasse para o seu consumidor todos os custos na fase de produção, ela quebraria.

Uma empresa, para ter lucro, precisa, através do seu departamento de formação de custos e preços, pegar e apropriar todas as despesas que ela realiza na fase de produção ou da prestação de serviços. Acrescer esses custos dos impostos que paga o Governo e do lucro. Então, no momento em que ela vende o seu produto, ela zera os seus custos.

Apesar de a empresa zerar os seus custos quando vende os seus produtos, o nosso sistema tributário e fiscal que é tremendamente defeituoso, que precisa ser reformulado e com urgência porque ele é progressivo para quem ganha menos e regressivo para quem ganha mais, a empresa ainda goza dos chamados incentivos fiscais e, antes da apuração do lucro liquido para efeito de tributação do imposto de renda, ela tem o direito de abater, hoje, até 20% da contribuição que paga para o fundo de pensão e, com isso, o patrocínio de um fundo de pensão que se tornou uma atividade não-lucrativa, mas não-onerosa no momento em que a empresa vendeu o seu produto ou o seu serviço, ele passa a ser uma atividade lucrativa porque a empresa que já zerou os seus custos, ao receber o incentivo fiscal de volta, passa a ganhar. E, sendo o agente "protagônico" na gestão do fundo, a empresa pega e aplica as reservas desse fundo de acordo com as suas conveniências e, se é um banco, a situação é muito pior.

Vejam bem: se é um banco, o banco pega e imprime o monopólio no recebimento dos depósitos dos fundos de pensão. Se, por exemplo, é uma empresa estatal, como o Banco do Brasil... O Banco do Brasil recebe, de graça, bilhões de reais dos depósitos dos fundos de pensão que ele patrocina e dos participantes assistidos, porque os assistidos são pagos mediante crédito em conta. O dinheiro fica lá em conta, e nós sabemos que os depósitos é que alavancam a atividade bancária e geram recursos para que um banco possa operar. Ora, o banco, além de receber de graça esses bilhões de reais em depósitos, ele ainda ganha comissão administrando os investimentos do fundo patrocinado. Então, é um negócio altamente lucrativo. É uma deformação brutal do sistema. E é isso que está conduzindo o sistema de previdência complementar a um impasse na situação atual.

Outro dado: nós temos os casos de empresas... E eu participei uma vez, Senador, de uma audiência pública aqui, no Senado, em que esteve junto comigo um depoente que era banqueiro, e ele disse, e disse com muito orgulho, que era verdade – uma verdade parcial – que o banco por ele administrado mantinha um fundo de pensão e não cobrava nada dos participantes assistidos. Essa mentalidade prevalece em certos setores do Governo, que pensa assim: na empresa privada, quem paga a contribuição é a empresa, sai do bolso do empresário, então ele faz o que quer; na empresa estatal, quem paga a contribuição é o erário, é o Tesouro Nacional, então o Tesouro Nacional tem o direito de fazer aquilo que quer.

Ora, uma empresa... E são poucas as empresas que mantêm fundo de pensão e não cobram nada dos seus beneficiários. E não são empresas pequenas. As grandes empresas que mantêm fundos de pensão e não cobram contribuição dos seus beneficiários, de um modo geral, ou são grandes empresas nacionais, grupos econômicos poderosíssimos, ou empresas multinacionais. E os beneficiários são os administradores dessas empresas. Por quê? Porque, no sistema trabalhista brasileiro, o trabalhador não tem estabilidade no emprego; e como, de um modo geral, na pirâmide de uma empresa, a base é de trabalhador não qualificado, essa base roda, é submetida ao chamado *turn-over*, é a decisão imotivada. A empresa mantém nos seus quadros de funcionários aproximadamente 4 ou 5% dos seus funcionários, e esses 4 ou 5% são constituídos pelos administradores, pelos altos executivos. Então, quem está pagando efetivamente a manutenção desses fundos de pensão para os quais os altos executivos não contribuem somos nós. Nós pagamos como contribuinte e pagamos como consumidores. Nós pagamos esses benefícios que estão privilegiando muita gente.

E agora, recentemente – agora não, nos últimos estertores da Secretaria da Previdência Complementar –, ali se aprovou uma resolução, a famosa CGPC 26, e foi enviado a esta Casa do Senado da República um parecer político, profundamente negativo, por um técnico da Secretaria, que dizia o seguinte: é necessário, é justo que a empresa participe, tal como está previsto na Resolução nº 26, da reserva especial de um fundo de pensão, porque se ela paga e ela participa também do pagamento dos prejuízos, é justo que ela participe também do lucro. Ou seja, um dinheiro carimbado como fruto da contribuição dos empregados, que só eles é que contribuem, hoje transformam o patrocinador no principal beneficiário do fundo de pensão.

Cito o fundo de pensão do qual participo, exatamente a Previ. Agora mesmo, para atender a essa resolução CGPC 26, a Previ ostentava, no ano passado, um superávit – e é estranho que isto aconteça, Senador –, uma reserva especial da ordem de R$15 bilhões. Sete bilhões e meio foram dados ao patrocinador. Ora, nós estamos diante de uma evidente distorção!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT – RS) – Sete bilhões?

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROSA – Sete bilhões e meio foram passados para um patrocinador que ostentou o maior lucro da sua história. Ou seja, um dinheiro carimbado como recurso da previdência complementar serve para ostentar o lucro da ficção jurídica de uma empresa. Isso é uma distorção brutal, isso fere a consciência de qualquer cidadão, isso é incompatível como regime democrático. Essa situação evidentemente não pode perdurar.

Então, urge, é necessário, é urgente, é inadiável, que se faça uma reformulação nesse estado de coisas para que efetivamente se possa pensar num sistema de previdência complementar que seja efetivamente voltado para proteger o trabalhador, porque o atual sistema não o protege.

Ainda com relação à PREVI, quero dizer que a minha observação aqui é técnica. Faço essas observações sem nenhuma imputação à competência técnica dos funcionários e daquelas pessoas que são lotadas na PREVI. É a instituição, como tal, que não funciona, que é inadequada. O próprio fato de ela ter sido criada para ser sustentada por nós e não pelos fundos de pensão, porque os fundos de pensão são meros gestores da nossa poupança. Então, quando eles são convocados para pagar as contribuições da PREVI, eles estão pagando com o nosso dinheiro. Então, temos o direito de exercer uma fiscalização e opinar naquilo que nos diz respeito efetivamente.

Então, não temos conhecimento de que esta instituição, se substitui a Secretaria da Previdência Complementar, que funcionava com recursos do Tesouro, com recursos orçamentários, esses recursos prevalecem, eles continuam existindo no Tesouro, simplesmente foram aliviados, porque a carga foi transferida do Tesouro Nacional para nós. Nós é que passamos a pagar o funcionamento da PREVI.

Funciona para atender o interesse dos segurados? Não, Senhor, não funciona, não foi criada para isso. Efetivamente sem que isso implique numa imputação de incompetência ou de parcialidade dos administradores que estão à frente da PREVI.

Não, é uma realidade, é uma política de Estado que desnatura um objetivo como o da Previdência Social. Nós, os segurados, não temos voz, somos meros agentes passivos assistindo à manipulação dos nossos recursos aplicados inteiramente ao arrepio das suas funções sociais. E se esta situação perdurar, Senador, se não for urgentemente corrigida, o sistema entrará brevemente numa crise, porque o caso do Aeros, do Aeros com "o" e do Aerus com "u", e de outros fundos de pensão que já quebraram, representam apenas o início da quebra de um sistema que não foi criado com a finalidade de proteger socialmente os interesses da classe trabalhadora, mas, simplesmente, para servir de base de financiamentos a situações que não tem nada a ver com os interesses dos trabalhadores.

Quero me congratular com V. Exª, Senador, a quem conheço como ex-dirigente sindical, extremamente combativo, lutador no tempo de dirigente sindical, e que tem honrado, com sua atuação aqui no Senado da República, a sua biografia como ex-dirigente sindical e representa efetivamente o orgulho e a esperança da classe trabalhadora.

Que V. Exª seja bem sucedido e que, se V. Exª precisar, nos colocaremos inteiramente ao seu dispor, porque é preciso resgatar as finalidades sociais do sistema de previdência complementar, que estão completamente descaracterizadas e se transformaram simplesmente em um sistema que financia atividades econômicas sem nenhuma finalidade social.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar o Dr. Rui Brito pela exposição e dizer que, de fato, estão sendo colocadas aqui, não diria nem denúncias, mas, os alertas são da maior gravidade.

Eu sinceramente acho que, depois dessa audiência pública, vamos ter que levar esse material para uma discussão dentro do Executivo. Fazer um grupo, ir lá e aprofundar esse debate, porque vocês estão dando aqui um alerta, para onde irão os fundos de pensões se continuarem da forma como está sendo escrito.

Eu, de fato, estou preocupadíssimo. Vou pedir até para a Senadora Ana Rita, que é minha Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que ela assuma lá. Eu prometi que estaria lá, mas vou ter que ficar aqui. Sei que há ministros convidados e ela vai assumir lá, sei que ela está assistindo neste momento na expectativa, que nós temos o sistema interno, que ela assuma a coordenação dessa audiência. É uma audiência importante.

O Senador Sérgio Petecão me lembrava agora que vão discutir a Lei Maria da Penha, vão empossar a Subcomissão da Mulher. Nós vamos continuar aqui no debate e eu já pedi para ela, Senador Sérgio Petecão, assumir.

Eu queria registrar que já estiveram conosco e participaram a Senadora Ana Amélia, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Cyro Miranda, a Senadora Lídice da Mata e o Senador Sérgio Petecão, que está aqui conosco, vai usar a palavra no momento em que entender adequado e também o Senador Vicentinho.

Neste momento, vamos formar uma outra Mesa. Eu convidaria os quatro convidados que fossem ao plenário, já agradecendo a todos. O debate vai continuar pelo tempo que for necessário. Eu convidaria, neste momento, a Graziela Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas, o Luiz Antonio Castagna Maia, advogado do processo Aeros, Fernando Luiz Albuquerque Faria, Vice-Advogado-Geral da União, representante do Advogado-Geral da União, Sr. Luiz Inácio Lucena Adams e, também, o Sr. Gilberto Antonio Vieira, Secretário-Geral da Con-

federação Nacional dos Trabalhadores da Empresa de Crédito – Contec.

Independente da divergência, quero, ao mesmo tempo, informar que todos os convidados se fizeram presentes. A lista está aqui. Para a segunda Mesa eram oito, e os oito estão aqui presentes para que a gente faça o debate. Eu peço a todos que sentem. Este é um bom sinal. Ninguém está fugindo ao debate e que a gente possa, a partir desta audiência, avançar, não só olhar para trás, mas olhar para frente, em matéria dos direitos dos nossos aposentados e pensionistas que estão aqui no plenário, aposentados da Aeros, da Transbrasil, o pessoal do Portus já me ligou também, a assessoria me informou que estão preocupados, que o próximo fundo a falir, se continuar assim, é o Portus. Enfim, que nessa reunião a gente faça a audiência pública e a gente consiga dar um passo além, depois, inclusive, com uma reunião amanhã no Ministério da Previdência, onde farei o possível para comparecer. Eu dificilmente vou a ministério, acho que tenho que abrir as portas e ficar aqui, mas este caso está me preocupando demais, não só pela história do Aeros.

Eu gostaria de passar, de imediato, a palavra, e vou seguir de novo a ordem aqui, para o Sr. Luiz Antonio Maia, advogado do processo Aeros, por 15 minutos com mais 5, e depois vou passando a palavra para o Fernando, para a Graziela e depois para o Gilberto.

Dr. Maia com a palavra para sua exposição.

O SR. LUIZ ANTONIO CASTAGNA MAIA – Senador Paim, muito obrigado pelo convite, pela oportunidade. Vou entrar direito no assunto, que é o caso Aeros.

Na primeira parte dos trabalhos houve uma abordagem geral sobre os fundos de pensão, com a Presidenta da Anapar, com o querido Rui Brito, que há um bom tempo já não o via e não tinha a oportunidade de aprender com ele que está aqui conosco. Queria cumprimentar também o Dr. Dagomar, da previdência, pela postura de ter vindo aqui para este debate.

Nós tínhamos, para fazer uma breve rememoração, antigos IAPS, institutos de aposentadoria e pensão, IAPB, IAPI, todos nós sabemos, todas as nossas cidades têm um bairro com este nome normalmente. Os antigos IAPs funcionavam no regime chamado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para dizer que em Porto Alegre tem.

O SR. LUIZ ANTONIO CASTAGNA MAIA – Tem, exatamente.

Como dizia, chamado de repartição de capitais e cobertura. Nesse regime significa que existe reserva composta, completa, mas é para pagar os aposentados, para pagar os benefícios, para pagar aposentadoria e pensão. Essa é uma questão importante. Existe a reserva, mas só que é uma reserva só e para pagar tão somente para pagar as aposentadorias e pensões .

No sistema do INSS não existe reserva nenhuma e no regime de capitalização que é o terceiro regime, existem duas reservas. Então, temos três sistemas: um que não tem reserva nenhuma, outro que tem reserva só para os assistidos e um terceiro regime que é o de capitalização que tem a reserva proporcional dos ativos e a reserva integral dos assistidos.

Os IAPs tinham apenas as reservas dos aposentados sob o chamado Regime de Repartição de Capitais de Coberturas, que é aquela reserva que foi usada para construir Brasília etc., etc., etc. Todos nós sabemos um pouco dessa história. Depois, os IAPs foram fundidos e virou o então INPS.

Pois bem, e os Fundos de Previdência Complementar? Funcionavam também sob o regime de capitalização. A Lei 6.435/77 normalmente funcionava no interior das empresas. A Lei 6.435/77 veio impor um novo regime que é o regime de capitalização. Antes, eles funcionavam em repartição de capitais de cobertura. Na sua grande maioria, passaram a funcionar em regime de capitalização. Significa dizer: eles tinham apenas uma reserva dos aposentados e passaram a ser obrigados a constituir a reserva proporcional dos ativos.

Na medida em que a população ia envelhecendo, essa reserva ia crescendo, depois ele se aposentava e passava para outra reserva que é a reserva dos assistidos. Esse é o início. Então, na verdade, era um sistema extremamente seguro porque regime de capitalização significa acumular antes para fruir depois. Eu primeiro junto dinheiro para poder me aposentar. É diferente do INSS. No INSS, estou contando que a geração que está trabalhando paga a minha aposentadoria. Por exemplo, estou contando que hoje, eu, na ativa, pagando o aposentado, a geração que vem depois de mim, vá contribuir também para continuar pagando. Esse é o regime sem reservas, é a chamada repartição simples que o Dr. Rui Brito comentou anteriormente. Pois bem.

Em 77, veio essa mudança legislativa e foi uma mudança excelente. O Rui Brito recompôs a questão da criação da Lei 6.404, que é a Lei das S. A. Um ano antes, mas ainda antes disso, ainda no ano de 76, tivemos a criação da CVM. Então, tivemos, primeiro, a criação da CVM, segundo, a Lei 6.404, que é a lei das S. A. e, terceiro, aí sim, no ano seguinte, tivemos a Lei 6.435.

Era o quê? Era o Governo Geisel com o seu projeto de desenvolvimento que primeiro regulamentou o empregado e, depois, regulamentou o investidor que era o fundo de pensão. Isso em 77. Foi dado um prazo de 120 dias para que as entidades fizessem um plano

de adaptação e depois esse prazo acabou sendo, o prazo de adaptação não, o prazo para fazer o plano. O plano deveria ser feito em 120 dias, mas a adaptação ao plano poderia ser feita em três anos. Isso foi sendo ampliado até chegar a 20 anos. Isso é para dar um histórico.

A rigor, fundo de pensão no Brasil foi muito bem regulamentado. Não foi como nos Estados Unidos, por exemplo, onde o fundo de pensão não tinha personalidade própria e pegava todo o dinheiro e aplicava na própria patrocinadora como aconteceu com a Emro. Então, a legislação, já de 77, no Brasil, foi criada para evitar isso. Para evitar, primeiro, que continuasse funcionando dentro da patrocinadora sem personalidade jurídica própria e, segundo, para que aplicasse o dinheiro dentro da patrocinadora como ocorre até hoje nos Estados Unidos.

Então, desde 77, tínhamos uma legislação boa, uma legislação interessante do ponto de vista da condução do fundo e pensão, por mais que carecesse, evidentemente, de aperfeiçoamento. Pois bem, indo ao caso à Eros e aos fundos que têm problema.

Como é que um fundo que deve ter duas reservas, a dos ativos e a dos aposentados, não consegue dinheiro para pagar nenhuma delas, nem os aposentados? Como é que acontece isso?

Vamos citar outro que é o fundo de pensão do Banco da Amazônia que é um banco federal que, neste mês, pagou debaixo de liminar porque não tinha um centavo para pagar beneficio. Como é que se justifica isso num banco federal? Que fiscalização é essa que não viu? E o Banco da Amazônia dizendo "não, eu só pago se trocar de plano". Mas, espera aí, você deve para o plano velho ou para o plano novo? "Eu devo para o plano velho". Então, como é que deve ir para o plano velho mas quer pagar para o plano novo? Chantageando o participante para trocar de plano de benefício. Se não trocar não come, é digno isso? Dizer para velho, para idoso, para gente beneficiária do Estatuto do Idoso: "Se não trocar de plano, não vai comer este mês". Isso é digno? Isso é respeitar direitos humanos? Foi isso que aconteceu num banco federal, sob os olhos da Previ, do órgão de fiscalização que admite e, aparentemente, parabeniza que esse tipo de coisa aconteça.

Pois bem, voltamos ao caso Aerus. Estamos dizendo: os fundos de pensão devem funcionar sob o regime de fiscalização. Significa: deve ter uma reserva dos ativos e deve ter uma reserva dos aposentados, tudo previamente constituído. Quando se aposentou o dinheiro deve estar todo lá. Como nasceu o Aerus? Com três fontes de financiamento: contribuição da patrocinadora, contribuição do participante e uma terceira fonte de financiamento, que era um percentual da receita voada doméstica, cada bilhete doméstico vendido, 3% deveriam reverter para o Instituto Aerus. Uma forma curiosa de constituir um fundo de pensão, uma forma engenhosa de constituir um fundo de pensão. Eu queria chamar a atenção para um vício que eu tenho visto com alguma frequência de começar a falar de direito do trabalhador pedindo desculpas. Pois é, não era um por um, mas agora é. Um dia, falando com o professor Rio Nogueira, que foi o grande gênio da Previdência complementar brasileira, o grande gênio difamado pelos neoliberais em geral, o atuário, o grande atuário que o Brasil já teve, lamentavelmente falecido há poucos anos. E o professor Ruy Nogueira dizia: "Por que a contribuição da patrocinadora deve ser diferente? Deve ser maior do que a contribuição do participante? Por uma razão singela, a sua capacidade contributiva é maior do que a capacidade contributiva da pessoa física". Então, a visão social do sistema leva que, necessariamente, quem tem capacidade contributiva maior contribua mais. Portanto, não é imoralidade nenhuma numa contribuição de dois por um, por exemplo. E nós chegamos numa fase em que dá impressão de que tem que pedir desculpas porque o fundo funcionava com dois por um, o que não era o caso do Aerus. Mas o Aerus tinha uma configuração engenhosa, que era esse percentual da receita voada doméstica.

Pois bem, três fontes de financiamento e chamo a atenção para o seguinte: a contribuição da patrocinadora era de um percentual sobre a folha total de pagamento. Significa dizer: se tivesse 10 mil empregados da Varig vinculados ao Aerus, ela pagaria 9% da folha total de pagamento. Se tivesse um empregado da Varig vinculado ao Aerus, a patrocinadora pagaria 9% da folha total de pagamento. Para que isso? Para impedir uma política da patrocinadora e expulsar a participante do fundo de pensão como forma de reduzir a sua própria contribuição, que era isso que, por sinal, a gente vinha assistindo até hoje, a partir do momento em que implantaram essa chamada paridade que se configura, na verdade, uma falsa paridade. Então, havia como custeio, nós estamos falando, havia três fontes de financiamento. Participante, a patrocinadora sobre toda a folha participante e a terceira fonte de financiamento.

O que houve em 1992? Há um outro fundo, que é o Aeros, que é da Vasp. Mas as companhias aéreas brasileiras todas à época tinham essa condição de contribuir com 3% para o Aerus, Na época, quando o Canhedo comprou a VASP do Estado de São Paulo, na época dirigido pelo Orestes Quércia, governado pelo Governador Orestes Quércia, o Canhedo, a

seguir, veio aqui no DAC, Departamento de Aviação Civil, dizendo: "Não quero mais contribuir com a terceira fonte". Resposta do Brigadeiro: "Primeiro, quem contribui não é você, quem contribui é o consumidor, é quem compra o bilhete". Se você for reduzir em 3% a passagem aérea, mas parece que não é isso que você está propondo.

Segundo, é condição do contrato de concessão. Se você não quer repassar esses 3%, que é mero repasse, se não quiser repassar do que você arrecada do consumidor, devolva-me a concessão, devolva-me as linhas aéreas. E o Canhedo voltou para casa, mas não ficou quietinho. No ano seguinte ele voltou para o DAC. E, quem sabe lá, munido de melhores argumentos, que nós não sabemos quais são, invocando um parecer que nunca foi visto e que já foi pedido dizendo: "Não, por aqui não existe parecer nenhum". O DAC, a quem nunca competiu opinar sobre custeio de fundo de pensão, liberou: "Ninguém mais precisa pagar a terceira fonte de financiamento". E a quem competia opinar sobre custeio de fundo de pensão, que era a Secretaria de Previdência Complementar, ficou quietinha e nada disse. A quem não cabia opinar opinou e autorizou: o Canhedo e o DAC. A quem competia, a Secretaria de Previdência Complementar, ficou quietinha e deixou o fundo sem uma das três pernas de equilíbrio do financiamento – isso em 1992.

Em 1995, foi criado o Plano 2 do Aerus. Onde é que está o problema da criação do Plano 2? É que mudou o critério de contribuição. Nós falamos, no começo, que eram 9% do total da folha de pagamento; em 1995, com a criação do Plano 2, passou a 9% da folha de participantes, ou seja, reduziu bastante. Ele poderia ter criado um novo plano? Poderia, mas não com aqueles 9%. Aqueles 9% já eram! Então, houve uma redução brutal da contribuição da patrocinadora, que passou a contribuir com o mesmo dinheiro para dois planos diferentes; desfalcou o dinheiro do primeiro plano. E isso foi autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar, que se omitiu no fim da terceira fonte e, agora, autorizou que fosse reduzida a contribuição, de 9% do total da folha de pagamento para 9% da folha de participantes.

E aí vem o segundo problema. Falamos da terceira fonte, em 1992; falamos desse problema em 1995, ou seja, da quebra de critério de contribuição. Em 1997, a saída da TAM. A TAM também fazia parte do fundo. Mas qual era o problema? É que o estatuto do Aerus previa que, para quem quisesse sair, seria feito um cálculo para dizer o quanto se teria que aportar em dinheiro para o fundo de pensão. Quem quisesse sair teria que aportar dinheiro. A TAM saiu levando o dinheiro do fundo de pensão e o entregou para um banco privado. Ora, o estatuto da entidade foi quebrado. Era outro caso, porque se previa o aporte para aqueles que já estavam lá dentro. Foi quebrado o estatuto também aí em 1997.

Em 2002, nós tivemos uma situação extraordinária – extraordinária! A dois dias do final do Governo Fernando Henrique Cardoso, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou uma modificação do estatuto, estilhaçou aqueles dois planos de benefícios em, se não me engano, 19 planos de benefícios. Passou a ter Plano 1 Varig, Plano 2 Varig, Plano 1 Transbrasil, Plano 2 Transbrasil, Plano 1 Sata, Plano 2 Sata etc. Eram cerca de 19 planos! E com a seguinte característica no que se referia à Varig: a partir de hoje, a patrocinadora poderá contribuir com quanto quiser, quando quiser e se quiser. A Secretaria de Previdência Complementar criou a figura da patrocinadora que não patrocina. Evidentemente, a Varig nunca mais quis participar com nada e nunca mais verteu dinheiro para nada, até porque a empresa já estava em uma situação difícil naquele momento. Estamos falando de 2002.

Pois bem; no decorrer desse tempo todo, nós tivemos vários momentos em que a Varig não pagava. Chegava o final do ano, batia na porta do Aerus e dizia que conseguiu pagar. Não seja por isso; vamos renegociar essa dívida. E essa dívida foi renegociada com cinco anos de carência e quinze para começar a pagar. Isso era um contrato. Esse contrato vinha a compor os ativos do plano de benefícios. No balanço, nós temos os ativos e os passivos. No ativo, nós temos os bens e os direitos. Estava ali o direito: o contrato em que a Varig se comprometia a pagar. Pega-se o contrato e leva-se para a Secretaria de Previdência Complementar.

No ano seguinte, a Varig disse; "Olha, lamentavelmente, não conseguir pagar de novo". Não tem problema; vamos renegociar. Alguns contratos com garantias inimagináveis, onde se dizia, por exemplo: "dou como garantia os recursos financeiros da conta tal da agência centro do Rio de Janeiro". Ora, a garantia foi um número de conta! Houve contrato em que a garantia era a fatura do cartão de crédito. Mas havia contratos em que não se dizia de onde iria sair o dinheiro. Então, a garantia era um número de conta: "Dou como garantia a conta número tal".

Ora, nós temos a Resolução CGPC nº 17 que, para os casos de renegociação de dívida de patrocinador, diz o que deve ser feito. Nada daquilo foi cumprido. As garantias efetivamente eram pífias, significando a volta ao sistema anterior que era aquele que se patrocinadora quebrasse, o Fundo quebrava junto, que era aquele dos Estados Unidos, que era que o legislador de 1977 evitou, quis evitar quando fez a Lei 6.435. Pois bem, uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes,

cinco vezes, renegocia, carência, 15 anos para pagar, cinco anos de carência, 15 anos para pagar, seis vezes, sete vezes, cinco anos, carência e tal, oito vezes, nove vezes, dez vezes, 21 vezes! 21 vezes a Varig bate na porta do Aerus e diz: eu não posso pagar. Não tem problema, vamos fazer um contratinho, levar para o Governo, para a Secretaria de Previdência Complementar, que fica tudo bem dando essas garantias pífias que eram dadas na época.

Então a pergunta é como é que um fundo de pensão quebra em regime de capitalização? Quebra quando se adota a fantasia de que uma pilha de contratos equivale a dinheiro. Na hora em que a Varig quebrou havia uma pilha de contratos em valor sei lá de quanto, hoje, em valor próximo, provavelmente a R$5 bilhões, corrigindo, talvez até mais que isso. Não tinha, não tinha dinheiro, só tinha papel, só tinha papel. O ativo econômico financeiro do balanço do Aerus era composto de papel, dívidas da patrocinadora e tal. E como é que a autoridade pública autorizou isso? E aqui não entra um governo só, isso começou lá em 85 e veio, e veio, e veio, um governo atrás do outro, todo mundo coonestando esse absurdo que é empilhar contratos. Então se criou um regime que não era de capitalização, que exige capital, criaram o regime de contratação, que exige fazer contrato, e empilha contrato, empilha. Vai comer contrato, vai dividir um pedaço de cada contrato para participante, para assistido, para aposentado? Não vai.

Então o Fundo quebrou e hoje paga em processo de liquidação. Por conta disso, nós movemos uma ação civil pública. E tão flagrantes as ilegalidades que nós obtivemos antecipação de tutela no segundo grau, Desembargadora Federal Neusa Alves, aqui no TRF de Brasília. A União levou num primeiro momento, a União não pagava, não pagava, não pagava e a gente forçando, forçando, intimava, não pagava, pedimos sequestro de verba de publicidade do Governo, que costuma ser a verba mais inútil, com o perdão da franqueza, pedimos esse seqüestro, o juiz naquele momento não deferiu, mandou intimar mais uma vez, e tal, a União entrou com pedido de suspensão de segurança no STJ, o Presidente do STJ entendeu que não havia matéria legal, mas apenas matéria constitucional, remeteu para o Supremo. Era presidenta a Ministra Ellen Gracie, a Ministra Ellen naquele momento suspendeu tão-somente a multa diária que nós tínhamos conseguido fixar contra a União.

Só que uma decisão sem multa diária e sem outro mecanismo de pressão, é uma decisão complica, uma decisão eunuca. Tentamos cumprir. Num determinado momento, quando foi ratificada a decisão dizendo: ela vale, tem que cumprir de uma vez, a União entra com um aditamento ao pedido, com um novo pedido de suspensão, um novo pedido naquela suspensão de liminar. Eu estou meio perdido no meu tempo. A União entrou com um novo pedido de suspensão de liminar no Supremo, e aí já era o Presidente o Ministro Gilmar, e o Ministro Gilmar, ele entendeu por suspender completamente.

E aí é que é o terrível, esse incidente chamado suspensão de segurança ou suspensão de liminar é um incidente terrível, ele não tem nada a ver com o fundo da causa, não tem. Ele diz respeito a dano a ordem pública, a dano a ordem econômica, a dano a ordem à saúde pública, mas uma outra coisa. Por exemplo, mando comprar hoje dez milhões de vacinas contra a pólio, por meio da empresa do meu filho. Aí entra alguém com ação popular, tranca. A União pode entrar diretamente com o Presidente do Tribunal, dizendo: independentemente, de qualquer coisa há dano á saúde pública. Ele não olha o mérito, ele olha a saúde publica, economia etc., e pode conceder essa suspensão de segurança ou suspensão de liminar. E o Presidente Gilmar Mendes, Presidente do Supremo, Ministro Gilmar Mendes, entendeu por suspender.

Numa audiência que nós tivemos lá, até aqui registro um agradecimento ao Senador Alvaro Dias, que não está aqui no momento, mas o reconhecimento pelo trabalho que ele também desenvolveu com o Senador Paim, nessa questão do Aerus, estive com o Ministro Gilmar, junto, a convite do Senador Alvaro Dias, ponderando, Senador, aliás, Ministro, da maneira como foi dada a suspensão de segurança é até o trânsito em julgado dessa ação, e o trânsito em julgado dessa ação e o trânsito em julgado dessa ação civil pública em defesa dos participantes do Aerus só vai se dar daqui a 15 anos, todos estarão mortos. Então, aí ele disse: "Não, isso eu posso ver no meu voto, nós vamos ver no dia do julgamento".

E, de fato, no dia do julgamento, o Ministro Gilmar modificou seu voto dizendo: "Eu mantenho a suspensão só até o julgamento de mérito do 1º grau, a sentença do juiz da 14ª Vara".

Porque ele disse: "Eu me sinto desconfortável de autorizar um gasto tamanho desses da União sem que tenhamos a sentença de 1º grau". "Ora", nós ponderamos, "não temos de 1º grau, mas nós já tivemos três desembargadores ainda em agravo de instrumento que já se manifestaram a favor". "Não, mas não interessa, eu quero a sentença de mérito, para não abrir um precedente dessa magnitude, e tal".

Pois bem, foi o entendimento do Ministro. Tivemos votos maravilhosos do nosso lado na tese que defendíamos, o voto do decano do Supremo, Ministro Celso Mello, voto do Ministro Marco Aurélio de Farias

de Melo, voto do Ministro Carlos Ayres Brito, voto do Ministro Eros Grau. Tivemos quatro votos no Supremo a nosso favor para viger agora.

E os demais não foram ruins, exceto o do Ministro Joaquim Barbosa, que queria jogar para o julgamento da apelação. E apelação significa mais cinco anos. Enquanto que o julgamento do mérito no 1º grau nós devemos ter ainda este ano.

Então, o julgamento de mérito no Supremo não foi ruim, ele podia ter sido bem melhor. Mas ele não foi ruim a partir do momento daquela modificação, quando sensibilizou o Presidente Gilmar no sentido de alterar um entendimento anterior, quando percebeu que, de fato, a decisão daqui a 15 anos seria muito ineficaz. Muito ineficaz.

E foi assim o resultado daquilo. E, no 1º grau, a coisa ainda não avançou o suficiente para chegar ao ponto de julgamento. Então, nós temos a esperança de que esse julgamento venha a ocorrer até o mês de julho. Temos essa esperança. E aí, se o julgamento for favorável, e eu tenho dificuldade de construir uma tese de por que não seria favorável, se a União aprovou cada um daqueles contratos, cada atrocidade, cada mudança de contribuição.

O fundo nasce com três fontes. Uma, contribuição total da folha; a outra, 3%. Tira a primeira perna dos 3%, um órgão a quem não cabia opinar sobre isso, e o órgão a quem cabia opinar, se omitiu desgraçadamente. Segundo, altera o critério de contribuição de 9% da folha total para 9% do plano de participantes do plano. Diminuiu radicalmente a contribuição para aquele plano. Depois, nós tivemos a história da saída da TAM. Depois, nós tivemos o estilhaçamento dos planos de benefícios em 2002, e aquela autorização para contribuir com quanto quisesse, quando quisesse, se quisesse. E, por fim, os 21 contratos com a Varig, os 8 contratos com a Transbrasil: ilegais, ilegais, ilegais!

O regime de capitalização foi desnaturado para ser transformado em um regime de contratação. Empilha contrato aí, faz de conta que um dia isso vai ser pago.

E essa questão de contratação permanece hoje em outros fundos de pensão. Lá no Basa, lá na Capaf, agora, está havendo tentativa de fazer um contrato daqueles em que não se paga o principal, se paga, de vez em quando, um jurinho.

Então, isso está sendo cotidiano na previdência complementar brasileira. O caso Aerus foi um. Tem outros. Tem outros que gostaram da idéia. Não diz respeito apenas à Petrus, aliás, perdão, à Portus. Diz respeito também à Capaf, por exemplo, que nós acabamos de comentar, fundos que vêm enfrentando dificuldade, onde a fiscalização é pífia, é ruim, e é essa a situação a que chegamos.

Teria algumas questões a levantar sobre a legislação de fundo de pensão... (*Pausa*.)

Então eu posso encerrar.

Obrigado, amigos, desculpem o tempo.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Maia, me permita. Vocês vejam a emoção, a força, ele está fazendo um tratamento, assim mesmo fez questão de vir aqui. É um gesto nobre, eu gostaria de dar uma salva de palmas para ele, porque todos sabem o tratamento que ele está fazendo. (Palmas.)

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Vice Advogado Geral da União, representante do Advogado Geral da União, Sr. Luiz Inácio Lucena Adams.

Com o tempo e com a tolerância que foram dados aos outros.

O SR. FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA – Obrigado.

Eu gostaria de cumprimentar os parlamentares aqui presentes, na pessoa do Senador Paulo Paim; queria cumprimentar a Drª Grazziela Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas; o nosso colega, o Dr. Luis Antonio Castagna Maia, que é advogado do processo Aerus, o Dr. Gilberto Vieira, secretário-geral da Contec, também os outros palestrantes, senhoras e senhores, vou aqui tratar mais das questões que cabem à Advocacia-Geral da União, inclusive uma demanda do Governo Federal que ocorreu na época em que o Advogado-Geral da União era José Antônio Dias Toffoli relativamente à possibilidade de fazer um acordo.

O acordo se refere a dois processos: o processo de defasagem tarifária da Varig, o Recurso Extraordinário 571969, e o outro processo de que o Dr. Castagna Maia falou que é relativo à ação civil pública e em que foi deferida a suspensão da antecipação de tutela no qual se cobra uma indenização para o Instituto Aerus.

É importante informar que, diante dessa demanda, o Governo Federal ... Sei todos se sentem muito envolvidos nessa questão do Aerus. Não digo que a Advocacia-Geral da União também não sinta da mesma forma. Todos têm tentado, na medida do possível, arrumar uma solução. Claro que no caso da Advocacia-Geral da União nós temos sempre nossas amarras legais para tentar fazer qualquer acordo. Além disso, é importante dizer que qualquer acordo sempre perpassa também pela participação, pela autorização, daqueles Ministérios que têm envolvimento na questão que é objeto do acordo.

Então, em virtude dessa demanda, no Governo Federal foi instituído um grupo de trabalho pela Portaria 474 do Advogado-Geral da União, de 1º de abril de

2009, do qual participaram diversos órgãos. Participou.a Procuradoria-Geral da Fazenda, representando o Ministério da Fazenda; também a Secretaria do Tesouro Nacional; participou também a Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social; a Secretaria de Previdência Complementar também esteve presente; também participou Ministério da Defesa, em virtude da defasagem tarifária – o outro processo; participou Ministério do Trabalho e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e também a Casa Civil.

Esse grupo – isso é importante dizer – foi composto por técnicos que também buscaram trazer informações para o grupo de trabalho, para esse exame pela Advocacia-Geral da União de uma tentativa de acordo. É importante dizer que todos esses órgãos encaminharam, na verdade, representantes da sua área jurídica, ou seja, são órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União, órgãos de execução da Advocacia-Geral da União.

Nesse estudo foram levantadas todas as ações, foi conversado sobre a suspensão da antecipação de tutela, do RE, das perspectivas de vitória ou não, de perdas. Infelizmente, nesse grupo – posso até deixar uma cópia do relatório para a comissão –, houve conclusões que nos deixam numa sinuca de bico para eventual acordo em relação a utilizar aqueles valores a que eventualmente a União pode ser condenada pela defasagem tarifária, utilizar esses valores para fazer um acordo em relação aos processos do Instituto Aerus.

O que foi a primeira conclusão dada nesse grupo de trabalho foi que se verificou que os créditos tributários da União com as empresas do grupo Varig extrapolariam o valor de uma possível condenação no caso da defasagem tarifária.

Em relação a essa questão, foi analisado pelo grupo se eventualmente não teria preferência o Instituo Aerus porque ele teria uma garantia, que lhe foi dada pela Varig, que era justamente esse processo da defasagem tarifária. Só que, infelizmente, nós temos dois óbices jurídicos que não dá para entender, ou seja, por que o Instituto Aerus teria essa preferência. Qual o primeiro óbice jurídico? O primeiro óbice jurídico... e a Varig ainda está em recuperação judicial, chegou-se até a decretar falência, depois houve um recurso com relação a essa decisão e se voltou à recuperação judicial.

Neste momento de recuperação judicial, a Lei nº 11.101, que é a Lei de Recuperação de Falências, em seu art. 49, § 5º, suspende todos os pagamentos, menos aqueles relativos a débitos tributários. E também temos um outro problema que verificamos, qual seja, o art. 122 desta própria Lei, que determinaria a compensação de valores já devidos, mesmo em virtude da falência.

Então, deparamo-nos com esse primeiro óbice jurídico para a questão desse acordo. E é importante dizer que a atuação da Advocacia Geral da União foi técnica, buscando, na medida do possível, uma solução. No entanto, os advogados públicos, tal como qualquer servidor, não poderiam ir de encontro à Lei, mesmo que sensibilizados com a situação do Instituto Aerus. Temos, portanto, esse óbice, a menos que haja uma alteração legal, haja uma decisão política de alterações legais que possam nos auxiliar.

Outro ponto levantado por esse grupo de trabalho foi que não seria possível aportar espontaneamente, porque existe uma vedação na Constituição – art. 212, § 3º –, recursos para uma entidade fechada de previdência complementar. A Constituição veda que a União, os entes federativos façam esse aporte espontaneamente.

Depois vou conversar um pouco mais sobre esse art. 212, sobre o qual fiz uma análise mais detalhada.

Outro ponto levantado, até em virtude dessas questões relativas à preferência em pagamentos, foi a impossibilidade de se realizar pagamentos em dinheiro pela Fazenda após sentença judicial transitada em julgado. Ou seja, só poderia ser feito mediante precatórios. Foi levantado este ponto, muito embora a Procuradoria da Fazenda tenha tentado uma saída alternativa, que era a expedição de títulos. Mesmo assim ainda haveria os óbices relativos aos débitos tributários que, em um primeiro momento, continuariam em virtude das disposições legais e da preferência, sendo preferidos, inclusive, aos créditos do Instituto Aerus.

Há ainda um outro ponto levantado pelo grupo de trabalho. Ele diz respeito ao princípio da economicidade. O Tribunal de Contas da União tem batido muito nos acordos judiciais que têm sido feitos pelo Governo Federal e pela União, dizendo que, efetivamente, o acordo tem que dar uma vantagem econômica para a União. Infelizmente, em virtude disso, não tem sido possível, sob pena da preponderância do interesse público, se fazer um eventual acordo que não observe esse princípio.

Essas foram as conclusões iniciais do grupo. E o que aconteceu? Essas conclusões foram oferecidas primeiramente pelo Advogado-Geral da União. A Advocacia estando agora sob a gestão Ministro Luís Inácio Lucena Adams, que, preocupado com a situação, pediu mais uma verificação.

Primeiro, ele procurou ver se aplicando leis que possibilitam a redução de parcelamento, poder-se-ia diminuir aqueles débitos tributários da Varig e haver um saldo positivo que seria dado ao Instituto Aerus. Infe-

lizmente, pelos cálculos que foram feitos, mesmo com esse desconto, porque em um primeiro momento o valor apurado que o grupo Varig deveria à União, em termos de créditos tributários, seria de R$6.892.496,00. Com esse desconto, com essa análise feita, infelizmente, o valor apenas cairia para R$3.959.265,00, sendo que o valor do crédito da Varig para com a União, no caso da defasagem tarifária, equivaleria a R$2.719.027,00. Ou seja, infelizmente, não haveria um valor suficiente.

Além disso, o Ministro Adams também deu oportunidade, diante desse relatório, de serem ouvidos os interessados, ou seja, o Instituto Aerus, o Sindicato dos Aeronautas. E houve uma série de petições, inclusive da própria Varig, sobre esse relatório, questionando esse relatório. Uma das questões seria essa questão da ordem, da precedência do crédito tributário, e, infelizmente, não conseguimos transpor esse óbice. Outra questão seria em relação ao dispositivo constitucional que veda o aporte espontâneo de recursos a uma entidade fechada de previdência complementar.

Em relação a esse ponto, estamos terminando um estudo, mas é importante aqui dizer que, em tese, se você for analisar, a norma constitucional fala de um aporte espontâneo. E, se formos analisar, se houver uma condenação da União, o aporte não será instantâneo e eventualmente poderia se pensar em analisar uma possibilidade de acordo, o que não seria um aporte instantâneo, ou seja, em tese poderia não ser um óbice esse dispositivo constitucional.

Outra questão que temos analisado é em relação à decisão do TCU, que determina que se observe o princípio da economicidade em acordos judiciais homologados pelo Judiciário. Essa questão do princípio da economicidade é algo que nos dá muita dor de cabeça porque, ao mesmo tempo em que nós sabemos que somos os grandes clientes do Poder Judiciário e que gostaríamos de fazer acordo em inúmeros processos, nós temos um óbice aqui criado e, ao mesmo tempo, um certo temor dos advogados dos servidores públicos de seus acordos judiciais eventualmente serem questionados. Mas eu entendo que isso é algo que pode ser examinado com mais cautela, que o princípio da economicidade pode ter seus temperamentos. Aqui foi levantado, de forma muito inteligente, pelos advogados que contestaram o grupo de trabalho, que se deve buscar a função social de toda norma e que aí haveria até um clamor social em relação a essa questão.

Só que, em relação ao clamor social, a gente ainda tem uma certa dificuldade. Mas o que se pode talvez analisar com mais calma é que o pagamento que a União faria ao Instituto Aerus poderia ser um pagamento através de títulos, o que seria um pagamento deferido para o futuro. A gente pode analisar se a gente consegue, de alguma forma, incluir isso como uma observância ao princípio da economicidade.

Temos muito temor, mas de alguma forma é importante dizer que eu acho que, na análise desse princípio de economicidade, a gente tem de ver também não só o valor. Por exemplo, no caso do Instituto Aerus, não poderia, de jeito nenhum, dar um desconto no valor que seria devido eventualmente numa condenação da União.

Nós podemos até analisar – e isso a gente tem iniciado na AGU – se esses custos do processo valeriam à pena e, na verdade, a incidência de juros, de correção monetária, se valeria à pena você continuar uma demanda judicial. Claro que isso demanda uma análise, qual vai ser a decisão judicial favorável à União ou a outra parte, temos que analisar também... De alguma forma demonstrar que, se a União, em vez de guardar um eventual esqueleto, que seria muito justo, muito mais diligente, fazer um acordo. Só que essas duas questões ainda estão sob análise. Agora, o grande problema, que eu digo que é a nossa grande sinuca de bico, é efetivamente a questão relativa aos débitos tributários da Varig e que, em virtude desses dois dispositivos da Lei de Recuperação Judicial e Falência, não nos permite destinar esse valor diretamente ao Instituto Aerus, fazendo um acordo judicial.

Enfim, quero dizer que nós da Advocacia-Geral da União estamos sempre à disposição para conversar, para debater, tentar encontrar uma solução para a questão jurídica e que, infelizmente, neste momento, eu gostaria de, de coração - tenho até parentes que também fazem parte da Varig -, poder dar uma outra informação a todos os presentes, mas, por uma questão de transparência, eu tenho que dar a informação dos óbices que foram levantados e que até o momento, pelo grupo de trabalho, um grupo composto por inúmeros técnicos e advogados, que até o momento não temos conseguido ultrapassar.

Agradeço o convite do Senador Paim e a atenção de todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Dr. Fernando. Quando fizemos a audiência pública, disseram que a AGU não viria. É importante vir, fazer o debate, tentar construir caminhos. Estou torcendo para que a gente construa um caminho que busque a solução.

Informo que o Antonio Marcelo Bona, do Sindicato Nacional dos Aeronautas, pediu, se possível, que esta audiência seja distribuída em cópia, em áudio, vídeo, em CD, para as pessoas que assim solicitarem. A gente garante que isso será distribuído logo após o pedido, que tem que ser feito formalmente, e o meu gabinete ou a Comissão distribuirá.

Então, passamos a palavra, neste momento, à Srª Graziella Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

A SRª GRAZZIELA BAGGIO – Bem, primeiramente, bom dia a todos. Queria agradecer ao Senador Paim, ao Senador Alvaro Dias, à Senadora Ana Amélia e a diversos outros Senadores, inclusive ao Senador hoje Ministro da Previdência, que, durante esses últimos três anos, vêm nos abraçando emocionalmente, com aquela vontade mesmo de buscar uma solução definitiva para os mais de dez mil trabalhadores pertencentes ao Aerus e aos em torno de quatro mil pertencentes ao Aeros, da Vasp.

Eu tinha me organizado para mostrar uma situação. Tinha desistido de passar o filminho, mas vou fazê-lo porque eu preciso me tranquilizar antes de questionar o Dr. Fernando, que, por sinal, nos trouxe uma preocupação muito séria.

Mas, de qualquer forma, eu gostaria de apresentar para os senhores – até para que a gente relaxe um pouquinho – o quanto os trabalhadores da Varig foram enganados desde a década de 80. Talvez a pretensão não fosse essa. Não posso falar pelos patrocinadores; posso falar pelos trabalhadores, que acreditaram, mas as autoridades trabalharam para isso.

E eu, hoje, aqui, depois de todos os discursos que escutei, do Professor Britto, da Cláudia, do Itamar e, graças a Deus, do Dagomar, que foi corajoso demais. Quero aqui parabenizá-lo, pois oficialmente declarou que o papel da SPC é fiscalizar.

Então, para nós, essa declaração do participante da Previc foi muito rica. Ela nos contemplou, porque é o que estamos procurando, na Justiça, aos trabalhadores participantes da Aerus: quer dizer, o funcionário público está admitindo que o papel de fiscalizar isso não foi feito, porque temos provas disso. Houve a concordância de todos os contratos, citados pelos Dr. Maia, dos 21 contratos, dos 8 da Transbrasil e de outras mais patrocinadoras que lá estão, que são 29.

Essas duas são as maiores. Temos mais 27 patrocinadoras dentro do Fundo.

Não sei se daria para começarmos do começo, porque já passou um pouco, mas o que vocês podem observar – isso foi inclusive idéia de um companheiro nosso, que não pôde estar aqui presente, que é o Amauri Guedes -, que buscou recuperar, porque ela disse que isso foi a vida dela. Essa revista, de certa forma, foi distribuída pelo fundo de pensão Aeros e vem contando que ela havia chegado para garantir o futuro do indivíduo, que ele vai ser muito feliz; quando ele sair, vai ter como sustentar sua família. Por sinal, tudo foi bem feito artisticamente; convencia a todos os participantes da família Varig e causava inveja inclusive àqueles, cujas empresas, por ventura, não estavam dentro do plano do fundo de pensão, que foi instituído naquele período.

De certa forma, isso acabou fazendo parte do dia-a-dia dos trabalhadores, no sentido de contribuir mensalmente com o Fundo. Eram os únicos que pagavam na verdade. É o que foi dito aqui: quem sustenta o fundo são os participantes.

O que nos causa bastante preocupação é a falta de participação das autoridades – e aí vou da Polícia Federal, ao SPC, ao Ministro, à Presidenta da República – pois eles eram sabedores que esses administradores cometeram todas essas ilegalidades, e nada é feito.

A culpa será sempre dos trabalhadores, que hoje são obrigados a receber 8% dos seus benefícios. Obviamente, daqui a alguns meses, teremos esses 8% já finalizados, porque o plano 1 não tem mais fôlego financeiro para manter qualquer antecipação de benefício.

Então, a propaganda é lindíssima. Ela é atrativa. Ela envolveu todos os trabalhadores – e a Varig chegou a ter 24 mil trabalhadores participando do Fundo. Lamentavelmente, o que podemos ver hoje é uma total derrocada.

Hoje, concluo que não é única e exclusamente do Fundo Aeros, mas de todo o sistema. Se os aqui estão não tiverem a responsabilidade política e moral de buscar uma solução definitiva, transparência, e o que é de fato o interesse dos trabalhadores dentro de um fundo de pensão.

Não me refiro mais a fundo aberto, a banco, porque todos nós sabemos que quem vai para lá sabe que está comprando em termos de plano. Todas as empresas tinham que participar desse fundo, para ter a concessão. Isso era uma obrigatoriedade. Nós sequer tivemos a sensibilidade de nos incluir na 108. É um setor estratégico, uma soberania. É um setor que deveria ser uma concessão pública que deveria ter sido enquadrado no 108. Fizemos inúmeras gestões e lamentavelmente sequer tivemos a sensibilidade do Governo nesse sentido.

Tivemos uma sensibilidade do Governo no dia 31 de dezembro de 2002, às 21h30min, pois saiu o último *Diário Oficial*. Nele, nós fomos surpreendidos com a suspensão de tudo aquilo que as empresas patrocinadoras tiveram que contribuir. Ou seja, a partir daquela data, mais nada.

Então, aqui fala um pouquinho...

Depois, nós podemos disponibilizar na nossa página, via CD, sobre qual foi a propaganda que foi feita do fundo. É um pouquinho longo, mas eu gostaria só que aumentasse um pouquinho nessa parte, porque nós falamos do fundo e, agora, alguns depoimentos. É possível aumentar o volume?

Então, a tônica foi mostrar o que fundo vendeu para os mais de 26 mil trabalhadores, e esses trabalhadores foram enganados, e o que esses trabalhadores hoje estão enfrentando na situação em que o fundo se encontra, um pouco até para aliviar o que a gente ouviu aqui há pouco, porque eu fiquei muito agitada, viu, Dr. Fernando? Deve estar havendo um desencontro de informação. É possível colocar os depoimentos?

Então, o que me causa assim preocupação passa pela questão de todo o sistema de fato, porque, no caso Aerus, especificamente, nós temos menos pessoas recebendo o benefício, mas temos lá também 3.500 pessoas que têm suas reservas de poupança no fundo de pensão.

E também nos causa preocupação porque esses dois fundos, não sei se a Cláudia concorda comigo, não sei se ela já enfrentou algum fundo em liquidação ou intervenção de perto, muito próximo... A falta de informação e de transparência por parte dos administradores ou liquidantes do fundo é muito grande, é muito grande. Então, hoje nós chegamos a uma situação em que, se o Aerus hoje tem lá algum patrimônio, esse patrimônio, tudo bem que estão sendo criados alguns critérios que buscam fiscalizar as aplicações e me parece que a Previ que está imbuída nesse sentido, mas, de qualquer forma, não sabemos para onde está indo...

Então, quando você declarou aqui "nós queremos ter participação para poder também exigir que as aplicações sejam feitas de forma correta, com transparência, em lugar certo", isso nós não estamos sabendo em nenhum dos dois fundos; e, na verdade, os dois fundos têm patrimônio. A única coisa que a gente fica sabendo é que o fundo está vendendo patrimônio para fazer dinheiro para pagar benefício, o que nós não poderíamos inclusive nem buscar evitar; a gente tenta saber se o preço é adequado, se é preço de mercado. Mas as informações são totalmente confidenciais, fechadas, se você questiona. Então, nós temos grupos questionando determinadas situações que não nós sabemos onde vão parar, e isso é muito preocupante.

Então, o assunto requer, sim, Senador, eu gostaria, sim, de parabenizá-lo, porque a iniciativa é muito boa e é urgente. Por tudo o que escutei aqui, nós temos um problema muito sério: quase dez mil pessoas aposentadas e pensionistas e aproximadamente dez mil trabalhadores da ativa que têm sua reserva lá dentro e querem receber essa poupança que fizeram esses anos todos. Contribuíram 20, 21, 22 anos, foram demitidos, não receberam um centavo de rescisão contratual. E aí eu entendo perfeitamente que talvez o Governo Federal... E eu sei que a AGU defende o Governo Federal, que não é responsável pelas mazelas administrativas das empresas, mas o que se está cometendo hoje talvez seja uma coisa jamais vista na história deste País. É verdade: jamais vista na história deste País. É um fato. É um pecado capital. Outro dia o arcebispo me explicou o que era um pecado capital, porque não tenho muito habilidade com essas coisas. Para mim, é um pecado capital. Eu sugiro que todo mundo vá buscar o que significa pecado capital, porque está envolvendo os diversos poderes do Brasil, e ninguém se sensibiliza.

A pergunta é: essa mazelas jurídicas que estão sendo colocadas... Desculpe-me até estar-me referindo dessa forma, Dr. Fernando, porque essa informação de que a empresa voltou à recuperação é desconhecida de todo mundo, a não ser que tenha sido a AGU que a fez voltar para a recuperação judicial, porque, para nós, a ação de falência está transitada e julgada. Não houve mudanças no fato. Não houve.

Então, com relação ao questionamento sobre o passivo, sobre o tributário devido à União pela Varig a lei é clara, a não ser que a gente, como nunca antes neste País, quem assinou a lei vá rasgar a lei. A lei de recuperação judicial foi assinada em 2005, e é clara, em caso de falência, qual é a preferência de crédito. Não há discussão se é tributo ou não. São 150 salários dos trabalhadores e entra o fundo porque ele tem garantia real nesse processo.

Eu desconheço que, de certa forma, a empresa tenha voltado à recuperação. Essa informação para mim é nova. Eu estive na vara de falência recentemente, e isso não existe. Então essas definições, essas conclusões dessa comissão me preocupam muito, Dr. Fernando. Estivemos muito juntos, o senhor sabe disso, tivemos grandes embates. Até porque é preciso que fique claro: nós sempre buscamos o diálogo, nós lutamos esses cinco anos em busca do diálogo e da justiça. O que está faltando é vontade política.

Curiosamente, Senador,... Acho que o Senador teve oportunidade de conversar com o Presidente Lula, com a Presidenta Dilma e outros. Nós não vemos nas pessoas, pelo menos nos dois presidente com os quais conversamos a respeito, a dificuldade. A única coisa que eles falam: "Mas eu quero fazer. Mas vem a AGU e diz que eu não posso fazer". Isso foi dito para mim no Fórum Social Mundial, no dia 28 de janeiro. Quem estava comigo lá em Porto Alegre lembra disso. O Presidente Lula falou isso para 150 convidados. O senhor estava lá dentro inclusive.

Então, eu quero fazer. Quem não me deixa fazer é a AGU, que diz que eu não posso fazer. Então a minha preocupação maior é saber quem está enganando quem. O problema é que o resultado disso é a morte antecipada dos nossos trabalhadores. É isso que está acontecendo, Dr. Fernando. Lamento lhe dizer. Eu nem

gosto de usar esse argumento porque ele é facilmente derrubado. O senhor sabe disso. Até, por sinal, algumas instituições de Governo usam isso com muita propriedade e dizem isso: "Mas são velhos mesmo, iam morrer". Não estou dizendo que é o senhor, mas já escutei isso de várias instituições de Governo quando a gente vai discutir a questão do Aerus.

Agora não ter vontade ou criar...? Sinceramente eu às vezes fico pensando que nós temos mais alguma coisa no ar que não é avião nem urubu, porque a turbina do avião pegou urubu. Então, não é urubu nem avião. É mais alguma coisa. Isso me preocupa, porque há anos está sendo apontada a possibilidade de uma solução. Há anos. Eu digo para o senhor que isso é verdadeiro, porque o Senador Paim patrocinou várias encontros aqui, nesta Casa. Muito de vocês estavam presentes quando o Ministro Toffoli se comprometeu ao acordo durante mais de um ano. Nós tínhamos uma liminar. Senhores, esta ação civil pública que está sob a responsabilidade do Dr. Maia originou uma liminar, que depois foi confirmada com outro desembargador, que a AGU tentou derrubar, que derrubou a multa e não derrubou o mérito. Essa liminar teve validade dois anos e seis meses e não foi cumprida.

Em certa oportunidade, discuti isso com o presidente; levei ao conhecimento dele que a liminar não estava sendo cumprida. O governo vivia dizendo que decisão da Justiça tem que se cumprir, e a nossa que não está sendo cumprida, como é que fica? Pois a AGU informava ao presidente que a liminar tinha caído e não havia, por parte da AGU, nenhuma iniciativa em derrubar a liminar naquele momento. Depois isso veio a ocorrer, quando estávamos aqui no Senado, e o Ministro Toffoli se comprometeu a trazer uma solução em determinado dia, não veio e foi correndo pro STF cassar a liminar. O senhor está lembrado disso, foi uma situação constrangedora para todos nós aqui nesta Casa que acreditávamos que, depois de todo o esforço que fizemos de estar aqui por três ou quatro dias, conseguiríamos uma solução.

Independentemente do que foi declarado pelo Dr. Fernando, fiquei preocupada com essa declaração que, por não estar atualizada, me preocupa porque as pessoas que aqui ainda estão acreditam numa solução. Os motivos levam a isso. Quando o senhor diz sobre a questão da economicidade, o TCU... Vou me inscrever para não falar a respeito do Tribunal de Contas da União, mas de qualquer forma, eu vou dizer o seguinte, Dr. Fernando: nós temos três ações em curso. O senhor vai me dizer se vai ganhar ou não vai ganhar, vamos ficar 20 anos esperando o resultado da ação, mas entre a ação da terceira fonte, que o próprio fundo de pensão entrou na Justiça por conta de um rompimento de contrato feito pelos militares que eram dirigentes do Departamento de Aviação Civil, sem cálculo atuarial – olhem quantas vítimas nós fizemos por conta dessa má gestão –, eles não tinham experiência em atuário, em fundo de pensão, o negócio deles era voar avião da FAB; não era sequer aviação regular, mas eles conseguiram romper o contrato, foram ele que pediram o rompimento do contrato e comunicaram, diga-se de passagem, e o fundo entrou na Justiça.

Essa ação hoje está em torno de 5 bilhões. A ação civil pública que nós temos, julgada em primeira instância, condena a União a pagar a complementação para 100% dos participantes e também gira em torno de 5 bilhões. A ação de defasagem tarifaria da Varig, eu queria fazer um aparte, Dr. Fernando, porque o senhor esteve na reunião em que discutimos esses cálculos, a AGU fez um cálculo, o departamento de contabilidade da AGU reconheceu erro material nesse cálculo que o senhor apresentou, de 2,7 bilhões, e a diferença para os 4,2 bilhões que era o que a empresa Varig declarava ter, por intermédio de seu perito, é a questão da decisão judicial; ou seja, houve má vontade por parte da AGU em aplicar um por cento ao mês devido a decisão judicial estar falando em meio por cento. Por isso que deu essa diferença. Mas nós chegamos a avançar.

Independentemente dessas questões que deixei registradas... Talvez fosse conveniente a gente até marcar uma próxima reunião para atualização melhor dos fatos, para tentar não criar um baixo astral no nosso pessoal porque hoje nós chegamos até a avançar mais.

Então, independentemente dessas questões que eu deixei registradas, a respeito das quais será talvez conveniente a gente marcar uma próxima reunião para uma atualização dos fatos, para a gente não criar um baixo astral no nosso pessoal, porque hoje nós estamos comemorando... Nós não temos o que comemorar, não é? Eu acho que, depois que eu sair daqui, posso até comemorar porque, de repente, nós tivemos a oportunidade do contraditório em público, junto com a AGU. Eu tive a oportunidade, oficialmente, de escutar o Sr. Dagomar, que é Coordenador-Geral da Previ, dizer que a obrigação da Secretaria e da Previ é fiscalizar. E eles não aceitam isso! (*Palmas*.) Eles não aceitam isso! Eles vão à justiça – e nós temos centenas de defesas deles nesse sentido – e dizem que eles não têm essa obrigação. Não dá para acreditar!

Sorte o Dagomar, pessoa séria, funcionário público, estar colocando claramente que a função deles é essa. Então, isso nós temos que comemorar. Pelos cinco anos que estamos sofrendo, nós vamos comemorar, sim, porque é a partir deste episódio aqui, hoje, que se constrói o marco de uma discussão ampla, de uma discussão séria a respeito do sistema. E digo isso,

Senador, porque nós vamos embora daqui a vinte ou vinte e cinco anos, mas o sistema está aí, inclusive, para bancar os funcionários públicos, os juízes, os magistrados, enfim todo mundo. Não tem um projeto aqui nesse sentido? Exatamente. E se a gente não tiver clareza desse processo agora, alguém acha que vai dar certo? Pois é; e os que existem vão quebrar. Eu não quero fazer terrorismo não; eu quero discutir com transparência, resolver e melhorar o sistema – repito, com transparência – para que a gente possa caminhar melhor nessa discussão.

Nós estamos com mobilizações em todo o Brasil, Senador. Temos aqui o Comandante Tomás, que é Presidente da Associação de Tripulantes da Transbrasil; temos aqui o Honorato, que é o representante da Comissão de São Paulo; o Ivan, que também é aeronauta, representante da Comissão de Curitiba; temos aqui o Gerson, o Osvaldo, o Ari, o Carlos, que são representantes de Porto Alegre e que sempre estão com o senhor. E, assim, nós acreditamos, senhores; nós acreditamos! E gostaríamos muito, sim, de poder comemorar, e que o resultado deste evento venha a ser efetivamente a possibilidade de uma nova reunião em busca de um acordo.

Senador, se o senhor somar as três ações que estão em curso – e há muita possibilidade de o governo perder –, nós estamos falando de algo em torno de, por baixo, R$17 bilhões, se os cálculos forem feitos corretamente. E nós não precisamos de um terço disso dentro do Aerus. Mesmo para os trabalhadores da ativa que serão remunerados em até 150 salários é uma quantia irrisória. E se pode, sim, pagar com título, porque não está colocando dinheiro dentro do fundo; está na mão do administrador judicial, do síndico da massa falida para distribuir o dinheiro. Então, esse argumento de que o governo não pode pôr o dinheiro na mão de fundo já está superado devido às condições que estão colocadas. Ninguém põe dinheiro na mão de fundo. A empresa faliu, foi para a mão de um síndico, que cuida do dinheiro, e ele distribui. Então, esse risco a União não correria. O que eu acho, sim, é que é melhor pagar um terço do que ter que pagar 100%. E nós não temos dificuldades, até porque o Senador Paim se comprometeu – e nós fomos também atrás – a ir buscar a sensibilidade do TCU nesse sentido, bem como da Câmara e do Sendo.

Quero finalizar dizendo o seguinte: nós também insistimos muito, independentemente de todas as audiências que viermos a ter com a Ministra Carmen Lúcia, com a Juíza da nossa ação na 14ª Vara. A gente insiste muito no acordo. E é essa sensibilidade política que eu gostaria de ter da Presidente Dilma.

Portanto, aos homens e às mulheres que aqui estão, que estão sensibilizados, peço encarecidamente esta ajuda em sensibilizar a Presidenta Dilma - que tem, parcialmente, conhecimento desta situação -, no sentido de buscar acordo, porque nós não sobreviveremos por mais 10 anos, 15 anos sem um resultado na Justiça. O que dá a entender é que a União está, de certa forma, alimentando essa solução. Judicializar ficou bom para a União.

Lá na Vasp, a gente dizia que o Canhedo ia para a Justiça que era para pagar a ninguém. Agora ficou assim também na União: vai para a Justiça para empurrar a decisão. Apesar de haver a orientação da AGU, inclusive no sentido de se evitarem ações na Justiça, lamentavelmente, isso não tem sido o nosso caso.

E insisto aqui: a vontade política e a sensibilidade dos atores que aqui estão presentes é muito grande. Tanto é que o Senador tomou uma iniciativa e colocou um projeto no Senado. Nós estamos agora buscando sensibilizar o Senador Romero Jucá, no sentido de acelerar o relatório dele, para que esse projeto possa ir para a Câmara.

Então, eu também faço um apelo aos presentes: lembrem-se do parlamentar em que vocês votaram, para que a gente possa cobrar que esse projeto venha a nos ajudar e a dar o conforto político e jurídico necessário, dentro dessa possibilidade, Dr. Fernando. E é assim: é através de um acordo, porque nós não poderíamos ir para casa olhando na cara de cada um desses nossos idosos que aqui estão, que estão em um sacrifício extraordinário, e acreditarmos ainda em vocês e, no entanto, não termos uma solução e a sensibilidade necessária.

Eu só queria encerrar com as fotos. Dá para encerrar com elas, Henrique? (*Pausa*.)

Só as fotos, Henrique. Esquece o depoimento, por favor. Só ponha as fotos, que acho que elas falam por si sós.

(Procede-se à exposição das fotos.)

A SRª GRAZZIELA BAGGIO – Esse é um resumo da nossa luta nesses cinco anos. Muitos dos que aí estão já faleceram. Isso é uma grande tristeza para todos nós, pois eles conviveram conosco nas ruas, trabalhando em prol dessa solução, já vieram a falecer, e isso nos dói muito.

Esse foi um ato que fizemos na praia de Copacabana, tentando simbolizar, e é uma homenagem a todos aqueles que, durante esse período, aguardaram uma solução, e, lamentavelmente, hoje estão seus familiares desesperados, até em virtude das dificuldades que estão sendo enfrentadas.

Aproveito, neste momento, se o Senador me permitir, para fazer um minuto de silêncio - até eu vou parar de falar – por esses companheiros que se foram, em busca dessa solução.

Obrigada.

(Observa-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentamos a Srª Graziella Baggio, pelo seu pronunciamento, que, com certeza, emocionou todos nós, que estamos nessa luta há muitos anos.

Lembramos, aqui, sim, momentos como este. Muitos dos que estiveram comigo todos os anos, em Porto Alegre – em todos os meus aniversários, eles estavam lá –, já não puderam estar presentes neste ano, pois já tinham falecido. Em todas as feiras do livro, eles faziam uma fila, com as camisas cor de laranja, para me darem um abraço e dizerem que acreditavam nisso, e sei que ainda acreditam.

Não há como, neste momento, a gente não sentir a emoção que você sentiu aqui e que todos nós sentimos. É uma pena que a gente não pôde ouvir os depoimentos também, aquilo que eles nos falam nas ruas, nas caminhadas, nos atos, nas audiências e nas assembleias que já fizemos em Porto Alegre.

Esse é um dos momentos... Eu, bem como o Suplicy, estive ali. A Presidenta Dilma esteve em Porto Alegre. Eu me lembro de que eu estava ao lado da Emília e de que abrimos espaço na agenda dela, para conversarmos com ela sobre a questão.

Esse está à esquerda. Agora, eu o vi aqui, no plenário.

Enfim, quero registrar a presença aqui do Senador Suplicy, que sempre esteve conosco nessa caminhada.

(*Palmas*.)

Por questão de justiça, quero dizer que os Senadores estão em outras Comissões, mas fizeram questão de deixar os seus nomes aqui. Vieram aqui e colocaram sua assinatura. Alguns fizeram manifestações, como a que o Suplicy vai fazer. Estiveram aqui Ana Amélia, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Sérgio Petecão, Vicentinho, Vanessa Grazziottin e Suplicy, todos Senadores e Senadoras. Foram oito Senadores que aqui estiveram, e bastaria que somente três passassem por esta Comissão para que houvesse quórum.

Tem a palavra o Senador Suplicy. Em seguida, falará o Sr. Gilberto Antonio Vieira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Caro Presidente, Senador Paulo Paim, cumprimento o prezado Sr. Fernando Luiz Faria, da Advocacia-Geral da União; o Sr. Gilberto Vieira; e o Sr. Luiz Antonio Maia.

Eu queria dizer, Senador Paulo Paim, que cheguei ao Senado em 1991, e, desde meus primeiros dias aqui, a Srª Graziella Baggio, então representando todos os trabalhadores da Varig, da Transbrasil, da Vasp e das empresas aéreas, visitou-me com muita frequência e comigo dialogou. Sou testemunha da dedicação e do empenho que ela tem tido para resolver esse problema.

Cumprimento V. Exª por realizar esta audiência aqui, com as pessoas dos principais fundos de pensão do Brasil.

Além de expressar minha solidariedade, para que se alcance a resolução dos problemas de todos os que trabalharam nessas empresas aéreas, em especial na Varig e em outras empresas que dependem da resolução do problema da Aerus, faço meu apelo ao Sr. Fernando, da Advocacia-Geral da União, para que possa chegar a um entendimento adequado, diante das observações da Srª Graziella Baggio.

Nesta reunião, Senador Paulo Paim, veio à minha mente aquilo que foi objeto do diálogo do líder da banda U2, o Bono, com a Presidenta Dilma Rousseff. Inclusive, o Bono também se reuniu ontem com o Ministro Guido Mantega e com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Qual é uma das principais propostas por eles colocadas, inclusive manifestando a sua solidariedade ao propósito da Presidente Dilma de realizar todos os esforços para erradicar a pobreza absoluta e de promover maior igualdade e justiça?

Um dos pontos principais é que se realizem, de maneira a mais ampla possível, os procedimentos de transparência em tudo aquilo que for, por exemplo, a realização de investimentos e administração dos recursos que sejam da população ou, por exemplo, do fundo de pensão – e me veio à mente, porque eles querem que haja uma campanha e medidas efetivas para todas as empresas que tenham ações em bolsas, e, portanto, os fundos de pensão como a Previ e todos os aqui mencionados, passem a ter a total transparência sobre como aplicam os seus recursos, a fim de que todos aqueles que sejam sócios ou contribuintes ou pensionistas de cada fundo, ou mesmo acionistas, estejam cientes daquilo que está se passando; e também para que toda empresa que, por ventura, esteja investindo em recursos minerais, em extração de petróleo, em quaisquer dos países, que a coloque de maneira transparente a forma como administra esse recurso e para onde são encaminhados os seus resultados.

Que os próprios governos que recebem esses investidores, seja no Iraque, na Líbia, no Egito ou aqui no Brasil, onde for, passem também a ter um critério de transparência, os mais amplos possíveis, para que a população e os potenciais beneficiários ou até aqueles que sejam pensionistas de quaisquer, ou sócios, empresas, e os próprios habitantes de qualquer país

onde haja a realização de um investimento, como por exemplo vamos ter aqui a exploração do pré-sal, que isso seja do conhecimento mais amplo possível.

Então eu quero deixar aqui não apenas a minha solidariedade, mas se tivesse ocorrido maior transparência na administração desses fundos, teríamos evitado, muito provavelmente, as graves consequências que fazem hoje, as pessoas que aqui nós vimos, de terem perdido o seu direito, que precisa ser recuperado com a colaboração da Advocacia-Geral da União.

Muito obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece a contribuição do Senador Suplicy. Vamos, agora, ao último painelista, dizendo que todos terão o direito ainda a falar sobre o tema, inclusive se houver pergunta eu abro, normalmente, para que no mínimo duas ou três pessoas no plenário, se quiserem fazer um depoimento, elas farão.

Quero dizer que dei prioridade para esta audiência. Para mim, se estiver aqui ao meio-dia, uma hora, duas horas, nós vamos tocar aqui. Se alguém tiver de sair, eu entenderei, mas vamos aproveitar ao máximo esta audiência, para tentarmos encontrar o caminho da verdade e da solução.

Por favor, tem a palavra o Sr. Gilberto Antônio Vieira.

Antes, permitam-me eu registrar a presença do Senador, nosso companheiro Delcídio, que está sempre conosco nessa caminhada. (*Palmas*.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero dizer que estou com vocês e não abro. (Muito bem! *Palmas.*)

O SR. GILBERTO ANTÔNIO VIEIRA – Bom dia!

Eu queria, inicialmente, agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite que nos fez para estarmos aqui participando deste debate destas discussões; cumprimentar o Senador pela felicidade na escolha dos temas que estão sendo objeto de discussões; cumprimentar o Senador pela felicidade na escolha dos temas que estão sendo objeto de discussão; cumprimentar também o Senador Suplicy aqui presente, o Senador Casildo, que já esteve aqui, a Senadora Ana Amélia e os demais que eu não anotei o nome, mas acho que todos merecem o nosso cumprimento pela sensibilidade de estarem apoiando esta audiência, esta subcomissão; cumprimentar também os colegas de Mesa, duas vezes colega, Dr. Fernando, Dr. Maia, Drª Grazziela e também os colegas da Mesa anterior, nosso mestre Ruy Brito, Drª Claudia, Dr. Itamar, Dr. Dagomar, pelos pronunciamentos já feitos; e cumprimentar também todos os aqui presentes que demonstram as preocupações com o destino dos fundos de pensões do Brasil.

Eu devo iniciar a nossa fala, a minha fala, dizendo que eu não estou aqui falando em nome da Previ, porque já estava previsto, estou aqui falando em nome da Contec, entidade esta que o Ruy Brito já foi Presidente.

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone)* Presidente cassado pela ditadura.

O SR. GILBERTO ANTÔNIO VIEIRA – É.

E o nosso papel aqui, nós não vamos repetir o que o nosso mestre em termos de Previ já falou, o Dr. Ruy Brito. Eu trouxe apenas uns alertas, umas preocupações, especialmente decorrentes das interferências políticas que ocorrem nos fundos de pensão e que na Previ nós temos visto e acompanhado.

A Previ, só fazendo um rápido histórico, eu trouxe alguns dados, foi criada em 1904, antes da previdência oficial do Brasil. O status hoje, e aqui eu acho que começa a ser, é o maior fundo de pensão da América Latina e o 25º do mundo, em termos de patrimônio. Veja, então nós estamos falando de uma entidade cujo impacto na contribuição da economia brasileira é bastante significativo.

Quais são as características da Previ?

Uma entidade fechada de previdência privada.

Os participantes: funcionários do Banco do Brasil e empregados da própria Previ.

O objetivo, e este também, com certeza, se parece com o objetivo dos demais fundos de pensão: garantir benefícios previdenciários complementares aos da previdência oficial, aos participantes.

De onde vêm os recursos? Contribuições pessoais e patronais. Claro que as contribuições patronais, como, mais à frente, a gente vai discutir, são, na verdade, repassadas no custo da empresa. E prevê também contribuições especiais no estatuto e em outro instrumento específico da própria Previ.

Como são aplicados esses recursos, inclusive em benefício da economia brasileira? Ações de empresa e, diga-se, nós temos que registrar aqui, a Previ procura ações de empresas comprometidas com a responsabilidade social, imóveis, títulos e outros ativos onde o percentual de aplicação é menos expressivo.

Trouxemos também a missão da Previ, porque isso aí nós tiramos do site porque entendemos importantes: administrar planos e benefícios com gerenciamento eficaz de recursos aportados, buscando melhores soluções para assegurar os benefícios previdenciários, de forma a contribuir para a qualidade de vida dos participantes e de seus dependentes, visando a atender as suas expectativas e das patrocinadoras.

Trouxemos também os valores que a própria Previ divulga, que observa, e entre esses valores, sempre

motivados por princípios éticos, está um dos valores que nós chamamos a atenção, que é justiça. Claro que é cidadania, democracia, transparência, responsabilidade socioambiental, honestidade, integridade, mas queria frisar que um dos princípios é justiça. Aí fala também em qualidade, competência, excelência, criatividade profissionalismo, coerência, comprometimento e solidariedade. Claro que todos esses princípios são necessários e essenciais para uma adequada gestão do fundo de pensão.

Há também a visão de futuro que baseia sua gestão em alguns indicadores para avaliar a própria gestão. Agora uma peculiaridade para a qual começamos a chamar atenção e que o nosso mestre Ruy Brito havia, de certa forma, abordado.

A administração é feita por um conselho deliberativo em que três membros titulares e três suplentes são eleitos e os outros três são indicados pela patrocinadora, pelo Banco do Brasil. A diretoria também três diretores indicados pelo Banco do Brasil entre os quais o Presidente e, aí é que está, tem direito ao voto de minerva e três diretores eleitos pelos participantes e assistidos.

Nós destacamos o voto de minerva, por quê? Porque, na verdade, isso comprova que quem manda, quem é o poder de mando na Previ é efetivamente a patrocinadora, é o banco, ou seja, na verdade ele faz o que quer, quando quer, como quer. Estou dizendo isso não é com nenhum demérito, não. É só para demonstrar que a responsabilidade pelo comando efetivamente está com a patrocinadora.

A Previ administra dois planos: o Plano I que é o antigo Plano de Benefícios Definidos, chamado BB e Plano Futuro que é o Plano de Contribuição Definida que foi criado a partir de 97, quando a Previ fez um acordo com os funcionários, com entidades representativas e submeteu a um plebiscito para fazer algumas modificações, fez uma votação e conseguiu a aprovação da maioria dos funcionários e também dos aposentados, para fazer um acordo em que, na época, resolveu, sobretudo, um problema do banco.

Veja: na ocasião, o banco tinha um déficit de R$11 bilhões de reais e registre-se que, naquela época, a paridade entre o dólar e o real era a mesma. Então, significava US$11 bilhões para a gente não ter a necessidade de atualizar a moeda.

Esses 11 bilhões que o banco tinha registrado no seu passivo, representava a dívida que ele tinha para com a Previ para não ter aportado os recursos necessários para bancar a aposentadoria dos colegas que entraram antes de 67 e cuja aposentadoria vinha sendo paga pela Previ.

A partir daí, nesse momento em 97, esse acordo que previu algumas melhorias, mas, a meu ver, não tão significativas porque também teve alguns prejuízos, um deles é o pagamento da suplementação para quem aposentou a partir daí e deixou de ter direito à complementação, embora se criou uma chamada parcela Previ para compensar esse buraco negro, uma vez que o fundo parte do pressuposto que na previdência oficial eu recebo o teto se estiver pagando pelo teto e, na verdade, a gente sabe que não recebe o teto. Recebe uma média dos últimos anos de contribuição.

Então, naquela ocasião, já se permitiu que com o resultado, na época, de um superávit na Previ, se beneficiasse a empresa de uma parte do superávit. Ao beneficiar a empresa, pagou uma parte da dívida que ela tinha, quando falo empresa é a empresa patrocinadora, que ela tinha para com a Previ. Aí, pelo menos da época que eu acompanho, se deu a primeira transferência de recursos da Previ para a patrocinadora. E essa é que tem sido uma preocupação de muitos colegas; recebemos muitos telefonemas registrando essas preocupações na Confederação.

Fique à vontade. Como eu lhe disse, você é meu mestre.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROSA – Você recebeu uma informação de fonte não confiável. O Castagna Maia, nosso ex-colega, é testemunha do que foi esse acordo. Foi um acordo o mais criminoso e sem precedentes na história da Previdência Complementar. Por esse acordo, o Banco do Brasil transferiu para a Previ uma dívida de R$10,9 bilhões, com um abatimento de R$5,075 bilhões, extraído das reservas da Previ e uma cláusula que lhe permitia apropriar-se de 2/3 dos futuros superávits da Previ, a título de amortização antecipada da dívida. Ou seja, pagou a dívida com dinheiro da Previ. Um contrato que deveria ser resgatado em 32 anos foi pago totalmente com dinheiro da Previ em cinco anos, e hoje o Banco é credor da Previ. E esse contrato foi patrocinado à época – foi no governo anterior ao... época do Presidente Fernando Henrique Cardoso –, comandado dentro do Banco do Brasil, no Conselho de Administração, e chancelado pela Secretaria de Previdência Complementar, que se transformou, a partir daí, num órgão chancelador de todos os contratos irregulares praticados pelo Banco do Brasil. E isso compromete, irremediavelmente, a Previdência Complementar e estabeleceu um cisão irrecuperável no seio do funcionalismo do Banco do Brasil.

E agora, além disso, vou deixar aqui com o Senador Paulo Paim: a Previ acaba de doar mais R$7,5 bilhões do superávit dela para o Banco do Brasil.

O SR. GILBERTO ANTONIO VIEIRA – Na verdade, meu amigo Ruy, é que eu não quis adentrar com

profundidade nessa questão. Você há de lembrar que, em 97, nós, da Contec, fomos vencidos porque éramos contra esse acordo. Éramos contra esse acordo por essas razões que você acabou de citar, sumariamente falando. Mas, infelizmente, fomos vencidos e, por essa razão, não quis adentrar com essa profundidade na questão. Mas o que eu quis registrar é que, naquela ocasião, abriu-se ou criou-se o primeiro precedente para transferência de recursos da Previ para o Banco do Brasil. Ou seja, para a patrocinadora.

Agora, hoje, efetivamente, a patrocinadora é assistida.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. GILBERTO ANTONIO VIEIRA – Transformou a partir dessa época.

Nós vamos colocar alguns números de participantes apenas para chamar a atenção para o número de pessoas atingidas, quanto ao número de pessoas que podem ser prejudicadas ou que podem ser beneficiadas, dependendo da conduta que se adotar, ou que poderão ser prejudicadas se esse fundo apresentar algum problema mais para frente. E, com essas transferências de recursos que estamos presenciando, fica essa preocupação quanto à suficiência de recursos para garantir o pagamento dos benefícios doravante.

Então, pegando 2010, no plano 1, nós temos 120 mil pessoas entre ativos, 32 mil; aposentados, 64 mil; ativos externos, pessoas que estão contribuindo, 916; aposentados, 3478; pensionistas, quase 19.000. E dos ativos, que são 32.000, temos 13.200 em condições de requerer aposentadoria hoje, eles já preenchem as condições.

Estamos fixando especialmente chamando a atenção para o Plano 1, porque essas transferências de recursos estão ocorrendo do Plano 1, embora o Plano 2, que é o Plano Previ Futuro, tem um número até maior, mas é um plano que não traz esse tipo de preocupação de transferência de recursos. Ele traz outros, como a Drª Cláudia já registrou, porque ele é um plano CD, não é BD, então, como CD, por natureza, ele traz preocupações quanto a suficiência de recursos para aqueles....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só queria comunicar a presença do Senador Wellington, que é também bancário da Caixa Econômica Federal, ex-governador do Piauí e um grande Senador que, com certeza, vai nos ajudar nessa caminhada.

Senador Wellington.

(*Palmas*.)

O SR. GILBERTO ANTONIO VIEIRA – Então, só para registrar e destacar que, se houver falta de recursos futuros, são 120 mil famílias que poderão vir a ser afetadas. Sim, mas, eu digo 120...

Fique à vontade, doutor.

O SR. *(Não identificado.)* – Perdão, mas, esse problema ninguém está atinando que isso extrapola o aspecto do fundo; 70% desses recursos, desse patrimônio de R$150 bilhões, são o sustentáculo de um negócio chamado Bovespa.

O SR. GILBERTO ANTONIO VIEIRA – Sim. Logo em seguida, vou abordar quanto à aplicação dos recursos. Fique à vontade. Sei que você está colaborando e enriquecendo e agradeço sua participação.

Vejam, o resultado da Previ, em 2010, a rentabilidade já foi percentualmente menor do que vinha em anos anteriores. Por quê? Em razão da Bovespa.

Vou dar aqui só algumas informações do Previ Futuro, embora esse não seja o nosso foco, mas, são 66 mil participantes, foi criado em 1998, quando houve o acordo de 1997, para admitir, para atender os funcionários admitidos no banco a partir de 1998. E o patrimônio hoje já é de 2,19 bilhões.

Mas, voltando ao Plano 1, a rentabilidade de 2,37, o patrimônio é de 152 bilhões; em 2009 era de 144 bilhões. Então, só para terem uma idéia da expressão do patrimônio da Previ. Os benefícios mensais pagos, veja – mensais...

O SR. *(Não identificado.)* – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. GILBERTO ANTONIO VIEIRA – (...) anuais... Bem, isso eu tirei do *site* da Previ. Agradeço, mas tirei do *site* da Previ, são 6,2 bilhões. O superávit hoje é da ordem de 26,8 bilhões e a reserva especial de 4,2 bilhões.

As aplicações – isso que o Querubino acabou de falar – em fundos de investimento, e aí entra a Bovespa – aliás, desculpa, o Bovespa entra aqui, 50 bilhões – e nos fundos de investimento, onde entra a renda fixa, mas também a renda variável, 75 bilhões.

Algumas razões do superávit. Listei apenas algumas para a gente também ter uma idéia. Por que está sobrando tanto dinheiro? Retenção das contribuições patronais por ocasião das demissões implementadas lá no PDV, efetivadas a partir de 1995. Isso começou a gerar, porque na época eram dois terços da contribuição foram aportadas pelo banco até então, e um terço pelo funcionário. Esses dois terços não foram devolvidos para os colegas que saíram. Participação em privatizações. Aí coloquei como exemplo a Vale do Rio Doce. Depois de privatizada, estourou a valorização da Vale na bolsa, não só dela, mas também de outras empresas. E a própria alta da Bovespa contribuiu expressivamente para os superávits da Previ.

Outra questão são os expurgos das reservas individuais, embora pouca gente fale isso, dos índices de inflação objeto dos planos econômicos. Foram treze planos que ocorreram no país. E esses treze planos afetaram o salário, a categoria não conseguiu recuperar na justiça essa inflação e, por conseguinte, isso não está registrado, não está aportado como provisão para pagamento dos participantes e assistidos, ou seja, não impactou os futuros pagamentos e, por conseguinte, gera um superávit.

Vamos falar do superávit do último triênio, que teve uma destinação no último acordo. E é esse acordo que eu queria frisar, porque no seio do funcionalismo, isso a gente percebe, há até divergências. Uns foram contra; outros, a favor assim radicalmente às manifestações. E ficamos tentando observar e compreender porque uns são contra, porque outros são a favor e porque houve a votação expressiva em favor da celebração do acordo.

Primeiro, registre-se que esse acordo era desnecessário, porque legalmente não precisava. Tanto não precisava que o banco já vinha se apropriando e registrando na sua contabilidade parte desse superávit como resultado do banco. Desse superávit, 50% foram destinados, já vinham sendo contabilizados e com o acordo sacramentou, para o Banco do Brasil; 50%, para a melhoria de benefícios, inclusive manutenção da suspensão das contribuições dos participantes, além de outros benefícios que nós vamos ver mais para frente. Mas o que eu queria enfocar são as razões da aprovação do acordo pela maioria dos participantes.

Primeiro, o Estatuto da Previ, vigente desde 1906, aboliu a figura do corpo social, que hoje não precisa ser mais consultado;

Segundo, a lei complementar fala que após três exercícios seguidos de superávit os benefícios do plano devem ser revistos. Aqui nós temos os superávits conseguidos nos últimos anos. A destinação de cerca de 7 bilhões e meio de que nós falamos de reserva especial foi para o associado e, por conseguinte, a outra parte, para o Banco. O acordo beneficiou 33.732 funcionários da ativa e 67.700 aposentados. Como eu disse, os 7 bilhões e meio foram repassados para o Banco, 50%. O acordo previa um benefício, e isso impactou expressivamente na decisão dos funcionários, que trouxe o incremento de 20% sobre o valor que cada um vinha recebendo. E para os ativos isso passou a ficar apropriado numa conta individual.

Houve o pagamento de 12 benefícios de uma só vez. A suspensão das contribuições que continuam, por mais três anos, sem necessidade de pagamento. Os fundos foram revertidos para o ativo do plano. Ou seja, os benefícios foram incorporados de maneira definitiva no regulamento do plano 1. O benefício mínimo temporário de valor correspondente à diferença entre 70% e 40% da parcela Previ, que é aquela parcela que o objetivo é compensar o buraco negro criado pela Solange Vieira quando deixou de pagar a aposentadoria do INSS como integral.

A Resolução CGPC 26 que regulamenta, e essa aí é a que a gente quer chamar a atenção, determinou tanto que o déficit como o superávit devem ser partilhados em partes iguais entre patrocinador e participantes. O banco não admite, por conseguinte, abrir mão dos 50% da resolução. Agora, uma questão bastante expressiva.

O Plano I, que está em extinção, tem cerca de 80% dos participantes com mais de 60 anos, cerca de oito mil com mais de 80 anos, além de cerca de vinte mil pensionistas. Ou seja, essa é uma das razões principais porque os colegas estão votando para resolver logo agora porque, se resolve por acordo, eles põem a mão no dinheiro e recebem algum benefício. Se entrar na justiça, daqui a vinte anos, o cara que tem oitenta não tem expectativa de estar vivo. Pode passar.

Essa resolução, essa CGPC, no art. 15, diz o seguinte:

"Art. 15. Para destinação de reserva especial, deverão ser identificados quais os montantes atribuídos a participantes assistidos, observada a proporção contributiva."

Pode passar.

Agora, Senador, um artigo para o qual precisaríamos chamar a atenção porque a Resolução nº 26 foi que permitiu, ou que pelo menos corroborou o entendimento de que os patrocinadores em geral deveriam ser apropriar desses recursos. E, por outro lado, o art. 49 da Constituição diz que é de competência exclusiva do Congresso sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar aos dos limites da autorização legislativa, ou seja, a CGPC nº 26, ela regulamentou a 109, mas extrapolou. Pode passar.

Qual é a pretensão e, aqui, a gente vai encerrar, Senador, dos participantes e assistidos da Previ? Vetar, na medida do possível, a transferência dos recursos da Previ para o banco, objetivando maior garantia de pagamentos dos benefícios pela Previ, mais melhorias de benefício inclusive para corrigir injustiças anteriormente praticadas, como falou o nosso mestre Rui, pelas administrações da Previ e do banco em relação aos funcionários.

Aqui, são números que trouxe caso alguém venha a fazer algum questionamento. É só isso, com os nossos agradecimentos, Senador. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Gilberto Antonio Vieira que falou pela Contec. Agora, vamos dar cinco minutos, com mais cinco, se necessário, a cada um dos painelistas.

Começamos, pela lista, com a Dr.ª Cláudia Munhos Ricaldone, com cinco e mais cinco, se necessário.

A SRª CLÁUDIA MUNHOS RICALDONI – Falar depois de uma apresentação dos participantes da Previ nos remete à seguinte questão: a Anapar gostaria de ter esses problemas em todos os fundos de pensão. O que não quero dizer é que não tenhamos problemas nos fundos de pensão na Previ.

O que acontece é que a Anapar tem que tentar olhar o sistema como um todo. Nós temos que olhar os 358 fundos, temos que olhar os 2.800.000 participantes e que, a grande maioria absoluta, sofre de alguns padecimentos que já foram abordados aqui nesta Mesa.

A primeira é a questão da absoluta falta de transparência na gestão, no dia a dia das entidades. Eu conheço participantes que ficam sabendo que o plano foi mudado de BD para CV ou para CD através de uma cartinha que ele recebe do fundo. Eu conheço participante que sabe que a patrocinadora se retirou, que o plano dele foi extinto através de uma cartinha.

"Olha, participante, o fundo foi extinto, o senhor tem cinquenta mil reais para receber e tem noventa dias para se manifestar a respeito". A gente costuma brincar que o sistema de previdência complementar são dois a Previ e os restantes. A Previ, isso não quer dizer que não tenha problemas, mas ela está em um estágio de governança e de evolução do sistema, muito a frente do próprio sistema.

Nós temos um questionamento bastante claro em relação à CGPC nº 26. Ela é absolutamente inconstitucional. Se a gente olhar o art. 20 da Lei nº 109, ela diz o seguinte: "Art. 20. Havendo superávit consecutivo por três anos, o plano de benefícios tem que ser revisto" – o plano de benefício. Ou seja, não teria nenhuma necessidade de uma resolução para dizer o que se faz com o superávit, porque o art. 20 já diz o que se faz: o plano tem que ser revisto.

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)* (...) para devolver dinheiro.

A SRª CLÁUDIA MUNHOS RICALDONI – Não; quando a gente diz "o plano tem que ser revisto", a gente está dizendo o seguinte: o dinheiro que está ali tem que trabalhar, além da reserva de contingência, trabalhar com o plano, o aprimoramento do plano. A Anapar não é contra a negociação entre patrocinadoras e participantes quando essa negociação é feita de forma equilibrada.

A gente entende que a patrocinadora tem direitos legítimos que tem que ser ouvidos. O que a gente não concorda de forma alguma é com o desequilíbrio que tem hoje. A patrocinadora, literalmente, como diria em Minas, passa o rodo quando quer. No caso da Previ, a gente ainda tem uma possibilidade de ter consultas. Ainda assim pode ser questionado mas existe a possibilidade. A Anapar está entrando agora com uma ação direta de inconstitucionalidade para questionar a CGPC 26. Logo que ela foi editada, com o nosso voto contrário, nós nos levantamos da reunião da CGPC, não aprovamos e nos retiramos da reunião por ser absolutamente contrário a isso. Entramos com uma ação - já está correndo -, pedimos a liminar, não foi concedida. Agora vamos entrar com a ação de inconstitucionalidade.

Por que a CGPC 26 foi editada? Por aquela questão que eu mencionei antes: porque hoje o sistema hoje não é entendido como previdenciário, mas como uma questão financeira. Na medida em que você não olha o objeto, você não deixa claro que o objetivo de um plano de previdência complementar é pagar benefício, você permite a divisão de lucro, digamos assim. Não existe essa figura dentro do plano de previdência. Só é possível imaginar isso, se a gente imagina que aquilo ali é um fundo de investimento, e não é; aquilo ali foi feito para pagar benefício. E eu acho que esta financeirização da Previdência complementar tem que ser estancada imediatamente.

A CGPC 26 é conseqüência dessa visão. Existem outras resoluções práticas conseqüentes da mesma visão. O fato de a gente ter planos CDs, que são todos, é tudo menos Previdência. Ele é absolutamente financeiro. O fato de o sistema não ter hoje um patamar mínimo do que é um plano de Previdência. Hoje se coloca como plano de previdência aquilo que é um pouco melhor do que os planos abertos. O que é pior: acho que ainda existe uma visão de que nós participantes temos que ficar muito felizes de a patrocinadora, pelos belos olhos nossos ou por que ela é muito boazinha, patrocinar um plano de Previdência.

Vamos deixar claro: nenhuma empresa opta por patrocinar um plano de Previdência complementar por uma questão de bondade. É um negócio: ela tem vantagem nisso e nós participantes também temos. Por isso é que a Anapar respeita essa duas visões. O problema é que não dá para permitir desequilíbrio disso. O olhar da patrocinadora tem que ser, a intenção da patrocinadora tem que ser respeitada, legitimamente constituída e o nosso também.

O problema é que, nesse sistema, a parte mais frágil são os participantes. Eu duvido que exista alguma ação judicial de patrocinadora questionando qualquer ato em relação à Previdência complementar. Eu desconheço. Dr. Maia, conhece alguma? Eu desconheço.

Agora, de participantes são várias e várias e várias. Então acho que é em busca desse equilíbrio que a gente batalha o tempo todo. Essa questão da distribuição do superávit é uma afronta a todo o sistema de previdência complementar.

A gente costumava dizer que a CGPC 26 era resolução encomendada pelo Banco do Brasil, porque a gente tem a mania de olhar o sistema de Previdência complementar a partir da Previ. Então a gente diz: olha, aquela fundação ali tem 20 bilhões de superávit. Opa, então vamos distribuir o superávit do sistema.

Só que o sistema não é a Previ. A Previ acaba sendo uma exceção à regra. Só que, com essa CGPC 26, afirmo para vocês não há o que as patrocinadoras, principalmente as privadas, não façam para se apropriar desse superávit. Vamos dar um exemplo aqui da Fundação Gerdau, Dr. Maia estava reclamando de uma migração da Capaf, a Gerdau tem um plano que é originário da Açus, da Aço Minas, quando foi privatizada, é um plano que tem superávit também causado por demissões em massa, que acabam gerando superávit porque o participante que se retira, que é demitido ele se apropria somente de uma parte da reserva de poupança, é o regulamento, é o que está na lei, está no contrato, mas, de fato, a patrocinadora através de uma ação dela pode gerar um superávit no fundo e gerou. São só R$ 700 milhões. E a Gerdau resolveu distribuir esse superávit. Lá, bem que se diga, a contribuição é dois por um, a patrocinadora contribui com um e o participante contribui com um. Não a Gerdau, porque quem contribuiu com este fundo foi a Aço Minas privatizada, mas como ela é sucessora...

O que aconteceu? A regra é o seguinte: temos um plano BD e vamos criar um plano CD puro, um pouco diferente da Previ, que é um plano de contribuição variável, ele tem benefício de renda vitalício. O de lá não tem. Qual é a regra? Todos os participantes que optarem por sair deste plano BDI por um plano de contribuição definida levam superávit em dinheiro na conta dele. Os outros não têm, os outros não têm. Ou seja, nem a aplicação da bendita Resolução 26 foi feita de acordo com que manda a resolução. De novo, a patrocinadora usou o poder dela para forçar uma migração de plano dos assistidos, inclusive, Dr. Maia, benefícios de renda vitalícia foram passados para o plano CD,que fica a mercê do mercado, e eu avisei a vários deles: torçam para morrerem cedo. E com o absurdo maior ainda, a Gerdau Previdência dizendo: "olha, numa aplicação moderada, vamos conseguir 9,9 por mês de rentabilidade". O sistema inteiro sabe que isso já não é mais possível. Então, propaganda enganosa da pior espécie. Mas foi aprovado, foi aprovado. E é o seguinte: cadê o equilíbrio, até para seguir o que não está bom, que é CGP26, o pessoal arruma um jeito de ser pior.

Outro dia, estava conversando com alguém da Previ e me disse; "Cláudia, mas você é muito emotiva, você tem que ser um pouco mais fria e racional". Eu até conseguiria se não soubesse que atrás de cada benefício, de cada ato mal aprovado lá não tem um ser humano sofrendo na ponta, porque esse ser humano eu converso com ele. Eu conversei com a dona Bernadete, que teve o benefício liquidado por uma retirada de patrocínio. Atrás do que estamos fazendo não tem dinheiro, não tem é gente. E aí eu acho que a gente tem que ver para que temos essa sociedade. Se é para o dinheiro bancar a felicidade das pessoas ou felicidade das pessoas se acabava em nome do dinheiro e do beneficio de outras pessoas. Então, a opção é muito clara: o financeiro é meio, o objetivo é a Previdência. Então, nesse sentido a gente está à disposição de todos os participantes, não esquecendo , Dr. Rui, que a Previ ainda é, para vocês terem uma idéia do que é esse sistema, ainda é um objetivo a ser alcançado por nós. Vocês têm diretoria paritária, conselho paritário, conselho deliberativo paritário, podem eventualmente fazer plebiscitos. A grande maioria do sistema nem isso tem, principalmente nas patrocinadoras por empresas privadas. Ali a política de terra arrasada. A patrocinadora faz o que quer, e o participante nem abre a boca para reclamar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Drª Cláudia.

De imediato, passamos a palavra ao Dr. Itamar, cinco minutos com mais cinco se necessário.

O SR. ITAMAR PRESTES RUSSO – Primeiramente, quero parabenizar a Drª Graziela por esse vídeo, acho que não tem quem não fique embargado, realmente. A maneira é cruel de mostrar o sentimento das pessoas. Ainda ontem eu saí correndo da assembleia, fiquei até o fim, nós fizemos uma assembleia no Rio Grande do Sul, nós tínhamos mais de 900 aposentados, então tinha pessoal de toda a parte do Estado do Rio Grande do Sul, as entidades pagaram a locomoção porque muitos se não .... não tinham condição de vir porque até a questão da complementação, da suplementação começa a criar problemas porque a cada entidade, como coloquei anteriormente, vai tirando um pouquinho.

E o que se vê na questão da patrocinadora OI, como foi colocado patrocinadoras, nós vemos como uma, com quase 50% de ações só não é isso porque quem dá os 51% para o grupo, que é formado pelo Jereissati, que é o dono dos *shoppings*, e pela Andrade Gutierrez, Construtora, é a própria Fundação Atlântico que dá os 51%, e as outras três Fundações, as grandes

Fundações que são a Previ, a Funcef e a Petrus, junto com o BNDES, que tem quase 49%, simplesmente aceitam que um fundo menor que está lá dentro daquela empresa, que tenha condições mínimas, quase parecidas com a governança desses fundos não tenha, ao contrário, o que tem estão tirando.

Então não é bem assim que na privatização tivemos a ajuda de empresas nacionais e tal para ficar ..., Mas não adiantou nada porque aqueles fundos pequenos que hoje pertencem, volto a dizer, à patrocinadora, em que nós temos fundações não ações com governança não aceitam a governança ou deixam passar ou fecham os olhos para que isso aconteça na empresa.

Então quero novamente aqui agradecer ao Senador Paim por essa oportunidade, por esse evento, graças a pessoas como o Senador, que está sempre disposto, à disposição, junto com seus parceiros aqui no Senado, nós temos certeza de que esse estado de coisas vai mudar.. Hoje começa aqui, acho, a esperança, acho que é um início. E rogo e peço a Deus, ao Divino Pai Eterno que ilumine este Congresso, ilumine a nossa República, para, eu vejo essa questão, volto a dizer, da Aerus, acho que é uma questão política, acho que é a vontade política para decidir.

Obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os cumprimentos ao Dr. Itamar que abreviou aqui para nosso encaminhamento final.

Dr. Dagomar, por favor.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Agradecer o convite que o senhor fez à Previc , parabenizar os demais .... e reafirmar que os nosso técnicos da Previc estamos com as nossas obrigações definidas, nos compete fazer cumprir a lei e fazer .. pessoas que estão sob nossa .... e também deixar claro que a Previc está sempre à disposição para prestar devidos e sempre que possível, frequentando as Casas Legislativa,. Executiva e Judiciária, prestando os esclarecimento.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Dr. Dagomar.

E, de imediato, passamos a palavra para o Gilberto Antonio Vieira, para seus cinco minutos finais.

O SR. GILBERTO ANTONIO VIEIRA – Eu queria só dar um enfoque na seguinte questão, que é o que nos preocupa, por isso que a gente passou inicialmente muitos pontos positivos da Previ porque nós não podemos também chegar aqui e esconder os pontos positivos e só colocar os problemas. Nós temos pontos positivos. Embora não fosse o foco, expusemos com transparência.

Mas nós colocamos qual é a preocupação do pessoal. Porque, veja, um dos problemas nossos é a interferência política. Outro, as interferências causadas pelo patrocinador. Interferências, claro. Problema é quando há interferência negativa.

O que aconteceu? Além das razões mencionadas, no período de 1996 a 2002, houve um achatamento no salário dos funcionários do Banco do Brasil da ordem de 52%. Ora, esse achatamento da ordem de 52% repercutiu na Previ inversamente, gerando superávit, porque na medida em que baixa o compromisso, baixa a média salarial para cálculo da aposentadoria, baixa a necessidade de registro das provisões necessárias. Isso, a nosso ver, é equivocado.

Uma outra questão que nos aflige muito, uma das razões que levaram – embora tenhamos sido derrotados, não defendemos –, mas sabemos que um dos argumentos utilizado por quem defendeu o acordo em 97 foi acabar com o voto de Minerva. Acabou o voto de Minerva em 97, quando foi feito o acordo.

Ocorre que em 2001/2002, quando houve a intervenção, o Governo voltou, o interventor voltou com o voto de Minerva. E hoje ocorre plebiscito? Ocorre, mas ocorre porque querem, porque não é obrigado.

Então, são questões preocupantes.

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone)* Ocorre muito mais como se fosse um referendo e não um plebiscito, essa é a verdade.

O SR. GILBERTO ANTONIO VIEIRA – É sim. E ocorre, mas também, como colocamos, ocorre com... Por exemplo, como é que você diz, para uma pessoa de oitenta anos, o seguinte: Não, você tem um direito aí, vamos brigar na Justiça. Não dá. É melhor ela voltar para receber um percentualzinho, uma merrecazinha, do que esperar vinte anos, porque a briga é de bilhões. E briga de bilhões, o Dr. Maia que o diga, é normalmente longa. É só teórica essa questão de você vota se quer, você dá o referendo se quer. Porque, na verdade, se não der o referendo, a opção é a judicial, que demora uma infinidade.

E, no mais, Presidente Paim, queremos mais uma vez agradecer e nos colocar a disposição para discussão. E, veja, nós aqui não estamos trazendo preocupações de ordem pessoal, Gilberto. Não. Quero registrar que as preocupações que trazemos são as demandas que recebemos no dia a dia da Confederação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Muito bem. O tempo que ele usou no primeiro momento, ele descontou agora. Ficou nos cinco minutos. Foi legal.

Eu, antes de falar, vou passar para o Brito, que está aqui, o Dr. Brito, nosso colega, mas eu tinha adota-

do do critério de passar para no mínimo duas pessoas do plenário que não foram painelistas.

E eu tinha que adotar um critério. O critério que adotei foi o daquelas pessoas que deram ali um depoimento e a voz não saiu.

Então, eu vou passar aqui para o Zoroastro, para ele dar o depoimento, porque ali não saiu. E para o Comandante Tomás. Em seguida, fala o Rui Brito.

Eu peço que cada um, se puder, use cinco minutos, porque nos ajuda, porque às duas horas começa o plenário, e o representante da AGU tem um compromisso às duas horas fora daqui e ele quer ficar até o final.

O SR. ZOROASTRO – Pois não. Meu nome é Zoroastro, fui comandante da Varig durante 38 anos, tenho oitenta anos, praticamente minha vida foi dirigida à aviação comercial brasileira.

Aqueles lances que os senhores viram, agora, na praia foram em janeiro de 2009, numa manhã ensolarada, linda. Eu montei um esquema, porque sou coordenador do Rio de Janeiro. Sobre as manifestações, eu montei um esquema lá para mostrar o que estava havendo com relação aos nossos aposentados. Quanto a índice, os senhores podem ver que tem ali até estatística do número de mortos.

Eu queria dizer que naquela época lá, em 2009, ali tinha 342 cruzes de pessoas nossas que morreram. Infelizmente, hoje estamos com 570 mortos. Grande parte dessas mortes, vamos dizer 80% delas, foram por questões do Aerus. Essas pessoas, infelizmente, não conseguiram superar o golpe, enfrentaram problemas de saúde, planos de saúde que não tinham mais dinheiro para pagar. Então, de 2006 para cá, esse caso foi um verdadeiro *tsunami* para nós.

Os senhores também viram no Fantástico depoimento que dei. Antes de mim, apareceu um senhor chamado Sr. Ulisses. Esse senhor, três dias depois desse depoimento, faleceu, ele não conseguiu sobreviver. *(Com a voz embargada)* Então, hoje falo para a minha amiga Graziela, que estou sempre acompanhando: "Graziela, até quando?". Infelizmente, foi preciso um ano e meio para chegarmos... Acordo, acordo, acordo. Que acordo é esse? Não tem mais acordo, Graziela, acabou. Acho que acabou.

O Dr. Maia e a Graziela ficaram dias fechados aqui no escritório montando um esquema para apresentar oito propostas se não me engano. Será que, de oito propostas, não havia uma que fosse realizável? Minha gente, não dá!

(Com a voz embargada) Encerro aqui lamentando tudo isso. Mais uma vez, vou voltar para o Rio e tentar enfrentar essa barra, mas está difícil.

Era o que tinha a dizer para os senhores.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A gente compreende a indignação e as lágrimas do Zoroastro, que está nessa militância há anos e anos. Oxalá consigamos vitória! Sou daqueles que vai teimar até o final. Vamos pelear até o final, Zoroastro! Leve para o teu Rio de Janeiro... (*Pausa*.)

Eu fico te copiando na emoção. Leve para o Rio de Janeiro essa tua emoção e a esperança de que nós não desistimos. Não vamos jogar a toalha, vamos pelear até o último minuto, pode ter certeza disso.

(Palmas.)

Com a palavra o Comandante Tomás.

É preciso que alguém ceda o lugar. *(Pausa.)*

O Senador Suplicy já cedeu ali o microfone.

O SR. TOMÁS – É uma honra pegar o microfone do Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente no momento em que o Senador Suplicy lhe passou, a TV entrou. Zoroastro, nós entramos ao vivo a partir da sua fala, voltou a televisão ao vivo. Você falou, com certeza, para todo o Brasil.

O SR. TOMÁS – Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Queria agradecer a oportunidade e espero não me emocionar.

Estava falando com o Senador Casildo Maldaner, que estava ao meu lado e fez a referência ao Senador Paim, que vem acompanhando essa luta. Ele estava falando sobre o Senador Paim, e eu, inclusive, adiantei para ele que o Senador Paim não era Senador pelo Rio Grande do Sul, mas pelo Brasil, principalmente no que diz respeito a essa área, a esse nosso segmento da aviação. O Senador Paim tem, realmente, oferecido todo o seu esforço, toda a sua dedicação a esse problema que tem sido conduzido pela nossa batalhadora, pela nossa heroína Graziela junto com o Dr. Maia.

Olha, Graziela, não sei o que pensam de você, mas você sabe o que eu penso de você. Você realmente é uma pessoa incrível. Talvez não precisasse estar onde está, mas em outra situação completamente diferente, mais confortável, até porque você estava muito cansada.

Essa mulher tem batalhado de uma forma assustadora, como o Dr. Maia também. Mas hoje, infelizmente, Sr. Presidente, saio daqui de certa forma decepcionado com a declaração ou a exposição feita pelo Advogado-Geral da União. Isso porque, Dr. Fernando, tem muita gente aqui que não pode mais esperar tanto tempo. A Graziella fez uma declaração... Neste País, como dizia o nosso ex-Presidente Lula, já aconteceu tanta coisa e coisas do passado que foram resolvidas... Com certeza, não demorou tanto tempo: cinco ou dez anos.

Temos problemas de socorro de bancos, etc. E não vou mais citar outras coisas, mas quando se trata de resolver problemas de empresários é muito mais fácil, o que não acontece com o problema de toda essa aviação, principalmente o problema explícito do Aerus.

Mas acredito que o senhor está fazendo o que lhe compete, e dentro da lei, eu sei. Mas não entendo, não sou advogado. Sinceramente, não é nada confortável para todos nós que estamos aqui, todo esse pessoal que está passando por isso, o pessoal da Varig, da Transbrasil, do Aerus, principalmente, que estão desassistidos, ouvir esse desconforto, eu diria. Mas o senhor, logicamente, deve ter as suas razões, as quais prefiro não entender, porque não entra na minha cabeça essa situação jurídica e nem tampouco essa por parte do Executivo. O Legislativo, infelizmente, não tem a caneta para resolver. Está tentando. O Senador Paulo Paim está fazendo isso há muito tempo. E espero que V. Exª continue essa pessoa maravilhosa que é e com essa força que tem nos dado. E também os Senadores Eduardo Suplicy, Alvaro Dias.

E Graziella, o meu abraço. Dr. Maia, sinceramente, continue na luta. Quem sabe um dia tenhamos um final feliz.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Comandante Tomás. Sou daqueles que... Poderia dizer uma série de frases agora, mas há uma que me lembra a época que era gurizão e tomava banho nos rios: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura." Um dia furamos esse bloqueio e vamos chegar lá.

É claro que não podemos esperar. Por isso, a partir de amanhã vamos estar no Ministério da Previdência; amanhã à tarde vamos estar no Supremo. Não vamos parar, pode ter certeza disso.

Quero que o Carlos passe uma mensagem em nome do Plenário. É você mesmo, Carlos. Usou a palavra até o momento, para a Taquigrafia, o Comandante Tomás, o Zoroastro e, agora, o Carlos, que está em todas as manifestações, assim como tantos que estão aqui.

O SR. CARLOS – Exatamente. O que estamos vivendo nesses cinco anos de luta é um caos social. As pessoas das comissões de cada Estado, hoje, são o amparo daqueles que não têm mais de onde tirar o seu sustento.

Como eu disse há pouco, há uma inversão hoje: antigamente, os pais estavam sempre dispostos a ajudar os filhos; hoje são os filhos que têm que sustentar os pais. Isso está acontecendo muito. As economias de uma vida toda já foram por água abaixo. As pessoas não têm mais de onde tirar o seu dinheiro.

É só fazer um exercício para o Dr. Fernando e dizer que, a partir de amanhã, o senhor só ganha 8% do que o senhor ganhava até hoje. E aí mantenha todo o seu padrão de vida, seu plano de saúde, seus medicamentos e viva com dignidade. É difícil. É uma situação de calamidade a que se vive aqui. São 8.500 famílias. Eu estava falando aqui que nós não temos mais de falar em aposentados, nós temos de falar em famílias, porque as famílias estão sofrendo tanto quanto ou mais do que todos nós.

Então, nós não vamos desistir nunca! Nós não vamos desistir nunca! Nós vamos trabalhar por isso porque nós merecemos essa terceira idade digna.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos falaram muito bem, mas eu quero que essa frase do Carlos fique marcada aqui para todos nós: é não desistir, sim. É não desistir. Não desistir! Vamos brigar até o fim.

Dr. Ruy Brito, por favor.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROSA – Meu caro Senador, eu saio daqui com a esperança de que os temas levantados nesta audiência pública sirvam de inspiração para que se tente resgatar o que resta da previdência complementar. E que se tome como exemplo edificante a ser evitado no amanhã o que está acontecendo com os nossos companheiros dos Fundos Aeros e Aerus. Que se tome alguma providência porque o que está acontecendo com eles é uma punhalada no regime democrático. Não há regime democrático que consiga coexistir com injustiças como essa! (*Palmas.*)

Nós estamos presenciando a agonia de um sistema que é rigorosamente subversivo. Ele subverte a hierarquia das leis. Ele invade atribuições que são de competência do Congresso Nacional. Ele subverte a hierarquia das leis porque um órgão de segundo escalão do Poder Executivo, que é a ex-SPC, atual Previ, com funções claramente definidas na lei, resolve, a seu talante, usurpar atribuições privativas do Congresso Nacional, e não acontece absolutamente nada! Ao aprovar a resolução CGPC nº 26, a SPC ou o Conselho Gestor de Previdência Complementar invadiu atribuições privativas do Congresso Nacional, porque só o Congresso é que tem competência para legislar.

O Conselho Gestor extrapolou de suas atribuições, que seriam, quando muito, normatizar aquilo que estaria nas leis e nos decretos, e resolveu legislar.

Está aí, inclusive, tendo essa decisão ilegal, chancelada pelo Poder Judiciário.

Nós levamos uma denúncia ao Tribunal de Contas da União para que examinasse a legalidade do que se passa no fundo de pensão do Banco do Brasil. E o plenário do Tribunal de Contas da União, num acórdão, aprovou a seguinte resolução: o que se passa no âmbito da Previ, praticado pelo Banco do Brasil, é absolutamente ilegal, mas o Tribunal de Contas não pode fazer nada porque, se fosse exercer as suas atribuições, o Tribunal de Contas teria até de elogiar a diretoria do Banco do Brasil por ter metido a mão no dinheiro da Previ, já que a competência do Tribunal de Contas da União é coibir qualquer decisão que afete o Tesouro Nacional. E o Banco do Brasil não prejudicou o Tesouro Nacional. Pelo contrário, meteu a mão no dinheiro e os prejudicados foram os funcionários. Esses é que devem bater às portas dos tribunais. O TCU não pode fazer nada, porque o Tesouro Nacional não foi prejudicado.

Uma simples portaria usurpa atribuições do Congresso Nacional. Vejam bem que nós estamos diante de uma total inversão até mesmo de valores morais, porque nós estamos criando uma situação em que a empresa patrocinadora se transforma no principal beneficiário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria só que o senhor se aproximasse do microfone, porque, como está ao vivo...

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROSA – Transforma-se no principal beneficiário do fundo de pensão, e o argumento que se levanta, que o Gilberto mencionou aqui, que é verdadeiro é: "Se eu for para os tribunais, posso ganhar, mas só vou ver a sentença... Aliás, não vou ver a sentença, vou morrer sem ver a sentença".

Vejam bem, semeia-se a descrença num dos Poderes mais importantes da República, que é o Poder Judiciário, porque significa dizer: "Eu vou fazer um acordo, porque eu não acredito que o Poder Judiciário vá resolver a minha situação". Isso é rigorosamente subversivo. Isso é uma coisa que envergonha, enxovalha e humilha a comunidade do sistema de previdência complementar. Nós precisamos pôr um cobro nisso. É necessário impedir que isso que está se transformando numa criminosa política de Estado, porque começou num governo contrário ao Governo atual e continuou no Governo atual, que é a prática criminosa de um setor ligado ao Ministério da Previdência Social, contamine o todo e acabe comprometendo o próprio Governo.

Talvez, quem sabe, se o grito que parte daqui não acabe sendo ouvido pela autoridade maior, porque está em jogo a credibilidade do Governo. O que está se passando aqui, quando milhares de pessoas, famílias e famílias que depositaram a sua confiança, a sua poupança de uma vida inteira, porque acreditaram num sistema que foi criado, estatizado e administrado pelo governo, vem o governo lavar as mãos e simplesmente fechar o fundo de pensão e deixar na rua da amargura essas pessoas.

Eu conheço algumas pessoas. Eu conheço no Rio de Janeiro um comandante da Varig que está vivendo agora como motorista de táxi para poder sobreviver. Isso não pode continuar. Isso nos leva a descrer no amanhã do nosso País. E, se isso contamina a população brasileira, nós estaremos mal, primeiro porque estaremos legando um péssimo exemplo à geração de amanhã, para que eles deixem de acreditar na igualdade, na justiça social e passem a acreditar no oportunismo. Nós não podemos aceitar isso.

Senador, parabéns pela sua iniciativa, e eu espero que daqui saia um grito de alerta que acabe, de uma vez por todas, com isso que nos envergonha perante a comunidade internacional, porque, no mundo inteiro, já foi dito aqui não sei por quem, o sistema de previdência complementar funciona. Aqui no Brasil, funciona ao revés, ao contrário; serve para capitalizar empresas. Aqui no Brasil, por exemplo, uma empresa estatal, em vez de ter lucro com suas atividades fins, passa a registrar o maior lucro da sua história se apropriando indevidamente do recurso de um fundo de pensão. Quer coisa melhor do que isso para gáudio dos chamados neoliberais que são contrários às empresas estatais, porque dizem que são parasitas, são inoperantes, são inconseqüentes, são corruptas? Quando nós vemos isso, nós temos que silenciar, e o funcionalismo do Banco do Brasil lutou, e lutou com denodo, para evitar que o Banco do Brasil fosse privatizado e agora mesmo, dentro do Banco do Brasil, está se lutando contra isso, que é uma vergonha para a comunidade dos funcionários do Banco do Brasil e que ninguém siga o exemplo do que está acontecendo na Previ.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Ruy Brito e só peço para a consultoria da Comissão, mediante os fatos aqui relatados desta portaria que V. Exª lembra, que usurpa o poder do próprio Congresso Nacional, que, nesses casos, o Congresso Nacional, mediante a consultoria, poderia apresentar um decreto legislativo revogando essa portaria. No mínimo, isso.

(Palmas.)

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROSA – Eu acho que talvez não tenha um outro Senador, ou-

tro parlamentar com a estatura moral de V. Exª para apresentar esse projeto.

Quero dizer o seguinte:

Primeiro ponto – nunca tivemos nenhuma pretensão, ao protestarmos, de fazer oposição ao Governo. Nosso movimento não é contrário ao Governo. Nem caberia isso na cabeça de ninguém. O que nós queremos é corrigir uma injustiça.

Vivo no Paraná atualmente. Na ocasião, estou me deslocando para cá às minhas expensas. Não tinha condições de vir a Brasília. Como fui Parlamentar também, mantenho relação de amizade com o ex-Deputado do Paraná, o Deputado Gustavo Fruet, que foi do PMDB e comentei com ele que apresentasse um Projeto de Resolução Administrativa, para suspender a vigência dos artigos ilegais da Resolução CGPC, porque, com esta, colocou-se um bode na sala. Ela tem aspectos positivos. Nós queríamos tirar aquele aspecto negativo, parasitário, da Resolução.

Então, como efetivamente, a SPC exorbitou de sua competência. Neste caso, os seus gestores deveriam ser punidos pelos crimes de responsabilidade, mas não o foram.

(Palmas.)

A coisa está até agora. Sugerimos ao Deputado Gustavo Fruet e ao seu criado aqui redigir o Projeto de Resolução que ele apresentou. Ele não foi reeleito, e o Projeto não estava tramitando. Eu, com o maior prazer, com a maior satisfação, passaria às mãos de V. Exª, que seria o nosso porta-voz para apresentar esse Projeto e restabelecer o primado da Federação, que foi profundamente violentado, com essa Resolução CGPC 26.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Espero o documento de V. Sª.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Antonio Maia, advogado do processo Aerus.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CASTAGNA MAIA – Obrigado, Senador. Eu queria fazer apenas uma pequena observação a respeito da questão de alteração legislativa, que foi aqui comentada, para pegar inclusive uma situação esdrúxula que temos aqui, que foi a compra das telefônicas pela Previ, outro fundo de pensão, a demissão em massa, praticada pelos fundos de pensão. Esse foi o Passo nº1.

Passo nº 2. O Fundo de Pensão Sistel aparta o grupo de aposentados, cria um plano exclusivo para os aposentados, onde essas privatizadas nunca contribuíram e agora estão lá pedindo o dinheiro do superávit. A Secretária de Previdência Complementar, num primeiro momento, foi contra; num segundo momento, já mandou um parecer mais ou menos e tal.

Então, temos sim de rever essa legislação profundamente, porque ela é muito ruim.

Pois bem. É preciso retomar essa questão da Aeros, para aproveitar a presença do Dr. Fernando.

Dr. Fernando, com todo o respeito, carinho e com toda a admiração, porque V.Exª tem sempre nos tratado com extrema simpatia e boa vontade. Fiquei com a impressão, que é possível, de que o senhor veio com uma informação vencida, porque nós tivemos conversas posteriores com o Ministro Adams e tivemos informação recente, de 10 dias atrás – eu vou dizer o nome – do Ministro Gilberto Carvalho, de que estaria num processo onde a construção de uma possibilidade de acordo estaria caminhando bastante.

E diria que o seguinte: para tentar recompor o histórico, foi da construção do acordo. Olha só, nós levamos a proposta até a Advocacia-Geral da União. A ação do Supremo da defasagem tarifária entrou de graça, como uma tentativa de solução para o Governo, para não deixar de votar um tema absolutamente polêmico, cujos precedentes devem pesar caso aquela decisão seja acolhida.

Mas é impossível dizer, de boa-fé, que a União fiscalizou o Aerus como deveria ter fiscalizado. A União aprovou, colocou a chancela. Não é que a União não tenha visto. Ela viu e aprovou. É diferente.

Então, levarmos a proposta significa a nossa ação civil pública ter vida por si e ser negociável por si. E o que é que nós avançamos nisso? Primeiro, foi constituído o grupo de trabalho. A maneira como aquele grupo de trabalho foi constituído de AGU, *data venia*, eu digo isso como profeta do acontecido, porque eu teria errado nisso provavelmente também, mas a AGU, as pessoas que foram compor... Havia o representante da Fazenda. O que o representante da Fazenda deve dizer? Tem dinheiro, não tem, precisa emitir título, quais as características do título? Representante do orçamento, como isso funciona no orçamento e tal? Representante do Ministério da Fazenda, que tivemos notícia inclusive que atuou com muita lucidez naquele trabalho, como é que funciona isso à luz... Era isso para ter sido feito. Mas o erro ocorreu que a AGU convocou uma AGU, os Ministérios não sabiam direito o que era, e cada um mandou um advogado. Advogado não precisa, eles estavam lá, eles eram a AGU. Então, devia ter uma especialista em orçamento, especialista em Tesouro, especialista em Previdência.

E, na verdade, o que aconteceu? Fizeram um relatório, desculpe eu não queria usar a palavra medo, mas com um receio muito forte, um receio muito forte. Foi esse o relatório. Todo mundo ficou com medo porque a ação é grande, são alguns bilhões e tal.

Pois bem, o relatório é de natureza jurídica. Aí, nós fomos chamados, e nos deram um pedaço daquilo, um pedaço daquilo para a gente impugnar, que foi o que o Ministro Adams nos facultou. E nós impugnamos ponto a ponto. E três aqui foram destacados: primeiro ponto, TCU, economicidade; segundo ponto, impostos, que é uma questão que cairia, tanto porque a conta da Varig era distinta, e o contador da AGU reconheceu que, de fato, a Varig caminhava num sentido mais próximo ao que os tribunais têm caminhado pelo fato de a decretação da falência derrubar essa questão de prioridade. Então, nós teríamos um outro cenário.

Por fim, qual foi a principal proposta que levantamos naquele momento? Olha só: primeiro, o valor da nossa ação, para tratar da nossa ação, mais ou menos R$5 bilhões. A folha de pagamento do Aerus, vamos assumir que seja de R$20 milhões ao mês. Parece-me que é alguma coisa por volta disso, a folha total. R$20 milhões que daria, vezes 13, que daria R$260 milhões ao ano mais ou menos, Doze por cento de juro judicial, que é o juro do Código Civil, sobre R$5 bilhões, que é o valor da nossa causa, daria quase R$600 milhões, daria duas vezes e meia o necessário, apenas o juro judicial. Mas há mais.

O que nós propusemos foi: o Aerus ainda tem dinheiro. Só que ele diz "olha, para eu poder botar nem que seja um pratinho de comida, eu só posso pagar 8%; mas se eu tiver a garantia de que, daqui a dois anos, vai entrar dinheiro, eu posso pagar o benefício integral". Então, nós dizemos para a União "não dê nada nos próximos dois anos; nos próximos dois orçamentos, não precisa dar nada". E, ali, a partir do terneiro ano, você entra com um terço do juro judicial, necessário. É um negócio da China e responde à questão do TCU. O TCU exige economicidade, exige economicidade. Então, argumento técnico nós temos.

O problema, como diz meu pai, é que cachorro que tem dois donos morre de fome, e nós temos muitos donos. Temos dono na Previdência, temos dono na AGU, temos dono na Casa Civil. E a gente não tem um patrono, o campeão da causa, como diz meu amigo Felix. Deve haver o campeão da causa no Governo. A Presidenta da República deve indicar "é o fulano, ele que vai concentrar essas negociações, essas conversas, essa área técnica". O que precisa fazer é colocar a área técnica para trabalhar, para que ela consiga fazer essa construção a partir do que nós dissemos aqui, porque não vemos óbice.

Inclusive, do ponto de vista legal, nós rebatemos isso, e eu tenho a impressão de que não chegou às mãos de V. Exª o Dr. Fernando o nosso rebate, que foi duro e foi bastante profundo em relação àquelas conclusões a que chegou o grupo de trabalho.

Eu tenho uma vontade doida de divulgar a nossa impugnação. A Graziela sempre diz isso "não, não, não". Mas eu queria dizer: quem vai paga isso no futuro? A autorização legal, a autorização para que seja criado um resseguro, etc. E essa questão não caminha e vai ter a mesma lógica do seguro: o santo paga pelo pagador. Eu faço seguro do meu carro todo ano e não lamento não ter batido ter batido o carro no final do ano. Fico feliz da vida. Da mesma forma, um resseguro da previdência complementar feito por ente público poderia suportar isso a partir do esforço dos próprios participantes desde que houvesse uma fiscalização efetiva, que eles não sejam chamados toda hora para cobrir rombos gerados pela ausência de fiscalização.

Ainda sobre a proposta que nós levantamos, nós fazíamos questão de dizer que é preciso transferir esse plano para a BB Previdência, que é uma entidade pública. Tira das mãos do Aerus, joga para a BB Previdência, funde aqueles planos em um só, e a BB Previdência vai administrar a partir desses recursos. Então, a proposta foi arredondada, do ponto de vista jurídico, para a União. E é por isso que nós entendemos que, ainda sim, é possível a celebração de um acordo, mas não vital.

Sobre o acordo ainda, o Capistrano de Abreu fez uma proposta de alteração da Constituição brasileira. Ele dizia que a Constituição brasileira deveria ter só dois artigos: "Art. 1º Todo brasileiro é obrigado a ter vergonha na cara. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário".

Por que eu digo isso? Nosso amigo – meu e do Senador Paim –, o Fortunati, atual prefeito de Porto Alegre, há poucos dias caiu uma marquise ou algo assim na cabeça de alguém. Era uma coisa pública e caiu na cabeça de um cidadão de Porto Alegre. O que o Fortunati disse? O Município pagará uma pensão para a viúva desse sujeito, na forma da lei. O Fortunati, que é um homem decente, não disse: vá para a Justiça esperar dez anos, embora eu tenha visto o sujeito esmagado embaixo da marquise. Ele tomou a iniciativa.

Por que esse senso ético está se perdendo na Administração Pública, de se dizer "eu sei que você tem razão, mas vá para a Justiça morrer lá"? Vamos resgatar a decência do administrador público, a grandeza do administrador público, de saber que ele deve cumprir as ações por si e não ser obrigado pelo Judiciário, entulhando o Judiciário, que tem queixado-se desse entulhamento.

Então, por que não podemos adotar, como princípio ético, a constituição do Capistrano de Abreu e ter simplesmente vergonha na cara para dizer simplesmente "nós devíamos ter fiscalizado, o Estado brasileiro, não fui eu, não foi o meu antecessor, foi um monte de

gente na sequência, devia ter fiscalizado, não fiscalizou ou fiscalizou e aprovou o que não podia ter aprovado. Então, o Estado brasileiro vai assumir.

Como vamos baratear essa conta? Vamos criar uma taxa, qualquer coisa assim. Permita-nos fazer isso. Então, isso entendo eu é o que precisaríamos fazer. E se der errado a proposta de acordo – agora vai falar o Dr. Fernando –, se efetivamente a porta for fechada, nós temos o Judiciário, nos temos sentença por sair nos próximos três ou quatro meses. E eu acho muito, muito difícil que nós venhamos a perder essa ação no seu mérito, porque o elenco de ilegalidades praticado é brutal.

Então, acho que, mesmo que venha a ser inviabilizado o acordo, nós temos agora uma possibilidade concreta de, tão logo seja sentenciado, restabelecer antecipação dos efeitos da tutela. Qual o único efeito? O efeito de que o Governo Dilma poderia ter começado um processo de pacificação social de adoção desses dois artigos de constituição e lamentavelmente não teria iniciado.

Então, é isso. Muito obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra para Graziela Baggio.

A SRª GRAZIELA BAGGIO – Senador, eu vou poupar o Plenário, porque já estamos bastante adiantados. De qualquer forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me dizer, Drª Alzira quer, no mínimo, um minuto antes da sua fala. Nós vamos dar para ela.

A SRª GRAZIELA BAGGIO – Eu vou só finalizar. Tenho uma expectativa muito grande em relação ao que o Dr. Fernando venha a falar depois. Estou otimista. Também não vou deixar de lutar, nós vamos até o final. Nós temos que buscar essa justiça para todos aqueles que estão dependendo dessa solução. E não são só dez mil, são muitos mais. Nós trabalhamos com quase cem mil pessoas, porque tem dez mil que eram da ativa, tem dez mil aposentados. Nós não falamos só da Varig, falamos da Rio Sul, da Varig Log, dos funcionários da Fundação Ruben Berta, estamos falando em nome de todos, porque nós queremos justiça para todos. Os únicos que não faltaram com a seriedade foram os trabalhadores. Os demais entes que participaram eu seria leviana em citar o nome, porque vou esquecer de alguém e ele vai ficar sem rótulo. Mas todos que por lá passaram deixaram a desejar no que se refere a transparência e informação. Muito recentemente essas pessoas que aqui estão vieram a ter conhecimento da real situação do fundo de pensão. Posso citar uma que tinha mais conhecimento, o Ivan Martins, que em 1999 me procurou e a gente conseguiu construir uma discussão melhor, mais aprofundada sobre o setor. Os demais nem sequer tinham conhecimento; 2003, 2004, 2005, a Varig em recuperação, a Varig em final curto, e as pessoas não entendiam por que o fundo de pensão não estava com o seu dinheiro. Sempre mantiveram lá aquela forma de comunicar aos trabalhadores, sempre enganando, nunca colocando claramente o que estava acontecendo.

De qualquer forma, hoje foi uma grande oportunidade; não temos grandes alegrias hoje, principalmente no dia de hoje, que é sempre muito pesado nos últimos cinco anos. Mas uma coisa posso dizer: não vou desistir, temos que lutar até o final. Eu continuo otimista para uma solução, senão não estaria aqui hoje, nem o Senador Paim e muitos companheiros que aqui estão. Ao Senador Paim e outros Senadores da Casa que há mais de dois anos e meio nos acompanham queria agradecer de todo o coração em nome dos participantes do Aerus. Aguardo ansiosamente manifestação da AGU diante até de fatos novos e acho que esse pode ser um caminho, a gente pode atualizar as informações e superar alguns empecilhos colocados, pelo menos neste relatório que nós até já contestamos. De todo modo, eu não poderia deixar de registrar o quanto fiquei satisfeita. Pela primeira vez, escutei de um dirigente da Previc reconhecer que a obrigação dele é fiscalizar. Tinha que fiscalizar, mas na verdade não o fizeram porque senão não estaria acontecendo isso. Esta é a contradição da história: se tivessem fiscalizado não teria acontecido isso. Eles precisavam ter fiscalizado, ou fiscalizaram e deixaram acontecer.

Agora, não vamos esmorecer, pessoal, tem muita gente do nosso lado e temos força para buscar a solução. O mais interessante neste nosso dia, que foi longo, foi a oportunidade de ouvirmos vários segmentos, vários pontos de vista. Quero registrar oficialmente que é preciso fazer alguma coisa e rápido, sob pena de o sistema ficar desacredito, de o governo ficar desacreditado com uma questão extremamente cara e séria para os trabalhadores e o País, que depende de todos os investimentos com o dinheiro dos nossos participantes. Obrigada a todos. Agradeço ao Senador Paim em especial e a todos os demais convidados.

Fernando, desculpa, nós já brigamos várias vezes, acaloradamente; hoje acho que me excedi, mas você sabe que mora no meu coração, desde que traga a solução. Um abraço. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar a Graziela. Tem que ser dura, sem perder a ternura.

Muito bem, passo a palavra para a nossa amiga Alzira Tâmara, que quer dar uma palavra muito rápida aqui, depois falará o Dr. Fernando, e encerramos.

A SRª ALZIRA TAMARA – O Comandante Zoroastro, há algum tempo, me contou uma história que não é história, mas realidade pura. Ele estava no centro da cidade, perto do sindicato, e encontrou um senhor já de certa idade que pediu um real para ele. Ele disse: "Meu amigo, você não trabalhou?" "Trabalhei, trabalhei em terra, como aeroviário." "Um real? Quer alguma coisa a mais?" Foi isso, não é, Comandante? "Não, não, só um real." Aí ele perguntou "por que um real?" "Eu moro no subúrbio, tenho aquele passe de idoso e todos os dias eu venho para a cidade nesse restaurante de um real que existe perto da Central, ali no centro da cidade do Rio, eu venho almoçar". Aí, o Comandante perguntou: "E nos finais de semana?" E ele disse: "Não como; passo como posso. Quando algum vizinho me cede..."

Era só isso que eu queria dizer, até porque nunca mais saiu da minha cabeça. É muito triste.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Srª Alzira Tamara, que dá, simbolicamente... Todos entenderam a mensagem que ela passou, como que dizendo: "Esse é o destino dos nossos aposentados e pensionistas do Regime Geral e também dos fundos de pensão se nada for feito".

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, Vice-Advogado Geral da União, representante do Advogado-Geral da União, Dr. Luiz Inácio Lucena Adams, com quem tivemos, bem como com o Dr. Dias Toffoli, uma série de reuniões infindáveis.

Tem a palavra V. Sª.

O SR. FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA – Eu queria começar a minha fala dizendo que, hoje, quando sentei aqui à Mesa, encontrei a Drª Graziella que me perguntou: "Fernando, você já trouxe o acordo para assinarmos?" E eu te juro, do fundo do coração, que gostaria de ter trazido de fato um acordo para ser assinado.

O Ministro teve um problema no voo e não pôde comparecer hoje pela manhã. E, aí, ontem mesmo, às oito horas, avisaram-me que eu viria a esta audiência. E. quando encontrei com a minha esposa à noite, disse a ela: "Puxa; amanhã eu vou a uma audiência pública que é uma situação muito difícil". E, de fato, como foi colocado pelo Comandante, até em virtude de se tratar de um grupo de pessoas que tinha uma previdência complementar, que ganhavam, vamos supor, um salário de R$10 mil e que, hoje, ganham bem menos do que isso, talvez até menos de 10% disso, é uma situação muito, muito difícil. E, aí, conversei com ela, dizendo que, contudo, é algo que temos que conversar e enfrentar.

Inclusive, é bom frisar aqui – e o Dr. Castanha Maia e a Drª Graziella já o disseram – que o Ministro Advogado-Geral da União tem tentado se empenhar em que, de alguma forma, façamos um acordo. Até por isso que, depois que houve o grupo de trabalho, nós não fechamos... Houve uma contestação do grupo em relação aos trabalhos e nós optamos por não fechar ainda a contestação na medida em que estamos tentando ver se a conseguimos alguma saída para os óbices que encontramos, nem que seja, quem sabe, uma proposta legislativa – e muitos parlamentares têm nos procurado. Incansavelmente, sempre, a Drª Graziella e o Dr. Castanha Maia têm nos procurado, e temos tentado, de alguma forma, ver se conseguimos encontrar essa saída.

E digo mais: não é intenção da Advocacia-Geral da União dizer que vocês não devam continuar a luta de vocês; pelo contrário, acho que a luta de vocês deve ser continuada. É dever do Governo Federal e da União como um todo tentar encontrar uma solução para tudo isso que tem acontecido, e até um dever da própria sociedade. Eu acho que não é a Advocacia-Geral da União que está tentando cansar vocês ou ganhar de vocês pelo cansaço. Não! Acho que devem continuar de fato buscando essa solução.

De nossa parte, também temos de buscar essa solução. Claro que, muitas vezes, acaba pesando apenas sobre a Advocacia-Geral da União, porque representamos a União nos tribunais. Todavia, é importante que seja uma solução construída talvez até com outros Poderes, mas construída não apenas pela Advocacia-Geral da União. Inclusive, esse relatório que foi contestado ele foi assinado por inúmeros outros órgãos. A Advocacia-Geral da União apenas coordenou. E, muito embora os órgãos tenham optado por mandar advogados, também houve a consulta de técnicos. Técnicos encaminharam notas, alguns deles também assinaram esse relatório final, representando seu próprio Ministério.

Contudo, eu acho que precisamos analisar. Talvez precisamos sentar e ver se é possível uma solução, quem sabe, se achamos que há aquele óbice. Mesmo que não tenha ocorrido a recuperação e não esteja mais ocorrendo a recuperação judicial, e possa ter havido um equívoco da informação que me foi encaminhada na falência, temos que encontrar uma transposição àquele óbice do art. 122 da Lei de Recuperação Judicial e de Falências, que diz que se devem compensar, com preferência sobre os

demais credores, as dívidas dos servidores vencidas até o dia da decretação da falência.

Temos que ver, temos que conversar. Eu só quero apenas dizer que, muito embora possa ter sido dura a minha fala, não é a Advocacia-Geral da União que aqui pede a vocês acabarem com a sua luta. Acho que deve existir a luta, que o País como um todo tem que arrumar uma solução para essa questão da Previdência Complementar e da Geral, buscando, acima de tudo, atender o interesse da nossa população e o bem-estar de todos.

Agradeço a oportunidade, Senador Paim, e digo, mais uma vez, que estamos sempre abertos, podemos voltar aqui, podemos ser questionados daqui a um mês, daqui a dois meses, e estaremos à disposição para voltar aqui.

Drª Graziella, Dr. Castagna Maia, estou sempre à disposição lá, como também a Advocacia-Geral da União.

Agradeço e digo que sinto muito pelo fato de, muitas vezes, a gente não poder atender a uma expectativa imediata.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Para concluir, eu queria agradecer a todos. Recebi aqui uma série de cartões, que a assessoria levou, mas cito alguns nomes: Maria Terezinha Almeida, assessora parlamentar da Previ; Manuel Leite Magalhães, analista, delegado do Banco do Brasil; Delvair Fernando Rodrigues, chefe da equipe de vôos da Transbrasil; enfim, deixem o telefone e contato, e outros projetos que têm... Antônio Marcelo de Oliveira, diretor jurídico sindical dos aeronautas; Gelson Dias de Oliveira, diretor sindical também, aeroviário.

Rapidamente aqui, Ary Luiz Guidolin, representante dos aposentados da Aerus; Francisco José Tomás, presidente dos aposentados da Transbrasil; Lourival Honorato, coordenador de aposentados da Aerus; Zoroastro Ferreira Lima, que usou da palavra aqui; Carlos Vicente Enghi, dos aposentados da Aerus.

Deixe-me só dizer rapidamente para vocês: eu ia até ler esse documento do Aerus, mas todos os Senadores o receberam. Só lembro que aqui está colocado no documento que vocês pedem a aprovação do PL 147, de autoria do Senador Paulo Paim – de minha autoria -, que autoriza a União a fazer um acordo. Aqui se fala em indenizar os aposentados. Quero dizer que esse projeto nós não inventamos. Foi mediante um acordo feito numa reunião, onde o termo que eu mais ouvi foi que faltava um conforto legal. Daí eu me reuni com a consultoria do Senado e construímos o conforto legal para construir o acordo.

O projeto já foi aprovado em diversas comissões; depois, houve recurso, ele foi agora para a CAE...

A SRª *(Não identificada.) – (Intervenção fora do microfone.)* Não houve recurso não; ele está na CAE...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Está na CAE... E, da CAE, o Romero Jucá vai direto para a Câmara. Então, vamos fazer um apelo aqui de público ao Senador Romero Jucá, para que o projeto ande, e que a gente vote, e a gente tenha o famoso conforto legal para fazer o acordo tão falado aqui nesta reunião.

Só para concluir, só quero agradecer a todos que usaram da palavra aqui com a gente, dizendo que eu estou até envolvido emocionalmente com essa luta do Aerus. Mas percebi que esta reunião, além do Aerus – e nós vamos continuar –, vamos ter reunião hoje e amanhã. O grito de alerta começou com o aeros que solicitou que eu fizesse a audiência e,naturalmente, colocamos todos os fundos de pensões porque aqui foi dado um grito de alerta a todos os fundos de pensões. O que está em jogo é a credibilidade dos fundos de pensão. Se vale a pena ou não fazermos a previdência complementar, mediante tudo que foi dito aqui. Foi dado uma relação e pelo que percebi portos, segundo a Drª Claudia, é o próximo. A situação é grave, é delicada, a responsabilidade de todos nós é muito grande.

Aqui diz: ajude-nos a salvar milhares de vidas. Eu poderia dizer que os fundos de pensão que estão aqui em cheque seriam milhões de vida.

Tenho muita esperança, meus companheiros do aeros, do aerus, enfim, todos que estão nessa caminhada, que a gente busque uma solução. Uma solução negociada junto ao Executivo e, oxalá, no Executivo, no Judiciário, a gente construa esse grande entendimento. Que, daqui a um ano, a gente não volte a esta mesma sala, depois de tantos anos e tantas reuniões, dizendo que fulano não está mais conosco, inúmeras pessoas não estão mais conosco mas nós continuaremos lutando. Que Deus nos ajude, muita esperança, muita fé, muita luta, não vamos desistir. Acredito que nós podemos vencer. Quando digo nós, Dr. Fernando, não estou me referindo especificamente aos Parlamentares, os militantes, aqui, dos fundos de pensão, ou o Executivo no seu conjunto, estou me referindo a todos nós, sociedade brasileira. Todos nós poderemos conseguir esta vitória, fazendo justiça a todos os fundos de pensão e, como símbolo, aqui, o Aerus.

Está encerrada a audiência pública, obrigado a todos.

(Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 40 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos, do dia vinte e seis de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Casildo Maldaner, Paulo Bauer e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Clésio Andrade, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Wilson Santiago, Wellington Dias; as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin; e o ex-Senador Eurípedes Camargo. A Presidência registra a presença dos Senhores Deputados Federais Eugênio Rabello e Laércio Oliveira; Senador Eurípedes Camargo. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização da 2ª Audiência Pública do Ciclo de Debates em Defesa do Emprego e da Previdência Social para tratar do tema "Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – PRONATEC", em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011–CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Eliezer Moreira Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – MEC; Cláudio Ricardo Gomes de Lima, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF; Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti, Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/CNI; Ricardo Nerbas, Presidente da Organização Internacional dos Técnicos – OITEC; Roberto Nogueira Ferreira, Consultor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC. Justificaram a ausência os convidados Pedro Luiz Maboni, Diretor-Superintendente da Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul – SUEPRO/RS e Quintino Severo, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Usam da palavra a Senadora Ana Amelia, os Senadores Casildo Maldaner, Wilson Santiago, Eduardo Amorim, Inácio Arruda, Wellington Dias e o Deputado Federal Laércio Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEM.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberto a 4ª reunião extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública do Ciclo de Debates em Defesa do Emprego e da Previdência para tratar do tema Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011, de iniciativa desta Presidência e de outros Senadores.

Convidamos para a mesa o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco, representando aqui o MEC. Convidamos o Eliezer para compor a mesa. Como o pessoal sempre fala, à direita ou à esquerda, nem à direita nem à esquerda, ao meu lado. Convidamos também o Sr. Cláudio Gomes e Lima, Presidente do Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif. Convidamos também o Sr. Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti, Diretor do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai/CNI. Convidamos também o Sr. Roberto Nogueira Ferreira, que representa aqui o Presidente da CNC.

Outros convidados, devido ao voo, nos avisaram que estão atrasados. Mas nós vamos aproveitar a TV Senado para falar ao Brasil um pouco sobre o nosso ensino técnico.

Todos sabem da nossa paixão pelo ensino técnico. Não é da minha, mas da nossa. Todos nós sabemos da importância do ensino técnico e da falta que temos ainda hoje no mercado de trabalho de profissionais.

Por isso, primeiro, quero cumprimentar o MEC pelas iniciativas mais recentes. Tenho aqui algumas informações que já me chegaram que mostram as intenções da Presidenta Dilma – pelo menos uma que ouvi agora pela manhã – de aumentar de um milhão de vagas para dois milhões de vagas até 2014.

Sei também, me refiro ao Eliezer Pacheco, que a Presidenta Dilma ainda vai anunciar o Pronatec na semana que vem. Mas isso não trará nenhum prejuízo para que nós falemos do tema. Vamos olhar com muito carinho o anúncio que a Presidenta Dilma fará sobre o Pronatec.

Eu queria também dizer a todos que apresentei, há mais ou menos uns oito anos – não é isso Eliezer? E você, inclusive, fez a apresentação – um projeto de lei chamado Fundep, que é um fundo de investimentos para o ensino técnico profissionalizante, que hoje geraria em torno de R$ 8 bilhões para investimentos nessa área.

Fizemos uma longa discussão, inclusive com o Sistema S, de forma tal que o Fundep não mexe, não traz nenhum prejuízo ao Sistema S e só vai naturalmente fortalecer investimentos nesta área.

Mas claro que é um tema que tem que ser bem discutido. É fácil dizer que serão R$ 9 bilhões para o ensino técnico, mas temos de ver de onde sai, como será colocado, quem vai gerir esse fundo. É claro que entra nessa jogada o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e há toda uma discussão com o Ministério do Trabalho.

Sei que há outras iniciativas também de Deputados e do próprio Executivo que vão na mesma linha.

Então, o importante para nós, nesta manhã, é, mais uma vez, fortalecer o ensino técnico. Eu nunca nego as minhas origens, eu tenho muito orgulho de dizer que foi o Senai que me deu o curso mais importante da minha vida. Eu vendia frutas na feira livre em Porto Alegre. Fiz um teste no Senai, pude voltar para Caxias e meu pai me deu a notícia – essa história eu já contei, mas repito: "Pode voltar para casa porque você passou no Senai."

Fiquei no Senai e tirei os cursos de marcenaria, de desenho, de mecânica. Mas tenho repetido isto ultimamente: todo mundo que é metalúrgico virou torneiro mecânico. Então, eu, quando trabalhava na metalurgia, não era torneiro mecânico. Isso é uma referência ao Presidente Lula. Eu não era torneiro mecânico. O Lula era torneiro mecânico, muitos foram também. O Maia era torneiro mecânico também. Eu trabalhava com madeira, eu fazia os moldes para fundição. Eu fazia os moldes para fundição. Então, eu trabalhava em todas as máquinas. Naturalmente, eu fazia os moldes da fundição da serralheria, araldite, cobre, alumínio, metal, enfim... E gostava muito do que eu fazia. Isso lá na fundição do Eberle, lá na Maesa, em Caxias. Agradeço ao único mestre que havia na região, que era o Bodini. O mestre Bodini era quem fazia os moldes. E era uma profissão bem paga. Naquele período já ganhava em torno de dez salários mínimos. E eu aprendi com o Bodini, depois do Senai. Primeiro, eu tirei o curso no Senai e, depois eu aprendi, que era técnico na área.

Enfim, não vim aqui para contar a minha história. Eu vim aqui para que vocês possam falar pela TV Senado e para os convidados sobre o ensino técnico, como se encontra, para onde vamos, qual é a perspectiva e a intenção naturalmente do Senado e da Câmara de fortalecer cada vez mais o ensino técnico. Sabemos da importância desse momento.

Eu passaria a palavra de imediato, começando da esquerda para a direita, ao Sr. Roberto. O Roberto que representa o Presidente da CNC. Vamos colocar 10 minutos com mais cinco e, se for necessário, ampliamos.

Dr. Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA – Bom dia a todos, bom dia ao Senador Paulo Paim. É um prazer em mais uma audiência pública participar ao seu lado, sempre a sua esquerda. Vou usar 10 minutos e deixar os cinco para o Rafael Lucchesi, porque, como vai daqui para lá, a CNI encerra e faz um *gran finale* das apresentações.

Nós temos participado das reuniões preliminares sobre Pronatec com o Ministro Fernando Haddad, isoladamente, algumas em conjunto com a CNI e outras. E foi uma evolução conceitual em termos de participação do Sistema S, Senai e Senac especificamente, nesse processo. Muito embora as duas entidades já desenvolvam obviamente esse esforço técnico e profissionalizante. Os números do comércio são números talvez um pouco mais modestos, mas, em 2011, devemos ter um milhão de formados em curso técnico e profissionalizante.

Há dois anos e meio, nós tivemos a oportunidade de iniciar esse debate com o Ministério, inclusive com a participação do Congresso, com o Secretário Eliezer, que está aqui, com o Ministro Haddad. Aquele famoso programa de gratuidade, que evoluiu e vem evoluindo satisfatoriamente.

Neste ano a nossa meta já está superada e vai ser assim até a conclusão das metas firmadas com o governo até 2014.

No caso especifico do Pronatec, dos pontos que nos foram repassados pelo Ministro, nós ainda não temos obviamente o anteprojeto de lei ou o projeto de lei inserido aqui no Congresso Nacional. Mas nós conseguimos, na última reunião com o Ministro, concluir positivamente em termos da participação efetiva da parte do Senac nesse processo.

É evidente que as metas do Ministro são ambiciosas. Mas, como metas não são mitos, são horizontes que a gente vai perseguir, nós entendemos ser possível atuar da forma que se pretende.

Há alguns pontos, Senador, que me parecem bastante interessantes. Eu acho que o uso ou a extensão do Fies para o ensino técnico é uma iniciativa positiva. O Fies empresarial possibilitará às empresas se organizarem, os seus grupos de qualificação e aí procurar instituições, Senai ou Senac para fazerem esse treinamento, essa qualificação, é outro ponto bastante positivo, nós entendemos que o esforço que se pretende fazer de qualificar ou de requalificar o trabalhador reincidente no seguro-desemprego também é altamente positivo.

Há uma reconhecida nebulosidade na reincidência do seguro-desemprego e aí com a convivência do seguro patronal.

Então, não sejamos hipócritas, isso é uma coisa que nos preocupa também muito embora institucionalmente...

O SR. PAULO PAIM (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para contribuir: eu tenho recebido inclusive tanto aqui na Comissão, como lá na Comissão de Direitos Humanos onde estou na presidência exatamente esse tipo de denúncia envolvendo, na verdade, os dois lados. É inegável que tem muita gente que prefere sair – e a empresa precisa do profissional – para receber o seguro-desemprego e aí fica trabalhando de forma informal. Não vou entrar no detalhe.

Por isso que nós temos que nós temos que aprofundar esse debate e nós temos que fazer um debate aqui na Comissão especificamente sobre essa questão.

O seguro-desemprego, V. Exª tem razão, veio para atender ao trabalhador no momento em que mais precisa e não para ser uma fonte alternativa de recursos.

O SR. O SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA – É evidente que o seguro-desemprego não pode... do ponto de vista institucional, a CNC e a CNI são frontalmente contra esse tipo de atitude, mas não podemos deixar de reconhecer que existe, é um fato concreto, que nós temos que buscar a alternativa para evitá-lo.

E ele é crescente na medida em que se tem um mercado altamente empregador. Então, não há receio do desemprego e aí fica injustificável se ter uma recente do seguro-desemprego crescente.

Eu fui durante quase oito anos conselheiro do Codefat e essa era uma preocupação que já existia no passado e passou a ser maior no momento em que o mercado passou a ser mais empregador.

Então, eu estou falando isto porque uma das pernas do Pronatec, parece-me, não estamos aqui com o projeto de lei na mão, segundo o Ministro, é exatamente alterar a questão do seguro-desemprego naquilo que for conveniente para se submeter uma requalificação profissional o trabalhador reincidente no seguro-desemprego.

Então, essa qualificação ou requalificação ou qualquer nome que venha a ser dado para quem está no seguro-desemprego por mais de uma vez não só é importante para dar para ele um horizonte daquilo que deve ser, como também é um elemento, um fator, da maior importância para evitar esse tipo de fraude. O Senador tem razão ao dizer que toda fraude é uma via de duas mãos.

Então, eu acho importante, estamos ansiosos para ver inclusive de que forma isso será inserido no projeto de lei.

Outra questão que nos anima também é...Bom dia, Senador, Senador da área empresarial, Presidente da Confederação Nacional no Transporte...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – E está nos ajudando muito com a sua assessoria, na construção no estatuto do motorista, o Senador está nos auxiliando.

O SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA – Muito bom**.** Outro fator que nos anima nesse projeto de lei do Pronatec é a questão, que já existe em certo grau, do curso técnico simultâneo ao ensino médio. Quer dizer, vamos evitar a ociosidade, que nem sempre é positiva, e, segundo o Ministro, o processo de acoplar o nível técnico ao ensino médio. Vamos ver de que maneira isso será encaminhado para tanto o Senai quanto o Senac atuarem.

Já existem ações similares em alguns Estados, mas é uma medida muito positiva.

Então, as linhas que o Ministro nos deu, o Fies estendido agora para o ensino técnico; o Fies empresarial, de maneira que a própria empresa busquem esses recursos e organizem a suas turmas e elas seriam treinadas pelo Senai ou pelo Senac; a questão do ensino médio com o ensino técnico; uma questão importante que já foi muito discutida com o Ministro e que não necessariamente virá dentro deste processo, que é a redução do limites de horas para ensino profissionalizante que, às vezes, com o avanço tecnológico, não necessariamente 160 horas é um número adequado, que às vezes basta uma pequena requalificação por um equipamento novo, um sistema novo, 40 horas o profissional está requalificado e está dentro do mercado mais uma vez. Nós temos vários casos de motoristas dessas máquinas possantes que tem no campo e na construção civil que em um equipamento novo aprende em 30 a 40 horas e não há necessidade de exigir um horário maior.

Então, todo esse conjunto de propostas são muito bem recebido por nós, nas reuniões que nós tivemos. Digo ao Senador que a primeira reunião foi uma reunião bastante tensa, mas que evoluiu positivamente. Agora, talvez o Rafael Lucchesi falando pela CNI, falará melhor do que eu, é óbvio que esse aumento de de-

manda pega tanto os dois sistemas CNI como o Senac com uma base física que tem um determinado porte.

Então, é um esforço que vai demandar uma ampliação da base física da instituição Senac e essa base física poderá vir de algumas formas. Na discussão com o Ministro, ele falou sobre a possibilidade de se ter uma linha de crédito para isso, com um prazo razoável, com uma carência razoável, com uma taxa de juro razoável, de tal maneira que, se a demanda vier da forma como o Ministro estima, especialmente essa demanda do seguro-desemprego, as instituição vão ter que ampliar a sua base física, ou ampliar construindo ou ampliar fazendo parecerias com escolas federais, estaduais, municipais, de tal maneira que se consiga atender a essa demanda que se estima grande.

Então, Senador, voltando ao começo, nós tivemos quatro reuniões com o Ministro Fernando Haddad, estamos pronto para entrar no Pronatec, estamos aguardando o texto do projeto de lei que virá para o Congresso Nacional. E esperamos que, se ele vier bem fechado e bem enxuto, resguardado o legitimo direito dos parlamentares, ele permaneça de uma maneira que viabilize de fato essa ampliação do ensino técnico e profissionalizante com a participação ampla do Sistema S.

Da parte nossa, do Senac, nós estamos ansiosos por isso e tenho certeza de que vamos entrar nesse processo com essa mesma visão da necessidade do País, hoje, de fortalecer o ensino técnico e o ensino profissionalizante.

Por enquanto é isso, Senador

O SR. PAULO PAIM. ((Bloco/PT – SP) – Muito bem, Dr. Roberto Nogueira Ferreira, que falou pela CNC em nome do seu Presidente e traz aqui todo o seu compromisso com o ensino técnico, e ainda destaca que temos que achar caminhos para resolver esse índice do impasse do seguro-desemprego, um impasse negativo. O seguro- desemprego...

O SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA – ... do Senac na questão do ensino profissionalizante, como pega muito o setor terciário, etc, ele tem aqui no Congresso, um bom exemplo. Nós estamos treinando aqui dentro desta Casa, 500 profissionais/ano na área de restaurante que o Senac, hoje, administra na Câmara dos Deputados. São todos os tipos de profissionais: auxiliar de cozinha, cozinheiro, garçom, auxiliar de garçom, *maître*, seja no 10º andar da Câmara, no cafezinho da Câmara dos Deputados e outros espaços que estão sendo ocupados, poderiam, eventualmente, serem estendidos para o Senado, são espaços de treinamento também. Acho isso muito importante, porque dá a esses rapazes, no contato com parlamentares, um avanço profissional e emocional extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou levar sua sugestão ao Presidente Sarney para que se faça essa parceria, como existe na Câmara, para formação dessa juventude aqui na Casa também, como a Câmara já faz.

Fiz um aparte antes e me interessei muito sobre a questão do seguro-desemprego, porque me sinto um pouco responsável. O seguro-desemprego que existe hoje no País é uma fusão de três projetos. E não nego as origens, e digo isso quando tem que dizer. Foram de dois gaúchos. A fusão de um projeto de minha autoria, do projeto do Deputado Jorge Uequed e do Serra. Para os três projetos na época, houve um discussão e dali surgiu o seguro-desemprego naquela oportunidade. E ficou essa falha que eu admito. É uma falha que existe que permite essa lacuna negativa, que depõe contra o seguro-desemprego.

Lembro que, na última campanha eleitoral, alguns que não conheciam a história da fusão dos três projetos em relação à minha participação, usavam esse argumento: "Tu és um dos culpados por ter esse problema hoje do seguro-desemprego, porque tu ajudaste a criar o seguro-desemprego".

O seguro-desemprego, para mim, é fundamental. Só temos que ajustar. E talvez agora seja a hora de ajustar. E sou parceiro a fazer esse tipo de ajuste, inclusive me comprometi a fazer o ajuste. Sempre digo que alguns, quando a gente fala de Previdência, e esta Comissão é de emprego e previdência, quando olho para a Previdência não olho para ela como simplesmente algo que o Governo administra e que o Governo é responsável. A Previdência, como sempre digo, é nossa, do trabalhador, do povo. Então, temos de ter essa responsabilidade da fiscalização e de que o investimento se faça dando retorno à população.

No seguro-desemprego é a mesma coisa, se pedirmos falcatrua, que está existindo no seguro-desemprego, estamos depondo contra o seguro-desemprego, que é algo positivo, e o próprio investimento do FAT, que veio para a formação técnica, é a negação do seguro-desemprego.

Passo a palavra de imediato ao Sr. Cláudio Ricardo Gomes de Lima, Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Mais uma vez destacando a presença aqui do Senador Clésio Andrade.

Senador Clésio, quero mais uma vez aqui dizer, e V. Exª estava sentando, que a sua assessoria tem nos ajudado muito na construção do que chamo de Estatuto do Motorista. E V. Exª, com certeza, será um dos principais na elaboração da redação final.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Está à disposição, Senador. Quero inclusive me des-

culpar, parece que nos desencontramos ao telefone, na quarta ou quinta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estava ligando para V. Exª nesse sentido de cumprimentá-lo.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) –... mas vim exatamente para conversarmos esse tipo de questão. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, louvar a sua iniciativa dessa audiência pública e também a sua luta em defesa da educação profissional.

Cumprimento o Sr. Roberto Ferreira, da CNC; o Sr. Rafael Esmeraldo, da Senai/CNI; nosso Secretário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Pacheco.

Cumprimento os aqui presentes, o Senador Clésio Andrade.

Senador Paim, essa iniciativa do Pronatec é extremamente tempestiva, extremamente oportuna para este momento que vive o Brasil. O Brasil não poderá sustentar um processo de desenvolvimento econômico mais acelerado sem qualificar a sua mão de obra. E chamaria a atenção para um outro aspecto: estamos com uma mudança do perfil demográfico muito clara no Brasil de hoje.

O Brasil, hoje, caminha para ter o maior número de pessoas inseridas na população economicamente ativa. Esse é um fenômeno que acontece uma vez na vida dos países. A gente deve utilizar essa oportunidade para resolver algumas questões de produtividade, questões previdenciárias e para elevar a base tecnológica da população. Portanto, se não aproveitarmos este momento, vamos perder isso que os estudiosos estatísticos chamam de bônus demográfico.

Nesse sentido o Pronatec, como iniciativa de ampliar significativamente o acesso à formação técnica e profissional, chega no momento oportuno.

O Brasil também apresenta algumas distorções. Temos uma relação entre formação de nível superior e formação de nível técnica, que é invertida com relação a outros países do mundo. Não que a nossa formação superior seja tão abundante. É que a formação técnica é que precisa ampliar significativamente.

Desse ponto de vista, é importante a gente destacar o crescimento da rede federal de educação profissional e tecnológica dos últimos anos. O Governo do Presidente Lula – é preciso que a gente faça esse registro por dever de justiça –, nós tivemos a maior ampliação da história da rede federal: saltamos de 140 unidades, em 2003, e, hoje, estamos com mais de 400 unidades no País. Some-se a isso a criação dos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica, que, na minha avaliação, representa a grande novidade brasileira dos últimos tempos em termos de educação. Os institutos, hoje, estão presentes em todos os Estados brasileiros, são 38 institutos em todo o País, e eles representam um modelo novo, próprio do Brasil, que articula de forma muito competente a formação profissional desde os cursos de formação inicial e continuada, passando pela formação técnica, até a pós-graduação *strictu sensu*, com um grande diferencial, articulando de forma muito equilibrada teoria e prática. O que caracteriza os cursos da rede federal é aliar essa capacidade de fazer com o saber, com os fundamentos da ciência e da tecnologia moderna.

Os institutos federais, como já falei, são um modelo próprio do Brasil. Houve uma preocupação do Ministério da Educação em manter a formação técnica de nível médio no âmbito dos institutos aliada à formação de professores para as áreas de ciências e aos cursos superiores de tecnologia, além de bacharelados.

Os cursos superiores de tecnologia, na nossa avaliação, serão a grande novidade no Brasil nos próximos anos, porque têm apelo tecnológico moderno e são capazes de atender às necessidades em várias áreas estratégicas do País.

E no que diz respeito ao Pronatec, uma das coisas que nos deixa contente em termos de Conselho Nacional é a possibilidade da continuidade da expansão da rede federal.

A Presidenta Dilma já sinalizou de maneira muito forte, e o Ministro Fernando Haddad tem discutido isso conosco, a terceira fase da expansão da rede federal.

O Brasil, hoje, como já falei, tem mais de quatrocentas unidades da rede, presentes em todo o território nacional, de forma equilibrada, levando, sobretudo, para o interior do Estado essa formação, que é um indutor, um ponto de nucleação do desenvolvimento importante. E na nossa avaliação, há um espaço muito grande ainda para o crescimento da rede. Os estudos que o MEC tem e o próprio Plano Nacional de Educação apontam para um horizonte de dez anos chegarmos a mil unidades na rede federal.

No momento em que tivermos uma unidade para cinco Municípios brasileiros, nós, então, teremos a chance de universalizar a formação profissional e tecnológica em todo o País.

Chamo a atenção, pode parecer um número grande, mas um país como o Canadá, por exemplo, que é tão grande quanto o Brasil, mas tem uma densidade populacional muito menor, tem mil unidades nos *community colleges*, que são os equivalentes aos institutos federais aqui do Brasil.

Portanto, esse espaço de crescimento da rede federal é absolutamente estratégico para o Brasil dos

próximos anos. Traz a possibilidade de a gente dar oportunidade aos jovens brasileiros de terem uma formação profissional e tecnológica de qualidade.

O Pronatec é uma espécie de banda larga da formação técnica, porque articula vários setores: o sistema federal, os sistemas estaduais, o Sistema S. Isso é de fato uma importante necessidade do Brasil neste momento.

A nossa preocupação é fazer isso mantendo a qualidade. Permita-me, aqui, discordar do Roberto. Penso que, nos cursos de formação inicial e continuada, é importante que tenhamos o mínimo de 160 horas, porque não é só um adestramento técnico que se deve proporcionar ao trabalhador. A gente tem que dar a base científica e elevar a base de escolaridade, porque a tecnologia muda com muita freqüência. Quando se tem uma base científica sólida, qualquer tecnologia que venha, que seja inovada, ela pode ser absorvida com a base técnica bem formada. Então, nesse sentido, é importante que tenhamos um controle, uma referência de qualidade para os cursos, desde a formação inicial e continuada até os cursos técnicos. É importante também essa articulação com o ensino médio nos cursos técnicos concomitantes, porque dá oportunidade ao nosso estudante do ensino médio, que é o elo fraco da nossa cadeia educacional, de ter uma formação profissional que o instrumentalize de forma imediata para alcançar um posto no mundo do trabalho.

Nesse sentido, eu digo que essa é uma experiência que a gente tem de acarinhar, lutar pela sua qualidade e pela manutenção dessa qualidade e de fazer os investimentos necessários na infraestrutura, porque educação hoje – está mais que provado no mundo economicamente desenvolvido –, é investimento. Não há que se falar em custos, em gastos com educação; é um investimento, que sempre move para frente. Por exemplo, não se encontram pessoas analfabetas filhas de alfabetizados, pois, uma vez em contato com a possibilidade de se educar, esse é um motor que nos leva sempre para frente.

Então, é importante investimentos em infraestrutura, termos escolas de qualidade e laboratórios que permitam uma boa formação e é importante, sobretudo, a contratação e a boa formação de professores. Não dá para fazer educação, mesmo com todas as tecnologias modernas, sem que haja uma valorização do professor, sem que haja uma contratação de professores, sem que haja condições adequadas para o trabalho do professor.

Então, são esses pontos que, como Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais, da rede federal, eu gostaria de aqui destacar, como início deste debate que reputo da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Cláudio Ricardo Gomes de Lima, que fortalece, mais uma vez, a importância do ensino técnico. Aqui surgiu uma pequena discordância, mas é uma discordância positiva. É só o número de horas... Todos querem...

O SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA – Na realidade, o número de horas para esse tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para multiplicar.

O SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA – ...é de 160. O que falamos é na requalificação...podemos citar um exemplo que talvez seja muito próximo do nosso Senador Clésio. Se tem um profissional que foi qualificado com 160 horas e chega lá um ônibus com um novo tipo de equipamento de computação, ele não precisaria outras 160. Talvez 40 horas sejam suficientes para ele se requalificar naquele aspecto. Então, foi isso que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero aproveitar para lembrar que, na subcomissão, são cinco Senadores. Nós temos quórum para deliberar. Estamos com três, com a presença agora, além do Senador Clésio Andrade, do Senador Casildo Maldaner, que é Vice-Presidente da Comissão da Assuntos Sociais, que prestigia, em todos os momentos, esta subcomissão também.

Senador Casildo, ontem, entreguei, em mãos, o seu projeto da questão dos aposentados para o Presidente Varley, que achou muito interessante aquele seu projeto. Faço esse registro.

Os Senadores usam a palavra a qualquer momento. Fiquem bem à vontade quando quiserem participar.

De imediato, passo a palavra a um nosso convidado, o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – MEC, Professor Eliezer Moreira Pacheco, que me disse, ainda no momento em que eu fiz o convite: "Paim, eu vou, não há problema nenhum, mas faço questão, e me permita que eu diga isto, de dizer que a Presidenta Dilma ainda vai lançar [eu digo a toda pompa, porque acho que é importantíssimo, é um grande momento] o Programa Pronatec, provavelmente na semana que vem". Então, com essa ressalva que ele me fez, ele está aqui à nossa disposição e pode usar o tempo que for necessário. Está com a palavra, Eliezer.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Saúdo inicialmente o Senador Paulo Paim que, para nossa honra, é um dos representantes do Estado do Rio Grande do Sul aqui, no Senado da República; o Roberto Nogueira Ferreira, representante do Senac e velho conhecido nosso; o Cláudio que é o dirigente do Conselho de Reitores dos Institutos Federais; nosso

amigo Rafael Lucchesi também; Cláudia Moreno; e os Senadores Clésio Andrade e Casildo Maldaner, que também prestigiam este evento.

Eu acho que o grande mérito do Presidente Lula foi ter colocado a educação profissional e tecnológica na pauta do País. O nosso País, lamentavelmente, tinha e tem ainda resquícios de uma tradição bacharelesca muito forte, que, por sua vez, é resquício da escravidão. Em 500 e poucos anos de história, tivemos 388 anos de escravidão. Portanto, o trabalho produtivo sempre foi considerado como algo não digno dos homens livres e isso marcou profundamente a cultura brasileira. Talvez por essa razão, os governos anteriores, talvez com exceção de Nilo Peçanha, lá em 1909, não privilegiaram, não prestigiaram a formação profissional em nosso País, até que tenha assumido a presidência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi necessário fazer toda uma reformulação da legislação – isso é importante citar, porque, aí, há a participação do Congresso Nacional, sem a qual isso não teria sido possível –, primeiro, para alterar a lei que impedia a expansão da rede federal, que era um contrassenso. Que um governo privilegie essa ou aquela política é perfeitamente legítimo – um governo é eleito para isso –, mas, a ponto de proibir, e levamos um ano e oito meses para alterar a legislação, foi em demasia.

A outra alteração foi alterar a lei que impedia o ensino médio integrado, o que também era algo absolutamente sem nenhum sentido. Nós, hoje, privilegiamos o ensino médio integrado, mas não obrigamos ninguém a adotar o ensino médio integrado. Nós temos opinião de que ele é mais adequado nessa época de modernidade em que vivemos, em que as tecnologias se superam rapidamente e o trabalhador, o técnico tem de ter uma formação geral que lhe permita assimilar as novas tecnologias. Tivemos de alterar essa lei. Alteramos a LDB, que ignorava solenemente a educação profissional. Incluímos uma parte importante na LDB. Alteramos a lei do estágio. Temos, hoje, uma bela lei de estágio, acabando com a exploração de mão de obra juvenil sob o título de estágio, que antes havia. Hoje, estágio é estágio, isto é, ele tem um caráter pedagógico, portanto, é para isso que ele existe. E se iniciou o processo de expansão da rede federal.

Nesses 100 anos de educação profissional, que iniciou com Nilo Peçanha em 1909, nós construímos 140 unidades. Hoje, temos em funcionamento 401 unidades e 46 delas serão inauguradas neste ano, mas elas já funcionam em prédios provisórios – seis, inclusive, serão no Rio Grande do Sul, que serão inauguradas neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um em Canoas, inclusive.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Em Canoas, já está funcionando. É uma bela escola.

Essa expansão se dá também dentro de uma concepção absolutamente nova, que são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Brasil parou de importar modelos educacionais e passou a criar seus próprios modelos, o que é uma demonstração de maturidade deste País. Esse modelo, Senador, dos institutos federais não há em lugar nenhum do mundo. Temos na Europa, na França, em Portugal, institutos tecnológicos, mas que trabalham só no ensino superior. Agora, uma instituição que trabalhe da educação básica à superior, incluindo pós-graduação, mestrados e doutorados profissionais, só o Brasil tem e, hoje, desperta enorme interesse e curiosidade no mundo todo. Qual o sentido disso aí? É permitir que o trabalhador, se tiver talento e vontade, possa iniciar lá como aprendiz e ser doutor em poucos anos. Não está escrito em lugar nenhum que, para ser mestre e doutor, tem de ser da classe média ou do mundo acadêmico; não, pode ser um profissional. Aliás, uma das demonstrações dessa tradição bacharelesca é que as nossas universidades, as públicas inclusive, tinham e têm enorme preconceito e resistência aos mestrados e doutorados profissionais, como se a pessoa, para ser mestre e doutor, fosse obrigada a seguir a carreira acadêmica. Eu posso querer ser mestre e doutor para ser um bom engenheiro, um bom agrônomo, um bom advogado, não para seguir a carreira acadêmica, mas as nossas universidades não ofertavam mestrados e doutorados profissionais. Hoje, já começam. A Capes começa a financiar e os institutos federais atuam nessa área.

Então, foi um renovação bastante importante de concepção, não só de crescimento.

Basicamente, a tentativa de superação do brutal déficit de mão de obra do Brasil hoje – que ainda é grande, pois são três ou quatro anos para formar um técnico, não é do dia para noite que se tem resultado e vamos levar dez anos para conseguir ter uma oferta plena aqui no Brasil – se assenta na expansão da rede federal, com um salto das 140 para 401 unidades, embora tenhamos noção de que, por mais que a rede federal cresça, ela não tem capilaridade necessária, pois quem tem são as redes estaduais; no investimento de R$ 1,6 bilhão para construção, equipamento, reforma e ampliação das escolas das redes estaduais, dos governos estaduais, de forma absolutamente republicana, a partir de projetos apresentados pelos Estados, independentemente de quem governa esses Estados, sendo que é um investimento grande, pois R$ 1,6 bilhão não é pouca coisa. O terceiro ponto dessa expansão são os acordos com o Sistema S, que nós

viemos costurando... há quanto tempo já, Lucchesi, que começamos?

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Em 2008.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Em 2008?

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Em 2008, 2009, começamos amarrando, para 2010.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Com isso, nós pretendemos chegar a 2014 a cerca de dois terços de gratuidade, dentro do Sistema S, que é um avanço bastante grande. Um acordo, Senador, que foi bom para a população e foi bom para o Sistema S também. Hoje, estou convencido disto: foi bom para o Sistema S esse acordo aí.

O quarto eixo é a e-Tec Brasil, que é educação profissional à distância. Ainda está incipiente, porque temos de amadurecer isso aí com muita seriedade. Hoje, devemos ter em torno de trinta mil vagas no País, o que é pouco para o nosso País, mas queremos chegar a duzentos mil vagas em educação profissional à distância.

O Pronatec, sobre o qual vou tecer algumas considerações sem dar detalhes, na verdade, não é um programa, é um guarda-chuva que pretende potencializar todos esses programas e regulamentar algumas coisas que temos no Brasil e que precisam ser regulamentadas. Aqui, foi falado de seguro-desemprego. Num País que tem pleno emprego em vários lugares, é absurdo o número de seguro-desemprego que se paga neste País. Não bate o número oficial de desemprego com o número de seguro-desemprego. É uma sangria desnecessária para o País. Não bate o número de beneficiários do seguro-desemprego com o número de desempregados. Tem mais seguro-desemprego que desempregados no Brasil.

O SR. (Fora do microfone.) – Como é que pode?

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Não pode, não é, Senador? Até especulamos sobre isso aqui, antes. Sabemos que há acordos – e isso somente com a conivência da empresa, evidentemente, e do trabalhador, é lógico, dos dois. É um acordo: "Você quer aumento, eu não posso lhe dar aumento, mas vou demiti-lo, você vai receber o seguro-desemprego por seis meses e você vai continuar trabalhando de maneira informal aqui, na empresa". É assim que funciona.

Uma das medidas do Pronatec é destinarmos bolsas tanto aos beneficiários do seguro-desemprego como aos do Bolsa Família, que poderão ser utilizadas ou na rede federal ou no Sistema S. No seguro-desemprego – aí os senhores terão de entrar, evidentemente –, haverá uma proposição de mudança da legislação. O reincidente só receberá o seguro-desemprego se fizer qualificação, com exceção de dois casos: um que ele já tenha qualificação, porque, aí, o problema dele não é falta de qualificação, é qualquer outro problema; o segundo é que não tenha oferta para ele na cidade dele. Tirando esses dois casos, o reincidente ou faz a qualificação ou não receberá o seguro-desemprego. Aí, vamos acabar com essa sangria, pois um terço é reincidente, 30% dos beneficiários são reincidentes.

Então, o Pronatec pretende deixar essa bolsa para os beneficiários do seguro-desemprego com essa condição e também para os beneficiários do Bolsa Família, criando uma porta de saída para o Bolsa Família, que é a de ele poder fazer essa qualificação.

O Pronatec visa à ampliação da expansão da rede federal, à ampliação do Brasil Profissionalizado, que é esse financiamento para os governos estaduais, para suas escolas estaduais, à ampliação da e-Tec e à bolsa de formação, que é essa a que eu me referi para os beneficiários do seguro-desemprego e do Bolsa Família na rede federal ou no Sistema S.

Está em discussão – eu não sei se isso vai acabar entrando na lei ou não – a possibilidade de antecipação de receita para o Sistema S, para que, onde houver necessidade, construam equipamentos para atender às redes estaduais no turno inverso. No turno inverso, faz-se a formação profissional no Sistema S, enquanto se faz o ensino médio, na rede estadual, criando aquilo que é o objetivo de muitas pessoas, que é a educação em tempo integral.

O Fies será estendido ao sistema privado de ensino profissional, o que tem um efeito colateral muito positivo. Hoje, nós não temos nenhum controle sobre as escolas privadas de educação profissional, porque estão no âmbito dos Estados, mas, como a legislação do Fies exige que para ser beneficiado pelo Fies tem de ser avaliado e é evidente que toda empresa de ensino que tem o ensino profissional vai querer o Fies, porque isso praticamente anula a inadimplência, vamos, via rede federal, fazer uma avaliação dessas escolas que se habilitam a receber o Fies, para garantir a qualificação delas. Portanto, há um efeito colateral desse financiamento, que, para nós, é muito importante, porque hoje está absolutamente sem controle essa oferta do ensino privado. Teoricamente, há o controle dos Conselhos Estaduais de Educação, mas sabemos que é muito precário.

Também há o Fies empresarial, que já foi mencionado aqui, que é o financiamento para empresa. Por exemplo, se uma empresa quer ter um programa intensivo de qualificação para os seus trabalhadores, então, ela vai receber um financiamento, nos mesmos moldes do anterior, só que para empresa, e ela vai contratar alguém, como o Sistema S, os institutos federais etc.

Para o Fies serão dispensados dessa vistoria a rede federal e o Sistema S, que já passa por um tipo de controle. As demais privadas serão avaliadas. Aliás, também os cursos profissionais ofertados por universidades. Há universidades comunitárias que ofertam cursos profissionais. As universidades já passam por um controle do MEC também. Nós apenas faremos avaliação daquelas isoladas, porque sabemos que têm bons, mais ou menos, ruins e muito ruins nessa oferta.

Com todas essas ofertas colocadas sob o guarda-chuva do Pronatec, pretendemos chegar até o final de 2014, portanto, ao final do mandato deste Governo Federal, a três milhões de ofertas de educação profissional. Esse é o nosso objetivo, o que vai minorar um pouco esse que hoje é um grave problema do Brasil.

A Senadora Ana Amelia nos honra com a sua presença.

Hoje, todos nós acompanhamos isso pela mídia e realmente não é nenhum alarmismo. Hoje, é um problema sério no Brasil a deficiência de mão de obra, inclusive nos setores menos qualificados. Como temos dezenas de obras em escolas Brasil afora, hoje, quando temos uma obra com 50% dos trabalhadores em atividade ali, é muito bom, porque geralmente temos menos de 50%. Há uma disputa terrível entre as empresas. Aqui, temos uma obra de uma escola da L2 e aqueles trabalhadores são todos do Rio Grande do Norte, que a empresa traz de avião do Rio Grande do Norte. Aqui, na L2, há 50% da mão de obra necessária e, mesmo assim, a empresa tem de ficar de olho na hora da chegada, na hora da saída, na hora do almoço, porque a concorrência vai lá, muitas vezes, e tenta cooptar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Posso falar agora, Sr. Presidente? Posso interromper o Prof. Pacheco?.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Senadores falam a qualquer momento. Estamos com quórum privilegiado; quatro Senadores com a chegada da Senadora Ana Amelia.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para não perder o fio da meada, então, Prof. Pacheco. O debate é interessante e chamou a minha atenção. Eu quero cumprimentar, primeiro, o Presidente, por provocar esse encontro aqui para debater essa questão com os senhores que são da área. Eu não conhecia, por exemplo, que temos mais seguro-desemprego do que desempregados. Isso é uma questão a ser encarada no Brasil. A outra coisa é que gostei desse Pronatec, do guarda-chuva. O Bolsa Família é interessante, é bom, mas parece que há a ideia ou há também uma verba para profissionalizar também aquele que recebe Bolsa família. Quer dizer, oferecer oportunidade de ele aprender a pescar, como se diz na gíria. Ele recebe Bolsa Família mas também tem condições de não sei em que programa busca um aprendizado. Acho que, daqui a pouco, ele sai do Bolsa Família e vai ficar melhor para ele, ou até com mais dignidade para viver. Acho que isso é muito bom também a gente caracterizar.

A outra questão, como catarinense, eu vejo na agroindústria nossas lá do oeste, do meio oeste catarinense, cada vez mais a concorrência internacional de preparar a mão de obra para atender a essa demanda. É muito grande. Não sei se é o Sistema S que atende, com esses programas que profissionalizam. Acho que, cada vez mais, a demanda cresce, o setor também – só para registrar, ontem à noite, em Joinville, houve o lançamento da pedra fundamental da GM, para fabricação de motores da GM para abastecer inclusive a fábrica em Gravataí, no Rio Grande do Sul.

Há uma montadora em Gravataí, e a fábrica de motores, então foi lançada a pedra fundamental ontem à noite, lá em Joinville, com a direção da GM. Além de fornecer para fábrica em Gravataí, brasileira, em outros lugares, também para a Argentina vão enviar motores. É interessante que eles falaram que a composição de um motor é composto por 226 peças – um motor, daquele de transmissão, de 226 peças – escolheram aquela região de Joinville, que era muito boa em profissionais em metal mecânica. Mas já anunciaram, foi feito um debate de que, nos próximos tempos, nós vamos precisar de não sei quantos mil profissionais na área. E, cada vez mais, a demanda requer que esses profissionais. A demanda vai crescer, mas tem que ter gente que entenda desses setores todos. Isso mexe bastante. Aí acho que os 4S entram nisso, ou sei lá. São questões que hoje precisamos estar todos preocupados. Eu trago essa informação da GM, porque foi ontem à noite.

Precisamos preparar os jovens. A concorrência internacional é de tal forma dinâmica, que nós precisamos atualizar. Hoje, nós não podemos ficar para traz. Precisamos estar sempre preparados. É assim no setor têxtil, de calçados e qualquer área. Por exemplo, o senhor falou para o Pacheco que vem do Nordeste, do Ceará, profissionais para Brasília. Nós temos no setor têxtil de Santa Catarina muitos do Nordeste também. E aí temos que prepará-los. Temos várias indústrias do setor têxtil, inclusive para colher maçãs, até para isso, em temporadas, a tecnologia de hoje até nisso exige. Então uma variedade muito grande.

Quero cumprimentar porque eu acho que esse Pronatec é importante. Essa reunião, Senador Paim, para debater os diversos setores, até no de V. Exª, Senador Clésio – o senhor falava que a modernização à

vezes diminui o tanto de horas ou coisa que o valha, mas aí tem que ver onde coloca a mão de obra, ou buscar para outros lugares, porque o setor é automatizado. Então, é um tema muito como se diz calórico no bom sentido.

Eu só queria deixar essas colocações.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Eu vou encerrar. Já falei demais, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, com a palavra. Só para registrar, estão conosco aqui o Senador Clésio Andrade que depois vai usar da palavra, já pediu pela ordem; o ex-Senador Eurípedes, sempre Senador, que representou como suplente o Senador Cristovam por um bom período e o Senador Casildo Maldaner.

Agora, Senadora Ana Amelia com a palavra.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Paulo Paim, meus cumprimentos pela iniciativa e, citando o Secretário Eliezer Pacheco, eu queria homenagear a todos os membros da Mesa. Só lamento não participar. Eu queria informar, em primeiro lugar, que eu propus, na Comissão de Educação, da qual sou membro titular – desta subcomissão não participo – um debate em torno do ensino profissionalizante, porque, de cada dez discursos que nós ouvimos da tribuna do Senado, pelo menos sete falam da questão do apagão de mão de obra.

A base da mão de obra está no ensino profissionalizante. É claro que a expansão da rede é comandada pelo Secretário Eliezer, acabou, digamos assim, abrindo espaço para esse debate. Há, também, uma participação do setor privado, através do Sistema S nessas iniciativas que, agora, se tornam muito mais prementes, muito mais urgentes; está aqui o Senador Clésio Andrade, da CNTC, que tem, também, uma participação efetiva.

Nós vamos, na Comissão de Educação, fazer uma audiência pública envolvendo todo esse processo. Alguns dos senhores – o senhor também está convidado para participar dessa discussão – mas já com foco, exatamente, não só na questão educacional mas no mercado de trabalho.

Aqui se falou muito dessa mobilidade da mão de obra. No Rio Grande do Sul, que o professor conhece bem, no pólo naval, imagina que vir do Nordeste para Brasília a mobilidade não é tão grande; são, de avião, duas horas. Mas, do Nordeste ou da Bahia para o Rio Grande é uma viagem; é atravessar praticamente o Brasil. Encontrei, no interior do Rio Grande do Sul, trabalhadores da construção civil da África, que vieram para um projeto de instalação de uma unidade de biodiesel e acabaram lá 300 trabalhadores africanos entrando na mão de obra da construção civil, que estava carente. Então, o Brasil mudou o mapa da mão de obra em função do crescimento econômico e, é claro, da necessidade de um esforço muito grande e por isso o senhor teve muita felicidade em propor esse debate. Nós, lá na Comissão de Educação, iremos enfatizar também essas iniciativas.

Então, a minha participação aqui é para cumprimentar pela audiência pública, pelo tema que está sendo debatido, exatamente pela necessidade que temos.

Há, também, transversalmente, como se fala, Professor Eliezer, nós estamos tratando muito de uma questão aqui na Comissão de Assuntos Sociais, do *crack*. E a questão da educação está intimamente ligada à qualidade, à evasão escolar. O jovem, não tendo ocupação, ele vai encontrar outro caminho que não seja... Então, nós estamos percebendo, também, a necessidade de que o ensino oferecido aos jovens, especialmente das camadas mais pobres da população é, também, um caminho de superação das dificuldades e evitar, impedir o desvio para um processo social que hoje é grave do ponto de vista de saúde, do ponto de vista de segurança e da própria dissolução social que nós estamos vivendo.

Então, parabéns, Senador Paulo Paim. Cumprimento a todos os palestrantes em torno desse tema tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amelia, dando a sua contribuição.

Volto a palavra ao nosso convidado especial Eliezer Moreira Pacheco e, em seguida, vai falar o representante da CNI.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Aliás, eu acho que é importante registrar, a Senadora tem razão, que nas campanhas eleitorais recentes, nós víamos que dez entre dez candidatos apontavam esse tema como central, o que é maravilhoso. Agora, é importante ressaltar que esse é um bom problema; o País só está tendo esse problema porque vem crescendo extraordinariamente. Antes nós não tínhamos esse problema porque o nosso crescimento era pífio. Então, é um problema, sem dúvida alguma, mas é um sinal de crescimento extraordinário que o País vem vivendo.

Mas eu vou encerrar falando do último programa, que eu acho que é importante, que é a certificação profissional, a rede Certific, que é a primeira rede federal de certificação profissional que se cria. Esse é um tema que o nosso País se atrasou enormemente. Na Europa, em qualquer outro País do mundo, certificação profissional, que é o reconhecimento de saberes adquiridos ao longo da vida, que a LDB já fala há mais de 20 anos e que nós nunca constituímos, hoje, nós temos uma rede que estamos implantando mas

já há em funcionamento uma rede de certificação profissional. É aquele problema, Senador Paim, veja um construtor, que há 20 anos é construtor; às vezes, sabe mais que um engenheiro. Mas ele não tem, absolutamente, nada que comprove esse conhecimento. Nada. O Estado brasileiro tem a obrigação de reconhecer esse saber dele.

Então, hoje ele pode requerer a certificação desse conhecimento e ele vai receber um certificado da rede federal, reconhecendo-o como o mestre de obras, como um pedreiro, carpinteiro, cozinheiro. Isso é fundamental, porque a rede federal, quando alguém procura por seu certificado, o introduz na escolarização, também; a não ser que ele não queira porque ele é maior de idade e não é obrigado a estudar. Mas sempre procura, se ele não tem fundamental, completar o fundamental e seus certificados; se ele está no médio, concluiu o médio, esse seu certificado vira um técnico em nível médio. Ou, se ele não quiser estudar, vai receber apenas um atestado, reconhecendo o que ele sabe fazer. O que já ajuda, porque, hoje, se ele muda de emprego, não tem absolutamente nada que prove, a não se a carteira profissional. Mas se ele é bom, se ele é ruim, não tem nada que prove. O Estado brasileiro, a partir de agora, vai precisar certificar esses conhecimentos adquiridos fora da escola, o que é fundamental.

Com isso, Senador, eu observo e levo para discussão, quero agradecer; dizer que é um grande prazer atender a essa convocação do Senador Paulo Paim, que é um amigo e um companheiro da educação profissional neste Pais. Lamentavelmente, não gosta da atividade executiva, senão teria sido Governador do nosso Estado há muito tempo, mas ele prefere o Senado.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O senhor é um bom candidato ao Senado, também, Professor Eliezer...

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Idade eu tenho; só falta o voto.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Como ele disse que a campanha apontou; é um bom sinal Eu queria pedir desculpas ao Senador Clésio Andrade, porque ele é Presidente da Confederação Nacional dos Transportes. Então, vou explicar direitinho porque a precisão da informação é fundamental.

Então é um bom candidato, não é Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já foi candidato.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Eu sempre digo: das duas condições, uma eu tenho: a idade; falta o voto.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Isso se consegue...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – V. Exª me permite?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não. É que, pela ordem, aqui ia falar o representante da CNI, eu tinha anunciado o Rafael, mas agora estou com V. Exª. V. Exª, como Senador, tem a palavra sempre. Então passamos a palavra, nesse momento, ao Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Quero primeiro cumprimentá-lo, Sr. Presidente, Presidente desta Subcomissão, por esse encontro muito importante e fundamental para o País, principalmente pelo crescimento que o País está tendo e que, com certeza, nos próximos anos, continuará. Eu queria aproveitar a presença do Dr. Eliezer, porque provavelmente seja os pontos mais importante que eu vou colocar.

Na realidade, parece que, no ensino fundamental, em cada dez alunos que entram, cinco completam o ensino fundamental. Dos que vão para o ensino médio, três completam; no curso superior, um, no máximo ou um pouco. Acho que o dado estatístico é esse, mais ou menos esse.

Bom, nós temos um gargalo aí, Sr. Presidente, por isso eu queria fazer essa colocação, porque eu acho fundamental. Eu vi o Dr. Roberto muito bem expor a participação no Sistema S no processo do Pronatec, principalmente na questão da escola técnica de nível médio. Mas há uma preocupação grande, porque o grande problema hoje da mão de obra no Brasil está exatamente nessa formação, na capacidade, no tempo de estudo do brasileiro para suportar qualificação profissional.

Esse é o nosso grande gargalo.

Eu acho que a formação continuada do Pronatec é tão importante, mas é preciso trabalhar um processo de elevar o tempo de estudo do Brasil. Os Estados Unidos tem em média 11 anos de estudo; o Japão, 11; os países europeus, todos na faixa de 9; o Brics, à exceção do Brasil, tem 7 anos de estudo; e, no Brasil, os brasileiros têm quatro anos e meio de estudo.

Eu acho que a nossa formação profissional está muito travada em função dessa questão. É preciso trabalhar um processo, quem sabe aí até de supletivo intensivo, junto como Pronatec para criar condição para que as pessoas possam ser qualificadas, tenham condições de ser qualificadas, porque esse é um problema que nós estamos enfrentando mais sério agora. Senão vamos correr o risco, apesar do programa Pronatec, principalmente médio, ser excepcional, nos vamos correr o risco de elitizar o emprego. Ou seja, nós estamos tentando criar condições para aquelas pessoas que já teriam condições de serem profissionalizadas, até pela própria empresa, pelo próprio Sistema S.

Então, não sei se a minha colocação procede, Dr. Eliezer. Eu queria que o senhor comentasse sobre isso e qual o esforço que o MEC está fazendo nesse sentido. Ou seja, basicamente, como é que nós vamos elevar o tempo de estudo do brasileiro de quatro anos e meio para, pelo menos, sete anos, para aguentar esse crescimento econômico e para que o Sistema S como um todo posa exercer o seu papel, porque o que está acontecendo hoje? Por exemplo: nós estamos lançando agora um curso avançado para caminhoneiros, de formação e qualificação profissional, porque já há uma falta muito grande, pela análise que nos fizemos do mercado, nós tivemos que, praticamente, exigir quatro anos. Quer dizer, metade da formação básica para poder conseguir formar esse pessoal. Agora, a dificuldade é muito grande que o Sistema S tem, porque ali se vai ter que adicional muita questão de formação de educação de tempo de estudo mesmo. Então, eu queria que o senhor comentasse sobre isso.

Na realidade, são oito ou nove milhões de jovens de 18 a 30 anos nessa situação. É muita gente. Eles estão abaixo de cinco anos de estudo. Não é pouco. Eu acho que, de outro lado, nas indústria, no comércio, nos setores todos, há três mil vagas à disposição. Provavelmente, dois milhões a três milhões de vagas. Eu vejo que um desses vai chegar a 7 e 8 milhões rapidamente, porque se olhar todo o mercado, a necessidade do mercado de pessoas qualificadas, vamos chegar a esse número. Nós não temos condições de, num esforço muito grande do Governo, do MEC, esses 8 milhões de jovens a gente conseguir aumentar o tempo de estudo para que a gente possa suprir essas vagas; essas atuais e as futuras que vão surgir com esse crescimento econômico? Então, eu queria o seu comentário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Depois faz o comentário final. Pode ser?

Passamos a palavra ao senhor Rafael Lucchesi, Diretor Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senai/CNI.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Obrigado, Senador Paulo Paim, pelo convite. A CNI e o Senai sentem-se muito honrados em participar dessa audiência pública aqui no Senado.

Senador Clésio Andrade; membros da Mesa; Dr. Eliezer Pacheco, Secretário do MEC; Roberto Nogueira, parceiro; Cláudio Ricardo, como Presidente Robson Braga de Andrade foi também convidado e não pode estar presente, eu gostaria de passar um pequeno vídeo, eu dá uma ideia da perspectiva de desenvolvimento do Brasil e os desafios estão colocados ao País e ao setor empresarial.

São só três minutos, é bem rápido.

(Reprodução de vídeo.)

O SR. RAFAEL LUCCHESI – ...Os pilares fundamentais do documento que a CNI apresentou aos então candidatos à Presidência da República, em maio do ano passado: "A indústria e o Brasil, uma agenda para o País crescer mais e melhor". Nós entendemos que essa é uma agenda extremamente positiva que concorre para o desenvolvimento sustentável, para a afirmação da cidadania.

O Senai, como o vídeo demonstra, já capacitou 52 milhões de brasileiros nos seus 70 anos. Isso proporcionou – pela avaliação de vários estudiosos de economia brasileira – a que um país de terceiro mundo, com educação de terceiro mundo, pudesse ter uma indústria de primeiro mundo.

Em recente pesquisa da CNI, concordando com o que o Senador Clésio apontou, identificamos que o grande gargalo que temos é a questão da educação básica.

Ainda que a informação que o senhor tenha dado esteja um pouco defasada, até porque tem havido melhoras claras, o ponto de partida é que é muito ruim. Temos, hoje, no Brasil um grande problema de educação fundamental básica. E isso se traduz num gargalo de competitividade. Temos também um outro problema adicional, qual seja, não termos estruturado um sistema de educação profissional, de educação dual como acontece na Europa Ocidental, no Sudeste Asiático, na América do Norte. E isso decorre da nossa tradição cultural de não enfatizar a agenda da educação como agenda de desenvolvimento nacional e de cidadania – isso pertence a nossa história – e do País de bacharelesco, que o professor Eliezer já tocou aqui como uma das questões centrais.

O Senai tem por missão desenvolver a educação profissional e a agenda de transferência tecnológica. A vantagem do nosso sistema é que ele tem uma cultura empresarial, como de resto o Sistema S, que é dirigido pelas entidades associativas empresariais, e isso cria um *ethos* de educação profissional que é fundamental.

As escolas do Senai são escolas que operam com máquinas da indústria e formam trabalhadores para a indústria. Por isso, têm 80% de empregabilidade do egresso aluno formado pelo Senai. E 82% de nível de satisfação das empresas. É algo que pode ser confirmado em qualquer classificado do País. Se for emprego da indústria, normalmente a empresa exige formação do Senai.

E somos extremamente focados no atendimento da demanda da indústria. Temos flexibilidade e atendemos à formação continuada do trabalhador. A nossa lógica é a cultura do fazer, e temos sempre uma busca clara de entender quais são as necessidades

futuras da indústria no sentido de convergir, colimar essa formação.

Em 2010, nós tivemos 2,3 mil matrículas na estrutura de atendimento do Senai, que são 471 unidades fixas, ou seja, escolas; e 326 unidades móveis. Segundo dados do próprio MEC, o Senai é, hoje, responsável por mais da metade de toda a educação profissional do País. É um dos maiores sistemas de educação profissional do mundo.

Há outros na Rússia, na China, mas, seguramente, somos o maior sistema de educação profissional das Américas e um dos maiores do mundo.

Formamos 561 mil alunos em curso de iniciação profissional; 513 mil em cursos de formação inicial; 1,1 milhão em formação continuada. E não há nenhum conflito com o acordo que fizemos com o MEC – viu, Roberto, você se lembra disso – porque, na formação inicial, há um mínimo de 160 horas; depois, e o acordo com o MEC contempla perfeitamente isso, há a formação continuada.

Por exemplo, se um eletricista tem 18 anos de trabalho na indústria, a empresa adota um processo de automação, ele não tem condição, inclusive, de largar o emprego dele para fazer um curso pleno; para esse módulo, ele pode fazer um curso de 80 horas para esse módulo. Isso não tem nenhum conceito de adestramento, não existe nada na literatura e de estudos sobre isso. É como acontece no mundo. Não tem nada a ver com adestramento. Essa visão tem um viés de pedagogo e não tem do mundo do trabalho. É assim que acontece no mundo do trabalho e é assim que os estudos enfatizam.

Somos a maior oferta de curso técnico de nível médio no País, com aproximadamente 150 mil matrículas, e 18 mil em curso superior, de graduação e pós-graduação. E, por incrível que pareça, como tradição também, Prof. Eliezer – e isso é uma pauta que vocês já concordaram de forma muito positiva –, o Senai não tem autonomia. Uma universidade conseguiu seu cadastro anteontem e já tem autonomia. O Senai, muitas vezes, demora anos para aprovar um curso de nível médio ou até cursos de graduação, o que é um gargalo desnecessário para País, pois só atrasa a competitividade do Brasil.

Esse sistema, portanto, deveria ter plena autonomia para isso. Além disso, o marco regulatório assegura a fiscalização, não tem nenhum problema quanto a isso. Assim, deveríamos ter o mesmo *status*, o Sistema S deveria ter o mesmo *status* das universidades brasileiras, ou seja, ter autonomia para lançar os cursos, assegurando com isso a velocidade necessária para a agenda de competitividade do País.

Vários setores que estão aí são setores em que a atuação do Senai... E destacaria alimentos e bebidas, automotiva, celulose e papel, construção civil, couro e calçados, energia, logística, madeira, metal-mecânica, mineração, petróleo e gás, de grande importância, química, sucroalcooleiro, têxtil e vestuário e telecomunicações.

O Senai ou é o formador exclusivo ou majoritário em todas as áreas elencadas e, mais do que isso,o Senai faz um trabalho que, a depender da dinâmica competitiva de cada setor, chamamos empresários, chamamos acadêmicos, especialistas, trabalhadores para saber qual é a tendência tecnológica no futuro. E a depender da dinâmica tecnológica do setor, também procuramos saber qual é o operador petroquímico que a indústria vai precisar.

Se esperarmos a mudança tecnológica acontecer, vamos impor um enorme custo de incorporação de tecnologia nas empresas brasileiras, porque temos que construir escolas, elaborar o pacote pedagógico, treinar os professores, etc. Nesse sentido, temos que nos mover à frente, atuar focado na demanda, que é um dos grandes atributos do Senai e do Sistema S, ou seja, estar acompanhando *pari passu* a fronteira tecnológica da indústria brasileira e os novos requisitos formativos da mão de obra. Então, temos que fazer esse trabalho de prospecção e de observação que fazemos para todos os setores da indústria brasileira, para, de fato, fazer com que a indústria possa incorporar novas tecnologias, que vai encontrar mão de obra adequada para suportar a incorporação desse progresso técnico, o que é decisivo para ganhos salariais.

Senadora Lídice da Mata, é um prazer tê-la aqui presente. V. Exª é Senadora pelo meu Estado, a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora é Vice-Presidente desta Comissão. Está aqui também o Senador Inácio Arruda, que é também um dos fãs do ensino técnico, porque um dos seus cursos foi esse lá na sua terra.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Então, outro diferencial do Senai é prestar uma gama variável de serviços tecnológicos. Então, toda parte de ensaio, calibragem, serviço de inspeção, informação tecnológica, assessoria de gestão e processo produtivo, pesquisa aplicada, desenvolvimento e certificação de processo produtivo é extremamente importante. E isso inclui para assegurar uma educação profissional com pegada empresarial essa capacidade de atendimento. O Senai é hoje o maior sistema de atendimento de serviço tecnológico para indústria. São 20 mil empresas atendidas por ano. Só para se ter uma ideia, todo sistema de incentivos a empresas na área de inovação tecnológica no Brasil, nos últimos 15 anos, atendeu ao

redor de 1.500 empresas. Nossa carteira de serviços é de 20 mil empresas por ano.

Próxima lâmina. Então, nós temos aí 100 mil serviços tecnológicos laboratoriais por ano; 14 mil serviços de informação; 10 mil assessorias técnicas e tecnológicas; 2.300 serviços de desenvolvimento tecnológico, que é a incorporação e agregação de valor na empresa, com complexidade de serviços industriais; 582 certificações de processos produtivos; somando 2 milhões de homens/hora.

O Senai é a maior rede laboratorial certificada do Brasil pelo Inmetro.

A próxima lâmina. Estão aí 87 laboratórios certificados pelo Inmetro e 20 mil em processo de certificação. Isso é fundamental para distribuição de incorporação tecnológica na indústria brasileira, especialmente – e aí o Pronatec...

O SR. – Vinte ou vinte mil?

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Vinte. Eu falei vinte mil? Desculpe. Nós temos 200 laboratórios.

Isso é extremamente importante no âmbito do Pronatec. Com a ampliação do investimento industrial, desconcentração com incorporação de novos territórios, se tem a construção pesada, hidrelétricas, infraestrutura, obras do PAC, estradas, ferrovias, portos, investimentos na área de celulose, que vão explorar outras áreas, outras territorialidades, como o extremo sul da Bahia ou o Rio Grande do Sul, mas em outras áreas econômicas do Estado, siderúrgicas, metalúrgicas, indústrias de alimentos, mineração, automotivo, madeira e móveis. Só houve uma ampla expansão da indústria de calçados para o Ceará, Senador, porque o Senai treinou e qualificou toda a força de trabalho. Só houve a indústria automotiva na Bahia, porque foi o Senai capaz de empacotar as competências necessárias para a partida de uma planta industrial automotiva, com enorme complexidade, na Bahia ou em Goiás. E o Senai que fez isso. Ou as indústrias de celulose, que foram instaladas no Brasil.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas você sabe que o Sr. Expedito Celeiro, lá de Olinda, já fazia as encomendas de Lampião, antes do Senai. Então, já tínhamos o laboratório lá, bem antigo, pertinho de Juazeiro, que deu origem às indústrias de calçado de Juazeiro antes das grandes indústrias.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – O Senai não resume a história do Brasil, mas é um protagonista importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone*.) – Padre Cícero já dizia que, em cada sala, há um altar e, em cada quintal, há uma oficina.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – O Senai tem hoje parceira internacional com 29 países. Temos uma agenda importante com todo o Ministério das Relações Exteriores e Agência Brasileira de Cooperação. Então, muito da ação nossa da Chancelaria brasileira na cooperação internacional conta fortemente com o Senai na agenda de colaboração entre os povos para o desenvolvimento econômico e social.

Além disso, o Senai é referência na World Skills, que é a olimpíada internacional de formação técnica. São 40 habilitações, 18 da área industrial. Nós temos formado uma parceira com o Senac porque existem outras 18 da área comercial, mas o Senac tem participado de forma crescente, mas apenas com a de 4 ou 5 habilitações, mesmo assim participando não com a totalidade de habilitações como outros países. O Senai, que majoritariamente representa o Brasil foi, na penúltima olimpíada, que aconteceu no Japão, o segundo colocado. Só ficamos atrás da Coreia, que participa de 36 habilitações. Nós só participamos com 21 habilitações. E, na última olimpíada, no Canadá, ficamos em terceiro lugar. Vai ter uma olimpíada, este ano, em Londres. E o Senai – estive recentemente, na reunião do *board* da World Skills, em Madri – é extremamente respeitado.

E estamos pleiteando, Senador Paim, a realização da olimpíada do conhecimento, em 2017, no Brasil. Vai ser para nós uma enorme satisfação. E isso converge, com toda a energia, em torno da educação profissional para o País.

Próximo. Quais são os desafios do Brasil? Para elevar a produtividade, ampliar o esforço de inovação em P&D do setor privado, para ampliar a exportação de manufaturados de maior conteúdo tecnológico, é importante para a agenda Brasil, associada a outra agenda macroeconômica, como redução do câmbio e melhoria da nossa infraestrutura, temos a necessidade de um grande esforço de qualificação de mão de obra. Essa é uma agenda que se impõe ao Brasil. É mais do que a capacidade de financiamento do Sistema S, do Senai, E em muito boa hora o Governo apresenta o projeto do Pronatec, que converge com a agenda de necessidades do País.

Próximo. O emprego formal da indústria tem se expandido de forma significativa nos últimos quatro anos. Em 2010, foram gerados aproximadamente 500 mil novos empregos, e a expectativa é que esse panorama continue pressionando pela formação da mão de obra. Fora isso, há novos componentes, novos requisitos formativos, o que coloca a necessidade de ampliação da formação em novas áreas econômicas, em novas territorialidades, onde não temos uma infraestrutura

educacional tão desenvolvida e que faz necessária a expansão de toda a nossa rede.

E não tenha dúvida de que uma das questões que o Pronatec levanta vem ao encontro de melhor adequação dos instrumentos que foram criados, em defesa da relação de trabalho, em defesa da proteção do emprego e da empresa, como o seguro- desemprego, que é algo importante para o País. Essa legislação pode ser aperfeiçoada, e o Pronatec vem ao encontro disso, criando uma agenda subsidiária de formação e capacitação para o trabalhador.

É uma agenda positiva para o Brasil, para o qual a CNI e o Senai associam-se, porque uma das agendas que estamos discutindo com o Governo é todo um estímulo à expansão da estrutura de atendimento da rede de educação profissional, com ampliação de novas escolas, do número de unidades móveis, de tal forma a atender, até mesmo, no caso do seguro-desemprego, a essa necessidade, que é um dos pontos que o Prof. Eliezer levantou aqui, de qualificação ou de requalificação do trabalhador desempregado. E ele poder ser atendido na sua cidade, na sua territorialidade, onde não tiver unidade fixa do Senai, a unidade móvel poderá atendê-lo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento, pela sua exposição, o Sr. Rafael Lucchesi, que aqui representou a CNI/Senai.

Quero dizer que a Srª Cláudia Moreno sente-se contemplada na fala do Senador Clésio Andrade, pela CNT. Senador Clésio, quando quiser usar a palavra, vai defender seu ponto de vista.

Quero registrar, com enorme satisfação, a presença do Deputado Federal e Vice-Presidente da CNC, Laércio Oliveira. Depois, se quiser expressar seu ponto de vista sobre o tema, terá oportunidade. Também está aqui prestigiando esta audiência pública o Deputado Federal Eugênio Rabelo. Se quiser expressar sua opinião sobre o tema, também terá sua oportunidade.

O Senador Eduardo Amorim chegou neste momento. S. Exª está presente, eu diria, em todas as comissões, muito atuante. Naturalmente, usará a palavra no momento em que atender adequado.

Antes de passar a palavra ao Ricardo Nerbas, Presidente da Organização Internacional de Técnicos – OITEC Brasil, a quem convidarei para fazer parte da mesa, o nosso convidado Eliezer Moreira Pacheco vai ter um outro compromisso. Ela já havia me alertado e perguntado até que horas iria a reunião. Eu respondi-lhe que provavelmente até o meio-dia, pela importância do tema. É um tema que todos tratamos ao longo de nossas vidas. É um tema que envolve todos nós de forma emotiva e, ao mesmo tempo, de forma profissional. Nós somos todos – eu dizia na abertura – apaixonados pelo ensino técnico.

E, por isso, a importância dessa reunião.

Eu dizia aqui para o Eliezer – permita-me que eu diga Eliezer direto; ele me chama de Paim, não tem nada de Senador – que, numa subcomissão, em torno de três Senadores há quórum. Aqui nós tivemos a presença de oito Senadores e a presença, com alegria, de dois Deputados Federais, pela importância do tema, tema que, de fato, interessa a todos.

Então, se o Prof. Eliezer quiser usar a palavra agora para a sua resposta, provocada, de forma muito positiva, pelo Sr. Clésio Andrade, terá agora a oportunidade.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Bem, saúdo os Senadores e Deputados os quais não tinha saudado anteriormente, pedindo, antecipadamente, desculpas, pois já tínhamos combinado com o Senador Paim que eu nem poderia vir, mas convite do Senador Paim é uma convocação. Eu vim e estou saindo agora.

Eu quero fazer uma referência que não fiz antes. Na minha compreensão, o grande mérito do governo Lula – e, agora, do Governo Dilma com o Pronatec – não é apenas a expansão, mas ter compreendido a importância da educação profissional e tecnológica dentro de um projeto de nação, que é democrático, de desenvolvimento com inclusão social, algo inédito no nosso País – já tivemos fases de desenvolvimento, mas nunca com inclusão; pelo contrário, com concentração de renda –, e de soberania. Sem tecnologia, não há soberania. Sem tecnologia, a soberania é um discurso em vão, que não tem nenhum significado.

A Petrobras é o que é, primeiro, porque não foi privatizada; segundo, porque investiu pesadamente em prospecção de petróleo em alto mar, tecnologia que nós dominamos como nenhum outro país. Se não fosse isso, o pré-sal nem existiria, Senador Paim. Quer dizer, existiria, mas seria solenemente ignorado. Nós ignoraríamos a existência do pré-sal. O pré-sal existe por investimento em tecnologia.

Então, o governo Lula, ao colocar a educação profissional e tecnológica dentro desse projeto de nação – de desenvolvimento, com inclusão e com soberania –, esse foi o grande mérito dele. E é por isso que hoje esse é um tema de sucesso em qualquer lugar, tanto nas campanhas eleitorais – e é muito bom que todos os candidatos se comprometam com isso. Vocês se recordam da disputa do Serra com a Dilma? A disputa era no sentido de quem é que prometia mais escolas técnicas, o que é muito bom, o que é ótimo! Qualquer um que ganhar a eleição, o ensino técnico vai ser privilegiado.

Com relação à questão que o Senador Clésio coloca muito bem – e aqui quero referir-me a algo que o Lucchesi disse –, o problema, Senador, é que nós crescemos muito, a partir do governo Lula, mas o ponto de partida é um desastre. É um desastre!

Vejam no ensino superior: nós tínhamos, aqui no Brasil, de 18 a 24 anos, idade adequada para frequentar uma universidade, 11% dos jovens na universidade. Não é que isso seja pequeno em relação ao mundo desenvolvido. Isso é ridículo em relação aos nossos vizinhos aqui da América do Sul inclusive! Qualquer país desses, que muitas vezes a gente olha de cima para baixo, tem índices muito superiores aos nossos. Muito superiores aos nossos! No Chile, dá 60%, na Argentina, deve estar em torno disso, de 50% ou por aí.

Com investimento nas universidades federais, que dobraram as vagas no Brasil, nós, quando elas estiverem na plenitude – porque o curso começa na 1ª série, 2ª série, 3ª série, 3º ano até o 4º –, nós chegaremos, no Brasil, a 16% dos jovens, de 18 a 24 anos, na universidade. E ainda deve ser o mais baixo aqui da América Latina.

Então, vejam que o nosso problema é o ponto de partida. Se, no passado, deu 11%, 16% é um salto extraordinário, mas é muito pouco.

Na educação básica, a situação é muito mais grave ainda. Nós tivemos, durante a vida toda aqui, oito anos de ensino fundamental, o que também era o mais baixo, o menor de toda a América Latina. Passamos para nove. Há três medidas basilares no ensino fundamental a partir do governo Lula. A primeira é essa a que me referi – não estou colocando por ordem de importância: aumentar o ensino fundamental de oito para nove anos. Isso foi importante. Segundo, o Fundeb, que é o financiamento da creche ao ensino médio. O governo Fernando Henrique tinha criado o Fundef, que foi importante vamos reconhecer. Foi muito importante, mas ainda insuficiente porque não contemplava a creche e o ensino médio. O governo Lula avançou em relação ao Fundef. E o terceiro, o piso salarial dos professores, que ainda está em processo de implantação.

Isto é algo interessante: quanto mais se pesquisa no mundo, mais se chega à conclusão de que o fator fundamental da qualidade do ensino é o professor. Tecnologias, recursos obviamente são importantes, mas um bom professor dá um bom curso debaixo de uma árvore. O mau professor coloca toda a tecnologia à disposição dele, e vai ser uma péssima aula!

Então, não menosprezando a importância das condições concretas obviamente, nós temos de investir no professor. E o salário dos nossos professores no Brasil, do ensino fundamental e médio, é extremamente baixo. O piso salarial, a que alguns governos resistiram, o que foi um absurdo – um piso de quinhentos e poucos reais ou mil e poucos reais para quarenta horas – é muito baixo ainda.

Então, essas três medidas vão ter reflexo. Agora, a tragédia, digamos, disso, Senador, é que em educação não há resultado em curto prazo e há poucos em médio prazo. Na educação, vê-se o resultado em 15, 20 anos, porque é o ciclo todo educacional: nove anos do fundamental, mais três ou quatro do médio, são treze; mais quatro ou cinco da universidade, são 17 ou 18. É no fim desse ciclo que se consegue ver o resultado da educação.

Não se podem esperar mudanças radicais na educação brasileira em curto prazo, mas direções de melhora são visíveis. O Brasil tem um índice de desempenho nas avaliações internacionais – no Pisa, principalmente, da UCDE – dos mais baixos. Nós éramos os piores: dos oitenta submetidos à avaliação, éramos o lanterninha. Já não somos mais o pior. Fomos o país que mais melhorou, mas ainda estamos entre os piores, porque o ponto de partida, infelizmente, é baixo.

Então, acho que estamos no bom caminho. O número de anos de escolaridade ampliou-se no Brasil também. Eu não sei quanto... Quanto? O Lucchesi está me dizendo aqui que estamos com 6,4 de frequência, o que é um avanço extraordinário, passar de 4 e qualquer coisa para 6,4.

O SR.??? – É 6,4 o conjunto de brasileiros? A média de estudos?

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Não, foi um crescimento extraordinário, mas ainda é pouco, não é? O ideal são dez anos, doze, por aí.

Enfim, eu quero, Senador, agradecer esta oportunidade e me colocar à disposição. A Presidenta Dilma deverá anunciar o Pronatec, imagino que na semana que vem. A partir daí, nós poderemos entrar em detalhes, esmiuçar essa série de programas, que acho vão ter reflexos muito positivos. A gente levantou aqui a questão do seguro-desemprego, de qualificar os incidentes de seguro-desemprego. Temos de acabar com este escândalo de haver mais seguro-desemprego do que desempregados no País! E o Pronatec vai acabar com isso.

Então, quero manifestar a minha satisfação pelo fato de esse assunto estar na pauta do País, porque é uma questão fundamental para a soberania do nosso País. Quer dizer, sem tecnologia, sem técnicos qualificados, nós seremos sempre um país dependente das grandes potências internacionais.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Prof. Eliezer Pacheco, deixe-me só registrar a presença, antes de V. Sª sair, do Senador Wilson Santiago. Ele fez dois belos pronunciamentos sobre o ensino técnico e eu lhe disse: "Olha, você tem de estar lá na terça-feira!" Ele vai usar a palavra em seguida para colocar o seu ponto de vista, como o Senador Inácio Arruda, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Casildo Maldaner, o ex-Senador Eurípedes, a Senadora Ana Amelia, Inácio Arruda, Lídice de Mata, Clésio Andrade – que está aqui conosco ainda –, Eduardo Amorim, que está aqui conosco, e Wilson Santiago.

Com certeza, eu gostaria que V. Sª ficasse mais tempo, mas como V. Sª tem de sair, neste momento, vou convidar, então, o Ricardo Nerbas, para assumir o seu lugar aqui. V. Exª cede o espaço para ele, já que V. Exª vai ter de se retirar. Mas muito obrigado, Eliezer Pacheco, por ter aceito o nosso convite.

Fica aqui o convite para logo que o Pronatec seja lançado, porque vamos fazer um ciclo de debates sobre trabalho e previdência, e o foco, para mim, do trabalho hoje é o ensino técnico. E que V. Exª possa voltar aqui e dialogar conosco sobre esse tema.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Paim, só um minuto da atenção, sem atropelar a sequência dos oradores e até dos inscritos. Mas é bom até que fique registrado nesta Casa que o Dr. Eliezer Pacheco, de fato, avançou muito no que se refere ao seu trabalho à frente, professor, do Ministério da Educação, da Secretaria Nacional de Educação Profissional. De fato, avançou muito o ensino técnico no Brasil.

Nós temos exemplos na Paraíba, o meu Estado, que o seu trabalho, o seu reconhecimento à frente da Secretaria, fez com que de fato se expandisse muito o ensino profissionalizante naquele Estado, um Estado pobre, o segundo mais pobre da federação. Daí porque tem uma carência muito grande de profissionais, de mão de obra qualificada. E V. Exª, de forma consciente, e digo até elogiável, tomou algumas decisões no que se refere à interiorização das escolas técnicas, das escolas profissionais lá na Paraíba. Seis delas foram autorizadas no governo do Presidente Lula, três já instaladas, de fato, com boas instalações e com boas qualificações de profissionais jovens em várias atividades.

Lamentavelmente, V. Exª vai ter de sair, e esse assunto é muito interessante. Mas quando o Senador Paim nos ouviu no plenário da Casa é que a nossa intenção – e tenho certeza de que é o desejo da grande maioria da população brasileira –, por reconhecer que estamos muito carentes de mão de obra qualificada. O exemplo aí está. No Brasil inteiro, por onde se anda, há comentários do próprio setor empresarial de se importar mão de obra. Imagine bem importar mão de obra no Brasil, um país onde temos 3,5 milhões de jovens sem emprego e até sem estudar, sem incentivo ao próprio estudo, importarmos mão-de-obra por falta de qualificação profissional.

Então, isso é um ponto fundamental. Empresa nenhuma quer perder tempo qualificando mão de obra. Ela, de fato, quer o profissional já qualificado.

E não vejo outro caminho, a na ser através da Secretaria de V.Exª, a não ser através de uma decisão do próprio governo, juntamente com o Congresso Nacional, de nos unirmos nessa tarefa, nesse desafio de qualificar mão de obra para atendermos à demanda.

A qualificação está muito aquém do crescimento da economia nacional, muito aquém. Essa é a grande verdade, apesar do esforço de V. Exª. Mas não se recupera isso da noite para o dia, até porque essa questão profissional ficou paralisada muitos anos. E estamos com essa demanda hoje, repito, de mais de 3 milhões de jovens, de 18 a 24 anos, sem emprego e sem estudo, podendo esses jovens serem de fato aproveitados. Mas para isso não se acumular ainda mais é necessário que se comece a partir dos 15 anos, quando adentrar no próprio ensino médio.

Então, a mão de obra no ensino médio é extremamente necessária. Sabemos que é um desafio muito grande e temos de avançar nisso, desempenhar nesse sentido para amenizarmos e prepararmos os nossos jovens para o mercado de trabalho. É o primeiro ponto.

O segundo ponto, nós sabemos que a escola técnica sozinha não tem condições de atender essa demanda também da noite para o dia; não tem como ela atender a essa demanda toda. Por isso é que sugeri em um projeto de lei de nossa iniciativa que tramita, Senador Paim, e na Casa é o de número 186, que, de fato, permite, dá uma certa alteração na Lei nº 8.394 e na Lei nº 7.998, permitindo que parte dos estudantes do primeiro grau seja de fato qualificada no ensino profissional, e usar as dependências das escolas públicas estaduais que nós temos por todo o Brasil, que de fato despeja, ou joga no terceiro ano científico muitos jovens desqualificados. Portanto, desestimulados, muitos deles não têm acesso ao ensino superior.

Então nós deveríamos fazer um intercâmbio, usar dinheiro do FAT, nós temos aí mais de R$40 bilhões no FAT podendo ser aproveitados nesses convênios, nessas participações e nessas qualificações de mão de obra, no que se refere aos jovens, não só aos mais de três milhões que estão desempregados, como também os que estão vindo aí do primeiro, do segundo ano e do terceiro ano científico. Com certeza a tendência é aumentar a cada ano.

Desde 2001, estamos nesse patamar de mais de três milhões de jovens nessa idade sem emprego, sem oportunidades e sem qualificação nenhuma.

Então se nós avançarmos, utilizando, meu caro Professor Pacheco, uma idéia de aproveitarmos as instalações dos Estados, as instalações físicas, aproveitarmos as instalações dos municípios, no que se refere às infra-estruturas físicas, conveniarmos com as escolas agrotécnicas, usarmos essas instalações e pelo menos em cada escola dessa aproveitarmos uma profissão, um treinamento ou alguma coisa, de modo que saia alguém sabendo alguma coisa do segundo grau. Isso ajudará muito na meta de V. Exª no que se refere a qualificar mais jovens e, com certeza, melhorar, dar a oportunidade a esses jovens de entrarem no mercado de trabalho.

Não quero me alongar mais, e não entrar em detalhes, para não atrapalhar a seqüência dos oradores inscritos.

Quero só agradecer em meu nome a V. Sª por comparecer à comissão a convite do nosso Presidente Paim.

Com certeza teremos outras oportunidades de discutirmos esse assunto, esse tema, que entendo que é o mais importante desse período do Governo Dilma, que avançou muito no Governo Lula, mas a qualificação profissional é um dos temas mais importantes e necessários para enfrentarmos o crescimento que o Brasil tem desempenhado.

Senão, daqui a pouco, nós vamos ter que importar mão-de-obra, porque não teremos outra solução, porque as empresas de fato não querem contratar alguém que não sabe fazer nada e tem razão esse setor empresarial.

Obrigado, Presidente, a V. Exª, obrigado ao Pacheco e obrigado, enfim, a todos da Mesa e aos companheiros que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Wilson Santiago.

O Senador Eduardo Amorim já tinha pedido pela ordem. Eu darei a ele, depois ao Senador Inácio Arruda e já acertei aqui com um dos nossos convidados, e vai ficar um pouco mais conosco. E já destaco a presença do Senador Wellington Dias, que veio aqui naturalmente participar deste debate.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, em seguida ao Senador Inácio Arruda e, depois, ao Senador Wellington se assim entender.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, só para cumprimentar os membros da Mesa, especialmente em nome do Sr. Eliezer, em nome do meu pai e dar o meu testemunho.

Sou de um Estado pequeno, o menor da federação, mas com uma vocação enorme. E sou daquela época em que tive a oportunidade de fazer o curso técnico, a escola técnica. Esse não era o caminho natural, há vinte anos, mas eu tive essa felicidade depois, lógico, segui e conclui mais duas faculdades.

Mas dou os parabéns por essa trajetória.

Os dados são vergonhosos, sim, lastimáveis. Não se planta hoje, principalmente numa área como essa, para se colher hoje mesmo. O ciclo dura no mínimo vinte anos. E se for áreas mais especializadas, olhe lá se não durar muito mais. Mas o fato, o importante é que tenhamos um plano, um projeto, para que daqui a vinte, trinta anos, a gente não tenha esses dados tão absurdos, tão lastimáveis, num País tão rico naturalmente.

Falando de riquezas minerais, falando de riquezas naturais. Então acho que o Governo está no caminho certo nesse aspecto. Parabéns aí por esse trabalho. E quero dizer que no meu Estado, sim, está-se avançando muito especialmente a área da escola técnica.

Eu tive que sair do interior do meu Estado, para fazer uma escola técnica morar em casas de pessoas que me acolheram, que nunca me conheceram. Mas hoje já é possível, sim, na minha cidade e em outras cidades, no interior do meu Estado, poder fazer um curso técnico profissionalizante.

Tenho certeza de que isso vai melhorar cada vez mais – espero – nos próximos anos. Pode ter certeza e conte com o apoio acho que de todos nós. Daqueles que sonham e acreditam neste País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Amorim, eu estava aqui comentando na mesa, já me diziam, que no mínimo de 81 Senadores nós temos 60 – é a informação que recebi aqui – que têm alguma ligação com o ensino técnico.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E é só lembrar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha orgulho e sempre tem orgulho de dizer que é oriundo do Senai, de uma escola técnica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E um torneiro mecânico também: Marco Maia.

Senador Inácio Arruda com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, senhores convidados, eu cumprimento a todos em nome do nosso reitor do nosso Instituto Federal de Educação Tecnológica do Estado do Ceará. Nós fomos praticamente contemporâneos na escola técnica. Ele era aluno da escola técnica e então chega ao posto máximo dentro daquela instituição, que é

ser reitor do Instituto. Eu quero cumprimentá-lo pela audiência.

E como ex-aluno do Senac, do Senai e da Escola Técnica, pois fiz os cursos sucessivos de Vendedor Comercial, no Senac, depois o curso de Desenho Mecânico, no Senai, e já estava no curso de Mecânica de Máquinas. Então, fizemos o curso em comum ali. Senai, Escola Técnica e o curso de Eletrotécnica também na Escola Técnica Federal.

A formação técnica... É certo, professor Pacheco, que a formação técnica funcionou como um grande instrumento de ascensão social. Entrar na Escola Técnica Federal foi uma grande conquista, porque éramos quatro irmãos da periferia de Fortaleza. Nesse bairro nosso, os primeiros quatro alunos da Escola Técnica fomos nós.

E isso incentivou os nossos colegas a também disputarem as vagas, o que era uma coisa difícil, porque só tinha uma escola técnica, número limitado de vagas. Então, a disputa era ferrenha. E quando você conseguia, rapaz, aquilo era uma conquista. Tinha uma festa no bairro, porque, poxa, entrou mais um na Escola Técnica Federal! Era uma ascensão que você conquistava.

Eu vejo assim com grande expectativa. Estou examinando aqui e olhando o nosso País nesses últimos anos. Esse salto extraordinário. E como o senhor disse, nós estamos correndo atrás, porque o ponto de partida, o grau de concentração de riquezas no Brasil e também de conservadorismo na área de educação foi gigantesco; de limitação. Isso impediu o nosso povo de avançar e mexeu mesmo com o projeto nacional. Você não tinha projeto nacional. Nem tinha. Então, pra ter precisa ter isso aqui, senão, nem soberania, nem projeto nacional.

Vejam, eu examinei essa viagem agora da China e considerei uma viagem assim vitoriosa do Brasil. Mas nós ainda estamos buscando conquistar empresas para montarmos equipamentos, aqui entre nós. Temos cérebros, aqui, extraordinários, formados nas escolas técnicas e nas nossas universidades, mesmo com essa quantidade percentualmente pequena, mas que são capturados no exterior. Vão trabalhar em empresas, grandes companhias internacionais, ou vão para as universidades formar gente, no exterior. Quer dizer, foi um prejuízo danoso ao nosso projeto aquilo a que assistimos no Brasil. Então, eu tenho assim grandes expectativas de que a gente está dando saltos razoáveis.

Acho que devemos, sim, mexer no salário. É muito baixo. Um professor vive à loucura. Qual foi a nossa sorte na Escola Técnica Federal, se posso assim dizer? Minha, do Cláudio e de tantos outros que chegaram ali? O professor nosso era dedicação exclusiva. Ele só cuidava da gente. Então, ainda é uma diferença para o ensino médio e técnico, porque era ensino médio e técnico. Isso veio acontecer depois na universidade. Foi depois, não foi antes. Foi antes nas escolas técnicas.

Então, um fator extraordinário é você ter um professor que é professor exclusivamente daquela escola, que conhece aquele aluno, que sabe de onde ele veio, que sabe quais são os seus dilemas. Ele, ao mesmo tempo, é o professor, mas faz um trabalho quase que psicológico, social também, para poder garantir que aquele estudante não vá sair daquela sala de aula.

E era algo impressionante, porque nós tínhamos, Paim, uma sala no curso de eletrotécnica de 33 alunos e era raro um aluno faltar àquela aula. Raro, raro. A porta era aberta, e o portão de entrada da eletrotécnica – não havia problema de segurança naquela época tão grave, e a gente entrava e saía na hora em que quisesse. O diretor dizia para gente: "O senhor pode entrar e sair na hora em que o senhor quiser. Aqui o senhor não tem problema". Mas ninguém perdia uma aula. Havia um ímã que chamava todo mundo para dentro da sala de aula. Não havia aula ruim, as aulas eram boas, existiam bons professores, dedicação exclusiva e conhecimento de quem era o aluno, quem era o estudante que ali estava.

Essa foi uma grande sorte nossa.

Eu digo isso e falo do professor com dedicação exclusiva porque, no Estado do Ceará, nós temos uma grande expansão do ensino técnico, mas nós estamos fazendo em parceria com o Governo do Estado; 120 escolas de ensino médio vão ser transformadas em escolas técnicas, profissionais. Você vai ter o que é ainda hoje o ensino médio com o ensino profissional.

Então, para nós do Ceará é uma alavancagem gigantesca que nós vamos ter no ensino profissional no nosso Estado. Onde é que reside e mora a minha preocupação? No professor que não tem dedicação exclusiva. Ele não está ali focado só naquele aluno, naquela comunidade. Ele está correndo feito louco para mais duas escolas, fora esta, quando não três. Então, você tem uma corrida louca dos professores para poder ganhar esse piso de hoje.

Nós vamos ter que ter uma mudança nesse patamar. Eu até estava discutindo na Comissão de Educação e pedi para falar, porque daqui a pouco eu sou Relator de uma matéria na Comissão ao lado, sobre a frequência dos estudantes na escola, para aumentar a frequência para 80% dos alunos ou um pouquinho mais. Em algumas escolas já é bem maior do que isso, mas, em termos de obrigatoriedade, nós ficaríamos em 80. Tenho uma grande preocupação em dar uma solução para isso no Brasil, isso mexe com o professor, porque

o professor também pensa que isto é uma espécie de *status* para ele, poder dar aula em três, quatro escolas, ter a liberdade de correr para onde quiser. Então, é uma discussão que envolve diretamente o professor, mas eu acho que nós temos que mexer nisso aqui.

Eu considero que a grande conquista que tivemos na antiga escola técnica, hoje instituto federal, foi o fato de termos uma escola boa, bem equipada, com laboratórios nas condições da época. Nós tínhamos, sobretudo, professor com dedicação exclusiva.

Para nós, no Ceará, vai ser um salto. Nós estamos saindo de zero de escola técnica no Estado para 120 escolas. É um salto gigantesco para nós, gigantesco. Agora, existe este problema aqui, um nó que nós temos que resolver chamado professor, porque ter a escola, montar o laboratório e a aula não ser boa... Nós temos que correr para o pé de cajueiro, ficar debaixo dele, como o senhor colocou.

Por último, não sei se é possível fazermos isso, Cláudio. Nós temos um grande número de estudantes que entrou na estatística da evasão, que abandonou a escola, alguns porque a aula estava ruim demais, outros porque foram trabalhar, não dava para esperar, tiveram que cair no mercado de trabalho e tiveram que largar a escola. Eu não sei se, talvez, não fosse hora de uma campanha nossa, do MEC, do Governo, diante da necessidade do País, para convocarmos esse povo de volta. É gente que já concluiu o primeiro grau, que pode voltar para uma escola técnica, que pode entrar no instituto federal, é gente que deixou inconcluso o ensino médio dentro da escola técnica, faltava um ano para terminar e uma turma no nível superior que foi jubilada pelo antigo modelo, vamos jubilar esse daqui que abandonou mesmo, foi trabalhar, não quer mais nada com isso, está ocupando a vaga, ele não estava ocupando vaga nenhuma, mas terminou saindo, que talvez possamos puxar essa turma diante da expectativa de decursos com mais flexibilidade, mais arejados e melhores, mais gostosos de ir para aquela aula.

Então, vejo essa possibilidade de a gente convocar também esse povo, que é uma camada grande de gente que está aí na faixa dos seus 40, 45 anos de idade, que pode fazer um curso técnico porque ele tem formação básica para isso, fez o seu ensino médio ainda naquele período dos oito anos de ensino fundamental e pode vir para essa escola para fazer um curso técnico, aproveitar essa oportunidade e ser recepcionado em um curso técnico como esse. Acho que é a hora de se chamar essa turma, chamar esse povo que foi jubilado para vir para cá terminar esse curso, ou começar de novo esse curso, afinal 50 anos não é nada, é a metade da vida – a expectativa devida está em 82 agora, e vai aumentar, porque tem célula-tronco, e tal. Então, acho que a gente tem condições de chamar esse povo para voltar à sala de aula e oferecer um curso com qualidade e aquela disposição também que precisa ter, aumentando o salário do professor, esse piso de hoje já está fora, ninguém dá aula com esse piso, e é o salto porque o piso quase que dobrou, dobrou o salário, agora, o cara vai continuar querendo correr para mais duas ou três escolas. Se a gente liquidar isso. E quem paga? Quem é que paga o cara para ficar correndo em três escolas? É o mesmo cofre, gente, apenas estamos dividindo o cara em três pedaços, corra para aqui, para ali e para acolá, mas o salário, quando juntar os três, as três escolas, foi o Estado que pagou. Então, é melhor tê-lo numa escola única, dando uma boa aula, dando qualidade à formação dos nossos alunos. É um, exercício que estamos fazendo aqui em conjunto, vamos terminar caindo na Comissão de Educação em conjunto aqui com a nossa Comissão de Assuntos Sociais, que a gente pode operar tranquilamente uma modificação mais vigorosa, aproveitando a grande oportunidade que o Estado brasileiro está oferecendo.

Então, Paim, essa era a minha fala, fiz questão de falar de imediato, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só interrompendo, Inácio, estou dizendo que convidado e Senador fala a qualquer momento, viu?

O SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA – Pela sua fala, Senador, eu só queria trazer uma informação, achei extremamente importante a sua, no que diz respeito à questão do professor, quer dizer: professor, professor bem remunerado, professor em tempo integral. Isso é fundamental.

Temos, a CNC, Sesc, Senac tem, no Rio de Janeiro, uma escola de ensino médio. Convido, inclusive, todos que estão aqui a ir lá conhecê-la. Esta escola tem 150 alunos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sest, Senat?

O SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA – Sesc, Senac...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sesc, Comércio?

O SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA – CNC, comércio. São 150 alunos no primeiro ano do nível médio, que são escolhidos no Brasil inteiro, têm que ser filhos de comerciários de baixa renda, não há nenhuma indicação de nenhuma natureza, quer dizer, são selecionados de acordo com a manifestação de vontade deles lá, nas suas bases.

Os professores são de tempo integral, moram na escola, os alunos todos moram na escola. Além do currículo básico do ensino médio, tem uma série de

outros eventos extracurriculares. E, agora, nesse ano de 2010 se formou a primeira turma do ensino médio, quer dizer, então, chegou-se ao limite da escola, 450 alunos, a primeira turma se formou, agora, final de dezembro, e todos que foram fazer o vestibular não tiveram a menor dificuldade em passar em qualquer vestibular. Porque vem um garoto lá do interior do Ceará, do interior do Piauí, de Roraima, em seis meses, já está falando inglês, é garoto que não teria, em nenhuma hipótese, essa oportunidade.

Fazem alguns comentários porque, realmente, é uma escola cara, mas educação não tem preço, não é, Senador? Esse efeito multiplicador dessa garotada que acabou de se formar, 150, este ano, mais 150, isso vai ter um efeito extraordinário para o futuro.

Um Senador que frequenta com grande constância essa escola e vai lá visitar sempre é o Senador Cristovam Buarque, mas eu gostaria de convidar todos os senhores, em nome do Presidente da CNC, que fizessem uma visita lá. Vocês vão sair de lá com uma impressão de outro Brasil em termos de educação de nível médio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado.

O Professor Eliezer vai ter que se retirar, mas O nosso debate continua.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se ele me permitir. Primeiro, quero saudá-lo, e o Rafael, o Cláudio, o Roberto, o Ricardo, meu querido Senador Paulo Paim. Serei bem breve, não vou repetir o que já foi tão bem explanado pelos meus antecessores, especialmente o Senador Inácio Arruda.

Acho que, além desse cuidado com o professor, e eu também sou oriundo da Escola Técnica Federal, onde fiz curso técnico de Contabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais um.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mais um. E sou daqueles que continua achando um escândalo um país como o Brasil ver um aluno receber o diploma de ensino médio sem nenhuma profissão. Continuo achando um escândalo um país como o Brasil deixar isso acontecer.

Acho que a gente precisaria ousar. Lá eu consegui, ainda, de cinco escolas, transformar para 55. Mas, realmente, ela precisa de uma parceria forte do Governo Federal com o estadual. Isso nos ajudou bastante lá. Acho que o ideal, já que hoje nós voltamos a poder ter ensino médio com ensino técnico, o ideal é caminhar para tornar as escolas de ensino médio também em técnico. Eu acho que, além de ser mais barato, acrescenta-se laboratório, fazem-se, enfim, as adaptações.

Depois, defendo – acho que estamos avançando, mas acho que na área técnica é preciso avançar também – informática e, pelo menos, uma língua a mais, que é uma necessidade, no mundo globalizado que vamos cada vez ter de forma presencial.

Em terceiro, meu querido Eliezer, eu queria aqui colocar o que eu disse para a área de ensino superior: eu acho que o MEC precisa programar, em cada Estado, um momento em que possa discutir com todas as entidades e com os governos, municipais e estaduais, uma revisão dos cursos existentes. Ou seja, já há um catálogo que foi atualizado, hoje estamos bem atualizados, mas acho que isso precisa ser mais bem planejado em cada Estado. Seria um plano para combinar a formação com o que o Brasil, em cada lugar, está precisando.

Outra coisa seria a necessidade de experimentar mais a ideia da alternância, praticando o laboratório real. Se eu estou fazendo um Curso de Técnico Comercial, eu tenho que ter uma rede de comércio em que esse aluno já possa praticar o que está aprendendo; se é na área de Turismo, uma rede de hotéis, de agências operadoras. Nós temos uma experiência de grande sucesso no Piauí, quando sai o aluno, ninguém quer saber se ele já teve o primeiro emprego, ele já teve a experiência prática, já teve o primeiro estágio prático, o primeiro emprego equivalente durante o curso.

Sou um apaixonado pela linha do ensino à distância, tanto no modelo da OAB, como no modelo do e-Tec. Acho que a gente pode caminhar fortemente em relação a isso.

E queria, já que o Eliezer está participando com os outros dessa discussão do Pronatec, falar desse modelo também da escola móvel. Pela minha experiência de governador, temos regiões do Estado que não precisam de uma escola presencial. Às vezes, por conta de um empreendimento, você tem lá um empreendimento de uma ferrovia, um empreendimento na área de habitação, um empreendimento de uma hidroelétrica, de uma barragem, e você pode também, no modelo de ensino com uma escola móvel, levar para lá uma carreta que é laboratório, que é sala de aula, e fazer, inclusive mais facilmente, o modelo do ensino teórico com o laboratório prático na mesma região.

Fizemos com o Minha Casa, Minha Vida. O curso de auxiliar de pedreiro, de assentador de piso, você chega ali, e aqueles alunos vão construir um número de casas naquele empreendimento, assessorados pelo setor privado, pelo pessoal da construção civil, e o resultado também é fabuloso.

Então, eu queria mais isto: que pudéssemos apostar mais no modelo em que possamos ter o aluno saindo pronto para trabalhar. Muitas vezes, dispomos

de um modelo em que o aluno sai do curso superior ou sai do curso técnico ou sai do curso de curta duração e quem contrata é que vai, na verdade, fazer o ensino prático, o que significa ainda um investimento que nem sempre todo mundo está disposto a pagar. Por isso, prefere aquele que já teve o primeiro ou o segundo emprego como prioridade. Acho que podemos dar essa oportunidade.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Wellington Dias, que, de forma muito prática e objetiva, deu aqui a sua visão da importância do investimento no ensino técnico.

Enfim, Professor Eliezer – iria chamá-lo de Senador –, as suas considerações finais, para que possamos passar a palavra para o Professor Ricardo Nerbas, a seguir.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Posso agradar-me da ideia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma boa ideia. Terá o meu apoio, com certeza absoluta.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Acho que realmente ocorreram aqui contribuições muito importantes, como as do Senador Wellington, por último.

Aquilo que falei sobre o aluno da escola técnica ser mais esperto tem um fundo de verdade. Minha experiência de professor... O Jorge Guimarães, que é Presidente da Capes, pode confirmar isto: quando um aluno começa a se destacar, em qualquer curso, ao se ver o seu histórico técnico, é possível verificar que ele veio de uma escola técnica, ele fez uma escola técnica antes. Há uma razão cognitiva, científica para isso.

O ensino da escola técnica é diferente do ensino totalmente propedêutico, que não serve para nada, que é o ensino médio, uma tradição bacharelesca no Brasil também. O ensino médio tradicional não é um ensino em si; ele é um trampolim para a universidade. Como a maioria dos jovens não vai para a universidade, ele acaba não servindo para nada.

O aluno da escola técnica, não. Se ele se descuidar na aula de eletricidade, ele vai levar um choque; ou se ele se descuidar no torno, vai perder um dedo, como o Lula perdeu. Então, ele trata do saber fazer, lida com o saber fazer desde cedo. Então, isso torna-o um aluno melhor na universidade e, pelo jeito, um político também, porque a quantidade de parlamentares que fizeram escola técnica é uma coisa impressionante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadores e Deputados.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Senadores e Deputados. Então, há grandes lideranças.

Quero referir-me ao Osvaldão, herói do Araguaia, que fez o Cefet no Rio de Janeiro. Há fotos dele lá no Cefet do Rio de Janeiro ainda hoje.

Então, a escola técnica é uma escola de vida. Mais do que uma escola no sentido literal do termo, é uma escola de vida, além de contribuir para o desenvolvimento do País. É um instrumento de inclusão social extraordinário. Embora exista a escola técnica para a classe média, ela não busca a escola técnica de um modo geral, com exceções. Quem busca a escola técnica é o trabalhador, o filho do trabalhador, a classe média baixa. Então, é um instrumento também de inclusão social extraordinário.

Sabem qual é a minha formação? Não é técnica. Eu sou graduado em História e pós-graduado em Ciência Política, mas, hoje, sou um apaixonado pela educação profissional, porque percebo a sua dimensão múltipla, tanto do ponto de vista individual da inclusão social, quanto do ponto de vista social de contribuir para o desenvolvimento do País, para a tecnologia.

O Presidente Lula foi de uma sabedoria extraordinária ao perceber a centralidade da educação profissional. Não pensem que foi porque ele fez o Senai. Não! É porque ele tem consciência. Dá para notar isso em conversa com ele. O Presidente Lula tinha e tem a consciência clara do papel da educação profissional para o desenvolvimento do País. Isso estava muito claro na cabeça dele. Aliás, as grandes políticas de educação neste País são da cabeça do Presidente Lula. Alguns pensam que são da cabeça do Haddad ou de qualquer outro lá que, é claro, também contribuíram, mas as grandes políticas saíram da cabeça do Presidente Lula, o que demonstra a grande sensibilidade social dele.

Então, quero agradecer e pedir desculpas. O Senador Paim já sabia que eu, não verdade, nem poderia ter ficado aqui mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O compromisso era até as 11h. São 11h30 praticamente.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Vou despedir-me, mas a Mesa fica muito bem representada aqui.

Tenho a alegria muito grande de encontrar os Senadores dos Estados, como o Wellington, e poder em cada um deles ter a satisfação de saber que a gente contribui para o crescimento do Estado, sem exceção no Brasil. o Ceará é uma coisa extraordinária. Pernambuco é uma loucura o que foi feito, tanto em termos da rede federal como da rede estadual, com financiamento federal também.

Então é uma alegria muito grande a gente perceber que o Governo brasileiro trouxe essa contribuição enorme para o crescimento do País.

Muito obrigado, pessoal. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos de imediato a palavra ....

Eu peço que ele mude de lugar, ficar mais fácil aqui para a gente dialogar.

O Sr. Ricardo Nebas, que é o Presidente da Oitec, a Organização Internacional de Técnicos do Brasil; e em seguida falará o Deputado Federal e Vice-Presidente da CNC, Laércio Oliveira.

O SR. RICARDO NERBAS – Bom dia a todos, a todas, cumprimento especial aos nossos Senadores, Senadoras, Deputados Federais aqui presentes, quero agradecer o convite, Senador Paim, a nossa organização, eu vim aqui falar como técnico porque eu sou técnico, a minha formação, a minha vida toda eu militei como profissional e hoje eu estou numa condição de liderança do movimento dos técnicos.

Fiquei muito satisfeito ao saber que estou cercado por ilustres técnicos, o Senador Paim eu já sabia que era um técnico, não tinha conhecimento dos outros Senadores, então, realmente, como o Eliezer Pacheco, além da vocação, da missão do curso técnico de formar profissionais de alto nível, para exercer no mercado a sua função tecnológica, o seu compromisso com o trabalho, estamos formando também com os técnicos excelentes políticos e lideranças neste País.

A nossa estrutura, a nossa organização de técnicos é formada por uma – rapidamente eu quero mostrar a vocês como estamos organizados – por uma estrutura sindical, nós temos um sindicato em cada Estado, da nossa Federação, o Sintecs, uma federação em São Paulo, nossa sede, nós temos também uma organização que cuida do ensino técnico, ela é formada por técnicos professores, sede também em São Paulo, a Aberti, Associação do Ensino Técnico Industrial.

E coube a mim presidir a nossa organização internacional, a Organização dos Técnicos, a Oitec, e viemos agora, recentemente, da Argentina, onde estivemos com nossos irmãos do Mercosul, os técnicos da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, mais de 200 técnicos, e o motivo do nosso encontro lá foi o ensino técnico e a regulamentação profissional, dois temas extremamente ligados. E nossa formação é contribuir com os nossos países, com o nosso saber a serviço da nossa sociedade.

Nós, do nosso movimento, temos uma série de deveres a cumprir como sindicalistas que somos, mas nós priorizamos duas coisas, nós priorizamos a regulamentação profissional e a educação profissional. Na educação profissional, que é o tema desta Comissão, temos uma visão de que a educação profissional deve ser integrada, com tempo integral, dois turnos, com qualidade e priorizando a sensibilidade de pessoas de baixa renda.

Essa educação profissional é muito forte, muito presente na rede federal de educação. Sou oriundo dessa formação – a maioria do nosso grupo é oriunda dessa formação. Temos duas lideranças aqui presentes: Luzimar, do Distrito Federal, e o Coelho, dos técnicos agrícolas lá do Rio Grande do Sul. Nós somos de uma época em que se preocupava muito em formar o técnico cidadão, o técnico que tenha capacidade de aprender a aprender. Isso ocorreu no passado bem próximo. Antes dos anos 70, nós tínhamos esse tipo de formação que, infelizmente, por decisões políticas, foi deixada um pouco de lado.

Quero aqui parabenizar o nosso companheiro Rafael, Diretor do Senai. Hoje foi deixada essa incumbência de educação profissional basicamente para a rede privada. Não temos dúvida alguma de que o Senai assumiu esse compromisso e com competência. Até hoje está formando bons técnicos, mas nós temos convicção de que esse é um dever de governo. A iniciativa privada tem que participar, tem que contribuir, mas o Governo tem que ser o agente número um desse processo.

Vejam que hoje há uma retomada muito forte nesse sentido. Temos que parabenizar o Governo Lula por isso, pois foi ele que retomou o ensino profissional. Primeiro houve o apagão de mão-de-obra, o apagão de qualificação na educação profissional no Brasil, e, com a chegada do Lula ao poder, o Prof. Eliezer disse isso com muita propriedade, ele enxergou isso com muita clareza e, a partir de 2002, isso tem sido retomado de uma forma muito forte. Os números mostram isso.

Os números mostram que nós tínhamos, há bem pouco tempo, grande parte da educação profissional entregue à iniciativa privada. Nisso eu vejo um problema, porque dificulta o acesso das camadas mais necessitadas de educação profissional neste País, das camadas mais desfavorecidas. Tanto é verdade que as camadas mais desfavorecidas há muito tempo não cursam mais escolas técnicas. A grande maioria das pessoas que estão cursando escola técnica na iniciativa pública não são oriundas das camadas de baixa renda. Isso está se revertendo, Senador, e por quê? Porque além da qualidade, precisamos também de quantidade. E é preciso ter uma visão, uma estratégia para fazer isso.

O Senador Inácio Arruda, que participou disso, foi aluno de escola pública, aluno de Cefet, é técnico em eletrotécnica – eu também, com muito orgulho, sou

técnico em eletrotécnica –, disse que teve que participar de uma disputa muito grande para entrar no curso técnico. Eu também tive que participar dessa disputa. Isso por si só já é um processo de exclusão muito forte, digo o maior processo de exclusão. Então nós temos que colocar a escola técnica no lugar adequado, no lugar que nós queremos alavancar a região, a população é mais importante. A população alavanca a região, é o homem que faz as coisas, não são as coisas que fazem o homem e dar condições dessas pessoas, porque a gente sabe que têm muito mais dificuldades do que nós todos que estamos aqui, de acessarem uma escola técnica de qualidade.

Precisamos fazer programas nesse sentido. Com isso, parabenizo o Governo Lula que retomou fortemente o ensino profissional de qualidade, com quantidade e com a sensibilidade, Senador Paim.

Claro que os reflexos disso vamos sentir daqui há alguns anos porque é demorado. Isso em educação é demorado. São anos de formação para, depois, começarmos a ter gradualmente os retornos que precisamos.

Para se ter uma ideia, nos fins dos anos 70, quando se começou a fazer um apagão no ensino profissional no Brasil, eu chamo isso de apagão, a iniciativa privada substitui os famosos Cefets, os centros de educação profissional federais no Brasil. Eles foram sendo minimizados, sendo deixados de lado, alguns inclusive foram transformados em universidades.

Há um episódio, o Senador da Casa, na época era Ministro da Educação o Senador Cristovam Buarque, ele nos disse assim, logo que assumiu o Ministério da Educação, no início do Governo Lula, em 2002. Ele foi ao Paraná e transformou o Cefet em uma universidade. Voltou, conversando conosco e com a esposa, disse assim: "Puxa, eu acho que tinha que se fazer mais escola técnica e menos universidade". Ele reconheceu isso e nos disse publicamente, em um evento nosso e foi quando iniciou o processo.

Ele foi o primeiro Ministro da Educação do Governo Lula, em 2003, em que houve a retomada das escolas técnicas federais. Nós tínhamos um número muito próximo: mais de 70%, Senador Paim, o ensino profissional era privado e, hoje, estamos chegando muito próximo de 50%. A retomada está sendo muito forte e isso aconteceu nesses oito anos de Governo Lula.

Eu quero agradecer e relatar o apoio. Nós nos consideramos, as nossas entidades profissionais, colaboradores, parceiras desse processo, nós participamos desse processo, ajudamos a construir. Isso tudo começou, Senador Paim, em 2003, quando o senhor era Vice-Presidente do Senado. Nós estávamos preocupados porque achávamos equivocado esse descaso com o ensino profissional e não conseguíamos chegar a quem deveríamos chegar, às autoridades que gerenciavam o processo da educação anterior a 2002.

Viemos aqui, o senhor nos recebeu, o senhor nos abriu as portas, nos levou à Secretaria de Educação Profissional e o Sr. Ibañez, que antecedeu o Sr. Eliezer, nos levou ao Ministro da Educação que era o Cristovam Buarque, eu relatei esse fato e nós começamos juntos, com o Ministério da Educação, com a Secretaria de Educação Profissional, uma grande parceria que culminou, em 2004, com o Primeiro Foro Nacional do Ensino Técnico.

Fizemos em São Paulo, na Câmara de Vereadores, com o apoio do Governo, o Professor Ibañez foi lá, o Ministro da Educação teve um problema e não pôde ir, teve que atender outra demanda. Professores, técnicos, conseguimos congregar. Foram mais de mil pessoas que participaram desse evento e fizemos um manifesto. Muitas coisas que foram tiradas de lá muito hoje nos orgulham

Eu gostaria de destacar duas:

5ª) Os cursos técnicos devem ser integrados à comunidade onde estiverem inseridos, tendo em seus conselhos deliberativos representantes da sociedade organizada: sindicatos, representantes de ONGs, prefeituras, associações, comunidades de bairros e outros;

9ª) A distribuição de vagas deve contemplar a diversidade social. E é nossa obrigação ampliar as possibilidades de ingresso às camadas menos favorecidas de nossa Pátria.

As outras são todas técnicas, que nós todos conhecemos, mas o mais importante é o que nós fazemos para as pessoas.

Vou falar um pouquinho sobre o mercado de trabalho. Para nós, técnicos industriais, ele está bombando. Ele sempre esteve bom, mas agora ele está bombando. O técnico que nós representamos, que são os técnicos na área da mecânica, mecatrônica, eletrônica, eletrotécnica, edificações e química, entre outras, na área de industrial – nem é área de formação do Sistema Senai o foco dele –, nós estamos em pleno emprego. Hoje, um jovem sai de uma escola técnica e, no mínimo, recebe três salários mínimos inicialmente. Formou, recebe três salários mínimos inicialmente, no mínimo. Esse é o salário de um técnico. Para se ter uma idéia, só a Petrobras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ganha mais do que o piso de um professor, que muitos Estados acham que é muito.

O SR. RICARDO NERBAS – Muito mais. Três salários mínimos recebe o técnico hoje. Nos grandes concursos do Brasil – Petrobras, Eletrobras, Vale do Rio Doce –, todos os salários iniciais em editais são

mais do que R$2 mil, mais do que três salários mínimos e meio.

Somente a Petrobras, para vocês terem ideia, emprega hoje 70 mil técnicos na área industrial e, com o pré-sal, vai necessitar de mais de 100 mil técnicos Vejam que apagão de técnicos nós temos. Nós temos um apagão de técnicos,. Não temos mais um apagão de empregos, mas de técnicos. Sem contar o que a Eletrobras vai precisar, o que o sistema de saneamento, o que a Copa vai gerar de demanda, o que as Olimpíadas vão gerar de demanda. Então, esses reflexos de importar mão de obra que nós tivemos aqui, denúncias de Senador, o que é verdade, pois estamos importando mão de obra... Muitos empresários vão à televisão e aos jornais dizer que não há mão de obra qualificada. Essa queixa é reflexo dos anos 60, 70, de equívocos que nós cometemos. Agora temos que correr atrás da máquina. É uma grande corrida de que todos nós temos que participar. O Sistema Senai, sem sombra de dúvida, faz parte do primeiro time. O Sistema S faz parte do primeiro time, mas não podemos deixar de dizer que o número um desse processo é a rede federal, é o Governo, que tem a obrigação de puxar toda esse exército de formadores, de técnicos. Existem redes estaduais.

Até uma coisa interessante: nós aqui, na Casa, em 2009, comemoramos os 100 anos do ensino profissional. V. Exª foi autor do projeto, junto com o Senador Inácio Arruda. Em 2009, criamos o Dia do Técnico e comemoramos os 100 anos do ensino profissional

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Camata.

O SR. RICARDO NERBAS – O Senador Camata também desculpe-me. Vou dizer uma coisa interessante: lá, no Rio Grande do Sul, havia uma escola técnica anterior a essa: a Escola Técnica Parobé. Quando estávamos comemorando aqui os 100 anos do ensino profissional do Brasil, a Parobé estava comemorando 102 anos. Ela tinha dois anos a mais que toda a rede federal. Então, o ensino profissional da forma que nós conhecemos, integrado ao ensino médio, iniciou-se lá no Rio Grande do Sul por meio da Escola Técnica Parobé. Isso muito nos orgulha.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Essa questão, atendendo até uma visão do Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podem ficar à vontade. Convidados e Senadores usam a palavra quando assim entenderem.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Eu acho fantástico o movimento que foi feito de ampliação da rede federal. Concordo com a sua avaliação de que esse sistema perdeu força ao longo dos anos 70. Isso não foi positivo para o Brasil.

Nós temos hoje em torno de 9 milhões de alunos no ensino médio, dos quais 900 mil estão no ensino técnico. Desses 900 mil, em torno de 85 mil são matrículas no ensino federal. Imaginemos num sistema dual de educação, em que 30%, 40%, 50% da matriz venha da educação profissional. Seria em torno de 4 milhões, 4,5 milhões em educação. A escalabilidade possível, até como equação de financiamento, é difícil pensar isso apenas a partir do ensino técnico federal. Você tem as escolas Paula Souza; Minas está fazendo algo semelhante, Rio Grande do Sul, vários Estados, vários governos subnacionais estão investindo nessa agenda, o que é extremamente importante e meritório.

Como é a reflexão disso no mundo? O que a UCDE, que reúne exatamente os países mais desenvolvidos, e há um conjunto de reflexão sobre orientação de políticas públicas em torno dessa agenda, a OIT, a Unesco, os maiores especialistas, o que eles dizem sobre educação profissional?

Há um consenso, até na Unesco, com relação a essa questão de educação profissional, de que, em geral, os governos são ineptos para fazer a educação profissional. A educação profissional exige um etos educacional, com pegada na lógica das empresas.

Acho a rede federal de educação técnica fantástica. Acho extremamente importante. Acho meritório para o país. Acho que a expansão que nós tivemos... Nós temos um duplo problema no Brasil. Nós temos um problema de matriz, ou seja, de acessibilidade, que está aqui colocado, de evasão; temos um problema na educação superior de matriz também. De cada 100 graduados, no Brasil, 5 são engenheiros. Só 5 são engenheiros. Se eu somar isso com a área de Ciências duras vai a dez.

Ou seja, da população de jovens que deveriam estar cursando ou ter cursado a universidade, no Brasil, só 10% cursaram, dos quais só 10% são importantes para a agenda de inovação tecnológica e desenvolvimento industrial. Como é isso na China? É 40%. Como é isso na Coréia do Sul? É 54%. Então, fora o índice de que, da população aberta, na Coréia do Sul, 55% cursaram ou estão cursando universidade.

Então, se nós pensarmos que a competição do futuro é a sociedade do conhecimento, na comparação direta com a Coréia, a gente perde de 27 a 1. Ou seja, nós não estamos pavimentando bem o futuro do ponto de vista de matriz e de acessibilidade.

O esforço que ora se faz aqui é extremamente meritório em avançar a educação profissional. Eu acho que o conserto inicial vai muito além da verticalização autárquica no Estado. Eu acho que essa é uma agenda de toda a sociedade. Eu acho que o sistema "S" tem um enorme papel, porque são, na verdade, se formos

pensar do ponto de vista da lógica da institucionalidade, organizações públicas com governança privada. E mais, a título de informação, 90% dos alunos do Senai são de escolas públicas e de baixa renda.

Então, apenas como informação objetiva. Um soldador que vai fazer um curso de 360 horas no Senai, ele vai queimar eletrodos 320 horas. Se nós colocarmos esse curso em qualquer outra escola que não tenha a pegada da indústria, ele vai ter de aprender ética, ele vai ter de aprender pedagogia. Vai ser um curso de mil horas sem a pegada industrial. Por que a indústria contrata esse soldador? Porque ele sabe que ele vai chegar na indústria e sabe soldar. E aí são todas as demais habilitações do Senai. Ele vai estar treinando no Senai com o robô e o *software* da indústria. Um operador petroquímico vai estar usando uma planta piloto que é o mesma do processo industrial. Por que? Porque a governança é feita pelas indústrias.

Processo industrial. Por quê? Porque a governança é feita pelas indústrias. Então, há uma coordenação muito grande, e é isso que é enaltecido no Estado da arte, e de toda a literatura sobre a educação profissional do mundo.

Os documentos do Biac, que é a parte empresarial da OCDE, mas também dos documentos da área de política pública das trinta nações mais desenvolvidas do mundo.

Eu acho que a gente tem que olhar um pouco o que o mundo está fazendo, o que os nossos competidores diretos estão fazendo. Como isso funciona?

Eu acho que a agenda que o MEC faz hoje, que o Governo da Presidente Dilma está colocando, é pensar uma concertação nacional em torno dessa agenda. Vai haver um enorme esforço, meritório, até e concordo com a sua fala sobre o resgate de uma agenda, que deveria ter-se expandido, das redes federais e sub nacionais de educação técnica profissional, que tem que ser investido, tem que ser fortalecido, mas existe um enorme papel e extremamente relevante, a par o Sistema S, e o Governo está corretamente entendendo isso, ao enxergar o mundo, ao enxergar a modernidade e ao enxergar o futuro. E é o desafio para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ricardo pode continuar com a palavra, mas eu queria também que o Deputado Federal e Vice-Presidente da CNC, Laércio Oliveira, no momento em que entender adequado, pode entra aqui no nosso diálogo.

Você está desde o início aqui e eu havia me comprometido a conceder a palavra a V. Exª no momento em que V. Exª entender mais adequado.

O SR. RICARDO NERBAS – Rafael, eu concordo contigo. Unificamos a pauta aqui.

Eu acho assim, e eu estou tentando colocar com bastante emoção e ênfase, que nós não podemos perder o que nós temos de bom. O que nós temos de bom? Nós temos de bom o Sistema S. Nós temos de bom a rede estadual Paula Souza em São Paulo. Eu conheço a rede estadual do Rio Grande do Sul, ela é muito competente, só que ela está encontrando dificuldades financeiras. Junto com esse modelo de o Estado desembarcar da educação profissional, quando começou esse processo de desmonte da rede federal, também ocorreu isso lá no Rio Grande do Sul. Então para retomar é difícil. O Governo Federal está conseguindo retomar, porque a dimensão é outra.

E o Rio Grande do Sul está com dificuldade de retomar, precisa de muitos recursos, porque fazer educação profissional é uma coisa interessante. Existe um número que se coloca aí na mídia, é o que se forma mesmo na educação profissional, eu vou pegar esses teus números aí de engenheiros, a mesma coisa serve para técnicos.

Tem técnicos que são muito difíceis de serem formados. Os técnicos em mecânica, eletrotécnica, mecatrônica. Por quê? Porque exigem laboratórios sofisticados e caríssimos. e nisso é que está tendo um apagão, porque quando se deixou também para a iniciativa privada, a gente anda em qualquer cidade e vê que tem uma série de cursos abertos que eu nem sei como funcionam, nem sei a qualidade, não sei nada. Mas assim, olha, não estão formando técnicos e nem têm como formar técnicos onde o Brasil precisa. Quem tem força para isso são as redes estaduais, o Sistema S e o Governo Federal.

Então é isso que estamos pregando de forma forte, que o Governo Federal, sim, agiu de forma correta, a partir do Governo Lula, de puxar essa educação profissional. Isso vale também, está aqui na minha frente, o Coelho é presidente da Associação dos Técnicos Agrícolas. Eles também tiveram um desmonte. O País é um País do agronegócio e foi deixado completamente de lado. Ninguém está cuidando disso. Quem agora está retomando é a rede federal. Como é que funciona, nem sei a qualidade. Não sei nada. Mas assim, não estão formando técnicos, nem tem como formar técnicos onde o Brasil precisa. Quem tem força pra isso são as redes estaduais, o Sistema S e o Governo Federal. Então, é isso que estamos pregando de forma forte: que o Governo Federal, sim, agiu de forma correta, a partir do Governo Lula, de puxar essa educação profissional.

Isso vale também... Está aqui na minha frente. O Coelho é Presidente da Associação dos Técnicos Agrícolas. Eles também tiveram um desmonte. O País é um país do agronegócio e foi deixado completamente

de lado. Ninguém está cuidando disso. Ninguém está cuidando disso! Sabe quem agora está retomando? A Rede Federal.

Ela que tem força pra isso, tem fôlego, porque é complexo, muito complexo, Senador, buscar a educação do campo. Tu tens que sustentar o rapaz lá na escola. Não tem como. Não é que nem numa cidade, que tu estás ali na vila, no bairro, entende? O campo está no estado todo. Então, é muito complexa essa logística.

Bom, eu quero encaminhar para as conclusões assim, Senador, nós temos hoje uma política, de Governo, da educação profissional que nós aplaudimos, apoiamos. Mas nós temos que consolidar. E pra consolidar, precisamos transformar isso numa política de Estado. Todos nós temos que participar desse processo. Todos nós.

Aqui nesta Casa tem dois projetos. Um de sua iniciativa, que é o Fundep, Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador, de que todos nós temos conhecimento, que garante a ampliação, a manutenção, a qualidade do ensino profissional. E também tem um outro projeto do Senador Camata, o Projeto de Lei 433, de 2009. A do senhor é PEC – uma Proposta de Emenda Constitucional – nº24 de 2005. E o Senador entrou com um projeto em 2009, o ano em que fizemos uma grande comemoração nesta Casa. Nós estamos profundamente agradecidos. É a 433, de 2009, que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Bolsa de Estudos de cursos profissionais de nível médio. Temos que fazer isso também.

Bom, o que nós... Nós apoiamos integralmente esses dois projetos. Os projetos estão aqui. Cabe a nós lutar por eles, se acreditamos na educação profissional e aceitamos a educação profissional como instrumento de inclusão social. E é um instrumento de inclusão. Um bárbaro instrumento. Um dos melhores. E um dos pilares que vai alicerçar o desenvolvimento econômico e tecnológico do nosso País. A educação profissional faz isso.

Nós tomamos conhecimento, há bem pouco tempo, Senador Paim, da intenção do Governo, que está formatando um projeto. Eu não o conheço – sei dele apenas de forma muito superficial. É o Pronatec. Eu acredito, sim, pelas informações que a gente tem, que virá um bom projeto.

Mas se ele contemplar esses dois projetos aqui, Senador, o Fundep, o espírito do Fundep e o espírito do Projeto de Lei nº433, e for amplamente debatido pela sociedade nesta Casa, tenho certeza, Senador, que daqui há vinte anos, quando for feita uma audiência sobre ensino profissional, nesta Casa, vai ser lembrado esse momento em que de forma definitiva o Brasil construiu uma bela de uma ferramenta pra incluir os nossos jovens, pra dar oportunidade para os nossos jovens. E esses jovens terão se transformado em cidadãos extremamente úteis e que serão os responsáveis pelo desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra ao vice-Presidente da CNC, Deputado Federal Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA – Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Exª. E cumprimentando V. Exª, cumprimento todos os que compõem a Mesa neste momento, especialmente meu amigo Roberto Nogueira, que representa nossa Confederação.

Quero parabenizar V Exª pela iniciativa desta audiência. Acho que é um momento importante em que discutimos um tema importantíssimo para o Brasil. Vários colegas e expositores manifestaram todas as suas preocupações com referência à demanda de cargos técnicos, à importação de cargos técnicos, por exemplo, que é um problema grave, que a gente precisa combater – sei que V. Exª é um combatente disso –, porque nós temos nossos irmãos, brasileiras e brasileiros, que precisam ser inseridos no mercado de trabalho e a gente não pode permitir, de forma alguma, que esse fato aconteça em nosso País

Aí a gente evoca, e louva, a iniciativa do Governo Federal, que divide com as confederações, com as entidades organizadas, divide com a sociedade civil, de modo geral, a responsabilidade de preparar um programa que vem sendo aguardado com bastante expectativa por todo nós que formamos esse leque da produção da economia do nosso País, da produção e da economia de modo geral.

Portanto, tenho uma expectativa muito positiva com referência ao programa que será lançado em breve. Acredito nele. Já tive oportunidade de conversar rapidamente com a Presidente Dilma sobre esse assunto. Acho que o engajamento das confederações aqui representadas e outras que aqui não estão é fundamental para o êxito desse projeto, uma vez que essas confederações têm estruturas montadas em quase todos os Municípios do nosso País. Então, são parceiros importantes para o sucesso desse projeto.

Enfim, quero dizer que a classe empresarial sente-se muito satisfeita por entender que neste momento o Governo pensa conjuntamente conosco nesse problema, para o qual – tenho certeza – encontraremos uma solução em breve.

O objetivo principal da minha fala aqui, Presidente, além de prestigiar a audiência, é cumprimentá-lo e parabenizá-lo por essa iniciativa.

Na Câmara dos Deputados, temos procurado, na Comissão do Trabalho, debater essa questão. Estamos provocando nossa Comissão e o Plenário, trazendo sempre ao ambiente essa discussão por entender que neste momento é um dos principais assuntos para o qual nós precisamos ajudar a construir uma solução muito em breve.

O maior exemplo de sucesso de tudo isso é exatamente o testemunho que foi dado aqui por vários colegas nossos sobre suas origens. De igual modo, eu também venho da qualificação profissional. Rapidamente, Presidente, só queria informá-lo que vivi, alguns meses atrás, uma experiência muito emocionante. No final do ano passado, eu fui homenageado com a Comenda do Comércio, outorgada por minha Confederação. Naquele momento, dentro dessa emoção, lembrei que, como aquela Comenda, um dia eu conquistei um diploma no Senac de mecanógrafo. A gente que tem origem humilde, Presidente, só encontra alguma esperança de um futuro melhor se enveredar por um curso de qualificação. Então logo cedo eu precisei de trabalhar para ajudar minha família e um dos cursos que fiz foi o de contabilidade, mas naquele tempo eu precisava de um curso técnico para que eu pudesse consolidar meu espaço no mercado de trabalho por meio do ramo da contabilidade e foi exatamente no Senac que eu encontrei a porta e o caminho para que a partir daí eu

Colocasse a minha vida em sintonia com o desenvolvimento da minha área contábil que exercia naquele momento. Então, vale como um testemunho aqui, e tenho a certeza absoluta, Presidente, de que muitos, milhares, centenas de jovens, de homens e de mulheres aguardam essa oportunidade que, certamente, esse programa e a nossa discussão, aqui, vai ajudar a construir.

Obrigado, Presidente. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputado Federal Laércio de Oliveira conta um pouco da sua história, que tem tudo a ver com este momento. Permita que eu diga isso porque vai para as considerações finais da Mesa, no momento de tanta violência, lembro-me de que, quando fui para o Senai, cheguei lá, eu, moleque, saio de Porto Alegre, saio da feira livre em que eu vendia com um primo meu e vou para Caxias e lembro-me que alguém me disse: "Se você passar pelo Senai, naquela época, não precisa passar pelo quartel." Alguém me disse, guardei essa imagem, estou lembrando aqui, porque, aqui, tu vás aprender disciplina, profissão e conhecimento. E, de fato, depois não fui para o quartel, porque apresentei lá o diploma do Senai. Foi uma forma de eu não passar pelo quartel, nada contra, porque eu queria, na verdade, desenvolver outros conhecimentos.

Então, o ensino técnico, para mim, tem essa sabedoria. A gente vê tanta molecada perdida neste País e com tanta violência, como estamos vendo, que acho que, se investirmos como aqui está sendo dito, de forma maciça no ensino técnico, o Brasil, com certeza, será outro e bem melhor, com certeza, bem melhor.

Mas para as considerações finais, vamos começar da direita para a esquerda. Por favor, Dr. Rafael, com a palavra.

O RAFAEL LUCCHESI – Senador Paim, agradeço pela sensibilidade, entusiasmo e compromisso com essa agenda, porque, acredito, é um compromisso de vida, de mandato, de trajetória política. O Brasil está vivendo um momento singular de retomada de uma agenda de desenvolvimento sustentável e, colocar a educação profissional no centro dessa agenda, isso é extremamente importante. Esta não é uma agenda do Governo, mas de Estado e, mais do que uma agenda de Governo e de Estado, é uma agenda da sociedade e penso que ela tem que unir. Nenhuma sociedade se desenvolveu e alcançou a maturidade industrial sem fazer uma clara aposta em educação, e educação com sistema completo, com educação profissional, tendo centralidade no processo educacional e ciência, tecnologia e inovação. O Senai é um patrimônio do Brasil e está ao lado dessa agenda em favor do desenvolvimento nacional.

Um último comentário, a atitude de uma escola do Senai é exatamente esta que o senhor reportou: ela tem um etos de que o aluno não depreda. Você vai a um banheiro, pode ser em Parintins, você pode ir em Canoas, em Caxias, em São Paulo, você pode ir em Parintins, em Manaus, é interessante que tenho circulado muito por todas as escolas do Senai no Brasil inteiro, você entra num banheiro, e a toalha de papel está lá, não existe nenhum tipo de depredação. As escolas são absolutamente cuidados, os alunos são absolutamente ordeiros, focados ali, eles estão fazendo uma aposta de vida, sabem que o Senai é uma porta de mobilidade social para a conquista dos seus projetos de felicidade, de contribuição para o País, de afirmação da sua cidadania. E ele tem esse etos de estar exatamente focado na competência do aluno para produzir riqueza para o Brasil. Creio que esta é uma agenda extremamente importante e que está sendo afirmada, agora, de maneira clara, com esse projeto do Pronatec e esperamos tenha todo sucesso na sua implementação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os cumprimentos ao Dr. Rafael, que, aqui representou o Senai. Eu, para mim, tenho claro, quando

falo Senai, nunca neguei, não nego as minhas origens. Sempre digo que todo sistema S cumpre um papel fundamental, tanto que, quando apresentei o Fundep, houve um debate, e os professores, diretores do Senai me procuraram e me perguntaram: "Paim, isso não vai ter problema com o Sistema S?" Eu disse: vamos sentar, se tem problema, tira fora. Foi o que eu disse de cara. Aí, enfim, construímos entendimento que não trouxe nenhum problema para o Sistema S, porque tem aquela velha frase do futebol, time que está ganhando, vamos mexer para melhorar, mas não para piorar, vamos mexer se for para investir mais, avançarmos mais.

Eu tenho uma bela recordação do Senai. Estudava, fazia esportes, fui presidente do grêmio. Dali, eu saí para ser presidente do ginásio noturno para trabalhadores com 17 anos, se eu não me engano. Mas por quê? Porque eu vinha de uma disciplina, de uma formação. E aí caminhei na vida, como todos aqui caminharam, de forma positiva.

Enfim, estou muito feliz com esse momento e quero dizer também aqui, agora, antes de passar a palavra para o Ricardo, que não é da minha iniciativa, mas temos o Projeto de Lei nº 146, de 2010, cujos autores são a Deputada Fátima Bezerra e outros, declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica. Peguei esse projeto para relatar, meu parecer já é favorável, e provavelmente o votaremos esta semana ou semana que vem. O projeto veio da Câmara dos Deputados e lá foi aprovado por unanimidade.

Lembro-me que li um pouco da história de Nilo Peçanha, não só no Senai. A Escola do Senai de Caxias do Sul é Escola Senai Nilo Peçanha. A gente fala tanto nos Estados Unidos da América, que elegeu o primeiro Presidente negro. Nilo Peçanha era negro e foi Presidente da República deste País. Falo isso só como simbologia. Para mim, negro, branco, índio, amarelo, não importa, importa a conduta, a prática de cada um.

Ricardo Nerbas com a palavra.

O SR. RICARDO NERBAS – Quero agradecer o convite, Senador Paim, a oportunidade de nossas entidades de técnicos estarem aqui nesta ilustre Casa, podendo se manifestar, e mais do agradecer a nossa possibilidade de falar, agradecer o que ouvimos aqui. Saímos daqui extremamente envaidecidos por estarmos também juntos neste processo. Nossas entidades de técnicos aplaudem tudo que ouviram aqui, somam-se a esse esforço de darem oportunidade para nossos jovens e um belo futuro para nosso País.

Nessa caminhada, eu preciso, nós precisamos, o nosso movimento, mais do que eu, precisa agradecer a três pessoas nesse processo, que tenho certeza de que foram fundamentais. Todos nós colaboramos – todos. Todos estão no processo. Mas o Presidente Lula deu o *start* nesse processo, era a autoridade máxima do País, foi ele que apertou o botão para fazer a máquina funcionar. E agradecemos também a dois grandes Senadores, um, o Senador Gerson Camata, que sempre lutou pelo ensino profissional dentro desta Casa, e ao nosso amigo, meu amigo do coração, Senador Paim, um técnico, que veio de baixo – ele disso há pouco para vocês. E eu descobri... Eu não tinha percebido, o professor Eliezer é que percebeu que o ensino profissional não só forma bons profissionais, mas também forma bons profissionais na área da política. Então, temos vários representantes nesta Casa.

Senador Paim, de coração, de todo o nosso grupo, nosso muito obrigado. O senhor nos deu o norte e nós estamos muito agradecidos.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço ao Ricardo Nerbas.

Ele não quis falar, mas vou falar rapidamente. Temos um projeto no Rio Grande do Sul – já ultrapassou o Rio Grande do Sul – que se chama Cantando as Diferenças. É um projeto que não trabalha com verba nenhuma, só com ideias. Ele está instalado já em torno de 400 cidades no Estado. E repito: não trabalha com dinheiro, trabalha com ideias.

E uma das ideias que estão lá, além de combater todo o tipo de preconceito, é o ensino técnico. Quando lançamos o programa, o Ricardo fez questão de dizer: "Entra aí a questão do índio, do negro, do branco, do pobre, das mulheres, das crianças; entra também o ensino técnico".

É um programa em que temos incentivado os prefeitos, eles assumem a proposta e passam a implementá-la no seu Município. Isso virou quase que um selo de qualidade. Tenho a alegria de ser indicado o Presidente de honra do Cantando as Diferenças.

O Ricardo é uma das pessoas que idealizaram essa proposta, junto com o Santos Fagundes, com o pessoal da Ulbra. Enfim, ali estão empresários, trabalhadores, lideranças de todas as áreas, e está aqui conosco também um dos companheiros, que é o técnico Carlos Coelho.

Passo a palavra ao Dr. Cláudio, para as suas considerações finais.

O SR. CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA – Inicialmente, Senador Paim, quero reiterar aqui os nossos cumprimentos pela iniciativa. Foi muito importante essa audiência pública. Quero também cumprimentar os colegas debatedores e dizer que é importante também registrarmos que, nos últimos oito anos, o MEC fez um trabalho excepcional e tratou a educação brasileira de uma forma sistêmica, desde a creche até

a pós-graduação. Nesse aspecto, houve um enorme destaque para a educação profissional.

Hoje, já estamos, do ponto de vista quantitativo, superando algumas defasagens grandes. O problema é que o nosso passivo é muito grande. São 500 anos de descaso com a educação.

Dados do Inaf, instituto que estuda o analfabetismo funcional, ligado ao Ibope, demonstram que, entre 14 e 64 anos, início e fim da vida laboral, há mais de 65 milhões de brasileiros analfabetos absolutos, analfabetos funcionais ou pessoas com baixíssimo grau de escolaridade.

De sorte que, concordando com o colega do Senai, o Rafael, o grande ganho, nos últimos anos, do Brasil tem sido o fato de a educação ter finalmente entrado na agenda nacional. Hoje é uma preocupação da sociedade, da mídia, o que é extremamente importante.

Digo também que a educação nunca teve tantas chances, porque, hoje, se faz uma relação entre escolaridade, educação e crescimento, desenvolvimento econômico. De modo que essa é uma agenda absolutamente estratégica para o Brasil.

É importante também lutarmos para ampliar os investimentos na educação. Hoje, o Brasil investe, em números redondos, cerca de 5% do PIB na educação. Países na situação do Brasil, segundo recomendação da OCDE, deveriam investir, pelo menos, 7%. É o que aponta o Plano Nacional de Educação em discussão nesta Casa.

No entanto, para recuperarmos o passivo, nós precisamos, Senador –contamos com o seu apoio nessa luta – investir, pelo menos, 10% do nosso PIB em educação nos próximos anos, a fim de recuperar essa enorme defasagem, esse tempo perdido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós aprovamos aqui, por unanimidade, uma iniciativa do Senador Cristovam, que assinei e votei junto com ele, de que 50% do Fundo Social do pré-sal vá para a educação. Vamos torcer para que caminhe para isso.

O SR. CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA – A educação profissional, do pós-guerra para cá, tem sido, de forma muito facilmente demonstrável, um grande alavancador do desenvolvimento econômico. Há exemplos dessa situação em todos os continentes.

O norte e o nordeste da Itália, do pós-guerra para cá, desenvolveram-se graças à educação profissional, que lá foi muito fortalecida pela própria Igreja. Há o exemplo da Irlanda, que saiu de uma condição de país paupérrimo no Reino Unido, graças a investimentos na educação profissional; a Coreia, com seu sistema, que, hoje, traz patentes para todo o mundo, colocando o país no cenário industrial mundial; a Austrália, com os *community colleges*; o Canadá. E o Brasil, finalmente, desperta para a importância dessa modalidade de educação.

Devemos aqui louvar e destacar a visão de estadista do Presidente Lula, que deu esse enorme impulso, tirou o represamento que havia para o crescimento da educação profissional do governo anterior, o que considero um crime de lesa-pátria.

Agora, temos a possibilidade de dar uma grande aceleração a esse programa com o Pronatec, que, como já foi dito aqui pelo nosso Secretário Eliezer, é um conjunto de programas. Se trabalharmos, de forma articulada, o Sistema S, do qual também sou Conselheiro lá no Ceará, com a rede federal, com os sistemas estaduais e com a iniciativa privada, de forma a evitar sombreamentos, superposições e de maneira inteligente, vamos, sim, conseguir recuperar o passivo e dotar o Brasil das condições necessárias para um desenvolvimento econômico sustentável a partir da educação, porque o nosso modelo de desenvolvimento econômico não pode ser igualado ao da China ou ao da Índia, visto que não temos um bilhão de estoque de mão de obra. Precisamos focar na qualificação do homem, na agregação de valor aos nossos produtos e serviços e distribuir essa riqueza por toda a população brasileira. E esse ritmo eu penso que o Brasil vai conquistar nos próximos anos.

Eu queria, para finalizar, chamar a atenção para esse modelo que é extremamente interessante, dos institutos federais, que é um modelo novo no Brasil mas que agrega 100 anos de expertise da rede federal de educação profissional e tecnológica, que articula uma mobilidade vertical entre a formação técnica de nível médio e a formação superior na área de tecnologia. Os institutos reservam 50% de suas vagas para formação técnica de nível médio, que é uma preocupação da sociedade, com foco no ensino técnico integrado, que como foi demonstrado aqui pelo depoimento do Senador Inácio Arruda, essas escolas têm sido uma grande catapulta social porque além da formação científica e tecnológica, ela também articula uma formação integral do ponto de vista do esporte, da cultura e da cidadania porque de lá saíram grandes líderes dos nossos, basta ver a relação que tem o Senado brasileiro com a educação profissional.

De modo que os institutos federais hoje têm uma capilaridade muito grande, estão presentes em 401 municípios, isso é a 6ª maior capilaridade em termos de instituição pública, estão lá nos municípios, levando a oportunidade, Senador Eduardo Amorim aqui colocou que para estudar ele teve que sair da cidade dele para vir para o centro porque não tinha oportunidade, hoje, as cidades-pólo do Brasil têm essa oportunidade, têm um *campus* do instituto federal que possibilita ao jovem

uma formação profissional e tecnológica de qualidade. Isso é extremamente relevante para o Brasil de hoje, esse crescimento precisa continuar, essa expansão precisa continuar e o Pronatec e a Presidenta Dilma sinalizam para isso.

De sorte que esse o caminho, esse é o caminho para o Brasil moderno, para o Brasil que articula inclusão social com crescimento e desenvolvimento econômico. E tenho certeza de que esta Casa junto com todas as pessoas que militam na educação vão lutar para que a educação continue sendo o centro das atenções porque ela é o grande caminho da nossa melhoria da qualidade de vida, da sustentabilidade e para levar o Brasil definitivamente para uma condição de País de primeiro mundo.

Muito obrigado pela oportunidade, em nome do Conif.(*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Dr. Cláudio, ninguém tem nenhuma dúvida, V. Exª foi muito feliz e o professor Eliezer Pacheco também, que a partir do Governo Lula nós demos um salto de qualidade e vamos avançar, com certeza, muito mais.

Eu falei aqui na abertura que ouvi uma entrevista da Presidenta Dilma, ela disse que teria que aumentar no mínimo quatro vezes o número de vagas no ensino técnico, falava em torno de um milhão e pouco, que fosse para quatro milhões. Acho um dado interessantíssimo...

O SR. CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA – Hoje a rede federal tem 535 mil matrículas no País em todos os seus cursos, a nossa meta é chegar rapidamente a uma milhão de alunos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra de imediata ao Sr. Roberto Ferreira, fala pela CNC.

O SR. ROBERTO FERREIRA - Eu dei a partida e agora vou dar o encerramento. Eu queria dizer, Senador, que vimos aqui para discutir o Pronatec, que faz parte de um contexto de educação, e a minha fala foi fundamentalmente do Pronatec, mas a educação é uma coisa tão forte, tão forte que nós passamos o resto do dia aqui, da manhã discutindo educação no sentido mais amplo, eu acho isso importante, quer dizer, saímos da questão específica do Pronatec e fomos discutir nesse tempo limitado educação.

Eu me recordo que num seminário, até, se não me engano de inovação tecnológica, fechado, seminário fechado, perguntaram a um empresário, a pergunta era para vários, se ele ganhasse US$1,00 naquele momento em que ele investiria, e o primeiro empresário, aliás, um grande empresário, falou assim: educação. E aí não se perguntou a mais ninguém porque o debate ficou centrado na discussão do investimento em educação, o que ele produz em toda a sociedade a partir daí.

Eu acredito que como representante nesse momento de uma das entidades do Sistema S queria dizer que essa parceira com o Sistema S cresceu no Governo Lula, isso é inevitável, e talvez seja tudo isso que Getúlio Vargas tenha sonhado quando criou o Sistema S há 65 anos e que criou a obrigação e deu a fonte de recurso. É só olhar para trás e verificar se ele não tivesse feito isso, tivesse deixado o dinheiro com o governo e criasse os mesmos programas para o Governo tocar comparativamente o que teria ocorrido. Acho que é uma falsa dicotomia discutir o Sistema S, o setor privado lato senso e estrito senso e governos quando estamos falando de educação. Educação suplanta toda essa questão. É um falso dilema colocar essa questão dessa forma. Creio que o processo é esse.

Acho que está faltando, Senador – sua participação é importante na discussão do Pronatec –, um arredondamento na questão do envolvimento de outros Ministérios nesse processo. Não podemos centralizar a discussão no Ministério da Educação, que vem fazendo um trabalho belíssimo e assistindo outros Ministérios – cito aqui o Ministério do Trabalho na questão do seguro-desemprego, pois estão perdendo oportunidades de promover a educação, o treinamento e a qualificação profissional nesse sentido e desperdiçando recursos na qualificação profissional em outros sentidos, como se observa nesse recurso a que me refiro.

Se nós, no ano passado, pagamos R$7 milhões de seguro-desemprego e 30% desse total é de reincidentes e talvez boa parte deles fraudulentos, na verdade, 2 milhões de pessoas poderiam estar sendo requalificadas. Desses R$7 milhões – o Senador Maldaner achou o número muito grande –, aliás, qual é a nossa população economicamente ativa hoje? São 90 milhões de brasileiros? Com o desemprego de 6 milhões, daria R$5,4 milhões. Está-se pagando R$7 milhões de seguro-desemprego, coisa estranha. Há aí R$2 milhões que não se deveria estar pagando, ou seja, muito seguro-desemprego não deveria estar sendo pago.

O seguro-desemprego, em alguns casos, deixou de ser seguro-desemprego e passou a ser assistencialismo social, o que é um desvio perigoso. Em todos os grandes eventos, nesses acidentes que temos visto, se uma avalanche destrói uma cidade, a primeira coisa que se procura é incluir todo mundo no seguro-desemprego sem a preocupação de saber se é aquilo que o indivíduo quer. Apenas está-se dando dinheiro e contabilizando como seguro-desemprego, fugindo de uma ótima oportunidade de qualificar e requalificar a pessoa.

Acho importante então o Parlamento ficar atento à costura desse programa que tem sido feita pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, que tem que ter essa visão. Também deveriam incluir o Ministério da Agricultura e o Ministério da Previdência Social, onde há muito assistencialismo. Em função da questão demográfica abordada aqui pelo Prof. Cláudio, estão incluindo pessoas do campo na Previdência Social, por uma linha assistencialista, gente ainda jovem que, de acordo com essa mudança demográfica do Brasil, poderia ser requalificada para outro tipo de trabalho. Muita coisa a gente precisa fazer.

Queria ainda fazer um comentário. Acho que o uso da expressão "apagão" não me parece necessariamente adequado. O que nós estamos vivendo é uma pressão de demanda absurda por causa daquele bom problema, quer dizer, o Brasil desenvolveu absurdamente e agora tem que sair correndo atrás nesse processo. Se tivéssemos feito isso há dez anos e não tivesse demanda, teríamos todo mundo treinado, qualificado, sem estar trabalhando, sem mercado de trabalho. Então, as coisas normalmente acontecem simultaneamente. Cabe a nós, que estamos vivendo este momento, inclusive com esse programa, recuperar o tempo.

Acredito que no nosso caso, Senac, vamos ter uma demanda enorme na área de serviços com todos esses eventos que virão por aí, uma pressão grande. São cursos que não exigem uma grande necessidade de tempo como ensinar inglês para um atendente, preparar esse pessoal para receber todo mundo que vai chegar. Acho que essa visão nós temos.

Mas as discussões que temos com o Ministério também evoluíram muito nesse sentido. A nossa parceria com o Ministro Fernando Haddad, com o Governo Lula e, agora, com a Presidenta Dilma caminha sempre nessa direção.

Eu acho que cabe ao Congresso, ao receber o projeto de lei que é bom, como a gente imagina, evitar que ele se deteriore caminhando aqui dentro porque outros projetos poderão caminhar paralelamente e não enfiar todos no Pronatec que é uma saída que me parece importante.

Eu poderia também me estender aqui em considerações sobre a minha origem, mas não o farei senão todo mundo vai chorar lágrimas de paralelepípedos, mas eu só quero dizer que também fui aluno do SENAC.

Bom dia a todos. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Roberto falou em nome da CNC.

Quero concluir essa nossa audiência pública dizendo que fiquei feliz com tudo o que ouvi aqui e acho, nesse debate, inclusive o Ministério da Indústria e Comércio. Exatamente para discutirmos juntos esse projeto.

Tomei a liberdade de encaminhar à Mesa para que a gente realize uma sessão de homenagem dos 102 anos do ensino técnico no plenário do Senado. Queria que vocês todos se considerassem convidados, terão o direito à palavra também no plenário do Senado, expondo seu ponto de vista.

Falei já com o Eliezer Pacheco, ele disse que, até lá, o Pronatec vai estar lançado com a devida informação a todos e, logo, nessa sessão de homenagem aos 102 anos do ensino técnico, poderiam cada qual colocar o seu ponto de vista.

Vai ser um momento importante e quero dizer que vou torcer muito para que nesse dia a gente também possa anunciar a promulgação desse projeto que não é de minha autoria, mas que fui indicado Relator em duas comissões: na Comissão de Educação e na de Assuntos Sociais que declaram esse Presidente da República patrono da educação profissional e tecnológica que é o Nilo Peçanha.

Acho que é uma homenagem a toda essa construção coletiva que todos nós estamos fazendo. Eu, sobretudo, também penso assim. A gente está avançando muito. Temos que avançar muito mais, mas temos que olhar para trás. Tem gente que foi garimpando, foi produzindo, foi fazendo para que chegássemos nesse momento: reconhecer a importância da história e da construção de todo o sistema e, nesse momento, o Governo dá um impulso muito grande a partir do Presidente Lula que veio também do sistema S e agora é da Presidenta Dilma.

Eu quero dizer que apresentei o Fundep como mais uma fonte de recursos para o ensino técnico, mas para mim o que interessa é que o ensino técnico avance e não a aprovação desse ou daquele projeto. Isso é o que me interessa. Quanto mais o ensino tiver recursos, tiver investimentos e a gente ver milhões de jovens se formando, é isso que me interessa.

Quando apresentei esse fundo, primeiro me disseram: "Não pode ser projeto de lei". Tudo bem, eu já vi projeto de lei transformando em fundo que foi o fundo do idoso. Eu sou autor do Estatuto do Idoso. E um projeto de lei do meu amigo, Deputado Beto Albuquerque, o fundo que complementa o Estatuto do Idoso por projeto de lei. Eu tive a alegria de relatar em uma comissão e que bom que está criado.

Disseram-me que não podia e apresentei uma PEC, a PEC está apresentada e qual é a vantagem da PEC? PEC é proposta de emenda constitucional que, uma vez aprovada, é lei. Não depende de mais ninguém. O que é que visa? Visa mais investimento

no ensino técnico sem prejuízo daquele que está sendo aplicado até o momento e com as devidas fontes.

Mas, enfim, o importante para mim é poder anunciar no encerramento desta audiência pública que tenhamos um grande fórum porque cada um possa colocar o seu ponto de vista da importância do ensino técnico. Será no Plenário do Senado, inúmeros Senadores já assinaram o documento e, uma vez votado, será voltado simbolicamente, os senhores serão convidados a expor no Plenário do Senado para todos os Senadores e Senadoras e, por que não, meu amigo Deputado Federal Laércio Oliveira. De repente, fazemos até uma sessão conjunta – Câmara e Senado – em homenagem ao ensino técnico, em que Deputados e Senadores falem da importância deste momento histórico que estamos vivendo. Com certeza, será uma sessão que vai durar o dia todo até à noite, mas vai ser bom. Tenho certeza de que o Brasil vai perceber.

O mais importante disso tudo para mim – e aqui encerro – é a nossa moçada, a nossa juventude começar a ver luz, como falamos, no fim do túnel, porque para mim foi uma luz no fim do túnel quando eu consegui fazer o meu curso técnico. Com isso, encerro.

Muito obrigado a todos os convidados.

Está encerrada esta audiência pública. (*Palmas*.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto, do dia vinte e quatro de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Casildo Maldaner, Vicentinho Alves, Sérgio Petecão e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Ataídes Oliveira, Wellington Dias e Waldemir Moka. A Presidência registra a presença dos Senhores Luciano Ambrósio, Assessor Parlamentar do Senado Federal e Tarciana Barreto Sá, Assessora Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização da **3ª Audiência Pública** do Ciclo de Debates em Defesa do Emprego e da Previdência Social para tratar do tema "Políticas de Emprego para os Trabalhadores Experientes (a partir de 45 anos de idade)", em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011–CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Jeferson Luiz Faria Soares, Representante do Grupo de Estudo dos Trabalhadores Experientes; Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador Nacional Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC; Rodolfo Peres Torelly, Diretor do Departamento de Emprego e Salário, do MTE; Ana Paula da Silva, Diretora de Qualificação do MTE, em substituição à Coordenadora-Geral de Estatística do Trabalho do MTE, Senhora Maria Emília Veras. Justificaram ausência os seguintes convidados: Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias – CNI; Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho, Diretor-Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Nacional; Antonio Rocha da Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA; Luiz Gonzaga Bertelli, Presidente Executivo do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE; Dinaquel Milaine da Costa Ferreira, Gerente da Agência do Trabalhador de Planaltina-DF, do Sistema Nacional de Emprego – SINE. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da situação das fábricas administradas por trabalhadores. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado**. EXTRAPAUTA – ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da situação dos vigilantes de empresas privadas nas redes supermercadistas e da denúncia de consumidores agredidos. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado**.** Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Vicentinho Alves, Sérgio Petecão e Ataídes de Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal,

juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 4ª Reunião e a sua aprovação.

Os Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à 3ª audiência pública do ciclo de debates em defesa do emprego e da Previdência Social para tratar, no dia de hoje, do tema "Políticas de Emprego para os Trabalhadores Experientes", em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011, de iniciativa deste Senador e de outros.

Antes de compormos a Mesa para nossa audiência pública, vou colocar em votação dois requerimentos, que são também de audiências públicas.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

Sr. Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social e da Comissão de Assuntos Sociais, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública para discutirmos a situação das fábricas administradas por trabalhadores.

Aqueles que concordam, primeiro, que o requerimento entre como extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aqueles que concordam também com o mérito permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

O segundo requerimento também é extrapauta.

REQUERIMENTO Nº ...., 2011

Sr. Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social e da Comissão de Assuntos Sociais, com fundamento no art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública para discutirmos a situação dos vigilantes de empresas privadas nas redes de supermercados e outros e a denúncia sobre agressão a consumidores.

Aqueles que concordam que o requerimento entre como extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quanto ao mérito, aqueles que concordam também permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Como já fiz a leitura do objetivo desta reunião, desta nossa audiência pública, convido já nossos debatedores, nossos painelistas. Convido para compor a Mesa o Sr. Jeferson Luiz Faria Soares, representante do Grupo de Estudos e de Articulação dos Trabalhadores Experientes; convido também, representando o movimento sindical, o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, que é o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e é também Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec). É bom dizer que esse fórum reúne em torno de cinco centrais sindicais, catorze confederações e a Cobap. Então, convido o Coordenador Nacional, Lourenço Ferreira do Prado, e também nosso ilustre convidado, que representa o Ministério do Trabalho, Dr. Rodolfo Peres Torelly, para que se sente aqui, à minha esquerda. O Dr. Rodolfo Peres Torelly é Diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego.

Quero só fazer uma introdução rápida de como surgiu a ideia desta audiência, nesta manhã de terça-feira. Recebi, no Rio Grande do Sul, lá em Canoas, uma delegação em torno de dezesseis companheiros, homens e mulheres – depois o Jeferson pode falar –, que montaram um rede pela Internet para discutir a situação das pessoas com mais de 45, 50, 55 anos, enfim, não importa, ou 60, ou 70, que, com muita experiência, muito conhecimento, estavam com uma enorme dificuldade para conseguir um posto de trabalho.

A partir disso, tivemos uma conversa lá e acertamos, então, que teríamos, em primeiro lugar, uma audiência pública para situar, efetivamente, a situação, com convidados, entre eles, o movimento sindical e o Ministério do Trabalho.

Eu acho até que estamos avançando um pouco nessa questão, e o Ministério do Trabalho, eu acho, tem dados, mas, com certeza, é claro, temos de avançar muito mais.

A gente sempre fala que, com o crescimento do País, principalmente nos últimos dez anos, e, naturalmente, você vai falar, nós geramos em torno de 15 milhões de novos empregos, mas isso não quer dizer que nós estamos numa situação de pleno emprego. Nós sabemos que principalmente aqueles trabalhadores que não têm um curso profissional ou que não fizeram um curso profissionalizante têm mais dificuldades para se colocar no mercado de trabalho. Outros, naturalmente, com a idade mais avançada, que exerceram, durante a sua vida, um tipo de atividade, para se reciclar, ou digamos, para se atualizar para uma outra atividade também passariam pelos cursos técnicos, conforme, pelo menos, a premissa que eu apontaria aqui.

É nesse sentido, também, que sou autor, aqui no Congresso, do Fundep. O Fundep é um fundo para que se invista cada vez mais na formação da nossa gente, do nosso povo. O Fundep é um fundo de investimentos no ensino técnico profissionalizante e, uma vez aprovado nos moldes que o apresentei, e é uma proposta de emenda constitucional, ele geraria em torno de R$9 bilhões a R$10 bilhões. É claro que temos de fazer um diálogo muito forte com o Ministério do Trabalho, porque parte desse dinheiro sai do FAT. Seria uma discussão que faríamos fraternalmente, no momento adequado e, naturalmente, com o Ministério do Trabalho, participando, também, da administração desse fundo, pelo meu entendimento.

Segundo, eu apresentei, já há muitos anos, aqui no Congresso, um projeto que visava a exatamente isto: garantir nem que fosse uma cota nas empresas para os trabalhadores chamados experientes, ou seja, com mais de 40 ou 45 anos.

Eu soube pela Internet, recentemente, que o Deputado Estadual Antônio Félix, e quero dar um destaque para ele aqui, mas não sei o seu partido, e também não interessa qual é o seu partido, apresentou um projeto semelhante ao meu, lá no Piauí, que foi aprovado. Ele vai exatamente nesse sentido de valorização, de que haja um percentual de vagas nas empresas, mediante incentivo, naturalmente, para os chamados trabalhadores experientes.

Eu devo ter, aqui, o número do nosso projeto também, que eu apresentei em 2006. O movimento sindical me ajudou, porque tem tanta folha aqui! É o 6.930, de 2006, que vai exatamente nesta linha: fortalecer políticas públicas para que o nosso trabalhador e a nossa trabalhadora com mais de 40, 45, 50 anos tenham mais oportunidades no mercado de trabalho.

A gente fala tanto em aposentadoria do regime geral, principalmente, e entra em todo aquele debate da idade, se aos 55, se aos 60 anos... No serviço público, são 55 e 60. Bom, se nós entendermos que esse é o princípio, que gostaríamos que todos pudessem se aposentar com salário integral e sem o fator previdenciário... O fator previdenciário, na verdade, incentiva a aposentadoria precoce, ao contrário do que dizem os defensores do fator.

O camarada resolve se aposentar, porque perde a metade do que ganharia devido ao fator vai ganhar metade do salário que estava recebendo e volta para o mercado disputando um outro espaço, enquanto o ideal seria ele estar no mercado de trabalho, recebendo um salário decente, e se aposentar um pouco mais na frente, com salário integral. Ele se engana quando pensa que ao se aposentar com o fator, embora recebendo a metade do salário, ele fez um grande negócio. Muito bem, ele vai ganhar. Ganhava R$2.000,00 vai ganhar R$1.000,00, está aposentado. Continua no mercado ganhando R$2.000,00. Só que, ali na frente, quando a sua situação física não lhe der mais condição de continuar trabalhando, ele perde R$2.000,00 e passa a viver a velhice dele com R$1.000,00. Enfim, esse é o objetivo desta reunião: debater a situação dos Trabalhadores Experientes.

Vou passar a palavra, em primeiro lugar, se me permite, para o Jeferson, que foi quem montou essa rede, em nível nacional, e que me provocou no Rio Grande. Eu trouxe o assunto aqui, já que, segundo eles, é uma situação – e eu concordo – que não é do Rio Grande do Sul ou de Brasília, é uma situação que acontece em todo o País.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Jeferson Luiz Faria Soares, que representa aqui essa organização virtual, podemos dizer, por enquanto, dos Trabalhadores Experientes.

V. Sª tem o tempo de dez minutos, com mais cinco e mais cinco, se for necessário, e, se necessário, mais cinco.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – O senhor já falou quase tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, dei uma improvisada aqui só para...

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – A primeira constatação é esta: o envelhecimento da população, o envelhecimento do trabalhador está impondo novos desafios.

A gente tem visto muitas notícias nos jornais, e vamos abordar alguma coisa aqui. Mas a base de discussão começou no mundo virtual, através de um grupo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fale mais perto do microfone. Pode ver que eu falo bem...

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Mais perto. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E falo alto ainda.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Então, a origem das discussões foi em um grupo em que surgiu uma pequena discussão. "Você seria a favor de lei de quotas nas empresas para trabalhadores de mais de 50 anos, acima de 50 anos"? E podíamos começar a partir dos 40 anos, porque o pessoal, hoje, da dita geração x já está começando a se preocupar também com isso, não só os *babys boomers* como nós.

Aqui, só para ilustrar, eu vou dar um *link* para mostrar um pouquinho da... Isso aqui tudo é um extrato de algumas discussões. Eu não vou parar ali porque tem muita bobagem que, às vezes, o pessoal diz, já que é

um canal livre, vão se comunicando, então, vai-se falando muita coisa. Mas aqui já mostra um pouquinho do alcance desse grupo. Tem gente de São Paulo, de Minas, de todo o Brasil tem gente participando. Então, é só uma ideia para mostrar aqui de onde surgiu essa discussão. A partir daí, fomos procurar o Senador Paim, lá no Sul, para falar desse assunto que, para nós, era extremamente importante.

Fizemos também um documento. Esse estudo está dentro de dois arquivos, que são muito grandes. Por razões técnicas, a gente não imprimiu isso, mas está disponível, quem quiser, a gente tira cópia e passa. O documento é baseado em fontes oficias.

Só para ilustrar também, vou abrir aqui. Esse é o trabalho que foi feito...Partiu-se até ...Aqui é importante eu salientar uma coisa: a discussão inicial era de executivos e profissionais experientes, mas a gente abrangeu, com essa discussão, até por sugestão do Senador Paim, toda a classe de trabalhadores. Em todas as áreas a gente tem visto notícias sinalizando que está aumentando empregos para maiores de 65 anos, mais com salários ridículos. Esse documento aqui é composto de dois arquivos e está à disposição; quem quiser, depois, eu encaminho cópias.

Para não delongar, vamos adiante.

O importante é a gente analisar o que está acontecendo no Brasil, o que todo mundo já sabe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe-me, só para situar. O Senador Ataídes Oliveira, o Senador Vicentinho, que já assinou o livro e volta, que os Senadores podem, a qualquer momento, usar a palavra. Só para comunicar os painelistas. Então, o Senador Ataídes sempre presente em nossas comissões e no plenário também. Seja bem-vindo aqui. Esteja conosco.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Pois bem. Então, se olharmos a pirâmide etária do Brasil, veremos que o Brasil está também envelhecendo, não se está gerando mais tanta criança como tempos atrás. Eu não sei o que está acontecendo, mas o que se vê é que aumenta muito essa população acima de 35, 40, 45 anos. E, em vez de criar também na base mais juventude, isso não está acontecendo. Então, estamos tendendo a isso aí. E precisamos criar condições para que esse pessoal continue trabalhando.

Podemos dizer que o Sul e o Sudeste são as regiões mais velhas hoje. No Rio Grande do Sul, na região Sul, nós temos mais de dois milhões de pessoas acima de 55 anos. São dados que estão dentro daquele levantamento todo ali. Eu não vou me deter aqui, porque não faz muito sentido. Em dez anos, percebemos isso, vai aumentar o número de idosos e vai diminuir cada vez mais o número de crianças no Brasil.

Em janeiro de 2011, há uma taxa de desocupação dessa população equivalente a 6% da população de trabalho.

Dentro do documento que geramos há uma série de informações sobre as nomenclaturas utilizadas nos recenseamentos, então vamos pular isso aqui.

Aqui há um dado importante: dentro do que se chama de população não economicamente ativa estão incluídas este tipo de pessoas, que são os incapacitados, os estudantes e, o pior, os desalentados. Segundo o IBGE, são aqueles cidadãos que estão desempregados e que tentaram por um tempo conseguir uma nova colocação, tentaram conseguir uma nova oportunidade, mas há mais de um mês nem estão procurando mais, desistiram. Penduraram as chuteiras, como se diria. Isso é muito sério e leva a um desequilíbrio social muito grande.

Nós temos hoje, de acordo com o censo de 2010, mais de 160 milhões de pessoas em idade ativa, e nessa parte um grande percentual de gente de 50 a 65 anos (15%) faz parte dessa comunidade que está em risco ainda aí.

Uma das questões que o nosso trabalho aborda também é que esse conceito de desemprego usado nas estatísticas, de certa forma, é um pouco reduzido, porque deixa muita gente de fora. Pessoas não são consideradas, então o percentual tende a diminuir.

Ainda nesta semana saiu uma notícia de que vamos ter uma estatística mensal da taxa de desemprego, tentando trazer um número real, para sabermos como é que está isso. Para não nos basearmos só em propaganda, como se vê muitas vezes aí.

Aqui são dados que usamos...

Aqui são umas considerações que achamos bastante importantes também. Não somos contra, em momento algum, essas leis, esses incentivos à contratação de menores e tudo o mais. Só que as cotas para os portadores de necessidades especiais, as leis de incentivo ao estágio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só gostaria de dizer que eles estão aqui no plenário também. Não é, Luciano?

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Claro. É importante. Eu acho fantástico.

A abordagem aqui é só para salientar que, com essa taxa de ocupação dessas duas categorias de trabalhadores, já se reduz o desemprego. Mostram também como uma redução do desemprego. Foi isso que eu quis dizer.

Agora os pontos mais importantes. Tem sido noticiado que aumentou o percentual de empregos para maiores de 60 anos. Aí vamos verificar que para aquelas posições como caixa de supermercado, porteiro,

guardador, coisas assim, com salários bem baixos, estão contratando gente, mas é realmente exploração da mão de obra barata.

Uma alternativa que sempre é dada para quem está desempregado, para quem está nesse momento de transição, é transformar-se em um empreendedor. Mas não adianta, para cada empresa, ou para cada empresário, tem de haver um número muito grande de empregados. Eu imagino que a relação é de 1% de empresários no Brasil, e o resto são trabalhadores mesmo.

Quem não teve essa vocação desde pequeno ou por influência de casa e tudo o mais, não vai conseguir. Há muitos casos de empresas que abrem e quebram em um ano. No primeiro ano, 40%, 50% das empresas. Então, não adianta. O cara trabalhou toda a vida, prestando serviços para uma empresa, no caso dos *baby boomers*, como se diz, vestindo a camiseta da empresa, ele não vai, de uma hora para outra, conseguir administrar o negócio dele. Então, ele quer continuar aquele trabalho que ele vem desenvolvendo.

O que se fala bastante e que está sempre nos jornais: o apagão da mão de obra. E até tinha aqui uma revista que eu peguei e que fala a mesma coisa, que estão precisando trazer gente de fora, com mais capacitação técnica. E não é bem verdade. Nós temos gente capaz. Apagão nós vemos muito na área da construção civil. No ano passado, estive visitando vários eventos na área da construção, já se falava nisso, e não fizeram nada para treinar mais gente. Na época, eu até tinha sugerido para a CBIC que se transformasse num S, um S para a indústria da construção, para formar gente, desenvolver gente. Não fizeram nada. Na área da tecnologia da informação, que é a área em que trabalho e que conheço bem, realmente, há uma demanda muito forte, mas para o pessoal de desenvolvimento, como programadores, testadores de sistemas, por aí.

O grande apagão que eu vejo e de que se tem falado bastante nos últimos dias é também na área de ensino fundamental médio, professores. Formação de professores e motivação de professores. Desde que comecei a estudar, já ouvia falar isso. E, como foi dito por aquela professora lá do Nordeste, até hoje parece que não fizeram nada. Quer dizer, essas áreas... O apagão da mão de obra acontece exclusivamente em alguns segmentos do Brasil. O resto está indo bem. Nós temos gente capaz.

Outra coisa que preocupa. Em 2010, eu acho que foram concedidos em torno de 50 mil, 56 mil vistos de trabalho para estrangeiros. A previsão para este ano é chegar a 300 mil. Será que vamos resolver o problema dos países europeus e do hemisfério norte, dando emprego? Porque esses empregos vêm aqui para conquistar posições de gerências, principalmente, ou técnicos. Como diz esta *Mundo Corporativo*, gente que precisa de conhecimentos relacionados a novas tecnologias, como engenharia fina, biotecnologia e geologia. Nós temos gente também assim, talvez falte um pouco mais por não haver demanda das empresas anteriormente. Mas essa parte aí é muito importante. Enquanto países da Europa fecham as fronteiras para a entrada de trabalhadores estrangeiros, nós vamos resolver o problema desses países aqui, deixando de contratar os brasileiros que estão capacitados e vêm exercendo funções de gerência, organização de empresas, gestão como um todo, parte técnica. Tem muita gente aí. Acontece que o empresário também chega a um ponto em que quer economizar. Acha que é mais barato trazer um estrangeiro. E o dinheiro que ele ganha aqui manda de volta para fora.

Bom, aqui foi feito um levantamento, também dentro daquele trabalho, dos projetos de lei existentes, alguns que foram rejeitados, outros que estão ainda sendo trabalhados, e queremos dar todo o apoio. E temos, digamos, na retaguarda, uma estrutura muito grande, que é a comunicação. A comunicação através do mundo virtual. E, para complementar, recebi aqui um documento, em que esse grupo de trabalho que começou em março a discussão desses assuntos já criou uma associação, a Abepex. É uma associação voltada também para defender os interesses dos profissionais, dos trabalhadores experientes, gente que passou dos 40... Quem está em 40, 35 a 40, tem que começar a se preocupar porque, logo, logo, vai fazer parte desse nosso grupo aí, está bom?

Então, hoje, percebemos que somos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Só mais um minutinho, então.

Somos em torno de 13 milhões de brasileiros que estão entre 50 e 65 anos – se puxarmos isso para os 45 anos, esse número vai crescer bastante – em situação de desemprego ou subemprego. As empresas veem o trabalhador dessa faixa etária como desatualizado ou muito caro. As empresas falam muito em ROI, todo mundo fala em ROI – Retorno sobre o Investimento: quando é que vou receber o meu dinheiro de volta, se faço um investimento? Quando é que vou começar a lucrar? Eles não percebem a experiência, o conhecimento, a habilidade que esse pessoal tem. Eu estava vendo, nesses dias, uma frase, que acho que é da Cora Coralina, mas não tenho certeza: saber vem do estudo; agora, sabedoria vem da experiência, do contato com as pessoas humildes – como aprendemos com elas. É diferente só o conhecimento técnico. As empresas, por não contratarem esse pessoal, estão

desperdiçando um tremendo capital intelectual, que foi o que manteve o Brasil... Quem está hoje com mais de 55 anos ajudou o Brasil a se manter e a crescer dentro de todo aquele período complicado. Então, uma boa remuneração para esse pessoal é fundamental, porque, com a economia interna estando saudável, o Brasil vai em frente.

Então, finalizando, há anos, existem projetos tramitando na Câmara Federal e no Senado e não se consegue ter nenhum projeto de lei que realmente incentive as empresas a manterem esse pessoal ali no dia a dia.

Era isso. O documento que geramos com estudo e com estatísticas está disponível para quem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Jeferson, que fez a introdução do nosso debate, ressaltando que temos de valorizar o nosso povo, a nossa gente. Eu ouço isso muito mesmo. Se tivéssemos 300 mil, 500 mil profissionais, todos seriam colocados.

De imediato, vamos ouvir, representando o Ministério do Trabalho, o Dr. Rodolfo Péres Torelly.

O SR. RODOLFO PÉRES TORELLY – Presidente, bom dia.

Srs. Senadores, senhores e senhoras, eu queria começar a minha breve exposição colocando alguns dados macros do Brasil, como o Senador colocou. Temos hoje uma população de quase 190 milhões de pessoas e uma população economicamente ativa de mais de 100 milhões de trabalhadores. Com muito esforço de todo o povo brasileiro, realmente, hoje, o Brasil se encontra na melhor situação, eu acho, de toda a sua história. Nos oito anos do Governo do Presidente Lula, foram gerados mais de 15,3 milhões empregos com carteira, fora as outras ocupações, por conta própria. O setor sem carteira diminuiu, graças a Deus. Uma parte dele está sendo absorvida pelos trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Isso deu um impulso também a esse segmento. Agora, com o primeiro quadrimestre do Governo da Presidente Dilma, já passamos de 16,2 milhões empregos com carteira. Esse forte crescimento nos levou a uma taxa de desemprego do Primeiro Mundo, inclusive abaixo da dos Estados Unidos. Mesmo quando levamos em conta o que o colega falou sobre o desalento, o famoso desemprego oculto, essa taxa ainda fica em um dígito. Ela é um pouco diferente do que o Dieese divulga através da PED, que é um conceito que procura capturar mais trabalhadores do que a PME, que é o conceito que a OIT determina. Mas todas as duas estão em um dígito: em torno de 6,5% a 8,5%. Então, temos indicadores hoje que nunca tivemos.

Outro indicador muito importante é que o setor formal da economia brasileira hoje já suplanta a informal em torno de 60 a 40. Quando a gente fala em empregados, então, esse número já é maior, porque o número de trabalhadores sem carteira tem regredido ao longo desses últimos anos.

Focando, agora, num dado bem real, de 2010, o Ministro Carlos Lupi divulgou, nos últimos 15 dias, os resultados da Relação Anual de Informações Sociais, a RAIS, que é uma fotografia de todos os vínculos do mercado de trabalho, tanto de celetistas como de servidores públicos. E tivemos o melhor resultado da história do Brasil também: foram 2,83 milhões novos empregos criados no ano de 2010.

E, focando no tema dessa discussão, que é específico, o pessoal acima de 50 anos, esses dois grupos tiveram um crescimento de emprego acima da média. Enquanto o Brasil cresceu 6,94%, o grupo de 50 a 64 anos teve um crescimento de 10,3%, e o de 65 anos ou mais, de 12,8%.

Não tenho aqui a informação – é uma pena –, mas vou conseguir e mandar para o Senador a estratificação do nível de empregos. Realmente, muito se tem falado: "Ah, os empregos são de baixa qualidade". Isso não é verdade. Nós temos de pesar várias coisas aí, inclusive, o aumento real do salário mínimo. Hoje, um salário mínimo vale em dólar o que valia há 10 ou 12 anos. O sonho do Brasil era chegar a um salário mínimo de US$100.00; hoje esse salário mínimo é de US$300.00.

Quando se foca em salário mínimo, pode-se dizer: "Ah, está apertado; até dois salários mínimos é uma coisa...". Mas o nosso salário mínimo melhorou muito, e tem-se de levar isso em consideração, tanto que os dois principais programas que tem o Ministério do Trabalho, que é o do Seguro-Desemprego e o do Abono Salarial... O Abono Salarial teve uma explosão, muita gente ganhando na faixa até dois salários mínimos. Tem-se concedido isso de forma muito pesada. E o Seguro-Desemprego, também. Em função do aumento do salário mínimo e da rotatividade, que é outro problema que temos de discutir...

O Ministério fez um trabalho, agora, com o Dieese, que estamos colocando no mercado. Vou dar um exemplo para os senhores: no mês passado, abril, geramos 272 mil novos empregos, e foi o resultado de 1,8 milhão de admissões e de um milhão e quinhentas e tantas mil demissões. Então, gerou-se o líquido de 270, mas o que entrou de gente e o que saiu de gente... Então, aí se tem aquela discussão do próprio Codefat. Há a bancada dos trabalhadores e a dos empregadores, e cada um joga a culpa na outro um pouco. E há a rotatividade natural, de quem busca um novo emprego, do

aposentado, do morto, de atividades como a agricultura e a construção civil, que é natural. Mas há alguma coisa aí que força o movimento.

Aí muita gente não entende: como estamos gerando emprego nessa abundância, e o seguro-desemprego não cai? Não cai, porque há uma substituição, essa rotatividade. Seria muito bom se eu gerasse 270 mil empregos líquidos, sem entrar e sem sair ninguém. Mas o movimento de gente entrando e saindo é absurdo. É muito grande, mas não é uma anomalia grave.

O índice de rotatividade nos Estados Unidos é parecido com o nosso. Agora, na Europa, não: o índice já é mais baixo, mas existe a rotatividade também. Realmente, é um fato que é uma nuança do mercado de trabalho, que carrega um pouco nos programas do Ministério do Trabalho.

Agora, eu queria também falar sobre justamente a situação dos vistos de estrangeiros e sobre o apagão de mão de obra. Inclusive, está presente aqui a Diretora de Qualificação do Ministério do Trabalho, a Drª Ana Paula, e, se o Presidente achar que convém, ela pode falar um pouquinho melhor sobre a área de qualificação.

Mas, acerca dos vistos para estrangeiros, queria levar que o Ministério do Trabalho está atento a isso. Inclusive, antes, na semana passada, houve um episódio, pedindo-se visto de estrangeiro para a Marinha Mercante, para a exploração de petróleo. E o que a gente sempre faz? Não é a minha área específica, mas dou a informação, porque nos solicitam. Nós verificamos junto ao Caged o movimento de quem está entrando e saindo do mercado, para vermos se está havendo gente que ocupe essas vagas, e vamos também aos dados do Sistema Nacional de Emprego, em que as pessoas procuram vagas. E sobram vagas.

No ano passado, a gente colocou no mercado de trabalho 1,2 milhão de Sine, mas tivemos o oferecimento de três milhões de vagas, que entraram, flutuaram no sistema. Claro, algumas podem ter se perdido, mas outras foram absorvidas, por agências privadas, indicações de parentes. Então a gente verifica... E, para minha surpresa, eu falei: ah, essas ocupações não vão ter no Sine", e todas elas tinham ofertas de trabalhadores e colocações realizadas no mercado de trabalho.

Acabou um pouco aquela coisa de que o Sine é só para o trabalhador carente. Não. É agência pública de emprego. Como visitamos na França, no sistema de lá só o governo trabalha com emprego. Eles acham que é um direito do trabalhador e que isso não deve ser privatizado. Então, lá não existe, por exemplo, um acato. Não estou dizendo que isso é certo ou errado. Estou falando que aqui o nosso sistema de emprego tem o papel dele, as agências privadas trabalham também, e esse sistema nos dá o balizamento, se está tendo aquela vaga ou não.

Mas o Ministério do Trabalho está atento, muito atento a essa coisa. O Ministro tem falado seguidamente do problema do apagão da mão de obra. E isso decorre muito da falta de recurso. Não é falta de recursos, veja bem. Os recursos do FAT existem – o tripé do FAT. O trabalhador quando entra para o Programa Seguro-Desemprego tem direito ao emprego, à qualificação e ao seguro-desemprego. Ele entra para as três coisas. Hoje temos cinco modalidades de seguro-desemprego. E nunca faltou recurso para pagar benefícios, graças a Deus. Nem para o seguro, nem para o abono. Mas o recurso para qualificação profissional e para estruturar as agências do Sine, que possibilitam essa reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, é considerado despesas discricionárias. Então, todo ano eles entram na tesoura. Então tem-se muito recurso para pagar benefícios, não falta, mas o recurso muito escasso para fazer a qualificação profissional e para fazer a intermediação de mão de obra, que seria o tripé que eu teria do Sine.

Em linhas gerais, eram essas as primeiras informações que eu queria dar. O Ministério tem muito a colaborar com esse debate, principalmente estratificando informações, que temos a Rais, temos o Caged, temos acesso às pesquisas do Dieese, da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), então a gente pode fazer, Senador, um retrato muito claro dessa situação para balizar toda essa discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o Dr. Rodolfo Péres Torelly, que aqui falou em nome do Ministério do Trabalho, vez que é Diretor do Departamento de Emprego e Salário daquele Ministério.

Vamos permitir agora que fale o Lourenço, que é o Coordenador do Fórum Sindical e depois a Drª Ana Paula complementa as informações por parte do Ministério e, a partir daí, a gente abre o debate.

Dr. Rodolfo, sem sombra de dúvida, só para ajudar no debate, essa alta rotatividade claro que preocupa todos os trabalhadores. Sabemos que uma alta rotatividade significa também arrocho salarial. Os salários considerados mais altos acabam sendo demitidos, e aí pega a situação do trabalhador experiente, porque ele é demitido e, se quiser voltar para o mercado de trabalho, tem que voltar para um salário bem menor.

Falo isso com certo conhecimento de causa e experiência própria. Como presidi muitos anos o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e depois cheguei a ser secretário-geral e vice da CUT nacional – vou falar só do caso de Canoas –, inúmeros amigos meus,

da minha época, passaram por esse momento. Acabaram sendo demitidos e, para voltar para o mercado de trabalho, com o salário que tinham antes, impossível. Praticamente tiveram que voltar pela metade do salário. Então isso é um fato real. Podemos falar que a massa salarial, claro, no momento em que se colocam 15 milhões de novas pessoas no mercado, o conjunto da massa sobe. Agora você tem esse problema de fato e essa alta rotatividade. O Dr. Rodolfo foi muito feliz aqui porque falou com fatos, não fez meio de campo, deu dados e números. Existe, sim, uma alta rotatividade e essa alta rotatividade, claro, preocupa a todos. Preocupa a nós, preocupa, tenho certeza, o Ministério do Trabalho, preocupa o Codefat, enfim, todas as pessoas que estão nesse universo.

Falo com muita tranquilidade sobre o tema, porque tive a alegria de ser um dos autores dessa lei que existe hoje e que criou o próprio FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Foi uma construção coletiva de três parlamentares, na época, e eu fui um deles, na construção desse fundo que, no meu entendimento, está sendo muito bem administrado e está caminhando bem. Como o senhor falou bem, não falta dinheiro para pagar os benefícios.

Enfim, vamos ao Lourenço do Prado. De fato, o debate está interessante. Cada um colocou o seu ponto de vista, e tanto as preocupações colocadas aqui pelo Jeferson como também as do Dr. Rodolfo mostram uma situação, mas a preocupação existe. Com relação ao dado da rotatividade, só quem marcha com a alta rotatividade para mim são as pessoas com mais idade.

O SR. RODOLFO PÉRES TORELLY – *(Fora do microfone.)* ... variando dos 12 aos 18 meses. E quando chegar aos 24? O cara ficou dois anos sem recolher, perdeu a Previdência?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom, o debate está dado.

É tranquilo que o Ministério do Trabalho não é culpado disso. Culpado é lá fora.

O SR. RODOLFO PÉRES TORELLY – Com certeza. Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para que as pessoas que estão assistindo ao vivo à TV Senado saibam que o Ministério do Trabalho está fazendo um tremendo esforço, e tenho pelo Ministro Lupi enorme respeito e carinho. É um dos melhores Ministros do Trabalho que conheci no período em que estou aqui, e estou há 25 anos dentro do Congresso Nacional. Ele tem feito um trabalho brilhante!

Com a palavra o Dr. Lourenço.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom dia, senhoras e senhores, eminente Senador Paulo Paim, meus colegas de depoimento nesta manhã, Dr. Jeferson Luiz Soares, do Grupo de Estudos dos Trabalhadores Experientes; eminente Dr. Rodolfo Torelly, do Ministério do Trabalho.

Em primeiro lugar, Senador, agradeço essa deferência do convite ao Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), para participar nesta manhã aqui deste esforço do Senado, especialmente de V. Exª, no sentido de fazer esse debate. Saudamos também o eminente Senador Ataídes, aqui presente, aliás sempre presente nesse tipo de debate, de esclarecimento para a sociedade brasileira.

Começaria dizendo que temos notado realmente – inclusive foi ratificado pelo Dr. Torelly – que, para os trabalhadores de mais de 50 anos, na verdade, tem havido realmente um crescimento relevante, significativo, a partir de 2003 até os primeiros meses de 2011. Esses são dados do IBGE, e contra números não há argumentos. Estão aí colocados.

Entretanto, numa faixa etária mais comprimida pelo mercado e que sofre consequências maiores, maiores embates, maiores desgastes, justamente de 35 anos para frente, sobre isso, realmente, não localizei uma estatística confiável que eu pudesse trazer para debater e para dar tranquilidade para aqueles que são intitulados hoje trabalhadores experientes.

Enquanto, na verdade, o mercado procura por esses trabalhadores experientes, segundo inclusive declaração do Professor Dr. Paulo Meyer, que é pesquisador do Ipea, as empresas procuram essa modalidade de trabalhadores, que realmente é escassa. Então, isso provoca uma verdadeira corrida para vistos, passaportes de trabalhadores de outros países que vêm e na verdade acabam tomando postos de brasileiros.

Temos de ser xenófobos e realmente expulsar daqui os estrangeiros? Não. Eu acho que o mercado de trabalho é mundial, o trabalho é uma coisa mundial e tem que ser realmente partilhado por todos os trabalhadores do mundo consequentemente. Entretanto, nós, como um país em desenvolvimento, emergente, temos necessidade desses postos de trabalho e temos gente qualificada aqui.

Dessa forma, o que temos de ter? São mecanismos adequados para que haja realmente estímulo para as empresas contratarem e uma forma também de mecanismo de defesa desses empregos, já que não temos estabilidade nem garantia de emprego no Brasil. Essa é a realidade que nós temos, e é contra ela que temos de nos bater.

Mediante a negociação coletiva direta entre o movimento sindical e as empresas, ou sindicatos representantes de categorias econômicas, esse tipo de negociação não tem fluído, não tem trazido resultados concretos. Temos visto, pelo contrário, justamente, de-

missões. A pessoa vai ficando mais velha no emprego, vai ficando mais antiga no emprego, o salário vai ficando mais alto, e o patrão, muitas vezes, simplesmente olha a folha de pagamento e decide: quem ganha salário alto é demitido e é contratado um trabalhador ganhando muito menos do que aquele trabalhador que era mais experiente – continua sendo um trabalhador experiente, entretanto está na rua, está desempregado.

Nos anos 70, tivemos o impacto da automatização e da informatização no Brasil, da introdução de novas tecnologias no mercado de trabalho, e nós, que trabalhamos... Eu sou oriundo do sistema financeiro, meu trabalho é banco. O nosso setor de bancários sofreu um impacto muito grande, justamente pela informatização, pela introdução de novas tecnologias, pela ausência de proteção para esses trabalhadores. Quando houve essa questão do seguro-desemprego, não foi possível estabelecer um processo de moratória tecnológica como o que houve em países como a Austrália, onde essa moratória foi de cinco anos – durante esses cinco anos, não se podia demitir os trabalhadores ou trabalhadoras que fossem impactados pela geração de novas tecnologias, pela forma mais sofisticada de trabalhar, com a informatização, a automatização, a robotização etc.

Isso, entre os bancários, gerou uma onda de desemprego nos anos 1989-1990, quando tínhamos algo como um milhão de trabalhadores no sistema financeiro. Hoje, 2011, devemos ter pouco mais de quinhentos mil trabalhadores. Realmente, mais de 50% dos trabalhadores simplesmente ficaram desempregados. Esses trabalhadores, ficando desempregados, acabaram tendo de adotar muitos procedimentos. Um deles foi essa questão do empreendedorismo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me interrompê-lo para registrar que o Senador Casildo Maldaner é Vice-Presidente da Comissão principal e tem vindo sempre prestigiar esta Subcomissão, até porque ele tem falado, como o Senador Ataídes, que esta Comissão trata do emprego e da aposentadoria. Quem não quer ter um bom emprego e quem não quer ter uma boa aposentadoria? O Senador Vicentinho Alves também já esteve aqui e também esteve conosco o Senador Waldemir Moka. Portanto, já temos quórum para deliberar.

Usem da palavra no momento que entenderem mais adequado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Claro, o nosso Senador Maldaner é uma figura respeitada pela sociedade não só de Santa Catarina, mas especialmente por nós, trabalhadores.

Então, nós falávamos justamente nesses trabalhadores impactados pelo processo de demissão através de PDV e incentivos à demissão etc. etc. Esses trabalhadores e trabalhadoras partiam, então, para o empreendedorismo, muitas vezes estimulados pelo Sebrae com novas ferramentas – a pessoa era estimulada a ser empreendedora, ser empregadora de si mesma etc., um verdadeiro "Eu S.A."

Muitas vezes o que nós notamos foi uma experiência muito ruim, porque a pessoa, depois de uma idade madura, passar para uma atividade comercial, de empreendedorismo... Nós tivemos muitos colegas, homens e mulheres, que realmente não se deram bem nessa atividade de montar seu próprio negócio, uma forma de empreendedorismo que lhe permitisse o ganho necessário para continuar sua vida na sociedade.

Eu enfoco essa área tecnológica, Senador Paim, porque nós não tivemos realmente proteção para enfrentá-la. Por exemplo, no comércio, nós tivemos a introdução do código de barras. Hoje você entra no supermercado e é uma beleza: você vê a caixa do supermercado passando aquele produto com o código de barras, vê as pessoas sendo muito bem atendidas, muito rapidamente. Entretanto, isso gerou um desemprego muito grande.

Na área de emprego, quando você introduz procedimentos automáticos, procedimentos oriundos de novas tecnologias, da tecnologia da informação, informatização etc., num primeiro momento você desqualifica profissionalmente o trabalhador e a trabalhadora e, num segundo momento, você demite, ele vai para a rua, simplesmente fica desempregado.

Nas negociações coletivas, nós também não tivemos condições de avançar nesse mecanismo de proteger o trabalhador, de proteger o emprego. Simplesmente, vale a lei de mercado – o mercado é esse ser fantástico, esse ser mitológico que parece ser a resposta para tudo, passou a ser esse ser encantado.

Então, tivemos realmente os impactos decorrentes da introdução de novas tecnologias, com a desqualificação profissional, depois a demissão e o desemprego. E aumentou cada vez mais e aumenta, não tenha dúvida nenhuma, ainda hoje, no ano de 2011, o número de desempregados, justamente engrossando o número de trabalhadores chamados de experientes, aqueles que têm 45 anos ou mais.

Nós entendemos que temos que encontrar uma forma de dar uma resposta para a sociedade, para a classe trabalhadora, porque no setor privado não temos condição de ter um mecanismo de proteção de emprego. Há garantia mínima de emprego no sistema financeiro nos bancos governamentais, que fazem concurso. Mesmo assim, a questão da estabilidade não é definitiva e absoluta, temos muitas dificuldades de manutenção dos postos de trabalho. E temos, por

outro lado, como já disse, mas vou repetir, o exército dos trabalhadores experientes de que o mercado necessita, mas que, no entanto, não absorve essa categoria de trabalhadores.

Somos um país que tem por tradição fazer leis para tudo. E entendemos que é a forma de legislar e proteger o mercado de trabalho para os trabalhadores que são experientes, que já deram a sua força de trabalho para o crescimento e o desenvolvimento do País. Assim, temos que encontrar uma forma de dar uma resposta para esse tipo de problema. E a forma que encontramos é termos o compromisso da sociedade, do movimento sindical – e nós, como movimento sindical, assumimos esse compromisso – de fazer com que os projetos de lei que estão em tramitação hoje, especialmente na Câmara dos Deputados... E coloco como *lead case*, como o projeto-guia, com respeito a todos os eminentes parlamentares, sejam Senadores ou Deputados, o projeto do eminente Senador Paulo Paim, que, se não me engano, é o Projeto nº 6.930, de 2006, um projeto pioneiro. Ele institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego dos Trabalhadores Experientes. E ele colocou até uma sigla para isto: Pnete.

Esse projeto de lei se encontra na Câmara dos Deputados. Lá está tramitando na Comissão de Tributação e Finanças, sendo Relator o eminente Deputado Jorge Côrte Real, do PTB de Pernambuco.

Evidentemente que existem outros projetos de lei de outros Deputados, como, por exemplo, o do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita, apenas para ajudar neste tema. Inclusive foi entregue para todos... E V. Sª tem razão, foi feito um substitutivo que reuniu todos os projetos que tratam do tema. Aqui no Senado foi aprovado com o relatório do Senador Augusto Botelho. Depois, foi para a Câmara. Lá, o substitutivo do Deputado Roberto Santiago foi aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Agora está, exatamente como você falava, na Comissão de Finanças e Tributação. E o Deputado Jorge Côrte Real é o Relator do PTB. Mas já está em forma de substitutivo, achei interessante. E caminha em duas áreas: fortalece o chamado primeiro emprego e o trabalhador experiente. Então, fortalece o jovem, quando está iniciando; e também o trabalhador com mais de 45 anos.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – O projeto-guia, o projeto líder nesse tipo de matéria também existe. Para prestar homenagem aos eminentes parlamentares que tomaram a iniciativa de apresentar o projeto de lei, o Projeto de Lei nº 179, de 2011, recentíssimo portanto, do Deputado Anderson Ferreira, do PR de Pernambuco, que concede dedução do Imposto de Renda às empresas que contratarem trabalhadores com menos de 21 anos e mais de 45 anos de idade. Realmente é muito relevante.

O PL nº 7.344, de 2006, do Deputado Medeiros, do PL de São Paulo, que dispões sobre o incentivo à contratação de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e do serviço público federal pelas empresas privadas.

Também selecionei o projeto nº 765, de 2003, mais antigo, do Deputado Almir Moura, do PL do Rio de Janeiro, que dispõe sobre medida de estímulo às empresas que contratarem trabalhadores com menos de 25 anos e com mais de 45 anos de idade.

De forma que o mecanismo adequado e que os eminentes parlamentares selecionaram e entenderam relevante colocar em seus projetos de lei é justamente estabelecer um processo de estímulo tributário, estímulo fiscal, para as empresas que realmente se dedicarem a contratar essa modalidade de trabalhador para seus quadros de pessoal.

Senador, reiterando mais uma vez o agradecimento de nos convidar para participar deste importante debate hoje nesta manhã, fica aqui o compromisso do movimento sindical de trabalhadores de lutar, de estabelecer um processo prioritário de apoiamento para que tenhamos definitivamente aprovado o projeto de lei do Senador Paim, com a contribuição dos outros eminentes parlamentares, para que tenhamos um freio, uma referência firme, baseada em uma lei. Este é um país que legisla para tudo, por que não legislar para uma classe de trabalhadores que contribuiu muito e que continua contribuindo, entretanto não tem estímulo para voltar ao mercado de trabalho e fica nesse processo de desemprego, de desalento, de sofrimento.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Lourenço, que falou em nome do movimento sindical.

Por uma questão de justiça, quero dizer que o Dr. Rodolfo Péres me lembrou, porque na hora me deu um branco, pois sempre falo em todos os lugares que vou, que o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), na época, V. Exª estava no Ministério do Trabalho – foi uma fusão dos projetos de três parlamentares: eu, o Deputado Jorge Uequed, na época, o Deputado Serra. Foi a fusão dos três projetos que resultou no atual Fundo de Amparo ao Trabalhador, enfim toda política de seguro desemprego.

Então, neste momento, convido à Mesa a Drª Ana Paula da Silva, Diretora de Qualificação do Ministério do Trabalho, para que possa colocar seu ponto de vista sobre o tema. Mas os Senadores podem falar. Fiquem

à vontade. Se quiserem ouvir primeiro a Drª Ana Paula, os Senadores decidem. (*Pausa*.)

Com a palavra a Drª Ana Paula da Silva.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Obrigada, Senador. Bom dia a todas e todos. Quero saudar o senhor e agradecê-lo, em nome do Ministério do Trabalho e Emprego, a oportunidade de falarmos sobre esse tema. Gostaria de fazer uma saudação especial ao Senador Casildo, que é meu conterrâneo, e assim como o Senador Paim, dignifica esta Casa.

Rapidamente, quero contextualizar a questão da qualificação social e profissional. O Ministério do Trabalho e Emprego atua fortemente com dois programas, o PNQ, que abrange ações com a colaboração de Estados e Municípios e também com o ProJovem Trabalhador, uma das modalidades desse grande programa nacional que atua na qualificação profissional mais básica para obtenção do emprego imediato.

Os nossos cursos de qualificação têm uma carga horária média, no caso do PNQ, de 200 horas, atendendo pessoas de 16 a 80 anos, literalmente, temos pessoas – é claro que num índice muito pequeno – de idade elevada que participam desses cursos formativos da qualificação. No caso do ProJovem, atendemos jovens de 18 a 29 anos, segundo a regulação, com o objetivo de estimular o primeiro emprego.

Sobre a nossa pauta, o que vale destacar é que, especialmente a partir de 2003, com a criação do PNQ, mas de 2007 para cá, o Ministério do Trabalho e Emprego tem procurado criar novas regras de aperfeiçoamento da política nacional de qualificação, de forma que se torne mais efetiva, mais abrangente e, fundamentalmente, balize-se de um pouco mais de qualidade na prestação desse serviço de qualificação, especificamente porque é um serviço de qualificação de curta duração. E isso, é evidente, impacta diretamente no emprego.

Dos setores que a gente tem atendido, com todo esse aquecimento da economia do Brasil, nos últimos anos, gerado pelo Governo Lula, nós temos um destaque ao setor de serviços, turismo, tecnologia da informação e construção civil, que é o setor que mais tem absorvido os trabalhadores hoje, na grande maioria dos Estados, em razão não somente dos grandes investimentos nacionais que têm sido promovidos, mas também dos investimentos privados, que vêm se somando a esse processo de desenvolvimento nacional.

Pois bem. Na questão da construção civil, acho que um país que está nessa etapa de desenvolvimento como nós merece uma atenção especial, porque cabe, aí, a questão da precarização do trabalho. E isso, Senador, a gente tem procurado fazer em diversos fóruns com trabalhadores e com a participação dos empregadores, que também têm demonstrado uma nova preocupação em relação a essa questão. E por quê? Porque é o setor que mais necessita hoje de absorção de mão de obra: desde o pedreiro, o ajudante de pedreiro até o engenheiro. E é um setor que, é claro, está na base da cadeia produtiva de acesso ao crescimento de um país.

Na questão dos trabalhadores com mais de 45 anos... Os jovens, na questão da construção civil, quero dizer ao senhor que eles têm uma dificuldade de acesso a essa ocupação, porque, querendo ou não, a construção civil tem uma série de ocupações que estão muito marginalizadas pela condição de precarização de trabalho, pelo pouco reconhecimento do trabalhador quando acessa um curso e eleva sua escolaridade. Então, a gente tem reunido esses dados no sentido de proporcionar que esse setor também tenha condições de abrigar um número de trabalhadores maior, mas condicionando também ao setor a necessidade de ofertar condições mais adequadas, níveis mais adequados, não só salariais como também em relação ao trabalho em si e ao trabalhador.

Quero dizer ao senhor que atendemos, para trazer algum dado específico, de 2007 para cá, em torno de 800 mil trabalhadores nos cursos de qualificação profissional, sendo que, em torno de 400 mil – um pouco mais, um pouco menos que isso, entre 400 e 500 mil – de jovens de 18 a 29 anos. Aí a gente começa: acima de 30 até 45 anos, em torno de 18%, e, aí, temos um outro percentual em torno de 20% de trabalhadores de 45 a 60 anos, que foram qualificados nos nossos cursos de qualificação.

Quero também destacar que o Ministério do Trabalho e Emprego – e isso eu posso dizer também, em nome do Rodolfo e do próprio Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que é comprometidíssimo com as causas do trabalhador, que esta pauta é uma pauta de muita relevância para o País e que tem o apoio incondicional do Ministério do Trabalho e Emprego, que é a questão de criar meios de fortalecer o acesso dos trabalhadores acima de 45 anos e garanti-los no mercado de trabalho.

Eu acho que os projetos de lei que têm sido apresentados, fundamentalmente o do Senador Paulo Paim, porque é um projeto que traz elementos de política pública fortalecidos, que é a criação de um Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes – como foi o caso do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de antigamente, cujos resultados hoje o Brasil já colhe – é de extrema importância, como também esse projeto de lei agora, que reúne todas as iniciativas do Deputado Roberto Santiago, que é um grande colaborador nosso na causa das discussões do trabalho.

E obviamente que o Ministério do Trabalho e Emprego, Senador, posiciona-se favoravelmente à discussão dessa questão. É claro que, em um momento mais apropriado, é preciso se discutir especialmente sobre esse Projeto de Lei do Deputado Roberto Santiago as condicionantes econômicas, as variáveis de isenção, o que pode e o que não pode, um estudo que não compete somente a nós, eu acho que a Fazenda também vai se manifestar quando for chamada. Mas o tema em si é de muita relevância.

O que a gente tem procurado estimular na discussão com o setor produtivo e também nos nossos cursos de qualificação? A gente tem percebido que o próprio... Naturalmente, o aquecimento da economia já tem impulsionado o setor a procurar pessoas acima de 50 anos para serem contratadas, de 45 e 50 anos. Isso é um dado. É um dado que não atende ainda à demanda nacional social, mas é um dado que, como o Dr. Rodolfo Torelly falou, a gente tem colhido nas taxas de emprego que o Ministério do Trabalho acompanha um crescimento acima da média das outras faixas etárias na questão da contratação de pessoas com mais de 50 anos, como ele bem colocou no início da sua fala, entre 10% e 12%. Mas ainda, efetivamente, concordando com a apresentação da pauta, é um índice que não atende toda essa concepção.

E eu acho, Senador, que, de maneira contributiva, vale destacar que o que nós temos é que romper algumas questões de preconceito em relação à atividade laboral plena. "Bom, esse não pode porque é muito jovem", "esse não pode porque tem mais de 40 e então já está desatualizado", "esse não pode porque é pessoa com deficiência". Então, eu acho que todas essas distorções na relação do trabalho com o trabalhador merecem realmente um estímulo, um incentivo de nós que somos agentes públicos para que essas questões sejam superadas, porque a capacidade laboral de um indivíduo não está, de maneira alguma, diretamente relacionada à sua faixa etária. Ela está relacionada à sua qualificação, às suas condições de preparo e a uma série de outros fatores individuais e coletivos que não vem ao caso discutir aqui.

Senador, para encerrar, eu quero também dizer para o senhor que os programas em que a gente atua na parte de formação profissional, nesse caso especificamente, estão muito mais focados para atender públicos mais vulneráveis, públicos que estão em situação econômica mais desfavorável, que estão desempregados há mais tempo. E a discussão desse tema, depois, quando aprofundada, não pode ser discutida também somente globalmente porque, claro, conforme o nível educacional e a exigibilidade do serviço, no caso de pessoas que têm uma formação superior, um outro nível de trabalho, algumas variáveis têm que ser colocadas na discussão para que a gente possa também garantir a acessibilidade do emprego a essas pessoas.

Quando a gente discute política para esse setor, que ainda é o grosso da população, as pessoas que têm uma renda menor são outros critérios que o Ministério avalia, e esses são os que a gente julga como prioridade, face à necessidade de fortalecimento e crescimento do País.

Muito obrigada mais uma vez, Senador. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem, Srª Ana Paula Silva, também do Ministério do Trabalho.

Eu poderia dizer, Senador Maldaner, que Santa Catarina foi muito bem, viu? Ela foi bem.

Só para ficar bem claro para aqueles que estão assistindo à TV Senado que, na verdade, o nosso Projeto em debate, aprovado aqui no Senado, foi para a Câmara e o Deputado Roberto Santiago fez um substitutivo, onde... Diz aqui: "Autor: Senado Federal e outros". O Roberto Santiago é o Relator e fez um belo substitutivo, com que eu concordo, onde ele fortalece o primeiro emprego, exatamente como falou aqui a Drª Ana Paula, e também o trabalho experiente. Ele diz, no substitutivo dele: "Nós temos que valorizar o primeiro emprego e o trabalho para quem..." Aqui ele fala: "... trabalho para pessoas com menos de 24 anos e com mais de 45 anos". Então, eu estou totalmente favorável ao substitutivo feito pelo Relator na Câmara, Deputado Roberto Santiago.

Espero que a gente chegue a um entendimento. Uma vez aprovado o substitutivo lá, vem para o Senado. Se depender de mim, vou defender a aprovação do substitutivo apresentado pelo Relator. Espero que tenhamos lá o apoio do Relator na Comissão de Finanças e Tributação, que é o Deputado Jorge Côrte Real, do PTB.

O substitutivo está muito bem elaborado, fortalece os trabalhadores experientes, mas também fortalece o primeiro emprego do pessoal jovem.

Então, vamos aos inscritos.

De imediato, passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira. Depois, em seguida, Senador Casildo Maldaner.

Como Santa Catarina falou agora, eu ia dar a palavra para o senhor já. Mas aí eu peguei a lista de chegada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Se o nosso querido Senador preferir a palavra, esteja à vontade.

Quero, primeiramente, dar um bom-dia a todos aqui, ao nosso Presidente Paim...

Meu Presidente, eu quero, em especial, parabenizá-lo por essas diversas audiências que V. Exª tem realizado, ouvindo pessoas da mais alta capacidade e conhecimento em diversas áreas de tamanha valia para a nossa sociedade brasileira. Então, primeiro quero parabenizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Agora, então, acabo de tomar conhecimento de um projeto de lei de sua autoria que trata exatamente desse tema tão importante. Então, a cada dia que estou com V. Exª minha admiração aumenta, pela sua sabedoria e pela sua capacidade, que percebo que lhe é peculiar. Sem demagogia, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador.

V. Exª pode falar do tema com muita tranquilidade, até porque aqui foi dito – e olha que foi o Ministério do Trabalho que me lembrou. Eu sempre falo mas nesse momento não falei – que a criação deste projeto importante, que é o do FAT, foi uma fusão, na época, de um parlamentar do PMDB, um do PT e um do PSDB. O Jorge Uequed era do PMDB, eu era do PT e o Serra era do PSDB.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – E esse Fundo de Amparo ao Trabalhador foi uma coisa extraordinária, um passo imenso a favor do nosso trabalhador.

Pois bem, Presidente. Eu fiz aqui umas pequenas anotações e gostaria de mencioná-las.

O nosso professor, se me permite chamá-lo de Professor Jeferson... Os 45 anos de idade do trabalhador, hoje rejeitado pelos empresários até certo ponto – podemos colocar dessa forma – por vários motivos, não é? Um dos motivos principais, para o qual podemos chamar a atenção, é o problema salarial.

Eu sou empresário. Acabo de chegar a esta brilhante Casa, mas sou empresário, inclusive do ramo da construção civil também, de que eu quero falar algumas palavrinhas.

Interessante que eu imagino que todos aqui se lembrem... Eu não me lembro muito bem da data, mas acredito que foi há algo em torno de dez a quinze anos, por aí, quando a Caixa Econômica Federal tomou a decisão de trocar as suas gerências, os seus diretores e até mesmo os gerentes das suas agências, substituindo-os por jovens de menos idade. Eu acredito que os senhores se lembram disso. Eu me lembro muito bem porque à época eu já era empresário e tinha um parente, tio da minha ex-esposa, que era gerente da Caixa Econômica e tinha 52 anos de idade e foi demitido.

Então, promoveram-se jovens para essas funções. Foi uma catástrofe! Os números da Caixa Econômica relativos à rentabilidade, os senhores podem buscar esses dados, não me lembro bem o ano, decaíram, e eles tiveram que buscar novamente esse pessoal para o mercado de trabalho. Isso é um fato verídico. Pena que eu não trouxe aqui dados mais contundentes, mas é um fato verídico. É só a gente buscar aí no mercado. Isso prova que a experiência de um trabalhador, a experiência adquirida de um trabalhador dentro de uma empresa ou mesmo dentro de várias empresas não pode deixar de ser considerada em momento algum e um homem de 45, uma mulher de 45 anos de idade está apta ao trabalho, sem sombra de dúvida, sem desmerecer o trabalho do jovem. Então, essa é a primeira colocação que eu queria fazer.

Como empresário, como empresário, eu tenho que admitir que, algumas vezes, nós optamos pelo mais jovem e não pelo mais velho. Eu tenho que admitir isso.

Aqui, meu Presidente Paim, eu tenho chegado à conclusão de que estou fazendo uma pós-graduação na minha vida pessoal e na minha vida profissional. Essa é a conclusão a que eu chego. Deus me colocou aqui, e esta é a conclusão a que eu chego: estou aqui fazendo uma pós, principalmente perto de V. Exª, nesta Comissão de tamanha importância, que tem me ensinado muito. Então, eu me condeno também e, doravante, vou pensar e vou comunicar aos meus diretores o que nos falamos aqui hoje.

A mão de obra na construção civil. Também o nosso professor Jeferson falou sobre o apagão da mão de obra na construção civil. Verdade verdadeira, sim. A construção civil, a gente atua em vários segmentos, mas a construção civil, para mim, eu sempre vi no passado que era um gigante adormecido e que as grandes potências ainda não tinham visto isso no Brasil ou, se tinham visto, não quiseram entrar. Graças a Deus para nós, para nós empresários do ramo. De repente, houve uma explosão na área da construção civil.

A Drª Ana Paula colocou muito bem: é um dos segmentos que mais emprega hoje no nosso Brasil. E a qualificação dessa mão de obra realmente é um problema gravíssimo, gravíssimo. Temos sofrido horrores. Antes, a gente buscava trabalhadores de outras regiões. Era fácil. Hoje não tem como buscar trabalhadores de outras regiões, porque, graças a Deus, onde ele está ele está tendo trabalho. Mas eu vejo o problema da qualificação dessa mão de obra.

O Sistema S, o famoso Sistema S, tem feito o seu trabalho. Mas eu particularmente tenho uma bela crítica a fazer: que ele poderia fazer muito, mas muito mais do que tem feito, porque há um rio de dinheiro nos cofres desse Sistema S. Professor Paim, quero tra-

balhar em cima disso. Já quero deixar isso registrado. Entidades como Senai, Senac e tantas outras são de uma importância extraordinária, mas tenho certeza de que, com esse caixa abundante, tem-se condições de fazer muito mais em termos de capacitação, em termos de treinamento e qualificação dessa mão de obra, o que hoje é um problema grave no nosso País. Isso, inclusive, atrapalha que investidores de outros países venham investir no nosso País.

Então nós temos que trabalhar um pouquinho mais com relação ao Sistema S. E depois eu quero conversar com V. Exª a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas eu tenho outras anotações aqui. Permita-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Esqueçamos o conhecimento – foi o que eu disse –, esqueçamos o conhecimento, então, que esse trabalhador de 45 anos, acima de 45 anos, tem. O que me chama muito a atenção, pelo pouco conhecimento que tenho do mundo lá fora, porque eu tive poucas oportunidades de sair do nosso País, é que eu percebi, por exemplo, que, nos Estados Unidos, na Europa, o trabalhador acima de 45 anos é muito respeitado e valorizado. Você chega naquelas lanchonetes, meia-noite, uma hora da manhã, e encontra senhoras e senhores acima de 80 anos ativamente trabalhando. Aqui no Brasil é diferente: com 60 anos, ele não serve para mais nada. A única coisa para que ele serve é ir à igreja e pagar dízimo. Isso é lamentável! Mas, com um projeto como este de V. Exª e com debate como este aqui, nós podemos mudar esse quadro e nós vamos mudar esse quadro, sim.

Precisamos, meu Presidente, precisamos levar mais aos nossos empresários brasileiros essas informações, não por meio de punições. Há algumas convenções coletivas que determinam que, em alguns segmentos, o demitido, após 45 anos, tem uma estabilidade, mas isso não resolve o problema. Como também não resolve o problema você punir a empresa por ela demitir um funcionário acima de 45 anos. Salvo melhor juízo dos senhores, eu acho que o melhor caminho não é a punição das empresas. Esse benefício em contratar, eu até concordo, principalmente vindo do Sistema S, que volto a repetir, tem dinheiro para consertar a nossa Previdência Social, tem dinheiro para consertar a nossa saúde, a nossa segurança púbica. E vou falar sobre esse tema em curto prazo no plenário, Senador. Estou buscando mais informações.

Então, eu quero parabenizar a belíssima ideia desse projeto pelo qual as empresas serão beneficiadas com redução da suas alíquotas terríveis ao Sistema S ao contratarem, então, um menor ou um maior de 45 anos. Quero parabenizar esse projeto.

O professor Rodolfo – permita-me chamar também de professor Rodolfo – falou sobre a qualificação da mão de obra. Eu só quero ratificar, professor, que esse é um gravíssimo problema. Eu quero ratificar: é um gravíssimo problema hoje do Brasil o problema da qualificação da mão de obra. O Sine está lá com listas imensas de trabalhadores procurando emprego, e você abre as páginas dos grandes jornais e vê empresas e empresas procurando trabalhadores. Olha que coisa ortodoxa. Não é isso, doutora? Isso se resume na qualificação da mão de obra. E esse custo é muito barato tanto para o Governo quanto para as empresas.

E eu quero aqui colocar, meu Presidente, que no Tocantins nós estamos criando uma empresa e nós vamos buscar garotos de rua, isso bancado pelas nossas empresas próprias, nós vamos buscar esses garotos de rua e vamos ensinar construção civil para eles. Está certo? Vamos ensinar mão de obra de construção civil. Mas não basta esse movimento. Eu acho que esse movimento tem que ser de toda a sociedade e do Governo.

O *turnover*, que o senhor colocou, a rotatividade dentro de uma empresa, é o maior prejuízo que uma empresa tem. A contratação e a demissão de um funcionário custam muito caro para uma empresa. Mas, infelizmente, o *turnover*, principalmente no segmento da construção civil, é enorme. Nós temos que mudar também esse quadro. Mas esse quadro vem por aí, vem pelo problema da maior idade, dos 45. Vamos chamar de maior idade 45 anos de idade. Então, nós temos que mudar essa mentalidade da classe empresarial. Convocar, inclusive, Senador Paim, os nossos representantes das nossas federações, para eles passarem para os empresários o quanto isso custa caro – e eles têm conhecimento disso, nossos empresários são muito capacitados, senão não estariam no mercado com essa carga tributária, a mais gigantesca e monstruosa de toda a história do mundo.

O professor Lourenço colocou aqui sobre o projeto do nosso Exmº Senador Paim, de que eu, na verdade, nem conhecimento tinha, e chegou em minhas mãos. Fiquei muito contente, porque eu tive tempo aqui de ler, Senador Paim, o projeto do nosso Deputado Roberto Santiago, que o senhor acabou de explicar, a que se juntaram os demais projetos, não é isso? E ele já tramitou pelo Senado, já passou pela Câmara, agora ele vai à CCJ. Tenho certeza de que o senhor vai fazer chegar às mãos dos nossos eminentes Se-

nadores da CCJ esse debate de tamanha importância. Tenho certeza. E eles vão entender o porquê desse belíssimo projeto.

Meu Presidente, era tão somente essas tantas palavras que eu queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Quero cumprimentar o Senador Ataídes Oliveira pela simplicidade e pela forma objetiva com que falou sobre todos os temas, eu diria até que com uma certa ousadia e coragem. É disso que precisamos aqui, coragem. É um empresário, falou das dificuldades do setor, falou de algumas ações que os empresários teriam que ter e fez uma cobrança – sei que o Sistema S acompanha também todos os nossos debates – para que o Sistema S invista cada vez mais na formação profissional. É uma cobrança positiva, ele que é da área.

Eu me formei no Senai, graças a Deus. Eu me formei no Senai, e foi fundamental para mim, eu vendia frutas na feira, em Porto Alegre, e depois, com 12 anos, entrei no Senai, e minha vida mudou. Fiz o curso técnico e hoje estou aqui no Senado, há 25 anos no Congresso Nacional, um tempo, seis anos como sindicalista. Entendo a sua fala. O que V. Exª quer? Quer que o Sistema S forme mais outros milhões de Pains, de Lulas, de tantos outros, porque o Lula também passou pela formação técnica.

Então, meus cumprimentos a V. Exª. V. Exª foi feliz, corajoso e por isso que eu posso dizer que a recíproca é verdadeira. Fui operário, marceneiro, depois metalúrgico, mas veja como há uma coincidência enorme no nosso ponto de vista. V. Exª é um empresário bem-sucedido; eu, até ontem, um peão metalúrgico, e hoje estou no Senado. É uma alegria estar aqui com V. Exª.

Senador Casildo Maldaner com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente Paim, senhores convidados e, se me permitirem, eu começo por Santa Catarina: Ana Paula, é uma honra para nós não estarmos sozinhos aqui, Ana Paula vem prestigiar esse encontro, é Diretora de Qualificação do Trabalho no Ministério do Trabalho, e é um orgulho para nós, catarinenses, Ana Paula. Quero aqui cumprimentar os demais convidados, Rodolfo, Lourenço e Jeferson. Os demais presentes, quero saudá-los também.

Veja bem, Presidente Paim, justamente eu estava pensando na mesma linha que V. Exª: o Senador Ataídes é uma espécie de pessoa que não manda bilhete. O Senador Ataídes vai direto, é franco, não tem meio rodeio. Essas coisas são muito claras. E ele foi muito sincero no que disse, a gente nota isso, tem anotado página por página, em relação a cada um dos convidados, o que ele pensa. E em relação ao Sistema S, ele foi firme, foi direto. Para compreender, para expor o que pensa na vida, nas coisas, nas questões, ele, que vive esse meio, para nós, foi muito interessante. Senador Ataídes, é uma revelação aqui na casa a presença de V. Exª. E, sob o comando do nosso eterno Paim, que vem dali, é hoje um... Aliás, o Paim, onde vai, no Brasil, é uma loucura, onde vai, parece um santo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A quem está assistindo: os dois são meus amigos, por isso esses elogios.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas é verdade, onde vai, é uma loucura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu me sinto feliz de dizer que eles são meus amigos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Esses dias, Ana Paula, em Nova Trento, havia um encontro nacional de terceira idade, de aposentados, em Nova Trento, Santa Catarina, que Ana Paula conhece. Nós fomos prestigiá-los lá. Mas lá tem a Santa Paulina, que agora foi... Estivemos em Roma, à época, Santa Paulina, a primeira santa do Brasil, agora vem Irmã Dulce, que foi beatificada, em Salvador. E lá em Nova Trento, cheia de aposentados, a gente entra naquela catedral imensa, aquela basílica, praticamente... Conhece lá, Jeferson? Não é loucura? Então, Lourenço, nós adentramos na hora em que falavam na santa, mas na hora em que falavam em Paim é que se levantava tudo. Parece que veneravam mais o Paim do que a santa. Mas é mesmo, eu senti isso lá. Quer dizer, onde vai, é Paim daqui, é Paim de lá, é o Paim, Pai-Nosso e tal e coisa. É uma loucura.

Então, quero ser muito sincero, quero cumprimentá-los.

Vim aqui para dizer que essa tese de até 21 anos, em princípio, para estimular o jovem, e, dos 45 em diante, que já começa a ter, no mercado... Acho que, dentro desses princípios, os S têm que ajudar a profissionalizar, a melhorar as confederações, porque o jovem, por exemplo, na Internet, ele tem muita prática, já sei pela minha neta. Se pegar aqui, é uma loucura. A informática hoje está no mundo, está presente, então o jovem sabe. Os S ou confederações têm que ajudar a preparar. E aí, Ana Paula, que é da área, do Ministério do Trabalho, tem que conglomerar, tem que articular esse pessoal todo para o jovem entrar, porque eles têm muita facilidade nessa área.

E, depois dos 45, quem está aí, muitas vezes, se não continuar praticando, vai perdendo, porque a evolução da informática é muito dinâmica hoje no mundo, é muito moderna, e a pessoa começa a ficar meio que de lado. Hoje, todas as profissões, medicina, advocacia, qualquer ramo, engenharia, são dinâmicas, evoluem,

não são estanques. É constante, tem que sempre haver aperfeiçoamento, porque quem não se aperfeiçoa, quem não anda acaba ficando no espaço. Então, lógico que depois dos 45, também mesmo na Internet, mesmo na informática, mesmo nessas questões que evoluem, talvez seja um gancho para poderem essas pessoas irem a todos instante se qualificando, melhorando e acompanhando. Talvez ajude um pouco a manter. Acho que são campos em que é possível, Sr. Presidente e senhores convidados, que são da área, e onde pudermos já emprestar essa luta, Ana Paula, que é do Ministério do Trabalho, quiçá o próprio Lupi, o Ministério, vocês se articularem com essas confederações, esses S. E vamos atualizar esse pessoal. Quando pensar em ficar cansando, quando pensar em parar, vamos dar uma dinâmica, vamos dar um energético, não é um Red Bull, mas uma espécie de... Estão entendendo? É alguma coisa, a pessoa não pode parar na vida. Hoje, aliás, a média de vida não é mais 60 anos, 70 anos. Hoje as pessoas investem em si. Com a ciência, a evolução da ciência, a média já vai para 80, vai para mais, pensa-se nisso, de acordo com os países do primeiro mundo. Então, é investir em si, é isso que acontece hoje. Nós temos que levar esse novo mundo, esse novo parâmetro que existe.

E também há uma tendência que a gente já nota de que, por exemplo, entre os pais que tinham sempre oito, dez filhos... Lá em casa eram nove, nós éramos nove irmãos, Paim também já tinha me falado que eram em dez; na minha região era isso porque não havia televisão, então, sabem como é. Era uma norma. Hoje a tendência já não é mais essa. Dois filhos, três, e param. A coisa vai por aí. Então, a tendência é, em função da longevidade, que esse pessoal fique no mercado de trabalho bem mais tempo. É uma tendência isso.

Então, acho que temos que estimular nessa linha, até pela necessidade. Só que eles têm que evoluir, têm que receber esse ciclo de aprendizado, essa evolução para estarem preparados para o que vem aí. A evolução é muito constante

Eu até penso, já tenho dito para o Senador Paim e para os colegas na Casa, mas não é o foco de hoje, não é o caso, mas eu até penso, e já tenho projeto tramitando, já tenho algumas ideias, inclusive de pessoas que começaram a trabalhar cedo chegarem aos 60, 65 anos – a mulher e o homem – e se aposentarem, por exemplo, com R$700,00, R$800,00 pelo INSS. Estão aposentados, com 65 anos, e hoje se sentem na necessidade de ainda contribuir com alguma coisa a mais para não parar. Ainda há muito isso. Não é o foco de hoje, mas eu trago isso porque é uma preocupação de muita gente. Está ganhando R$700,00, R$800,00 pelo INSS, está aposentado, mas tem que comprar o seu medicamento, tem o seu neto para ajudar. Ele quer dar mais uma contribuição por cinco, seis anos. Quer dizer, fisicamente, hoje ele ainda tem condições de trabalhar e, para não ficar na informalidade, para ir para a formalidade, ele recolhe o INSS, ele contribui. Vai ganhar mais R$500,00. Ele vai contribuir. E o que se quer hoje? Depois de cinco ou dez anos trabalhando a mais, ou no fundo do quintal, ou arrumou um negócio, ou para empacotar numa empresa, ou cuidar, fazer controle – ele está ganhando uns R$500,00 a mais por mês para ajudar na sua sustentação de vida –, ao cabo desse tempo, porque daí fisicamente ele não pode mais, está quebrado, não tem mais condições, que ele possa, proporcionalmente a esse tempo em que ele contribuiu, agregar alguma coisa à sua aposentadoria, para ter condições de continuar ajudando o neto, a neta, ajudar um sobrinho que quer estudar, ou para ele mesmo, porque ele está contribuindo com o fundo de Previdência.

Essa é uma tese, uma proposta que temos tramitando aqui. Não vamos parar. Vamos ficar lutando. Já estive com o Ministro da Previdência. Eu acho que o Senador Paim é um grande mestre para ajudar nisso. Não é aqui tirar o lugar de ninguém, do jovem ou do de 45, não. É porque hoje, com a longevidade, com a situação de vida, essas pessoas precisam, até para não ficar na ociosidade, não ficar parado. Hoje, tem o tempo, vai buscar lá, está ganhando pouco, sempre respeitando-se o teto, é claro. Se já está no teto e vai querer ganhar mais, aí não. Vamos dar preferência ao pessoal que não chegou ao teto no INSS, que é de R$3 mil e pouco por mês. Então, essa faixa de gente que quer contribuir ainda, quer se esforçar, quer contribuir, sem ocupar o lugar do mais jovem, em absoluto, mas para poder fazer alguma coisa e um dia ter uma vida mais justa. Essa é uma tese pela qual estamos lutando. E, olha, há muita gente assim no Brasil hoje. Temos que pensar nisso. São algumas considerações, Sr. Presidente, cumprimentando a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero cumprimentar V. Exª e dizer que o seu projeto tem tudo a ver com o tema. Qual é a ideia aqui?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – *(Fora do microfone)* ...e os 45. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por quê? O cidadão voltando a trabalhar passa a contribuir para a Previdência, já tem a sua aposentadoria, que é o caso de inúmeros, os chamados trabalhadores experientes, e vai ter um *plus* aí – esse é o seu projeto – na sua aposentadoria, porque ele pagou a Previdência. E o sistema é contributivo. Se eu pago, tenho que ter algum tipo de retorno. Quero dizer que o seu projeto é muito bem pensado.

Senador Sérgio Petecão, conosco aqui, sempre presente nos debates desta Comissão, agradeço as palavras elogiosas de V. Exª.

Aproveito o gancho para dizer que, nesta sexta-feira, às 9 horas, estarei na Assembleia Legislativa de Curitiba para discutir o Estatuto do Motorista, voltado a todos os profissionais que atuam no transporte terrestre. Eu havia apresentado, em 1990, um projeto na Câmara, onde aprovei. Aqui, no Senado, caiu. Daí eu reapresentei quando aqui cheguei. Então, quero aproveitar o momento, pela TV Senado, para dizer que estarei lá, na Assembleia Legislativa de Curitiba.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu não falei que é um itinerante pelo Brasil afora, é um missionário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu aproveitei o gancho que V. Exª deu.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É um itinerante da boa causa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria registrar a presença conosco aqui da Tarciana Barreto Sá, assessora técnica do Ministério do Trabalho e Emprego.

Não sei se o Senador Sérgio Petecão...

Então, eu vou passar a palavra aqui para os componentes da Mesa, para que façam as suas considerações. Depois, passo para os Senadores para que façam as suas considerações finais.

Começo aqui com quem abriu, o meu amigo Jeferson Luiz Soares.

Para situar, permita-me, meu amigo Jeferson...

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um grupo de homens e mulheres me procurou no Rio Grande do Sul sobre a situação de desemprego, eu diria, de grande parte de profissionais com mais de 45, 50 anos. E isso é fruto desta audiência pública. O Ministério do Trabalho já mostrou que avançamos nessa área, mas todos querem avançar muito mais.

Eu poderia dar o exemplo aqui, antes de V. Exª falar, que, quando cheguei ao Congresso, há 25 anos, logo depois da Assembleia Nacional Constituinte, foi formada uma comissão para ir ao Japão. Era uma delegação de empresários. Eu, como vinha do movimento sindical, fui convidado, em nome do Congresso, para estar nessa delegação. E lá eu vi exatamente o que o Senador Ataídes falou aqui. Lá eu vi exatamente o seguinte: os trabalhadores experientes eram adorados, eram considerados mestres e dificilmente saíam da empresa. Quando ele saía, já saía como convidado para ir para outra empresa para continuar instruindo os trabalhadores mais jovens. *(Palmas.)* Quero dizer que é uma experiência muito interessante que vi lá. E aqui, agora, a partir da sua fala, lembrei-me desse detalhe.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – É um pouco do conceito que algumas empresas aqui adotam: ter conselheiros externos baseados nessa experiência, nessa vivência. Acho fantásticas as colocações de todos. Agradeço muito a atenção que se está dando a essa população enorme de trabalhadores, que estão, vamos dizer, nos tempos atuais, no ápice da sua produtividade. Então, não dá para a gente desperdiçar esse capital intelectual que temos aí ou importar de fora, resolver o problema de outros países aqui, no Brasil. Acho que é importantíssimo. Este projeto de lei aqui está muito interessante, muito bom.

Eu posso dizer que, do grupo que começou essa discussão, hoje deve haver um bom número deles acompanhando esta nossa audiência pública aqui, mas que não vieram fisicamente – temos mais um colega aqui –, mas podem ter certeza de que, pelo menos, umas 50 mil pessoas estão acompanhando esta nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E por que não dizer que eles gostariam de vir em massa, mas foram honestos: "Senador, nós não temos condições de pagar uma passagem de avião e hotel, enfim, para estar em Brasília porque estamos – esses que falaram comigo, um grande grupo – desempregados".

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Com certeza. A gente está totalmente à disposição. Esse movimento vai se desenvolver cada vez mais e mais, através das nossas redes. O que a gente está tentando evitar, como a gente percebe em muitas representações que se criam no Brasil, é que elas se multiplicam e termina que cada uma está querendo puxar brasa para o seu assado. O que a gente quer é ter uma coisa única para mostrar aos senhores aqui, no Congresso, a força desse mercado de trabalho, desse pessoal que está aí. Não precisa trazer gente de fora. Tem que valorizar esse pessoal que está trabalhando. Nós temos um número enorme. São 13 milhões se pegar acima de 55 anos. Pegando a partir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me fazer uma... Não é uma provocação e nem uma pergunta.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Provoque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu acho até que vocês já pensaram nisso, mas seria muito importante vocês, se pudessem – eu sei da dificuldade financeira –, terem um cadastro. Só cutuquei para vocês poderem falar um pouco mais.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Já foi criada uma associação. Desse primeiro grupo de debates já se criou uma associação, a Abepex (Associação Brasileira de Executivos e Profissionais Experientes), mas a gente pensa também no global. Não só nos executivos e profissionais graduados, técnicos, engenheiros, coisa desse tipo, mas abranger toda a classe trabalhadora do Brasil para ter um dispositivo, um mecanismo de incentivo para que as empresas passem a perceber quanto traz de retorno aquele profissional que sabe atender, que entende o cliente, que sabe as necessidades daquele cliente que está procurando, muito mais que um rapaz mais novo que ainda não tem essa vivência, esse jogo de cintura. Eu garanto que os dinossauros, como a gente brinca, às vezes, sabem muito bem jogar esse jogo aí.

Muito obrigado a todos pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *(Fora do microfone.)*...que representou aqui o Grupo de Estudos dos Trabalhadores Experientes. Essa ideia, em que sei que vocês vão avançar, até porque, pela Internet, isso não é difícil, de fazer um grande cadastro, em âmbito nacional, e, de repente, apresentar ao próprio Ministério do Trabalho, como uma contribuição ao Sine, aos empresários. Qual é o setor em que estão faltando profissionais experientes? E, nesse cadastro, as pessoas poderiam colocadas. Podemos ter lá mil, duas mil, três mil, quatro mil nas áreas respectivas que sei que acumulam experiências e têm muito a contribuir com o País.

Parabéns a V. Exª.

De imediato, passo a palavra ao líder sindical, Lourenço Ferreira do Prado, que coordena o Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Muito obrigado, eminente Senador Paim, eminentes Senadores presentes, Casildo Maldaner e Ataídes Oliveira, em primeiro lugar, realmente, quero reiterar o agradecimento por participar nesta manhã deste debate. Em segundo lugar, quero dizer que o projeto de sua autoria, eminente Senador Paulo Paim, representa uma síntese, pois procura, justamente, equilibrar os trabalhadores jovens ou aqueles que não têm emprego ainda, o nosso País é um país de jovens, mas também tem muita gente experiente. Segundo dados do nosso professor Jeferson, são mais de treze milhões. Então, justamente o que este projeto procura é equilibrar.

Como temos no País uma carga tributária imensa, uma carga tributária muito grande, e a gente legisla para tudo, temos de ter esse projeto de lei, estabelecendo esse processo de contemplar, para geração de mais empregos, justamente um tratamento tributário, um tratamento fiscal diferenciado. Então, as empresas seriam incentivadas nesse sentido. Evidentemente, o Sistema S, não tenho dúvida nenhuma, poderá contribuir de forma muito eficaz e relevante.

Acho que a questão aqui não é discutir um projeto de quem tem menos idade contra quem tem mais idade; não. É justamente procurar o equilíbrio. Não se trata de discutir o fato de que as novas tecnologias geram desemprego e desqualificação profissional, mas sim de estabelecer um equilíbrio entre quem não tem esse domínio completo das novas tecnologias, dos novos processos de criação, de produção e de trabalho; de estabelecer um equilíbrio com quem não o tenha ainda de forma adequada. Não se trata também de uma forma xenófoba de estabelecer um combate aos trabalhadores estrangeiros, não. Tem de ter um equilíbrio nisso tudo. Na verdade, tudo é equilíbrio. A gente acha, a gente entende, que esse projeto de lei, que hoje é da relatoria do eminente Deputado Roberto Santiago, do PV de São Paulo, representa esse equilíbrio.

No mais, Senador Paim, mais uma vez, reitero nossos agradecimentos, dizendo que o movimento sindical está presente e tem esse compromisso de trabalhar no sentido de que esse projeto seja aprovado. É mais uma contribuição para a gente eliminar esses gargalos que existem no mercado de trabalho e que, como dissemos no começo da nossa fala, não tivemos condição, nem teremos, pelo que a gente nota, de resolver, mediante a negociação coletiva. Tem que haver, realmente, política pública; tem que, realmente, ser através de lei, e lei que realmente crie um incentivo para que os empresários contratem, e esse incentivo tem que vir da mão do Estado, pela redução tributária, pela redução fiscal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Lourenço, que falou aqui pelo movimento sindical. Parece-me que o Jeferson queria fazer um...

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Só complementar: em decorrência dessa lei, vai haver uma redução de impostos, de tributos. Certamente, pela reinserção dessa categoria no mercado de trabalho e de consumo, esse retorno vai vir rapidamente na forma de pagamento dos demais tributos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos a palavra, agora, à Drª Ana Paula da Silva, Diretora de Qualificação do Ministério do Trabalho.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Obrigada, mais uma vez, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só me permita, foi falha minha. Ainda bem que aqui eles não deixam a gente mentir. Porque eu tinha dito, no início, que o Senador Vicentinho Alves tinha

assinado a lista, mas que voltava e que bom que ele está aqui, senão alguém poderia dizer: "Você não disse que ele voltava?" Está aqui o Senador Vicentinho Alves. Por favor.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Obrigada, Senador. De fato, está constatado que o conceito de longevidade do Brasil mudou. Uma pessoa de 40, 45 anos, antigamente, podia ser considerada uma pessoa ultrapassada em algumas questões, mas, hoje, uma pessoa de 45, 50 anos é muito jovem. As pessoas se sentem jovens e estão ainda em condições de... Cinquenta anos é jovem, não é?

Então, o que a gente tem que considerar como análise de fechamento dessa grande iniciativa? Primeiramente, que a gente tem de reforçar de fato essa condicionante social em nossas políticas públicas. Elas têm que avançar um pouco mais, acompanhado também essa nova perspectiva social do Brasil. No ambiente do Ministério do Trabalho, na questão da qualificação, um dos públicos que nós temos ainda, Senador Casildo, como prioridade – quero destacar – é o público de trabalhadores acima de 40 anos que se encontram desempregados. É uma das prioridades para o atendimento da política nacional de qualificação.

Também quero destacar que o Senador Ataídes fez uma referência forte à questão da necessidade de o Brasil investir mais em qualificação social e profissional. E quero lhe dizer que, de fato, nós temos essa necessidade. Eu aproveito esta oportunidade para valorar uma iniciativa da nossa Presidenta Dilma, Senador, de estabelecer uma discussão acerca de um projeto de lei que virá nos próximos dias para a Casa, acho que já está aqui, que é o Pronatec. Pensem numa alternativa de qualificação que vai desde o ensino fundamental, os trabalhadores que estão no ensino fundamental, ou aqueles analfabetos funcionais, alcançando também o ensino técnico, trazendo para esta discussão a rede de institutos federais, o próprio Sistema S. Também não se pode deixar de fora as instituições privadas sem fins lucrativos e também as com fins lucrativos que trabalham com educação profissional no Brasil e que também tem que fazer parte desse escopo. Porque a grande verdade é que nenhum segmento, nem só o Ministério da Educação, nem só o Ministério do Trabalho, nem só Sistema S, nenhum de nós, sozinhos, conseguimos hoje dar o reforço no sentido da qualificação profissional em termos de demanda no País. Nós precisamos somar todos esses esforços, e a nossa Presidenta está muito preocupada com isso. O Ministro Lupi tem contribuído diretamente com essa pauta, juntamente com o Ministro da Educação e com o MDS.

O Pronatec vem se somar a outras iniciativas importantes que o Governo Federal tem, como a Rede Certific, como próprio PNQ, como os ProJovens e outros programas desenhados pelos Ministérios.

Por final, quero dizer também, nessa questão de recursos, em relação ao nosso FAT, o Codefat, por exemplo, Senador, acho que, por uma questão de justiça, tenho que dizer, tem aprovado um orçamento significativo sempre, tanto para qualificação profissional quanto para intermediação de mão de obra. E essas duas políticas têm sofrido cortes também significativos na hora da implementação. Então, a gente aprova um orçamento, por exemplo, de R$1 bilhão para políticas, mas ficamos com R$200 milhões para executar no exercício do ano, o que é insignificante frente a demanda que a gente tem, tanto na questão do atendimento dos postos do Sine, que, muitas vezes, não podem oferecer melhores condições, porque o recurso para essa ação é limitado e tem sido diminuído, reduzido, como na questão da qualificação. Acho que vale a pena agora, nesta nova dinâmica social e econômica, a gente fazer um reforço para minimizar. É claro que o ajuste fiscal é muito mais complexo do que isso, sei que o Governo faz o que pode para atender todas as áreas, mas acho que é uma área em que a política precisa sofrer menos cortes nesse sentido, para que a gente possa reforçar a qualificação profissional.

Como sugestão, só para contribuir mesmo com o tema, deixo uma sugestão para os senhores, para o Lourenço, para o Jeferson – dei uma olhada rápida no projeto de lei –, que é em relação à questão da seleção do trabalhador para entrevista de trabalho. Por que digo isso? Porque, recorrentemente, a gente analisa, nos anúncios de trabalho – e isso também é referência dos postos do Sine, quando há o posto do Sine, é requerida, por exemplo, a contratação de um profissional –, a empresa já coloca lá na seleção, para uma determinada carreira, entre os requisitos para a entrevista, que o trabalhador não tenha mais que 40 anos, por exemplo. Então, para algumas outras ocupações, essa recomendação, essa exigência é completamente desnecessária. É claro que a faculdade de contratar uma pessoa de mais ou menos idade cabe ao empregador, mas, se a gente está nessa luta para desmistificar esse preconceito em relação à idade, acho que alguma iniciativa legal que garanta o direito do trabalhador pelo menos ao acesso à entrevista.

Uma vez que a ocupação não há uma limitação de exercício laboral na ocupação em relação à idade, que isso a gente também sabe que é verdade, que existem umas ocupações que exigem uma acuidade visual mais específica, no caso de algumas ocupações que a Petrobras mesmo contrata. Mas, enfim, quem sabe a gente pudesse nessa iniciativa manter um artigo, fazer uma referência que fosse garantida a entrevista de

emprego ao trabalhador apenas, porque seria talvez uma medida que ajudaria, fortaleceria nessa ruptura desse preconceito surdo e velado que a gente vive em relação a esses profissionais.

Mais uma vez, em nome do Ministério do Trabalho, eu agradeço a oportunidade de participar, Senador Paim, e deixo aqui o nosso sentimento sincero de apoio a essa causa e a esse pleito que está sendo colocado por V. Exª e pelos outros Senadores.

Muito obrigada. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Ana Paula, não sei se o Senador Maldaner gostaria de usar a palavra...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, é que eu faço parte da CAE e veio o Cláudio me avisar que eu tinha que ir até lá para participar. Assim, eu queria pedir desculpas ao Rodolfo, que deve fazer os comentários, mas quero cumprimentá-los e dizer que estamos aí, Ana Paula, representando Santa Catarina, representando o Brasil na área do trabalho; estamos juntos nessa. Com a chegada do Vicentinho, quatro Senadores aqui, vamos ficar em três, para prestigiar esse grande encontro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só queria que V. Exª, antes de sair, recebesse uma cópia do livro *Políticas Públicas de Emprego no Brasil*, junto com o CD, que foi elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pela UnB e pelo FAT. Este aqui é o seu. Depois cada Senador vai receber uma cópia.

Eu concordo plenamente com a Ana Paula quanto à discriminação, porque é uma discriminação quando já colocam na ficha encaminhada para o Sine que o cidadão não pode ter mais que quarenta anos. Há um tempo, colocavam até a cor da pele e, depois de um tempo também, exigiam, para uma atividade que poderia muito bem ser feita pelo homem e pela mulher, que fosse homem. Nisso nós avançamos, agora vamos trabalhar para retirar essa exigência, que, como foi dito aqui pelo Lourenço e pelo Luiz, é inconstitucional e é discriminatório.

Pois não.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – O grande problema ainda está – eu acho – no entrevistador. Ele não percebe a diferença que tem a experiência, o conhecimento do pessoal mais experiente, mais maduro.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Na hora em que entrevistar, vai cair a casa.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Olha, se eu contar o que já me aconteceu numa entrevista... Mas não vem ao caso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Rodolfo Péres Torelly, Diretor do Departamento de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, antes, V. Exª com a palavra, naturalmente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes, com a palavra. Em seguida, já pediu a palavra também o Senador Vicentinho.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu só queria colocar, Presidente, *data venia*, Drª Ana Paula, que impor às empresas o dever dessa contratação – não pelo fato de eu ser empresário –, eu acho que não é o melhor caminho, Presidente. Acho que o melhor caminho é a conscientização. Os nossos empresários são sensíveis. Eu acho que conscientizá-los de que essa mão de obra tão qualificada, que já é um problema grave nosso, ratifico, é melhor do que impor.

Como também essa PEC em que a contratação desse trabalhador acima de 45 anos, doutora, reduz essas alíquotas gigantescas do Sistema S é o melhor caminho, ao meu ver, salvo melhor juízo. Eu acho que impor às empresas mais essa incumbência, eu discordo, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo que percebi... Eu acho que, em nenhum momento, ela falou... Muitos levantaram, muitos falaram e deu um mal entendido.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Também não concordamos com a imposição. Pensamos como o senhor: a empresa, de maneira alguma. A gente pensa na conquista de um espaço que pode ser...

Na verdade, o que a gente quer garantir é o acesso à entrevista de emprego, não a contratação. A contratação é facultada; contratar uma pessoa de mais idade ou menos idade é um direito do empresário, da empresa. O que nós queremos é apenas que, no requisito para a seleção do trabalhador, não seja colocado ali: profissional... Por exemplo, você vai contratar um mestre de obras que não tenha ali uma limitação escrita que ele não pode ter mais de 45 anos para ser entrevistado ao emprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quer que ele tenha oportunidade de dialogar, e o empresário que decide.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Somente a entrevista e, na entrevista, obviamente é que fica para a empresa...

É só para evitar essas barreiras que ainda existem na pontinha.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Perfeito, doutora. Então, perdoe-me se eu entendi errado, mas nessa entrevista, uma vez ele sendo convidado para essa entrevista, ele está então se comprometendo a "contratar" – uma vez essa entrevista sendo positiva, ele está se comprometendo.

Eu continuo achando que a informação a esse empresário é o melhor caminho.

E discordo desses anúncios que discriminam: contratam-se moças de 1,75 m, de olhos azuis e tal. Isso é um crime; como o nosso trabalhador acima de 45 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, como sempre o Senador Ataídes Oliveira, atento, permitiu que a Drª Ana explicasse com clareza que não é nenhuma imposição.

Senador Vicentinho Alves, parceiro de todas as horas.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Companheiro, lutador, com um belo trabalho. É uma alegria vê-lo aqui conosco neste momento.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente Paim, ilustres convidados, Drª Ana – Ana é o nome da minha mãe, com esse nome eu procuro sempre lembrar-me da minha saudosa mãe... Portanto, sejam todos cumprimentados, Srs. Senadores.

Eu vou falar mais no sentido do trabalhador. Na minha área, por exemplo, de aviador, um aviador com 45, 50 anos está no auge da experiência. Eu prefiro voar com um aviador de 50 anos, tarimbado, preparado, qualificado, a voar com um jovem. *(Palmas.)*

Então, eu estou com 52, eu tenho 33 anos de voo e, modéstia à parte, olha lá! Prepare-se o aviador jovem para concorrer comigo, viu?

Eu acho essa discussão fantástica, assim também como motorista enfim. É mais do que oportuno discutirmos isso agora, Presidente, porque o mundo inteiro, a Europa, busca os mais experientes. Aqui no Brasil, não; aposentou tem que encostar. Deveria usar a experiência desses profissionais para contribuir de forma fantástica com o País.

Então, eu louvo essa discussão, aprovo e compreendo, Presidente Paim, que, quanto mais, nós aqui políticos convivemos na vida pública, mais experientes, mais qualificados, mais preparados, e assim em todas as áreas.

Mais do que nunca, devemos discutir isso, aprovar isso, para que possamos efetivamente conviver com as pessoas mais preparadas, mais qualificadas para darem, ainda mais, contribuição ao nosso País.

Portanto, contem com o meu modesto apoio nesse sentido e louvo, Presidente Paim, como sempre, as atitudes de V. Exª; V. Exª sempre muito sensível com as grandes causas, principalmente das pessoas deste País. Portanto, parabéns como Presidente. Eu estarei aqui sempre presente nessa discussão, de forma favorável e entusiasmado para que isso em breve seja resolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Vicentinho Alves, pela sua fala.

Vou passar para o Senador Sérgio Petecão.

Só quero dizer a todos que eu trato da questão daqueles que são discriminados. Só essa frase, eu acho que é um elogio que não dá para medir. A V. Exª eu quero dar neste momento.

Quando aqui cheguei, diziam: "Ô, Paim, ficar lidando com esses índios não dá voto!". E eu sempre defendi a questão dos povos indígenas como um compromisso de vida. E percebi que, ao chegar aqui, a primeira coisa que V. Exª me disse: "Conte comigo aqui, a partir de hoje, para defender os discriminados. Eu tenho um carinho especial pelos povos indígenas".

Isso mostra que a gente tem que fazer política pelas causas.

Sempre me dizia um Senador do Acre, um Senador que não está mais aqui, do Acre, que não voltou agora – parece que ele nem concorreu...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Geraldinho? Geraldo Mesquita?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Geraldo Mesquita! Sérgio Petecão me ajudou. A frase é dele: "Eu respeito os homens e as mulheres que fazem política não pelas coisas, mas pelas causas". E V. Exª, naquele dia, fez com que eu me lembrasse dele. A causa é importante, independente se vai dar voto ou não. Parabéns a V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Presidente. Peço licença porque vou agora à Comissão de Meio Ambiente, onde temos algumas votações importantes.

Só complementando o que V. Exª citou sobre os índios, nada mais politizado do que os povos indígenas e quanto mais idoso, aí é que ele entra no conselho de anciãos, pela experiência, pela vivência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem conhece, conhece, viu?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador Vicentinho, queria só entregar para V. Exª, em nome do Ministro Lupi, o livro que ele mandou para todos nós. Este é o de V. Exª.

Senador Sérgio Petecão com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Queria dar um bom dia a todos os nossos convidados e, na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimentar toda a Mesa.

Na verdade, Senador Paulo Paim, eu gostaria que V. Exª me respondesse – cheguei um pouco atrasado – qual é o instrumento que está se discutindo para que possamos fazer essa inclusão? Qual é o instrumento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O debate que nós fizemos aqui foi uma provocação feita por essa rede de nível nacional, montada pela Internet, para darmos espaço, assegurarmos vaga, emprego, enfim, para os chamados trabalhadores experientes.

Casualmente, eu tenho um projeto nessa área, que dá incentivo às empresas que contratarem trabalhadores experientes. O projeto foi para a Câmara, que construiu um substitutivo, do Deputado Roberto Santiago, e está agora na Comissão de Tributação e Finanças. Ele foi aprovado na Comissão de Trabalho e Serviço Público e vai exatamente nessa linha.

Esse foi um dos projetos. No substitutivo, ele pediu que se apensassem outros 15 projetos.

Eu queria lembrar, por uma questão de justiça, que tivemos aqui um Senador que já faleceu, Jefferson Peres, do PDT, que tinha um belíssimo projeto também nessa área, o qual nós aprovamos e também foi para a Câmara dos Deputados.

Então, a intenção é fazer com que as empresas que contratem pessoas com mais de 45 anos tenham incentivos fiscais na hora de pagar as suas contribuições e os seus tributos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Senador Paulo Paim, a minha pergunta, ao querer saber qual é o instrumento... Estou chegando ao Senado agora, estou começando aqui. Fui Deputado Federal e uma coisa que me frustrou muito na Câmara foi exatamente essa lentidão do Parlamento.

O que me preocupa é que um projeto desses que dá entrada aqui, quando sair já esteja todo mundo morto, entendeu?

Sinceramente, estou vivendo um momento difícil e de muita angústia, porque estamos discutindo, na CCJ, um projeto que trata do referendo do Acre, onde o povo se manifestou, foi às urnas, votou, disse que queria o seu horário de volta e, infelizmente, até hoje, nós não conseguimos nem sequer homologar uma decisão que foi tomada pelo povo. Então, eu vivo assim um momento de muita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Angústia.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – De muita angústia. E, quando vejo um projeto dessa dimensão, que, com certeza, iria ajudar... Um projeto, não, uma proposta, não é? Na verdade, só temos aqui uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós já a aprovamos, por unanimidade, aqui no Senado, foi para a Câmara dos Deputados, o Deputado Roberto Santiago fez um substitutivo e vai voltar para nós.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Pois é, com certeza vai voltar ao Senado. E eu vejo que o objetivo é muito importante. Até para não ser repetitivo, todos os oradores que fizeram uso da palavra falaram da importância para essa faixa de servidores, de pessoas que estão aí ociosas.

Na verdade, eu penso que isso é opcional. Há pessoas que não querem mais. Há pessoas que chegam a uma certa idade e não querem. É um direito que elas têm. Mas tem pessoas que... Por exemplo: a minha mãe. Ela tem 65 anos. Se ela parar de trabalhar, ela vai morrer, porque ela não consegue parar de trabalhar. E penso que existem outras pessoas como ela, com certeza.

Eu queria parabenizá-lo, Paim, por essa iniciativa e dizer que esse é o caminho.

Eu recebo muito, no meu gabinete, lá no Acre, porque lá no Acre nós não temos indústrias, o emprego lá é muito difícil... E muitos jovens nos procuram lá no gabinete. São os jovens do primeiro emprego.

Quando eles chegam à empresa, as pessoas pedem que eles tenham experiência: você trabalhou onde? Qual é a sua experiência? E ele não consegue trabalhar, porque não tem experiência. Depois dos 40 é porque já está velho demais. Então, quer dizer que a faixa etária de trabalho encolheu. Você tem apenas 20 anos, porque é depois dos 20 e antes dos 40.

Então, acho que esse é um debate importante que você está trazendo aqui mais uma vez, mais um debate importante, você, que é uma pessoa que eu tenho assim procurado acompanhar para pautar o nosso trabalho aqui, porque vejo que você sempre está focado nessas causas dos menos favorecidos, das pessoas que mais precisam, dos excluídos, como nós os chamamos.

Então eu queria parabenizá-lo e estar junto.

Imagine lá no Acre! Vamos pegar como exemplo a Amazônia. O que seria da Amazônia se não fosse a experiência daqueles seringueiros, aquelas pessoas de 60, 70 anos? Como é que a pessoa vai andar na floresta se ela nunca viveu, não tem a vivência? Às ve-

zes se discute muito aqui sobre a Amazônia, sobre o meio ambiente, mas eu não vejo ninguém enfocar em levar alguma qualidade de vida para aquelas pessoas que moram lá. Projetos como esse são interessantes, porque poderiam criar não sei se um bolsa-floresta, um bolsa não sei o quê. São essas pessoas que cuidam da floresta. Tudo o que se falar sobre isso é falácia, discurso. Aqui no Armazém do Ferreira as pessoas falam muito sobre o meio ambiente. É uma maravilha falar de meio ambiente no Armazém do Ferreira. Eu quero ver falar de meio ambiente lá na beira do rio Purus, que tem uns borrachudos de um tamanho que picam por cima da roupa.

É para essas pessoas que estão lá, aqueles senhores, aquelas senhoras que têm essa experiência acumulada, que o Governo – está aqui o Governo representado – deveria pensar em políticas, para que nós possamos também ajudar as pessoas que precisam. Eles são os verdadeiros guardiões da nossa floresta, são os verdadeiros guardiões da nossa Amazônia. Os gringos que estão lá na Europa falam tanto na preservação do meio ambiente, mas eles lá e essas pessoas aqui, não vai ter jeito, não é?

Então era isso, Paim. Parabéns pela sua iniciativa e pode contar comigo também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sérgio Petecão, eu quero cumprimentar esse nobre Senador e me permita que eu faça quase que a mesma fala que fiz aqui para o Senador Vicentinho Alves.

Eu estava lá na Comissão de Direitos Humanos e um dia ele me procura, o Senador Sérgio Petecão, e diz: "Paim, vamos ter que fazer alguma coisa". Sabe para quem? Para os negros que vinham do Haiti e estavam numa situação deplorável lá, chegando à penúria absoluta. Isso também não dá voto, mas V. Exª provocou esse debate aqui no Congresso Nacional e, de pronto, aprovamos na Comissão de Direitos Humanos a representação de V. Exª lá naquele conflito.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Pois é, quando apresentamos o requerimento, graças a Deus conseguimos despertar outros grupos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – É, fiquei feliz!

Permita-me, Senador. V. Exª falou só para mim, mas vou falar aqui, agora. Estávamos na Comissão de Direitos Humanos, num debate muito complicado, muito difícil sobre um tema superpolêmico, o PL nº 122. V. Exª sentou ao meu lado e perguntou: "Paim, você quer uma ajuda? Sinto que não está muito fácil o debate. Vamos tentar achar uma saída, encontrar uma conciliação sobre esse tema". Eu disse: claro que eu preciso. Falou baixinho no meu ouvido. Agora estou falando para o Brasil todo. Então, V. Exª saiu, ajudou a costurar e acordamos continuar debatendo o tema para construirmos uma solução. Parabéns pelo mandato de V. Exª, que muito orgulha o Acre.

Quero encaminhar a V. Exª também o livro que o Ministro Lupi mandou, pelos nossos convidados, para que eu entregasse a V. Exª. Esse livro trata do tema que estamos aqui discutindo.

Passamos a palavra ao nosso convidado, que fará o encerramento, Dr. Rodolfo Péres Torelly, falando em nome do Ministério do Trabalho.

O SR. RODOLFO PÉRES TORELLY – Senador, muito obrigado.

Complementando a fala da minha colega do Ministério do Trabalho, a Drª Ana Paula, quero colocar alguns pontos que considero importantes, para finalizar.

Inicialmente, dou a informação de que, no Ministério, já existe instalada uma Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência e de Combate à Discriminação, um organismo que funciona no Ministério em todas as suas superintendências nos Estados. Quer dizer, já existe em funcionamento uma descentralização dessa Comissão.

Também gostaria de destacar alguns pontos que considero importantes. No momento, o Ministério do Trabalho está implantando, em todo o País, um novo sistema para o Sine, que se chama Sistema Mais Emprego. Por esse sistema, quando o trabalhador dá entrada no seu seguro-desemprego, ele é inscrito automaticamente para intermediação de mão de obra e qualificação profissional. Esse sistema vai permitir, principalmente, que, do Acre, eu enxergue vaga no Rio Grande do Sul; que, do Rio Grande do Sul, eu enxergue vaga profissional no Amazonas. Isso vai nos facilitar e até orientar um possível fluxo migratório, inclusive também para os brasileiros que estão voltando do exterior para o Brasil. Há um fluxo muito grande de japoneses, de alguns países europeus, que estão voltando. Assim, poderemos dar essa orientação. Estamos em plena implantação. A nossa ideia é a de que, até julho ou agosto, esse novo sistema, que é baseado na Dataprev – empresa que gera os dados da Previdência –, deva estar rodando. Isso facilitará muito a vida do trabalhador, do empregador, de todos que compõem o mercado de trabalho.

Gostaria de colocar um outro ponto, muito rapidamente, Senador Paulo Paim, o art. 239 da Constituição. O senhor deve lembrar, é aquele que estabelece um adicional de contribuição ao FAT para as empresas que tenham um elevado grau de rotatividade de mão de obra. Isso, com certeza, deve ter saído de suas mãos também e do tripé que fez esse projeto. Isso foi em 1988, e até hoje ele não foi regulamentado.

Não é a minha especialidade, mas dando minha opinião, talvez até trazendo uma contribuição positiva a quem empregue gente de uma maior faixa etária. Deve haver alguns projetos na Casa; sei que existem, mas até hoje essa fonte adicional de recursos, que poderia regular o mercado de alguma forma, não foi regulamentada pelo Congresso Nacional, e temos esse vazio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço que me lembre para que eu possa ... É a 239?

O SR. RODOLFO PÉRES TORELLY – Está certo. É o art. 239 da Constituição, que estabelece uma contribuição adicional para o FAT.

Atualmente, quando distribuímos os pouco recursos que temos para o Sine, para que ele atenda ao trabalhador, levamos em conta os trabalhadores de longa duração, porque há uma máxima no mercado de trabalho: quanto mais tempo fora do mercado de trabalho, mais difícil voltar. Se a pessoa sai, num curto tempo ela volta. Se ela ficar fora, ela perde o círculo, perde a informação, aí não tem mais jeito. Ele vira um desempregado de longa duração e, com certeza, há pessoas nessa faixa etária. Esse, na divisão dos recursos disponíveis, na matriz responsável por essa divisão, o Ministério já leva em conta um recurso para o salário.

Outra constatação, em nível dos dados da Rais do ano passado – que não apresentei no início –, é a de que, além do emprego ter crescido nesses últimos anos e no ano passado, em especial, temos tido um ganho real. Estamos tendo um ganho real. Descontada a inflação, os trabalhadores tiveram um ganho real, pela Rais, de 2.67. Então, além da melhoria do emprego, houve a melhoria da renda do trabalhador. Isso, seguidamente, ao longo dos anos, tem fortalecido demais a nossa política.

Quero também fazer referência ao que o Senador Sérgio Petecão colocou acerca da ajuda aos povos da Amazônia, aos povos da floresta. O FAT, o Ministério do Trabalho, o Codefat, temos uma modalidade do benefício que é o Seguro-Desemprego para o Pescador Artesanal. Temos tido um movimento grande, inclusive nossos órgãos se deslocam para as colônias, principalmente na Amazônia, áreas de difícil acesso. Esse dispositivo tem funcionado muito bem, inclusive na proteção do nosso parque. Temos uma atuação muito forte nessa área, principalmente nessa região amazônica. Não há, por exemplo, um seguro-desemprego para o extrativista e outras categorias, como já houve, mas para o pescador temos funcionado de forma muito evidente.

Senador, era isso. Devo agradecer, mais uma vez. O Ministério está à disposição para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Sérgio Petecão saiu para dar uma entrevista, mas ele quis dizer que, além do seguro-desemprego, no caso, para o pescador, para aqueles que ele chamaria de o guardiões da floresta, temos pensado no seguro para os agricultores, para que aqueles que efetivamente preservam as nascentes possam ter algum tipo de auxílio.

O que diz o Senador Sérgio Petecão procede, inclusive para estudo de todos nós. Enfim, todos nós somos Governo, de uma forma ou de outra, independente de ser situação ou oposição, fazemos parte do Governo do País, então, devemos pensar algum tipo de auxílio para aqueles povos, como os povos indígenas, por exemplo, que estão lá – eles, que são os verdadeiros guardiões da floresta –, algo semelhante. Acho que foi nesse sentido que ele quis apontar caminhos.

O SR. RODOLFO PÉRES TORELLY – Senador, só devo agradecer e ficar à disposição. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Exª pela contribuição, Dr. Rodolfo Péres Torelly. Quando o senhor falou de combate a todo tipo de preconceito e a todos os tipos de discriminação, sei que estaria aí incluída a questão da idade, mas, pelo que ouvi, gostaria que aí estivessem incluídos idade, gênero, enfim, que entrasse também a idade.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Realmente, ele tem razão. Há subcomissão que dividem nos quatro. Realmente, essa não está.

Vamos levar esse pleito. Abriria mais uma caixinha para incluir esse item.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a presença de todos os nossos convidados, ao Dr. Jeferson Luiz Faria Soares, que representou aqui o Grupo de Estudo de Trabalhadores Experientes, que já possui uma rede pela Internet, em nível nacional. Uma das contribuições desta audiência – talvez possamos até ajudar – seria fazermos um grande cadastro nacional dos trabalhadores experientes e, quando alguém dizer que não há pessoas qualificadas, que terão de mandar vir da Argentina, do Uruguai, do Paraguai ou dos Estados Unidos, diremos que não, que aqui há uma relação e que vamos encaminhá-la.

Fiz aqui uma fala em seu nome.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Só para prestar uma informação. A TV Senado acabou de me entrevistar e a entrevistadora estava sensível a esta causa. Ela achava que era um debate interessantíssimo. Uma coisa me chocou foi quando eu me dirigia ao banheiro e a nossa companheira que vem ali com um bule ali na mão – como é seu nome? –, a Dona Dadiva, disse: "Olha, Senador Sérgio, eu sou igual a sua mãe. Se um dia eu parar de trabalhar, eu

acho que vou morrer". Então, isso é um depoimento. São milhares de donas Dadivas que existem no Brasil. (*Palmas*.)

Isso é só para chamar a atenção para a importância deste tema que acaba de ser abordado aqui pelo senhor. Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão. Quando V. Exª saiu, nós comentamos aqui essa questão dos guardiões da floresta, ambos aqui fortalecendo a sua posição. Então, temos que pensar juntos nesse sentido.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Então, continuando, só para lembrar, esse grupo de trabalhadores experientes que a gente está organizando e reunindo em todo o Brasil tem muita capacitação, tem muita experiência, tem muita competência. Não precisa vir gente de fora e os empresários têm de perceber isso aí. Vou repetir até uma coisa: todo empresário fala muito no ROI, ou seja, no Retorno Sobre Investimento. Eu garanto que o retorno que ele obtém contratando profissionais experientes é muito mais rápido do que quando pega pessoal mais jovem. Não estou comparando uma coisa com outra. Estou dizendo que vale a pena, porque uma das críticas é de que o salário do trabalhador experiente é mais caro. Com certeza. Ele está trazendo, está agregando muitas experiências para dentro daquela empresa que ele está representando, mas o retorno é muito mais rápido. A gente vê, percebe. Eu trabalho muito na área comercial. Então a gente vê como é que é.

Até fazendo uma comparação. Outro amigo era consultor, tentou passar para a área comercial. Chegou na frente do cliente e ficou falando, falando, falando das coisas dele. Eu disse: tchê, tu tens duas orelhas. Ouve mais. Nós viemos aqui para entender o problema do cliente e não falar da nossa capacitação.

Então, o profissional experiente tem essa percepção, ele sabe como, primeiro, entender o problema do seu cliente, da sua empresa, para depois dar soluções. Isso é muito mais rápido que acontece. Não é só na faculdade que se aprende essa parte, é muito de vivência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, eu vou dar um exemplo também. E não é propaganda, não. O Prefeito de Canoas é Jairo Jorge. Um colega meu estava quase entrando em depressão. É de uma enorme capacidade, eu conheço o cidadão. Quando eu falei: Jairo, esse cidadão poderia ser indicado para algum lugar, ele disse: "Me dá o currículo dele." Ele olhou o currículo e falou: "Bom, mas com esse currículo eu não vou mandar para lugar nenhum, eu vou é contratar o cara". E contratou. E o cara está fazendo um trabalho brilhante na linha de direitos humanos e departamento de pessoal.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Esse foi muito esperto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele viu o currículo e disse: "Paim, esse eu não vou mandar para ninguém, eu vou é contratar." E contratou o cidadão. O Jairo está ouvindo lá, talvez esse cidadão esteja vendo e ouvindo pela TV Senado neste momento.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Senador, excelente. E o que mais se recebe hoje de retorno, quando estávamos falando de entrevista de trabalho é: você está *overqualified*, está com excesso de qualificação para essa posição, ou seja, nós não podemos pagar o salário que você quer, aliás, a empresa não quer pagar aquele salário que o profissional exige. Então, ela justifica: não, é demais, você tem conhecimento demais para a minha necessidade. E muitas vezes aquela posição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele é punido pela competência.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – É, ele é punido pela competência. E aquela posição tema cara do indivíduo, o perfil corretíssimo. Eu participei de um processo esses tempos, que um amigo dos Estados Unidos ainda me disse: "Olha, entra em contato com a empresa tal que tem lá uma posição que está escrito teu perfil lá"...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem o nome lá.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Tem o nome lá. E eu mandei. O primeiro contato foi assim. E realmente, no final, o que é que deu? *Overqualified*. Então, digamos, precisamos preparar os empresários para manter esse investimento. Vai ter retorno, ainda mais nessa fase de apagão de mão de obra, apagão de gente capacitada que nós temos aqui no Brasil bastante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Jeferson. Acho que todos colocaram aqui com muita clareza o seu ponto de vista. Eu diria até, se nós aprovarmos aqui esse projeto que encaminhamos ao Senado – e 15 foram apensados a ele e o Deputado Roberto Santiago fez um substitutivo –, eu acho que, se tivesse que dar nome, eu daria a esse projeto o nome de Jefferson Peres. Ele apresentou e eu dei continuação depois, aqui.

O SR. JEFERSON LUIZ FARIA SOARES – Esse foi um grande xará.

A SRª ANA PAULA SILVA – Muito meritório**.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a audiência pública.

Um abraço a todos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 27 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H30, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos, do dia trinta e um de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença do Senador Casildo Maldaner e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Registra a presença o Senador Wellington Dias. O Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, registra a presença dos Senhores Renato Ferreira, Assessor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Celso Adriano Gomes da Rocha, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Campo Grande – Mato Grosso do Sul; Luiz Inácio, Coordenador do Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar do tema "Situação dos Vigilantes de Empresas Privadas nas Redes Supermercadistas e denúncia de consumidores agredidos", em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011–CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Frei David Santos, O.F.M. (Ordem dos Frades Menores), Diretor-Executivo da Educafro – Educação e Cidadania para Afrodescendentes; Dojival Vieira dos Santos, Advogado; José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços – CNTV/PS; Márcio Antonio de Souza, Segurança Patrimonial (Consumidor agredido); Adelar Anderle, Coordenador-Geral de Controle e Segurança Privada da Polícia Federal; Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS, Representante do Presidente da ABRAS, Senhor Sussumu Honda; Silzomar Furtado de Mendonça Junior, Advogado das Lojas Americanas S.A., Representante do Diretor-Presidente das Lojas Americanas S.A., Senhor Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez; Onofre Silva, Gerente Regional Pão de Açúcar Centro Oeste, Representante do Presidente do Grupo Pão de Açúcar, Senhor Eneas Pestana; Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, Ouvidor da SEPPIR. Justificaram ausência os seguintes convidados: Luiz Fazzio, Diretor-Presidente do Grupo Carrefour Brasil e Marcos Baruki Samaha, Presidente CEO do Grupo Walmart Brasil. Usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a leitura da ata e, consequentemente, peço a aprovação da 5ª reunião de 2011.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Peço desculpas a todos, porque tenho mania de cumprir horário precisamente. Fiquei de abrir esta reunião às 14h30, mas fui chamado a fazer um pronunciamento no plenário; fiquei lá durante dez minutos e, depois, desloquei-me para esta reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para tratar da situação dos vigilantes das empresas privadas, nas redes de supermercados, e denúncias que recebemos sobre o confronto que houve entre consumidores e vigilantes, em atendimento ao Requerimento nº 3, de iniciativa deste Senador e de outros.

Vamos fazer duas Mesas. Vou seguir a ordem que me foi colocada aqui. Frei David Santos, da Ordem dos Frades Menores, Diretor-Executivo da Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes.

O Frei David se encontra? (*Pausa.*)

Não se encontra. Vai para a segunda Mesa.

Dojival Vieira dos Santos, advogado, que já esteve conosco em outras oportunidades, tratando de tema semelhante; José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços, está aqui conosco também – estou seguindo os que estão aqui; Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras),

representante do Presidente da Abras, Sr. Sussumu Honda. Está presente? Faça o favor!

Vamos também colocar nesta Mesa o Sr. Silzomar Furtado de Mendonça Júnior, advogado das Lojas Americanas S.A., representante do Diretor-Presidente das Lojas Americanas S.A, Sr. Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez.

Nossos convidados já estão à mesa. Depois, iremos para a segunda Mesa.

De acordo com o art. 94, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão sua exposição durante dez minutos com mais cinco, se assim entenderem necessário. A palavra será concedida depois para o debate.

Sejam todos bem-vindos!

Vou fazer uma pequena introdução para, mais ou menos, balizar o motivo desta nossa audiência pública, cujo tema é trabalho e Previdência.

Audiência pública para debater a situação dos vigilantes de empresas privadas e a situação em redes de supermercados, de acordo com documentos que recebi que falam de consumidores agredidos.

No início deste mês, recebi uma denúncia aqui, na Comissão de Direitos Humanos, de diversos casos de agressão que ocorreram em redes de supermercado. Segundo relatos – quero dizer que não estou fazendo nenhum juízo de valor; não estou dizendo nem que houve, nem que não houve; recebi a denúncia, e estou fazendo a leitura –, são casos de racismo e tortura, e não somente de negros. Segundo informações que chegaram a esta Comissão, a violência aconteceu com brancos e negros considerados pobres.

Vamos abordar o tema na Comissão, mas o importante para mim, aqui, é debatermos a questão e apontarmos caminhos para que ninguém, ninguém seja discriminado por motivo algum. E que seja a todos assegurado o direito a políticas de oportunidade, enfim, a políticas de igualdade, e que não se permita o desrespeito a nenhum cidadão, seja negro, seja branco, seja índio, seja cigano, enfim, seja mulher, seja idoso.

É obrigação desta Comissão combater todo tipo de preconceito, e, aqui, nada melhor que uma audiência pública para a gente discutir esse tema.

Eu conheço um pouco, posso dizer, da situação daqueles que atuam na área de segurança. Eu mesmo sou autor de um projeto que quer garantir a eles a periculosidade, tanto na área pública como na área privada, deixando bem claro que o meu projeto, inclusive, é na área pública, mas sou relator de um outro projeto que é na área privada, e dei o parecer favorável. Isso é em defesa dos vigilantes, deixando bem claro isso, porque aqui nós entendemos o papel do vigilante, mas entendemos, também, o papel do consumidor. É claro que não aceitamos agressão de nenhum lado: nem uma agressão indevida contra o vigilante, nem, em nenhuma hipótese, uma agressão do vigilante contra o consumidor.

Enfim, esse é o resumo dos fatos.

Antes de iniciar, eu ainda quero cumprimentar os convidados, porque o convidado para uma audiência pública como esta, a respeito de fatos tão importantes, que não se faz presente, para mim, aceitou o atestado de que, de fato, cometeu o delito.

Então, eu quero, com muito respeito e muito carinho, cumprimentar todos que vieram aqui participar deste debate, porque é assim que a gente busca caminhos e busca soluções que sejam positivas para todos, tanto para o empregado como para o empregador, como para a nossa sociedade no seu todo e como para aqueles profissionais que atuam nessa área, como aqui o Boaventura, que eu conheço há tanto tempo, tanto que temos aqui já marcados alguns movimentos para tentar aprovar o projeto da periculosidade.

Eu começaria, entendendo que é o natural ficar à mesa o representante dos empreendedores, mais aqui, à minha esquerda. À direita, ficaram os senhores. Então, vamos começar com a minha direita, porque eu entendo que aqueles que apresentaram os documentos devem falar primeiro, para permitir, inclusive, que os senhores possam também interagir.

Quero dizer para todos que estão assistindo à TV Senado: o meu objetivo é encontrar caminhos, é buscar soluções. Ninguém vem aqui para jogar pedra em ninguém. O que nós queremos, é o meu papel como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, é apontar que, se houve fatos, que não se repitam. Eu quero encontrar soluções, e não usar o espaço da Comissão só para fazer, digamos, a agressão verbal.

Nós estamos aqui. Houve um fato? Houve. Queremos encontrar caminhos, queremos encontrar soluções, enfim, cada um fará, na sua fala, a argumentação que entender necessária para que a gente não tenha de fazer nunca, ou, quem sabe, a gente nunca mais possa vir a se reunir aqui para discutir situações como essa que, infelizmente, vamos ter de debater hoje; mas, repito, com um único objetivo: encontrar caminhos.

Eu começo passando a palavra ao advogado Dojival Vieira dos Santos, para que ele faça a sua exposição. Depois, passo para o Márcio; depois, passo para o Boaventura; e, por final, para o Furtado Júnior. Depois, teremos a composição de outra Mesa.

Dez minutos, com mais cinco, para o Dr. Dojival.

O SR. DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS – Boa tarde, Senador Paim. Meus cumprimentos pela iniciativa.

Boa tarde para todos os representantes das empresas e também para as pessoas que têm sido atingidas por esses atos que o senhor mencionou.

Eu começo a minha intervenção, Senador, se o senhor me permite, cumprimentando e expressando a minha mais viva solidariedade ao Sr. Márcio Antônio de Souza, que é, esperamos, a última vítima, a mais recente vítima de atos de truculência e de violência cometidos nas relações de consumo.

O Sr. Márcio Antônio de Souza, no dia 23 de abril, tomado por suspeito do furto de dois ovos de Páscoa, pelos quais ele garante haver pago, e o comprovou com nota fiscal, foi brutalmente espancado numa sala das Lojas Americanas de Campo Grande. Em consequência disso, ele se encontra com o nariz fraturado em três partes, lesões no ouvido esquerdo e no olho esquerdo, comprovadas por laudo do Instituto de Criminalística de Mato Grosso do Sul. Os representantes da categoria a que ele pertence certamente acrescentarão outras informações.

Mas esse caso, Sr. Senador, não é um fato isolado. Lamentavelmente, assistimos hoje, no Brasil, a uma situação deplorável. Temos um dos códigos de defesa do consumidor mais modernos do mundo. O nosso Código de Defesa do Consumidor é um orgulho, é uma conquista da sociedade brasileira. No entanto, assistimos quase diariamente a atos de truculência, de violência. A repetição de práticas medievais diariamente acontece nos *shoppings*, nos supermercados, atingindo prioritariamente pessoas negras. Obviamente que temos casos envolvendo todos os tipos de pessoas, mas há uma sinistra preferência por pessoas negras, e encontramos a explicação para essa situação na realidade histórica de nosso País. Lamentavelmente, no Brasil, o negro ainda é o suspeito padrão, Senador. Passados 123 anos da abolição da escravidão, o negro ainda sofre as consequências e é considerado o suspeito padrão.

E estamos assistindo hoje ao cruzamento do que considero as duas heranças malditas deste País. Temos a herança do escravismo, com a qual o Brasil jamais ajustou contas. Nós fomos o último país a abolir a escravidão, e o país que mais sequestrou negros e negras do continente africano. E somos o País em que se pratica esse racismo velado, essa modalidade conhecida no mundo inteiro como racismo cordial, racismo amigável, um racismo que não causaria tantos efeitos quanto aquelas outras modalidades em outros países. No entanto, afirmo aos senhores que o racismo que se pratica neste País é seguramente o mais letal que existe no Planeta, porque não tem rosto, não tem face.

Então, estamos enfrentando hoje, nas relações de consumo no Brasil – e saúdo os representantes das empresas que estão aqui para discutir este importante tema neste espaço –, é importante que se diga isto, nós estamos assistindo ao cruzamento destas duas heranças malditas: a herança do escravismo, que coloca o negro como suspeito padrão de qualquer crime, e a herança da ditadura militar.

Como é que se dá a herança da ditadura militar? Na predominância, na prática, na terceirização da segurança pública do nosso País. Trago aqui números recentes que demonstram, Senador, que, segundo o Departamento de Polícia Federal, no final de 2005, havia aproximadamente 1,28 milhão de vigilantes oficialmente cadastrados no órgão. Só a título de comparação e para que se entenda a grandeza desses números, em 2007, o contingente das forças públicas de segurança somadas atingia 528.823 pessoas, considerando-se apenas policiais civis e militares, 410.991 policiais militares e 117.832 policiais civis. Ou seja, a indústria da segurança privada que se institui em 1969, em plena ditadura, cresceu, e de forma bastante expressiva, de modo que hoje o seu contingente já supera as forças de segurança civis e militares.

O que mais há nisso? O que há é que essa presença da segurança terceirizada se deu com o transporte para o Estado democrático de direito de práticas e de uma cultura que era muito natural durante o regime militar, a cultura do "prende e arrebenta", a cultura da truculência, da violência. O transporte dessas práticas e dessa cultura se deu, e hoje nós assistimos a seguranças privados a serviço de empresas privadas comportando-se como se fossem guardas paralelas operando à margem da lei e do direito, sem obediência a ninguém e se sentindo no direito, senhores, de inverter a presunção constitucional da inocência.

Hoje, se uma pessoa pobre e negra entra em qualquer supermercado, em qualquer *shopping* deste País, ela imediatamente já passa a ser considerada suspeita – culpada até prova em contrário. Então, Senador, nós estamos diante de uma coisa muito grave, porque se inverte o princípio constitucional da inocência: todo cidadão é inocente até prova em contrário.

Pois bem, senhores, hoje, a prática comum, a prática cotidiana e corriqueira é de que um cidadão brasileiro negro e pobre, ao entrar em um supermercado deste País, é considerado culpado. Ele terá que provar que é inocente, mesmo que tenha pago as mercadorias que adquiriu, mesmo que esteja munido de uma nota fiscal, como estava o Sr. Márcio, além de outros casos que vou citar aqui. Ele é considerado culpado e terá que provar que é inocente a guardas que nem têm poder de polícia. E, mesmo que tivessem poder de polícia, autoridade nenhuma teriam para espancar, agredir e brutalizar pessoas que são – eu considero –

o maior patrimônio que os senhores têm: o cliente. É o que ouvimos sempre: o cliente é o maior patrimônio da empresa. Pois bem, não é assim que os clientes estão sendo tratados no dia a dia, no nosso cotidiano, especialmente se forem negros e pobres. Não é dessa forma.

Então, Senador, senhores, é fundamental que, em pleno Estado democrático de direito, em pleno séc. XXI, sob a vigência do Código de Defesa do Consumidor mais moderno deste Planeta, que é um orgulho, uma conquista da sociedade brasileira, definitivamente, sejam erradicadas essas práticas medievais.

Nós não estamos aqui a fazer discurso. Nós estamos falando de fatos. No dia 9 de agosto de 2009, o vigilante da USP Sr. Januário Alves Santana foi tomado por suspeito do roubo do seu próprio carro, um Ford EcoSport, enquanto a sua família fazia compras na loja do supermercado Carrefour da Av. dos Autonomistas, em Osasco, São Paulo. Foi rendido, levado para um quartinho por seguranças privados – aliás, quartinho não, um corredor – e espancado durante trinta minutos. Teve a sua prótese arrancada a socos e teve fratura no maxilar esquerdo.

Nesse caso, o Carrefour – é preciso que se registre isso –, a empresa, chocada com a repercussão e com o impacto, teve o bom senso e a sensatez de sentar-se à mesa da negociação para se compor civilmente, indenizou o Sr. Januário. E os seus algozes, todos os seis, foram indiciados pelo crime de tortura motivada por discriminação racial, pela Polícia de São Paulo -medida inédita neste País, Senador. Estamos agora aguardando o posicionamento do Ministério Público de São Paulo. E esperamos que o Ministério Público de São Paulo ofereça a denúncia, que a Justiça aceite, e os responsáveis por essa barbaridade respondam perante as leis deste País.

No dia 13 de janeiro deste ano, três menores são levados para um quarto da loja do hipermercado Extra da Marginal Tietê, em São Paulo, são obrigados a tirar suas roupas, sob a ameaça de chicotes, sob xingamentos como "negrinhos fedidos" e outras coisas mais, e esses menores, um de 10 anos, outro de 13 anos, outro de 14 anos, são humilhados pela suspeita de que tivessem furtado mercadorias, enquanto o de 10 anos demonstrava a nota, Senador. E os dois outros sequer tinham passado pela caixa operadora. Esse caso está sendo investigado e apurado pela Polícia de São Paulo, e o inquérito tramita no 10º DP da Penha. E o Extra – é também preciso que se registre isto – teve o bom senso de, em pelo menos um caso, se compor civilmente e indenizar a vítima, sem prejuízo dos desdobramentos do inquérito policial que está em curso.

No dia 16 de fevereiro deste ano, na loja da Av. dos Autonomistas, no hipermercado Walmart, a Srª Clécia Maria da Silva, depois de fazer compras, passa pelo caixa, com a nota fiscal comprovando que havia pago, é abordada por seguranças que já foram reconhecidos em inquérito no 9º DP de Osasco, São Paulo, e é submetida a constrangimento e vergonha pública – nesse caso não houve agressão física – durante trinta minutos, enquanto as pessoas passavam, entravam pela loja e apontavam: "Olha ali a tiazinha roubando!". E o segurança responde a ela, depois de questionado do porquê estava agindo daquela forma, já que ela havia pago e tinha a comprovação: "Isto é normal acontecer com negros" - foi essa a resposta dada. E isso está no inquérito policial que tramita no 9º DP de Osasco. Nesse caso, ao contrário dos dois anteriores, infelizmente, nós ainda não tivemos nenhuma posição da empresa Walmart com relação à composição dos danos na esfera cível.

Então, Senador, estamos falando de fatos. Estamos falando de fatos, todos com vítimas, com horário, com locais, e que estão sendo investigados pela Polícia de São Paulo. Num dos casos, a Polícia de São Paulo já concluiu o inquérito, encaminhando-o com seis indiciados pelo crime de tortura motivada por discriminação racial.

Por último, o caso do Sr. Márcio Antônio de Souza, de que tomamos conhecimento recentemente. Nos três primeiros casos, eu, como advogado, participo da defesa. Também, como advogado, venho acompanhando a Secretaria Nacional da Diversidade Humana da UGT (União Geral dos Trabalhadores), coordenada pelo companheiro Magno Lavigne. A UGT é presidida pelo companheiro Ricardo Patah. Tenho tido a oportunidade, Senador, de acompanhar esses casos todos. E o Sindicato e a UGT têm tido um papel extremamente positivo no sentido do acompanhamento, da orientação e da cobrança de providências das empresas e das autoridades no sentido de – e esse, acredito, é o esforço comum que fazemos aqui, e é o esforço que o senhor faz com esta iniciativa – estabelecermos outro padrão nas relações de consumo neste País. Não é cabível mais que, em um País em que 50,7% da população é negra, as três principais redes de supermercado, as três principais redes varejistas, empresas altamente lucrativas - a cada ano, os balanços que acompanhamos são de bilhões, os lucros estão na casa de bilhões, não utilizem -, não invistam na capacitação e no treinamento dos funcionários para atender ao público. Isso não vem, efetivamente, acontecendo.

É isso, Senador, que gostaríamos de expor aqui e trazer ao senhor. E queria trazer aos presentes a saudação e os cumprimentos pela iniciativa do Pre-

sidente da UGT, Ricardo Patah, e do coordenador da Secretaria Nacional da Diversidade Humana da UGT, o companheiro Magno Lavigne.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Dojival Vieira dos Santos, que apresentou uma série de fatos que, não há nenhuma dúvida, preocupam a todos nós.

Eu conversei aqui com o Sr. Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, e acho que também o Dr. Silzomar Furtado vai concordar. Eles me pedem que o Márcio Antônio de Souza, vigilante há 11 anos, o cidadão que foi agredido – ele ia entrar na composição de outra Mesa –, pudesse falar agora, antes dos senhores. Eu acho que, inclusive, antes mesmo do Boaventura.

Então, Márcio, você pode falar daí mesmo. Há o microfone. Você tem também o mesmo tempo dos outros convidados: dez minutos mais cinco, se necessário.

Você tem a palavra, Márcio.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUZA – Boa tarde a todos.

Eu queria relatar somente o que ocorreu lá nas dependências da loja. No dia 23 de abril, eu estava esperando minha filha, decorrente da Páscoa, no dia anterior. A minha ex-esposa marcou em frente à loja, porque ela tem mais três filhos e tem a minha filha, a quem eu fui dar esse ovo de Páscoa. Só que eu estava com dois ovos de Páscoa porque tenho dois filhos. A minha filha tem 11 anos, e o meu outro filho, 1 ano e 5 meses. Então, como ela era maior, eu dei o poder de escolha para ela. Ela escolheu um, e eu fiquei com o outro, que envolvi em uma sacola e coloquei no capacete. Lá, em Campo Grande, essa loja sai de um lado e de outro. Eu estava na rua chamada Dom Aquino com a minha filha junto. Adentramos a loja, porque a mãe dela ia comprar mais outros ovos para os filhos do outro casamento dela. Até certo período, nós fomos juntos. E eu me despedi da minha filha, que ficou com a mãe dela, e fui embora. No trajeto, inclusive até dei outra olhada nos ovos lá que eu havia comprado. Eu olhei e até fiquei chateado pelo fato de que, onde comprei esses ovos, era até mais caro do que ali. Ali era até mais barato. Eu ainda pensei: "Eu vou comprar um para a minha esposa". Peguei o ovo e fui para a dependência para comprar, só que a fila, aquele dia... Eu não sei a quantidade de pessoas, mas deveria haver aproximadamente umas 10 a 15 pessoas. Eu não sei. Havia muita gente. Eu fui para a fila, só que eu desisti porque estava muito cheio. Eu falei: "Não precisa; esse ovo depois..." Eu desisti da compra. Aí deixei em qualquer lugar, como – acho – todos os consumidores fazem, e fui sair da loja. Antes de sair da loja, eu estava saindo, um rapaz, educadamente, um vigilante uniformizado: "Senhor, o senhor pode me acompanhar?" – educadamente. Eu o acompanhei, e aí ele chamou mais dois outros vigilantes. Eu cheguei até eles. Educadamente, eles me levaram a um setorzinho lá meio... Onde tem embarque e desembarque da loja, onde entram os produtos. E, nesse mesmo instante, o rapaz falou: "O que você tem nesse capacete?" Eu falei: "Eu tenho um ovo de Páscoa que comprei nas lojas Makro e vou entregar para o meu filho". E o rapaz falou assim: "Então, tudo bem; mas só que este ovo aqui tem na loja. Eu falei: "Eu sei, mas eu tenho nota fiscal". Aí ele falou assim: "Você está com a nota aí?" Eu falei: "Não. Está em casa, mas eu posso trazer sem problema nenhum. Se o senhor quiser, a gente pode ir lá, pode chamar a polícia, a gente vai lá. Eu tenho a nota do ovo." (Desculpe-me, porque o meu nariz está quebrado e eu...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquilo.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUZA – Então, nesse instante, a gente conversando ali, chega um cidadão, sem uniforme nenhum, extremamente alterado, nervoso, irritado, já me chamando de ladrão, de bandido, né? Até estranhei, porque a forma de abordagem é totalmente estranha, a dele, porque os dois primeiros que me abordaram foram totalmente educados. E, como o senhor não deve, o senhor acompanha, porque não tem o que dever. Quando o senhor não deve, o senhor acompanha. Fui acompanhando porque eu também sou vigilante. Acompanhei normalmente, porque não devia para nenhum da situação. Mas esse terceiro cidadão chegou, já foi me empurrando e me levando para um lugar. "Vamos ali, que vamos resolver isso aqui agora, porque você é bandido, porque você é isso, você é aquilo, [com todo o respeito], você é filho da puta, você é isso, você é vagabundo". Eu falei: "Esse cara é louco". E eu virei e falei para ele: "Calma, rapaz; calma, pelo amor de Deus. Dá para você falar mais baixo? Olha o tanto de gente. Sou um rapaz religioso, não precisa você começar a gritar, porque essas coisas se resolvem num momento, ou sei lá". E ele: "Não, cala a boca, cala a boca. Vamos, vamos. Bandido não tem papo". Eu acompanhei, baixei a minha cabeça pelo fato de ser religioso também, acompanhei até o momento onde ele queria que eu fosse. E, nesse meio tempo, a minha filha viu e veio saber por que o cara estava me empurrando, me levando para esse lugar. E, nas dependências da loja, tem tipo um corredorzinho que vira; quando a gente estava virando o corredor, ele disse: "Agora eu vou te levar para a sala do pânico". Além de o cara já começar a falar (gostaria de pedir um pouco d'água, porque só falo bebendo água; pelo fato do meu nariz, respiro e falo ao mesmo tempo)...

Aí ele falou: "Vamos para a salinha do pânico". Muito agressivo, muito alterado, não sei por que ele estava naquela situação, que é fora dos padrões de um segurança, mesmo porque eu olhava para ele, ele estava numa fúria, não tinha motivo adequado para a situação. Eu fiquei todo o momento quieto, porque eu achei que o camarada é fora do padrão. Aí, quando ele falou "vamos para a salinha do pânico", eu já me assustei. Puxa vida, sala do pânico, aqui tem isso? Mas ainda tentei me controlar, porque, ao chegar na sala, já pediu para que eu sentasse numa cadeira, e eu sentei nessa cadeira. Quando eu sentei nessa cadeira, havia duas seguranças mulheres lá. E, nesse instante em que eu sentei, ele pediu para que as moças saíssem. E as moças saíram. E eu levantei e falei: "Senhor segurança, a minha filha está ali" - porque a sala é um corredor, mais ou menos como esta mesma, só que é um corredor; nesse corredor tem uma janela, e, nessa janela, quem está dentro vê lá fora, quem está lá fora não vê lá dentro. E, naquele instante, eu falei para ele: "A minha filha está ali chorando; não dá para, pelo menos, eu ver a minha filha ou observar por que ela está chorando? "Cala a boca!". E já me empurrou, já caí em cima dos monitores, das dependências. Eu falei: "Pelo amor de Deus, meu amigo. Por que não chama a polícia? Por que não chama o presidente do sindicato?" Aí eu mostrei, tirei os documentos para ele, ele bateu a mão: "Isso aí a gente compra em qualquer lugar". Ele não queria papo. Eu falei para ele: "Pelo amor de Deus". Aí ele já automaticamente grudou no meu pescoço. E eu falei: "Não acredito que isto está acontecendo comigo". E, de repente, me deu um golpe. Naturalmente, quando a gente pega despercebido, eu não sabia o que fazer na verdade. Na verdade, não sabia, porque não imaginava uma pessoa daquela forma. Ele já me jogou no chão. E ele falou assim: "Agora, como você diz que é segurança, eu vou te bater só na cara. Se é segurança, agora você vai apanhar, negão, sabe por quê? Porque você tem cara de bandido, você é vagabundo, você é [com todo o respeito] filho da puta". E me jogou ao chão e só dava de cotovelada. Pelo menos eu senti uns 15 a 20 minutos ele batendo no meu rosto, porque tem as fotos, tenho até os exames, laudos, que quebrou esta parte do nariz em três partes, tem aqui laudos, meu olho ficou muito inchado, não estou ouvindo do lado esquerdo, não estou conseguindo enxergar ainda, infelizmente, do olho esquerdo, e o meu nariz não consigo respirar, tanto é que, quando vou dormir, quando viro na cama, "relo" o nariz na cama, acordo como se fosse o dia do espancamento. E ele começou a me dar cotoveladas muito fortes. Estourou meu nariz aqui, o osso saiu para fora, deve estar nas fotos, derramou sangue para todo lado. Isso foi, mais ou menos assim, cruelmente, uns 15 a 20 minutos. Sem dó, sem piedade. Não entendi o porquê daquela violência toda, sinceramente. Identifiquei que eu era segurança, que eu estava ali, que poderia chamar a polícia, que eu iria em casa buscar as notas, que estavam em casa, se fosse o caso. Ele não quis saber. E sempre frisava que eu era negro, essas coisas que me deixam muito triste. Até então, quando ele parou de agredir, pensei: Por que será que ele parou? Quando olhei, vi que ele estava em pé. Lembro que virei e, quando vi, ele colocou a mão na cabeça, olhando de um lado para o outro, e vi o tanto de sangue que tinha na sala. Pela atitude que ele teve, eu imaginei: agora estou morto. Acho que estou naqueles cinco minutos que a pessoa tem antes de morrer, porque está com o sangue quente, e vai morrer. E eu vi o desespero dele. Pelo desespero dele, pensei: acho que estou morto. Vou morrer. Agora vou morrer. E ele saiu das dependências.

Quando ele saiu, estavam ali minha filha e minha ex-mulher. Ele falou para um segurança: "Vê o que você faz aí por mim que eu vou sair"; e saiu. O outro segurança entrou e falou: "Meu Deus do céu, nem com bandido a gente faz isso aqui". E eu deitado no chão, ele foi lá, me segurou, me levantou; minha filha vendo. Aí a mãe da minha filha entrou, fechou a porta, e o segurança falou: "Pelo amor de Deus!" Ele também não sabia muito o que fazer. Ele mesmo disse para que eu procurasse a Polícia e fizesse um Boletim de Ocorrência. E eu não estava enxergando muito bem, porque o meu olho estava enorme – o senhor deve ter visto pela foto. Pelas pancadas na cabeça, de mais ou menos 15 a 20 minutos, eu não conseguia ver praticamente o que estava fazendo. E aquele segurança disse: "Deixa eu limpar aqui". Limpou o chão. A mãe da minha filha estava lá dentro, depois voltou para acalmar a minha filha, que estava gritando muito. Minha filha tem 11 anos e me viu naquela situação. Eles fecharam a porta e não deixaram que ela visse muito. Aí o segurança falou: "Assina esse livro aqui para mim, porque eu não posso lhe liberar enquanto você não assinar esse papel". Eu falei: "Rapaz, do jeito que estou aqui, preciso ir à Santa Casa. Estou passando mal e não estou aguentando ficar em pé". Aí ele falou: "Só assina aqui e pode ir embora". Aí eu assinei e falei: "Só que você faz o seguinte: coloca a minha mão no livro, porque não estou nem enxergando o livro". Ele falou: "Tudo bem, coloca aqui; você só assina e pode ir embora". Aí, na hora que assinei, quando estava indo embora, ele falou: "Faz o seguinte: dá, por gentileza, para você colocar pelo menos só o capacete? Porque você está muito mal, cara, e vai pegar mal para a loja. Só coloca o capacete." Tentei ainda colocar o capacete, mas, como o olho estava muito grande, não consegui

colocar o capacete; tirei o capacete e continuei. Só que, nesse trajeto, desmaiei. Aí a mãe da minha filha me segurou, e a minha filha já estava chorando aos prantos. Os irmãos dela, que são menores que ela – ela é mais velha, tem 11 anos –, crianças de 8 anos, de 5 anos e outra de 3 anos, vendo toda aquela... E, para mim, é muito humilhante, pelo fato de a gente ser religioso, não dever. Estou aqui porque não devo. Quem deve não mostra a cara. Automaticamente, eu creio que, se alguém estivesse devendo, ele tentaria se esconder. E eu não estou me escondendo. Estou aqui porque quero somente justiça, porque até agora eu me sinto injustiçado com a situação.

Saí daquela loja amparado por minha ex-mulher. E minha filha vendo toda a situação. Saí meio que desmaiando, e ninguém me socorreu; ninguém me ajudou. Quando saí das dependências, já não me lembro de muita coisa, porque aí já desmaiei outra vez e só me lembro acordando na Santa Casa.

Esse foi o fato que ocorreu lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Márcio. Sem sombra de dúvida, chocante.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUZA – Só para concluir: a minha filha, até hoje, não consegue dormir pelo fato de ter visto a minha pessoa daquele jeito. E a índole que a gente tenta dar para ela, porque sou evangélico, sou pastor de uma igreja evangélica, tento passar os princípios religiosos, e até hoje ela fala: "Pai, você vai morrer?" Porque ela viu muito sangue em mim. A criança associa sangue à morte. E minha filha: "Pai, você vai morrer?" Eu falo: Não, o pai não vai morrer. "Pai, você estava com sangue no rosto". Isso me dói muito, porque a gente procura levar um princípio e, de repente, você vê seu filho falar: "Pai, por que você apanhou?" Como vou falar? Como vou falar isso para minha filha agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Márcio, e total solidariedade. É chocante. Quem está vendo esse programa conclui que ou você é um grande ator, ou você mexeu com as emoções de todos nós. E, como eu tenho aqui a foto, você não é um ator. Vamos ouvir as outras partes. Você passou muita sinceridade. Tenho certeza de que você mexeu com as emoções.

Por favor, Márcio Milan.

O SR. MÁRCIO MILAN – Boa tarde, Senador. Em nome do Senador, gostaria de cumprimentar todos os colegas da Mesa, cumprimentar todos os presentes.

Meu nome é Márcio Milan, sou Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados. Hoje, a Associação Brasileira de Supermercados congrega 27 estaduais; ou seja, há uma associação estadual em cada Estado. Então, são 27 associações estaduais ligadas diretamente à Abras. Atualmente, a associação abrange 90 mil lojas de supermercados, entre supermercados e hipermercados, e emprega em torno de um milhão de funcionários diretos, ligados diretamente ao supermercado.

E como nós estamos estruturados em termos do nosso trabalho?

Todo o nosso trabalho parte de várias premissas. Temos uma Escola Nacional de Supermercados e, por meio dela, procuramos capacitar ou levar a capacitação para as associações estaduais, e essas associações estaduais, então, levam a capacitação, o treinamento dos funcionários que fazem parte do supermercado, principalmente na parte operacional dos funcionários que ficam e operam o supermercado no ponto de venda – não os supermercados que estão na área de escritório; essa capacitação não é feita pela Abras. E essa escola, no primeiro momento, procura treinar as pessoas das áreas de perecíveis, de atendimento, frente de caixa – hoje, o nosso maior contingente é das operadoras da frente de caixa.

Falou-se aqui do Ricardo Patah, uma pessoa que está sempre próxima a nós, discutindo e evoluindo nessas questões de relacionamento. Então, toda a capacitação feita para a área operacional da loja é feita por meio da Escola Nacional de Supermercados.

Hoje, na parte da manhã, inclusive vim para cá participar de uma reunião. O Presidente Sussumu não pôde vir. Nós tivemos uma reunião de trabalho junto com o Ministério Público, e a reunião de hoje tratou da questão da diversidade e da Coordigualdade.

Iniciamos um trabalho no ano passado com o Ministério Público Federal, discutindo as relações e como os supermercados poderiam evoluir na questão racial, na questão do homem, da mulher, do negro, e assim por diante. Nós iniciamos um trabalho no final do ano passado, e hoje fizemos a primeira reunião de trabalho, em que apresentamos uma proposta de trabalho para equilibrar essa relação da diversidade e da Coordigualdade nos supermercados. Estamos estruturados para discutir essas questões em comitês.

Então, temos os vários comitês dentro da Abras, que procura identificar todas as questões e problemas, ou conflitos de relação de consumo, e traz essa discussão para o âmbito dos comitês – ora comitê jurídico, ora comitê de relações trabalhistas, ora comitê de relação sindical –, para, com base nessas discussões, podermos elaborar toda uma orientação e toda uma capacitação para essas 90 mil lojas espalhadas pelo Brasil.

No final do ano retrasado, ou basicamente no início do ano passado, nós começamos um trabalho junto aos nossos associados com relação aos vigilantes, porque existia a informação de que deveria haver

um acompanhamento melhor dos supermercados em relação aos vigilantes. Então, a orientação dada às principais empresas do setor de supermercados foi que procurassem as empresas de vigilância que estivessem habilitadas, que fossem formalizadas, para que pudessem, então, contratar os vigilantes dessas empresas.

Durante o ano passado todinho, nós acompanhamos as principais empresas, fomentamos todo esse trabalho de contratação das empresas de vigilantes que estivessem habilitadas a prestar esse serviço. E, durante esse período de discussão e orientação, todos os casos que apareciam eram trazidos para esse laboratório para que pudéssemos capacitar as pessoas, uma vez que as lojas vão de um extremo a outro e a quantidade de pessoas que precisavam ser capacitadas, treinadas e orientadas era muito grande.

Como foi dito aqui também pelo colega, há a relação com o Código de Defesa do Consumidor. É indiscutível. Nós conhecemos isso, acompanhamos, participamos de muitas discussões em relação ao Código de Defesa do Consumidor, em relação aos avanços que ocorreram nesses vinte anos – estamos no 21º ano. Nosso relacionamento com o órgão de defesa do consumidor, o DPDC (Departamento de Proteção e **Defesa do Consumidor)**, é muito estreito no sentido de estar, cada vez mais, evoluindo nessa relação para poder orientar os nossos supermercados.

Não apoiamos e não aprovamos qualquer atitude discriminatória, qualquer atitude que possa comprometer a integridade ou a segurança dos nossos consumidores. Não apoiamos e achamos que é preciso que sejam adotadas medidas para que sejam corrigidos todos esses abusos que aconteceram, abusos que foram narrados aqui, que tivemos oportunidade de ouvir e de compartilhar com todos.

Dito isso, Senador, neste primeiro momento, são essas as informações que gostaria de prestar. Depois estarei à disposição para continuar a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O.k. Esse é o Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados.

Neste momento, a palavra vai para José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes.

Fiquei com uma dúvida, Márcio Antônio de Souza: esse cidadão que o espancou de forma absurda, hedionda, afinal, quem era ele? Era um segurança? Na fala, você disse que entrou um cidadão na sala e começou a espancá-lo?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUZA – Não. Ele me pegou junto com os outros seguranças. Ele estava sem uniforme...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estava sem uniforme, mas era segurança também da...

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUZA – Não seria um segurança. Ele era chefe de segurança. Ele era superior aos seguranças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pior ainda.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUZA – Ele era chefe. Tanto é que ele estava sem uniforme. Os outros rapazes, que me atenderam até bem, estavam de uniforme, todos uniformizados. Esse rapaz não estava uniformizado e, pelo que fiquei sabendo, até o rapaz na hora em que saí falou, ele era chefe da segurança, era ele que comandava os seguranças.

O SR. DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS – Pela ordem, Senador. Será que podemos saber o nome completo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois é, eu também queria ouvir o nome, até perguntei aqui baixinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diga o nome. Alguém pode dizer o nome dele? Aqui não há segredo.

O SR. DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS – Segundo a investigação policial, Senador, pelo que nós todos estamos informados, o cidadão chama-se Décio Antônio de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O espancador?

O SR. DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS – O espancador. É o que informa a investigação conduzida pela Polícia Civil de Campo Grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem. Então, como solicitado, o nome foi dado. Eu mesmo queria saber o nome desse cidadão, já ia perguntar se ele está preso, pelo menos.

Mas vamos deixar falar agora o José Boaventura Santos e, em seguida, fala V. Exª. José Boaventura Santos é Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Senador Paulo Paim, demais componentes da Mesa. Quero saudar o Dr. Adelar Anderle, representando a Polícia Federal, demais convidados, primeiramente quero deixar muito claro o que, como o senhor colocou no início, parecia um conflito entre trabalhadores e consumidores. Mas não existe esse conflito. Quero deixar isso muito à vontade. Nós estamos do mesmo lado. Estamos do mesmo lado, porque, diferentemente do que historicamente as empresas de segurança nos diziam, ou seja,

que deveríamos defender o patrimônio, nós queremos dizer aos nossos colegas para que defendam a vida das pessoas. Patrimônio se substitui; vidas não. A nossa categoria, Senador, é bom que se diga, obviamente é composta de pessoas. E, como pessoas, somos, alguns, algozes; alguns, vítimas. E estamos diante de uma situação de colegas vítimas de um empregado de empresa de segurança que agrediu um vigilante, torturando um vigilante. E os históricos – o Dr. Dorgival falou aqui de históricos – também podemos cita-los. Podemos citar, inclusive, a sala de pânico, a sala de tortura, como foi dito em Campo Grande. Houve também o assassinato de um cidadão numa sala dessas no Extra, em Salvador, na Avenida Vasco da Gama, há cinco anos. Foi assassinado de forma violenta, espancado, também como suspeito. Era um consumidor e foi assassinado.

Acho positiva a orientação da associação de supermercados porque muitas dessas coisas continuam ainda intactas. São pessoas despreparadas, desqualificadas, que não são profissionais de segurança privada, vendendo segurança, mas na verdade agredindo pessoas e matando pessoas. Há diferença, e acho que o companheiro Márcio pontuou muito bem, entre aqueles vigilantes que prestavam serviços, de forma regular, nas Lojas Americanas de Campo Grande e o supervisor que foi para lá, sem farda, vestido de forma normal, em tese para auxiliar o serviço de segurança porque naquele dia havia um contingente maior de consumidores naquela loja. Com certeza, estava completamente dissociado da forma e da conduta com que os vigilantes daquela loja haviam se conduzido e como foi conduzida inicialmente a situação do companheiro Márcio.

Esse cidadão, supervisor operacional da empresa FV Segurança, em Campo Grande, é tido como acusado de assédio moral – o Presidente do Sindicato que está aqui disse que já recebeu denúncias – e de perseguir trabalhadores. Portanto, temos um histórico de pessoas despreparadas. É bom que se diga que o próprio vigilante, Senador Paim, tem uma preocupação muito especial em não cometer nenhum tipo de violência, nenhum tipo de irregularidade, porque, a cada dois anos, é posto à prova em um curso de atualização. E há comprovação da necessidade de todas as certidões criminais em dia. Se estiver respondendo a um inquérito – e basta estar respondendo – não passa. É uma norma que até questionamos, porque a Constituição fala apenas em condenação. Mas, se estivermos respondendo a um inquérito, não podemos mais trabalhar como vigilantes, ainda que tenhamos onze ou vinte anos na profissão. Portanto, o vigilante não quer e não pode agredir ninguém, não pode cometer uma ilegalidade porque sabe que vai deixar de ser vigilante, independentemente de ação policial ou qualquer outro tipo de coisa.

É bom que se diga também que somos um dos poucos países com um regulamento, com legislação de controle da atividade de segurança privada. E não se permite, na nossa profissão, bandido; não se permite que o vigilante se transforme em milícia, não se permite que se constituam no Brasil, pelo menos sob o manto legal, exércitos particulares, não se permite ainda que as pessoas utilizem os vigilantes como jagunços. Ou seja, nós temos um controle, nós temos uma legislação. É uma legislação que precisa ser atualizada, de 1983. Precisa ser atualizada, mas, se comparada à de outros países, temos uma legislação que, inclusive, sob a responsabilidade da fiscalização da Polícia Federal, permite que hoje nós tenhamos um índice de registro de fatos delituosos dos vigilantes muito diferente, eu diria – até me permitam fazer essa comparação –, muito diferente até de alguns organismos policiais no Brasil. E isso não é obviamente algo para se comemorar e deixar de lado todas as outras questões, todos os outros problemas, porque nós estamos num momento muito especial.

As Nações Unidas elegeram este ano o ano de defender a cultura afrodescendente. Nós propusemos à Polícia Federal uma alteração na portaria de controle da atividade: que fosse inserida, nos cursos de formação dos vigilantes desde 1995, a matéria Direitos Humanos, que não havia na nossa atividade ainda. Portanto, nós estamos num processo de adequação, um processo de ajustamento dessa nossa atividade da qualificação dos nossos profissionais. Agora, existe um grande problema... E, quando a associação de supermercados fala, nós temos que salientar isso, Senador, e nós temos debatido aí com a Polícia Federal, com as empresas, com os outros setores a necessidade de melhorar o treinamento dos vigilantes, mas, em especial, a partir do setor em que ele atue.

Hoje, Senador, eu faço um curso para ser vigilante de 160 horas, com currículo aprovado pela Polícia Federal. Faço um psicoteste e, a partir desse curso e desse psicoteste, eu posso trabalhar em qualquer lugar. Posso trabalhar num banco; amanhã, a empresa me tira do banco e me coloca para trabalhar num hospital, numa escola, num condomínio, num cemitério. Ou seja, a empresa, em princípio, não tem uma preocupação de identificar qual é o perfil, qual é a minha condição de trabalho. E, nos nossos sindicatos – aqui nós temos companheiros do sindicato de Brasília –, nós nos deparamos, às vezes, Senador Paim, com colegas vigilantes dizendo assim: "Não quero trabalhar em escola porque eu não gosto de lidar com crianças"; ou outros

que dizem assim: "Eu não quero trabalhar em banco porque não gosto de ambiente de banco; a porta de segurança é muito problemática". Ou outros que vão para o *shopping center* ou para um supermercado e também não têm, por parte das empresas, nenhuma preparação para lidar com ambiente de supermercado ou com ambiente de *shopping center*. E as empresas, em sua grande maioria, vendem homens, vendem pessoas. Não vendem segurança. E quem compra também não compra segurança: compra pessoas para estarem lá fazendo o papel de segurança. A legislação, obviamente, não dá para a Polícia Federal a condição de adentrar esse mérito de aquele vigilante estar preparado para trabalhar no supermercado, ou para trabalhar no hospital, ou estar preparado para um banco. Isso é mais uma questão de responsabilidade profissional de quem está vendendo o serviço e de quem está comprando o serviço. De forma que nós temos defendido a necessidade, no debate de atualização da lei, de os vigilantes fazerem cursos de especialização para atender as necessidades do setor em que possam desempenhar o seu papel.

De forma que nós queremos reafirmar: os trabalhadores da segurança privada, os hoje, Dr. Dojival, dois milhões registrados na Polícia Federal... São dois milhões, dois milhões de pessoas que têm, nos seus postos de trabalho, feito um esforço muito grande para defender a vida de pessoas. Nós não temos registros significativos de vigilantes de escolas violentando crianças, de vigilantes em hospitais ou em outros locais cometendo agressões contra pessoas. São casos muitos isolados, e a maioria desses casos não são vigilantes: são pessoas que vendem atividade de forma clandestina e irregular, e nós queremos combatê-los. Nós queremos que os supermercados...

E eu volto a dizer: esse mesmo supermercado em Salvador, em que dois policiais assassinaram um cidadão, continua com segurança ilegal, com segurança de polícia ainda lá em Salvador, supermercado Extra. Estou dizendo aqui de forma clara, para não ficar nada em dúvida com relação a esse tipo de situação.

De forma que defendemos preparação e especialização desses profissionais e somos partidários de que o nosso papel, cada vez mais, seja defender a vida como nosso principal patrimônio, e não o patrimônio material. Condenamos todas as formas de discriminação e preconceito.

O companheiro Márcio não citou com todas as palavras, mas esse cidadão que o agrediu disse que "todo negão tem cara de bandido". Está certo? Ou seja, além da tortura que cometeu, cometeu também o crime de racismo, uma mostra do quanto é nociva à nossa atividade, do quanto é nocivo à sociedade esse tipo de pessoa.

De forma que nós nos associamos à condenação de toda forma de violência. O companheiro Márcio hoje não está na sua residência; está num local para se proteger, porque está recebendo ameaças lá em Campo Grande, Senador. E nós gostaríamos de pedir aqui aos companheiros da Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e a outros setores do Governo para cuidar da proteção – eu sei que os companheiros já vão conversar com o companheiro Márcio –, cuidar da proteção do companheiro Márcio, porque eu sei que ele está sendo ameaçado. Depois de tudo o que passou, está sendo ameaçado.

Com certeza, nós queremos que, no Brasil, os vigilantes possam, cada vez mais, valorizar a vida das pessoas. Que nós possamos ter um controle do Estado, que, consequentemente, é o controle da sociedade, para que a segurança privada seja efetivamente um instrumento de proteção da vida.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes.

Nós vamos, em seguida, passar a palavra para o advogado Silzomar Furtado de Mendonça Júnior, que é advogado das Lojas Americanas S. A.; e para o representante do Diretor-Presidente das Lojas Americanas S. A., Sr. Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez.

Só informo a todos que, depois, teremos uma segunda Mesa. Nessa segunda Mesa, vai estar o Frei David dos Santos, da Ordem dos Frades Menores, Diretor Executivo da Educafro, Educação e Cidadania para Afrodescendentes. Vai estar também o Sr. Adelar Anderle, Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal. Vai estar também o Sr. Onofre Silva, gerente regional do Pão de Açúcar Centro-Oeste, representante do Presidente do Grupo Pão de Açúcar, o Sr. Enéas Pestana. Vai estar também Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, Ouvidor da Secretaria da Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Está aqui conosco já o Senador Maldaner, Senador de Santa Catarina, que consegue estar em todas as comissões ao mesmo tempo.

Parabéns, meu Senador.

Não há um tema social que eu esteja presidindo em que eu não veja o Senador; nem que fique um tempo, fica para dar a sua contribuição.

É uma alegria recebê-lo aqui, Senador. V. Exª tem a palavra no momento em que entender mais adequado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado, Senador Paim.

O Senador Paim é que está em tudo que é lugar ao mesmo tempo. E nós, na medida do possível, queremos segui-lo, porque, aonde ele vai, nós sabemos que os movimentos sociais do Brasil estão atrás, estão com ele. E ele lidera isso em toda parte. Não só aqui, mas também em outros Estados, também em Santa Catarina. E ele é gaúcho, ele é do Rio Grande do Sul. Há pouco tempo, nós tivemos um encontro nacional de aposentados lá em Santa Catarina, e ele lá compareceu. E eu por acaso fui. Nós temos lá Santa Paulina, lá em Nova Trento. Nós, lá chegando em Nova Trento, Santa Paulina, lá há uma grande catedral. Foi feita lá uma coisa fantástica, como essa que o Padre Marcelo está fazendo em São Paulo agora. Não é desse tamanho, mas é... E, durante a cerimônia, quando falávamos no Paulo Paim, o Senador Paulo Paim era mais aplaudido do que a Santa. É uma loucura. Pelos romeiros! No Brasil inteiro. Eu digo isso porque eu testemunhei agora, faz um mês mais ou menos, e é onde ele vai. Os assuntos sociais no Brasil, dos mais desventurados, é o Senador Paulo Paim que enfrenta. E eu vim aqui para lhe prestar solidariedade.

Agora estou vendo que aqui o tema é esse de vigilantes dos supermercados. Estava ouvindo agora, quando eu cheguei, o Boaventura falando, que é presidente nacional do movimento dos trabalhadores, e quero cumprimentá-lo, como a todos os presentes, e naturalmente ouvindo as duas partes, e isso acho que é interessante, é muito bom. E, para sintetizar, o Brasil deve acompanhar isso. E sempre é o Senador Paulo Paim que está nessas...

Nós vamos ter a Ordem do Dia daqui a pouco. Não sei como V. Exª vai contornar, mas quero desejar, deixar aqui nossos cumprimentos. A gente vai numa comissão, vem em outra, mas onde está o Senador Paulo Paim parece que a gente tem que vir também para trazer solidariedade ao movimento.

São essas as considerações. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Casildo Maldaner, que já foi governador do Estado de Santa Catarina e, para orgulho de todos nós, é Senador da Republica.

Vamos ouvir agora o advogado Silzomar Furtado de Mendonça Júnior, advogado das Lojas Americanas.

O SR. SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR – Exmº Sr. Senador da República Paulo Paim, digno Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, em nome de quem peço vênia para cumprimentar a todos os demais presentes, Lojas Americanas S. A. se sente honrada em poder participar desta reunião e poder, assim, crescer e aprimorar a prestação de seus serviços ao consumidor.

Lojas Americanas é uma empresa octogenária que foi fundada em 31 de março de 1929. Ela conta com 81 anos de idade. Ela tem uma loja filial instalada na cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, que foi instalada em 1973, contando então com 37 anos. Lojas Americanas possui cerca de 18 mil empregos diretos no País. Tem um volume expressivo de consumidores que frequentam suas lojas e também um índice muito alto de perdas decorrentes de furto e extravio de suas mercadorias.

Nesse cenário, no ano de 2006, Lojas Americanas foi notificada pela Polícia Federal para que deixasse de exercer o controle ou a prevenção de perdas de suas lojas. Foi aí então que ela contratou uma empresa chamada FV. Essa empresa consta da relação apresentada pela Polícia Federal como sendo uma das melhores empresas prestadoras desse tipo de serviço de vigilância.

Neste ano, no dia 23 de abril, aconteceu o fato narrado aí pelo Márcio, ao modo dele, que está sendo acompanhado pela autoridade judiciária, que está sendo julgado pelo Poder Judiciário, tão logo seja entregue pela Polícia Judiciária, e que vai apresentar seu devido resultado.

Lojas Americanas, preocupada com o fato, fato ocorrido nas suas dependências, fato que reprova, que não admite, que não concebe qualquer tipo de agressão, de discriminação, de exceção - isso a Loja... Então, Lojas Americanas está acompanhando de perto, está tomando todas as providências necessárias para que o fato seja apurado de forma verdadeira.

Mas o que ela colhe hoje do inquérito policial, cuja cópia passo a V. Exª, é que, no dia 23 de abril, Márcio esteve presente nas Lojas Americanas; ele parou sua motocicleta na Rua Marechal Rondon e ficou dois ou três minutos falando ao celular na porta da loja. E, assim, ingressou nas Lojas Americanas, portando apenas um capacete em suas mãos. Isso se colhe do inquérito policial, cuja cópia eu entreguei a V. Exª, inquérito onde estão juntados depoimentos, estão juntadas imagens colhidas no setor de segurança da empresa, enfim, estão juntados dados que vão levar a autoridade policial judiciária a apurar a verdade, a apurar realmente o que aconteceu.

O que Lojas Americanas acha estranho é um comportamento de agressão de um segurança ou de um vigilante sem que ele tenha qualquer motivo para isso. Isso é muito estranho.

Mas o que ela colhe desse inquérito, cuja cópia está com V. Exª, é que Márcio ingressou realmente nas Lojas Americanas, sede Campo Grande, no dia 23 de abril, véspera de Páscoa – a loja estava absolutamente lotada, trabalhando ao seu máximo de potência porque

vende ovos de Páscoa, e a um preço muito acessível, e estava repleta de clientes –, portando um capacete, pela rua Marechal Rondon, quando, então, ele pegou dois ovos de Páscoa, colocou dentro do capacete e se dirigiu avante. Aí, sim, ele foi abordado pela primeira vez por esse funcionário, Décio, segundo se colhe dos depoimentos dos autos. Décio teria perguntado a ele se ele precisava de algum auxílio. Ele teria tirado os dois ovos de Páscoa e depositado na gôndola. Prosseguiu Márcio na loja. Décio foi substituir a bateria do seu rádio, que tinha perdido a carga na gerência, quando, então, Décio recebeu um aviso, pelo rádio, de que teria uma pessoa portando um capacete e que teria colocado um ovo de Páscoa dentro do capacete. Décio monitorou Márcio, juntamente com outros vigias dessa empresa FV, até a saída de Márcio da loja. Márcio saiu da loja portando esse capacete e um ovo de Páscoa dentro do capacete, e aí, sim, foi abordado. Convidado a resolver o problema, Márcio não tinha nota fiscal, não tinha comprovante de pagamento e sequer dizia onde havia comprado o ovo de Páscoa. Márcio acompanhou os seguranças, as imagens mostram que Márcio acompanhou o vigilante até a sala da gerência. Não é uma sala de tortura, não é uma sala de espancamento; é uma sala onde estavam duas pessoas das Lojas Americanas trabalhando, uma funcionária gerente comercial e uma auxiliar comercial, que estavam dentro dessa sala, trabalhando.

No caminho entre a abordagem e essa sala, Márcio deu dois empurrões em Décio. As imagens mostram claramente isso. Ao ingressarem na sala, segundo os depoimentos que constam dos autos, Márcio teria agredido o vigilante, e o vigilante, sim, teria revidado a agressão, com o que Lojas Americanas também não concorda, com revide, com qualquer tipo de agressão, enfim, com qualquer tipo de ação do vigilante, a não ser com a repressão, realmente, àquele ato – e que não seria qualquer tipo de agressão.

Então, esse é o fato que Lojas Americanas colhe do que ela tem em mãos até hoje. Lojas Americanas está aqui presente para repudiar qualquer tipo de agressão, para repudiar qualquer tipo de ação de seus funcionários ou de seus terceirizados em relação aos seus clientes, porque Lojas Americanas vive desses clientes, ela precisa desses clientes para sobreviver. É deles que ela colhe seu lucro, é deles que ela sobrevive, é com eles que ela paga seus demais funcionários.

Segundo Márcio afirmou aqui, ele foi bem tratado pelos demais vigilantes e, na sala, ele teria sido agredido por esse vigilante, Décio. Décio, segundo a empresa FV informou, foi afastado imediatamente da prestação de seus serviços. Segundo Lojas Americanas verificou no inquérito, Décio é registrado na Polícia Federal, é devidamente habilitado a exercer a função de vigilante.

Então, Lojas Americanas está aguardando a solução desse caso, desse problema, para tomar suas providências em relação a essa empresa prestadora de serviços.

Lojas Americanas não admite racismo, não admite discriminação, não aceita qualquer tipo de agressão.

No boletim de ocorrência que foi lavrado por Márcio em relação a esse fato, não há qualquer tipo de reclamação em relação à discriminação racial, não há qualquer tipo de reclamação em relação à discriminação à pessoa dele, mas, sim, de que ele foi agredido. É um boletim de ocorrência que reclama de uma agressão.

Então, Lojas Americanas está presente a esta reunião para crescer, para amadurecer, para aprimorar a sua prestação de serviços, para aprimorar a sua segurança. Enfim, ela quer aqui crescer juntamente com todos. Ela quer resolver o problema e fazer com que esse tipo de coisa não aconteça mais em suas lojas.

Obrigado.

(Manifestações da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou pedir que fiquem em silêncio, até porque a nossa audiência pública, no dia de hoje, tem um caráter diferente daquela que tivemos ontem. Hoje, em primeiro lugar, independentemente das posições divergentes, o setor empresarial está aqui – podiam muito bem não vir, como alguns não vieram, mas eles estão aqui -, colocando o seu ponto de vista e aceitando o debate. Nós temos de entender que este é um momento positivo. Apesar de todos os fatos antecedentes, eles terem vindo aqui e aceitado o nosso convite demonstra que estão abertos ao diálogo, e nós aqui temos de tratá-los como nossos convidados. Todos aqui são nossos convidados: tanto os empresários como os representantes daqueles que foram agredidos e vocês que estão aí nesse plenário.

Então, faço um apelo a todos para que façamos um debate como foi desde o início aqui. O Dr. Dojival fez a sua defesa contundente, dura, firme que mostra o seu ponto de vista, como fez também o Boaventura, como fez aqui o Márcio, da Abras, como fez agora o Furtado Júnior, representando as Lojas Americanas, cada um colocando o seu ponto de vista. É assim que vamos crescer: fazendo o bom debate, o bom diálogo, com cada um apresentando o seu ponto de vista.

Não se preocupem, pois todos terão direito de falar novamente, mas vou pedir que os quatro convidados voltem à primeira fila para montarmos a segunda Mesa. Agradeço aos quatro e peço que voltem à pri-

meira fila. Todos terão direito ainda a usar da palavra nas chamadas considerações finais.

Eu convido, então, o Frei David, da Ordem dos Frades Menores, Diretor-Executivo da Educafro; o Dr. Adelar Anderle, que já esteve conosco contribuindo num tema até semelhante a este; por favor, sente-se aqui ao meu lado, Dr. Adelar Anderle, Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal. Convidamos também o Sr. Onofre Silva, Gerente Regional do Pão de Açúcar Centro-Oeste, representante do Grupo Pão de Açúcar e representando aqui Enéas Pestana. Convido também o Sr. Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, Ouvidor da Seppir.

E o nosso querido Senador Casildo Maldaner vai estar sempre conosco aqui. Se tiver de ir e puder voltar, eu gostaria muito. Estamos juntos.

(Interferências fora do microfone.)

Sejam bem-vindos.

Vamos continuar com o nosso debate.

Neste momento, convido para usar da palavra - ele foi o primeiro a quem eu já tinha dado a palavra, mas ele ainda estava vindo para esta reunião – o Frei David Santos, Diretor-Executivo da Educafro.

Frei David, com a palavra para discutir o tema.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Parabenizo o Senador Paim por este evento que, para mim, é necessário para se construir um País melhor.

Nós sofremos muito com referência à relação entre as empresas de supermercado e o tratamento ao funcionário em geral. O salário é bastante injusto, é bastante indigno. E as injustiças com referência à opressão são cada vez mais graves. Nós esperamos e confiamos que haja mudança a partir desse diálogo.

Eu quero parabenizar publicamente a Rede Walmart – não sei se há alguém aqui da rede Walmart. Assim que ocupamos a primeira Lojas Americanas em São Paulo, o Walmart, reconhecendo o erro de não dialogar, nos mandou um *e-mail*, solicitando uma conversa franca e sincera. Então, no Walmart, três vice-presidentes e quatro diretores nos receberam. Ali, Senador Paim, havia uma qualidade invejável de diálogo. O Walmart mostrou e reconhece os erros dele e quer mudar de postura. Inclusive levamos para ele 15 propostas de mudança de postura, e o Walmart assinou embaixo de todas as 15. Marcamos uma nova reunião para agora, no final do mês de junho, para eles poderem dizer, de cada uma dessas 15, qual está em prática e qual o prazo de cada uma. Ou seja, é alguém que, de maneira proativa, quer enfrentar o problema.

Mais uma vez, quero dizer da nossa preocupação com a postura das Lojas Americanas, que já receberam quatro cartas solicitando diálogo, mas eles se fecham, não querem conversar e não respondem a nenhuma das cartas. A gente já fez quatro ocupações em quatro Lojas Americanas. E hoje, dependendo da seriedade desta audiência, teremos a quinta ocupação no Brasil das Lojas Americanas – hoje ainda.

De antemão, peço encarecidamente aos nossos irmãos da Polícia Federal que amam um Brasil melhor... A Polícia Federal é outra polícia ultimamente, muito mais firme no direito do povo. Solicito encarecidamente ao representante da Polícia Federal aqui presente, de antemão, que avalie a possibilidade de tomar a licença de todas as empresas de segurança que, após receber treinamento digno, for reincidente. Ou seja, entendemos que o problema número um é do supermercado ou da empresa, como as Lojas Americanas, que tem a missão de só contratar empresa idônea. Quando ela contrata empresas não idôneas, entendemos que cabe à Polícia Federal descredenciar essas empresas não idôneas. Por isso, solicitamos à Polícia Federal que descredencie, que tire a licença de todas as empresas de segurança após a segunda reincidência de violência contra pobre e contra negro.

Eu me preocupo também com o relatório do advogado das Casas Americanas, porque ele, na fala dele, usou uma tática que a polícia injusta, contra pobre e contra negro, usa diariamente. Qual é a tática? Tentar transformar a vítima em réu. Para mim, isso é uma baixaria. Peço, por favor, que parem com essa atitude. A vítima está em pedaços, não recebeu tratamento médico, está com o ouvido estourado, está com a retina descolada, sem a atenção necessária.

Também quero – é duro falar – parabenizar quem também nos oprimiu, que é o Carrefour. Parabenizar por quê? Porque o Carrefour não esperou deixar a vítima eternamente abandonada. O Carrefour aceitou dialogar e pagou indenização negociada. O Carrefour não deixou a vítima jogada às traças.

Nosso irmão está, há trinta dias, abandonado, e estamos numa campanha financeira! Nós, movimento negro, estamos fazendo campanha financeira, liderada pelo Afropress, entidade da comunidade negra, para poder dar atenção de saúde ao rapaz. A Casa Americana não quer nem saber se o cara está morto ou vivo. (*Palmas*.)

Então, nessa linha aí, temos o setor supermercadista, as empresas de segurança, a Polícia Federal e a situação da comunidade negra no Brasil. Analogia. Como foi o período da ditadura militar? A ditadura militar, nos anos de 1964 a 1985, assumiu o controle político, econômico e social, ocasionando as mais brutais formas de violência, censura, repressão, exílio, cárcere privado e diversas outras formas de coerção da sociedade. Analogia com o setor de segurança

supermercadista: qual o índice de violência do setor supermercadista no tocante à violência de pessoas dentro das lojas? Quando esse problema começou a aparecer para nós, da Educafro, ficamos assustados em saber o grande número de lojas que têm cárceres privados, salas de tortura. Eu peço à Polícia Federal urgentemente uma maneira de proibir esse abuso de os supermercados e grandes lojas terem, dentro de si, salas de tortura.

Será que os supermercados e grandes hipermercados têm interesse em apresentar dados concretos sobre o índice de violência contra pobre, contra negro, em suas redes? O que temos observado nas reuniões pelo Brasil afora é que, de cada um que reclama na polícia, nove – nove pobres, nove negros - têm vergonha de levar adiante a queixa. Por quê? Porque, infelizmente, nós pobres e nós negros carregamos conosco uma coisa muito pesada, que é a ideologia do embranquecimento, a ideologia da vitimização. Nós apanhamos e temos vergonha de dizer que apanhamos. Temos vergonha de registrar queixa. Esse é um problema gravíssimo na cultura nacional, fruto do período da escravidão, que está impregnado até hoje na cabeça do negro e que contagiou o branco pobre.

Nossa estimativa é esta: para cada caso registrado, outros nove ficam sem registrar. E o nosso trabalho daqui para frente é motivar o máximo possível. Desse material aqui contra as Lojas Americanas imprimimos 100 mil, já espalhamos pelo Brasil inteiro, e agora vamos imprimir mais 200 mil. Vamos imprimir sucessivamente até a Presidência nos receber para diálogo. Enquanto não receber, hoje, em Brasília, mais de 80 mil panfletos desses estão sendo espalhados em todos os cantos em Brasília.

Grandes lojas, a exemplo das Americanas, não têm dialogado com a comunidade negra nem com as vítimas. Ou seja, estamos sentindo um retrocesso, reproduzindo-se os cárceres privados do tempo da ditadura militar.

As empresas de segurança privada estão mais preocupadas em lucro próprio do que formar profissionais, seguranças ou vigilantes bem preparados para conviverem em uma sociedade moderna. Qual a questão de fundo? Será que seguranças e vigilantes recebem preparo psicológico para exercerem suas funções, e nobres funções? Para nós, o investimento que as empresas de vigilância devem fazer nos vigilantes é bem maior do que fazem, e o dinheiro pago pelas grandes empresas e supermercados às empresas de vigilância também deve ser revisto, porque é um explorando o outro, e a vítima sempre é o menor, é o pequeno, é o quebrado.

Reciclagem a cada dois anos de trabalho deixa o profissional preparado. Será? Será que dois anos é o suficiente? A cada dois anos, há revisão da preparação, sabendo que é um trabalho estressante, perigoso, um trabalho em que o jovem pobre, negro – a maioria dos vigilantes são negros e pobres –, trata a situação onde ele tem que encarar seu irmão negro e pobre e, muitas vezes, esse vigilante não tem consciência histórica – por que o cara está pobre, por que a maioria dos negros é pobre. Ele tem uma visão ingênua não porque ele quer, mas porque a sociedade proibiu que ele tenha uma visão de avaliação da opressão contra branco pobre e contra negro.

Analisemos o caso do assassinato de um cliente negro do Banco Itaú. Vocês todos acompanharam, vergonhosamente, aquele lance de um cliente, há oito anos, de uma loja do Rio de Janeiro do Banco Itaú. Mudou o vigilante, o qual, então, cercou a roda giratória, não deixando o negro entrar. Ele dizia: "Mas sou cliente daqui há oito anos". "Não importa. Tira aí..." O cara tirou tudo, e o vigilante perturbando, insistindo. A vítima, então, chamou a polícia; havia uma fila imensa de pessoas para entrar, e, ao mesmo tempo, chamou o gerente, que não quis vir. Quando viu chegar a polícia é que o gerente veio. E, ao vir o gerente, depois que o cara estava totalmente estressado, humilhado, envergonhado, ao entrar na loja, dirige uma frase para o vigilante, dizendo: "Você não poderia fazer isso comigo", e o vigilante perde a paciência e dá um tiro no rapaz e o mata, dentro do Banco Itaú. Qual era a realidade? Negro. Oito anos cliente. Ou seja, um rapaz desse tem preparo? Um rapaz desse recebeu treinamento da empresa ou é mais um explorado, ou é mais uma vítima também? O assassino é ou não também mais uma vítima?

Vejamos o caso concreto que, infelizmente, ainda ocorre no Brasil. Vejamos um exemplo no TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo). O relator é o Desembargador Adilson de Andrade, cuja decisão final, naquela apelação contra essa agressão, foi esta: "Dano moral e material; ato ilícito; agressão física contra o autor no interior de estabelecimento comercial; indenização devida; recurso parcialmente provido". E a pessoa foi indenizada, recebeu todos os direitos. É mais um caso, está aí o processo, preferi não divulgar o nome da loja, porque essa loja está arrependida, está em processo de autoavaliação.

A população negra está cansada de ser tratada como marginal. Entendemos que todos vocês, irmãos e irmãs donos de redes, não querem isso e podem mudar essa atitude. Nós solicitamos que vocês, a exemplo do Walmart, aceitem dialogar com a comunidade negra. Sentemos, conversemos. Criemos um plano

de reparação dos erros que têm sido feitos para que tenhamos um Brasil ideal. Exigimos respeito, pois o negro também é consumidor, e, se não têm o dinheiro que vocês querem, nossas moedas pingadas fazem a riqueza de vocês.

O que a mídia diz a respeito? "Casos de espancamento nas Lojas Americanas têm terceiro protesto. Durante manifesto, sindicato dos vigilantes diz que vai entrar com pedido na Polícia Federal para que segurança que agrediu não exerça mais a profissão." É, lógico, uma necessidade, queremos que a Polícia Federal dê em cima do autor da agressão, mas nós entendemos que não basta o autor da agressão ser punido; queremos, sim, punição para a empresa de vigilância, quando for reincidente, tirando a sua licença, bem como avaliar se o que a rede de supermercados tem pago às empresas de segurança é preço justo ou se é exploração em cima de outros.

Na edição de 3 de março de 2011, Jorge Américo e Eduardo Sales de Lima trouxeram a matéria: "Por que o negro, quando entra no mercado, passa a ser monitorado? Por que, inconscientemente até, o funcionário de segurança dessas lojas passa a 'copiá-lo'? Porque, na cabeça dele, o negro é o suspeito padrão".

A questão que precisamos descobrir é por que esses índices aumentam tanto nos últimos anos. Onde estaria a raiz do problema? Ou seja, volto a dizer, para cada caso, como o do Márcio, que vem a público, há nove casos em que as pessoas, envergonhadas e humilhadas, vão para casa chorando, traumatizadas e têm vergonha até de saírem na rua.

Já é tempo de a sociedade brasileira se conscientizar de que violência não é ação somente; violência, na verdade, é uma reação: reação à inércia do Poder Público em não oferecer segurança pública e em não punir as empresas de segurança pública despreparadas; reação à falta de fiscalização rigorosa pela Polícia Federal e, talvez, quem sabe também, o próprio Governo, o Ministério da Justiça não está dando à Polícia Federal equipamento e material humano necessário para fazer um trabalho mais qualificado.

Será que a Polícia Federal tem fiscalizado intensamente as empresas de segurança e de vigilantes que surgem no dia a dia? Porque estão se multiplicando as empresas de segurança.

Não presenciamos nenhuma ação concreta dos meios de comunicação em relação ao controle de empresas de segurança privada e de vigilância. Nós pedimos à Polícia Federal que divulgue mais como está sendo feito esse controle das empresas de segurança. No relatório da Polícia Federal de 2008, não há nenhuma pesquisa sobre quantas empresas foram fiscalizadas. Ou seja, podemos presumir que não há um controle efetivo? Ou é falta da divulgação necessária, por parte da imprensa, de um trabalho sério da Polícia Federal?

Portanto, resumindo, quero dizer que os oito pontos que estamos pedindo está nesta cartinha que vou passar às mãos do Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Frei David Santos fez sua exposição, trazendo uma série de informações e dados que, naturalmente, preocupam todos.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Adelar, Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal.

O SR. ADELAR ANDERLE – Muito boa tarde a todos.

Senador Paim, mais uma vez aqui conosco. Obrigado por oportunizar à Polícia Federal fazer uso da palavra nessas audiências públicas, porque é sempre muito interessante trazer a público o nosso trabalho e, principalmente, trazer os esclarecimentos do Poder Público sobre a questão de segurança.

Enalteço aqui todos os palestrantes anteriores: o Sr. Dojival, que apresentou muito bem toda essa questão; a nossa vítima; e agora aqui a exposição do nosso Frei.

O que vou falar aqui é uma posição pública, dentro da legalidade. Portanto, em nenhum momento eu quero fazer um contraponto ao que os senhores expuseram. É apenas uma versão pública dos fatos e dos dados, assim como, numa audiência pública anterior, o próprio Senador Paim falou: "Eu não vou me contrapor; vou-lhe dizer que existe uma visão diferente." Perfeito?

Começando que a Polícia Federal é uma instituição totalmente contra a violência. Estou falando da Polícia Federal conforme nós estamos trabalhando hoje, tanto é que, em nossas operações, a gente prende todo dia, e vocês não veem ato de violência de maior relevância em nossas operações.

Então, dentro do que eu vou discorrer agora no controle da segurança privada, vou demonstrar como nós estamos preocupados e tomamos ações proativas para evitar esse tipo de violência que está sendo aqui relatado. Porém, antes eu preciso fazer um retrocesso em cima da teoria constitucional e esclarecer alguns pontos, principalmente aos nossos doutos advogados.

O uso legal da força é monopólio do Estado, e o Estado o faz por meio das forças públicas de segurança, e somente o policial tem a prerrogativa legal de fazer o uso da força dentro da proporcionalidade para conter uma violência ou para intervir sobre a liberdade das pessoas.

Infraconstitucionalmente, a Lei nº 7.102, de 1983 passa ao vigilante formado, sob o auspício da Polícia Federal e credenciado, essa prerrogativa de intervir sobre a liberdade das pessoas nos espaços vigiados. Não há outra forma legal de se fazer isso, a não ser que o Judiciário supra essa lacuna legal, como conseguiu Lojas Americanas numa ação há pouco tempo, dizendo que a segurança das Lojas Americanas não precisa estar sob a égide da Polícia Federal. Infelizmente, nós corremos atrás desse processo, já o pegamos quando estava no Superior Tribunal de Justiça e não havia mais tempo processual para contrapormos o mérito. Está julgado e abriu um precedente muito perigoso.

Daí eu digo, Senador: precisamos urgentemente aprovar o Estatuto da Segurança Privada, juntamente com os 30% do risco de vida, mas que saia um pacote para beneficiar todos, porque lá está claro que a segurança privada, armada ou desarmada, para intervir sobre a liberdade das pessoas nos espaços vigiados, tem que passar pelo rigor do Poder Público.

Muito bem. Em cima disso, eu quero dizer que a segurança privada não está crescendo no Brasil no vácuo ou na insuficiência da segurança pública, porque cada qual tem o seu campo próprio de atuação. A segurança privada age com dinheiro público nos espaços públicos e beneficia todos indistintamente. É um benefício *erga omnes*. A segurança privada atua dentro dos espaços privados no conceito intramuros, paga pelo contratante, mas que beneficia apenas quem circula nesses espaços.

Então, meu caro douto Dojival, à sua afirmação eu faço este contraponto, dizendo-lhe que, ao comparar os números de vigilantes, 2 milhões de vigilantes cadastrados na Polícia Federal hoje, que é um dado cumulativo - 700 mil estão empregados, os outros estão buscando o seu emprego –, se esse número é maior do que a segurança pública, são dados que devem ser analisados em separado, e não em conjunto. Não é dizer que a segurança pública está sendo privatizada. A essa afirmativa eu me contraponho, dizendo-lhe que cada qual tem seu espaço próprio de atuação.

Muito bem. Além de a Polícia Federal ter esse controle dos 2 milhões de vigilantes com cursos e assim por diante, nós temos uma clandestinidade que, por dados atuariais, uma empresa apurou em mais de um milhão de pessoas trabalhando na rua, dizendo ser segurança, mas são clandestinos ou estão na informalidade, como o nosso vigia noturno. E essas pessoas precisam receber um treinamento, precisam ser trazidas para debaixo do manto da lei e precisam que seus antecedentes criminais sejam checados, porque não é possível que nós tenhamos alguém cuidando da nossa segurança que seja bandido. E isso só o Estatuto da Segurança Privada pode ler. Assim como as empresas que prestam maus serviços serão excluídas do mercado, Frei, com o novo Estatuto que tem as travas para o mau administrador. Mas, com a lei atual, não há como, porque a Polícia Federal se pauta pelo princípio da legalidade, e a lei nos engessa, a lei é muito pobre, ela é de 1983.

Muito bem. Diante de tudo isso que eu estou falando, o que estamos fazendo de concreto em cima do assunto em pauta aqui? Estamos preocupados em atingir o fator capacitação do nosso vigilante e fomos procurados há pouco tempo, de uma forma proativa, pela Secretaria Especial da Presidência da República, da Promoção da Igualdade Racial, aqui representada pelo Sr. Júnior, pedindo-nos que trabalhássemos essa questão dentro da nossa grade curricular, e nós já estamos trabalhando. Inclusive, trouxeram-nos a bandeira proclamada pela ONU este ano como o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. Então, nós colocamos dentro da nossa grade curricular, e já está. Cito alguns dos objetivos dentro das disciplinas: capacitar o aluno para compreender e valorizar a diversidade cultural, étnico-racial, estimulando e valorizando a revisão crítica de estereótipos étnico-raciais - por enquanto, são objetivos; identificar e comunicar o seu superior sobre comportamentos antissociais, racistas, homofóbicos, xenófobos ou contra crianças e idosos. E, depois, dentro das ações do conteúdo programático, vêm ações como – vou citar apenas uma aqui – trabalhar os problemas de pedidos de ajuda apresentados de forma mais corriqueira; preparação do aluno quanto à urbanidade e comportamento para apaziguar ânimos e manter ambiente harmônico e confortável no local que ele vigia; *scripts* de respostas mais comuns que o vigilante deve dar às pessoas; preparo para resposta a casos particulares – como dar uma resposta a casos particulares; cuidados e respostas à prática de racismo, homofobia e outras discriminações; atenção especial aos portadores de deficiência.

Então, a Polícia Federal está avançando, e essa já é uma grade curricular de mãos limpas, que, nesse curso, está sendo preparada para não usar nenhum tipo de arma.

Para finalizar, enquanto eu estava ouvindo o Frei David, recebi duas ligações, peço desculpas, mas era exatamente para que o meu pessoal me desse uma informação sobre Décio Antônio de Souza. Nos registros da Polícia Federal, existe Décio Antônio de Souza, um cidadão do Rio de Janeiro, que não é vigilante, não está no Sisp como vigilante e que tem algum antecedente criminal de ameaça, que foi arquivado em 1997. Um outro cidadão, Antônio Décio de Souza, está absolutamente limpo e também não é vigilante. Portanto, na

primeira informação que eu estou prestando, sobre o cidadão que o agrediu, não há registro na Polícia Federal de que ele seja vigilante, numa primeira pesquisa. Talvez, numa pesquisa mais apurada... Sabe como é sistema, não é? Pode esconder um nomezinho lá no canto que a gente não tenha visto. Mas essa é a informação, portanto, que me foi passada por telefone agora e que estou prestando aqui em primeira mão.

Muito obrigado, pessoal. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Adelar, Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal. Não é a primeira vez que ele vem à Comissão de Direitos Humanos, sempre contribuindo e apontando caminhos de quem realmente atua na área.

Passo a palavra neste momento ao Sr. Onofre Silva, Gerente Regional do Pão de Açúcar Centro-Oeste, representando o Presidente do grupo, Sr. Enéas Pestana.

O SR. ONOFRE SILVA – Boa tarde, Exmº Senador da República Paulo Paim. Cumprimento a todos da Mesa, cumprimento a todos os presentes. Muito boa tarde.

Estou hoje em nome do presidente do grupo. O Sr. Enéas não pôde vir, Senador. Estou aqui representando a empresa, principalmente para dar ênfase de que estamos na mesma luta. O Grupo Pão de Açúcar está atento às suas responsabilidades, preocupado em contratar empresas de vigilantes idôneos, que sejam cadastradas, que estejam totalmente dentro das normas da Polícia Federal e preocupadas com o que está ocorrendo nas suas lojas. A preocupação é constante. Queremos sempre melhor servir os nossos consumidores. Eu já estou na empresa há 30 anos, e o discurso do nosso presidente sempre foi esse, de estar atento às nossas responsabilidades e obrigações.

Queria dar os parabéns à mediação do debate. Eu acho que, através do debate, a gente pode evoluir e crescer.

O Sr. Márcio Milan falou muito bem o que a nossa associação, tanto a Associação Brasileira dos Supermercados como a Associação de Supermercados de Brasília, está sempre atenta ao tema, com treinamentos e orientações. Estamos, junto com o Ministério Público, falando sobre o tema diversidade - há preocupação constante realmente – e o papel que a empresa tem na sociedade de cumprir todas as leis e todas as suas responsabilidades.

Hoje, estamos aqui mais para conversar, abertos ao que for necessário, qualquer esclarecimento que seja necessário, para evoluirmos no tema.

Queria até sublinhar as palavras do Sr. Boaventura, que falou muito bem quando disse que todos os setores são compostos de gente. O senhor também falou sobre investimento e capacitação, porque é fundamental o treinamento para as pessoas.

Então, o grupo está totalmente de acordo, do mesmo lado, pronto para servir e conversar com quem for de direito para evoluirmos. O senhor pode ficar tranquilo que o Grupo Pão de Açúcar está aqui para atender e melhorar cada vez mais os seus serviços.

Obrigado, Senador. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Sr. Onofre Silva, Gerente Regional do Grupo Pão de Açúcar, que, além de fazer a sua exposição, se mostrou totalmente aberto ao diálogo, à negociação, ao entendimento, para que possamos, cada vez mais, aprimorar a nossa relação, eu diria, entre o empreendedor e o consumidor, porque um depende do outro.

Eu que venho da área sindical às vezes digo isto: o pessoal pensa que o trabalhador faz greve porque gosta. Primeiro, a greve não é boa para ninguém. A greve não é boa nem para o trabalhador, nem para o empreendedor. Quando se inicia uma greve, podem ter certeza absoluta de que a responsabilidade, inclusive do dirigente, Boaventura, é enorme. São às vezes centenas, milhares de pessoas que não sabem o que vai acontecer no fim do conflito.

Esses dias mediei duas greves que iam acontecer numa cidade – não vou citar nomes – que iam parar toda uma produção de máquinas de grande porte. Por telefone, nós mediamos. Felizmente, a greve não aconteceu, e todos ficaram felizes. Por isso o diálogo, a negociação, o entendimento é o melhor caminho. Ninguém ocupa uma loja porque gosta. Estou dando como exemplo também, até porque isso tudo desloca gente, desloca pessoas, é um desgaste para ambos os lados. Por isso tem que prevalecer o entendimento, o diálogo, a negociação. Se eu fosse de recursos humanos numa loja, eu diria: "Vamos conversar com esse povo". Conversar não é crime! E nós estamos aqui no Parlamento, não é? Eu me lembro de um Deputado que dizia: "Parlamento, *parlare*, falar, dialogar". Isso é bom, e todos ganham. Ninguém ganha com o conflito. Com o conflito ninguém ganha; com o diálogo todos ganham.

Eu me lembro de quando era sindicalista ainda, só 25 anos atrás, eu dizia para a moçada: "Pessoal, acordo feito e aprovado aqui na assembleia, quem botar ação contra o empregador, eu vou lá e testemunho contra, porque o acordo, a conciliação, o entendimento tem que prevalecer". Isso, para mim, é importante. E, graças ao tempo em que fui sindicalista, durante seis anos, não houve um trabalhador querendo entrar com uma ação contra aquilo que era acordado no processo

de entendimento e de negociação. É melhor uma conciliação, uma conversa, um entendimento do que uma ação eterna em que todos, com o tempo, vão perder.

Por isso, mais uma vez, cumprimento a todos que estão nesta Mesa.

Eu dizia para a moçada ali no fundo que hoje fui um pouco mais rígido do que na outra reunião, porque, na outra reunião, o setor financeiro não se fez presente. E legitimamente vocês protestaram. Hoje, aqui, vocês protestam contra um fato. E eu pedi que ficassem nas palmas, e vocês entenderam a minha conversa, que batessem palmas para quem quisessem. Não posso obrigar vocês a baterem palmas para quem não queiram. Isso é democracia, não é?

Mas mesmo o setor financeiro me mandou um documento que eu li, Frei David, dizendo que estavam abertos ao diálogo, à conversa, ao entendimento. Inclusive, se houver outras audiências públicas, vão estar presentes. Eu li o documento no meio da reunião. Por isso eu espero muito...

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – E vamos marcar a audiência, não é, Senador? Vamos marcar outra audiência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, com certeza. Vamos marcar com eles essa conversa.

Por isso, eu espero que, no fim desta audiência pública, a gente avance, caminhe para o diálogo. Vou torcer muito para que nenhum setor aqui diga: "Não, eu não converso, eu não vou dialogar. Conosco é no pau, doa a quem doer". Eu acho que essa, desculpem a expressão, é uma posição no mínimo... Eu vou dizer um termo que dizia para mim mesmo: quem usa essa expressão, seja empregado, seja trabalhador, é um sinal de incompetência de quem não entendeu o avançar dos tempos e da relação humana. Eu sempre digo que até o conflito, quando estoura numa greve, é porque nós erramos, alguém errou. Temos que admitir que erramos: ou o empregado errou, ou o empregador errou. Tem gente incompetente ali no meio. Então, vamos ver quem errou. Por isso nós estamos aqui com esse objetivo da conciliação, da conversa, do entendimento. É claro que, no fim, eu dou uns palpites – é palpite – sobre tudo aquilo que ouvi, mas com uma vontade enorme de acertar, acertar na linha de contribuir, para avançarmos. E que haja, enfim, um novo momento na relação, até por tudo o que foi colocado aqui.

Carlos Alberto Júnior, é a sua vez de falar, e não a minha. Então, passo a palavra a você, Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, da nossa querida Seppir.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência, do Senado Federal, em nome de quem faço um cumprimento especial ao Exmº Senador que saiu também, pela presença, e aos componentes da Mesa, inicialmente, quero agradecer o convite do Senador e dizer que muito me alegra vir a esta Casa para debater um assunto tão importante, sobretudo na perspectiva de que a gente está falando da maioria da população, porque, segundo os dados do Censo, mais de 50% da população é negra. E digo isso porque, para mim, esse tipo de agressão tem cor e está dirigido para um setor voltado para a etnia. Isso, para mim... Desculpem, estou falando aqui como ouvidor da Seppir e posso trazer isso em dados posteriormente para o senhor, Senador, de denúncias que até o senhor nos encaminha e chegam lá na Ouvidoria.

Mas quero fazer uma digressão inicial, no sentido de contextualizar isso, no sentido de que, após algumas políticas sociais do Governo Lula, o mercado consumidor mudou. E trago um dado do economista Fábio Tadeu Araújo, que é consultor do Brain-Bureau de Inteligência Corporativa, dizendo que as classes C, D e E foram evoluindo, deixando de ser classes E e D e passando para a C. Assim, o mercado consumidor que vai consumir no setor de supermercados, nos *shoppings* vai sendo um outro mercado.

Trago outro dado do Censo quanto aos negros, aos pardos, que tiveram 45% de aumento em suas rendas na década de 2000. Setenta e cinco por cento desses negros estão na linha da pobreza, e 70% dos extremamente pobres, segundo dados, são negros. Os 80% que saíram dessa situação de extrema pobreza também são negros. Saíram da extrema pobreza e, agora, estão na pobreza ou na classe média baixa.

Com essa digressão que fiz inicialmente, quero dizer que o mercado consumidor mudou. Agora, há uma outra cor nesse mercado. Os negros passaram a consumir muito mais. Vejo isso no sentido de que os atacadistas, os varejistas, as empresas, que estão do outro lado, não conseguiram acompanhar isso e ainda tratam o negro como um ladrão, como suspeito. Isso nos assusta bastante. No ano em que a ONU decreta como o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, isso nos assusta bastante.

Além disso, as diversas políticas que foram fomentadas no Governo passado e estão prosseguindo neste Governo, no Governo da Presidenta Dilma, fizeram surgir, através das cotas raciais, diversos novos atores, novos advogados, professores, médicos, que passam também a consumir. Posso dizer isso tranquilamente, pois não sou oriundo de cotas. Meus pais são professores. Por uma concepção de vida, tive o privilégio de estudar em algumas escolas particulares e não precisei das cotas por ter tido essa oportunida-

de. Mas posso dizer a vocês que passo a consumir, eu, negro, jovem. Hoje sou ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Senador, e passei a consumir muito mais do que eu consumia antes. Então, essa cara mudou. A cara do consumo brasileiro mudou. E é disso que eu quero tratar com os senhores, no sentido de que o rosto, a fisionomia, a etnia do consumidor das Lojas Americanas, do Walmart, do Extra não é mais aquela elite branca; hoje também há negros consumindo.

Digo aos senhores com total franqueza e disponibilidade de diálogo que não sinto a preparação dos senhores para esse mercado consumidor. Digo isso porque sou novo em Brasília, tenho apenas quatro meses no cargo de ouvidor, e sou baiano, soteropolitano, da capital da Bahia. Em Salvador, temos o costume de frequentar o *shopping* de bermuda, pelo próprio clima que lá existe. Trouxe esse costume para aqui. Fui ao Conjunto Nacional, um dos *shoppings* de Brasília, inclusive para a Loja Americana – o senhor que é representante das Lojas Americanas – pesquisar, comprar algumas coisas para a minha residência. Chegando lá, não fui abordado, mas senti que um dos seguranças me rodeava. Como não conhecia as Lojas Americanas daqui, fui rodar a loja para saber que produto eu poderia levar e senti que um segurança estava o tempo todo atrás de mim. Eu não entendia aquilo, quer dizer, entendia, mas não queria compreender. Continuei andando. Houve uma hora em que fui – como um amigo meu de Salvador diz – dar uma baile no segurança. Aí me escondi e fiquei de frente para ele. Então, perguntei a ele: "Está havendo algum problema, meu amigo?" Ele disse: "Não, não, não está havendo problema algum, não". Aí falei: "Percebi que o senhor estava me seguindo". Ele disse: "Não, jamais. Eu não estava seguindo o senhor, não. É porque a gente tem que fazer vistoria, é padrão aqui". Aí eu disse: "Não, tudo bem. Então, está certo. Não tem problema algum". Peguei as coisas, dirigi-me ao caixa e segui.

Só estou fazendo essa digressão para entrar em um assunto. O que eu sinto, como Seppir, é que há um despreparo, muitas vezes uma certa ignorância a respeito desse mercado consumidor – vou fazer referência aos vigilantes; há um despreparo na formação e na qualificação desses profissionais.

Eu não quero discutir aqui que o supermercado tem que contratar empresa regularizada. Isso é obrigação! Nenhum setor pode contratar empresa que não seja regularizada! Todo os setores têm que tratar, como fizemos em gestão junto à Polícia Federal, que nos atendeu muito prontamente, após o caso do Sr. Márcio de Souza. A Ouvidoria disparou um procedimento que nos trouxe a concepção de que precisávamos dialogar com a Polícia Federal, no sentido de que é preciso mudar esse conceito de que o negro entrando numa loja é sempre um ladrão, um suspeito em potencial. Dialogamos com a Polícia Federal, que, de pronto, já inseriu em uma das suas portaria de 2006 a questão racial e dos direitos humanos para a formação e qualificação desses agentes de segurança privada.

Queria falar um pouco mais do Márcio Antônio de Souza. Já foi dito aqui pelos que me antecederam, mas gostaria de fazer algumas perguntas, como advogado que sou, de formação, e hoje ocupando o cargo de Ouvidor da Secretaria.

O advogado levantou aqui que o Márcio teria furtado; vamos admitir essa hipótese; acho que podemos admitir isso; mas que direito tem essa loja, esse segurança de espancá-lo de forma a que ele perca metade de sua audição e de sua visão? Não consigo compreender como defensor dos direitos humanos, defensor da questão racial. Não consigo compreender. Que função as lojas estão dando à segurança privada? Como Poder Público, precisamos saber isso. Acho que precisamos ter mais esse diálogo com a Polícia Federal, Dr. Adelar. Que papel tem hoje a segurança privada nesses setores internos? Ela tem poder de agressão, de usar a força necessária para conter? Como isso é feito realmente? Essas são algumas indagações sobre as quais precisamos dialogar. Acho que os senhores estão superabertos para essa questão.

Outro ponto diz respeito ao Januário, que é inclusive assistido pelo companheiro Dojival. Gosto muito de mencioná-lo. Como um segurança privado consegue confundir um cidadão que tem a chave do carro e está dentro dele, com seus filhos, com um ladrão? Alegam que existem critérios de ronda. Ah, sim, mas quais são esses critérios? "Atitude suspeita." Que atitude suspeita? Precisamos saber, precisamos dialogar sobre isso.

Temos essas inquietações, e a Secretaria está totalmente sensível. Já discutimos isso com a Polícia Federal, mas a Ministra tem a total compreensão de que não se trata só de discutir com a Polícia Federal, mas com a Associação Brasileira de Supermercados, com as grandes redes sobre a questão, sobre o assunto. Precisamos mudar esse paradigma, esse dogma de que o negro que está dentro de uma loja é um sujeito com potencial para furto, para roubo. Hoje, esses negros consomem e, como foi bem dito por aqueles que me antecederam, vocês dependem desse consumo. Hoje 50% da renda de vocês provém de negros e pardos. Então, os supermercados precisam repensar essa política, tanto com relação aos vigilantes quanto no tocante à segurança privada como um todo. Precisamos discutir essa questão. A Secretaria está aberta a essa discussão. A Ministra saúda V. Exª e diz que

está aberta à discussão. Queremos dialogar com vocês, com os setores, porque achamos que o diálogo é melhor que o conflito. A nossa Ministra também tem essa compreensão.

Sei que meu tempo está acabando, mas gostaria de dizer que há um artigo na Constituição, o de nº 219, que diz que o mercado interno – aí entendemos mercado interno como tudo aquilo que o compõe, seja supermercado, *shopping*, enfim, todo o mercado existente integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos das leis federais. Ou seja, se é um patrimônio que é considerado integrado ao patrimônio nacional, é necessário que tanto o Poder Público – e aí nós temos total disponibilidade – quanto as empresas privadas cuidem dele, no sentido de não agredir essa população e os seus consumidores.

Quero deixar aqui mais um ponto: a Ouvidoria está à disposição. Eu gostaria que não precisasse a gente atuar. A gente só atua quando há um conflito. Indigna-me muito quando estou atuando, porque sei que o racismo no Brasil ainda está presente, a discriminação está presente quando a gente tem de atuar e demandar dos poderes públicos. Mas nós estamos lá, agora estamos reformulando a Ouvidoria, Senador, e contamos com a sua ajuda nisso, na nossa divulgação. Estamos lá para receber todos os tipos de denúncia de discriminação racial. Nós não temos a função de julgar ninguém, não é esse o papel da Ouvidoria Nacional, mas, sim, de encaminhar e tentar intermediar esses conflitos sobre discriminação racial. O telefone do ouvidor é o 2025-7000. O *e-mail* da Ouvidoria é seppir.ouvidoria@planalto.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se puder repetir, é importante, porque depois vai para o vídeo.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – Tudo bem. Este é o telefone direto do Ouvidor, 2025-7000. Temos também o 7001, o 7002, o 7003, certo? Estamos lá para atender. Também podem enviar carta lá para o Ministério, para a Secretaria. O *e-mail* é seppir.ouvidoria@planalto.gov.br – que é a Secretaria de Políticas de Promoção. Há o *e-mail* do ouvidor, que eu posso deixar disponibilizado para vocês: carlos.junior@planalto.gov.br.

Estamos lá para atender. Qualquer tipo de demanda que nos chegue lá, encaminhamos para os setores competentes, tentando esse diálogo. Tivemos um diálogo agora com o pessoal do Extra sobre uma questão de discriminação racial. Eles já fizeram a defesa, estamos tentando fazer uma composição com eles, porque não é papel nosso julgar ninguém, mas, sim, encaminhar para os setores responsáveis. Mas, antes disso, a gente faz esse diálogo com os setores. Ele já fez esse diálogo com a gente, e a gente está fazendo isso com todos.

Infelizmente, não sei se já chegou às mãos do senhor: as Lojas Americanas não fizeram isso ainda com o caso do Márcio, que também está lá na Ouvidoria. Nenhum tipo de diálogo. Mas também estamos abertos. Queria dizer aos senhores que estamos abertos, a Secretaria está aberta para fazer esse diálogo, se acharem que é necessária a utilização nossa lá.

E é isso. São essas as reflexões iniciais, Senador, que eu trago aqui para V. Exª, para tentar contribuir no debate. Estamos abertos e precisamos também da colaboração do setor para fazer um Brasil sem racismo, promovendo a igualdade racial.

Muito obrigado.(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlos.

A Presidência cumprimenta o Carlos Alberto Júnior – Júnior é o nome do meu filho também, Paulo Paim Júnior. E o Júnior está fazendo Direito também. Então, meus cumprimentos ao Júnior aqui, que é ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República.

Meus parabéns, Júnior. Gostei de ouvir você falar nessa linha, firme e convicto, sabendo muito bem para onde apontar e o caminho do entendimento, inclusive colocando endereço e telefone da Ouvidoria, para ouvir e ajudar no entendimento.

O Dr. Adelar tem um esclarecimento a dar sobre uma informação que ele deu. Ele conferiu agora e quer dar o devido esclarecimento.

O SR. ADELAR ANDERLE – Passaram-me anteriormente o nome de Décio Antônio de Souza, que eu falei que não era vigilante, estava limpo. Não é esse o nome. Passaram-me o nome correto: Décio Garcia de Souza é vigilante cadastrado na Polícia Federal e, quando indiciado, não vai mais renovar a carteira de vigilante dele. Então, esse é o padrão, o.k? (*Palmas*.)

Então, confirmando a informação. Ele já tinha me passado a informação de que era vigilante. (*Pausa*.)

Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode. Eu já tinha dito a ele que ele poderia responder. Em seguida, eu vou passar...

O SR. ADELAR ANDERLE – Eu fui questionado sobre o seguinte: dentro das tarefas do vigilante, qual é o universo em que ele pode intervir sobre a liberdade das pessoas e fazer uso da força física? Essa é a pergunta, perfeito? (*Pausa*.) Muito bem. Dentro do espaço...

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Se não seria mais prudente até chamar a da Polícia Militar.

O SR. ADELAR ANDERLE – Na resposta já está positivado isso. Então, dentro da prerrogativa legal em que o vigilante tem o dever de assegurar as pessoas no local vigiado e também assegurar o patrimônio, decorre dali a prerrogativa de ele intervir sobre a liberdade das pessoas. Só que toda essa intervenção tem um determinado limite. A partir daquele limite, ele passa a praticar atos abusivos, assim como o policial pode praticar a qualquer momento. Esse limite está no controle de acesso, por exemplo. E, no controle de acesso em muitos locais, o cliente pede que seja feita uma revista pessoal, como no caso de uma boate, ou no caso agora dos aeroportos, em que a gente passa pela esteira, soa o apito, tira o cinto, tira não sei o quê, daqui a pouco passa aquele negócio... Isso está intervindo sobre a liberdade das pessoas. É muito bom a gente discutir isso.

Esses dias, na direção da Polícia Federal, estávamos discutindo exatamente sobre o nosso papel, na entrada da esteira nos aeroportos. Nós queremos que haja uma revista aleatória durante a Copa - daqui por diante, até chegar a Copa; naturalmente, depois prossegue. Mas, se o camarada não quiser se submeter à revista – levanta um colega meu –, terá seu embarque vetado. Eu digo: "Não, não por aí". Simplesmente você não chama a si a responsabilidade. Você diz: "Se o senhor não quiser se submeter à revista, o senhor pode desistir da viagem". Então, você deixa a ele a possibilidade de escolha e não atrai a si a responsabilidade, estão me entendendo?

Assim eu diria em qualquer outro local. No momento em que um cliente adentrar as Lojas Americanas, onde toda mercadoria é exposta, existe o direito das Lojas Americanas de preservar o seu patrimônio. E nós sabemos que o patrimônio é muito vulnerável, pela quantidade de pessoas que circulam. Então, é justo que as Lojas Americanas tenham os seus observadores. É justo que as Lojas Americanas, no momento em que há a percepção de que um ato pode ser ilícito, tenham uma segurança de que esse ato venha a ser ilícito, convidem a pessoa para verificar se ela possui a nota daquela mercadoria. Uma vez constatado isso, chama-se a polícia, e está aqui o problema para ser apresentado. Ora, isso é dentro de uma democracia. Se isso não existir, as Lojas Americanas vão quebrar, porque a gente sabe que todo ser humano tem um nível de corrupção dentro de si mesmo, alguns mais, outros menos.

Então, gente, o que é razoável que seja feito numa loja como Lojas Americanas, que é tão aberta quanto é o padrão dela? Num supermercado, o cliente passa por um detector de metais, passa por um detector de etiqueta, de código de barras, passa pelos caixas, é mais difícil; mas as Lojas Americanas têm as portas abertas, acesso pela frente, pelos fundos, e assim por diante. Então, o que é razoável que seja feito? O que é razoável tem de ser feito. Apenas nós temos de dizer: "Se querem fazer dessa forma, usem vigilante credenciado pela Polícia Federal, que aí vocês terão a cobertura legal".

Nós temos também a possibilidade de uso da força. Num transporte de valores, se um carro forte está sendo abordado por bandidos, os vigilantes vão ficar quietos para levar tiro ou vão revidar? Legítima defesa. Então, está tudo dentro dos parâmetros legais. O problema é que todo segurança, seja agente público, seja agente privado, está sempre no fio da navalha: decidir se ele está dentro da legalidade ou se está ultrapassando e partindo para a agressividade, para a ilegalidade. Essa linha é muito tênue e muito perigosa, porque ele tem que decidir em uma fração de segundos. E é para isso que ele é treinado, e é para isso que a Polícia Federal está aí para auxiliar.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – Eu estou extrapolando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida, vou passar a...

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – Mas é só para um questionamento. Eu entendo completamente, Dr. Adelar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos terão direito a usar da palavra, com calma...

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – ...mas eu queria fazer... Isso são ações repressivas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho, Renato.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – Ô, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porque eu vejo que está havendo uma insegurança ali no plenário. Todos vão usar a palavra. Agora esta Mesa está montada, e eu não passei a palavra para nenhum do Plenário. Depois que eu passar a palavra para os que estavam na Mesa anterior, eles vão usar da palavra. O Renato com a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Júnior. (*Risos*.)

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – É só mais um questionamento. Eu percebo, compreendo, compartilho da mesma ideia de V.

Exª. Mas eu queria só fazer mais um questionamento, vou encerrar, mas são inquietações que quem trabalha com a causa já há algum tempo tem: por que não há uma ação preventiva nesse sentido? Por exemplo, penso eu: já que existe esse problema de ela preservar o seu patrimônio, e isso é legítimo - vivemos num mundo capitalista, sobretudo o Brasil é um país capitalista, cada um tem que preservar o seu patrimônio -, por que não existe uma ação preventiva das lojas, de ter guarda-volumes, por exemplo? Porque acredito que, se houvesse guarda-volumes lá, o próprio Márcio Antônio de Souza guardaria o seu capacete, os ovos lá, e não teria uma ação dessas, entendeu? A gente não pode pensar essa possibilidade com a Abras, para colocar lá, se isso é muito custoso? Porque acho que isso também preserva o patrimônio deles, entendeu? É uma ação preventiva. Acho que a gente precisa focar mais nessas ações preventivas.

Era só esse questionamento, que eu acho que a gente precisa abrir para debate, Senador. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos abrir.

O Dojival está há horas, foi o primeiro inscrito. Depois, o Silzomar.

O SR. DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Eu não tinha tido ainda o prazer de conhecer o representante das Lojas Americanas, o Sr. Silzomar. No entanto, eu já tinha a informação de uma manifestação dele, Senador, na Câmara de Vereadores de Campo Grande, em que o representante das Lojas Americanas teria alegado legítima defesa, que o segurança teria agido em legítima defesa e, consequentemente, responsabilizado a vítima.

Eu não posso deixar aqui, Senador, de manifestar a minha mais profunda indignação e desagrado por esse insulto que esse senhor, representante das Lojas Americanas, comete aqui, em pleno Senado da Republica, ao reforçar essa tese indigna, Sr. Silzomar. O senhor precisa, no mínimo, e essa empresa precisa, no mínimo, respeitar a vítima, que está aqui arrebentada diante do senhor. (*Palmas*.) Não é cabível, Senador! Não é cabível que se ouça, sem reação, um insulto do agressor que, diante da vítima, tem a indignidade de vir aqui reforçar e defender a agressão bárbara, truculenta, covarde praticada por esse assassino que deveria estar detrás das grades, deveria estar preso.

E eu quero pedir ao senhor, Senador - sei das suas preocupações, sei do seu compromisso com a nossa causa –, que, com esse mesmo compromisso que tem norteado e pautado sua carreira e sua trajetória política, o senhor não permita que essa situação continue, que esse crime que está sendo apurado pela Polícia de Campo Grande... E o representante das Lojas Americanas me vem aqui com um monte de depoimentos assinados; pergunto ao representante das Lojas Americanas: existe conclusão desse inquérito para que ele seja usado aqui contra a vítima? Óbvio que não existe conclusão nenhuma! Óbvio que foi forjado um boletim de ocorrência registrado três dias depois pelo agressor! Como é que se utiliza dessa informação de forma leviana, de forma desrespeitosa, de forma insultuosa à vítima por uma empresa que, até pela história que tem, deveria se dar o respeito, e não tripudiar perante uma pessoa, como já foi colocado pela Mesa!?

E daí, senhor representante das Lojas Americanas, se esse pobre senhor, que, até pela formação, não tem vocação para furto, se ele tivesse furtado dois ovos de Páscoa, isso justificaria essa selvageria, essa truculência, essa tortura, para que o senhor venha aqui, no Senado da República, e nos insulte a todos com essas suas palavras? (*Palmas*.)

Eu peço ao senhor que reflita sobre esse comportamento, porque o senhor está aqui não como pessoa física. O senhor está aqui como representante de um grande empresa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Dojival…

O SR. DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS – E, quando nós nos indignamos, Senador – vou encerrar –, é porque os empresários que estão aqui... Ninguém está aqui apontando dedo em riste para eles. Ao contrário. Nós estamos aqui dispostos, com disposição para o diálogo, para a conversa produtiva que resulte na solução de um problema. Agora, não se pode admitir, sob pena de sermos cúmplices com essa covardia, que o representante do agressor tripudie e desrespeite a vítima, que está aqui toda quebrada, não está aqui dramatizando nada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho.

O SR. DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS – ...e que está aqui, inclusive, pedindo a caridade pública para ser operado no dia 7 de junho, porque não dispõe de plano de saúde, para ser atendido pelo Sistema Único de Saúde. Não se pode admitir que essa pessoa seja tripudiada, seja insultada, e, ao insultá-la, nos insulta a todos.

Então, Senador, encerro minhas considerações por aqui, pedindo ao senhor o seguinte – vou ser direto: esse crime precisa ser investigado pela Polícia Federal, e peço permissão, peço ao Dr. Adelar que encaminhe essa questão. A Polícia Civil de Campo Grande não tem autonomia nem isenção para apurar

coisa alguma, e já demonstrou isso. Esse crime precisa ser federalizado, Senador.

Outra coisa é o seguinte: o Dr. Adelar trouxe aqui dados que eu não conhecia, confesso ao senhor. O senhor disse aqui que existem dois milhões de seguranças cadastrados e mais um milhão na clandestinidade. É muito grave isso. Acho que isso merece, Senador, uma investigação mais profunda, até para a solução que o Dr. Adelar aponta, que é o Estatuto da Segurança. O que não se pode é ter um exército de três milhões de homens, entre eles um milhão operando sem nenhum controle.

Então, eu gostaria de fazer essas considerações. Desculpe-me a minha indignação. Não há nada pessoal contra o senhor, mas eu acho que o senhor foi, tanto quanto em Campo Grande, de uma infelicidade a toda prova. A empresa Americanas, que o senhor representa, precisa rever os seus métodos. A empresa Americanas não pode endossar a agressão covarde contra uma pessoa. Aliás, a pergunta que não quer calar aqui: esse cidadão foi mandado embora? Esse cidadão foi punido? A pergunta que não quer calar: por que as Lojas Americanas não chamaram a vítima e não a indenizaram, como reza e como diz a lei civil brasileira? Para ficar aqui, vir ao Senado da República e ainda tripudiar perante a vítima?!

Isso é demais, Senador! Desculpem-me os senhores a minha indignação. Mas essa é uma indignação dos justos, daqueles que querem justiça e sabem que o diálogo é o caminho para conquistá-la. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Dojival.

Dr. Dojival, esta Presidência entende a sua indignação e, a partir do momento em que nós convidamos todas as partes envolvidas nesses conflitos, nós sabíamos que cada um ia colocar aqui seu ponto de vista. E, no fim da audiência pública, nós vamos dar os devidos encaminhamentos dentro do limite desta Comissão.

O Márcio Antônio de Souza fez aqui seu depoimento, é legítimo que as outras partes coloquem também seu ponto de vista. Estou sendo aqui muito franco, muito tranquilo e muito franco. A obrigação desta Comissão é ouvir a todos.

Pode saber, Márcio: se eu tivesse trazido só você aqui e o Dojival, eu não estaria agindo corretamente, porque não é correto. As pessoas que estão assistindo à TV diriam: "Por que você não trouxe o outro lado?" Eu o fiz e o faria de novo. Convidarei sempre os dois lados para que coloquem os seus pontos de vista. Podem ter certeza de que aqui o Renato... Paulo Renato Paim Júnior é o nome de meu filho.

Júnior, você foi muito feliz. Júnior, você buscou aquela consideração que eu iria fazer ao final. Mas você, como advogado – e eu não sou advogado –, tem muito mais autoridade para fazer o questionamento que você fez. E aí, antes que V. Exª fale, eu iria falar esse fato ao final. Mesmo que... As palavras são suas, Júnior. Eu as iria usar no final. Você buscou o que eu estava pensando em dizer. Mesmo que tivesse acontecido, não se explica a agressão. E você sabe que não se explica. Você sabe!

Então, com esta tranquilidade, com a tranquilidade com que começamos esta reunião, com a tranquilidade que o Plenário entendeu, a partir do momento em que pedi para que eles ficassem só nas palmas, nós vamos continuar nossa audiência pública, ouvindo agora o advogado Silzomar, da empresa.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Senador, só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho, Frei David. Agora eu quero ouvi-lo, porque eu disse que encaminhei para o Plenário, falou o Dojival, e agora fala o Silzomar, como eu já havia anunciado.

O SR. SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR – Senador, Lojas Americanas vai repetir aqui: Lojas Americanas não representam o agressor, como foi dito agora há pouco. Lojas Americanas não concorda com a agressão. Lojas Americanas não admite a discriminação, seja racial, social, financeira, qualquer tipo de discriminação. Lojas Americanas está aqui presente, como esteve também na Câmara Municipal, como esteve também na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, como esteve também na OAB de Mato Grosso do Sul, colocando sua posição de que não concorda com nada disso. Lojas Americanas, de forma veemente, condena qualquer tipo de agressão e discriminação. Lojas Americanas está aberta ao diálogo, tanto que compareceu a todos os convites que recebeu. Recebeu convite da Câmara, da Assembleia, da OAB e, agora, desta Comissão.

Então, Lojas Americanas está disposta a dialogar, Lojas Americanas está disposta a ouvir todas as partes envolvidas; mas Lojas Americanas é uma empresa que não tem olhos; ela tem que acreditar na Justiça, ela tem que acreditar no poder, na autoridade policial; se Lojas Americanas não acreditar na autoridade policial, vai acreditar em quê? A autoridade policial tem de ser respeitada. Ela está apurando, creio eu, de forma isenta. Não está havendo interferência de Lojas Americanas no processo, até porque Lojas Americanas não é parte.

Repito aqui: o fato ocorreu entre um funcionário da empresa FV – não é das Lojas Americanas – e o Márcio. Lojas Americanas contratou uma empresa, a FV; essa empresa FV contratou Décio, que, sim, prati-

cou esse ato. Enfim, Lojas Americanas vai responder? Vai responder, sim, como a legislação civil determinar que ela responda. Mas o ato foi praticado por um funcionário da FV, não por um funcionário das Lojas Americanas; funcionário esse que é devidamente legalizado, cujo documento foi juntado ao processo de investigação; funcionário esse que deveria ser habilitado e que, infelizmente, não o foi. Lojas Americanas não concorda com o que ele fez.

Lojas Americanas, Senador, está aberta ao diálogo, inclusive quer fazer um convite aqui, a V. Exª, ao Sr. Carlos Alberto; quer fazer um convite a V. Exª, Frei David, para que compareçam em sua sede para que a gente possa dialogar a respeito desse assunto.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Eu queria muito responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Me permita, Frei David, só para ajudar.

Pessoal, esta audiência pública tem um objetivo. Qual o objetivo? Apontar caminhos. Frei David, se, até o momento, as Lojas Americanas se negavam a dialogar... Eu vou ficar nestes termos... Mas, neste momento, o representante das Lojas Americanas faz aqui, nesta Comissão, um convite para que a Educafro, para que a Ouvidoria esteja lá dialogando para encontrar a solução. Dojival, que é o advogado, aponta caminhos. Um dos advogados... Eu acho que é um ato positivo! Eu não quero sair desta reunião só dizendo que uma moçada lá atrás bateu palma quando eu bati duro em um e outro. Não é meu papel! Vocês são os que têm todo o direito. Meu papel não é esse! Eu gostaria de sair desta audiência pública ouvindo o que ouvi agora das Lojas Americanas, com todos os erros que eles possam ter cometido. Mas não estamos para fazer julgamento. O que ele está dizendo? Eu... As Lojas Americanas estão, neste momento, dizendo que estão convidando a Ouvidoria, o Frei David, os advogados para sentarem-se à mesa e buscar uma solução! Isso é positivo, pessoal. Isso é positivo! (*Palmas*.)

Então, eu quero apenas dizer – e estamos quase indo para o final... Vou permitir as considerações finais de todos aqui. Até agora foi o debate. Todos os que usaram da palavra vão ter – inclusive você, Márcio – direito às suas considerações finais. A partir deste momento, Frei, nós vamos para as considerações finais, porque a Ordem do Dia começou...

Mas eu me sinto, em parte, gratificado. Triste, Márcio! Porque ninguém aqui concorda, Márcio! Ninguém aqui é bobo, ninguém aqui nasceu ontem, todo mundo sabe que você foi agredido, e isso é um fato real e concreto. E aqui o Adelar também me dizia que as Lojas Americanas terão, nessa negociação, de ver como é que sua segurança fica, de fato, legalizada, e ele quer dar uma informação nesse sentido.

O SR. ADELAR ANDERLE – Chegou-me uma informação pelo telefone...

O SR. SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR – Pela ordem, Excelência. Eu só queria concluir minha explanação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você tem razão... Eu peguei a palavra para dar uma...

O SR. SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR – Excelência, existe um outro ponto também que Lojas Americanas gostaria de deixar claro: sua abertura ao diálogo é plena, é absoluta. Agora, ela entende e vem entendendo, desde o início do caso, que esse problema não é um problema de discriminação. O agressor, que é o Décio, funcionário da empresa FV, é afrodescendente também. Então, não há um entendimento, na direção das Lojas Americanas, de que isso seja um problema racial. Lojas Americanas não vem tratando isso, até agora, como um problema racial. Exatamente: ela está aberta ao diálogo, aberta à negociação. Se viesse convencida de que é um problema racial, vamos resolver esse problema. Mas Lojas Americanas, até o presente momento, entende que não há uma discriminação racial no ato do Décio. Há uma agressão, sim, ilícita, ilegal. Um crime? É um crime que precisa ser apurado. Agora, daí partir para uma agressão racial, uma discriminação racial, Lojas Americanas ainda não está entendendo dessa maneira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Entendi... Mas o diálogo é que vai construir as saídas adequadas.

Passo a palavra ao Dr. Avelar.

O SR. SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR – Obrigado, Excelência.

O SR. ADELAR ANDERLE – Dois esclarecimentos: o cidadão Décio Garcia de Souza é vigilante cadastrado na Polícia Federal, porém não está em atividade como vigilante e não está vinculado a nenhuma empresa como vigilante. Consta lá como empregado da empresa, contratado pelas Lojas Americanas.

Suplementarmente, dizer que o crime é respondido por uma pessoa física – nesse caso –, não por pessoas jurídicas. Vamos deixar isso bem claro, está bem? Porque muita gente pode confundir que quem praticou o crime foram as Lojas Americanas ou a empresa contratada. Não! Foi uma pessoa física que, supostamente, praticou o crime que está sendo apurado. Perfeito?

E, por último, o autor de uma discriminação racial não me lembro se diz a lei que tenha de ser branco, amarelo, preto... Está bom? (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, o Frei David tinha me pedido a palavra

por diversas vezes, eu fui segurando. Mas eu vou dar a palavra a ele por mais três minutos, e, depois, todos terão direito às suas considerações finais.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Queria concluir e dizer que, infelizmente, ao assumir minha fala, o que mais me indignou foi a postura da advogada das Americanas, usando a tática – até vou repetir a frase -, "usando a tática injusta de transformar a vítima em réu". Em frente à fala dele, autorizamos a ocupação, o protesto em frente às Lojas Americanas, que começou às quatro e meia e continua aqui com 150 pessoas. Está lá o povo todo fazendo protesto em frente às Lojas Americanas e dando este panfleto. Tem mais de 100 mil panfletos espalhados nas Lojas Americanas agora. Para que todos os que passem em volta... E a gente vai queimar a imagem das Lojas Americanas a todos os afros do Brasil. Nossa meta é: "Negro consciente não compra em Lojas Americanas."

Concluindo, portanto, quero dizer que já está acontecendo o ato nas Lojas Americanas; segundo, a gente gostaria que fosse revisto, pelas Lojas Americanas, esse problema de querer descaracterizar a questão racial; e, terceiro, preocupa-me saber que uma pessoa, particular – é questão legal, e estou mostrando que estou preocupado com essa questão de postura legal –, que, por ser particular, em um espaço particular, pode fazer um crime e o espaço particular não pagar por esse crime também. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, o Frei David aqui tem todo o direito de colocar seu ponto de vista e dizer o que está acontecendo lá fora.

Mas eu gostaria – e me dirijo agora às Lojas Americanas – de dizer que essa posição do Frei David não pode, neste momento, prejudicar a busca do diálogo, como aqui você se posicionou. Os movimentos sociais são legítimos em todo o País, mas nós não temos que fechar as portas ao diálogo.

Então, o meu apelo aqui – e me dirijo aqui à Ouvidoria, que foi muito feliz nesse sentido –, é no sentido de marcarmos uma reunião – o Dr. Dojival pode ajudar –, buscando essa ideia do entendimento, da conciliação, do acordo e da tua solução, não é, Márcio? Independentemente de tudo, você quer uma solução para o seu caso. E nós queremos... Eu tenho obrigação aqui, pessoal. Para mim, seria melhor dizer para ficarmos plantados aqui dentro e fazermos um protesto aqui enquanto não houver solução. Mas isso não vai ser solução para o seu caso.

Então, acho que o caminho aqui é o entendimento agora, fruto dessa audiência pública. Audiência pública tem esse objetivo. Ninguém faz audiência pública só para falar para o Brasil pela TV Senado. Audiência pública tem um objetivo concreto: discutir ao máximo a questão. Ou a gente faz uma lei aqui, dentro do possível, com agilidade na Casa, ou, no caso dois, que é o mais rápido, é uma audiência de conciliação. Acho que a Ouvidoria pode ajudar muito, não é, Júnior?

Vou dar a palavra para as considerações finais. Começo com você, Júnior, aqui na Mesa, e termino com o Plenário.

Júnior, você tem cinco minutos para fazer as considerações finais.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR – V. Exª foi bastante feliz, Senador. Esse é o nosso mesmo pensamento.

Queria ressaltar que acho legítima a atuação do movimento social. Eu sou oriundo do movimento social, mas hoje estou ocupando a cadeira de ouvidor. Não quero aqui dizer que o frei esteja errado. Acho que é legítimo isso. Mas, para além disso, acho que é muito positiva agora a atuação do advogado Furtado Júnior em querer conversar.

Quero dizer a V. Exª que estou aberto ao diálogo. Acho que esse é o caminho mesmo, de conversarmos não só com V. Exª, mas conversarmos também com a Associação Brasileira. O caso não é só com as Lojas Americanas. A gente não pode tentar individualizar com essa empresa, que é coisa mais recente. Acho que a gente precisa pegar a totalidade, para mudar esse conceito em relação a essa questão dos vigilantes. Eu acho que é muito proveitoso isso.

Mas queria antecipar um ponto da nossa conversa. Existe um selo da Pró-Equidade de Gênero e Raça, um programa da Secretaria de Promoção das Mulheres, ao qual a Seppir também já aderiu. Estamos fazendo em conjunto com essa Secretaria. Seria superinteressante se vocês pudessem pesquisar isso. Está no *site* da Presidência da República e no *site* da Secretaria de Política das Mulheres, que é *spm.gov.br*. Seria bom se vocês tiverem interesse em aderir a isso, porque já é uma coisa concreta, Senador. Lá existem critérios, nesse programa de Equidade de Gênero e Raça, um programa específico. Estamos abertos a diálogo.

Quero dizer que, se vocês quiserem, já podemos sair daqui com a data. Acho interessante convidarmos o pessoal da categoria para fazermos uma discussão ampla. Já posso ver com a Associação no sentido de tentar deslocar a Ministra, para que ela se faça presente, como esses representantes. Temos total disponibilidade para o diálogo. Acho que é esse o caminho para acabarmos com o racismo perante essa classe, que está assolando o Brasil e com frequência. Percebemos que, com o aumento disso este ano, em 2011, já foram mais de dez casos de dois meses para

cá sobre a questão da vigilância. É uma questão que nos preocupa bastante.

Então, era basicamente isto: a Secretaria e a Ouvidoria estão à disposição para diálogo e encaminhamento. Queremos chegar a uma praticidade nesses encaminhamentos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Júnior.

Passo a palavra ao nosso convidado Onofre Silva, Gerente Regional do Pão de Açúcar.

O SR. ONOFRE SILVA – Senador, quero só agradecer e dar-lhe os parabéns novamente pela mediação. Acho muito importante o debate, a conversa. Reitero que o Grupo Pão de Açúcar está totalmente aberto a convites, a conversas. Acho que só por meio do diálogo podemos estar nos encaminhando para realmente uma sociedade melhor. Conte com a gente

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Onofre.

Por favor, Adelar, para as considerações finais.

O SR. ADELAR ANDERLE – Dentro da impessoalidade, procurei trazer aqui um posicionamento institucional e legal da Polícia Federal. Portanto, ora aqui, ora lá, principalmente aqui as Lojas Americanas, em nenhum momento... Quando eu falei, falei institucionalmente, sobre relações institucionais; e, mais uma vez, digo: nada de pessoalidade. É o que nos pauta. Esse é o nosso comportamento em todos os fóruns.

Obrigado. Obrigado pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Adelar. Obrigado à Polícia Federal.

Eu passo a palavra neste momento ao nosso querido advogado Dojival, que já esteve aqui numa outra oportunidade e contribuiu muito naquele debate sobre os movimentos sociais e a reforma política. Hoje, vem mais uma vez aqui contribuir com esse debate.

O SR. DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS – Quero dizer da importância dessas suas iniciativas e pedir ao senhor que continue nessa trajetória de ouvir os excluídos, o que, sem dúvida nenhuma, engrandece a sua causa, a nossa causa, a causa do Brasil.

Quero também dizer da satisfação e cumprimentar os representantes das empresas. Foi dito aqui pelo Dr. Adelar, e quero corroborar e fazer minhas as palavras dele, que aqui não há questões de natureza pessoal. Aqui não se discute e, mesmo no meu protesto mais indignado ao representante das lojas Pernambucanas, creia o senhor que aqui nada temos de pessoal contra o senhor, nem contra ninguém. Aqui estamos discutindo questões institucionais que precisam ser discutidas para que o Brasil avance, para que o Brasil não fique parado, atrás, para que ajuste contas com essa herança maldita a que me referi em minha fala anterior.

A questão existe, não é invenção nem ficção. Fizemos, durante toda a tarde, esse debate sob os olhares e o sofrimento de um homem que deve estar sentindo dores – não estou dramatizando, aqui ninguém está fazendo discurso para câmaras, nem em campanhas. Esse homem está, desde o dia 23 de abril, com a cara quebrada literalmente; seguramente ele sente dores. Na realidade, essa é a situação.

Senador, foi lembrado aqui que a empresa não responde penalmente pelas agressões. Mais injustificável ainda defender o agressor. É ainda mais injustificável sair em defesa do agressor, porque quem responde criminal e penalmente é quem fez essa barbaridade. O papel que a empresa deveria ter, Sr. Silzomar, era entregar esse facínora à Justiça e se compor civilmente, porque, aí sim, a empresa responde civil e administrativamente, porque não pense o senhor que essa sua tática de jogar para a segurança pega. A responsabilidade é das Lojas Americanas. (*Palmas*.)

Não adianta tentar jogar para as empresas de segurança. Se o senhor me permite, com todo o espírito desarmado, apesar da indignação e porque não se trata de questão de ordem pessoal aqui, compatível com o grau de diálogo sempre respeitoso, mas nunca pessoal, a única coisa sensata que essa empresa poderia fazer seria imediatamente sentar-se com a advogada ou advogado desse senhor, compor-se civilmente. A empresa deveria se compor civilmente. A empresa deve indenização a esse rapaz! A empresa precisa pagar indenização a esse rapaz, compor-se civilmente, chamar o Frei David e as lideranças do movimento social negro e negociar uma pauta de reivindicações para mudar de paradigma, para fazer com que seus funcionários compreendam que não podem mais continuar tratando as pessoas dessa forma!

Quer saber mais? O Carrefour fez isso, diante de caso semelhante; eu tive o prazer de ser o advogado que, durante três meses numa mesa de negociações, tivemos a capacidade de, pelo diálogo, chegar a acordo extrajudicial, o que ajuda, Senador, a aliviar o Judiciário, que está abarrotado. Ajuda. É importante. Aliás, o Conselho Nacional de Justiça estimula o diálogo e a conciliação, como o senhor está fazendo aqui. Se componham extrajudicialmente. Fizemos isso no Carrefour, sem prejuízo da investigação criminal que cabe ao Estado, e aí quem responde é o agressor. No caso do Carrefour, além de indenização em termos compatíveis com a vítima, como deveria, era sua a responsabilidade, a empresa ainda se comprometeu com ações visando à mudança de paradigma, e o caso se desdobrou na polícia, na investigação. A

Polícia Civil de São Paulo enquadrou todos, todos! Os seis seguranças! Por tortura! (*Palmas*.)

Sr. Silzomar, essa tática... O senhor me permita: o senhor cometeu muitos equívocos aqui. Essa tática de dizer que, porque o facínora é negro, ele não pratica o crime é de uma... Não é nem equívoco, nem infelicidade. Desculpe-me a expressão. Sr. Silzomar, mas isso é... O senhor não deveria usar esse tipo de argumento, porque não estamos discutindo se foi racismo pela Lei 7.716 ou não. Estamos discutindo aqui é o crime de tortura, porque, quando alguém leva uma pessoa para uma salinha e pratica o que fizeram com este rapaz aqui, durante 30 minutos, para obrigá-lo a confessar furto de mercadorias pelas quais ele havia pago, isso tem nome na Lei 9.455, de 1997: isso é tortura, Sr. Silzomar! Não é racismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Dojival, se puder concluir...

O SR. DOJIVAL VIEIRA DOS SANTOS – Vou concluir, Senador, para não tomar o tempo dos demais.

Senador, primeiro, saúdo a sua disposição de promover o diálogo, nós todos estamos abertos ao diálogo. Mas diálogos não são palavras, são ações concretas. É necessário que as Americanas, como qualquer loja, como os empresários que estiveram aqui, aliás, de forma muito republicana, tratando de tema fundamental, se disponham e, todas as vezes em que acontecer isso, façam como o Carrefour, façam como o Extra, que negociou e está indenizando extrajudicialmente e vai negociar os demais casos. Aprendam com os seus pares que não dá para esconder isso debaixo do tapete; é preciso enfrentar isso, assumir a responsabilidade civil e administrativa e deixar que o Estado, a lei penal puna aqueles que cometem crimes, como cometeu esse cidadão...

Muito obrigado, Senador. Meus cumprimentos, mais uma vez, ao senhor e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu cumprimento o Dr. Dojival, por seu espírito, como disse muito bem, republicano. Ele apontou caminhos para o entendimento, para o diálogo, para a negociação. É isso. Usou mais que os cinco minutos, mas apontou caminhos. É isso que precisamos num momento como esse.

Vou passar a palavra para o Márcio, para suas considerações finais, você que foi o centro dos debates aqui.

Com a palavra o Márcio Antônio de Souza, para sua mensagem final; em seguida vai falar o Boaventura.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUZA – Sim, Senador. Eu só queria agradecer ao senhor, que me abriu esta oportunidade. Como eu disse, e continuo dizendo, eu não pratiquei esse ato; inclusive está aqui o que aconteceu comigo, está aqui provado que o meu nariz está todo quebrado e parte do crânio. Está aqui tudo o que ocorreu. O que me indigna muito foi que parte da minha vida mudou, pelo fato de eu não poder mais ir à faculdade, não poder mais trabalhar, dependo do INSS, a que dei entrada na semana passada. Tenho dois filhos. O senhor sabe a nossa dificuldade financeira, a categoria não ganha muito bem. Então, estou passando dificuldade até em relação a isso pelo que ocorreu; minha vida foi totalmente mudada.

Agradeço ao senhor por esta bênção de Deus, por abrir esta oportunidade para nós negros. O nosso amigo aqui disse que eu não falei sobre negros, mas estou com o boletim de ocorrência, se quiser tirar cópia, o senhor vai acompanhar que foi mencionado que o rapaz disse: "Você vai apanhar, negão". Está aqui. Ele disse que não está mencionado, mas o senhor vai acompanhar pela cópia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Márcio. Parabéns pelo seu depoimento. (Palmas.)

Com a palavra, o Sr. José Boaventura Santos.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Senador Paim, eu queria pedir um pouquinho mais que seria um minutinho para o Presidente do Sindicato de Campo Grande. Ele tem acompanhado todo o procedimento lá, feito enfrentamento e tido a postura que todos nós profissionais sérios temos de condenar pessoas que façam esse tipo de agressão.

Queria dizer ao Frei David que a Confederação Nacional de Vigilantes subscreve completamente as propostas da Educafro. Quero dizer também, Senador Paim, que, conforme o companheiro Júnior disse aqui, e o Dr. Adelar, nós precisamos discutir procedimentos, porque as empresas de segurança nem sempre agem de forma profissional. Existe uma série de situações merecedoras de profunda condenação.

Todos aqui se lembram de que, há um ano, em maio de 2010, um vigilante assassinou um aposentado no Bradesco de São Paulo. Aquele vigilante, toda a imprensa, principalmente, condenou; mas aquele vigilante que tinha mais de 10 anos de trabalho em agência bancária disse ao seu superior na empresa alguns meses antes, Senador Paim, que ele não tinha mais condições psicológicas de atuar dentro do banco por causa da pressão dentro de um banco. E a empresa disse: "Ou você volta para o banco ou vai para a rua". E aconteceu o que aconteceu.

Da mesma forma, houve um assalto ao Banco Itaú de Salvador na Av. Tancredo Neves. Após esse assalto consumado, três vigilantes, dois vigilantes e uma vigilante, foram demitidos. A empresa passou para esses

vigilantes o seguinte: "Para o Itaú, vigilante que é vítima de assalto, mesmo tendo obedecido a todos os procedimentos, não pode continuar trabalhando no Itaú". E esses vigilantes fizeram o seguinte questionamento: "Então, no Banco Itaú, ou eu mato, ou eu morro, ou eu fico desempregado? Só tenho essas três opções".

Nós, trabalhadores, estamos lidando com situações muito delicadas que são a vida das pessoas. Esse debate é indispensável, porque a grande maioria dos trabalhadores compreendem muito bem o seu papel, fazem, no dia a dia, a defesa da vida dos cidadãos. Mas outra parte não é preparada nem treinada pelas empresas; nem tão pouco os serviços contratados são sempre serviços cujos objetivos são defender vidas, mas defender mercadorias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos.

(Falha na gravação.)

... não dá para retomar todo o debate de novo, não. As posições são claras, embora você tenha acompanhado o processo. Eu me dirijo a você com o carinho de quem foi sindicalista, e você é sindicalista; eu vou abrir, a pedido do Boaventura, para que você use a palavra.

Mas, a esta altura de encerramento da audiência pública, como disse muito bem o Dojival, não adianta a gente só apresentar a posição sobre o caso, mas precisamos ir para o encaminhamento. É hora do encaminhamento. Chega uma hora na audiência pública que não é mais cada um marcar o seu ponto de vista e a sua posição; temos que ir para o encaminhamento. Esse é o apelo que faço a você... (*Pausa*.)

Seu nome é Celso; você é sindicalista, como eu. Eu sempre disse que minha origem é sindical, tenho o maior orgulho disso e não vou te furtar a palavra. Mas peço que você colabore na linha do encaminhamento. Você tem dois minutos para nos ajudar, porque depois eu tenho de passar à Ordem do Dia.

O SR. CELSO ADRIANO – Agradeço ao Senador Paulo Paim, em nome de mais de seis mil vigilantes de Mato Grosso do Sul. A gente quer externar a satisfação de estar aqui hoje representando essa categoria, representando o Márcio, um vigilante com dez anos de profissão, com quem tive o prazer de me formar.

Também quero salientar que hoje, em Mato Grosso do Sul, é preciso, sim, uma ação mais rígida da Polícia Federal, do setor da Delesp, em cima das empresas de segurança privada. Hoje existem empresas pegando serviço sem que nem fardamento seja dado para os vigilantes, como aconteceu nessa usina entre Ribas do Rio Pardo e Água Clara – tudo foi registrado, e está sendo denunciado para a Delesp ainda esta semana.

Gostaria também de registrar e chamar a atenção dos órgãos de defesa de direitos humanos e da mídia para o fato de que nem todo vigilante é um criminoso, e que a gente não pode se basear em alguém que não respeita a profissão. Existem pais de família que precisam do serviço – serviço que, diga-se, é mal remunerado. Na data de hoje mesmo, a nossa convenção em Mato Grosso do Sul dizendo que a gente tem de receber até o dia 10, há trabalhadores, como o vigilante Márcio, da empresa Máxima Segurança, que até agora está sem receber. Será que esse trabalhador tem equilíbrio emocional para suportar suas condições de trabalho quando está faltando algo dentro de sua casa em função de a empresa não cumprir suas obrigações trabalhistas?

Era isso que a gente queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Muito bem, Celso. *(Palmas.)*

Meus cumprimentos ao Celso, que ficou exatamente nos dois minutos e encaminhou à Mesa reivindicações em relação ao seu Estado e à importância da parceria com a Polícia Federal.

Passo a palavra ao Sr. Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados.

O SR. MÁRCIO MILAN – Senador e colegas de debate, acho que a gente poderia fazer várias observações, mas vou ficar em uma que pode resumir tudo e nos permitir olhar para frente.

Estamos discutindo uma situação extremamente delicada, e foi mencionado por vários aqui que a gente tem de trabalhar um pouco mais a prevenção.

Eu queria agradecer pela oportunidade de estar aqui debatendo este assunto, nós entendemos que é um assunto prioritário e de relevância bastante grande. E eu queria fazer um convite ao Frei David, ao Sr. José Boaventura e também ao Dr. Carlos Alberto, dizer-lhes que nós, da Abras, estamos abertos e gostaríamos de abrir um caminho, abrir o diálogo, para que a gente possa receber contribuições... *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Era isso que eu queria ouvir.

O SR. MÁRCIO MILAN – ... dessas entidades. Depois de um período, que nós estabeleceríamos depois com esse grupo, voltaríamos aqui ao Senador para apresentar o caminho que estamos construindo. Já deixei meu cartão com o Frei David.

Peço licença ao Senador e aos colegas, porque tenho outra audiência às 17 horas, à qual preciso comparecer.

Convido o Sr. Onofre a me acompanhar nessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Muito bem, Dr. Márcio Milan, que falou pela Abras.

Neste momento – depois farei o encerramento –, vou passar a palavra, para suas considerações finais, ao Frei David.

Naturalmente você vai falar, mas o Frei David vai falar antes, porque eu vou fazer o encerramento.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Na verdade, nosso grande sonho, nosso grande objetivo está acontecendo, que é o diálogo acontecer. Abri o encontro elogiando o Walmart por ter feito um diálogo de quase duas horas e meia, com a presença de três vice-presidentes e quatro diretores da rede em nível nacional.

Que bom saber que a Abras está propondo o diálogo! Nós já procuramos o advogado das Lojas Americanas e propusemos uma data, 15 de junho, quarta-feira, para essa reunião de diálogo. Se o Senador tiver condições de mandar alguém para essa reunião ou se puder comparecer pessoalmente, seria muito rico para nós.

Portanto, considero que o objetivo foi alcançado, o diálogo está sendo implementado e, com certeza, vamos ter possibilidade de evitar que haja novas vítimas, como o Márcio e o nosso irmão – do Carrefour – que também foi grosseiramente humilhado, e outros mais. Que bom, tenho boas expectativas! Como franciscano, como padre, acho que estamos cumprindo o papel de construir uma sociedade mais justa, fraterna e respeitosa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Frei David, que fala de forma indignada, dura, firme, mas sei que temos um enorme coração aqui. Acompanhei, inclusive, o tempo em que ele ficou meio doente do coração – eu ficava ligando todos os dias para saber como ele estava. Ele fala com a razão, mas também com muita emoção, com o coração. Podem saber que estamos diante de um grande homem. Perdemos o Abdias recentemente. Acho que, lá de cima, o Abdias está vendo esta audiência pública, e tenho certeza, Frei David, de que ele está ao nosso lado. Ao bater palmas para você, bato também para o Abdias. *(Palmas.)*

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Obrigado, Senador; obrigado, Abdias. Quero dizer agora que vou telefonar pedindo para suspender a ocupação e o protesto em frente às Americanas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Frei David. É disso que nós precisamos. Este é o Frei David!

Passo a palavra neste momento, e faço de propósito, ao advogado Silzomar Furtado de Mendonça Júnior, representante das Lojas Americanas nesta audiência.

O SR. SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR – Sr. Senador, Srªs e Srs., Dr. Dojival, Lojas Americanas entende que o objetivo desta audiência não é julgar nem ser julgada. Lojas Americanas não julgou o Márcio, apenas se reportou ao que ela colheu de um processo judicial, de um inquérito judicial. Enfim, Lojas Americanas não veio aqui para culpá-lo, nem inocentá-lo, mas veio aqui, sim, para se abrir, para crescer, para tentar evoluir com um problema que aconteceu. Esse foi o objetivo de Lojas Americanas nesta audiência.

Lojas Americanas abriu as suas portas para uma reunião, abriu as suas portas para uma discussão a respeito do assunto, como o fez nas reuniões anteriores das quais participou. Na Câmara, Lojas Americanas não acusou o Márcio; Lojas Americanas fez a mesma coisa que fez aqui: Lojas Americanas pinçou do processo de inquérito aquilo que ela podia ler. Lojas Americanas não conversou com o Márcio, não ouviu o lado do Márcio; Lojas Americanas ouviu o que está no inquérito, e o que está no inquérito ela apresentou aqui.

Então, o objetivo de Lojas Americanas é crescer e resolver o problema. Lojas Americanas entende – e advogo para Lojas Americanas desde 1985, são 26 anos – que sua loja de Campo Grande não pratica crime racial; sua loja de Campo Grande não tem intenção de discriminar, mas está aberta, sim, como falei com o Dr. Roberto, lá de Campo Grande, presidente da associação de afrodescendentes, para receber palestras, para receber visitas, para receber instruções para que isso não aconteça, para que seja feito um trabalho em conjunto para que isso não venha a acontecer, mesmo entendendo que, nesse caso, não há esse tipo de incidência. Mas o objetivo – e parabenizo V. Exª – desta reunião foi atingido: é conversar, dialogar, crescer. E todos nós, acredito, crescemos com esta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, eu fecho esta reunião. Conversei aqui com o nosso representante da Seppir, o Carlos Alberto Júnior, da Ouvidoria, que me indicou uma data sobre a qual já havíamos aqui conversado que seria no próximo dia 15, na própria Seppir, no Ministério da Igualdade Racial. Todos os que estão aqui que usaram da palavra seriam convidados para dialogar sobre essa questão, que ilustrou e deu rumo para a nossa audiência pública.

Dia 15 é possível?

O SR. SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR – Lojas Americanas concorda com a data e vai estar presente no dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR – Melhor à tarde, porque há outra audiência em outra capital no dia 14 e talvez não haja tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A que horas?

O SR. SILZOMAR FURTADO DE MENDONÇA JÚNIOR – Na parte da tarde seria melhor. No início da tarde seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quatorze horas, no dia 15.

Meus amigos, assim a gente encerra esta audiência pública. Eu me sinto gratificado porque, quando a gente realiza uma audiência pública, a gente tem um foco. Sempre aprendi na minha vida, desde moleque, com todos os problemas que tive na minha juventude, a ter foco, ter objetivo. E o objetivo desta audiência pública era encontrar caminhos para o diálogo entre todas as partes envolvidas, de forma tal, meu amigo Márcio Antônio de Souza, que a gente, além da sua situação, resolva outras. E que fatos como esse não aconteçam nunca mais, nunca mais, nunca mais.

Viva a igualdade! Viva a liberdade! Viva a justiça! Direitos e oportunidades iguais para todos.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas*.)

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 45 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos, do dia vinte e um de junho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença do Senador Casildo Maldaner e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença o Senador Mozarildo Cavalcanti e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Marinor Brito. O Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, registra a presença de Sua Magnificência o Senhor Ramon Fernando da Cunha, Reitor da Universidade Feevale/RS; e dos Senhores Osmar Rodrigues, Coordenador do Movimento de União dos Ferroviários; José Fonseca Santos, Gerente Regional do Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF e Rubens dos Santos Craveiro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana/SP. Havendo número regimental a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** para tratar do tema "Trabalho decente (saúde dos trabalhadores) – Ferroviários", em atendimento ao Requerimento nº1, de 2011-CASEMP, de iniciativa desta Presidência, e à indicação de oradores por estas Presidência e Vice-Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Jorge Moura, Diretor-Executivo do SESEF; João Edacir Calegari Morais, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Rio Grande do Sul – SINDIFERGS e Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários – FNTF, Representante do Presidente da FNTF, Senhor Hélio de Souza Regato de Andrade; Luiz Cláudio Barbosa, Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários da Central Única dos Trabalhadores – FITF/CUT, Representante do Coordenador da FITF/CUT, Senhor Jerônimo Miranda Netto; Antonio Machado Rozante, Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Serviço Social das Estradas de Ferro – ASSEF; Carlos Antônio Vitoretti, Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas na Área de Transporte e Manutenção em Equipamentos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete/MG – SINTEF-CL, Representante do Presidente do SINTEF-CL, Senhor Paulo Adriano Pereira; Raimundo Neves de Araújo, Presidente da Associação Mútua Auxiliadora dos Empregados da Estrada de Ferro Leopoldina (RJ). Usam da palavra o Senador Casildo Maldaner e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Marinor Brito e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da 6ª Reunião de 2011.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização da quarta audiência pública do Ciclo de Debates em Defesa do Emprego e da Previdência Social para tratar do tema Trabalho Decente, Saúde dos Trabalhadores Ferroviários, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011, de iniciativa deste Senador e de outros Senadores.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, vou registrar aqui quais foram os nossos convidados para este painel. Foi convidado Jorge Moura, Diretor Executivo do Serviço Social das Estradas de Ferro; João Edacir Calegari Morais, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Estado do Rio Grande do Sul e Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários; o representante do Presidente, Sr. Hélio de Souza Regato de Andrade. Convidamos também Luiz Cláudio Barbosa, Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários da Central Única dos Trabalhadores, representante do Sr. Jerônimo Miranda Neto. Foi convidado também o Sr. Antonio Machado Rozante, Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Serviço Social das Estradas de Ferro. Ainda Carlos Antonio Vitoretti, Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas na Área de Transporte e Manutenção em Equipamentos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete. E ainda Raimundo Neves Araújo, Presidente da Associação Mútua Auxiliadora dos Empregados da Estrada de Ferro Leopoldina.

Estamos aguardando alguns companheiros que estão ainda na burocracia aqui do Senado, que é necessária para a boa segurança da Casa, mas já estão chegando aqui. Peço que ocupem a partir da segunda fila, e os nossos convidados ficarão na primeira fila. Se necessário, ocuparão também parte da primeira fila.

Mas, senhores e senhoras, abrimos esta audiência pública lembrando que hoje vamos debater um tema tão importante: a precariedade dos planos de saúde dos ferroviários brasileiros. Nós todos estamos acompanhando os debates hoje na sociedade e percebemos a situação dos planos de saúde, tanto que houve agora uma nova norma regulamentadora para exigir que haja o atendimento imediato daqueles que têm planos de saúde; e não como era algum tempo atrás, quando tínhamos que esperar até três, quatro, cinco meses, e, muitas vezes, depois de uma longa espera, não havia o atendimento devido porque o plano não contemplava a solicitação. E o plano de saúde dos ferroviários é uma enorme preocupação de todos nós.

Lembramos aqui que os ferroviários são trabalhadores que contribuem para dinamizar o transporte em nosso País via ferrovias e merecem o atendimento adequado em todas as áreas, nas de trabalho e de saúde.

Lembramos aqui que, seja por meio de planos de saúde, seja por meio dos hospitais públicos e postos de saúde, o que nós queremos é o atendimento de fato à família ferroviária via planos de saúde.

Esta audiência surgiu em um diálogo que tive com Jorge Moura, Diretor Executivo do Serviço Social das Estradas de Ferro bem como denúncias do Sindicato de Conselheiro Lafaiete e outros sobre a jornada de trabalho dos maquinistas, que aqui será também debatida.

Lembro a todos que sou autor de uma PEC de 1995, junto com o Senador Inácio Arruda, quando éramos deputados, que garante que a jornada de trabalho será de 40 horas. Tivemos esse embate também na Assembleia Nacional Constituinte, eu fui Constituinte, lá era de 48 horas a jornada, nós conseguimos reduzir para 44. Depois disso, estamos na luta pelas 40 horas semanais, com projeto de autoria deste Senador e do Senador Inácio Arruda.

Em relação aos planos de saúde, segundo documentos que recebi, o sistema está sendo sucateado e não tem permitido um atendimento adequado, que garanta a prestação de serviço adequada para os familiares dos nossos queridos ferroviários.

O Plansfer é mantido pelo Governo Federal, foi criado em 1989 pelo Serviço Social das Estradas de Ferro, órgão do Ministério dos Transportes, e é mantido com recursos públicos. Era considerado pelos ferroviários de todo o País um excelente plano de saúde, aceito em todas as repartições médicas e hospitalares. Hoje existe uma crise financeira enorme, as dívidas do Plansfer chegam a R$96 milhões, conforme informações que recebi.

Enfim, a intenção desta reunião, os convidados vão falar, é ouvir, para que a gente saiba efetivamente o que está acontecendo e por que o Plansfer chegou a esta situação. Lembro que o Plansfer, que já serviu de suporte para muitos daqueles que são da família dos ferroviários, está num momento hoje muito ruim. O número de adeptos já passou de 60 mil. A maior parte desses conveniados hoje é de cidadão idoso, que, com certa freqüência, se vê atingido por questões de saúde e não tem o atendimento adequado. Enfim, não vou ler tudo o que está aqui. Agradeço a contribuição que me foi fornecida pelos sindicatos e pela própria assessoria da Comissão, e vamos ao debate de um tema tão importante para todos nós.

Seguindo aqui a orientação da ordem que está na minha planilha, de imediato vou passar a palavra ao Jorge Moura, Diretor Executivo do Serviço Social de

Estradas de Ferro, para expor a questão. Depois, vamos ao debate naturalmente com os outros convidados.

Nós vamos dar um tempo de 10 minutos, com mais cinco, se necessário, e com a devida tolerância, se assim a presidência entender que é necessária.

Jorge Moura, com a palavra.

O SR. JORGE MOURA – Bom dia a todos. Presidente desta audiência pública, Senador Paulo Paim, de longa tradição na luta em prol do bem-estar social dos trabalhadores, é uma honra estar aqui no plenário do Senado, juntamente com V. Exª e com os colegas que já V. Exª elencou. E até para não perder a parte preciosa do nosso tempo, estão todos presentes aqui: os companheiros da Mútua; do Sindicato de Conselheiro; da associação dos empregados, Sesef; do sindicato representando a federação; o companheiro João Calegari, do Rio Grande do Sul; o companheiro Luiz Cláudio, da Federação Independente da CUT; dos companheiros da CUT. Enfim, há uma grande unidade em torno dessa questão.

Temos aqui um painel em que vou explicitar para todos a situação crítica do Sesef Plansfer. A audiência pública hoje, a nossa exposição, eu sou Diretor Executivo do Sesef. Quero esclarecer que sou Diretor Executivo, Senador, pela terceira vez. Na primeira vez, em 89, nós implantamos o plano de saúde para os ferroviários ativos, que eram 90 mil na rede ferroviária, isso em 89; implantamos o Plansfer. Em 93, eu retornei, no Governo Itamar, e ampliamos o Plansfer para aposentados e pensionistas. Em 2008, nós retornamos, solicitados pelo Governo para tentar equacionar a dívida e os problemas do Sesef.

O Sesef foi criado pela Lei 3.891, de 61, regulamentada pelo então Primeiro Ministro Tancredo Neves. A finalidade era defesa da saúde e bem-estar da família, atividade de saúde, cultura, educação e serviço social.

O Sesef, de vinculação institucional ao Ministério dos Transportes, inicialmente era Departamento Nacional de Estradas de Ferro, depois passou para Rede Ferroviária Federal, ocasião em que eu fui Diretor Executivo. Hoje nós estamos vinculados à Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias em função da lei que extinguiu a rede, de 31 de maio de 2007, art. 17.

No Sesef, na época em que implantei o plano de saúde, tínhamos uma sustentação financeira bastante original. Nós tínhamos o fundo social ferroviário que era formado pela taxa adicional de 2% sobre o frete ferroviário, que, logo após, com as privatizações, foi suspensa. Criado pela lei, autorizava os operadores ferroviários estatais a cobrar 2% sobre o frete ferroviário. Esse era um dos sustentáculos do plano de saúde.

Depois, no acordo coletivo de 1989, houve um abono Plansfer/Sesef, então eram os 2% do frete mais o abono. Esse acordo coletivo deu R$61,00. Hoje nós estamos reduzidos a 413 ferroviários e temos uma receita só de R$19 mil. Uma coisa era o abono Plansfer, quando nós tínhamos 90 mil ferroviários ativos. Hoje nós temos só 413 ferroviários e uma receita de R$19 mil.

Mensalidades dos participantes. Hoje nós somos um plano de saúde de autogestão sem patrocínio. Quem banca, quem sustenta, quem financia o plano de saúde são os ferroviários, para os quais nós mandamos uma boleta do Banco do Brasil e eles pagam o plano de saúde. Não tem subsídio, não tem recurso de Governo, não tem aporte de natureza alguma. Essa é a nossa realidade.

Vou explicar por que ele desequilibrou. O plano de saúde nosso tem uma faixa de R$300,00 de média de custo. É um plano bem barato e de atendimento amplo, bastante amplo.

Deterioração da receita. Houve a desestatização da malha ferroviária, nós perdemos então os 2% do frete ferroviário e a redução do repasse em função do quantitativo de ferroviários ativos. Foi aquilo que expliquei: nós tínhamos 90 mil e hoje nós temos 413. Então é uma equação em que nós perdemos os 90 mil, temos 413 e perdemos 2%. A partir daí, a gestão do Sesef, do Coronel Lemos, implantou o plano de saúde de autogestão com pagamento pela boleta.

Vamos continuando, por favor.

Aqui a gente está explicando a receita. A redução do quantitativo de participação no plano, no período de 2003, provocou – esse período de 2003 a 2008 foi fatídico para o Plansfer, para o Sesef – uma perda de economia na escala de 43 mil para 13 mil. Nós tínhamos 43 mil e passamos, quando eu assumi, para 13 mil.

Vamos continuando, por favor. Isto aqui já passou.

Isto aqui eram os Cepros. Quando nós fundamos o Plansfer, nós tínhamos o Centro de Promoção da Saúde. Havia o atendimento primário da categoria ferroviária nos nossos centros de saúde. Os médicos eram: gineco obstetra mulher, médico da criança o pediatra e médico generalista dos adultos, de preferência, o cardiologista. E aqui nós matávamos, no bom sentido, nós reprimíamos 70% da demanda nos Cepros. Esses foram todos fechados em função da crise do Sesef a partir de 2003.

De 2003 a 2008, a gestão que passou por lá extinguiu os conselhos locais que havia, os conselhos regionais e nacional dos participantes, órgão que acompanhava o padrão de atendimento do Plansfer em todas as unidades dos Cepros, assim como a aplicação dos recursos financeiros. Isso aqui foi extinto. Era a participação comunitária dos ferroviários, dos sindicatos, das associações. Isso deixou de existir por obra dessa

gestão que ficou de 2003 a 2008, quer dizer, a participação democrática acabou sendo reduzida a zero.

Vamos lá.

Origem da crise. Período de 2003 a 2008. Prodigalidade de gastos e atividades diversas ao Plansfer. Obras em patrimônio de terceiros: churrascos, *shows*, torneios etc. Esgotamento da reserva técnica. Para fazer frente aos novos gastos, utilizaram-se os recursos aplicados no mercado financeiro. Os resultados supriam os déficits do Plansfer. Dívidas com a rede credenciada e rompimento de convênios. Perda de qualidade no atendimento. Redução de participantes de 43 mil para 13 mil. Saíram do Plansfer os mais novos e com melhores condições financeiras para suportar o custo de planos de saúde do mercado. Endividamento financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Jorge, permita-me registrar a presença do Senador Casildo Maldaner, um Parlamentar comprometido com todas essas causas, com certeza, com os ferroviários de todo o País. É uma alegria recebê-lo aqui como sempre. Ele é o Vice-Presidente da Comissão principal. *(Palmas.)*

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Tive a honra de subscrever com V. Exª o requerimento de convite ao Deputado Jorge Moura, indicado pelo Luiz Henrique da Silveira, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª me procurou e advogou a causa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em função disso, eu procurei quem decide isso. E quem decide isso, peço a ele uma salva de palmas, é o nosso Senador Paim no Brasil inteiro. *(Palmas.)*

O SR. JORGE MOURA – Quando eu falei com o Senador Casildo Maldaner, ele me pegou pelo braço e disse assim: "Não, vamos ali, vamos chamar o Senador Paulo Paim, pois ele é o condutor dessas causas aqui no Senado e no Parlamento". Aí me aproximou do Senador Paulo Paim, que já nos conhecia, conhecia muito o João Calegari, lá do sindicato do Rio Grande do Sul.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Deixe-me aproveitar esse interregno, já que o nosso Presidente Paulo Paim concede a oportunidade. Eu estou Relator de um projeto na Comissão de Economia. E quero aproveitar esta ocasião, Deputado Jorge Moura. Na verdade, o Senador Luiz Henrique da Silveira foi nosso Governador em Santa Catarina, foi colega de V. Exª na Câmara dos Deputados, me procurou e disse: "Será que não daria"? Eu fiquei ruminando cá, com minhas ideias, pensando em como encaminhar essa solução. Se encontramos o homem que é disso, que entende, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da recuperação, o homem desta Comissão de Assuntos Sociais, das questões em relação às pessoas neste Brasil, e sempre foi em todos os lugares, em Santa Catarina, não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil inteiro, o nosso timoneiro, o Senador Paulo Paim. Aí eu encontrei socorro ali, porque ele pega o cajado, sai por aí e a gente vai atrás, não é isso?

Quero cumprimentar o Deputado Jorge Moura e aproveitar para cumprimentar todos os convidados desse tema dos ferroviários. V. Exª os procurou e eu quero nesse debate, mesmo que eu tenha que relatar um assunto numa outra Comissão agora, trazer aqui a minha solidariedade, o meu apoio e, através do nosso Senador Paim, para aquilo que for um desembocador das ideias, dos pensamentos, das reivindicações, também me coloco à disposição nesse grande tema.

Um abraço a todos os convidados. *(Palmas.)*

O SR. JORGE MOURA – Bem, dívidas correntes credenciadas, rompimento do convênio, perda de qualidade no atendimento, redução de participantes e endividamento crescente, chegando a R$45 milhões, perfil atual dos participantes com uma renda modesta, intervenção da ANS com implantação e direção fiscal. Essa é a origem da crise no nosso Sesef.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Jorge, vou atrapalhar de novo. Está nos visitando neste momento o reitor da Feevale, Universidade do meu Rio Grande do Sul, que tem um belíssimo trabalho, uma pessoa respeitadíssima em todo o Brasil. Acho que aquilo que ele puder fazer para fortalecer também os ferroviários fará. Eu o estou recebendo neste momento. Queria que déssemos a ele uma salva de palmas. Tomara no Brasil tivéssemos tantos reitores iguais a ele! *(Palmas.)*

O SR. JORGE MOURA – Então vamos passar ao outro painel.

Bom, aqui as coisas ficaram muito graves. Quando eu saí do Sesef pela segunda vez, nós deixamos uma reserva técnica no valor de 33.447 notas do Tesouro com vencimento em 1º de março de 2011. Hoje, se essas notas existissem, essa notas do Tesouro que valiam 51 milhões, em 1º de março de 2003, hoje, 1º de março de 2011, nós teríamos hoje 82 milhões de ativos em notas do Tesouro e os juros mais e aí um montante de 103 milhões. Isso aqui foi tudo gasto e aí vou mostrar os resgates, logo em seguida, como foram resgatados.

A reserva técnica, esta reserva foi no dia 9 de 2003, 10 de 2004, aqui está a sequência, 1 de 2005, eles foram resgatando os títulos do Tesouro no total de 33.447 títulos, na época o valor de 42 milhões, com deságio porque essas notas venciam no dia 1º de março de 2011. Elas, hoje, se estivessem conosco, nós teríamos de reserva técnica 82 milhões. Hoje não temos um tostão de reserva técnica. Além da re-

serva técnica que eles gastaram, deixaram uma dívida de 43 milhões, acumulada que dá em torno de 94 milhões o rombo, não a dívida; a dívida hoje está em torno de 43 milhões, dívida que gerou a intervenção da ANS no Sesef.

Tentativa de solução. Quando eu assumi, imediatamente nós recompusemos o Conselho, reorganizamos o Sesef e houve uma austeridade na gestão permanente, e aqui, no acordo coletivo de trabalho, 2001 a 2009, conseguimos um acréscimo salarial, e aí justiça se faça, o Ministro Paulo Bernardo, com apoio unânime da Federação independente, da Federação formal do companheiro Hélio Regato, os sindicatos, as associações, todos, unidos, conseguimos um acréscimo de R$60,00, só que foi a palavra acréscimo, aí que acho que houve uma malícia na área do Planejamento, da burocracia do Planejamento. Ora, o acréscimo não é um abono, esse dinheiro não veio carimbado.

O que aconteceu? A maioria dos ferroviários, 99% dos ferroviários são aposentados, Senador, são aposentados, então isso vai para o benefício previdenciário. No benefício previdenciário, com todas as tentativas que a gente fez de retirar porque o acordo consagrava R$60,00, repassando R$55,00, esses R$55,00 nos dariam uma receita de mais ou menos de R$3 milhões/mês. Hoje, se nós tivéssemos essa receita, estaríamos com o plano resolvido. Só que esse recurso foi para benefício previdenciário. Nós tentamos, inclusive, uma carta. O Ministro José Pimentel, na época, me disse: traga-me uma carta do Planejamento, dizendo que esse acréscimo é dinheiro do Tesouro, não é benefício previdenciário. E aí nos não conseguimos a carta. E aí o benefício previdenciário, a lei diz o seguinte: você só pode mexer no benefício previdenciário do aposentado em caso de pensão alimentícia, pagamento de benefício a maior, imposto de renda, empréstimo consignado em banco, que a pessoa tem que assinar, e contribuição associativa. Ai nós fizemos um convênio com a Federação, o João Calegari foi importante nesse processo com o Ministro Hélio Regato, a anuência da CUT, fizemos um acordo com a Federação, um convênio, para que eles autorizassem individualmente. Tem que ser individual, a pessoa tem que autorizar individualmente.

Ora, de 65 mil ferroviários, que já estavam com uma defasagem salarial de quatro anos, em uma situação de penúria, quando receberam os 502 mais os R$60,00, nós conseguimos só 540 assinaturas, 543 assinaturas. Foi uma receita que dá em torno de R$20 e poucos mil/mês, que também não deu para sustentar.

Então, essa frustração do repasse, não conseguimos repassar para o Plansfer, foi mais, como se diz na gíria, um tiro na água. Impedimento de aporte de recursos, tentativa de emenda provisória, em 2010; nós tentamos várias medidas provisórias. E hoje tramita no Ministério dos Transportes esse processo aqui, e até hoje à tarde vou passar por lá, e já está havendo um esforço, em função de todo um conjunto de Senadores, Deputados, nos quais está incorporado permanentemente o Senador Paulo Paim, no sentido de se ter um aporte para uma instituição como o Sesef, que é uma instituição de fundo social que não tem fins lucrativos, presta um serviço de assistência médica e social aos ferroviários.

Agora nós estamos numa fase aguda. A ANS – é bom que se diga –, a Agência Nacional, tem sido de uma tolerância muito grande. Ela decretou a direção fiscal em janeiro de 2008, eu assumi em novembro de 2008, eu já assumi sob direção fiscal. Através de apelos, articulações, contatos, e pelo atendimento, que mal ou bem a gente vem dando, a Agência teve uma tolerância que já vai para três anos e seis meses. Isso nunca houve na Agência, é porque nós temos um viés público, se fosse um plano privado, sem dúvida alguma, já tinha sido liquidado. Mas chegou a um ponto de tolerância que o Presidente da Agência, o Dr. Maurício Ceschin, lá na Câmara, ele falou: olha, eu estou no meu limite de tolerância.

E aí no dia 19/05 agora, eu recebi uma carta da ANS dando 30 dias para que a gente aliene a carteira. Ora, essa carteira é de faixa etária elevada, de sinistralidade elevada, o chamado mercado de saúde não vai absorver essa carteira, não vai absorver essa carteira e nós vamos ter hoje 13 mil companheiros ferroviários, numa grande maioria, esmagadora maioria, aposentados e pensionistas, sem plano de saúde, sem atendimento. A nossa faixa de idade é de 70, 80, temos até de 102 anos de idade. Temos aqui os companheiros de Araguari que vieram aqui. Temos o companheiro, como é o nome dele? O Sr. João, de 102 anos de idade. Eu acho que não tem nenhum plano de saúde no Brasil que tenha, que atenda alguém com mais de 90, 95, 100 anos de idade, pelo valor que a gente recebe.

Além do mais, temos 250 funcionários no Brasil, temos empregados que vão de São Luís do Maranhão até Santa Maria, temos 250 empregados, todos na faixa de 40, 50 anos. A grande maioria entrou comigo, em 89, quando fui diretor pela primeira fez. Estão perfazendo 21 anos de casa, são pessoas já na faixa etária de 50 anos, e que, se perderem o emprego, não vão ter mais colocação no mercado, além dos atendidos no plano de saúde.

Solução. Ressarcimento.

Senador, agora, a solução do problema está, pela primeira vez, em o Governo fazer um aporte.

Qual é então a solução, Senador e companheiros ferroviários e Senadores, para salvar o Plansfer?

É o Governo fazer a recomposição da reserva técnica com aporte único no valor de 33.447 notas do Tesouro, proposta em medida provisória em estudo desse processo aqui no Ministério dos Transportes. Essas 33 mil notas do Tesouro hoje dão em torno de 82 milhões. Eu já mandei para o Ministério dos Transportes toda a planilha das nossas dívidas, com o passivo trabalhista, o passivo com os fornecedores, hospitais, casas de saúde, clínicas, médicos, dá um total mais ou menos de 75 a 77 milhões, com a reserva técnica, que nós temos que recompor, dá em torno de quase 80 milhões.

Com esses recursos aqui, o que a gente está pedindo é a recomposição dessas notas do Tesouro, pedindo que sejam recolocadas. Porque tem uma tese jurídica popular que diz que quem paga mal paga duas vezes. Esses recursos não foram auditados, não foram fiscalizados, não foram supervisionados, ficaram lá soltos, completamente abandonados no Sesef, nos gastos no controle. Hoje nós temos o Conselho deliberativo, faço uma reunião por mês, e dou acompanhamento do processo, do que está se processando.

A perspectiva: reativação de convênio, retomada de padrão de qualidade, ampliação do quadro de participantes e autossustentação. Resolvida essa questão da dívida, rapidamente vamos pular para 40 mil usuários, porque retornarão muitos que saíram. Temos aí no mercado o pessoal do metrô, da CBTU, as próprias concessionárias. Os sindicatos poderão, nos acordos coletivos de trabalho, colocar isso em pauta no sentido do atendimento, e fiscalizar o atendimentos do Sesef. Obviamente, isso é mão e contramão.

Bom, vamos continuar, por favor.

Olhem aqui a nossa faixa etária. Acima de 59 anos, mais de 40%. Nós temos aqui a faixa etária, como vocês vêem, a maioria, mais de 50%, tem mais de 53 anos de idade.

Vamos passar para outro, por favor.

Aqui nós temos mais idéia do projeto unidade. São Luís, do Maranhão, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Recife, Salvador, Alagoinhas, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Araguari, Divinópolis, Lavra, Montes Claro, Santos Dumont, Rio de Janeiro, Campos, Barra do Pirái, Três Rios, São Paulo, Bauru, Curitiba, Apucarana, Ponta Grossa, Tubarão, Mafra, Porto Alegre e Santa Maria.

Esse é o espectro, em nível de Brasil, do nosso atendimento, com a faixa etária aqui. Olhem aqui. Isso aqui. Agora está sendo convocada uma Conferência Nacional do Idoso. A Presidenta Dilma está convocando uma conferência, acho que é muito oportuno, mais do que nunca, o idoso que tem o seu plano de saúde manter o seu plano de saúde.

Bom, esse aqui é um senhor que autorizou a sua imagem. Nós temos documento que autoriza a sua imagem. É um senhor é lá de Araguari, colega dos companheiros lá de Araguari, 102 anos de idade, com sua filha, aqui. Os dois pagam ao Sesef (passe aí, por favor, o valor) R$380...

Bom, passou, pulou algum aqui.

São R$380,00 que pagam pai e filha.

Isso aqui são as cirurgias pendentes que nós temos, em 2011. Nós temos essas cirurgias aqui represadas por absoluta falta de recursos. Todas essas pessoas. Olhem as idades aqui. Esse é o quadro. Isso é de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para esclarecimento nosso. São pessoas que pediram a cirurgia, e nada?

O SR. JORGE MOURA – Que pediram a cirurgia e não conseguimos atender...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas que barbaridade!

O SR. JORGE MOURA – ...porque não temos recursos e a rede conveniada reage bastante no atendimento em função da perspectiva que estamos de fechamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas isso aí merece nós fazermos uma denúncia, inclusive. É inadmissível.

O SR. JORGE MOURA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As pessoas vão acabar falecendo e não vai ter a cirurgia.

O SR. JORGE MOURA – Não vai ter a cirurgia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É grave ter que dizer isso, mas se continuar assim...

O SR. JORGE MOURA – É muito grave. E isso só em Belo Horizonte. No Brasil todos estamos assim. No Brasil todos nós estamos represados, essas não são urgências, são eletivas, e nós ficamos administrando.

Está aqui entre nós o nosso gerente de Belo Horizonte, o Fonseca, que me trouxe esse quadro, e os gerentes do Brasil todo desesperados, reclamando. E aí as pessoas vão para o Judiciário, e no Judiciário é questão de vida, o juiz dá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ganha.

O SR. JORGE MOURA – Ganha, e nós temos que, mal ou bem, atender de alguma forma, fazendo o maior sacrifício, senão eles bloqueiam inclusive os nossos recursos.

Na semana passada, nós tivemos um bloqueio de R$40 mil na nossa conta, para poder atender um caso jurídico. Eu já tive prisão decretada por Maceió, tive que entrar com *habeas corpus* preventivo, porque

o juiz entendeu que eu estava sonegando atendimento. Havia até uma discussão do *home care*.

Enfim, a situação é muito grave, Senador, muito grave. Essa audiência, eu quero fazer um apelo, que sirva para podermos...

Nós estamos vinculados ao Ministério dos Transportes. Quer dizer, o Ministro Alfredo Nascimento sabe do problema à sobeja, o Paulo Sergio Passos, que é o Secretário conhece muito o problema, a atual Ministra Gleisi Hoffmann conhece o problema, porque nos ajudou muito lá no Paraná, com o Ministro Paulo Bernardo no que tange àqueles R$60,00 que saíram, tanto é que o Ministro Paulo Bernardo disse: Eu ajudei o Sesef.

Ele ajudou, só que não conseguimos tirar o recurso. O recurso em boas mãos ficou, nas mãos dos aposentados, que, para repassarem... Os R$60,00 fazem falta. E aí tiveram aumento de 5,02%, mais R$60,00. Dava um total de quase 10% de aumento. E do pessoal, então, só 540 assinaram.

Nós precisávamos, junto à Ministra Gleisi Hoffmann, junto à Ministra Ideli Salvatti, que foi sua colega, à Gleisi Hoffmann, que é sua colega... Eu estive em contato com o Dr. Gilberto Carvalho, com o Berger, com o Feijó, enfim, contato não falta, articulação não falta, conscientização do problema não falta. Falta agora é resolver, e aí só se resolve com aporte. E o aporte... O Sesef não é um saco sem fundo nem é um buraco negro.

Com esse aporte, nós resolvemos todos os nossos problemas, e vamos recuperar, porque aí é uma questão de gestão e de competência e capacidade, e buscar número, buscar 40 mil ferroviários que estão precisando de plano de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero registrar a presença da Senadora Lídice da Mata, que é Vice-Presidente desta Comissão, lutadora das causas populares. (*Palmas*.)

O SR. JORGE MOURA – Em nome do Serviço Social dos Ferroviários, eu quero agradecer a presença da Senadora Lídice da Mata, que foi prefeita de Salvador há muitos anos.

Enfim, eu quero agradecer a todos. Eu acho que agora passo a palavra para o Presidente.

Tem mais algum painel? (*Pausa*.)

Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu acho que está claro.

O SR. JORGE MOURA – Está clara, está bem clara esta palestra. Nós agradecemos então esta oportunidade ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Sr. Jorge Moura, diretor executivo do Serviço Social das Estradas de Ferro.

Vamos, de imediato – no final vamos para os encaminhamentos –, passar a palavra para o Sr. João Edacir Calegari Morais, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO EDACIR CALEGARI MORAIS – Em primeiro lugar, bom dia a todos e a todas presentes.

Em nome do Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, nosso companheiro, do Rio Grande do Sul, um grande lutador, sintam-se a Mesa, os convidados aqui, os companheiros à Mesa também agraciados.

Bom, eu represento aqui a Federação Nacional, em nome do Dr. Hélio Regato, conhecido de todos, Presidente da Federação Nacional, e sindicatos a ela filiados, além de, como colocado, Presidente do Sindicato dos Ferroviários do Rio Grande do Sul.

Vimos, Senador, como já estivemos na Câmara dos Deputados, dia 6, dia 7, não é, Jorge, também com esse intuito de apresentar à Casa, ao nosso Governo, à nossa Presidente Dilma, aos nossos representantes nesse Governo, de pedir, quase de joelhos, a salvação do plano de saúde do nosso aposentado ferroviário.

E eu digo "ao nosso ferroviário aposentado", e o Senador até me perguntava aqui, quando o Jorge Moura, no seu painel, apresentou 250 funcionários do Sesef, se eram funcionários da nossa extinta rede, hoje concessionárias. Não. São somente funcionários do Sesef. As concessionárias ficaram... Alguns companheiros sindicalistas que aqui estão presentes e outros sindicatos sabem como foi a concessão da malha ferroviária no País. Foram demissões e demissões.

Lá no Rio Grande do Sul, nós iniciamos o processo, após a privatização, com 3 mil, e até o ano passado estávamos com 600 funcionários. Ela demitiu 2,5 mil, terceirizou a mão de obra, e até gostei muito do tema, não fugindo ao tema que venho representar aqui, representado pelo companheiro Lafaiete, que é a jornada de trabalho, que é uma situação que eu, mais adiante, gostaria até de ajudar. Acredito, com os companheiros, com alguns dados do Rio Grande do Sul.

E assim acredito que a situação é idêntica em toda a malha ferroviária no País, na questão jornada de trabalho dos maquinistas, e assim com todos os funcionários da nossa malha ferroviária.

Mas, dentro do assunto, representando a Federação, o Dr. Jorge Moura acabou de fazer a explanação, a apresentação da situação administrativa do Sesef. Mas eu venho, Senador, realmente, com o intuito de tentar, nesta Casa, com Senador que conhecemos, que já foi dito pelo outro companheiro que estava aqui, Senador da Casa, agradecer a presença Senadora também, Vice-Presidente da Comissão, no seu empenho e nas questões sociais desse País, não só no Rio Grande

do Sul onde o senhor foi eleito, graças a um trabalho das entidades de classe, a seu trabalho, o seu mandato, sua representação junto aos trabalhadores nas questões sociais.

Acredito que a Casa, em sua Presidência, com certeza, como saímos da Câmara, no dia 07, com uma expectativa e com a esperança, companheiro Raimundo em representação de todos os aposentados presentes, mais os companheiros do Brasil, vamos sair realmente com uma esperança de que a Casa, de que este País, de que a Presidente...

Onde está trancado esse processo? Foi dito na Câmara, se não me engano, no Ministério dos Transportes, foi colocado pelas intervenções muito bem feitas na Câmara, pedir que realmente o plano dos ferroviários seja salvo.

O plano de saúde, durante o período da Rede Ferroviária era de grande expressão, de muita utilidade para o ferroviário, tinha uma cobertura e uma assistência de extrema qualidade para o seu usuário. Isso indiferente, é do conhecimento de todos aqui, acredito que todos que aqui tiveram o plano, que adquiriram o plano, que contribuíram para esse plano crescer, tivemos um atendimento melhor do que qualquer tipo de plano privado que este País tem.

Ele é melhor que a Unimed, é melhor que a Golden Cross, é melhor que o Bradesco. Eu que estou com 26 anos de casa, de ferrovia, os meus dois filhos mais velhos nasceram dentro do plano de saúde. A minha esposa fez duas cirurgias, eu fiz cirurgia porque sou metido à atleta e arrebentei o joelho, o plano cobriu todas as despesas e, mesmo não sendo acidente de trabalho, o plano cobriu e, assim como foi mostrado aqui, os companheiros de Belo Horizonte, não me recordo bem, mas acredito que mais de 50 companheiros de Belo Horizonte estão aguardando na expectativa de uma cirurgia.

Então, com o advento, vamos dizer assim, da privatização em 97, foi mostrado ali, tínhamos um repasse, uma contribuição do Governo para o plano de saúde de 2%. Com a privatização, esses 2% sumiram. Eles deveriam ter constado também do contrato de concessão e as empresas que assumiram ligeiramente largaram o plano de saúde, não quiseram o plano de saúde para seus funcionários que ficaram. Criaram outros convênios tipo Unimed como é caso da LL do Rio Grande do Sul e, assim, da malha de São Paulo até o Rio Grande do Sul, hoje com o plano Unimed. Poderiam, sim, não é Moura, até hoje, os ferroviários, os trabalhadores que ingressaram na empresa privada, estar usando o plano com essa contribuição e com esse mesmo repasse, dando vida ao Sesef.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me registrar a presença da nossa querida Vanessa Grazziotin que é uma das nossas representantes na Mesa do Senado da República, uma lutadora de todas as causas populares. Todas! E tive o orgulho de ser Deputado Federal com ela e com a Lídice.

Bem vinda, Vanessa. (*Palmas*.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Só faltou o Senador Paim dizer que é meu líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso que ela é Senadora, com toda essa gentileza.

O SR. JOÃO EDACIR CALEGARI MORAIS – Obrigada pela presença, Senadora.

O que eu estava dizendo é que faltou no contrato de concessão, que hoje há uma mobilização regional, no Estado do Rio Grande do Sul, nos Municípios, o Governo do Estado empenhado em, de alguma forma, ou cassar esse contrato de concessão, ou fazer cumprir esse contrato de concessão que é uma briga que vem de São Paulo ao Rio Grande do Sul, no caso específico da LL, que deixou de lado esse plano de saúde, pegando um plano particular, sendo que tínhamos uma casa própria para que se continuasse dando vida, não tem repasse de 2% e o Sesef chegou aonde chegou.

Eu disse lá na Câmara e vou repetir ao companheiro Moura, que no painel, vamos dizer, poderia ser mais crítico à situação que, desde 97, após a privatização, o Sesef vem em decadência e a administração vem tentando mais ainda, após a sua entrada, resolver as questões do plano de saúde e do atendimento aos companheiros aposentados.

O Moura colocou aqui, Senador, 13 mil participantes. Imagine, temos 80 mil aposentados ferroviários, quer dizer, poderíamos ter nesse plano mais 60 ou 70 mil aposentados que deveriam estar nele. Por falta de compensação, por falta de repasse desses 2%, o plano de saúde está na situação em que se encontra.

Eu acredito que todas as entidades de classe trabalharam e vêm trabalhando para que o plano se restabeleça. Não acredito que haja entidade que esteja contra a forma ou a condução, seja da administração, seja da federação nacional, e em prol.

Todos os caminhos que se tomaram inclusive com a cláusula do acordo coletivo demonstrado aqui em 2008, os sindicatos, não vamos nem citar as federações, todos foram parceiros na cláusula que daria vida ao nosso plano de saúde. E por questões burocráticas, não só alcançou o objetivo, como tivemos quinhentas e poucas adesões com autorização junto ao canal de desconto para chegar o valor ao Sesef onde não se conseguiu o resultado.

Espero realmente, Senador, que a Casa, que a nossa Presidente e os nossos representantes tomem

uma posição para ontem, porque temos menos de trinta dias junto à determinação da Agência Nacional para que o plano de saúde encerrem a sua atividade, assim deixando hoje 13 mil ferroviários sem plano de saúde multiplicando por três que, com certeza, são 13 mil mais seus dependentes e mais os 250 funcionários do Sesef desempregados.

Funcionários do Sesef há 20, 25 anos, acima de 50 anos, e a gente sabe como vai estar o mercado de trabalho para essas pessoas que estarão sem função ou profissão definida, não conseguindo a sua aposentadoria, como todo trabalhador procura, em fim de carreira, uma aposentadoria, uma vida tranqüila e a gente sabe que, nem mesmo se aposentando, consegue isso, Senador.

O Senador tem um trabalho árduo nessa situação. Na semana passada, o Senador estava em um evento no Rio Grande do Sul da Fetapergs porque ele um trabalho forte junto à Fetapergs e Cobap para a situação do aposentado.

Companheiros, acredito que tenho ajudado e que todos os sindicatos e a Federação Nacional têm feito a sua parte. O que acontece é que, com a burocracia no País, quando é para beneficiar o pequeno, complica. Existem várias intenções para que as coisas não aconteçam.

O valor, Senador, para um País com tantos gastos, com tantos projetos sociais que a gente apóia: Minha Casa, Minha Vida, dentre outros... No País, o trabalhador nunca teve um amparo social de uma administração como tivemos no Governo Lula. E, com certeza, acreditamos que vamos ter no Governo Dilma.

Fica, por enquanto, a minha participação e estarei à disposição dos companheiros e da Mesa para, adiante, responder.

Obrigado a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, João Calegari Morais, líder sindical dos trabalhadores em empresas ferroviárias do Rio Grande do Sul, representando aqui também a Federação Nacional.

Eu me preocupei com esse prazo de trinta dias. É isso mesmo? (*Pausa*.)

O SR. JOÃO EDACIR CALEGARI MORAIS – Termina dia 02 de julho. Requeremos mais quinze dias, mas eu estava aqui colocando para o Senador, o Dr. Mauricio Ceschin deixou muito claro, na Câmara dos Deputados, no dia em que o Governo, através de uma manifestação concreta, disser: "estamos providenciando o aporte de recursos para que componha o débito dos ferroviários", a tolerância passa a ser como foi até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero registrar a presença da Senadora Marinor e também do Senador Mozarildo, ambos comprometidos com nossas causas. Estamos sempre juntos na caminhada.

Uma salva de palmas para os dois. (*Palmas*.)

Os Senadores usem da palavra quando entenderem mais adequado.

Passamos a palavra, com a presença da Senadora Marinor, do Senador Mozarildo, das Senadoras Vanessa e Lídice da Mata, lembrando que amanhã teremos outra audiência pública para tratar sobre os crimes covardes, assassinatos de trabalhadores no campo.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Luiz Cláudio Barbosa, Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários, que é também da Central Única dos Trabalhadores.

Está com a palavra o Luiz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) - Presidente Paim, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou ter de me retirar, porque tenho um outro compromisso. Também não participo desta Subcomissão, são tantas, nos dividimos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas vieste pela importância do tema.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nos dividimos para que possamos estar todos, em todas as Comissões e Subcomissões, as Comissões externas, especiais, todas elas são muito importantes, cada qual com um foco diferente.

Fiz questão, Senador Paim, de vir aqui para manifestar o meu apoio, não só a solidariedade, mas meu apoio à luta. Sou de um Estado que não tem estrada de ferro, sou do Estado do Amazonas, mas também é um Estado que não tem qualquer ligação com as demais regiões do nosso País. Lá sabemos o quanto sofremos por conta dessa falta de ligação com a nossa gente e com o nosso povo. É muito mais fácil sair do Amazonas e ir à Venezuela do que ir aos Estados vizinhos de Rondônia e, através dele, chegar a São Paulo, ao Nordeste, ao Rio Grande do Sul.

Mesmo a gente que está lá no Norte, não tenham dúvida, acha que vocês estão no caminho correto, mostrando ao Governo que foi um erro cometido no passado, e que este Governo, que tem um compromisso efetivo com os trabalhadores, terá como corrigir.

Ao lado da assinatura do Senador Paim, da Senadora, Lídice da Mata, que aqui está, da Senadora Marinor, podem contar que a minha estará lá também para engrossar essa reivindicação, que não é dos senhores, das senhoras, das famílias, mas é de todos nós.

Muito obrigada. Cumprimento o Senador Paim por esta iniciativa.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª MARINOR BRITTO (PSOL – PA) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Britto.

A SRª MARINOR BRITTO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas.

Senador Paim, também não sou integrante desta Subcomissão, estou agora com uma votação para iniciar na Comissão de Educação, Comissão da qual eu sou membro titular, mas fiz questão de passar aqui para cumprimentar todos os sindicalistas, todos os lutadores sociais deste País, que estão firmes na defesa do emprego, estão firmes na defesa da sobrevivência digna da classe trabalhadora.

Não podemos continuar, em pleno século XXI, ainda tendo que reivindicar qualidade no trabalho, ainda tendo que reivindicar direito à manutenção do emprego. É lastimável, num País rico como o nosso. Como a Senadora Vanessa, eu também sou de uma região absolutamente abandonada historicamente pelo Poder Público, eu sou do Norte, eu sou de Belém do Pará. Todos vocês sabem o quanto a região Amazônica tem ficado apartada do que, de fato, tem sido pensado para o desenvolvimento do País numa perspectiva humanista, numa perspectiva de inclusão social. O que sobra para a nossa região é o agronegócio, é a exploração mineral, é a exploração dos nossos rios e a gente sabe que a qualidade de vida do nosso povo cada vez está mais difícil. Nós que ainda somos vítimas e, infelizmente, campeões do trabalho escravo na nossa região, trabalho análogo escravo, não podemos nos calar diante de qualquer tipo de injustiça com o povo brasileiro de qualquer região do País que tem o direito constitucional.

Nós, que temos um País rico, Estados brasileiros absolutamente capazes de produzir e aumentar a riqueza do País, não queremos continuar pensando em desenvolvimento, pensando em aumentar a riqueza enquanto a classe trabalhadora estiver excluída, enquanto a classe trabalhadora estiver vivendo a humilhação do desemprego, do subemprego ou do trabalho escravo.

Então, quero deixar aqui o apoio e a minha solidariedade não só em meu nome, no meu mandato como Senadora da República, mas do Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, que também é de uma região distante do grande eixo, central do País, mas em nome de todo o Partido Socialismo e Liberdade, todo o PSOL. Lutamos muito para que o salário mínimo esteja acima do patamar aprovado. Nós estamos aqui ao lado da classe trabalhadora. Pode contar, o nosso gabinete pode ser a extensão da luta de vocês. O Senador Paim pode testemunhar o quanto temos nos esforçado, nesses poucos meses de mandato aqui no Senado Federal, para representar as lutas, para sermos firmes combatendo as injustiças aqui no Senado Federal.

Passei para dar um abraço em vocês e colocar o nosso mandato, o nosso Partido à inteira disposição. Muito obrigada. Boa luta! Contem com a nossa assinatura, com o nosso apoio, com a nossa voz também.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Senadora Marinor Britto.

Quero dizer a vocês que ela de fato é uma lutadora incansável. Recentemente, havia uma delegação para ir à Usina de Belo Monte, houve dificuldade de alguns Senadores. Ela disse: não tem problema, vou sozinha mesmo. Pegou a Comissão de funcionários e foi. Ela ligou para mim ontem, do Estado, dizendo que estava com dificuldade de locomoção, mas que viria para cá. Ela disse: "eu vou para os trabalhos da semana, mas eu não posso perder também a audiência de amanhã, pela manhã, que vai tratar dos assassinatos covardes dos líderes em defesa do meio ambiente, em defesa da terra, lá na Amazônia". Em alguns casos eu diria, principalmente no Pará, V. Exª é uma lutadora, merece nossos cumprimentos. (*Palmas*.)

Por favor, o Luiz com a palavra.

A minha vice-presidente, Lídice da Mata, falará no momento me que ela achar melhor.

O SR. LUIZ CLÁUDIO BARBOSA – Bom dia a todos. Srªs e Srs. trabalhadores do Sesef, nossos colegas ferroviários, Senadores, Senadora da boa terra, Senadora Lídice da Mata, e as outras que estiveram aqui e deram o seu recado; Senador Paulo Paim, grande lutador histórico.

Nós, ferroviários, tivemos um encontro com companheiros do Movimento Sindical, com o Presidente da Associação dos funcionários do Sesef, que está ali, companheiro Rozante. Nós que tivemos um encontro agora em abril, da CNTT CUT, aqui no Núcleo Bandeirante. Na verdade, a CNTT engloba os trabalhadores do setor de transporte da CUT.

Interessante é que o setor ferroviário, junto com o setor portuário, foi o que mais teve problemas a serem apresentados no seminário. Tinha lá companheiros marítimos, companheiros ligados ao trânsito, companheiros metroviários. Nós tivemos um elenco de problemas que afetam diretamente os trabalhadores e a dignidade dos trabalhadores.

Infelizmente, Senador Paulo Paim, Senadores e Senadoras, presentes, nós estamos sofrendo um ataque à nossa Refer, que é o nosso plano de previdência privada. É frontal. Eu sei que o Senador teve um encontro, numa dessas comissões aqui, sobre a questão da previdência privada. Temos um problema grande com a aposentadoria dos ferroviários, chamada complementação. Temos outro problema grave hoje que é a relação do sindicato com as concessionárias. E aí o presidente da nossa Federação nos pediu que dividíssemos esse tema dentro da Comissão. O companheiro Lafaiete vai fazer a exposição da relação que se tem dentro das concessionárias, inclusive focando a região dos companheiros, que reflete uma realidade, hoje, de Norte a Sul do País, de demissões fora do comum. Hoje o setor que mais demite dirigente sindical é o setor ferroviário. É uma vergonha! Nós temos companheiros com 27, 28, 29 anos de casa sendo demitidos como dirigente sindical. Pessoas que não têm nenhum laudo para se aposentar e estão indo. Assim como disse a Senadora, é questão de dignidade humana. Então, temos sérios problemas.

Nesse encontro, dentro do elenco de problemas, colocamos a questão, também, do plano de saúde, do Sesef/Plansfer. E aí o seguinte, há uma questão que queríamos inclusive agregar ao debate, porque temos enfatizado muito isso. Primeiro, Senador Paulo Paim, esse é um plano, um serviço social sem dinheiro. É o único. Que eu me lembre, quando as duas Casas discutiam a questão da CPMF, tinha aquela cifra de 40 bilhões, o Sistema "S" recebia 13 bilhões – o Sistema "S": Senai, Senac, Sesi e entre outros – e sem disponibilizar plano de saúde, que é a complicação.

No painel do diretor, quando fala na questão dos problemas, dos desvios, do que aconteceu também no Sesef, além de tudo como é colocado, tem outro problema: por natureza, plano de saúde é uma coisa extremamente complexa. Quem está à frente sabe. Os nossos gerentes. Está ali um gerente. O colega e companheiro Fonseca sabe muito bem disso. É que você prevê receita, mas não prevê despesa. É uma coisa assim. Você tem uma pessoa de uma idade dessas, se ela sofreu sequela, teve um problema, desestrutura-se a gestão do gerente. Não tem como.

Aí é onde entra a importância desse plano, que na verdade faz ainda hoje um trabalho elogiável, que é o de evitar que os trabalhadores ferroviários vão ao Sistema Único de Saúde. E todos nós sabemos que o Sesef fez e faz – com uma dificuldade enorme hoje, mas ainda faz – a saúde preventiva. O Sesef ainda faz uma saúde preventiva, porque os senhores que estão ali e dedicaram a sua vida à ferrovia trabalharam 40 anos, como o meu pai que trabalhou 42 anos na ferrovia. Foi maquinista da rede ferroviária e trabalhou 40 anos.

Então, o esforço desse corpo técnico, gerencial, dos trabalhadores sesefiários é fantástico, bem como o acompanhamento dessas pessoas para evitar que um homem desses tenha algum outro tipo de mal, de uma intercorrência que vá em verdade causar sequela e ter um custo altíssimo. Então, quanto a esse trabalho que o Sesef fez e tem uma dificuldade de fazer, Senador, a minha preocupação é com a questão do tempo.

Vejam, é verdade que quando nós chegamos à Casa Civil, nos ministérios, sabemos que tem várias demandas. Todo mundo entende que cada coisa que cada um defende é prioritária, não é verdade? São tantos problemas! Alguns são vergonhosos para o mundo inteiro.

O que vai ser tratado amanhã é uma vergonha internacional. É uma vergonha internacional! Nós sabemos quem está matando os dirigentes sindicais, os ambientalistas. É uma vergonha para o País! Muitas coisas são vergonhosas neste País.

Outras, na verdade, é uma questão de lógica e de foco do que é prioritário. Muitas vezes a gente esbarra nisso dentro do Governo. E nós ferroviários – eu como ferroviário e sindicalista – entendemos que há um esforço da CNTT e também das outras centrais ligadas ao setor ferrroviário, é verdade; da CUT, da nossa federação independente, como também da Federação Nacional no sentido de ir para dentro do Governo. Do companheiro Feijó, que está tratando também essa questão do plano de saúde, para tentar viabilizar a questão da problemática, porque ou nós resolvemos, ou a ANS resolve. E resolve com a chegada ao final e à extinção do plano. Então, nós estamos aqui e a nossa visão é de revitalização do plano.

Tem outra coisa que tenho dito e coloquei lá, Senador Paulo Paim e Senadora Lídice da Mata. Nós, infelizmente, temos que colocar que mesmo assim entendemos a configuração do Governo.

O Governo é um governo de composição, onde há uma luta grande pela sua agenda. O empresariado tem todo o direito e é legítimo que venha discutir suas agendas e suas demandas sejam atendidas. Da mesma forma são os trabalhadores, pelas suas federações, sindicatos e centrais.

Nós, na verdade, temos uma avaliação. Dissemos isso dentro desse encontro de transporte e temos dito isso dentro do Governo, dos ministérios e principalmente dentro da Casa Civil. Os ferroviários têm um grande problema: a capacidade de mobilização. E muitas vezes – a gente não pode negar isso – o Governo avalia as categorias pela sua capacidade de mobilização.

Vejam, nós temos, hoje, uma grande quantidade de trabalhadores que estão nesse plano. A maioria deles, aposentada, está em casa, com idade avançada e a capacidade de mobilização é bem menor, é verdade. Eu quero dizer isso bem à vontade, porque já dissemos isso dentro da Central, nos nossos encontros.

Na verdade, entendo que a questão do plano de saúde dos ferroviários, bem como outras demandas dos ferroviários poderia ser resolvida já se nós tivéssemos a capacidade de pressão que tem outras categorias.

Por que dizemos isso? Vejam, a Cassi, que é o plano de saúde dos bancários, na verdade teve seu problema resolvido. O Governo disponibilizou recursos de 2007 até 2009 – não sei agora 2010 e 2011 – que fizeram o equilíbrio do plano. Esta Casa e a outra, Câmara, também resolveram o problema do Geap, ou pelo menos suavizaram o problema do Geap. Da mesma forma os eletricitários. Houve equilíbrio na questão dos petroleiros. Isso, na verdade, tem que ser colocado. Esse é um fato que deve ser colocado.

Então, entendendo, Senador Paulo Paim, a sua experiência e conhecimento, a sua vivência e a capacidade de reconhecimento do nosso Governo, queríamos que o senhor ajudasse essa categoria em todos os problemas que foram e serão colocados, porque há uma necessidade de definição e a velocidade do problema é maior. Inclusive, conclamamos os Senadores, até porque esse plano, fora a região Norte, cruza do Maranhão – como dissemos, a ponta do Maranhão – até saindo para Sergipe, ou seja, pegamos todo o Norte e Nordeste; o Norte-Sul deste País.

Como esta Casa é a representação dos estados, temos que fazer com que os Senadores, na verdade, adiram a essa luta dos trabalhadores ferroviários. Esse é o nosso recado, a nossa mensagem. E que possamos resolver esse problema dos trabalhadores ferroviários.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Luiz Cláudio, que é Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários da Central Única.

E você tem toda razão, Luiz Cláudio, a mobilização é fundamental. Lembro-me, aqui, da questão dos portos, quando houve uma grande mobilização e acabou-se resolvendo, pelo menos, em grande parte, participei, inclusive, da mediação. Agora, é impossível que este País não reconheça a importância, como eu digo, da família ferroviária, o crime que foi cometido com a desativação de toda a rede ferroviária que tínhamos, quando tinha que ser fortalecida, tinha que ser reativada de forma urgente. Lembro-me que, quando eu era sindicalista, fui vice-presidente da CUT nacional e secretário-geral, e, na primeira vez, que fui à Europa, atravessei-a toda de trem, em questão de horas, eu ia de um país para o outro, e nós, aqui, ao contrário do que fizeram lá fora, investimos só no sistema rodoviário, e fomos sucateando todo o sistema ferroviário. Pelo que entendi, da era do Presidente Lula, há toda uma intenção de reativar e fortalecer o sistema ferroviário. Então, temos que olhar para a frente, olhar o presente e olhar o ontem também, e, aí, valorizar os nossos aposentados e pensionistas que deram a sua vida por essa causa, não é, minha Senadora Lídice da mata? Com essa fala, passo a palavra a V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) — Senador Paim, só para parabenizar mais uma vez o excelente trabalho que desenvolve à frente desta Subcomissão, que existe pelo seu devotamento à causa e dizer da minha alegria de poder ouvir, aqui, esses segmentos que representam também ainda os ferroviários do Brasil.

Fui coautora deste requerimento com V. Exª. Sou de uma região que tem tudo a ver com ferrovia. A Bahia tem a ver com a história das ferrovias no Brasil, e eu, especialmente, venho de uma região onde as ferrovias se iniciaram: Alagoinhas, Cachoeira, que é o maior gargalo ferroviário do Brasil, é justamente a terra em que nasci. A ponte D. Pedro II, os investimentos previstos para aquela região até hoje não se realizaram. Iniciadas no Governo de Lula, depois, as obras do anel ferroviário daquela região foram paralisadas, e, lá, na região metropolitana de Salvador, em todo o Recôncavo Baiano, tínhamos uma tradicional rede ferroviária. Como meu pai foi sindicalista também no passado, embora não ferroviário, mas bancário, mas, por sua ação no movimento político daquele tempo, comunista que era, tinha uma grande ligação com o movimento ferroviário que foi, sem dúvida, um dos movimentos sindicais mais politizados do Brasil na década de 60, no final dos anos 50. Eram, sem dúvida nenhuma, os trabalhadores que uniam e que marcavam, como, depois, o ABC marcou, na década de 80, nos anos 90, o movimento operário brasileiro, os ferroviários marcaram o movimento operário dos anos 50, 60 em nosso País. Portanto, esses trabalhadores merecem de todos nós a atenção primeira.

Agora, estamos felizes, sou membro da Frente em Defesa da Ferrovia, que é uma frente mista, Senado e Câmara; estamos debatendo as novas ferrovias, a Bahia luta e conseguiu, embora ainda não tenhamos avançado muito nas obras, mas a ferrovia Oeste/Leste, que é um grande sonho dos baianos e que vai unir o oeste ao porto sul, em Ilhéus, na Bahia, ou seja, dar à produção do oeste brasileiro uma saída para o mar, através da ferrovia. Isso, pensando em ferrovia de carga, em ferrovia voltada para a produção econômica

do País. Já que começamos essa etapa de retomar a força da ferrovia brasileira, pelo menos para carga, precisamos retomar a luta pelas ferrovias de passageiros, para que possam servi-los. Na minha região, vivemos uma circunstância muito peculiar, porque, como foi toda cortada por ferrovia de passageiro, a nossa história é marcada, desde criança, a gente ficava na estação esperando o trem, para receber as novidades, ia de Alagoinhas para Salvador, chegando ao subúrbio ferroviário, que é a marca do nosso subúrbio, e o trem que ainda existe até a calçada, essas cidades, hoje, fora Salvador e Alagoinhas, esta já não tem mais trem, Senador, em todo o Recôncavo o trem de passageiro foi substituído pelo trem de carga, e de carga, no caso, na região metropolitana, vinculada ao pólo petroquímico. E o que, antes, era uma notícia boa, a população esperava o trem chegar na estação com muita alegria, hoje, as populações dessas cidades lutam para que o trem, a ferrovia saia de dentro da cidade porque carrega carga pesada perigosa do pólo petroquímico.

Então, muda a figura, o componente, a relação da ferrovia com a população daquelas Cidades, e a maioria delas, Candeias, Camaçari, agora, conseguiu uma importante obra, que é exatamente um anel ferroviário tirando a ferrovia de dentro da Cidade para passar por fora. Queremos, no entanto, que a ferrovia volte a ter essa ação afetiva de ligação com o nosso povo, que é uma ferrovia também voltada para passageiro com a tarifa que diminui, com a tarifa que faz com que muita gente seja transportada a um preço mais barato. É essa a nossa luta que se renova.

Creio que temos aí como V. Exª ressaltou: um, é a ferrovia de antes, a ferrovia estatal, a ferrovia da força dos ferroviários que marcou o Brasil; depois, o marco fundamental essencial com a privatização, com ela, o sucateamento, quase o final da ferrovia, quase a morte das ferrovias nacionais. E, agora, a partir do Governo de Lula, um renascimento lento, mas ainda voltado para a ferrovia, os trens de carga, voltados para um posicionamento mais econômico, vinculada à mineração, aos produtos agrícolas e que não é mais uma ferrovia estatal, que tem outras relações de trabalho.

Creio que tudo isso dá um caldo de cultura bastante profundo, como o Luiz Cláudio levantou ali, de problemas diversificados para o movimento sindical, mas nenhum deles significa que não deva ser enfrentado, que não deva ter a prioridade desta Casa. Sou testemunha, como o Brasil inteiro, da tradição de luta do Senador Paim e de seu completo compromisso com as causas dos trabalhadores brasileiros, tenho um papel muito secundário junto à figura dele, mas quero dar a minha contribuição nessa luta, colocando-me extremamente à disposição do movimento de vocês. Acho que precisamos interceder nessa discussão do plano de saúde, quando a discussão de plano de saúde privado no Brasil inteiro já é um grande problema que aflige a população brasileira, deixar morrer um plano desse tipo que protege, que resguarda o trabalhador, na sua maioria, aposentado, das ferrovias, já desamparados até na sua autoestima, porque o trabalhador ferroviário que tinha o orgulho de comandar o progresso do Brasil, de repente, viu-se levado a uma condição absolutamente secundária, com sua autoestima lá embaixo, considerado uma coisa sem necessidade de existir, digamos assim, e tudo isso, além da necessidade de saúde geral de atendimento, faz com que tenhamos a obrigação de abraçar com vigor esta causa.

E eu quero ser uma liderada do senhor neste movimento que nós estamos iniciando aqui hoje no sentido da adesão do Senado para que nós possamos divulgar, possamos denunciar e possamos ajudar a mobilizar no Brasil inteiro, e que finalmente sejamos vitoriosos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata, brilhante como sempre e que faz parte dessa importante frente de valorização de todo o sistema ferroviário.

V. Exª fortalece a idéia, nós temos que olhar o ontem, o hoje e o depois, não se esquecendo daqueles que escreveram essa bela história, que V. Exª enfatiza muito bem.

Lídice, você provocou aqui o Jorge que quer...

O SR. JORGE MOURA – A diferença do trem de carga para o trem de passageiro é que o trem de carga não tem alma e o trem de passageiro tem alma. Essa é que é a grande diferença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata. Repito que tive o orgulho de ser Deputado Federal junto com V. Exª. Construímos juntos aquela caminhada durante anos e anos. Depois V. Exª me abandonou porque foi ser Prefeita de Salvador. Foi ser prefeita de Salvador e voltou como Senadora.

É uma bela história e tenho orgulho de dizer que caminhei junto, durante um longo período, e estamos caminhando junto.

Passamos a palavra neste momento ao Antonio Machado Rozante, Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Serviço Social das Estradas de Ferro.

O SR. ANTONIO MACHADO ROZANTE – Bom dia a todos, Senador Paulo Paim, meus cumprimentos.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, demais membros presentes, colegas de mesa aqui, Dr. Jorge Moura, meus companheiros da ferrovia, meu nome é Antonio

Rozante. Eu sou Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Sesef. Represento 229 colegas de trabalho.

Eu vou pedir que coloquem uma apresentação que eu fiz.

Bom a Assef, a Associação dos empregados, como está escrito ali, pede socorro.

Nossas famílias dependem de nós, dependem do nosso trabalho. Eu eduquei meus filhos no Sesef. Minha família depende muito de mim, a dos outros colegas também.

Ali eu tenho um quadro de faixa etária do pessoal do Sesef, dos funcionários. Eu tenho uma funcionária com mais de oitenta anos. De 70 a 79, três funcionários.

Naquela faixa de 40 a 49 anos, que é um terço do número de funcionários, são pessoas que estão longe ainda de se aposentar e que dificilmente serão absorvidas pelo mercado de trabalho. Quer dizer, não é que eles não vão ser, o Brasil hoje está com uma crescente demanda de trabalho, mas vão ter dificuldade. Todo esse pessoal vai ter muita dificuldade sim de se enquadrar no mercado de trabalho, naturalmente.

Pode passar, por favor.

Esse quadro aí, também, naquela faixa de dez a dezenove anos, são 81 pessoas, estão na mesma situação.

Olha o tempo de serviço deles, de 10 a 19 anos, estão muito longe ainda da aposentadoria e também vão ter dificuldade de se enquadrar no mercado de trabalho.

Por favor, pode passar.

É a área de abrangência. Olha, onde tem um ferroviário, geralmente tem um "sesefiário" para atender. O Sesef procurou colocar em todas as localidades, de Norte a Sul, para sempre ter uma pessoa para atender o ferroviário lá.

Então nós estamos em todas essas cidades aí, com gerências, escritórios... Às vezes tem um funcionário só, numa ponta de linha lá, para atender um ferroviário, mas tem uma pessoa lá. No prospecto tem um diferencial, nosso plano não é um plano de números, a pessoa tem nome, tem sobrenome. É tratada por nome E por sobrenome.

Isso é muito importante dentro do Sesef.

É uma coisa que a gente preserva, procura preservar. Tratar o cidadão como ele é. Ele não é apenas um número de matrícula de um plano de saúde, ele é um cidadão.

Bom, em síntese, nós vimos aqui para pedir para salvarem o Sesef. E quero colocar uma coisa que eu escrevi aqui.

Senhoras e Senhores, a Agência Nacional de Saúde decretou a liquidação da nossa carteira, não é? E com isso eu estive em duas reuniões com o Sr. Maurício Ceschin, que é o presidente da ANS, e ele me colocou muito bem: Olha, nós não somos responsáveis pelos funcionários, nós somos responsáveis pelo Plano de Saúde.

Se hoje a ANS entrar lá e decretar definitivamente a venda da nossa carteira, a liquidação, nós não temos dinheiro, o Sesef hoje não tem dinheiro para indenizar ninguém.

Quer dizer, nós vamos sair de lá apenas com uma anotação na carteira para sacar o fundo. Não vamos conseguir sacar o fundo de garantia, os 40%, perdão, referente ao fundo. Não temos dinheiro para pagar indenização. Não temos verba. O Sesef hoje não tem verba. O que o Sesef arrecada hoje é para pagar o plano de saúde, com muita dificuldade.

Eu recebi uma informação aqui do nobre gerente José Fonseca, agora, inclusive passou na televisão hoje de manhã, que a partir de hoje a ANS coloca como 21 dias o prazo para se atender cirurgias eletivas.

Quer dizer, a partir daí... Nós estamos com dificuldade de atender com trinta dias, quanto mais com 21.

O Sesef gostaria muito de fazer isso, se tivesse condições. Se a gente tivesse dinheiro, a gente ia fazer isso, ia cumprir rigorosamente essa lei, porque o Sesef sempre cuidou bem do beneficiário dele, não é?

Então, eu venho pedir aqui, Senador Paulo Paim, a esta Casa, ao Senado... Eu estou muito nervoso, eu fico emocionado de falar em nome dos empregados. Estou vendo a dificuldade dos meus colegas lá. Eu estou com colegas hipertensos, pessoas que ficaram doentes, estão com problemas de labirintite, as pessoas estão adoecendo. Há sete anos sem um aumento salarial, mas trabalhando com vigor, com raça, com boa vontade, com galhardia mesmo, não deixando a peteca cair, tentando fazer o melhor de cada um.

Eu sou um que fiquei hipertenso. Sempre gozei de boa saúde e tenho que tomar remédio todo dia. O companheiro Fonseca também, ali, também está hipertenso. As pessoas estão ficando doentes com isso. Nós temos amor pela empresa. Eu visto a camisa da empresa com muita vontade mesmo. Eu estou adoecendo por ela, mas eu sou capaz de morrer pelo Sesef , Isso não é problema não.

Agora eu peço ao senhor o seguinte. Eu quero deixar uma pergunta aqui. Quem vai pagar a nossa conta? O Dr. Jorge colocou a explanação ali. Nós estamos ligados a Valec, hoje. O Ministério dos Transportes vai pagar a nossa conta? O Sesef não tem condições, nós sabemos.

Então, eu peço a esta Casa, que é uma Casa de isonomia... O Senado é curioso. São três Senadores por cada Estado, não importa o número de habitantes, não

importa o tamanho do Estado. São três. Então, isso me remete à igualdade; igualdade e justiça. Então, eu peço a esta Casa que ajude ao Plansfer a salvar a gente, porque salvando o Sesef o Plansfer estará salvando a nossa empresa, porque sem empresa, sem emprego.

Em nome dos funcionários do Sesef eu quero deixar aqui uma coisa. Nós temos muita fé e muita esperança de que nós vamos sair daqui hoje com uma solução. Não hoje, mas daqui para frente a solução virá. Eu tenho muita fé e deposito essa fé nas mãos do Senhor, o Senhor Deus, que colocou cada um de vocês no cargo que estão. E eu acredito nisso, na palavra, porque eu sou cristão. Espero que eu saia daqui com essa esperança e com essa fé bem reforçada mesmo, porque o meu Deus é um Deus vivo, não é? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Antonio Machado Rozante, que é Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Serviço Social das Estradas de Ferro.

Vocês podem ver que ele faz um pronunciamento emocionado, dizendo que a emoção toma conta, mas isso é bonito, não é? Eu sempre digo que no dia em que a gente não se indignar com os atos indevidos que a gente vê na sociedade e com as injustiças, não há mais razão de a gente estar nessa caminhada pela vida, não é, e por direitos iguais para todos.

Ao mesmo tempo, se a gente não se sensibilizar com a situação de vida, enfim, dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, também não há mais razão. E um poeta uma vez disse que, quem não descobrir uma razão pela qual possa dar a sua vida, ele não entendeu o sentido da vida.

E você aqui demonstrou que entendeu o sentido da vida, ao fazer esta bela declaração de que daria a sua vida por essa causa.

Pois não, o tempo é seu.

O SR. ANTONIO MACHADO ROZANTE – De samba enredo, que falava do Estatuto do Idoso. Agora é lei. E eu vou mandar para o senhor um CD em homenagem. E eu coloquei: "Paim, Ressuscitou o meu Sonho", mas eu fui obrigado a tirar o seu nome por regras e coloquei "O Brasil Ressuscitou o meu Sonho", porque quando penso em idoso – e o nosso plano é um plano do idoso –, eu penso em Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado pelas considerações.

E eu passo, então, neste momento, a palavra para o Sr. Carlos Antonio Vitoretti, Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores e Empresas na Área de Transporte e Manutenção em Equipamentos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete.

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Bom dia a todos, senhoras e senhores, companheiros da luta ferroviária, Senadora Lídice da Mata, Senador Paulo Paim, companheiro de luta em todos os tempos, desde quando me entendo como sindicalista, o Senador sempre nas causas, principalmente no que tange á Previdência Social, e somos gratos a isso.

Preparei aqui, escrevi o meu pronunciamento para que nada fosse esquecido, porque vou falar em nome do quanto somos escravizados na ferrovia, com jornadas. Então, eu queria ler para os senhores. Depois quero encaminhar também para a Comissão. Até termos de ajuste de conduta fomos obrigados a fazer junto à Justiça, laudos. Tudo vou encaminhar à Comissão para que seja também avaliado para uma possível ajuda a nós, ferroviários.

Durante mais de 20 anos de regime militar, conseguimos finalmente eleger um presidente civil, ainda que por eleições indiretas, e formar uma Assembléia Nacional Constituinte. Entre os princípios que regem a nova Carta da República, está a valorização das entidades de classe representativa dos trabalhadores, mas o que não se podia imaginar naquela época é que, em muito pouco tempo, todas as esperanças depositadas pelos legisladores, com o fortalecimento dos sindicatos, poderia se esvair por entre os dedos.

Logo no início da década de 90 teve início a selvagem privatização do sistema nacional brasileiro. Para garantir sua implementação, primeiro, entenderam por bem sucatear tanto a prestação de serviços como o parque industrial nacional. Efetivada a privatização, teve início o processo de enxugamento do quadro de empregados. Aquilo que era público e objetivava a prestação de serviços, agora era privado e tinha compromisso único e exclusivo com o lucro.

Com as demissões, incentivadas ou não, veio o enfraquecimento das entidades sindicais. O emprego passou a ser um luxo conferido a poucos. Os movimentos reivindicativos de toda natureza, inclusive as greves, transformaram-se em exclusividade dos servidores públicos estáveis. A fragilidade dos sindicatos criou solo fértil para infiltração de empresas menos comprometidas com o desenvolvimento social do País, que, a partir de então, passaram a se utilizar de prática de domínio das entidades de classe. Usam de artifícios que vão desde o lançamento de chapas própria, formadas por empregados de sua estrita confiança, até a corrupção de pretensos sindicalistas.

O mais importante motivo pelo qual se apropriam das entidades sindicais reside não no fato de prevenir os movimentos reivindicatórios, até porque via de regra ficaram limitados aos serviços públicos, mas no controle dos acordos e convenções coletivas, o que lhes

permitiam pactuar os direitos inegociáveis e inalienáveis, agora sob o manto protetor do Poder Judiciário. Majoritariamente, os juízes e tribunais de trabalho têm demonstrado o entendimento de que o pacto celebrado entre as entidades de classe e os trabalhadores é hierarquicamente superior inclusive às determinações de leis específicas. Temos claro que essa não era a intenção do legislador constituinte. O poder conferido pela Constituição Federal de 1988 às entidades de classe, com certeza, foi para negociar direitos, além daqueles conferidos por lei, e não o contrário. O serviço ferroviário foi contaminado por esse mesmo mal, com resultado devastador para seus empregados.

Pela sua natureza, o serviço ferroviário é realizado em condições penosas, em exposição a intempéries, insalubres, em exposição a excesso de ruídos e de periculosidades, em exposição a componentes energizados, inclusive a inflamáveis líquidos. Inclusive, por isso, por esse tipo de serviço, o trabalhador ferroviário aposenta-se "com 25 anos de trabalho".

Isso aí, gente, porque a empresa não fornece um laudo de acordo. Não sei se para burlar o INSS, eles não fornecem esse laudo. Dá um laudo, mas um laudo que não dá para você aposentar com esses 25 anos. Então, você tem que recorrer à Justiça e vai demorar dois ou três anos para se aposentar. É uma sacanagem!

As empresas ferroviárias concessionárias desse serviço, principalmente a maior concessionária, a MRS Logística, buscam ininterruptamente apropriar-se das entidades de classe existentes em sua base para ignorar, através de acordo coletivo, direitos consagrados por lei.

A MRS fez uma com a gente este ano. Tivemos um "não" da categoria porque o acordo coletivo era lesivo aos trabalhadores. O que aconteceu? Ela aliciou um determinado grupo de trabalhadores. Fizeram assembleia e levaram para a Justiça. E não tenho medo de falar isso porque é verdade, lobistas, ex-Presidente de Tribunal de Minas Gerais, filhos deles, genros de Arnaldo Sussekind, estão por trás disso, são empregados da MRS Logística e Assuntos Jurídicos. Tem todo um *lobby* lá dentro. Nem sequer julgaram nosso dissídio coletivo. Disseram "sim" à assinatura, sem o sindicato de base. É isso que tem acontecido. Então, os sindicatos hoje pedem socorro.

Um dos exemplos mais gritantes dessa prática é a supressão, por acordo coletivo, do intervalo para alimentação e repouso. Não estamos falando da supressão da necessidade de assinalar no registro de ponto esse intervalo, mas sim, pura e simplesmente, a sua supressão. Não há repouso nem alimentação nas jornadas de trabalho dos maquinistas de trabalho, mesmo quando superiores a seis horas de trabalho por dia. Isso tem em todas as ferrovias. Senador, em todas as ferrovias existe isso. Não dão intervalo para alimentação. Não temos onde fazer nossas necessidades. É uma complicação!

Todavia, nem todo trabalhador ferroviário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você me deixa esse documento porque é da maior gravidade. Você está falando de trabalho escravo, pela forma que está se falando aqui.

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Tem trabalho escravo. Temos todo um relatório para o senhor e, se precisar de mais, temos também lá tudo documentado o que ela faz com o trabalhador e com as entidades sindicais também.

Todavia, nem todo trabalhador ferroviário aceitou a canga sem reclamar. Alguns desses trabalhadores manifestaram a indignação, seja com suas entidades de classe, seja na própria ferrovia.

No caso da MRS Logística, a situação ficou insustentável, haja vista que todos aqueles que demonstraram seu descontentamento foram retaliados: os diretores sindicais, com transferências; aqueles que não se conformam às diretorias de sindicatos, com demissões sumárias – quer dizer, aqueles que não são das diretorias sindicais são sumariamente demitidos, é o que acontece lá –, pouco se importando com o tempo de casa de cada um ou mesmo com qualquer outra forma de estabilidade, por exemplo, estabilidade pré-aposentadoria, que não é respeitada. Eles não respeitam.

Esse tipo de conduta antissindical foi denunciado ao Ministério Público do Trabalho, que de forma exemplar vem envidando esforços para coibi-la, realizando, entre outras atividades, perícias *in loco*, efetivadas pelos próprios Procuradores de Trabalho, ratificando na sua conclusão tudo aquilo já declinado aqui até então.

Temos também no Ministério Público gente é o seguinte. Denunciamos... Quando na época da crise, a MRS Logística suspendeu trabalhadores usando dinheiro indevidamente do FAT. Fizeram isso na nossa base sem o consentimento da categoria. Isso já está denunciado inclusive no Ministério Público do Trabalho, que está acusando inclusive a empresa de estelionatária porque está usando dinheiro indevido do FAT.

Para além do Ministério Público do Trabalho, a própria Justiça do Trabalho vem tentando minorar os maléficos efeitos da conduta antissindical perpetrada pelas concessionárias do serviço de transporte ferroviário, principalmente as operadoras que têm como lideranças sindicais

As operadoras que têm como lideranças sindicais combativas. Eu não vou falar só da MRS, porque nós que conhecemos temos sempre em conta, mesmo na federação nacional, como na federação independente

e na CNTT e tudo o mais, a gente vê que os ferroviários estão sendo trucidados pelo sistema e a ganância capitalista, que são essas empresas que na são grandes empresários internacionais. Inclusive, peguei um processo há pouco tempo. Você não consegue ler o nome de um, porque são uns nomes que você nem sabe ler. Isso está na mão de árabe etc. Na verdade esses grupos são formados para roubar o País.

As suas decisões vêm determinando o fim das atividades, como o fim da monocondução. Para vocês que não conhecem o que é a monocondução, a monocondução, nós sindicalista, costumamos chamar de sistema macabro de se conduzir comboios ferroviários. Antes eram três na locomotiva; passou para dois, e, quando entraram as operadoras privadas, um. O sistema vem produzindo acidentes, coisas horrorosas. Quero até que o companheiro passasse algumas fotos de acidentes, como ilustração, que os companheiros não veem porque ele fica restrito a um lugar, tem atropelamento e tudo o mais.

Ai foi um acidente, que estamos passando, de uma travessia em que foi atropelado um no carro; morreram todos, a família inteira.

Eu tenho fotos chocantes, mas é para que os senhores vejam o que acontece hoje com esse sistema macabro que é a monocondução. Um só maquinista conduzindo comboios ferroviários. Ou seja, de três a seis locomotivas e 134 vagões com 130 mil quilos cada unidade. E esse sistema de monocondução não respeita nem a jornada reduzida de seis horas. Falam que é oito, mas, na verdade, a jornada do trabalho de um maquinista hoje é de mais ou menos entre 14 horas. Isso aí calculando por baixo na MRS, onde a gente luta. E, lá no Nordeste pior ainda, porque não tem trabalhadores, porque eles demitiram quase todo o mundo e essas seis horas que são garantidas pelo art. 7º, inciso XIV...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só uma perguntinha para ajudar a nos situarmos. Mas isso tudo foi para o Ministério do Trabalho, foi para os fiscais do trabalho e nada acontece?

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Nós temos todo um laudo favorável aqui, mas em alguns lugares...

Não aconteceu nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Continua dezoito horas, ele fala aqui, quatroze horas.

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Apuraram, deram a multa e continuam aplicando as mesmas... As seis horas, Senador, porque teria que ser seis horas, não estão garantindo essas seis horas. Nós não temos essas seis horas de trabalho. Nós temos, na verdade, 14, 18, conforme o João está dizendo aí. O art. 7º, inciso XIV...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E o resultado está aí, são os acidentes. Por causa do desgaste...

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Estão ai os acidentes. O desgaste da companheirada.

Além dessas jornadas, em alguns lugares eles dão dez horas de descanso, 34 horas de folga. Em Volta Redonda, o Ministério Público conseguiu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São dez horas? O que tu falaste aí? Como é que foi?

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – São dez horas de intervalo de uma jornada para outra e as 34 horas de folga, no máximo.

Já em Volta Redonda, onde os maquinistas conseguiram implantar seis horas, estão implantadas oito, em escalas. Está aqui, o Senhor vai ver. Quem pega um hora da manhã, só uma hora da manhã, quem tem início a sua jornada oito horas é oito horas. Tudo assim. Uma escala só naquele dia. Trabalham seis dias e folgam um. É o sistema que ela implanta hoje, pelo menos na MRS Logística, onde tem as seis horas, porque os outros não têm, é uma confusão danada. E lá é só exploração. E lá é turno ininterrupto de revezamento. Não para.

Essas decisões da Justiça do Trabalho objetivam, sobretudo, o direito à vida, proteção e saúde dos ferroviários. Não pode e nem devem existir negociações para prorrorgar-se jornadas em entidades ferroviárias consideradas insalubres.

Até em respeito ao disposto do art. 60 da CLT, até porque incombatível a redução do tempo de serviço, em razão dos malefícios provocados à saúde pelo exercício de atividades insalubres, como o prorrogação de jornadas nestas mesmas condições.

Outrossim, não obstante às disposições legais, a ferroviária, principalmente a MRS Logística, força o sindicato do ferroviário e a sua base a assinaturas de acordos coletivos para tanto.

Quando os sindicatos resistem à pressão, faz circular abaixo assinados, supostamente idealizados pelos próprios trabalhadores, e em seu desfavor submetidos os seus ferroviários na presença de seu chefe para imediata assinatura, demitindo aqueles que se recusam a assinar.

Aquilo que eu disse para o senhor. Eles juntam os grupos, fazem um abaixo assinado, chamam uma assembléia sem sindicato e assinam acordos. E obriga, fica lá. Como que o trabalhador vai dizer não. Tudo mundo lá de arma para ele, a chefia toda. Ele tem que assinar. Ele é obrigado a assinar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) (*Fora do microfone*.) – A arma da demissão.

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – A arma da demissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) (*Fora do microfone*.) – O sindicato não chancela isso depois?

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Estamos fazendo todo o trabalho, mas a Justiça, como eu disse, é morosa. E lá em Minas Gerais a gente entende que há um *lobby* ali dentro, porque não se ganha nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Firmam o acordo sem a participação do sindicato?

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Sem a participação do sindicato, inclusive em tribunais eles dão a favor deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas que barbaridade!

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – O Sindicato é combativo. O único que não assina acordo lá é o nosso, porque todos são lesivos.

Tal assertiva não é fruto de ilações irresponsáveis. Muito ao contrário. Aqueles demitidos ou perseguidos, por não assinarem de imediato tais abaixo assinados, denunciaram o fato ao Ministério Público do Trabalho, que por sua vez *in continenti* utilizou-se das medidas judiciais cabíveis.

Só que tem uma diferença ai. Em Minas Gerais o Ministério Público do Trabalho tem agido, mas está muito lento. Enquanto isso os tribunais fazem tudo em favor do patrão, o empregado fica a mercê disso tudo. Já em Volta Redonda há uma ação do Ministério Público, lá as coisas são totalmente diferentes, tem concedido tudo em favor do trabalhador. Minas Gerais não. Minas Gerais nada a favor do trabalhador.

Os ferroviários, a escravidão, pelo menos sob a ótica legal determinou que ninguém pode e nem deve trabalhar por longos períodos sem repouso e alimentação, sob pena de estresse, danos à saúde física e mental, acidentes e mortes. Os ferroviários, principalmente os maquinistas, não são animais, nem mesmo os animais se submetem pacificamente à falta de higiene.

As práticas perpetradas pelas concessionárias de serviços ferroviários... Aí eu estou incluindo todas, porque na verdade o sistema – como diz a linguagem dos sindicalistas – é bruto e a lei conosco tem sido canina. Tá ruim, mas tá ruim mesmo; vão do constrangimento ao assédio moral da conduta antissindical ao oportunismo financeiro. Esquece a ferrovia propositalmente do direito de todo e qualquer brasileiro à cidadania, à dignidade da pessoa humana, ao direito à vida, à saúde, à liberdade de expressão e a criação de sindicatos livres e independentes. Faz da Constituição federal letra morta, assim como da mesma forma faz ouvidos de mercador às decisões da Justiça do Trabalho e às determinações dos legisladores pátrios.

Urge uma atitude enérgica das autoridades regularmente constituídas para garantir direitos consagrados e inegociáveis existentes e por isso transladados para a Carta da República.

Algumas práticas adotadas pela ferrovia devem ser de imediata abolidas, como, por exemplo, a monocondução, as longas jornadas de trabalho e atividades insalubres, a ausência de intervalo intrajornada para alimentação e repouso, a negativa do direto ao anseio e a natural satisfação satisfação das necessidades fisiológicas dos seus maquinistas e auxiliares; o assédio moral e a conduta antissindical.

Por isso, contamos com a colaboração dos Deputados Federais, dos Senadores, aos quais, desde já, agradecemos sinceramente, inclusive a esta Comissão.

Os ferroviários, hoje, pedem socorro, pedem mudanças na CLT naquilo que diz respeito a eles, mas com sindicatos de base, e não pela ANTT, que tem feito tudo em favor dos patrões, das concessionárias; do trabalhador, nada. Não nos chama para nada a ANTT. Só publica no *Diário Oficial*, e a gente toma conhecimento porque o assinamos, porque se não, nem isso.

Então, não sei para que servem essas agências, porque, para olhar o lado do trabalhador, não tem ninguém. O lado social da coisa não existe pelas agências nacionais. Você não vê a dificuldade do companheiro Jorge Moura lá na ANS? E assim é a nossa também na ANTT. Existe uma dificuldade muito grande.

E, geralmente, quem vai para a ANTT? Ex-diretores dessas empresas, dessas concessionárias. Eles é que vão para a diretoria da ANTT. Vão fazer alguma coisa para o trabalhador? Mas não vão mesmo! Vão fazer é para o patrão mesmo.

Pedimos também uma atenção especial para Volta Redonda. Volta Redonda é o seguinte: tem esse sistema dessa escala de um só horário. Está empatado isso lá, e o pessoal tem sofrido, porque trabalha só num horário. Como é que fica o lado biológico da pessoa? Vai mudar totalmente.

Outra coisa que a gente pede também é porque todo sindicato tem diretor suspenso. Minas Gerais é um caso de polícia mesmo, porque, vejam: estamos com quatro diretores suspensos no sindicato. Contrato suspenso. Estamos pagando o salário deles, mas estão com o contrato suspenso. Numa reunião, inclusive, com a associação dos trabalhadores ferroviários aqui, em Brasília, eu disse: "Mas nós não demitimos eles, não." "Mas tem intenção. Por que, então, não voltam com eles? Se está correndo na Justiça é porque tem intenção de demitir. Então, retire o processo."

Então, o que ocorre? Está nas mãos do Maurício Delgado esse processo. O que aconteceu? Ganhou em primeira instância para que os quatro sindicalistas fossem reintegrados. Foi para o famoso tribunal de Minas Gerais, para a tal 9ª Turma – se não me engano, hoje é 6ª. Aí, sim, teve o *lobby,* que a gente sabe que tem. Não pode! Não fizeram nada que os desabonasse. Pois lá, perdemos. Veio para o Supremo. Está aqui. Está na mão do Maurício Delgado. Pedimos para o Maurício que, pelo menos, leia o processo, para olhar isso aí, porque não teve nada que desabonasse nossos quatros sindicalistas. Mas não só esses quatro: Recife tem, Bahia tem, todos têm diretores demitidos. Que isso fosse olhado com carinho pela Comissão, que nos desse esse apoio.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Carlos Antônio Vitoretti, do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas da Área de Transporte, Manutenção de Equipamentos Ferroviários, que traz uma série de denúncias da maior gravidade.

Eu, como diz o outro, estou começando a ficar mais do que preocupado, porque, ontem, tive uma audiência pública com os frentistas de postos de gasolina. E o que ouvi lá, inclusive – para vocês terem uma ideia – dos próprios proprietários dos postos de gasolina, é que é fraude, é roubo, é sonegação, é contrabando, é água com gasolina, o que se imaginar de bagunça nos postos de gasolina... E sempre quem paga ou é o consumidor, ou o trabalhador, o frentista do posto. Aí vem, inclusive, as denúncias na área sindical.

Aqui, estou vendo praticamente o mesmo quadro em matéria de denúncia, de não cumprimento de horário, de não haver espaço para alimentação e nem para as necessidades fisiológicas. Você colocou muito bem. E isso está se repetindo. Sei lá!

Depois desta audiência pública... Lá, eu me comprometi com o seguinte: fazer uma audiência pública, chamando a Petrobras, no caso de lá, e a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e também a Agência Nacional do Petróleo. O Haroldo Lima é colega nosso, Parlamentar, foi Constituinte conosco e sempre foi um defensor, para fazermos uma discussão sobre o que está acontecendo e, pelo que percebo aqui, tenho o maior carinho e o maior respeito também pelo Ministério do Trabalho, pelos fiscais do trabalho, esse desrespeito total é, inclusive, para com os sindicalistas, que são afastados sumariamente, pelo que vejo. O importante para a empresa, parece-me, é que o sindicalista não esteja lá no local de trabalho. É isso que eles não querem.

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Senador, é o seguinte: somos também, eu não coloquei isso aqui, mas somos proibidos... Nós, da MRS somos proibidos de exercer o nosso direito de sindicalistas dentro da empresa. Não podemos, eles não deixam a gente entrar lá para nada, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas que barbaridade!

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Tem de ser na porta da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos dar os encaminhamentos, no final da reunião, com certeza, além das audiências que faremos com o objetivo específico do plano.

Passo a palavra, neste momento, ao Raimundo Neves de Araújo, Presidente da Associação Mútuo Auxiliadora dos Empregados da Estrada de Ferro Leopoldina.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Paim, talvez V. Exª pudesse marcar uma audiência lá, com o Ministro do Trabalho, e nós todos iríamos debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. Nos encaminhamentos, a sua proposta será colocada e eu me disponho a ir, levando esse caso e outros que nós estamos acompanhando, inclusive com a falta de fiscais na área do trabalho. Precisaria ter, segundo eles, no mínimo 100 vezes mais o número de fiscais, e está diminuindo o número de fiscais para que possam fiscalizar as condições de trabalho nas respectivas empresas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Essas questões demonstram que nós não podemos ter ilusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É, não dá para ter ilusão, não. Preocupo-me e digo, sempre, que mesmo na ANTT prevalece sempre o lado do capital e nada do trabalho.

Foi dito aqui, quer dizer, alguma coisa está errada e nós temos de conversar, também, com a ANTT.

Passo a palavra para o Raimundo, então.

O SR. RAIMUNDO NEVES DE ARAÚJO – Senador Paim, senhores e senhoras, é por isso que na minha oração, todo dia, eu agradeço a Deus por esse homem existir.

Eu tenho 80 anos, eu trabalhei com os ingleses. Nunca vi a nossa ferrovia tão mal. Eu criei sete filhos. São a riqueza que eu tenho.

Gente, nem direito à saúde eu vou ter? Será possível que nem isso?

Acabaram com a nossa rede, nos deram um atestado de óbito que, talvez, só um homem igual ao Paim pode dar esse diagnóstico, gente. Nós estamos com um atestado de óbito na mão, que é o nosso Sesef. É o que garante a nossa saúde.

Ver esse quadro, gente, lamentavelmente, me chocou, porque nunca aconteceu isso. (*Palmas*.)

Eu vim aqui, nesta Casa, porque é a única esperança. Há seis anos nós estamos batendo à porta das autoridades para nos atenderem e, graças a esses quatro meses da Presidente Dilma, tivemos um encaminhamento e tenho esperança de que o ferroviário, amanhã, vai bater palmas e não vai só chorar, porque nós temos pessoas idosas que me perguntam: "Presidente, como é que eu vou ficar? Estou sem a minha saúde. Leva, lá em casa, um plano de saúde. Como é que eu vou consultar se o médico não me atende?"

Gente, vamos pagar isso, para que o ferroviário termine a vida dele contente.

O senhor, Paim, Deus não pode deixar o senhor em falta, porque o que o senhor tem feito para os velhos merece o meu respeito e a minha dignidade.

Gente, eu, ontem, falei com meus filhos: "Vou lá, em Brasília, buscar uma solução." Eu tenho certeza de que nós vamos levar, porque a Presidente Dilma... Hoje, nós temos uma Presidente mulher, que tem mais sensibilidade que um homem, e ainda acompanhada pelo Senador Paim, eu tenho certeza dessa solução.

São muitas as pessoas que vão ficar prejudicadas, Senador Paim, como os empregados do Sesef.

Eu nunca estive desempregado. Eu comecei a trabalhar com 11 anos e não parei. Com 11 anos de idade, porque meu pai faleceu e me deixou em um canavial. Eu, hoje, estou aqui sentado na Mesa do Senado. Eu já tive a oportunidade de almoçar com o Presidente Juscelino Kubitschek. Eu entrei com Nossa Senhora, aqui em Brasília, na inauguração, conduzida por um trem: Nossa Senhora da Aparecida. Eu estive ao lado de João Goulart, de Leonel Brizola, vim sair agora com Sarney... Gente, eu passei por esses homens todos! Eu nunca vi a estação do ferroviário virar. Passaram com o rolo compressor em cima de nós, francamente, um rolo compressor. Mas eu tenho certeza de que a mão de Deus e de alguns Senadores vão parar com esse rolo compressor, porque nós temos de ter aquilo que é mais sagrado: a alegria de viver depois de trabalharmos 35 anos, 40 anos. Nós temos de ter o direito de viver! E esse homem nos deu, através do Estatuto do Idoso, mas muita gente não está cumprindo com ele... Mas a gente, às vezes, faz cumprir, ao ir à polícia e levamos o Estatuto na delegacia, na 17ª DP...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem de fazer isso mesmo!

O SR. RAIMUNDO NEVES DE ARAÚJO – Então, gente, é isso o que nós queremos: ter uma ferrovia sadia, para que os funcionários de hoje vejam o exemplo do passado, porque não existe futuro sem passado. Se hoje estão aí, rodando na linha – esses trens –, é porque alguém começou e começou bem! No tempo dos ingleses, a gente andava com a locomotiva limpinha. O Barão de Mauá é um prédio onde comecei minha vida e ao ver ele todo sujo, todo imundo, todo entregue ao ferro velho, Senador... O Governador do Rio fez o Barão de Mauá um ferro velho... Então, isso magoa a gente. Uma casa que nos deu o sustento, a vida e nos ajudou a criar os filhos está jogada fora.

Então, isso, gente, é um abandono, um abandono de quê? Da personalidade das pessoas humanas. Sucata, a gente joga fora; mas a pessoa humana, não! A pessoa humana a gente trata com carinho, como Jesus Cristo deu a vida por nós. Não é possível que nós não vamos mexer com o coração dessa gente!

Senador, eu não fiz leitura nenhuma porque eu trago do coração. Trago para dizer ao senhor que vá em frente com a atitude do senhor; não recue, não. Eu sempre assisto ao senhor na televisão. Eu fico até meia-noite, assistindo ao Senado, assistindo à Câmara dos Deputados, vendo aqueles que estão trabalhando para gente, para ver aqueles que não estão só no grupo do Governo, porque nós elegemos o Senado e uma Câmara dos Deputados não para fazer Bloco de Governo, mas Bloco de povo, para defender o povo. Mas, infelizmente, a medida provisória que foi assinada, a 946, ela estava com emenda para não salvar o Sesef. Mas foram chamadas as lideranças do Governo lá dentro e, na hora h, mandaram limpar a medida provisória. Nós somos lixo! Naquela hora eu pensei que era lixo. Tirou a gente e liberou R$540 milhões para o esporte. O esporte vale mais que a saúde, para vocês verem onde nós estamos. Mas isso tem conserto, porque quando as pessoas estão morrendo, ainda aparece alguém para salvar a vida porque dá um diagnóstico positivo, compreendeu? Tem médicos bons para isso: aqueles médicos que trabalham com Deus, igual ao Paim e outros mais. Obrigado por tudo (*Palmas*.).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assistindo à TV Senado, mesmo aqui no Plenário, ouvi o Sr. Raimundo, poderia até dizer "O Dr. Raimundo", porque ele falou aqui com alma, com coração, com sentimento. E as lágrimas que caíram aqui, todos viram que foi um gesto do que ele está sentindo mesmo e fez aqui um exercício de cidadania, exigindo resposta por parte dos poderes constituídos. É uma situação grave, onde ele está pedindo somente o direito ao tratamento de saúde por tudo o que fez a este País; enfim, para a família ferroviária.

Neste momento, vou abrir a palavra a dois companheiros do Plenário. Um deles – que já me mandou aqui – é Osmar Rodrigues, Coordenador do Movimento de União dos Ferroviários. Então, passar a palavra ao Osmar e, depois, a outro companheiro que quiser se inscrever. Aí vocês decidem. Então, falem. Qual é o nome do companheiro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – José Fonseca. Então, mais um.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Rubens Craveiro**.**

O SR. OSMAR RODRIGUES – Senador, eu, como militante... Desculpe-me não falar "Sr. Presidente", essa coisa toda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode me chamar de Paim que está tudo bem.

O SR. OSMAR RODRIGUES – Eu acho, Paim, que a gente tem que bater com mais força nos nossos ordinários, pois, se a gente está hoje perdendo a ferrovia, foi porque pessoas fizeram opção por cargos dentro da ferrovia em detrimento da categoria. Se hoje nós estamos perdendo plano de saúde dos ferroviários é porque um grupo se encastelou lá, de 2003 a 2008, nomeado pelo Presidente Lula. Esse grupo tem participação na ação civil pública dos companheiros de Volta Redonda. É uma pessoa que vai chegar, bater nas suas costas e chamá-lo de companheiro. Chama-se Índio. Você conhece essa figura: Walmir de Lemos. Assim como também é quem joga no fogo os companheiros de Conselheiro Lafaiete. E é também quem joga no fogo os direitos do ferroviário dentro da Refer. É o mesmo grupo. É o mesmo grupo que estourou 120 milhões do plano de saúde dos ferroviários. É o mesmo grupo que faz tudo para estourar com a Refer.

Em 2007, eu estive aqui, com o Senador lá na frente e com 500 policiais ferroviários. Eu estava nessa comissão. Eu pedi para sair dessa comissão, que hoje é uma comissão vitoriosa, conduzida pelos policiais ferroviários, que acabaram de ter uma vitória grande na 527, na Câmara, e vão ter vitória aqui, porque temos o companheiro Paim, a Senadora Lídice, enfim, temos companheiros que realmente sabem que é um trabalho sério.

Quando eu resolvi denunciar esse grupo, em 2007, cheguei a achar, em um momento, que estava ficando maluco. Por que só eu via aquele pessoal? Por que só eu estava vendo aquilo? Aí o que eu posso chamar de companheiro, porque o Jorge Moura é um companheiro do MDB autêntico... Eu não votei nele. Na época, eu votei no Edson. O meu primeiro voto foi no Edson, não foi no Jorge Moura. Ele, simplesmente, é uma pessoa que foi para a ferrovia e conseguiu anistiar uma quantidade imensa de ferroviários. Eu sou anistiado político na mesma anistia do Lula. Recebi uma nova anistia nesta comissão atual. Em 35 anos de ferrovia, eu só tenho 12 trabalhados.

E esse grupo que fez essa miséria na ferrovia é o grupo que o Ministério Público bota aqui para a entidade sindical da Central do Brasil se ater de cometer atitudes contrárias aos interesses da categoria. Então, assim como a gente bate no patrão, nos nossos ordinários a gente tem que bater com mais força. Eu não posso deixar de vir a esta Casa e deixar de colocar o nome, Senadora, de elementos como o Sr. Walmir de Lemos, o Índio, que tem a coragem de chegar aqui, bater nas costas de companheiros de luta como o Senador Paulo Paim e a Senadora Lídice da Mata e chamá-los de companheiros.

Então, o que a gente tem que ter clareza é que, quando o Sesef hoje apresenta o empregado de 81 anos, esse empregado tem nome, sobrenome e uma história de luta. Chama-se Rafael Martinelli, o companheiro que esteve junto com Batistinha, Arides, Aristóteles, Tota, Dandão na greve da legalidade, que forçou a posse de João Goulart. Quando nós trazemos o Raimundo para cá... O Raimundo é Presidente da Mútua Leopoldina, é a associação mais antiga da ferrovia. Tudo o que nós temos de previdência hoje aí começou com a caixa de auxílio mútuo dos ferroviários.

Então, Senador, como eu sei que o companheiro é militante, e a companheira Lídice da Mata também tem disposição para chegar lá e falar assim: Senador Alfredo Nascimento, esse processo que está aí, cinco mil e qualquer coisa, tem que sair. Porque hoje, à noite, nós vamos estar na Casa Civil e, pela primeira vez, a gente consegue. A Casa Civil aceita o encaminhamento, mas a gente não consegue tirar da burocracia. Então, é pura burocracia, Senador, esse problema do Sesef. Para as pessoas que estão com domínio da caneta isso não representa nada; para nós, é a nossa vida.

Quando eu saí da comissão da polícia ferroviária para vir tocar esta luta é porque, no meu sentimento, eu não sou policial ferroviário apenas. Tenho o maior orgulho de ser policial ferroviário, mas eu sou ferroviário. Essa é a minha categoria. Essa é a minha luta. Os meus filhos não perderam qualidade de ensino para que agora eu me cale diante de absurdos como esse.

Então, junto com o companheiro Jorge Moura, com o companheiro Luiz Cláudio, com Raimundo, com Calegari, com Vitoretti, com Rozante, queremos, sim, uma atitude desta Casa, Senadora. Que se chame o Ministro Alfredo Nascimento, que se mostre aquele

quadro que vai ficar aí, para ele, da quantidade de pessoas que pagam até hoje.

Aos setenta e poucos anos, falar para a pessoa que ela não pode operar um tumor, porque o Governo colocou gente lá, no Sesef, destruindo dinheiro que era do ferroviário... Não levaram um centavo do Governo, um centavo do Governo, e, simplesmente, hoje 250 pessoas, 250 seres humanos, vão sair com a mão na frente e outra atrás, se não houver uma solução.

E essas pessoas, assim como o Rozante... O Rozante, hoje, é uma pessoa que tem filho na universidade com o trabalho do Sesef. Então, o que precisamos, Senador, Senadora, é um tratamento de atravessar a rua: ou ali para o Palácio ou ali para o Ministério dos Transportes. Mas é para vocês realmente tomarem para si essa responsabilidade e colocarem para o Ministro Alfredo Nascimento que não basta simplesmente lavar as mãos, porque esse sangue nunca vai sair da vida dele.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para que não fique nenhuma dúvida, Neomar, sei que não foi sua intenção, mas nem eu nem a Lídice da Mata conhecemos esse indivíduo de quem você falou.

Ele pode até passar por aqui, batendo-me nas costas, como recebo milhares, mas não sei... porque esse tipo de companheiro não chamo de companheiro e também não quero saber da sua história. Eu não conheço. E tenho o maior carinho pelos índios. Viva a nação indígena! Mas que os índios não sejam prejudicados por essa forma de atuação.

Eu queria convidar, agora, aqui – depois vamos para os encaminhamentos –, José Fonseca Santos, Gerente Regional do Sesef.

José Fonseca Santos... Não pode falar. É só apertar o botão e falar.

O SR. JOSÉ FONSECA SANTOS – Senador Paulo Paim, Senadora Lídice, quero ratificar e reiterar as palavras de todos, que foram ditas aqui. A primeira delas é a de que a medicina não tem preço, tem custo.

No início do mês, há uma previsibilidade de quanto se vai arrecadar, mas quanto vai custar cada cidadão não há como saber. A lista que o Dr. Jorge mostrou ali, a lista de Belo Horizonte, da Gerência, na qual estão algumas pessoas que estão aqui. Araguari pertence à Gerência de Belo Horizonte; Brasília, também. Então, a partir de hoje, a ANS, numa resolução, tem 20 dias úteis para liberar. Mas, nos últimos tempos, o que aconteceu? Hoje tenho um cidadão, um ferroviário, um colega nosso, que está, há 500 dias, internado em Montes Claros. Ele está em coma irreversível. No ano passado, infelizmente, foi a óbito um companheiro nosso de 92 anos, que ficou 1.275 dias internado. Essa conta ficou em R$700 mil.

Então, o que tem de acontecer? Tem-se de fazer algum movimento de maneira contundente e decisiva, que nós somos uma autogestão, assim como é a Cassi. Nós fazemos parte da Unidas, que é a União Nacional das Entidades de Autogestão. À Cassi o governo Lula deu socorro: foram R$150 milhões de uma vez, mais três pagamentos de R$50 milhões. A FioPrev recebeu R$180 milhões. O Plano do Senado Federal também faz parte. Houve uma mudança na participação, porque estava havendo algumas complicações. Ou seja, só não está havendo solução para o Plano do ferroviário, que é uma das últimas conquistas.

Igual ao que o Raimundo falou, a ferrovia existe hoje, porque lá atrás levou o progresso aos lugares a que somente ela podia levar. E esse progresso foi levado por meio de quê? De lágrima, de suor e até da vida de vários ferroviários. Não foi por acaso.

Vá ao Rio de Janeiro e pegue de Barra Mansa até Angra, aqueles túneis que foram feitos, locomotivas que estão lá embaixo, caídas, e não há mais jeito. Trabalhei na Rede. Eu e o Osmar fomos presidentes de conselho de participantes, aquele de que o Dr. Jorge falou. Eu, em Belo Horizonte, ele, no Rio, nós fazíamos parte do Conselho Nacional.

Eu e o Dr. Jorge ajudamos a implantar o Sesef, o Plansfer, por meio dos conselhos. Ele tirou a lei do papel e implementou, com o apoio dos ferroviários. Na época, nós, através das Cipas – fazíamos parte da Cipa da Rede Ferroviária; o Osmar estava no Rio de Janeiro, no órgão central, e eu na gerência de Belo Horizonte. E começou. E cada superintendência: a um era Recife; dois, Belo Horizonte; três, Juiz de Fora; quatro, São Paulo; cinco, Curitiba; seis, Porto Alegre; sete, Salvador; oito, Campos; nove, Tubarão; dez, Bauru; onze, Maranhão, Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza. A partir daí que se começou com aquilo que o meu colega Rozante colocou. Eu sou o Secretário-Geral da Associação, ele me sucedeu. Hoje não posso ter aquele prazer que foi um grande sonho meu, ser igual ao Senador Paulo Paim, andar com a faca na bota; tenho que andar com a faca no dente, porque cada dia é uma situação diferente. Ligo para ele: Rozante, pelo amor de Deus, me socorre aqui. "Não tem dinheiro." E esse não ter dinheiro é uma pessoa, um ferroviário sem atendimento.

Essa história que o Dr. Jorge falou, pensa bem o que ele fez: ele pegou o papel... Ele brigou com poderosos. A modéstia dele que não o deixou falar. Ele simplesmente enfrentou a MBR. Chegou e falou: "Vocês vão ter que pagar os 2% do frete". Ele chegou e enfrentou de peito aberto, como diretor da rede. E era

época de governo. Enfrentou e colocou dinheiro. Aí começamos a trabalhar.

Então, isso tem que ser resgatado. O trabalho que o Dr. Jorge fez, de 88 para 89, para implementar o Sesef, no qual ele cruzou o País, de norte a sul, de São Luis a Santa Maria, de Belo Horizonte ao Mato Grosso, isso não pode ser jogado em vão. E aquelas palavras do Rozante, eu as reitero e as faço minhas. Esta é uma Casa revisora, é uma Casa da isonomia, onde a igualdade tem que prevalecer. São três Senadores da República por cada Estado.

Então, nas mãos dos Senadores da República, em especial do Senador Paulo Paim, que conhecemos da Câmara pelo trabalho que fez, da Senadora Lídice e dos outros membros, temos certeza de que vocês saberão como conduzir no sentido de sanear o Sesef, dar uma solução. Vamos sanear o Sesef e ele vai ser revitalizado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – José Fonseca Santos.

Como último a usar a palavra, depois vamos para os encaminhamentos, vamos para o Sr. Rubens dos Santos Craveiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana.

V. Sª está com a palavra.

O SR. RUBENS DOS SANTOS CRAVEIRO – Perfeito. Senador Paim, em nome de quem saúdo toda a Mesa, demais presentes, autoridades, primeiro, eu gostaria de esclarecer que sou de São Paulo e o sindicalismo de São Paulo é um pouco diferente porque, até muito pouco tempo atrás, ele era estadual, só a partir de 1998 que foi acampada a Fepasa, no caso, pela Rede Ferroviária Federal e, logo em seguida, privatizada e depois disso mudou de nome quinhentas vezes, hoje é ALL.

Eu, particularmente, sou ferroviário de barriga. Quando nasci, meu pai já era maquinista. Sou ferroviário desde 1956; tenho uma carteira de trabalho só e uma porção de registros, porque a ferrovia mudou de nome uma porção de vezes.

O Jorge Moura citou um fato, na sua explanação, quando à unanimidade que ele conseguiu das entidades ferroviárias no apoio ao Plansfer. Verdade absoluta as suas palavras. Eu como diretor-procurador que sou da Federação Nacional também participei da reunião onde foi aprovado esse apoio e aconteceram alguns acidentes de percurso, que não é o caso de se levantar no momento, que acabaram dificultando a realização daquilo que havia sido aprovado. Na época, nós aprovamos que a Federação faria um convênio com o INSS, arrecadaria os valores correspondentes ao Plansfer e repassaria o Plansfer. Houve algumas alterações que eu efetivamente não saberia explicar as razões, mas, enfim, foi o que dificultou os acontecimentos. Posteriormente, talvez tenhamos tomado alguma decisão errada quando pretendemos descontar dos ferroviários aquilo que era repassado a eles já com o destino certo, mas, em função do equívoco de nomenclatura explorado pelo Governo, as coisas não puderam acontecer dessa forma. Acredito que, efetivamente, isso será corrigido, alcançando-se o objetivo, que é salvar o plano de saúde.

Nós sabemos bem: em São Paulo, lidamos com o mesmo problema, embora não com o Plansfer, porque fomos um daqueles que lutamos para substituir o Plansfer em São Paulo pela Unimed, por falta de atendimento e uma série de coisas que todos sabem o que é.

Hoje, temos efetivamente um atendimento muito bom – quando se trata dos ativos pela Unimed; quando se trata dos inativos, pela Intermédica. Hoje, efetivamente, por conta de um contrato que a Intermédica firmou com a CPTM, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, que depende da fiscalização sindical até o seu acontecimento, conseguimos daí extrair a "boa-vontade" deles, para que os inativos fossem beneficiados com um plano de saúde, num preço inferior inclusive ao que se paga pelo Plansfer hoje.

Enfim, vim muito mais com o objetivo de anotar para poder ver até onde poderia colaborar com a situação, mas os companheiros que nos precederam levantaram algumas questões que são muito importantes no âmbito geral do significado ferroviário hoje na sua luta sindical.

Ao Senador Paim, gostaria de dizer que só tenho uma queixa a fazer em relação ao senhor: é o fato de nunca ter-me dado oportunidade de votar em V. Exª, infelizmente. Eu gostaria e muito de poder votar porque o considero o que de melhor existe na política brasileira em benefício e em defesa do trabalhador. (*Palmas.*) E é um paulista dizendo!

Também aproveito a oportunidade para convocar os coveiros da ferrovia no Estado de São Paulo, que se chamam FHC, MC (Mário Covas), Geraldo Alckmin, o PSDB de modo geral. São os nossos coveiros.

Gostaria de fazer um alerta, Senador, aproveitando as colocações dos nossos companheiros sindicalistas: nós, em São Paulo, é a ALL. Costumamos dizer que é a ALL de cabo a rabo, porque só dá eles. No nosso caso, onde era ferrovia estadual, só dá ALL. Tudo isso que foi dito pelos companheiros aí é a verdade absoluta! Aliás, é pior do que isso. Em São Paulo, por iniciativa do sindicato que nós presidimos, fizemos denúncia: conseguimos juntar Ministério do Trabalho, Ministério Público, Polícia Federal, polícia estadual;

enfim, todas as autoridades constituídas, e conseguimos comprovar o trabalho escravo.

Tivemos gerente de empresa terceirizada preso, nós tivemos a responsabilidade solidária dos diretores da ALL...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para quem está assistindo, a ALL significa América Latina Logística.

O SR. RUBENS DOS SANTOS CRAVEIRO – Nós conseguimos lá a prisão em flagrante de um gerente, conseguimos fosse indiciada toda a diretoria da ALL. Em determinado momento, eu não saberia dizer com certeza se isso é verdade total ou não, mas talvez tivéssemos conseguido impedir a viagem do ex-presidente para o exterior, onde ia assumir um cargo, e estava proibido de sair do País em função desse processo.

Hoje, a ALL está primarizando novamente os seus trabalhos por força exclusiva dessa ação, que fez com que eles acabassem de vez com a terceirização e primarizassem um pouco. Então, hoje temos um exemplo vivo no Estado de São Paulo a respeito disso. Agora, eu gostaria, Senador, de contar com o seu apoio – e eu tenho certeza de que conto – numa situação que talvez passe um pouco desapercebida. Hoje, o maior adversário do sindicalismo brasileiro é o artigo 114 da Constituição Federal, oriundo da Emenda nº 45, que foi promulgada no governo do PT, o que é lamentável – eu lamento isso e já tive oportunidade de falar isso para o ex-Presidente Lula pessoalmente –, porque essa emenda nos obriga a ter a concordância das empresas para poder ajuizar um dissídio coletivo. Jamais se vai obter esse acordo de uma empresa, jamais. Todas as vezes em que se ajuíza um dissídio sem essa concordância, o TST, que hoje é 90% patronal – para ser otimista –, extingue o processo sem julgamento do mérito. Essa é uma realidade imbatível.

Nós saímos agora, recentemente, de uma greve no Estado de São Paulo, na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, greve de que o Brasil todo deve ter tomado conhecimento pela televisão e pelos jornais. Nós tivemos uma situação caótica para resolver, Senador. O Ministério Público entrou com uma ação, pediu liminar, o juiz concedeu, e nos obrigou a fazer trabalhar 90% do efetivo no horário de pico e 70% do efetivo fora do horário de pico. Eu pergunto a todos os presentes: há greve nessa situação, gente? Agora, se não obedece, R$50 mil por dia de multa, que logo em seguida foi elevada para R$100 mil e, em seguida, para R$ 200 mil.

É óbvio que nós não obedecemos à Justiça, nós fizemos a greve, fizemos a paralisação e estamos lá discutindo o pagamento da multa de R$50 mil por dia. Isso porque a greve não foi julgada abusiva. Eles julgaram o não-cumprimento da liminar, mas a greve foi julgada e não foi considerada abusiva. Nós conseguimos um resultado muito bom, mas que não vai vingar, porque eles vão recorrer ao TST, e o TST vai aplicar o que sempre aplicou: efeito suspensivo e, depois do efeito suspensivo, vai dar nada, vai cortar tudo, como faz sempre.

Então, isso tudo se deve ao artigo 114 da Constituição, que está na origem da Emenda Constitucional nº 45. Então, é necessário que se faça alguma coisa, Senador. E eu vou dizer uma coisa para o senhor sem nenhum medo de errar: passa necessariamente pelo senhor, não passará por nenhum outro político. Eu espero que o senhor consiga isso para a gente.

A situação de que o companheiro lá falou... Acho que você simplificou um pouco, você poderia ter falado muito mais, não é? Com certeza, você poderia ter falado muito, muito mais. É que, se a gente for falar 10% do que a gente precisa falar, Senador, 24 horas é pouco.

Agora, eu coloco à disposição dos senhores, se isso interessar, um fartíssimo material com todo tipo de denúncia que o senhor puder imaginar em relação à privatização, em relação às empresas. Nós temos tudo, tudo, tudo. Nós trabalhamos lado a lado com a Polícia Federal lá no Estado de São Paulo, denunciamos, fomos junto, acompanhamos, fomos em ferro velho apreender veículo ferroviário de aço inox, trem de passageiro que antigamente circulava com ar condicionado, com suspensão pneumática, e vimos tudo isso sendo cortado a machado. E tem muito mais do que isso, Senador, muito mais do que isso! Se o senhor quiser e puder, na hora em que o senhor quiser, estou disposto a vir a Brasília com um caminhão de documentos para o senhor.

Eu gostaria de ter esse apoio, porque é a primeira vez que tenho a oportunidade de falar com tanta gente perto. E o senhor não precisa de plateia não, o senhor trabalha no anonimato até. Aliás, se a gente tivesse pelo menos uns dez Paim, teria sido muito mais fácil a vida do trabalhador. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr. Rubens dos Santos Craveiro, meus cumprimentos por sua fala, muito precisa e muito tranquila. Saiba que todos os documentos que pudermos receber aqui na Comissão nós vamos tocar para frente, exigindo o respeito a esse setor tão importante para o desenvolvimento do País, inclusive para o desenvolvimento sustentável de que tanto se fala – aí a importância da ferrovia.

Mas deixe-me dizer que a denúncia que o senhor faz aqui sobre o art. 114 é uma preocupação minha há muito tempo; tenho tido esse cuidado. Já entrei com o projeto para revogar esse artigo que proíbe que se

possa instalar o dissídio coletivo sem a concordância do empregador. Veja em que ponto chegamos. Há um litígio, não houve entendimento, mas só posso pedir que a Justiça interfira se o empregador do outro lado concordar. Isso, de fato – e V. Exª tem toda a razão – é um absurdo.

Já tive debates sobre a minha proposta – que está tramitando na Casa e espero aprová-la – inclusive com setores da Justiça. E eles dizem que não é bem assim. Como não é bem assim? Infelizmente, é exatamente como o senhor está dizendo, o que confirma a razão do meu projeto. Já mandei pegar no gabinete o número da minha proposta – e vou anunciá-lo aqui – que acaba com o absurdo inserido na nossa legislação, como V. Exª coloca muito bem, para que o trabalhador tenha pelo menos o direito de, em não havendo acordo, fazer greve, se assim entender, e entrar com o dissídio coletivo.

Então, pode ficar tranquilo, pois a proposta já está tramitando na Casa há mais de dois anos e espero que o Congresso a aprove para resolvermos essa questão.

Uma segunda questão, para fortalecer a sua iniciativa: sabe quando entrei para mudar a legislação no que tange ao direito de greve, para garantir o pleno direito de greve a todo trabalhador, da área pública e da área privada? Sabe há quantos anos? Há 24 anos. Foi o primeiro projeto apresentado depois da Assembleia Nacional Constituinte, de minha autoria, e é o Projeto nº 1. Mas até hoje, infelizmente, o Congresso não aprovou. E por quê? Porque há pressões naturalmente – as tais forças ocultas – que não o deixam ser aprovado.

Esse Projeto nº 1 resolveria, de uma vez por todas, a questão do direito de greve tanto na área pública quanto na área privada.

Só esse complemento à sua fala.

O SR. RUBENS DOS SANTOS CRAVEIRO – (*Fora do microfone*.) enorme para saber a quem endereçar reclamações ou denúncias.

Costumo ligar uma metralhadora giratória, ou seja, mando para todo mundo; em alguém tem que acertar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está certo.

O SR. RUBENS DOS SANTOS CRAVEIRO – É o que estou fazendo.

A categoria dos ferroviários, com certeza, é uma das categorias que mais sabem se mobilizar no Brasil. Com certeza. Não tenho dúvida nenhuma nisso. Pelo histórico que tenho e pelo conhecimento que tenho da minha vida toda acompanhando o sindicalismo ferroviário, é a categoria que melhor se mobiliza no Brasil.

Ocorre que, hoje, as empresas não admitem a sindicalização, proíbem a sindicalização, demitem dirigentes sindicais, demitem ferroviários. Basta se associar ao sindicato e é demitido; basta passar perto do sindicato e é castigo iminente. Então, a situação é a seguinte: falta autoridade política no País para poder nortear essa situação.

O que está faltando efetivamente – e lamento dizer isso – nesta Casa de Lei é autoridade política para exigir que cada um cumpra o seu dever, que cada um exija o seu direito. E isso funciona maravilhosamente em qualquer lugar do mundo, só não está funcionando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para complementar, Rubens, para não ficar o dito pelo não dito. Há uma proposta de emenda à Constituição, a PEC nº 42, de 2005, ainda. Ou seja, está há seis anos – eu tinha dito dois ou três anos – tramitando na Casa. E essa PEC revoga esse artigo que só garante que o trabalhador entre com o dissídio coletivo a partir do momento em que o empregador concordar.

Também quero dizer que é difícil... Vocês podem dizer o que quiserem e estão apontando inclusive bons caminhos, mas não podem dizer que eu não tenha apresentado em projeto de lei para fortalecer o trabalhador. Apresentei projeto de lei, que foi aprovado no Senado, proibindo a demissão de dirigente sindical. Aprovei no Senado e está na Câmara. Nenhum dirigente sindical, em hipótese nenhuma, poderá ser demitido. Até os suplentes estavam sendo demitidos. Agora, parece que agora o Supremo está normatizando nesse sentido. Com esse projeto, eu acabo com a possibilidade de demitir qualquer dirigente sindical.

Entrei com outro projeto para regulamentar a contribuição assistencial, porque o Ministério Público do Trabalho se dá ao direito de retirar o prédio do Sindicato, alegando que ele não pode ter a contribuição do trabalhador, legitimamente decidida na assembleia. Se a assembleia decidiu, como é que para o empregador pode as decisões que eles tomam e recolhem como bem entendem? Desde que seja uma assembleia legítima, feita pela categoria, devidamente comprovada, seria um absurdo.

Enfim, iniciativa nós temos diversas. Eu gostaria de dizer – V. Exª e alguém aqui da Mesa falaram também – da importância da mobilização. Tem de haver essa pressão. Apresentar projetos oriundos principalmente do movimento sindical dos trabalhadores do campo e da cidade – está aqui o Senador Maldaner, nosso companheiro de longa jornada, a Senadora Lídice da Mata –, nós apresentamos. Ele mesmo apresentou um projeto recentemente para favorecer o trabalhador no ato da aposentadoria. O seu projeto é muito interessante.

Mas é preciso que a sociedade, os movimentos populares, os movimentos sociais façam aquilo que o Mandela pediu. Quando o Mandela assumiu a

presidência da África do Sul, ele acabou dizendo, em um estádio de futebol lotado de líderes populares: eu assumi a presidência, mas não achem que está tudo resolvido. Continuem pressionando, pressionando e pressionando tanto o Legislativo quanto nós do Executivo, como o Judiciário, para que as demandas do povo sejam efetivamente atendidas.

Então, V. Exª está coberto de razão. Estou concordando. Concordo inclusive com todos que falaram aqui. Ninguém aqui, no meu entendimento, disse uma frase que não estava dentro do contexto. Quero dar meus cumprimentos, antes de ir para o encaminhamento, ao Rubem dos Santos Craveiro, pela sua fala, ao Osmar Rodrigues. Lembro-me de que, um dia, você estava com mais de 500 da polícia ferroviária, recebi um troféu, que está no meu gabinete, com muito orgulho até hoje, pelo trabalho que fizemos juntos. É uma luta permanente, que continua avançando. Que bom ver você, que cumpriu um papel fundamental lá, está cumprindo esse papel aqui. Queira Deus que trabalhemos para sermos vitoriosos da mesma forma que você foi naquele momento importante da nossa história. O José Fonseca Santos, que também usou da palavra aqui, fez um relato importantíssimo, pelo qual tenho total concordância. Quero cumprimentar as Senadoras Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Marinor Brito, os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Casildo Maldaner, um do que ajudou a organizar este evento. Quero também, com muita satisfação, cumprimentar todos os painelistas pela forma com que fizeram sua exposição. A melhor forma de homenageá-los é permitir que cada um faça suas considerações finais, por três minutos. Depois, pedirei encaminhamento ainda. Faço questão de que usem três minutos cada um. Vamos começar com o Luíz, que está lá na ponta.

O SR. LUIZ CLÁUDIO BARBOSA – Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, quero fazer um pedido à Senadora Lídice da Mata a respeito do sistema de transporte metropolitano de Salvador. É um problema grave que está beirando a barbárie. Sei que V. Exª tem conhecimento e tem acompanhado, em nome da nossa Federação, em nome do Sindiferro, o sindicato Bahia e Sergipe, que os companheiros nos pediram que os Senadores do Estado da Bahia tentassem, junto ao Governo Federal, definitivamente o retorno do sistema de transporte – como a senhora conhece demais essa matéria – à esfera federal. É um absurdo contrariar a lógica de transporte, um transporte que foi federal, como toda a CBTU ainda é hoje, e o Estado lá, na Bahia, passou exatamente para o Município e tem todos os tipos de problemas. Então, eu estava ansioso até pelo seu retorno, pelo retorno de V. Exª, para que nós possamos fortalecer esse pedido junto ao Governo Federal.

Com relação ao nosso Sesef-Plansfer, com relação, inclusive, ao que o Craveiro levantou, eu levantei, na verdade, Craveiro, com relação à mobilização, eu digo com relação ao plano de saúde, porque, na verdade, ele enfoca hoje uma grande quantidade de aposentados. Mesmo o plano, e o diretor sabe disso, é um plano, inclusive, que pode crescer muito, até porque a própria CBTU, que gira em torno de 10 mil pessoas, podia estar dentro do plano de saúde. A CBTU, que é a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, que tem quase 10 mil pessoas hoje no Brasil, podia estar dentro do plano também. E, aí, é preciso que o plano dê um salto de qualidade, que vai ser dado, eu tenho certeza disso, vai ser dado um salto, vão ser dadas as saídas para o plano, para que na verdade a CBTU possa vir para dentro do plano.

E com relação a toda a nossa esperança, eu só queria finalizar usando uma frase conhecida nossa, do movimento sindical, porque quando dissemos que há uma dificuldade de mobilização, também há uma grande riqueza: quando a gente, que é dirigente sindical, está indo a uma caminhada e a gente olha e vê um companheiro desses perseguido, preso político, o companheiro Raimundo, a gente sabe que a gente está na metade da caminhada. Pelas nossas idades, a gente está na metade da caminhada.

Então, eu queria dizer para as pessoas o seguinte: que essa categoria, esses caras enrugadas, como diz o pessoal, foi a única categoria que não queria mas derrotou o Governo na questão da derrubada da Medida Provisória nº 246. Isso aqui em 2006, na Câmara Federal, nosso Parlamento brasileiro, a categoria ferroviária organizada, inclusive, com uma grande estrutura pelo sindicato da Bahia, que contribuiu junto com outros sindicatos, nós conseguimos derrotar. E que ninguém ouse duvidar da capacidade de luta da classe trabalhadora Luiz Inácio Lula da Silva!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Luiz, que lembra a importância da mobilização permanente na busca dos nossos direitos.

Passamos a palavra, neste momento, ao Raimundo Neves de Araújo, que já fez aqui um belo pronunciamento, para as suas considerações finais durante três minutos.

O SR. RAIMUNDO NEVES DE ARAÚJO – Srs. Senadores, meu povo, minha família, obrigado por vocês estarem aqui. Obrigado a essas pessoas que falaram, porque mostraram que ainda existe coração. Nós temos muitas pessoas que são aleijadas porque não têm coração e, se têm, está vazio porque ao ver

esses velhinhos com fome... E, há pouco tempo, enterrei um companheiro de muita amizade, ele morreu no meu colo, dando massagem no peito dele; ele morreu de enfarto. E outro, que eu tirei do Hospital Iguaçu, estava há 12 dias com um fêmur quebrado, sem uma injeção. Gente, isso tudo é obra de Deus, porque ele me mandou fazer. Estou aqui para fazer, porque estou aqui com o dinheiro deles, eu tenho que representar bem, porque eles estão pagando para eu estar aqui.

Então, Paim, eu tenho que falar a verdade, porque o senhor é um homem de nossa amizade também.

Sr. Senador, muito obrigado pela sua atenção. Espero levar daqui uma esperança, eu tenho certeza de que vou levar daqui uma esperança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas*.)

Muito bem, Sr. Raimundo, que virou quase um símbolo desta reunião de hoje, pela forma emocionada como fez do relato.

Com a palavra o Sr. João Calegari Morais, nosso líder sindical.

O SR. JOÃO CALEGARI MORAIS – Bem. Companheiro Paim – dizendo assim, com todo o respeito ao nosso Senador –; companheiros que aqui estão e viajaram a noite toda, que voltem, com certeza e com a mesma esperança da audiência que nós tivemos na Câmara. Acredito que está na mão certa, acredito no Senador, que não é mais do Estado do Rio Grande do Sul, como foi colocado pelo companheiro Craveiro; ele é um Senador do Brasil. E todo o Brasil gostaria, assim como o Craveiro – já ouvi isso na Bahia, em vários eventos; já ouvi em todos os Estados Brasileiros... E o companheiro Paim esteve num evento do sindicato, no ano passado, num aniversário da entidade, onde tinham vários companheiros de vários Estados, que também fizeram essa homenagem. Eu digo homenagem, mas seria um gosto dos companheiros, dos sindicalistas, do povo brasileiro de votar no companheiro Paim, seja para o Senado, seja para um futuro grande para este País.

Agradeço à Casa pela recepção, pelo momento, pela oportunidade, que não é sempre, como todos colocaram aqui. Eu, como trabalhador de linha, oriundo da via permanente – os companheiros ferroviários sabem o que é ser um trabalhador ferroviário da via permanente –, ingressei em 1985, como trabalhador braçal, tenho até hoje o registro na minha carteira, com muito orgulho, assinada como trabalhador braçal. Neto e filho de ferroviário, como muitos colocaram aqui, e estar nesta Casa diante da pessoa do Senador Paulo Paim é emocionante.

Então a gente se emociona, de resistir na primeira fala, mas fica complicado encerrar e acreditar que as coisas, realmente, vão acontecer.

O companheiro Lafaiete foi muito feliz, pois eu digo que o dossiê deveria não ser entregue ao Senador Paulo Paim – não por motivos... com certeza ele vai ser entregue, porque o Senador vai dar o encaminhamento necessário –, mas sim à Polícia Federal, pela forma como a ferrovia se encontra, pela forma como as concessionárias todas – bem colocado pelo companheiro – agem mediante o trabalhador, agem mediante aos sindicalistas; e conosco lá não é diferente. E vou citar só um fato: para se fazer uma assembléia, dentro da empresa, se tem que passar o cronograma 30 dias antes do local que tu vais visitar. E lá se tem 20 minutos. E fica um supervisor ao lado para dizer: Olha, encerrou os teus 20 minutos, Calegari, que tu tinhas para falar com os teus companheiros, apresentação da pauta.

Quando não tem um funcionário da área de segurança e que não é mais o companheiro Osmar, que não é mais a nossa polícia ferroviária – e está aqui o Osmar –; e temos ex-companheiros que ficam até com vergonha, mas que hoje trabalham na Gersepa; no caso da LL trabalham na segurança da empresa, e que ficam ao lado do dirigente sindical até para escutar se ele vai falar mal da empresa, porque é difícil não falar. Nenhuma concessionária é uma Brastemp; não vamos chegar nunca a ser uma Brastemp. Como a nossa rede ferroviária não é uma Brastemp, ele chegou ao fim. Vamos ser claros, tínhamos defeitos, mas não para chegar ao ponto em que chegamos.

Então, companheiro Paim; companheiro Jorge Moura, meus parabéns por essa luta que, com certeza, vamos chegar ao objetivo. Eu me espelho muito nessas lutas do tipo da do Jorge Moura, em prol da categoria, em prol de uma entidade, como eu também faço, da qual eu represento no Rio Grande do Sul; ao companheiro Raimundo, que está representando todos os ferroviários a nível de Estado, todos os aposentados – e a gente ficou também emocionado com a fala do Raimundo –, mas dizer aos companheiros que nós não vamos desistir.

Acredito, sim, na mobilização, assim como o companheiro Luiz Cláudio falou aqui, lembrando bem da Medida Provisória nº 246, que quando se quer, quando se movimenta, o trabalhador vai, independentemente de estar ativo ou aposentado. Sobre o ativo – e vamos falar claro, não é companheiro Craveiro?, que tu não tiras o ativo, realmente, lá da LL, assim como o companheiro da MRS não tira de dentro, para qualquer movimento de rua.

Nós contamos, sim, com os companheiros aposentados, assim como estão trazendo aqui os companheiros. E nós, lá do Rio Grande do Sul, não é diferente. Nós tivemos lá, Senador, o lançamento no dia 15, quarta-feira passada, da Frente Parlamentar Estadual em Defesa da Ferrovia do Rio Grande do Sul, em que vai fiscalizar, vai pedir – já está sendo pedido, como aconteceu aqui com a Frente Parlamentar – para uma CPI sobre o contrato de concessão das concessionárias. E o Estado do Rio Grande do Sul está sim parceiro nisso, e os nossos Deputados tiveram mais de 40 assinaturas, quase 90%, da Frente Parlamentar. Foi meia dúzia que não assinou, por motivo de não estarem lá no momento para assinar. Então foi unânime, Senador Paim, para a assinatura da Frente Parlamentar gaúcha.

E já está previsto para agosto um evento grande, com a participação do nosso representante federal, que é o Jerônimo Goergen, Vice-Presidente da Frente Parlamentar. E, com certeza, Senador Paim, V. Exª vai receber um convite e vai fazer um esforço para lá estar.

Agradeço a Casa, agradeço ao Senador por este trabalho. E não desista, tenho certeza de que não vai desistir. Aos companheiros do Senado, como o Senador Casildo, que aqui estão presentes, que fizeram suas falas e foram sensíveis a situação do ferroviário, não só a situação do Sesef, mas uma situação da Refer que foi colocada. E nós amanhã, ou daqui a 3 anos, 4 anos, estaremos pedindo ao Senador Paim também um movimento em prol da defesa da Refer, que é a complementação ou a suplementação do salário do ferroviário aposentado.

Obrigado a Casa, obrigado ao Senador Paim. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao João Calegari Morais pela sua luta permanente. Eu acompanho o teu trabalho lá no nosso Estado e sei que tudo o que você está dizendo aqui é fruto da tua realidade, do teu enfrentamento em defesa da família ferroviária.

Passamos, agora, a palavra para o Carlos Antônio Vitoretti.

O SR. CARLOS ANTÔNIO VITORETTI – Concluindo, eu queria agradecer a Casa, a Comissão pelo apoio que estão nos dando. E que esse apoio seja fiel aos anseios dos ferroviários.

Aproveito para dizer, também, ao companheiro Craveiro que a nossa luta lá contra as terceirizações é uma luta grande, já entramos com processo, e já estão também... Na verdade, eles não estão, pelo PND, que é o nosso Plano Nacional de Desestatização, cumprindo nada; eles não cumprem nada. As operadoras privadas da ferrovia, na verdade, não cumprem nada do que foi acordado; eles estão acima da lei, estão acima de todos os contratos feitos.

Agora na MRS entrou um presidente novo, assim que a gente faz a denúncia, ele tentando corrigir aqui e ali, mas continua do mesmo jeito, com trabalho escravo.

Aproveito também para dizer aos companheiros o seguinte: esses ventos que já sopram aqui na América do Sul (Venezuela, Bolívia, Paraguai, quiçá no mundo), eu acho que para resolver o nosso problema, nós contamos com a Comissão. Mas teria que ser mesmo como foi no passado: uma revolução operária, porque está difícil de engolir a ganância capitalista.

Enfim, agradeço a todos, aos companheiros que nos abrilhantaram com as suas falas, e pedimos socorro para o plano dos ferroviários, do Sesef; socorram aos ferroviários no que diz respeito à CLT, porque precisamos de mudanças, pois chegam a confundir tração com equipagem, porque uma coisa é diferente da outra: tração é aquilo que vai à frente, é aquilo que está lá no comando dos comboios ferroviários; e equipagem são aqueles que foram extintos (os chefes de trens, as camareiras). E as operadoras aproveitam desse artifício por ser uma coisa par na CLT, porque entender de ferrovia é muito difícil. Então, o que é que ocorre? Coloca esse pessoal que, na verdade, é tração como equipagem de trem. Aí aplicam isso à Categoria C, quando, na verdade, é Categoria B.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Carlos Antônio Vitoretti, pela sua exposição, o dossiê que traz e a denúncia, inclusive, de trabalho escravo.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Antônio Machado Rozante, para os seus três minutos. Em seguida o Jorge Moura encerra, em nome dos painelistas, e aí nós vamos para os encaminhamentos finais.

O SR. ANTÔNIO MACHADO ROZANTE – Senador Paim, eu queria agradecer, de coração, pelo espaço que foi dado aqui ao Sesef, por vocês nos terem recebido aqui, Srs. Senadores. Mas eu queria agradecer muito, também, aos funcionários do Sesef, que estão trabalhando agora, pela garra que eles têm, pelo respeito ao idoso que eles têm, pelo trabalho; sou muito feliz lá com o pessoal, eu gosto muito da turma com a qual trabalho. E conheço o problema de muita gente lá, carrego às vezes a dor deles comigo. Mas eu não posso, às vezes, fazer nada, eu só posso dar uma palavra de ânimo, de otimismo e dizer a eles: vamos ter fé, vamos confiar na liderança que o problema do Sesef vai ser resolvido.

Senador Paim, tem uma frase daquele samba que eu falei para o senhor. Vou voltar aqui, que diz respeito ao idoso, e que diz assim: “Sou feito vinho, também

tenho o meu valor. Quanto mais o tempo passa, mais apura o meu sabor."

Esse é o idoso deste país. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Antônio Machado Rozante! (*Palmas*.)

O Senador Casildo Maldaner está conosco e ele irá usar da palavra no encerramento.

Agora, passo a palavra ao Jorge Moura.

O SR. JORGE MOURA – Bem, na qualidade de Diretor-Executivo do Serviço Social da Estrada de Ferro, eu quero agradecer penhoradamente a esta Instituição Republicana, que é o Senado Federal, nas pessoas do Senador Paulo Paim, que, sem dúvida alguma, é um exemplo de homem público do nosso país. Como disse o Craveiro, bem poucos, talvez nós tenhamos uns dez Paulo Paim, Casildo Maldaner, Lídice da Mata e Luiz Henrique da Silveira, que foi meu colega Deputado Federal, um grupo autêntico do MDB, companheiro que era também Deputado –, e é bom que se diga que Luiz Henrique, e vou agradecer depois a ele também pela ajuda que ele me deu, é o mais brilhante da nossa geração, porquanto ele foi Prefeito de Joinville, se não me engano, algumas vezes; foi Governador de Santa Catarina, duas vezes; foi Deputado Federal; foi Ministro da Ciência e Tecnologia; e agora vem engrandecer o Senado Federal, se ombreando com todos os companheiros Senadores, aqui presente, representando Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Casildo Maldaner foi Governador também.

O SR. JORGE MOURA – O Casildo foi Governador também?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi. E fez uma atividade belíssima lá. Inclusive eu estive com ele lá para um evento, com mais ou menos 10 mil pessoas, não é?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É.

O SR. JORGE MOURA – Enfim, nós temos aqui uma elite política que, sem dúvida alguma, abrilhanta o nosso país.

Quero agradecer aos companheiros Antônio Rozante, Carlos Vitoretti, Luiz Cláudio, João Edacir Morais, nosso companheiro Raimundo, nosso companheiro Osmar, José Fonseca, o Rubens Craveiro e, rapidamente, dar um esclarecimento:

Naquela luta em que houve uma grande unidade em torno do acordo 2008/2009, aquela cláusula para socorrer o Sesef/Plansfer, que você muito ajudou, ela foi assinada, e ela vale no caso da rede para os ativos e para os inativos, só que nós fizemos o convênio com a federação no dia 6 de janeiro de 2009. E o Convênio INSS/Federação e, depois, o Convênio Federação/Sesef. Nessa composição nós não podemos receber o recurso, porque só com autorização individual – está na lei do Regime Geral da Previdência – de cada aposentado.

Então nós não logramos êxito. E aí partimos para as medidas provisórias, e estamos aqui ainda hoje, há dois anos e seis meses, lutando desesperadamente para manter de pé o emprego dos companheiros do Sesef e o Plano de Saúde dos Ferroviários.

Eu queria fazer um apelo final no sentido de que a salvação do Plansfer está no Governo. E quero também declarar, com muita ênfase, que o plano de saúde nosso é de autogestão, sem patrocínio; não tem dinheiro público no nosso plano de saúde. Quem banca o nosso plano de saúde é a boleta que o ferroviário recebe, e aí ele vai ao Banco do Brasil e paga.

O que houve foi um desnivelamento, pois nós tínhamos uma reserva técnica de 33.447 Notas do Tesouro, que estavam no Banco do Brasil, Agência Saara, na Rua Buenos Aires, e foi dilapidada, foi consumida de forma criminosa – e que está sendo objeto de processo-crime na 7ª Vara Federal Criminal –; e com o esgotamento dessa reserva, desequilibrou o plano completamente, o plano ficou desequilibrado.

Na nossa concepção, o Governo – e quero aqui declarar que sou homem do Governo, fui nomeado pelo Governo, votei na Presidente Dilma, fiz campanha para o Governo, porque sou filiado ao PMDB. Mas muito mais filiado ao MDB antigo, pois sou daquela cepa do MDB antigo: do velho MDB de Ulysses, de Tancredo, Nelson Carneiro, Franco Montoro, etc. –, mas nós precisamos que o Governo reponha essas Notas do Tesouro. Nós não vamos ficar, Senador Paim, permanentemente de pires na mão pedindo dinheiro não, porque é uma questão de gestão. E os companheiros ali colocam bem: o recurso do plano de saúde você sabe quanto entra, mas não sabe quanto gasta. Mas se for bem administrado, competentemente, com acompanhamento, com seriedade, com os conselhos locais, regionais e nacionais dá para se fazer um bom trabalho. Sempre deu para fazer.

Então o que houve foi que desequilibraram o plano, uma gestão que passou por lá, de 2003 a 2008, e dilapidou as nossas reservas técnicas.

Eu não vou aqui mencionar nomes, não cabe aqui, vamos manter a elevação do padrão ético deste debate, que é de alto nível, mas olhar para o futuro; não é olhar por trás, nós não vamos entrar pelo retrovisor. Nós vamos olhar para frente.

O nosso processo de reposição das Notas do Tesouro está no Ministério dos Transportes. Hoje à tarde irei para uma reunião lá, levando... Eu já levei a relação das dívidas do Sesef ao Ministro Alfredo Nascimento,

ao Secretário Executivo Paulo Sérgio; estivemos com o Gilberto Carvalho na semana retrasada; estivemos com o Feijó. Enfim, nós estamos fazendo uma articulação que tenha apoio – e aí precisamos do apoio do Senador Paulo Paim, do Senador Casildo, da Senadora Lídice, da Senadora Grazziotin, de todos os Senadores – no sentido de mostrar ao Governo, embora saibamos que estamos vivendo um momento de cortes nos gastos públicos; mas 80 milhões não são os recursos para salvar o plano de saúde dos aposentados – e está aqui o pessoal de Araguari que mantém o plano de saúde lá em Minas, pagando o seu boleto e buscando o ressarcimento desse pagamento no atendimento do plano de saúde.

Eu quero aqui fazer um apelo aos Senadores e ao Senado para que se envolvam diretamente nesta questão, inclusive com as Ministras Gleisi Hoffmann e Ideli Salvatti. E a Ministra Gleisi Hoffmann, que ainda não era Senadora, era esposa e militante política no Paraná, e é esposa do Ministro Paulo Bernardo, muito nos ajudou para colocar a cláusula dos R$60,00. Foi muito importante, naquele momento, a ajuda que ela deu, as trocas de *e-mail*, o contato permanente, as reuniões com o companheiro Baltazar, companheiros de associações lá do Paraná.

Então está faltando fechar esse circuito no sentido de viabilizar esses recursos. E prometo aos companheiros que será só esse aporte que é para recompor, restaurar a reserva técnica do Sesef/Plansfer, que é o que dava o equilíbrio econômico-financeiro ao nosso plano.

Quero agradecer a todos pela atenção. Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Jorge Moura, Diretor Executivo do Serviço Social da Estrada de Ferro, que mostra todo o esforço que está fazendo para salvar o nosso plano e o emprego dos funcionários do Sesef.

Eu quero, antes de fazer a minha fala final, que é extremamente simples, mas que tem de ser feita, passar a palavra ao nosso Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Senador Paim.

Vou pegar carona do Jorge Moura, porque eu fiquei matutando, quando ele fazia sua exposição, no sentido de tentar equilibrar, pois foram lapidadas aquelas Notas do Tesouro, aquelas garantias, no sentido de se fechar isso, talvez já esteja se fechando. E isso nos deixa sensibilizado. E fechando esses valores, para equilibrar o plano, eu diria que sem prejuízo a Justiça continue analisando, para apurar as responsabilidades daqueles que dilapidaram. Naturalmente que isso ajuda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dilapidaram ou roubaram?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Coisa que o valha, não é? (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou entendendo a sua elegância.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Acho que...

O SR. JORGE MOURA – Eu tenho respondido a todos os ofícios que a Polícia Federal me manda. Eu já tenho mais de vinte ofícios para responder; os itens eu os respondo todos. Mas o processo está atualizadíssimo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E quem sabe, a Justiça até decidindo buscar os responsáveis, daquilo que tem de recuperar, o Governo ficaria até com direito de ressarcir. Seria para proteger uma classe muito social à tese.

Eu quero deixar aqui o meu abraço aos senhores que participaram deste debate. Eu senti pela exposição que fez o Sr. Raimundo que ele foi muito comovente, eu senti isso. Diversos outros que viajaram à noite para amanhecer aqui, com todos os seus dramas, e aqui chegam representando as categorias, eu vejo as responsabilidades que eles têm: são pessoas que estão lá nas bases, que estão sentindo isso, que estão vivendo isso; e os senhores se deslocam de longe para representar esse pessoal que, naturalmente, quer uma resposta. Ou seja: "Estamos indo a Brasília, na volta conversaremos, essa coisa toda. O Paim nos chamou, o Deputado Jorge Moura agendou uma audiência pública...".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então fica todo mundo esperando o encontro nas suas bases; faz uma reunião depois, sem dúvida alguma.

Agora, de tudo isso, eu quero dizer que estou junto em que eu puder colaborar, em que eu puder ajudar. O Senador Paim é um grande líder, alguma coisa de insofismável, como eu disse no início aqui. Eu até recordo rapidamente, não me canso de dizer, até porque muitos que está aqui são representantes de aposentados: houve em Santa Catarina, há uns dois meses, o Encontra Nacional de Aposentados, lá em Nova Trento – Nova Trento é a cidade onde está Madre Paulina; aliás, hoje não é mais madre, é santa. A primeira santa do Brasil. É a Santa Paulina, lá de Nova Trento. Lá tem um grande santuário; se alguém conhece, lá é grande. E havia milhares e milhares de pessoas, mais ou menos 10 mil pessoas num encontro que tivemos lá dos aposentados do Brasil inteiro. E

isso na Santa Madre Paulina, em Nova Trento, que fica perto de Tijucas, perto de Itajaí, perto de Florianópolis, mais ou menos, a uns 200 quilômetros da capital. Mas uma verdadeira romaria que se fez lá, do Brasil inteiro, de aposentados. E anunciou-se que o Paim iria lá. Quando soube que o Paim iria lá, eu fui atrás. E fui seguindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele me recebeu lá.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu cheguei lá... E quero contar para os senhores que os representam.

Eu cheguei lá e o Paim, que não é catarinense, é gaúcho, mas é do Brasil inteiro, quando falavam de Santa Madre Paulina, tudo bem; mas quando falavam do Paulo Paim parecia que ia cair a casa, era uma loucura, o santuário virou uma festa. (*Risos*.)

Então eu trago este depoimento, porque fui testemunha disso lá. Foi uma loucura. Aplaudiram muito mais Paulo Paim do que a Santa Madre Paulina! É verdade! Eu senti isso lá no santuário. E é bonito isso.

Eu quero deixar este depoimento, porque não me canso de repetir, porque os senhores representam o mais humilde, representam os que precisam. E o que eu puder colaborar, eu estarei junto nessa grande caminhada.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Casildo Maldaner, gentil como sempre, e um defensor de todos, eu diria. Um Senador que também só de Santa Catarina, mas é um Senador do Brasil. E Santa Catarina deve ter muito orgulho disso.

Mas, permitam-me que eu termine rapidamente.

Acho que o encaminhamento que a gente pode fazer aqui é: primeiro, eles já me informaram aqui que vocês vão ter uma conversa hoje com o Luiz Alberto. O Luiz Alberto é um grande quadro, ele ajuda muito, eu o conheço pessoalmente. Se vocês me permitirem, eu vou dar uma ligada para o Luiz Alberto assim que terminar esta reunião, relatando o que aqui aconteceu no sentido de mostrar todo o nosso apoio a esse movimento, e uma solução que atenda aos interesses, tanto do plano como dos funcionários, que poderão perder o emprego.

O Luiz Alberto deve estar assistindo o programa, porque ele acompanha tudo, pois ele é muito competente e eu falarei com ele.

Além disso, pelas denúncias que foram colocadas – eu dificilmente vou a ministério, eu não sou muito de ir a ministério, tento fazer o meu trabalho aqui, tudo bem, telefonar, abrir portas –, mas quem tem que advogar dentro de ministérios são os envolvidos diretamente na questão. Eu não deixo de participar de forma indireta. Mas eu tenho que também dizer para vocês – e o Senador Maldaner vai concordar – que nós não temos a caneta. Eu sei da esperança que vocês depositam, nós vamos dar todo o apoio político, mas a decisão final acaba sendo do lado de lá.

Em muitas situações houve bons resultados. E nós esperamos que nessa também, com a fé que foi demonstrada por todos, inclusive pela Santa Paulina, de que nós vamos conseguir mais uma vitória.

Vou marcar uma audiência com os Ministros Alfredo Nascimento e Carlos Luppi. E vou acompanhá-los nas duas audiências, com o objetivo de tentar ajudar e a resolver, inclusive, essa questão do trabalho escravo e nessa questão do plano de saúde, que passa também pelo Alfredo Nascimento. Porque foi falado aqui pelas planilhas que vocês mostraram.

Acho que com esses encaminhamentos nós estaremos dando mais um passo na busca da solução, tanto na melhoria das condições de trabalho dos nossos ferroviários, olhando para os aposentados e pensionistas, e também para os funcionários do nosso plano, que poderão ser demitidos, se nada for feito.

Acho que com esse encaminhamento a gente ajuda e estamos inteiramente à disposição. Se for preciso fazer outra audiência pública, nós faremos, com certeza absoluta.

Ok meus amigos?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerra a audiência pública. Meus parabéns a todos vocês! (*Palmas*.)

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos, do dia cinco de julho de dois mil e onze na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença do Senador Eduardo Amorim e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Re-

gistra presença o Senador Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, registra a presença dos Senhores José Antônio Bacchim, Prefeito da cidade de Sumaré/SP, Vilson Ribeiro Amaral, Assessor de Relações Institucionais da Prefeitura de Sumaré/SP, Jesuel Pereira, Secretário Municipal de Habitação da Prefeitura de Sumaré/SP, Carlos Donizete Borges, trabalhador da fábrica Flaskô; da Senhora Neusa Rossique de Lima Carvalho, Presidente da Associação da Vila Operária da cidade de Sumaré/SP; dos alunos de judô do Projeto Escola da Fábrica da Flaskô; do Movimento de Trabalhadores Desempregados – MTD, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, da Associação Vila Operária e Popular, Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, Grupo de Teatro CASSANDRAS, Sindicato dos Ferroviários de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A Presidência também registra moções de apoio à Flaskô enviadas por e-mail: de Carlos Castro – Membro do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores de SC, de Péricles de Lima - Presidente da CUT Regional Zona da Mata/MG, de Fernando G. V. Prioste - Assessor Jurídico - Terra de Direitos e do professor Tarcisio Praciano Pereira. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar da situação das fábricas administradas por trabalhadores, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores participantes: Paul Singer**,** Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Angelo Giuseppe Povoleri Fuchs**,** Chefe do Departamento de Economia Solidária da Área Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Representante do Presidente do BNDES, Senhor Luciano Coutinho; João Henrique Barbosa da Silva**,** Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas/RS – CTMC; Pedro Alem Santinho**,** Coordenador do Conselho da Fábrica FLASKÔ, de Sumaré/SP; Alexandre Tortorella Mandl, Advogado do Movimento das Fábricas Ocupadas; Remígio Todeschini, Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional da Secretaria de Políticas de Previdência Social, Representante do Ministério da Previdência Social – MPS; Paulo Jorge Zeraik, Secretário Chefe de Gabinete da Prefeitura de Sumaré/SP. Justificaram ausência os seguintes convidados: Fernando Francisco Valentim, Presidente da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG; Adriana Queiroz de Carvalho, Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011 – CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da Integração da América do Sul: A defesa do emprego no contexto da crise mundial, dia 02 de agosto de 2011. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim**. Resultado:** Aprovado**. ITEM 2 - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011 – CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da Integração da América do Sul: A defesa do mercado interno no contexto da crise mundial no dia 6 de setembro de 2011. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Paulo **Paim**. **Resultado:** Aprovado**. ITEM 3 - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011 – CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da Integração da América do Sul: A perspectiva das mulheres e da juventude no contexto da crise mundial. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim**. Resultado:** Aprovado**.** Usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da 7ª Reunião de 2011.

Aqueles que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública para tratar do tema “situação das fábricas administradas por trabalhadores”, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011, de iniciativa desta Presidência e de outros Senadores e Senadoras.

Enquanto nossos convidados estão chegando, aproveito este momento da nossa Comissão de Trabalho e Previdência para lembrar que, domingo próximo passado, nós lembramos o aniversário de 60 anos da Lei Afonso Arinos. Então, abro esta reunião lembrando que celebramos o aniversário de 60 anos dessa lei, transcorrido em 3 de julho, domingo passado; lei que levou o número de 1.390, foi sancionada em 3 de julho de 1951, leva o nome do seu autor, o saudoso jurista, político, professor, ensaísta e crítico brasileiro Afonso Arinos de Melo Franco.

Lembro essa data especialmente aos mais jovens, porque todos nós temos a obrigação de combater todas as formas de preconceito, de discriminação e de racismo.

Muita gente até hoje cita a Lei Afonso Arinos como argumento, como forma de combater a existência do racismo. Segundo contam alguns defensores, com a criação dessa lei, o racismo teria sido prontamente eliminado. Entretanto, o que a história nos mostra é que a Lei Afonso Arinos foi criada porque os negros vinham sofrendo uma brutal discriminação, apesar da abolição da escravatura em 1888. Os legisladores brasileiros perceberam que a discriminação racial não era simplesmente latente, mas manifestada, e impedia o avanço social dos negros brasileiros em todos os campos: do trabalho, da terra e do estudo.

O debate sobre a escravidão teve sempre foco permanente no nosso País. Lamento profundamente que até hoje ainda estejamos debatendo essa questão de termos outras formas de combater o preconceito e o racismo, quer seja no local de trabalho, nas universidades, enfim, no dia a dia das nossas vidas.

Um dos exemplos de racismo manifesto é a relutância das escolas públicas e particulares em colocar em seus currículos o ensino da história da África e dos afro-brasileiros, embora exista lei específica.

Na sexta-feira passada, no Plenário desta Casa, disse: mulheres, negros e pessoas com menos escolaridade continuam discriminadas, segundo pesquisa do IBGE que aponta que as mulheres ganham, em média, 20% menos que os homens; que as pessoas com nível superior recebem 250% a mais do que aqueles que não têm o nível superior, ou seja, que não tiveram acesso à universidade.

Lembro também a todos que o Estatuto da Igualdade Racial, apresentado por mim depois de um debate de quase 15 anos, foi sancionado pelo Presidente Lula no ano passado, cujo primeiro texto, de nossa autoria – como eu dizia, temos de lembrar que faz quase duas décadas: "O Estatuto da Igualdade, quando aprovado, é mais uma prova de que nós temos que ter políticas de combate a todo tipo de preconceito".

Todos ficaram, tenho certeza, chocados, tristes, indignados, com a atuação, recentemente, de mais um grupo radical intolerante, como esse chamado *skin heads*, os carecas de São Paulo pela agressão a negros, nordestinos e pessoas que têm orientação sexual. Tomei conhecimento de que ontem quatro rapazes integrantes dessa gangue agrediram fisicamente quatro pessoas na região da Avenida Paulista. Pelo depoimento das vítimas, foram espancadas, receberam socos e pontapés; e seus agressores gritavam frases de agressão por serem nordestinos ou por serem negros ou por serem descendentes de Zumbi. Quero lembrar que tenho o maior orgulho de ser descendente de Zumbi, ser quilombola e ser Senador da República. Isto eu repito sempre com muito orgulho: sou negro, descendente de Zumbi e sou um quilombola. As ameaças que fizeram a mim em nenhum momento me intimidaram; eu continuo com a mesma posição. Inclusive, vamos fazer audiência pública aqui para aprofundar o debate sobre esta questão.

Quero também destacar que o debate sobre as cotas continuam aqui no Congresso Nacional. No que depender deste Senador, nós haveremos de aprovar. Aproveitamos para cumprimentar o Governador do Rio de Janeiro, que, baseado no Estatuto de Igualdade Racial aplicou o sistema de cotas no serviço público daquele Estado. Cumprimento também nesse momento a iniciativa da Prefeitura de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Prefeita Sheila Chaves Gama de Souza e a Secretária de Igualdade Racial, Deise Marcelo dos Santos, que também adotarão o mesmo sistema naquela cidade. Serão oferecidos 500 postos de trabalho, sendo 100 postos para a política de cotas.

Feitas essas ponderações, encerro meu pronunciamento nesta reunião em que vamos debater gestão das fábricas pelos próprios trabalhadores, homenageando aquele que foi o idealizador da eliminação da desigualdade racial no Brasil, participou ativamente aqui, que foi Afonso Arinos, que desenvolveu o seu primeiro mandato como Deputado Federal em 1947 pelo Estado de Minas Gerais. Deixou a marca da sua luta, seu ideal na Câmara dos Deputados pela autoria da lei contra a discriminação racial. Chegou ao Senado em 1958 e permaneceu no mandato até 1966; após, foi embaixador do Brasil; em 1986, aos 81 anos de idade, elegeu-se novamente Senador da República. Faleceu em 1990, em pleno exercício do mandato, deixando uma lacuna na história política brasileira.

Vivam os direitos humanos, viva Afonso Arinos, que suas idéias permaneçam sempre entre nós. E aproveitamos para lembrar também do nosso grande Abdias, que perdemos recentemente, um ícone também desta luta contra todo o tipo de preconceito.

Quero, da tribuna desta comissão, autorizar a entrada dos trabalhadores que estão na portaria. Peço à Segurança, coisa que nunca aconteceu, tanto quando estou no exercício da Presidência do Senado, convidado pelo Presidente, pela Vice-Presidente ou membro da Mesa, ou mesmo aqui nas comissões. Que não se barre nenhum trabalhador. Que todos tenham acesso à Comissão de Assuntos Sociais e de Previdência. Todos são meus convidados. Eu tenho o maior respeito pela Segurança aqui da Casa, mas quero mais uma vez lembrar: quando chega todo mundo de gravatinha, paletó, as senhoras com roupas quase de gala ninguém é barrado; quando chegam de camiseta, vestidos como são os nossos trabalhadores, às vezes, acontece esse tipo de coisa. Então mais uma vez, eu que tenho o maio respeito pela Segurança, repito, liberem os trabalhadores para eles virem aqui fazer o debate sobre gestão nas fábricas.

Vamos à nossa reunião do dia de hoje. E permitam que eu fale um pouco sobre ela no momento em que vamos organizar a nossa Mesa. Convido para compor a Mesa nossos ilustres convidados que serão nossos painelistas.

Começo convidando esta figura que aprendi a respeitar sempre a distancia; encontrei-me com ele algumas vezes, e ele é uma grande referência para nós, que é o Paul Singer. Uma salva de palmas para ele, que é o Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego. É uma daquelas pessoas que a gente aprendeu a respeitar. O Paul Singer prestigia esta comissão com sua presença aqui. Estamos honrados em recebê-lo aqui neste momento tão importante deste debate que interessa a todos os trabalhadores e peço a V. Sª que se sente aqui ao meu lado.

Convido também o Chefe do Departamento de Economia Solidária da área social do Banco Nacional de Fomento BNDES, que, me informaram agora, está se deslocando para cá.

Convido João Henrique Barbosa da Silva, Presidente da Cooperativa dos Metalúrgicos de Canoas, Rio Grande do Sul. O Joãozinho foi lá do meu sindicato. No tempo em que eu era presidente dos metalúrgicos de Canoas, o Joãozinho era liderança sindical respeitadíssima naquela região e, hoje, para alegria de todos nós, ele é presidente dessa cooperativa em que tive oportunidade, em alguns momentos, de atuar, uns momentos difíceis em que formamos uma comissão de fábrica e depois o processo foi se desenrolando, faleceram os donos na época, eu me lembro, quando eu estava lá ainda. Enfim, chegou o momento em que a empresa foi assumida pelos trabalhadores e o João Henrique Barbosa da Silva é o Presidente. Peço aqui uma salva de palmas para ele lembrando a minha época de sindicalista lá em Canoas e presidente, num segundo momento, da central estadual de trabalhadores.

Convido o Sr. Ângelo Giuseppe Povolegre Fuchs, Chefe de Departamento de Economia Solidaria da área social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, representante do nosso querido amigo e Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. *(Palmas.)*

Convido também o advogado do movimento das fábricas ocupadas, Alexandre Tortorella Mandl. Está conosco já?

Meus amigos, abrimos esta reunião lembrando que hoje, nesta audiência pública, debateremos a situação de fábricas ocupadas e administradas por trabalhadores após decorrido processo falimentar ou em decorrência de decisão judicial. Uma situação, sem dúvida, inusitada; afinal, o modelo formal é o comando e a direção do empresariado. Mas a partir da criação de cooperativa de trabalhadores, mais de 100 fábricas em todo o Brasil estão vivendo esta importante experiência que tem mostrado a capacidade da nossa gente, do nosso povo de administrar as fábricas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, temos o caso dos Fogões Gerais, em Guaíba, que estive visitando por duas ou três vezes, e da empresa Vogue em Canoas, cidade em que tive a satisfação de presidir, por dois mandatos, o Sindicato de Metalúrgicos de Canoas, e só saí de lá porque fui indicado, pelos metalúrgicos de Canoas e pelas centrais na época que se unificaram e pelas confederações, representante dos trabalhadores na Assembléia Nacional Constituinte e então saí de lá da nossa querida Canoas e estou aqui há 25 anos. Fiquei quatro mandatos como Deputado Federal, estou há dois anos aqui no Senado, mas a minha base, a minha raiz, a minha história, com muito orgulho, é ter sido líder sindical no Rio Grande do Sul, onde presidi a Central Estadual dos Trabalhadores, que unificava todas as centrais sindicais.

O pedido desta audiência pública foi feito por operários da fábrica Flaskô, tradicional, na cidade de Sumaré, interior de São Paulo. Inspirado nos ideais que a própria história mostra de todos os movimentos operários brasileiros que têm visão da importância da administração dos trabalhadores. Os operários da Flaskô assumem a direção em junho de 2003, em meio à crise financeira dos antigos empresários devido a dificuldades de orçamento e problemas administrativos; muitos benefícios concedidos a funcionários foram cortados e trabalhadores ameaçados de demissão devido a crise. A Flaskô nesse momento está em dificuldades; ela sofre ameaças sobre o que nossos convidados vão discorrer, principalmente os representantes dessa im-

portante gestão. Máquinas e equipamentos da fábrica vêm sendo leiloados e aqui há preocupação enorme com relação a emprego. Desde junho de 2003, quando assumiram o comando da Flaskô e passaram a administrar a fábrica, vocês, trabalhadores aqui presentes, têm questionado a política do Governo Federal e estadual para situações semelhantes a essa. Destaco que a Flaskô vai fazer sua exposição demonstrando que a fábrica é viável. Vamos ao debate aqui com os nossos convidados. Fiz apenas um resumo porque as partes envolvidas é que farão a sua análise sobre a questão.

Convido também o coordenador do conselho de fábrica Flaskô, Sr. Pedro Alem Santinho. Também chegou o Sr. Remígio Todeschini, grande Remígio, de velhas histórias, desde o Conclat à fundação da central e muitas vezes aqui sendo painelista nesses meus 26 anos aqui no Congresso. O Remígio Todeschini, antigo colega de atividades e lutas sindicais, hoje é diretor do Departamento de Política de Saúde e Segurança Operacional da Secretaria de Políticas de Previdência Social, representando aqui o Ministério da Previdência, ou seja, representando o meu amigo Garibaldi, com quem tenho grande relação e com quem temos discutido muito o fim do fator, a possibilidade de os trabalhadores terem aumentos reais nos reajustes dos benefícios, uma série de reuniões buscando a construção de alternativa. Mas quero destacar a presença conosco desse Senador que está presente em todas as comissões, permita que eu diga isso, e nas audiências públicas, fora do Congresso inclusive, que é o Senador Eduardo Suplicy. Ele foi eleito por São Paulo, mas é Senador do Brasil, viu, um Senador pelo qual nós nutrimos o maior carinho, o maior respeito, a maior consideração pelo compromisso que ele tem com todo o nosso povo, com toda a nossa gente, principalmente nas questões sociais, uma linha em que eu também dedico todo o meu mandato, e esse Senador é um exemplo.

Vamos de imediato passar a palavra aos nossos convidados, antes concedendo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bom dia, Presidente Paulo Paim e todos os convidados. Eu queria apenas verificar... Pensei que tivesse sido resolvido, mas como V. Exª convidou, eles puderam vir em bom número e ainda há bom número de membros da Flaskô que se encontram fora, se fosse possível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu já autorizei em nome da presidência que eles sejam todos deslocados para esta reunião. Eu peço para minha assessoria que dê uma olhada nisso, mas, mais uma vez, aqui, sei que eles estão assistindo lá embaixo, pela TV Senado, na portaria, e pela segunda vez eu autorizo que esses trabalhadores entrem.

Cheguei a dizer, Senador Suplicy, que aqueles que aqui chegam de terno e gravata, todos embonecados... Eu ando de terno porque assim manda o Regimento, e faço isso sabendo as minhas responsabilidades, mas esses a que me referi nunca são barrados. Eu lamento. Isso não estava acontecendo aqui no Senado; por que está acontecendo hoje? Se for preciso, eu falo diretamente com a Segurança. Eu lamento isso. Tenho elogiado a Segurança do Senado, nunca ninguém é barrado aqui! Sem-teto, sem-terra, quilombola, todos são recebidos com carinho e respeito aqui no Senado e até em outros espaços do Estado brasileiro e nem sempre acontece isso. Mas aqui no Senado sempre são recebidos de forma carinhosa e respeitosa. Estou estranhando que até agora eles não tenham sido liberados ainda. Daqui a pouco então saio daqui da presidência, vou até lá embaixo e boto todo mundo para dentro. Quero saber se foram liberados ou não.

Senão, nós suspendemos a reunião, e vou lá embaixo. É lamentável que uma reunião que está sendo transmitida pela TV Senado tenha que ter ausente o seu presidente para ir até a portaria permitir que trabalhadores tenham acesso à Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais.(Pausa.)

Bem, a informação é que foi liberada a entrada do pessoal. O Tiago me informou que está tudo liberado. Estão vindo para cá.

Mais uma vez repito que estão liberados máquina fotográfica, material de filmagem, que todos tenham acesso aqui. Esta reunião não é secreta até porque sou contra tudo quanto é ato secreto; até contra voto secreto dentro do Parlamento. A reunião não é secreta, ela é aberta e podem se deslocar para cá os companheiros de São Paulo e de outros Estados que queiram filmar ou fotografar a reunião. Então a partir desse momento nós vamos iniciar a nossa audiência pública. Pela informação que tive aqui da assessoria, todos estão liberados para chegar até a nossa Subcomissão de Trabalho e Previdência.

Eu convido para usar da palavra, para situar inclusive a questão, em primeiro lugar, o Exmo. Sr. Alexandre Tortorella Mandl, advogado do movimento das fábricas ocupadas.

V. Sª tem 10 minutos, mais cinco e mais cinco, se necessário.

O SR. ALEXANDRE TORTORELLA MANDL – Bom dia a todos os presentes. Em nome do Senador Presidente da Subcomissão de Defesa do Emprego e da Previdência do Senado, Paulo Paim, agradeço em nome do conselho de fábrica da Flaskô e do Movimento das Fábricas Ocupadas a iniciativa de realização des-

ta audiência pública para discutirmos as experiências das fábricas ocupadas que, com diferentes caminhos, vêm resistindo na defesa dos postos de trabalho, na defesa da dignidade humana por meio da realização do trabalho, do valor social do trabalho, garantido na nossa Constituição. Agradeço também ao Senador Eduardo Suplicy, sempre presente na defesa da luta dos trabalhadores da Flaskô. Estamos bastante satisfeitos com esta atividade, apesar das dificuldades de entrada hoje no Senado, mas esperamos que ao longo desta atividade todos os que se deslocaram quase mil quilômetros consigam estar presentes.

Gostaria de registrar que esta é a oitava caravana a Brasília do Movimento das Fábricas Ocupadas. Desde 2002 estamos aqui em Brasília discutindo com o governo federal, com nossos Deputados, nossos Senadores, a defesa que é possível de se fazer do Estado brasileiro, dos trabalhadores que ocupam as fábricas diante do abandono patronal, diante das ameaças de fechamento, dos cortes de linha de produção. O movimento das fábricas ocupadas tem uma vinculação direta com essa perspectiva de discutir no plano nacional a defesa dos postos de trabalho, já que reivindica a estatização sob o controle dos trabalhadores. De que forma? Há uma base teórica e de precedentes históricos não só no Brasil, mas também em todo o mundo, como se pode ver ao longo de toda a história internacional, numa perspectiva de expropriação dos meios de produção, da luta pelo socialismo, de ocupar fábricas e manter os postos de trabalho numa clara perspectiva de que a propriedade dessa fábrica seja do Estado, coletiva, e que a gestão da fábrica seja dos trabalhadores, que os próprios trabalhadores possam administrar a fábrica impondo nessa relação, nessa experiência, o valor social do trabalho e os interesses dos trabalhadores.

Nos diversos meios de luta, nós realizamos audiências públicas. Realizamos, em 2009, uma audiência pública Ana Câmara dos Deputados e, em março de 2011, realizamos uma audiência na Câmara do Sumaré. Hoje essa audiência pública para nós tem uma importância tremenda no sentido de buscar os avanços que reivindicamos.

Sobre o histórico do movimento das fábricas ocupadas vou ser bastante sintético por causa do tempo. Ele se iniciou em outubro de 2002 com uma greve de ocupação na Cipla e na Interfibra, duas fábricas em Joinville. Depois, a partir dessa ocupação de fábricas, a Flaskô, em Sumaré, vai ser ocupada em 12 de julho de 2003, um dia depois de uma caravana de oito ônibus, em Joinvile, se reunir com o Presidente Lula, recém-eleito, na perspectiva da defesa dos postos de trabalho.

Essa experiência do movimento das fábricas ocupadas, que reivindica como uma pauta sindical no sentido de que os sindicatos devem levar essa bandeira numa perspectiva clara de classe trabalhadora e não somente de alguns trabalhadores numa determinada fábrica. Essa perspectiva, como uma pauta sindical, tem um objetivo concreto de numa situação de fechamento de fábrica não só garantir os direitos trabalhistas, como se garante por meio de arresto de bens, como se garante numa perspectiva de juntar esse passivo e montar uma cooperativa, mas sim que no dia seguinte ao que se anuncia uma demissão coletiva, ou que se anuncia o fechamento de uma linha de produção, com demissão em massa, que os trabalhadores se organizem e levem, na prática, um grande lema do movimento social, que é ocupar, produzir e resistir. Então, que os trabalhadores ocupem a fábrica, retomem a produção sob o controle deles e resistam no sentido de defender essa perspectiva com base no próprio ordenamento legal brasileiro, que garante a defesa pela busca do pleno emprego e pelo valor social do trabalho. As conquistas sociais ao longo desse período são muitas. Nós atuamos em mais de 35 fábricas ao longo desses oito anos, defendendo essa perspectiva. Em algumas a perspectiva avançou no sentido de se manter o controle operário por determinado período, em outras se obteve uma reintegração de posse de forma imediata, em algumas não conseguiram, fizeram uma greve de ocupação, fizeram um combate de privilegiar o direito de greve, entendendo-o como um direito coletivo em detrimento do direito de posse empresarial, o direito individual. Temos obtido bastante sucesso nessa discussão jurídica nessa perspectiva de levar esse primeiro combate, mas, num segundo momento, na retomada da produção sob o controle dos trabalhadores nós também reivindicamos que isso é possível pelo próprio ordenamento. Essa é a reivindicação que levamos ao longo dessas 35 fábricas.

O companheiro Pedro Santinho, coordenador do conselho de fábrica, vai tratar de algumas medidas específicas da experiência da Flaskô, nessa experiência de 8 anos, mas é importante salientar, talvez no papel de advogado d, para esclarecer algumas dúvidas, que depois podemos discutir aqui, abrindo para o plenário. A fábrica permanece com o CNPJ da época patronal, existe um contrato social, existe um sócio proprietário, mas com um singelo detalhe: faz 8 anos que não aparece na fábrica, num abandono patronal, e os trabalhadores apenas continuam trabalhando; ninguém foi dar baixa na carteira desses trabalhadores. E os trabalhadores vêm resistindo, com a carteira assinada, garantindo todos os direitos previstos na legislação, entendendo a legislação como fruto do que, his-

toricamente, a classe trabalhadora conquistou e tem garantido nesse período que muitos trabalhadores se aposentassem.

Então, Presidente Paulo Paim, na defesa que conhecemos de V. Exª em relação à Previdência, essa experiência é interessante, no sentido de garantir todos os direitos trabalhistas, os direitos previdenciários a partir dessa experiência que temos.

Ao defender essa perspectiva das conquistas sociais, nós obtivemos a redução da jornada de trabalho sem redução do salário de 44 para 40 horas semanais e depois para 30, mostrando que a gestão dos trabalhadores pode, a partir de não ter uma apropriação privada da riqueza, priorizar as relações de trabalho e garantir uma efetiva relação de trabalho que interesse ao trabalho, interesse a uma perspectiva de um Estado que defende uma concepção de Estado social, Estado democrático de direito.

Ao longo desse combate, somaram-se a essa luta duas experiências bastante interessantes na experiência concreta da Flaskô, da vila operária e da fábrica de cultura e esporte. Ocupando os espaços da propriedade dessa fábrica, que estava à mercê da especulação imobiliária e com a ameaça concreta de, a qualquer momento, essa ex-gestão patronal, os sócios, os proprietários, intervirem nessa experiência, nós organizamos uma ocupação de moradia, onde hoje vivem 564 famílias nessa área da fábrica. Organizamos a ocupação de dois galpões ociosos na fábrica, onde hoje se desenvolve o projeto da fábrica de cultura e esporte. Há essa referência de defender a nacionalização sob o controle operário que se encontra com outras perspectivas não só na Venezuela, que vive um processo revolucionário com algumas contradições que nós estamos vivenciando, mas também na Bolívia, na Argentina, no Uruguai. Nós continuamos com essa perspectiva e com as greves de ocupação. Até mesmo na crise recente, de 2008/2009, nós vimos greves de ocupação nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França.

Ao defender de forma bastante coerente essa perspectiva, nós somos atacados. Em 2007 houve um grande golpe contra o movimento das fábricas; houve uma intervenção da Justiça Federal a pedido, infelizmente, da Procuradoria da Fazenda Nacional de Brasília, durante o Governo Lula. Infelizmente, essa intervenção afastou a gestão operária, afastou todas as conquistas sociais que tinham sido implementadas, mas justamente, como diz, na própria sentença, o juiz que decretou a intervenção disse: "Imagina se a moda pega!" É esse combate que fazemos em cada porta de fábrica. De forma concreta, o que nós reivindicamos é a possibilidade dessa estatização sob o controle dos trabalhadores. Fomos recebidos pelo Presidente Lula. Montou-se um grupo de trabalho, que direcionou para diversas comissões e ministérios. Foi interessante porque houve um estudo do BNDES, representado nesta Mesa, o que é importante para dialogarmos. O BNDES disse, e está no documento que iremos distribuir a cada um nesta Mesa, que nos casos de grande passivo fiscal com o nível federal a melhor saída visando à manutenção da atividade industrial e a defesa dos postos de trabalho transformação do débito existente em crédito do BNDES e que o ex-Presidente disse que essa saída seria possível, mas que a correlação de forças em 2003 não era possível e que de 2003 até 2010 permanecemos discutindo essa possibilidade. É interessante ver que ao longo de 2008/2009, durante a crise que atingiu o Brasil, o BNDES cumpriu o papel de fazer uma grande defesa do grande capital, de defender a manutenção da atividade industrial, mesmo que algumas tivessem tido demissões. Foi exatamente esse argumento que foi utilizado com a gente, que nós apresentamos e que o ex-Presidente do BNDES, Carlos Lessa, junto com outros seis economistas, assinaram esse relatório mostrando essa possibilidade. Junto com isso, nós tivemos, a partir da audiência pública de 2009, na Câmara dos Deputados, uma conversa com a Procuradoria da Fazenda Nacional no sentido de discutir a responsabilização tributária, que não é possível fazer com que a gestão dos trabalhadores seja responsabilizada pela dívida patronal. Não foram os trabalhadores que geraram essa dívida e, por isso, não devem ser os trabalhadores que devem por elas. Os trabalhadores não podem receber oficiais de justiça em suas casas por conta de dívidas patronais. Isso precisa ser tratado pela Procuradoria da Fazenda junto com as experiências de fábrica ocupada.

Por último, discutimos junto com a Procuradoria possibilidades de adjudicação, compensação tributária, alguns aspectos jurídicos. É possível fazer isso, mas, junto com isso, num contexto muito mais amplo de compreender a função social da empresa, qual o papel de que o valor social dispõe, inclusive nesses dispositivos que estão na Constituição Federal e que nós temos obrigação de fazer valer, como movimento social, fazer valer isso na prática, na luta diária, mas todos os representantes eleitos devem reivindicar isso, fazendo com que essa garantia contida em nossa norma constitucional seja aplicada na prática.

Nós discutimos – com isso vou encerrar – a luta dos trabalhadores da Flaskô, que vai além do que exatamente a luta dos trabalhadores da Flaskô. É essa a perspectiva da estatização sob o controle dos trabalhadores, na defesa dos postos de trabalho, da atividade industrial, mas fazendo com que esse espaço seja um espaço da coletividade é o que reivindicamos aqui hoje.

Nesse sentido, de forma concreta, para que o próprio Senado, a partir dessa audiência pública, trate...

Nós apresentamos uma proposta de projeto de lei para acrescentar um inciso, para que não gere dúvidas em relação à possibilidade de desapropriação de fábricas. A Lei nº 4.132/62 é usada, muito bem usada, para reforma agrária, para fins de habitação, mas essa lei trata do valor social do trabalho e da possibilidade de desapropriação para fins de trabalho, mas na prática isso não se efetivou. Entendemos ser necessário, para não criar qualquer duvida em relação a isso – que se acrescente o inciso – aqui apresentamos e entregamos um relatório à Presidência da Câmara e a todos os presentes com essa perspectiva.

Agradecemos a oportunidade com a clara expectativa de que os avanços aqui discutidos sejam concretamente realizados. No relatório que apresentamos aqui, detalhamos todos os encaminhamentos possíveis e contamos com todo o entusiasmo do Senador Suplicy aqui presente, e do Senador Paulo Paim e dos demais representantes, nessa Mesa, do Governo Federal, para que juntos busquemos a solução não somente para a Flaskô, mas também dessa perspectiva que tem todo o respaldo legal. É com isso que nós contamos.

Agradecemos essa oportunidade de vir aqui falar, mas lamentamos, infelizmente, que ainda não foi possível a entrada dos demais representantes da Flaskô.

Que isso fique registrado. Com o barulho que fizemos ali na entrada nós registramos a presença da delegação da fábrica ocupada Flaskô e de todos os apoiadores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O convidado fez sua exposição.

Quero dizer que acabei de assinar um requerimento, porque, segundo o Senador

Suplicy (digo isso somente para informar V. Exª, que também o solicitou), a alegação é a de que não havia autorização para ao setor da imprensa. Então, eu assinei um documento – ele está sendo... Está pronto o documento? Vou assiná-lo para encaminhá-lo par liberar. Quanto aos outros trabalhadores – em torno de quarenta – é praxe nesta Casa, quando a comissão não tem mais espaço que a gente consiga uma sala o mais próximo possível.

Peço que se encaminhe isso, para que possamos assegurar a presença de todos os trabalhadores aqui dentro do Senado da República. Ok?

Vou esperar um pouco mais, pessoal. A vida é assim: se a gente vê que não funciona, vamos interromper essa reunião, e eu vou lá embaixo para o pessoal entrar, a não ser que o Suplicy vá lá.

Você vai lá, Suplicy? *(Pausa.)*

Acho que tem de ir lá ver. Se não lá... Aqui é assim... *(Pausa.)* Aqui é assim. Infelizmente há isso. Quando chega a vez do trabalhador, se a gente não botar os peitos, acontece isso. O Senador Suplicy vai lá, e nós vamos continuar nossa reunião.

Passo a palavra ao Sr. Pedro Alem Santinho, coordenador do conselho da fábrica da Flaskô. *(Pausa.)*

Então passo a palavra ao João Henrique Barbosa da Silva, presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas.

O SR. JOÃO HENRIQUE BARBOSA DA SILVA – Bom-dia a todos e a todas!

Em nome do Senador Paim e do Sr. Paul Singer, quero cumprimentar toda a Mesa e também este Plenário.

Como eu já dizia aqui meu companheiro metalúrgico, de Canoas, Rio Grande do Sul, Senador Paim, nós travamos várias lutas em Canoas – não foi, Senador? –, e várias delas defendendo a classe operária. A fábrica em que eu trabalhava como funcionário da antiga Metalúrgica Vogue, foi um cenário de muita luta, de conquistas das lutas operárias em Canoas, que é um pólo industrial muito forte no Rio Grande do Sul. As grandes metalúrgicas estão instaladas, hoje, em Canoas. Na época, a antiga empresa teve seus momentos bons, seus momentos de glória. De 1995 a 2000, desencadeou uma crise muito grande na Metalúrgica Vogue, e os trabalhadores passaram por vários momentos idênticos àquele de que o Dr. Alexandre falou em sua explanação, de que não muda muito a pressão, a repressão e a vontade de os empresários terem uma saída estratégica, uma saída onde o empresário se dê bem e os trabalhadores se tornem reféns desse desemprego, dessa coisa triste que é agente ficar desempregado.

Na época, em 2001, os donos da empresa já não tinham condições de tocar seu empreendimento, sua fábrica, sua indústria, nós acampamos na fábrica por quatro meses. Foi quando tivemos a ideia, junto com o Sindicato dos Metalúrgicos, de formar uma cooperativa. Essa cooperativa foi discutida no Tribunal Regional do Trabalho. Tivemos seis audiências e numa dessas audiências foi definido que seria registrada a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC). Em troca disso, nós pagaríamos um aluguel, e esse aluguel não iria para a Vogue, mas para um fundo rescisório. Nós trabalhamos quatro anos, de 2000 a 2004, pagando esse aluguel. Em 2004, a fábrica foi a leilão, e nós, trabalhadores, compramos a fábrica no leilão, usando créditos trabalhistas. Nesse período de construção, tivemos vários avanços. Chegamos ao BNDES que hoje se faz presente nessa Mesa, mais uma vez. Quero dizer ao pessoal que representa o BNDES que

ser BNDES é ser parceiro dos empreendimentos nas horas boas e nas horas difíceis. É entender o sentimento, entender o momento da atual conjuntura do nosso País. Nós já tivemos algumas conversas com o BNDES, nós já temos algumas operações com o BNDES e queremos fazer com o BNDES, ainda, outras operações, outros projetos.

A CTMC começou com 101 trabalhadores. Hoje estamos com 251 sócios trabalhadores. Não trabalhamos com a CLT.

Senador, o que eu acho importante é essa retomada. E quero parabenizar o senhor, Senador, por este momento que, para mim, está sendo histórico. É o momento de nós virmos aqui ao Senado e eu estar representando o Rio Grande do Sul, com as fábricas recuperadas. Quero dizer que o que está acontecendo hoje aqui no Senado, de os trabalhadores não poderem entrar por formas de organização do Senado, nós da CTMC, e acho que todas as cooperativas das empresas recuperadas, não havíamos sofrido isso ainda no nosso Governo.

Um exemplo, nós fabricamos equipamentos. Temos parceria com a Alstom do Brasil na produção de equipamentos pesados para as hidroelétricas. Fabricamos caixas de transformadores para a Alstom, caldeiraria pesada. Já fizemos dois navios para a Petrobras, através da Navegação Guarita. Já fizemos vários equipamentos para o Rio Grande, para o dique seco do Rio Grande e para várias plataformas do Rio Grande, só que nós não podemos entrar na Petrobras. Não podemos fazer serviço direto para a Petrobras e caímos naquela de terceiros, porque, quando nós fizemos esses dois navios, e vou deixar esses documentos com fotos e com os processos todos, disseram para nós que não seríamos capazes de fazer o navio, mas mostramos, naquele empreendimento, naquele local, que éramos capazes de fabricar o navio e fabricamos dois navios. Fabricamos todo o navio, todo o casco do navio, que foi transportado por blocos, 150 quilômetros depois da fábrica. Então isso, na prática, faz com que sejamos reconhecidos, faz, na prática, com que sejamos cada vez mais autogestionários e cada vez mais profissionais.

E, com a minha fala, Senador, eu quero que a gente consiga, que tenhamos uma agenda especificamente com a Petrobras, porque os melhores equipamentos, dito pelas empresas da Keppel, que é do consórcio da plataforma, que não deram problema nenhum... Então nós não estamos competindo com ninguém. Estamos disputando uma fatia do mercado. Essa é a minha mágoa, o meu desabafo, porque somos tão bons, porque somos tão qualificados... Temos já, no final já do CRCC, que a Petrobras exige... A 150 metros de onde estamos na fábrica, fica a Refap, e a gente vê equipamentos chegando. Não sei de onde. Pode ser até da Coréia. E nós, ali, vizinhos, não conseguimos entrar na Petrobras para fabricar equipamentos para a Petrobrás.

E isso faz com que a CTMC seja cada vez mais cuidadosa nesse aspecto de formar trabalhadores. Nós estamos iniciando agora, este mês, a nossa segunda etapa da escola. Temos uma escolinha profissionalizante dentro da empresa, onde estamos formando caldeireiro e soldador.

Eu trouxe uma matéria que saiu recentemente no Rio Grande do Sul de que a Petrobras, a Refap vai formar quinhentos trabalhadores em Canoas. E se a Petrobras tem essa visão de que está faltando mão de obra no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, nós já formamos em torno de trezentos trabalhadores de solda dentro da cooperativa, os que entraram, os que saíram e os que permaneceram dentro da cooperativa.

Então eu queria deixar registrado aqui, mais uma vez, que, em tudo que eu falo, eu tenho um companheiro que eu admiro muito. Posso dizer companheiro e camarada meu, mas a gente se vê tão pouco, que é o professor Paul Singer. Em todas as teses que ele escreveu, que ele defendeu, ele sempre viu esse norte, no nosso Brasil, de empresas que têm condições, sim, de entrar na mão dos trabalhadores.

Para vocês terem uma idéia, Paul Singer, a Azaléia fechou sua fábrica no Rio Grande do Sul e deixou oitocentos trabalhadores sem emprego e sequer deu a mínima satisfação para o Governo do Estado, e muito menos para os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Joãozinho, permita-me um aparte. Eu vou dar tempo a você de novo. O Senador Suplicy está voltando. Ele entregou pessoalmente à segurança o requerimento autorizando toda a imprensa dos trabalhadores a vir cobrir. O coordenador das comissões aqui também me informa que neste momento foi liberada a Sala 13. Então, agora vai ser liberado de fato.

Uma salva de palmas para o Suplicy aqui que foi...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E a sua assessoria que correu junto. Andou a passos rapidíssimos até lá embaixo e voltou. Acho que está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá então, João. Volto a palavra. Está bem interessante sua palestra aí.

O SR. JOÃO HENRIQUE BARBOSA DA SILVA – Mas é sobre as empresas recuperadas que eu digo.

A Azaléia, que todos conhecem, fechou sua fábrica no Rio Grande do Sul e deixou oitocentos trabalhadores desempregados. E tem uma tarefa muito

forte para o Governo do Estado, que tem que gerar emprego para recolocar aqueles trabalhadores. E aí eu fico me perguntando: Se houvesse, Dr. Alexandre, uma legislação mais específica, mais clara, uma lei mais específica, mais clara, para que empresas, não importa se elas sejam nacionais ou multinacionais, dentro do Brasil, do território nacional, para que se tenha primeiro que saber se os trabalhadores querem ou não querem assumir e dar continuidade àquele processo? Se tivesse, lá, no Vale do Sinos, a organização dos trabalhadores, junto com os sindicatos e junto com o Estado, teria sim feito uma cooperativa da Azaléia. Se tivesse a organização real dos trabalhadores, junto com o Governo e junto com os sindicatos, seria mais uma cooperativa de uma empresa, de uma empresa não recuperada porque ela nem entrou em processo de falência e nem parou com suas atividades, de uma empresa que só se deslocou de um Estado para outro.

Então, quero deixar aqui, aproveitando também o Senador Suplicy, que eu conheço, já tivemos vários encontros da economia solidária e ele sempre esteve presente nos debates das empresas recuperadas, uma sugestão. Temos que ter agora, o mais rápido possível, essa valorização do Governo, porque tem que ser um projeto de Governo, Senador, senão nós vamos, de ano em ano, entra ano sai ano, ainda continuar sendo vistos como uma cooperativa qualquer. Nós queremos o nosso espaço, nós queremos que a Petrobras nos reconheça de fato, porque não custa nada, porque o nosso equipamento e a nossa mão de obra, com certeza, são muito mais baratos e muito mais confiáveis do que os das multinacionais.

Um bom dia para todos e um bom plenário para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao João Henrique Barbosa da Silva, o Joãozinho, meu amigo lá, líder dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, mais precisamente dessa importante cooperativa vinculada aí à nossa Vogue.

Quero dizer, João, que a tua exposição aqui mostra a competência e a capacidade dos trabalhadores. Quero dizer que você, com essa visão, mostra que nós podemos avançar cada vez mais e que não há motivo nenhum para que a Petrobras não abra espaço também para que esses trabalhadores, como você mostrou aí, capacitado possam também disputar o mercado. É só isso que vocês querem, não é isso? Só querem disputar o mercado. E que o mais competente e o melhor preço vençam. E ai vocês tem mostrado toda capacidade. Parabéns, João!

Eu passo a palavra, neste momento, não sei se já está conosco, ao Sr. Ângelo Giuseppe Povoleri Fuchs, chefe do Departamento de Economia Solidária da Área Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, representando aqui também o nosso amigo, tive oportunidade de me encontrar com ele algumas vezes, o competente Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho.

O SR. ÂNGELO GIUSEPPE POVOLERI FUCHS – Bom dia a todos, bom dia Professor Singer, bom dia Senador Paim, bom dia Senador Suplicy, bom dia a todos os trabalhadores, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu vou pedir a gentileza, vamos fazer uma apresentação, e vou pedir a possibilidade de passarmos um folheto aqui que mostra o programa. Aqui para a Mesa vou passar eu mesmo, e o Paulo, que também é do BNDES, vai passar para vocês o folheto que mostra as condições do programa do BNDES. Nosso objetivo aqui é falar um pouquinho sobre as condições do BNDES no apoio.

(Procede-se à exibição de slides.)

Vamos fazer essa apresentação aqui em seis etapas. Primeiro, vamos fazer algumas considerações iniciais, vou até passar um pouco rápido sobre isso, porque o Professor Singer certamente abordará um tema bastante próximo a isso, vamos falar quais são as dificuldades que temos em apoiar o segmento, vamos falar sobre os méritos desse segmento, vamos falar um pouquinho sobre a atuação do BNDES, o histórico, a carteira, o que já fizemos, vamos falar sobre o processo de reformulação e as condições do novo programa, e vamos falar sobre quais as operações que temos, são três operações atualmente que temos em análise e perspectiva.

Vamos lá. Bom, nos últimos vinte anos temos um grande aumento do número de empresas autogestionárias no País. Por questões de transformações na economia e por novas relações trabalhistas. Na América Latina, a Argentina se encontra com movimento mais bem estruturado, e o programa deles está criado desde 2004.

No Brasil, no início dos anos 80 e também nos anos 90, temos a conjuntura que levou a esse número crescente de empresas.

Uma pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego, junto com o IPEA e a Anpec, esclareceu quais são as principais causas da falência das empresas antecessoras. Seriam questão de má gestão e de restrição de mercado. Na má gestão, temos especialmente falta de gestão estratégica, o sucateamento do parque fabril e a sucessão familiar. Isso como causa da falência da empresa antecessora.

E restrição de mercado, de incapacidade de adaptação da empresa às novas necessidades dos consumidores.

Outra pesquisa, da Senaes, aqui do Professor Singer: em 2007 tínhamos 80 novos empreendimentos criados a partir da recuperação de empresas em situação falimentar ou pré-falimentar, que é o foco de atuação do BNDES nesse segmento; 30% estão localizadas em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Quais são as dificuldades em apoiar o segmento? Primeiro, achamos que a inexistência de um marco legal que defina a autogestão dificulta que consigamos trafegar nesse setor.

O conceito, na verdade, é constituído a partir de exemplos práticos e da formulação doutrinária. Existe uma incapacidade de estruturação dos projetos. Temos alguma dificuldade, a Unisol e a Anteag têm ajudado um bocado, no sentido de que projetos cheguem ao BNDES. Isso não é só uma carência desse setor, é uma carência porque o nosso departamento é o Departamento de Economia Solidária, então, além de autogestão, fazemos microcrédito, fazemos inserção produtiva coletiva, fazemos atendimento à inserção produtiva de comunidades de baixa renda.

Então, é uma tônica recorrente essa incapacidade de projetos. Temos algum problema de gestão quando ocorre essa passagem, temos alguma questão com relação à transição do modelo tradicional para o modelo de autogestão, às vezes os próprios trabalhadores têm dificuldade. Então, em algumas operações os trabalhadores ainda querem permanecer como CLT e, ao mesmo tempo, querem ser sócios. Não é geral isso no setor. Em algumas encontramos isso, em outras, não. Temos encontrado também em alguns a desatualização tecnológica das plantas industriais, dos parques fabris. Alguns trabalhadores têm resistência à própria mudança. Temos, com um número maior, incapacidade de aportar recursos próprios, isso é um pouco mais recorrente ainda. Temos dificuldade, em algumas também, em outras, não, de garantia. E temos um elevado grau de endividamento dos empreendimentos.

Então, estamos tentando contextualizar para dizer como montamos o nosso programa.

Quais são os méritos em apoiar esse segmento? Existe a possibilidade de exploração de nichos específicos, que não estão atendidos pelas grandes empresas. É um segmento com elevado nível de organização social. Normalmente, é um segmento que é muito bem organizado. É uma resposta às centrais sindicais e de trabalhadores, que é demanda da sociedade civil, e é uma alternativa ao desemprego ou ao subemprego das empresas em processos falimentares. Às vezes alguns trabalhadores conseguem se reinserir no mercado de trabalho. Outros, porque não querem ou mesmo porque têm dificuldade de reentrada.

E, na verdade, o BNDES tenta atuar de forma complementar a uma política pública desenvolvida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, que é a recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão.

Então, tem a questão do assessoramento na fase da recuperação, a capacitação desses trabalhadores, o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos e a promoção de intercâmbio entre essas empresas e aquelas já consolidadas.

Temos o exemplo clássico, por exemplo, da Uniforja, que é da nossa carteira, que vai muito bem, obrigado, é um sucesso absoluto do nosso programa, que ajuda diversas outras empresas.

Então, o BNDES, na verdade, está nesse setor desde 1994. Como primeira operação que foi feita, temos, em 1994, a primeira operação que o BNDES já fez nesse setor. É longo o histórico do nosso conhecimento nesse setor, embora não tenhamos muitas empresas trabalhadas nesse setor, por uma série de dificuldades, das quais já apontamos algumas.

Ora, entre 94 e 96, as operações no BNDES estavam nas áreas operacionais. Se era uma operação industrial, estava na área industrial. Então, ela era trabalhada junto com outras empresas do setor, com empresas que absolutamente não tinham a ver com a questão da autogestão.

A partir de 96, acreditamos que, pelas especificidades do setor, dessas empresas, deveríamos transferi-las para uma área mais específica, que soubesse cuidar melhor dessas empresas e que tivesse uma visão social um pouco maior, que foi a área de inclusão social.

A partir daí desenvolvemos metodologias e instrumentos para atuação no setor, e em 2005 criamos o Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários.

O que vocês receberam aí é uma reformulação, é um novo programa, baseado na experiência que tivemos com o programa anterior. São as melhorias. E o BNDES investiu, até hoje, cerca de R$146 milhões nesse setor, nessas treze empresas que estão aí.

Aqui destacamos, como ponto forte do setor, a Uniforja, que é um sucesso realmente. O BNDES aportou quase R$50 milhões nessa empresa, e deu muito certo. A CTMC, viu, João, está aqui, foi R$1 milhão, tivemos alguns percalços no meio do caminho, e agora conseguimos retomar, mais ou menos em velocidade de cruzeiro.

Vamos lá. Ora, na reformulação do Pacea, o que fizemos. Pegamos o que tínhamos, quais as dificuldades

do setor, quais as dificuldades do BNDES em atender o setor e montamos um grupo de trabalho formado por instituições que representassem esse segmento, estando capitaneado pela Senaes e com a presença do BNDES, da Anteag e da Unisol. Representantes de várias empresas autogestionárias participaram. Fizemos um grande número de reuniões e basicamente atendemos 95% das demandas. Conseguimos de uma forma ou de outra atender a essas demandas no novo programa.

O objetivo desse grupo de trabalho era exatamente identificar, na percepção das unidades que atuam no setor, como poderíamos melhorar o programa para receber o crédito do BNDES. As conclusões do grupo de trabalho foram que as empresas concessionárias apresentam dificuldade em disponibilizar garantias, tanto que o programa flexibiliza muito essa questão das garantias, de novo não são todas, mas, como há um grupo representativo que tem essa demanda, nós queremos abrir para que todas possam entrar. Normalmente elas estão endividadas e têm dificuldade de apresentar a burocracia jurídica exigida: CND, licenças ambientais, toda parte documental – CND é a Certidão Negativa de Débitos. Para receber recursos do BNDES, não podemos aceitar nenhuma empresa que não tenha a CND em dia, correta. Se a empresa está devendo alguma coisa, se estamos usando o Erário, não podemos emprestar para essa empresa que está devendo, por exemplo, a um governo, a um estado, enfim.

Em muitas das empresas, o grupo chegou à conclusão de que têm problema relacionado à gestão e, então, necessitam de capacitação. O nosso programa tem uma linha, inclusive não reembolsável, para capacitação. Vou falar melhor dela daqui a pouco. Elas tinham dificuldade em subsidiar, em formular um plano de negócios para o seu projeto de empreendimento. Então, elas precisavam de ajuda externa para fazer isso. O resultado do grupo de trabalho foi a reformulação do programa, que foi uma construção democrática, participativa, com o atendimento de quase 100% das demandas e que contemplam interesses do BNDES, das CNAS e das entidades representativas dos seguimentos, ou seja, das empresas recuperadas brasileiras. O programa foi aprovado no finalzinho de fevereiro de 2009 e o objetivo seria apoiar a implantação e a consolidação de empreendimentos no setor industrial, desde que eles tenham sustentabilidade.

Nós temos um pilar de sustentabilidade que nós temos de pensar sempre nele. Na verdade, estamos aqui falando de empreendimentos que são economicamente sustentáveis, ou seja, a partir de crédito, a partir de uma ajuda, a partir de um empurrão inicial, conseguem se sustentar financeira e economicamente. Após isso, é outra condição importante que sejam ambientalmente corretos, que sejam socialmente justos e que não agridam a cultura dos trabalhadores que ali estão, locais.

Então, como publico alvo, nós temos cooperativas de produção, cooperativas centrais ou cooperativas singulares. Existem R$200 milhões disponíveis para o programa, além daqueles R$146 milhões que já foram desembolsados. Isso aqui é recurso novo. Ok!

Temos aqui as condições. O mínimo para acessar o BNDES é R$1,5 milhão e o máximo, na modalidade direta, é R$10 milhões e, na modalidade mista ou indireta, não automática, até R$30 milhões. Nós estamos trabalhando, agora, com a Copromem. A Copromem está com um pleito que é o teto, que é o valor de R$30,4 milhões, e estamos colocando R$400 mil de valor não reembolsável exatamente para a capacitação. Então, é um adicional, vamos dizer assim. Desses R$ 30 milhões, na verdade, a partir de R$10 milhões, cada novo real direto do BNDES, precisa-se de um indireto. Então, nessa operação, são R$20 milhões diretos do BNDES e R$10 milhões indiretos, através do Banco do Brasil. Estamos propiciando que os nossos agentes financeiros desenvolvam trabalhos para o setor.

Quais são os requisitos necessários? Os empreendimentos têm de ser constituídos a partir de situações de falência ou do fechamento de unidades produtivas que utilizem a estrutura de produção da empresa antecessora. No caso de inviabilidade da aquisição do imóvel do antecessor, o que pode ocorrer, podemos financiar a aquisição de outro imóvel e suas benfeitorias. Isso o BNDES não faz para setor nenhum, viu, gente? Nós abrimos essa exceção aqui porque nós achamos que essa é uma demanda justa do segmento. Ele precisa disso.

A atuação tem de ser em segmentos industriais. Precisa ser uma empresa autogestionária, ou seja, uma empresa com gestão participativa, democrática, em que todos os cooperados têm acesso às informações referentes ao negócio e à gestão do empreendimento.

Essa linha é uma linha especial, são recursos especiais, são condições especiais, são favorecidos, o prazo é maior e etc. Então, não permitimos que empresas normais recebam essa condição especial, tanto de recurso como de financiamento.

O quantitativo de trabalhadores não associados, incluindo os terceirizados, não pode ser superior a 50% e, quando esse número existe abaixo de 50%, nós queremos saber sempre como ele se integra, porque algumas empresas têm associados, cooperados, mas também funcionários. Nós queremos saber se, ao lon-

go do tempo, eles podem se inserir nessa massa de trabalhadores proprietários da empresa ou não.

A maior retirada recebida pelos trabalhadores do empreendimento não pode ser superior a 10 vezes o valor da menor, para estar dentro da questão socialmente justa.

É vedado apoio aos empreendimentos que tenham sido formados para exclusiva prestação de serviço à empresa antecessora, para nós eliminarmos essa questão.

A classificação de risco é um ponto interessante. Muitas vezes, senhores, essa classificação de risco no BNDES não permitiria que a empresa entrasse no programa. Para as empresas normais do BNDES, se a classificação de risco é abaixo da qualificação mínima do BNDES, a empresa normal, simplesmente, não pode nem apresentar o pleito. Aqui o que é que nós fazemos? Nós classificamos o risco da operação, para saber em que risco o BNDES está incorrendo, para o BNDES saber disso, e, embora esse risco seja abaixo do patamar, a empresa pode entrar na linha do BNDES. Essa é outra possibilidade que é feita só para empresas recuperadas exclusivamente. É o caso que temos agora. Não posso citar o risco da empresa, porque é uma informação sigilosa das empresas que estão entrando. Algumas delas entram com o risco absolutamente abaixo do que o BNDES receberia, mas elas entram, recebem o programa e pleitear os recursos de forma normal.

O BNDES vai até 90% dos itens financiáveis. É um financiamento bastante robusto. Na época tinha sido pedido um valor abaixo disso, mas achamos que poderia ser estendido um pouco, e ele foi.

O prazo de vigência do programa é 4 anos, o que não quer dizer que ele acabe em 2013. Ele não acaba. Ele se encerra no período, com a possibilidade de um novo sistema de conversa e debate com o setor para que um novo programa seja reformulado, sempre tentando melhorar o programa.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui não é o prazo do financiamento. É o prazo do programa. Já vamos falar no prazo que é muito maior do que isso.

Quais são os custos financeiros?

Nós trabalhamos baseados na TJLP, que quer dizer taxa de juros de longo prazo do BNDES, que está em 6% ao ano. Então, a esses 6% ao ano somam-se 0,5% ao ano. Vai para 6,5%. A taxa de risco, de novo, é independente da classificação de risco da empresa, que coloca mais 1,5%, ou seja, é 8% ao ano, uma condição bastante favorecida dentro das linhas do BNDES. A operação, quando é indireta, ou se ela tem um pedaço, uma fatia indireta, uma parcela indireta, tem a mesma TJLP, 6% mais remuneração básica, 6,5%, e existe uma taxa de intermediação financeira e uma remuneração da instituição financeira. Normalmente, isso aqui fica de 0,5 a 1% maior do que isso. Os agentes financeiros têm trabalhado próximo das nossas taxas. Nós temos conversado muito com os agentes financeiros mostrando que são empresas especiais, que requerem condições especiais e os agentes financeiros têm nos atendido nessa demanda.

O prazo de financiamento é em função da capacidade de pagamento do empreendimento. Então, uma das operações que está na nossa carteira, por exemplo, está com um prazo de financiamento de 15 anos, sendo 3 anos de carência. Nós tentamos olhar as condições financeiras da empresa numa análise prospectiva, ou seja, numa análise do que pode vir pela frente, com ajuda do BNDES – como é que ela teria condição de pagar isso? –, para que seja condição que não sufoque a empresa, não mate a empresa. Então, a gente procura fazer os prazos mais longos possíveis.

As condições do PACEA, que itens que a gente pode apoiar? Basicamente muita coisa: aquisição de imóveis – que a gente falou que isso, na teoria, no BNDES normal, não tem, mas aqui tem –, máquinas e equipamentos, veículos, máquinas novas, nacionais, máquinas e equipamentos importados, desde que sem similar nacional. E a gente tem algumas restrições aqui, limitadas a 25% do recurso destinado ao programa, 45% do valor do financiamento, etc., para também ajudar a indústria nacional. Também inclui reforma, uma realidade desse setor; gastos com estudos e projetos de engenharia, a gente pode aceitar isso sem o menor problema; obras civis, é muito comum; montagem; instalações; móveis; utensílios; giro, proporcionamos financiamento de giro, que é importantíssimo para esse setor; implantação de infraestrutura destinada à capacitação dos sócios cooperados; capacitação e gestão, curso profissionalizante. E as garantias: normalmente o BNDES exige 130% de garantia nas operações normais, mas aqui a gente só exige 50% do valor financiado.

Condicionantes, o estatuto social tem que ter as regras de destinação de resultado para ser realmente um empreendimento autossugestionário, por exemplo, sobra limitada a 25% e todos os fundos de investimento, de integralização de capital, para que se dê continuidade aqui à autogestão da empresa.

E o que a gente tem hoje em carteira? A gente tem lá a nossa Copromem, de Mococa – ela está conosco aqui, são 30 milhões de pleito –; a Metalcoop, que está no término da análise e acreditamos que em agosto a gente esteja encaminhando para a diretoria essa operação; a Coopertrim, que ainda está num mo-

mento um pouco anterior, está em perspectiva. Hoje o que se apresentou, o que chegou na nossa carteira foram essas empresas.

É isso, queria agradecer a oportunidade aqui de falar para os trabalhos da Flaskô, trabalhadores das outras empresas, para os Senadores da República e para a Mesa que está conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Ângelo José, chefe do Departamento de Economia Solidária da Área Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, nosso BNDES, e representante, nas atividades, do Presidente do Banco, o Sr. Luciano Coutinho.

Registro a presença de Jesuel Pereira, Secretário Municipal de Habitação da Prefeitura de Sumaré. Também da Prefeitura Municipal de Sumaré, Vilson Ribeiro Amaral, Assessor de Relações Institucionais. Também de Sumaré, Paulo Jorge Zeraik, Secretário Chefe de Gabinete.

Avisa-me aqui o Dr. Alexandre que mandou saudação de carinho e que a audiência pública seja muito produtiva.

O Prefeito de Sumaré, Sr. José Antônio Bacchim, que é do Partido dos Trabalhadores, Prefeito daquela cidade.

A minha intenção agora era chamar o Sr. Pedro Alem Santinho. Ele deveria estar na Mesa. Então, quero fazer um convite a ele para que ele venha aqui para fazer uso da palavra.

Só quero avisar que todos entraram. Não houve nenhum obstáculo maior. Está tudo resolvido. O setor de imprensa, também ligado aos trabalhadores, entrou com as suas máquinas. Na sala 13, aqui ao lado, todos estão lá e existe um telão semelhante a esse que acompanha toda a nossa audiência.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Pedro Alem Santinho, Coordenador do Conselho de Fábrica da Flaskô.

O SR. PEDRO ALEM SANTINHO – Primeiramente, bom dia, em nome do Senador Paim, a todos os Senadores presentes, aos companheiros presentes.

Queria na verdade, em primeiro lugar, lamentar o incidente ocorrido para a gente poder entrar aqui no Senado. O Senador já falou no começo, mas, mesmo assim, não foi suficiente. Por reiteradas vezes, a gente autorizar, sabendo que, ao mesmo tempo, todos que estão aqui viram que as pessoas iam entrando. Se nós tivéssemos entrado no Senado para dizer que íamos fazer uma visitação, tínhamos conseguido até monitores do Senado para nos acompanhar para ver as obras de arte e tudo mais, e teríamos vindo para cá. Na verdade, isso é uma demonstração, não intencional, de como funciona, porque nós não chegamos individualmente, nós chegamos organizadamente, viajando mil quilômetros. E essa é a preocupação da Casa do poder. Quando os trabalhadores se organizam e vêm ao poder organizadamente, isso é uma preocupação, mesmo que sejam poucos, não muitos, numerosos, mas convictos do que querem e até onde precisam ir. Então, parabéns a todos que conseguiram entrar!

Sem me estender muito, quero tocar aqui, basicamente, em três questões, uma informação e duas avaliações e propostas diretamente para o Senado, porque acho que é de nossa responsabilidade não somente saber eleger os nossos representantes, mas auxiliá-los a discutirem as que estão tramitando, propor novas e tudo mais. Então, pretendo saber entrar nisso a partir de uma simples discussão que nós conseguimos, em oito anos, fazer dentro do movimento da Flaskô.

Em primeiro lugar, nós ocupamos a Flaskô, em 2003, como o Alexandre explicou, mas hoje, além de ser uma fábrica gerida pelos trabalhadores, é uma fábrica que, desde 2003, funciona sobre o controle dos trabalhadores em um dos conhecidos galpões abandonados. Vocês devem conhecer em cada grande cidade deste País, começando pelos das ferrovias, que o Senador teve uma batalha para a gente não extinguir a Rede Ferroviária Federal, feita pelo nosso Governo mesmo, os galpões que estão abandonados, pelo Brasil inteiro, até centenas e centenas de fábricas. Chegando em cada capital, nós podemos identificar fechadas e abandonadas, inclusive em Sumaré mesmo – está aqui o chefe de gabinete da Prefeitura de Sumaré, o Paulo, que sabe dizer que é um empecilho para o próprio desenvolvimento urbano das cidades, porque são áreas fechadas e falidas e que impedem o desenvolvimento, porque estão bem localizadas, em geral, porque estão lá há vinte, trinta, cinquenta, cem anos.

Nós, na Flaskô, tivemos cuidado não porque somos melhores, sabemos mais do que os outros, mas porque vimos a necessidade de o conjunto dos trabalhadores transformar um dos galpões que estava desativado e abandonado em um centro cultural, que nós chamamos hoje de Fábrica de Esporte e Cultura, que desenvolve atividades de judô, de balé, dezenas de aulas, de dança, de teatro. As crianças, algumas delas que fazem judô lá e que vieram aqui devem estar ali na sala três, assistindo. Isso sempre com uma preocupação de que uma área ociosa e perto de um centro populoso deve ser imediatamente utilizada para o bem-estar da população. Mais do que isso, é um terreno bastante ocioso – acho que o Paulo depois poderia falar da Prefeitura de Sumaré – em um lugar com dificuldade diária para moradia e também para indústria. Em um terreno da própria fábrica e localizado junto à

fábrica, foi organizando pelo companheiro Alexandre, que está aqui, e pela Neusa uma ocupação de moradia que hoje tem mais de 500 famílias que vivem ali.

Em particular, Senador, somos do PT e a Prefeitura de Sumaré é do PT, mas a gente tem o orgulho de dizer que, em 2005, nós não tínhamos o Programa Minha Casa Minha Vida. O Programa Vila Operária e a ocupação da Vila Operária foi uma das primeiras oportunidades dos trabalhadores de Sumaré tentar construir suas casas, na luta, em 2005. É verdade que há dois anos, dois anos e meio, nós temos um grande programa habitacional. Nós temos cerca de 500 famílias que estão lá desde 2005 e que ocuparam o terreno junto com a gente, que lutam para aquilo estar de pé e que ali constroem sua vida, sua dignidade.

Em terceiro lugar, a própria fábrica. E aqui a gente poderia também ter preparado – falha nossa –, em função do conjunto das demandas e do que nós devemos improvisar. A Flaskô é uma fábrica de embalagem plástica, que, em 1993, foi a mais importante fábrica de embalagens rígidas de todo o Brasil e que faz tambores de 200 litros.

Para vocês terem ideia, hoje, o BNDES deve conhecer a Barra do Piraí, a Mauser, no Rio de Janeiro, que produz esse tipo de embalagem e que era a antiga Barra do Piraí, comprada, há quatro anos, pela multinacional alemã, que existe em 12 países do mundo. A Mauser produz os mesmos tambores que nós e nós fornecemos, hoje, exclusivamente, para a JBS, que é o maior frigorífico do mundo, com 25% de ações do BNDES & Participações por uma opção muito simples: a JBS entende que o nosso produto tem mais qualidade do que o produto da Mauser.

E, além dos frigoríficos, nós podemos apontar as empresas químicas e do petróleo. Inclusive, o BNDES tem uma linha específica e particular. É um setor que não é preciso ser assessor, nem diretor do BNDES para saber que os homo químicos e plásticos em particular tendem a se desenvolver muito mais. É um índice, inclusive, de desenvolvimento humano quanto de plástico se consome no desenvolvimento de um país. E o Brasil é bastante atrasado nisso. Há informação de que existem, em termos de tambores plásticos no Brasil, 20% do mercado existente de tambores em todo o Brasil. Eu queria saber se o restante tende a ser substituído porque atualmente são utilizados tambores de metal, principalmente outros tipos de embalagem, que a tendência é substituir pelo plástico.

E a Flaskô tem encontrado todas essas dificuldades que o BNDES já apresentou aqui. Eu tive a oportunidade de, há um ano e meio, participar de um curso, com o Ângelo inclusive, lá no BNDES, sobre a gestão para os funcionários do BNDES, para os funcionários do FND, da própria Petrobras, que estiveram lá, exatamente discutindo essa questão nesse momento em que se discutia exatamente essas dificuldades que o Ângelo – posso chamá-lo de Ângelo? É claro – suscitou aqui que, na verdade, são dificuldades que têm origem, na nossa opinião, na forma como se vê a lei e como se interpretam as leis.

Eu estava falando há pouco com o João: a grande questão é a certidão de dívida, que as empresas têm dívida, todas elas têm dívida, porque, do contrário, elas estariam na mão dos grandes empresários.

Mas todas as leis tendem, sob a nossa visão, a encaminhar a luta dos trabalhadores para uma perspectiva que é a mais difícil de todas: entender a solução da questão do ponto de vista judicial. Os companheiros lá de Diadema tiveram a grande dificuldade, durante anos, de como conseguir manter aquela fábrica, porque a grande dificuldade era com a justiça, era conseguir comprar aquilo na justiça e no leilão, como fazem isso. Isso é o que passam 99 – estou mentindo – 100% das empresas.

Mas existem meios e mecanismos para fazer isso de outra forma. Depende da forma como nós queremos abordar e como nós entendemos o conjunto da questão da propriedade e da função social da propriedade.

A gente tem discutido há um ano e meio. Essa é uma lei que cabe a todo o Brasil, porque é uma lei federal de 1962, feita pelo Presidente João Goulart, que é a Lei de Desapropriação por Interesse Social, que, na sua alínea "a", prevê que a desapropriação em qualquer ente da Federação sabe do bem não utilizado de acordo com as funções de acordo com o trabalho. Está lá, alínea "a": "Todo bem que não está sendo utilizado de acordo com as funções do trabalho pode ser desapropriado".

A gente poderia projetar a lei aqui. Ela está em vigor até hoje. A gente a tem aqui. Ela está em vigor, só que os movimentos tendem a judicializar a questão de tentar resolver isso na Justiça e, salvo se houver algum juiz aqui, temos que concordar, e vou dizer aqui, sem ofensa nenhuma – sabe, Senador? –, se, no Senado ou na Câmara, já é difícil a gente ter votações de conjunto favorável aos trabalhadores, quanto mais na Justiça, onde os juízes não são eleitos, quanto mais lá! E, se existem mecanismos no Executivo e no Legislativo, os movimentos deveriam defender: cobrar de seus representantes no Executivo e no Legislativo que façam aplicar isso.

Inclusive, diante disso, a gente chegou a distribuir aqui. Nós fizemos uma proposta para deixar aqui para os Senadores, visando clarificar essa questão de 1962, uma proposta que a gente acha que os Senadores deveriam discutir e avaliar, que é uma Emenda

à Lei de 1962 da Desapropriação por Interesse Social, que clarifique o caso das empresas autogeridas pelos trabalhadores, que lá diz: "São empresas bem estiradas da produção". Isso é bastante vago. Então, a gente tem esta primeira proposta.

Em segundo lugar, já tramita nesta Casa, inclusive uma alteração no ITR, que é o Imposto Rural, para alterar a Lei de Execuções da Dívida Ativa, para prever que o Estado, a Procuradoria possa adjudicar - que é outro termo - outra forma jurídica de expropriar os bens que têm interesse para a Reforma Agrária. Então, a Procuradoria estaria lá executando a dívida de um fazendeiro, consultaria o Incra – esses são os termos da lei que tramita aqui no Senado –, e, se o Incra disser que tem interesse naquela área, seria possível adjudicar que seriam expropriações em função daquela dívida a essas terras.

Nós entendemos que isso deveria ser feito inclusive para as fábricas nas quais os trabalhadores – a Anteag, a Unisol – têm interesse em manter administrada pelos trabalhadores.

Em terceiro lugar, tramita também nesta Casa uma alteração também na Lei de Desapropriação, que prevê que a desapropriação hoje deve ser feita mediante pagamento, inclusive o pagamento para aqueles que têm a CND, para quem deve, para quem não tem a CND. O cara lá é fazendeiro, tem metade de Goiás, está devendo, ele vai desapropriar a área dele, você vai ter que lhe pagar, e ele vai continuar vivendo.

Então, existe uma lei tramitando no Senado desde 2001, se não me engano, que prevê uma alteração nisso, que a desapropriação seria feita após a conciliação com a dívida do proprietário daquela determinada fazenda. A isso também caberia também uma emenda não só à terra, mas às propriedades também na cidade. E aqui não só as propriedades produtivas do ponto de vista de bens e serviços, mas os galpões que podem prestar outros serviços, como escolas, postos de saúde, creches, faculdades, universidades, que estão localizados – posso falar de São Paulo, porque estou mais perto dali – ao lado dos metrôs da Grande São Paulo, ao lado das estações. É ali que estão as grandes estações, fábricas fechadas e abandonadas que poderiam ser criadas, universidades federais, colocando poucos tijolos naquela construção.

Então, é necessário, na nossa opinião, sobretudo aqui no Senado, a gente retirar um pouco a discussão daqueles que usam toga dos juízes e colocar o poder nos representantes nossos. Segundo a lei que já existe hoje, é possível desapropriar, por interesse social, terras, bens móveis e imóveis. Isso ficaria ou transitoriamente ou previsto pela própria lei de propriedade de determinada fazenda que fez a desapropriação. E poderia ser previsto, já pela Lei de João Goulart de 1962, passar um comodato ou ser vendida ou alugada para determinadas associações, cooperativas ou empresas S/A, da forma como os trabalhadores decidam organizar-se.

Na minha opinião, a gente... Eu vi ali que o BNDES, desde 1994... E quem prestou atenção: 1994 pula uma dezena dela fechada e depois volta para mais seis ou sete que estão ativas e funcionando

O SR. ÂNGELO GIUSEPPE POVOLERI FUCHS – Uma correção. Encerrada para a gente é...

O SR. PEDRO ALEM SANTINHO – Operação encerrada?

O SR. ÂNGELO GIUSEPPE POVOLERI FUCHS – É que a operação foi encerrada com o BNDES.

O SR. PEDRO ALEM SANTINHO – Perfeito. Eu sabia diferente.

Mas a questão é que existem diversas e é possível a gente focar em como saber resolver essas questões.

A garantia para o BNDES, se a Prefeitura do Sumaré desapropria a área lá, é que existem os tributos devidos à própria Prefeitura, ao Estado e ao Governo Federal. Não haveria custo para o Estado e haveria garantia para o BNDES fazer os empréstimos devidos, certo? Então é necessário mais do que conhecimento; é a forma como a gente olha a questão.

Eu discutia com o Fábio Sanches, da Senaes, há dois ou três anos. Ele dizia que sempre a nossa dificuldade era a pressão em cima dos juízes. E eu dizia a ele que juiz a gente não pressiona; a gente pede o que pode e torce. É igual loteria. Você vai nos recursos, nos recursos...

Agora, os Senadores, os Deputados, os Vereadores são para fazerem as nossas leis, cobrarem e fiscalizarem se elas estão, sim ou não, sendo aplicadas. Os Governadores, os Prefeitos e os Presidentes, esses, sim, foram postos pela gente diretamente e é nossa obrigação exigir que eles façam aplicar as leis. E aqui mais do que isso, não queria me estender muito – esse é o meu tempo decorrido ou o que falta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou dando cinco, mais cinco, mais cinco até que você conclua – vai tranquilo –, como eu dei para o BNDES principalmente.

O SR. PEDRO ALEM SANTINHO – Está bem.

Sabe, é necessário que a gente olhe as leis, saiba as diferenças. Nós nós fazemos um esforço. Como nós somos pequenos, uma luta pequena, com pouca gente, que olha a coisa da forma como poucos, nós fazemos um esforço reiterado para agir igual a vaca faz. Vocês sabem que a vaca tem não sei quantos estômagos. Ela come, devolve, rumina dez vezes até a

coisa sair por outro orifício, desculpem a expressão. A gente está aqui para fazer exatamente isso.

Existe já a lei de desapropriação por interesse social de 1962. Já existe. Já existe a lei que prevê adjudicação pela Procuradoria. A Procuradora, inclusive, em Campinas, disse – ela tem um documento, um parecer enviado para o Luís Adams, que na época era o Procurador-Geral e depois virou Advogado-geral –, que sim: ela poderia desapropriar, mas não entendia que a Procuradoria tinha interesse naquela propriedade. Ela me disse pessoalmente: "Eu até estava precisando de um galpão para o INSS não sei onde. Se a Procuradoria-Geral falar que tem interesse nisso, nós desapropriamos amanhã".

O Valdir, não sei se ele se mantém ainda, mas era o Presidente do INSS há dois anos, falou que semanalmente chegam pedidos de adjudicação de propriedades para o INSS. Eles adjudicam cadeiras, salas, tudo. Para quê? Para fazer sedes do INSS pelo interior do Brasil, para construir essa estrutura. Se existisse uma comissão pensando nessas propriedades para o conjunto planejado do Estado, isso seria feito e olhado de uma outra forma, porque o INSS, a Procuradoria e tudo o mais...

Para encerrar, a gente queria aqui propor uma série de coisas que estão apresentadas neste dossiê que ficará para os membros da Mesa, para os Senadores aqui presentes e os que possam aqui chegar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se tiver outras cópias, depois eu entrego para todos os membros da nossa Comissão.

O SR. PEDRO ALEM SANTINHO – Tenho outras cópias.

Primeiro, a proposta dessa lei de inclusão para caracterizar melhor, para não ter dúvida, a lei de declaração de interesse social. Segundo, uma Comissão dessa câmara, que pode ser essa mesma, não sei exatamente os procedimentos aqui, para acompanhar essa questão, sobretudo as leis que já existem e as que serão encaminhadas pelo próprio Senado. Terceiro, em particular, em relação à Flaskô, encaminhamentos em relação aos Ministérios, Ministério do Trabalho, Senaes, que têm representante aqui na Mesa, BNDES, Procuradoria da Fazenda para tratar de questões particulares da Fábrica.

Hoje, por exemplo, nós somos responsabilizados pelas dívidas dos antigos proprietários. Todas recaem contra nós e, ao mesmo tempo, nós tentamos parcelar e não nos aceitam, porque nós não somos os proprietários. Mas nós temos que pagar, porque nós estamos lá. Nem pagar deixam. Já tentamos. Nós pensamos até em entrar com uma ação de obrigação, qualquer coisa assim, depositar em juízo, porque eles não querem que a gente faça o Refis, que foi aprovado ano passado. Nós temos tudo documentado. Eles se recusam a receber. Isso é, no mínimo, má administração do banco. Queremos pagar dívidas do outro e não aceitam. E outras questões estão colocadas.

Queria encerrar, finalmente, dizendo uma última frase. Entendo que a questão mais importante e mais rápida que podemos encaminhar, inclusive com a Prefeitura, tem a ver com o programa de habitação. O Paulo, não sei se é possível falar do plenário, de Sumaré...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você já solicitou e o Paulo vai falar dali mesmo, de onde está. Quem é o Paulo de vocês três? No momento adequado, o Paulo vai falar ao microfone.

O SR. PEDRO ALEM SANTINHO – Então, em relação à questão das moradias na vila operária, existem previsões e encaminhamentos pela própria Prefeitura nesse sentido. É isso.

Desculpe eu me estender no tempo.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pedro Alem Santinho, Coordenador do Conselho da Fábrica Flaskô, que, além de mostrar o quadro, as dificuldades, traz um dossiê com algumas propostas que nós, de pronto, vamos receber e encaminhar à Consultoria do Senado, que remete o estudo para nós. Temos dois caminhos: ou os Senadores entendem que a proposta é adequada e entram com o projeto ou qualquer sindicato ou entidade de caráter nacional entra com a minuta na minha Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, eu acato, indico um relator e o projeto começa a tramitar. Então, tudo vai ser olhado com muito carinho.

Eu queria, Pedro, antes de passar a palavra para o Remígio, até numa justa homenagem à luta de vocês na Flaskô, como você citou aqui os alunos de judô do Projeto Escola de Fábrica da Flaskô, gostaria de pedir que viessem aqui à frente e fizessem uma saudação com aquele gesto de judô – o meu filho também fazia judô. Façam um gesto de saudação para esse povo para mostrar que a Fábrica se dedica à cultura, ao esporte, ao lazer e que é importante esse trabalho integrado. *(Palmas.)*

O mestre pode comandar. Faça uma saudação, mestre. *(Pausa.)*

Você é o mestre? *(Palmas.)* Faça um gesto de vitória do judô. Como faz? Vamos lá. Um, dois, três. Juntos. Levantar os braços, firmes. Abaixar os braços, firmes. Um, dois, três.Vitória do movimento. Estão liberados. *(Palmas.)*

Parabéns. É uma bela demonstração de dignidade, de uma visão universal do trabalho, da cultura, do esporte, do lazer, que é tudo o que o nosso povo quer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem, mestre Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Suplicy.

Passo a palavra, então, ao nosso amigo, meu, seu e de todos aqui, Remígio Todeschini, Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional da Secretaria de Política da Previdência Social, representando o nosso querido ex-Senador, que hoje está no Ministério, o Ministro Garibaldi.

Remígio com a palavra.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Bom-dia a todos e todas as participantes desta audiência pública.

Quero, em nome do nosso Ministro Garibaldi Alves Filho, saudar inicialmente a Presidência desta Comissão, Senador Paim, e também o Senador Eduardo Suplicy – são dois Senadores que estão sempre presentes em todas as lutas principais no campo do trabalho e no campo da previdência. Quero também saudar aqui as autoridades de Sumaré.

Evidente que esta é uma audiência muito importante com a presença de trabalhadores e trabalhadoras de empresas autogestionárias. E aqui é bom salientar, é bom recordar que, a partir do Governo Lula, começa a haver algumas estruturas de Estado tratando da questão da economia solidária. O próprio Prof. Paul Singer, que depois vai falar, foi um dos grandes batalhadores, recordo eu, na época em que estavam fazendo a transição no Ministério do Trabalho e Emprego. Acompanhei todo o movimento vigoroso do Professor, que se empenhou pessoalmente com uma grande equipe, é interessante, na formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que é uma das únicas secretarias formadas por lei, porque as nossas demais, como eu estou aqui Diretor da Secretaria de Políticas de Previdência Social, são da estrutura própria do Ministério, também do Ministério do Trabalho. Então, essa construção é muito positiva, porque essa luta é uma construção contínua e permanente que visa fazer crescer a ideia das cooperativas, a ideia da economia solidária.

Também aqui vejo que o próprio BNDES criou um departamento específico para a questão da economia solidária, como o Angelo Fuchs aqui já colocou.

Acho que o primeiro ponto para abordar aqui como representante da Previdência, sou da área de saúde ocupacional, vendo, acompanhando as mazelas dos acidentes no conjunto das empresas, até porque nós temos uma acidentalidade no Brasil bastante significativa, é claro que tem diminuído a questão da morte e da invalidez, mas, de qualquer maneira, se há relações de trabalho muitas vezes autoritárias ou condições adversas ou uma organização de trabalho adversa, isso leva ao adoecimento dos trabalhadores, a Previdência tem de cuidar até para que, de fato, nós tenhamos sustentabilidade, até porque esse órgão não tem que ser o contínuo, o eterno pagador de indenizações.

Um dos papéis, inclusive há uma integração com saúde, com trabalho também, é que haja uma política para que tenhamos tecnologias decentes, organização do trabalho decente para que a gente possa permanecer, até pela maior expectativa dos trabalhadores, em ambientes de trabalho sadios e com muito mais qualidade.

Agora, o contexto da economia solidária, colocado aqui inicialmente pelo Advogado, o Dr. Alexandre, diz respeito a trabalhadores que precisam ter a proteção previdenciária. Eu já vi no relatório que vocês procuraram anteriormente, em 2009, o ex-Ministro Pimentel, que inclusive é Senador desta Casa, para poder resolver questões como dívidas com o INSS. É bom saber que o movimento operário exige justamente da Previdência, as centrais sindicais, que cobre as dívidas dos patrões. O atual Ministro está empenhado nessa questão, mas o contexto agora é ampliar a cobertura.

É bom recordar que, em 2002, nós tínhamos uma cobertura previdenciária entre os ocupados de 60% da população. Em 2009, no Governo anterior, do Lula – evidentemente isso está crescendo com o Governo da Presidenta Dilma Rousseff –, chegamos ao patamar de 67%. E é bom recordar que a própria Lei nº 8.213 estabelece, através do art. 14, que as empresas cooperativas se equiparam às demais empresas para continuar dando essa proteção aos trabalhadores.

Então, o sistema previdenciário tem de continuar sendo pensado como um sistema de solidariedade entre todos os trabalhadores em que os empregadores ou o tomador cooperativa junto com os cooperados ou os segurados do regime geral possam, na realidade, pagar. Aqui, uma questão talvez importante para dado que possam ser dados. Não é que a Previdência tenha dados específicos das empresas autogestionárias porque estamos...

O atual Ministro Garibaldi Alves Filho procurou, vai ser divulgado nos próximos dias, o bando de dados da Gefip. Esse é o primeiro manual. Nem sei se posso colocar isso publicamente neste momento, mas o Ministro e o Secretário de Políticas de Previdência, Leonardo Rolim diz: "vamos colocar alguns dados importantes sobre a questão das cooperativas".

Na Gefip do dado do consolidado, a Gefip é o recolhimento do Fundo de Garantia ou de Previdência que as empresas devem fazer à Previdência social. Em junho de 2010, tínhamos 36,7 milhões de vínculos de segurados no sistema da Previdência que eram contribuintes que têm direito à aposentadoria futura, dos quais, quando vejo o total dos vínculos empregatícios

de natureza jurídica cooperativa, que está colocado na Gefip, temos 302 mil 732 trabalhadores que estão nesse regime, ou seja, do total, 1% tem a proteção previdenciária no Brasil em função da natureza jurídica cooperativa.

Como é que se distribui isso, em âmbito nacional, entre os vínculos? Na indústria e, aqui, estamos falando de alguns exemplos como o João Henrique falou da CTMC e o Pedro na questão da Flaskô na indústria de transformação. Na indústria de transformação têm vinculo 86 mil 145 trabalhadores cooperados; na agropecuária, 10 mil; em serviços, que é o número maior, 205 mil.

Qual é o número de estabelecimentos de natureza cooperativa que tem essa proteção acidentária? São 14 mil 356 empresas cooperativas. Na agropecuária, são 659; na indústria, são 596.

Destaca-se, na indústria de transformação, alimentação e bebidas têxteis, vestuário; na metalúrgica, é pequeno. Os exemplos estão colocados pelas empresas autogestionárias. Nos serviços é que há o número maior: 12 mil 148 empresas, sendo comércio de reparação de veículos, 4 mil 65 empresas de natureza cooperativa; transporte e armazenagem, 1.110; aqui também tem transportes autônomos e atividades financeiras, 3 mil 685 que são as cooperativas de crédito, nesse aspecto.

Por fim, o salário médio do sistema cooperativado é um pouquinho maior do que do regime geral, de R$30 ou R$40 reais, enquanto que, no Brasil, as cooperativas têm um salário médio de 1.435, no total do Brasil é 1.408.

Estou dando, na realidade, esses dados gerais. Eles não estão desagregados em função tão somente de empresas auto-gestionárias, mas mostrando que o sistema solidário público da Previdência Social, isso ajuda a aumentar a cobertura e dar a proteção social.

Quero colocar aqui a Previdência Social à disposição da Presidência da Comissão e das entidades aqui presentes porque estamos abertos para continuarmos o diálogo no sentido de que precisamos continuar incluindo e ampliando a cobertura previdenciária.

Obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Remígio Todeschini que aqui falou representando o Ministério da Previdência Social. Parabéns pela sua exposição e, pelo que percebo, tanto o BNDES, quanto o Ministério da Previdência, tenho certeza também que o Ministério do Trabalho, estão inteiramente a disposição para que se continue o diálogo para viabilizar as empresas que estão com autogestão.

Neste momento, deixei para o final, uma figura que é um guru quase que de todos nós e é com alegria que quis deixar que ele fizesse o encerramento da mesa para a gente estabelecer depois um debate.

Com enorme satisfação, passo a palavra ao Dr. Paulo Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, representando aqui o Ministro Carlos Lupi, também nosso amigo de longa jornada.

Permitam-me que eu diga. Sabe que no momento que o senhor está levantando, o Thiago de Mello fez o mesmo gesto. Grande Thiago de Mello e grande Paulo Singer. *(Palmas.)*

O SR. PAULO SINGER – Bom dia a todos, bom dia em particular aos companheiros da Flaskô. Não é a primeira vez que a gente se encontra em audiências e fico contente, feliz de saber que vocês continuam na luta ao lado de um grande número de trabalhadores que hoje constroem a economia solidária no País.

Temos as chamadas empresas recuperadas, empresas culpadas. Não há muita diferença entre elas. São empresas que fecharam. Isso no capitalismo é absolutamente normal. Empresa não é eterna. Muita empresa fecha quando o dono da empresa falece ou se aposenta, ou fica adoentado, ou fica incapacitado, ou porque os herdeiros não se entendem. Enfim, uma série de circunstâncias que levam a empresa a quebrar.

O que talvez valesse a pena chamar a atenção é que é um processo longo. Em uma empresa grande, estou pensando numa em que conheci de perto os proprietários, a Cobertores Paraíba que também foi financiada pelo BNDES, uma das primeiras empresas cooperadas de nosso País, ficou em crise uns dez anos e, nesses dez anos, ela para de pagar porque não tinha mais dinheiro. Então, em vez de confessar que não consegue e fecha, ela não paga o Governo, não paga os impostos, se apropria do dinheiro que deveria ir para a Previdência Social – isso é o mais comum – ela recolhe, mas não recolhe ao INSS para tentar manter, para ver se depois muda o mercado, qualquer coisa acontece e eles consigam se salvar.

Quando ela finalmente quebra, os trabalhadores são os maiores credores. São os salários atrasados, são recolhimentos apropriados e, assim por diante. Daí a possibilidade legal e econômica dos trabalhadores tomarem a empresa e a salvarem.

A primeira coisa interessante, sobretudo para mim que sou economista – o Suplicy também é – é como que uma empresa na mão de competentes empresários que a transformaram em um negócio grande, não conseguem salvá-la a partir de certo ponto? Essa é a história de todas elas. Da mina de carvão que hoje

é a Cooperminas, quer dizer, são grandes empresas antigas.

A história das empresas recuperadas no mundo inteiro, não é só no Brasil, na Argentina, na Europa e assim por diante é que elas são quase sempre antigas. Por que antigas? Porque os trabalhadores estão juntos há muitos e muitos anos. Lutaram junto, fizeram greves e criaram laços muito sólidos de confiança mútua, sem o que, é impossível, a partir do que resta, da massa falida de uma empresa, criar uma coisa nova.

Eu estou querendo explicar racionalmente alguma coisa que não se entende. Na mão do empresário ou dos seus sucessores quebra. Na mão de trabalhadores ignorantes, não por culpa deles, mas porque na empresa capitalista é segredo... As coisas mais importantes quem sabe são os donos. Os trabalhadores nunca são informados. Eles conseguem descobrir porque estão lá, porque o negócio vai mal. Mas que possam participar da tragédia da empresa que vai fechar. Nunca.

Esses trabalhadores, portanto, que recebem uma empresa não bem conhecida, conseguem, de fato, em pouco tempo, diria, em questão de meses, recuperar plenamente a ponto de passarem a receber de novo os seus salários em termos normais.

Eu descobri uma das razões num livro que escrevi a introdução e estou fazendo propaganda dele, é muito bom e chama-se *Sem Patrão*. Foi lançado recentemente, é um livro da Argentina, dez casos de empresas recuperadas, bem estudados por jornalistas. Foi uma cooperativa de jornalistas que fez, que se chama *La Vaca* e *La Vaca* tem um jornal que se chama *MUU* que é exatamente o que a vaca faz e, lá, fica muito claro porque os trabalhadores conseguem esse milagre.

É porque o custo patrão é muito alto e é um custo que desaparece tão logo os trabalhadores tomam a empresa. O patrão exige uma taxa de lucro proporcional a todo o capital que ele investiu senão não há interesse para ele. Se ele não consegue o lucro normal, ele não financia, não apóia mais, enfim, o custo patrão do lucro é muito grande, mas não é só.

Dentro da empresa há uma série de administradores. Há toda uma hierarquia. Em uma grande empresa, sobretudo, não é que ela desaparece, são coordenadores eleitos pelos trabalhadores, mas que não ganham aqueles salários imensos que nas grandes empresas capitalistas são pagos.

Efetivamente, quando uma empresa quebrada passa a gestão coletiva para os seus trabalhadores, a possibilidade disso dar certo é muito grande e a Flaskô é um exemplo concreto. Temos entre nós, fui ver essa estatística para chegar até aqui, em 2005 havia alguma coisa como 134 empreendimentos recuperados pelos trabalhadores. Não é em todo o País, mas em 52% dos municípios brasileiros. Foi o primeiro mapeamento que fizemos e esse dado vem daí.

Acredito que esse número deve ser bem maior hoje inclusive porque a lei de falência abre explicitamente a possibilidade dos trabalhadores, como credores privilegiados que são, ficarem com a empresa e isso não havia antes. Hoje, a lei das falências prevê a recuperação. Antes nem se pensava nisso. Havia a concordata, mas não a recuperação.

Fizemos uma cópia que fizemos da legislação americana. Os Estados Unidos têm isso e é muito importante. É importante que as empresas não desapareçam. Não é só os trabalhadores que são prejudicados, os consumidores são prejudicados. Os fornecedores são prejudicados. A sociedade toda é prejudicada quando você tem uma empresa que pode funcionar bem e, por razões totalmente injustificáveis, acaba afogando.

A prova está aí, a prova é a de que quando você dá a oportunidade a àqueles que sabem tocar essa fábrica, aprender a parte que nunca lhes foi ensinada e como gerir, como ser perito na parte financeira, na contabilidade, toda a parte fiscal etc, os trabalhadores aprendem e aprendem rapidissimamente.

Uma das nossas atividades. Nós apuramos, a Secretária Nacional de

Comércio obviamente apóia as empresas recuperadas, a nossa experiência é essa que estou falando a vocês. A gente pode ajudar, deve ajudar. O BNDES está agora com um programa específico muito bom e podemos tocar juntos e outros. Outras partes do Governo espero que também façam isso. Agora, os verdadeiros protagonistas dessa história são, sem dúvida nenhuma, os trabalhadores. Quero lembrar a vocês que o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – têm alguma coisa como meio milhão de famílias assentadas. *(Pausa.)*

Seiscentas mil, então eu já... é um pouco maior do que isso.

As cooperativas do MST são, de certa forma, empresas recuperadas.

O que é exatamente uma cooperativa da reforma agrária senão o uso de uma fazenda, enfim, de uma propriedade agrícola que estava, provavelmente, não sendo utilizada, senão não poderia ser desapropriada, uma propriedade que não cumpre uma função social, os trabalhadores recebem essa propriedade e conseguem fazer com que ela cumpra sua função social sem mais nem menos.

O caso dos trabalhadores sem terra é muito mais complicado do que dos trabalhadores industriais, como é o caso da Flaskô, porque recebem praticamente só a terra e certo auxílio financeiro, para poder comprar as sementes, animais, enfim, começar do ponto zero; ao

passo que os trabalhadores das empresas recuperadas não recuperam só a máquina que produzem, eles têm lugar no mercado. A marca é reconhecida e respeitada e os trabalhadores melhoram, inclusive, o prestígio da marca. Eles têm prestígio junto aos fornecedores, são empresas antigas, elas têm uma série de possibilidades que os trabalhadores aproveitam muito bem. Para a reforma agrária essa possibilidade não existe.

Quando eu olho os dados do mapeamento da economia solidária no País, e não é só MST, é uma variedade incrível. Eu quero salientar a vocês que nós estamos incluindo, quer dizer, vindo à economia solidária e às comunidades indígenas, aos quilombolas, aos pescadores artesanais, às quebradeiras de coco e tantos outros povos tradicionais que sempre estiveram marginalizados, que estão saindo da miséria através da autogestão, que as empresas recuperadas, e digo isso com orgulho, é a elite da economia solidária brasileira. É fácil, quer dizer, são as empresas que têm um volume de recursos, vamos dizer, sua renda bruta, é isso que a gente consegue medir, é de oito bilhões de reais em 2007. Dos 22 mil empreendimentos que conseguimos mapear, cento e cinquenta empresas eram recuperadas e se distinguem completamente pelo seu vigor econômico e, também, pelo fato de que seus trabalhadores conseguem remunerações, que eu diria, decentes, nada mais que decentes, porque a pobreza dentro da economia solidária é muito grande, particularmente os assentamentos da reforma agrária.

É preciso colocar isso em perspectiva e tentar transformar os assentamentos da reforma agrária em empreendimentos de trabalhadores tão vigorosos e tão prósperos como vocês, que estão me ouvindo, e tantos outros que estão começando agora a receber mais crédito e outros apoios absolutamente indispensáveis. CTMC é um brilhante exemplo, que no ano passado pude visitar. Vocês não são caso único, não. Temos mais.

Enfim, para terminar, não vou falar longamente, a economia solidária está crescendo neste País, crescendo em quantidade, não há a menor dúvida, mas também em qualidade.

A qualidade crescerá na medida em que nós, participantes da economia solidária, conseguirmos transformar a solidariedade, que é um sentimento fundamental, em ações concretas.

É preciso que nos ajudemos cada vez mais, aprendamos mutuamente cada vez mais, intercambiemos comercialmente os nossos produtos, produzamos para outros que estão também na economia solidária, para garantir a solidez no escoamento da nossa produção a preços decentes.

Estou, portanto, dizendo a vocês: cabeça erguida. Vamos à frente! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Paulo Singer, Secretário Nacional da Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, que fala da importância das empresas com autogestão dos trabalhadores, com muita determinação e que tem tudo para dar certo, mas avança e fala também da importância da Reforma Agrária e de fortalecermos também as nossas cooperativas na área rural.

Neste momento, vou passar a palavra, conforme me foi pedido aqui pelo Pedro, ao Paulo, de Sumaré. Pode se identificar, Paulo, se puder, na íntegra.

O SR. PAULO ZERAIK – Bom dia a todos. Eu sou Paulo Zeraik, chefe de gabinete da Prefeitura de Sumaré.

Quero pedir desculpas pelo nosso atraso, tivemos um imprevisto e acabamos chegando fora do horário.

Trazer a solidariedade do nosso Prefeito, que tem apoiado, dentro do que é possível, no nosso município, a Flaskô, que já está nessa luta há muitos anos. Também a Vila Operária, que se instalou num apoio total, em conjunto, nesse mesmo local, e que vem fazendo não é de hoje, né Pedro, ...? Temos conversado, feito várias reuniões dentro do Senado e das Câmaras, procurando soluções. Como citou agora o Sr. Paulo, desculpe-me, Paul, através da economia solidária, através de diversas economias semelhantes, talvez tenhamos que pensar de que forma fazer isso para poder resolver o problema de fato não só da empresas, mas também dos nossos moradores da Vila Operária, de Sumaré. Temos várias áreas com situações semelhantes, coisas que vêm do passado. Não tínhamos o Minha Casa Minha Vida, não tínhamos todo esse incentivo, que tem tido nesses últimos oito anos de Governo, nessas áreas, principalmente na área da habitação, que temos uma demanda muito grande, não só na nossa cidade, mas no Brasil inteiro.

A área social tem melhorado e tirado da miséria milhares de pessoas, mudando a economia, fortificando o nosso País de uma forma que, se falássemos disso há oito anos, muito poucas pessoas acreditariam que seria possível. Está provado que é. Tiramos da miséria mais de trinta milhões de pessoas e tenho o incentivo agora da nossa nova Presidente, Dilma, que vai incentivar ainda mais esse setor. É o que faz parar. Não temos, infelizmente, as condições necessárias que gostaríamos de ter para resolver de imediato.

Agradeço a oportunidade de estar aqui pedindo apoio junto com a Flaskô, junto com a Vila Operária, para que possamos achar um caminho legal, de forma

solidária, pensando realmente em resolver o problema, porque é necessário.

Se tivéssemos... se fôssemos uma cidade que tivéssemos condições financeiras para desapropriação da área de imediato, teríamos feito, com certeza. As famílias que estão lá há mais de cinco anos são mais de 500, sabemos das dificuldades delas e é difícil para o Poder Público poder fazer certas ações em função da lei, em função da legislação. Existem diversas em andamento, mas nós precisamos, em conjunto como Senado, nessa oportunidade com os Deputados, com os nossos vereadores, e com o apoio do Município no que lhe couber e no que temos feito, dar condições dignas de vida a esses moradores e recuperar as fábricas sim, porque são elas, como foi dito aqui, podem nos dar a condição de melhorar o nosso País, o nosso povo, porque o que o nosso povo precisa é realmente do trabalho digno, de recuperar, de ter uma vida digna, que ele merece, que vem se recuperando. Tivemos muitos anos de atraso, é verdade, mas está aí demonstrado e comprovado que é possível fazer. Vocês estão fazendo a diferença e nós queremos ter a certeza de que vamos estar apoiando, junto com o nosso prefeito, junto com a equipe de vereadores do nosso Município, que tem dado todo o apoio.

Nós temos os entraves financeiros, como já foi colocado, e legais, em muitos casos, até de fazer algumas obras dentro da vila ou dentro da própria fábrica.

O Senador Suplicy teve, há algum tempo, numa ação de que a fábrica vem sofrendo, achando o caminho para que realmente ela não fosse fechada de fato e conseguiu dentro da lei, o que é possível ser feito. Isso mostra que temos que nos unir e cada vez mais achar esse caminho. Estamos à disposição, vamos fazer o que for possível.

O Prefeito tem feito tudo o que é possível. Há dificuldade financeira. Talvez dentro desses novos projetos que estão sendo lançados... Temos lá vários que estão regularizando, áreas de mais de vinte anos. Populações estavam morando em situações semelhantes, temos áreas de risco, e agora, nas enchentes do começo do ano, tivemos lá..., acho que Sumaré foi notícia no Brasil inteiro em função de algumas coisas. Há cinco anos não tínhamos lá. A chuva foi de uma forma que hoje ocorreu aquilo. Estamos trabalhando fortemente, a nossa equipe, com apoio total do Governo Federal, na resolução dos problemas. Vamos estar juntos na luta, para o que for preciso, para poder melhorar a qualidade de vida da nossa população em geral, em especial da Vila Operária e da Flaskô, para que não feche. Nós temos firmas lá fechadas, como foi dito pelo Pedro, a Tema Terra, que, infelizmente, tenho certeza de que os trabalhadores até hoje devem estar com pendências financeiras, para receber, muitos não receberam. A economia, agora, através das cooperativas, têm dado um resulto muito positivo, e eu acredito que seja esse o caminho, mas não conseguimos fazer sozinhos. Precisamos dar as mãos unindo a força da população que o elegeu, do povo que precisa, da sensibilidade de um Governo, que vemos que está fazendo e fez a diferença em todos os movimentos, principalmente para àqueles que têm feito e que mais precisam.

Realmente, financiamentos nós temos muitos, a Caixa Econômica tem feito diversos, diversos financiamentos aí há muito tempo. Melhorou muito nos últimos anos, mas agora o que precisamos são aqueles que realmente não têm como ir ao mercado natural do trabalho. Estão aí os financiamentos de zero a três salários, com condições mínimas para essa situação. É diferente do caso da Flaskô e da Vila Operária, que eles já estão assentados no local, entram em outros programas que temos. Temos que arrumar maneiras de poder, junto com vocês, termos programas que possam nos dar condições de regularizar de fato e de direito o que é o direito do nosso cidadão, do nosso povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bem, o Paulo, que falou em nome da Prefeitura de Sumaré.

Quero registrar as representações que vieram dar apoio à Frasco, MTD – Movimento de Trabalhadores Desempregados –, MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –, Associação Vila Operária e Popular, Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, Grupo de Teatro Cassandra, Sindicato dos Ferroviários de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ainda moções de apoio aqui encaminhadas. Carlo Castro, membro do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina; Péricles de Lima, da CUT, Regional Zona da Mata, Minas Gerais; Fernando Priossa, Assessor Jurídico Terra de Direitos; e Tarcísio Praciano Pereira, professor também, mandou moção de apoio.

Salva de palmas a todos. *(Palmas.)*

Neste momento, vamos passar a palavra ao Senador Suplicy, depois vamos garantir à Mesa cinco minutos para as considerações finais e vamos tentar ajustar aqui os encaminhamentos, mediante propostas que surgirem.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos, eu gostaria de cumprimentá-lo pela iniciativa de ter realizado essa reunião.

Quero muito cumprimentar a todos os depoentes. Ao Pedro Alem Santinho, Coordenador do Conselho da Fábrica Flaskô, pelo histórico que juntamente com Alexandre Mandel, advogado do Movimento das Fábricas Ocupadas, nos trouxe; ao João Henrique Barbosa da Silva, Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas, que aqui trouxe uma colaboração importante da história das fábricas que, conforme o professor Paul Singer transmitiu, conseguiram sobreviver depois de estarem em condições quase de serem fechadas; ao Remígio Todeschini, que aqui nos trouxe o ponto de vista das dificuldades junto à Previdência, mas do apoio do Ministro Garibaldi Alves durante todo o Governo Lula, e agora da Presidenta Dilma Roussef para ajudar empresas em formas solidárias, como as que aqui estão sendo examinadas. E quero também cumprimentar o Ângelo Fuchs pela maneira como o BNDES resolveu então dar um apoio tão significativo para a consolidação dos empreendimentos autogestionários.

Sobretudo, também, até quero cumprimentar o meu amigo professor Paul Singer pela forma comovente como nos trouxe aqui o depoimento da sua luta. Ele dá, Presidente Paulo Paim, à Secretaria de Economia Solidária um valor extraordinário da luta dele como um professor de Economia que foi da PUC e da Universidade de São Paulo, que ali, inclusive, foi o estimulador da incubadora de empresas solidárias e cooperativas; e continua sempre, com tanta atenção, estimulando esforços como o da comunidade dos trabalhadores e trabalhadoras da Flaskô.

E também quero dizer que fico muito contente de estarem aqui os representantes do Prefeito José Bacchim, que encaminhou uma saudação desejando sucesso a essa nossa audiência; ao Secretário Paulo Jorge Zeraik e aos outros que aqui o acompanham. E pela palavra positiva de apoio a essa iniciativa.

Os representantes da Flaskô sabem que quando, no início do ano, deste semestre, solicitaram que eu assinasse o Manifesto pela Declaração de Interesse Social da Flaskô sobre o controle dos trabalhadores, dado que eu tenho mantido um diálogo, a pedido deles, com o Prefeito Bacchin, de Sumaré, sobre cada uma dessas proposições e ações, eu transmiti a eles que achava importante conversar com o prefeito de Sumaré, com quem tenho até uma responsabilidade por sermos do Partido dos Trabalhadores e por estar sendo, desde o começo, solidário aos propósitos dos que aqui estão hoje, que eu gostaria de fazê-lo em consonância com ele. E ele avaliou que seria importante dar os passos na direção de se tornar possível isso.

E conforme o Secretário Paulo Jorge Zeraik mencionou, tendo em conta todas as obrigações, as dívidas da Flaskô e as demais responsabilidades da Prefeitura Municipal de Sumaré, de pronto não teria, segundo ele me informou e agora o Secretário Paulo Jorge Zeraik aqui explicitou, os recursos necessários para essa desapropriação e que isso precisaria ser objeto de um diálogo maior de profundidade, que talvez então envolvesse – o que agora está ocorrendo – a responsabilidade no âmbito federal.

Então, aqui o Alexandre e o Pedro trazem sugestões para serem por nós examinadas no Senado. E quero, com V. Exª, Senador Paulo Paim, apoiando a sua iniciativa, encaminhar à Consultoria Jurídica do Senado essa oposição. E quem sabe o próprio professor Paul Singer possa também nos informar em que medida a Secretaria Nacional de Economia Solidária poderia também ajudar nesse estudo que a Consultoria Jurídica vai examinar, para verificar se esse é um caminho viável.

Mas vou me permitir aqui contar uma breve história, a partir do depoimento do professor Paul Singer. Acho que era há uns cinco, seis anos atrás. O ex-Ministro Ronaldo Costa Couto veio entrevistar-me e depois pediram-me que redigisse um texto sobre o livro que ele escreveu sobre a história das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e fábrica Matarazzo. Então, quando ele veio conversar comigo – depois, contei essa história num artigo que vou lhe dar – eu disse: "Olha, eu nasci em 1941 e meu bisavô Francesco Matarazzo faleceu em 1937. Então, eu não pude interagir com ele. Mas se eu tivesse tido a oportunidade de fazê-lo, tendo em conta a história que aconteceu da empresa...

Vocês sabem que ele veio lá do sul de Castellabate, no sul da Itália, em 1881, para o Rio de Janeiro. Depois, foi para Sorocaba e para São Paulo. E nos anos 30, ele era o responsável pelo maior conjunto empresarial da América do Sul, com mais de 300 empresas. Ao falecer, – eu vi pelas fotografias da época e filmes – praticamente todos os operários, trabalhadores e pessoas que trabalhavam na sua empresa acompanharam o seu funeral, desde a casa onde ele morava, na Avenida Paulista, até o cemitério da Consolação, como um sinal de que ele era muito respeitado e querido nas empresas.

Acontece, entretanto, que ele avaliou que deveria colocar toda aquela responsabilidade, por uma tradição italiana, nas mãos de apenas um dos treze filhos. Primeiro, escolheu o Ermelindo, que faleceu num desastre de automóvel. Depois, o Francisco, que era o Chiquinho, o 12º. O meu avô era o segundo, que veio com ele e o irmão mais velho Giuseppe e chamava-se Andrea. Mas ele resolveu que a principal responsabilidade e o controle acionário deveriam ficar nas mãos de um apenas. E isso aconteceu também para a geração

seguinte, do Chiquinho, que resolveu escolher a mais jovem. Mas acontece que conforme sabemos, nas últimas décadas a empresa acabou fechando.

Aí o que eu imaginei? Se eu tivesse tido a oportunidade de com ele dialogar, eu teria sugerido que ele pudesse estabelecer, ainda em vida, cotas de participação para todos os trabalhadores, para então construir uma empresa em que todos aqueles que ali trabalhavam e o respeitavam pudessem continuar. E tenho quase a convicção de que hoje a empresa não estaria fechada. Bom, isso é só.

O seu histórico, inclusive do que aconteceu com dez empresas na Argentina, fizeram-me lembrar esse episódio. E o Sr. Paul Singer sabe que eu muito tenho também estimulado as formas cooperativas de produção. Por essa razão, tenho acompanhado a batalha de vocês e quero aqui apoiá-los, inclusive na iniciativa que trouxeram aqui.

Acho que talvez fosse interessante que soubéssemos um pouco mais da Flaskô. Então, eu queria perguntar – se puderem nos dar aqui as informações – quando, há oito anos, vocês ocuparam a Flaskô, qual era o faturamento da empresa? Qual era o número de pessoas que trabalhavam na empresa? Qual era o resultado econômico naquele ano? E passados oito anos, se puderem nos dar aqui alguns dados atuais, qual o faturamento hoje? Qual o número de pessoas que trabalham na Flaskô hoje? Qual a remuneração média? E se o resultado econômico, as receitas menos as despesas pagas para as mais diversas finalidades e custos de investimentos e eventual pagamento de dívidas, está com o saldo positivo? Porque acredito que isso, além das outras informações que nos deram, constituirá elementos para a nossa reflexão. É isso. Quero cumprimentá-lo.

Senador Paulo Paim, se a Consultoria Jurídica avaliar como adequada essa proposta de iniciativa – talvez possa haver outras – quero dizer que eu me disponho, se V. Exª considerar adequado, a assinar, juntamente com V. Exª, o projeto nessa direção.

Muito obrigado e meus cumprimentos à batalha de vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Suplicy.

Assim será feito, Senador Suplicy. Tanto a proposta de projeto de lei, se for o caso...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu esqueci uma coisa muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O professor Paul Singer tem acompanhado aqui a tramitação do projeto de lei sobre o cooperativismo. No dia 25 de maio, os presidentes da CUT, da Contag, da Fetraf, da Concrab, da Unicafs, da Unisol, da Anteag – isso interessa à Flaskô – encaminharam-me uma carta de apoio ao Substitutivo do Senador Renato Casagrande sobre a Lei Geral do Cooperativismo.

Eu sou autor de um projeto e o Senador Osmar Dias era de outro. O Sr. Paul Singer tem acompanhado. E havia a Senadora Gleisi Hoffmann sido designada para ser a relatora na CAE, agora na fase final de tramitação. Como ela se tornou Ministra, o Presidente Delcídio Amaral vai designar outro relator. Acho que ainda não designou. Mas essas entidades resolveram encaminhar uma manifestação de apoio àquele entendimento feito pelos Senadores Renato Casagrande, Osmar Dias e por mim. O Sr. Paul Singer estará a par. Mas eu quero lhe encaminhar essa carta, para que o amigo Paul Singer possa acompanhar, de perto, esse trâmite, inclusive a opinião tão importante das entidades que assinaram esse documento. Eu vou depois pedir ao Relator designado para que possa interagir com a Secretaria de Economia Solidária.

Quero transmitir que eu havia me comprometido com o Centro Cultural Fábrica de Cultura para aceitar um dia o convite para ir à Flaskô falar tanto sobre o projeto de cooperativismo, da história do cooperativismo, como da história feliz da Renda Básica de Cidadania. Quero aqui reiterar. Vamos combinar, em algum dia próximo, para fazer parte da programação cultura de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT - RS) – Muito bem, Senador. *(Palmas.)*

O livro do Senador Suplicy vai circular nas mesas.

Vou encaminhar da seguinte forma. Como o nosso representante do BNDES vai ter de sair, vamos fazer agora os encaminhamentos, mediante acordos - espero eu com o Plenário e a Mesa - e cada um terá seus cinco minutos para considerações finais. Ao mesmo tempo, no caso, o Pedro responde aos questionamentos do Senador Suplicy.

Eu, numa rápida conversa com os companheiros, representantes dos trabalhadores - olho aqui para os nossos queridos representantes também dos trabalhadores –, no meu entendimento, junto às instâncias do Banco, do Ministério do Trabalho e da Previdência, é que seria importante assegurarmos uma reunião para eles discutirem, porque audiência pública - eu sempre digo - dá visibilidade para o fato, mas só a audiência pública não resolve nada. Eu sou talvez o Senador que mais faz audiência no Congresso. Sei da importância da audiência pública, mas, depois, como a gente fala sempre, tem o dia depois - não vou falar o *day after*; vou falar o dia depois.

Então, a audiência pública leva para a opinião pública, principalmente pela TV Senado, o fato em debate. Mas é praxe da nossa comissão, tanto aqui, na de Direitos Humanos, como em outras comissões, no encerramento da audiência pública, fazer alguns encaminhamentos.

Então, conversando rapidamente com o João, o Pedro e o Alexandre, a reivindicação nº 1 – ver se o BNDES pode atender, porque não é nada fora da lógica – é que os Senhores tenham uma reunião com o BNDES, com o setor correspondente, para ver o que é possível fazer em prol das empresas.

Com a palavra o Ângelo.

O SR. ÂNGELO GIUSEPPE POVOLERI FUCHS – Com o maior prazer. É só marcar a data e a gente vai ter o maior prazer em recebê-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, já fica ajustado o primeiro encaminhamento: uma reunião entre os representantes das empresas de autogestão com o BNDES. Só vamos ajustar as datas. Acho que só trocando os cartões é possível, por telefone, ajustar.

Acho que a questão previdenciária exige também uma conversa. Por isso, encaminho ao Remígio: você pode deixar o cartão para eles dialogarem mais com você? Eu sei que isso é feito, mas que seja protocolar, a partir desta audiência. Tudo tranquilo, Remígio?

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Tudo bem. Sem dúvida, a orientação que tenho recebido é que a Previdência está aberta, até porque o nosso objetivo é ampliar a cobertura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT - RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

Então, a questão da Previdência também está discutida. Se o Paul Singer me permitir, no campo do Ministério do Trabalho, eles também ligariam para V. Exª para continuar dialogando e apontar caminhos, oK? As três audiências estão marcadas: com os representantes dos trabalhadores, do BNDES, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência.

O segundo encaminhamento é sobre o dossiê que recebi. Eu o encaminho à consultoria. Vamos, então, proceder à apresentação de projetos onde for o caso ou de até um projeto em que o próprio movimento possa entrar, via Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Daí o relator. Eu discuto com vocês: quem tem simpatia com a causa. Tudo bem esse? Podemos aprovar? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu lembro que o João Henrique pede também – e eu acho justo; o Senador Suplicy pode me ajudar nesse sentido – uma audiência com a Petrobras, porque eles produzem material de total qualidade, e não conseguem produzir para a Petrobras. Foi isso, não é João Henrique? Eles querem apenas ter o direito à livre concorrência. Para a empresa dos trabalhadores que produz, se não me engano, casco de navio – não é isso? - tenha também o direito de concorrer com os outros. Quem for o mais preparado, o mais competente, o melhor preço, a Petrobras há de contratar. Então, eu queria dividir essa responsabilidade com o Senador Suplicy. Podemos aprovar? Eu e você vamos conseguir essa audiência?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está aprovado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para as considerações finais, vou começar com o Remígio. De lá para cá, Remígio. Você foi um dos últimos a falar e vai ser um dos primeiros nas considerações finais. Cinco minutos para cada um, se necessário.

O SR. REMÍGIO TODESCHINI – Eu quero novamente aqui agradecer a oportunidade que nos foi dada pelo Senador Paulo Paim, em nome do Ministro Garibaldi Alves Filho. A Previdência se coloca à disposição, até para poder encontrar também saídas para essa questão, no sentido de ampliar a cobertura previdenciária e a proteção social neste país. Obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao nosso companheiro Remígio Todeschini, que falou aqui em nome do Ministério da Previdência.

Passamos, de imediato, a palavra ao Ângelo, que representa aqui o nosso BNDES.

O SR. ÂNGELO GIUSEPPE POVOLERI FUCHS – Senador Paulo Paim, eu gostaria de agradecer a oportunidade, o tempo e a energia dos trabalhadores e falar um pouquinho também do "S", do social do BNDES. A gente é às vezes é um pouco criticado, mas muita gente não sabe o que a gente faz. Vou falar alguns exemplos rápidos, que muito provavelmente vocês nem sabem que o BNDES faz.

A gente recebeu, por exemplo, Senador, uma delegação de mais de setenta pessoas, no BNDES, do Movimento dos Atingidos por Barragens. É um outro público com quem a gente opera.

A gente tem três projetos já sendo executados com o Movimento Sem Terra, no Paraná. Muito pouca gente sabe que a gente trabalha com o Movimento Sem Terra. A gente recebeu o Presidente da CUT. Quando a gente começou a falar dos trabalhos que a gente faz, do tipo de movimento social que a gente atende, as pessoas ficaram impressionadas. A própria CUT não sabia que a gente fazia isso. Mas, sim, o "S" do BNDES é cada vez maior.

O BNDES é referência nacional, como todos sabem, por exemplo, com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Nenhum Ministério ou órgão governamental já fez mais pelos catadores do que o BNDES. A gente também tem um programa de APL de baixa renda, que está rodando com muito sucesso. São grandes realizações que o BNDES tem feito, só para citar algumas a vocês.

Agradeço a oportunidade, mais uma vez, e coloco o BNDES à disposição, tanto para a Flaskô, como para qualquer outra empresa recuperada. Existe o programa; o programa é disponível, e a gente quer trabalhar junto com vocês. Vai ser um prazer. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Ângelo Giuseppe, que aqui falou em nome do nosso querido Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho.

Foi-me solicitado – e vou seguir a sequência – que eu desse a palavra, nem que fosse por três minutos. Normalmente eu faço isso. Eles cobraram, corretamente, porque eles viram, em outras oportunidades, que eu sempre abro, no mínimo, para duas pessoas do plenário. Então, vamos abrir para duas do plenário. Vai falar o trabalhador da Flaskô, que é o Carlão, e um morador da Vila Operário, a Presidente da Associação, a Neusa Rossique.

Então, o Carlão está com a palavra, no microfone. É só apertar o botão, acenderá uma luzinha verde, e você fala.

O SR. CARLÃO – Eu sou Carlão da Flaskô. Faz dezesseis anos que trabalho na empresa. Nesses dezesseis anos, vinha vindo muito pagamento atrasado, quando tinha a diretoria dos patrões. Nesse sofrimento, trabalhava eu e a minha esposa. Eu disse para a minha esposa: "Você sai e eu fico. Arruma um serviço de faxina para fora e eu vou manter o meu trabalho aqui." Aí, atrasavam o pagamento. A gente era trezentos trabalhadores; de 300 baixou para 150; de 150 foi para 60. Com 60 pessoas que a gente ocupou uma fábrica junto com ma CIPA. A idéia deles era ficar com 10 trabalhadores, para ir fechando devagar.

Nesse período que nós ocupamos, cortaram a nossa luz, a da fábrica, e também a de casa. Não era certo a gente tirar a comida dos filhos para pagar uma conta de luz. Falei para a mulher: "Nós usamos a vela, não tem problema. E a gente vem sofrendo até hoje. Os empresários querem fechar de todo jeito a Flaskô; os empresários que têm dinheiro grande querem fechar. Outros empresários disputam as peças que saem da Flaskô. Nesse período, nós cortamos três vezes.

No dia 15, do ano passado, trocaram o juiz de Sumaré. Aí o juiz pediu falência. Eles já passaram na Internet e os trabalhadores não sabiam; os trabalhadores ficaram sabendo na sexta-feira. Eu cheguei em casa e falei para a mulher: "O juiz pediu falência." A minha mulher falou: "E agora?" Eu falei: "Velha, em primeiro lugar, é Deus e Jesus. E nós temos as pessoas, os Deputados Federais e estaduais, que apóiam a gente e ajudam a gente." A minha mulher ficou naquela afobação: "Mas agora acabou a Flaskô!" Não, acho que, por Deus, o Suplicy, estava em Sumaré, conversando com o juiz, com esse juiz novo. Aí, eles retiraram o fechamento da fábrica.

Tudo que a gente faz naquela fábrica...Ninguém diz que os trabalhadores estão ficando ricos nem nada. Nós pagamos as dívidas, devagarzinho, com o que gastamos, com matéria-prima, e trabalhamos com mão de obra, porque não temos capital para comprar material, e as máquinas que nós temos são muito velhas. Tem hora que quebram e, quando vamos consertar, é uma fortuna; e nós pagamos uma energia muito alta, da fábrica. Tem de pagar; se não pagar, corta. É isso que a companhia alega.

Nesse período de oito anos, tinha um terreno da fábrica, que era cheio de mato. Nesse período, ele só criava mato e ficava devendo os impostos para a prefeitura. Hoje, o patrão deve milhões de dinheiro para o governo federal e para o Estado, a Prefeitura. Nós entramos num acordo: nós pagamos aluguel. Vamos pegar aquela área e fazer uma casinha para nós e para o meu filho que pagava aluguel. Falei assim: "O pai marcou um terreninho para você. Vamos fazer um barraco para você e você vai ficar lá." Vai para cinco anos que ele está morando ali, na Vila Operária. Para quem ganhava R$600 e pagava 400 de aluguel, a mulher dele trabalhava e colocou o filho deles na creche. Pagava a creche e tudo. Esse terreninho caiu do céu para ele. Foi um dinheiro que deu para saldar as dívidas que ele tinha com aluguel. Hoje, a gente tem de pôr na cabeça e ter um meio de a prefeitura assumir aqueles terrenos e passar para os trabalhadores, para os moradores pagarem os morador ali, para os morador pagar os imposto. Pessoas, cinco anos de moradia de dois anos, de três anos a Prefeitura assinasse um papel, cada morador tinha um pouco e... Conta os três anos de imposto que as família pagava para a Prefeitura. Acho que tem que ter um meio, porque, se continua assim... Nós vem três vez aqui. Nós temos um problema muito grande, sem terra, sem teto. Nós não só pensa no trabalhador. Pensa em pessoa desempregada, pessoa sem teto, de aluguel, que paga aluguel. Também a juventude que fica na rua. Nós cedeu espaço para eles. Ali vai sair campeão. Eles disputam o campeonatinho deles. Então, por isso, fico muito contente de estar aqui hoje com vocês, de ver as palavra de vocês e ver se vocês ajudam nós para não deixar, porque, se mais

demora, uma hora esse patrão pode vender aquilo e acabar tudo o trabalho da gente.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Carlão, em um linguajar simples, falou com muita clareza sobre as dificuldades e a esperança que estão depositando nesse movimento para valorização da empresa com autogestão e, ao mesmo tempo, o direito à moradia de toda nossa gente.

Passo a palavra à Presidente da Associação da Vila Operário, Neusa Rossique. *(Pausa.)*

Deve acender uma luz verde.

A SRª NEUSA ROSSIQUE – Bom dia a todos.

Queria agradecer. É com muita satisfação e muito esforço que estamos aqui mais uma vez.

Quero deixar aqui um pouquinho da minha história, da nossa história.

Somos moradores da Vila Operário Popular e posso dizer que com muito orgulho. É o lugar onde resolvermos fazer a diferença, em Sumaré. Fizemos a ocupação dessa área em volta da fábrica Flaskô a fim de moradia no dia 13/02/2005. O terreno era amplo e estava abandonado pelo antigo dono, pelo patrão. Era um terreno esquecido. Estava servindo só para a destruição da raça humana e do crime. Durante a preparação da terra – quem acompanhou de perto viu – foram encontrados vários cadáveres. Ali só servia para depósito deles.

Começou, então, a luta, e foi difícil. Resistimos a vários processos para mantermos naquele lugar. Encaramos frio e tempestades chuvosas debaixo de uma lona preta, pois era a única maneira de cada um ter a sua casa e deixar de ser escravo do setor imobiliário, porque quem paga aluguel, como diz o companheiro Carlão, ou come ou paga a luz; ou vê o vizinho que tem condição melhor rir da sua cara, porque, definitivamente, quem vive com um salário de R$1 mil não consegue fazer as três coisas. Isso não é dignidade!

Acho que tomei a decisão mais certa da minha vida. Estamos sofrendo bastante, mas resistimos, e valeu a pena, pois a nossa maior esperança agora é, junto ao Exmº Sr. Antônio Bacchim, partir para a regularização da Vila Operária. Não podemos parar de acreditar nos sonhos. Desistir jamais! Lutar sempre!

Apoiamos a luta dos trabalhadores da Flaskô, pois eles fazem parte da nossa história, onde tudo começou. Pedimos que faça declaração de interesse social da Flaskô e da Fábrica Esporte e Cultura e que regularize a Vila Operária.

Ainda não temos iluminação pública e rede de esgoto. Temos um córrego que corre a céu aberto. É muito desagradável!

Pretendemos junto ao Prefeito buscar regularização da Vila. Esse é o caminho. Acreditamos que estamos no caminho certo. Acreditamos na nossa camisa e na nossa bandeira.

Agradecemos a presença do Secretário da Habitação, Jesuel Pereira, e do Chefe, Secretário de Gabinete Paulo Zeraik. Deixo aqui um grande abraço ao Prefeito Antônio Bacchim.

O País está crescendo, é verdade, mas ainda vemos muitas coisas que nós, como brasileiros, não podemos deixar de ficar indignados. O direito de moradia ainda é tirado. Várias pessoas que conheci, não é historinha, já vi partirem desta terra sem um dia poder ter falado que teve a sua casa própria.

Também gostaria que fosse encaminhada para o órgão competente e para o Ministério das Cidades alguma coisa sobre a regularização da Vila Operária, junto ao Ministro das Cidades e a Prefeitura de Sumaré.

O meu muito obrigada!

Agradeço a todos pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só pergunto uma coisa para Neusa. Você tem por escrito sua fala? *(Pausa.)*

Então, encaminhe para a Mesa porque, baseado nela, vou encaminhar, como você pediu, para o Ministério das Cidades a sua solicitação. Ok, Neusa?

Parabéns pela fala. Muito precisa também.

Passamos a palavra neste momento ao Alexandre, advogado do Movimento das Fábricas Ocupadas.

O SR. ALEXANDRE TORTORELLA MANDL – Primeiro, queríamos novamente agradecer essa oportunidade, justamente entendendo que essa audiência pública vem em um momento extremamente importante do Movimento das Fábricas Ocupadas, com a resistência na batalha que se trava na Flaskô, que envolve não só a experiência concreta no controle operário, mas, a partir de uma fábrica sobre controle operário, como se pode fazer com que uma propriedade cumpra sua função social juntando não só as relações de trabalho, mas a ocupação por moradia, no direito por moradia por um espaço da Fábrica de Cultura e Esporte, que proporciona para mais de 400 crianças as atividades de cultura e esporte, fazendo com que as crianças tenham essa atividade.

Esse espaço é fruto de uma luta política que estamos desenvolvendo nos oito anos, mas que remete a todo processo histórico da classe trabalhadora. Nossa referência se faz, em uma clara perspectiva de classe, para entender que a fábrica Flaskô deve ser estatizada e colocada sobre controle dos trabalhadores e que essa perspectiva pode ser feita de diferentes formas. É isso que estamos discutindo aqui em Brasília. Tivemos oportunidade de termos sido recebidos em 2003

pelo ex-Presidente Lula. Agora estamos inclusive, e um dos encaminhamentos aqui, esperando para sermos recebidos pela Presidenta Dilma

Temos uma expectativa real disso porque há fundamentos para fazermos com que essas reivindicações sejam atendidas de imediato, mas acatamos e entendemos como extremamente positivos os encaminhamentos propostos pelo Presidente, pelo Senador Paulo Paim, lembrando que no relatório tem diversas propostas mais detalhadas, fundamentos, anexos que comprovam os documentos e a situação jurídica disso.

Mas o que é importante, inclusive com a presença de Paul Singer que já tivemos na própria audiência pública na Câmara dos Deputados e em reuniões no próprio Ministério do Trabalho, é entender, como ele bem diz, que fábricas fecham – pela lógica do capital, fábricas fecham, e por diferentes motivos – e que a perspectivas que temos que ter é justamente o que fazer nesta situação. Acho que aqui há um consenso, no que discutimos aqui, de que os trabalhadores têm que atuar para que as fábricas possam ser geridas, administradas pelos trabalhadores e que fiquem as conquistas sociais que são implementadas, como ressaltamos, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, fazendo com que haja a geração de novos postos de trabalho, e depois acho que o Pedro vai responder diretamente as perguntas que o próprio Senador Suplicy fez, o aumento de faturamento, a geração de novos postos de trabalho.

Não é à toa, como disse no primeiro momento, que somos combatidos justamente por essa coerência. Não é à toa que, na sentença, o juiz que afasta o controle operário nas principais fábricas no movimento das fábricas ocupadas, em Santa Catarina, que envolvia mais de 1 mil trabalhadores diretamente, diz, com essa expressão: "Imagina se essa moda pega!" Isso nos fortalece no sentido de continuarmos firmes junto com os outros movimentos sindicais, com a luta sindical para efetivamente transformar essa sociedade.

Temos, nesse relatório que está sendo entregue aqui a todos os componentes da Mesa e aos demais Senadores, um manifesto, a que o próprio Senador Suplicy fez referência, com mais de mil assinaturas de importantes representações de movimentos sociais, lideranças políticas, sindicais, intelectuais, que mostra um verdadeiro peso de apoio a essa luta, o que gostaríamos aqui de ressaltar.

Temos um processo político interessante, até na fala do próprio Ângelo, representando o BNDES, sobre o papel do Estado, uma discussão do papel do Estado no próprio Brasil, do crescimento econômico que teve. Até um pouco na fala da própria Neusa, ela ressaltou no final que há um crescimento econômico, mas há uma situação de desigualdade, há uma discussão da diminuição da desigualdade social. O papel das ocupações de fábricas na defesa dos postos de trabalho é fundamental, e é isso que o Movimento das Fábricas Ocupadas tem discutido. É com isso que apresentamos essa proposta. Com certeza, estamos à disposição para qualquer discussão ou dúvida, mesmo para a consultoria e a assessoria jurídica da própria Comissão. Mas é possível, por meio da discussão em torno da desapropriação, que se faça uma desapropriação por interesse social, com fundamento nas relações de trabalho, a partir das fábricas que foram abandonadas pela gestão patronal.

Por último, e queria encerrar a minha fala com isso, representando e em nome de todos os trabalhadores e apoiadores que vieram, um breve poema escrito em homenagem à Flaskô:

Operários da Flaskô

Somos operários, marcados na guerra
Da luta das classes: trincheira aberta
Do Estado opressor não espera-se nada
Somos combatentes de uma fábrica ocupada
Somos lutadores, trabalhadores
Nosso suor se respinga em tambores
Cuja riqueza não se apropria
Pelas mãos do patrão e da oligarquia
Salvando os empregos e o parque fabril
Para nós a bombona é como um fuzil
Que ameaça a existência de todo patrão
Com rajadas de luta por estatização
Nossas máquinas injetam uma nova toada
Cujas bandeiras não são leiloadas
Não havendo juiz ou interventor
Que nos prive da luta e do nosso fervor
Com o povo erguemos a vila operária
Com o povo fabricamos esporte e cultura
Nas assembléias e conselhos tocamos a fábrica
Conquistando a liberdade com desenvoltura
E de todo o planeta se pode ouvir
Daqueles que aguardam um novo porvir
De que a Flaskô é do povo, e por nós ocupada
Contribui na conquista revolucionária

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Alexandre, advogado do Movimento das Fábricas Ocupadas, com as suas considerações finais.

Nesse momento, passo a palavra para o João Henrique Barbosa da Silva, Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas, Rio Grande do Sul, que tive a alegria de presidir por dois mandatos.

O SR. JOÃO HENRIQUE BARBOSA DA SILVA – E temos hoje como Presidente da Câmara dos De-

putados um metalúrgico, que é o Marcos Maia, que é da mesma base nossa, minha e do Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o Presidente da Câmara dos Deputados hoje.

O SR. JOÃO HENRIQUE BARBOSA DA SILVA – Paim, para mim, tenho essa expressão de te chamar de Paim, porque é assim que a gente se tratava e se trata ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Corretamento.

O SR. JOÃO HENRIQUE BARBOSA DA SILVA – Quero agradecer essa oportunidade e dizer da satisfação e do orgulho que tenho, Senador, de estar aqui hoje. Só não votei em ti, como também fiz campanha. Três meses de campanha, naquele frio, não é fácil! Mas votei porque te conheço. Votei em ti porque entendo tudo isso que estás fazendo pelo nosso Estado, pelo nosso País. É isso que nos faz sair para as ruas fazer campanha.

E quero dizer também que esta minha vinda aqui, pelo convite que tive, representando a CTMC, 252 trabalhadores associados, que hoje no Brasil o PAC é real, o País está se desenvolvendo, e nós temos várias participações, Senador, da CTMC nesses empreendimentos e nessas obras do PAC. Para você ter uma ideia, nós estamos fazendo as camisas da ponte da 448, que vão ser em torno de 2 mil toneladas de chapas, que já estão sendo trabalhadas e que já estão sendo enterradas no chão para fazer as colunas da 448. Estamos já iniciando também as vigas, as colunas para fazer a ponte estaiada.

Com o pré-sal e com todo esse processo de crescimento do nosso País, nós somos iguais a todos que estão nesta sala. A história de vocês é a mesma minha história. Quando o companheiro faz o seu relato, o seu depoimento, ele o faz real; ele não inventou, ele não escreveu a história, porque ainda vai ser escrita a tua história. Tu estás vivendo a sua história como eu vivi e como já foi escrita a minha história lá em Canoas, no Rio Grande do Sul.

E é por isso, Senador, que, conversando com os companheiros do lado sobre o empreendimento, é que vejo que, com essa riqueza do Brasil e com o pré-sal, que está sendo todo dia noticiário, nós não precisamos de rancho, de cesta básica. Há distribuição de renda. O que nós precisamos é de que o pré-sal, através da Petrobras, um órgão do Governo, nos reconheça como capacidade produtiva deste País, que nos dê valor e nos faça valer.

O Paul Singer lutou a vida toda e está lutando hoje. Ele está aqui, e nós temos de ter honra, temos de fazer o nome de Paul Singer ser honrado pelos quatro cantos do Brasil. Ele luta por isso.

Então, Senador Paim e Senador Suplicy, isso para nós, essa agenda, essa reunião com a Petrobras é uma agenda que tem de ser futurística. Nós temos que baixar aquela cortina do passado e dizer que cooperativa é tudo gato, é tudo sacana. Hoje, as cooperativas são oriundas de um trabalho do passado que muitos políticos lá atrás deixaram acontecer, que são o fechamento das empresas, o sucateamento das fábricas e a desvalorização da mão de obra. Hoje, não se forma mais trabalhador. É difícil ter um soldador formado, um caldeireiro formado, certificado. Então, essa agenda nossa na Petrobras, Senador, para mim, vai ser o início e uma grande retomada, que é a manutenção, sim, dos postos de trabalho, das empresas recuperadas.

Sucesso para ti, Paim, sucesso para a classe operária, sucesso para outra. Parabéns por este evento. Gosto muito de você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns João Henrique Barbosa da Silva, lá da base de Canoas. Lembrou bem aqui o Marco Maia, o Miguel Rosseto, também do nosso sindicadato. Fomos todos do mesmo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. E o Miguel Rossetto, hoje na Petrobras, é considerado uma das cinco pessoas mais competentes no mundo sobre a questão do biocombustível e também veio de lá.

É uma alegria ver o seu pronunciamento aqui, convicto, apontando caminhos e fazendo esse alerta a todos nós e à própria Petrobras: apostem nos seus trabalhadores! É o que Lula tanto dizia no caso das APs, AP-57, AP-52, enfim. Neste momento, as cooperativas, as empresas de autogestão dos trabalhadores estão mostrando toda a sua capacidade, competência e têm tudo para dar certo. Você faz um breve pronunciamento nesse sentido. Meus cumprimentos! Fico muito alegre de olhar para trás e ver que as lideranças continuam firmes, com os mesmos propósitos daquilo que nós começamos lá, há muitos anos, das caminhadas como aquela. Essa eu vou contar. Você contou uma historinha, e eu vou contar uma, em que o Joãozinho estava junto.

Em plena ditadura decretamos a greve geral. Eu saí de São Paulo. Eu era Secretário-Geral da CUT; depois fui Vice-Presidente. Volto para o Rio Grande. Conseguimos unificar todo o movimento sindical gaúcho e fizemos a greve geral. Daí, acordamos que, naquela madrugada, nós sairíamos de Canoas a Porto Alegre a pé. O Joãozinho estava junto, o Miguel estava junto, o Marco Maia estava junto. Saímos com cinco mil trabalhadores de Canoas. Diziam que, quando a gente atravessasse a ponte do Gravataí, que divide Canoas e Porto Alegre, nós seríamos metralhados. Os trabalhadores diziam "Vão metralhar coisa nenhuma!"

Fomos, atravessamos a ponte, chegamos ao Palácio, fizemos a ato com mais de vinte mil pessoas. Quando entramos na Farrapos, as pessoas jogavam pétalas, papel picado. Chegamos em frente ao Palácio, fizemos o ato. Daí, cortaram o som na hora em que eu estava falando, num ato de provocação, e começaram a dizer que era para invadir o Palácio. E eu, comecei a dizer, e o povo repetia, o Joãozinho estava lá "Não, não à provocação. Nós não vamos ocupar o palácio." Eu fui dizendo, e o povo ia repetindo. Eu fui dizendo, e o povo ia repetindo. O Jair Soares era o Governador, e nós entramos em uma comissão e fizemos lá a devida negociação.

Então, essa é uma história bonita desses lutadores que estão aqui que eu fiz questão de lembrar neste momento, antes de passar a palavra para o nosso querido Pedro Alem Santinho, coordenador do Conselho de Fábrica da Flaskô.

O SR. PEDRO ALEM SANTINHO – Vou comentar aqui seis pontos, respondendo diretamente às perguntas do Senador Suplicy.

É claro que isso tem uma história, as perguntas dele, mas vou colocar os pontos centrais. Nós ocupamos a Flaskô com 66 pessoas na ativa, que estavam trabalhando até aquele momento. Hoje, nós somos 69. Chegamos a cem, em 2006, contando que, na época eram 66, mas retornaram, para chegar a cem, mais 16 trabalhadoras e trabalhadores que estavam com essas diversas aposentadorias que existem – temporárias e tal – e o INSS devolve com as altas programadas e tudo o mais, e o trabalhador sonha em ficar doente, porque é a forma como o trabalho transforma a vida dela, para ele não poder ser demitido. Com a fábrica ocupada, eles retornaram ao trabalho, e fomos quase a cem. Depois, elas foram se aposentado. Hoje seguem trabalhando, dessas que estavam aposentadas na época da ocupação, ainda cinco trabalhadoras. Falo essas porque, na grande maioria, foram mulheres que contraíram LER na superprodução na época patronal. Hoje, nós somos 69.

O faturamento, quando nós ocupamos a fábrica, estava parado há dois meses. O último faturamento tinha sido de R$56 mil. A folha de pagamento era de R$59 mil. Então, o faturamento era inferior à folha de pagamento. Nós chegamos em 2006 com um faturamento de R$1 milhão, que, na época, era equivalente ao ponto de equilíbrio, do ponto de vista contábil, para acertar todas as contas. Não vou entrar aqui nos detalhes dessa explicação.

Depois, nós tivemos um problema com intervenção em outras empresas, com o corte da energia elétrica da fábrica por 44 dias. Ficamos parados por 44 dias, e vocês podem entender que a Flaskô produz uma embalagem para a indústria. Parada por 44 dias, todo mundo que era nosso cliente passou a comprar de outros, e nós passamos de agosto de 2007 a hoje recuperando todo esse trabalho, na verdade, de novo do zero. Então, nós voltamos de 2007 para cá. Hoje, nós faturamos R$600 mil, sendo que o ponto de equilíbrio está em torno de R$800 mil. Nós retomamos o pagamento do INSS da parte empregado. Da parte da empresa fizemos alguns refis, mas os últimos nós não conseguimos, porque não foram aceitos pela Procuradoria. Eles nos intimam a pagar as dívidas anteriores, mas os refis nós não conseguimos, foi recusado. Acho que seria interessante fazer chegar isso ao Ministério da Previdência, porque nós propusemos o pagamento e tudo o mais. Inclusive, nós chegamos a pagar 31 de novembro, que foi o prazo para fazer, e, em maio, quando o INSS fez as contas – a Procuradoria fez todas as contas e abatimentos de juros e tudo o mais –, quando estava o valor certo, passaram a não serem mais enviados os boletos para serem pagos.

Então, nós pagamos durante um determinado período o valor mínimo e, quando se acertou a conta, não foram mais enviados. Nós trabalhamos com a perspectiva de até o final do ano, na virada do ano, chegar ao ponto de equilíbrio e virar empecilhos reais e concretos. O BNDES não está mais aqui, mas, há um ano, chegavam a 28% os gastos com *factoring*, para desconto de títulos. Para vocês terem uma ideia, a JBS compra de nós com prazo de 58 dias. Então, com juros de 7% ao mês, dá 58. Você perde hoje 13%, sendo que a gente segura 45% do faturamento em conta para receber nos prazos do vencimento. Isso está causando uma dificuldade muito grande com matéria-prima para atender aos pedidos. Então, a gente é obrigado a recusar os pedidos para não crescer mais do que as pernas nos permitem e fazer isso responsavelmente..

Para encerrar, acho que o companheiro disse ali, nós fizemos um esforço muito grande para pagar o que nós entendemos que são as dívidas centrais e fundamentais. O Senador Suplicy esteve em 2004 na Justiça do Trabalho, lá em Campinas, numa luta nossa, em um leilão que faziam para a gente pagar as dívidas trabalhistas e nós dizíamos que não se deveria leiloar para tirar fatiadamente cada máquina da fábrica, porque isso iria levar ao fechamento. E o Senador nos ajudou nisso, sendo que, em 2005, nós passamos, com um acordo que unificou todas as dívidas trabalhistas dos ex-patrões, a pagar um percentual do faturamento aos ex-trabalhadores que tinham sido abandonados. Hoje, nós pagamos em torno de R$300 mil, e poderia estar a mais se não fosse essa dificuldade passada.

Os tributos, a mesma coisa: nós fizemos vários pagamentos. E temos dificuldades com dívidas antigas que nos sobraram. O próprio Senador nos auxiliou para

a gente renegociar R$700 mil de CPFL, que é a companhia de energia do Estado de São Paulo, dos antigos donos, e nós pagamos mês a mês nesses últimos anos.

Encerro com uma série de detalhes que é importante a gente passar oficialmente, inclusive para o BNDES e tudo o mais. Mas eu queria, ao encerrar, dizer que os dados demonstram a viabilidade da empresa, mas uma viabilidade, para ser bastante claro, responsável. O que significa isso? Nenhuma empresa, nem a Volkswagen funciona sem crédito, não funciona, e ninguém, de um dia para outro, acerta tudo. Então, a dificuldade do fechamento de 2007 e não existir crédito, tudo isso é quase um empecilho para crescer. E, mesmo assim, nós temos feito um esforço e melhorado. Hoje, a produtividade da fábrica é 30% maior, com uma jornada de 30 horas semanais; os trabalhadores trabalham 30 horas, são seis horas de segunda à sexta, com uma produtividade 30% maior do que com mais funcionários como antes. Isso tudo como? Mudando a forma de trabalho, melhorando os equipamentos e tudo o mais.

Encerro, com muitas informações, mas convido todos a visitar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Qual é o salário médio hoje?

O SR. PEDRO ALEM SANTINHO – Nós cumprimos a determinação do sindicato. Então, o piso salarial de quem trabalha na área de zeladoria é de R$980,00, que é o piso do Sindicato dos Químicos. O salário mais alto é o da ferramentaria, que hoje é de R$2,9 mil. A gente criou um critério: o salário mais alto é o do operário mais especializado da fábrica. Então, inclusive o advogado que trabalha conosco recebe o salário do operário especializado, que é o ferramenteiro da fábrica que conserta os moldes. O Alexandre, que trabalha na fábrica e é nosso advogado, recebe o salário do operário especializado. Isso cortou, anteriormente, o salário de dezenas que recebiam R$10 mil, R$12 mil, R$15 mil em 2002. Custo patrão. Esse nós expulsamos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Pedro, inclusive, quanto a esse exemplo de redução de jornada que foi dado, sou autor, junto com Inácio Arruda, do projeto que reduz a jornada de 44 horas para 40 horas. A gente tem participado de inúmeros debates no Brasil todo e mostra exatamente isso. Uma carga menor aumenta a produtividade e, consequentemente, aumenta a qualidade. O trabalhador fica mais descansado, ocorrem menos acidentes, é maior a produtividade, ou seja, há mais produção. Enfim, todos ganham. Vocês estão provando que é possível com 30 horas. A gente quer provar aqui que é possível pelo menos 40 horas. Essa é a luta hoje de todas as centrais e confederações em cima desse projeto. É possível, sim, reduzir a jornada sem reduzir salário e aumentar, inclusive, a produtividade.

Então, parabéns pelo exemplo que estão dando. *(Palmas.)*

Com satisfação enorme, para encerrar o nosso trabalho, eu passo a palavra ao nosso Paul Singer, que eu chamei até o momento de Paulo Singer. É porque eu sou Paulo também. *(Rindo.)*

O SR. PAUL SINGER – Bom, não resta muito a falar e até porque o tempo está curto.

Isso que você acabou de contar de vocês reduzirem a jornada de trabalho e aumentarem a produtividade é uma tendência histórica, é uma lei histórica. Não e é lógico, não é um milagre, é lógico.

No começo do séc. XIX, havia um industrial inglês chamado Robert Owen, que, entre outras coisas, é o inventor do socialismo, a palavra socialismo. O socialismo começou com ele. Ele era um empregador. Tinha uma tecelagem em que reduziu a jornada, impediu o trabalho infantil, criou escola para as crianças. Ele ganhava mais dinheiro que os concorrentes, mas eles não entendiam como. Parecia uma coisa absolutamente louca. E ele tornou-se muito famoso por isso e foi um grande lutador pela classe operária. Apesar de capitalista, ele chegou a ser o presidente da primeira central sindical no mundo, que se criou na Inglaterra, no ano de 1820 e poucos. Chamava-se grande central dos trabalhadores.

A experiência é essa no mundo inteiro. Quer dizer, a qualidade do trabalho é muito mais importante que a sua extensão. Quando a extensão é excessiva, a qualidade sofre. Se você faz o trabalhador trabalhar treze, quinze horas por dia, ele trabalha, mas trabalha muito pouco, senão ele não consegue sobreviver. Então, há um sentido em ajustar, mas patrão nenhum consegue entender. É uma pena isso.

Queria dizer de forma geral que nós precisamos difundir isso, e é isso que foi dito nesta sala aqui. Noventa e nove porcento dos brasileiros não têm a menor idéia do que foi discutido aqui, do que foi constatado aqui. Seria ótimo para os trabalhadores, se todos os trabalhadores do Brasil soubessem que eles têm a oportunidade, se quiserem, de criar as suas próprias empresas em autogestão. Isso é importante e vai acabar acontecendo.

Era isso companheiros.

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Paulo Singer, brilhante como sempre. Atendendo a sua solicitação, nós vamos pedir para a TV Senado que essa audiência publica seja reproduzida mais de uma vez. Vamos, eu já peço que a assessoria tome nota, avisar as entidades, as lideranças para que assistam porque a transmissão

está, com certeza, ao vivo, para todo o Brasil, só que nós vamos pedir que seja reprisada mais uma vez a produção para todo o Brasil, via TV Senado.

Eu quero aqui só cumprimentar o Paulo Roberto Anderson Monteiro, Coordenador dos Serviços do BNDES, do Serviço de Solidariedade que está aqui na Mesa conosco. *(Palmas.)*

Meus amigos, assim nós terminamos essa audiência pública.

Parabéns a todos vocês que se deslocaram, durante quatorze horas, para vir para uma audiência pública. Voltem para as suas casas, enfim, para os seus Estados, principalmente São Paulo, na certeza do dever cumprido. Que os encaminhamentos feitos por essa Comissão, mediante a sugestão de vocês e pelos representantes aqui na Mesa, tenham solução! Então, eu cumprimento a todos. Todos usaram a palavra. Meus cumprimentos a todos que falaram e meus cumprimentos a vocês, que, de forma anônima estão aqui. Vocês são uns guerreiros dos trabalhadores do campo e da cidade.

Antes de encerrar a audiência pública, tenho que, agora é pró-forma, aprovar três requerimentos, extrapauta.

ITEM 1
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011 – CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da Integração da América do Sul: A defesa do emprego no contexto da crise mundial, dia 02 de agosto de 2011. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que aceitam extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011 – CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da Integração da América do Sul: A defesa do mercado interno no contexto da crise mundial no dia 6 de setembro de 2011. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam com extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

São dois requerimentos que tratam da integração da América do Sul, defendendo o emprego do povo brasileiro e defendendo o mercado interno, mediante a crise mundial.

ITEM 3
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011 – CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da Integração da América do Sul: A perspectiva das mulheres e da juventude no contexto da crise mundial. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Os que concordam com extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito... *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, sim, encerrada a audiência pública.

Vida longa a todos nós! Vida longa ao Brasil, aos trabalhadores e, naturalmente, às empresas de autogestão! *(Palmas.)*

Está encerrada a audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, COM A 48ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL

Às nove horas e dez minutos, do dia primeiro de agosto de dois mil e onze na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social em conjunto com a Comissão de Direitos Hu-

manos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Eduardo Amorim e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Os Senadores Cristovam Buarque, Ataídes Oliveira e Marcelo Crivella registram presença. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, informando que esta se destina à realização de Audiência Pública para tratar do tema "redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento", em atendimento aos Requerimentos nº 1, de 2011-CASEMP e nº 91, de 2011 - CDH, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores participantes: Tadeu Morais de Sousa, 1º Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Representante do Presidente da Força Sindical, Deputado Paulo Pereira da Silva; Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Hamilton Dias de Moura, Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, Representante do Presidente da NCST, José Calixto Ramos; Antônio Lisboa Amâncio do Vale, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Representante do Presidente da CUT, Artur Henrique da Silva; Luiz Gonzaga de Negreiro, Membro da Executiva Nacional e do Sindireta-DF, Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Álvaro Sólon de França, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em conjunto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP para debater com o setor empresarial a redução da jornada de trabalho e a redução de encargos na folha de pagamento.* **Autoria:** Senador Paulo Paim**. Resultado:** Aprovado**.** Usam da palavra os Senadores Ataídes Oliveira, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim.**

Presidente da CASEMP**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a 9ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

PAUTA
(AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA)

Audiência Pública conjunta, nos termos do Requerimento nº 91, de 2011–CDH, aprovado em 22/06/11 e o Requerimento nº 01, de 2011-CASEMP, aprovado no dia 05/04/2011, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, ***"para debater a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento".***

Nós convidamos para este debate, representando a Força Sindical e o seu presidente, Deputado Paulo Pereira da Silva, o 1º Vice-Presidente, Sr. Tadeu Moraes de Sousa, já aqui conosco.

Convidamos, também, o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, que é Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne centrais e confederações, não é, Lourenço?

Também convidamos o representante da Nova Central Sindical.

Convidamos, também, o representante da Central Única dos Trabalhadores.

Também, representando a Anfip, o Sr. Álvaro Sólon de França.

Convidamos, ainda, os representantes da CGTB, da UGT e, também, da CTB.

Nós vamos iniciar o nosso debate, aqui, a nossa conversa sobre esse tema tão importante, com a presença, já à mesa, do Tadeu, representando a Força Sindical, e do Lourenço, representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Já está conosco, também, e convido-o para a mesa, o Sr. Hamilton Dias de Moura, Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucional, aqui representando o Presidente, o Sr. Calixto Ramos, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Bom, esse tema de que vamos tratar no dia de hoje está na pauta, com certeza, de toda a sociedade brasileira.

Eu mesmo informo a todos, aqui – ao meu amigo Hamilton, ao Lourenço e ao Tadeu –, que na quarta-feira passada eu estive em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, debatendo esse tema com os trabalhadores, durante a tarde, e com os empresários, à noite. De-

batemos a questão da redução de jornada, dialogamos sobre a redução dos encargos sobre a folha de pagamento e debatemos também, porque eu sei que é pauta – e que bom que é pauta – das centrais sindicais, a questão do fim do fator previdenciário.

Eu quero dizer que, aqui, vocês terão toda liberdade para falar sobre a redução dos encargos. Poderão falar naturalmente, se assim entenderem, sobre o fim do fator e, também, nessa discussão toda, naturalmente, sobre a redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

Eu sei das preocupações que existem, principalmente no que tange à Previdência.

A nós, que lutamos tanto para que os aposentados e pensionistas tenham reajuste integral, acompanhando o valor do mínimo, e que queremos acabar com o fator, preocupa-nos, e, naturalmente, vamos aprofundar o debate, quando você reduz os encargos, principalmente sobre a questão da Previdência.

Para mim, o mínimo que poderíamos, e é claro que o debate vai apontar os caminhos... Se houver algum tipo de redução, que esse percentual, via cálculo atuarial, se transfira para o faturamento, e que vá para a Previdência. O que não pode é só quererem reduzir.

Vou dar um exemplo: se reduzissem os 20% do que hoje é pago sobre a folha para a Previdência, isso significaria algo em torno de R$100 bilhões. Quem vai sustentar esses 100 bi para a Previdência, já que sempre dizem que ela não tem condição de dar os reajustes reais para os aposentados, como vocês buscam e eu também busco?

Aprovei aqui, já no Congresso, um projeto nesse sentido – no Senado –, que está na Câmara dos Deputados, para garantir os aumentos reais.

No ano passado, nós conseguimos 80%. Foi uma luta enorme das centrais, das confederações, para que a gente aprovasse aquela proposta, que o Presidente Lula, na época, sancionou, e o reajuste foi a inflação mais 80% para todos os aposentados e pensionistas do regime geral da Previdência.

Eu só vou tomar a liberdade... Esse é um tema que vocês dominam como ninguém, um tema de que trato muito também, porque sou autor, junto com o Inácio Arruda, da PEC da redução de jornada de 44 para 40, que apresentamos, eu e ele, em 95, ainda quando éramos Deputados. Somos autores, eu diria, porque, embora de minha autoria, ele votou comigo e nós aprovamos o fim do fator, e está na Câmara.

Também discutimos a proposta de uma nova política salarial, que, depois, as centrais acordaram com o Presidente Lula e nós aprovamos agora, no Governo da Presidenta Dilma, por unanimidade, da inflação mais o PIB, mas naquele período, em 2006, 2008, nós viajamos pelo Brasil todo e construímos uma proposta nessa linha de vincular os benefícios e também o salário mínimo à inflação mais PIB, mas já apontávamos essa possibilidade, porque sabíamos, pelo debate, que se houvesse redução de encargos sobre a folha, no que tange à Previdência – nós deixamos escrito, lá, num livro chamado Política de Salário Mínimo –, teria de ser transferido para o faturamento, fossem 1, 2 ou 3%, de acordo com a realidade.

É com alegria que eu quero, aqui, destacar... Eu mesmo confesso a vocês que, por inúmeras vezes – vocês são líderes do movimento –, eu disse aqui, tanto desta mesa, como da tribuna do Senado, que eu gostaria muito de ver uma pauta mais forte do movimento sindical. Falo com tranquilidade, porque eu venho da área sindical e sou, também, responsável, no meu entendimento, como vocês são responsáveis, pelo meu trabalho aqui dentro. Se eu for bem ou for mal, a escola foi a escola sindical. Eu tenho visto que, cada vez mais, as centrais e as confederações estão se mobilizando nessa linha.

Então, essa agenda unitária da classe trabalhadora, de que eu recebi uma cópia hoje pela manhã, diz: jornada de trabalho de 40 horas, sem redução do salário; fim do fator previdenciário; nova legislação para terceirização; regulamentação da Convenção 158 da OIT, que garanta a negociação coletiva também para os servidores públicos; ratificação da Convenção 158 da OIT, contra demissões imotivadas; mudança na política econômica do Governo, com redução dos juros, indo na linha do desenvolvimento com valorização do trabalho, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno; reforma agrária e urbana; 10% do PIB para a educação; salário igual para trabalho igual; combate a todas as formas de discriminação e violência; por fim, pela soberania nacional e autodeterminação dos povos.

Já houve manifestações neste ano: em 06 de julho, na região Centro-Oeste; em 14 de julho, na região Norte; em 21 de julho, a mobilização foi na região Nordeste; em 28 de julho, a mobilização foi na região Sul. Eu estava no Sul e acompanhei uma grande mobilização, inclusive em frente ao palácio. Depois, fomos reunidos, os líderes, pelo Governador do Estado, Governador Tasso Genro.

Em 03 de agosto, mobilização na região Sudeste, enfim, em São Paulo, vai ser no dia 03 de agosto, e aí fecha. A expectativa é de se reunirem mais de 100 mil pessoas, com concentração a partir das sete horas, em frente ao estádio do Pacaembu. Aí, irão em passeata pela Avenida Paulista, até a Assembleia Legislativa, na região do Parque do Ibirapuera.

Então, meus cumprimentos ao movimento sindical por essas mobilizações. Nós queremos muito

caminhar com vocês e temos certeza de que, a partir de setembro, outubro e novembro, já que em agosto haverá a última em São Paulo, teremos grandes mobilizações no Congresso.

Eu falaria aqui, como informação, que nós teremos, no mês de outubro, o congresso nacional da Cobap, que vai ser em Goiás. Vai ser um grande congresso nacional, para o qual vão ser convidadas, naturalmente, todas as centrais, pelas informações que recebi, e todas as outras entidades, também, de aposentados e pensionistas, das centrais sindicais, para, a partir dali, articular uma mobilização, também no Congresso, sobre a derrubada do fator e o reajuste real para os aposentados. Quero dizer que já confirmei presença, estarei, em outubro, em Goiás, participando dessa discussão e mostrando como está o quadro aqui no Congresso e a importância de uma grande mobilização para que a gente consiga, até o fim do ano, ver o Congresso aprovar o fim do fator, como também essa proposta, que é o centro do debate, que é a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

Está aqui o Senador Ataídes, sempre presente, de segunda a sexta, aqui no Congresso acompanhando todos os debates.

De pronto, vou passar a palavra aos nossos convidados.

Estamos iniciando agora a nossa audiência, mas V. Exª pode usar a palavra no momento que entender adequado. Se entender que é agora para fazer a sua saudação, já com alegria, porque eu já fiz a minha saudação, inclusive falei da minha agenda no Sul, que foi eixo desse tema – redução de jornada e desoneração da folha de pagamento, como também fim do fator e reajuste real para os aposentados –, então, eu iria passar a palavra para os nossos convidados, mas V. Exª tem a palavra nesse momento para a sua saudação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom-dia a todos.

Peço desculpas aos nossos convidados por utilizar da palavra nesse momento.

Presidente Paim, eu estava ouvindo, por isso tive que vir aqui urgentemente, porque tenho um compromisso daqui a pouco, mas o tema desta audiência, deste debate é de uma importância, aliás, como todas que V. Exª tem feito nesta Casa, magnífica, extraordinária, e eu tenho informações sobre este tema de hoje, por isso fiz questão de vir aqui. Penso que estou atrapalhando a palavra inicial dos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –Está colaborando e muito, Senador, fique tranquilo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – A redução da carga de trabalho já feita uma PEC por V. Exª, que é a PEC nº 231, eu coaduno plenamente com V. Exª, e espero estar nesta Casa para ajudar aprová-la, por ser de muita valia. Eu sei os resultados que trarão à nossa economia: mais empregos, enfim, uma série de outras vantagens que o senhor já nos colocou.

Mas, Presidente Paim, quando se fala em redução de carga tributária, previdenciária neste País isso me chama muito a atenção. Este é o motivo de eu participar desta audiência sempre.

Quero dizer o seguinte: quanto ao Sistema S, V. Exª já sabe, eu estou fazendo um estudo extremamente minucioso, inclusive cheguei aos estudos finais do Sistema S, com muita dificuldade, porque é um Sistema que não tem transparência alguma, apesar de ter uma LDO que determina, em seu art. 6º, § 3º, Presidente, que as empresas do Sistema S teriam ou terão, melhor dizendo, de publicar na Internet os seus números, os seus balanços, mas, na verdade não o fazem. Somente o Sesi foi quem demonstrou, no exercício de 2010, os seus números. E os esses números, Presidente Paim, são monstruosos. Hoje, começarei com as informações que o povo brasileiro e os empresários brasileiros precisam ter, já que poucos as têm. E aí vem a nossa intenção aqui nesta Casa, nesta Comissão.

O Sistema S arrecadou, em 2008, R$8,2 bilhões; em 2009, R$9,9 bilhões; em 2012, R$12,4 bilhões; e para 2015, eu já tive informação do quadritrimestre do SESI e cheguei ao número de R$15 bilhões. Sem um pingo de fiscalização, Presidente. Fala-se em redução; hoje, protocolo, neste Parlamento, um PLS pedindo redução de 50% nas alíquotas do Sistema S. Para se ter uma ideia, Presidente, além desse montante enorme, quando você coloca o pé no Sistema S, quer seja Sesc, Sesi, Senai ou qualquer outro, o empregado ou o empregador não sai sem fazer um cheque ou sem deixar dinheiro.

Vinte e três por cento da arrecadação do Sistema S, hoje, são de serviços prestados, sendo que ele não tem de cobrar um centavo sequer do empresário, e muito menos do trabalhador. Ou seja, é uma "farra do boi". Portanto, pretendo, juntamente com os meus Pares, juntamente com o senhor, e é a intenção também do Governo, a redução em 50% dessas alíquotas. Ou seja, isso já vai dar aos nossos empresários um fôlego.

Também quero dizer, acerca do Sistema S...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para que eu possa confirmar, porque fiquei perplexo, eu não tinha esses dados: R$15 bilhões estão previstos para o ano de ...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Para 2011. Ou seja, poucos são os Ministérios que, hoje, têm essa alocação de receitas; são poucos. O Ministério da Tecnologia, por exemplo, tem em torno de R$6 bilhões e poucos. Então, é o dobro. O TCU tem

como alocação de recurso R$1.4. Portanto, são dez vezes mais do que o próprio TCU. E o bom de tudo isso, Presidente Paim, é que não há fiscalização, não há transparência alguma.

Hoje, então, começo a esclarecer e a informar ao povo brasileiro o que é o Sistema, porque, realmente, é um ninho de Guacho, não é uma caixa preta, é um ninho de Guacho, ou seja, é aonde ninguém chega, mas eu consegui chegar, porque eu fui contador por 15 anos.

Então, eu estou aqui, Presidente Paim, a respeito do Sistema S, para pedir várias providências. Vou protocolar um requerimento à Presidência do nosso Parlamento, solicitando que notifique o Sistema S para o cumprimento da nossa LDO de 2008, 2009 e 2010, que é a publicação dos seus balanços na Internet. Estou solicitando também, por meio de outro requerimento, que o TCU proceda à fiscalização periódica no Sistema, porque não há, e aí os dinheiros deles darão para tudo. Requerimento ao Coaf pedindo a disponibilidade – esqueci de dizer a V. Exª que só o Sesi, hoje, tem quase R$3 bi aplicados. O Sistema tem quase R$8 bilhões aplicados no sistema financeiro hoje. Para quê essa alíquota de 3.1 cobrada dos empresários? Por que essa alíquota de 3.1? Porque a alíquota é de 3.1, Presidente! Eu vou pedir redução hoje – e já está pronto – de 50% dessa alíquota.

Outro fator importante aqui, que é o fator mais importante hoje, e que será discutido pelos nossos nobres convidados, é a redução das alíquotas da contribuição patronal que, hoje, é de 20%. Além destes 20%, paga-se mais 8% de FGTS, mais 2.5 de salário educação, e o empresário ainda paga mais 11%.

A colocação que o senhor fez há pouco a respeito da preocupação com a Previdência Social é mais do que preocupante só lutar. Mas a Previdência Social, eu também conheço um pouco da Previdência Social, que teve uma arrecadação, no ano passado, de R$243 bilhões, a Previdência Social, bem administrada, é possível, sim, fazer a redução dessa alíquota. E digo mais, Presidente: o nosso Ministro Mantega, há poucos dias, disse o seguinte: que há espaço, sim, para a redução dessa alíquota de 20% da contribuição patronal. Ele disse isto. E eu já estou com um projeto pronto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E eu quero dizer que ouvi, também, essa declaração dele.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – É... Eu já estou com um projeto pronto, pedindo a redução de 6%: 2% a cada ano. Eu devo dar entrada hoje, ainda, meu Presidente Paim. Se eu vou ter êxito, não sei; mas eu vou fazer. E acredito que a Previdência Social, com sua preocupação, ela não vai sofrer, nossos aposentados não vão ter perda, porque basta – eu repito – administrar direitinho. O que não pode é deixar nossos empresários, nossos trabalhadores sufocados como estão. Então, além da estória do Sistema "S", eu estou protocolando – também – hoje um PLS, pedindo uma redução de 20% para 14%, isso em três anos, descontando-se 2% a cada ano. Então, hoje também eu protocolo.

Então, eu vim aqui para dizer destas minhas proposituras e destas minhas intenções. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador Ataídes Oliveira, do PSDB. Para que todos se situem, Senador Ataídes é um grande empresário, bem sucedido, e, quando ele levanta esses dados do Sistema "S", alguns se surpreendem. Ele levanta que o Sistema "S", agora nestes últimos dados, em 2011, a previsão é arrecadar R$15 bilhões...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sem fiscalização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele, então, levanta os dados e quer debater, quer transparência e quer saber por quê. E, naturalmente, vocês poderão também aprofundar os debates.

Eu queria convidar à Mesa, porque já chegou também, o Presidente da ANFIPE (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), Sr. Álvaro Sólon de França.

Então, eu o convido à Mesa.

Chegou, também, o representante da Central Geral dos Trabalhadores – CGTb, nosso amigo e líder sindical, Luiz Gonzaga de Negreiro. Peço que venha à Mesa, também, para que a gente comece, de imediato, nossa audiência com a palavra de nossos convidados.

Vou seguir a ordem dos convidados. Então, de imediato, vou passar a palavra para Tadeu Moraes de Sousa. Que fique bem à vontade, Tadeu, para falar sobre 40 horas, fator, Sistema "S"... O objetivo aqui é falar do mundo do trabalho. E, quando nós falamos em 40 horas, desoneração da folha, fator previdenciário é o mundo do trabalho e a agenda em que vocês estão fazendo essa grande mobilização.

Fiquem à vontade. Você tem 10 minutos e mais cinco, se necessário.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIRO – Obrigado. Bom-dia a todos. Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, e demais companheiros que compõem a Mesa, das centrais sindicais. Agradecer por este convite para discutir, em audiência pública, um tema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me... Só que eu informo a todos que estamos ao vivo para todo o Brasil. Muitos Senadores já afirmaram a mim que estarão assistindo, em seus

estados, porque estarão em Brasília a partir da tarde. Estão falando, na verdade, para todo o Brasil pela TV Senado e também rádio Senado.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIRO – E é importante que a população assista e comece a discutir também essas questões que, na realidade, é a pauta do movimento sindical. Nossa pauta é extensa... Depois que nós fizemos a II Conclat, no Estádio do Pacaembu... Antes, fizemos uma pauta da classe trabalhadora e, a partir daí, começamos uma ação aqui dentro do Congresso Nacional pela redução da jornada, pelo fim do fator previdenciário, pelo trabalho decente, regulamentação dos terceirizados, a Convenção 158, que são as demissões imotivadas – a rotatividade é muito alta aqui no Brasil. Em 2009, para vocês terem uma ideia, segundo levantamento do DIEESE, o Brasil contratou 17 milhões de pessoas, mas demitiu 16 milhões. Segundo o DIEESE, desse total, 70% com menos de um ano de empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Repita esse dado... A gente só fala em emprego, emprego e emprego...

O SR. LUÍZ GONZAGA DE NEGREIRO – Contratou 17 milhões e demitiu, em 2009, 16 milhões. Deste total, 70% com menos de um ano de empresa. Então, a demissão é muito imotivada. Por isso, a gente está lutando para conquistar a Convenção 158 ou um dispositivo que substitua a Convenção, mas que iniba as demissões. Agora, a pauta principal, nós temos... E a discussão... Já faz algum tempo que nós reduzimos a jornada – foi em 88. E, por lei do Senador Inácio Arruda, nós retomamos aqui a discussão das 40h. É uma luta. Acredito que neste ano possa vir para a pauta aqui na Câmara dos Deputados. Nós estamos fazendo uma luta em todo o Brasil com os trabalhadores para que nós possamos conquistar a redução da jornada. Reduzir a jornada não é sermos preguiçosos e queremos trabalhar menos. Não! Isso têm explicações técnicas também... De 1988, quando se reduziu para 44h – nós temos um levantamento –, até 2008, a produtividade cresceu 84%. A produtividade, mesmo com a redução de quatro horas, cresceu 84%. E lembrando que essa produtividade, esse ganho não foram repassados nem para a redução dos preços nem para o salário dos trabalhadores. Não foram passados para nós... E hoje nós estamos reivindicando essa redução, primeiro porque houve mudanças tecnológicas dentro das empresas; segundo, nós precisamos também que nosso trabalhador se qualifique mais. Essa pauta nossa inclui também investimento na área de qualificação profissional, o que está faltando um pouco. Inclusive, deveria ser responsabilidade do Sistema "S" por conta desse dinheiro público... Porque a contribuição do Sistema "S" é pública! É um dinheiro que é nosso. E não são feitos a termo (?), porque muitos pagam hoje para estudar no SENAI, não é?

Então, nós queremos que o trabalhador... Aí, prova-se isso – e já foi mostrado – que cresce a produtividade. E, segundo estudos do DIEESE, se isso acontecer, nós vamos gerar dois milhões e meio de novos empregos que vão colocar novas pessoas no mercado de trabalho e podendo reduzir nosso desemprego (estou falando do Brasil).

Além disso, está comprovado, porque, principalmente no setor de metalurgia, na indústria, algumas negociações diretas e coletivas com as empresas, se mostrou isso: onde se reduziu a jornada, você aumentou a produtividade, você reduziu as doenças profissionais, você deu mais tempo a que o trabalhador pudesse estudar, para ele curtir a família e também pudesse usufruir aquilo que ele produziu. Então, as empresas que reduziram a jornada, sem redução do salário, as empresas não caíram, não perderam produtividade, não perderam competitividade. O que aumenta a competitividade não é a jornada exagerada, até porque, se nós pensarmos aqui, a gente luta pela redução da jornada, mas também tem de estar incluída nessa redução a diminuição das horas extras que estão sendo feitas no Brasil. Se faz muita hora extra! Nós trabalhamos mais que todo o mundo no mundo! Na indústria já se faz muito, imagine no setor de comércio e serviço. É, em média, 55 horas a 60 horas por semana que esses setores trabalham. E essas horas extras, ou banco de horas – que alguns fazem também – é tudo desordenado, não tem o controle. Então, nós trabalhamos até demais! O que nós queremos, então, o que é? É trabalhar o adequado, é produzir o que vai ser produzido, por que produz... Já foi constatado que, na redução da jornada, você consegue melhorar a produtividade, porque se trabalha menos cansado, você evita até pressão alta, diabetes, doenças... Tudo isso é causado por pressão de trabalho. Nós temos estudos sobre isso. Essa luta é uma luta de todo o mundo: é bom para os empresários, é bom para o Brasil e é bom para os trabalhadores. Alguns ficam pregando, na mídia poderosa, dizendo que não, que a redução de jornada gera desemprego. Isso é mentira! Isso é mentira! Isso não é verdade! Nós temos estudos comprovando que isso não é verdade, não gera desemprego, gera emprego e emprego de qualidade. Agora, o que precisa também ser feito, além de se reduzir a jornada, é o Governo também reduzir a taxa de juro, investir em tecnologia e investir nas universidades federais para que possam fazer pesquisas. Nós não podemos ser competitivos com produtos que não vai competir lá fora! Para que esse produto se torne competitivo, não será

o trabalhador trabalhando mais, é investimento em tecnologia. Nós não temos tanto investimento. A taxa de juro para investimento é muito alta! Por isso também nós estamos defendendo o emprego nacional e nós estamos defendendo a indústria! Nós estamos contra a desindustrialização nesse ato do dia 3 também. Está entrando produto no Brasil que está arrebentando nosso parque industrial. Então, essa luta nossa é intensa e a redução da jornada é um ponto dos trabalhadores. Nós reduzimos em 43, reduzimos em 88 e estamos tentando reduzir agora em 2011. Lembro que vários países do mundo trabalham menos de 40 horas sem que caia a produtividade; foi melhorada a produtividade.

Outro ponto também polêmico é a desoneração da folha. Existem dois pensamentos sobre a desoneração da folha de pagamento. Há o pensamento do pastor, do lado empresarial e de alguns economistas, segundo o qual o trabalhador custa o dobro. Mas também temos estudos do Dieese e de alguns intelectuais, acadêmicos, da Unicamp que mostram o contrário – a folha de pagamento custa 25%. Há uma discussão muito grande quando se fala em reduzir a contribuição previdenciária para 14%. Temos que ter a preocupação de ter outra fonte de financiamento, se vai ser pública ou sobre o faturamento, mas tem que haver, porque não podemos perder o dinheiro da Previdência Social; temos que discutir isso com tranquilidade.

O Sistema S, como o Senador falou aqui, de fato, é dessa forma. Eu diria, pelos números, salvo engano, que hoje o orçamento do Sistema S é de 15 bilhões. Estou falando da arrecadação. Mas, quando se fala de orçamento, é a arrecadação e mais o serviço que eles vendem, porque hoje você paga o Senai na folha, obrigatoriamente, para formarem o seu funcionário. Ele também paga, e não deveria pagar. Se a verba é pública, tem que ser feito gratuitamente, para termos profissionais com qualificação.

Então, esta é a introdução que vamos fazer. A nossa luta do movimento sindical é grande, nós sabemos disso. No ano passado, não tivemos êxito, mas retomamos este ano. E a unidade das centrais foi um fator determinante para que nós pudéssemos avançar mais. Estamos aqui na Mesa, as centrais sindicais, fazendo os atos conjuntamente. E com essa unidade das centrais dos trabalhadores e de empresários que pensam no Brasil, que pensam no crescimento, tenho certeza, nós vamos conseguir a redução da jornada e fazer uma boa discussão em relação à desoneração da folha. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Tadeu falou aqui pela Força Sindical.

Quando toca a campainha, o orador tem mais cinco minutos se necessário, ou encerra.

Então, de imediato, passo a palavra ao presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Lourenço Ferreira do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom dia, eminente Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; estimados companheiros representantes das centrais sindicais e também o representante da Anfip, aqui presentes; eminente Senador Ataídes Oliveira, que fez um depoimento corajoso, oportuno e necessário sobre o Sistema S; senhoras e senhores.

Eu considero os dois temas que o Senador traz para debate nesta manhã o melhor dos mundos – redução da jornada de trabalho e redução dos encargos sobre a folha de pagamento. Redução dos encargos sobre a folha de pagamento, evidentemente, sem impactar negativamente os direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos aposentados, dos pensionistas.

O primeiro ponto, redução da jornada de trabalho, é um tema que merece toda a atenção e que é prioridade nº 001 do movimento sindical de trabalhadores e da sociedade brasileira como um todo. Nós tivemos, até 1888, uma escravatura, o trabalho escravo no Brasil. Há apenas 123 anos nós saímos do trabalho escravo.

O Senador Paim, quando disse que apresentou, juntamente com o eminente Senador Inácio Arruda, em 1995... Se não me engano, o Senador Arruda ainda era deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Éramos ambos deputados.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Tanto V. Exª quanto o eminente Senador Inácio Arruda eram deputados. Então, já medeiam 16 anos desde aquele longínquo 1995 até agora. É um tema que sinceramente não sei por que demora tanto para ser debatido, para ser resolvido. Aqui no Senado, achamos que até andou, de certa forma, num passo adequado, numa marcha até razoável; entretanto, nós estaremos com essa matéria na Câmara dos Deputados, após ser aprovada aqui no Senado da República a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

O nosso Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, tem colocado que pretende que essa matéria seja debatida, votada na Câmara dos Deputados agora no segundo semestre. Fazemos votos de que realmente isso aconteça.

Se analisarmos bem, a redução da jornada de trabalho não é necessária apenas para o trabalhador ficar em casa, como já colocou aqui o eminente e caro companheiro da Força Sindical. Na verdade há fatores de natureza técnica, de natureza científica, que envolvem a questão do lazer, do descanso e que têm que

ser ponderados para se reduzir a jornada do trabalho em 10%, isto é, de 44 para 40 horas.

Se analisarmos os países colegas da América do Sul, o Brasil é o que tem a jornada de trabalho mais extensa – Argentina, Paraguai, Uruguai, todos eles têm jornada de trabalho inferior à do Brasil. Se formos estabelecer uma comparação com os demais países de outros continentes, nós também vamos ver que, com exceção de um país aqui ou outro acolá que possa ter uma economia mais planificada, mais centralizada, etc., todos eles trabalham menos que o Brasil.

Então, acho que é mais que necessário, mais que oportuno, mais que justo aprovarmos na Câmara dos Deputados agora essa redução da jornada de trabalho para 40 horas. Não é possível esperarmos mais, Senador Paim, eminente Senador Ataídes, companheiros, senhoras e senhores, que haja outra constituinte ou outra reforma constitucional de grande amplitude para termos essa jornada de trabalho reduzida.

Eu acho que essa PEC veio na hora certa, ela é oportuna. E é necessário e justo que a Câmara dos Deputados aprove a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

Outro ponto que justamente envolve o debate nesta manhã é a questão da desoneração da folha de pagamento. É claro, quando se fala de desoneração da folha de pagamento, em todas as matérias nos jornais só se fala da questão dos 20% que são arcados pelas empresas para compor a receita da Previdência Social. Não se fala em diversos outros fatores como, por exemplo, a questão do Sistema S, que foi abordada de forma corajosa e oportuna pelo Senador Ataídes aqui, nesta manhã.

Muitas vezes a imprensa fala e depois se esquece. Certamente, o representante da Anfip aqui tem dados mais apurados e mais segmentados do que eu. Entretanto, eu vou arriscar dar alguns palpites nesta matéria. Por exemplo, foi aprovada no Supremo Tribunal Federal a Súmula Vinculante nº 8, que declarou e determinou que tanto a decadência quanto a prescrição das contribuições previdenciárias eram de dez anos. Então, a Súmula Vinculante nº 8 decidiu o seguinte: por estarem as contribuições previdenciárias no mesmo nível de tributo, de imposto, essa prescrição e essa decadência seriam de cinco anos e não mais de dez anos. Isso representou o quê? Representou algo como que as empresas não poderão, não deverão pagar mais, não pagarão mais, e a Previdência Social, quer dizer, o Estado não poderá cobrar mais também essas contribuições sindicais, essas contribuições previdenciárias atrasadas. Isso representou, senhoras e senhores, algo como um impacto de R$100 bilhões que as empresas não pagarão. E não há mais condição de se cobrar. Então, R$100 bilhões é dinheiro demais, é muito dinheiro!

E agora, novamente, quanto a essa questão da desoneração da folha de pagamento, o que se comenta também nos jornais é que isso representará para a Previdência Social mais R$100 bilhões. Então, desoneração da folha de pagamento é importante, não tenha dúvida nenhuma, gera mais empregos, estabelece uma adequação nos dados que podem realmente compatibilizar a geração de emprego com outros fatores importantes para as empresas. Mas temos que prever também que a Previdência Social não pode realmente se descapitalizar em nome da desoneração da folha de pagamento.

Eu acho que teríamos que combinar a desoneração da folha de pagamento com uma contrapartida das empresas também. Pelo que se nota, o Tesouro não tem tanto dinheiro assim para estar investindo em outras rubricas, em outras atividades que não sejam aquelas próprias. Pelo que se comenta todo ano, tem que se fazer uma ginástica grande para acertar a questão tributária no Brasil.

Então, eu acho que a contrapartida das empresas nessa questão da redução do percentual do pagamento que as empresas fazem, da desoneração da folha de pagamento, é fundamental, é importante. Acho também que tem que combinar um pouco a questão da reforma tributária, ou não. Se nós entendemos que contribuição previdenciária tem natureza tributária, ela também tem que ser combinada com a questão da reforma tributária. E nós sabemos que a reforma tributária neste País não anda, é muito difícil andar. O governo do Presidente Lula, quando iniciou seu mandato, em 2003, um dos pontos trazidos, além da reforma previdenciária, foi também a reforma tributária. E, na verdade, aquela reforma tributária que veio – para usar uma expressão não muito técnica – foi realmente de meio pano, uma reforma tributária muito, vamos dizer, mitigada, muito pequena. Então, eu acho que a reforma tributária tem que ser considerada também nessa questão da desoneração da folha de pagamento.

O Sistema S. Por que o Sistema S não participa disso? Representa ônus para as empresas? Representa. Mas podem argumentar: "Não, o Sistema S, na verdade, representa ônus para as empresas, mas as empresas mesmo, através de suas entidades patronais, é que administram esses recursos, etc.,...". De maneira que estaria colocado dessa forma. Eu acho que não. Eu acho que tem que trazer para cá para discutir todas essas questões.

Bom, feitas essas considerações, o que é que se tem? O que se tem hoje é que a imprensa declara que, por exemplo, o Secretário da Receita Federal, Dr.

Carlos Alberto Barreto, informa que, em nível técnico, os estudos estão realizados. Já foram realizados estudos técnicos que permitem, que autorizam realmente a haver uma desoneração da folha de pagamento. Agora, esses estudos, pelo que a imprensa também informa, encontram-se em poder do Ministro da Fazenda. Já que esses estudos estão elaborados e concluídos, eu acho que é época de serem adotados todos os procedimentos para a desoneração da folha de pagamento. E, feito isso, chegando aqui ao Congresso Nacional essa medida que desonera a folha de pagamento, então, vai haver uma grande discussão. E, na verdade, aqui no Congresso Nacional, todos sabem que, na época dos decretos-lei, eles eram modificados; com as medidas provisórias atuais, todo e qualquer documento que chegue ao Congresso Nacional, todo e qualquer projeto, na verdade, passa pelo crivo democrático da apresentação de emendas. Então, estará aqui o Movimento Sindical dos Trabalhadores, estarão aqui as empresas, estarão os técnicos que estudam toda essa questão tributária, toda essa questão que envolve a Previdência Social, e não tenha dúvida nenhuma de que daqui teremos condições de ter um projeto equilibrado, um projeto bem compensado, em que não haja prejuízo na arrecadação da Previdência Social, em que não haja qualquer prejuízo para os trabalhadores e trabalhadoras, em que não haja nenhum prejuízo para os aposentados e pensionistas do Brasil.

De forma que, eminente Senador Paulo Paim, eminente Senador Ataídes e demais Senadores, companheiros de Mesa, senhoras e senhores, era esse o nosso modesto depoimento e a nossa contribuição para o debate desta importante matéria. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem,...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Senador Paim, sei que estou quebrando um pouco o protocolo, mas realizaremos agora, no Rio Grande do Sul, nos dias 4 e 5 de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem problema, fale.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – É o seguinte: teremos agora, nos dias 4 e 5 de agosto, no Rio Grande do Sul, a realização do XL Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Bancários e Securitários. Vai ser na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, próximo à sua terra. De forma que temos a honra de entregar o convite, nesta oportunidade, e de contar com sua presença lá, no dia 5 de agosto, pois vamos modestamente prestar uma homenagem não ao tanto que V. Exª merece, mas pelo menos é o mínimo que podemos oferecer, como forma de contrapartida aos relevantíssimos serviços prestados à classe trabalhadora e à sociedade brasileira, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Eu agradeço ao Lourenço. É no dia 5, não é?

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – No dia 5, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu posso... No dia 6, estarei no Rio Grande do Sul, porque será a disputa final daqueles 35 sambas da Imperadores do Samba, que vai contar a nossa história na avenida, já que a Imperadores tem como tema contar a história deste Senador. Então, como eu lá estarei no dia 6, no dia 5 vou participar com vocês. Pelo que vejo aqui, estão confirmadas as presenças de Paulo Pereira, Presidente da Força Sindical; Wagner, Presidente da CTB; Antônio Neto, da CGTB; Artur Henrique, da CUT; Calixto, da Nova Central Sindical; Patah, da UGT; e Lourenço Prado, naturalmente. Álvaro Sólon de França também estará presente. Todos estão convidados. E eu estarei, dentro do possível, com vocês, nesse dia, para que possamos fazer uma manifestação da importância do movimento sindical e desse importante evento que vocês vão realizar em Gramado, ok?

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom, Senador, eu agradeço muito. E também gostaria de fazer um registro. A minha programação era chegar ao Rio Grande do Sul no dia 2 de agosto, amanhã, e retornar no dia 6, sábado, no período da manhã. Porque termino meus ofícios lá na sexta-feira, e eu teria que voltar no sábado. Entretanto, ciente da homenagem que será prestada a V. Exª, nós também vamos adiar nosso retorno e ficar um pouquinho para ter um pouco mais de coisas agradáveis...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Todos na quadra da Imperadores então. Todo o movimento sindical estará lá. Está aqui o convite oficial. Está ok. Muito obrigado. Está confirmada minha presença, então, no evento.

Eu só queria aqui fazer um pequeno esclarecimento. A jornada de oito horas semanais a OIT aprovou em 1919, e só agora, avançando rapidamente no tempo, nós aqui, na Constituição de 88, aprovamos a redução de 48 para 44, e depois, em 1995, eu e o Inácio Arruda coletamos assinaturas de forma conjunta e apresentamos a PEC que o movimento sindical está apoiando. Aqui no Senado, em 2003, apresentei uma proposta; em 2005, outra. Porque tem a questão da hora extra, não é? As duas estão tramitando aqui na Casa. Estão andando bem, mas estão tramitando. Então, é importante. Qualquer uma das Casas que aprovar primeiro a redução da jornada, vai para a outra Casa, e

a Casa então aprova. Era esse o esclarecimento que teria que ser dado aqui.

Senador Ataídes com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente Paim, eu acho que, devido ao problema do recesso e ao fato de que nossa assessora teve que se retirar por duas semanas, não tive informação sobre a audiência de hoje. Gostaria tanto de continuar aqui ouvindo cada um dos senhores! Tenho um compromisso, vou ter que me retirar, mas do meu gabinete quero continuar ouvindo os senhores.

Permita-me fazer aqui dois comentários ao que o Sr. Tadeu colocou. Eu, como empresário,... Com relação à redução da carga horária, o empresário não terá, eu afirmo, prejuízo algum. O senhor disse duas coisas de extrema importância. Primeiro, ele vai produzir mais. Ponto. Isso é o que o empresário quer. Segundo, a tal da hora extra. Todas as empresas pagam hora extra. Se você pagar um novo empregado, um novo funcionário, você estará contribuindo para dar mais um emprego e terá mais produção. Disso não temos dúvida nenhuma, empresário algum, salvo melhor juízo de alguns, está certo? Parabéns. Sou a favor, ratifica minhas palavras. Vamos ter ganho com essa redução, sem sombra de dúvida.

A respeito do Sr. Lourenço, quando fala da redução, o senhor colocou, de forma muito prudente e muito equânime, a situação dos nossos aposentados e pensionistas. Porque quando se fala de redução de assistência, de índice de pagamento, de percentual da contribuição patronal, é de se preocupar muito com os nossos aposentados e com os nossos pensionistas. É uma causa que o nosso Presidente defende há longa data, e eu coaduno plenamente com ele também.

Mas veja só, Sr. Lourenço: o senhor colocou essa decisão do tribunal em que essa vinculante, há dez anos, perdoaria os débitos, né? Dez anos, ok. Lamentavelmente, concordo que o senhor está correto. Eu vejo que uma fiscalização em uma empresa para levantar valores devidos depois de dez anos é uma dificuldade imensa – e aqui nós temos um representante. Mas vejo que a coisa pode ser resolvida de forma muito melhor. Nós temos na Previdência muitos problemas, e nós podemos reduzir esses 6% que vou propor.

Por exemplo: fraudes. A fraude na Previdência Social é soberana, eu disse isso ao Ministro. A antiga CLPS – Consolidação das Leis da Previdência Social patrocinava, consolidava, permitia fraudes, fraudes, fraudes e fraudes. Então, nós temos dois problemas. Fraudes. Uma vez combatida a fraude, a situação da nossa Previdência começa a mudar. E o Ministro está fazendo isso aí, mas tem que ser arrojado. Segundo, essas aposentadorias especiais, Presidente Paim. Por que o nosso trabalhador tem que trabalhar x anos, tem que pagar sobre tantos salários e, depois, há um fator previdenciário e se aposenta com uma ninharia, sendo que há a especial, em que o cidadão aposenta com valor integral. Isso nós temos que ver, porque é outro buraco também que o Tesouro Nacional banca a Previdência Social. Esse é outro.

Voltando à história da cobrança, a nossa Previdência Social é ineficiente na cobrança. Vamos esquecer os dez anos. Vamos pensar nos dez anos para cá, com todo respeito aos nossos auditores, etc. É ineficiente também. Só para se ter ideia, as dez maiores devedoras deste País devem quase R$100 bilhões, conforme o senhor colocou. Entre elas está a Varig, a Vasp, que está aí voando tranquila, e tantas outras empresas não falidas que estão aí no mercado. Então, se tomarmos providências quanto à fraude, à aposentadoria previdência e fizermos as cobranças rigorosas, nós podemos, sim, desonerar essa folha de pagamento.

Vou continuar ouvindo os senhores. Peço licença e desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Tadeu gostaria de fazer uma rápida fala antes que V. Exª saísse.

O SR. TADEU MORAES DE SOUSA – Em relação à hora extra, no Brasil nós temos uma lei que limita, no máximo, dez horas trabalhadas por dia, mas não existe nenhuma fiscalização e nenhum controle, e os trabalhadores acabam trabalhando muito mais do que isso. Em alguns países, no caso da Argentina, Uruguai, Alemanha, França, existe uma limitação de 280 horas extras por ano, o que dá em torno de 40 por semana. Segundo cálculo, se a gente eliminasse essa hora extra no Brasil, nós criaríamos um bilhão de novos empregos, lembrando que o custo do trabalhador hoje para a empresa está em torno de 22%, segundo dados da CNI. A redução de quatro horas dá um acréscimo em torno de 1,99. Então, o custo é baixíssimo para a empresa do trabalhador brasileiro. Então, não tenho argumento para ir contrário à redução da jornada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Hamilton Dias de Moura, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando aqui o Presidente, o Sr. José Calixto Ramos.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Muito bem. Senador Paulo Paim, nós agradecemos mais uma vez por nos convidar e nos dar o privilégio de estar presente aqui, desculpando a ausência do Presidente Calixto, que já está em São Paulo, com os outros Presidentes, na organização do evento que haverá no

dia 03 lá. Também queremos cumprimentar os nossos companheiros de mesa e também o plenário.

Mais uma vez quero dizer da importância deste debate. Queria tomar a liberdade para colocar algumas questões do ponto de vista de entendimento da Nova Central, como o elemento que falta para a sociedade se organizar e avançar nesses dois debates importantes, corroborando, evidentemente, o que disseram os meus pares aqui, os companheiros Tadeu e Lourenço, até porque nesses dois pontos já não existe nenhum contrassenso entre as centrais, entre os segmentos dos trabalhadores, inclusive entre vários segmentos da sociedade.

No nosso entendimento, esse processo que está se aflorando com mais veemência no debate sobre a desoneração da folha e no debate sobre a redução da jornada... Vejam bem que estou expressando de trás para frente, quando um sindicalista deveria expressar primeiro a redução da jornada e depois a desoneração da folha. São debates que, na nossa visão, começam a tomar corpo agora nos últimos dois anos, do ponto de vista de avançar para que se tenha uma solução.

Primeiro, o nosso Senador Paulo Paim já colocou aqui como foi essa evolução cronológica da redução da jornada. O Tadeu colocou todo o processo do desenvolvimento, da produtividade que houve. Então, por si só, isso já nos evita de tratar de assuntos mais científicos desse desenvolvimento. Certamente, o nosso companheiro Álvaro vai dar dados mais técnicos aqui. E nós, o movimento sindical, já estamos convencidos de que não existe nenhum problema, não vai haver um problema de bancarrota no Brasil em relação a isso.

Em primeiro lugar, dizer por quê. Porque o processo de desenvolvimento das forças produtivas no mundo, e aí não é só no Brasil... E, com isso, naturalmente, o desenvolvimento do poder econômico, do capitalismo é um processo muito mais político-ideológico do que um processo de construção de uma questão social, desenvolvimento para um todo. É um processo de angariar cada vez mais, de acumulação de riqueza, num processo de debate ideológico daqueles que se dizem mais adiantados ou mais atrasados. E é aí, nesse aspecto, que as centrais começam a discutir. Há meio século, mais ou menos, nós estamos debatendo um processo que, na década de 20, no século XVIII, acabou levando a uma revolução com a redução da jornada, que levou trabalhadores a serem queimados nas fábricas, a se enforcarem.

Por que será que agora nós não debatemos que o problema da precarização das condições de trabalho, da vida, que tanto constrange as organizações internacionais, como a ONU, a OIT, ao falar de trabalho decente, terceirização, excesso de jornada, trabalho escravo na indústria sucroalcooleira, que está levando a nossa juventude a ter uma relação de trabalho de cinco anos...

Nós estamos falando que temos que debater fator previdenciário. No Brasil, temos trabalhadores do campo morrendo com cinco anos de trabalho. São dados. A pessoa trabalha tanto que morre de estafa. E nós estamos discutindo um trabalho escravo. O Governo, algumas medidas: não, não vamos dar para esse segmento dinheiro público. Nada tem acontecido que impede a ganância do capital. Então, evidentemente, o trabalho que o Senador Paulo Paim vem desenvolvendo com vários outros parlamentares – que não vamos dizer que são do segmento dos trabalhadores, mas estão comprometidos com os trabalhadores – demonstra também que há outro debate que o movimento sindical precisa fazer, que é exatamente a mobilização. Nós estamos debatendo aqui, nesta Casa, no Senado, na Câmara, "n" ações favoráveis aos trabalhadores.

Se nós fizermos uma pesquisa – aliás, já temos uma pesquisa junto ao Diap e ao Dieese –, nesses últimos vinte anos, o setor econômico deste País, as transnacionais e as grandes empresas e o monopólio das internacionais deram um salto, coisa estrondosa que a gente não se preocupa. Vamos pegar nesse próprio Governo Lula, o Eike Batista, setores da Vale do Rio Doce, as privatizações, que acabaram com milhares de empregos – os dados fornecidos pelo Lourenço – que agora não teve mais como o governo assumir; 17 milhões de empregos criados, 16 milhões de demissões; e quanto informalidade! E a qualidade desse emprego? Porque nesses últimos 20 anos também as pessoas que continuaram empregadas estão morrendo à míngua, porque elas também tiveram sua condição de vida diminuída, principalmente de 94 para cá, quando houve a mini reforma da Previdência – mini para o governo e macro para nós que somos afetados por ela – quando muitas pessoas deixaram de se aposentar ou se aposentaram e não têm condições de sobreviver com a aposentadoria.

Na verdade, quando se fala em qualidade de vida e desemprego e qualidade de emprego, temos que falar também do problema da nossa juventude, o problema da prostituição infantil, o problema da droga que, todo mundo sabe, afeta primeiro aquele grupo de jovens que precisa ser alienado para não se contrapor. É por isso que a gente não vê o movimento estudantil, como vimos nas décadas de 40 e 50, que a juventude, de uma forma ou de outra, através da música, da cultura, através de seus levantes nas universidades participava muito das mudanças sociais, estruturais e políticas do País. Por que não vemos agora? Porque estão todos sendo alienados principalmente pelo pro-

blema da droga, que não é coisa nova. Se pegarmos todos os processos de transformações no mundo inteiro, uma das questões colocadas primeiro é a da alienação através da droga ou através da religião, que também é uma forma de cultura.

Então, o debate que precisamos aprofundar... Entendemos que vários parlamentares, na vanguarda do Senador Paulo Paim, têm feito e cumprido o seu papel. O que temos feito nos últimos anos é perdido parlamentares que não se reelegeram, que faziam parte desses grupos. Então, evidentemente, é muito importante ver o Senador Ataídes colocar essa questão do ponto de vista do debate da desoneração da folha, principalmente. Mas é preciso que a sociedade, que o governo se atenha um pouco para o papel do movimento sindical. Felizmente ou infelizmente, o principal papel do movimento sindical não será aqui na tribuna, mesmo vindo ai as reformas políticas, com outras formas de financiamento das eleições. Vimos falar aqui que 11 bilhões foram repassados efetivamente para o Sistema S em 2010. Isso demonstra a capacidade das pessoas de terem mais representantes nesta Casa. Quando se vê falar que o movimento sindical tem que ter contribuição compulsória, e o governo cada vez mais se apoderando das contribuições. O Sistema S, os empresários, todas as suas organizações e institutos se apoderam de um dinheiro que vai diretamente descontado na folha, a contribuição é compulsória. A Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) é compulsória, e vemos nos jornais de todo o País a situação das estradas, a crise que estamos vivendo e que não é o governo. Esse é um problema da privatização do Estado, o nosso Estado está privatizado. Então, por mais que você tenha um governo bem intencionado, com setores dele querendo avançar, vamos debater o problema da privatização do Estado. Ou seja, entra todo o empresariado para dentro do Estado e ele define o que vai fazer.

A discussão que vamos fazer está sendo elevada e foi elevada a um problema de direitos humanos. Por isso a importância, mais do que os dados técnicos e os dados científicos apresentados pelo Senador Paulo Paim nesta Casa e nesta Comissão, acredito que o que pode e deve repercutir mais, e deve chamar a atenção da sociedade organizada é a questão dos direitos humanos.

A relação de emprego, a relação social de qualidade de vida que se está dando no nosso País hoje é um problema de direitos humanos. As pessoas que estão empregadas trabalham jornadas excessivas estressantes. Hoje, o nível de investimento em tecnologia, automação, ele se dá muito maior do que o investimento na vida, nas condições de vida, que é a saúde, a educação, a qualidade do lazer, o tempo em que o ser humano precisa pelo menos para reproduzir. Hoje, as máquinas – são dados da CNI, da CNT – têm um custo de manutenção trinta vezes mais elevado do que a manutenção de um cidadão. Um computador gasta mais para manutenção do que quem trabalha com ele, que ganha R$600,00, R$700,00 em média no País.

Então, a redução da jornada é um problema de direitos humanos, um problema que temos que perseguir de forma ideológica mesmo, ou seja, de preservação do ser humano enquanto agente social civilizado, não enquanto animal como querem nos tratar, fechando cada vez mais os guetos, as favelas, as periferias, excluindo essas pessoas e maquiando o que essas pessoas, o que o cidadão faz; só consegue enxergar isso quando a grande mídia faz, quando ele consegue pular o muro das favelas para os grandes centros. Como agora estamos vendo nos grandes centros, os assaltos, os trombadinhas, os meios de sobrevivência, aí é preciso ver. Não vamos ter cadeia, não vamos ter nada se não investirmos na educação, e para investir na educação e em mais emprego é preciso ter também qualidade de vida. E qualidade de vida é redução de jornada.

Do ponto de vista da compreensão para a desoneração da folha, é um problema que foi colocado pelo Senador Paim, pelo Tadeu, pelo Lourenço, e que nós vamos abordar sempre. Estamos discutindo encargos e salários. O que são encargos e o que são salários. Nosso problema de salário, nossa participação na renda brasileira de salário já chegou ao patamar mínimo. Então, se pegarmos o que o salário médio hoje representa em termos da renda nacional, ele está abaixo de vários índices.

Agora, os encargos. O que são os encargos? Aí é preciso ter um debate grande. Os empresários acham que têm que desonerar a Previdência e tirar logo dali. Nós achamos que não, porque poucas coisas estavam assegurando a sobrevivência é o processo da Previdência. O governo acha que ele tem que tirar também dos trabalhadores achatando a massa salarial porque a máquina do Estado também precisa funcionar. E nós entendemos que a transferência de renda se dá na produtividade. Aí não temos dúvida nenhuma de que o processo da desoneração da folha de pagamento tem que ser visto nesses pontos. E aí o Senador Ataídes, com a sua habilidade, pontuou bem. E nós apoiamos, sem nenhum problema ideológico, partidário, o problema de que é um dos caminhos de “cortar” (entre aspas) na própria carne, porque aí é um debate que se dará entre ex-empresários. Agora, o governo precisa entender que não tendo qualidade de emprego, não tendo as condições sociais, efetivamente, quem paga a conta somos nós através da Previdência. Então, é

preciso manter esse dinheiro da Previdência, porque quando o trabalhador se acidenta, quando ele se torna incapaz para produzir, ele vem para a mão do governo, ele vem para ser tratado pelo governo. Então, se a gente tira a mínima condição, vamos seguir o caminho inverso que até os próprios Estados Unidos estão fazendo agora, o governo quer se apoderar pelo menos dos impostos para dar conta de atender á sociedade. A política dos Estados Unidos vai na contramão. Nós queremos ir na contramão. Então, é preciso fazer um debate aprofundado sobre esse aspecto. Mas, como os companheiros já falaram sobre esse assunto, nós, enquanto norma central, corroborando com a palavra dos companheiros, queremos dizer o seguinte: chamar a atenção dos movimentos sociais organizados, e aí com a vanguarda das centrais sindicais que estão já em ação, ampliar essas ações, porque no nosso ponto de vista somente falta agora uma grande mobilização nacional para que a gente faça com que o Congresso Nacional, que o Senado compreenda que agora é necessário algum lado abrir mão, e nós não temos condições mais de abrir mão de nada para a desoneração da folha, para a redução da jornada.

Esse é um pouco da nossa opinião, Senador Paulo Paim, e quero agradecer mais uma vez por estar presente nesta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Hamilton.

Agradecemos ao Hamilton, que falou pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores, representando o presidente Calixto.

Então, vamos de imediato passar a palavra para o Antonio Lisboa Amâncio do Vale, diretor-executivo da Central Única dos Trabalhadores e que aqui representa o presidente daquela central, Sr. Arthur Henrique da Silva.

Com a palavra o Antonio por 10 minutos com mais 5 e com a tolerância da Mesa, se necessário for.

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Bom dia, Senador. A CUT agradece pelo convite. Quero cumprimentar também os companheiros aqui da Mesa, todos os presentes aqui nesta audiência. Acho que tem se há um tema ou dois temas sobre o que temos total acordo no movimento sindical brasileiro são esses dois temas que o Senador nos convida para debater aqui: a questão da redução da jornada e também a desoneração da folha.

Os companheiros já levantaram os pontos aqui nos quais temos nos batido, e há a questão da geração de emprego. O próprio levantamento é feito pelo Dieese, já citado aqui há poucos instantes, e mostra que é possível gerar em torno de dois milhões e quinhentos mil empregos com a redução da jornada de trabalho.

Agora, eu queria reforçar também algumas questões já abordadas aqui e o debate ideológico que parte da sociedade brasileira insiste em fazer quando diz que a redução da jornada é como um Deputado já falou para as pessoas: "para o trabalhador ir para o bar beber".

Primeiro, ele não tem nenhuma preocupação, nenhuma responsabilidade com o trabalhador ir para onde quiser; ele tem o direito, como cidadão que paga impostos, de ir para onde quiser. Aí, quero abordar essa questão.

Quer dizer, a redução da jornada de trabalho, além de gerar mais empregos, e evidentemente têm de ser empregos de qualidade, como também já foi abordado pelos companheiros, é também para o trabalhador se qualificar, ir para o cinema, ir para o restaurante. Quer dizer: empresário pode ir para o restaurante e beber o seu uísque, e o trabalhador não pode ir tomar uma pinguinha no bar? Se ele quiser, ele pode, da mesma forma que os ricos podem ir aos restaurantes ricos e tomar o seu uísque. Por que não?

Mas a redução da jornada é para isso também, para o trabalhador ter tempo para o lazer, para sua família, para estudar, para se qualificar.

Não quero de forma alguma fazer aqui uma mensagem com segundas intenções, mas, se formos buscar do ponto de vista da História, durante a escravidão? Qual era o argumento principal daqueles que eram contra o fim da escravidão? O de que, se acabassem com a escravidão, o País ia quebrar porque não tinha mão de obra. Ou seja, com esse argumento de que não se pode diminuir a jornada de trabalho porque o País vai sofrer, as empresas podem quebrar, então, estaremos lá na segunda metade do séc. XIX. Depois, já no início do séc. XX, no processo de industrialização brasileiro, em São Paulo especialmente, no ABC e na capital, nas primeiras manifestações dos trabalhadores, as primeiras greves, eram para quê? Eram para diminuir a jornada absurda de trabalho, de 14, 16 horas diárias. E qual era o argumento daqueles que combatiam a redução e que inclusive assassinaram trabalhadores nas ruas? Botaram a polícia para assassinar trabalhadores nas ruas. O argumento era de que, se diminuísse a jornada de trabalho, o País ia quebrar.

Depois, agora em 88, durante a discussão da Constituinte, havia, e o senhor sabe bem disso, uma articulação dentro da Constituinte, chamada Centrão, que disputava essas posições mais avançadas que a nossa Constituição trouxe. E com relação à redução da jornada, qual era o argumento? "Nós não podemos diminuir a jornada, senão isso vai prejudicar a economia".

Ou seja, o discurso de hoje, de reduzir para 40 horas semanais, é o mesmo do séc. XIX, o mesmo do início do século passado, o mesmo de 1988. E ninguém

discute ou, pelo menos, boa parte das pessoas não discutem, o que foi colocado aqui agora: aumento da produtividade. Para onde foi o resultado do aumento da produtividade? Não foi para nós, trabalhadores.

E um outro argumento: o uso das novas tecnologias nos faz trabalhar fora do local de trabalho. Em boa parte do mundo do trabalho, o trabalhador deixa a sua linha de montagem, deixa enfim o seu posto de trabalho e vai continuar trabalhando. Por exemplo, recebi aqui quatro ou cinco telefonemas. Pode ter certeza de que é trabalho.

Então, e vai continuar trabalhando fora do ambiente de trabalho. Quer dizer, você aumenta a produtividade por conta do uso das novas tecnologias, e o trabalhador é obrigado a trabalhar mais em razão do uso dessas novas tecnologias, mas não pode diminuir a jornada lá no ambiente de trabalho, senão o País quebra. O mesmo argumento foi utilizado em 88, nos anos 10, anos 20 no Brasil, e no séc. XIX, quando se discutia o fim da escravidão no País.

Portanto, o nosso papel aqui, do movimento sindical e também do senhor, que é um trabalhador que está nesta posição de Senador, é fazer esse debate com a sociedade. Debater com a sociedade e mostrar que isso, na verdade, é um ganho do ponto de vista econômico para o crescimento do País, mas é um ganho do ponto de vista da vida das pessoas; afinal de contas, trabalhamos para viver bem. Nós trabalhamos para isso. Então, acho que esse debate é fundamental nesse sentido.

Estou vendo meu tempo ali, e queria apenas citar mais uma questão. Nós todos aqui já devemos ter participado de debates com os setores empresariais, em que alguns dizem que aceitam a redução da jornada de trabalho, mas que isso tem de ser fruto de acordo ou convenção coletiva. É claro que, para os sindicatos onde estamos representando, que são categorias organizadas, com sindicatos fortes e capacidade de mobilização, isso é possível. Mas e quantos trabalhadores neste País ainda não têm um sindicato capaz de organizá-los, de ter uma central sindical, e garantir para eles a conquista? Por isso, nós lutamos pela redução da jornada de trabalho para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras.

Acabamos de aprovar em Genebra – o companheiro Lourenço estava lá – a Convenção 189, que regulamenta o trabalho decente para os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas. Esse é um exemplo claro de uma profissão, de um ramo do trabalho – existem pouco mais de 7 milhões no Brasil – e que, em função da inexistência de sindicato organizado, inclusive da capacidade de fiscalização do Estado, as pessoas trabalham não só 44, 48, 52, 60 horas por semana.

Então, a questão da redução da jornada de trabalho na lei é em função disto: precisamos garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras esse benefício que quero, concluindo, repetir: não é um problema apenas econômico. É um problema de dar direito de qualidade de vida, direito humano, conforme o companheiro levantou, aos trabalhadores e trabalhadoras.

Queria rapidamente abordar essa questão da desoneração da folha. O que nós achamos é que, primeiro, ninguém é contra desonerar a folha de pagamento desde que seja para, primeiro, garantir; ou seja, que não se coloquem nas costas de quem mais precisa os custos dessa desoneração.

Em segundo, é preciso que a gente discuta desoneração da folha de pagamento. A nosso ver, o momento correto é discutir junto com a reforma tributária, que precisa ser feita. Nós, no Brasil, ouvimos diariamente na grande imprensa, dos articulistas dos grandes meios de comunicação, televisão, rádio e jornais, que o Brasil é um país no qual as pessoas pagam muito imposto. O próprio levantamento feito recentemente mostra que não é isso: na verdade, nós temos um processo injusto de cobrança dos tributos, pelo qual quem ganha pouco paga muito e quem ganha muito paga pouco.

Eu costumo perguntar aos meus alunos – eu sou professor – o seguinte: todo mundo que tem carro paga IPVA, mas por que quem tem iate não paga? Quer dizer, quem tem veículo, seja ele novo, velho ou mais ou menos, paga imposto, mas quem tem iate não paga; quem tem helicóptero, pelo que me consta, não paga; quem tem jatinho também não paga. Então, há alguma coisa errada nisso. Como justificar uma situação na qual eu, como diretor ou contratado da empresa X, pago imposto no meu holerite ou no meu contracheque todos os meses, mas o dono da empresa não paga, com o argumento de que a empresa já paga e, então, o dono não tem de pagar? Um trabalhador que ganha R$ 3 mil por mês paga imposto, mas o diretor que retira R$ 100 mil não paga! Há alguma coisa errada.

Não vemos problema em discutir a desoneração da folha, mas queremos fazer isso, como diria um ex-Ministro, no bojo da discussão da reforma tributária, para que possamos ter, de fato, um imposto progressivo e não regressivo, como temos no Brasil. O trabalhador que ganha salário mínimo paga um absurdo, mas quem ganha cinquenta salários mínimos não paga quase nada.

Quero concluir agradecendo mais uma vez ao Senador pela iniciativa. O gabinete do Senador é uma espécie de porto seguro nosso e do movimento sindical no Senado. Todas as vezes que o Senador convida as centrais sindicais para discutir essas coisas, nós sabemos que temos de vir, sabendo que temos na pessoa

do Senador, de seu gabinete e de sua equipe, um porto seguro para a luta dos trabalhadores aqui no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Professor Antônio Lisboa Amâncio do Vale, que é da Executiva da CUT e representou o Artur Henrique aqui e, com muita tranquilidade, fez aqui a defesa de seus pontos de vista, em relação aos quais, pelo que percebi, há concordância de toda a Mesa.

Neste momento passo a palavra para o Luiz Gonzaga de Negreiros, que representa aqui o Ubiraci Dantas de Oliveira, que é o presidente da CGTB.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Antônio Neto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antônio Neto, aqui estava o Ubiraci. Deixei para o final o Álvaro Sólon de França, que vai falar pela Anfip, é o presidente da Anfip, que vai entrar mais nesses detalhes das preocupações que todos temos quanto à arrecadação. Participei, inclusive, de uma audiência que o Álvaro presidiu, mostrando toda a preocupação da Anfip com essa história da desoneração, principalmente da folha de pagamento, em relação à seguridade social. Agora fala o Luiz Gonzaga representando aqui o Antônio Neto.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Bom-dia, nobre Senador Paulo Paim. Parabenizo o senhor pela iniciativa desta audiência pública tão importante.

Estou aqui representando o nosso Presidente da CGTB Antônio Neto, reeleito agora, nos dias 5 e 6, por ocasião do VI Congresso lá em São Paulo. Em função da confusão havida, quero esclarecer que o presidente de fato e de direito da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil é o Antônio Neto, que foi reeleito – os problemas internos estão sendo equacionados, resolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós sabemos da realidade. O que vale é o que você disse.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Muito bem.

Senador, nós queremos parabenizá-lo por seu trabalho. O senhor tem sido incansável nesta Casa, trabalhando em favor dos movimentos sociais e dos trabalhadores. O senhor desempenhou um grande trabalho nesta Casa no momento em que estava na Comissão de Direitos Humanos, foi um grande trabalho que o senhor prestou à nação brasileira. Certamente o senhor está prestando um trabalho de qualidade para os trabalhadores brasileiros, trazendo este tema para discussão em audiência pública. Nós, como representantes dos trabalhadores, temos a maior satisfação de estar discutindo, participando, debatendo um tema tão relevante para o país. Muitas pessoas, muitos segmentos da sociedade ainda não entenderam a importância do salto de qualidade que o nosso país dará quando consolidar a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Muitos ainda acreditam no mito de que a redução da jornada de trabalho vai gerar desemprego e problemas para o sistema empresarial, não alcançam o que foi bem colocado pelo nosso nobre Senador Ataídes, que compreende bem o que se está propondo, o que se está buscando.

Está chegando o nosso Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bem-vindo, Senador!

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Somos também do Distrito Federal, representamos a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Quero parabenizar também o Senador Cristovam por sua luta a favor desses temas sociais.

Nós estamos aqui debatendo, discutindo nesta Comissão a redução da jornada de trabalho para o trabalhador brasileiro. O trabalhador brasileiro, ao longo da história, tem sido massacrado, tem sido esquecido no que diz respeito aos investimentos em nível de país no sistema empresarial.

A riqueza de um país está no trabalhador, é o trabalhador que constrói a nação, que constrói o país. O sistema empresarial ainda não entendeu que o grande tesouro do seu capital está no trabalho, e é necessário fazer os grandes investimentos. Agora chegou o momento de sair do discurso, chegou o momento de nós, verdadeiramente, consolidarmos a vida do trabalhador brasileiro.

E na contrapartida da desoneração da folha, acho que o empresário tem de fazer uma parceria, entender, compreender e investir no trabalhador, que é quem vai produzir, o trabalhador é quem vai dar qualidade. Se o trabalhador estiver mais bem preparado, se o trabalhador tiver um investimento maior em sua vida profissional, certamente vai ter um trabalho de qualidade e as empresas funcionarão melhor.

Sabemos que, em outros países, o investimento no trabalhador é muito grande, mas aqui no Brasil nós sabemos que isso ainda acontece muito lentamente. No entanto, com essas discussões nesta Casa, com esses momentos que o país está vivendo, acredito que iremos virar essa página da história. E a nova página significa valorizar o trabalhador, dar-lhe qualidade de vida.

Vemos muitos empresários que não têm a preocupação de dar um plano de saúde para seus trabalhadores. Nós vemos muitos empresários que não têm a preocupação de fazer um plano habitacional para seus trabalhadores. Vemos muitos empresários que não têm a mínima preocupação com seus trabalhado-

res. Acho que chegou o momento de se trabalhar, de se discutir com os movimentos, com esta Casa, com os responsáveis pelo sistema político, e mostrar que o momento é oportuno.

Nós sabemos que, com a redução da jornada de trabalho, há condições de se gerar dois milhões de empregos. Isso representa um salto de qualidade para o nosso país. Nós estamos buscando fazer o melhor, e é o momento de se fazer história. Senador Paim, o senhor está fazendo história. Frente a esses grandes debates, o senhor está fazendo história, participando da história. O seu nome já está na história em razão do grande trabalho realizado perante a nação brasileira em favor dos grandes movimentos. Nesse tema da redução da jornada de trabalho, o senhor também vai ficar na história. E quem for favorável, quem estiver buscando o avanço no sentido dessa mudança, vai ficar na história, porque isso vai mudar o país. Nós vamos sair do discurso para entrar na verdadeira realidade, que é a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro.

Nós começamos aqui com escravos, o Brasil começou com os escravos – eu sou oriundo dos navios negreiros que vieram para o Brasil. Vejam a evolução que representa o que estamos debatendo hoje, o que estamos buscando. Isso acontece em passos lentos, mas acreditar em um amanhã melhor é a nossa missão como sindicalista.

A Central Geral dos Trabalhadores do Brasil tem sido uma central incansavelmente defensora dos trabalhadores brasileiros e dos seus direitos. Estamos aqui parabenizando esta Casa, o Senador Paulo Paim, as centrais sindicais e todos os movimentos, pois, neste momento, estamos buscando, debatendo e querendo o melhor para a nossa classe trabalhadora.

Como bem colocou os nossos colegas, em muitos lugares ainda não há um sindicato, não há uma representação dos trabalhadores, mas desde que nós, esta Casa, estes representantes estiverem defendendo, lutando, buscando o melhor, na outra ponta os trabalhadores vão receber o benefício. No interior do meu Piauí, por exemplo, sei que receberão os benefícios, mas temos que buscar conquistar e fiscalizar. O grande problema do nosso País está na fiscalização de como as leis vão atingir, vão beneficiar até aqueles menorezinhos. Para o grande capital, para o grande empresário, tudo está à disposição. Mas para o trabalhador nada está à disposição, existem apenas dificuldades, lutas. Mas, se necessário, estamos dispostos a dar as nossas vidas por eles.

Assim como o Senador Cristovam Buarque é um defensor incansável da educação – sabemos das suas lutas, Senador –, nós, sindicalistas, somos defensores incansáveis dos trabalhadores. Não podemos parar, não podemos nos intimidar e não podemos achar que há dificuldades, pois as nossas vidas sempre foram de muitas dificuldades. Mas vamos vencer, vamos conquistar e vamos dizer: parabéns ao povo brasileiro, parabéns ao Senador Paulo Paim, parabéns a nossa Presidenta que, com certeza, será sensível para avançar neste ponto.

Obrigado, Senador. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Luiz Gonzaga de Negreiro. Achei bonito você dizer que os seus antepassados vieram nos navios negreiros, reconhecendo a nossa história, de onde nós viemos. Com certeza, somo-me a você. E falo isso, neste momento, só porque, seguidamente, nas salas de aula – o senhor que é professor sabe disso –, sempre se pergunta: qual é a sua origem? Meus pais são italianos, alemães, polacos, português, e o teu eu dizia: os meus vieram da África, do continente africano, com muito orgulho também. Então, a nossa história tem muito a ver com o seu sobrenome.

Vou passar ao Álvaro, Senador Cristovam Buarque, que é o Presidente da Anfip e o último da Mesa. Em seguida, V. Exª fará uso da palavra, para alegria de todos nós e do povo brasileiro que está assistindo a nossa TV Senado, sobre um tema tão importante.

Antes, porém, quero repassar o recado que me deu o Lourenço: tanto o Ricardo Pataro quanto o Wagner Montes – o Wagner é Presidente da CTB, e o Ricardo da UGT – mandaram justificativas pelo Lourenço, que se sente contemplado em sua fala, já que eles fazem parte do fórum.

Com a palavra agora o Presidente da Anfip, o Sr. Álvaro Sólon de França. Em outro momento participei de um debate que eles provocaram e que foi muito bem articulado sobre o tema “desoneração da folha”.

Com a palavra o Sr. Álvaro.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Vou-me colocar mais à frente para que o companheiro fique com mais espaço.

Primeiro quero agradecer a minha participação neste evento e dizer que só o Senador Paulo Paim para fazer o que fiz hoje. Hoje de manhã, tive um problema de voo em Goiânia, mas pensei que não podia deixá-lo na mão, Senador, e nem os companheiros. Aí peguei um táxi e vim para cá a fim de participar deste debate.

Também quero dizer que nós, da Anfip, confiamos no debate, na persuasão e no convencimento, porque é assim que se constrói uma nação mais justa, mais solidária. Além disso, quero dizer que em julho fizemos um debate sobre a desoneração da folha de pagamento com experiência nacional e internacional.

E logo na segunda quinzena de agosto teremos esse livreto para distribuir ao Parlamento e a toda a sociedade brasileira.

Gosto de conversar sobre a seguridade social. Sou um apaixonado pelo tema. Tenho a sensibilidade epidérmica sobre as questões da seguridade social, principalmente pela Previdência Social. E gosto de dizer que devemos sempre começar os debates olhando a Constituição e os princípios fundamentais que fazem a Nação brasileira. E um dos fundamentos, art. 1º, inciso IV, é sobre os valores sociais do trabalho e também sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Temos que ter isso sempre em mente, art. 3º, inciso I, que diz que todos os objetivos devem ser direcionados para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. E no inciso III diz que devemos centrar os nossos esforços para erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Creio que este tema da redução da jornada de trabalho e a desoneração da folha de pagamento nos leva a construirmos a sociedade que almejamos tanto – livre, justa e solidária – e erradicar a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais e regionais.

Em 2004, editei a quinta edição desta publicação chamada *Previdência Social e a Economia dos Municípios*, onde ficou registrado que em quase 70% dos Municípios brasileiros o pagamento de benefícios supera...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode mostrar a capa, pois se alguém quiser cópia sabe...

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – É só solicitar à Anfip, está no *site* da Anfip e eu estou fazendo a atualização com os dados de 2009, 2010, que vão nesta direção, chegando a quase 80% dos Municípios brasileiros.

Isso é bom porque devemos dimensionar o tema. Temos cerca de 25 milhões de beneficiários do sistema previdenciário brasileiro e, segundo dados, cerca de 2,5 de benefícios indiretos. Isso significa que quase 80 milhões de pessoas dependem de alguma forma do sistema previdenciário brasileiro.

Isso dá a magnitude para que o tema não possa ser discorrido ou debatido, às vezes, com a superficialidade que se quer, principalmente quando se trata da desoneração da folha de pagamento, que, na realidade, não é desoneração, o que se propõe é uma substituição. Não é a desoneração, mas a substituição. E aí vamos ver, a cada ponto percentual, o que significa isso.

Na realidade, a seguridade social brasileira é um dos mais avançados ideais que se tem para se tratar de saúde, assistência e previdência social no mundo. Participei, aqui no Congresso Nacional, por ocasião da Constituinte e, depois, na promulgação da Constituição de 1988... Muitos daqueles que eram contra diziam que estávamos prometendo o céu sem prover os meios. Estavam redondamente enganados. Era realmente a guerra da discussão e do debate. E aqui os companheiros da Mesa têm total razão: hoje, o que precisa ganhar na sociedade brasileira é o debate. E aqui os trabalhadores e o conjunto da sociedade brasileira estão em desvantagem, porque não têm os meios de comunicação, não têm como chegar à população, isso depende fundamentalmente de educação e não temos condições. Sendo assim, o debate fica desigual, fica uma concorrência desleal, para se usar o jargão econômico.

Então, essas questões são importantes para que a sociedade brasileira saiba o que se está discutindo. Antes de entrar em questões numéricas é bom saber se por que, primeiro, se fala hoje em desoneração da folha de pagamento quando a Previdência Social suplantou, graças ao trabalho de Parlamentares como do Deputado à época Paulo Paim, hoje Senador, e outros, o debate da privatização da Previdência Social por ocasião da discussão da sua reforma em 1995. Eu era Presidente da Anfip naquela época.

Portanto, quando se consegue ganhar o debate e a Previdência Social consegue ter um certo equilíbrio, e hoje há um equilíbrio das contribuições somente sobre folha de pagamento e o sistema urbano, sem levar em consideração as outras fontes de pagamento; quando, na linguagem dos nossos jovens, a Previdência Social e a arrecadação sobre folha de pagamento estão "bombando", vem a discussão. Perderam o debate da privatização, agora há que se ter o debate para que possam trazer dificuldades para o regime previdenciário público brasileiro. Há que se ter muito cuidado com isso, Na realidade, muitas vezes, a discussão não é nem de eficiência nem de ganho de eficiência, mas é uma discussão ideológica sobre o tipo de Estado que se quer. Hoje, a discussão é esta: que tipo de Estado que se quer. Querem um Estado atuante que tenha condições de enfrentar as grandes dificuldades ou um Estado mínimo, que foi uma guerra aqui bastante grande na época das privatizações, que também foi suplantado. Isso é importante porque hoje a grande nação do Planeta enfrenta dificuldades graças a essa questão. Todo mundo pensava que o mercado era o dono de todas as coisas. Ele se auto-regulava e as nações não precisavam ter nenhuma atividade regulamentadora. E o que vimos foi a crise, principalmente a crise bancária, a crise financeira, onde todos os Estados que não tinham regulamentação suficiente tiveram dificuldades. É preciso que o Estado tenha, sim,

atuação em setores fundamentais, para que possa ser uma nação organizada e seu povo possa ter qualidade de vida. Isso é o que se discute aqui.

Então, no conjunto da seguridade social, essas questões começam a ser ganhas também na sociedade, porque havia também o chamado déficit da Previdência Social. Quando se começa a ganhar o debate, porque os dados começam a chegar à população, que fica mais atenta...No ano passado, o superávit da seguridade social foi R$58 bilhões. Em 2009, R$32 bilhões. Foi um superávit menor por causa da crise de 2009. É bom que se faça um registro, Senador Paulo Paim, extremamente importante. Em 2009, se o Presidente Lula tivesse ido pelo receituário do FMI, o Brasil não tinha suplantado a crise. E aqui um dado extremamente importante: enquanto todas as receitas tiveram, em média, um decréscimo de 3%, a contribuição previdenciária incidente sobre a folha teve um crescimento real de mais de 6%. Em plena crise de 2009. Isso demonstra que a contribuição previdenciária sobre folha de pagamento é mais estável do que todas as outras cestas de tributos. Então, como vai se trocar uma contribuição que, em época de crise, teve todos os seus ganhos, enquanto todos os outros tributos tiveram queda, quer dizer, uma contribuição estável, por outra? E aqui também vamos discutir, porque o que se propõe, o que se lê é que se quer trocar a contribuição sobre folha de pagamento, porque, na realidade, não é desoneração, é substituição, por uma sobre o consumo. E aqui é que vamos entrar em uma situação extremamente importante do regime tributário brasileiro. Nós não temos hoje, no Brasil, como muitos querem alardear, uma carga tributária excessiva. Nós temos uma carga tributária injusta, perversa. Isso, sim! Porque, em vez de se tributar patrimônio e renda, tributa-se consumo. E essa contribuição que se quer e que se alardeia é uma contribuição que sai de folha de pagamento para consumo. E é regressiva, porque atinge todas as questões das pessoas mais pobres que vão ao consumo e deixa de lado patrimônio e renda. Então, há que se discutir essas questões, como disse bem o companheiro, no conjunto das coisas, não de forma isolada, não discutir a desoneração e a Previdência Social fora do conjunto da seguridade social.

Os dados e as notícias que temos indicam, Senador Paulo Paim, uma questão extremamente perigosa que está acontecendo no Brasil hoje, que é a desconstrução da seguridade social, a desconstrução do conjunto que trata de previdência, saúde e assistência social. É incrível como, no Brasil, quando se trata de questões para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, há um certo clamor, uma certa inquietude. Na realidade, todo o conjunto da sociedade brasileira deveria estar satisfeito, pois estamos caminhando no sentido de diminuirmos a pobreza e as desigualdades sociais, fazermos com que as pessoas possam usufruir da cidadania plena. Todos deveriam estar com um sorriso largo nos lábios, mas existem setores no Brasil que ficam extremamente agitados quando as pessoas começam a sair da pobreza e a ter uma vida melhor. Por quê? Porque isso traz conhecimento, traz cidadania, as pessoas começam a ter um horizonte mais largo das coisas.

Essas questões todas são importantes porque, na verdade, o debate não é sobre eficiência tributária, sobre eficiência do sistema de seguridade social. É um debate que tem outras origens.

A desoneração da folha de pagamento, sim. Desoneração nós defendemos, mas é desoneração sobre as contribuições incidentes sobre folha, que não tem nada a ver com o conjunto da sociedade brasileira nem com os trabalhadores, por causa do Sistema S. Isso, sim, deveria ser desonerado, nem deveria ser substituído por outra fonte, mas desonerado, porque isso significa quase R$12 bilhões para que se tenha uma certa gestão. E muitas vezes não querem que os órgãos de fiscalização tenham acesso a essas contas. Já há brigas jurídicas grandes. O TCU tem condições ou não de fiscalizar as arrecadações do Sistema S? Acaba se transformando em uma caixa preta que a sociedade brasileira não tem nenhum tipo de acesso sobre essas informações.

Tenho dito sempre nos debates que envolvem a seguridade social que, assim como as pessoas, a nação tem alma. E a alma da Nação brasileira é a seguridade social. A não ser que queiramos transformar o Brasil em um zumbi, em algo sem alma.

Outra questão importante de ser debatida. Alguns falam que a contribuição é só sobre folha. Não! O art. 195 da Constituição brasileira diz que as contribuições sobre a seguridade social são incidentes sobre folha de pagamento, sobre faturamento, sobre o lucro líquido das empresas e sobre o lucro também. Na realidade, quando se fala sobre este mix faturamento, folha, já está contemplado na Constituição brasileira e no Regime Geral da Previdência Social. Isso porque as empresas optantes pelo Simples não têm contribuição sobre folha, já está na contribuição seu faturamento. As empresas que tratam do chamado *agrobusiness* também. Isso tudo, ao longo do tempo, e com dados recentes do ano passado, significa que houve uma renúncia previdenciária em torno de R$18 bilhões com esses segmentos todos. Então, já há contribuição sobre folha e contribuição sobre faturamento no próprio Regime Geral. Existem segmentos, como

os clubes de futebol e outros. Todos têm contribuição sobre faturamento.

A desoneração ou substituição da folha de pagamento para a competitividade das empresas nacionais deve levar em consideração também outras questões, que é o custo da mão de obra brasileira em relação ao PIB. Isso não se discute, é um dos mais baixos do Planeta. Não se discute o custo de captação dos recursos, a questão cambial, a questão do chamado desemprego tecnológico. Então, essas questões também devem ser discutidas, sim, o chamado conjunto da discussão das coisas.

Outra falácia que, às vezes, causa até uma certa situação hilária é quando os empresários dizem: "Não, mas o custo sobre a mão de obra no Brasil é de 102%". Aí, colocam décimo terceiro, férias, descanso semanal remunerado, conquistas históricas dos trabalhadores que vão direto para os trabalhadores, quando, na realidade, estamos falando hoje em torno de 25%.

Eu brinco muito: em um debate, uma certa ocasião, com um grupo de empresários – não estou aqui generalizando, porque existem grandes empresários no Brasil –, aqueles empresários que não sabem conviver com o ganho do salário, com a melhoria da qualidade de vida, aqueles que dizem que só querem o que é deles, dos outros só querem a metade, a chamada pirataria social. Eu estava falando aqui dos navios negreiros, dessa questão toda, e na realidade essa questão toda, quando se discute aqui, é pirataria social.

Querem retirar, então, décimo terceiro, férias, descanso semanal remunerado, e como não têm coragem de dizer isso, mas pensam, chegam a dizer: "Não, mas o custo é extremamente elevado. Extremamente elevado!" Na realidade, é uma falácia. Uma falácia!

Vamos pegar, então, e ver o custo horário no Brasil. Muito bem: na Alemanha é de US$40.00; no Brasil, de US$6.00. A não ser que o Brasil também queira tratar aqui como se aqui fosse a China, onde é de US$2.00. Então, queremos dizer o seguinte: queremos ser um país onde os trabalhadores tenham sua qualidade de vida como país de porte ou queremos copiar modelos de semiescravidão? Que tipo de país que se quer? Essa é uma boa discussão para se verificar.

Então, essa carga horária, no Brasil, é extremamente pequena, muito pequena, comparada com os outros países. E uma questão também que acho extremamente importante para se discutir é que, na realidade, quando se trata das grandes empresas, a folha salarial não é levada em consideração, como *top* dos dez mais, para a questão do investimento. Aí, está-se falando de custo de captação de recursos, de competitividade, de qual é o lucro, dessas questões todas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Peço um pouco de tolerância, dada a minha empolgação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquilo. Se estivesse mal, eu tinha notado aqui.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Então, essas questões todas são importantes para se discutir. Qual é o modelo de empresa que temos no Brasil? É uma questão para se discutir a folha de pagamento. Em 2010, 4 milhões de empresas entregaram a GFIP; 2,3 milhões eram optantes do Simples; 2 milhões tinham entre um e cinco empregados; apenas 17,4 mil empresas tinham mais de 251 empregados.

Então, o que quero dizer? A desoneração tanto apregoada já atingiu todo aquele segmento. Por que digo isso? Digo isso – e os companheiros aqui da Mesa têm experiência como líderes sindicais – porque a grande informalidade está nas pequenas empresas. Dizem: "Vou ganhar com a desoneração porque muitos que estavam na informalidade vão vir para a formalidade." Não vão, pois já deveriam estar na do Simples. Não vão vir. Não vão vir!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, quem ganha é o grande.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Justamente, quem ganha é o grande nessa questão toda. E para o grande não é importante a questão da folha de pagamento, porque ele tem a questão da expectativa de lucro dele, a questão cambial hoje, que está sendo discutida e nós vamos ver aqui mais à frente. Então, essa questão dos juros deve ser enfrentada porque essa é candente.

Quando se fala de desoneração de folha de pagamento é bom que se deixe bem claro: para se ter uma outra substituição de folha... Não creio que o Governo vá abrir mão de uma receita dessas – nem deve! Dados de pesquisa do próprio Ministério da Previdência indicam que se precisaria, para cada ponto percentual de desoneração em 2011, de R$5,6 bilhões; em 2012, de R$6,2 bilhões; em 2013, de R$6,9 bilhões e, em 2014, de R$7,6 bilhões. Então, há que se arrumar uma outra contribuição que talvez venha sobre o consumo – e nós já dissemos aqui que é extremamente regressiva, porque vai penalizar os mais pobres, que compram um quilo de arroz, um quilo de farinha, um quilo de feijão, que precisam, e desses você pega o salário e vê qual é o item deles que vai para o consumo, porque eles não fazem poupança, vai tudo para o consumo; então, vai tudo ser tributado, porque o sistema brasileiro leva em consideração o consumo e não a renda.

Aí dizem: "Não, mas acontece que a folha de pagamento no Brasil, os custos da contribuição patronal no Brasil em relação ao mercado internacional é muito pesada." É outra falácia. Outra falácia! Aqui também,

como dizem os advogados – sou advogado também –, não assiste melhor sorte aos defensores dessa matéria. Por quê? Porque, segundo os dados do Ipea, na União Europeia, em 2000, as contribuições patronais representavam 38,5%; no Brasil, 38,7%, mais ou menos equivalente. E aqui, sem levar em consideração que o salário lá, em relação ao PIB, é extremamente diferente do do Brasil. Aqui nós temos uma relação PIB/salário muito pequena. E esta é uma discussão extremamente forte que deveria ser feita: a participação dos salários em relação ao PIB, porque isso demonstra qual é o tipo de distribuição de renda que estamos tendo no País.

Então, na questão da desoneração, sem levar em consideração essa questão dos índices sobre o ganho de emprego, aqui também eles não têm melhor sorte. Não têm! Por quê? Porque se você pegar aqui, na própria América do Sul, os países que fizeram, com a privatização ou com a diminuição do sistema previdenciário em relação à contribuição sobre folha, não houve esse ganho de emprego alardeado. Todos lembram da privatização do Chile: de 30 para 5, um nível de emprego na economia pífio. O que houve foi um pouco de aumento de salário àqueles que já estavam trabalhando, pouco ainda. E, mesmo assim, o sistema previdenciário chileno, como nós vimos hoje, da chamada desoneração da folha, está numa situação extremamente difícil, porque os trabalhadores foram alijados de um sistema de seguro, passaram a ter uma espécie de LOAS, e tudo isso recaiu nas costas do Estado. Tudo nas costas do Estado! No fundo, no fundo, fazem todas essas questões, e lá à frente quem arca com tudo é o conjunto da sociedade brasileira, principalmente os mais pobres, via tributo.

Então, essa questão toda, de que a desoneração da folha vai ter ganho, é falácia. Não vai haver esse ganho porque, como nós dissemos, já estava contemplada em outras questões todas dessa natureza.

Mas aí, Senador Paulo Paim, eu gostaria de trazer aqui à discussão, à reflexão esse modelo que temos dos juros no Brasil. Esse, sim, traz problemas sérios para quem quer investir. Há diferença do chamado *spread* bancário, que todo mundo conhece aqui, do risco aqui, no Brasil: em maio, o da pessoa física estava em 34,3%; da pessoa jurídica, 19,4%. A China, recentemente, que tinha uma inflação igual à nossa e tem sido alardeada como paradigma, elevou de 3,5% para 6,5% ao ano, com *spread* de 3,1%. Então, o nosso *spread,* em relação ao da China, é de onze vezes mais. Então, essa taxa de risco que é embutida para cobrança da captação de recursos, do chamado crédito, é que faz o sistema financeiro brasileiro estar "bombando", como dizem os adolescentes, tendo um ganho excepcional dessa situação. E, aí, nós vamos verificar que aqui há companheiros que certamente participaram e têm a experiência do sistema brasileiro depois das privatizações. Qual o peso da folha de pagamento do sistema financeiro brasileiro, da sua automação? É quase nulo. Ela é paga somente com as taxas cobradas. As taxas cobradas hoje pagam toda a folha de pagamento e seus encargos. Pagam uma folha e meia. Então, hoje, a folha de pagamento e seus encargos, todos, alardeados, são pagos com taxa. O resto é lucro. E nos últimos doze meses, 220 bilhões de juros.

Então, Senador, só para finalizar – e eu acho que essa discussão deve caminhar nessa direção, para que nós tenhamos uma direção holística da situação –, é bom colocar o sol do meio-dia sobre essas questões, para não ficar na penumbra. "Ah, vou discutir...". Discute-se tudo. Coloca-se a situação às claras e aí vamos ver, no conjunto da sociedade brasileira, quem ganha o debate, mas em condições iguais.

Outras questões de agenda já foram colocadas aqui. É bom que continue essa situação, que é a do fator previdenciário. Acho que já há consenso aqui. Eu acho que tem propostas para avançar nessa direção, para que nós tenhamos esse sistema previdenciário brasileiro cada vez melhor, mais respeitado. O crescimento real do salário mínimo... Quando se fala em crescimento real do salário mínimo, todo mundo fala que a Previdência vai quebrar. Desde 90, "vai quebrar! Vai quebrar!". "Não pode. Todo mundo vai quebrar. Vai ser o caos. O cometa de Halley vai passar aí e vai arrebentar tudo!"

Então, todas essas questões são boas para que nós possamos ter esse debate. Eu gostaria que tivesse alguns outros Parlamentares vinculados a outros setores para que o debate... O debate é que é importante para a situação.

Eu agradeço a tolerância dos colegas e estou à disposição.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Presidente da Anfip, o Álvaro.

Essa última parte, Álvaro, que você fala de fato é verdadeira. Eu sou testemunha da história. Quantas e quantas vezes, Álvaro, eu pegava os dados da Anfip, ia para a tribuna e dizia "pode aumentar o salário mínimo que não dá problema na Previdência nem na sociedade". Os dados eram da Anfip. Felizmente, o tempo mostrou que a Anfip estava com a razão e hoje o salário mínimo está quase a US$350.00, sem problema nenhum. Ninguém diz que o salário mínimo é culpado por qualquer questão. Pelo contrário, o salário mínimo tem que ser elogiado, porque está ajudando muito no mercado interno.

Parabéns pela fala! Pode saber que teremos outras oportunidades. Vocês serão convidados novamente ao debate. E quero lembrar que amanhã, às nove horas, teremos o debate lá na Comissão de Seguridade Social, na Comissão que eu coordeno, que é de Trabalho e Previdência, sobre o desemprego na América do Sul.

Tenho aqui, só para lembrar aqui... A assessoria de um líder de uma central sempre é bom. Ele lembra que já recebeu aqui "A Integração da América do Sul", mas com uma ótica, principalmente, na questão do desemprego. Aí nós temos toda essa questão aí, "A Defesa do Emprego no Contexto da Crise Mundial". Vai ser amanhã pela manhã. Todos estão convidados. Todos que estão aqui na Mesa estão convidados. Está aqui a relação para esse debate que teremos amanhã pela manhã, onde falam muito na tal de triangulação que existe, da China, que vem pelo Mercosul e os produtos chegam aqui a preços, numa concorrência desleal.

Neste momento, depois de agradecer ao Álvaro, passo a palavra ao Senador Cristovam, sempre presente aqui no Congresso, em todas as Comissões e no Plenário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Paim e demais membros da Mesa, essa mesa é tão importante, Senador Paim, que eu acho que a gente deveria repetir muitas vezes para poder colocar o debate das quarenta horas na agenda nacional não apenas como reivindicação, mas como parte de uma agenda, como outras agendas que não foram apenas reivindicações, como a anistia, como as diretas... Nós precisamos colocar essa ideia das quarenta horas como algo na cabeça dos brasileiros inteiros. E a gente, para isso, precisa debater muito, para as pessoas entenderem que esse precisa ser o propósito de uma sociedade.

Até muito recentemente prevalecia a ideia de que um país rico é um país que produz muito. A Presidenta Dilma trouxe uma imensa contribuição ao pensamento ao dizer que um país rico é um país sem pobreza. Esse foi o primeiro passo para a gente redefinir o conceito de riqueza. Riqueza precisa de produção. Mas riqueza não é só produção. Um país pode produzir mais e ficar mais pobre. Basta a gente aumentar duas vezes a atual produção de automóveis. O PIB vai crescer muito, mas imaginem o engarrafamento que vai existir neste País, arrasando a vida das pessoas, que ficariam ali presas, porque cada hora presa no trânsito você está perdendo uma hora de vida. Alguns mais, outros menos. O que está em pé no ônibus, mais do que quem está sentado no carro. O que está sentado com ar-condicionado, menos do que o que está sendo sem ar-condicionado. Por aí vai. Mas é uma perda de vida. Você está indo de um lugar para outro. Você não queria estar ali.

Nós precisamos reformular o conceito de riqueza de um país. A primeira coisa, como eu disse, foi a Presidenta Dilma trazer a dimensão de que não é rico o país onde há pobreza. Pode ter um PIB grade, mas não é rico. O segundo é o tempo livre. País rico é aquele capaz de reduzir o tempo de trabalho necessário para sobrevivência do trabalhador. Não é rico um país, com o Brasil parecia nos 1500 e tanto, quando Olinda era a segunda maior cidade do mundo em renda, mas tinha escravidão. E escravidão não é só uma característica de pobreza, mas é uma característica do trabalho forçado, do trabalho sem um limite de tempo.

Quando conseguimos a tal da semana inglesa no Brasil, nós demos um avanço. Mas não basta. É claro que tem que se reduzir para 40 horas já. É claro que, daqui a dez, quinze, vinte anos, tem-se que reduzir para 36 horas, como a França já faz. É claro que vai chegar um dia em que a gente vai trabalhar digamos 20 horas por semana. Isso seria um indicador de riqueza, ao lado da erradicação da pobreza. Isto seria um indicador da riqueza: trabalhar menos para sobreviver, ao lado da erradicação da pobreza, como foi da escravidão, que é um indicador de riqueza. Ao lado, obviamente, daquilo que a gente já aceita e todo mundo fala, que é o crescimento da produção, porque, sem uma produção que atenda às necessidades, fica inclusive impedido de a gente reduzir a jornada de trabalho.

Além desses três itens de riqueza, a produção, que todo mundo fala, a redução e eliminação da pobreza, como a Presidenta Dilma fala, e a redução do tempo de trabalho para sobreviver, que as centrais sindicais e alguns de nós falamos, há o quarto item: é usar o tempo livre para as atividades de prazer, as atividades que por aí se chamam de lúdicas, e especialmente as atividades da cultura. Aumentar o tempo dos nossos jovens nos botecos bebendo, para mim, não é sinônimo de riqueza. Sinônimo de riqueza é aumentar o tempo livre dos nossos jovens e adultos indo ao teatro, indo ao cinema, lendo estudando, aprendendo e até também tomando a sua cervejinha de vez em quando.

E essa dimensão da quarta característica da riqueza, que é um país onde o tempo livre é usado para atividades do espírito, incluindo ir a igreja, quem quiser, isso tem uma coisa especial: se gente colocar isso na pauta, a atividades da educação, as atividades da cultura, vai ser difícil fazer as 40 horas.

Sabem por quê? Hoje existe uma resistência grande dos empresários contra as 40 horas. Essa resistência a gente ganha no debate. Mas há uma outra que eu penso que as centrais sindicais não estão percebendo: os dois milhões a mais de emprego a gente

só vai conseguir ser houver mão de obra preparada para substituir aqueles que deixarão de trabalhar quatro horas por semana. Se cada trabalhador, em vez de trabalhar 44 horas trabalhar 40 horas, então quatro horas a menos, não tiver um substituto, o que vai acontecer é que deve cair a produção um pouco. Se cair a produção um pouco, caiu a riqueza. Eu não vou nem dizer se é o lucro que é reduzido ou se é o salário que é reduzido, mas caiu um pouquinho, em quatro horas por semana, a riqueza.

Nós temos que fazer com que, neste País, para cada pessoa que trabalhe um pouco menos, haja outra que não esteja trabalhando para ocupar o lugar. Algum tempo atrás, isso não era difícil porque não precisava de muita formação para substituir um trabalhador, não precisava de muita experiência para substituir um trabalhador, tinha fila na porta das fábricas. Abria-se o portão, e os primeiros que entravam começavam a trabalhar.

Hoje, não é a porta que é aberta, é o currículo que é aberto para ver se a pessoa está preparada. É o passado da pessoa que vai demonstrar se a pessoa está ou não apta para substituir aquele que teve uma redução na sua jornada de trabalho. E aí eu queria pedir às centrais sindicais que lutem pelas 40 horas, lutando por uma boa formação para todos aqueles que não estão trabalhando porque estão desempregados ou aqueles que não estão trabalhando porque ainda não têm idade para trabalhar. Se as centrais sindicais não colocarem na pauta delas, além de salário, além dos benefícios diretos dos filiados ao sindicato, se não colocarem, além disso, educação de qualidade para todos, as 40 horas fracassam.

A França reduziu para 36 porque lá eles têm um desempregado apto a substituir o empregado. Nós não temos hoje. Ou, se temos para 40 horas, não vamos poder lutar pelas 36, porque aí já vamos precisar de duas vezes mais, em vez de dois milhões, quatro. Eu queria vincular aqui a luta pela redução da jornada – sem reduzir o ímpeto por ela, já a redução da jornada, já, mesmo que se crie um problema, que a gente vai resolver – acrescentar a ideia da luta das centrais sindicais pela melhoria da educação.

No último programa do PDT, o Paulinho tocou nisso, e para mim foi uma grata surpresa quando ele falou que o tempo livre era também para estudar, ele tocou nisso. Eu achei muito positivo quando o Paulinho se lembrou de colocar o estudo como uma das razões da redução da jornada de trabalho. Mas não basta ficar aí, na instrução para aqueles que reduzirem a jornada de trabalho, até porque acho que não deve ficar vinculado na lei, reduz-se quatro horas para que eles fiquem estudando quatro horas. Não, não deve ser isso. Mas eu queria ver mais do que a educação no sentido necessário para viabilizar a substituição dos que vão trabalhar menos, até porque eu temo que, se amanhã a gente tiver uma redução rápida para 40 no lugar de 44, o que vai acontecer é aumentar um pouquinho a renda do trabalhador com horas extras; as pessoas vão continuar trabalhando 44 horas, mas vão ganhar quatro horas a mais de salário, o que não é ruim, obviamente, mas é um artifício. Aí é um artifício, aí a gente está enganando a ideia da redução.

Pois bem, eu volto a falar: eu estou aqui para brigar pelas 40 horas porque acho que é corretíssimo, isso indica um país rico. A redução do tempo de trabalho indica riqueza. Ainda que levasse a uma queda na produção – se levasse, e isso não precisa acontecer porque podemos aumentar a produtividade e, além disso, podemos substituir o trabalhador –, se levasse a uma redução da produção, aumentou o tempo livre, então não diminuiu a riqueza. Pode até ter diminuído o produto, pode até ter diminuído o PIB, mas não diminuiu a riqueza naquele item que é o aumento do tempo livre.

Mas não é só por isso. É que o País está caminhando para uma situação dramática. A economia brasileira está bem, mas ela vai mal. Se a gente não acordar para isso, nós vamos ser surpreendidos daqui a cinco, dez, quinze anos, como uma nova Grécia, só muito maior. Porque daqui para frente, uma economia só vai ter um crescimento sustentável se ela for capaz de ter alto poder de inovação, de ter criação de novos produtos. Se não formos capazes de criar novos produtos, a nossa economia cairá.

Na competitividade, dava, até pouco tempo atrás, para reduzir número de trabalhadores, porque aí reduz-se o custo e o país fica competitivo. Primeiro, essa é uma competitividade que vai contra a riqueza do tempo livre, que vai contra a riqueza da não pobreza. Hoje, o que faz um país competitivo não é reduzir o número de trabalhadores; o que faz hoje um país ser competitivo é ele ser capaz de inventar coisas novas, como, por exemplo, esse telefone que está tocando aqui – isso deu competitividade à Finlândia. A Nokia fabricava papel higiênico. Não se tem grande competitividade fabricando papel higiênico, a não ser diminuindo o número de trabalhadores que trabalham para produzir e aumentando o número dos que usam, obviamente, para vender mais. Agora, quando a Nokia saiu da condição de exportadora de papel higiênico e passou a exportar um produto novo, que foi o telefone, ela ganhou competitividade. Ela agora está se atrapalhando, porque outra empresa inventou um novo tipo de celular. Competitividade. A Nokia hoje é uma empresa em grande crise, porque essa tal de Apple inventou o chamado

iPhone. Foi a criatividade que deu competitividade à Apple; não foi a redução do número de trabalhadores.

O Brasil hoje é um país pobre em capacidade de inovar. Não temos um automóvel com nome brasileiro, porque todos eles foram inventados e desenhados lá fora. Não temos um telefone celular cuja marca seja brasileira. Raros produtos eletrônicos têm marca brasileira. Os computadores que usamos e que são montados aqui foram inventados fora. Essa caneta foi desenhada fora. Essa incapacidade de inventar produtos novos para ganhar novos mercados levará a economia brasileira a entrar numa gravíssima crise.

Somem-se a isso os juros altos. Some-se a isso a nossa balança comercial ainda dando algum resultado, mas caindo, sendo que é baseada sobretudo em produtos primários, como ferro e agricultura. O que ainda mantêm hoje os dólares no Brasil é o capital especulativo que vem graças aos juros altos. Se a gente baixar os juros no Brasil, o capital não vem mais para especular aqui dentro e enganar a gente durante algum tempo. Há também os gastos altos. Tudo isso faz com que a gente tenha uma crise muito profunda adiante. A saída para ela é o aumento da capacidade de inovação.

Eu estou indo hoje almoçar com o Ministro Mercadante. A discussão que quero fazer é sobre a criação do Sistema Nacional do Conhecimento. Este País foi infernizado durante vinte anos por um tal de SNI. Nós seremos infernizados, nos próximos vinte anos, se não criarmos o SNC – Sistema Nacional do Conhecimento, que começa fazendo com que as empresas usem capacidade inovativa, que elas sejam capazes de inovar. Isso passa por centros importantes de ciência e tecnologia. Qual o melhor exemplo de capacidade de competição? São os aviões da Embraer. Quem é que fez aqueles aviões? Foi o Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Foi uma escola. Pensamos que os aviões da Embraer nasceram numa fábrica. Não! Eles nasceram numa escola! Essa escola se transformou numa fábrica e essa fábrica inventou os aviões. Então, começa-se nas indústrias, nos centros de ciência e tecnologia, que passam pelas universidades, que não tem futuro sem uma educação de base de qualidade para todos.

Não tem jeito. Cada cérebro que não termina o 2º Grau é um cérebro que não entra na capacidade de inovação científica e tecnológica. Então, é um recurso que jogamos fora. Jogamos cérebros fora neste País, do ponto de vista científico e tecnológico, não do ponto de vista da capacidade de viver, da capacidade de inventar. Tem muita gente que não tem 2º Grau, mas que é brilhante. O melhor exemplo é um dos grandes gênios deste País que se chama Presidente Lula. Mas só dá um Lula uma vez a cada cem ou duzentos anos – e no passado. Se Lula chegasse de Garanhuns a São Paulo agora, com quatro anos de escolaridade, ele provavelmente não entraria no Senai, porque hoje, para entrar no Senai, precisa-se ter o Ensino Fundamental completo, precisa saber noções de computador, precisa não ter medo de ler algumas palavras em inglês. O Lula é o resultado de sua própria genialidade e do seu tempo. Chegou nos anos 50 a São Paulo e não no século XXI. Pois bem, nós, que estamos ao lado dos trabalhadores, temos que estar ao lado da luta para que o filho do trabalhador estude na mesma escola do filho do patrão. Para mim, o socialismo hoje não é tomar o capital do capitalista e dar para o trabalhador; é pegar o filho do trabalhador e colocar na escola do filho do patrão. E aí a gente vai ver quais são os que se destacam, como se faz no futebol. Filho de trabalhador e filho de patrão jogam bola, se não no mesmo lugarzinho, mas jogam com as mesmas regras e com bola redonda.

Felizmente, a elite brasileira ainda não inventou de obrigar filho de trabalhador a usar bola quadrada, para que só os filhos dos ricos entrassem na Seleção, mas já foi assim. Muita gente não lembra, mas, até 1920, negro não jogava futebol. Vou confessar aqui uma coisa que me dá até vergonha: o meu time, o Clube Náutico Capibaribe, só teve jogador negro depois dos anos 70 ou 60. Nos anos 60, teve um técnico de futebol chamado Gentil Cardoso, e houve muita resistência para que ele pudesse ser técnico sendo negro. Então, já houve isso no passado. Acabou no futebol. Foi aí que surgiram os grandes craques. Imaginem se os negros fossem proibidos de jogar futebol no Brasil. Quantos craques a gente perderia? Acho que 90%. Quantos países... Mas foi permitido. Mas a gente continua sem permitir que os filhos dos pobres entrem nas escolas boas, e não fazemos quase nada. Ao contrário, nos enganamos, Presidente Paim, a quem eu peço desculpas por mais um pouquinho de fala, porque aqui está a liderança dos trabalhadores e, se os trabalhadores não comprarem essa bandeira, não pensem que os doutores vão comprar.

Nós não estamos colocando isso na pauta. E pior, estamos nos enganando. Ainda hoje vi no jornal, Lisboa, que o Brasil tem 98% das crianças na escola. Gente, até quando vamos acreditar nisso? Nós temos, vamos supor, 98%, acho que não chega a tanto, matriculadas, mas matriculadas nas primeiras séries. Elas se matriculam e não frequentam todos os dias, ou frequentam, mas não ficam. No Brasil, não sei quanto, mas pelo menos 60% das crianças vão para casa depois da merenda. É triste dizer, mas nós aceitamos estar no País onde a escola é um restaurante mirim, e olhe que tem que ter merenda, sim; aliás, tem que

ter umas quatro merendas por dia na escola para a criança: café, lanche, almoço e outro lanche. Mas a criança não pode ir para lá por causa disso; ela tem que ir para lá por causa dos livros, não por causa dos pratos. Mais: as crianças se matriculam, mas elas não ficam, não frequentam, elas não assistem às aulas e elas não permanecem, tanto é que são menos de 40% que terminam o segundo grau. Como é que este País pode dizer que tem 98% das crianças na escola, se menos de 40% terminam o segundo grau? E, dessas, metade com um ensino de segundo grau deficiente. Metade, metade. Então, temos 18% recebendo educação razoável no ensino médio.

Quero ver essa luta pelas 40 horas complementada, mas não condicionada. Não. Por 40 horas a gente tem de brigar de qualquer jeito, mas complementada pela idéia de que, neste País, filho de trabalhador tem que estudar na mesma escola de filho de patrão. Quando digo mesma escola não é o mesmo prédio, não, mas é a mesma qualidade, passando os mesmos conhecimentos, mesmo que use métodos diferentes, o prédio seja outro e os professores sejam outros. Essa é a grande luta que seria a realização do que a gente quer, que é uma riqueza onde não haja pobreza, onde haja produção, onde haja tempo livre e esse tempo livre seja usado para as atividades do espírito, da cultura, do prazer das pessoas.

Fico feliz, Senador Paim, por o senhor ter-me dado este espaço, porque a gente, com isso, pode fazer o que eu creio que foi o Álvaro que falou: ver todo o quadro – juros, contribuições. Não pode ver o quadro só pequeno. Então, tem de ver todo o quadro ao lado da reivindicação de 40 horas, da reivindicação de salários menores e também da reivindicação de uma escola melhor para os filhos dos trabalhadores no Brasil.

A desigualdade social não vale para falar no caso da escola. No caso do carro, da casa, da roupa, pode existir uma desigualdade de uns para outros, mas, no caso da escola e da saúde, não é desigualdade, é imoralidade. Não é desigual uma pessoa ter um bom sistema de saúde e o outro ter um sistema de saúde ruim. Isso não é desigualdade, isso é imoralidade. Desigualdade é ter um carro ou não; é ter uma casa grande e uma casa pequena. Agora, ter saúde diferente é imoral. E o mesmo vale para a escola.

Então, vamos lutar pela ética da escola igual para todos, pela ética de matar a imoralidade, porque, neste País, ainda existe escola do filho trabalhador e escola do filho do patrão.

Era isso que eu queria dizer, parabenizando, mais uma vez, esta Mesa. Esta Mesa tem de ficar permanente até o dia em que a gente tenha conseguido 40 horas por semana, aí a gente começa outra para 36. E até o dia em que a gente tenha escola, educação e saúde, hospital, etc, igual para todo mundo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam. V. Exª, brilhante como sempre, pode ter certeza de que não usou o tempo de forma exagerada. Por nós, falaria mais inclusive. Eu acho que fez uma bela análise e quem ganha com essa sua análise não é só a Mesa, mas todos aqueles que estão assistindo à TV Senado, nesta segunda-feira, pela manhã.

Neste momento, vamos para as considerações finais dos nossos convidados. No mínimo – no mínimo não, se entender que precisa de mais, usará mais –, cinco minutos cada um, eu passo a palavra para o Luiz Gonzaga de Negreiros, representando a CGTB. Depois vamos na sequência.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Demais componentes da Mesa, ilustríssimo Senador Cristovam Buarque, brilhantemente participando da nossa Comissão e acrescentando sempre. O Senador Cristovam sempre acrescenta muito à qualidade do que participa devido à sua experiência e à sua seriedade.

Quero dizer ao Senador que nós temos orgulho de tê-lo aqui no Distrito Federal como representante político. Somos servidores aqui do Distrito Federal também.

Este tema da redução de jornada de trabalho de 44 para 40 horas é um tema importantíssimo, e acho que o nosso País está ganhando muito com esses debates. E o Senador Paim está de parabéns por, neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Crivella. *(Palmas.)*

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Senador Marcelo Crivella, parabéns por se fazer presente aqui na nossa Comissão.

O nosso País tem-se debruçado em grandes debates, debates importantíssimos. O debate da redução da jornada de 44 horas para 40 horas é importantíssimo para o País. Eu creio que a nossa Presidente da República, Presidente Dilma, tem todo o interesse também neste debate, tem todo o interesse em ver os trabalhadores do seu País, neste momento, recebendo esse benefício de qualidade de vida, porque isso é um benefício de qualidade de vida para o trabalhador. Ele pode, sim, qualificar-se, capacitar-se; ele pode, sim, ir ao cinema; ele pode, sim, estar mais com a sua família e ele pode, sim, ter mais um tempo de descanso, porque o nosso trabalhador... Imaginem um trabalhador que sai de casa às 4 horas da manhã, Senador Paim, todo dia naquele mesmo ritmo e volta oito, dez horas da noite, devido o sistema de transporte, porque hoje está um caos o sistema de transporte no nosso País, e quem sofre com isso é o trabalhador brasileiro. En-

tão, ele vai poder chegar até mais cedo em casa, até para desafogar o sistema de transporte público. Isso vai trazer um grande benefício se nós formos analisar.

Com a jornada de trabalho reduzida, imaginem o sistema metroviário do Estado de São Paul; imaginem aqui no Distrito Federal mesmo, no sistema metroviário, que possui uns horários de fluxo, de pico, nos horários de trabalho. Então, isso aí muda tudo, para melhor, e é um momento de centrais sindicais, de movimentos sindicais, de bancadas políticas do Congresso Nacional realmente fazer este grande debate, discutir com todos e mostrar que não existe nenhum prejuízo nisso. Só existem vantagens para todos os segmentos, tanto para o lado empresarial quanto para o lado dos trabalhadores.

Obrigado ao Senador Paim e a todos os participantes.

Era essa a nossa participação em nome da CGTB.

Um abraço ao nosso Presidente Antonio Neto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Luiz Gonzaga de Negreiros falou pela CGTB. Meus cumprimentos. Obrigado.

Amanhã teremos outro debate sobre a integração da América do Sul.

Neste momento, passo a palavra, na sequência, ao Antonio Lisboa Amâncio do Vale, que falará pela Central Única dos Trabalhadores e é membro da sua Executiva.

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Nós queríamos agradecer o convite, mais uma vez, e dizer que a nossa agenda do segundo semestre nos fará estarmos presentes aqui mais vezes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Nós esperamos... O movimento sindical espera ter sucesso nessa disputa que faremos agora, tanto com relação à questão da redução da jornada quanto também com relação à discussão da desoneração da folha que nós entendemos que tem que ser feita no conjunto, como disse o Álvaro, debatendo inclusive a reforma tributária.

Há outras questões que nos interessam neste momento aqui no Congresso. A reforma política, por exemplo, é uma das questões em que estamos empenhados. O movimento sindical está empenhado na discussão da reforma política que nós sabemos que é um dos grandes ralos para onde vão os recursos públicos no Brasil, inclusive os recursos da educação – não é, Senador Cristovam? Há também outro tema muitíssimo importante para nós que é a aprovação do Plano Nacional de Educação. Esses temas, embora não sejam diretamente ligados ao mundo do trabalho, são fundamentais para que a gente construa a Nação, aliás, para que o Brasil assuma o papel que deseja assumir no mundo e que o mundo exige do Brasil neste momento. Então, nós precisamos discutir essas questões, e o movimento sindical está aqui para isso.

Até peço desculpas e licença ao Senador, porque tenho que pegar um voo agora. Quero agradecer e dizer que nós estaremos aqui sempre discutindo todos esses temas que são importantes para a classe trabalhadora e também para a sociedade como um todo. Do movimento sindical, hoje, exige-se uma postura mais ampla a respeito das suas lutas. Nós não podemos ficar... O sindicado, hoje, não pode mais ficar apenas discutindo salário, porque o trabalhador quer ser visto pelo sindicato também como ser humano e quer que o sindicato também discuta outros temas, como foi colocado inclusive pelo Senador Cristovam há pouco.

Obrigado. A gente espera ser chamado outras vezes para esse debate permanente proposto aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será chamado, Prof. Antonio Lisboa Amâncio do Vale, da Executiva da CUT, que já me avisou que está indo para o aeroporto.

Passo a palavra ao Tadeu Moraes de Souza, que fala pela Força Sindical.

O SR. TADEU MORAES DE SOUZA – Bom, eu quero agradecer, mais uma vez, o convite para participar e representar a Força Sindical nesta audiência pública. Estarei aqui amanhã também representando o Deputado Paulinho, que está organizando, junto com as demais centrais, a manifestação do dia 3 de agosto, para a qual quero também convidar as pessoas que nos estão assistindo agora. No dia 3, em São Paulo, haverá grande manifestação com as centrais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marcha dos Cem Mil?

O SR. TADEU MORAES DE SOUZA – Ou mais de cem mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cem mil ou mais.

O SR. TADEU MORAES DE SOUZA – Sou dos metalúrgicos. Nós fizemos um trabalho bem amplo com os metalúrgicos e vamos levar muita gente.

Nós já fizemos, Senador, uma manifestação na Anchieta com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da CUT, e com os metalúrgicos de São Paulo da Força contra a desindustrialização. É um tema que nos está preocupando muito, principalmente em São Paulo.

A discussão aqui sobre as 40 horas é de grande importância, é a pauta do movimento sindical, mas não é fácil. Nós sabemos que reduzir jornada no Brasil não

é fácil, porque envolve muitos interesses, mas temos que, nesta luta, estar com a bandeira fincada e lutar, como conseguimos conquistar, primeiro, algumas categorias, em 83, 84, 85, metalúrgicos principalmente, o que se concretizou depois em 88. Tenho certeza de que, no segundo semestre deste ano, no retorno do recesso, vamos estar plantados aqui em Brasília, de plantão nos gabinetes, visitando cada parlamentar, principalmente os da Câmara do Deputados, para que votem e...

(Interrupção da gravação.)

O SR. TADEU MORAES DE SOUZA – Devo dizer ao Senador Cristovam que temos essa preocupação também. A nossa pauta do Movimento Sindical também inclui educação, não só profissional, a dos trabalhadores, mas também a dos filhos dos trabalhadores. Isso discutimos inclusive nas convenções coletivas. Nossa luta é para que os nossos filhos tenham acesso à universidade pública, não só à privada.

Hoje estudamos em escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio de péssima qualidade e fazemos faculdade em uma escola particular, privada, quando deveria ser o contrário. O filho do empresário estuda em escola particular e na faculdade pública. Queremos que isso aconteça conosco também. Não queremos ser diferentes. Queremos direitos iguais. Essa luta pela melhoria da educação é uma luta nossa.

Sou casado com uma professora da rede estadual que também luta. Ela não é professora pelo salário, mas porque gosta da educação, pois o salário do professor é um absurdo.

Eu estou aproveitando aqui para dizer tudo isso, Senador Crivella, porque, na nossa luta, contamos com cada parlamentar aqui do Senado e da Câmara dos Deputados. Essa é uma luta da classe trabalhadora. O Brasil não ficará menos competitivo e não cairá a produtividade. Já temos estudos que mostram que a redução da jornada, que é nossa luta, não acarreta queda. Essa é a nossa luta.

Também queremos discutir a desoneração da folha. Quando se fala na redução da participação da Previdência Social para 14%, imaginamos que tem de haver uma outra fonte de financiamento, porque, se não houver outra fonte, não vamos admitir perder algo que conquistamos até hoje.

Muito obrigado a todos. Estaremos sempre disponíveis quando formos convocados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao Tadeu Moraes de Souza, que falou pela Força Sindical e já confirmou sua presença no debate de amanhã sobre a América do Sul e a questão do desemprego na concepção da crise, principalmente da Europa e dos Estados Unidos.

Passamos a palavra, neste momento, ao Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que já se comprometeu, Senador Crivella, a desfilar na avenida, em Porto Alegre, quando o tema será o Senador Paulo Paim.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Muito obrigado, Senador Paim, companheiros de mesa, companheiro Hamilton, Luiz Gonzaga, da CGTB, companheiro Tadeu, da Força Sindical, que também é Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, companheiro Hamilton Dias de Moura, da Nova Central Sindical e o companheiro Dr. Álvaro Sólon de França, Presidente da nossa Anfip, também os eminentes Senadores aqui presentes, Senador Crivella, do Rio de Janeiro, Senador Cristovam, aqui do Distrito Federal, devo dizer que foi um prazer muito grande participar aqui nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desse debate sobre esses dois temas fundamentais para a sociedade brasileira e, em caráter especial, para a classe trabalhadora.

A redução de jornada de 44 para 40 é uma tema muito importante, muito caro para o Movimento Sindical. Acho que agora a Câmara cumpre o seu papel de debater e votar, neste segundo semestre. Pelo que temos lido na imprensa, o Presidente da Câmara dos Deputados Marco Maia está comprometido com a colocação dessa matéria para votação agora no segundo semestre.

Relativamente à questão da desoneração da folha de pagamento, nosso Presidente da Anfip trouxe aqui o termo próprio para estabelecer uma desmistificação, quebrar um tabu a respeito disso, o que não é novidade, pois não seria uma desoneração, mas uma substituição.

Entendemos que há espaço para debater, dentro da sociedade, essa questão de desonerar folha ou substituir essa questão tributária que incide sobre a folha de pagamento. O Movimento Sindical debate isso, evidentemente, sem que haja prejuízo para trabalhadores, trabalhadoras, para os aposentados e pensionistas. Também entendemos que essa matéria deve ser debatida de uma forma global, de uma forma conjunta, sem esquecer a questão da reforma tributária, sem esquecermos também das contribuições, e que devem ser objeto de contrapartida dos patrões, da questão do Sistema S. Acho que o Sistema S também tem que ser chamado para esta discussão aqui, porque tem uma forma de arrecadação muito importante dentro desse bolo financeiro das receitas tributárias ou quase tributárias, mas que são importantes para a Previdência Social.

Acho que a questão dos juros também podia ser debatida aqui. Quem falava permanentemente, dia e

noite, sobre juros, sobre a necessidade de reduzir juros era o ex-Senador e depois ex-vice-Presidente da República José Alencar. Ele se foi, mas o tema continua pendente aqui e carente de obter aqui uma justa solução adequada.

Quero, mais uma vez, agradecer aqui a lembrança do Senador Paim em convidar o Fórum Sindical dos Trabalhadores. Eu também trago a justificativa de não estarem aqui presente o companheiros Ricardo Patah, Presidente da UGT, que está envolvido na questão relativa à movimentação dos trabalhadores para esse grande movimento do dia 03 de agosto, em São Paulo; também do companheiro Wagner Gomes, da CTB, também envolvido. As Centrais ficam muito assediadas em São Paulo, então os companheiros têm de ficar, em grande parte do seu tempo, em São Paulo.

Na verdade, está havendo essa discussão conjunta, global da desoneração ou substituição de contribuições previdenciárias na folha de pagamento que envolva todo esse segmento, inclusive a reforma tributária. Eu acho que a gente aplicaria aquilo, como se diz, onde todos contribuem, onde todos pagam justamente, todos vão, com toda certeza, contribuir menos e contribuir de forma justa.

Era isso. Mais uma vez, parabéns ao Senador Paim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem, Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores e que tem uma atividade no Rio Grande do Sul nos próximos dias 4, 5 e 6. Mas eu também estarei lá no dia 5, no evento lá em Gramado, na atividade dos bancários.

Agora, passo a palavra ao Hamilton Dias de Moura, diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Senador Paim, antes de agradecer e me despedir, eu queria fazer uns comentários rápidos e afirmar a posição da Nova Central sobre esse aspecto geral do debate que ocorre e que tem sido relevante, sobre a redução da jornada e a própria desoneração da folha.

Primeiro, quero afirmar que esse debate se aflora cada vez, com mais força, porque é o ápice do processo que exige uma transformação social e estrutural imediata no País, sob pena, evidentemente, de virmos o contrassenso do debate de oito anos, a partir do governo Lula, do desenvolvimento, do crescimento do País, do crescimento do emprego e o desmascaramento de um processo também de crescimento social, em face dos fatos que estamos vivendo no dia a dia do País.

A Nova Central reafirma essa posição junto com todas as Centrais, do ponto de vista do debate, mas é preciso ter a coragem de dizer que o processo que vai resultar num processo de solução – e aí não vamos dizer se é positivo ou negativo – dessa situação será político-ideológico.

Vejamos alguns fatos importantes. O País, se não avançar para consolidar o processo de um plano de educação nacional, como diz o Senador Cristovam, nós não teremos como resolver o problema da droga, da marginalidade, da prostituição infantil. Um país que não resolveu o problema da inserção, da qualificação, da capacitação como complemento do estudo médio básico da população jovem, para que ele entre no mercado de trabalho, mesmo sem antes chegar à formação superior, ele não conseguirá dar passos importantes do ponto de vista de uma sociedade que realmente esteja se desenvolvendo e crescendo junto com a economia.

E, nesse aspecto, nós temos um processo em que o senhor é parte, em termos do movimento sindical todo aqui, que não pode ficar de fora também, que é o debate da própria reforma sindical. O movimento sindical está preso, está amordaçado. Nós fazemos um debate bonito – e às vezes com dirigentes com mais capacidade de discursar do que às vezes com mais capacidade técnica, capacidade de entrar em um debate técnico –, e nós não conseguimos que esse debate ecoe nas nossas bases. Eu disse lá em São Paulo, no evento da Força Sindical, semana passada, o seguinte: quem assinou o banco de horas? Fomos nós. Então, essa história de que veio a Medida Provisória nº 94, que veio a reforma da Previdência, a flexibilização, o negociado sobre o legislado, temos que combater isso. Isso está na reforma trabalhista. Só que a reforma trabalhista e a reforma sindical estão paradas. Por quê? Porque não conseguiram ainda todo o esfacelamento do movimento sindical. Mas, de certa forma, quando o movimento sindical mobiliza setores – seja de forma ideológica, de forma organizacional –, você tem uma série de artifícios, com base na falta de regulamentação do art. 8º, que impede o movimento sindical de se mobilizar.

Então, nós estamos, como diz o Senador Cristovam, brincando de ser dirigentes sindicais apenas no discurso, apenas nas mesas dos debates aqui na Câmara e no Senado e alguns fóruns coletivos mais de cúpula. Mas, quando nós vamos para a base, mobilizar de fato os trabalhadores, nós temos toda sorte de empecilhos, que está nesse debate de autonomia e liberdade sindical.

Então, para o fato importante que o Senador Ataídes colocou, temos que atentar. Tem a Adin, contra as centrais sindicais, e o TCU dizendo se fiscaliza ou não fiscaliza as centrais sindicais. Nós temos a Constituição, que já nos deu liberdade de autonomia sindical. Mas nós temos 15 bilhões do dinheiro dos trabalhadores

que vão vir, é o Cofins, que vai direto para o Sistema S, que não é fiscalizado, que não é tentado. E esses 15 bilhões são parte do dinheiro que capacita, através do seu instituto, o setor patronal, através das suas federações, confederações, que estão vinculadas diretamente ao dinheiro nosso, para contrapor a nossa organização. Então, também, essa é uma questão geral. Nós não vamos alcançá-la, porque, se o movimento social, particularmente o movimento sindical, não tiver força para se organizar lá fora... Nós todos estamos convencidos de que aqui dentro nós não temos força. A cada ano, diminui a nossa força. Mesmo a reforma política, que também é uma questão macro, ela não vai resolver o problema da nossa mobilização.

Portanto, também, o movimento sindical precisa se organizar de forma autônoma, por fora. E aqui a Nova Central – não podemos dizer em nome das outras centrais – quer também deixar o convite, a convocação e a mobilização do Parlamento para que ele também nos ajude a mobilizar de dentro para fora. Aqui dentro nós temos o Senador Paim, o Cristovam, vários Parlamentares que estão comprometidos e certamente condenados a perder seu mandato nas próximas eleições cada vez que eles são mais arrojados em defesa dos nossos direitos. Agora, lá fora, eles podem nos ajudar muito, porque nós podemos nos organizar e nos mobilizar.

Então, nesse sentido, também concordo com todos aqueles que disseram aqui: se nós não colocarmos nesse debate as questões que querem subdividir, como a questão da educação, da cultura, da saúde, nós não vamos avançar.

Para terminar, quero dizer que sou oriundo de um setor – sou motorista de profissão, sou de Minas Gerais, fui presidente do sindicato de lá, sou diretor da Federação, com 37 sindicatos – que mais tem sido atingido, passou na frente da construção civil, do ponto de vista da precariedade das condições de trabalho, do excesso de jornada e que passou a matar não só os motoristas, os trabalhadores que usam hoje drogas, cocaína, para conseguir vencer o excesso de jornada e a falta de regulamentação do setor, mas também os usuários das estradas.

Então, esse é um problema de responsabilidade de todos os atores sociais e com uma grande particularidade: o Congresso Nacional, o Senado Federal. Nós temos aqui o PLC 319, com relação ao qual o Senador Paim, o Senador Crivella têm nos ajudado muito aqui. Nós gostaríamos de pedir uma atenção ao movimento sindical, à sociedade organizada, às outras centrais e uma particularidade para o Senado da República. Este PLC precisa ser olhado com a atenção merecida, está sendo olhado pelo setor patronal aqui dentro, a gente tem debatido, de forma democrática, é claro, mas eles têm vencido, porque o outro lado não tem dado atenção. Isso pode resultar num processo grave lá fora que é o problema da mobilidade, do transporte como o processo de desenvolvimento social desta década, que é o transporte. Muito obrigado por este momento, por este espaço. Estamos juntos. Amanhã vamos estar aqui também discutindo outro assunto importante que é a integração América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao Hamilton, parabéns por trazer a este debate o transporte. Você é da área. Nós teremos audiência pública lá em Minas no dia 19 para aprofundarmos o debate tanto do estatuto quanto do projeto que já está aqui no Senado e que trata desse tema.

Vou passar a palavra ao Álvaro e então o Senador Marcelo Crivella encerrará em nome dos Senadores. Então Álvaro, Presidente da Anfip, com a palavra.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Agradeço a oportunidade da discussão e mais uma vez quero fazer um alerta sobre os movimentos que existem quanto a desconstrução da seguridade social. Essa é uma preocupação nossa. Nós vimos que todas essas questões da reforma tributária, de forma fatiada, outros projetos de lei, isso tem trazido problemas para a seguridade social brasileira. Demonstramos por meio de análise que a seguridade social em 2010 é superavitária em mais de 58 bilhões de reais. Então a luta pelo orçamento da seguridade social, pelo fortalecimento da seguridade social é uma luta de toda a sociedade brasileira, dos movimentos sindicais, associativas e do Parlamento.

Gostaria também, Senador Paim, de dizer algumas palavras sobre a redução da jornada de trabalho, que não debatemos aqui de forma bastante profunda, que é uma preocupação nossa a substituição da redução pelas horas extras. Há que se ter mecanismo forte para que não haja a substituição da redução pelas horas extras, em vez da contratação de novos trabalhadores. Outra questão importante é aquela que diz respeito a segurança e medicina do trabalho, quanto às chamadas doenças ocupacionais dos trabalhadores. Há dados sobre isso na Previdência Social que precisam ser aprofundados e discutidos pelo Parlamento, sobre o volume de doenças ocupacionais dos trabalhadores, o excesso de jornada de trabalho levando a doenças ocupacionais, e isso traz aposentadoria por invalidez e auxilio-doença. Certamente, muitos ficarão preocupados com o volume de auxilio-doença concedidos, fruto também do péssimo sistema de saúde pública, que muitas vezes não oferece tratamento preventivo e acaba desaguando nesta questão do auxilio-doença e nas aposentadorias por invalidez.

Há que se ter a redução da jornada de trabalho sim; nós já demonstramos aqui que a hora brasileira é muito baixa em relação a outros países. A carga tributária brasileira não é grande, ela é injusta porque recai sobre o consumo, é regressiva, não incide sobre patrimônio e renda. E também a discussão sobre a qualificação da mão de obra, muito bem levantada aqui pelo senador Cristovam Buarque.

Recentemente, nós tivemos uma discussão com um grupo de empresários sobre desoneração da folha. Depois de levantar alguns dados de um debate extremamente forte, contundente, eu tive contato com um grande empresário brasileiro, cuja preocupação não era a desoneração da folha, era a qualificação da mão de obra. Ele me falou: "Não estou investindo mais porque não tem mão de obra qualificada no Brasil!" Então há que se louvar aqui a iniciativa do governo, principalmente do governo Lula na questão dos Cefets, das escolas técnicas, da preparação da mão de obra brasileira para enfrentar esse momento, que é chamado de ganho de inovação, para enfrentar o desemprego tecnológico. Precisamos ter mão de obra qualificada porque hoje o problema não é o chamado encargo, que nós dizemos aqui, que não é 102, mas é 25% porque os outros são conquistas do trabalhadores – 13º, descanso remunerado, férias –, mas a qualificação da mão de obra brasileira para enfrentar esses novos momentos. Essa é uma preocupação que devemos enfrentar, porque hoje não vejo essa preocupação no empresário. Dizem que são os encargos que estão pesando. No entanto, muitos estão querendo investir, mas não há mão de obra especializada e, por isso, têm de refrear o desejo. Muitos não estão investindo também – nós já dissemos isso aqui – por uma questão que precisa ser analisada mais detidamente pela sociedade brasileira, que é o custo da captação dos recursos no Brasil. É uma coisa que é escorchante! Digo imoral para não dizer uma palavra mais contundente sobre esse assunto. Um *spread* de 33% não há ninguém que suporte, e todos nós sabemos que o crédito é que fomenta o investimento, haja vista o chamado crédito consignado, que, num valor extremamente alto, acabou endividando muitos trabalhadores aposentados, que voltaram a trabalhar porque têm crédito facilitado, mas extremamente elevado. A discussão do crédito também precisa ser feita.

É necessária a regulamentação, no Brasil, da questão financeira para que não sejamos como grandes países atingidos pela crise, que perderam sua condição de nação e ficaram reféns do sistema financeiro internacional.

Essas são nossas considerações.

Espero sucesso na redução da jornada de trabalho para o bem da sociedade brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Álvaro Sólon de França, Presidente da Anfip.

Permitam-me, antes de passar a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pôr em votação esse requerimento.

Os senhores concordam que eu coloque o requerimento extra pauta que trata desse mesmo debate, convidando o setor empresarial? (Pausa.)

Como os senhores concordam que eu coloque o requerimento na pauta de nossos encontros, vamos à votação dele. Ele vai nos mesmos moldes desta audiência. Seria uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência para discutir a redução de jornada e os encargos sobre a folha de pagamento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de saudar o Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, representante da CGTB, também meu companheiro Tadeu Moraes, Primeiro Vice-Presidente, assim como Sr. Lourenço, Sr. Hamilton e Sr. Álvaro.

Eu queria trazer à consideração de vocês – nós estamos falando sobre a redução da jornada de trabalho – uma palavra: triunfar. Essa palavra – triunfar –, que é o que desejamos para o Brasil, para nossas famílias, para nosso povo, traz implícito um conceito de triplicidade, de três forças conjugadas, harmônicas, para chegar a um objetivo. Se você pensar sobre a maior força que existe na sociedade, que é a família, verá que ela se compõe do pai, da mãe e dos filhos. Quando está harmônica, é invencível. Forma uma sociedade, um país, uma nação.

Se olharmos a natureza, veremos que a principal matéria razão da vida, a água, veremos que ela é formada por duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio. Deus se manifesta para nós como um Deus trino: Pai, Filho e Espírito Santo. Daí vem a noção de triunfar.

Nós sofremos muito no Brasil com o excesso de trabalho. Estou entre aqueles que acreditam no aperfeiçoamento espiritual do nosso povo. Nós queremos um país rico, poderoso, influente, mas também humano e justo, e isso só será possível se nós tivermos tempo para ir à igreja, para conviver com a família, para que haja esse aperfeiçoamento espiritual necessário a nós todos. Os senhores não imaginam como isso é impor-

tante. Se nós formos verificar na história da humanidade os grandes avanços, nós vamos ver que havia homens que tinham família e que tinham um relacionamento com Deus. A primeira hegemonia mundial da Inglaterra, que se faz no século XVIII e século XIX, tem uma Inglaterra com uma igreja missionária, com uma igreja presente, uma igreja atuante. Os Estados Unidos, no século XX, eu conversei com pessoas que foram pastores lá, na época dos anos 40, 50, 60, e eles me diziam que as igrejas de Manhattan, na hora do almoço, não tinham espaço. Isso porque os empresários, as pessoas desciam para a igreja e faziam as suas orações. Conviviam em família, o domingo era sagrado.

Essa grande bolha que nós sofremos agora é porque tivemos um capitalismo sem a ética protestante, um capitalismo que morreu por overdose. Se nós queremos ter um País, um Brasil que possa explorar a potencialidade da sua trindade... Nós sabemos o sacrifício que custou aos nossos antepassados hoje nós termos a honra de termos, no nosso DNA, o sangue negro, o sangue branco e o sangue vermelho, o sangue índio. Isso não custou pouco aos nossos antepassados. Nós somos a única raça do mundo mestiça. Nós não somos africanos, nós não somos ibéricos, nós não somos american índios. Nós somos brasileiros. Nosso DNA é assim...Eu mostrei para o Paim esses dias um estudo da Universidade Federal de Belo Horizonte o mapa genético brasileiro. Um negro do Rio Grande do Sul tem 45% de genes africanos, mas tem 44% de genes europeus; o resto é índio. Quer dizer, no Brasil é completamente diferente dos Estados Unidos, completamente diferente da África do Sul, completamente diferente de outro povo. E essa idiossincrasia nossa, essa nossa índole pacífica, tolerante, esse nosso esforço vem de muito tempo. Quer dizer, para romper as nossas matas os nossos antepassados sofreram todas as febres tropicais. É diferente dos Estados Unidos. As pessoas vão para Miami, vão para Nova York, vão para Los Angeles, mas encontram cidades planas, com rios calmos. Os nossos são caudalosos, derrubam as nossas pontes, transbordam, nossas encostas caem, nossos verões têm precipitações enormes. As nossas matas são cheias de fungos, de vírus que o tempo todo comiam os dedos dos nossos pés, o branco dos olhos, nossos vasos linfáticos da virilha e das axilas. Custou muito e ninguém acreditava que nós pudéssemos construir uma civilização nos trópicos e não há um exemplo anglo-saxão que tenha feito isso.

Agora fizemos isso sempre com uma estrutura familiar. Eu acho que nós devemos preservá-la. Eu que sou pastor, pastor há trinta e tantos anos, no domingo as igrejas hoje lutam, lutam... O culto principal das igrejas era no domingo de manhã. Eu digo igreja evangélica porque a igreja católica tem a maioria no País, mas não tem a maioria de praticantes. O católico é mais das missas, das festas, da Páscoa, do Natal. Mas o evangélico é mais praticante, ele está mais na igreja. Mas o hoje o culto principal não é mais no domingo de manhã. No domingo de manhã não tem o povo na igreja. É no domingo à noite. E o culto está cada vez mais à noite. Era às 6 horas da tarde, passou para as 7 horas e agora a Assembleia de Deus adotou às 8:30 horas. Isso porque o pessoal está saindo do supermercado, numa hora dessas, cansado. Não dá! Mas vai aumentar o custo Brasil. O que aumenta o custo Brasil é a desvalorização do nosso real.

Veja como é um país que cuida dos seus interesses. Os americanos aumentaram a sua base monetária de US$850 bilhões para US$ 2.400 trilhões em menos de dois anos, na época do Obama, dois, três anos; Ben Bernanke, o presidente do Banco Central deles. Como é que você aumenta uma base monetária de US$850 bilhões para US$ 2.400 trilhões e não tem inflação no país, rodando a máquina 24x7? Nunca se fabricou tanto dólar. No mundo circulam US$ 4 trilhões. Mas eles não param de fabricar papel. Agora, não tem inflação. Mas não tem inflação por quê? Porque os bancos não repassam essa liquidez para o povo. As pessoas não têm... Eles são muito exigentes agora no crédito por causa da bolha. Descobriram que o mercado morre de *overdose*. Tem que ter regulamentação. Não pode ser essa coisa de neoliberalismo. Então para aonde vai essa liquidez, Paim? Essa liquidez vem para o mundo, vem para o Brasil. Eles querem um dólar fraco. Para quê? Para terem um real forte, uma rúpia forte, um yen forte, um euro forte e poderem se levantar, porque possuem um déficit colossal. É isso ai que faz com que o Brasil seja inviável. Não é permitir que o nosso povo trabalhador possa conviver com a família e ter condições de estudar. Conviver com a família é tão importante! É fundamental os filhos terem a presença dos pais em qualquer idade, dos avós. Nós temos países cuja educação é avançada, mas que estão vivendo uma decadência pesada, a Europa e os Estados Unidos. Mas a família foi desprestigiada.

Então se nós queremos, repito, um País rico, influente, culto e poderoso, mas também justo e humano, nós precisamos, todos nos, fortalecer a família. Família eu digo no aspecto bíblico, Paim. Eu sou contra a união, o casamento, a união homoafetiva ser levada ao casamento, por causa dessa coisa dos pais, da mãe, dos filhos; pai, mãe e filhos. Isso que eu acho que é a maior força. Quer dizer, o sujeito se apaixona por uma mulher e ele então quer casar com ela; essa mulher o sonho dela é casar de grinalda e tal. Então ele vence as ondas com o peito, ele supera tudo pelo sonho

do seu amor e assim que ele casa, a mulher muda de sonhos: ela quer ter filhos. O sonho muda completamente. E aí ele vai ter que trabalhar dobrado. E essa força de um sujeito apaixonado por sua mulher e por seus filhos constrói o mundo. Qual da dúvida disso? Se nós não tivermos isso, nós não vamos ter ambição. Vamos ter o quê, meu Deus? Isso é uma coisa óbvia. Olha a sua vida, olha a minha, olha a nossa. O que a nossa família representa para nós? Você morre por ela. E o homem que não tem uma causa para morrer por ela é um pirata.

Então eu acho que 48 horas é o correto. Vamos permitir... Perdão, 40 horas é o correto. Foi o que nós votamos aqui. Foi a luta nossa.

Essas eram as minhas palavras, Paim. Eu acho que lá na Câmara o PRB, são 12 Deputados e a bancada evangélica que são 72 Deputados, todos eles pensam como eu. Nós nos reunimos todas as quartas-feiras de manhã, às 8:30 horas estão lá os 70 Deputados e 2 Senadores. O Magno não tem podido ir porque ela faz tratamento de manhã, mas eu e o Walter estamos sempre. E aí cada um fala lá num dia. E você vê que a mensagem de todo mundo é esta: nós temos que vigiar aqui no Congresso, é a família, os filhos.

Eu tenho um projeto de lei que infelizmente não pegou. Era aquela coisa do primeiro emprego. Ele proibia o pai de arrumar emprego para o filho. Mas eu acho que aquilo é a figura mais bonita do Antigo Testamento, quando Moisés escreve dizendo: Ensina a lei para o teu filho, quando você vai para o campo plantar e na volta do pôr do sol. Põe no coração do teu filho pelo exemplo e pelas palavras e pelo ensinamento as palavras dessa lei. Que figura bonita o pai e o filho trabalhando juntos e que o primeiro emprego não deixava! Eu acho fantástico o pai poder dizer: olha, eu sou um técnico aqui nesta metalúrgica e eu queria arrumar para o meu filho ser meu aprendiz. Ele vai conhecer aqui e tal.

Paim, parabéns para você, parabéns para essa constelação de nossos líderes e a importância de lutarmos juntos aqui para que nós possamos trabalhar não menos, porque vamos trabalhar em qualidade até mais, mas também termos espaço para o aperfeiçoamento espiritual do nosso povo, que é a convivência na família e no lar da alma, que é a igreja.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Interrupção da gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...para esse debate, que é o da fé. Parabéns a V. Exª.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, eu não pensava em falar e não vou falar muito, mas o Senador Crivella com sua fala muito bem articulada me trouxe uma ideia. É que o Senador Crivella defendeu, e realmente é uma das riquezas que a gente falou aqui, a miscigenação, mas a miscigenação que nós construímos foi a biológica. Ainda não construímos a miscigenação social. No social ainda temos a casa grande e a senzala. E aí, Senador Crivella, pode parecer brincadeira, mas não é: a miscigenação biológica a gente construiu na alcova; a miscigenação social, na escola. Foi misturando brancas e negros, negros e brancas que a gente fez a miscigenação biológica. Vai ser colocando o filho do pobre na mesma escola do filho do rico que a gente vai fazer a miscigenação social no Brasil. (*Palmas.*)

E isso vai acabar de vez com a casa grande e a senzala separadas. Quebramos essa separação do ponto de vista racial, biológico, mas continua ainda o preconceito contra negros, e continua, sobretudo, a imensa imoralidade da escola boa para uns e escola ruim para outros, conforme o dinheiro que tem a família.

Vamos fazer a miscigenação social! A miscigenação social é na escola que a gente faz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Queria agradecer a presença, aqui, dos nossos convidados e dizer a vocês todos o que me passou aqui, agora, a minha assessoria: o Governo pode desonerar a folha de alguns setores em nova política industrial, que poderá ser anunciada esta semana, provavelmente amanhã. A mesma matéria diz que, em 2009, o governo baixou de 20% para 10% o percentual de contribuição ao INSS por parte do setor exportador na linha da informática. Como baixou lá de 20% para 10%, podemos aqui já acreditar que vai baixar de novo. Não é linear, mas aqui diz: Governo pode desonerar folha de alguns setores em nova política industrial.

A minha preocupação é que não seja desonerado algum setor exatamente na questão da Previdência. A gente briga tanto aqui para que os aposentados tenham um reajuste acompanhando o crescimento do salário mínimo e para que consigamos derrubar o fator, mas o que eu ouço sempre é que a Previdência não tem dinheiro, está falida, está deficitária e pode quebrar. Eu espero que não seja nesta área, que não retirem o dinheiro que a Seguridade, enfim, que a Previdência arrecada. E, consequentemente, o discurso fica mais forte ainda, porque não dá para assegurar os benefícios dos aposentados e também dos pensionistas.

O debate praticamente continua amanhã, quando teremos outra audiência pública: um ciclo de debates sobre a integração da América do Sul. Para esse ciclo de debates estão convidadas centrais e lideranças dos trabalhadores na ótica da preocupação do desemprego

frente à economia global. Então, amanhã todos estão convidados para esse debate.

Quero agradecer muito, aqui, aos nossos convidados pela forma como atenderam ao nosso convite.

Muito obrigado Tadeu Moraes de Sousa, 1º Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que aqui representou Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

Meus cumprimentos e obrigado, Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Social dos Trabalhadores.

Muito obrigado a Hamilton Dias de Moura, Diretor da Nova Central Sindical, que aqui representou o Sr. José Calixto Ramos.

Muito obrigado a Antônio Lisboa Amâncio do Vale, que saiu da CUT, que aqui representou o Sr. Artur Henrique da Silva.

Muito obrigado, como sempre, ao Álvaro Sólon de França, Presidente da Anfip. Estive em outro evento semelhante, onde ele colocou, com o mesmo brilhantismo, a sua posição e a sua preocupação sobre a questão da desoneração e, ao mesmo tempo, fortaleceu a questão da redução de jornada.

Muito obrigado ao Luiz Gonzaga De Negreiro, que aqui representou o Antonio Neto, Presidente da CGTB.

E também quero dizer que o nosso Lourenço representou aqui o Ricardo Patá, da UGT, e o Wagner Gomes, da CTB.

Muito obrigado a todos.

O debate continua.

Meus cumprimentos, principalmente, ao movimento sindical no seu conjunto, pela mobilização que está fazendo. Sei das mobilizações que aconteceram, li aqui na abertura, em todas as regiões do País e que culminarão em um grande evento em São Paulo, no dia 03, em uma caminhada na Avenida Paulista onde se esperam mais de 100 mil trabalhadores. Tinha feito aqui a leitura quando abri os trabalhos. O eixo é a jornada de 40 horas, o fim do fator, a discussão sobre a terceirização. E aqui vão todos os outros itens do movimento sindical. Mas o importante é que começa exatamente com as 40 horas e o fim do fator previdenciário esse debate.

Por outro lado, também fico feliz em perceber que o movimento sindical está entendendo, há um bom tempo, a importância desse debate aqui no Congresso Nacional. Queiramos ou não, a gente ficou das 9h até as 12h22min, ao vivo, para todo o Brasil, falando sobre os temas que interessam a toda nossa gente, a todo nosso povo. Faremos o mesmo amanhã de manhã, a partir das 9h, com essa visão maior sobre a integração da América do Sul.

Sei que vocês vão falar inclusive do Mercosul, porque estou acompanhando esse debate sobre os direitos dos trabalhadores no Mercosul e na própria América do Sul, e também da própria questão da Previdência e da triangulação, que sei que passa hoje pelo Mercosul, criando o desemprego aqui dentro do nosso País.

Está encerrada a audiência pública.

Até mais. Um abraço a todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS.

Às nove horas e sete minutos, do dia dois de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença do Senador Vicentinho Alves e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias e Inácio Arruda. A Presidência registra a presença dos Senhores Beto Almeida, Diretor da Telesur - A Nova TV do Sul; e Luis Antonio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST e membro do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização da **1ª Audiência Pública** do Ciclo de Debates sobre a integração da América do Sul para tratar do tema “Defesa do emprego no contexto da crise mundial”, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2011–CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: José Carlos de Assis, Economista, Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Tadeu Morais De Sousa, 1º Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes/SP, Representante da Força Sindical; João Batista da Rocha Lemos, Vice-Presidente da Federação Sindical Mundial – FSM e Secretário de Relações Internacionais Adjunto da CTB,

Representante do Senhor Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Ubiraci Dantas de Oliveira, Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Claudir Antonio Nespolo, Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores - CUT do Estado do Rio Grande do Sul; Hamilton Dias De Moura, Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Valdir Vicente, Secretário Nacional de Políticas Públicas da UGT e Secretário Geral da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, Representante do Senhor Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; e Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST. Justificou ausência o convidado Carlos Enrique Ruiz Ferreira, Coordenador de Assuntos Institucionais e Internacionais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. **EXTRAPAUTA - ITEM 1 - Não Terminativo -REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011 – CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da Autonomia da Defensoria Pública Federal. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **ITEM 2 - Não Terminativo -REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011 – CASEMP.** Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização *de audiência pública para tratar da regulamentação do aviso prévio proporcional. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim**. Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011 – CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para ouvir o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Alto Representante-Geral do Mercosul, no ciclo de debates para tratar da Integração da América do Sul. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **PAULO PAIM**

Presidente da CASEMPO SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aberta a 10ª reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª reunião de 2011.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A audiência pública de hoje tem como objetivo fazermos um ciclo de debates sobre a integração da América do Sul. Esta audiência pública conta com a presença de José Carlos de Assis**,** Economista e Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul – Intersul; que tem provocado aqui no Congresso, com muita insistência e com muita resistência, a formação de uma frente parlamentar pela integração da América do Sul e inclusive propõe que eu coordene essa frente aqui no Senado e a Deputada Jandira Feghali, na Câmara dos Deputados.

As exposições do dia de hoje começam com José Carlos de Assis, economista, professor da Universidade Estadual da Paraíba – que eu já convido para compor a Mesa. Nós vamos fazer duas mesas e dois blocos de quatro.

Convido também Tadeu Morais de Sousa**,** 1º Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes/SP, Representante da Força Sindical; Ubiraci Dantas de Oliveira**,** Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Claudir Antonio Nespolo**,** Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores - CUT do Estado do Rio Grande do Sul.

Na segunda mesa entram João Batista da Rocha Lemos, Secretário de Relações Internacionais da CTB, representando aqui o Wagner; Hamilton Dias de Moura**,** Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Waldir Vicente – do meu tempo, essa moçada aqui é mais jovem –, Secretário Nacional de Políticas Públicas da UGT, representando o meu querido amigo Patah. Não estive no congresso, mas enviei uma carta justificando e ele ficou de me mandar o resultado do congresso para que eu fizesse um pronunciamento da tribuna. E Lourenço Ferreira do Prado**,** Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST. Na sexta-feira, estarei lá em Gramado no congresso de vocês e vocês se comprometeram a participar no

sábado da atividade dos imperadores do samba. Você não escapa também de estar conosco lá, viu Nespolo?

Tomei a liberdade de fazer uma pequena introdução sobre o tema e os senhores, naturalmente, tem direito a concordar, discordar, ampliar, criticar ou façam de conta que não entenderam nada e toquem o que pensam, que é mais fácil para mim.

Iniciamos hoje na Comissão de Assuntos Sociais um ciclo de debates para discutir a integração da América do Sul. Já fizemos um debate preliminar na Comissão de Direitos Humanos e, no mesmo sentido, lá nós lançamos a ideia da frente pela integração da América do Sul.

A consolidação de um continente unificado politicamente, comercialmente, economicamente e socialmente é, sem dúvida, um processo difícil, árduo, mas importante e necessário. Não basta a nós que pertencemos a este vasto território vermos as fronteiras apenas terrestres sem se juntarem num visão macro no campo econômico, político e social. É preciso ir além: atentar para o lado humano e econômico que harmonize as relações entres os países que compõem a América do Sul. As disputas comerciais e econômicas estão aí. Perdemos o ideal romântico, bonito e emocionante de Simón Bolívar, que propôs um sistema chamado de pan-americanismo. As afinidades históricas culturais dos membros da América do Sul estão misturadas às guerras fiscais, à competição, que, muitas vezes, é desleal, pela triangulação feita por alguns países, apropriando-se, indevidamente, dos espaços do Mercosul.

Por isso, friso a importância do debate. Basta ver o caso da China. Brasil e Argentina, frequentemente, também se esbarram em disputas comerciais. Não são raras as vezes em que o governo argentino embarga a carne brasileira, por exemplo, o que gerou uma reação por parte da Presidenta Dilma recentemente, o que entendo adequado e necessário. As exigências sanitárias são usadas como barreira à entrada de nossos produtos, e há esforços para se reduzir a concorrência com o nosso produto nacional. O conflito entre os dois países é motivo de diálogo entre os governos, mas a disputa por vantagens financeiras não deixa que cheguemos a um consenso pacífico e tranquilo.

Temos de lembrar que, com o Uruguai, também tivemos problemas, não só na tentativa de impedir a entrada de carnes. Produtos chineses têm sido enviados aos países que fazem fronteira, no caso também esse, com o nosso País, com o Rio Grande do Sul. Como competir com os preços baixíssimos? É uma disputa desleal frente ao preço final dos nossos produtos, sobre os quais há uma infinidade de taxas.

Temos, portanto, de criar defesas para tornar nossos produtos mais competitivos e atraentes, para que eles sejam comercializados em nosso País, no limiar de nosso território, e para que a gente avance no sentido de romper as barreiras comerciais.

Outro problema que deve ser combatido no contexto do Mercosul são as tarifas de importação de calçados da China. Temos de conter a forte concorrência estrangeira na nossa indústria calçadista, em que um dos grandes pilares, sem sobra de dúvida, é o Rio Grande do Sul.

Nós, os países sul-americanos, estamos sob o risco iminente de termos prejuízos graves em nossa economia. Os países industrializados estão em processo de retração fiscal, criando excedentes exportáveis que chegam com preços atraentes aos países menos desenvolvidos. É preciso criar medidas para harmonizar os entraves comerciais na nossa economia.

As economias dos países, como sabemos, não são homogêneas; há disparidades regionais enormes. Temos de lançar estratégias para evitar uma iminente crise política que terá repercussão no bloco do Mercosul e entre as demais nações sul-americanas.

Fui indicado pelo Partido dos Trabalhadores para ser um dos dez Senadores que participarão do Parlasul, no Mercosul. Recentemente – posso me dirigir a você, Claudir, que conhece nossa realidade –, falei na CIC, em Canoas, onde se reuniu todo o PIB do campo, da indústria e do comércio daquela região. Eles fizeram sérias críticas contra essa triangulação que está sendo feita, usando-se o espaço do Mercosul.

Este debate também vai nos ajudar a fazer esses encaminhamentos. Entendo eu até que devemos levar este tipo de debate para dentro do Mercosul, convidando as Centrais e também as Confederações a participarem do debate.

Como eu dizia, temos de lançar estratégias para evitar uma iminente crise política do bloco do Mercosul e os demais países. É importante que elaboremos projetos de desenvolvimento a partir de investimentos cruzados para a nossa região. É preciso investimentos e uma legislação que ofereça parâmetros para que os investimentos na produção e o estímulo de parceria entre empresas se tornem realidade. Nesse aspecto, inclusive, meu amigo José Carlos, por sugestão sua, apresentei, na Comissão de Direitos Humanos, o PLS nº 232, de 2011, que concede benefícios para empreendimentos que favoreçam o desenvolvimento econômico da região. O Projeto será aprimorado com o ciclo de debates.

Em resumo, sempre fomos daqueles que dizem que nada é impossível. Teríamos que ter política de incentivo para que o empresariado brasileiro olhasse

para o conjunto da América do Sul, e não somente para o Mercosul. Claro que estamos olhando a visão do consumidor e da liderança dos trabalhadores, que aqui vão colocar seus pontos de vista.

Nesse sentido, para que nossos objetivos sejam concretizados, é preciso muita paciência, muito diálogo, boa vontade de todos os setores para que se construa uma integração na América do Sul que seja uma âncora, que fortaleça todo esse bloco e, ao mesmo tempo, gere emprego e distribuição de renda. Essa é a preocupação desta Subcomissão que coordenamos, em Defesa do Emprego e da Previdência Social, como também da Comissão de Direitos Humanos e, tenho certeza, de todo o Senado da República.

Vou deixar à disposição dos senhores.

Hoje a Presidenta Dilma deve lançar um pacote na área industrial, de crescimento industrial, e eu, particularmente, espero que não haja retirada de contribuições para a Previdência. Tenho dito isso há meses. Explico por quê. Se nós retirarmos as contribuições, por exemplo, do empregador, de 20% sobre a folha, significa R$100 bilhões. Claro que eu não acredito que vá acontecer isso. Mas toda vez que é desonerada a folha, seja tributação sobre lucro, faturamento, Cofins, jogos lotéricos, PIS/Pasep, no fundo quem está pagando é o aposentado. Depois o que será dito? Que não há condição de se pagar o reajuste do aposentado nem o correspondente ao que seria o fim do fator previdenciário para manter uma política de integração.

Levanto essa preocupação, mas vamos fazer o debate tranquilamente, no sentido de que a integração da América do Sul olhe para o exterior, mas olhe também para a nossa realidade nacional, de forma tal que a gente consiga incentivar cada vez mais o crescimento do nosso parque produtivo, na forma mais ampla da palavra, e, ao mesmo tempo, fortalecer o Mercosul com uma política de emprego, distribuição de renda e aposentadoria decente para todo o nosso povo e toda a nossa gente.

Vou começar pela ordem montada pela nossa assessoria. O melhor mesmo é começar com José Carlos de Assis, economista, professor da Universidade Estadual da Paraíba, um dos mentores deste ciclo de integração, já que ele que provocou o debate na Comissão de Direitos Humanos e aqui na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Antes de lhe passar a palavra, agradeço de pronto a todas as centrais sindicais e também ao Fórum Sindical dos Trabalhadores. Todos mandaram representantes. Por isso, faremos dois blocos com quatro painelistas em cada um deles.

Com a palavra José Carlos de Assis. O tempo que temos dado é dez minutos com mais cinco. Mas, se for necessário, nada proíbe que sejam dados mais cinco.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Obrigado, Senador Paim. Meus cumprimentos à Mesa e às senhoras e aos senhores aqui na plateia.

A minha exposição não vai ser longa, porque tenho feito exposições desse tipo inclusive na audiência anterior.

Tenho dito com muita insistência que corremos um grande risco; sobretudo, os trabalhadores. Nós corremos o risco de sucateamento do nosso parque industrial – e vou mostrar a vocês o porquê desse risco. Quando isso acontece, o empresário pessoalmente não perde muito, porque ele muda de área: ele vai para o comércio, ele vai para o serviço, ele fecha a indústria. O trabalhador é que perde o emprego.

Portanto, se a gente tiver de fazer uma ação para evitar essa catástrofe que vem aí, essa ação será feita, sobretudo, em defesa dos trabalhadores. Por essa razão que, nas conversas com o Senador Paim, a gente achou importante que se convocasse as centrais sindicais a participarem desta audiência.

A questão é a seguinte. Os países industrializados avançados estão todos eles em crise, exceto, por enquanto, a Alemanha. Os Estados Unidos estão em plena estagnação. Os últimos dados sobre o PIB americano se revelaram muito aquém das expectativas que já eram baixas. O mercado imobiliário continua em crise, e não há nenhuma perspectiva realista de que a economia como um todo retome num prazo razoável de tempo. A Europa, como vocês sabem está em processo de ajuste fiscal. O que é ajuste fiscal? Ajuste fiscal é você cortar gastos públicos para reduzir o mercado e gerar excedentes exportáveis. O objetivo singular do ajuste fiscal é esse. Não importa o que digam por aí. O fundamento é o seguinte. Gerar excedentes exportáveis. Os Estados Unidos colocaram como meta, num discurso do Obama no ano passado, dobrar as exportações em cinco anos. Li uma carta, no Japão, do Ministro da Fazenda Japonês, aos presidentes das corporações japonesas, dizendo o seguinte: reorientem as suas exportações para os países emergentes ou em desenvolvimento, porque os países ricos estão estagnados. Então temos as três forças tradicionais que puxavam o capitalismo para frente com suas exportações e importações, agora estão todas elas voltadas para as exportações: Estados Unidos, União Européia, Japão. Mais os países que já vinham antes: China que vai continuar e o entorno da China, na Ásia, que todos eles são economias conduzidas por exportações.

Esse quadro é simplesmente apavorante quando observamos as perspectivas dos emergentes e os

países da América do Sul, porque nós vamos ser afogados em importações. Agora não é mais chinês, é o chinês, o americano, o europeu e o asiático.

Então, Senador Paim, é uma perspectiva muito complicada e temos que compreender isso para ter uma saída estratégica. Não é mais uma questão de você simplesmente mover o câmbio. O Governo atrasou muito em intervir no mercado cambial brasileiro e mesmo assim está com escrúpulo em intervir mais fundo. Quero dizer que não adianta mexer só no câmbio. A ameaça que nós temos é a de mudança da divisão internacional do trabalho. Vão fazer o quê? Vão reduzir estritamente a produtores e exportadores de commodities. Acontece que *commodities* não geram emprego de qualidade. Gera um pouco de emprego. É claro que nós precisamos exportar *commodities* por causa da balança comercial. Na verdade é a exportação de commodities que nos está salvando. Mas a repercussão social dela... Quer dizer, ela não tem cadeia produtiva como tem a indústria de manufatura. Então se nos especializarmos em *commodities* vamos ter um desemprego brutal a curto prazo. Além do mais, estamos sob um risco muito grande porque a única força que nós temos hoje no comércio internacional é justamente pelas *commodities* agrícolas e minerais. Por quê? Porque a China, com o crescimento dela está puxando. A China está tendo que desacelerar. O crescimento da China já passou de 11%, 10% para 9,5%. Isso porque ela está com a taxa de inflação muito alta. Nos últimos 8 meses, ela aumentou a taxa de juros básica, por conta da inflação, cinco vezes. E a taxa de crescimento das importações caiu de 28% para 17% no mês de maio. Então já está havendo uma desaceleração chinesa.

Então, já está havendo uma desaceleração chinesa. Se isso se apresentar de uma forma mais permanente – não é impossível que isso aconteça –, nós estaremos com a nossa balança comercial totalmente comprometida, porque as nossas exportações de *commodities* vão desabar, e não temos a alternativa da diversificação que tínhamos até algum tempo atrás. Chegamos a exportar 60% de manufaturados com 40% de matéria-prima. Hoje já é o inverso: é 60% de *commodities* e 40% de manufaturados.

Por que estou dizendo tudo isso? Porque nós não podemos, Senador, em relação ao *dumping* de importações que vem aí, simplesmente aumentar barreiras comerciais individualmente, quer dizer, país por país. Nós não podemos fazer isso, porque seremos discriminados pela OMC (Organização Mundial do Comércio). Isso é considerado uma vilania no comércio internacional. Contudo, se nos juntarmos em bloco, podemos fazer isso. Se for um bloco sul-americano, podemos. E aí a vantagem é que seja um bloco de investimento, e não um bloco comercial. Sobre aquilo que o senhor estava falando em sua exposição, os atritos são sobretudo na área comercial. Nós estamos propondo uma coisa muito mais importante, muito mais interessante sobretudo para os trabalhadores, que é a integração econômica, a integração produtiva. A integração comercial não gera muitos empregos; ela não é nem integração; comércio é mercado livre, não chega a ser integração, porque os países não intercambiam cadeias produtivas; é só produto final contra produto final, e é uma área de atrito mesmo; a área comercial é geralmente uma área que gera atrito. A integração produtiva não: você leva investimento produtivo a outro país, articula os capitais, articula as cadeias produtivas, e todo mundo sai ganhando. Há uma geração de empregos lá, há uma geração de empregos aqui, porque você vai vender produtos... Por exemplo, a indústria de bens de capitais se beneficia altamente com um investimento produtivo na Bolívia ou na Colômbia, porque você vai ter que importar equipamentos brasileiros. Então, você gera emprego lá, mas gera emprego aqui também. Essa que é a ideia do investimento produtivo e da integração produtiva.

Então, nós estamos discutindo um projeto de lei que se podia chamar de a Lei da Integração Sul-Americana, que é justamente para definir, tipificar legalmente o que é projeto de integração ou empreendimento de integração e para atribuir a ele incentivos fiscais, incentivos de outra natureza e obrigações para que se estimule o investimento produtivo na América do Sul.

O mais importante é o seguinte: é que o desenvolvimento econômico vai junto com o desenvolvimento social. Então, esse projeto prevê obrigações das empresas em relação ao social. É um pouco o início de um processo que foi extremamente bem-sucedido na Europa no Mercado Comum Europeu lá nos anos 50. No Tratado de Roma, que é o tratado do Mercado Comum Europeu, você tinha três capítulos: o econômico propriamente dito, o comercial propriamente dito, e o capítulo social. Esse capítulo social dizia o seguinte: os países devem convergir as suas políticas sociais, tomando como referência o país que estiver socialmente mais adiantado.

Eu acho que é em torno disso que precisamos buscar a integração sul-americana.

Obrigado, Senador. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentos ao Prof. José Carlos de Assis, que fala da importância de atuarmos em bloco. Porque ninguém tem dúvida da crise americana e da europeia, que estão nos jornais todos os dias. E nós, compa-

rando com eles, até não estamos mal, mas temos de olhar para frente, quais são as nossas preocupações.

Então, de imediato, passo a palavra ao Tadeu Morais de Sousa – vou seguir aqui a orientação –, 1º vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, representante da Força Sindical. O Tadeu esteve aqui conosco ontem e fez uma bela exposição dos temas que tratamos: as 40 horas, o fator previdenciário e a desoneração da folha.

Com a palavra o Tadeu.

O SR. TADEU MORAIS DE SOUSA – Bom dia, Senador Presidente da Comissão de Direitos Humanos, do trabalho e previdência; bom dia aos componentes da Mesa; bom dia aos companheiros e companheiras da plenária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me fazer um informe a todos os painelistas e convidados: estamos ao vivo para todo o Brasil, pela importância do tema.

O SR. TADEU MORAIS DE SOUSA – Bom dia também a todos os que nos estão assistindo em todo o Brasil.

Temos uma instituição de grande importância para o movimento sindical e do trabalho chamada Dieese. E pedi para o Dieese fazer um breve levantamento para que pudéssemos expor aqui, no dia de hoje, nesta audiência pública. Vou ler um pouco aqui e, depois, vamos passar ao nosso pensamento, como Força Sindical, sobre o momento atual que estamos vivendo.

Historicamente, a América do Sul e, de resto, toda a América Latina participou da economia internacional como fornecedora de matérias-primas, hoje conhecidas como *commodities.* A divisão internacional do trabalho determinada pelas economias industrializadas, principalmente a Inglaterra, separava os países em dois blocos: os que produziam matéria-prima e os que produziam produtos industrializados.

Por essa teoria, os países deveriam explorar suas vantagens comparativas, isto é, especializarem-se na produção que lhes fosse mais fácil de realizar e na qual eram mais eficazes. Assim, aqueles países que primeiro se industrializaram concentrariam seus recursos na produção industrial e os demais países periféricos proveriam de matérias-primas as indústrias de todos os países centrais. Agindo dessa forma, todos seriam felizes, pois as economias se complementariam e todas as nações se beneficiariam com essa prática.

Na prática, essa teoria não funcionou. Os termos de troca internacional, preço dos produtos, eram francamente desfavoráveis aos países fornecedores de matérias-primas e, claro, favoráveis aos produtores de produtos industrializados. Isso fazia com que os países periféricos enfrentassem, constantemente, crises cambiais, ficando devendo para os países mais ricos, industrializados, que se disseminavam por toda a economia, provocando queda no emprego e na renda da população, com consequências políticas e sociais.

Constatou-se, então, que esse modelo só favorecia aos países industrializados e que, portanto, não era um negócio bom para todos. O caminho para que os países periféricos alcançassem maior nível de renda e prosperidade era também a industrialização, e isso começou ainda na primeira metade do século XX.

Foi essa decisão que, de fato, melhorou o nível da atividade da população dos países sul-americanos, que se decidiram pela industrialização e abandonaram o modelo agroexportador que prevaleceu por muito tempo.

A falta dessa industrialização foi o modelo adotado, a pura substituição de importações não deu a essa indústria capacidade necessária para competir no mercado internacional, contentou-se apenas em abastecer, com sérias limitações, alguns setores do mercado interno.

Educação, pesquisa e desenvolvimento foram áreas pouco ou quase nada desenvolvidas nessa fase industrial na história da América do Sul. Esse fato limitou substancialmente o desenvolvimento de setores industriais intensivos em tecnologia e portadores de inovação; com raras exceções, a indústria do continente é atrasada, com baixo grau de eficiência e produtividade. Daí a dificuldade de competir no mercado internacional com países como China e Coreia do Sul, por exemplo, que abandonaram logo cedo o modelo de substituição de importações e investiram em tecnologia, pesquisa e educação básica e superior, condições necessárias para as suas empresas tornarem-se globais, como de fato ocorreu.

Com a intensificação do comércio internacional e com a ascensão da China como importante economia – já é a segunda maior economia do mundo – e maior importadora de matéria-prima, inclusive petróleo e produtos agropecuários, fazendo com que os preços vitais, *commodities*, experimentassem expressivas altas de preços, a América do Sul parece ter retornado ao passado. Como é grande produtora de produtos básicos e possuidora de grande vantagem competitiva, esses setores, dentro de um contexto de desvalorização do dólar norte-americano em termos mundiais e com a demanda crescente de produtos primários que pressiona seus preços e aumenta a receita de exportação de tais produtos, a América do Sul volta a ser grande exportadora desses produtos. O que ocorre, principalmente, no Brasil, é a conhecida doença holandesa, fenômeno que se caracteriza pela especialização de uma economia em exportar determinados produtos primários com preços elevados, e, com isso, ter sua

moeda elevada, com sérios prejuízos para a indústria, principalmente a de transformação.

Além de perder competitividade nas exportações industriais, que embutem maior valor agregado, o mercado interno começa a sofrer grande concorrência de produtos importados, o que agrava ainda mais a situação. Com a queda da produção, reduz-se também o emprego e a renda, com graves consequências sociais.

Portanto, os países da América do Sul que desejam ter uma economia forte e competitiva devem aproveitar as receitas oriundas das exportações de produtos básicos, para rever seu modelo de industrialização e adotar políticas industriais que privilegiem os produtos inovadores de alta tecnologia com valor adicionado elevado. Para tanto, políticas cambiais de juros e tributáveis devem concorrer para facilitar o surgimento e a implantação de projetos industriais nesses setores mais avançados. Não só isso, mas a oferta de ensino de boa qualidade nos níveis básicos, intermediários e superiores devem ser prioridade; o financiamento e a pesquisa e o desenvolvimento também devem ser prioridade, assim como o incentivo a convênios entre universidades e empresas para potencializar e tornar efetivas as pesquisas de inovação de produtos, em tecnologia de produção e mercadológica.

A América do Sul precisa criar marcas mundiais, deve se lançar no mercado global, a exemplo dos países asiáticos que já se encontram com um nível de bem-estar bem acima do nosso, apresentando renda *per capita* parecida com a dos países industrializados.

Outra possibilidade que não exclui a criação de desenvolvimento da indústria de tecnologia é a capacitação da mão de obra, que, como a educação regular, é fundamental para evitar gargalos que venham a prejudicar o desenvolvimento dos países. (Dieese, 02 de agosto de 2011.)

Bom, dentro disso, quando a gente participou muito do Mercosul, com a criação do Bloco, porque, naquele momento, o mundo estava se organizando em blocos: a América do Norte, a Europa, e o Mercosul também estava se organizando. E a ideia, que até certo momento foi boa para nós, de os países se fortalecerem com a livre mercadoria – por enquanto apenas do comércio –, até que foi tudo muito bom, porque os países começaram a crescer mais. Só que o que está ocorrendo hoje com o Bloco, principalmente com a China – e isso já foi constatado –, é a entrada de seus produtos asiáticos, via Argentina, porque não tem barreira alfandegária e, com isso, tirando o nosso emprego. Por exemplo, só de automóveis, entrou no Brasil um milhão de veículos importados.

É bom lembrar aqui para todos que a gente está discutindo não só a integração do Bloco, mas o desemprego, porque cada carro que a gente importa nós deixamos de gerar 27 empregos no Brasil. E nós viramos, aqui no país, porque está entrando carro desmontado, em caixotes, a 9 mil dólares, que vem aqui para Goiás, para Goiânia. É colocado no galpão, aí vêm os trabalhadores apertar parafuso, no caso da Hyundai, e os carros são vendidos por mais de 100 mil dólares. Então nós estamos virando "apertadores de parafusos".

Além disso, eu queria falar aqui – e falei com o Senador ontem sobre o que está acontecendo – que nós tivemos, na semana retrasada, no Estado do Rio de Janeiro, nós do movimento sindical e até um grupo de empresários, uma coisa absurda que está acontecendo lá; nós fizemos reuniões, fizemos um fórum de discussão – e aqui estou falando em primeira mão, até para que as pessoas saibam: o Governo do Estado do Rio de Janeiro abriu licitação, teve uma audiência pública, e fomos lá. Aí descobrimos que ele está pegando dinheiro do Banco Mundial, cem por cento, e está comprando 60 trens, com 40 vagões, que dão 240 vagões, mas que ele, governador, não está priorizando a indústria nacional. Porque nós fizemos uma discussão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De onde é essa compra?

O SR. TADEU MORAIS DE SOUSA – Sim. O que nos chegou é que ele está comprando da China. Sendo que nós temos no Brasil, por exemplo, em São Paulo nós temos três fábricas de vagões; nós temos também no Rio de Janeiro. Então, será no Estado do Rio de Janeiro, com dinheiro público, mesmo proveniente de recursos do Banco Mundial, mas esse dinheiro quem vai pagar é a população, porque ele não virá de graça; não está priorizando a indústria nacional. E nós fizemos uma discussão, lá no Rio de Janeiro, com as centrais sindicais. Estavam presentes a CUT, a Força, a CTB, e um grupo de empresários, o sindicato patronal. Estamos enviando documentos para o Governo do Estado do Rio de Janeiro pedindo audiência, bem como para o Congresso Nacional e para a Presidência da República. Nós não podemos nos dar ao luxo de ter, no Brasil, quatro ou cinco fábricas que produzem com tanta qualidade quanto os chineses, ou até melhor, e nós não priorizarmos a indústria nacional. Então, essa é a dificuldade que nós estamos tendo.

Os atos que foram feitos no Brasil inteiro, repito, e o ato de amanhã, em São Paulo, com as centrais sindicais, visam exatamente isso: defender a indústria nacional contra a desindustrialização, contra o desemprego e pela jornada de quarenta horas semanais.

Então, a importância desta audiência pública e da que aconteceu ontem também é a de podermos falar

e colocar o dedo na ferida do que está acontecendo no Brasil. Nosso País tem tecnologia, tem fábricas e está priorizando a importação de produtos, sendo que o Brasil tem condições de estar construindo.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Tadeu!

Meus cumprimentos ao Tadeu Morais de Sousa, metalúrgico de São Paulo, da cidade de Mogi, que falou aqui em nome da Força Sindical.

Pela ordem, agora, falará o Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos; bom dia, Senador Paulo Paim. Obrigado por esta oportunidade.

Meu nome é Ubiraci Dantas de Oliveira; sou Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, recém-eleito no Congresso dos dias 07, 08 e 09 de julho, no Moinho Santo Antônio, de acordo com o edital, com a presença de 892 delegados de todo o Território Nacional.

Queria dizer, cumprimentando os meus companheiros de central, o Tadeu, o companheiro da CUT, os companheiros da CTB, da Nova Central, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, da UGT, que, por ocasião da quebra do Lehman Brothers, quando se instalou a crise no coração do imperialismo, principalmente do imperialismo norte-americano, existia uma posição política que era a de cortar gastos, fazer ajuste fiscal, diminuir salários, tirar direitos; enfim, fazer a política preconizada aí pelo capital financeiro internacional.

Pois bem; o que aconteceu aqui, no nosso Brasil, na época em que era Presidente da República o companheiro Lula? A gente pôde observar absolutamente o oposto do que vários países estavam fazendo. O companheiro Lula, nesse período todo de oito anos de governo, deu 54% de aumento real para os trabalhadores do salário mínimo, incentivou o crédito de uma maneira generalizada, foi para a televisão pedir para o povo comprar, deu redução na linha branca, que você sempre se lembra, e disse que o negócio era o seguinte: "isso aí não passa de uma marolinha se você não enfrentar com determinação as questões". Então, ele foi para o lado da defesa do Brasil, foi para o lado da defesa do emprego, foi para o lado da defesa do salário e do desenvolvimento nacional. Era isso que tinha que ser feito a partir de janeiro deste ano, ou seja, aprofundar o desenvolvimento.

Olhem só: o que aconteceu quando quebrou o Lehman Brothers lá nos Estados Unidos? O que aconteceu foi que o governo começou a estatizar uma série de setores, inclusive dando dinheiro aos tubos para as montadoras GM etc. e tal para poder segurar o BO, ao invés de procurar investir na produção, ao invés de procurar trabalhar no sentido de desenvolver o país, que não é a lógica deles. Resultado: está explodindo nos Estados Unidos a economia. O Barack Obama, que era uma esperança de muitos, passou a ser a desgraça de outros tantos.

Passou a ser a desgraça de outros, tanto do ponto de vista da guerra, como do ponto de vista da especulação imobiliária, como do ponto de vista da política econômica, da saúde. Diferentemente do que fala a imprensa de uma maneira geral, lá não tem saúde gratuita para o povo, o cara que não tem dinheiro, a família dele morre. Então, está uma catástrofe lá. A mesma coisa aconteceu com Portugal, Grécia, Espanha, ou seja, está pelas tabelas, está caindo. E qual a solução que os caras arrumam? Tirar direitos, cortar aposentadorias, diminuir salários – não é invenção minha! Diminuir salário, cortar salário, reduzir salário dos trabalhadores! Enxugar a máquina, fazer o Estado mínimo – essa é a solução que estão propondo! E o que vai acontecer é que vai aprofundar muito mais ainda a crise, companheiros, senhores! Porque a lógica do monopólio e do oligopólio já passou; a política neoliberal já teve devidamente demonstrada a sua incorreção, o seu caminho sem volta.

E o que acontece no nosso Brasil? Depois desses oito anos importantes do Governo Lula, o que estamos vendo, senhores, é o seguinte: a proposta que o Governo está fazendo, quando eu vi o Mantega pela primeira vez em janeiro, é cortar gastos, fazer ajuste fiscal. O Presidente do Banco Central, Tombini, falou agora em cortar salário, conter o crescimento, aumentar o juro e deixar o câmbio flutuante. Qual é a definição para nós da CBTB de câmbio flutuante? Eu vou dizer a vocês. É o sistema em que as operações de compra e venda de moedas funcionam sem controle sistemático. Nesse caso o valor das moedas estrangeiras flutua de acordo com o interesse e com a oferta e procura do mercado. O mercado através do qual sai a remessa de lucro das multinacionais para o exterior. E quem é que comanda o mercado se não os monopólios e oligopólios internacionais?

E aí eles baixam os juros a menos de 2% lá no centro do imperialismo norte-americano e aqui não era para ser esse absurdo que é hoje de mais de 12% e vem uma enxurrada de dólares para cá. E essa enxurrada de dólares não vem para investir em nada, senhores, vem para desnacionalizar a economia, comprar as indústrias nacionais. Se pegarmos os dados do próprio Ministério da Fazenda, vamos ver o tanto de empresas que foram vendidas para o capital financeiro internacional. O BNDES, durante esse período particularmente

do Luciano Coutinho – não do Lessa –, privilegiou os monopólios privados nacionais e internacionais em detrimento da pequena, média e microempresa. Porque se a micro e pequena empresa for pegar dinheiro no BNDES, é um desespero, uma dificuldade muito grande, uma burocracia infernal que acaba não permitindo que esses setores possam obter recursos para investir na produção e etc.

Ontem, pasmem, estive lá presente, junto com os companheiros da Central, junto com cinco Ministros: Aloysio Mercadante, Pimentel, Garibaldi Alves, Gilberto Carvalho, Mantega e o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Qual foi a saída que eles propuseram, Senador? Você vai ficar muito triste: vai ter desoneração – foi a única coisa que eles falaram, o resto eles vão falar hoje – da folha de pagamento no setor. Nesse setor, os empresários deixam de contribuir com a previdência e o Tesouro que paga a previdência. Aí todas as centrais *in loco* não acharam isso o melhor. Tanto é que nós não vamos hoje lá. Não deram uma palavra sobre os juros altos. Não deram uma palavra sobre o câmbio. Para os senhores terem ideia do que pensamos, o problema do câmbio, a hipervalorização artificial do real que encarece os produtos internos, barateia as importações, destruindo a indústria com esse *dumping* cambial às mercadorias externas. Essa é uma consequência direta dos juros altos estabelecidos pelo Banco Central, na nossa opinião.

Então é o seguinte: não adianta resistir... Por que se foge de discutir a questão de redução de juros e centralização do câmbio, controle do câmbio, como o diabo foge da cruz? Essa é a questão central que tem que ser resolvida. Eu acho que o Dr. José Carlos de Assis colocou uma questão que é importante, a atuação em bloco, particularmente na América Latina, nessa questão de investimento. Está certo. Mas existem resistências objetivas ainda. Enquanto isso, acho fundamental a gente dar o exemplo, confiar no povo. Vamos colocar amanhã milhares e milhares de trabalhadores em São Paulo: redução dos juros, controle dos juros, 151, 158, desenvolvimento etc. e tal.

Existe outra questão que a gente gostaria de fazer: esse IDE (Investimento Direto Estrangeiro), de investimento não tem nada. Eles botam bilhões de dólares aqui e qual é o objetivo central? Investir na saúde, na educação, no desenvolvimento? Não, é comprar indústria. Isso está claro e não sou eu que falo. Portanto, só para vocês terem um ideia, em junho, o capital estrangeiro entrou com US$5,34 bilhões. No mesmo mês, sabe quanto se remeteu para o exterior? Sete vírgula oitocentos e trinta e oito bilhões de dólares. Ora, isso é sugar a economia nacional.

Então, é necessário que os setores produtivos, a Caixa Econômica Operária, os trabalhadores, possam jogar em uma direção inversa. Nós derrotamos essa política neoliberal por três vezes consecutivas e o que estou vendo hoje, desculpem-me todos, com todo o respeito, é a edição por parte – eu falei isso para ele, não falei pelas costas, não; falei cara a cara, na frente – do Ministro Mantega da política que está sendo desenvolvida pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central; uma política que já foi derrotada pelo povo brasileiro.

Por isso, companheiros, senhores, nós consideramos que o momento é grave. Olhem, 58 mil pessoas foram demitidas. Só em São Paulo, foram 55 mil. O companheiro Calixto Ramos, ontem, fez uma denúncia importante sobre uma empresa do Rio Grande do Sul que vai demitir, em uma pancada só, por esses dias, 600 companheiros. É a Azaleia. Setor de calçados. Isso está acontecendo de uma maneira generalizada. Não sou daqueles que torcem para dar errado. Deus me livre! Quero que o BNDES seja um banco de fomento para a indústria nacional, que se desenvolva, que jogue pesado nessa direção. Eu quero que o nosso Brasil dê exemplo, como já deu na época do Lula, para o mundo inteiro sobre como enfrentar uma crise.

Mas, por isso, temos que ajudar a nossa companheira Dilma Presidente, porque a pressão está grande. O Obama veio aqui, deu um abraço nela. O olhar dele, o que ele estava visualizando era o posto da Petrobras ali. Quando ele abraçava aqui, só olhava para lá, aquele mundo de petróleo para ele açambarcar, as indústrias nacionais.

Então existe uma pressão forte e o Governo está em disputa ainda, senhores. De um lado, os setores retrógrados – não foi à toa que o Jobim botou a cara para fora – querem a volta daquela política dos dinossauros, do elefante branco, das privatizações, do corte no orçamento, do ajuste fiscal etc. e, por outro lado, setores importantes do Governo querem o desenvolvimento. A barra está pesada.

Queria parabenizar o Senador Paulo Paim por esta iniciativa. Acho que ela vai servir para a gente aprofundar, discutir bem esse conjunto de questões. A gente falou ontem para o Governo, eu mesmo falei, que, se vocês querem o povo na rua para assumir essa política que precisa ser assumida de reduzir as taxas de juros e controlar esse câmbio maldito, a gente coloca na rua quantas mil pessoas forem necessárias para defender. Quando os setores retrógrados tentaram, através de um vacilo que teve na área do Governo, derrubar o Lula, fomos para a frente, fomos para as ruas, fomos para a luta e impedimos que esse golpe fosse dado no nosso Governo. Agora vocês vêem, na

imprensa e em tudo que é lugar, elogios e elogios ao Tombini, elogios e elogios ao Mantega. "Isso sim que é Ministro!" Foi na *Veja*, na *Folha de S.Paulo*, no *Estadão*, esses próceres do desenvolvimento, pelo contrário.

Então, meus queridos companheiros, senhores das centrais, companheiros Parlamentares, Presidente da Comissão, companheiro Paulo Paim, vamos jogar nessa direção, porque, senão, a volta do cipó de aroeira vai ser dura.

Por isso, encerrando as minhas palavras, porque já passei do tempo, peço aos senhores que entrem nesta questão. Acho que a explanação do Dr. José Carlos de Assis, na minha opinião, posso ter entendido diferente, joga em uma direção muito positiva. O espírito que o companheiro colocou joga... Agora é preciso que a gente tome iniciativa aqui, que o País tome iniciativa, porque, se esperar o bloco todo, montar o bloco todo, pode não dar tempo. Por isso, a gente tem que lançar, porque, na crise passada, nós apontamos a luz para poder desenvolver todo o Brasil.

Então, eu queria agradecer profundamente.

Estamos aqui para o debate, se for necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

Meus cumprimentos ao Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, que aqui representa a CGTB, pela sua exposição contundente, como sempre.

O Bira, pelos seus cabelos brancos, é do meu tempo também, viu?

Passo a palavra, de imediato, ao meu também amigo Claudir Antônio Nespolo. Todos são meus amigos. Nespolo esteve, inclusive, me ajudando muito diretamente na campanha no Rio Grande do Sul, dia e noite acampando lá no meu comitê. Muito obrigado. Muito obrigado, Claudir. Quero dizer que é com alegria que a gente passa a palavra a você, que representa aqui a Central Única dos Trabalhadores e também representa a CUT do Rio Grande do Sul.

O SR. CLAUDIR ANTÔNIO NESPOLO – Muito bem. Obrigado, Senador.

Quero dizer, ao saudá-lo, que ficamos muito felizes no Rio Grande do Sul, a companheirada da CUT, quando soubemos que você passa a integrar o Parlasul. E ficamos felizes não porque é o Paim. Não, mas porque é uma voz forte e, além de ser uma voz forte – muitos têm voz forte –, é uma voz definida, que tem lado, que tem, enfim, compromissos.

Então, seguramente, ao completar vinte anos de Mercosul, com esse perfil de Parlamentares que está começando a incorporar a institucionalidade do Mercosul, seguramente, poderá surgir daí um novo alinhamento que poderá fazer essa coisa andar com alguns marcos, com alguns princípios que já foram apontados aqui tanto pelo professor quanto pelos meus companheiros que me antecederam aqui.

Queria saudar o meu companheiro Valdir, nosso Secretário-Executivo da Coordenadora de Centrais Sindicais do Mercosul. Em seu nome, saúdo cada dirigente sindical que está aqui presente.

A CUT tem acompanhado esse tema desde a sua origem, como outras centrais, porque a CUT nasce com uma visão internacionalista de enfrentar os problemas dos trabalhadores em todos os níveis, e acredito que não seja diferente com as outras centrais sindicais.

Agora, como o tema proposto aqui é o Mercosul e o tema do emprego, da Previdência como centro, é óbvio que há o tema da conjuntura, e é muito importante de serem niveladas, processadas e deduzidas daí atitudes, porque, enfim, o modelo de padrão de produção e de consumo é um modelo que gera crises, é um modelo que não é estável, o que é da sua natureza e para o que temos de estar sempre atentos, porque, mesmo com a gestão desses modelos em mãos de governos progressistas, são modelos tencionados permanentemente por um conjunto, pelas relações da sociedade. Nós temos um papel a cumprir e, seguramente, vamos ter a sabedoria de cumprir o papel, conforme o grau de necessidade que for imposto ou pelo que as nossas pautas nos orientem.

Senador, companheiros da Comissão, ouvintes, estendo a saudação aos funcionários da Casa que estão aqui cumprindo suas funções. Quero dizer, nesses vinte anos do Bloco do Mercosul, que é verdade que ele nasceu no período de globalização da economia e que tenta se firmar no período em que se constroem os blocos regionais, numa linha de buscar uma melhor condição de processar os movimentos econômicos. Agora, o nosso Mercosul, já na largada, largou mal, Senador, porque ele largou como uma união aduaneira, com um centro – muito bem abordado pelo professor José Carlos – de livre circulação de bens e serviços. E foram esquecidas as pessoas; o social foi esquecido já na largada. Ele só conseguiu enganchar esse tema do social, dos trabalhadores e do povo alguns anos depois de já estar na estrada esse tema, por muita pressão das centrais sindicais, porque o centro era outro. Era, de fato, criar simplesmente um bloco de trocas e de relações comerciais e econômicas, e acabou. Por aí ficava a característica do Mercosul. Mas, menos mal. Ele foi muito judiado no período da década de 90 pelo corte neoliberal da economia em todos os países do Bloco Mercosul, por todos os países no período neoliberal. Foi muito judiado o Mercosul. Ele andou de lado por esse período todo, mas, apesar de andar de lado, houve aqui profundas alterações no mundo do trabalho,

mas o centro era este, o modelo proposto era este: a precarização, que era o tema da desregulamentação, que era a flexibilização. Foi sendo gera um monstro nessa história. Em 2008, ele se apresenta na forma que já foi bem ilustrada aqui, e vou evitar comentar o assunto neste momento, certo?

De qualquer forma, essa agenda produzida pelo Mercosul, na opinião da CUT, foi uma agenda muito refém dos interesses – dos "interésses", como diria o nosso Brizola – de setores econômicos multinacionais locais ou de interesses em disputa aqui na região. Portanto, uma agenda do Mercosul, uma agenda dispersa e uma agenda ampla.

A gente até entendeu, Senador, que, de fato, não é fácil essa coisa de se construir uma relação – aquilo se chama institucionalidade – tipo Mercado Comum Europeu nessa perspectiva.

Lá, também, teve um longo período de namoro. Teve um longo período de se reconhecerem, de se identificarem, enfim, de se criarem as condições. O problema é que, de fato, é um processo, um processo que foi muito difícil por conta dos modelos econômicos que estavam em curso.

Agora, tem setores que atacavam o Mercosul, mesmo com toda essa sua fragilidade, por uma visão que não desapareceu – ela está viva, está ativa –, que é o conceito... Portanto, em nossa opinião o Mercosul foi atacado, ele é atacado e será atacado no futuro, porque tem um setor que, levando em conta as possibilidades de ganhar mais, entende que as relações econômicas não devem ser no âmbito multilateral, devem ser no âmbito bilateral, ou seja, o nosso Brasil, portanto, o meu interesse empresarial tem de dialogar com o interesse empresarial de tal bloco, de tal país, independentemente dos vizinhos.

Agora, nós, trabalhadores, sabemos, todos os republicanos sabem que vizinho incomodado é a pior coisa que tem, não é isso? Isso vale para onde a gente mora também, não é isso? Vizinho incomodado é ruim, é melhor ter paz com os vizinhos e ter uma certa harmonia, porque, aí, a coisa funciona, digamos assim, de forma mais tranquila e pode-se não desperdiçar energia em assuntos periféricos e concentrar-se naquilo que é o centro da disputa no momento.

Então, setores que entendem que o bloco pode gerar uma nova fase, onde outros atores jogam, seguramente combateram, combatem e combaterão o Mercosul.

É muito importante estar atento a essa agenda, porque, com todos os defeitos que aqui citei, eu não tenho dúvida, a CUT não tem dúvida de que se cria, aqui, uma inovação sob o ponto de vista de enfrentar os grandes temas que dizem direito às agendas dos trabalhadores.

A integração, na forma já proposta pelo Senador, na sua abertura, e alguns não estavam presentes ainda... Ele caracterizou a integração como uma integração completa, não só uma integração econômica, mas uma integração que desenvolva todos os aspectos de uma sociedade, portanto, completa, e a necessidade de se avançar rumo a isso.

A gente identifica que teve movimentos importantes nesse sentido.

Seguramente, o Valdir, depois, vai percorrer esses assuntos com muito mais habilidade que eu, mas eu gostaria de citar porque a gente identifica isso, militou para isso e queremos garantir que essa coisa continue, porque isso pode dar conta para as nossas pautas andarem nesse nível também.

O fórum consultivo econômico-social é um organismo da institucionalidade do Mercosul, tripartite; a declaração sociolaboral foi uma primeira conquista que tivemos, genérica, mas apontando temas que são fundamentais para a nossa agenda; o observatório sobre o mercado de trabalho, um terceiro organismo; as duas conferências regionais sobre emprego, que já ocorreram em nível de Mercosul, com os Ministros do Trabalho; o grupo de alto nível de estratégia do emprego, porque está em curso; as câmaras setoriais, que estão previstas e não funcionam, são organismos da institucionalidade do Mercosul que podem ser instrumentos importantes.

Onde está o problema, Senador? E, aqui, uma intervenção do calibre da sua pode nos ajudar a criar condições para as coisas andarem.

Elas têm dificuldade de funcionar porque não têm suporte financeiro para lá. Vamos combinar que uma câmara temática ou uma câmara setorial da madeira, por exemplo, que é forte aqui na reunião. Os empresários têm os seus instrumentos para chegar rapidamente, para formular políticas, para fazer estudos, enfim, para construir um... O Governo tem instrumentos e recursos para isso; os trabalhadores têm de fazer o passa-chapéu nas entidades para ver como é que produz o estudo e como é que banca o deslocamento para um trabalhador ir lá e dizer: "Bom, nossa opinião sobre a cadeia produtiva da madeira passa por aqui, tem de cuidar do interesse do ambiente do trabalho..." A fragilidade, Senador, é que não há nenhum fundo que assegure a participação nos espaços que já existem, portanto, eles se tornam frágeis.

Então, não quero, aqui, fazer uma fala denuncista, mas quero precisar o que está ocorrendo e por onde pode passar o caminho para que a gente possa ter, neste novo período do Mercosul, na minha opi-

nião, uma condição de produzir melhor aquela que é a nossa agenda, e vou entrar nela porque, enfim, o tempo está andando.

A crise de 2008, efetivamente, nos pegou, mas nos pegou em uma condição diferenciada. Não foi pouca coisa todos os governos do bloco já serem governos de cortes progressistas, que vinham implementando políticas contrárias ao *modus operandi* do padrão neoliberal de inclusão, de transferência de renda, enfim, que deu a condição de o Brasil, muito rapidamente, sair da crise. Pagamos o pato. O setor metalúrgico, do qual sou originário, teve um ajuste de 20% no emprego em nível nacional, sabem disso, não é Tadeu. Vinte por cento; muito rapidamente. O empresariado não tem espaço para mediar esses assuntos não. O ajuste foi difícil. Tentamos fazer acaso a caso, foi resolvido, hoje voltou o padrão emprego, está andando; recuperou o padrão antigo.

Qual é o problema? E aqui é que vem a nossa agenda, na minha opinião. Qual agenda que a gente disputa no Mercosul?

Bom-dia

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permitam-me registrar as presenças do Senador Lindbergh Farias e do Senador Suplicy, dois parceiros editores do debate de interesse do nosso povo, da nossa gente. *(Palmas.)*

O SR. CLAUDIR ANTÔNIO NESPOLO – Muito bem. Alegria.

Comentava, então, qual a pauta que nos interessa no curto prazo dentro do Mercosul, com essas contradições e com esses limites? É a pauta do trabalho decente. Porque, com todas as contradições da conjuntura, o legado do período neoliberal para a classe trabalhadora foi um legado muito perverso. A natureza do emprego na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, no Chile, no Brasil, enfim, em todos os países que passaram por esse período neoliberal, é o emprego precário, é a expansão do emprego precário. A gente ouve, com muita alegria, os índices de crescimento do emprego, e ficamos entusiasmados com isso, porque é salário circulando e tem a ver com sustentabilidade, e tu olhas, ali no chão da fábrica, à beira da fábrica, tu vês o gato, ali, em pleno século XXI, explorando a mão de obra rumo ao padrão e modelo chinês de produção.

Então, o centro da nossa política em nível Mercosul, da CUT, e tenho certeza das outras Centrais, é disputar o tema do trabalho decente, o trabalho digno, o trabalho com direitos, com carteira assinada, com direito à aposentadoria, à previdência, à saúde. Não precisa inventar a roda. Os organismos internacionais já conciliaram isso. A OIT já deu o padrão para essa coisa. A OIT já orienta o que é o ambiente em um trabalho decente. Não precisa a gente... E isso está combinado inclusive com o empresariado em nível da OIT. A questão é baixar para cá e fazer andar. Muitos falam que, às vezes, o problema não é mais lei e sim cumprir a lei. Têm razão: o difícil está em cumpri-la. A gente sabe que muita gente faz ouvidos de mercador, tapa as orelhas, assovia para cima, olha para o lado quando se fala disso – evidentemente não somos nós que estamos aqui, porque quem está aqui tem o interesse em discutir, quem está ouvindo também está interessado em discutir –, agora, passa por esse tipo de coisa.

Fim do trabalho infantil, do trabalho escravo – todo mundo sabe do que estou falando –; saúde, segurança e higiene no trabalho; organização no local de trabalho; redução da jornada; previdência pública; o tema do salário digno; o tema da liberdade e autonomia sindical; o tema da contratação coletiva... Fortalecendo esses instrumentos, nós vamos conseguir fortalecer as condições, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito regional, para progredir numa perspectiva de uma classe trabalhadora que cumpra o seu papel. E eu quero concluir falando um pouco sobre isso.

Senador, inclusive foi citado, e muito bem citado, pelo Bira, se não me engano, o tema do desenvolvimento humano, que é importante. Agora, não há como fugir da responsabilidade de olhar o seguinte: o que efetivamente mede uma sociedade desenvolvida, sustentável e com distribuição de renda? Qual o indicador que mede isso? É o PIB. Eu gostaria de examinar esse assunto, rapidamente, porque pode ser um elemento orientador para os debates.

O PIB do Brasil hoje é a soma de todo o salário. Se somar desde a Bolsa Família, a Previdência, Senadora, a aposentadoria rural, a soma do salário, quanto representa na composição do PIB do Brasil? Quanto representou no PIB de 2010? A soma do salário representou 35% do PIB no Brasil, em 2010.

Em 2003, estava mais feia a coisa. A soma do salário, em 2003, representava 30,08%. Em 1994, representava 35%.

Não existe no mundo nenhum país da OCDE que se diga desenvolvido, com todas as contradições do modelo e padrão capitalista, cuja participação da massa salarial no PIB não seja, no mínimo, 55%. Não há nenhum. Em todos os países que têm um padrão de desenvolvimento, principalmente da OCDE, a soma da massa salarial é, no mínimo, 55% da composição do PIB.

Está bem, nós chegamos a 35%. Esta é a razão da nossa luta.

Qual é o papel do sindicalismo – e tenho certeza de que esse assunto está bem resolvido, em última

análise –, seja enfrentando uma contratação coletiva na sua categoria, seja defendendo a queda da taxa de juro, seja defendendo uma aposentadoria pública, seja defendendo o Mercosul inclusivo, com nivelamento de direitos por cima, conforme citou o professor? E disputamos isso. Por que tudo isso? Porque nós queremos que a distribuição da renda... E onde é que se lê isso? Não se lê isso em Índice de Desenvolvimento Humano – até se pode ler –; lê-se isso no PIB. Contra fatos não há argumentos, Senador. O senhor sabe disso e sempre usa isso aí.

Quanto por cento representa a soma? Isso dá justificativa para a nossa luta. Por isso estamos na rua, Senadores. Por isso vamos continuar fazendo o que tem que ser feito, para um dia o Brasil ser desenvolvido, sustentável, e para todo o seu povo, no dia que o Brasil tiver 55% da composição do PIB a soma da massa salarial. Contra fatos não há argumentos.

Então, eu queria dizer que a verdade é que os adversários olham esses temas e ficam meio arrepiados, porque, enfim, para se chegar a 55% da massa salarial no PIB, alguém vai ter que perder, porque não tem máquina de fazer. Tem de haver uma divisão mais justa do resultado da produtividade. Quem leu a Carta Capital da semana vai ver uma coluninha ali do lado. Sugiro que leiam, porque entra muito bem nesse assunto. É uma pequena coluna que trata desse tema relacionado ao papel dos salários no período de enfrentamento de crise e das próximas crises que vêm.

Não é brincadeira isso que falou o Tadeu. A importação não é só pelo problema da vinda do bem pronto, não. Ele colocou a questão de apertar parafuso, que é uma boa parte. Agora, os componentes dos carros, a cadeia produtiva do setor auto no Brasil é muito importante para os trabalhadores, para o Brasil e para o desenvolvimento, emprega 503 mil trabalhadores em todas as suas pontas. Essa cadeia produtiva, a composição dos carros, em média, era de 8% de itens importados, para produzir carros nacionais nas montadoras do Brasil. Hoje, são 25% de componentes importados. Desindustrialização é isso, passa por isso, Tadeu. Tenho certeza que tu tens acordo total com esse assunto. Enfim, poderíamos, quanto à conjuntura, falar, porque estamos muito atentos ao que vai ser anunciado sobre política industrial, estamos atentos, temos opinião, já apresentamos a opinião e vamos disputar essa opinião porque não podemos deixar escapar pelo meio dos dedos a oportunidade de fazer crescer no PIB a participação do salário, que é o nosso papel.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Claudir Antônio Nespolo, Secretário da Central Única dos Trabalhadores, que, de forma muito tranquila, num linguajar fácil, colocou seu ponto de vista.

Quero cumprimentar a todos que participaram desta Mesa, o Bira, da CGTB, e o Tadeu, da Força Sindical, dizendo que todos foram muito bem. A qualidade dos sindicalistas aqui, para quem está assistindo à TV Senado neste momento – estamos ao vivo para todo o Brasil –, ficou muito clara. Fiquei muito satisfeito com todas as falas, com muita firmeza e muita convicção, defendendo seus pontos de vista. Eu convidaria vocês três a retornarem para a primeira fila.

O Lourenço vem para cá, o Valdir vem para cá, o João Batista da Rocha Lemos está aqui... Não, vai vir. Só um pouquinho.

Convido a todos que venham para esta mesa.

Então, vamos agora chamar aqui...

Vamos reafirmar. João Batista da Rocha Lemos, já está aqui conosco?

O SR. JOÃO BATISTA DA ROCHA LEMOS – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aqui.

Agora, Hamilton Dias de Moura. O Hamilton já está aqui?

O Hamilton está vindo.

Valdir Vicente está aqui? Está aqui ao meu lado.

E o Lourenço também está aqui. O Lourenço Ferreira do Prado veio com a assessoria. Seria bom colocar uma cadeira aqui.

Esta é a segunda Mesa. Eu queria me dirigir aos dois Senadores presentes: vocês usem a palavra a qualquer momento, viu? A hora em que entenderem, a palavra é de vocês.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, antes de iniciar a segunda Mesa, vou passar a palavra ao Lindbergh Farias, nosso querido Senador, parceiro de todas as horas.

Quero apenas dizer àqueles que antecederam esta Mesa que fiquei muito satisfeito, repito, pela qualidade das intervenções. Para mim, que estou iniciando no Parlasul, é uma alegria ver esse ponto de vista. Com certeza, vamos trabalhar juntos, no Parlasul, por todo o tempo que for necessário, para avançarmos.

Neste momento, passo a palavra ao Lindbergh Farias, nosso Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria pedir desculpas, mas quero falar agora, e vim aqui pela importância do tema. A Presidenta Dilma vai lançar agora o Plano de Desenvolvimento Produtivo, que estão chamando de Brasil Maior, e estou me dirigindo ao Palácio do Planalto. Mas

queria vir saudar e falar da importância deste debate para o futuro do País.

A Fundação Getúlio Vargas lançou agora um estudo que fala dos oito anos do governo do Presidente Lula, em que 39 milhões de brasileiros saíram das classes D e E e entraram na classe média. Na verdade, essa foi a grande vitória da política econômica do governo do Presidente Lula. E vale dizer que os senhores tiveram um papel central, porque, dentre todos os pontos que foram importantes para a construção dessa política econômica – ou seja, crédito para o povo, investimento público, política de transferência de renda –, devo dizer que a recuperação do salário mínimo foi a que teve o maior papel na construção desse grande mercado de consumo de massa, principalmente pelo papel da Previdência. Alguns achavam que a Previdência seria deficitária. Estamos vendo que os números da Previdência melhoram mês a mês, porque houve a formalização de onze milhões de empregos.

Então, eu acho, Presidente Paim, que neste País estamos caminhando para a construção de uma grande democracia. E não basta a inclusão no mercado de consumo de massa, temos que discutir, de fato, a democratização no acesso à educação e à cultura.

Só que temos – e não quero aqui me alongar – enormes desafios pela frente. Devo dizer que a Presidenta Dilma resistiu a uma campanha entre janeiro, fevereiro, março e abril, uma campanha de setores da direita e da imprensa deste País que diziam que ela tinha de ter dado uma pancada na taxa de juros, na taxa Selic. Naquele momento em que houve, centralmente, pela elevação dos preços das *commodities,* de setembro a abril, uma pressão inflacionária no País. E devo dizer que teve uma pressão: pela primeira vez, uma mudança – quero deixar isto claro – de posição do Banco Central. Pela primeira vez, só funcionário de carreira, ninguém do mercado. E o Banco Central segurou uma pressão do mercado, introduzindo a tese do gradualismo, de buscar o centro da meta para o outro ano. Esse foi um debate importantíssimo. Se a Presidente tivesse aceitado a pressão do mercado, nós teríamos derrubado a economia. E hoje começamos a ver que os índices de inflação, mês a mês, caem. E vamos conseguir chegar a um nível de crescimento de 4% ao ano.

Eu falo isso, para dizer que não quero desprezar os enormes desafios, principalmente pela crise americana, pela crise européia, pela situação da China.

Ontem, conversava com o José Carlos Assis no avião, e ele tem completa razão. O debate central do nosso País hoje não pode ser só inflação. Esse é um debate que interessa muito ao sistema financeiro, porque é uma coisa maluca que a taxa Selic está indexada com a questão fiscal, ou seja, com a remuneração dos títulos públicos. Esse debate, esse terrorismo em cima da inflação será sempre feito para que não consigamos desvincular uma coisa da outra e baixarmos a taxa de juros. A grande discussão neste País, estou convencido disto, é a luta contra a desindustrialização, é o debate do câmbio.

Semana passada, o Governo tomou medidas que alguns setores mais à direita estão dizendo: o que é isso? O Estado decidiu regular o mercado financeiro! É isto mesmo: tem que regular o mercado financeiro! As medidas, da semana passada, têm esse significado, é um combate à tese do deus mercado, como se o mercado financeiro se auto-regulasse. Então, tem que regular.

A posição do Governo na semana passada e o lançamento do Plano de Desenvolvimento Produtivo, para mim, significam o entendimento, por parte do Governo e da Presidente, do problema da indústria, que é onde, na verdade, estão os melhores empregos. Nós não podíamos utilizar o câmbio apenas para segurar a inflação.

Estamos vivendo um outro momento. Estou muito animado com o dia de hoje. Espero que saiam propostas bem objetivas que ajudem a indústria, neste momento, a manter os empregos.

E o José Carlos tem razão quando fala da integração latino-americana. O que vão fazer os Estados Unidos agora? Estão em situação muito difícil. A situação já recessiva tem novos cortes de gastos. É tentar aumentar a sua exportação. A Europa a mesma coisa: em recessão, o que tentar fazer? Tentar aumentar a sua exportação. E utilizando o câmbio para fazer todo esse enfrentamento. A possibilidade de formarmos um mercado comum na América do Sul é fundamental, é estratégico para este País. Nós vamos viver um momento de bombardeio na nossa indústria.

Acabo falando sobre a China, que é outra agravante. Nós conversamos também sobre isso, não é José Carlos Assis? A China começa a desacelerar. Quem acha que o Brasil vai viver só de exportação de *commodities* e confiar nisso está arriscando muito. Se cai o preço das *commodities,* se a China diminui o seu processo de crescimento é uma pancada.

Então, acho que o quadro é muito complexo, mas a tese da integração da América do Sul é fundamental em todo esse desenho, para proteger nossas indústrias, para fugir de barreiras da Organização Mundial do Comércio.

Passo aqui, companheiros, para dar um abraço em vocês, parabenizar o Senador Paulo Paim, um guerreiro, cada vez mais admiro a atuação dele aqui. Isto, sim, está na pauta do povo. Tem uma pauta aqui

que é distante do povo, uns debates estratosféricos. O Paim está na pauta do povo. E o Paim está nos ensinando muito nesse caminho aqui. Quero me associar a essa luta, quero ser um participante de carteirinha desse debate sobre a integração da América do Sul.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Lindbergh Farias, que deu uma bela contribuição ao nosso debate. Ele só vai retirar-se porque vai agora à Presidenta Dilma assistir ao lançamento deste novo projeto, que é Brasil Maior.

O SR. **LINDBERG FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Acho que fizeram certo, botaram Brasil Maior! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos iniciar aqui a nossa Mesa.

O Senador Suplicy usa a palavra neste momento, já dizendo que o Senador Cristovam também está chegando, fez-me sinal, esteve aqui na porta, foi dar uma entrevista e já volta aqui para falar conosco também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar V. Exª por estar organizando esta Mesa, esta audiência com todas as centrais sindicais, com o economista José Carlos de Assis, que muito tem contribuído, e saudar o objetivo de fortalecimento do Mercosul, da integração dos países da América Latina, sobretudo com vistas a esse objetivo maior de integração, para que não seja simplesmente do ponto de vista daqueles que querem realizar investimentos e a liberdade de movimento de capitais, desde os Estados Unidos até toda a América Latina, mas, sobretudo do ponto de vista do ser humano.

É preciso haver a integração, inclusive, para o dia em que pudermos ter o direito de toda e qualquer pessoa, na nossa América do Sul e se possível nas três Américas, de circular sem quaisquer muros que nos dividam, sem quaisquer fronteiras. E para isso se faz necessário que inclusive os direitos sociais sejam homogêneos para que possa haver essa liberdade de movimento entre os seres humanos.

Eu gostaria de aqui trazer um elemento que considero importante haver a consciência tanto da parte dos empresários, quanto dos trabalhadores e das centrais sindicais. Refiro-me às formas de transferência de renda que existem nos países desenvolvidos e que nem sempre têm sido suficientemente debatidas pelas próprias centrais sindicais ou no âmbito da Confederação Nacional da Indústria, ou da Fiesp e assim por diante.

Eu aqui lhes pergunto: conhecem bem os sistemas de transferência de renda que existem hoje nos Estados Unidos da América e ali em Londres, que passaram a ser tão e mais importantes no Reino Unido, no Canadá, na Bélgica, na Dinamarca, na Finlândia, na França, na Irlanda, na Holanda, na Nova Zelândia, na Suécia e assim por diante?

O que eu gostaria aqui de lhes colocar é que, se não tivermos consciência dessas sistemáticas nesses países, que estão se tornando mais competitivos em relação aos nossos trabalhadores e às nossas empresas, se não fizermos algo semelhante ou melhor, as autoridades brasileiras têm dito que o programa Bolsa Família é o melhor programa de transferência de renda que existe, ao pagar a 13 milhões de famílias brasileiras – cerca de 50 milhões de habitantes – algo como R$15 bilhões hoje. É importante e contribuiu muito para melhorar a distribuição da renda, mas não é o maior programa de transferência de renda. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, existe o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, que, no ano passado, pagou US$56 bilhões a 26 milhões de famílias, a mais de 75 milhões de pessoas. Têm as centrais sindicais a consciência desse instrumento?

Por exemplo, um trabalhador que, nos Estados Unidos, ganhe US$7.25 por hora o salário mínimo, se estiver empregado o ano inteiro, a sua remuneração vai ser cerca de US$15,080.00, e ele terá o direito de receber um crédito fiscal correspondente a US$3,121.00 e a sua renda anual irá para US$18,201.00. Por exemplo, no caso de um casal com duas crianças, se a sua renda anual for positiva, porém inferior a US$12,370.00, terá direito a um crédito fiscal equivalente a 40% de cada dólar que receber pelo trabalho, no intervalo desde zero até US$12,970.00, até o valor máximo de US$5,160.00. Ou seja, no caso, por exemplo, de a renda do casal chegar a US$18 mil no ano, ainda terá US$5,160.00 e sua remuneração vai para US$23,160.00, ultrapassando a linha oficial de pobreza nos Estados Unidos que, para uma família de quatro pessoas, está em US$23 mil e assim por diante. Quais são os efeitos desse programa? Torna a economia norte-americana mais competitiva em relação a nossas empresas e nossos trabalhadores se não levarmos isso em consideração. Deveríamos nós protestar junto à Organização Mundial de Comércio para que não exista mais esse tipo de subsídio ao trabalho lá? Eu digo: não! Devemos fazer melhor. E qual é a maneira melhor e mais adequada? É instituirmos uma renda básica para todos os trabalhadores e igual para todos: para todos os habitantes. E a prova disso está na própria experiência que existe: a do pagamento de um dividendo igual para toda a população. Há onde exista isso? Em um dos estados norte-americanos: o estado do Alasca que, por causa disso, além do crédito fiscal por remuneração recebida pagou dividendo, por exemplo, em 2008, igual a US$3.269,00 para todos; mas, depois de 28 anos dessa experiência, o Alasca se tornou o mais igualitário dos

50 estados norte-americanos, com um Coeficiente Gini de 0,402, muito mais baixo que o nosso, de 0,53, e o mais baixo de todos nos Estados Unidos.

Enfim, quero trazer aqui esta reflexão que considero relevante. Me coloco à disposição de explicar a todas as centrais sindicais – tenho feito isso em todo o Brasil e em todas as áreas do País – e coloco que essa é uma questão muito relevante.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero dizer que, quando forem 10 para as 11h eu vou ter de ir ao Palácio. Mas eu quero assistir aqueles que desejarem conhecer melhor sobre isso. Eu acabo de escrever um trabalho e encaminharei, a cada um dos presentes aqui, esse texto se o desejarem. (Palmas.).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Suplicy, por sua fala.

Há algumas marcas aqui no Congresso que estão definidas. Sempre me diziam que, se Nélson Carneiro não falasse em divórcio, não era Nélson Carneiro. Eu vou me incluir, Senador. Se eu, quando falar, não meter no meio salário mínimo, aposentado e Previdência, não é o Paim. E se Suplicy ao falar, não falar em renda mínima, não é Suplicy. Claro que são temas abrangentes, mas são temas que marcaram nossas lutas. Por isso, cumprimento V. Exª e tenho certeza de que as centrais farão, na hora das respostas, suas ponderações sobre um tema tão importante.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, neste momento, antes de iniciar aqui, pela sequência, com João Batista da Rocha Lemos. Mas, antes, João Batista, o professor Assis quer fazer uma rápida consideração em relação – acho – à primeira Mesa e, naturalmente, poderá – se assim o entender – algo em relação à segunda Mesa.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Rapidinho, Senador Paim. É o seguinte: nós estamos trabalhando no marco da Unasul, quer dizer, América do Sul. A questão da integração se desenvolveu por duas vertentes na América Latina e na América do Sul: ela se desenvolveu pelo Mercosul, que é um trabalho de livre comércio entre os países, não tem nada a ver com integração produtiva, e pelo marco da Unasul que é um tratado principalmente político. A parte econômica e produtiva está mais ou menos descoberta – e é nessa parte que nós estamos trabalhando. Isso é uma coisa... Outra coisa, dentro disso é o porquê estamos trabalhando nisso? Porque uma coisa é discutir a condição do emprego. As centrais sindicais, quase compulsoriamente, são obrigadas a discutir condições de emprego. É impossível deixar de discutir isso. Mas nós estamos em uma situação de emergência e precisamos discutir a geração de emprego, junto com a questão da condição de emprego. O que nós estamos propondo é o seguinte: fazermos o bloco e a feitura desse bloco é fundamental para criar empregos na América do Sul através de investimentos em cadeias produtivas comuns na América do Sul. Quer dizer, esse é que é o grande objetivo desse ciclo de debates que a gente está fazendo. Quer dizer, é no marco da América do Sul, não é Mercosul apenas. Mercosul é um aspecto particular do processo de integração. Não é nem o mais importante. Agora, o mais importante não aconteceu ainda. Quer dizer, é a proposta que nós estamos fazendo.

Outra coisa, para encerrar esta breve intervenção, o Claudir falou na questão da participação do trabalho na renda nacional, nós, em alguns dos nossos documentos do Intersul, propomos isso, quer dizer, com o objetivo de, a médio prazo, dez, quinze anos, elevar a participação do trabalho na renda nacional de 35% para 55%, isso como uma política de convergência dos países. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Eu queria só justificar a não presença aqui da Senadora Marinor Brito, do PSOL. Ela ligou para o seu assessor dizendo que está no hospital, devido a uma cirurgia, e está assistindo à TV Senado. Que ela se recupere rapidamente! Marinor, uma salva de palmas aqui de todas as centrais e confederações para você. *(Palmas.)*

De imediato, passo a palavra ao João Batista Lemos, Secretário de Relações Internacionais da CTB, representando aqui o Sr. Wagner Gomes, Presidente da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

O SR. JOÃO BATISTA DA ROCHA LEMOS – Isso mesmo. Trabalhadores e trabalhadoras.

Bom-dia, Paim, companheiro Senador da República, e Sr. José Carlos de Assis, também um grande colaborador da luta contra o desemprego, das propostas concretas, de um projeto nacional de desenvolvimento que valoriza o trabalho.

Eu represento também aqui a Federação Sindical Mundial. Então, hoje também faço aqui a intervenção como um dos Vice-Presidentes da FSM, que fez um congresso em meados deste ano na Grécia. Antes de todas essas crises, nós pudemos ainda realizar um grande congresso da Federação Sindical Mundial naquele país.

Acho muito importante este debate, porque qualquer projeto nacional que não tem caráter integrador não consegue hoje sobreviver nesta situação de transição mundial. Então, o projeto nacional que a CTB defende tem um caráter integrador, sobretudo da América Latina, da América do Sul. Então, a gente valoriza

muito essas iniciativas do Mercosul, da Unasul, que aqui está em debate, e da Celac – quem sabe tudo vai convergindo para a Celac –, pegando experiências também da Alba, que é mais concentrado com os países andinos, Cuba, Nicarágua, Equador, Venezuela, que são iniciativas muito importantes.

Eu queria levantar um pouco aqui, companheiros e companheiras, o contexto mundial, pegando um pouco do que já está colocado também nessa justificativa aqui do projeto do Paim. Nós vivemos uma crise estrutural do sistema capitalista. É estrutural. São intrínsecas as contradições do sistema. Enquanto houver o capital, a gente vai ter crise. E a crise geralmente sempre acaba caindo nas costas da classe trabalhadora. Quem está pagando a conta dessa crise nos Estados Unidos, sobretudo nos países centrais e nos países europeus são os trabalhadores, com esses ajustes fiscais e tudo isso. Nós sabemos disso.

Agora, a particularidade dessa crise é que há um declínio relativo ao país central dos Estados Unidos, em uma ascensão da China. Há um deslocamento do centro produtivo do Ocidente para a Ásia. Então, é importante a gente observar isso.

O Marcio Pochmann, por meio do Ipea, coloca que a estrutura da economia mundial altera-se rapidamente, desde a virada do século. Sem contabilizar o Japão, o conjunto das economias asiáticas responde por quase 43% da produção mundial, isso para qualquer coisa. O mundo está em transição. A gente lembra o Cazuza: o tempo não para. Enquanto os Estados Unidos e a Inglaterra, juntos, representam atualmente 21,5%. Isso sinaliza a conformação de uma nova divisão internacional do trabalho e clama também por uma nova ordem mundial.

Por isso, é importante a gente compreender esse mundo em transição.

O Samuel Pinheiro Guimarães coloca assim sobre essa globalização neoliberal: É assim chamada a nova ordem, porém, ainda assim, há formação de grandes blocos de países, sendo os principais a União Europeia, os Estados Unidos da América, abrangendo a América Central e parte da América do Sul, área de influência chinesa que é algo ainda enigmático – exemplifica Guimarães. Nas negociações, um país isolado aparece de modo enfraquecido. Por isso é necessário estar associado a um bloco. Não são desprezíveis nem inéditos os esforços de criação do bloco latino-americano, pela integração econômica, para impulsionar o crescimento da produção e para a independência política. A novidade é que hoje isso sofre impacto do crescimento da China, que é o grande fator novo nesse contexto internacional. A China se configura como um grande cliente de minérios, de energia, de alimentos, produtos manufaturados, dos amplos e dos mais complexos. Diante disso, o risco para sistemas industriais é muito grande, porque pode provocar a desindustrialização.

Aqui ele levanta essa questão: se a China tiver alguma decaída no seu crescimento, nós que estamos aqui virando mais exportador de *commodities*, importando cada vez mais produtos manufaturados, nós também podemos entrar numa crise muito grande.

Mas, o problema da questão da desindustrialização não é da China. Essa é a questão. A China está fazendo o papel dela. A China tem um projeto nacional de desenvolvimento, tem planificação; a China defende os seus interesses nacionais, que é defender o interesse de um bilhão e trezentos milhões de habitantes. Como faz isso? O problema nosso é outro. A política econômica nossa não está voltada para o desenvolvimento no mercado interno. Temos tomado algumas medidas, mas não medidas estruturais. Aqui foi levantada a questão da política macroeconômica, da questão do câmbio, desse câmbio flutuante, dos juros mais altos do mundo e o pouco investimento em infraestrutura. E tem, nessa questão, de forma muito concreta, a questão da integração, de como vamos abrir caminho para o nosso projeto de desenvolvimento.

Por isso, acho que o projeto do Paim parte dessa constatação importante do caráter estratégico da integração para uma questão muito concreta: como operar isso? Tem iniciativas sub-regionais, como o Mercosul, mas, como operar isso? Então, são questões fundamentais.

Senador, nós temos uma experiência grande também de buscar construir uma integração maior dos trabalhadores no continente. Temos uma experiência que se chama Encontro Sindical Nossa América. Essa é uma proposta que unifica todas as centrais/continente, independente de suas filiações internacionais. Há centrais sindicais filiadas à CSA, CSI, centrais filiadas à FSM, centrais independentes, como a PIT-CNT do Uruguai.

Nós já estamos reunindo centrais sindicais de mais de trinta países do continente e vamos para o 4º encontro sindical, que vai ser na Nicarágua, nos dias 25, 26 e 27 de agosto. Aproveito para convidar a Frente Parlamentar e essa organização dirigida pelo Assis, Intersul, Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul, cuja participação seria importante. Vamos para o quarto encontro.

Trabalhamos três eixos dos trabalhadores para apostar na integração. O primeiro eixo é a questão da centralidade do trabalho, do setor produtivo, da geração de emprego, porque a indústria é que gera empregos e puxa os serviços. O que produz riqueza é o trabalho. Então, se a gente fugir disso, não tem condições.

Então, primeiro eixo: a questão da valorização do trabalho.

O segundo eixo é o apoio às mudanças políticas e sociais no continente, porque só é possível fazer essa integração mais soberana, solidária, porque temos governos mais progressistas no continente, diferentemente de anos atrás, com o Menem, na Argentina, e o Fernando Henrique Cardoso, que ficavam disputando quem tinha mais apoio dos Estados Unidos. O Lula resgatou esse sentimento de auto-estima do povo brasileiro.

O terceiro eixo são as soberanias nacionais: soberania alimentar, soberania econômica, política, soberania energética, dos recursos hídricos.

Então, são três eixos. Em torno deles, estamos trabalhando para influenciar essas propostas de integração, sobretudo concentrar na Unasul, porque a Unasul é mais abrangente. Compreendemos que o Mercosul tem de convergir com a Unasul. A proposta do Banco do Sul, a proposta do Conselho de Segurança da Unasul é uma questão estratégica, porque soberania sem defesa também não tem condições. Nós sabemos o que é hoje essa globalização neoliberal imperialista.

Senador Paim – o meu tempo já se esgotou –, pego aqui os três pontos que vocês levantaram na justificativa. Essa questão da contrapartida social. Qualquer iniciativa, como está colocada no art. 1º – integração econômica no mínimo de dois países da América do Sul –, isso já significa investimento e não somente para a indústria brasileira, mas para os países envolvidos. Então, essa questão da contrapartida: qualquer investimento nas indústrias para integrá-las no nosso continente tem que estar seguido de contrapartida social.

E quais são essas contrapartidas sociais?

Aqui, coloca: execução de contrapartidas sociais e culturais, notadamente qualificação de mão de obra, desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades situadas na região dos empreendimentos. E levanta três objetivos: integração sul-americana, incentivo ao desenvolvimento econômico sem perda de receitas tributárias e desenvolvimento social.

São três objetivos fundamentais para o nosso País se desenvolver. Não há como a gente retomar um projeto de industrialização, de desenvolvimento econômico e soberano no nosso País se a gente não mudar também as regras do jogo hoje na política macroeconômica, que está voltada muito ainda para os setores financistas e para os rentistas, mas também se a gente não resolver essa questão da reforma tributária, sem retirar direitos dos trabalhadores.

Ontem, as centrais sindicais não aceitaram essa proposta de política industrial que o Governo Dilma está fazendo. Amanhã, vamos reunir, como o Bira falou, mais de 50 mil trabalhadores – não só trabalhadores, mas a União Nacional de Estudantes, movimento dos sem terra, movimento de moradores, Conam, Unegro. Todas essas organizações e movimentos sociais estão unificados nessa questão, e uma das bandeiras centrais é o combate à desindustrialização no nosso País. No entanto, sem uma política de integração, nós não avançamos nesse projeto nacional de desenvolvimento que nós almejamos em nosso país, para o qual foram abertas condições com a vitória de um governo progressista, com esse ciclo de mudanças iniciado por Lula e que continua com Dilma. Sem essa pressão e sem tomar medidas muito concretas, nós não avançamos no sentido de um projeto de nação.

Por isso, parabenizo essas iniciativas. Onde o Nossa América tiver influência nas lutas políticas em cada país deste continente vamos lutar para que haja essa legislação que possa abrir mais no sentido da integração da indústria e também dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao João Batista da Rocha Lemos, da CTB, Secretário Internacional e, agora, Vice Presidente...

O SR. JOÃO BATISTA DA ROCHA LEMOS – Da Federação Sindical Mundial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO BATISTA DA ROCHA LEMOS – Passo essa convocatória aqui para vocês e também para a Coordenadoria do Cone Sul, para o Valdir Vicente, que é o nosso Coordenador aqui, agora, do Cone Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está entregue: "Convocatória do IV Encontro Sindical Nossa América". Vai ser realizado em Manágua entre 25 e 27 de agosto de 2011.

Parabéns ao João Batista, da CTB, que falou em nome do Wagner Gomes.

Passamos a palavra de imediato ao Hamilton Dias de Moura, Diretor de Relações Sindicais e Institucionais da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que representa aqui também o meu amigo Calixto.

Quero só destacar que achei interessante a chamada "Nossa América". Achei interessante isso aí de nós caminharmos, depois, para a integração total.

Hamilton, por favor. Todos os convidados falarão depois, no encerramento do período, para fazer suas considerações finais. Hamilton com a palavra.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Senador Paim, queremos mais uma vez agradecer pelo convite para participar deste debate. Queremos cumprimentar aqui o José Carlos de Assis, Presidente do Intersul;

cumprimentar também o Moisés, Secretário Executivo do Intersul, com o qual também a Nova Central Sindical vem, desde o início, trabalhando no debate sobre a integração. Quero cumprimentar também nossos companheiros sindicalistas aqui da Mesa na pessoa do nosso veterano, companheiro Valdir Vicente, e cumprimentar também os companheiros da Nova Central na pessoa da companheira Dona Vera, Presidente da Nova Central do DF, presente aqui e prestigiando conosco este debate.

Senador Paim, demais companheiros e companheiras, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Senado, estamos mais uma vez aqui debatendo por entender que o debate sobre a integração, particularmente a da América do Sul, é essencial, considerando inclusive todas as colocações políticas, todas as colocações sindicais feitas pelos companheiros do movimento sindical que me antecederam e também pelo professor José Carlos.

Nós, da Nova Central, queremos colaborar com este debate, tentar aprofundar e resgatar uma questão que nós, neste cenário, percebemos que precisa fazer parte do debate cotidiano seja qual for a instância, seja no processo das audiências públicas do Senado e da Câmara dos Deputados, seja no processo dos debates institucionais provocados e instados pelo Executivo, pela necessidade de medir força com o poder econômico da governança, da governabilidade, como foi o caso hoje citado do lançamento desse plano. Inclusive, no debate de ontem sobre a desoneração da folha, sobre a questão do emprego, abordamos com muita veemência esta situação: a nossa grande preocupação de que esse processo da desoneração da folha recaia mais uma vez sobre os trabalhadores.

O Senador Paim, que ontem disse ao vivo para todo o Brasil, parece que confirma nossa preocupação. O Governo que tem falado sobre a dificuldade em pagar os aposentados, em repor aos aposentados, todos eles trabalhadores brasileiros, aqueles que construíram o desenvolvimento do País. E rever o problema do setor previdenciário. Vemos a pressão que o setor econômico, que as indústrias fazem para poder tirar mais uma vez o dinheiro da Previdência, que o Governo e setores patronais dizem sempre que é deficitário.

No sentido da integração, é importante colocar... Normalmente, sou muito polêmico nestes debates e gosto de pontuar aquilo que vai nos engrandecer nos debates sindicais.

Gostaria de pontuar, neste debate, que o movimento sindical brasileiro já vem profundamente maduro para esse debate da integração. O companheiro da CUT colocou com bastante propriedade os debates que o movimento sindical e as centrais vêm fazendo ao longo dos anos sobre essa integração e com uma visão do Mercosul, a qual temos que ter, é claro. O problema do Mercosul é voltado para a integração do mercado. Mas era muito mais voltado para expandir, nas últimas duas décadas, o processo de globalização, da internacionalização da política neoliberal, que nada mais é do que uma nova vertente da nova ordem dos últimos 20 anos sobre a apropriação do capital sobre o trabalho no mundo inteiro.

A nossa preocupação é sobre fatos concretos. O movimento sindical vive isso no dia a dia. Dizem e vem falando com a falácia dos últimos 20 anos sobre a questão da Europa. Vou citar um fato concreto do qual pude participar no início do ano em uma viagem à Europa, para um país do Chipre, no sul da Turquia: o problema da integração.

Já se dizia que a integração dos países europeus, por meio da União Européia, estava consagrado. Mas estamos vendo, evidentemente, pelo processo dos ajustes fiscais, pelas grandes revoluções que têm tido na Europa, que não aconteceu nada. Mas lá, quando se dizia que estava consagrado o problema da integração do mercado, dos trabalhadores nas suas condições mais ínfimas em relação ao problema da prestação de trabalho, principalmente no setor de transporte, se verificou que não havia nenhuma integração.

Na Europa, em que os países são distantes entre si quatro ou cinco horas pelas rodovias, você tinha e tem uma situação em que um carreteiro, por exemplo, quando tem a sua carteira de habilitação vencida em um país, fica um ano desempregado porque não pode passar de um país para o outro. Quando o seu visto para entrar em um país trabalhando vence, ele tem que esperar, desempregado, de seis meses a um ano, porque não existe uma legislação para dar garantia àquele trabalhador, ou seja, para que esse trabalhador tenha garantida a sua integração de um país para o outro.

Consideremos um aspecto em discussão no mundo inteiro e que foi fruto de um debate, agora, na Organização Internacional do Trabalho, em Genebra: o problema da seguridade social. Não passou no debate lá, até porque a bancada patronal e a bancada representante dos governos do mundo inteiro foram contra esse processo da integração e da seguridade social pelo simples fato do problema da imigração.

Por exemplo, a França foi contra porque não podia aceitar que os africanos que imigram cotidianamente para a França tenham os mesmos direitos à seguridade. Ou seja, o mesmo modelo brasileiro que temos do SUS, o modelo de saúde que temos não é aceito sequer pela Organização Internacional do Trabalho, porque a

ONU impõe a não-condição e a ONU é comandada pelos setores econômicos da economia mundial.

Portanto, voltando ao processo da importância dessa integração, quero dizer que ela tem dois fatores importantes. Um deles é um fator ideológico, talvez filosófico, que o movimento sindical brasileiro precisa enfrentar, que é que o processo do debate não pode ser mais feito pelo capital, pelo poder econômico. Os trabalhadores da América do Sul precisam ser protagonistas na formulação desses projetos de integração. Nós não podemos mais fazer um debate sobre organicidade ou organização do movimento sindical como mobilização dos trabalhadores por vários aspectos.

Primeiro, pelo aspecto concreto, que é um debate que ainda nos permeia muito, no mundo e no Brasil, principalmente, que é o problema da liberdade de autonomia sindical, essa relativização dessa liberdade de autonomia de organização, primeiro, porque na política de globalização, dos debates que se inseriram para a organização sindical no mundo, está, em primeiro lugar, o da criminalização desses movimentos, dos movimentos sociais e, particularmente, do movimento sindical, porque a sua organização depende de mobilização, depende de massas de pessoas na rua, debatendo e discutindo, democraticamente, a sua forma de contrapor o poder econômico.

O poder econômico se contrapõe através de quê? Ele controla os parlamentos, ele controla os governos, através das eleições democráticas, e os trabalhadores, o único instrumento que têm é a sua organização de massa. Mas a forma como se criminaliza e marginaliza a organização sindical no mundo e no nosso País não permitirá jamais, se nós não tivermos uma incidência muito grande de colocar como prioridade, na participação nesses debates, nesses fóruns, a legitimidade num momento primeiro.

Por isso, dizer, em dois aspectos colocados à mesa – um, pelo companheiro Bira, da CGTB –, que devemos olhar para dentro do nosso País, não é verdadeiro. Nós entendemos que estamos amadurecidos, e não só por um problema ideológico, por um problema político, por um problema de classe. A nossa luta é internacional, então, devemos ver a luta como um todo.

O segundo aspecto é o do problema colocado por vários companheiros, aqui, que é o problema de mercado. Nós estamos sendo preparados para retomar, pela globalização, pelo capitalismo, como País de exportação primária, de *commodities* e não de manufaturados, ou seja, a desindustrialização virá e não só para o Brasil. Ela irá para os países mais fracos. Nas nossas fronteiras, serão colocadas as grandes indústrias e essas grandes indústrias não terão, o balizamento da sua expansão não serão as melhores condições, e, nesse aspecto, o Brasil está numa média acima de outros países.

Então, para que a gente possa colocar as condições de trabalho, o meio ambiente de trabalho, a qualificação, a formação, a capacitação, a empregabilidade e o emprego de qualidade, com salário de qualidade, é preciso que a gente inicie esse debate, nesses fóruns, exigindo o reconhecimento e a participação da representação classista dos trabalhadores, da representação sindical, de forma que a lei também abranja todos os aspectos.

Então, para que essas grandes empresas que venham a se instalar em toda a América do Sul possam ser colocadas, elas têm de respeitar, em primeiro lugar, o emprego com qualidade, e isso significa qualificação, formação; precisam respeitar jornadas de trabalho com qualidade, ou seja, dando as condições sociais de vida para o ser humano, para aquele que trabalha, para que ele possa estar com a sua família, para que ele possa reproduzir; têm de dar qualidade de emprego do meio ambiente do trabalho. Quando se fala em meio ambiente do trabalho, parece que se fala do verde, da floresta, que por tudo temos de lutar, que é importante, mas, hoje, nós temos ambientes de trabalho que já estamos equiparando aos que há na China. Para quê? Para que o produto saia mais barato, porque todas as regras de mercado para a matéria-prima, para benefícios, para venda de maquinários estão estabelecidas numa regra mundial.

Onde se busca mais valia? Onde a empresa fica rica? Explorando a mão de obra, produzindo mais com menos mão de obra e com menos qualidade, com menos investimento.

Nesse sentido, Senador Paulo Paim, demais companheiros, a Nova Central entende que é preciso que o movimento sindical brasileiro, e aí, evidentemente, talvez seja essa compreensão que o Ubiraci, da CGTB, quis dar à Mesa, se reúna, se organize, se encontre, crie seminários específicos entre nós para debatermos tudo aquilo que nos converge, do ponto de vista da integração, para que a gente possa aprofundar e ter o nosso papel, a nossa autoridade sindical, a nossa autoridade de representante do movimento sindical brasileiro, de forma consensual. Aquilo que é consenso entre nós deve ser levado a todos esses fóruns internacionais – Nossa América, a Unasul – e a todos os encontros, e, nesses encontros, nesses debates, talvez possamos também aprofundar o debate sobre que tipo de organização sindical precisaremos para esse processo de aprofundamento aos ataques dos países ricos sobre os países pobres.

Será que, também nesse momento, não precisamos perceber que a nossa força servirá para o setor

empresarial? Que esse setor empresarial venha debater conosco, não só como usar a força do movimento sindical, como no passado já fomos utilizados, mas, sim, usar também a nossa organização para buscarmos melhores condições de trabalho, melhores salários e melhores garantias sociais para os trabalhadores. Isto passa por um processo dos benefícios sociais, uma previdência social, a melhor que existir, qualificação da mão de obra, e que todas as propostas colocadas sejam fruto de um debate da nossa proposta.

Finalmente, convocar para uma mobilização, para uma reflexão do movimento sindical, para que a gente possa estabelecer um encontro entre as centrais e fazermos um debate em conjunto sobre o PL do Senador Paim, porque esse PL vai nortear também projetos em outros países, e ele poderá ser algo que o movimento sindical brasileiro poderá dar grande contribuição.

Mais uma vez, parabenizar e agradecer ao Senador Paim pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns.

Meus cumprimentos ao Hamilton Dias de Moura, que falou pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Quero registrar a presença do Senador Inácio Arruda, nosso parceiro de todas as horas. Sempre digo, Inácio, da minha alegria em termos apresentado juntos, recolhemos as assinaturas juntos, a proposta da redução de jornada para 40 horas semanais, que é a bandeira número um, diria, das centrais sindicais, segundo calendário que recebi, e o Senador Inácio, à época éramos Deputados, hoje é o nosso representante também no Parlasul. Agora, estarei com ele lá, ombreados, lado a lado, para defendermos o interesse de nossa gente. *(Palmas.)*

Antes de passar a palavra para o Valdir Vicente, consulto o Senador Inácio se S. Exª deseja fazer algumas considerações. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Valdir, seja bem-vindo. A Presidente convidou os líderes para estarem presentes na nossa reunião de nova proposta de política industrial, e o tema aqui, digamos assim, é o mesmo, porém diferente porque o examinamos sob outra ótica, mas para nós é importante irmos até lá para ouvirmos a Presidente para começarmos dar as nossas próprias opiniões sobre o que é política industrial na nossa banda e na América do Sul, na América Latina, no contexto Mercosul e de integração latino-americana. Daqui a pouco vamos apresentar a proposta de redução de trabalho para toda a América do Sul; uma jornada unificada na América do Sul com o máximo de 40 horas *(Palmas.)*, para a gente homenagear o Paim. A gente já chega logo apresentando essa proposta no Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero apresentá-la colado em você, porque deu certo a primeira...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Eu fiquei esperando esse tempo todo que o Paim chegasse lá. Agora que o PT resolveu indicá-lo, estamos aptos a fazermos a apresentação da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos apresentá-la juntos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas, queria fazer um registro breve, Paim, sobre a nova política que está sendo discutida e que vai ser lançada agora. Independentemente das questões que você e os nossos colegas já levantaram acerca de possíveis restrições aos direitos dos trabalhadores – temos de contestá-las imediatamente –, por outro lado, há uma restrição muito mais grave do que todos os direitos que já conquistamos: é você ter uma nova política industrial com a manutenção da política macroeconômica brasileira sustentada na política de juros elevada, a maior do mundo em todos os tempos, comparativamente, porque nominalmente é baixa, mas do ponto de vista real é uma política de juros e uma taxa de juros sem paralelo no Planeta. Não há paralelo em se destinar, ano a ano, só de pagamento de juros, como registramos no ano passado, mais de R$200 bilhões. Você arranca isso do couro dos brasileiros, que poderiam estar gerando mais desenvolvimento, mais progresso, e colocando o Brasil num patamar mais elevado do ponto de vista da distribuição da riqueza.

Ao lado disso, uma política de câmbio flutuante, um tal de câmbio flutuante. Eu ando olhando por aí esse negócio de câmbio flutuante, onde é que ele se sustenta, onde é que ele se mantém, onde é que ele se segura. Sinceramente, isso não existe. Isso não existe! É uma invencionice nossa em prejuízo, em detrimento das empresas brasileiras, dos empregos industriais brasileiros. E isso impacta a América Latina, porque quando deixamos de gerar emprego aqui também se geram menos empregos na América do Sul. Não é só o Brasil que perde.

A última âncora dessa tal política de sucesso e de grande êxito que se proclama por aí é o problema dos superávits primários gigantescos que patrocinamos no nosso País para atender à política de juros principalmente. Então se geram megasuperávits primários.

Veja que essa crise toda é na União Europeia, mas os países da União Europeia têm uma percentagem de possibilidade de déficit e não de superávit. Então, aqui nós fizemos uma política inversa, estamos espremendo o Brasil. Por quê? Porque parece que a

coisa está dando certo. Aos olhos de muitos, esse é que é o ótimo. É que o ótimo ainda deixa o nosso País numa situação de que, para ter uma refinaria no Estado do Ceará, nós temos que buscar empregos ou em São Paulo, ou no Rio de Janeiro – mais caro, porque o povo está empregado nesse setor no Rio de Janeiro –, ou temos que buscar fora do Brasil, especialmente na Europa. Nós temos que contratar lá fora para poder suprir a deficiência porque, ao pagar esses juros escandalosos, nós não formamos em maior velocidade os técnicos, os profissionais e os profissionais de nível superior, para poder responder a essa necessidade que estamos tendo do ponto de vista da qualidade do emprego no nosso País. E emprego de mais qualidade é mais renda na mão do povo.

Então, eu queria fazer esse registro. Nós todos aqui temos consciência desse quadro, mas é bom repisarmos isso para que mais vozes se levantem em relação a esse tema. Como a coisa aparentemente está dando certo – "esse negócio é muito ruim, mas é o que está dando certo" –, então não se fala, não se comenta, não se discute. Eu acho que nós temos que abraçar essas questões da política chamada macroeconômica, porque ela impacta enormemente as questões que poderíamos considerar que aparentemente possam ser micro para nós. Mas essa macro aqui nos impacta muito, gigantescamente, na capacidade do povo brasileiro de superar a realidade brasileira. Não é só superar a crise, mas é nos colocar num novo patamar de qualidade de vida do povo brasileiro.

Eu levanto essas questões, que são do mundo do trabalho, que são nossas, que temos discutido no nosso cotidiano. Agradeço e peço desculpas, Valdir, a você, porque vim aqui com esse objetivo. Eu precisava passar aqui, porque vocês têm uma grande responsabilidade em suas mãos.

Quando a chamada campanha O Petróleo é Nosso se estabeleceu, uma das viradas da campanha foi quando o movimento operário... Já havia uma parte da intelectualidade, uma parte das Forças Armadas, havia o movimento estudantil, mas não havia aquele sentimento de povo, de nação, de construção de um país forte, consequente. Isso só se deu quando o movimento operário daquela época tomou em suas mãos a bandeira O Petróleo é Nosso. Isso é dito por todos. Euzébio Rocha, que foi o relator da matéria aqui no Congresso Nacional, em depoimento, disse: "A virada se deu na hora que o movimento operário se somou a esse gigantesco movimento que se preparava no Brasil inteiro para defender o petróleo brasileiro". Assim é com a política macroeconômica. Só haverá uma virada nessa política macroeconômica se nós tomarmos em nossas mãos a responsabilidade de dizer: "Não aceitamos mais isso. Nós não aceitamos mais essa política macroeconômica". Essa política macroeconômica é para os banqueiros. Serve muito bem a eles. Eles continuam rindo muito bem, estão muito satisfeitos, e nós não podemos nos contentar apenas com um pedacinho que sobra para nós. Nós queremos é uma parte do todo, e não as pontinhas e migalhas que restam para a população. É essa a nossa ideia e é por isso que temos que ir lá. Porque não é um problema de contestar a Presidente, mas de dar opiniões para a Presidente do que pensamos sobre a política macroeconômica brasileira.

Obrigado e me desculpe. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Muito bem, Senador Inácio Arruda, que dá mais uma contribuição, como sempre, a este debate tão importante e que interessa, eu diria, a todo o Continente.

E nada melhor do que, neste momento, passar a palavra a Valdir Vicente, Secretário Nacional de Políticas Públicas da UGT e Secretário-Geral como Coordenador das Centrais Sindicais do Cone Sul, que representa aqui o Ricardo Patah, Presidente da UGT. Então, além da UGT, você representa aqui todas as centrais sindicais no Conesul, como Secretário-Geral. Grande Valdir, de velhos tempos, viu?

O SR. VALDIR VICENTE DE BARROS – Senador Paulo Paim, demais companheiros, companheiras e companheiros, na verdade, este é um tema que anima, porque o Movimento Sindical tem estado na luta para ocupar espaço em todos os fóruns de integração, não só Mercocul ou Unasul. Antes dos dois, temos a Aladi, em que impusemos a entrada do Conselho Consultivo Laboral. Seu primeiro representante foi uma mulher, a companheira Silvia Portela; e depois, agora, temos o companheiro da CTA da Argentina representando os trabalhadores no Conselho Laboral da Aladi, porque, até então, só existia o conselho empresarial. A Aladi é um espaço unicamente de comércio. Discutem comércio. Havia o braço empresarial, mas não havia o braço de trabalhadores para discutir, no comércio, aquelas questões que envolvem os trabalhadores.

No Mercosul, temos um espaço que é anterior ao Mercosul, que é a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, que envolve Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia. Essa Coordenadora, como bem colocou o companheiro Claudir, pressionou os governos, depois de criado o Mercosul, para que houvesse um espaço em que os temas sociais fossem debatidos. E ali foi criado um subgrupo, chamado Subgrupo de Trabalho nº 11, em que entravam as questões trabalhistas, as questões sociais, de modo geral, e inclusive a questão das convenções da OIT, que eram

ratificadas por alguns países e por outros não. Quanto a essa questão, houve um debate grande na criação do Mercosul. Depois, no ano de 2004, com o advento do Protocolo de Ouro Preto, mudou o Mercosul, ao invés de ser somente uma aduaneira imperfeita, como era até então, passou a ter uma nova cronologia, e esse subgrupo de trabalho passou a ser o Subgrupo de Trabalho nº 10, em que também se discutem as questões sociais. Mas, além disso, no Mercosul, temos o Fórum Consultivo Econômico e Social, onde estão trabalhadores, empregadores e o terceiro setor, que é o único organismo oficial do Mercosul que discute as questões sociais junto com as questões comerciais e econômicas. Foi criado e não tem nenhum tipo de financiamento, como o Claudir colocou claramente. É o espaço onde a sociedade civil teria a oportunidade de apresentar recomendações, porque é assim que o Fórum se apresenta no Mercosul, mas não há, apesar de existir o Focem, que é o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Mercosul, nenhum financiamento por fora. Os empresários podem financiar técnicos para defender o lado econômico; os trabalhadores financiam, com seus próprios recursos, não só viagens, estadias, alimentação, etc., mas também os técnicos que possam interferir nas questões do Mercosul.

Há um elenco enorme de propostas apresentadas pelo fórum para o Mercosul e, normalmente, o fórum apresenta recomendações sobre vários temas. Um dos temas mais importantes que se discute, com a bancada de trabalhadores na dianteira, é a questão da reconversão industrial, a questão da complementação produtiva. E consideramos que essa é uma questão fundamental. Se for discutida com seriedade no Mercosul, há a possibilidade de geração de emprego e de se ter uma política industrial para a região. Realmente, ela pode vir a ser uma política efetiva. O que é que se pensa? É que o produto industrial produzido, digamos, na Argentina – vamos dar um exemplo –, tenha um determinado tipo de aplicação naquilo que for importante para o país, mas que os outros países também participem.

Dou o exemplo da construção naval. A construção naval, além de propiciar muitos empregos, tem vários componentes, e esses componentes podem ser distribuídos por vários países para completar a construção de um navio. Então, você tem uma complementação produtiva, você tem, por exemplo, os cascos fabricados no Brasil, mas produtos que os complementam serem produzidos em outros países. Nisso você terá, então, uma complementação produtiva.

As cadeias, como foi colocado aqui, por exemplo, de calçado, couro e madeira são cadeias que já estiveram funcionando. Por exemplo, os móveis do Paraná foram colocados no mercado do Mercosul, abrindo mão de obra. Por quê? Porque havia uma discussão na cadeia produtiva do calçado, madeira e couro.

Isso são coisas do Mercosul. Agora, o Mercosul tem essa coordenação das centrais sindicais – e aproveito a oportunidade e convido a Nova Central para aderir a essa organização, porque do Brasil as cinco centrais já estão nessa coordenação e falta a Nova Central –, tem as centrais sindicais da Argentina, as centrais sindicais do Paraguai, as centrais sindicais do Paraguai, a central sindical do Uruguai, do Chile, e a COB está vindo também – já esteve no início e agora está voltando à Coordenadora. Nós temos um grande desafio, que é a Unasul. Para a Unasul nós temos trabalhado com a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e com o Conselho Consultivo Laboral Andino, para que, quando a Unasul for criada, não seja capenga como quando foi criado o Mercosul. E já na sua fundação, possa ser criado não um protocolo como temos no Mercosul, mas seja criada uma carta de direitos fundamentais, na qual seja incluída a política de empregos, a política de renda e a política de direitos sociais dos trabalhadores. Isso era o que interessava no Mercosul.

Na Comunidade Andina de Nações hoje há uma coordenação também de centrais sindicais. E na discussão da Comunidade Andina, existe uma carta social. E, para surpresa nossa – surpresa agradável –, o novo Presidente do Peru, ao assumir, comprometeu-se a criar uma carta social na Unasul. Ocorre que essa Carta Social não pode ser criada somente pela autoridade governamental. Ela tem de ter um debate da sociedade. E, aí, nós já tomamos a iniciativa de procurar a Coordenação Andina no sentido de que, com a entrevista com o Presidente do Peru, seja colocada em discussão a questão da carta social, para que não seja uma carta social do tipo da carta social que há no Nafta, que é imposta pelo Estado e em que não há opinião da sociedade civil.

Tivemos aqui alguns problemas. Ouvi várias exposições e uma exposição muito clara do Prof. José Carlos de Assis com relação à questão do perigo da invasão de produtos – e isso ocorre aqui claramente. No Mercosul, os produtos intrazona não têm posto, são livres de imposto. E ocorre que produtos fora da zona – por exemplo, os produtos chineses, podemos dizer, é claro – entram por países do Mercosul e circulam como se fossem produzidos no Mercosul. É preciso que essa questão que foi colocada seja combatida. E a sociedade civil tem oportunidade de discutir, opinar e interferir nessas questões, mas é necessário e é muito importante a participação do Parlamento nessa questão, porque poderá ser um grande aliado da socieda-

de civil, para que na discussão dos temas comerciais sejam discutidos os temas de geração de emprego, de trabalho decente e de renda, porque hoje existe no Brasil, por exemplo – não há nos outros países –, um movimento chamado Somos Mercosul. Esse movimento é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com participação do Itamaraty e da Câmara dos Deputados, por meio do Deputado Dr. Rosinha, e tem estado em várias regiões do Brasil colocando para a sociedade, especialmente para os formadores de opinião, esses problemas do Mercosul, o que é o Mercosul, quais são os prós e os contra do Mercosul, porque o Mercosul – e agora a Unasul – é tão importante para a sociedade – e foi bem claro o que o professor Assis colocou – que, se tivermos o bloco organizado, nós temos possibilidade de discutir, no âmbito internacional, de maneira forte, de maneira não isolada. E temos oportunidade como bloco de evitar os acordos bilaterais. Isso tem sido muito pressionado em vários países. E o Peru é um dos países que acredito que agora, com o novo Presidente, tem muito acordo... E se chama acordo de livre comércio, acordo em que a taxa é baixíssima e não gera emprego algum. Não gera emprego algum, porque são acordos bilaterais. Isso incomoda tanto, incomoda que essa região se organize, incomoda que essa região se una.

Tivemos um grande exemplo aí: a Alca. A Alca foi uma proposta para esmagar a tentativa de unificação dos países dessa região, porque era chamada Área de Livre Comércio das Américas, em que os Estados Unidos entravam com tudo e a gente entrava com nada. Eles entravam no nosso mercado, e a gente não tinha possibilidade de entrar no mercado norte-americano.

E ainda há agora um debate grande no Mercosul, que é a discussão do acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul. Temos que estar atentos a essa discussão. As centrais sindicais e a sociedade, de modo geral, têm que estar atentas a essa discussão, porque não acreditamos que a União Europeia venha propor um acordo de livre comércio com o Mercosul se o Mercosul não estivesse incomodando a União Europeia. Portanto, é interessante, é importante que os trabalhadores e a sociedade civil, especialmente a sociedade civil organizada, discutem, participem e conheçam profundamente esse processo que agora será a Unasul, que é a região andina com a região do Mercosul. Discussões claras como, por exemplo, a harmonização aduaneira.

É incrível que ainda exista barreira alfandegária entre os países do Mercosul. É incrível que você tenha obrigação de entrar numa fila para apresentar o seu passaporte em um dos países do Mercosul quando existe um acordo de livre circulação. Há um acordo chamado Acordo de Residência Mercosul Bolívia e Chile, que permite não só o trânsito de pessoas, como o direito de trabalhar entre os países. Isso existe, está assinado e não é respeitado. Se a sociedade tem conhecimento profundo dessas coisas, respeita-se, porque haverá pressão da sociedade.

A questão da dupla cobrança da tarifa externa comum significa que produtos que já são taxados em um país passam a ser taxados em outro país. A sociedade tem que tomar conhecimento disso, tem que denunciar, tem que participar desses debates.

Há problemas com relação à situação dos jovens na região. O jovem não encontra mercado de trabalho. Essa discussão precisa ser bastante analisada pela sociedade, ser analisada pelas centrais sindicais. É preciso que seja dada oportunidade aos jovens para que entrem no mercado de trabalho. Nós temos visto aqui, no Brasil, a mídia apresentar que os aposentados estão voltando a trabalhar nas empresas por falta de mão de obra. E os jovens? Onde estão os jovens? Então, são debates que nós temos de fazer.

A questão da formação profissional... Isso também é discutido. Se nós fizermos uma análise comparativa, o Brasil ainda está aquém de países como a Argentina, por exemplo, na formação profissional. Existem questões que ainda entravam nosso Mercosul, por exemplo, a certificação, o reconhecimento de certificados. Não é justo e não é possível que você queira uma integração em que o profissional de um País não possa trabalhar em outro país porque seu diploma não é reconhecido. Isso é uma discussão que temos de ter: o reconhecimento dos diplomas, dos certificados. Isso é uma das várias questões...

Há ainda uma questão: é preciso que haja financiamento para observar o mercado de trabalho. Existe no Mercosul esse instrumento que meça a situação do mercado de trabalho nos quatro países? Se houver, na verdade, interesse e for levado a sério, há possibilidade de uma discussão de uma política de emprego baseada em documentos, em números, em coisas reais. Então, as questões do Mercosul e as questões agora da Unasul devem ser questões não apenas daqueles poucos que se interessam pelo problema, deve ser uma questão em que toda a sociedade se envolva. Esperamos... Batamos palmas, efusivamente, a nosso Senador Paim. Digo nosso Senador, porque é Senador dos trabalhadores, por esta iniciativa. Eu gostaria de sugerir ao companheiro Paim que convidasse o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para que ele pudesse fazer uma exposição no Senado do que há no Mercosul. Hoje, o Embaixador Samuel é Presidente do Mercosul. É a maior autoridade do Mercosul. É uma pessoa que, quando faz exposição sobre a ques-

tão, ele mostra os riscos que têm não só a integração do Mercosul como a dos países isoladamente. Muito obrigado e me desculpem se me excedi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a Valdir Vicente por sua exposição muito clara e muito precisa e nós vamos aceitar a sugestão e convidar, para o ciclo de debate sobre a integração da América do Sul, o embaixador Samuel, que é Presidente do Mercosul, para que faça aqui uma exposição.

Vamos passar a palavra, de imediato, a Lourenço Ferreira do Prado, que é coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom-dia, eminente Senador Paulo Paim e demais companheiros à Mesa: companheiro Moura, companheiro Batista, companheiro Valdir Vicente, professor José Carlos de Assis; companheiros e companheiras, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, agradecer este convite para participar deste debate de suma importância, travado aqui no Senado neste momento, e dizer que o nós, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, nos sentimos muito honrados de aqui participar destes entendimentos e destes debates.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST – tem a ele filiadas 16 Confederações dos Trabalhadores e quatro Centrais Sindicais. Também aproveitamos a oportunidade para fazer um convite a todos os companheiros e companheiras, dirigentes sindicais e à sociedade como um todo, para participar da próxima audiência pública dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que vai ser realizada no próximo dia 22 de agosto aqui no Auditório Petrônio Portela, quando então será debatido o tema que envolve a defesa da Consolidação das Leis do Trabalho e também o combate a determinadas medidas legislativas, especialmente um código do trabalho que foi apresentado, que está tramitando na Comissão do Trabalho e que realmente elimina diversos direitos, diversas garantias que estão consolidadas há mais de meio século na Consolidação das Leis do Trabalho.

Então, estão todos convidados, portanto, eminente Senador Paulo Paim, para, com a sua anuência, evidentemente, participarem dessa audiência pública que será realizada no dia 22 de agosto agora, a partir das 10 horas da manhã, no Auditório Petrônio Portela, onde então procuraremos debater esse tema que, na verdade, você garantir os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores é também você defender os direitos humanos de forma muito clara.

Nesse contexto de debatermos aqui hoje, eminente Senador Paulo Paim, esse tema Integração da América do Sul, a Defesa do Emprego na Crise Mundial, eu me recordaria brevemente, já bastante tempo decorrido, de um professor de economia, que posteriormente foi Senador da República, Professor Lauro Campos, que definia crise da seguinte forma: Crise ocorre quando aquilo que tinha que ser resolvido não é resolvido e aí se estabelece a crise. Então, na verdade, o que temos é uma grande crise mundial na questão do emprego, na questão dos direitos sociais e que muitas vezes os países têm sido incompetentes e impotentes para resolver os problemas. Temos a questão da crise não só nas Américas como também na Europa, cujo mecanismo de defesa dos direitos humanos, de defesa da sociedade como um todo muito é muito mais antigo do que o nosso. É o velho continente, e nós somos aqui apenas o novo continente, ali também eles patinam com muitos problemas, com praticamente questões crônicas de necessidade premente de ajuste fiscal, agora começa com a questão dos PIGS, começando, vamos dizer o seguinte, com a Grécia. O Batista acabou estando por lá, num congresso da Federação Sindical Mundial, antes da derrocada do país – com uma necessidade de ajuste profundíssimo, com desrespeito a direitos, mas para sobrevivência do país. Também a Espanha, Portugal, a Itália – um pouco também a Itália – a Irlanda, e, por que não dizer, até a própria Bélgica e, por que não dizer, até a própria Suíça também tem necessidade muitas vezes de ajustes fiscais pesados.

Para dar uma resposta à questão do emprego, você tem que conjugar os recursos do Estado. O Estado não produz nada, o Estado não é industrial, o Estado apenas arrecada os tributos, as contribuições, as taxas, os impostos, para então fazer essa distribuição e gerar o bem-estar da coletividade, do seu povo.

Nesse sentido, eu acho que esse projeto de lei do Senador Paim – tive oportunidade de compulsar brevemente aqui –, de dez artigos, alguns parágrafos e vários incisos, ele dá uma resposta definitiva para essa questão da integração da Américas, diz que concede incentivo a projetos que favoreçam a integração regional da América do Sul. Envolve o quê com isso? Responsabilidade fiscal, desenvolvimento produtivo integrado do continente sul-americano, aumento da competitividade das economias americanas. De forma que esse é um projeto completo, um projeto que responde absolutamente a todos os nossos questionamentos, a tudo que se falou aqui hoje no nosso entendimento, no entendimento do Fórum Sindical dos Trabalhadores e de todos os companheiros que nos antecederam. Aliás, quero fazer um registro, Senador Paim, que infelizmente foi uma mesa totalmente machista; nós desrespeitamos aqui, democraticamente, a questão de gênero, mas, na próxima oportunidade, não

tenha dúvida nenhuma, haverá a questão de gênero com a representação muito importante aqui na mesa.

Sempre entendemos que os trabalhadores, de uma forma geral, muitas vezes a sociedade, o povo, muitas vezes, fica um pouquinho fora do Estado. Se analisarmos, a questão do Mercosul começou com circulação de produtos etc., uma questão meramente aduaneira, e a questão do trabalhador, a questão do trabalho, a questão da saúde, o que interessa realmente à classe trabalhadora ficou fora. Depois de muito tempo, foram analisar. Vejam só: o Mercosul tem de servir para alguma coisa prática. O que é prático e operacional? É o povo, e o povo tem de estar lá. A classe trabalhadora tem que estar lá, representada pelas suas entidades sindicais. Então, com a questão do Subgrupo 10, incorporou realmente o povo nessa questão do Estado, porque o Estado ficou inicialmente sozinho.

A questão de colonialismo para o novo continente era antiga. Há tempos mais remotos, na minha juventude, li um livro chamado *As Veias Abertas da América Latina*, do Galeano, e o professor Assis até me corrigiu: "Mas era um romancista!". Sinceramente, me impressionou muito, apesar de ele não ser brasileiro, a profundidade com que ele debatia essa questão, mesmo sendo uma coisa de certa forma de romance. Com que firmeza de propósitos ele defendia realmente a América Latina como um todo!

Na verdade, é o seguinte: tem sido durante séculos e séculos apenas um continente de muita exploração, na verdade, um continente onde o imperialismo procura sempre jogar os seus tentáculos – não com canhões atualmente, mas com o sistema financeiro agindo de forma muito dura, prejudicando a maioria das pessoas que vivem nesses países, que são justamente seus trabalhadores.

De forma que, sem me alongar muito – sei que meu tempo está para terminar e procurarei cumprir esse meu pronunciamento breve dentro de 10 minutos, que acho um tempo razoável –, quero dizer que, na verdade, tem de haver uma grande compreensão e um grande compromisso de todos os países que integram os países do Mercosul, justamente o trabalhador migrante.

O trabalhador migrante para os países centrais enfrenta uma série de dificuldades. Primeiramente, no país passagem e finalmente no país de destino. E nós temos de ter uma forma aqui na América Latina, através dos instrumentos do Mercosul, que, como colocou o companheiro Valdir, de fazer com que aquelas normas que estão fixadas e que estão valendo para o Mercosul sejam efetivamente cumpridas e respeitadas. Então, ao passar de um país para outro você não apresenta passaporte, mas apresenta sua carteira de identidade. Ela, sendo original, vale, e você está tranquilo passando de um país para outro, para que nós aqui, do novo continente, nós, das

Américas não tenhamos necessidade de perambular para países centrais em busca de emprego e em busca de melhores condições de vida.

Sugeriria, já que podemos democraticamente apresentar sugestões, ao Senador Paim que, na verdade, encontre alguma forma – não localizei bem no seu projeto aqui –de esse seu projeto, ao ser transformado em lei, ter um mecanismo tripartite capaz de abrigar representantes do Estado, representantes dos trabalhadores e representantes também dos empregadores. Com isso, com a experiência vitoriosa do tripartismo dentro da OIT, acho que isso é muito importante. Ajudaria muito nesse debate, e fazemos votos – o movimento sindical está aí para ajudar, apoiar e fazer todo esforço e pressão, se for necessário –, para que esse projeto de lei do Senador Paulo Paim seja aprovado e a gente contribua minimamente com essa integração dos países da América do Sul.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Lourenço Ferreira do Prado, que falou pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Vou passar às considerações finais. Vou começar com o Tadeu e em seguida o Valdir para dizer, sobre esse projeto que acho que receberam hoje, qual é a nossa intenção na verdade. É que os trabalhadores, as lideranças do movimento sindical, enfim, da sociedade civil, se apropriem do projeto e vejam todas as modificações que tiverem de ser feitas. Sempre digo que não há lei perfeita. O que se dirá de um projeto de lei?

Então, qual é a nossa intenção?

Já conversamos com o José Carlos de Assis. Eu apresentei o projeto para ele começar a tramitar. Logo que o movimento sindical e a sociedade civil encaminharem sugestões... Essa aqui é uma versão um pouco melhorada em relação ao primeiro. Nós pretendemos fazer com que a Intersul entre com o projeto na Comissão de Direitos Humanos. Aí, eu, como presidente, chamo a relatoria e coloco todos os adendos que entendermos necessários em matéria de consenso, aprovamos, e ele começa a tramitar oficialmente em nome da sociedade civil. Essa é a intenção desse projeto.

Apresentei a primeira versão para suscitar o debate. O Faustino não está mais aqui, mas sabe que eu assim fiz também com o Estatuto do Motorista: apresentei uma primeira versão, nós estamos fazendo um amplo debate em todo o país e vamos levar esse debate, inclusive, para dentro do próprio Mercosul e oxalá, se necessário, chegar à integração em toda a América do Sul.

Com essa versão rápida, explico aqui, Claudir, antes que você fale, algo de que você falou muito: a falta de infraestrutura. Se, de repente – pego aqui o gancho do Lourenço –, a gente coloca aqui dentro um mecanismo tripartite... Ora, para esse mecanismo tripartite funcionar, tem de haver infraestrutura para permitir que a sociedade civil organizada esteja lá todas as vezes em que for convocada, uma estrutura suficiente para fazer com que essas propostas, efetivamente, sejam sustentadas em sua amplitude.

Passo a palavra neste momento, para suas considerações finais, para o Tadeu, que fala em nome da Força Sindical.

O SR. TADEU MORAIS DE SOUSA – Quero, então, cumprimentar o Hamilton, o Batista, o Valdir, o José Carlos, o Lourenço, o Claudir e o Bira, que já teve de sair para uma outra reunião, e claro, o nobre Senador, pela iniciativa das audiências públicas. Eu considero que este é um espaço maior que nós, do movimento sindical, temos no Parlamento, apesar de a nossa representação ser bem menor do que a dos empregadores aqui no Parlamento brasileiro. De qualquer forma, esse espaço que é aberto para nós, com a audiência da sociedade brasileira, é de fundamental importância para que possamos avançar em nossas discussões. A gente está levando o projeto também lá para a Força Sindical, vamos discuti-lo, conversar e procurar contribuir com alguma melhoria ou concordar e dar o aval para o nobre Senador.

A cada um de vocês muito obrigado pelo espaço e lembro mais uma vez – vou estar sempre lembrando nesses espaços que nos são ofertados – o grande ato que vamos fazer amanhã em São Paulo, no dia 3 de agosto, começando no estádio do Pacaembu e nos dirigindo até a Assembleia Legislativa de São Paulo, onde estamos com uma pauta de reivindicação, que é a pauta do movimento sindical brasileiro, que foi tirada na II Conclat e que é de fundamental importância para nós enfrentarmos os momentos de agora e os que estão vindo por aí.

Então, um grande abraço a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Tadeu, que falou em nome da Força Sindical.

Com a palavra, o Claudir, que falará em nome da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. CLAUDIR ANTÔNIO NESPOLO – Foi uma honra para mim ter tomado parte desse rico momento de construção, de encontro, de informações. Eu creio que isso arma o período, nos dá caminhos. Acho que vamos entrar numa fase muito importante de definição, de maior fortalecimento para o Bloco, para o Mercosul em particular. Há uma pequena divergência, mas acho que o Mercosul tem um papel a cumprir nessa história, e pode cumprir um papel, porque já tem aquilo que se chama de institucionalidade – não concluída, mas encaminhada –, tem os espaços, tem fóruns, enfim, as coisas estão andando. Na Unasul, as coisas estão ainda... É um fórum de caráter político, não tem institucionalidade, é preciso construí-la. Acho que, no Mercosul, a tendência é ir ampliando.

Acho que precisamos ficar muito atentos ao Focem. O Valdir citou aqui, algo que eu esqueci de citar: o Focem é a primeira tentativa de juntar dinheiro. Juntou dinheiro, tem dinheiro na parada, quer dizer, tem o fundo, e o Brasil entra com 70% desse fundo, contribuição proporcional ao seu tamanho. E esse fundo é para financiar a solução das assimetrias, mas também poderá ser o fundo que financiará a institucionalidade do Mercosul. Então, por favor, Senador, está transitando esse assunto, leve em conta a possibilidade de lançar um olhar muito clínico sobre esse tema de como se vai processar o acesso ao Focem.

Por último, quero dizer o seguinte. O Valdir também citou um negócio que é muito importante: as pessoas têm de conhecer os direitos. Há muitos direitos importantes já ao nível do Mercosul. Estive agora em Livramento, na sexta-feira, quando o Governo do Estado fez uma interiorização. Tive oportunidade de participar disso lá, e pudemos nos reunir com o Ministério do Trabalho do Brasil e com o Ministério do Trabalho do Uruguai. A ideia é dar condições de implementar conjuntamente uma política de inspeção do trabalho na região fronteiriça, possibilitar uma atuação conjunta dos auditores fiscais do Brasil e do Uruguai. Para ver o quê? Para verificar esses temas que alguém citou: da mobilidade, do direito à moradia, do acesso à aposentadoria. Já está dado esse direito do acesso à aposentadoria e não só na fronteira, mas em qualquer lugar. Então, tem que conhecer direito.

Assim, uma boa campanha tira o Mercosul da agenda negativa. Esse é o impasse. Se pararmos em uma esquina e perguntarmos qual é a opinião sobre o Mercosul, a grande maioria vai dizer que não conhece e quem conhece vai dizer que não presta para nada, que só vêem na televisão assuntos ruins: briga contra a Argentina, contra o setor de calçados, o setor dos móveis.

Para tirar da agenda negativa, que não nos interessa, temos que popularizar, divulgar o que está sendo conquistado. Portanto, uma campanha sobre esse tema é importante.

Quero concluir dizendo que você, Valdir, vai ter que ter um protagonismo de, na sessão brasileira da Coordenadora das centrais sindicais, organizar para nos reunirmos na primeira agenda e incluir esse tema

do projeto – e, coletivamente, vamos processar também na CUT – para fecharmos uma opinião coletiva sobre o projeto e entrarmos com toda a força no sentido de que isso transite e transite bem posicionado, bem completo, dando conta das tarefas do período.

Era isso. Muito obrigado. Foi um prazer ter estado com vocês. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Claudir. Falou pela Central Única dos Trabalhadores.

A intenção é esta mesmo a que os dois já se referiram aqui: que este projeto seja de grande entendimento – o Tácio que gostava da consertação, não é isso? – para que ele possa tramitar com o apoio de todos os movimentos sindicais e da sociedade civil.

O Bira justificou por que teve que sair. Com a palavra o Sr. João Batista da Rocha Lemos, da CTB, para as suas considerações finais.

O SR. JOÃO BATISTA DA ROCHA LEMOS – Agradecendo a oportunidade de participar deste debate da construção desse projeto de lei junto ao Senador Paulo Paim e dizendo a importância de buscarmos medidas concretas no caminho da integração sob o ponto de vista da economia do nosso continente, até para fazer frente à hegemonia dos grandes países centrais, imperialistas, ou seja, montar um bloco contra-hegemônico. Isso para nós é fundamental sob o ponto de vista econômico e sob o ponto de vista das nossas soberanias nacionais.

No quarto encontro, temos o projeto de formação em nível continental. Fizemos um curso de formação do Cone Sul, que foi em Santa Catarina, na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria, para os países mais ao norte, no México, reunindo também países da América Central. Agora vai ter na Nicarágua, na véspera do IV Encontro Sindical Nossa América.

Estou levantando isso no sentido de buscarmos também algum incentivo para essas experiências e coordenações dos trabalhadores em nível continental. Falo isso porque, por exemplo, a Coordenadora tem projeto com dinheiro da Comunidade Europeia, através das comissões obreiras e UGT da Espanha.

Aqui para a Coordenadora do Mercosul por que não podemos ter algum incentivo dos governos progressistas, tendo como exemplo o governo do Brasil? Isso é importante, porque se vamos dar incentivo – e é correto dar incentivo para as empresas com essa contrapartida social –, é correto fortalecer as indústrias do ponto de vista da economia nacional, da defesa dos interesses das classes trabalhadores.

Acho que a CTB está de acordo em construir alguma proposta aqui de forma bastante coletiva, e podemos correr entre as nossas centrais, ou seja, no final da reunião poderíamos dar a tarefa de alguém trabalhar uma proposta entre as nossas centrais para dar colaboração, fechar e mandar aqui para os Senadores, reforçando o convite às Secras que estão presentes aqui, à Frente Parlamentar pela Integração, à Intersul, para participarem no 4º Encontro Sindical Nossa América, na Nicarágua. Já está garantido o Presidente Daniel Ortega fazer a abertura desse encontro. O terceiro foi na Venezuela. No encerramento o Chávez participou da clausura final. Nesse vai ser o Daniel Ortega que vai fazer a abertura do 4º Encontro Nossa América.

Muito obrigado e vamos à luta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

João Batista da Rocha Lemos falou pela CTB.

Agora eu passo a palavra para o Hamilton que fará as suas considerações finais em nome da Nova Central.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Mais uma vez, Senador Paim, quero parabenizá-lo pena iniciativa sempre brilhante e pela manifestação pujante das centrais sindicais; agradecer aos companheiro das centrais sindicais que estiveram presentes, e dizer que essa provocação que a gente faz... Quero afirmar, concordando com todos os aspectos, reafirmar também para as centrais, com os companheiros também que já têm uma longa experiência nesse processo de atuação da integração...

Mas reafirmarmos que um dos grandes debates que temos que fazer para o êxito efetivo da participação dos trabalhadores precisa ser do ponto de vista da nossa organização, do nosso consenso. Vi que existem varias propostas. Hoje nós tratamos mais do quê? Do crescimento, mais da atuação, do ponto de vista de correr atrás das relações que regem as relações sociais e trabalhistas nesses fóruns, inclusive do ponto de vista, como vimos aqui, da própria condição e instrumento de trabalho. Ou seja, têm incentivos para as empresas, têm recursos financeiros e materiais, e o movimento sindical tem que se organizar entre si só. Os recursos públicos nunca são colocados de forma veemente para nós nos organizarmos.

Do ponto de vista da integração em si, é importante ver que a gente está em outro processo. Por mais que a gente tenha atuado conjuntamente com o setor empresarial, com os setores governamentais do ponto de vista dessa integração, no momento em que nós atuamos, nós não atuamos como protagonistas. Isso tem que ser deixado claro.

O que nós propomos nessa discussão da Unasul como um novo instrumento, não desconsiderando tudo que foi feito de fato e de direito dentro do sistema

Mercosul. Mas efetivamente esse novo processo de integração pode colocar o movimento sindical brasileiro de da América do Sul como protagonista no processo legal, digamos assim. Isso porque no fundamental, quando você aperta a correia, na hora de discutir, na hora de você tomar decisões sobre uma legislação, sobre uma obrigação, o que acaba prevalecendo é aquilo que está estatuído, aquilo que foi legislado.

Portanto, atenção especial para esse processo que se inicia no Brasil. Com o projeto do Senador Paulo Paim, ele deve ser olhada com essa atenção. Talvez a gente não consiga enxergar algum detalhe importante desse projeto. Por isso eu também, no início do ano, fui convidado pela Nova Central e represento-a no Conselho Deliberativo do Intersul, que é um instituto de integração que prevê esse debate de fato com o empresariado. Olha, eu não vou apoiar isso aqui e então isso aqui não vai virar lei se não estiver escrito por todos nós aqui em ata, em determinação.

Por isso nós nos colocamos à disposição também. Queremos participar. Valdir, nós estamos em um processo de reorganização. Vou deixar com você o nosso e-mail, para que a gente possa estar participando desse debate geral. Esse é o processo mais importante. Enquanto o capitalismo travou uma nova ordem mundial, há três décadas, nós estamos dando um salto na nossa integração também, a partir da América do Sul, que é criar um bloco para que a gente possa enfrentar a União Europeia, os Estados Unidos, a Ásia: enfim, todo o sistema, de forma que vamos ter condições de trazer esses trabalhadores para o debate. Ou seja, transferir tudo que a gente tem de melhor nas relações sociais para esses países, através da nossa atuação de fato.

Então, Paim, quero parabenizar mais uma vez e dizer para todos que nos ouvem que nós temos certeza que esse processo vai ser muito mais rápido pelo próprio processo de globalização, da automação, de tecnologia. Então o movimento sindical tem que se preparar.

Eu parabenizo também a participação do movimento sindical. Vejam como todo mundo está compreendendo esse processo.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem, Hamilton, da Nova Central Sindical. *(Palmas.)*

Só registrar aqui a presença do Senador Vicentinho. Tem um trabalho belíssimo em todas as áreas. Mas um trabalho, permita que eu destaque, da integração dos povos indígenas. Se depender dele, nós estaríamos fazendo em toda a América, se tivéssemos integração dos povos indígenas.

E quero aqui, se vocês me permitirem, passar a palavra para o Beto. Se o Vicentinho quiser usar da palavra, claro que vai usar no momento adequado.

O Beto é o homem da comunicação, da integração da América do Sul. Tem um belo trabalho. Já me entrevistou diversas vezes aqui na TV Senado. Qualificado, conhece. Na última reunião também eu dei a palavra para ele e ele nem sabia que ia falar. Mas, Beto, fala aí para nós, um pouco, antes de encerrar.

O SR. BETO ALMEIDA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade. Queria parabenizá-lo por esse trabalho importante. Saudar a todos os componentes da Mesa, os companheiros e companheiras sindicalistas que estão aqui também.

Eu penso que esse trabalho de integração e esse projeto de lei que V. Exª apresenta, mas convocando para que ele seja elaborado na forma de um mutirão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa é a ideia. *(Palmas.)*

O SR. BETO ALMEIDA – Isso é muito importante. Isso é algo fundamental. Porque veja bem, Senador, telegraficamente: dia 24 de julho, dia do nascimento de Bolívar, a Telesur fez seis anos, divulgando exatamente as informações que permitem aos povos sul-americanos e aos povos do sul enamorar-se uns dos outros. Isto é fundamental: enamorarem-se um dos outros.

E depois, nós temos hoje uma marca importantíssima que foi consignada nesse encontro da Presidenta Dilma com a Presidenta Cristina Kirchner, na sexta-feira passada aqui, diante da crise internacional, que é: ou nós nos unimos, mais uma vez lembrando o General Perón, ou nós seremos escravizados.

Então, nós temos hoje, Senador Paulo Paim, o Brasil ajudando a construir uma hidrelétrica – alguém falou na Nicarágua. Na Nicarágua, o exército, o Batalhão de Engenharia do Exército construindo uma hidrelétrica no Haiti. O Brasil fazendo um acordo com Cuba para produzir vacinas para a África. O Brasil construindo um gasoduto, o mais importante gasoduto, na Argentina. E o Brasil, do Presidente Lula, foi o primeiro País que construiu pontes para o Peru e para a Bolívia. Antes, nem pontes haviam sido construídas.

Portanto, o seu projeto e essa atividade que essa comissão faz com todos os movimentos sindicais são de uma enorme importância por que apontam para o futuro: ou nós nos unimos ou nós seremos escravizados.

E toda a crise que está lá no norte, no coração do norte, será despejada impiedosamente contra os povos do sul. E nós não podemos deixar passar essa oportunidade histórica de produzir um novo caminho, não só para os povos do sul, para a humanidade, da cooperação, da solidariedade.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só permita, Beto, que, em um minuto, você fale a Telesur, o que representa, já que você praticamente coordena esse projeto.

O SR. BETO ALMEIDA – A Telesur hoje já emite, através de um satélite, para os povos do sul, mas inclusive os povos do sul que estão lá no norte. Ela chega lá na comunidade hispânica, nos Estados Unidos, que continua sendo tratada de forma muito desumana, sem direitos trabalhistas.

Até hoje a legislação trabalhista dos Estados Unidos é mais atrasada do que a brasileira. Eles não tiveram nem Getúlio Vargas lá. Não tem férias. Não tem CLT. É muito atrasado. Uma mulher amamentar em público pode ser punida. Imaginem que atraso, que desumanidade.

A Telesur revela isso. A Telesur conta, por exemplo, que um índio que foi, na sua infância, considerado inepto para o letramento, hoje é o Presidente da Bolívia, mostrando todas as suas qualidades e a sua inteligência para o povo boliviano. Essas verdades aparecem na Telesur. Aparece, por exemplo, que a Venezuela, a Bolívia e o Equador já são territórios livres do analfabetismo. Só na Telesur eles aparecem. A grande mídia, a mídia gorda, como falamos, a mídia do capital, não tem interesse em mostrar as qualidades dos povos do sul. A Telesur nasceu com uma linha editorial para integração. O nosso destino é a integração, o nosso futuro é a integração. Essa televisão surge para ser um sustentáculo das notícias, da boa notícia, do bom futuro, da possibilidade histórica que temos de construir inclusive outro jornalismo.

Lanço aqui um desafio, Senador, se me permite, aos jornalistas brasileiros: precisamos construir outra ética jornalística porque o que existe hoje é o jornalismo predominantemente da desintegração, da destruição, às vezes com a baixaria e a fofoca predominando. Queremos construir um jornalismo da integração, da civilização, da humanização, através da notícia considerada um bem social e não uma mercadoria, como ela é hoje.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns Beto, brilhante como sempre. Na outra audiência que tivemos falou também com muita propriedade, já que tem trabalhado nessa integração.

Passo a palavra neste momento para o Lourenço e depois, em seguida, ao Valdir, como Secretário Geral para terminar.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Eminente Senador, V. Exª fez muito bem porque o Valdir, dada a sua proeminência e especialização nessa área, tem que falar por último.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele disse do cabelo branco.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Eu não tenho cabelos brancos, mas temos idades semelhantes.

Primeiramente, eminente Senador Paulo Paim, companheiros e companheiras, companheiro Claudir, da CUT; companheiro Tadeu, da Força Sindical; professor José Carlos de Assis; Valdir Vicente; companheiro Batista; companheiro Moura:

Quero reiterar o agradecimento por participar deste debate aqui hoje, desejando muito êxito nessa empreitada, e dizer que o movimento sindical, pelos pronunciamentos que ouvi aqui, assume, de forma completa, de forma absolutamente completa, o seu projeto de lei que procura dar uma forma adequada, sair da questão do discurso, de posições, de declaração de posições para uma coisa muito concreta que é justamente o projeto de lei. V. Exª, como autor do projeto, abre o espaço democrático para que aperfeiçoemos esse projeto de forma adequada, para que possa ser o melhor possível através da discussão com a sociedade como um todo.

Evidentemente, não poderia, mais uma vez, deixar de fazer o convite a todos companheiros e companheiras para a próxima audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que vai ser realizada no dia 22 de agosto, no Auditório Petrônio Portella, quando procuraremos debater a questão da Consolidação das Leis do Trabalho, da CLT do Getúlio. Evidentemente não temos vergonha de defender a CLT de Getúlio ainda. Na verdade, defender os direitos trabalhistas, defender a Previdência Social, defender os direitos sociais como um todo e a integração da América Latina é também defender os direitos humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Lourenço.

Reafirmo o dia 22. A Comissão de Direitos Humanos, que presido, aprovou a sugestão que vocês encaminharam e faremos uma audiência pública em defesa do direito dos trabalhadores. Essa é a marca desse encontro que será no Auditório Petrônio Portella. Calcula-se que serão em torno de 500 a 600 trabalhadores presentes.

Passo a palavra, neste momento, ao Valdir Vicente, que é Secretário Geral da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, que representa também aqui o Ricardo Patah.

O SR. VALDIR VICENTE DE BARROS – Obrigado, Senador.

Gostaria de dizer o seguinte:

O Mercosul, na verdade, do ponto de vista de instrumentos, está repleto. Tem até excesso de instrumento, um passando por cima do outro, um tomando as funções do outro. Ocorre que a Unasul, no entanto, está andando muito rápido. Ela tem cronograma. Por exemplo, na Unasul, em 2014, os produtos não sensíveis têm que estar liberados de imposto e, em 2019, os produtos sensíveis. Quer dizer, já há uma criação do mercado comum efetivo na Unasul. Há uma rodovia construída, iniciando a infraestrutura, com investimento de US$38 bilhões, ligando o Pacífico ao Atlântico. Já está financiada e em execução. Quem financia? O Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Nações e o BNDS financiam esse grande investimento, já em funcionamento. Além disso, há política monetária, política de defesa, livre de circulação de pessoas nos países que a integram, tudo isso. Quer dizer, vamos ter que tomar iniciativa rápida de participar dos debates da Unasul, senão ocorrerá o que está ocorrendo no Mercosul, em que a sociedade está entrando depois de tudo organizado.

Esses processos de integração são processos intergovernamentais. A diferença grande do processo europeu é que a sociedade civil no processo europeu tem participação através de conselhos. Existem conselhos econômicos e sociais em que a sociedade civil participa e que ela define. Não há decisões tomadas antes de ser consultada a sociedade civil. No Mercosul é ao contrário. O fórum que existe no Mercosul obrigatoriamente terá que fazer consulta e o Mercosul se pronuncia através de recomendações. Foram feitas duas consultas, uma delas sobre integração fronteiriça, algo caríssimo, para a sociedade civil custear. Você se lembra quando estivemos naquela região de Rivera e Santana, em que todas as despesas de locomoção da sociedade civil dos dois países foram pagas pela própria sociedade civil? O fórum hoje tem mais de quarenta recomendações, que são de iniciativa própria. Em todas as iniciativas dos governos no Mercosul, não houve consulta à sociedade civil como deveria ser. Assim, foi criado o fórum em 2004, para isso.

Portanto, acho que temos que tomar iniciativa na Unasul para tentar fazer com que a Unasul seja criada consultando a sociedade civil desses países.

Era isso que gostaria de dizer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Valdir Vicente, Secretário Geral da Coordenadora das Centrais Sindicais.

Que bom que veio o bom aviso de que o Beto Almeida também é membro da Intersul e que colaborou na elaboração desse projeto aqui. Agora ele também está ajudando para que seja melhorado em relação à versão original. *(Palmas.)*

Para encerrar, passamos a palavra ao Dr. José Carlos de Assis, economista, professor da Universidade Estadual da Paraíba e Coordenador da Intersul.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Senador Paim, estou muito honrado e satisfeito com essa reunião de hoje. Acho que tem um desfecho espetacular. Das palavras do Valdir, das palavras do Claudir e do João Batista saiu uma sugestão extremamente importante: uma reunião. Eu proponho uma mesa redonda, quer dizer, não precisa ter plateia, para uma discussão de trabalho com os representantes de todas as Centrais, com esse grupo que esteve aqui hoje, para discutir o projeto de lei. Como esse projeto de lei está sendo construído? A gente fez, na Intersul, uma nota técnica dizendo o que se pretendia. Entregamos ao Senador Paim, que mobilizou a Consultoria do Senado. O Senado fez uma primeira versão. Nós levamos para discutir com o Conselho Deliberativo da Intersul. Depois, chamamos os patronos, quer dizer, chamamos as empresas que potencialmente serão as investidoras. É um projeto para estimular investimentos sobretudo.

As principais empresas brasileiras deram seus palpites, suas sugestões. Só para terem uma ideia, estava lá o grupo Duaik, o grupo da Odebrecht, o grupo Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, quer dizer, essas grandes empresas todas, os grandes futuros industriais. Estavam lá representantes da Carmago Corrêa, Petrobras e Eletrobrás, empresas públicas. Todos estão participando um pouco dessa elaboração.

É fundamental que a gente constitua esse comitê das representações das centrais, que a gente trabalhe junto rumo ao aperfeiçoamento disso. Acho que isso tem que ser muito bem discutido, porque você também não pode poluir a minuta – não é, Senador? – porque não funciona. Você tem que ter um risco. Não adianta a gente fazer uma lei que não funciona: põe tudo lá dentro, mas depois não funciona. Então acho isso importante.

Para encerrar, queria só chamar a atenção de vocês para uma coisa: esta crise mundial não é passageira. É uma crise para ficar durante muito tempo. Não tenham ilusão. Vou só dar um exemplo para vocês. Essa crise, ao contrário daquela da década de 30, a grande depressão, que era a referência da maior crise do capitalismo até então, afetou o coração do sistema bancário americano. A de 30, Senador Paim, não afetou um único grande banco americano. Quebraram mais de 9 mil banquinhos, banco de esquina, banco de cidade. Em 30, não quebraram os maiores bancos americanos. Entraram na crise, mas os maiores bancos americanos saíram da crise. Então, não se teve uma mudança estrutural dentro do sistema bancário.

Esta crise agora afetou todo o sistema bancário americano. Quebrou o Lehman Brothers, só não quebrou o CitiGroup, só não quebrou o Morgan e só não quebrou o Bank of America porque o governo entrou pesado para sustentar. Por isto os estados estão em crise: porque salvaram os bancos. Não é porque gastaram muito, tiveram gastos sociais na Europa, essa coisa toda. Nada a ver com isso. Foi porque salvaram a banca internacional e, ao fazê-lo, ficaram em déficit e, ao ficar em déficit, o mercado exige que passem essa conta para a sociedade em geral.

O fato é o seguinte: isso não vai ser, vai acabar... Só para vocês terem uma ideia, nos Estados Unidos, no sistema bancário americano, estão em circulação US$6 trilhões em hipotecas imobiliárias, que são a origem da crise – US$6 trilhões são quase metade do produto interno bruto americano. Desses US$6 trihões, US$3,5 trilhões são de recepção, de recebimento duvidoso, Senador. Não se sabe se vão receber ou não. E de US$1,5 a US$2 trilhões, dependendo de como se comportar o mercado americano, são perda certa. Vão perder.

Em razão disso, o sistema bancário não empresta para pequenas e médias empresas porque tem que fazer lucro a curto prazo. Onde fazem lucro? Na especulação, em fundo Red, fazem lucro em operações cambiais. Só para vocês terem uma ideia, as operações cambiais no mundo, por dia, giram US$4 trilhões. É US$1,4 quatrilhão no ano. Isso é uma quantia completamente... Esqueçam de pensar nisso. É impossível. Qualquer fim nisso, você tem uma tremenda... um lucro fantástico.

Ao não emprestar para pequenas e médias empresas, o que acontece? As pequenas e médias empresas americanas respondem por 65% do emprego nos Estados Unidos. Então, elas estão estranguladas e é por isso que a taxa de juros não baixa.

Esse imbróglio não há como solucionar em curto prazo. Só com dez, quinze anos vão solucionar. Então essa situação que a gente vai enfrentar do *dumping* mundial, do *dumping* americano, do *dumping* europeu, estejam certos, é para durar muito tempo. Por isso é que a gente tem que agir estrategicamente, não só pelo que está acontecendo hoje com a economia brasileira, mas com o que virá a acontecer no período de daqui a um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos.

Senador, mais uma vez, muito obrigado por poder participar. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço ao José Carlos de Assis, economista e coordenador deste belo projeto que foi por nós aqui discutido.

Quero só anunciar aqui que nós realizamos no mês de junho o lançamento da Frente pela Integração da América do Sul e foi ali que foi apresentado esse projeto do qual você já explicou toda a caminhada.

Hoje, estamos realizando essa audiência com o eixo: a defesa do emprego no contexto da crise mundial. Vamos realizar a defesa do mercado interno no contexto da crise mundial no dia 6 de setembro, a perspectiva da mulher. Viu, Lourenço, da mulher. Falou o Lourenço que não havia nenhuma mulher falado. Vai ter uma especial especialmente aprovada. *(Palmas.)*

A perspectiva das mulheres e da juventude no contexto da crise mundial no dia 4 de outubro. Vamos ter também uma audiência pública com os empresários para debater esse tema todo, só que não está marcada a data, mas já está aprovado. E, por sugestão surgida hoje, nós vamos encerrar, então, ouvindo o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Alto Representante-Geral do Mercosul, a definir a data.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Senador, só uma sugestão, talvez os empresários a gente possa por nesse aqui, na defesa do mercado interno no contexto da crise mundial colocam-se os empresários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK, podemos. Sugestão aceita.

O SR. BETO ALMEIDA – Eu gostaria de dar uma sugestão ao senhor e a todo mundo que está nos ouvindo pela TV Senado, com toda essa audiência que o Senado tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se está verde, está ligado. Está verde da cor do Juventude.

O SR. BETO ALMEIDA – É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu sou Caxias, viu? Rio Grande.

O SR. BETO ALMEIDA – Há um documentário nas locadoras chamado “Trabalho Interno”. O título é muito ruim, chamado “Trabalho Interno”. É um documentário sobre a crise mundial com foco nos Estados Unidos. É a coisa mais extraordinária que eu vi até hoje sobre essa crise, Senador. São depoimentos genuínos, dos grandes partícipes desse processo, tanto os bandidos quanto os mocinhos. Espetacular, vale a pena o senhor da ruma olhada nisso, pegar esse filme numa locadora. Chama-se: “Trabalho Interno”.

Eu olhei duas vezes, achei espetacular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fica a recomendação. “Trabalho Interno” o título. Pessoal, pegue para a gente ver, ouvir e comentar, para fazermos um trabalho em cima disso.

Eu queria aproveitar o momento, antes de encerrar, perguntando se podemos aprovar três requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos ao mérito, então.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011 – CASEMP
- Não Terminativo -

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da Autonomia da Defensoria Pública Federal. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011 – CASEMP
- Não Terminativo -

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para tratar da regulamentação do aviso prévio proporcional. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Vocês sabem que isso até hoje não foi regulamentado. Tenho um projeto que apresentei há 6 ou 7 anos, que o Senado até o momento não votou e o Supremo está para decidir. Se o Senado não votar, o Supremo vai decidir. Vamos fazer uma audiência pública para discutir o aviso prévio proporcional. Mas vamos fazer aqui o aviso prévio proporcional. Os convidados serão normalmente enumerados em seguida, mas estarão convidadas, naturalmente, as centrais sindicais, o Fórum das Confederações e os empresários para esse debate sobre a importância da regulamentação do aviso prévio proporcional. Não vou explicar aqui o projeto, mas acho que a maioria conhece já o projeto.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011 – CASEMP
- Não Terminativo -

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para ouvir o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Alto Representante-Geral do Mercosul, no ciclo de debates para tratar da Integração da América do Sul. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

O que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Só quero dizer também, para que não fique nenhuma dúvida, que nós fizemos ontem uma audiência pública para discutir a redução da jornada de trabalho e também os encargos sobre a folha. Estiveram as centrais sindicais e o Fórum também esteve lá. Nós aprovamos também, ontem e teremos uma audiência para ouvir também o setor empresarial. Então, que não fique nenhuma dúvida de estamos ouvindo todos os setores.

Enfim, só agradecer a todos a presença aqui, pela importância do momento. Faço questão de repetir, Faustino, falei antes de você sobre o belo debate que estamos fazendo no Brasil todo sobre o Estatuto do Motorista. Vamos levar também esse debate para o fórum do Mercosul e, naturalmente, sobre o Fórum de Integração da América do Sul. Você está fazendo um belo trabalho, juntamente com líderes de todo o país sobre o tema. *(Palmas.)*

Agradeço de forma muito carinhosa, primeiro, a todas as Centrais Sindicais. Todas foram convidadas, Assis, e todas se fizeram presentes, e também ao Fórum Sindical. Agradeço ao José Carlos de Assis, que coordena esse trabalho, economista, professor da Universidade Estadual da Paraíba, agradeço ao Tadeu Morais de Sousa, que falou aqui pela Força Sindical, ao João Batista da Rocha Lemos, que falou pela CTB, ao Ubiraci Dantas de Oliveira, que falou pela CGTB, ao Claudir Antônio Nespolo, que falou pela CUT, ao Hamilton de Moura, que falou pela nova Central Sindical dos Trabalhadores, ao Valdir Vicente, que falou não somente em nome da OGT, mas também em nome da coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, e também ao Lourenço do Prado, que falou pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores. Agradeço também ao Beto, que está aqui.

Assim, encerramos esta audiência.

Tenho certeza de que vamos ter outras tantas quantas forem necessárias até que se torne realidade a integração de toda a América do Sul. Obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública. *(Palmas.)*

(Iniciada às 09 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta e dois minutos, do dia vinte e nove de março de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **Waldemir Moka,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Eduardo Amorim, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia. Registra presença o Senador Sérgio Petecão. Justificam ausência os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião informando que esta se destina à eleição do Presidente e Vice-Presidente da CASDEP, para o biênio 2011/2012. Distribuídas as cédulas e procedida a votação. O Senhor Presidente convida a Senadora Vanessa Grazziotin para servir como escrutinadora, sendo verificado o seguinte resultado: Presidente, Senador Wellington Dias, com 3 (três) votos a favor; Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, com 3 (três) votos a favor. Às onze horas e cinquenta e sete minutos assume a Presidência da CASDEP o Senador Wellington Dias, que passa a palavra aos Senadores presentes. Usam da palavra os Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka e a Senadora Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka.**

Presidente Eventual Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos – álcool, *crack* e outras drogas – da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Subcomissão e à eleição do seu Presidente e do seu Vice-Presidente para o biênio 2011/2012. Foi registrada, até o seguinte momento, a presente chapa:

Para Presidente – Senador do grande Estado do Piauí, Senador Wellington Dias.

Para Vice-Presidente – Representando aqui o Rio Grande do Sul, a nossa Senadora Ana Amélia.

Sobre a Mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores e das Sr.ªs Senadoras as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação. Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

Chamo o Senador Wellington Dias, a Senadora Vanessa Grazziotin, antes, porém, a urna devidamente preparada e aguardando a votação. *(Pausa)*

Recebi um apelo da assessoria da Senadora Ana Amélia, porque ela se encontra, devido a um requerimento, na Comissão de Educação.

(Pausa)

Acho que a Senadora Ana Amélia dificilmente vai conseguir vir, pois ela está discutindo um requerimento.

Peço à Senadora Vanessa que faça, como escrutinadora, a apuração dos votos. *(Pausa)*

Feita a apuração, o Senador Wellington Dias e a Senadora Ana Amélia receberam 03 votos.

Portanto, está encerrada a votação. Eleito Presidente o Senador Wellington Dias, e eleita Vice-Presidente a Senadora Ana Amélia.

Convido o Senador Wellington Dias para que assuma a Presidência da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quero agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Waldemir Moka, assim toda a equipe, por este trabalho. Sei que hoje está havendo muita coisa na Comissão de Educação e na CAE.

Enfim, gostaria de apenas de transmitir a alegria e a responsabilidade desta missão e, de pronto, fazer aqui um preâmbulo. Estive conversando com os Senadores desde o dia que aprovamos o requerimento. Com base nisso, tivemos a idéia de apresentar, para que, já na próxima semana, possamos definir uma data, acertada com a Secretaria da Comissão, gostaria de examinar como está a agenda na 5ª feira, se não há conflito com outras comissões, a fim de que possamos fazer uma audiência, convidando, neste caso, a representação do Governo.

A primeira idéia foi a de ouvir, através de sugestão apresentada tanto pela Senadora Ana Amélia quanto pelo Senador Paulo Davim, a representação do Governo que cuida dessa área – a Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, Dr.ª Paulina – e a de

identificar também, da mesma forma, no Ministério da Saúde, no MDS, no MEC, que agora está trabalhando com essa política, no Ministério do Trabalho, na Casa Civil – pois tenho a informação da Presidência de que há uma pessoa na Casa Civil também cuidando dessa área – no Ministério Público e uma entidade mundial da Organização Nacional das Nações Unidas que lida também com esse tema, para que possamos ter aqui uma apresentação das políticas, neste instante, que estão sendo trabalhadas e traçadas para o Brasil.

Em seguida, vamos discutir, nesta mesma reunião, um calendário onde poderemos tratar sobre as drogas, a prevenção, o tratamento, a reinserção, as comunidades terapêuticas, as políticas públicas, qual o sistema de organização que temos para esse tema, qual é o sistema de organização que temos para esse tema, tanto na área da saúde, como na área social, nas pesquisas, na formação, na qualificação social e, por último, quais as organizações sociais existentes e como contribuir para incentivar o seu fortalecimento.

Então, basicamente esse é o roteiro. Temos um prazo, pois é uma comissão temporária. Então, a idéia é a de que possamos, neste mês de abril e maio, trabalhar mais isso detalhadamente e fechar com um grande evento que possa resultar numa proposta a ser apresentada à Comissão Permanente e, em seguida, à CAS.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero parabenizar V. Exª pela assunção da Presidência e dizer que acho oportuno o convite às pessoas que têm como objetivo essa política oficial em relação a essa questão.

Evidentemente, sou do Mato Grosso do Sul. Há já um trabalho excelente sendo feito lá. Ainda na semana passada, em Ponta Porã, realizou-se um seminário nacional, discutindo toda essa questão, não em formas repressiva, mas políticas públicas, que possam garantir ou evitar sobretudo que os nossos jovens trilhem esse caminho.

Isso vamos ter oportunidade de discutir mais detalhadamente. Parabenizo V. Exª pela assunção do cargo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI.) – Muito obrigado. Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR.ª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM.) – Da mesma linha do nosso Senador Moka, gostaria de cumprimentar o Senador Wellington Dias, não só pela iniciativa, mas por ocupar essa posição, ao lado da Senadora Ana Amélia, de coordenar os trabalhos da Subcomissão, que considero fundamentais.

De fato, se formos olhar com muita atenção, não há uma ação mais efetiva do Estado para essas pessoas dependentes da droga. Não há.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É verdade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não sei, mas até onde conheço, no meu Estado, que eu domino muito, as poucas clínicas de reabilitação são privadas, e a maior parte delas ligada a igrejas, sejam católicas, sejam evangélicas.

Então, acho que esta Subcomissão vem em boa hora, é um problema social e que passa a ser um problema econômico também muito sério no nosso País. É um problema humano, social, econômico, enfim, um problema gravíssimo. Então, cumprimento V. Exªs. Contem com o meu total apoio aqui nesta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – De pronto, quero acatar também a proposta que V. Exª apresentou, de podermos também visitar experiências em alguns Estados. Há já a iniciativa do Senador Petecão, que, com certeza, vamos estar juntos apresentando à Casa.

Então, agradeço. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos. Obrigado.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatro minutos, do dia trinta e um de março de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Wellington Dias,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença do Senador Waldemir Moka e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Justificou ausência o Senador Cyro Miranda. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – NÃO/TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº1, DE 2011 - CASDEP.** Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizado, no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas da Comissão de Assuntos Sociais,

um Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento. O Ciclo de Debates consistirá na realização de 3 (três) painéis, com os seguintes convidados, respectivamente. **1º Painel – Ações Sociais e Prevenção:** senhor **Carlos Roberto Lupi –** Ministro do Trabalho e Emprego; senhor **Antônio Palocci –** Ministro da Casa Civil da Presidência da República; senhor **Rômulo Paes de Sousa -** Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; senhora **Maria do Rosário Nunes -** Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República; senhora **Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva –** Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; senhor **Manoel Soares – jornalista e integrante da Central Única das Favelas (CUFA); senhor Célio Luiz Barbosa –** representante da Fazenda da Paz. **2º Painel – Segurança Pública e Legislação:** senhora **Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte -** Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça; senhor **Leandro Daiello Coimbra -** Diretor-Geral da Polícia Federal, ou representante; senhora **Doralice Nunes Alcântara -** Secretária de Assistência Social e do Trabalho de Ponta Porã (MS). **3º Painel – Saúde Pública e Tratamento:** senhor **Roberto Tykanori -** Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde; senhor **Roberto Luiz D´Avila -** presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM); Senhor **José Luiz Gomes do Amaral -** presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); Senhor **Antonio Geraldo da Silva -** presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP); Senhor **Luis Roberto Sdoia –** presidente da Instituição Padre Haroldo; Senhor **Frei Hans Stapel –** fundador e representante da Fazenda da Esperança. **Autoria:** Senadora Ana Amélia, Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011 – CASDEP.** Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública, com o Senhor Bo Mathiasen, representante regional da UNODC – Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime - entidade pertencente a Organização das Nações Unidas – ONU; representante da Organização Mundial da Saúde – OMS; representante da Fazenda Esperança e representante do Instituto Padre Haroldo, para debater questões pertinentes ao objetivo da referida Subcomissão. **Autoria:** Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, e Senador Waldemir Moka. **Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais.

Sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e outras drogas, da primeira sessão legislativa ordinária da quinquagésima quarta legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da primeira reunião de 2011.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apresentação do plano de trabalho desta comissão.

Na reunião anterior, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, ouvimos aqui os presentes, e foi apresentado requerimento, que, na verdade, eu assinei, mas, na verdade, tratamos com o Senador Waldemir, com a Senadora Ana Amélia, solicitando, aqui, um ciclo de debates. Eu gostaria de ler aqui o requerimento e passar a palavra, já, à Senadora Ana Amélia.

Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, inciso II, e art. 100, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizado, no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e outras drogas, da Comissão de Assuntos Sociais, um ciclo de debates, destinado a discutir o uso disseminado do *crack* sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção, segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento.

O ciclo de debates assistirá na realização de três painéis com os seguintes convidados, respectivamente: primeiro painel, "Ações Sociais e Prevenção", Sr. Rômulo Paes de Sousa, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Srª Maria do Rosário Nunes, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República; Srª Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Sr. Manoel Soares, jornalista, integrante da Central Única das Favelas (Cufa). Se-

gundo Painel, "Segurança Pública e Legislação", Srª Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça; Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal. Terceiro painel, "Saúde Pública e Tratamento", Sr. Roberto Tikanori, Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras drogas, do Ministério da Saúde; Sr. Roberto Luiz D'ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM); Sr. José Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); e Sr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

Senadora Ana Amélia com a palavra, autora do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, a gente tem se deparado com essa praga no nosso País, que é o avanço... Vou falar especificamente do *crack*, porque V. Exª tomou a iniciativa de fazer uma proposta ampla nessa Subcomissão Temporária, no sentido de incluir também os problemas provocados pelas outras drogas e também pela dependência de bebida alcoólica.

Mas, no caso do *crack*, a gente tem visto, por depoimentos e por relatos, que ele está disseminado não só entre consumidores de baixíssima renda, mas também entre a classe média, até chegando à classe alta, pela acessibilidade a essa droga em função do seu custo tão baixo. E o impacto e o efeito lesivo à saúde, especialmente à dos jovens, é comprovação médica, o nosso colega, o Moka, falará sobre isso, é que nem a área rural, que estava distante da atuação desses traficantes, agora faz parte desse risco, que passou a ser também um problema gravíssimo de saúde pública.

Então, quanto à distribuição feita nesses três painéis, apenas gostaria que, no segundo painel, como tem duas pessoas da área da segurança, tentar verificar qual é o Estado brasileiro cujo governo estadual e suas autoridades municipais e/ou Organizações Não-Governamentais ou comunitárias tenham realizado algum programa bem-sucedido nessa área. Penso que aí daríamos uma contribuição objetiva sobre essas políticas, para não ficar apenas na teorização de exemplos mundiais. Penso que seria prudente fazermos isso.

No mais, dizer que a gente deve apressar esse debate, Ele é inadiável, é urgente e pode se agravar a cada dia mais o risco de jovens perderem vidas nas mãos de traficantes, sobretudo pelo consumo da droga.

Hoje, as "cracolândias" fazem parte do cenário das grandes cidades. Lamentavelmente essa praga parece ter chegado também às cidades de portes médio e pequena. Este é o pior dos mundos, sobretudo para o Brasil, um País jovem, com uma geração que precisa de muita atenção, a gente ter de conviver com essa praga, que é o *crack*.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Continua aberta a palavra para discutir. *(Pausa.)*

Tem a palavra, para discutir, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero apoiar a proposta da Senadora Ana Amélia. E, se S. Exª permitir e concordar, até porque esses painéis são muito importantes, acho que temos aqui voluntários ligados à Igreja, com direito também de, logo depois da explanação, fazerem perguntas. Temos lá, a Dª Doralice, que é Secretaria de Assistência Social, no Município de Ponta Porã, onde, semana retrasada, realizou-se um seminário nacional, na fronteira, algo que me impressionou. Eu, como médico, não conheço nada tão desastroso e tão violento e tão progressivo como o *crack.* Cocaína, álcool e a própria maconha levam um tempo para a pessoa se tornar dependente. Já o *crack*, a dependência é imediata. Então, eu gostaria que essas pessoas, que são especialistas, colocassem aqui e que, logo em seguida, pudesse ser aberto para outras pessoas, como o Dr. Wilson Sammer, por exemplo, do meu Estado, e a sua esposa, a Drª Rosa Stefan, que se preocupam com o tema.

No final do ano, tivemos um encontro de formatura de médicos – reservo-me o direito de dizer quantos anos estávamos comemorando, senão fico muito velho aqui –, e o nosso grupo existe uma grande preocupação. A preocupação é tamanha que estão formando grupos de voluntários, tendo em vista a falta de uma política pública para conter o avanço da droga. E, por favor, nós não podemos transformar esta Comissão numa situação de repressão. Não é essa a função desta Comissão, mas, sim, propor políticas públicas, um grande diagnóstico talvez e, em seguida, o que podemos fazer. E aí, cada um de nós traria dos respectivos Estados pessoas que realmente possam colaborar no questionamento e trazer experiências vivenciadas para conter a droga e qual trabalho que está sendo realizado para isso. E aí, quem sabe, até ouvir uma orientação de como proceder, de como encaminhar.

Eu não sei se fui claro...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Claríssimo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Inclusive está dentro do que eu havia dito, ou seja, as pessoas que tenham exemplos de trabalhos feitos. Então complementa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Senadora Vanessa Grazziottin, com o maior prazer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Primeiro, eu quero, Senador Wellington, cumprimentar a Senadora Ana Amélia, que, na realidade, é a Senadora dos painéis. Ela não apresenta uma proposta qualquer; ela apresenta uma proposta completa. Então, todas as nossas têm que ser integradas à dela.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vamos ter que fazer agora o quarto painel, o quinto painel, o sexto...

A SRª VANESSA GRAZZIOTTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Eu mesma dei entrada num requerimento junto à Mesa, até por sugestão e debate com V. Exª, porque percebo que, votado o requerimento, nós vamos ter que incluir, em alguns desses painéis, o nosso convidado. E, na mesma linha do Senador Moka, Senador Wellington, se a Senadora Ana Amélia me permite, gostaria de fazer algumas sugestões. Acho que essa é uma linha positiva. Talvez a gente tenha que fazer mais um painel, até para também não encher com muitos convidados os debates, e programar, quem sabe, quatro, cinco ou seis semanas de debates para que, depois, a gente possa abrir uma outra etapa, quem sabe, ouvir, fazer visitação a essas experiências que há nos Estados. Elas são muito importantes.

Eu dizia a V. Exª que conheço muito a realidade do meu Estado e de alguns outros poucos, de perto. E acho que a realidade do meu Estado não é diferente da dos outros. São as entidades não governamentais, sobretudo aquelas ligadas às igrejas, ou católica, ou evangélicas, que promovem o trabalho de assistência e amparo a essas pessoas. E esta Subcomissão vem em boa hora. Esse é um problema muito grave.

Eu só queria, primeiro, registrar que concordo plenamente com a proposta da Senadora Ana Amélia, mas penso nós deveríamos apresentar algumas sugestões a mais. Trabalhar um terceiro painel com essas entidades, como propõe o Senador Moka. No meu Estado também há uma fazenda, chamada Fazenda Esperança, mantida pela Igreja Católica, e é um trabalho fundamental, E seria bom ouvir deles sobre esse...

(Falha na gravação.)

A Senadora Marta Suplicy trouxe umas meninas para dar o seu depoimento na sessão de homenagem ao Dia Internacional da Mulher, e uma garota, de uns treze ou quatorze anos de idade, fez um depoimento comovente. É de uma entidade aqui de Brasília. Nós podemos chamar os dirigentes dessa entidade, enfim.

Entretanto, no segundo painel – Segurança Pública e Legislação –, nós poderíamos convidar, seria importante, parece duplicidade ou triplicidade, mas nós poderíamos convidar, porque há um departamento de operações especiais dentro da Polícia Federal. Esse departamento cuida das fronteiras. É claro que o nosso objetivo maior é discutir políticas sociais sobre dependentes químicos, mas nós precisamos conhecer a origem, de onde vem, de onde entra, porque o *crack* é diferenciado; ver se o *crack* já está entrando... O *crack* não existia no meu Estado, mas as apreensões estão ficando cada dia maiores. Infelizmente, o Amazonas é o Estado que tem a maior linha de fronteira do Brasil, e esse é um problema gritante, que influencia na questão social.

Então, dentro do segundo painel, podemos convidar um representante desse setor de operações especiais da Polícia Federal, que é um dirigente que tem lá dentro e que cuida desse problema das fronteiras. E a Polícia Federal, no meu entendimento, não deve ter apenas uma ação repressiva. Qual é a orientação que ela tem do ponto de vista social? Qual a formação, enfim?

Então, eram essas as sugestões. Quanto ao mais, cumprimento a Senadora Ana Amélia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vejam bem. Eu queria aqui colocar alguns pontos para ver se a gente... Sobre esse tema, eu dizia aqui no começo, nós temos algumas Comissões, inclusive na Casa, tratando da parte da repressão, da parte do combate, enfim. A ideia da Comissão é que a gente possa focar exatamente nas vítimas. Eu acho, como lembra a Senadora Vanessa, que a gente pode sempre fazer uma interface. O que nós não podemos nunca é perder o foco estabelecido. A meu ver, essa forma como a Senadora Ana Amélia colocou nos abre qual a ideia do trabalho aqui: fazer as audiências, onde vamos ouvir as experiências na área do tratamento, qual a experiência que tem de clínicas, de comunidades terapêuticas, qual o sistema existente em algum lugar. Na área vinculada à reinserção social, quem tem experiência no Brasil, ou fora do Brasil nessa área.

O outro, o que estamos querendo desta Subcomissão já que ela é temporária?

O objetivo como foi colocado é o de que possamos apresentar ao final uma proposta que possa ser aproveitada por qualquer nível de governo como um parâmetro para políticas públicas. O nosso objetivo aqui é desenhar políticas públicas sobre esse tema.

Com base nisso, a idéia é fazer esses painéis como reuniões preparatórias, essas visitas, e buscar organizar em parceria com todos os níveis de governo uma conferência nacional. Uma conferência nacional ao final dos trabalhos em que possamos ter painéis sobre as várias áreas e é importante que possamos ter um grupo de trabalho com os Senadores relatando por área, a área da prevenção, a área do tratamento, a área da reinserção social, a área das políticas pú-

blicas, a área dos movimentos sociais que têm hoje um papel importante nisso, para que possamos, nessa conferência apresentar uma proposta que a conferência possa apreciar, alterar, melhorar. Enfim, encerrar o nosso trabalho, quem sabe, entregando à Casa, entregando aos níveis de governo uma proposta acabada. É mais ou menos esse o eixo. Então, essa forma como a Senadora Ana Amélia apresenta nos dá um bom caminho. Vamos numerar aqui nesses painéis o primeiro, o segundo, enfim, como disse a Senadora Vanessa, vamos organizar mais ou menos uns seis temas em que possamos trabalhar, como dizia o Senador Moka, em que possamos ver a experiência de voluntários, de entidades que acumulam bastante. Então, pode ser assim?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ela está colocando aqui que ao final, também, do relatório, é possível que a Comissão apresente em seu nome projetos de lei ou PEC, enfim, o que for necessário.

Então, eu tinha feito um requerimento, Senadora Ana Amélia, se V. Exª me permite, das áreas que foram colocadas aqui, nós já temos o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, aí tem aqui, através de um jornalista, sociedade, na outra tem o Ministério da Justiça. E é apresentada aqui a idéia de ouvir a representação de um Estado, que acho que pode ser nesse painel. Depois vai ser apresentado aqui o nome da pessoa. V. Exª concorda, Senadora Ana Amélia, com o fato de acrescentar esse painel?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Há um projeto chamado Amor Exigente, é fabulosa a experiência que eles têm lá. Vai ser muito importante ouvi-los aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Aí temos aqui o Ministério da Saúde, representando a Sociedade do Conselho Federal de medicina, AMB e da ABP. Eu gostaria de acrescentar aqui apenas o Ministério do Trabalho, porque tem a parte da reinserção social e aí , para ser sincero, já estive visitando os Ministérios que estão sem ter uma pessoa realmente com grande ... Mas o Ministro vai ter que indicar alguém da equipe dele para vir aqui. A ideia é de que o Ministro indique uma pessoa da sua equipe para vir à Subcomissão expor a política que tem e, a partir daí, tratarmos com ele.

Então, esse painel do Ministério do Trabalho poderia ser nas ações sociais e prevenção.

Então votaremos esse requerimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu também sugeri, Presidente, a Secretaria de Operações Especiais...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, eu ia sugerir, até para agilizar, já que o tema é o mesmo, que, em vez do Diretor-Geral da Polícia Federal, seja o responsável pelo setor. Então, já ocupamos esse espaço e abrimos outro para outra experiência. Assim como vem a do Mato Grosso do Sul, virá de uma outra região.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixa eu examinar só aqui... O nome da área lá é área de prevenção...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, é Secretaria de Operações Especiais em Fronteiras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele cuida de *crack* ou de drogas?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Cuida de drogas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington, eu entendo a preocupação da Senadora Vanessa, sou favorável que nós ouçamos, mas eu tenho uma experiência nisso. Eu integrei a CPI do Narcotráfico. Se nós não tomarmos cuidado, nós poderemos afastar grandes contribuições, porque os dependentes têm medo de como é tratada essa questão. Por isso que estou insistindo nisso. Senadora, o meu Estado, Mato Grosso do Sul, tem fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. O seu Estado também tem fronteiras. Acho importante ouvi-los como forma de mostrar o que está acontecendo, de mostrar a realidade, mas com o cuidado de mostrar que o foco desta Comissão não é a repressão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não é policial, é saúde.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É o foco de políticas públicas para exatamente... Por exemplo, na fronteira, nós temos que criar políticas públicas para que os nossos jovens não enveredem por esse caminho. O que é comum? Existem jovens com muita dificuldade financeira, inclusive, que, de repente, veem outros jovens da idade deles em uma motocicleta possante, poderosos, e eles ficam pensando onde ele conseguiu aquilo? É o dinheiro fácil, Senador Wellington. É por isso que temos que criar políticas sobretudo nessa região de fronteira para evitar esses jovens irem para lá. Mas com um foco diferente. É claro que tem de haver repressão – e quero elogiar o trabalho da Polícia

Federal, trabalho belíssimo, sobretudo trabalho de inteligência –, tem que existir isso, agora, junto com isso tem que haver políticas públicas para dar alternativas para essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Tudo bem, então vamos lá.

Só para entender como vai ser o procedimento, pegando aqui o que a Senadora Vanessa colocou – e creio que há compreensão – de trabalharmos a ideia dos painéis. Ela já apresenta de pronto três painéis: Ação Social e Prevenção, aqui incluindo que o Ministro do Trabalho compareça ou nos apresente um representante; Segurança Pública e Legislação, nesse caso, estamos trocando o Diretor da Polícia Federal pelo Secretário de Operações Especiais em Fronteira com esse foco na política de dependência química, aqui lembrada pelo Senador Waldemir Moka; e Saúde Pública e Tratamento, também com os membros aqui apresentados.

Quem for favorável à aprovação desse requerimento, permaneça como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Outro requerimento da Senadora Vanessa propõe, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o senhor – não sei japonês, agora vou ver se falo inglês – Bo Mathiassen, representante regional da UNODC, escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, entidade pertencente à Organização das Nações Unidas para debater questões pertinentes ao objetivo da referida Subcomissão.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Precisamos ouvir um pouco das experiências internacionais, do que acontece em outros países, sobretudo em países de realidades mais próximas à nossa.

Penso que podemos aprovar o requerimento, mas minha sugestão, Sr. Presidente, é a de que façamos um quarto painel, incluindo essas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exato. É um quarto painel.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Seria um quarto painel, incluindo esse convidado da ONU e mais essas entidades, para que víssemos essas experiências. Poderíamos trazer uma entidade do Nordeste, uma entidade do Centro-Oeste, uma entidade do Norte, uma entidade do Sul. Seriam poucas pessoas. Poderíamos trazer algumas entidades. Penso que a de Ponta Porã seria importante, que a do Centro-Oeste seria muito importante, bem como uma de uma região de fronteira.

Ainda agora, eu comentava sobre isso com a Senadora Ana Amélia. Esse debate não é muito visível. V. Exª sabe qual é o principal problema de saúde dos povos e comunidades indígenas? É o problema relacionado à droga e ao álcool.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É verdade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E isso ocorre muito nas regiões de fronteira. E eles são muito utilizados. Como eles são tratados? Como traficantes ou como dependentes? Precisamos debater aqui essa questão e qual assistência que o Estado dá a essa população extremamente vulnerável.

Então, poderíamos montar outro painel, um quarto painel.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – V. Exª me permite interrompê-la?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A Organização Mundial de Saúde (OMS) fez uma mudança muito profunda na década passada no foco dado à política sobre drogas. Penso que, além da representação da ONU, poderíamos convidar alguém da OMS que apresentasse o direcionamento que está sendo dado a essa questão hoje no mundo. O Brasil é signatário de vários tratados nessa área. Então, poderíamos fazer um painel, como proposto aqui, com a presença da UNODC e da OMS, para que nos fosse apresentado um painel de como isso está sendo tratado no mundo. Se V. Exª me permitisse, nesse painel, eu acrescentaria a OMS.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito. Penso até que devem participar outras entidades, outras organizações. Se fosse o caso, já visualizaríamos um quinto painel, para que não misturássemos a ação das entidades não governamentais do Brasil com essas experiências internacionais. Poderíamos construir um único painel – e seria riquíssimo o debate – para tratar da experiência internacional.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pelo que estou entendendo, haveria também alguma entidade que atua na área internacional. A entidade Fazenda Esperança, hoje, está em oitenta países. E há também o Instituto Padre Haroldo. Poderíamos ouvir representantes da Fazenda Esperança e do Instituto Padre Haroldo, duas entidades internacionais que poderiam apresentar uma sugestão sobre alguma entidade mundial. Seria um painel internacional. Pode ser?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E já seriam quatro entidades: a Opas...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A OMS, a UNODC.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – As Nações Unidas, com a UNODC, e mais essas

duas entidades. Seriam cinco entidades. Formaríamos esse outro painel.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Depois, V. Exª faz as alterações dos requerimentos, para os formalizarmos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós o faremos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O.k.

Então, esse painel internacional contaria com a presença da UNODC, da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Fazenda Esperança e do Instituto Padre Haroldo.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Creio que, dentro desse raciocínio, podemos trabalhar – eu queria sugerir o que o Senador Waldemir Moka disse no começo – um momento específico com as comunidades terapêuticas e com organizações sociais do Brasil.

V. Exª poderia discutir com o Senador, para que pudesse estar apresentando também. Acho que cabe um painel com os cientistas brasileiros. Eu dizia, na reunião passada, que, liderado pelo Dr. Ronaldo Laranjeiras, com cientistas de várias parte do Brasil – são seis cientistas –, foi lançado agora, recentemente, um compêndio completo nessa área. Creio que poderíamos ouvir dele também a visão de cientista, o ponto de vista da ciência sobre a droga, os seus efeitos, o que é reconhecido cientificamente como eficiente na área da prevenção, na área do tratamento.

Enfim, acho que é um outro painel que poderíamos trabalhar. Pegar este eixo aqui dos painéis, apresentado pela Senadora Ana Amélia, para que possamos fazer essas reuniões preparatórias. E me comprometo a discutirmos, na próxima semana, uma organização, com antecedência, desse evento, dessa conferência, ao final, repito, tratando junto com os níveis de governo e com os movimentos da sociedade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington, vou dar um exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Qual é a minha preocupação? Na outra comissão, de Infraestrutura, por exemplo, quando convocamos Ministros para falarem sobre o que está sendo feito em infraestrutura, a visão... Se não chamarmos o usuário – estou dando um exemplo – desse sistema... Aí, as pessoas falam e tal: "Está sendo feito isto, aquilo e aquilo". Nós temos de estabelecer aqui o contraditório. Por isso é que eu tenho uma preocupação de trazer entidades e médicos que estão, na maioria das vezes, de forma voluntária, tratando disso nas ruas, mesmo na periferia das grandes cidades, e não encontram para onde encaminhar, como tratar... E aqueles que têm a responsabilidade de conduzir políticas públicas nesse sentido têm de ouvir essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Está compreendido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou colocando... Por isso é que quero inserir nesses painéis pessoas assim, porque é diferente eu perguntar, a Senadora Ana Amélia perguntar e aí, de repente, colocarmos aqui a Drª Rosa Amélia, que vive o dia a dia daquilo. Ela vai ter algumas coisas para falar: "E isto aqui, como cuido disso? Como vamos tratar deste tipo de problema lá, nas cidades do interior?". É por aí que eu acho que nós vamos, com esses debates, com esses questionamentos: ouvir as respostas e as pessoas aqui e até levar para dentro das secretarias, dos departamentos, dos ministérios, a preocupação real, dia a dia, dessas pessoas.

Agora, a forma de fazer isso... Eu não sei se nós ouviríamos essas pessoas isoladamente. Minha idéia, a princípio, era...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Misturar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eles falarem e o pessoal, aqui, também ter garantido...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...o direito à palavra, a uma observação, a um questionamento: "Olhem, a nossa experiência é esta, esta..."

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Entendi.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho que aí...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dará maior produtividade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...vamos estabelecer um debate real, e as pessoas vão até se sentir... Quem vem de lá pode contar sua experiência, tudo bem! Mas, mais do que a experiência, é importante colocar os problemas que estão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Enfrentando, para cuidarmos desse tipo de ...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, veja só: pelo que o Senador está apresentando – e acho que estamos nos convencendo –, a ideia é de que possamos ouvir essas entidades da sociedade já nos painéis. Quer dizer, cada painel ter a representação da sociedade.

Então, a idéia que hoje temos... V. Exª está sugerindo aí um nome. Acho que podemos, nessa proposta

que a Senadora Vanessa lembrava aqui, nós podemos ver que existem hoje três federações nacionais: uma, que é nessa linha mais própria da Fundação Esperança, da Fazenda Esperança; há uma outra, que eles chamam, me parece, Cruz Azul, uma entidade de uma região do Rio Grande do Sul

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Inaudível*.) É, exato.

O SR, PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT - PI) – E há uma outra, que é de Minas Gerais, a das fundações das comunidades terapêuticas, muito ligada a esse instituto do Padre Haroldo. Poderíamos ouvir para que eles nos pudessem apresentar um representante para cada um dos painéis. Pode ser assim, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Acho que, quanto mais produtivo for e quanto mais pudermos fazer a transversalidade entre Governo, que estabelece políticas, e esse setor que faz, teremos mais operacionalidade. Além disso, corresponde ao anseio, à minha preocupação, à do Moka, à da Vanessa e também sua preocupação, no sentido de que este trabalho tenha uma consequência prática na vida das pessoas que estão submetidas a esse risco, pessoas que estão nessa área de risco, no que se refere à prevenção, tratamento e cura, menos um aspecto policial e de repressão. É questão de saúde pública mesmo.

Estou de acordo com essa alteração e quero elogiar V. Exª, Presidente, dizendo que, quando propus o *crack,* fiz porque vejo, em todos os momentos, no Rio Grande do Sul, campanhas e intensificação,os crimes, as mães prendendo os filhos em casa, acorrentados, para evitar que se tornem reféns do traficante ou consumam ainda mais droga, o *crack* especificamente. Fiquei muito animada, digamos, pelo seu prolongamento de não ficar apenas nos Anais da Casa este trabalho que vai ser muito produtivo – estou acreditando nisso – e levar adiante uma discussão com a sociedade brasileira. Seguramente, vamos ter que trazer os entes federativos, os Estados, e os municípios onde a coisa está acontecendo, juntamente com a União, a sociedade organizada e as entidades que estão cuidando desses jovens. Como disse o Moka, cria-se um voluntariado, que recolhe o cidadão, mas para onde o voluntário vai levar? Ele não pode levar para a casa dele, ele tem que ter uma instituição que dê o atendimento necessário, que supra a falta da família, muitas vezes, e que dê a ele um tratamento e depois a ressocialização de que V. Exª falou ainda há pouco.

Então é bastante complexo o leque de ações. Fico feliz de V. Exª ter avançado, não deixando que o trabalho fique apenas como uma contribuição, guardado, mas, ao contrário, provocando uma discussão nacional acerca desse tema, que é realmente gravíssimo.

O SR, PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT - PI) – Agradeço, e essa atitude é fruto do debate que fazemos aqui.

Então veja, a ideia é – veja se concorda – de um painel que contenha essa parte social e essa parte da educação.

Essa federação, que é do Rio Grande do Sul é quem hoje tem a organização na área educacional, quem faz a formação dos técnicos para as áreas de tratamento, que, aliás, reclamam muito da falta de apoio do Presidente. Poderíamos colocar a cruz azul neste primeiro painel. A pessoa que V. Exª colocou nesse painel de segurança e legislação...era isso? Como se chamava? Drª Doralice?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Drª Doralice, Secretária de Ação Social do Município de Ponta Porã, no meu Estado. É claro que poderíamos trazer aqui outras pessoas. Estou falando especificamente, porque eles têm um programa já. Eles têm um projeto.

O SR, PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT - PI) – É isso que queremos.

E a outra, na parte da saúde, Saúde Pública e Tratamento, poderíamos ver aqui a Fazenda da Paz, Fazenda Esperança, Instituto Padre Haroldo para que eles também compareçam. Estão aqui? Estão aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Presidente, acho que, neste das Ações Sociais e Prevenção, poderíamos suprimir o representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O SR, PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT - PI) – Não, vamos deixar pelo amor de Deus. Permita-me.

Qual é um grave problema? Esse tema – vou falar aqui como membro da base do governo – é um problema que a base do governo sempre tratou na linha da guerra, do combate, enfim, todos os governos. Hoje, essa estrutura é centralizada no Ministério da Justiça.

Quais são os cientistas, as entidades? O que eles clamam? Que isso seja tratado como um problema social, como um problema de saúde. Continua lá a parte judicial, mas separadamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O foco prioritário para tratamento...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, eu acho que o desenvolvimento social é importantíssimo a gente ter aqui. Eu creio assim. É um tema fundamental. Eu creio que a gente pode perfeitamente... É uma entidade a mais aqui, eu acho que, numa exposição de dez, quinze minutos, a gente faz um bom debate.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós somos poucos Senadores. Então, eu acho que não vamos ter problema em relação a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, em votação as alterações propostas. Favoráveis, permaneçam como estão.

Então, aprovado também a sugestão da Senadora Vanessa, que acrescenta, além da ONUDC-OMS, as da área dos movimentos sociais Fazenda Esperança, Instituto Padre Haroldo e Fazenda da Paz.

Então, são esses os trabalhos. Eu queria finalizar colocando a ideia de a gente fazer também... Este meu requerimento, eu me senti contemplado com o da Senadora Ana Amélia, acrescentando apenas a área do trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Estou retirando o meu requerimento, unificando com o da Senadora Ana Amélia.

Veja a ideia era que a gente pudesse também agendar não seria bem uma audiência publica, seria mais em caráter de reunião de trabalho, em que pudéssemos chamar aqui representantes do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios que têm essas experiências, dos outros Poderes. Como o Judiciário está lidando com isso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ministério Publico.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ministério Público, Defensoria.

Dos cientistas, das organizações sociais. Essa foi a minha lembrança aqui. Então, para que a gente pudesse ter um apoio dessas pessoas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Institucional.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Institucional, no acompanhamento dos trabalhos da Comissão e na preparação da conferência. Pode ser assim?

Vou formalizar um requerimento para poder ficar oficializado na Comissão, mas a ideia é fazer uma reunião de trabalho com as várias entidades numa data a ser combinada com essas áreas. Aí, vamos aguardar, pedir aos membros da Comissão sugestões de Estados, de Municípios, de organizações sociais que tenham do seu conhecimento ou dos seus Estados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria também, Presidente, que já fossem agendadas datas para o mais rápido possível a gente já começar a trabalhar

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não. O primeiro painel já...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Gostaria que a assessoria me informasse a data em que vai participar a Drª Doralice para que eu pudesse providenciar a vinda e organizar a vinda. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, vejamos. Acho que devemos sair daqui com uma data para o primeiro painel.

Você acha que é possível para quinta-feira da próxima semana? A gente vai ter condição técnica aqui?

Então, já deixaria marcado para quinta-feira da próxima semana o primeiro painel. E creio que, para terça-feira da semana seguinte, já o segundo painel, quando poderemos ter segundas e terças, pois, a partir de agora, teremos o trabalho dos painéis. Então, a Drª Doralice ficaria para terça-feira, desta que vem agora, oito dias. Não sei qual é a data aí.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sem ser na terça que vem, a outra próxima terça-feira. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quinta-feira da próxima semana seria a o primeiro. Seria o painel da...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ação social e prevenção.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Da ação social e prevenção. O segundo painel dia 12 de abril.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É uma terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É uma terça-feira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, o senhor vai formular os convites às entidades?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vou. Vamos fazer os convites às entidades,

Agradeço a participação. Acho que foi muito produtivo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E terça-feira... Certamente, vamos ter o plenário. Desculpe-me. Eu nem deveria ter essa preocupação. Terça, quarta e quinta... É muito disputado isso aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O horário, me permitam...

É porque quarta-feira há a reunião ordinária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, vocês resolvem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O que o senhor está propondo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O que estou propondo? Dias de terça e quinta, nós faríamos as audiências, porque, na quarta é o dia da reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Estou

sugerindo que vejamos com a Secretaria o que está programado no Senado, para estabelecermos um horário de modo a não ter problema com os parlamentares. Pode ser? Combinado?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Qual é minha preocupação? V. Exª sabe. Além da Saúde, sou vice-Presidente da Comissão de Agricultura e membro titular da Comissão de Infra-Estrutura. Então temos de conciliar isso, pelo menos, com os trabalhos naquelas em que somos titular. Fica complicado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – Piauí) – Com certeza.

Quero apenas dizer que não só vamos ter atenção com todos os parlamentares em relação ao horário, mas também que, quando combinarmos um horário com a Secretaria, vamos ouvir também aqueles que são autores de requerimentos para saber se há choque com alguma atividade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – Piauí) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10h49min.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro e nove minutos, do dia sete de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Wellington Dias,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Cyro Miranda, e da Senadora Ana Amélia. Registra a presença do Senador Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião que é dada por aprovada. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Marcelo Costa e Castro; do representante da Fazenda da Esperança Nacional, Adalberto Calmon Barbosa; e do representante da Casa de Recuperação Herdeiros de Deus, Severino Alvacy de Azevedo. O Presidente comunica que a presente reunião destina-se a realização de **Audiência Pública** em cumprimento aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2011 referente ao Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento. A CASDEP reúne-se para o **1º Painel – Ações Sociais e Prevenção**, com os seguintes oradores: **Juliana Maria Fernandes Pereira**, coordenadora do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e **Denise Ratmann Arruda Colin**, Secretária Nacional de Assistência Social, do MDS, representantes do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rômulo Paes de Sousa; **Marta Klumb Oliveira Rabelo** e **Maria de Fátima Simas Malheiros**, representantes da Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva; **Manoel Soares**, coordenador estadual da Central Única das Favelas do Rio Grande do Sul (CUFA/RS); e **Célio Luiz Barbosa**, Coordenador-Geral do Centro de Atendimento às Famílias da Fazenda da Paz, no Estado do Piauí. Justificaram ausência: Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego (MTE); Antônio Palocci, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República; e Maria do Rosário Nunes, Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Usam da palavra o Senador Waldemir Moka, Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias.**

Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais

sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos, de Álcool, *Crack* e Outras Drogas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião de 2011.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública no âmbito do ciclo de debates destinado a discutir o uso disseminado do *crack* e outras drogas, atendendo aos Requerimentos de nºs 1 e 2, de 2011.

O primeiro painel do ciclo de debates tem como tema "As ações sociais e as formas de prevenção da disseminação do uso do *crack*".

Nós queremos convidar aqui, inicialmente, a Drª Juliana Maria Fernandes Pereira – bem-vinda –, Coordenadora do Departamento de Proteção Social e Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representante do Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rômulo Paes de Sousa.

Convidamos também a Drª Marta Klumb Oliveira Rabelo e Maria de Fátima Simas Malheiros – também bem-vindas –, representantes da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Drª Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva.

Convidamos também aqui o Dr. Manoel Soares, Coordenador da Central Única das Favelas do Rio Grande do Sul. Seja muito bem-vindo. Também é um prazer recebê-lo.

Dr. Célio Luiz Barbosa, Coordenador-Geral dos Centros de Atendimento às Famílias da Fazenda da Paz. Seja também muito bem-vindo.

Lembramos que esta audiência foi uma iniciativa da Senadora Ana Amélia e nós a dividimos aqui em temas.

Hoje a ideia é trabalhar exatamente o tema da prevenção e ações sociais. Eu gostaria de combinar aqui um tempo. Senadora Ana Amélia está propondo dez minutos?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Pode ser? É possível? Porque, vejam, primeiro é feito uma explanação e, em seguida, a gente abre para o detalhamento da apresentação. Podemos? Combinado? (*Pausa*.)

Muito bem. Então, já acertado o tempo de dez minutos.

Passo, inicialmente, aqui pela ordem, a palavra à Drª Juliana Maria Fernandes Pereira, que vai fazer a sua apresentação pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

A SRª JULIANA MARIA FERNANDES PEREIRA – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui todos os Senadores na pessoa do Senador Wellington Dias e parabenizar esta Casa pelo debate sobre este assunto.

Em razão da aprovação, no ano passado, do Plano de Enfrentamento ao C*rack* e Outras Drogas, o Ministério do Desenvolvimento Social tem discutido, de uma forma mais aprofundada com a sua rede, principalmente a rede de assistência social, a questão do *crack* e outras drogas. Nós temos diversas ações na Secretaria Nacional de Assistência Social, que são voltadas para famílias em situação de vulnerabilidade social e famílias em situação de risco.

As ações do Ministério, além de fortalecer a perspectiva preventiva do trabalho nessa questão de álcool e drogas, porque na proteção social básica a gente tem diversas ações voltadas para a família em situação de vulnerabilidade, com foco no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, nós temos também serviços voltados para a população que já se encontra em situação de risco pessoal e social. Aí nós estamos falando de famílias que estão em situação de rua, que vivenciam situações de violência intrafamiliar, adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas de liberdade assistida, de prestação de serviço à comunidade, e nós também temos os serviços, dentre outras situações que são atendidas na proteção social especial, de acolhimento, mais conhecidos, de uma forma geral, como abrigos. Então, a nossa rede também organiza o atendimento em abrigos para pessoas sem referência familiar ou até pessoas que, em razão de situações de risco, precisam ser afastadas do convívio familiar e comunitário.

Eu trouxe algumas lâminas, só para fazer uma explanação bem geral. Uma questão importante a comentar é que a assistência social está num momento importante no País, de afirmação como política pública. Desde a Constituição Federal, ela já integra a seguridade social, mas, a partir de 2004, com a aprovação da política nacional de assistência social e, em 2005, da norma operacional básica do sistema único de assistência social, a gente realmente deu um passo importante, um marco mesmo no País em relação à organização em todo o território nacional de um sistema com um comando único, em que o cidadão pode acessar em diferentes localidades do País, serviços que têm uma estrutura homogênea e adaptável à realidade local dos diferentes territórios.

Nós temos diversas normativas que fundamentam essa atenção e temos também uma perspectiva de trabalho de integração entre serviços e benefícios e transferência de renda, ou seja, as famílias que acessam benefício e transferência de renda também são acompanhadas por serviços que têm como foco um

trabalho com essa família como um todo, para além da questão da renda. Isso porque o trabalho na assistência social visa assegurar o que a gente chama de algumas seguranças mesmo, que fundamentam a política nacional de assistência social, que é a segurança de acolhida, principalmente nas situações em que é preciso acolher num serviço de abrigo, de acolhimento, a segurança de renda, a segurança do convívio, que a gente vai trabalhar com a perspectiva do fortalecimento do convívio familiar e comunitário, a segurança da autonomia, que é o trabalho para a autonomia desse indivíduo e dessa família e também a sobrevivência a riscos circunstanciais, que aí a gente vai trabalhar na perspectiva principalmente dos benefícios, por exemplo, em situação de calamidade.

Todo trabalho na assistência social, no serviço do sistema único de assistência social, tem como foco a família, como um núcleo onde se processa uma família localizada num contexto social em que se manifestam as situações de vulnerabilidade e risco que não estão descoladas de uma realidade social muito mais ampla.

Então, a gente trabalha sempre nessa perspectiva do trabalho com o indivíduo localizado numa família e localizado num contexto muito maior, em que é preciso trabalhar com questões familiares, mas é preciso também ter essa perspectiva de acesso a direitos, inclusão social e inclusão numa rede de proteção social.

Eu trouxe aqui só para demonstrar como está organizado o nosso sistema único de assistência social: nós temos a proteção social básica, como já falei aqui, que opera todo o trabalho na perspectiva preventiva e temos a proteção social especial, que se divide em média e alta complexidade. É um sistema bem parecido com a organização do SUS, e, na proteção especial de média complexidade, a gente vai ter o atendimento especializado à pessoa já em situação de risco e, na alta complexidade, a gente vai ter, como eu falei, o serviço de acolhimento.

Falando um pouquinho da proteção social básica, talvez já muitos de vocês tenham ouvido falar, a gente tem um equipamento que é o CRAS, que ele está inserido nos territórios. Hoje a gente tem mais de sete mil unidades no País, apoiadas pelo Governo Federal, e o CRAS tem uma equipe que trabalha no Paif, que tem como objetivo trabalhar com a perspectiva do território, o fortalecimento de vínculos familiares comunitários das famílias naquele território onde o CRAS está localizado e a localização dele deve ser nos locais de maior vulnerabilidade nas diferentes cidades do País.

Além do Paif, nós temos também um importante serviço que é voltado ao fortalecimento de vínculos e de convívio familiar e comunitário, que se organiza por faixas etárias.

E esse também é um serviço importante para trabalhar a perspectiva preventiva. Então, nessas ações, na proteção social básica, além de haver uma capilaridade enorme, porque hoje o CRAS está no País inteiro, são poucos os municípios que ainda não contam com essa unidade. Têm serviços com uma equipe profissional qualificada que trabalha temas transversais com foco preventivo, dentre eles a questão de álcool e drogas pode ser um foco de trabalho. E o CRAS faz também muitos trabalhos de mobilização na própria comunidade, como campanhas. Então, é um importante equipamento que pode estar processando esse trabalho preventivo.

Quando vamos para a proteção social especial, ela já organiza, nos territórios, toda a rede de atendimento à família e a indivíduos que já se encontram em uma situação de risco.

Geralmente, na proteção social especial – isso já é histórico na assistência -, a chegada dessas de famílias de indivíduos que vivem também a questão de uso, abuso ou dependência de álcool, drogas, *crack* às vezes, percebe-se a coexistência da questão das substâncias psicoativas e a questão do risco.

Vários estudos mostram que quando existe essa associação entre risco social e uso de substâncias psicoativas, essas duas situações podem se agravar. Ou seja, tanto a condição de saúde do indivíduo pode se agravar, pela situação de risco em que ele se encontra, como a própria situação de risco, em razão do uso de substância psicoativas, pode se agravar também.

Então, realmente são famílias que precisam de uma atenção especializada e de uma ação integral, uma ação articulada entre saúde e assistência social, para poder trabalhar uma perspectiva de um trabalho mais efetivo.

Então, na proteção social especial, para fazer esse trabalho especializado, na média complexidade, temos o centro de referência especializado de assistência social e um serviço que oferta, uma equipe que oferta uma atenção especializada a essas famílias que já estão em situação de risco. Temos também o acompanhamento dos adolescentes de medida socioeducativa, de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. Aí temos várias pesquisas também que mostram... Nunca podemos estabelecer uma relação causal entre situação de risco e uso de drogas, mas várias pesquisas mostram a incidência entre populações em situação de risco do uso de drogas entre essa população, e várias pesquisas mostram isso entre adolescentes que cometem ato infracional, que estão cumprindo medida socioeducativa.

Temos também outro serviço importante, o de abordagem social, que é aquele em que a equipe vai

se deslocar no território e vai identificar situações de risco. Geralmente, a equipe que identifica a população em situação de rua, que identifica o trabalho infantil e que irá fazer o trabalho no espaço da rua mesmo, mas para vincular, cada vez mais, esses indivíduos a serviços e a perspectiva de inclusão em uma rede de proteção social.

Além do CREAS, temos um equipamento específico para o atendimento à população em situação de rua. Então, além da identificação no espaço da rua, em razão de todo esse processo que essa pessoa vive, a vinculação que ela tem com o espaço da rua, passamos, a partir do ano passado, com o apoio do plano de enfrentamento ao *crack* e outras drogas, conseguimos começar o cofinanciamento da oferta dos serviços no centro de referência especializada para a população em situação de rua; um equipamento importante, que nos territórios, principalmente nos municípios com maior incidência, pode ser uma referência de vinculação dessa população a uma unidade, que pode então fazer um processo gradativo de saída da rua e fazer também a transição desse indivíduo, dessas famílias em situação de rua, dessa para uma situação de maior autonomia. Um encaminhamento às vezes para serviços de acolhimento e trabalhar na perspectiva do processo de saída da rua.

Uma outra complexidade, como falei, são os serviços de acolhimento em que vamos encontrar, muitas vezes, essa questão de álcool, *crack* e outras drogas. Todos esses serviços têm uma interface importante com a rede de saúde. Até temos um mecanismo anual, um censo em que coletamos uma série de informações sobre as nossas unidades e uma das informações que coletamos é justamente a articulação dos CREAS com a rede de saúde mental, porque são as mesmas famílias que estão sendo atendidas nas redes de saúde mental e de assistência que precisam desse olhar integrado. E na alta complexidade, muitas vezes, essa rede será um suporte importante também para indivíduos que estão sem referência familiar, que às vezes saem de um processo de internação, de um tratamento mais focado na saúde para a questão da dependência química e que precisam, depois, de uma retaguarda numa rede de proteção para o acolhimento.

Bom, acho que eu já falei, em linhas gerais, as dez principais, mas eu queria destacar agora (pode ir lá para o último *slide* para mim, por favor) Eu queria só destacar algumas ações que a gente fez desde o ano passado com relação a depois da aprovação do plano de enfrentamento. Isso trouxe uma visibilidade importante para a nossa rede, para a questão de álcool e drogas. Como eu disse, historicamente é um público que chega à assistência, mas, a partir do plano de enfrentamento, a gente começou a destinar mais esforços para qualificar a nossa rede para uma atenção mais especializada nessa questão. A Senad costuma dizer muito isso, que uma questão importante é a qualificação profissional, é a qualificação dos recursos humanos e das políticas de uma forma geral. E a gente identifica isso na nossa rede. Apesar desse público chegar, é preciso ter um olhar mais qualificado, mais especializado nessa questão, para que o trabalho possa ser efetivo.

Então, a gente expandiu nossa rede, com apoio do plano de enfrentamento, e, com isso, a gente conseguiu levar as nossas unidades CRAS para quase todo o País. São poucos os Municípios que ainda não dispõem dessa unidade, mas a gente ofertou para o País inteiro e, hoje, a gente já tem apoio das unidades CREAS em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes. O Município que não tem é porque ele não aderiu ao co-financiamento do Governo Federal. A gente expandiu a nossa rede também de oferta do serviço da medida sócio-educativa e implantamos, estão em processo de implantação, os centros de referência especializado para a população em situação de rua nos Municípios com mais de 250 mil habitantes.

Todos esses critérios foram compostos junto com a saúde mental na perspectiva de construir – a gente pensou junto, na época do plano de enfrentamento, a saúde mental e assistência na realidade dos Municípios no POT, a rede que eles deveriam contar para fazer uma ação integrada entre assistência e saúde. E a gente está com algumas ações de capacitação dos nossos recursos humanos, a maior delas é a do Supera, que é já uma capacitação conhecida por quem trabalha na área e que vai capacitar, pela primeira vez, também profissionais da nossa rede e vai ter um módulo específico para profissionais sobre a nossa rede de atendimento, tanto voltado para os nossos profissionais como para que o profissional da saúde consiga identificar quais os benefícios, enfim, que ele pode acessar na rede de saúde, fazendo os encaminhamentos. E os desafios agora que a gente tem se deparado, mas que já estavam pautados desde a época em que a gente começou essa discussão do plano de enfrentamento, e que a gente deve caminhar nessa direção, estamos caminhando nessa direção, da construção de fluxos entre saúde e assistência. Para fortalecer uma ação mais integrada, a gente precisa ser mais indutivo nessa perspectiva, dando orientações, enfim, no âmbito nacional de como essas redes podem trabalhar de uma forma mais articulada, de uma forma mais parceira mesmo, sendo que as ações podem ser feitas até em conjunto, como, por exemplo: a gente tem a equipe de abordagem social na rua e a

saúde tem as equipes dos consultórios de rua. Então, são equipes que podem, de repente, fazer até um trabalho em conjunto no espaço da rua, cada uma com a sua perspectiva de prevenção.

Bom, acho que, em linhas gerais, era um pouco isso o que eu tinha a dizer. Podemos aí ficar com mais tempo para o debate ou perguntas que possam emergir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos à Drª Juliana.

Temos aqui dois representantes do MEC. Fui informado de que lá eles trabalham com duas áreas distintas, e nós acatamos aqui de ouvir as duas áreas. Então, começamos aqui com a Drª Marta KLUMB.

A SRª MARTA KLUMB OLIVEIRA RABELO – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, em nome do Sr. Senador Wellington Dias, e destaco a representação da nossa Secretária de Educação Básica, professora Maria Pilar Lacerda.

Nós, no Ministério da Educação reconhecemos a relevância desse debate e viemos, então, trazer como estamos trabalhando e desenvolvendo o programa Saúde na Escola, entendendo que esse é um programa que surge em 2007, um programa interministerial, pactuado entre os Ministérios da Saúde e da Educação e tem como objetivo precípuo cuidar do processo de integralidade da assistência e do cuidado na promoção e na prevenção de crianças e adolescentes jovens deste País.

Nesse sentido, o programa é bastante amplo e tem dimensões extremamente alargadas que nos possibilitam exercer a dimensão do autocuidado.

Como diretrizes, o Programa traz autonomia, e por autonomia nós entendemos a perspectiva de conseguirmos dar ao estudante a possibilidade de ter a decisão e a escolha e que essas escolhas sejam baseadas em escolhas saudáveis.

Outra perspectiva que nos traz como diretriz do Programa Saúde na Escola é o conceito de território de responsabilidade compartilhada. Território de responsabilidade compartilhada é nada mais, nada menos do que uma corresponsabilização de diversos entes sociais para que, naquela localidade, nós consigamos mudar o perfil e dirimir responsabilidades específicas, sobretudo no que tange à questão do uso e abuso de drogas.

Temos uma outra diretriz, que é também especialmente cara para nós, que é o conceito de intersetorialidade. Esse é um exercício democrático extremamente relevante e que nós temos conseguido fazer com que nas três esferas de governo a gente tenha essa possibilidade de diálogo se efetivando e cada vez mais com sucessos que a gente destaca como sendo relevantes.

Temos indicadores de processos e de resultados para as ações do Programa Saúde na Escola que estão sendo monitorados pelo sistema de monitoramento do Ministério da Educação, dentre outros sistemas de monitoramento também do Ministério da Saúde.

Então, o nosso esforço é para que a gente consiga identificar as vulnerabilidades locais, e isso é feito a partir de um modo de gestão local, que chamamos de grupos de trabalho intersetoriais. Esses grupos são constituídos por secretários municipais e por representantes locais de diversas áreas, diversos atores, para que, juntos, eles consigam pensar, mapear, diagnosticar o seu território de vulnerabilidade e programar e planejar ações que possam incidir diretamente no sentido de dirimir as vulnerabilidades locais.

Então, temos uma gestão local extremamente efetiva e ligada, obviamente, às diretrizes do Programa.

As questões que tangem o uso de álcool, drogas e sobretudo a questão relativa ao *crack* é uma das mais relevantes para o cuidado do adolescente. Nosso esforço é no sentido de conseguirmos, de fato, termos indicadores confiáveis para que a gente possa monitorar essas ações.

Temos, dentro do Programa, a possibilidade de atuar em cinco componentes, portanto.

O primeiro componente diz respeito à avaliação clínica e psicossocial dos estudantes. Isso é feito com equipes de Saúde da Família, que vão, visitam as escolas, dentro de um processo sistêmico, concebido nos projetos político-pedagógicos das escolas, e esse cuidado é feito ao longo do ano.

O segundo componente é o componente que diz respeito – e aí, sobretudo, nossa discussão de hoje se assenta nesse segundo componente; a professora Maria de Fátima vai dizer amiúde as ações que estão sendo desenvolvidas nesse componente –, é o componente de promoção da saúde e prevenção aos riscos e agravos. Então, temos nesse componente fortemente identificadas ações relativas ao uso de drogas.

O terceiro componente é um componente formativo. Portanto, também nos cabe o cuidado e a formação, a qualificação dos profissionais de saúde e educação que atuam no Programa. Então, temos aí convênios com diversas universidades para constituição e elaboração de cursos nesse sentido.

O nosso quarto componente é o monitoramento dessas ações, entendendo a relevância de monitorar ações dentro de um âmbito de uma política pública.

E o nosso quinto componente é a avaliação das ações específicas desse Programa no que tange à saúde do escolar brasileiro, como anda e como estamos cuidando dela. Então, vejam que há aí um componente de integralidade extremamente relevante:

cuidar integralmente da saúde e da educação dos jovens brasileiros.

A Professora Maria de Fátima vai destacar, então, as ações que estão sendo feitas mais especificamente no âmbito do uso e abuso de drogas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Drª Maria de Fátima.

A SRª MARIA DE FÁTIMA SIMAS MALHEIROS – Bom-dia a todas e todos. É com orgulho que falo, nesta Mesa, de um assunto tão relevante, que nós do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Saúde e com a Secretaria Nacional de Políticas de Drogas, já realizamos várias ações desde 2005. Uma das grandes ações é a formação de educadores da educação básica, que nós já estamos na quarta edição, já formamos junto com a Senad e atualmente com o Ministério da Justiça cerca de 80 mil educadores. Estamos nesse momento trabalhando a quarta edição e a novidade desde o plano integrado de enfrentamento ao *crack*, a novidade no quarto módulo é que nós inserimos a participação de um jovem do projeto, do programa e da escola que vai participar e elaborar as ações de prevenção. Esses cursos de formação de educadores são de 120 horas, eles fazem vários módulos, trabalham várias temáticas e só são aprovados quando elaborarem – são cinco professores por escola, para todos os Estados brasileiros – projeto de execução de ação de prevenção no espaço escolar.

O que temos de novidade para a quarta edição é que entrará um jovem na elaboração do projeto e será elemento integrante de todo o processo. Então o jovem não é convidado para receber a ação, mas para participar, planejar e executar a ação dentro de um projeto que vai trabalhar a prevenção de álcool, drogas e *crack* no seu espaço escolar. Especialmente, o Ministério da Educação com apoio do Ministério da Saúde, no âmbito do programa Saúde na Escola, do componente dois, ele vai trabalhar um componente importantíssimo que é a formação de jovens e adolescentes para o combate à droga, mas desde o lugar de drogas. Estamos reproduzindo 200 mil guias de adolescentes e jovens com perspectivas de educação entre pares. Eles mesmos vão trabalhar as ações de prevenção no âmbito do programa Saúde na Escola, em especial no combate ao *crack* e às drogas. Esse guia dos jovens é que kit com oito fascículos que trabalham diferentes temas, a questão do primeiro lugar, a participação juvenil, a metodologia da educação entre pares, a importância do trabalho de prevenção, prevenção a DST e AIDS, a uso de drogas, a homofobia na escola. Vamos trabalhar durante todo o ano com o apoio de grupos de trabalho intersetoriais do Saúde na Escola e também de grupos gestores estaduais do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Por isso duas pessoas falando.

Já existia, desde 2003, o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, mas o foco era só prevenção. Em 2007, com a criação do programa que foi mais além a assistência, a atenção à saúde, a prevenção aos agravos e às doenças e a promoção da saúde, o projeto que já existia com a participação dos 27 Estados passou a integrar o componente de promoção, dedicando-se especificamente à prevenção, ao direito sexual, ao direito reprodutivo, a prevenção ao *crack* e outras vulnerabilidades estudantis e juvenis nas escolas de educação básica, ação realizada com apoio dos setores de saúde, educação e das representações locais definidas pelos grupos de gestores estaduais e municipais. Temos nas 27 unidades da Federação e temos também em cerca de 1.500 municípios. O programa Saúde na Escola já chegou à marca de 2.572 municípios que vão realizar as ações. O nosso foco é trabalhar os jovens, trabalhar o protagonismo juvenil, a participação dos jovens para que eles mesmos trabalhem entre si as temáticas de prevenção, em especial o *crack*.

Na nossa análise, os nossos secretários, o André Lázaro, no ano passado, e a Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, estiveram junto com os demais ministérios pensando a ação da droga. O foco para nós em 2011 é fortalecer a participação do jovem na prevenção, trabalhar e multiplicar seus conhecimentos na ação de prevenção nos espaços escolares e educativos. Para tal, estamos indo em todos os Estados brasileiros para trabalhar os grupos de gestores estaduais e os grupos interministeriais do programa Saúde na Escola fortalecendo os gestores para aceitarem esta postura de que não temos só o professor com o dom da palavra, mas os jovens trabalhando os próprios jovens para prevenirem as vulnerabilidades. Nosso foco, este ano, fora os outros que temos apoiado no plano integral de enfrentamento ao *crack*, é fortalecer a participação dos jovens, formar os jovens para que eles formem outros jovens e façam uma grande rede de promoção da saúde, de prevenção aos agravos, em especial ao *crack* também, a questão da DST/AIDS, hepatites virais, as questões de vulnerabilidades mais ficas que os nossos jovens – os dados têm apontado – são os mais vulneráveis, que a gente possa fortalecer essa parte importante do setor educativo, isso com o apoio de toda a comunidade escolar, para que eles formem outros jovens para trabalhar a questão da prevenção, em especial o *crack,* que tem nos preocupado muito.

Não sei se temos mais tempo, acho que já fechamos. Mas a nossa ação é fortalecer os jovens dentro da própria unidade escolar, com os seus gestores, dentro da comunidade escolar, dentro do projeto po-

lítico pedagógico. A nossa ação é fortalecer as unidades escolares para que, dentro dos seus projetos político pedagógicos, encarem o tema da prevenção, não somente ao *crack,* mas as outras vulnerabilidades, como parte integrante da proposta curricular, da proposta do dia a dia. E que toda a comunidade escolar, comunidade escolar estendida: professor, gestores, famílias, estudantes, profissionais como um todo e, também, a comunidade ampliada do território que serve à escola, possam pensar ações de promoção de prevenção, em especial a prevenção ao *crack,* ao álcool e as outras drogas, porque não é somente o *crack*, temos que pensar que o nosso programa trabalha a prevenção ao álcool, ao tabaco, ao *crack* e outras drogas que têm influenciado negativamente a nossa população jovem. Esse programa, esse projeto, tem o foco as séries finais da educação fundamental e o ensino médio, educação de jovens adultos, querendo futuramente expandir também numa ação única para as universidades.

Muito obrigada, foi muito rápido, mas nos colocamos aqui para esclarecer outras dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos e passamos a palavra para o Sr. Manuel Soares, coordenador estadual da Central Única das Favelas do Rio Grande do Sul.

O SR. MANOEL SOARES – Ainda não coordeno as famílias não (*Risos*.)

Bom dia a todos, obrigado Senador Wellington Dias, obrigado Senadora Ana Amélia pelo convite. A partir deles eu quero agradecer e saudar a todos os presentes.

A CUFA é uma rede social que existe há dez anos no Brasil, nasceu originalmente no Rio de Janeiro, e aborda as pautas das favelas no Brasil todo, não somente de forma distante, mas de uma forma muito orgânica. A maioria dos seus líderes, dos seus fundadores ainda são moradores de favela, não por um preciosismo, mas por uma relação mais direta, que nós fazemos questão de ter.

A nossa relação com as drogas se acirra ainda mais em 2006, quando nós colocamos no programa *Fantástico* o documentário "Falcão: meninos do tráfico", documentário de 52 minutos que chocou o Brasil, mostrando os bastidores desse processo anárquico que é mais sério do que muitos acabam imaginando. Mas a CUFA acaba abordando isso numa lógica construtiva, sempre entendendo que todo o problema é uma oportunidade. No caso do *crack* eu sempre digo que ele é a maior oportunidade que nós tivemos, e, na nossa opinião, oportunidade para se tomar vergonha na cara, porque foi graças aos espaços vácuos que a droga se instalou. Tanto que CUFA tem um ditado interno: que o nosso plano de paz é ocupar os espaços. Essa é a nossa intenção. Nessa ocupação de espaços nós ficamos muito felizes porque pudemos, a partir do finalzinho de 2007 até o final de 2010, integrar o processo de elaboração da campanha "Crack, nem pensar", no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o que para nós é um grande orgulho, pois conseguimos atingir cerca de 12 milhões de pessoas, numa campanha que exortou as pessoas sobre o envolvimento com o *crack,* a despeito de muitas observações que eram feitas: "Poxa, vocês vão lançar uma campanha fortalecendo o nome da droga; não é arriscado, não corre o risco de estimular?". No final se provou que não. Para nós foi muito legal ver que a coragem tida por um veículo de comunicação em abordar de forma tão direta, acabou exortando a desencadear uma série de ações maravilhosas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, tinha até um material para a gente assistir, mas isso aí tem como depois pegar no site. Temos o site *cracknempensar.com.br*. Ali vocês têm todo o histórico da campanha, a fim de ajudar. Há palestras, vídeos, *powerpoints* que podem ser baixados.

E o nosso objetivo é sempre a lógica da construção. Isso tem que ser sempre. Nessa obsessão por ocupar espaços, a Cufa acabou pegando alguns Estados brasileiros para encabeçar isso de forma mais direta. O Zezé, no Ceará, que tinha uma estética mais nordestina do problema, assumiu também a questão do *crack*, começou a fazer experiências lá, porque nem tudo o que eu produzi no Rio Grande do Sul poderia ser replicado ou aplicado em outros Estados brasileiros. Então, eu e o Zezé acabamos assumindo essa frente há cerca de dez anos, e começamos a desenvolver pilotos de processos mesmo. Quem puder acessar o *site* da Cufa do Ceará vai obter muitas experiências. Está lá o Fortaleza Noiada e outras atividades – nosso amigo conhece o trabalho do Zezé lá. E eu, no rio Grande do Sul, também fui desenvolvendo outras tecnologias. O que serve para mim ele replica; o que serve para ele eu acabo replicando.

A Cufa hoje está em 27 Estados brasileiros. Com isso, são 27 experiências acontecendo. A nossa grande alegria, como nós estamos na ponta, vivendo o cotidiano do usuário, do traficante - e que, no final das contas, acaba se confundindo, porque acabamos, muitas vezes, demonizando ambos e vivendo o cotidiano do jovem que não está envolvido com o tráfico, não está envolvido com o *crack* de forma direta, mas acorda de noite com os tiros que acontecem na sua casa, etc, -, é que começamos a desenvolver tecnologias que estão atualizadas, porque a nossa maior preocupação como instituição é que, muitas vezes, dentro de todo o processo de trâmite que o Poder Público tem, que

as instituições têm, acaba se desenvolvendo uma solução, mas, quando essa solução, num efeito cascata, chega lá embaixo, o problema está mutante.

Eu digo a vocês: quando nós, por exemplo, estamos aqui discutindo o *crack*, Brasília sofre com o *oxi*, que já é uma nova droga, mais barata do que o *crack*, feita a partir de querosene, cal virgem e base da cocaína. Custa bem mais barato do que o *crack.* Então, quando as nossas tecnologias são desenvolvidas, precisam ter uma estética acima de tudo globalizada, que possa se adaptar não só com relação ao *crack*, mas com relação a outras drogas também – e aí concordo com o pessoal do Ministério da Educação quando dizem: "Tem que ter outras drogas". Sim, tem que ter, mas, óbvio, temos que ter essa lógica do *crack*, porque o *crack*, sim, é um marco. Ele não é como o álcool, não é como a cocaína, não é como o cigarro. Ele tem uma característica própria que inclusive está tendenciando as outras drogas que estão vindo.

A partir disso aí, entre as tecnologias que estamos desenvolvendo, a Cufa lançou cinco livros que abordam um pouco desse tema; os quatro primeiro acabam abordando mais, que são: *Cabeça de Porco*; *Falcão – Meninos do Tráfico*; *Falcão – Mulheres e o Tráfico*. Esse livro, que eu até vou deixar para alguns dos membros da Mesa – gostaria de deixar com todos, mas não tenho –, *Os Zumbis da Pedra*, foi uma publicação que lançamos, acima de tudo, com a intenção de dialogar com jovens e crianças. É um livro que trabalha a questão do *crack* de forma lúdica – o Escudeiro da Luz em *Os Zumbis da Pedra* -, um livro ilustrado, que temos todo o interesse em colocar nos bancos escolares. Nós temos, no Rio Grande do Sul, cerca de vinte mil jovens na escola trabalhando, e tem dado um resultado maravilhoso, até porque acabei emprestando minha cara para ser o super-herói. Vocês vão ver quando estou fantasiado de super-herói; é um negócio absurdo. Trabalhar de forma lúdica tem nos dado muita alegria. E esse livro serve para qualquer droga, porque o envolvimento com a droga é uma questão de postura. Então, precisamos redesenhar a postura que esse jovem tem para com seu contexto.

Acima de tudo, é preciso ocupar os espaços na vida do jovem, na vida da família. Ocupar os espaços na cidade, nas ruas.

Para tentar exemplificar essa ocupação de espaço que citamos para vocês, gostaria de exibir um vídeo que foi editado por jovens – esse vídeo não foi editado por mim. Existe em Porto Alegre um viaduto chamado Imperatriz, que fica ao lado da universidade federal, a URGS, abaixo do João Pessoa – a Ana Amélia conhece ali. Esse viaduto é reduto de consumo de *crack*, prostituição, tráfico, e várias pessoas foram assassinadas. A Cufa pediu o viaduto à prefeitura, pegamos esse viaduto, a exemplo do que a Cufa do Rio de Janeiro fez no viaduto Negrão de Lima, que fica em Madureira, e agora o estamos ocupando com atividades positivas. Estamos levando jovens lá. Em parceria com a campanha Crack Nem Pensar, fizemos uma semana de ocupação desse espaço. O objetivo era atendermos 700 jovens, mas atendemos 2.300. Isso foi para nós motivo de muita alegria. E os jovens do nosso projeto, que não são jovens envolvidos com o *crack* – são jovens envolvidos de forma indireta –, foram lá com suas câmeras, que compramos juntamente com outros equipamentos, e editaram esse vídeo para poder exibir para vocês aqui. Estão numa expectativa muito grande para saber como vocês vão receber esse vídeo. Gostaria de exibir o vídeo e depois estou aberto para perguntas para um processo de construção.

(Apresentação de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – OK! Registramos aqui a presença da Drª Denise Colin, Secretária Nacional de Assistência Social, e a convidamos para participar da Mesa.

Passamos, agora, a palavra ao Sr. Célio Luiz Barbosa.

Eu acompanho o trabalho do Célio, no Nordeste, lá na Fazenda da Paz.

Para quem está acompanhando, o objetivo desta Subcomissão, nesse modelo de audiência, de um lado, é ouvir quais os programas, qual é a percepção e o trabalho das diversas áreas do Governo envolvidas nessa questão, e, junto também, com a participação da própria sociedade. Por isso é que hoje, além do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Educação, também aqui nos alegra a presença dessas duas entidades.

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Bom-dia! Quero cumprimentar a todos, em nome do Senador Wellington Dias, a quem prezo muito.

O meu nome é Célio Luiz Barbosa, sou terapeuta ocupacional e especialista em sincronicidade do indivíduo, do ser, ou seja, na reorganização do indivíduo. Mas, antes de falar, eu gostaria que a gente assistisse a um vídeo, para depois a gente dar continuidade a nossa fala.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Não somos reconhecidos pelo Brasil. Estamos na clandestinidade. Somos reconhecidos para ser fiscalizados e não somos reconhecidos para ser parceiros.

O ideal pelo que estamos aqui é construir uma política pública representada pelo Senador Wellington

Dias em que vamos demonstrar o que somos e o que fazemos de bom.

Temos falhas e essas falhas estão aqui, nesta reunião, para ser sanadas e o pacto de todas as federações em torno de uma modalidade única para oferecer ao Brasil todo.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. ARACELIN PAIXÃO – Por que eu pedi para demonstrar para vocês esse trabalho? Porque sou fruto dele.

O meu nome é Aracelin Paixão. Eu vendia, no mínimo, quatro mil quilos de maconha por dia. Eu fui um fruto do tráfico, eu fui um fruto da falta de espaço na rua, eu morei na rua. Sou de uma família muito boa em Belo Horizonte, fui criado com toda a educação que um filho pode ter da família, com amor, dignidade, mas, como o nosso companheiro falou, a falta de espaço que não é somada ao nosso indivíduo, ao nosso jovem, eu conheci a droga com 11 anos de idade e, aos 25, era considerado um dos homens mais ricos na questão da droga e um dos homens mais perversos que já existiram neste Brasil.

Então, não era para eu estar aqui, neste momento, falando para vocês. Era para eu estar morto ou em um presídio. Enfrentei presídios, enfrentei aquilo que causei à sociedade, paguei pelos meus erros, mas se não fosse uma iniciativa familiar, porque nós nunca podemos esquecer a questão da família, que é o começo de tudo... E nós esquecemos. Nós esquecemos a família, esquecemos o amor e colocamos técnicas. O princípio família, amor e técnicas: como ajudar na reorganização do indivíduo.

Em 84, a dor da minha família foi muito grande. Houve a morte de meu irmão e a minha reinserção na vida. Então, houve uma dor e uma alegria.

Eu entrei numa comunidade terapêutica não para me recuperar, mas para me esconder e lá eu tive muito carinho, muito amor, muito aprendizado e muita organização, com disciplinas e normas que você vai aprender na sua vida. E consegui ter uma mudança. E nesse um ano e dois meses em que fiquei lá... Eu fui para ficar seis meses e voltar a tomar conta do que eu tinha financeiramente, das minhas organizações. Era uma empresa.

Na época, a polícia usava o canela seca 38; eu usava o AR-15. A primeira AR-15 que teve no Estado de Minas Gerais e a Uzi fui eu quem forneci para a polícia há vinte e sete anos. E como é que está hoje? O que estamos fazendo para preparar a nossa sociedade para não existir um individuo igual existiu a minha pessoa no passado? Como é que nós estamos na prevenção? Como é que nós estamos no tratamento? Como é que nós estamos na reinserção? Como é que nós estamos ocupando os espaços que faltam nas nossas famílias?

Quando a gente fala em droga pensa em pobre, preto e mais nada. É o grande engodo que a sociedade colocou para todos nós. A droga não tem religião, ela não tem classe social, ela não tem nada. O que ela tem? Ela tem uma destruição familiar devastadora. Só a minha família sabe o que sofreu com a minha oportunidade, porque Deus deu na nossa vida duas oportunidades: o caminho bom e o mau. Então, a perspectiva que o jovem tem é descobrir o que é escondido. Mas temos que preparar as nossas famílias para ser o amigo dos nossos filhos, temos que preparar os nossos filhos para conhecer o mundo e ter suas escolhas.

Esse momento no Brasil é único, porque nunca se falou tanto na questão das drogas. Estamos, mais uma vez, pecando, porque elegemos uma nomenclatura, o *crack*, que é uma droga. Hoje temos, na nossa entidade, algo em torno de 100 usuários de *oxi*. Vocês estão longe de imaginar o que é a destruição do indivíduo na questão do *oxi*.

Considero o *crack...* Graças a Deus não conheci essa droga, graças ao bom Deus. Rezo todo dia por não ter conhecido essa droga. Considero o *crack* como uma dinamite e o *oxi* como uma bomba atômica na questão da comparação das duas, na destruição das drogas.

Então, temos que ter uma palavra única. Não podemos nos esquecer da questão do alcoolismo que está no meio dos nossos jovens. Vá à porta das universidades, o tanto de mulher que está se tornando alcoólica. Estamos nos esquecendo de falar nisso. E as empresas que vendem álcool estão cada vez mais crescendo nessa questão, porque o Brasil virou *crack*. Estamos numa pandemia na questão do *crack*, mas, o pior que nós vivemos é o álcool, é o pior de todos. E esquecemos e calamos a boca.

Então, devemos nos unir nessa nomenclatura: álcool, *crack* e outras drogas, porque, quando você não fala, você esquece. É isso que está acontecendo.

E uma coisa que gostaria de pedir a vocês que têm a responsabilidade de organizar o nosso País, os senadores, os deputados, os governadores, os prefeitos, os vereadores, a sociedade civil, as igrejas. Nós somos o Brasil. A partir desse momento, se a gente se unir... Se cada lugar falar e lançar uma coisa diferente, vai ser o que o Brasil sempre fez. Vamos ter divulgações bonitas, vamos ter alguns técnicos que vão inventar um mundo novo. Mas não temos que inventar nada.

Como nós mostramos ali. A Fazenda da Paz funciona. Por que ela funciona? Porque ela uniu aquilo que já existe. Temos parceria com os CRAS, com os CREAS, com os CAPS, com os hospitais, a internação

e a reinserção do indivíduo. Ele precisa ser um todo. E temos que nos preparar também para a prevenção.

Fui a uma palestra de um grande psiquiatra, maravilhoso. Eu o conheço. Mas saí de lá com vontade de usar *crack*. Eu e ele fomos dar uma palestra para 836 jovens. A maneira como foi colocado o *crack* – tem 27 anos que não uso mais drogas – me deu vontade de conhecer o *crack*. E aqueles jovens de 12 a 18 anos que estavam ouvindo da platéia?

Desculpem por ter me alongado, mas é um momento único, acho que é um momento que temos que aproveitar, ouvir a sociedade, ouvir as entidades. Não é engessar uma ideia e achar que é isso que vai ser. A saúde não reconhece os trabalhos das organizações não-governamentais, a assistência social, a educação. Mas nós tratamos, na questão de internamento, 80% dos dependentes químicos no Brasil. Se hoje as comunidades terapêuticas resolverem: ah, hoje vamos fechar as portas, mandar todo mundo para casa. Vocês vão ver o caos que vai virar o nosso país.

Temos 285 CAPS ADs no Brasil. Foi feito um edital para o Brasil todo. Foram preenchidos 900 leitos. Isso é solução? Dez por cento da população brasileira é dependente de algum tipo de droga. Então, de fato, o que estamos fazendo?

O Governo sozinho não vai fazer. A sociedade sozinha não vai fazer. As igrejas sozinhas não vão fazer. Se não houver a união de todos em um pensamento e na realização de ideias e conversas... Há 27 anos eu enfrento isso, enfrento todas as políticas existentes no Brasil e em movimentos. Eu participei aqui em Brasília, São Paulo, Rio, Belo Horizonte. Onde havia movimento na questão da droga, eu participei. Agora, é a primeira vez que vejo na Câmara Federal, no Senado, nos Ministérios, na nossa Presidente, em todos os lugares. Então, vamos aproveitar e fazer uma voz única, ter ações de fato, porque dependência química é uma coisa muito séria. Não é brincadeira. É vida ou morte. Nós estamos aqui para retornar e buscar a vida do nosso povo brasileiro. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

Eu queria registrar a presença do Adalberto Calmon Barbosa, da Fazenda Esperança, uma das convidadas para um próximo painel, e do ex-dependente químico Severino Avalcir de Azevedo. Eu queria só dizer que nós estamos em andamento e, infelizmente, nós vamos ter que tratar em outro momento, por conta da forma como este evento foi programado aqui, além de a nossa secretária também dizer que é um prazer muito grande também recebê-lo

Nós passamos a palavra à Senadora Ana Amélia, autora do requerimento para esta iniciativa de realizar os painéis, com muito prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Wellington Dias, em parceria, eu fiz um requerimento específico sobre *crack*, porque, como foi visto aqui, em todos os depoimentos, embora as outras dependências, seja de bebida alcoólica ou de outras drogas, sejam também graves, o *crack* hoje é letal, tanto que, no depoimento do Dr. Célio... Dizem que as palavras emocionam ou comovem, mas os exemplos arrastam. Então, o seu caso é um belíssimo exemplo que nós devemos seguir, até porque o senhor encontrou o caminho para resolver o problema. Vejo que na sua comunidade a maior parte das pessoas que apareceram são adultos. E nós estamos numa fase em que a adolescência é a área mais frágil.

Aproveitando o que o senhor falou, queria iniciar com o Manoel, porque ele apresentou um vídeo muito ilustrativo, mostrando, na dramatização do teatro, um menino agarrando-se à mãe e pedindo: ajude-me, socorra-me. Manoel, quero lhe perguntar: para onde aquela mãe, na favela, vai levar o filho? Essa é a primeira pergunta.

O SR. MANOEL SOARES – Senadora, contraditoriamente, muitas mães dentro das comunidades hoje acabam acorrentando os seus filhos, como vemos nos exemplos das reportagens. Elas não têm aonde levar, até porque ainda não há um tratamento específico para o *crack*. Temos que ser muito claros nisso. E eu não assisto ao drama do *crack*. Tenho um irmão envolvido nisso, que está tentando se ressocializar agora e que, inclusive, já atirou em mim, por exemplo – situações bem agressivas. Elas não têm para onde levar. Por isso a Cufa acaba investindo muito nesse processo de prevenção. Essa peça que a senhora cita é uma peça teatral que está gravada num CD que nós disponibilizamos para as escolas, para que os alunos possam dramatizar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço a resposta. Fiz essa pergunta porque recebi a informação de que o Hospital das Clínicas de Porto Alegre tem apenas quatro vagas. E quem chega lá são meninas adolescentes grávidas que vivem nas cracolândias, portanto, também fora do alcance da escola, do programa que as Drªs Juliana, Marta e Maria de Fátima apresentaram, do ponto de vista do alcance, no caso, do MEC e também do Ministério do Desenvolvimento Social. Então, nós estamos diante de um dilema em que, a par de a escola estar atuando...

Eu também queria saber se o programa apresentado, das entidades que estão aí – várias siglas: o CRAS, e o outro órgão que está fazendo a interativi-

dade ou a transversalidade com setores –, se a favela sente a eficácia desse programa, se ele está chegando na favela através da escola.

O SR. MANOEL SOARES – A gente vê que, por conta de toda descrença que a sociedade tem da política e do poder público, por conta da linguagem que acaba não sendo, apesar da boa intenção, do bom planejamento, de todas as pesquisas, às vezes a linguagem que chega não é acessível àquele corpo. Apesar de, por exemplo, a Cufa ter limitações técnicas, ela tem uma linguagem que é a que vocês viram, que acaba promovendo essa aproximação.

Infelizmente, as outras iniciativas governamentais, apesar de meritórias sob o nosso ponto de vista, acabam pecando nesse processo de linguagem. E o nosso objetivo é contaminar ambos os eixos para fazer essa aproximação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Você usou uma expressão que vale tanto para a questão da drogadição para o jovem ou para a criminalidade, não necessariamente para a questão da droga, quanto para a política. Não há na política nem na questão da droga para o adolescente espaço vazio. Aquele espaço, ele vai ocupar ou para o bem... E por que não tem espaço? Ele não tem lazer, não tem esporte, ele não tem atrativos que o levem a desenvolver aquelas questões do sentimento, do afeto que ele perde muitas vezes na relação familiar: mães separadas que trabalham cujos filhos ficam soltos. Aí, cria-se de novo um ambiente negativo para isso.

O senhor falou muito, Dr. Célio, e eu prestei muita atenção sobre a questão das comunidades terapêuticas. E eu percebo também que no Brasil nós temos, digamos, um vezo: não faz nem deixa fazer!

O que é a comunidade terapêutica? Foi uma necessidade em que a própria sociedade encontrou um caminho para a emergência. E esse caminho, essa emergência acabou dando um sinal de que é possível, com a união de todos, resolver um problema.

Por que, Dr. Célio, a comunidade dos médicos psiquiatras resiste ou há resistência na área médica a respeito das comunidades terapêuticas?

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Essa é uma questão... As nossas universidades não ensinam ninguém sobre a questão de dependência química. Então, o médico aprende a ter uma tese. Nós, profissionais, quando fazemos os nossos estudos, defendemos a nossa tese e achamos que a nossa tese é a única. Isso vem criando resistência na questão do que está dando certo. Por quê? Porque há união.

O profissional que entra na Fazenda da Paz, por exemplo... Eu só queria falar para senhora que nós trabalhamos com crianças de 12 anos porque a lei permite. O mais novo na Fazenda da Paz – só não pode mostrar a fisionomia – tem 12 anos e o mais velho, 72. Trabalhamos com homens que têm a questão de dependência química.

Então, a resistência é porque há uma igualdade entre os parceiros que ajudam a dirigir e a construir e os pacientes dentro da comunidade terapêutica.

Eu posso ter o PhD que for. Lá eu sou, dentro do dia a dia, igualzinho ao interno. Cumpro normas e regras. Apesar de haver normas e hierarquias, todo lugar tem de ter normas e hierarquias, do contrário vira uma desorganização, mas temos os mesmos direitos e deveres.

O profissional, para entrar em uma comunidade terapêutica, tem de aprender o que é. Primeiro, ele tem que respeitar. Com o paciente, nós aprendemos alguma coisa também.

Então é essa convivência diária, é essa troca de saber que leva à reorganização do indivíduo. É muito difícil para um profissional aceitar isso. Hoje temos novos psiquiatras que estão estudando, que estão procurando, que estão agregando às comunidades terapêuticas em vários lugares: no Piauí, em Alagoas, em Minas. Mas, se você olhar o dia a dia, os próprios profissionais colocam de lado, porque há uma resistência, há um corporativismo, há uma questão profissional, há uma falta de compreensão. Pelo que falam – e eu sou um profissional – e demonstram, era para o Brasil não ter problema algum com drogas, de tanto medicamento, de tanta coisa que existe. O Brasil não deveria ter problema com drogas.

O dependente químico tem algumas seqüelas quando está usando drogas. Tem alguns que precisam ser acompanhados com medicamentos. Há outros que vão ter seqüelas para o resto da vida, e outros, não.

Isso cria uma dificuldade para o profissional lidar no dia a dia, ter de atender muita gente, ter de ganhar dinheiro, aquilo que ele leva mais tempo para fazer é improdutivo para a sua profissão. Há um grande problema a ser resolvido nessa questão.

Dependência química é um estudo do que as drogas fazem no indivíduo. Ela não resolve o problema da vida; é a reorganização do indivíduo por completo.

Existe um edital hoje. Por que as comunidades terapêuticas não entraram nesse edital? Era para as comunidades terapêuticas... Porque não pode ter espiritualidade no tratamento do indivíduo. Eu sou católico e não posso querer que a senhora seja católica, mas Deus é único para todos nós. Então, os técnicos colocam normas que não existem na família e a comunidade terapêutica é família, é um ambiente protegido, sem uso de drogas, sem violência, onde o amor, a espiritualidade, o trabalho, a reorganização, a disciplina, o

respeito mútuo vão fazer com que o indivíduo retorne, de igual para igual, para a sociedade. Estou aqui. Não quer dizer que sou exemplo de alguma coisa, mas que a organização do indivíduo por completo... A droga tira isso, ela tira todos os sentimentos, principalmente o *crack*. Se o *crack* tirava os sentimentos, hoje, com o oxi, vira-se zumbi. Se a senhora não teve oportunidade ainda de ver uma pessoa quando chega para um tratamento.. Pior é a família quando chega. Então, essa é...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A família fica doente também.

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Pior. A codependência é pior do que a própria dependência, porque todos os problemas da família, que ela tem de resolver, são colocados em cima do dependente químico. Se eu brigo - graças a Deus eu não tenho isso na minha casa – com a minha esposa, não é porque eu e ela estamos sem entendimento, é porque o filho dela usa droga. É uma grande mentira, é porque eu não estou cumprindo minhas obrigações como marido. Se o outro filho está indo mal na escola, é porque a irmã usa droga. Não, não sei. Então, o problema familiar tem o esgoto no dependente químico. E não é verdade. Várias famílias fazem o dependente químico retornar à dependência, porque elas continuam jogando seus problemas em cima dele. A área científica e médica não enxerga isso, infelizmente.

Então, precisamos reformular – a Educação está aqui – para ter uma grade de... Primeiro, não devemos deixar nunca de lado o civismo, a parte civil do indivíduo, do homem. Se eu pedir a uma pessoa na escola, hoje, para cantar o Hino Nacional, não tem. Isso é culpa nossa, da nossa idade. Eu tenho 52 anos. Eu sei o Hino Nacional, pois na minha escola me ensinavam o Hino Nacional. Ficávamos de pé. Hoje, é proibido ensinar o Hino Nacional, o Hino da Bandeira. Então, nesse espaço do civismo que foi tirado do indivíduo, a droga entrou.

Na minha época, se fosse hoje, eu teria, em dinheiro vivo, por dia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tiraram também o crucifixo?

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Tiraram Deus da nossa vida.

Na minha época, se fosse hoje, eu teria, no meu bolso, todo dia, R$3 milhões para negociar. Que Prefeitura tem isso todo dia? Então, o tráfico ocupa o espaço. Eu comprava carreta e levava... Eu tinha trezentos pontos de drogas e, onde eu tinha o ponto de droga, eu tinha uma corrente humana de proteção. Eu levava ao médico, eu levava alimentação, eu levava o que a sociedade precisava e ocupava com a violência, com a morte e com o silêncio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Rio mostrou bem isso.

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Há 27 anos eu vivia isso. E hoje como está?

Então, vocês que hoje representam a nossa sociedade aqui no Senado... Não é dever, não, é obrigação nossa mudar este País nessa questão, pegar a palavra do Manoel, que é da Cufa - eu conheço muito bem o ótimo trabalho que funciona -, e ocupar o espaço, mas não com técnicas mirabolantes: "Eu acho que é assim", mas com a realidade.

A vida não foi inventada, a vida é para ser vivida. Então, nós precisamos viver a vida com respeito àquilo que o outro faz e juntar o que ela sabe com o que eu sei, com o que a outra sabe, com o que a senhora sabe, com o que o Senador Wellington Dias sabe, com o que a plateia, as pessoas que estão aqui sabem, fazer uma união de conhecimentos e trocar esses conhecimentos, porque esse conhecimento não é só meu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. Célio, agradeço muito. Quero dizer ao Presidente que saio daqui com a missão exatamente de tentar estabelecer um diálogo, porque também vamos ouvir a comunidade acadêmica da Medicina para tentar um consenso em torno dessa matéria. Temos a responsabilidade disso, porque essa iniciativa aqui deve ter resultados. O Presidente Wellington Dias está propondo, ao final dessa série de debates, uma discussão nacional em torno do tema. Também fui procurada pelos psiquiatras do Conselho Federal de Medicina, porque no dia 19 realizam em Brasília um debate nacional do ponto de vista médico sobre a questão específica do *crack*.

Então, eu queria dizer que nós estamos com essa disposição quando assumimos a responsabilidade de, nesta Subcomissão temporária, debater com muita profundidade a questão. Então, agradeço muito a presença da representante do MEC *(Interrupção do som.),* Desenvolvimento Social e especialmente ao Manoel e ao Dr. Célio pela riqueza que trouxeram a essa discussão. Nós vamos assumir a responsabilidade de avançar nesse processo. Não podemos perder tempo.

Obrigada.

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Oi, convidar a Comissão a participar nos dias 12, 13 e 14.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco.PT – PI) – De qual mês?

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Do mês de agosto. Nós vamos fazer um encontro de todas as comunidades terapêuticas do Brasil. Vamos levar no mínimo oito comunidades de cada Estado do Brasil para apresentar o que temos em comum. Vai ser no Piauí Eu gostaria que esta Comissão, Senador Wellington Dias, fizesse parte desse encontro, levasse aquilo que

estão fazendo junto ao nosso Brasil e ter conhecimento de fato do que está fazendo no Brasil. Nós queremos mostrar para o Brasil aquilo que é a realidade. É um encontro de todas as federações e o Piauí vai sediar esse encontro. Vou deixar aqui um convite para a participação de todos vocês.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não tenho dúvida de que o nosso ex-Governador vai ser um grande anfitrião também desta Comissão e dos demais convidados que deverão estar presentes.

Muito obrigada pelo convite, Dr. Célio.

O SR. MANOEL SOARES – Eu só peço licença um pouquinho, até para dar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco.PT – PI) – Com a palavra Manoel.

O SR. MANOEL SOARES –...para dar um último recado para o pessoal da Cufa, que disse: "Manoel, se você não falar isso a gente vai apanhar."

A Cufa vive um dilema nesses últimos 10 anos, que é essa briga, Senador, entre o urgente e o importante. Discutir a questão do tratamento é extremamente urgente, porque não temos legislação para isso. Trabalhar com a prevenção é extremamente importante. Então, há horas em que nossa cabeça vai prestar mais atenção no urgente, há horas em que vai prestar mais atenção no importante. Eu puxo carinhosamente para olharmos para o jovem que é usuário. Se um jovem na família é usuário, os outros quatro filhos que não são muitas vezes são prejudicados. Então nós temos também que voltar os olhos para aqueles jovens que não usam, porque, se eles virem que a sociedade só está olhando para o usuário, vão dizer: "Poxa, então vou virar usuário, porque a sociedade vai olhar para mim". É só esse toque carinhoso que a Cufa pediu para a gente trazer.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco.PT – PI) – Muito importante.

Senadora Ana Amélia, a Drª Maria do Pilar, durante a sua fala, perguntou se poderia fazer uma intervenção e eu gostaria de passar para ela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Claro. O nosso Presidente é muito democrático.

A SRª MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA – É muito democrático. É só uma colocação breve a partir da fala da Senadora.

Acho que é importante registrar aqui a preocupação e a ocupação do Ministério da Educação, sobretudo no que tange ao entendimento de que a escola é um lugar de proteção social. A partir da Constituição de 88, mais identificadamente, a gente recupera essa noção de Constituição e desenvolvimento desse loco de proteção social a partir do território da escola. E é importante dizer que, pelo desenho de gestão do Programa Saúde na Escola, a possibilidade desse diálogo, a base local de estabelecimento de grupos que possam dialogar e discutir as questões que são importantes e emergentes, ela se dá nessa situação, na base local.

A partir dos grupos de trabalhos intersetoriais que são constituídos pelos municípios, eles têm a possibilidade de estabelecer parcerias naquele território. Então, as comunidades são parceiras. Todos os atores sociais que estão naquela localidade se unem para atender aos objetivos daquela comunidade.

Então, a escola como local de proteção social. E destaco também a importância da ampliação do número de escolas de educação integral neste País, que já atinge hoje 13 mil escolas. São escolas que têm toda uma ligação com o mundo da vida propriamente, têm banda, rádio, esporte, lazer de toda ordem, a partir de parcerias estabelecidas que garantem a permanência dessas crianças e jovens por mais tempo no lócus de proteção social, portanto, na escola. Só este aparte para a gente dialogar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI)) – Senador Waldemir Moka, por gentileza.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Meu caro Presidente, Senador Wellington Dias, Manoel Soares, Juliana, Denise, nossa secretária, Marta, Célio, Maria de Fátima, quero ser objetivo, porque na verdade estamos começando esta Subcomissão. Esta é a primeira audiência. E insisto na minha tese, porque a gente vê o governo falar, as pessoas... E eu gostaria que nenhum técnico, nenhuma autoridade do governo se sentisse pressionada por esta Subcomissão. Não é por aí. Muitas vezes aquilo na ponta, o pessoal quer, há uma urgência, e as coisas... Agora, se não tivermos uma organização governamental que possa processar até as comunidades terapêuticas... Eu sou médico e ouvi o Célio o seguinte: foi a uma palestra e um psiquiatra, ao formular a palestra, ele saiu de lá preocupado, porque ficou com vontade de experimentar o *crack.* Quer dizer, é uma colocação que choca, porque se um psiquiatra, que tem uma formação médica específica para tratar do problema, está de alguma forma equivocado na fala, nós precisamos, urgentemente, trazer a sociedade de psiquiatria, os médicos, para que a gente possa talvez estabelecer uma discussão com as pessoas que estão na ponta, no dia a dia, dizendo: "olha, vocês estão focando de uma forma que no nosso ver não ajuda, ao contrário. As pessoas podem se sentir estimuladas". É muito preocupante isso.

Então, acho que o grande trabalho desta Subcomissão... E você vê como são as coisas. Nós tivemos uma preocupação da Senadora Ana Amélia, e eu dizia para ela... Eu sou muito ligado ao segmento produtivo, comunidade rural, embora médico. A economia do meu

Estado, o Mato Grosso do Sul, me colocou e sou professor, quinze anos em sala de aula. Então, eu tenho essa coisa do professor e do médico que quer resolver, mas precisa de uma organização. Eu vejo a preocupação do Ministério da Educação. É um belíssimo trabalho. Essas coisas às vezes não chegam à ponta. Mas, se nós não tivéssemos essas prevenções, podem ter certeza, o problema seria muito maior do que já é.

Agora, o importante é fazer com que o governo, os técnicos percebam que por mais esforço que se faça é preciso que a gente interaja sobretudo com essas entidades. Inicialmente viria só o governo. Eu disse: não adianta isso. O governo tem falar e depois as entidades têm que dizer para o governo que muitas coisas que ele está fazendo não chegam à ponta ou às vezes chegam de forma equivocada. Então, essa é a preocupação.

Se esta Subcomissão, meu caro Presidente, chegar ao final com um diagnóstico do que está sendo feito, da realidade que nós temos, com a organização e a preocupação que o governo tem e, aliado a isso, ouvirmos as pessoas que, na ponta, no dia a dia, tratam do problema – está aqui o Manoel. Quer dizer, é uma experiência belíssima com um resultado, a ponto de edição. Essas coisas são importantes trazer para dentro do Governo, esse trabalho das comunidades terapêuticas. Talvez haja um certo preconceito, talvez da própria sociedade médica. Mas isso precisa ser vencido, porque nessa batalha que estamos travando nós temos que dispor de todos, voluntariamente ou não, profissionalmente e do apoio do Governo, porque essa é uma batalha. Eu fiquei preocupado.

Eu não conheço o *oxi*, já ouvi antes, mas, olha, gente, o *crack* eu conheço, é desesperador. E a comparação que se faz com o *crack:* é uma dinamite.

Eu fico assim, porque o usuário do *crack...*

Aquela coisa da maconha, da cocaína, do próprio dependente etílico, isso leva algum tempo. E é verdade, é genético isso. Tem gente que usa maconha, vara o tempo e não fica dependente. Agora, o *crack*, eu não conheço. Usou o *crack* é rapidão. Ele vai ser dependente a ponto de cometer coisas absurdas contra o pai, contra a mãe, contra o irmão. É aquela loucura mesmo. É uma loucura!

Então eu acho que – não quero me aprofundar – hoje, aqui, Wellington, serviu para a gente ver a dimensão do problema, o que o Governo está fazendo, agora falta muito. E o que a gente ouve?

Na última reunião da minha turma de formatura – eu insisto em não dizer quantos anos comemoramos de formatura, senão vou ficar muito envelhecido aqui – qual era a cobrança dos meus colegas? É preciso fazer alguma coisa para conter o avanço do *crack*. Talvez com as outras drogas as pessoas, de alguma forma, se acostumaram. E você disse que o *crack* talvez seja uma coisa que vai chamar a atenção de toda a sociedade e nós vamos ter que partir para uma ofensiva muito forte. Mas estou gostando muito do desenho que estamos fazendo aqui.

Nós vamos ter outra e convidei a Secretária de Assistência Social de Ponta Porã, um Município lá na fronteira do meu Estado, onde, além de tudo isso, nós temos a vizinhança com entrada de drogas, o que sempre houve. Não quero atribuir a outro país, longe disso, e também não é uma questão de repressão. É importante a repressão, a Polícia Federal, mas esta Subcomissão não vai entrar nisso. Nós vamos fazer um trabalho de alternativas públicas para sobretudo auxiliar entidades como essas que hoje vieram aqui poderem fazer um trabalho cada vez melhor.

Eu paro por aqui, parabenizando os expositores e me colocando à disposição. Quero ser muito sereno em relação a isso, muito equilibrado e ter essa coisa de que tudo o que está sendo feito ainda é pouco, mostrando a dimensão do problema. Agora, interagir as entidades, as igrejas é fundamental nesse trabalho, é decisivo.

E o mais angustiante, gente: nós estamos vendo que o *crack* está chegando às comunidades rurais. Não se via isso. Era muito raro. Não é por isso que estou aqui, mas também por isso, porque estamos vendo que é algo que está tomando uma proporção. Se não houver uma reação, daqui a pouco nós vamos ficar reféns, inclusive as famílias, de filhos viciados. Numa família que tem um filho ou um irmão o problema é muito grande e as pessoas sofrem muito com ele no dia a dia. E é como você falou: encaminhar para onde? Quem é que cuida disso? A sociedade e o Governo não têm resposta para isso e precisam ter.

A SRª ANA AMÉLIA (PP – RS) – Eu queria pedir permissão ao Presidente e aos demais expositores. Eu queria ficar aqui o tempo todo, mas também sou membro da Comissão de Relações Exteriores, onde está sendo sabatinada uma representante do nosso País para a Guiné Equatorial e eu tenho a missão de participar também.

Queria agradecer novamente, sobretudo pelo que disse o querido Moka, que incluiu nesse debate os médicos. Moka, você é médico e tem a responsabilidade de trazer ao debate seus colegas de profissão. Isso é muito importante.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É a sugestão da sociedade de psiquiatria. Pode ser que tenha outra especialidade incluída. Não sei se seria, em algum momento, importante ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Considero importante.

Veja só, eu queria sistematizar. Vamos passar, antes de encerrar, à nossa Secretária. E o Célio também quer dar uma informação.

Eu queria só dar o seguinte informe para a gente compreender: nós dividimos os trabalhos da Comissão em três campos. Primeiro as audiências, cujo objetivo é exatamente, com a participação da sociedade, ouvir representantes da área pública. Estamos ouvindo hoje o do Ministério da Educação e o do Ministério da Saúde. Ouviremos ainda o representante do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho.

Nós recebemos um documento do Ministério do Trabalho – estamos falando de reinserção social. Eu gostei disso porque se trata de documento oficial afirmando que não há uma política específica na área do trabalho vinculada à reinserção para os dependentes.

Aqui a gente ouviu que, nos dois Ministérios, a partir de 2008, com a Lei nº 11.342, que criou o sistema e a necessidade dessa política integrada, passamos a ter a organização, como a Marta me dizia há pouco, tanto do Ministério da Educação como do Ministério do Desenvolvimento Social, embora este tenha um trabalho com foco, mas não com a dimensão que deve. O Ministério do Trabalho não tem, o da Saúde já tem alguma coisa, mas ainda está numa fase de estruturação. O Ministro Alexandre Padilha me informou esses dias que a própria Presidente pediu uma nova estruturação.

O objetivo da Comissão é trabalhar numa perspectiva de prevenção. Nós vamos fazer algumas visitas, ouvir experiências de Municípios, experiências de Estado, experiências de comunidades terapêuticas, experiências de organizações sociais na área de prevenção, vamos ouvir cientistas, profissionais da área de saúde e o objetivo é organizar uma primeira conferência. O ideal, Secretária, é que possamos convencer o Governo de que pode o Congresso Nacional convocar, mas, como o objetivo de uma conferência é voltado muito mais para o Executivo do que para o Legislativo, estamos tentando convencer a Ministra Tereza Campello, o Ministro Fernando Haddad – ontem estive com o Secretário Executivo, com o Senador Paulo Paim e com ele –, o Ministro Lupi e o Ministro Eduardo Cardozo, da Justiça, que são as principais áreas, a nos ajudar a convencer a Presidente a ter, em parceria com o Congresso Nacional, uma primeira conferência nacional sobre esse tema, envolvendo todas as áreas.

Todos os depoimentos feitos aqui deixam clara uma coisa: ou tem integração ou não tem solução. Tem que haver integração entre setor público, o setor privado e os diversos níveis de Governo.

Enfim, diante do que, a princípio, a gente tem debatido, o que pretendemos ver? Manoel, está correto o que você diz, tudo o que se disse aqui também, tanto na fala da Drª Maria de Fátima como da Marta, do Célio e da Juliana. Veja, o que nós estamos buscando é que o Brasil tenha um sistema. O Brasil criou a lei do sistema, mas é preciso reconhecer que ainda não há um sistema. Quem coordena a política? Quem coordena a política no âmbito do Governo Federal? E só é possível ter uma rede em cada Estado, em cada Município, específica... Nós temos políticas específicas. Por exemplo, a política de combate à dengue tem hoje, para pegar um exemplo de saúde, integração com várias áreas do Governo Federal até chegar à sociedade. Então não há uma rede. Essa rede está desintegrada. Há o CRAS, há o CREAS. Há os CAPS na outra área. Há os hospitais de alta complexidade. Há os centros de média e alta complexidade na área social, mas – convenhamos – ela não está integrada.

Essa pergunta que a Senadora Ana Amélia fez aqui... Se a gente perguntar à equipe que está trabalhando lá na escola e percebeu que a professora ou o jovem que foi qualificado, o que ela faz a partir da percepção de um ou de um grupo de jovens que fazem uso ou abuso de droga ou que está sendo considerado de risco? O que faz? Para onde encaminha? Eu visito escolas e não consigo ver essa integração.

Então, veja: o não reconhecimento da área social. Você para publicar esse livro deve ter sofrido. Está certo? Você não tem o reconhecimento da área social. Não há uma fonte de recurso para isso. Veja só: o recurso desse edital que o Célio colocou está no Ministério da Justiça para fazer um convênio que, na verdade, é social. São as comunidades terapêuticas, que estão querendo passar a idéia de que é de saúde, mas não é um hospital; é uma área social. Ela tem a presença do médico, do psicólogo, etc., mas o trabalho ali é claramente social. Então, você transformar uma comunidade terapêutica, com as regras da Anvisa, com as regras... Você vai matar

O que o edital fez? Você não poder, numa área como essa, reconhecer a eficiência, por exemplo, da fé, da cultura, de um conjunto de outras atividades que são colocadas, ou seja, as terapias diversas.

Então a idéia central é que possamos fazer essas audiências, essas visitas, essas reuniões de trabalho como preparatórias para o ponto principal, que é a conferência. O ponto alto dessa comissão é que agente tenha as condições de ter um esboço de proposta a ser apresentado numa conferência que possa, a partir daí, ser um parâmetro para o Brasil, para o sistema, para a rede. E voltado para tudo, para a prevenção, como o ponto principal, voltado para o tratamento, voltado

para a reinserção social e para nortear as políticas públicas. Há coisas que o Brasil não tem coragem de fazer. Se não tiver uma forte mobilização social, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Nós temos hoje uma legislação que trata de drogas. Eu pego duas aqui – bebida e cigarro –, que podem vender na porta da escola, que podem vender na porta do jardim de infância, podem vender no parque, podem vender em qualquer lugar. Vendem na rua. Vai haver uma festa na rua, podem pôr uma banca ali e vender aquela droga. Para vender uma droga como – sempre cito isso – remédio para insônia, que é uma droga, como é que se vende? Num comércio especializado, há um profissional, que é o farmacêutico, há uma licença especial, há uma fiscalização especial. Ela é uma droga legal, mas há regras para vendê-la. Tem de ter uma prescrição, inclusive. Para vender bebida, para vender outras drogas legais, não há. Como é que a gente vai lidar com isso? O que outros países fizeram?

Vamos ouvir aqui em um dos painéis, a experiência do mundo. A Organização Mundial de Saúde, a ONU-DCI, que vai estar presente, e uma experiência de comunidades terapêuticas de outros países. Estamos apresentando o nome de George de Leon, que é considerado um dos grandes estudiosos dessa área das comunidades terapêuticas. Então, o que estou apresentado aqui é uma proposta, que é a seguinte: estamos fazendo as audiências, mas outra forma de trabalhar é uma reunião de trabalho. Vamos chamar aqui a representação de cada Ministério. E aí, Drª Denise, a ideia é que o Ministério do Desenvolvimento Social, ou a senhora, como Secretária, com a equipe, possa comparecer, assim como do Ministério da Educação – nós vamos examinar lá com o Henrique Paim quem vai poder representar –, assim como da Saúde, das várias áreas, a representação das comunidades terapêuticas... Isso que o Celso coloca aqui é uma outra luta. Você tem mil e uma entidades e ainda não há uma entidade nacional congregadora. Você tem dificuldade de lidar... É verdade que tem as várias vertentes, mas é preciso haver uma forma de organização.

Então, a ideia é de que possamos fazer uma reunião que sirva como um grupo de trabalho integrado que possa nos ajudar na apresentação sobre esses temas, sobre o sistema, sobre a rede, sobre a prevenção, sobre o tratamento, sobre a reinserção, sobre as políticas públicas, que devemos apresentar sobre a organização das fontes de financiamento...

Para dar um exemplo prático aqui, que tenho colocado. Vários países adotaram medidas: ampliar a idade mínima para venda de cigarros e bebidas... Por quê? Porque é exatamente antes dos 21 anos que se dá a maior parte das dependências. O Brasil tem coragem de fazer isso? Ampliar impostos da droga legal para financiar todo o sistema, já que a outra é ilegal. Ou seja, o que os outros países fizeram: aumentam os impostos de bebidas importadas e nacionais. Com base nisso você reduz consumo – é o primeiro impacto que tem com o aumento do preço – e, do outro, você gera fonte de financiamento. Nós vamos ter coragem de fazer isso? Exigir licença especial para o comércio que vende bebida e álcool. É um tipo de política pública que países adotaram. Nós vamos ter coragem de adotar um sistema como esse?

Estou citando aqui exemplos de políticas públicas já conhecidas, testadas. Algumas não deram certo, outras deram.

O cigarro. Foi adotada uma política pública de que você, ao comprar uma carteira de cigarro, tem lá que ver que cigarro dá câncer, que cigarro causa impotência sexual. E claramente houve uma redução de consumo. Está em discussão no Plenário do Congresso Nacional o que vários Estados e Municípios já adotaram já adotaram: a medida de proibir que as pessoas possam fazer uso de cigarro em ambientes fechados. Vamos ter coragem de aprovar uma medida como essa?

Estou citando aqui alguns exemplos para que a gente compreenda os objetivos da Comissão. A ideia é ter um sistema integrado. Para poder saber exatamente como é temos que ouvir a sociedade, com a participação do Governo.

O que estamos aqui pedindo é que as áreas de governo aqui possam levar aos Ministérios das áreas essa compreensão, com o pleito da Comissão no sentido de que possam designar quem vai participar dessa preparação. Ou seja, a conferência vai haver, mas o que nós gostaríamos é o que estamos apresentando.

Esse documento foi entregue à Presidente Dilma, que foi citado aqui no vídeo, da carta lá do Piauí, foi entregue ao Ministro Padilha, da Saúde, à Ministra Tereza Campello e parece que foi enviado ao Ministro da Educação, do Trabalho e da Justiça. Foi entregue ao da Justiça.

Mas a ideia é que a gente possa convencer a própria Presidente a isso, e acho que nada melhor do que uma posição favorável dos respectivos Ministérios. Ou a gente tem uma política para valer, ou acho que a gente vai continuar enxugando gelo, sinceramente.

O trabalho que temos hoje... Cito um depoimento que me chocou muito no meu Estado. E quero encerrar minha participação, para ouvir a Secretária, com isso. Num dado momento, foi preso, no Piauí... Aliás, eu estava visitando, como Governador, um Município chamado Alvorada do Gurgueia, um Município pequeno, com quatro mil habitantes. E ali, durante uma so-

lenidade, uma mãe se ajoelha a meus pés chorando, clamando, desesperada, porque seus filhos estavam envolvidos com drogas. Ao final da solenidade, eu a ouvi dizer, assim como outras pessoas, que aquela pequena cidade, no sul do Piauí, estava já tomada principalmente pelo *crack*. O problema do *crack* é esse, que o Senador Moka coloca: ele vicia rápido. O *oxi*, inclusive, mata rápido. É por isso que as organizações dos traficantes normalmente estão matando o pessoal do *oxi* porque ele está acabando com os clientes, já que mata rápido. Para a gente compreender.

Então, ali acertei com a Polícia Federal e com a polícia do Estado, foi feita uma operação e foram presos dois jovens e mais um adulto – dois menores inclusive. E eu fui visitá-los. Ele me contou, ele me disse: "Olha, o senhor pode voltar lá que já há outros dois." Eu mandei voltar e já havia mesmo outros dois. E ele explicou por quê: "Primeiro, a gente ganha R$3 mil, em média, por mês. Nenhum vereador da cidade ganha esse tanto. Nenhum professor ganha R$3 mil por mês naquela localidade." Segundo, a forma como ele colocou. Ele coloca, inclusive, que o grande parâmetro ali era viciar as mulheres, porque as mulheres, pela dependência, eram uma arma, para eles importante, para aumentar a rede de clientes. Eles organizavam festas, elas participavam e, pela necessidade, ofereciam o corpo em troca de o parceiro experimentar uma droga que rapidamente vicia.

Então, vejam: ali eu compreendi que, ou a gente tem algo muito forte neste País, ou a gente vai ter problema. Isso está acontecendo e é por isso que está chegando às comunidades rurais, está chegando às outras áreas.

Então, eu quero aqui dizer que o trabalho da Comissão não pode ser só a gente falar sobre o tema. Não pode ser só a gente vir aqui e cada um fazer um discurso. Se a gente escuta os programas, a gente acha que está tudo bem. E não está bem; a cada ano, está aumentando. Então, está errado o que a gente está fazendo. Alguma coisa não está batendo. Alguma coisa está errada.

Há a rede da educação? Há. A quantas escolas nós estamos conseguindo chegar? Sei que a educação tem mil tarefas a fazer. Está chegando à saúde? Ela coloca aqui o exemplo de Porto Alegre. Quantos milhares de pessoas dependentes que há em Porto Alegre para haver quatro vagas na área de alta complexidade? Nós estamos dizendo que as comunidades terapêuticas atendem 80% das internações, mas também são só 20 mil vagas, incluindo as comunidades terapêuticas. Nós estamos falando de quantos... Se é verdade o dado de 18 milhões de dependentes, como se coloca nas pesquisas, entre álcool e outras drogas, é muito maior. Nós estamos falando de 18 milhões para 20 mil vagas, alguém está brincando com coisa séria!

Então, são essas coisas que queremos tratar.

Drª Denise, com o maior prazer, gostaríamos de ouvir e contar com o seu apoio aqui para esse trabalho. Quero dizer que sou da base de Governo, desde o governo do Presidente Lula, mas reconheço que está errada a forma como estamos agindo.

Nós tínhamos... Esse trabalho era coordenado pela Secretaria de Segurança da Presidência da República. Com todo o respeito, era um general que cuidava desse tema para o Brasil. Agora mudou, mas mudou para o Ministério da Justiça. E nós estamos vendo que, se a gente quiser cuidar do tema que aflige a sociedade – o Ministério da Justiça, acho que tem o seu papel, de cuidar dos traficantes, da entrada de drogas, das armas, dessas coisas do campo da segurança. Mas eu acho que o que é grave no Brasil é o problema social, que não pode ser tratado no Ministério da Justiça.

A Drª Paulina, que acho vem na próxima que está marcada, esteve aqui esta semana, no lançamento da Frente, e vai participar de um outro entendimento.

Então, a ideia é de integrar isso aqui para a gente poder cuidar da forma correta.

Por favor, Drª Denise Colin.

A SRª DENISE COLIN – Presidente, Senadores, companheiros de Mesa, de Ministérios, da sociedade – equipes que trabalham e militam nessa área, primeiro eu gostaria de agradecer a oportunidade do Ministério de Desenvolvimento Social, em especial da política de assistência social, por estarem presentes num debate amplo, num ciclo de discussões que tragam efetivamente a identificação das causas e das necessidades para que a gente possa aprimorar políticas públicas.

Eu queria colocar o Sistema Único de Assistência Social, que tivemos o prazer – e daí quero pedir desculpas pelo meu atraso... Estivemos votando hoje na Comissão de Direitos Humanos uma lei que já foi aprovada na Câmara, que institui esse sistema. Então, dá o caráter e a legalidade de política pública mesmo, que a Constituição já alçou para essa área. A próxima discussão é nesta Comissão, e teremos o maior prazer de ampliar e aprofundar o debate em relação a serviços que podemos oferecer.

Eu queria parabenizar a iniciativa do Senado e dizer que esse foi um tema de discussão ontem, quando tivemos a reunião da nossa Comissão Intergestores Tripartite na área da assistência. São representantes de gestores municipais, estaduais e da União. Esse foi um tema de pauta: a necessidade de pensarmos a rede de proteção para darmos cumprimento ao Plano Nacional de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas como dever da nossa área, mas não só. Quer dizer,

que rede de proteção precisamos instituir e como nós entendemos ações da sociedade civil na complementação dessa rede.

Claro que a responsabilidade tem que ser a presença do Estado. Ficou bastante claro aqui que a ausência de políticas públicas acarreta e viabiliza e favorece a busca de outras alternativas, e que não só essas áreas que estão mencionadas – segurança, justiça, saúde, assistência e educação – mas é preciso um conjunto de outras possibilidades e de outras oportunidades, de esporte, de cultura, de lazer, de desenvolvimento de potencialidades, de inclusão no mundo do trabalho, e esse conjunto de políticas públicas precisa realmente definir uma rede em pareceria com a sociedade porque só os nossos serviços são absolutamente insuficientes, embora tenhamos uma proposta de cobertura, mas, de qualquer forma, eles são insuficientes – insuficientes na metodologia, que você abordou muitíssimo bem, a gente reconhece. Precisamos trocar essas experiências de atendimento, de abordagem, de despertar de interesse, mas precisamos assegurar realmente o atendimento, e o poder público tem essa responsabilidade e com certeza o MDS estará junto nessa discussão e nós sabemos que temos que identificar fontes de financiamento, desenhar uma rede de serviços, protocolos de atendimento, parcerias com a sociedade. A gente se coloca inteiramente à disposição. Agradecemos e muito, porque esse tema está na nossa pauta. Temos de dar uma resposta positiva para a sociedade, mas temos obrigações a cumprir e queremos estar junto nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Permitam registrar a presença do Deputado Marcelo Castro. É um prazer recebê-lo aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Não sei se por coincidência ou não, não fui eu que o chamei. Ele chegou aqui, talvez porque o governador... Mas o Dr. Marcelo Castro é médico, e a especialidade dele é Psiquiatria.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Embora, Senador, ele hoje está mais engenheiro do que Psiquiatra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Eu quero apenas, claro, e entendo, Célio, absolutamente, e até recebi um bilhete, dizendo que vão chamar os médicos que entendem das doenças da carne, mas seria importante também convocar os teólogos da Igreja Católica, Evangélica, que pudessem tratar essa que é uma doença, na avaliação de quem escreveu, do espírito mesmo; as pessoas nascem ou não propensos geneticamente a ter ou não uma dependência química.

Eu, particularmente, acho que o meio estimula muito isso. Particulamente. Mas é certo, comprovado, que determinadas pessoas, não se sabe por que, têm mais ou menos resistência a dependência química, seja qual for.

Mas quero encerrar minha participação dizendo para todos vocês o seguinte. Tenho uma ligação bem diferente. Na última eleição, meus colegas cobraram uma atuação minha maior na área de saúde. E eu escolhi essa questão das drogas e de portadores de necessidades especiais. E aí quero finalizar dizendo o seguinte: é preciso que vocês, as entidades, os técnicos, tenham, no Senado, nos Senadores, pessoas que possam, até porque foram eleitos para isso, facilidades para chegar até o poder público, discutir. Porque muitas vezes o técnico está lá, no dia a dia, com papel, burocracia, dando conta de um monte de coisa, ele sabe o que precisa e às vezes, até por uma questão de hierarquia...

Então, oficialmente, extraoficialmente, cheguem até a gente. Pode lhe garantir que teremos a máxima boa vontade nisso.

Ouvi aqui o Manoel Soares... Olha a importância que tem isso. E é o que ele disse, de que não adianta, às vezes, uma linguagem técnica, tem que saber usar lá, como vamos realmente chamar o problema para isso.

Então, são essas as pessoas. Não é difícil. O Célio deu aqui um depoimento pessoal importantíssimo, alguém que conheceu o outro lado e que agora se coloca na batalha.

Tudo isso acho de uma riqueza muito grande,

Encerro a minha participação, meu caro Governador Wellington, dizendo que estou muito feliz de estar participando de uma Subcomissão como esta, porque é aqui que ficamos no dia a dia, com esses e outros problemas. E a cruelmente que você lembrou, a afirmação de que o pessoal que vende o *crack* quer matar o cara que vende *oxi,* droga que acaba matando as pessoas e aí diminui o potencial de clientes. Vejam a crueldade da construção desse raciocínio. Quer dizer, poxa vida, temos que fazer alguma coisa. As pessoas não podem estar à mercê disso que é, sem dúvida nenhuma, na minha avaliação, o maior mal do século, sim, sem a menor dúvida de estar errando, exagerando na minha afirmação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço.

O Célio tinha pedido? Estamos encerrando.

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Só uma informação sobre a questão do *oxi* – e existe uma outra que já está no mercado, para aglutinar viciados em outras drogas.

O *oxi* é feito de pasta básica, ácido muriático, cal virgem, bicarbonato para endurecer o produto...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Por isso mata.

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – **...**querosene, para dar combustão à pedra, e amônia.

Isso no pulmão de um indivíduo, o que pode fazer? Mata imediatamente.

Mas foi lançada uma nova droga, a chamada *brita*, para os usuários de maconha. A maconha já vem prensada com fragmentos ou do *oxi* ou do *crack.* Porque o *oxi*, usado uma vez, as pessoas na rua dizem: "Já era". Mas não já era. O indivíduo tem sair de toda droga. Uma demora muito tempo, outra, menos, mas de toda droga tem como se tratar. É uma utopia falar que não tem tratamento para *crack*, não tem tratamento para o *oxi*, porque não estão vivendo isso.

Então, essas duas drogas... O senhor abra o olho: a *brita* chegou para arrastar multidões. A partir do momento que o Governo começou a falar do *crack*, a repressão passou a ser em cima dessa droga. Não se ouve falar que estão prendendo por uso de cocaína, mas sim de *crack.*

A política muda. A política do tráfico, do narcotráfico é mais avançada do que a própria política governamental. Então, ela lançou uma nova droga, a *brita*, para arrastar milhão de pessoa para o seu uso, porque o valor financeiro...Ao usar uma pedra, ela vai em seis segundos para a cabeça, no máximo em quatro minutos, tem-se a depressão, porque não é loucura, é uma depressão. Automaticamente, tem-se a compulsividade. Fala-se que o usuário comete crime porque está usando o *crack*. Isso é uma grande mentira, porque, quando ele está usando o *crack*, ele põe no cachimbo e faz... Ali, se ele tiver 100g, ele usa as 100, se ele tiver 1kg, ele fica, defeca, faz tudo no canto dele, mas não sai dali.

Agora, está longe de se imaginar a compulsividade para buscar outra pedra para fumar. Aí ele é capaz de matar a mãe, o pai, ele perde todos os valores. Então, essa é a questão que temos que ter consciência, o que é isso. Quando falei no começo aqui – a Senadora saiu, quando eu falei que não podemos alegar uma nomenclatura, porque a política vive em cima daquela nomenclatura. Estamos vivendo uma pandemia da questão do *crack*. Tenho hoje 160 pessoas... mais, umas 300 pessoas, numa entidade; 400, na fila; e na fila, para se internar, morrendo. Numa entidade só! Então, o senhor imagina no Brasil como é que está. Lá no Piauí!

Vamos ter um encontro agora com os Municípios: 99% dos Municípios do Piauí estão infestados com o *crack*. Então, quando eu chamei para a realidade, nós fazermos ações: primeiro, qual é a realidade do Brasil? Porque, quando eu trabalhava em São Paulo, quando fui para o Piauí – que é a minha terra querida, foi a terra que me abraçou e me deu possibilidade de fazer o que eu sonhava, há 16 anos estou lá... Em Minas Gerais, em São Paulo, eu como mandioca, e lá eu como macaxeira. Então, as políticas têm que ser para o Brasil todo. Fazem aqui em Brasília e lá na ponta não funciona, porque não tem a questão técnica do lugar. Chegou uma senhora para mim e disse: – Meu filho está todo empambado. Então, saí lá de onde eu estava atendendo, voltei e perguntei a um senhor lá: O que é empambado? Aí depois que eu voltei para... Amarelado. Então, temos que ter conhecimento, de fato, da região, e não descer leis e técnicas tecnocratas goela abaixo para o Brasil todo sem conhecer as regiões. A droga, o traficante conhece as regiões, e o Brasil, não.

Então, essa é a informação que eu gostaria que o senhor guardasse bem na cabeça do senhor, e vamos trabalhar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bem, Célio, então...

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Eu não tenho a menor dúvida disso. Aliás, quem pediu para as entidades acompanharem a discussão aqui fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom, eu quero aqui, já encerrando, primeiro, agradecer a presença.

Vejam que estamos fazendo dois encaminhamentos para os participantes. Vamos fazer a todos que estiverem aqui. Vamos convidar o Ministério Público, o Judiciário, Defensoria. Vamos ouvir os cientistas. Aliás, Senador Moka, agora, em 2008, houve um evento dos cientistas brasileiros, e eu havia dito até que, em 2008, havia sido lançado. Só agora, em janeiro de 2011, foi lançado um primeiro compêndio, com 100 cientistas brasileiros. É um livro chamado "Dependentes Químicos – Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas". Eles se ressentem muito da falta de dinheiro para pesquisa – é isso que é colocado aqui pelo Célio e pelo Manoel. A velocidade com que se vai alterando. Quer dizer, você estuda uma droga, começa a saber: ela atinge tal neurotransmissor, ela causa tal efeito no cérebro. E você ainda nem descobriu a solução para aquilo e eles já alteraram para uma outra droga. Então, é uma corrida realmente pesada. Se o Brasil não tiver condições de recursos... Por isso, não dá para brincar. Eu conversei com a Presidente Dilma antes e dizia para ela: a gente não pode brincar com esse tema, não pode. Porque ele é grave. Agora, não podemos – isso que foi dito aqui por muitos – nos descolar de uma coisa: tem as drogas ilegais e tem as drogas legais. Normalmente é na festinha que tem a cerveja, a pinga, o gim, o rum, a cuba que se começa ali a oferecer também outras drogas. É científico isso. No mínimo 80%, em cada uma

das unidades de tratamento, seja ela pública, seja ela privada, quando se examina o que está dependente, como ele começou, nota-se que ele começou no cigarro, começou no álcool, começou em outras drogas. Então, a gente fechar os olhos para isso é não ir ao problema da forma correta.

Então, agradeço a Deus por tudo que aprendemos hoje aqui. Fica esse convite para que possamos ter esse encontro de trabalho com as entidades aqui presentes e que possamos organizar essa conferência nacional de políticas sobre álcool, *crack* e outras drogas.

Muito obrigado.

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e cinco minutos, do dia quatorze de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Wellington Dias,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Eduardo Amorim, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia. Justificam ausência os Senadores Cristovam Buarque, Cícero Lucena, Cyro Miranda e Paulo Davim. A Presidência registra a presença do Secretário de Turismo, Integração e Desenvolvimento Sustentável de Ponta Porá, do Estado do Mato Grosso do Sul, Marcelino Nunes de Oliveira, e da Vereadora da Câmara Municipal de Ponta Porá, Dulce Manosso. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião que é dada por aprovada. O Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se a realização de **Audiência Pública** em cumprimento aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2011 referente ao Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento. **2º Painel – Segurança Pública e Legislação: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte** – Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça – Senad-MJ; **Oslain Campos Santana** – Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal – DCOR-PF, representante do Diretor-Geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra; **Doralice Nunes Alcântra** – Secretária de Assistência Social e do Trabalho de Ponta Porã/MS; **Zilmara David de Alencar** – Secretária de Relações do Trabalho e **Eudes Carneiro** – assessor da Secretaria de Relações do Trabalho, representantes do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Roberto Lupi – MTE. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT-PI) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outras Drogas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª reunião de 2011.

Os Srs. e Srªs Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública no âmbito do ciclo de debates destinado a discutir o uso disseminado do *crack* e outras drogas, atendendo aos Requerimentos nºs 1 e 2 de 2011, desta Comissão.

Hoje o segundo painel do ciclo de debates tem como tema a Segurança Pública e a Legislação.

Desejando boas-vindas aos convidados quero convidar aqui a Drª Paulina do Carmo, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, o Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal Oslain Campos Santana, Secretária de Assistência Social e do Trabalho de Ponta Porã de Mato Grosso do Sul, Doralice Nunes Alcântara e a Secretária de Relações do Trabalho representando o Ministério do Trabalho, Drª Zilmara David de Alencar.

Antes eu queria dar algumas informações.

Esta Comissão funciona como um grupo de trabalho vinculado à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Trabalhamos, aqui, articulados com as

Frentes Parlamentares e outras entidades vinculadas à Câmara. Ela tem por objetivo tratar sobre o álcool, o *crack* e outras drogas, voltado especialmente para essa área da prevenção e do tratamento da inserção social e das políticas sobre este tema.

Os convidados farão uma exposição – podemos estimar um tempo de 10 minutos – sendo tolerantes aqui para as conclusões. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Quero agradecer o Ministério do Trabalho que tinha encaminhado uma informação de que o Ministério não tinha uma atuação específica nesta área.

Estive com o Ministro Lupi, explicando as razões pelas quais estamos trabalhando, exatamente, para que quem não tem possa passar a ter. Quero dizer, inclusive, Drª Paulina do prazer de recebê-la, porque sabemos do seu esforço na direção de montar um sistema e uma rede de atuação nessa área, que o Brasil precisa, e o Ministério pediu a presença da sua secretária, já alegando que ela tinha hoje uma atividade na área das relações do mundo do trabalho, especificamente, num conflito entre trabalhadores. Queria me permitir ouvi-la em primeiro lugar basicamente, como eu disse, queremos que o Brasil tenha um sistema e, no caso do trabalho, a gente compreende como a parte principal nessa área de reinserção social.

Desculpe-me, mas temos a presença, também, junto com a nossa secretária de uma equipe do Município de Ponta Porã.

Gostaria que os Srs. se identificassem.

Vereadora e professora Dulce Manucci, Secretário de Política de Integração, Marcelino Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sejam todos bem-vindos. É um prazer recebê-los.

Recebi um telefonema do Fórum dos Secretários Estaduais. Eu havia dito da dificuldade de aprovarmos o requerimento, mas tinham dito que poderia vir alguém do fórum.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Temos o nome da Drª Tânia Mara Garib, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Assistência Social. Não sei se a Drª Tânia veio, mas a Doralice, se eu conheço um pouco, ela fala pela Tânia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu queria só registrar porque eu pedi que a gente pudesse ouvi-la em outro momento para que não ficasse desconectado com o que planejamos.

Drª Zilmara, com todo prazer.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – Gostaria de parabenizar, Senador, V. Exª por essa chamada à sociedade, principalmente o governo, no sentido de que esse assunto repercute em todos os ambientes da sociedade e que o Ministro Carlos Lupi, após conversa com o senhor imediatamente convocou todo o seu secretariado no sentido de que ações devem ser tomadas para que a disseminação do *crack* no ambiente de trabalho seja tratado como uma das metas prioritárias do Ministério do Trabalho. Portanto, logo após essa reunião, houve dentro do secretariado do Ministério do Trabalho a divisão dessas ações. Essas ações visam a chamar os atores sociais tais como os sindicatos dos trabalhadores, sindicatos empresariais para que desenvolvam dentro do seu ambiente de trabalho, do seu ambiente negocial, agentes sociais que possam vir a acompanhar dentro desse ambiente, qualquer tipo de possibilidade de ajuda à reinserção dessas pessoas que estão com este tipo de problema. Essa reinserção tem que ser feita de uma forma real, verdadeira, não de uma forma de exclusão de afastamento de isolamento desses trabalhadores. De pronto já foi solicitado que em todas as mesas redondas que sejam praticadas no âmbito das superintendências regionais de trabalho onde exista presença de trabalhadores e empregadores para que este assunto seja pautado para que passe a constar dentro de acordos e convenções coletivas essa preocupação social de todos esses autores. Para que também seja fomentado dentro dessa democratização das relações de trabalho esse resgate dessas pessoas por entender que a dignidade da pessoa se adquire com trabalho e tem que ser feito um trabalho acompanhado, digno; um trabalho em que a pessoa possa de fato ter a sua reabilitação realizada.

Esses atores sociais que também estarão nas superintendências regionais do trabalho nesse ambiente negocial, eles devem ser estimulados a fazerem ambientes de discussão sobre o tema de forma que essas políticas públicas que poderão ser desenvolvidas dentro do ambiente do Ministério do Trabalho possam ser implantadas. Entendemos que essa inserção também dentro do mercado de trabalho deve ser acompanhada por discussões macros, onde se envolvam todos os órgãos do governo federal estadual e municipal para que ações de um melhor tratamento, não um tratamento repressivo, mas um tratamento de cuidado, de acompanhamento, que não faça qualquer tipo de discriminação dentro do mercado de trabalho para esse universo de trabalhadores.

Essas foram as ações que, de imediato, foram tomadas dentro da Secretaria de Relações de Trabalho e no ambiente da Secretaria de Qualificação que cuida dos Prosex, dos ProJovens, principalmente na área trabalhadora onde verificamos uma maior disseminação do *crack*, foi solicitado que em todos os programas que sejam aprovados pelo Ministério do

Trabalho tenhamos um módulo, tenhamos uma pauta voltada para este assunto.

Foi solicitado ao Secretário de Políticas Públicas que em todos os programas de qualificação de trabalhador seja destinado um momento para se trabalhar a questão das drogas e do seu combate, de uma forma acompanhada e não repressiva. Essas são as ações que vamos ter e principalmente num trabalho junto com os empregadores para, a partir daí, possamos ter notícias de quais são as atividades que possam ser desempenhadas dentro do ambiente de trabalho para que possamos ter um combate mais efetivo e social e não um combate discriminatório.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Consulto, pelas razões que expus, se nós poderíamos fazer alguns questionamentos .

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho prudente, não só pela tolerância, mas por entender que interesses maiores estão.

Senador Wellington Dias, como eu tenho a preferência por ter sido a autora do requerimento sobre o *crack*, então queria, primeiro, dizer que acho prudente e agradecer a presença dos demais painelistas aqui nesse tema crucial para o Brasil, que me surpreende, Drª Zilmara, que só agora mediante a provocação de uma Comissão especial, Comissão provisória, temporária da Casa, para tratar dessa questão de droga. Mas de qualquer modo, queria saber em quanto tempo se imaginar fazer a integração dos órgãos a que a senhora faz referência numa, digamos, transversalidade do debate sobre *crack* já que ele está presente não apenas nas zonas urbanas. No meu Estado no Rio Grande do Sul, 70% dos Municípios já há incidência do *crack*, conforme levantamento da federação dos Municípios. Ela já se espalhou, como já foi mencionado aqui pelo colega Moka, até nos canaviais. Ou seja, não é uma droga urbana, mas é uma droga que está nos pequenos Municípios. Uma droga barata, com uma letalidade brutal e uma dependência imediata do consumidor. Hoje, ela atinge não só a classe pobre, pelo fácil acesso, mas também à classe média e alta. É uma droga complicada e eu queria saber em que tempo o Ministério, visto que só a partir da provocação desta Comissão pelo menos que eu entendi, o Ministério começou a trabalhar nesse assunto.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – O trabalho específico sobre o assunto, Senadora, se deu a partir do momento da provocação, mas acredito que o tempo que o Ministério tem é o tempo real, a partir de agora. A partir do momento o Ministério dentro das limitações de sua competência vai atuar no sentido de poder fornecer para a Comissão ou para os órgãos que trabalham com esse assunto dados informativos que vão permear uma melhor aplicação da política pública. Quais são esses dados? Dados de uma qualificação onde tenha qualquer ambiente que tenha discussão sobre qualificação de trabalhador, onde tenha qualquer tipo de financiamento público nesses tipos de treinamento de capacitação que tenha a necessidade desse tema pautado.

Podemos fornecer onde estão sendo feitos esses cursos, quantos trabalhadores no caso teriam sido atingidos com esse tipo de discussão dentro dos Prosex e ProJovem e na mesa de negociação com o sindicato de trabalhadores e empregadores, fornecer dados de quantos acordos e convenções coletivas nós tivemos cláusulas específicas, quais são essas cláusulas que foram frutos de negociação e o que elas prevêm.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria de propor uma sugestão ao Ministério no sentido de que fizesse o mais rápido possível, por iniciativa do Ministro Carlos Lupi, uma reunião com as centrais sindicais e empresariais juntas, para discutir objetivamente e exclusivamente, essa questão relacionada ao *crack*.

Penso que seria uma forma imediata, urgente e fácil de fazer, porque o número de centrais sindicais de trabalhadores é expressivo e teria grande disseminação, porque, nessa matéria, a informação é uma das armas mais importantes.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – Senadora, representando aqui o Ministro Carlos Lupi, a senhora pode ter certeza de que será realizado com todas as confederações patronais e com as centrais sindicais, em um prazo máximo de trinta dias.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecendo a Drª Zilmara, quero dizer que há a proposta de ficar, pela equipe do trabalho, o Dr. Eudes Carneiro, que acompanharia os trabalhos, para que ela pudesse se ausentar.

A SRª ZILMARA DAVID DE ALENCAR – Muito obrigada e desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Estamos trabalhando – e queria que se transmitisse ao Ministro Lupi – e considero perfeita essa proposta da Senadora Ana Amélia, creio que realizá-la é urgente.

Queremos fazer uma reunião de trabalho com os órgãos de Governo, com o objetivo de que possamos traçar as condições – puxado, de preferência, pelo Governo, e o Ministério do Trabalho é um deles – para uma conferência nacional a fim de tratar desse tema, para que, como em outras conferências que habitualmente se realizam, tenhamos o norte para as políticas

públicas não só a partir da União, mas a partir dos Estados, Municípios e dos demais parceiros.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não, com prazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho que é fundamental, vamos propor uma nova legislação... Não é isso. Achamos que essa coisa de legislação... O fundamental é tentar ser o mais prático, o mais pragmático possível. O que acontece, na prática, com as entidades – e aqui está hoje a Doralice. Tenho um exemplo, acabei de ouvir da vereadora: um pastor tem um jovem que, há nove meses, está sem consumir nenhuma droga. Em princípio é um processo de abstinência, e ele tem o mundo lá fora. Como é que ele vai fazer sem uma profissão? Porque isso, às vezes, pega o jovem numa idade de adolescência e ele fica dois, três, quatro anos na dependência química. Não estou dizendo *crack*, que é um assunto assustador, mas vamos generalizar. Uma das coisas mais importantes é que ele possa ter uma reinserção no mercado de trabalho – e o Ministério do Trabalho tem o ProJovem.

O que a Senadora Ana Amélia colocou é exatamente criar esse mecanismo entre os ministérios no sentido de nos preocuparmos ao oferecer ao jovem uma oportunidade de trabalho. Vamos reservar uma parcela dessas vagas para aqueles jovens. Claro que você não vai misturar o jovem que ainda tenha dependência com os outros jovens, mas para que ele possa ter esse caminho. Só tentando ajudar, Senadora Ana Amélia, sugiro colocar isso dentro dos programas do Ministério do Trabalho, porque aí sim, na prática, teremos entidades trabalhando, recuperando jovens. E aí é o grande problema: depois de recuperado, ou então, feito o diagnóstico, para onde encaminhar? É a questão do tratamento e da prevenção. Prevenção, tratamento e reinserção. Não é ficar divagando, é uma coisa prática, pragmática, porque, aonde você vai, a sociedade te cobra. Vocês precisam fazer alguma coisa com essa questão – e hoje em dia é o *crack*. E me assusta mesmo, sou muito ligado ao seguimento produtivo, à área de agricultura, e isso está chegando à área rural. Antes não se tinha esse tipo de problema. Não sei se fui claro, só queria que você considerasse isso.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Senador Moka, como médico, conhece até mais tecnicamente o impacto negativo sobre a saúde, especialmente dos jovens e dos trabalhadores.

Na verdade, Senador Moka, Presidente, Drª Zilmara e demais painelistas, essa idéia é que, na verdade, quem está na ponta é a central sindical. É a central sindical que tem núcleos de preparação, de mão-de-obra, de qualificação para a reinserção do trabalhador desempregado. Como estão na ponta, têm a realidade, o diagnóstico da situação, não só do nível de emprego, mas da situação social dessas pessoas que procuram o primeiro emprego – seja o Sine, seja o ProJovem, todas essas áreas.

É nessa ponta que, em uma interatividade com o Ministério do Trabalho, como formulador dessas políticas, podem as centrais trazer algumas sugestões que sejam viáveis e práticas, dispensando – como disse muito bem o Moka – essa questão de parafernália legal, porque fazemos leis e as mesmas ficam apenas no papel, a prática é que vai representar. Então, é até uma discussão de comunidade terapêutica: o que fazer, o que ajudar. Essas entidades ganham recursos públicos – o Sistema S é muito forte –, como é que não vão usar um recurso desse para a reinclusão e reinserção dessas pessoas? É nesse sentido que a proposta vai ao ponto que o Moka falou, que explicita mais o objetivo de sugerir que as centrais entrem nesse debate, também.

Obrigada à senhora, ao Moka e ao senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço aqui aos Senadores e, dando continuidade, passo a palavra à Drª Paulina Duarte.

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Bom dia a todos, inicialmente gostaria de parabenizar e cumprimentar o Senador Wellington Dias, pela possibilidade de estarmos aqui hoje, pela Presidência desta Comissão. O Senador Wellington já é um parceiro do Governo, de outras datas. Queria cumprimentar, também, a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka, demais autoridades do Legislativo presentes, os colegas de Mesa, os colegas do Governo e, principalmente, aquelas pessoas que se dedicam a essa questão com usuários e dependentes de drogas.

Nos últimos anos, o Governo federal vem empreendendo um grande esforço no sentido de dar respostas sistêmicas a essa questão – e os senhores sabem que a resposta à questão das drogas é relativamente complicada, porque é um tema que não tem dono, e assim deve ser. Por quê? Porque a questão das drogas afeta todas as áreas, não é um tema só da medicina, da polícia, da justiça, da educação, do trabalho, da previdência... É um tema de todos, todos têm uma parcela de responsabilidade. E é também um tema, evidentemente, das famílias e da sociedade como um todo. Agora, é evidente que cabe ao Governo a coordenação de um esforço na busca das melhores respostas.

Nesse sentido, posso dar um depoimento pessoal: venho fazendo parte do Governo desde 2003,

na Secretaria Nacional – à época Antidrogas –, no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – à época como diretora técnica e, hoje, como Secretária Nacional, já com a Secretaria no Ministério da Justiça. Creio que essa própria mudança já é o prenúncio de uma ação mais efetiva no Governo, no sentido de ampliar a coordenação das ações. A passagem da Secretaria Nacional de Políticas sobre Droga do Gabinete de Segurança Institucional para o Ministério da Justiça, por decisão da Presidenta Dilma, não teve outra razão senão a ampliação e o fortalecimento das ações de coordenação da política sobre drogas, porque, embora tenhamos avançado enormemente na produção do conhecimento, na realização de pesquisas, na capacitação dos diferentes atores os oito anos do Governo Lula, é preciso mais. Nós sabíamos que deveríamos avançar que para termos uma ação coordenada e fortalecida nós precisaríamos ter uma secretaria com capacidade real de coordenação.

Nesse sentido,.hoje lhes falo também aqui em nome do Ministro José Eduardo Cardoso, de que nós ficamos muito contente com o convite do Senado e também da Câmara. Ontem nós tivemos uma audiência pública de uma Frente Parlamentar, uma comissão especial que está trabalhando exclusivamente a questão das organizações sociais, as chamadas comunidades terapêuticas que, anonimamente, se dedicam há anos ao atendimento de dependentes de drogas no País, como um todo. E ontem nós discutimos exatamente essa questão, lá Câmara e hoje no Senado. Sinto-me muito a vontade e muito contente de dizer aos Srs. que, efetivamente, nós temos trabalhado e caminhado no sentido de buscar as melhores respostas. E isso, a primeira questão, embora tenhamos falado muito do *crack*, tenhamos implementado um programa cuja droga de chamada é o *crack*, nós não podemos nos esquecer das demais drogas. Temos as drogas lícitas, como o álcool, o tabaco, especialmente o álcool que mata milhares de jovens e acidentes, em situações de violência; temos a situação da violência doméstica. E temos as outras drogas também que talvez por não fazer um apelo tão grande pela dissociação da vida da pessoa não ser tão grande como a do *crack*, nós não podemos nos descuidar. Nos preocupa sim o uso de inalantes pelas nossas crianças, nos preocupa sim o uso de maconha pelos nossos jovens, nos preocupa sim o uso da cocaína na forma inalada, também.

Mas, é evidente que o momento exige uma ação em relação ao *crack*, que é uma droga, não há dúvida, que nos últimos dois anos, principalmente, teve um consumo acentuado. Embora não tenhamos números reais, nós teremos – aliás eu já me comprometo, se for de entendimento desta Comissão – em duas semanas teremos a maior pesquisa realiza no mundo sobre *crack*. É uma pesquisa feita pela Fundação Osvaldo Cruz, em parceria com a universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Nós ouvimos 25 mil pessoas para fazer essa pesquisa.

Bem dentro daquilo que falava a Senadora Ana Amélia, nós fomos ouvir não apenas as capitais, mas em nossa pesquisa, a amostra, abrange grandes cidades, médias cidades, pequenas cidades e zona rural. Essa pesquisa foi uma grande força tarefa, com investimento de R$ 7 milhões, do plano *crack*.

Por que essa pesquisa?

Porque nós precisamos de uma fotografia real, para não corrermos o risco de continuarmos discutindo no emocional. É claro, é evidente, que a questão da droga, do *crack*, principalmente está na nossa frente. Ninguém é irresponsável de negar o que temos visto nas chamadas "cracolândias". Mas nós precisamos ter a dimensão exata até para saber onde vamos investir mais recursos. Se é na pequena cidade, se é direto no município, se é direto no Estado, enfim, então nós teremos esses dados da pesquisa que vai nos dar a dimensão exata do consumo para que possamos, efetivamente, fortalecer as ações que já vêm sendo feitas pelo Governo. Na verdade muita coisa vem sendo feita, e o que nós precisamos, neste momento, é justamente ampliar e fortalecer as ações, nós sabemos exatamente.

Então, quando a secretária Zilmara falava, eu fiquei muito contente e até cochichava aqui com o Senador e falava: Puxa, olha que bacana, outros ministérios se juntam, entendendo que essa não é só uma questão de polícia e de saúde, essa é uma questão de todos nós, de todos os ministérios sim, porque tem impacto nos dias de trabalho perdido, tem impacto na licença, na saúde do trabalhador, tem impacto na produtividade e tem impacto, evidentemente na Previdência Social, que nós já temos dados, a Senad já tem dado disponíveis do impacto do uso de drogas na Previdência, ou seja, das licenças, dos afastamentos e das aposentadorias precoces. Então esse é um tema que, hoje, tem por parte da Presidenta Dilma, um grande compromisso de ação, e acho que todos somos testemunhas, esse foi um tema de campanha de todos os candidatos, mas da Presidenta Dilma é um compromisso. E ao iniciar o seu Governo foi uma das primeiras questões trazidas à mesa de reunião e dito: Olha, precisamos da resposta.

Nesse sentido nós temos trabalhado e o Legislativo tem nos ajudado muito, tem nos dado a exata dimensão do que está acontecendo nos Estados e nos municípios. E nós temos clareza de que não podemos lidar, simplesmente, com uma área, nós temos um problema grave ainda no Brasil, que é a questão do tratamento. Todos sabemos, como Governo, Ministro

Alexandre Padilha está trabalhando com isso. É preciso ampliar enormemente a rede de tratamento, é preciso reconhecer o trabalho feito pelas organizações sociais, pelas comunidades terapêuticas, mas é também preciso trabalhar com a questão da reinserção social. E aí nós temos que chegar no Ministério do Desenvolvimento Social, temos que chegar na Secretaria Nacional da Juventude. Por quê? De nada adianta a melhor comunidade terapêutica, o melhor hospital se esse indivíduo não tiver um acompanhamento que lhe garanta a profissionalização, lhe garanta a efetiva reinserção.

Trabalho nessa área de droga há mais de 30 anos, seja como professora na universidade, seja como especialista, seja na área de justiça, eu sempre dizia aos meus alunos de pós graduação, na universidade, que nós só podemos falar de reinserção social e de recuperação na hora em que o indivíduo diz que ele redescobriu o gosto pela vida. Então, muito mais do que parar de usar droga, as pessoas precisam redescobrir o gosto pela vida. E o gosto pela vida vem associado ao sentimento de inclusão, de inserção de cidadania e de efetivamente de pertencimento à família, à sociedade.

Nesse sentido nós temos trabalhado com o plano de enfrentamento ao *crack* numa série de ações, os senhores vêm acompanhando, já estivemos nesta Casa por mais de duas vezes, no ano passado, mas o que eu posso lhes trazer de novidade para este ano, além da mudança da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas para essa posição de coordenação geral no Ministério da Justiça, é o efetivo comprometimento, compromisso da Presidenta Dilma e seus Ministros no sentido de que nós estaremos intensificando as ações. E aqui as ações de pesquisa, de ensino, de prevenção, de tratamento de reinserção social e também evidentemente, as ações de enfrentamento ao tráfico, que o nosso colega da Polícia Federal, Delegado Oslain, irá falar.

Então, hoje, a nossa presença aqui muito mais do que querer dizer todas as ações é reafirmar compromisso de Governo a essa causa, e a esse tema, e colocar todas as instâncias do Governo, todos órgãos do Governo Federal à disposição do Senado Federal, para discutir, para apresentar, enfim, alternativas e também, evidentemente, para prestar contas que vem sendo feita pelo Governo.

Então eu gostaria mais uma vez de agradecer, de parabenizar esta Comissão e me colocar à disposição dos senhores, mas também pedir o compromisso dos senhores no sentido de que nós precisamos trabalhar com ampliação de orçamento. Nós precisamos também melhorar as nossas leis em alguns aspectos para que possamos trabalhar com mais efetividade nesse tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos à Drª Paulina e de pronto já passamos a palavra ao Diretor de Combate ao Crime Organizado, da Polícia Federal, Delegado Oslain Campos Santana.

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Bom dia a todos. Preliminarmente, em nome do Departamento de Polícia Federal, gostaria de cumprimentar toda a Comissão por esta iniciativa, na figura do seu Presidente, o Senador Wellington Dias.

Bem, vou fazer uma rápida apresentação antes sobre o tema O Enfrentamento ao Tráfico de Drogas pela Polícia Federal.

O objetivo é' apresentar a estratégia do enfrentamento ao tráfico de drogas pela Polícia Federal... Temos um sumário: Principais Drogas Ilícitas, na visão da Polícia Federal, Fronteiras, Estratégias de Enfrentamento, Resultados Operacionais Alcançados e teremos uma conclusão.

Tema: Principais Drogas Ilícitas.

Bom, na visão da Polícia Federal as principais drogas ilícitas que mais afetam a questão da segurança pública no Brasil são a maconha e a cocaína. A maconha tem um consumo, são dados do UNDOC do próprio Governo Federal e da própria Senad, 2.6% da população brasileira entre 15 e 64 anos consomem a maconha. Hoje, segundo os dados, o consumo está estabilizado.

Nós temos regiões produtoras de maconha, aquela destinada ao consumo em território brasileiro, no Paraguai, infelizmente, produção também dentro do território nacional, nos Estados de Pernambuco e Bahia, Maranhão e Pará.

Quanto à cocaína e *crack*, nós temos uma previsão de consumo entre 7 a 1% da população, entre 15 e 64 anos.

Regiões produtoras: da mesma forma, infelizmente, o Brasil faz fronteira com os três maiores produtores de cocaína do mundo. Pela ordem, Colômbia, Peru e Bolívia.

(Apresentação de slides)

Os senhores estão vendo aqui o mapa da América do Sul. O Brasil possui fronteira com dez países. Dos três maiores produtores mundiais de cocaína – Colômbia, Peru e Bolívia e o segundo maior produtor de maconha.

Quanto ao tráfico de cocaína, no ano de 2010, houve uma redução da área plantada, na Colômbia, em torno de 18%; houve um aumento da área plantada, no Peru, em torno de 4%, e um aumento da área plantada na Bolívia em torno de 6%.

Quanto ao tráfico de maconha, 80% da maconha consumida no Brasil é proveniente do Paraguai, e 20%

é abastecimento da produção do mercado interno, principalmente nos Estados da Bahia e Pernambuco.

Fronteiras.

Bem, como visto, a produção e feita, a maioria dessas drogas, cocaína e maconha, nos nossos países vizinhos. Então a preocupação maior da Polícia Federal é o enfretamento ao tráfico na região de fronteira. É conter essa droga antes que ela ingresse no território nacional. É muito mais fácil combater na fronteira do que você fazer uma investigação depois que a droga chega nos grandes centros consumidores.

Só motivo de comparação quando falamos de fronteira; ou seja, aquele problema da situação do México com os Estados Unidos. A fronteira do México com os Estados Unidos é 3.144 Km. de extensão. A fronteira do Brasil, seca, pode-se dizer, é 16.886 Km. Aí vocês têm uma ideia da dimensão do desafio.

Quanto à Região Amazônica, o tráfico na Região Amazônica utiliza principalmente as vias fluviais. Então os rios da Amazônia... A droga, principalmente a cocaína produzida no Peru, Colômbia e parte da Bolívia, ingressa no território nacional por via fluvial.

Quanto ao tráfico de cocaína, o maior problema que nós enfrentamos hoje no Brasil quanto à cocaína é a produção da Bolívia e não só a produção da Bolívia como também a produção peruana. É produzida no Peru, utiliza o território boliviano como entreposto e ingressa no território nacional.

Ali estão as áreas de produção em território boliviano: a área do Chapare e Yungas, as maiores áreas de produção na Bolívia.

Continuando, isto é uma foto da fronteira de Mato Grosso, fronteira seca. Em Mato Grosso nós temos 700 Km de fronteira seca e esta situação que os senhores veem: sem obstáculo nenhum, uma região plana, só fazendas e facilmente tem como se ingressar em território nacional e dificulta também o patrulhamento ostensivo.

Mais algumas fotos, Bolívia, mais uma, continuando, e aqui o Paraguai.

Do meu ponto de vista, a minha primeira lotação foi em Três Lagoas, eu laborei por oito anos e meio no Estado de Mato Grosso do Sul. Lá eu ocupei várias chefias, inclusive a de Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado. E da mesma forma fui por dois anos e oito meses Superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso. O maior problema que eu vejo no enfrentamento ao tráfico de drogas é o Paraguai. Você tem tanto o ingresso de cocaína, cocaína boliviana e colombiana, quanto a produção de maconha, além também de tráfico de armas, contrabando de descaminho. O maior problema nosso é na região da fronteira com o Paraguai, até mais do que a fronteira com a Bolívia.

Ali a cidade de Bela Vista, cidade contigua. Eu coloquei Bela Vista é contigua à Bela Vista no Paraguai Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, Guaira, Salto del Guairá, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este.

Estratégia de enfrentamento por parte da Polícia Federal.

Dentro desse quadro, o que nós definimos na Policia Federal? Priorizar a região de fronteira, investir em tecnologia, ampliar a corporação com órgãos federais e estaduais no Brasil, ampliar a cooperação internacional, priorizar o combate ao crime organizado.

Dentro dessa priorização das fronteiras, desde 2006, todos os policiais formados na Academia Nacional de Polícia têm sua primeira lotação nos Estados da fronteira. Em decorrência disso, houve um aumento de efetivo de 553 policiais nessas unidades de fronteira, do Amapá até o Rio Grande do Sul, para 982 policiais.

Da mesma forma, priorizamos a destinação de recursos humanos e materiais. Então como estratégia, investimentos em tecnologia, temos o...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só para eu entender. Esse é o número que tem ou o número que aumentou?

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Em 2006 nós tínhamos 553 policiais e, em 2010, 982, nas unidades de fronteira.

Investimentos em tecnologia: o Projeto Vant.

Veículo Aéreo não Tripulado, que já está em fase de teste na região de Foz do Iguaçu. Nós temos a previsão de cinco bases desses veículos em território nacional. Ele proporciona geração de imagens para reação imediata da interdição daqueles suspeitos, monitoramento contínuo das fronteiras. Então é um investimento em tecnologia.

Da mesma forma o Projeto Cintepol, Centro Integrado de Inteligência Policial. Todos os órgãos de segurança terão acesso a esse sistema e poderão trocar informações ou ter acesso ás informações da Polícia Federal.

O Projeto Pequi, Perfil Químico da Droga, é um estudo que está sendo feito por nossos peritos quanto a identificar o local de produção, no caso da cocaína. O primeiro projeto é da cocaína para verificar se ela é produzida na Colômbia, Bolívia ou Peru, e daí você traçar políticas de melhor enfrentamento.

E o Projeto Afis, que seria identificação, a identificação através de impressões papiloscópicas das pessoas que estão transportando as substâncias entorpecentes.

Este é o Vant, um Veículo Aéreo não Tripulado. É uma aeronave israelense que já está, como disse, em fase de teste, inicialmente no lago de Itaipu, na fronteira Paraná e Paraguai.

Continuando, Combate às Organizações Criminosas Especializadas no Tráfico de Drogas.

Nós priorizamos não só a apreensão da droga. Não adianta você só ficar apreendendo a carga na estrada, você prender entorpecentes, porque isso vai fazer parte do risco do negócio do traficante. Então priorizamos identificar quem são os traficantes e desarticular toda a organização criminosa.

Esse foi o foco da Polícia Federal. Dentro desse foco, nós utilizamos emprego de técnicas especiais de investigação, ação controlada, entregas vigiadas, interceptação de comunicações telemáticas e telefônicas. Essas são as técnicas que utilizamos.

O foco no patrimônio obtido por meio ilegal. O tráfico é um delito que visa lucro. Não adianta você simplesmente prender a droga ou prender o traficante e deixá-lo na posse dos seus bens. Então o objetivo principal nosso é investigar a lavagem de ativos e confiscar os bens dos traficantes, para que, mesmo ele preso, chegar à conclusão de que o crime não compensa.

Se ele for preso e continuar com o patrimônio não vai atingir o objeto apreendido pela Polícia. O objetivo maior é neutralizar a organização. Não adianta pegar só um tentáculo, um braço operacional da organização sem identificar aquele, muitas vezes, o financiador, aquele que não coloca as mãos na droga, aquele que muitas vezes tem um negócio de fachada ou tem um negócio de fachada e também se locupleta com o tráfico.

Outras estratégias.

Inteligência do banco de dados. Identificar o homem.

Não adianta você tentar fazer uma contenção de forma ostensiva na fronteira que você não vai conseguir. É negócio. Você vai identificar quem é o traficante de cocaína e quem é o traficante de maconha e investigar o homem e sempre vai ter um homem por trás. Só o trabalho ostensivo não surte efeito e se surtisse efeito não entrava cocaína e maconha nos Estados Unidos. Então identificar o homem e inteligência policial.

Operação sentinela que já está em andamento é uma ação que, desde março do ano passado, um trabalho conjunto e articulado entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança, Receita, polícias estaduais, polícias estaduais de fronteira, particularmente o DOF, no Estado de Mato Grosso do Sul e Gefron, no Estado de Mato Grosso e as Forças Armadas.

Integração com as Forças Armadas no projeto Ciccon que está em andamento, uma integração mais próxima da Polícia Federal com as Forças Armadas; integração com as polícias estaduais PFRON's que, do mesmo modo que Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, criação de polícias estaduais na fronteira.

Outras estratégias.

Nós já temos, há mais de 10 anos, uma parceria na erradicação da maconha no Paraguai que está alcançando excelentes resultados e essa parceria vem há quase 10 anos. Iniciamos agora contato com a Bolívia e Peru para auxiliarmos financeiramente e com técnica a erradicação de coca nesses países.

Cooperação internacional com Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Argentina e Uruguai.

A Polícia firmou, com apoio do MRE, alguns acordos de cooperação com essas polícias para continuarmos a investigação naqueles países. As investigações, até cinco ou seis anos atrás, paravam na fronteira. Você sabia muitas vezes quem era o traficante que estava em território boliviano, peruano, colombiano ou mesmo no paraguaio e não tinha mais como continuar essa investigação. Hoje já está se avançando, em parceria com a polícia desses países, para tentarmos prender essas pessoas dentro do próprio território.

Aumento de oficiais de ligação brasileiros.

Temos hoje 3 oficiais de ligação Bolívia, 2 no Peru, 1 na Colômbia e 2 no Paraguai e, da mesma forma, policiais colombianos, peruanos, bolivianos e paraguaios estão atuando, dentro do Brasil, com a Polícia Federal, em trabalho de investigação de tráfico de drogas na área de inteligência.

Resultados operacionais.

A apreensão de cocaína, *crack*, pasta-base, e gênero, nós colocamos porque hoje não temos tecnologia para definir o que é *crack*, pasta-base de *crack* e cocaína. Então, creio que este ano já teremos condições de quando fizermos apreensão da droga definir se é uma pasta, *crack* ou cocaína ou cloridrato. Em 2007, 18 toneladas; 2008, 20 toneladas; 2009, 24 toneladas e 2010, 27 toneladas.

Esse aumento de apreensão ocorreu principalmente por três motivos: aumento da produção boliviana, que não é o principal fator; o principal fator é uma mudança de rota. Há 10 anos atrás, dois terços da cocaína era consumida pelos Estados Unidos e um terço pela Europa. Hoje mudou. Hoje você tem metade da cocaína produzida no mundo, 35% consumida nos Estados Unidos e 35% na Europa e, consumido na Europa, obrigatoriamente, vai transitar no território nacional. Nós nos tornamos país de trânsito em razão desse aumento.

Segundo ponto: o aumento do poder aquisitivo da população brasileira é fato, é negócio, e ela vai procurar o mercado consumidor. Esse é o lado ruim do desenvolvimento. Então, é interessante para o traficante comercializar essa droga em território nacional e numa quantidade menor, que falo aumento de produção na Bolívia.

Apreensão de maconha praticamente permanece estável e está até diminuindo em razão da erradicação no Paraguai que está sendo mais eficiente. Então, fazendo-se uma erradicação no Paraguai evita-se que essa maconha ingresse em território nacional.

Temos uma parceria muito boa com a Força Aérea Brasileira e com o Cindacta. No ano de 2009, foram 5 interceptações de aeronaves introduzindo no território nacional substancia entorpecente, 4 aviões apreendidos, 1.500Kg de cocaína e *crack* apreendidos.

2010 – Dois aviões apreendidos, 800Kg de cocaína e *crack* apreendidos.

2011 – Já tivemos dois aviões apreendidos, 900 Kg de cocaína e maconha.

Esses só foram aqueles resultados de parceria, interceptação com Tucano que deu resultado positivo. Então, a parceria da Polícia Federal com a Força Aérea teve esses resultados nos últimos anos.

Erradicação.

No ano de 2010, no Brasil, foram apreendidos um milhão e oitocentos mil pés de maconha, com potencial de produção – se essa maconha chegar no mercado – em torno de 500 toneladas de maconha. Então, essa erradicação de maconha evitou que 500 toneladas de maconha chegassem ao mercado consumidor.

Já na parceria com o Paraguai, 901 hectares – e a produção do hectare é de forma diferente da metodologia brasileira – daria em torno de três toneladas por hectare, 1800 toneladas deixaram de ingressar o território nacional em razão da erradicação no Paraguai.

Algumas operações como Operação Caravelas, Operação Farrapos, que prendeu o Abadia.

Conclusão: investigação criminal tradicional.

Reativa, visa a eventos passados, objetiva esclarecer crimes já ocorridos, emprego de técnicas tradicionais, interrogatório de pessoas, apreensão de coisas e exames periciais, obtenção de dados públicos ou protegidos. Investigação criminal tradicional.

O que visa a Polícia Federal? O que estamos fazendo?

Investigação de ações criminosas.

Ela é proativa, visa eventos passados e futuros. Duplo objetivo: esclarecer crimes já ocorridos e neutralizar a organização criminosa.

Emprego de técnica especializada:

Vigilância intensiva, física, eletrônica, interceptação das comunicações, infiltração, ação controlada, delação premiada.

Desafios e oportunidades.

Aprimorar a cooperação internacional, aprimorar cooperação com as instituições dentro do Brasil, que tem muito a evoluir aqui dentro do País ainda e o apoio aqui do nosso Congresso no tocante ao aperfeiçoamento da legislação. Aperfeiçoar a legislação já existe, mas é sempre necessário ser aperfeiçoada. No crime organizado técnicas especiais de investigação, lavagem de ativos tornando-a de terceira geração a nossa lei de lavagem de ativo de segunda geração. Só alguns delitos que são antecedentes à lavagem. O ideal é que ela evolua para todos os delitos.

Aperfeiçoar a legislação principalmente de alienação de bens de traficantes de drogas. Que possa ser feita essa alienação de forma mais célere, esse recurso retirado das mãos dos traficantes volte para a União para ser utilizado, tanto no tratamento, na prevenção, quanto na repressão ao tráfico de drogas.

Peço escusas Senador por ter me alongado por mais de 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Obrigado. Nós é que agradecemos. Vamos ouvir a nossa secretária Doralice, na outra ponta.

A SRª DORALICE NUNES ALCÂNTARA – Primeiramente, quero agradecer a Deus por este momento que estamos vivendo nesta Casa. O cenário que se desenha hoje aqui, as presenças de representantes do Poder Legislativo, do Poder Executivo Federal, a representação do Poder Legislativo Estadual, a imprensa, os órgãos envolvidos verdadeiramente, o empenho desta Casa, dos Senadores. Senadora Ana Amélia, na sua pessoa eu gostaria de agradecer imensamente pela sua proposição, pela articulação desse momento, quero agradecer ao Senador Moka, trazer o abraço do Mato Grosso do Sul e o agradecimento de toda aquela comunidade. Senador Wellington, em nome dos militantes, dos agentes sociais, quero lembrar aqui e fazer um voto de louvor às pessoas que trabalham nas comunidades terapêuticas e também especialmente aos funcionários públicos que trabalham com os CRAS, com os CREAS, com os CAPS que realmente associado à explanação que já foi feita nesta Mesa, são as pequenas mãos como ouvimos na abertura do seminário que tivemos no final de semana em Dourados, são as pequenas mãos que conseguem tentar segurar essa avalanche de problema, problemas sociais, de justiça, de repressão, de educação que infelizmente nos traz à dependência química.

Eu quero agradecer mesmo a todos vocês, cumprimentar esta Mesa e dizer para todas as pessoas envolvidas que este é o momento. Este painel, essas audiências públicas, Senador Moka, representam exatamente a necessidade deste país, necessidade que as famílias têm do cuidado. E hoje eu me sinto muito gratificada, e falo também em nome da Drª Tânia Garib, falo em nome de todos os agentes do Estado do Mato Grosso do Sul envolvidos nesta problemática, com quem nós estivemos antes de estar aqui. A Drª

Tânia nos orientou, nós estivemos falando sobre isso com os diversos segmentos da sociedade de Ponta Porã, com as diversas políticas. O nosso Secretário de Turismo, Integração e Desenvolvimento está aqui representando essa articulação política que é feita no Município de Ponta Porã. A nossa vereadora, Professora Dulce, representando todo o apoio que o legislativo municipal tem dado às causas, capitaneadas pelo nosso Prefeito Flávio Kayatt, a quem devemos toda essa iniciativa de poder ter a liberdade de trabalhar. Estou há seis anos trabalhando com o prefeito e a causa da dependência química acabou chegando na Secretaria Municipal de Assistência Social. Porque uma das causas mais fortes, Senadores e colegas da mesa, a desarticulação, a fragilidade que a dependência química causa nas famílias. Então todas as ações políticas e toda política pública, todo bom resultado que o plano integrado, e nós temos que louvar aqui ao plano integrado que foi implantado pelo Presidente Lula, tudo isso funciona muito bem quando a família está íntegra. A forma de tratamento da dependência química, que nós sabemos todos aqui por uma conseqüência da reforma psiquiátrica, ela hoje é feita em ambulatório, é necessário que a família tenha força para poder receber o seu dependente químico em casa e ministrar o tratamento, e respeitar o horário do remédio que foi para ele ministrado lá no Caps, que é onde se faz o atendimento hoje na saúde pública. O Caps, precisa ficar registrado, é um modelo de atendimento que se tem hoje para o mundo. Mas infelizmente quando a doença – e aí vamos falar de *crack* – da dependência química pelo *crack* se instala no seio das famílias já não é mais suficiente o tratamento ambulatorial, porque aí a pessoa vai para a rua, e é neste momento que a dependência química bate às portas da política da assistência social.

E quero então começar este momento aqui, dizendo para os senhores que esta Mesa que representa hoje muito fortemente o trabalho envolvido quando a representante do Ministério do Trabalho falava sobre trabalho, aqui me parecia assim: mas existem sim os projetos de trabalho. Só que para o dependente químico tem toda uma atenção especial para que ele faça determinados cursos por exemplo. Se uma pessoa tem dependência química você não pode colocá-la para fazer um curso de garçom, porque ele vai ter contato com a bebida. E a recaída infelizmente é regra no tratamento. Aí você vai colocar essa pessoa na noite, depois que ela passou por todo o processo de ressocialização, em que ela já está inserida. Você vai inserir por que porta? Por qual curso você vai inserir? Hoje todas as ações estão voltadas, estão conectadas e isso foi refletido no plano integrado. E é essa a reflexão que eu queria trazer para os senhores aqui.

O que nós trouxemos para este painel de discussão da legislação e segurança pública e o que me compete como secretária municipal de assistência social e do trabalho é falar da nossa realidade em relação ao plano. Este plano integrado representa a necessidade que a política pública tinha até então. Só que é uma legislação completa? É. Na medida em que conseguimos que ele fique efetivo, é o ideal. O que eu trago como reflexão de um município, lá onde as coisas acontecem. Lá na fronteira de Ponta Porã, onde tem 11km de conurbação urbana. A cidade nossa é de um lado Brasil e de outro Paraguai.

Esse plano no País, a parte que o governo federal deveria fazer, e eu estava conversando sobre isso numa entrevista antes dessa audiência, ele já está fazendo, implementando. E todas as lei nós sabemos que saem devagar do papel.

No Estado do Mato Grosso do Sul e nessa orientação que recebi, inclusive da Drª Tânia Garib, implementando o plano, nós já temos ações efetivas, nós já estamos construindo, já está construído o plano estadual de atenção a saúde. E também nossa universidade estadual é um dos centros regionais de enfrentamento que começou agora, no final da semana passada, o seu primeiro seminário, a sua primeira capacitação prevista no plano.

Em relação ao Município de Ponta Porã, nós, já caminhando para tirar do papel, realizamos numa articulação de todas as políticas públicas municipais num processo de integração também com as políticas públicas da cidade de Pedro Alfonso Caballero o primeiro fórum municipal de enfrentamento ao *crack* e outras drogas, envolvendo saúde, assistência social, um olhar cuidadoso da integração, do turismo e do desenvolvimento. Há a câmara municipal presente conosco e também as autoridades paraguaias que foram convidadas. Daí resultou o nosso plano operativo local de enfrentamento ao *crack* e outras drogas. Este fórum foi organizado por uma comissão que cuidou exatamente dessa terra que os senhores veem aí. Essa é a nossa fronteira. E são 11km dessa forma. Ponta Porã é um lugar privilegiado, nós podemos estar em dois lugares ao mesmo tempo, não é Senador, você põe um pé no Brasil e outro no Paraguai. Isso é fantástico culturalmente falando.

Estamos de um lado, imaginem no Paraguai, porque aquela bandeirinha mostra o Paraguai e lá do outro lado já é o Brasil. Você passa a rua e já é Brasil. E olha nós estamos olhando do ponto de vista paraguaio.

Este fórum que nós consideramos o grande ensaio, nós saímos do papel, em Ponta Porã, nós nos

orgulhamos disso, desse trabalho integrado, tirando exatamente as propostas do plano. Quais eram os nossos objetivos?

Articulação da rede municipal de atenção e tratamento ao dependente químico e a elaboração desse plano municipal de enfrentamento ao *crack* e outras drogas que foi o resultado concreto deste fórum.

Neste fórum, que foi organizado por uma comissão interssetorial e intermunicipal, a gente fala intermunicipal em Ponta Porã, na verdade; e a gente fala então internacional, porque é Paraguai o outro município. As nossas necessidades diagnosticadas. A necessidade de potencializar a rede de tratamento, a maior integração da rede local, ampliar as atenções às famílias co-dependentes. É importante lembrar disso. A dependência química gera uma família co-dependente. Favorecer a ressocialização e a reinserção social dos dependentes químicos em recuperação. Viabilizar o co-financiamento das ONGs.

E principalmente, de novo, vivendo ali com um pé em cada país, uma atenção especial às particularidades do município. Ponta Porã tem 11km de fronteira com conurbação urbana e isso sim dificulta o trabalho da repressão ao tráfico de drogas enquanto facilita o acesso às drogas lícitas e ilícitas. São dois países, Srs. Senadores, todas as pessoas envolvidas e presentes aqui, a Sudalene também cidadã fronteiriça está aqui sabe que estamos falando isso. Dois países, duas legislações, uma única cidade. É um só povo enfrentando uma problemática comum com estratégias diferentes. A legislação paraguaia é diferente. Tem a questão da soberania e tudo aquilo de que somos sabedores.

No louvor que eu fiz aos Caps e aos CREAS, são centros que temos de atendimento, é exatamente para demonstrar que são esses os soldados que trabalham e que levam todo o ônus da incapacidade de atendimento, que é natural diante da problemática.

Percebam uma entidade pública trabalhando nessa extensão. E aí nós colocamos aqui para mostrar o lado bonito da nossa fronteira. Esse é o lado bom de ser fronteiriço, você olhar e ter uma visão geral de dois países, para ilustrar para os senhores o trabalho que é diferenciado realmente.

Uma descrição breve sobre o trabalho que é feito nos Caps.

Quero dizer para os senhores que preparamos um material que tem alguns detalhes a mais, inclusive um vídeo, para deixar para os Senadores, que poderão acompanhar este trabalho.

Por favor, pode passar.

A atuação do CREAS também, que é da política pública da assistência social e que, como eu disse para os senhores, acabou muitas vezes assumindo essa parte por uma questão de desarticulação das famílias.

Por favor.

E, aí, temos um cenário. Nosso Caps, em Ponta Porã, é Caps Álcool e Droga, que, desde 2002, vem trabalhando. Trouxe esses números para mostrar para V. Exªs. Os tipos de tratamentos, e é um modelo internacional de tratamento. Tratamentos intensivos nestes anos, 509 pacientes brasileiros. Percebem que a demonstração vai falar em duas línguas, já para os senhores. O tratamento que precisa de uma atenção muito mais forte. Um outro tipo de tratamento não intensivo, que a pessoa pode participar de um grupo de apoio, vem para uma terapia de grupo ,e o semi-intensivo, quando a família já é mais participante. E, aí, temos estágios de evolução de cura de tratamento da dependência. E, para ilustrar para os senhores, deste cenário, temos 160 pacientes paraguaios. É a política pública da saúde brasileira, senhores, que tem que atender um cidadão paraguaio na questão da dependência química? Digo para os senhores que não, temos limites, inclusive diplomáticos e legais. Só que – e, aí, fui muito feliz, vim muito feliz de Dourados no último curso, quando percebi que a primeira política que foi discutida na capacitação do Centro Regional de Referência, Senador Moka, foi direitos humanos. Porque, se você tem uma criança, e ela está, digamos, em coma, praticamente – porque é esse o estado senhores, não estamos fantasiando, a fronteira é bonita, mas a situação é delicada, viemos aqui pedir socorro para os senhores –, por isso, e, aí, você vai perguntar, primeiro, acorda, pergunta se ela tem documento, onde é que mora a mãe, onde é que mora o pai, para, depois, levar para o tratamento, não é possível, porque direitos humanos em primeiro lugar. E, aí, a política da assistência fica ineficaz realmente, e o mais importante: fica sem financiamento. Ponta Porã, tem 76 mil habitantes, Vereadora, 72, Pedro Juan Cavallero, 94, temos uma proximidade de 100 mil, e, aí, somamos os dois, o dinheiro que vem para Ponta Porã, para o atendimento da saúde e da assistência social, vem para os 72. Percebem? E como, se sou neta de paraguaio? Não vou... Não, na Secretaria da Assistência Social, ninguém entra. O prefeito, todos nós temos vínculos, o Secretário Marcelino, o Senador Moka é fronteiriço também, não é, Senador? Nascido em Bela Vista. E, aí, você não vai atender? E, aí, fiquei feliz com a capacitação, porque direitos humanos em primeiro lugar.

São as estatísticas do nosso CREAS. Quero que os senhores percebam principalmente o seguinte: a aproximação familiar, ou seja, que são entregues à família e retornam para a rua. Por que retornam para a rua? Doença mental, família doente, porque é caracterizado

na saúde mental, o cidadão não fica doente sozinho, a família dele também está doente, e ele volta, você leva a criança para casa, porque é esse o tratamento que é possível pela política pública da saúde, depois, ele volta, e, aí, você encontra novamente. Esse é um dado para chamar nossa atenção. Agora, importante, comunidade terapêutica. Temos 20 pessoas em tratamento nas comunidades terapêuticas, em tratamento, não, não posso dizer: a assistência social no Estado do Mato Grosso do Sul co-financia num sistema de casa de acolhida. E falo aqui em nome da Secretária Drª Tânia. O Estado do Mato Grosso do Sul, enquanto estivermos neste período de transição, Senador, de tirar a política do papel par a real efetividade, vamos precisar continuar atender essas famílias. E estamos aí, estou voltando para Campo Grande hoje, para discutir exatamente isso, porque é uma necessidade. Não dá para fechar a porta da comunidade terapêutica. Não estamos dizendo que é um tratamento, mas é o que temos, hoje, no País.

E muito feliz fico porque o próximo painel estará tratando, e as comunidades estarão aqui.

Por favor.

Importante, então, para finalizar essa fala. E, neste painel de legislação: pedido que temos. Precisamos aprofundar a discussão do art. 2º do Decreto-Lei 7179, Secretária, exatamente no que tange a essa estruturação e ampliação da rede articulada SUAS, Sistema Único de Assistência Social e SUS, Sistema Único de Saúde, por conta das legislações e limitações, e, aí, o fortalecimento das ações, que é o inciso IV, de enfrentamento ao tráfico e outras drogas nos Municípios de fronteira. E, aí, falo, então, representando a região sul fronteira do nosso Estado e o Município de Ponta Porã, pelo qual estou aqui.

Um convite muito especial, e é isso que Ponta Porã vem fazer aqui, Senadores: temos um projeto e uma necessidade de discutir melhor esta problemática desta forma integrada que propõe o plano, com este modelo que estamos vendo hoje, aqui, nesta Casa, numa região, onde, realmente, convido os senhores para que possamos participar de um movimento em Ponta Porã com todos os Municípios de fronteira, e, aí, chamamos os outros países, é uma necessidade. Porque,aí, convido os senhores: vamos lá colocar um pé no Brasil e um pé no Paraguai, para sentirmos a realidade, e vocês vão conhecer a nossa fronteira e viver conosco, aqueles que já conhecem serão bem vindos também, este é o momento que viemos fazer aqui.

Por favor.

A necessidade, olha só, em nome da Prefeitura Municipal de Ponta Porã, do nosso Prefeito Flávio Kayatt e do nosso Intendente Jose Carlos Azevedo, de Pedro Juan Cavallero, Paraguai, contamos e dependemos da ação imediata e efetiva desta Casa, como os senhores demonstraram com esta audiência pública que estão promovendo.

Por favor.

E, aí, em nome do honroso povo fronteiriço, Senador Moka, obrigada, Srs. Senadores e Senadoras, sejam bem vindos à fronteira, pois, estamos esperando pelos senhores lá, para continuar esta discussão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É impossível negar, não é? Nós é que agradecemos pelo belo depoimento. Aprendi muito hoje, aqui. Já vemos a dificuldade nas cidades do interior, tenta imaginar uma fronteira dessa num só .Município de 11 km com uma área conurbada. Isso é algo realmente muito forte.

Bom, dando andamento aos trabalhos, nossa autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SRª SENADORA ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Presidente, cumprimentar a todos, mas começo pela Doralice, que está na ponta de novo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Literalmente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Literalmente. Ela está em contato direto com a comunidade que precisa.

Como sou uma Senadora municipalista, ela me traz, com esse relato, argumentos para eu continuar lutando por uma distribuição mais justa do recurso que é arrecadado sobre impostos, que concentra na União 60%, os Estados, 23, e o Município, apenas 13 a 15%. Então, não é possível.

E eu estava aqui informando aos meus seguidores, cerca de 8 mil, que eu estava aqui ouvindo e resumindo o que cada um falou em relação a este tema. E as perguntas vêm assim, olhem só: preocupação é onde tratar, o interior não dispõe de clínicas, hospitais para tanto. O outro: minoria busca tratamento. A maior parte está nas ruas, debaixo das pontes, a droga leva alienação, precisa sair da rua. É exatamente nessa medida que, por falar em *crack,* Senador, como vai ficar o novo remédio que está sendo feito à base de maconha, que eu nem sabia que tinha, que está sendo liberado por um grande laboratório suíço? Bom, apenas para dizer o quanto isso impacta sobre as pessoas, e isso tem interesse.

Então, Doralice, o que você está falando aí é uma coisa muito importante, e eu queria, a partir dessa constatação, dessa repartição de recurso, dizer-lhe que estou e o Governo brasileiro estamos fazendo um trabalho, no âmbito do Mercosul, de acordos fronteiriços. Serei a Relatora na Comissão de Relações Exte-

riores do acordo com a Argentina, porque temos uma fronteira separada por uma ponte Uruguaiana até... Puxa, deu-me um branco na cabeça! Também separada por ponte Artigas-Quaraí, também separada ponte Jaguarão-Rio Branco, e Livramento-Rivera é como Pedro Juan Cavallero e Ponta Porã, igual, é uma rua apenas que separa.

Nesse aspecto, penso que seja importante, como sou Relatora, acrescentar nesse acordo do fronteira, que vai chegar ao Paraguai, o primeiro foi com Uruguai, agora Argentina e seguramente haverá com o Paraguai, para entrar esse capítulo, relacionado a compartilhamento de responsabilidade, em relação ao *crack,* a tratamento, a repressão e a todas as outras ações necessárias para isso. Então, me dá também argumento para entrar nesse aspecto, nós temos também questão relacionada.

Queria cumprimentá-la e dizer que isso é um exemplo para todos os municípios brasileiros, não só de fronteiras, mas da unidade das ações dos municípios com os estados e até como consórcio regional, que pode ser feito.

Parabéns!

Queria saber da senhora qual é a visão, a senhora disse que está com muitas comunidades terapêuticas, e emendo essa questão da comunidade terapêutica ao que a secretária Paulina falou, da Senad, de um encontro que houve na Câmara sobre as comunidades terapêuticas. Há um debate em torno dessa questão, a dúvida da área médica, especialmente os psiquiatras, em relação a esse tema.

Queria saber da senhora... No caso da Doralice, a questão na prática como está funcionando? Da secretária, qual a visão do Governo, como política de Estado, sobre a questão do trabalho das comunidades terapêuticas?

Dr. Oslain, eu fiquei um pouco preocupada, porque como o índice de consumo, pelas pesquisas que o senhor apresentou, de maconha são maiores que o *crack* , não sei em que base, embora o senhor tenha dado as fontes dessa pesquisa. Houve uma redução, pelas apreensões realizadas, de 190 mil quilos para 155 mil quilos. Quer dizer, como é que a maconha está mais presente se há uma redução, através da apreensão dessa droga, que está disseminada especialmente na região Norte do País e vinda do Paraguai?

E a questão de fronteira: não é pequeno o efetivo que temos, na Polícia Federal, especialmente, que é o órgão que o senhor representa, em relação a estruturas de controle para isso? Também me surpreende, Dr. Oslain, talvez só agora o Projeto Pequi quer localizar, identificar, onde está a área de produção. Eu imaginava que isso já tivesse um mapa pronto dos órgãos policiais para saberem disso.

Quando fui à Bolívia, onde conversei com autoridades, a queixa deles é que o Brasil tinha culpa nesse processo, porque os produtos químicos que entram na composição da cocaína, éter, por exemplo e outros, são fabricados no Brasil. Eles não têm essa produção e são levados dos centros produtores. Então, eles fazem essa cobrança.

Queria saber se esse mapeamento não existe, se estão mudando, migrando as zonas de produções de coca e o Brasil, que já está visto que é uma área de transito de drogas, seja para a África, pelas mulas, para a Europa e para os Estados Unidos. Agora descobriram na fronteira, foi a Polícia Federal, que as mulheres bonitas, bem arrumadas, estão trazendo, sendo elas, quer dizer, buscando sempre e cada vez mais inovar a criminalidade.

O senhor falou também da ação que o Governo tem, no caso a Polícia Federal, para pegar o bem advindo do comércio de drogas. O que vemos todos os dias é que o Fernandinho Beira-mar, digamos, é a grande referência na questão do tráfico de drogas, continua operando dentro de uma cadeia de segurança máxima, operando e fazendo os laranjas para distribuir seu patrimônio.

São essas as questões que tenho para os nossos debatedores.

Só uma questão à Drª Paulina, ela falou e me chamou a atenção para essa pesquisa. A senhora falou que é feita entre a Fundação Oswaldo cruz com a Universidade?

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Princeton.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Princeton, dos Estados Unidos? Dos Estados Unidos, entendi Inglaterra.

Obrigada.

Qual o dia, o prazo?

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Em duas semanas. Era para ter sido divulgado em fevereiro, mas por causa das enchentes tivemos que suspender a coleta de dados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom, quero primeiro aqui dizer a todos do nosso carinho e admiração por toda a dedicação da Senadora Ana Amélia, sempre muito atenta, estudando, viajando e pesquisando. Quer dizer, é um prazer muito grande recebê-la.

Como nós temos dois Senadores, poderíamos fazer as perguntas em seguida, pode ser?

Aqui o nosso querido Senador Waldemir Moka, que também tem se dedicado aqui. Quero dizer aos

representantes do seu Estado do carinho que temos pela dedicação dele Não só em relação a essa área da política sobre álcool, *crack* e outras drogas, mas em outras áreas sociais. Com a sua experiência Parlamentar, médica enfim, tem dado grandes contribuições ao Brasil.

Com a palavra V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Meu caro Senador Wellington, quero cumprimentar aqui o Dr. Eudes, que representa o Ministério do Trabalho; o Oslain, que começou lá em Três Lagoas e conhece bem a realidade do nosso Estado; a Drª Paulina, que representa o Ministério da Justiça, mas é secretária nacional. Fiquei particularmente orgulhoso com a apresentação que fez a nossa secretária. Eu acho sempre importante ouvir uma pessoa com poder de síntese, que aprofundou o problema e colocou o tema, de forma simpática, esse tema difícil. A Doralice para nós não é surpresa, porque conhecemos a sua competência, mas nos faz orgulhoso.

Quero dizer a vocês que fizemos questão e estão aqui nos acompanhando, na verdade são dois vereadores: a vereadora e professora Dulce e o vereador que hoje é Secretário de Turismo, porque o turismo é exatamente isso, uma coisa da integração.

Ponta Porã é um dos municípios mais visitados, do ponto de vista do turismo. Quando você tem problemas sociais e nós os temos, você quer resolvê-los também. Isso faz parte da política do nosso prefeito, Flávio Kayatt, que aliás, eu digo, ele é portador de necessidades especiais. Flávio Kayatt foi jogador da Seleção Brasileira de Futebol de Salão do Brasil, hoje está preso a uma cadeira de rodas. Ele foi meu aluno, na época do colegial e digo que a vida pregou uma peça no Flávio, jovem, talentoso, esportista, mas eu disse que ele melhorou muito como pessoa, ele criou uma sensibilidade que sabemos que ele não tinha.

Enfim, para dizer para vocês, porque Ponta Porã, eu poderia ter trazido a Drª Tânia Garib, que é nossa secretária, mas eu quis pinçar Ponta Porã, porque é uma realidade completamente diferente. Quero chamar a atenção para isso, depois eu quero finalizar.

Temos uma cidade com pouco mais de 70 mil habitantes, e temos logo Pedro Juan Caballero, que é exatamente duro para a nossa população. Como médico, imaginem a dificuldade de um colega médico dizer: você não pode ser atendido aqui porque você é paraguaio. Na prática não existe isso. E a prática é o critério da verdade. Primeira coisa, trazer o assunto fronteira, por dois motivos, está aqui o Dr. Oslain. Eu integrei a primeira CPI do Narcotráfico e encerrei a minha carreira de delegado, experiência que para mim foi primeira e última vez. Nascido na fronteira, imagina, o Moka chegando lá com a Polícia Federal. É uma coisa complicada. É muito complicado isso. E eu fui o único Deputado Federal que topou relatar no próprio Estado, para proteger o meu Estado, porque senão... Às vezes, alguns colegas, com aquela questão de holofotes e de querer, o cara cria problema, como aconteceu, você divulga nomes e, depois, na hora em que a coisa se aprofunda, vê-se que há um equívoco, mas aí você já enlameou o nome... Eu sou muito cauteloso nisso. Acho que a repressão é fundamental.

Vou dizer o seguinte: a grande contribuição da Polícia Federal é trazer à nossa Comissão, você disse que precisa de legislação, então traga, vocês conhecem. O que podemos colocar na Legislação, meu caro Presidente, porque, no final vamos fazer um grande encontro e vamos sugerir, podemos sugerir também um projeto de lei adensando, melhorando a Legislação no sentido de dar mais condições para que vocês possam atuar.

Você citou várias cidades, mas me chamou a atenção de que não foram citadas Coronel Sapucaia e Capitán Bado. Quando estive lá fui o primeiro Parlamentar a dizer, sobrevoando lá, vê-se os campos com plantio de maconha. Como se fosse uma roça de mandioca ou coisa desse tipo. Há um combate, é preciso ter. Mas esta Comissão tem uma outra preocupação e é para isso que quero chamar a atenção. Drª Paulina, eu ouvi o seu discurso, achei perfeito, a Senhora consegue colocar... Agora, é importante porque... Você faz um seminário e está o pessoal do Rotary, os carismáticos, os evangélicos. Cada um faz uma coisa. Vocês têm de coordenar isso, tem de ter uma integração. Olha, no Mato Grosso do Sul, todo mundo que quer atuar é bem-vindo, mas tem de ter uma estrutura só, tem de ter início, meio e fim. Todo mundo tem de ter uma política nacional. Vamos combater o dependente etílico dessa forma, o dependente da cocaína, do *crack* dessa forma. Então, isso que é fundamental. Se esta Comissão, ao terminar o seu trabalho, e tenho uma má sorte, porque sempre falo depois da Senadora Ana Amélia, e ela já esgotou o assunto e de forma brilhante. Não combinamos absolutamente nada e temos posições muito parecidas não somente aqui, mas no agronegócio também e em tantas coisas onde atuamos juntos.

Então, eu dizia a vocês que, no final, temos de ter isso, Paulina, é fundamental essa integração. Então, lá no Mato Grosso do Sul... Estamos aqui pedindo ajuda. Por isso que queremos que a Comissão vá lá, para que vocês façam um raio-x de corpo inteiro do real problema de um Estado que convive com a porta de entrada da "coca', tanto da cocaína na Bolívia quanto da maconha, no Paraguai. Esse é o nosso drama, são

fronteiras extensas e secas, o que agrava. Agora, com essa maior vigilância, o que eles estão fazendo? Estão levando a cocaína também para o Paraguai para entrar por lá. Tudo isso tem acontecido. Então, precisamos disso. Agora, o Brasil deixou de ser só trânsito. Lamentavelmente, o Senhor disse bem, estamos virando consumidores, usuários, e isso temos de combater. Então, não quero me prolongar nisso, já deixei a minha contribuição no Ministério do Trabalho. Espero que vocês possam, realmente, destinar vagas. As pessoas tratam, recuperam o jovem. E aí, o que fazer com esse jovem? Onde ele vai trabalhar, ser reinserido? Então, Wellington, paro por aqui, não tenho perguntas específicas, são apenas comentários, mas acho que é por aí mesmo. Quando sairmos, somos apenas três, eu dizia aqui, mas vamos fazer um trabalho nesse sentido, de fazer com que haja uma interação e que o trabalho de cada um dos senhores possa chegar na ponta, lá onde está a entidade, lá onde estão os carismáticos, os evangélicos, a comunidade terapêutica, enfim...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Fazenda da Paz...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A Fazenda da Paz. É isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço. Senadora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas me permita, Moka, para acrescentar que a tese que você levantou para o Dr. Oslain, a questão da legislação. Sandro Vink, também pelo *Twitter*. Veja que são pessoas preparadas. Tipificação de crime, tráfico, porte de droga, do crack, deve ser revisto, questão da legislação. Ampliar a punição, a droga corrói os pilares da sociedade. Ou seja, é gente que pensa na questão em todos o sentidos. Com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Aqui aproveitando a presença dos nossos Senadores, eu queria, de pronto, acatar o convite...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Perdoe-me, Presidente Wellington, mas o nosso secretário...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já vai falar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sei. Eles queriam fazer um convite, queriam entregar, mas podemos fazer depois.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pode ser agora. Explique-nos.

O SR. MARCELINO NUNES DE OLIVEIRA – Complementando o que a nossa secretária, Doralice, e a vereadora Dulce, quero fazer um convite, em nome de Ponta Porã, que faz fronteira com o Paraguai, para participar de um Encontro Internacional de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, Brasil, Bolívia e Paraguai, que são os países que fazem fronteira com o nosso Mato Grosso do Sul, que será realizado no município de Ponta Porã, provavelmente no mês de maio ou junho, em data a ser definida, conforme a disponibilidade de V. Exªs. Aguardamos confirmação. Então, gostaríamos de combinar com esta Subcomissão para que vocês possam ver uma data e a gente possa fazer, rapidamente, os convites, mas que fossem participar em Ponta Porã.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Antes de passar a palavra, queria aproveitar, Senadora Ana Amélia, se me permite, primeiro para acatarmos esse convite, aprovarmos. Vamos definir uma data, vamos ver como fica o calendário. Vamos ter de aprovar as novas etapas do ciclo e o roteiro dessas viagens programadas.

A Comissão estabeleceu um rito de audiência de trabalho, como esta, em que o objetivo é serem preparatórias para uma conferência, o ideal é que elas sejam uma conferência encabeçada pelo Executivo, o Legislativo e o Executivo. Caso tenha problema a gente vai fazer pelo Legislativo, envolvendo municípios, estados e o setor privado, cientistas, enfim. O outro caminho é de visitas. Ou seja, visitarmos áreas como essas, de fronteira, acho que é isso o que se caracteriza aqui, unidades de tratamento, unidades de prevenção. Ou seja, ver o que está dando certo nos vários segmentos de reinserção social para que a gente possa, com base nisso, ter os subsídios necessários nessa direção. Então, apenas para fazer aqui uma votação da proposta e, em seguida, a gente encaminhar, os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como é um convite, queria informar também a esta Comissão que o Conselho Federal de Medicina, através do seu departamento de psiquiatria, realiza aqui em Brasília, na sede do Conselho Federal, um seminário exclusivo sobre *crack* no dia 19 deste mês.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Aproveito – eu ia fazer isso no final – para dizer que tem um convite, Senador Moka, aos membros da Comissão para que possam estar presentes a esse evento. Também a Universidade de São Paulo, a Univesp, propõe que possamos fazer uma visita. Eles querem tratar sobre essa área da pesquisa, uma das necessidades que o Brasil tem. Então, passaríamos para a Secretária Doralice, parabenizando pela boa visão a partir do município.

A SRª DORALICE NUNES ALCÂNTARA – Obrigada, Senador Wellington. Novamente, vou me dirigir – os Senadores do sexo masculino vão me desculpar – exatamente à Senadora Ana Amélia porque vamos tratar, Senadora, exatamente de uma situação que chama a atenção da mulher exatamente porque envolve a família. Quero responder para a Senhora...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sabe que já estamos nos acostumando?

A SRª DORALICE NUNES ALCÂNTARA – Mas é assim, Senador, a gente vai levando. Na questão que a Senhora me perguntou, a respeito da comunidade terapêutica, vai aí uma visão feminina de cuidado e que, não vou dizer por natureza, mas, por necessidade, a política de assistência social vem financiando as comunidades terapêuticas no estado do Mato Grosso do Sul. E, de novo, quero lembrar a Drª Tânia. Ela disse assim: Doralice, lá, na Comissão, você pode falar em nome do Estado do Mato Grosso do Sul que vamos bancar isso, como se faz em Ponta Porã, pioneiramente, a gente vem fazendo isso já há quatro anos. A partir do momento em que as famílias chegam até às portas da assistência, porque elas estão esfaceladas, é preciso dar uma resposta. O Mato Grosso do Sul tem um recurso de emendas – e o Senador Moka vai confirmar isso. No Estado do Mato Grosso do Sul tem um recurso que é, vamos chamar, no nosso jargão de política pública, carimbado para investimentos sociais, e é aí que temos a abertura. Este ano, por organização da Secretaria de Estado de Assistência Social e do Trabalho e por determinação e preocupação do nosso governador, André Puccinelli, o recurso do Fundo Estadual de Assistência recebeu um *plus*, um valor de mais de R$1 milhão que, em tese, seria para esse financiamento. Só que, vamos voltar agora na tipificação que eu comentei com os senhores. A tipificação dos serviços sócio-assitenciais caracterizou, classificou os serviços. A política da assistência social, nós temos que louvar a isso também, está regulamentada, nós estamos com a PL no final das votações e não é possível então financiar pelo fundo de assistência social.

A saúde, Senadora, aí vamos lembrar, desde Caracas, com a reforma psiquiátrica, em 1900 e pouco, já vem esse estudo e essa direção da forma de tratamento das doenças mentais. Aí, depois do plano, mesmo que no plano haja esse inciso que eu trouxe para que nós refletíssemos da articulação entre os dois sistemas de assistência social e de saúde, há também a Resolução 101. Eu me reportei diretamente à senhora por esse convite do Conselho de Medicina, é fundamental a nossa participação neste espaço para podermos entender melhor. Eu sou administradora e eu estou gestora da política de assistência social e estou tentando entender tudo isso por uma questão de necessidade. Aí vem a nossa sensibilidade feminina de que você tem que dar conta do que te deram para cumprir.

A Resolução 101 da Anvisa regulamenta como deve ser o serviço de comunidade terapêutica. Aí, há o Edital 001, de 2010, que exatamente diz o que é essa comunidade terapêutica. Aí, eu quero fazer uma lembrança aqui. Nós temos no Mato Grosso do Sul – e o Senador vai lembrar comigo, os meus colegas fronteiriços aqui também – nós estamos na dúvida de quem nasceu primeiro, se foi o ovo ou se foi a galinha. Porque a comunidade terapêutica, Senador, não consegue se organizar para atender a legislação e a necessidade que nós reconhecemos, e aí a política da saúde vem muito claramente dizer como tem que ser o tratamento da dependência química, só que a comunidade terapêutica não consegue se adequar porque falta financiamento. E aí fica um vai e volta, porque não tem financiamento não está adequada e porque não está adequada não recebe financiamento da política pública.

Por isso, é muito importante este momento que o Senado está proporcionando para a política pública deste País e não só deste País, do Mercosul vamos falar, porque está envolvendo todo mundo. Porque, assim como nós também, nos outros países, nos vizinhos lá do Rio Grande do Sul também a problemática é muito séria. Porque nós estamos num momento em que parou. Esse inciso II do art. 2º do Plano Integrado é fundamental que nós discutamos mesmo e que nós tenhamos – aí vai um pedido muito emocionado mesmo de quem está preocupado com a causa e eu tenho outras pessoas que também estão – nós precisamos de um período de transição e a política da assistência social dá um jeitinho e faz isso. É assim que nós trabalhamos em Ponta Porã e no Estado do Mato Grosso do Sul. Está certo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

A SRª DORALICE NUNES ALCÂNTARA – Obrigada a senhora.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Deixe-me fazer só uma pergunta para ver sua opinião que está lá na ponta, permita que nós não vamos voltar.

A relação sendo feita pelo Ministério de Desenvolvimento Social não seria menos burocrática?

A SRª DORALICE NUNES ALCÂNTARA – Deixe-me lembrar para o senhor. Nós temos a Resolução 109 do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, que diz o seguinte. Lá regulamenta a tipificação. Vou até mostrar para os senhores. Tipificação nacional dos serviços sócio-assistenciais. E eu falo de novo para nós mulheres que temos que resolver o problema,

Senadora. Onde nós podemos encaixar? E é assim que nós fazemos o conveniamento em Ponta Porã e o Mato Grosso do Sul está trabalhando nessa direção.

Pela Constituição Federal, o cidadão brasileiro tem direito à segurança e à acolhida. Na tipificação do serviço da saúde diz-se que uma das formas de cuidado da dependência química seria residência terapêutica. Aí a gente soma mais um e consegue fazer nesse período transitório. Mas aí, nós estamos num painel de legislação, para discutir legislação.

Eu quero então frisar para os senhores a necessidade de que nós realmente pensemos nessa integração serviços da saúde e da assistência. É possível? É possível, Senador, nós temos recursos. Aí, como nós falamos lá com a Vereadora Dulce na discussão e foi com o delegado professor da Polícia Federal que estava tratando sobre isso no Seminário em Dourados. Não dá para ser pela política da assistência? Não dá para ser pela política da saúde? Então vamos pela política dos direitos humanos, não é, Vereadora? E aí a gente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ou simplesmente pelo bom senso.

A SRª DORALICE NUNES ALCÂNTARA – Mas a questão de bom senso, Senadora, infelizmente, quando a gente depende de financiamento público e há uma Lei de Responsabilidade Fiscal que nos regula, nós precisamos ter cuidado com o Tribunal de Contas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Talvez seja essa uma das missões da Subcomissão, apontar o problema e dizer assim: "Ó, há uma falha". Quer dizer, as comunidades terapêuticas não podem. Na prática é o seguinte: elas são proibidas de receber dinheiro público, essa que é a verdade, elas não têm fonte de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Está pior. De primeiro, pelo menos eles faziam vista grossa e agora muitos estão sendo ameaçados de fechamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E nós os ouvimos aqui, eles têm uma estatística impressionante na quantidade de atendimento que eles dizem. Na prática, não é...

A SRª DORALICE NUNES ALCÂNTARA – É quem faz hoje no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É quem atende hoje.

Eu acho que a nossa Secretária Paulina poderia também abordar sobre esse tema. Passo a palavra para ela.

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Bom, o tema das comunidades terapêuticas é o tema que eu mais venho tratando nas últimas semanas. Acho que desde que eu fui indicada Secretária pela Presidente, é o tema que está mais em pauta.

Na verdade, para mim não é um tema novo. Eu sempre trabalhei com as comunidades terapêuticas e desde que eu vim para a Senad, em 2003, nós temos procurado pontuar a necessidade desse serviço, que vem anonimamente já há décadas trabalhando na recuperação de dependentes químicos.

Em 2006, nós realizamos junto com a Universidade de Brasília e o Ipea um grande levantamento nacional sobre tratamento do uso de drogas. Nós conseguimos, parte do dinheiro era do Senad e parte do dinheiro eu consegui com a OEA. Nós fizemos um mapeamento que eu posso disponibilizar aos senhores, ele é de 2006, mas ele é muito interessante como fundamento. E foi um mapeamento feito com toda metodologia do Ipea e da UnB para analisar as instituições que trabalhavam com drogas no Brasil. Então, com prevenção, com pesquisa, com redução de danos e com tratamento. E essa parte específica nos trouxe aquilo que foi dito aqui o tempo inteiro. Quase 80% do tratamento das dependências químicas é feito pelas comunidades terapêuticas. Esse material foi entregue ao então Ministro Temporão e começamos uma discussão. Aqui eu acho que é importante, nós não podemos deixar de considerar, a própria Secretária Doralice falou, há uma certa controvérsia em relação a essa questão. Nós sabemos, somos conhecedores do trabalho feito pelas comunidades terapêuticas e, ao mesmo tempo, não financiamos. É incrível isso. Aí, eu fico ouvindo e vejo que nós chegamos, eu acredito que agora nós chegamos num momento de decisão, eu diria.

Ontem, eu vim para uma audiência pública da Comissão Especial de Apoio às Comunidades Terapêuticas na Câmara e antes da audiência eu pedi, na sexta-feira, ao Ministro José Eduardo que chamasse o Ministro Padilha para a gente conversar para eu poder falar em nome do Governo. Eu posso falar como Ministério da Justiça, mas eu não posso falar como Ministério da Saúde. E ontem, na conversa com o Ministro Padilha, nós almoçamos, ficou claro, essa é uma demanda da Ministra Dilma e isso ela falou em discurso, inclusive, as palavras: Comunidades terapêuticas serão apoiadas. Então, o que nós estamos fazendo em relação às comunidades terapêuticas? Não é que não há nenhum financiamento. Eu acho que a gente tem que separar e falar em termos de racionalidade o que tem sido feito. Eu acho que a Doralice conhece e sabe disso. As comunidades terapêuticas vêm recebendo algum financiamento da Assistência Social há anos. A grande maioria recebe algum financiamento, mas elas são instituições que nasceram da boa vontade e da necessidade de dar uma resposta ao sofrimento

que estava ali na frente e, como tal, a grande maioria nasceu sem nenhuma condição de estrutura, muitas vezes, de estrutura física e até de sustentabilidade em termos de alimentação, de alimento, das pessoas. Então, elas recebem algum suporte dos Municípios, do Fundo de Assistência Social, há muito tempo, e isso não é uma coisa nova.

É um suporte insuficiente, porque, além de abrigar, elas recebem pessoas doentes. O dependente químico é doente, catalogado pela Organização Mundial da Saúde. Ele tem um diagnóstico. Então, nesse sentido é que está a questão: a saúde precisa, sim, dizer claramente como será feito esse financiamento, se é para tratamento, se é com o profissional.

Enfim, o que fizemos quando instituímos o Plano de Enfrentamento ao c*rack* e que, aliás, Doralice e Senador, eu gostaria de pontuar a minha alegria de ver a materialização de um projeto federal com dinheiro investido adequadamente. Então, aqui a Doralice falou do centro de referência financiado na universidade com o objetivo exclusivo de capacitar as pessoas, de formar, de trabalhar, para trabalhar direito com essa questão, além, evidentemente, dos editais.

Em relação à questão específica das comunidades terapêuticas, no Plano de Enfrentamento ao c*rack*, ano passado, destinamos R$34 milhões para financiar comunidades terapêuticas num único edital e tivemos uma triste surpresa. Eu fiquei impressionada com isso. Ontem falei e realmente falo. Por quê? Porque, propositalmente, quem escreveu esse edital fui e ali não coloquei a resolução da Anvisa. Se vocês lerem o edital, não fala da resolução da Anvisa. Por quê? Porque eu sabia que as comunidades terapêuticas não podem cumprir a resolução como ela está, até porque é uma resolução de 2001, uma resolução já ultrapassada e que precisa ser revista. Então, eu coloquei neste edital critérios mínimos, de acordo com o que eu conhecia e que as comunidades poderiam, sim, cumprir.

Mas qual foi a nossa surpresa negativa? Que, das 2.500 vagas propostas para esse primeiro edital, para financiamento de doze meses, um financiamento excelente segundo as próprias comunidades terapêuticas – Eu discuti com as comunidades terapêuticas qual seria o valor razoável e propus o financiamento além do que elas me disseram: R$800,00 *per capita* por mês, por doze meses. E mais: feito através do Fundo de Saúde, passado fundo a fundo, para criar a responsabilidade da não interrupção. Nós pensamos nisso também. –, ocorre que nós conseguimos somente 985 vagas. Por quê? Porque os Municípios não nos apresentaram os projetos. Então, essa foi a triste surpresa.

Os Municípios reclamam de que não tem financiamento, do *crack*, da droga, da maconha e tal. De repente, está aqui o financiamento. Município, eu preciso passar o dinheiro fundo a fundo, por questões de continuidade, para não correr riscos, e os senhores sabem disso. E nós não conseguimos nem a metade do proposto. Então, essa é uma questão que já estamos revendo no âmbito do plano e vamos ver o que houve com os Municípios. Vamos trabalhar, talvez, junto com Municípios e Estados, fazer alguma questão.

Mas a proposta que quero deixar aqui é que, no plano do *crack,* pela primeira vez no Brasil...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Você me permite? É algo sobre esse tema. Eu tive a oportunidade de dialogar com três das federações – parece-me que são quatro – das comunidades terapêuticas. As principais comunidades terapêuticas, eu diria até as mais experientes – e cito aqui a Fazenda da Esperança, para citar uma espalhada no mundo inteiro – mas, a exemplo dela, outras também alegam que o edital de alguma forma dá a entender uma certa proibição na metodologia deles. Ou seja, eles apostam na terapia da fé, vamos chamar assim, para o tratamento, e é como se o Governo quisesse interferir nisso.

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Isso não é verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou só lhe colocando a interpretação.

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Eu já discuti isso com eles.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Inclusive eles fizeram uma carta que nós até passamos para o Ministério da Justiça e para o Ministério da Saúde, porque o que eles querem é alterar, para que não tenha nenhum risco de amanhã chegar o Ministério Público ou não sei quem. Nesse ponto, tem metodologia distinta, embora tenha um parâmetro...

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Eu posso, Senador, dizer...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Olha só, não é verdade isso e eu conversei com as federações. O único item que fala é o que diz não se pode obrigar uma pessoa a assistir a atividades religiosas. Senhores, isso é constitucional. É o único item e foi a reclamação clara deles, porque eles são religiosos e nós conhecemos e apoiamos integralmente. Agora, eu não posso financiar, com dinheiro público, uma instituição católica que recebe para tratar um evangélico e o obriga a assistir a uma missa. Eu não posso. Para essas comunidades, a nossa sugestão é a de que seja seguida toda a metodologia, mas que se dê ao interno o direito de dizer: eu não participo de

um culto evangélico, porque sou católico e vice-versa. Foi só isso, Senador.

O edital é público. Pode ser lido e avaliado. Então, na verdade, o único ponto foi o de não poder obrigar alguém a assistir a cultos. Isso até em termos de se preservar, porque o Ministério Público pode vir em cima. Nós não podemos obrigar uma pessoa a professar uma fé, uma religião que não é a sua. Esse é o único ponto. O edital é público e pode ser visto. Disso, efetivamente, nós não podemos abrir mão. Isso é constitucional. É só nesse sentido, mas apoiamos. I

Inclusive, a Fazenda da Esperança nos ajudou na elaboração do edital e a definir os valores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Participou?

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Participou.

Em relação a dinheiro público também, como falou a Doralice, nós temos uma responsabilidade. Eu sei que não posso obrigar uma pessoa a dizer que o tratamento hoje vai ser nesta ou nesta linha. Reconhecemos todos. Nós fizemos o projeto Fé na Prevenção, chamando todas as religiões. Agora, não dá – e com isso não posso concordar – que um indivíduo evangélico internado em uma fazenda católica seja obrigado a freqüentar uma missa. Não posso. A liberdade religiosa é constitucional. O que a fazenda tem de prever? Essa era a nossa questão. Colocar uma outra atividade no horário e dar a liberdade de o indivíduo ir. Se ele quiser, óbvio, será bem-vindo e certamente fará bem a ele. Mas eu não posso, nós não podemos. É dinheiro público, e nós temos responsabilidades.

Na verdade, temos de pontuar um pouco esse discurso no sentido de que estamos regulamentando. Como disse, primeira vez, o Plano de Enfrentamento ao Crack colocou de forma clara a necessidade de que a assistência social assuma o seu compromisso com a reinserção social. Só para 2010, foram destinados R$100 milhões, que chegaram, certamente, a Ponta Porã e a todos os Municípios para o co-financiamento de CREAS, justamente para que, junto com o SUS, pudesse dar apoio. Agora, nós estamos discutindo, e há o compromisso do Governo em financiar as comunidades terapêuticas – não há dúvida. –, mas há regras que deverão ser seguidas. Não é possível. O dinheiro é público. Nós temos der respeitar a lei. Nós temos de prestar contas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Wellington, permita-me. Eu tenho até curiosidade, como médico, sobre esse tratamento pela fé. Qual é a minha preocupação? Quando um interno tem uma crise de abstinência, como eles tratam isso? Como é isso? Por que o dependente pode ter uma crise de abstinência e, certamente... Claro, quem sou eu para duvidar de fé, e há pessoas que superam isso mesmo. Mas, sempre pode haver a necessidade de você ter de sedar e usar algum tipo de medicação. Como é isso na prática? Não estou fazendo nenhum tipo de crítica , apenas é a curiosidade de alguém que tem formação na área médica... Como é que eles enfrentam esse tipo de problema, porque, certamente, aparece.

O SR. EUDES XAVIER (PT – CE) – Hoje, as próprias comunidades terapêuticas já se pactuam em receber o paciente – vamos chamar assim, pelo lado da saúde – após os cuidados médicos. Primeiro, os cuidados médicos; em seguida... Qual era o problema? Depois dos cuidados médicos, ele era devolvido para se intoxicar novamente. O papel da comunidades terapêuticas é exatamente o de trabalhar para evitar a reincidência ou para poder alongar a abstinência, quem sabe até o final da vida dele.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quando eles chegam lá, eles já têm o primeiro tratamento médico, já tem uma orientação...

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Não, nem sempre. Nem sempre a realidade é essa. A previsão é essa... Por exemplo, nesse edital que nós lançamos, nós colocamos exatamente isso o que o Senador falou: o de que ele seja encaminhado por uma unidade de saúde, seja ela qual for. Uma unidade onde tenha o ato médico de encaminhamento. E que ele tenha... Que a comunidade terapêutica, que recebe dinheiro público, faça um *link* com a unidade de saúde e com o CREAS para fazer a reinserção social. Por quê? Porque, enquanto ele está na unidade terapêutica... Vamos pegar um exemplo: se é um jovem de 19 anos; que não cumpriu a escolaridade básica; que não tem qualquer profissionalização... Esse jovem preenche os critérios do ProJovem, por exemplo. Então, enquanto ele está na comunidade terapêutica, ele já pode estar recebendo uma bolsa, ele já pode estar recebendo sua escolaridade... Essa é a verdadeira reinserção social. E é assim que nós entendemos que a comunidade terapêutica deve trabalhar: recebendo recurso público, mas trabalhando articulada com o sistema de assistência social e o sistema de saúde. Por quê? Porque, senão não tem sentido. Nós não podemos criar uma força paralela. Nós temos de fazer com que o Sistema Único de Saúde admita que precisa do apoio dessas entidades, que fazem um trabalho fantástico, e temos de fazer que essas entidades entendam que há um regulamento mínimo para cuidar de vidas. Vidas doentes, porque são doentes. Quem está ali são dependentes. E dependência química é doença. Então, a ideia – e isso, certamente, nós vamos discutir... Ah, é evidente que há uma discussão apaixonada, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vai ter resistência. Mas, na minha opinião, esse é o encaminhamento correto, não é?

A SRª PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Vai ter... Mas a gente vai ter de ter uma questão mínima, não é? Então, acho que a ideia principal é esta: o Governo tem clareza que tem, sim, de financiar – em parte – os trabalhos dessas organizações. Em parte, por quê? Porque elas são Organizações Não Governamentais e, claro, que o financiamento não é integral. Mas, em parte, não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok. Então, ouviremos o Dr. Oslain Campos, também sobre o questionamento feito pela Senadora Ana Amélia.

O SR. OSLAIN CAMPOS – Eu anotei aqui a... Começando pela maconha e sobre o porquê da redução. Foi até em consequência dos trabalhos feitos pela Polícia Federal. Primeiro, a erradicação – em parceria com o governo paraguaio – de maconha em território paraguaio. Então, a Polícia Federal está financiando combustível, manutenção de aeronave, pagamento de mão-de-obra para fazer a erradicação em território paraguaio. Obviamente, reduz, em consequência, a entrada de maconha e a disponibilidade de maconha em território nacional. Outro ponto foi a Operação Sentinela, que começou em março do ano passado, quando foi feita uma ação conjunta, já mencionada, entre Polícia Federal, Receita e Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional e que atua em toda fronteira de Santa Catarina ao Amapá, em um trabalho de patrulhamento ostensivo e que deu um resultado muito efetivo no lago de Itaipu, bem como no território do Estado de Mato Grosso do Sul, que são as principais portas de entrada da maconha paraguaia. Outro ponto... A senhora mencionou o Projeto Pequi. Na verdade, o Projeto Pequi visa identificar o local, com amostra de cocaína ou *crack* apreendidos, se analisarmos aquele alcaloide, saberemos onde ele foi produzido, onde a planta foi cultivada. Então, é algo bem complexo. Na verdade, saberemos onde essa coca foi produzida. Hoje, nós temos informações de inteligência de que a droga entra pela Bolívia. Mas não tenho certeza, pois ela pode ter vindo do Peru ou da Colômbia e foi reunida em território boliviano e entrou em território nacional. Os norte-americanos já têm essa tecnologia e conseguem rastrear. Nós compramos equipamentos no ano passado e neste ano. Equipamentos que custam mais de US$ 1 milhão de dólares estão chegando e, com parceria com o governo norte-americano, eles estão adquirindo e doando para a Polícia Federal realizar esses exames. A partir do término desse projeto poderemos identificar se foi produzido na Bolívia para darmos atenção maior à fronteira boliviana, ou que tenha sido produzido no Peru, dar uma atenção maior ao combate ao tráfico de cocaína na fronteira com o Peru. No nordeste, no caso a produção é de maconha, onde a erradicação está sendo muito eficiente. Nós temos dados de inteligência que nos informam que parte da maconha consumida no Nordeste e que, historicamente, era produção local, está provindo do Paraguai. Então, a carga subindo do Paraguai e, ao chegar no Nordeste, chegará com valor mais alto e vai haver a redução da oferta.

O terceiro ponto que a senhora colocou foi quanto a Fernandinho Beiramar. Não o consideramos o maior traficante. Ele é o mais conhecido e um dos mais violentos. Ele não é o maior traficante. Na visão da Polícia Federal, há outros. Alguns irei citar e que já foram presos recentemente, inclusive no ano passado. Quem é de Mato Grosso do Sul vai se lembrar: João Moréu, que foi assassinado em 2001; Líder Cabral, que foi preso, traficante de maconha, no ano passado – em trabalho conjunto entre polícia brasileira e polícia paraguaia; Irineu Pingo Soligo, que é gaúcho, foi preso e está homiziado há mais de 15 anos em território paraguaio. Foi preso, também em parceria com polícia paraguaia e polícia brasileira; Paulo de Oliveira, vulgo Paulo Seco, de Caxias, que foi preso também com trabalho conjunto entre as polícias brasileira, paraguaia e uruguaia – foi preso no Uruguai; Leonardo Dias Mendonça, que também está preso; Orlando Marques, que era o "rei do *crack*", em São Paulo. Esses são traficantes maiores que Fernando Beiramar e não tinha toda... Outros que já investigamos e não vamos citar... Para o criminoso, não é interessante ser famoso. Quanto mais passar despercebido... É o negócio dele. Igual a policial, o criminoso é da mesma forma: quanto mais discreto melhor.

Quanto ao efetivo, colocarei alguns números. Dr. Elzi é Delegado Federal, também aposentado. É companheiro de turma. Ele tomou posse em Foz do Iguaçu e foi chefe em Foz de Iguaçu. Quando tomei posse, em 95, em Três Lagoas, eram cinco agentes, um escrivão e um delegado. Em Ponta Porã, existiam oito agentes da Polícia Federal – isso em 95 – e quem tomou posse foi o Delegado Caetano, hoje Corregedor-Geral que tomou posse em Ponta Porã. Em Corumbá, nós tínhamos dois agentes e, em Naviraí, nós tínhamos seis agentes, um delegado e um escrivão. O efetivo da Polícia Federal era 4.900 policiais, em 95, com um quadro de 8.000. Hoje, nós temos um efetivo de 11.500 homens, com um quadro de 15.000 cargos, ou seja, temos quatro mil quinhentos para serem preenchidos. Aquele efetivo de 980 homens são nas Unidades de Fronteira. As delegacias de fronteira do Rio Grande do Sul, de Dionísio Cerqueira, Foz do Iguaçu, Guairá, Ponta Porã,

Corumbá, Cáceres, Vilhena, Guajará-Mirim, Epitaciolândia, Cruzeiro do Sul, Tabatinga, Bonfim e Oiapoque.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O nome de Uruguaiana é Paso de los Libres.

O SR. OSLAIN CAMPOS – É Paso de los Libres. Meu chefe não vai me perdoar. A segunda lotação dele é Uruguaiana...

Então, esse efetivo de 980 homens são nessas cidades que consideramos de fronteira. É ponto pacífico que, se nós dobrarmos os efetivos dessas unidades, eu quadriplico a apreensão de drogas no Brasil. Isso é fato. Porque 75%, nos últimos 10 anos (isso é estatística), da maconha e cocaína apreendidas no Brasil nos últimos dez anos ocorreram nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, que é o maior Estado consumidor, e o Paraná.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É claro que este é um depoimento, mas é por essas coisas que acho, por exemplo, que nós podemos, no final, colocar a necessidade de aumentar o efetivo na Polícia Federal nessa região de fronteira. Em Ponta Porã, nós temos um escritório. Às vezes, vê-se em grandes centros uma superestrutura da Polícia Federal. Penso que, é claro, também têm grandes problemas, mas, na fronteira, é muito mais racional aumentar o efetivo, ali, onde está entrando, do que depois ir lá fazer uma investigação. Isso é fundamental.

O SR. OSLAIR CAMPOS SANTANA – Como disse para o senhor, nos últimos quatro anos, todo o efetivo, foram dois mil homens. Eu falo não só nas delegacias, mas também em Campo Grande, Cuiabá, Porto Velho, que consideramos unidades. Foram dois mil homens lotados na fronteira, numa política do Ministério da Justiça e do Departamento, desse aumento do efetivo nesses Estados fronteiriços.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Delegado Oslair, quero agradecer, porque veja que o Moka ressalta quando o senhor disse que pode quadruplicar, enfatizo, a apreensão de drogas. Isso tem um significado muito importante. Então, reforçando o que o Moka falou, quero agradecer-lhe e a todos que fizeram essa exposição muito importante a todos nós. Também quero cumprimentá-lo, Delegado, porque, como cidadã, sempre via a imagem do Brasil como refúgio dos bandidos. Então, os filmes mostravam aquele que cometia os maiores crimes e para onde ele ia; terminava o filme e o final feliz para ele era: "Vou para o Brasil". A Polícia Federal, no ano de 2010, apreendeu, pela Polinter, naqueles acordos com a Bolívia, o maior número de foragidos internacionais. Então, está um pouco fora de foco, mas para aproveitar o nosso empenho de reforçar essa ideia de aumentar o efetivo e cumprimentar por essa ação de prisão desses foragidos internacionais que entristecem a nós, brasileiros, porque passou a ser uma caricatura até; lugar de, digamos, impunidade, de paraíso, de ladrão ou de bandido é o Brasil. Então, essa ação da Polícia nos honra e nos orgulha muito.

Agradeço à Secretária, que tenho o prazer de conhecer hoje, parabéns pelo trabalho. Peço licença ao Presidente e aos demais debatedores porque tenho uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Estamos encerrando agora. Eudes, só para a saudação final.

O SR. EUDES XAVIER (PP – CE)– Inicial e final. Em nome do nosso Ministro Carlos Lupi e da Secretária Zilmara Alencar, gostaríamos de agradecer por essa aula que tivemos aqui, junto com os demais debatedores. O colega mencionou aqui a minha participação dupla, porque sou delegado da Polícia Federal aposentado e hoje estou no Ministério do Trabalho, fazendo um trabalho bem diferente daquele que eu realizava, mas é continuidade. Então, estamos à disposição. O Ministério do Trabalho vai, conforme a Secretária mencionou, dar continuidade e ampliar esse trabalho e levar isso para as nossas políticas públicas a uma secretaria específica do Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já encerrando, quero só orientar, primeiro, sobre essa proposta de fazermos essa reunião de trabalho com os vários membros e níveis de Governo. O objetivo é fazer a preparação dessa conferência. O que nós queremos trabalhar aqui são seis eixos, Secretária Paulina, distintos. Primeiro, para que o Brasil possa efetivar o sistema que está na lei, para que tenhamos uma rede integrada, envolvendo as diversas ações, como aqui foi mencionado, não só na área da segurança, mas na área social, de saúde e reinserção. Ao mesmo tempo em que tenhamos políticas públicas de prevenção e de tratamento, que se tenha essa interface com o setor privado. Dentro disso, reconhecemos também a importância do trabalho das comunidades terapêuticas, o mundo do trabalho e das comunidades terapêuticas e as entidades sociais nessa fase da reinserção. E a Comissão tem um tempo de funcionamento. Queremos concluir o trabalho no máximo no segundo semestre.

Temos um prazo agora até este semestre, mas existe a possibilidade da prorrogação, e o que desejamos é poder fazer essa preparação. Enfim, acredito que, por tudo que a gente ouviu aqui, nenhuma área isoladamente vai dar conta. Ou a gente atua de forma integrada e com a sociedade integrada, respeitando inclusive as experiências que deram certo de cada uma. Vamos ter uma nova audiência, ouvindo a parte

da saúde e outras áreas; teremos uma audiência sobre a experiência internacional, ouvindo a Organização Mundial de Saúde, a ONU, a própria experiência internacional das comunidades terapêuticas e queremos, a partir daí, junto com as visitas, e vamos a Ponta Porã, com o maior prazer, vamos acertar a data. Quero agradecer e colocar à disposição.

O que esta Comissão deseja não é apenas uma reunião para marcar outra reunião, um debate para ter mais informações, vamos ter projetos que tramitam aqui, vamos separar aqueles que combinam com os eixos que estamos trabalhando e convencer o Presidente Sarney e Marco Maia para que trabalhem com prioridade e urgência onde for necessário, para apreciação. Precisamos de dinheiro. Há propostas que estamos discutindo que são polêmicas, que vão precisar de forte ação. Entendemos que é tachando as drogas legais que vamos viabilizar dinheiro para permitir a ação de todo eixo, precisamos tratar da idade para consumo das chamadas drogas legais, precisamos tratar de licença especial para quem comercializa derivados do tabaco e do álcool. Enfim, há um conjunto de medidas e ações e é por isso que eu creio que o mais importante é ter um evento nacional, reconhecido especialmente pelo Governo Federal, mas também sinalizando para o Legislativo, para os Estados e para os Municípios.

Quero agradecer pela presença de todos. Sei que há muitas tarefas e vamos continuar esperando esse apoio para os resultados desta Comissão.

Muito obrigado.

Declaro encerrados os trabalhos. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos, do dia vinte de abril de dois mil e onze na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Wellington Dias,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim e das Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin. Justifica ausência o Senador Cyro Miranda. Registram presença os Senadores Eduardo Suplicy, Humberto Costa e Pedro Taques. O Presidente registra a presença do Deputado Federal pelo Estado de Alagoas, Givaldo Carimbão; da Deputada Estadual pelo Estado do Piauí, Rejane Dias; e do representante da Federação Pernambucana de Comunidades Terapêuticas, Marcelo Machado. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião que é dada por aprovada. O Presidente informa que a presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** em cumprimento aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2011 – CASDEP, referente ao Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento. **3º Painel – Saúde Pública e Tratamento: Carlos Vital Tavares Corrêa Lima**, presidente em exercício do Conselho Federal de Medicina, representante do Presidente do CFM, Roberto Luiz D'ávila; **José Luiz Gomes do Amaral**, presidente da Associação Médica Brasileira, AMB; **Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti**, representante do presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, ABP, Antonio Geraldo da Silva; **Padre Haroldo Rahm**, fundador e representante da Instituição Padre Haroldo, com sede em Campinas/SP; **Frei Hans Heinrich Stapel**, fundador e representante da Fazenda da Esperança, da sede de Guaratinguetá/SP. Justifica ausência Roberto Tykanori Kinoshita, Coordenador de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde – MS. Passa-se à apreciação da Pauta. **EXTRAPAUTA** - **ITEM 1 - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011 – CASDEP**. Em aditamento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASDEP, requeiro, nos termos de artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a embaixadora da Suécia, **Senhora Annika Markovic, para participar do 4º Painel do** Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do álcool, "crack" e outras drogas, sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento. **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado**.** Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,**

Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião extraordinária da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 4ª reunião de 2011.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública no âmbito do ciclo de debates destinados a discutir o uso disseminado do *crack*, atendendo aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2011, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, complementados por outros Senadores.

Hoje, o terceiro painel do ciclo de debates tem como tema a saúde pública e o tratamento.

Primeiro, quero agradecer a todos os presentes, a todos os convidados e dizer da nossa alegria de recebê-los aqui. Como foi lembrado, nós estamos trabalhando com o objetivo de realizar essas reuniões de trabalho como preparatórias para a organização de uma conferência nacional que possa viabilizar um parâmetro nacional que possa também ser um parâmetro para os Estados, para os Municípios, para o setor privado nesta área da política sobre o álcool, *crack* e outras drogas.

Convido à Mesa nossos ilustres oradores: o Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Presidente em exercício do Conselho Federal de Medicina, representante do Sr. Roberto Luiz d'Avila, Presidente do Conselho Federal de Medina. Aliás, registre-se o belo evento que tivemos no dia de ontem no Conselho Federal de Medicina. Tive o privilégio, com a Senadora Ana Amélia e outras lideranças, de estar lá e poder ali ver um trabalho da mais importante entidade da área médica brasileira no sentido de... Registramos a presença aqui do nosso querido Deputado Carimbão – é uma honra para nós –, que vem desenvolvendo um brilhante trabalho como Presidente da frente parlamentar que atua nessa área das comunidades terapêuticas na Câmara e realizou um belo evento. Disseram-me um horário, mas, quando cheguei lá, não era o horário, mas é um belo evento. Quero aqui também parabenizá-lo por esse trabalho. Como eu dizia, o Conselho Federal de Medicina realizou esse evento ontem, que permitiu dar um conjunto de procedimentos a serem uniformizados no Brasil, nessa área do atendimento, levando em conta já algumas orientações da Organização Mundial de Saúde.

Convidamos também o Dr. José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira. Seja bem-vindo. Também o Dr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, representante do Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP, o Sr. Antonio Geraldo da Silva.

O Padre Haroldo está se deslocando para cá. Com muito prazer, convidamos o Frei Hans – perdoe-me aqui o alemão – Stapel. Você tem que me ensinar, Valdemir. Eu ainda estou querendo aprender o tupi guarani. Você vai ser meu professor. O Frei Hans representa aqui a rede Fazenda da Esperança. Ele inaugurou esse trabalho em Guaratinguetá, São Paulo.

Devo dizer aqui que justificou a ausência o Dr. Roberto, que é do Ministério da Saúde. Ele quer marcar um novo momento. Ele teve uma situação emergencial familiar e por isso teve que viajar no dia de ontem. Esteve até ontem conosco, lá no Conselho Federal de Medicina.

Eu queria aqui dizer que ontem o Dr. Roberto esteve lá e teve de sair logo depois do evento, por um problema emergencial. Eu tinha até combinado com ele que se pudesse vir hoje, a gente daria a palavra pra ele em primeiro lugar. Mas parece que agravou a situação e ele teve que viajar.

De qualquer modo, ele tem compromisso de vir à Comissão inclusive apresentar o plano e o pensamento, enfim, do Ministério da Saúde, que tem grande importância nesse trabalho.

Bom, eu estava colocando aqui no início o nosso desejo nesse trabalho, que na verdade se trata de uma reunião – como eu disse – de trabalho, preparatória, com um objetivo, Deputado Carimbão. A gente quer trabalhar inclusive com as frentes parlamentares da Câmara, do Senado, e com as comissões diversas existentes no Congresso, para buscarmos a organização de um embrião de projeto que seja, que possa nortear o trabalho da área da prevenção, do tratamento, da reinserção social e de um conjunto de políticas públicas que possam ser adotadas; e convencer o Governo Federal, a exemplo do que faz em outras áreas da Saúde, na área da Educação, enfim, a encabeçar a convocação de uma conferência nacional em que possamos apresentar uma proposta e passar pelo crivo do setor público, do setor privado, das diferentes áreas, dos diferentes níveis de Governo, das comunidades terapêuticas, das clínicas, das entidades médicas, enfim, para termos um balizador dessa política.

O objetivo que a Comissão coloca é buscarmos fazer a implantação de um sistema que está na lei,

mas ainda não está verdadeiramente implantado no Brasil. Ou seja, um sistema que possa ter quem o coordene no Governo Federal, nos governos estaduais, nos municípios, e que integre as diversas entidades desta área. Por último, que possamos também adotar um conjunto de medidas que venham a apoiar as entidades existentes.

Então, eu queria iniciar aqui os trabalhos passando a palavra ao Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, pelo Conselho Federal de Medicina. Nós vamos trabalhar com um tempo de quanto tempo aqui? Um tempo de mais ou menos dez, quinze minutos? Uns vinte minutos? Quinze minutos?

Quinze minutos, com tolerância, está certo? Combinado?

Dr. Carlos Lima.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Permita-me só registrar aqui a presença também da nossa Deputada Estadual Rejane Dias, lá do Estado do Piauí, que é Presidente da Frente Parlamentar de políticas sobre álcool, *crack* e outras drogas, também lá no Estado. Seja bem-vinda.

Ontem recebemos aqui a presença do Secretário de Justiça do Rio Grande do Sul. Eles criaram lá um departamento também nessa área de políticas sobre drogas.

Aliás, eu quero dizer aqui que ontem nos foi feito um convite, juntamente com a Senadora Ana Amélia – viu, Senador Moka? – para irmos ao Estado do Rio Grande do Sul visitar essa experiência que a gente viu aqui das entidades não-governamentais e da área de Governo. Então, será formalizado o convite e iremos acertar uma data pra essa visita. Já temos uma pra Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Você está convidado também, viu?

E devo dizer, inclusive, que tem uma experiência. Eu estive em São Paulo, numa reunião com os cientistas, que recomendaram uma visita a um evento com o pessoal da Suécia em uma visita. É o país do mundo considerado mais avançado nesta área. Eles estão prevendo que na próxima geração não haverá mais dependente químico. Imagine, para nós aqui uma coisa impossível. Eu acho que é um feito que vale a pena a gente encontrar.

Registro a presença do nosso Líder Humberto Costa.

Com a palavra, o Dr. Carlos Tavares Lima.

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Muito bom dia, Senador Wellington Dias! Em seu nome cumprimento os demais ilustres participantes da Mesa. Em nome da Senadora Ana Amélia, do Senador Waldemir Moka, cumprimento os demais Senadores, autoridades presentes, os preclaros colegas médicos que aqui também participam da audiência.

Sem dúvida, é extremamente relevante aos nossos interesses sociais, éticos e morais iniciativas como esta do Senado. Portanto, digna dos nossos melhores encômios e da maior vontade em contribuição.

Trata-se do uso disseminado do *crack* na área em saúde pública e tratamento, de acordo com o convite recebido para participação da audiência.

O *crack* surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 1980. O primeiro relato de uso da droga no Brasil data de 1989. O seu consumo vem crescendo principalmente nos últimos anos, em face de o território brasileiro servir de rota para o tráfico internacional e da vulnerabilidade social de grande parcela da população, sobretudo dos mais jovens, embora essa drogadição alcance todas as faixas socioeconômicas e culturais.

Para respostas às questões de saúde pública e tratamento, antes há de se considerar um fidedigno levantamento de dados epidemiológicos, no pressuposto de que todos concordem tratar-se de doença. Inobstante um levantamento em curso, a pedido do Ministério da Saúde, ainda faltam dados nacionais atualizados sobre o número de vítimas e o perfil dos usuários no país. Há um levantamento, como dito, em curso, e acredito que até o final deste ano esteja pronto para nossa análise, cujos dados intermediários já apontam um índice de 1,2% da população brasileira como usuária da droga. O que traria um aumento realmente significativo em relação ao último estudo que data de 2005, quando ali apontou-se um índice de 0,1, mas, na verdade, com um viés no trabalho, porque o índice de uso da cocaína era de 0,7%. E as perguntas a respeito da cocaína inalada ou aspirada causaram uma certa distorção no final. Mas, naquele momento, em 2005, este índice deveria estar em torno disso, 0,5%, 0,7%. Agora os índices já começam a apontar para algo em torno de 1,2% da população brasileira. É um estudo do Cebrid e esses últimos dados oficiais, como dito, remontando ao ano de 2005, tendo como fonte este estudo relatado aqui, referenciado do Cebrid – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, realizado em 108 cidades e apontando este índice, 0,1% da população fumou *crack* nos doze meses anteriores à pesquisa; 2,6% haviam fumado maconha; 1,2% tinha utilizado solvente; 0,7% havia usado cocaína, enquanto 49,8% das pessoas consumiram álcool. Notoriamente, o álcool representa a grande maior preocupação em relação à drogadição, incontestavelmente por uma questão inclusive de estatística irrefutável.

Bom, mais recentemente, universidades federais do Rio de Janeiro fizeram estimativas com base em dados do censo do IBGE de que o número de usuários no País estaria em torno de 1,2 milhão, sendo treze anos a idade média para início do uso da droga.

O SR. NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Quantos milhões?

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Em torno de 1,2 milhão.

O SR. NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Então, 1,5 vezes 200 milhões dá 3 milhões.

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Muito mais! Estamos esperando a concretização dos trabalhos para poder...

O SR. NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Se são 1,5 milhão...

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Não. É de 1,2 milhão, conforme estudos recentemente feitos.

O Estudo de Sebride é de 2005. Esse estudo que vem sendo agora novamente elaborado, atualizado, vem evidenciando dados que certamente vão nos levar a esse índice de 1.2 da população. O que vai dar mais de 2 milhões. Mas esses estudos que agora cito são estudos estimativos e da Universidade Federal do Rio de Janeiro que mais ou menos aquém, daquilo que foi feito pela Unifesp recentemente. O da Unifesp dá 2 milhões é o mais recente. Mas esses ainda não são dados oficiais, os dados oficiais vão ser apresentados ao final de ano, certamente, pelo estudo do Sebride.

Bom, em síntese, 1,2 milhão a estimativa das federais do Rio de Janeiro, sendo treze anos a idade média para o início do uso da droga.

A pesquisa Unifesp, repito, acusa algo ao redor de dois milhões de brasileiros que já utilizaram o craque, dentro daquela perspectiva que o Senador coloca como referências.

Enfim, torna-se relevante dar ênfase aos aspectos ético e morais do problema mormente quando sabemos do índice de violência envolvido ou decorrente do uso da droga. Violência que atinge às vítimas e violência causada pelas vítimas à população brasileira.

Sobre as propostas de planos de luta de combate ao problema. Nós temos alguns aspectos a ponderar.

Primeiro a Secretária de Combate Nacional de Ação contra à Droga, anteriormente ligada à Presidência da República, hoje está ligada ao Ministério da Justiça.

Quero colocar à reflexão, se não seria mais pertinente permanecer a Presidência ligada à Saúde ou ao Ministério da Justiça. Já que não se trata de um caso prioritariamente, eminentemente de Justiça, mas de Saúde.

Outro ponto à reflexão seria a questão do refinanciamento.

Tivemos aqui em 2010, na execução orçamentária do órgão, Presidência da República, gestão da política nacional sobre drogas, dotação inicial de 24 milhões, 130 mil, autorizados mais incrementes 130 mil, empenhado e liquidado 90 milhões. Efetivamente pago 5 milhões, 349 mil.

Agora aponta-se algo em torno de 104 milhões e aqui pondera-se é suficiente em termos de estado que existe nesta federação, em termos de mais de cinco mil municípios, e sobretudo considerando as prioridades essenciais, fundamentais à luta contra essa droga edição que tem um potencial de ação de dependência muito rápida e que atinge camadas muitos jovens e vulneráveis à população.

As prioridades que seriam a policial, a de uma assistência médica integrada e de ação social.

A policial através de um controle efetivo de fronteiras, considerando, como dito esse País como rota de tráfico internacional. A criação de um setor de inteligência dentro da esfera policial para que se expurgue aquilo que pode estar correlacionado e ligado ao tráfico, e o preparo da política para a lide com humanidade. Na área da assistência médica integrada, as condições de atendimento passando por uma rede, por uma estrutura de rede capaz absorver a imensa demanda assistencial.

A priorização dentro disso dos CAPs a nível, sobretudo de CAPs 3, com a presença de médicos para uma devida e adequada assistência. A psicoterapia no SUS é fundamental. A consideração da capacitação dos recursos humanos nas portas de entrada, nas áreas de urgência, de emergência e nos programas de saúde da família.

Muitas vezes, realmente, porta de entrada onde esses usuários de craque procuram um primeiro atendimento por causas diversas. Precisam ser diagnosticados e bem encaminhados. Para isso, precisamos de recursos humanos em todas essas esferas: na urgência, na emergência, nos ambulatórios, nos programas de saúde da família. E, ao mesmo tempo, óbvio, ter uma rede estruturada onde permita que o encaminhamento devido seja feito.

Terceiro, a questão da área social. Essa questão é extremamente importante. O trabalho refere-se a uma questão de justiça social. Nós precisamos de escolas integradas que possam naturalmente oferecer uma condição de inclusão social, um sistema de economia solidária, de financiamento, que permita a inclusão do indivíduo, a sua autoestima preservada.

Precisamos, enfim, de um trabalho que não pode estar sob ombros exclusivos do Governo mas de toda

a sociedade civil organizada. Agora, precisamos, sem dúvida, ter financiamento adequado, ter sistematização, metodologia. Nós precisamos de controle e avaliação, também, dentro desse processo, como em toda a área da assistência à saúde.

Acredito que, se houver essas definições políticas, essas determinações de vontade, com financiamento adequado, com ações conjunturais, sistematizadas, controladas e avaliadas, nós poderemos, realmente, transformar esse *status quo* de hoje de desassistência à saúde. Ontem, eu estava colocando e gosto de repetir porque as frases de efeito, às vezes, tem muito valor. Como disse Martin Luther King, de todas as iniqüidades e a que mais ameaça a dignidade humana é a desassistência à saúde.

Espero que, com essas ações, e fico esperançoso com iniciativas como essa do Senado de que é, em breve, e eu diria, seguindo o exemplo da Suécia, Senador: aqui, neste país, os gritos dos inocentes não tenham resposta no silêncio dos bons. Também Martin Luther King assim falou.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço ao Dr. Carlos.

Passamos, imediatamente, a palavra ao Dr. José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médico Brasileira – AMB.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL – Muitíssimo bom dia. Senador Wellington Dias, gostaria de cumprimentá-lo; cumprimentar a Senadora Ana Amélia, cumprimentar o Senador Waldemir Moka, cumprimentar o Senador Humberto Costa, cumprimentar o nosso amigo, ex-diretor da Associação Médica Brasileira, um grande colega e amigo de muitos anos, Senador Paulo Davim. Gostaria de cumprimentar a Deputada Rejane Dias, o Deputado Givaldo Carimbão, aos integrantes da Mesa, o Carlos Vital, o nosso grande amigo Emanuel Fortes e o Frei Hans Stapel.

É uma enorme satisfação estar aqui com os senhores e eu inicio por cumprimentá-los pela iniciativa e transmitir o entusiasmo de um de nossos colegas, um amigo e companheiro da Universidade Federal de São Paulo e da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, Ronaldo Laranjeiras.

Ronaldo Laranjeiras esteve ontem com o Senador Wellington Dias, e, à noite, eu lhe telefonei dizendo: "Ronaldo, que mensagem eu devo levar ao Senado Federal?" Antes de me transmitir as suas ideias específicas sobre isso, falou, durante talvez uns quinze minutos e com enorme entusiasmo, sobre a sua motivação e a sua profunda qualificação nesse campo. Ele disse que ficou absolutamente fascinado por conhecê-lo e por ter tido a oportunidade de trocar ideias consigo sobre esse assunto, o que o deixou extremamente esperançoso com relação às possibilidades de desenvolvimento dessa matéria também aqui no Senado.

Há um entendimento de que...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Permita-me...

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Além de lhe agradecer, quero dizer que esta é uma escola. Estão aqui o Ministro da Saúde, Humberto Costa, que preside também a Subcomissão de Saúde; a Senadora Ana Amélia, que é uma professora pela experiência com esse tema no Rio Grande do Sul; e também os nossos médicos aqui, que são Senadores e trabalham aqui na nossa Câmara.

De qualquer modo, eu que agradeço todo o carinho com que fomos recebidos pela Universidade Federal de São Paulo e todo o trabalho que vocês desenvolvem nessa área.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL – Muito obrigado.

Nós temos, de longa data, um envolvimento na questão de álcool e outras drogas. No momento em que falamos sobre álcool e outras drogas, nós não podemos esquecer, talvez, aquilo que nos tenha motivado à primeira intervenção da Associação Médica Brasileira, que é o tabagismo.

Temos absoluta convicção de que, com a sociedade mobilizada e a integração de todos os setores no campo do combate a essas pragas que devastam a nossa sociedade, nós teremos êxito.

Há muitos anos, talvez três décadas, talvez até um pouquinho mais, nós constituímos a Comissão de Combate do Tabagismo na Associação Médica Brasileira, em que o Professor Gutemberg, depois, o Professor Mirra e diversos outros desenvolveram um trabalho muito interessante, que começou com a campanha de combate ao tabagismo nos aviões – alguns dos senhores se lembram dessa questão. Hoje, nós estamos numa situação exitosa em que, cada vez mais, se vê uma restrição mais, vamos dizer, apertada com relação a esse enorme problema.

Nós estivemos, há cerca de uma semana, no Conselho da Associação Médica Mundial, em Vancouver, e tivemos ali a oportunidade de ver a Ministra de Saúde de Vancouver lançando a campanha contra o tabagismo em Sidney, na Austrália. E ali houve uma série de medidas instituídas, mostrando a absoluta importância de se ter uma intervenção abrangente e integral nessa questão.

O Brasil caminha a passos largos nessa direção e esperamos que nós consigamos, em todos os cantos

deste País, estabelecer políticas enérgicas e efetivas com relação ao controle do tabagismo, ao controle do uso do álcool e ao controle do *crack*, da cocaína e das demais drogas.

Nós precisamos entender, quando falamos sobre *crack* e dependência, que estamos tratando de uma doença recidivante, de uma doença crônica, de uma doença extremamente complexa, que demanda muito tempo para o seu controle.

Como disse o Dr. Carlos Vital, estamos frente a um problema em que as estatísticas estão em curso, mas não há como negar que, no mínimo, 1% da população se encontra hoje afetada – e estamos falando em números baixos. Portanto, esse é um problema de primeira ordem em saúde pública; e é necessário que todos nos mobilizemos.

Nesta semana, à semelhança do que foi feito há quatro décadas – ou há três décadas e pouco – com o tabaco, instituímos uma comissão de controle do uso de álcool e outras drogas. O professor Ronaldo Laranjeiras será o presidente dessa comissão. Teremos enorme satisfação em contar com V. Exªs, Srs. Senadores, na instalação dessa comissão, que se vai fazer certamente entre 24 e 27 de maio durante a Feira Fórum Hospitalar, em São Paulo.

É necessário proteger os cidadãos no sentido de prevenir a ocorrência desse problema. É necessário proteger os usuários e as famílias dos usuários. É necessário que se entenda que, para isso, temos de utilizar intervenções múltiplas. Não são intervenções isoladas que trarão resultado. Isso exige tempo e investimentos de recursos de que hoje não dispomos para a atenção à saúde. Portanto, temos de buscar recursos em outras partes.

Certamente, medidas voltadas para a redução ao acesso a álcool e drogas incluem o aumento da taxação do tabaco – voltando a falar em tabaco, o brasileiro é o dos tabacos mais baratos, o que é inaceitável – e do álcool e a reversão dos recursos provenientes dessa taxação para as medidas voltadas ao controle desse problema.

Portanto, é necessário reforçarmos o orçamento do Ministério da Saúde. Esse é um problema que tem de ser tratado sobretudo como um problema de saúde. É necessário reforçar o orçamento do Ministério da Saúde para que isso possa ser tratado com a necessária efetividade. Existem diversos modelos testados, que precisam ser colocados em prática.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sr. José Luiz, se V. Sª me permite, só vou interrompê-lo um instante para convidar nosso outro palestrante, Padre Haroldo, para ocupar seu lugar à Mesa.

Bem-vindo, Padre Haroldo! O Padre Haroldo faz um belo trabalho também pelo Instituto Padre Haroldo.

Pode prosseguir, por favor.

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL – Não havíamos combinado a entrada do Padre Haroldo com a lâmina que tenho à frente e que me está servindo de referência. Mas a lâmina que está aqui, à frente, diz absolutamente isto: "É necessária a participação de vários setores, incluindo narcóticos anônimos, grupos de familiares, organizações comunitárias e religiosas." Então, estamos aqui trabalhando em sincronia.

É necessário que se crie um ambiente de tolerância zero. Não é possível tolerar o *crack* nas ruas. E é necessário que todos os agentes públicos, sejam policiais, assistentes sociais ou agentes comunitários, trabalhem de maneira integrada no sentido de encaminhar usuários imediatamente para o serviço de saúde, para, no serviço de saúde, serem monitorados.

As famílias têm de receber apoio para que possam auxiliar os usuários a permanecerem em tratamento, a aderirem ao tratamento, que se faz ao longo de um processo difícil e demorado de recuperação.

Precisamos ter todas as possibilidades no sistema de saúde para receber esses pacientes, incluindo as possibilidades de internação, seja internação voluntária, involuntária ou compulsória.

No tratamento desses pacientes não se pode colocar em segundo plano a questão da reinserção social, de tal forma a permitir que o jovem seja reintroduzido nas escolas, que os que estão já em atividade profissional sejam reinseridos no trabalho ou sejam requalificados para o trabalho.

Os jovens, portanto, as escolas são a prioridade nesse sistema. A parceria entre o sistema de saúde e o sistema Judiciário é necessária para que possamos evitar que se recorram às prisões no caso dos usuários infratores.

E nós temos que regionalizar os serviços e estes têm que estar disponíveis. Toda a gama de serviços tem que estar disponível de maneira realizada, sejam os CAPS, sejam os ambulatórios especializados, sejam os hospitais- dia, sejam os pronto-socorros de psiquiatria, as enfermarias, as moradias assistidas, uma vez que frequentemente ocorre uma desinserção familiar dos usuários depois de longo tempo de uso de droga e depois do período de recuperação, as comunidades terapêuticas têm um papel importante aqui, sobretudo a reinserção sócia.

Basicamente essas são algumas medidas, em linhas muito gerais, que precisamos considerar no estabelecimento de políticas voltadas para o controle desta questão.

Interrompo aqui esta primeira intervenção, certo de que os aspectos técnicos desse problema serão muito melhor abordados pelo Dr. Emanuel, que também é psiquiatra.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos ao Dr. José Luiz Gomes do Amaral.

Passamos imediatamente ao Dr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, pela Associação Brasileira de Psiquiatria.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Bom dia, Senador Wellington Dias, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, Senador Paulo Davim, nos conhecemos recentemente, mas se mostrou uma pessoa muito empenhada e identificada também, assim como o Senador Waldemir Moka, na resolução dos problemas de saúde pública, principalmente nas questões médicas que discutimos atualmente. Meu amigo Givaldo Carimbão, de Alagoas. De fato Carimbão tem um trabalho expressivo nessa área, além de outros de importância social no Estado de Alagoas;

Vou fazer um resumo do que aconteceu ontem que foi alvo de debates durante o seminário do *crack* no Conselho Federal de Medicina.

O *crack*, realmente, é avassalador. A destruição que provoca, a dependência rápida, além de outros aspectos que mostrarei em seguida, realmente obriga o governo a se debruçar sobre essa matéria e a, naturalmente, ampliar essa percepção para todas as demais drogas, inclusive o álcool.

Aí se fala da dimensão do problema. Nós consideramos a política do Ministério da Saúde tímida e equivocada, porque, ao longo de todos esses anos, não conseguiu estruturar um sistema que efetivamente funcione, mesmo com toda boa vontade de vê-lo funcionar. E nesse sistema que o Ministério da Saúde instituiu, o médico passou a ser a última etapa, quando, por lei, é a primeira etapa para avaliar as doenças mentais e é equivocado porque confundiu os CAPs com uma panaceia que resolve todos os problemas. Os CAPs são uma boa ideia, mas têm que cumprir a função terciária da reabilitação. Eles não podem ser o controlador da porta de entrada, o prescritor de medicamentos e o aplicador de terapias reabilitadoras. Eles têm que cumprir uma função dentro desse sistema.

Os serviços comunitários geralmente são religiosos e muitos. São precários, carecem de base científica e beneficiam pouco no aspecto do adoecer. No aspecto da reabilitação e da reinserção, têm uma importância fundamental – essa não é a crítica que nós fazemos à forma de aplicar.

A questão é a seguinte: a comunidade terapêutica tem uma história e é uma estratégia que pode ser aplicada num hospital psiquiátrico, que pode ser aplicada numa fazenda protegida, que pode ser aplicada numa residência protegida. É uma estratégia que apresenta dois parâmetros à comunidade: o primeiro se dá com o Simmel, em 1908, que, observando como tudo no século passado e no outro século foi alvo de muita observação pelos psiquiatras através do conceito fenomenológico, viu que as pessoas melhoravam quando trabalhavam e passou a instituir como regra a ocupação. Naturalmente os doentes graves que não conseguiam se integrar não respondiam, mas aqueles cuja doença permitia, através da cognição, uma melhor interação se beneficiavam efetivamente da ocupação.

Na década de 40, Maxwell Jones, criou a expressão "comunidade terapêutica" para uma estratégia baseada na Psicanálise. Era a Psicanálise o ponto de convergência das discussões. Discutia-se, dentro da comunidade, desde a organização até os elementos inconscientes que motivavam seu funcionamento.

Bion estudou melhor esse contexto e aplicou os conceitos de grupos operativos que, na realidade, são os grupos de trabalho para que as tarefas sejam executadas ou para que as tarefas sejam discutidas e cobradas. Esse é o conceito de comunidade terapêutica.

Naturalmente, na década de 40, nós não tínhamos ainda os medicamentos para possibilitar uma abordagem mais eficiente e tudo se passava dentro do conceito e da expansão que as ideias de Freud preconizavam.

Acontece que "comunidade terapêutica" é um termo que consideramos impróprio para definir o estabelecimento religioso ou não religioso que recebe as pessoas e que precisa funcionar em acordo com a Lei nº 10.216. A comunidade terapêutica não pode receber pacientes involuntários ou voluntários, na medida em que ele não permite que entre e saia, porque a lei diz: "para entrar precisa de um médico mesmo que esteja na sua vontade e para sair precisa de um médico mesmo que esteja na sua vontade", porque uma internação voluntária pode se transformar em internação involuntária.

Esse debate eu sei que vai ser encaminhado e nós gostaríamos naturalmente, como a Associação Brasileira de Psiquiatria e o Conselho Federal de Medicina e a AMB, de estar presentes para que esse modelo siga o que preconiza a Lei nº 10.216.

Muito bem. Nós precisamos de ações, nas diferentes esferas de Governo e nos diversos órgãos, que funcionem de forma harmônica e integrada. Hoje, a gente não conta com isso. São muitas pessoas e "interatores" agindo, em muitos momentos conflitantes nas suas estratégias.

Os serviços de dependência química com qualidade são poucos, e geralmente privados e universitários. E é isso o que nós temos, o serviço completo, como a USP e o Laranjeras que coordena um trabalho também excepcional nessa área.

Pode passar ao próximo.

O uso de substâncias psicoativas no Brasil lícitas prediz o uso das substâncias ilícitas e não temos nenhum controle sobre publicidade, preço e disponibilidade das drogas lícitas. Se nós queremos realmente um combate efetivo, algumas coisas precisam ser feitas. Quer dizer, falar em liberação de droga no Brasil é realmente uma piada. O Brasil não controla a venda de álcool a crianças. O Brasil não controla a venda de cola de sapateiro, que, antes do *crack*, era a epidemia nas ruas. Todas as crianças estavam na rua cheirando *crack*, e ninguém se empenhava em retirá-las. Passou a ser a cola. A cola, desculpe, a cola de sapateiro. E ninguém se empenhava em tirá-las, em retirá-las daquele caminho que foi substituído pelo *crack*. Então não se pode, num país deste que não tem controle nem educação suficiente para que regras mínimas sejam obedecidas, se falar em liberação de qualquer outra substância. Basta o álcool para nos causar problemas. Basta o álcool!

E a lei é muito complacente. Ela confunde o usuário recreativo com o dependente, e o dependente é um doente. O usuário recreativo é quem alimenta realmente o tráfico. Por que isso? Basta a expressão estatística de que a bebida alcoólica liberada gera um nível de dependência nas pessoas que têm a predisposição para adoecer da dependência. Mas nem todo mundo é dependente. Então, se fosse a indústria do álcool depender dos dependentes, ela quebraria. Os que usam socialmente, que é a grande maioria da população, não têm problemas com o uso do álcool. Então quem financia o tráfico, na sua grande maioria, é aquele que usa esporadicamente sem consequências, mas que faz com que os dependentes se transformem em minitraficantes e infratores da lei, fora os outros crimes que a gente conhece muito bem. E a repressão no Brasil é insuficiente; é realmente uma tolerância avassaladora com tudo isso que está acontecendo e nós vemos todos os dias nas ruas.

O próximo!

Muito bem! Este é um exemplo da falta de convergência das ações. Aqui, nós temos a justiça terapêutica, e nesse evento não tinha um médico sequer para discutir as questões relativas à saúde, à doença e ao adoecer.

Pode passar ao próximo.

E, aqui, está a percepção avassaladora, aí, sim, da ação do *crack*. Aí estão as mortes. E há um destaque para essa notícia de 1º de janeiro: o sujeito matou a mãe, porque queria o dinheiro para comprar a droga.

E mais: segundo os dados que nos trouxe o conselheiro, Presidente do Conselho Regional de Goiás, Salomão, 60% dos julgamentos por crime contra a vida, em Goiás, agora, passou a ser em decorrência do uso do *crack*, do uso de droga. Quer dizer, é uma inversão avassaladora.

Vamos adiante! Pode passar.

Então está aqui: "Droga é responsável por 60% dos júris em Goiânia".

O próximo! Está aqui o destaque: "Seis em cada dez casos de homicídios são julgados pelo Tribunal do Júri de Goiânia e têm relação com o tráfico de drogas".

No próximo *slide*, está a mesma manchete.

Aqui, é a população carcerária masculina, 2092. Quer dizer, uma proporção imensa de 9 mil, quase um terço da população carcerária do Estado de Goiás, está relacionada à droga, ao tráfico de drogas.

No próximo, é dito: "A população carcerária do Brasil: 102 mil está relacionado a entorpecente".

No próximo: "Homem mata irmão a facada". É mais um reforço a essa tese.

Pode passar.

Aqui, é dito: "Viciado em *crack* é acusado de matar educador a faca".

No próximo: "Homem acusado de matar pai em Goiânia".

Esse relatório da ONU faz alerta sobre a disseminação do *crack* no Brasil. Não vou ler todo ele.

Próximo!

Aqui, a Lei nº 11.343, apontando para que o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, prevê a prevenção do uso, a atenção e reinserção social dos usuários dependentes de drogas e estabelece normas para a repressão à produção não-autorizada e o tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências.

Aqui vai um destaque, Senador, que, ontem, o Senhor e a Senadora Ana Amélia possivelmente já ouviram, mas acredito que os outros precisam saber.

Na América Latina, parece-me que o Brasil é o único produtor de acetona e éter e esses são insumos básicos para a produção da coca. E a indústria química brasileira funciona sem controle, sem limite porque de onde vem o volume imenso desses insumos para garantir o refino de tamanha quantidade de drogas dos países vizinhos a nós?

Então, é importante que essa discussão nos remeta a um controle lá na fonte, um controle rigorosíssimo como hoje é feito com outros insumos na medida em que se dificulta o acesso e a sua livre circulação, temos que...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É acetona e...

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Éter. Nós poderíamos ganhar muito e o Brasil estaria impedindo o fluxo oposto. Enquanto recebemos o manufaturado, eles levam para lá a nossa *commoditie*. Próximo.

Então, os planos estão aqui. Vamos adiante!

A prevenção dos indivíduos envolve educação, ação e segurança pública, saúde que é o fruto da nossa questão, cultura e o emprego, como falaram o Vital e o Zé Luís.

No próximo: "Atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas". Aí vêm as premissas que precisamos entender. A dependência química é uma doença. Na psiquiatria, como em qualquer área médica, nós fazemos os diagnósticos nosológicos e os diagnósticos nosológicos se baseiam em alguns pressupostos: agente etiológico definido.

O agente etiológico do adoecer da dependência química existe? Existe. É a droga em si.

A repercussão anatomopatológica existe? Existe. O Vital e Zé Luis acabaram de dizer isso. Modifica, sim, o funcionamento e modifica a condução da informação pelo ácido ribonucléico.

E o terceiro ponto: existem as alterações possíveis patológicas? Existem. Então, isso preenche os requisitos da CID 10, mais adiante, da CID 8, para os diagnósticos neurológicos. Então, é uma doença que precisa ser vista como uma doença. E o Brasil negligencia, nesse aspecto, porque deixou-se de priorizar a percepção médica para se priorizar a percepção social.

Acredito que eu não tenha mais tempo, não é Senador? (*Pausa*.)

Muito obrigado.

Então, está aqui a existência de componentes biológicos na suscetibilidade de desenvolver a dependência.

Pode passar ao próximo.

Aqui, está dizendo que altera o ácido ribonucléico. Vou passar para a parte fulcro da discussão, porque estou expirando o meu tempo.

Pode passar. Quando chegar ao quadro, eu paro.

Muito bem. A atenção primária, cuidados primários de saúde, tem que ter um diagnóstico e acompanhamento médico clínico geral, as equipes da Saúde da Família, Unidade Básica da Saúde, cuidados psiquiátricos gerais e identificação de co-morbidades. Por quê? Porque a dependência não é somente uma doença da droga. Ela também está associada ao adoecer esquizofrênico, ao transtorno afetivo bipolar, às psicopatias, aos transtornos de déficit de atenção e outras perturbações ansiosas que são uma gama imensa, que vai do pânico, da síndrome do pânico, da doença do pânico, até outras, como a ansiedade generalizada. Então, isso tratado pressupõe que a eficácia do tratamento será maior. Então, é preciso um diagnóstico médico antes de entrar dentro do sistema.

Tratamento das complicações somáticas – esse oxi, que estão falando aí, provoca ulceração na boca. Algumas pessoas não param, apesar das úlceras que estão lá corroendo sua mucosa bucal.

Prevenção de doenças transmissíveis. As emergências e acidentes, a desintoxicação ambulatorial, que precisa de médico – e é aqui onde entra a crítica do Conselho Federal de Medicina ao CAPS 3, AD 2 e 3, que é uma estrutura que prevê apenas dois psiquiatras durante o dia. Não tem psiquiatra à noite, pode ter ou não ter, segundo a portaria, nem nos fins de semana, nem nos feriados e dias santos. E vai lidar com pessoas que necessitam de cuidados intensivos.

Nós, do Conselho Federal de Medicina, no Parecer nº 1, de 2011, consideramos antiéticos esses estabelecimentos. Eles são impróprios para o trabalho do médico, porque não tem estrutura médica para promover uma ação imediata, tem que chamar o SAMU, não tem um médico para agilizar a administração de uma prescrição orientada. Fica somente uma enfermeira, uma psicóloga, uma assistente social, e esses profissionais não têm a formação para abordar as doenças.

Então, essa é uma situação realmente muito grave, que fazemos questão de, sempre que podemos, denunciá-la onde quer que falemos. Precisa de orientação familiar, intervenção e internações breves – e aqui é uma parte onde os componentes da equipe podem sim participar. Mas, nessa outra aqui que é médica, é o médico que tem que desencadear.

E o encaminhamento para o serviço de maior complexidade, que nós defendemos que tenha também hospital psiquiátrico especializado. A Lei nº 10.216, aliás, foi feita para criar o disciplinamento do hospital psiquiátrico. Ela não foi feita para destruir os hospitais psiquiátricos. Foi feita para dizer: funcione com uma equipe competente, multiprofissional. Porque, se não tiver o médico, o enfermeiro, o assistente social, o psicólogo e outro terapeuta ocupacional, será considerado um asilo, um local impróprio para o tratamento. E hoje nós estamos vendo proliferar o CAPS até os outros estabelecimentos, condições que não obedecem a esse pressuposto para a internação. Então, isso é muito importante ficar assentado nessa manifestação.

A próxima!

Para os secundários, temos a orientação psicológica baseada em evidências, e se podem utilizar todas essas estratégias terapêuticas, os grupos terapêuticos, para prevenir recaídas, grupo de orientação profissio-

nal para reabilitação social, programa de facilitação de acesso ao tratamento, que tem muitas estratégias, avaliação e orientação terapêutica de comorbidades psiquiátricas, desintoxicação ambulatorial medicamentosa e orientação familiar estruturada.

Próximo!

Ainda, para o ambulatório especializado em dependência química, hospital-dia, tratamento de comorbidades psiquiátricas complexas, tratamento psicológico estruturado associado com orientação familiar, desintoxicação complexa e intervenção estruturada para as crises.

O próximo!

E um terciário, Programa de Internação em Unidades Especializadas, não é em leito. Prestem atenção! Não é criar leito e colocar numa enfermaria qualquer seis leitos para receber pessoas nessa condição. É impróprio, é inadequado e é arriscado uma pessoa agitada dentro de um hospital de cirurgia, que pode sair correndo, entrar em uma CPI, entrar num centro cirúrgico, chegar em um doente que está se recuperando, acamado, e praticar... Mesmo que seja um susto, é impróprio. Não se pode pensar em leitos especializados; tem que se pensar em estrutura organizada. E aí, estruturar trinta leitos num hospital, colocar seis leitos especializados numa ala própria é muito caro. Somente um país rico como o Brasil é que pode pensar desse jeito. Botar seis leitos e ter que ter psicólogo, psiquiatra, plantonista para isso, ter que ter assistente social, enfermagem, tudo próprio, quando nós sabemos que, para o tratamento das doenças psiquiátricas, nós precisamos de um psiquiatra para cada quarenta leitos e de duas enfermeiras para essa mesma quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sua sugestão é que seja em torno de trinta a quarenta?

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Os leitos especializados precisam estar numa dependência própria e tem que haver uma compatibilidade econômica. A gente tem que entender que a gente não pode jogar dinheiro fora. E criou-se uma animosidade com o hospital psiquiátrico de tal forma que hoje os programas do Governo não prevêm o hospital psiquiátrico. O hospital psiquiátrico virou uma coisa banida da linguagem da literatura oficial do Estado brasileiro. Nós perdemos noventa mil leitos psiquiátricos desde que começou essa famigerada ideia de que os hospitais fazem mal. Não, não fazem mal. Faz mal um mau hospital. O bom hospital faz bem à saúde da população.

Muito bem. Então, nós precisamos do hospital geral e do hospital psiquiátrico. E aí nós temos toda essa gama de estratégias, a programação complexa, programas complexos de reabilitação psicossocial com duração longa.

Ninguém pode pensar em curtas permanências. É preciso que você apague da memória da pessoa aquela impressão da droga. Inclusive, o Ronaldo ontem deu um exemplo... O Ronaldo, não, o Carlos Salgado, outra pessoa muito importante nessa nossa estratégia de debates. Ele disse que uma jovem em processo de desintoxicação sentia falta diuturnamente e pensava. Depois ela passou a sonhar, com a falta, mas não sentia falta diuturnamente. E isso é um prenúncio de que a pessoa efetivamente melhorou, porque introjetou, colocou lá no inconsciente da memória e deixou de sentir o que chamam de fissura. Ela voltou a recair. Mas ele disse o seguinte: ela voltou a recair – como disse o José Luís já chamou a atenção aqui – mas ela continua aderida ao programa e as chances de essa pessoa parar definitivamente são altas, porque ela se tornou suscetível à abordagem.

Então, é muito importante que se tenha a ideia de que ninguém vai tratar, na hospitalização, em quinze dias. Isso tem que estar relacionado à observação do médico e a critério médico. O médico é quem tem que dizer o tempo de que a pessoa precisa e a data correta de se conceder a alta. E hoje a gente não tem isso. Temos uma ingerência extraordinária na ação. Você tem de cumprir a jornada em 15 dias quando 15 dias são insuficientes de fato para abordar esse e outros problemas psiquiátricos que requeiram internação.

Muito bem, vamos adiante.

Pode passar.

Aqui um esboço do que diz a lei: que a pessoa tem que ter acesso ao melhor tratamento consentâneo às suas necessidades. São muitos itens.

O próximo: que a internação psiquiátrica se dá mediante laudo médico que caracterize os seus motivos; que a internação involuntária é aquela que se dá sem o consentimento, a voluntária, com consentimento, e a compulsória é aquela determinada pela Justiça.

E aqui eu quero confessar que eu ajudei um pouco a construir essa lei e nós erramos ao fazer essa redação, porque ela estava restrita aos casos dos inimputáveis. Era o caso de quem cometeu delito e se submete a uma perícia psiquiátrica para ser isentado da responsabilidade, da imputabilidade para cumprir a sua jornada no ambiente protegido do hospital de custódia. E ficou parecendo aqui que o juiz pode sem a intermediação do ato médico determinar que alguém seja internado. A lei é muito clara: você só interna ou só dá alta quando o médico assim o determina, nos seus atos privativos.

O próximo. Muito bem. Está aqui: tem que comunicar ao Ministério Público.

E eu agradeço a tolerância, Senador, porque extrapolei não sei quantos minutos, mas era uma explanação técnica.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos a V. Exª a explanação.

Passamos imediatamente ao nosso querido Frei Hans. A ordem é de chegada, viu, Padre Haroldo?

O SR. HANS HEINRICH STAPEL – Permite-me não nominar ninguém para não esquecer ou falar errado e também para ganhar tempo. Já foram nomeados todos.

Gostei muito do que o Sr. Emmanuel disse, mas em alguns pontos não concordo, porque penso que falta um conhecimento das comunidades terapêuticas.

Hoje são 80% dos jovens que são atendidos por essas comunidades, e uma delas é a Fazenda da Esperança. Sem dúvida, nem todos são iguais. Eu também não quero defender todos, porque sei que há ignorância e também falta de preparo, mas dizer que não tem base científica, isso eu não aceito, porque depende do que se entende por científico.

Para mim, um drogado tem, sem dúvida, a parte psíquica e a parte física, mas tem uma outra parte mais profunda, que eu chamo de espiritual. E, nesse campo, eu sou científico, sou especialista. Há muito anos trabalho com os jovens. Hoje mais de 20 mil já passaram pela nossa comunidade Fazenda da Esperança.

Quanto se fala em "pouco benefício", eu também não concordo porque 80% da recuperação temos pela pesquisa de três universidades, uma até da Alemanha, que nos acompanhou por mais de cinco anos.

Mas permite-me contar um pouco como entrei nessa, porque sou padre, e parece que padre tem pouco a ver com essa questão. Mas é ao contrário. Quando eu era pároco, lá em Guaratinguetá, pais vinham desesperados porque seus filhos estavam nas drogas. E, como padre, eu tenho que atender todos os paroquianos. E me interessei, acolhi na minha casa e conversei muito, escutei muito. Eu vi que o problema era muito profundo não só psíquico e físico, era espiritual. Muitos, rejeitados pelos pais.

Hoje 70% dos nossos jovens, e três mil estão conosco hoje, em tratamento. Temos 77 fazendas em muitos países fora do Brasil e, em todas, 70% dos pais são separados.

Eu escutei esses jovens constantemente, no mais profundo do ser deles. E o que eu vejo lá? Problemas de perdão, de rejeição já desde a barriga da mãe, e isso traz problemas que eles não conseguem administrar.

Depois eu sinto falta de valores na nossa educação. Infelizmente, fizemos leis que prejudicam profundamente nossa juventude. Não podem trabalhar, não podem isso, não podem aquilo. Eu não queria ser professor hoje nas escolas. Nada é permitido, nada é possível. Como jovem, eu apanhei, às vezes do pai, do professor, e não me fez mal nenhum. Com quatorze anos, eu entrei na profissão de gráfico na fábrica e trabalhei oito horas por dia. Toda a minha curiosidade foi em cima das máquinas. E, orgulhoso, voltei para casa demonstrando minhas mãos sujas. Aprendi e fiquei contente de poder aprender algo.

Hoje, chega um menor na nossa entidade, eu já tenho medo do promotor, do juiz, de todo mundo que quer mandar, porque não pode trabalhar, não pode isso, não pode isso. Na rua, ele pode roubar, matar, fazer tudo. Dentro da comunidade, não pode fazer nada.

Então, nós estamos prejudicando esses jovens, porque trabalho não faz mal para ninguém.

Penso nessa discussão nacional e fico contente que isso aconteça, o País está gastando bastante dinheiro com seminários, com encontros, com viagens, convidando palestrantes de todo o mundo; eu acho importante, mas não podemos esquecer que precisa chegar o dinheiro também àquele que necessita.

Pouco tempo atrás, o Ministério da Saúde fez um edital com leitos que podiam ser usados pelas comunidades e também nos ofereceu, porque somos a maior do Brasil... Eu rejeitei. Sabem por quê? Porque não entendem a comunidade terapêutica. Querem fazer de nós um hospital, e não somos. Não somos. Primeiro, exigem a cada dez dias um médico assistindo aos novos jovens. Eu acho um absurdo. Eu faço na nossa comunidade como a minha mãe fez em casa: quando alguém estava doente, chamava um médico. Mas não que o médico ficou sentado lá, vinte e quatro horas. E nós vamos chamar médicos e também temos clínica para atender na psicologia. Não somos contra, mas não queremos que ele se sinta como doente permanente.

Nossa terapia é, quando eles chegam: eu os convido a sair de si mesmo, pensar no outro, viver valores, perdoar mutuamente, saber escutar o outro, viver com a diferença. Em todas as nossas fazendas há muitos estrangeiros. Em algumas, somos sete ou oito, dez nacionalidades diferentes, para quê? Para apreender a viver com a diferença, aprender a ser gente, sair de si, acabar com esse egoísmo com que nós educamos os nossos jovens. Só ter, ter, ter, e depois fica num vazio tremendo. Chegam adultos, agora, na nossa fazenda e conversando com eles: "Qual é o problema?" Não encontraram o sentido da vida. Pensaram toda vida em si, conseguiram ser não sei quem na vida, mas não se realizaram. O homem e a mulher só se realizam quando faz o outro feliz, quando ama. O egoísmo acaba com qualquer sociedade.

Eu sou alemão. Eu vi meu país quando estava destruído. Eu vi como nós estávamos unidos e como estavam juntas as famílias. Depois, entrou a riqueza, afastaram-se de Deus e se afastaram dos irmãos. E veio um jeito egoísta que realmente cria mil problemas. Então, esse ponto de aceitar o médico a cada dez dias não é possível para nossas comunidades. Eu falei isso com Dr. Paulo. Discuti muitas vezes. Eu disse: não é possível assim.

Outro ponto que eu acho impossível é de não deixar o jovem trabalhar. Nossos jovens todos trabalham e se sustentam pelo trabalho. Eu não quero que eles ganhem dinheiro nem do pai, nem do Governo. Eles têm que trabalhar, senão, como vão voltar à sociedade? De que jeito? Então, precisamos arrumar mais Bolsa-Família para sustentá-los? Mas eu quero que eles aprendam a trabalhar, porque o trabalho realiza. O trabalho é uma coisa extraordinária. O trabalho é uma fonte de realização pessoal e eles gostam. Não tem reclamação. No início é difícil, mas depois eles são felizes.

Então, não posso tirar esse ponto de fazer só terapia. Não! Trabalho sério, de produção, porque se eles voltam à sociedade e não sabem produzir, então vão cair fora e voltam à droga. O trabalho é fundamental.

Outro ponto que não podemos abrir mão é de envolver os pais. Eles precisam se envolver. Eu não aguento pessoas que ficam na arquibancada e depois dão palpite sobre o jogo, sabem fazer gol a cada hora, mas não entram no campo. Os pais precisam entrar junto. O ano inteiro em que os jovens estão conosco, nós temos encontro com os pais. E eles não pagam nada, porque é gratuito. Mas o filho está contente com isso.

Os pais levam, a cada mês, uma cesta de produtos que os filhos produziram, seja queijo, mel e outras coisas, e vendem. Então, eles não compram, eles vendem. Isso faz bem para eles. O filho diz: "Meu pai não me colocou lá e foi embora. Não. Ele participa conosco". É importantíssimo isso. Agora, nesse texto digitado eu não posso ter participação nenhuma dos pais. Então, tem que mudar o nosso sistema. Não vou mudar porque está dando certo.

Outro ponto é a famosa liberdade religiosa. É uma coisa que eu acho tão esquisito! O País agora quer ser leigo e não sei o quê. Nós somos profundamente religiosos. O Brasil é um País religioso. Isso não significa que tem que ser católico. Não. Mas precisa ter uma linha. E nossa Fazenda da Esperança é uma instituição católica, aberta para todos. Mas eu não vou começar a fazer culto para um, outro, outro, outro. Não. A nossa linha é clara. Nós vivemos o Evangelho e o colocamos em prática. Cada um que se inscreve sabe que funciona assim e se quer participar – e muitos querem – é bem-vindo!

Nós temos Judeus, temos Ortodoxos. Mais de 120 russos já se recuperaram conosco. São Ortodoxos. Temos ateus de todo jeito. Temos Testemunhas de Jeová, Mulçumanos. Não tem problema. Mas todos participam. Eu não concordo em dizer que é livre, cada um faz o que quer e então vira uma bagunça.

Eu lembro um dia. Eu sempre respondo as perguntas aos jovens. Um jovem me disse: "Frei, eu sou Testemunha de Jeová". Muito bem. "Eu não gosto de Nossa Senhora; eu não gosto da missa nem quero participar da meditação". Eu disse: "Meu rapaz, eu quero te dizer uma coisa, eu não te chamei. Você pediu para entrar nessa comunidade. Eu te escrevi e disse como funciona. Eu não te chamei. Você pediu para entrar nesta comunidade. Eu te escrevi e disse como funciona. Tem trabalho, não pode fumar, não tem água. Eu escrevi tudo e também disse que aqui tem uma orientação religiosa clara definida. Você tem que se tornar católico? Não. Mas você tem que participar e viver concretamente o amor. A gente ensina isso na meditação, na missa, etc. Para mim, você caiu num buraco, e eu estou te dando uma corda. E você olha esta corda e diz: desta eu não gosto. Você é livre. Então, procura alguém que te dá uma escada ou que tira você de outro jeito do buraco. Eu, como padre, como responsável desta comunidade, não tenho outro jeito de libertar você. Eu não sou psicólogo, não sou médico. Tenho outros tratamentos. Você é livre, mas você escolhe esta comunidade, e ela funciona assim".

Então, eu não posso admitir que, na nossa comunidade, não haja a obrigação de participar, senão cada um faz o que quer. Ninguém precisa se tornar católico, entendam bem, mas tem que participar porque nós ensinamos valores, ensinamos amar. E, se isto não é mais possível, não tem recuperação. Então eu disse: não posso atender o que se disse ou não disse, parece que querem fazer de nós uma clínica. Então me dizia: não, você assina, depois dá um jeito. Isso me irrita, gente. Eu não quero dar um jeito. Eu quero ser respeitado como nós somos, com tudo que nós fazemos. Hoje 77 fazendas mais 30 já foram doadas que estamos preparando. Então eu quero ser transparente para a sociedade, para todo mundo. Todos podem nos visitar, até o Papa já nos visitou. Então também todos são convidados. A fazenda é aberta, não tem segredo. Então eu gostaria que se respeitasse assim. E por isso nós negamos esta ajuda. Alguns não entenderam, mas não posso. Depois pode ser que aqui em Brasília se diz: tudo bem nós entendemos. Mas na base vem cada um visitando e fiscalizando obra que é triste. Tem tantos que é uma tristeza, que vêm com ignorância, vêm

com um jeito de dizer: Frei, não sabe que eu tenho o poder de fechar. Então fecha, que coisa. nós precisamos trabalhar juntos e não estar um contra o outro. Uma outra coisa que me deixou muito chateado, e gostaria de transmitir para se estudarem meios como podem se resolver, são as famosas emendas que os deputados e senadores oferecem. Como somos conhecidos, eles vem às vezes na comunidade e dizem: Frei, queremos ajudar, te dou uma emenda 200 mil, 100 mil, claro, uma alegria. No outro dia eu vejo em todos os jornais, alguns me dizem: Frei, está ganhando muito dinheiro. Eu disse: caramba, eu sou como a galinha, eu vou cantar quando botar o ovo, não antes. Depois, existe toda a burocracia, este país é especialista em burocracia. Eu já faço logo 100 cópias do nosso Estatuto porque todo mundo quer cópia de tudo. Não sei onde vão colocar depois essas coisas. Mas depois ele faz tudo, um trabalho tremendo. Chamam especialistas, porque tem que ser tudo detalhado, entrega, recebe aprovação do Senado, de todo mundo, e no fim do ano vai na Casa Civil e simplesmente não se assina, não sei o termo técnico, e tudo morre na praia.

Para mim falta respeito aos senhores deputados e senadores, respeito às entidades, respeito ao povo brasileiro que precisa de ajuda. Paralelamente, escuto campanha para se dar prioridade. Prioridade de que jeito? Só na fala ou na ação? Na ação, nós perdemos quase todas as emendas do ano passado. Depois, quando falo, dizem: "No ano que vem, vai ser diferente". Quero ver. Não sei.

Então, para mim, não é possível desse jeito. No Graacc, não há lei. Lá na parte gráfica, a coisa corre. Aqui nós temos lei para tudo e complicadíssima. Quando se dá uma verba, mesmo o nosso Governador quando era deu a verba e morreu tudo na licitação e começa a construção, não termina. Precisa existir uma mútua confiança, precisa acreditar no nosso trabalho e sem complicação ajudar.

Não dá licitações para quem depois não tem interesse, porque não se faz – e aqui minha sugestão – uma emergência. Cria-se talvez um grupo responsável de emergência porque o craque é uma calamidade pública, e quando se declara uma calamidade as leis são outras.

Cria-se uma comunidade, depois visita-se todas as comunidades terapêuticas e aquelas que são sérias se dá um selo e ajuda sem complicação.

Eu não estou aqui para pedir dinheiro ou alguma coisa, estão funcionando as nossas fazendas e vão continuar funcionando assim. Eu estou dizendo se o Governo tem interesse de melhorar esta questão da droga, nós temos condições dobrar todas as casas e todas as fazendas de atender mais gente, com mesma equipe, nós responsável não somos funcionários, são todos vocacionados, somos uma sociedade reconhecida pelo Vaticano. Mais de 600 jovens se doam gratuitamente. Podemos dobrar o número e atender tantos e tanto de vários lugares.

Fizemos experiências, eu me lembro o Secretário de Saúde, Barradas, me chamou um dia e disse eu não sei o que fazer com Casa Fundação.

Eu disse: me manda,20 desses jovens.

Coloquei eles nas nossas casas, um por um, não todos juntos, participando de todo programa, depois de um ano chamei ele e disse: Pode conversar com todos.

Ele disse: Não é possível que eles possam mudar.

Encontrar um novo estilo de vida. Isso precisa.

Então, nós precisamos se o Governo quer ajuda para aumentar a capacidade de atender mais gente, as 30 fazenda precisam ser estruturada, se existe interesse podemos trabalhar juntos, mas por favor, nós deixa ser como Deus nos inspirou. Eu não posso mudar e não vou mudar, vou continuar a ser, respeito a todos os outros. Tenho uma maior admiração por aqueles que trabalham nos hospitais porque têm muitos que já atingiram a cabeça e são doentes de todo o tipo. Tenho uma admiração grande, mas grande parte não precisa isto, basta uma comunidade ter a pratica que tem uma espiritualidade seria que ajuda e assim podemos fazer a nossa parte, pequena, mas com alegria.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos ao Frei Hans e dou aqui o meu testemunho da veracidade de centenas e milhares de pessoas que foram tratadas lá. Inclusive, há um trabalho mais antigo no Maranhão. Apenas para ressaltar o que ele disse, lembro que, na condição de Governador – Carimbão, digo isso para o senhor entender como ele tem razão –, fizemos uma parceria com a Fundação Fazenda da Esperança, mas, como Governador, demoramos um tempão para fazer o projeto. Terminou o projeto, e fomos fazer a licitação. Ganhou uma empresa que não tinha condição de fazer – é isso que ele está colocando -, você tem que fazer nova licitação. Terminei saindo do mandato e ficou incompleto. Tem um compromisso do atual Governador de agora em maio retomar esta importante obra na c idade de Campo Maior.

Mas eu sou testemunha, estive em São Paulo, conhecendo lá, em Guaratinguetá, e tenho acompanhado todo esse trabalho pelo Brasil e em outros países, ou seja, uma entidade que inspirou a criação e a organização em outros países e é uma experiência, realmente, como outras, bem-sucedida.

Agora, vamos ouvir outra experiência, a do Padre Haroldo.

O SR. PADRE HAROLDO RAHM – O Frei Hans falou muitas coisas a que digo "amém" completamente. A minha maneira de viver é um pouco diferente do que a do Frei. Ele, na sua vida, na maneira com que ele trabalha, é muito mais da Igreja do que eu. Eu sou jesuíta, católico, e tento ver uma maneira em que posso servir.

Em vez de falar cientificamente... Tenho 73 anos e vi todas essas coisas. Eu vivia quando drogas... (interrupção do som) ...nenhum problema. E também eu vivia em uma época em que ciência e religião, segundo Einstein, mais ou menos, andavam juntas.

Só vou falar, não preparei nada, porque aprendi pela experiência que nunca sigo o que preparo. Vou pedir ao divino Espírito que me ajude a falar alguma coisa que – estou vendo o relógio – possa servir para o Governo Federal, Estadual e Municipal servir melhor como nós queremos servir.

A Prefeitura de Campinas e, antigamente, o Estado me ajudam muito. Mas eu sou filho de um médico alcoólatra, minha mãe, divorciou dele por causa de álcool. Tenho um irmão alcoólatra e uma irmã alcoólatra. Tenho vivido o álcool toda a minha vida e, ridiculamente, agora estou trabalhando com álcool em vez de pegar outra maneira de viver.

O que falei sobre ciência e religião? Sou convidado, graças a Deus, a ir a muitos países para falar, porque falo inglês – o português é um pouco difícil. Estou aqui há 46 anos. Sou naturalizado brasileiro, mas isso não ajudou nada meu sotaque. Sou também surdo, graças a Deus, porque, fora desta sala, tanta bobagem é falada, e eu não tenho de ouvir. Mas, como falou o Frei, meu grande amigo, que admiro muito, 80% dos brasileiros que têm problema com álcool, que é o problema, não o *crack*... Vou repetir: álcool é o problema, não o *crack*. Graças a Deus, alguma pessoa abriu os olhos para o *crack*, e todo o mundo está prestando atenção, errado ou não, graças a Deus!

Uma comunidade de pobres em Teresina... O Diretor, a Polícia está procurando. Afinal, ele está resolvendo o problema. Ele tem uma grande comunidade pobre e chamou a atenção de Dr. Wellington, e estamos aqui unidos. Se é verdade completa ou não, não sei. Esse jovem era um aluno nosso que curou-se em Belo Horizonte em uma de nossas fazendas e abriu uma fazenda.

Agora, há mais de duas mil fazendas no Brasil, comunidades terapêuticas, que tratam a maior parte das pessoas que têm problema. Por quê? Porque a vítima, o pobre, não pode ir ao psiquiatra. O pobre não pode ir ao psicólogo. O pobre pode ir ao lugar dos pobres. Por exemplo, na minha comunidade em Campinas, eu tenho, mais ou menos, duzentos jovens em recuperação. Eu vivo no meio deles, porque eu gosto de juventude, eu gosto de trabalhar com pessoas que têm problema.

O custo para mim e para a minha equipe é de R$2,4 mil a cada mês para cada pessoa. Isso não é nada, mas, multiplicado por duzentos, é pouco dinheiro. Quem mantém são os meus amigos com alguma ajuda da Prefeitura.

Quanto paga um jovem? Suando, ele paga R$200,00. Quer dizer, na nossa comunidade, para cada jovem, incluindo meninos de rua, sem fim, eu tenho que pagar – desculpem-me, porque quando falo estou falando da minha comunidade, mas sou eu que estou dando a palestra – R$2,2 mil para cada jovem. O jovem graduando nunca vai ganhar no Brasil R$2 mil. Nós pagamos a ele para ficar em tratamento muito mais do que ele vai ganhar depois.

Por que ele não vai ao psiquiatra? Ele não tem dinheiro. Por que ele não vai ao psicólogo? Ele não tem dinheiro. Os psiquiatras, os psicólogos têm uma família, têm que viver e não podem tratar de todos os pobres. Eu sou a favor dos psiquiatras. A Prefeitura me dá um. Eu tenho quinze psicólogos, eu tenho seis assistentes sociais, cujo salário eu pago com justiça. Eu tento pagar bons salários.

A grande coisa do frei que eu comecei, mas fiz um grande erro... Ele tem pessoas consagradas que trabalham, dão toda a vida, mas a minha psicóloga, depois de oito horas, tem que ir para casa. Eu não posso abrir outros lugares, porque eu não tenho dinheiro para mais salários.

O que estou querendo dizer é que clínicas, psiquiatras, psicólogos, tratam de uma faixa mais alta. Em geral, as chamadas comunidades terapêuticas tratam os pobres. Como o Frei falou, 80% das pessoas em tratamento estão nas comunidades terapêuticas.

Eu trabalho muito com cientistas, mas tenho um problema: como sacerdote, eu não considero – vocês não vão concordar comigo, porque agora é a ideia – que todo drogado é doente. Eu nego isso. Cada drogado – o problema sobretudo não é droga, o problema é álcool – está abusando da virtude da temperança. Por exemplo, uma pessoa que vai à zona está doente. Se vai frequentemente, está doente. Uma pessoa que come demais, gula, está doente. E por que uma pessoa que abusa de álcool e droga é doente? Por quê? Porque os cientistas estão treinados em trabalhar com doentes. O religioso está treinado em trabalhar com virtudes, com o amor de Deus, com o amor do irmão para servir. Agora fiz um exagero. Não estou dizendo que o psiquiatra e o psicólogo não podem ser muito melhor em religião do que eu. Muitos são. Mas vou a reuniões como hoje.

Cheguei de Gênova outro dia. Embora o presidente internacional de todas as comunidades terapêuticas seja o monsenhor, eu sou o 3º Presidente das comunidades internacionais terapêuticas, não deixaram pôr a palavra "espiritualidade" no resumo da reunião de pessoas em todo o mundo. Isso é ridículo.

Eu falei, estou terminando, que conheço, para exagerar outra vez, praticamente todos os países menos a China, por quê? Porque fui convidado – fui convidado à China também, mas não fui. Mas o que quero dizer, eu falo inglês, é que eu tenho uma certa sabedoria sobre álcool e drogas, pouca coisa. Eu nunca vi em qualquer lugar no mundo um alcoólatra ou um drogado que está sóbrio – não uso a palavra "cura" porque para mim não são doentes –, o ponto que quero chegar é que eu nunca vi pessoalmente um alcoólatra ou um drogado que está sóbrio que não tenha uma certa linha de espiritualidade. Pode seguir os doze passos dos alcoólicos anônimos, mas tem dentro dele alguma coisa de espiritual e temos que respeitar isso, como também temos que respeitar a ciência, a psicologia, a psiquiatria, hospitais e todos os outros lugares que trabalham à sua maneira.

O que eu quero é que ciência e espiritualidade trabalhem juntos, porque nós somos seres humanos, não somos animais, mas também somos racionais e somos espirituais. Tudo isso é uma só coisa pelo menos em filosofia em que sou mestrado.

O que queria dizer, Frei Hans, deu a ideia maravilhosa sobre comunidades terapêuticas. Ele tem mais pessoas consagradas do que eu. Eu tenho mais psicólogos, psiquiatras, médicos do que ele e usamos...Mais uma coisa que ele falou: mandar um jovem, cada dez dias, a um médico que é ridículo. Quem pensa bem, faria uma lei assim? É ridículo para mim.

Vamos trabalhar juntos e, graças a Deus, queria falar isso também.

Vivo com duzentos homens e mulheres alcoólatras, drogados, homossexuais, lesbianos, com AIDS, com doenças venéreas etc, todo tipo, mas o que eles precisam é um bom exemplo. Um grupo de pessoas que tenham muito interesse neles e isso é o que cura. Por exemplo, eu leio esse livro sobre a fazenda de Goiânia. É maravilhoso, mas se não pratico, não serve para nada.

Daí, a equipe que trabalha com eles tem que ser uma equipe que dá bom exemplo, que trabalha, podem ganhar salário, mas tem que dar a vida por eles. Isso é o que traz sobriedade nesse belo país que se chama Brasil.

Eu não sei se falei alguma coisa para servir, mas tentei dar um foco global nesse problema. *Crack* não é problema, álcool é o problema. *Crack* está dentro de tudo isso e, graças a Deus, que *crack* causou esse movimento aqui.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos ao padre Haroldo e a todos os palestrantes, mas entramos agora na fase da discussão.

Eu devo lembrar, apesar de estarem sentados aqui, dois de comunidades terapêuticas de um lado, treze da área medica e psicológica do outro, mas o grande desafio que temos – esse é o propósito desta Comissão – é que a gente possa somar, integrar todas as possibilidades que temos, todas as experiências que temos e eu, particularmente, acredito exatamente nisso.

É preciso que a gente seja capaz de convencer uns aos outros daquilo que cada um conhece de modo mais profundo. Se de um lado é possível e necessário tratar do corpo e isso a ciência acho que domina, mas nem tanto na área mental por tudo o que tenho lido e acompanhado, sejam as alterações que ocorrem no cérebro. Se conhece muito pouco ainda os efeitos da própria composição de cada droga, mas acho que, além de cuidar do corpo, é preciso cuidar da mente. Por isso, há a Psicologia, a Psiquiatria, enfim, todas as áreas. Eu, particularmente, não apenas por ser cristão, creio também na necessidade da espiritualidade, de reconstruir a vida, de dar sentido a vida. Acho que, sem isso, a vida é pouco provável.

E fico feliz. Nos últimos anos, Frei Hanz e Padre Haroldo, ainda ontem, na confederação dos médicos – eu comentava isso com a Senadora Amélia –, uma coisa me alegrou muito. Na apresentação feita pela Organização Mundial da Saúde, o trabalho da Organização Mundial de Saúde, nos procedimentos colocados, reconhece a necessidade das comunidades terapêuticas, desse trabalho. Está perfeito? Não. É por isso que estamos aqui. Se estivesse tudo solucionado, nem o carimbo estaria na frente, nem nós estaríamos aqui. É exatamente para construir um parâmetro que estamos aqui.

Precisamos do apoio do governo federal? Precisamos. Vou dar um dado que ouvi esses dias dos cientistas. Temos no Brasil entre 12 e 18 milhões de dependentes de todas as drogas, dependendo da pesquisa feita. Aí inclui-se como ponto principal, todas as pesquisas reconhecem isso, como a pesquisa apresentada pelo Dr. Carlos, o álcool, com mais ou menos a metade para cima. Então se a gente reconhece isso, quantas vagas temos hoje de atendimento público e privado no Brasil? No setor privado, com mais ou menos 80% nas comunidades terapêuticas, algumas clínicas. Estamos falando, com otimismo, de cerca de 25 mil vagas. Os dados que me apresentaram lá é que precisaríamos de 600 mil vagas, não necessariamente

de internação, mas de tratamento das diferentes formas de dependência de 600 mil pessoas.

Dito isso e registrando a presença do Dr. Marcelo Machado e do nosso artista Frank Sabá e Dona Isa, também presentes, passo a palavra à Senadora Ana Amélia, como autora do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Wellington Dias. Cumprimento todos os expositores. Cada um falou na sua área específica de atuação e defendeu seus pontos de vista que todos respeitamos e acolhemos, concordando ou discordando. Queria salientar em especial a contribuição valiosa que o Padre Haroldo e Frei Hanz oferecem. Especialmente no caso do Padre Haroldo, que, do alto de sua juventude de 73 anos, disse grande verdade: que bom que Deus lhe tirou um pouco da audição porque assim ele ouve menos bobagens e é poupado de tudo isso. Então é momento de reflexão sobre a vida.

Eu queria perguntar ao Padre Hanz: o senhor disse que passaram pela Fazendo Esperança 20 mil jovens de 15 a 55 anos. Hoje são 77 fazendas que abrigam 3 mil pessoas que precisam desse tratamento. Eu queria perguntar ao senhor desses 20 mil que foram atendidos, na maioria são jovens, quantos tiveram ressocialização, não na recuperação, mas a ressocialização na sociedade. Pelos dados que o senhor mostrou, 70% deles advêm de casais com problemas, afastamento do diálogo e daqueles valores que o senhor apropriadamente identificou, a perda de valores numa sociedade excessivamente consumista em que a referência familiar vai se perdendo numa competição desenfreada porque pai e mãe correm um para cada lado e fica desabrigado. Diz um adágio que o ócio é a oficina do demônio. Não há espaço vazio para o jovem, nem para o adulto. Se ele não tem uma ocupação... A terapia ocupacional pelo trabalho é uma boa saída.

Então, eu queria perguntar ao senhor: nesse aspecto, desses 20 mil, quantos foram ressocializados? E que outras referências precisam ser feitas dentro da atuação e do tratamento e do atendimento dado pelas comunidades terapêuticas para uma maior eficácia? Porque, mesmo como fez referência o nosso Presidente, a Organização Mundial de Saúde está reconhecendo o papel de assessoramento também no campo médico das comunidades terapêuticas, especialmente num país como o Brasil, de dimensões continentais, em que a participação do Estado hoje nessa área é muito pequena. Os médicos identificaram a insuficiência de tratamento. Só nos CAPS, esse sistema que foi feito, orientado no CAPS-AD, que é para álcool e droga, nós temos 258 unidades no Brasil inteiro; 258 unidades no Brasil inteiro para uma população de 190 milhões de habitantes. Há tem 12 na Região Norte; 73 na Região Nordeste; 15 na Região Centro-Oeste; 102 na Região Sudeste; na Região Sul, 56 unidades terapêuticas.

Então, o que a comunidade terapêutica pode oferecer?

Eu lhe perguntaria também: o que o senhor acha do Estatuto da Criança e do Adolescente, que parece ser o elemento da lei que leva algumas autoridades, sem a consciência da cidadania, a chegar lá, com autoritarismo indesejado, a impor regras e leis, algo que deveria ser feito pelo diálogo?

Então, essa á a questão que eu levanto para o senhor.

Prefiro fazer primeiro nessa área. Depois, passo para a área médica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Tem a palavra o Frei Hans.

O SR. HANS HEINRICH STAPEL – Obrigado pela pergunta.

Nós temos, mais ou menos, aqueles que entram na entidade alguns ficam sete meses, oito, mas a regra é um ano. Aqueles que ficam um ano, vamos dizer mais ou menos a metade dos que entram, conseguem terminar o ano. Aqueles que ficam um ano, depois, entram na nossa estatística, entram também no grupo que chamamos Esperança Viva. Quando eles vão sair, eles continuam se encontrando em grupos junto com os pais. Existem 180 grupos no País, de Norte a Sul. Eles continuam se encontrando porque sentem que precisam se apoiar conjuntamente. Aqui temos condição de acompanhar e ver como cada um está. Mais de 80% desses estão bem, estão firmes, continuam participando, se comunicam conosco, e temos um bom relacionamento.

Então, isso, não tenho dúvida, o resultado tão alto existe porque não tratamos do problema da droga, mas tratamos a vida. Eu sou aquele que menos fala da droga para esses jovens, também do álcool, quase nunca. O que eu falo para eles: descubram a capacidade que está em você de se doar para o outro. Porque, no momento em que alguém descobre que ele é feito para fazer diferença ao outro, isso já ajuda. A maioria vem com complexo de inferioridade. Então, a gente ajuda aqui que eles consigam.

Eu digo sempre: vocês aprendem na Fazenda um jeito de viver diferente: ser realmente um ser para outro. Esse estilo de vida eles podem viver também fora.

Quando à noite alguém me telefona “recaí”, eu pergunto: qual foi a palavra que você viveu hoje: “Ah, já deixei há muito tempo”. Eu digo: “então, você quer ficar em pé sem pensar no outro? Começou de novo só olhar para você? Então, o problema aparece”. E eles recomeçam, facilmente. Então, temos mais ou menos 80%, pouco mais de 80%. Depende muito da região.

Em relação ao Estatuto da Criança, eu acho que há um esforço muito grande e precisa existir. Existe um meio de poder explorar criança e tudo, quanto a isso, não há dúvida. Mas não pode exagerar. Não pode fazer da criança uma coisa que não pode nem ser tocada. A criança precisa ter a chance de trabalhar. Muitos de nós, eu penso, aprendeu a trabalhar cedo com os pais, na horta ou não sei onde, ajudando. Hoje tudo, tudo é proibido. Não pode nem puxar a orelha. Eu não sei nem como educar esses jovens. Eu digo isso com uma grande dor no coração. Desde que começamos, trabalhamos oito horas e, até hoje, não temos nenhuma lei que nos proteja. Se alguém vai à Justiça, nós perdemos, porque não pode dar trabalho, trabalho precisa não ser registrado. E aqui começam as coisas.

A gente faz porque está convicto que tem de ser feito. Mas ali é preciso proteger esse tipo de trabalho. Precisamos ter apoio nesse sentido. Nós fazemos e até hoje deu certo, tive um caso em que ganhamos. Mas não deveria haver uma lei? Por que uma criança, com 14 anos, não pode trabalhar? Ninguém vai explorar: vai ensinar valores, vai ensinar a trabalhar, faz bem e as crianças querem, querem trabalhar. Estão juntos. Digam uma vez: "Você não pode trabalhar e os outros vão". Eles estão indignados.

Então, aqui precisamos, sinceramente, rever e ser sinceros: colocar as coisas que não estão certas e mudar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Frei, eu queria ainda cumprimentá-lo, porque o senhor tocou na questão da opção religiosa, já que é uma instituição católica, a Fazenda da Esperança, onde o Papa esteve visitando. A Secretária titular do Senado, Drª Paulina Duarte, aqui disse que o Estado brasileiro é laico e que o recurso é aplicado para atender a população. Então, não pode uma instituição católica obrigar – até o senhor citou – um evangélico a frequentar o curso.

Nesse caso, a sua opinião qual é? É que as outras religiões criem as suas comunidades terapêuticas?

O SR. HANS HEINRICH STAPEL – Para mim, eles podem participar se eles quiserem, porque nós transmitimos não uma fixação de doutrina; nós transmitimos valores. Isso vale para todos. Eu sempre digo a todos: aqui há missa, aqui há meditação, aqui há essa vida de viver o Evangelho, você queira ou não queira. Eles querem.

Nós temos tantos e tantos crentes que participam e querem participar! E nunca tivemos dificuldade. Essa dificuldade vem da mesa, da teoria, não da *práxis.* Se alguém é aberto não tem dificuldade. Eu tenho muçulmanos, judeus, testemunhas de Jeová. Uma vez me aconteceu, porque na visita sempre vêm os familiares e eles ficam sentados em qualquer lugar, fazem piquenique. E eles ficaram atrás da minha janela e eu ouvi os pais dizendo para o filho: "Cuidado para não te fazerem lavagem cerebral – cuida para não – da Nossa Senhora." E falaram tanta coisa para o menino que, de repente, o menino deu um grito e disse: "Para, pai! Para, mãe! Nunca o Frei falou contra nós. Eu estou aprendendo aqui coisas importantes. Ele não fala do que eu preciso, ele dá valores." O menino entendeu. Depois, eu passei à noite lá, como se não tivesse nada ouvido, e o menino me contou toda a história. Eu disse: "Compreende teus pais, eles foram educados diferente".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perdoe-os.

O SR. HANS HEINRICH STAPEL – Perdoe-os, mas viva o amor. Para mim, se nós não vivermos juntos as diversas religiões, então, amanhã, o mundo não vai para a frente. Os muçulmanos estão em toda a Europa. Nós precisamos aprender a viver juntos, e essa é uma oportunidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigado ao senhor. Eu queria perguntar ao Padre Haroldo...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Permita-me interrompê-la, Senadora Ana Amélia, porque achei importante esse ponto.

A portaria que saiu do Ministério tem três pontos polêmicos: um deles é esse, em relação à religiosidade; um outro é em relação às exigências para as comunidades terapêuticas, como se hospital fossem – você está com ela na mão, mas estou citando aqui só de todo o debate que a gente vem acompanhando –, e há um terceiro item, que diz a relação dos procedimentos internos, em que esse tema do trabalho é um deles. Há outros também, porque eles têm uma terapia com atividades, com o trabalho, e a portaria quer impor uma outra coisa que, muitas vezes, causa choque.

Então, o que estou colocando, do diálogo que tenho tido com a Drª Paulinha e com a equipe dela, e também com o pessoal da saúde, que está participando dessa discussão, e ajudado hoje, inclusive pela área social, que tem uma experiência mais avançada com as entidades sociais, que é onde acho que tem de ter o convênio – acho que o convênio tem que ser na área social, e não na área da saúde, perdoe-me: um caminho simples é o direito da opção. Se a pessoa faz a opção de ficar na Fazenda da Paz, o que eu tenho visto... Estive agora no Paraná, na Crenvi, uma comunidade evangélica, e eles me disseram a mesma coisa: o cidadão entra lá católico e sai católico; entra um da Igreja Universal e sai da Igreja Universal; entra da igreja muçulmana e sai da igreja muçulmana, ou seja, não está comprovado que o objetivo desse

trabalho é buscar adeptos para aquela denominação, certo? Mas para Deus, também, isso ninguém precisa negar, essa é uma realidade.

Então, quero só colocar esse dado, porque acho que se a gente caminha... Por exemplo, nesse caso, a alteração que eles estão encaminhando, do direito à opção, pronto, está resolvido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Claro. Isso para votar a favor dessa mudança.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria perguntar ao Padre Haroldo: a sua comunidade atende, como o senhor disse, a alcoólatras, a drogados com dependência química, tem portadores de Aids, homossexuais e lésbicas. Como o senhor consegue, com uma diversidade tão grande de pacientes, dar atendimento?

O SR. HAROLDO RAHM – É fácil. Tenho a melhor equipe no mundo, dedicada, e o meu trabalho lá é muito pouco. Tento falar com três ou quatro residentes diariamente. E o residente precisa ser ouvido, não só trabalhar. É preciso união, reunião. E minha equipe presta muita atenção aos indivíduos. E para os homossexuais? Lá sempre há um grupo de homens. Fiz um estudo para a Prefeitura de Campinas, recentemente, sobre *pedophiles*, em inglês: mais ou menos dois em cada cem homens – são estatísticas – são pedófilos. Quanto aos homossexuais, eu diria que são 3% em 100, pelos estudos que fiz – não é necessariamente a verdade. Agora, com 200 homens, um ex-homossexual ficaria no paraíso, mas nós temos de olhar, e olhamos bem. Também com lesbianas... Desculpe-me por falar desta maneira, mas alguns meninos estiveram na zona, e eles oferecem sexo facilmente para agradar um amigo. Temos de ter cuidado. E tendo cuidado, e devagar, trabalhando com eles, não cura homossexual não, mas ele pode manter a sua vida sexual como nós temos que cuidar, que somos heterossexuais. Não é nada difícil.

Também trabalhamos com os meninos da rua; há muitos lá, relativamente. Trabalhamos em toda a cidade com eles, e a prefeitura nos ajuda muito com eles. Também há homens que querem usar essas crianças sexualmente. É o que a senhora falou, é mais ou menos como... Só mesmo uma equipe fantástica pode trabalhar com essas pessoas! E, por isso, temos de ter dinheiro para pagar. Por isso, para mim, tenho de pagar tanto dinheiro, para manter a comunidade. Mas o brasileiro é muito bom. Escrevendo uma carta para ele, dando uma palestra numa indústria, falando o que nós fazemos – não que eu fale sobre sexo publicamente; estou falando aqui, por causa da pergunta –, explanando o que fazemos, o dinheiro vem. Até agora, não tive problema com dinheiro. Qualquer obra que tenho, sempre vem, mas, como o Frei Hans falou, quem dera nós pudéssemos multiplicar muito mais, porque temos equipes treinadas, no meu caso, muito profissionais. O DPaschoal me dá dinheiro para seis bolsas por ano.

Eu tento não só – vou terminar – fazer com que eles fiquem sóbrios, mas educá-los. Indo à universidade, eles voltam para trabalhar conosco. Nós temos uma escola profissional, onde ensinamos não só trabalhar, mas trabalhar bem profissionalmente. Essa é a maneira que trabalhamos.

Mas Frei Hans cura o dobro de nós. Quando ele falou 80%, eu, infelizmente, só curo, mais ou menos, 40% e eu tenho que aprender a técnica para dobrar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, padre Haroldo pela gentileza e Frei.

Eu queria, antes de fazer a pergunta aos nossos médicos, fazer uma comunicação que acho importante. Na próxima terça-feira, a Confederação Nacional dos Municípios vai divulgar uma iniciativa inédita no País: o observatório do *crack*, www.cnm.org.br/crack, reunirá dados sobre o uso da droga em todos os Municípios brasileiros.

Conforme o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, cada Prefeitura será responsável por atualizar a ferramenta com o número de dependentes químicos, além de citar ações desenvolvidas para o combate ao *crack*. O lançamento oficial desse grande e ambicioso programa será em maio, durante a marcha dos Prefeitos, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A senhora me permite? Nós tivemos o encontro da marcha dos Prefeitos no início do ano e nós tínhamos, à época, não existiam nem as comissões ainda, apresentado uma proposta para esses dados.

Veja, nós estamos pedindo ao Ministério da Educação para ver quais são as bases de qualificação que a gente tem? Qual é a capacidade que nós temos de qualificação em todas elas? Para que áreas? Especialização, mestrado, enfim, nessa área da dependência química.

Da mesma forma que na área da educação, na área da saúde. Onde temos, nos Caps Álcool e Droga? Nesses Caps, onde há profissionais com qualificação adequada? Onde não tem? Quais os pronto-socorros que têm, por exemplo, atendimento nessa área da psiquiatria, pronto-socorro psiquiátrico? Onde tem enfermaria vinte e quatro horas?

Então, a ideia é a Comissão ter um mapa em diferentes áreas, para a gente ver o tamanho do problema do Brasil. Eu acho que é importante a gente participar

desse evento com os Municípios, porque vai ser muito importante o resultado desse trabalho.

Então, queria parabenizá-la pela informação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu prestei muita atenção no que disse o Dr. Emmanuel, porque é psiquiatra, e também nesses números. Tenho acompanhado, acompanhei como jornalista, essa mudança na política do trato com o paciente psiquiátrico, doente mental. Eu queria saber do senhor quais foram os fatores que, na sua opinião, influenciaram a mudança das políticas públicas dos últimos governos para o atendimento aos pacientes mentais? Essa é a primeira pergunta.

Faço a segunda pergunta. Um colega seu da Bahia, do Centro de Estudos e Terapia de Abusos de Drogas da Universidade Federal da Bahia, Antônio Nery Filho, defende a legalização do comércio de todas as substâncias ilícitas, inclusive *crack*, maconha, cocaína, etc. Então, é sobre esse aspecto.

Há outra pergunta que faço ao senhor. V. Sª falou da dúvida sobre a eficácia do tratamento das comunidades terapêuticas. Ouvindo os depoimentos do Frei Hans e do Padre Haroldo, se os seus conceitos a respeito delas se mantêm os mesmos, ou são modificados?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Infelizmente, cheguei atrasada para este debate, que é tão importante, inclusive, partiu de mim a iniciativa de convidar a Fazenda Esperança, que desenvolve um belo trabalho no meu Estado.

Vou ter que me retirar, Sr. Presidente, mas se V. Exª me permitir falar por um segundo, porque se a Senador me permitir falar por um segundo...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E agora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Um segundo?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É muito rápido, um segundo até já se foi. Se a Senadora Ana Amélia me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A palavra está com a Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, aqui o trato é a cortesia. E a cortesia com a colega a gente aprende... (*Inaudível.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. Eu aguardo a hora de eu ser cortês, de eu precisar que alguém solicite a mesma coisa para eu retribuir.

Mas só quero falar rapidamente, levantar aqui, talvez, quando responderam à Senadora Ana Amélia, ou aos demais Senadores, mas levantar a questão das fronteiras. Nós vamos ter um debate específico sobre isso.

Mas 99% da base do *crack* e de outras drogas, que é a cocaína, entra por três países, são produzidos em três países: Colômbia, Peru e Bolívia e são mais de oito mil quilômetros de fronteiras do Brasil com esses três países. E aí eu peguei um dado, que o Deputado Carimbão nos trouxe, sobre os centros de atendimento, ligados ao Ministério da Saúde. No seu Estado do Piauí, Senador Wellington, são 26 – eu não estou com o material aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exato. São 26.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – No meu Estado do Amazonas tem 5.

No ano passado, em 2010, foi criado por decreto o Plano Integrado de Enfrentamento do Crack. E coloca as fronteiras como áreas-alvo. Então eu queria que os senhores nos dissessem, tanto os médicos ligados a essa área de atendimento oficial, quanto os senhores que representam essas redes de assistência. Eu quero dizer que concordo com os senhores: não há uma divergência, não há uma contradição e não deve ser tratado desta forma: entre aqueles que têm uma formação científica e aqueles que trabalham o espiritual.

Tenho uma grande amiga que é psiquiatra. Mas ela é muito mais do que psiquiatra: ela é psiquiatra, é antropóloga e trabalha com comunidades indígenas. E ela me disse, uma vez, algo que nunca mais esqueci e que carrego comigo. Ela me disse o seguinte, Senadora Ana Amélia: Olha, com toda a experiência que eu tenho com tratamento de dependentes químicos, não há como recuperar sem trabalhar a espiritualidade também, o psicológico. Não há como.

O que falta nas pessoas é perspectiva; a perspectiva a psiquiatria trabalha.

Vejam, a minha filha não é nem batizada, eu deixei a ela a opção. Acho que nós não devemos indicar nada a ninguém; acho que devemos indicar o caminho para que as pessoas tenham a liberdade plena de escolher o seu caminho.

Então, eu acho que precisamos integrar esse trabalho, e o Governo Federal vem fazendo isso.

Concordo, acho que devemos trabalhar, discutir essa Portaria que é extremamente ruim. Sou farmacêutica e entendo que devemos fazer uma grande mudança no sistema de saúde brasileiro, transformando isso, que é um comércio, numa unidade de saúde, que são as farmácias. E lá é preciso haver também a assistência principalmente preventiva na orientação.

Já pensaram quantos milhares de estabelecimentos haveria no Brasil trabalhando em prol da saúde, inclusive, na prevenção do uso de drogas, com farmacêuticos, com profissionais da área de saúde habilitados? E existem os dependentes de medicamentos, o que é muito grave também, não é?

Então, quero agradecer à Senadora Ana Amélia. Terei de me retirar, mas vou ver com muito carinho essa questão. Vamos fazer um belo trabalho, não é, Senador Wellington? O Senador Wellington tem se dedicado muito a esse trabalho, como também todos nós que aqui estamos.

Desculpe-me, Senadora Ana Amélia, mas eu não poderia ir embora antes dar essa palavrinha. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Como diz o nosso Padre Haroldo, quem menos trabalha sou eu, a equipe aqui é que trabalha muito. Ouviu Padre Haroldo? (*Risos*.)

Tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, espero as perguntas do Dr. Emmanuel. Depois, há uma pergunta do Dr. José Luiz também.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Essa é uma história relativamente longa para contar.

Todos nós, e eu me incluo nesse grupo, defendemos que o modelo assistencial sofresse mudanças em virtude do não cumprimento da Lei nº 2.312, que era a lei que existia, disciplinando e regrando a saúde do Brasil de 1954, que foi revogada pela Lei nº 8.080 e o seu Decreto nº 44.474A/61 – se não me engano é 474A/61. O decreto dizia exatamente tudo o que a nossa Lei nº 10.216 procurou defender, de colocar o aparato assistencial próximo à comunidade, evitar ao máximo as internações e tudo o mais. E o nosso infeliz Brasil nunca cumpriu, e deixou ao abandono toda essa fundamentação legal. O que a Lei nº 10.216 trouxe foi a verdade, a realidade, e nós participamos desse debate e ajudamos a construir. Mas a lei que deu início e que não foi acolhida, não foi acatada, do Deputado Paulo Delgado, ela era preconceituosa, contra os médicos e tratava os psiquiatras como seqüestradores, violadores dos direitos fundamentais do ser humano e cumpliciados com crimes que chegariam à tortura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com um viés ideológico.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Era um viés ideológico.

Então, o que nós fizemos foi trabalhar para que essa proposta não vingasse, e ela não vingou.

Quem lê a Lei nº 10.216 – e se tiver interesse de conhecer as outras que citei – vai ver a proximidade conceitual. E nessa proximidade conceitual é que estamos na defesa intransigente da mudança do sistema. Só que o Ministério da Saúde, ao invés de adotar os fundamentos da Lei nº 10.216, utilizou os fundamentos do projeto do Deputado Paulo Delgado porque o Sr. Pedro Gabriel Delgado era irmão do deputado. Então, nós entramos em uma colisão, foi a construção de um sistema em que o médico era a última instância e os equipamentos médicos relegados a uma condição de viver à míngua.

Os hospitais mal fiscalizados no passado não cumpriam com sua jornada. Eu trabalhei como assistente plantonista em dois hospitais que tratavam decentemente as pessoas, e nunca concordei que eu tivesse compactuado em seqüestrar e torturar ninguém não. Sempre agi com a maior retidão possível para tratar as pessoas com dignidade. Então, esse foi o fosso, o hiato; havia, realmente, macro hospitais mal administrados, mas havia também bons hospitais, e colocaram num fosso comum um elemento ideológico que transformou o desejo de todos nós de uma política efetiva, com uma rede assistindo, com a internação hospitalar como último elemento, com a Lei nº 10.216 disciplinando efetivamente a internação e o funcionamento dos estabelecimentos de internação tem algo efetivamente favorável à sociedade.

Então, esse é o resumo da história, e tudo o que foi decantado de expectativas acabou se transformando num pesadelo e numa desassistência tremenda. Hoje, a população carcerária brasileira tem uma quantidade imensa de doentes mentais não somente por álcool e drogas, mas pela incidência de incontáveis outras patologias que estão sendo relegadas e abandonas dentro desse sistema; e as ruas, que estão cheias de pessoas com doenças mentais.

Em resumo, é essa a visão que nós temos, e naturalmente pode ter os contrapositores, mas nós temos essa percepção porque estamos dentro deste debate desde 1986. Faço parte de um grupo de disputa e milita o desejo de ver o sistema público de saúde funcionando, não somente para doenças mentais mas para todas as doenças no Brasil.

As doenças no Brasil foram relegadas a um plano secundário, secundaríssimo. Fecharam 11 mil leitos hospitalares e os que existem mal funcionam. Isso aí eu tenho como provar, porque fui Presidente do Conselho Regional de Medicina até 31 de março e nós fizemos um levantamento de município a município em Alagoas, em todos os instrumentos assistenciais. Esse é um dos parâmetros.

Com relação à proposta simplista do nosso sonhador Antônio Nery que conheço bem, é meu amigo, é o que eu disse um pouco antes. O Brasil que não controlou nem controla a cola de sapateiro, a venda

de bebida alcoólica a menores, vai controlar essa condição avassaladora da maconha, *crack*, cocaína, não. Nós do Conselho Federal de Medicina, numa discussão ainda que preliminar, ouvimos a opinião dos conselheiros que disseram: somos contra; a Associação Brasileira de Psiquiatria é contra a liberação. Basta o álcool e o tabaco para nos causar problemas. E com relação ao conflito que foi instituído, o que na realidade o que eu quis dizer – e vou continuar asseverando – é que a metodologia científica tem um viés que precisa ser respeitado. Ela trabalha com as evidências, as contraprovas. Uma pesquisa feita na área médica é uma pesquisa randomizada. É uma pesquisa que tem modelos que vão ser testados e validados. Então o que nós estamos querendo – isso é um acerto que nós temos no Conselho Federal de Medicina – sou coordenador de fiscalização do Conselho e, consequentemente da propaganda médica e outros fatos – é que nós vamos definir para os médicos brasileiros nesse sistema assistencial para as doenças mentais, o que é médico efetivamente. Esse aqui é um instrumento, equipamento médico de hospitalização ou de assistência? É. Então vai ser cobrado do Governo, do diretor técnico médico e a infraestrutura médica para que o ato privativo do médico seja executado com segurança. E o que não for médico, não é médico. Não temos que ter nenhuma intervenção sobre eles, apenas nos relacionarmos harmonicamente, para complementarmos esses estabelecimentos ou suplementar a ação da medicina.

Acho que isso precisa ficar claro. O que estou colocando é a nomenclatura, como unidade terapêutica está sendo usado para uma técnica que pode ser tanto dentro de um hospital psiquiátrico como numa enfermaria psiquiátrica num hospital geral para denominar um estabelecimento. Acho que a nomenclatura ela foi importada do modelo do Maxwell Jones que, na realidade, é uma forma de abordagem. Uma fazenda terapêutica, um elemento operacional terapêutico de qualquer outra natureza é bem-vindo e é efetivamente eficaz. Nós não desconhecemos isso. Aliás, tenho que confessar aqui. Durante 24 anos estudei apenas isso: a aplicação das técnicas psicanalíticas no modelo assistencial total. Onde existissem pessoas em restrição de movimento, nós tínhamos o interesse em construir um sistema participativo para que a pessoa, efetivamente, esses conceitos que o Padre está colocando. O Padre está dizendo que se constrói na pessoa um conceito para a vida. É isso que precisamos. A pessoa precisa desses valores.

Aproveito a oportunidade para dizer ao Padre: nós também temos horror quando ouvimos alguém dizer que trabalho faz mal à formação moral de qualquer pessoa. Trabalho não faz mal, não! Cortei cana, quando eu era menino, mesmo sem precisar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Emmanuel.

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. José Luiz do Amaral, que, pela Associação Médica Brasileira, enfatizou o foco que a entidade vem dando às chamadas drogas lícitas: o tabagismo e o álcool. A gente vê alguma iniciativa – é aquela velha história de se retirar o sofá da sala –, como restrições à propaganda e aumento de impostos, como até propôs, ontem, o nosso Presidente Wellington Dias. No caso do tabaco, 75% são impostos, e, no caso da bebida, esse percentual é de 35%.

Cito o caso do *crack*, sobre o qual não há propaganda na televisão, nos jornais, nas revistas. No entanto, o *crack* está se disseminando de maneira avassaladora, incontrolável, surpreendendo todo mundo, como as famílias em que há vítimas de dependência e como os próprios médicos, que não sabem bem o efeito que essa química mortal provoca no organismo.

Então, a proibição, a limitação dessas drogas terá algum efeito, terá alguma eficácia? As coisas proibidas são mais atraentes. Por isso, imagino que há essa tese dos profissionais da saúde, como o psiquiatra da Bahia, da liberalização da droga, visto que a compra tem um apelo exatamente por ser a droga proibida.

Então, como o senhor entende essa questão? Será esse o caminho? Isso terá de ser feito dessa forma? Como seria administrada essa questão das drogas lícitas?

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL – A Sociedade Brasileira de Psiquiatria se coloca contra a liberação, a descriminalização do *crack*, da cocaína, da maconha e de outras drogas, e a Associação Médica Brasileira não poderia agir de forma diferente, porque ela se expressa em função das suas especialidades, e a Sociedade Brasileira de Psiquiatria é uma delas.

Hoje, pelo menos 1% da população está afetada por esta questão que, agora, estamos discutindo, o *crack*. Quanto ao tabaco, vamos chegar a algumas dezenas; quanto ao álcool, chegaremos também a algumas dezenas.

O fato de serem duas drogas lícitas e o agravante da propaganda maciça que se faz sobre a sociedade, incitando, sobretudo, os jovens a fumarem e a usarem o álcool, talvez, estejam também na base, no racional, para que haja uma quantidade tão grande de pessoas afetadas.

Portanto, entendo, sim, que deve haver tolerância zero com relação ao uso dessas substâncias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Deve ser banida a propaganda dessas drogas?

O SR. JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL – Quanto ao álcool e ao tabaco, não tenho a menor dúvida de que isso é eficaz. Isso se mostrou eficaz em todos os países em que foi aplicado. Falo da proibição da propaganda em todos os níveis e de uma restrição severa ao uso dessas substâncias, particularmente em relação ao tabaco, que afeta as pessoas mais vulneráveis, que são as crianças. Há cerca de duas semanas, no Conselho da Associação Médica Mundial, houve uma proposta para que se considerasse isso como violência à criança. Vários países já estão adotando medidas no sentido de se penalizar intensamente o indivíduo que fuma dentro de automóvel em que haja uma criança.

Portanto, penso que a legislação brasileira, em alguns Estados, tem-se mostrado adequada, caminhando numa área certa, em outros não. Nós ainda vemos uma certa relutância. Eu sei que a pressão e o *lobby* da indústria fumígena são muito fortes, e do álcool ainda mais. A propaganda com relação ao álcool, à cerveja e outras bebidas do tipo, nós vimos a dificuldade que temos para impor barreiras a isso, mas é necessário que nós atentemos para essa questão, sobretudo com relação aos jovens.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. José Luiz, me permite só uma observação. A propaganda do tabaco foi proibida. Ela não existe nos meios de comunicação hoje. Houve dificuldade aqui para votarmos também, e graças muito ao poder de influência, porque também havíamos considerado a proibição da propaganda das bebidas alcoólicas. Quem sabe, já que há proibição da publicidade sobre o tabaco dos anos recentes, o senhor pudesse fazer uma reflexão, em complemento à pergunta da Ana Amélia. Porque, se foi proibido, teve um efeito a não veiculação de propaganda do tabaco, se bem que parece que até aumentou, desde então, a propaganda que vemos de bebidas alcoólicas, na televisão, até nas atividades esportivas como futebol.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós conhecemos o nosso inteligente e atento Suplicy. Eu não sei como ele consegue falar no celular e prestar atenção à conversa aqui. Essa é uma coisa impressionante do Senador Suplicy. Eu gostaria de ter umas aulas com ele. Eu tenho dificuldade. Quando eu presto atenção, não consigo concentrar a minha atenção naquilo que estou falando. Então eu quero aprender com ele, para não fazer isso.

Dr. Carlos Vital, ontem, com o Senador Wellington Dias, nós estivemos no Conselho Federal no Seminário *Crack: Construindo um Consenso*, e, claro, todo o esforço como foi referido aqui no sentido de debater essas questões tem sempre um resultado. No mínimo mexe com a nossa responsabilidade, com a nossa consciência. Nós, aqui, políticos e parlamentares, mexermos nas leis, simplificarmos para que as coisas aconteçam no país, porque de palavras as pessoas que precisam já estão cansadas e podem morrer antes que a gente termine esse nosso ciclo, essa nossa audiência pública.

No que foi feito ontem a proposta é: construindo um consenso. Aconteceu ontem lá porque eu não pude ficar até o fim. Existe a possibilidade de consenso nesta matéria, Dr. Carlos Vital?

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Acreditamos firmemente que sim. Exatamente nessa premissa que temos que considerar inclusive que na verdade estamos nos dois lados da mesa, mas estamos na mesma mesa. E certamente sem sermos glutões ou alcoólicos estamos dispostos a comer do mesmo pão e beber do mesmo vinho.

Estamos certamente dentro de compartilhamentos e não temos divergências. Talvez haja uma dificuldade de uma comunicação mais clara, que mostre as nossas posições convergentes.

Mas os médicos conhecem esse processo, porque receberam um conselho que vem do séc. V antes de Cristo, dado por Platão. Platão aconselhou os discípulos de Escolápios que corpo e alma são um só e não podem ser tratados separadamente. Então, temos isso como tradição hipocrática. Temos o conhecimento sobre as doenças que apenas atingem o corpo ou o espírito, as doenças psicossomáticas de uma outra forma. E óbvio que essas lições questões ligadas à drogadição estão no âmbito do psicossomático. E atenção à espiritualidade é fundamental. Nós tivemos esse cuidado, até a transição do séc. XIX para o séc. XX com muito mais aperfeiçoamento, porque até, então, os médicos, procuraram compensar a pouca eficiência da sua arte com atenção a espiritualidade dos enfermos.

E aí na transição do séc. XIX para o séc. XX, depois da descoberta de Pauster, Gregory Mendell, Charles Darling, da maior eficácia das técnicas cirúrgicas, traídas pela veleidade do domínio de uma ciência de uma razoabilidade, tornaram-se desatentos a ressentimentos de angustia de medo dos seus pacientes, esqueceram um tanto quanto esses conselhos de Platão.

Mas há uma recuperação absoluta, tanto que hoje, os códigos de ética médica desde 1988 e o atual desde 2009, eles foram elaborados sob a ótica e a orientação de um paradigma benigno humanitário, com ênfase da dignidade humana como algo mais importante do que o lucro, saber científico ou o dogma. E aqui a nossa sinergia de ações com os nobres e ilustres representantes do Poder Eclesiástico. Ou seja, é exatamente

isso, quando o Padre Hans está fazendo ele não faz diferença entre seitas, ele alberga todos com o maior carinho e boa vontade, permitindo a manutenção das suas opções de crença, ele está fazendo exatamente isso, ele está superando a questão dogmática e ele está privilegiando o amor. Então, isso é fundamental, nós também estamos fazendo isto. Não temos nada contra, muito mais muito ao contrário. Não temos nada em paradoxo ao que é feito nas comunidades terapêuticas. Nós apenas queremos contribuir com, além do que é feito com metodologia e racionalidade científica para o alcance dos objetivos desejados, apenas isso.

O consenso de ontem foi neste sentido e estamos aqui, certamente de mãos dadas com o Congresso Nacional na busca de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Srª Senadora, quero fazer um procedimento aqui se os novos escritos concordarem, para ganharmos tempo: o de fazermos um bloco – está certo? – de perguntas aos participantes.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou ser objetivo. Tenho uma avaliação que esta Subcomissão tem muito mais do que ouvir. É claro que temos questionamento.

Mas eu começaria a minha fala dizendo o seguinte: é que hoje como médico eu tenho um enorme orgulho que o nosso Conselho Federal esteja a frente de uma pessoa como o Dr. Carlos Vital Tavares Lima, porque ele conseguiu colocar – dá gosto – de ver um homem culto e inteligente falar.

Parabéns o Senhor conseguiu colocar exatamente isso, que dizer eu tenho uma formação médica e como médico é claro que nós temos algumas dificuldades, podemos ter até divergências, mas não tem como se contra ou não entender o trabalho que faz a comunidade terapêutica, não é possível isso. Evidentemente, a medicina evoluiu, e a tendência natural é que haja métodos para curar realmente. Mas não há como dissociar. E aí vejo a fala brilhante do meu colega e, com orgulho, quero repetir o que ele diz, que é exatamente isto: não há como separar um corpo e espírito.

No primeiro painel que houve aqui, eu disse que gostaria de ouvir a opinião da Sociedade de Psiquiatria. Um dos palestrantes disse que um colega psiquiatra, ao fazer uma palestra, saiu de lá com vontade de experimentar. Não posso concordar com isso. Vou lhe dizer: "Mas não é possível".

Por isso, eu insistia que esta Subcomissão tinha de ouvir esse lado, que é o lado do médico psiquiatra. Isso é fundamental. Mas associar ao trabalho da comunidade terapêutica... E o Frei Hans está coberto de razão: não tem de haver essa coisa; nós temos de parar com isso. Existe muita gente que fica fazendo decreto, não sei o quê, sem ter a mínima ideia do que está acontecendo lá. É isso que está errado. Aí você institui um monte de coisas que, na prática... E nós estamos vendo aqui.

Então, meu caro Presidente Wellington, eu acho que esta subcomissão continua no caminho certo, nós não estamos procurando holofotes, não queremos reinventar a roda. O Governo Federal, o Ministério da Saúde e Ação Social e Ministério da Justiça têm que criar uma forma de fazer com que os voluntários, aqueles que estão lá ponta, possam ter ajuda do Governo, mas não interferência no trabalho que eles fazem.

É claro que é necessário que, se tiver procedimento médico, é preciso que tenha alguém com formação médica. Isso daí, para mim, como médico, é muito bom. Se tem procedimento médico... Mas o próprio Frei Hans admite o seguinte: nós não somos clínica, nós não somos hospital. Então, há que se tratar diferente, e V. Exª diz o seguinte: esses recursos, ao invés de ser transferido pelo Ministério da Saúde, seriam transferidos pelo Ministério de Ação Social. O que eles fazem é uma ação social. E fundamental: 80% dos atendimentos estão hoje na comunidade terapêutica.

Dessa forma, estou vendo que é só ouvirmos e termos, minha cara Senadora, o bom senso e o equilíbrio para, no final desta Subcomissão – que não vai demorar, meu caro Senador Wellington, porque temos de ter pressa nisso –, fazer com que, realmente, o Governo Federal e as entidades... Isso é fundamental. Eu insistia, Frei e Padre Haroldo, que nós começamos a ouvir só a área governamental. Hoje, quero dizer e vou cobrar isso. É muito ruim – eu não sei os motivos que fizeram com que o representante do Ministério da Saúde nessa área de saúde mental não estivesse aqui. Talvez fosse a pessoa mais importante para ouvir tudo aqui que foi dito aqui. E nós, lamentavelmente, ficamos sem a presença do representante do Ministério da Saúde – tem o nome aqui, Roberto. Ele tinha que estar aqui. Ou se não estivesse, tinha que ter alguém aqui que o representasse. Essa considero que foi a falha, não nossa, mas acho que o Ministério da Saúde falhou com esta subcomissão ao não mandar, no mínimo, alguém que o representasse. Então nós temos que cobrar isso, porque são essas pessoas que tendem a por lá em cima a responsabilidade de, exatamente, normatizar essas ações. Se eles não ouvem, como poderão fazer?

Quero encerrar a minha fala aqui. Eu teria uma pergunta, é mais uma curiosidade, a qualquer um dos convidados, mais ao Dr. Emmanuel. O usuário de cocaína, que, normalmente, é um sujeito que pode pagar. Ele pode, de repente, ter o consumo do *crack* e do ópio?

É invertido isso? Porque a impressão que eu tenho é que o craque faz tanto estrago exatamente porque é uma droga em que o poder aquisitivo é menor e está mais acessível às classes que não tem dinheiro.

A minha pergunta é: alguém que é viciado em cocaína, de repente, pode consumir *crack*? Não digo isso pela questão do dinheiro, mas pela questão da potencialidade, da possibilidade de a pessoa querer experimentar alguma coisa mais forte.

Para encerrar, quero dizer que concordo com o senhor: defender a legalidade, por exemplo, da maconha... Olha, é muito raro alguém que começou na maconha e ficou na maconha. É muito raro. Não tem como, nós não temos condições de defender um negócio desses. Eu quero que esse debate venha à tona, para que possamos, à luz da argumentação, mostrar o equívoco daqueles que defendem esse tipo de legalização.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quero esclarecer aqui: o caso do Dr. Roberto foi um problema de saúde. É preciso reconhecer: no Ministério, não havia uma área que cuidasse especificamente desse tema. Essa área foi criada agora, assim como a do trabalho, com a gente viu aqui; assim como a do desenvolvimento social. Fruto desse diálogo que estamos fazendo, estamos criando as áreas. Ele se prontificou a vir aqui. Concordo que há gente da assessoria parlamentar do Ministério, mas eu queria só justificar. Compreendi que era uma razão de saúde. Ontem, ele esteve no Conselho Federal de Medicina, mas teve de sair imediatamente com esse problema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, já que se tratou desse ponto, eu queria reforçar a posição do Senador Waldemir Moka a respeito da ausência do Ministério. Entendo, perfeitamente, que é um problema de saúde, mas gostaria – espero que os demais Senadores concordem – de que o senhor, como Presidente desta Subcomissão, levasse ao Ministro da Saúde o que nós ouvimos aqui hoje a respeito das deficiências das políticas, não só da burocracia excessiva no caso das comunidades terapêuticas, mas também no trato das políticas públicas apresentadas pelos médicos. Então, que o senhor seja o porta-voz desta Comissão para levar aquilo que o Dr. Roberto não pôde, por problema de saúde, ouvir de viva voz e pessoalmente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

Bom, deixe-me ver aqui. Primeiro, fala o Senador Suplicy, e, em seguida, o Deputado Carimbão e o Deputado Marcelo. Já o elegi Deputado. Eu pensei que era da Frente Parlamentar de Pernambuco, mas é de uma Comissão Técnica. Tudo bem!

Senador Suplicy, com o maior prazer, ouço V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Wellington Dias, embora não seja membro desta Comissão, acho que o tema que V. Exª e os membros da Comissão estão trazendo é de extraordinária relevância e prioridade.

Quero cumprimentar os depoentes Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima José Luiz Gomes do Amaral, Dr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, o padre Haroldo Rahm e o frei Hans Heinrich Stapel por suas considerações, que são muito relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Perdoe-me, Senador Suplicy.

Devo só justificar que o Dr. José Luiz do Amaral teve que se ausentar, está certo? E eu queria aqui justificar também o pedido de desculpas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Logo no início, eu tive a oportunidade de ouvir pelo rádio quando o Dr. Carlos Tavares Corrêa Lima fez as suas diversas recomendações e enfatizou, sobretudo, ao final, o aspecto da reinserção social, da inclusão social como um dos elementos importantes para se evitar a propagação do *crack*.

Isso está relacionado ao tema sobre o qual eu conversava ontem com o Senador Wellington Dias, pois avalio que, na medida em que tivermos a resolução desse problema de uma maneira, pelo menos, significativa, daremos um passo muito adiante.

Acho que os esforços que todos os senhores aqui mencionaram são relevantes. Eu não vou estender-me, mas vou encaminhar aos senhores um texto breve sobre qual será o efeito da Renda Básica de Cidadania na Cracolância. Esse texto foi feito pelo jovem dramaturgo Asdrúbal Serrano, que avaliou que, se for instituída a Renda Básica de Cidadania, ela poderá ter um efeito muito significativo entre aqueles que estão envolvidos com a utilização do *crack*. Um dia, se quiserem, eu posso até apresentar aqui a peça, que demora menos de cinco minutos. Mas vou dar os elementos, inclusive o texto da cartilha que o Ziraldo fez a respeito do assunto, para que possam discutir e refletir.

Uma pergunta que tenho está relacionada ao importante artigo que o nosso colega Deputado Federal Paulo Teixeira publicou hoje na *Folha de S.Paulo:* "Drogas, por um debate aberto e sereno". A certa altura, ele observa e até menciona que a regulamentação da publicação, a regulamentação frouxa sobre a publicidade do álcool fez subir significativamente a utilização de álcool em anos recentes no Brasil. O cigarro, com regulamentação rígida, teve o consumo reduzido. Então, isso foi um efeito que, de fato, aconteceu já.

Mas ele faz uma sugestão no sentido de que examinemos a legislação introduzida em países como Portugal e Espanha, quando menciona:

> "Portugal viveu uma forte diminuição da violência, associada ao tráfico por meio da descriminalização do uso e da posse. Deprimiu-se a economia do tráfico e conseguiu-se retirar o tema da violência da agenda política, vinculando as medidas ao fortalecimento do sistema de tratamento de saúde mental."

Há algo semelhante na Espanha.

Eu gostaria de saber se já opinaram relativamente à total liberação. Mas, com respeito a essa legislação tanto na Espanha quanto em Portugal, segundo até o artigo dele, que propõe um debate aberto sobre isso, houve, na Espanha inclusive, associações de usuários para cultivo da maconha para afastá-los dos traficantes. Ele conclui que a única certeza é que não há soluções mágicas, mas propõe o aprofundamento do debate, que é exatamente o propósito desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deputado Carimbão, com o maior prazer, ouço V. Exª.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – Obrigado, companheiro Wellington Dias, companheiro Moka, Srª Senadora e Senador Suplicy, quero aqui fazer algumas ponderações para contribuir. Estou relatando agora a Comissão Geral que está regulamentando a Lei do *Crack* e outras drogas na Câmara Federal. O Presidente Márcio Maia... Era um compromisso da Presidente Dilma nacionalmente e no Parlamento, cujo Presidente é nosso companheiro Reginaldo Lopes, que trabalhou a questão do Estatuto da Juventude. Acho que podemos também dar uma contribuição. Fiz questão de ficar hoje em Brasília para participar deste encontro. Tenho buscado ser um aprendiz em cada momento para que, nesse relatório, a gente possa dar ao Brasil... Acho que a Câmara e o Senado – é claro, juntos – terão de dar resposta à Nação.

Eu gostaria de fazer algumas ponderações aqui, numa reflexão. Manuel, quando meu companheiro falou ali sobre um pouco da ineficiência das comunidades terapêuticas, escrita ali, quero entender e compreendo perfeitamente que o Brasil, como programa de governo nacional, estadual e municipal, manda, pede e clama às comunidades que, pelo amor de Deus, recebam pessoas. Mas nenhuma dá condições. É como se eu desse a uma pessoa R$10,00 e a mandasse comprar uma roupa de marca, ou seja, não é possível com R$10,00 comprar uma coisa de R$100,00, R$200,00. O Brasil não deu condições, mas quer cobrar. O País, de modo geral, não tem dado as condições.

Frei Hans explicou claramente aqui. Das emendas parlamentares, 90% não são aproveitadas. Mas se quer cobrar. Então, vem a Anvisa com a Resolução nº 101 e diz: "O modelo é esse". Dê as condições, porque ninguém tem nada contra a questão da Anvisa. É claro que não se abre mão da questão religiosa – princípios. Nesse caso, não tem jeito. Mas, na questão estrutural física, Padre Haroldo diz: "Eu consigo 40, ele consegue 80". É claro que, se se conseguir um melhor desenho, uma melhor estrutura, uma melhor condição, consegue-se recuperar mais, acolher mais pessoas.

Fico feliz, Wellington. V. Exª foi Deputado conosco e que já discutia essa questão. Foi Governador e deu todo o apoio à Fazenda da Paz, por exemplo, no Piauí. Conversei muito com o Célio, e a gente tem conhecido isso. Eu e minha família doamos ao Frei Hans uma fazenda de 400 tarefas, com dez casas. Era a fazenda dos meus sonhos, e eu a doei, para recuperar dependentes químicos. Hoje, duas fazendas minhas são usadas para recuperar dependentes químicos. Eu me envolvo nesse processo. E quero dar aqui uma contribuição. Acho que posso dar uma contribuição

Meu companheiro Emmanuel diz que um terço dos presos de Goiás é afetado pela questão das drogas.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Do Brasil.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – Do Brasil. Quero dizer ao companheiro que eu pedi ao juiz para ir preso. Eu não cometi crime. O crime que cometi era querer conhecer. Eu passei um mês na cadeia. Fui dormir no xadrez com os presos por opção pessoal. Eu fui para as delegacias, passei dois meses da minha dedicado a morar nas delegacias. Quem está preso, pedi agora ao Governador de Alagoas uma contribuição do Estado. E pedi a ele uma contribuição que era contribuir com a Febem, com a medida socioeducativa de Alagoas. Quero dar um dado, se possível, para compreender esse processo: 95%, quem está hoje com medida socioeducativa e preso tem envolvimento com *crack* e outras drogas. No BO, no laudo de ocorrência não tem, porque cientificamente, na delegacia, que é a primeira porta de chegada para abrir o processo e depois ser julgado pelo juiz, não tem naturalmente quem julgue se ele está com droga ou não. E aí, no BO, no Boletim de Ocorrência, não diz que ele usa drogas. Porém, para cometer o delito, ao cometer o delito, ele usou drogas.

Estou aqui, desde anteontem assumi a Febem em Alagoas por indicação política. 98% dos jovens que estão lá são usuários de *crack* e outras drogas. No BO, está aqui agora a ocorrência, não consta que ele está

por conta disso não. Ele roubou, estuprou, seqüestrou, etc, mas, ao fazer, ele estava com.

Fiz questão de levantar esses dados para entender esse processo, porque, no BO, não se diz isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – BO é Boletim de Ocorrência, para quem não sabe.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – O Boletim de Ocorrência não diz isso. Aí pedi para levantar todos; 100% foram levantados. Anteontem, fui ao hospital psiquiátrico com seu companheiro, e conversamos sobre isso. Eu fui para cadeia "de maior". E quero aqui contribuir: Alagoas tem três mil presos. Tem três mil ordens de prisão sem ser cumpridas e tem seis mil pessoas em liberdade sem liberdade na rua. Nós temos três ml recolhidos e nove mil que estão com mandato de prisão sem prender ou saíram porque não tinha onde botar. Mas a capacidade é para dois mil. 95% de quem está lá dentro teve questão de droga na sua formação.

E o que acontece? Uma cadeia, pelo Sinase, isto é um pregão nacional, para acolher 421 jovens custa R$ 25 milhões, R$ 25 milhões para 400 pessoas. Vou tentar dar um número, foi 1%, 1%, 1,5%, 1,5%. O Brasil tem duzentos milhões de habitantes, 180 a 200 milhões, 1% são 2 milhões, na maconha chega a 9,1% a média de pesquisa nacional dado pelo Senado, estão aqui as pesquisas. Conversamos já sobre isso aqui.

Vamos pegar 1%, dois milhões de brasileiros, se for 1%, estamos com dois milhões. Em Alagoas, são três milhões de habitantes, tenho trinta mil pessoas. Aí tenho três mil presos, está com nove na rua. Quanto custa um preso hoje? Em torno de R$ 2 mil, três salários mínimos em média. A CPI Carcerária mostra isso aqui. Que 95 que estão lá usaram drogas. E, no *crack*, não como a maconha, a maconha traz tranqüilidade, aquela paz aparente, o *crack* é a violência profunda, como todos nós conhecemos. Aí o cidadão está no *crack*, está fumando *crack*, etc, ele, de repente, cometeu um delito, comete um delito para usar.

Muito bem, eu propus ao Governador de Alagoas, por exemplo, a criar uma Secretaria, parabéns Wellington, na linha social, mas especializada em *crack*, em drogas, ele criou uma Secretaria da Promoção da Paz. Parece que aqui está a grande chave do Brasil. A medicina é fundamental e é reconhecida por aqui, e é reconhecida por vocês a parte espiritual. O que acontece? Nas fazendas, hoje, entram as pessoas com transtorno mental, porque não foram avaliadas inicialmente. E, para eles, vão pessoas que não têm transtorno mental, usuários de drogas e gente que tem condição, que pode naturalmente pagar uma consulta.

O que fizemos? Pegamos uma casa de acolhimento onde há psiquiatra, psicólogo, assistente social, psicoterapeuta e pedimos que separassem: quem tem transtorno mental vai ao setor de transtorno mental, quem tem dependência... Em Alagoas, não temos comunidade terapêutica – somos quinze, mas vai passar para trinta agora –, nós temos comunidades acolhedoras. Eu não sou clínica, não sou hospital. E separamos. Nessa casa que abrimos com todos os profissionais capacitados, profissionais médicos, separam as pessoas rigorosamente.

Quero completar dizendo – que vergonha! – que o Brasil, a Nação brasileira, que tem 200 milhões de habitantes, Senador Wellington Dias e Senadora, abriu um edital nacional para as comunidades terapêuticas com 2,5 mil vagas a R$800,00. Noventa dias depois, fecharam o edital. Só apareceram 985 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Foram 985 vagas.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – E, das 985 vagas, hoje, só há 650. Reparem bem! Em Alagoas, convencemos o Governador a abrir um edital também para as comunidades terapêuticas. Abriu para quinhentas pessoas, chegaram a seiscentas e há quinhentas se recuperando a R$500,00 por mês. Isso faz parte da nossa rede hoje. Estamos com quinhentas pessoas em Alagoas.

E no Brasil inteiro? Que ferramentas o Brasil tem hoje? Os CAPs, os CAPs AD porque o CAPs foi a municipalização do transtorno mental, como foi muito bem dito pelos companheiros aqui. Existem 741 CAPs, mas CAPs AD, como bem disse a Senadora, são apenas 258 e 56 CAPs III, que funcionam 24 horas, AD.

Quantas pessoas cabem e são atendidas por um CAPs AD? Em média, quarenta pessoas. Se somarmos 258 mais cinquenta, dará mais de trezentos. Quarenta pessoas atendidas no Brasil inteiro totalizarão 12 mil pessoas. Se tenho um montante de 2 milhões para serem atendidos, a única ferramenta que o Brasil tem são os CAPs AD, porque os hospitais já atuam no estrangulamento. De transtorno mental não se cuida na rede social. Se vai à clínica, não é nessa dimensão, mas, mesmo que ainda passe quinze, vinte ou trinta dias em desintoxicação, se está vindo para cá, não há hoje 5 mil vagas no Brasil. Moral da história: no Brasil há um déficit de 1,99 milhão. E, no Brasil, há vaga para 2,5 mil pessoas. Na saúde? Não. É um equívoco. Essa área das comunidades terapêuticas e acolhedoras não deve estar no Ministério da Saúde, mas na área social, porque não se trata de clínicas ou hospitais, mas de hospitais espirituais. Aqui se dá Proctyl, Fernegan, aqui dá Amorex. Aqui trabalham valores e ali patologia. E os dois se encontram.

Então, Presidente, quero dar esta contribuição. Lamento profundamente o fato de o Brasil estar pas-

sando uma epidemia – essa é a grande verdade, se há 2 milhões de brasileiros no *crack*. Desculpem-me, mas aqui quero deixar registrado algo – permita-me, nós aqui conversamos sobre qualidade e eu quero fazer um reparo –: não se trata de questão orçamentária. Se nós pegarmos agora aqui os dados veremos isso. Eu propus à Paulina, nós propusemos 100 mil vagas a R$800,00. Sabem quanto dá? Dá R$1 bilhão para o ano. E R$1 bilhão para o Brasil não é nada. Por medida provisória, em dez minutos, a gente aprova isso.

Podemos pegar 100 mil pessoas e colocar nas comunidades terapêuticas e acolhedoras, porque 95% das pessoas que estão nas drogas têm condições de ir às comunidades terapêuticas depois de passarem por uma avaliação psiquiátrica.

Ora, se o Brasil investir R$1 bilhão... E o que é R$1 bilhão? A Presidente Dilma foi a Minas Gerais agora e implantou o projeto Cegonha: foram R$3 bilhões para as pessoas gestantes. Parabéns. É um grande programa, lógico, óbvio. Pergunto: o que custa ao Brasil? Então não se trata de questão orçamentária, mas de decisão política que pode ser resolvida por uma medida provisória.

No Brasil, aprovamos semana passada a questão de Itaipu para onde foram investimentos de R$5 bilhões. Para o trem-bala, quantos bilhões foram? Aí pergunto: o que custa para o Brasil? É piada ficar botando no orçamento do Plano Nacional Integrado sobre Drogas, que está aqui, R$400 milhões, mas, para acolhimento, só deu R$80 milhões e só vai usar R$60 milhões. Eu, como Deputado Federal – um deputado, dos 513... E a recuperação do centro da cidade de Maceió custou R$100 milhões. A recuperação do centro, drenagem, saneamento e botar energia foi R$100 milhões. Como é que o Brasil todo vai usar R$60 milhões para esse programa? Está errado. Agora, é questão de orçamento? Não, é visão política. E, Senador Wellington, pode saber, somos nós, Deputados e Senadores, que vamos dar resposta a essa questão, porque o Ministério da Saúde não compreende essa dimensão social. Na área social, eles não estão preparados, não sabem ainda, somos nós que vamos ter que aqui, no conhecimento. Está aqui um companheiro, levei para Alagoas semana passada, foi lá conhecer as instituições nossas. Ele chegou lá, é de Pernambuco, é um médico, psiquiatra, que tem comunidade terapêutica também. Ele conseguiu juntar o útil ao agradável, juntou as duas coisas. Eu estou levando agora, por exemplo, a Alagoas 40 Deputados e Senadores, dia 12 e 13, quero convidá-los para ir conhecer o modelo de uma rede. Estão aqui os números oficiais. Atenção, números oficiais. Quero deixar aqui uma cópia para os senhores. Está aqui publicado na *Gazeta de Alagoas*. No dia que nós tiramos 500 dependentes da rua para acolher, reduziu a violência. Matava 35 pessoas a mais, 2009/2010, janeiro, em fevereiro matou 48 etc. No dia que nós aportamos recursos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Isso para cada grupo de 100 mil?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – Para cada grupo de 100 mil, estão aqui os números rigorosamente. Reduziu aqui: o que era 35 a mais, 48, baixou menos 10, menos 6, menos 17, menos 23.

Só para encerrar: eu juntei os 500 dependentes químicos nossos todinhos. É um negócio impressionante, e isso ficou na minha cabeça, como a companheira aqui colocou, a Vanessa. Isso é importantes vocês saberem, os companheiros saberem. Amigos, em média aqui, vocês, não vou chamar roubar, não, porque fica pesado, vocês tiveram que tirar das pessoas quantos celulares, vocês acham, na sua vida, para trocar por *crack*? Não teve menos de 100 celulares. 200, 300, 400, 600. "Rapaz, eu roubei mais de mil celulares para trocar por droga." Teve dia que roubaram três bicicletas para trocar por *crack*. Tem dia que roubaram duas motos, por dia, para fumar o *crack*. Quer dizer, isso aqui, dos 500, 382 tinham processo na justiça. Se nós quisermos da dimensão da justiça, do custo da justiça, é um grande trabalho que estão fazendo. Na área social, é um grande trabalho, e na área médica, eu acho que nós podemos dar uma grande contribuição em saber exatamente. Buscar para cá o que tem problemas patológicos, as questões da medicina, e os que não têm separar para cá, porque é muito mais obviamente.

Então, é essa a minha contribuição. Eu gostaria de agradecer ao Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu é que lhe agradeço.

Vou passar aqui para as falas de encerramento.

Aqui, quero dizer duas coisas. Deputado Carimbão, veja só: eu acho que esses depoimentos aqui são importantes, porque a sociedade, às vezes, não entende o que ela tem a ver com esse debate. Muitas vezes, quando alguém não tem alguém dependente do *crack* ou da cocaína, ele não tem a dimensão do problema ou sente lá na frente, quando é assaltado, enfim.

Mas vejam: o objetivo, repito, desta audiência não é só o de ouvir os depoimentos, como o Frei Hans dizia aqui. Nós queremos que haja um começo, um meio e um fim. Por isso, fiz questão de propor não uma comissão permanente, mas uma comissão temporária. Esta é uma Comissão que tem tempo para começar e tempo para terminar e que tem de apresentar um resultado.

Estamos trabalhando com audiências, com visitas e com um grupo de trabalho. Qual é o objetivo? Qual é o produto que a gente quer desta comissão?

De um lado, nós queremos ter a condição de pactuar qual é o sistema adequado no Brasil. Tem a lei? Tem, mas não tem um sistema. Quem coordena, pelo Governo Federal? Era a área de assuntos estratégicos da presidência, que era da área da segurança, foi agora para o Ministério da Justiça. Está correto lá? Tem que voltar para a Presidência da República, como alguns colocaram aqui? Sob a forma de Ministério, sob a forma de Secretaria Nacional? E defendo que tem de ser alguém com um *status* de Ministro, senão não tem força para trabalhar integrado com os outros Ministros. Pode ser. Vai ser Ministro da Saúde? Vai ser ele. Vai ser Ministro da Previdência Social? Vai ser ele. A partir daí, cria-se o que já está acontecendo em cada uma das áreas: saúde, educação. É preciso que haja gente que entenda disso, gente que possa ter responsabilidade sobre isso, para fazer com que os Estados também tenham o seu sistema, os Municípios os seus sistemas e a sociedade possa ter as suas referências.

O outro ponto é criar as redes. De tudo o que temos aprendido aqui, fica claro a necessidade de, pelo menos, três redes distintas: uma rede na área de saúde. Aqui foi dito. A necessidade aqui é a de se ter a alta complexidade ou um setor terciário como se coloca, a média e a baixa. Você tem que ter desde a UTI até a atenção básica.

Em seguida, casada não só a parte médica com a psiquiátrica. Enfim, esse conceito do corpo e da mente. Precisa ter uma rede social. Daí, é que acho onde há o grande equívoco. Nesse instante, tem que alterar na portaria. Em uma rede social vai ter os CRA´s, os CRE´s, vem as redes dos...Tem que ter rede especializada, mas precisa do trabalho comprovadamente que dá certo: comunidades terapêuticas e um conjunto de outras entidades que atuam nessa área.

E precisa ainda ter uma outra rede de reinserção social em que têm que entrar as áreas da economia, da geração de emprego, do trabalho, que passam pela área social, passam, muitas vezes, pelo próprio acompanhamento da área psicológica e da saúde.

Bom, defendo ainda que não depende de Governo que precisamos ter uma organização na sociedade. Temos uma entidade mundial que organiza as comunidades terapêuticas, mas a gente precisa ter várias aqui no Brasil e precisamos ter, pelo menos, um foro dessas entidades para que a gente tenha uma pactuação mínima da conceituação e das formas de trabalhos que dão certo.

Por último, a organização na mobilização. Estamos incentivando que cada Estado, Senador Carimbão, a gente tenha nos Municípios as frentes, em suas comissões, nas assembléias, a Deputada Regina que já organizou no Estado do Piauí, e em outros Estados.

Quero, aqui, dizendo isso, estamos combinando para, a partir do mês de maio, vamos fazer as reuniões de trabalho e as visitações. Vamos visitar uma área de fronteira na região de Ponta Porã, podemos conhecer esse trabalho de Alagoas e tinha ficado também aprovado de a gente ir ao Rio Grande do Sul também conhecer uma experiência.

A ideia é conhecer experiências que estão dando certo na área de prevenção, na área de tratamento, na área de comunidades terapêuticas, na área vinculada à ressocialização e há um conjunto de políticas a fazer.

Como financiar medidas que outros países adotaram? Aqui foram citadas algumas dessas medidas. Vamos ter coragem de fazer? A área que alguns países adotaram, dizia ontem no Conselho Federal de Medicina: é correto a gente permitir que se venda bebida e derivados de tabaco livremente como tem hoje?

Se a gente reconhece como uma droga, as drogas legais são vendidas em farmácia, para citar um exemplo. Vai ou não vai precisar, como alguns países fizeram, de uma espécie de licença especial para vender derivados de tabaco e derivados da droga.

Em relação à propaganda. Nós fazemos propaganda de droga. Quer dizer, não só libera como faz propaganda. Quero e, não posso deixar de externar, saiu uma matéria esses dias e fiquei feliz com uma publicação hoje do Paulo Teixeira que é líder do meu partido na Câmara, mas tive vontade de conversar com eles na segunda-feira para que ele pudesse examinar – é fato, isso ninguém pode negar, é cientifico – os países que adotaram a liberação da maconha e algumas outras drogas, reduziu, sim, os homicídios e os conflitos do tráfico etc.

Não era mais legal, não tinha mais, mas também há uma outra realidade: ampliou-se absurdamente o consumo, chegando às crianças. Enfim, chegando aos bebês, por intermédio das mães grávidas etc. etc. E isso causa outras mortes. Eu vi outro dia o seguinte dado da Organização Mundial de Saúde: como conseqüência das drogas legais, são cerca de 200 mil mortes por ano. Se esse dado for verdadeiro, estamos falando de algo muito perverso. Isso foi publicado pelo jornal *O Globo.*

Então, quero dizer aqui que eles vão precisar muito do apoio de vocês. Esse não é um trabalho fácil, não é de curto prazo. Não tenho nenhuma ilusão de um trabalho de curto prazo.

Outro dia, eu conversava com representantes da Suécia, uma indicação do Dr. Ronaldo Laranjeira. Eles levaram 30 anos para chegar a ser a melhor referência do Planeta hoje. Mas eles começaram 30 anos atrás no rumo certo. E eles dizem que temos que colocar o Brasil no rumo certo. A partir daí, teremos a chance

de, em algum momento, não vivermos a angústia que vivem hoje muitas pessoas e famílias com a dependência química.

Passo a palavra, primeiro, ao Padre Haroldo, para fazer suas considerações finais e, em seguida, para o Frei Hans, depois ao Carlos e ao Emmanuel. Combinado assim? Para concluirmos. *(Pausa.)*

Com muito prazer, ouço o Marcelo.

O SR. MARCELO MACHADO – Quero agradecer a participação nesta Mesa tão importante. Sinto-me muito sensibilizado com o interesse dos Senadores e dos Deputados a respeito desta questão. Fico muito contente de estar à frente aqui, com o Dr. Carlos Vital, com Dr. Emmanuel, da ABP.

Eu sou Marcelo Machado, estou à frente de organizar, tentar implementar e legitimar 45 instituições que existem em Pernambuco, o que faz com que nós participemos de outros fóruns, que têm uma visão mais ampla, para que o Brasil possa ser beneficiado nisso.

Eu queria lembrar um aspecto importante, que é o aspecto de identidade. A identidade médica precisa ser respeitada. O médico tem o seu papel. O ato médico precisa ser respeitado. E a identidade das pessoas que têm uma capacidade de intervenção religiosa e espiritual também deve ser respeitada. Então, a partir do momento que nós respeitamos essas identidades, nós andamos num consenso.

Quero lembrar o que o próprio Dr. Ronaldo falou ontem no seminário: "Médico é maravilhoso para estabilizar, mas para reinserir é ruim". Sou médico, sou psiquiatra, sou psicanalista, sou especializado pela própria Unifesp e eu sei disso. Nós conseguimos estabilizar, mas reinserir socialmente não é *expertise* do médico, é *expertise* de outros atores em relação a isso. E essa questão da identidade também perpassa o próprio usuário, o próprio dependente químico. Por quê? Porque o usuário também tem um vazio identitário. Então, temos que respeitar como ele vai, a partir daí, superar esse vazio identitário. Seja através da identificação de uma psicanálise, seja através da identificação de algum aspecto de espiritualidade, seja por doze passos, seja por recuperar outras pessoas, mas isso, sim, é um aspecto importantíssimo. As identidades são respeitadas e elas têm que entrar num consenso epistemológico para que consigamos chegar a uma efetividade e, aí sim, chegar a uma recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. Por isso é que vamos ter que fazer a conferência para poder chegar logo a essa integração. *(Risos.)*

A Deputada Rejane lembra que, no dia 26 de junho, haverá uma caminhada, em Teresina, organizada pela Fundação da Paz, várias organizações não governamentais, pelos sistemas de comunicação, liderados pelo Sistema Meio-Norte, de rádio e televisão, com apoio de várias entidades.

Participei, domingo agora, de um evento com mais de 6 mil pessoas. E vão realizar esse outro no dia 26 de junho. A ideia é despertar, chamar a atenção para um debate sobre o tema, no Piauí, em Teresina.

Está feito o convite, Carimbão.

Talvez essa seja a oportunidade de fazermos a visita também, conhecendo essa experiência.

Passo a palavra ao Padre Haroldo.

Queria agradecer a todos e dizer que é um prazer muito grande recebê-los.

O SR. HAROLDO RAHM – Serei muito breve.

Eu posso citar o Evangelho, pensando em Simeão, que falou: "Agora, Senhor, eu posso ir em paz aos céus". Por quê? Porque sempre fostes o meu sonho sombreando tantos anos neste mundo, submundo de drogas, que um dia a Igreja, um gigante, abrisse os olhos. Com o Frei Hans e outros, a Igreja abriu os olhos. Agora, outro gigante que dormia era o Governo, e o Governo está abrindo os olhos. E eu fico muito contente, doutor, que está movimentando nosso Governo, porque eu sou naturalizado para prestar muita atenção ao primeiro problema do mundo – o álcool, outras drogas, o crack – que está destruindo nossa juventude.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que lhe agradecemos.

Ouvimos o Frei Hans.

O SR. HANS HEINRICH STAPEL – Também quero agradecer por este momento. Eu me senti muito bem, porque é a primeira vez que participo onde tantas pessoas prestaram atenção, porque, em geral, conversa todo mundo ao mesmo tempo. Isto que me agrada muito.

Eu gostaria de convidar a Comissão, se possível, para visitar também a fazenda, como fizeram os Deputados, e foi muito bom. Porque aquilo que a gente não conhece é difícil de entender. Então, faço meu convite: sejam bem-vindos, não é tão longe, e podem ficar conosco também alguns dias. Seria um grande prazer.

E depois, na minha vida, eu sempre fiz o partido, ou a ideia, como Jesus disse: "Nos frutos, se reconhece a árvore".

Eu não vou muito atrás das palavras, já ouvi muita coisa. Eu olho os frutos. Então, me alegro com cada fruto: seja alguém recuperado pela psicologia, psiquiatria, pelas medicinas, ou provar que é um me alegra. Porque eu vivo para esses jovens que estão na escravidão. Por isso, eu não entro em discussões e brigas: ele é melhor, o outro é melhor. Não me importa.

Me importa os frutos. E com cada um que sai, em me alegro profundamente, porque vai fazer a diferença.

Muito obrigado por este momento, de eu poder estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que lhe agradecemos.

Tem a palavra o Dr. Carlos Tavares Lima.

O SR. CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de iniciar, agradecendo a presença do Senador e da Senadora Ana Amélia conosco, ontem, de forma não só a abrilhantar, mas enriquecer com suas participações no nosso seminário.

Agradeço o convite para estarmos aqui hoje, o que faço com muita satisfação, representando o nosso Presidente Roberto D'Ávila.

A questão que eu queria fazer uma pequena, não uma retificação, mas um adendo, fazer um pequeno adendo: não falei, Senador, em orçamento, falei em financiamento, que são diferentes em termos de acepções. E é nessa questão que acho que há pouco financiamento, precisaríamos ter naturalmente. Até porque considero a questão orçamentária dentro de um prisma muito mais complexo. Por exemplo, em 2010, 124 bilhões em educação e saúde, em torno disso. Nós gastamos muito mais remunerando papéis que vieram do estrangeiro. Bom, então, é verdade: é vontade política. É vontade política, sem dúvida nenhuma.

Um outro ponto que eu queria considerar, antes de despedir das senhoras e dos senhores, que não ficou muito bem determinado: a questão doença.

Há muitos anos, no primeiro encontro de médicos residentes deste País, em Olinda, Estado de Pernambuco, um outro nobre e grande representante do Clero, Dom Helder Câmara, disse aos residentes, em seu discurso: "Meus caros residentes, os senhores sempre irão tratar nos hospitais da segunda doença, porque a primeira é a fome".

A língua portuguesa é uma língua rica em termos polissêmicos, tem vários significados. Então, é a fome no sentido de desnutrição, não fome no sentido de vontade de comer; é a fome como desnutrição. Isso é doença. Aqui esta dependência é doença e, como doença, tem que ser tratada. Não há dúvida disso. Agora, os conceitos podem ser um pouco diferentes, dependendo do prisma de análise. Mas, dentro das repercussões que essa e outras dependências trazem, são doenças. Por exemplo, um dependente do *crack*. Pensava-se em princípio que era difícil o tratamento pela rapidez, pela ação deletéria do *crack*. Mas há usuários de *crack* com quinze anos de uso dessa droga. Esses indivíduos têm notificações completas de estruturas cerebrais; o lobo frontal tem hipofluxo claro nos exames realizados. Modifica a estrutura do cérebro, isto é doença. Agora reversível. Tem que internar, mas por três meses. Não são vinte dias. Há certos casos que vão para três meses.

Aqui eu lembro novamente: permita a Constituição em suas Garantias Individuais estabelecidas o exercício da autonomia do médico. É Autonomia Profissional, capítulo V da Constituição Federal. Não a limitem porque não estarão fazendo bem à sociedade.

Em síntese, encerrando, quero só considerar que a medicina além de ciência é uma arte a serviço da saúde, por sua vez entendida como bem-estar geral do indivíduo: físico, mental e social. Mas continuo convicto de êxito em nos nossos trabalhos.

Como disse um ou outro colega e o nobre colega Jesus Zerbini: nada e ninguém resiste ao trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Concedo a palavra ao Dr. Emmanuel Cavalcanti.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Também agradecendo em nome do presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria. Essa é uma oportunidade inestimável. Nós estamos aqui num fórum absolutamente democrático, onde as posições são ouvidas, respeitadas, não importando a concordância ou não. Acho que a gente constrói dentro dessa dialética a sustentação de tudo que decidirmos. Então isso para mim é fundamental.

Permita-me, Senador. Houve algumas perguntas ainda com relação...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com certeza.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – ...à construção de um consenso. O consenso tem que ser dual. Ele não é unilateral. O consenso tem que vislumbrar a perspectiva do compartilhamento, do convívio. E existe alguns segmentos que negam a eficácia do tratamento psiquiátricos com os medicamentos próprios para as patologias. Eles são tratados como se drogas fossem, mesmo lícitas, mas drogas. Nós repudiamos a construção desse conceito. Nós prescrevemos especialidades terapêuticas, farmacológicas para tratar as doenças. Isso precisa ser entendido na construção de um consenso. Isso é um elemento de conflito.

A outra questão, levantada pelo Senador Suplicy, que saiu, diz respeito às políticas de Portugal, Espanha. Não tenho conhecimento profundo, mas com toda certeza se não há conflito com o tráfico porque alguém pode comprar e vender, com toda certeza há o estímulo ao comércio. O estímulo ao comércio é muito perverso, porque está semilegalizando o comércio de produtos que, efetivamente e com pesquisas médicas

comprovando, a maconha é um elemento nocivo à vida psíquica, porque ele capaz de precipitar a ocorrência de doenças mentais graves como a esquizofrenia. Isto é comprovado cientificamente.

Além disso, nós precisamos entender que não é na simplicidade da permissão que a gente vai resolver nenhum problema não. Como eu disse ainda há pouco, os adictos são poucos nesse contexto. Os que usam recreativamente é que são o problema para a questão dessa tese da legalização, porque são aqueles que, aparentemente, não têm prejuízo, nem causam prejuízos. Mas causam prejuízos, sim, porque eles estão dentro de um contexto em que a gente não sabe quem tem a esquizofrenia latente, quem tem a psicose maníaco-depressiva e assim por diante. Então, daí ser nocivo pensar em liberação do porte ou qualquer outra coisa. As medidas sócio-educativas e outras de natureza jurídica que precisam ser discutidas a gente oportunamente pode até propor e discutir.

Por fim, quero dizer ao meu amigo Carimbão que a gente já conversou muito no avião. A gente vai e volta, porque cumprimos uma jornada semelhante, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vão cumprir a jornada de volta agora.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Venho com o Deputado Carimbão na terça e, na quinta-feira, quando a gente não tem sessão plenária, e volto no voo da noite para Maceió.

Então, muito obrigado, Senador Moka. Realmente, foi um dia muito especial, e lhes agradecemos, falando em nome não só da ABP, mas do Conselho Federal de Medicina, do qual sou Vice-Presidente. Foi muito importante para nós estarmos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que lhe agradecemos e, com certeza, esperamos contar com o Conselho Federal de Medicina e com a representação das comunidades terapêuticas, assim como outros parceiros governamentais e não governamentais para esse trabalho, inclusive as entidades estaduais ou as representações dos parlamentos, enfim.

Eu quero só, antes de a gente encerrar, Senadora Ana Amélia, dizer de uma proposta apresentada pela Senadora Vanessa, que é de que a gente possa ter a presença do Coordenador de Operações Especiais de Fronteiras, que é Mauro Espósito. Ele teria uma proposta relacionada a essa área das drogas nas fronteiras. Ela propõe que a gente possa ouvi-lo. Está certo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já ouvimos, Senador, o delegado da Polícia Federal, que esteve aqui na audiência anterior. Ele deu todas as explicações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu temo o seguinte. Temos de diferenciar: esta Subcomissão não está voltada para a repressão, senão confundimos as coisas. Nós queremos aqui tratar de políticas públicas que possam realmente.... Senão, na hora que a gente abrir... E o debate é muito forte nessa questão da repressão da inteligência. Eu acho que isso é fundamental. Eu não gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe-me fazer uma proposta, concordando. Minha tese e meu cuidado sempre é esse. Nós vamos ter essa visita a Ponta Porã. Nós poderíamos combinar e ver se podemos convidá-lo a comparecer nesse evento de lá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sou da fronteira, nascido e criado na fronteira. Eu não quero exatamente dar esse foco. Eu quero chegar com uma subcomissão lá que vá propor alternativas públicas, para recuperar, para tratar, senão nós vamos criar um clima e, na fronteira, isso é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já ficou acertado de convidarmos para vir aqui o Dr. Rogério, do Ministério da Saúde. Vamos ter agora um outro painel, Ouvindo a Experiência Internacional, Organização Mundial de Saúde e a ONU-DC. E eu queria sugerir aqui – fiquei muito impressionado – de a gente aprovar, por meio da Embaixada da Suécia, ou de alguém que ele tenha, que nos possa transmitir essa experiência deles lá, ou de alguém do governo que coordene esse área lá que possa vir... Que a gente possa também, nessa audiência experiência internacional, já ouvir essa experiência da Suécia. Podemos combinar assim? É na área...

O SR. **WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Tudo bem, por mim, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pode ser, Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está mais adequado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A gente considera aprovado, então.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero, ao aprovar, dizer o seguinte: é importante a repressão, a Polícia Federal. Isso é fundamental. Participei aqui, em 2003, se não me engano, da CPI do Narcotráfico. Encerrei minha carreira de delegado – eu disse isso para o Magno Malta. É claro que isso é fundamental, mas esta Subcomissão não pode ser confundida como uma subcomissão que está tratando também dessa questão da repressão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O foco é o dependente químico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, eu acho que é aí que eu quero diferenciar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Perfeito.

Eu agradeço aqui a todos, e consideramos aprovado esse encaminhamento em relação à Embaixada da Suécia. Agradeço a presença também do nosso querido Carimbão, e quero dizer que não pude naquele momento, mas estou à sua disposição, e quero ir a Alagoas.

Agradeço a todos e declaro encerrados os trabalhos.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte minutos, do dia vinte e seis de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora **Ana Amélia,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, com a presença dos Senadores Eduardo Amorim, Wellington Dias, e da Senadora Ângela Portela. Justifica ausência o Senador Cyro Miranda. Deixam de comparecer os demais membros desta Subcomissão. A Senhora Presidente registra a presença do Prefeito do Município de Minas do Leão, do Estado do Rio Grande do Sul, Miguel de Souza Almeida, e do Prefeito do Município de Morrinhos, do Estado do Rio Grande do Sul, Leandro Borges Evaldt. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião, que é dada por aprovada. A Senhora Presidente comunica que a presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Publica** em cumprimento aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2011-CASDEP, referentes ao Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento. **COMPLEMENTAÇÃO DO 3º PAINEL – Saúde Pública e Tratamento.** Orador: **Roberto Tykanori Kinoshita**, Coordenador de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, MS. Usam da palavra os Senadores Eduardo Amorim e Wellington Dias, Presidente desta Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente no Exercício da Presidência, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião, extraordinária, da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião de 2011.

Os Senadores que já se manifestaram com a assinatura já aprovaram a Ata da reunião anterior.

A reunião de hoje tem por objetivo a realização da audiência pública no âmbito do ciclo de debates destinado a discutir o uso disseminado do álcool, *crack* e outras drogas, atendendo aos Requerimentos de nºs 1 e 2, de 2011, desta Subcomissão.

Hoje, realizamos a complementação do terceiro painel do ciclo de debates, que tem como tema saúde pública e tratamento.

Convido o coordenador de saúde mental, álcool e outras drogas, do Ministério da Saúde, Dr. Roberto Tykanori, para fazer uso da palavra, e nós teremos o prazer de ouvi-lo sobre as questões relacionadas às políticas públicas para este setor.

Dr. Roberto, por favor.

É bom esclarecer aos participantes e ao próprio coordenador, que já foi informado também, que nesta terça-feira, neste momento, nove comissões e subcomissões estão trabalhando ao mesmo tempo nesta Casa. Nós temos que encontrar uma forma que permita desafogar esse acúmulo de atividades concomitantes. Por isso, nós estamos dando-lhe essa explicação. E o senhor, como homem público, deve reconhecer as dificuldades que existem aqui no Legislativo, tanto quanto no Poder Executivo.

Com a palavra o Dr. Roberto Tykanori Kinoshita.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Boa tarde, Senadora Ana Amélia. Primeiramente, quero agradecer o convite e me desculpar com os membros da Comissão, porque da outra vez eu não pude comparecer. Tive um pequeno problema de saúde e acabei não podendo estar presente. Agradeço pela segunda oportunidade de estar aqui presente na Comissão.

A questão que a Comissão se pôs a trabalhar em relação, atualmente bastante visível e discutida, à questão do aumento do consumo de drogas no País, particularmente no que tange à visibilidade que nós temos em relação ao *crack*, traz diversas preocupações para os agentes de Estado, seja no Executivo, seja no Legislativo, seja no Judiciário.

Da parte do Ministério da Saúde, há uma preocupação com a questão de álcool e drogas que já data do ano de 2003, quando, no processo de implantação da própria reforma psiquiátrica brasileira, o tema do álcool e drogas começou a ganhar mais relevância. Podemos colocar a questão da reforma psiquiátrica em dois planos: um na questão da estruturação geral da assistência à saúde mental no País, a partir da Lei nº 2.216, e um segundo plano, que vem quando a questão do álcool e drogas toma uma dimensão importante do ponto de vista da necessidade de um direcionamento da política pública no País.

Agora, se desde 2003 o Ministério vem tomando medidas no sentido de ampliar, no sentido de construir uma estrutura de assistência na área de saúde mental voltada para álcool e drogas, é inegável que, nos últimos anos, particularmente no último ano, o tema do *crack* tomou a mídia, tomou a imprensa e tomou os nossos olhos. Não se trata apenas de um fenômeno que é visível por causa da mídia. As pessoas que vivem nas cidades grandes veem, no dia a dia – basta passar por uma praça pública – cenas bastante desagradáveis de pessoas em condições bastante deterioradas, usando *crack*.

Particularmente, eu tenho uma questão a respeito disso. Embora não tenhamos dados de pesquisa bastante confiáveis ainda, esse aumento da visibilidade não corresponde à dimensão, vamos dizer assim, à magnitude do problema em relação á sociedade brasileira. De longe, os problemas relacionados ao álcool são muito mais significativos e impactantes para a nossa sociedade. Epidemiologicamente, economicamente, ou seja, a quantidade de pessoas envolvidas, a quantidade de prejuízos causados e o custo econômico que o País paga em relação ao álcool é infinitamente superior àquilo que envolve o *crack*. A questão é que o álcool é uma droga lícita, culturalmente absorvida e, aos nossos olhos, ela vai sendo mais tolerada, aos nossos olhos, vai sendo um fenômeno naturalizado, que não nos agride tanto.

Mas os dados são incomparáveis. Como eu disse, embora não tenhamos ainda pesquisas bastante confiáveis sobre o *crack,* os dados sobre o álcool são bastante confiáveis. Agora, o *crack* é um problema. Não estou querendo minimizar o problema no sentido da questão. É mais para um alerta de que, às vezes, aquilo que é muito visível talvez não seja o mais impactante, talvez não seja o que mais traz prejuízos. Mas, o fato de ser visível traz um problema de outra ordem, que não é na magnitude das doenças ou na magnitude econômica. Eu diria que para nós, como agentes de Estado, deveria haver uma preocupação em relação aos efeitos, eu diria, psicossociais em relação a essa maior visibilidade do fenômeno do *crack*.

O que eu quero dizer com isso? A primeira questão diz respeito ao medo e à sensação de insegurança que a sociedade vive ao ver essas situações na sua frente, na sua porta, na sua praça. Isso gera medo, gera insegurança na população, gera a sensação de que não é possível fazer nada, e isso é muito danoso para a nossa própria sociedade. Uma sociedade que vive sob medo, sob insegurança, sob esse sentimento de importância, corre um risco. Essa sociedade que está nessa condição acuada tende a abdicar de direitos por soluções de força. Esse é talvez o maior risco que esse fenômeno traz hoje para o nosso País.

Não se trata apenas das pessoas que, infelizmente, estão envolvidas diretamente com o uso do *crack*, estão tendo suas vidas perdidas. Sem dúvida, devemos garantir o tratamento e o cuidado dessas pessoas. Mas, o que mais me preocupa como agente de Estado é que a sociedade, fragilizada, acuada, tende a esperar ações de força, abdicar de direitos, ou seja, tende a pedir ações de menor civilidade.

Aí é que eu acho que nós, o Executivo, o Legislativo, todos os agentes públicos, precisamos ter a firmeza necessária para enfrentar o problema, não minimizar, mas, ao mesmo tempo, ter a clareza de não alarmar de forma a gerar pânico, a gerar medo. Ao contrário, como agentes de Estado, devemos agir de forma a assegurar à sociedade que esse tipo de problema é possível de ser solucionado, é possível de ser encaminhado para melhorar a sociedade, para fazer com que nossa civilização seja cada vez maior, e não menor.

Em resumo, do que se trata este discurso? Trata-se da parte do Ministério da Saúde. A questão do tratamento e da assistência combina – e deve combinar – a garantia do cuidado do tratamento e a garantia dos direitos dessas pessoas que estão nessa condição de usuários de droga.

Essa combinação entre garantia de direitos e garantia de tratamento, muitas vezes, não é tão simples. Por quê? Por exemplo, quando há uma pessoa que usa droga e diz: "Não, mas não quero me tratar." Ou a pessoa pode, concomitantemente ao uso de drogas, cometer delitos. Aí, o julgamento do delito acaba sendo atravessado pelo uso das drogas. Ou seja, não é fácil. Muitas vezes, a pessoa diz: "Bom, então, ele comete um deleito e troca a pena por um tratamento?" Começam a misturar as coisas. Então, o delito se dissolve porque ele aceita o tratamento?

Geram-se condições complexas, com as quais nós temos que ter cuidado para não criarmos mais problemas do que aqueles que já temos.

Então, acho que é muito importante que nós tenhamos clareza – ou pelo menos que tentemos ter clareza – em relação ao tipo de ação que, como agentes de Estado, estamos fazendo. Por isso, o Ministério está trabalhando no sentido de ter algumas ações. Houve duas ações emergenciais no ano passado e no ano de 2009 também, e, neste ano de 2011, estamos trabalhando para tentar desenvolver um programa mais consistente, mais pensado a longo prazo. Confesso que ele ainda não está totalmente desenvolvido. Ainda estamos executando os planos emergenciais; particularmente os do ano passado ainda estão em curso, mas estamos trabalhando, atualmente, para desenhar um plano de ação mais de médio e longo prazo em relação à questão do *crack*, mas também que envolve o álcool e outras drogas.

De forma bem simples, eu diria: esse plano envolve ampliação de atendimento, ampliação da cobertura da rede de assistência em saúde mental – álcool e drogas –, criação de serviços alternativos que deem conta, na verdade, em relação ao momento que é entre o tratamento e a vida social.

Existe uma citação concreta de que a parte técnica do tratamento tem limites muito claros. No que concerne aos estudos de eficácia, em relação a praticamente qualquer técnica, qualquer teoria, qualquer abordagem, eles são muito pouco estimulantes. Eu diria que, na maioria, em média, qualquer técnica atende a 25% dos casos. Isso de forma bastante otimista. Mas o surpreendente é que, se não se fizer nada também em 25% dos casos, as pessoas melhoram.

Então, nós estamos numa condição em que não podemos não fazer nada. Acho que não devemos não fazer nada. Sobre esses números, não é minha ideia que não fazer nada é a mesma coisa que fazer muito. Nós temos de fazer. É que esse fazer é, ao mesmo tempo, um fazer com humildade, eu diria. Um fazer no qual nós estamos admitindo que nós temos de aprender a fazer mais, a fazer melhor. Não há um saber que diga: "Olha, eu sei mais que os outros". Nós temos de tentar, nós temos de apoiar as iniciativas, temos de fazer com que a disposição ao cuidado seja mais valiosa do que o saber de fato, hoje, porque as teorias têm-se mostrado insuficientes para dar conta de uma coisa que... Nós falamos assim: quando você compara o controle e o tratamento, aquilo que é controle, ou seja, o não tratamento *versus* tratamento quase que se equivalem. Nós estamos numa condição bastante precária em termos de consciência e firmeza de dizer: "Não, eu tenho a resposta". Nós não temos essa resposta. Então, nós temos de tentar criar as melhores formas possíveis para o que estivermos trabalhando – isso em qualquer uma das áreas de dependência química.

Isso gera uma situação concreta. As técnicas são limitadas, mas supondo que, mesmo quando você tem uma eficácia, partindo dos grupos que se dão bem, que melhoram, existe um problema na situação. Depois da melhora que o tratamento promove, o que acontece? Volta para o mundo dito original, de onde partiu, e o mundo de onde partiu não mudou.

Então, nós sempre temos, nessa área, como um ciclo de entradas e saídas de tratamentos que se tornam quase que intermináveis. Por isso, nós estamos pensando em uma iniciativa mais dirigida, não somente para a área de tratamento, mas para uma estratégia de buscar alternativas para que a pessoa não retorne ao seu ambiente original, para que ela possa ter a possibilidade de construção da sua vida num espaço alternativo. Isso não está totalmente desenvolvido, mas é como eu disse: teremos de tentar criar novas abordagens, novas formas de acrescentar àquilo que já existe outras formas de ação.

Estamos fazendo um debate dentro do Executivo, uma construção dessa proposta, que deve ser apresentada mais adiante.

Como eu disse, é uma área na qual ninguém tem, eu acho, condições de bater no peito e dizer: "Eu tenho a resposta pronta." O que cabe é que nós devemos ter ações firmes, como eu disse, para dar segurança para a sociedade, mas, ao mesmo tempo, humildes o suficiente para que possamos aprender e consigamos avançar, consigamos construir com a colaboração de todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Roberto, nós agradecemos muito. Aliás, eu preciso esclarecer a todos que participam desta audiência pública que nós estamos complementando a terceira audiência, na qual estava previsto o Dr. Roberto. Ele deveria ter participado, mas, por problema de doença, ele não veio. Foi um motivo perfeitamente compreensível.

Hoje, o Presidente desta Subcomissão, o Senador Wellington Dias, da mesma forma, sentiu um mal-estar pela manhã e pediu-me, na condição de Vice-Presidente desta Subcomissão, que viesse presidir os trabalhos, o que faço com muito prazer.

Então, é necessário este esclarecimento.

Dr. Roberto, vou fazer a parte de advogado do diabo. Talvez isso ajude a entendermos melhor. Primeiro, o senhor diz, aqui – o que me chamou a atenção – que está sendo examinado, no âmbito do Ministério da Saúde e da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, que o senhor cuida, e o senhor chamou muito a atenção para o fato de que a sociedade brasileira está olhando, pelo impacto que a televisão e a mídia mostram o *crack* e a devastação sobre os jovens que estão nas cracolândias, e todos os resultados e as conseqüências sociais, mas não mostra o lado da droga lícita, que é o álcool, cuja dependência, do ponto de vista de saúde e também econômica, gera um impacto muito maior para a sociedade brasileira; o custo dele é muito maior. Então, quando o senhor diz que está examinando um programa de longo prazo, e tem também uma área emergencial, eu lhe pergunto: não havia nada? Por que se está criando um novo plano? Porque não se está trocando um governo com ideias diferentes, pois o Governo tem a mesma filosofia, é uma sequência do Governo passado, então, o que está mudando, digamos, na filosofia de tratamento, se é que isso possa haver, quando se esperava uma continuidade em áreas tão urgentes como essa da saúde mental e da dependência química?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Para esclarecer. Eu havia dito que a partir de 2003, o Ministério da Saúde começou a investir na ampliação e na implantação de serviços voltados para álcool e droga. O que acontece é que de 2003 até hoje, o que era visível, do ponto de vista de pequenas unidades, é possível rever, do ponto de vista nacional esse quadro que eu, resumidamente, coloquei: você trata, a pessoa para o seu ambiente; trata e volta para o seu ambiente. Então, em um período de oito anos dá para perceber que apenas ampliar a rede assistencial não é suficiente.

Novamente vou deixar bem claro. Não é que nós consideramos que a rede assistencial, hoje, já é suficiente. Ela vai ser ampliada, ela não dá cobertura ao País todo, mas, ao mesmo tempo em que, vamos dizer, nós estamos colocando métodos distintos, um, é continuar ampliando a rede de assistência, mas podemos verificar que só a rede de assistência não basta, e é essa segunda fase que nós vamos ter de quebrar a cabeça para tentar estruturar uma abordagem que consiga – bem fantasiosamente – abrir uma estrada nova.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Roberto, nessa estrada nova que está sendo aberta, eu lhe coloco dois pontos. Primeiro, se isso é uma questão de saúde pública, prioritariamente falando, ou conceitualmente, ou cientificamente, ou do ponto de vista de saúde, é uma questão de saúde, por que esse tema não está inteiramente tratado no âmbito do Ministério da Saúde, mas tem uma Secretaria Antidrogas no Ministério da Justiça? Embora, claro, a transversalidade do tema entra nas questões de segurança – como o senhor lembrou bem –, na medida em que um dependente químico, um drogado comete um crime sob o efeito da droga, aí ele passa a ser um problema de segurança pública. Em primeiro lugar, o Ministério da Saúde entende se essa estrutura tem de continuar assim? Segundo, qual é a percepção ou qual é a avaliação que faz o Ministério da Saúde sobre o trabalho das comunidades terapêuticas, as chamadas fazendas terapêuticas, que já são responsáveis pela maior parte dos atendimentos, com um retorno de inclusão social dos dependentes, especialmente do *crack* no nosso País?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – A primeira parte da pergunta é a respeito da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) A Secretaria foi constituída...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por volta de 1998. Há muito tempo...

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Há muito tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No século passado.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Eu diria o seguinte: no Governo da Presidente Dilma houve uma mudança na estrutura da Senad. Ela deixou de ser do gabinete militar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Defesa institucional.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Defesa institucional. E passou para o Ministério da Justiça.

Acho que isso também faz parte da evolução que a sociedade, o Governo tem em relação à compreensão do problema das drogas no sentido de começar a compreender que não basta apenas a questão do controle policial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Da repressão.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Da repressão simples, só pela força. Há um aspecto das pessoas envolvidas que diz respeito à questão dos usuários, dos familiares, que vivem o problema diretamente. Mas, ainda assim, acho que faz sentido

manter a secretaria, porque, além da questão que vai do tratamento à repressão, existem outras questões.

Vou tratar especificamente da questão do *crack*.

Hoje o *crack* mudou o seu grupo de consumidor. Alguns anos atrás, eu me lembro até hoje, o prefeito de Nova York, esqueci o nome dele, foi pego fumando *crack* numa festa. Saiu em todos os jornais. O *crack* não era necessariamente uma droga usada por qualquer pessoa, era uma novidade americana e tal. Aí houve todo um período de política de repressão. O.k. Mas mesmo no Brasil o *crack* não era uma droga muito difusa. Há relatos anedóticos de que os próprios traficantes impediam o acesso a muitas áreas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Porque não dava tanta renda.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Não. Desorganizava a base dos soldados. É uma droga que acaba desorganizando a própria estrutura do tráfico. Então, esse é um dos motivos por que, parece-me, no Rio de Janeiro, ele foi bastante combatido pelos próprios traficantes.

Mais recentemente, eu ouvi de usuários traficantes, que têm essa dupla face, que eles perceberam que, na verdade, hoje, é mais rentável a venda do *crack*. Dá mais lucro vender *crack* do que cocaína pura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela quantidade, não é, doutor?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Aparentemente, por ser o processo de produção mais simples, menos custoso. Não só pelo processo químico, mas em termos de logística, porque você não precisa ter um laboratório. A droga pode ser produzida em situações bastante simples, então a logística fica muito mais simples de resolver. E pela questão de uma suposta economia de escala. Você começa a ganhar mais porque você tem uma base de consumo muito maior e não concentrada em determinadas populações com maior poder aquisitivo que consomem cocaína.

Por que estou levantando essa questão? Porque esse perfil de mudança econômica está mudando o perfil do usuário e está atingindo camadas de maior vulnerabilidade social, ou seja, as camadas das pessoas que têm acesso à droga porque ela é muito barata, mas também porque, vamos dizer assim, para as pessoas que estão numa situação de vulnerabilidade social muito grande, sem emprego, sem casa, sem isso ou aquilo, o acesso se torna fácil. Então, as duas coisas se combinam de uma forma bastante danosa mesmo. Isso é uma preocupação séria. Ou seja, a difusão do *crack* traz um prejuízo muito grande para as camadas mais pobres da população, também, hoje. Então, isso vai demandar, e demanda que pensemos em intervenções mais intersetoriais, porque diz respeito à melhoria da condição econômica, da moradia, da educação, dessas populações que são consideradas de extrema pobreza. Então, o enfrentamento, hoje, dessa situação também demanda intervenções mais complexas, que envolvem outros setores que não só o tratamento especificamente da saúde. É nesse sentido a ideia de ter intervenções intersetoriais.

Hoje, pensar a ideia não só do tratamento ou da prevenção, mas de uma promoção de saúde intersetorial significa promover condições de vida melhores. É nesse sentido que eu acho – e o que estou dizendo – que é necessário pensarmos uma política de médio a longo prazo que consiga diminuir a vulnerabilidade de determinados grupos sociais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E as comunidades terapêuticas?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Ah, sim, a segunda parte.

Nós tivemos, no Ministério, uma reunião junto com as quatro... Pelo menos, eu não sei se são as únicas quatro, mas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Fazenda Esperança...

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – As quatro grandes federações das comunidades terapêuticas. E, de uma forma bem simples, resumida, nós concluímos ali, primeiro, do ponto de vista do Ministério, que devíamos reconhecer a enorme importância que as comunidades terapêuticas têm na sociedade brasileira. Elas contribuem, não há nenhum óbice, nenhum questionamento em relação a isso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dúvida.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – De que há uma contribuição e que ela é significativa, ela é importante.

Na mesma reunião, também estivemos em concordância com as federações de que não é interessante nem para as comunidades nem para o Ministério tomar as comunidades como unidades sanitárias, unidades do sistema...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – De saúde.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – De saúde. E aí vou falar da minha opinião pessoal. Embora nunca falemos pessoalmente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não é um hospital. Não pode ser tratado como...

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Do ponto de vista técnico, como disse, as teorias não são consistentes o suficiente. Nenhuma. Mas é o que eu disse: pessoalmente, acredito que o que as comunidades fazem de positivo é porque... Independentemente

das quatro, das quais uma era espírita, outra católica, outra protestante...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Evangélica.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Evangélica. Eu diria que é esse sentimento de missão, esse sentimento de empenho, essa vontade de ajudar, essa disposição a enfrentar. Acho que isso faz diferença, por diversas teorias ou por diversas religiões diferentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Claro, claro.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Com credos diferentes, mas todos têm uma disposição muito grande de estar ali e de fazer. Acho que isso faz diferença. Porque também, a meu ver, é o que faz diferença quando nós...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um envolvimento voluntário, não é obrigatório. Sim.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Essa disposição voluntária faz toda a diferença. Na conversa com as comunidades, também colocamos o seguinte: se fôssemos transformar essas unidades em unidades sanitárias, elas deixariam de ter essa voluntariedade para ter cumprimentos obrigatórios de uma série de questões. E isso traria, na verdade, prejuízo para as próprias comunidades. Elas perderiam o que têm de mais característico. Isso também não seria bom.

Então, desse encontro, o que tivemos como consenso é que tanto – aquilo que acabei de dizer – o sistema de saúde é um sistema insuficiente, porque trata e devolve a pessoa para o seu próprio meio, quanto as comunidades, que também atendem por um período e depois a pessoa volta para o próprio meio. Então, essa situação é equivalente tanto para aquilo que chamamos de sistema laico, técnico, quanto do sistema das comunidades que pode ser colocado como religioso. Mas é um limite que ambos os sistemas têm. Temos sempre de acabar retornando o paciente para o seu meio original.

Então, o que tivemos como proposta de trabalhar conjuntamente é começar a quebrar a cabeça e a desenvolver projetos de estabilização, de geração de renda, de alguma forma em que a pessoa não tenha de retornar para o seu ambiente original.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O foco da doença. Pode ser que seja o foco da doença.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Pode ser. Eventualmente... Certamente... Há coisas ali que... Se não é o foco, é um contribuinte muito forte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um motivo.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Então, esse é o desafio que nós colocamos tanto para o Executivo, quanto para as federações, que é tentar encontrar um caminho de colaboração nessa segunda fase da ação.

Eles continuam fazendo a parte deles, nós, a nossa. Mas, nessa segunda parte, que ambos consideramos que tem limite, vamos ver se conseguimos trabalhar juntos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Perfeito.

Dr. Roberto, com a presença do nosso Senador, que é médico, Dr. Eduardo Amorim, gostaria muito que ele desse sua valiosa colaboração e contribuição, por ser um especialista, neste debate.

O Coordenador – que estou chamando de secretário –, Dr. Roberto Tykanori Kinoshita, fez uma abordagem, explicando que, no seu âmbito, o Ministério da Saúde está preparando um plano de longo prazo, mas sublinhou muito a questão de que o álcool, como droga lícita, tem – digamos – um impacto econômico-social sobre a sociedade brasileira bem maior do que o *crack*, cuja visibilidade é maior hoje, por conta da cobertura que a mídia tem dado a esse problema.

Nos grandes centros metropolitanos, as suas cracolândias e as suas consequências sociais muito graves, a gravidez precoce de adolescentes, uma vivência promíscua e os riscos que a droga, por forte que seja, provoca no organismo, especialmente de um jovem.

Só queria acrescentar que também, agora, há as outras drogas que são filhotes do *crack* e piores do que ela, como o oxi, que é de "oxidado", o skank e a brita, que são três outras drogas, também muito baratas, mas cujo efeito sobre a saúde parece muito pior.

Então, com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Boa tarde, Senadora Ana Amélia; boa tarde, Dr. Roberto, sou médico anestesiologista, mas também tenho outra formação, que é a de clínico de dor.

Então, dá para entender um pouco dessa parte da dependência, lógico, dos receptores cerebrais, das drogas afins. Afinal de contas, para fazer uma anestesia, usamos drogas um pouco similares, que têm de atuar em alguns receptores cerebrais e, portanto, de fazer com que o paciente fique anestesiado e, principalmente, analgesiado.

Também fui Secretário de Saúde. Nós tínhamos muitas preocupações. Quando vemos aquelas cenas deprimentes da cracolândia, não digo só no centro de São Paulo, mas as já existentes em muitas outras cidades, especialmente as de grande porte, vem, de imediato, a ideia de que estamos perdendo essa guer-

ra. E estamos mesmo. Admitir uma cena como aquela é reconhecer, talvez, o fracasso.

Sei que o álcool causa muito mais vítimas. Sei que o álcool dilacera muito mais as nossas famílias, tenho consciência disso. Não podemos ficar imunes e passivos a tudo isso, mas sabemos que o *crack* e todas essas drogas que têm afinidade com os receptores opioides ou endorfínicos têm uma perversidade muito grande, pela dependência e pela síndrome de abstinência que causam nos pacientes.

O senhor estava falando, há pouco, quando cheguei... Perdoe-me ter chegado atrasado; são muitas reuniões, muitas subcomissões. Entre comissões e subcomissões, estou presente em 17. Então, às vezes fica...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Humanamente impossível.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Humanamente impossível, mas tentamos preencher todo o espaço possível e dar preferência às questões sociais, principalmente à área da saúde.

Essa questão que o senhor falou de devolver o paciente, devolver a vítima para o meio onde ele se encontrava, realmente é preocupante, mas eu fico mais preocupado com a falta de leitos, com o fato de não haver espaço suficiente para oferecer internações ou outras terapias similares.

Sei que o combate às drogas se faz com políticas sociais, de inclusão, através da educação, da cultura, do esporte. Sei que se faz também através do combate veemente, sem pena, àqueles que se utilizam do sofrimento do outro para ter algum lucro financeiro, o que é muito perverso, é desumano, não é cristão, mas existe. Lógico, tanto existe que estamos sendo vencidos nessa luta. Por isso é que devemos fazer esse combate com veemência, dentro da lei, lógico, dentro dos limites legais, mas sem perder a oportunidade de combater aqueles perversos que se utilizam da ingenuidade ou da falta de oportunidade sobretudo da nossa juventude.

Mas me preocupa muito o terceiro e último passo, que é o passo da recuperação. Realmente, é preciso dar oportunidade àqueles que entraram nesse labirinto e que não encontrarão uma saída se alguém não abrir a porta pelo lado de fora. Há a destruição não só daquele dependente diretamente, mas de todos os seus familiares. Isso não está longe das nossas portas nem das nossas famílias não, está muito próximo.

A missão primordial do Ministério da Saúde diz respeito à recuperação. Lógico que diz respeito à educação também, mas deve se concentrar principalmente na última etapa, que é a etapa de abrir a porta desse labirinto, recuperar essas pessoas. E me preocupa o modo como estamos fazendo isso, a forma quantitativa como estamos fazendo isso.

Qual é o modelo ideal? O que deveríamos fazer? É preciso internar todos os pacientes? Peço desculpas se o senhor já comentou isso, mas gostaria de saber se o senhor acha que é preciso tirar todos os pacientes daquele meio, se é possível tratar indiscriminadamente, de maneira uniforme, todos os pacientes através dos tipos de Caps que temos, especialmente os de álcool e drogas. Ou é preciso criar mais leitos, mais oportunidades? Vemos por aí muitas entidades filantrópicas como Fazenda Esperança e tantas outras, há até parlamentares que cuidam disso, muitas vezes sem ajuda por parte dos governos, aí incluídos os quatro entes federados porque engloba também o Distrito Federal.

O SR. ROBERTO TYKANORI KONOSHITA – Senador ou Doutor?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – As duas coisas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Qual é o seu sonho de tratamento?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Eu vou repetir o que disse, mas de um outro jeito. Primeiro, como médico, como colega.

A primeira lição que tive como médico na vida aconteceu certo tempo atrás. Na época pensei que fosse bobagem. Tive aula, no primeiro ano de faculdade de Medicina da USP, com o professor Francisco Lacaz, que era o diretor. Numa aula, ele disse: *Primum non nocere*. Fiquei pensando o que seria isso pois não sabia latim. A primeira lição que um médico deve aprender é esse aforismo hipocrático, *primum non nocere*, que quer dizer: antes de tudo, não fazer o mal.

A formação médica começa por aí. Isso, quando temos 18 anos, nós achamos que é bobagem. Hoje, quando já passei dos 50, aprendi que isso talvez seja a principal lição que tive na vida, na Faculdade de Medicina da USP.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Permita-me interagir. Desculpe-me, já que estamos assim... É que talvez, Dr. Roberto, quando vamos avançando na idade, percebemos outra coisa, que aprendemos também em Fisiologia. O segredo de tudo – de tudo praticamente – está no equilíbrio. E, quando passamos a ter algum tempo, alguma longevidade, vamos aprendendo o que é buscar realmente o equilíbrio: é nunca fazer o mal, procurar sempre fazer o bem. O remédio tem de ser justificado não só pelo seu tratamento, por aquilo que ele pode causar de bom, mas o benefício não pode ser menor do que os efeitos colaterais. Ou seja, é buscar realmente o equilíbrio. Maturidade e crescimento geralmente vêm com a idade – não necessariamente.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – A questão é que, como médicos, nós temos responsabilidades, o que não se trata, apenas e exclusivamente, da situação imediata do paciente, mas do seu entorno e do futuro. Em toda prescrição se prevê, hipocraticamente, o sentido de como você conduz a vida de alguém.

Por que eu estou dizendo isso? Quando somos médicos, tratamos de pessoas. Mas, por sermos médicos, também acabamos ocupando funções que dizem respeito a populações. Acho que devemos seguir preceitos análogos.

O que eu estava colocando antes é que, na questão fundamental em relação ao tratamento, ou na questão da saúde em relação ao problema das drogas, o primeiro mal que nós devemos evitar – não causar o mal – é o de proclamar que temos alguma arma melhor do que as outras, é vender ilusões. Vender ilusões gera mais mal do que os bons tratamentos.

Por que chamo a atenção para isso? Porque, há décadas, se estudam e se buscam tratamentos eficazes, e a eficácia de inúmeras e diversas abordagens é muito questionável.

Então, acho que a posição mais sensata que nós temos hoje é continuar investindo nos tratamentos viáveis, que são formas das mais variadas de abordagem – não é uma melhor, nem uma pior que absolutamente possam ser comparáveis. Assim como eu disse que não tratar também dá efeitos tão bons quanto, do ponto de vista estatístico: há pessoas que saem do problema das drogas sem tratamento nenhum e há pessoas que fazem um monte de tratamentos e não saem com nenhum. Ou as diversas técnicas e abordagens têm eficácia bastante análoga: nenhuma se supera, nem 30%.

Nessa condição, o que não devemos fazer é dizer que temos uma resposta ideal; ao contrário, acho que devemos ter estratégias de cuidado, de ofertar apoio, de ofertar assistência, o mais amplamente possível, visto que estamos também trabalhando no sentido da expansão da rede. Acho que a rede precisa crescer, seja com leitos, seja com Caps, seja com todos os serviços.

Acho que, quando não temos uma solução ótima, nós devemos buscar composição de soluções parciais. Então, não creio que exista isso ou aquilo que resolva, mas nós devemos tentar trabalhar compondo aquilo que parcialmente contribui, para que consigamos ter um efeito melhor.

No que tange a tratamentos, não acho que é saudável ou correto advogar um tratamento em particular: este é o tratamento, ou aquele é o tratamento. Acho que o maior prejuízo que se pode trazer é vender a ilusão de que existe um tratamento que é o melhor. Acho que isso traz mais prejuízo do que ajuda.

Acho que precisamos ter a firmeza e a seriedade de continuarmos tratando, de continuarmos aprendendo a tratar, a melhorar nossos tratamentos, mas aqueles que se colocam hoje dizendo "Olha, nós temos isso. Eu tenho a arma que mata o leão" é o mesmo que aqueles vendedores de xarope do faroeste, que vendem lá um xarope que resolve tudo, mas que não resolve nada.

É uma área em que considero que a melhor forma de nós nos colocarmos é trabalhando, construindo e até, eu diria, permitindo-nos errar, no sentido de tentar fazer coisas e, se não derem certo, eventualmente corrigir a rota.

Acho que é um terreno muito delicado em que, até pela sensibilidade e pela vulnerabilidade, a população fica muito sensível e, vamos dizer, contra qualquer coisa. Acho que é um equívoco da nossa parte começar a querer vender qualquer coisa.

É de responsabilidade do agente público tentar trabalhar de forma mais séria, que acalme, que dê segurança. E que trabalhe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Roberto, eu fico contente que o nosso Presidente tenha se recuperado. Está com um pouquinho mais de cor na pele; estava branquinho antes porque se sentiu mal. Bem-vindo, Senador Wellington Dias. O Senador Eduardo Amorim estava fazendo algumas perguntas, e acho que tem mais alguma questão.

Eu queria acrescentar uma que o senhor fez aí, sobre a questão do atendimento e dos leitos. Hoje, o Brasil tem 190 milhões de habitantes – 190.732.694 –, e para os CAPS AD, de atendimento Álcool e Drogas, são ao total, no Brasil, para essa população 258 centros, assim distribuídos: na Região Norte do País, há 12 CAPS AD; na Região Nordeste, há 73 desses centros; na Região Centro-Oeste, 15, Dr. Roberto; na Região Sudeste – proporcionalmente, há menor número de CAPS, com 80 milhões de habitantes, do que na Região Sul, a minha região, que tem 27,3 milhões, com 56 CAPS –, dá o total de 258. Não é um número pequeno para essa demanda.

Acresça-se que o que temos visto aqui, também nas audiências públicas e até no Conselho Federal de Medicina, na reunião em que o senhor estava participando, naquele seminário, é que o médico do Sistema Único de Saúde não está preparado, quando chega um dependente químico em estado de convulsão, para o tratamento adequado. Então, isso também é um risco porque não se sabe que droga ele ingeriu, qual é o tratamento, se está com problema cardíaco.. Há todo esse complexo receptivo hospitalar de um dependente químico.

Então, eu acrescento apenas a questão do CAPS, sobre o qual o nosso Senador Eduardo Amorim fa-

lou, anexando essa questão dos médicos no Sistema Único de Saúde, porque ele falou de ampliar os leitos para atendimento.

Então, ele complementa ainda mais.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu queria até complementar, Dr. Roberto. Desculpe-me estar sendo muito incisivo nisso. Quando nós falamos no ideal, é lógico que, até por condições financeiras, não sei se teríamos, porque não temos. O SUS é muito bonito nos seus princípios, na sua formulação, mas, na prática, sabemos que ainda há muitas mazelas em muitos cantos deste País. E, lógico, há uma limitação financeira muito grande se comparada até a, não muito longe, países da própria América Latina. Estamos muito atrás.

O que eu queria perguntar era o seguinte: o senhor tem, comparativamente, Estados, regiões que estão vencendo essa guerra. Porque o sentimento que temos é de que estamos perdendo a guerra contra as drogas. Estamos perdendo. Acho que é o mesmo sentimento que o senhor tem.

Desculpe-me por ter chegado atrasado. Peço desculpas mais uma vez. O senhor já comentou sobre isso. Mas existe algum Estado que está vencendo ou tem um planejamento para isso? O que o Ministério pensa realmente para vencer? Isso foi até motivo de programa eleitoral da Presidente. A Presidente disse que essa seria uma das prioridades do governo dela e do ex-Presidente também.

Qual é a estratégia? Vamos vencer quando? Começaremos a ter resultados positivos realmente quando? Se é que é possível dizer.

Sei que, como o senhor bem disse, não dá para vender ilusões, mas também não dá para ficamos de braços cruzados e perder a esperança. Aprendi isso – volto de novo – lidando com paciente terminal, paciente com câncer, com dor, em fase terminal. Aprendi o seguinte: perder a esperança, absolutamente nunca. Todas as vezes em que vi um paciente perder a esperança ele nos deixava mais cedo. E sabemos que organicamente... Talvez não saibamos explicar, mas isso deve ter muita influência.

Então, volto a ser incisivo: qual é a esperança? Começaremos a vencer quando? Há algum Estado em que isso está dando certo, de que se possa copiar o modelo? Existe algum modelo de fundação, de associação, internamente, que possa ser copiado? Que não seja o ideal, mas que está mais favorável, que está mais convincente neste momento.

Digo isso porque não sou um especialista, mas não deixamos de entender, por aquilo que já passamos na vida.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Senador Eduardo, agora vou mudar um pouquinho as referências, não como médico, mas vou lhe dizer uma coisa como...

Eu pratico kendo, uma arte marcial. E na arte marcial se diz o seguinte: se você acha que está perdendo, você já perdeu. Não tem pensamento de derrota. Quem começa achando que está derrotado já está derrotado.

Acho que esse é o primeiro ponto. O problema difícil e complexo é uma questão. Esse é um ponto de vista de que se deve ter clareza. Como eu disse, nós devemos ter para enfrentar um problema, não refugar. Mas, ao mesmo tempo, esse sentimento de derrota, de impotência, de fragilidade que a sociedade vive, nós somos os primeiros que temos que enfrentar e dizer: não estamos derrotados, nem de longe. Temos que passar esta mensagem para a sociedade: nós temos todas as condições de enfrentar isso, sim. Sabemos e temos a arma que mata o leão? Não, mas temos certeza de que o esforço coletivo, a sociedade juntando as suas melhores forças, o que tem de melhor, conseguirá enfrentar, porque não é um problema, como eu disse, do ponto de vista quantitativo, tão importante, tão grande quanto o álcool, mas ele é um problema grave. Um dos principais problemas é exatamente esse sentimento de impotência, de derrota que começa a se colocar para a sociedade. E isso nós temos que enfrentar.

Então, esse clima de que não é possível fazer nada, não é do Ministério que está saindo, não. Nós temos clareza de que é possível enfrentar e fazer coisas. O que estou dizendo é que nós não temos e não devemos vender ilusões. É um problema complexo, exige muitas intervenções de diversas dimensões. Mas a primeira coisa é não nos sentirmos derrotados. Essa é a primeira coisa que todos devemos passar para a frente, seja do Legislativo, do Executivo. É uma responsabilidade que temos com a sociedade hoje.

No que tange ao que praticamente estamos construindo, expandir serviço é a primeira coisa, seja CAPS, leito, hospital geral.

Respondendo à pergunta da Senadora, que é mais do que importante, de fato, nós percebemos e sabemos que a primeira porta em que uma pessoa que usa drogas vai bater é a do pronto-socorro. Independente de não ser um serviço especializado, ela vai cair num pronto-socorro qualquer. E, de fato, os pronto-socorros, na sua grande maioria, não estão preparados para atender, os colegas clínicos não estão preparados para atender de uma forma boa uma pessoa que faz uso de drogas. Nem mesmo o alcoolismo, uma boa parte dos clínicos não sabe atender bem, o que é uma coisa rotineira, corriqueira. Se não atende bem

do ponto de vista técnico, também não atende bem do ponto de vista humano. São coisas que estão ali.

Essa é uma das chaves importantes na qual nós vamos trabalhar em termos de qualificação das portas de emergência no País. Isso está sendo trabalhado, uma estratégia de como isso vai ser feito e mantido. Outra coisa que no Ministério está se observando é que treinamentos são coisas que mantêm um efeito de curto prazo. Você pode treinar todo mundo. Passados seis meses, um ano, aquele treinamento perde a eficácia. É necessário tornar concreto aquilo que se está chamando de educação permanente. Essa é uma questão fundamental. Em toda a rede nacional, a idéia é de que as pessoas sejam habilitadas, capacitadas para atender do ponto de vista técnico e do outro ponto de vista, que é ético, ou seja, enfrentar a discriminação. Nós temos que reprimir os atos de discriminação aos usuários de drogas, de álcool, de *crack*, de qualquer... Por quê? Porque essa população cada vez mais pobre, mais vulnerável, mais estigmatizada também é vítima de discriminação nos serviços de saúde.

Esse é um dos pontos em que temos que trabalhar bastante, mas as duas coisas têm que caminhar conjuntamente: a qualificação do ponto de vista técnico e um ordenamento no final das contas, que é uma questão de organização do serviço não discriminatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Hoje eu não tenho esses dados. Se o senhor me perguntar agora se tem, eu não me recordo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Se tivesse não ia...

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Não consigo fazer essa avaliação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...não ia esquecer, não.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Não, é porque... Veja.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Politicamente poderia não ser correto informar.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Não, nós poderíamos pensar assim: quantitativamente, vamos pegar Rondônia. Talvez até pela dimensão do Estado não seja tão importante, mas...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu lhe faço essa pergunta de ordem prática, porque os bons exemplos acabam se copiando. Eu tenho consciência do meu Estado. Eu não tenho tanta consciência, como a Senadora Ana Amélia, do Estado dela, do que está acontecendo lá. Como é uma guerra que envolve todos nós, perguntamos se há algum ponto, alguma estratégia elaborada naquele local que está dando certo, que está se destacando, que possa até ser copiada. Enfim, era a isso que eu estava me referindo. Algum Estado que está se sobressaindo. Por exemplo: contra a violência, vemos que alguns Estados já estão se sobressaindo mais do que outros, conseguindo diminuir os seus índices, melhorando os seus índices, com relação ao álcool também, tudo, é um parâmetro. Por isso eu pergunto. Desculpe-me.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Nós não temos hoje, no Brasil, condições de dizer se algum Estado está melhorando ou não, até porque os estudos sobre a própria condição de quem está usando ou não está usando, particularmente me referindo ao *crack*, ainda estamos esperando resultados de pesquisa.

O que temos como referências nesses enfrentamentos de álcool e drogas são experiências de outros países que têm experiências mais complexas, diferentes da nossa. Pelo menos, podemos começar a discutir o que aconteceu nesses lugares.

O Senador estava lembrando recentemente a experiência sueca. Ela tem um perfil bastante claro em relação ao modo de lidar com a questão das drogas, porque foi a partir de um Estado repressor, mas não repressor criminal... Chamo assim: de compreender o mercado e enfrentar as questões de mercado das drogas lícitas e ilícitas.

Eu não sou especialista na área, mas todos os especialistas na área de álcool e drogas acabam fazendo exatamente essa coisa: por que se chama de álcool e outras drogas? Porque o álcool é como se fosse a porta para outras drogas. As duas coisas estão muito conectadas. Então, enfrentar um sem enfrentar o outro não leva a lugar algum no sentido do chamado perfil de saúde.

A experiência sueca tem esse perfil de que eles enfrentaram tudo, as lícitas e as ilícitas, e por um viés, como disse, econômico: reprimir ao máximo o consumo. Como? Taxando alto e reprimindo o consumo mesmo. Esse é um dos modos.

Existem experiências mais bizarras do nosso ponto de vista, mas que têm efeitos paradoxais para pensarmos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o caso da Holanda?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Não, é a Suíça. A Suíça teve uma experiência que me foi relatada por um consultor da OMS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É a Suíça aliás.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Uma experiência bastante inusitada, porque o principal problema na Suíça era a heroína. Como é um país pequeno, eles conseguem ter um controle individual das pessoas, então eles sabem quem é quem. Tinham

uma pesquisa para saber a quantidade e quem eram as pessoas envolvidas com heroína. E o governo fez uma negociação na ONU e o Estado suíço introduziu e forneceu heroína de graça para essas pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Seringas também?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Não. Eles iam a um lugar determinado só para tomar o remédio. Eles não tinham acesso à droga direto. Eles tinham que ir tomar a droga, mas tinham isso de graça, garantido pelo Estado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Desculpe-me a curiosidade, mas visava com isso diminuir o uso ou não? Eles davam simplesmente por dar ou davam, mas mirando realmente o desuso?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – O primeiro efeito é que acabou o tráfico, porque não tem quem venda. Se você tem de graça, para que vai comprar?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O outro era evitar o contágio de Aids, porque na...

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – É uma política de diminuição de prejuízos, de redução de danos, porque é picada, contágio, infecção e transmissão de outras doenças. Mas o efeito surpreendente não é esse. O efeito surpreendente é que 30% desses pacientes pararam de usar droga.

Então é outra situação, é outra droga. Nós não temos esse problema, mas deve-se pensar que essa relação do ser humano com as drogas tem cada coisa que nós...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – R) – Pensar no tamanho da Suíça e na cultura da Suíça com o Brasil também...

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – É uma cultura completamente diferente, mas a idéia é assim: tem de graça, tem tudo, de repente o cara parou de usar. Não é estranho? Sem tratamento. A única coisa que tinha era a oferta da droga. Muito estranho. Não estou fazendo advocacia. Só estou dizendo que é bizarro mesmo.

Outra experiência que é curiosa, essa é uma experiência já mais próxima da nossa cultura, é a experiência portuguesa.

Portugal, em 2002, aprovou uma lei nacional pela qual eles tiveram um projeto da sociedade portuguesa muito diferente. É sutil, mas eles descriminalizaram o uso, mas não liberaram o consumo. Então, como ficou isso? É uma infração civil usar drogas, não é criminal. É uma infração civil. Todo sujeito que for pego usando drogas vai ser detido. Ele é detido e encaminhado a um comitê civil que vai orientá-lo a fazer tratamento e cobrar uma multa ou impor serviços sociais, serviços públicos como pena. Mas ele não é tratado como criminoso. Ele está fora do sistema criminal.

Essa é uma experiência que está rodando há oito anos. Desse ponto de vista, descriminalizaram todas as drogas, qualquer uma: heroína, cocaína, maconha, tudo. Mas elas não são legalizadas, entenderam? Ela não é legal e não é liberada. Ela é proibida, mas não é crime usar. É uma infração civil e é tratada pelo sistema civil de punição, multas e trabalhos comunitários. E, ao mesmo tempo, há oferta de tratamento. Eles criaram de fato, expandiram uma rede de oferta de cuidados no país todo e tal.

O resultado disso é que para algumas drogas houve diminuição do consumo. No conjunto, o que eles dizem é que não houve aumento do consumo. Historicamente, ano a ano, você tem um aumento do consumo, e eles conseguiram, nesses oito anos, estabilizar o patamar de oito anos atrás. Basicamente, eles conseguiram bloquear o crescimento do consumo.

Eles são bastante comedidos quanto aos efeitos da política em relação à diminuição da violência na sociedade, no sentido de dizer afirmativamente que houve uma diminuição. Há uma diminuição da violência na sociedade portuguesa, mas eles não conseguem dizer que isso é uma decorrência direta da política antidrogas que foi instalada lá. Existe a possibilidade de se fazer essa relação, mas eles não afirmam totalmente. Também é uma experiência diferente, mas é mais próxima da nossa cultura.

Houve, na história portuguesa, nos anos iniciais, muito alvoroço, muito medo, muita confusão, mas nenhuma das previsões catastróficas acabou se mostrando real. Ao contrário, eu diria que surpreendentemente é uma experiência que tem se mostrado muito positiva. Na área das políticas públicas é a vedete do momento em termos do que está sendo estudado, do que está sendo conhecido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aliás, Dr. Roberto, é um tema polêmico, porque as Nações Unidas, num fórum que integra o ex-Presidente Gaviria, da Colômbia, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, exatamente nessa linha da política adotada por Portugal, o que tem se dito é que o ex-Presidente... Até eu ia fazer um requerimento para a nossa Comissão, para, se for o caso, ouvi-lo, exatamente em função dessa avaliação internacional do efeito dessa descriminalização, que é diferente da legalização. É completamente diferente, conforme o senhor disse com bastantes detalhes. Penso que seja valioso ouvir, porque está sendo polemizado. O próprio Governador do meu Estado, Tarso Genro, numa aula magna de uma universidade, falou sobre a questão da maconha e sobre esse aspecto da descriminalização,

o que provocou, digamos, uma revolução verbal em torno, porque, realmente, é uma questão polêmica.

Acho que o Senador Wellington Dias, nosso Presidente, tem muitas perguntas destinadas ao senhor, Dr. Roberto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Gostaria de agradecer a nossa querida Senadora Ana Amélia. Ainda bem que, segundo o médico, foi consequência da baixa umidade do ar. Eu tenho muito problema em relação a isso, mas, graças a Deus, não foi nada de mais. É um problema de saúde, mas muito menor do que esse que estamos tratando aqui.

Quero saudar o Dr. Roberto e dizer, de modo muito franco, que o fato é que hoje não há Estado que seja referência. Digo isso com base em informações colhidas ainda em 2009, no Fórum dos Governadores.

Como agora assumiram novos Governadores, creio que não houve tempo ainda para mudar muita coisa. Estamos aí com mandatos de quatro meses, mesmos os que foram reeleitos não tiveram tempo para...

É unânime o fato de que o Estado pode muito pouco, considerando que o regramento é nacional, tanto o regulamento em relação a drogas, à sua apreensão, que, embora feita mais pelas Polícias Militar e Civil, do que a Federal, tem a Polícia Federal como âncora, a Polícia Rodoviária, como também a área de saúde, enfim...

Em 2009, a bancada Federal do Piauí resolveu apresentar uma emenda para esse tema no Ministério da Saúde. Um dos argumentos para que não houvesse empenho foi o de que não havia um desenho de uma política clara do Ministério para essa questão. Então, não foi possível fazer um convênio para uma área que não tinha sequer uma rubrica clara dentro do Ministério.

Faço essa colocação para que possamos entender onde estamos.

Estivemos no Ministério da Saúde algumas vezes tratando da questão, na gestão anterior e na atual. De tudo que ouvimos do Conselho Federal de Medicina, dos representantes da área de psiquiatria e de outros segmentos, das comunidades terapêuticas, foi a queixa comum de que não há profissionais qualificados na área da saúde para tratar desse tema, nem nas unidades de atenção básica, nem nas unidades secundárias, nem nas terciárias.

Por exemplo, aqui são cobrados os SOS, mas não temos, nos prontos-socorros, condição de atendimento para esse tipo de questão, e esse é o lugar onde mais se procura atendimento. Essa prioridade, como a que foi lembrada aqui pelo Senador Eduardo Amorim, é da Presidenta da República, não é só da sociedade. Quem foi eleita assumiu esse compromisso. Aliás, gostei, porque, pela primeira vez no Brasil, esse tema veio para o debate público de um modo razoavelmente correto. Tanto o candidato José Serra, a candidata Marina, como a candidata Dilma, na época, trataram do tema de uma forma correta, pelo lado da saúde, pelo lado social. Anteriormente, a discussão dessa questão estava muito centrada no crime.

O que se está planejado para que tenhamos esses profissionais nas unidades de pronto-socorro? Isso é o imediato – porque sozinho não vou resolver. Acho que esse seria um começo e devemos ter rapidamente. A informação da Drª Paulina de que é possível se fazer um treinamento desses em pouco tempo, em curto tempo me surpreendeu. Inclusive várias universidades estão prontas para fazer, a UnB, a do Rio Grande do Sul, a de São Paulo, a do Rio de Janeiro, da Bahia, a de Santa Catarina, a do Paraná. Em alguns lugares, há universidades prontas para preparar terapeutas, médicos, psiquiatras, enfermeiros. Parece-me que a qualificação é uma das coisas mais baratas do ponto de vista de políticas públicas. O que são R$10 milhões para um país realizar uma qualificação dessas? Essa é uma prioridade nacional. Estou falando de um orçamento que é direcionado pelo Presidente. Não estou falando de estatais, de outras coisas. Como se justifica não tirar R$10 milhões de R$400 bilhões?

Devemos ir mais além. Como a Senadora Ana Amélia coloca, há necessidade de uma rede própria que atue na área. Temos os CAPS, mas também foi dito que esses centros não dispõem de pessoas com qualificação adequada. São médicos, mas não são especialistas. São psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, mas têm a qualificação adequada. Como uma unidade que trata de questões relativas a álcool e drogas não tem a devida qualificação? Como, se se tem que atuar em um determinado tema, não se dispõe de um profissional com qualificação adequada?

O que está programado para este ano? É a longo prazo, mas vamos começar quando? De forma concreta, esse é o questionamento.

Estive em São Paulo recentemente, em um evento, e perguntei no que a tecnologia tem contribuído. Existem alguns equipamentos – não me lembro o termo técnico – de exames que permitem saber de imediato se houve alteração no cérebro, uma tomografia – acho que é isso –, ressonância magnética. Equipamentos desenvolvidos recentemente. O mundo todo tem dificuldades de lidar com isso. Com esses equipamentos, pode-se medir, cientificamente e com muita eficiência, alterações no cérebro, a gravidade causada pelo abuso no uso do álcool e de drogas, como o *crack*.

A informação é de que apenas uma unidade do Rio e outra de São Paulo dispõem desse equipamento. Qual é a dificuldade? Esse equipamento é muito

caro? Custa algo em torno de R$700 mil. Se é algo tão importante, tão prioritário, como não temos esse equipamento pelo menos nas capitais, nos hospitais gerais, em unidades que realizam esse trabalho de alta complexidade nos Estados brasileiros?

Tenho conversado com o Ministro Padilha, que tem mostrado uma grande vontade. Concretamente, há um plano? Há custo? Onde está, para decisão? Há uma vontade de o Congresso Nacional apoiar. Agora estamos discutindo o Plano Plurianual. Daqui a pouco, estaremos discutindo as diretrizes, o orçamento. Queremos contribuir, ajudar. E o que precisamos fazer para ajudar de modo eficaz?

Vou fazer a pergunta que meu colega fez. Para não usar a expressão que estamos perdendo a guerra, vou usar um termo mais complexo. Eu era Deputado Federal nos anos de 1999, 2000 e 20002. Aqui, lembro-me, um assessor meu pegou um discurso meu de 2000 em que considerava um escândalo o fato de o Brasil ter, àquela altura, em torno de 6% da população considerado dependente químico. Hoje há dados que variam de 8% a 12%, dependendo da amostragem, da forma da definição do que é dependente químico, do que é droga. Cresceu. Cresceu. Hoje nós estamos tendo um crescimento claro. Vou pegar Estados brasileiros. Nós tínhamos Municípios do Brasil em que se tinha a presença de muitos usuários da droga. Hoje a entidades dos prefeitos registra que chega praticamente à totalidade dos Municípios brasileiros. Não chegava à zona rural; hoje chega à zona rural. Pode haver o argumento de que está chegando renda e de que as pessoas estão podendo consumir, pode haver o argumento que houver, mas o fato concreto é que há crescimento, crescimento do álcool, crescimento do *crack*, que era insignificante, àquela altura. Mantém-se em algum patamar a maconha; mantém-se em algum patamar a cocaína. Ou seja, agora surge o oxi, surge essas outras coisas todas.

Então, eu quero aqui colocar... E porque eu compreendo que, se nós definimos que se trata a dependência como uma doença e se não é o Ministério da Saúde que vai fazer essa rede liderar, essa rede funcionar, inclusive construindo com atenção básica, nós vamos ter problema, porque a tendência ainda é de crescimento, ainda é de crescimento.

Por último, é verdade que a Suécia é um país pequeno. Na verdade, Portugal, Holanda e alguns países... Portugal fez algo semelhante ao que o Brasil acabou de aprovar agora em 2007, com uma diferença. A diferença é que o Brasil ainda manteve como crime quem é pego com uma quantidade x de droga. A ideia do Brasil é não tratar mais o consumidor como criminoso, mas tratar como alguém que tem uma doença, que tem uma dependência. É um avanço. É nessa linha que Portugal adotou. Mas ainda manteve diferente de Portugal, por exemplo. A partir de determinada quantidade de droga, é considerado um traficante. Por isso, ainda é crime. Não é crime por ser consumidor, é crime por ser traficante.

Alguns juízes, inclusive – isso está virando uma jurisprudência –, têm adotado uma sistemática menos conservadora do que na lei. Ou seja, têm dado penas alternativas, têm dado, inclusive, pena de tratamento àqueles que são presos como traficantes com uma pequena quantidade de droga.

Então, o que estou colocando é assim: até a repressão para ser feita precisa ter uma alternativa; até a liberação para ser feita ela precisa ter uma alternativa. Se decidíssemos hoje: olha, não tem como tolerar pessoas fumando maconha, *crack*, sei lá o quê nas ruas, vamos fazer o que com essas pessoas? Não tem para onde mandar. Esse é o problema que nós temos.

Se fizéssemos uma medida: nós vamos agora liberar, o que outros países fizeram, aumenta o consumo, e nós não temos condições de garantir as condições de tratamento. Nos países em que liberaram – é por isso que sou contra a liberação –, nos países que liberaram, houve um crescimento de consumo, e esse crescimento se deu principalmente entre pessoas de idades mais baixas. Ou seja, o número de pessoas com menos de 16 anos que passou a consumir aumentou. Então, se de um lado, resolve o problema do traficante, da guerrilha que provoca a ilegalidade e o tráfico; do outro, aumenta muito mais ainda número de pessoas que morrem em consequência de um uso mais generalizado.

Eu participei do debate sobre Portugal, a não ser que seja coisa nova. O Brasil realizou, agora em 2008, se não me engano, um debate em que estava a Holanda, Portugal, Inglaterra, Suíça, Suécia, enfim. Nesse debate, o que o governo português colocava é que as pessoas que usavam pelo *glamour*, pelo lazer... Era mais ou menos isso. Há pessoas que bebem num dia, num aniversário, numa comemoração, enfim, mas não são alcoólatras, não são dependentes químicos, mas pessoas que fazem aquilo por prazer, por lazer. Talvez por perder o *glamour* que havia no fazer escondido, essas pessoas deixaram de usar.

Aqui, a Polícia Federal, o Delegado lembrou dado da entidade de psiquiatria de que os maiores consumidores, aqueles que utilizam uma quantidade maior, pertencem a essa linha de lazer. Por isso, quando se pesquisa se já experimentaram dá 40%, um número muito maior do que o daqueles que são realmente dependentes, que cai para 8, 9, 10, 11, 12, dependendo da pesquisa feita.

Então, gostaria de saber que plano há para a rede de saúde, na baixa, na média e na alta complexidades, para a prevenção e tratamento, que são funções do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com relação ao equipamento, não sei se temos esse equipamento tão milagroso, porque as alterações ocorrerem inicialmente em nível anatômico e a manifestação só em fase muito adiantada – se estiver falando alguma coisa errada, Dr. Roberto, pode me corrigir.

Mas a dependência é microcelular, de receptores, algo que sabemos da existência pela ciência. Quando há alterações anatômicas visíveis e detectáveis por exames, como ressonância, as alterações neurológicas já se encontram numa fase realmente bem avançada. Não sei se a solução é por aí.

Com relação à qualificação e ao treinamento de profissionais para atendimento desse dependente no pronto-socorro, eu, como médico, sei que é possível. Não é tão fácil, porque estamos falando de um País continental. A abordagem, o tratamento de uma crise convulsiva geralmente se dá independente da causa, da etiologia. Primeiro, tira-se o paciente da crise e, depois, num segundo momento, busca-se a causa e encaminha-se esse paciente para outra abordagem.

Acho que esse treinamento é possível, não é algo tão fácil, linear, é muito complexo, mas possível. Melhora, mas devemos lembrar que esses casos acontecem. Com certeza, se chegar um paciente convulsionando, o médico, o profissional vai procurar saber para melhor abordar, mas podem ter certeza de que a primeira atitude será cuidar das vias respiratórias, da pressão do paciente, ressuscitar o paciente, caso ele tenha uma parada cardíaca, procedimentos genéricos. Depois, sim, num outro momento, vale a pena qualificar, vale a pena investir em tudo isso. Mas entendo, Senador, a sua angústia, de sofrimento, de *stress*, dá para perceber nos seus gestos, porque, no meu entendimento, estamos perdendo essa batalha.

Gostaria de perguntar ao Dr. Roberto se há uma expectativa. A partir de quando, com um plano, deixaremos de ter um número crescente e passaremos a ter um número decrescente de dependentes, de vitimados por tudo isso? Essa é a minha angústia. Espera-se que seja em quantos anos? Em dez, em cinco? Sabemos que está crescendo. Está crescendo. Hoje já são três milhões habitantes contaminados só por um tipo de droga. Então, é extremamente angustiante.

Gostaria de pergunta ao Dr. Roberto quando vai começar a diminuir? Qual é a expectativa? Qual é o plano? Porque aqui na Comissão, Senadora Ana Amélia, ficamos discutindo, discutindo, querendo fazer alguma coisa, querendo ajudar, mas sabemos que quem executa fica lá na ponta. Então, ficamos apelando.

Como é que podemos ajudar? Normatizando o quê? É preciso normatizar o quê? O que é possível fazermos neste momento como Casa, como legisladores, para ajudar vocês do Executivo a vencer realmente essa batalha?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador, é exatamente isso. Eu quero agradecer-lhe aqui a forma como esclarece, como médico. O que eles dizem é isto: existem momentos em que o médico desconfia. Às vezes é um paciente reincidente, e o médico precisa ver se houve danos cerebrais, por exemplo, e ele não tem como ver normalmente, por falta de condições do exame nas unidades existentes na maioria dos lugares. Esses são casos realmente graves. O tratamento aí é completamente diferente. Não dá para mandar um caso desses, por exemplo, para a comunidade terapêutica. A tendência de perder o paciente é muito grande. Para citar um exemplo, você pode desintoxicar, mas a simples desintoxicação não resolveu o problema do dano no cérebro. Ele precisa de outro nível de tratamento. É disso que se trata aqui. Mas quero agradecer-lhe pela forma correta para explicou aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria aproveitar, Dr. Roberto, para dizer que fico muito feliz, como gaúcha, com a presença do Prefeito Miguel Almeida, do Rio Grande do Sul, Prefeito de Mina do Leão, que está participando deste nosso debate. Apenas para registrar, pela importância do que estamos discutindo aqui.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Pelos pontos, não é Senadora? A questão dos prontos-socorros. Não é simples treinar os pronto-socorros do País. Vou explicar por quê. Vamos pegar um pronto-socorro. Seu eu tiver três médicos por plantão, são seis médicos no dia. Seis médicos, nas vinte e quatro horas, serão quarenta e dois na semana. Conseguir juntar esses 42 médicos para treinar em um lugar já é um malabarismo enorme. Se eu pegar uma cidade que tem três prontos-socorros, o senhor multiplica isso por três. Na verdade, não é por três porque é uma complexidade de agendas. Só por aí dá para imaginar. Não é fácil nem no município organizar treinamentos para prontos-socorros e que eles sejam consistentes. Eu já trabalhei em equipe de pronto-socorro de 22 médicos. De uma semana muda a metade porque troca-se de plantão. Não é simples. Não estou dizendo que não é viável. Nós estamos tentando pensar uma forma, como disse, que não seja pontual, que ela seja permanente, que ela possa ser garantida. Para isso, estamos tentando construir uma rede, apelar para a tecnologia. Nós estamos pensando em remodelar aquilo que é

chamado telessaúde hoje. Hoje tem uma formação basicamente centrada nas universidades, nós estamos tentando fazer um cálculo de como trazer a telessaúde para a rede SUS mesmo, para a rede SUS ser viva, ser acessível e permanente dentro do sistema SUS, para que tenhamos condições de manter em treinamento milhares de pessoas continuamente. Isso não num mês ou noutro, mas fazer com que isso seja um processo de longo prazo.

Só o pronto-socorro é um desafio de logística complicado, mas ele é fundamental. Eu considero que, se nós não enfrentarmos a discussão do pronto-socorro – uma pequena discordância com o Dr. Eduardo: os médicos não vão ver as vias aéreas e tal. Eles discriminam e o paciente morre Porque paciente que usa droga ou álcool e chega ao pronto-socorro: "ah! Esse é um bêbado, encosta lá. Ele está agitado, deixa lá". E, nessa discriminação eles não veem as vias aéreas, não veem se está com febre, não veem se tem meningite, não veem se tem um sangramento. E quando vão ver...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Mas se ele está convulsionando...

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – A convulsão é uma situação particular.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Se ele está convulsionando, então eu acho que é até uma negligência, uma perversidade a de não tomar nenhuma abordagem. Sei que isso pode até não existir, mas não quero nem acreditar nem falar nisso. Acho que...

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Estou dizendo que, na convulsão, tudo bem, porque é visível, você tem que intervir, não tem como fugir. Mas, se a pessoa chegar andando e falar que não está se sentindo bem. Se ele estiver mal vestido, for negro e se tiver histórico de que usa droga, ou vier carregado, porque estava embriagado ou qualquer coisa, a discriminação leva a situações em que o paciente é descuidado e acaba morrendo. Por isso que eu disse: o treinamento tem que ser não só de ordem técnica; temos que enfrentar a discriminação também. Porque isso frequente. Eu trabalho em pronto-socorro, sei o que acontece – quando trabalhava. Então, precisamos qualificar tecnicamente, mas também, como eu disse, restringir os ordenamentos para não haver discriminação. E para isso, nos prontos-socorros do País todo, não é simples.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Isso é uma questão até de ética do profissional. Isso é um desvalor. Ele não considerar, não abordar, acho que isso é uma coisa que devemos abominar. Isso nem é de se pensar. Não estou aqui para passar a mão na cabeça de ninguém. Mas eu acho que... Sei, imagino todas as dificuldades. Também dei plantão. Até antes de estar aqui ou na Câmara, eu dava plantão, nos principais hospitais do meu Estado. Entendo tudo isso perfeitamente. Senti, como o senhor já sentiu. Agora, acho que é o que aprendi sempre: não deve faltar um medicamento, não deve faltar um equipamento. Mas pode faltar, por conta da burocracia e até mesmo pelo Estado, seja lá que ente federado for, não ter dinheiro. Mas um gesto de carinho, de abordagem, isso está na índole de cada um, está na personalidade de cada um. Isso é intransferível, isso não tem que faltar. Acho que mal profissional existe em todas as categorias e deve ser, realmente, condenável. Mas não estou aqui para...

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Só para esclarecer, porque isso eu aprendi recentemente: preconceito todos nós temos, e não temos como enfrentar os preconceitos por lei, mas a discriminação sim. Por isso é que estou dizendo: o ordenamento nos prontos-socorros, nós podemos fazê-lo, no sentido de vetar e tornar uma falta a discriminação. A pessoa pode não gostar de quem está atendendo, mas ele tem que atender.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Isso me leva – desculpe-me interromper aqui – a fazer o levantamento aqui de uma coisa até mais séria, de que existe uma avaliação, existe uma má avaliação – isso é até uma coisa que nós aqui podemos contribuir, Senadora Ana Amélia –, a de que as pessoas podem até chegar ao pronto-socorro, mas muitos realmente não conseguem sair dali. Mas não saem por quê? Por que temos um número de óbitos elevado em algumas unidades do que em outras? E você pode ser um acidentado, você pode ser um vitimado. Perdem-se vidas, mas não questionamos por quê. Faltou o quê? Faltou sangue? Faltou profissional? Faltou medicamento? Por que isso aconteceu? Às vezes, infelizmente, valorizam-se muitas coisas, o patrimônio, e nós nos esquecemos de fazer esses questionamentos.

Fica até uma sugestão: que possamos fazer alguma coisa mais ampla e quem sabe até normatizar isso. Por que se perde? Se chegou ao hospital, por que morreu? Morreu de quê?

Talvez, como o senhor disse aí, só ordenando, só criando lei, punindo quem tiver que ser punido, por omissão ou não, por qualquer outra coisa, mas saber. Sendo assim, teremos estatísticas muito mais fiéis e até corrigir possíveis erros, com certeza. Porque é inadmissível que, em muitos e muitos hospitais, os pacientes cheguem e, infelizmente, não saem. Se não saem, não saem por quê? Talvez, ordenando – não sei se estou me fazendo entender. Se o paciente chega àquela unidade hospitalar, se veio como vítima de

acidente, de um tiro, ou vítima de uma droga, por que se perdeu esse paciente?

Coisas que os outros países fazem muito melhor que nós são avaliações e reflexões. Nenhum óbito sairá, nenhum vitimado sairá sem que se saiba adequadamente o que realmente aconteceu. Foi falta de equipamento? Foi falta de medicamento? Foi falta de profissional? Afinal de contas o bem maior que temos é a vida.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – O último ponto a respeito disso. Eu já vi situações no pronto-socorro em que o colega se recusou a atender uma pessoa porque ela estava de havaianas; ele não atendia uma pessoa com havaianas. Isso é discriminação, concorda? Uma situação de discriminação como essa pode levar a uma situação desagradável, como banal, mas pode ter consequências de outra ordem, que levem à morte. "O cara está sujo, veio da rua, não vou atender." Discriminar é um ato que devemos tentar ordenar. Mas o treinamento é complexo. Nós estamos trabalhando no sentido de fazer com que...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. *Fora do microfone*.) – Para este ano ainda?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Para este ano. Tem que calcular equipamento, porque vai depender de equipamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Dentro dessas 14,7 mil vagas que foram acertadas com as 49 universidades, o público-alvo é a saúde, não é?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Uma parte importante é o tratamento...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A rede de saúde e a outra parte é a rede social.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Só que tenha uma ideia, Senador, hoje, dentro das universidades, a questão da emergência na área de saúde mental, álcool e drogas, não é uma coisa importante, porque academicamente não dá publicação. Então, ninguém se dedica a isso. Não é prioridade. Não é que tenhamos *experts* nessa área, porque, nem os Estados Unidos têm. Um presidente da associação psiquiátrica americana já foi especialista em emergência, atualmente, não consegue mais ter essa projeção. São questões da universidade hoje.

Nós vamos ter que contar com aqueles abnegados que se dedicam a isso etc. Não tem tanta coisa, mas vamos trabalhar em cima disso. Estamos trabalhando para planejar e encontrar os recursos para isso acontecer. Diz respeito à questão da equipe de profissionais. Vou me ater apenas... Há uma publicação interessante, que é o atlas da Organização Mundial de Saúde que nos permite comparar profissionais do País e de outros países. É um atlas mundial e diz respeito a profissionais e saúde mental. Esses dados são de 2005.

De qualquer forma, especificamente no item que diz respeito a psiquiatras, o Brasil tem em torno de 30 vezes menos psiquiatras do que um país rico; 20 vezes menos que na Itália. Temos 15 vezes menos psiquiatras que a Argentina. Eu não tenho exatamente os dados em relação à Argentina, mas é muita diferença.

Nós não teremos psiquiatras suficientes que nos permita pensar da mesma forma que nesses países em décadas. Ou seja, vamos ter que pensar em outras formas de abordagem que não dependam da formação de profissionais especializados. Não temos superar esse gargalo. Por isso, trabalharemos no sentido de intensificar nossas relações da área técnica de saúde mental com atenção primária, já até vislumbramos pensar numa residência com formação na atenção primária um pouco mais reforçada, voltada um pouco mais para a saúde mental para podermos dar cobertura para o País. Se formos depender da formação especializada, não atingiremos nossas metas.

Quanto à questão de tecnologia de imagem, o Dr. Eduardo já esclareceu. Fazer o diagnóstico na questão de dependência química independe de tecnologia. Depende de observar, conviver, ver o que está acontecendo.

E mais: às vezes, fazer diagnóstico não traz, necessariamente, conseqüências práticas. Constatar que tem a lesão não quer dizer que há solução para essa lesão. Então, pode matar a curiosidade acadêmica, fazer gastos acadêmicos importantes porque aí, sim, podem, de longuíssimo prazo eventualmente, cumulativamente, conhecimento e outras coisas, mas do ponto de vista de curto prazo, na maior parte das vezes, fazer diagnóstico neurológico de lesão cerebral não traz conseqüências do ponto de vista da clínica.

O último ponto que o Senador colocou: o lugar para onde mandar o paciente. Essa parte é importante, porque eu a ouço por todo lado. Existem dois significados nesse sentido. Há uma hora, que é a hora aguda, a hora do apuro. Para onde ir na hora do apuro. Isso é uma coisa que temos de expandir: pronto-socorro, CAPS etc. Mas eu acho que, de fundo, sempre há essa dúvida, para os pacientes, para as famílias, para os profissionais que trabalham na área, inclusive da própria comunidade terapêutica. Por isso que eu estava relatando a conversa que nós tivemos naquele dia, Senador. Depois que termina essa primeira fase, para onde vai? Essa é a grande questão. Depois que estabiliza, melhora, para onde vai?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Aproveita só para me responder uma pergunta que ficou no ar: o Ministério da Saúde é mesmo a área

mais adequada para fazer esse convênio com as comunidades terapêuticas, ou não seria melhor fazer um destaque orçamentário do que se tem lá para ou o Ministério do Desenvolvimento Social ou outra área que não tivesse a complexidade da Saúde, para não engessar demais as comunidades terapêuticas?

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Relatei um pouco daquela audiência em que estivemos presente.

De fato, o Ministério não vê as comunidades terapêuticas, não tem intenção de trazê-las para dentro do sistema sanitário exatamente pelo engessamento que o sistema sanitário implicaria para essas comunidades e desvirtuaria, na verdade, aquilo que elas têm de essencial, que é o lado laico. Não, não é laico; não técnico. Nós somos laicos, mas somos técnicos; eles têm um lado que não é técnico, mas têm um lado de empenho, de investimento, de dedicação, que é muito eficaz. Então, transformar isso em unidades que são regradas, do ponto de vista técnico, acabaria perdendo a essência daquilo que essas comunidades têm de positivo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Posso dar um complemento? Eu também vivi uma situação como essa. Eu entendo sua pergunta. É porque muitas vezes essas comunidades terapêuticas não preenchem todos os pré-requisitos e às vezes afrontam alguns princípios do SUS. Então, nem o Ministério da Saúde passa a ter convênio, porque não seriam obedecidos todos os princípios que regem e alicerçam o SUS, nem as comunidades terapêuticas, às vezes, aceitam. Às vezes perdemos esses parceiros e deixamos de ajudar esses parceiros que acabam ajudando aí de forma filantrópica, ou conseguindo recursos de outra maneira e o Estado, que deveria ser, sem dúvida nenhuma, um dos maiores provedores, o sustentáculo dessas comunidades, deixa, realmente, de fazer, e nós perdemos tudo isso. Acho que sua colocação foi muito feliz. Já que não abastece, não consegue preencher todos os requisitos necessários ou que afrontam alguns princípios do SUS, por que não, realmente, colocar a responsabilidade para outro ministério, tão responsável como o Ministério da Ação Social? Eu acho que isso é muito feliz da sua parte, Senador. Não sei se o Dr. Roberto concorda. E foi isso que ele abordou.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Não, nenhum óbice em relação a isso.

O único ponto que eu queria ressaltar é o seguinte: há uma polêmica em relação ao crescimento ou não crescimento do consumo de drogas no sentido amplo do País. Por quê? Acho que, na última avaliação que o Cebrid fez de consumo de drogas entre escolares no País, a tendência era de queda. Isso foi interessante. Isso diz o seguinte: entre os escolares a tendência é de queda. É um ponto.

Por outro lado, contradiz com a quantidade de diagnósticos sendo realizados em relação a consumo de drogas também. E é difícil fazer uma avaliação precisa se há de fato aumento ou não, porque há um outro lado, que é a questão do aumento do sistema de saúde. Quanto mais o sistema de saúde vai crescendo, maior a capacidade de diagnóstico. São maiores, portanto, os números oficiais que acabam sendo registrados – está certo?

Então, muitas vezes, o fato de estarmos registrando mais não implica que esteja havendo aumento, mas pode ser que esteja retratando melhor o que já era, no sentido de que antes não se conseguia retratar porque não se tinha captação, não se tinha informação suficiente. Então, à medida que a rede de saúde vai ampliando, você vai executando mais diagnóstico e, portanto, maior registro. Então, acaba pegando mais; temos uma parte do fenômeno mais oficial nesse sentido.

Então, é difícil fazer essa avaliação com certeza, até porque esse dado é contraditório com essa indicação que o Cebrid mostrou no sentido de que estaria havendo uma tendência na redução de uso de drogas entre estudantes, o que seria alvissareiro para nós, no sentido de que se os nossos estudantes estão usando menos droga seria bom.

Para colocar essa questão também, eu queria fazer um ponto que, num debate desse mesmo tipo que houve na Assembleia Legislativa de São Paulo, eu levantei uma questão que, em particular, dizia respeito ao Estado de São Paulo, talvez reflita também a situação de outros Estados. Mas, em São Paulo falta vaga na escola. Então, estava se discutindo quais os métodos de prevenção. E uma das tradições da área de saúde, de fazer prevenção, é trabalhar com as crianças que estão na escola, passar informação e tal. Isso desde experiência da Aids, já há 20 anos, esse tipo de ação é um *know how* adquirido dentro do SUS, vamos dizer assim.

Mas existe um limite. Ela atinge aqueles que estão na escola. E as crianças que não têm aula, que não têm vaga na escola? Então, acabamos fazendo a prevenção de quem talvez não precisasse, porque talvez a principal prevenção que nós devamos fazer é garantir que as crianças não saiam da escola, que não sejam expulsas, que possam entrar e que tenham garantia de entrar na escola.

Porque fazer a prevenção com quem está na escola é uma coisa. Mas é outra bem diferente com aquelas que foram expulsas e aquelas que não chegaram a entrar na escola. E estou contando isso porque uma mãe me falava que o seu filho – e não era uma

criança de sete anos –, de 14 anos, não conseguiu vaga no segundo grau. Aí ele arrumou emprego, a polícia pegou, bateu, achou que ele era um drogado. Uma história assim de discriminação, de maus tratos, de cuidado. E, basicamente, discriminação por quê? Porque está fora da escola. Não tinha o que fazer. E a mãe falou: "Eu não duvido que ele vá procurar droga agora. Por quê? Porque apanha da polícia, fez isso e aquilo, e qual é a expectativa que ele tem? Não há vaga na escola – e isso é no Estado de São Paulo, na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Então, uma das iniciativas de médio prazo que temos que ter como sociedade é garantir que as crianças, como disse, tenham entrada, permanência e não sejam expulsas, fiquem na escola.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Roberto, não sei se os Srs. Senadores estão satisfeitos, mas começamos às 14 horas e 20 minutos a reunião. Queria agradecer a presença do Prefeito de Morrinhos do Sul, que prestigia a palestra do Dr. Roberto, Prefeito Leandro Borges Evaldt; do Prefeito de Minas do Leão, Miguel Almeida, assim como a presença do Dr. Roberto.

Hoje fizemos uma audiência pública que entrou no ciclo de debates que está discutindo o uso disseminado do álcool, do *crack* e outras drogas, atendendo os Requerimentos nºs 1 e 2 deste ano da Casdep. Hoje realizamos a complementação terceiro painel do ciclo de debates que teve como tema a saúde pública e o tratamento.

A conclusão a que nós aqui chegamos, nosso Presidente Wellington Dias, o Senador Eduardo Amorim, eu e o nosso coordenador é que esta temática é muito complexa. E, com a intensa participação de dois médicos, porque o nosso coordenador Dr. Roberto também é médico, mas especialmente com o Senador Eduardo Amorim, entramos na vereda da questão ética do exercício da medicina. Em todos os lugares por onde andamos, nessa maratona de discussão sobre a questão das drogas, seja no Conselho Federal de Medicina seja aqui nessa audiência pública, essa questão médica, tratamento e atendimento, foi pontual e central.

Como sou estreante no Parlamento, Dr. Roberto, fico muito sensibilizada quando vejo um Senador, como o nosso Senador Eduardo Amorim, trazer uma forma de atitude e comportamento que pauta caráter, pauta ética e pauta respeito à dignidade humana.

Então, é muito importante que o Congresso, o Senado, tenha composição com essa universalização de profissionais que sejam capazes de ver as pessoas nas diferentes áreas, um médico, um engenheiro, um contabilista, um ex-governador, capazes de sentir todas essas dores da sociedade e encaminhar uma solução. Então, quando o senhor lembra que essa é uma questão ética, quando um médico não recebe um paciente que está de chinelo de dedo ou sandálias Havaianas – nós do Rio Grande do Sul chamamos de chinelo de dedos –, isso realmente é grave e a situação é mais séria ainda pelo despreparo no atendimento.

Dr. Roberto falou muito intensamente de atender, desintoxicar e deixar o paciente pronto para voltar para o mesmo ambiente. Essa questão, Dr. Roberto, que foi levantada em São Paulo da questão da falta de vagas para um menino, para um adolescente de 14 anos é a mesma realidade terrível enfrentada no meu Estado do Rio Grande do Sul, um Estado desenvolvido. Na região metropolitana de Porto Alegre, a cidade de São Leopoldo, que tem uma universidade importante, uma zona desenvolvida, tem 7 mil meninos e meninas na idade de 14 anos sem vaga nas escolas de ensino médio, que é exatamente a fase crítica dessa criança receptiva a experimentar e entrar nesse caminho, muitas vezes sem volta.

Então, é extremamente valioso esse trabalho que estamos fazendo, sob o comando do Senador Wellington Dias e hoje recebendo a colaboração da autoridade de saúde pública do Brasil responsável exatamente por estabelecer as políticas que agora, na informação do Dr. Roberto, começam a ser montadas para um longo prazo, certamente com transversalidade sobre áreas da assistência social e segurança pública

Então, agradeço muito, Presidente...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, antes do encerramento, Senadora Ana Amélia, dizer que seria importante acertarmos alguns pontos aqui. Há esse convite formalizado para o dia 20 de maio em Porto Alegre. Seria interessante a Secretaria da Comissão incluir no agendamento dos parlamentares da Comissão a visita a Porto Alegre, como havíamos acertado. O Senador Waldemir Moka ficou de dar uma sugestão para a visita a Ponta Porã, a ideia da visita a área de fronteira, que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para explicar para V. Exª, Senador.

Agradeço muito a oportunidade, Senador Wellington, porque, Senador Eduardo Amorim, Dr. Roberto, o Governo do Rio Grande do Sul criou um fundo especial, com uma ideia até criativa, porque, hoje, toda droga apreendida é destruído, mas todo patrimônio advindo do comércio de drogas é usado pela Polícia Federal, o que é muita coisa: ouro, carros de alto valor, imóveis de alto valor, área eletrônica, aviões.

Foi feito um acordo, que será lançado dia 20, já aprovado o projeto pela Assembleia, que une o Ministério Público, o Poder Judiciário, que compartilhará a receita advinda desta apreensão pela Polícia Federal,

entre a União, Estado, Poder Judiciário, Ministério Público e, aí, divide para a saúde. Eu até fiz uma sugestão para que fosse compartilhada com os Municípios, porque estes precisam muito, estão debilitados financeiramente. Então, é o que vamos ver.

O Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, estará lá. O Rio Grande do Sul, assim como Mato Grosso, tem na fronteira um problema sério de contrabando não só de drogas, mas também de armas. Então, o Ministro da Justiça estará lá, fazendo visita também às instituições que trabalham na questão de tratamento de drogas, pois o Rio Grande do Sul tem um bom núcleo não só na área da psiquiatria, como também na área desse tratamento.

Então, no dia 20 de maio, é este o programa. Está bem, Dr. Eduardo?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Senadora Ana Amélia, Senador Wellington Dias, só para constar uma curiosidade. Eu, como médico especialista em dor, Dr. Roberto, um pouco mais de um ano, ainda como Deputado Federal, concluí meu curso de Direito, graduação em Direito, trazendo, Senadora, para o mundo jurídico, o conceito médico de dor, dor igual a sofrimento. Sofrimento social que vivemos, espalhado em todos os cantos deste País, seja pela falta de escola, de uma saúde decente, de emprego. Tudo isso é sofrimento. Sofrimento é igual a dor.

Então, essa dor social que vivemos em muitos cantos do nosso País, embora estejam garantidos, esculpidos em nossa Constituição, acho que a partir do título 8º da nossa Constituição. Dos Direitos Sociais, foi nossa tese monográfica. O Estado democrático de direito, direitos sociais garantidos pela nossa Constituição, direitos de segunda geração, que segundo especialistas, ainda clamam por efetividade em muitos cantos.

Dor social, sofrimento social, seja por conta da saúde, por conta da educação, por conta dos empregos, e aumentada, com certeza, por sabermos que estamos pisando no melhor solo do Planeta. Estamos pisando nas terras mais ricas do Planeta, tenho toda convicção disso, mas realmente com muita injustiça. E é papel deste Parlamento, e a nossa missão, como Parlamentares, é lutar para diminuir todo esse sofrimento social, toda essa dor social. Foi isso que nós transportamos do mundo médico para, da área da saúde para o mundo jurídico, fazendo uma comparação entre dor e sofrimento social.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Por conta dessa dor que muitos buscam se aliviar nas drogas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Wellington, obrigada Senador Eduardo Amorim, obrigada a todos os participantes, mas um agradecimento muito especial ao Dr. Roberto Tykanori Kinoshita pela sua presença aqui como Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e oito minutos, do dia dez de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora **Ana Amélia,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas com a presença dos Senadores Waldemir Moka e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. Às nove horas e trinta e nove minutos o Senador Waldemir Moka assume a Presidência para que a Senadora Ana Amélia leia os Requerimentos de sua autoria. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011 – CAS-DEP**. Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizado, no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, o quinto painel do Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", com objetivo de ouvir especialistas em dependência química, com os seguintes convidados: **Ronaldo Laranjeira**, médico psiquiatra, PhD em Dependência Química na Inglaterra e Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Faculdade de Medicina da UNIFESP (Universidade Federal do Estado de São Paulo); **Carlos Alberto Salgado**, mestre em Psiquiatria pela UFRGS, especialista em dependência química e presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras

Drogas (Abead); **Ricardo Albuquerque Paiva**, membro da Diretoria do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (CREMEPE) e coordenador-geral do I Fórum Nacional sobre Aspectos Médicos e Sociais Relacionados ao Uso do Crack; **Aloísio Antônio Andrade de Freitas**, presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONEAD) e presidente do Colegiado de Presidentes dos Conselhos Estaduais Antidrogas. **Autoria:** Senadora Ana Amélia, e Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011 – CASDEP.** Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, audiência pública com o sociólogo e ex-presidente **Senhor Fernando Henrique Cardoso** destinada a discutir a descriminalização do uso de drogas. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra o Senador Waldemir Moka e a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente no Exercício da Presidência, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Amélia**

Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom dia, Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outros, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião deste ano.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos passar à apreciação dos itens nºs 1 e 2. São dois requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Como sou coautora de um dos requerimentos e autora de outro, solicito ao Senador Waldemir Moka que assuma a Presidência para eu fazer a defesa desses dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Assumindo a Presidência da Subcomissão, passo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor pode fazer a leitura do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CASDEP
– Não terminativo –

Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizado, no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, o quinto painel do Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", com objetivo de ouvir especialistas em dependência química, com os seguintes convidados:

***Ronaldo Laranjeira** – Médico psiquiatra, PhD em Dependência Química na Inglaterra e Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Faculdade de Medicina da Unifesp (Universidade Federal do Estado de São Paulo);*

***Carlos Alberto Salgado** – Mestre em Psiquiatria pela UFRGS, especialista em dependência química e Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (Abead);*

***Ricardo Albuquerque Paiva** – Membro da Diretoria do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) e Coordenador-geral do I*

Fórum Nacional sobre Aspectos Médicos e Sociais Relacionados ao Uso do Crack;

Aloísio Antônio Andrade de Freitas – Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Conead) e Presidente do Colegiado de Presidentes dos Conselhos Estaduais Antidrogas.

***Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Wellington Dias*.

Com a palavra para discutir a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Waldemir Moka, agradeço. Até há um erro de concordância verbal no requerimento. Não sou apenas eu que requeiro. Requeremos. Estou na companhia do Senador Wellington Dias, que preside esta Subcomissão. Então, foi um requerimento conjunto. Mas isso é apenas um detalhe.

Como V. Exª apresentou, são especialistas na área acadêmica e organismos que tratam, como é o caso do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, o Conead, de questões relacionadas à parte mais institucional sobre essa matéria. O requerimento segue a linha das audiências públicas anteriores, das quais V. Exª tem participado. Discutimos a prevenção, a questão do tratamento, da inclusão, da inserção, desde a área governamental até a área do setor privado e público, no caso de Ponta Porã, no seu Estado, por sua sugestão, e foi uma das melhores exposições feitas aqui.

Então, penso que o requerimento complementa essa linha de audiências públicas. A proposta tem esse objetivo, tanto de minha parte quando do Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Gostaria inclusive, se V. Exª permitisse, de também subscrever o requerimento, sobretudo a presença do médico psiquiatra Ronaldo Laranjeira. Acho que hoje, no País, ele é a maior autoridade no assunto. Portanto, ouvi-lo é super importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Evidentemente não subestimando a importância dos demais convidados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CASDEP
– Não terminativo –

Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, audiência pública com o sociólogo e ex-presidente ***Sr. Fernando Henrique Cardoso*** *destinada a discutir a descriminalização do uso de drogas.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É notório o papel que o ex-Presidente da República, que agora preside a Comissão Global de Política de Drogas, tem no cenário internacional e no próprio cenário brasileiro.

No mundo inteiro, especialmente em Portugal, estão sendo discutidas novas formas de abordagem da questão das drogas. O caso de Portugal tem sido usado sempre como uma referência internacional no sentido dos resultados obtidos para a questão das drogas.

Penso que a presença do ex-Presidente da República possa dar uma contribuição valiosa a esta Comissão. Neste caso, seria apenas ele em uma audiência pública aqui pela importância e relevância que tem a matéria.

Então, foi este o objetivo que me levou a fazer esse requerimento, dada a presença constante dele falando sobre esse tema que ainda é polêmico no Brasil, não só dentro da área médica como também na área de segurança, e também porque o próprio Governo brasileiro, neste momento, caminha na direção de dar um tratamento diferenciado na lei penal que trata da questão das drogas, em relação ao pequeno traficante e também ao usuário.

Por isso, meu requerimento, Sr. Presidente, Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Conversei ontem com o Presidente da Subcomissão, Senador Wellington Dias, e temos, no Mato Grosso do Sul, já um dia combinado entre nós lá. S. Exª ficou de me dar a resposta, embora já tenha concordado que faríamos uma visita a Mato Grosso do Sul, mais especificamente na cidade de Ponta Porã. Estou insistindo em Ponta Porã, porque quero discutir as duas coisas: a nossa proximidade com a fronteira e também para aproveitar a experiência da Drª Doralice. Claro que estarão presentes o Governador e a Secretária de Assistência Social, Drª Tânia Garib, que, aliás, Senadora, preside o foro nacional das secretárias nacionais de assistência social. É também uma grande técnica, pessoa da maior competência.

Queremos chamar os Municípios envolvidos na região de fronteira e me parece que, pelo menos a Drª Tânia me disse, serão convidados Municípios vizinhos que fazem fronteira, Municípios do Paraguai também, que, como nós, vivem os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, para que possamos discutir

a questão da droga e aquela questão em especial da região de fronteira.

Então, a data pré-agendada no Mato Grosso do Sul é dia 27. É claro que depende evidentemente dessa decisão.

O Presidente não se faz presente, mas gostaria de deixar já consignado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço, Senador Waldemir Moka, e, em havendo condição de compatibilidade... Já informei à Secretária que está atendendo que eu não estaria dia 27, mas vou checar primeiro a agenda para verificar as condições de comparecer, porque tenho grande interesse em estar presente, até porque considerei o trabalho da Drª Doralice, que o apresentou aqui por iniciativa própria, da maior relevância. Os chineses têm um ditado que, para mim, é perfeito: "Ver uma vez vale mais que ler mil vezes". Então, visitar lá e entrar em contato com a comunidade atendida terá um valor muito grande.

Mas queria antecipar, Senador Moka, que, no dia 20, em Porto Alegre, haverá a cerimônia relativa ao projeto que já mandei para V. Exª, do fórum que altera a destinação dos recursos que são, digamos, arrestados ou tomados dos traficantes, dos grandes traficantes, para uso na área de saúde e também na área da polícia do Estado. Na ocasião, estará presente o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo. O Presidente Wellington Dias confirmou presença. Será no dia 20, na próxima sexta-feira, às 11h, em Porto Alegre. Também se fará uma visita a uma comunidade terapêutica de Porto Alegre. Isso será no dia 20. No dia 27, uma semana depois, será esse programa de Ponta Porã.

Esses dois eventos estão agendados, o que significa dizer que esta Subcomissão, apesar dos problemas, está tendo um resultado de trabalho bastante significativo.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Enviei o projeto da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para o meu Estado. Acredito que o Líder do Governo, Deputado Estadual Junior Mochi, fará a apresentação. Parece-me que fará em nome do próprio Governo em função da importância que tem. Se vários Estados começarem a disciplinar dessa forma, talvez, no futuro, possamos ter até uma legislação federal. Nós dois poderíamos, de repente, começar a analisar também a possibilidade de uma legislação federal que disciplinasse a matéria nacionalmente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É uma boa ideia. No caso do seu Estado, o Governador André Puccinelli tem ainda, digamos assim, um compromisso por ser, como o senhor, médico. Então, acho que facilita o entendimento de uma matéria tão urgente quanto essa, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a sessão às 9 horas e 50 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezoito minutos do dia dezessete de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, com a presença das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ângela Portela e dos Senadores Waldemir Moka, Wellington Dias e Cristovam Buarque. Justificou ausência o Senador Cyro Miranda. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. A Presidência em Exercício informa que esta Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** em cumprimento dos Requerimentos Nº 1, 2 e 3, de 2011 – CASDEP, referente ao Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação; saúde pública e tratamento; e experiências de organismos internacionais. A CASDEP reúne-se para o **4º Painel – Experiências de Organismos Internacionais**, com os seguintes oradores: **Bo Mathiasen**, representante Regional das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime, UNODC, entidade pertencente à Organização das Nações Unidas, ONU; e **Bernardino Vitoy**, técnico da Unidade de Saúde Familiar da Organização Pan-Americana da Saúde, OPAS, da Organização Mundial da Saúde, OMS, representante de Diego Victoria Mejía, o qual é representante da OMS e da OPAS no Brasil. Justificaram ausência: Anikka Markovic, Embaixadora da Suécia; e George De Leon, representante Internacional das Comunidades Terapêuticas e diretor do

Centro de Pesquisa para Comunidades Terapêuticas, CTCR, Estados Unidos. Às doze horas e vinte e cinco minutos o Senador Wellington Dias assume a presidência. **ITEM 1 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011, DE 2011 – CASDEP**. Em aditamento ao Requerimento de nº 5/2011 – CASDEP, que trata do 5º painel do Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", com objetivo de ouvir especialistas em dependência química, requeiro que seja incluído no rol de convidados o nome do **Senhor Esdras Cabus Moreira –** psiquiatra, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Ciência da Saúde pela Universidade Johns Hopkins, Estados Unidos e membro do Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas (Cetad) da Universidade Federal da Bahia. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senador Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e também a aprovação da Ata da 7ª reunião de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião, que começamos agora, destina-se a realização de uma audiência pública no âmbito do ciclo de debates destinado a discutir o uso disseminado do álcool, *crack* e outras drogas, atendendo aos requerimentos de nºs 1, 2 e 3, de 2011, da Casdep.

Esta reunião, referente ao 4º painel do ciclo de debates, tem como tema a Experiência de Organismos Internacionais.

Para isso, convido para terem assento à Mesa os nossos ilustres oradores e convidados: Bo Mathiasen, representante regional do Escritório Contra Drogas e Crimes, da Organização das Nações Unidas; e Bernardino Vitoy, técnico da Unidade de Saúde Familiar, da Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS/OMS, representante do Sr. Diego Victoria Mejía.

Justificação das ausências da Embaixadora da Suécia; do Dr. George de Leon, representante internacional das Comunidades Terapêuticas e Diretor do Centro de Pesquisa para Comunidades Terapêuticas dos Estados Unidos.

É claro que a Embaixadora, vocês sabem, está recebendo aqui a visita do Primeiro a da Rainha Sílvia e, por isso, então a Embaixadora não pôde estar presente. E o representante, Dr. George, também fez as apresentações.

Então, eu vou dar 15 minutos a cada um para a gente poder agilizar os trabalhos: 15 minutos para o Dr. Bo, e 15 minutos para o Dr. Bernardino.

Muito obrigada a vocês pela presença e pela atenção.

Eu queria, também, aproveitar para pedir desculpas aos dois convidados, uma justificativa necessária pelo retardamento. Acontece que, aqui no Senado, nós temos várias comissões ao mesmo tempo. E o Senador Wellington, que é o Presidente, está presidindo uma comissão; então eu, como Vice-Presidente desta Comissão, é que vou presidi-la. Por isso peço desculpas pela circunstância. Mas é compreensível, porque os senhores, que lidam muito com a área pública e política, podem imaginar as nossas dificuldades.

Então, com a palavra o Dr. Bo.

O SR. BO MATHIASEN – Bom dia! Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu gostaria, em primeiro lugar, em nome do UNODC, programa das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, agradecer esta oportunidade de trazer para o Senado as experiências internacionais na área de tratamento pelo uso do *crack*, principalmente.

Agradeço, também, a presença do Senador, das senhoras e dos senhores aqui presentes.

Em primeiro lugar, desejo fazer uma rápida análise, uma descrição sobre a situação mundial, principalmente no que diz respeito à cocaína. Sabemos que os principais produtores de cocaína são Bolívia, Colômbia e Peru, e o Brasil faz fronteira com esses três países. Também sabemos que o Brasil tem fronteira com o Paraguai, que é um dos países que tem uma rota importante no tráfico de cocaína para o mercado brasileiro.

A quantia de cocaína produzida anualmente nós estamos estimando, mais ou menos, em 865 toneladas/ano. É uma produção dos três países, mas é cocaína pura. Então, uma vez que estamos falando sobre as apreensões das polícias nos Estados, nos países, é claro que, somando-se a esses números, chegaríamos a um número muito mais elevado do que 865 tonela-

das. Mas isso é porque a cocaína já está misturada, então a impureza faz com que a quantia aumente muito.

Embora isso ocorra, nós temos registrado, nos últimos anos, uma diminuição da área cultivada. Na última década, a área cultivada de coca nos países produtores diminuiu, mais ou menos, 28%; e a produção diminuiu, mais ou menos, de 12% a 18%. Diminuiu menos a produção, porque eles melhoraram as técnicas de refino e de produção. Então, a diminuição da produção de cocaína não caiu tanto como a da área cultivada.

Nos últimos anos, houve mudanças no fluxo global de cocaína. Há 15 anos, a maior parte da produção de cocaína estava destinada para o mercado norte-americano – Estados Unidos e Canadá. Mas, ao longo desses 15 anos, devido a políticas de repressão e também de prevenção entre os usuários, os americanos conseguiram diminuir bastante a demanda por cocaína. Mas também houve uma mudança do perfil do uso de drogas nos Estados Unidos, mais voltado para metanfetaminas. Então houve um câmbio, uma mudança de uso de drogas nos Estados Unidos. Mas a demanda por cocaína diminuiu bastante.

Também o valor do varejo nos Estados Unidos caiu muito; diminuiu cerca de dois terços, na década de 90; e cerca de um quarto na última década. Quer dizer, o valor de mercado caiu bastante e o lucro, para os traficantes, diminuiu. E a combinação entre os dois, menos lucro e também uma demanda menor, fez com que houvesse um deslocamento do mercado. E os traficantes começaram a se orientar, cada vez mais, para o mercado europeu.

Para se ter uma ideia, o número de usuários na Europa, na última década, de 1998 a 2008, dobrou de 2 milhões de usuários para 4,1 milhões de usuários. Isso só na Europa. E o mercado em valor na Europa está quase no mesmo nível do norte-americano, chegando a US$34 bilhões, na Europa, contra os US$37 bilhões, nos Estados Unidos.

Esse deslocamento de mercado também provocou uma mudança nas rotas do tráfico. E nós estamos registrando, cada vez mais, um tráfico que passa pelos países andinos para a Europa, via países da África Ocidental. E também houve um deslocamento do tráfico, passando cada vez mais pelos países do Cone Sul. Então, isso se registra, através do tráfico, que desce mais da Bolívia para o Brasil ou para a Argentina e tenta, então, utilizar essa rota, tanto para o consumo doméstico desses países como, também, indo em direção ao mercado europeu, às vezes, passando pela África.

Atualmente, estamos estimando entre 10% e 15% da cocaína comercializada no mundo passando pelos países do Cone Sul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Ao mesmo tempo em que os traficantes passaram a utilizar os países da região como uma rota de trânsito para a Europa, eles também passaram a estabelecer bases de refino e venda das drogas. E é claro que a situação socioeconômica, com um poder aquisitivo bastante positivo e melhorando ao longo da última década, como também o poder de consumo melhor, isso fez com que esses mercados se tornassem mais atraentes. Estou falando de novo dos países do Mercosul, principalmente.

É preciso ter em mente, também, que isso é negócio. O narcotráfico é simplesmente um comércio sobre lucro; é um *business*. Então, nesse sentido, além de oferecer a droga, no caso a cocaína, os países onde se estabelecem suas bases têm que também ter uma demanda e atender a essa demanda.

E nisso surge também o *crack*. O *crack* é uma forma de cocaína, um derivado da cocaína que amplia muito o mercado, porque é uma maneira de baratear o produto, a cocaína e, assim, atingir mais consumidores, porque o preço no varejo é muito barato. Aqui, no Brasil, às vezes, você pode comprar uma pedra de *crack* por R$2,00. Então, você está barateando muito o próprio produto que é o derivado da cocaína.

Pode-se administrar a cocaína de três maneiras: ela pode ser aspirada; injetada; e fumada. A injetada, aqui no Brasil, tem sido bastante substituída pela fumada, ao longo dos últimos 10, 15 anos. Há 15 anos, o uso era bastante significativo de injetado de cocaína, que hoje em dia, praticamente, não tem mais. É porque, naquela época, quase não havia *crack* no mercado, no Brasil; mas hoje tem bem mais.

Cocaína e *crack*. A cocaína é um estimulante que estimula o sistema nervoso central, com grande poder de adição. O *crack*, a merla, o óxi, entre outros, são derivados da cocaína; são derivados que podem ser administrados também dessa forma.

O que são a cocaína e o *crack*? Sabemos que é uma folha, a folha da coca que, depois da colheita, é colocada sob o sol para uma rápida secagem. Depois, as folhas são moídas para a extração da cocaína, com solventes, ácidos, base e éter, que eles utilizam, para então tirar e formar uma massa contendo até 60% de cocaína, na forma de apresentação de pasta-base. Uma vez que eles têm a pasta-base, então eles podem passar por mais um processo, utilizando químicos, os famosos precursores químicos, até transformar a pasta-base em cloridrato de cocaína.

O cloridrato de cocaína é um dos produtos finais, mas que você pode dissolver na água, adicionar bicarbonato de sódio, aquecer, misturar e, depois, esfriar

para criar as pedras duras e fumáveis, que é o *crack*. Mas também pode fazer o *crack* já a partir da pasta-base. Nesse caso, primeiro, é necessário adicionar um ácido, para transformar a pasta-base em sal; posteriormente, adicionar uma base, como bicarbonato ou amoníaco; essa mistura é aquecida para, logo, ao esfriar, adquirir a forma de pedras duras e fumáveis – o *crack*.

Então, nós temos dois tipos de *crack*. É difícil dizer qual é o tipo mais predominante no mercado, aqui no Brasil; tentamos descobrir isso, mas não tem fontes muito claras sobre isso.

Os efeitos. A cocaína e seus derivados fazem o usuário se sentir eufórico, com energia; também eleva a autoestima e gera uma sensação de maior capacidade de interação. O consumo leva, geralmente, ao aumento de temperatura do corpo, da pressão arterial, e dos batimentos cardíacos.

O consumo do *crack*, por meio do fumo, faz com que a substância chegue diretamente aos pulmões, que tem uma superfície maior e absorção maior do que a membrana nasal, e, no caso, uma absorção muito rápida e intensa. E essa intensidade faz com que o *crack* tenha um efeito quase que imediato, depois de poucos segundos, mas também tem um efeito que dura menos. Então, é muito intenso, mas tem uma curta duração: de 5 a 7 minutos. Aí passa.

Os efeitos da droga no cérebro, por sua vez, duram bem menos do que as cocaínas aspiradas ou injetadas. E a pedra do *crack* cria uma sensação muito forte. Tem usuários de *crack* que dizem que é um prazer tão forte que não se permite que um outro entre no seu espaço. Os usuários do *crack*, então, têm uma tendência de viver num mundo bastante fechado deles mesmo.

Os perigos. O que chama a atenção do uso do *crack* é que tem um poder maior de dependência do que a cocaína. Isso porque os efeitos são tão intensos e muito rápidos, com duração de minutos. Então, para ter mais uma vez essa sensação de prazer, o usuário precisa consumir mais uma pedra; ou seja, o usuário, muitas vezes, nem consegue sair do local onde ele adquiriu a pedra e, por isso, você vê a tendência de os usuários se agruparem no mesmo local onde está a venda; onde há a venda há o consumo: são as famosas cracolândias, ou casas de *crack*, como eles chamaram isso nos Estados Unidos.

Na maior parte dos casos, os usuários do *crack* também são usuários de outras drogas. E isso, por exemplo, o álcool e a maconha, fazem com que o tratamento seja dificultado.

Fisicamente, os efeitos são visíveis. A ação estimulante do *crack* leva à perda do apetite, falta de sono, a estação motora. A dificuldade de ingestão de alimentos pode levar à desnutrição, à desidratação e à gastrite. E há sintomas físicos, como rachadura nos lábios, pela falta de ingestão de água; dessalivação; cortes; queimaduras nos dedos, nas mãos e, às vezes, no nariz, provocado pelo próprio ato de quebrar e acender a própria pedra de *crack*.

Então, isso cria uma exposição maior e social a outras doenças. E, além disso, o próprio usuário também corre o risco de sofrer um ataque cardíaco, parada respiratória, derrames, dores abdominais e náuseas.

Bom, vou falar rapidamente sobre o usuário. Sabemos que uma abordagem efetiva para o problema de saúde, e isso está associado ao uso problemático de drogas, é atenção, tratamento, cuidado e a não punição. O uso problemático de drogas pode estar associado a diversos contaminantes sociais, como iniquidades, contextos de violência, abuso, expulsão, fome, exploração do trabalho, e uma sensação de fracasso emocional e profissional.

Tratar esses problemas do ponto de vista criminal tende a penalizar, ainda mais, indivíduos que já passaram por inúmeras outras perdas na vida.

A dependência é um problema de saúde tratável; os dependentes de drogas devem, sim, ser encaminhados para tratamento e não para a prisão. E o tratamento para dependência de drogas deve fazer parte dos serviços de saúde, em geral. É importante que a proposta de uma atuação, do ponto de vista da saúde, seja orientada pelo acolhimento e a motivação pela busca voluntário de tratamento.

A partir de uma extensa revisão de literatura sobre as experiências e o atendimento ao uso de drogas em países na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, pudemos então constatar que: a maioria dos estudos relacionados ao tratamento de usuários de *crack* têm sido desenvolvidos nos Estados Unidos, mas existem também estudos importantes em outros países como, por exemplo, os países europeus; também têm estudos importantes aqui, no Brasil.

Tratar o usuário de *crack* é uma tarefa desafiadora, pois é preciso considerar aspectos como a marginalização social do usuário de *crack*, geralmente maior do que ocorre com o usuário de cocaína. Então, os estudos demonstram que o usuário de *crack* é tipicamente uma pessoa bastante desestruturada, que tem problemas socioeconômicos, e vários outros riscos de vulnerabilidade. Enquanto que o usuário de cocaína, de cocaína aspirada, é uma pessoa que já tem um contexto social melhor, que tem uma estrutura na vida mais confortável e, por isso, também tem uma resistência maior à dependência química.

É preciso considerar que a abordagem ao usuário de *crack*, para realizar o tratamento, deve ser diferen-

te da abordagem do usuário de cocaína inalada, pois entre os usuários de *crack* é mais forte o rompimento dos vínculos e as relações sociais.

Atualmente, as abordagens mais promissoras no tratamento dos usuários são o aconselhamento e a terapia psicossocial. Os tratamentos farmacológicos mostram alguns resultados, mas ainda deixam muito a desejar.

A partir de algumas experiências internacionais, algumas abordagens podem ser destacadas na atenção ao uso de cocaína e *crack*: primeiro, as estratégias de acolhimento – isso é muito importante, porque o primeiro contato que a pessoa tem com o serviço social, se não for um contato positivo, pode já afastar a pessoa por muito tempo; e segundo, a qualificação do cuidado é importante, porque o investimento em mecanismos de garantia de qualidade do atendimento é fundamental. Porque o contexto do uso de drogas é muito dinâmico, com elementos novos que mudam os padrões de consumo. Então, é preciso qualificar os profissionais envolvidos na atenção ao uso de drogas e estabelecer ações de monitoramento e avaliação.

Vários dos países europeus têm priorizado os seus aspectos relacionados à qualidade da atenção. Então, a qualidade é muito importante para o sucesso desse processo.

A assistência farmacológica. Os resultados ainda estão bastante limitados para o tratamento de dependência de cocaína e seus derivados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Seria a desintoxicação?

O SR. BO MATHIASEN – Não, isso aqui é tratamento por medicamento. Diversos estudos têm sido realizados em relação à utilização de agentes farmacológicos voltados à prevenção da recaída, redução da fissura, manejo de sintomas depressivos, e tratamento de comorbidades psiquiátricas.

E aqui eles têm os medicamentos para prevenção a recaídas e práticas clínicas. A administração, por exemplo, de medicamentos antidepressivos e antiepiléticos tem tido efeitos bastante consistentes, mas a conclusão ainda é que a maior parte desses agentes precisa de mais estudos, precisa saber mais sobre como usar os farmacológicos no tratamento.

Ainda é recomendada a utilização de fármacos junto com ações psicossociais.

Vou falar rapidamente sobre um desenvolvimento que pode ter uma importância bastante grande para o tratamento de cocaína e *crack*, que é uma vacina. Está em desenvolvimento uma vacina que poderia imunizar, principalmente jovens e pessoas vulneráveis – e eles já estão fazendo testes em alguns países. E é claro que, se conseguirem desenvolver esse tipo de vacina, que poderia literalmente imobilizar ou neutralizar o efeito da cocaína e seus derivados, será um avanço muito grande. E já estão fazendo testes na Europa e nos Estados Unidos.

É claro que há algumas perguntas que, depois, se pode fazer, porque são questões mais éticas sobre a utilização dessa vacina, que eu posso abordar depois, caso vocês queiram.

O tratamento da dependência associada a outros transtornos psiquiátricos também é importante, porque, às vezes, a pessoa que já tem o problema do uso de drogas também já sofre de problemas psiquiátricos. Então, aqui já temos, na literatura bastante elaborada, as questões de pessoas que têm problemas de hiperatividade e de déficit de atenção; transtornos depressivos; transtorno bipolar; e esquizofrenia. E são pessoas bastante vulneráveis, por isso a combinação dessas doenças com o uso sistemático de drogas cria grandes transtornos e, então, você tem que tratar os dois problemas ao mesmo tempo.

A atenção psicossocial. A terapia cognitiva comportamental é importante; é muito importante que se faça uma entrevista motivacional da pessoa, antes de começar qualquer tipo de tratamento, pois uma pessoa que não esteja motivada, que não esteja interessada em ser tratada, é difícil ou praticamente impossível tratar. Tem que também pensar na prevenção da recaída, porque o tratamento é longo. Estudos feitos na Inglaterra mostram que o tratamento de uma pessoa que tem uso problemático de cocaína ou de *crack* pode levar de 5 a 7 anos. Então, a possibilidade da recaída é bastante importante e tem que fazer parte da prevenção, para evitar essa recaída.

A terapia familiar é importante. Uma pessoa que tem família ou um grupo forte de amigos, essa terapia é importantíssima para se abordada. E aconselhamento também, o aconselhamento é importante para que a interação entre as terapias sempre seja bem monitorada e seguida pelos profissionais.

Vou falar rapidamente sobre redução de danos. A redução de danos é importante quando se fala do *crack*, porque as pessoas que consomem *crack*, geralmente, são pessoas que vivem num contexto muito vulnerável, em situação de rua e que têm problemas ou psicossociais ou socioeconômicos e outros que estão contribuindo para uma vulnerabilidade bastante elevada.

A baixa imunidade torna, então, o usuário de *crack* muito mais frágil, e a questão como HIV e Aids, doenças sexualmente transmissíveis, e outras doenças infecto-contagiosas, como tuberculose e hepatite, também são problemas bastante sérios que têm de ser levados em conta.

Também tem outra vulnerabilidade dos usuários de *crack* que é a própria violência. Estudos demonstram que a mortalidade por causa da violência entre os usuários de *crack* é bastante elevada. Alguns estudos mostram que chega até 20%. E, como falei antes, HIV e Aids é bastante predominante entre os usuários de *crack*. Alguns estudos patrocinados nos Estados Unidos mostraram que até 20% das mulheres usuárias de *crack* estavam já HIV positivas.

Bom, a questão da internação. A internação da pessoa que já está motivada para fazer o tratamento é importante, porque nesses países que mencionei, principalmente na América do Norte e Europa, criou-se uma estrutura de leitos para desintoxicação e intervenções de emergência, de curta duração. Quadros graves de abstinência e comorbidades psiquiátricas e clínicas, também demandam internação.

Há uma necessidade, às vezes, de afastar o paciente daquele ambiente que favoreceu o abuso. Então é tirar aquela pessoa para, literalmente, isolar do ambiente de consumo.

E têm ações emergenciais de desintoxicação que são necessárias para, às vezes, uma internação de mais longo prazo. Por outro lado, nós temos estudos que demonstram que os usuários de cocaína que têm uma estrutura social respondem melhor às vezes para um tratamento ambulatorial. Isso porque já tem uma rede social de apoio fora, entre a família, entre os amigos, que facilita o tratamento. Então, não é sempre que a internação é a mais adequada. Agora, a continuidade do cuidado é muito importante. A continuidade das intervenções, do monitoramento, do apoio do sistema de saúde pública para essas pessoas que têm problemas e que estão passando por tratamento, é importante.

Eu tenho, por fim, praticamente, só a dizer que UNODC também tem desenvolvido uma ferramenta, que se chama *Treatnet*, que é um sistema de tratamento que está sendo adotado em vários países – o Brasil também participa –; um sistema de tratamento para os usuários problemáticos. É um projeto que está sendo desenvolvido junto com o Governo e junto com a Organização Mundial de Saúde, que tem uma estratégia que promove um tratamento para dependência química na base de evidências científicas.

É um projeto que foi iniciado pelo UNODC em 2005 e que está buscando aumentar a qualidade dos serviços de tratamento, reduzir o impacto negativo e as consequências sociais do uso e criar sustentabilidade, local envolvendo funcionários de agências governamentais, universidades e centros de tratamentos dos vários países. E ainda fazer com que esses centros de tratamento trabalhem numa rede, sempre buscando trocar experiências e técnicas entre si, para realmente fortalecer a intervenção em um nível que vai além do próprio país, ou seja, que tem uma orientação internacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como é o nome desse projeto?

O SR. BO MATHIASEN – Esse projeto chama-se Treatnet.

Para finalizar, gostaria de entregar à Senadora esse relatório mundial de drogas do ano passado. Vamos lançar o próximo em junho deste ano – lançamos um relatório todos os anos no mês de junho. Aqui há um pouco de informação sobre o projeto Treatnet.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer a sua exposição...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora, não sei se seria possível, mas se ele pudesse tirar cópia dessa palestra, porque tem o aspecto prático. Achei interessante, porque relata a experiência que eles tiveram, aquilo que, ao longo desse tempo todo, eles acumularam. Isso é fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aceita a sua sugestão, Senador. A assessoria já pode pegar a palestra toda para reproduzir e entregar aos demais membros da Subcomissão.

Muito obrigada pelos documentos, que serão repassados ao Presidente Wellington Dias.

Aproveito para passar a palavra ao Dr. Bernardino, que terá o mesmo tempo para a sua exposição.

O SR. BERNARDINO VITOY – Bom dia a todos, bom dia, Senadora Ana Amélia. Queria agradecer, primeiramente, o convite desta Subcomissão para a Organização Pan-Americana da Saúde em participar dessa conversa, desse debate sobre assunto que é de tamanho interesse da nossa sociedade. Queria agradecer e elogiar a apresentação feita pelo Sr. Bo Mathiasen, que representa as Nações Unidas, em uma agência especializada no tema sobre drogas e crimes. A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a Organização Mundial de Saúde endossam a fala do Dr. Bo.

Gostaria de pedir desculpas pela não participação do Dr. Diego, que está em viagem internacional e teve um problema de embarque ontem e não pôde chegar ao Brasil. Portanto, peço desculpa por esse acontecimento.

Queria elogiar a iniciativa da criação desta Subcomissão. É muito bonito para nós, brasileiros, vermos que o Senado Federal está preocupado com o problema que atinge a nossa sociedade, que tem levado parte da nossa sociedade embora. Para nós, é um grande prazer e uma grande honra conversar com vocês sobre esse tema.

Nós da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde trabalhamos muito com o tema saúde, mas entendemos que o consumo e o uso abusivo de álcool e drogas não é somente um problema de saúde, é um problema de toda a sociedade, do Estado brasileiro e do mundo. E qualquer que seja a iniciativa para superar, para enfrentar esse problema requer, antes de tudo, um esforço de toda a sociedade. Não serão setores isolados que vão dar conta de fazer uma intervenção tal o grau de dificuldade, com o grau de especificidade tão intenso como é o uso de álcool e droga.

Droga não é tão somente uma questão de polícia ou uma questão de saúde. É uma questão também de educação, de segurança pública, de trabalho, de renda. Como bem disse o Dr. Bo, droga é *business*. Isso tem um impacto na nossa sociedade, na nossa população. É problema também da Previdência, dos setores do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, da nossa sociedade como um todo. Qualquer intervenção, se não houver o esforço de todos esses segmentos e de alguns outros que porventura eu tenha esquecido de mencionar não vai ter os resultados que gostaríamos que tivesse, que seria livrar a nossa sociedade, as nossas crianças e adolescentes, principalmente, dessa situação.

Depois da apresentação do Dr. Bo, no campo da saúde existem alguns desafios que estão colocados e que precisam ser superados para que se possa garantir, principalmente no Brasil, um tratamento de qualidade e eficiência. Algumas questões precisam ser dimensionadas e algumas questões inquietam e orientam a atuação da saúde pública. Uma delas é: como garantir acesso e tratamento digno a uma população de usuário de drogas na casa dos 18 milhões no Brasil? O Brasil, por ser um país continental, tudo aqui tem proporções gigantescas. Então, não estamos falando de uma população de usuários de mil, dois mil. Estamos falando de 18 milhões de pessoas que fazem uso dessas substâncias.

Como romper com o preconceito, com o estigma e garantir que os direitos humanos sejam preservados e garantidos no atendimento a esses usuários? Como incorporar práticas de acolhimento em um sistema de saúde que enfrenta dificuldades na sua organização? Como levar ao usuário o tratamento se ele não busca o serviço de saúde? Como oferecer tratamento medicamentoso ou orientação sem o suporte de outras áreas, como educação, assistência social? Será que esse tratamento medicamentoso, hospitalar, de internação é capaz de curá-lo? Como dimensionar e equacionar recursos financeiros suficientes para que o sistema de saúde seja capaz de responder a todas essas questões e outras? Então, todas essas questões precisam ser consideradas no desenvolvimento e elaboração de políticas de programas no que tange à saúde. Por isso reforço a necessidade de sempre ter o tratamento integral e intersetorial do tema, porque um segmento por si só não é capaz de resolver essas questões.

Toda política de saúde deve ser voltada ao acolhimento universal e qualificado em qualquer ponto da rede. Não basta investir em altas tecnologias para garantir leitos hospitalares para que haja desintoxicação, para que haja os tratamentos medicamentosos. É preciso que toda a rede de saúde, como um todo, desde a atenção primária até os mais altos níveis de complexidade, esteja preparada e qualificada para garantir um acesso adequado e qualificado do usuário ao serviço de saúde, eliminando a questão do preconceito e do estigma do usuário de droga. Só assim, esse usuário vai se vincular com a equipe e terá a possibilidade de um tratamento com sucesso, de um tratamento mais adequado.

Toda essa rede tem de ser organizada através de intervenções, de medidas mais simples e eficazes baseadas em evidência. É preciso entender que o tratamento do usuário de droga não requer altas tecnologias. É preciso também dimensionar se essas políticas são capazes de inserir novos conhecimentos, de promover ações intersetoriais e integrais de atenção à saúde dos usuários.

É preciso ter como princípio básico o direito humano. O cuidado com a saúde deve ser precedido de qualquer escolha e de qualquer comportamento que motive a sua exclusão ou a sua segregação. Não é porque se trata de usuário de drogas que ele deve ser discriminado e segregado na atenção à saúde. Esse é um conceito, um princípio, extremamente difícil de ser trabalhado, de ser incorporado pelos sistemas e que requer uma atuação muito intensa do Governo na formação de profissionais, na qualificação de profissionais, para que eles adotem esses princípios em sua conduta diária.

É necessária também a promoção da ampliação da rede de atenção, incluindo novos elementos na rede do SUS, que sejam capazes de propiciar esse tratamento, iniciativas como comunidade de tratamento, consultórios de rua e outras iniciativas. Cuidado especial e diferenciado a populações historicamente desassistidas, como moradores de ruas, população indígena, que também está muito vulnerável ao consumo de álcool e droga, principalmente em regiões, em aldeias que ficam próximas a Municípios brasileiros. Então é muito presente dentro das comunidades indígenas o álcool, a droga, o *crack* e outras modalidades. Também a melhora da articulação das redes de atenção. Fazer

com que realmente haja redes especializadas para o desenvolvimento e para o atendimento e tratamento do usuário de droga.

A Organização Mundial da Saúde, junto com vários países, inclusive com a participação do Brasil, desenvolveu uma estratégia global de intervenção, que é a MH Gap (Mental Health Gap), um guia de intervenção para transtornos mentais, neurológicos e por uso de substâncias, para ser utilizado em nível de atenção primária da saúde não especializada. São protocolos simples de tratamento e manejo de dependentes de transtornos mentais que fazem uso de álcool e droga. Também há outras psicopatias associadas, que é um programa de desenvolvimento de saúde mental nos países. Esse programa foi finalizado e lançado em 2008 e está em processo de implementação em alguns países. Trata-se de uma iniciativa muito simples, com protocolos pré-definidos e o Brasil faz parte da elaboração.

Entende-se também como necessário, para que haja um enfrentamento maior desse problema no Brasil, a expansão do centro de atenção psicossocial, organizado pelo Ministério da Saúde, compreendendo esse espaço como porta de entrada da rede de saúde a criação de pontos de acolhimento, como exemplos que vêm acontecendo na Inglaterra, na Alemanha, na Holanda. São estruturas para que essas pessoas que fazem uso tenham o primeiro contato com essa rede de serviço, sejam acolhidas de forma devida, possam ser atendidos, se hospedar e ser encaminhadas para serviços de referência, ou seja, que tenham todo o acompanhamento psicossocial para que saiam dessa situação de uso.

Consultório de rua. Ampliação das estratégias de consultório de ruas, como mecanismos de levar esse cuidado até o usuário e não esperar que ele venha buscar uma rede e um serviço de saúde. Também o desenvolvimento de outras tecnologias que visam a ir ao encontro do usuário, em vez de esperar que ele procure o sistema.

A ampliação dos leitos hospitalares é também uma necessidade do País. Hoje são 2.500 leitos hospitalares destinados ao tratamento desses pacientes, e isso não é suficiente. A implantação de casas de acolhimento transitório, onde as pessoas possam se abrigar durante todo o processo de tratamento até que elas sejam inseridas em outro contexto social e o acompanhamento dessas famílias. Que a intervenção não seja, por si só, um tratamento de saúde e que ela esteja integrada a outras políticas públicas de promoção social e de reinserção dessas pessoas na sociedade e no trabalho.

Nós da Organização Pan-Americana da Saúde do Brasil temos trabalhado nesse sentido com o Ministério da Saúde, através de um termo de cooperação que existe entre o Ministério da Saúde e a Opas, sobre o tema da saúde mental, que também é tratado no Ministério da Saúde. Também existe um termo de cooperação em saúde dos povos indígenas. Entre os temas, existe um componente que tem desenvolvido estratégias culturalmente referenciadas para o enfrentamento do uso de álcool, de droga, do suicídio e do tratamento de transtornos mentais entre os povos indígenas.

Na Opas, temos a preocupação de sempre trabalhar fazendo interface para diminuir a vulnerabilidade e os riscos. Então, existem ações no sentido de prevenir a DST/Aids, a tuberculose, as hepatites virais e outras DSTs. Portanto, tem sido feito esse trabalho de parceria entre a Opas e outras agências da ONU e também com o Governo brasileiro, visando ao fortalecimento do sistema de saúde, a fim de dar uma resposta mais positiva a essa questão.

Por último, como sugestão pessoal, quero dizer que acredito que o maior ganho, a maior conquista que esta Subcomissão pode dar para a sociedade brasileira é a estruturação de um arranjo institucional diferenciado, capaz de congregar esforços de todo o Estado, seja do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, como também da sociedade civil, para que olhe o problema do consumo e do uso abusivo de droga como um problema multifatorial, como um problema complexo, que requer uma organização institucional complexa, capaz de resolver esse problema na nossa sociedade.

Então, muito obrigado e estou à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em nome do nosso Presidente, que já chegou e a quem eu vou transferir logo a responsabilidade de comandar o final dos trabalhos desta audiência pública, queria agradecer imensamente ao Dr. Bo Mathiasen e também ao Dr. Bernardino pela relevância. Aliás, renovo ao senhor, Dr. Bernardino, que exatamente o objetivo desta Subcomissão Temporária que trata dessas questões relevantes é envolver institucionalmente os órgãos constituídos – Poder Executivo, Judiciário e Legislativo – com a comunidade. Sem isso, não há qualquer possibilidade de êxito minimamente desejável nessa área que é um desafio para todos nós.

Então, agradeço muito o reconhecimento desse trabalho e convido o Senador Wellington Dias para assumir a presidência.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu estou achando tão bom V. Exª estar cumprindo essa missão.

Não começou ainda a votação na Comissão de Educação. Nossa equipe está lá, já estamos encerrando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, está bom. Mas, como é muito tranquilo, vou continuar nos trabalhos, porque já entramos na fase das perguntas. Imagino que o Senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou ser bem objetivo. Primeiro, quero agradecer os convidados, o Dr. Bo e o Dr. Bernardino, e dizer que essa experiência de vocês é fundamental para uma Subcomissão que pretende, daqui a mais um tempo, propor algo que possa, a partir daí, ter uma ação institucional do Governo. A gente tem percebido exatamente isto: muitas pessoas, muitas entidades fazem coisas, só que essas coisas estão dispersas. Elas não estão encaixadas, não estão vinculadas.

Mas eu queria, aproveitando a experiência do Dr. Bo, dizer que o usuário de cocaína tem outro perfil, até por conta da compra, da aquisição. Mas vocês já registraram algum caso de a pessoa que consome cocaína, em algum momento, sentir vontade de ter alguma experiência mais forte e usar o *crack*? Ou isso não é comum? Vocês percebem isso? Alguém que consome cocaína, de repente, apareceu o *crack,* que, sem dúvida, é muito mais agressivo, mas também me parece que a sensação do usuário, embora seja em um tempo menor, é mais rápida e maior... Há experiência neste sentido da migração do usuário para a cocaína? Claro que não estou me referindo à pessoa que usa cocaína e, como não tem dinheiro, compra o *crack*. Não estou me referindo a esse caso, e sim pelo estímulo, pela vontade de experimentar alguma coisa maior.

Eu sou médico e a experiência que eu tenho é a de que é muito raro que alguém que comece a usar a maconha não se enverede para o consumo de uma droga mais agressiva. Isso a gente percebe, mas geralmente é do menos para o mais. A minha pergunta é: quem usa cocaína tem tendência de vir a ser usuário do *crack*?

O SR. BO MATHIASEN – Obrigado, Senador. Sim, temos experiência e até houve uma experiência bastante emblemática alguns anos atrás: o próprio prefeito de Washington D.C. foi pego no hotel fumando *crack* e ele tinha sido usuário de outras drogas antes. Mas a curiosidade, para ter um efeito mais intenso, de saber como é, levou-o ao uso de *crack* também.

Acredito que isso não é o comum. Acontece, mas não é o comum. O comum é que o usuário de cocaína aspirada fique com a aspirada e o usuário do *crack* provavelmente fique com o *crack*, porque a cocaína cloridrato é bem mais cara, custa mais, então há uma segregação socioeconômica que faz com que o usuário fique mais com o *crack,* uma pessoa de menos bens, menos recursos, e o outro que usa a cocaína. Há também outra explicação, que é a questão social. Quem aspira cocaína, normalmente o faz em contexto social, pode ser na boate, em uma festa, entre amigos, em um clima de interação com outras pessoas.

Como mencionei na exposição sobre o *crack*, o *crack* é tão intenso que a pessoa meio que se fecha dentro do seu próprio submundo, do seu mundo e não interage com as pessoas. Então a sensação também é diferente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim, o perfil seria diferente também. Outra coisa, esse método que vocês desenvolveram, o Treatnet, vocês já chegaram a trocar experiência aqui no Brasil? Alguém está usando essa experiência?

O SR. BO MATHIASEN – Sim, Senador. Estamos trabalhando em quatro ambientes aqui no Brasil: Campinas, Diadema, Tabatinga e Salvador – quatro localidades onde já começamos a trabalhar essa metodologia. A ideia é que tenha um efeito cascata, ou seja, é um projeto que vai se desenvolvendo, vai se ampliando ao longo do tempo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Seria correto dizer "uma equipe multidisciplinar"? Seria sinônimo disso?

O SR. BO MATHIASEN – Sim, tem ligação com todos os serviços sociais envolvidos, então tem uma...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A ideia é fazer a interação do serviço social com a saúde...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu acrescentaria também: o início do processo é em órgão público ou órgão particular, privado, comunidade terapêutica? Quem lidera esse processo nessas cidades?

O SR. BO MATHIASEN – Órgão público.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o Município? O Estado? Quem?

O SR. BO MATHIASEN – Bom, nós trabalhamos nesse projeto com o Ministério da Saúde em parceria...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Ministério da Saúde está envolvido nisso, tem conhecimento disso.

O SR. BO MATHIASEN – Correto, está sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Isso é importante. Por último, Senadora Ana Amélia, eu só queria uma confirmação. Sou de um Estado, Mato Grosso do Sul, que tem fronteiras tanto com a Bolívia quanto com o Paraguai. Ele citou aqui que a cocaína passou a ser também... Normalmente, pelo Paraguai, sempre entrou muito mais maconha e a cocaína era uma coisa mais da Bolívia mesmo. Não sei se me equi-

voquei, mas o Paraguai passou a ser rota ou consumo? Há entrada de cocaína também pelo Paraguai?

O SR. BO MATHIASEN – Sim, Senador. O Paraguai virou uma importante rota de cocaína também. Entra no norte, na Província do Chaco, e desce pelo país e vai tanto para a Argentina como para o Brasil.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só para agradecer. Senador, me desculpem, mas é que relato um projeto lá e o Presidente está aguardando a minha chegada para dar início. Peço desculpas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas a sua contribuição foi valiosa, Senador. Bom trabalho. Agradeço, em nome da Comissão, a sua presença.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senadora Ana Amélia, primeiro, as minhas desculpas pela ausência, pois estava presidindo a Comissão de Desenvolvimento Regional. Começou mais tarde, era para terminar mais cedo, mas acabou se alongando mais do que eu imaginava.

Mas, além de parabenizar a Senadora Ana Amélia e o Senador Moka, quero agradecer a participação do Dr. Bernardino e do Dr. Bo Mathiasen – não sei se a pronúncia é essa, mas vai no rumo. Quero apenas examinar duas questões. A primeira: se a gente pudesse pegar um país ou cinco países do mundo, aqui na visão da ONU ou da OMS, mais precisamente, estão mais avançados no sentido da prevenção, do tratamento, da reinserção social das pessoas que foram usuárias de drogas ou dependentes químicos, que países poderíamos listar? Que países conseguiram reduzir ou estabilizar consumo e, de preferência, reduzir o número de dependentes?

A outra pergunta é sobre o efeito na mobilização social. Por exemplo, alguns países adotam o sistema de trabalhar com agentes da sociedade, sejam jovens, membros de igreja, lideranças de organizações sociais, como movimento sindical, líderes de movimento sindical, empresas, área de recursos humanos das empresas etc.. Que efeito tem no resultado o acompanhamento, a capilaridade, a presença de pessoas qualificadas nos vários setores da sociedade?

E, dentro disso, organizações que muitas vezes se colocam, como a área jurídica, por exemplo, entidades que têm como foco a área da advocacia, que terminam acionando contra os considerados responsáveis pelos danos causados aos usuários. Alguém é usuário, por exemplo, de uma bebida, uma droga legal. Ele tem cirrose, ele tem, no seu organismo, efeitos causados por esse dano e, de repente, tem-se a interpretação de que as pessoas são induzidas. No nosso País, por exemplo, ainda há abertamente a propaganda da bebida, que normalmente é uma porta de entrada para as demais drogas. Que experiências têm também do conhecimento dos senhores nesta área de uma sociedade mais organizada, mais proativa no sentido da defesa desses interesses?

Era isso, Srª Presidente.

O SR. BO MATHIASEN – Senador, se o senhor me permitir, vou responder a primeira pergunta e, talvez, a segunda fosse melhor responder o meu colega da Organização Mundial de Saúde.

Acredito que, em primeiro lugar, falando sobre as experiências de prevenção, tratamento e reinserção social, é importante reconhecer um fato. Cada país tem sua diferença social, cultural, socioeconômica, étnica. Os contextos são diferentes. É muito difícil dizer que uma estrutura que funciona bem em um país necessariamente poderia ser transferida automaticamente para outro contexto, para outro país. Isso dito, é claro que temos experiência de países que têm investido muito na área de prevenção, tratamento e reinserção social e, com essas experiências, podemos dizer que há países que colheram certos frutos desse investimento. É um investimento social.

Diria que Holanda, Espanha e Portugal são países que investiram muito em políticas sociais. Eles privilegiam muito a prevenção, o tratamento e a reinserção social. Também é o caso da Suécia, mas a Suécia tem um regime mais controlador da sociedade. Vocês vão ver, nos estudos internacionais, que a prevalência do uso de drogas, e de álcool também, em um país como a Suécia, é inferior à média na Europa, por exemplo. Há também outra explicação: eles têm um regime de controle, de prevenção, enfim, que dificulta os jovens a ter acesso ao álcool, ao tabaco, etc, o que faz com que haja menor uso. Existe uma ação bastante proativa por parte do Estado para prevenir e agir, junto à população, para diminuir o uso abusivo de substâncias.

Os Estados Unidos também têm experiências importantes, principalmente na área de prevenção. Os americanos conseguiram diminuir bastante o uso de drogas entre os adolescentes e jovens através de campanhas consistentes nas escolas e no segundo grau. Então isso é importante mencionar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Dr. Bernardino.

O SR. BERNARDINO VITOY – Bom, eu só acrescentaria no rol desses países com experiências bem-sucedidas a Alemanha e a Inglaterra, que têm trabalhos nesse sentido, mas ressaltaria que a capacidade nacional é suficiente para desenvolver uma estratégia, uma metodologia que responda às necessidades do próprio Brasil. O Brasil tem tecnologia e tem demonstrado, ao longo do tempo, que tem condições de aprender com essas experiências internacionais,

mas não de reaplicá-las aqui de forma automática. O Brasil tem condições técnicas e, com o apoio dos organismos internacionais, pode conhecer melhor essas experiências e escolher o melhor caminho para a sua própria questão.

O que eu tenho observado, e fico aberto a correções, é que qualquer política de enfrentamento do consumo de álcool e droga só é eficiente quando consegue congregar vários esforços; políticas isoladas, fragmentadas, normalmente não têm sucesso. O que faz esses países terem destaque, em termos de resultado, é exatamente a capacidade que tiveram de coordenar todas essas políticas que existem no tratamento e na prevenção do uso de drogas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu pediria que o senhor fosse lá, Senador, e voltasse, para eu poder votar.

Vou deixar, então, uma pergunta que eu queria que a Bárbara anotasse. Chamou-me muito a atenção a questão da vacina, de tudo que ouvi. Sobre essa vacina, eu quero saber: ela foi desenvolvida por institutos de pesquisa governamentais ou por indústria farmacêutica convencional? É indústria farmacêutica de um grande laboratório americano ou europeu? Quando ela vai estar disponível no mercado?

Segundo, ela já tem nome? O senhor disse que essa questão da vacina envolvia questões éticas. Que tipo de questão ética a vacina implica? É obrigatoriedade? É a questão ética de você vacinar a pessoa sem ela estar sabendo que está sendo vacinada ou se a vacina só pode ser usada mediante vontade da pessoa ou eventualmente se a família autorizar o uso dessa vacina? Essa questão ética é pontual.

Já encaminho ao Dr. Bernardino. Chamou-me muita atenção a questão das comunidades indígenas. Queria saber do senhor se há dados relativos ao aumento do consumo dessa droga na comunidade indígena. Dada a condição de imputabilidade dos índios no Brasil, se eles não estão correndo o risco de serem os mulas ou traficantes. Se isso não seria também uma área de risco para isso. E que drogas mais estão nas comunidades indígenas?

Por fim, uma pergunta para os dois: como as Nações Unidas e como a questão relacionada a Opas está avaliando o que vem sendo feito no Brasil? Eu queria que dissesse o que é melhor e o que é pior em relação a essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu começaria passando pelo Dr. Bernardino.

O SR. BERNARDINO VITOY – Em relação às comunidades indígenas citadas pela Senadora, não há dados estatísticos em sistemas oficiais que comprovem o aumento da prevalência de uso de drogas dentro das comunidades. O que há, de fato, são relatos das equipes de saúde que trabalham com essas comunidades de que esse aumento vem sendo cada vez mais intenso.

Destaca-se, em primeiro lugar, o consumo de álcool, como o maior problema desses povos indígenas, seguido pela forte entrada do uso de drogas, de todos os tipos de drogas, inclusive o *crack*. Principalmente por se tratar de populações com baixo poder aquisitivo, que vivem em situações sociais muito desfavoráveis e que não teriam condições de adquirir drogas mais caras. Então, o *crack* tem tido uma penetração muito intensa entre os povos indígenas.

Com relação à utilização dessas comunidades como mulas e como porta de entrada, há relatos, nas regiões de fronteira, que comunidades indígenas possam estar sendo utilizadas como pontos de entrada dessa droga, e a utilização dos próprios indígenas, primeiro num movimento de oferecer, de disponibilizar para o consumo. O consumo gera o vício e, para manutenção desse vício, utilizam essas comunidades para alojar e para entrar com a droga no país. Então, isso também tem sido relatado pelas equipes que trabalham com esse tema.

Com relação a como a Organização Pan-Americana vê o trabalho do Brasil, principalmente no campo da saúde, que é a nossa área de atuação, a gente vê que o Brasil tem buscado estratégias, tem trabalhado, tem tentado desenvolver programas que enfrentam essa situação e tem tido grandes avanços. Basta olharmos a história da psiquiatria, da assistência à saúde mental no Brasil, que veremos que houve uma mudança significativa, uma transformação do modelo, o que vem contando positivamente nesse cenário.

Para mim, a maior dificuldade que o País enfrenta é exatamente na coordenação de todas as políticas sociais envolvidas no processo. Há várias experiências muito positivas, muito boas, mas ainda falta, para que isso dê um resultado ainda maior, que consiga responder muito mais à nossa sociedade, uma coordenação capaz de somar todos os esforços.

O SR. BO MATHIASEN – Vou responder a pergunta da Senadora Ana Amélia sobre a vacina.

A vacina já está sendo testada. Ela foi desenvolvida em parcerias, na verdade. Havia tantos farmacêuticos envolvidos – na Inglaterra, por exemplo, havia empresas farmacêuticas – como universidades que fizeram pesquisas em vários países.

A testagem já está sendo feita em humanos. Então, já estão ocorrendo testes em pessoas, não mais em animais, já passaram para a fase humana.

A pergunta relativa ao nome, esse eu não sei. Posso tentar descobrir se há um nome. Mas acho di-

fícil que haja um produto já reconhecido. O batizado vai acontecer depois.

As questões éticas são várias, mas posso mencionar algumas. Como a Senadora mencionou, como seria trabalhada a questão do consentimento. Pode haver uma obrigatoriedade legal de vacinação de indivíduos considerados em situação de maior risco. Como definir esses critérios de maior risco? Também poderia haver uma pergunta sobre a existência de associação entre o uso de drogas e essa vulnerabilidade. Dessa forma, haveria um vínculo com criminalidade.

Então, são várias perguntas éticas que possivelmente serão discutidas. Eventualmente, quando tivermos essa vacina – o que, acredito, é uma questão de anos ainda –, como ela seria aplicada na população, haverá uma certa definição. Seria voluntário? Seria, enfim, algo forçado, numa certa faixa etária, por exemplo, mais vulnerável?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Wellingotn Dias. Bloco/PT – PI) – Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, não sei se o senhor já respondeu a questão do que é melhor para o Brasil do ponto de vista da ONU? No que se refere ao que o Brasil vem fazendo e ao que requereria um esforço maior no âmbito da prevenção do uso de drogas, do tratamento, enfim, da ressocialização do dependente. O senhor salientou o papel da família, mas, no caso brasileiro, os dezoito milhões de dependentes químicos, grande parte deles, estão numa chamada fragilidade pessoal, em geral, essa pessoa saiu da família, está fora do âmbito familiar; está na rua ou está no abandono. Como usar a família como elemento de inserção? Quer dizer, o Estado tem... Que visão o senhor tem quanto – como, por exemplo, no caso brasileiro, em que ela está muito presente – à comunidade terapêutica? Ela não é um órgão público, mas um órgão de atendimento e reinserção desse dependente e opera em vários atendimentos. Ela não é uma clássica unidade hospitalar ou médica, mas tem uma atenção, digamos, social relevante hoje no Brasil. Como no caso das Fazendas Esperança ou o Padre Haroldo, que tem uma organização interessante, ou outras como a do Piauí ou de Ponta Porã, no Mato Grosso, que é um órgão público que é responsável por essa coordenação.

O SR. BO MATHIASEN – Primeiro, vou falar sobre as políticas e as ações do Governo brasileiro. Acredito que o Governo brasileiro, durante a última década, avançou muito nas políticas relativas a drogas. Há políticas muito importantes que já estão sendo implementadas.

Temos de entender que o problema de uso de drogas é bastante dinâmico, não é algo estático, também as políticas são dinâmicas. Portanto, é normal que os países reajam aos problemas que estão tendo na atualidade. Acredito e a nossa avaliação é de que o Governo brasileiro está fazendo grandes esforços para lidar com esses problemas e com esse grande desafio.

No que diz respeito à importância, sem dúvida, alguma a família é de uma grande importância. Quando o dependente problemático não tem um laço familiar forte nem sequer com amigos, é claro que ele é muito mais vulnerável. É também aí que podemos identificar que os centros terapêuticos, por exemplo, podem assumir um papel muito importante, exatamente para dar um abrigo e criar novos laços e novos relacionamentos entre essas pessoas, para que eles achem um apoio e uma nova casa, uma nova família – se você quiser –, que possa ajudar essa pessoa a superar esse problema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada. Estou satisfeita, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós que agradecemos.

Antes de fazer o encerramento, gostaria de lembrar que temos um requerimento da Senadora Ana Amélia. **Item 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011 – CASDEP** – Em aditamento ao Requerimento de nº 5/2011 – CASDEP, que trata do 5º painel do ciclo de Debatesdestinado a discutir o uso disseminado do *crack*, com objetivo de ouvir especialistas em dependência química, requeiro que seja incluído no rol de convidados o nome do **Sr. Esdras Cabus Moreira**, Psiquiatra, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Ciência da Saúde pela Universidade John Hopkins, Estados Unidos e membro do Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas (Cetad) da Universidade Federal da Bahia. Inclusive, presta hoje um grane serviço na área de estruturação da formação.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram . *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só uma curiosidade, Sr. Presidente.

Como já votamos esse requerimento, queria perguntar ao Dr. Bernardino como a Opas, a OMS, chegou ao número de 18 milhões de dependentes no Brasil? Em que estatística se baseou? Porque a Senad, que

é a Secretaria Nacional Antidrogas, a Dr. Paulina Duarte, sua titular, ainda não revelou uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz e da Princeton Universtiy, dos Estados Unidos, que, parece, é a maior radiografia já feita no Brasil sobre a questão do *crack.* Então, como não é conhecida ainda, como chegaram a esse número de 18 milhões?

O SR. BERNARDINO VITOY – Não existe ainda nenhuma estatística oficial que dê conta de quantificar esses usuários. É uma estimativa que tem aparecido em alguns estudos, que prevê que em torno de 10% da população seja usuária de algum tipo de droga ou álcool.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim. Não é uma estatística clássica, então?

O SR. BERNARDINO VITOY – Não, ainda não é baseada em estudos. Ela é empírica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Apenas para acrescentar. Foi feito um estudo em 2008 ou 2009, se não me engano, que foi um levantamento feito nas capitais e por amostragem em um conjunto de pequenas cidades, que mostrava esse dado que se colocou como referência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No caso do Rio Grande do Sul, só para citar um caso particular, a Federação dos Municípios levantou e constatou que, em 70% dos Municípios, há ocorrência de *crack*. Em 70% dos Municípios, no Rio Grande do Sul, que são 495 Municípios. Isso é grave.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quero aproveitar para requerer à CNM, agora, por ocasião das marchas dos prefeitos, eles não tinham fechado ainda os números do Brasil...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente. O observatório do *crack*.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Acho que vale a pena a gente requerer que, tão logo eles completem esse levantamento nacional, que eles possam nos remeter, por Estado, a relação que eles fizeram. Eles encaminharam aos Municípios...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desse é permanente a avaliação. É feita, permanentemente, uma alimentação permanente desse arquivo a respeito do uso da droga.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Onde o prefeito municipal consulta a equipe de saúde social e, com base em segurança, fornece essa informação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente. Repassa a informação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Não chega a ser uma pesquisa estatística, mas ela nos dá uma referência sobre onde está chegando a droga.

Quero ainda, para encerrar, definir a audiência, ouvindo os movimentos sociais. Ou seja, ouvimos as comunidades terapêuticas, mas há a ideia de ter aqui um debate com a CNBB, com entidades dos evangélicos, com as entidades vinculadas aos trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, OAB, enfim, uma série de entidades de que podemos tratar para a próxima reunião. Vamos apresentar em conjunto, para fazer um requerimento, e com outro setor empresarial. Temos algumas empresas que estão adotando também medidas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No Rio Grande do Sul, a Federação das Indústrias faz isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Podemos ouvir também a CNI, a Petrobras, a Fenaban, a CNC, a Confederação do Comércio, da Agricultura, para que eles possam nos indicar aqui um representante que tenha essa experiência também para que a gente possa ouvir.

Combinado assim?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, agradecendo aos nossos convidados pela importante apresentação, declaro encerrados os trabalhos.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e oito minutos, do dia vinte e seis de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Wellington Dias,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas**,** com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Cícero Lucena e das Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin. A Presidência registra a presença do Senador Humberto Costa e da Senadora Lídice da Mata. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente

Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião que é dada por aprovada. O Presidente informa que a presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** em cumprimento dos Requerimentos nºs 5 e 6, de 2011 – CASDEP, referente ao Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação; saúde pública e tratamento; experiências de organismos internacionais e, por fim, especialistas em dependência química. **5º Painel – Especialistas em Dependência Química: Carlos Alberto Salgado** – mestre em Psiquiatria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS, especialista em Dependência Química e presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas / ABEAD; **Ricardo Albuquerque Paiva** – membro da Diretoria do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco / CREMEPE e coordenador-Geral do I Fórum Nacional sobre Aspectos Médicos e Sociais Relacionados ao Uso do Crack; **Aloísio Antônio Andrade de Freitas** – médico Psiquiatra e Homeopata, presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas / CONEAD/MG, presidente do Colegiado de Presidentes dos Conselhos Estaduais Antidrogas, e Coordenador-Geral do Fórum Nacional Permanente de Conselhos Estaduais de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas; **Esdras Cabus Moreira** – médico Psiquiatra, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia / UFBA, mestre em Ciência da Saúde pela Universidade Johns Hopkins, Estados Unidos e Coordenador no Núcleo de Estudos e Pesquisas do Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas / CETAD/UFBA. Justificou ausência o senhor Ronaldo Laranjeira, médico Psiquiatra, PhD em Dependências Químicas na Inglaterra e coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Estado de São Paulo / UNIFESP. **ITEM 1 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011, DE 2011 – CASDEP**. Requeremos, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao crack e outras drogas, organizadas por empresários, artistas e instituições, com a presença dos seguintes convidados: **Senhor Roberto Medina** – empresário e idealizador do Rock in Rio; **Senhor Marcos Frota** – ator e colaborador da Campanha do Rock in Rio: "Eu vou, sem drogas"; **Senhor Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior** – presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; **Ssenhor Preto Zezé** – presidente da Central Única das Favelas do Ceará – CUFA/CE. **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado**. ITEM 2 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011, DE 2011 – CASDEP.** Requeremos, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de três Audiências Públicas para ouvir a experiência de Movimentos Sociais na prevenção ao uso de álcool, "crack" e outras drogas, com a presença, respectivamente, dos seguintes convidados: 1ª) Igrejas e CNBB; 2ª) Centrais Sindicais; 3ª) Patronais: CNI, Petrobras, Fenaban, CNC e CNA. **Autoria:** Senador Wellington Dias, Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado**.** Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka e Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e as Senadoras Ana Amélia e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "*Crack*" e Outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 8ª Reunião de 2011.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública no âmbito do Ciclo de Debates destinados a discutir o uso disseminado do álcool, *crack* e outras drogas, atendendo os Requerimentos nºs 5 e 6, de 2011, desta Comissão. Esta reunião, referente ao 5º Painel do Ciclo de Debates, tem como tema a experiência de especialistas em dependência química no combate ao uso disseminado do *crack*.

Convido à Mesa nossos ilustres oradores. Hoje, convidamos aqui o Sr. Esdras Cabus Moreira e o Sr. Aloísio Antônio Andrade de Freitas. (*Pausa*.)

Sentem-se um de um lado e o outro do outro, aqui.

Só uma troca de placas, senão vão ser rebatizados, viu? (*Risos*.)

Também temos o prazer de convidar o Dr. Ricardo Albuquerque Paiva. (*Pausa*.)

Seja bem-vindo!

O Dr. Ricardo Albuquerque Paiva é membro da Diretoria do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco – CREMEPE e Coordenador-Geral do I Fórum Nacional sobre Aspectos Médicos e Sociais Relacionados ao Uso do *Crack*.

O Dr. Aloísio Antônio Andrade de Freitas é médico psiquiatra e homeopata, Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, de Minas Gerais, Presidente do Colegiado de Presidentes dos Conselhos Estaduais Antidrogas e Coordenador-Geral do Fórum Nacional Permanente de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas.

O Dr. Esdras Cabus Moreira é Médico Psiquiatra; Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Mestre em Ciência da Saúde pela Universidade Johns Hopkins, Estados Unidos e Coordenador no Núcleo de Estudos e Pesquisas do Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas, da Bahia.

Devo informar ainda que justificou a ausência o Dr. Ronaldo Laranjeira, em razão de viagem ao exterior. Propusemos a ele, numa outra oportunidade, a sua presença.

Esta Presidência esclarece que o Dr. Ronaldo Laranjeira encaminhou o estudo "Legalização de Drogas e a Saúde Pública", de sua autoria, para ser distribuído aos Srs. Senadores como subsídio a esta audiência pública.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra será concedida aos Senadores e Senadoras na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Devo, antes, só apresentar aqui um requerimento, assinado pela Senadora Ana Amélia.

ITEM 1 - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011 CASDEP. *Requeremos, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao crack e outras drogas, organizadas por empresários, artistas e instituições, com a presença dos seguintes convidados:*

- Sr. ***Roberto Medina*** *– Empresário e idealizador do Rock in Rio;*

- Sr. ***Marcos Frota*** *– Ator e colaborador da Campanha do Rock in Rio: "Eu vou, sem drogas";*

- Sr. ***Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior*** *– Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil;*

- Sr. ***Preto Zezé*** *– Presidente da Central Única das Favelas do Ceará – CUFA/CE.*

Em votação o requerimento.

O Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo, portanto, a palavra, por ordem alfabética, ao Dr. Aloísio Andrade de Freitas, a quem concedo o tempo de 15 minutos para a sua explanação.

Antes, porém, desejo boas-vindas a todos. Dizer que para nós aqui é um prazer muito grande recebê-los.

Em rápidas palavras, nós temos aqui um grupo de trabalho do Senado, que é uma subcomissão, como é chamada tecnicamente, dentro do trabalho da Comissão de Assuntos Sociais, que cuida da área social, saúde, enfim. E o objetivo da Comissão, nesse debate, é ouvir as pessoas que lidam com essa questão da dependência química. Estamos trabalhando essa área de política sobre drogas menos focada nessa área da segurança, do combate, enfim, mais focada nas vítimas, a família, os dependentes químicos, enfim.

O objetivo final é tirarmos subsídios para apresentação, ao Congresso Nacional e ao Executivo, de um sistema adequado para lidar sobre o tema, uma rede de saúde, uma rede social. E, também, pelas experiências, propor uma organização da própria sociedade de maneira que possamos lidar sobre o tema da prevenção, do tratamento e da reinserção social. Então, por isso, com certeza, o trabalho da ciência é fundamental para subsidiar toda essa experiência do Brasil. Como signatário dos tratados da Organização Mundial da Saúde, o Brasil começa a adotar um conjunto de políticas e queremos contribuir para acelerar e ter, inclusive, os recursos e as condições adequadas para vencermos um conjunto de desafios dessa área.

Dr. Aloísio Andrade de Freitas, com o maior prazer lhe concedo a palavra.

O SR. ALOÍSIO ANDRADE DE FREITAS – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Wellington Dias, quero agradecer o convite e dizer que é uma honra e uma alegria estar presente a esta subcomissão especial. E quero fazer uma divisão do meu tempo em três etapas de 5 minutos.

Na primeira, quero fazer um breve resumo histórico de como aconteceu a biografia do enfrentamento da questão da dependência química.

O então Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel cria o Confen, Conselho Federal de Entorpecentes, no ano

de 1982 e, a partir daí, então, os Estados começam a criar os seus conselhos.

O primeiro Conselho Estadual de Santa Catarina, criado em maio de 1983, e o Conselho de Minas foi o segundo, criado em junho de 1983, do mesmo ano, um mês depois. Estamos comemorando, agora, portanto, 28 anos de existência.

Tive a oportunidade de participar do Sistema Nacional, representando a Associação Médica Brasileira no Confen, e depois como Presidente do Colegiado de Presidentes, há catorze nos, também tive esse assento.

Nós tivemos a criação da Senad, em 2000, logo depois da viagem, na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o tema da dependência química, a questão das drogas. E a Senad, então, teve um vício de origem, porque foi criada na instância do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e, na verdade, o General Alberto Cardoso, então, o Ministro que assumiu a chefia do Sistema Nacional, teve essa, vamos chamar, infelicidade de reiniciar a invenção da roda. Ou seja, a Senad foi criada, foi constituída e elaborou o seu primeiro plano de trabalho sem nenhuma consulta ao sistema que bem ou mal, mais ou menos capilarizado funcionava há 18 anos.

Então, nenhum membro do Conselho Federal de Entorpecentes, nenhum membro dos conselhos estaduais foi consultado e reiniciou-se o processo, que vem sendo conduzido nesses últimos dez, agora quinze anos, pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e ficamos muito satisfeitos, Senador, quando viemos a saber da volta para o Ministério da Justiça, porque é o lugar de origem, o lugar onde acho que está mais afeito.

Até, fazendo uma rápida brincadeira, quando tivemos a notícia de que a Senad estaria no Gabinete da Presidência da República, imaginamos nós, funcionários, que bom que iríamos estar na cozinha, na intimidade. Depois fomos ver que a cozinha era muito pequena para nós. Então, não nos cabia e tivemos que ficar do lado de fora e tivemos – é fato –, lamentavelmente, um atraso numa série de ações até que a Senad, então, pegasse esse *know how* que nós, que estávamos na área há mais tempo.

Então, historicamente, o processo vem de longa data. O País tenta identificar formas de prevenção, formas de redução de danos. E cabe, Senador, esclarecer aos presentes que a ideia de redução de danos não tem a ver com distribuição de seringas, não tem a ver com aquele conceito precário de que é uma forma de estimular o uso das drogas. A redução de danos quer dizer que entre o real e o ideal tem o possível.

O real, Senador, é muito árido, tudo vai dar em envelhecimento, adoecimento, perdas e morte, no final. Portanto, não podemos ficar só no real porque ele é muito limitante. O ideal é um vir a ser, nós sempre vamos aumentando o nível do ideal, porque não podemos chegar nele. Ele é uma referência, mas é uma referência virtual. Então, entre o real e o ideal tem o possível. E o que entendemos que é uma redução de danos é o seguinte. Nós temos hoje duas instâncias, Srs. Senadores. A primeira que é a dos portadores da dor de dente, que são portadores de cárie, que já estão com os sintomas da dor manifesta. São os dependentes químicos contaminados, de uma maneira em que há necessidade de um tratamento de curto prazo, uma coisa imediata. E a outra parte que são, então, os portadores de cárie, que ainda não têm dor de dente, ou seja, são aqueles dependentes químicos que ainda não estão nas fases terminais, que ainda conseguem conviver, lembrando um conceito sobre o alcoolismo que serve como referência para todas as outras substâncias, conceito do Professor Alonso Fernandez, espanhol, que fala no alcoolômano e no bebedor excessivo regular.

O alcoolômano, então, aquela pessoa que não bebe todos os dias, não bebe com tanta frequência, às vezes nem bebe tanto, mas todas as vezes em que bebe tem distúrbios de comportamento; usando a terminologia dos adolescentes: apronta. Mexe com a esposa do amigo, mexe com a filha do amigo, agride. Esse é o alcoolômano.

E o bebedor excessivo regular, Senador, é o que tem, então, o uso continuado, frequente, normalmente até diário do álcool, às vezes a partir do fim do expediente, às vezes já na hora do almoço, usando o álcool como forma de abrir o apetite, na medida em que o álcool sendo tão irritante como é, para o sistema, para o trato digestivo, ele logo que entra em contato, o trato digestivo abre as portas para ele poder passar e ser eliminado. Então, isso aqui desperta o apetite, aumenta a aptidão pelo alimento. Esse bebedor excessivo regular, apesar do mau hábito, apesar da inadequação, ele não tem distúrbio de comportamento. Ele não agride, ele não apela, ele não quebra as coisas. Ele chega em casa, as vezes mais tarde do que deveria, e vai dormir.

Então, nós temos essas duas categorias. Aqueles que estão conseguindo disfarçar a sua dependência química, os que são portadores da cárie, mas não estão com dor de dente, e os que já não conseguem disfarçar. Talvez esse seja o único ponto que possamos dizer que é uma vantagem na presença do *crack* nesse momento da história da sociedade brasileira. Por quê? Porque com as características do *crack* e o oxi, depois, depois falamos um pouco sobre as diferenças dos dois, mas a características deles é o impedimen-

to, a incapacidade dessa pessoa de disfarçar, manter as aparências.

Então, a dependência pelo *crack* se instala de uma maneira muito rápida e, pior traz um processo de demenciação também muito rápido. Então, quando existe a demenciação, vamos então comparar com uma pessoa que tem Alzheimer, é irreversível e a pessoa estando em estado alterado de consciência definitiva, sua capacidade de livre arbítrio fica completamente comprometida. Aí é uma polêmica, na qual não vamos entrar em detalhes, porque é uma polêmica técnica, que é a questão da internação involuntária da lei antimanicomial. Todo esse processo da dependência química escapa um pouco essa questão psiquiátrica mais moderna e avançada, porque na medida em que há uma distorção, uma alteração na capacidade dessa pessoa de crítica, de análise; então o seu livre arbítrio e a sua capacidade de escolha fica comprometida. Por isso entendemos que essa questão do respeito é fundamentalmente importante ao portador de um transtorno mental, seja ele dependência química ou outros, sem dúvida alguma.

No entanto, na hora dos quadros agudos, das crises agudas, nós precisamos de ter consciência, precisamos de ter noção de que essa pessoa não é capaz de decidir por si mesma, ela não tem essa capacidade nesse momento. Por isso, então, a dificuldade que nós temos, no momento inicial de tratamento de fazer a desintoxicação, de a pessoa passar pelo período de abstinência sem que tenhamos um regime de proteção, um regime fechado, onde com uma semana, no máximo de quinze dias, essa desintoxicação é feita, mesmo nos casos de dependência grave por opiáceos, como codeína, como dolantina, substâncias que causam dependência física muito grave. Mas, nós temos em pouco tempo, Senador, uma limpeza do organismo.

Agora, quando há demenciação, é irreversível, nunca mais.

Então, o primeiro ponto que queremos acentuar, Senador, é que estamos, infelizmente, criando uma legião, um exército – uma expressão do folclore popular –, de mulas sem cabeça soltando fogo pelas ventas. O que isso quer dizer? Uma pessoa que não tem essa capacidade crítica de análise e que fica, de uma certa maneira, instintivamente animalizada buscando, simplesmente ou somente, o alimento, que pode ser o alimento do estômago, complementado pelo alimento que a droga desempenha, o papel de alimento da alma, ou então só esse alimento da droga. Todos os estudos feitos com animais, com ratos mostram que se você acostuma os ratos indicado que em um lugar está a água e no outro está a morfina ou a heroína, depois de um certo tempo, não demorado, rapidamente, esse rato deixa de beber a água e vai buscar a heroína ou a morfina. Ou seja, é algo que está além da escolha. Então, isso não pode ser dúvida de ninguém. O dependente químico precisa dessa ajuda externa. A família, a sociedade, os amigos têm que intervir, porque, senão, a tendência é de morte, sem dúvida alguma.

Vou fazer uma pequena citação do poeta Fernando Pessoa, falando sobre a causa principal que leva o ser humano a buscar as substâncias psicoativas, que é o vazio existencial, a angústia primordial que a psicanálise chama, que a Igreja Católica define como pecado original. Os senhores se lembram do conceito de pecado original, você não fez nada de errado, mas está metido num rolo. O que quer dizer isso? Que todo ser humano, sendo de origem espiritual como é, e passando por uma vigência telúrica terrena como está, tem a tendência de sentir falta de algo que ele não sabe o que é. Falta de algo que não sabemos o que é, é o vazio da alma, o vazio existencial.

E Fernando Pessoa define muito bem quando diz:

Esta velha angústia,
Esta angústia que trago há séculos em mim,
Transbordou da vasilha,
[...]
Mal sei como conduzir-me na vida
Com este mal-estar a fazer-me pregas na alma!
[E no desespero ele fala.]
Se ao menos endoidecesse deveras!
Mas não: é este estar entre,
Este quase, Este pode ser que ...
Isto.
Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.
Eu sou um internado num manicômio sem manicômio.
Estou doido a frio,
Estou lúcido e louco, [...]

Então, acho que ele caracteriza bem aí a questão da angústia.

Quero aqui deixar de público, meus parabéns, ao Senador Wellington Dias, que em um encontro nosso, no Piauí, em Teresina expressou um raciocínio, falou, e eu estava participando da mesa e o ouvi falar, e fiquei muito bem impressionado com essa capacidade de percepção que o senhor acumulou ao longo de seus estudos, Senador, de que a expressão é antiga e não é das mais adequadas, mas de que o buraco é muito mais embaixo. Ou seja, a questão da droga não é tão simples assim. A questão da droga tem a ver com o sentido da vida do ser humano. Então, podemos dizer, antes de mais nada, que esse volume de contaminados em todo o mundo, tem a ver com uma crise de sentido da humanidade. E, na medida em que algumas

questões objetivas e concretas vão sendo resolvidas, as questões sutis, mais profundas se avolumam. Ou seja, logo que preenchemos o vazio do estômago, esse vazio existencial se manifesta perguntando assim: E o meu alimento, onde está?

Portanto, dependência química no nível em que está, significa que a humanidade está passando por uma crise de valores enorme e que isso nos leva a perceber que a dependência química, assim como foi a lepra, assim como foi a tuberculose, assim como foram aquelas febres, aquelas pragas da Idade Média, é hoje o desafio da humanidade. E, podemos dizer que o trabalho de combate e a contaminação pelo HIV é muito mais eficaz, tem sido muito mais bem-sucedido do que o processo da dependência química, porque há uma coisa concreta a ser medida, há algo objetivo a ser trabalhado que é o diagnóstico da contaminação e dos contaminados e da prevenção ao espalhamento da contaminação. Mas a dependência química, não. Todos nós seres humanos somos pré-dependentes químicos por natureza. Basta irmos experimentando as várias drogas que existem ou usar uma que pode ser até não tão poderosa, mas vamos usando no nosso cotidiano, nos cotidianos dos fins de semana, no cotidiano de todos os dias que, mais cedo ou mais tarde, vamos estar dependentes químicos.

Portanto, não há nenhum de nós que tenha uma proteção integral. Temos as proteções, Senador, que são proteções parciais, que é o que a Medicina chama de fatores de proteção ao álcool, fatores de proteção à droga, que é aquela pessoa que bebe e, em vez de ficar alegre fica triste; aquela pessoa que em toda a vez que bebe passa mal; aquela pessoa que bebe e fica com sono. E nisso ai, até então, Senador, as mulheres têm sido consideradas mais protegidas do que os homens, na medida em que elas têm mais, vamos dizer, reações diante dessas substâncias, reações negativas.

No entanto, quando você tem uma pessoa do sexo feminino contaminada pela dependência química, é um caso, em geral, às vezes, até mais difícil de tratar do que o ser humano masculino, por quê? Porque ela deveria, dentro da pendência ter mecanismos de proteção que não funcionaram. Então, esse é um ponto importante, daí o número de mulheres contaminadas, proporcionalmente ao número de homens, ser um número significativamente menor, até então, graças a Deus. Apesar de que, culturalmente, tudo pode ser modificado, e nós vimos da década de 60 para cá, a revolução sexual que, antes de uma revolução sexual foi uma revolução feminina, etílica sexual; porque a mulher passa a beber em quantidades maiores, diminui os seus critérios de escolha e acaba, então, tendo uma permissividade sexual não ligada ao afeto, coisa que é da tendência feminina associar o sexo a um complemento do afeto. É uma característica diferente do ser humano masculino, que não tem essa conexão tão direta assim. Então, o ser humano interage com substâncias psicoativas desde antes de a humanidade se configurar como tal. E nós estamos comemorando 15 anos de um texto que considero de referência, não sobre dependência química, mas sim sobre a relação do ser humano com as substâncias psicoativas. É um texto do poeta francês Charles Baudelaire, que escreve um texto e o publica em 1861. É um texto chamado Poema do Haxixe vivências que ele teve com grupos de experimentadores, no qual ele define numa frase que considero bem elucidativa. Ele fala do estado de embriaguez, e aí serve para a embriaguez do álcool e para a embriaguez de outras substâncias em que ele define assim:

"Estado este, encantador e estranho, do qual deveríamos tirar, se fôssemos sábios, a certeza da possibilidade de uma existência melhor, e a esperança de alcançar essa existência melhor, através do exercício diário da nossa vontade."

E por que falo que é um trecho capital da obra dele? Porque o adoecimento da dependência química é o adoecimento da vontade. Em um primeiro momento adoece a força de vontade, a pessoa quer mudar, quer parar, mas não dá conta. E, num segundo momento, adoece; contamina-se compromete-se a boa vontade, que é o desejo de mudar, que é o desejo de parar.

Então, a pessoa, numa fase mais adiantada não tem a vontade de mudar, ela tem uma entrega a essa substância como sendo o seu combustível, a sua gasolina, o seu motivo de existir. E toda a substância que provoca bem estar sem que tenha havido esforço, obviamente que se torna uma substância indesejável. Portanto, é função nossa como governo, como autoridade, tentar dificultar o acesso tanto dos jovens como das crianças. Quanto mais tarde a pessoa começa a beber, menor a tendência de desenvolver o processo de alcoolismo. Estou falando isso como regra, há as exceções, obviamente. Então, atrasar o primeiro contato é fundamental, e nós vamos poder dizer que a dependência química é das áreas da ciência em que mais a lógica não funciona. E vou dar dois exemplos rápidos.

O primeiro exemplo é prevenção às drogas; fazer o trabalho nas escolas mostrando para as crianças que droga não é adequado, que droga faz mal, que droga adoece, que droga mata. Certo? Certo. Só que quando chega à adolescência, o que que o adolescente quer fazer? Provar que ele é corajoso, provar que ele dá conta de enfrentar os perigos e ele coloca um sinal de menos e um parênteses em tudo o que aprendeu antes. Ou seja, fazer prevenção às drogas não é falar

que droga faz mal. Isso não resolve. A prevenção integral, a prevenção verdadeira é uma sociedade que cria os seus filhos em uma cultura baseada em valores éticos, morais, espirituais e de esforço. Isso quer dizer o quê? Quer dizer que a humanização vem através de um treinamento pedagógico intencionado. E esse treinamento pedagógico intencionado não pode ser um treinamento baseado só em conhecimento científico, mas sim em conhecimento de valores, também. E, daí, podemos entender por que é tão difícil para uma pessoa que não tem os valores mais sutis entender que o esforço vale a pena, que o esforço faz sentido e que o esforço é a única fonte verdadeira de comemoração. Prometer para si mesmo e tentar ir cumprindo. Esse é um caminho fundamentalmente importante e, na nossa cultura, da lei do menor esforço, Senador, entendemos que aí já começamos a ver por que as coisas não estão funcionando bem.

E, segundo, falo sobre um outro paradoxo, sobre outra coisa que na lógica faz sentido e na prática não, que é o aumento de preço. Então, assim, por que vocês não colocam uma garrafa de cerveja custando R$100,00? Por que não colocam uma garrafa de uísque custando R$1.000,00? Porque o aumento de preço, inexoravelmente, leva ao consumo de uma substância de pior qualidade. E isso foi claro na Lei Seca nos Estados Unidos, quando então proibida a produção convencional de bebidas alcoólicas, a bebida clandestina, a bebida preparada de forma ilegal contaminou e matou mais americanos do que o álcool matava naquela época; ou seja, a questão do aumento de preço. Tivemos essa experiência na época em que o Ministério da Saúde aumentou significativamente o preço do maço de cigarros. Sabem o que aconteceu? Não diminuiu o consumo do cigarro, aumentou a entrada clandestina de cigarro paraguaio, de cigarros, falamos, feitos de barbante, uma composição muito pior do que o que já é ruim do cigarro.

Então é uma área, Senador, em que, a impressão que temos é de que a lógica não é tão lógica assim. Portanto, temos que ter estratégias inteligentes, que sejam eficazes, realmente eficazes e não só teoricamente eficazes. E aí fazendo um corte para o nosso momento atual, o que vemos é que os governos federal, estaduais e municipais perderam o *timing.* E sou testemunho disso, porque tive oportunidade, o Conselho de Minas existe há 28 anos e estou participando dele há 26; fazendo parte do Sistema Nacional há 25 anos e vimos que, em vários momentos, tivemos oportunidade, não de resolver a questão obviamente, mas de minorar, de diminuir a intensidade delas. Por exemplo, quando foi criado o que era Funcab, Fundo Nacional de Combate às drogas, então o Presidente do Confen, o jurista Técio Lins e Silva do Rio de Janeiro, o fundo foi criado, mas passaram-se anos até que se começasse a fazer os leilões. Depois quando o Juiz Maierovitch assume como primeiro Secretário Nacional Antidrogas, trouxe uma ideia que, para nós técnicos, pareceu uma ideia brilhante mas que, na prática não conseguiu se mostrar tão eficaz, que foi a tal da Tutela Antecipada, pegava-se o bem de um suposto traficante, fazia-se a cotação no valor de mercado e, no final da sentença transitada em julgado, se fosse considerado inocente, ele receberia de volta, então, o valor corresponde àquele bem.

No entanto, na prática, os juízes entendem que, uma sentença que não cumpriu as suas etapas de ser transitada em julgado não se pode fazer nada antes. Então, era uma ideia, aparentemente transformadora mas, na prática, não conseguimos efetivar.

Então, dentro da prática do momento atual, o que fizemos? Nós já temos uma situação instalada que é o que chamei dos portadores de cárie com dor de dente. É a questão de tratamento, a questão da desintoxicação, a questão da melhora do sistema dos CAPS AD, dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas que, infelizmente, numericamente, são muito irrisórios, digamos assim, não são nem insuficientes, não. E fora o CAPS que funciona, e a Bahia é um dos únicos Estados que possui um CAPS que é dia e noite. A maioria começa a atender às 8 horas e termina às 18 horas e nos sábados, domingos, feriados, e todas as noites estão fechados. Quer dizer, na hora em que a coisa complica não tem essa assistência. E a outra instância, o Senador Wellington Dias está bastante a par, é a questão das comunidades terapêuticas que temos discutido em vários níveis, são essas fazendas de tratamento, fazendas em que temos a resolução de diretoria colegiada da Anvisa, Resolução nº 101,de 2001, que entrou em vigor em 2003 – completou 7 anos no final do ano passado – que define e determina os critérios para funcionamento das comunidades terapêuticas. Estamos entrando agora numa revisão de composição da equipe técnica, da rotina terapêutica, essa questão do tratamento. E a questão das fontes de financiamento, em que entramos basicamente na maior das dificuldades do curto prazo.

O dinheiro não garante a felicidade, mas a falta de dinheiro garante a infelicidade. Portanto, não basta ter dinheiro, mas tem que ter algum dinheiro. Então, não basta despejar dinheiro na área da dependência química porque isso não vai resolver. Mas, sem dinheiro garantido, sem fontes de financiamento continuados, entendemos que fica esse sobe e desce. Se o governo é mais sensível investe, se é menos sensível não investe. Se o governo tem, entre os seus membros

de alto escalão pessoas portadoras da dependência química isso já é visto mais como uma coisa não tão importante e se tem um corpo de membros não contaminados já se dá uma atenção maior.

Essas fontes de financiamento são orçamentos estaduais, emendas parlamentares, mas termino a minha fala, aqui, fazendo a sugestão, que já discuti com o Senador Wellington Dias que é a de estimular a criação de uma contribuição social a ser cobrada no valor de rótulo de bebidas e de tabaco de 1% de valor do rótulo para capitalizar o atual Funad, que o Fundo Nacional Antidrogas. Desde que não seja desviado, que seja carimbada, que seja diretamente associada. Nós tivemos o lucro da AmBev de 2008 – lucro consolidado que eles anunciaram – de 19 bilhões e 300 milhões de reais. Isso lucro líquido da AmBev que detém em torno de 65 a 70% do mercado brasileiro de cerveja. Quer dizer, com o resto, a sociedade não vai ser punida, porque quem vai pagar essa contribuição social é quem compra para consumo próprio ou compra para presentear.

Quero terminar agradecendo a oportunidade citando um texto de Fernando Pessoa, que é o oposto – a gente até brinca dizendo que esse primeiro da angústia é o texto da pré-menstruação. Agora vou citar o texto que ele faz na ovulação, quando ele está em plenitude que diz o seguinte:

Afinal, a melhor maneira de viajar é sentir.

Sentir tudo de todas as maneiras.

Sentir tudo excessivamente,

Porque todas as coisas são, em verdade, excessivas

E toda a realidade é um excesso, uma violência,

Uma alucinação extraordinariamente nítida

Que vivemos todos em comum com a fúria das almas,

O centro para onde tendem as estranhas forças centrífugas

Que são as psiques humanas no seu acordo de sentidos.

Quanto mais eu sinta, quanto mais eu sinta como várias pessoas,

(...)

Mais análogo serei a Deus, seja ele quem for,

Porque, seja ele quem for, com certeza que é Tudo,

E fora d'Ele há só Ele, e Tudo para Ele é pouco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – Quero agradecer ao Dr. Aloísio e já também com muita satisfação registrar a presença do Dr. Carlos Salgado dizer que é um prazer recebê-lo aqui para este momento importante. Dr. Carlos Alberto Salgado é mestre em psiquiatria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialista em dependência química e Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas.

Gostaria de passar a palavra ao Dr. Esdras Moreira, também pelo tempo de 15 minutos.

O SR. ESDRAS CABUS MOREIRA – Gostaria de agradecer o convite à Comissão e ao Presidente, Senador Wellington Dias.

Lerei algumas coisas que coloquei a respeito do tema e, ouvindo a fala do Dr. Aloísio lembrei-me da minha vinda de Salvador para cá. A TAM está entregando uns umas castanhas e na hora em que fui comer fiquei pensando como sou muito parecido com dependente químico, porque eu disse: não posso comer essas castanhas, isso tem um valor calórico enorme, mas você fica numa relação de desejo e a cognição dizendo que você não pode comer, mas você acaba comendo as castanhas. Assim, vemos quão próximo estamos dos usuários de substâncias e dependências químicas.

Gostaria de colocar que estou representando o Centro de Estudos de Terapia de Abuso de Drogas que é um programa de extensão do Departamento de Medicina Legal da Universidade Federal da Bahia e, também, especificamente, represento aqui o Núcleo de Estudos Avançados que foi criado há mais ou menos um ano e meio com o estímulo e a ajuda da Senadora Lídice da Mata, que está aqui presente, cuja coordenação é da psicóloga Maria Luiza Mota Miranda. No ano passado fizemos um seminário, este ano vamos fazer outro para tentar discutir a questão da reflexão sobre a lei, sobre seus limites, que leis nós queremos. Este grupo tem trazido discussões interessantes.

Sobre o tema, coloco para vocês que estou há 13 anos trabalhando como psiquiatra no CETAD e o *crack* representa um desafio muito grande nesse trabalho. Ele veio mostrar a fragilidade dos nossos equipamentos para o atendimento aos dependentes químicos, como também a dificuldade das instituições e gestões públicas de traduzirem estratégias existentes para os tratamentos dos transtornos por uso de substâncias em práticas baseadas em evidências científicas e na melhor experiência clínica da área.

Percebo que falam de um despreparo para lidar com qualquer droga que demande intervenção social, ou na área de atenção à saúde. Pelo seu apelo mediático, e pela urgência na intervenção de comportamentos caóticos e disfuncionais, o *crack*, com mais facilidade, expõe o que há de urgência na intervenção de comportamento caótico e disfuncionais, o *crack* com mais facilidade expõe o desamparo sofrido pela saúde mental e pela dependência química.

O que se observa na experiência do dia a dia é que se procura lugar para internar, procura a existên-

cia de uma rede para atendimento desses usuários que muito parecem com usuários de outras substâncias, porque o *crack* é uma substância que provoca dependência, como o álcool, a nicotina, e essa rede não existe. E como o usuário do *crack* utiliza a droga com muita intensidade, com muita compulsão, temos o desejo e a necessidade de intervir de uma forma mais rápida. Aí percebemos com mais clareza os buracos que existem nessa rede.

A cocaína intranasal, aquela que é fumada na forma do *crack*, é a mesma substância, tem o mesmo efeito fisiológico, só que a questão da absorção maior e mais rápida pela via fumada da cocaína estabelece rapidamente uma sensação de prazer e compulsão. E nós vemos uma ação subjetiva da droga maior e mais rápida e uma tendência que gera uma dependência muito mais freqüente do que vemos com outras drogas. Mas, mesmo assim, é uma dependência que não foge ao modelo de dependência química que vemos com outras drogas.

Sendo assim, entendemos que a dificuldade que temos com os pacientes que usam o *crack*, sua compulsão intensa, recaídas freqüentes e, alguns casos, internamentos sucessivos em clínicas especializadas, com rápido retorno ao seu uso após a alta é uma realidade dessa população. É uma realidade que vemos com alcoolistas, como o Dr. Aloísio falou referindo-se ao álcool. É uma realidade que vemos ocorrer com outras drogas.

No ano passado, entrevistamos alguns usuários de *crack* em profundidade para um estudo sobre a relação do uso do *crack* em espaço urbano, e todos os usuários falam assim: *Doutor, essa droga deixa a gente mendigo; com essa droga a gente não faz mais nada quando começa a utilizá-la.*

Mas muitos desses pacientes entrevistados têm 8,10, 11 anos de uso de *crack* e variações e flutuações nesse consumo que mostram que apesar de ser uma droga que gera um estado de disfunção e de quebra social muito intensa o *crack* permite também uma evolução para o consumo, às vezes, não tão compulsivo, não tão desastroso e uma normalização na vida dessas pessoas que dizem: não eu já uso há mais de 10 anos; há momentos em que uso mais; há momentos em que uso menos, mas continuo utilizando a substância. Ou seja, contrário à ideia de que uma vez utilizando o *crack* , a gente utiliza o *crack* até à morte, ou até a completa negação de todas as capacidades cognitivas do ser humano. Isso não é necessariamente uma verdade em termos dessa substância.

Essas mesmas pessoas entrevistadas falam do *crack* como uma substância que é vendida em locais sinistros, em favelas, onde precisam ter medo da polícia que chega quando eles descem para comprar a droga, e têm medo também da guerra entre os traficantes pelo comércio, pelo território da comercialização dessa substância. Ou seja, esses pacientes vivem ao mesmo tempo uma situação de necessidade de consumo, induzido pela dependência, mas também um enfrentamento, uma relação com o próprio comércio do tráfico que expõe essas pessoas à violência. Se formos pensar do que morrem os usuários de *crack*, os meus pacientes colocam que a morte vem muito mais pela exposição a essa violência no consumo, no comércio, na relação com traficante e na relação com a polícia.

Estou aqui colocando a situação dos usuários de *crack*, a nossa experiência clínica com eles, que é uma experiência difícil, mas também é muito gratificante vermos que há muitos pacientes que entram no centro que têm possibilidade de manter esse atendimento, de manter a psicoterapia, de manter a utilização de substâncias que possam diminuir a compulsão para o uso do *crack* que para alguns pacientes pode ser benéfica, um resultado, às vezes, positivo, uma mudança de comportamento e uma evolução dentro do tratamento para resignificar a sua vida, para buscar novas formas de prazer e dar um sentido diferente à utilização da droga.

Nessa questão clínica em relação a esses pacientes, e nesse processo de tratamento, uma coisa muito importante – e é importante que a gente pense sobre isso – é o estigma relacionado à utilização da substância.

Esse estigma, e realmente a gente estigmatiza muito o uso de substâncias, ele tanto atinge à família, ao usuário e ao próprio cuidador. A família se envergonha, esconde, evita comunicar e evita, às vezes, procurar ajuda como próprio paciente também, o usuário, pela questão do estigma, evita expor o seu problema, procurar um suporte. E o médico ou o agente de saúde, às vezes a visão do *crack* como uma substância muito perversa, faz com que as pessoas queiram de um lado uma cura a qualquer custo e aí começam os internamentos, e as várias necessidades, uma ruptura muito radical, uma quebra dos preceitos de tratamento anteriores para outras substâncias, que também são aplicadas ao *crack*, mas com esse estigma, com esse peso que a droga tem, esses cuidadores, às vezes, tem a sensação de frustração por não estarem conseguindo alguma coisa; ou eles avançam e passam a ter uma ação imediata, uma ação às vezes até alarmista em relação à própria substância.

O estigma é uma situação muito importante para a saúde mental como um todo e também não deixa de ser uma situação, uma condição importantíssima para o tratamento, para a estruturação de políticas pú-

blicas e para a ação, de acordo com essas políticas, de acordo com os recursos da população. O estigma é um dos fatores mais importantes que dificulta a nossa atenção e intervenção à saúde mental.

Nosso trabalho com o *crack*, além dessa questão do dependente em si e da dependência do *crack*, tem a relação com a comorbidade, que é importante, também. Muitos usuários de *crack* têm doença mental associada. Daí, você tem uma situação que é pior ainda do que a própria dependência. Usuários esquizofrênicos, usuários com transtorno bipolar, usuários com depressão que, além do quadro de transtorno mental apresentam uma dependência ao uso de substâncias. E você procura um CAPS que possa tratar, um centro de atenção psicossocial que possa tratar do comorbidade vai ser muito difícil encontrar um lugar que ele possa, ao mesmo tempo, lidar com a dependência e lidar com a doença mental. Isso é uma situação muito complicada.

No Cetad a nossa demanda por tratamento aos usuários de *crack* cresceu, em 2000, de 10% para 20% em 2008. Não podemos, infelizmente, colocar o crescimento dessa demanda e extrapolar para a idéia de que houve um crescimento do consumo de *crack* na população. Não temos esse dado na Bahia e talvez no Brasil também não tenhamos. Realmente, houve um crescimento do uso do *crack* no Brasil; na Bahia, não sei porque não tenho esses dados, mas sei que recebo mais usuários de *crack*. Mas extrapolar o que me vem ao centro especializado em que a busca é específica e tem um viés por conta dessa especialidade para uma informação na população é difícil. Nós falamos até para os estudantes que eles estão vendo no centro o dependente químico que procura um centro especializado. Isso é uma parcela que não corresponde ao uso de substâncias na população.

Como é usado o *crack* na população, eu como especialista não sei , eu atendo o usuário que procura o tratamento. O uso dele geral na população, não sei, não tenho conhecimento, preciso de estudos que me mostrem como isso é distribuído na população.

Em Salvador, essa rede tanto para tratar dependência como comorbidade a dependência ela está restrita a dois CAPS AD, inclusive um CAPS AD3 aquele que permite o internamento. No Estado esses CAPS são em número de 15, o funcionamento não é dos melhores. Em muitos deles falta tudo, um dia interna outro não, porque faltou alimentação, luz, etc. No total, para a saúde mental nós temos 143 CAPS, totalizando 158 se juntarmos com AD. AD é álcool e drogas.

Com relação ao funcionamento desses CAPS, observa-se uma dificuldade muito grande de manter a equipe, de estruturar a equipe, de manter por conta de recursos. Temos uma dificuldade enorme de articulação dessa rede por conta disso tudo.

Temos comunidades terapêuticas no Estado e grupos de auto-ajuda. Toda essa situação merece cuidado e atenção e capacitação. Mas a capacitação, senhores, é uma palavra mágica. Os recursos vão para a capacitação, mas, ao mesmo tempo, eles são perdidos. Você capacita 20 mil, 10 mil,15 mil pessoas, eles começam a trabalhar nas equipes mas elas se desfazem, porque não há estrutura. Dessa forma, você perde a capacitação e, também, muito dinheiro. Vejo isso no programa de tabagismo que coordeno. Lá na Bahia, realizamos as capacitações e para segurar o profissional nesses programas de tabagismos é muito difícil. O pagamento não vem, os recursos não saem... Aí você perde mais dinheiro em relação a isso.

A questão dessa estratégia em relação ao usuário de *crack* no meu entendimento e acho que é um entendimento do grupo ao qual represento, é o de que o *crack* é uma droga que deve ser coloca numa situação de prioridade – há também outras drogas prioritárias como o álcool, o cigarro, etc. – mas é uma droga que expõe nossa fragilidade no atendimento à dependência química. É importante que observemos que essa exposição é o mais importante que o *crack* nós traz.

Finalizando o assunto, gostaria de colocar dois exemplos. Primeiro que recebemos no Cetad, há um ano, um Professor meu da Universidade Johns Hopkins, que é epidemiologista e trabalha com dependência química, publica muito, é uma autoridade na área, que é o James Anthony. Ele fez uma palestra no Cetad e colocou que as curvas de uso de *crack* e cocaína nos Estados Unidos vêm declinando com uma tendência a se estabilizar. Ele disse, Esdras, essas curvas declinaram. Agora, perguntem vocês se nós encontramos a estratégia certa de prevenção ou a estratégia certa de tratamento. Não. Isso acabou por ter acabado. Houve naturalmente uma diminuição do consumo, uma ponta de inflexão da epidemia e o *crack* foi intenso, ele se estabilizou e não se tem uma idéia a respeito de como lidar com a situação. Estou fazendo esta colocação, porque é importante que a gente entenda que o *crack* como outras drogas traz uma situação de complexidade no seu manejo e essa situação precisamos entendê-la dentro da área, do que é complexidade da dependência química e não diabolizar a substância em si como substância, como um químico, porque o *crack* não é nada sem o ser humano que o está usando, ele não é nada sem a situação da relação de estreitamento do seu consumo com a pessoa que o está consumindo.

Tenho outra coisa para falar, mas acho que durante a discussão posso colocar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – Mas se quiser complementar, ouço com prazer.

O SR. ESDRAS CABUS MOREIRA – Só uma outra questão, e aí vem algo que achei muito interessante.

Na década de 80 foi o final da epidemia da cocaína e início da epidemia de *crack* nos Estados Unidos. Concomitante a isso, o Congresso Americano passou a usar leis mais duras e inflexíveis para punir os usuários de *crack*. Fizeram isso com base numa percepção da comunidade de que o *crack* era muito mais danoso, trazia mais violência no seu comércio, muito mais crime, do que a cocaína em si. *Crack* e cocaína são as mesmas substâncias. Se você fosse apreendido com 5g de *crack* e uma outra pessoa fosse pega com 500g de cocaína, essas duas pessoas, apesar de o princípio ser o mesmo e apesar da não equivalência em termos de quantidade, 500g de cocaína é muito mais do que 5g de *crack* sendo a mesma substância, o que estava com *crack* pegava uma sentença semelhante ao que estava com a cocaína.

Isso gerou no Sistema Penal Americano um crescimento enorme de pessoas detidas e presas, gerou uma disparidade racial, muito grande, dentro das prisões americanas. Isso foi gerando nas comissões que estudam as sentenças e as penas americanas a idéia de que isso era desproporcional, isso não existia. E começaram a surgir os relatos do próprio Congresso Americano e dessas comissões, de que, inicialmente, pelo alarde da mídia ou pela situação de epidemia da década de 80 pensava-se que o *crack* tinha uma relação tão grande com a violência que as estatísticas de crime de violência em relação a *crack* e cocaína não mostravam diferenças tão grandes, ou diferenças que justificassem uma relação de cem para um. Ou seja, 100g de cocaína para 1g de *crack* para mesma pena. Essa penalização vem sendo revista, principalmente depois do Governo democrático de Barack Obama.

Isso para entendermos e termos cuidado como técnico e como representantes aqui do Senado como essa questão das substâncias precisa ser vista com cuidado. Precisamos ter dados, precisamos organizar um pouco o nosso entendimento – sobre o que os senhores estão querendo fazer aqui, e nós também – para não entrarmos por um caminho que corresponda muito mais a uma percepção desvirtuada e sem base de evidências nas estatísticas e criar uma situação que como o Dr. Aloísio coloca, situação de prevenção, situação de combate ou de repressão que, ao invés de melhorar, crie mais situações perversas e mais sofrimentos às pessoas que utilizam essas substâncias.

Era o que eu queria colocar aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – Agradecemos ao Dr. Esdras Moreira e passamos a palavra ao Dr. Ricardo Paiva.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Bom dia a todas as pessoas presentes, bom dia ao Senador Wellington Dias, a quem quero agradecer duplamente. Primeiro, pelo convite para participar dessa reunião, segundo pela sua presença no Conselho Federal de Medicina, sua importante presença.

Represento, aqui, o Conselho Federal de Medicina que, dentro de um projeto que se propõe a fazer uma capacitação dos profissionais médicos que atuam na ponta, na urgência, e na assistência básica, definiu por estabelecer uma Comissão de Assuntos Sociais específica sobre esse tema.

Essa comissão realizou dois seminários. Nesses seminários tivemos a Presidente do Senad, Drª Paulina, o Dr. Bertolote, que hoje está no Senad e é Consultor da OMS, tivemos oportunidade de ter professores da Unifesp da FioCruz que estão concluindo um trabalho científico importante sobre esse tema. E o mais importante tivemos acesso para estudar os dois trabalhos que são: *A Experiência Europeia dos Últimos 10 Anos e a Experiência Americana dos Últimos 10 anos a respeito do crack* e o relatório especial feito em agosto de 2010 pela Organização Mundial de Saúde a respeito do tema.

O que eu trago à apreciação dos senhores não é uma visão pessoal, mas a visão de um conjunto de 11 membros. Membros da sociedade civil, membros de representantes de setores de direitos humanos, Pe. Ricardo Resende, da ONG Humanos Direitos, representantes de comunicação, estudantes, outras profissões, não apenas no campo da saúde que estavam representados mas também na área do Direito, da área militar.

Queria, de forma objetiva, chamar a atenção para o seguinte fato. O Senad tem um plano que tem uma concepção perfeita. Ele aborda todos os itens que se possa imaginar e contempla todas as esferas, inclusive no eixo social, no eixo de saúde e no eixo policial. Entretanto, o custeio é insuficiente. O custeio para 2010 – se os senhores tiverem a curiosidade de olhar a execução orçamentária, verificará que estava previsto 400 milhões de reais. Desse valor, foram autorizados, efetivamente, 90 milhões. E dos 90 milhões foram gastos 5 milhões.

O primeiro item que trazemos para observação é que, embora o plano do Senad seja um plano que não se pode colocar nenhum óbice, o seu custeio é insuficiente, porque o proposto no orçamento de 400 milhões para 27 Estados, que se transformaram em

90 milhões autorizados e que se transformaram em 5 milhões gastos. Isso chama atenção.

Esse dado nós foi trazido pelo Dr. Bertolote que é do Senad. Nós esperávamos que o plano de enfrentamento proposto pelo Governo Federal fosse um plano que tivesse, ao mesmo tempo, concomitantes ações na área social, na área de saúde e na área policial, e não um plano como pacote pulverizado. O Dr. Bertolote**,** na reunião, ele nos confirmou que neste plano o edital prevê que os Municípios busquem os seus convênios. Vou dar um exemplo. Recife tem três consultórios volantes, obtidos dentro do plano. Consultório volante é importante? Isoladamente é importante? Não. Se não tiver, ao mesmo tempo, sendo cuidada a parte social, colocarmos bibliotecas nas comunidades carentes, criar projetos de economia solidária, chamar o Sebrae para organizar a economia solidária, espaço de arte e lazer; no social, se a gente não cuidar ao mesmo tempo de colocar os policiais para aprenderem como se faz uma abordagem policial cidadã, como se faz para extirpar policial corrupto, vinculado ao tráfico, não vai resolver a questão, a despeito de não termos uma rede instalada no Brasil. Porque, o consenso desta Mesa eu já senti, nós não temos uma rede instalada e não é de graça que o usuário vem pedindo para ser atendido. Há um consenso entre os psiquiatras de que não existe essa droga, essa panacéia que venha a resolver. Não apareceu essa droga. É desintoxicação por um período de internação curta, a necessidade de uma rede de CAPS, CAPS AD, de comunidades terapêuticas, grupos de autoajuda que nós não temos. A Bahia tem um pouco melhor, as cidades do interior do Brasil não estão bem – o Senador sabe disso –, e a questão de querer dizer que o *crack* não é epidemia... Quero salientar que o Ministério da Saúde reconhece que existe 1% de brasileiros com *crack,* são dois milhões de pessoas. A ONU trabalha para o Brasil com 3%, são seis milhões. O trabalho da Fiocruz...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dia. Bloco/PT – PI) – O senhor me permite. Esse levantamento da ONU, de 3%...

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Está no relatório anual dela, publicado em agosto...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dia. Bloco/PT – PI) – Qual o ano?

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – De 2010. E disponível no portal do CFM. Se você acessar www.cfm.org.br, tem um *link* para um *site* chamado "Enfrente o *crack*", onde todos os estudos a que estou me referindo estão disponibilizados; tanto a experiência européia, a experiência americana, menos o trabalho da FioCruz, que vai sair agora, e que foi também apresentando no seminário e chamou bastante a atenção da gente porque havia uma idéia disseminada – como disse quem me antecedeu – de que usou *crack*, morreu. Esse trabalho do Ministério da Saúde com a FioCruz e Unifesp, como manchete, ele será divulgado nos próximos dias, ele mostra que realmente 1/3 vai a óbito, 1/3 continua convivendo com o uso, e 1/3 cura. Então, estamos diante do 1/3 que vai à morte, 85% é por morte violente. Então, não é por morte diretamente relacionada ao uso da droga, é morte relacionada à violência por dívida e por acesso ao seu custeio como usuário. Esse dado é importante, porque você tem um dado para trabalhar que é o de tirar conceito de que usou *crack*, morreu.

O segundo dado é que é preciso ampliar e oferecer uma rede de sustentação de saúde, que nós não temos, mas é preciso dar uma rede de sustentação social. Os psiquiatras da Associação Brasileira de Psiquiatria colocaram muito essa questão de que você faz o tratamento de desintoxicação, vai inicialmente para um CAPS fazer o seguimento e ele volta para a realidade dele; e a realidade dele implica na falta de empregabilidade, implica na falta de acesso à saúde e educação de qualidade, mais a falta de arte e lazer, a falta de uma identidade, está certo?

Então, eu gostaria de trazer uma sugestão que nós fizemos da Comissão, que se pudesse trabalhar os três eixos ao mesmo tempo, com três prioridades. O eixo policial, é lógico que as ações de inteligência para reprimir a entrada da droga e mapear pontos de venda é uma função precípua das polícias. Mas é preciso a ação de inteligência para extirpar dos quadros policiais comprometidos com o esquema, porque quando a gente conversa com os delegados e coronéis das polícias militares, chega-se a falar em um índice de 30, 40 e 50%. No Rio de Janeiro, o Secretário Beltrame disse claramente esse percentual. A gente sabe que é alto. Então, não adianta custear a polícia se não tiver um trabalho para tirar da polícia quem está comprometido. Da mesma forma, as abordagens policiais, em que quem é preto e pobre é bem diferente de quem é branco e está dentro de um carro. Ninguém tira ninguém de dentro de um carro e dá o famoso baculejo. Mas, se for pobre e morar em uma comunidade, primeiro apanha, depois vai ver se está certo ou está errado. Então, considero que isso é importante. No eixo da saúde, a gente tem que estruturar a porta de entrada para o usuário. Onde é a porta de entrada? É no Saúde da Família, que hoje é preciso ser capacitado nas urgências. Nós temos um quadro de psicólogos, psiquiatras preparados que não têm o número de CapesAD suficiente no Brasil, não têm dimensionado e não tem uma coisa que é pior: o próprio conhecimento na rede de entrada. Nós propomos que

seja constituído os CRAS junto com as unidades do Saúde da Família.

Nós entendemos que o agente comunitário da saúde foi de importância capital para aumentar a longevidade do brasileiro, e se criássemos o agente comunitário social teria um peso tremendo junto aos assistentes sociais. Nesse eixo de saúde. Agora, no eixo social, nós entendemos que, além de aumentar a qualidade da escola, é preciso criar centro de convivência, espaço de arte, lazer e cultura e economia solidária.

Agora, para finalizar, eu queria dizer que esta comissão tem uma importância que talvez ela própria não saiba. Por quê? Porque nós precisamos partir para o entendimento de que não é um problema somente de governo, é um problema da sociedade toda. Então, é um problema do Executivo, do Judiciário e do Legislativo. Não é um problema para ser apropriado por religiosos. Nós queremos uma frente parlamentar, mas não uma frente parlamentar controlada pela religião. O Estado é laico, na forma da lei. Nós temos a preocupação de que essa frente parlamentar não tenha cunho partidário ou religioso; e que essa frente parlamentar possa se sentar com a Presidente para solicitar, primeiro, que haja um comando único, um secretário nacional específico para o *crack*, que ele trabalhe de forma integrada com os ministérios todos, mas que tenha metas a serem cumpridas, com prazos específicos por quem nomeado para isso. E que haja o correspondente nos Estados e nos Municípios, porque o oposto disso é ser pulverizado, o Estado tal está muito bem e o Estado tal está muito mal; o Estado rico termina mais bem aquinhoado, o Estado pobre termina menos aquinhoado. Então, ela pode avocar um representante dela para dizer "as metas são essas, que nós queremos cumprir nas três áreas, não queremos uma hipertrofia policial, nem queremos uma hipotrofia, queremos ao mesmo tempo; se 100% demora dez anos, porque não é fácil, não é um plano que se diga que em um ano se acaba, mas não pode ficar a coisa solta, com verba insuficiente, sem um responsável que faça a harmonia do crescimento e do desenvolvimento da luta contra o *crack*.

Muito obrigado.

Nós agradecemos, aqui, ao Dr. Ricardo Paiva, e passamos a palavra para o Dr. Carlos Salgado.

O SR. CARLOS ALBERTO SALGADO – Bom dia a todos, em nome do Rio Grande do Sul, em nome da Abead, em nome do Conselho Federal de Medicina, um bom dia especial à Senadora Lídice, ao Senador Wellington pela gentileza do convite.

Bom, eu fico um pouco invejoso dos colegas que se apresentaram anteriormente pela desenvoltura, sem um suporte, sem essa bengala, digamos bendita ou talvez maldita, das lâminas.

Explicitados aqui os conflitos de interesse, vamos adiante. É uma lista rápida de alguns destaques que eu vou apresentar para vocês.

Eu venho aqui como um clínico, como um psiquiatra que atende dependentes químicos, tanto com experiência na rede pública quanto na prática privada. Aqui ponho o foco em seis peculiares anos de expansão, de presença do *crack* em um ambiente hospitalar, que é o Hospital Presidente Vargas. No total de 13 anos da minha estada lá, noto que nesses seis anos – todos notamos – uma mudança, digamos, na demanda em relação a essa droga. A principal coisa que passou a aparecer é a migração, digamos, da nossa demanda das adolescentes drogadas – é uma unidade somente para mulheres –, para jovens senhoras grávidas, a ponto de a gente acabar restringindo a nossa utilização de leitos apenas para isso. Então, a faixa etária realmente subiu, e que é uma peculiaridade dentro dessa questão na mulher.

Nós clínicos seguimos acreditando que a disponibilidade é igual a consumo. Ou seja, quaisquer substâncias tornadas muito disponíveis, exemplos como o álcool e o tabaco, ganham novos adeptos. Na medida em que há uma restrição à disponibilidade dessas substâncias, cai o número de usuários. E o que ocorreu, na nossa impressão, dentro da grande atividade da gente com paciente de saúde mental é um crescimento da disponibilidade de *crack*, senão uma explosão realmente. E, junto com essa disponibilidade maior, a gente tem visto na sociedade como um todo um aumento do número de apreensão da substância e, junto com isso, claro, paralelo a isso, os usuários. Portanto, a demanda por atenção clínica. E o que no chama a atenção nessas jovens senhoras é que as drogas, as substâncias anteriores lícitas ou ilícitas não são abandonadas. Quer dizer, o *crack* vem a se somar a um padrão de uso cada vez mais complexo. Essa tem sido a história do mundo ocidental, as substâncias têm vindo não mais para a moda, mas para ficar no acervo de possibilidades. A gente tem percebido na questão clínica bem imediata que o dano ao feto com relação ao *crack*, de fato como ocorre com a cocaína, se configura mais quando o uso é associado ao álcool, o que, infelizmente, é a regra, e grandes doses de cocaína equivalem a prática de grandes doses de álcool pela tolerância que se estabelece com o estimulante e o depressor.

De novo, mais focado ainda, é uma questão prática de quem olha o dia a dia das pacientes dentro da internação e seu segmento ambulatorial. A impressão da gente de a nossa surpresa, como tantas surpresas

já foram apontadas aqui na relação com *crack,* é que essas mulheres, na internação, repito, nos surpreendem desde esses seis anos, porque elas atrapalham pouco a unidade. E peculiar, nós temos uma unidade lá de vinte e pouco leitos com uns poucos leitos para usuários de drogas que tipicamente, do ponto de vista das melhores evidências disponíveis para a Medicina, não é o esquema, não é o arranjo melhor, mas é o arranjo possível, para que não haja, na nossa parte, uma desassistência, nós oferecemos leitos para dependentes químicas dentro de uma unidade de assistência geral à saúde mental. Acreditamos que seja a motivação da gestação que contribui para que elas sejam mais tranqüilas do que se esperaria. Por outro lado, por ser um serviço de treinamento, um serviço formal de ensino calcado em uma residência de psiquiatria, claro, existe uma grande oferta de estrutura e de pessoal. Isso faz com que, na verdade, todo o doente mental funcione mais tranquilamente, ou seja, uma dica geral que leva à preocupação com gasto. Uma equipe completa faz com que os pacientes sejam mais confortavelmente instalados na internação.

Do grande universo de fracassos na abordagem farmacológica realmente para conter o indivíduo, especialmente na questão da fissura, do desejo ardente, do *craving,* daquele apaixonamento tanto fisiológico quanto psicológico que surge na abstinência da droga, nós temos usado uma droga trivial, não para defender especificamente a Promazina, como já estabeleci nos meus possíveis, digamos, conflitos de interesse. Não tenho nenhum vínculo com a indústria farmacêutica, mas é uma droga bastante disponível na rede pública, tradicionalmente disponível, extremamente útil na prática clínica, embora as evidências de maior rigor não respaldem essa impressão que se multiplica aí ao longo desses mais de seis anos de experiência de que é de fato muito mais fácil conter esse indivíduo dentro de uma estrutura forte, com um pequeno uso de fármaco realmente de baixíssimo custo.

Um pequeno intervalo para cumprimentar a nossa Senadora do Rio Grande do Sul. Bom dia.

Em períodos de quatro semanas conseguimos desintoxicar e elevar um tanto a motivação dessas pacientes. Mas notamos que, realmente, comparando com a nossa experiência anterior com outras substâncias, especialmente a cocaína aspirada, as usuárias de *crack* têm uma dificuldade maior para estabelecer um controle sobre esse desejo ardente e muitas delas, se não todas, saem com o uso desse fármaco, repito, barato e bastante disponível na rede, como um recurso para controle dos momentos de maior intensidade de desejo pela substância. Melhor seria, realmente, se a gente pudesse ter uma conexão imediata para grande parte dessas pacientes para uma unidade protegida de longo prazo.

Do ponto de vista, então, da potencial instalação que eventualmente se consegue quando a paciente é motivável, a gente tem a habilidade de motivá-la, ela vai para uma unidade de longa estada. Sem dúvida, a grande proteção é para o caso de recaída. Em algumas unidades isso é aceito, e parece que há uma tendência a se aceitar cada vez mais a presença do bebê, desde que a organização do atendimento permita sentir a segurança de que esse cuidado vai se dar lá naquela unidade. E sem dúvida de que o atendimento ambulatorial, para surpresa também de muitos de nós é, digamos, utilizado por essas jovens senhoras que vêm com os bebês no colo, num grupo, às 8 da manhã, numa sexta feira. E elas têm um comparecimento significativo para um recurso bastante trivial em termos de saúde pública, que é a grupoterapia acompanhada da atenção farmacológica quando necessária.

Então, sem dúvida de que elas se dão bem, especialmente porque a gente tem, graças a um programa de residência, a abordagem individual para aquilo que o colega já salientou, que é a atenção à comorbidade, condições mentais outras associadas ocorrendo junto num mesmo indivíduo. No caso de um dependente de *crack*, de cocaína, isso é regra, não exceção. Então, fazer uma assistência adequada sem a adequada atenção psiquiátrica é um grande desafio.

Nós acreditamos também, no que já foi comentado aqui, através da nossa experiência clínica, que essas pacientes – e esse número vem sendo renovado a partir de um segmento do Prof. Ronaldo Laranjeira, lá da Unifesp, que hoje não pode estar aqui – em 12 anos, em que realmente 30% desses usuários vão ao óbito pelas mais variadas circunstâncias, mas é, sem dúvida, um número mais alto do que seria de se esperar para a cidade de São Paulo. Muito provavelmente relacionável mais à violência droga/relacionada do que a droga em si.

E sem dúvida, é regra dessas pacientes, que elas passam por experiências anteriores, a começar especialmente pelas drogas lícitas, o que faz com que aquele primeiro comentário aqui já surgido de que a atenção às drogas lícitas não deve jamais esmorecer, porque são, realmente, as mais disponíveis, as mais utilizadas e são a grande porta de entrada para o fenômeno do abuso de outras drogas.

Sem dúvida que esses indivíduos produzem, é cruel dizer isso, uma grande sobrecarga para um sistema já caracterizado pela desassistência. Então, a dependente química vai demandar várias intervenções, intervenções dispendiosas, infelizmente elas engravidam várias vezes. A imaturidade talvez seja, talvez,

uma palavra elegante para explicar essa tendência ao desrespeito à lógica da maternidade, e a DST, a doença sexualmente transmissível, é um complicador significativo para a atitude de atenção, porque requer uma medicalização severa para que se consiga, realmente, atenção de melhor qualidade.

Essas pacientes recaem várias vezes, como eu disse, voltam grávidas várias vezes – chega a ser patético de assistir essas jovens senhoras engravidando mais vezes –, a gestação, de fato, não protege de todo ao uso, e o mais comum é que elas cheguem à internação no último trimestre ou na semana mais ou menos conhecida por elas, por várias gestações, em que se dará o parto. Chegam, às vezes, literalmente fumando a pedra no hall de entrada do nosso hospital.

Bem, regra geral, perturbadora também para nós, porque facilmente implica juízo de valor: quem usa droga ilícita transgride, já pela aquisição da substância. E os colegas anteriores já salientaram o quanto isso é significativo em termos de abordagem multiaxial da questão das drogas.

Nós assistimos, no dia a dia da prática clínica – perdoem-me aqui os legisladores presentes –, o que seria a "justialização" da atenção da usuária de *crack*. Ou seja, ela não encontra vaga e recorre à Justiça, que a empurra para dentro do atendimento, muitas vezes da forma mais deselegante que a gente possa imaginar, mas que faz com que a gente pense que, realmente, a desassistência, neste nosso País, é assustadora em toda a área da saúde, saúde mental e, especificamente, em dependência química, que é realmente brutal em relação à demanda necessária, do que deveria ser coberto.

O *crack*, na verdade – não é uma novidade, e o colega já salientou –; nada mais é do que cocaína. A iniciação, sempre salientando, segue sendo rigorosamente a partir das drogas lícitas, dentro de casa e tipicamente sob a anuência de papai e mamãe. Sejam papai e mamãe muito organizados ou pouco organizados, sejam colegas, quem sabe, companheiros de profissão de cada um de nós. Nós, adultos, somos negligentes, somos condescendentes com o uso de substâncias lícitas, grande porta de entrada para todas as substâncias – o *crack* incluído – para nossos jovens. E nós seguimos mantendo essa atitude do Rio Grande do Sul ao Acre, extremamente licenciosa, parece que até ingenuamente licenciosa, graças, obviamente, à pressão da cultura, em que essas substâncias, especialmente o álcool, são tidas como questões relevantes, do ponto de vista cultural, para integração social, embora elas possam propiciar essa grande avenida de ingresso no uso de substâncias.

Atrevo-me aqui a alguns palpites. Eu, como clínico, acho que, nas políticas públicas, é preciso seguir focando nas listas, no grande plano geral de planejamento neste nosso País. A prevalência, sem dúvida, é brutalmente maior, lembrando que o impacto em saúde é extremamente superior ao potencial de captação de recursos através de tributação. Ou seja, o impacto de saúde da presença do álcool na nossa sociedade, sem dúvida, supera a distância a questão do recolhimento de impostos, a promessa de recolhimento de impostos que a indústria da bebida pode nos oferecer. É uma doce ilusão que também se repete com o tabaco. Infelizmente, é uma verdade cruel. Nós gastamos muito mais do que a indústria, com todo o seu entorno, consegue produzir para o Estado. E, realmente, é a sociedade que paga por isso.

O impacto, em termos de saúde, é obviamente brutal, porque são demandantes de atenção. Existe um número antigo: 30% dos leitos de um hospital são ocupados por indivíduos que não estariam ali caso o álcool não estivesse na vida deles; sem dúvida, é clinicamente significativo e epidemiologicamente significativo. As substâncias lícitas, repetindo incansavelmente, são a grande avenida ou porta de entrada. E quem usa as ilícitas não abandona as lícitas, pelo contrário, expande o seu consumo das lícitas. Uma traz a outra de volta no processo de recaída, e há cada vez mais ciência sobre isto, de que, de fato, o retorno ao uso de qualquer substância capaz de produzir adição facilita o retorno a todas as outras, como regra geral.

O *crack*, sem dúvida, estressa esse nosso sistema de saúde tão frágil; ele assusta a sociedade, e a sociedade, curiosamente, não se assusta com os inimigos mais severos, mais persistentes, mais agressivos, que são as drogas lícitas. É um paradoxo da nossa cultura.

E um dado para se lembrar, também de um inventário feito pela Unifesp e divulgado em 2009, que está no *site* da Senad, acessível a todos nós – portanto, é um número oficial, do ponto de vista da Administração Pública –, é que a metade dos brasileiros bebe. A outra metade não bebe, mas paga a conta. Então, é cara ou coroa a tal da paixão nacional, paixão da metade, que é dividida, nas suas consequências, pela outra metade que, de fato, nem usa.

Vagas para dependentes químicos têm sido reduzidas ao longo das duas últimas décadas. De uma forma geral, as vagas para o demandante de saúde mental têm sido cruelmente reduzidas – vagas em todo sentido, ambulatorial e de internação. A atenção, como os colegas salientaram de forma muito feliz, tem que ser hierarquizada ou nada ocorre de boa qualidade. A internação especializada segue sendo necessária.

Quanto à maior cobertura de assistência em internação, temos um dado cruel de novo, que, imagino, deva confrontar os Srs. Senadores, com a sensação de um grande paredão pela frente. O grande número de vagas de assistência ao dependente químico encontra-se fora do Estado, encontra-se em iniciativas da comunidade e que podem ser objeto de crítica...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO SALGADO – Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – AM) – Pode concluir com tranqüilidade.

O SR. CARLOS ALBERTO SALGADO – Então, elas devem ser, na nossa opinião como clínicos, mais do que criticadas, mais do que eliminadas, fiscalizadas, é verdade, mas respaldadas na sua adequação àquilo que a melhor ciência oferece. Mas sempre lembrando que a grande expansão de pontos de atendimento e de vagas de atendimento se dá fora do Estado.

Quanto à internação involuntária, por coerção – é deselegante falar disto –, cabe lembrar que hoje, na contingência de muitos usuários do *crack*, tem sido – muitas vezes, graças à intervenção especialmente do Ministério Público – a garantida. E ela não impede que o indivíduo adquira um nível de motivação capaz de fazê-lo reverter o seu quadro. Mas, mesmo assim, é claro que esses leitos são mais escassos ainda, mesmo que a Justiça nos apresente o paciente.

A ciência, sem dúvida, nos ensina que não teremos boa qualidade de atendimento sem investimento – uma rima pobre, mas que expressa muito a contingência que nós vivemos.

Obrigado a todos, em nome do Conselho Federal de Medicina e da Abead. Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – AM) – Parabenizamos os nossos expositores e agradecemos pela bela aula e os subsídios aqui apresentados.

Passamos, de imediato, a palavra à Senadora Ana Amélia, como autora do requerimento, e depois à Senadora Lídice.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Wellington Dias, eu queria agradecer a V. Exª e pedir uma escusa necessária, porque nós aqui, nesses horários da manhã, temos que nos dividir entre as várias comissões técnicas. O Ministro está expondo na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de que sou membro titular; também, na Comissão de Relações Exteriores, eu era a relatora do primeiro item, de indicação de um embaixador cumulativo. Faço esta explicação porque sou, com o Senador Wellington, proponente deste debate, que tem sido extremamente produtivo. Temos participado sempre que possível.

Embora não estivesse presente, tenho acompanhado o tema e queria focar o nosso Dr. Salgado, gaúcho, e agradecer a sua gentileza e a sua referência. Do ponto de vista médico, o senhor falou a respeito da sobrecarga que há sobre o sistema de saúde. Mas há um outro dado ainda do Ministro da Previdência, indagado por mim, sobre a previdência social também. A saúde sofre um impacto, mas o dependente sai do trabalho, sai de licença, e é a Previdência que tem que pagá-lo durante o período que ele está afastado do trabalho. Então, gostaria de saber se há um exame, uma análise dos senhores a respeito do que pode representar isso. Primeiro, do ponto de vista do sistema de saúde, quanto por cento essa clientela representa?

Para o senhor que é médico, especialista nesta área, pergunto: a primeira dose de *crack* ou óxi é determinante para o vício? Eu gostaria de saber isso. E qual é a melhor pedagogia para isso?

Vou fazer todas as perguntas, porque, talvez, seja melhor.

O Dr. Esdras, que comparece aqui por iniciativa de sua conterrânea, Lídice da Mata – e imagino que o senhor seja bom baiano como ela –, mencionou a questão da capacitação de equipes especializadas. É um tema que temos percebido também na própria área médica, mas e essa questão quanto ao estabelecimento de políticas públicas?

Nós estivemos, recentemente – o Senador Wellington e eu –, a oportunidade de conhecer o projeto que o Hospital das Clínicas do Rio Grande do Sul, com a Universidade Federal, está realizando junto com a Senad – Secretaria Nacional de Drogas –, exatamente para fazer essa qualificação de mão de obra para, a partir desse núcleo, irradiar a mão de obra. Pergunto-lhe se isso seria suficiente para fazer essa capacitação.

O Dr. Aloísio mencionou aqui a questão da Senad, que foi para o Ministério da Justiça. É o lugar adequado para estar esta Secretaria ou ela tem mais a ver com saúde do que propriamente com segurança pública e repressão? Então, como é isso do ponto de vista médico?

Dr. Paiva, como o senhor representa a área médica, e eu acompanhei, com o Senador Wellington, um seminário, aqui em Brasília, do Conselho Federal de Medicina, gostaria de saber se a área médica está, neste momento no Brasil, nas suas instâncias – conselhos federais, conselhos regionais de medicina – e também em outros âmbitos da área médica, envolvida e preocupada, e que balanço o senhor faz desses encontros até agora, do ponto de vista da categoria, para o enfrentamento dessa questão, que é bastante séria e grave.

Agradeço a todos pela gentileza.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia a todos os senhores debatedores, a todos os Senadores e assessores que acompanham este debate, que creio ser de extrema importância para a abordagem desse problema no nosso País.

Eu não participo desta Comissão por não poder participar, por não estar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Devo dizer que é um prazer imenso tê-la aqui nos acompanhando.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador. Nós já somos parceiros em outras comissões.

Eu não sou médica, não sou profissional da área de saúde, mas acompanho, já há algum tempo, essa vivência e discussão de políticas públicas na área das chamadas drogas, ou das substâncias psicoativas.

Comecei a me envolver com essa discussão ainda num trabalho com meninos e meninas de rua em Salvador, através do Projeto Axé e, a partir daí, em contato com o Cetad. Portanto, vou abordar algumas questões da população de rua e do seu tratamento.

Como disse, acompanho há algum tempo este debate. Quando fui prefeita de Salvador, acompanhei as principais políticas públicas que se instalavam naquele momento, inclusive de redução de danos e, depois disso, também tenho acompanhado permanentemente, tanto que o Dr. Esdras se refere a um trabalho que faço na Bahia em duas direções, com o Cetad.

Nós fizemos um seminário internacional, no ano passado, sobre a questão das drogas. E é bom que se diga que o Cetad é o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, que já atua nesta área há muitos anos, mais de 25 anos, e que tem tido uma atuação pioneira no Brasil, como outras instituições. Hoje foi um dos autores de uma experiência de consultório de rua desenvolvido para tratamento e abordagem da população usuária de drogas, ou viciada, como se costuma dizer popularmente, e seu tratamento.

No outro lado, tenho ajudado também, com emendas parlamentares, a constituição de um centro, um instituto de redução de danos, CAPS Álcool e Drogas, no centro de Salvador, com uma vocação de formação de capacitação para atendimento a usuários de drogas de população de rua, uma área de grande pesquisa inicial também.

Fiquei atenta, buscando alguns pontos de unidade entre as falas que vêm de experiências diversificadas. Vou, a partir do pronunciamento do Dr. Aloísio, construir um pouco dessas identidades. Primeiro, a afirmação do Dr. Aloísio do testemunho do seu estudo de que o uso das drogas se apresenta desde os primórdios da humanidade. Portanto, ela não é uma questão da atualidade; ela remonta a tempos primórdios da existência do ser humano, da sua própria existência.

Não é a primeira vez que ouço referências a isso; já ouvi de outros especialistas da área da psiquiatria e de pesquisa na área do uso de drogas no Brasil e no mundo.

O segundo aspecto fundamental da intervenção do Dr. Aloísio é que o seu uso tem origem na angústia, na chamada angústia, no vazio do ser humano ou no mal-estar típico do ser humano, próprio da humanidade. Tanto que, a partir daí, parece-me – posso estar equivocada – que perseguir a ideia de uma sociedade absolutamente sem drogas, sem qualquer tipo de drogas, é algo absolutamente fora da dimensão humana. E falo isso não apenas me referindo à intervenção do Dr. Aloísio, intervenção essa que já vi repetida em diversos seminários nacionais, internacionais, em área de pesquisa, de que pude participar. Ao longo desses 18 anos, mais ou menos – e volto a dizer –, sem ser médica nem profissional da área de saúde, numa relação voltada para a construção de políticas públicas e atuação na área social, tenho ouvido e podido acompanhar os estudos. Portanto, se nós partirmos dessas duas premissas, creio que abordar a questão destacando apenas uma das drogas torna-se algo inapropriado. Tenho colocado, desde o início desta discussão na Câmara dos Deputados, em diversas frentes de que participei lá, e aqui também, que a constituição de uma espécie de frente de trabalho anti*crack* não terá eficiência na abordagem das questões que dizem respeito ao uso das substâncias psicoativas no Brasil, porque ela não conseguirá dar conta. É óbvio. O *crack* está aqui hoje, já entrou uma nova droga e parece-me que já começa a existir uma corrida meio patética, do ponto de vista da sua ineficiência, e descontrolada, como se nós fôssemos correr a cada segundo para a nova droga que aparece no mercado internacional das drogas.

E aí entro numa outra questão, que é a questão do mercado. Nós não podemos tratar as drogas distante de uma noção de mercado. Nós estamos tratando a droga numa sociedade capitalista, onde existe uma economia paralela à economia formal, que é a economia das drogas, entre outras economias paralelas, e que também é mercado.

Apenas pontuo isso para voltar à questão do tratamento e do nosso foco na abordagem da questão das políticas públicas de drogas no Brasil.

Algumas experiências foram aqui relatadas, e quero saudar, inclusive, a experiência de assistência, num hospital geral com leitos para usuários de drogas, que é uma experiência rara. Na Bahia, nós tínhamos, também acho que no...

O SR. ESDRAS CABUS MOREIRA *(Intervenção fora do microfone.)* – No Hospital das Clínicas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E no Hospital Santa Mônica antes...

O SR. ESDRAS CABUS MOREIRA *(Intervenção fora do microfone.)* – Era para tratamento psiquiátrico.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – No caso dele, era para tratamento de ...

O SR. CARLOS ALBERTO SALGADO – É uma unidade psiquiátrica geral que oferece alguns leitos para dependentes...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É, na Bahia também existia isso. Existe, e agora no Hospital das Clínicas.

A disponibilidade de leitos em hospitais gerais para viciado ou usuário de substâncias psicoativas enfrenta – não no caso dos psiquiátricos, que já atuam numa área discriminada na sociedade, estigmatizada –, na área comum, uma grande resistência dos profissionais de outras áreas da medicina, que não aceitam o usuário de drogas. E esse é um debate que nós já estamos vendo ser travado há algum tempo. Esse é um desafio.

A outra questão diz respeito à convivência – estou buscando separar temas

A outra questão diz respeito à convivência – estou buscando separar temas. Outro ponto diz respeito ao tratamento formal do usuário de drogas em clínicas especializadas no tratamento que têm motivação religiosa. Visitei algumas em alguns Estados e no meu Estado. Existem diversas formas de organização. Hoje, a maior parte do atendimento ao usuário de drogas se dá justamente nesse tipo de clínica. Inclusive, há uma nova na Bahia, a Clínica do Sr. Jesus, de um amigo que conheço há muitos anos, que visitei em particular. Não se trata de uma clínica de tratamento de usuário de drogas com nenhum tipo de tratamento específico que não seja o de atendimento espiritual e de assistência social. Apesar disso, reconheço como produtivas e com bons resultados clínicas de internamento para desintoxicação que oferecem atendimento psicológico e terapêutico com motivação e sob inspiração religiosa.

Portanto, acho que nós devemos separar essas duas coisas, ao se levar em conta políticas públicas. Primeiro, cabe ao Estado, na minha opinião, dar, conveniar, dar assistência, fiscalizar a ação dessas instituições. Na medida em que elas apresentarem pouca condição de serem consideradas clínicas de tratamento, mas apenas de assistência social, mesmo assim devem também receber o apoio do Estado, na dimensão em que se colocam. Essas como todo e qualquer trabalho voluntário de assistência social que existir no Brasil vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e vinculado às políticas de assistência social do Brasil. Isso é outra coisa do tratamento e da assistência ao usuário de drogas, ao usuário de substâncias psicoativas como política de atendimento e de assistência à saúde que o Brasil tem a obrigação de dar aos brasileiros.

Nessa dimensão, acho que deveríamos insistir na discussão do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) como experiência importante a ser desenvolvida no Brasil, importante para tirar o paciente da doença mental, da estigmatização completa, da falta de assistência completa e colocar o CAPS Álcool e outras Drogas, aumentar a inserção e a capacidade de trabalho desses CAPS

Eu não sei se entendi bem a fala do Dr. Ricardo, mas me pareceu que existe a ideia de se criar uma Secretaria de Combate ao *Crack*? Foi isso? (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu gostaria só que a Senadora Lídice pudesse concluir, para que passássemos a palavra à Mesa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Então, vou concluir.

Na experiência de atendimento à população de rua, está claro que os "ADs" – álcool e outras drogas – não podem ter uma existência de atendimento que não seja de 24 horas. Algumas pessoas trabalham com a população de rua. No caso de criança e de adolescente de população de rua, é preciso passar pelo conselho tutelar, que vai e que deve dar o registro para o acompanhamento desse adolescente, dessa criança, para que ela tenha assistência numa unidade de saúde. Se não há conselho tutelar aberto 24 horas, esse adolescente não pode ser assistido, porque ele não pode entrar com um profissional de saúde dentro de um hospital ou de qualquer outra área de atendimento de saúde sem ter a autorização do conselho tutelar, porque ele está na rua, ele não tem família. Então, é preciso haver uma relação, uma mudança de atuação também dos conselhos tutelares, para dar assistência a essa comunidade, a essa população.

É preciso haver assistência álcool e droga, porque a população de rua que se droga faz isso muito à noite. Ela está na rua, ela vive na rua. E à noite é justamente quando ela está solta, completamente abandonada à sua própria sorte. É quando há uma drogadição maior, mais intensa, e ela precisa das possibilidades de atendimento. Então, insisto em que tenhamos uma política pública que reforce os CAPSADs com capacidade de atendimento nas 24 horas, CAPS III, como existem na Bahia, mas é pouco para o nosso nível de atuação.

E creio que devemos separar, não definitivamente, porque não é possível essa separação completa, mas separar, em certa medida, o que é uma política pública

de atendimento a usuários de drogas com ação da polícia e ação do combate ao tráfico de drogas, que tem que ter a sua relação com a Justiça, com o Judiciário, com todo o aparato repressivo que precisa haver. No dia a dia, na vida, na comunidade, isso não se afasta, porque há uma profunda conivência das instituições policiais com o tráfico, que não é com o paciente, mas, sim, com o tráfico de drogas, com o banditismo, com o mercado. E aí entra o mercado, a mão do mercado na discussão da droga.

Para finalizar, vou contar um caso curioso. Nesta semana, na Bahia, foi presa uma agente comunitária de saúde, atuando no subúrbio ferroviário como grande comandante do tráfico de drogas, cúmplice do seu marido, que ela indicava a quem devia matar no bairro, acusada pela morte de mais de trinta pessoas na comunidade onde ela atuava com uma grande referência de atendimento, porque agente comunitária, e, ao mesmo tempo, de ação do banditismo.

Então, vejam: é preciso separar o que é o atendimento de saúde a usuários de droga, com o qual creio que este Congresso Nacional, o Senado e a nossa atividade deve se preocupar, para se construir essa política pública de ações da polícia para combate ao tráfico de drogas e à relação do tráfico, ou seja, da polícia com o mercado da droga, no mundo e no Brasil.

Creio que esse debate deve instituir três eixos básicos para que possamos debater a questão das drogas e não sairmos correndo a cada nova droga que surja. Ora, nós não poderemos impedir o surgimento de drogas no mundo, porque o consumo está dominado por um mercado que tem interesses econômicos em mantê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Senadora, poderíamos ouvir o Senador Waldemir Moka.

Antes eu queria dar dois avisos importantes para a Comissão: primeiro, amanhã, estamos nos deslocando para Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, onde vamos participar de um evento com um representante de outros países da vizinhança sobre a política nessa área do álcool e de outras drogas em fronteiras. Aí é mais complexo ainda, porque você tem que fazer atendimento dos dois lados, e é necessário encontrar um caminho para apresentar alternativas de pactuação.

Nos dia 9 e 10 aqui, puxado pela Frente Parlamentar com que estamos trabalhando na Câmara, lá do nosso Deputado Carimbão, ele está nos convidando para uma visita a Maceió. Vai haver uma aeronave que vai sair daqui, acho que numa quinta-feira. E, no dia 10, ele está propondo visitarmos Teresina. Eu queria também estender esse convite, para ver quais os Senadores podem participar desse evento.

Gostaria de registrar, como disse a Senadora Ana Amélia, uma importante agenda que fizemos no Rio Grande do Sul, onde tivemos o privilégio de ver alguns atos importantes nessa área. Destaco o aproveitamento do local onde era a Ubras, a universidade que estava fechada, que vai se transformar num centro de referência, tanto para a área de saúde quanto para a área de formação, que acho importante, não só para o Rio Grande do Sul, mas para aquela região, com a presença do Ministro José Eduardo Cardozo. Eu até brincava com ele, dizendo: você está vendo que o tema aqui é mais de saúde e da área social. E houve um ato com o governador também, no sentido - facilita inclusive tudo o que foi abordado aqui – de que os bens e o dinheiro que forem aprendidos poderem ficar com o Estado; e um outro da implantação de um conselho no Ministério Público.

Então, eu queria dar esses informes para entendermos o acompanhamento da Comissão.

Senador Waldemir Moka, nós vamos ouvi-lo com o maior prazer.

Em seguida, eu passo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) - Sr. Presidente, por uma questão de coerência, eu vou ouvir os palestrantes na resposta e, se for o caso, farei alguma indagação em relação à fala deles aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já aprovamos aqui, Senadora Ana Amélia, o requerimento nessa área da prevenção. E eu queria propor uma agenda – e podemos assinar juntos - para, na área da prevenção, ouvirmos as experiências das igrejas. Convidaríamos a CNBB, representantes das entidades evangélicas; além disso, as centrais sindicais e as entidades patronais, as confederações patronais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – É importante até porque, quando esteve aqui a representação do Ministério do Trabalho, eu até tinha sugerido que fossem acionados esses mecanismos que têm uma grande capacidade de disseminação. E o Ministério ainda não havia tomado uma iniciativa nessa direção. Então, é próprio, porque aí poderemos apresentar a eles todas essas demandas. É uma boa ideia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, vamos oficializar, consideramos aprovado, e a gente formaliza aqui os três.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Não sei se alguém colocou, mas: nós vamos amanhã a Ponta Porã, e você às vezes vê as pessoas na

chamada cracolândia, e eu pergunto: por que essas pessoas não são internadas?

E aí há uma questão que é mais de legislação, mas eu queria ouvir uma opinião: toda e qualquer abordagem no sentido de internação tem que ter uma característica, ou seja, tem que ser voluntária. Eu não sei até que ponto...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O Carlos Salgado respondeu aqui a não voluntária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria muito ouvi-los a respeito disso, porque essa é uma questão, porque às vezes se cria tanto... Não sei, sou médico também, mas, por exemplo, transtorno bipolar, se não internar, não há como resolver. Às vezes o paciente corre o risco até de cometer alguma coisa, agredir alguém... É uma situação que absolutamente eu acho que precisa ser resolvida. Claro que não é aquela questão da agressão, vai chamar, vai internar, mas alguma coisa precisa ser feita, porque há determinadas situações em que a família fica impotente, realmente, do ponto de vista até de ajudar aquele paciente, aquele dependente.

Eu só queria ouvir a opinião... Permita-me essa colocação apenas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Eu acrescentaria, já que se trata de uma questão ética, de voluntário ou não, eu apresentaria também a qualquer um dos senhores especialistas o seguinte: na última audiência pública, ouvimos aqui os representantes da OMS e da Opas. Nessa ocasião, foi-nos informado que já existe uma investigação, em fase de finalização, de uma vacina preventiva ao consumo de drogas. E essa vacina eu queria saber se é do conhecimento da área médica brasileira, qual é a eficácia que ela pode eventualmente ter, já que ela está em fase de testes. E entra de novo a questão ética: como é que ela vai ser aplicada, se é que ela existe? Como é que se vão definir critérios para aplicar uma vacina? Para a gripe, se sabe: há uma série de pacientes alvo conforme a idade, o período do ano, a incidência da gripe. Numa questão dessas, digamos, tão nebulosa, do ponto de vista médico, como é que essa vacina poderia ser aplicada?

Então, acrescento essa dúvida às perguntas anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu deixo aqui duas perguntas: a primeira, acho que há um consenso de que precisa haver alguém com *status* de ministro para coordenação, até porque há um consenso de que precisa ser feito um trabalho integrado. Não há nenhum ministério individualmente que, sozinho, dê conta de todo o trabalho. Portanto, para lidar com os demais ministérios, ainda é um problema da legislação brasileira. Hoje está no Ministério da Justiça. Mas é essa mesmo a alternativa? Ou da Saúde? Ou do Desenvolvimento? Ou um outro, não sendo a criação de um ministério específico?

O outro ponto é em relação às pesquisas. Hoje existe condições aos cientistas de financiamento prioritário para pesquisas nessa área das drogas especialmente, considerado esse desafio da abstinência, esse desafio das novidades de misturas? Enfim; existe hoje alguma prioridade? O Ministério da Ciência e Tecnologia, CNPq, que fontes são recomendáveis para essa área?

Começando aqui da ponta, passo a palavra primeiro ao Dr. Ricardo Paiva.

Agradecemos a presença também do nosso ex-Ministro e hoje Senador, presidente da Comissão que trabalha na área da saúde, Senador Humberto Costa.

O SR. RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA – Queria cumprimentar especialmente o Senador do meu Estado, Humberto Costa.

Queria abordar a partir da sua colocação: por que o *crack* especificamente?

O último relatório da ONU mostra que o consumo de álcool se situa na mesma margem em que ele sempre se situou, entre 50% e 60% da população. O cigarro vem caindo, graças àquelas campanhas; ele foi da ordem de 40% e está na ordem de 25%. Quanto à maconha no mundo, houve uma diminuição de produção, mas os usuários migraram dos 3% de sempre para, nos países ricos, as anfetaminas. Então, segundo a ONU, a droga cuja incidência mais aumentou foram os estimulantes do sistema nervoso central; para países pobres, o subproduto da cocaína.

Quanto à questão do *crack*, até concordo com a senhora quando diz que a gente não pode ficar tendo uma política específica para uma droga, em detrimento de todas. Não. A Senad deve ter uma política para todas as drogas. A questão do *crack* apresenta dois aspectos: a capacidade de ele viciar crianças a partir de 6 anos, e o poder de difusão pelo interior, mostrado por todos os estudos; hoje não existe, com esse poder de difusão na faixa etária de 6 a 10 anos, não. Nem cocaína. Primeiro porque o custo da cocaína é alto, e é restrito à classe A. Segundo: o custo da própria maconha é maior do que o do *crack*.

Então, eu queria dizer que a nossa opinião é a seguinte: é óbvio que a Senad deve, sim, se deter sobre todas as drogas. Nós achamos um pouco de retrocesso quando a Senad estava no patamar de controle direto da Presidência da República; era uma Secretaria Nacional, e agora foi para o Ministério da Justiça. Obviamente, há aqueles três eixos: o eixo policial, o

eixo de saúde, o eixo social. Dentro do Ministério da Justiça, vai prevalecer o eixo policial. Essa é a questão.

Só para complementar, Senador Wellington, essa vacina está em estudos, ela consta do relatório da ONU. Ela está na fase dois. Ela precisa de cinco a dez anos. Essa vacina, neste momento, não está posta como ferramenta.

Outra questão: quando dizemos que todos somos a favor da luta antimanicomial, inclusive nosso Senador foi uma expressiva liderança nessa luta, há que se reconhecer que foi um sucesso o fechamento dos hospitais, mas ainda não foi um sucesso o dimensionamento adequado do número de CAPS e de CAPS AD. Isso é verdade. Tanto é verdade que não teríamos o problema dos pacientes estarem pedindo. Então, hoje em dia, é reconhecido e foi reconhecido pela Senad que é preciso construir... Quanto à proporção de 1 para 70 mil habitantes, nenhuma capital, nem Salvador, nem Porto Alegre, onde há bons serviços de referência, têm o número de CAPS suficiente, nem de CAPS AD, nem de internações de emergência. Isso consta daquele relatório que passamos ao senhor, e reiteramos, enfim, o mesmo pleito que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Dr. Esdras Moreira.

O SR. ESDRAS CABUS MOREIRA – Em relação ao que a Senadora Lídice coloca a respeito do porquê de uma situação só para o *crack*, acho que a gente precisa entender a questão de percepção de risco em relação ao uso de substâncias. Eu estava vendo até um gráfico americano. Eles fazem uma pesquisa entre estudantes de ginásio, de fundamental, de ensino médio, para verificar o uso de maconha, o uso de drogas lícitas e ilícitas. E a percepção do risco em relação à maconha tem caído entre os estudantes por conta da utilização da maconha como uso medicinal. Isso corresponde a um aumento do consumo da maconha.

A questão do *crack* também vai seguir isso. Então, a ideia em relação ao *crack*, pelas pessoas que utilizam, inclusive, é de que é uma droga arriscada, é uma droga de mendigo, é uma droga que traz um prejuízo muito importante. E é claro que essa droga não vai se disseminar pela sociedade como se fosse uma praga, como se fosse uma epidemia. Ela vai se organizar e vai encontrar formas de utilização que têm a ver com situações de percepção de risco, com outras questões de vulnerabilidades sociais relacionadas a essa droga.

Nesse sentido, tanto o *crack*, como o álcool e a maconha têm a mesma forma de atuação: a tendência dessas substâncias é encontrar seu nicho, como encontram também as doenças infecciosas, como encontram também as doenças crônicas. Nas questões de saúde em geral, você vai ter toda uma situação, uma equação que garante a epidemiologia desse fenômeno. Então, a epidemiologia da droga tem uma relação com características de percepção de risco, com outras questões relacionadas ao indivíduo, à sociedade, ao grupo, à genética, e isso vai gerar uma utilização do *crack* final.

Por isso, apesar de ser interessante pensar que a gente pudesse se reunir para falar sobre o *crack* exaustivamente e criar condições e estratégias para o seu combate, na realidade, a ênfase ao *crack* pode trazer uma ênfase de um alarme, de uma hipertrofia – o termo que o senhor utilizou – em relação à própria substância que não acho interessante. Acho muito mais saudável para uma sociedade lidar com o problema da sustância de uma forma mais geral, buscando, claro, as especificidades de cada uma dessas substâncias.

Em relação à questão da vacina, ela entra um pouco em relação com a questão do internamento compulsório. A vacina seria compulsoriamente dada à população toda para que elas não utilizassem a cocaína?

A vacina da cocaína acho que está na fase III, na realidade, mas o grande problema da vacina é que ela cria anticorpos. Aí a pessoa vai começar a utilizar a substância, a substância vai se unir a esse anticorpo e não vai entrar no sistema nervoso central. O que um usuário que não queira parar de usar vai fazer se você utilizar a vacina nele? Ele vai utilizar a droga de forma a melhorar, por exemplo, a sua inalação - porque há vacinas para a nicotina também, há vacinas para a cocaína e vacinas para a heroína inclusive; ele vai tentar burlar a vacina na forma como utiliza a substância; ele vai burlar isso, e os anticorpos não vão ser necessários, e você pode ter falhas.

Então, há um questionamento a respeito da eficácia dessas vacinas, por conta desse comportamento. De novo, a gente sai da droga como uma química e vai para um comportamento geral.

No tocante ao internamento compulsório, por exemplo, recebi o telefonema do pai de um paciente meu que foi internado hoje. Ele foi internado várias vezes. Foi internado 34 vezes em clínicas especializadas, compulsoriamente ou não compulsoriamente. Ora, seria muito tranquilo se o internamento compulsório fosse o único problema. Na realidade, o internamento compulsório, quando ocorre – e há situações em que ele deve ocorrer –, é num prazo. É uma situação de risco para o paciente. É uma situação de risco para terceiros. E você faz o internamento, que dura uma semana, duas semanas, três semanas. O problema maior é quando você tem que lidar – e você sempre vai ter que lidar – com a vontade, com a motivação e com a necessidade que o paciente tem de fazer isso ou fazer aquilo. Isso é complicado.

Voltamos à Senadora Lídice, com a questão do mercado. Todos os pacientes com quem temos conversado e que temos entrevistado no Cetad colocam claramente isto: o *crack* é dinheiro. Então, o *crack* é dinheiro, é um dinheiro muito mais fácil e circula muito mais rapidamente entre o traficante, entre a sua turma que trafica para ele, entre o território dele, então, a pessoa está vendendo a droga para o traficante, mas ele pega o restinho e vai vender por conta própria. O traficante sabe e vai matar ele. Cria a violência. Então, o tráfico de *crack* em si – e todos os usuários falam isso – é muito mais violento do que o tráfico de cocaína. Na cocaína, em Salvador, pelo menos, havia um grande traficante que foi preso e desestruturou toda uma rede de comercialização da cocaína, e não havia a violência que tem hoje. Quando se desestruturou essa rede, vem de novo a ideia de que, ao tentarmos melhorar uma situação – é claro que eu não estou defendendo manutenção de tráfico de cocaína –, as intervenções que fazemos aqui têm uma repercussão de um outro lado, que, no caso da Bahia, a intervenção que deveria ter sido feita – e foi feita – de interromper aquele tráfico daquele "senhor das drogas" de lá, gerou um vazio no mercado que foi rapidamente ocupado pelo *crack*, numa situação de tráfico muito grande.

Então, *crack* é dinheiro, envolve mercado e, principalmente e mais importante, contamina a estrutura da sociedade – a corrupção é muito grande. A presença de agentes das instituições públicas lucrando com o *crack*, seja em que nível for, é importantíssimo de ser avaliado.

A gente conversa com o usuário e ele fala: "Eu compro de tal pessoa; tal pessoa compra de tal pessoa." Mas essa pessoa que compra do fornecedor ninguém conhece. Você começa a ter níveis de estratificação da comercialização de hierarquia que é complicado e a gente tem que entender a utilização de substâncias como um mercado realmente importante que tem uma relação com o consumo, no caso do *crack*, muito grande.

Quando a gente vê o tráfico de *crack* gerando violência, gerando guerra entre traficantes, gerando, nas periferias, situações difíceis de 20, 30 mortes por final de semana em Salvador, por exemplo, a gente fica pensando que essa visão do tráfico de *crack* influencia na nossa visão do próprio usuário de *crack*. Então, a gente passa a ver o usuário de *crack* através dos olhos de uma violência do tráfico e passa a ver com um certo alarme o próprio uso do *crack*. O contrário se faz também. Por conta do uso problemático da substância que é o *crack*, difícil, complicado de lidar, a gente passa a ver o traficante de *crack* como um demônio, diferente de outros traficantes.

Não estou defendendo traficante aqui, mas estou defendendo uma situação de entendimento da coisa que não priorize uma substância em si ou priorize o seu comércio como sendo demoníaco, diferente do tráfico de maconha, diferente do tráfico de cocaína, diferente de qualquer outra substância ilícita.

Então a gente tem que ter cuidado porque a nossa percepção – minha como clínico, de uma outra pessoa como agente de segurança – uma contamina a outra e agente acaba tendo uma visão não muito clara, não muito tranquila do problema e isso é complicado.

Eu não sei se posso me estender, mas...

Só mais uma questão, deixa eu escolher entre tantas interessantes: a primeira dose do *crack*. Isso é uma coisa que me interessa porque a gente vê o paciente falando e acha interessante. Algumas pessoas que a gente entrevistou falaram: "Doutor, eu fumei o *crack* tal época e, um ano depois, voltei a fumar e, em uma semana, eu estava fumando dez pedras por dia. Ou seja, o primeiro uso não necessariamente estabelece uma trajetória de dependência, mas é claro que o primeiro uso do *crack* tem um sentido que é diferente do primeiro uso do álcool, o primeiro uso da maconha; há uma trajetória para dependência muito mais rápida e muito mais frequente com o *crack* – claro – do que propriamente com a cocaína intranasal, mas não quer dizer que não exista essa situação de intervalos no começo da utilização. Como também uma coisa muito importante – aí, de novo a percepção de risco –: alguns usuários dizem que não vão usar o *crack*, mas vão pegar o *crack* e colocar junto com a maconha e fazer um cigarrinho para fumar. Eu não estou usando *crack*, estou usando maconha misturada. Mas, na verdade, se está entrando em contato com o *crack,* se está usando o *crack*, achando que a maconha vai neutralizar o seu ato.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Me permita, Dr. Esdras, é correto dizer que as pessoas...nós sabemos que existem pessoas que têm, ou geneticamente, uma predisposição para a dependência seja de álcool, seja de droga. No caso do *crack* não haveria isso? As pessoas, 100% ficam dependentes? Ou não?

O SR. ESDRAS CABUS MOREIRA – Inclusive, o estudo do Prof. Carlos é superinteressante porque, na realidade, a questão da exposição do feto à droga, seja ela o *crack* ou a nicotina, a gente não tem que se preocupar necessariamente só com a questão da má-formação fetal – isso é uma coisa importante –, mas há também a possibilidade de que essa exposição muito cedo possa determinar uma predisposição à utilização de drogas na idade adulta. Isso não é necessariamente genético, mas se tem realmente uma ideia de que a

genética pode responder em parte à questão da utilização de drogas. Não 100%, porque a genética nunca é 100%, mas ela tem algumas características da pessoa, geneticamente herdadas, que podem favorecer a utilização de drogas. Ninguém herda gene para usar álcool, nem herda gene para usar *crack* ou óxi; ele vai herdar alguns comportamentos que têm associação com o risco maior, com a vulnerabilidade maior uma vez você entrando em contato com substâncias e se tornar dependentes dela.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas no meu caso especificamente é que eu ouço dizer – o senhor acabou de dizer e eu tenho essa compreensão, estou começando a estudar isso – que, no caso do *crack*, se a pessoa usar, ela vai ficar dependente? Não existe a possibilidade...O cara usa, mas usa socialmente, aquela conversa de que...no caso do *crack*, isso não aconteceria?

O SR. ESDRAS CABUS MOREIRA – No caso do *crack*, o senhor vai ter situações em que indivíduos vão experimentar e vão ficar no experimento, por quê? Ou porque ele tem uma reação muito intensa, como foi colocado aqui anteriormente, ou seja ele, geneticamente, tem uma reação brusca e intensa à cocaína, como tem pessoas que têm reação brusca ao álcool e não vão ser dependentes, porque têm essa reação genética; mesmo sem ter essa reação genética, algumas pessoas, mesmo tendo o prazer da substância naquele momento, elas não necessariamente vão continuar usando. Isso é a maioria dos usuários de *crack*? Não, mas acontece. É bom que a gente saliente, porque desmistifica um pouco o *crack* como droga.

É claro que a gente não pode deixar de ter políticas públicas de prevenção e colocação do risco que é qualquer iniciação precoce de substâncias para adolescentes e jovens. A ideia é impedir essa iniciação seja qual for a droga.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Dr. Aloisio Freitas.

O SR. ALOÍSIO ANTÔNIO ANDRADE DE FREITAS – Muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Me permita só fazer uma observação. Do que ele diz aqui tem um ponto crucial. Quando a gente examina os países que estabilizaram todas as drogas, as lícitas e as ilícitas, se não trabalhar as duas pontas, de um lado a oferta – por isso que a área do Judiciário é importante, polícia, inteligência –, do outro lado é preciso reduzir a demanda.

Os países que tentaram simplesmente proibir ou tiraram do eixo – como o exemplo da Bahia – o grande traficante de cocaína, desmantelou o negócio da cocaína. Mas o usuário dependente quer droga e ele vai ter que usufruir de alguma coisa.

Então, ou se tem – era o que eu queria aqui acrescentar – uma rede adequada ao tamanho da demanda, ao tamanho do número de dependentes: no Brasil, entre drogas lícitas e ilícitas, teríamos algo em torno de 18 milhões de brasileiros que precisam de cuidados, alguns internação e a maioria nem de internação; se são verdadeiros, imaginem o tamanho da rede que nós precisamos e o tamanho da rede que nós temos!

Acho que esse é que é o grande problema é por isso que nós não podemos brincar com isso.

Eu estava ouvindo os dados aqui e não tinha conhecimento deles: R$400 milhões no orçamento para lidar com a política de drogas num país que tem 18 milhões, em estimativa, de usuários, sendo R$25 milhões empenhados, R$5 milhões efetivamente pagos, isso é brincadeira. É para isso que eu acho que a gente precisa acordar o Congresso Nacional, o Executivo. Se não vamos ter muito blá-blá-blá, muito discurso , inúmeras reuniões, sem resultado.

Dr. Aloísio de Freitas.

O SR. ALOÍSIO ANTÔNIO ANDRADE DE FREITAS – Vai caber aqui, Senador, uma frase do escritor Guimarães Rosa, que diz: "Querer o bem com demais força, de incerto jeito**,** pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar."

Querer o bem, ótimo; com demais força, erro na dose; de jeito incerto, erro na forma, na maneira de fazê-lo.

Eu falei dos paradoxos, da falta de lógica da dependência química, Senador Waldemir, e uma coisa fundamental é entender que algumas situações, como foi no governo Ronald Reagan nos Estados Unidos, quando a esposa dele, Nancy Reagan, tomou para si a questão das drogas, fizeram uma campanha que ganhou vários prêmios de publicidade em que havia as imagens e embaixo vinha escrito: "Just Say No" – simplesmente diga não.

Nos estudos posteriores, viu-se que houve um aumento significativo no consumo especificamente de maconha porque aquela mensagem trazia a ideia de que era simples, ou seja "a hora que eu quiser parar, eu paro."

E quero trazer aqui um testemunho de que se a Comissão perguntar: "Aloísio, de quem você acha que é a responsabilidade pelo surgimento e alastramento do *crack*?" Sabe o que eu digo, Senador? Nós mesmos.

O que aconteceu? A Polícia Federal começou, a partir da década de 90, um trabalho muito importante e muito bem feito de combate à questão dos precursores, que são as substâncias químicas necessárias para se purificar a cocaína. Na medida em que dificultamos a

purificação, nós, como Polícia Federal e autoridades, propiciamos o aparecimento de uma substância de muito pior qualidade. E a única diferente que vai haver entre *crack* e óxi e outros nomes que surjam, são substâncias químicas agregadas a esses precursores. A primeira notícia que tivemos na imprensa nacional sabe de que ano foi, Senadora? Foi de 2005! Numa reportagem da revista Veja falando sobre o Acre, onde, por conta da falta de bicarbonato, a substância que estava sendo utilizada no seu lugar era a cal virgem. Ou seja precisava alcalinizar, precisava de uma substância básica.

Então, diga-se de passagem que às vezes a gente aperta pensando que vai melhorar e a coisa pula, e pula para o pior. Então, entre a cocaína e o *crack*, sem dúvida nenhuma, o menos mal é a cocaína. Mas como nós dificultamos a questão dos precursores, a gente acabou trazendo essa substância mais espúria, digamos assim.

Usa-se a cal virgem no lugar do bicarbonato e, no lugar da acetona e do éter, usa-se a gasolina, querosene ou substância que o valha. É o pior do pior.

Então, rapidamente, quero falar a respeito da colocação que a Senadora Ana Amélia fez sobre o local. Eu entendo que não só o Ministério da Justiça que pune, mas da justiça social. Foi o que eu disse. Quando a Senad foi para a gabinete da Presidência da República, nós imaginamos que tínhamos nos dado muito bem, que estávamos diretamente...eu brinquei dizendo que estávamos na cozinha, mas depois vimos que a cozinha era muito pequena e que não cabíamos nela. Então, a dificuldade de se falar com o Presidente da República é muito maior do que se falar com o Ministro. Então, realmente eu entendo que se formos para o Ministério da Saúde ou do Desenvolvimento Social, vamos ter uma pulverização.

E aí já saio desse raciocínio para comentar o que a Senadora Lídice da Mata falou que é a questão do financiamento, quem faz esse financiamento. Para o Ministério da Saúde, as comunidades terapêuticas, os centros de tratamento, eles fogem do padrão. Imaginem uma internação de nove meses! Está totalmente fora. Então, qual é a nossa proposta como fórum nacional de conselhos de políticas sobre drogas de todo o País? Que o financiamento seja através do SUS, da assistência social e que o controle de qualidade seja feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) do Ministério da Saúde. Ou seja, os critérios técnicos de funcionamento têm que ser médicos, psicológicos, etc, mas o financiamento não pode ser através do viés da saúde, porque inclusive o próprio SUS, em sua última lei, fala que ele não se dedica a essa questão, que ele não vai financiar comunidades terapêuticas.

Este é um ponto fundamentalmente importante: que a gente saia desse imbróglio. Quem tem que financiar é a assistência social. Isso é uma pandemia e tem a ver com um processo epidêmico e não pode ser visto só do ponto de vista médico.

E votando rapidamente para terminar o raciocínio sobre o que a Senadora Lídice da Mata fala, quando eu brinquei que "o buraco está mais embaixo", é que realmente a questão envolve a falência de um sistema consumista, onde o vazio existencial vai sendo preenchido não através de alimentos consistentes, alimentos mais profundos, vamos dizer assim, mas através de um consumo exagerado de tudo. Se nós fizermos a conta, entre os dependentes químicos de tabaco, de álcool, de remédios para dormir, de remédios para emagrecer, de solventes voláteis, tipo cola de sapateiro etc., etc., de sexo, de consumismo, de compras, nós vamos ver que a humanidade hoje é uma humanidade completamente anestesiada por algum tipo de substância...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Informática...

O SR. ALOÍSIO ANTÔNIO ANDRADE DE FREITAS – Sim, informática. Por isso que disse que todos nós somos pré-dependentes químicos por natureza, seja do dinheiro, seja do poder, seja do sexo, seja da droga, seja da bebida.

Então, eu vejo esse desafio da dependência química como sendo o obstáculo que pode fazer com que a humanidade mude de nível, que a humanidade mude de quanta, que a humanidade mude de orbital. Por quê? Porque é o drama dos dramas; porque o que vai fazer com que a gente seja menos demandante por substâncias anestesiantes é termos substâncias químicas – e isso daí foi o que me estimulou em 1976 a me dedicar à questão da dependência química, ainda quando estudante –, as endorfinas, que são substâncias antidepressivas naturais e anestésicas do corpo físico.

E quero terminar então, Senador, até pelo adiantado da hora, fazendo duas citações, voltando a essa questão do vazio, voltando a essa questão do sentido da vida.

A primeira é de um texto de Santo Agostinho, que foi um sujeito muito buscador, muito sanguíneo, muito colérico, que teve lá os seus problemas com a bebida, que teve lá as suas questões sexuais, e que, no final de sua vida, resume a ópera da busca da vida dele dizendo o seguinte:

"Tarde demais te amei, beleza tão antiga mas ao mesmo tempo tão nova. Tarde demais te amei. Tu estavas comigo, mas eu não estava contigo. Estavas dentro de mim, mas eu te procurava fora".

Aí ele diz uma frase bem emblemática:

"Retinham-me longe de ti as tuas criaturas e as tuas criações".

E ele termina:

"Mas tu me chamaste, tu me tocaste, e, agora, estou ardendo de desejo pela tua paz".

Então, essa busca externa é justamente o que nos leva a ter um consumismo de tudo, inclusive de substâncias psicoativas exagerado.

E termino citando um santo poeta indiano chamado Kabir, que viveu em torno do ano 1200, e ele chama a beleza tão antiga e tão nova de Santo Agostinho de "diamante".

Ele diz o seguinte:

"Meu coração está tão inebriado de amor que não sinto desejo de falar. Descobri um diamante, envolvi-o cuidadosamente em meu manto, Por que abrir esse manto repetidas vezes para ver se o diamante ali está? Isso não é necessário. Eu tenho certeza".

E aí ele termina*:*

"Quem me vê até pensa que estou embriagado, mas é embriagado do vinho do amor de Deus, que bebi em demasia".

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

Agradecendo ao Dr. Aloísio de Freitas, passamos a palavra, com o maior prazer, ao Dr. Carlos Salgado.

O SR. CARLOS ALBERTO SALGADO – Temos logo uma sensação de inveja da loquacidade dos colegas aqui ao lado, especialmente do Dr. Aloísio. Vou ter que aguentar a inveja. Não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Estou preocupado de ele ter embriagado a Comissão e, agora, em todas as reuniões, nós termos poemas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu já dispenso o almoço depois disso.

O SR. CARLOS ALBERTO SALGADO – Estamos todos nutridos de cultura bastante humanista.

Mas, enfim, acho que a provocação aqui da nossa querida Senadora gaúcha realmente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. Salgado, eu só queria fazer uma correção: eu falei de uma autoridade aqui na nossa audiência pública que mencionou a questão da vacina, mas ele não é da OMS; é do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, o Sr. Bo Mathisen. Só para esse esclarecimento necessário.

O SR. CARLOS ALBERTO SALGADO – Muito bem.

Senadora Ana Amélia, a questão da qualidade pedagógica, ou seja, da capacidade da sociedade se instruir sobre álcool, tabaco, muitas drogas e também o *crack*, acho que deve levar em consideração, por exemplo, Senadora, a ideia de que agora em junho, se não me engano dia 23, nós vamos ter um massacre, de cabo a rabo no nosso País, por causa de uma droga, o álcool.

Então, como eu mostrei em um dos *slides*, a nossa sociedade se indigna, se chateia e se perturba com a presença e a disponibilidade brutal e essa capilaridade da distribuição do *crack*, que é uma coisa surpreendente. Entretanto, temos 1 milhão de pontos de venda de álcool no País, e, provavelmente, mais de 30% deles não regulamentados, não regulados pelas regras mínimas de sanitarismo e tributação. E acredito que tenhamos um número semelhante de distribuidores, de pontos de venda de *crack* no País. Mas a sociedade não se perturba com essa chacina que ocorrerá no feriado de *Corpus Christi* – é certo que ocorrerá, todos sabemos que ocorrerá – e, evidentemente, a sociedade segue passiva diante dessa contingência.

Então, eu acho que se é para falar em alarmismo... E fico lembrando aqui a nossa querida amiga Paulina Duarte, assistente social, atual responsável pela Senad, que, num momento não muito feliz, fez um posicionamento, talvez até com uma faceta interessante, mas de uma forma muito infeliz, que provocou uma reação bem desfavorável, bem ao contrário do que ela gostaria.

Mas acho que, sim, temos de ter posicionamentos firmes, não necessariamente alarmistas, mas com todas as substâncias. Então, a pedagogia para o jovem.., Fico imaginando que a formação da atitude do jovem fica na formação do seu papai, da sua mamãe. E, na contingência de todos os extratos sociais, a gente tem visto a desorganização dessa relação, de quem é o dono da criança, de quem é que manda na criança neste País, e que vai mandar, portanto, esse jovem adiante com o mesmo conceito, de quem é o papai e quem é a mamãe e o que papai e mamãe pensam sobre a disponibilidade e o uso de substâncias.

As substâncias estão e, de fato, sempre estiveram bastante presentes e disponíveis, mas com um pequeno detalhe: nós temos, com o crescimento tecnológico, que a habilidade humana sofisticada apresenta drogas cada vez mais potentes. A maconha dos anos 60 não é a mesma maconha da nossa década. Nós temos, inclusive, modalidades como *skank* que tem uma concentração de THC inusitada, surpreendente. Então, as coisas mudam também por concentração como ocorre com o *crack*.

Então, pedagogia eu acho que é incluir todas as substâncias e a atitude diante da substância que é, de fato, predominantemente dos adultos responsáveis pelo andamento da nossa sociedade, e, inclusive, adultos,

nós todos, que respondemos, repito, incansavelmente, pela chacina que ocorrerá em torno do dia 23 em nosso País inteiro.

Com relação ao estabelecimento rápido da dependência do *crack*, vou citar até uma coisa básica, até encerrando, que diz respeito ao seguinte: substâncias de ação muito rápida e de cessação de efeito muito rápida induzem a dependência. Exemplo: tabaco. É muito comum que muitos de nós, brasileiros, experimentemos o tabaco e alguns de nós somos eleitos. Atualmente aí em torno de 10% daqueles que experimentam ficam aderidos ao tabaco. Provavelmente com o *crack*, na medida em que ele se expande – e vai se expandir, parece que é inevitável isso – nós vamos ter uma ideia mais clara de quantos por cento, como temos em relação à cocaína, daqueles que passam pela substância vão se aderir, e por vários fatores, desde a sua constituição etc. Mas, especialmente, só vai haver dependentes de *crack* na medida em que haja disponibilidade. Como temos uma grande disponibilidade de tabaco, há um número elevado de usuários – em torno de 24% – e 10% de dependentes do tabaco, o que é um número brutal do ponto de vista de prevenção de problemas de saúde.

Então, acho que, com isso, encerro os meus comentários porque os colegas conseguiram varrer as outras questões com bastante clareza.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu agradeço e queria, inclusive, apenas espelhar essa questão da tolerância, dizendo que concordando aqui com as duas falas. Quando muitas vezes se ouve dizer que a culpa é da polícia, que a culpa é do governo, que a culpa... Mas veja: o que é difícil – e acho que foi o ponto mais importante que apreendi na literatura e em tudo que há de textos e de pesquisas sobre isso – é o que os países que estão vencendo fizeram, ou seja, introduzir uma nova cultura na sociedade. Por isso que não é simples assim. Imaginem a rede de formação para um país com 190 milhões de habitantes, a rede de formação que não temos de fazer nas escolas, na família, mas empresas, nas lideranças em todas as áreas para termos uma cultura sobre isso.

A gente acha natural ter em nossas casas os lugares para guardar bebida, essas coisas todas, mas depois se surpreende com as conseqüências. Então, é uma mudança realmente brutal.

O que eu queria pedir aqui aos nossos palestrantes, a quem quero agradecer, porque acho que foi importantíssimo aqui... O caminho da Comissão é ouvir sobre prevenção, ouvir sobre o tratamento, ouvir sobre a reinserção social, sobre o período da abstinência, enfim, e ouvir do ponto de vista de todas as experiências – as experiências pelo foco religioso, pelo foco da medicina, da psiquiatria, pelo foco social, enfim, pelo foco de todas as áreas – e eu creio que isso é fundamental.

Eu queria pedir a sugestão, porque o objetivo final da Comissão, como eu disse, é buscar organizar um arrazoado de proposta que possa servir de eixo... Estamos tratando com a Drª Paulina, com o Ministro Alexandre Padilha, com o Ministro José Eduardo Cardozo, com a Ministra Tereza Campelo, enfim, com os setores do Executivo, como teremos de abrir um diálogo com o Judiciário, com o Ministério Público, com a Defensoria, enfim. Estaremos aqui aprovando requerimento para ouvir a Ordem dos Advogados, entidades da sociedade.

E a ideia é a de que possamos convencer o Governo a, numa conferência nacional, buscar pactuar as condições de o Brasil ter um sistema, procurando definir qual a rede na área da saúde, qual a rede na área social necessária e qual o papel da sociedade, do setor privado diante disso, a fim de que possamos atuar de forma mais organizada.

Alerta-me aqui a assessoria para o fato de que nós temos de colocar em votação essa proposta de convocação aqui na área da prevenção, de representação das igrejas, das centrais sindicais e patronais.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CASDEP.

Em votação.

As Srªs e o Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

As entidades patronais são as federações...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E as centrais sindicais...

O SR. CARLOS ALBERTO SALGADO – E as federações de tratamento, como a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas Evangélicas...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós já ouvimos as três existentes.

Esta Presidência comunica o recebimento do convite da Fazenda da Paz, em parceria com o Sistema Meio Norte de Comunicação, referente à participação dos membros desta Subcomissão na 2ª Caminhada "Um Minuto pela Vida", evento que faz parte da Campanha "Esqueça o *crack*, lembre de você", a ser realizada no dia 26 de junho de 2011, domingo, em Teresina, Piauí.

Solicito que as Srªs e o Srs. Senadores interessados em participara da referida caminhada entrem em contato com a Secretaria desta Subcomissão.

Da mesma forma, também esta Presidência comunica o recebimento de convite das Federações Norte e Nordeste de Comunidades terapêuticas e Cruz

Azul, referente à participação dos membros desta Subcomissão no Encontro Nacional de Comunidades Terapêuticas, "Uma nova perspectiva", a ser realizada nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2011, também em Teresina, Piauí.

As Srªs e os Srs. Senadores interessados em participar devem entrar em contato com a Secretaria da Subcomissão.

O que eu acho que tem de importante – e quero encerrar com isso – é que há hoje um acordar no Brasil com uma discussão mais aprofundada. O que me doía muito, como brasileiro, era ver uma discussão com foco no demônio, enfim, para usar aqui um termo apenas, sem um aprofundamento maior. O que a gente percebe aqui, claramente, pela voz dos cientistas, é que precisamos atuar de modo muito planejado, de modo muito organizado e integrado. Este é o grande desafio.

Quero agradecer aqui a presença de todos, reforçar o convite para Mato Grosso do Sul, em Ponta Porã amanhã...

O SR. WALDEMIR MOKA Bloco/PMDB – MS) – Permita-me, mas acho que o debate sobre dependência química, a questão do álcool e tal, mas foi essa questão do *crack* que, na verdade, infelizmente, serviu para que, nessa exacerbação, a sociedade acordasse, até porque há uma cobrança. Eu mesmo, com 35 anos de formado, já eleito Senador, ouço os meus colegas de turma me dizerem: "Olha, vocês têm que fazer alguma coisa!" É claro que esse é o lado, se é que existe, mas, infelizmente, essa exacerbação serviu para que o Congresso Nacional, e a sociedade, enfim, fizesse uma grande mobilização no sentido do enfrentamento do *crack.* Mas, na verdade, a gente tem que entender a necessidade do enfrentamento da dependência química, que isso é que é importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu penso também, Senador Wellington, nossos brilhantes expositores, que o trabalho que a Subcomissão Temporária da Comissão de Assuntos Sociais do Senado está fazendo é dar visibilidade nacional ao tema, a ponto de muitas instituições importantíssimas nos procurarem exatamente para compartilhar ou as suas experiências no âmbito das comunidades terapêuticas, ou de iniciativas da sociedade organizada no sentido de participar desse projeto ambicioso que temos, como explicou muito bem o Presidente Wellington Dias, de chegar ao final, ouvida toda a estrutura social, institucional, política, terapêutica, médica, religiosa, a um trabalho de, digamos, um panorama geral com as políticas públicas que compatibilizem todas as diferenças que temos entre a questão de saúde, de repressão, de assistência social, todas as questões enfim.

E, sobretudo, a nossa grande preocupação aqui é que as pessoas tenham a chance de sobreviver a esse mal, a essa doença gravíssima que é a dependência química, especialmente focada no *crack*, conforme expus em meu requerimento, que parece ser o mal que mata os sonhos da nossa juventude e, especialmente, está trazendo para o seio da família um grave drama que é a ausência da perspectiva de se encontrar com Deus ou com a própria vida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós que agradecemos e parabenizamos aqui a todos os participantes.

Declaro encerrados os trabalhos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 07 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e sete minutos, do dia vinte e oito de junho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Wellington Dias,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, com a presença dos Senadores Waldemir Moka e Eduardo Amorim e da Senadora Ana Amélia. Registra presença o Senador Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** para discutir a experiência de movimentos sociais na prevenção à dependência química de álcool, "crack" e outras drogas, atendendo ao Requerimento nº 8, de 2011-CASDEP. **1ª Audiência Pública (Igrejas e CNBB).** Orador: **Dom Irineu Danelon**, Bispo de Lins/São Paulo, responsável pela Pastoral da Sobriedade da CNBB, representante do Cardeal-Arcebispo Dom Raymundo Damasceno Assis, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Justificou ausência: Senador Mag-

no Malta, Igreja Batista – Projeto Vem Viver. **ITEM 1 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011 – CASDEP**. Com fundamento no art. 90, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Excelentíssimo Senhor Juiz Federal **Odilon de Oliveira**, titular da 3ª Vara Federal Criminal da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande – MS, da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul - Tribunal Regional Federal da Terceira Região, para tratar de assunto de interesse público relevante nesta Subcomissão de Políticas Públicas e Dependentes Químicos, referente à destinação a ser dada aos bens apreendidos nas operações de combate ao tráfico de drogas e, a possibilidade de reversão dos valores respectivos, em medidas preventivas ao uso/tráfico de substâncias causadoras de dependência química. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011 – CASDEP.** Com fulcro no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligências, no formato de visita técnica, ao Estado da Bahia, dos membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outros – CASDEP, ao Centro de Estudos de Terapia do Abuso de Drogas – CETAD, da Universidade Federal da Bahia, e ao Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas – CAPSad, no Pelourinho, Salvador, Estado da Bahia. Requeiro, ainda, que as visitas sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais para prestar assistência à presidência da Subcomissão. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata e Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Amorim, Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT - PI) - Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas de Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião de 2011.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública destinada a discutir a experiência de movimentos sociais na prevenção à dependência química de álcool, *crack* e outras drogas, atendendo ao Requerimento nº 8, de 2011, desta Comissão.

Convido à mesa o nosso convidado Dom Irineu Danelon, bispo responsável pela Pastoral da Sobriedade da CNBB, representando o Cardeal Arcebispo Dom Raymundo Damasceno Assis, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Dom Irineu, agradecemos a sua presença. Estamos trabalhando, como dizia há pouco, em cinco eixos importantes para a Comissão: primeiro, a prevenção. Ou seja, estamos conhecendo as experiências nessa área da prevenção; segundo, o tratamento. Aprendemos, durante a Comissão, a necessidade do acolhimento, que é o termo que estamos vendo como o mais apropriado para situar as comunidades terapêuticas, os grupos de autoajuda; a reinserção social na família, na comunidade, no trabalho; e ainda algumas outras políticas que são importantes nessa relação. Avaliamos a necessidade de haver um trabalho integrado, além de integrar as áreas de governo, os poderes, enfim, é preciso que se tenha uma integração também com a sociedade.

Por essa razão, compreendemos o quão importante é ouvir a experiência da CNBB, a experiência da Igreja Católica. É por isso que o convidamos e agradecemos pela presença. Aqui presentes o Senador Waldemir Moka, a Senadora Ana Amélia, que vêm aqui acompanhar com todo o carinho e trabalhar para esse objetivo.

Passo a palavra imediatamente a Dom Irineu, para que possa fazer uma exposição sobre a experiência da CNBB, e possa contribuir para nortear os rumos desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU DANELON – Muito bom dia! A gente agradece por essa oportunidade. É muito especial para nós perceber o apoio que temos recebido também da parte governamental.

Eu começo com um depoimento particular. O meu irmão teve dois filhos e um deles tinha o meu nome. Eu me chamo Irineu Danelon; ele se chamava Irineu

Danelon Sobrinho; e o outro sobrinho, José Antônio Danelon. Não obstante eu ser educador - porque sou salesiano e fui provincial dos salesianos em São Paulo -, eles estudaram no meu colégio, no Liceu Nossa Senhora Auxiliadora de Campinhas, enveredaram-se pelas drogas e morreram prisioneiros, também portadores de HIV. Então, esse fato foi assim – digamos - o capricho da Providência para me chamar ainda mais a atenção sobre a gravidade da problemática que atinge muitas famílias.

Mas uma coisa é "você ouvir falar"; outra coisa é você acompanhar o enterro de dois jovens bonitos, inteligentes, mas não sábios, e ver a tristeza do meu irmão.

Então, eu fiz um desafio que até hoje me arrepia. Eu falei para o satanás: "Você vai ver comigo!" Não se deve fazer isso, porque ele é poderoso. Mas eu me lembrei do pequeno Davi enfrentando o gigante Golias. "Você vem com as forças suas, mas eu vou com a força de Deus".

Nessa época, eu trabalhava também em Brasília, na Conferência Nacional dos Bispos, e era o bispo responsável nacionalmente pelo setor da educação e da juventude. Então, eu tinha a faca e o queijo na mão para, digamos assim, iluminar e motivar os bispos nesse sentido. E a gente começou convidando representantes de diversas pastorais que tivessem esse mesmo entusiasmo de combate à causa - de início, foi combate à causa, não é? Reunimos 72, a maior parte jovens, representantes de diversas partes do Brasil. E aí nos veio a ideia de motivar a Conferência dos Bispos para que uma das campanhas da fraternidade, em nível nacional, fosse sobre as drogas. E, no ano de 2001, de fato, aconteceu essa campanha que tinha por título: "Vida Sim, Drogas Não!".

Então, foram feitos 28 subsídios referentes espalhados em todos os recantos do Brasil, nas capitais e também na região rural. Nós nos sentimos assim fortes na luta e também escolhemos cinco frentes: a frente da prevenção; da intervenção, da recuperação, da ressocialização, e do apoio, digamos assim, por meio das políticas públicas, naquilo que se refere a essa realidade tão triste.

Depois disso houve a Conferência Latino-Americana e Caribenha, que aconteceu com a vinda do Papa, em Aparecida. Novamente, a gente tentou influenciar todos os componentes.

Se vocês tiverem a oportunidade de ler o nº 422 desse documento, ele se refere com palavras fortes, dizendo que o fenômeno das drogas é como se fosse a onda de óleo que invadiu todas as praias de todas as camadas sociais de todas as idades, de modo que ninguém pode dizer "Não tenho nada a ver com isso", porque é um fenômeno complexo e urgente. Como Igreja, a gente não pode se abster, porque, como Igreja, a gente se considera a mãe. Qual mãe não tem assim um especial zelo nessa situação?

Numa nova conferência dos bispos, a gente procurou, mais uma vez, salientar a importância dessa luta e a nossa Pastoral se tornou um organismo que pertence à Conferência dos Bispos. Já não é mais uma simples Pastoral, mas um organismo. Ou seja, faz parte do organismo da Conferência ter organizado esse setor, com todo o apoio dos bispos.

Eu sou o bispo, então, eleito pelos demais, para representá-los nessa luta. Nós não temos a pretensão de agir sozinhos, porque uma das minhas convicções é esta: por melhor que seja alguém, jamais consegue ser tão bom e eficiente quanto todos nós unidos.

Então, nós funcionamos como se fosse um grande guarda-chuva de apoio a todos os movimentos que acontecem dentro da Igreja, que são muitos e alguns dos quais vocês já tiveram a oportunidade de ouvir, como, por exemplo, a Fazenda Esperança, o trabalho do Padre Haroldo, que foi o grande patriarca. Mas tem também a do Fradão, o do Frei Francisco, do Padre João Ceconello, coisas que são de diversas facetas, mas que se completam.

E a gente encontrou, assim, muita riqueza já acontecendo no Brasil no sentido da prevenção, da recuperação; mas, quando entramos em contato com o AA, nós descobrimos um caminho de mais de oitenta anos percorrido em todo o mundo e a gente se encantou com os doze passos do AA. O primeiro deles é "eu admito". Enquanto a pessoa não admite, não tem como sair dessa. Só que os passos do AA, com todo respeito, são um pouco neutros. Eles se referem, por exemplo, a um ente superior, que, para nós cristãos, tem nome: é Pai. Então, a gente quis como que batizar os doze passos, e eles hoje são carregados dos conteúdos que Jesus Cristo veio trazer. Ele disse "Eu vim para que todos tenham vida e vida plena". Não falou de drogas, mas Ele esteve preso e percebeu, sim, que, de fato, que a vida é o que existe de principal. Então, quem está com Jesus Cristo é amante da vida, e a nossa principal mística consiste em defender a vida a qualquer preço, porque não tem nenhum valor maior do que a própria vida. E a vida que a gente considera não é só a vida do indivíduo, é a vida plena; e vida plena só acontece quando a gente vive em comunhão, ou seja, num relacionamento positivo que se completa: o que eu tenho de bom passo para você, e você me enriquece com as suas experiências. Então, a gente achou por bem fundar um grupo parecido com o AA com o nome de Pastoral da Sobriedade.

A palavra sobriedade não é negativa, não é um combate às drogas. É um esforço de a gente fazer

entender aquilo que São Pedro já dizia: "Sede sóbrios e vigiai, porque o demônio, como um leão, está rodeando, rugindo, procurando a quem devorar" já naquele tempo. Então, a pessoa sóbria é aquela que tem autodomínio. Pode muito bem ser comparada a uma pessoa que sabe dirigir bem o carro. Se você tem um carro novo, bom, mas você é um mau motorista, com certeza, você é candidato a alguns acidentes graves para a sua vida e para a vida dos demais.

Então, colocamos em destaque a importância de a pessoa viver sóbria. Não só libertar-se do vício do tabaco, do álcool, das drogas, mas ter, assim, um projeto de vida nova. Aí, surgiu então o nosso livro-base, que passo às suas mãos: *Programa de vida nova*. São os doze passos com cinco alternativas para cada um dos passos, e que a gente celebra, em nível nacional, em iguais semanas. Nesta semana, por exemplo, estamos celebrando o 12º passo, que é festejar. Festejar não só a inauguração de uma Casa, mas de uma vida nova. E, para não se tornar monótono, quando a gente termina o 12º passo, volta para o primeiro, mas seguindo outro roteiro, que complementa. Então, este livro nasceu após oito anos de experiência e traz – deixo aqui para o nosso querido Senador Wellington – as riquezas do Piauí também.

Bom, e a gente... Aqui tem uma fotografia, porque, quando candidata, a Srª Dilma me procurou, viu? E ela prometeu dar apoio especial, porque, modéstia à parte, a nossa intuição se ramificou, se espalhou pelo Brasil. Hoje, além de todas essas casas de recuperação, nós temos cerca de 2.300 grupos de autoajuda por onde já passaram milhões de pessoas. Então, ela ficou sabendo disso e me procurou aqui em Brasília mesmo. Eu falei: "Vou levar esta fotografia, porque pode ser um marco histórico. Não sou eu que estou procurando. É ela que está me procurando." Então, a gente pode complementar agora com o apoio do Governo.

O grupo de autoajuda não tem muita necessidade de recursos econômicos, porque, para manter uma comunidade terapêutica, você sabe que, com menos de R$15 mil, não se consegue. É preciso manter o psicólogo, o pedagogo, o assistente social, o médico. E onde os pobres vão encontrar recursos? Até o momento – vou dizer uma coisa que vocês não vão achar ruim – o Governo inspeciona, vai visitar as nossas casas e, se não têm, manda fechar. Mas nós não temos tido o apoio efetivo para manter essas casas como elas precisam.

Há um fato que deve ser excepcional: o Governo de Minas Gerais já tem uma secretaria especial da droga dentro da Secretaria da Saúde, mas com um secretário especial e tem recursos para isso. Eu penso que está chegando a hora de a gente tomar consciência do seguinte: no território da minha diocese, sou bispo de Lins, bem no meio do Estado de São Paulo, eu tenho onze penitenciárias. Não são da cidade; são da região. Para a construção de uma dessas penitenciárias, a média de custo é de R$25 milhões; para manter um preso, normalmente, são R$1,4 mil *per capita*. Oitenta por cento dos que estão lá chegaram a essa situação por causa das drogas. Então, o Governo está gastando bastante e com pouco resultado, porque, dificilmente, a gente ouve dizer que alguém saiu da penitenciária e está curado.

Então, a gente bate muito nesta tônica: programa de vida nova. Não consiste apenas em recuperar do vício, mas em devolver à pessoa a consciência de sua dignidade. E temos dito assim, com muita ênfase: "Você não é uma bijuteria. Não existe gente de segunda classe. Você tampouco é um filho de Deus de segunda classe. Você é filho de Deus." E a aí vem Jesus Cristo como o caminho, como mestre, com aquele que ensina a gente a amar, e temos tido a certeza, cada vez mais aprofundada, de que o grande remédio é o amor, que pessoas difíceis normalmente são as pessoas mal-amadas e que, quando elas fazem a experiência de serem amadas, começa a cura de uma vida nova. Aí a importância da acolhida a que o senhor se referiu.

Nos nossos grupos fizemos uma avaliação de qual foi o elemento mais significativo, mais positivo e que melhor colaborou para a recuperação e, de Norte a Sul: a acolhida. O indivíduo que é dependente está cansado de ouvir adjetivos qualificativos negativos. "Você é um traste!", "Você não presta!", "Oxalá não tivesse nascido!", "Prefiro ver você morto!" são expressões que escuto dos pais e, quando encontram um grupo que acolhe, que valoriza, que diz "aqui hoje você é a pessoa mais importante" e nos grupos tem aquela oportunidade de confidenciar, porque tudo é segredo, como o luar, a gente percebeu, assim, que, de fato, quando alguém consegue pôr para fora os seus problemas, 80% dos mesmos problemas já foram curados. E a gente vai crescendo de tal maneira que os próprios dependentes se tornam os agentes dessa pastoral e, entendendo melhor do assunto do que nós mesmos, tornam-se pessoas de vida nova.

Ainda ontem, por acaso, o meu avião de Bauru atrasou por duas horas. Consequentemente, eu perdi a conexão para Brasília, mas não foi por acaso. Encontrei-me com um jovem que estava indo para a Coreia, que disse assim: "Eu fui assassino, eu fui sete anos dependente de *crack*, eu fui... Mas, pela graça de Deus, recuperei a minha vida. E eu vou indo lá para testemunhar num congresso que é possível sairmos dessa".

Então, colocamos em destaque a importância da acolhida da parte de Deus, também, que se cha-

ma o Deus misericordioso. Já no Antigo Testamento, esse adjetivo qualificativo muitas vezes é empregado para Deus. Deus é rico em misericórdia. Mas, no Novo Testamento, Jesus disse: "Eu desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade do meu Pai. E a vontade de meu Pai é esta: que ninguém se perca. Eu vim salvar quem está perdido".

Então, eu disse assim: "Quanto mais perdido você estiver, mais você tem direito de ser amado por Deus." Porque o sangue foi derramado por vós e por todos para a remissão dos pecados.

E essa espiritualidade e essa mística de uma confiança ilimitada que nos ensina a fazer dos preteridos os nossos preferidos é o que funciona, porque a Pastoral não trabalha com profissionais que recebem; trabalha com voluntários que amam; amam a causa, mas principalmente as pessoas.

Eu penso que esse é o segredo do êxito de qualquer empreendimento que vise prevenir, recuperar e principalmente ressocializar, porque as nossas casas de recuperação todas lutam contra essa problemática terrível. E, quando acaba o período de nove meses, quem vai dar apoio? Como a sociedade e a família vai acolhê-lhos, não é? Isso não será possível se não houver uma vida nova também da família.

Então, os grupos de autoajuda muitas vezes não conseguem atingir o dependente, mas atingem os co-dependentes. Vem a mãe, vem o pai, vem a irmã, vem a namorada, e eles aprendem a tratar o dependente de outro estilo. E até o nosso símbolo não é droga, não é injeção; é uma lâmpada com óleo que ilumina, e até este braço é maior do que a própria lâmpada, simbolizando que a bondade de Deus é muito maior do que o nosso vaso particular. E, com essa perspectiva e essa espiritualidade, a gente atinge a família do dependente, e, quando ele voltar para casa, isso facilita a sua acolhida, e também facilita a que as famílias não percam a sua vida, porque normalmente um dependente arrasta consigo, negativamente, seis, sete, oito, dez pessoas. E os outros irmãos ficam à deriva, porque em casa não podem ter mais nada, roubam tudo. A atenção agora é com a polícia. O nome da família foi para o lixo, porque sai no jornal como acontecia assim: "Irineu Danelon Sobrinho foi preso pela polícia. Irineu Danelon Sobrinho está na cadeia." E era o meu nome que estava lá. E sentimos na pele quando é alguém da própria família, com o próprio sobrenome, que está sendo procurado pela polícia, que está preso.

Então, pais, parentes, namorada, todos eles são atingidos pelos grupos de autoajuda. Eles se reúnem, há os momentos assim de sigilo, em que se confidenciam e se apoiam, porque, às vezes, a mãe pensa que é só ela que sofre, mas, conhecendo o sofrimento de outras e como é que essas outras mães já tiveram a possibilidade de sair dessa, ela vai se enriquecendo, volta para casa cheia de esperança.

E a nossa padroeira não é Santa Joana d'Arc, porque ela morreu no fogo; nossa padroeira é Nossa Senhora da Piedade, porque ninguém melhor do que a mãe de Jesus, recebendo no seu colo o seu filho querido com tudo aquilo que fizeram de malvadeza para Ele, para entender o sofrimento de uma mãe. Então, é nossa padroeira, Nossa Senhora da Piedade.

E, graças a Deus, estamos organizados. De vez em quando, nós temos publicações, e temos mantido a nossa revista, a Revista da Sobriedade. E esse número especial saiu para enfatizar que, além dessas cinco frentes de trabalho, nós temos necessidade absoluta de orar, porque Jesus Cristo já dizia que esse tipo de demônio só se espanta com oração e com jejum. Se a pessoa não tem o hábito de orar, de interceder, fica difícil de ela, com as próprias energias... A pessoa que trabalha sem Deus jamais é capaz de dar o melhor de si. E, através da oração – temos os diversos tipos de oração, de encontros –, vamos também nos solidificando, nos fortalecendo e nos capacitando para fazer aquele desafio que fiz ao satanás: "Você vai ver comigo, porque eu não estou sozinho. Eu estou com Jesus Cristo, eu estou com o Espírito Santo, eu estou com o amor do Pai, eu estou com a comunidade". Então, a gente torna-se assim um pouco mais corajoso e agradecido, porque, quando existe o êxito, não atribui somente a si, mas à porção de intervenções que recebemos de todos os lados.

A nossa mística está baseada nestes pensamentos: "O Pai nos amou de tal maneira que enviou para nos salvar o seu próprio filho." E nós, através da Pastoral, queremos ser portadores desse amor. "Jesus nos amou de tal maneira que deu a sua vida."

Então, nós queremos fazer de Jesus Cristo um protótipo da nossa doação, e quase nada consegue assim desanimar quem tem uma motivação cheia de amor. O que uma mãe não faz quando ama seu filho em prol da vida dele, não é? E temos assim sido testemunhas de milhares de casos que se salvam por causa da prática do amor, que é a mística. A mística é essa força que recebemos e que faz com que dois mais dois não se reduzam a quatro. Então, é uma porção. Há uma mística que se multiplica: "Eu estarei no meio deles". E é essa presença de Deus que luta conosco, e não podemos impor isso para quem não crê, mas antigamente era dito assim: "Eu quero ver para crer." E eu digo assim: "Eu quero crer para ver". Quando você tem fé, você vê tantas coisas que jamais você viria. Diga a uma montanha saia da frente que

ela acaba obedecendo a você. A montanha simboliza a somatória das dificuldades e dos desafios.

Eu penso que o meu tempo já se esgotou, e eu não trouxe por escrito, porque recebi o convite ontem à tarde, tomei um avião e vim; mas eu prometo, se necessário, mandar via *e-mail* depois um apanhado disso que eu acabei falar.

Agradeço muito por esta oportunidade. Já estamos tendo contato com a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas). E me apraz neste momento representar os bispos e a Conferência Nacional dos Bispos nessa luta pela vida, porque quem já é amado tudo bem, mas Jesus contou a parábola do bom samaritano, onde a pessoa caída na rua ou na estrada não tinha direito de ser amada, porque era desconhecida e pertencente a outro setor inimigo. E Jesus falou assim: "Amai os vossos inimigos. Fazei bem aos que vos perseguem e caluniam".

Então, queremos salvar também os traficantes, porque eles também são filhos de Deus. Não existe gente de segunda classe. E é claro que precisamos combater com sabedoria todo o tráfico, mas digamos que o traficante também é objeto da Pastoral da Sobriedade. Se fosse só com polícia, todos que quiseram combater assim, frente a frente, com arma se esqueceram do que disse Jesus: "Quem com ferro fere com ferro será ferido."

O amor é a nossa terapia, mas não o amor assim de deixar fazer o que as pessoas querem, não o amor que propõe o outro movimento paralelo à sobriedade, que é o amor exigente. Eu acho que vocês já ouviram o Padre Haroldo dizer: "Eu amo você, mas detesto aquilo que você faz. Então, por causa do amor que tenho por você, vou ser exigente com as suas atitudes, vou colocar ordem na casa".

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós que agradecemos. Com certeza, será importante o envio de um texto que possa subsidiar nossa equipe nesse trabalho.

Passo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Dom Irineu, nasci praticamente dentro de um colégio salesiano, o Colégio Dom Bosco, de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Dei aula, durante 15 anos, no Colégio Dom Bosco, além de ter sido aluno lá. Os salesianos sempre tiveram como prioridade a educação, até em função de Dom Bosco ter tido essa preocupação.

Quero dizer uma curiosidade. O senhor falou que, é claro, a base é a fé, a acolhida. Vocês não têm nenhuma terapia, nada. Sou curioso em saber como funciona na prática. Vocês atuam só preventivamente?

O SR. IRINEU DANELON – As casas de recuperação usam todas as terapias humanas viáveis: terapia de grupo, terapia de trabalho, terapia da amizade, valorizando cada pessoa. Há psicólogos que nos acompanham. Mas acreditamos firmemente que, se os profissionais de ajuda não forem peritos na arte de amar as pessoas como se fossem seus filhos, dará pouco resultado. À tardinha, eles vão embora, o pessoal fica nas casas. Terminados os nove meses, alguns vão embora, e eles ficam nas casas.

Então, é preciso vencer essa dimensão do profissionalismo simples. Tem que entender de psicologia, de terapias, mas tem que ser perito na arte de amar gratuitamente. Normalmente, essas pessoas não fazem por merecer, até aquele momento, pelo menos. São consideradas pessoas que estorvam, que atrapalham. Se você não tiver um amor forte, na ocasião que você for trabalhar com a pessoa e ela te xingar, vamos dizer assim, você desanima.

Então, Dom Bosco dizia: "Não basta amar, é preciso demonstrar". E demonstrar para ser querido também. Quando um educador se torna querido, ele atinge o coração das pessoas e, através do coração, chega até a cabeça, propondo valores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, só para eu entender: o Grupo da Sobriedade funciona onde já tem uma estrutura? O senhor falou em milhões de pessoas que passaram por essa estrutura. Imagino que exista algum lugar, uma casa, onde funcione.

O SR. IRINEU DANELON – Não necessariamente uma casa específica. É para comunidades terapêuticas. Nós temos mais de mil. Mas os grupos funcionam em uma sala emprestada, em uma paróquia, em uma casa particular.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Reúnem-se e falam da experiência...

O SR. IRINEU DANELON – Reúnem-se assim como se reúne o AA. Nós nos reunimos levados por uma terapia motivada em Jesus Cristo. Dizemos assim: quando uma pessoa descobriu o sentido de sua vida, a sua própria identidade, a sua missão, de onde veio e para onde vai, ela está vacinada contra qualquer tipo de droga. A principal das drogas é quando a vida é uma droga. Então, você troca essa vida por qualquer bagatela, por qualquer coisa. Se você não tem o sentido da vida, repito... Uma vez foi em Campo Grande que eu repeti: "Jovem, procure descobrir o sentido de sua vida antes de gastar as suas energias. Depois de velho, você está com seus pneus na última lona, seu farol já não funciona. Como dizia o Mata Onça: só funciona a "bugina" – ele era italiano, tinha um vozeirão. Só funcionava a buzina, não funcionava

mais nada. Então, já é um pouco tarde. Antes tarde do que nunca. O bom é quando o jovem redescobre o sentido de sua vida. E não há nada que funcione, se isso não acontecer. Eu me libertei do cigarro. Está bem, mas você só bebe coca-cola.

Então, os agentes da Pastoral da Sobriedade, enquanto vão acompanhando os dependentes, descobrem que também são dependentes. E quase todos nós – posso fazer exceção para vocês aqui – temos dependências: ou dependência de sexo, porque está enveredado no costume da masturbação, por exemplo, ou dependente de coca-cola, ou de chiclete, ou da moda, ou do dinheiro. São poucas as pessoas que dizem: sou livre para amar e servir. Estão sempre dependendo de algum estímulo, condicionamento. São muitos os condicionamentos que nos envolvem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Senadora Ana Amélia.

O SR. IRINEU DANELON – Senadora, que bonito, a mãe aqui!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois gostaria de ter sido, Dom Irineu. Mas, de algum modo, fui mãe precoce, pois sou a mais velha de nove irmãos.

O SR. IRINEU DANELON – Ajudou a criar os irmãos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ajudei a criá-los. Então, senti-me uma mãe meio espiritual dos meus irmãos. A mulher exerce um tipo de maternidade nas relações com os funcionários, com a família, com todos.

Chamou-me atenção não só a sua declaração, mas tenho algumas questões para o senhor.

A primeira questão é que tem uma pesquisa a respeito da matéria, e eu queria saber se o senhor também teria dados sobre isto: qual a influência que religião pode ter sobre a juventude em relação ao afastamento das drogas ou a não aceitar este convite tentador da droga, seja pela adrenalina, seja pela emoção, seja pela curiosidade.

A segunda pergunta é que o senhor mencionou uma questão muito importante. Quando estiveram aqui Frei Hans e Padre Haroldo, eles foram extremamente objetivos sobre o papel das comunidades terapêuticas. O senhor declarou que o Governo vai à comunidade terapêutica e, se não fica satisfeito com o que vê, manda fechar a porta, mas não ajuda, não dá as condições para que essa comunidade terapêutica, talvez com poucos recursos, sobreviva. Ela precisa das condições exigidas pelas autoridades, como psicólogos, visitas de médicos, enfim, uma estrutura toda. O senhor usou um dado. Disse que, na região onde o senhor é responsável pela Pastoral da Sobriedade da CNBB, em Lins, que fica geograficamente no centro do Estado de São Paulo, existem onze penitenciárias.

O SR. IRINEU DANELON – E estão abrindo a penitenciária feminina, só para mulheres.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Espero que tenha boas condições para tratamento humano para as detentas. Disse que cada uma delas custa R$25 milhões...

O SR. IRINEU DANELON – A construção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A construção de cada unidade. É claro que isso é apenas mais um dado, porque a manutenção, às vezes, é mais do que a própria edificação. E 80% dos apenados chegam ali por conta das drogas, seja pelo tráfico ou pelo consumo.

Quero saber do senhor, que também foi consultado pela Presidenta Dilma Rousseff, durante a campanha eleitoral, como o senhor fez referência, acha que o Governo está agindo adequadamente nessa matéria, que caminhos, na sua visão, com a sua experiência, poderiam ser tomados, o que o Senado poderia fazer juntamente com iniciativas como as da CNBB e de outras igrejas e de outras instituições voltadas para a prevenção. Concordo com o senhor que prevenção é realmente o melhor remédio.

O SR. IRINEU DANELON – O melhor remédio. Assim, quanto a uma das questões, hoje já é científica essa pesquisa de que, quando se tem espiritualidade, quando se tem religião, facilita-se não só a recuperação, mas a prevenção. São poucos os jovens que conhecem, de fato, Jesus Cristo e depois caem nas drogas.

Então, hoje, evangelizar é também uma coisa patriótica porque, enquanto a gente evangeliza, a gente torna a pessoa apta para servir. E, como Jesus Cristo disse "eu vim para servir e não para ser servido", como há mais alegria em servir do que em receber, o jovem que descobre a alegria de participar como voluntário de alguma empresa ou de algum movimento não tem necessidade muito do prazer, porque o prazer é uma coisa passageira e gera aquela compulsão de precisar de mais para sentir mais prazer, e aumentando a dose para que o prazer não desapareça. Mas desaparece e tem consequências, ao passo que a alegria não desaparece, e a gente vai-se tornando uma pessoa feliz, de bom humor. Até eu tenho dito que eu sou o fundador da igreja Deus é humor, não só Deus é amor. Nós temos que ser alegres. E como eu pertenço à diocese de Lins, eu digo assim: "Vocês são de que diocese? De Botucatu? De Bauru? Não. Vocês são de Lins, e para dizer Lins tem que sorrir!". Porque o Cristo falou: "Eu vos disse essas coisas para que a minha alegria esteja em vós, e a vossa alegria seja completa". Então,

não é essa religião triste, do Deus que castiga, que salva, é a religião que desperta a consciência dos valores que Ele é, de que não existe gente de segunda classe, e de que Deus ama você a partir da situação em que você se encontra.

Depois, a segunda pergunta, a senhora pode repetir?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sobre a questão das comunidades terapêuticas, que o Governo manda fechar quando não encontra...

O SR. IRINEU DANELON – A gente agora, por exemplo, tem uma chácara bonita, da diocese, e estou tentando fazer uma segunda clínica lá. Mas olhem quantas exigências, precisa ter isso, precisa ter aquilo, e quanto que o senhor me oferece? Aí vamos ver. Então, primeiro, precisa-se fazer uma estrutura adequada para começar a receber aqueles que o Governo tem obrigação de atender por primeiro, assim como se faz escola, como se faz um pronto-socorro.

Hoje, a quantidade de dependentes é tão grande, que é uma situação que chama a atenção, e não só a atenção da cabeça, mas também do bolso. Portanto, acho que deveria ter, no planejamento anual, uma porção reservada para atender às necessidades das comunidades terapêuticas. Existe, em parte. Não quer dizer que não existe, mas é insuficiente. Não tenho, por exemplo, recursos agora para contratar, nessa nova comunidade terapêutica, um psicólogo, um assistente social, um pedagogo. Eu vou contar com pessoas voluntárias. Mas os voluntários também têm tempo restrito. Eu penso que o Governo deveria colocar algumas exigências, claro, porque o trabalho tem que ser sério, mas, ao mesmo tempo, colocar recursos que facilitem.

O juiz agora manda internar pessoas. Internar onde? Com que recursos? Ah, o juiz que mandou. Mas o juiz vai pagar? Não. Ah, para alguns tem que dar cestas básicas. Mas é insuficiente isso. Então, penso também que o local onde essas pessoas são internadas devem ser locais agradáveis, nada parecido com cadeia, lugares onde possam trabalhar na horta, ter criações, jardim. Temos uma comunidade que se responsabiliza pelo cultivo de rosas, porque o contato com as flores favorece uma sensibilidade muito grande. Mas tem também aqueles que vão cuidar de porcos, porque também um leitãozinho assado é saboroso. Quando vê um leitãozinho assim... Se bem que eles começam a amar de tal maneira aqueles filhotes, que depois ninguém quer matar. Mas criou sensibilidade. Eu digo assim: "Você tem dó do porquinho e não tem dó de você mesmo? Que falsidade é essa? Você se mata e tem medo de matar o porquinho, não é?"

Qual é a outra questão?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A comparação entre o custo de uma cadeia e uma eventual comunidade terapêutica.

O SR. IRINEU DANELON – É claro que, com R$25 bilhões, a média necessária para construir uma penitenciária, eu construo umas 30 comunidades terapêuticas, e com capacidade de dar retorno positivo, porque a gente desconhece – não estou falando contra – os resultados positivos desses detentos, mesmo que seja do CR, como se diz, Centro de Ressocialização.

Nós temos, porém, lá em Pirajuí, uma penitenciária modelo, porque é lá que se fabricam as carteiras e cadeiras para as escolas. Todos trabalham. Ficam na cela só de noite para dormir. Durante o dia, todos estão ocupados e, na medida em que se ocupam, também vão abreviando o tempo de sua prisão. Então, eu vou, de vez em quando, celebrar missa lá, ou ministrar crisma. E até digo que as missas com esse povo são mais animadas do que a missa dos seminaristas. Como cantam, como tocam! Então, é possível também criar estruturas penitenciárias com um pouco mais de humanismo, e não ter cadeia simplesmente para prender as pessoas. A gente entende muito bem.

Já estão proliferando em São Paulo os Centros de Ressocialização. Não sei se no Brasil todo, mas em São Paulo sim. Mas vejo o Centro de Ressocialização de Lins, ele tem poucos recursos que possibilitam a pessoa ali, detenta, a se ressocializar, porque ninguém, as firmas da cidade não querem receber. Já é difícil encontrar emprego uma pessoa sadia, vocês pensem a dificuldade deles. Eu vou receber entre meus funcionários um detento? Não é fácil.

Eu estive no Chile, e a estratégia do Chile foi dar muito apoio ao esporte, à música e à educação. Quando o indivíduo pratica esporte a aprende a tocar algum instrumento e tem a possibilidade de ser bem educado, e não só a parte intelectual, mas como vida plena, dificilmente ele vai cair no engodo das tentações das drogas. Seria interessante que o Senado visitasse um pouco o Chile porque eles estão um pouco à nossa frente com relação à prevenção, usando estratégias positivas, entre elas, esporte, música e educação de qualidade para todos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa ideia foi ótima. Eu gostaria de apoiá-la e sugerir ao nosso Presidente, Senador Wellington Dias, até um contato com o Embaixador do Chile, para propiciar pelo menos que a gente tenha informações sobre esse programa nesse país que está muito ligado a nós pelas relações regionais, ver o que a gente pode fazer, até antes dos programas que a Suécia está fazendo, porque temos uma afinidade também regional. Pode nos ser bastante útil.

Obrigada.

O SR. IRINEU DANELON – Agora, fiquei um pouco chocado com relação a essa tentativa de liberar a maconha, porque, por estatísticas, quase ninguém começou com outras drogas, começa com maconha.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Começa com álcool.

O SR. IRINEU DANELON – Álcool, maconha, e, quando junta álcool com maconha, facilita abrir as portas para outras. Não é uma coisa tão inofensiva, cria dependências...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Começa pela maconha ou pelo álcool, e é progressivo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Começa por aquilo que é liberado, aquilo que é fácil, que é legalizado.

O SR. IRINEU DANELON – O cigarro e o álcool... O alcoolismo é também uma peste, digamos assim, em termos de dependência. No Brasil, a maior droga ainda é o álcool. A gente sabe que não há batizado sem cerveja, não há casamento sem cerveja, não há fim-de-semana sem cerveja. Costuma ser uma latinha, duas latinhas, três latinhas... Depois, você vai ver o que lá tinha!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um bom trocadilho.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Acatado também o encaminhamento em relação ao Chile.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu também, como o Moka, sou médico e tive o privilégio muito grande de fazer duas residências médicas, sendo que uma delas em tratamento de dor, na especialidade de algologia.

Com isso, dá para entender muito bem, falando agora do ponto de vista químico, biológico, fisiológico, como funciona tudo isso. Como funciona até o sorriso. O sorriso proporciona para nós a liberação de endorfinas, encefalinas. Não vamos chamá-las de drogas, vamos chamá-las de substâncias que nos mantêm vivos, que nos mantêm a autoestima e a motivação que dá sentido a tudo o que fazemos.

Então, tudo isso está muito bem explicado. O nosso Pai, nosso criador foi de sabedoria enorme. Ele criou os receptores celulares, cada célula recebe um mensageiro, uma mensagem. Mas, infelizmente, assim como temos essas substâncias boas, que nos elevam, que nos mantêm vivos, que nos mantêm a autoestima – que o senhor procura trabalhar o tempo todo e, com o sorriso, o senhor demonstra muita sabedoria nesta condução – com a liberação de substâncias que dão sentido a tudo isso, substâncias como endorfinas, encefalinas, adrenalinas, dependendo de onde ela atue. Infelizmente, também esses receptores não têm a sabedoria e a perspicácia de identificar a droga como uma substância exógena, não fabricada naturalmente; não percebem que ela vem de fora e faz mal, que faz um estrago enorme. Assim, vem a cocaína, vem o álcool, vem o *crack*. Eles não têm esse poder seletivo – é seletivo em algumas áreas cerebrais. Aí, vem a dependência. Enfim...

Mas o caminho, sem dúvida, é a prevenção, é o fortalecimento dos princípios, aquilo que é valioso. Quando uma sociedade tem de normatizar tudo; quando ela tem que criar uma lei até para se jogue um palito de picolé na cesta de lixo, isso significa que os seus princípios, seus valores morais e éticos estão muito fragilizados.Isso é muito ruim, é muito danoso.

Infelizmente, existem as pessoas más, que se aproveitam de tudo isso e comercializam, começam a ter aquele ganho com esse novo modelo de escravização de outros seres humanos.

Então, o Governo deveria, sim, ser menos burocrático, e pensar não só no social, não só no cristão, não só no humano, e facilitar – e esse papel é nosso também – a liberação de recursos para as instituições, para instituições como essa, que fazem esse trabalho social prevalente e preventivo, de forma muito mais fácil.

A burocracia é enorme em face de lidar com recursos públicos. Que exista a burocracia necessária, mas que ela não seja tão perversa a ponto de bloquear a liberação ou a condução de coisas que trarão até certa economia ao Erário.

Então, esse papel, sim, Wellington...

Não estamos aqui para inventar absolutamente nada. O que o Chile e outros países estão fazendo nós já sabemos, eu acho. É investir em princípios, é investir em esportes, é investir em educação. Isso não é inventar, isso não é criar. Eles criaram um modelo lá para fazer isso. Mas temos condições de fazê-lo,e temos inteligência, temos capacidade. O que temos de fazer é vencer a burocracia imposta pelo rigor, muitas vezes desnecessário, que traz um dano enorme ao Erário. Não criando isso, teremos de criar cadeias, teremos de criar presídios, o que é muito mais danoso, muito mais perverso, porque já levou ao sofrimento, já trouxe um prejuízo social e humano muito grande.

Então, vamos apostar no fortalecimento desses princípios e, sobretudo, fortalecer a prevenção com todas essas condutas que o senhor disse aqui, que são química e biologicamente explicáveis. É lógico que não estamos inventando, estamos apenas tendo o conhecimento de tudo aquilo como fomos criados, enfim.

Então, antes de mais nada, parabenizo e digo que o nosso desafio é desburocratizar esses recursos.

Eu estive recentemente no Ministério da Saúde com o Frei Hans tentando ver recursos para as comunidades, mas a burocracia é muito grande. "Ah, porque não dá para seguir o rigor dos princípios que sustentam o SUS"... Tem que ter isso, tem que ter aquilo!

Tudo bem, se não for pelo SUS, que seja por outro Ministério ou de outra fonte de recursos. Ninguém tem que afrontar princípio algum. Mas também não podemos largar ou tapar todo aquele sofrimento que estamos vivendo.

E, pode ter certeza, o sentimento é de derrota nessa condução no País. As drogas avançam perversamente, e o sentimento, com raras exceções, em um canto ou outro, como nesse trabalho que o senhor faz, são vitórias parciais. Mas, no geral, é de derrota, e nós aqui temos esse papel fundamental, importante e não podemos perder essa oportunidade de desburocratizar ou de estender a mão para instituições sérias e capazes, que fazem um trabalho muito importante, do qual poderá haver uma propagação e um espalhamento para todo o País.

Eu acredito nisso. Também sou cristão, pertenço a um Partido Social Cristão, que defende os princípios cristãos nesta Casa e na Câmara. Conte conosco nessa luta.

Digo que é um privilégio muito grande entender um pouco dessa fisiologia e desse mecanismo de tratamento de conduta. Sem dúvida, prevenir é evitar sofrimento, é muito mais barato, é muito mais humano, é muito mais cidadão, é muito mais econômico e cristão, com toda certeza.

O sorriso traz um benefício enorme. É até fonte de rejuvenescimento, de longevidade. Isso não é coisa não comprovada. Isso hoje é quimicamente, biologicamente, fisiologicamente comprovado.

Digo isso como alguém que é um pouco entendedor disso. Sei que a dor no pós-operatório aumenta a pressão arterial, por aumentar a quantidade de adrenalina no sangue; aumenta o sangramento pós-operatório, diminui as nossas defesas; desequilibra todo o equilíbrio necessário para a glicemia. Enfim, tudo isso está comprovado, bem como a perversidade nessa forma de ligação, de dependência química de todas essas substâncias.

No domingo à noite, eu estava saindo de uns festejos juninos em meu Estado, em uma cidade do interior, Capela – eu sou de Sergipe –, quando tive, Senador Moka, de socorrer na estrada quatro adolescentes embriagados quando saiam de uma festa. Eles conduziam um carro pequeno em uma velocidade superior a 160 km/h, quando quebrou o velocímetro. Um deles estava sem cinto e, como o carro capotou, ele foi arremessado no matagal. Coincidentemente, eu diria até como instrumento de Deus, eu vinha passando naquele momento. Encontramos o adolescente no matagal e pudemos ali mesmo prestar os primeiros socorros, enfrentando a angústia de as três ambulâncias do município que passaram não terem um torpedo de oxigênio. Mas os festejos eram de grandes atrações nacionais. As ambulâncias não tinham oxigênio necessário, e ali, Senador Moka, o desespero de a gente estar cuidando, salvando aquele jovem embriagado. Mais uma vida que estava escapando. Até que, finalmente, com manobras, foi possível reanimar a respiração. E, logo em seguida, chegou o Samu estadual, e com os colegas lá pudemos salvar.

Ontem, eu fui visitar o adolescente. Por felicidade e, com certeza, pelo convênio divino, ele foi salvo e para foi casa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Que beleza.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – A gente vê isso tudo como uma vitória, mas a gente vê tudo isso como pesar. Era uma festa com grandes atrações, mas, infelizmente, a ambulância do Município não tinha um torpedozinho de oxigênio. Imagine a angústia que nós vivemos naquele momento. Mas Deus foi, com certeza, muito presente e foi possível realmente salvar.

Ontem, fui ao pronto-socorro e não sabia nem o nome. Ontem, quando eu cheguei ao pronto-socorro foi que eu vi o nome, o adolescente, enfim. Mas eram quatro adolescentes, apenas um estava sem o cinto de segurança e foi arremessado para fora do carro. E teve muita, muita, muita sorte.

E alcoolizado, uma droga que é liberada. Bebam um cervejão disso, bebam um cervejão daquilo. Acho isso ainda uma perversidade muito grande. Eu acho o que o País arrecada não compensa o que o País gasta com as conseqüências de tudo isso. Com certeza, não vale a pena, de longe, aquilo que ele pode ter com o benefício de algum tributo dessa liberação, dessa propaganda sem freios por parte dessas empresas. Lógico, estão no exercício, mas eu acho que tem que haver limites.

O SR. IRINEU DANELON – Aliás, no Chile, também os recursos governamentais para apoio dessas atividades provêm dos impostos dos cigarros e da cerveja. Então, cerveja tem que pagar um tanto de imposto, pelo menos para assim contrabalançar os estragos que faz.

Mas eu parabenizo o humanismo sadio, a sua competência. E digo que não sei se existe alguma alegria maior no mundo do que quando a gente consegue apresentar de novo uma pessoa de posse da vida.

Lá em Lins, em Pirajuí, eu tenho a Clínica Dom Bosco. Quando há o encerramento dos ciclos, que, em geral, coincide com as crismas, e a gente entrega de volta para a mãe e para o pai o jovem recuperado, é como se estivesse nascido da gente um filho.

Aliás, como faz tempo que eu trabalho nesse setor, muitos deles me chamam de pai. Não que eu mereça, mas é espontâneo eles reconhecerem assim a paternidade de quem salva a vida. Esse moço mesmo, pensando bem, tem a sua pessoa como um pai, porque, se não fosse, não teria...

Quando o Papa veio ao Brasil ele foi visitar a Fazenda Esperança. E eu estava lá também e estava junto com os jovens, no meio deles. E o Papa, vencendo um pouco o protocolo, desceu e foi cumprimentar pessoalmente os jovens. E um deles voltou para o meu lado e disse assim: eu toquei na mão do homem, eu estou salvo. Então, esse homem aí não é o Papa, é o amigo, o apoio. Eu tenho dito assim: se caiu no poço, o problema não é inventar outras saídas. A única saída é por cima.

E tem uma parábola bonita, que diz assim: um jovem caiu no poço, gritou e escutaram. Então, desciam a corda, mas ele não tinha força para se erguer. Então alguém, com a mesma corda, desceu no fundo do poço e o ajudou a se levantar. E nos seus ombros foi trazido de volta. É uma imagem, um ícone muito bonito de Jesus Cristo. Ele desceu até nós, tornou-se o bom samaritano. E depois disse assim: "Quem foi que amou?" "Aquele lá." "Então, vá você e faça o mesmo."

Todas as profissões melhoram quando são providas de amor. Eu tenho dito assim: a pessoa mais sábia do mundo é a pessoa que melhor aprendeu a amar e coloca tudo isso em função da vida. A pessoa que não ama pode até ser inteligente, mas é capaz de fazer bomba atômica também com a sua inteligência. É capaz de ganhar um dinheirinho com cerveja boa, mas...

Eu estou recebendo lá em Lins, agora, a muda da árvore da vida. A árvore da vida é aquela que sobreviveu à bomba atômica do Japão. E, então, ela não morreu, sobreviveu e tem semente. E, como temos o centro histórico dos japoneses lá em Lins, recebemos agora a muda da árvore da vida. É interessante, que coisa bonita!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A radioatividade não matou.

O SR. IRINEU DANELON – Não matou aquela árvore, e ela dá flores, dá sementes. Estão espalhando pelo mundo esse símbolo, dentro da Campanha da Fraternidade e a natureza.

Mas, se a gente preserva a natureza que é a água, a natureza que é o ar, e não preserva a natureza que é a pessoa humana, por melhor que seja o mundo, se os governantes do mundo e a humanidade não tiverem consciência da sua própria natureza, nós estamos preparando um futuro assim meio perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O.k.

Eduardo...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu queria dar uma sugestão aqui prática e objetiva à Subcomissão, que era uma forma de a gente estudar, Senadora Ana Amélia, como desburocratizar, como facilitar a ida de recursos para entidades como essa, no Brasil inteiro. Porque eu acho que todos nós estamos convencidos de que esse trabalho funciona, traz resultados, é positivo. E eu acho que nós poderíamos aí, talvez na LDO, em outra lei ou em outro instrumento, tentar facilitar a ida de recursos para instituições como essas, com fins próprios, para pagar um fisioterapeuta, para pagar um psicólogo, para pagar um médico que possa prestar esse tipo de serviço. E deixe que entes federados ou os órgãos competentes façam a devida fiscalização.

Mas eu acho que nós poderíamos, objetivamente, fazer um estudo e ajudar realmente entidades como essa. Quer dizer, estamos fazendo a nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe-me primeiro dar alguns informes.

Você participar de momentos dramáticos... Eu participei de um momento bom. No domingo, nós tivemos lá em Teresina, no Piauí, uma caminhada com mais de 10 mil pessoas, jovens, enfim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pedalada?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Caminhada mesmo. E o tema era esse das drogas. Ou seja, com as paradas, onde em cada parada ou era lida a palavra de Deus, ou era lido um poema, ou era feito um depoimento. Foi uma coisa muito bonita.

O Célio esteve conosco aqui, coordenou, juntamente com o sistema Meio-Norte e um conjunto de outros meios de comunicação, igrejas, enfim. E as diversas comunidades terapêuticas também participando, profissionais.

Eu também quero aqui registrar, dentro disso que o Eduardo coloca, que houve, na semana passada, uma reunião da Presidente Dilma com as quatro federações vinculadas às comunidades terapêuticas. E ela solicitou a apresentação de um texto para mudar a Portaria 101, da Anvisa, que é a portaria que termina dificultando essa relação com as comunidades terapêuticas. E ela criou lá um grupo interministerial, que tem o Ministério da Saúde, da Justiça, onde está a Senad, do Desenvolvimento Social e do Trabalho, para coordenar outros ministérios, para apresentar, em até

30 dias, uma proposta para fazer essa rede integrada – está certo? O Ministério da Saúde teria apresentado lá uma proposta, mas que era só da saúde. Ela queria uma coisa mais completa, interministerial.

Então, eu queria aproveitar para fazer só uma pergunta aqui ao Dom Irineu. Nós temos algumas audiências, e a ideia é que a gente possa vencer essa fase de audiências até o dia 15 de julho agora. Nós tivemos a renovação da Comissão. Fizemos as contas hoje e vimos que ela vai até 19 de setembro. E aí a ideia seria entrarmos, em agosto, em outra fase, que é uma fase mais de elaboração sobre a prevenção. Nessa altura, poderemos ter um relator ou relatora, e, com apoio técnico, poderemos começar a trabalhar a posição que nós vamos apresentar nos vários pontos: na prevenção, no tratamento, na reinserção social, enfim, em cada um dos itens que nós trabalharmos, de maneira que possamos apresentar ao final uma proposta, uma alternativa. A partir daí, vamos ver o que é necessário mudar na legislação, quais os projetos que tramitam na Câmara ou no Senado que nós podemos indicar como prioritários para serem aprovados, o que nós podemos apresentar de projeto novo, fruto deste trabalho aqui.

Então, eu queria fazer esse encaminhamento para ver se poderemos dar conta da nossa missão com esse resultado.

A pergunta para Dom Irineu é simples. Eu quero compreender. O senhor diz que os grupos de autoajuda funcionam em vários pontos. Mas, conforme o senhor me dizia antes de começar aqui, cada Estado, cada regional da CNBB tem uma Pastoral da Sobriedade organizada. Os grupos de autoajuda são coordenados nacionalmente ou a partir de cada Estado? Como é feito isso?

O SR. IRINEU DANELON – A Igreja não é dividida em Estados, mas em regionais. Há sete regionais que agrupam Estados vizinhos. A gente está fazendo congressos de habilitação dos agentes nas diversas regionais. Agora, próximo dia 16 de agosto, vai acontecer em Jaraguá do Sul. Fazemos um grande congresso, reunimos 2 mil, 3 mil pessoas, habilitamos as pessoas que vão trabalhar como agentes dos grupos de autoajuda. Não basta dizer que quer fundar um grupo... ? como é que funciona, quais são as características, quais são os conteúdos. Mas é algo muito acessível às pessoas simples. Não precisa, de início, ter altas competências, ser psicólogo... É a vida, é a escola da vida que vai ensinando. Depois, esses profissionais vão ajudando. Então, nós vamos funcionando.

Eu não trouxe o outro livro, o azul, que tem o conteúdo essencial que o agente da Pastoral da Sobriedade deve conhecer para poder trabalhar. Já formamos mais de 200 mil agentes espalhados pelo Brasil. Tem a secretaria nacional, os congressos, os subsídios, agora a Revista da Sobriedade, que traz sempre depoimentos, testemunhos de pessoas que foram recuperadas, e notícias, porque a gente entende que Evangelho significa boa notícia. Eu mesmo tenho uma rádio e falo três vezes por dia: meia-noite, 6 da manhã e meio-dia. Chama-se Rádio Regional Esperança, porque os nossos noticiários só propõem coisas negativas. É um estímulo negativo, até ensinam como que assalta, porque é sempre "assaltaram", "mataram".

Então, eu proponho que vocês também possam apoiar os meios de comunicação que têm programas formativos. Eu participo também, na TV Século 21, toda sexta-feira, às 10 da noite, do programa Sobriedade Sim. Mas sabe que tudo isso custa, não é? Felizmente, eu encarei um pouco de perto os fundadores dessas TVs cristãs e disse assim: "TV é vida. Então, como é que vocês podem ter essa TV se vocês não ajudam no combate às drogas? Vamos ser sócios?" "Vamos."

Cheguei lá em Aparecida e disse: TV Aparecida, Nossa Senhora foi a grande líder no combate à escravidão. Hoje, a escravidão é muito pior que a antiga, porque, pelo menos, antigamente, os proprietários de escravos tratavam da vida daqueles para que fossem escravos fortes. Hoje, a escravidão não se interessa pela vida. Então, até a imagem de Nossa Senhora Aparecida estava em cima de uma... Estava girando. E eu disse: Vai parar ou não vai parar? Vai me escutar ou não vai me escutar?

Cheguei à Canção Nova e disse: "Mas como é possível uma Canção Nova, com toda essa parafernália?" Então, também a Canção Nova tornou-se parceira, e a gente percebe que a nossa assembleia anual, por exemplo, tem cobertura total da Canção Nova. Começa na sexta-feira, vai até domingo, tudo televisionado. Então, conseguimos ter, assim, não uma reunião de 200 pessoas, mas 10 mil, 15 mil, 20 mil pessoas presentes e aquelas que nos acompanham pela televisão.

Eu digo que o mal está muito bem organizado. É preciso que os bons organizem bem o bem. As forças dispersas não vencem, porque esse problema é tão grave, tão complexo que ninguém, nenhum grupo tem a capacidade e dizer: "Eu vou". Não, você vai dar uma contribuição, mas eu sonho com a união de todas as forças vivas, de todos os credos. Já fizemos um encontro interreligioso também e procuramos ver o que cada religião faz para a prevenção, ou seja, o que o espírita faz, o que o budista faz, pois não é um problema do católico ou do cristão, mas um problema humano.

Eu estive em Londres visitando aquela praça em que é liberada a droga, e a gente fica vendo que é pior que um jardim zoológico. Ingleses, primeiro mundo,

chegar a essa situação! Aqueles cabelos, um é verde, outro vermelho, tudo... Coisa horrível, não é?

Então, o avanço econômico não significa automaticamente o avanço da humanidade. Como o senhor acabou de se referir aos valores, e o valor fundamental é o amor. Quem é que vive sem amor? Então, quem é o Mestre do amor? Por que ter medo de Jesus Cristo? Por que ter medo do ensino religioso nas escolas?

Olha que dificuldade que eu tenho para levar o ensino religioso às escolas, como se fosse... "Nossa, não pode porque aqui tem crente." Mas o crente crê! Vamos ensinar alguma coisa que seja valor para todos, não é? Agora tem esses teatros bonitos, que falam da problemática... Por que não ter o apoio? Por que a gente não acredita na justiça como valor? Por que a gente não acredita na verdade como valor? Por que não acredita na solidariedade? São valores fundamentais que fazem parte do humanismo sadio, não é próprio de uma religião só.

Eu luto para que a gente... E tenho um grande sonho. Estou com 72 anos, tenho 43 anos de padre e 23 anos de bispo. Mas, se Deus quiser, daqui a três anos, termina o meu mandato de bispo, e ficarei bispo emérito. Eu quero lutar sabe onde? Na Cracolância, porque é uma vergonha para um Estado como São Paulo, que tem tanto recurso, conviver com a Cracolândia! Vocês não acham?

E não é só São Paulo, porque o Rio... Como é que a gente pode conceber que hoje exista ainda essa situação? Aquelas meninas de 13, 14 anos grávidas, fazendo sexo na rua, usando ali... Malvestidas, sujas, os pés enegrecidos da fumaça. Isso num tempo...

Se Jesus viesse hoje – e eu faço sempre essa pergunta –, se Jesus estivesse em meu lugar, o que é que Ele faria? Não ia pegar o chicote. Mas alguma coisa temos que fazer, nós, que somos cristãos, porque a nossa missão não é só a profissional, mas a missão de dar continuidade a Jesus Cristo, que disse assim: "Todo o poder me foi dado, no céu e na terra. Ide por todo o mundo".

Então, eu acho que alguém que conseguiu ser Senador e Senadora... Olha, se Jesus fosse Senador do Brasil, o que Ele faria? Mas é missão sua. Já, como vereador de uma cidade se pode fazer tanta coisa. Eu parabenizo vocês que pegaram essa bandeira, porque não é uma bandeira que rende votos. Mas acho que está dentro daquilo que salva e dá alegria.

Um dia desses, fui assistir a uma senhora. Era uma casa riquíssima, e ela chorava lá na cama. Eu disse: "Ô vó, o que aconteceu? A senhora está com dores?" Ela disse: "Não, eu tenho uma dor que ninguém tira." Eu falei: "O que é, filha?" E ela: "Estou com dor de consciência. É porque eu tive tanta oportunidade, estou chegando ao fim e estou com as mãos vazias, não sei o que eu vou levar." Quase que eu chorei junto: "Não sei o que eu vou levar." Aí, eu inventei esse refrão: Morrer rico é falta de criatividade mesmo. O que o defuntão vai fazer com as oportunidades que teve, com os recursos que tem, se não empregou isso para fazer o bem? Morrer rico é falta de criatividade, porque, de fato, no fim, nós seremos julgados pela prática do amor. E é tão bom amar, não é mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Wellington...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Tenho que me ausentar, mas tenho um requerimento de um juiz federal. Dr. Odilon, na verdade, notabilizou-se pelo combate ao narcotráfico, um homem muito corajoso, e ele, lá no Mato Grosso do Sul, sempre critica que nós temos que alterar a legislação. E aí eu disse que o convidaria para que ele pudesse vir até aqui sugerindo, como juiz federal, quais são as alterações que ele diria ou até para a gente, dentro do espírito desse encaminhamento que o Presidente está dando, sugerir algumas modificações por alguém que há mais de 20 anos combate o narcotráfico. Ele também diz que aquilo que é preso – até mostrou no Jornal Nacional e no Fantástico – a quantidade de carretas, de armas, de eletrônicos que são apreendidos no contrabando e que ele quer uma coisa mais prática. Quer dizer, aquilo tem que ser vendido, leiloado e esse recurso tem que ser utilizado, ele defende para que se use no aparelhamento de combate ao narcotráfico. É claro que isso precisa ser discutido, porque a nossa Comissão não trata disso, da repressão ao tráfico, mas nós podíamos também concordar que parte disso daí pudesse exatamente ser destinado às entidades que têm um trabalho de recuperação dessas pessoas.

Então, eu queria – se o Sr. Presidente permitir – que este requerimento fosse votado para que a gente pudesse convidar o Dr. Odilon. Aí, já estou fazendo a defesa antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, pronto. Está sobre a mesa aqui o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO

Convidamos o Exmo Sr. Juiz Federal Odilon de Oliveira, titular da 3º Vara Criminal da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para tratar de assunto de

interesse público relevante nesta Subcomissão referente à destinação a ser dada aos bens apreendidos nas operações de combate ao tráfico de drogas e à possibilidade de reversão dos valores respectivos em medidas repressivas ao uso e ao tráfico de substância causadora de dependência química.

Autor: Senador Waldemir Moka.

Você está colocando aqui que é para...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria... Eu sugeri, falei por telefone que queria acrescentar – e eu já disse a ele – que ele trouxesse também com ele a questão da legislação. Já participei de duas audiências públicas com ele, e ele se refere sempre que, por exemplo, não se pode leiloar. Enfim, ele tem uma crítica permanente em relação à legislação. Eu acho que nós poderíamos aproveitar para ouvir a opinião dele, na vivência dele, sobre o que precisaria ser modificado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) Desculpe, Senador, só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É até uma preparação para aquilo que o Presidente sugeriu que fizéssemos no segundo semestre, que o segundo semestre fosse dedicado exclusivamente para elaboração de ideias e de anteprojetos. Então, acho que, nessa primeira fase, ele poderia ser um contribuidor da segunda fase.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, em votação.

Os Srs. Senadores favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Há um requerimento também da Senadora Lídice da Mata. Como ela não é membro da Comissão, assinei com ela, em que ela propõe também aqui à Comissão... Deixe-me ver o que é mesmo. Ela propõe uma diligência, uma visita.

REQUERIMENTO

Requeiro a realização de visita técnica ao Estado da Bahia dos membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais, ao Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (Cetad), da Universidade Federal da Bahia, e ao Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Droga, no Pelourinho, em Salvador, na Bahia; e que essa visita seja assessorada por um consultor legislativo que possa auxiliar na preparação de relatório, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão, para prestar assistência à Presidência da Subcomissão.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e Senador Wellington Dias.

Vamos ver se vai dar tempo ainda de fazer a visita.

Também em discussão. (*Pausa*.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, deixem-me combinar para encerrar. Nós acertarmos na próxima reunião. Nós estamos combinando aqui as últimas audiências que já foram aprovadas. Nós vamos ouvir entidades dos trabalhadores, entidades patronais e, com isso, nós encerramos o ciclo das áreas sociais.

Na próxima reunião, eu me comprometi a trazer aqui uma proposta de definirmos um relator. Eu gostaria que víssemos quem se apresenta com essa tarefa de ajudar o relator. O relator deveria ser alguém que pudesse se dedicar com a equipe de consultores a fazer exatamente a elaboração, a síntese daquilo que nós formos acertando sobre cada tema no próximo semestre. Já existe uma equipe aqui que está estruturando todo esse trabalho que nós estamos coletando. A ideia agora é de condensar numa proposta. Como eu disse, a proposta, inicialmente, como foi colocado lá no início, é de que possa ser por tema, o tema da prevenção, o tema do tratamento, enfim, os temas que nós delinearmos.

Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria sugerir… Na verdade, a Subcomissão foi criada por autoria do requerimento de V. Exª e da Senadora Ana Amélia. Como V. Exª é o Presidente, e, salvo melhor juízo, os mais frequentes aqui somos nós que estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Apenas sugiro que... Não sei se a relatora vai aceitar ou não, mas eu me proporia a ajudá-la, não só para colocar, mas eu ajudaria a...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vamos estar juntos aí.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vamos estar juntos, porque esse é um tema com o qual nos comprometemos. Acho que aquilo que eu sempre defendi. Vamos começar, vai haver um meio e um fim, vamos propor alguma coisa de concreto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só para concluir. Um outro que eu me esqueci de colocar aqui.

A Presidente Dilma, nesse encontro também, está autorizando aquela ideia da conferência. Então,

a proposta – digamos assim – será o resultado do trabalho da Comissão a ser apresentado à conferência que venha a ser convocada, e está previsto para o Poder Executivo.

Perante o bispo aqui, pergunto à Senadora se ela aceita a missão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu estou muito ociosa, eu não trabalho muito aqui. (*Risos*.)

Eu não saio, não. Eu não fujo da raia, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Maravilha. Conte conosco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vamos trabalhar juntos. Com o compromisso do Moka aqui, do Eduardo Amorim também, de todos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vamos estar juntos. Todos nós.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não há problema. Faremos.

Fica mais fácil de carregar o fardo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. Então eu quero agradecer aqui Dom Irineu e dizer que foi muito enriquecedor, inclusive para a gente compreender mais. Não é demais dizer deste trabalho da CNBB. E, havendo aí a oportunidade de encaminhar por escrito essas suas ideias, certamente ajuda a relatoria a extrair a essência do que foi dito aqui.

Então, nós agradecemos.

Se V. Exª pretender, podemos passar para alguma consideração final.

O SR. IRINEU DANELON – Eu acho que precisa coragem, viu?

Eu tenho dito que, quem tem medo de morrer acaba morrendo de medo. Uma frente desta aqui, sem amor e sem coragem, não acontece nada. Se você hoje não tem coragem de enfrentar essa problemática, amanhã você não vai ter coragem de sair de casa, porque estamos todos tomados pelos traficantes, pelas drogas. Não pode fazer reuniões, não pode ter passeio, não pode nem ficar assim junto ao defunto amado, porque vai ser assaltado, não é? A noite fecha velório. Medo. Então, medo não é mais medo do leão ou da onça; é o medo do próprio homem drogado, que faz coisas que até o próprio diabo duvida.

Então, assim, fazendo parte da pastoral do bom humor, diz que tinha dois bêbados que saíam do botequim, um agarrou nos braços do outro e falou assim: Me ajuda que eu não estou vendo a estrada... O outro falou assim: Vem comigo vem, eu estou vendo duas.

Mas eu estou vendo uma estrada só, que é a estrada desses princípios a que nos referimos. Não tem outro caminho. Por mais que haja a mudança de época, eu tenho dito assim, usando uma parábola já repetida muitas vezes, que o indivíduo conseguiu ser aprovado para fazer a faculdade de medicina, mas não teve recursos para comprar os subsídios. Então, ele foi ao sebo procurar um livro de anatomia. Era uma edição de quinze anos atrás, e o bom vendedor, marqueteiro, disse assim: Bom, mas, nos últimos quinze anos, não nasceu nenhum osso novo.

Então, assim como não muda a estrutura de uma pessoa quando nasce, nasce com dois olhos, as narinas, também a nossa estrutura psicológica, espiritual não muda. E alguns valores são fundamentais. Nós não podemos abrir mão dos mesmos. Tem que inventar uma porção de código, com lei para cá, lei para lá, mas se não tem essa vivência dos valores fica difícil êxito em qualquer setor.

Eu agradeço muito. Sinto-me privilegiado de poder estar com quatro Senadores, o Wellington que foi Governador de Estado também... Fiz um sacrifício grande, porque fui avisado ontem, em nome da CNBB, e não havia voo assim fácil. Fui a Bauru, Bauru fica a 100 km de Lins, Bauru estava atrasado o vôo de duas horas e meia. Consequentemente, a conexão com o voo da TAM, de São Paulo para Brasília, não foi possível; precisei dormir lá, e hoje o primeiro voo saía às 7 horas e 20 minutos. Saiu pontual, mas, para pegar a bagagem, levei meia hora. Para pegar taxi é mais vinte minutos. Então, tudo isso foi com prazer que a gente fez, porque a gente sabe, cada vez mais, que, por melhor que seja alguém, jamais consegue ser tão bom e eficiente quanto todos nós unidos. E trabalhar pela união, pela reconciliação. Se você não pensa como eu penso, você não é meu inimigo; certamente você me completa.

Agradeço a paciência de me escutar que vocês tiveram, e certamente eu vou para casa, mas alguma coisa da vivência que eu tive fica à disposição de vocês. E vocês me enriqueceram com esse testemunho. Ainda que a gente consiga cortar todas as flores, jamais impede que a primavera retorne. E a humanidade foi feita para florir, e não para cemitério.

"Eu venci o mundo." Se alguém quiser fazer concorrência. o problema é dele, mas Ele disse: "Não tenhais medo, meu pequeno rebanho, porque eu venci o mundo. Toda autoridade me foi dada no céu e na terra". Por isso que Ele é o Senhor, não é?

E a gente parabeniza vocês que também estão sob o senhorio desse Mestre que faz de todos nós não só profissionais, mas profetas.

Vocês são profetas. Parabéns. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que agradecemos, e declaro encerrados os trabalhos.

(Encerra-se a reunião às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas quarenta e um minutos, do dia cinco de julho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Wellington Dias,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença do Senador Waldemir Moka e da Senadora Ana Amélia. Registra a presença o Senador José Pimentel. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para discutir a experiência de movimentos sociais na prevenção à dependência química de álcool, "crack" e outras drogas, atendendo ao Requerimento de nº 8, de 2011-CASDEP. **2ª Audiência Pública (Centrais Sindicais)**. Oradores: **Junéia Martins Batista**, Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador, da Central Única dos Trabalhadores, representante do presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Arthur Henrique da Silva Santos; **José Wilson de Souza Gonçalves**, Secretário de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, representante do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Alberto Ercílio Broch, Justificou ausência: Gleides Sodré Almazan, Secretária Nacional de Políticas para Crianças e Adolescentes, da Força Sindical, representante do presidente da Força Sindical – FS, Paulo Pereira da Silva, **ITEM 1 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011 – CASDEP**. Requeiro, nos temos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao "crack" e outras drogas. Para tanto, sugiro a presença dos seguintes convidados: Senhor **Ledir da Silva Porto**, Secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha – ES; Senhor **Everton Ramos**, Projeto Vem viver; Senhor **Luiz Vicente da Cunha Pires**, Prefeito de Cachoerinha – RS; Senhor **Mano Changes**, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul. **Autoria:** Senadora Ana Amélia*.* **Resultado:** Aprovado*.* Usam da palavra o Senador Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 10ª reunião de 2011.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir a experiência de movimentos sociais na prevenção à dependência química de álcool*, crack* e outras drogas, atendendo ao Requerimento nº 8, de 2011.

Hoje, ouviremos os representantes das centrais sindicais.

Convido a Ilma Srª Junéia Martins Batista, Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador, da Central Única dos Trabalhadores, representante do Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

Bem-vinda, Junéia!

Convido o Sr. José Wilson de Souza Gonçalves, Secretário de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, representando o Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Bem-vindo, Wilson!

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação

pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem, para a resposta, de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Eu queria, ao iniciar, primeiro, agradecer a presença.

Estamos realizando um trabalho na Comissão de Assuntos Sociais que tem por objetivo tratar do tema relacionado às drogas, todas as drogas, as legais e as ilegais, mas sob a ótica dos dependentes químicos, ou seja, menos a parte da repressão e mais a parte da dependência química.

Compreendemos e planejamos esse trabalho em cinco blocos distintos: a área da prevenção; do tratamento; do chamado "acolhimento", em que entram aí as comunidades terapêuticas, os grupos de autoajuda; a reinserção social; e trabalhamos ainda essa área das políticas públicas sobre álcool, *crack* e outras drogas.

Na compreensão que a Comissão tem, e é por isso que é importante ouvir uma representação – convidamos até outras centrais também, mas a Central Única dos Trabalhadores como a mais representativa no País – que tenha uma visão urbana e rural, mas fizemos questão de também ouvir a representação da Contag exatamente pela necessidade que temos de ter informações de qual é a visão, de quem tem essa capilaridade na Contag, da presença de usuários de drogas e dependentes do álcool, dependentes do *crack*, da maconha, da cocaína. Enfim, queremos também ter uma noção sobre isso na zona rural.

A ideia central é, em primeiro lugar, já fazer aqui um convite às duas entidades, numa perspectiva de que possamos nos ajudar a montar uma rede.

Esta é uma Comissão Temporária, que deve funcionar até o segundo semestre. O objetivo é traçar uma proposta, um plano integrado que possa envolver os níveis de governo – governo federal, estadual e municipal –, a sociedade, que leva em conta todo o conhecimento que a ciência domina, todo o conhecimento que as organizações não governamentais também dominam, formando uma rede.

A ideia é compreendermos que as entidades dos trabalhadores, assim como das empresas, enfim, têm um papel muito importante e decisivo nessa área.

Então, gostaríamos, hoje, de conhecer, sob a ótica dos trabalhadores, qual a visão, qual o nível de organização, qual a percepção, mas também qual o nível de organização e que sugestões, das experiências que vocês vivenciam, podem apresentar aqui a esta Comissão, o que vocês podem apresentar que possa servir de subsídio para os trabalhos desta Comissão.

Assim, pelo carinho que temos pelas mulheres, começamos passando a palavra à Junéia Martins Batista. Com muito prazer, vamos ouvi-la.

Você terá, inicialmente, um tempo da ordem de 15 minutos, mas também a deixamos bem à vontade.

Com a palavra, a Junéia.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Obrigada, Senador.

Boa tarde, companheiras e companheiros!

Eu fiquei sabendo desta audiência na quinta-feira passada e o Artur Henrique justifica a ausência dele porque nós estamos preparando o Dia Nacional de Lutas, que é amanhã. Então, em todo o Brasil a gente vai ter movimentação contra uma série de coisas. Principalmente, ainda voltamos à discussão sobre a questão da redução da jornada de trabalho, que foi uma pauta com que tomamos o Congresso no ano passado, durante boa parte do segundo semestre. Para este ano, também, pensamos um pouco em discutir uma reforma tributária justa para este País. Então, tem uma agenda bem extensa e o companheiro Artur Henrique não pode vir.

Passaram-me... Eu assumi, recentemente, a Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, em fevereiro deste ano. Assim, a minha experiência sobre isso é quase zero, porque a minha militância sempre foi nas questões de gênero, diferencial de salário entre homens e mulheres no setor público, que é a minha área de origem. Mas eu não me furtei a fazer o debate, até porque, na semana passada, aconteceu um evento em São Paulo... Aliás, há umas duas semanas, aconteceu um evento na cidade de São Paulo, e está acontecendo uma situação na cidade de São Paulo que eu acho que era importante aproveitar uma audiência pública como esta para a gente fazer um debate.

Antes de passar a essa situação de São Paulo, especificamente, quero dizer que é um tema que, para o movimento sindical, principalmente os sindicatos da CUT, nós não temos esse debate internamente, mas sindicatos... Por exemplo, eu venho, de origem, do Sindicato de Servidores Públicos, onde a gente tem, em alguns setores, no caso da cidade de São Paulo, problemas com dependência química. No serviço funerário, a gente tem trabalhadores com problemas de dependência química. Com trabalhadores que trabalham em subprefeituras e nas usinas de asfalto, que trabalham numa pressão muito grande, já detectamos a ocorrência de dependência química. E o sindicato, de uma forma geral, talvez não tenha uma política para isso, ou talvez faça um trabalho de cobrar mais políticas públicas nas cidades, ou que os três níveis de governo e a sociedade civil organizada como um todo façam, ajam, no sentido de que se tem de fazer um combate

à dependência de drogas com respeito pela pessoa, que é o dependente, a pessoa que está precisando de ajuda, sem marginalizar a pessoa.

O que mais a gente tem, mesmo, de recebimento dentro da CUT, por exemplo, no Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador, que era o INST, que nós tínhamos até 2009, é a questão da dependência química ao álcool. Os trabalhadores transportadores de carga, que são os caminhoneiros, que tomam rebites, vocês já devem ter ouvido falar nisso, são as pessoas que mais... O primeiro índice de mortes no trabalho é dessa categoria de profissionais. Eles morrem porque tomam rebite, porque eles têm uma jornada de trabalho muito intensa, contrato com as empresas, e eles têm de entregar carga, têm de entregar carga. Eles acabam tomando a droga por uma questão de trabalho, de sobrevivência, e acabam morrendo.

Se você levantar, neste ano, no Ministério da Saúde, saiu um estudo e a primeira morte que tem no trabalho, por causa da dependência química, é desses trabalhadores.

Então, acho que, participando agora de uma comissão tripartite, em que se encontram trabalhadores, empresários, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência, estamos pensando em discutir propostas para que esse Plano Nacional de Saúde tenha possibilidade de pensar uma política para os dependentes químicos. Obviamente que a CUT vai procurar e vai dar a sua contribuição.

Então, acho que é importante uma audiência como esta para a gente pensar que políticas fazer. E pensarmos juntos. Há a proposta aqui de chamarmos a sociedade civil, pessoas que tenham interesse, e que os Conselhos Municipais de Saúde – conselhos que atuam diretamente, mais próximos às pessoas, que são os Conselhos Municipais de Saúde –, tenham planos para isso. E devem ter planos. Eu não posso falar aqui, porque não estou familiarizada com a questão, mas acho que pensar um plano integrado, chamando, na minha opinião, os Conselhos Municipais de Saúde, e chamar essa pauta para o Conselho Nacional de Saúde. Eu sou conselheira, inclusive. Estou aqui hoje, mas até perguntei para as meninas até que horas iria a audiência, porque estou conselheira hoje e tenho uma pauta bem extensa até às 20 horas.

Mas acho que a gente tinha de pensar, como movimento social, em que o movimento sindical pode ajudar. Nós estamos muito próximos dos trabalhadores. A gente pode pensar em várias questões que atingem a vida desses trabalhadores, porque, primeiro, para um trabalhador que chega à dependência química, um dos lados, uma das faces é a condição de trabalho. Quando a gente discute isso na CUT e a gente coloca para as centrais sindicais a redução de jornada, é porque a gente acredita que, reduzindo a jornada, os trabalhadores terão uma condição melhor de pensar e ter um pouco mais de qualidade de vida.

Então, países em que... Em 1977/1978, os trabalhadores, na França, ainda discutiam uma redução de 44 horas para 40 horas semanais; hoje, a França faz 36 horas semanais e muda um pouco a face da qualidade de vida daqueles trabalhadores.

Falando assim, pode parecer que não tem nada a ver com a questão da dependência química, mas acho que o ser humano é um todo. Então, para ele sobreviver... Principalmente 90% da população da terra, pelo menos a economicamente ativa, está no mercado de trabalho e sabe que uma das faces da vida do ser humano é o seu bem-estar dentro do seu local de trabalho. Fora as outras questões afetivas e outras coisas que compõem a vida de uma pessoa, ela passa mais ou menos 70 a 80% de sua vida dentro do local de trabalho. E as pessoas, sou dessa opinião – sou assistente social e trabalhei no final da década de 80 e início da década de 90 com dependentes químicos e portadores de HIV –, chegam à dependência por uma série de questões. Muitos até, acredito, por DNA. Isso não está provado, mas a pessoa chega à dependência química porque tem aquela predisposição: "Foi criado assim, foi criado assado; criaram-se dois filhos na mesma família, um tem predisposição e o outro não tem". Acho que é a opinião de uma leiga, mas também a de uma assistente social que trabalhou muito tempo com essas pessoas.

Então, acho que tem de ter um olhar. O movimento sindical não pode ter o olhar só economicista, mas ter o olhar de pensar no fato de, como sindicato, representando trabalhadores, e que, nessa parcela de trabalhadores, tem pessoas com dependência química, então, tenho a obrigação, como representante de trabalhadores, de pautar isso nas agendas sindicais, nas negociações coletivas, onde houve, como forma de minimizar o sofrimento dessas pessoas. Você tem de pensar que são dependentes químicos, portanto, já têm uma doença, têm a necessidade de saúde.

Posto isso, pensar primeiro na prevenção. Primeiro, ela se previne, mas, quando não se consegue prevenir, aquela pessoa que já tem de passar por um processo de desintoxicação e tratamento e voltar, enfim – e ela precisa querer primeiro –, para depois ser reinserida socialmente.

Aí venho para o que está acontecendo na cidade de São Paulo. Há duas semanas, o Prefeito de São Paulo, em uma entrevista pela Internet, declarou que está sendo feito um trabalho com os dependentes químicos na Cracolândia, que é um lugar horroroso, na

Rua dos Gusmões, na cidade de São Paulo. É a Cracolândia mesmo, a céu aberto. E aí é uma proposta assim um pouco, eu diria, não sei nem designar o termo, mas ele vai e retira as pessoas. A polícia vai, entra em um processo de retirar as pessoas da Cracolândia e colocá-las para fazer a desintoxicação. A pessoa faz a desintoxicação e volta, porque não está convencida de que tem que se desintoxicar.

Então, acho que esse debate precisa ser trazido aqui, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para o Senado Federal. Precisamos pensar em novas situações, em como se pode tratar de pessoas com dependência química com outras propostas. Por exemplo, a cidade de Frankfurt, na Alemanha, foi uma das primeiras que pensaram em narcossalas. Há uma narcossala na Holanda, também, próximo de onde está o dependente químico. Ele vai à narcossala e faz o uso da droga, porque ele precisa da droga, ele tem uma dependência química, por isso ele está usando aquela droga. Ele não está usando porque quer, precisa ficar muito claro isso. E é um tratamento social muito diferenciado, em que você humaniza e respeita a pessoa, porque ela não vai lá para se desintoxicar. Ela vai lá para se drogar, porque ela precisa disso.

O segundo passo é fazer um trabalho com essa pessoa, que tem a ver com toda uma equipe multidisciplinar, com os profissionais adequados para fazer esse tipo de tratamento. E é uma coisa muito maior do que nós estamos pensando aqui. Mas eu acho que a Casa, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados, pode pensar em projetos de lei e apresentá-los ao Conselho Nacional de Saúde. Nós também podemos. Eu, como conselheira, posso pensar e nós podemos fazer esse debate dentro do Conselho Nacional de Saúde. E pensar políticas mesmo, porque realmente é degradante o que acontece na cidade de São Paulo.

Eu estou falando dessa situação porque já passei na Cracolândia. Eu ando, não tenho problema, porque, enfim, sou assistente social e tenho essa relação mesmo com essas pessoas, com quem já convivi muito no início dos anos 90, de ir às ruas e conversar com elas. Então, para mim é tranquilo. É realmente muito triste, mas também é muito triste um gestor achar que tem o poder sobre a vida de outra pessoa. Então, não funciona assim. Acho que é um debate que deveríamos trazer aqui para a Casa. Deveríamos pensar até em convidar o Prefeito. Segundo algumas pessoas, o pessoal do negócio jurídico tem tentado segurá-lo, porque ele está ferindo a liberdade das pessoas. Mas acho que nós do movimento sindical temos que fazer esse debate, sim. Eu pelo menos estou disposta a trazer mais contribuições sobre isso.

Eu não tenho muito mais para falar, Wellington. Eu acho que podemos fazer um debate para termos mais propostas daqui para frente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço.

Registro a presença da Senadora Ana Amélia e passo imediatamente a palavra ao José Wilson de Souza Gonçalves, que representa aqui a Contag.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar, em nome da nossa Confederação, o Senador Wellington. É uma satisfação revê-lo. Trago aqui um abraço do Alberto, que me pediu que justificasse a ausência dele em função de outros compromissos. Gostaria de agradecer o convite feito à Contag para estar neste momento de discussão de um tema bastante relevante para o nosso País, para as nossas comunidades espalhadas por este Brasil afora.

Conforme o convite, o mais interessante era poder trazer alguma experiência de trabalho com relação a usuários de drogas.

Nós temos duas pesquisas. Só que uma pesquisa feita com jovens rurais, ainda em 2003 e 2004, nós avaliamos que ela já estaria um pouco fora do contexto atual e preferimos não falar sobre ela. E há outra feita em 2008, mas era muito mais focada em um trabalho feito sobre um projeto de saúde e gênero, em que ela aplicou uma pesquisa na qual identificou essa realidade no meio rural, trazendo um foco como uma questão de saúde, como uma questão muito relacionada, já que o projeto trabalhava a questão de saúde e gênero, com sujeitos do meio rural, de campo e floresta. Na verdade, ela fazia uma abordagem muito mais relacionada à ausência de uma política de saúde que pudesse compreender essa situação como uma questão também de saúde, e não somente uma questão mais social.

Então, quando se fala em uso de drogas,...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – É, essa de 2008. Essa mais relacionada á questão da saúde.

Quando se fala em usuários de drogas, dependentes químicos, rapidamente fazemos uma associação de que essas pessoas estão em setores urbanos, em áreas urbanas, em periferias, por aí. No entanto, temos constatado essa realidade bastante avançada já no meio rural. E não é no meio rural, vamos dizer, nas vilas. Em qualquer local no interior do nosso País, em qualquer comunidade, em qualquer residência no meio rural, é possível perceber a presença de usuários ou de pessoas usando drogas das mais diversas possíveis.

Obviamente, damos destaque maior para a questão do álcool. Isso não é recente, é uma questão bem mais antiga. A questão do álcool – é comum e já é do conhecimento de todos –, na verdade, é uma droga que não só torna as pessoas dependentes, mas provoca também um elevado índice de mortalidade de pessoas ainda muito novas, o que provoca, na verdade, uma elevação da média de vida das pessoas. Ou seja, o álcool, associado ao uso, numa intensidade bem forte, de motocicletas, tem provocado um crescimento enorme de acidentes com mortes de pessoas muito novas, o que, na verdade, eleva esse índice de média de vida da população brasileira.

Agora, essa é uma realidade que tem se elevado cada vez mais, na medida em que isso fica muito, vamos dizer, livre. Na verdade, apesar da constatação de que as pessoas têm melhorado de vida – as políticas sociais têm chegado ao campo e têm permitido isso às pessoas –, na medida em que melhoram de vida, começam a pensar em usar um transporte, e o transporte mais barato, fora a bicicleta, é uma moto. Então, ao adquirir essa moto, essa moto também acaba sendo um instrumento de transporte, de trabalho, mas também tem contribuído com esses acidentes seguidos de morte.

Bom, mas não é só isso. Constata-se também outras drogas, como a maconha e como o *crack*. São drogas que já estão muito presentes hoje no meio rural. Em nossas conversas, em nossas agendas pelos Estados, quando estamos fazendo esse debate... Eu coordeno uma área na Contag que trata da questão da educação, da educação no campo, de pensar em uma educação diferenciada e contextualizada com a realidade do campo, com as questões regionais, com as questões dos costumes, com as questões de hábitos e habilidades, e trabalhamos outra temática, que é a questão da saúde nas populações do campo e da floresta, trabalhamos a questão da Previdência Social e da proteção infanto-juvenil. São temáticas muito relacionadas com a realidade de dependentes químicos, de uso de drogas. Qual é a primeira constatação que as pessoas trazem? É de tentar diagnosticar como é que as drogas chegaram bem rapidamente no campo. Qual é a primeira coisa que eles trazem? É a questão do uso do transporte escolar. Ou seja, na medida em que existe uma política de facilitar que o transporte escolar leve aquelas crianças e jovens das comunidades rurais para as cidades, há várias questões que podem se apresentar. Por exemplo, essas crianças ficam distantes dos cuidados dos pais. Ao chegarem à cidade, parece-me que essas crianças, ou esses jovens, ou esses adolescentes ficam muito livres, muito à vontade para irem ou não à sala de aula. Isso não é generalizado, mas há uma constatação de que uma boa parte desses adolescentes não vai à sala de aula. E, ao não irem à sala de aula, essas crianças, esses adolescentes acabam ficando expostos ao uso dessas drogas, a várias vulnerabilidades.

Então, os pais acabam diagnosticando que, na verdade, o uso do transporte para pegar esses jovens e não haver uma política, vamos dizer, mais rigorosa – não sei se esse seria o termo correto – no sentido de verificar a presença desses jovens, desses adolescentes na sala de aula, isso acaba levando as pessoas, ao se envolverem com essa vulnerabilidade, não só ao vício, mas também servindo como uma espécie... É isso: levar o produto e fazer a distribuição também no interior.

Então, na verdade, esse diagnóstico tem sido cada vez mais constante, mais presente nos depoimentos dos pais e de lideranças das comunidades, como os próprios professores, os agentes de saúde, que conseguem, na verdade, presenciar e diagnosticar, com muita clareza, essas questões.

Qual é a outra questão que a gente consegue ver? Ao mesmo tempo em que o transporte contribui... Não é só isso, é claro. Não estamos aqui dizendo... Nós somos a favor da política de transporte escolar, mas desde que ela seja adequada a uma política também articulada, combinada com o espaço onde essas crianças estão. Inclusive, a política de transporte escolar está muito definida em que existe apoio de transporte entre campos. Em relação à nucleação, nós não somos contra a nucleação. Mas por que se nucleia só na cidade? Por que não se nucleiam também as escolas no interior? Isso ajudaria.

Ao mesmo tempo em que vem esse diagnóstico da questão do transporte, o diagnóstico também passa por uma questão econômica. Na medida em que não há políticas que possam ocupar essa juventude, eles começam a usar e, daqui a pouco, usam como meio de vida, como meio econômico. E aí há toda aquela estratégia de envolvimento de outras pessoas. Então, aquele jovem passa não só a usar, mas também a fornecer esse produto para que ele possa chegar com mais rapidez ao campo.

Também fazemos o diagnóstico de que é uma questão muito social. Por que é uma questão social? Porque, na verdade, quando a gente começa a identificar qual o foco disso, ele está muito relacionado ao emprego. Se não têm emprego, se não têm oportunidades, as pessoas ficam na ociosidade e querem ter condições de satisfazer as suas necessidades, as suas vontades pessoais e de juventude. Então, está relacionado à questão da ausência de empregos nas cidades e também no campo, onde está muito presente.

Apesar de o campo oferecer muitas oportunidades de ocupação de mão de obra, isso nem sempre está relacionado a resultados econômicos. Ou tem muito pouco ou, às vezes, esses resultados não são permanentes, não são constantes. No campo, há toda essa realidade.

Está relacionado também à questão da ausência, como falei e vou reforçar, de uma política de educação contextualizada com essa realidade, pensar em uma educação que consiga ver as realidades, os Brasis que existem hoje. Então, uma educação que consiga olhar a realidade que existe no campo, diferente da realidade que existe na cidade. A política de educação pode formar, pode preparar essas pessoas, profissionalizá-las, para que elas possam desempenhar atividades formativas no próprio campo, na área social, nas várias áreas.

A questão da saúde, por exemplo. Nas cidades pequenas, os médicos não querem trabalhar. V. Exª, que foi Governador do seu Estado por dois mandatos, por duas gestões, conhece muito bem essa realidade. Dificilmente se encontra um profissional formado que, mesmo tendo uma boa oferta de salário, queira sair, sobretudo das cidades mais desenvolvidas, das cidades-polo, para desempenhar suas atividades profissionais em cidades pequenas. Então, como essa política de educação chega para essa juventude, para esses adolescentes, de forma que contribua para solucionar problemas como esse, para ocupar essas pessoas e acabar tirando-as das vulnerabilidades que existem com relação ao uso de drogas.

Nós achamos que isso está relacionado também à questão da moradia. Nos grandes centros ou nas periferias, diagnostica-se que ela está mais presente nos bairros, nas favelas, nas localidades em que as moradias são mais, vamos dizer, precárias; também no interior essa questão está relacionada a isso também.

Qual é o espaço que essas crianças e esses adolescentes têm para morar; quais são as condições de moradia que essa família tem para assistir, para oferecer um bom relacionamento a esses filhos, a esses jovens, a esses adolescentes: a questão está muito relacionada a isso também.

Na verdade, as causas acabam focando estas questões, o desemprego, a educação, a habitação e outras. Queria limitar-me a citar essas três.

Para concluir, apesar de não termos ações... Na verdade, a nossa Confederação, a Contag, apesar de ter uma forte ação com relação à questão social, não conseguiu ainda evoluir para ter uma ação mais focada na questão do uso de drogas e de dependentes químicos. É uma realidade que já existe no campo, mas trabalhamos na perspectiva de que temos feito algumas proposições e pautas bastante amplas, no sentido de que os gestores públicos das três esferas pensem políticas que possam dar conta, políticas bastante amplas e complementares que possam na verdade pensar em resolver essa questão.

Nós avaliamos – e parece-me que isto é um entendimento comum – que não se resolve esse problema, proibindo-se, mas criando-se políticas que possam assistir e dar oportunidades a essas pessoas de terem outra vida, outra ocupação, de terem outras oportunidades; políticas que possam valorizar a habilidade dessas pessoas, que possam valorizar as oportunidades que o espaço em que estão pode oferecer. Essa é uma constatação.

Então, estamos fazendo uma proposta, uma proposição para o Programa de Combate à Pobreza Extrema no País: a de que, na verdade, é preciso pensar um conjunto de políticas que possam, na verdade, responder a essa realidade. Quer dizer, indo-se para a reforma agrária – vamos pensar em reforma agrária –, é a questão da terra, mas também como se vê a assistência técnica, como se veem outras políticas complementares à questão da reforma agrária, como se vê a política de saúde, para que ela chegue articulada com a questão da reforma agrária. Assim é a questão da educação.

É um conjunto de políticas que possam, de forma articulada, dar conta de não só identificar, mas também de procurar ajudar as pessoas a darem sempre um passo a mais no sentido de melhorar a sua condição de vida. Nós avaliamos que o Programa Bolsa Família é extremamente essencial e que ajudou muito as pessoas a saírem de situações muito vulneráveis. Mas – está com oito anos – a pergunta é: se esse programa sair, essas famílias continuam onde estão? Será que essas famílias não retroagem novamente? Porque me parece que seriam necessárias políticas que pudessem, na verdade, fazer com que essas pessoas dessem um passo a mais. Qual ocupação essas famílias tiveram? Qual oportunidade lhes foi dada para ocuparem, preencherem espaços, para elas poderem explorar as oportunidades e as habilidades que têm para melhorar de vida.

Trago esta questão: a questão das drogas e da dependência química está relacionada a um conjunto de fatores muito relacionados à questão social, à questão econômica, mas a solução, me parece, não vai só pela questão da punição, pela questão de se criarem políticas repressivas, mas para um conjunto de ações de políticas articuladas que ajudem as famílias e ajude essas pessoas a encontrar a resposta para esse problema, que está bastante grave no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Iniciando, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Prestei atenção. Foi possível chegar a tempo para ouvir os dois depoimentos, porque aqui, no Senado, cheguei hoje às 8 horas da manhã. Tivemos uma audiência sobre o Código Florestal, fiquei até às 11; depois, fomos para as outras missões também. Já falei no plenário e agora estou aqui. Essa é nossa missão e é muito complicado.

Prestei atenção ao que disse a Drª Junéia e também o José Wilson. O José Wilson trouxe um diagnóstico que me apavorou ainda muito mais. Mais ainda. A minha surpresa é que vocês trouxeram apenas diagnósticos. Isso é fácil, tendo diagnósticos ou mapa, saber que caminhos a gente traça para chegar ao objetivo que se quer. Então, o diagnóstico nós sabemos. Fiquei preocupada que a situação é mais grave do que a gente tinha informação, com essa informação da escola.

Começo por você, José Wilson, porque eu imaginava que as centrais sindicais ou uma confederação, que tem uma capilaridade tão grande para chegar à base de um sindicato afastado, lá numa cidade pequena, até uma região metropolitana, e, hoje, usando esses modernos mecanismos, instrumentos de comunicação e interatividade – Twitter, Internet –, que já tivesse um plano. Porque a questão da droga não é uma questão apenas do Congresso Nacional, do Poder Executivo ou do Conselho Nacional de Saúde, ou de um sindicato, de uma central sindical. Esse é um problema nacional. A sociedade inteira, padres, militares, produtores rurais, se não tomarmos cada um a si a responsabilidade de fazer a nossa parte, não vamos chegar a lugar algum, ou vamos chegar a lugar nenhum.

Nessa questão, por exemplo, do transporte escolar que você fala, como instrumento que acaba facilitando o acesso à droga, em primeiro lugar, o Bolsa Família, hoje, tem uma transversalidade que obriga que a família tenha o controle sobre o rendimento e o desempenho do menino na escola. Como isso não está funcionando? O que faz o Conselho Municipal lá, de educação, na base? Ele não está olhando isso? O Ministério Público, o que faz? Ele não está vendo isso aí? O que a Polícia, o Poder está fazendo em relação a isso? As entidades todas, e não falo só da Contag, falo do Senad e de todos eles, da CUT, da CNI, da CNC, todos eles. Então, o que está sendo feito em relação a isso? Para o bolsa Família é fundamental isto, a avaliação de desempenho.

Ouvimos todos os especialistas, José Wilson, de todas as áreas. Ouvimos aqui psiquiatras, ouvimos os líderes das chamadas comunidades terapêuticas de várias ordens. E o que a gente viu aqui? A escola é, digamos, a terceira etapa da importância e do impacto sobre a cabeça de um jovem. A primeira, por incrível que pareça, é a família, mas tem peso fundamental a religião. Pesquisas feitas por uma especialista em São Paulo mostraram que as crianças ou as famílias que têm uma prática religiosa – não precisa ser católica, evangélica –, em qualquer uma das crenças, têm uma fragilidade muito menor a ficarem sujeitas ao "canto da sereia" da droga.

Então, estou surpresa com isso.

Essa questão do professor vale também para o médico. Médico de família hoje, mesmo recebendo R$23 mil, não vai para o interior. Então, é outro problema. Não é só esse problema. Então, estou surpresa com isto: que as entidades que estão lá – Senar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Produtores Rurais – não estejam olhando isso. Já se sabia que tem maconha, que tem *crack;* nas lavouras de cana-de-açúcar tem muito disso. As condições de trabalho, claro, podem facilitar também esse tipo de acesso ou como busca de fuga dos seus problemas. Aqui se ouviram muitos psiquiatras falando isso. A pessoa vai resolver as suas dificuldades.

O senhor falou também da questão de o jovem ser atraído, porque vai ter uma fonte de renda. E aí vem uma outra questão análoga: a baixa renda do pequeno agricultor, agricultor familiar, de que vocês cuidam muito e que precisa ser continuamente cuidado, uma renda que é baixa e que não sustenta a família sequer. Então, esse problema precisa também ser visto sob esse aspecto, e não apenas... Claro que aquilo vai ser feito como essa alternativa de ele ganhar dinheiro muito fácil.

Por isso, o jovem hoje quer ser jogador de futebol, e a menina quer ser modelo. Querem ganhar muito dinheiro fácil, sem estudar, sem buscar a descoberta de outros valores que temos na nossa sociedade.

Então, estou aqui apavorada com esse depoimento sobre essa realidade e que não estamos ainda entendendo, porque é muito fácil também transferir a responsabilidade para outros; precisamos assumir, e quando temos uma força dessa entidade é muito importante.

Você falou das pesquisas existentes – 2003 e 2004, estamos em 2011 – e de uma outra pesquisa de 2008, um projeto de saúde... Estamos então atrasados nisso. Por isso, eles chegam na nossa frente. O traficante chega na frente por isso; estamos sempre atrasados em relação a eles.

E a Junéia falou muito disso também. Eu tinha ideia de que também a CUT está em vários segmentos de trabalhadores, não só privados – indústria, comércio, serviços –, mas ela está no setor público também. Olhe os dados que tenho: a Organização Mundial do

Trabalho diz que de 20 a 25% dos acidentes de trabalho são provocados por dependência de drogas. Aí, é conjunto: a responsabilidade é do empregador e das entidades que representam os trabalhadores. Hoje, não temos no interior – sou do Rio Grande do Sul – leitos para atender esses jovens.

O que você apontou em relação a São Paulo, a despeito da questão crítica da ação política do prefeito, nós aqui estamos discutindo um projeto de autoria do Senador, porque o dependente, quando chega em determinado estágio, é claro que ele tem o livre arbítrio de ser ou não ser. Agora, discute-se: quando ele está representando um risco à integridade física da própria família ou de quem o circunda, porque está sob efeito da droga, se a lei não pode levá-lo nessas condições para o internamento. Aí é um caso extremo. Nós estamos discutindo. É um caso extremo. Aí reporta a direitos humanos, reporta ao livre arbítrio da pessoa, de querer ou não querer. Você ouve os depoimentos, e é lamentável, porque as pessoas gostam de estar naquela situação horrível, especialmente na Cracolândia.

Então, penso que, nesses temas todos, teria de ter uma interatividade entre as instituições que estão trabalhando, porque, se for esperar que o Governo e o Congresso se juntem e façam, digamos, uma... Daqui talvez a dez anos criemos uma política que vá definir. Até lá, muitos meninos de 14 e 15 anos, meninas tendo filhos precocemente, vítimas da droga, e muitos terão morrido antes de chegar aos 15 anos por causa dessa maldição que é a droga. Não é só um problema de saúde pública; é um problema grave social.

Então, vemos mães que mataram o único filho, como aconteceu em Porto Alegre, vítima de uma dependência de *crack.* Este é o problema maior: *crack* é barato e está em tudo o que é lugar.

Só queria fazer essa observação e saber com a Junéia e o Wilson se as entidades em que eles trabalham estão preparadas para esse enfrentamento, independente desta discussão, digamos, acadêmica e multidisciplinar, cada um fazendo um dever de casa específico para chegar lá, filiado ao sindicato da indústria têxtil, da metalurgia, do funcionário público, para evitar estes índices alarmantes, 20% a 25% dos acidentes de trabalho, fora as ausências no trabalho, provocados exatamente pela dependência.

Queria fazer esse comentário apenas. Muito obrigada e parabéns a vocês pela participação e parabéns ao trabalho do nosso Presidente Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos à Senadora Ana Amélia.

Para ganhar tempo, aproveito para fazer primeiro uma proposta: que minha querida Junéia pudesse levar para o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique, e o José Wilson pudesse levar ao Alberto a necessidade de, na área que eu sei os sindicatos já têm hoje, de políticas de saúde, incentivar a organização – no caso da CUT, as outras entidades filiadas; no caso da Contag, suas Fetags e os sindicatos dos trabalhadores rurais, associações, os que são vinculados.

A outra proposta, como a Senadora Ana Amélia colocou, é que pudesse ser realizada uma pesquisa, por mais simplificada que seja, que se enviasse um questionário às entidades para examinarem se a direção da entidade constata o uso de drogas entre os trabalhadores no campo ou nos seus locais de trabalho. Uma pergunta que tenho interesse em fazer é como reage o empregador. Com o álcool, já existe uma legislação dando todo o disciplinamento para o tratamento, feito pelo próprio Ministério da Saúde. Quando é outra droga, quando é a maconha, o *crack,* qual é a reação? O trabalhador é liberado para tratamento quando é possível? O patrão aceita bancar esse tratamento? Quem viabiliza o pagamento? Faz a dispensa remunerada desse trabalhador, seja ele do campo ou da cidade, para tratamento? Eu tenho interesse em ter essas informações. Creio que, sem a presença de entidades que tenham uma capilaridade como essas, dificilmente haverá sucesso. A ideia é ver se tanto a CUT quanto a Contag poderiam atualizar seus dados para nos subsidiar. Gostaríamos muito disso.

Passo a palavra, em primeiro lugar, à Junéia e, em seguida, ao José Wilson para suas respostas e considerações finais.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Obrigada, Senador Wellington Dias e Senadora Ana Amélia. Vocês fazem uma provocação muito boa para o movimento sindical.

Sou da saúde do trabalhador. Assumi recentemente a Secretaria. Tem uma história na CUT, desde 1986, em tratar a saúde do trabalhador do ponto de vista do que se pensa ser o ambiente de trabalho, o processo do trabalho e o adoecimento do trabalhador com aquele processo de trabalho. Sob a ótica da dependência química, eu desconheço que tenha. Trabalhamos muito com trabalhadores soropositivos, com HIV/Aids. A CUT realizou um trabalho com esses trabalhadores. Alguns sindicatos, especificamente o sindicato dos químicos em São Paulo, têm um bom trabalho na área de saúde do trabalhador.

Vocês me colocaram alguns desafios aqui que eu, enquanto central sindical, quero ter a oportunidade de poder dizer: sobre aquela pesquisa que vocês pediram naquela audiência, eu trouxe alguns dados. É um desafio mesmo a CUT focar-se nisso. E acho que

dá, como Secretária à frente da Secretaria, para eu poder ter esse desafio.

Aí, eu estava pensando em como reage o empregador no caso de um dependente químico. Há dois exemplos de pessoas muito próximas. Por exemplo, um rapaz que trabalhava em uma padaria de São Paulo, dependente químico, conseguiu o afastamento da empresa, da padaria, e ficou três meses internado em uma clínica de recuperação. E houve um acordo com a empresa, a empresa não o demitiu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ficou pelo INSS.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Ficou recebendo pelo INSS.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois é, peso sobre a Previdência Social.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Exatamente. Esse é um caso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só para eu entender: nesse caso, era o álcool ou outra droga?

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Droga, era droga. Era maconha.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Maconha.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Um outro caso foi na Prefeitura de São Paulo. Na Prefeitura do Município de São Paulo, um departamento de saúde do trabalhador – muito bom eu acho, tem vários problemas, mas é uma coisa superinteressante – tem um tratamento para dependentes químicos. Então, a pessoa que tem uma dependência química sai e tem de comprovar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A participação na terapia.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Ela tem de comprovar a participação na terapia. Então, ela fica afastada do seu local de trabalho para o tratamento, porque, em um primeiro momento, dependendo do estágio em que essa pessoa esteja...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desintoxicação tem de fazer.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – ...se ela tiver condições de ficar no local de trabalho. Se ela não tiver, porque está se entregando muito e tal, realmente ficará afastada até o tratamento dela. Isso tem garantia, posso dizer, do Município de São Paulo, que é a minha Prefeitura, onde trabalho, enfim, na saúde, e é um caso muito próximo que atendemos como sindicato. A Prefeitura chegou a um momento em que esse dependente desapareceu. O cara sumiu, deu perda total. Cadê o cara? Vamos achar o cara! E ele entrou em processo de exoneração, porque era funcionário público concursado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Abandono de cargo. Isso é o que dá!

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Foi uma loucura! Nós conseguimos achar o cara, achar a família. Ele estava escondido não sei onde, achei até que estava morto. E foi parar no sindicato. Foi muito interessante, porque o sindicato foi a via que a família teve para pedir ajuda. E o cara não foi exonerado, porque conseguimos colocar o jurídico nosso, fizemos tudo o que foi possível para atender esse caso.

Então, estou colocando um exemplo assim, que tem essa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Junéia, tudo isso aí é fato consumado, quer dizer, pós. Acho que se tem de trabalhar muito, e a gente falou muito aqui – desculpe-me interrompê-la –, a questão da prevenção.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que não mencionei a palavra. Essa é a chave. Os psiquiatras falam disso, todos os terapeutas falam disso, todo mundo fala da prevenção. Quer dizer, os dois casos citados por você...

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – São de casos que já... Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...são de casos que já estão... São fatos consumados. E como vamos fazer? O caso do INSS, no dia em que o Ministro veio aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, levantei esse dado. E, realmente, nem o Ministério tem o peso que tem hoje, para a Previdência Social, o dependente químico que se afasta do trabalho. Sobre a Previdência Social.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – É óbvio que eu, como profissional da saúde, acredito sempre que qualquer governo que não queira gastar mesmo, de fato, com essa questão tem de trabalhar a prevenção. E é um trabalho do Ministério da Saúde. Acho que é um trabalho mesmo conjunto do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, da Cultura. É um *pool*. Realmente é uma força-tarefa que se deve ter, em todos os sentidos, para que a coisa realmente saia do ponto e que não se precise chegar ao final como a gente atende alguns casos, raros e esporádicos, que chegam ao sindicato. No meu sindicato de base, por exemplo, nós tivemos esse caso que aconteceu.

Agora, de fato, precisava mesmo era haver um programa de prevenção. E acho que nisso os sindicatos podem ajudar. Acho que é assim: comprometo-me em levar isso para o Artur Henrique, para a direção da CUT.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É bom, é muito bom!

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Para a gente pensar em uma pesquisa: o que é que tem...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Subscrevo o requerimento a pedido do Wellington, o nosso Presidente.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Pronto! Ajude-me aqui, porque aí tenho... Com isso, a gente pode, é uma pesquisa que dá para fazer nos sindicatos, nos nossos sindicatos. São perguntas simples que eles podem, simplesmente, na base, no dia a dia, fazer uma coisa rápida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Criar projetos piloto aí também, para fazer prevenção.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Eu me comprometo a isso, sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Parabéns!

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – E espero, em uma próxima, estar aqui respondendo com dados mais positivos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso se chama atitude propositiva, proativa e protagonista.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exato.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – A CUT é propositiva.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Aliás, a outra proposta é esta: de incluir, na pauta das negociações...

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Sim, eu tinha feito essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – ...essa segurança para o tratamento remunerado, bancado pelo patrão, que acho é algo também importante.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu fui sindicalista também, viu, Ana Amélia? Estou lembrando aqui dos meus tempos de sindicalista.

José Wilson, com a palavra.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Ok, Senador! Eu gostaria muito de não trazer essa contextualização...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Está ligado.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Senador, eu gostaria muito de não trazer essa contextualização do campo, porque, até tão pouco tempo, o campo foi – ainda é, claro que tem suas dificuldades – o espaço melhor de se viver, mais tranquilo, de maior segurança, que oferecia para as pessoas mais condições de ter uma vida mais digna. Olhando um pouco para a realidade das cidades, não estou aqui dizendo que ainda não é espaço importante; no entanto, ele começa a ter algumas questões que assustam as pessoas quanto a continuar morando lá.

Esqueci de trazer na minha fala a falta de segurança pública. As pessoas ficam esperando o papel da gestão pública, a ação só nas cidades, e mesmo nas cidades ela não é suficiente.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. *Intervenção fora do microfone*.) – *(Inaudível.)* ...eletrônicos do que nas cidades.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Pois é. Então, no campo, há uma ausência muito grande dessa segurança. Como na cidade está um pouco mais presente a polícia, na verdade, esses agrupamentos, essas pessoas acabam saindo para o campo, então encontram, nas comunidades rurais, nos distritos, nos assentamentos, por aí, um lugar onde eles teriam mais tranquilidade para conseguirem se organizar e se instalar e, a partir dali, fazer seus planejamentos de atuação. E, aí, o uso da droga está relacionado também com a questão do crime, das gangues, do roubo. É um conjunto de fatores. Nós trouxemos como abordagem aqui mais a questão das drogas, mas existem, instaladas no meio rural, também essas outras questões.

Quando a senhora diz estar surpresa com a questão da escola, do transporte escolar ser um dos fatores – não é só isso, não estou dizendo que é só ele –, na verdade, isso é uma realidade, porque nem sempre a condição de ter acesso ao programa do Bolsa Família está relacionada à questão dos filhos na escola.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Intervenção fora do microfone*.) – Depende da escola.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – É, porque também tem uma faixa etária, tem uma idade em que o Bolsa Família está relacionado à quantidade de filhos, a também ter o controle da presença em sala de aula. Então, isso é uma realidade.

No entanto, isso não é suficiente. Quem conhece as cidades no interior, há algumas situações em que, na verdade, as crianças vão até a cidade, mas não chegam a ir para a sala de aula. Então, acabam se envolvendo com outras questões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas ninguém controla isso, Wilson? A família não interage com a escola, não sabe que o aluno não está indo à aula?

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Veja bem, não sei se a senhora conhece bem a realidade do...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Conheço a do interior.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Eu sou pai, só tenho uma filha, talvez fique mais fácil cuidar de uma filha do que de cinco, seis ou mais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sou a mais velha de nove.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Já meus irmãos são onze, mas eu só tive uma até agora. Então, eu e minha esposa sempre tivemos o cuidado de irmos às reuniões na sala de aula e procurarmos acompanhar a vida escolar dela.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Você é um bom pai.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Não é a mesma coisa que acontece com a família em que o filho sai às cinco horas da manhã num carro... Embora haja uma legislação que diz qual é o tipo de transporte que deve transportar aquelas crianças, não é isso que a gente vê. Os transportes estão nas piores condições de tráfego que existem, não é?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu sei também disso.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Ele sai cinco horas, que seja em tempo de chuva ou de sol, que seja em estrada asfaltada ou que seja com poeira. Vai chegar já próximo a entrar em sala de aula e, quando vai sair, sai 11 horas e vai chegar em casa duas, três horas. É uma realidade em uma boa quantidade de Municípios que estão por esse Brasil afora. Então, esses pais têm muita dificuldade de acompanhar essa vida escolar. Fica muito na confiança do professor, na confiança do motorista que às vezes transporta esses alunos, de ser essa pessoa, de poder estar observando e passando algumas informações. Nem sempre esse motorista – claro que são algumas situações – é aquela pessoa em quem pode ser depositada toda aquela confiança. De vez em quando, acontecem acidentes por negligência do próprio condutor do veículo. De vez em quando, temos notícias por aí.

Então, essa é uma realidade que existe na questão da sala de aula.

A senhora aborda a questão do Ministério Público. Em alguns Municípios, dependendo de quem seja o Promotor de Justiça ou dependendo de quem seja o Juiz, ele toma providências. Por exemplo, no meu Município, entrou um Juiz agora que, a cada semana, vai num colégio para dar palestra e ficar acompanhando. Então, existem situações que se resolvem. Com outros, isso não acontece. Há Municípios que têm o Conselho de Educação, o que permite que a representação das organizações possa participar e contribuir com todas essas questões, mas há Municípios que às vezes não têm; e, quando têm, os conselheiros são os que o Prefeito quer. A gente conhece essa realidade, que às vezes dificulta isso. Às vezes, a pessoa fica limitada quanto a poder contribuir ou a fazer qualquer crítica, ou a fazer qualquer denúncia e procurar resolver situações que estejam acontecendo. Em suma, fica muito vulnerável nos Conselhos Municipais de Saúde e nos Conselhos Municipais de Educação.

A senhora fala da questão de ter uma pesquisa, de já termos algum estudo, uma ação mais ampla com relação a essa questão de drogas, de dependências químicas. Veja bem, está correto, não estamos aqui dizendo que não poderíamos ter isso. Poderíamos ter avançado mais, só que somos uma entidade sindical. Para nós, se nos voltamos para a questão das nossas diretrizes, das nossas principais bandeiras, essa ainda não é uma delas. E temos uma avaliação de que isso seria muito mais um papel do Estado, de estar verificando essas questões a partir das contribuições que as organizações dão. E nós temos feito muito isso.

A nossa ação, por exemplo, de proteção infanto-juvenil é bastante articulada, bastante forte para dentro da gestão pública no sentido de proposição, no sentido da participação nos espaços de controle social. Nisso nós temos uma participação forte. Agora, pesquisa mesmo, nunca foi – poderá ser – o forte. Poderá ser uma das nossas diretrizes, fazer pesquisa.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Pesquisa é apenas uma referência.

Eu agradeço.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Eu queria trazer esses elementos, trazer essa mensagem no sentido de que possamos contribuir mais e nos colocarmos à disposição do Senado para que possamos ajudar a resolver situações como essa.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer, Sr. Presidente, e queria sugerir a V. Exª, endossando a proposta que a Srª Junéia fez, que também a Contag tivesse o mesmo encaminhamento. Mas eu gostaria que o José Wilson informasse a esta Comissão o nome do Juiz da cidade dele, porque quero verbalmente requerer que a Comissão encaminhe a esse Juiz os cumprimentos pelo trabalho que vem fazendo na comunidade. E quero que seja enviada à emissora de rádio da comunidade para que saiba que nós, aqui, ficamos sabendo – o senhor diga que foi por informação do Sr. José Wilson de Souza Gonçalves. Essa é uma forma de mostrar às demais autoridades...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Incentivar os bons exemplos. Boa idéia!

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente. Então, eu queria que V. Exª tomasse essa iniciativa. É um requerimento verbal que faço agora, para simplificar: que se encaminhe a esse Juiz, porque

acho que é dessa forma que mudamos a sociedade, mudamos a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Qual é a cidade, José Wilson?

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES – Independência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Independência, no Ceará. Meu vizinho, então.

O SR. JOSÉ WILSON DE SOUZA GONÇALVES (*Intervenção fora do microfone*.) – Eu posso pegar mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, já fica aqui para a equipe.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Por favor, eu gostaria muito que isso fosse feito, como forma de estimular. É um reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, antes de encerrar, fica acertado esse encaminhamento.

Temos extrapauta um requerimento da Senadora Ana Amélia. **ITEM 1 - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011 – CASDEP**. *Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao* crack *e outras drogas.*

Para tanto, sugiro a presença dos seguintes convidados:

Sr. Ledir da Silva Porto – Secretário de Defesa Social do município de Vila Velha – ES;

Sr. Everton Ramos – Projeto Vem Viver;

Sr. Luiz Vicente da Cunha Pires – Prefeito de Cachoeirinha - RS;

Sr. Mano Changes – Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

Em discussão o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas, Presidente, para reforçar a importância do que falamos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu queria só acrescentar algo, Senadora. Tem um caso, que, nesses dias, recebi – eu vou me lembrar do nome completo dele –, de um médico que esteve na Organização Mundial de Saúde, representando o Brasil, e apresentou agora um procedimento que é interessante analisarmos. Temos hoje, como foi lembrado aqui, acidentes com pessoas que são dependentes de drogas – cito, aqui, o exemplo da moto, que mata muito no campo... Aliás, a senhora mesmo citou o exemplo dos 25% da Organização Internacional do Trabalho (OIT)...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Acidentes de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT - PI) – Também os acidentes são com o uso de drogas. Ele mostra que há uma deformação na legislação e ele tem debatido isso. Por exemplo, tem um acidente de moto e o DPVAT, que é aquele seguro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o seguro obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ele não separa quando há a responsabilidade da pessoa, quando ela é um dependente. Por exemplo, alguém está alcoolizado e sofreu um acidente. Tem o tratamento a que ele é encaminhado, e isso é correto; mas, além disso, ele ainda é indenizado. Então, a Organização Mundial de Saúde está tentando desestimular a premiação da pessoa que é dependente. Eu queria lhe pedir permissão para encaminhar também, nesse requerimento, mais essa pessoa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, Presidente, acho isso extremamente valioso, porque estamos entrando na fase final dos trabalhos e, como vou fazer a relatoria disso, é fundamental esse tipo de contribuição, que é um acréscimo às propostas legislativas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exato. Correto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nessa audiência pública, a ideia era trazer aqui pessoas que foram viciadas – vou abrir claramente –, que foram dependentes de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O depoimento dessas pessoas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Todas elas superaram o problema em diversos campos, inclusive o Prefeito de Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul. Inclusive, ele hoje tem lá uma comunidade terapêutica. A idéia é essa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Maravilha!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Penso que podemos até ouvir esse médico numa circunstância especial, para não tirar o foco, porque o foco é este: "eu era dependente, eu consumia droga, eu saí desse jeito; como eu saí".

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Para fazer separado. Compreendido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, é uma questão testemunhal dessas pessoas que hoje estão envolvidas no tratamento e na prevenção. Esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Combinado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas penso que essa contribuição sua sobre esse médico é extremamente valiosa para o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vou localizá-lo para trazê-lo aqui também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, em votação o requerimento.

Os Senadores favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o requerimento do item 1.

Vou passar o nome dessa outra pessoa para, também, numa audiência separada, tratarmos desse outro tema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, agradeço ao José Wilson. Leve ao nosso querido Alberto e a todos os dirigentes da Contag um abraço e, se possível, esta observação no sentido de podermos incentivar a organização nas entidades. Da mesma forma, a Junéia, com relação ao Artur Henrique.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 49 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE JULHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos, do dia sete de julho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Wellington Dias,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack " e outras Drogas**,** com a presença das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** para discutir a experiência de entidades patronais na prevenção à dependência química de álcool, "crack" e outras drogas, atendendo ao Requerimento de nº 8, de 2011-CASDEP. **3ª Audiência Pública (Entidades Patronais).** Oradores: **Sérgio Antonio Rossato**, Gerente Corporativo de Saúde da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, representante do Presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli de Azevedo; **Luciana Garritano Barone do Nascimento**, Assessora Técnica da Gerência de Saúde do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio – SESC, representante do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Antonio Oliveira Santos; **Rosângela Lengler**, gerente da Unidade Estratégica de Resultados de Responsabilidade Social do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria – SESI, do Rio Grande do Sul, representante do Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Robson Braga de Andrade. Justificaram ausência: Murilo Portugal, presidente da Federação Nacional dos Bancos – FENABAM; Senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Usam da palavra o Senador Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e Outras Drogas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião de 2011.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir a experiência de movimentos sociais e do setor empresarial e de empresas com participação pública na prevenção à dependência química de álcool, *crack* e outras drogas, atendendo ao Requerimento nº 8, de 2011.

Hoje ouviremos aqui as entidades empresariais e representantes das confederações.

Gostaria de convidar, com o maior prazer, Rosângela Lengler, Gerente da Unidade Estratégica de Resultados de Responsabilidade Social do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria – Sesi do Rio Grande do Sul, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, que tem como Presidente nosso líder, Robson Braga de Andrade.

Convidamos também Luciana Garritano, Assessora Técnica da Gerência de Saúde do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio – Sesc, representante do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Antonio Oliveira Santos. Leve meu abraço ao Dr. Antonio Santos. Tivemos boas parcerias no Piauí, quando fui Governador, com a CNC e com o Sesc.

Gostaria de convidar também o Dr. Sérgio Antonio Rossato, Gerente Corporativo de Saúde da Petrobras, representante do Presidente, José Sergio Gabrielli.

Bem-vindo, Sergio.

Deixe-me dar algumas explicações antes.

O Senado criou esta Comissão, que é um grupo de trabalho dentro da Comissão de Assuntos Sociais, focada na área de dependência química. Na verdade, o Congresso já tem uma experiência de lidar com o tema das drogas, muito focada no combate – combate ao traficante – ou na produção, enfim. E o nosso propósito é de poder, ouvindo, visitando, trocando diálogos em reuniões de trabalho, buscar construir uma proposta que possa ser levada, agora, no segundo semestre, a um evento nacional. A ideia, já partilhada e acertada com o Governo Federal, é de realizarmos, em algum momento do segundo semestre, numa data que devemos acertar nos próximos dias, uma conferência nacional, como fazemos em outras áreas, voltada para a pactuação de um sistema de uma rede integrada nessa área de políticas sobre drogas.

E a Comissão estabeleceu como missão ouvir e focar a organização desse trabalho na prevenção, no tratamento, no que a gente chama de acolhimento que é feito após o tratamento, nas comunidades terapêuticas, nos grupos de autoajuda, enfim, na reinserção social. Se alguém já trabalhava, como pode se adaptar ao seu trabalho de origem ou, se for um trabalho de risco para a reincidência, como dar solução. Se ele é um empreendedor, também como apoiar no sentido de voltar às atividades ou a outra atividade, se a atividade for algo que coloque algum risco.

Quais as políticas públicas, quais as medidas de que o Governo precisa cuidar e qual a rede social, tanto na parte empresarial, como na do trabalho, nas igrejas e nos movimentos sociais, devemos buscar orientar, de forma organizada, para essa missão?

O objetivo, portanto, é fazer com que o Brasil possa cuidar... Como confirma a Organização Mundial de Saúde, estima-se que o Brasil hoje tenha em torno de dezoito milhões de brasileiras e brasileiros que são dependentes, em grau leve, médio ou grave, de alguma droga. Estamos trabalhando com as drogas legais - estamos falando de medicamentos, álcool, cigarros, enfim – e com outras drogas que sejam ilegais na legislação brasileira. Embora se tenha um avanço em relação ao dependente, são proibidas a produção e a comercialização da maconha, cocaína, *crack* e outras que surgem.

A ideia de ouvi-los aqui é um pouco de partilhar a visão das entidades de experiências que se têm. Temos informações, por exemplo, de que a Petrobras tem uma experiência na área de cuidar do seu quadro de pessoal no caso de reincidências. O Brasil já avançou muito na área do álcool e a ideia é que se possa lidar com todas as drogas.

O mesmo com as confederações, com a ideia de ouvir as áreas da indústria, da agricultura, do comércio, com quem vamos ainda dialogar, para saber como as empresas, através de suas entidades, são orientadas a lidar com esse tema. Existe alguma área específica? Existe alguma discussão que depende do Governo, que depende de mudança na legislação? E na Previdência? Enfim, como precisamos trabalhar?

Já ouvimos a área governamental, municípios e Estados, diversas áreas do Governo Federal, os Ministérios do Trabalho, da Previdência, da Saúde, da Educação. Tem um conjunto de políticas que já tiramos daqui e que já estão sendo implementadas pelo Governo Federal. Ainda nesta semana, por exemplo, a Presidente Dilma pactuou, com o nosso acompanhamento, uma mudança na Resolução 101, que é a resolução da Anvisa que praticamente impedia as parcerias do Governo Federal com as comunidades terapêuticas. Como classificava as comunidades terapêuticas como uma unidade de saúde, praticamente ficava inviável o trabalho delas. Então, houve um entendimento e comemoramos, nesta semana, o lançamento de uma nova versão da Resolução 101, que trata as comunidades terapêuticas, os grupos de autoajuda como unidades de acolhimento e não como hospitais ou manicômios, como tentaram. Ao mesmo tempo, abriu-se a possibilidade de chegarmos a vinte mil vagas em todo o Brasil, até o próximo ano. A ideia inicial é de dez mil vagas, numa perspectiva de ampliar e chegar até vinte mil vagas, em que o Governo Federal, numa linguagem simples, compra essas vagas para essas áreas.

Então, ouvimos aqui as entidades dos trabalhadores, o pessoal da Central Única dos Trabalhadores, da Fetag, enfim, os trabalhadores do campo e da cidade, verificando que ainda é um tema embrionário nessas áreas também.

Então, eu queria agradecer aqui a presença, aqui não é uma Comissão de investigação não... Nós estamos aqui recebendo colaboradores que possam contribuir para que o nosso País possa ter um sistema integrado, setor público e setor privado, e os diversos níveis de governo terem condições, enfim, de um marco regulatório que possa permitir lidar com um tema que nos aflige a todos, não só os dependentes, ou quem tem dependentes, mas qualquer um de nós aqui somos, no dia a dia, chamados à responsabilidade – a violência, a desagregação familiar e um conjunto de outros desafios que temos.

Eu começaria aqui convidando o Dr. Sérgio... Tem uma ordem aqui? Quero dizer que a nossa Senadora Ana Amélia, que deve estar chegando, porque há muitas coisas neste horário. Os Senadores daqui a pouco chegam aqui.

A Senadora Ana Amélia está no plenário e me pediu que a fala da Rosângela pudesse aguardar a presença dela, ok?

Posso começar então? Dr. Sérgio, com o maior prazer, um tempo de aproximadamente quinze minutos, mas flexível, com o tempo necessário.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Permanecemos sentados?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sentado. Fique à vontade.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Bom, em primeiro lugar, eu queria, em nome do Presidente da Petrobras, agradecer o convite, Senador. É uma honra a Petrobras poder colaborar em qualquer questão social. Então, pessoalmente, estou trazendo esse agradecimento.

Boa tarde a todos que estão presentes, eu represento a área de saúde da companhia, como gerente corporativo, e fui designado pelo Presidente para substituí-lo aqui, nesta audiência pública.

Antes de a gente entrar nessa questão, é importante – e eu queria, Senador, destacar aqui que o senhor mencionou que 18 milhões de brasileiros, vamos dizer, estão com alguma situação em que a droga ou o álcool está presente.

Isso cria uma responsabilidade não só de governo, isso cria uma responsabilidade das empresas, das confederações e da própria família. Então, isso não é uma responsabilidade unilateral; é como o Senador disse, temos que compartilhar – esse compartilhamento de conhecimento e de ações.

Em relação à prevenção ao uso de álcool e outras drogas – seguinte, por favor –, nós traçamos algumas premissas dentro da companhia, porque a Petrobras é uma companhia que tem mais de 60 mil empregados ou proximamente a 60 mil, mas com outras admissões nós vamos chegar a esse número; são empregados próprios, mas, na força de trabalho, nós chegamos perto de 300 mil. Então, a responsabilidade da Petrobras não é com seus empregados próprios somente, mas sim com a força de trabalho.

Nas premissas do nosso programa, nós destacamos que ele se aplica a todo sistema Petrobras. A Petrobras tem área de transporte, tem área de refino, tem área de exploração e produção, tem área de pesquisa, tem área internacional. A Petrobras está inserida em vários países e ela tem que ter uma padronização de conduta em todas as questões. Uma dessas questões nós estamos abordando aqui que é esta questão da prevenção do uso de álcool e outras drogas e que nós iniciamos já na década de 80.

Eu quero destacar isso, porque, como requisito legal, a Petrobras tinha que cumprir essas questões legais em relação à saúde. E ela vai além. Ela criou programas e capacitou pessoas para que pudessem, a partir dessa década de 80, atuar nessas questões da prevenção.

O alinhamento com políticas públicas e orientações da Organização Mundial de Saúde e da OIT.

Isso é fundamental, porque você vai para dentro de uma ação, dentro da companhia alinhada com o que as pessoas leem na mídia e ouvem dia a dia dessas informações.

É uma parte integrante das ações de promoção da saúde e de segurança na companhia. A gente quer promover. A gente não quer tratar; a gente quer prevenir.

Contempla o uso, o abuso e a dependência de drogas lícitas, ilícitas e medicamentos, porque hoje nós sabemos que os medicamentos psicoativos estão correndo por fora, mas já com grande impacto nas questões de saúde.

Considera a dependência de drogas como doença, uma questão que tem que ser olhada com esse foco, e não era antigamente. E como tal deve ser abordada, tratada e acompanhada.

As estratégias que nós temos: incorporação do processo de prevenção à política de segurança, meio ambiente e saúde.

A Petrobras tem uma área específica que trata de segurança, meio ambiente e saúde e hoje incorporou a eficiência energética, mas essa incorporação dentro da política de meio ambiente e saúde inclusive na área internacional. Então ela faz parte da política de SMS da Petrobras.

O envolvimento de comprometimento gerencial no processo é importante, porque as ideias existem, mas, se não existe um patrocínio, não vai ter ação.

Eu, mais ou menos, me identifiquei com essa afirmação quando o Senador Wellington Dias comentou que precisamos compartilhar e envolver vários atores. Nessa questão o patrocínio é fundamental. Ideias existem e ações só existirão se tivermos o patrocínio.

Estabelecimento de ambientes livres de drogas. Mais adiante vou citar como a gente atua nessa questão.

Incorporação às rotinas de atendimento de saúde, a abordagem e a orientação para tratamento. Nós sabemos que hoje existem exames médicos periódicos. Isso faz parte, isso está no sistema, é obrigatório que se pergunte, que se faça um banco de dados dessas informações, claro, sempre respeitando a individualidade das pessoas.

Capacitação de profissionais de saúde e segurança, gerentes e supervisores. Os treinamentos não são só de profissionais de saúde. São equipes interdisciplinares. Ela também se estende para gerentes e supervisores pelo fato de que muitas abordagens não acontecem com o profissional da saúde, mas acontece às vezes com o seu supervisor, uma pessoa de confiança ou com o seu próprio gerente.

Investimentos em tratamento e na reinserção do trabalho.

Essas questões, a Petrobras nunca teve alguma atitude com qualquer funcionário que fosse identificado como dependente. Vou mostrar também como é que a gente faz essa questão com a nossa assistência multidisciplinar de saúde.

Os principais objetivos: contribuir para a promoção de valores de saúde, porque às vezes a gente esquece que saúde é um valor, a segurança e a mudança de comportamento; considerar as conseqüências para a saúde olhando o aspecto social, a segurança no ambiente de trabalho, a preservação do meio ambiente, porque todo mundo aqui recorda o acidente com o Exxon Valdez cuja causa foi o uso de álcool no próprio patrocinador, a maior liderança do navio; mobilizar os diversos atores da companhia para os problemas da droga. Esse é o comprometimento. Desestimular o consumo de álcool e de outros drogas, ressaltando os riscos e danos associados. Utilizar facilitadores treinados para divulgar e promover ações de prevenção e considerar as peculiaridades de cada unidade operacional, a realidade cultural e socioeconômica da região.

Então, o que vale para o Rio Grande do Sul pode não ser bom para o Rio Grande do Norte. O que vale para o Piauí pode não ser bom para Santa Catarina. Então, temos que lidar com essas identidades regionais. É muito importante falar essa linguagem.

Portanto, padronizar sim, mas padronizar respeitando essas questões regionais.

Quanto à estratégia, como é feita a incorporação de ações de prevenção, a política de SMS? As ações devem possibilitar reflexão e revisão de valores, de atitudes referentes ao uso social e uso indevido de drogas. O uso social também existe, ele é aceitável. Acontece que esse uso social se torna uma questão, vamos dizer, de abuso. Isso ocorre quando uma pessoa está trabalhando e, ao se aposentar, descobre que durante o seu trabalho tinha preferência, recebia convites, levava pessoas para almoçar, isso se tornava uma rotina e ele só percebeu que era alcoólatra depois que se aposentou. Quer dizer, é algo que está na nossa frente, mas não percebemos.

As ações devem buscar: minimizar impactos à saúde, a insegurança causada pelo uso de drogas, com reconhecimento de que o consumo favorece atitudes e comportamentos inseguros. Essa questão também foi levantada aqui. Entendemos que o efeito do medicamento, de uma droga ou do álcool altera completamente a atividade cerebral, os reflexos, o próprio comportamento, uma questão muito perigosa.

O consumo de álcool e de outras drogas nas dependências da companhia deve ser considerada uma situação de risco para a força de trabalho.

As ações devem contemplar ainda atuação interdisciplinar. Então, profissionais de saúde, recursos humanos, segurança patrimonial, todos são envolvidos. Esse compartilhamento realmente existe.

Os fatores de risco psicossociais do trabalho. Hoje é muito destacada a carga cognitiva, a carga de trabalho, a organização do trabalho, que têm que ser considerados quando essas questões são abordadas com os trabalhadores.

As ações devem possibilitar informação e orientação à força de trabalho, estimulando a mudança de comportamento e também deve haver confidencialidade dos dados e de empregados que desejam receber ajuda. Isso é fundamental. É uma questão que não deve ser nem discutida. É uma questão sigilosa mesmo, só vale para o dependente.

O envolvimento e o comprometimento de gerentes-supervisores. São realizados fóruns de discussões e aprovação das diretrizes. Nada do que é aprovado na Petrobras deixa de passar pela governança de SMS. Em se tratando de saúde, governança de saúde e SMS; se segurança, governança de segurança e SMS e indo a diretoria e a lideranças maiores da companhia.

Os gerentes-supervisores são responsabilizados e convidados a serem facilitadores dessas questões.

Em relação ao estabelecimento de ambiente livre de droga, ao que chamamos de restrição ao consumo,

acesso e comercialização, temos uma pesquisa de ambiência em que essa questão é perguntada. Então, a gente tem essas informações para quem não quer se identificar, mas que quer colaborar. Então, a gente tem essa oportunidade.

Ambientes livres de tabaco fazem parte da política de SMS, apoiada pela Cipa. É outra questão. A Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes tem de estar envolvida, sim, e sempre. Isso tem que ser discutido e, muitas vezes, com a ajuda dela, implementar as questões dentro das unidades.

Restrição do consumo de bebidas nas instalações e também em eventos externos, ou seja, quando a Petrobras participa de algum evento interno ou externo, essa questão já é rotina, não existe presença de bebida alcoólica.

Utilização de etilômetro por requisito legal. Essa é uma questão em que nós temos dificuldades, porque existem determinadas unidades que seguem a legislação da Marinha, que é a Norman, e aí pode se utilizar de testes, de avaliações. Mas, fora dessa legislação, a gente não tem essa liberdade. A gente pode até propor, mas não pode exigir ou padronizar. Então, acho que é uma questão importante, assim como a Lei Seca, que tem essas questões. Lei é lei. Aqui não é lei. Então, a gente tem de respeitar o direito das pessoas.

O padrão institucional para inspeções de bagagem de mão e veículos, que inclui, entre outros, a proibição do porte de álcool e drogas, isso é padronizado na companhia. Então, todos os empregados sabem, têm conhecimento de que pode a companhia, aleatoriamente, dependendo do grau de risco da sua unidade, exercer essa abordagem com a intenção até de evitar um dano maior se houvesse essa omissão,

O seguinte, por favor.

O estabelecimento de ambientes livres de drogas. Nós temos também campanhas educativas para empregados, contratados, estagiários, familiares e comunidade.

A Petrobras tem uma sistemática de convidar a população, principalmente os familiares dos empregados e da força do trabalho, para participarem de eventos internos nas unidades, onde um dos assuntos é o que nós estamos colocando aqui: álcool, drogas, tabaco. Ao mesmo tempo em que a gente os traz, a gente vai à comunidade, com a associação de moradores, e não só leva material educativo como também faz palestras. E aí nós convidamos, às vezes, associações ou outras entidades, que nos apoiam.

Durante o Dia Mundial da Saúde, 7 de abril, a gente aborda com freqüência essas questões.

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes, o diálogo diário de segurança, meio ambiente e saúde, cursos de integração, formação de novos empregados. Isso é importante porque a Petrobras está realizando vários processos seletivos e admitindo muitos profissionais. O que é que acontece? Desde que ele entra na companhia, recebe uma série de informações técnicas e, principalmente, de SMS – e aqui eu destaco as de saúde. Então, quando ele adentra a Petrobras, já é abordado o assunto da formação que ele está fazendo ou a integração. Não é só depois que assinou contrato, que já está com sua estação de trabalho. Antes de definir qual é o local em que ele vai trabalhar, já recebe essas informações. Durante os exames que for fazer, já é convidado a não se sentir constrangido porque é uma prática, vamos dizer assim, saudável.

Celebração do dia de combate às drogas, campanha de sensibilização no Carnaval e período de férias. Essa é uma preocupação grande. As pessoas se desmobilizam, relaxam, isso é normal. E aí, o que acontece? Ocorre aquele abuso. É o uso, mas aí é o abuso.

Então, acontece essa campanha. Nós temos filmes, cartazes, nós mandamos *Debt e-mail*. Afinal, entramos na visão das pessoas, quer dizer, no micro das pessoas, eles vão receber essas informações, e encaminhamos o material, às vezes damos o material para mostrar para as famílias e para, vamos dizer assim, os amigos que não são diretamente ligados à companhia.

Campanha sobre violência no trânsito: temos um grande número de acidentes fatais que têm sido muito ligados ao abuso dessas substâncias, não só o álcool. Essa é uma campanha em que a gente vê campanha até do próprio Governo sobre essas questões de vender bebida nas estradas e venda de outras drogas.

Participação, promoção e apoio a eventos comunitários, como já citei, e os recursos – nós temos uma Petronet, que é a nossa internet interna, boletins, filmes, Web TV – o programa "Encontro com a Saúde" é de 15 em 15 dias – e a revista *Petrobras*. Então, propaganda, convites, é o que não falta.

Então, temos que sensibilizar, porque essa questão não pode ser imposta – agora, vai ser assim. Não. Essa questão tem que ser conquistada, tem que ser conscientizada.

A seguinte, por favor.

Em relação à incorporação de rotina aos atendimentos de saúde, dessa abordagem, os profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, dentistas, nutricionistas, técnicos em enfermagem. Às vezes, um problema relacionado com droga começa com uma alteração gengival, então, o próprio dentista ou a nutricionista pode detectar essas questões. Porque nós temos o periódico nutricional, o periódico de saúde, o periódico social. Então, em al-

gum momento, alguma coisa... São vários atores, são várias pessoas.

E promover o acolhimento e a abordagem, um plano de apoio, orientação e encaminhamento.

Há abordagem e avaliação do padrão de consumo de álcool no exame periódico? Essa pergunta é feita, assim como se faz perguntas sobre qualquer antecedente. E a gente também faz essa pergunta. Então, nós temos indicadores tanto de prevalência de fumo como de prevalência de uso de álcool. Mas isso ninguém sabe quem é. A gente sabe quantos são. E aí a gente tem ações em cima dessas informações.

Incentivo às práticas de hábitos saudáveis: alimentação saudável, atividade física, apoio a gestantes. É muito importante você oferecer essa possibilidade de uma avaliação, de uma abordagem, mas também incentivar: que a alimentação saudável e a atividade física são pró-saúde. E a Petrobras investe muito pesado nessa área. Ela permite, ou melhor, ela incentiva que as pessoas, dentro das suas instalações, quando possível – porque nós temos isso em plataformas, inclusive com atividade física. O próprio Dr. Dráuzio Varela fez uma campanha conosco em todas as plataformas sobre alimentação saudável. Sabe-se que quem trabalha em plataforma fica 15, 14 dias embarcado e outros tantos dias desembarcado. Só que, nesse tempo em que ele fica embarcado, muitas alterações acontecem no comportamento. Então, uma forma de compensar isso... Às vezes, era uma alimentação inadequada. Olha a conscientização aí. No início era até – cheguei a trabalhar numa unidade operacional –, oferecido, toda sexta-feira, uma possibilidade de utilização – isso antes dos anos 80, porque, depois, tivemos que tomar uma iniciativa, porque... Mas os trabalhadores, naquela época, entendiam que cerveja ou qualquer outra, vamos dizer assim, bebida oferecida, era um benefício, quer dizer, uma conquista. E para tirar essa conquista, a gente teve que trabalhar muito.

Abordagem e avaliação – isso aqui eu já falei.

Incentivo às práticas de hábitos saudáveis e oportunidade de divulgação da política. Ou seja, a gente quando está conversando sobre essas questões de incorporar as rotinas à abordagem, estamos divulgando a política. E nós sabemos que existe a política de álcool, decreto assinado pelo ex-Presidente Lula, e a política de drogas, que foi aprovada e que agora também é lei.

Em relação à capacitação dos profissionais, não existe uma forma só de pedir que as pessoas façam aquilo. É preciso dar a eles o conhecimento, o preparo. Nós procuramos fazer essa capacitação, com a participação de entidades públicas e privadas e multiplicadores internos. Até por dificuldades de deslocamento, faz-se à distância ou por videoconferência. Há incentivos para participação em congressos, simpósios, cursos. A minha equipe, por exemplo, tem o compromisso de participar de treinamento, de se atualizar, seja no País, seja no exterior, onde for, daremos todas as condições, todas as informações, para que possam atuar da melhor forma.

Previsão de 2011. Cursos à distância. Contato que tivemos com o Senad. Existe a possibilidade de 155 novos profissionais serem capacitados. Curso para supervisor com abordagem do problema.

As parcerias da Petrobras nessa área. Há uma parceria importante com o Inca em relação ao fumo. Já capacitamos 657 profissionais para abordarem a questão do fumo. A Petrobras sempre teve acima de 15% de fumantes, 17%, 18%. Hoje, tem 7%. É claro que a lei, a aplicação da legislação, ajudou muito, mas estamos fazendo essa campanha desde a década de 80.

O I e o II Simpósio de Alcoologia. O I e II Encontro Interativo de Empresas. O VII Simpósio Internacional para Tratamento de Tabagismo. O IV Simpósio Internacional sobre o Tratamento do Alcoolismo e outras Drogas. Então, são parcerias, convênios, apoios que a Petrobras tem, onde puder ligar a imagem dela para essas ações, temos toda liberdade de agir dessa forma.

Participação em grupo de trabalho é importante. A IPIECA é uma entidade internacional, uma associação mundial de indústrias de óleo e gás, que trata de questões sociais, que estamos tratando aqui, e ambientais.

Tem um documento dessas empresas, que vai se tornar mundial, sobre uso indevido de substâncias. E um guia para gerentes e supervisores, inclusive com avaliações, com a parte de análise toxicológica populacional, feita na rede de esgoto. É uma questão que está sendo realizada nos países da Europa. No esgoto de cada unidade é feita a análise toxicológica específica, seja para maconha, nicotina, *crack*, o que tiver de resíduo naquele esgoto vai-se saber que naquela população existe – não sabe quem é – a presença da droga. Com essa informação, podemos ter iniciativas positivas.

Investimento em tratamento e reinserção no trabalho. O Plano de Assistência Multidisciplinar de Saúde é oferecido a todos os empregados, a dependentes de empregados, a pensionistas, a aposentados. São oferecidos tratamentos ambulatoriais, internação em clínicas especializadas da rede, desintoxicação hospitalar, que é um grau maior, e acompanhamento pós-tratamento. Então, é bem abrangente.

Inclusão em cláusula específica do acordo coletivo de trabalho, com a FUP e a Frente Nacional dos Petroleiros. Essas cláusulas, eu tenho aqui o acordo. Então, existe também o comprometimento com os sindicatos dos petroleiros.

O programa de resgate e redefinição do potencial laborativo e o programa de readaptação. Isso também está no acordo coletivo, mas já era uma prática. Nós só reafirmamos para comprometer os trabalhadores também de que quem estiver afastado nós não esquecemos, nós acompanhamos. E, a qualquer momento, podemos resgatar; resgatar como ser humano e resgatar o trabalhador, o seu potencial laborativo. (Seguinte, por favor.)

Em relação – esse é o último *slide* – a avaliação e acompanhamento. Depois de tudo isso, temos um sistema de vigilância em saúde que analisa os dados para subsidiar o planejamento e ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Então, isso é sempre monitorado.

E nós temos um programa de avaliação da gestão corporativa e de avaliação da gestão. O que significa isso? Significa que tudo aquilo que temos escrito em padrões e temos feito em capacitação vamos ver se está sendo realizado. Então, temos essa ferramenta, que é muito importante para dizermos: o comprometimento existiu, a iniciativa, o patrocínio, e aí? E o resultado?

Então, vamos ver isso.

Acho que foi o último *slide*.

Eu queria agradecer, mais uma vez, e depois me colocar à disposição se o senhor assim desejar. Obrigado, Senador.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Estou encantado. Sentimos orgulho aqui com esse trabalho, porque é o sonho que temos debatido na Comissão: para que possamos alcançar o que o Brasil precisa, há necessidade de termos um envolvimento muito forte das empresas e, claro, dos trabalhadores.

O que conversávamos aqui com a Central Única – reclamava exatamente disso – é que são poucas as empresas que aceitam incluir nos seus acordos coletivos a corresponsabilidade. Porque tem de haver a responsabilidade do lado laboral e do lado empresarial.

Então, fico aqui muito feliz em ver essa exposição, que certamente é um modelo. A Drª Paulina – devo dizer – já nos tinha dado essa luz do trabalho da Petrobras.

Passo, imediatamente, a palavra à Drª Luciana Garritano Barone, pela área do comércio.

A SRª LUCIANA GARRITANO BARONE DO NASCIMENTO – Boa tarde a todas e todos. Primeiramente, agradeço a participação. É mais uma chance de o Sistema CNC/Sesc/Senac (Confederação Nacional de Comércio do Bens, Serviços e Turismo, Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) estar participando de uma ação que, com certeza, vai redefinir os rumos da campanha e de toda a política sobre drogas no País.

Também é muito bom poder ter mais detalhes nas ações da Petrobras, uma parceira nossa, principalmente em alguns Estados como o Ceará. O Ceará tem muito orgulho de ser parceiro da Petrobras e sempre se mostra maravilhado com as experiências com vocês.

Como sou assessora da gerência de saúde do Sesc – Departamento Nacional, vou me deter mais às nossas ações com os comerciários, seus familiares e, principalmente, com a comunidade em geral, porque, embora não pareça para muitas pessoas – quando falamos o nome, é tudo "comércio", "comerciário" –, na verdade, o Sesc tem uma forte atuação com a comunidade em geral, principalmente quando se trata de ações educativas em saúde. Desde que firmamos uma parceria com a Secretaria Nacional Antidrogas, em 2002, as ações vêm aumentando nessa área.

Em educação e saúde, podemos dizer que acontecem várias ações, em vários Estados, e não só nas capitais, mas no interior também. Temos o desenvolvimento de oficinas, de ações diversas, de teatros, que são construídos junto com a comunidade local, junto com adolescentes, no caso de escolas parceiras, não só escolas do Sesc, mas escolas públicas também; são construídos em conjunto com a comunidade e com as demandas locais.

Quer dizer, isso tudo dá um olhar diferenciado para cada proposta que acontece. A gente tem o cuidado, atualmente, como Pedro Brás mesmo disse, de procurar se atualizar frequentemente e estar antenado às políticas em voga e às referências acadêmicas. Então, a perspectiva hoje não é "culpabilizar" o indivíduo que usa drogas. A gente bate muito nessa tecla. A gente procura estar em constante desconstrução de alguns paradigmas em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas, principalmente quando a gente pensa em drogas lícitas e no uso de remédios como anfetaminas, enfim, tudo que está hoje na sociedade.

A gente tem uma ação muito grande em parceria como Senac, que é o serviço de aprendizagem comercial. Quando a gente passou a produzir um programa de rádio chamado Sintonia Sesc Senac. Esse programa de rádio está em praticamente mil rádios comunitárias, rádios educacionais. É um programa que faz parte da educação aberta da instituição. Ele funciona da seguinte forma: existem vários CDs por ano – são doze, um por mês – que são distribuídos para as rádios e instituições credenciadas. Dentro desses programas existem subprogramas. O tema drogas é constantemente abordado. A gente trouxe aqui um CD e gostaria, Senador, de apresentá-lo no final da minha fala, para que vocês possam tomar conhecimento do programa e entender um pouco mais como ele funciona. É uma proposta interessante, porque não é só man-

dar um CD com um programa; na verdade são vários programas. Os radialistas são capacitados a utilizar esses programas. Existe um 0800 para as pessoas que ouvem essas rádios ligarem para esse programa e falarem a respeito dele e comentá-lo. Existe também a voz de quem está ouvindo, fazendo parte do tema. A gente pode considerar um sucesso um CD desses ser mandado todo mês para a Bolívia, porque, graças ao Projeto Sesc Ler, que é um projeto de educação e alfabetização de jovens e adultos gratuito, esse CD atravessou, o programa conquistou também uma rádio boliviana, que também faz uso dos nossos programas. Quer dizer, é mais um instrumento, mais uma ferramenta, que não é só trabalhada assim em rádios comunitárias; ela também é trabalhada dentro de ações nas escolas e ações educativas em saúde, nas empresas do comércio, em instituições parceiras, nas dependências do Sesc. Aonde solicitarem esse CD chega. Claro que a gente não faz parceria com rádio pirata. É muito comum essa confusão: achar que rádio comunitária é sempre rádio pirata. Não é verdade.

Além desse programa, a gente tem nas escolas do Sesc, como há uma transversal, o trabalho do uso abusivo de álcool e outras drogas. Então esse tema é trabalhado com os professores e com os alunos em oficinas, em rodas de conversa, sempre tentando desmistificar, colocar a história do uso de drogas na nossa sociedade, que não é uma história recente, muito pelo contrário, e como lidar com isso – o direito de escolha, a autonomia – e, ao mesmo tempo, a prevenção, o combate ao uso abusivo que anda marcando nossa sociedade atualmente com *crack* e agora oxi e essas drogas novas que surgem a todo instante.

Nós temos também parceria com o Sesi e com outras entidades do Sistema S em relação a alguns projetos. Um deles é o Vir à Vida, projeto que foca na exploração de crianças e adolescentes e jovens, principalmente adolescentes e jovens em risco de vulnerabilidade social por abuso, por exploração sexual. Dentro desse projeto, a proposta é qual? A gente está aqui falando um pouco mais de um projeto, cujo desenho inicial é do Sesi, mas que conta com a nossa colaboração também. A colega Rosângela está aqui e se quiser poderá falar um pouco mais sobre ele. Alguns Estados têm um desenvolvimento grande de turmas. O que acontece? Esses jovens são criados e fazem parte de turmas que vão capacitá-los com cursos técnicos. Eles vão ser acompanhados nos primeiros anos de vida profissional. Então, esse acompanhamento deles não é só depois que eles saem, nem é só enquanto eles estão estudando.

E todos os serviços que o Sesc oferece para qualquer comerciário também são oferecidos para esses estudantes. E se detecta, no convívio com eles, que alguns já têm essa dependência. Então, alguns Sesc funcionam já trabalhando com eles também essa temática; em outros não. Em outros é apenas uma temática mais preventiva no sentido que a gente costuma adotar em todas as unidades, uma coisa educativa. Nós não atuamos no tratamento e em recuperação, não com a comunidade em geral e os nossos comerciários. Não é a nossa missão.

Enfim, são essas as nossas ações. A gente trabalha muito teatro também. Alguns Estados trabalham muito com teatro. A gente envolve as áreas: cultura, lazer, educação em todas as ações.

O Ministério Público é um grande parceiro também. E em alguns Estados, como o Acre, Alagoas, Ceará e Rondônia, o Ministério Público encaminha alguns jovens em recuperação para estudar nas unidades do Sesc. Essas unidades de educação de jovens e adultos, de gratuidade, no interior do País, em alguns Municípios do interior.

Nessas unidades também a gente percebe que os nossos alunos adultos muitas vezes têm problema, principalmente com o álcool. E o tema também é trabalhado com esses adultos, de forma constante.

Em linhas gerais é isso. Para o tempo não se esgotar e a gente não poder passar o CD, deixar vocês ouvirem o CD, acho que vale a pena a gente colocar.

A faixa 1, está lá.

Tem um lá e eu vou deixar esse.

(Execução do CD.)

Eu acho que está baixo. Não está funcionando.

(Continua apresentação.)

Gente, eu acho que não está funcionando muito bem. E perder qualidade é complicado. Talvez seja melhor deixar os que eu tenho. Eu trouxe poucos. E se alguém quiser pode me procurar para ter outros. E se alguém receber esses CDs, eles não tratam só dos temas de saúde. Eles tratam dos direitos, de hábitos culturais brasileiros. Enfim, é um CD bem interessante, composto por vários programas.

Bom, continuar falando. Em relação às nossas ações, nós procuramos sempre capacitar os nossos técnicos. Têm técnicos do Sesc que fazem os cursos da Secretaria Nacional Antidroga, de educação à distância, para justamente capacitar outras pessoas. Não só outros funcionários do Sesc, mas também formar multiplicadores dentro das escolas, das empresas parceiras.

Também se conta muito com a parceria com a polícia – Polícia Civil, Polícia Militar. A polícia tem um ônibus, que leva algumas drogas. Eles mostram, falam a respeito das drogas. E as pessoas têm curiosidade.

Os jovens têm muita curiosidade em relação ao que é a maconha, como é a folha, como é que é o *crack*, como que é uma pedra. Eu não sei se todo mundo aqui já viu uma pedra, mas, enfim, é uma curiosidade que vale a pena ser sanada.

A gente tem essas parcerias com várias instituições e estamos abertos a outras parcerias. Temos ferramentas importantes para capacitação. Assim como a Petrobras falou, temos videoconferências também, temos teleconferências. Então, acredito que estejam à disposição das parcerias para tratar esse tema, porque é um tema no qual a gente já assinou compromisso. As ações que a gente desenvolve estão dentro do rol desses compromissos assumidos e a gente está aqui para contribuir cada vez mais.

Bom, vou agradecer a participação. Obrigada a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que agradecemos. A Senadora Ana Amélia saiu? entrevista.

Nós passamos então à Drª Rosângela Lengler.

A SRª ROSÂNGELA LENGLER – Bem, boa tarde a todos, Senador, companheiros de mesa. É um prazer muito grande estarmos aqui, dividindo esse espaço com vocês e trazendo um pouco da experiência do Sesi do Rio Grande do Sul nesse momento, aqui, representando o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Robson.

O projeto de prevenção ao uso de drogas no trabalho e na família faz parte de um dos produtos desenvolvidos pela área de responsabilidade social do Sesi.

Pode passar, por favor?

O Sesi existe há mais de sessenta anos e trabalha para promover a qualidade de vida dos trabalhadores da indústria e, portanto, os produtos que são desenvolvidos têm essencialmente esse enfoque, como é o caso do projeto que nós vamos apresentar aqui hoje.

Trazendo um breve histórico de como é que nós chegamos nessa proposta do projeto de prevenção ao uso de drogas no trabalho e na família já desde a década de 70, técnicos do Sesi do Rio Grande do Sul trabalhavam com alguns indicadores dentro das indústrias com relação ao consumo de álcool e outras drogas e o quanto isso vinha interferindo em indicadores de rendimento, de produção, de custos atrelados e os encargos dessas questões trazidas para as indústrias. Então, foi–se buscar alguns conhecimentos. A evolução nessa área era muito grande e, nesse caso, se buscou apoio e foi firmado então um convênio, em 1904, com o escritório das Nações Unidas sobre drogas e crime, que é a NODC.

Essa metodologia que foi repassada para os profissionais do Sesi já existia e foi desenvolvida por um grupo de médicos e foi aplicada como projeto piloto na Noruega. Então, por meio da NODC, ela foi trazida especificamente para o Sesi do Rio Grande do Sul. A ênfase maior desse projeto é dada à prevenção e à redução do consumo de drogas entre os trabalhadores.

A gente sabe que o movimento, o esforço que existe para tirar as pessoas do vício é muito maior do que os movimentos que nós fazemos para mantê-los numa área de segurança. Então, a proposta desse projeto tem a ênfase maior exatamente nisso, que é a questão da prevenção e da redução do uso.

Direcionado ao setor privado, ele ajuda a alcançar resultados de impacto e indicadores de desempenho, medidos na redução de custos e índices de produção. Então, como o Sesi trabalha especificamente e quase que exclusivamente na maioria dos seus produtos com trabalhadores da indústria, extensivo à comunidade, como a Luciana comentou a respeito do Sesc, mas nós procuramos focar principalmente os trabalhadores da indústria. Então, não tem como desvincular esses produtos e essas ações sem ser por conta dos indicadores dos trabalhadores e dos resultados das indústrias. Então, ele foca essencialmente isso. E a gente sabia, por conta dessas pesquisas que foram realizadas, do impacto, do consumo. O Rio Grande do Sul é uma região onde temos um consumo de vinho muito alto. Até algum tempo atrás, veio para colaborar também a lei do programa de alimentação do trabalhador, que foi exatamente a retirada do vinho das principais refeições, porque isso era considerado como uma questão cultural, era servido no almoço e na janta de uma forma completamente normal. Mas, como foi trazido pelo doutor, quando as pessoas saíam das empresas, eles continuavam achando que tinham que tomar o vinho no almoço, no jantar e assim por diante. Então, são indicadores que até por questões culturais começaram a ser analisados.

O projeto acontece essencialmente no ambiente laboral. Ele vai avaliando as condições do dia a dia, como saúde e segurança no trabalho, o clima organizacional e o comportamento em relação às drogas lícitas e ilícitas. Muitas vezes quando a gente fala no processo de prevenção, a gente esquece que todos os medicamentos que são vendidos de forma liberada e que de alguma forma as pessoas compram, têm esse acesso e consomem isso constantemente e diariamente, está desvinculado de qualquer política de controle, de uso, de consumo ou de abuso. Mas, na verdade, isso termina interferindo no comportamento das pessoas. De tal forma que, sem aquele comprimido que ela toma todos os dias pela manhã, ela não consegue produzir. Quais são os efeitos disso? A gente sabe que são muito mais emocionais do que fisioló-

gicos. E isso é um assunto que é tratado também no processo de aplicação do projeto de prevenção ao uso de álcool e drogas.

Então, reforçando, ratificando, a ênfase maior do projeto é dada para os aspectos de saúde e não de doença. Temos que fazer com que as questões de saúde estejam sempre acima e à frente do que as questões de cura, de processos curativos.

Pode passar.

Esse projeto caracteriza-se por se integrar a outros programas da empresa. Sejam eles a política de benefícios, por exemplo, ou até mesmo ações de melhoria de clima organizacional.

No momento em que a empresa faz a adoção, assina um termo de compromisso, todas aquelas etapas que depois mais adiante eu vou mostrar para vocês, demonstram que os assuntos de clima organizacional, as ações que venham a ser desenvolvidas, manifestadas por insatisfação ou não, elas podem ter outra origem, que é até mesmo o que está acontecendo nas casas das pessoas e que é trazido para dentro da indústria. Então, esse projeto consegue ser trabalhado diariamente em conjunto com outras iniciativas que já existem enquanto políticas de benefícios da empresa.

Todos os colaboradores e todos os níveis hierárquicos são convidados a participar, apropriando-se do modelo e criando uma identidade própria da empresa, a partir de um estudo de linguagem local e até a criação de um mascote.

Então a gente sabe, foi trazido também pelo Sérgio, aquilo que funciona no Rio Grande do Sul necessariamente não funciona no Rio Grande do Norte. A metodologia existe, mas ela é flexível o suficiente para que cada empresa que implante o projeto adquira a sua identidade. A forma de comunicação, a criação das peças de comunicação, as campanhas que são construídas para que haja a divulgação das ações elas assumem a característica daquela empresa, o jeito da fala.

Se aquela empresa trabalha com um componente mecânico, se é um parafuso, é o parafuso que vai assumir a característica daquela campanha, adotando, num determinado momento, a característica da área verde, a característica da área amarela ou da área vermelha, que é a característica livre, de atenção ou de cuidado.

Pode passar.

Como metodologia de prevenção é utilizado o sinal de trânsito como principal metáfora. Nessa metáfora podemos identificar a forma como, após uma pesquisa aplicada como amostra nos participantes das empresas, em que espaço, em que grupos que as pessoas estão inseridas.

Trago aqui também a questão da confidencialidade, que é extremamente importante até para a necessidade futura de encaminhamentos ou não. Com essa figura de retórica conseguimos enxergar, por exemplo, que o sinal verde significa que está livre, as pessoas estão tranqüilas, é uma área segura, é uma região segura. Conseguimos trabalhar tranquilamente as ações de prevenção pura e simples. Na área amarela é o sinal de cuidado, é o primeiro sinal de alerta, em que essas pessoas começam a prestar atenção medindo, acompanhando, verificando a sua forma de consumo, de comportamento perante o uso ou o abuso das drogas lícitas e das ilícitas. Esse grupo já requer uma intervenção prévia para que a gente consiga trazer essas pessoas para a área verde novamente, para que elas não passem para a área vermelha. Depois, o sinal vermelho significa exatamente isso, é o pare. São as pessoas que já estão independentes e que necessitam, via de regra, de encaminhamento para algum tratamento. Com relação ao consumo de álcool, existem algumas estatísticas, algumas pesquisas que provam que entre 55 e 60% das populações estão localizadas na área verde, na área de prevenção. Em torno de 25 a 30% elas estão localizadas no grupo da área amarela, no cuidado, e apenas 10% estão na área de tratamento. Então, o esforço maior, não é que não tenhamos de dar atenção á área vermelha, mas, realmente, o esforço maior tem de estar na área verde para que essas pessoas não migrem para as outras áreas. Isso nós chamamos, o modelo, de mudança de paradigma. Normalmente, todo mundo fica preocupado em curar.

A proposta do projeto é fazer todo o papel de prevenir, é o papel de prevenção. Existem várias etapas para a implantação desse projeto. Aqui nós trazemos um fluxo. Cada uma dessas etapas é desdobrada, mas começa pela apresentação desse projeto para a indústria. Esse projeto é apresentado para a alta direção da empresa e é assinado um termo de compromisso. Esse termo de compromisso é um contrato em que o Sesi está assumindo a responsabilidade de repassar a metodologia para essa empresa, para o grupo indicado pela empresa, e a empresa se compromete a cumprir com todas aquelas etapas até completar tudo que está previsto enquanto implantação do projeto. Começa, então, a partir do termo de compromisso uma avaliação inicial, que chamamos de avaliação *ex ante,* que é formatada por amostragem, determinada por um estudo estatístico, em que algumas das pessoas, desse público todo da empresa, responderão a várias perguntas. Perguntas de ordem comportamental, de clima organizacional, de saúde e segurança no trabalho, de doenças na família, de doenças da própria pessoa.

Enfim, é traçado um perfil dessas pessoas e, com o resultado dessa pesquisa, nós conseguimos começar a identificar qual é o perfil dessa empresa em termos das áreas verde, amarela e vermelha.

Então, passadas todas essas etapas, para que todos tenham uma ideia, a implantação desse projeto leva em média 18 meses, pode chegar a 24 meses, dependendo do tamanho da empresa. Então, novamente, é feita mais uma pesquisa, que é a pesquisa *ex-post*, onde são comparados de 18 a 24 meses. Então, são comparados os resultados iniciais com os resultados finais para que a gente possa avaliar a partir de todo trabalho de campanha, de divulgação, de internalização do processo de mudança de comportamento, quais foram os ganhos alcançados com a implantação do projeto.

Esse projeto já foi implantado e teve sua metodologia repassada para 18 estados do Brasil e também foi repassado para quatro países do Cone Sul. Em termos de empresas, até agora nós já atendemos 97 empresas, sendo 67 no Rio Grande do Sul, 21 em outros Estados e 9 empresas nos países do Cone Sul. Isso significa que nós já atendemos mais de 200 mil trabalhadores seguindo esta metodologia.

Por demandas que surgiram no decorrer desses anos, tivemos que fazer uma adaptação e essa proposta foi implantada também em escolas e universidades Então, no Brasil foi implantado em 9 escolas, no Chile em uma universidade, na Argentina uma universidade, então, no total, 11. Agora nós estamos assinando o termo de compromisso com o Senai de Santa Catarina e essa metodologia vai estar sendo implantada, então, para todas as escolas lá do Departamento Regional. Significa que na metodologia para as escolas, nós já trabalhamos com mais de 30 mil alunos.

Alguns resultados, então, de todas essas indústrias nas quais foi implantado o projeto.

Foi identificada, então, uma redução de 16% na proporção de fumantes, uma redução de 12,5% no consumo de álcool. Isso significa um acréscimo de 8% de pessoas que retornaram para a área verde, significam mais pessoas com baixo risco de problemas relacionados ao consumo do álcool.

Foi identificada também a redução de 20% e 22% nas áreas amarela e vermelha, respectivamente, com relação a menos pessoas com risco moderado e alto. Então, as pessoas que estavam já em tratamento ou quase passando para a outra área, nós conseguimos reduzir esses percentuais.

Alguns indicadores de desempenho, então. Redução em 10% na proporção de ausências relatadas nos 12 meses anteriores à aplicação do projeto por motivo de doença ou incapacitação, redução de 30% na proporção de trabalhadores que costumam se atrasar para chegar ao trabalho, redução de 34% no número de acidentes e também, por consequência, no custo por acidente de trabalho.

Resultados de impacto.

Assim como todos os trabalhadores são convidados a participar, também os terceiros, que fazem parte de toda força de trabalho das empresas, são convidados a participarem de todas as ações. E essas ações, como são ações de valorização da vida, terminam repercutindo também nas comunidades do entorno das empresas. Então, o impacto social do projeto é muito grande.

Aqui há um depoimento de uma das empresas do Rio Grande do Sul, da Randon, de uma pessoa que participou. Lá eles apelidaram o projeto – cada empresa dá um nome – e lá é o Programa Viver de Bem com a Vida. Então, o depoimento de uma pessoa de lá.

Aqui, um depoimento da RGE, que é uma empresa fornecedora de energia elétrica do estado também.

Então, são pessoas que se sensibilizam com a participação, com o se sentir parte integrante de um movimento que termina favorecendo a melhoria da qualidade de vida do seu colega, aquela pessoa que estava trabalhando com ele e que não sabia onde buscar ajuda. Então, o principal é isso, as pessoas enxergam na pessoa que trabalha do lado dela um apoio para os seus problemas.

E aqui, então, trago, finalizo a minha apresentação com um convite para um seminário que nós vamos realizar agora no dia 9 de agosto, lá na Fiergs – *Crack*: não condene a sua vida. Este será um seminário estadual. Ele é resultado de vários seminários que estão acontecendo desde o início de maio em todas as regiões do Rio do Grande do Sul, em que estão sendo chamados todos os recursos, estão sendo identificados todos os recursos de auxílio das cidades, da comunidade, no sentido de haver um alinhamento, um combate e um enfrentamento às drogas lá.

Queria agradecer novamente a oportunidade de trazer a nossa experiência e me coloco à disposição para algumas perguntas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que a agradecemos pela apresentação.

Então, nós passaremos aqui...

Agradecemos também pelo convite. Certamente estaremos representados lá, não é, Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, registro a presença da Senadora Ana

Amélia, que atua de modo brilhante aqui na Comissão e tem se dedicado de corpo e alma há muitas causas, mas, de carinho especial, eu acompanho neste trabalho como lidar com o tema da dependência química.

Eu queria passar para a Senadora Ana Amélia, para interpelar aqui os nossos convidados e convidadas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Wellington Dias.

Na verdade, estamos juntos e parceiros, porque esta Subcomissão foi criada por nossa iniciativa, quando propusemos, na Comissão de Assuntos Sociais, um exame mais cuidadoso sobre a questão. Eu falei em *crack,* o meu olhar é *crack*, que acho que é uma coisa grave, e o meu colega Wellington ampliou para outras drogas, que também são importantes;

Queria pedir escusas ao Dr. Sérgio. Da Luciana, ouvi um pouco, mas, sobretudo, da Rosângela. Como sou Senadora pelo Rio Grande do Sul, tenho que fazer uma referência especial a esse trabalho que realmente encanta o cidadão, porque são instituições que também têm uma responsabilidade social hoje na moderna relação das empresas com o seu público, com a sociedade, enfim, a sociedade toda, mas especialmente com aqueles que fazem parte da história das empresas, os empregados. Então, parabéns pelo trabalho que estão realizando.

Das minhas questões, a primeira questão é geral para os três, já que também o Sesc realiza e a Petrobras pioneiramente, porque, na década de 80, começou esse trabalho.

Vocês notaram, eu diria, na última década, uma mudança do perfil do dependente? Ele é mais jovem, ele é médio? E as causas dessa dependência dão para precisar? E se essa dependência é mais acentuada em álcool ou se está mudando para outras drogas, como o *crack*, por exemplo.

No caso específico deste projeto, está dito que o número de empresas atendidas no Rio Grande do Sul é 67. Quantas empresas estão filiadas ao Sistema Fiergs/Sesi? É um número muito maior? Quantos por cento isso representa? Muito pouco?

A SRª ROSÂNGELA LENGLER – Muito pouco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito pouco. Então, são 67. Isso é muito importante nesse universo.

Quanto custa? O que resiste a empresa a fazer, é pelo custo do projeto ou pela falta de motivação para fazer isso? Que tipo de empresa busca mais isso, a empresa média, a grande? Em que tipo de atividade ela notadamente está? Então, essas são as curiosidades que eu tenho em relação a essa matéria.

Outra dúvida, outra questão é a seguinte: quando você estabelece o programa, que estrutura a empresa precisa ter para executar esse projeto? Quantas pessoas cuidam disso? Há médicos, há assistentes sociais, psicólogo? Quem cuida disso? Nós estamos nos relacionando com pessoas, com gente. Então, não é qualquer pessoa que vai chegar e dizer "Pô, cara, deixa de ir para a droga". Então, quem são as pessoas que cuidam disso nas empresas?

Também foi mencionado que estão em escolas, no Chile e na Argentina, em universidades. É a universidade, é o aluno, é para os alunos ou para os funcionários das universidades que o programa é aplicado? É para o aluno, especificamente, da universidade?

E a segunda, no caso das escolas, não está dito se são escolas públicas ou particulares. E, nesse caso, quais são as que mais buscam isso, são as públicas ou são as particulares? No caso das públicas, a instituição, o Sesi vai a eles, busca e oferece, ou eles é que vêm buscar apoio para fazer esse projeto? Isso vale também para a Luciana, em relação ao setor específico dela, e também para o Dr. Sérgio.

E no caso da Petrobras, não sei se o senhor fez quantificação de números sobre isso, como foi feito nesse projeto sobre a ausência, o atraso ou, digamos, o alheamento do servidor. E se tem, por exemplo, por nível de categoria. Porque a Petrobras, como é uma empresa muito grande, ela tem, digamos, áreas de alta especialização, engenheiros petroquímicos, engenheiros de toda parte, especializados, depois tem uma outra parte, dos operadores nas plataformas, e tal. Em que área, se é possível dizer – tem a área de informática, que deve ser gigantesca, a área de mercado de ações, a área financeira –, se tem áreas que já foram identificadas onde o problema é maior, dentro da empresa, porque ela é um universo muito grande. Então, que áreas estão mais vulneráveis a esse processo das drogas.

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom, eu acho que como teve uma bateria maior aqui para a Drª Rosângela, eu quero começar por ela.

A SRª ROSANGELA LENGLER – Existe um custo para implantação disso, em função do longo prazo da capacitação de todas as pessoas que são envolvidas, e, sim, a empresa precisa ter um mínimo de estrutura para isso.

Normalmente, as grandes empresas têm a área de saúde e segurança do trabalho estabelecida, e ali tem médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas. Então, a primeira abordagem, quando é constituído o comitê orientador, ele é composto, normalmente, por esses técnicos, e esses técnicos recebem então a primeira capacitação, que são os princípios do projeto, com relação ao aspecto social,

psicológico, financeiro, econômico, todas as nuances dessa atividade.

Esse comitê é constituído, normalmente, em torno de dez pessoas. A maioria dessas empresas que nós colocamos são empresas de médio e grande porte. Por quê? Porque o impacto disso para eles é muito grande também. Ter pessoas com baixo rendimento significa mexer nos indicadores deles. Então, são essas as empresas que têm trabalhado conosco. Mas nós também temos tido procura por pequenas empresas.

E aí, como isso envolve as pessoas saírem da produção, nós tivemos que desenvolver uma nova metodologia, mais simplificada, que nós chamamos de Projeto de Prevenção ao Uso de Drogas para Empresas de Pequeno Porte, em que a maior parte das atividades termina sendo constituída e encaminhada pelo próprio profissional do Sesi, que é o assistente social.

Então, a empresa disponibiliza três a quatro profissionais, que dêem a representatividade de todas as áreas daquela empresa, e, aí, a partir disso, se começa a constituir...

Exatamente, são os facilitadores. Esse comitê é composto por facilitadores. Então, existe esse modelo, mas mesmo assim nós estabelecemos isso, que há necessidade de pelo menos 400 horas, e isso significa implantar o projeto em torno de doze meses. Por quê? Porque nós não temos que ir lá, apresentar alguma coisa, e sair. Temos que ter certeza de que as pessoas compraram essa idéia, de que aquilo vai fazer parte da vida delas, de que aquilo vai fazer parte da rotina delas. Elas têm que enxergar, naquilo ali, a solução para muitos dos problemas que elas têm dentro da própria empresa. E nas suas casas.

Bom, com relação ao envolvimento, é calculado, então, determinado número de horas de capacitação dessas pessoas, e dentro de todas aquelas etapas que constam do processo de implantação, existe um tempo de dedicação para isso.

Depois que termina essa etapa, existe um processo de manutenção como nós chamamos, que é dar continuidade a isso.

Então, com um espaçamento maior de tempo, o profissional do Sesi continua fazendo o acompanhamento.

Depois daqueles primeiros meses em que a empresa recebeu a certificação, se ela continuar, ela passa de novo por um processo de análise, de pesquisa para o acompanhamento dos resultados e sempre comparando com as pesquisas anteriores. E aí se identifica se tem a necessidade de manter, de revisar as campanhas, de intensificar ou ela é encaminhada para a entrega de um selo, uma nova certificação.

Então, a idéia é que isso continue sempre. É dado início e que isso não pare nunca mais, tanto que isso passa a fazer parte das políticas da empresa.

Um dos documentos formulados pelo comitê orientador é a formatação de uma política para a empresa, com relação ao uso de drogas, álcool e outros.

Um exemplo que trago é de uma escola estadual, da periferia de Pelotas, em que foi aplicada, recebeu a metodologia e ela só recebeu essa metodologia por conta de um consórcio de indústrias. As indústrias estavam muito preocupadas com relação à qualificação. Eles estavam apostando naqueles jovens, naquelas crianças que seriam os futuros trabalhadores das suas indústrias, das suas empresas. Então, foi um pool de quatro empresas que bancou a implantação desse projeto numa escola estadual em Pelotas, que foi a primeira.

Depois disso, nós tivemos em duas escolas do Senai, uma ali em São Leopoldo, que é de produtos mecânicos, e na região de Estância Velha, que é de tratamento, região coureira, tratamento químico do couro.

Então, assim, eles vieram buscar.

Com relação ao perfil que a senhora perguntou. O Sesi, Sistema S, hoje, tem um acordo com o MEC, Ministério da Educação e Cultura, em que nós temos ações de educação continuada.

O público mudou um pouco, principalmente – vou falar pelo Sistema Indústria –, os alunos que estão nas escolas do Senai eles estão indo mais novos para a escola. Então, está sendo uma surpresa nas escolas, porque é outro público que está sendo tratado. Antes, já eram pessoas que trabalhavam nas indústrias. Eram mais adultos.

Então, estamos tendo acesso a um público que está consumindo muito mais cedo.

Nós avaliamos que existem três situações. Ninguém vai para a droga porque é a droga. As pessoas vão para droga porque têm as condições que a droga proporciona, mas tem as vulnerabilidades da pessoa e tem o meio onde ela está inserida.

Então, essas questões todas fazem com que a depressão, a falta do emprego, o baixo rendimento, as questões familiares, a perda de uma das pessoas, hoje as famílias estão sendo conduzidas por uma pessoa, existe uma série de fatores que estão impactando.

Nós falamos que a droga é extremamente democrática. Ela não tem credo, cor, sexo, nada, ela atinge quem quiser. Onde der, ela estará. Não dá para dizer hoje que ela é só do jovem, que ela é do adulto, que ela é da classe média ou da classe alta. Hoje ela está totalmente disseminada e está causando cada vez mais impacto. Cada vez mais a tecnologia e a comunicação também facilitam isso.

Nós sabemos que, hoje, a droga mais consumida no mundo é o álcool, depois a maconha, o fumo, a cocaína, o *crack*, agora o oxi

Acho que respondi todas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT–PI) – Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Nobre Senador é um prazer, boa tarde. Também sou do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul. A senhora é de Lagoa Vermelha?

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Lagoa Vermelha. Que bom! Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT–PI) – Você não vai dizer que é também, não é Luciana?

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Duplamente orgulhosa. Porque o sotaque da Luciana não é gaúcho, o do senhor é; e do Wellington também não, como um bom piauiense.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Respondendo as suas colocações, a idade... A Petrobrás tem uma outra realidade, o problema da Petrobrás não é financeiro. Não é isso. As ações dependem muito do patrocínio. Patrocínio, ou seja, no âmbito gerencial, das lideranças. Isso a gente tem conseguido.

Então, a Petrobrás tem desenvolvido tanto, do ponto de vista de investimento na formação, quando o empregado entra na companhia – falei isso aqui na apresentação –, vou repetir para a Senadora Ana Amélia poder até participar dessas informações. Quando o empregado assina, ele é aprovado, ele entra num período de formação, de integração. Nesse momento entra a primeira abordagem e a partir daí o empregado passa a ter, dentro do sistema informatizado da companhia, o Sua Saúde, ou seja, ele pode acessar os seus dados de saúde – mas só ele. Eu, como gerente, posso acessar de todos, porque tem minha parte ética, meu juramento, como todos os profissionais. Mas ele vai poder acessar e acompanhar todo o histórico dele.

Então, esse mapeamento é uma luta do dia a dia, nós realizamos não por lei, porque por lei não precisaria, mas nós realizamos o exame de saúde periódico, social, nutricional, psicológico todos os anos. Então, é uma questão que permite que haja um envolvimento das lideranças que, às vezes, com um médico, uma assistente social, uma psicóloga não tem aquela abertura, mas pode ter com o seu supervisor, pode ter com o seu gerente. Se ele não estiver preparado nós vamos perder esse trabalhador quando ele precisou de ajuda. Então, nós capacitamos os supervisores, os gerentes em todos os níveis. Então, esse patrocínio para mim é fundamental porque senão a ação não ocorre. Ocorrem as idéias, ocorrem as intenções, mas ações não ocorrem.

Em relação...

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Quando o senhor fala em patrocínio o senhor fala na cobertura e no empoderamento que a empresa dá a esse chefe, a esse supervisor, ou a esse gerente?

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Exatamente.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – É um empoderamento que ele dá para isso. Ele dá competência para realizar.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Exatamente. Perfeito. Esse é o patrocínio gerencial, quer dizer, eu banco isso, eu quero me envolver nisso, eu acredito nisso. Então, isso levou tempo, porque a Petrobrás ela vem, ao longo do tempo, mudando as suas lideranças.

Uma questão, por exemplo: os jovens. O nosso problema maior é com os mais jovens; os mais jovens que trabalham em regime de turno, ou seja, que têm alterado o seu relógio biológico, e aí esse impacto é muito grande. Ficar no navio meses, no oceano; ficar numa plataforma anos, ficando duas, três semanas confinados. Trabalhar em turno de revezamento, que a Legislação permite, mas que impacta no ritmo circadiano das pessoas. Então, essa é nossa principal preocupação, foco, em jovem. Como a própria Rosângela falou, realmente o que nós temos mais hoje é problema de álcool, e depois é a maconha, e aí – como ela nomeou –, cocaína e outras drogas. Esse tem sido o perfil que a gente tem encontrado.

Nós atuamos, Senadora, com equipe interdisciplinar. Todos os integrantes próprios da Petrobras, capacitados. Só com o Inca, por exemplo, nós capacitamos 657 profissionais para atuarem na questão do combate ao fumo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que é o câncer, câncer no pulmão.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – É. Eu até mencionei aqui que nós tínhamos em torno de 17%, 18% de fumantes na Petrobras, e hoje estamos com 7%.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Funciona.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Funcionou. Eu tenho aqui um dado. Por exemplo, quantidade de internações que nós tivemos dentro da companhia no ano de 2010, internações ou tratamentos ambulatoriais. Eu vou juntar as duas coisas: 97, em 2010 e 2011...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em um universo de 60 mil funcionários.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – É. Porque a Petrobras pode fazer ações para força de trabalho, mas, quando ela tem que abordar as empresas, tem que fazer o seu papel. A gente é – vamos dizer assim – o vetor, o que estimula. Todos os contratos hoje da Petrobras com empresas terceirizadas prevêem cláu-

sulas de SMS e um desses SMS, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, é a saúde. Então, a gente inclui em cláusulas ações de que a empresa tem que cuidar da saúde do trabalhador de forma integral.

No ano de 2011, nós tivemos 32, passamos de 97, em 2010, para 32, em 2011. O que significa? Deu um total aí de 129.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não terminou o ano ainda.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Hein?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não terminou o ano ainda.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Não terminou ainda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas esperamos que ele se renove.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Então, realmente é um trabalho de formiguinha. Não é fácil atuar no comportamento e na forma de as pessoas se portarem. E a nossa equipe atua toda própria, toda capacitada com o Inca ou com entidades. Eu até agora vou aproveitar essa questão do Sesi, que era do nosso conhecimento, mas eu acho que agora vale um incentivo dentro das unidades, porque, corporativamente, nós damos as diretrizes, a estratégia e as ferramentas. Agora, quem tem que atuar são as unidades operacionais. Então, até chegar lá, a gente tem um programa que vê se aquilo que a gente discute e aprova corporativamente, até em nível da diretoria é implementado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senão fica só no papel.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Senão fica só no discurso. Então, é prioritária para nós a avaliação da implementação e da gestão dos programas de saúde.

Em relação, por exemplo, a números, a gente tem a ideia de que, a cada real investido, nós temos uma economia... Vou dizer economia, porque estou falando de números. A cada real investido na prevenção, a gente economiza em torno de R$8,00 no tratamento. Quer dizer...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...economicamente interessante.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – ...só dá retorno. A saúde é a principal, mas, em termos econômicos, não existe saída. É a prevenção mesmo, como foi bem destacado...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT–PI) – Perdoe-me. Além do que a gente viu na apresentação e aqui também em relação a essas experiências do Sesi do Rio Grande do Sul, eu acho que a da produtividade pela queda de ausências, de atrasos e de....

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – De acidentes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT–PI) – ...acidentes no trabalho, a própria redução da produtividade existem. O cidadão de ressaca produz menos – para dar um exemplo prático – e por aí vai.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito bom, ótimo!

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Eu precisava fazer uma observação, Senadora: nós temos um programa que está tendo um acordo, nós temos um acordo coletivo de trabalho, com a Fup e os sindicatos, que prevê que a gente faça o resgate do potencial laborativo e redefinição de atividades, se for o caso. Então, isso está em acordo coletivo do trabalho. Portanto, a gente – vamos dizer assim – estimulou que isso acontecesse já, porque a gente queria, como o Senador colocou quando eu fiz a minha apresentação, não só o comprometimento da empresa, mas, sim, do empregador, mas, sim, da força de trabalho do empregado, porque se ele não aderir...

Então, eu acho que o melhor caminho é esse e a gente tem tido pelo menos um entendimento, nessa questão, muito bom.

Segurança e saúde para todos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Isso, Senador, é só uma ideia que nasce aqui, primeiro, de a gente estimular, com a...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Rosângela.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com o nosso querido Armando Monteiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com a Confederação da Indústria e com as outras, com o comércio, enfim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com os outros do sistema, do Sistema "S".

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Essa ideia da adesão dos Estados com formas de o próprio Estado ter estímulo para aderir.

É provável que se só... O Sistema "S" tem uma força, lá, com a Fiergs, tem uma força lá, no Rio Grande do Sul. Agora, imagine se governo de Estado, se não sei quem vem no estímulo para que se tenha mais atendimento?

Aqui, tem um dado interessante, que me despertou a atenção, ou seja, como eles fazem com as pequenas empresas: o próprio sistema, pelo que eu compreendi, viabiliza o assessoramento, viabiliza o acompanhamento das pequenas empresas para reduzir o custo lá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, eu acrescentaria, também, meu Presidente, e acho uma ideia ótima, a gente envolver, porque, como disse o Dr. Sérgio, na Petrobras, há um comprometimento com os sindicatos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pegar, também, a central sindical, a Força Sindical e a CUT, para também entrarem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Essa foi a ideia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, porque nós vimos, aqui, que eles não estão, ainda,...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Não estão envolvidos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... bem instrumentalizados para se envolverem com esse tema, então, é mais do que uma agenda de direitos trabalhistas. Passa a ser um comprometimento com a saúde do trabalhador. Essa é a questão, eu acho, prioritária, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É, e um outro exemplo que me vem aqui é que se uma empresa como a Petrobras consegue trazer, consegue... Eu vou participar, sábado agora, de um congresso de bancários, que é minha categoria original, em São Paulo. Eu vou fazer a eles uma proposta.

Eles vão discutir a pauta sindical agora em setembro, o acordo da inclusão... Por isso eu pedi a cópia, aqui, do acordo deles, para a gente já começar a trabalhar na busca de incluirmos nas negociações.

E um dado fundamental: como é que empresas como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES – estou falando das estatais – não seguem o exemplo da Petrobras? Imaginem o efeito que isso tem no País, certo?

Mas antes de me direcionar, aqui, para uma pergunta, eu queria passar para a Drª Luciana, para a pergunta geral que foi feita pela Senadora Ana Amélia.

A SRª LUCIANA GARRITANO BARONE DO NASCIMENTO – Boa-tarde, Senadora, é um prazer.

Bom, acho que mais que a mudança no perfil desses dependentes, do que a gente entende como a pessoa que consome, abusivamente, álcool e outras drogas, a gente participou de um processo de redefinição do que é esse campo. Com isso, a gente percebeu que os estigmas e os preconceitos com os quais a gente olhava e tratava uma série de temas eram muito presentes em várias ações educativas.

A gente tem esses registros na academia, a gente tem isso em todos os segmentos que trabalham com drogas, então, rever, olhar essa perspectiva em relação a quem são essas pessoas é uma tarefa contínua.

Nós não temos um dado nacional para apresentar, mas o Sesc trabalha respeitando as características de cada Estado. Com certeza, vai haver Estados que vão apresentar uma faixa etária cada vez menor consumindo drogas, principalmente os Estados que já estão trabalhando há mais tempo com exploração sexual infantil, de crianças e adolescentes. A gente sabe que algumas dessas crianças e adolescentes...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Drª Luciana, eu peço só uma licencinha, e do meu Presidente, especialmente,...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... que comanda a sessão.

Aqui está o Reitor da Universidade de Santa Cruz do Sul, Vilmar Thomé.

Estamos discutindo, Reitor, e até, depois, vou-lhe passar as informações da Drª Rosângela, que já trabalha com universidades na prevenção, a questão de álcool e outras drogas. Então, eu fiz questão de convidá-lo para chegar até aqui, pelo menos para ouvir esse debate que o Senado faz, como instituição, de interesse da sociedade brasileira.

Obrigada e desculpe-me. Pode continuar, Drª Luciana. Obrigada pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos. Bem-vindos e parabéns também pela presença.

O SR. VILMAR THOMÉ (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRª LUCIANA GARRITANO BARONE DO NASCIMENTO – Bem-vindo.

Foi até bom ele ter chegado, porque eu me lembrei que o Ceará, por exemplo, que trabalha com essas crianças em situação de vulnerabilidade social, trabalha em parceria com a universidade.

Eles organizaram, no passado, um encontro, um grande encontro sobre educação popular em saúde, cujo tema era prevenção do uso abusivo de drogas, envolvendo movimentos sociais, segmentos diferentes da sociedade, a polícia, que é uma parceira, a Petrobras foi convidada – agora, não lembro se participou ou não, ou qual foi o tipo de participação, se estava lá como palestrante, porque é uma parceira forte, muito presente. Enfim, vários segmentos da sociedade.

Cada Estado procura ter os seus educadores de saúde capacitados. Como é que isso acontece?

A senhora perguntou sobre a formação deles. A formação é bem diversificada. Existem pessoas com nível superior em Psicologia, Serviço Social, Nutrição...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Multidisciplinar também.

A SRª LUCIANA GARRITANO BARONE DO NASCIMENTO – É, existem pessoas com nível médio, existem mestres, existem especialistas trabalhando na área, mas quando a gente pensa em empresa, quando o Sesc vai a uma empresa para trabalhar o tema, ele garante pelo menos o acompanhamento, feito por um técnico dessa área de educação e saúde, das ações, tentando multiplicar esse conhecimento dentro da empresa, com os funcionários.

Em relação à empresa, varia muito, porque as empresas do comércio podem ser muito pequenas. A gente tem casos de pizzarias, tem casos de pequenos hotéis, em que quem faz as ações é o recepcionista, com o segurança, enfim, varia muito, e a gente trabalha na perspectiva de empoderamento dessas pessoas. A gente acredita e tem toda a metodologia da construção compartilhada do conhecimento com as pessoas. O foco deixou de ser a droga; o foco são as pessoas envolvidas nessas condições, nesse contexto de vulnerabilidade social e de saúde.

Com relação às escolas, a gente faz as ações junto aos professores e junto aos alunos. Tem escolas públicas, escolas pelo Sesc, escolas privadas parceiras.

O Sesc, nas suas escolas, tem isso como um tema transversal, que sai do papel. Ele está nas oficinas, ele está em rodas de conversas, ele está nas aulas.

É isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok? Então, para encerrar, aqui, eu queria só...

Dr. Sérgio, o senhor colocou que há uma dificuldade, na programação feita, de aplicar o exame com o etilômetro, isso porque a legislação... Quer dizer, quando é numa área, pelo que compreendi, da Marinha, é possível; quando é em outras áreas... Então, eu queria lhe pedir uma sugestão, já que o senhor está atento.

Nós estamos discutindo, aqui, os exames nas rodovias, enfim, mas eu acho que essa vertente na área do trabalho... Se pudesse ter a sua equipe a condição de nos dar uma redação que pudesse não ter tanta controvérsia como tem tido a outra, isso nos ajudaria.

O exame de bagagem tem tido problema?

Na grade de formação, o senhor colocou que faz um curso, com a Senad, no modelo à distância, no modelo EAD. Esse curso à distância é feito a partir de onde? Qual é a referência da transmissão? É da própria Senad, é de alguma universidade?

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO (*Fora do microfone*.) – Senad.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Da própria Senad.

Aqui, ainda, Drª Rosângela: eu gostaria de ter uma cópia desse modelo do termo de adesão, para a gente poder...

A SRª ROSÂNGELA LENGLER (*Fora do microfone*.) – Do termo de compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Do termo de compromisso.

A SRª ROSÂNGELA LENGLER (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu acho que seria interessante a gente ter conhecimento dele aqui, para este trabalho.

Bom, Senadora, OK, então?

Então, eu quero agradecer e parabenizar a Drª Rosângela, a Drª Luciana, o Dr. Sérgio, e dizer que foi uma reunião muito rica, pelo objetivo, para a gente compreender o desnivelamento que há, ainda, dentro do nosso País. Vocês têm empresas e setores organizados, mais avançados, e outros bem menos avançados.

Hoje, aqui, a Senadora Ana Amélia captou bem.

A gente fez uma reunião anterior, com representantes da Central Única, com representantes das entidades, e o que a gente percebe é que ainda não está incorporada, nas entidades laborais, a compreensão desse problema.

Aí, a minha visão é essa, ou seja, se houver, vamos dizer assim, uma bandeira da parte dos trabalhadores, mas se somando a uma vontade natural, ou até puxada pela cobrança dos trabalhadores, acho que a gente constrói uma rede fabulosa, uma rede fabulosa.

Aliás, uma pergunta: quando o senhor coloca que é feito, quando detecta que tem, lá, que tem de fazer o tratamento. O tratamento, pelo que compreendi, tem a atenção básica, tem, enfim, a parte clínica, etc. Após o tratamento, tem alguma parceria com alguma dessas comunidades de acolhimento, grupos de auto-ajuda, comunidades terapêuticas? Como se dá isso?

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Antigamente, Senador, a gente abordava esse assunto internamente.

Agora, a gente contratou áreas especializadas para fazer esses acompanhamentos, esses grupos de mútua ajuda externamente. Por quê? Porque expunha as pessoas, porque se diz: "Ah, tem uma reunião, hoje, na área de saúde, ou no prédio tal, sobre AA." Aí, o pessoal que vai lá é do AA.

Então, ficava uma exposição dessa condição da pessoa, para dizer: "Eu não quero me expor."

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Perfeito.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Então, a partir do momento em que a gente direcionou isso externamente, as pessoas começaram a se sentir mais à vontade, porque compareciam para o trabalho e não para o trabalho para fazer uma questão sobre isso.

Eu só queria, Senador, comentar a questão do etilômetro.

Existem empresas de óleo e gás, como a Petrobras, de energia, que já têm... No seu próprio, vamos dizer assim, exame admissional, eles fazem a testagem, mas é a lei deles. A nossa não permite nem propor.

Então, só, como eu comentei...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Não, eu digo empresas estrangeiras.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Estrangeiras: Statoil, Chevron. Elas fazem isso tanto aleatoriamente, como por rotina. Elas têm, para isso, um contrato assinado, mas qualquer empresa brasileira não pode. Então, eu estou incluindo a Petrobras aí.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) (*Fora do microfone*.) – É a legislação.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – É legislação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Isso é importantíssimo.

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – Porque se houver, mais adiante, a possibilidade de a gente entender isso, junto com os trabalhadores também, não só unilateral, se a gente tiver isso com os trabalhadores, esse encaminhamento, para mim, é uma forma, vamos dizer assim, legal de a gente poder, talvez, atuar mais fortemente, mas legalmente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim. Nenhuma decisão pode ser feita à revelia da lei. É o Direito Constitucional hoje, e, no caso, até na história do bafômetro, Presidente, ele não pode fazer uma prova contra ele mesmo.

Então, é uma grande discussão, inclusive porque o número de acidentes com motoristas embriagados é muito grande, e nem assim...

O SR. SÉRGIO ANTONIO ROSSATO – E as vítimas acontecem, não é, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito, muito. É terrível.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom, então, antes de encerrar os trabalhos, quero lembrar que no dia 12, na próxima terça-feira, nós temos como convidada a Embaixadora da Suécia, que vai fazer uma explanação sobre a experiência da Suécia, como tinha ficado acertado.

Eu queria colocar para a Comissão que nós aprovamos, e a ideia era fazer junto com a Embaixadora da Suécia, o Dr. Gerardo.

É esse o nome? Você já passou para ela? Eu não me lembro do sobrenome dele.

O Dr. Gerardo tem, também uma posição da OMS, a Organização Mundial de Saúde, em relação a algumas políticas que o Brasil adota nessa área da saúde.

Eu quero consultar a Senadora Ana Amélia. Tem a possibilidade de fazermos, no dia 14, que seria quinta-feira, esse evento que tem aqueles outros convidados de um requerimento de V. Exª: o Ledir da Silva Porto, Preto Zezé, enfim. Ou poderíamos deixar para agosto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu preferiria... Aquele dos ex-dependentes, não é? Aquele que tem o prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exato.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu preferia que fosse... Porque dia 14, casualmente, é a posse do novo presidente da Federação das Indústrias e a Presidenta Dilma estará no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – No Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – No dia 13 não dá? Na quarta? Porque eu também tenho um problema no dia 14.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, então...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu tenho uma atividade que, me parece, me tira daqui no dia 14.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, eu preferia na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu queria examinar se a gente poderia combinar com o Presidente da CAS e ver qual o horário que a gente pode combinar, para que não fique se sobrepondo ao da Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A gente poderia fazer na quarta-feira. Eu queria que pudessem examinar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Seria o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E nós trataremos com o próprio Presidente da Comissão. Combinado?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, agradeço, de coração, a bela apresentação dos nossos convidados e, certamente, nós vamos estreitar relação para ajudar na construção desse pacto Brasil na política sobre o *crack* e outras drogas.

Muito obrigado.

Declaro encerrados os trabalhos.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 41 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 02/2011-CAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos, do dia doze de julho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Wellington Dias,** reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença dos Senadores Waldemir Moka, e das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião que é dada por aprovada. O Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se a realização de **Audiência Pública** em cumprimento aos Requerimentos nºs 1, 2 e 3, de 2011, referentes ao Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação ; saúde pública e tratamento; e experiências de organismos internacionais. **Complementação do 4º Painel – Experiências de Organismos Internacionais.** Oradora: **Anikka Markovic**, Embaixadora da Suécia. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Wellington Dias, Presidente da Subcomissão, e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião, de 2011.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir a experiência da Suécia na prevenção, tratamento e políticas sobre o álcool, o *crack* e outras drogas, atendendo ao Requerimento nº 3, em complementação ao Painel nº 4 do ciclo de debates.

Temos como convidada a embaixadora da Suécia, Anikka Markovic.

Quero, em primeiro lugar, agradecê-la. Tivemos a oportunidade de estarmos junto por ocasião da visita da rainha Sílvia ao Parlamento. Naquela oportunidade, pudemos dizer o quanto era importante este momento. Como disse há pouco, estamos buscando colher subsídios para garantir ao Brasil condições de uma política mais atualizada e em condições de dar solução a esses problemas.

O Brasil ainda acumula crescimento, ano a ano, no número de consumidores de drogas e no número de dependentes. Registramos, com dados de uma pesquisa não recente, ainda de 2009, que cerca de 10% da nossa população é dependente de alguma droga. São 18 milhões, 19 milhões de brasileiros e brasileiras dependentes do álcool – é o principal problema –, mas também dependentes da maconha, do cigarro, da cocaína, do *crack*.

O objetivo, portanto, é colhermos informações sobre a experiência da Suécia. Nós tivemos painéis com a participação de representantes da Suécia no Brasil. A Suécia acumula, provavelmente no Planeta, a mais avançada política. Temos consciência das nossas diferenças culturais, populacionais. Mas, certamente, no que tange a uma política de humanização, de uma política focada no ser humano, melhor dizendo, eu creio que essas experiências podem valer para qualquer lugar do mundo. Por isso, quero aqui agradecê-la e passar-lhe a palavra. Normalmente, concedemos de 15 a 20 minutos, mas fique bem à vontade para falar, para que possamos ter a mais completa informação.

Passo-lhe a palavra, com o maior prazer. Sabemos que teremos a tradução simultânea, pois ela falará em inglês.

A SRª ANIKKA MARKOVIC – Agradeço muito. É uma grande honra para mim fazer esta apresentação aqui hoje, Senador Presidente da Cadesp. É uma honra, um grande prazer. Vou fazer a apresentação em inglês com tradução. Vou começar agora.

A SRª ANIKKA MARKOVIC (Texto traduzido) **–** É um prazer para mim estar aqui hoje, no Senado brasileiro, e contribuir nesta importante discussão sobre o combate às drogas na sociedade, por meio da apresentação de alguns elementos da política sueca e das ações empreendidas pela Suécia nessa área.

Estou consciente de que, hoje, a grande parte do foco do Governo brasileiro é no combate ao uso do *crack*, que está se espalhando de forma rápida entre os jovens em muitas áreas urbanas.

O uso de *crack* e de cocaína tem efeitos imediatos, devastadores, e é muito difícil reabilitar as pessoas que foram vitimadas por essas drogas perigosas.

Felizmente, para a Suécia, o país foi poupado da disseminação do uso do *crack* e da cocaína. Quase não se ouve falar do uso do *crack* nos meios policiais na Suécia e nos órgãos governamentais, e não existe estatística atual sobre o uso dessa droga. Uma das razões para o fato de o *crack* e a cocaína não serem disseminados na Suécia é que o país não é um país de trânsito para as drogas em geral e para o *crack* em particular. No entanto, o contexto social para a disseminação de certas drogas é ainda mais importante. E o contexto social da Suécia ajuda, pois lá há poucas pessoas extremamente pobres e excluídas, então, esse contexto não conduz a uma disseminação forte, agressiva do uso do *crack* e da cocaína.

Minha apresentação será sobre as políticas da Suécia no combate a todas as formas de drogas.

Sob a perspectiva internacional, a política sueca no combate às drogas destaca-se por ser tanto restritiva quanto progressiva. É restritiva no sentido de que o princípio norteador de nossa política é a criação de uma sociedade sem drogas. Esse objetivo de ter uma sociedade sem drogas foi adotado de forma unânime pelo Parlamento da Suécia e é expresso de forma clara pelo fato de que rejeitamos todo e qualquer uso de drogas não medicamentosas. Na Suécia, hoje, há um consenso amplo sobre os valores enfocados na política sobre drogas. Uma sociedade sem drogas é um objetivo elevado que expressa a atitude da nossa sociedade em relação aos entorpecentes; não aceitamos a integração de narcóticos em nossa sociedade. Não é um comportamento socialmente aceito. Queremos que o uso de drogas seja um fenômeno marginal na sociedade sueca.

Esta visão de uma sociedade sem drogas expressa o otimismo e o ponto de vista positivo da humanidade. A invasão das drogas pode ser combatida, e os usuários de drogas podem ser reabilitados.

A política sobre drogas na Suécia é parte da política social cujo objetivo é dar a todos do país uma medida básica de segurança por meio de um sistema geral de benefícios. O foco restritivo da política sobre drogas na Suécia é parte dessa abordagem geral da idéia de que todos têm direito a uma vida decente, que nenhum grupo seja excluído da participação em sociedade. A política sobre drogas na Suécia distingue-se por sua abrangência e profundidade. Abrangência no sentido de que os Municípios, os condados e virtualmente todas as autoridades nacionais, em seus vários campos de atuação, estão ativamente envolvidos em medidas de controle de combate às drogas.

As medidas de prevenção contra as drogas têm alta prioridade no âmbito da polícia, da alfândega, das procuradorias-gerais, das procuradorias públicas, do sistema prisional e de liberdade condicional, nos serviços sociais, nas escolas e nas várias atividades de lazer. Além dessas instituições já citadas, existem também as organizações voluntárias as quais, por meio de informações, de atividades e da mobilização da opinião pública ajudam a evitar a disseminação do uso de drogas na Suécia.

A profundidade da política sobre drogas na Suécia expressa-se sob o ponto de vista dos entorpecentes que permeiam a sociedade. Em todos os setores, desde os partidos políticos e os setores formadores de opinião, há consenso sobre a não aceitação do uso de drogas não medicamentosas.

Uma das características da política sobre drogas na Suécia é não fazer distinção entre as medidas para limitar o fornecimento de drogas e as medidas para limitar a demanda. Acreditamos que diferentes medidas reforçam e suplementam umas às outras e, de forma conjunta, essas medidas expressam a determinação da sociedade em combater as drogas. A ideia básica pode ser descrita como uma interação muito próxima entre as medidas preventivas, a política de controle e o tratamento dos usuários de drogas.

Vou falar agora, em maior profundidade, sobre estas três áreas: as medidas preventivas, a política de controle e o tratamento dos usuários de drogas.

Vou começar falando sobre as medidas preventivas.

Uma pré-condição para o bom desempenho da política contra drogas na Suécia é que as pessoas de todas as idades rejeitam o uso não medicamentoso de drogas. Na Suécia, foram tomadas medidas abrangentes de informação e de formação de opinião de forma a sustentar e reforçar atitudes negativas em relação ao uso de drogas.

Em termos de informações, atualmente a preocupação é com o fornecimento de fatos básicos e com o condicionamento das atitudes de crianças e jovens em relação às drogas. O método de transmissão dessa informação mudou ao longo dos anos, partindo de

uma transferência de fatos e valores para o encorajamento de uma tomada de posição pessoal e ativismo em relação às drogas. Essas medidas tomadas em relação ao fornecimento de informação baseiam-se no princípio de que os indivíduos estão mais suscetíveis à influência das pessoas de seu convívio imediato, ou seja, de pais, professores e amigos.

A maior parte deste trabalho de fornecimento de informações e de mudança de atitude ocorre em âmbito local; os esforços servem principalmente para ajudar pais, professores, líderes recreativos e outras fontes de informação local, por exemplo, fornecendo-lhes informação, inspiração e apoio em seu trabalho. Nessa conexão, os jovens são o grupo alvo, o grupo mais importante; as escolas, a polícia, as atividades de lazer em âmbito municipal e os serviços sociais, todos colaboram na elaboração de medidas preventivas, e essas medidas são direcionadas aos jovens. Muitas autoridades locais elaboraram, criaram equipes especiais de trabalhadores sociais especializados em atividades comunitárias, trabalho comunitário com pessoas jovens na zona de risco, passíveis de usar drogas.

Na Suécia, há um grande número de organizações voluntárias que desempenham uma parte fundamental nas medidas preventivas. Virtualmente, todos os suecos pertencem a uma organização ou a outra. Por exemplo, o movimento desportivo inclui um quarto da população e mais da metade dos jovens do país.

Todos os tipos de organização, desde as organizações voltadas para os jovens, os escoteiros, associações educacionais, sindicatos, todos estão preocupados com a disseminação de informações e com a formação da opinião pública sobre a questão das drogas. Muitas dessas organizações têm atividades de apoio e preparam, organizam clubes de dança, sem drogas, e outras atividades para os jovens nas áreas que são mais suscetíveis ao uso de drogas.

Daremos prosseguimento falando sobre as políticas de controle.

O fornecimento de drogas é visto como principal crime, de acordo com a lei dos crimes relacionados com as drogas. Essa lei se baseia em convenções internacionais, das quais a Suécia é signatária.

A lei dos crimes relacionados com as drogas sofreu várias emendas desde que foi aprovada em 1968. Tanto a definição de crime quanto a definição das penas foram ampliadas e expandidas em prol de maior restrição e também para enfatizar o propósito preventivo da lei.

Em 1993, o Parlamento na Suécia apresentou penas mais pesadas para o uso de drogas com o efeito de que, atualmente, o consumo pessoal de drogas é passível de punição com prisão, enquanto que, anteriormente, o uso de drogas era punido apenas com a imposição de multas.

O propósito dessa mudança foi enfatizar, ainda mais, a rejeição da comunidade a todos os tipos de drogas não medicamentosas. A intenção foi, ainda, de oferecer às pessoas condenadas por esse tipo de crime tratamento e reabilitação como alternativa à prisão.

Nos termos dos crimes relacionados com as drogas, os crimes a seguir são todos passíveis de punição. São eles: o fornecimento, a produção, a aquisição com o propósito de fornecer, a intermediação, o processamento, o transporte, a armazenagem, a posse e o consumo de drogas, são todos crimes passíveis de punição. Da mesma maneira é a promoção do tráfico de drogas.

A polícia nacional da Suécia, bem como as alfândegas das fronteiras, preocupam-se agora com o contrabando de drogas. Esse contrabando de drogas constitui a maior parte dos casos dessas instituições – polícia e alfândegas. Aproximadamente 60% do total das investigações criminais, dos recursos destinados às investigações criminais são direcionados aos serviços de alfândega, para que possam aplicá-los no controle das drogas.

No âmbito dos distritos policiais em nível local, as medidas para combater os crimes relacionados com as drogas são parte do policiamento tradicional. A polícia dá prioridade aos níveis mais altos de crimes relacionados com as drogas, bem como com o crime cometido pelo traficante nas ruas.

Essa estratégia baseia-se na teoria de que a demanda por drogas tem como base a extensão da distribuição ilegal e que políticas eficazes de controle, da mesma maneira, exigem que a polícia também intervenha contra os ambientes que proporcionam o abuso de drogas e contra o comércio realizado nas ruas. As medidas para combater as drogas nas ruas também têm importante efeito na opinião pública e indicam toda a rejeição da sociedade ao abuso das drogas e ao tráfico de drogas.

Vou abordar agora a política para o tratamento e a reabilitação.

A lei dos serviços sociais, de 1982, declara que o serviço social com assistência e tratamento deve basear-se no respeito pela autodeterminação e a integridade do indivíduo. Assim, as medidas tomadas são elaboradas e conduzidas em consulta com o cliente. O tratamento e a reabilitação em relação às drogas baseiam-se principalmente, principalmente, na participação voluntária.

O trabalho terapêutico tem uma razão de ser na motivação pessoal do dependente químico de forma individual para mudar, e o assistente social, em con-

junto com o dependente, decide o tipo de apoio e de tratamento necessário. Entretanto, nas fases agudas da dependência, o assistente social pode se responsabilizar por aferir as necessidades individuais do indivíduo.

O tratamento ao usuário de drogas baseia-se na consecução da sua libertação das drogas. O tratamento público, proporcionado em hospitais e instituições de tratamento, é oferecido de forma generosa. Há departamentos especializados em desintoxicação e reabilitação, bem como no tratamento psiquiátrico. Existem também centros residenciais de tratamento para os dependentes de drogas, que oferecem ajuda aos dependentes com distúrbios psiquiátricos.

Além do tratamento oferecido pelo Poder Público, há também instituições de tratamento privadas e fundações. Todo tipo de tratamento, com exceção do tratamento oferecido pelos serviços médicos, entretanto, é pago pelos serviços sociais em nível municipal.

Muitos Municípios têm grupos especiais de jovens especializados em trabalho comunitário e em trabalho terapêutico com jovens em situação de risco. Da mesma forma, muitos Municípios organizaram centros ambulatoriais especializados para o tratamento de usuários de drogas. Uma parte importante desse trabalho refere-se à integração dos vários aportes médicos e sociais ao longo das várias fases do processo de reabilitação.

Entre os esforços de encontrar e motivar os dependentes de drogas, uma cooperação que tem rendido dividendos é aquela entre os serviços sociais municipais, os centros de tratamento de usuários de drogas e a polícia, bem como as autoridades carcerárias e de liberdade condicional. Essa integração entre essas instituições rendeu dividendos.

Estima-se que as bases para esse tratamento especial na Suécia e a base dos serviços sociais estão em contato com aproximadamente 80% de todos os usuários de drogas injetáveis em Estocolmo.

A Suécia, que é um país com nove milhões de habitantes, tem diversos centros residenciais de tratamento, com uma capacidade combinada de admissão de mais de mil pacientes, especialmente pacientes adultos. Existem também, aproximadamente, cinqüenta instituições de tratamento para jovens usuários de drogas.

Eu falei anteriormente sobre o tratamento e a reabilitação com base na participação voluntária do usuário de drogas. Agora eu vou falar sobre o tratamento compulsório.

Uma lei especial foi aprovada, que é a lei sobre o tratamento de alcoólatras e pessoas que fazem uso indevido de drogas, e ela possibilita que os dependentes sejam admitidos, sejam forçados a se submeterem a tratamento contra a vontade.

Os serviços sociais e outras autoridades que mantêm contato com dependentes químicos têm a obrigação de intervir se, em razão do abuso de drogas, a pessoa representar um perigo direto para si mesma e para outros.

O objetivo da intervenção não é coagir o indivíduo por meio de um programa completo de reabilitação. Em vez disso, por meio de um programa curto de intervenção, limitado a um máximo de seis meses, ajuda o indivíduo a superar situação que possa colocar a sua vida em risco e o motiva a continuar o tratamento de forma voluntária.

A lei dos serviços sociais é também suplementada por outra lei sobre o cuidado compulsório de crianças e jovens; as crianças e jovens que sofrem abuso ou negligência em seu ambiente podem ser tiradas de casa, seja para cuidados especiais em instituições aprovadas ou para serem cuidadas por outras famílias num regime de adoção temporária.

As crianças, cujos pais se encontram incapacitados ou impedidos, em razão de doença ou por graves problemas sociais, de cuidar delas, podem ser protegidas nos termos dessa lei dos serviços sociais. Da mesma forma, os jovens expostos a perigos graves, como o abuso de drogas, também são protegidos nos termos dessa lei dos serviços sociais.

O tratamento convencional em instituições tem por objetivo, desde o início, preparar o prisioneiro para a vida fora da prisão, na medida em que isso não negligencie a proteção da sociedade.

Para promover o ajuste social dos prisioneiros, por exemplo, os usuários de drogas que desejarem tratamento podem ser colocados em alas especializadas no tratamento antidrogas e para motivá-los a continuar o tratamento. As instituições correcionais têm aproximadamente 20 desses departamentos com a capacidade de admissão total de 350 .

As atividades desses departamentos especializados em motivar o dependente a libertar-se das drogas têm por objetivo estabelecer um contato terapêutico, para enfatizar o abandono das drogas pelo paciente. Testes de urina são administrados de forma regular para garantir a esses departamentos especializados na motivação dos pacientes que, realmente, eles estão livres das drogas.

Outro método para promover a reintegração do prisioneiro à sociedade é por meio do exercício da faculdade conferida pela Lei do Tratamento Correcional em instituições, que permite que um prisioneiro cumpra parte de sua sentença fora da prisão, ou seja, em uma instituição de tratamento destinada a dependentes químicos. Esse tratamento é combinado com uma forma indireta de coerção de forma que o prisioneiro

que interrompa o seu tratamento volte a cumprir a pena na prisão.

Outra alternativa à prisão é a liberdade condicional combinada com medidas terapêuticas. As cortes e tribunais podem expedir ordens de tratamento por contrato, nos casos em que um crime seja, de forma significativa, devido ao abuso de drogas, se a pessoa condenada quiser se submeter a tratamento de acordo com um plano especial elaborado para ele pela corte. Isso é chamado de ordem de tratamento por contrato.

Tenho mais informações sobre o uso de álcool, narcóticos, drogas utilizadas no *dopping* e outras formas de drogas: uma lei sobre essas drogas foi aprovada em março deste ano. Eu vou deixar aqui para a Comissão uma tradução do sueco para o inglês dessa lei, se alguém quiser mais informações a respeito.

Agradeço o convite. Para mim, foi uma honra estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós que agradecemos. Quero dizer que nós aprendemos muito aqui hoje, também, com essa experiência da Suécia.

Vou pedir para fazer cópia, inicialmente, para a Senadora Ana Amélia, mas, com menos urgência, passar aos demais membros da Comissão.

Passo a palavra, imediatamente, à Senadora Ana Amélia para as suas indagações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Srª Embaixadora, muito obrigada pela sua presença aqui e pela sua disposição em ajudar também a esta Comissão que trata de um tema que hoje não é um tema brasileiro, mas universal.

Embora não estivesse presente, mas um ponto que a senhora abordou aqui diz respeito à forma da lei na Suécia em relação ao dependente químico, ao dependente de drogas. As penas ao consumidor de drogas são altas. Que penas são essas para o dependente?

A SRª ANIKKA MARKOVIC (Texto traduzido) – Eu não sou uma experta na matéria, mas vou solicitar à embaixada que mande as informações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria de receber mesmo.

Isso é muito importante, porque hoje, no Brasil, nós estamos exatamente no sentido inverso: descriminalizar o consumo da droga.

Então, se a Suécia, como considera o Senador Wellington, é uma referência nessa política antidrogas, nós teríamos que ver mesmo como funciona essa penalização.

Eu gostaria de saber também, se a senhora puder me encaminhar, se a pena para o usuário é menor do que a pena aplicada para o traficante de drogas. Esse é o outro ponto.

A senhora mencionou também que, na Suécia, um país com nove milhões de habitantes, o tratamento é feito pelos Municípios. Quantos Municípios existem na Suécia e como se o recurso disponível é apenas do Município ou se o governo central manda recursos para lá.

A SRª ANIKKA MARKOVIC (Texto traduzido) – O orçamento na Suécia tem uma combinação de recursos destinados ao combate às drogas, de aportes nacionais e de aportes do Município. Mas o governo, apenas o governo em nível nacional, pode recolher impostos, os governos municipais não recolhem impostos, como é o caso do Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma questão importante a saber: há penalização para o dependente, e como a Suécia trabalha com o mesmo rigor quanto ao tabaco e ao álcool, há também uma penalização para essas pessoas que são usuárias do tabaco e do álcool?

A SRª ANIKKA MARKOVIC (Texto traduzido) – A sociedade faz uma grande diferença entre as drogas não medicamentosas e outras drogas. E a sociedade deixa bem claro na Suécia que não aceita o uso de drogas que não seja medicamentoso. Não há penalidade para os viciados fumantes ou os viciados em álcool nem aos que fazem uso de tabaco. Na Suécia, há uma grande diferença, há uma diferença bem nítida entre esses usuários e os usuários de entorpecentes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Chamou-me a atenção também, Sr. Presidente, o que disse a nossa Embaixadora Anikka Markovic, que lá o tratamento é compulsório. Mas, nesse aspecto, ele é compulsório exclusivamente quando o dependente químico representa risco ou sempre ele é, digamos, sujeito a uma internação independente da sua vontade?

A SRª ANIKKA MARKOVIC – O tratamento é obrigatório apenas na fase aguda, em que o usuário de drogas pode representar um risco para si mesmo ou para a sociedade. A base do tratamento na Suécia é voluntária, mas, nesses casos especiais, o usuário pode ser forçado a fazer um tratamento, mas de curto período, por um prazo de até seis meses.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É interessante. Eu sou relatora de um projeto de lei de autoria do Senador Demóstenes Torres, em que se está prevendo exatamente essa possibilidade, de uma internação compulsória nessas condições também.

Para finalizar, Srª Embaixadora, renovando os meus agradecimentos, eu queria saber, quando a senhora mencionou que os prisioneiros que são dependentes de drogas, quando querem fazer o tratamento, assinam um termo de conduta. Se não recuperarem voltam à cadeia. Nesse caso, esses prisioneiros ficam

sob a guarda da Justiça numa instituição própria, num outro lugar, ou sai da prisão, vai à instituição e depois volta para a prisão? Como é que funciona esse sistema?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Em resumo, só para acrescentar a dúvida que também me veio: há uma, vamos dizer assim, unidade, uma instituição adequada de segurança e qualificada para o tratamento do prisioneiro diferente dos outros que estão em tratamento não prisioneiros?

A SRª ANIKKA MARKOVIC (Texto traduzido) – Há instituições especiais nas prisões, digamos que os prisioneiros que são viciados em drogas e querem se submeter ao tratamento são transferidos para essas instituições especiais. Os outros prisioneiros que não são usuários, eles não ficam na mesma instituição. Depende do nível de crime cometido pelo usuário. O usuário que cometeu crime mais leve pode ser transferido para essas instituições de tratamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Duas últimas perguntas, Embaixadora.

A primeira: a Escandinávia tem uma relação muito intensa entre os seus países, e eu queria saber se esse modelo que abrigado na Suécia também está, por exemplo, na Finlândia, na Noruega e na Dinamarca.

E a segunda questão: alguma instituição religiosa participa desse processo de recuperação, de prevenção ou é apenas uma questão laica? É só o Estado que trabalha nessa questão de tratamento, de internação, de dar as condições para os dependentes químicos?

A SRª ANIKKA MARKOVIC (Texto traduzido) – Não tenho muitas informações sobre outros países da Escandinávia; o que eu posso dizer é que a política em relação às drogas na Suécia é extremamente rígida, mais rígida do que em outros países da Europa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu falei das instituições religiosas...

A SRª ANIKKA MARKOVIC (Texto traduzido) – Temos todos os tipos de instituições não governamentais, instituições religiosas e instituições de outra natureza, todas envolvidas na aplicação da política de combate às drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

Registramos aqui a presença do Senador Waldemir Moka, o que para nós é um prazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Peço desculpas, Sr. Presidente, mas eu estava numa reunião da bancada do meu partido. Não tinha como vir. Eu peço desculpas à Embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A Senadora Ana Amélia fez as três perguntas que eu tenho aqui sinalizadas, e sou muito grato também pela participação.

Creio, Senador, que, com essas audiências, antes de terminarmos o nosso trabalho, devemos escolher algumas dessas experiências de outros países para fazermos uma proposta de visitação. Nós vimos aqui o exemplo da Holanda, que é uma forma completamente diferente da Suécia; vimos a experiência americana, a experiência da Inglaterra, de Portugal, da Itália, da Espanha, enfim, essas foram as mais citadas. Eu acho que nós poderíamos, no segundo semestre, em agosto, discutir sobre as alternativas que valeriam a pena conhecermos nesta Comissão.

E queria agradecer à Embaixadora. Foi muito enriquecedora a sua presença e, se tivermos que ir à Suécia, certamente vamos precisar do apoio da Embaixada para nos ajudar a organizar uma agenda do país.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, desculpe-me. Não cheguei a tempo e não ouvi. Mas eu sempre tive uma curiosidade. A Suécia é tida como um país onde, de alguma forma, essa questão da droga é completamente descriminalizada, há pontos de venda... Eu não conheço e eu queria saber: antes disso, antes de essa política ser adotada, como era e se houve melhora. E como a classe médica vê essa questão; se há algum contraditório, se há algum questionamento. Se isso é questionado ou não como política pública de controle de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só que a Suécia é o mais fechado entre todos os países.

A SRª ANIKKA MARKOVIC – Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Retiro o "entre todos os países".

A SRª ANIKKA MARKOVIC (Texto traduzido) – A primeira lei na Suécia sobre as drogas foi aprovada em 1968 e, desde o início, já foi muito restritiva. Não há um antes, porque foi justamente nessa época que começou a disseminação mundial das drogas. E depois de 1968, foram feitas emendas que tornaram a lei ainda mais rígida.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O.k.!

A SRª ANIKKA MARKOVIC (Texto traduzido) – E se o Senado estiver interessado em visitar a Suécia, a Embaixada ficará muito grata, ficará muito satisfeita em ajudar a organizar essa visita.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Obrigado.

Agradeço a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 41minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2011, ÀS NOVE HORAS NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinco minutos, do dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença do Senador Paulo Davim e da Senadora Ângela Portela. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo o número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião que é dada por aprovada. A Senhora Presidente comunica que a presente reunião destina-se à **deliberação de requerimentos**. **Item 1 -** Não Terminativo – **Requerimento nº 12, de 2011- CASDEP.** *"Requeremos, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao crack e outras drogas, com Doutor* ***Gerardo Mesquita*** *- Professor Doutor em Medicina; Chefe da Residência em Ortopedia e Traumatologia da Universidade Federal do Piauí; Coordenador Estadual do Samu do Piauí; Pesquisador da Fiocruz; e Delegado Brasileiro da OMS no Fórum Global de Trauma."* **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente no Exercício da Presidência, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e Outras Drogas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 13ª Reunião de 2011.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos.

O requerimento que está à mesa requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os art. 93, inciso II, e art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao *crack* e outras drogas com o Dr. Gerardo Mesquita, Professor Doutor em Medicina, Chefe da Residência em Ortopedia e Traumatologia da Universidade Federal do Piauí e Coordenador Estadual do Samu do Piauí, pesquisador da Fiocruz e delegado brasileiro da Organização Mundial da Saúde no Fórum Global de Trauma.

Os autores deste requerimento são os Senadores Wellington Dias e este Presidente que está no exercício da Presidência.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento desta audiência pública.

Não havendo outros temas a serem tratados, declaro encerrada a presente reunião da Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais que trata de políticas sociais sobre dependentes químicos de álcool, c*rack* e outras drogas.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 05 minutos, encerra-se a reunião às 11 horas e 07 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2011, ÀS NOVE HORAS NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e seis minutos, do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Wellington Dias**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a

presença do Senador Waldemir Moka e da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. O Presidente da Subcomissão registra a presença do Senador Valdir Raupp e do Corregedor Geral do Estado do Piauí, Antônio Luiz Medeiros de Almeida Filho. Havendo o número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª Reunião que é dada por aprovada. O Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** em cumprimento ao Requerimento nº 12, de 2011 – CASDEP, de autoria da Senadora Ana Amélia e Senador Wellington Dias, com o objetivo de Debater Ações Preventivas de Combate ao "Crack", Álcool e outras Drogas. Orador: Doutor **Gerardo Mesquita**, Professor Doutor em Medicina; chefe da Residência em Ortopedia e Traumatologia da Universidade Federal do Piauí; coordenador Estadual do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) do Piauí; pesquisador da Fiocruz; e Delegado Brasileiro da Organização Mundial da Saúde (OMS) no Fórum Global de Trauma. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e Senador Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom dia. Peço à Senadora Ana Amélia e aos demais participantes minhas escusas pelo atraso. Tinha uma audiência daquelas bem pequeninhas que acabou se estendendo.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras drogas da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião de 2011.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiências públicas para debater ações preventivas de combate ao álcool, *crack* e outras drogas, atendendo ao Requerimento nº 12, de 2011, desta Comissão.

Convido à Mesa o ilustre convidado Dr. Gerardo Mesquita. É um prazer muito grande recebê-lo aqui.

Dr. Gerardo é professor, doutor em Medicina, chefe de residência em Ortopedia e Traumatologia da Universidade Federal do Piauí, coordenador estadual do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), pesquisador da Fiocruz e delegado brasileiro da Organização Mundial da Saúde no Fórum Global de Trauma.

De acordo com o art. 94, §2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

Devo dizer que já estamos na fase de conclusão das audiências, tendo a possibilidade de ouvi-lo. Compreendemos como importante o seu depoimento, principalmente no que tange a novos encaminhamentos e alterações necessárias que temos que trabalhar no Brasil, em razão das novas políticas sobre drogas pela Organização Mundial de Saúde e outros agentes importantes.

Concedo a palavra ao Dr. Gerardo Mesquita, para sua exposição. Normalmente a gente estabelece o tempo de 15 minutos, mas, neste caso, fique à vontade para a conclusão do seu raciocínio.

Registro também a presença do Dr. Antonio Filho, da Controladoria-Geral do Estado do Piauí. É um prazer muito grande a sua presença, além da de outros convidados.

O SR. GERARDO MESQUITA – Bom dia a todos.

Exmº Sr. Senador da República Wellington Dias, eu quero agradecer a V. Exª e também à Senadora Ana Amélia a gentileza do convite para estar aqui. Quero retribuir esse convite com outro convite a todos que estão aqui na sala no momento. Quero convidá-los a salvar vidas. A minha função aqui é eminentemente essa. É uma oportunidade única, sinto-me não só honrado como abençoado pela oportunidade de estar aqui falando com os senhores nesta Casa, que é um instrumento inicial para mudar muita coisa nesse cenário tão grave que a gente vive hoje no País.

Senador Wellington, Presidente, como eu sou professor, já me colocaram o apelido de Fidel Castro, por causa dos discursos longos. Como Fidel agora está mais calado, me colocaram o apelido de Hugo Chávez, mas eu prometo ser o mais breve possível. Deixo aos senhores uma mensagem bastante profunda e o incentivo de plantarmos uma semente juntos para melhorar esse cenário.

A primeira grande mensagem que eu gostaria de lembrar a todos é que o trauma não é um acidente, é uma doença e deve ser encarado como tal. É uma lesão caracterizada por alterações estruturais e dese-

quilíbrios fisiológicos decorrentes da exposição aguda de várias formas de energia. Então, é uma doença, tem internação hospitalar, leva à invalidez e à morte e não pode se entendido como acidente. Os traumas têm causas evitáveis e precisamos tratar essa questão dessa maneira. Não é simplesmente um acidente. O trauma é um problema de saúde pública mundial, é o principal causador de morte entre o primeiro e o 44º ano de vida da nossa população. Nos Estados Unidos, perde apenas para o câncer e para as doenças cardíacas. O trauma tem um tempo de vida perdido, a cada dez minutos, nos Estados Unidos, em torno de 36 anos de vida dos nossos jovens. O Estado brasileiro investe no jovem, forma o médico em uma faculdade pública, forma o engenheiro, forma o advogado e vem o trauma, ceifa a vida dessa figura. Até mesmo o investimento que o Estado fez fica perdido em função de uma causa evitável.

É uma doença, não é um acidente, e é multifatorial. Então, para a gente melhorar o problema do trauma, precisamos de mais investimentos por parte de todos os Governos. Dentro da Organização Mundial de Saúde, nós sabemos que não é só do Governo brasileiro. Vários governos, inclusive de países desenvolvidos, precisam se dedicar mais a essa causa. Desemprego, pobreza, promiscuidade, álcool e drogas, fome e o desmantelo da estrutura familiar acabam levando ao trauma.

Como disse, trauma é uma doença, porque tem causas identificadas, tem fisiopatologia, tem complicações e tem mortalidade. Muitas vezes, o Governo brasileiro tem investido pesadamente nos serviços de resgate pré-hospitalar e nos Samus, mas chegamos à situação desta foto – esta foto retrata uma situação real, uma situação que participei em Pernambuco –, em que não havia mais nada a fazer por essas vítimas. Foram dois atendimentos distintos. Vários fatores de risco: comportamento, velocidade dos nossos carros, álcool, violência, presença de poucos dispositivos de segurança nos carros populares, falta de atendimento ou atendimento inadequado ao trauma no ambiente hospitalar.

O Governo Federal tem investido pesadamente no programa do Samu, que reputo ser um dos melhores programas de todos os tempos do Governo Federal, mas temos dificuldade de entrar com os pacientes do Samu nos hospitais. Nossas estradas e ruas não foram adequadamente ampliadas e pavimentadas e os nossos veículos melhoraram bastante. O resultado é catastrófico. Cada vez mais a gente vai ver este cenário: lamentavelmente um número muito grande de acidente e cada vez mais graves.

Para a gente comparar, para a gente ter uma ideia, no mundo, em 2000, houve aproximadamente 450 mil afogamentos. Guerras e conflitos mataram 300 mil pessoas. Acidentes, 1,2 milhão pessoas, fora os feridos. Ultrapassa os suicídios, ultrapassa os homicídios, ultrapassa as guerras, ultrapassa os envenenamentos, ultrapassa as quedas, ultrapassa as queimaduras. Um milhão e duzentas mil pessoas mortas, fora os feridos. Realmente isso é uma coisa que chama atenção.

No mundo todo, em 2002, morreram 1,2 pessoas – semelhante àquela estatística –, uma média de 3,2 mil pessoas mortas por dia. E, no Brasil, entre 2004 e 2005, tivemos 6 mil mortos, 66 mil feridos. Embora o número de acidentes tenha diminuído, o percentual de mortes aumentou. O que a gente acha? Que esses acidentes estão se tornando mais violentos, os carros mais velozes, muitas vezes as rodovias privatizadas, sobretudo mais pavimentadas, em melhores condições de correr e os acidentes têm resultado em maior número de mortos.

Também participei deste acidente. Este foi um resgate na BR entre Recife e João Pessoa. Infelizmente essa vítima que estava presa nas ferragens, isso foi à noite, de um lado da rodovia, não escapou e este outro aqui, a gente nem tentou, porque todos morreram neste acidente.

Bom, apenas para a gente reforçar que, das causas das atividades cotidianas com maior risco, a maior de todas é andar de motocicleta. Então aqui se vê um gráfico em que andar de bicicleta tem uma causa, andar de ônibus, outra causa, trem, carro, barcos, por ar, a pé, mas a causa de moto se mostra o mais grave de todas.

O nosso Governo facilitou muito com a economia, com a estabilidade econômica, o acesso das pessoas aos veículos de duas rodas, porque são veículos bem mais baratos, cujo acesso é mais fácil. A primeira grande sugestão que eu gostaria de deixar é justamente esta: que se normatizem as formas de adquirir esses veículos.

Eu trouxe para os senhores uma reportagem de um portal do Piauí. Foi veiculado na televisão um anúncio publicitário, que está aí com os senhores, mostrando que uma pessoa com 16 anos de idade pode adquirir um veículo de duas rodas. Ora, se não posso pilotar um veículo de duas rodas, como é facilitada para mim a aquisição desse veículo? Na realidade, seria interessante – já vou ultrapassar um pouco aqui a minha finalidade – que pudéssemos criar um mecanismo de que o veículo automotor fosse comprado por alguém que possuísse habilitação automotora para aquela categoria. Com isso, o Estado brasileiro teria condição de ir lá, buscar o cidadão e dizer: "Você entregou esse

veículo para um menor. Então, agora, você paga isso. Você será responsabilizado, caso esse veículo venha a dar algum problema à população, ao Estado e a si próprio". No momento, isso não acontece. Qualquer pessoa pode adquirir esse veículo. Assim diz o anúncio que foi veiculado, com insistência, na mídia do Piauí, por uma loja. É o que está aí, no anúncio que mostrei para os senhores.

Esse gráfico é um pouco cheio, mas quero chamar a atenção para as imagens mais escuras, em cinza, mostrando as faixas etárias e as causas de morte: entre as pessoas de 5 a 14 anos de idade, acidentes de trânsito são a segunda causa de morte; entre as de 15 a 29 anos, esses acidentes são a primeira causa de morte; e, entre as de 30 a 44 anos, esses acidentes são a terceira causa. Então, todo esse cenário atinge nossos jovens, o que gera um prejuízo enorme para o Estado brasileiro, para as famílias. O jovem está começando sua vida, começa a se destacar e a ter seus primeiros filhos e já deixa uma família desfeita. Esse é o cenário.

Percebemos que, em todas as Américas, há um padrão de acidentes mais grave. Principalmente na África, no Oriente Médio e em um pedaço pequeno da Ásia, há um padrão de acidentes bastante grave. Vemos que, na África, há de 19 a 28 acidentes para cada mil ocorrências com vítimas.

Atualmente, o acidente de trânsito é a nona causa de morte no mundo e, até 2020, será a quinta causa de morte no mundo. Vejam que esse gráfico da Organização Mundial da Saúde mostra os acidentes de trânsitos e suas lesões: os acidentes de trânsito é a nona causa de morte, e a estimativa para 2020 é a de que seja a quinta causa de morte. Desse modo, não podemos ficar aguardando que essa estatística progrida. Eu gostaria de conclamar os Srs. Senadores a mudar essa estatística.

Os óbitos nos acidentes de trânsito envolvem pedestres, motociclistas, ciclistas, ocupantes de veículos, sendo proprietários e condutores e não proprietários. Essas imagens são do relatório da Organização Mundial da Saúde, que eu trouxe para os senhores, reproduzindo e comparando o perfil dos condutores e das pessoas mortas nos acidentes de trânsito nos Estados Unidos e no Brasil. É feita uma ampliação, em que a gente vê, então, que, no Brasil, grande parte dos pedestres e outras pessoas envolvidas nos acidentes morrem, enquanto, nos Estados Unidos, os pedestres são bem menos envolvidos. Aqui, o percentual de morte é bem maior dos próprios condutores.

Em 2002, 1,2 milhão de pessoas entre 13 e 18 anos morreram por acidente de trânsito. Cem pessoas morrem por dia no Brasil. É um dado da Agência Nacional dos Transportes. Hoje em dia, 2,1% da causa de morte mundial está relacionada ao trauma por acidente, e 2,6% de toda a perda de vida útil para o trabalho está relacionada à causa por acidente de trânsito. Esses são dados da Organização Mundial de Saúde.

Americano gosta muito de números. Então, eu trouxe alguns números americanos. Nos Estados Unidos, por ano, há 500 mil vítimas que necessitam de internação, sendo que mais de 50% estão ligadas diretamente a acidente de trânsito; a outra metade está ligada à violência externa. Para cada sobrevivente, normalmente, o tratamento demora de cinco a dez anos, e, ao final desse tratamento, para reabilitá-lo, podem-se gastar até US$4 milhões. Esse é o gasto por pessoa, ao final de dez anos de tratamento. Em média, US$25 bilhões por ano se gastam na reabilitação desses pacientes, ou seja, 30% da verba anual para a saúde. Lembro que sempre é mais barato prevenir do que tratar.

Em relação às vítimas com morte, nos países em desenvolvimento, são crianças, ciclistas, passageiros, pedestres, usuários de transportes públicos, e, nos países desenvolvidos, são condutores e passageiros. É o que relatei no Informe Global da Organização Mundial de Saúde de 2009. Cinquenta por cento de todos os envolvidos são jovens entre 15 e 44 anos.

Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que houve uma propaganda muito bem veiculada e também muito bem bolada sobre a prevenção do câncer de próstata, falando sobre as mortes dos homens. Mostra-se que dois, em cada cinco homens, morrem precocemente. Na realidade, a estatística não se referia apenas ao câncer de próstata; aquela estatística também incluía as vítimas de trauma, o que não foi dito pela empresa que veiculou a propaganda. Desse modo, talvez, pudesse ser feito um alerta semelhante sobre a questão da saúde do homem, como houve na televisão, durante longo período, um alerta sobre a questão do trauma, da morte entre jovens.

Esse é mais um acidente de que, infelizmente, participei. Quando a gente chega ali, nada mais há a ser feito.

Estima-se que, em 2020, as doenças crônicas, incluindo-se os sequelados de acidentes de trânsito inválidos, serão responsáveis por quase 80% de todos os recursos empregados em saúde no mundo.

Há um índice alarmante: no Japão, há 1,32 mortos para cada dez mil veículos por ano, e, no Brasil, há quase 7 mortos para cada dez mil veículos por ano. Esse é um dado realmente alarmante. Isso mostra que, com o desenvolvimento da educação e com o investimento na prevenção, é possível chegar a estatísticas

mais próximas das da França ou até mesmo, quem sabe, um dia, das do Japão.

A gente vê uma evolução no número de mortos em acidentes de trânsito no Brasil: em 1961, houve 3,3 mil mortos; em 2002, quase 19 mil mortos. Quanto ao número de feridos, em 1961, houve 23 mil feridos, e, em 2002, quase 360 mil feridos.

É feita uma comparação do Brasil com o mundo: no Brasil, o número de fatalidades, de mortes, a cada cem mil habitantes em acidentes de trânsito é bem maior do que o da Inglaterra, o da nossa vizinha Argentina, o do México, o dos Estados Unidos, assim por diante. Então, sempre estamos atrás nessa estatística mundial, o que é lamentável num país com o potencial do Brasil e com o desenvolvimento que temos presenciado aqui nos últimos tempos.

Estima-se que, no mundo, em 2020, 2,4 milhões de pessoas venham a morrer por acidentes de trânsito. Lembro aos senhores o que estava no nosso primeiro *slide*, em que dissemos que o acidente não é um acidente, mas é uma doença evitável. Então, se podemos evitar o acidente, podemos evitar também que esse número apareça. Não sei precisar, no momento, a população de Brasília, mas acredito que o montante de 2,4 milhões de pessoas seja maior do que a população de Brasília e, talvez, esteja próximo à população do Distrito Federal. Essa população inteira deverá desaparecer da face da Terra em 2020, exclusivamente como vítima de acidente de trânsito.

É claro que, além dos mortos, há ainda os sequelados. É natural que esse membro não possa ser reaproveitado.

Mostram-se os campeões em acidentes de trânsito em alguns Municípios brasileiros. Entre 2002 e 2006, vemos as regiões metropolitanas sempre envolvidas, na ponta. Brasília está em quarto lugar. Lamentavelmente, a nossa cidade, Teresina, está em décimo primeiro lugar. Sempre são dados muito alarmantes, com taxas bastante elevadas. Porto Alegre, a cidade da Senadora Ana, está em décimo terceiro lugar. Realmente, são dados bastante alarmantes.

As causas externas incluem acidentes de trânsito. Então, no Brasil, em 2004, 158 mil pessoas morreram por causas externas, que incluem também os suicídios e as violências de outra ordem. Mesmo sendo por causas externas, a faixa etária acometida é entre 15 e 44 anos de idade, portanto, na fase mais produtiva da vida. E dentro do trânsito, o que a gente percebe é uma taxa de mortalidade aumentando, sobretudo quando a gente vem aqui para a América Latina. Ou seja, na América Latina, todas as taxas são piores, exceto para o sul da Ásia. Para todo o resto, nós perdemos aqui. O oeste da Ásia também perde em 2010; a seguir, o sul da Ásia; a seguir, o Brasil e a América do Sul.

Segundo a OMS – Organização Mundial da Saúde, nós temos dois tipos de custo. Por que estamos aqui para falar sobre isso? Em função desses custos. Então, os custos diretos, que são os custos com os médicos, os custos de recuperação do trauma psicológico da perda do ente querido, ou do trauma psicológico do próprio acidente, a resposta do serviço de emergência pré-hospitalar, hospitalar e reabilitação, serviços legais, judiciais e periciais. E temos os custos indiretos, que são as mortes prematuras, os anos de vida perdidos, a perda de produtividade para o Estado brasileiro, o absenteísmo, enquanto você está fora do seu trabalho, em recuperação, atraso do desenvolvimento econômico, a perda da qualidade de vida e outras perdas intangíveis, notadamente para a família dessas vítimas e para as pessoas ao redor.

Estima-se que 90% do impacto global relacionado a acidente de trânsito venha dos países em desenvolvimento e dos países mais pobres. Então, 90% de tudo que é investido nesse sentido no mundo vem ou demanda de países em desenvolvimento. Já está na hora de o Brasil deixar de ser um país em desenvolvimento, sobretudo nessa estatística. E aí a gente vê que, perante o PIB de cada região na América Latina, o custo de trauma chega a 18,9%, perdendo apenas para a Ásia, onde o custo investido nas sequelas de traumas chega a 24,5% do PIB. Volto a repetir: 18,9% do PIB da América Latina é investido no tratamento das seqüelas do trauma.

O relatório global da Organização Mundial de Saúde sobre a violência e prevenção, que inclui álcool, drogas etc., é de 2009 e traz esses dados de 2006 – estou aqui com o relatório em mãos –, mostrando que 35.155 homens morreram em decorrência de violência naquele ano, sendo que 82% eram homens. Assim, portanto, eu me refiro ao fato de que a morte de homens ainda jovens não se deve apenas ao mau acesso, à má conscientização do homem em relação a sua própria saúde, mas à exposição desse homem ao risco. E houve 407 mil vítimas não fatais, sendo que 40 delas com sequelas permanentes.

Vítimas com sequelas permanentes são extremamente caras para o Estado, tanto pela perda de produção quanto pela manutenção dessas vítimas. O custo, em 2006, para manutenção dessa estatística é estimado em R$30 bilhões por ano.

Vou disponibilizar esses dados para os Srs. Senadores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. Apenas para não deixar passar, Dr. Gerardo...

Essa média de vítimas fatais é a média que se mantém, dos que não morrem como sequela do acidente?

O SR. GERARDO MESQUITA – É a média dos que não morrem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E essas pessoas ficam inabilitadas permanentemente?

O SR. GERARDO MESQUITA – Permanentemente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E o custo financeiro disso, doutor?

O SR. GERARDO MESQUITA – Estima-se que, no mundo, seja em torno de R$30 bilhões/ano, para manter essas pessoas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E no Brasil?

O SR. GERARDO MESQUITA – Nós temos um dado bem... logo a seguir, acho que tem um dado brasileiro. Aliás, perdão, este é o dado brasileiro: R$30 bilhões/ano. Eu estou com o relatório aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Trinta bi?

O SR. GERARDO MESQUITA – Bilhões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E nisso entra a Previdência Social?

O SR. GERARDO MESQUITA – Previdência, hospitais, consultas, órteses e próteses, medicação fornecida pelo governo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E qual é o crescimento anual disso?

O SR. GERARDO MESQUITA – Esse dado eu não tenho para a senhora. O último dado que nós temos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Porque isso quantificaria a gravidade... Como se não fosse grave isso, não é? Ultragrave. Mas ficaria mais patente o aumento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Permita-me, Senadora.

Um gráfico anterior mostra o crescimento de 1961. Em 61, parece-me que eram 3 mil; em 2002, já chegou a 18 mil e, agora, a 35 mil.

O SR. GERARDO MESQUITA – Aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então é um crescimento que...

O SR. GERARDO MESQUITA – A senhora vê aqui: de 3 mil para quase...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eram 3 mil, foi para 18 mil e agora veio para 35 mil.

O SR. GERARDO MESQUITA – E em 2006, para 35 mil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Em 2009, 35 mil, que é o último dado, não é?

O SR. GERARDO MESQUITA – Em 2006. Esse relatório foi feito em 2009, mas o dado se refere a 2006.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ah, sim, tudo bem.

O SR. GERARDO MESQUITA – A Organização Mundial trabalha só com dados consolidados. Então, é sempre um pouquinho atrasado.

O relatório é de 2009, do fórum global que houve, inclusive, no Rio de Janeiro, mas os dados se referem ao Brasil em 2006 ainda, porque são dados consolidados.

O custo estimado de R$30 bilhões por ano poderia – a gente sempre trabalha com a ideia de ser evitado –, lembrando que a cadeia de sobrevida no trauma envolve o pré-hospitalar, o hospitalar, a reabilitação e a prevenção. Então, chamo a atenção dos Srs. Senadores no sentido de trabalhar na prevenção.

Uma vítima do trauma, nos países de Primeiro Mundo, tem 35% de chance de ficar com sequela, ou seja, 65% de ficar bem; nos países de Segundo Mundo, 55% de chance de ficar com sequela; e nos países de Terceiro Mundo, 63% de ficar com uma sequela permanente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Segundo Mundo, o senhor fala os emergentes?

O SR. GERARDO MESQUITA – Os emergentes.

E o Terceiro Mundo: África, sudeste da Ásia, parte...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) –Os subdesenvolvidos.

O SR. GERARDO MESQUITA – É, nos países subdesenvolvidos, 63%. Esses são dados antigos, de 98, mas a estimativa se mantém em torno disso. O que mudou foi o deslocamento dos países nesses três parâmetros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso aqui é média mundial. O Brasil dentro...

O SR. GERARDO MESQUITA – O Brasil está nessa média de 55% de ficar com uma seqüela permanente caso se envolva num acidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É muito alto.

O SR. GERARDO MESQUITA – É muito alto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E isso decorre da ineficiência do sistema de atendimento de recuperação? Já que o senhor é ortopedista, especialista...

O SR. GERARDO MESQUITA – Na realidade, Senadores... Permitam-me emitir uma opinião pessoal – esta não é a opinião da Organização Mundial da Saúde ainda –, mas o Brasil é um País extremamente particular. Eu acho que, a partir de 1992, com a abertura da economia para o mundo e com a estabilização da economia, a população brasileira, que vinha sufocada por uma ditadura militar de quase 30 anos, vivendo em todas as subcondições econômicas refe-

rentes àquele período que nós conhecemos, se tomou com um *boom*, com uma explosão de consumo e pouca conscientização dos deveres. Então, eu acho que o grande problema do Brasil se trata da educação. A gente precisa investir na educação, na escola de base, ter uma disciplina para ensinar. Eu ainda sou a favor, Senadores, da disciplina de OSPB – Organização Social e Política do Brasil –, que nós tínhamos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que foi criada com o regime que o senhor acaba de criticar.

O SR. GERARDO MESQUITA – Sim, só que foi dada uma conotação totalmente diferente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De civilidade.

O SR. GERARDO MESQUITA – De civilidade, de cidadania, que a gente tem que ter.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Claro. É verdade.

O SR. GERARDO MESQUITA – O cidadão não só tem direitos. O Estado brasileiro – permitam-me, é uma opinião pessoal novamente – é altamente cobrado, há até uma judicialização das leis brasileiras para favorecer casos específicos, porque o cidadão se vê em direitos, não se vê em deveres.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Doutor, eu fico muito feliz em ouvir o senhor dizer isso. Nós estamos vivendo momentos dramáticos. E o que nós estamos passando nisso, nesse acidente, é a falta de respeito ao outro. E o que nós vemos na alta esfera, quando assistimos à saída de um ministro, essas coisas todas, o problema de autoridade ou fatos como a prisão de empresários no Rio de Janeiro pela Polícia Federal, é a elite, a queda desses valores ou a falta de atenção a eles. Nós temos que resgatá-los urgentemente. Eu fico muito feliz que o senhor levante essa questão, Dr. Gerardo. É uma coisa realmente crucial.

Nós temos, no caso do trânsito – eu sempre falo isto –, o melhor código de trânsito, um dos melhores do mundo; ele é perfeito. Mas o código em si, sozinho, é um papel, é uma letra morta. Porque ele depende da ação do motorista, e o motorista depende de atitudes, de educação, como diz V. Sª. Não é chegar mais rápido, não é ultrapassar o outro. É respeitar sinais, respeitar a velocidade. Lamentavelmente, depende da educação das pessoas. Fico muito grata por essas colocações pessoais que V. Sª está fazendo.

O SR. GERARDO MESQUITA – Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe-me a interrupção, mas eu tive que falar...

O SR. GERARDO MESQUITA – Por favor, Excelência. Eu agradeço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que também compartilho dessa mesma posição, Dr. Gerardo.

O SR. GERARDO MESQUITA – Fico confortado que no Senado a gente tenha pessoas como V. Exª, com essa ideia, como o Senador Wellington, que me trouxe também, hoje, para cá. Isso é um conforto para mim. Quando eu disse, no primeiro momento da minha fala, "é uma bênção estar aqui", realmente é.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A gente se esqueceu de pedir licença, de dizer "obrigada", "por favor". É por aí.

O SR. GERARDO MESQUITA – E vou pedir licença à senhora, não sei se a gente vai ter tempo, para indicar... A senhora está fazendo umas anotações aí. Quando a senhora tiver um tempinho, entra no *Youtube* e acessa o filme "Sr. Andante e Sr. Volante". Tenho ele aqui – se a gente tiver tempo, pode até passar. Ele, para mim, é o retrato do motorista brasileiro e mundial. Sr. Andante e Sr. Volante. É um desenho animado do Pateta, de Walt Disney, de 1950...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que eu, aliás, adoro!

O SR. GERARDO MESQUITA – ...extremamente atual. Se a gente tiver tempo na discussão, depois eu passo, e a gente pode até se divertir um pouquinho, para quebrar este momento de tanta tensão. Acho que vale a pena.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe-me ter interrompido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Foi um prazer!

O SR. GERARDO MESQUITA – Bom, no mundo, a primeira causa de morte é o trauma craniencefálico e de sequelas em relação aos acidentes. E, no Terceiro Mundo, são traumas de extremidades: perda de mão, perda de perna, porque são acidentes, normalmente, que envolvem, biomecanicamente, traumas até de menor energia, mas que causam sequelas mais graves.

Por que prevenir os acidentes de trânsito? Por que isso deve ser uma prioridade para o Brasil? Porque a frequência e a gravidade desses acidentes são elevadas no mundo todo, porque nossas instituições trabalham acima da sua capacidade.

Convido os Srs. Senadores e os senhores ouvintes desta reunião para que visitem um pronto-socorro. Em qualquer pronto-socorro se percebe que se trabalha acima da capacidade. E, claro, isso tem um custo elevadíssimo para o Estado brasileiro. Então, temos que trabalhar na prevenção nesse sentido.

As leis podem funcionar? Eu acho que sim. Se a gente pegar a história da Lei Seca, por exemplo, que

teve um grande impacto – vou já mostrar o gráfico –, a gente vê que 80 miligramas por decilitro de álcool aumentam duas vezes o risco. Isso equivale a duas doses e meia de uísque. Aumenta duas vezes o risco de acidente. Você perde reflexo. Cem miligramas por decilitro aumentam em três vezes. E qualquer miligrama por decilitro acima de zero é aumentado o risco de acidente em motocicleta, porque você altera a sensação de equilíbrio.

Esse é um caso também do qual participei, na residência de Ortopedia e Traumatologia. Observem que é um jovem. Ele não está dormindo. Ele está sedado. Esse jovem está embriagado e, por isso, está dormindo aqui, diante desse problema. Ele tem uma lesão grave na região do ombro esquerdo, e aqui a gente vê uma fratura exposta do fêmur esquerdo. Uma fratura também da perna, tíbia, com perda de substância importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não posso nem ver isso!

O SR. GERARDO MESQUITA – Perdão. Lamentavelmente, a gente teve que amputar a perna desse paciente, jovem. Se não me engano, ele tinha 23 anos e estava visivelmente alcoolizado. Esse sono aí era só bebida. Ele não estava anestesiado. Sem falar que, no braço, ele perdeu parte dos movimentos, porque houve uma secção de nervos. Então, a gente não conseguiu que ele tivesse todos os movimentos.

Bom, aí a gente estava questionando a questão das leis. Este gráfico mostra que, no momento em que foi instituída a Lei Seca no Brasil, no finalzinho de 1988 para 1989, houve uma queda vertiginosa – esta linha mostra o número de mortes – no número de mortes. Então, a gente tinha aqui 35 mil mortos/ano, de repente caiu para 31 mil mortos/ano, ainda caiu para 29 mil mortos/ano. Daí, como a Lei Seca foi caindo um pouco no esquecimento, voltou a subir. É igual a campanha de paralisia infantil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Aliás, permita-me.

Inclusive, um dos pontos que a gente já ouviu aqui, até do pessoal da área do Ministério da Justiça, na área de segurança, praticamente o impedimento do uso do bafômetro, ou seja, a forma como ficou reduzido, matou as regras da Lei Seca.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Anula a prova.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Anulou. Então, é um dos temas que a gente tem que, pela Comissão, buscar soerguer para fazer uma alteração. Já há alguns projetos tramitando, com uma redação considerada adequada. Acho que a gente pode pegar um como parâmetro e ver se a gente consegue colocar em pauta, porque é um absurdo a gente ter um regramento com um efeito desse e anular.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É. Parece que a lei ajuda o crime, a irresponsabilidade e protege o réu.

O SR. GERARDO MESQUITA – Isso que vou questionar daqui a pouco. Eu preparei um *slide* para mexer nesse assunto.

Tudo bem, a gente vê que o número de veículos fabricados de 1984 a 2004, portanto, vinte anos, foi de quase 30 milhões. E, só no ano de 2004, 2.200 milhões veículos. Então, vem aumentando o número de veículos fabricados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O ano passado, 3,5 milhões.

O SR. GERARDO MESQUITA – Mais ainda. Nos últimos dez anos, a gente consegue vencer a estatística dos últimos vinte anos, a julgar por esse dado que o senhor está nos informando, Senador.

Bom, aí, os custos provocados pelos acidentes de trânsito. Então, na perda de produção, você tem até 42.8% de perda de produção de uma empresa em relação ao acidente; danos do veículo, 22.8%; despesa médico-hospitalar, 13.3%; e os outros custos, que são variáveis, ocasionando até 78.9% de perda envolvendo um acidente. Perda em relação ao atendimento que foi deixado de ser prestado à população por outras razões. Ainda se morre de infarto no Brasil. A gente precisa lembrar que existem as mortes clínicas, que são fáceis de serem evitadas, e a gente está transformando nossos hospitais e centros de emergência apenas em hospitais de trauma, porque o paciente clínico não tem mais acesso. O trauma é tão intenso que o paciente clínico não tem acesso como deveria; pelo menos, à urgência e emergência. E ainda se morre de infarto no Brasil, quando isso poderia ser evitado também. Outros custos intangíveis também fazem parte, chamando a atenção para o impacto familiar desses custos.

E a questão do DPVAT, que era uma outra coisa para a qual eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores. O DPVAT tem uma concepção muito boa, mas está sendo usado, de acordo com nossa experiência, lá no Piauí, de maneira equivocada. A gente já tem relato de pessoas que se acidentam em casa ou na construção civil, pegam um colega que tem uma moto e propõem relacionar o seu acidente a um acidente de moto. Então, na nossa opinião, eu gostaria de sugerir que o DPVAT fosse mais restrito. Deveria haver uma burocracia mais dura: mais relatórios, mais laudos, mais perícia para, justamente, beneficiar aquele paciente, aquela vítima que merece, e não a vítima que transgride a lei, a vítima que falsifica documentos no sentido de se beneficiar etc.. E, claro, atuar na

responsabilização do proprietário em função de que, hoje, uma pessoa sem habilitação pode comprar um veículo automotor, e isso é uma coisa que nos deixa muito tensos.

De maneira mais profunda, para uma reflexão futura, num amadurecimento futuro, tornar a cobertura médica para os acidentes de trânsito retornável ao Governo, caso o motorista que provocou o acidente não esteja dentro da lei. Alguns países da comunidade britânica, se o motorista sofre um acidente, ou mata, ou atropela uma pessoa e se está embriagado, portanto, fora da lei, ele recebe toda a assistência do Estado normalmente. Entretanto, quando ele volta a produzir, ele ressarce o Estado, nos valores públicos de saúde, do gasto que foi feito.

De modo que são reflexões o que a gente queria deixar. Apenas para não fazer essas reflexões tão duras, quero lembrar que existe uma indicação legislativa, com este número aqui, do ano de 2009, instituindo a Década de Ação de Segurança no Trânsito, entre 2010 e 2020, já também participando da Década de Prevenção de Acidente de Trânsito da Organização Mundial de Saúde, que é de 2009 a 2019. O Legislativo brasileiro tomou essa iniciativa, e agradecemos por isso.

Lembro que essa é apenas a ponta de um *iceberg* muito maior, muito mais drástico, e estou à disposição dos Srs. Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos aqui a exposição do Dr. Gerardo Mesquita e passamos, imediatamente, a palavra à Senadora Ana Amélia para as arguições.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente. Eu queria, também, cumprimentá-lo pelo convite ao Dr. Gerardo, porque o senhor já o conhecia, e pela valiosa colaboração que ele dá a esta Subcomissão.

Dr. Gerardo, Há duas questões sobre prevenção, em que temos de trabalhar, porque o fato atual é essa estatística escabrosa, trágica, até.

No âmbito da prevenção, quais são as recomendações que o senhor, como médico especialista, oferece e que o Senado poderia, nós, Senadores, poderíamos, eventualmente... Falo na direção exata da questão da bebida, porque o senhor fala muito da bebida, mas as drogas, como *crack* e outras drogas, como estão nessa estatística? Sobre a questão do bafômetro, também, eu queria saber a sua ...

O SR. GERARDO MESQUITA – Excelente a colocação da Srª Senadora.

V. Exª está perfeitamente correta. Na realidade, eu falo muito da bebida porque a bebida é muito mais fácil de ser detectada.

O consumo de drogas, hoje, é muito difícil de a gente detectar, então, clinicamente, às vezes até o médico percebe que aquele paciente chega no hospital...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está alterado.

O SR. GERARDO MESQUITA – ...drogado, drogado mesmo – a gente tem condição, por alguns sintomas clínicos –, mas o policial, na rua, não tem como dizer isso. Seria criar uma dificuldade técnica muito grande para o policial. Para o álcool, não. Para o álcool, é mais fácil.

Quero chamar a atenção, também, para a mistura de álcool e drogas, que a gente vê muito entre os jovens.

Então, a educação de trânsito, campanhas educativas... Os senhores me perdoem a franqueza, mas o que se gasta na campanha de dengue, anualmente... Quantas mil pessoas morreram de dengue no ano de 2009? Aproximadamente 3,5 mil pessoas morreram de dengue no ano de 2009 e a mídia, o Governo Federal tem-se empenhado – claro, tem seu mérito, eu não tiro o mérito da campanha – pesadamente na dengue. Por que não investir pesadamente nos acidentes de trânsito?

Então, a gente já vê, hoje, nos maços de cigarros, aquelas fotografias drásticas de pessoas com câncer de pulmão, câncer de boca, etc. Por que não ver, nos rótulos das bebidas, um alerta sobre isso, como a gente, hoje, vê nas propagandas de televisão? Por que não restringir as propagandas de televisão?

O que a gente vê na propaganda de bebida? Mulheres bonitas, pessoas sorrindo, na praia, felizes, comemorando. A gente não vê o acidente. Já tem a mensagem, ao final: "se beber não dirija". Isso já é bastante interessante, mas na bebida em si, na garrafa, não tem, na lata não tem. Poderia vir mais uma mensagem nesse sentido, como vem no cigarro, por exemplo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Aliás, me permita.

O SR. GERARDO MESQUITA – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós apreciamos agora, na Comissão de Assuntos Sociais, uma proposta que retoma esse debate da obrigatoriedade do alerta no produto, assim como se faz com o cigarro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, na embalagem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exatamente. Foi aprovada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Terminativa?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Não, vai, ainda, para uma outra comissão, parece que CCT, Ciência e Tecnologia.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Na semana que vem, isso. Aí, em seguida, vai para o plenário.

O SR. GERARDO MESQUITA – Bom, além disso, é possível trabalhar nas escolas de trânsito.

Eu acho que o curso... Por exemplo, quando você tem a sua carteira retida, fazer um curso de atualização das leis de trânsito não é suficiente. Eu acho que as penas de trânsito, além das multas, sobretudo as que envolvem acidentes, deveriam incluir trabalho social nos hospitais de emergência. A pessoa deveria frequentar o hospital, pelo menos para acompanhar a alta de um paciente e ir até a casa do paciente com uma assistente social.

Isso é um trabalho cultural e que leva anos, mas vai ter uma repercussão, porque ele é de base.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso não seria, doutor, acrescentar, por exemplo, numa autoescola? Junto com o aprendizado do manejo da máquina, incluir uma obrigatoriedade de visita do futuro motorista a uma unidade dessas?

O SR. GERARDO MESQUITA – Eu acredito, Senadores, que isso, sob o ponto de vista prático, é muito difícil de ser feito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Difícil?

O SR. GERARDO MESQUITA – É, porque são muitos os motoristas habilitados no Brasil, por período, e levá-los para dentro dos hospitais, eu acho, é muito difícil, mas acho que não seria difícil ter depoimentos de pessoas, que podem ser pagas, por exemplo, pelo Governo, para serem passados nas autoescolas.

No Rio de Janeiro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o inverso da...

O SR. GERARDO MESQUITA – Isso. O Rio de Janeiro tem um grupo de vítimas de acidentes de trânsito que tive oportunidade de conhecer. São nove pessoas com sequelas gravíssimas e todas têm depoimentos, da época do lançamento da Lei Seca, gravados, disponíveis para o Governo estadual do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Permita-me: tem um pacto feito pela Organização Mundial de Saúde, que é uma recomendação para os países que se submetem à OMS, de adotar uma medida que vários países já adotaram, ou seja, de a carteira de motorista ser sempre vinculada, ter sempre uma validade curta. Ela tem sempre uma validade curta e você se obriga...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – À renovação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – À renovação, vinculada a essas formas de depoimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Onde isso?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Em vários países: Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha. Vários países já adotam essa sistemática.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É uma parte didática.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Isso, de dificultar.

No caso da motocicleta, da bicicleta e de veículos considerados de maior, de mais graves... A demora ainda é maior.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Certo, certo.

O SR. GERARDO MESQUITA – Eu gostaria de ressaltar uma iniciativa que a gente vê, também, em alguns países: o motorista tem uma licença provisória quando ele recebe a sua primeira carta.

Então, o brasileiro poderia, aos 18 anos, receber a sua carta e ter uma licença provisória de dois anos, que é o normal nos países desenvolvidos. Se, após aqueles dois anos, ele não tivesse nenhuma infração – seria como um estágio probatório no serviço público e até poderia ser de três anos –, aí, então, ele receberia a carta permanente.

Então, eu acho que essa é uma ideia que tem sido adotada em outros países com sucesso, dando mais responsabilização ao condutor de veículos automotores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom, deixe eu examinar. Eu queria só saber sobre o DPVAT, por exemplo. Qual é a proposta que você sugere?

O SR. GERARDO MESQUITA – Bom, para a questão do DPVAT, nós pensamos em que houvesse uma perícia mais rígida, para que, se o acidente não tivesse sido constatado pelo menos por duas ou três testemunhas – eu estou falando isso em cidades de interior, onde a gente não tem perito, não tem IML, não tem Departamento de Trânsito – que registrassem o acidente na delegacia, o DPVAT não fosse concedido. Inclusive, o DPVAT aumenta... Essa concessão tão ampla e tão, aparentemente, simplificada de acesso aumenta o custo do seguro para o condutor que está emplacando seu veículo e que está pagando o seu DPVAT.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ou seja, se tiver uma medida como essa, reduz o custo?

O SR. GERARDO MESQUITA – Sem dúvida, vai reduzir o custo para o condutor.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só quero registrar, com alegria, a presença do Senador Valdir Raupp...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Um Senador municipalista.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – ...e do Deputado José Augusto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E um Deputado municipalista.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quero dizer que é um prazer grande recebê-los aqui, em nossa Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. *Intervenção fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É um prazer.

Eu tinha examinado aqui, Senadora, a sugestão dele em relação ao DPVAT, aquele seguro obrigatório.

Ele está dizendo aqui, pelo que compreendi, que, hoje, tem um sistema que, em nome da simplificação, termina tendo menos eficiência, termina encarecendo.

Ele está dando uma sugestão que acho que seria importante a gente ouvir.

O SR. GERARDO MESQUITA – Sim, nas cidades onde você não tenha perícia de trânsito, que seja registrado um boletim de ocorrência com pelo menos três testemunhas, registrado na delegacia, para poder dar acesso ao DPVAT, porque a simplificação do processo acaba facilitando fraudes. Então, como eu expliquei no começo, pessoas cujo acidente não envolveu veículo automotor forjam, pegam a documentação de um veículo automotor, forjam e recebem o DPVAT.

Eu, como médico e também como perito, nem sempre consigo perceber isso. Muitas vezes, a sequela que o paciente apresenta eu observo, mas eu não tenho como provar se foi num carro ou não. Eu suspeito que não, mas não tenho como provar. Se ele tiver três testemunhas, pelo menos na delegacia, envolve que não sejam parentes e talvez seja necessário incluir isso, que não tenha relação de primeiro grau com a vítima, talvez seja uma forma de dificultar um pouco mais e tornar isso mais eficiente, inclusive do ponto de vista financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT - PI) – Gostaria de colocar para a Senadora Ana Amélia. Na verdade, o ponto principal é a gente não só ter uma noção e acho que todo mundo já tem mais ou menos uma informação sobre os efeitos que têm as drogas nas causas de traumas, enfim, nas várias formas de acidentes. Agora, o ponto principal e estamos agora pontos para terminar o relatório e qual é o grande problema que estamos enfrentando? Estamos acompanhando na comissão, a senhora também, o drama para conseguirmos R$300 milhões do Governo brasileiro para que se faça uma parceria nessa rede de tratamento de dependentes químicos, ou seja, alcoólatras, viciados em *crack* etc. Então, todas as vezes que tratamos desse tema esbarramos no problema do dinheiro.

Agora, estamos vendo aqui apenas pela vertente do trauma, não estamos nem colocando outras conseqüências, a própria Organização Mundial de Saúde compreende que o Brasil tem um dispêndio de mais ou menos 30 bilhões. Com base no que alguns países fazem, se adotarmos uma medida em relação à uma fatia dos recursos arrecadados e o Governo agora acaba de colocar um novo aumento na tributação do cigarro e na tributação das bebidas, ou seja, isso gera um volume de recursos considerável. A estimativa é de mais ou menos 1,7 bilhão de dinheiro novo com essas medidas que foram tomadas agora recentemente.

Estimamos que para termos uma rede integrada completa são necessários algo em torno de R$3 bilhões ano para que se possa ter todo um sistema de saúde especializado nessa área, principalmente um sistema preventivo, como no caso da dengue, ou seja, quanto custa uma campanha nacional dessa para que tenhamos eficiência? Mais ou menos R$150 milhões uma campanha nacional.

Então, para que tenhamos todas as coisas que são necessárias à prevenção, ao tratamento, ao acolhimento, à reinserção social, principalmente a prevenção, são necessários, conforme estimativa de alguns técnicos, com base na população do Brasil, com base nos indicadores, de aproximadamente R$3 bilhões, o que pode parecer muito dinheiro. Agora, quando olhamos um dado como esse de R$30 bilhões quanto podemos reduzir desses R$30 bilhões apenas com medidas de exclusão de pessoas, além de não ter preço quantas pessoas não irão morrer ou acidentar em razão disso.

Então, a presença do Dr. Geraldo Mesquita me chamou muito atenção numa palestra que ele fazia exatamente por esse ângulo, que é importante ser tratado. Vamos agora, na próxima audiência, ouvirmos também depoimentos de pessoas que já foram dependentes químicos e que estão na fase de tratamento. Então, acho importante que a gente possa aqui... Estão cuidando dos outros exatamente.

Eu queria, antes de concluir os trabalhos, informar que recebemos da embaixada da Suécia manifestação de total interesse de receber uma visita dos membros desta Comissão. Temos que tratar com o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais para que, na próxima reunião, tratarmos desse cronograma. Vamos conhecer

a Suécia? É possível numa viagem só conhecer pelo menos uns três países como Holanda, que é muito citada, três ou quatro países para que possamos ter uma noção do que eles adotaram e de como o Brasil também pode operar. Esse é um ponto que acho que podemos tratar na próxima reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Internacionalizamos a nossa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exatamente. Passamos a ter, a fechar com isso a experiência nacional, a experiência internacional e acho que podemos tratar sobre isso. Fui informado aqui também, na comissão, que uma publicação fruto desses trabalhos estaria ficando pronta. Também temos que acertar com o Presidente do Senado, com o Presidente da Comissão o momento de lançamento, para que possamos ter esse trabalho.

E também outra informação. Acho que devemos ter a confirmação, para a próxima semana, de uma reunião com o Ministro Gilberto Carvalho para tratar, em nome da Presidente, sobre a agenda da conferência, para trabalharmos o fechamento dos trabalhos da comissão, a realização da conferência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu até também queria participá-lo do meu requerimento para o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é o Presidente da Comissão Global Sobre Drogas. Ontem nós fizemos uma gestão para ver se o Senador Jayme Campos, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, pode dar uma resposta, o mais breve possível, para também fazer, porque é um tema bastante importante. A própria comissão tem interesse em ampliar, não apenas na nossa Subcomissão, a Casdep, mas faria na Comissão de Assuntos Sociais.

Ontem o Presidente conversou até com o Senador Aloysio Nunes Ferreira para que renovasse o requerimento, que já foi repassado ao ex-Presidente. Acho que é um debate da maior relevância, Presidente.

Queria renovar os cumprimentos ao Dr. Geraldo Mesquita pela valiosa contribuição que deu, sobretudo nesses aspectos relacionados à questão dos valores. Não adianta termos leis boas se elas não forem praticadas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós já havíamo-nos manifestado – mas ainda não tínhamos efetivado – sobre uma proposta de fazer na apresentação do esboço deste trabalho uma reunião conjunta com a frente parlamentar, com todas os entes e os agentes políticos que estão lidando com este tema, para que a gente submeta à crítica de quem está, no dia a dia, empenhado neste trabalho, para que este relatório criticado possa ser o eixo da conferência a ser trabalhada.

Agradecemos aqui ao Dr. Geraldo Mesquita. Muito obrigado pela sua presença e participação.

Declaro encerrados os trabalhos.

(A reunião é aberta às 9 horas e 35 minutos, e encerrada às 10 horas e 33minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e dois minutos, do dia vinte três de agosto de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Wellington Dias**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença dos Senadores Waldemir Moka e Eduardo Amorim e das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. O Presidente da Subcomissão registra a presença do Deputado Federal José Stedile. Havendo o número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião que é dada por aprovada. O Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** em cumprimento aos Requerimentos nºs 7 e 11, de 2011 – CASDEP, de autoria da Senadora **Ana Amélia** e Senador **Wellington Dias**, com o objetivo de Debater Ações Preventivas de Combate ao "Crack", Álcool e outras Drogas. Oradores: Ledir da Silva Porto, Secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha, Espírito Santo; Luiz Vicente da Cunha Pires, Prefeito de Cachoeirinha, do Rio Grande do Sul; Mano Changes, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul. Justificaram ausência, Everton Ramos, do Projeto Vem Viver; Francisco José Pereira de Lima, "Preto Zezé", Presidente Nacional da Central Única das Favelas- CUFA. **EXTRAPAUTA - ITEM 1 - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011 – CASDEP.** *"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno, a realização de diligência ao Estado do Espírito Santo, por esta Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, para verificar in loco as atividades de Comunidades Terapêuticas, no próximo dia 02 de setembro".* **Autoria:** Senador Wellington Dias**. Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Não Terminativo -RE-**

QUERIMENTO Nº 14, DE 2011 – CASDEP. *"Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas - Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim - a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, "crack" e outras drogas. Deverão ser realizadas visitas, in loco, a instituições que alcançaram êxito no enfretamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada."* **Autoria:** Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim**. Resultado:** Aprovado**.** Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e Senador Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.– Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª reunião de 2011.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater ações preventivas de combate ao *crack*, álcool e outras drogas, atendendo ao Requerimento nº 7, de autoria minha e da Senadora Ana Amélia, e ao Requerimento nº 11, de autoria da Senadora Ana Amélia, ambos de 2001, desta Comissão.

Convido à Mesa nossos ilustres convidados e oradores: Ledir da Silva Porto, Secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha, no Espírito Santo – bem-vindo; é um grande prazer –; Luiz Vicente da Cunha Pires, Prefeito de Cachoeirinha, Rio Grande do Sul – muito bem-vindo –; Mano Changes, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul – bem-vindo;

Eu queria convidar o José Stedile, nosso Deputado, para sentar aqui à frente. É um prazer muito grande contar com sua presença aqui, neste ato, juntamente com a Senadora Ana Amélia e outros convidados.

Justificaram ausência o Sr. Everton Ramos, do Projeto Vem Viver, e o Sr. Preto Zezé, Francisco José Pereira de Lima, Presidente da Central Única das Favelas.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos; a palavra será concedida às Senadoras e Senadores na ordem de inscrição, iniciando sempre pelo autor do requerimento; os interpelantes terão para suas respostas cerca de três minutos, assegurando igual prazo também para os Parlamentares.

Normalmente, temos a praxe de dar um tempo de 10 minutos para a apresentação, mas certamente concederemos o tempo necessário para a conclusão da apresentação. Inicialmente, passamos a palavra ao Ledir da Silva Porto para sua exposição.

Antes, porém, bem-vindos! Primeiro, agradeço a todos e todas a presença. Já estamos chegando à fase final de apresentarmos uma proposta que possa permitir ao Brasil ter um sistema integrado, uma rede de atenção, enfim, uma participação do setor público e do setor privado no problema.

Achamos muito importante essa iniciativa da Senadora Ana Amélia de que pudéssemos, nesta fase final, ouvir aqueles e aquelas que vivenciaram essa experiência e hoje são exemplos, inclusive, de dedicação nessa área.

Com a palavra o Sr. Ledir da Silva Porto.

O SR. LEDIR DA SILVA PORTO – Bom dia, Senador Wellington. Cumprimento toda a Casa aqui, a Mesa, a Presidência desta audiência. Quero cumprimentar também a Senadora Ana Amélia e todos participantes desta audiência.

Hoje, estou como Secretário de Defesa Social do Município de Vila Velha. Já fui Secretário de Defesa Social e Segurança Pública do Município de Serra, também no Espírito Santo, e também já tive o privilégio e oportunidade de exercer o cargo de vereador no Mu-

nicípio de Viana. Todos os três Municípios na Grande Vitória, no Espírito Santo.

O tema é extremamente importante.

Eu não farei mais comentários sobre o tema, porque o tempo é curto. Eu vou me ater em falar sobre a minha experiência e da minha experiência também como gestor público no enfrentamento ao *crack.*

Eu tive a infelicidade de conhecer as drogas com 15 anos de idade e experimentei a primeira droga ilícita, um baseado de maconha, que me fez ser marginal, porque as drogas marginalizam. E a maioria absoluta de quem usa droga, a maioria, e não todos... Existem três tipos de usuários de drogas: o usuário casual, que usa e que é um número menor, principalmente das classes A e B, classe média, que faz uso de maconha e cocaína, como usuário. Não é dependente, se ele ficar sem, ele toca a vida dele.

Existe o dependente que é viciado, dependente, doente, que tem de ser tratado mesmo; e existe o dependente que usa em grande volume, que é compulsivo, que fica três ou quatro dias virando noite, usando drogas, principalmente cocaína e *crack*.

Eu tive a infelicidade de me tornar viciado em maconha e, depois, em cocaína e me envolvi com o mundo criminoso no Espírito Santo. Na última vez em que fui preso, fui preso em um assalto a banco na cidade de Viana, no Espírito Santo.

Depois de sair da prisão, tive a oportunidade de ir para uma comunidade terapêutica, o Projeto Reviver, do hoje Senador da República Magno Malta. Na época, ele era vereador em Cachoeiro do Itapemirim, em 94.

A comunidade terapêutica, a Casa Vem Viver, foi determinante para a minha vida. Eu tive a oportunidade de dar uma parada para refletir, porque quem está viciado em droga não para e nem pensa. Então, quando ele vai para uma comunidade terapêutica ele tem oportunidade e o privilégio de fazer uma reflexão. "Olha, por esse caminho que você foi só foi ruim. Tem uma oportunidade para você viver sem drogas e ter uma vida livre, feliz de uma outra forma".

Foi-me, então, apresentada outra proposta de vida. Eu quis muito! Para largar a dependência e sair do emaranhado em que eu me envolvi por causa das drogas tem que querer muito, viu Senador, e eu quis muito. E tive também apoio, muito pessoalmente, do Magno Malta.

Depois que eu sai do projeto, cumpri a minha pena em liberdade. Fui apenado pela Justiça. A minha pena foi trabalhar na prevenção às drogas e na recuperação de pessoas dependentes de drogas pela Justiça, que entendeu que eu poderia produzir mais para a sociedade, fazendo esse papel do que atrás das grades, porque eu tinha de ficar preso por uns nove anos.

A minha pena foi reduzida no trabalho que eu comecei a desenvolver. Eu falo de certa forma, às vezes, de brincadeira, mas é uma verdade, para mim é uma verdade. Eu recebi a melhor pena que um ser humano pode receber da Justiça, porque eu gostei do que me foi imposto pela Justiça – porque a Justiça impõe que seja cumprido – que foi trabalhar na prevenção e recuperação.

Hoje, eu sou diretor de uma casa de recuperação chamada Horta de Vida. É uma comunidade terapêutica, que tem um trabalho importantíssimo, que recupera dependes de *crack*, é específico só para trabalhar com dependente de crack. Funciona em Viana, no Espírito Santo.

Eu vou passar um vídeo, porque o meu tempo é pequeno. Fica em Viana, no Espírito Santo.

O que estamos fazendo em Vila Velha, hoje, como Secretário. Depois de me recuperar, eu estudei, me formei. Sou formado em Administração, tenho especialização em segurança pública. Tive um mandato de Vereador nessa mesma cidade, onde ninguém acreditava em mim. Eu tive o voto do povo. Foi para mim a maior eleição que pude disputar, porque foi a primeira, e eu ganhei, saindo de onde eu sai, com um currículo horrível. Quando eu ia para a rua e dizia que era candidato o pessoal dizia "não vota, não, que é marginal, é traficante, é bandido!"

Imaginem os senhores, que são Senadores, que são candidatos sem ter nenhum erro tão achincalhado, imaginem uma situação como a minha! Mas eu já estava preparado. Depois disso, deixei de ser Vereador e assumi a Secretaria de Segurança no Município de Serra. Serra era considerada a cidade mais violenta do Brasil, em termos de homicídio, em 2005.

Quando assumi, a mídia local também botou no jornal bem grande: "Assaltante de banco assume a segurança pública da cidade".

Deve ser um terror para as pessoas imaginar que vão colocar uma pessoa com esse perfil para ser o secretário de segurança da cidade.

O prefeito teve muita coragem. Hoje, ele é Deputado Federal, Audifax Barcelos. Vocês são Senadores e podem perguntar a ele sobre o Secretário Ledir Porto, sobre qual foi a produtividade dele, porque é melhor ele, que foi prefeito, falar de mim do que eu mesmo, porque eu sou suspeito para falar de mim mesmo.

Vocês podem, também, entrar no Google, digitar meu nome e vocês vão ver dezenas, centenas de reportagens sobre o trabalho que eu desenvolvi em Serra e, hoje, em Vila Velha.

Hoje, sou Secretário de Segurança e de Defesa Social do Município de Vila Velha e a gente faz um trabalho extremamente significante e importante.

Nesse enfrentamento ao *crack*, nós criamos lá, Senador, um grupo de enfrentamento ao *crack*. Esse grupo tem três eixos de atuação: um que enfrenta diretamente o tráfico de drogas; outro grupo faz um trabalho... Quem enfrenta o tráfico de drogas nesse grupo de trabalho? As polícias e a Justiça. O Ministério Público, a Justiça e as polícias.

Nós temos uma outra frente que é de mudança de ambiente. A gente costuma dar o nome, lá, de espaços urbanos seguros. Vamos até a cracolândia, nos pontos de concentração de dependentes de *crack,* porque, na maioria das cidades com mais de 200 mil habitantes que têm esse tipo de perfil, eles escolhem os locais – casas abandonadas, terrenos em situação de abandono –, porque eles constroem, naquele ambiente, um ambiente onde só eles estão presentes. A sociedade de bem, o cidadão de bem, a família não vai até aquele local, porque é um local fedido, nojento, sujo. Eles vivem como ratos nesses espaços e se tornam moradores de rua, mas eles não são mendigos como os de 20 anos atrás, moradores de rua.

É um novo perfil de morador de rua, que mora na rua, que rouba – para manter o vício, a dependência, ele tem de roubar – e é doente.

Então, um único cidadão tem três perfis: é morador de rua, porque a família já não quer mais, não aguenta mais, já abandonou, ninguém quer mais ele, Senador. Segundo perfil: é criminoso. Para manter o vício, ele rouba, sai quebrando tudo. E, terceiro, ele é doente.

Então, como tratar dessa complexidade toda em um cidadão único?

Então, nós fizemos uma frente para enfrentar o tráfico; uma para mudar os ambientes; e outra que é de acolhimento, com a saúde, com a educação, com a promoção social e com a defesa social, através de uma subsecretaria sobre drogas, que está na minha secretaria, que está comigo.

Nós saímos para a rua a cada 15 dias – essa é uma patrulha integrada cidadã – e recolhemos entre 30 e 40. A todos esses é oferecida oportunidade.

Primeiro, ele passa pela PC para saber se tem crime. Se tem crime, já vai direto para a cadeia, para cumprir, se tem mandado aberto. Se não tem, ele entra para a ação social, faz o cadastro social, depois passa pela saúde e pela defesa social. É oferecida, para ele, uma oportunidade de mudar de vida, de cuidar da saúde, de cuidar da vida dele. Oferece-se para ele uma oportunidade numa comunidade terapêutica que a gente tem conveniada.

Através da Secretaria de Defesa Social, nós identificamos todas as comunidades terapêuticas que trabalham com dependência química e estamos conveniando com essas casas, para que a gente possa ter vaga para atender à demanda dessa patrulha cidadã que vai à rua e tira ele.

Na hora de retirar, é a polícia que retira. Aí, alguns dos direitos humanos quiseram bater em que a gente estava fazendo a faxina social, a limpeza social, e não é essa a proposta. A proposta é de dar oportunidade, de cuidar, de tratar e de achar um caminho.

Infelizmente, o que tem aí, o retrato do Brasil é de que isso vai aumentar e nós, brasileiros, Senadores, não estamos preparados para essa pauta muito importante.

O Brasil precisa se preparar para essa pauta e não está preparado ainda. Os Municípios não estão preparados, dos Estados, nenhum está preparado e poucos estão fazendo pouquinho, entenderam?

Nós estamos começando a fazer um pouquinho em Vila Velha com essa ação integrada da patrulha cidadã, que recolhe e que encaminha: se é criminoso, vai para o presídio; se não é, ele tem família... Todos esses, a maioria deles tem família, mas já perdeu tudo, porque perdeu a confiança da família.

Então, é isso que a gente está fazendo lá.

Eu quero mostrar, muito rapidamente, se tiver tempo, Senador, um vídeo.

Esse aí é da Defesa Social, mesmo, da Secretaria em que estou como Secretário.

A gente tem um vídeomonitoramento na cidade, e todo dia, toda madrugada, a gente pega flagrante de craqueiro quebrando tudo para roubar, para consumir, é isso que estou falando.

Tudo que eu falei aqui eu tenho como comprovar e provar com as imagens do nosso serviço também, lá, e não é uma coisa que a gente acha. Eu não estou falando o que eu acho. Eu tenho convicção e certeza do que está ocorrendo, hoje, em Vila Velha, que não é diferente do que está ocorrendo nas cidades brasileiras.

Se puder soltar...

(*Apresentação de vídeo*.)

O SR. LEDIR DA SILVA PORTO – Eu vou encerrar pelo meu tempo, mas, enfim, esse é um retrato que não só é de Vila Velha, é do Brasil todo.

Vila Velha é a maior cidade do Espírito Santo, a mais populosa. Não é a mais violenta, mas nós temos um trabalho bem articulado, integrado. Tem o GGI e tem essa frente de enfrentamento ao *crack*, para retirar da rua, como eu disse.

Esse professor de artes marciais que matou um morador de rua, foi por causa do *crack* que ele matou. Ele estava com uma quantidade grande de pedras e esses moradores de rua, que também são todos dependentes de *crack*, queriam mais droga. Ele saiu, o pessoal foi atrás dele, na casa dele, e ele acabou matando.

Hoje, ele está lá no Projeto Horta de Vida, que é a minha instituição, se recuperando. O delegado viu que ele cometeu um crime, mas que também é um doente, que precisa de tratamento. Ele está lá, se tratando, através do encaminhamento do delegado da Crimes contra a Vida, no projeto. Se você for conversar com ele, sem a droga, ele é uma outra pessoa, não é aquela que você está vendo ali, mas, infelizmente, a droga faz e leva as pessoas a terem atitudes dessa forma, dessa natureza.

O risco que nós corremos, Senadores, é muito grande, de quem não usa droga. Todos nós somos reféns de quem usa e corremos o risco de nossas crianças se envolverem com essa porcaria.

Então, eu queria parabenizar e encerrar a minha fala, agradecendo o convite e me colocando à disposição para ajudar, para construir, para tirar dúvida, para propor, junto com vocês, aquilo que vocês acharem importante para o Brasil. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos a você, Ledir, pelo seu depoimento corajoso e pelo seu trabalho também.

Nós acompanhamos, aqui, o trabalho do Senador Magno Malta.

Eu tive o privilégio de estar no Espírito Santo e, mesmo sem a presença dele, que é até melhor, pude ver o efeito do trabalho que ele faz, enfim, mas concordamos com a sua conclusão também. Para isso é que estamos aqui, neste trabalho na Comissão.

Registramos também, com carinho, a presença do Senador Waldemir Moka, que está sempre presente nesse trabalho.

Passamos, imediatamente, a palavra ao nosso querido Prefeito de Cachoeirinha, do Rio Grande do Sul, Luiz Pires.

O SR. LUIZ VICENTE DA CUNHA PIRES – Bom dia a todos. Uma saudação ao Presidente Wellington Dias, aos Senadores Ana Amélia e Waldemir, aos meus companheiros de mesa, ao Ledir, ao Deputado Mano Changes.

Prefeito do Município de Cachoeirinha, 42km², 120 mil habitantes, região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Isso mostra a densidade demográfica de um Município da região metropolitana.

Quero registrar e agradecer o convite feito pela Senadora Ana Amélia para estarmos aqui. Podemos trazer um pouco da experiência que estamos vivendo no Município de Cachoeirinha no enfrentamento dessa chaga social que são as drogas.

Aqui, faço um elogio à Subcomissão, quando trata de álcool, *crack* e outras drogas. Acho que é importante o registro de que nós não podemos nos ater unicamente a enfrentar o *crack*, quando nós temos outras drogas, lícitas e ilícitas, que têm trazido todos os males para a nossa sociedade.

O Município de Cachoeirinha já há oito anos trabalha com programas de recuperação e enfrentamos a situação da dependência química e do alcoolismo em quatro eixos, e assim procuramos trabalhar a questão da repressão – a Guarda Municipal, Brigada Militar, Polícia Civil –, a questão da recuperação e o processo que nós temos de contratação de vagas em comunidades terapêuticas – agora, tivemos a oportunidade, em abril, de inaugurar uma comunidade pública municipal –e também trabalhar a questão da prevenção com os nossos jovens, pré-adolescentes e adolescentes, bem como trabalhar a ressocialização.

A observação da fala do Ledir deixa claro para nós, gaúchos, que o problema da dependência química é de norte a sul mesmo.

Também sou um ex-usuário, estou em recuperação há 15 anos, também passei pelo sistema prisional, fui preso durante quatro anos, de um processo de quase sete anos de condenação, e vivo essas situações trazidas pela senhora grávida e pela instrutor também na minha cidade. É isso. É muito igual, e as nossas ações precisam também se unificar para que, fortalecidas, elas possam fazer o real enfrentamento.

Eu, com humildade, gostaria de trazer aos Senadores, ao Presidente da Comissão, o Senador Wellington, algumas visões que nós temos observado nesse período de recuperação de quinze anos. Eu não vejo como uma boa saída a repressão para combatermos o uso do *crack* e de outras drogas. Na realidade, há uma substituição de mandatários de bocas de droga. Prende-se um, o seguinte acompanha, o vapozeiro. É necessário? É. Essas ações que o Governo Federal está fazendo na fronteira e que apareceram no noticiário neste final são muito eficientes, assim como o trabalho das guardas municipais, das brigadas militares estaduais e da Polícia Civil é importante para o processo. Nós não vamos vencer através da força. Temos, sem dúvida alguma – e aqui é a tônica do processo da Subcomissão – o processo de prevenção. Precisamos identificar fatores que estão levando para a inicialização do uso das drogas e como trabalhar essa situação com os nossos jovens e adolescentes. Penso que uma atitude preventiva importante seria trabalharmos conforme trabalhamos com o tabaco hoje nas carteiras de cigarro e inibindo a propaganda nos horários em que mais os jovens as assistam ou em todos os horários.

Nós vimos, na implantação da campanha do cigarro, uma redução drástica no consumo do fumo. Hoje, se observarmos a questão do pré-adolescente e da adolescente, veremos que o ingresso e a inicialização no mundo das drogas se dão pelo álcool, e esse

incentivo está nas nossas televisões: desce redondo, mulheres e homens sarados, praia. Precisamos ter uma atenção para essas coisas para não incentivar o uso dessas coisas, o que é uma medida preventiva, assim como é uma medida preventiva nós trabalharmos a questão da educação em turno integral.

O Município de Cachoeirinha tem doze mil alunos nas séries fundamentais. Nós estamos atendendo hoje em torno de 2.800 alunos no turno inverso, através do esporte – e abrimos um leque para todas as modalidades –, e procuramos trabalhar com ele a questão da disciplina. Não posso dar ponta-pé. Então, eu brinco, eu participo do esporte e tenho os meus limites.

Nós observamos que os jovens que estão no mundo das drogas são jovens sem limites. Através de ações simples, desenvolvidas com investimento do Poder Público no esporte, nós trabalharemos a disciplina, como trabalharemos a estima através da cultura, da música, da interpretação. Desenvolver nos nossos jovens esses valores é importantíssimo, para que eles se sintam bem consigo mesmos e com a sua sociedade. Isso, com certeza, vai evitar que ele procure, em grupos indesejados, aquela satisfação da amizade e do acolhimento.

Nós precisamos acolher o nosso jovem e pré-adolescente, Senadora, nas escolas municipais em turno integral. Não nos restam dúvidas, pelos resultados que temos atingido no Município de Cachoeirinha de redução de criminalidade, de furto e de homicídio, através de políticas públicas de proteção a esses adolescentes.

Instituímos também no Município, para que a Secretaria de Segurança pudesse fazer um trabalho mais eficaz, os uniformes, dados gratuitamente pelo Poder Municipal, de forma que podemos identificar o aluno de cada localidade, de cada região, já que ele está uniformizado. Se ele não estiver uniformizado, por que está perto das escolas, onde, sabemos todos, há uma transição de drogas?

Trabalhos preventivos como os também desenvolvidos pela Brigada Militar no Estado do Grande do Sul, o Proerd, são excelentes exemplos. Trabalha-se com jovens e com crianças a valorização da vida. Então, a prevenção sempre vai ser atitude importantíssima na questão de começarmos a reverter essa situação.

Observamos que a droga vem se instalando no País e na sociedade, lentamente vai ocupando espaço, vai modificando sua potencialidade e vai nesse crescimento, e a sociedade não percebe. Medidas drásticas que venham a ser tomadas de resultados rápidos ou das quais a sociedade espera resultados rapidamente a mim apresentam não serem muito eficientes, porque o tráfico trabalha de outra maneira para vencer aquele obstáculo colocado.

Mas prevenção também é atacarmos a recuperação. Temos uma legião de usuários de drogas e álcool que precisam ser atingidos pelo Estado. Como fazer e inibir a experimentação com jovens e pré-adolescentes se eu tenho uma grande quantidade de jovens fazendo a oferta gratuita para experimentação no primeiro momento? Portanto, o Estado tem que fazer e alcançar esse cidadão.

Observamos. Sr. Presidente, que as doenças orgânicas não estão encontrando leitos para serem atingidos. Como tratar a saúde mental com leitos? Nossos hospitais, a falta de investimento, a crise na questão da saúde como um todo nos Munícipios, Estados e Nação. Surge uma modelagem diferente. Eu estou limpo há 15 (quinze) anos e sai da comunidade terapêutica com uma visão muito preconceituosa de que somente a comunidade terapêutica pudesse nos libertar do mundo das drogas.

Os anos passam e aprendemos – e eu vejo – que atualmente igrejas libertam, grupos de autoajuda também ajudam, o processo medicamentoso também é eficiente. Mas, pela falta dos leitos, não tenho dúvida em fazer afirmação a essa subcomissão e aos senhores Senadores de que precisamos trabalhar uma forma de legalização das comunidades terapêuticas como alternativa eficiente e capaz de absorver a grande demanda que temos de usuário de álcool e drogas, para que possamos trabalhá-lo através de valores e não dá repressão.

Volto, novamente, à questão da prisão. O que nós fazemos? Pegamos aquele professor, que, por um momento e pelo uso de drogas, fez um homícidio. Levamos ele para dentro de um presídio, onde vai aprender a trabalhar melhor o mundo do crime. É isso que vai acontecer. Quem passou pelo sistema prisional sabe que é uma grande escola.

Portanto, penso que precisamos legislar obrigando o Estado a absolver os pequenos crimes, furtos, primários. Não trabalhar a descriminalização, mas não levar ao presídio quem comete esses crimes, e, sim, a comunidades terapêuticas preparadas para absorver essa grande demanda. Ali, numa escola de bons valores e princípios, revertemos o processo que encontramos nos presídios.

Também, me arrisco a trazer uma reflexão a essa subcomissão no seguinte assunto; um pai separado que deixar de prestar a pensão alimentícia faz com que seus familiares próximos sejam obrigados a fazer esse pagamento. Não fazendo, uma mãezinha de 70 (setenta), 80 (oitenta) anos pode ir à prisão. Assim é a lei. E fico pensando: qual a responsabilidade de um

cidadão que gera um filho e que aos 14 (quatorze), 15 (quinze) anos diz para levarem o filho, pois "não tenho mais condição de cuidar dele". Qual a responsabilidade desse senhor que gerou esse ser? Ele também deve ser impelido a cuidar de seu filho, no mínimo até a maioridade, pois esse jovem não tem responsabilidade jurídica pelos seus atos. Penso que é algo que podemos trabalhar de forma a criarmos compromissos para que a própria sociedade cuide.

Como último assunto; os grupos de autoajuda. O que temos hoje e meu colega de recuperação, Ledir do Espirito Santo sabe: os grupos de mútua ajuda são geridos, geralmente, por ex-usuários que estão num processo voluntário de trabalhar. Mando um incentivo a essas instituições que não tem registro jurídico, mas prestam um papel importantíssimo, desde o acolhimento daquela mãe desesperada que não sabe o que faz com o seu filho a também continuar acolhendo na pós-recuperação. Foi para dentro da comunidade terapêutica, fez sua internação e retorna na ressocialização para uma sociedade que, a seu ver, está desajustada, porque a sociedade continua usando drogas, continua bebendo, e ele veio cheio de novas idéias. Quem são os iguais dele? Favorecer o encontro dos iguais recuperados também é um processo de prevenção. No município de Cachoerinha, Senador Wellington, estamos iniciando a criação de grupos de mútuo ajuda a não usuários de drogas dentro das escolas, para que eles possam mostrar para seus colegas que vivem a infelicidade e têm sua vida plena, mesmo sem o uso de drogas.

Peço desculpas, me excedi um pouco no horário, mas quero agradecer a oportunidade que a Comissão dá. Coloco-me à disposição para que possamos debater esses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que agradecemos ao Dr. Luiz Pires, prefeito de Cachoerinha-RS e agradecemos a Deus pelo êxito de podermos nos colocar nesse importante depoimento. Passamos imediatamente a Mano Changes, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

O SR. MANO CHANGES – Quem mandou ter um nome artístico tão complicado? É Changes, o Obama me copiou. Meu nome é Diogo, mas eu sou músico, tenho uma banda de Rock chamada Comunidade Nin-Jitsu e estou no segundo mandato parlamentar como Deputado Estadual por acreditar que a escola não pode ser chata, por acreditar que a escola tem que ter um ambiente atrativo, que desperte a sede do conhecimento, e é esse conhecimento que pode prevenir, transformar a realidade e para que possamos trabalhar por inclusão social no nosso país.

É uma honra e satisfação pessoal poder estar – não é, Stedile, era osso sonho de consumo – no Parlamento. Acho que qualquer parlamentar brasileiro sonha um dia em poder estar aqui, convidado pela Senadora Ana Amélia e enaltecendo justamente o trabalho do Presidente dessa comissão, Senador Wellington Dias, como o Senador Moka, que estiveram em Porto Alegre acompanhando um pouco do trabalho que é feito de prevenção ao *crack* no Estado do Rio Grande do Sul. Para mim, é uma honra e uma satisfação.

Gostaria de saudar, também, o Deputado Federal Stedile, que é de Cachoerinha, ao Vicente, prefeito de Cachoerinha e ao Secretário Ledir, que deram depoimentos importantíssimos para o trabalho da subcomissão com ênfase em prevenção, nesta audiência pública.

Sou ex-Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa e hoje sou Presidente da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais. Quando começamos esse trabalho preventivo no Rio Grande do Sul, criamos o comitê de luta contra o *crack*, e coube, obviamente, à Comissão de Educação trabalhar a prevenção nas escolas. Eu pensei: como vou fazer um trabalho preventivo para falar de um assunto pesado e chato, como o *crack,* fazendo que jovem preste atenção e se transforme num agente multiplicador? Acho que esse é o maior sentido de trabalhar a prevenção. Quando falamos em rede, em trabalho multidisciplinar, em transversalidade – na política é tão difícil trabalhar transversalidade – acho que precisamos de um alicerce. E esse alicerce, sem dúvida nenhuma, é a educação integral. É trabalhar a prevenção, para que possamos, em todas as Secretárias voltadas à inclusão social, voltadas ao desenvolvimento tecnológico, trabalhar dessa mesma maneira.

Portanto, criamos a Subcomissão de Educação Integral e criou a Subcomissão Internet para Todos. Pois vejo a inclusão digital, assim como a cultura e esporte, uma ferramenta fundamental para prevenir o *crack.* Porque, se pensarmos, veremos que a maior dificuldade para o jovem entrar no mercado de trabalho é a falta de experiência. O que pode nivelar essa falta de experiência é facilidade que o jovem tem de assimilar essa tecnologia.

O campo, 50% do PIB gaúcho praticamente, é setor primário. O campo pode parecer algo obsoleto, mas, na verdade, não. Se você não souber programar a latitude e longitude de uma colheitadeira, não estará usando essa máquina na plenitude dela. E o Rio Grande do Sul é considerado, um "Estado rico", porque sempre produziu com mais tecnologia e praticamente colonizou todo o oeste brasileiro justamente por produzir mais, melhor e por buscar espaço no Brasil. Isso transcende à nossa cultura, ao nosso comportamento.

Quando falamos em cultura e comportamento, o que eu faço? E aqui está a prova disso. Eu vou para as escolas, já passei por mais de 300 (trezentas) escolas do Estado. Hoje a gente usa a música para enfrentar o *crack*. Fizemos uma música, em que criamos um refrão que estimula que os jovens façam poesias falando mal do *crack.* Nessas 300 (trezentas) palestras que eu fiz, atingimos mais de 100.000 (cem mil) jovens no Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros Estados. Estimulamos que a molecada faça poesias e transformamos essas poesias em música. E, para minha grata satisfação e como prova de que é importante criar um ambiente atrativo, nessas palestras já recolhemos mais de 1.500 (mil e quinhentas) páginas com poesias compostas por alunos da rede pública e privada do ensino. Isso mostra que, quando se cria um ambiente atrativo, todo mundo se preocupa e se multiplica. Acho importante.

Nesse trabalho, mostramos o histórico do *crack,* mostramos que o *crack* não é uma droga tão nova e que está desde o final dos anos 1980, que se espalhou rapidamente num país continental a ponto de estar em 70% dos Municípios brasileiros. Mostramos ainda que não é uma droga apenas da região metropolitana, é uma droga que se espalhou.

É uma droga muito rápida, o *crack* é um subproduto da cocaína e é 180 (cento e oitenta) vezes mais rápido que a cocaína. Tem gente que diz que o *crack* gera euforia e sensação de bem-estar. Acho que esse cara deveria ser preso, porque, como é 180 (cento e oitenta) vezes mais rápido que a cocaína, leva cerca de 10 (dez) segundos para ser absorvido pelo cérebro e depois abre um buraco de depressão, o que o *crack* causa é depressão.

A maior bobagem que se fala sobre o *crack* é dizer que é barato. Olha, isso ajuda o consumo do *crack,* isso é o *markentig* do *crack.* Uma pedra pode ser barata porque custa R$5,00, mas, como dura muito pouco tempo no corpo do usuário, ela custa R$1,00 (um real) por minuto. E estatisticamente 80% das pessoas que experimentaram *crack* se viciaram na primeira vez e 100% ou 99% se viciaram na terceira vez. Ou seja, leva 15 (quinze) minutos para perder um filho, um amigo, o público-alvo é quem tem curiosidade de experimentar. E não tem muleta, não tem nenhuma substância química que ameniza essa fissura, essa síndrome de abstinência. Leva-se mais de 1(um) ano para se recuperar, com muita fé, muita luta, muito trabalho e 15 (quinze) minutos para perder.

Fazendo um raciocínio lógico, é evidente que de deve trabalhar na prevenção, entender que o *crack* está há 20 (vinte) anos no Brasil. Enquanto era droga de pobre, ninguém diagnosticou o *crack* como sendo uma epidemia. O *crack* teve que migrar para o asfalto para ser considerado uma epidemia. Não estou querendo apontar culpados para isso, mas estamos querendo mostrar como o *crack* se espalhou e como não se fez nada. Não vai ser de um dia para o outro, não vai ser o Senado, a Câmara dos Deputados. Prevenir o *crack* começa com planejamento familiar em casa. Se eu não tiver condição de planejar minha vida, de dar tempo para meu filho – uma criança se molda até os 6 (seis) anos de idade – deve-se repensar. Escola não é depósito de adolescente. Escola é um ambiente para despertar a sede do conhecimento e educação, e o maior professor é um pai e uma mãe. Então, todo esse trabalho acaba sendo fundamental e acaba sendo preponderante.

O que a gente não pode dizer? A gente não pode dizer que o *crack* mata. Porque quando um pai diz ao filho que o *crack* mata, ele pode estar induzindo o filho a fumar *crack*. Por que isso, gente? Porque esse filho vai para a rua e vê um amigo fumando *crack*. Daí ele vai pensar: "O meu pai estava mentindo. Estou vendo que o cara não morreu." Não mata instantaneamente. O que mata é a violência gerada pelo *crack*. Cinquenta e cinco por cento das mortes ligadas ao *crack* são ligadas à violência ao *crack* e ao enfrentamento. Vinte e cinco por cento a Aids e só 8% são ligadas à overdose. Pelo comportamento desse viciado! Porque, como eu falei, ele precisa fumar trinta pedras por dia. Cada um a R$5,00, isso dá R$4,5 mil. O mais caro não são os R$4,5 mil por mês, o mais caro é que ele vira um escravo dessa pedra. Ele vai deixar de estudar, vai deixar de trabalhar, vai deixar de produzir para a sociedade. Então, é óbvio que ele vai acabar com as coisas da casa dele. Há casos de gente que, não tendo mais nada para trocar em casa, trocou panela, onde se faz a comida para a família, para trocar pelo *crack*. E daí ele vai para a rua.

E hoje já são mais de 1,5 milhão usuários de *crack* no Brasil. E são bombas-relógio, vítimas da sociedade. Só no Rio Grande do Sul, morrem três jovens por dia vítimas da violência gerada pelo trânsito. Vítimas da violência gerada pelo *crack* já morrem seis. O *crack* já mata o dobro que acidentes de trânsito. Pelo comportamento desse usuário. Por que hoje o *crack* gera mais Aids do que as próprias drogas injetáveis? O vírus da Aids é muito forte no sangue humano; então, é por causa do contato sanguíneo que existe a contaminação na saliva e que dura de 30 segundos a dois minutos. Pelo comportamento do usuário, que acaba sendo uma bomba-relógio. Essa depressão, essa falta de vontade de viver! Ele não deixou de gostar da mãe, ele não deixou de respeitar a vida do próximo, mas a necessidade física ou química dele de usar cada vez

uma pedra é maior do que amor e o respeito que ele tem pela vida de qualquer um.

Quando a gente começa a entender isso, a gente começa a entender que a prevenção é a única das soluções, vendo o *crack* como um eixo de epidemia, vendo o *crack* como esse eixo de violência social. E o que a gente diz ao jovem: que não basta ele dizer não.

Graças a Deus, no Rio Grande do Sul, os veículos de comunicação, a grande mídia abraçou junto essa campanha e hoje a gente tem uma movimentação e praticamente os adolescentes sabem que o *crack* é uma furada. Mas não basta dizer não ao *crack*. Se não afastarmos esse eixo de violência social, esse terrorista social pode estar perto de você e tirar sua vida por cinco reais. Então, o que o *crack* trouxe foi a banalização da vida e a banalização da violência. E é por isso que a gente tem que entender que é uma epidemia, que é uma doença social. Em relação ao tratamento eu não quero me ater muito nisso, mas fica evidente que um dos grandes gargalos é a falta de critérios justamente para verbas públicas para clínicas terapêuticas. Várias clínicas tiveram em nosso gabinete perguntando o que se pode fazer para conseguir essa verba. Até hoje eu não sei. Até hoje eu estou esperando essas respostas dos secretários estaduais de saúde. Já trocaram o secretário e, até hoje, eles não nos responderam isso. Então, um critério nesse sentido é fundamental.

Outra coisa, imposto gerado de drogas lícitas tem que ser usado para o combate de drogas e tem que ser proibida a veiculação comercial. Olhem só a sociedade em que vivemos onde como as mudanças comportamentais são fundamentais. O bom aluno, o cara que vai bem em matemática é o CDF, e o CDF é o de ferro. Ninguém quer ser o CDF, o CDF é o cara que não namora, é o cara que só estuda, que só vive para isso. E por que o formador de opinião, o cara do esporte, o cara da Internet, o cara do *surf,* o cara do *skate*, não podem ser um bom aluno? O que a gente diz nesse nosso trabalho é o seguinte: Se você não superar os obstáculos impostos nessa vida escolar, provavelmente você vai ser um perdedor. Se você não é capaz de superar os momentos mais fáceis da sua vida...

Então, esse estímulo escolar, esse acompanhamento, a participação dos pais dentro da escola, um ambiente multidisciplinar, um ambiente atrativo, o mundo hoje está muito globalizado graças à Internet. Quando eu comecei essas palestras, eu dizia a gurizada que o melhor conselho que eu podia dar para eles é uma frase simples: aprendam a ganhar dinheiro com Internet. É essa inclusão digital que vai gerar demandas possíveis para os jovens entrarem no mercado de trabalho. E a Internet já movimenta US$10 trilhões no planeta. Hoje, os chineses chegaram à conclusão que é mais barato dar um *tablet* para cada aluno do que ficar gastando com papel, ficar gastando com produtos didáticos. A Internet vai resolver o problema do mundo? Claro que não! Ela muda alguns paradigmas, ela faz com que a globalização seja uma área de inovação fundamental, agora, o que a gente tem de fazer é o investimento de inclusão digital dentro da escola para que a escola seja atrativa. O esporte é fundamental também para que essa criança se ocupe – acabar com esse ócio é fundamental.

Hoje, eu sou Presidente da Comissão do Mercosul e quero, inclusive, pedir o apoio desta Comissão e desta Subcomissão, porque nós queremos, até o final do ano, fazer um fórum internacional sobre o enfrentamento do *crack*.

O *crack* é subproduto da cocaína, e a cocaína vem dos países vizinhos. Se a gente não trabalhar a questão das fronteiras, se a gente não trabalhar com políticas de unificação, a gente não vai avançar. Não vai adiantar nada o Brasil fazer um trabalho nesse sentido se os países vizinhos não fizerem também. Então, nesse sentido, eu acho importantíssimo.

Queria enaltecer também o trabalho dos Deputados Federais na figura do Deputado Carimbão, que faz um trabalho muito positivo. E acho importante existir uma sintonia entre o Senado e a Câmara dos Deputados para que a gente possa ter o resultado mais rápido possível em relação ao enfrentamento do *crack*.

Em relação ao sistema prisional, é lógica, uma questão de matemática: no Rio Grande do Sul, cada preso custa quase R$3 mil por mês. Para tratar um usuário de drogas, custa menos de mil ou até mil reais em clínicas terapêuticas. Então, é mais barato para nós, contribuintes, e é muito mais eficaz, porque a gente sabe que, hoje, cadeia é faculdade de bandido, é faculdade para gerar violência, Então, a gente tem de fazer um enfrentamento menos hipócrita e menos demagógico.

Eu ouço de muitas pessoas algo assim: "Nossa, o *crack* está em evidência. Então, vamos falar sobre o crack". Vamos falar sobre o *crack*, mas vamos aprender primeiro por que o *crack* causa tanta dependência, por que o *crack* causa tanta devastação social. É preciso criar redes comunitárias de solidariedade para, primeiro, mobilizar a sociedade e, segundo, para se organizar como rede. E, aí, o orientador espiritual é fundamental, aliás, todos são fundamentais. Todos os que têm tempo são fundamentais, a gente não pode achar que o Estado vai resolver esse problema. Nós temos, juntos, que resolver esse problema e, quanto mais agentes multiplicadores a gente tiver, melhor.

E esta é a etapa mais difícil da criação da rede: capacitação desse agente multiplicador. Ele tem de ter a manha para falar com a gurizada. Se ele não tiver capacidade de fazer com que o jovem preste atenção, para que ele vire de fato um agente multiplicador, não adianta nada falar com cem mil jovens. Mas podem ter certeza de que a maioria desses cem mil jovens que ouviram esse nosso trabalho, principalmente por causa da música, foram agentes multiplicadores, mudaram lá nas redes sociais o *link*, no MSN, e isso já é significativo, porque não pode ser o careta para falar mal do crack.

Como é que a gente vive hoje em nossa sociedade, principalmente no Rio Grande do Sul? Este é o pensamento: "Eu sou macho pra caramba. Se eu tomar uma cerveja e for pra balada, meus reflexos não vão diminuir, não vai ter problema. Se eu quiser deixar meu carro pra ir para a balada, provavelmente meus amigos vão me chamar de covarde". Então, são nesse sentido as mudanças comportamentais que a gente tem de ter: o cara não precisa de uma substância química para ganhar um emprego, para conquistar uma namorada, para se divertir na noite. Se ele fizer isso, ele vai ser um perdedor, e esse pensamento é que a gente tem de reforçar.

A mulher é formadora de opinião. Tudo o que nós, homens, fazemos, sempre foi – é assim desde que o mundo é mundo – para chamar a atenção das mulheres. As mulheres amadurecem mais rápido.

E por que é que eu digo isso? Se uma mulher chegar para o cara que está bêbado e disser "Tu estás bebum. Eu não vou ficar contigo, tu és um trouxa, porque tu estás bebendo e dirigindo", na outra semana, esse cara chega para a gatinha e diz: "Oi, tô na água mineral aqui".

É desse tipo de ação que a gente precisa, e isso tem de ser um enfrentamento dentro da escola, dentro da família, isso tem de ser um enfrentamento que todos nós temos de multiplicar.

A gente criou a Subcomissão de Educação Integral, criamos a Frente Parlamentar para combater o *crack*. Eu estou à inteira disposição para fazer palestras no Brasil inteiro. O que a gente quer...

A maioria dos jovens que me ouviu na minha primeira legislatura não tinha dezesseis anos e não votava. Eu acho que não é uma questão eleitoreira. Acho que todas as pessoas que me convidaram para fazer esse trabalho... Estou à inteira disposição, principalmente porque eles não ouvem o Deputado, eles ouvem o músico, eles ouvem o roqueiro, eles pensam: "Vamos ver o que aquele louco vai nos dizer em relação a isso".

Eu não sou ex-dependente químico, mas convivi muito com pessoas assim. Há pessoas que fizeram sucesso, como eu, que cativaram a sociedade, que eram brilhantes, mas que sucumbiram através da droga: migraram da cocaína para o *crack* e, hoje, estão guardando carro e juntando R$5 em ferrinho para comprar uma pedra. O *crack* não escolhe cor, não escolhe dinheiro no bolso, o *crack* é uma epidemia, e a curiosidade leva ao *crack.* Então, o que a gente tem de fazer é se capacitar cada vez mais para criar um enfrentamento nesse sentido.

Eu deixei ali no computador a base que a gente usa, o batidão, que é *(imita som de instrumentos de percussão)* e queria finalizar fazendo uma rima, fazendo um improviso para vocês entenderem mais ou menos como é que a gente trabalha. Deixei o *power point* também à disposição da Comissão, porque tem informações importantes, ali há informações estatísticas que são fundamentais.

Para mim é uma honra poder estar aqui junto com o senhor, Senador Wellington Dias; contigo, Ledir; e com a minha líder e comandante suprema, Senadora Ana Amélia, a quem muito agradeço por nos ouvir.

E quero dizer que é uma honra poder estar ao teu lado, é uma honra poder estar trabalhando contigo, com uma pessoa sensível como tu, que entende os anseios da sociedade e que ouve o Parlamento gaúcho também. Parabéns! Em seis meses, tu já fizeste mais do que muito Senador gaúcho que está aí há muito tempo. Parabéns, querida, tu és um orgulho para o Estado do Rio Grande do Sul.

A gente também sabe desse trabalho que o Vicente faz, que não se restringe a Cachoeirinha, é um trabalho que se estende para todo o Estado do Rio Grande do Sul. Isso é positivo, porque a gente não está pensando só nos nossos feudos, a gente está pensando em se unir mesmo para combater algo maior.

A maior prova que a gente tem de que o *crack* é uma epidemia, por incrível que pareça, vem do tráfico de drogas, porque, quando o *crack* surgiu em São Paulo, o tráfico de drogas do Rio de Janeiro proibiu a entrada do *crack* no Rio de Janeiro. Proibiu porque eles são bonzinhos? Não, proibiu porque chegou à conclusão de que ia matar o cliente deles muito rápido e que não ia ser negócio para eles.

A gente já tem o depoimento da Cufa através de seu presidente. A Cufa fez um trabalho brilhante, que passou, inclusive, no Fantástico, que é o Falcão – Meninos do Tráfico. O que é o Falcão – Meninos do Tráfico? É um filme que entrevistou dezessete jovens menores de idade, entre doze e dezessete anos. Todos eram usuários de *crack* ou trabalhavam para o tráfico de drogas no Brasil inteiro. Faz cinco anos que esse

filme foi feito e, desses dezessete jovens, dezesseis estão mortos. Então, a gente está provando que a expectativa de vida de quem entra nessa é de menos de vinte anos, e ter uma expectativa de menos de vinte anos é voltar no tempo quinhentos anos. E o *crack* é isto: é uma máquina do tempo que acaba com a nossa expectativa de vida.

Dito isso, queria encerrar fazendo o *rap* contra o *crack* – está em MP3 com o nome "Diga não à violência".

(Palmas)

(Execução do rap)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Wellington, eu penso que este trabalho, ao longo destes meses, teve dois momentos muito relevantes; o de hoje foi arrasador, do ponto de vista da qualidade, do ponto de vista da grandeza, do que significaram os trabalhos especialmente do Ledir e do Vicente. O Mano é um caso à parte, porque, hoje até conheci um outro lado dele, que é o lado do empenho real com as coisas, de uma maneira absolutamente comprometida, pessoalmente, com a habilidade de ter feito uma exposição dessa. Nós ficaríamos aqui hoje uma hora, ouvindo tudo o que vocês fizeram.

Eu queria cumprimentá-lo, Ledir, pelo que você fez, pelo que você passou, pela sua sobrevida e pela sua vida. E o Luiz Vicente, que, da mesma forma que você, também passou por esse pedaço na vida. Então, talvez isso mostre que a possibilidade da recuperação existe sim. Essa é uma grande esperança.

Houve o momento em que os grandes líderes das comunidades terapêuticas, Frei Hans e Padre Haroldo, estiveram aqui mostrando uma realidade vivida.

Parabenizo vocês e quero dizer que aqui temos um médico, nosso querido Senador Eduardo Amorim, juntamente com o Senador Wellington, cuidando desta Comissão, e o Senador Moka, que, como eu, vive o mesmo dilema: neste momento, no Palácio do Planalto, está tomando posse um gaúcho, no Ministério da Agricultura, nosso Deputado Mendes Ribeiro Filho. Então, eu vou encerrar aqui para poder ir abraçá-lo.

Mas, antes, quero dizer ao Ledir e ao Vicente que, primeiro, o Estado não pode sozinho fazer as coisas; é preciso que a sociedade inteira assuma essa responsabilidade.

Gostei muito, Mano, da sua abordagem, de que o primeiro mestre é o pai e a mãe; não adianta querer transferir para a escola uma responsabilidade que é da família. E nós precisamos recuperar princípios e valores que estão sendo quebrados nesta disfunção social que hoje nós estamos vivendo. Uma sociedade consumista demais, preocupada demais em ter e, às vezes, o menino drogado mata ou para comprar drogas ou para comprar um tênis de marca, porque isso é padrão de *status*, e não deveria ser dessa forma.

Então, eu queria parabenizar a todos e fazer uma pergunta para o Ledir e, especialmente, para o Vicente. Nós estamos discutindo aqui, primeiro, as comunidades terapêuticas. Elas são, realmente, a melhor forma de acolhimento e tratamento. Então, por que os Estados – quando falo Estados, eu me refiro a governos municipais, estaduais e federal – não as fazem?

Gostaria de saber do Luiz Vicente, no caso dele, que ousou fazer a primeira comunidade terapêutica pública, lá em Cachoeirinha, que eu visitei – parabéns pelo trabalho, pela organização –, se ela tem condição de sobreviver com o orçamento, no caso dos Municípios, já apertado pelas dificuldades. Então, essa é a primeira questão que coloco a vocês.

O SR. LUIZ VICENTE DA CUNHA PIRES – Senadora, na verdade, pela possibilidade de acolhimento de um número maior de dependentes, as comunidades terapêuticas representam, para nós que trabalhamos com elas, a maneira mais eficiente de alcançarmos o usuário. Eu falei do preconceito que tive quando saí, de que só a comunidade recuperava e, depois, o tempo foi me ensinando que vários outros processos recuperavam.

Penso que a sociedade tem que ir se moldando ao ponto de as comunidades terapêuticas – e agora elas já estão indo nesse sentido – seguirem num processo de profissionais multidisciplinares. Eu tenho, na comunidade terapêutica pela rede municipal, psiquiatras, assistente social, psicólogo, clínico, terapeuta ocupacional envolvidos no processo que mescla com a comunidade terapêutica pura, que era só um processo de recolhimento e de retiro. Essa evolução é importantíssima.

O custo da nossa comunidade é um custo bem tranquilo. Eu tenho gasto, mensalmente, R$13 mil com alimentação e R$17 mil com essa rede de profissionais. Então, chega a um custo de R$30 mil para atender 30 internos. Isso daria R$1 mil cada. Mas, na verdade, temos que levar em consideração que o processo, no nosso Município de Cachoeirinha, está elevado por ter uma gama de profissionais envolvidos no processo.

Nós começamos a trabalhar, com a psicóloga e a assistente social, a família, para que o retorno desse interno já esteja preparado dentro da sua casa. Então, com esse número de profissionais, o custo do interno baixa quando posso oferecer mais leitos. Esse investimento é muito interessante.

Eu tive uma situação, Senadora – bem ligeirinho – de uma mãe que chegou ao meu gabinete, me abraçou e chorou, chorou, chorou, e me agradeceu pelo

processo que estamos defendendo, porque o filho dela tinha morrido vinte dias antes. Ele não teve tempo de entrar na comunidade, no processo de espera, pela falta de leito. Então, a sociedade está esperando algum resultado de nós, políticos, para fazer um enfrentamento mais claro, mais verdadeiro, mais real sobre o assunto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Senador Wellington, ressaltar o trabalho com o ensino de tempo integral para crianças em Cachoeirinha, com a importância dada e, como foi dito no depoimento do Mano, as duas fecham nessa abordagem. O Ledir abordou muito bem esta questão. A crackolândia é um lugar fétido, é um lugar escondido, é um lugar onde se forma uma tribo, e só eles convivem ali dentro; é o marginal do marginal. Então, essa criação de espaços lúdicos para lazer, para a criança estar ocupada é a saída mais importante, porque, na verdade, ela vai para a droga porque encontra uma porta preta para entrar, uma porta escura no sentido da perdição, porque, como se disse, o *crack* vicia muito rapidamente.

O SR. LEDIR DA SILVA PORTO – Então, Senadora, como foi perguntado, no meu entendimento e pela nossa experiência de Vila Velha, nessa frente de enfrentamento ao *crack* em que estamos trabalhando, o maior volume de vagas que atende esse público é das comunidades terapêuticas. Sem nenhuma dúvida, penso que é no Brasil todo.

Nós estamos construindo agora uma casa de acolhida, para retirá-los das ruas. Nos primeiros 45 dias, eles vão ficar nesse espaço, onde haverá médico e eles terão tratamento com psicólogo, assistente social, com equipe multidisciplinar e, depois, serão encaminhados para as comunidades terapêuticas.

Sem as comunidades terapêuticas, hoje, o governo não é capaz ainda de fazer esse trabalho, no meu entendimento. Por quê? Porque é um trabalho que tem que ser feito também com o coração, e o Estado não tem coração.

Quem é que faz alguma coisa e milita nessa causa? É quem já foi drogado e se recuperou; às vezes, quem tem um filho; ou pessoas visionárias, assim como o deputado, mas são raros. Se procurarmos, passarmos a lupa... É uma complexidade muito grande e as pessoas enxergam como um problema, como uma batata quente. Ninguém quer segurar a batata quente na mão, entendeu? Então, o governo não é capaz de elaborar um termo de referência para um concurso público e elencar.

Penso que os governos municipais – se eu fosse um prefeito assim como o nosso prefeito aqui – devem identificar na sua rede quem tem vocação para trabalhar: médico, psicólogo. Então, os Municípios brasileiros devem construir as suas comunidades terapêuticas públicas que possam ter essa possibilidade de identificar, também as comunidades terapêuticas existentes, que são trabalhadas por várias instituições de várias formas, religiosas também, e daí fazer uma rede, construindo, unindo, principalmente a sociedade civil organizada, nesse trabalho de recuperação, que são as comunidades terapêuticas, projetos assim como o de que hoje sou diretor. Assim como eu passei e me recuperei, dezenas de outros jovens se recuperaram e outros pelo Brasil afora, que são de pessoas ligadas, que ou passaram e se recuperaram, ou alguém da família muito próximo, o que moveu o coração delas a fazer esse trabalho. Então, eu acho que é por aí que o Brasil pode fazer na parte de recuperação.

E a prevenção, como foi falado, é o carro-chefe, penso, desse enfrentamento, porque, sem prevenir, não seremos capazes de recuperar os doentes.

Sobre o número que ele falou, a quantidade de dependentes de *crack*, quero dizer que, se nada for feito, todos eles irão parar na rua, exatamente como os que vocês já veem na rua hoje.

No projeto do instituto Horta de Vida, um médico dependente de *crack* está se recuperando comigo. Toda a sociedade, hoje, está envolvida: advogados, empresários, filhos de juízes e de desembargadores. O *crack* nivelou a sociedade brasileira, veio para nivelar a sociedade. E, agora, o desafio está posto.

Penso que respondi à pergunta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. MANO CHANGES – Essa é a minha contribuição. Essa educação integral tem de ser atrativa, num ambiente em que os moleques estejam bem, com inclusão digital.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tem de ser algo que dê prazer, como diz a música, como diz o rap.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Tem de ser prazeroso.

O SR. MANO CHANGES – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Em outras palavras, ninguém aguenta dois turnos de aula integral que não seja agradável. E, se hoje já não é fácil, imagine...

O SR. MANO CHANGES – Exato. Isso deve existir, até para que esse monitor seja um orientador, porque ele não vai cobrar. É como digo: tu vais fazer uma oficina de música, mas tu não vais ter de tocar guitarra como o Jimi Hendrix; tu vais divertir com aquilo. E se vai dizer: "Olha o esforço que se está fazendo!".

Tive oportunidade de, em 2009, fazer alguns concertos na Europa e de conhecer uma cidadezinha de Portugal chamada Óbidos, que é uma cidade que

recebe dez milhões de turistas por ano, onde há um castelo medieval. É muito legal! O que me chamou a atenção é que não havia espaços públicos para o lazer; todos os espaços públicos destinados ao lazer ficavam dentro das escolas, e as escolas eram abertas. Isso fazia com que o pai participasse da vida escolar, porque, se ele quisesse fazer *cooper* ou qualquer outra coisa, ele não iria à praça, mas iria à escola. Se ele tivesse uma ideia, ele confrontaria aquela ideia imediatamente.

Temos mecanismos como a Internet para potencializar isso. E estamos falando de uma cidade que recebe muito dinheiro do turista. Então, não há como fazer com que todas as escolas tenham essa infraestrutura no nosso País. Mas temos de começarmos a entender que é preciso, cada vez mais, um investimento gradual. Às vezes, as pessoas não têm coragem de dizer o que gastam com educação. Na minha concepção, quando tu não crias um ambiente atrativo, tu estás botando dinheiro fora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. MANO CHANGES – Daí se diz: "Eu tenho dinheiro, e meus filhos vão estudar em escola privada". A escola privada é um espelho da escola pública: se a escola pública não tem qualidade, a escola privada tem de ser um pouquinho melhor. Estudei em escola pública, uma escola que era referência para o Estado inteiro. E vemos que essa referência vem sucumbindo ao longo dos anos. Esse alerta também é importante frisar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Bom dia a todos! Já posso dizer quase boa tarde. Chegamos atrasados aqui, porque nosso voo com destino a Brasília atrasou um pouco.

Como médico e como especialista, penso que o enfrentamento, Mano, tem de ser feito de três maneiras. Uma delas é aquilo que você faz – e, pelo que vejo, faz muito bem –, promovendo a conscientização de forma prazerosa. Há outras substâncias que nos dão prazer. Digo isso como entendido um pouco na área.

O SR. MANO CHANGES – O palco dá muito mais prazer.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Falo das endorfinas, das encefalinas. Tudo que fazemos, o sentimento, a paixão, o amor, tudo faz com que a gente descarregue e libere tudo isso.

É interessante vermos, nas nossas reflexões – e digo isto para quem gosta de estudar um pouco e de compreender a evolução da natureza e a evolução humana –, como a natureza não nos preparou para esse tipo de agressão. Nosso organismo está preparado ou quase preparado para a agressão de diversos germes, de bactérias e de vírus ou até para a ação de fatores externos, mas acho que a natureza – não vou dizer o Criador da natureza – não preparou o ser humano para o momento em que ele próprio seria o seu agressor. Do que ele ingere vem a sua destruição. O nosso organismo é muito frágil ao ser dessa forma atacado, destruído.

A droga entra por via inalatória. É como se faz uma anestesia: mistura-se na corrente sanguínea e, em poucos segundos, realmente está no cérebro, como se fosse mesmo um anestésico, um inalatório. Ali se ligam mais uns receptores do que outros, os receptores da depressão, e, em milésimos de segundo, como você falou, alguns receptores de prazer, o qual dura apenas alguns segundos.

Então, nosso organismo não está preparado para isso, talvez, porque, na nossa evolução, nunca se tenha esperado que seríamos os próprios destruidores dessa obra-prima que é o organismo humano. Estou dizendo isso para fazermos uma reflexão.

O SR. MANO CHANGES – Perfeito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É que vamos pensando, imaginando como é frágil o nosso organismo, pois praticamente não temos mecanismos de defesa, tanto é que, como você mesmo relatou, recuperar um dependente é muito trabalhoso. Chegar às drogas é muito rápido, mas recuperar é muito trabalhoso, se é que conseguimos fazer isso.

O SR. MANO CHANGES – Perfeito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Isso mostra que não houve preparação, porque, talvez, a própria natureza nunca tenha imaginado que seríamos autodestruidores.

Então, prevenir se faz, sim, com prazer, com atração, tornando a coisa muito mais atrativa. E aí vem a música, a educação, a cultura, o fortalecimento dos princípios familiares. Tudo isso são mecanismos de defesa, de repulsa, para que não se adentre por esse mundo perverso.

Outra questão, sem dúvida alguma, é a repressão forte. Não se pode deixar livremente aquele que comercializa a droga, aquele que vive da destruição e da indignidade. Esse também é um tipo de assassinato. E é assassinato coletivo, não apenas de um ou de outro. Mata-se o dependente, mata-se a família, matam-se os amigos, matam-se muitos de uma vez só. Isso é muito perverso. Todos os mecanismos que existem de repressão têm de ser adotados sem pena, sem dó, realmente, em relação àqueles que fazem isso. É lógico que se deve respeitar o trilho da legalidade.

A última etapa, talvez, seja a mais difícil de todas elas: a recuperação. Recuperar – digo isto como médico – não é fácil. É comum se estar dentro de um

labirinto, e, se não houver alguém que abra a porta pelo lado de fora, se não houver a ajuda de alguém que abra a porta, fazendo adentrar a luz no labirinto, quem está lá dentro, dificilmente, vai encontrar a saída. Não se encontra a saída. Encontrar a saída é exceção, é ganhar na loteria, é muita sorte. Sair dali sozinho é muito difícil.

Então, para isso, é preciso haver todos esses mecanismos. Aqui, dou uma sugestão. Não farei pergunta, Senador Wellington.

Penso que, ao final dos trabalhos desta Comissão, se é que é algo que a Comissão pode fazer... É verdade que o Estado, sozinho, dificilmente, vencerá essa batalha, mas o Estado é a ponta de lança, é o condutor, é o orientador; disso o Estado não pode, realmente, abrir mão. E o Estado não pode ser uma ferramenta que emperre toda a máquina de recuperação. Digo do excesso de burocracia ou de formalismo, sobretudo, existente na destinação dos recursos para essas entidades que lidam com isso de forma muito séria e muito capaz e que sobrevivem à míngua, com o pires na mão, contando os centavos, pedindo, suplicando. Isso não é justo. Não é correto recursos públicos serem destinados para aquilo que não se deve. Fui Secretário de Saúde e entendo um pouco da área. Podemos fazer uma proposta que facilite esse mecanismo, para que se flexibilize a liberação de recursos do SUS ou de outras fontes para essas entidades.

"Ah, não atende os princípios do SUS!" Então, é preciso acrescentar outros princípios ou mudar alguns princípios que não estão sendo condizentes.

Então, Wellington, eu acho que fica aqui essa sugestão. O que não pode é nós ficarmos presos a esse formalismo, a essa burocracia excessiva, enquanto estamos perdendo uma batalha, enquanto estamos perdendo uma guerra que é conhecida de todos, em que só sabe o tamanho do sofrimento aqueles que adentram realmente nessa batalha e nessa guerra, que estão ali na ponta e que sentem o cheiro. Se sentem o cheiro é porque está perto, então sabem o que é a perversidade da droga. Então, uma sugestão que fica aqui: vamos até o Ministério da Saúde. Se tivermos de criar algum mecanismo legal, vamos criar, mas é preciso flexibilizar para essas entidades sérias, porque a condição de pedinte, de mendigar é muito humilhante para o governo, para o Estado e para nós da sociedade. Afinal de contas, são recursos públicos, recursos que vêm do suor de cada um de nós.

Esta é uma sugestão que fica, ao final: é preciso desburocratizar. "Ah, mas isso" – como ocorreu quando eu fui ao Ministério da Saúde – "não atende aos princípios do SUS!" Mas que princípios? Eu conheço muito bem. Se esses princípios não estão condizentes com a batalha que temos de enfrentar, vamos lutar.

O SR. MANO CHANGES – O princípio da vida tem de ser maior.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Não tem bem maior. Não tem bem maior do que a vida.

O SR. MANO CHANGES – Senador, se o senhor me permite, quando eu crescer eu quero ser que nem o senhor. Pelo seguinte: para mim, não existe projeto mais importante tramitando no Senado do que a obrigatoriedade da Internet. Eu inclusive criei a Subcomissão de Internet para Todos, porque vejo que o primeiro passo para a inclusão social em nosso País é dar acesso à informação. E o acesso à informação hoje está dentro da Internet. Claro que o professor passa a ser o orientador do conteúdo. Eu brinco que o dono do conteúdo é o gênio da lâmpada, que é o Google. Mas essa orientação é muito mais difícil e esse investimento no professor vai ter de ser muito maior, porque uma coisa é você ter o conteúdo e passar esse conteúdo, mas dar a chance para que o cidadão de baixa renda tenha acesso à informação é o primeiro passo para trabalharmos a inclusão social. Em agosto do ano passado, eu consegui que os três favoritos ao governo do Estado participassem desse seminário e tecessem justamente a importância...

E tem mais uma situação que eu acho que tem tudo a ver com este assunto: a Internet obrigatória. Passou despercebido pela sociedade brasileira o que para mim foi uma das maiores conquistas da humanidade nesta década, que foi quando as Nações Unidas baixaram uma portaria dizendo que a Internet é um direito de cada cidadão no mundo, neste semestre. Então, tenho certeza de que com a globalização, com as ferramentas tecnológicas, com a importância dessas ferramentas tecnológicas para o jovem entrar no mercado de trabalho, eu sou teu soldado, pode contar comigo para o que der e vier, porque eu vejo como de fundamental importância darmos esse passo para mostrar que a Internet é algo importantíssimo para a vida do cidadão brasileiro.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É uma ferramenta. Graças à Internet, o mundo já não é mais uma aldeia global, como foi dito em meados da década de 60, e sim uma aldeia digital.

O SR. MANO CHANGES – Perfeito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Então, você chega em todos os cantos...

O SR. MANO CHANGES – Daí a gente vai para a democracia digital...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Mas é preciso convertê-la, definitivamente, num instrumento para construir, para fortalecer o bem e,

lógico, todos os princípios que alicerçam a família e qualquer estado.

Então, Presidente, fica aqui a sugestão. Não podemos penalizar essas entidades a ponto de que fiquem nessa condição, fazendo o trabalho social que fazem, estando na linha de frente dessa luta que estamos perdendo em muitos flancos, e se não houver ações mais rápidas, mais urgentes, mais eficientes, mais enérgicas, será extremamente desastroso. Estamos, por enquanto, perdendo essa batalha, mas temos a esperança de que não perdemos ainda a guerra. E essa vitória, com certeza, dependerá de muitos soldados ou combatentes eficazes.

Parabéns. Saio daqui muito contente e muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O Senador Eduardo Amorim é nosso general, viu? É um prazer aqui sempre ouvi-lo e...

Enfim, para encerrar, vou colocar três pontos que eu queria ouvir. Primeiro, quero dizer, Senador Eduardo, que estamos finalizando os trabalhos da Comissão. Recebi um convite – a Comissão – do Governo do Espírito Santo para uma visita àquele Estado, para um evento no dia 2 de setembro. O Senador Magno Malta já havia proposto aqui que não fechássemos os trabalhos sem fazer uma visita àquele Estado. Precisamos ver com a equipe, com os membros da Comissão, quem poderá participar. E vamos precisar, Ledir, do seu apoio e, certamente, do apoio do Senador Magno Malta para prepararmos essa visita. Aliás, tenho que ir até lá para tratar de um tema mais espinhoso, que é o pré-sal. Vou ver se aproveito e faço também essa visita.

Bem, outro ponto. Na reunião passada, conversei com a Senadora Ana Amélia, com o Senador Waldemir Moka e com a Senadora Angela Portela. Ficamos de fazer uma agenda antes de encerrar, e precisamos marcar agora, senão não haverá tempo de preparar, porque a ideia é encerrarmos os trabalhos da Comissão agora no começo de outubro. Com relação à proposta daquela visita à Suécia, pelo que ouvimos aqui, e à Holanda, pelas características, eu sugeri – os outros concordaram, eu queria ouvi-lo também, você não estava no dia – Portugal, porque é uma experiência mais nova, uma experiência de mais ou menos cinco anos, mas que já começa a surtir algum efeito. Está certo? Temos que ver com as embaixadas, em seguida, com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Mesa, a fim de preparamos a ida, a partir de 15, 16 de setembro, enfim, escolher uma data para fazer esse roteiro de uma só vez, já que são países relativamente próximos.

Bom, para os nossos convidados eu queria dizer, de forma resumida, que o objetivo da Comissão é trabalhar as condições de pactuarmos um projeto nacional para essa área. Temos trabalhado a perspectiva de, nestes dias, dialogarmos com o Ministro Gilberto Carvalho, que, em nome da Presidente, está nos ajudando na organização de uma conferência nacional – temos que definir uma data, mas é provável que ainda este ano –, como se faz com a saúde e com outros temas, em que haja essa pactuação para o setor público, para o setor privado, município, Estado e União. O objetivo da Comissão é apresentar uma proposta fruto desse trabalho que possa nortear a pauta dessa conferência. Precisamos de um sistema governamental e não governamental capaz de lidar com o tema, de uma rede pública e privada para lidar com o tema, de uma rede de formação e pesquisa, também para tratar.

E, aqui, nosso foco de trabalho é a prevenção, que foi muito bem abordada aqui por todos os que apresentaram. Do tratamento, temos separado um pouco a fase pós-tratamento, a chamada fase do acolhimento – e sei que é ainda uma fase de tratamento –; de reinserção social e para o trabalho; do financiamento; e um conjunto de políticas públicas que foram coletadas, como a da propaganda, como é que vai ficar o comércio de drogas, enfim, uma série de medidas que o País, os Estados e os municípios, de modo organizado e com base legal, poderão apresentar.

Então, a pergunta que quero fazer é simples. Primeiro, pela experiência do Ledir e do Luiz Pires, que tempo foi necessário para que parassem o consumo. Gostaria de ter uma noção, pela experiência de vida de vocês. Essa idéia de um ano é mesmo sólida? Ela varia de pessoa a pessoa? O tempo de alguém que já é dependente, enfim, que possa andar.

Um tema de que estamos tratando aqui e sobre o qual precisamos ter uma posição é a discussão acerca do tratamento compulsório. Ou seja, ele é correto, no momento em que tecnicamente se comprova que há uma dependência, que, nesse caso, aquele paciente, aquele doente – como possamos chamar -, já precisa de um tratamento?

O que estou dizendo aqui? Hoje, pela via judicial – você mesmo citou o seu exemplo -, já se faz o tratamento, já se tem uma pena alternativa numa comunidade terapêutica. Não é só isso. Que possa um profissional da saúde, com exames, psicólogos, médicos, enfim, um conjunto de profissionais, detectar que aquele paciente que não pode ter mais o direito de escolha, ou seja, a situação dele já é de dependência. Por essa razão, o sistema precisa fazer o tratamento dele. Como é visto aqui o caso pelos três.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não, com prazer.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Como uma questão de ordem, só para entender a primeira pergunta. A primeira pergunta de V. Exª diz respeito ao fato de que, em um ano, é período para cura? Foi essa a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Se é considerado, porque já se compreende que não há cura. Você vai ser sempre um dependente em acompanhamento. Cientistas e médicos já têm esse conceito.

O que eu digo é: é possível que se tenha segurança de que, a partir de um ano, alguém que ficou o período de um ano em tratamento, sem consumir, enfim, que, a partir dali, é grande a chance, qual é o tempo adequado? Mais diretamente, para efeito das parcerias que o Governo quer fazer com as comunidades terapêuticas – para dar um exemplo, pois é a pergunta –, esse tempo de mais ou menos um ano, como média, para as pessoas que serão tratadas é razoável?

O SR. LEDIR DA SILVA PORTO – Veja bem. A questão do tempo é razoável. Penso que pode ser trabalhado até com mesmo tempo de internação. Agora, o que é determinante para o dependente químico é o pós-projeto, para onde ele vai. A sua família está preparada para recebê-lo? Que família é essa? Nessa família, o pai bebe? A mãe fuma? Como é este ambiente? Esse ambiente da família, a instituição mais forte para poder dar continuidade na recuperação, também deve ser trabalhado. Um ano, pela demanda e oferta, é até um tempo com uma folga muito grande. Poderiam, sim, as comunidades terapêuticas trabalhar com um tempo menor, no meu entendimento, porque, se ele ficar um ano, voltar para casa, e a família estiver totalmente desestruturada, desorganizada, o tempo de um ano não vai ser suficiente.

Então, muito se faz necessário trabalhar o ambiente pós-projeto. Depois que ele sai, para onde ele vai? Ele vai ter um trabalho? Ele está preparado para entrar no mercado de trabalho? A família está preparada para recebê-lo? A comunidade em que ele vai inserir-se vai ter preconceito, porque ele saiu de um projeto de recuperação, ou vai recebê-lo e aceitá-lo como um cidadão normal e comum, que está em fase de reinserção social? Sendo objetivo, quanto ao tempo, pela oferta e pela demanda, que ele pode ser de 180 dias, não de um ano.

O SR. MANO CHANGES– O tratamento não é só na clínica. O tratamento é na rua também. Há um caso que usamos sempre nas palestras que é impressionante, mostrando justamente como é relativo e não padronizado. Mas é importante. A sua pergunta é pertinente nesse sentido, porque temos que sair daqui com um norte.

Mas há um caso de um jovem, que ficou sete meses numa clínica terapêutica. Depois desse tempo, começou a reinserção. Na primeira tentativa de reinserção, quando ele voltou para a família, em 48 horas - vejam bem -, ele matou a saudade do feijão da mãe, matou a saudade da família, fugiu de casa, conseguiu dinheiro para ir à pedra de novo, e voltou para a clínica em 48 horas. O cara estava há sete meses ali, restrito. Em 48 horas, a compulsividade dele leva à pedra? Isso mostra que este tratamento não é só no usuário e, sim, na família; esta precisa estar preparada.

Uma coisa que contemporaneamente tem acontecido é que, hoje, esse jovem em vulnerabilidade social, que entra para a pedra, recebe atenção da família, do Estado, da sociedade – porque esta começa a entender que é uma epidemia. Daí o irmão mais novo, que não tinha atenção de ninguém, pensa assim: *Puxa! O meu irmão foi para a pedra, e, hoje, a minha mãe está preocupada com ele. Está todo mundo preocupado com ele.* Até a Polícia está preocupada com o Proerd. *Então, eu quero também que as pessoas se preocupem comigo.*

Então, precisamos ter o máximo de informação possível e entender que, na sociedade, a prevenção é fundamental, para afastar esse eixo de violência, e a família precisa ser preparada.

Primeiro, é preciso que haja um diagnóstico na clínica para entender o seguinte: essa família está em condições de receber essa reinserção. E o passo é justamente que o cara fique limpo 24 horas por dia. Acordou, vamos de novo, com os mesmos passos, para conseguir equilibrar um pouco essa compulsividade.

Então, é muito relativo. Então, se conseguirmos ter seis meses de tratamento para desintoxicação – ela leva menos tempo do que seis meses – qualquer tempo vai ser positivo, porque, pelo menos, sabemos que, enquanto ele está tratando-se, ele está buscando principalmente forças para poder ser um multiplicador.

As clínicas também precisam trabalhar com a auto-estima do usuário. Ele deve ser considerado vítima, e a sua auto-estima deve ser a seguinte: hoje, do usuário que está na sarjeta, você pode ser o cara que está na frente dos alunos, falando da sua experiência e mostrando justamente isso, com a finalidade de ser um multiplicador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pelo trabalho aqui da Comissão, já uma compreensão de que o tratamento é a fase da desintoxicação. A ciência já permite medir essa fase com exames, ou seja, com exames de sangue, com exame cerebral, enfim, já é possível ter um bom diagnóstico.

Agora, sabe-se que não basta somente desintoxicar. É preciso, em seguida, ter outro tratamento, que

chamamos de acolhimento, com base no que aprendemos lá com o Carimbão e outros, lá em Alagoas, e com as diversas comunidades.

Após essa fase de acolhimento de seis meses, de nove meses, de um ano, um ano e meio, enfim, temos uma fase, aqui no roteiro, da reinserção social, que é a preparação para a família, para a comunidade, para a rua, quais são os ambientes possíveis. Por exemplo, a pessoa é um garçom. Ele volta a trabalhar como garçom? Se ele é dependente de álcool, vai dar problema de novo. Já se sabe.

Separamos, inclusive, a parte do trabalho. Já ouvimos o depoimento da Petrobras, por exemplo, um dos melhores depoimentos que já tivemos aqui, a empresa brasileira mais preparada hoje para lidar com esse tema – e nos orgulha também por esse lado.

A Petrobras mostra que é preciso criar um ambiente de sobriedade. É preciso que haja um cadastro nacional de empresas, que teve essa vertente da sobriedade, no seu dia a dia, na sua política, porque, senão, vai dar problema, ou o incentivo de organização de empreendimentos nessa área, com essa vertente, porque isso facilita o pós-tratamento, claro, adequado à realidade de cada um.

Outro assunto que queria ver era o da compulsória. Como isso é visto.

O SR. O SR. LEDIR DA SILVA PORTO – Então, na parte compulsória, o nosso entendimento é o de que ela deve ser aplicada, sim, nos casos de dependência aguda, numa fase em que o dependente já está morando na rua, já não tem mais ninguém por ele, não tem família, não tem força, nem poder de decisão por ele mesmo. Então, o Estado, no nosso entendimento, é que deve decidir por ele, através de um técnico, de um psiquiatra, que vai dar um laudo, que vai fazer essa constatação de fato que ele não tem condições de continuar naquela mesma situação de vida.

Então, o Estado vai acolhê-lo, recolhê-lo, para cuidar e tratar dele num período não muito longo também, havendo aí uma internação compulsória de, no máximo, trinta dias, porque, por debaixo do efeito do *crack*, diferente de cigarro ou de outras drogas, a abstinência dele é menor. Com cinco, no máximo até oito dias, sem o uso da droga – período em que ele ficaria internado de forma compulsória -, ele passa já a ter poder de decidir, parar e pensar o que ele quer da vida dele. Se, de fato, ele quer continuar nas drogas, quer continuar usando *crack*, se a Lei não mudar em relação ao usuário, ele vai permitir, porque esse é outro ponto que não me foi perguntado, mas a legislação, depois de 2006 para cá, a epidemia do *crack* espalhou-se pelo Brasil todo.

Antes de 2006, ainda se criminalizava o uso de drogas no Brasil. Hoje, assim, pedagogicamente, eu, como Secretário, digo que o consumo de drogas no Brasil está liberado. Todo mundo pode fumar *crack*. A Polícia não pode prender. Não é crime. Pode cheirar; pode fumar. Então, pedagogicamente, está dizendo que pode. Foi o que o Professor Deputado falou.

Essa é a leitura que os nossos jovens das ruas estão fazendo: a de que não adianta o pai falar que não pode, pois o pai bebe, só não uísque. Por que ele não pode cheirar cocaína? A lei diz que pode. No art. 38, diz eu não é proibido; não pode prender; não é crime. O máximo que o Juiz pode fazer é orientar e informar que faz mal.

Então, para todos nós – ninguém não compreende isso como um ensinamento para as pessoas -, as drogas já estão liberadas para consumo no Brasil a partir desse novo texto que hoje vigora para a gente. Isso precisa ser repensado, no sentido de que o País precisa colocar uma oportunidade de tratar, de acolher, de cuidar da parte da saúde física, que é doença, mas, depois de ter tido toda a oportunidade – o Estado investiu, gastou, e ele continua cometendo roubo, para poder manter o vício, continua usando drogas livremente -, será que é também dessa forma que devemos continuar em relação ao usuário? Acho que é necessário um meio termo, mas esse é um outro debate, ou nesta mesma Mesa pode ser debatido.

Como resposta, posso dizer que tem, sim. No último caso, a internação compulsória, já se é necessário, em alguns casos, nós já fizemos também dentro do Município de Vila Velha, mas, dentro dessa lógica de um técnico, de um juiz determinando, e não de qualquer forma.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Sr. Presidente, deixe-me fazer um comentário rápido, porque estão me chamando para relator um projeto na Comissão de Educação.

Sobre a sua primeira pergunta: quando é que a gente deve baixar a atenção? Nunca. Quem tem câncer tem de ficar vigilante o resto da vida. Um homem que tem um câncer de próstata, ele tem que ficar vigilante antes e principalmente depois. Uma mulher que tem um câncer de mama precisa ser vigilante antes e, principalmente, depois.

Então, a droga cria uma memória. Assim como temos a memória cognitiva, do conhecimento, coisa e tal, tenho toda a convicção de que há uma memória criada ali com aquela passagem dela por toda aquela cadeia neurológica. Então, é preciso ser vigilante sim, e, para se combater isso, fornecer as condições necessárias e dignas, para que ele, ao retornar ao ambiente de convívio social, familiar, dele, não tenha nenhum

atrativo. Ao contrário, que ele crie resistências, para que ele não volte a ativar essa memória, que foi criada, essa memória fisiológica.

É o mesmo caso da dor. Como especialista em dor, sei que ela cronificada pela repetição, pelo grau de estímulos, dos vários neurônios, ao longo da sua vida.

Então, nunca devemos baixar a vigilância, nem depois de seis meses, um ano, nunca, porque ele é um propenso candidato a retomar, porque, afinal de contas, fisiologicamente, já houve ali algum tipo de memória.

Como foi dito aqui, a referência paterna e materna, enfim, familiar é fundamental, para que se evitar tudo isso.

Mas parabéns mais uma vez. Muito obrigado pelo que aprendi aqui.

Perdoe-me, Sr. Presidente, por ter interrompido, mas estão me chamando para relatar um projeto na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok. Vou só ouvir aqui o meu querido Luiz Pires.

O SR. LUIZ PIRES – Rapidamente, a questão do tempo é filosófica: um período para desintoxicação; outro para retomada de vida; e um terceiro período, nove meses, a ressocialização.

No momento em que estamos trazendo os médicos para dentro do processo de comunidades terapêuticas, cabe ao avaliador psiquiatra a necessidade de um termo maior ou não. Lógico, o Governo tem que trabalhar com um limite. Os seis meses, para mim, seriam suficientes para trabalhar todos os estágios.

Também quero reafirmar a questão da ressocialização. É importante. Não basta fazer o compulsório de 30 dias. Sai do compulsório, vou para o processo de comunidade terapêutica, fico lá por 180 dias e, após isso, aquela pessoa deixa de ser atingida pelo Estado. Se não continuar com espaços onde possa ter acompanhamento da família, reinserção no trabalho, na sua vida profissional, provavelmente todo esse trabalho será colocado fora.

A questão do compulsório. Penso que com o *crack* está necessário, só que, se trabalharmos só o compulsório, também vai ser um investimento colocado fora. Ele tem que fazer essa primeira abordagem para trabalhar a desintoxicação imediata, porque a compulsão do *crack* é muito forte. Depois, precisa ser encaminhado para encaminhamentos periódicos, dentro de comunidades terapêuticas, ou para os próprios CAPSED.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos aqui a presença dos nossos convidados e Senadores.

Queria aqui colocar em votação a proposta de atendermos ao convite do Espírito Santo, acertando em seguida o detalhamento, para o dia 2 de setembro. Vamos fazer aqui um contato com a Senadora Ana Rita, que é de lá, e com os outros Senadores do Espírito Santo, Ferraço e Magno Malta, para organizarmos essa agenda. Cuidarei aqui, na Comissão, de ver com os demais membros quem pode participar lá desse momento.

Outro é deixar aprovado também para a segunda quinzena de setembro, a ser acertada a data, consultando as embaixadas da Suécia, Holanda e Portugal, para que possamos fazer uma agenda. Pelo que ouvi dos Parlamentares, eles acham que é possível em torno de dois dias para cada país, para organizarmos uma boa agenda. Temos que ver também o tempo dos deslocamentos para a gente conhecer essa experiência.

Agora estou querendo oficializar pela Comissão ao Ministro Gilberto Carvalho a marcação da agenda para a gente acertar o detalhamento da conferência nacional, junto com ela a presença da Drª Paulína, que é a outra coordenadora desta área e que estará nos acompanhando.

Então, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado esses requerimentos verbais.

Agradeço aqui a presença e devo dizer que, no dia a dia, qualquer nova idéia, experiência, enfim, sintam-se também contemplados para apresentar.

Pedi para o Mano Sanches escolher algum desses poemas que recebeu e já passou para a equipe – vamos tirar cópias e lhe devolver os originais – para quem sabe na publicação ou em algum evento que tenha, porque gostei muito dessa idéia, dessa experiência. Parabéns! Que Deus abençoe vocês.

Encerrados os trabalhos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e nove minutos, do dia dez de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda,

Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Roberto Requião, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino e Ciro Nogueira e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, Vital do Rego, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão e Gim Argello. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença dos Senhores Senador João Pedro, Prefeito Monteiro Filho e Deputado Federal Genecias Noronha (PMDB/CE). Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo** **EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 2, 3 e 5 oferecidas à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011** Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. **Autoria da Proposta:** Senador José Sarney e outros. **Autoria da Emenda nº 2-PLEN**: Senador Pedro Simon e outros. **Autoria da Emenda nº 3-PLEN**: Senador Walter Pinheiro e outros. **Autoria da Emenda nº 5-PLEN**: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Favorável às Emendas nºs 2, 3 e 5 de Plenário, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta. Em 03/08/2011, foi concedida vista aos Senadores Aníbal Diniz e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. Em 10/08/2011, foi recebido relatório reformulado pelo Senador Aécio Neves, com voto favorável às Emendas nºs 2, 3 e 5 de Plenário, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 2, 3 e 5 de Plenário, nos termos da Subemenda nº1-CCJ (Substitutivo). ITEM 4) Terminativo** **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2011** Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra pessoa ou considerado hediondo. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 93, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Votação nominal; Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar. **Resultado: Concedida vista ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais. ITEM 6) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 108, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, a indicação do Senhor LUIS CARLOS GOMES MATTOS para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Votação secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo** **PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 40, DE 2011** Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 66, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 2) Não Terminativo** **PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 39, DE 2011** Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 67, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 3) Não Terminativo** **EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 5, 6 e 7 oferecidas ao PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2011** Concede anistia a bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro, punidos por participar de movimentos reivindicatórios. **Autoria do Projeto:** Senador Lindbergh Farias. **Autoria da Emenda nº 5-PLEN**: Senador Lindbergh Farias e outros. **Autoria da Emenda nº 6-PLEN**: Senador Renan Calheiros. **Autoria da Emenda nº 7-PLEN**: Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria ad hoc**: Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pelo acolhimento das Emendas nº 5 a 7-PLEN, nos termos da subemenda que apresenta, bem como pela apresentação de emenda de redação. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nº 5 a 7-PLEN, nos termos da Subemenda nº1-CCJ, com a Emenda nº8-CCJ, de redação. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2011." **Autoria:** Senador José Agripino. **Resultado:**

Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CCJ "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2011." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para as Emendas de Plenário nºs 5, a 7 oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2011." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e vinte e cinco minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **ITEM 2)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2011 TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2011. **ITEM 3)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2011, TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2008 e **ITEM 5)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2010 e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta 40ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Submeto aos Srs.Senadores a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a dispensa da leitura da Ata.

Concedida a dispensa da leitura da Ata, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

COMUNICADOS

– Comunico aos Srs. e Srªs Senadoras o recebimento do Ofício nº 025, de 2011, do Sindicato dos Agentes e Servidores Públicos do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará, Sindasp – CE, que solicita esforços com vistas à tramitação do PL nº 5.982, de 2009, que altera a redação do § 1º, do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de arma de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

– Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 97, de 2001, a esta Presidência da CCJ, de 03/08/2011, pelo qual a Presidência informa que a referida matéria encontra-se em tramitação não nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados, e demonstra disposição em colaborar, tão logo seja remetida ao Senado Federal e essa matéria chegue também à CCJ.

– O recebimento de correspondência do *fac simile* do Sr. Michel Derani, que apresenta argumentações sobre a plenitude do recurso extraordinário.

– Expediente em caminhado em resposta ao Ofício nº 100, de 2011, da Presidência da CCJ, em 03/11/2011, pelo qual esta Presidência esclarece que a referida matéria tramita nesta Casa, em forma da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que altera os arts. 102 e 105 da Constituição Federal, para transformar os recursos extraordinários e especial em ações rescisórias, a qual ainda é alvo de amplo debate, inclusive com requerimento aprovado para realização de uma nova audiência pública, e tem como Relator o nobre Senador do Estado de São Paulo, o ex-Ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, que relata a proposta que altera a Constituição, PEC nº 15.

– O recebimento do Ofício nº 1.933, de 2011, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que encaminha cópia do Requerimento nº 1.056, de 2011, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado naquela Assembleia no dia 5 de julho de 2011, por meio do qual solicita maior celeridade na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinários e especial em ações rescisórias.

– Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 101 à Presidência desta CCJ, no dia 03/08/2011, pelo qual informa que a matéria mencionada ainda é alvo de amplo debate, tendo sido realizada, inclusive, audiência pública no dia 07 de junho de 2001, para instruí-la, com a presença do Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Informei-lhe, ainda, que há requerimento aprovado para realização de nova audiência pública a ocorrer na próxima data que teremos oportunidade de instalar.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 6.

ITEM 1

- Não Terminativo -
EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 2, 3 e 5 oferecidas à

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

O Relato é o Senador Aécio Neves, que, neste momento, faz um pronunciamento na tribuna do Senado Federal, em homenagem ao ex-Presidente da República, ex-Governador de Minas, ex-Senador e Senador aqui nesta Casa, Senador Itamar Franco, que faleceu há pouco tempo e, hoje, o Senado Federal, pelo seu Plenário, presta-lhe uma homenagem e, por esse motivo, o relator do Item 1, Senador Aécio neves, pediu-me que sustasse, por enquanto, essa matéria, votando outras, enquanto não chega ao Plenário desta Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Pimentel e registro aqui, com prazer, a presença do nosso querido Pedro que, durante seis a sete anos, permaneceu aqui, como Senador da Casa, continua como 1º Suplente de Senador e nos visita nesta manhã. Nosso abraço cordial pela sua presença e o agradecimento pela atenção.

O Senador José Pimentel tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, em face da agenda do nosso relator do Item 1, que chegará daqui a pouco, por conta da Sessão Solene do Senado Federal, proporia a inversão de pauta, para que eu pudesse ler o relatório do Item 6, que é a indicação de um membro para o Superior Tribunal Militar. É a Mensagem nº 108, de 2011. Se V. Exª assim concordar e com a anuência dos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a anuência dos nossos pares, submeto a inversão de pauta dos Itens 1 ao 6 ao Item 1, tendo em vista que o Senador Aécio Neves encontra-se ainda no Plenário do Senado Federal. O Senador José Agripino faz um gesto, creio que está pedindo a palavra. V Exª quer fazer uso da palavra?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Isso. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra garantida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pelas mesmas razões, pelo fato do relator da matéria muito importante, constante do Item 1, não se encontrar ainda presente, gostaria de submeter à apreciação de V. Exª e do Plenário o pleito que faço de incluir na pauta extrapauta, o parecer que está pronto e já está entregue à Mesa, sobre pleito do TST para criação de cargos no TRT do meu Estado. É uma matéria pacífica, da iniciativa do TST, com parecer favorável do CNJ, que tem urgência, é importante para o meu Estado, e submeto a V. Exª e ao Plenário a oportunidade de ler o relatório e colocar a matéria em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa define, de ofício, por ser justa – e obviamente V. Exª jamais traria uma proposição que não fosse do interesse do seu Estado, de interesse do Brasil – e esta proposição é de interesse do trabalhador brasileiro, porque agiliza a Justiça do Trabalho, e a Mesa faz, de ofício, o deferimento da solicitação de V. Exª e, na oportunidade que tiver, ainda na reunião de hoje, vai submeter ao Plenário desta Comissão a solicitação de V. Exª.

Tem a palavra o Senador José Pimentel, para a leitura do Item 6. Antes, a Mensagem do Senado Federal nº 108, de 2011.

ITEM 6

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 108, DE 2011
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, a indicação do Sr. Luis Carlos Gomes Mattos, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador José Pimentel

A votação é secreta, mas, nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, e em conformidade do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, publicado no Diário Oficial do Senado Federal, de 24 de outubro de 2007, esta Presidência – também atendendo a uma questão de ordem levantada pelo ilustre representante do povo do Mato Grosso, nosso competente Senador Pedro Taques, que levantou uma questão de ordem nesta Comissão, de pronto acatada pela Presidência – fará hoje a primeira etapa, apenas a leitura, e marcaremos a sabatina para uma outra reunião. Portanto, para cumprir o que determina esse Ato e essa decisão da Presidência – atendendo, repito, a questão de ordem do Senador Pedro Taques – faremos a primeira

etapa, que será a apresentação do relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, caso em que não será exigida a presença do indicado.

Tem a palavra o Senador José Pimentel, para a leitura apenas, em cumprimento ao Ato nº 1, de 2007.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, a Srª Presidente da República, por intermédio da Mensagem Presidencial nº 108, submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, a indicação do General-de-Exército Luis Carlos Gomes Mattos, para compor o Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli.

O referido dispositivo constitucional estabelece que o Superior Tribunal Militar é composto por 15 Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo dez provenientes das Forças Armadas, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco civis. A vaga a ser preenchida compõe a representação de oficiais Generais do Exército do Tribunal. Por sua vez, os arts. 52, inciso III, alínea *a*, e 123 da Constituição Federal, atribuem ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha de Ministro do Superior Tribunal Militar. Para tanto, foi encaminhado com a Mensagem Presidencial o currículo do indicado, que demonstra sua atuação no Exército.

O art. 101, inciso II, alínea *i*, do Regimento Interno do Senado Federal, confere a esta Comissão competência para emitir parecer, quanto ao mérito, sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383. O indicado, General-de-Exército Luis Carlos Gomes Mattos, brasileiro, nascido em 27 de julho de 1947, no Estado do Paraná, é filho de Hermes Machado Mattos e Sílvia Gomes Mattos. Graduou-se em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, em 1969. Na oportunidade, obteve o 9º lugar na Arma de Infantaria, Concluiu, ainda, ao longo de sua carreira, os seguintes cursos e estágios acadêmicos:

1) Curso Básico de Paraquedista;
2) Estágio de Transporte Aéreo;
3) Curso de Comandos;
4) Curso de Mestre de Salto;
5) Estágio Aeroterrestre;
6) Estágio Básico de Salto Livre;
7) Curso de Forças Especiais;
8) Estágio de Mergulhador;
9) Curso de Precursor Paraquedista;
10) Estágio Avançado de Salto Livre;
11) Mestre em Ciências Militares;
12) Curso de Organização e Métodos;
13) Dr. em Ciências Militares; e
14) Pós-Doutorado em Ciências Miltares.

Entre atividades profissionais exercidas pelo General-de-Exército Luis Carlos Gomes Mattos, destacam-se os seguintes cargos:

1) Comando de Pelotão e de Companhia do Regimento Escola de Infantaria;
2) Comando de Pelotão no 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista;
3) Ajudante de Ordens do Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista;
4) Instrutor na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
5) Instrutor na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército;
6) Instrutor do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil;
7) Subcomandante do Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil;
8) Oficial de Operações do Comando de Brigada de Infantaria Paraquedista;
9) Oficial do Gabinete do Comando do Exército;
10) Chefe do Estado-Maior do Comando da 5ª Região Militar;
11) Adido Militar na Embaixada Brasileira no Chile;
12) Comandante da 6º Brigada de Infantaria Blindada;
13) Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista;
14) Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército;
15) Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército; e
16) Comandante do Comando Militar da Amazônia.

Cabe registrar que o indicado desempenhou as seguintes funções na área da Justiça Militar:

1) Encarregado de Inquéritos Policiais Militares e Sindicâncias em diversas Organizações Militares de Corpo de Tropa;
2) Integrante do Conselho de Justiça de Corpo de Tropa, no 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista; e
3) Integrante de Conselho Especial de Justiça da 2ª Auditoria da 1ª Circunscrição da Justiça Militar.

O indicado obteve as seguintes promoções ao longo de sua carreira no Exército:

1) Praça, 1964;
2) Aspirante, 1969;
3) 2º Tenente, 1970;
4) 1º Tenente, 1972;
5) Capitão, 1975;
6) Major, 1982;

7) Tenente-Coronel, 1987;

8) Coronel, 1992;

9) General-de-Brigada, 1999;

10) General-de-Divisão, 2004;

11) General-de-Exército, 2008.

Cabe informar que o General-de-Exército Luis Carlos Gomes de Mattos apresentou as declarações exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, a saber:

1) Declaração de que seus dois filhos exercem atividades relacionadas às suas funções institucionais: Major Intendência Eduardo Bordeaux, Oficial da Ativa do Exército, desde 2 de dezembro de 1995, e Major Material Bélico Rodrigo Bordeaux Mattos, Oficial da Ativa do Exército, desde 29 de novembro de 1997;

2) Declaração de que não participa como sócio, como proprietário ou como gerente de qualquer empresa;

3) Declaração de que se encontra em situação regular quanto aos Tribunais Federais e de competência do Estado do Amazonas, acompanhada das respectivas certidões;

4) Declaração de que não tramitam ações judiciais em que figure como autor ou réu; e

5) Declaração de que não atuou, nos últimos cinco anos, perante juízos e tribunais.

Por fim, Sr. Presidente, quanto aos méritos do indicado e com relação à pertinência de sua indicação para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, gostaria de dar meu testemunho de que a sua indicação é plena de mérito e merece a aprovação desta Comissão e do Plenário desta Casa.

Diante do exposto, entendo que esta Comissão encontra-se de posse de todos os elementos para apreciação da indicação do nome do General-de-Exército Luis Carlos Gomes Mattos, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

É este, Sr. Presidente, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

Esta Presidência, pelo que determina a Instrução nº 1, concede vista coletiva automaticamente, nos termos do § 2º, do art. 2º, do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta, mas antes, pela ordem, o Senador Demóstenes Torres tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pediria a V. Exª, se fosse possível e não causasse constrangimento, a inversão do Item 4 da pauta. Se V. Exª entender que é possível.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Item 4 é terminativo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E não temos quórum?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não temos quórum ainda suficiente, no momento oportuno darei a palavra a V. Exª para fazermos a inversão de pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aécio neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para comunicar não a V. Exª, pois foi V. Exª quem presidiu essa reunião, mas gostaria de comunicar ao Plenário que o esforço que vem sendo feito, ao longo dos últimos meses, na busca de um texto de entendimento em torno desse importante tema da regulação da tramitação das medidas provisórias chegou, ontem, a um bom termo. V. Exª presidiu uma reunião, com a participação de líderes diversos, líderes do Governo, de partidos da base e da oposição, na construção de um texto que, se não é o ideal, se não é aquilo que propúnhamos inicialmente, que considerávamos mais adequado, é um passo claro e positivo na direção de uma discussão mais aprofundada das medidas provisórias; um tempo determinado para que esta Casa, em especial o Senado da República, que não vem tendo esse tempo, possa tê-lo e, a partir daí, discutir com alguma profundidade o teor dessas medidas provisórias, além de outros avanços que já havíamos incorporado no nosso parecer anterior.

Por isso, solicito a V. Exª que possa voltar ao tema inicial, para que possamos consagrar na Comissão o acordo e, se possível, solicitando a urgência para que possamos, ainda hoje, com a quebra de interstício, votar em Plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para V. Exª ordenar os trabalhos, peço a V. Exª, se possível, a inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 39, que é do interesse do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, localizado no Paraná.

Peço a V. Exª que seja um item extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta Presidência, de ofício, acata a solicitação de V. Exª e, assim que terminarmos a pauta original, colocaremos no primeiro item da extrapauta a solicitação do Senador José Agripino e, em seguida, como número 2 da extrapauta, já incorporada a solicitação de V. Exª, para melhorar ainda mais a Justiça do

Trabalho do seu querido Estado do Paraná, que V. Exª tem se dedicado aqui a trabalhar por ele e pelo Brasil.

Senador Aécio Neves, no Item 1 da pauta vamos discutir as Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5, oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, que altera procedimentos de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional, pela importância dessa matéria, pela discussão, pelo debate, pela compreensão de V. Exª em relação a esse relatório que foi discutido, debatido, pedido vistas, novamente relido, depois pedido vista pelo Senador Anibal Diniz – que inclusive ontem participou de um evento importante onde nós todos nos reunimos no cafezinho do Senado e encontramos uma solução para essa questão que angustia a todos nós no Senado da República no exercício do nosso mandato parlamentar. As medidas provisórias têm chegado aqui no dia da sua votação e não há tempo hábil para se fazer qualquer tipo de emenda, qualquer debate em relação à matéria.

Senador Aécio Neves, que tão bem dirigiu a Câmara dos Deputados e eu tive a honra de ser seu discípulo – ele, Presidente; e eu, Líder partidário –, fez uma modernização nessa questão do trâmite das medidas provisórias. Depois de um esforço enorme de todos nós, sob a nossa presidência, nós chegamos ontem a um entendimento com o Líder do Governo, com o Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo, tendo em vista que já havia por parte dos demais partidos e do meu Partido, o PMDB, um entendimento da importância dessa matéria.

Vou dar a palavra a V. Exª, pedindo apenas que, já que nós debatemos tanto essa matéria, já que ela está mais do que gravada nos Anais desta Casa, apenas para dar conhecimento ao Plenário do que vamos efetivamente votar aqui, que V. Exª se prendesse apenas a ler a complementação do voto naquilo que foi o entendimento do acordo e que nós inclusive pedimos que fosse distribuído aos Senadores grafado de vermelho ou de outra cor qualquer que não a cor original do relatório para que os Srs. Senadores tomassem conhecimento das alterações que foram ontem objeto de negociação e sobre essa matéria não cabe mais o debate aqui, cabe apenas a leitura de V. Exª e submeter a plenário em votação simbólica.

V. Exª tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. V. Exª foi absolutamente fiel na reprodução do que ocorreu ontem e deu uma contribuição mais uma vez importante a que chegássemos a esse entendimento. Quero ressaltar a participação do Senador Anibal também na construção esse texto, que, repito, se não é o ideal, é um avanço expressivo na tramitação das medidas provisórias.

Então, atendendo a V. Exª, me deterei apenas às questões que foram incorporadas ao último parecer apresentado a esta Comissão. Apenas lembrando que esse parecer último discutido nesta Comissão trazia para a Comissão de Constituição e Justiça das duas Casas a prerrogativa de, por dez dias, no início da tramitação da matéria em cada uma das Casas, discutir a sua admissibilidade.

Ontem, num apelo das lideranças do Governo, restabelecemos o prazo, fizemos uma alteração no prazo de tramitação das medidas provisórias na Câmara e no Senado, ficando na Câmara o prazo de 80 dias contado da sua edição, como está no texto sendo distribuídos agora aos Srs. Senadores, sendo que nos primeiros dez dias caberia a CCJ discutir a admissibilidade da matéria. A partir daí, essa matéria viria ao Senado, que teria 30 dias para discuti-la – portanto, uma alteração no prazo, para que chegássemos a esse entendimento e para que a Câmara possa consagrar também esse entendimento, o último que fizemos. E os últimos dez dias permitiriam que a matéria emendada no Senado voltasse pela última vez à Câmara dos Deputados.

Ficou decidido também – e que está incorporado ao texto, no seu §5º, inciso II – que, na eventualidade de ser inadmitida a matéria na CCJ, caberá recurso em plenário, assinado por 10% dos membros da respectiva Casa. A partir desse recurso, seria votado o parecer em plenário pela admissibilidade e também em relação ao mérito.

É importante também ressaltar que nós estamos constitucionalizando – e isso faz parte do §13º desse art. 62, a vedação ao contrabando, a vedação e incorporação ao texto de matérias estranhas àquelas que originaram a medida provisória. Parece-ce também um tema absolutamente expressivo. Os outros, Sr. Presidente, já foram objeto de discussão nesta Casa, já faziam parte do nosso relatório anterior e o que de essencial fica, além dos prazos estabelecidos – um prazo mínimo para o Senado agora de 30 dias –, a definição da Comissão de Constituição e Justiça como fórum adequado para ser discutida a admissibilidade da matéria, algo novo em relação ao tratamento atual. E, por último, a vedação, agora constitucionalizada, da incorporação de matérias estranhas ao objeto da medida provisória, eu diria que são os principais avanços em relação àquilo que hoje vem ocorrendo nesta Casa, muitas vezes para constrangimento de todos nós.

Essas, portanto, Sr. Presidente, são as modificações. Apelo aos Srs. Senadores para que possamos consagrar este texto, se possível ainda hoje, votá-lo em plenário, lá talvez com espaço maior para discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vou dar a palavra a V. Exª.

Senador Aécio Neves, eu quero deixar claro ao plenário da Comissão que houve na tarde de ontem um entendimento das lideranças em torno desta matéria de que nós a votaríamos hoje por acordo. Apenas para informar aos Srs. membros desta Comissão.

Tem a palavra, para discutir, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, evidentemente que nós estamos aqui verificando um avanço extraordinário em termos de medida provisória. Não me agrada apenas o prazo concedido ao Senado Federal, que me parece bastante exíguo. A Câmara terá 80 dias inicialmente, o Senado terá, depois, 30 dias e, por último, a Câmara terá mais dez dias para analisar as emendas do Senado.

Mas, de qualquer forma, como nós demos carta branca ao Senador Aécio Neves para negociar em nosso nome e ele chegou a esse entendimento, nós somos de cumprir acordo e vamos votar favoravelmente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª, Senador Demóstenes, pela confiança.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, tem a palavra para discutir.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para destacar o avanço e cumprimentar o Senador Aécio Neves pela habilidade com que articulou esse entendimento e dizer que dois itens já justificam o esforço. O primeiro é a eliminação dos penduricalhos. Isso, por si só, já justificaria todo esse esforço de entendimento. E a outra questão é a valorização desta Comissão, com a valorização da Constituição, ao se debater aqui, a cada medida provisória, a sua constitucionalidade. Valorizamos a Constituição e, por consequência, valorizamos esta Comissão, que terá, evidentemente, mais trabalho, sob a presidência de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, pede a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu quero elogiar aqui o trabalho feito pelo Senador Aécio Neves, que, de forma incansável, dedicou esses seis primeiros meses do seu mandato, a encontrar caminho consensual para tramitação de medida provisória – o que vale a pena. Se nós conseguirmos chegar a algo que avance, terá valido a pena todo o esforço de S. Exª nesse sentido.

E avançamos não o que a democracia brasileira, na minha opinião, exige, mas naquilo que foi possível. E a política é a arte do possível.

Eu acho que uma coisa já está posta: está dada à Comissão de Constituição e Justiça um prazo de dez dias para que examine a admissibilidade e a constitucionalidade – é verdade que com a possibilidade de recurso na medida em que 10% da Casa subscreva esse recurso. Mas, de qualquer maneira, já se coloca um freio na edição de MPs na medida em que a CCJ das duas Casas tem a prerrogativa de admitir ou não medida provisória.

E, de resto, disciplina o tempo de permanência na Câmara e no Senado. Acho que é um avanço, não o desejado, mas é um avanço.

Eu quero cumprimentar o Senador Aécio Neves e dizer que, assim como meu Líder declarou, o nosso Partido apoiará o texto proposto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Agripino. Realmente foi um esforço enorme para chegarmos a esse entendimento, que contou com a participação de muitos dos Srs. Senadores desta Comissão.

Com a palavra o Senador Pedro Taques, Senador Armando Monteiro, Senador Lindbergh, Senador Aníbal Diniz e a Senadora Marta Suplicy.

Tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas, rapidamente, quero ressaltar a importância deste tema.

Os avanços aqui já foram ressaltados, eu gostaria apenas de remarcar o que penso ser mais importante, a valorização das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, dando a estas comissões a força para analisar os requisitos de constitucionalidade da medida provisória que mostra que estas comissões têm uma função importante deste controle preventivo.

E, por fim, eu analisei este projeto. Inicialmente, eu tinha ressalvas ao prazo menor para o Senado da República, mas, depois, eu fui convencido pela máxima de que o ótimo é inimigo do bom, e é o que nós temos neste momento.

Só cumprimentando o Senador Aécio pela possibilidade deste avanço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de conceder a palavra ao Senador Armando Monteiro, eu registro aqui, com prazer, a presença do Deputado Genecias, Deputado Federal mais votado nessas eleições do meu partido, o PMDB,

e da presença do ilustre prefeito da cidade de Arneiroz, Monteiro Filho, que também nos visita nesta manhã. Obrigado pela presença de vocês.

Tem a palavra o Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB - PE) – Sr. Presidente, companheiros e companheiras da CCJ, eu queria destacar, em nome da liderança do PTB, a nossa satisfação pelo resultado desta construção política que contou com o empenho e, sobretudo, com a lucidez do Senador Aécio Neves, que pode com maestria conduzir este processo de negociação.

É evidente, como disse o Senador Agripino, que a política é a arte do possível, mas não há dúvida alguma que essa conquista representa um avanço substantivo no sentido de restabelecer e oferecer ao Congresso Nacional as prerrogativas que são indispensáveis para que ele cumpra o seu papel nesse processo.

Então, acho que é um momento importante desta Comissão, nesta legislatura, seguramente um momento de grande significado, porque o Congresso Nacional readquire prerrogativas e passa, portanto, a ter um papel de maior importância no processo democrático brasileiro.

Então, em nome do PTB, congratulo-me com os companheiros e quero me congratular com o Presidente da nossa Comissão, o nosso Senador Eunício Oliveira, que desempenhou um papel extremamente construtivo para que pudéssemos lograr a obtenção deste entendimento.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro, pelas palavras carinhosas, mas no dia em que assumi esta Comissão eu disse que nós iríamos fazer o palco do entendimento. É isso que estamos fazendo nesta manhã, dando uma demonstração para o Congresso Nacional e para o Brasil de que é possível a gente construir, junto com a Oposição, um Brasil melhor.

Senador Lindbergh, V. Exª tem a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Sr. Presidente, além de parabenizar o Senador Aécio Neves, quero chamar à atenção aqui para o papel da base do Governo neste acordo. Quero dizer que vários Senadores da base do Governo começaram o debate, no plenário do Senado, contra aquela situação de chegarmos às vésperas do prazo final da medida provisória de termos o constrangimento, como Senadores da base, Senadores de oposição. Então, o debate começou também com os Senadores da base. Foi daí que surgiu o projeto do Senador José Sarney.

Eu aqui trabalhei – quero citar, dentro desse papel dos Senadores da base – mas quero citar o papel do Presidente desta Comissão. Sem o Senador Eunício Oliveira não teríamos costurado esse acordo, principalmente nos momentos em que o acordo ia e voltava, o Senador Eunício teve um papel determinante.

Mas eu quero citar outras pessoas. O Senador Walter Pinheiro, que tem uma posição de mérito, que fez o debate na Câmara dos Deputados, que entendeu a necessidade de flexibilizar no mérito, pela importância de ter um projeto que saísse de todo o Senado. E quero falar de outra coisa, a flexibilidade política nossa, porque o Senador Aécio Neves é a mais importante liderança política da Oposição.

E não pensem que não surgem alguns que digam: Puxa vida, vocês estão dando uma posição de vitória para o Senador Aécio Neves. É verdade. E quero dizer que a base do Governo, nós aqui do Senado Federal, em nenhum momento, tivemos problema para construir um acordo, sendo o Senador Aécio Neves o autor desse acordo.

Agora, nós vamos cobrar também, porque essa é uma posição que sinaliza "distensionamento". Eu não acho correto – e, agora, em todos os debates, eu falarei abertamente à Oposição, aqui nesta Casa – que para qualquer projeto que venha do Governo Federal, a Oposição fique com uma posição, *a priori*, contrária, principalmente no debate da crise internacional. Eu acho que este é o momento de nós termos muita responsabilidade e acho que as discussões que vamos ter, daqui para frente, elas terão que ser nesse mesmo clima de "distensionamento", porque a crise que vem aí, que está chegando, não é uma crise simples; ela vai atingir o nosso país. Então é uma cobrança que faço à Oposição: que façamos uma boa discussão, nesse clima de "distensionamento", principalmente, dos aspectos que envolvem essa crise econômica.

Parabéns, Senador Aécio Neves; parabéns, Senador Eunício Oliveira. E agora a gente sabe que a batalha não acaba; queremos nos colocar à disposição para tentar mediar, com o Governo Federal, a negociação com a Câmara dos Deputados. Mas este dia aqui é, sem sombra de dúvida, um dia muito importante para todo o Senado. Obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Exª me permite, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Senador Agripino fez um discurso justamente na linha que V. Exª defende: do entendimento, é claro, mas cada qual com as suas posições. A única coisa que nós não aceitamos é rolo compressor, que foi uma tentativa que houve claramente no primeiro semestre para atropelar a Oposição. E isso nós não aceitamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não nesta Comissão, nobre Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não nesta Comissão; muito pelo contrário, V. Exª é um homem da maior tolerância.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Demóstenes, eu quero dizer que V. Exª tem um aliado nisso aqui; há muitos aliados na base do Governo. Não é essa a nossa tese, a gente acha que a Oposição tem um importante papel. Então eu quero dizer que vocês têm aliados na base do Governo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Veja bem a nossa posição. Por exemplo: eu não concordo, de forma alguma, que o prazo do Senado seja de apenas 30 dias. Então eu sou derrotado claramente nessa minha posição. Mas é a maioria da Casa que quer. Então pronto! O Senador Aécio teve carta branca nossa e negociou dignamente o prazo que ele entendeu que era o melhor. Eu, particularmente, entendo que o prazo de 30 dias para o Senado e de 90 dias para a Câmara é um prazo muito desigual. Mas, ainda assim, é um avanço, pois chegava aqui para nós com um prazo de 2 dias, 3 dias, 4 dias, 5 dias. Em compensação, medida provisória tem outros pontos: impede o contrabando legislativo... Quer dizer, valoriza as duas Casas. Acho que é isso que a gente precisa.

Quem é que quer crise no Brasil, independentemente de ser a Dilma a Presidenta ou de ser um Presidente da Oposição? Então nós queremos colaborar. Agora, não pode ser unilateral. O que não pode ser é o seguinte: É isso e pronto, acabou! E o Congresso faz o que tem de fazer, ou seja, dizer amém! Aí não. Fora disso, nós estamos aí para discutir, concordar integralmente com as palavras de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes; obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz que, na última reunião, pediu vista, e que participou, inclusive, ontem, ativamente desse acordo que nós conseguimos realizar, para que tivéssemos essa matéria votada na manhã de hoje.

Tem a palavra o Senador Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero fazer também aqui um registro, para que não paire dúvida do quão difícil é construir um acordo. Mas eu me apego à velha máxima de que é preferível um mal acordo a uma boa demanda. Então a gente teve que fazer renúncias importantes, para chegar a esse entendimento. Por exemplo, nós preferíamos que houvesse tempo na Câmara e tempo no Senado sem queda da medida provisória; ou seja, se ao término de 80 dias a Câmara não se manifestar, por exemplo, ela perderia o direito de apresentar a emenda, e o Senado ficaria com os seus 30 dias para fazer a análise. E só no final é que voltaria à Câmara, sem direito a apresentar emendas.

Essa posição não conseguiu o apoio da maioria. Então para nós, a base do Governo, é um prejuízo considerável porque, na prática, a medida provisória deixa de ter uma vigência de 120 dias, que ela possuía, até a celebração desse acordo e pode passar a ter uma vigência de apenas 80 dias se ela for rejeitada ou não apreciada na Câmara. O meu entendimento é que se a Câmara não aprecia a penalidade deveria ser para a Câmara e não para o Executivo. E nós acabamos de celebrar uma conta que acaba penalizando o Executivo. Mas como eu disse no início um mal acordo é melhor do que uma boa demanda. Então nós estamos fazendo essa denúncia e quero dizer que com essa renúncia não podemos aceitar a pecha que de vez em quando tentam nos passar que nós passamos o rolo compressor. Nós podíamos muito bem nos articular ir para a guerra e fazer passar aqui o entendimento do Executivo. Para o Executivo, hoje, esta-se votando algo extremamente prejudicial. Mas, mesmo assim,...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não fique nervoso não, Senador. De jeito nenhum passa rolo compressor. Não passa rolo compressor em lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, peço a compreensão de V. Exª para que o Senador Anibal conclua.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – O que eu quero dizer, Senador Demóstenes, é que temos um Governo com maioria nesta Casa, que poderia passar essas matérias se fosse a voto. Nós optamos por fazer um acordo e queríamos que isso fosse reconhecido, tanto pelo Líder da Oposição Senador Aécio, quanto pelos demais integrantes para que pudéssemos estabelecer um diálogo racional e respeitoso em todas as matérias que forem aprovadas em plenário. Do contrário estaremos fazendo uma renúncia por um acordo de governabilidade, que é importante para o País, e não vamos estar sendo reconhecido por isso.

Um outro aspecto que eu queria levantar é que hoje nós temos um Governo de maioria. Pode ser que no futuro não tenhamos. Sejamos nós Governo, ou seja a Oposição que se transforme em Governo. No dia em que tivermos um Governo que não seja maioria, esse prazo encurtado da vigência das medidas provisórias certamente trará sérios problemas. De qualquer maneira é um acordo e nós estamos aqui para honrar o acordo feito. Queremos que isso contribua para a so-

lidificação da democracia e da relação entre os Poderes em nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Quero deixar claro duas coisas. Primeiro, temos um sistema bicameral. Medidas provisórias entram pela Câmara. Matéria não apreciada pelo Câmara dos Deputados não pode ser apreciada pelo Senado porque ela é Casa revisora.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Senador, mas nós já tivemos experiência...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Senador Aníbal, a Mesa está com a palavra, por favor.

Quero dizer – sei que V. Exª sabe mais do que eu nós vivemos num sistema bicameral e democrático, graças a Deus, como a matéria entra pela Câmara, não apreciada por aquela Casa, não vem ao Senado da República. Por isso, não houve o entendimento da sequência da medida provisória no seu prazo final. Concordo com V. Exª no seguinte. Esse entendimento e eu queria trazer essa palavra, Senador Demóstenes, ao Senador Lindbergh, ao Senador Anibal, de que essa busca do entendimento foi penosa, mas nós conseguimos fazê-lo. Não podemos, nesse próprio entendimento, fazer uma cobrança do que vai acontecer no futuro. Penso diferente. Penso que esse entendimento serve como base para que possamos fazer outros entendimentos em torno dos interesses do Congresso Nacional, que representa os interesses do povo brasileiro. Portanto, eu faço apenas esse registro e concedo a palavra Marta Suplicy com última oradora. Em seguida, o Senador Pedro Simon que pede a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Presidente, me permite um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Só para forçar o raciocínio .

Nós temos na História Constitucional do Brasil, diversos momentos diferentes. E nós já tivemos momentos em que decretos-leis editados pelo Executivo e não apreciados pelo Parlamento se transformavam em leis. Logo, não era nada absurdo se nós permitíssemos que uma medida provisória que não fosse apreciada em 80 dias na Câmara, pudesse ser apreciada pelo Senado e, depois, voltasse para a revisão da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Entendo a proposta de V. Exª . Acho que esse entendimento constrói até o futuro. Quando nós formos oposição, nesta Casa, nós vamos ter a compreensão para fazermos esse entendimento.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, eu gostaria de resgatar, primeiro, a ideia original do Presidente Sarney. O Presidente Sarney enviou aqui para a discussão uma PEC muito clara, simples e que respondia ao que nós todos, Senadores e Senadoras, estávamos indignados: a falta de tempo para apreciar o material que vem.

Eu acredito que teria sido o ideal a aprovação *ipsis litteris* do que foi enviado para nossa discussão. Ela realmente correspondia ao que desejávamos. O Relator, caro amigo Aécio Neves, competentemente, da oposição, no seu direito, percebeu uma brecha da oposição poder avançar em relação a dificultar a vida do Executivo. E, em sua relatoria, propôs algo muito diferente, mais elaborado e dificultoso para as MPs do que a simplicidade que o Senador Sarney tinha enviado.

A partir disso, nós tivemos um grande imbróglio, porque tínhamos, de um lado, uma PEC enxuta que correspondia e, de outro, uma proposta que dificultava em tal monte a vida de uma MP que seria melhor não ter MP. A proposta do Senador Aécio quase que impedia ou faria o Governo desistir de mandar uma MP.

Na negociação – e aí acredito que tudo tem que ser negociado no Parlamento – restaram duas dificuldades. Primeira, dizendo sempre que uma negociação é o que a gente pode sempre chegar de melhor, mas eu não posso, como Senadora, achar que o que ficou não vá atrapalhar o Executivo. A questão da redução dos prazos é um tiro no Executivo, como bem colocou o Senador Anibal. A questão da admissibilidade também acredito que é muito complicada, porque nós tínhamos MPs que chegavam da Câmara e iam direto para o Plenário e, lá, a confiança no relator que apresentava a questão em sua análise da audiência e relevância. A oposição e a situação podiam debater o dia inteiro sobre a questão. Agora nós vamos ter ela na CCJ, em uma comissão, e vamos ter de novo um certo atraso.

Então gostaria de deixar clara a minha posição. Um acerto é sempre um acerto do que é possível, mas o Executivo sai perdendo, e muito, no acerto possível.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o último orador inscrito para discutir a matéria: Senador Pedro Simon. Logo após, daremos início à votação e, em seguida, se possível, Senador Aécio Neves, levarmos a matéria ao Plenário do Senado ainda no dia de hoje.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, estava na sessão de homenagem ao Senador Itamar Franco, mas ouvi o pronunciamento da Senadora Marta e do nosso companheiro.

Fico surpreendido. Sou do tempo que PT era PT. Ah, que tempo aquele! O que o PT falou mal dessa medida provisória, o que ele ficou aqui batendo na guerra do escândalo, da imoralidade, da indecência da medida provisória! Agora vejo a Marta e o nosso querido Senador dizendo que a medida provisória é uma política e que eles estão fazendo uma concessão a nós – muito obrigado! – dando um prazozinho maior! Ah, isso é um escândalo, é uma imoralidade, é uma excrescência!

Ninguém mostrou mais a cara do que é a medida provisória do que o PT. O PT passou oito anos aqui mostrando o que é a medida provisória; o escândalo, a imoralidade, a indecência do que é a medida provisória. E agora, com a maior cara de pau, vem o PT aqui pedir para nós agradecermos por não estarem usando o rolo compressor. Ora, nós podíamos usar o rolo compressor. "Olha, podíamos usar o rolo compressor, mas não vamos usar." Muito obrigado.

Quero dizer o seguinte: o que está acontecendo aqui é uma coisa muito singela. Vamos falar claramente. Primeiro, o Dr. José Sarney tomou uma atitude muito positiva – vamos reconhecer –, porque o troço já estava na base da imoralidade, na base da indecência. "O Senado tem de votar hoje, porque, se não vota hoje, cairá amanhã!" Então, tenho de votar! Quer dizer, não se pode apresentar uma emenda. Então, o máximo que a gente consegue com a Presidente é que ela vai vetar. Então, votamos a emenda? Não, a emenda não se pode votar. Mas vamos falar? Então, a Lídice disse: "Vou falar com a Presidente, e a Presidente vai vetar". Essa é a suma desmoralização do Senado Federal. Por quê? Não podiam vetar, porque, no dia seguinte, caía.

Então, o Presidente agiu e está tendo categoria, mas – não sei se vocês repararam –, pelo que estou sentindo, vai se aumentar o prazo da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. O prazo é o mesmo, Senador Pedro Simon.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O prazo é só redividido entre as duas Casas, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas, no Senado, o Dr. Sarney sai bem. Agora, teremos dez dias. Ninguém pode dizer que não posso apresentar uma emenda por que cai. Não, volta para a Câmara! Isso é positivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E o mais positivo é que ninguém poderá botar mais jabuti na árvore. Só matéria correlata à medida provisória é que entra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Aí vão apresentar a segunda parte. Essa segunda parte já não é a medida provisória. É o PMDB... O PMDB? Coitado do PMDB! O Congresso Nacional aproveitou e entrou na sua legenda. Então, vem a medida provisória, e metem emenda, e metem emenda, e metem emenda. Então, agora, estamos fazendo uma autopenitência, pois, aproveitando o ensejo da medida provisória, apresentávamos quinhentas coisas que nada tinham a ver com a medida provisória. Tirar isso é positivo! Mas, cá entre nós, isso nem era culpa da medida provisória original, mas era culpa da imoralidade nossa de aproveitar a medida provisória. E era dito, com toda a clareza, que isso não podia ser feito. Mas, aqui, como estamos fazendo, deixamos que isto aconteça: é dito matéria correlata, mas essa matéria correlata vai pegar lá...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas é a redação da Lei Complementar nº 95.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Essa é positiva. Mas, no fundamental, a emenda que a gente tinha apresentado e que é a original do Relator, que é um craque, deveríamos ter tido peito para fazê-la. Se tivéssemos tido coragem, se tivéssemos aceitado isso, a Presidente também o aceitaria. Aí seria uma medida altamente positiva. É o seguinte: vem a medida provisória, e a Comissão decide; a medida provisória só entra em vigor depois da decisão da Casa. Aí o negócio mudava. Essa seria uma atitude espetacular nossa, à altura do velho PT.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Entrou a medida provisória, e o Congresso tem dez dias para dizer "sim" ou "não". Em dez dias, vem a resposta. Essa era a grande atitude. Essa era a primeira proposta apresentada pelo Aécio. Esta aqui melhora, mas – vamos ser sinceros – fica tudo igual. Isso melhora os escândalos que acrescentamos, melhora o Senado, que vai sair com a cara mais bonita. Não vai haver aquela sessão desmoralizante, em que ficamos até as 3 horas da madrugada. Ou se aprova, ou cai. Há uma melhora. E o negócio do contrabando – todo mundo fazia contrabando, pois uma medida que começava com R$1,5 milhão terminava com R$500 milhões – também acaba. Mas o resto fica igual, e lamento.

Meu querido amigo, se o PT quisesse fazer concessão, ele teria aceitado a emenda inicial. Aí faríamos um grande gesto, marcaríamos história, faríamos algo altamente positivo. E há mais: tenho a convicção de que a Presidente aceitaria isso. Quem não o aceitou foi o PT, que acha que a medida provisória está no programa do PT. Acho que falta ler isso. Vocês pensam que o PT falava em medida provisória, mas o PT não

falava nisso, não. O PT era contra isso, radicalmente contra isso.

Voto a favor, porque há um entendimento, mas voto sob protesto e sob mágoa.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O meu voto, Sr. Presidente...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Acho que a minha emenda era a emenda que o Aécio tinha aceitado. Faríamos uma grande emenda.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Fui citada, Sr. Presidente. Quero responder.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Pede a palavra, pela ordem, a Senadora Marta Suplicy.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como sempre, o Senador Pedro Simon é muito eloquente. Quero até elogiar a sua verve.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Houve uma época em que as nossas eloquências eram iguais, no mesmo sentido. Eu e o PT passamos oito anos aqui com a mesma eloquência, no mesmo sentido. Agora, mudamos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mudamos, sim. Mudamos, sim.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Continuei com a eloquência, e o PT está muito concessivo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O senhor continua eloquente, como sempre, e eu, que sou nova na Casa, vou ser muito eloquente em defender aqui a minha posição. E a minha posição é a posição do PT. Medidas provisórias sempre existiram nesta Casa e existem em qualquer país do mundo. E elas existem por quê? Porque têm que acelerar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não é verdade! Opa! Opa!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Elas têm que...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Pedro, deixe que ela...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aqui não é um debate. Deixa eu falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por favor, por favor.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E elas sempre existiram...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu peço a tréplica depois.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Elas existem aqui para fazer funcionar o Governo, como existiram em outros governos antes da Presidenta Dilma, antes do Presidente Lula, e existem em outros países, para fazer uma agilização. A ideia é agilizar o que demoraria muito tempo no Congresso Nacional.

É evidente – a oposição já falou isso várias vezes, e nós mesmos até compartilhamos algumas situações – que, às vezes, a urgência e relevância ficam meio exageradas, mas entendemos que, principalmente no começo de um governo, as medidas provisórias se acumulam. Se formos comparar o começo da gestão da Presidenta Dilma com o começo da gestão do Lula, veremos que até está de forma moderada: foram 17 até agora. E acredito que, à medida que o Governo prosseguir, isso entra numa rotina e diminui. Mas nós não podemos votar ou achar boa uma situação que se criou que acabou engessando, no sentido de aumentar os prazos de uma medida provisória. E aí não é uma questão de ser PT; é uma questão de ser governo. E ser governo hoje não significa que depois não possa ser governo outro partido. Vai engessar para todo mundo, aumentar os prazos para todo mundo. Então, uma medida provisória é algo necessário num governo, ela pode, sim, ser discutida em plenário, como nós fazemos, e se tiver tempo adequado para que possamos apreciar. Então, volto a dizer: a medida que seria ideal era a medida do Presidente Sarney, que infelizmente não foi possível pela – diria até, nesta altura – competência do Senador Aécio, que conseguiu introduzir uma discussão que poderia ter sido de outra forma, mas ele usou bem a oportunidade para fazer sua posição de oposição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, só para deixar claro. Senador Pedro Simon, só um minuto, por favor. Só para deixar claro: esta matéria nem deveria estar aqui em debate. E não vamos fazer um debate político aqui de pensamento de cada um em relação à questão governo. Nós estamos fazendo um debate sobre a matéria que foi acordada, inclusive pelo líder de V. Exª, com a presença do Senador Anibal, que tinha pedido vista e que podia apresentar, inclusive, um voto divergente.

Então eu vou colocar a matéria em votação, dando...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, em respeito a V. Exª, vou conceder-lhe a palavra. Mas vou aqui fazer um pedido a V. Exª: não vamos fazer este debate agora, porque temos uma pauta extensa e a discussão não está sendo sobre a matéria, está sendo sobre o que pensa o Senador Pedro Simon sobre o compor-

tamento das pessoas ou dos partidos. Ele é livre para expressar o pensamento dele.

Tem a palavra V. Exª, pedindo a sua compreensão com relação à rapidez.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Apenas a ilustre e querida Senadora cometeu dois equívocos, primeiro quando ela diz que a medida provisória existe em tudo que é país; não é verdade. A medida provisória como existe no Brasil não existe em país nenhum no mundo, em nenhum país do mundo! A medida provisória existe no parlamentarismo da França; a medida provisória existe no parlamentarismo da Espanha. Existe como? Existe medida provisória, mas o assunto tem que ser de tal importância para entrar como medida provisória. Cai a medida provisória, cai o gabinete. Passam-se anos sem que o governo da França ou da Espanha tenha coragem de entrar com uma medida provisória, porque, entrando com uma medida provisória, a pretexto de que a medida provisória termine em voto de desconfiança, cai o governo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP)– Mas, Senador Simon, o senhor sabe muito bem que a medida provisória é utilizada nesses países assim porque nós fizemos tudo em direção de um parlamento e acabamos de outra forma. Então ela acabou assim desconjuntada. Essa é uma peculiaridade da medida provisória brasileira por culpa do que foi votado. Em sendo assim, nós temos que...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Vou colocar em votação.

Senador Pedro Simon, para concluir, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então vamos acabar com a medida provisória...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Para concluir, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A medida provisória foi colocado no Brasil igual na França e na Espanha

Quando a Constituinte aprovou o texto básico para ir a Plenário, era com o parlamentarismo. E, no parlamentarismo que foi concebido na Comissão, havia a medida provisória. Quando caiu o parlamentarismo – eu era governador, não fui constituinte –, havia sido dito aqui que a medida provisória poderia cair por emenda de redação, Se cair o parlamentarismo, não tem porque ficar a medida provisória. Emenda de redação! Não precisava nem ser votada. E ficou a medida provisória. Lamentavelmente ficou a medida provisória! O PT votou contra; o PT queria que caísse a medida provisória.

Agora, digo apenas uma coisa: nós estamos perdendo uma grande oportunidade. A informação é de que a Presidente da República aceitaria. E, lamentavelmente, vão fazer pela metade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O acordo é esse, Senador Pedro Simon. Eu agradeço a V. Exª.

Nós vamos colocar o acordo em votação neste momento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado pela unanimidade dos presentes.

A Mesa agradece a compreensão do Relator e de todos os Srs. Senadores. Mesmo discordando, fizemos aqui esse entendimento...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aécio Neves, como Relator, pede a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Peço a palavra a V. Exª, Sr. Presidente, mais uma vez para cumprimentá-lo pela condução que deu a essa questão, mas apenas fazendo um único reparo. Não quis interromper os oradores, que manifestaram as suas posições aqui de forma muito clara, mas reafirmo que, em momento algum – e V. Exª é testemunha disso –, como Relator, tratei essa matéria como membro da oposição que sou. Recorro, inclusive, à primeira manifestação minha sobre a matéria em 2001, quando era Presidente da Câmara dos Deputados, filiado ao partido do Presidente da República: interrompemos, naquele momento, o processo de reedição sucessiva e indeterminada das medidas provisórias, porque eu achava que o Parlamento precisava recuperar a sua capacidade de legislar. O que estamos fazendo, de alguma forma, hoje, é a mesma coisa.

Este não é um relatório do Senador Aécio Neves; é um relatório do conjunto desta Comissão, para o qual contribuíram Lideranças de absolutamente todos os partidos. Eu, até porque não citei anteriormente, quero citar o papel do Senador Lindbergh Farias, sempre construtivo, compreendendo que essa é uma questão política e que não se trata de perda do Governo, mas de recuperação de prerrogativas desta Casa. Ser governo ou ser oposição é efêmero, é circunstancial, é passageiro. O Parlamento precisa ser perene; o Parlamento tem que recuperar as suas prerrogativas. E digo sempre que estas não nos pertencem; elas pertencem à população brasileira, que nos delegou, com seu voto, a responsabilidade de, em seu nome, garantir essas prerrogativas.

Eu agradeço a todos, portanto, que compreenderam a necessidade de ceder em vários aspectos para chegarmos a esse texto. E, já que estamos nesta Casa, hoje, neste momento, no Plenário, homenageando o Senador Itamar Franco, permitam-me chamar aqui o seu nome, porque S. Exª era um dos mais entusiasmados, até porque era dos mais críticos ao uso abusivo das medidas provisórias, mas entusiasmado com a mudança nesse rito. Esta também é uma homenagem a S. Exª.

E concluo lembrando também um outro mineiro, sempre presente nesta Comissão enquanto foi Senador da República, chamado Tancredo Neves. Ele dizia que tinha sempre uma alegria muito maior em fazer um bom acordo que em vencer um adversário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio Neves.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, nos termos apresentados pelo Senador Aécio Neves, favorável às Emendas de nºs 2, 3 e 5, todas de plenário, nos termos da Subemenda nº 1, um substitutivo desta CCJ.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência a V. Exª para que nós pudéssemos levar o tema ainda hoje ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovada a matéria, atendendo a solicitação do Senador Aécio Neves e por concordância do acordo e do entendimento que fizemos – se V. Exª não tivesse pedido, eu iria fazê-lo de ofício –, consulto os Srs. Senadores sobre a urgência para que enviemos a matéria ainda hoje para análise do Plenário do Senado Federal.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Encaminharei, hoje ainda, a matéria ao Plenário com a urgência necessária, por determinação deste Plenário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passarmos ao item 2 da pauta, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 2 da pauta. Mas, antes, pede a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se V. Exª pudesse, o item 4 o Senador Pedro Taques vai pedir vista combinado, porque o Governo, o Ministério da Justiça quer uma audiência para discutir esse tema. Então, o que nós poderíamos fazer? Eu faria um relatório sucinto, o Senador Pedro Taques pede vista e, na terça-feira, eu, ele e o autor da proposta, Senador Ciro Nogueira, nos reuniremos com o Ministério da Justiça para tentar fazer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tendo em vista que eu já havia recebido a solicitação do Senador Ciro Nogueira, que é o autor do projeto, para que fizéssemos uma conversa com o Ministério da Justiça, eu acho que essa matéria é extremamente importante para a vida jurídica do Brasil. O Senador Ciro é o autor da matéria, veio até a Mesa fazendo essa solicitação. Eu consulto o plenário, tendo em vista que essa matéria não vai ser debatida, apenas para que o Senador Demóstenes Torres, como lhe é peculiar no exercício de ser sucinto, se o plenário concordar, eu daria a palavra a S. Exª para que fizesse um brevíssimo relatório, já que vai ser pedido vistas, e depois fizesse um entendimento com o Senador Pedro Taques em relação ao relatório final.

Tem a palavra V. Exª, com a anuência do plenário.

Antes disso, é preciso anunciar a matéria.

ITEM 4

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2011

Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra pessoa ou considerado hediondo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 93, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações: - *Votação nominal;*

Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar.

Tem a palavra V. Exª, com a anuência do plenário, para fazer o relatório extremamente sucinto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, é uma matéria muito importante para o Brasil, acredito eu, para elucidar crimes e também para fazer com que inocentes sejam reconhecidos como tal.

O Senador Ciro Nogueira pega um modelo americano utilizado pelo FBI, chamado Codis, que nada

mais é do que um sistema que já começou a ser implantado no Brasil, recolhendo DNAs de vestígios nos locais de crime. Então, hoje, já temos quinze laboratórios estaduais, um laboratório federal fazendo esse tipo de análise. Encontra-se um cabelo no local do crime, faz-se o DNA e deixa-se ali à disposição do magistrado. É algo reservado, claro, para não levar à presunção de culpa. Se se encontra sêmen num local de estupro, por exemplo, ou sangue, pele, etc, vestígios múltiplos, isso já vai, de uma forma incipiente, para um banco de dados.

O que pretende o Senador Ciro Nogueira? Ele propõe essa ampliação para que as pessoas que sejam condenadas por crimes praticados contra pessoa ou considerado hediondo forneçam o seu perfil genético para esse banco de dados. Isso vai, no futuro, levar à identificação daqueles que praticam crimes seriais e, evidentemente, pode elucidar uma série de crimes que hoje nós não chegamos a qualquer conclusão.

Vale lembrar que, no caso de homicídios no Brasil – o Brasil é o pai com maior taxa de homicídios por arma de fogo, por exemplo –, nós temos uma taxa de elucidação de 10% apenas desses homicídios. E vejam que chega a ser, em decorrência de outros modelos adotados mundo afora, um projeto tímido se for comparado com o projeto inglês, em que qualquer indiciado, independentemente de condenação, já tem que fornecer o seu material genético.

E mais, e é de forma indolor. Hoje você passa um algodão na boca e faz o DNA, sem qualquer problema. E já estão evoluindo para isso ser a identificação civil.

Não há qualquer espécie de questionamento quanto à constitucionalidade, porque hoje a pessoa já faz a identificação, por exemplo, com a sua digital. Todo mundo que quer tirar uma carteira de identidade, obrigatoriamente, tem que fazer isso.

Então, é um projeto muito bom, de muita relevância. Eu acredito que, se nós aprovarmos esse projeto, será um primeiro passo para expansão desse banco de identificação do perfil genético. É uma maneira de se elucidarem crimes, de dizer também que uma pessoa é inocente, de fazer com que se evolua a investigação do Brasil para o método científico, de modo que creio que temos de aplaudir a iniciativa do Senador Ciro Nogueira. O Ministério da Justiça quer uma audiência, até imagino que seja para expandir o alcance do projeto, e o Senador Ciro, de forma muito habilidosa, pegou logo o modelo mais conservador, que já é um grande avanço para o Brasil, e nós esperamos que realmente seja ideia do Ministério da Justiça fazer com que haja uma expansão do projeto originariamente apresentado pelo Senador Ciro Nogueira.

Eu voto e aplaudo a iniciativa do Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes, pela rapidez do relatório.

Como o Senador Pedro Taques... Já houve a manifestação. Queria apenas ouvir a manifestação de V. Exª pedindo vistas do projeto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou conceder vista coletiva para que essa matéria possa vir à apreciação já na próxima semana. Se o Ministério da Justiça quiser fazer a conversa e o entendimento, até terça-feira terá que fazer essa reunião, para, na quarta-feira, apreciarmos essa matéria, pela importância que compreendo ela tem.

Portanto, concedo vista coletiva do Item 4...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só para justificar o pedido de vista. Esse projeto – cumprimentando também o autor e o relator, o Senador Ciro e o Senador Demóstenes – tem repercussões também na prescrição de crimes. A promotoria de Nova York, nos Estados Unidos, tem um trabalho muito forte em cima de prescrição e esses bancos de dados, e o Ministério da Justiça pediu essa reunião. Por isso, o pedido de vista.

Esse projeto é muito bom, e, mais uma vez, cumprimento o Senador Ciro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo item da pauta seria o Item 2, que é o Projeto de Lei do Senado 267. o Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, eu peço retirada de pauta desse projeto, Sr. Presidente, porque estou trabalhando num projeto de resolução, inclusive já o apresentei, para tentar mudar a situação do relator *ad hoc*. *Ad hoc* significa para o ato, não significa *ad aeternum*. Então, a ideia é que possamos nesse projeto debater um pouco mais com outros Senadores que me pediram.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pede retirada de pauta, e vou dar vista também coletiva, para que voltemos na próxima semana com essa matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero parabenizar o Senador Ciro pela importância desse projeto, pelo relatório excelente do Senador Demóstenes. E entendi muito bem o pedido de vista do Senador Pedro Taques. Vai ser importante que consigamos aprovar, o mais rápido possível, um projeto desse porte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu apenas informo aos Senadores que o próximo item da pauta é um Projeto de Lei do Senado que é terminativo nesta Comissão. Portanto, informo aos Senadores que estão em outras Comissões, Senadores que estão justamente homenageando o Senador e o ex-Presidente Itamar Franco no plenário do Senado, que vou dar a palavra ao Senador Aloysio Nunes para que façamos, em seguida, o debate dessa matéria e façamos a votação nominal.

Peço ao Senador Ciro Nogueira que permaneça aqui, porque vamos ter votação nominal, convidando os outros Senadores que estão em outras Comissões para aprovarmos ou rejeitarmos essa matéria que é da maior importância, para, em seguida, apreciarmos os dois itens extrapauta, por solicitação do Senador José Agripino e do Senador Alvaro Dias.

ITEM 3

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2011

Dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e dá outras providências.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2008

Acrescenta inciso ao § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, de modo a permitir a doação de recursos financeiros para campanhas eleitorais por meio de cartões de pagamento.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Tem a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, fui honrado por V. Exª, Sr. Presidente, com a relatoria deste Projeto de Lei nº 268, que dispõe sobre financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e dá outras providências.

O que propõem os ilustres autores deste Projeto de Lei? Propõem que nos anos em que se realizem as eleições, sejam consignadas ao Tribunal Superior Eleitoral dotações orçamentárias que correspondam ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior, multiplicado por sete reais, em valor de janeiro de 2011.

Desta forma, são substancialmente ampliados os recursos destinados ao Fundo Partidário nos anos eleitorais, para serem exclusivamente utilizados nas campanhas.

Antecipo-me a um ponto da minha argumentação para lembrar a V. Exªs que, aplicadas essas regras às eleições que foram disputadas no ano passado, nós teríamos um montante de cerca de 950 milhões de reais, que é número de eleitores inscritos no Brasil multiplicado por sete. Este número é importante guardar: 750 milhões de reais.

Essa dotação destina-se a compor um fundo e a parte do fundo proveniente desta dotação só poderá ser utilizada nas campanhas eleitorais.

Como serão distribuídos esses recursos. Esses 5% do fundo serão distribuídos em bases igualitárias para todos os partidos que tenham os seus estatutos registrados no Superior Tribunal Eleitoral; e 95% de acordo com a votação que cada partido tenha obtido na eleição anterior.

Essa proporcionalidade respeitará o número de deputados eleitos, independentemente de eventuais mudanças de legenda partidária no período subseqüente às eleições.

A mecânica proposta para o projeto é simples, os recursos são depositados no Banco do Brasil e ficam à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o dia 20 de cada mês, em quatro parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir de maio. Não serão objeto de contingenciamento, sob pena de responsabilidade.

Esses recursos são distribuídos pelas direções partidárias, pelos diretórios nacionais dos partidos, de acordo com regras que os partidos vierem a estabelecer. Os próprios partidos disciplinam a forma de distribuição desses recursos nas eleições, sejam as eleições gerais, sejam as municipais, sejam eleições proporcionais, sejam eleições majoritárias.

E no ano em que se realizam as eleições, é vedado aos partidos políticos o recebimento de qualquer doação de pessoas físicas ou jurídicas. Portanto, fica absolutamente vedada qualquer doação para a campanha eleitoral, vinda de pessoas físicas e jurídicas.

O projeto de lei prossegue com outras exposições para adequar a Lei Eleitoral, que é a Lei nº 9.096, de dezembro de 95, a essa mudança essencial do financiamento de campanha que é proposta pelo projeto.

A justificativa do projeto é dupla. Em primeiro lugar, ela pretende coibir os gastos de campanha, que vão se elevando, exponencialmente, ao longo dos anos,

geralmente financiados por caixa 2. A necessidade de pôr fim aos recursos oriundos do chamado caixa 2 é uma das justificativas do projeto.

E a outra justificativa é dar condições igualitárias de disputa nas eleições aos diferentes candidatos, independentemente da capacidade individual que cada um tem de arregimentar recursos financeiros.

Muito bem, não foram apresentadas emendas e, em razão de um requerimento aprovado pelo Plenário, tramitou em conjunto com o projeto de lei que eu me refiro, o Projeto de Lei de autoria do Senador Alvaro Dias, o PLS nº 373, que pretende acrescentar um inciso ao § 4º do art. 23, da lei das eleições, para permitir a doação de recursos financeiros para campanhas por meio de cartões de pagamento, de débito e de crédito.

Sem embargo, Sr. Presidente, dos propósitos dos autores, eu discordo frontalmente do projeto e proponho a sua rejeição.

Em primeiro lugar, é sabido de todos que a proibição do financiamento privado da campanha, por si só, não contribuirá para introduzir uma dose maior de moralidade e de lisura na disputa. Em minha opinião, ela contribuirá, pelo contrário, para velar ainda mais as relações entre os partidos políticos e entidades privadas e organizações da sociedade civil. Não impedirá.

O que se está propondo, na verdade, terá como consequência o obscurecimento das relações entre a esfera pública e a esfera privada, quando o que se deve favorecer é a mais ampla publicidade dessas relações.

Desde o fim do regime autoritário, a legislação voltou a legitimar a contribuição privada para as campanhas eleitorais. E nós temos tido, ao longo do tempo, desde o restabelecimento da democracia, um avanço progressivo nessa publicidade, na publicidade das relações entre a sociedade civil e as eleições. Neste momento da vida da sociedade política tem havido, ao longo dos anos, um aumento da transparência, com tudo ainda que há por fazer para incrementá-la, mas o fato é que tem havido, ao longo desses anos, o aumento da publicidade.

Eu me referi ao período autoritário para lembrar o seguinte: durante a ditadura, era proibida a doação de recursos oriundos de empresas, para financiar campanhas eleitorais. Era proibido, temos que nos lembrar disso. Será que isso inibiu o caixa 2, o financiamento por fora? Claro que não inibiu, nós todos sabemos disso. O financiamento por fora correu solto durante esse período. E o fato de nós termos, infelizmente somos falíveis, o Código Penal em vigor não impede o cometimento de crimes. O fato é que durante o período em que foi proibida a doação de recursos de campanha por empresas, o caixa dois não deixou de existir, pelo contrário, o caixa dois vicejou durante esse período.

Essa proposta de financiamento público, não vai inibir o caixa dois e vai onerar ainda mais o contribuinte que hoje já participa largamente do financiamento, não apenas da vida dos partidos políticos, mas também das eleições, das campanhas eleitorais, por dois caminhos. O caminho do fundo partidário que foi consideravelmente incrementado no final da última legislatura, com a garantia de recursos por correspondentes ao número de eleitores inscritos no ano anterior, e as campanhas eleitorais são também, em parte, financiadas pelo contribuinte, na medida em que a chamada propaganda gratuita pelo rádio e pela televisão não é gratuita absolutamente. Ela custa caro, evidentemente, para os partidos e os candidatos, mas ela custa também recursos públicos. As televisões, as rádios cobram do poder público, sob a forma de isenções tributárias, de benefícios tributários, aquilo que elas deixaram de ganhar pela transmissão dos programas eleitorais de rádio e TV. Há uma compensação tributária referente a esse horário utilizado, prevista no art. 99 da Lei das Eleições, que implica volume considerável de recursos. Nas últimas eleições, foram R$850 milhões. Cito esse número para comparar com os R$950 milhões que seriam, se fosse aprovado o projeto, destinados ao financiamento das eleições gerais como aqui se disputou no ano passado. Somente o rádio e a TV já custam aos contribuintes R$850 milhões. E se pretende com este projeto agregar mais R$950 milhões. Só para nos atermos aos parâmetros das eleições do ano passado.

Será que isso é suficiente para cobrir os gastos de campanha? Vamos nos lembrar de quanto os partidos gastaram – e isso está na prestação de contas dos partidos políticos brasileiros – nas últimas eleições. Mais, Senador Pedro Taques: R$3 bilhões e 200 milhões. Foi o quanto se gastou nas últimas eleições, fora o caixa dois. Isso absolutamente declarado pelos partidos. Como vai se cobrir a diferença entre os R$950 milhões previstos pelo projeto e os R$3 bilhões e 200 milhões gastos efetivamente, declarados pelos partidos na eleição passada. Evidentemente, por fora. Ou será que as eleições vão ficar miraculosamente mais baratas pela aprovação dessa lei? De modo algum.

O que vai acontecer é que nós vamos encobrir ainda mais, sob o manto do financiamento público exclusivo das campanhas as relações entre o público e o privado. Lembro-me do tempo em que eu era militante do Partido Comunista Brasileiro. Uma das tarefas essenciais do militante, mais importante, mais arriscada e mais difícil de ser cumpridas era exatamente buscar contribuições para o financiamento do partido, criando um círculo de contribuintes voluntários. Imaginem V. Ex.ªs a dureza que era isso! Eu tinha sempre horror em ser encarregado das finanças do partido, porque

isso implicava em uma tarefa quase que impossível de ser cumprida. No entanto era muito valorizada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – E ainda tinha que vender o jornal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – E ainda tinha que vender a *Voz Operária*.

Mas o fato é que essa tradição de buscar financiamento entre simpatizantes do partido sempre foi uma das tarefas mais nobres dos militantes dos partidos democráticos, dos partidos de massa, dos partidos que foram constituídos para se oporem à ordem vigente. Isso vem da origem dos partidos socialistas, da origem dos partidos democráticos na época do absolutismo

Esse projeto de lei pretende acabar com essa prática a pretexto de introduzir uma dose maior de moralidade no financiamento das campanhas.

Quanto à equanimidade, não tenho dúvida nenhuma de que, pelo contrário, a forma pelo qual esse financiamento proposto poderia funcionar vai introduzir uma outra forma de discriminação, que é a decorrente da centralização do poder nas mãos dos diretórios nacionais, que vão escolher, segundo critérios de proximidade com o grupo dirigente, quais serão os candidatos que serão mais beneficiados e quais serão os deixados para trás. Ficará entregue à discrição dos partidos políticos essa distribuição, ou seja, tornará as bases partidárias ainda mais dependentes das cúpulas, reforçando, assim, essa tendência já existente em todos os partidos de oligarquização dos partidos políticos. É isso o que vai acontecer se esse projeto for aprovado.

Meus amigos, o que acaba com o caixa dois, o que introduz doses crescentes de moralidade é o esforço incremental, aluvional, eu diria, que tem havido do Congresso Nacional, da sociedade civil, da ação do Ministério Público. As leis que estamos aprovando ao longo do tempo, como a lei que proíbe a captação de sufrágios, a Lei da Ficha Limpa, relatada pelo Senador Demóstenes Torres e aprovada pelo Congresso Nacional, é isso que melhora. É publicidade, é luz. Não é o manto, não é fingir que as coisas não existem, mas colocar luz sobre elas.

O que introduz moralidade na vida pública é acabar com loteamento político de ministérios, de empresas estatais, de agências reguladoras, que são entregues a grupos, a facções, a líderes políticos para fazerem o que bem entenderem ocupando esses cargos, em troca de uma governabilidade abjeta. Se nós acabarmos com isso, se nós diminuirmos os cargos de confiança, introduzirmos doses crescentes de profissionalização e de recrutamento pelo mérito no serviço público é isso que vai contribuir, não para o fim, mas para a diminuição da influência ilícita do poder econômico nas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, eu não queria interromper V. Exª, mas tendo em vista que esta matéria é terminativa...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu já estou concluindo, porque, assim, cumpro o meu...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... Há um pedido de inversão de pauta do Senador Agripino e do Senador Alvaro Dias. Como estamos com três ministros na Casa em homenagem ao Senador Itamar Franco, eu vou pedir vênia a V. Exª, que pode concluir, para que, de ofício, eu faça a inversão de pauta, para que a gente não derrube a reunião e possa aprovar os dois projetos que são extremamente importantes tanto para o Estado do Rio Grande do Norte como para o Paraná. Na quarta-feira, nós votaríamos esta matéria.

Dou a palavra a V. Exª para concluir. Desculpe-me interrompê-lo. Era apenas para alertar sobre essa questão do quórum, porque vamos ter debate aqui já, já, estamos tendo sessão solene no plenário, temos aqui o Ministro da Agricultura na Comissão de Agricultura e o Ministro Carlos Lupi, que está também aqui no Senado Federal fazendo um debate na comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu já concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concluo me referindo ao projeto de lei que foi apensado a este que me referi sobre financiamento público, do nobre Líder Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias propõe, e o faz de uma forma pioneira, a possibilidade de participação no financiamento nas campanhas eleitorais mediante a utilização de cartões de pagamento. Essa proposta do Senador Alvaro Dias considero prejudicada, uma vez que ela já foi adotada na Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009, que alterou a legislação eleitoral partidária, que alterou diversos artigos da lei eleitoral, inclusive, abrindo essa possibilidade, que foi proposta de forma, insisto, pioneira pelo Senador Alvaro Dias. Ainda é pequena essa participação, mas creio que, ao longo do tempo, ela tende a aumentar.

Finalmente, quero dizer que o financiamento público de campanha só seria possível, viável, se houvesse voto de lista fechada, mas, ainda assim, com todos os defeitos a que acabo de me referir. Sem lista fechada, então, isso seria o absurdo dos absurdos!

É o meu parecer, Sr. Presidente, pela rejeição do Projeto de Lei e pela prejudicialidade do projeto apresentado pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a anuência de V. Exª e do Plenário, vou proceder à inversão de pauta, solicitada pelo Senador Agripino, para votar uma matéria extrapautada. Voltaremos, na próxima quarta-feira, ao debate sobre essa matéria. V. Exª já leu o relatório. Apenas faremos o debate, para encerrarmos essa questão última da reforma política na Casa.

Eu pediria também a compreensão do Senador Randolfe Rodrigues, que é o Relator do PLC nº 188, também terminativo. Mas, como se cairia na mesma questão de se derrubar a reunião, eu pediria a compreensão do Senador Randolfe, para que essa matéria voltasse à pauta na próxima quarta-feira, com a inversão de pauta. Eu queria apenas que houvesse a anuência de V. Exª, para que não atropelássemos os procedimentos. Tanto já se falou essa palavra na Comissão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Sr. Presidente. Nós a relataremos na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado pela sua compreensão. V. Exª é sempre um Senador presente, eficiente e compreensivo.

O primeiro projeto extrapauta é o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2011, que é não terminativo e que, portanto, podemos votar agora.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2011
- Não terminativo -

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região – Rio Grande do Norte, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Relatoria: Senador José Agripino.

Antes de conceder a palavra ao Senador José Agripino, quero fazer uma justificativa. Há um item extrapauta referente ao projeto que trata da carteira de identidade das Forças Armadas brasileiras. Como é um projeto terminativo, eu o incluirei da pauta da próxima semana.

Tem a palavra o Senador José Agripino, para fazer seu breve relatório, para colocarmos a matéria em votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei em apreço é da iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e objetiva aumentar para dez juízes a composição do TRT da 21ª Região, com sede em Natal-RN. O parágrafo único do dispositivo destina um quinto dos referidos cargos a advogados e membros do Ministério Público, na forma da Constituição Federal.

Um dos artigos do Projeto cria dois cargos de Juiz do referido Tribunal, para atender à nova composição, a serem providos em consonância com o art. 115 da Constituição. Dentre os juízes, dois exercerão, na forma regimental, as funções de Presidente, de Vice-Presidente e de Corregedor do Tribunal (art. 3º).

Outro artigo estabelece que, além do Tribunal Pleno, o TRT da 21ª Região será dividido em duas Turmas integradas por quatro membros.

Por outro artigo, ficam criadas, na jurisdição do referido Tribunal, cinco Varas do Trabalho – esta é uma novidade importante para o meu Estado –, sendo duas em Natal e uma nas cidades de Ceará-Mirim, de Goianinha e de Macau.

Outro artigo enuncia que os recursos financeiros decorrentes da execução da Lei que se quer aprovar correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal no Orçamento-Geral da União.

Eu queria salientar que esta matéria conta com o De Acordo, está aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). É um Projeto de Lei que faz adequações no TRT do Rio Grande do Norte, que, diga-se de passagem, tem sido campeão na apreciação de matérias trabalhistas e que tem exercido o papel de apoiador das questões trabalhistas de forma exemplar. Isso é o que me move a relatar com entusiasmo a matéria, que solicita reforço de estrutura para o que vai bem possa ir ainda melhor, com o aval, com a digital do CNJ, do TST e do povo do Rio Grande do Norte, que espera ansioso pela aprovação desta matéria.

O meu voto, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o relatório de V. Exª.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento de urgência para que a matéria possa ser...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou submeter o requerimento de V. Exª a voto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto.

A matéria vai a plenário, mas, antes, submeto o requerimento de urgência, do Senador José Agripino, para que a matéria vá a plenário ainda no dia de hoje.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo item extrapauta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu pediria inclusão também, e tinha conversado com V. Exª antes, extrapauta, do Projeto nº 325, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se não for terminativo, colocarei agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não é não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já concederei a palavra a V. Exª.

Item extrapauta

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2011

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para o seu breve relatório, tendo em vista que ainda há outro item para ser incluído extrapauta, como solicita o Senador Lindbergh.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Serei brevíssimo, Sr. Presidente.

É interesse do Tribunal Superior do Trabalho; altera a composição do Tribunal Regional da 9ª Região (PR) de 28 para 31 juízes. Portanto, aumentando três juízes.

O Regimento Interno disporá sobre as Turmas e Seções Especializadas.

Acrescenta três cargos de juiz de tribunal, sete cargos em comissão e doze funções comissionadas.

Dispõe que os recursos financeiros decorrentes das alterações advirão das dotações orçamentárias do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Portanto, Sr. Presidente, há necessidade em função do volume de processos que tramitam no Tribunal do Trabalho da 9ª Região, e nós recomendamos a aprovação e pedimos o apoio das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, atendendo, sobretudo, o apelo do Presidente daquele Tribunal, Dr. Ney, que recentemente aprovamos aqui para o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) Obrigado, Senador Alvaro Dias.

V. Exª sempre diligente, hoje faz aqui com que a 9ª Região, do Estado do Paraná, receba mais esta oportunidade para melhorar a vida do trabalhador brasileiro.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria foi aprovada e vai a Plenário. Mas, antes, há um requerimento de autoria do nobre Senador Alvaro Dias.

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CCJ

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2011."

Essa iniciativa é para que o povo do Estado do Paraná, os trabalhadores principalmente, possa ser atendido, por solicitação de V. Exª, Senador Alvaro Dias.

Coloco em votação o requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o regime de urgência, a matéria vai ao plenário do Senado.

Último item extrapauta, atendendo solicitação do nobre Senador representante do Estado do Rio de Janeiro, articulador nesta Casa e sempre compreensivo para que façamos aqui deste plenário a Casa do entendimento, respeitando sempre aqueles que divergem das nossas posições.

Item extrapauta

EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 5, 6 E 7, OFERECIDAS DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2011

***Concede a anistia a bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro que foram punidos por participarem de movimentos reivindicatórios*.**

Graças a Deus, já reina a paz naquele Estado.

A autoria do projeto é do Senador Lindbergh Farias.

A autoria da Emenda nº 05 é do Senador Lindbergh Farias e outros.

A autoria da Emenda nº 6 é do Senador Renan Calheiros.

A autoria da Emenda nº 7 é do Senador Eduardo Amorim.

O relatório do Senador Marcelo Crivella, que deve estar em outras Comissões neste momento, é pelo acolhimento das Emendas de nº 5 a 7, de Plenário, nos termos da Subemenda que apresenta, bem como pela apresentação de emenda de redação.

Tendo em vista que o Senador Marcelo Crivella não se encontra presente e pela urgência para liquidarmos de vez com esse assunto de punição no Estado do Rio de Janeiro, já que fizemos o entendimento e devem ser todos anistiados pela participação no movimento reivindicatório, eu solicito ao Senador Randolfe Rodrigues, que, se concordar, seja, como diz o Senador Pedro Taques, efetivamente relator *ad hoc* apenas nesta reunião.

Tem a palavra V. Exª para fazer o relatório se assim concordar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com muita honra, Sr. Presidente, uma vez designado por V. Exª, acolho aqui o projeto de lei de autoria do Senador Lindbergh Farias.

Retorna a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 325, de 2011, de autoria do Senador LINDBERGH FARIAS, cuja ementa é transcrita na epígrafe, para exame das Emendas de Plenário nºs 5 a 7, já pronunciadas por V. Exª, Sr. Presidente.

Na análise, não há qualquer tipo de contradição entre as emendas apresentadas ao PLS nº 325, de 2011, tanto que a primeira delas, inclusive, tem como primeiro signatário o autor da proposição original.

Finalmente, o voto.

Ante o exposto, opinamos pelo acolhimento das Emendas nºs 5 a 7–PLEN, apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2011, na forma da subemenda que se segue, bem como pela apresentação de emenda de redação:

Lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, pede a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu vou me abster de votar nesta matéria. Há tantas circunstâncias referidas no projeto cobertas pela anistia que eu não tenho simplesmente condições de verificar o que realmente ocorreu em cada uma dessas circunstâncias e em cada um dos Estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia... É uma quantidade muito grande de situações, talvez díspares entre elas.

Eu considero que a disciplina é um elemento fundamental para o funcionamento das polícias militares, porque essas pessoas são o braço do exercício legítimo da força; são pessoas que portam armas, que devem, pois, obedecer o princípio da hierarquia de uma maneira absolutamente inflexível.

Desse modo, não conhecendo as circunstâncias em que esses movimentos ocorreram, eu me sinto mais seguro me abstendo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a abstenção do Senador Aloysio Nunes Ferreira, já registrado, com a exposição do motivo de sua abstenção, extremamente correto e justo, continua a matéria em discussão. (*Pausa*.)

Senador Pedro Taques, deseja fazer uso da palavra?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Na Câmara o projeto foi emendado?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não; foi aqui no Senado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Acrescendo outros Estados além do Rio de janeiro?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Além do Rio de Janeiro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim; eu peço vênia, então, ao Relator para também registrar a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a manifestação de abstenção dos Srs. Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Pedro Taques, coloco em votação a matéria.

À exceção dos dois Senadores que se abstêm, as Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, apresento requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável às Emendas de nºs 5 a 7, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, bem como pela apresentação da Emenda nº 8-CCJ, de redação.

A matéria vai a plenário.

Antes, porém, há um requerimento sobre a mesa de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado

Federal, requeiro urgência para a Emenda de plenário de nº 5 a 7 ao PLS nº 325, de 2011.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.

Senador Randolfe Rodrigues.

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aprovada a urgência, a matéria vai a Plenário.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos Srs. Senadores. As matérias que não foram aprovadas no dia de hoje voltam na o próxima reunião, quarta-feira, quando faremos uma reunião dupla, ou faremos uma reunião extraordinária na terça-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e seis minutos, do dia dezessete de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Ciro Nogueira e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião e Gim Argello. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **1ª PARTE: ITEM 4) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2010** Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas. (Assegura validade nacional à Carteira de Identidade expedida pelo Ministério da Defesa). **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado: Aprovado o Projeto. 2ª PARTE: Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 108, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, a indicação do Senhor LUIS CARLOS GOMES MATTOS para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Votação secreta. Em 10/08/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do General-de-Exército LUIS CARLOS GOMES MATTOS para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli, com 9 (nove) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários. Aprovado o Requerimento nº 70, de 2011-CCJ, de dispensa de interstício para imediata inclusão da Mensagem (SF) nº 108, de 2011 na Ordem do Dia. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF), Nº 593, DE 2010** Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP. **Autoria:** Senadora Níura Demarchi. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Pedro Taques e José Pimentel, nos termos regimentais. ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2011** Altera o Código Penal, para prever o crime de formação de quadrilha ou bando com o fim de cometer crime contra agente público, nas hipóteses que especifica. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011-CCJ** "Requeiro nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviado convite às autoridades abaixo relacionadas, para que no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seja realizada **audiência pública**, com o objetivo de instruir a tramitação da **PEC 53/2007**,

que 'extingue o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a propriedade desses bens'. Secretária do Patrimônio da União - Sra. PAULA MOTTA LARA; Procurador chefe da República do Estado do Pará - Sr. UBIRATAN CAZETTA; Representante da Associação Nacional dos Servidores do Patrimônio da União – Sr. RAIMUNDO ARAÚJO DE SOUZA JÚNIOR; Representante Associação dos Moradores do Terreno de Marinha do Estado do Pará – Sr. ÉDSON MAURO FREITAS DAS DORES; Advogado, mestre em Direito Agrário, defensor público aposentado do Estado do Pará – Sr. CÂNDIDO PARAGUASSU DE LEMOS ELLERES." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício para imediata inclusão da Mensagem (SF) nº 108, de 2011 na Ordem do Dia." **Autoria:** Senador José Pimentel. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e cinqüenta e nove minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **ITEM 1)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2011 TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2011. **ITEM 2)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2011, TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2008 e **ITEM 3)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2011 e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam – a Ata foi distribuída a todos os Srs. Senadores – permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Comunicado.

Comunico aos Srs. e às Srªs Senadoras o recebimento do Ofício nº 036, de 2011, Gabinete LMCNMP Especial do Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que remete a esta Comissão para conhecimento extratos das decisões proferidas e relatórios da 8ª Sessão Extraordinária e da 9ª Sessão Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público.

Expediente.

Encaminhado em resposta o Ofício de nº 108, de 2011, desta Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, do dia 3 de agosto de 2011, pelo qual esta Presidência registra o recebimento da correspondência, informando que a mesma será mantida em nossos arquivos e que as mencionadas informações serão levadas ao conhecimento do Plenário desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o que faço neste momento, tornando, inclusive, os relatórios à disposição dos Srs. Senadores.

A presente reunião destina-se à deliberação, na primeira parte, dos Itens nºs 1 a 4 e, na segunda parte, da Mensagem do Senado de nº 108, de 2011, que é a sabatina para que o Sr. General do Exército Luis Carlos Gomes Mattos possa exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli. Autoria da Presidência da República. A votação será secreta e ocorrerá na segunda fase.

Tendo em vista que já demos como lido o relatório e distribuído aos Srs. Senadores, logo em seguida a esta reunião, convidaremos o Sr. Luis Carlos Gomes Mattos, General-de-Exército, para a sabatina.

Item nº 1 da pauta.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu solicito a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo nº 593. Já solicitei inclusão extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tendo em vista que a Marcha das Margaridas está atrapalhando a chegada dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras a esta Comissão e o Item nº 1 da pauta, que é da relatoria do Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª.

A relatoria é do Senador Pedro Taques e já que é um projeto terminativo vamos aguardar um pouco. Quórum tem na Comissão. O que não temos neste momento é presença de número efetivo para aprovarmos ou rejeitarmos o projeto, tendo em vista que ele precisa de doze votos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. Mas darei a palavra, se V. Exª permitir, primeiro ao outro Pedro, o Pedro primeiro, depois ao Pedro Taques.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O primeiro já falou, agora fala o segundo.

Eu tenho aqui uma agenda que me foi fornecida pela minha assessoria que não é a que V. Exª leu. A agenda que eu recebi da Secretaria diz aqui: "Item nº1. Institui a cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar. Item nº 2. Dispõe sobre financiamento público exclusivo de campanha. Item nº 3. Estabelece identificação genética para os condenados por crime praticado. Item nº 4. Assegura validade nacional da Carteira de Identidade. Item nº 5. A indicação do Sr. Luis Carlos Gomes". É diferente da que V. Exª está lendo. Houve modificação?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. É isso mesmo. A pauta é essa.

ITEM 1

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2011

Acrescenta os arts 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Autoria: Senador José Sarney e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2011

É a mesma coisa, Senador Pedro. É que V. Exª está com o resumo. Acho que assessoria de V. Exª já preparou um resumo mais detalhado no que se refere a cada item da pauta, tendo em vista que a pauta é mais resumida.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Me desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem problema, Senador Pedro Simon, estou aqui para esclarecer as dúvidas que porventura existam.

Tendo em vista que esse projeto do Senador Armando Monteiro é extremamente importante, com a permissão do Plenário, e tendo em vista que o primeiro item da pauta, do Senador Pedro Taques, é terminativo, precisamos aguardar um pouco mais a presença dos Srs. Senadores.

Senador Valadares, nós vamos ter votação nominal, V. Exª vai para outra comissão?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tem votação nominal lá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Também. Eu aguardo por V. Exª.

Enquanto isso, com a permissão do Senador Pedro Taques...o Senador Pedro Taques pede a palavra. Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu sou o relator *ad hoc* desse projeto e apresentei um projeto de resolução – já deve estar protocolado – porque eu entendo que relator *ad hoc* é para o ato. Se fosse o contrário, seria *ad eternum*. Então, são coisas diferentes. Eu apresentei esse projeto de resolução e não me sinto, com todo respeito, para fazer leitura de um projeto tão importante como este, com emenda importante como esta. Penso que nós temos que mudar essa sistemática. Dessa feita, não me sinto habilitado para ser relator *ad hoc*, porque tenho posições diversas e, como Senador da República, eu tenho que manifestar minhas opiniões.

Assim, peço que seja retirado de pauta para que eu possa, se entender por bem, modificar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem toda razão. Relator *ad hoc* é para a reunião e, com a concordância de quem obviamente vai relator como relator *ad hoc*, com a concordância do projeto. Havendo discordância por parte de V. Exª, não há nenhum problema. V. Exª foi nomeado relator *ad hoc* naquele dia e, por esse motivo, fica devolvida a relatoria ao relator de origem, tendo em vista que V. Exª tem toda razão, a Mesa compreende e aceita a ponderação de V. Exª. Até por discordância de V. Exª em relação ao PLS nº 267, a Mesa devolve ao relator de origem, Senador Vital do Rêgo.

Peço à assessoria que convide o Senador Vital do Rêgo, tendo em vista que essa matéria é a penúltima matéria da reforma política e está pendente por ausência dos Srs. Senadores.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu sugeriria, se o Senador Pedro Taques não tivesse objeção e V. Exª também, conversando com o Senador Vital do Rêgo, que o Senador está na Comissão de Orçamento muito atarefado, que fosse designado – se for possível, não conheço o Regimento – o Senador Pedro Taques como relator efetivo da matéria, para que ele possa examinar e trazer o seu parecer na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Vital do Rêgo está designado como relator. O Senador Pedro Taques seria o relator ad hoc da matéria. Houve um entendimento nesse sentido no dia. O Senador Pedro Taques analisou o projeto, tem divergências, Senador Dornelles,

sobre o projeto. E eu vou consultar o Senador Vital do Rêgo, até por uma questão ética da Mesa, tendo em vista que ele foi designado relator e eu não posso tirar a relatoria dele sem que ele devolva a relatoria. Se ele devolver, passarei obviamente a um outro Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Lógico. Isso dentro de um clima de entendimento, de conversa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como sempre pertinentes as ponderações de V. Exª.

Com a anuência do Plenário – estão chegando os Senadores –, eu colocaria, a pedido do Senador Armando Monteiro:

ITEM EXTRAPAUTA

- Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 593

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP).

A autoria é da Senadora Níura Demarchi. A relatoria é do Senador Armando Monteiro, a quem concedo a palavra para fazer seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 593 que tem por finalidade sustar os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Estado do Trabalho e Emprego que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do sistema de registro eletrônico do ponto. Compete a esta Comissão, nos termos do disposto no inciso I do art. 101 do Regimento Interno deliberar sobre a presente proposição em relação à sua juridicidade e constitucionalidade.

Sob a ótica da técnica legislativa, nada a opor, pois seus comandos encontram-se em conformidade com o que estatui a Lei Complementar nº 95. Entretanto, a Portaria nº 1.510 traz uma série de impactos prejudiciais às empresas, aos trabalhadores e suas relações de modo geral, além de extrapolar seu poder de regulamentar.

No tocante às empresas, a medida gera uma série de custos desnecessários, uma vez que impõe o sucateamento de todos os equipamentos e práticas adotados há mais de vinte anos que utilizam sistemas eletrônicos no País. A medida também obriga as empresas a adquirir novos equipamentos, gastando desnecessariamente com instalação dos mesmos, além de implicar novos custos de gestão.

Os aparelhos estão chegando ao mercado com valores entre R$2.500 e R$5.000, e os fabricantes estimam que, para evitar grandes filas e desperdícios de tempo, deve-se calcular um equipamento para cada 70 funcionários. Existe uma estimativa de permuta de um milhão de registradores. O custo total que envolve a compra, a instalação e a adaptação do novo sistema, poderá alcançar até R$6.000 por equipamento. Assim, a portaria do Ministério do Trabalho poderá impor um prejuízo de R$6 bilhões para o setor produtivo nacional, no momento em que o País demanda medidas que fortaleçam a nossa competitividade diante da acirrada concorrência com os produtos estrangeiros.

Com respeito ao objetivo de combate à fraude, a portaria tem pouco alcance, uma vez que o equipamento não é capaz de coibir a mais comum das fraudes: a combinação entre empregado e empregador de registrar o ponto, nos padrões normais, independentemente do excesso de horas trabalhadas.

Ainda é necessário esclarecer que o Ministério do Trabalho e Emprego publicou, em 28/02/2011, a Portaria nº 373, de 2001, que adiou para 01/09/2011 a obrigatoriedade do uso de registro eletrônico de ponto e permitiu que as empresas firmem acordo coletivo para estabelecer formas eletrônicas alternativas ao REP de controle de ponto, desde que respeitadas diversas restrições ali estabelecidas.

Ressalte-se que o avanço dessa nova portaria é a autorização mediante negociação coletiva para adoção de meios alternativos de controle de jornada de trabalho, ou seja, uma faculdade ao empregador de adotar o registro eletrônico de ponto ou um meio alternativo acordado em negociação coletiva. Todavia, o uso dessa faculdade acarreta presunção de cumprimento integral da jornada de trabalho contratual por parte do empregado, desvirtuando, assim, a flexibilização do controle do ponto proposto pelo *caput* do art. 1º da portaria.

Além disso, independentemente dos problemas de mérito apontados, julgamos que o Poder Executivo utilizou, inadequadamente, o instituto da portaria. Não há dúvida de que ao Ministério do Trabalho e Emprego compete baixar normas quanto ao registro de ponto eletrônico e de como se procederá a anotação.

Poderá, ainda, estabelecer os parâmetros dos registros, o modo como esse deve ser efetuado eletronicamente, os padrões de segurança, de inviolabilidade de dados, a obrigatoriedade de cadastro junto ao Ministério do Trabalho e outras determinações presentes no art. 74 da CLT.

Entretanto, o regulamento criou novos direitos e deveres, como o dever do empregador fornecer o comprovante impresso, recibo pelo tempo despendido e o direito do empregado receber esse comprovante, já que não há previsão em lei.

Assim, não há que se falar em ilegalidade no fato da emissão de papel comprovante a título de recibo da marcação de ponto. O que não se pode é determinar a emissão desse recibo por meio de regulamento, eis que não há previsão, no art. 74 da CLT, desse procedimento, que tão somente diz que para os estabelecimentos com mais de 10 empregados é obrigatória a anotação de uma hora de entrada e de saída em registro manual, mecânico ou eletrônico.

Dessa forma, a obrigação, o dever de fornecer comprovante de registro diário de entrada e saída não possui forma prescrita em lei, seja em registro manual, mecânico ou eletrônico, o que vale dizer que não tem validade tal determinação.

Com efeito, portarias são atos administrativos internos, pelos quais os chefes de um determinado órgão expedem determinações gerais e especiais aos seus subordinados. Assim, não podem e não se prestam a ser instrumentos de regulação de matérias objeto de leis e, menos ainda, de dispositivo da Constituição Federal.

Portanto, a regulamentação do Poder Executivo deveria se restringir a fixar normas quanto ao registro do ponto eletrônico e de como se procederá a anotação, segundo os parâmetros estabelecidos pelo art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho. Ir além caracteriza exorbitância do seu poder de regulamentar e ofensa à Constituição Federal.

Em conclusão, a obrigação de fornecer comprovante de registro diário de entrada e saída, seja em registro manual, mecânico ou eletrônico, deve possuir forma prescrita em lei, e por relacionar-se ao Direito do Trabalho, é competência do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, conforme prevê o art. 48 da Constituição Federal.

Sobre o aspecto formal, vale dizer que o Projeto de Decreto Legislativo nº 593 atende aos preceitos consubstanciados no inciso V do art. 49 da Constituição Federal, que confere ao Congresso Nacional competência exclusiva para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 593.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, para discutir, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Pedro Taques e, depois, o Senador José Pimentel.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu vou pedir vista desse projeto de decreto legislativo e quero esclarecer a razão.

O controle político que é feito pela Comissão de Constituição e Justiça, pelo Senado, de atos administrativos do Poder Executivo é uma exceção e eu gostaria de melhor analisar esse projeto.

Por isso, solicito vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental e V. Exª tem vista, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador José Pimentel pede vista coletiva.

Vista coletiva, volta essa matéria na próxima semana.

Próximo item da pauta. Item 2 da pauta.

Tendo em vista que para o item 1 o Senador Pedro Taques estava como relator *ad hoc*, eu consultei o Senador Alvaro Dias, mas, depois, vi que, regimentalmente, tramita em conjunto com esse PLS um projeto de V. Exª, de sua autoria. Portanto, ele não pode ser autor e relator ao mesmo tempo.

Peço desculpas pela consulta indevida e designo o Senador Pedro Taques, agora sim, como Relator efetivo da matéria, e não mais como Relator *ad hoc*. Como V. Exª tem alguma divergência, já está retirada de pauta a matéria, ela volta na próxima quarta-feira...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Presidente, o Senador Pedro Taques apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 276, que modifica o Código Penal, relativamente ao crime de formação de quadrilha ou bando. Eu pediria a V. Exª, está pronta, é uma matéria muito especial, se puder, incluir extrapauta, estou apto a fazer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tendo em vista que a assessoria me informa que a matéria foi recebida agora e, pela praxe, temos que distribuir aos Srs. Senadores, se não houver discordância de V. Exª, o compromisso desta Presidência é de ser o segundo item da pauta, tendo em vista que o primeiro item vai ser o que foi retirado hoje. V. Exª concorda?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para semana que vem? Não dá para fazer hoje? Pode distribuir o relatório, é só tirar cópia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então eu vou providenciar. Havendo tempo, nós faremos antes da segunda... porque nossa reunião hoje tem duas partes: temos a sabatina a fazer. Se tivermos a condição de fazer extrapauta, o faremos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Eunício Oliveira, pediria a V. Exª, se possível ouvido o Plenário, incluir extrapauta o Projeto Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009, da Senadora Ideli Salvatti, que dispõe sobre a condição do perito oficial, os papiloscopistas, em suas perícias específicas e dá outras providências. O Relator é o Senador Demóstenes Torres.

Esse projeto está para ser pautado há bastante tempo. O Senador Demóstenes disse há pouco a mim que está pronto para relatar e já foi distribuído...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já fiz um item extrapauta, vou fazer um segundo item extrapauta. Temos uma matéria cujo relatório já foi lido e discutido. No final da reunião, vejo a possibilidade de incluir na reunião de hoje, senão, me comprometo com V. Exª a tratar esse assunto com a emergência que ele precisa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na mesma linha, Presidente, eu apresentei, dia 21 de junho de 2011, um requerimento para que a CCJ retomasse a instrução da PEC nº 53, de 2007, que extingue o instituto terreno de marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a propriedade desses bens. Essa PEC foi discutida bastante na Legislatura passada e não houve um entendimento com o serviço de patrimônio da União. Tivemos várias reuniões coordenadas pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, mas precisamos avançar sobre esse assunto, que é da maior importância para vários Estados da Federação brasileira.

Eu propus, então, que retomássemos a discussão com uma audiência pública em que fossem convidados, aqui eu tenho cinco...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª já fez o requerimento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está aqui desde junho, 21 de junho. Só queria que V. Exª aprovasse hoje e marcasse então...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No final desta reunião eu coloco o requerimento de V. Exª em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, nós fizemos o seguinte: na última reunião, fizemos a leitura, o Senador Aloysio Nunes fez a leitura demorada, com muito cuidado, do PLS nº 268. Ele volta hoje não mais para leitura, mas apenas para discussão e votação. Como ele é um projeto terminativo, nós temos quatro projetos terminativos aqui e ainda temos uma sabatina, o general já se encontra inclusive aqui aguardando para, depois desta reunião ser sabatinado, eu consulto o Senador Aloysio Nunes, tendo em vista que ele já leu o relatório, na semana passada ele releu algumas questões que ele tinha feito em relação ao relatório, se posso colocar a matéria em discussão, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então a matéria está em discussão o PLS 268, de autoria da Comissão Especial e relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem pediu pela ordem? Senador José Pimentel pediu pela ordem. Em seguida, dou a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu apresentei um voto em separado, que está nos Avulsos, à pág. 33, e peço permissão a V. Exª para lê-lo, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Pimentel, já decido a questão de V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Entendo que, antes de entrar no problema do voto em separado, teremos de votar o parecer do Se-

nador Aloysio, porque, se ele for aprovado, não cabe mais voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, mas, regimentalmente, tenho de dar a palavra ao Senador Pimentel, para a leitura do voto em separado. É óbvio que, após a leitura do voto em separado, vou colocar em votação o relatório do Relator Aloysio Nunes Ferreira. Só colocarei a matéria em votação se, obviamente, o voto do Senador Aloysio Nunes for derrotado nesta Comissão.

Portanto, vou passar a palavra ao Senador Pimentel, apenas para que faça a leitura do seu voto em separado.

No dia 06/07/2011, a Presidência recebeu o voto em separado do Senador José Pimentel, pela aprovação do PLS nº 268, de 2011, e pela rejeição do PLS nº 373, de 2008. Consulto o Senador José Pimentel. Vou pedir ao Senador José Pimentel para fazer a leitura resumida, se possível, para procedermos à votação, que será nominal. Inclusive, V. Exª é o Relator da segunda etapa desta reunião, destinada à arguição do General indicado para ser Ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para proferir o voto em separado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, como o voto em separado é relativamente curto, vou lê-lo na sua totalidade, dada a importância dessa matéria, o financiamento público de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Relatório.

Para imprimir economicidade aos nossos trabalhos, louvo-me no substancioso relatório apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, a ele acrescentando tão somente que, na última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 29 de junho próximo passado, foi concedida vista coletiva da matéria.

Sem mais delongas, passo a analisar a matéria.

Análise.

De pronto, S. Exª revela a opinião contrária ao acatamento da proposição.

Logo no início de sua manifestação, o Senador Aloysio Nunes Ferreira argumenta que "devemos consignar que o financiamento exclusivamente público, ora proposto, em vez de acabar com o chamado caixa dois nas campanhas eleitorais, como se apregoa, na verdade, irá reforçar essa ilicitude". E adita: "Bem sabemos que a proibição não afasta, por si só, o financiamento privado das campanhas eleitorais. Na verdade, ao se proibir qualquer forma de financiamento privado, estar-se-á contribuindo para velar, para esconder as relações dos partidos com entidades privadas e organizações da sociedade civil, mas não para impedi-las".

Essa argumentação remete-nos às profundas e instigantes reflexões de Hans Kelsen sobre a natureza das normas jurídicas, consubstanciadas em sua famosa obra *Teoria Pura do Direito*. As normas jurídicas não pertencem ao reino da natureza, do ser (*sein*), onde a ciência apura as relações de causa e efeito. Tais normas, como normas de cultura, circunscrevem-se no âmbito da observação de condutas humanas que se sancionam positivamente, aprovando-as, ou negativamente, censurando-as. A sanção em si não é corolário natural da conduta. Daí falar-se, no que concerne às normas jurídicas, que são regras do dever ser (*sein sollen*). Não é por que o Código Penal diz, no art. 21, que o fato típico "matar alguém" é punido com a pena de reclusão de 6 a 20 anos que os homicídios deixam de ocorrer. A tipificação penal tem por fim induzir a sociedade sobre a qual incide a, sem recorrência permanente à força, adotar como padrão de comportamento o respeito à vida humana.

Igualmente, a proposta de financiamento público almeja diminuir deforma acentuada as deformações no regime democrático que vão, progressivamente, chegando ao paroxismo de sua convolação em regime plutocrático. Como bem acentuaram os Ministros Tarso Genro e José Múcio, quando, pelo Aviso Ministerial nº 1299, de 27 de agosto de 2008, enviaram ao Congresso Nacional anteprojeto de lei de financiamento público exclusivo de campanha, "não se quer apresentar uma fórmula mágica de combate à corrupção sistêmica ou de bloqueio a métodos ilegais de arrecadação ou de financiamento (o chamado "Caixa 2").

Embora redutível, o problema em causa está nas bases de nossa cultura política, não cabendo exclusivamente à alteração da forma de financiamento de campanha a pretensão de solucioná-lo de maneira integral e definitiva. A mudança almeja, em verdade, outros alvos. Para tanto, partimos do pressuposto – com lastro doutrinário e empírico, diga-se – de que o financiamento público exclusivo de campanha, por clarear publicamente quais gastos são compatíveis com a quantidade limitada de recursos recebida por cada candidato ou partido, pode dar ensejo a instrumentos de controle mais adequados e eficazes – além de induzir o barateamento dos custos de campanha. (...) Além disso, a alteração tende a diminuir a vinculação direta e óbvia entre grande financiador e eleito, oferece maior isonomia ao pleito (gastos aparentes das campanhas mais próximos ou equivalentes entre si) e transfere parcela definidora da eleição do elemento econômico para o elemento programático-ideológico.

Sr. Presidente, se os meus Pares fizessem um pouco de silêncio, eu ficaria muito grato.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Trata-se, ainda, de elemento de reafirmação da democracia partidária: reforça os partidos (em detrimento das campanhas pessoais) e imprime o caráter público essencial às disputas eleitorais".

Por outro lado, à guisa de justificação do atual modelo de financiamento, não procedem as comparações com o regime autocrático, quando as empresas estavam proibidas de doar para candidatos. As relações que se estabeleciam entre o poder político central e o poder econômico prescindiam das atuais mediações institucionais, posto que, dada a natureza autoritária do próprio regime, o sistema de freios e contrapesos era inexistente, ou, quando muito, meramente formal. Nesse contexto, a subordinação da função política aos ditames dos interesses econômicos dispensava totalmente a consideração dos processos eleitorais, para os fins de cálculo da propina. Para que não fiquemos a trazer à baila, patologias pátrias de improbidade administrativa, nos períodos autoritários, basta ler a excelente biografia de Hitler, escrita por Ian Kershaw (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), na qual se desconstitui o mito da conspicuidade do ditador no que diz respeito à acumulação de bens.

O argumento de que o valor total de recursos proposto para o financiamento público "estaria muito abaixo dos gastos declarados referentes às eleições de 2010", na verdade, só reforça a tese esposada no referido aviso ministerial de indução ao barateamento de custos de campanha. Quanto ao problema de a proposição tornar os partidos políticos dependentes do Estado, a sua consistência só poderia ser levada em conta se, no quadro atual, não fossem eles dependentes da "vontade do capital", não obstante se disponham a representar a "vontade popular".

É bom lembrar que, em democracias sólidas, como a norte-americana e a alemã, é lícita a disponibilização de fundos públicos para as campanhas eleitorais e nem por isso se tem em conta que os partidos políticos perdem sua independência política em relação ao Poder Público.

É bom lembrar que o Partido Democrata, após sufragar Barack Obama como seu candidato presidencial nas eleições de 2008, dispunha do direito de acesso a US$80 milhões de fundos eleitorais públicos, mas não se valeu dessa prerrogativa, pois o candidato introduziu uma nova fórmula de arrecadação centrada em pequenas contribuições de cidadãos, com repúdio às contribuições corporativas.

Infelizmente, ainda não alcançamos, no Brasil, um estágio de participação política, que permita às agremiações se valerem de pequenos donativos para satisfação de custo de campanha.

E, aqui, acatamos outro ponto: não se está a impedir que os militantes e os simpatizantes contribuam para sustentação partidária no dia a dia. Esses montantes, todavia, como se sabe, são, notoriamente, insuficientes, dada a nossa cultura, dado o nosso poder aquisitivo para cobrir custos eleitorais, sobretudo na circunscrição nacional em um país de dimensões continentais.

No que pertine ao fenômeno da centralização de recursos, nada impede que haja em lei a fixação de repasses compulsórios para diretórios regionais. Aqui, o que se coloca é a combinação do imperativo de caráter nacional dos partidos políticos – art. 17, inciso I, da Constituição Federal – com nossa forma federativa de Estado.

É preciso que se conheçam os avanços mencionados pelo Relator, mas é necessário mencionar os graves reveses na busca da transparência em matéria de arrecadação eleitoral.

Com efeito, na votação do PLC nº 141, de 2009, que se converteu na Lei nº 12.034, de 2009, minirreforma eleitoral, o Senador Eduardo Suplicy apresentara duas emendas fundamentais para transparência das eleições. Uma propunha que até 30 de setembro deveriam constar da prestação de contas dos candidatos, na Internet, todas as contribuições obtidas até aquela data. A outra apresentada a partir de um apelo formulado pelo então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ayres Britto, que apregoava a proibição da chamada triangulação de contribuição. Expediente pelo qual doadores que querem se ocultar contribuem com seus candidatos, fazendo-o através das tesourarias partidárias, aparecendo essas últimas como doações de campanha, sem revelação do doador de fato. Lamentavelmente, essas emendas foram fragorosamente derrotadas pelo Plenário desta Casa, mostrando a força política do poder econômico.

Finalmente, enfrentamos o argumento que não consta do voto do Relator, mas é comumente evocado na contradita proposição. Vende-se ao senso comum a ideia de que o impacto orçamentário para o País seja maior como modelo de financiamento público. É preciso, porém, alertar à sociedade para a necessidade de se incluir nessa conta, para além do próprio fundo partidário existente e das doações de caixa um e em caixa dois, a quantidade estimada de recursos públicos perdidos em corrupção derivada da vinculação entre agente público e financiador. Nessa matéria, como gostam de dizer os norte-americanos, não existe almoço grátis. A contribuição é adiantada, a título de investimento empresarial. No período pré-eleitoral, terá seu esperado

retorno. No momento em que adjudicados os objetos das licitações para os contribuintes eleitorais do agente público, os contratos são assinados com um *plus*, o famoso superfaturamento, capaz de compensar as despesas adiantadas e proporcionar lucros abusivos, ou, ainda, sobretudo, na área financeira, proporcionar informações privilegiadas, ou o acesso a quem decide as coisas. Afinal, não é demasiado lembrar que dados apontam, como estimativa, a perda de cerca de 2% do crescimento do Produto Interno Bruto, causado diretamente pela corrupção, bem como um custo anual de R$380 bilhões por ano. Estudo apresentado pela ONG Transparência Brasil também indica que pelo menos 70% das empresas gastam até 3% de todo o seu faturamento anual com propinas.

Para enfrentar esse problema, o Governo Federal encaminhou, em 2009, o Projeto de Lei nº 6.616, alterando o Código Penal, trazendo um agravamento da pena para o agente corruptor e para o agente corrupto, que eleva de oito a 16 anos e enquadra esses crimes como crimes hediondos.

Essa proposta encontra-se nas prateleiras da Câmara dos Deputados. Não houve qualquer andamento ainda, desde 2009, dessa matéria, para enfrentar a questão da corrupção, do corruptor ativo e do corruptor passivo.

Portanto, somos a favor de um modelo de financiamento:

- que combata o desvirtuamento da representação da vontade popular, hoje tão imbricada com a manifestação da vontade do capital;

- que enfrente a inviabilidade de candidaturas que não angariam financiadores de grande monta, independentemente do estrato ideológico representado pelo candidato;

- que inviabilize o envolvimento entre candidato e financiador, com impacto direto na defesa de interesses não republicanos e na abertura de canais propícios ao favorecimento ilegal e ao desvio de dinheiro público;

- que estanque o empenho de gastos exorbitantes em campanhas eleitorais, com cada candidato sendo impelido a produzir campanhas individuais, não centralizadas pelo partido, para estabelecer o diferencial de sua candidatura;

- que ataque o convite à corrupção e ao clientelismo, mormente quando pesquisas empíricas apontam, por exemplo, aumento da renda medida do trabalhador em anos eleitorais e comparecimento maior do eleitor às urnas em anos de eleições municipais, justamente os momentos em que a relação pessoal e as possibilidades de controle do eleitor pelo potencial eleito são maiores.

Como o Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008, não faz sentido, caso seja adotado o financiamento público de campanha, não há como acolhê-lo.

Conclusão.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008.

É esse, Sr. Presidente, o nosso voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, em seguida à Senadora Marta e, depois, ao Senador Pedro Simon.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que esse é o ponto mais importante do debate da reforma política, até porque, quando nós falamos em democracia, nós falamos em igualdade de condições, nós falamos em construir um sistema em que seja possível haver uma fiscalização mais adequada e, ao mesmo tempo, que possa eliminar a influência da corrupção e dos interesses de grupos importantes na sua relação com o Estado brasileiro.

Sob o ponto de vista da igualdade, não há dúvida de que, no Brasil, nós temos um sistema eleitoral e um sistema de financiamento das campanhas que são profundamente desiguais.

Alguém da sociedade que tenha desempenhado um papel de protagonismo político, que desenvolva algum tipo de trabalho social, que na sua atividade cotidiana tenha adquirido um conhecimento na sociedade dificilmente terá condições, numa eleição, participando de forma legítima e democrática do pleito, para representar essas ideias, esses anseios, essa prática no Parlamento, dificilmente conseguirá se eleger se, de alguma forma, não tiver financiadores robustos.

Estão vários exemplos aí: lideranças comunitárias, membros de órgãos do Ministério Público, enfim, pessoas que tenham uma militância que lhes dê uma representatividade social. E, portanto, podendo representar ideias e segmentos de uma determinada sociedade.

Se não há por parte dessas pessoas a conquista de uma fonte robusta de financiamento, dificilmente elas conseguirão se fazer representar, seja no Parlamento seja no Poder Executivo.

Por outro lado, pessoas que não tenham qualquer trabalho com repercussão social, que não ocupem nenhuma posição de protagonismo na sociedade, podem conquistar o mandato bastando, para tal, que tenham um caixa robusto para gastar nas eleições. E isso tem se tornado inclusive mais grave.

Qualquer um dos que estão aqui, que participaram de eleições, sabem que o custo de uma campanha eleitoral vem tendo uma progressão crescente e cada vez mais difícil para aqueles que compõem a classe média, para aqueles que não têm vínculos fortes com a questão dos financiadores. Então, essa é uma primeira razão importante: a condição de igualdade. O segundo é também a perspectiva não de nós eliminarmos, mas de nós reduzirmos a corrupção.

É lógico que o simples fato de se aprovar uma lei contra o caixa dois ou contra a corrupção não vai eliminar por si só o problema. Mas eu faço o mesmo raciocínio que foi feito aqui pelo Senador Pimentel. O fato de existir uma lei que combata o homicídio não faz com que o homicídio simplesmente acabe; mas inibe, mas pune aqueles que não agem de acordo com essa legislação.

E nós sabemos que quem financia campanha no Brasil ou financia para ter algum tipo de prestígio pela proximidade com o poder e com os poderosos ou financia por que tem interesses diretos ou indiretos no Estado.

Eu perguntei ontem na Comissão de Infraestrutura: Quem financia a campanha no Brasil? São as empreiteiras, são os grandes bancos e alguns grandes empresários que queiram ter essa relação de proximidade com o poder político. Portanto, a expectativa que tem quem financia é de que mais à frente possa recolher algum tipo de benesse do poder público, intermediada por aqueles que foram eleitos com o seu apoio e com a sua ajuda.

Mas ainda que não seja para ter uma benesse, de todo jeito, cria um vínculo negativo entre aquele que foi eleito e o seu financiador, o que retira do eleito, queiramos ou não, algum nível de autonomia e de independência para o exercício do seu mandato.

Por outro lado, não inibe naturalmente o caixa dois, mas certamente vai reduzi-lo. Por quê? No sistema de financiamento público, eleitoral, cada um dos candidatos sabe concretamente o que representam os gastos daquela campanha. Ao mesmo tempo em que há o financiamento há uma limitação dos gastos. E como tal eu vou saber se o meu concorrente, como candidato a deputado ou a prefeito ou a governador, se ele está gastando além do que é possível com os recursos do financiamento público e aí escondendo algum tipo de contribuição ilegal.

Por último, Sr. Presidente, a fiscalização se torna muito mais barata e muito mais eficiente. Ora, uma coisa é fiscalizar centenas de milhares de candidatos que disputam a eleição, cada um arrecadando recursos de várias fontes e sem um limite de gastos de campanha. Outra coisa é a gente ter o financiamento público que vai para os partidos, que vão distribuir de forma transparente e conhecida esses recursos. Com a estrutura que temos de Justiça Eleitoral, de Poder Judiciário, de Ministério Público, é muito mais fácil fazer essa fiscalização.

Digo mais, Sr. Presidente, eu não acredito em discurso pela moralidade, pela ética, pelo combate à corrupção, pela faxina, pelo que quer que seja daqueles que continuam a defender o financiamento privado. Eu só posso acreditar num discurso de efetivo combate à corrupção daqueles que abraçam essa causa e sabem que é exatamente o financiamento privado que está em última instância na adoção dessas práticas equivocadas que estamos a identificar o tempo inteiro nas administrações públicas.

Diante disso, Sr. Presidente, quero pedir aos ilustres Senadores e Senadoras o seu apoio para o voto em separado do Senador José Pimentel, que aliás, preserva a proposta que originalmente aprovamos na Comissão Especial de Reforma Política.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Humberto Costa. Próximo orador inscrito, Senador Aloyso Nunes Ferreira. Em seguida, Senadora Marta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o pronunciamento do nobre Líder do PT, perdoe-me o meu amigo Senador Humberto Costa, é quase injurioso para com os colegas que pensam diferentemente de V. Exª. É injurioso. V. Exª acaba de afirmar que aqueles que são contra o financiamento público exclusivo são coniventes com a corrupção. O senhor vai me perdoar, mas não é o meu caso nem o caso das pessoas que divergem de V. Exª. Não aceito isso. Não posso aceitar. Também não digo que aqueles que são favoráveis ao financiamento público queiram apenas encobrir, com uma folha de parreira, a nudez do nosso sistema político em grande parte alimentado por práticas que vicejam no atual Governo. Não se trata disso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Permite um apartezinho?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu entendi o discurso do Líder e entendo o discurso de V. Exª. Estou preparado para falar, para dizer que estranho totalmente o seu voto, mas eu entendo. V. Exª, pela vida, é um pessimista total. V. Exª acha que não há chance nenhuma disso dar certo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não, ao contrário.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas é o que eu estou vendo. V. Exª acha que os partidos vão tomar conta, que vai dobrar o negócio, que vai piorar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É, exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª está vendo tanta coisa ruim, e é verdade, que tem medo de arriscar. Eu acho que talvez a gente pudesse arriscar. Eu quero dizer que entendo o pronunciamento de V. Exª e entendo muito bem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não. Perfeito. Obrigado, Senador Pedro Simon. Vou dizer a V. Exª: não sou pessimista, não. Eu acho que podemos mudar as coisas. E o Congresso Nacional tem mudado, aliás, com mudanças incrementais.

A Lei da Ficha Limpa, por exemplo, foi uma mudança importantíssima, relatada aqui nesta Comissão pelo Senador Demóstenes. Foi uma lei importantíssima. A lei que coíbe a captação de sufrágios e que surgiu de iniciativa popular também foi uma lei importantíssima no sentido de coibir gastos de campanha. Hoje os chamados showmícios, a distribuição de brindes, nada disso é permitido mais. E isso surgiu da iniciativa popular e foi aprovado pelo Congresso.

De modo que eu não sou pessimista. Se eu fosse pessimista, eu não seria político. Eu seria advogado, ia cuidar da minha vida. Eu sou político porque sou otimista. Acho que podemos melhorar as coisas fazendo política. Acho apenas que essa não é a forma correta de tratar com o problema da corrupção eleitoral.

O nobre Senador Pimentel recorre a Hans Kelsen, à Teoria Pura do Direito, para sustentar o seu ponto de vista sobre a eficácia das normas. Eu vou recorrer a um dado mais terra a terra, que é a prestação de contas dos candidatos que concorreram às últimas eleições, as eleições de 2010, em todos os níveis. Sabe quanto foi – a assessoria apurou para mim, para nós, essa informação – o gasto declarado – declarado! – pelos candidatos em 2010? Três bilhões e duzentos milhões de reais. Esse é o gasto declarado, oficial, por dentro. Quanto é, pergunto eu, que o projeto de lei que ora estamos debatendo, se aprovado, destinará para o financiamento público dessas eleições? Fico imaginando o mesmo número de candidatos de 2010. O valor será de R$950 milhões.

Ora, não temos o direito de sermos ingênuos. Sendo otimista, não tenho o direito de ser ingênuo. A adoção de uma regra profundamente irrealista, como essa proposta no projeto, vai, sim, multiplicar os recursos destinados ilegalmente, na clandestinidade, às campanhas eleitorais. Evidentemente, as campanhas não vão baratear por um passe de mágica. As campanhas vão baratear, sim, pelo crescimento da consciência dos cidadãos, pela atuação da imprensa e do Ministério Público, pela ocupação criteriosa dos cargos públicos pelos partidos políticos e pelos governantes. É um processo aluvional, incremental, que não é espontâneo, que depende, evidentemente, da cobrança da cidadania.

Mas isso não se resolve assim. Aquilo que está sendo proposto hoje e que está sendo discutido na Comissão de Constituição e Justiça do Senado é simplesmente uma homenagem do vício à virtude. É simplesmente isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concedo o aparte a V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Primeiro, Senador, eu gostaria de dizer que penso que V. Exª não entendeu minha ponderação. Em nenhum momento, eu quis dizer que as pessoas que pensam de forma diferente são coniventes com a corrupção. Se foi esse o entendimento, quero me penitenciar aqui e dizer que não é essa a minha ideia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Em segundo lugar, eu gostaria de dizer o seguinte: o custo das campanhas será definido *a posteriori*; não necessariamente serão aqueles R$750 milhões definidos anteriormente, R$7,00 por cada eleitor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não. Então, V. Exª não leu o projeto. Permita-me dizer que o que diz o projeto é que serão colocados à disposição dos partidos políticos recursos públicos de montante equivalente a R$7,00 por voto. É isso o que diz o projeto. É o que está aqui fixado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas essa não é uma questão que seja...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, faz-se a distribuição como achar que se deve fazer?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A distribuição será feita da seguinte maneira, Senador Pedro Simon: o Superior Tribunal Eleitoral recebe o recurso e o distribui às direções nacionais dos partidos, que, por sua vez, fará a distribuição aos candidatos. Veja bem V. Exª: nas últimas eleições, concorreram a deputado federal 3,7 mil candidatos. Como vai ser distribuído esse dinheiro entre os candidatos pelas direções nacionais dos partidos? Evidentemente, o recurso será distribuído não de forma equânime, porque a lei não diz isso. E não haverá limite de gasto, contrariamente ao que afirma o nobre Líder do PT.

Esses recursos serão distribuídos aos candidatos ao bel-prazer das direções nacionais dos partidos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas não é distribuída a mesma quantidade para cada um?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, senhor, não é! O partido vai fixar o critério. Então, isso vai fortalecer ainda mais...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas não é a mesma quantidade que cada deputado recebe?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não é, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Isso é piada!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois é! Isso vai reforçar ainda mais um processo que está em curso há muito tempo no País de oligarquização dos partidos políticos. Quem não estiver em odor de santidade junto à direção dos partidos ficará à míngua nas eleições. Então, não apenas há o problema da dependência do partido ou do Estado; há dependência dos candidatos em relação aos humores das direções partidárias.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas não podemos impor que, obrigatoriamente, a mesma quantia seja dada a cada candidato?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não é o que está no projeto.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas não podemos colocar isso no projeto?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não. Pelo menos é o que está no projeto.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não podemos fazer uma emenda?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está com a palavra. Aqui, há dez oradores inscritos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O projeto está sendo relatado, Senador. Eu estou na relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há doze oradores inscritos, e temos de concluir essa matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Finalmente, quero dizer o seguinte, apenas para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Srªs e Srs. Senadores...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mais um ponto.

Srs. Senadores, membros da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Srs. Senadores, há um orador na tribuna.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu gostaria de ter um pouco de atenção, só para concluir.

Hoje, já há financiamento público da atividade dos partidos. E um financiamento, aliás, generoso. Nós temos um fundo partidário, cujos recursos foram acrescidos substancialmente no final da última legislatura para custear as atividades rotineiras do partido Nas campanhas eleitorais, nós já temos uma contribuição importante de recursos públicos. O horário gratuito de rádio e televisão não é gratuito para o contribuinte, o contribuinte banca indiretamente, mediante isenções tributárias. E sabe quanto isso custou nas últimas eleições, Senador Simon? Oitocentos e cinquenta milhões de reais. De modo que não é uma bagatela colocar mais R$950 milhões para os partidos gastarem a seu bel-prazer para financiar um número infindável de candidaturas.

Por essa razão, por acreditar que não é por aí que se combate a ilegalidade, por acreditar que a adoção desse projeto de lei vai apenas agravar o volume, vai incrementar o volume de recursos despendidos ilegalmente na campanha, é que sou contrário a ele.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Dornelles. Em seguida, Senadora Marta Suplicy, que tem a palavra pela inscrição.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria apenas tomar a liberdade a V. Exª e aos Senadores, quando estão examinando esse problema do financiamento público, para dizer que esta Comissão já recusou o voto em lista. E em face da recusa do voto em lista, eu não vejo como pode ter financiamento público sem o voto em lista.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Concordo com V. Exª, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É uma preliminar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Esse argumento é definitivo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Aqui já caiu o voto em lista.

Não tendo voto em lista, como é possível operacionalizar um financiamento público? Há alguém que diga como é possível operacionalizar?

Eu peço desculpas a V. Exª, mas esse ponto tem que ser levado em discussão. A Comissão recusou o voto em lista. Como falar em financiamento público sem o voto em lista?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, nós temos dois PLS aqui, um do Senador Aloysio, que, se aprovado, não tem mais o que discutir em relação a financiamento público de campanha; se derrotado, nós vamos colocar em votação o voto em separado do Senador Pimentel. Então, com essa discussão paralela eu acho que nós não vamos construir aqui o resultado que queremos, que é aprovar os projetos. Nós temos duas opções hoje, no mesmo tema. Aliás, teremos quatro opções, porque vamos votar duas vezes.

Senadora Marta Suplicy, tem a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bem, como última a se colocar ao Senador Dornelles, eu acredito que hoje nós já temos nos partidos uma lista informal, porque os partidos apresentam seu número de candidatos.

Então, se a lista fechada foi derrotada não foi derrotada porque hoje já existe, que é o número de candidatos que se apresentam. E aí eu acredito que, concordo com o Senador Simon, deveríamos tentar ver uma distribuição correta entre todos os candidatos. Correta significa o quê? Igualzinha. E aí o Senador Aécio, com quem eu trocava uma ideia, falou que é injusto porque um tem mais chance e geralmente esse tem mais possibilidades partidárias. Eu retruquei: coloque-se a televisão a mais para esse...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite um aparte, Senadora?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Espere aí porque eu não acabei ainda todos os meus argumentos. Depois concedo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por que eu sou favorável à lista? Por um argumento que ninguém falou e que falarei no final, mas depois porque eu vejo muita gente boa, competente, preparada e que não tem chance de ser candidato porque, hoje, é gigantesco o que custa uma candidatura e os partidos não bancarão todas essas candidaturas que deveriam bancar porque os custos seriam muito grandes. E acabam essas pessoas não tendo condições. Os partidos, provavelmente, teriam muito mais benevolência com as competências que não têm recursos do que hoje têm.

A outra questão, que foi citada pelo Senador Pimentel, é, como nós temos uma inserção de pessoas com muitos recursos e com menos, às vezes, competência – não é que não caminhem juntos, porque, às vezes, caminham; mas, às vezes, não caminham –, que temos infladas, no Parlamento, pessoas que entram exatamente ou porque têm conhecimento notório, por algum motivo, ou porque têm muito recurso para bancar sua campanha. Essa me parece uma distorção muito séria; tão séria quanto os que são competentes e que não têm condição de entrar.

Em relação a que a ajuda inibe o caixa dois, eu acho que ajuda a inibir o caixa dois. Eliminar, zerar é difícil, como todos aqui mencionaram. Inibir, acho que inibe. Por quê? Pela gastança, gente! Hoje, todo mundo aqui que fez campanha sabe que, quando você vê um monte de gasto, e é visível para qualquer um, você percebe que aquele candidato, como se diz na política, é forte. Ele é um candidato forte, quer dizer, ele está com uma campanha pesada de rua, de massa. Começou a usar caixa dois, imediatamente os adversários vão atrás desses gastos, porque isso vai ocorrer com certeza. Então, acho que vai inibir, sim.

Depois, o Senador Aloysio falou que os costumes não mudam num passe de mágica. Olha, acho que não mudam mesmo, tanto é que as mudanças de costume, de comportamento se dão muito paulatinamente. A gente vê na vida quanto tempo levou a lei do divórcio, quando tempo a gente levou para a união estável, quanto tempo para mudar costumes. Mas V. Exª mesmo mencionou que muda com a lei da ficha limpa, muda com a proibição de showcomício. Muda. Então, tudo está mudando.

O argumento mais importante, no meu ponto de vista: as mulheres, hoje, no Parlamento, são menos de 10%, Senador. E as mulheres são desprezadas nas composições partidárias por não terem recursos.

Senador Aloysio, por favor, faça seu aparte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senadora, nada vai garantir, com esse sistema proposto e apoiado por V. Exª, que as mulheres terão mais recursos que os demais. Nada garantirá. A lei não diz isso; o projeto de lei não diz isso. A distribuição equânime entre os candidatos esbarra num problema que considero intransponível, que é o problema do número.

Veja, somente de candidatos a Deputado Federal, nas últimas eleições, tivemos 3.700. Se a senhora somar a esses 3.700 candidatos a Deputado Federal os milhares de candidatos a Deputado Estadual, que também teriam direito à partilha dos recursos, os candidatos a Governador, os candidatos ao Senado, a senhora verá que, necessariamente, os partidos serão

levados a privilegiar esse ou aquele. É impossível fazer uma distribuição equânime desse montante de recursos com essa infinidade de candidatos. E isso agrava o problema do caixa dois. Sabe por quê? Porque, com uma contribuição minúscula por dentro, é claro que a busca de recursos por fora só faz aumentar. É isso o que quero explicar. É o problema da realidade do sistema eleitoral do Brasil.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há uma discordância. Acredito que vão diminuir os custos. Graças a Deus vão diminuir os custos de campanha, porque são abusivos. Em toda campanha, os custos aumentam extraordinariamente. Ficam relações que não são saudáveis, como aqui falou o Senador Humberto Costa, o Senador Pimentel. Acho muito mais interessante. Acho que vamos dar chance para muito mais pessoas.

Discordo de V. Exª, que sempre se posiciona comigo em defesa das mulheres. Mas aí discordo. Acho que vai, sim, ajudar as mulheres. Basta ver todas as pesquisas. Todas as mulheres, em relação à política, com quem a gente conversa, o que elas dizem que é a primeira dificuldade: elas não têm recurso. Não têm. Se houvesse obrigatoriedade de dar os recursos, muito mais mulheres seriam candidatas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

Vou pedir a compreensão dos Srs. Senadores. Seis minutos, obviamente prorrogáveis, porque temos aqui catorze inscritos. Se multiplicarmos por seis minutos, vamos dar aqui mais uma hora e meia deste debate.

Senador Pedro Simon, tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe eu falar de pé, mas eu vou tentar falar igual ao que vocês estão falando, para a gente empatar e eu poder ser ouvido.

Eu acho muito triste a maneira como nós estamos discutindo uma matéria dessa importância. Eu acho que nós não temos pé do que nós estamos votando.

Eu entendo o que o Aloysio está falando. Tudo o que ele disse está certo, mas o Aloysio parte do princípio de que nós não temos como mudar. Isso aí está tão assim, o comando partidário é tão desse jeito que não tem.

Eu, realmente, ainda não tinha visto o artigo, mas vejo este artigo aqui, que é o artigo a que o Aloysio se referiu, §2º do art. 5º: "os recursos recebidos para o financiamento das campanhas serão distribuídos entre as diversas eleições e candidatos segundo o critério definido pelo partido político". É uma esculhambação! Então, não tem o que se fazer! Quer dizer, se nós vamos fazer o negócio para entregar na mão do partido político, para ele fazer o que quer, é piada! Aí, é piada. Não há dúvida nenhuma de que é piada.

Eu não nego, eu...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Simon, por favor.

V. Exª poderia, quando terminar, dizer qual é o outro critério que é possível, como é que poderia ser feita essa distribuição? Poderia fazer a proposta?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu diria. Primeiro, a tentativa de fazer a distribuição. Cada candidato tem direito a uma importância. Cabem à legenda do MDB 10 milhões. Pega os 10 milhões e distribui para os mil candidatos, um tanto para cada um, a mesma quantia para cada um.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Simon, um aparte e uma contribuição.

Qualquer definição na lei de critério para distribuição fere a Constituição, porque fere o que diz o art. 17 no seu §1º, que é a autonomia dos partidos políticos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Isso aí pode até ferir a Constituição, mas o artigo que está aqui fere o Código Penal.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu também acho.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Porque o que nós vamos fazer, meu Deus do céu!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu também acho. Estou ao seu lado. Concordo com V. Exª. O meu argumento é para contribuir com V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O que vai acontecer com isso aqui eu não quero nem ver!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Então, estamos de acordo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu não quero nem ver.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Pedro Simon...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sem a distribuição desse bolo de dinheiro...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Um aparte, um aparte, Senador. Mas, Senador Pedro Simon,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, Srs. Senadores, o Senador Pedro Simon está com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Estou pedindo um aparte a ele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu determinei seis minutos, com prorrogação. Se os Srs. Senadores que vão falar começa-

rem a dar aparte, vou tirar do tempo de V. Exªs, porque cada um está inscrito, aqui, para fazer o debate.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª me desculpe, mas eu vou ficar mais que seis minutos. Eu estou aqui há 30 anos, brigando por essa matéria há 30 anos.

Então, eu vou fazer uma proposta com toda sinceridade. V. Exª apresentou três propostas. Eu apresento a seguinte: acho que nós devemos ter a grandeza de não votar agora, de designar uma comissão, que poderia ser o autor, o Pedro, você, o Líder do PT, um grupo para trazer uma proposta para nós.

Como está, não dá! De qualquer maneira como formos votar, nós vamos votar mal. Agora, vamos ter a chance de tentar fazer. É o apelo que faço a V. Exª. Vamos fazer a chance de sair essa matéria.

Agora, me foi feita uma pergunta, pelo Senador Dornelles, e eu responderia: eu acho que esse negócio de lista seria uma maravilha se nós tivéssemos partido sério, se nós tivéssemos partido responsável. Se nós fôssemos fazer a lista para botar os melhores candidatos, os que somam melhor para o partido, seria uma maravilha. No Brasil, nós sabemos que não acontece isso. É como nos diretórios dos Estados e Municípios, em que são o Pedro Simon, a mulher do Pedro Simon, a namorada do Pedro Simon, o filho, a amante e não sei o quê. A lista vai ser a mesma coisa.

Infelizmente, é isso que está acontecendo. Agora, se nós pudéssemos fazer dois votos, dois votos: um, tu votas na lista – PT. Votei na lista. Dois, nos votos da lista, eu escolho meu candidato.

Eu acho que era uma maneira de pensar e mudava tudo, e mudava tudo, porque, aí, os partidos iam querer escolher gente de tarimba. Aí, não adiantaria eu, dono do partido, botar minha mulher, meu filho, minha amante, minha namorada, porque cairia a lista toda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agora, eu sei que eu não tenho, mas é que eu estou olhando para ti e estou me lembrando... Desculpe.

Então, eu acho que esta era uma saída: dois votos.

Senador Dornelles, dois votos. Eu voto na lista. Voto na lista: MDB. Votei. Agora, depois, eu tenho um segundo voto. Dentro da lista, eu vou escolher o candidato. Aí não tem comando partidário que pode fazer o que bem entender, botar ele em primeiro, a mulher em segundo, quem quiser, mas eu vou escolher o último de lá, porque é o cara que eu quero.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um aparte, Senador: mas aí tem que lembrar das mulheres nesse método, porque já vi essa...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu já vi isso aí. A minha tese vai além da sua: são duas mulheres e um homem. Duas mulheres e um homem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É, mas daí o mais votado a mulher não vai ser. Por isso é que tem que pensar...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu vou além: são duas mulheres e um homem.

Então, eu faria um apelo, do fundo do coração: designar uma comissão pequena, tranquila, para sentar à mesa e apresentar uma proposta para nós.

Em vez de votarmos hoje, *to be or not to be*, eu não sei como é que eu vou votar... Eu não votaria contra, jamais, o financiamento público! Não votaria, porque defendo há cinquenta anos isso; agora, votar como votar eu não me reconheço como Senador, e o Senador Aloysio tem razão.

Então, eu faria um apelo a V. Exª: vamos deixar isso para o final da discussão, enquanto vamos votando, e V. Exª designa uma comissão que faça um estudo. E tenho a convicção, porque o líder do PT tem razão, o Senador Aloysio tem razão, todo mundo tem razão, e todos estão imbuídos da melhor das intenções. Então, vamos selecionar. A primeira coisa é que vamos tirar este artigo aqui, que é maluco. Segundo, encontrarmos uma fórmula.

E eu faria um apelo dramático a V. Exª: designe uma comissão e deixe para...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Simon.

Esta matéria está aqui, Senador Pedro Simon – V. Exª sabe o respeito que tenho por V. Exª....

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª chegou aqui agora. No Senado...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não cheguei agora não. Já estou há seis meses.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Aqui nesta Casa, neste Senado. No Senado, a matéria fica dez anos na gaveta, e não acontece nada. De repente, sai um acordo de líderes...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas, Senador Pedro Simon, com o devido respeito a V. Exª, quero dizer a V. Exª que não vim aqui para o Senado para deixar matéria engavetada. Se eu tiver condição de votar todas as matérias, é a minha obrigação, é o meu papel, e é o que vou fazer aqui, respeitando sempre V. Exª, como digo todos os dias.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu confio tanto em V. Exª que estou pedindo para deixar, porque tenho certeza de que não vai ficar na gaveta. V. Exª está aqui há alguns dias, vai votar essa proposta. É o apelo que eu faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª faz uma proposta, e eu submeto a proposta ao Plenário. Se o Plenário...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não, não, não. Eu faço um apelo a V. Exª porque V. Exª tem o controle daqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não tenho controle. Quem tem controle aqui são os Srs. Senadores, que determinam o que a Presidência vai fazer. A Presidência apenas pauta e preside os atos desta Comissão.

Vou dar a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Valadares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Senador Pedro Simon fez um apelo da maior importância neste momento. Não vou nem entrar no mérito regimental com V. Exª, mas eu creio que seria importante ouvirmos, neste momento, a experiência do Senador Simon. Estou aqui com um estudo científico sobre a história do financiamento público. Há uma citação do Senador Pedro Simon nesse estudo de 1993, na época do escândalo dos anões do Orçamento – para o senhor ver há quanto tempo o Senador Simon debate esse tema, e é por isso que ele fala com tanta propriedade. Ele fez um apelo para nós. Eu não sei qual alternativa regimental haveria, mas eu creio, em função desse apelo, eu queria pedir a V. Exª uma reflexão da Mesa, uma reflexão com as lideranças partidárias, se pudéssemos constituir um rápido grupo, uma rápida comissão de três, quatro parlamentares, dar mais uma semana.

O meu voto é favorável ao financiamento público – quero logo manifestá-lo; mas queria ponderar sobre o apelo apresentado pelo nobre Senador Pedro Simon.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente: se for por um prazo bastante curto, eu acho que a proposta do Senador Simon tem absoluta consistência. E a do Senador Randolfe também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Deixe-me fazer uma colocação? Tudo já foi rejeitado. Tudo! Cem por cento. A proposta do Senador Simon foi rejeitada! A proposta que eu apresentei de voto distrital público foi rejeitada. Todas as propostas foram rejeitadas. Lá, naquela Comissão – eu me lembro bem –, eu desempatei em favor do financiamento público de campanha, sendo contra. Por quê? Porque aprovou o voto em lista. Agora, o voto em lista, aqui, foi rejeitado. Então, a história é a seguinte: nós podemos adiar, o Senador Pedro Simon tem razão –, mas só tem uma maneira de adotar esse financiamento público, é com o voto em lista. Voto em lista, a Comissão rejeitou. Voto em lista, voto favorável ao financiamento público, porque se não o sujeito vai pegar do público e do privado; e vai pegar mesmo! É só pegar declaração de conta. Quem é honesto, a conta é lá em cima e entra na conta dos gastadores. Quem é desonesto declara lá em baixo, e aí? Tudo no caixa dois!

Eu participei, uma vez, de um debate na televisão e o sujeito falou que gastou 50 mil reais para se eleger deputado federal. Eram 50 mil reais! Então, ele vai pegar do público e do privado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Talvez por isso, Senador Demóstenes, é que o financiamento público de campanha esteja estipulado em apenas sete reais por voto, o que não é uma realidade brasileira.

Eu vou fazer o seguinte...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, quando eu puder eu gostaria de falar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, V. Exª tem que dar sequência aos oradores e concluir este tema. Não tem sentido interromper essa votação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É bom obedecer a sequência dos oradores, pois eu estou aqui pacientemente aguardando. Não estou bloqueando nenhum orador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, eu sei. Apenas o Senador Pedro Simon fez uma proposta; o Senador Randolfe Rodrigues apoiou a proposta do Senador Pedro Simon, e como há uma proposta dos Srs. Senadores, a Senadora Marta Suplicy se manifestou.

Aqui, nós temos ainda...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu gostaria de contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Álvaro Dias, já darei a palavra a V. Exª.

Apenas quero submeter ao plenário uma proposta de um Senador, acho razoável que se faça uma proposta ao plenário, para... Nós, aqui, já tivemos paciência com tantas outras matérias.

Ontem, nós tivemos aqui a aprovação, pelo plenário, do trâmite das medidas provisórias. Quantas vezes – eu sei que estou falando para o Brasil – eu recebi pelo *twitter* recebi críticas, dizendo que esta Comissão estava sentada em cima de um projeto importante, a

questão da tramitação das medidas provisórias. E nós tivemos a paciência de fazer esse entendimento. Há um apelo do Senador Pedro Simon, e esse apelo, como Presidente desta Mesa, deixar de submeter aos Srs. Senadores. Se os Srs. Senadores não concordam com o apelo do Senador Pedro Simon, vamos prosseguir com a reunião até o final. Mas eu quero submeter – tendo em vista que três Senadores se manifestaram –, com o devido respeito ao Senador Valadares, que é o próximo inscrito, eu quero submeter ao plenário. Se os Srs. Senadores concordarem com a proposta do Senador Pedro Simon de adiar por mais uma reunião apenas – porque não dá para ficar adiando, porque se não vão dizer que estou engavetando a reforma política que o Brasil inteiro está esperando, eu submeto a V. Exªs. Se houver a anuência dos Srs. Senadores, pela maioria dos votos, eu obviamente com a discordância de alguns... Eu estou vendo aqui o Senador Demóstenes, o Senador Jorge...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, não vou discordar do Pedro Simon não. Se não vamos ficar mais uma semana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria fazer um encaminhamento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é do Senador Pedro Simon, o Senador Álvaro Dias também já se manifestou sobre esse aspecto.

Mas eu quero submeter aos Srs. Senadores, bem rapidinho...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E o meu encaminhamento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Encaminhamento de que, Senador?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas eu estou encaminhando, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas eu queria apresentar um encaminhamento um pouco diferente, se for possível, sobre o mesmo tema, por gentileza. É rápido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É que eu concordo com a tese da Mesa. Mas, eu só queria que V. Exª apresentasse depois de ouvir alguns outros Senadores que estão inscritos. E nós encaminharíamos essa proposta...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É sobre o mesmo tema...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, se eu fizer a discussão, o Regimento me obriga, se eu terminar a discussão, eu tenho que colocar em votação. Não tenho outro caminho a não ser isso.

Agora, por deliberação, que eu podia fazer, de ofício, não quero fazer porque quero submeter ao plenário; mas, por deliberação do plenário, eu posso acatar a sugestão do Senador Pedro Simon, confortavelmente. Agora, não tenho condições de criar uma nova comissão porque a comissão já foi criada pelo presidente do Senado e já debatida essa matéria na Comissão. Sei que é uma matéria polêmica, é uma matéria difícil, cada um tem uma posição, cada um tem um pensamento, cada um tem uma experiência vivida aqui, cada um tem uma experiência vivida nesta questão de campanha. Eu vi R$7,00 – e concordo com o Senador Aloysio –, R$7,00 por voto, exatamente porque – como disse o Senador Demóstenes – os honestos que colocam o que gastaram, às vezes, são criticados. Recebi, na semana passada, críticas porque as empresas nas quais sou acionista financiaram a minha campanha. E se seu estivesse recebendo de outras empresas em que não sou acionista, seria legítimo?

Essa discussão é muito ampla, o debate é muito forte e vou consultar, com o devido respeito, os Srs. Senadores sobre a proposta do Senador Pedro Simon, não vou criar comissão, para se fazer, todos os que aqui estão inscritos, o debate em relação a essa questão – os que apresentaram os votos, o Senador Aloysio Nunes e o Senador José Pimentel –, para que na próxima semana a gente concluísse esse debate e votasse...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente Eunício, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Alvaro Dias, que está inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Serei rápido, Sr. Presidente. Apenas para dizer o seguinte, com todo o respeito ao Senador Pedro Simon – aliás, eu fico feliz de vê-lo feliz, nos últimos dias, revivendo os seus grandes momentos de palanqueiro; é muito bom de vê-lo com esse ânimo, com esse entusiasmo, porque isso faz bem –, mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E 2012 chegando...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – (*Risos*.)

Mas eu quero, Sr. Presidente, dizer o seguinte: podemos até adiar por uma semana, isso não trará

maiores problemas, mas eu tenho absoluta convicção de que não muda nada. A convicção pessoal de cada um já está arraigada, todos nós já nos definimos. Se votarmos hoje, o resultado será igual se votarmos na semana que vem.

Portanto, se é este o desejo do Senador Pedro Simon que se adie para a próxima semana, não vejo nenhum transtorno nisso, isso não vai causar nenhum mal-estar, não vai atrapalhar a Reforma Política, porque sei que ainda existem muitos obstáculos à frente, e não podemos gerar falsa expectativa em relação à ela. Temos que superar problemas do Senado e, depois, na Câmara. Não creio que uma semana, para votação desta matéria, seja o obstáculo maior para a concretização da Reforma Política.

Por isso, Sr. Presidente, eu votaria hoje, mas se houver o entendimento a favor da proposta de Pedro Simon, também não temos nenhum problema em apoiar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas uma contribuição bastante breve.

Sou favorável a que se vote hoje – e V. Exª já sabe –; se formos adiar por uma semana, é importante que deixemos claro que estamos apenas adiando por uma semana e não mudará absolutamente nada na discussão desta matéria. Ela não é nova, ela foi discutida exaustivamente na Comissão Especial, da qual participamos; todos aqui têm claro – sou capaz até, sem ouvir o voto, de saber o voto de cada um dos que estão presentes aqui nesta Comissão.

Portanto, por mais que eu tenha respeito pelo Senador Pedro Simon, todos sabem disso, mas não há o menor sentido...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio, estamos agora discutindo o seguinte: nós suspendemos para a semana que vem ou não?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas eu quero dar a minha opinião, pois todos estão dando. Então, não há o menor sentido, na minha avaliação, adiarmos uma matéria sobre a qual não haverá evolução na discussão do mérito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Valadares, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB - RS) – Mas nós vimos um fato novo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Valadares, que está inscrito aqui.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Vimos um fato novo, agora, da maior importância. Nós todos conhecemos as qualidades...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Temos que seguir o Regimento. A palavra está com o Senador Valadares, que a pediu pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...do Senador Aécio. Agora, esta eu não sabia: dele saber o voto de cada um, eu gostaria que ele me mostrasse...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, eu não quero ser...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É que ele é uma esfinge. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares está com a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, acredito que o Senador Pedro Simon tem toda a razão. Ele atirou no que viu e matou o que não viu. Esse é o meu pensamento.

Quando V. Exª se referiu à possibilidade de um rateio dos recursos arrecadados, para a distribuição dos candidatos, V. Exª estava se referindo, no seu subconsciente, à Lei dos Partidos Políticos, que é a Lei nº 9.096. E no seu art. 44 está escrita a forma como é feita o rateio dentro dos partidos, e 20% é destinada a quê? Às fundações partidárias. Então aqueles 80%, logicamente, que nesta lei nós podemos alterar e dizer: Olha, o rateio vai ser dessa e daquela forma. Logicamente, V. Exª tem razão, é totalmente possível alterar isso que estamos votando.

Terminando, o Senador Aloysio Nunes tem razão, mas não integralmente, mas não totalmente. Já que a Comissão de Justiça rejeitou as duas propostas, voto majoritário, o distritão e voto proporcional, o que nós temos hoje é o sistema atual: lista aberta com milhares e milhares de candidatos, um centavo para cada candidato. Se nós formos regulamentar da forma como o Senador Pedro Simon quer, vai ser: um centavo para o Senador Antonio Carlos Valadares, um centavo para o Senador Eunício Oliveira, e aí, meu filho, é um incentivo ao caixa-dois. Logicamente que eu não preciso disso, porque não sou candidato a Senador novamente. A não ser que o povo de Sergipe me queira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, já vi que essa matéria, em primeiro lugar, enche essa Comissão de Senadores e, também um pouquinho de humor, porque ninguém é de ferro.

Vou retirar a matéria de pauta, hoje, voltando na próxima quarta-feira, Senador Demóstenes, para rejeitá-la ou aprová-la.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não vou criar Comissão... O Senador Pedro Simon acaba de fazer uma proposta. Tem dois votos em separado: Senador Pimentel e Senador Aloysio.

O Senador Pedro Simon podia... Já está feito uma Comissão: Senador Pimentel, Senador Aloysio, Senador Pimentel e Senador Pedro Simon para discutir a matéria. V. Exª tem obrigação de, como relator, prestar informações aos seus pares sobre a matéria.

ITEM 3

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2011

Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra pessoa ou considerado hediondo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 93, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações: - *Votação nominal;*

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar.

- Em 10/08/2011 foi concedida vista ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais.

Antes de passar a palavra ao Senador Demóstenes Torres para suas considerações finais, consulto o Senador Pedro Taques sobre eventual manifestação a respeito do seu pedido de vista.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi vista desse projeto e nós fizemos uma reunião:o relator, Senador Demóstenes, Senador Ciro e o Ministério da Justiça. Estamos trabalhando em cima desse projeto junto com o Ministério da Justiça. Então eu pediria a V Exª, sendo possível, e com a concordância do relator, se pudéssemos adiar por mais uma semana, porque temos uma outra reunião com a equipe do Ministério da Justiça para tratar desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como se trata de matéria extremamente importante e acho que é importantíssima a participação do Ministério da Justiça, a concordância do autor e a concordância do relator, eu retiro a matéria de pauta.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) –Tem a nossa concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a concordância do relator e do autor. Adiado para a próxima semana.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Senador, queríamos votar o item extrapauta que é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – – Temos ainda na pauta o item 4. Em seguida, colocaremos o item terminativo de V. Ex.

ITEM 4

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2010

Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas. (Assegura validade nacional à Carteira de Identidade expedida pelo Ministério da Defesa).

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: - *Votação nominal;*

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e aprovada.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 188, de 2010, de autoria da Presidência da República.

Originalmente, o projeto limitava-se a assegurar a validade da carteira de identidade expedida pelo Ministério da Defesa, dando-lhe fé pública e assegurando a validade das carteiras e cartões de identidades emitidos pelos Comandos das Forças singulares até sua substituição, bem como estipulando prazo para que o Poder Executivo aprovasse o modelo da carteira de identidade dos militares e editasse as normas complementares que se fizessem necessárias.

Ocorre que, na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu substitutivo voltando-se à alteração dos arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura a validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências", além de também prever novas disposições autônomas.

No Senado Federal, o projeto foi despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde recebeu parecer pela aprovação, sem alterações,

tendo sido, em seguida, remetido a esta Comissão para análise em caráter terminativo.

ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, inciso I, alínea *d,* do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como, no mérito, emitir parecer sobre a referida matéria.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade encontram-se atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido violada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF). Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

No mérito, o projeto merece louvor, pois o seu texto deve aperfeiçoar a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, além de acrescentar outras disposições concernentes ao Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, a que alude a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, conceituando documento de identificação primário e secundário e identificando os órgãos competentes para sua emissão, ao tempo em que lhes confere fé pública e validade em todo território nacional. Em acréscimo, estipula prazo de validade para esses documentos de identificação e torna obrigatória a identificação a partir dos 18 anos de idade, condicionando a gratuidade para a obtenção da primeira via e também das decorrentes da perda da validade. Por derradeiro, considera válidas as carteiras de identidade já emitidas até serem substituídas.

VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 188, de 2010, tal como recebido da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Esta matéria é terminativa.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação nominal.

Quem vota para aprovar vota "sim".

Senador José Pimentel, como vota V. Exª?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Francisco Dornelles, que pediu permissão para sair agora, pois tem uma audiência com a Presidenta Dilma?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – (*Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? (*Pausa*.)

Voto conhecido, pois foi o relator da matéria. Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, como vota?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator, "sim".

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – "Sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – "Sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – "Sim", com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Projeto aprovado pela unanimidade dos presentes.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no diário oficial.

ITEM EXTRAPAUTA

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO 276/2011

Altera o Código Penal, para prever o crime de formação de quadrilha ou bando com o fim de cometer crime contra agente público, nas hipóteses que especifica.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Parecer pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

A votação é nominal, e eu concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, se quiser fazer algum comentário sobre o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, projeto do Senador Pedro Taques, de grande utilidade para o Brasil.

O art. 288 do Código Penal define o que seja o crime de quadrilha ou bando: "associarem-se mais de três pessoas em quadrilha ou bando, com o fim de cometer crimes". Então, tem que ser mais de um crime. Um crime só não configura o crime de quadrilha.

O crime de bando, embora esteja em desuso, é bom que se mantenha, porque pode ser que alguém resolva. É bando como o de Lampião, por exemplo, que já foi muito popular no Brasil.

Então, a pena é de 1 (um) a 3 (três) anos. Muito bem. Veio a nova Lei de Medidas Cautelares, que diz o seguinte: "salvo exceções, quando a pena máxima for inferior a 4 (quatro) anos, não cabe prisão preventiva", não cabe medida cautelar. Então, o que o Senador Pedro Taques propõe? Propõe que essa pena seja ampliada quando o crime for cometido contra funcionário público, ou agente público – que é a terminologia que ele usa, que é mais apropriada –, em razão da sua função – e, nesse caso, ele dobra a pena, para 2 (dois) a 6 (seis) anos. No caso juíza que foi assassinada, em razão da sua função, se uma quadrilha resolve cometer crimes e resolve assassinar aquela juíza, é óbvio que o assassino seria preso, porque a pena de quadrilha soma-se com a pena de homicídio. Mas o projeto deixa evidente a necessidade de que sejam protegidas autoridades que estejam trabalhando contra crime, especialmente contra crime organizado.

Eu fiz uma alteração, e a alteração é só para aprimorar o que já propôs, brilhantemente, o Senador Pedro Taques. Primeiro, eu mantive a terminologia

"funcionário público", do art. 327, justamente porque, em muitos lugares do Código, usa-se a expressão "funcionário público". Então poderia, alterando um artigo só gerar certa confusão.

O Senador Pedro Taques está coordenando a formação de uma Comissão de Notáveis para fazer a mudança da parte especial então poderá, ali, aprimorar essa tecnologia. Eu faço o seguinte: coloco o § 1º dizendo que a pena de reclusão de dois a seis anos é exatamente como quer o Senador Pedro Taques. Ou seja, quando o crime de quadrilha ou bando for praticado com o fim de cometer crime contra funcionário público em razão de sua atividade e investigação criminal, inclusive parlamentar, processo penal ou processo administrativo. E coloco um outro inciso que é para punir o funcionário público que se associa em quadrilha, valendo-se dessa condição, do seu prestígio.

Por exemplo, suspeita-se que foi um grupo de policiais que matou a juíza. Não se afirma isso, mas suspeita-se. Então, estaria plenamente preenchido esse requisito. Mas se fosse, por exemplo, um crime de milícia que eles se unem para praticar crimes contra particulares. Então, nesse caso o cidadão comum também passa a ser protegido quando uma quadrilha de funcionários públicos, policiais, juízes, promotores, fiscais resolvem se unir para também cometerem crimes.

Então, quando é praticado contra o funcionário público em razão da sua função aumenta-se a pena. E quando o funcionário público, em razão da sua função, resolver cometer crime também a pena é ampliada. E a disposição que valia apenas para o parágrafo único passa a valer para tudo. Ou seja, dobra-se a pena quando for praticada por grupo armado.

Então se a quadrilha usa arma, a pena será dobrada, podendo chegar a até 12 anos e associada naturalmente ao crime praticado.

Parabenizo o Senador Pedro Taques pelo elevado espírito público pelo seu conhecimento. É possível a partir daí a prisão preventiva, a prisão cautelar; cumulam-se as penas e pune-se, tanto aqueles que atentam contra o servidor em razão da sua função, quando também o servidor se associa em quadrilha para praticar crime contra o particular.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Somente para cumprimentar o autor e o relator da matéria. É importante, no momento em que nós debatemos corrupção e crimes praticados tendo como protagonistas, porque o crime de corrupção é esse terrível consórcio entre o público e o privado. Inevitavelmente o crime de corrupção tem a participação de algum agente público que se consubstancia, acumplicia-se com alguém do privado para se apropriar da coisa pública.

Nesse sentido, a iniciativa do Senador Pedro, a relatoria do Senador Demóstenes. Não é a toa que ambos são oriundos de uma instituição que o Brasil deve muito, o Ministério Público Brasileira, tanto a Procuradoria-Geral da União, quanto os Ministérios Públicos Estaduais, apresentam no momento em que debatemos tanto a necessidade de construirmos e de coibirmos a corrupção, nesse momento o Senador Taques apresenta uma matéria fundamental para ter mais uma ferramenta para ampliar a criminalização de crimes praticados por parte do agente público.

O agente público – reiterando a clássica definição que vem desde Roma – é aquele usa o múnus público. Então, é impensável, é inadmissível, é inaceitável que um agente público possa praticar crime, em especial, por ser detentor do múnus público, de defesa da coisa pública.

Desculpe-me por me alongar, mas eu não poderia deixar esta matéria ser apresentada, ser tão bem relatada pelo Senador Demóstenes, sem fazer este comentário, que faz com que acreditemos na República. Esta República, apesar dos pesares, como diz a música do Ivan Lins, ainda tem muitos agentes, de fato, republicanos, e nós podemos ter iniciativas como esta, para fazer um contraponto, uma contraofensiva à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy pediu a palavra pela ordem, em seguida, Senador Pedro Taques.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de declarar o meu voto favorável a este belo projeto. E quero parabenizar o Senador Taques, o Senador Demóstenes. É um projeto que vai fazer diferença.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta.

A Senadora Marta Suplicy vota "sim" na matéria.

Eu quero fazer uma solicitação aos Srs. Senadores. O general está aqui desde as 10 horas, aguardando para ser sabatinado. Já passa das 12 horas, então, nós vamos ouvir o Senador Pedro Taques, colocar em votação e convidar o general para fazermos aqui a arguição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu quero declara o meu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Valadares está saindo e declara o seu voto "sim".

Nós temos votação depois do general.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para justificar. Não há diferença entre vidas. A vida do ministro do Supremo e a do José da Silva, que faz qualquer serviço decente, têm o mesmo valor.

Este projeto foi apresentado no dia 5 de maio. Este projeto resultou duas audiências públicas realizadas, uma na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo Senador Paulo Paim, e outra audiência pública aqui na CCJ, que foi requerida pelo Senador Anibal. Foram duas audiências públicas em que nós apresentamos este projeto, dia 5 de maio de 2011. Portanto, este projeto não se encontra dentro daquele grupo que se denomina legislação de emergência, em razão do triste acontecimento do dia 11 de agosto, a morte da juíza no Estado do Rio de Janeiro.

Lógico, Sr. Presidente, que este projeto tem o objetivo de defender servidores públicos no exercício da função. Nós sempre acompanhamos, no Congresso Nacional, reclamações a respeito do serviço desempenhado pelo juiz, pelo Ministério Público. Agora, nós temos que entender que muitos estão ali exercendo a sua atribuição, e a grande maioria, a esmagadora maioria, exercendo a sua atribuição, defendendo os interesses da República e colocando, inclusive, a sua vida em risco.

Como procurador da República, Sr. Presidente, eu tinha a designação do Procurador-Geral da República para fazer os júris federais de servidores públicos federais mortos em razão do exercício da função. Eu fiz 30 júris federais na defesa do servidor público federal morto em razão do exercício da função.

Quando se mata um servidor público, como é o caso dessa juíza que morreu no Estado do Rio de Janeiro, está a se matar uma parte do próprio Estado. E quero ressaltar que todas as vidas são iguais. Nós temos jornalistas ameaçados, nós temos os trabalhadores rurais ameaçados, mas o servidor público exerce parcela da soberania do Estado.

Poderia lembrar aqui o Juiz Alexandre morto no Espírito Santo, o Juiz Odilon ameaçado de morte em Mato Grosso do Sul. Poderia citar aqui o Dr. Julier ameaçado de morte em Mato Grosso. E poderia citar caso de vários membros do Ministério Público que exercem a sua atribuição com total respeito aos princípios republicanos.

Penso que este projeto não resolva a situação. Nós temos projeto em andamento aqui, Senador Armando, que cria uma agência própria para fazer a defesa desse tipo de atividade.

Permita-me aqui um ato de egoísmo e falar um pouco do que eu vivi ameaçado de morte durante seis anos. Eu nunca recebi nenhuma ligação dizendo que a pessoa ia me matar. Nunca! O cidadão que foi contratado para me matar se entregou à Polícia Federal e não quis me matar, não sei por qual motivo. Mas não quis me matar e se entregou à Polícia Federal. Pois bem, quando você está sob escolta da polícia é mais ou menos igual a uma prorrogação com gol de ouro: você não sabe o que vai acontecer um minuto depois. Isso muda a sua vida. Nós precisamos pensar nisso porque não é só o magistrado, não é só o membro do MP, não é só o servidor público, mas a sua família inteira.

Eu tenho uma filha de 13 anos. Ela ficou por cinco anos com escolta da Polícia em razão da atividade que eu exercia, como outros brasileiros.

O Ministério Público Federal, Estadual comete erros. O erro, a falência, faz parte da natureza humana, agora, a vida, a proteção da vida desses brasileiros também se faz necessária.

Eu encerro, Sr. Presidente, agradecendo àqueles que votarem favoravelmente a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, Senador Demóstenes, Senador Pedro Taques porque é o autor, Senador Demóstenes, porque é o relator, a matéria veio a esta Comissão e temos quase quinhentos projetos a serem debatidos, aprovados ou rejeitados, nesta Comissão.

Eu estou colocando esse projeto nessa velocidade não por causa do crime lamentável, muito lamentável, que aconteceu com a brava juíza do Rio de Janeiro, mas porque compreendo como meritória, importante a matéria.

Peço compreensão dos Srs Senadores, porque já iremos fazer a arguição, que já está um pouco atrasada, mas não poderia deixar de incluir essa matéria extrapauta, para que ela fosse debatida e aprovada aqui nesta Comissão.

Vou colocar em votação.

Não havendo mais quem queira debater a matéria, vou colocá-la em votação, por ser extremamente meritória, como já disse, tanto a autoria de V. Exª como o relatório com as emendas do Relator Demóstenes Torres.

Como vota o Senador José Pimentel? *(Pausa.)*

Quem pelo projeto vota "sim".

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Cmo vota a Senadora Marta Suplicy? *(Pausa.)*

Já declarou o voto "sim".

Como vota... O Senador Pedro Taques é o autor, o voto é conhecido.

Como vota o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator. Portanto, vota "sim".

O Senador Antonio Carlos Valadares já votou "sim".

O Senador Eunício Oliveira vota "sim".

Como vota o Senador Pedro Simon?

Vota "sim".

Como vota o Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMS – AC) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto "sim", com os meus cumprimentos ao Relator e ao autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", com os cumprimentos ao autor e ao relator.

Como vota o Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes Torres é o relator e, portanto, o voto é conhecido.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – "Sim", cumprimentando o relator e o autor pela importância da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", pela importância da matéria.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) - Sim, Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota o Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, cumprimentando o relator e o autor da proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", cumprimentando o relator e o autor do proposição.

Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – "Sim", cumprimentando o autor e o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", com o relator.

Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sim, com o relator, cumprimentando ambos, relator e autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Eduardo Braga vota "sim", com o relator, cumprimentando autor e relator.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

Sim, com o relator.

Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – **"**Sim**".**

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", com o relator.

O projeto foi aprovado por unanimidade.

As emendas nºs 1 e 2 também foram aprovadas nesta Comissão, com a mesma votação, pela unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

Próximo item da pauta.

Antes, temos um requerimento sobre a mesa do Senador Flexa Ribeiro.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

"Nos termos do Artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas, para que, em nome da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja realizada audiência pública com o objetivo de instruir a PEC nº 53, de 2007, que extingue o instituto do terreno de Marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a propriedade desses bens.

Convida a Srª Paula Motta Lara; o Sr. Ubiratan Cazetta, o Sr. Raimundo Araújo de Souza, o Sr. Edson Mauro Freitas das Dores e o Sr. Cândido Paraguassu de Lemos Éleres.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo item da pauta.

Trata-se da segunda parte desta reunião.

- Não terminativa -

MENSAGEM (SF) Nº 108, DE 2011-08-17

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, a indicação do General-de-Exército LUIS CARLOS GOMES MATTOS para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General-de-Exército Renaldo Quintas Magioli.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Votação secreta

Observação: *Em 10/08/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.*

Na presente reunião, procederemos a arguição do indicado, em cumprimento à alínea b do art. 2ª do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação e escolha de autoridade no âmbito desta CCJ.

Convido os Senadores Alvaro Dia e Armando Monteiro para que conduzam o General-de-Exército Luis Carlos Gomes Mattos ao recinto desta reunião.

Senador Armando Monteiro, o General está na antesala desta Comissão. Peço aos Senadores Armando Monteiro, Alvaro Dias e José Pimentel conduzam o General-de-Exército Luis Carlos Gomes Mattos a esta reunião. *(Pausa.)*

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao General-de-Exército Luis Carlos Gomes Mattos, para sua exposição, por dez minutos, prorrogáveis, se necessário for.

V. Exª, General, tem a palavra.

O SR. LUIS CARLOS GOMES MATTOS – Exmº Sr. Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Exmº Sr. Senador José Pimentel, Relator da Comissão nesta reunião para minha apresentação, a quem agradeço especialmente o trabalho de relatoria, Exmªs Srªs Senadoras, Exmºs Srs. Senadores, demais autoridades que me honram com suas presenças, senhoras e senhores.

Inicialmente, gostaria de externar a minha grande satisfação pessoal e profissional de, pela primeira vez, estar no Senado Federal para que V. Exªs possam analisar e, se for o caso, aprovar a indicação de meu nome para ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, conforme Mensagem nº 285, de 26 de julho de 2011, da Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

Em abril de 1959, pelas mãos de meu querido pai, já falecido, e sob as orações de minha saudosa mãe, fui levado ao Colégio Militar de Curitiba, que iniciava, naquele ano, o seu funcionamento na capital paranaense.

Sou, portanto, integrante da primeira turma daquela modular instituição de ensino, que despertou em mim a vocação para ser soldado e, com muita honra, o primeiro Oficial General a alcançar o último posto da carreira militar egresso daquele colégio.

Sem duvido, o velho Hermes, pai coruja ao extremo, ficaria muito orgulhoso de ver seu filho chegar tão longe.

Fui aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEx, em Campinas, São Paulo e cadete da Academia Militar de Agulhas Negras, AMAN, em Resende, Rio de Janeiro, onde desde de cedo entendi que a hierarquia e a disciplina são os pilares básicos e sustentáculos da instituição Exército brasileiro. E hoje, após 47 anos de serviço, tenho a pleno convicção de que são fatores determinantes da credibilidade que desfruta.

Na AMAN, no pátio de formatura, onde os cadetes formam pelo menos três vezes ao dia, para o café, o almoço e jantar, existe uma frase que representa a essência do cotidiano da vida castrense do oficial do Exército brasileiro: “Cadete, ides comandar, aprendei a obedecer”.

As escolas militares nos preparam para o exercício do comando nos diversos níveis da carreira, o que exige a constante aplicação dos fundamentos do Direito.

A experiência acumulada ao longo dos anos, embasa-nos de ensinamentos, tornando-nos aptos a exercer a autoridade com dignidade e respeito, a decidir com presteza e oportunidade e a julgar com firmeza e justiça.

A minha vida profissional foi voltada, em grande parte, para as atividades operacionais, mas também tive oportunidade de exercer funções na área de ensino, inteligência e planejamento.

Fui instrutor das principais escolas do Exército e tive a felicidade de realizar todos os cursos de combate ao longo dos treze anos em que servi na Brigada de Infantaria Paraquedista.

Como Coronel, comandei XX Batalhão de Infantaria Blindado e fui Chefe do Estado-Maior da V Re-

gião Militar, V Divisão de Exército, em Curitiba, meu Estado natal.

No exterior, servi como adido militar no Chile, onde, por dois anos, tive oportunidade de transitar no meio diplomático e conviver com adidos militares de vários países do mundo, podendo comparar e aquilatar o valor do soldado brasileiro.

Como oficial General, comandei a VI Brigada de Infantaria Blindada, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, e a Brigada de Infantaria Paraquedista, no Rio de Janeiro.

Fui terceiro suchefe e vice-chefe do Estado-Maior do Exército em Brasília, órgão de direção geral que me permitiu tomar contato com o planejamento no mais alto nível da força terrestre e ter uma visão estratégica do Exército como um todo.

Promovido ao último posto em julho de 2008, fui designado para o Departamento de Ciência e Tecnologia, quando acompanhei projetos de grande importância desenvolvidos para a força, como o veículo blindado Guarani, em parceria com a Iveco, cujo protótipo deverá ser entregue ainda este ano.

Convivi e aprendi muito com os engenheiros militares, cabeças privilegiadas do Exército, orgulho de qualquer nação.

Minha última comissão está sendo o Comando Militar da Amazônia, CMA; região que corresponde a 42% do território nacional; possui 11 mil km de fronteiras, com sete países da América do Sul; enquadra sete Estados da Federação e é depositária de riquezas abundantes em todos os aspectos. Por tudo isso é hoje a área operacional prioritária do Exército brasileiro e, sem dúvida, está sendo uma das mais ricas e gratificantes experiências profissionais que já vivi.

Durante dois anos e quatro meses de comando, tenho me dedicado a estar presente nas suas 123 organizações militares espalhadas por todos os rincões daquela área, e a melhor entender aquela gente, as suas culturas, as suas crenças e, principalmente, as suas grandes necessidades.

A Amazônia recebe sempre uma grande quantidade de comitivas nacionais e estrangeiras. São formadoras de opinião, empresários, membros do Congresso Nacional e do Poder Judiciário, alunos do mais alto nível, militares, civis, de outros exércitos, ex-chefes de Estado de países amigos. Nestas oportunidades procuramos mostrar com transparência o que fazemos, que conhecemos muito bem esse patrimônio que nos foi legado e, principalmente, enfatizamos que somos extremamente zelosos com a nossa soberania.

A carreira militar muito nos exige na área da Justiça, por isso, ainda na academia, estudamos Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Internacional, Direito Administrativo e Direito Penal Militar.

Na atualidade, pelas peculiaridades do combate moderno e letalidade proporcionada por novos armamentos e sofisticada tecnologia, foi acrescentado o Direito Internacional de Conflitos Armados, DICA, ou Direito Internacional Humanitário, DIH, como é chamado em alguns países.

No início da carreira participávamos de Conselho de Justiça dos Corpos de Tropas, hoje extinto, para julgar, basicamente, crimes de deserção e insubmissão.

Como Capitão e como General de Brigada, fiz parte de Conselhos Permanentes de Justiça, trabalhando ao lado de juízes togados de nossas auditorias militares. Realizei, ainda, durante a minha carreira militar, inúmeros inquéritos e sindicâncias para apurar ilícitos ou irregularidades ocorridas. Toda essa experiência me permitiu identificar a importância, a necessidade e as especificidades da Justiça Militar no arcabouço jurídico brasileiro

Hoje, vejo com orgulho o longo caminho percorrido, o qual, muitas vezes, passou tão rápido que não foi nem percebido. Se tivesse de começar tudo de novo o faria outra vez. Agora, utilizando a lucidez que os cabelos brancos nos dão, para ultrapassar com mais facilidade alguns obstáculos encontrados.

A profissão militar é uma sucessão constante de desafios. Porém, o Exército sempre está nos preparando para enfrentá-los. O mais alto escalão da Justiça Militar, sem dúvida, também o será. Como das outras vezes, a Instituição me credenciou para tal.

Espero estar à altura e que Deus me abençoe e proteja nesta nova missão que os Exmºs Srs. Senadores da República decidirão se estou ou não em condições de cumpri-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu quero, como Relator da matéria, já lida na reunião passada, registrar aos nossos Pares que, pelos dados encaminhados a esta Casa, pela sua experiência de vida, o nosso General de Exército Luis Carlos Gomes de Mattos preenche todos os requisitos para ser Ministro do Superior Tribunal Militar.

Portanto, passamos à fase de arguição, concedendo a palavra ao nosso Senador Demóstenes Torres, até porque V. Sª esteve no Comando da 6ª Brigada Militar Paraquedista. Não é isso?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, peço que me inscreva também.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – V. Exª está inscrito.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, daria para abrir o voto, porque tenho um compromisso inadiável, eu não tenho como faltar, mas também não poderia ir sem votar no general.

É um apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Daqui a pouco nós analisaremos. Passarei a palavra ao nosso Senador Demóstenes Torres e, logo em seguida, o nosso Presidente Eunício Oliveira estará chegando e tratará dessa matéria.

Por cinco minutos, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores; General de Exército Luis Carlos Gomes de Mattos, parabenizar V. Exª pela oportunidade de conhecê-lo pessoalmente pelo brilhante que desempenhou no nosso Estado de Goiás. V. Exª é um homem patriota, um general que chega ao topo da carreira e tem toda a oportunidade de ir para o Superior Tribunal Militar, com uma reputação ilibada e com uma atuação destacada por onde passou.

Eu indagaria de V. Exª, general, a Lei nº 11.322, de 2010, deu nova redação ao art. 544 do Código de Processo Civil, modificando a forma de se processar o agravo de instrumento. Diz o art. 544: "Não admitido o recurso extraordinário ou recurso especial, caberá agravo nos próprios autos no prazo de dez dias".

Depois diz, no § 1º, que o agravante deverá interpor um agravo para cada recurso não admitido. E no § 2º, diz ainda que "a petição de agravo será dirigida à presidência do tribunal de origem, não dependendo do pagamento de custos, despesas postais. O agravado será intimado de imediato para, num prazo de dez dias, oferecer resposta, podendo instruí-la com cópias das peças que entender conveniente. Em seguida, subirá o agravo ao tribunal superior, onde será processado na forma regimental."

Indago de V. Exª qual é a sua opinião acerca da aplicação analógica do art. 544 do CPC aos feitos de natureza criminal militar, uma vez que existe a Resolução nº 451, aprovada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal?

Eu indagaria, também, a V. Exª se considera que a prisão por crime de deserção, delito capitulado no art. 187 do Código Penal Militar, é constitucional. V. Exª considera que essa prisão, nesse caso da deserção, é constitucional?

Indago também a V. Exª: no caso de execução da sentença na Justiça Militar da União, uma vez que o sentenciado perde o *status* de militar, tornando-se civil, a quem V. Exª acha que compete essa execução? À Justiça Militar ou à Justiça Comum?

Durante o processo executório, V. Exª considera que o Ministério Público Militar age como parte, ou age como *custos legis*?

Também indagaria a V. Exª qual a sua opinião acerca do descontrole do número de autorizações de grampos telefônicos na Justiça Militar, como estampado.

E indagaria também a V. Exª: no caso peculiar da insurgência dos bombeiros militares no Rio de Janeiro, V. Exª considera que a não punição desses agentes levará ao enfraquecimento da disciplina dentro da corporação?

São as perguntas que faço a V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu solicitaria a V. Exª e aos nobre pares que ouvíssemos todos, e o nosso General de Exército respondesse ao final, para economia de tempo, com a anuência do nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Farei isso, Senador Pimentel.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. General de Exército Luis Carlos Gomes Mattos, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero expressar inicialmente que respeito todas as Forças Armadas, pelo trabalho republicano e constitucional que as Forças Armadas têm desempenhado.

Eu tenho algumas perguntas, e a primeira delas é a seguinte: qual é a opinião de V. Exª sobre a chamada Comissão da Verdade? V. Exª entende que é possível nós termos paz sem justiça? E gostaria de saber a ideia de V. Exª sobre a chamada justiça de transição, que ocorreu na África do Sul, no Chile, no Uruguai e na Argentina.

A segunda indagação: V. Exª entende que o Decreto-Lei 1.001, de 1969, e o 1.002, de 1969, o Código Penal e o Código de Processo Penal Militar, esses códigos estejam ainda constitucionais? Ou estamos a merecer uma mudança nessas duas legislações, que alguns já entendem não foram recepcionadas pela Constituição de 1988?

Qual é a opinião de V. Exª a respeito da manutenção ou não da chamada Justiça Militar Estadual? O art. 125, § 2º, da Constituição, como V. Exª bem sabe, dá conta da Justiça Militar Estadual, e alguns Estados – isto a depender de projeto de lei de iniciativa do Tribunal Justiça – podem extinguir ou não essa Justiça.

Qual é a opinião de V. Exª a respeito da discussão que ocorre e ocorreu recentemente na Argentina a

respeito da extinção da própria Justiça Militar nacional lá na Argentina?

Qual é a opinião de V. Exª a respeito de crimes dolosos contra a vida praticados por militares? A competência, no entender de V. Exª, é da Justiça Militar, ou vamos seguir a chamada Lei Hélio Bicudo, que depois restou constitucionalizada pela Emenda à Constituição 45, excluindo da competência da Justiça Militar?

E uma última indagação: qual é a opinião de V. Exª a respeito do direito fundamental de manifestar a sua opinião? O Estatuto Militar prega a não manifestação de opinião política, não é isso? Salvo engano da minha parte, gostaria de ser corrigido por V. Exª a respeito disso.

Quanto à filiação partidária de militar, a Constituição Federal proíbe isso, no art. 142, § 3º, e gostaria de saber se V. Exª entende que esse dispositivo se encontra conforme a nossa realidade constitucional.

E uma última pergunta, permita-me, a respeito do Ministério da Defesa. Qual é a opinião de V. Exª a respeito de o Ministério da Defesa – não do Ministro da Defesa, não é isso –, da estrutura, conforme a criada constitucionalmente pela Emenda à Constituição, parece-me, nº 21? Refiro-me à criação do Ministério da Defesa, se esta é uma construção ideal no nosso sistema.

No mais, tenho a compreensão de que V. Exª preenche os requisitos constitucionais, mas, como Senador da República, eu gostaria de ouvir V. Exª sobre esses temas para que eu possa formar a convicção dos valores que V. Exª defende.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador, só uma última pergunta que restou.

Qual a opinião de V. Exª a respeito do homossexualismo nas Forças Armadas? Como deve ser esse comportamento?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Álvaro Dias, tem a palavra V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, a favor do tempo, não irei fazer nenhuma indagação. Apenas cumprimentar o General Mattos, que nos honra com a sua presença aqui, sendo ele paranaense de União da Vitória, tendo estudo em Curitiba, comandado lá também, e com um itinerário brilhantemente percorrido, atendendo todos os pressupostos indispensáveis para essa indicação.

V. Exª tem o apoio de todos nós e manifesto aqui o apoio do nosso partido, homenageando-o também em nome dos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Álvaro Dias.

O último orador inscrito é o nobre Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, também em nome do tempo não farei indagação ao nosso General Mattos, até por que S. Exª como acabou de apresentar em sua explanação, ocupa em seu penúltimo posto, na sua brilhante carreira militar, o Comando Militar da Amazônia, talvez um dos comandos mais importantes hoje do Exército brasileiro.

Eu tive a oportunidade de governar o Estado do Amazonas quando da chegada do General Mattos para assumir o comando militar, sucedendo o General Heleno, àquela altura, e pude testemunhar a dedicação, o trabalho e a correção e, acima de tudo, a identidade do General Mattos para com os princípios não apenas constitucionais das Forças Armadas, em especial do Exército brasileiro, mas a identificação do General Mattos para com a Justiça e para com a transparência da relação das Forças Armadas com a sociedade civil e o Estado democrático de direito. Destaco, inclusive, as ações comandadas pelo General naquela região, no sentido de fortalecer a cidadania de povos absolutamente excluídos de políticas públicas no Brasil, muitas vezes nas nossas fronteiras, muitas vezes em locais absolutamente isolados.

Portanto, quero aqui manifestar a nossa admiração, o nosso apoio e o nosso voto favorável à indicação do General Mattos para o Superior Tribunal Militar.

Parabéns, General, pela sua carreira e tenho certeza de que V. Exª haverá de honrar o Superior Tribunal Militar, trazendo estes princípios, que são princípios da sua carreira militar e os seus princípios individuais, como ser humano, para engrandecer a nossa Justiça militar.

Parabéns, General.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o General Luís Carlos Gomes de Mattos, que tem uma trajetória brilhante, conhecida no Exército brasileiro, e que comanda, ainda, a nossa presença do Exército na Amazônia, a maior floresta tropical do planeta.

É uma missão árdua e que – como eu comentava com o General, ainda há pouco, na antessala – a presença do Estado brasileiro na Amazônia em muito a Independência, porque os portugueses sabiam da importância da Amazônia, da sua riqueza. O debate sobre a abertura da navegação no rio Amazonas a barcos estrangeiros foi um debate árduo e se travou

no Império, ainda. V. Exª cumpriu a sua missão exemplarmente, fazendo a presença do Estado brasileiro, comandando mais de 20 mil homens ali naquela região estratégica, difícil e imensamente rica.

Eu queria perguntar ao senhor algo que diga respeito a sua função atual, e não à futura. Como é que o senhor vê a segurança das nossas fronteiras na Amazônia? Preocuparia o senhor eventuais penetrações das Farc em nossos territórios? As Farc, provavelmente, não teriam a intenção de se instalar na Amazônia, mas há notícias de que, vez por outra, há penetração de guerrilheiros das Farc em nosso território para se homiziar, temporariamente, se abastecer ou o que seja.

Eu pergunto, então, ao senhor como vê esse problema hoje? Que medidas deveriam ser tomadas para que, na existência desses fenômenos, registrados pela imprensa, eles não venham a se repetir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, falará o Senador Suplicy e, depois, o Senador Randolfe.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, prezado General Luis Carlos Gomes de Mattos, eu quero cumprimentar-lhe também pela sua dedicação às Forças Armadas Brasileiras nas suas funções.

Eu gostaria de lhe perguntar: Considerando a revolução social por que passa a sociedade em todo o mundo, com grande reflexo na valorização dos direitos fundamentais, com o avalia, será ainda coerente, a aplicação de penas disciplinares privativas de liberdade, em face do cometimento de transgressões disciplinares. Não seria mais adequada, neste caso, a aplicação de penas alternativas como a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas? Inclusive, no âmbito das Forças Armadas, isto está sendo aplicado e considerado?

Segundo, tendo em conta a grave crise vivida pela população do Haiti, e tendo conhecimento das ações de V. Exª no exterior, inclusive a missão ao Chile, como Adido Militar, como avalia que o Brasil pode colaborar melhor para que possa haver um processo de democratização no Haiti, que seja culminado com a ajuda àquele país, para extinguir a pobreza tão extrema? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – General Luis Carlos Mattos, V. Exª comandou as Forças Armadas Brasileiras, o Exército, na região da qual faço parte. Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª pela condução e, em nome de V. Exª, cumprimentar o Exército Brasileiro, fazendo coro com as palavras do Senador Aloysio Nunes. De fato, a Amazônia é uma demonstração da obra portuguesa, Senador Aloysio, da obra inclusive da estratégia militar portuguesa de ocupação desse território.

Li, certa vez, um artigo de um historiador que destacava o seguinte: que a engenharia, a arquitetura da ocupação portuguesa na América foi singular: eles ocuparam toda a planície, constituíram a dimensão territorial que nós temos hoje, e lançaram às montanhas, aos morros, em territórios inóspitos, inclusive para o plantio, o restante da ocupação espanhola na América do Sul. E de fato é, numa rápida análise do mapa da América do Sul, nós percebemos esse desenho da arquitetura militar portuguesa.

Eu sou um testemunho disso, não pela idade, não sou tão antigo. (*Risos*.) Mas como historiador e pelo fato der ser de um Estado onde está construída a maior fortificação militar da colonização portuguesa no mundo, o Forte de São José de Macapá. E veja que os portugueses construíram, naquele lugar, pela localização do lugar, no estuário do rio Amazonas, porque naquele lugar seria a porta de entrada do rio Amazonas e seria a porta de entrada da Amazônia. Não é a toa que, no século 18, em 1758, os portugueses constroem lá a fortaleza que é, de fato, a maior obra militar portuguesa da colonização portuguesa no mundo, nos séculos 18 e 19.

O Exército Brasileiro tem cumprido, e bem, essa missão que considero, e já foi destacado aqui... Parece-me que nós temos nos Exército brasileiro duas tarefas centrais a serem cumpridas na Amazônia. Primeiro, a da defesa da nossa fronteira, segundo a de apoiar o Exército Nacional que chega com a presença do Estado brasileiro em locais onde ninguém pode chegar. É o Exército brasileiro que chega às populações indígenas mais distantes, é o Exército brasileiro que oferece e garante para cidadãos brasileiros em locais mais distantes da Amazônia a realização do atendimento de direitos básicos da cidadania.

Cumprimentando V. Exª por esse papel destacado das Forças Armadas Nacionais, quero destacar, em especial a minha região, a Amazônia, compreendendo e dando continuidade ao que foi pensado antes na obra de colonização e arquitetura militar portuguesa. Quero completar as perguntas já feitas pelo Senador Aloysio e pelo Senador Suplicy se, na compreensão de V. Exª... Essa é uma pergunta mais por curiosidade, talvez será pouco do mister que V. Exª vai desempenhar no Superior Tribunal Militar.

Mas, na compreensão de V. Exª qual o desafio das Forças Armadas Brasileiras, do Exército brasileiro, para as décadas que virão. Nós tivemos, a nossa doutrina de segurança nacional, desafios diferentes ao longo do sec. XX. Em um momento, colocado diante da chamada ameaça externa, em outros momentos, como impulsionador da necessidade de integração nacional. Então, na concepção de V. Exª qual é o desafio das Forças Armadas Brasileiras, do Exército Nacional para este séc. XXI?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. General, quero cumprimentá-lo pela exemplar carreira militar e, particularmente, pela grande contribuição que o senhor deu como Comandante do Comando Militar da Amazônia. Sou um Senador do Acre, trago os cumprimentos do Governador Tião Viana e votos de muito sucesso na sua nova missão no Superior Tribunal Militar. Boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Encerrada as arguições passamos a palavra ao nosso General de Exército, Luis Carlos Gomes Mattos.

O SR. LUIS CARLOS GOMES MATTOS – Inicialmente, gostaria de agradecer a V. Exªs as formulações realizadas. Procurarei abordá-las uma a uma.

Quanto aos desafios do Exército, eu acredito que são desafios da Nação brasileira. Nós temos, na Amazônia, dois tipos de desafios: uma ameaça externa e uma ameaça externa.

A ameaça externa é mostrar ao mundo e àqueles que fazem declaração como deveremos cuidar da Amazônia e do Brasil de uma maneira geral, que somos independentes e que sabemos cuidar muito bem do nosso País. Nós, na Amazônia, acompanhamos declarações de autoridades mundiais que nunca sequer pisaram naquela região e vêm querer nos ensinar como cuidar daquele patrimônio da humanidade.

Este é um desafio da área externa em que o Estado brasileiro como um todo tem que saber enfrentá-lo.

A segunda ameaça, a ameaça interna, é a presença do Estado nas regiões mais difíceis. A Amazônia representa 50% do território nacional. A Amazônia militar, sob a responsabilidade do Comando Militar da Amazônia, representa 42% do território nacional. São 42% completamente diferentes dos outros 58%, com todas as carências e dificuldades que nós vivemos naquela região. Então, a grande ameaça interna é a presença do Estado.

Eu gostaria de ressaltar e aproveitar este momento para dizer que o Governo Federal está fazendo um esforço significativo de mostrar essa presença do Estado. Agora mesmo, estamos vivendo uma operação de intensificação da presença do Estado na fronteira.

Evidentemente, como o Exército dispõe de estruturas para o cumprimento da nossa missão constitucional, ele está presente em todos os lugares da Amazônia e, consequentemente, tem apoiado todas as outras instituições de Estado, como é o caso dessa operação que está sendo realizada lá na Amazônia, a Operação Ágata. Então, essas são duas ameaças que considero importante. E aí nós podemos traduzir isso também para o restante de nosso País.

Quanto às penas disciplinares, eu gostaria de ressaltar que o Exército, a Marinha e a Força Aérea são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina e sob a autoridade suprema da Presidente da República hoje. Destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, a lei é ordem. Isso está previsto na nossa Constituição.

Além disso, nós temos o nosso regulamento disciplinar do Exército, lembrando que as nossas penas possuem caráter educativo, entretanto, qualquer debate relacionado ao aprimoramento do atual processo é bem-vinda e, certamente, o Superior Tribunal Militar é um dos fóruns adequados a esse fim.

Quanto ao Haiti, eu gostaria de ressaltar a participação das Forças Armadas Brasileiras naquela região carente do Caribe e salientar que nós já estamos há sete anos no Haiti, e o trabalho executado pelas Forças Armadas Brasileiras é altamente reconhecido. No início, esse trabalho era mais de pacificação naquele País. Hoje é de auxiliar na reconstrução, aumentamos, inclusive, o nosso efetivo, engenheiros militares da nossa Engenharia Militar presente naquela região. Então, eu acredito que o Brasil está dando uma contribuição significativa para o nosso país vizinho.

Quanto à segurança de fronteira, eu lembro que o Exército brasileiro possui 16.886 Km de fronteira. Só na Amazônia são 11 mil Km, com muita dificuldade.

Eu sempre, em minhas palestras no Comando Militar da Amazônia, faço uma comparação com a fronteira dos Estados Unidos com o México, dois países significativamente desenvolvidos, que têm uma fronteira de 3.141 km, altamente vivificada, murada, com estradas – acredito eu uma parafernália tecnológica muito grande –, mas acompanhamos na mídia os problemas que eles têm para controlar aquela fronteira. Então, os senhores imaginem as dificuldades que o Brasil tem para cuidar das nossas fronteiras. Mas, para cumprir a nossa missão constitucional, já levamos para a Amazônia, por exemplo, muitas unidades que estavam no sul do País.

Uma comparação, para termos ideia desse aspecto, que é significativo: em 1950, há 61 anos, tínhamos 1.000 militares na Amazônia como um todo. Hoje, temos 27 mil; são 21 pelotões de fronteira, 2 batalhões, 2 companhias e 4 destacamentos, que cuidam da fronteira.

Então, acreditamos que essa é uma estrutura possível, mas a estratégia nacional de defesa já prevê a criação de outras unidades na fronteira. Assim nós pensamos em melhorar a nossa segurança na fronteira, dentro das disponibilidades do País.

Quanto aos aspectos da Justiça Militar, eu gostaria de reafirmar que a Justiça Militar julga crimes previstos na Constituição, no Código Penal Militar e no Código Penal. Então, fora desses crimes, tudo está direcionado à Justiça Civil. Então, essa é a limitação da nossa Justiça Militar.

Uma pergunta sobre a Argentina, sobre a extinção, eu gostaria de ressaltar que nós somos países diferentes. Como tal, deveremos ter tratamentos diferentes. Acredito que nós não devamos importar soluções em outros países, porque as nossas estruturas são completamente diferentes.

Quanto à sua pergunta sobre os homossexuais, eu gostaria de dizer que as Forças Armadas são contra qualquer tipo de preconceito, e todos, absolutamente todos, são tratados de acordo com os preceitos e os regulamentos militares. Não podemos esquecer que a hierarquia e a disciplina são nossos pilares básicos, e, como tal, todos assim serão tratados.

Sobre a estrutura do Ministério da Defesa, eu gostaria de lembrar que o Ministério da Defesa é uma instituição hoje existente em quase todos os países do mundo; é uma estrutura que ainda está se consolidando. Em alguns países que já tem o Ministério da Defesa bastante consolidado, existem dificuldades de coordenação. No nosso País, não é diferente.

Então, este é o motivo de o nosso Ministério da Defesa ainda estar se ajustando à sua própria existência.

E, finalmente, eu gostaria de responder de uma maneira geral e genérica que o Exército brasileiro é uma instituição que faz cumprir a Constituição e as leis do nosso País. Tudo aquilo que está fora disso não faz parte das intenções do Exército. Então, sempre buscamos o cumprimento das leis e a Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Nossos Pares pretendem fazer...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu gostaria. Eu fiz sete perguntas ao Ministro; uma ele respondeu e seis outras ele não abordou o tema. Se ele quiser, eu posso repetir as questões, se o Ministro assim o desejar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não, é regimental.

Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não seria possível liberação a votação, para que pudéssemos ir votando, porque estamos com outros compromissos também já bem adiantados?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Tem uma decisão do plenário desta Comissão de que só deve ser aberta a votação após o término da arguição, a menos que haja uma decisão alterando isso. Mas se...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente, a decisão é da Constituição, não é do plenário. É a Constituição que impede.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu sei, mas o plenário reafirmou esse entendimento. E se há um parlamentar que diverge, nós não podemos ter procedimento diferente.

Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – As perguntas são: se se aplica o Art. 544 do Código de Processo Civil aos feitos de natureza militar. Eu já li o artigo e acho que não é necessário repetir.

2) Se V. Exª considera que a prisão, no crime de deserção, que está no Art. 187 do Código Penal Militar, é constitucional.

3) Qual a opinião de V. Exª acerca de quem compete a execução da sentença da Justiça Militar da União, quando o sentenciado perde o *status* de militar? A competência é de quem? Da Justiça Civil ou da Justiça Militar da União? E também, se durante o processo executório, se V. Exª considera que o Ministério Público Militar age como *custos legis* ou como parte?

Também sobre o já constatado excesso, o descontrole do número de autorizações de interceptações pela Justiça Militar. Se V. Exª for Ministro, qual providência tomará? Qual a sua opinião sobre esse descontrole.

E se a insurgência dos Bombeiros, no Rio de Janeiro, como não houve punição, se essa não punição pode levar ao enfraquecimento da disciplina dentro das corporações militares.

São essas as perguntas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não. Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu tive que ir à casinha, como se diz no meu Estado, ao

banheiro ali atrás, eu não sei se foi respondida a minha; é sobre a Comissão da Verdade, a posição, sei que isto está a cargo do Congresso, do Ministério da Justiça, nós todos sabemos disso. Mas só queria ouvir sobre a chamada justiça de transição, que fez referência à África do Sul, Argentina; a questão da justiça militar estadual e se, na opinião de S. Exª, o General de Exército Luís Carlos Gomes de Mattos, o Decreto-Lei nº 1.001, de 1969, que é o Código Penal Militar, precisa dessa adequação. E tendo em conta na resposta que ele deu a uma pergunta do Senador Demóstenes, eu gostaria de saber se o crime de pederastia, previsto no Código Penal Militar, de acordo com o senhor, se ele foi ou não recepcionado pela Constituição de 1988?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o nosso General de Exército Luis Carlos Gomes de Mattos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu também havia formulado duas questões: uma sobre penas alternativas e, outra, sobre o Haiti. Se o General Mattos puder...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Sobre o Haiti, sim, respondeu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Perdão, tudo bem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu tenho todo o respeito pelos Senadores que compõe a nossa Comissão e tenho participado aqui de várias votações a diversos tribunais, tribunais superiores, Supremo Tribunal Federal, etc., e tenho percebido o alto nível e a qualidade dos nossos debates, da apresentação de nossas indagações.

Eu apenas gostaria de fazer um apelo aos Srs. Senadores, porque todos nós temos obviamente compromisso. E o quórum da nossa reunião de hoje já está bastante comprometido. Nós mesmos aqui... O Senador Pedro Taques é o Relator numa comissão que eu presido sobre segurança pública, que tem uma reunião marcada para daqui a pouco. A Comissão de Infraestrutura tem audiência com o Ministro de Minas e Energia para tratar da questão das concessões.

Então eu gostaria de fazer um apelo, tendo em vista que o General Mattos, ainda há pouco, respondeu várias perguntas, se não a contento, mas, pelo menos, percebemos claramente que ele respondeu as perguntas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Se os nossos dois Senadores insistirem nas perguntas, nós vamos ter que ouvir.

Por isso concedo a palavra ao nosso General Luiz Carlos Gomes de Mattos.

O SR. LUIZ CARLOS GOMES DE MATTOS – Eu gostaria que o Senador Demóstenes Torres repetisse as perguntas. Foi a dos bombeiros?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Parece-me que estão escritas. Se pudesse nos fornecer, ficaria muito grato, porque facilita. São seis perguntas. (*Pausa*.)

O SR. LUIZ CARLOS GOMES DE MATTOS – Eu vou lhe responder agora, Senador Demóstenes...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a liberação das perguntas, facilita o trabalho. Srs. Senadores, nós vamos ouvir o nosso arguido, por gentileza.

Com a palavra o nosso General de Exército, Sr. Luis Carlos Gomes de Mattos.

O SR. LUIZ CARLOS GOMES DE MATTOS – Excelência, a pergunta é sobre o crime de deserção. Está previsto no Código Penal Militar, está previsto na Constituição e, como tal, é constitucional. É passível de estudo, mas hoje ele é constitucional, porque está previsto em nossa Constituição.

A execução da sentença da Justiça Militar e da União, uma vez que seja iniciado, perde o *status* militar, tornando-se civil. Ela passa para a justiça civil. Durante o processo executório, eu considero que o Ministério Público age como parte.

E a minha opinião acerca da questão de descontrole do número de autorizações de grampo telefônico da Justiça Militar, eu, sinceramente, não posso lhe responder, porque não tenho conhecimento disso. Não estou ainda na Justiça Militar.

E a insurgência dos bombeiros militares no Rio de Janeiro considero transgressão disciplinar e, como tal, deve ser tratada. Nós não podemos esquecer que tanto a polícia militar como os bombeiros são instituições militares. Como tal, deve-se reger pela hierarquia e disciplina e assim deve ser tratado.

Obrigado por ter colocado. Foi mais fácil de lhe responder uma a uma.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Falta apenas responder a pergunta do Senador Pedro Taques.

O SR. LUIS CARLOS GOMES MATTOS – O Sr. poderia repetir a pergunta?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pedi a opinião de V. Exª a respeito da Comissão da Verda-

de e sobre a competência para julgamento de crimes dolosos contra a vida, tendo em conta a Lei Hélio Bicudo e a constitucionalização da Lei Hélio Bicudo pela Emenda Constitucional nº 45 que mudou o art. 125, § 3º da Constituição. Se na opinião de V. Exª a competência para julgar crimes dolosos contra a vida é da Justiça Militar ou da Justiça... Na opinião de V. Exª isso está certo?

O SR. LUIS CARLOS GOMES MATTOS – É da justiça civil. Tudo aquilo que foge ao Código Penal, ao Código de Processo Penal e à Constituição não é da competência da Justiça Militar.

A sua pergunta sobre a Comissão da Verdade, ela está sendo discutida ainda no âmbito do Ministério da Defesa e do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Não havendo mais quem queira arguir o candidato, vamos dar início ao processo de votação.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação. Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias para que os Srs. Senadores possam exercitar o seu direito de voto, assinando em seguida a lista.

Senador Pedro Taques, por gentileza.

Senador Eunício Oliveira.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Alvaro Dias.

Senador Demóstenes Torres.

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Acho que o Armando deu uma saidinha.

Senador Randolfe Rodrigues.

Vou transferir a Presidência ao Senador Eunício para que eu possa votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Pimentel

Senador Eduardo Suplicy.

Senador Anibal Diniz.

Senador Eduardo Braga.

Senador Benedito de Lira.

Todos já votaram?

Senador Flexa Ribeiro.

Solicito a presença dos Srs. Senadores da Comissão de Constituição e Justiça. Estamos em processo de votação nominal para escolha de autoridades. Srs. Senadores que se encontram na Casa ou em outras comissões, por gentileza, venham votar aqui, na Comissão de Constituição e Justiça. *(Pausa.)*

Srs. Senadores da Comissão de Constituição e Justiça que estejam em outras comissões, convido V. Exªs a comparecer ao plenário da Comissão, pois estamos em processo de votação nominal. *(Pausa.)*

Completou o quórum?

Todos os Srs. Senadores já votaram?

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Convido o Senador José Pimentel que foi o relator, e o Senador Demóstenes Torres para serem os escrutinadores da votação.

(Procede-se à contagem de votos.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votaram SIM 9 Srs. Senadores; e NÃO, 3.

A escolha do nome do General de Exército Luis Carlos Gomes Mattos foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai a plenário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu fiz um requerimento para quebra de interstício, para que possa ir direto a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Requerimento sobre a mesa.

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento desta Casa, dispensa de interstício, para imediata inclusão da Mensagem nº 108, de 2011, na Ordem do Dia.

Sala das sessões, 17 de agosto de 2011.

Senador José Pimentel, Relator.

Consulto os Srs. Senadores sobre a aprovação do requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência, a matéria vai ao plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, parabenizo o General de Exército Luis Carlos Gomes Mattos pela sua aprovação no plenário desta Comissão, após arguição.

Antes de agradecer a presença de todos e declarar encerrada a reunião, comunico aos Srs. Senadores que nós temos uma subcomissão desta Comissão de Constituição e Justiça. Eu havia me comprometido com os Srs. Senadores que não faria subcomissões porque a Comissão tem funcionado plenamente, sempre, em todas as sessões ordinárias e extraordinárias, com a presença completa dos seus membros. Portanto, mesmo determinando que não iria criar subcomissões, nesta Comissão, já existe uma subcomissão de segurança. Tomei a decisão de comunicar a este Plenário que estou criando, ou melhor, estou instalando a comissão, já criada, e estou indicando o Senador Pedro Taques – que tem um trabalho profícuo nessa área, profundo conhecedor da Constituição Federal, do Código Penal, principalmente, e de tantas leis existentes neste País – como presidente dessa subcomissão.

Vou designar os membros, indicando já o nome do Senador Pedro Taques para que os Srs. Senadores sufraguem, por indicação desta Presidência, assim

como há um compromisso desta Presidência com o Senador Eduardo Braga para ser o relator. Obviamente que vou complementar a comissão com os demais membros desta comissão permanente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Gostaria de cumprimentar V. Exª, pela constituição dessa subcomissão, e o Senador Pedro Taques. O debate sobre segurança pública é um debate atual, fundamental para o nosso País.

O meu partido não tem proporcionalidade suficiente para integrar subcomissões. Mas queria colocar à apreciação de V. Exª o meu interesse, o meu desejo de participar dessa tão importante subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça, desse debate fundamental que vamos tratar.

Obviamente que isso depende não somente de uma decisão sua, mas de uma concordância com os demais líderes partidários. Eu só queria, neste momento, manifestar meu desejo, minha disposição de integrar essa subcomissão, pela oportunidade de estar ao lado de Senadores como Pedro Taques, como Demóstenes e tantos outros, nesse trabalho que, com certeza, será fundamental para o País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela dedicação de V. Exª, pela competência que V. Exª já demonstrou nesse pouco tempo de convivência aqui nesta Casa, obviamente que, se depender desta Presidência, o pleito de V. Exª será atendido. Obviamente V. Exª compreende que há uma necessidade de consulta aos líderes partidários para a complementação desses nomes, mas V. Exª é um nome que, com certeza, se indicado, esta comissão terá o privilégio de contar com sua dedicação, com seu trabalho e com sua seriedade nesta comissão e aqui nesta Casa, e no seu mandato de Senador.

Portanto, eu quero encerrar esta reunião, aproveitando a oportunidade para comunicar aos Srs. Senadores dos compromissos feitos partidariamente com o Senador Pedro Taques e com o Senador Eduardo Braga, obviamente ficando aberto o espaço para os demais membros comporem a comissão, fazendo um acordo com as demais lideranças.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só a título de informação, ainda na data de ontem, fomos ao Ministério da Justiça, conversamos com o Ministro a respeito da Comissão Especial do Código Penal, a respeito da Comissão de Acompanhamento ao PAC da Segurança; hoje pela manhã, conversamos com os técnicos do Ministério da Justiça, o Dr. Marivaldo, a respeito da participação do Ministério da Justiça para nos auxiliar nesta subcomissão.

Só esta a notícia que eu queria trazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, a indicação desta presidência para os demais membros da comissão do nome de V. Exª prende-se exclusivamente à dedicação, ao trabalho, à competência e à certeza de que V. Exª fará um grande trabalho para ser apresentado ao Plenário, composto de todos os membros desta comissão.

Portanto, a minha indicação pessoal, a indicação da presidência desta comissão recaiu sobre o nome de V. Exª, havendo tantos nomes importantes e dedicados nesta Comissão, como o nosso ex-Presidente. Aliás, tenho me esforçado muito, tenho me esforçado sempre para respeitar cada voto que recebi do eleitor cearense, que precisam ser respeitados, e respeitar todos os pares aqui nesta Casa. E tenho me esforçado muito para substituir aqui, senão à altura, mas pelo menos copiando, em algumas posições, esse ilustre goiano, o Senador Demóstenes Torres, que tão bem dirigiu esta comissão, durante tanto tempo.

Portanto, antes de encerrar esta reunião, porque não foi apenas uma reunião para sabatina, mas foi uma reunião em duas partes, eu quero aqui agradecer e parabenizar a aprovação do nome do Luís Carlos Gomes de Mattos, que poderá ainda hoje, se aprovado pelo Plenário do Senado, assumir a posição de Ministro de Estado.

Portanto, esta solenidade e esta reunião está terminado e agradeço a presença de todos os senhores da imprensa, dos Srs. Senadores e sempre agradecendo a presença de Deus nas nossas orientações.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 59 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e um minutos, do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidên-

cia do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Vital do Rêgo e Gim Argello. **O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença dos Senhores** Doutor Miguel Dias, primeiro Suplente do Senador Eunício Oliveira; Prefeito de Mombaça, José Wilame Barreto Alencar; Vereador Beto Vieira, da Assembleia Legislativa de Mombaça; Secretário de Saúde, Paulo de Tarso; Vitor Valim, Vereador de Fortaleza; Edson Silva, Deputado Federal; Elias Castilho, Presidente do Parlatino e ex-Presidente da Assembleia Nacional do Panamá; Fernando Cordeiro, Presidente da Assembleia Nacional do Equador; Jorge Pizarro, Senador da República do Chile e ex-Presidente do Senado do Chile; Gabriela Garcia, Embaixadora do Panamá no Brasil; Jorge Montero Figueroa, Embaixador do Chile. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2011** Acrescenta os arts 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2011** Altera o inciso II do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir, do cálculo do tempo de propaganda no rádio e na TV dos candidatos de coligação, o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 267, de 2011, com duas Emendas que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 29, de 2011, em face de sua incorporação em emenda aditiva ao PLS nº 267, de 2011. Durante a discussão o Senador Antonio Carlos Valadares apresenta a Emenda nº1, que recebeu parecer contrário. **Resultado: Aprovado o PLS nº 267, de 2011. Rejeitadas as Emendas de Relator e a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do PLS nº 29, de 2011. ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2011** Dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e dá outras providências. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2008** Acrescenta inciso ao § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, de modo a permitir a doação de recursos financeiros para campanhas eleitorais por meio de cartões de pagamento. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 268, de 2011 e prejudicialidade do PLS nº 373, de 2008. **Relator do Vencido:** Senador Renan Calheiros. **Relatório do Vencido:** Pelo arquivamento do PLS nº 268, de 2011 e pela prejudicialidade do PLS nº 373, de 2008. Em 29/06/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; Em 06/07/2011 foi recebido o Voto em Separado do Senador José Pimentel, com voto pela aprovação do PLS nº 268, de 2011 e pela rejeição do PLS nº 373, de 2008. Em 24/08/2011, foi recebida complementação de Voto em Separado do Senador José Pimentel, com voto pela aprovação do PLS nº 268, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 373, de 2008. **Resultado: Rejeitados o Relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Voto em Separado do Senador José Pimentel. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Renan Calheiros. Aprovado Parecer pelo arquivamento do PLS nº 268, de 2011. Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do PLS nº 373, de 2008. ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2011** Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra pessoa ou considerado hediondo. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 93, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar. Em 24/08/2011, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Demóstenes Torres, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 93, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 4) Não Terminativo PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº593, DE 2010** Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.

Autoria: Senadora Níura Demarchi. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Em 17/08/2011 foi concedida vista aos Senadores Pedro Taques e José Pimentel, nos termos regimentais. Em 24/08/2011, foi recebido Voto em Separado do Senador Pedro Taques, com voto contrário ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 71, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. EXTRAPAUTA: Item 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011** Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007** Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos e outros. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável à PEC nº 40, de 2011, e pela prejudicialidade da PEC nº 29, de 2007. **Resultado: Concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010.". **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e cinqüenta e dois minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Comunicado:

Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o recebimento da correspondência Ofício nº GPDL 0377, de 2011, da Assembleia do Estado de Santa Catarina, que encaminha a esta Comissão cópia do Requerimento nº 0676.6, de 2011, de autoria da Deputada Angela Albino, por meio do qual manifesta preocupação com a Reforma Eleitoral e apela pela extinção do direito ao instituto do foro privilegiado às autoridades acusadas de cometimento de crimes comuns.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 112, de 2011, desta Presidência da CCJ, de 18/08/2011, pela qual esta Presidência registra o recebimento da correspondência, informando que tal matéria é objeto da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2007, que suprime da Constituição o foro privilegiado em processos criminais e dá outras providências. De autoria do Senador Gérson Camata e atualmente em trâmite nesta Comissão.

Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o recebimento da correspondência PR1528, de 2011, do Instituto dos Advogados Brasileiros, que encaminha a esta Comissão cópia do parecer elaborado pelo Consórcio Dr. Thales Rezende Rodrigues de Miranda referente à Indicação nº 068, de 2011, sobre Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, que dispõe sobre a política nacional para os biocombustíveis.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 113, de 2011, desta Presidência desta CCJ, de 18/08/2011, pela qual esta Presidência registra o recebimento da correspondência, informando que a matéria em questão, conforme despacho da Presidência do Senado, foi encaminhada à representação brasileira do Parlamento do Mercosul e ainda tramitará na Comissão de Assuntos Econômicos antes de vir a esta Comissão de Constituição de Justiça.

Comunico ainda o recebimento da correspondência Ofício nº SMF 059, de 2011, da Prefeitura Municipal de Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul, que manifesta apoio e solicita empenho na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2011, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 114, de 2011, desta Presidência da CCJ, informa que tal matéria foi distribuída ao Senador Gim Argello para emitir relatório, após o que, será oportunamente deliberada por esta Comissão.

Comunico o recebimento da correspondência Aviso nº 454 SE, Casa Civil da Presidência da República, da Exmª Srª Ministra de Estado Gleisi Hoffmann, Chefe da Casa Civil, que encaminha cópia do Parecer SAJ nº 2430, de 2011, MFA, de 5 de agosto de 2011, com esclarecimento da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil sobre os quesitos constantes do Reque-

rimento nº 62, de 201, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Pedro Taques, que requer, nos termos do art. 383, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações à Presidência da República e à Presidência do Superior Tribunal de Justiça acerca do compromisso dos preceitos constitucionais do procedimento de elaboração de lista quádrupla, elaborada pelo Tribunal, como ocorreu na apreciação das Mensagens do Senado Federal nºs 101 e 102, de 2011.

Eu convido os Srs. Senadores para que compareçam a esta comissão, tendo em vista que vamos iniciar o processo de votação nominal.

Comunico que há expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 116, de 2001, da Presidência da CCJ, de 18 de agosto de 2011, ao gabinete do Senador Pedro Taques. Encaminhamos cópia por meio do Ofício nº 116, com cópia do aviso, informando-lhe, ainda, que seria dado conhecimento do teor da resposta aos membros desta comissão, o que estou fazendo nesta oportunidade.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 a 4.

Mais uma vez, peço a presença dos Srs. Senadores para iniciarmos o processo de votação nesta CCJ.

ITEM 1

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2011

Acrescenta os arts 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Autoria: Senador José Sarney e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2011

Altera o inciso II do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir, do cálculo do tempo de propaganda no rádio e na TV dos candidatos de coligação, o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Pedro Taques

O relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011, com duas emendas que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2011, em face da sua incorporação, em emenda aditiva, ao Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011.

Eu passo a palavra, se quiser fazer algumas considerações, ao Senador Pedro Taques, para, em seguida, fazermos o debate e a votação deste importante e penúltimo projeto da reforma política nesta comissão.

Senador Pedro Taques, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, os projetos já enumerados por V. Exª, Sr. Presidente, emendado, foram originalmente distribuídos nesta comissão ao Senador Vital do Rêgo que apresentou seu relatório no dia 5 de julho de 2011.

Em 6 de julho daquele mês, fui designado relator *ad hoc*.

As matérias sofreram pedido de vista e foram retiradas de pauta, até que seguiram ao meu gabinete, para reexame, em 17 de agosto de 2011.

Passo a reproduzir o relatório apresentado pelo Senador Vital do Rêgo.

"Vêm à análise desta Comissão os Projetos de Lei do Senado (PLS)nº 29, de 2011, do Senador ALVARO DIAS, e nº 267, de 2011, de autoria dos Senadores JOSÉ SARNEY e FRANCISCO DORNELLES, cujas ementas estão acima transcritas.

O PLS nº 267, de 2011, altera a Lei dos Partidos Políticos, para estabelecer cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão. Nos termos do referido projeto, o funcionamento parlamentar será concedido nos seguintes termos:

a) terá direito a funcionamento parlamentar na Câmara dos Deputados o partido político que, em cada eleição para aquela Casa Legislativa eleger e manter filiados no mínimo três representantes de diferentes Estados;

b) a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados disporá sobre o funcionamento parlamentar da representação partidária conferida ao partido que possuir representação eleita ou filiada em número inferior ao referido na alínea anterior.

Com relação ao acesso gratuito ao rádio e à televisão (propaganda partidária), o projeto prevê o seguinte:

a) ao partido que tenha obtido o direito a funcionamento parlamentar, ou seja, que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados eleja e mantenha filiados no mínimo três representantes de diferentes Estados, fica assegurada a realização anual de um programa, em cadeia nacional, com a duração de dez minutos;

b) ao partido que eleja, para a Câmara dos Deputados, representante em no mínimo cinco Estados e obtenha um por cento dos votos apurados no país, não computados os brancos e os nulos, e que tenha eleito representante na eleição anterior, fica assegurada:

1- a realização de um programa em cadeia nacional, com a duração de dez minutos por semestre;

2- a utilização, em rede nacional, de vinte minutos por semestre em inserções de trinta segundos ou um minuto;

3- a utilização de vinte minutos por semestre, em inserções de trinta segundos ou um minuto, nas emissoras dos Estados.

c) aos demais partidos fica assegurada a realização de um programa em cadeia nacional em cada semestre, com a duração de cinco minutos.

Os autores defendem a necessidade da manutenção de cláusula de desempenho, uma vez que a medida dificulta a excessiva fragmentação do Poder Legislativo, em prol da governabilidade e representa uma forma de otimizar a aplicação dos recursos públicos utilizados no financiamento da atividade dos partidos políticos.

Esclarecem também que se optou por tornar permanentes as regras transitórias da Lei dos Partidos Políticos adotadas temporariamente pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que tais normas consagram a cláusula de desempenho sem afrontar a liberdade de formação de partidos consagrada pela Constituição Federal.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

Por força da aprovação do requerimento nº 607, de 2011, em 16 de junho de 2011, o PLS nº 267, de 2011, passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 29, de 2011, que passamos a relatar.

O PLS nº 29, de 2011, altera a Lei nº 9.504, de 1997 (Lei das Eleições), para determinar que dois terços do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão serão distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do tempo dos partidos que contam com candidatos nessa eleição.

Atualmente, a Lei das Eleições estabelece que, no caso de coligação, será considerado o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram.

Na justificação, o autor alerta para o fato de que a regra atual de distribuição do tempo de propaganda partidária, especialmente dos candidatos a cargos majoritários, estimula a formação de alianças partidárias mais amplas, com vistas a propiciar um tempo de antena maior para o candidato majoritário, em detrimento do pluralismo e de um maior debate político.

Sustenta que o projeto visa impedir a "colonização" do tempo de TV e rádio de alguns partidos por outros que lançam candidatos, bem como retirar incentivos para eventuais negociações pouco republicanas entre partidos, desprovidas de conteúdo político e ideológico.

A proposição não recebeu emendas".

Passo a analisar ambos os projetos.

A competência terminativa para o exame das matérias nos termos dos arts. 91, 92 e 101, II, "d" do Regimento Interno do Senado Federal cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não há vícios de natureza constitucional, legal ou mesmo regimental nos projetos. A Constituição Federal confere competência privativa à União para legislar sobre direito eleitoral, bem como confere a competência ao Congresso Nacional para dispor sobre essa matéria, nos termos dos arts. 22, I, e 48, caput.

A técnica legislativa não merece reparos.

O Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011, é oriundo da Comissão temporária que examinou os projetos de reforma política, da qual tive a honra de participar.

A cláusula de desempenho fixada pelo projeto não cria obstáculos ao exercício do mandato e portanto não afetam os princípios constitucionais da democracia e do pluripartidarismo. Impõe sim, restrições ao funcionamento parlamentar e ao tempo de propaganda partidária gratuita, mas dentro dos parâmetros estabelecidos no art. 17, IV e § 3º, da Constituição Federal. Tal restrição entretanto está mitigada em relação à lei atual declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e pretende atender princípio da proporcionalidade e da razoabilidade de forma a garantir a representação e o funcionamento da representação das minorias, bem como garantir, tempo razoável à divulgação de seus programas.

Nesse sentido, o projeto concede direito de funcionamento parlamentar na Câmara dos Deputados aos partidos que, em cada eleição para aquela Casa Legislativa, elejam e mantenham filiados no mínimo três representantes de diferentes Estados. Em virtude dessa restrição bastante razoável, ele não inviabiliza a atuação parlamentar dos partidos que não alcançarem as metas legais, pois prevê que a Mesa Diretora daquela Casa disponha sobre funcionamento parlamentar das outras agremiações.

Sobre o tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão, o projeto prevê a concessão de tempo a todos os partidos, de forma a garantir o direito de manifestação política das minorias, conferindo maior tempo de antena às agremiações que tenham elegido maior número de representantes na Câmara dos Deputados.

O PLS nº 267, de 2011, como dito, procura adequar as exigências legais acerca do funcionamento dos partidos e distribuição de direitos televisivos, respeitan-

do os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, violados pela legislação a ser aplicada nas eleições de 2007, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADINs nºs 1.351 e 1.354.

Com efeito, foram as exigências legais consideradas impróprias ao conjunto do sistema constitucional partidário eleitoral foram as seguintes:

a) concediam direito a funcionamento parlamentar apenas aos partidos que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtivessem o apoio de, no mínimo cinco por cento dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento de cada um deles (art. 13 da Lei nº 9.096, de 1995);

b) asseguravam aos partidos sem direito a funcionamento parlamentar somente um programa em cadeia nacional com a duração de dois minutos, em cada semestre (art. 48 da Lei nº 9.096, de 1995);

c) determinavam a repartição de noventa e nove por cento do Fundo Partidário apenas aos partidos com direito a funcionamento parlamentar (art. 41 da Lei nº 9.096, de 1995).

Na mesma ocasião, o STF determinou que fossem aplicados dispositivos transitórios da Lei dos Partidos Políticos (arts. 56 e 57) até que o Congresso Nacional legislasse sobre a matéria, entendimento que foi reafirmado no julgamento da Reclamação nº 5.098.

Com base nessa decisão, o Tribunal Superior Eleitoral regulamentou o acesso gratuito ao rádio e à televisão pelos partidos na Resolução nº 22.503, de 2008.

As determinações do STF e do TSE foram reproduzidas no projeto sob exame, Sr. Presidente, com o objetivo de incorporá-las definitivamente ao nosso ordenamento jurídico. Convém assinalar que o PLS não trata da distribuição do Fundo Partidário, uma vez que a matéria já foi regulamentada pela Lei nº 11.459, de 21 de março de 2007.

Por sua vez, o PLS nº 29, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, visa a coibir a soma dos partidos coligados na eleição para fins de estabelecimento do tempo de propaganda eleitoral, restringindo o acúmulo desse tempo aos partidos com candidato a titular ou a vice. O projeto merece igualmente o nosso acolhimento, Sr. Presidente. Nos termos da legislação atual, havendo coligação para as eleições majoritárias, soma-se o tempo de propaganda eleitoral a que faz jus todos os partidos da coligação, ainda que haja apenas um candidato, a titular e outro a vice, o que aumenta consideravelmente esse tempo.

Conforme assinalado na justificação, esta regra estimula alianças eleitorais efêmeras, desprovidas de conteúdo ideológico, enfraquecendo o debate político e afetando o pluralismo, princípio maior que passa a ser usado apenas para fins eleitoreiros, desprovido de qualquer razão republicana e, quiçá, com alianças forjadas por razões econômicas e troca de favores.

Portanto, a desconsideração dos partidos coligados que não lançaram candidato a titular ou a vice, na definição do tempo de propaganda eleitoral, como previsto no PLS nº 29, de 2011, representa avanço significativo em nosso sistema eleitoral. É a minha opinião, Sr. Presidente.

Diante da impossibilidade regimental de aprovação de ambos os projetos e considerando o disposto nos arts. 164 e 334 do Regimento Interno, ofereço ao PLS nº 267, de 2011, emendas que incorporam, com ajustes de redação, o teor do PLS nº 29, de 2011, considerando prejudicada esta última proposição.

Passo ao voto, Sr. Presidente**.**

Do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2011, em face de sua incorporação em emenda aditiva ao PLS nº 267, também de 2011, e pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011, com as emendas que estão aí distribuídas a todos os Srs. Senadores.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Dornelles pede a palavra para discutir e também os Senadores Crivella e Demóstenes.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria trazer aqui o meu apoio ao relatório do Senador Pedro Taques, que incorpora ou dá base legal a decisões do Supremo Tribunal Federal e do TSE. Entretanto, eu quero demonstrar minha discordância com a emenda apresentada, em que pese o maior respeito que tenho pelo professor Pedro Taques e pelo Senador Alvaro Dias, por um motivo prático que vou apresentar.

Vamos imaginar que exista uma candidatura à Presidência da República ou à prefeitura e o candidato seja do PMDB e o vice do PSB. Os partidos que apoiam essa chapa, embora estando na coligação, não poderiam dar o seu tempo de televisão para os candidatos. Ora, como poderia o povo, que segue a orientação de um partido, saber que ele está apoiando aquele candidato se não se pode utilizar o seu tempo de televisão? Eu acho que, no momento em que há uma coligação, o tempo de todos os partidos deve ser acrescido, e não somente dos partidos que têm candidatos majoritários.

Por isso quero trazer o meu apoio ao projeto e a minha discordância da emenda do ilustre Senador Alvaro Dias, com quem eu já conversei anteriormente,

porque eu acho que isso enfraquece muito os partidos políticos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como relator, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela legislação eleitoral, obrigatoriamente, nas eleições majoritárias, constam na propaganda eleitoral os partidos que fazem parte da coligação, independente de esses partidos somarem o tempo de TV.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se, no caso, ele não puder somar, não vai aparecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, Senador Crivella, Senador Demóstenes, Senadora Marta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria dizer que sou favorável ao projeto.

Na verdade, as razões expostas pelo relator são uma, eu diria, demonstração clara do que ocorre hoje em dia. O que ocorre hoje em dia é que o candidato majoritário acaba fazendo uma feitoria, consegue arregimentar oito, nove, dez partidos pequenos e faz um tempo de televisão que se torna enfadonho. É cansativo. O eleitor quer ver todos os candidatos, mas, normalmente, o governador em reeleição não tem menos de dez, não tem menos de dez partidos. Parece até aquele programa do Silvio Santos, que começava de manhã, com o Show de Calouros, e ia até de noite, com o Boa Noite, Cinderela. É um Silvio Santos, é o homem sozinho, é o homem *show*, o *showman.* Governador em reeleição é o Silvio Santos da televisão. Então, o relator sabiamente disse que isso é um desequilíbrio, é uma afronta à democracia.

O Senador Alvaro Dias está de parabéns. Nós vamos evitar vícios na política que não são republicanos; pequenos partidos depois pegam até a pecha de partidos de aluguel. Porque essas coisas correm; o povo fica sabendo. Um fala com o outro, isso corre pelas ruas e envergonha a nós todos.

Agora, eu acho que, na redação, há dupla interpretação. Por exemplo, ele diz assim: "Os partidos que tiverem três deputados eleitos em diversos Estados". Nós temos duas maneiras de interpretar. A coisa é assim: os partidos que tiverem três deputados eleitos em três Estados ou, do jeito que está, nós podemos imaginar que sejam dois. Se ele tiver dois no Rio e outro em São Paulo, está cumprida a exigência. Porque são diversos Estados, e São Paulo e Rio são diversos Estados. Não há a exigência de ser um em cada Estado, cada um deles em um Estado, um no Rio, um em São Paulo e um em Minas, por exemplo. Pode ser três em dois. Acho razoável, Sr. Presidente.

Eu sou até de um partido pequeno. Mas a inconstitucionalidade daquelas regras antigas eram realmente sufocantes. Parece-me que nós podemos, de alguma forma, suportar essa pressão dos grandes partidos, dos latifundiários da política. Então, eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que eu vou votar favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, o Senador Demóstenes Torres tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu vou votar contra o projeto, lamentavelmente, divergindo do nosso querido Senador Pedro Taques, por um motivo muito simples. Distribuição de horário de rádio e televisão e o funcionamento parlamentar existem hoje de forma precária, porque o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais dispositivos de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional. E realmente aqueles dispositivos eram draconianos para com os pequenos partidos, porque praticamente impediam que eles existissem.

Então, como foi bem relatado pelo Senador Pedro Taques, dizia o seguinte: concedia o "direito a funcionamento parlamentar apenas aos partidos que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtivessem o apoio de no mínimo 5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 1/3 dos estados, com o mínimo de 2% de cada um deles".

Ora, isso aí, para partido pequeno, a lei está dizendo: "Não vai existir".

Segundo, assegurava um programa de dois minutos, que também não existe.

Terceiro, determinava a repartição de 99% do Fundo Partidário apenas aos partidos com direito a funcionamento parlamentar.

Então, está morto mesmo. O Supremo disse: "Não, essa regra não é regra para disciplinar funcionamento de partido político pequeno. Isto aqui é para inviabilizar partido político pequeno". E mandou aplicar, transitoriamente, os arts. 56 e 57 da Lei dos Partidos Políticos.

Agora, vejam que estamos caindo no extremo oposto, ou seja, estamos facilitando a existência de partidos políticos que não têm representatividade alguma no Brasil.

Então, pegamos aqui: quais são as regras propostas? Quais são os dispositivos que deverão reger agora...? Como já vêm, aliás, sendo aplicados. Ou seja, partido que tenha obtido o direito a funcionamento, quer dizer, que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, eleja e mantenha filiados no mínimo três representantes de diferentes estados, ou seja, um de

um estado, outro de outro estado, outro de outro estado – de diferentes estados.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não, aí é que estamos na dúvida. Não são três estados: são dois. Rio e São Paulo são diversos estados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, mas a lei diz "diferentes". Não é "diversos", mas "diferentes".

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas resta dúvida. Diferentes estados podem ser Rio e São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, diferentes estados são diferentes estados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não são diversos; se fossem diversos, V. Exª teria razão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Um em cada. Está claro: é um em cada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Então, vamos fazer uma emenda para tirar "diferentes" e colocar "diversos", Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes tem a palavra, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se fossem diversos, acho que o Senador Crivella teria toda a razão. Mas diferentes... Dois não podem ser iguais. É o que eu penso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pode apresentar a emenda, Demóstenes, que a gente aprova.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, não. Eu acho que está bem.

E também diz aqui que "...Câmara dos Deputados representando no mínimo cinco estados e obtenham 1% dos votos apurados no País, não computados os brancos e os nulos". Também qualquer um vai ter direito a isso.

Então, vou votar contra, Sr. Presidente, porque entendo que saímos de um extremo para o outro. Aquela legislação impossibilitava que qualquer partido político pequeno tivesse a sua representação no Congresso, e esta permite que qualquer partido venha aqui para dentro, quando poderia ter a sua representatividade de outra forma, ou em sindicato, ou em associação, etc.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Por que V. Exª não apresenta uma emenda: em vez de ser 5%, 2%? Já é razoável.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É verdade. Já seria razoável. Acontece que nós travamos....

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A Câmara, numa primeira edição lá da reforma política, aprovou 2%.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Nós travamos essa discussão lá na reforma, e eu perdi lá. Então, imaginei que ia perder aqui de novo. Assim, só estou deixando lavrado o meu protesto, porque, como eu vou perder de qualquer forma, vou votar contra, respeitando o nosso ilustre Senador Pedro Taques, que já havia se posicionado de igual forma, só para deixar assinalada minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, a Senadora Marta Suplicy tem a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em relação ao 267, vou votar favorável, porque traz para a Lei Orgânica dos Partidos Políticos a cláusula de desempenho, que já foi observada pelo Tribunal Superior Eleitoral. E, para ter direito a funcionamento parlamentar, vai ser necessário eleger três representantes diferentes por estado. Então, acho que essa cláusula está extremamente clara. Não basta três serem de Minas, ou três de São Paulo, ou três de Sergipe: têm que ser um de cada estado esses três, e isso me parece correto.

No outro item, o acesso integral ao tempo de rádio e TV, ter obtido 1% dos votos nacionais apurados nas eleições para a Câmara dos Deputados, me parece também pouco. Mas, votarei a favor exatamente para não ter que recomeçar todo o processo; e ter eleito 5 Deputados Federais é razoável; e ter eleito Deputado Federal na legislatura anterior já garante que esse 1% não fique tão 1%, mas ter uma representatividade um pouco maior.

Em relação ao 29 eu vou votar contra. Por que votarei contra? O Senador Dornelles já colocou e irei na mesma linha. Quando você integra partidos os partidos não vêm com tempo de televisão. O mínimo que se espera é que eles venham com um programa, que as ideias se assemelhem e que isso possa ser mostrado no horário eleitoral. E essa ideia de por somente os nominho dos partidos, sem o tempo, não significa nada, porque o nominho não significa que ele está incorporando necessariamente aquelas ideias para o eleitor que está votando naquela incorporação. Então, o meu voto ao 29 é favorável porque acredito que tem que ser incorporado, sim, o tempo do partido que está agregando e que se espera que ele agregue, além do tempo, conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) (*Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço

às assessorias um pouquinho de calma, porque está todo mundo muito agitado hoje.

Eu vou colocar a matéria em votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Inácio Arruda pede a palavra.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro, acho que é muito importante observarmos a decisão do Supremo Tribunal Federal. Ela foi fruto de uma longa luta dos partidos políticos para permitir o alargamento da ação política no Brasil. Considero uma conquista democrática. O voto do Supremo foi nesse sentido.

De lá para cá há uma insistência nessa questão da representação e na representação lá na Câmara. Imagine que nós ficamos legislando para decidir a vida e funcionamento dos partidos na Câmara dos Deputados. Nem tratamos da nossa, mas tratamos a dos outros.

Então, a gente não raciocina que para um Deputado chegar aqui representado um partido muitas vezes ele tem que passar pela cláusula chamada coeficiente eleitoral, porque é uma cláusula razoável, não é pequena. Eu dei o exemplo aqui exatamente, Senador Romero Jucá, do caso de Roraima. Você contando o número de Deputados e o coeficiente eleitoral é altíssimo. Sozinho, somente um partido alcançaria, que foi o caso do PMDB. Os outros todos ficariam fora.

Então, eu acho que é bom a gente observar nesse sentido. Eu me posiciono contrariamente ao conteúdo do projeto. Quem deve decidir o funcionamento parlamentar da Câmara é o Regimento Interno da Câmara, assim como deve ser o do Senado. Os parlamentares foram eleitos, chegaram ao Congresso Nacional. Acho que nós deveríamos, em termos de funcionamento parlamentar, deixar que os seus regimentos tratassem desse assunto, já que nós ultrapassamos uma cláusula de barreira terrível, chamada coeficiente eleitoral.

E sobre o segundo tema, da junção ou não dos tempos para disputa eleitoral, no tempo de televisão, eu também considero que é um equívoco. Imagine, eu me coligo numa eleição majoritária... Aqui nós já aprovamos o fim da coligação proporcional, que trata da Câmara também, não trata do Senado, que é majoritário. E, agora, enveredamos pelo caminho de que coligados nós não podemos associar os nossos tempos de TV. Quer dizer, coligado, o tempo de TV do meu partido, se ele não estiver na cabeça da chapa como um candidato a Presidente da República ou Vice, ou Governador ou Vice, ou Prefeito ou Vice, esse tempo de televisão ficaria fora, ele não seria utilizado.

Eu considero que quem faz uma coligação a faz no sentido político, o sentido é político. Não pode ser usado um discurso que normalmente é mais fácil e parece mais bonito, mas não é verdadeiro. Quando nos coligamos nós fazemos uma coligação de natureza política; é uma coligação que tem, sim, fins eleitorais, mas ela não pode ser examinada por nós como algo fora da naturalidade, que só seria feito para angariar meios que alguém compraria tal e qual legenda para usar o tempo de TV. Acho que fazemos um discurso fácil, mas, sinceramente, não é verdadeiro. Quantas coligações nós fizemos com todos os partidos que aqui estão? E com o sentido político? Porque vamos enfrentar uma força política, queremos ganhar aquela eleição e é importante agregar esse conjunto de forças políticas.

Então é assim que se faz na disputa política, no poder; não tem nada a ver com o sentido meramente moralista, que é o que se tentar incutir na cabeça do povo brasileiro sobre a ação política, que é uma questão moral e não de poder.

Então aqueles que têm mais força para disputar o poder vão criando mecanismos para deixar um conjunto grande de fora da disputa do poder. E para deixar esse conjunto de fora, eles usam o discurso ou aproveitam o discurso moralista para imporem a sua posição. Se você votar contra fica mal, porque, do ponto de vista moral, você está fora da foto.

Então, sinceramente, Sr. Presidente, nos dois aspectos, eu e o meu Partido nos posicionamos contrariamente, porque acho que o funcionamento parlamentar da Câmara deve ser definido no seu Regimento Interno. E assim tem sido feito, pois tem funcionado muito bem a Câmara Federal; tem fortalecido a democracia, não há prejuízo nenhum, nenhum para a democracia brasileira. Então eu não encontro sentido para a gente querer interferir no seu funcionamento.

Quanto ao uso do tempo da Televisão e da associação dos tempos, nós somos absolutamente favoráveis a essa associação, pois ela tem natureza política, ela não tem nada a ver com a questão moral, é a disputa de poder em nosso país que está em jogo.

Então eu acho que nós devemos agregar esse conjunto de forças na disputa eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu consulto... Eu peço às assessorias, mais uma vez, porque não dá para ficar desse jeito, pois tem mais assessor aqui dentro do que Senador. Pelo amor de Deus!

Eu posso, com a anuência das assessorias, consultar o Senador Pedro Taques? (*Pausa*.)

Senador Pedro Taques, indago de V. Exª, porque estou vendo aqui questionamentos em relação a essa

questão da junção do tempo no que tange a candidaturas majoritárias.

Então eu faço uma consulta a V. Exª, diante das ponderações dos Senadores, se V. Exª, para poder dar encaminhamento ao último orador inscrito, e a gente votar essas matérias que são importantes, que a gente termine de votar isto aqui na Comissão, até porque havia o compromisso nosso de terminar o mais rapidamente possível essa questão da Reforma Política, mas consulto V. Exª para saber se altera, se entende, se aceita as ponderações... Porque V. Exª como Relator... Eu concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu ouvi as ponderações dos Senadores aqui. E peço para retirar o projeto para que nós possamos nos reunir – retirar de pauta – e possamos melhor refletir.

Agora, eu só quero contra-argumentar o argumento trazido pelo Senador Inácio Arruda. Aqui nós não estamos discutindo argumentos sobre moral, absolutamente, não estamos tratando disso. Isso é uma falácia que qualquer possibilidade de defesa de princípios republicanos, alguns alegam que é a defesa do udenismo, a defesa de argumentos morais; nós não estamos tratando disso aqui, com todo o respeito ao Senador Inácio Arruda.

Tendo em conta as ponderações que foram aqui trazidas, eu indago a V. Exª, porque eu gostaria de retirar o projeto, para que nós possamos melhor analisá-lo nesse ponto que foi levantado.

Agora, aqui, eu não trouxe nenhum argumento moral.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apoiado, Senador Taques!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, eu faria um apelo a V. Exª, porque nós já discutimos essa matéria, e eu estou na posição de encerrar aqui nesta Comissão a Reforma Política.

Nós tínhamos um compromisso com a sociedade brasileira de fazermos o encerramento. Acho que há apenas uma divergência aqui, pelo que eu entendi, uma divergência maior com relação à incorporação do tempo de televisão do partido coligado, o que, com o devido respeito a V. Exª, no meu entendimento – e não quero discutir a matéria, aqui eu sou magistrado nesta Mesa –, eu tenho apenas que ponderar com V. Exª, nós já discutimos a matéria. Falta apenas um orador inscrito para gente colocar em votação.

Eu acho que a Câmara dos Deputados já está apresentando o seu relatório lá, e muitas das matérias que estão sendo discutidas convergem com as matérias aqui debatidas. A minha consulta a V. Exª é que a única ponderação que vi aqui com mais força pelos membros da Comissão é em relação à incorporação do tempo de televisão nos casos de majoritários. Até porque compreendo, com o devido respeito a V. Exª, que existe uma certa lógica. Então, a consulta que a presidência faz a V. Exª, antes de terminar o apelo para que a gente vote essa matéria hoje, assim como vou pedir para o item seguinte, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, já debatemos demais essa matéria, para não ficarmos aqui nessa pendência eterna. Aí a Câmara vota primeiro lá, a nossa matéria não foi votada, vem para cá, vamos ficar debatendo esse assunto até o final do ano e vão dizer que estamos aqui perdendo tempo, porque não fizemos o que devíamos fazer.

Então, o meu apelo a V. Exª, que tem sido sempre tão eficiente nessa Comissão, é no sentido de que esclareça ao Plenário, nós estamos com a sala lotada e façamos a votação. V. Exª, como relator, tem todo direito de manter o voto ou de modificar o voto. E se houver modificação do voto...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Posso me engajar no seu apelo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já concedo a palavra a V. Exª. Deixa eu só concluir. Perdoe-me aqui esse apelo, mas desejo que a gente conclua esse projeto da reforma política. Nós temos mais de 500 projetos aqui na pauta. E V. Exª sabe que na questão de segurança pública nós devemos pegar todas essas matérias, na questão de saúde, na questão de educação, temas específicos para que a gente tenha uma pauta positiva, como tivemos no primeiro semestre, aqui nesta comissão, encerrando de vez essa matéria, que eu sei que é polêmica, mas que precisa ser concluída.

Por isso, faço esse apelo a V. Exª, nas ponderações do Plenário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, não seria eu a atrasar o andamento da reforma política. Eu já formei minha convicção, está no voto e eu gostaria, se possível, de ouvir os colegas. Eu já ouvi aqui os argumentos, mas se nós tivéssemos mais tempo. Mas, se V. Exª entende que não, a minha convicção está firmada. O voto é esse e nós poderíamos encerrar a discussão e votar. Faz parte do processo democrático.

Eu sugeri a possibilidade de retirar se fosse possível, estou aberto a receber argumentos para que a minha convicção fosse alterada, se for o caso. Não sou dono da verdade, mas a minha verdade está expressa nesse voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª é um homem tão prático nas suas decisões e reafirma aqui a sua convicção. Se

há uma convicção do relator e o relator tem toda liberdade de fazer o relatório, o apelo é no sentido de que pudéssemos fazer essa incorporação. Não sendo, vou dar a palavra, com a devida vênia de V. Exª, se V. Exª concordar – também não quero aqui criar nenhuma dificuldade para V. Exª em relação a tempo –, ao Senador Alvaro Dias e vamos colocar em votação. Se nós concluirmos a votação favorável ao voto de V. Exª, vai ficar na posição de V. Exª. Se não, vai ficar na posição do Plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente Eunício, se V. Exª for colocar em votação, a decisão é da Mesa, eu quero que V. Exª me inscreva também para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias está inscrito, e concedo a palavra a S. Exª e, em seguida, ao Senador Aécio Neves.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiramente quero destacar o relatório do Senador Pedro Taques, com o qual eu concordo em gênero, número e grau. Relativamente à incorporação de uma proposta de minha autoria, ela resultante das observações que pude fazer nessa última campanha eleitoral, já que não participei diretamente do pleito, não concorri e tive a oportunidade de observar coisas que quase nunca ocorre quando disputamos eleições, nem mesmo os horários eleitorais nós podemos assistir quando estamos na disputa.

E eu não tenho nenhuma dúvida de que, se estamos propondo alterações na legislação eleitoral, uma reforma política que tenha o objetivo de reduzir a incidência da corrupção no processo eleitoral é uma matéria essencial.

Vejo que tem havido, sem fazer referência a esse ou àquele partido – esqueçamos as siglas! –, a colonização do tempo de televisão, a mercantilização do horário gratuito na televisão. Encontramos, nessa proposta, um mecanismo adequado para impedir essa colonização, que tem estimulado o caixa dois, que tem motivado ilícitos que são praticados na antevéspera do processo eleitoral, exatamente quando há a arrumação das alianças partidárias. Sem sombra de dúvida, com essa medida, vamos reduzir o índice de corrupção, especialmente nessa fase do processo eleitoral, a fase que antecede as convenções partidárias.

Não há como ignorar a existência desse fato. Na verdade, alguns partidos, sem generalizar – mais uma vez, não faço referência a esse ou àquele partido, porque existem as honrosas exceções –, coligam-se, levando como seu patrimônio não a densidade eleitoral ou o conteúdo programático, mas, sim, o espaço a que têm direito no rádio e na televisão durante a campanha eleitoral. Essa é a razão da presença na coligação, e isso, obviamente, tem moeda de troca. É isso que queremos alterar, Sr. Presidente.

Vejo, com muita satisfação, o apoio de partidos considerados pequenos – são pequenos numericamente, evidentemente –, que apóiam essa proposta exatamente por que estão compreendendo que não é uma proposta contra partido pequeno, mas é uma proposta contra eventuais siglas de aluguel. Os partidos pequenos poderão ser até beneficiados na redistribuição de tempo para os candidatos majoritários.

Portanto, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Pedro Taques por manter sua convicção pessoal em relação a essa matéria e por permitir que possamos deliberar hoje, obviamente respeitando aqueles que, eventualmente, possam se posicionar contrariamente à aprovação dessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, li, com atenção, o relatório do Senador Pedro Taques, que, mais uma vez, merece nosso reconhecimento. Compreendo o sentido meritório da iniciativa do Senador Alvaro Dias. Essa é uma matéria, Sr. Presidente, em que todos nós, que estamos nesta Comissão, somos especialistas, como o são também aqueles que aqui não estão e que estão em outras Comissões desta Casa, não por ouvir falar, mas por experiência própria.

Eu me julgo no dever de fazer um alerta, não obstante a posição meritória do Senador Alvaro Dias, que busca coibir o que chamou de mercantilização – o termo é absolutamente adequado – dos espaços eleitorais por partidos políticos, em especial por legendas de menor representação. Mas, pelo que li aqui – pode ser, Senador Pedro Taques, que eu esteja equivocado, e, nesse caso, peço a V. Exª que, por favor, me corrija, assim como o Senador Alvaro Dias –, se não há uma modificação no tempo global, Senadora Marta, vamos dizer de vinte minutos da propaganda eleitoral ou qualquer que seja ele, se validarmos para a contabilização do tempo das chapas majoritárias apenas a soma dos tempos correspondentes ao partido do candidato a governador e ao partido do candidato a vice-governador, obviamente, sobrará um tempo muito amplo para a divisão, aí sim, entre candidaturas sem representatividade.

Dentro de um projeto político, partidos com representatividade que não tiverem seu tempo contabilizado não deixarão de fazer parte daquele projeto político. Mas

se abre espaço para pequenas candidaturas – pode ser que estejamos agravando o problema adiante –, que deixarão de ter os cinquenta segundos que já têm hoje, o que já é um problema, ou um minuto que têm hoje, pela divisão daquele terço final distribuído por todos e que tanto trabalho nos dá, mas que poderão ter dois minutos ou três minutos na televisão, adiando e agravando, aí sim, um problema ao longo do processo eleitoral. Sabemos exatamente o que estamos dizendo.

Essa, portanto, não foi a intenção, obviamente, do Senador Alvaro, que é a de corrigir um problema, mas traz, aí, a meu ver, um problema colateral ainda mais grave. Teremos, durante o processo eleitoral, que domar, que conversar e que nos entender com candidaturas sem representatividade que entrarão no jogo político, a meu ver, não para aprimorá-lo, mas certamente para criar-lhe dificuldades. Fico com essa preocupação, Senador Pedro Taques, a não ser que se encontre uma fórmula de que o tempo dos partidos que tenham direito a ele, de alguma forma sejam de outra forma distribuídos, proporcionalmente talvez...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Permita-me um aparte?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Claro, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Até conversei com o Relator, Senador Pedro Taques, há uma saída para essa questão: o restante do tempo também seja dividido proporcionalmente. Ou seja, o tempo, na sua totalidade, será finalmente distribuído proporcionalmente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Hoje há uma regra, Senador Alvaro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Até essa tese da cláusula desempenho para distribuição do tempo de televisão recomenda essa forma, Eu não sei se teríamos de acrescentar à proposta, ou se o próprio Tribunal, na regulamentação, determinaria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O projeto, como está, não contempla isso.

Senador Alvaro, compreendo e concordo com V. Exª. Agora, isso não está contemplado no relatório. Se nós aprovarmos como está, nós vamos ter aí 60, 70% eventualmente do tempo distribuído igualmente por um número de candidatura sem representatividade alguma.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Indago-lhe, então, Senador Aécio, e ao Relator, Senador Pedro Taques, se há a possibilidade de inclusão – creio que é um item simples – de que o tempo, na sua totalidade, será distribuído proporcionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – *(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)* Vou pedir mais uma vez, faço esse apelo, porque essa matéria é polêmica. Os oradores estão se revezando e questionando da tribuna. Nós precisamos ouvir os oradores. Nós estamos aqui para ouvir os debates entre os Senadores e não entre as assessorias. Por gentileza, mais uma vez, peço às assessorias um pouco de silêncio para que a gente possa fazer o debate dessa matéria.

Senador Alvaro Dias, V. Exª concluiu?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A solicitação que eu fiz ao Relator é sobre a possibilidade de acrescentar um dispositivo simples, de que a totalidade do tempo será distribuído na proporcionalidade dos partidos que participam da eleição majoritária.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minutinho. Vou dar a palavra a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Evidentemente preservando a regra de que...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, Presidente, eu já havia dado o aparte ao Senador Alvaro, estou retomando a minha palavra. Se V. Exª quiser cassá-la, tem o direito de fazê-lo. Ma seu dei o aparte do Senador Alvaro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Jamais cassaria a palavra de V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª não me surpreende, Presidente.

Apenas alertando o Senador Alvaro que existe hoje uma regra da divisão do tempo de televisão. Existe uma regra, não a tenho de cabeça, mas um terço do tempo é distribuído por igual para todos os partidos, e dois terços em função da proporcionalidade das bancadas, a soma da proporcionalidade das bancadas. É preciso, então, ter cuidado apenas para redistribuir esse tempo.

Nós queremos que o restante do tempo, em que não estarão as candidaturas majoritárias, é um terço que vai ser dividido por todos ou o restante do tempo que vai ser divido por todos? Esta é a questão fundamental. Mantém-se um terço apenas distribuído por todos? Parece-me o mais adequado, sem critério de bancada, e o restante, distribuído proporcionalmente.

Mas não vejo como V. Exª tem condições de construir isso agora.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Creio que o ideal seria remeter à Justiça Eleitoral para a regulamentação. De qualquer maneira, há a possibilidade de já propor, acrescentando esse dispositivo ao relatório do Senador Pedro Taques.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já lhe darei a palavra pela ordem.

Senador Aécio Neves, V. Exª concluiu?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Conclui, Senador Eunício.

Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, sei da preocupação de V. Exª, e pertinente, na celeridade de debatermos esse tema e, o quanto antes, o colocarmos em apreciação e concluirmos a votação de todos os temas da reforma política.

Impressiona-nos, e o elogiamos, pela sua assiduidade para com o tema, nós e o Brasil reconhecemos. Mas, pela polêmica que tem sido gerada em torno dessa matéria, pelas divergências que tem, eu mesmo não estou convencido do relatório do Senador Pedro Taques.

Eu queria insistir no apelo anterior, que considero mais pertinente neste momento – e apelo também ao Relator, ao querido Senador Pedro Taques –, no sentido de não votarmos esta matéria hoje, da mesma forma que fizemos com o financiamento público. Vamos votar hoje o financiamento público. Demos apenas uma semana de adiamento, que foi da semana passada para cá. E hoje vamos votar. Demos o tempo necessário para que fosse construído um acordo, para que se dialogasse. Ou seja, em relação ao financiamento público, esgotamos todos os recursos pela polêmica do tema.

O meu Partido, que não é de aluguel, é um Partido ideológico, todos sabem disso, pelo que foi ponderado pelo Senador Inácio e pela controvérsia em torno do tema, eu queria insistir com V. Exª e apelar ao Senador Pedro Taques para que déssemos uma semana para buscar um acordo, uma mediação, visto que o tema não é acordo nem no conjunto da emenda, nem em relação à matéria, originalmente, como foi apresentada.

É um apelo, Presidente Eunício, que faço a V. Exª e ao Relator, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, pede a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando os partidos, democraticamente, na forma da lei, resolvem fazer uma coligação – a Senadora Marta já disse isso aqui com muito ênfase –, os partidos incorporam quadros, ideias, propostas, políticas e o tempo também, Sr. Presidente, do partido para a coligação. De modo que a não manutenção dessa lógica, dessa regra esvazia completamente a razão da coligação, o sentido da própria coligação.

Eu queria, respeitosamente, dizer que nós apoiamos o parecer do Senador Pedro Taques, à exceção do acolhimento desta emenda.

Esta é a posição do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como Relator, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, ouvi com atenção e respeito todas as considerações. Penso que tenhamos que fazer com que essa reforma política seja não só para as eleições de 2012, mas uma reforma política que tenha um prazo de duração no mínimo razoável. Que as eleições não sejam legisladas a cada tempo.

Peço a V. Exª que, tendo em conta os argumentos aqui trazidos, precisamos melhor redigir isso aqui. Penso que, por mais que minha convicção esteja firmada, ninguém é dono da verdade, Sr. Presidente. Eu, como Relator, com toda a humildade, entendo que argumentos válidos foram trazidos aqui, e não há como nós, diante desses argumentos, não repensarmos o projeto.

Eu, como Relator, gostaria de solicitar a V. Exª, se fosse possível, que retirássemos o projeto, o 10, e me comprometo com V. Exª a apresentá-lo na próxima semana. O que é uma semana para a eternidade de uma legislação que possa trazer segurança jurídica à República!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, atendendo até as solicitações dos Srs. Senadores, vou fazer o seguinte:

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tenho uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...como não há polêmica no projeto, no PLS nº 267, a polêmica está nas emendas apresentadas por V. Exª, vou colocar em votação o projeto, ressalvadas as emendas, para que possamos, na próxima semana, votar apenas as emendas, se não essa matéria via voltar para cá para fazermos o mesmo debate de algo que já está pronto. Então, votaríamos o projeto...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente. Posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que a postura do Senador Taques é extremamente democrática e aprecio. Entretanto, eu gostaria de saber quais os Senadores que teriam vontade de fazer essa reunião para implementar a mudança. Acho que se tivermos pessoas interessadas em se sentar

e fazer essa mudança, acredito que V. Exª tem toda a razão. Mas não creio que teremos Senadores que queiram fazer essa mudança, acho que a maioria está pensando em votar: não sei se vão rejeitar ou se vão aprovar. Mas em votar.

Então eu gostaria que fosse encaminhado nessa direção, porque vai fazer uma reunião... Quem vai reunir para pleitear o quê? E V. Exª vai acatar?

Então eu acho que o Presidente tem razão: é uma matéria que foi muito bem argumentada aqui; V. Exª mostrou, como sempre, a sua convicção e eu acredito que está mais ou menos claro. Nós podemos perder ou ganhar, mas vamos para frente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em relação ao projeto nº 267...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...não há unanimidade em relação à cláusula de barreira. O próprio Senador Demóstenes Torres levantou uma questão, e nós poderíamos então, ainda nesta reunião, se V. Exª permitir, apresentar uma alternativa: ao invés de três Deputados, que é uma grande liberalidade para a existência do partido, 2% em nove Estados, como uma emenda que foi apresentada algum tempo atrás na Câmara dos Deputados.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Isso aí é inconstitucional, Sr. Presidente. Isso aí vai cair na inconstitucionalidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não é não. Pelo contrário, é o princípio da razoabilidade, da igualdade entre os partidos políticos: 2%! A primeira vez era 5%!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu vou ordenar os trabalhos da seguinte forma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu já darei a palavra a V. Exª, pela ordem.

Matéria polêmica nesta Comissão... Se cada vez que nós tivermos aqui matéria polêmica, adiarmos por uma votação, depois por mais uma votação, e mais outra votação, quando eu vejo que o Senador Pedro Taques já tem uma posição de convicção – e o Senador Pedro Taques caracterizou em toda a sua história pelas suas convicções. E não é por falta de humildade, não é ser o dono da verdade, mas é só convicção e deve ser respeitada.

Então eu posso fazer, no máximo, o seguinte: eu tenho um compromisso com o Brasil em relação ao encerramento da Reforma Política nesta Comissão de Constituição e Justiça, e temos responsabilidade por isso. E ainda temos outra matéria que, talvez, seja mais polêmica do que esta. Se toda matéria polêmica aqui a gente adiar para a semana seguinte, porque não concorda, etc., o critério aqui é democrático: vamos a voto.

Se as emendas do Senador Pedro Taques forem derrotadas, imediatamente, agora, nesta reunião, eu nomearei um relator do vencido. O máximo que eu posso fazer é que esta matéria não volte à discussão na próxima semana. Se houver entendimento do Plenário para que não façamos mais a discussão, ou aconteça o entendimento e me tragam em forma de uma proposta de entendimento, apenas para votação na próxima semana... Porque se for para reabrir o debate na próxima semana, sinceramente, eu vou colocar em votação hoje, com todo o respeito ao apelo do Senador Randolfe, com todo o respeito ao apelo do próprio Relator...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone*.) – V. Exª tem que decidir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, eu sei que cabe aqui decidir, mas eu não quero criar nenhum tipo de dificuldade. Se V. Exª tem convicção com relação a esta matéria, não tem outro caminho...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vota, ressalvado o destaque. Vota e, em seguida, vota o destaque e pronto. E, depois, volta a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou votar a matéria, que não tem tanta polêmica, e, em seguida, obviamente, ressalvadas as emendas... Se as emendas do Senador Pedro Taques forem rejeitadas, automaticamente, eu vou nomear um dos Srs. Senadores aqui para fazer o relatório do vencido.

É a mesma coisa. Para não ter dois pesos e duas medidas, Senador Aloysio Nunes Ferreira, o mesmo critério eu vou usar em relação à questão do financiamento público de campanha. Nem que a gente saia daqui às 4 horas da tarde, mas eu queria fazer um apelo aos Srs. Senadores para que nós encerrássemos a discussão da Reforma Política, porque temos tantas matérias importantes, inclusive, relatórios que estão pendentes nesta Comissão, já entregues pelos Srs. Senadores, que eu estou sem condição de pautar, porque uma matéria desta toma toda uma reunião, uma reunião inteira desta Comissão, como na semana passada.

Portanto, com a devida vênia ao Senador Randolfe, ao Senador Pedro Taques, aos Senadores que

fizeram esse questionamento, eu vou colocar principal, o PLS nº 267, de 2011, ressalvadas as emendas do Senador Pedro Taques, só para a gente ter a informação e os Srs. Senadores saberem o que vão votar. Nós vamos votar o PLS 267, ressalvadas as emendas.

Então, vou colocar em votação o PLS 267.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente, apenas para contribuir com V. Exª, com muita serenidade. Na verdade, essas emendas já estão incorporadas ao PLS 267. Essa emenda do Senador Alvaro faz parte do Projeto, é isso? Podemos votar separado?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós vamos votar, primeiro...

Emenda não pode ser incorporada.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Então, nós não estamos votando o relatório do Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós vamos votar o... Se me permitirem explicar aos senhores, eu o farei.

Nós vamos votar o PLS 267, ressalvadas as emendas apresentadas. Em seguida, vou colocar em votação as emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª me dá quanto tempo para apresentar uma emenda?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apresentar emenda?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aquela que eu falei, dos 2%.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não dá mais tempo para apresentação de emendas, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, está bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, deixa eu insistir a V. Exª na primeira parte do seu entendimento. Acho que V. Exª iniciou a primeira parte do que aqui proclamou e é um entendimento. Ou seja, encerremos a discussão hoje, coloquemos para a próxima matéria, a partir do entendimento aqui resultante, somente para votação. No mérito do Projeto 267 nós temos divergências. Há uma restrição clara aqui desobedecendo a uma decisão do STF Ao funcionamento partidário. Há uma restrição ao funcionamento partidário em programas de rádio e televisão. Há claramente uma restrição aqui.

Não temos como prosseguir nessa natureza. Eu queria insistir na necessidade de um tempo para buscarmos o entendimento e, como V. Exª proclamou, na próxima reunião apenas votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, V. Exª sabe que tenho muito respeito pela inteligência de V. Exª, mas conheço e todos nós conhecemos o Senador Pedro Taques, jamais ele, que talvez seja aqui o nosso, juntamente com tantos outros, mas ele que é o relator dessa matéria, que é professor em direito constitucional, pelo menos para mim, jamais V. Exª apresentaria um relatório...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Supremo não tratou de tema...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...que ferisse a Constituição Federal ou uma decisão já prolatada pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, com o devido respeito a V. Exªs, eu vou colocar a matéria em votação. Porque, senão, na semana que vem, vai haver novo debate sobre a questão que for apresentada aqui pelos senhores e não vai haver consenso. Essa matéria não terá consenso.

Vou colocar em votação o PLS 267, ressalvadas as emendas.

Quem vota com relator – em relação ao projeto e não as emendas – vota Sim.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o relator, ressalvadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim ao 267, ressalvadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques? Voto conhecido.

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Magno Malta? *(Pausa.)*

Como vota o senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ressalvando a emenda que apresentei, eu voto favorável.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com todo respeito à ilibada moral do nosso Senador Pedro Taques, meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Favorável ao projeto.

Quem vota com o Relator é contrário à matéria? É favorável ao projeto!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Quem vota com o Relator vota a favor!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu queria só saber a convicção do Senador Crivella. O senhor não percebeu isso.

Como vota o Senador Pedro Simon? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator, ressalvadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Jucá vota com o Relator, ressalvadas as emendas.

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Renan vota com o Relator, ressalvadas as emendas.

Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator, ressalvadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto, Sr. Presidente, com o Relator, mas ressalvadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio vota "Sim", com o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Fechado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fechado.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator, ressalvadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe? Peço escusas a V. Exª, por não tê-lo atendido no dia de hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Voto "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Algum Senador ficou sem votar? (*Pausa.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem? O Senador Mozarildo? Na realidade, já está completo, Senador. Obrigado.

Aprovado o projeto.

Há duas emendas.

O Senador Valadares apresenta uma emenda ao PLS nº 267. Em respeito a V. Exª, mesmo já tendo iniciado a votação, vou pedir ao Relator que dê o parecer favorável ou contrário a essa emenda. Vou colocar todas as emendas em votação.

A emenda do Senador Antonio Carlos Valadares ao PLS nº 267, de 2001, art. 13-A, parágrafo único, diz "tenha obtido, no mínimo, 2% dos votos apurados no País, ressalvados os votos brancos e nulos". Essa é a emenda do Senador Valadares.

Vou passar a palavra ao Relator, para que dê parecer contrário ou favorável à incorporação da emenda.

Senador Pedro Taques, se o parecer for favorável, a emenda vai à votação; se o parecer for contrário, a emenda não vai à votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não estou entendendo a letra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador leu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu li para V. Exª. Estou melhor de leitura de letra difícil do que V. Exª. Isso não é possível.

Vou colocar em votação...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, vou entender a emenda e já vou dar o pa-

recer. Depois, vou dar o parecer. Só preciso entender o que diz a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vou fazer o seguinte: vou colocar em votação as emendas do Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, já entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em seguida, colocarei em votação essa emenda, em separado, do Senador Antonio Carlos Valadares. O PLS foi aprovado.

Em votação as emendas do Relator.

Quem for contrário ao Relator deverá votar "Não". Quem for favorável às emendas do Relator que proíbem a incorporação do tempo de televisão dos partidos coligados... Quem for contrário vota "Sim".

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem for contrário às emendas do Relator vota "Não" à emenda do Relator. Certo? Quem for a favor da incorporação do tempo de televisão vai votar "Não" ao Relator. Quem for contrário à incorporação vota com o Relator, vota "Sim".

Em votação as emendas.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "não" à emenda, Sr, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" à emenda.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto "não" à emenda pelos motivos expostos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" à emenda.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim", né? Qual emenda? "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" ou "sim" à emenda, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu estou apresentando uma emenda contrária.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é a sua emenda, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vota "não", Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – "Não" às emendas, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Há, aqui, uma certa dificuldade. O que estamos votando nesse momento? A emenda do Senador Alvaro Dias? É isto?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estamos votando as emendas apresentadas pelo relator já com parecer. Existe uma única emenda, que ainda não tem parecer do relator, que é a emenda do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Nós estamos votando a emenda do Senador Alvaro Dias?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, nós estamos votando as emendas apresentadas pelo relator, que incorpora as emendas do Senador Alvaro Dias.

Como vota o Senador Inácio Arruda? (Pausa.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Contrário às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Contrário às emendas.

Como vota o Senador Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Voto "sim", Presidente, a favor da emenda e homenageando o Senador Alvaro Dias. Grande emenda!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Romero Jucá

O SR. SENADOR ROMERO JUCÀ (Bloco/PMDB – RR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não".

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" à emenda.

Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) –"Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" à emenda.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – "Não" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" à emenda.

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Solicitando vênia ao meu Líder, a quem sempre respeito e acato, mas, nesse caso específico, peço licença para votar "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" à emenda.

Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim" à emenda.

Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" à emenda.

Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" à emenda.

Senador Pedro Taques é voto conhecido.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – "Não" às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" às emendas.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? *(Pausa.)*

Espero que não tenha saído aborrecido comigo.

Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "sim" às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" às emendas. Para não haver incorporação.

Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" às emendas.

Todos votaram.

As emendas foram rejeitadas.

A emenda do Senador Antonio Carlos Valadares.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Valadares, eu conheço a decisão do Supremo, que estabelecia 5%. Mas, penso que a falta de uma contagem numérica por Estado, aqui, dou o parecer pela rejeição dessa emenda.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O parecer é pela rejeição. Vou colocar em votação nominal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nesse caso, vou votar com o Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, só para explicar, já que ele falou no problema numérico. Cento e trinta e cinco milhões de eleitores. Dois por cento: 70 mil votos. Então, o partido que não tiver 70 mil votos tem de ir para o lixo. Vou te contar! Setenta mil votos! Desculpe-me, setecentos mil votos! Tem de ir para o lixo! Setecentos mil votos! Dois por cento de cento e trinta e cinco milhões ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, o partido que não tiver, V. Exª empresta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não tenho essa votação toda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação nominal a emenda do Senador Valadares, com parecer contrário do Relator.

Quem concordar com o parecer contrário do Relator vai votar "Não", porque o Relator deu voto "Não" à emenda.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "Sim", com o autor da emenda, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pimentel vota "Sim", com o autor da emenda.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "Sim", com o Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto do Senador Pedro Taques é conhecido.

O Senador Antonio Carlos Valadares é o autor da emenda.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Meu voto é contrário. Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Voto "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Jucá vota "Não".

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Voto com o Relator, voto "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Contra o Relator?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não, contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Petecão vota contra a emenda.

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aécio vota com o Relator, vota "Não".

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio vota "Não".

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes vota com o autor da emenda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto com o Senador Valadares, voto "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A emenda foi rejeitada.

Tendo em vista o parecer apresentado pelo ilustre Relator, declaro a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado Federal nº 29, de 2011, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 29.

Como se trata de matéria terminativa, a votação também é nominal.

Quem quer votar pela prejudicialidade do Projeto deve votar "Sim".

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Desculpe-me, Sr. Presidente. Eu estava atendendo o telefone.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estamos votando a prejudicialidade do Projeto, tendo em vista que foi rejeitada a emenda.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Voto "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fica prejudicado o PLS nº 29, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial.

Passamos ao Item 2 da pauta, que é terminativo no dia de hoje, concluindo a reforma política.

ITEM 2

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2011

Dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e dá outras providências.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2008

Acrescenta inciso ao § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, de modo a permitir a doação de recursos financeiros para campanhas eleitorais por meio de cartões de pagamento.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela rejeição do PLS nº 268, de 2011 e prejudicialidade do PLS nº 373, de 2008.

Observações: *Votação nominal.*

- Em 29/06/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

- Em 06/07/2011 foi recebido o Voto em Separado do Senador José Pimentel, com voto pela aprovação do PLS nº 268, de 2011 e pela rejeição do PLS nº 373, de 2008.

Vejam: nesse mesmo tema essa matéria foi bastante discutida, inclusive guardei a lista. O Senador Humberto Costa foi o primeiro a falar no debate da reunião anterior – é continuação da reunião anterior –, o Senador Aloysio Nunes foi o segundo, a Senadora Marta Suplicy foi a terceira, o Senador Simon foi o quarto, o Senador Valadares foi o quinto. Nós guardamos as inscrições...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, já dou a palavra a V. Exª. Antes, porém, peço permissão a V. Exª para registrar a presença em plenário do Dr. Miguel Dias, o meu primeiro Suplente a Senador, pelo Estado do Ceará, a quem mando um abraço e cumprimento a todos os cearenses em nome de S. Exª.

O Senador Pimentel fez uma complementação de votos e vou dar sequência, em seguida, à ordem de

inscrição, os que já falaram, se quiserem se inscrever novamente, vão se colocar após os inscritos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Gostaria que V. Exª me inscrevesse, Sr, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex[já está inscrito, Senador Aécio.

Desculpe-me, pediu-me a palavra o Senador Demóstenes Torres.

Desculpe-me Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon pediu que fizéssemos consultas aos colegas. Lembro-me perfeitamente, e foi o que eu fiz: consultei o Senador Pedro Taques, consultei o Senador Aloysio Nunes, que eram os dois designados por V. Exª, a pedido do Senador Pedro Simon, para ver se encontravam um texto favorável a financiamento público de campanha. Acontece que tanto eu, quanto o Senador Pedro Taques, quanto o Senador Aloysio Nunes achamos que financiamento público só se viabiliza com lista fechada. E a lista fechada foi rejeitada pelo Plenário. Então, nós não conseguimos achar esse texto que pudesse ter um entendimento hoje.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vejam como essas matérias são polêmicas. Adiei a matéria, em homenagem ao Senador Pedro Simon, para encontrarmos o entendimento. Não foi possível o entendimento, portanto, vamos a voto hoje.

O Senador José Pimentel tem uma complementação de voto.

Com a permissão do Senador José Pimentel, o Senador Aloysio, que é o Relator da matéria, pede a palavra. Eu não sei qual é o entendimento em relação à complementação de voto de V. Exª ou se ele vai falar sobre outro assunto.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, realmente eu me debrucei sobre as consequências que teria a adoção do projeto de lei, mantido o atual sistema eleitoral: o volto em lista aberta.

Apenas para ilustrar. Veja: tivemos, nas últimas eleições, nove candidatos a presidente da República, 169 a governador e 272 ao Senado. Isso não mudaria porque são eleitos pelo voto majoritário, mas, evidentemente, teria uma participação grande no conjunto dos recursos postos à disposição do partido, de cerca de R$850 milhões. Então, eu diria que quase 60%, tomando como dado as últimas eleições, iriam para os candidatos majoritários. Veja quantos candidatos a deputado federal nós tivemos na última eleição: 6.015. Entrariam também no rateio. Deputados estaduais, 14.382; e, deputados distritais, 884. Se formos para as eleições municipais de 2008, tivemos 15.901 candidatos a prefeito. Não muda nada, mas claro que haveria uma parte considerável no conjunto dos recursos. Candidatos a vereador, 349.773.

Nesse sistema, realmente, é absolutamente impossível adotarmos o financiamento público da forma pretendida pelo projeto. Estudando o assunto, encontrei aqui um projeto de lei de iniciativa do Senador Jorge Viana, que aborda o problema por um outro lado, que é o problema do gasto. Ele faz um limite no gasto das candidaturas. Hoje temos limite das contribuições. Ele estabelece um limite de gastos para as diferentes candidaturas; candidaturas de diferentes postos eletivos.

Esse projeto não foi incluído no conjunto dos projetos da chamada reforma política, mas eu sugeriria, Sr. Presidente Eunício Oliveira, chamaria a atenção de V. Exª para a existência desse projeto, para que oportunamente V. Exª pudesse submetê-lo à consideração da Comissão, porque trata de um tema que preocupou muito o Senador Pedro Simon, mas que não vi como resolver nesse projeto. Porém, imagino que o projeto do Senador Jorge Viana possa atender a preocupação do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, atendendo a uma solicitação de V. Exª e, obviamente, em homenagem ao Senador Pedro Simon, já pedi para que se faça o relatório desse projeto para que o votemos na sequência, terminadas as matérias oriundas da comissão especial tão bem presidida pelo Ministro Dornelles.

Senador Pimentel. Com minhas desculpas, V. Exª tem a palavra para a complementação do voto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, inegavelmente, os dois pontos estruturantes de todo o debate que estamos fazendo são: a questão da votação em lista para a eleição proporcional dos candidatos a vereador, deputado estadual e deputado federal, ou a sistemática de mudança. Exatamente por isso esta Comissão se dividiu. Quando foi para votar no chamado distritão, deu 13 a 8; quando foi para votar na lista fechada, deu 12 a 9. Diferença muito próxima. O que isso demonstra? Falta de uma composição melhor na comissão.

Nós, aqui, havíamos dialogado com a tese de termos a definição da quantidade de candidatos, de vagas para vereadores, deputados estaduais e federais; o voto na legenda ou na federação partidária. E a ordenação sendo feita pelo eleitor. Com essa proposição, o que nós estaríamos alterando era a definição da quantidade de vagas retirando os votos dados ao candidato, como

fizemos em 1997, retirando os votos dados em branco. No entanto, o ambiente já estava muito radicalizado, e nem sequer formalizamos a proposta.

A Câmara, nesse item, está evoluindo, em relação à posição desta Comissão de Constituição e Justiça. Esperamos que eles tenham lá mais êxito do que nós. Lá, eles estão discutindo a rejeição do distritão e discutindo a lista. Só que seria uma lista mista, e aí haveria um critério, que eles estão debatendo, como forma de se tentar construir esse avanço na questão da votação dos vereadores, deputados estaduais e deputados federais.

Estão também alterando a questão que aprovamos aqui: o fim das coligações. Eles, lá, estão propondo a criação das federações, até porque nós mantivemos as coligações para Prefeitos, Governadores, Presidente da República e Senadores, e acabamos com as coligações para Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais. Eles estão indo numa proposta de entendimento, em que acabam as coligações como são hoje e cria-se uma federação. E, para isso, não é preciso alterar a Constituição.

E, no que diz respeito ao financiamento de campanha, aqui – foi o último tema – tivemos um debate aprofundado, com posições muito claras. Uma parcela dos nossos pares deixa claro que o financiamento de campanha exclusivamente público só é compatível com a lista. E eu tenho acordo. O que lamento é que parte daqueles que votaram contra a lista fechada também estão votando agora contra o financiamento público, sob a argumentação de que só seria possível se tivesse a lista partidária.

Aqui também foi exposto um conjunto de preocupações sobre o valor de investimento/ano/eleitor em R$7,00. Nós entendemos que, realmente, isso é um problema. Estamos retirando esse valor de R$7,00 e estamos propondo para ser aprovado que a definição do valor dos investimentos em cada campanha seja definido no Orçamento daquele ano. Portanto, nas eleições para Deputados Estaduais, Deputados Federais, Governadores, Senadores e Presidente da República, no ano da eleição, ao votar o Orçamento da União, nos definiríamos esse montante. E, nas eleições para Prefeitos e Vereadores, também no Orçamento da União se votaria esse montante.

E esses recursos não vão para os partidos. Esses recursos vão para um fundo partidário. É a outra grande mudança, e o nosso Senador Pedro Simon chamou muito a atenção dessa particularidade. Portanto, ao em vez dos recursos públicos irem diretamente para os partidos, os recursos públicos vão para o fundo partidário. E o TSE, que define as regras de distribuição do fundo partidário, fará também as regras de distribuição desse montante de recursos que vai para o financiamento da campanha.

Estamos fazendo uma outra mudança. A Câmara, na tentativa de fazer um grande acordo naquela Casa – eles estão trabalhando com duas fontes novas de financiamento – está propondo que a pessoa jurídica, através do seu CNPJ, continue contribuindo. Só que a contribuição não vai para o partido nem para o candidato; a contribuição da pessoa jurídica vai para o fundo partidário e a sua distribuição é feita da mesma forma. E estão propondo que a pessoa física – e aqui dialoga com o Projeto de Lei nº 373 –, através do seu CPF, possa contribuir com o candidato e com o partido.

Portanto, o que estamos propondo aqui é: acolhendo o Projeto nº 373, que permite a contribuição, através do CPF, da pessoa física ao candidato. Não estamos incorporando a contribuição da pessoa jurídica ao fundo partidário, porque não foi objeto sequer de diálogo na reunião passada. E, no meu partido, não tem acordo. Portanto, nós temos até divergência.

Aqui quero ressaltar a posição da nossa Senadora Marta Suplicy, porque, nessa correria minha, não tive o cuidado de consultá-la previamente.

Por isso, Marta, estou aqui, de público, registrando e pedindo desculpas por essa correria nossa. Sei da sua posição clara de que deve ser sempre financiamento público. Portanto, quero deixá-la à vontade.

Essa construção nessa complementação de voto é uma tentativa de criar um ambiente para que nós possamos evoluir nesse sistema, saindo da atual realidade, em que o financiamento é exclusivamente privado, com todas as distorções que nós conhecemos. Grande parte do debate da faxina que nós estamos dialogando nesta Casa tem a ver com o financiamento público de campanha. Não é a posição pura do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores. É uma tentativa de uma mediação, como forma de superarmos e sairmos do impasse.

Por isso, Sr. Presidente, estamos apresentando uma complementação de voto, e vou ler somente a parte da alteração legislativa que estamos propondo.

Os arts. 5º, 38 e 39 da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º *.....*

.....

VIII – critério de distribuição dos recursos do Fundo Partidário entre os órgãos de nível municipal, estadual e nacional que compõem o partido, observado, para as despesas de caráter eleitoral, entre as diversas eleições, o disposto no § 5º do art. 39.

Art. 38. *[Altera a redação do § 3º] Nos anos em que se realizarem eleições, serão ain-*

da consignadas ao Tribunal Superior Eleitoral dotações orçamentárias específicas para as campanhas eleitorais, em valores superiores ao disposto no inciso IV, desde que compatíveis com a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e com as diretrizes orçamentárias da União para aqueles anos.

***§ 4º** Os recursos orçamentários calculados na forma do § 3º deste artigo serão aplicados exclusivamente pelos partidos políticos e respectivos candidatos nas campanhas eleitorais.*

***Art. 39.** O partido político pode receber doações de pessoas físicas brasileiras para a constituição de seus fundos.*

***§ 5º** Em ano eleitoral, os partidos políticos deverão distribuir parte dos recursos financeiros recebidos através do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, fundo partidário, na forma dos §§ 3º e 4º do art. 38 [já lido], observado o disposto no art. 5º, inciso VIII, e o seguinte [também já lido]:*

I – aos órgãos estaduais, para as eleições de governador de estado ou do Distrito Federal, senadores, deputados federais, deputados estaduais e distritais, até 2/3 dos recursos financeiros recebidos, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados;

II – aos órgãos municipais, para as eleições de prefeitos municipais e vereadores, até 95% dos recursos financeiros recebidos, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

***Art. 2º** Os arts. 23, 24 e 28 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes redações:*

***Art. 23** .....*

.....

***§ 4º**.....*

.....

III – mecanismo disponível em sítio do candidato, partido ou coligação na rede mundial de computadores, Internet, permitindo inclusive o uso de cartões de pagamento de débito e crédito e que deverá atender aos seguintes requisitos [e aí já estão na própria lei].

***Art. 24.** É vedado aos partidos políticos e aos candidatos receberem doações em dinheiro, ou estimados em dinheiro, oriundas de pessoas jurídicas e de estrangeiros, destinadas às campanhas eleitorais.*

Parágrafo único. A infringência da vedação estabelecida no caput sujeita os partidos e os candidatos às penalidades previstas em lei, inclusive ao indeferimento ou cassação do respectivo registro ou diploma.

***Art. 28**.....*

.....

***§ 4º** Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar pela rede mundial de computadores, Internet, nos dias 30 de agosto e 30 de setembro, relatório discriminando os recursos em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados e os gastos que realizarem em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim.*

***Art. 3º** O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as instruções necessárias à execução do disposto na presente lei.*

Portanto, Sr. Presidente, estamos reformulando o nosso voto em separado, com a seguinte conclusão; por todo o exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011 e pela prejudicialidade do PLS 373, de 2008, na forma da emenda substitutiva que abaixo subscrevemos.

Portanto, Sr. Presidente, para não tomar tanto tempo, estou lendo a nova redação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para ler a emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma citação de um companheiro do PRB do seu Estado do Ceará, seu suplente Miguel, e que hoje visita a Comissão – e V. Exª fez menção. Quero dizer que o meu Partido espera que V. Exª dispute e ganhe o Governo para que Miguel possa assumir sua cadeira aqui e o PRB se engrandecer com mais um Senador nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Registro também com prazer a presença do Deputado Federal Edson Silva, que nos visita aqui hoje.

Senador Pimentel terminou o relatório. O Senador Demóstenes pediu a palavra?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. Já li aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está em discussão.

Eu quero registrar aos senhores que essa mesma matéria já foi discutida pelo Senador Humberto Costa, Senador Aloysio, Senadora Marta Suplicy, Senador Simon e Senador Valadares. Dando sequência à inscrição, o próximo orador inscrito é Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Jorge Viana (*Pausa*.) Ausente.

Senador Demóstenes Torres. V. Exª tem a palavra, pela ordem de inscrição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, acho que a matéria já está mais do que discutida. Eu também só vejo sentido no financiamento público com lista fechada. Lista fechada foi descartada e eu também sou contra. O Senador Pedro Taques alega até que é inconstitucional. De sorte que vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, próximo orador, Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa*.)

Ausente.

Senador Pedro Taques, pela ordem de inscrição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu entendo que o financiamento público, conceitualmente, seja o melhor, mas desde que tenhamos votação em lista. Porque a divisão do financiamento em lista aberta dificulta a igualdade no processo eleitoral.

Eu entendo, e já manifestei isso anteriormente, que a lista fechada no Brasil é inconstitucional. Então, existe uma prejudicial.

Existem casos, por exemplo, na Itália, de 1970 a 1993, em que foi adotado o financiamento público. E isso não reduziu o chamado caixa dois, três, quatro. Conceitualmente eu sou favorável ao financiamento público, mas isso precisa da lista e a nossa Constituição, a meu juízo, ela veda essa lista fechada. Por isso...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Senador, permite um aparte?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com muita honra, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não pode existir uma hipótese de que a gente votasse dois votos: primeiro o voto em lista – eu voto na lista do PDT. Escolhido o voto na lista do PDT, eu vou lá e escolho o meu candidato dentro da lista. Em vez de ficar como hoje em que querem o voto em lista fechada e a direção do partido faz a lista como bem entende e eu não tenho liberdade nenhuma, se fizer isto: eu voto no partido, então a minha lista é a do PDT. Mas, depois, eu vou lá na lista do PDT e escolho o meu candidato. Não dá para fazer isso?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Respondendo, Sr. Presidente, para mim não existe inconstitucionalidade pela metade. Ou é inconstitucional ou não é inconstitucional. Eu entendo e existem posições abalizadas posicionando-se contrariamente a esse meu entendimento – é bom que se diga em nome da honestidade intelectual –, existem grandes doutrinadores no Brasil que entendem que o voto em lista fechada é constitucional. Existem pessoas abalizadas, inclusive doutrinadores que já escreveram sobre isso. Mas eu entendo que a votação em lista é inconstitucional. Ela pode ser pela metade ou inteira. Por exemplo, a discussão que está sendo feita na Câmara dos Deputados vai chegar aqui e nós vamos ter que nos debruçar sobre isso. Porque o art. 60, §4º da Constituição afirma que o voto tem que ser direto e esse voto direto recomenda que não existam intermediários, sejam pessoas físicas, jurídicas, entre o titular do poder, que é o povo, e aquele que vai exercer o poder. Se a lista – ao meu raciocínio, existem posições abalizadas de outra forma – é inconstitucional eu não posso votar no financiamento dessa forma.

Então, respondendo ao Senador Pedro Simon, que trouxe esse argumento forte, eu vejo que não existe inconstitucionalidade pela metade; se a metade vai ser na lista ou não, nós vamos ter um obstáculo que temos que superá-lo. De que maneira? A Constituição estabelece isso como uma regra que não pode ser modificada. Agora, a pergunta que dever ser feita é a seguinte: estas cláusulas pétreas têm quer ser eternas? Os mortos podem vincular os vivos?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, a minha contribuição será bastante breve, até porque redundante, e V. Exª se lembrará de Senadores que aqui estão e participaram das discussões da Comissão de Reforma Política, presidida com extrema eficiência pelo Senador Dornelles, eu lá alertava que, na minha compreensão, nós sequer deveríamos discutir a questão do financiamento público se eventualmente a questão da lista fechada fosse derrubada. Não havia ainda ocorrida aquela votação. E fui, inclusive, acusado por alguns de estar fazendo uma premonição; na verdade, era uma avaliação que facilmente nos permitia constatar que havia uma maioria, na Comissão da Reforma Política, contrária à lista fechada, não obstante os méritos dos argumentos muito consistentes a seu favor.

Não me parece possível – e aqui o Senador Aloysio já sobre isso se expressou, assim como o Senador Pedro Taques, o Senador Demóstenes – compatibilizar

o sistema que não o da lista fechada com financiamento público, sem correrrmos o risco de desmoralizarmos ou expormos mais ainda o nosso sistema eleitoral.

Dessa forma, Sr. Presidente, para não tomar mais o tempo de V. Exª, eu quero apenas lembrar que tenho até simpatia pelo sistema, eu voltaria a discuti-lo no momento em que precedesse a essa discussão a aprovação da lista fechada. Não ocorrendo, na verdade foi derrubada a lista fechada, não me parece possível incorporarmos a questão do financiamento público no sistema proporcional ou mesmo no sistema misto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Lembro aos Srs. Senadores que ainda temos duas matérias, além desta, que são terminativas nesta Comissão, para o dia de hoje.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, pela ordem de inscrição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu tenho que apresentar uma justificativa, porque já me manifestei aqui há alguns anos favoravelmente ao financiamento público de campanha. E fui inclusive o Relator de um projeto aprovado no Senado Federal e remetido à Câmara dos Deputados.

Mas sou obrigado a rever o posicionamento, em razão do que estamos assistindo no país. Não há mecanismos eficientes de fiscalização e controle.

Na teoria a proposta é ótima, seria um grande avanço, mas na prática ela se torna inviável, Sr. Presidente, porque nós teríamos financiamento público e financiamento privado incontrolável, o caixa 2, a compra de siglas para aumentar o tempo de televisão, por exemplo, e evidente que o processo de corrupção, que começa na campanha eleitoral, em continuidade na administração pública. Parcela ponderável da corrupção que há na administração pública tem origem nas campanhas eleitorais. Mas nós não estamos ainda nesse estágio com os mecanismos adequados de fiscalização e controle, e estaríamos, ao invés de resolver uma situação, acrescentando componentes que poderiam inclusive tornar o processo ainda mais promíscuo do que é hoje.

Quem sabe, um dia, possamos voltar a debater o financiamento público de campanha e aprová-lo aqui? Tomara que isso venha a ocorrer.

Mas estamos muito longe disso ainda, Sr. Presidente, temos que caminhar demais para chegarmos a esse estágio.

Em relação a minha proposta que foi considerada prejudicada pelo Relator, o Senador Aloysio Nunes o fez corretamente, pois ela já está contemplada na legislação. Como disse o Senador Aloysio, nosso projeto foi pioneiro, mas, depois dele, a legislação já incorporou a tese, e nós, portanto, temos o projeto prejudicado, à razão da sua exclusão na votação. Eu, que estou acostumado a perder aqui, neste caso não estou perdendo, Sr. Presidente. Neste caso, houve uma vitória por antecipação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito, pela ordem de inscrição, o 15º orador, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, defendo entusiasticamente o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Acho que todo esse elenco de casos de corrupção que vem se sucedendo uns aos outros, enlameando a classe política e fazendo com que o político cada vez mais perca a credibilidade perante a população, decorre do financiamento privado.

Eu defendo o financiamento público. Muita gente diz: "Mas usar dinheiro do contribuinte para financiar campanha e candidatos?!". E eu replico: custará 10% do que custam para o País as eleições hoje. Por outro lado, defendo o financiamento público para que todos os eleitos não estejam jungidos a seus financiadores, para que o Parlamento possa deliberar com mais independência, com mais isenção, para que cada parlamentar não dependa daquele que o financiou.

Eu defendo o financiamento público como a providência básica para o combate à corrupção. Se esta Comissão não aprovou a lista fechada, isso não é motivo para que não se aprove financiamento público, até porque, no plenário, nós poderemos aprovar a lista fechada, no plenário poderemos aprovar o distrital misto, que seria um grande aperfeiçoamento democrático.

E tão importante quanto financiamento público é a propaganda eleitoral ao vivo, Sr. Presidente. Hoje, o custo das eleições majoritárias, principalmente, tornou-se exorbitante, exatamente pela pré-produção dos programas eleitorais.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voto com entusiasmo nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, a próxima oradora inscrita é a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar o brilhante discurso, a melhor defesa que vi até agora sobre o financiamento público, feita pelo Senador Luiz Henrique.

E compartilho, assino embaixo de todos os argumentos que V. Exª levantou. O grande combate à corrupção neste País será a lista fechada. E o argumento usado de que não é porque foi derrubado aqui que não será modificado no plenário também é verdadeiro.

E quero mais, respondendo ao argumento de que financiamento público exclusivo, sem lista fechada, não é possível: o Deputado Fontana, que é o Relator na Câmara, já está com uma proposta muito interessante que mostra como isso é possível. A distribuição, inclusive, dos recursos, já está em sua proposta: 12% para eleição do presidente, 20% para governador e por aí afora.

E respondendo...

Por favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E respondendo ao argumento do Senador Aécio, de que qualquer regra de distribuição de recursos fere a autonomia partidária, que o Senador levantou na outra discussão, se assim fosse, inúmeras disposições da lei dos partidos políticos seriam inconstitucionais, como o art. 44, que define as possíveis formas de aplicação do fundo partidário. Só vou dar alguns exemplos para não me alongar. Olhem o que diz o art. 44:

Art. 44*. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:*

I – na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal a qualquer título, observado, nesse último caso, o limite máximo de 50% do total;

II – na propaganda doutrinária e política.

E aí diz exatamente como tem que ser. Então, não estaria sendo violada a Constituição.

Era isso que eu tinha a dizer. Sou a favor de lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Valadares.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, somente para informar à Comissão que tanto a federação de partidos políticos, que foi rejeitada aqui, como a questão da lista preordenada podem ser objeto de apreciação pelo Plenário, uma vez que nós apresentamos, com a assinatura de mais de 27 Senadores, uma emenda à extinção das coligações, criando a federação de partidos políticos e também recompondo a questão da lista preordenada. Tudo no plenário. Então, tudo que nós estamos discutindo aqui sobre a rejeição de propostas, a exemplo da federação de partidos políticos, financiamento público e lista preordenada, ainda pode ser objeto de atenção, de deliberação pelo Plenário.

No que toca ao financiamento de campanha, a Câmara dos Deputados, através de sua Comissão Especial, já aprovou o seu relatório, o seu parecer, dispondo sobre vários aspectos da reforma política, inclusive financiamento público de campanha. Através desse relatório, nós estamos vendo que o Relator propõe a criação de um fundo, formado por doações de pessoas físicas e jurídicas e também por financiamento público. Quer dizer, é um misto de financiamento público com financiamento privado. É isso que está adotando a Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Na mesma linha, o Senador Pimentel, digo melhor, o nosso Senador... Meu Deus, quem apresentou o...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto em separado foi o Senador José Pimentel.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Foi o José Pimentel.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador Antonio Carlos, até me permita...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Senador Pimentel apresentou um voto em separado, dispondo também sobre os dois financiamentos, só que excluindo o financiamento da pessoa jurídica.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador, há um questionamento que eu acho que V. Exª vai fazer e que eu gostaria de fazer também.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Estão dizendo que o financiamento será público, mas o art. 39 do que propõe o Senador José Pimentel diz justamente isto: o partido político pode receber doação de pessoas físicas...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pessoa física.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – brasileiras para a constituição de seus fundos. Quer dizer, então, tem dinheiro também privado; está no partido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É o que eu disse.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É isso mesmo. Retira a pessoa jurídica que hoje tem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, o financiamento não é só público; o financiamento também é privado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente. É o que eu estou dizendo aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É pior ainda. Eu também discordo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ele admite as duas fórmulas: o privado e o público.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Aí já misturou.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Só que ele exclui a pessoa jurídica, não é, Senador Pimentel?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *(Inaudível.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concluiu, Senador Valadares? Concluiu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para concluir, eu votarei de acordo com o voto em separado... Eu estarei com o voto em separado do Senador Pimentel e, em seguida,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto em separado só será colocado em votação se for derrotado o voto do Relator, Senador Aloysio.

Concluiu V. Exª?

O próximo orador inscrito é o Senador Dornelles, mas, antes de passar a palavra ao Senador Dornelles, eu registro aqui, com prazer, a presença também, hoje, do Prefeito de Mombaça, Wilame; do Vereador Beto Vieira; do Secretário de Saúde, Paulo de Tarso; e do Vereador de Fortaleza, Vitor Valim, que está aqui entre nós.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A candidatura está forte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A candidatura do Vitor Valim a Vereador está posta novamente.

Passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu me posiciono contrariamente ao financiamento público exclusivo de campanha. Eu acho que esse problema de caixa dois não tem nada a ver com financiamento público ou privado. Pode-se ter caixa dois nas duas situações. Além disso, eu admito que qualquer cidadão, pessoa física ou jurídica, tem direito de participar do processo eleitoral, e, se quiser apoiar o candidato com o qual ele tem uma identidade de princípios, eu não vejo objeção, dentro dos termos da lei, a que exista esse financiamento privado.

O que eu acho, Sr. Presidente, é que o financiamento público obriga cada cidadão do Brasil... Chamo atenção para o artigo muito apropriado do jornalista Elio Gaspari, hoje publicado no jornal *O Globo* e na *Folha*. O financiamento público significa que o dinheiro de cada cidadão vai ser transferido para partidos políticos com os quais ele, muitas vezes, não tem afinidade.

Mas eu quero dizer o seguinte: a minha posição em contrário não é nem por esses argumentos; eu não vou me basear nesses argumentos. Eu acho inviável, impossível haver financiamento público com votação aberta. Eu não sei como implementar. A implementação traria distorções enormes.

Por esse motivo, tendo esta Casa rejeitado o voto de lista, eu me posiciono contra o financiamento público exclusivo e a favor do parecer do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar a palavra ao último orador inscrito, lembro aos Srs. Senadores, que, além desta matéria, ainda há matérias que serão votadas nominalmente no plenário da Comissão no dia de hoje.

O último orador inscrito é o Senador Inácio Arruda, para passarmos ao processo de votação, em seguida.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro, quero aproveitar para cumprimentar o nosso amigo Miguel Dias, seu suplente. Seja muito bem-vindo à nossa Comissão. Talvez nós possamos dizer, sem demérito a nenhuma Comissão, que esta é a Comissão mais importante do Senado Federal.

Esta é uma matéria que temos debatido intensamente, e é fato, anunciou aqui o Senador Pedro Taques, que se trata de uma matéria controversa, com vários especialistas considerando que nós podemos fazer alterações sem mexer na Constituição, e vários outros que consideram que é possível alterarmos essas posições, se, antes, fizermos mudanças constitucionais.

Nessa questão de partido e na questão eleitoral, a Constituição foi sábia, porque ela... Inclusive em relação à matéria anterior que nós votamos, que trata da repartição dos recursos com coligações – se soma partido ou se não soma –, também poderíamos arguir a questão da constitucionalidade, porque, digamos assim, a coligação está ligada à questão constitucional. Quer dizer, paralelamente, também se poderia levantar essa hipótese.

É assunto controverso. Nós defendemos intensamente o voto em lista, com um sentido, porque nós temos muitos setores divergentes. Qual é o nosso sentido? O sentido de que você fortalece a estrutura partidária brasileira, porque é a estrutura partidária o centro do debate, da discussão e das decisões políticas no País. Então, são os partidos. Você tem que fortalecer os partidos, deixar que os seus programas sejam expostos publicamente, e o método mais adequado, encontrado na maioria esmagadora dos países, é exatamente o voto em lista. É assim na maioria dos países da Europa, é assim na maioria dos países da América do Sul: voto em lista. E o voto em lista, evidentemente, facilita o processo de financiamento. Não é ruim o financiamento público. É bom o financiamento público.

Concordo, sim, com o nosso Senador peemedebista, Governador de Santa Catarina: é muito mais barato. Muito! Acho que é isto mesmo: deve chegar a 10% o valor da eleição. Acho que o cálculo é esse. Imaginem se nós pudermos reduzir esses gastos astronômicos de campanhas eleitorais no Brasil pelo financiamento público! Acho que nós deveríamos ir por esse caminho.

O Senador Pimentel, no seu voto em separado, busca uma forma mais engenhosa de resolvermos o problema do financiamento público mesmo com a situação de rejeição da lista. Acho que foi isto que ele buscou: adequar, encontrar um caminho ajustado.

Por isso, Sr. Presidente, defendemos aqui o voto em lista, vamos defender no Plenário, consideramos adequado o voto em separado apresentado pelo Senador Pimentel. Meu caro Senador Aloysio Ferreira, também com todo respeito, V. Exª tem feito um trabalho e demonstrou isso ao anunciar a matéria do Senador Jorge Viana, que também encontra caminhos adequados, justos.

Eu votaria com o Senador Pimentel, evidentemente se for rejeitada a posição do senador Aloysio Ferreira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Íamos encerrar a discussão, mas pedem a palavra os Senadores Petecão, Pedro Simon e o meu Líder, Renan Calheiros.

Senador Petecão tem a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Trinta segundos. Sr. Presidente. Na verdade, ouvindo atentamente os nossos especialistas, nossos Senadores que se dedicaram mais ao tema, tive a preocupação de conversar com as pessoas mais humildes. Com o povo, porque, na verdade, a conta sempre quem paga é o povo.

Lembro que, em uma reunião lá no Município de Cruzeiro do Sul, um cidadão muito humilde me fez a seguinte pergunta: "Senador Petecão, já contribuímos – porque, queira ou não queira, quem paga é o contribuinte – com esse tal de fundo partidário, que é para estruturar e fazer com que os partidos funcionem. Já contribuímos com esse fundo partidário. Agora vocês estão querendo que possamos também bancar a campanha de vocês". Essas são as palavras daquele cidadão. Então, penso que esse financiamento público soa muito ruim ao ouvido da população. Das pessoas que realmente pagam, o nosso contribuinte. E a minha preocupação é que essas pessoas que detêm o poder possam participar de eleições de uma forma desigual, porque aí terão o financiamento público e também o apoio do privado. Portanto, a nossa posição é contra o financiamento público, em respeito ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador, o 20º inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, primeiro confesso que estou meio tonto. Nunca pensaria que o Senador Aloysio fosse contra a verba pública de campanha. Os argumentos dele são ponderáveis, mas acho que essa votação, votarmos contra a verba pública de campanha, é um sinal que aparecerá muito negativo perante a sociedade, porque a sociedade interpreta a importância da campanha com verba pública.

O ilustre orador que me antecedeu diz que a sociedade encara mal a verba pública de campanha. Encara mal no sentido de que não entende o que acontece. Um dos grandes escândalos que existe hoje neste País é a campanha política; um dos grandes escândalos que existe na eleição, hoje, é o dinheiro das empreiteiras, o dinheiro gasto nas campanhas eleitorais. Quando o meu querido amigo Dornelles diz que acha normal que alguém que tenha o seu dinheiro dê para alguém que acha favorável, eu, com todo respeito discordo, porque acho que o normal, o que estamos caminhando é no sentido de um voto em que todos os candidatos disputem em igualdade de condições. Vou votar uma emenda que vem aí, logo depois, do limite por gasto do candidato. Cada candidato não pode gastar mais do que tanto, com público, privado e o diabo que o carregue, mesmo com dinheiro dele. Pode ser milionário, mas, se é candidato, não pode gastar mais do que a verba determinada na sua campanha. É para isso que temos que caminhar.

Portanto, com toda sinceridade, acredito que o gasto público em campanha é absolutamente importante, porque é infinitamente mais barato que o escândalo. Não só o escândalo do mar de dinheiro que se gasta na campanha, como o escândalo que toda a corrupção que falamos se inicia na campanha. É na hora da campanha que a empreiteira... É na hora da campanha com fulano de tal... Dá o dinheiro, elege o fulano de tal e, elegendo o fulano de tal, assume um compromisso, depois ele vai pagar.

Olha, creio que tenho muitas restrições à lista fechada. Ela até seria o ideal, penso que seria muito bacana se o Brasil tivesse partidos sérios, partidos responsáveis e lista fechada, onde cada direção partidária iria escolher os melhores, os mais capazes, os mais competentes, para ter credibilidade para que a sua lista fosse a mais aceita. Mas no Brasil, cá entre nós, lista fechada é o candidato a Presidente, é a mãe, é o pai, é a namorada, é o filho, é a avó... Quer dizer, passa a ser um ridículo que não dá para pensar. Por isso, apresento a tese para ser discutida. Podemos

votar lista fechada, sim. PMDB. Mas, depois da lista fechada, tenho um segundo voto. Na lista, voto em quem eu quero. É uma coisa que pode ser discutida, debatida. Agora, nesse momento, creio que devemos fixar, pelo menos que, na hora de votar, quando vier, na semana que vem, o voto sobre limite de gasto, acho que a Casa vai aceitar...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, permite-me um aparte? A lista fechada, na nossa proposição, se estabelece com cada convencional votando em cinco nomes.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Já é melhor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E, a partir daí, se estabelece a ordem da lista.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Já é melhor. Acho que na semana que vem...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Isso reduz o mandonismo nos partidos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Concordo. Na semana que vem, creio que votaremos pelo menos – e o Senador Aloysio me diz que sim – o limite de gasto de campanha. Quer dizer, todo candidato pode gastar até tanto, seja ele quem for.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O projeto solicitado por V. Exª estará em pauta, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu voto a favor da lista fechada, mas faço um apelo ao ilustre autor do voto em separado.

Senador Pimentel, pediria a V. Exª que tirasse o art. 39.

"O partido político pode receber doações de pessoas físicas brasileiras para constituição dos seus fundos."

Acho que se vai ser verba pública de campanha, não há razão de se ter esse artigo. Portanto, com sinceridade, tiraria também esse artigo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A intenção, nosso Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir permissão ao Senador Pedro Simon para interrompê-lo, tendo em vista que o Senador Flexa Ribeiro encontra-se aqui em nossa Comissão, acompanhado do Presidente do Parlatino e ex-Presidente da Assembleia Nacional do Panamá, Sr. Elias Castilho; do Presidente da Assembleia Nacional do Equador, Sr. Fernando Cordeiro; do ex-Presidente do Senado do Chile, Sr. Jorge Pizarro, Senador da República do Chile; da Embaixadora do Panamá no Brasil, Srª Gabriela Garcia; e do Ministro da Embaixada do Equador, Embaixador do Chile, Sr. Santiago, que se encontra aqui entre nós.

Agradeço a visita e a presença de tão ilustres figuras que nos visitam nesta manhã e devolvo a palavra ao Senador Pedro Simon, para concluir.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Em face de uma solicitação do Senador Pedro Simon, Sr. Presidente, um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. Tem a palavra, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nosso Senador Pedro Simon, a intenção de trazer a contribuição da pessoa física é para dialogar com o que está sendo feito na Câmara, porque a Câmara Federal está tentando construir o entendimento sobre financiamento público, que consiste... A definição não tem um percentual, conforme V. Exª tinha levantado na reunião passada, que era de R$7,00. Desaparece. A definição é feita no orçamento do ano da eleição, votado pelo Congresso Nacional, ou seja, em cada eleição vamos votar esse montante. Esses recursos não vão para o Partido. Vão para o fundo partidário. A distribuição é feita nas regras que o Tribunal Superior Eleitoral hoje define. A contribuição da pessoa jurídica é feita exclusivamente no fundo partidário, fundo de financiamento partidário, como hoje já é feito. Lá eles autorizam que a pessoa física possa contribuir ao fundo partidário público e ao partido, que é o que está no art. 39. Portanto, no art. 39, estamos excluindo a pessoa jurídica. A intenção é dialogar com o que a Câmara está propondo.

Nosso voto primeiro ia em outro sentido.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Até nesse sentido seria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, V. Exª tem a palavra para concluir. Ainda temos o Senador Renan Calheiros.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por favor.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Até nesse sentido, acho que seria interessante retirar o artigo para ficarmos com a nossa posição. Vamos depois debater com a Câmara. Acho que seria interessante. Tiramos. Ele tem outra posição. Vamos debater. Faria um apelo ao Senador para que retirássemos o art. 39.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, só para esclarecer V. Exª. O voto em separado...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sei que foi aprovado o voto em separado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra a V. Exª.

Assim que tivermos votado a matéria, se a matéria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, dou a palavra a V. Exª para V. Exª fazer um apelo na questão do voto em separado. Não estamos debatendo o voto em separado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Como vou votar com o Senador, já quero dizer que voto com ele, mas que sou contra o art. 39. Se for o caso, pedirei a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno, dou a palavra a V. Exª para V. Exª fazer a solicitação ao Senador José Pimentel. Se ele já, de pronto, atender a V. Exª, já pode retirar do relatório. No momento oportuno, dou a palavra como relator. Ele retira ou mantém.

Agora, para encerrarmos a discussão e começarmos a votação dessa matéria, porque temos matéria nominal depois, concedo a palavra ao Líder Renan Calheiros.

Tem a palavra V. Exª, Senador Líder Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O tema do financiamento de campanha está na base da nossa cultura política, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e acaba sendo origem, matriz dos fatos que afetam a política como um todo, caixa 1, caixa 2, essas coisas que o Brasil e outros países infelizmente conhecem.

Claro, Sr. Presidente, que a mudança para o financiamento público de campanha, a mudança pura e simples, não vai solucionar definitivamente o problema. Não é essa evidentemente a pretensão. É que esse problema seja solucionado por si só com a mudança para o financiamento público.

Isso é um avanço, Sr. Presidente. Ele vai, dentre outras coisas, e queria ressaltar isso aqui, clarear os gastos, vai, Sr. Presidente, poder especificar mais claramente os gastos compatíveis com os recursos de cada candidato e de cada Partido. Claro que, ao especificar isso claramente, vai poder ensejar um controle maior da eleição e, consequentemente, baratear a própria eleição. Esse é o argumento principal.

Queria até pedir desculpas ao Senador Dornelles, querido amigo, a quem sempre segui. Pedir desculpas ao Aloysio, que é o Relator da matéria. Mas acho que fazer reforma política no Brasil sem enfrentar o financiamento da campanha não significa fazer reforma política. Sempre defendi esse ponto de vista. Sou pelo financiamento público da campanha. Acho que vamos discutir fórmulas para compatibilizar o financiamento público de campanha com qualquer sistema de voto que vamos ter de adotar, tanto no Senado como na Câmara Federal, dentro dessa reforma política.

Em síntese, Sr. Presidente, é essa a posição que eu gostaria de encaminha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Vou colocar em votação o PLS nº 268.

Quem vota com o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, vota "não".

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quem vota com o Aloysio, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem vota com o Relator, vota "não".

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É porque está rejeitando. Ok. "Sim". Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado sempre pela ajuda de vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acho eu vocês estão mais cansado do que eu.

O certo é quem vota com o Relator, Senador Aloysio Nunes, quem for contra o financiamento público de campanha, vai votar "não", com o Relator.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O "não" é contra o financiamento público de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O "não" é com o voto do Relator.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Que é contra o financiamento público exclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Que é contra o financiamento público.

Quem for a favor do financiamento público vai votar "sim"; quem for contra, "não".

Portanto, como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "sim". Com o Projeto de lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "sim". Pelo financiamento público.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Financiamento público de campanha. O projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Contra o Relator.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Financiamento público de campanha. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota contra o Relator.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim".

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o financiamento público.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o financiamento público. Então, vota '"sim".

Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP - RJ) – 'Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu voto com o Senador Aloysio Nunes. Contra o financiamento público.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota contra o financiamento público de campanha. .

Como vota o Senador Aécio Neves? *(Pausa.)*

Como vota o Senador o Senador Aloysio Nunes? Relator. Conhecido.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB –- PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Sim". Pelo financiamento público.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Contra o Relator.

Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE. (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Faltou alguém ser chamado? (Pausa.)

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator. Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O homem das Américas.

Com o Senador Aloysio Nunes.

Peço à assessoria que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, permita-me, enquanto apura?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Enquanto apura, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero agradecer o Presidente por haver apresentado o presidente do Parlatino e os outros parlamentares que vieram a Brasília, e convidar a todos para a reunião, amanhã, no Rio de Janeiro. Abrirá às 10 horas, com o Governador Sérgio Cabral,..

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não. É na Assembleia Legislativa. Prefeito Eduardo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

A votação está nove a nove.

Com o devido respeito ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, por uma questão de convicção pessoal, eu vou votar a favor do financiamento público de campanha.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Indago se a gente poderia votar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Tem de votar em separado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Indago se a gente poderia votar o relatório da PEC nº 40, que foi ao Plenário e voltou para apensar à PEC nº 29.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Tem de votar o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos concluir aqui. Agora, o voto em separado, do Senador José Pimentel.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Parece-me que o Senador Pedro Simon que vai apresentar um destaque ao art. 30

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Consulto antes o Senador José Pimentel.

Senador Pedro Simon, vou consultar...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Senador Pimentel parece que concordou.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, só um minutinho da sua atenção, porque, agora, se empatar, talvez, ele desempate em contrário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – O Senador José Pimentel apresentou um voto em separado, que vou colocar em votação. Mas, antes, como prometi, consulto o Relator José Pimentel, se ele acata a proposta do Senador Pedro Simon que retira o art. 39 do voto em separado de V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É o que trata da contribuição da pessoa física. Ouvindo nossos pares, vou retirar. Estou alterando o meu voto, retirando esse item da pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Então, vou colocar em votação o voto em separado do Senador José Pimentel, com a exclusão Ele é o Relator e acatou a proposta do Senador Pedro Simon. É dessa forma que vou colocar em votação o substitutivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – V. Exª já vai votar.

O substitutivo será submetido ao primeiro turno agora.

Em votação o substitutivo oferecido ao PLS nº 268, de 2011, que trata de matéria terminativa. Portanto, a votação será nominal. O voto do Relator, vencido, é substituído pelo do Senador José Pimentel.

Pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É o financiamento público exclusivo, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Está sendo votado o voto em separado, distribuído pelo Senador José Pimentel.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Do financiamento público exclusivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Não, não. No voto em separado não pode pessoa jurídica. É só quem é público. É óbvio. O resto é conversa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – O voto em separado, com o devido respeito ao Senador Aloysio Nunes, é o voto apresentado, com a exclusão do art. 39. É o vencido. Vamos votar, na íntegra, o voto em separado do Senador José Pimentel.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Qual é (?) do voto do Senador José Pimentel mesmo? Manutenção do financiamento público exclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – A aprovação do voto...

Senador Dornelles, Senador Pimentel, só um minutinho, por favor.

Vou colocar em votação o voto em separado, com exclusão do art. 39. O resultado é decisão de V. Exª.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Só para registrar, a contribuição da pessoa jurídica e da pessoa física é feita ao Fundo Público Partidário; não é feita ao candidato.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Depois, passa para o candidato.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E depois...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Quer dizer, ele refaz uma virgindade do fundo partidário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Senador José Pimentel, o voto de V. Exª já foi distribuído, já foi lido, já foi complementado, e eu vou colocar em votação, porque nós ainda temos outras matérias para discutir.

Essa é a última matéria, Senador Dornelles, enviada a esta Comissão pelo Presidente do Senado, José Sarney, da Comissão que foi tão bem presidida por V. Exª. As decisões deste Plenário, democraticamente, são a favor ou são contrárias. É assim que, graças a Deus, nós vivemos neste País em democracia plena.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª e apenas deixar claro que o que se está votando agora, acolhendo o voto em separado do Senador Pimentel, é a instituição do financiamento público exclusivo de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – É o voto do Senador José Pimentel, na forma em que ele está apresentado.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT –SP) – Eu voto pelo substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem vota pela substitutivo do Senador José Pimentel vota favorável ao substitutivo.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto contra o Relator. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não" ao Relator do voto em separado?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Contra o Relator.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Voto com o Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota acompanhando o voto em separado.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o voto em separado do Senador Pimentel e com a subemenda do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Simon? *(Pausa.)*

Com o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relatório.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relatório.

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Roberto Requião? *(Pausa.)*

Roberto Requião. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Petecão?

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, o senhor não vai me deixar votar não?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem é?

Petecão, larga o telefone e atenda o seu Presidente.

Como vota o Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, eu gostaria de fazer um registro. Hoje é aniversário do Senador Valdir Raupp. Não há quem diga que ele está fazendo 70 anos. É tão jovem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sessenta anos o Senador Raupp?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Setenta.

Eu voto "não", contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não gostei da sua declaração de voto. Embora eu estivesse guardando para o final o registro do aniversário do Senador Valdir Raupp, V. Exª cometeu uma injustiça com o Senador Valdir Raupp, dizendo que ele tem setenta anos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não. Ele vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Daqui a dez anos.

Como vota o Senador Petecão, então?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O substitutivo do Senador Pimentel reúne os piores defeitos dos dois sistemas. Primeiro, é dinheiro público na campanha, sem o limite dos R$7,00 por voto. É dinheiro público à vontade, a rodo. Segundo, é contribuição pública e privada não diretamente para o candidato, mas oculta, através do fundo partidário. Então, ela junta o que há de pior nos dois: a opacidade e a farra de dinheiro público no financiamento de campanhas, sendo que a desculpa de que isso inibe a corrupção na vida política brasileira é uma desculpa esfarrapada, porque não é financiar.

As consultorias mirabolantes não são feitas para financiar campanha, os contratos frios com ONGs fajutas não são feitos para financiar campanha, os pagamentos de empresas públicas para amigos passarem à frente de outros não são feitos para financiar campanha. São feitos para pôr dinheiro no bolso, no bolso, dinheiro no exterior. Então, essa história de que o financiamento de campanha é a complementação da chamada faxina, no meu entender, é conversa mole para boi dormir.

Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não" o Senador Aloysio Nunes.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não".

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Vou votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Luiz Henrique? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Algum Senador deixou de votar? *(Pausa.)*

Senador Raupp, já votou?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valdir Raupp, já votou?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pode votar ainda? *(Pausa.)*

Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Raupp,. V. Exª poderia ter desempatado na outra, né?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Votou "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

O Senador Luiz Henrique não estava aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É. Já foi embora.

Vamos proclamar o resultado, Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, não. Não empatou não. As duas propostas foram derrubadas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Oito votos SIM; e dez NÃO.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se quiser me nomear para fazer voto, eu faço, para mandar arquivar os dois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, calma, calma.

Eu tenho que designar, agora, o Relator do vencido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Dos vencidos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dos vencidos, são dois.

Senador Renan Calheiros, V. Exª vai assumir agora esta missão de ser o Relator do voto vencido. Fica, nesse caso...

Antes do Senador Renan Calheiros apresentar o resultado, eu coloco em votação.

Srs. Senadores, em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 373, de 2008. Trata-se de matéria terminativa, portanto nominal novamente.

Quem vota pela prejudicialidade do projeto vota "sim".

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Prejudicialidade do projeto.

Srs. Senadores...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, nós vamos entrar no processo de votação nominal, Senador Pedro Simon.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto conhecido, voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É "sim", é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Pela prejudicialidade do projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela prejudicialidade eu voto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "Sim", todo mundo tem que votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – "Sim".

Senador Pedro Simon? Pedro Simon? *(Pausa.)*

"Sim".

Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Roberto Requião? *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/ PT – PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique? *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – "Sim".

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O senhor me pulou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Já completou?

Senador Jorge Viana e Senadora Ana Rita? *(Pausa.)*

"Sim" e "sim".

Fica prejudicado o PLS nº 373, de 2008.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário – nós ainda temos votações nominais ainda – e publicação no *Diário do Senado.*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros. Senador Renan Calheiros.

Nós temos o próximo item da pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos votar, vamos votar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Petecão, olha o que você fez, Petecão? Está tumultuando a reunião, todo mundo quer abraçar o Senador Valdir Raupp. Mas vamos ao processo de votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos votar, Presidente, porque há quórum ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Depois ele vai pagar o almoço.

Nós temos quórum, vamos votar a matéria, sim. Matéria extremamente importante o próximo item da pauta.

Senador Renan Calheiros, V. Exª já pode relatar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, rapidamente.

O parecer do nobre Relator perdeu...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Votação nominal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Foi derrotado, vencido, Sr. Presidente, e o substitutivo do Senador José Pimentel também.

Portanto, não há nada a relatar, senão recomendar o arquivamento dessas duas proposições.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Relator do vencido.

Srs. Senadores...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu posso proclamar o resultado?

Srs. Senadores, como os dois foram vencidos, o projeto vai ser arquivado aqui na Comissão, e eu passo ao próximo item da pauta.

Matéria nominativa, será votada nominalmente aqui, extremamente importante.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, é possível a inversão de pauta? Porque...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Não, porque essa votação é nominal e a outra não será nominal, Senador Armando Monteiro, com o devido respeito a V. Exª.

Vou pedir aos Senadores que permaneçam até o final desta reunião e depois o Senador Valdir Raupp deve pagar o almoço para todos nós.

Item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 93. Terminativo. Votação nominal. Matéria importante.

Os Srs. Senadores que não se encontram nesta Comissão sejam substituídos, que foram substituídos pelas assessorias barulhentas, eu peço permissão para que venha até o plenário desta Comissão.

ITEM 3

- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2011

Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra pessoa ou considerado hediondo.

Mais uma vez, eu faço um apelo às assessorias. Aos assessores que estão dando entrevista, por favor. Esta matéria é extremamente importante.

Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra pessoa ou considerado hediondo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 93, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações: - *Votação nominal;*

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar.

Em 24/08/2011, foi recebido o relatório, reformulado pelo Senador Demóstenes Torres.

Concedo, neste momento, a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para, se quiser, num breve relato, fazer algum comentário.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o projeto mantém o espírito original apresentado pelo Senador Ciro Nogueira, ou seja, um banco genético em caso de prática de crimes para pessoas condenadas por crimes praticados dolosamente com violência de natureza grave contra pessoa ou qualquer dos crimes previstos na Lei nº 8.072, que é a Lei dos Crimes Hediondos.

O Ministério da Justiça pediu para entrar na discussão, nós demos uma semana de tempo, reunimo-nos com o Senador Pedro Taques, com o Senador Ciro e mais toda a assessoria e evoluímos neste projeto. Aliás, é a primeira vez, durante o tempo em que estou aqui, que eu vejo o Ministério da Justiça preocupado em punir o bandido, porque eu só vi preocupação até agora em beneficiar o bandido.

E aí, por sugestão do Ministério da Justiça, nós estamos ampliando, além do condenado, todos aqueles que forem indiciados, portanto são investigados antes da condenação, que o juiz de Direito entenda que deva ser também objeto de coleta para formar esse banco genético.

O prazo prescricional, caso a pessoa seja absolvida, a denúncia não seja oferecida, haja o arquivamento, é o prazo previsto para a prescrição dos crimes no Código Penal.

De sorte que, como melhora, amplia, e eu parabenizo o Senador Ciro, o Senador Pedro Taques, o Ministério da Justiça e acho que estamos criando algo que é muito bom para o Brasil contra os criminosos. E vai servir também para quem for inocente, numa prova pericial, provar a sua inocência.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Eu peço aos Senadores que permaneçam aqui. Eu sei que já são 13 horas e 23 minutos, mas nós temos duas votações ainda que serão votações nominais.

O Senador Ciro Nogueira pede a palavra como autor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Vou falar muito rapidamente, Sr. Presidente. Primeiro, parabenizar o relatório do nobre Senador Demóstenes Torres que, muito honrosamente, o fez.

Sr. Presidente, este projeto é um avanço. Acho que vai ser um divisor de águas no nosso País. Nós temos índices alarmantes de condenações aqui para pessoas do nosso País, Senador Aloysio, ao ponto de apenas 6% das pessoas que praticam um crime violento no País são realmente condenados. Senadora Marta, uma pessoa que sai para matar o outro tem 94% de chance de não ser punida. Então, são índices alarmantes.

Em países que utilizam esse sistema, nós chegamos até ao ponto de 60% de condenação, que é um índice aceitável – não é o ideal, mas é aceitável –, e eu

acho que essa situação vem ao encontro de um desejo da sociedade de acabar com a impunidade deste País.

Nós temos um mecanismo muito bom, um mecanismo que vai dar maior sustentação às investigações no nosso País. Não existe nenhum caráter no que diz respeito a provas, é apenas uma identificação mais moderna, como nós temos com a digital, como temos com a fotografia.

Então, parabenizo o relatório do nosso Senador Demóstenes Torres e o Ministério da Justiça por ter avançado, o que contribuiu para que o projeto se tornasse até mais amplo.

Peço aos Srs. Senadores que aprovem um projeto de extrema importância para combater a impunidade do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª.

Com a palavra, para discutir, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar o Senador Ciro pela proposta, mas, mais que tudo, quero parabenizar o Senador Demóstenes Torres pelo cuidado que teve em conversar, reunir-se com o Ministério da Justiça e poder colocar o projeto de uma forma que, no meu entender, não fere os direitos humanos e mantém a privacidade das pessoas.

Esse é um projeto que é muito difícil alguém votar [...]

(Interrupção do som.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – [...] ajudar a inibir o crime, e isso é algo que todos nós desejamos.

Ao mesmo tempo, da forma como se encontrava, era um projeto em que tínhamos alguns questionamentos, como até que ponto o Estado deveria invadir a intimidade do cidadão, até obrigá-lo a produzir provas contra si? Ou obrigar o condenado a fornecer material genético é criar uma nova modalidade da pena? Ou nós começaríamos – aí digo até como psicóloga – a voltar àquela coisa horrorosa, que era o biótipo que determinava o criminoso nato, se tem genética com determinada composição?

Então, isso me preocupava bastante. Mas, depois do novo projeto, eu quero parabenizar o Senador e dizer que está absolutamente votável porque preserva os dados relacionados à coleta do perfil genérico, que vão ser armazenados em banco de dados de perfil genérico gerenciado por unidade oficial de perícia criminal. As informações genéticas contidas nos bancos de perfis genéticos não poderão revelar traços somáticos ou comportamentais das pessoas, exceto determinação de gênero, respeitando a Constituição. Os dados constantes dos bancos de perfis genéticos terão caráter sigiloso, respondendo civil, penal e administrativamente aquele que permitir promover a sua utilização para fins diversos do previsto na lei, e as informações obtidas a partir da coincidência de perfis genéticos deverão ser consignadas em laudo pericial.

Há vários itens a mais que me fazem votar no projeto, e quero declarar aqui meu voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senadora Marta.

Com a palavra, para discutir, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, aniversariante de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Mas fala que não é 70 não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não, o senhor vai chegar a 70, e tomara que o senhor chegue a 100 anos, não é só 70 não. E vamos ter o prazer de recebê-lo sexta-feira no nosso Estado, num ato político do PMDB. Por isso estou muito feliz com seu aniversário.

Na verdade, eu queria parabenizar também o Senador Ciro Nogueira e o Relator, Senador Demóstenes. No Acre, pela proporcionalidade, temos o maior índice de presos do nosso País. Penso que esse projeto de criar o perfil genético com certeza vai ajudar e muito para que nós possamos coibir a violência, principalmente no meu Estado do Acre, e também no nosso País.

Então, minha fala é muito rápida, é mais no sentido de parabenizar o Senador Ciro Nogueira pela autoria do projeto e também parabenizar o Senador Demóstenes Torres pela sua relatoria. Parabéns aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos colocar a matéria em votação nominal. Item 3 da pauta. Projeto terminativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros pede a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, rapidamente, eu queria dizer que as provas são essenciais para solucionar os crimes. É através delas que se torna possível reconstruir a história do delito e, Sr. Presidente, evidentemente, punir o culpado. Para isso, é fundamental, é indispensável percorrer o caminho de volta. O projeto é um avanço no campo da investigação criminal e, por tudo isso, Sr. Presidente, ele só merece elogios. A criação do banco nacional de perfis de DNA irá imprimir rapidez e segurança na solução dos delitos violentos, sexuais e os em série também.

O substitutivo do Senador Demóstenes aperfeiçoa o texto original, deixando claro o âmbito de incidência da norma, crimes dolosos de natureza grave contra a pessoa, incluindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a inovação na Lei de Execuções Penais, além de ajustar a redação aos termos do sistema em implantação no Brasil.

Eu queria, sinceramente, cumprimentar o Senador Ciro Nogueira, dizer da oportunidade do projeto. Parabéns. Cumprimentar o Relator, Senador Demóstenes Torres, que aperfeiçoa o projeto. Isso é uma coisa muito importante que acontece no Brasil nessa escalada que precisamos ter no combate à violência, à criminalidade, contra a impunidade, como o próprio Senador acabou de falar.

É esse o voto do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros, V. Exª, que já viveu na pele esse drama, como também o Senador Aloysio Nunes, que foram Ministros da Justiça do Brasil, colocar essa matéria em votação e ter aqui o privilégio de poder receber essa matéria do Senador Ciro Nogueira e, depois, ter o privilégio dado por Deus e pelo povo do Estado do Ceará para designar o Relator, Senador Demóstenes Torres, que fez um belíssimo relatório, aproveito agora para colocar em votação, para aprovarmos essa matéria importante aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, pela ordem. Só para corrigir aqui um erro que cometi. Demóstenes Torres, eu chamei Demóstenes Nascimento, porque eu estava escrevendo um texto aqui e lá, no meu Estado, tenho um amigo com o nome Demóstenes Nascimento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas o Demóstenes nasce todos os dias para nós aqui nesta Comissão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Desculpa, Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator. Como vota a Senadora Marta Suplicy? Já votou, com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator. Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator. Como vota o Senador Eunício Oliveira... Não pode votar agora, só se houver empate.

Como vota o Senador Renan Calheiros? Claro que com o Relator.

Como vota o Senador Romero Jucá? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Cumprimentando o autor, Senador Ciro Nogueira, e o Relator, Senador Demóstenes, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota o Senador Petecão? Agora, em homenagem ao Demóstenes, que não é Nascimento...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota o Senador Alvaro Dias? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Voto "sim", pela segunda vez.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpa, Senador Dornelles.

Como vota o Senador Demóstenes Torres? Voto conhecido. É que concluímos hoje aqui a reforma política e estou com Dornelles na cabeça.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – "Sim", cumprimentando o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Ana Rita? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com louvor, com o autor e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com louvor, com o autor e com o Relator.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? Voto do autor, voto conhecido, claro que vota "sim".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovado o substitutivo pela unanimidade dos presentes, com votação nominal e terminativa, o substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 4

- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 593, DE 2010

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Autoria: Senadora Níura Demarchi

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observação: Em 17/08/2011 foi concedida vista aos Senadores Pedro Taques e José Pimentel, nos termos regimentais.

Em 24/08/2011 foi recebido voto em separado do Senador Pedro Taques, a quem passo a palavra para proferir seu voto em separado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com respeito ao Relator, trago este voto em separado, e vou lê-lo. Já foram distribuídas algumas partes.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, possui a finalidade de sustar os efeitos da Portaria nº 1.510, de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja matéria disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

A proposição, protocolada em 5 de outubro de 2010, foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para apreciação, sem caráter terminativo. Distribuída ao Relator, Senador Armando Monteiro, este apresentou parecer favorável à aprovação do Projeto. Dada a importância do estudo da matéria, na reunião do dia 17 passado, foi requerida vista do Projeto por este Parlamentar.

O PDS possui apenas dois artigos. No primeiro, dispõe sobre a sustação dos efeitos da Portaria, enquanto o art. 2º adverte que o Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do Projeto, o autor destaca que o Ministro do Trabalho e Emprego, quando da expedição da Portaria nº 1.510, de 2009, extrapolou o poder regulamentar lhe outorgado pelo art. 74, § 2º, da Consolidação das Leis Trabalhistas, na medida em que estabeleceu que o registro eletrônico somente é válido se efetuado por meio de registro eletrônico de ponto, além de estabelecer obrigações ao fabricante do aparelho e imputar ao empregador responsabilidade por erros no *software* do aparelho.

É o resumo, Sr. Presidente.

Entendo ser indiscutível relembrarmos que o Poder Legislativo, por mandamento expresso da Constituição de 88, no seu art. 49, somente tem competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Aqui, Sr. Presidente, por óbvio, nós estamos a tratar do chamado "controle político", que o Decreto Legislativo tem a finalidade de sustar os atos do Executivo que exorbitem do seu poder de delegação. Aqui nós estamos diante de uma exceção. Esta exceção constitucional deve ser interpretada de forma restritiva. O decreto legislativo para sustar os atos do Poder Executivo que, em tese, exorbitem o poder de delegação, só é possível em casos excepcionais. E, com todo respeito, não se me afigura como sendo o caso aqui tratado, e passo a esclarecer a razão, Sr. Presidente.

A Constituição da República estabelece mecanismo de controle entre os Poderes, e este é um dos mecanismos de controle ali previstos. Muito bem. Qual é a função de um decreto regulamentar? Qual é a função de um regulamento? É minudenciar o que vem estabelecido na lei. É esclarecer o que vem estabelecido na lei. Com o perdão da expressão, é para que a lei não possa se transformar em uma lista telefônica, algo extenso, que possa trazer dúvidas no tocante à sua interpretação.

Desta feita, Sr. Presidente, entendo que a Portaria a que este Decreto Legislativo busca sustar a sua efetiva aplicabilidade, não exorbitou do poder regulamentar. Imaginem se a lei, e esta lei é a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, no seu art. 74, imaginem se esta lei pudesse, por exemplo, determinar os requisitos para esse aparelho eletrônico de ponto, a existência de um relógio interno de tempo real com precisão mínima de um minuto por ano, com capacidade de funcionamento ininterrupto, período mínimo de 440 horas na ausência de energia elétrica de alimentação e mostrador do relógio de tempo real contendo hora, minutos e segundos. Isso não é função de uma lei. A lei não tem essa função. Daí o poder ofertado pela Constituição ao Senhor Presidente da República, através de decreto, e aos Ministros, através da portaria, para regulamentar o que vem estabelecido na lei.

Penso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que esta Portaria, pelos argumentos aqui estabelecidos,

em nenhum momento exorbita desse seu poder regulamentar. Qual é a importância desse mecanismo de ponto eletrônico? Dados do Ministério do Trabalho dão conta, e tenho esses dados aqui. Projeção da quantidade de horas semanais sonegadas no Brasil: 42,1 milhões. Projeção do montante de hora extra não paga por ano: 20,3 bilhões. Projeção do montante sonegado ao Fundo de Garantia por ano: 1,6 bilhão. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Projeção do montante sonegado à Previdência por ano: 4,1 bilhões. Projeção da criação de empregos a partir das horas extras sonegadas: 956,8 mil. São dados do Ministério do Trabalho e Emprego, são dados públicos, retirados do *site* do Ministério.

Muito bem. A grande questão aqui é se nós poderíamos hoje estabelecer o único mecanismo de ponto eletrônico. Isso faria com que as empresas, as pessoas jurídicas que têm até mais de dez empregados tivessem uma oneração acima da razoabilidade? Essa questão não pode ser debatida neste Decreto Legislativo, que busca sus0tar a execução desta Portaria. Porque a Portaria nada mais está a fazer do que regulamentar o que está na lei, e já existe uma lei determinando que pessoas jurídicas com mais de dez empregados têm a necessidade desse ponto.

Desta feita, com respeito, Sr. Presidente, ao relatório trazido por S. Exª o Senador Armando Monteiro, eu trago este voto em separado, acrescendo um último argumento.

O Poder Judiciário já reconheceu que não existe ilegalidade na Portaria. Existem decisões nesse sentido. E o voto é pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PSDB – CE) – Em discussão a matéria.

O Senador Aloysio pede a palavra para discutir; o Senador José Pimentel; o Senador Demóstenes; em seguida, vamos à votação.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu sempre ouço com muito interesse as ponderações do meu amigo, o Senador Pedro Taques. Eu lamento, mas desta vez eu vou me afastar do entendimento dele. Porque, no meu ponto de vista, esta Portaria fere sim, ultrapassa, exorbita sim o poder regulamentar do Poder Executivo. Por quê? Porque a Consolidação das Leis do Trabalho determina que haja registro do ponto, inclusive ponto eletrônico, mas não diz que o registro deva ser exclusivamente eletrônico. Quando vem uma portaria do Ministro do Trabalho e diz que o ponto só pode ser eletrônico, evidentemente está restringindo o direito dos empregadores de terem vários sistemas de controle de ponto de seus empregados. Então, os inconvenientes são inúmeros, inclusive inconvenientes que decorrem do próprio teor da Portaria. A Portaria é de tal maneira minudente, de tal maneira detalhada, que falta só colocar o tipo de equipamento e a marca do equipamento que tem que ser fornecido pelo empregador. Inclusive obrigaria todas as empresas do meio urbano e rural a instalarem esse sistema. E é um sistema caro, de manutenção difícil, de alimentação por corrente elétrica problemática em pontos remotos do Território nacional. E mais: a portaria exige que esse sistema, uma vez esgotada a capacidade de armazenamento do seu HD, o equipamento seja trocado. Então, obriga que essa despesa, que é alta e onera, sem necessidade, as empresas, seja renovada periodicamente à medida que o seu banco de dados fique saturado.

O Senador Pedro Taques levanta a necessidade de ter um sistema seguro para comprovar a realização de hora extra. Eu lembraria a V. Exª, Senador Pedro Taques, que, quando o empregador reclama horas extras não pagas, o principal interessado em apresentar o registro do ponto é o empregador. É a primeira coisa que o empregador faz quando tem uma reclamação versando o tema da hora extra. Ele vai lá com o seu registro de ponto. Então, o empregador tem todo o direito, tem todo o interesse em manter o registro o mais preciso possível, porque, caso contrário, haveria a presunção de veracidade na afirmação do empregado.

De modo que, por todas essas razões, acho que essa portaria deveria ter a sua eficácia, os seus efeitos sustados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o Senador Demóstenes Torres. Tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o fato é: a portaria é extremamente lesiva a uma série de empregados, empregadores. Digamos que ela é quase que uma licitação, obrigando todo mundo do Brasil a ter determinada marca de equipamento.

Então, concordo plenamente com os argumentos do Senador Pedro Taques de que nós só podemos suspender aquilo que for além do poder de regulamentar concedido ao Poder Executivo. Mas discordo dele simplesmente porque acho que, neste caso, com as minudências que a lei não pode ter, o Ministério também extrapolou. De sorte que, só neste caso, não acompanharei o nosso grande Pedro Taques e ficaremos com o nosso relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a terceira hoje que V. Exª não acompanha o Senador Pedro Taques. Ele vai ficar magoado.

Tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nós estamos quase diante de uma rebelião aí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E o Randolfe foi embora.

Tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, também não vou poder acompanhar o nosso Senador Pedro Taques, primeiro, porque a portaria trata igualmente todas as empresas, independentemente de ser micro, pequena, média ou grande. E a Constituição diz que nós precisamos ter um sistema diferenciado no que diz respeito a custo de micro e pequenas empresas.

O Brasil tem hoje 5 milhões e 349 mil micro e pequenas empresas. Se nós pegarmos os 2,5 milhões de empregos gerados em 2010, 52% deles estão nas empresas com até quatro empregados. Portanto, mais da metade dos empregos com carteira assinada de 2010 estão nas microempresas que têm quatro empregados. E se nós começarmos a criar custos adicionais nesse setor, vai voltar a velha prática da informalidade, que é a pior dos mundos.

Portanto, toda a sociedade brasileira, independentemente se é governo estadual ou municipal, todos estão empenhados na formalização. E a portaria, lamentavelmente, não faz essa diferenciação.

Se nós fizermos o corte nas empresas que têm até 99 empregados, que, normalmente, são as pequenas, 80% dos 2,5 milhões de empregos foram gerados nessas empresas. Se tivermos o cuidado de pegar por faturamento, desses 5 milhões e 349 mil micro e pequenas empresas formais no Brasil que temos agora até o final de julho, 72% dessas empresas têm receita bruta de até R$120 mil/ano. São muito pequenas. Se você fizer um corte no faturamento de até 240 mil, vai para 83% desses 5 milhões e 349 mil empresas. Portanto, vamos acompanhar o relator, porque não trata diferente as micro e pequenas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada, à unanimidade dos presentes, contra o voto do Senador Pedro Taques.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, eu queria solicitar, requerer a urgência para ir a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por solicitação do Senador Armando Monteiro, submeto aos Srs. Senadores a solicitação de urgência.

Os Srs. Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência, Senador Armando Monteiro.

A matéria vai a plenário.

Tem um único item extrapauta. Senador Flexa, é V. Exª que vai relatar? *(Pausa.)*

É o Senador Valdir Raupp.

Tem um último item. Srs. Senadores. Temos uma matéria ainda.

EXTRAPAUTA

Item 1

- Não Terminativo -
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Autoria: Senador José Sarney e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM A

- Não Terminativo -
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007

Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

O relatório é favorável à PEC nº 40, de 2001, mantendo decisão recente proferida por esta Comissão, e pela prejudicialidade da PEC nº 29, DE 2007.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para fazer a leitura...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...da emenda apresentada no plenário do Senado Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ah, teve. Então, voltou. Ok.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É uma emenda do Plenário do Senado Federal, que vem aqui.

Eu peço ao Senador Armando Monteiro e ao Senador Petecão um pouquinho mais de paciência para

encerrarmos de vez as matérias referentes à reforma política no dia de hoje.

O Senador Valdir Raupp tem a palavra rapidamente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Menos de um minuto, Sr. Presidente, porque é matéria já conhecida.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por força regimental, retornam a esta Comissão as PECs nºs 40, de 2011, de autoria do Senador José Sarney, e 29, de 2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos.

As propostas versam exatamente sobre a mesma matéria: o fim das coligações das eleições proporcionais.

Esse assunto foi amplamente discutido por este colegiado nas ocasiões em que foi, respectivamente, analisado e aprovado.

Então, nesse sentido, pelo fato de as PECs estarem tramitando em conjunto, voto pela aprovação da PEC nº 40, de 2011, por ter sido recentemente aprovado por esta Comissão, e pela prejudicialidade da PEC nº 29, de 2009. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de saber se esta proposta vai ser votada em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta matéria?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Ela já foi votada aqui, nesta Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voltou do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voltou do plenário. É a apenas uma emenda. Recebeu a emenda. O parecer do relator é contrário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, eu peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vistas concedidas, só para não terminar a reforma política no dia de hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas qual é a reforma política que foi feita nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todas as que votamos aqui. Nós não perdemos tempo aqui à toa, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Qual foi a reforma política?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores, da imprensa e das assessorias, que são sempre bem-vindas e barulhentas para animar esta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada a reunião às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 52 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e sete minutos, do dia trinta e um de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Cristovam Buarque, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Marinor Brito, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Gim Argello. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença do Senhor Deputado Federal Aldo Rebelo. Usa da palavra a Senadora Kátia Abreu. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Sérgio Carvalho e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica

legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto, na forma de Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1 a 56. **Observações:** Foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; a Emenda nº 3, de autoria do Senador Acir Gurgacz; as Emendas nºs 4 a 20, de autoria do Senador Lindbergh Farias; as Emendas nºs 21 a 23, de autoria do Senador Valdir Raupp; as Emendas nºs 24 e 25, de autoria do Senador Francisco Dornelles; as Emendas nºs 26 a 37, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; as Emendas nºs 38 e 39, de autoria do Senador Cristovam Buarque; as Emendas nºs 40 a 53, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; as Emendas nºs 54 e 55 de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg; e a Emenda nº 56, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que receberam parecer contrário. Em 31/08/2011, foram aprovados os Requerimentos nºs 72 e 73, de 2011-CCJ, de Audiência Pública para instruir a matéria. Em 31/08/2011, foi lido Relatório reformulado pelo Senador Luiz Henrique. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. **Resultado: Concedida vistas aos Senadores Randolfe Rodrigues, Waldemir Moka e Valdir Raupp, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo REQUERIMENTO Nº 1018, DE 2011** Requer, nos termos regimentais, Voto de Aplauso à ministra, jurista, docente, ex-procuradora de carreira e ex-desembargadora federal ELLEN GRACIE NORTHFLEET pelos seus relevantes serviços prestados à Justiça do País. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Requerimento. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 72, DE 2011-CCJ** "Requeiro nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, no dia 13 de setembro de 2011, com a finalidade de ouvir juristas acerca das inovações trazidas no projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30 DE 2011) e sua repercussão e adequação ao sistema de proteção ambiental erigido na Constituição Federal." **Autoria:** Senadores Pedro Taques, Jorge Viana e Randolfe Rodrigues. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 73, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos regimentais, audiência conjunta desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA); a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no próximo dia 13 de setembro de 2011, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771/1965), em curso no Senado Federal, com os seguintes juristas: José Antonio Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Herman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Paulo Affonso Leme Machado; Cristina Godoy de Araújo Freitas, Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Nelson Jobim, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal; Paulo Roberto Pereira de Souza, Professor da Universidade Estadual de Maringá; Célio Borges, Jurista." **Autoria:** Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques, Valdir Raupp e Alvaro Dias. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e vinte e dois minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: **ITEM 2)** PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011 TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007; **ITEM 3)** TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2011; **ITEM 4)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2011; **ITEM 5)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2011; **ITEM 6)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2011 e **ITEM 7)** PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, DE 2011, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior que já foi distribuída aos Srs. Senadores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, nosso colega Renan

Calheiros me avisou que vai levantar novamente a questão do financiamento público, a votação da semana passada.

Pediria a V. Exª que, se fosse possível, lesse a Ata referente a esse tópico. A parte em que o Senador Renan Calheiros, designado por V. Exª como relator do vencido dá a sua opinião sobre o que fazer e, em seguida, qual foi a deliberação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB - AL) – Sr. Presidente, em seguida peço a palavra a V. Exª pela ordem para tentar aclarar essa situação que acho fundamental e importante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Renan Calheiros, V. Exª terá a palavra em seguida.

Vou ler a Ata.

O SR. PRESIDENTE *(Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – (...)*

Nós temos quórum, vamos votar a matéria, sim. Matéria extremamente importante o próximo item da pauta.

Senador Renan Calheiros, V. Exª já pode relatar?

O SR. RENAN CALHEIROS *(Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, rapidamente.*

O parecer do nobre Relator perdeu...

O SR. PRESIDENTE *(Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Votação nominal.*

O SR. RENAN CALHEIROS *(Bloco/PMDB – AL) – Foi derrotado, o vencido, Sr. Presidente, e o substitutivo do Senador José Pimentel também.*

Portanto, não há nada o que relatar, senão recomendar o arquivamento dessas duas proposições.

O SR. PRESIDENTE *(Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Relator do vencido.*

Srs. Senadores...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu posso proclamar o resultado?

Srs. Senadores, como os dois foram vencidos, o projeto vai ser arquivado aqui na Comissão, e eu passo ao próximo item da pauta.

Matéria nominativa, será votada nominalmente aqui, extremamente importante.

O SR. ARMANDO MONTEIRO *(PTB – PE) – (...)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o texto que está transcrito na Ata.

Senador Aloysio, com esse texto que está transcrito, posso colocar em votação a Ata?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Sim, perfeitamente. A minha memória não me traiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB - AL) – Onde está o equívoco, Sr. Presidente e Srs. Senadores? É que na forma do Regimento nós votamos, e V. Exª ressaltou várias vezes, que estávamos votando o Projeto nº 268. O voto que as lideranças recomendaram, foram votos de aprovação ao projeto e contrário ao substitutivo do Senador Aloysio. Então, nós votamos 9 a 9 e V. Exª desempatou com o voto "sim", pela aprovação do Projeto, contrário ao substitutivo apresentado pelo Senador Aloysio. Essa foi a primeira votação.

Portanto, o substitutivo não tinha outro caminho senão ir para o Arquivo. Substitutivo, porque ele havia perdido com o voto "sim" de V. Exª pela aprovação do Projeto. Em seguida, foi derrotado o voto em separado do Senador José Pimentel. O que é que tem que prevalecer? Ao ler as notas taquigráficas, verificamos isto. O que tem que prevalecer é a primeira votação que houve, a votação que derrotou o substitutivo do Senador Aloysio e aprovou, consequentemente, como encaminhado por V. Exª, o Projeto nº 268, de autoria do Senador José Sarney, do Senador Francisco Dornelles e outros Srs. Senadores. É o que diz o Regimento.

Eu posso, se V. Exª me permitir, rapidamente,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª para fazer a leitura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – ... explicar melhor, sobretudo para alguns Senadores que não participaram aqui daquela reunião.

Sr. Presidente, quando da apreciação do Projeto de Lei nº 268...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) (*Faz soar a campainha.*) – Senador Renan Calheiros, desculpe-me interromper.

Eu vou pedir mais uma vez às assessorias... Estou vendo aqui a presença do nosso querido Deputado Aldo Rebelo, que foi o Relator do Código Florestal na Câmara. Sei que todo mundo quer dar sua opinião sobre essa questão do Código Florestal e há uma conversa paralela. Esta é uma Comissão de Senadores. Então eu pediria às assessorias e aos Senadores que tivessem um pouco de compreensão em relação a não colocar todas as assessorias aqui dentro, para que a gente possa escutar esta matéria.

Esta é uma matéria polêmica, o Senador Renan Calheiros está levantando um tema polêmico e eu não consigo entender, porque não quero ser grosseiro com as assessorias. Mas a gente insiste, eles pegam o telefone, ficam bem ao lado dos Senadores, fazendo barulho e não se consegue dirigir os trabalhos da Comissão. Quero pedir mais uma vez, por favor, educadamente, aos senhores assessores que permitam que os Senadores façam os comentários, tirem as suas dúvidas e façam os seus relatórios.

Senador Renan Calheiros, V. Exª tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, quando da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais e dá outras providências, que tramitou nesta Comissão em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008, em caráter terminativo na Comissão, vê-se que o Presidente da Comissão, em cumprimento ao disposto no art. 58, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "*Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa*", combinado com o art. 91 do Regimento Interno Senado (foi isso que embasou o posicionamento de V. Exª), que diz o seguinte: "*Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2o, I, da Constituição, discutir e votar: I – projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código",* colocou em votação o Projeto de Lei do Senado, eu já expliquei aqui, V. Exª colocou em votação o Projeto nº 268, que tinha relatório contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O que se votou, repito, e V. Exª repetiu e orientou mais uma vez dessa forma, o que se votou em cumprimento à Constituição e ao Regimento foi o próprio Projeto e não o relatório. O Projeto recebeu 9 votos SIM e 9 votos NÃO, tendo o Presidente da Comissão desempatado com o seu voto "sim". Ou seja, SIM ao Projeto que ficou aprovado com 10 votos SIM e 9 votos NÃO. Com esse resultado, ficou vencido o Relator da matéria, tendo em vista que seu relatório contrário ao Projeto não representava o pensamento da maioria da Comissão. Em seguida, o Presidente colocou em votação o voto em separado do Senador José Pimentel, favorável ao projeto, nos termos de um substitutivo que obteve, Sr. Presidente, apenas 7 votos "Sim" e 10 votos "Não", tendo sido rejeitado. Portanto, o substitutivo foi rejeitado, o voto em separado também foi rejeitado, mas o projeto não foi rejeitado. A primeira votação tem de preponderar, e foi a votação em que venceu por 10 votos a 9, repito.

O Projeto de Lei do Senado nº 373/2008 teve sua prejudicialidade, porque ele estava tramitando conjuntamente, aprovada pela Comissão. Com esse resultado, Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 268/2011 foi aprovado, e a ele fica apensado o parecer, o relatório contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Nesses casos, o art. 128 do Regimento Interno do Senado dispõe:

> *"**Art. 128**. Vencido o Relator, o Presidente da Comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação à parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo Relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no parecer".*

Diz o art. 132, § 5º: "§ 5º Verificando-se a hipótese prevista no art. 128, o parecer vencedor deverá ser apresentado na reunião ordinária imediata, salvo deliberação em contrário".

Dessa forma, Sr. Presidente, em virtude do que prevê o art. 128 do Regimento, aqui citado, V. Exª nos designou como Relator do vencido, que deve reproduzir – não pode ser diferente – o resultado ocorrido nesta Comissão, que derrotou o substitutivo do Senador Aloysio, repito, que derrotou o voto em separado do Senador José Pimentel, mas que aprovou, por 10 votos a 9, com o voto "Sim" de V. Exª, o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011. Assim, para que o devido processo legislativo se cumpra, do relatório do vencido deve constar – e é o que peço a V. Exª – a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011, e a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008.

Sr. Presidente, só para ilustrar e para encerrar, eu queria dizer que essa situação seria diferente se a matéria não fosse terminativa nas Comissões, como, por exemplo, uma proposta de emenda constitucional. Nesse caso, no caso de uma matéria que não fosse terminativa, seria votado na Comissão o relatório, não a própria emenda à Constituição. Portanto, naquele momento, votamos o projeto, não o substitutivo. Votamos e aprovamos o projeto.

Por isso, V. Exª – peço vênia aos Senadores – pode declarar o resultado da votação, em consonância com o que aconteceu aqui, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vou conceder a palavra a V. Exª.

Quero deixar claro aqui que, de acordo com o que dizem as notas taquigráficas da reunião da Comissão, o Sr. Presidente Eunício Oliveira agradeceu ao Senador Flexa Ribeiro – era a matéria anterior – e que a votação estava 9 votos a 9. "Com o devido respeito ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, mas, por uma questão de convicção pessoal, Senador Renan Calheiros, vou votar a favor do financiamento público de campanha."

Então, pode até ter havido um equívoco por parte das assessorias na hora de orientar, mas o que acon-

teceu foi que o Senador Aloysio Nunes apresentou um substitutivo ao projeto original que veio a esta Comissão, encaminhado pelo Presidente Sarney. O Senador apresentou um voto contrário, obviamente substitutivo à matéria original. Voto contrário.

Está difícil aqui hoje! Vou aguardar um pouquinho para ver se a gente consegue fazer a reunião.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª tem, Sr. Presidente, é que aumentar o som do seu volume e diminuir o som...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, acho que as pessoas têm que fazer...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Aumente o volume.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir que aumentem o volume, para ver se sou escutado aqui na Comissão.

Senador Renan Calheiros, vou passar depois a palavra ao Senador Aloysio Nunes. Pede a palavra o Senador Demóstenes, mas quero deixar bem claro uma coisa: a minha decisão foi realmente para que a matéria original prevalecesse, tendo em vista que o voto de minerva foi dado por esta Presidência.

Havia dois vencidos: o Senador Aloysio Nunes, que apresentou um voto contrário ao que determinava a matéria, que era a favor do financiamento público de campanha. Ele era contrário a isso. Então, Senador Renan Calheiros, ele foi vencido, porque a Mesa decidiu contrariamente ao que ele havia relatado. O Senador José Pimentel apresentou voto em separado, que também foi vencido pelo Plenário. O Plenário não acatou o voto em separado do Senador José Pimentel. Não tendo nem o Senador Aloysio, nem o Senador José Pimentel... Porque, se o voto do Senador José Pimentel tivesse sido vencedor, não haveria mais o que discutir. Ele não foi vencedor; ele foi vencido.

Então, o Senador Renan Calheiros foi designado pela Mesa, por esta Presidência, para ser o Relator dos vencidos. Quem eram os vencidos? O voto do Senador Aloysio e o voto do Senador Pimentel. Ao relatar, ele admite que a assessoria, inclusive, na hora... Acho que até a Mesa, na vontade de encerrar essas votações de matérias, porque havia um compromisso da Mesa, podia ter tido um pouco mais de paciência – e eu me penitencio – para ouvir o que efetivamente estava esclarecendo o Senador Renan Calheiros.

Então, entendo aqui que devo receber essa matéria, essa reclamação do Senador Renan Calheiros da sua verdadeira intenção como Relator. Não tomarei uma decisão agora, Senador Renan Calheiros, com o devido respeito a V. Exª. Vou analisar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra a V. Exª, mas já dizendo o que a Mesa vai fazer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa vai receber a reclamação do Senador Renan Calheiros, as ponderações do Senador Renan Calheiros, que são pertinentes, do ponto de vista de dizer: "eu queria fazer isso, mas fiz dessa forma." Até porque ele tinha votado a favor da matéria. Fica claro nesse sentido.

Então, vou receber essa matéria, vou analisar e, na primeira oportunidade, vou submetê-la ao Plenário, para fazer a deliberação de termos ou não nova votação.

Já deixo claro que, na votação que acontecer, se a proposta colocada pelo senador Renan Calheiros, do vencido, se o Plenário decidir em contrário, a matéria vai ser arquivada; se não decidir, ela vai prosseguir. Agora, só tomarei essa decisão depois de analisar, juntamente com a assessoria, as notas taquigráficas, para não tomarmos novamente uma decisão precipitada.

Senador Demóstenes Torres pede a palavra pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, vamos supor que o Senador Renan Calheiros tenha razão, que V. Exª tenha razão nessa interpretação. Não vamos nem discutir a interpretação. Ou seja, foi votado o parecer do Senador Aloysio Nunes e foi derrotado; foi votado o parecer, ou melhor, o voto em separado do Senador José Pimentel foi derrotado. Foi, então, de acordo com o Regimento, designado o Senador Renan Calheiros para fazer o voto do vencido ou dos vencidos. Muito bem. O Senador, certamente, diante da decisão, poderia insistir na votação do projeto original, do qual V. Exª já havia desempatado a favor. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A votação não; a manutenção.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito. Foi a maior derrota...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – ...porque eu ia votar o original.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem. Sim ou não, a decisão era dele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Acontece – pode consultar as notas taquigráficas – que foi dada a palavra ao Senador Renan Calheiros,

foi designado relator dos vencidos. O Senador Renan Calheiros... Ou seja, não interessa a maneira. Ele deu o parecer, que foi pelo arquivamento. E nós votamos.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exato. E não existe arquivamento de parecer. Só existe arquivamento de projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o que está nas notas taquigráficas, aliás.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Escuta. O projeto foi arquivado. Contra projeto arquivado tem uma solução regimental. Qual é a solução? Um décimo dos Senadores pode recorrer para a Mesa, para o Plenário. Não existe esta solução que estamos querendo agora: anular uma votação. Ah, foi feito errado, foi feito iludido, foi a assessoria, isso não interessa. Nós votamos, e o projeto está arquivado. Pela primeira vez, nós estaríamos votando, na história do Senado, um projeto duas vezes na CCJ. Então, não. Existe solução regimental.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, não há decisão da Mesa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Exª está recebendo. Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Recebi uma reclamação do Senador Renan Calheiros, que vou analisar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E pode até prejudicar um eventual recurso. Não sei se ainda está no prazo, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu recebi a reclamação do Senador Renan Calheiros e tenho por obrigação... É uma decisão...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O fato é que foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª foi Presidente desta Comissão, e, democraticamente, eu vou receber... É uma decisão da Mesa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu acho que o argumento do Senador Renan Calheiros é até razoável...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, foi Presidente da Comissão e foi muito bom Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não significa dizer qual o resultado. Eu não anunciei o resultado da reclamação. A reclamação dele pode ser procedente ou não. Aí nós abriremos a discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É porque nós votamos. É só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, só uma rápida intervenção. Sr. Presidente, qual foi o equívoco? É que eu fiz um rápido relatório dos vencidos, que nos levavam a uma conclusão óbvia, em função do que aqui aconteceu, de que havia um vencedor. O vencedor era o Projeto nº 268, que havia ganhado a votação por 10 a nove, com o voto decisivo de V. Exª. Então, ao relatar os vencidos, eu o fiz parcialmente. Eu deveria ter relatado os vencidos e ter dito, ter feito essa complementação, para concluir, de que o vencedor havia sido o projeto. É essa a reclamação que faço a V. Exª. Não há dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio Nunes tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É só para dizer o seguinte: o Senador Renan Calheiros poderia ter feito, mas não o fez. E nós votamos o parecer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio está com a palavra, Senador Demóstenes. Vamos analisar, Senador Demóstenes.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, evidentemente, eu aguardo a decisão de V. Exª. Apenas queria ler as notas taquigráficas. O Senador Renan Calheiros diz o seguinte: "Não há nada a relatar senão recomendar o arquivamento dessas duas proposições". Poder-se-ia pensar que ele estaria se referindo aos pareceres, porque parecer é proposição. Mas aí, V. Exª, Sr. Presidente, ao concluir, diz o seguinte: "Srs. Senadores, como os dois foram vencidos, o projeto [está nas notas taquigráficas] vai ser arquivado aqui, na Comissão". É o que diz, é a literalidade das notas taquigráficas. Mas não quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Mas, Sr. Presidente, sem interromper o Senador Aloysio, o equívoco do encaminhamento foi exatamente esse. É que eu fui designado relator do vencido, no caso, dos vencidos: do voto do Senador Aloysio e do voto do Senador José Pimentel. Eu eria que relatar o vencedor, que era a votação do Projeto nº 268. O vencido já estava derrotado, arquivado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O vencido já era. Mas o fato é que a decisão de V. Exª foi... Não há dúvida, o projeto vai ao Arquivo. É o projeto, e não... Agora, a minha única preocupação, Sr. Presidente – não vou ficar aqui com argúcias regimentais, não é o caso; temos de ouvir o

parecer do nobre Senador por Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique –, a minha única... E, de qualquer forma, isso vai para o Plenário. Qualquer que seja a decisão, haverá recurso para o Plenário. O meu único receio é em relação ao prazo para o recurso. É essa a questão levantada pelo Senador Demóstenes Torres. Eu não quero perder prazo para o recurso. Se V. Exª considerar que foi aprovado o projeto do financiamento público, eu vou recorrer, e eu não quero perder o prazo. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, a matéria ainda não foi encaminhada ao Plenário. Portanto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Bem, então...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para esclarecer: o prazo ainda não está correndo, porque ela não foi encaminhada ao Plenário do Senado Federal.

Então, recebo a reclamação do Senador Renan Calheiros. Vou analisar as notas taquigráficas, para não ter nenhum equívoco. Se for essa... A Mesa não fará nenhuma decisão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse é que é o problema. A gente não consegue, aqui, debater as matérias com clareza, porque o barulho atrapalha a nossa capacidade de ouvir. Então, depois, suscitam as dúvidas e nós ficamos aqui com dificuldade de fazer os entendimentos.

Vou receber a reclamação, vou analisar as notas taquigráficas e, em seguida, na semana seguinte...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...darei a posição da Mesa. Aí, sim, começa a contar prazo para os recursos, tanto ao Senador Renan Calheiros, se a decisão...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – (*Manifestação fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro que não! Não foi encaminhado ao Plenário, Senador Demóstenes. A partir do encaminhamento, a Mesa... V. Exª sabe disso. A data, no plenário, só quando a matéria chegar ao Plenário do Senado é que começa a contar prazo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas ela é terminativa, ela não vai para o Plenário. Só vai para o Plenário se tiver recurso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em grau de recurso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, é isso que estou dizendo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Estou inscrito para falar, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu estou inscrito também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu peço pela ordem, Presidente, por favor. Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, depois do Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, esta discussão...

Sr. Presidente, a decisão de V. Exª será ofertada depois. Mas nós temos um ato jurídico que é perfeito, que foi a manifestação do Senador Renan Calheiros no sentido de arquivar. O Direito não socorre quem dorme. Já ficou para trás, com todo o respeito. Já ficou para trás. Nós vamos remover o passado. Nós vamos remover o passado. Estamos aqui criando um precedente que é grave. Um precedente grave no seguinte sentido: arquiva-se um projeto e, depois, vamos remover a discussão sobre esse projeto.

A minha discussão é só esta: nós vamos criar um precedente. O ato jurídico está perfeito, lá para trás. Agora, vamos remover isso.

Tem uma outra... Queria fazer uma indagação a V. Exª: o prazo para o recurso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O prazo para o recurso... Já dou a palavra a V. Exª. Já dou a palavra a V. Exª. A palavra está com a Presidência. Só um minutinho, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O prazo de recurso – o Senador Demóstenes sabe mais do que eu – é a partir da publicação. Não foi publicada a matéria ainda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Foi publicada na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não foi publicada, não. Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Me desculpe, é na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao Senador Demóstenes.

Senador Demóstenes...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas eu não terminei ainda!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares. Desculpas! Tem a palavra o Senador Pedro Taques.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria de fazer uma indagação a V. Exª.

Esse projeto foi votado aqui de forma terminativa. Está no art. 91, combinado com o art. 101, do Regimento Interno, que decorre do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição. Está lá, está lá estabelecido isso. Esse prazo, ele conta a partir do momento que o projeto foi votado. Eu só gostaria de indagar a V. Exª qual é o prazo para o recurso do art. 58 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou ler para V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O art. 91, no seu § 2º, diz o seguinte:

> Art.91.....
> .....
> .....
> .....
>
> § 2º Encerrada a apreciação terminativa a que se refere este artigo, a decisão da comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.
>
> § 3º – O prazo de cinco dias úteis contados a partir da publicação da comunicação referida no § 2º do avulso da Ordem do Dia da sessão seguinte.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Da comunicação, não è? O prazo sempre conta porque...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Não foi feita a comunicação pelo Presidente ainda, Senador Demóstenes. Não foi feita ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – V. Exª somente comunicará depois de resolvida essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Após a votação, o Senador Renan Calheiros suscitou a questão. E, para que não pairasse dúvidas em relação a notas taquigráficas, eu não podia fazer a análise antes da provocação da solicitação de qualquer um dos Srs. Senadores. Seria fazer, de ofício. E, aí, Senador Pedro Taques, V. Exª tem inteira razão: fazer de ofício, eu jamais faria. Agora, provocado pelo Plenário, sou obrigado a submeter, sou obrigado a receber, sou obrigado a analisar. Não sou obrigado a responder favoravelmente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – O fato é que V. Exª leu o remédio. Qual o remédio? Recurso. Se existe o prazo, se o prazo está em vigor, recorre-se.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com a devida permissão, vou dar a palavra ao Senador Valadares, que pediu a palavra há tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – V. Exª explicou muito bem, e estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Obrigado, então.

Posso colocar a ata em votação nos termos das notas taquigráficas que estão à disposição de todos os Srs. Senadores?

Em votação a ata.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Tenho vários comunicados a fazer, mas vou deixar para o final da reunião, tendo em vista que todos estamos ansiosos para o primeiro item da pauta. Trata-se do PLC nº 30.

ITEM 1

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: favorável ao Projeto, na forma de Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário às Emendas nº 1 a 55..

Observações: - *Foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; a Emenda nº 3, de autoria do Senador Acir Gurgacz; as Emendas nºs 4 a 20, de autoria do Senador Lindbergh Farias; as Emendas nºs 21 a 23, de autoria do Senador Valdir Raupp; as Emendas nºs 24 e 25, de*

autoria do Senador Francisco Dornelles; e as Emendas nºs 26 a 37, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

- A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Em 30 de agosto de 2011 foram recebidas as Emendas nºs 38 e 39, de autoria do Senador Cristovam Buarque; as Emendas nºs 40 a 53, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e nºs 54 e 55, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Em 31.08.2011, foi recebida a Emenda nº 56, do Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique da Silveira, para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques e Senador Randolfe.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu fiz um requerimento para que a Comissão de Constituição e Justiça participasse, em sendo deferido pelo Plenário, da audiência pública com os juristas, audiência que será realizada junto às Comissões de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Agricultura. A Comissão de Constituição e Justiça ficou fora disso. A audiência é no dia 13, e vejo como uma determinação inclusive regimental, porque a matéria que trata da constitucionalidade deve ser debatida aqui, nesta Comissão.

Portanto, fiz esse requerimento – já conversei com o Sr. Relator –, que se encontra sobre a mesa. Eu gostaria que fosse colocado em votação, se fosse possível, neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Requerimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra, pela ordem, ao Senador Randolfe.

Em seguida, falo com V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, é no mesmo sentido. O requerimento, inclusive, é de nossa lavra comum, junto com o Senador Pedro Taques. A ideia, e me parece até ser um imperativo, é que a audiência nós não podemos analisar aqui, discutir aqui sem antes ouvirmos os juristas que já foram convocados pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e pela Comissão de Agricultura. É lógico e me parece ser indispensável que a Comissão de Justiça ouça os juristas para estar, inclusive, mais fundamentada para esse debate.

É claro que não se prejudica a leitura do relatório aqui, por parte do Senador Luiz Henrique. Não fica prejudicada a leitura do relatório, mas a discussão eu considero e me parece, ou melhor, tenho convicção de que precede à apreciação desse requerimento para, hoje, ouvirmos o relatório do Senador Luiz Henrique e, dessa forma, realizarmos a discussão posteriormente ao encontro com os juristas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, há um requerimento com o mesmo objetivo, de nossa autoria, propondo uma audiência pública para que esta Comissão ouça diversos juristas. Eu queria apenas que houvesse uma compatibilização entre o nosso pedido e o do Senador Pedro Taques, para que, nessa convergência, todos fossem convidados.

Agradeço a V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu acho que, pela complexidade do tema, pelo tamanho do relatório e pelo estudo já distribuído pelo Senador Luiz Henrique, certamente algum Senador vai pedir vista – e tem o direito de pedir vista.

Portanto, a matéria ficaria para a próxima quarta-feira, 7 de setembro. Se convocar para antes, não vai haver quórum imagino eu.

Na realidade, a matéria será votada no dia 14 de setembro. A audiência pública é no dia 13. Então, não há problema nenhum em aprovar o requerimento do Senador Pedro Taques, porque a audiência é no dia 13, a votação, no dia 14, e o problema está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª hoje está com muito gás. Está com muita energia V. Exª! Nem li o requerimento ainda!

Dou a palavra, pela ordem, aos Senadores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Luiz Henrique.

E vou pedir, mais uma vez, um pouquinho de silêncio para a gente ouvir o Relator.

Senadora Kátia Abreu, o Relator começou o relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Acredito que o Senador Jorge Viana também concorda: eu tenho plena concordância com esse requerimento. Acho importante nós ouvirmos os juristas, até porque o eixo central da decisão dessa matéria, nesta Comissão, é a sua constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu pergunto ao Senador Randolfe se essa assinatura em forma de pintura é de V. Exª, já que não há o nome aqui embaixo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado pela parte que me toca da pintura! Não é tão bonita assim, Presidente, mas é a minha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana está claro aqui, Senador Pedro Taques está claro, é porque a assinatura do Senador Randolfe não estava com o nome dele abaixo.

Vou ler o requerimento, com a permissão do Relator. Vou ler o requerimento. A Mesa vai definir depois do requerimento o procedimento e o encaminhamento desta Comissão.

REQUERIMENTO Nº, 2011

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, CMA, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, CRA, no dia 13 de setembro de 2011, com a finalidade de ouvir juristas acerca das inovações trazidas no projeto de reforma do Código Florestal, PLC nº 30, de 2011, e sua repercussão e adequação ao sistema de proteção ambiental, erigido na Constituição Federal.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2011. – Senador **Pedro Taques**, Senador **Jorge Viana** e Senador **Randolfe Rodrigues**.

Justificação

A importância e a complexidade dos temas envolvidos no debate sobre Código Florestal impõem que esta Comissão de Constituição e Justiça não apenas esteja atenta aos anseios da sociedade, mas, principalmente, possa emitir pareceres acerca da constitucionalidade ou não das propostas que serão aqui apreciadas.

Esta agenda é uma reunião conjunta das Comissões supracitadas para ouvir a opinião de juristas sobre as inovações constantes do PLC nº 30, referente à reforma do Código Florestal.

Esta audiência pública tem caráter eminentemente instrutivo e, portanto, deve proceder à decisão desta Comissão sobre o assunto, tendo em vista a competência deste colegiado para pronunciar-se sobre a juridicidade e a constitucionalidade das matérias submetidas ao nosso crivo.

Pondero aos colegas no sentido de que possamos participar da referida reunião...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa está com a palavra, lendo um requerimento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª após a leitura e aprovação ou negativa dos requerimentos.

Tendo em vista a competência, participar da referida reunião, antes da votação deste tema tão relevante.

Senador Randolfe, Senador Jorge Viana, Senador Pedro Taques.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu estou com a palavra.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Um minutinho e eu já dou a palavra a V. Exª.

Está todo mundo hoje muito ansioso aqui na Comissão.

Requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, audiência conjunta desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – este aqui já determina a data – no próximo dia 13 de setembro de 2011, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei nº 4.771, 1965, em curso no Senado Federal, com os seguintes juristas: José Antonio Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Herman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Paulo Affonso Leme Machado; Cristina Godoy de Araújo Freitas, Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo.

Sala das Comissões. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Líder do PSB.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma. Pediu a palavra, pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg, Senadora Kátia Abreu e agora Senador Luiz Henrique.

Tem a palavra...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª, as Senadoras e os Senadores presentes, todos que nos honram com a sua presença hoje aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Quero, inicialmente, pedir desculpas a V. Exª, por ter interrompido V. Exª. Imaginei que V.Exª já tinha terminado a sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem nenhum problema, Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar os autores dos requerimentos e dizer da importância deste debate, porque tanto o Relator Luiz Henrique, da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura, como o Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, têm reiteradas vezes manifestado a preocupação de que o Código Florestal aprovado pelo Senado Federal traga completa segurança jurídica, Esse tem sido o esforço.

Quero saudar, nos nomes dos Senadores Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura, e Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência Tecnologia e no nome de V. Exª, Senador Eunício, o esforço que o Senado vem fazendo de buscar uma discussão equilibrada em torno do tema, ouvindo o Relator na Câmara, eminente Deputado Aldo Rebelo, que nos honra com a sua presença, por duas vezes, e, também já por duas vezes, em audiências conjuntas, representantes da comunidade científica. Na última semana ouvimos ex-Ministro do Meio Ambiente em um dia e ex-Ministro da Agricultura no outro. Esta semana ouvimos especialistas sobre o impacto do Código Florestal nas cidades.

Entendo que devemos manter este ambiente.

Para o dia 13 de setembro, já estão confirmadas a presença do Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Herman Benjamin e do jurista Luiz Paulo Leme Machado, que é um grande especialista em Direito Ambiental.

O Senador Luiz Henrique informou, na audiência pública de ontem, que apresentaria hoje o seu relatório nesta Comissão. Pela complexidade do tema, certamente, veio a convicção de que haveria pedido de vistas conjuntas. O Senador Luiz Henrique manifestou interesse de que a votação na Comissão de Constituição e Justiça se desse no dia 6 de setembro, próxima terça-feira.

Em função do feriado de quarta-feira, possivelmente poderemos ter quorum baixo na Casa, e também em função da complexidade do tema, o Senador Pedro Taques, ao apresentar o requerimento, ponderou que o ideal, antes da apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, seria que ouvíssemos a opinião de eminentes juristas, como os que me referi aqui.

Como já está marcada essa audiência pública para o dia 13 de setembro, às 8h30, e como as reuniões ordinárias da Comissão de Constituição e Justiça acontecem às quartas-feiras, considero bastante razoável que o Senador Luiz Henrique possa fazer a sua leitura hoje aqui e que possamos apreciar efetivamente o seu voto, com a volta das vistas conjuntas, no dia 14 de setembro, após ouvir os juristas especializados no tema.

Era essa comunicação e sugestão que gostaria de fazer a V. Exª, cumprimentando os dois Relatores, cumprimentando os Presidentes da Comissão, cumprimentando os autores do requerimento e cumprimentando o Senado, pelo clima de equilíbrio que tem buscado levar adiante nesta discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de sugerir a presença na audiência pública do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro de Estado Nelson Jobim. Ele foi Relator dessa matéria de meio ambiente na Assembleia Nacional Constituinte. Tenho certeza absoluta de que o ex-Ministro Nelson Jobim poderá engrandecer nossa audiência pública, se assim for possível.

Apesar de não ser membro da Comissão, gostaria aqui de sugerir que os colegas pudessem subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª sugere o nome do ex-Ministro Nelson Jobim e obviamente que, quando eu for colocar os requerimentos em votação, vou colocar a inclusão do nome dele.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Apenas uma dúvida, Sr. Presidente. Então, o Luiz Henrique, Senador, vai ler o projeto hoje, o relatório hoje e poderão os Senadores pedir vistas ainda hoje. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vistas aos membros desta Comissão.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me ver a ordem: Senador Luiz Henrique, Senador Pedro Taques, Senador Álvaro Dias.

Senador Luiz Henrique. Ok? *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, para que não paire nenhuma dúvida, esse requerimento foi feito porque a Comissão de Constituição e Justiça não pode ficar fora de uma discussão com juristas. Esse é o primeiro fato. O segundo fato é que o requerimento não solicitou o adiamento de absolutamente nada.

Concordo inteiramente com a Senadora Kátia. Ela não faz parte desta Comissão, mas está aqui honrando o seu mandato. Concordo inteiramente com a participação do Ministro Nelson Jobim. Subscrevo a participação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Álvaro Dias, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sei que há já um número razoável de juristas convidados, mas gostaria também de sugerir um nome, se for possível, por tratar-se de um especialista renomado. No mundo jurídico, é respeitado como especialista neste assunto. É o Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza, da Universidade Estadual de Maringá. Gostaria de sugerir também o nome dela para participar desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Paulo... Desculpa...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Paulo Roberto Pereira de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É que as assessorias não estão mais aí embaixo. Estão aqui em cima agora.

Paulo Roberto Pereira dos Santos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – De Souza.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Valadares tem a palavra pela ordem. Senador Valdir Raupp.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Apenas para informar a V. Exª que os dois requerimentos de convocação de juristas foram lidos, mas o único que apresenta, que relaciona as autoridades a serem convidadas é o nosso requerimento. Logicamente, ele complementa o requerimento do Senador Pedro Taques e dos demais integrantes desse requerimento.

Essas autoridades, José Antônio Dias Toffoli, Herman Benjamin, Paulo Afonso Leme Machado e Cristina Godoy, promotora de justiça de São Paulo, já foram convidadas pelas Comissões. Inclusive na Comissão do Meio Ambiente já está tudo certo.

A segunda informação é que, para que esta Comissão tenha mais tempo para apreciar essa matéria tão complexa que é o Código Florestal, em vez de pedido de vistas hoje, aprovaríamos um requerimento de adiamento. Por isso, estou apresentando um requerimento de adiamento para apreciação desta Comissão. Por quê? Porque no dia 14, quando vai ser votado, pode acontecer de alguém querer pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, peço explicações.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se o Plenário permitir, a Mesa vai explicar a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo a leitura do relatório hoje, na próxima reunião deliberativa da Comissão, se houver pedido de vistas individual, não obrigatório, mas, regimentalmente, a não ser que façamos aqui um acordo, sendo vistas coletivas, lido hoje, na próxima reunião, somos obrigados a colocar em votação. Como há o problema do dia 7 ser o dia da reunião ordinária desta Comissão e tendo em vista que dia 7 de setembro é feriado nacional, não haverá a reunião da quarta-feira. Portanto...

Vou colocar os requerimentos em votação, dando antes a palavra para o Senador Valdir Raupp, mas quero deixar claro o seguinte. Se houver entendimento do Plenário da Comissão, não colocaremos, se houver reunião extraordinária na terça-feira, porque o Regimento determina reunião ordinária. Ela será extraordinária, porque não será ordinária. As ordinárias são às quartas-feiras.

Então, vou esclarecer ao final, mas vou dar a palavra ao Senador Valdir Raupp, porque não sei o posicionamento...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Só queria, Sr. Presidente, aumentar a lista dos juristas. Sei que já está grande. Queria propor...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fazemos o dia inteiro. Não há problema.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Gostaria de propor, acho que vale a pena, porque é

um tema... O último Código Florestal acho que durou mais de 60 anos. Este também deve ser por aí. Acho que vale a pena perder um dia para ouvir esses juristas, depois o relatório do Luiz Henrique...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ou ganhar o dia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Ou ganhar o dia. Perder o dia, não. Ganhar o dia.

Falo do Dr. Célio Borges, grande jurista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar os requerimentos em bloco, Requerimento do Senador Valadares, Requerimento do Senador... *(Pausa.)*

Os requerimentos que já foram lidos. Os dois requerimentos que a Presidência já leu são o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares e o requerimento assinado pelos Senadores Jorge Viana, Randolfe Rodrigues e Pedro Taques para que a audiência pública, Senador Luiz Henrique, aconteça no dia 13 de setembro.

Portanto, ficando... Vou colocar os requerimentos deixando claro, agora, sim, que, se houver reunião na terça-feira, será extraordinária e não entrará a matéria Código Florestal, por causa da audiência pública que está sendo aprovada aqui, se for aprovado o requerimento. Aprovado o requerimento, ela não será colocada em reunião extraordinária e, sim, na reunião ordinária do dia 14.

Em votação os requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pelo que estou entendendo, estamos adiando para o dia 14, marcando data...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não estamos adiando. Estamos fazendo o seguinte: se houver pedido de vistas da matéria, a matéria vai ser lida hoje, Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu, a matéria vai ser lida hoje, como tão ansiosamente espera V. Exª e Relator Senador Luiz Henrique.

Então, a matéria sendo lida hoje, se, na quarta-feira, dia 7, não fosse feriado, e em havendo aqui nesta Comissão o pedido de vistas e esse pedido de vistas se torne coletivo, obrigatoriamente, na primeira reunião ordinária desta Comissão teríamos que apreciar essa matéria. Como no dia 7 não haverá reunião ordinária porque é feriado nacional, estamos indo para a primeira reunião ordinária, que será no dia 14. Nessa condição, vou colocar os requerimentos em votação.

Está esclarecido a V. Exª?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Na prática, então, já estamos concedendo vistas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Só vou conceder vistas se for pedido por V. Exªs.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa não vai conceder vistas de ofício.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pelo Regimento Interno, Presidente, o requerimento de adiamento é apresentado assim que for anunciada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, não há necessidade...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª acha que não há necessidade?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há necessidade.

Não estamos adiando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, se V. Exª me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Parece-me que é um esclarecimento que o Plenário precisa. O que estamos fazendo? Estamos adiando para o dia 14 ou já estamos concedendo vistas para o dia 14?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não estamos adiando porque, na quarta-feira, é feriado nacional e é impossível o funcionamento do Congresso Nacional, do Senado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, não há adiamento. As reuniões ordinárias são todas as quartas-feiras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E V. Exª nunca faltou a nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Exato. *(Risos.)*

Exª, estou esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como é impossível ter uma reunião

ordinária na quarta-feira, vamos fazer na quarta-feira seguinte, que é no dia 14.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, só para ficar claro, ouviremos hoje o relatório. No dia 14...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Teremos a primeira reunião ordinária. Se for pedido vistas, será votado; se não for pedido vistas, será votada hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendido plenamente, claro e transparente como V. Exª é. Plenamente compreendido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para colocar esses requerimentos em votação... *(Pausa.)*

Está difícil. Paciência Deus me deu muita, senão não teria chegado até aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sei que V. Exª é um homem paciente e vai me suportar mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sempre.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O art. 279, no seu §4º diz: "O requerimento previsto nos incisos I, II e III, do *caput*, será apresentado e votado ao se anunciar a matéria".

Então, anunciou-se a matéria e nós apresentamos o requerimento de adiamento. Eu quero saber o eu vai ser feito desse requerimento: se ele vai para o Arquivo ou vai ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, o requerimento de V. Exª está prejudicado porque – vou repetir – é impossível, na quarta-feira, o funcionamento desta Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas eu não estou querendo adiá-lo para quarta-feira não. Estou querendo adiar para o dia 14. Está aí o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocá-lo em votação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...para colocar, oficialmente, adiado para o dia 14, porque, se no dia 14 alguém quiser pedir vista, vai ter vez, vai ter direito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, Senador Valadares,...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é assim, Senador Moka. Eu tenho de ouvir todos os Srs. Senadores.

Eu compreendo a ansiedade de V. Exª, mas eu não posso deixar dúvida aqui, porque, na dúvida V. Exªs viram o que aconteceu no início desta reunião hoje.

Então, Senador Valadares, Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ouço V. Exª com muito prazer e com muita atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu dou tanta atenção a V. Exª

Só para deixar claro, porque amanhã – a imprensa do Brasil inteiro e do mundo inteiro está nos assistindo neste momento; esta é uma matéria que interessa ao Brasil e interessa ao mundo – vão dizer: "A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania adiou o processo de discussão do Código Florestal". E não é isso. Regimentalmente, a reunião seria quarta-feira. Como quarta-feira é feriado – eu estou sendo insistente, Senador Armando Monteiro, apenas para deixar bem claro – só pode acontecer na outra quarta-feira. Então, não tem adiamento. Adiamento teria se não fosse na próxima quarta-feira, dia 14, dia de reunião ordinária.

Portanto, em votação os requerimentos. *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, ...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – *(Fora do microfone.)* Eu não concordo com a argumentação de V. Exª. Permita-me! O adiamento, de qualquer maneira vai existir. Na prática, o adiamento vai existir. Ninguém vai votar nada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu respeito ...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, vota o requerimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não posso, Senadora Kátia Abreu. Eu não posso, Senadora Kátia Abreu. Quem dirige os trabalhos sou eu. Eu não posso fazer o que ele quer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu estou querendo oficializar uma coisa que vai acontecer. Ao invés de um pedido de vista, a prioridade é o adiamento. Então, eu quero adiar para o dia 14, para o dia 14. V. Exª já marcou na agenda dia 14. Pronto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, ...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aí, no dia 14, será votado ou não. Depende se alguém pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O requerimento de adiamento eu não vou colocar em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu quero tornar a ação desta Comissão

mais democrática e dá direito àqueles que não se conformarem de votarem no dia 14, pedir vista. Eu mesmo posso pedir vista ou não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Matéria lida hoje, ela volta na próxima reunião ordinária. É regimental.

Então, Senador Luiz Henrique, só teríamos vista dia 14 – Senador Valadares, se V. Exª prestar atenção um pouquinho, V. Exª vai entender – se a matéria fosse adiada a leitura hoje.V. Exª está fazendo o requerimento de adiamento da leitura? Se V. Exª estiver fazendo um requerimento da leitura da matéria, eu, em seguida, vou colocar o requerimento, separado desse aqui, de V. Exª, se é esse o desejo de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Que não leia a matéria hoje?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu estou fazendo a pergunta a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª, por favor, pode ler o requerimento que está aí?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar primeiro esses requerimentos em votação para o dia 13.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Ok. Está certo. Depois o senhor leia o requerimento de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação os requerimentos assinados pelo Senador Antonio Carlos Valadares –...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Antes da leitura...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...V. Exª tem dois requerimentos –, pelo Senador Pedro Taques, pelo Senador Jorge Viana, pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Os Srs. Senadores que concordam com a reunião do dia 13 para audiência pública permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado à unanimidade da Comissão.

No dia 13 teremos, portanto, audiência pública em conjunto com as demais Comissões.

Agora, Senador Valadares, eu indago a V. Exª: eu vou dar a palavra ao Senador Luiz Henrique para fazer a leitura do relatório, conforme consta da pauta, no seu item um, dos sete itens que temos de deliberar no dia de hoje. O requerimento de V. Exª é pelo adiamento da leitura do relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Não em desatenção ao relator, mas por precaução de que tenhamos mais tempo, depois do dia 14, se for necessário, pedir vista, para discussão da matéria. Só isso. O relator merece de todos nós a maior atenção, como também V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, a Mesa quer apenas a informação de V. Exª para que fique claro. V. Exª está pedindo, por requerimento, o adiamento da leitura do relatório do Senador Luiz Henrique.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Para ser realizada em dia determinado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A pergunta é clara e objetiva: V. Exª está pedindo o adiamento da leitura do relatório do Senador Luiz Henrique. Não havendo a leitura do relatório hoje, ela só vai acontecer no dia 14...

(aparte fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Depois V. Exª faz o apelo. Quero deixar claro para não ter dúvidas em relação ao que estamos votando. Não quero que a Comissão tenha dúvida sobre o que estamos votando, aqui.

O requerimento de V. Exª é pelo adiamento. Vou submeter o requerimento de V. Exª para que não seja feita a leitura, hoje, do item 1 da pauta. Se o plenário, por maioria, decidir acompanhar v. Exª não será lido e passarei ao item 2 da pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Somente porque tem um feriado no meio. Se não fosse isso, o requerimento não precisaria ser apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, V. Exª tem sabe o que deseja, aqui. Não é por causa do feriado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu sei, tanto que requerimento está nas mãos de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então V. Exª deseja o adiamento. Vou colocar em votação o requerimento.

Tem a palavra V. Exª ,Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao colega, Senador Valadares. Nós temos 4 comissões que essa matéria tem que passar, já que não é terminativa, para apreciação. O Senador Luiz Henrique, um dos relatores, fez um trabalho e estabeleceu mudanças que mostram que, de fato, o Senador fará mudanças no texto que veio da Câmara. Ele tentou minimizar essas mudanças, mas é fundamental a análise aqui na CCJ desse texto tão importante para o País e para o próprio Congresso. Se

não tivermos a leitura hoje, já que temos um feriado no dia 7 e vamos ter a leitura só no dia 14 aí, certamente, haverá pedido de vista, vamos ter o mês todo de setembro para tratar desse tema tão complexo. O requerimento de V. Ex. é muito importante, mas ele já está incluído, de certa forma, na proposta do requerimento aprovado, tanto que o senhor subscreveu, do Senador Pedro Taques, e nós já vamos ter os 14 dias pelo menos, até por conta do feriado, para analisarmos e apreciarmos essa matéria com o devido tempo. Faria um a apelo para que V. Exª retire o requerimento para que não ficasse prejudicado, oficialmente, a apreciação do texto que o Senador Luiz Henrique traz a esta Comissão e que seria feita apenas a leitura. Certamente haverá pedido de vista, certamente a apreciação e o voto será no dia 14.

É o apelo que faço, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, quero respondendo ao apelo do nobre Senador Jorge Viana, dizer que podemos ouvir a leitura do relatório, naturalmente e, *a posteriori*, aprovarmos o requerimento de adiamento da discussão, porque oficializa para o dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, temos que assumir aqui a nossa responsabilidade.

Vou pedir...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, não vamos gerar polêmica em torno desse assunto, eu retiro o requerimento e depois eu apresento o requerimento. *(Palmas.)*

Retiro o requerimento de adiamento da leitura e depois vou pensar, e posso apresentar o do adiamento da discussão. Obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há requerimento de adiamento de discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pode, depende do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, V. Exª não está dirigindo os trabalhos, com o devido respeito a V. Exª. V. Exª assume o que quer ou não.

Eu não colocarei mais nenhum requerimento em discussão no dia de hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu já retirei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique da Silveira para fazer a leitura do seu relatório, pedindo às assessorias, mais uma vez... Vou esperar que as assessorias façam o mínimo de silêncio para eu convidar o Relator.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique da Silveira, V. Exª me dá a honra de ficar aqui à minha esquerda? Jamais o colocaria à minha direita. (*Risos*.) Senador Luiz Henrique, V. Exª, é o Relator desta matéria. Também está presente o Senador Jorge Viana, que é o Relator na outra Comissão, a quem convido para se sentar nesta cadeira.

Peço a permissão do Plenário para convidar aqui também o Relator Aldo Rebelo, que foi Relator na Câmara dos Deputados. Deputado Aldo, V. Exª fica à minha esquerda e à direita do Plenário.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique da Silveira para a leitura do Relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, e quero citá-los na pessoa do Deputado Aldo Rebelo e do meu conterrâneo Valdir Colatto, senhores membros da assessoria, profissionais da imprensa, senhores líderes de organizações comunitárias, quero inicialmente ressaltar que o Senador Jorge Viana e eu estamos trabalhando a quatro mãos nesta matéria. Se depender de nós, da nossa vontade, nós vamos produzir um relatório único para que esta Comissão e as comissões de mérito, bem como o Plenário desta Casa e, posteriormente, o Plenário da Câmara dos Deputados, possam votar esta matéria este ano, para que nós entremos no ano que vem, após a sanção de Sua Excelência a Presidenta Dilma Rousseff, com uma lei durável e exequível. Estamos buscando, Senador Jorge Viana e eu, produzir um texto que esteja absolutamente alinhado com a Constituição e, assim, não sofra ataques no Judiciário; um texto que seja o mais que possível autoaplicável possível, claro e objetivo, um texto indiscutível, um texto que garanta segurança jurídica para todos aqueles que intervêm em ações nessa matéria.

Feitas essas observações preliminares, passo a ler meu parecer.

O Projeto em tela resulta de uma delicada, paciente, minuciosa e competente obra legislativa, coordenada pelo ilustre Deputado Aldo Rebelo, a quem quero – e acredito que toda a Comissão – prestar homenagens.

Chegou a esta Casa, no que diz respeito ao texto principal, com o apoio de 410 dos 513 Srs. Deputados Federais, o que traduz inequívoca expressiva representação da vontade nacional.

Conforme define o seu próprio art. 1º, o Projeto *estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, dispõe sobre as Áreas de Preservação Permanente e as Áreas de Reserva Legal, define regras gerais sobre a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima*

florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e a prevenção dos incêndios florestais e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

A proposição estabelece como Área de Preservação Permanente (APP) as marginais a cursos d'água, nascentes, lagos e lagoas; topos de morros, montes, montanhas e serras; restingas e mangues; encostas com declividade acentuada, bordas de tabuleiros ou chapadas; e áreas em altitude superior a 1,8 mil metros localizadas em áreas públicas ou em propriedades privadas.

Ademais, são definidos os limites relativos à faixa de proteção coberta por matas ciliares, os quais variam de acordo com a largura do corpo d'água, sendo, no mínimo, de trinta metros e, no máximo, de seiscentos metros. Nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados "olhos d'água", a Área de Preservação Permanente situa-se num raio mínimo de cinquenta metros de largura.

O Projeto mantém a definição inserida pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001 (em vigor conforme o art. 2º da EC nº 32/2001), de que as propriedades rurais devem manter, a título de RESERVA LEGAL, um percentual mínimo de 20%, 35% ou 80% de sua vegetação nativa, condicionado a estar ou não na "Amazônia Legal", ao bioma no qual se insere a propriedade rural e à característica dessa vegetação nativa.

Além disso, institui a figura jurídica da Área Rural Consolidada, definida como *área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvipastoris*.

A data marca a edição do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que *dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente,...*

Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, regulamentando a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais – LCA), que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas aplicáveis às infrações ambientais*.

O projeto prevê ainda que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei que resultar da proposição.

Durante o processo de regularização ambiental, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado, e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em áreas de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e áreas de uso restrito, nos termos do regulamento.

Como instrumento de implantação dos programas de regularização ambiental e com o objetivo de integrar as informações relativas às propriedades e posses rurais, o projeto em exame institui o Cadastro Ambiental Rural (CAR), no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Meio Ambiente (Sinima), obrigatório para todos os imóveis rurais.

Esse cadastro, segundo o projeto de lei da Câmara dos Deputados, deverá ser implementado em até noventa dias, contados a partir da publicação da lei que resultar da proposição, sendo que a inscrição do imóvel rural deverá ser feita, pelo proprietário ou detentor da posse rural, no órgão municipal, estadual ou federal, no prazo a ser definido em regulamento.

Finalmente, vale chamar a atenção para o art. 8º da proposição, que busca promover a adequação da aplicação das normas ambientais às diversas realidades dos Estados brasileiros.

O PLC nº 30, de 2011, foi despachado ao exame desta Comissão e das de Agricultura e Reforma Agrária, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde tive a honra de também ter sido designado Relator; e à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em que a relatoria coube ao ilustre Senador acreano Jorge Viana.

O projeto recebeu, quando relatei, cinquenta e cinco emendas – hoje chegou mais uma; são cinquenta e seis emendas –, que vão detalhadas no anexo integrante deste parecer.

Essa, Srªs e Srs. Senadores, é a síntese do que trata a proposição que veio da Câmara dos Deputados, relatada pelo Deputado Aldo Rebelo.

Análise.

Como registro acima, o PLC nº 30, de 2011, irá tramitar por três outras comissões técnicas desta Casa, voltadas, especificamente, à análise dos temas veiculados pela proposta.

Entendo que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deva se cingir à análise da constitucionalidade e juridicidade da matéria, sem avançar sobre a competência dos outros colegiados que, pelas suas atribuições regimentais, composição e especialização, terão melhores condições de deliberar sobre o mérito de cada uma das disposições que envolvem o projeto.

Cabe-nos, aqui, analisar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição e as questões de mérito envolvendo, especificamente, as relações interfederativas presentes na matéria.

2.1 – Competência Concorrente

Da compatibilidade vertical do PLC nº 30, de 2011 com o art. 24 da Constituição Federal. Análise de constitucionalidade e juridicidade ao texto dos arts. 1º, 3º, 8º e 33.

Data vênia, a maior preocupação desta Comissão é fazer chegar ao Plenário do Senado Federal um projeto que, convertido em lei, seja duradouro e exeqüível e possa se afirmar diante de qualquer ação de declaração de inconstitucionalidade.

Na análise dos 69 artigos do projeto, tive, permanentemente, essa preocupação. Consultei os Anais da Assembleia Nacional Constituinte, e o fiz para perceber, com toda clareza, a intenção do legislador constituinte, aquilo que se chama, nos meios jurídicos, de *mens legis*. Consultei o acervo jurisprudencial, especialmente do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal federal. Além disso, busquei subsídios na densa doutrina que existe sobre a matéria.

A Constituição Cidadã – e aqui quero fazer uma homenagem ao inexcedível Deputado Ulysses Guimarães – estabelece três regimes de competência legislativa: a privativa, exercida exclusivamente pela União, prevista no art. 22; a comum, exercida pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, consoante no art. 23; e a concorrente, prevista no art. 24, na qual a presente proposição tem arrimo. Esse artigo, inciso VI da Constituição, estabelece, expressamente, que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição".

Prevê, ainda, o § 1º do mesmo artigo que "no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais".

O sentido dessa norma constitucional nos parece bastante claro: garantir a descentralização político-administrativa, para o bom funcionamento da Federação, contemplando e respeitando as profundas diferenças regionais de nosso território continental.

Afora a norma que criou o Sistema Unificado de Saúde... E nós, Deputado Aldo, tivemos participação nesse processo, V. Exª era Líder do seu partido e eu do meu quando criamos, em lei que foi anterior à Constituição, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, chamava-se originalmente Suds. Afora a norma que criou o SUS, esta é a única disposição descentralizadora – efetivamente descentralizadora – da gestão pública presente no texto constitucional. A norma do artigo 24 estabelece uma pequena parte do novo pacto federativo que precisamos fazer para consagrar autonomia financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, que, hoje, participam com apenas um terço de toda a arrecadação tributária nacional.

Nessa direção, o legislador constituinte estabeleceu, de forma autônoma e pioneira, que, nas matérias listadas no artigo 24 da Carta Magna, a União deve respeitar as particularidades locais, a realidade de cada Estado, as necessidades e capacidades de cada região do País.

Fomos buscar a *mens legis*, como já me referi, desse dispositivo constitucional nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte, onde se estabeleceu o debate a respeito desta matéria. Na Comissão de Sistematização, o então Deputado e Relator adjunto Nelson Jobim, posteriormente Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal e várias vezes Ministro de Estado, assim se pronunciou:

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, [cito, são palavras do Relator Nelson Jobim na Constituinte] [...] votamos a competência dita concorrente, ou seja, aquela competência em que se quer que os Estados legislem também sobre o tema de forma concorrente. E meu Destaque se destina a recuperar o inciso do § 1° e § 2° do Substitutivo I, que diziam o seguinte:

"§ 1° No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

§ 2° Inexistindo lei federal sobre matéria de competência concorrente, os Estados exercerão competência legislativa suplementar para atender às suas peculiaridades".

O que isto significa? [dizia Nelson Jobim] Significa que nós vamos ter um campo de competência privativa legislativa, vamos ter um campo de competência concorrente, na qual à União corresponderá a emissão de normas gerais e os Estados legislarão [concorrentemente] [...]. No entanto, se a União não tiver legislado, os Estados poderão legislar supletivamente sobre estas matérias.

Eu leria agora [diz Nelson Jobim] o parágrafo único do Substitutivo II:

"No âmbito da legislação concorrente, a competência da União prevalecerá sobre os Estados e o Distrito Federal e a dos Estados sobre os Municípios." [Essa era a norma que Jobim conseguiu substituir.]

Ou seja, o parágrafo único [diz Jobim] está fora do sistema, porque faz com que, na medida em que a União for legislando sobre esta matéria nominada de competência concorrente, está excluindo qualquer legislação das outras esferas das unidades federadas, ou seja, precisamos recuperar os parágrafos 1º e 2º, para dizermos claramente que em termos de competência concorrente os Estados terão duas possibilidades: a União, em primeiro lugar, somente legislará de

forma geral, no que diz respeito às zonas rurais; e, em segundo lugar, os Estados terão dois tipos de competência – supletiva, quando a União não tiver legislado e complementar quando a União tiver legislado. E aí o sistema criado pelo eminente Relator fica absolutamente perfeito. Diga-se de passagem, é um sistema que tem origem no federalismo moderno, numa concepção moderna de federalismo em que não se torna fixa e definitiva a estrutura federativa e possibilita que a Carta Constitucional, faça com que as circunstâncias históricas se adentrem no sistema federal, e possam evoluir de forma perfeita e humana.

Faço um apelo ao Sr. Relator para que a recuperação dos §§ 1º e 2º do Substitutivo nº 1, em substituição ao parágrafo único do Substitutivo nº 2, seja acolhida, porque representa a forma de perfeccionalizar o sistema, e estabelece, então, algo absolutamente inédito para nós, do Brasil, e algo que é hoje a defesa doutrinária, total, do sistema federal moderno.

Entre o entendimento dos membros da Constituinte, que queriam jungir, nessa área legislativa, os Estados à União, prevaleceu a tese da competência concorrente.

Aliás, para não deixar margem a dúvidas, o legislador constituinte foi incisivo, repetindo a expressão norma geral – [podem analisar o art. 24 da Carta magna] – em 4 (quatro) passagens do referido artigo 24, para limitar a essas normas gerais a prerrogativa legislativa da União.

Efetivamente, a atribuição da União para legislar sobre normas gerais nas matérias de competência concorrente listadas no artigo 24 da Constituição, deve pautar-se pelo princípio da autonomia dos entes federados.

Nesse sentido, a norma geral federal tem que se restringir às grandes definições e, por isso, não pode avançar sobre normas de natureza específica, detalhista, casuística, sob pena de invasão na competência legislativa dos Estados e do Distrito Federal.

Trata-se de entendimento que encontra total fundamento na melhor doutrina.

O Ministro Célio Borja, que além de ter sido um excepcional parlamentar, foi nosso colega – isso deve fazer uns três anos – foi Ministro e Presidente do Supremo, diz o seguinte

(...) a lei local cede somente à lei federal de normas gerais, não ao regulamento, às resoluções, às ordens de serviço, aos regimentos do Governo Federal e de sua administração direta ou indireta (...) norma geral tem outra conotação, pois serve só de baliza da lei federal, mediante qualificação da sua matéria (limite espacial de validade), mas, sobretudo, à sua vis perceptiva (limite material de validade) (...) A partir desses fundamentos, delineia-se o conceito de norma geral, a qual há de ser nacional, quanto ao seu limite espacial de validade e vigência, e o limite material: há de ater-se a princípios, deixando aos Estados, como de seu domínio, tudo o mais, inclusive o que lhes é próprio e peculiar, não só o peculiar e próprio (limite material).

Segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seus *Comentários à Constituição Brasileira de 1998*, "normas gerais são princípios, bases, diretrizes, que hão de presidir todo um subsistema jurídico".

Avança o mestre paulista, lembrando que "mais fácil é determinar o que sejam normas gerais pelo ângulo negativo. Quer dizer, indicar os caracteres de uma norma que não é geral; é, consequentemente, específica, particularizante, complementar".

Trata-se aqui, essencialmente, de se respeitar a Federação, que, segundo Geraldo Ataliba, em seu livro *Competência Legislativa Supletiva Estadual*, "implica igualdade jurídica entre a União e os Estados, traduzida num documento (Constituição), rígido, cuja principal função é discriminar competências de cada qual, de modo a não ensejar violação da autonomia recíproca por qualquer das partes".

Na mesma direção também é o ensinamento de José Afonso da Silva, na obra *Comentário Contextual à Constituição*:

(...) diremos que "normas gerais" são normas de leis, ordinárias ou complementares, produzidas pelo legislador federal nas hipóteses previstas na Constituição, que estabelecem princípios e diretrizes da ação legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Por regra, elas não regulam diretamente situações fáticas, porque se limitam a definir uma normatividade genérica a ser obedecida pela legislação específica federal, estadual e municipal: direito sobre direito, normas que traçam diretrizes, balizas, quadros, à atuação legislativa daquelas unidades da Federação.

Corroborando esse entendimento, afirmam Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gonet Branco, no livro *Curso de Direito Constitucional*:

A divisão de tarefas está contemplada nos parágrafos do art. 24, de onde se extrai que cabe à União editar normas gerais – i. é, normas não-exaustivas, leis-quadro, princípios amplos, que traçam um plano, sem descer a pormenores.

Elival da Silva Ramos, em *Federação – competência legislativa: normas gerais de competência da União e competência supletiva dos Estados: a questão dos agrotóxicos*, publicado pela *Revista de Direito Público*, registra que o conceito de normas gerais *"não faculta ao legislador federal a regulação exaustiva da matéria, posto que importa em circunscrever as nor-*

mas federais ao campo da generalidade, dos princípios básicos" (g.n.).

A indicação dos limites da atuação da legislação federal concorrente também é tema abordado por Alice Gonzáles Borges, ao alertar que "*não são normas gerais as que se ocupem de detalhamentos, pormenores, minúcias, de modo que nada deixam à criação do próprio legislador a que se destinam, exaurindo o assunto de que tratam".*

No âmbito do Supremo Tribunal Federal, foi na ADI 927/RS, que ocorreu uma das poucas oportunidades em que a Corte Constitucional enfrentou direta e especificamente o tema concernente ao conteúdo do conceito de normas gerais, o Ministro Carlos Veloso, ao proferir o consagrado e famoso voto condutor do julgamento, assentou o que segue: *"[...] como seria a lei de normas gerais referida na Constituição? Penso que essas normas gerais devem apresentar generalidade maior do que apresentam, de regra, as leis. Penso 'que norma geral', tal como posta na Constituição, tem o sentido de diretriz, de princípio geral. A norma geral federal, melhor será dizer nacional, seria a moldura do quadro a ser pintado pelos Estados e Municípios no âmbito de suas competências"* .

Aliás, o desvirtuamento da divisão de competência concorrente prevista pelo artigo 24 conduz a um perigoso processo de esvaziamento da atuação legislativa dos Estados, preocupação também reiterada pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, em manifestação na ADI 3.645/PR:

"Observa-se, também, que, no âmbito da competência concorrente prevista no art. 24 da Carta Magna, cada vez mais vemos esvaziada a competência dos Estados, porque a União, quando legisla, esgota o assunto, não se limita a editar apenas normas gerais".

Em suma, a nova lei federal de caráter geral deve ser ampla e permeável o suficiente para que a "*moldura do quadro*" seja preenchida pelos pintura detalhista dos Estados federativos, à luz de suas especificidades regionais, nos mais diversos âmbitos (histórico, cultural, social, econômico, ambiental, etc.), de modo a concretizar os planos e diretrizes previstos na norma federal de caráter geral.

Dentro dessa explícita determinação constitucional para que o ente federativo estadual legisle, salta aos olhos questionamento de via inversa: até onde é constitucional à União tratar de assuntos em que as peculiaridades locais e regionais necessariamente alterarão o resultado da aplicação de uma lei?

Partindo para os limites constitucionais dessa competência legislativa, inicia-se com a vedação absoluta: os temas do artigo 22 da Constituição Federal, onde está a competência exclusiva da União.

Ressalvado o bem jurídico *água* (art. 22, IV, CF/88), não há qualquer proibição para o exercício da competência legislativa estadual sobre os outros bens jurídicos ambientais, especialmente flora, se mostrando explícito esse *poder-dever* no artigo 24 da Constituição Federal.

Talvez esse seja o debate a se fomentar no Senado Federal. Deixar de dizer o que os entes federativos podem, para buscar a modulação, a medida de até onde a União está autorizada a ir. Daí em diante será competência dos Estados. A Constituição não possui palavras inúteis, sendo relevante a ordem de privilegiar os Estados-membros:

Art. 25. (...)

§ 1º. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

O legislador constituinte abordou a matéria impondo verdadeiro vácuo federal, reservando uma "*zona de certeza negativa*" ao entabular um sistema de competências onde todas aquelas não privativas da União (art. 22), priorizam as especificidades estaduais, seja por indicação (art. 24) ou por exclusão (art. 25, §1º), chegando ao ponto em que, mesmo que a norma seja geral, pode o Estado-membro legislar por omissão da União (art. 24, §3º e §4º).

Portanto, se à União cabe apenas normas gerais, estabeleceu-se a "*zona de certeza negativa*", espaço acessado apenas pelo Estado-membro. Contrário *sensu*, não há tal limite imediato para o Estado-membro, autorizado a ocupar o espaço federal (art. 24, §3º e §4º), o que é de abissal importância jurídica, considerando nosso sistema jurídico sempre evitar conflitos de competência e atribuição.

A Constituição está a dizer que sobre certas matérias, sempre se decidirá pela preponderância de interesse que prefere, por presunção "*juris tantum*", o Estado-membro.

A regra é que tudo cabe aos Estados. As exceções constitucionais são as do artigo 22 da Constituição Federal e, no que se refere exclusivamente à edição de normas gerais, aquelas indicadas no artigo 24.

Diante desse cenário, é sempre pertinente indagar: a norma geral terá reverberação no mesmo tom em todas as unidades de federação? Trará sintonia ou cacofonia ao compasso federativo? Na resposta positiva, a norma geral é a escolha correta, caso contrário, mais que necessária, obrigatória, é a utilização da competência legislativa estadual concorrente e suplementar.

Importa, aqui, a necessidade de que não só a União, mas os Estados e o Distrito Federal participarem para o necessário atendimento das peculiaridades sociais, econômicas e ambientais a serem contem-

pladas nas condições do Programa de Regularização Ambiental – PRA.

Esta lei já preenche o espaço da norma geral, estipulando parâmetros a serem seguidos, tanto que se encerra o *caput* do artigo 33 com a expressão "*aos termos desta lei*". Eis a moldura! Daí, vedar a exclusividade federal. Basta, então, aclarar tal situação.

A amplitude de atuação legislativa estadual na área ambiental já foi muito questionada no Supremo Tribunal Federal, deixando claro, o Excelso Pretório, isso estar correto:

EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO, ASSIM DECIDIU A MAGNA CORTE:

(...)

2. O Plenário desta Corte, ao julgar a Representação nº 1.153-RS, não julgou inconstitucional o art. 1. da Lei 7.742/82, que condiciona a prévio cadastramento do produto agrotóxico e outros biocidas no Departamento do Meio Ambiente da Secretaria Estadual de Saúde e do Meio Ambiente a comercialização no território do Estado do Rio Grande do Sul.

Agravo regimental improvido.

(Agv. Reg. em Agv. de Inst. ou de Petição nº 158.479, 2ª T., Rel. Min. Maurício Correa, v.u., DJU de 26.04.1996 – g.n.).

Nossos Estados têm abissais diferenças inter e intra-regionais. Não se pode ter uma única lei federal ambiental detalhada e exaustiva, impondo regras iguais para territórios tão desiguais. Se a lei nacional assim o fizesse seria inaplicável, inexeqüível!

Na questão ambiental isso é fato explícito. Ofereço de exemplo meu pedaço de Brasil: o Estado de Santa Catarina. Embora ocupe apenas 1% do território nacional, tem, nas suas trinta e seis regiões administrativas, realidades as mais diversas, cada uma delas constituindo territórios muito peculiares. V. Exª conhece bem.

Só para dar um exemplo, tem 500 quilômetros de praias litorâneas, cuja temperatura chega a ser quase termal, no verão; contrastando com a geada e a neve, que visitam todo ano a região serrana, onde se verifica, no inverno, as mais baixas temperaturas do País!

Se é difícil estabelecer normas únicas para aquele pequeno território com tamanho correspondente ao de Portugal, imagine-se a impropriedade e inconseqüência de uma só lei regulando o imenso território continental do Brasil!

Santa Catarina tem áreas de culturas agrícolas alagadas, convivendo com a segunda maior bacia leiteira do País, instalada em área de morros e montanhas. Imagine-se, então, a sua distinção com as peculiaridades dos Estados localizados na Amazônia, nas regiões pantaneiras, nos Pampas e na Serra Geral?!

A Constituição, ao definir como patrimônio nacional, no artigo 225, parágrafo 4º, os cinco biomas – Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-grossense e Zona Costeira manda-nos observar que não há um Brasil uniforme, mas um continente disforme, com realidades as mais diversas e contraditórias.

Manda-nos perceber que há muitos brasis diferentes, falando a mesma língua, mas vivendo em territórios desiguais, variados, multifacetados. Por isso, – repito – não pode ter uma lei uniforme regulando todas essas regiões disformes.

Problemas de igual monta têm origem e motivos diversos..

Mas é certo que o relacionamento do ser humano com a natureza, sempre ditado por questões culturais das mais variadas possíveis, exigirá abordagens diferentes. Só existe uma certeza: uma única norma federal, exclusiva, seria um fracasso nas nossas metas de desenvolvimento sustentável!

Não há como o Senado Federal, Casa representante da Federação e do respectivo Pacto, anuir com a subversão dessa noção constitucional. Não há como esta Alta Casa Legislativa, em que cada um de seus membros representa os Estados, fazer uma lei que os afronte e apequene; uma lei que não respeite os claríssimos preceitos do artigo 24 da Constituição Federal!

O novo pensamento de não mais tratar a questão exclusivamente ambiental, mas sim a "*socioambiental*", cada vez mais justifica a obrigação do exercício da competência concorrente e supletiva pelos Estados, na criação do Programa de Regularização Ambiental.

Garantida a moldura, verdadeiro elemento de *controle de qualidade e definição do contorno* da atuação legislativa estadual, mais que valida e legitima o espaço do Estado-membro, na necessidade de atender a essas tão contrastantes peculiaridades regionais.

Aliás, não obstante as atuais normas centralizadoras, os Estados já são os atores majoritários da gestão ambiental. E eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para isto: são eles que têm emitido o maior número de licenças e multas ambientais! São, portanto, os atores majoritários dessa política ambiental.

Por isso, não se pode afastar a capacidade normativa das Unidades da Federação, nesse contexto. Isso, ademais, contrariaria a lógica do princípio constitucional da eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), por retirar competências de quem poderia fazer direito, ou melhor, *fazer o melhor Direito* aplicável, não apenas pela necessidade de sistematizar, de modo descentralizado, mas, também pela experiência acumulada na gestão florestal e ambiental

Assim sendo, com vistas a aprimorar o PLC nº 30, de 2011, quanto ao reconhecimento e viabilização do exercício da competência concorrente entre União e Estados, nos termos do artigo 101, §2º do Regimento Interno do Senado Federal, impõe-se promover alteração nos artigos 1º, 3º. 8º e 33 do Projeto, para deixar claro que tais dispositivos têm por objetivo permitir o funcionamento da Federação, no melhor espírito do sentido que os constituintes originários procuraram dar ao artigo 24 da Carta Magna.

No que se refere ao artigo 1º, adequamos a sua redação, com a supressão das expressões *"dispõe sobre as"*; e "*define regras gerais sobre"*, respectivamente, para dar a este texto, um entendimento claro e preciso sobre a matéria que passa a tratar, para atender ao disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998, que trata das normas de estruturação redacional das leis, passando o dispositivo a ter o seguinte teor:

Art. 1º *Esta Lei estabelece regras gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.*

O que significa essa mudança? Ela adapta a lei claramente à Constituição, fazendo com que todos os seus 69 artigos estabeleçam exclusivamente, limitantemente, normais gerais.

Estamos propondo essa modificação para não permitir qualquer dúvida sobre a matéria de que trata, deixando claro que todos os 69 artigos deste Código estão sendo estabelecidos, como já disse, como normas gerais, pela União, dentro da limitação constitucional que lhe é imposta.

Ainda nesse mesmo parâmetro, impõe-se promover adequações ao artigo 8º do Projeto, pela necessidade de se aprimorar sua juridicidade e sua conformidade com o artigo 24 da Constituição Federal.

No que se refere ao *caput* do artigo 8º, a redação ora proposta tem por objetivo explicitar que a intervenção e supressão de vegetação em área de preservação permanente somente – eu coloco esta trava: "somente" –, somente poderá correr nas hipóteses de utilidade pública, interesse social e de baixo impacto ambiental. (*Pausa*.)

(Saúdo o Ministro Reinhold Stephanes, que nos honra com sua presença. Não havia notado a sua presença.)

Dessa forma, resta esclarecido que a existência de atividades rurais em áreas consolidadas não viabiliza qualquer nova supressão de florestas e outras formas de vegetação, sendo que tais atividades consolidadas apenas podem ser mantidas até que os Programas de Regularização Ambiental definam como serão definitivamente regularizadas.

Ressalte-se que os limites e parâmetros das áreas consolidadas, presentes no conceito do artigo 3º, inciso III do projeto de lei em análise, também emoldura externamente a identificação de similaridade necessária ao artigo 8º com a proposta de ajuste mencionada.

Há outros limites externos ainda mais rígidos, contidos no artigo 8º. Nada será autorizado em área de risco e, fora dela, sem os necessários cuidados agronômicos, e técnicas de conservação de solo e água, tudo isso ao alcance do poder de polícia ambiental, posto que tal situação há de estar expressamente declarada ao Cadastro Ambiental Rural – CAR (§1º) para o exercício do poder de polícia estatal.

As alterações que ora propomos trarão a seguinte redação *caput* do art. 8º e gostaria que todos prestassem atenção aos advérbios "somente" e "exclusivamente"; é a redação que vamos propor no substitutivo.

As alterações que ora propomos trarão a seguinte redação *caput* do art. 8º do projeto:

Art. 8º A intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei, ficando autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

O texto do artigo 8º, com a proposta de ajuste acima, reforça a moldura jurídica, com a inserção de hipóteses de utilidade pública, interesse social e atividades de baixo impacto ambiental.

Mas, o que deve ser entendido como utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental?

Eu quero aqui fazer uma observação. A redação original referia-se a –"*utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental*" – normas previstas em lei, sem definir a lei. Eu estou colocando *"normas previstas nesta lei"* , estou definindo nesta lei o que é utiliadade pública, interesse social e baixo impacto ambiental.

A versão aprovada pela Câmara dos Deputados não os descreve, não os define, não os especifica, não os conceitua.

Para suprir esta lacuna e não deixar desregrada a abrangência etimológicojurídica dessas expressões estamos aditando ao artigo 3º três incisos, de números XVI, XVII e XVIII. [E quero chamar à atenção para essa parte do parecer.]

Utilizamos, assim, para definir utilidade pública e interesse social, o espaço conceitual das matérias que embasam o Código, baseados na redação do Código vigente, (...)

Senador Valadares, eu extraí do atual Código a definição "*utilidade pública e interesse social*", e extraí da Resolução nº 399 do Conama a definição de baixo impacto ambiental. Ou seja, trouxe à lei o que deve ser regulado nessas matérias. Nós acrescentamos a alínea b do inciso que estamos incluindo, do Inciso XIV, a expressão *"estádios e demais instalações necessárias à realização de competições esportivas municipais, estaduais, nacionais e internacionais*". Depois vou explicar essa inserção.

Assim, clarificamos o alcance da norma legal. Nenhum ato de Chefe de Poder Executivo, a não ser uma lei, seja federal ou estadual, poderá exorbitar dessas definições que vou ler em seguida.

Assim, clarificamos o alcance da norma geral, de modo a que a competência concorrente dos Estados não ultrapasse os limites constitucionais da moldura estabelecida para a lei federal.

O aditamento desses três incisos carrega conteúdo jurídico denso presente, como já descrevemos acima, em outras regras legais, identificando limites objetivos à finalidade da norma geral, para deixar visíveis os campos de atuação dos Estados-membros, na forma do artigo 24 da Constituição Federal.

Por que eu apropriei os dispositivos da lei atual e da Resolução do Conama? Porque são matérias longamente amadurecidas no debate, consolidadas as discussões. Ninguém vai inventar a roda; a roda já está inventada aqui.

XVI - utilidade pública:

***a**) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária;*

***b**) as obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento, energia, mineração, telecomunicações, radiodifusão, e [e aí acrescentei] estádios e demais instalações necessárias à realização de competições esportivas municipais, estaduais, nacionais ou internacionais.*

Eu não preciso explicar por que acrescentei isso. Estamos às vésperas de uma Copa do Mundo e de uma Olimpíada, e é preciso que haja clareza quanto à utilidade pública das obras que vão ser feitas para sediar esses eventos.

***c**) atividades e obras de defesa civil;*

***d**) demais atividades ou empreendimentos definidos em ato do Chefe do Poder Executivo federal ou estadual. [aqui tem um erro: federal ou estadual. Foi um erro da datilografia, era a versão anterior que eu a retirei. Então aqui termina em Poder Executivo e ponto final.]*

VXII - interesse social:

***a**) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas;*

***b**) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal existente e não prejudiquem a função ambiental da área;*

***c**) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre, em áreas urbanas e rurais consolidadas, observadas as condições estabelecidas nesta Lei;*

***d**) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009;*

***e**) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade.*

***f**) as demais obras, planos, atividades ou empreendimentos definidos em ato do Chefe do Poder Executivo*. Ponto.

Eu não sei se li, acho que não mencionei a alínea *c,* do inciso XVI, incluir atividades e obras de defesa civil, para dar consonância com a lei que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados aprovaram em dezembro de 2010.

XVIII - atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:

São as mesmas normas previstas na Resolução nº 369, do Conama. Eu trouxe para o texto legal a norma da referida resolução.

a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso de água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou a retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável;

b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga de direito de uso da água, quando couber;

c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;

d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;

e) construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores;

f) construção e manutenção de cercas de divisa de propriedade;

g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável;

h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos;

i) plantio de espécies produtoras de frutos, sementes, castanha e outros produtos vegetais, plantados junto ou de modo misto;

j) outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventual e de baixo impacto ambiental em ato do Chefe do Poder Executivo.

A correção trará segurança jurídica na implantação de obras de interesse do País, nas áreas de infraestrutura, energia, transporte, telecomunicação, defesa civil etc.

Inserimos a expressão "estádios e demais instalações necessárias à realização de competições esportivas municipais, estaduais, nacionais ou internacionais", para garantir a sua construção, especialmente pela urgência do Governo em viabilizar as obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Também propiciamos clareza ao exercício da competência legislativa concorrente estatuída no artigo 24 da Carta Magna, ao submeter a atos dos Chefes do Poder Executivo os casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental, dentro de critérios objetivos descritos nos incisos acima.

Assim fizemos, seguindo norte dado pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 3540-1/DF), em que houve muito debate sobre o tema de competência concorrente entre União e Estado.

A essência do objeto de deliberação dos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal vinculou-se a dois pontos que autorizariam a supressão e alteração em área de preservação permanente: a existência de hipóteses em lei específica, criando a "moldura" de controle para o ato administrativo e a existência de processo administrativo específico, caso a caso, onde a subsunção do agente público, nas funções normativa e executiva, fosse devidamente escrutinada. Isso está saliente na decisão do Supremo Tribunal Federal em que assim se expressou *o Sr. Ministro Celso de Mello:*

"Esse entendimento é também exposto por JOSÉ AFONSO DA SILVA ("Direito Ambiental Constitucional", p. 174/176, item n. 6, 4ª ed./2ª tir., 2003,Malheiros), cujo magistério vale reproduzir, "in extenso": (...) "Além de todas as cautelas e limitações formais indicadas acima com base nos parágrafos do art. 4º, a supressão de vegetação só será admissível ***no caso*** *de utilidade pública e interesse social. Para tal efeito , a própria lei define esses institutos."*

(...)

"Vê-se que a 'utilidade pública' inclui obras, atividades e serviços públicos ainda quando o empreendimento seja realizado por particulares, tais como concessionários de serviços públicos. Daí a razão do disposto no § 6º do art. 4º quando declara que na implantação de reservatório artificial é obrigatória a desapropriação ou aquisição, pelo empreendedor, das áreas de preservação permanente criadas no seu entorno, cujos parâmetros e regime de uso serão definidos por resolução do Conama. Já no caso de ' interesse social' , a supressão de vegetação em área de preservação permanente só é admitida no interesse da proteção da própria área. Tanto no caso da utilidade pública como no de interesse social se dá uma faculdade ao Conama para, mediante resolução , definir demais obras, planos, atividades ou projetos que possam gerar a possibilidade de supressão da vegetação na área de preservação permanente. É preciso que se esclareça que a faculdade que assim se confere ao Conama não é um cheque em branco que o autorize a aplicar os ditames legais: tais obras , planos, atividades e projetos hão que se enquadrar na mesma natureza dos que foram enumerados, respectivamente, como de utilidade pública e de interesse social ." (g.n.)

Ou seja, não se dará, assim como o Ministro Celso entende que não se dá hoje ao Conama, não se dará futuramente, nos termos da lei futura, aos Estados a possibilidade de estabelecer outros limites senão estes que estão aqui definidos.

"O que vale, hoje, em termos de controle constitucional, para decisões do Conama ou de qualquer outro órgão secundário da hierarquia governamental, valerá, na vigência deste Código, para os atos do Chefe do Poder Executivo!"

Vejamos o que decidiram:

O SR. MINISTRO EROS GRAU:

"A supressão de vegetação em espaços territoriais especialmente protegidos, sujeita à autorização do órgão ambiental competente, pode ser definida caso a caso, por esse órgão. O que se não pode é suprimir qualquer dos espaços territoriais especialmente protegidos sem que a lei em sentido formal o determine". (g.n.)

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO:

"De repente, fica o Poder Executivo autorizado – os órgãos administrativos e entidades de caráter administrativo -, a seu talante, a processar esse tipo de supressão, definindo cada órgão, em ato administrativo próprio, as situações de utilidade pública ou interesse social.

Aqui, lembro-me do seguinte: quando se trata de desapropriar um bem individual, notadamente um imóvel, quem define, quem lista as hipóteses de interesse social, de utilidade social, de necessidade pública é a lei, lei formal". (g.n.)

O SR. MINISTRO CELSO DE MELLO:

"As limitações postas no diploma normativo ora questionado definem uma típica situação de discricionariedade regrada, que restringe, por isso mesmo no tema ora em análise, o próprio exercício, pela autoridade pública, dos seus poderes administrativos, em ordem a impedir a manipulação de sua competência, ajustando-lhe o exercício às exigências superiores ditadas pelo interesse público.

O SR. MINISTRO CEZAR PELUSO:

Vai ter de ser estabelecido caso por caso. Se Vossa Excelência estabelece uma proibição de caráter geral, não se pode mudar nada.

A doutrina indica que o ato do Chefe do Poder Executivo é apontado para o administrador público, e não para o público em geral, pois é aquele que deverá materializar a lei.

Caberá a ele identificar situações na vida prática que ao menos tenham equivalência com as hipóteses legais. Essa a função de uma lista de hipóteses na lei e um último item iniciando com as expressões "demais" e "outras ações ou atividades similares", demonstrando a possibilidade de reconhecimento de "espécies do mesmo gênero" e não fora dele. Ressalte-se: *inter legem*, nunca *praeter legem*.

O artigo 33, que trata dos Programas de Regularização Ambiental, é um dos principais instrumentos previstos no projeto, uma vez que têm por objetivo adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da legislação.

O aprimoramento da juridicidade do projeto de lei exige correção na redação originalmente conferida ao § 2º, a fim de esclarecer que o prazo para a adesão aos Programas de Regularização Ambiental (PRA) tem como termo inicial a vigência das normas regulamentadoras editadas pela União e pelos Estados, nos seus respectivos âmbitos de competência. [Este é um item muito importante para que não cometamos uma ilegalidade, uma inconstitucionalidade nesse ponto].

Também se propõe alteração ao § 1º do mencionado artigo, com o objetivo de melhor delimitar o âmbito de atuação da União e dos Estados na regulamentação dos PRA, observando-se a divisão de competência concorrente prevista no artigo 24 do texto constitucional, o que irá conferir o seguinte teor ao artigo 33:

Art. 33. *A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar Programas de Regularização Ambiental – PRA's de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos desta Lei.*

§ 1º *Na regulamentação dos PRA's, a União estabelecerá normas de caráter geral, incumbindo-se aos Estados e ao Distrito Federal o detalhamento por meio da edição de normas de caráter específico, em razão de suas peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais, conforme preceitua o art. 24 da Constituição Federal.*

§ 2º *A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, a qual deverá ser requerida pelo interessado no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da publicação da regulamentação a que se refere o parágrafo anterior, prorrogável por ato do Chefe do Poder Executivo.*

§ 3º *Com base no requerimento de adesão ao PRA, o órgão competente integrante do Sisnama convocará o proprietário ou possuidor para assinar o Termo de Adesão e Compromisso - TAC, que constituirá título executivo extrajudicial.*

§ 4º Durante o período a que se refere o § 2º e enquanto estiver sendo cumprido o TAC, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em áreas de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e áreas de uso restrito.

§ 5º Cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA ou no TAC para a regularização ambiental das exigências desta Lei, nos prazos e condições neles estabelecidos, as multas referidas neste art. serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, legitimando as áreas que remanesceram ocupadas com atividades agrossilvopastoris, regularizando seu uso como área rural consolidada para todos os fins.

2.2 - Da compatibilidade vertical entre o PLC nº 30, de 2011 e princípios e dispositivos constitucionais: ajustes de constitucionalidade e juridicidade ao texto do PLC nº 30, de 2011.

Realizado estudo minucioso do texto, encontrou-se um reiterado conflito do PLC nº 30, de 2011 com o princípio jurídico da reserva legal. [E aqui reserva legal, não é reserva legal florestal, é reserva legal no campo jurídico.]

Também se identificou violação do princípio da legalidade pela falta de *standard*, de moldura objetiva no texto de lei que, em matéria onde pudesse ser permitida o envio de parcela da normatização por norma infralegal, a redação atual não viabiliza tal técnica.

O texto do PLC nº 30, de 2011, merece abordagem exaustiva. Primeiro, apresenta-se o delineamento constitucional das matérias onde se constatou incompatibilidade vertical, apresentadas nos subitens '2.2.1' e '2.2.2' abaixo. A tais elementos, irão se agregar os comentários individuais dos dispositivos onde há influência direta do não atendimento às exigências do texto constitucional, na forma do subitem "2.2.3".

2.2.1 - Reserva de lei formal e material. Conceito e exigências constitucionais da reserva de lei formal.

Num primeiro contato, os termos jurídicos de legalidade e de reserva legal parecem sinônimos. Não são. Há ponto inicial conjunto na clássica definição de que só se é obrigado a fazer ou deixar de fazer em virtude de lei.

Permeiam-se, ainda, na dicotomia do Direito Privado e Direito Público; naquele, não havendo lei que proíba ou limite, a conduta é lícita.

Para a Administração Pública essa concepção foi traduzida no princípio da estrita legalidade, onde sua atuação não pode se afastar ou desviar das determinações contidas em lei; não havendo previsão legal, a Administração se mantém inerte. Na clássica lição de Hely Lopes Meirelles, eu cito:

"*Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'pode fazer assim'; para o administrador significa 'deve fazer assim*".

Importa aqui a distribuição analítica de temas cujo legislador constitucional apontou para regulamentação exclusivamente por lei em sentido formal, vedando atos normativos inferiores. Nessas hipóteses, se está diante do princípio da reserva legal, onde o trato se dá hermeticamente no Poder Legislativo.

Alexandre de Moraes ensina:

"*5.7 Princípios da legalidade e da reserva legal.*

O princípio da legalidade é de abrangência mais ampla. Por ele fica certo que qualquer comando jurídico impondo comportamentos forçados há de provir de regra geral. Por outro lado, encontramos o princípio da reserva legal. Este opera de maneira diversa. Ele não é genérico e abstrato, mas concreto. Ele incide tão-somente sobre os campos materiais especificados pela Constituição (g.n.). *Se todos os comportamentos humanos estão sujeitos ao princípio da legalidade, somente alguns estão submetidos ao da reserva da lei.*

Este é, portanto, de menor abrangência, mas de maior densidade ou conteúdo, visto exigir o tratamento de matéria exclusivamente pelo Legislativo, sem participação normativa do Executivo (g.n.).

José Afonso da Silva nos ensina que "a doutrina não raro confunde ou não distingue suficientemente o princípio da legalidade e o da reserva legal. O primeiro significa a submissão e o respeito à lei, ou a atuação dentro da esfera estabelecida pelo legislador. O segundo consiste em estatuir que a regulamentação de determinadas matérias há de fazer-se necessariamente por lei formal. Encontramos o princípio da reserva legal quando a Constituição reserva conteúdo específico, caso a caso, à lei. Por outro lado, encontramos o princípio da legalidade quando a Constituição outorga poder amplo geral e sobre qualquer espécie de relação. Assim, 'tem-se, pois reserva de lei, quando uma norma constitucional atribui determinada matéria exclusivamente à lei formal (ou a atos equiparados, na interpretação firmada na praxe), subtraindo-a, com isso, à disciplina de outras fontes, àquela subordinada'".

(Curso...Op. cit. p. 368)."

A distinção entre legalidade e reserva legal cabe à Constituição Federal.

2 Direito Administrativo Brasileiro, RT, 15ª ed., 1990, p 78.

3 Moraes Alexandre, Direitos Humanos Fundamentais - Comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da

República Federativa do Brasil - Doutrina e Jurisprudência, 1998, Atlas, São Paulo, p. 111 e 112.

Existem matérias que ela atribui exclusivamente à lei sua regulamentação; noutras, a atribuição é genérica.

A exclusão é o método separador desses princípios. Será matéria regida pelo princípio da reserva legal toda aquela que, em dispositivo constitucional específico, exija lei (ordinária ou complementar) para o campo obrigacional. Exemplos: art. 225, § 1º, inciso VII, §4º e §6º; art. 195; art. 165; art. 163; art. 131, etc.

Não havendo previsão constitucional específica para a regulamentação da matéria (*nos termos da lei, através de lei, estabelecida em lei, etc.*), o Poder Legislativo poderá delegar parcela de sua competência ao Poder Executivo, cuja tarefa será ligada a adaptar a legislação genérica às circunstâncias do momento**,** mais que propriamente inovar originariamente o tema.

Para realizar a separação entre legalidade e reserva legal, de forma pragmática, basta responder ao seguinte questionamento: das matérias elencadas nos artigos 22 e 24 da Constituição (competência do Congresso Nacional), quais delas possuem previsão específica em outro dispositivo da Constituição Fede-

ral de 1988, exigindo expressamente a edição de lei (ordinária ou complementar)?

Encontrando alguma, ela obedecerá ao princípio da reserva legal. As demais, com previsão genérica apenas, obedecerão ao princípio da legalidade. Isso se mostra uniforme no Supremo Tribunal Federal e demais Tribunais (Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais), com vasto escólio jurisprudencial produzido, valendo a transcrição de algumas decisões:

TEOR DO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.

Decreto que cria cargos públicos remunerados e estabelece as respectivas denominações, competências e remunerações. Execução de lei inconstitucional. Caráter residual de decreto autônomo.

Aqui há várias decisões, mas, como os senhores têm cópia do avulso, não vou lê-las. Mas todas tratam desse princípio de reserva legal em que normas infralegais não podem atuar.

Eu vou, então, passar por cima dessas decisões, tendo em vista que a matéria foi regularmente distribuídas a todos os Srs. Senadores e que há outros temas na pauta.

Mas, Sr. Presidente, fazendo aqui a síntese do nosso relatório e, dentro dos pressupostos dessas decisões copiosas do Supremo, estou dando aplicabilidade ao projeto.

O projeto referia-se em 33 dispositivos à expressão na forma de regulamentos. Ou seja, essa lei não seria complementada nunca, ficaria na dependência de 33 regulamentos. Eu excluí a remissão a regulamentos de todas aquelas.normas que são absolutamente autoaplicáveis. E aquelas que dependem de regulamento estabeleci a competência de fazê-lo ato do chefe do Poder Executivo.

O projeto de lei trata de normas gerais e eu vou sintetizar o meu parecer, Sr. Presidente, que está em mãos de todos os Srs. Senadores...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Senador Luiz Henrique, Sr. Presidente, pela ordem.

Como só tem três Senadores aqui e, na verdade, eu nem voto na Comissão; apenas o Senador Raupp e o Senador Moka, que foi e volta, não seria interessante, já que vamos fazer vista coletiva para que cada um pudesse então verificar e fazer essa leitura para até mesmo para não cansá-lo com as 50 e tantas páginas. Se fosse em votação, tudo bem. Mas como é ainda vista coletiva... vai ter pedido de vista, e coletiva, com certeza – espero que sim –, para que possa ser avaliado na semana que vem. Então, se o Senador Luiz Henrique puder acatar essa sugestão, a minha preocupação é que todos possam sair para outros compromissos e nós não termos aqui Senadores titulares ou suplentes para o pedido de vista.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Então, Sr, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, opino pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e rejeito as emendas apresentadas, não no sentido de refutá-las, mas sugerindo aos Srs. Senadores que as renovem nas Comissões de mérito.

Salvo melhor juízo, é o parecer, nos termos do Substitutivo que ora apresento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida ao Senador Waldemir Moka.

A matéria vai voltar na próxima reunião ordinária desta Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Acompanho o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pedido de vista também ao Senador Valdir Raupp.

Então, vista coletiva concedida.

Lamentavelmente, V. Exª não está entre nós nesta Comissão, está abrilhantando outras Comissões.

Vista coletiva concedida, a matéria volta na reunião do dia 14, dia da reunião ordinária desta Comissão.

Portanto, tendo em vista o voto brilhante e intenso do Senador Luiz Henrique, tendo em visto o pedido de

vista coletiva nesta reunião, e tendo em vista o adiantado da hora, essas matérias remanescentes desta 43º reunião ordinária – que são matérias teminativas –, se houver possibilidade de reunião na terça-feira, será reunião extraordinária... Portanto, esta matéria não entrará na terça-feira, se houver reunião extraordinária para a complementação do restante desta pauta.

Antes de encerrar, há o Requerimento nº 1.018, de 2001.

REQUERIMENTO Nº 1.018, DE 2011

Esse requerimento, que é não terminativo, requer, nos termos regimentais, o voto de aplauso à ministra, jurista, docente, ex-procuradora de carreira e ex-desembargadora federal e também presidente do Supremo Tribunal Federal, primeira mulher brasileira a presidir aquela Corte, a Ministra Ellen Gracie Northfleet, pelos seus relevantes serviços prestados à Justiça do País.

Autor: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

O relator é favorável ao requerimento, e a ele concedo a palavra.

Senador Valdir Raupp, V. Exª tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, por intermédio do Requerimento nº 1.018...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Ainda não acabamos a reunião.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Por intermédio do Requerimento nº 1.018, de 2011, o Senador Eunício Oliveira requer o envio de voto de aplauso à ministra, jurista, docente, ex-procuradora de carreira e ex-desembargadora federal Ellen Gracie, pelos relevantes serviços prestados à Justiça do País.

Ao fundamentar o requerimento, o Senador Eunício Oliveira ressalta os relevantes serviços prestados pela homenageada à Justiça do País, ao longo de uma trajetória destacada na vida pública brasileira, tendo sido a primeira mulher a assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal.

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, os votos de congratulações, quando digam respeito a acontecimentos nacionais, tais como o objeto do Requerimento 1.018, de 2011, serão apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em boa hora, propõe-se esse requerimento de congratulações à Ministra Ellen Gracie, em decorrência de sua aposentadoria e pelos reconhecidos serviços prestados à sociedade brasileira nos diversos cargos por ela exercidos no âmbito do Judiciário nacional.

VOTO

Verificados a adequação ao Regimento Interno do Senado Federal, a constitucionalidade e o mérito, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.018, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao requerimento.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Srs. Senadores, como eu disse, se houver reunião extraordinária, vamos tratar dos demais itens da pauta, dando sequência à pauta de hoje, apenas para efeito de complementação, se for numa extraordinária. Não sendo numa extraordinária, esta reunião está concluída, e voltaremos, com absoluta certeza, em reunião ordinária no dia 14 de dezembro, se Deus assim o permitir.

Agradecendo a presença de todos, está encerrada a reunião ordinária.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 1162 páginas

(OS: 15209/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL